



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1952 — VOLUME II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE JANEIRO A MARÇO

Residência da República
BIBLIOTECA

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1952

	Pág.		Pág.
30.358. <i>Trabalho</i> — Decreto de 3 de janeiro de 1952. Concede nacionalização à "Brazilian Warrant Company, Limited". Pub. no D.O. de 12-1-52. Retificado no D.O. de 15-3-52	3	lei n.º 9.025, de 27 de fevereiro de 1946. Pub. no D.O. de 4-1-52. Ret. no D.O. de 5 de janeiro de 1952	5
30.359. — <i>Trabalho</i> . Decreto de 3 de janeiro de 1952. Concede nacionalização à "The Miranda Estância Company, Limited". Pub. no D.O. de 12-1-52 ...	3	30.364. <i>Agricultura</i> — Decreto de 7 de janeiro de 1952. Outorga à Companhia de Melhoramentos de São Paulo Indústria de Papel concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água denominado Can-Can, distrito e Município de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo. Pub. no D.O. de 8 de janeiro de 1952. Ret. no D.O. de 9-1-52 e 10-1-51, respectivamente	6
30.360. <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> . — Decreto de 3 de janeiro de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica. Pub. no D.O. de 5-1-52 .	4	30.365. <i>Agricultura</i> — Decreto de 8 de janeiro de 1952. Outorga à Prefeitura Municipal de Coromandel concessão, para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Pareião, no rio Dourados, e situada entre os municípios de Monte Carmelo e Abadia dos Dourados, Estado de Minas Gerais. Ainda não foi publicada por falta de pagamento	7
30.361. <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 3 de janeiro de 1952. Fixa as condições de acesso ao posto de Major, do Quadro de Infantaria de Guarda da Aeronáutica. Pub. no D.O. de 5 de janeiro de 1952	4	30.366. <i>Educação</i> — Decreto de 8 de janeiro de 1952. Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da	
30.362. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de janeiro de 1952. Autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A. a ampliar suas instalações de produção de energia elétrica. Pub. no D.O. de 11-1-52	4		
30.363. <i>Fazenda</i> — Decreto de 3 de janeiro de 1952. Dispõe sobre o retorno de capital estrangeiro, na forma do Decreto-			

	Pág.		Pág.
Educação e Saúde. Pub. no D. O. de 10-1-52		Rádio Tupi, para estabelecer uma estação radiodifusora em Recife, Estado de Pernambuco. Pub. no D.O. de 23-2-52.	15
30.367. <i>Educação</i> — Decreto de 8 de janeiro de 1952. Aprova a Tabela Numérica de Extranumerários-Mensalistas da Universidade do Paraná. Publicado no D.O. de 11-1-52	8	30.374. <i>Agricultura</i> — Decreto de 9 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Felisberto a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Guaçuí, Estado do Espírito Santo. Pub. no D.O. de 11-1-52	16
30.368. <i>Viação</i> — Decreto de 8 de janeiro de 1952. Autoriza a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil a adquirir equipamentos para instalação de gabinete dentário em Três Lagoas. Publicado no D.O. de 10-1-52 .	14	30.375. <i>Agricultura</i> — Decreto de 9 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Felicíssimo a pesquisar jazida de calcário e associados no município de Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo. Pub. no D.O. de 19 de janeiro de 1952	17
30.369. <i>Viação</i> — Decreto de 8 de janeiro de 1952. Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, terrenos necessários à construção do açude público "Trairi", no município de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte. Pub. no D.O. de 10-1-52	14	30.376. <i>Agricultura</i> — Decreto de 9 de janeiro de 1952. Autoriza S. A. Mineração Jerônimo Rosado e Gêssio Nacional Tapuyo Limitada a lavrar gipsita e associados no município de Jaicós, Estado do Piauí. Publicado no D.O. de 11-1-52 .	17
30.370. <i>Viação</i> — Decreto de 8 de janeiro de 1952. Aprova o projeto e orçamento para construção de 16 grupos de casas de duas habitações para turmas, em estações da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Pub. no D.O. de 10-1-52 ...	14	30.377 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 10 de janeiro de 1951. Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica. Pub. no D.O. de 10-1-52	18
30.371. <i>Educação</i> — Decreto de 9 de janeiro de 1952. Concede reconhecimento ao curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro. Pub. no D.O. de 21-1-52	15	30.378. <i>Trabalho</i> — Decreto de 10 de janeiro de 1952. Aprova, com modificação, os Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Pelotense". Pub. no D.O. de 16 de janeiro de 1952. Ret. no D.O. de 18-3-52	19
30.372. <i>Viação</i> — Decreto de 9 de janeiro de 1952. Outorga concessão à Agência Nacional para instalar um transmissor rádio elétrico na sua sucursal de São Paulo. Pub. no D.O. de 11-1-52	15	30.379. <i>Trabalho</i> — Decreto de 10 de janeiro de 1952. Aprova, com modificação, os Estatutos da "União Brasileira. Companhia de Seguros Gerais", Publicado no D.O. de 17-1-52 .	18
30.373. <i>Viação</i> — Decreto de 9 de janeiro de 1952. Transfere à Rádio Tamandaré Limitada a concessão outorgada à S. A.			

	Pág.		Pág.
30.380. Decreto de 10 de janeiro de 1952. Concede à "Navegação e Comércio Sergipe-Paraná S. A." a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	19	a doação de um terreno destinado ao Ministério da Guerra. Pub. no <i>D.O.</i> de 15-1-52 ..	20
30.381. <i>Trabalho</i> — Decreto de 10 de janeiro de 1952. Concede permissão a Indústrias Reunidas de Cal Limitada, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos. Publicado no <i>D.O.</i> de 12-1-52 ...	19	30.388. <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 12 de janeiro de 1952. Autoriza a cessão, em caráter provisório, de imóveis da União ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Pub. no <i>D.O.</i> de 15-1-52 ...	21
30.382. <i>Fazenda</i> — <i>Trabalho</i> — Decreto de 11 de janeiro de 1952. Revoga o art. 1.º do Decreto n.º 24.057, de 14 de novembro de 1947. Pub. no <i>D.O.</i> de 14-1-52	19	30.389. <i>Aeronáutica</i> . — Decreto de 12 de janeiro de 1952. Aprova o Regulamento do Comando de Transporte Aéreo. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-1-52. Retificado no <i>D.O.</i> de 16-1-52..	21
30.383. <i>Fazenda</i> — Decreto de 11 de janeiro de 1952. Revoga o Decreto n.º 27.850, de 6 de março de 1950. Pub. no <i>D.O.</i> de 14-1-52	19	30.390. <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 14 de janeiro de 1952. Cria o Núcleo Colonial de Una, no Estado da Bahia. Pub. no <i>D.O.</i> de 16-1-52. ..	25
30.384. <i>Fazenda</i> — Decreto de 11 de janeiro de 1952. Autoriza Karam Jossef Zaghaib a comprar pedras preciosas. Pub. no <i>D. O.</i> de 16-1-52. Rep. no <i>Diário Oficial</i> de 30-1-52	20	30.391. <i>Justiça</i> — Decreto de 15 de janeiro de 1952. Declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Psychognomia do Distrito Federal. Pub. no <i>D. O.</i> de 17-1-52	25
30.385 — <i>Justiça</i> — Decreto de 11 de janeiro de 1952. Concede a "IBEC Research Institute" autorização para funcionar no Brasil. Pub. no <i>D.O.</i> de 28 de janeiro de 1952	20	30.392. <i>Justiça</i> — Decreto de 15 de janeiro de 1952. Declara de utilidade pública a Associação do Ex-Seminarista Brasileiro, com sede no Distrito Federal. Pub. no <i>D.O.</i> de 17-1-52	25
30.386 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 12 de janeiro de 1952. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 2.404.190,90 para o fim que especifica. Pub. no <i>D.O.</i> de 15-1-52	20	30.393. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de janeiro de 1952. Outorga à Companhia Hidrelétrica Águas Negras concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Águas Negras, no rio de igual nome, limitando os distritos de Ituporanga e Rio do Sul, municípios de Bom Retiro e Rio do Sul, Estado de Santa Catarina. Pub. no <i>D. O.</i> de 8-2-52 — Ret. no <i>D. O.</i> de 17-3-52	25
30.387. <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 12 de janeiro de 1952. Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar		30.394. <i>Educação</i> — Decreto de 15 de janeiro de 1952. Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Auxiliares de En-	

	Pág.		Pág.
fermagem da Assistência Médico-Social da Armada. Publicado no D. O. de 24-1-52	27	Tabela Numérica de Mensalistas da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e dá outras providências. Pub. no D. O. de 24-1-52	30
30.395. <i>Justiça</i> — Decreto de 15 de janeiro de 1952. Altera o Decreto n.º 20.489, de 24 de janeiro de 1946. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 17-1-52	28	30.403. <i>Exterior</i> — Decreto de 17 de janeiro de 1952. Cria uma Legação do Brasil junto à Soberana Ordem Militar de Malta. Pub. no D. O. de 21 de janeiro de 1952	47
30.396. <i>Exterior</i> — Decreto de 15 de janeiro de 1952. Cria o Consulado de carreira do Brasil em Munique, na República Federal da Alemanha. Pub. no D. O. de 17-1-52	28	30.404. <i>Fazenda</i> — Decreto de 17 de janeiro de 1952. Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Publicado no D. O. de 21-1-52. — Ret. no D. O. de 23-1-52 ...	47
30.397. <i>Exterior</i> — Decreto de 15 de janeiro de 1952. Cria o Consulado de carreira de Dusseldorf, na República Federal da Alemanha. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 17-1-52	28	30.405. — Decreto de 17 de janeiro de 1952. Concede autorização para a constituição da Cooperativa Banco Federal da Produção, de Responsabilidade Limitada, com sede no Distrito Federal. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	47
30.398. <i>Exterior</i> — Decreto de 15 de janeiro de 1952. Dispõe sobre a representação consular do Brasil em Iquitos, Peru. Publicado no D. O. de 17-1-52	29	30.406. <i>Agricultura</i> — Decreto de 17 de janeiro de 1952. Concede a Porcelana Real S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no D. O. de 20-1-52	47
30.399. <i>Justiça</i> — Decreto de 16 de janeiro de 1952. Designa comissão para estudar o sistema estatístico brasileiro e emitir parecer a respeito. Pub. no D. O. de 16-1-52	29	30.407. <i>Agricultura</i> . Decreto de 17 de janeiro de 1952. Concede à Empresa Brasileira de Cromo Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração Pub. no D.O. de 22 de fevereiro de 1952	48
30.400. <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 16 de janeiro de 1952. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 70.880,00 para o fim que especifica. Publicado no D. O. de 18-1-52	30	30.408. <i>Agricultura</i> — Decreto de 17 de janeiro de 1952. Concede a Pereira & Cia. autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no D. O. de 28-1-52	48
30.401. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 15 de janeiro de 1952. Outorga à Prefeitura Municipal de Rio das Contas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Casa Branca, no rio Brumado, distrito da sede do município de Rio de Contas, Estado da Bahia. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	30	30.409. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 17 de janeiro de 1952. Renova o Decreto n.º 27.277, de 29 de setembro de 1949. Publicado no D.O. de 24-1-52	48
30.402. <i>Viação</i> — Decreto de 16 de janeiro de 1952. Aprova a			

Pág.		Pág.
30.410.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 17 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minério de chumbo e associados nos municípios de Cerro Azul e Imbuí, Estado do Paraná. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-1-52	49
30.411.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 17 de janeiro de 1952. Autoriza a Cia. de Estanho S. João del Rei a pesquisar cassiterita e associados no município de São Tiago, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 24 de janeiro de 1952	49
30.412.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 17 de janeiro de 1952. Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco. Pub. no <i>D. O.</i> de 24 de janeiro de 1952	50
30.413.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 17 de janeiro de 1952. Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-1-52	50
30.414.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 17 de janeiro de 1952. Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-1-52	51
30.415.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 17 de janeiro de 1952. Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco. Pub. no <i>D. O.</i> de 24 de janeiro de 1952	52
30.416.	<i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 18 de janeiro de 1952. Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 para integralização do capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 21-1-52	52
30.417.	<i>Educação</i> — Decreto de 18 de janeiro de 1952. Concede prerrogativas de equiparação à Universidade Católica de Pernambuco. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 8-2-52	52
30.418.	<i>Educação</i> — Decreto de 21 de janeiro de 1952. Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-1-52	53
30.419.	<i>Educação</i> — Decreto de 21 de janeiro de 1952. Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-1-52	53
30.420.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de janeiro de 1952. Outorga à Empresa de Água e Esgotos de Ribeirão Preto S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da corredeira do Quebra Joelho, existente no rio Pardo, distrito de Ribeirão Preto, município de igual nome. Estado de São Paulo. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 26-1-52	53
30.421.	<i>Educação</i> — Decreto de 21 de janeiro de 1952. Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-1-52	55
30.422.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de janeiro de 1952. Outorga a Zortéa & Cia. Limitada concessão para o aproveitamento de energia hidráulica no Rio do Peixe, distrito e município de Capinzal, Estado de Santa Catarina. Pub. no <i>D. O.</i> de 13-2-52. — Ret. no <i>D. O.</i> de 17-3-52	55

	Pág.		Pág.
30.423. <i>Guerra — Fazenda —</i> Decreto de 21 de janeiro de 1952. Autoriza a cessão de um terreno da União à Prefeitura do Distrito Federal. Publicado no <i>D. O.</i> de 24-1-52	57	cede reconhecimento ao curso de engenheiro industrial, mo- dalidade mecânica da Faculdade de Engenharia Industrial, da Pontifícia Universidade Cató- lica de São Paulo. Pub. no <i>D. O.</i> de 23-1-52	59
30.424. <i>Justiça —</i> Decreto de 22 de janeiro de 1952. Declara de utilidade pública a Asso- ciação dos Agentes Fiscais do Imposto de Consumo do Brasil, com sede no Distrito Federal. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-1-52	58	30.430. <i>Viação —</i> Decreto de 23 de janeiro de 1952. Ou- torga concessão à Rádio Clube do Brasil S. A. para estabele- cer uma estação radiodifusora, em frequência modulada, nesta Capital. Pub. no <i>D. O.</i> de 2 de abril de 1952	60
30.425. <i>Educação — Fazenda —</i> Decreto de 22 de janeiro de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito es- pecial de Cr\$ 100.000.000,00, para atender, em 1951, às des- pesas de pessoal, de estabele- cimentos de ensino superior fe- deralizados. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-1-52	58	30.431. <i>Viação —</i> Decreto de 23 de janeiro de 1952. Ou- torga concessão à Sociedade Rádio Emissoras de Pirati- ninga Limitada para estabele- cer uma estação radiodifusora, em ondas curtas, na Capital do Estado de São Paulo. Publi- cado no <i>D. O.</i> de 11-2-52	60
30.426. Decreto de 22 de janeiro de 1952. Dá nova denominação ao Ginásio Santo Estanislau, de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. Ainda não foi publicado por falta de paga- mento	59	30.432. <i>Viação —</i> Decreto de 23 de janeiro de 1952. Ou- torga concessão à Rádio Socie- dade Anônima Mayrink Veiga para estabelecer uma estação radiodifusora, em frequência modulada, nesta Capital. Pu- blicado no <i>D. O.</i> de 18 de março de 1952	60
30.427. <i>Educação —</i> Decreto de 22 de janeiro de 1952. Con- cede autorização para funciona- mento dos cursos de Filosofia, Letras clássicas, Letras néo- latinas, Letras anglo-germâni- cas, Pedagogia, Matemática, Fí- sica, Química, História Natural, Geografia e História da Facul- dade de Filosofia, da Bahia. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-1-52	59	30.433. <i>Educação-Fazenda —</i> Decreto de 23 de janeiro de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 136.831,20, para atender às despesas com o pagamento de gratificações de magistério. Pub. no <i>D. O.</i> de 24 de janeiro de 1952	61
30.428. <i>Educação —</i> Decreto de 22 de janeiro de 1952. Con- cede autorização para funciona- mento dos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras clássicas, letras néo-latinas e le- tras anglo-germânicas, da Facul- dade de Filosofia de Alagoas. Publicado no <i>D. O.</i> de 31 de ja- neiro de 1952	59	30.434. <i>Justiça —</i> Decreto de 23 de janeiro de 1952. Dá nova redação ao artigo 266 e seus parágrafos do Regulamen- to do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 16.274, de 20 de dezembro de 1923. Publi- cado no <i>D. O.</i> de 24 de janeiro de 1952	62
30.429. <i>Educação —</i> Decreto de 22 de janeiro de 1952. Con-			

	Pág.		Pág.
30.435. <i>Educação</i> — Decreto de 23 de janeiro de 1952. Aprova instruções para execução da lei que menciona. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-1-52 ..	63	banco estrangeiro. Pub. no <i>D. O.</i> de 7-2-52. Rep. no <i>D. O.</i> de 25-2-52	66
30.436. <i>Viação</i> — Decreto de 24 de janeiro de 1952. Concede permissão à Escola de Rádio Eletricidade Delorenzi para funcionar como escola de radioeletricidade e aprova seu regulamento. Pub. no <i>D. O.</i> de 29-2-52	64	30.443. <i>Agricultura</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Declara remanescentes, de acordo com o art. 5.º, letras "a" e "b", do Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas que indica. Pub. no <i>D. O.</i> de 28-1-52	66
30.437. <i>Agricultura</i> — Decreto de 24 de janeiro de 1952. Autoriza a Companhia Minas da Passagem a pesquisar minério de ouro e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 26-1-52	64	30.444. <i>Agricultura</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Declara protetoras, de acordo com o art. 4.º, letras "a" e "b", do Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas que indica. Pub. no <i>D. O.</i> de 28 de janeiro de 1952	66
30.438. <i>Educação — Fazenda</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para atender às despesas com o prosseguimento da Campanha Nacional contra a Tuberculose. Pub. no <i>D. O.</i> de 25-1-51 ...	65	30.445. <i>Agricultura</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a ampliar suas instalações. Pub. no <i>D. O.</i> de 7 de fevereiro de 1952	67
30.439. <i>Fazenda</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.727.338,10, para o fim que especifica. Pub. no <i>D. O.</i> de 28-1-52	65	30.446. <i>Agricultura</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Autoriza The São Paulo Tramway, Ligth & Power Company, Limited, a montar novos grupos geradores hidroelétricos em instalações subterrâneas, nas proximidades da atual usina de Cubatão. Pub. no <i>D. O.</i> de 1 de fevereiro de 1952	67
30.440. <i>Fazenda</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Autoriza Valdevino Gomes de Carvalho a comprar pedras preciosas. Pub. no <i>D. O.</i> de 1 de fevereiro de 1952	65	30.447. <i>Agricultura</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Renova o Decreto n.º 26.980, de 28 de julho de 1949, Publicado no <i>D. O.</i> de 28 de janeiro de 1952	68
30.441. <i>Fazenda</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Autoriza João Gomes de Carvalho a comprar pedras preciosas. Pub. no <i>D. O.</i> de 31-1-52 ...	66	30.448. <i>Agricultura</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Renova o Decreto n.º 27.083, de 25 de agosto de 1949. Pub. no <i>D. O.</i> de 28-1-52	68
30.442. <i>Fazenda</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Aprova aumento de capital e autoriza a instalação de agências de		30.449. <i>Agricultura</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Autoriza a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo a pesquisar argila e associados, no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São	

	Pág.		Pág.
Paulo. Pub. no D. O. de 28 de janeiro de 1951	69	tica. Pub. no D.O. de 29 de janeiro de 1952	72
30.450. <i>Agricultura</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Hipólito Joaquim Ribeiro a pesquisar ametistas e associados, no Município de Independência, Estado do Ceará. Pub. no D. O. de 28-1-52	69	30.457. Decreto. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	73
30.451. <i>Agricultura</i> — Decreto de 25 de janeiro de 1952. Autoriza a cidadã brasileira Uardat Frayha a lavar água mineral no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 28 de janeiro de 1952	70	30.458. <i>Agricultura</i> — Decreto de 28 de janeiro de 1952. Outorga à Fiação e Tecelagem "João Lombardi" S. A. concessão para aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no rio Barba de Lobo, na localidade de Coqueiro, distrito de Rio das Mortes, município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 8-2-52 ..	73
30.452. <i>Justiça</i> — Decreto de 26 de janeiro de 1952. Cria o distintivo tipo "Caracacha" no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Pub no D. O. de 2 de fevereiro de 1952	70	30.459. Decreto de 28 de janeiro de 1952. Revalida o Decreto n.º 19.820, de 18 de outubro de 1945, que outorgou à Prefeitura Municipal de Guaporé concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Guaporé, no distrito da sede do município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	75
30.453. <i>Agricultura</i> — Decreto de 26 de janeiro de 1952. Autoriza a Mineração Rio Doce Limitada a pesquisar mica no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 30 de janeiro de 1952	71	30.460. <i>Educação</i> — Decreto de 28 de janeiro de 1952. Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação, e Saúde. Pub. no D.O. de 30-1-52	75
30.454. <i>Agricultura</i> — Decreto de 26 de janeiro de 1952. Autoriza a Mineração Rio Doce Limitada a pesquisar mica no Município de Pechanha, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 30-1-52	71	30.461. <i>Agricultura</i> — Decreto de 28 de janeiro de 1952. Autoriza a Companhia Fôrça e Luz, do Paraná, Sociedade Anônima, a ampliar suas instalações. Pub. no D.O. de 7 de fevereiro de 1952	75
30.455. <i>Agricultura</i> — Decreto de 26 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Guimarinho Guieiro a pesquisar diamantes, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 30 de janeiro de 1952	72	30.462. <i>Agricultura</i> — Decreto de 28 de janeiro de 1952. Autoriza a Companhia Luz e Fôrça "Santa Cruz" a aumentar a potência de aproveitamento do Rio Paranapanema. Publicado no D.O. de 8-2-52	76
30.456. <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 26 de janeiro de 1952. Altera o Regulamento do Serviço de Identificação de Aeronáu-		30.463. <i>Agricultura</i> — Decreto de 28 de janeiro de 1952. Au-	

	Pág.		Pág.
toriza o cidadão brasileiro Luiz Maria da Silva a pesquisar minério de scheelita no município de Itaretama, Estado do Rio Grande do Norte. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 31-1-52	76	30.469. <i>Agricultura</i> — Decreto de 28 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Francelino Gualberto da Silva a pesquisar cristal de rocha no município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia. Pub. no <i>D.O.</i> de 1-2-52	79
30.464. <i>Agricultura</i> — Decreto de 28 de janeiro de 1952. Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Pedro Luís Correia e Castro, Pedro José Werneck Correia e Castro e Luís Felipe Carneiro de Lacerda Filho a pesquisar calcário e associados, no município de Itararé, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D.O.</i> de 31-1-52	77	30.470. <i>Agricultura</i> — Decreto de 28 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Gabriel Caúla Soares a pesquisar caulim e associados no município de Bicas, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 1-2-52	80
30.465. <i>Agricultura</i> — Decreto de 28 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Gonçalves Loura Filho a pesquisar calcário e associados no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D.O.</i> de 31 de janeiro de 1952.	77	30.471. <i>Agricultura</i> — Decreto de 29 de janeiro de 1952. Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a construir uma linha de transmissão entre a Usina de Fontes, Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, e a Estação Receptora de Cascadura, no Distrito Federal. Publicado no <i>D.O.</i> de 11 de fevereiro de 1952. Ret. no <i>Diário Oficial</i> de 12-3-52	80
30.466. <i>Agricultura</i> — Decreto de 28 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Andrade a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D.O.</i> de 31-1-52.	78	30.472. Decreto de 29 de janeiro de 1952. Outorga à Indústria, Comércio e Cultura de Madeiras Sguario S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água no rio Congonhas, nos limites dos municípios de Arai-poronga e Congoninhas, Estado do Paraná. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	81
30.467. <i>Agricultura</i> — Decreto de 28 de janeiro de 1952. Fica autorizado o cidadão brasileiro Joaquim Gomes de Oliveira a pesquisar caulim e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D.O.</i> de 31-1-52 .	78	30.473. <i>Fazenda e Agricultura</i> — Decreto de 29 de janeiro de 1952. Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros, de produção nacional, para o ano de 1952. Pub. no <i>D.O.</i> de 31-1-52	81
30.468. <i>Agricultura</i> — Decreto de 28 de janeiro de 1952. Fica autorizado o cidadão brasileiro Mário Aguiar a pesquisar berilo e associados no município de São Luís do Paraitinga, Estado de S. Paulo. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 1-2-52	79	30.474. <i>Educação</i> — Decreto de 29 de janeiro de 1952. Concede autorização para funciona-	

	Pág.		Pág.
mento do curso de Música da Escola de Música e Belas-Artes do Paraná. Pub. no <i>D.O.</i> de 7-2-52	82	30.481. Decreto de 30 de janeiro de 1952. Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Gangorra. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	85
30.475. <i>Educação</i> — Decreto de 29 de janeiro de 1952. Concede autorização para funcionamento do curso de Didática da Faculdade de Filosofia de Goiás. Pub. no <i>D.O.</i> de 7-2-52.	83	30.482. Decreto de 30 de janeiro de 1952. Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas dos rios Salgado, Baixa do Mumungu e Baixa do Mulungu. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	85
30.476. <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 43.607,70 para atender às despesas de gratificação de magistério. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-2-52	83	30.483. <i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Concede a R. C. A. Victor Rádio S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no <i>D.O.</i> de 24 de março de 1952	85
30.477. <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 45.654,000, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-2-52	84	30.484. <i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Altera o art. 1.º do Decreto número 29.540, de 9 de maio de 1951. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de fevereiro de 1952	86
30.478. <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 39.779,30, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério. Pub. no <i>D.O.</i> de 4 de fevereiro de 1952	84	30.485. <i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a pesquisar minérios de cromo, no município de Masagão. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 5-2-52	85
30.479. <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.780,00, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-2-52	85	30.486. <i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Ismael Ribeiro de Barros a pesquisar água mineral no município de Iacanga, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D.O.</i> de 5-2-52	87
30.480. Decreto de 30 de janeiro de 1952. Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Sal. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	85	30.487. <i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro José Ermírio de Moraes a pesquisar argila, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de fevereiro de 1952	87

	Pág.		Pág.
30.488. <i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Ermírio de Moraes a pesquisar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D. O.</i> de 5-2-48	88	"Aluminium Union Limited" autorização para funcionar na República. Pub. no <i>D. O.</i> de 14-2-52	90
30.489. <i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Batista de Sá Sobrinho a pesquisar mica no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 5 de fevereiro de 1952	88	30.495. <i>Trabalho</i> — Decreto de 31 de janeiro de 1952. Concede à sociedade "MAG — Navegação e Comércio Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Pub. no <i>D. O.</i> de 2-2-52	91
30.490. <i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Moisés José Martins a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 5-2-52	89	30.496. <i>Trabalho</i> — Decreto de 31 de janeiro de 1952. Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da The Yorkshire Insurance Company Limited. Publicado no <i>D. O.</i> de 27-3-52	91
30.491. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Autoriza o cidadão José Tristão Riet de Carvalho a pesquisar calcário e associados no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 5-2-52	89	30.497. <i>Trabalho</i> — Decreto de 31 de janeiro de 1952. Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros "Aliança Brasileira". Publicado no <i>D. O.</i> de 7-2-52	91
30.492. <i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de janeiro de 1952. Autoriza Indústrias Brasileira e Artigos Refratários S. A. IBAR a pesquisar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D. O.</i> de 5-2-52	90	30.498. <i>Trabalho</i> — Decreto de 31 de janeiro de 1952. Aprova com modificações, alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Aliança Rio Grandense de Seguros Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 8-2-52	92
30.493. <i>Viação</i> — Decreto de 31 de janeiro de 1952. Aprova novo orçamento para reconstrução e ampliação de edifícios na linha São Francisco-Joazeiro, da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Pub. no <i>D. O.</i> de 5-2-52	90	30.499. <i>Fazenda</i> — Decreto de 31 de janeiro de 1952. Autoriza Armênio Santos a comprar pedras preciosas. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 15-2-52	92
30.494. <i>Trabalho</i> — Decreto de 31 de janeiro de 1952. Revoga os Decretos que concederam à Sociedade Anônima		30.500. <i>Agricultura</i> — Decreto de 31 de janeiro de 1952. Revalida o Decreto n.º 28.873, de 16 de novembro de 1950, que outorgou à Empresa Ourobrânquense de Eletricidade e Transformação de Produtos S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Veríssimo, Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, e restringe a zona de concessão da Cia. Industrial Oupretana de Tecidos, Força,	

	Pág.		Pág.
Luz e Telefones. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 11-2-52	92	no 5.º Distrito do município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	94
30.501. Decreto de 31 de janeiro de 1952. Outorga à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível no ribeirão do Espírito Santo, distrito de Ibitiguaia, município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	93	30.507. <i>Educação</i> — Decreto de 5 de fevereiro de 1952 — Concede autorização para funcionamento do curso de engenharia civil da Escola Politécnica do Estado do Espírito Santo. Publicado no <i>D. O.</i> de 19-2-52 ..	94
30.502. <i>Agricultura</i> — Decreto de 1 de fevereiro de 1952. Altera a lotação de repartição do Ministério da Agricultura. Pub. no <i>D. O.</i> de 5-2-52	93	30.508. Decreto de 5 de fevereiro de 1952. Concede reconhecimento à Escola Técnica de Bauru. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	94
30.503. <i>Guerra</i> — Decreto de 4 de fevereiro de 1952. Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário a serviço do Exército Nacional. Pub. no <i>D. O.</i> de 7-2-50	93	30.509. <i>Justiça</i> — <i>Exterior</i> — Decreto de 6 de fevereiro de 1952. Manda prestar a Sua Majestade Jorge VI, Rei da Grã Bretanha, da Irlanda e dos Domínios Britânicos de Além-Mar, as honras de Chefe de Estado. Pub. no <i>D. O.</i> de 7 de fevereiro de 1952	94
30.504. <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 4 de fevereiro de 1952. Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.850.589,00, para o fim que especifica. Publicado no <i>D. O.</i> de 7-2-52 ..	94	30.510. <i>Exterior</i> — Decreto de 7 de fevereiro de 1952. Altera o art. 4.º do Regulamento para o Serviço Consular Honorário do Brasil. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 9-2-52	95
30.505 — Decreto de 5 de fevereiro de 1952. Outorga ao Estado do Paraná concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um trecho encachoeirado, com início no salto São João, existente no rio Mourão, município de igual nome, Estado do Paraná. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	94	30.511. <i>Educação</i> — Decreto de 7 de fevereiro de 1952. Concede prerrogativas de equiparação à Universidade Machenzie e aprova seu estatuto. Pub. no <i>D. O.</i> de 1-3-52	95
30.506. — Decreto de 5 de fevereiro de 1952. Outorga à Companhia Hidrelétrica Santa Branca S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Santana, na localidade denominada Santa Branca,		30.512. <i>Agricultura</i> — Decreto de 7 de fevereiro de 1952. Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura. Pub. no <i>D. O.</i> de 9-2-52	95
		30.513. <i>Trabalho</i> — <i>Viação</i> — Decreto de 7 de fevereiro de 1952. Dispõe sobre a majoração dos salários do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimô-	

Pág.		Pág.
	nio nacional, e dá outras providências. Pub. no <i>D.O.</i> de 11 de fevereiro de 1952	96
30.514.	<i>Trabalho</i> — Decreto de 8 de fevereiro de 1952. Concede à sociedade "Comércio, Indústria e Navegação São José Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação e cabotagem. Pub. no <i>D. O.</i> de 19-2-52	98
30.515.	<i>Trabalho</i> — Decreto de 8 de fevereiro de 1952. Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive mudanças de denominação e aumento de capital, da Atalaia, Companhia de Seguros Gerais. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 21-2-52	98
30.516.	<i>Fazenda</i> — Decreto de 9 de fevereiro de 1952. Extingue cargos excedentes. Publicado no <i>D. O.</i> de 12-2-52	98
30.517.	<i>Fazenda</i> — Decreto de 9 de fevereiro de 1952. Extingue cargos excedentes. Publicado no <i>D. O.</i> de 12-2-52 ..	98
30.518.	<i>Fazenda</i> — Decreto de 9 de fevereiro de 1952. Extingue cargos excedentes. Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de fevereiro de 1952	99
30.519.	<i>Fazenda</i> — Decreto de 9 de fevereiro de 1952. Extingue cargos excedentes. Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de fevereiro de 1952	99
30.520.	<i>Fazenda</i> — Decreto de 9 de fevereiro de 1952. Extingue cargos excedentes. Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de fevereiro de 1952	99
30.521.	<i>Fazenda</i> — Decreto de 9 de fevereiro de 1952. Extingue cargos excedentes. Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de fevereiro de 1952	100
30.522.	<i>Fazenda</i> — Decreto de 9 de fevereiro de 1952. Extingue cargos excedentes. Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de fevereiro de 1952	100
30.523.	<i>Fazenda</i> — Decreto de 9 de fevereiro de 1952. Extingue cargos excedentes. Publicado no <i>D. O.</i> de 12 de fevereiro de 1952	100
30.524.	<i>Viação</i> — Decreto de 11 de fevereiro de 1952. Aprova novo projeto e orçamento para a construção de um armazém pela Companhia Docas de Santos. Pub. no <i>D. O.</i> de 13 de fevereiro de 1952	101
30.525.	<i>Marinha</i> — Decreto de 11 de fevereiro de 1952. Suprime cargo extinto. Pub. no <i>D. O.</i> de 13-2-52	101
30.526.	<i>Marinha</i> — Decreto de 11 de fevereiro de 1952. Suprime cargo extinto. Pub. no <i>D. O.</i> de 13-2-52	101
30.527.	<i>Marinha</i> — Decreto de 11 de fevereiro de 1952. Suprime cargo extinto. Pub. no <i>D. O.</i> de 13-2-52	101
30.528.	<i>Marinha</i> — Decreto de 11 de fevereiro de 1952. Suprime cargo extinto. Pub. no <i>D. O.</i> de 13-2-52	102
30.529.	<i>Viação</i> — Decreto de 12 de fevereiro de 1952. Altera o Decreto n.º 23.863, de 16 de outubro de 1947, que aprovou projeto e orçamento para construção de armazém de segunda linha no porto de Rio Grande. Pub. no <i>D. O.</i> de 14 de fevereiro de 1952	102
30.530.	<i>Viação</i> — Decreto de 12 de fevereiro de 1952. Aprova projeto e orçamento para construção, no porto de Rio Grande, de armazém anexo ao de que trata o Decreto número 23.863, de 16 de outubro de 1947. Pub. no <i>D. O.</i> de 14 de fevereiro de 1952	102
30.531.	<i>Educação</i> — Decreto de 12 de fevereiro de 1952. Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde. Pub. no <i>D. O.</i> de 14-2-52	103

	Pág.		Pág.
30.532. <i>Educação</i> — Decreto de 12 de fevereiro de 1952. Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde. Publicado no D. O. de 14-2-52 .	103	de Artigos Refratários S. A. IBAR — a pesquisar bauxita e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 29-2-52 .	106
30.533. <i>Viação</i> — Decreto de 12 de fevereiro de 1952. Suprime cargo extinto. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 13-2-52 .	103	30.540. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Autoriza a Empresa Nacional de Estanho Limitada a lavrar cassiterita e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 29-2-52 .	107
30.534. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Alípio de Mendonça Chaves a lavrar minério de ferro e associados no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 29-2-52 .	104	30.541. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Autoriza a cidadã brasileira Maria Cândida de Jesus a pesquisar minério de manganês e associados, no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 29-2-52 .	108
30.535. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar ocre no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	104	30.542. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Manuel de Matos Júnior a lavrar calcário e associados no município de Arcos, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 29-2-52 .	109
30.536. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Fica autorizado o cidadão brasileiro José Correia Marra a pesquisar sílex e associados, no município de Patos de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 29 de fevereiro de 1952 .	104	30.543. <i>Viação</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Aprova projetos e orçamentos para a construção dos 1.º, 4.º e 5.º trechos da linha férrea Oiticica-Foz do 'Brelenga. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 19-2-52 .	109
30.537. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Renova o Decreto n.º 25,079, de 9 de junho de 1948. Pub. no D. O. de 29-2-52 .	105	30.544. <i>Exterior</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá, a 30 de abril de 1948. Pub. no D. O. de 19-2-52 .	110
30.538. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro João Lamarca a lavrar água mineral no município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 29-2-52	105	30.545. <i>Exterior</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Torna pública a entrada em vigor da Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá, a 30 de abril de 1948. Pub. no D. O. de 19-2-52 .	110
30.539. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Autoriza a Indústrias Brasileiras			

	Pág.		Pág.
30.546. <i>Exterior</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Suprime o Vice-Consulado honorário do Brasil em Savannah e cria uma Repartição honorária da mesma categoria em Jacksonville. Pub. no <i>D. O.</i> de 19 de fevereiro de 1952	111	Letras clássicas, Letras neolatinas e Letras anglo-germânicas da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras. Pub. no <i>D. O.</i> de 20-2-52	114
30.547. <i>Exterior</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Cria o Consulado Honorário do Brasil no Pireu, na Grécia. Publicado no <i>D. O.</i> de 15-2-52	111	30.553. <i>Fazenda</i> — Decreto de 15 de fevereiro de 1952. Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 41.806,00, para o fim que especifica. Publicado no <i>D. O.</i> de 19-2-52 . .	114
30.548. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Autoriza The São Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited, a construir um ramal de linha de transmissão no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D. O.</i> de 5-3-52	111	30.554. <i>Fazenda</i> — Decreto de 15 de fevereiro de 1952. Revoga o Decreto n.º 4.960, de 30 de novembro de 1939. Publicado no <i>D. O.</i> de 7-3-52 . . .	114
30.549. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Nova Granada e Palestina, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 19-3-52	112	30.555. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de fevereiro de 1952. Declara de utilidade pública diversas áreas de terra e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas. Publicado no <i>D. O.</i> de 5-3-52	114
30.550. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 28.712, de 6 de outubro de 1950. Publicado no <i>D. O.</i> de 29-2-52.	112	30.556. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de fevereiro de 1952. Autoriza o funcionamento da terceira unidade geradora, de 3.000kVA, na Usina de Pirajú da Companhia Luz e Força "Santa Cruz". Pub. no <i>D. O.</i> de 14-3-52	115
30.551. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Autoriza a Cerâmica Itaoca Limitada a lavar turfa, caulim, argila e associados, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 29-2-52	113	30.557. Decreto de 15 de fevereiro de 1952. Outorga à Prefeitura Municipal de Jequitibá ou empresa que organizar concessão para distribuir energia elétrica na sede do Município de Jequitibá, Estado de Minas Gerais. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	115
30.552. <i>Educação</i> — Decreto de 14 de fevereiro de 1952. Concede autorização para funcionamento dos cursos de Filosofia, Pedagogia, Geografia e História,		30.558. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de fevereiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a lavar quartzo e associados no Município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 29-2-52	115

	Pág.		Pág.
30.559. <i>Viação</i> — Decreto de 15 de fevereiro de 1952. Cancela o Decreto n.º 16.966, de 25 de outubro de 1944. Publicado no D. O. de 29-2-52 .	116	Reconhecimento à Escola Industrial Antártica. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	120
30.560. <i>Viação</i> — Decreto de 15 de fevereiro de 1951. Suprime cargo extinto. Pub. no D. O. de 15-2-52 .	116	30.567. <i>Educação</i> — Decreto de 20 de fevereiro de 1952. Concede reconhecimento à Escola Industrial Silva Freire. Pub. no D. O. de 3-3-52	120
30.561. <i>Trabalho</i> — Decreto de 18 de fevereiro de 1952. Dispõe sobre a aplicação do art. 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos. Pub. no D. O. de 19-2-52 .	117	30.568. <i>Viação</i> — Decreto de 20 de fevereiro de 1952. Aprova nova modificação na planta das obras de construção do porto de Niterói, a que se referem os Decretos ns. 17980, de 12 de novembro de 1927, 822, de 15 de maio de 1936 e 9.018, de 16 de março de 1942. Pub. no D. O. de 22-2-52 .	121
30.562. <i>Viação</i> — Decreto de 18 de fevereiro de 1952. Aprova novo orçamento para a construção do cais do Caju, no Porto do Rio de Janeiro. Publicado no D. O. de 20-2-52 .	119	30.569. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Autoriza o Departamento Autônomo de Carvão Mineral a lavrar carvão mineral no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no D. O. de 23-2-52 .	121
30.563. <i>Fazenda</i> — Decreto de 19 de fevereiro de 1952. Dispõe sobre a doação de terras do domínio da União ao Município de Ibaiti, no Estado do Paraná. Pub. no D. O. de 21-2-52 .	119	30.570. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira, empresa de mineração, a lavrar minério de ferro e associados no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais. Publ. no D. O. de 23-2-52 .	122
30.564. <i>Agricultura</i> — Decreto de 19 de fevereiro de 1952. Autoriza De Simone & Cia. Ltda., a ampliar suas instalações hidroelétricas e dá outras providências. Pub. no D. O. de 22 de fevereiro de 1952 .	119	30.571. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Bertoldo Hey a lavrar água mineral no município de Malé, Estado do Paraná. Pub. no D. O. de 23-2-52 .	123
30.565. <i>Educação</i> — Decreto de 20 de fevereiro de 1952. Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, física, química, história natural, geografia e história, letras clássicas, letras neo-latinas — letras anglo-germânicas e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba. Pub. no D. O. de 23-2-52 .	120	30.572. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Renova o Decreto n.º 27.226, de 26 de setembro de 1949. Publicado no D. O. de 23-2-52 .	123
30.566. Decreto de 20 de fevereiro de 1952. Concede reco-		30.573. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Dias do Vale a pes-	

Pág.	Pág.
quisar quartzo e pedras semipreciosas no município de Macurani, Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 23-2-52	124
30.574. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Cavalcanti de Albuquerque a pesquisar calcário e gipsita no município de Barra da Corda, Estado do Maranhão. Pub. no D.O. de 23-2-52	124
30.575. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Concede à Sociedade para a Indústria Extrativa de Mármore (S.I.E.M.A.) Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no D.O. de 11 de março de 1952	123
30.576. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Primo Rafaelli a lavar água-mineral rádio-ativa no município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 23-2-52	125
30.577. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Lúcio Lunardi a pesquisar calcário no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 23 de fevereiro de 1952	126
30.578. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Peixoto da Silva a pesquisar água mineral no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 23-2-52	126
30.579. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Revoga o Decreto n.º 27.080, de 25 de agosto de 1949. Publicado no D.O. de 23-2-52	127
30.580. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Pinheiro Lopes a pesquisar quartzo e associados nos municípios de Cristalina e Ipameri, Estado de Goiás. Publicado no D.O. de 23-2-52	127
30.581. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Manuel César de Araújo a pesquisar scheelita e associados no município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte. Pub. no D.O. de 23-2-52	128
30.582. <i>Exterior</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Eleva o Vice-Consulado honorário do Brasil em Melbourne à categoria de Consulado honorário. Pub. no D.O. de 28 de fevereiro de 1952	123
30.583. <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Cria a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos e dá outras providências. Pub. no D.O. de 28-2-52.	128
30.584. <i>Viação</i> — Decreto de 21 de fevereiro de 1952. Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Cajazeiras". Pub. no D.O. de 23-2-52	129
30.585. Decreto de 22 de fevereiro de 1952. Autoriza a empresa Fôrça e Luz São José a ampliar suas instalações hidráulicas. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	130
30.586. <i>Agricultura</i> — Decreto de 22 de fevereiro de 1952. Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira a proceder aos estudos para o aproveitamento da energia hidráulica de diversos desníveis dos ribeirões Cocaes Grande e Cocaes Pequeno e outros afluentes da margem esquerda do rio Piracicaba,	

	Pág.		Pág.
compreendidos entre as estações de Sá Carvalho e Coronel Fabriciano, da Estrada de Ferro Vitória a Minas, bem assim, do trecho do rio Doce, compreendido entre a barra do Piracicaba e o foz do ribeirão Mombaça, nos municípios de Antônio Dias, S. Domingos do Prata e Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 29-2-52	130	nesta Capital concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da queda d'água Capitão Mor, no rio de igual nome, distrito de Arapés, Município de Bananal, Estado de São Paulo. Pub. no D.O. de 13-3-52	132
30.587 — Decreto de 22 de fevereiro de 1952. Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado na Capital do Estado do Rio de Janeiro. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	130	30.593. <i>Trabalho</i> — Decreto de 28 de fevereiro de 1952. Aprova alteração introduzida nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Paulista de Seguros. Pub. no D.O. de 6-3-52	133
30.588. <i>Educação</i> — Decreto de 22 de fevereiro de 1952. Concede reconhecimento dos cursos de Geografia e História, Letras neo-slavas, Letras anglo-germânicas e Pedagogia, da Faculdade de Filosofia de Goiás. Publicado no D.O. de 3-3-52 ..	130	30.594. <i>Exterior</i> — Decreto de 28 de fevereiro de 1952. Cria Consulado de carreira em Jacarta, Indonésia. Pub. no D.O. de 1-3-52	133
30.589. <i>Viação</i> — Decreto de 22 de fevereiro de 1952. Declara caduca a concessão outorgada à Rádio Televisão do Brasil S. A. Pub. no D.O. de 25-2-52 ..	131	30.595. <i>Fazenda</i> — Decreto de 28 de fevereiro de 1952. Autoriza Antenor Flygare Teles a comprar pedras preciosas. Publicado no D.O. de 5-3-52 ..	133
30.590. <i>Viação</i> — Decreto de 22 de fevereiro de 1952. Outorga concessão à Rádio Televisão Paulista S. A., para estabelecer uma estação radiotelevisão na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Pub. no D.O. de 6-3-52 ..	131	30.596 — <i>Fazenda</i> — Decreto de 28 de fevereiro de 1952. Autoriza Antônio Lustosa de Brito a comprar pedras preciosas. Pub. no D.O. de 13-3-52 ..	133
30.591. <i>Educação</i> — Decreto de 23 de fevereiro de 1952. Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis que menciona, situados no Distrito Federal. Pub. no D.O. de 29-2-52	131	30.597. Decreto de 28 de fevereiro de 1952. Autoriza a Prefeitura Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações e dá outras providências. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	133
30.592. <i>Agricultura</i> — Decreto de 27 de fevereiro de 1952. Outorga à Companhia Imobiliária América do Sul com sede		30.598. <i>Agricultura</i> — Decreto de 28 de fevereiro de 1952. Autoriza a companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações termoeletricas. Publicado no D.O. de 14-3-52 ..	134
		30.599. Decreto de 28 de fevereiro de 1952. Autoriza a Prefeitura Municipal de Canguçu a ampliar suas instalações termoeletrica. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	134

	Pág.		Pág.
30.600. <i>Fazenda</i> — Decreto de 29 de fevereiro de 1952. Fixa os vencimentos dos Dirigentes e Servidores da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio. Pub. no <i>D.O.</i> de 1-3-52	134	tução da Cooperativa Banco Popular de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>D.O.</i> de 17-3-52	138
30.601. <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 29 de fevereiro de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1. ^a Região, o crédito especial de Cr\$ 8.960.00 para atender a despesa especificada na Lei número 1.498, de 14 de dezembro de 1951. Pub. no <i>D.O.</i> de 3-3-52	137	30.607. <i>Agricultura</i> — Decreto de 6 de março de 1952. Outorga à Empresa Elétrica do Itapura S. A. concessão para distribuir energia elétrica nos Municípios de Dracena, Gracianópolis, Pacaembú, Junqueirópolis e Flórida Paulista, no Estado de São Paulo. Pub. no <i>D. O.</i> de 15-3-52	138
30.602. Decreto de 1 de março de 1952. Outorga a Svizzero & Companhia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Barra Sêca, existente no ribeirão Barra Sêca, distrito de Guaianás, município de Pederneiras, Estado de São Paulo, e dá outras providências. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	137	30.608. <i>Agricultura</i> — Decreto de 6 de março de 1952. Outorga a Belenda & Companhia Limitada concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Centenário do Sul, Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 17 de março de 1952	140
30.603. <i>Marinha</i> — Decreto de 4 de março de 1952. Suspende, temporariamente, exigências do Regulamento de Promoções. Pub. no <i>D. O.</i> de 6-3-52	137	30.609. <i>Agricultura</i> — Decreto de 6 de março de 1952. Autoriza a S. A. Central Elétrica Rio Claro a construir uma linha de transmissão entre os Municípios de Pinhal e Limeira, no Estado de São Paulo. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-3-52	140
30.604. <i>Agricultura</i> — Decreto de 5 de março de 1952. Declara caduco o Decreto n.º 28.111, 11 de maio de 1950. Pub. no <i>D. O.</i> de 7-3-52	137	30.610. <i>Exterior-Fazenda</i> — Decreto de 7 de março de 1952. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 42.120,00 para pagamento das cotas de contribuição do Brasil à União Internacional de Química Pura e Aplicada, nos exercícios de 1946 e 1949 e de parte relativa a 1939. Pub. no <i>D. O.</i> de 11 de março de 1952	140
30.605. <i>Educação-Fazenda</i> — Decreto de 6 de março de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 64.494,70, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de março de 1952	138	30.611. <i>Exterior-Fazenda</i> — Decreto de 7 de março de 1952. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 330.222,90 para o fim que especifica. Publicado no <i>D. O.</i> de 11-3-52	141
30.606. <i>Agricultura</i> — Decreto de 6 de março de 1952. Concede autorização para a consti-		30.612. <i>Exterior</i> — Decreto de 7 de março de 1952. Eleva à	

	Pág.		Pág.
categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em Belgrado. Pub. no D. O. de 11-3-52	141	Brasil S. A., como Agente Especial do Governo Federal, o encargo de liquidar as operações remanescentes da empresa que menciona e dá outras providências. Pub. no D. O. de 13 de março de 1952	161
30.613. <i>Agricultura</i> — Decreto de 7 de março de 1952. Renova o Decreto n.º 27.411, de 8 de novembro de 1949, Publicado no D. O. de 12-3-52 ..	142	30.620. <i>Agricultura</i> — Decreto de 10 de março de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Severino Gomes Procópio a pesquisar água mineral no Município de Santa Rita, Estado da Paraíba. Pub. no D. O. de 12 de março de 1952	161
30.614. <i>Agricultura</i> — Decreto de 7 de março de 1952. Renova o Decreto n.º 26.565, de 6 de abril de 1949. Pub. no D. O. de 11-3-52	142	30.621. <i>Agricultura</i> — Decreto de 10 de março de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Francisco do Rego Barros a pesquisar água mineral no Município de Quipapá, Estado de Pernambuco. Pub. no D. O. de 12-3-52	161
30.615. <i>Agricultura</i> — Decreto de 7 de março de 1952. Autoriza a Companhia Técnica de Industrialização e Exportação de Minérios do Brasil a lavrar minérios de chumbo e zinco no Município de Januária, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 12-3-52	143	30.622. <i>Agricultura</i> — Decreto de 10 de março de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Tallone a pesquisar minério de chumbo e associados no Município de Apiaí, Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 12 de março de 1952	162
30.616. <i>Exterior-Fazenda</i> — Decreto de 7 de março de 1952 Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 93.600,00 para pagamento da contribuição do Brasil ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, no exercício de 1950. Pub. no D. O. de 11-3-52	143	30.623. <i>Agricultura</i> — Decreto de 10 de março de 1952. Autoriza os cidadãos brasileiros Helman Paula, João Costa e José Vicente Fernandes a pesquisar feldspato no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 12-3-52	162
30.617. <i>Agricultura</i> — Decreto de 10 de março de 1952. Outorga à Companhia Brasileira de Alumínio concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de trechos do rio Juquiá-Guassú, no Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 13-3-52	144	30.624. <i>Agricultura</i> — Decreto de 10 de março de 1952. Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Helman Paula, João Costa e Oliver Rezende a pesquisar feldspato e associados no Município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 12-3-52	163
30.618. <i>Agricultura</i> — Decreto de 10 de março de 1952. Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura que com êste baixa. Pub. no D. O. de 13-3-52	145	30.625. <i>Agricultura</i> — Decreto de 10 de março de 1952. Autoriza Minas Goiás Ltda., a pesquisar quartzo no Municí-	
30.619. <i>Exterior-Fazenda</i> — Decreto de 10 de março de 1952. Transfere ao Banco do			

	Pág.		Pág.
pio de Cristalina, Estado de Goiás. Pub. no <i>D. O.</i> de 12 de março de 1952	164	30.633. <i>Fazenda</i> — Decreto de 13 de março de 1952. Autoriza a firma Fisher, Kessler, & Cia. Limitada a comprar pedras preciosas. Pub. no <i>D. O.</i> de 19-3-52	166
30.626. <i>Agricultura</i> — Decreto de 10 de março de 1952. Institui uma comissão especial, para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica do r.o Paraíba, no trecho compreendido entre Cachoeira Paulista e São Fidélis e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 12 março de 1952	164	30.634. Decreto de 13 de março de 1952. Autoriza Josephino Ottoni Alves a comprar pedras preciosas. Ainda não foi publicado por falta de pagamento .	166
30.627. <i>Marinha</i> — Decreto de 10 de março de 1952. Distribui o efetivo do Quadro de Oficiais-Auxiliares da Marinha. Pub. no <i>D. O.</i> de 12-3-52 .	165	30.635. <i>Marinha</i> — <i>Aeronáutica</i> — <i>Guerra</i> — Decreto de 17 de março de 1952. Altera artigo do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado e mandado executar pelo Decreto n.º 27.264, de 28 de setembro de 1949. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 19-3-52	167
30.628. <i>Educação</i> — Decreto de 11 de março de 1952. Concede reconhecimento ao curso de enfermagem da Escola de Enfermagem São Francisco de Assis. Pub. no <i>D. O.</i> de 26-3-52	165	30.636. <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 17 de março de 1952. Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de dois terrenos destinados ao Ministério da Guerra. Pub. no <i>D. O.</i> de 29 de março de 1952	167
30.629. <i>Viação</i> — Decreto de 11 de março de 1952. Aprova novo projeto e orçamento da construção do pôto de Antonina. Pub. no <i>D. O.</i> de 13 de março de 1952	165	30.637. <i>Marinha</i> — Decreto de 17 de março de 1952. Declara de utilidade pública os terrenos da Fazenda Guandú do Sapé. Pub. no <i>D. O.</i> de 19-3-52	167
30.630. <i>Justiça-Fazenda</i> — Decreto de 13 de março de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica. Publicado no <i>D. O.</i> de 15-3-52 ...	165	30.638. <i>Viação</i> — Decreto de 17 de março de 1952. Aprova novo orçamento para a construção de um reservatório de água potável na Ilha do Barnabé, no pôto de Santos. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 28-3-52	168
30.631. <i>Exterior</i> — Decreto de 13 de março de 1952. Cria o Consulado honorário do Brasil em Palma de Mallorca, nas Ilhas Baleares. Pub. no <i>D. O.</i> de 15-3-52	165	30.639. <i>Educação</i> — Decreto de 18 de março de 1952. Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem mantido pela Cruz Vermelha Brasileira, filial no Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 20 de março de 1952	168
30.632. <i>Exterior-Fazenda</i> — Decreto de 13 de março de 1952. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 268.650,00 para pagamento da contribuição do Brasil em favor das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio. Pub. no <i>D. O.</i> de 15 de março de 1952	166	30.640. <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — Decreto de 19 de março de 1952. Assegura ao algodão em pluma do país da safra de 1952 a garantia de preços mí-	

	Pág.		Pág.
nimos. Pub. no <i>D. O.</i> de 31 de março de 1952	168	30.648. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Renova o Decreto n.º 28.034, de 24 de abril de 1950. Publicado no <i>D.O.</i> de 26-3-52 ..	172
30.641. <i>Justiça</i> — Decreto de 19 de março de 1952. Dá nova redação ao artigo 2.º do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938. Pub. no <i>D. O.</i> de 21-3-52	169	30.649. — Decreto de 20 de março de 1952. Concede a Corradi & Companhia Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração. Ainda não foi publicado por falta de pagamento.	173
30.642. <i>Trabalho</i> — <i>Exterior</i> — Decreto de 19 de março de 1952. Dispõe sobre a Comissão Organizadora da V Conferência dos Estados da América Membros da Organização Internacional do Trabalho, e dá outras providências. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 21-3-52	170	30.650. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Concede a Sulba, Sociedade Comercial de Minérios Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no <i>D. O.</i> de 31-3-52	173
30.643. <i>Educação</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento. Pub. no <i>D. O.</i> de 22-3-52	170	30.651. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Autoriza a cidadã brasileira Amélia Abel a lavar areia quartzosa no município de Itanhaçu, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D. O.</i> de 26-3-52	173
30.644. <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — Tribunal de Justiça, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para ocorrer às despesas de pessoal e material necessários à execução da Lei n.º 1.521, de 26 de setembro de 1951, no Distrito Federal e nos Territórios. Pub. no <i>D. O.</i> de 22-3-52	171	30.652. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Ferreira a lavar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo Publicado no <i>D.O.</i> de 26-3-52	174
30.645. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Anula o Decreto n.º 28.917, de 30 de novembro de 1950. Publicado no <i>D.O.</i> de 22-3-52 ..	171	30.653. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Teodorico Bezerra a pesquisar Scheelita no município de Itaretama, Estado de Rio Grande do Norte. Pub. no <i>D.O.</i> de 24-3-52	175
30.646. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Renova o Decreto n.º 26.490, de 19 de março de 1949. Publicado no <i>D.O.</i> de 26-3-52 ..	172	30.654. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Joel Americano Lopes a pesquisar galena no município de Santo Inácio, Estado da Bahia. Publicado no <i>D. O.</i> de 24-3-52 ..	175
30.647. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952 Renova o Decreto n.º 27.533, de 29 de novembro de 1949. Publicado no <i>D.O.</i> de 26-3-52 ..	172	30.655. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no município de	

	Pág.		Pág.
Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no D.O. de 24-3-52	176	funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde. Pub. no D.O. de 24-3-52	180
30.656. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro José Cristiano Alves a pesquisar quartzo no município de Baeependi, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 24 de março de 1952	177	30.663. <i>Trabalho</i> — Decreto de 21 de março de 1952. Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Urbania" Companhia Nacional de Seguros. Publicado no D.O. de 29-3-52 ..	180
30.657. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Frederico Zander a pesquisar arenito no município de Palmeira, Estado do Paraná. Publicado no D. O. de 24-3-52	177	30.664. <i>Trabalho</i> — Decreto de 21 de março de 1952. Concede permissão a seções da Companhia Industrial Brasileira Extratos Acácia para funcionarem aos domingos e nos feriados civis e religiosos. Pub. no D.O. de 24-3-52	181
30.658. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro João Chaves Sampaio a pesquisar mica e associado no município de Bom Jesus, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 24-3-52	178	30.665. <i>Justiça</i> — Decreto de 21 de março de 1952. Baixa novo Regulamento para os Cursos de Administração do DASP, instituídos pelo Decreto-lei n.º 2.904, de 21 de novembro de 1940. Pub. no D.O. de 26-3-52	181
30.659. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Ciro Palmerston Ribeiro Guimarães a pesquisar água mineral no município de Caldas Novas, Estado de Goiás. Pub. no D.O. de 24-3-52	179	30.666. <i>Educação</i> — Decreto de 24 de março de 1952. Aprova a Tabela Numérica de Extranumerários mensalistas da Universidade do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26-3-52 ..	184
30.660. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Agostinho Marotta a pesquisar caulim e associados no município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo. Pub. no D.O. de 24-3-52	179	30.667. — Decreto de 24 de março de 1952. Autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão e dá outras providências. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	188
30.661. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de março de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Artur de Oliveira Regis a pesquisar quartzo e associados, no município de Campo Formoso, Estado da Bahia. Pub. no D.O. de 24-3-52	180	30.668. <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 25 de março de 1952. Modifica o Regulamento para a Diretoria do Material do Ministério da Aeronáutica. Pub. no D.O. de 28-3-52	188
30.662. <i>Educação</i> — Decreto de 21 de março de 1952. Cria		30.669. <i>Viação</i> — Decreto de 25 de março de 1952. Dispõe sobre a limitação de acesso às rodovias federais bloqueadas, com fundamento no art. 2.º letra c, do Decreto-lei n.º 8.463,	

	Pág.		Pág.
de 27 de dezembro de 1945. Pub. no D.O. de 28-3-52 ..	188	toriza a "Produco" Sociedade Produção Comércio de Miné- rios e Matérias Primas Limi- tada, a pesquisar berilo e asso- ciados no município de Sali- nas, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 31-3-52 ..	191
30.670. <i>Viação</i> — Decreto de 26 de março de 1952. Altera a vigência do Decreto número 30.001-A, de 18 de setembro de 1951. Pub. no D.O. de 28-3-52	189	30.678. <i>Agricultura</i> — Decreto de 27 de março de 1952. Au- toriza o cidadão brasileiro João Jacob Chsib a pesquisar dolo- mita, ferro e associados, no mu- nicípio de Belo Horizonte, Es- tado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 31-3-52	192
30.671. <i>Agricultura</i> — Decreto de 27 de março de 1952. Con- cede à Companhia Cimento Portland Cauê autorização para funcionar como empresa de mi- neração. Pub. no D. O. de 2 de abril de 1952	189	30.679. <i>Agricultura</i> — Decreto de 27 de março de 1952. Au- toriza o cidadão brasileiro Al- cindo Fontes Ferreira a pes- quisar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo. Pub. no D.O. de 31-3-52	192
30.672. — Decreto de 27 de março de 1952. Concede à Mi- neração Santo Antônio Limi- tada autorização para funcionar como empresa de mineração. Ainda não foi publicado por fal- ta de pagamento	189	30.680. — Decreto de 27 de março de 1952. Aprova alte- rações introduzidas nos Esta- tutos, inclusive mudança de de- nominação, aumento de capital e extensão das operações aos seguros dos ramos elementares, da Atalaia Companhia de Se- guros Contra Acidentes do Tra- balho. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	193
30.673. <i>Agricultura</i> — Decreto de 27 de março de 1952. Au- toriza os cidadãos brasileiros Aroldo Weber e José Vaz a pes- quisar mica e associados, no mu- nicípio de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no D. O. de 31-3-52	189	30.681. <i>Trabalho</i> — Decreto de 27 de março de 1952. Concede à sociedade "Sul Americana, Comércio e Navegação Ltda." autorização para funcionar como empresa de navegação de ca- botagem. Pub. no D.O. de 29 de março de 1952	193
30.674. <i>Agricultura</i> — Decreto de 27 de março de 1952. Au- toriza a "Produco" Sociedade Produção e Comércio de Miné- rios e Matérias Primas Limi- tada a pesquisar berilo e asso- ciados, no município de Sali- nas, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 31-3-52 ...	190	30.682 — Decreto. Ainda não foi publicado no <i>Diário Ofi- cial</i>	193
30.675. <i>Agricultura</i> — Decreto de 27 de março de 1952. Re- nova o Decreto n.º 27.529, de 29 de novembro de 1949. Pub. no D.O. de 31-3-52	190	30.683 — Decreto de 28 de março de 1952. Concede à So- ciedade Comercial Nicolau da Costa & Companhia Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de ca- botagem. Ainda não foi publi- cado por falta de pagamento..	193
30.676. <i>Agricultura</i> — Decreto de 27 de março de 1952. Au- toriza o cidadão brasileiro José Gregório de Andrade a pesqui- sar quartzo e associados, no município de Itamarandiba, Es- tado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 1-4-52	191		
30.677. <i>Agricultura</i> — Decreto de 27 de março de 1952. Au-			

	Pág.		Pág.
30.684 — Decreto de 28 de março de 1952. Concede à Sociedade Navegação Progresso Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de cabotagem. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	193	atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério. Pub. no D.O. de 1 de abril de 1952	195
30.685 — Decreto de 28 de março de 1952. Concede à Companhia de Navegação São Jorge autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	193	30.689 — Decreto. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	196
30.686. <i>Educação — Fazenda</i> — Decreto de 28 de março de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 175.471,30, para atender às despesas com o pagamento de gratificações de magistério. Pub. no D.O. de 1-4-52	194	30.690 — Decreto de 28 de março de 1952. Outorga concessão à empresa Hidro-Elétrica Jaguari S.A. para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Jaguari entre os municípios de Campinas e Pedreira, no Estado de São Paulo, e dá outros providências. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	196
30.687. <i>Educação — Fazenda</i> . — Decreto de 28 de março de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 21.690,00, para pagamento de gratificação adicional assegurada ao servidor José Cândido de Andrade Muricy. Pub. no D.O. de 1 de abril de 1952	195	30.691 — Decreto. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	196
30.688. <i>Educação — Fazenda</i> . — Decreto de 28 de março de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 129.299,50, para		30.692 — Decreto. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	196
		30.693 — Decreto. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	196
		30.694 — Decreto. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	196
		30.695. <i>Fazenda</i> — Decreto de 31 de março de 1952. Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Corinto, no Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 2-4-52	197

Índice do Apenso

	Pág.		Pág.
27.406. <i>Agricultura</i> — Decreto de 8 de novembro de 1949. Outorga à Prefeitura Municipal de Barbacena, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira da Lavra, situada no Rio das Mortes, município de Barbacena, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>Diário Oficial</i> (Sup.) de 8 de março de 1952			201
27.982. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 11 de abril de 1950. Outorga à Prefeitura Municipal de Três Passos, concessão para distribuir energia elétrica na cidade de Três Passos, Estado			

	Pág.		Pág.
do Rio Grande do Sul, utilizando energia térmica. Pub. no D.O. (Sup.) de 8-3-52 ...	203	de Urugu S.A. Pub. no <i>Diário Oficial</i> (Sup.) de 8 de março de 1952	207
28.146. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 23 de maio de 1950. Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a lavar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no D.O. (Sup.) de 8-3-52	204	28.999. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 19 de dezembro de 1950. Amplia a zona de fornecimento da usina de Betim, do Governo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Pub. no D.O. (Sup.) de 8-3-52	208
28.492. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 14 de agosto de 1950. Autoriza a Prefeitura Municipal de Irai, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termo-elétricas. Publicado no D.O. (Sup.) de 8 de março de 1952	205	29.106. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 8 de janeiro de 1951. Autoriza o cidadão brasileiro Antero Leopoldino de Carvalho a pesquisar cassiterita, caulim, ouro, diamante e associados, no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. (Sup.) de 8-3-52 ...	208
28.524. <i>Exterior</i> . — Decreto de 18 de agosto de 1950. Promulga a Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia e o Regimento anexo à mesma, assinados em Washington, a 2 de dezembro de 1946. Retif. no D.O. de 28 de março de 1952	205	29.156. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 17 de janeiro de 1951. Renova o Decreto n.º 23.766, de 29 de setembro de 1947. Publicado no D.O. (Sup.) de 8 de março de 1952	209
28.872. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 16 de novembro de 1950. Autoriza a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S.A. a ampliar as suas instalações e a modificar a frequência de seu sistema. Pub. no D.O. (Suplemento) de 8-3-52	206	29.159. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 17 de janeiro de 1951. Autoriza o cidadão brasileiro José Eulário de Matos Pimenta a lavar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Pub. no D.O. (Sup.) de 8-3-52	209
28.890. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 22 de novembro de 1950. Outorga à Prefeitura Municipal de Cristalina, concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica na sede do município de Cristalina, Estado de Goiás, e dá outras providências. Pub. no D.O. (Sup.) de 8 de março de 1952	207	29.160. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 17 de janeiro de 1951. Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Vieira a lavar mármore e associados no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. (Sup.) de 8 de março de 1952	210
28.895. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 22 de novembro de 1950. Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Fôrça e Luz		29.161. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 17 de janeiro de 1951. Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda., a lavar carvão mineral e associados no município de Orleans, Estado de Santa Catarina. Pub. no D.O. (Sup.) de 8-3-52 ...	211
		29.165. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 17 de janeiro de 1951. Autoriza o cidadão brasileiro Al-	

	Pág.		Pág.
bino Medici, a pesquisar caulim e associados, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Pub. no D.O. (Sup.) de 8 de março de 1952	211	30.187. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de novembro de 1951. Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce. Pub. no D.O. de 14-1-52 .	214
29.219. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 26 de janeiro de 1951. Autoriza o cidadão brasileiro Orestes Giannetti a pesquisar mármore e associados no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. (Sup.) de 8-3-52	212	30.188. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de novembro de 1951. Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce. Pub. no D.O. de 14 de janeiro de 1952	214
29.221. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 26 de janeiro de 1951. Autoriza o cidadão brasileiro José Maria dos Santos a pesquisar calcário e associados, no município de Arcos, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. (Sup.) de 8-3-52	212	30.189. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de novembro de 1951. Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande. Pub. no D.O. de 14-1-52	215
29.222. <i>Agricultura</i> — Decreto de 26 de janeiro de 1951. Autoriza o cidadão brasileiro Caio Monteiro de Barros Filho a pesquisar dolomita no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. (Sup.) de 8-3-52)	213	30.197. <i>Viação</i> — Decreto de 21 de novembro de 1951. Outorga concessão à Rádio Clube do Piauí Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora em ondas intermediárias (frequência tropical) em Teresina, Estado do Piauí. Publicado no D.O. de 21-2-52 ...	215
29.733.. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de julho de 1951. Autoriza a Companhia Ferro Brasileiro S. A. a construir uma linha de transmissão no Município de Caeté, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 19-3-52	213	30.219. <i>Agricultura</i> — Decreto de 29 de novembro de 1951. Dispõe sobre o uniforme dos Guardas Florestais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Pub. no D.O. de 8 de janeiro de 1952	216
30.012. <i>Agricultura</i> — Decreto de 26 de setembro de 1951. Renova o Decreto n.º 27.008, de 3 de agosto de 1949. Publicado no D.O. de 7-2-52 ...	214	30.221. <i>Agricultura</i> — Decreto de 29 de novembro de 1951. Renova o Decreto n.º 27.172, de 12 de setembro de 1949. Pub. no D.O. de 1-2-52	219
30.126. <i>Fazenda</i> — Decreto de 1 de novembro de 1951. Autoriza estrangeiro a revigorar o aforamento de terreno de acréscimo de marinha que menciona, situado na Capital da República. Pub. no D.O. de 31 de março de 1952	214	30.247. <i>Trabalho</i> — Decreto de 6 de dezembro de 1951. Concede a "Bausch & Lomb do Brasil Ltda." autorização para continuar a funcionar na República. Pub. no D.O. de 9 de janeiro de 1952	219
		30.248. <i>Trabalho</i> — Decreto de 6 de dezembro de 1951. Re-	

	Pág.
voga os Decretos que concederam à "The Caloric Company" autorização para funcionar na República. Pub. no D.O. de 8-1-52. Ret. no D.O. de 23 de janeiro de 1952	219
30.263. <i>Agricultura</i> — Decreto de 10 de dezembro de 1951. Outorga à Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município do mesmo nome e dá outras providências. Publicado no D.O. de 24-1-52. Retificado no D.O. de 25-1-52	220
30.273. <i>Trabalho</i> — Decreto de 13 de dezembro de 1951. Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da S. A. de Seguros Lóide Atlântico. Ret. no D.O. de 8-1-52	220
30.291. <i>Agricultura</i> — Decreto de 19 de dezembro de 1951. Outorga a Irmãos Schlumberger concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Curucaca existente no rio Jordão, município de Guaraçuva, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 8-1-52. Ret. no D. O. de 24-1-52	220
30.295. <i>Trabalho</i> — Decreto de 20 de dezembro de 1951. Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Itatiaia", Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho. Pub. no D.O. de 11-1-52	222
30.304. <i>Fazenda</i> — Decreto de 20 de dezembro de 1951. Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Ilha do Governador, na Capital da República. Pub. no D.O. de 18-1-52	223
30.305. <i>Fazenda</i> — Decreto de 20 de dezembro de 1951. Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal de domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Pub. no D.O. de 18-1-52	223
30.316. <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de dezembro de 1951. Autoriza o cidadão brasileiro Amaro Ribeiro Coelho a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados no município de Belo Vale, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 11-2-52	223
30.321. <i>Trabalho</i> — Decreto de 21 de dezembro de 1951. Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, de L'Union, Compagnie D'Assurances Contre L'Incendie, Les Accidents e Risques Divers. Publicado no D. O. de 13-2-52	224
30.322. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de dezembro de 1951. Outorga ao Cotonificio Jose Rufino S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Pirapena, Município de Cabo, Estado de Pernambuco. Pub. no D.O. de 4 de janeiro de 1952. Retificado no D. O. de 24-1-52	224
30.323. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de dezembro de 1951. Outorga à Prefeitura Municipal de Itueta, concessão para distribuir energia elétrica no município de Itueta, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Pub. no D. O. de 28 de março de 1952	225
30.325. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de dezembro de 1951. Aprova as especificações e tabela para classificação e fiscalização da exportação de madeira serrada de pinho brasileiro. Rep. no D.O. de 11 de março de 1952	225
30.326. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de dezembro de 1951. Concede à Imobiliária Parque Santa Rosa de França Limita-	

	Pág.		Pág.
da, autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no <i>D. O.</i> de 21-3-52	226	e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-2-52	227
30.327. <i>Trabalho</i> — Decreto de 21 de dezembro de 1951. Concede à Mineração Falcomar Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de janeiro de 1952	226	30.346. <i>Trabalho</i> — Decreto de 28 de dezembro de 1951. Concede à "Brazilian Telephone Company" autorização para continuar a funcionar na República. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-1-52	227
30.338. <i>Trabalho</i> — Decreto de 24 de dezembro de 1951. Concede à "Brazilian Hydro Electric Company, Limited" autorização para continuar a funcionar na República. Publicado no <i>D.O.</i> de 5-1-52	226	30.347. <i>Trabalho</i> — Decreto de 28 de dezembro de 1951. Concede à "São Paulo Electric Company, Limited" autorização para continuar a funcionar na República. Pub. no <i>D.O.</i> de 5-1-52	228
30.339. <i>Trabalho</i> — Decreto de 24 de dezembro de 1951. Concede à "Standard Oil Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República. Pub. no <i>D.O.</i> de 4 de janeiro de 1952	227	30.356. <i>Educação</i> — Decreto de 31 de dezembro de 1951. Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-1-52	228
30.344. <i>Educação</i> — Decreto de 26 de dezembro de 1951. Concede reconhecimento aos cursos de filosofia, geografia e história, letras clássicas, letras neolatinas, letras anglogermânicas		30.357. <i>Exterior</i> — Decreto de 31 de dezembro de 1951. Aprova as tabelas de gratificação, a título de representação, a que se refere o Decreto-lei número 9.202, de 26 de abril de 1946. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-1-52	229

Figuram neste volume os decretos que, expedidos no 1.º trimestre de 1952, foram publicados no "Diário Oficial" até o 2.º dia útil do trimestre seguinte..

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

Presidência da República
BIBLIOTECA

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1952

DECRETO N.º 30.358, DE 3 DE
JANEIRO DE 1952

Concede nacionalização à "Brazilian Warrant Company, Limited".

O Presidente da República :

Usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos da Decreto-Lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida nacionalização à "Brazilian Warrant Company Limited", autorizada a funcionar na República pelos Decretos números 7.438, de 11 de junho de 1909, 9.398, de 28 de fevereiro de 1912, 12.434, de 4 de abril de 1917, 14.514, de 1 de dezembro de 1920, 17.274, de 7 de abril de 1926; 15.782 de 6 de junho de 1944 e 30.171 de 16 de novembro de 1951, tendo em vista a transferência de sua sede da cidade de Londres para esta cidade do Rio de Janeiro, capital da República dos Estados Unidos do Brasil; consoante resolução aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de seus acionistas, realizada a 2 de novembro de 1951, e por terem sido aceitas as condições julgadas convenientes à defesa dos interesses nacionais, de acordo com o artigo 71, parágrafos 2.º e 3.º do referido Decreto-Lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940, inclusive quanto ao projeto de Estatutos que este acompanha, já adaptados à lei brasileira, com a denominação social alterada para "Brasil Warrant, Companhia de Comércio e Participações" e com o capital

estimado em Cr\$ 104.832.000,00 (cento e quatro milhões, oitocentos e trinta e dois mil cruzeiros).

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.359 — DE 3
DE JANEIRO DE 1952

Concede nacionalização à "The Miranda Estância Company, Limited"

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Art. 1.º É concedida nacionalização à "The Miranda Estância Company Limited", autorizada a funcionar na República pelo Decreto número 9.783, de 25 de setembro de 1912, tendo em vista a transferência de sua sede da Inglaterra para esta cidade do Rio de Janeiro, consoante resolução aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada a 17 de outubro de 1950.

Art. 2.º Fica a mesma sociedade obrigada a apresentar, por intermédio do seu representante habilitado, no prazo de 90 (noventa) dias, o projeto dos novos Estatutos, adaptados às exigências da lei brasileira, para o procedimento indicado nos §§ 2.º e

3.º do art. 71 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Vianca.

DECRETO N.º 30.360 — DE 3 DE JANEIRO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no art. 1.º da Lei n.º 1.413 de 13 de agosto de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 20.000.00 (vinte mil cruzeiros) para pagamento de salário-família, relativo ao exercício de 1950 e devido a funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Francisco Negrão de Lima.
Horácio Lafer.*

DECRETO N.º 30.361 — DE 3 DE JANEIRO DE 1952

Fixa as condições de acesso ao posto de Major, do Quadro de Infantaria, de Guarda da Aeronáutica.

O Presidente da República, de conformidade com o disposto no artigo 7.º, da Lei n.º 1.185, de 31 de agosto de 1950, decreta:

Art. 1.º As vagas de Major do Quadro de Infantaria de Guarda da Aeronáutica serão preenchidas por Capitães, do mesmo quadro, que satisfaçam às seguintes condições:

a) contem (4) quatro anos de interstício no posto, dos quais (2) dois, no mínimo, de exercício no comando de Companhia;

b) hajam realizado, com aproveitamento, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais;

c) tenham sido julgados aptos em inspeção de saúde, procedida especialmente para esse fim.

Art. 2.º Os oficiais de que trata o presente Decreto, ficam sujeitos às disposições do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 8.261, de 20 de novembro de 1941, no que lhes for aplicável.

Art. 3.º A promoção para o preenchimento da primeira vaga de que trata este Decreto, far-se-á obedecendo ao princípio de merecimento.

Art. 4.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.362 — DE 3 DE JANEIRO DE 1952

Autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A. a ampliar suas instalações de produção de energia elétrica.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos arts. 10 e 11 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho, de 1940, combinados com os artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que pela Resolução n.º 718, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa Força e Luz de Santa Catarina S. A. a ampliar suas instalações de produção de energia elétrica, no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina mediante a montagem de três grupos diesel elétricos, de características seguintes:

Motor diesel de 1.600 HP. 750 r.p.m., diretamente acoplado a gerador trifásico de 1.250 KVA, 50 c/s, 2.400-4160 V.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório.

rio, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.363 — DE 3 DE
JANEIRO DE 1952

Dispõe sobre o retorno de capital estrangeiro, na forma do Decreto-lei n.º 9.025, de 27 de fevereiro de 1946.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 9.025, de 27 de fevereiro de 1946,

Considerando que o direito de retorno assegurado pelo Decreto-lei número 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, ao capital estrangeiro investido no Brasil deve limitar-se ao respectivo montante e seus rendimentos à base de 8%:

Considerando que a transferência para o exterior de rendimentos excedentes de 8% do capital estrangeiro registrado no País é equiparada à remessa de igual cota deste; e

Considerando que autorizada a remessa de rendimentos excedentes a 8%, igual quantia deve ser deduzida do montante do capital estrangeiro com direito a retorno, decreta:

Art. 1.º E assegurado o retorno do capital estrangeiro aplicado no Brasil

na forma do Decreto-lei n.º 9.025, de 27 de fevereiro de 1946.

Art. 2.º Capital com direito a retorno é somente aquele que, oriundo do estrangeiro, esteja investido no País e conste de registro feito na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A.

Art. 3.º O retorno far-se-á parceladamente de forma que em cada ano não exceda de 20% do capital.

Parágrafo único. Se o capital tiver sido aplicado em títulos da dívida pública interna ou outra renda fixa, o seu retorno poderá fazer-se de uma só vez e integralmente, após 2 anos de aplicação.

Art. 4.º Além do capital, é facultada a remessa para o exterior de juros, lucros e dividendos por ele produzidos no País, desde que não excedam de 8% da soma registrada.

Art. 5.º Os juros, lucros ou dividendos excedentes de 8%, produzidos no País, serão registrados quando destinados a remessa (art. 8.º do Decreto-lei n.º 9.025): neste caso ficarão sujeitos à percentagem e aos prazos estabelecidos para o retorno do capital.

§ 1.º Considera-se como transferência de capital a que se fizer de juros, lucros e dividendos excedentes de 8%.

§ 2.º Do capital registrado para o efeito de retorno, serão abatidas as parcelas transferidas que se refrimam a excedentes de 8% de juros, lucros e dividendos.

Art. 6.º O Banco do Brasil S. A. pela sua Carteira de Câmbio, fará a imediata revisão dos registros de capital estrangeiro existentes para o fim de:

I — Assegurar o retorno somente do capital oriundo do estrangeiro;

II — calcular sobre este capital as percentagens de retorno, levando em conta as parcelas efetivamente transferidas, quando se houver de computar, para o mesmo efeito, juros, lucros ou dividendos;

III — abater do capital registrado, proveniente do estrangeiro, todas as parcelas já transferidas como lucros, juros ou dividendos excedentes de 8%;

IV — declarar extinta a faculdade de retorno no caso de as remessas já realizadas ultrapassarem o capital efetivamente oriundo do estrangeiro, mais 8% relativos a juros, lucros e dividendos;

V — considerar nacional e sujeita ao regime deste a parcela do capital

estrangeiro abatida da soma registrada, por motivo de remessa de lucros, juros ou dividendos, excedentes de 8%;

VI — considerar capital nacional, na forma do item anterior, os lucros, juros ou dividendos excedentes de 8%, que não forem utilizados para remessa, na forma do art. 5.º

Art. 7.º A Superintendência da Moeda e do Crédito terá a faculdade de dilatar os prazos de retorno do capital estrangeiro, na forma do artigo 17 do Decreto-lei n.º 9.025, de 27 de fevereiro de 1946.

Art. 8.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.364 — DE 7
DE JANEIRO DE 1952

Outorga à Companhia Melhoramentos de São Paulo Indústria de Papel, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água denominado Can-Can, distrito e Município de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 150 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º É outorgada à Companhia Melhoramentos de São Paulo Indústrias de Papel, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água denominado Can-Can, distrito e Município de Camanducaia, Estado de Minas Gerais.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura de queda a aproveitar, a descarga da derivação e a potência.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à utilização da energia mecânica e elétrica para uso exclusivo da concessionária.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Águas, art. 162), dentro do prazo de trinta (30) dias contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de um (1) ano, a contar da data da publicação deste decreto o projeto do aproveitamento hidráulico compreendendo:

a) hidrologia da região:

1 — clima e precipitação pluviométrica;

2 — bacia hidrográfica — planta, área e coeficiente de escoamento;

3 — descargas máxima, mínima e média; curva de descarga do curso d'água, correspondente, no mínimo, a um ano de observação, obtida por medições.

b) capacidade do aproveitamento:

1 — quedas bruta e útil; potência útil;

2 — necessidade de regularização do curso d'água;

3 — barragem: características, método de cálculo, natureza do terreno para as fundações; volume d'água acumulado; descarga de regularização;

4 — vertedouros, adufas, comportas, tomada d'água, canal adutor ou túnel, escadas para peixe; características gerais, cálculos e desenhos de detalhes.

c) condutos forçados:

1 — características, tipo de assentamento; cálculo, planta e perfil;

2 — chaminé de equilíbrio; cálculo do golpe de ariete.

d) turbinas:

1 — tipo adotado, velocidade específica e de disparo, curva de rendimento;

2 — reguladores e aparelhagem de medida; características;

3 — canal de fuga: características e capacidade de vazão.

e) geradores elétricos:

1 — tipo, tensão nominal, frequência, potência, curva de rendimento;

2 — dispositivos de regulação da tensão;

3 — curvas características;

4 — constantes elétricas e mecânicas.

f) planta e corte dos edifícios da casa de força, das subestações e da disposição da aparelhagem de transformação e de distribuição;

g) diagrama geral do sistema, desde os geradores até a disposição das linhas secundárias, com as suas características gerais;

h) especificações do equipamento elétrico utilizado;

i) orçamento detalhado correspondente a cada um dos itens anteriores.

IV — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministério da Agricultura, executando-as de acordo com os projetos aprovados e com as modificações que forem autorizadas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias às observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da utilização da energia referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Governo Federal, com indenização, na base do custo histórico, isto é, do capital efetivamente invertido deduzida a depreciação.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Governo Federal não se opõe a utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 5.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato pelo Tribunal de Contas.

Art. 6.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.365 — DE 8 DE
JANEIRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Coromandel concessão, para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Paredão, no rio Dourados, e situada entre os municípios de Monte Carmelo e Abadia dos Dourados, Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.366 — DE 8
DE JANEIRO DE 1952

Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Parte Permanente da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções:

1 — Escrevente-dactilógrafo, referência 19.

1 — Escrevente-dactilógrafo, referência 18.

1 — Servente, referência 18.

Parágrafo único. As funções criadas por este artigo destinam-se ao aproveitamento do pessoal administrativo da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, nos termos

do art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Os efeitos do aproveitamento a que se refere o artigo anterior vigorarão a partir de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.367 — DE 8 DE JANEIRO DE 1952

Aprova a Tabela Numérica de Extranumerários-Mensalistas da Universidade do Paraná.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 5.º item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas da Universidade do Paraná, na forma do anexo.

Art. 2.º O aproveitamento do pessoal docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino integrados na Universidade do Paraná, de que trata o art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, far-se-á em funções criadas por este decreto.

Parágrafo único. Os efeitos do aproveitamento a que se refere este artigo vigorarão a partir de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3.º O preenchimento das funções, a supressão de funções excedentes que vagarem e a dispensa do pessoal extranumerário-mensalista, serão feitos mediante portaria do Reitor da Universidade do Paraná.

Art. 4.º Não se aplica à Tabela da Universidade do Paraná o Decreto n.º 29.321, de 2 de março de 1951.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

UNIVERSIDADE DO PARANÁ

TABELA NUMÉRICA DE EXTRANUMERÁRIOS MENSALISTAS

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de Funções	Séries Funcionais	Refer	Tabela	Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Exc	Vagos
				2	Ascensorista	18	—	—
				2			—	—
				105	Assistente	27	—	7
				105			—	7
				2	Auxiliar Adminis- trativo	28	—	1
				3	Auxiliar Adminis- trativo	27	—	—
				3	Auxiliar Adminis- trativo	26	3	—
				4	Auxiliar Adminis- trativo	25	—	1
				6	Auxiliar Adminis- trativo	24	—	2
				18			3	4

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de Funções	Séries Funcionais	Refer.	Tabela	Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
				1	Auxiliar de Biblio- teca	25	1	—
				1	Auxiliar de Biblio- teca	24	—	—
				1	Auxiliar de Biblio- teca	23	—	—
				1	Auxiliar de Biblio- teca	22	—	—
				1	Auxiliar de Biblio- teca	21	—	1
				2	Auxiliar de Biblio- teca	20	—	2
				3	Auxiliar de Biblio- teca	19	—	—
				10			1	3
				1	Cinetécnico	25	—	—
				1			—	—
				—	Contabilista	30	1	—
				1	Contabilista	28	—	1
				1			1	1
				2	Dentista	24	—	—
				2			—	—
				5	Enfermeiro	22	—	5
				6	Enfermeiro	21	5	—
				11			5	5

2	Escrevente Dactiló- grafo	23	—	1
3	Escrevente Dactiló- grafo	22	—	1
3	Escrevente Dactiló- grafo	21	—	2
5	Escrevente Dactiló- grafo	20	—	2
6	Escrevente Dactiló- grafo	19	—	2
8	Escrevente Dactiló- grafo	18	8	—
27			8	8
—	Inspetor de Alunos	24	3	—
1	Inspetor de Alunos	23	—	—
2	Inspetor de Alunos	22	—	2
2	Inspetor de Alunos	21	—	1
2	Inspetor de Alunos	20	—	1
3	Inspetor de Alunos	19	—	3
4	Inspetor de Alunos	18	4	—
14			7	7
30	Instrutor	25	—	30
30			—	30
1	Laboratorista	24	—	1
2	Laboratorista	23	4	—
2	Laboratorista	22	—	2
3	Laboratorista	21	—	1
5	Laboratorista	20	—	5
7	Laboratorista	19	—	1
20			4	10

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de Funções	Séries Funcionais	Reerência	Tabela	Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
				1	Médico	27	—	—
				1			—	—
				1	Operador de Raio X	22	—	—
				1			—	—
				1	Parteira	21	—	—
				1			—	—
				—	Porteiro	26	1	—
				—			1	—

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Tabela	Número de funções	Séries Funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
				—	Servente	25	1	—
				2	Servente	22	—	—
				3	Servente	21	—	3
				3	Servente	20	—	3
				6	Servente	19	—	3
				11	Servente	18	—	11
				13	Servente	17	8	—
				38			9	20
				1	Telefonista	17	—	—
				1			—	—

DECRETO N.º 30.368 — DE 8
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil a adquirir equipamentos para instalação de gabinete dentário em Três Lagoas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8.º do Decreto-lei n.º 4.176, de 13 de março de 1942, decreta:

Art. 1.º Fica a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil autorizada a adquirir, pela importância de até Cr\$ 130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros), os equipamentos necessários à instalação de um gabinete dentário na estação de Três Lagoas, de acordo com as especificações que com este baixam, devidamente rubricadas, correndo as despesas respectivas, até esse limite, à conta do Orçamento de Inversões da mencionada autarquia.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.369 — DE 8
DE JANEIRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, terrenos necessários à construção do açude público "Trairi", no município de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública, para efeito de desa-

propriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno com 19.874.600m² (dezenove milhões oitocentos e setenta e quatro mil metros quadrados), necessária à construção do açude público "Trairi", no município de Santa Cruz, no Estado do Rio Grande do Norte, cujos projeto e orçamento foram aprovados pela Portaria n.º 780, de 29 de agosto de 1951, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.370 — DE 8
DE JANEIRO DE 1952

Aprova projeto e orçamento para construção de 16 grupos de casas de duas habitações para turmas, em estações da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3.º do Decreto-lei n.º 4.176, de 13 de março de 1942, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados o projeto e orçamento na importância de Cr\$ 1.931.209,60 (um milhão novecentos e trinta e um mil duzentos e nove cruzeiros e sessenta centavos), que com este baixam, devidamente rubricados, para construção de 16 grupos de casas de duas habitações para turmas, a serem localizadas um moso, Mantena, Bálsamo, Alegre, Lím em cada uma das estações de Forgação, Lagoa Rica, Indubrasil, Terenos, Pedro Celestino, Murinho, Cachoeirão, Palmeiras, Camisão, Guia Lopes, Cel. Juvêncio e Carandazal, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, correndo a despesa respectiva até esse limite, à conta dos recursos próprios daquela Estrada.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.371 — DE 9 DE JANEIRO DE 1952

Concede reconhecimento ao curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. E' concedido reconhecimento ao curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, com sede nesta Capital, mantida pela Sociedade Civil "Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro".

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.372 — DE 9 DE JANEIRO DE 1952

Outorga concessão à Agência Nacional para instalar um transmissor rádio elétrico na sua sucursal de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que solicitou a Agência Nacional e tendo em vista o disposto no art. 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Agência Nacional, nos termos do art. 4.º do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para instalar em sua sucursal de São Paulo, um transmissor rádio elétrico com a po-

tência de 750 watts para uso exclusivo da referida sucursal, no intercâmbio radiotelegráfico de notícias de imprensa com a matriz no Rio de Janeiro e radiofônico com o interior do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Dentro dos prazos constantes do art. 16 § 1.º letras g e h do Decreto n.º 21.111, de 1 de março de 1932, deve a Agência Nacional apresentar ao Ministério da Viação e Obras Públicas a documentação a que o mesmo se refere, sob pena de ser considerada nula a presente concessão.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.373 — DE 9 DE JANEIRO DE 1952

Transfere à Rádio Tamandaré Limitada a concessão outorgada à S. A. Rádio Tupi, para estabelecer uma estação radiodifusora em Recife, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereram a Rádio Tamandaré Limitada e a S. A. Rádio Tupi e em vista do que consta do processo n. 25.161-1951, do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Fica transferida à Rádio Tamandaré Limitada, a concessão outorgada no contrato celebrado a 7 de fevereiro de 1950 e registrado pelo Tribunal de Contas em sessão de 23 de junho seguinte, com a S. A. Rádio Tupi, para estabelecer uma estação de radiodifusão na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, com a denominação de "Rádio Tamandaré".

Art. 2.º A Rádio Tamandaré Limitada, dentro do prazo de 60 dias, a contar da data da publicação deste decreto no Diário Oficial, sob pena de ser declarada nula a presente transferência, deverá assinar no Ministério da Viação e Obras Públicas termo aditivo ao contrato de 7 de fevereiro de 1950, assumindo todos os direitos e obrigações contidos no mesmo, cujo prazo de vigência terminará a 22 de junho de 1960.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.374 — DE 9
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Felisberto a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Guaguaí, Estado do Espírito Santo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Irineu Felisberto a pesquisar minério de manganês e associados, em terrenos de propriedade de Manoel Alves de Siqueira, Joaquim Conrado e outros, nos lugares denominados São Felipe e São Romão, distrito de Imbuí, município de Guaguaí, Estado do Espírito Santo, numa área de quinhentos hectares (500 ha) delimitada por um polígono irregular dos ribeirões Lage e São Felipe, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: dois mil cento e setenta e oito metros e cinquenta centímetros (2.178,50m), sessenta e seis graus e quarenta e quatro minutos noroeste (66º 44' NW); trezentos e quatro metros (304m), trinta e cinco graus e quarenta e cinco minutos nordeste (35º 45' NE); setecentos e trinta e cinco metros (735m), trinta e seis graus noroeste (36º NW); mil e quinhentos e trinta e sete metros e cinquenta centímetros (1.537,50m), cinquenta e sete graus e trinta e um minutos nordeste (57º 31' N E); dois mil cento e cinquenta e quatro metros (2.154m), cinquenta e um graus e cinquenta e cinco minutos sudeste (51º 55' SE); mil e quinhentos e oitenta e cinco metros (1.585m), zero grau e vinte minutos sudeste (0º 20' SE); trezentos e vinte e cinco metros (325m), trinta e oito graus e quatorze minutos sudoeste

(38º 14' SW); oitocentos e quarenta e um metros (841m), quarenta e dois graus e quarenta e sete minutos noroeste (42º 47' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofus.

DECRETO N.º 30.375 — DE 9
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Felicíssimo a pesquisar jazida de calcário e associados no município de Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, de Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Juvenal Felicíssimo a pesquisar jazida de calcário e associados numa área de cento e cinquenta hectares (150 ha) no imóvel Fazenda de Ipanema, próprio federal situado no município e distrito de Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo delimitada por um polígono que tem um vértice a cem metros (100m) no rumo verdadeiro cinquenta e oito graus e quarenta minutos nordeste (58º 40' NE) do vértice número dois (2) do decreto de autorização de lavra número vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e três (26.883) de treze (13) de julho de mil novecentos e quarenta e nove (1949), vértice este que se acha a seiscentos e setenta metros (670m) no rumo verdadeiro dezessete graus e vinte minutos sudeste (17º 20' SE) da confluência dos córregos Onça e Sanaduva, sendo o último mais conhecido com o nome de Água da Pedreira Velha, e os

lados, a partir d'êste vértice com os comprimentos e rumos verdadeiros: mil trezentos e cinquenta metros (1.350m), trinta e um graus e vinte minutos sudeste (31° 20' SE); dois mil trezentos e vinte e sete metros e doze centímetros (2.327,12m), noventa graus oeste (90° W); novecentos e quarenta e oito metros e oitenta centímetros (948,80m), trinta e oito graus nordeste (38° NE); duzentos metros (200m), trinta e um graus e vinte minutos sudeste (31° 20' SE); mil e cem metros (1.100m), cinquenta e oito graus e quarenta minutos nordeste (58° 40' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 1.500,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.376 — DE 9
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza S. A. Mineração Jerônimo Rosado e Gesso Nacional Tapuyo Limitada, a lavrar gipsita e associados no município de Jaicós, Estado do Piauí.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizadas S. A. Mineração Jerônimo Rosado e Gesso Nacional Tapuyo Ltda., a lavrar gipsita e associados, em terras de sua propriedade, no lugar denominado Curitiba, distrito de Monte Santo, município de Jaicós, Estado do Piauí, numa área de duzentos e vinte e cinco hectares (225 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a mil duzentos e cinquenta metros (1.250m) no rumo verdadeiro dez graus e vinte e oito minutos

nordeste (10° 28' NE) da confluência dos riachos Saco do Escondido e Morro do Cedro e os lados divergentes d'êste vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: dois mil e quinhentos metros (2.500m), oitenta e um graus e trinta e dois minutos noroeste (81° 32' NW); novecentos metros (900m), oito graus e vinte e oito minutos nordeste (8° 28' NE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos arts. 32, 33 e 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos arts. 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos arts. 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título êste Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de quatro mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 4.500,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.377 — DE 10 DE
JANEIRO DE 1951

Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.366, de 11 de maio de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de quinze milhões de cruzeiros (Cr\$ 15.000.000,00), para atender a despesas decorrentes de sentenças judiciais e relativas ao exercício de 1950.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.378 — DE 10
DE JANEIRO DE 1952

Aprova, com modificação, os Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Pelotense".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos sociais da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Pelotense", com sede na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 5.450, de 29 de outubro de 1873, e Carta Patente n.º 14, de 27 de dezembro de 1902, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de acionistas, realizada a 30 de julho de 1951, mediante as seguintes condições:

I — Manutenção integral do texto do art. 8.º dos Estatutos em vigor.

II — A modificação consignada na cláusula precedente deverá ser aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de acionistas, dentro de sessenta (60) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 2.º A Sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude o presente Decreto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.379 — DE 10
DE JANEIRO DE 1952

Aprova, com modificação, os Estatutos da "União Brasileira, Companhia de Seguros Gerais".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos da "União Brasileira, Companhia de Seguros Gerais", com sede nesta Capital, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 4.840, de 3 de novembro de 1939, e Carta Patente n.º 284, de 13 de dezembro de 1939, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de seus acionistas, realizada em 30 de março de 1951, mediante as seguintes condições.

I — Inclusão da expressão "e a soma necessária para pagamento dos dividendos" entre os vocábulos "primeiras" e "serão" do art. 26.

II — A alteração consignada na cláusula precedente deverá ser aprovada em Assembléia Geral Extraordinária dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regu-

lamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude o presente Decreto.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.380 — DE 10 DE
JANEIRO DE 1952

Concede à "Navegação e Comércio Sergipe-Paraná S. A." autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.381 — DE 10 DE
JANEIRO DE 1952

Concede permissão a Indústrias Reunidas de Cal Limitada, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 7.º, § 2.º, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 27.048, de 12 de agosto de 1949, decreta:

Art. 1.º E' concedida permissão para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos, em caráter permanente, a Indústrias Reunidas de Cal Limitada, com sede em Lavras, no Estado de Minas Gerais, excetuados os escritórios e serviços de transportes, e observadas as disposições legais vigentes, sobretudo as de proteção ao trabalho.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 30.382 — DE 11
DE JANEIRO DE 1952

Revoga o art. 1.º do Decreto número 24.057, de 14 de novembro de 1947.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o art. 1.º do Decreto n.º 24.057, de 14 de novembro de 1947, restabelecendo-se, em consequência, a disposição constante do art. 7.º do Regulamento para a marcação de volumes que contenham artigos e produtos nacionais destinados ao estrangeiro, aprovado pelo Decreto n.º 23.485, de 22 de novembro de 1933.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor trinta (30) dias após a data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.383 — DE 11
DE JANEIRO DE 1952

Revoga o Decreto n.º 27.850, de 6 de março de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica revogado o Decreto n.º 27.850, de 6 de março de 1950, que autorizou Aminadav Paikantnik a comprar pedras preciosas.

Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

(*) DECRETO N.º 30.384 — DE 11 DE JANEIRO DE 1952

Autoriza Karam Jossef Zoghaib a comprar pedras preciosas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Karam Jossef Zoghaib, de nacionalidade libanesa e residente nesta Capital, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.385 — DE 11 DE JANEIRO DE 1952

Concede a "IBEC Research Institute" autorização para funcionar no Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' concedida a "IBEC Research Institute", com sede na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos da América do Norte, autorização para funcionar no Brasil, de conformidade com os estatutos que acompanham este decreto.

Art. 2.º Qualquer alteração a que a sociedade proceder nos respectivos estatutos deverá ser previamente aprovada pelo Governo, sendo-lhe cassada a autorização constante do artigo anterior, se infringir este dispositivo.

Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 30.386 — DE 12 DE JANEIRO DE 1952

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 2.404.190,90 para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.456, de 12 de outubro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de dois milhões quatrocentos e quatro mil cento e noventa cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 2.404.190,90) equivalentes a US\$ 128.429,00 ao câmbio de Cr\$ 18,72 por US\$ 1,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil no programa de cooperação técnica para o desenvolvimento econômico dos países americanos elaborada pela Organização dos Estados Americanos.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.387 — DE 12 DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e de acordo com o artigo 1.165 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação que Eugênio Penzo quer fazer à União Federal, do terreno, com a área de dezessete mil e quinhentos metros quadrados (17.500 m2), situado à Cabeceira do rio Estrelinha.

afluente do rio Apa, no Estado de Mato Grosso, de acôrdo com os elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Guerra, sob o número 7.544-51 — Gab. M. G.

Art. 2.º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à instalação dos elementos do 11.º Regimento de Cavalaria destacados na localidade de Colônia Penzo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Newton Estilac Leal.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.388 — DE 12 DE JANEIRO DE 1952

Autoriza a cessão, em caráter provisório, de imóveis da União ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cessão, em caráter provisório, ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, de um Grupo de imóveis da União, sob a jurisdição do Ministério da Guerra, e construído pelo Exército, em Capim Macio, Natal, para aquartelamento do 2.º Batalhão de Carros de Combate, durante a última guerra mundial (processo n.º 1.079-880-51 — Reservado — Gab. M. G.).

Art. 2.º O Governo do Estado do Rio Grande do Norte fica na obrigação de instalar no citado grupo de imóveis, por sua conta, um Patronato Agrícola, tornando-se nula essa cessão, independente de ato especial, se ao imóvel, no todo ou em parte, for dada aplicação diversa da que lhe tenha sido destinada e a devolver o mesmo à União, tão logo quando o exigir a segurança nacional.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Newton Estilac Leal.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.389 — DE 12 DE JANEIRO DE 1952

Aprova o Regulamento do Comando de Transporte Aéreo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento do Comando de Transporte Aéreo (COMTA), que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica.

Art. 2.º O aludido regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

REGULAMENTO DO COMANDO DE TRANSPORTE AÉREO

CAPÍTULO I

MISSÃO E SUBORDINAÇÃO

Art. 1.º O Comando de Transporte Aéreo (COMTA), é subordinado ao Ministro da Aeronáutica, através do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, e tem por fim:

a) coordenar e executar tôdas as missões de transporte aéreo da Força Aérea Brasileira, isoladamente ou em cooperação com as demais Forças Armadas;

b) dirigir e executar o serviço do Correio Aéreo Nacional, previsto no art. 5.º, item XI, da Constituição;

c) coordenar e executar a mobilização da Aviação Civil de transporte.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2.º O COMTA compreende:

- a) Comando;
- b) Unidades Aéreas de Transportes;
- c) Bases Aéreas;
- d) Serviços.

Art. 3.º O Comando do COMTA terá a seguinte organização:

- a) Comandante;

b) — Estado-Maior constituído de:

- 1 — Chefia;
- 2 — Seção de Pessoal — (A-1);
- 3 — Seção de Operações (A-3);
- 4 — Seção de Logística (A-4);

c) — Serviço do Correio Aéreo Nacional constituído de:

1 — Seção do CAN — na Capital Federal;

2 — Postos do CAN — nos aeródromos ao longo das rotas do CAN.

d) — Órgão auxiliares compreendendo:

- 1 — Inspetoria;
- 2 — Seção Auxiliar;
- 3 — Seção de Estatística;
- 4 — Fiscalização Administrativa, à qual se subordinam:

Formação de Intendência;
Serviço de Transporte (terrestre e marítimo);

Serviços Gerais.

Art. 4.º — O Estado-Maior do COMTA é o órgão destinado a:

a) — reunir e preparar os elementos para que o Comandante possa julgar e decidir;

b) — transformar as decisões em ordens ou instruções, com as minúcias necessárias à sua execução;

c) — assegurar a transmissão das ordens e instruções e verificar a sua execução;

d) — preparar documentos que devem ser submetidos à assinatura do Comandante;

e) — planejar as operações do COMTA.

Art. 5.º — A Seção de Pessoal (A-1 COMTA) destina-se a tratar das questões relativas ao pessoal civil e militar, no que se refere a efetivos, histórico, movimentação, licenças, justiça e disciplina, registro, recompensas, assistência médica e religiosa, recreação e competições esportivas.

Parágrafo único — A Seção de Pessoal compete, ainda, manter o registro de todo o pessoal da FAB e das companhias de Aviação Civil, apto a pilotagem, à operação e à manutenção dos aviões que equipam ou que venham a equipar as unidades do COMTA.

Art. 6.º — A Seção de Operações (A-3 COMTA) trata de todas as questões relativas a operações, instru-

ção, informações e segurança, no que diz respeito a:

- condições de funcionamento das várias linhas do CAN;
- escala de tripulações;
- controle das operações;
- padrões de eficiências;
- instrução aérea e terrestre das unidades;
- operações aerotransportadas;
- grafia;
- segurança das informações e criptografia;
- defesa e segurança das unidades e dos aeródromos;
- investigação de acidentes aeronáuticos;
- outros assuntos correlatos que lhe sejam atribuídos.

Parágrafo único — A Seção de Operações cabe, ainda, manter um registro das operações normalmente efetuadas pelas companhias de Aviação Civil.

Art. 7.º A Seção de Logística (A-4 COMTA) é o órgão encarregado do planejamento logístico, cabendo-lhe tratar das questões relativas a:

- manutenção do material aéreo;
- instalação e equipamento de todas as unidades e órgãos subordinados;
- suprimentos de aviação;
- combustíveis e lubrificantes;
- os demais trabalhos correlatos que lhe sejam fixados.

Parágrafo único. A Seção de Logística compete, ainda, manter um registro do material aéreo e das instalações de manutenção das companhias de Aviação Civil.

Art. 8.º A Seção do CAN é o órgão encarregado de tratar das questões relativas ao transporte de passageiros, correspondência, carga e bagagem nos aviões do COMTA.

§ 1.º Na Seção do CAN poderá haver um representante do Departamento dos Correios e Telégrafos, encarregado de coordenar os trabalhos relativos ao transporte de correspondência.

§ 2.º Os Postos do CAN serão organizados por ato do Ministro da Aeronáutica, mediante proposta do Comandante do Transporte Aéreo e têm como incumbência tratar dos assuntos relativos a:

- fichamento de passageiros;
- organização das listas de passageiros;
- embarque e desembarque de passageiros, correspondência, carga e bagagem;

— recebimento e despacho da correspondência comum e oficial;

— recebimento, fichamento, armazenagem, despacho e entrega de carga e bagagem;

— assistência aos aviões do COMTA em trânsito;

— estatística das atividades do Pósto.

§ 3.º Além dos encargos constantes do parágrafo anterior, compete, ainda, aos Postos do CAN solicitar as autoridades locais, quando necessário, as providências relativas à alimentação e ao alojamento das tripulações, ao transporte terrestre do pessoal e material, ao reabastecimento dos aviões, ao socorro em caso de "pane" e toda e qualquer medida que vise melhorar o rendimento do transporte executado pelos aviões do COMTA.

§ 4.º Os Postos do CAN, quando existentes em localidades-sede de Zona Aérea, Base Aérea ou Estabelecimento da Aeronáutica, subordinam-se, disciplinar e administrativamente, ao respectivo comando; quando existentes em outras localidades, subordinam-se ao Comando da Zona Aérea ou do COMTA, conforme for fixado pela autoridade competente.

Art. 9.º A Inspetoria do COMTA é o órgão encarregado de inspecionar periodicamente as unidades subordinadas e o serviço do CAN, a fim de:

a) — avaliar a sua eficiência;

b) — verificar o fiel cumprimento das ordens emanadas do Comando, bem como dos regulamentos e instruções em vigor;

c) — apresentar relatórios sobre a situação e necessidades das unidades e órgãos subordinados, propondo medidas tendo em vista a eliminação das deficiências encontradas.

Parágrafo único. O Inspetor poderá solicitar do Comandante o pessoal técnico ou especializado indispensável julgado necessário à realização das inspeções.

Art. 10. A Seção Auxiliar é o órgão destinado atender aos encargos relativos a correspondência, protocolo, arquivo, boletim, biblioteca e portaria.

Art. 11. A Seção de Estatística é o órgão destinado a coletar os dados relativos às unidades e órgãos subordinados e às atividades do COMTA

e apresentá-los de modo coordenado e expressivo, a fim de facilitar, ao Comandante e ao seu Estado Maior, o estudo dos problemas relacionados com o COMTA, permitindo-lhes tirar conclusões e fazer as previsões necessárias.

§ 1.º. Compete à Seção de Estatística propor as normas e modelos, a serem adotados pelas unidades e órgãos subordinados, tendo em vista a uniformização dos dados estatísticos a serem coletados.

§ 2.º. A Seção de Estatística subordina-se ao Inspetor, porém, coopera diretamente com o Comandante na elaboração dos relatórios necessários.

Art. 12. A Fiscalização Administrativa é o órgão auxiliar do Comandante, destinado a superintender os serviços de intendência, de transporte (terrestre e marítimo) e gerais.

Art. 13. A Formação de Intendência é o órgão destinado a tratar dos assuntos de finanças, provisões de intendência e outros correlatos, previstos na legislação própria em vigor.

Art. 14. O Serviço de Transporte é o órgão encarregado dos transportes terrestre e marítimo e da manutenção das viaturas a seu cargo.

Art. 15. Os Serviços Gerais têm como incumbência a conservação e limpeza, interna e externa, das dependências do Q. G. do COMTA.

Art. 16. O desdobramento e as minúscias de organização não especificadas no presente Capítulo, constarão do Regimento Interno do COMTA, a ser aprovado pelo Ministro da Aeronáutica.

CAPÍTULO III

PESSOAL

Art. 17. O COMTA disporá do seguinte pessoal:

a) Comandante — Brigadeiro do Ar;

b) Chefe do Estado Maior — Coronel Aviador diplomado no Curso Superior de Comando;

c) Chefes de Seção do Estado Maior — oficiais superiores do Q. O. Av., em princípio, diplomados no Curso de Estado Maior;

d) Inspetor — Oficial superior do Q. O. Av., em princípio, diplomado no Curso de Estado Maior;

e) Chefe de Seção do CAN — Oficial Superior do Q. O. Av.;

f) Fiscal Administrativo — Major do Q. O. Av.;

g) Adjuntos em número variável e de acôrdo com as necessidades do serviço;

h) Pessoal militar subalterno, em número que fôr fixado no respectivo Quadro de Efetivos;

i) Pessoal civil, titulado e extra-numerário, de acôrdo com a lotação, tabelas e recursos orçamentários fixados.

Art. 18. O número, postos e quadros dos oficiais necessários para o desempenho das demais funções não previstas neste Capítulo, serão fixados em Quadro de Efetivo próprio.

Art. 19. Mediante proposta do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, é o Comandante do Transporte Aéreo nomeado por Decreto e os demais oficiais designados por ato do Ministro.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES

Art. 20. Ao Comandante do Transporte Aéreo compete, além de atribuições outras previstas na legislação vigente:

a) a responsabilidade pela eficiência e coordenação do COMTA;

b) orientar e fiscalizar a instrução das Unidades sob seu Comando;

c) fixar as condições de funcionamento do CAN;

d) incluir e excluir o pessoal que concorre às escalas de tripulações dos aviões do CAN;

e) propor as cotas de peso, dentro das disponibilidades dos aviões do CAN, a serem concedidas a autoridades militares e civis;

f) manter o Estado-Maior da Aeronáutica informado da situação e das necessidades do COMTA;

g) propor ao Estado-Maior da Aeronáutica as medidas julgadas necessárias para o melhor desempenho da missão do COMTA.

Art. 21 Ao Chefe do Estado-Maior compete:

a) coordenar o trabalho das várias Seções que constituem o EM;

b) transmitir ao E. M. as decisões do Comandante e orientar e fiscalizar a elaboração das ordens;

c) desempenhar as funções de Agente Diretor, quando, para isto, tiver delegação do Comandante;

d) responder pelo expediente do COMTA, nos impedimentos temporários do Comandante;

e) promover os entendimentos necessários, com as autoridades e órgãos militares e civis, com os quais o

COMTA mantém relações de serviço.

Art. 22. Aos Chefes das Seções do EM compete:

a) coordenar o trabalho afeto à Seção;

b) assistir o Comandante nos assuntos referentes à sua Seção;

c) propor as normas e instruções relativas aos assuntos de sua Seção;

d) manter ligação, com as demais Seções e com as unidades e órgãos subordinados, tendo em vista a coordenação dos assuntos que lhe são afetos;

e) planejar e verificar a execução das atividades específicas de sua Seção.

Art. 23. Ao Fiscal Administrativo, auxiliar imediato do Comandante, cabem tôdas as atribuições previstas para sua função na legislação em vigor.

Art. 24. Aos oficiais de ligação das demais Forças Armadas, postos à disposição do COMTA, compete coordenar o planejamento e a execução das missões relativas à instrução de paraquedistas, as operações aerotransportadas e ao transporte aéreo em geral.

Art. 25 — As atribuições do pessoal não especificado no presente Capítulo, constarão no Regimento Interno do COMTA.

CAPÍTULO V

SUBSTITUIÇÕES

Art. 26 — As substituições temporárias no COMTA obedecerão ao seguinte critério:

a) o Comandante será substituído pelo mais graduado dos oficiais do COMTA;

b) o Chefe do Estado-Maior pelo mais graduado dos Chefes de Seção do EM;

c) os Chefes de Seção do EM pelo mais graduado dos oficiais do Q. O. Av. da respectiva Seção.

Parágrafo único — Cabe ao Comandante do Transporte Aéreo nos impedimentos fortuitos de qualquer de seus subordinados, designar substituto para exercer as funções desses, cumulativamente com as suas normais, tendo em vista limitar ao mínimo as substituições.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 — O Serviço do CAN será executado de acôrdo com Instruções especiais, propostas pelo Comandante do Transporte Aéreo e aprovadas

pelo Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 28 — As organizações das Unidades Aéreas de Transporte, das Bases Aéreas e dos Serviços do COMTA, serão fixadas em regulamentos próprios.

Art. 29 — O Comandante do Transporte Aéreo tem as atribuições disciplinares de Comandante de Zona Aérea sobre todo o pessoal do COMTA; o Chefe do Estado-Maior, as de comandante de Unidade, e os Chefes de Seção, as de comandante de Grupo incorporado.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1952. — *Nero Moura*, Ministro da Aeronáutica.

DECRETO N.º 30.390 — DE 14
DE JANEIRO DE 1952

Cria o Núcleo Colonial de Una, no Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal e nos termos do Decreto-lei número 6.117, de 16 de dezembro de 1943, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Núcleo Colonial de Una, em terras transferidas à União pelo Estado da Bahia, na forma da lei estadual n.º 412, de 12 de setembro do corrente ano.

Parágrafo único. As terras mencionadas neste artigo são constituídas pelas da extinta "Colônia Itaraca", situadas no município de Una, naquele Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
João Cleofas
Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.391 — DE 15
DE JANEIRO DE 1952

Declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Psychognomia do Distrito Federal.

O Presidente da República, atendendo ao que requereu o Instituto Brasileiro de Psychognomia, com sede

nesta Capital, o qual satisfaz as exigências do art. 1.º da Lei n.º 91, de 28 de agosto de 1935, e usando da atribuição que lhe confere o art. 2.º da citada Lei, declara:

Artigo único. E' declarado de utilidade pública, nos termos da mencionada Lei, o Instituto Brasileiro de Psychognomia, com sede no Distrito Federal.

Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 30.392 — DE 15
DE JANEIRO DE 1952

Declara de utilidade pública a Associação do Ex-Seminarista Brasileiro, com sede no Distrito Federal.

O Presidente da República, atendendo ao que requereu a Associação do Ex-Seminarista Brasileiro, com sede nesta Capital, a qual satisfaz as exigências do art. 1.º da Lei número 91, de 28 de agosto de 1935, e usando da atribuição que lhe confere o art. 2.º da citada Lei, decreta:

Artigo único. E' declarada de utilidade pública, nos termos da mencionada Lei, a Associação do Ex-Seminarista Brasileiro, com sede nesta Capital.

Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 30.393 — DE 15 DE
JANEIRO DE 1952

Outorga à Companhia Hidrelétrica Águas Negras, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Águas Negras, no rio de igual nome, limitando os distritos de Ituporanga e Rio do Sul, municípios de Bom Retiro e Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e

nos termos do artigo 150 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º E' outorgada à Companhia Hidrelétrica Águas Negras, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Águas Negras, no rio de igual nome, limitando os distritos de Ituporanga e Rio do Sul, municípios de Bom Retiro e Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda a aproveitar, a descarga da derivação e a potência.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para serviço público, de utilidade pública e para comércio de energia no distrito de Ituporanga, município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Caducará o presente título independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Águas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de um (1) ano, a contar da data da publicação deste decreto, o projeto de aproveitamento hidráulico, compreendendo:

- a) hidrologia da região:
 - 1 — clima e precipitação pluviométrica;
 - 2 — bacia hidrográfica — planta, área e coeficiente de escoamento;
 - 3 — descargas máxima, mínima e média, curva de descarga do curso d'água, correspondente, no mínimo, a um ano de observação, obtida por medições;

- b) capacidade do aproveitamento:
 - 1 — mercado consumidor, curvas de cargas prováveis;
 - 2 — quedas bruta e útil, potência útil;
 - 3 — necessidades de regularização do curso d'água;
 - 4 — barragem: características, método de cálculo, natureza do terreno para as fundações. Volume d'água

acumulada. Descarga de regularização;

6 — vertedouros, adufas, comportas, tomada d'água, canal adutor ou túnel, escadas para peixe; características gerais, cálculos e desenhos de detalhes;

c) condutos forçados;

1 — características, tipo de assentamento, cálculo, planta e perfil;

2 — chaminé de equilíbrio; cálculo do golpe de ariete;

d) turbinas:

1 — tipo adotado, velocidade específica e de disparo, curva ou rendimento;

2 — reguladores e aparelhagem de medida, características;

3 — canal de fuga, características e capacidade de vazão;

e) geradores elétricos:

1 — tipo, tensão nominal, frequência, potência, curva de rendimento;

2 — dispositivos de regulação da tensão;

3 — curvas características;

4 — constantes elétricas e mecânicas;

f) sistema de transmissão:

1 — transformadores, tipo, relação de transformação, curva de rendimento, dispositivos de regulação da tensão, curvas características e constantes;

2. — equipamentos de proteção, de medida e de comando das subestações transformadoras elevadora e abaixadora;

3. — linhas de transmissão; extensão, tensão nominal, parâmetros, tipos de condutores e de disposição dos condutores nos suportes. Isoladores, tipos e características. Cálculo elétrico. Queda de tensão e perda admissível. Cálculo mecânico; temperaturas máxima e mínima, tensões mecânicas e flexas dos condutores, correspondentes a essas temperaturas. Dispositivos de proteção; fio-terra, para-raios, anéis, chifres e tubos de proteção, roles.

g) sistema de distribuição:

1. — linhas de subtransmissão; cálculo, queda de tensão e perda admissível;

2. — subestação de distribuição; características dos transformadores e da aparelhagem complementar;

3. — linhas primárias de distribuição; tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível;

4. — transformadores de distribuição; características gerais, espaçamento;

5. — linhas secundárias; tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível;

h) planta e corte dos edificios da casa de força, das subestações e da disposição da aparelhagem de transmissão e de distribuição;

i) diagrama geral do sistema, desde os geradores até a disposição das linhas secundárias, com as suas características gerais;

j) especificações do equipamento eléctrico utilizado;

k) orçamento detalhado correspondente a cada um dos itens anteriores.

V — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministério da Agricultura, executando-as de acordo com os projetos aprovados e com as modificações que forem autorizadas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias à observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia eléctrica.

Art. 5.º As tarifas de fornecimento de energia serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 4.º, será criado um fundo de reserva que proverá às renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por accidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta quota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva

terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição da energia eléctrica referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado de Santa Catarina, em conformidade com o estipulado nos arts. 165 e 166 do Código de Águas, mediante indenização, na base do custo histórico, do capital não amortizado, deduzida a reserva de renovação a que se refere o parágrafo único do art. 6.º

§ 1.º — A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado de Santa Catarina não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º — A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 9.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato pelo Tribunal de Contas.

Art. 9.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Rerogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 84.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.394 — DE 15
DE JANEIRO DE 1952

Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem da Assistência Médico-Social da Armada.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 14, combinado com

o parágrafo único do art. 19 da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949, decreta:

Artigo único. É concedido reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem, mantida pela Assistência Médico-Social da Armada e com sede nesta Capital.

Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.395 — DE 15
DE JANEIRO DE 1952

Altera o Decreto n.º 20.489, de 24 de janeiro de 1946.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam acrescentados ao artigo 3.º do Decreto n.º 20.489, de 24 de janeiro de 1946, que aprovou o Regulamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, os §§ 2.º e 3.º abaixo enumerados, passando o atual parágrafo único a § 1.º:

“§ 2.º O Diretor-Geral e os Diretores poderão ter Assistentes Técnicos, designados em portaria do Diretor-Geral.

§ 3.º Os Assistentes Técnicos perceberão a gratificação de representação de Gabinete que for atribuída pelo Diretor-Geral”.

Art. 2.º Os arts. 44, item VI, 54, alínea d e 65, item VI, do decreto citado no artigo anterior passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44.
VI — editar a Revista do Serviço Público, o Boletim, do D.A.S.P. e o Boletim de Pessoal (B.P.) que, como órgão oficial, publicará os atos do Diretor-Geral e dos Diretores de Divisão, Serviço e Cursos relativos à administração do pessoal do DASP”.

“Art. 54.
d) editar o “Boletim diário da T.O.R. e o Boletim de Pessoal”.

“Art. 65.
VI — lavrar todos os atos relativos aos funcionários e extranumerários

e encaminhar ao Serviço de Documentação o expediente a ser publicado no “Boletim de Pessoal”.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1952, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 30.396 — DE 15
DE JANEIRO DE 1952

Cria o Consulado de carreira do Brasil em Munique, na República Federal da Alemanha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 16 do Decreto número 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Consulado de carreira do Brasil em Munique, na República Federal da Alemanha.

Art. 2.º Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.397 — DE 15
DE JANEIRO DE 1952

Cria o Consulado de carreira de Dusseldorf, na República Federal da Alemanha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 16 do Decreto número 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Consulado de carreira do Brasil em Dusseldorf, na República Federal da Alemanha.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.398 — DE 15
DE JANEIRO DE 1952

Dispõe sobre a representação consular do Brasil em Iquitos, Peru.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do art. 16 do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Consulado Privativo do Brasil em Iquitos, Peru, e suprimido o Consulado Honorário do Brasil na mesma cidade.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.399 — DE 16 DE
JANEIRO DE 1952

Designa comissão para estudar o sistema estatístico brasileiro e emitir parecer a respeito.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição da República, e nos termos do Decreto número 24.609, de 6 de julho de 1934, combinado com o Decreto-lei n.º 218, de 26 de janeiro de 1938, e

Considerando que se estabeleceu entre administradores e técnicos res-

ponsáveis pelo sistema estatístico brasileiro, a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, controversia de natureza técnica no que diz respeito à economia, atualidade e exatidão dos processos estatísticos em vigor;

Considerando que a mencionada controversia, como o indicam as comunicações dirigidas ao Presidente da República e as informações e comentários da imprensa, atingiu ampla repercussão e põe em jogo as normas que presidem ao sistema estatístico vigente no País;

Considerando que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentro das margens legais de autonomia administrativa e técnica, está diretamente subordinado ao Presidente da República;

Considerando que, pelos motivos acima expostos, não pode o Governo permanecer indiferente a essa controversia e, para sua orientação e decisão, necessita do parecer de especialistas competentes, não envolvidos no dissídio, decreta:

Art. 1.º São designados os Professores Themistocles Brandão Cavalcanti, Manoel Bergstöm Lourenço Filho, Jesse Montelo e o Dr. João Lyra Madeira para, em comissão, sob a presidência do primeiro e no prazo de 60 dias, estudar as bases em que assenta o sistema estatístico brasileiro e os processos estatísticos adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pronunciando-se, em parecer fundamentado, sobre a conveniência do sistema técnico e técnico-administrativo vigente e considerando-o, particularmente, do ponto de vista da economia, atualidade e exatidão estatísticas.

Art. 2.º As autoridades administrativas e técnicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os funcionários públicos federais encarregados de serviços de estatística prestarão todo o concurso solicitado pelo Presidente da Comissão, que poderá requisitar documentos e informações, instalações para a realização de seus trabalhos e servidores para auxiliá-los.

Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 30.400 — DE 16 DE JANEIRO DE 1952

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 74.880,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.460, de 24 de outubro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de setenta e quatro mil oitocentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 74.880,00), para pagamento da contribuição devida pelo Brasil ao Comitê Consultivo Internacional do Algodão, no exercício fiscal de 1949-1950.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.401 — DE 16 DE JANEIRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Rio das Contas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Casa Branca, no rio Brumado, distrito da sede do município de Rio de Contas, Estado da Bahia.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.402 — DE 16 DE JANEIRO DE 1952

Aprova a Tabela Numérica de Mensalistas da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e da outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item 1 da Constituição e nos termos do art. 33 da Lei n.º 483, de 15 de novembro de 1948, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a anexa tabela numérica de mensalistas da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, em substituição à que acompanha o Decreto n.º 27.904, de 22 de março de 1950.

Parágrafo único. As funções excedentes e bem assim as constantes da Parte Suplementar serão suprimidas à medida que vagarem.

Art. 2.º O preenchimento das novas funções criadas fica condicionado à disponibilidade de recursos orçamentários decorrentes do efetivo aumento da receita da Estrada.

Art. 3.º As novas referências de salário do pessoal mensalista terão os valores constantes da escala-padrão que acompanha o presente decreto.

Art. 4.º A Rede de Viação Paraná-Santa Catarina apresentará ao Ministério da Viação e Obras Públicas, no prazo de noventa dias, o projeto do Regulamento de Pessoal, previsto no art. 12 do Decreto-lei n.º 4.746, de 25 de setembro de 1942.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

REDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA

Tabela Numérica de Mensalistas

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Número de funções	Funções em comissão	Salário mensal	Número de funções	Funções em comissão	Salário mensal
		Cr\$			Cr\$
1	Diretor	13.000,00	1	Diretor	13.000,00
7	Chefe de Departamento	8.000,00	8	Chefe de Departamento	10.000,00
11	Ajudante de Departamento	7.000,00	11	Ajudante de Departamento	8.000,00
1	Assistente Técnico	7.000,00	1	Assistente Técnico	8.000,00
1	Chefe do Serviço Médico	6.500,00	1	Chefe do Serviço Médico	8.000,00
1	Consultor Jurídico	6.500,00	1	Consultor Jurídico	8.000,00
1	Assistente Administrativo	7.000,00	1	Assistente Administrativo	7.500,00
4	Instrutor de Ginástica	1.000,00	—	—	—
3	Professor	REF. 32	3	Professor-Chefe	3.300,00
30			27		
7	Secretário de Departamento	400,00	8	Secretário de Departamento	500,00
10	Chefe de Seção Telegráfica	400,00	19	Chefe de Estação Telegráfica	500,00
36	Despachante de Trem	400,00	36	Despachante de Trem	500,00
4	Instrutor Chefe	400,00	4	Instrutor Chefe	500,00
1	Chefe de Tesouraria	400,00	1	Chefe de Tesouraria	500,00
2	Fiel da Tesouraria	400,00	2	Fiel da Tesouraria	500,00
2	Procurador	400,00	1	Procurador	500,00
20	Instrutor Auxiliar	300,00	1	Chefe de Escri. de Represent. no Rio de Janeiro	500,00
3	Pagador	300,00	20	Instrutor Auxiliar	400,00
3	Auxiliar de Pagador	300,00	3	Pagador	400,00
4	Assistente de Escritório do Rio e São Paulo	300,00	3	Auxiliar de Pagador	400,00
93			4	Assistente de Escritório do Rio e São Paulo	400,00
			95		

REDE DE VIAÇÃO PARANA-SANTA CATARINA

TABELA NUMÉRICA DE MENSALISTAS

Tabela (*)

Parte Permanente

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA				
Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Numero de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
	<i>Advogado</i>			<i>Advogado</i>			
2	39	2	28	—	—
2	37	2	27	—	—
2	35	2	26	—	—
6			6				
	<i>Agente</i>			<i>Agente</i>			
12	25	15	17	—	3
29	23	32	15	—	3
50	21	55	13	—	5
147	19	145	11	2	—
238			247			2	11
	<i>Agrônomo</i>			<i>Agrônomo</i>			
1	35	1	26	—	—
1	32	1	24	—	—
2			2				

<i>Almoxarife</i>			<i>Almoxarife</i>		
2	25	2	17
3	23	3	15
2	21	3	13
4	19	4	11
12			12		
<i>Aprendiz</i>			<i>Aprendiz</i>		
50	3	120	1	30
100	1			
150			120		30
<i>Auxiliar de Artifice</i>			<i>Auxiliar de Artifice</i>		
140	12	140	6	—
340	10	310	5	30
720	8	700	3	20
1.200			1.150		50
<i>Artifice</i>			<i>Artifice</i>		
140	18	200	10	60
260	16	300	9	40
600	14	600	8	—
1.000			1.100		100

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA				
Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
	<i>Auxiliar de Transmissões</i>			<i>Auxiliar de Transmissões</i>			
2	30	2	22	—	—
3	25	3	17	—	—
5	22	5	14	—	—
10	20	10	12	—	—
15	19	15	11	—	—
35			35				
	<i>Bagageiro</i>			<i>Bagageiro</i>			
40	13	40	7	—	—
60	11	60	5	—	—
100			100				
	<i>Bombeiro</i>			<i>Bombeiro</i>			
35	13	35	7	—	—
60	11	60	5	—	—
95			95				

<i>Carvoeiro</i>			<i>Carvoeiro</i>		
50	9	100	4	—	50
119	8	300	3	—	10
180	7	400	—	—	60
340			—	—	
<i>Carregador</i>			<i>Carregador</i>		
110	11	130	5	—	20
120	9	140	4	—	20
170	7	200	3	—	30
400		470	—	—	70
<i>Chefe de Turma de Oficina</i>			<i>Chefe de Turma de Oficina</i>		
10	23	10	15	—	—
25	22	30	14	—	—
70	21	70	13	—	—
105		110	—	—	5
<i>Condutor de Trem</i>			<i>Condutor de trem</i>		
40	21	45	13	—	5
50	19	60	11	—	10
60	17	75	9	—	15
100	15	120	8	—	20
250		300	—	—	50

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA				
Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
<i>Conferente</i>			<i>Conferente</i>				
34	19	35	11	—	1
79	17	80	9	—	1
132	15	145	8	—	13
182	13	190	7	—	1
434			450			—	16
<i>Continuo</i>			<i>Continuo</i>				
13	17	20	9	—	7
35	15	23	8	—	—
38			45			—	7
<i>Desenhista</i>			<i>Desenhista</i>				
4	25	4	17	—	—
6	23	6	15	—	—
10	21	10	13	—	—
20	19	20	11	—	—
40			40				
<i>Eletricista</i>			<i>Eletricista</i>				
5	25	5	17	—	—
15	21	15	13	—	—
25	19	25	11	—	—
45			45				

<i>Engenheiro</i>			<i>Engenheiro</i>		
8	43	10	30	—	2
10	41	12	29	—	2
12	39	14	28	—	2
15	37	16	27	—	1
20	35	18	26	2	—
65		70		2	7
<i>Escrivão</i>			<i>Escrivão</i>		
75	25	—	17	75	—
104	23	100	15	4	—
122	21	110	13	12	—
170	19	120	11	50	—
<i>Auxiliar de Escritório</i>					
85	17	125	9	—	40
107	15	125	8	—	18
170	13	140	7	30	—
833		720		171	58
<i>Feitor</i>			<i>Feitor</i>		
40	15	40	8	—	—
60	12	60	6	—	—
210	10	210	5	—	—
310		310			

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA				
Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Número de Funções	Séries Funcionais	Ref	Exc.	Vagos
	<i>Fiel de Composição</i>			<i>Fiel de Composição</i>			
20	17	20	9	—	—
30	15	30	8	—	—
50			50				
	<i>Foguista</i>			<i>Foguista</i>			
100	15	100	8	—	—
160	15	160	7	—	—
230	11	240	5	—	10
490			500			—	10
	<i>Fotógrafo</i>			<i>Fotógrafo</i>			
1	24	1	16	—	—
1	15	1	8	—	—
2			2				
	<i>Guarda</i>			<i>Guarda</i>			
6	15	6	8	—	—
6			6				

<i>Guarda Chaves</i>			<i>Guarda Chaves</i>		
50	8	200	3
160	6			—
410	5	500	2
620			700		70
					150
<i>Guarda Fios</i>			<i>Guarda Fios</i>		
15	15	15	8
20	13	20	7
25	11	25	5
60			60		
<i>Guarda Freios</i>			<i>Guarda Freios</i>		
100	8	200	3
150	6			—
450	5	600	2
700			800		—
					100
<i>Guarda Livros</i>			<i>Guarda Livros</i>		
2	25	2	17
3	23	2	15
3	21	3	13
4	19	4	11
12			11		1
<i>Inspetor</i>			<i>Impressor</i>		
3	17	3	9
5	13	5	7
7	9	7	4
15			15		

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA				
Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
	<i>Manobreiro</i>			<i>Manobreiro</i>			
50	12	50	6	—	—
110	10	75	5	35	—
160			125			35	—
	<i>Manobreiro de Trem</i>			<i>Manobreiro de trem</i>			
155	10	155	5	—	—
			155				
	<i>Maquinista</i>			<i>Maquinista</i>			
50	23	50	15	—	—
89	21	100	13	—	20
130	19	150	11	—	20
180	17	200	9	—	20
440			500			—	60
	<i>Maquinista Especializado</i>			<i>Maquinista Especializado</i>			
20	27	20	19	—	—
20			20				
	<i>Mecânico de Precisão</i>			<i>Mecânico de Precisão</i>			
1	27	1	19	—	—
2	24	2	16	—	—
3			3				

2	Médico	39	3	Médico	28	1
4		37	6		27	2
6		35	10		26	4
12			19			7
30	Mensageiro	3	30	Mensageiro	1	
30			30			
2	Mestre Eletricista	31	2	Mestre Eletricista	23	
3		28	3		20	
5			5			
38	Mestre de Linhas	21	45	Mestre de Linhas	13	7
38			45			7
5	Mestre de Oficinas	34	5	Mestre de Oficinas	25	
8		32	10		24	2
15		29	20		21	5
30		26	37		18	7
58			72			14
	Motorista			Motorista		
16		23	10		15	
20		21	25		13	5
30		19	45		11	15
40		17	60		9	20
100			140			40

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA				
Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
	<i>Oficial Administrativo</i>			<i>Oficial Administrativo</i>			
8	39	9	28	—	1
11	37	12	27	—	1
15	35	23	26	—	8
24	32	31	24	—	7
48	28	59	20	—	11
			75	17	—	75
106			209			—	103
	<i>Porteiro</i>			<i>Porteiro</i>			
1	19	1	11	—	—
1			1				
	<i>Praticante de Estação</i>			<i>Praticante de Estação</i>			
40	11	40	5	—	—
80	9	80	4	—	—
120			120				
	<i>Praticante de Escritório</i>			<i>Praticante de Escritório</i>			
150	11	150	5	—	—
150			150				

<i>Proticante de Telegrafista</i>			<i>Praticante de Telegrafista</i>					
100	11	100	5	—	—	—
200	9	200	4	—	—	—
306			300					
<i>Professor</i>			<i>Professor</i>					
1	32	—	24	1	—	—
4	27	4	19	—	—	—
6	22	6	14	—	—	—
11			10			1	—	—
<i>Radiotécnico</i>			<i>Radiotécnico</i>					
1	28	1	20	—	—	—
1	25	1	17	—	—	—
2	23	2	15	—	—	—
4			4					
<i>Radiotelegrafista</i>			<i>Radiotelegrafista</i>					
5	27	5	19	—	—	—
6	25	6	17	—	—	—
7	24	7	16	—	—	—
8	23	8	15	—	—	—
26			26					
<i>Revisor-Chefe</i>			<i>Revisor de Veiculos — Chefe</i>					
4	25	—	17	—	—	—
5	23	4	15	—	—	—
6	21	5	13	—	—	—
15			6				
			15					

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO ATUAL				
Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc	Vagos
<i>Revisor de Veiculos</i>			<i>Revisor de Veiculos</i>				
20	18	20	10	—	—
35	15	35	8	—	—
50	12	50	6	—	—
65	9	65	4	—	—
85	7	85	3	—	—
255			255				
<i>Telegrafista</i>			<i>Telegrafista</i>				
30	21	30	13	—	—
60	19	60	11	—	—
90	17	90	9	—	—
150	15	150	8	—	—
330			330				
<i>Trabalhador</i>			<i>Trabalhador</i>				
270	6	700	3	—	430
900	6	2.000	2	400	—
1.500	5	2.700			400	430
2.670							
<i>Servente</i>			<i>Servente</i>				
40	13	50	7	—	10
90	11	70	5	20	—
130			120			20	10

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA				
Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
45	<i>Vigia</i>	11	50	<i>Vigia</i>	5	—	5
55	9	50	4	5	—
70	7	100	3	—	30
170			200			5	15

SITUAÇÃO PROPOSTA			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Número de funções	Funções isoladas	Ref.	Número de funções	Funções isoladas	Ref.
1	Chefe de Divisão	43	1	Chefe de Divisão	30
2	Aux. de Engenheiro	41	2	Aux. de Engenheiro	29
3	Aux. de Engenheiro	39	2	Aux. de Engenheiro	28
6	Aux. de Engenheiro	37	5	Aux. de Engenheiro	27
2	Aux. de Engenheiro	37	1	Aux. de Engenheiro	26
1	Aux. de Engenheiro	35	5	Aux. de Engenheiro	24
6	Aux. de Engenheiro	32	2	Aux. de Engenheiro	20
2	Aux. de Engenheiro	28	18		
22					

ESCALA-PADRÃO DE REFERÊNCIAS DE SALÁRIO, A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º, DO DECRETO
N.º 30.402, DE 16 DE JANEIRO DE 1952

Referências		Salário mensal	Referências		Salário mensal
		Cr\$			Cr\$
1	800,00	16	2.400,00
2	900,00	17	2.500,00
3	1.000,00	18	2.600,00
4	1.100,00	19	2.700,00
5	1.200,00	20	2.800,00
6	1.300,00	21	2.900,00
7	1.400,00	22	3.000,00
8	1.500,00	23	3.100,00
9	1.600,00	24	3.300,00
10	1.700,00	25	3.800,00
11	1.800,00	26	4.000,00
12	1.900,00	27	5.000,00
13	2.000,00	28	6.000,00
14	2.100,00	29	7.000,00
15	2.170,00	30	8.000,00

DECRETO N.º 30.403 — DE 17
DE JANEIRO DE 1952

*Cria uma Legação do Brasil junto à
Soberana Ordem Militar de Malta.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, itens I e IV, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma Legação do Brasil junto à Soberana Ordem Militar de Malta, cuja ação será exercida cumulativamente pela Embaixada do Brasil junto à Santa Sé.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.404 — DE 17
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Marcela Marian Roxo, de nacionalidade norte-americana, autorizada a adquirir a fração ideal de vinte e seis quatrocentos e cinquenta e sete ávos (26-457) do domínio útil do terreno de marinha beneficiado com o prédio n.º 21 da Rua Almirante Gomes Pereira, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 220.289, de 1951.

Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.405 — DE 17 DE
JANEIRO DE 1952

Concede autorização para a constituição da Cooperativa Banco Federal da Produção, de Responsabilidade Limitada, com sede no Distrito Federal.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.406 — DE 17 DE
JANEIRO DE 1952

Concede a Porcelana Real S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas); decreta:

Artigo único. É concedida a Porcelana Real S. A., Sociedade Anônima com sede na cidade de São Paulo, constituída por escritura pública de 7-6-48, lavrada a fls. 57 — do livro n.º 30-E do cartório do 1.º Tabelionato da cidade de São Paulo, arquivado na Junta Comercial de São Paulo, sob n.º 38.250, por despacho de 15-6-48, e alterações arquivadas na mesma Junta Comercial sob os ns. 42.268, 49.997 e 55.900, por despachos de 20-5-49, 29-12-50 e 26-12, de 1951, respectivamente, autorização para funcionar como empresa de mineração de acordo com o artigo sexto (6.º) § 1.º do Decreto-lei n.º mil novecentos e oitenta e cinco (1.985) de vinte e nove (29) de janeiro de mil novecentos e quarenta (1940) (Código de Minas, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleófas.

DECRETO N.º 30.407 — DE 17 DE JANEIRO DE 1952

Concede à Empresa Brasileira de Cromo Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Artigo único. É concedida à Empresa Brasileira de Cromo Limitada, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede nesta Capital, constituída por contrato particular de treze (13) de setembro de mil novecentos e cinquenta e um (1951), autorização para funcionar como empresa de mineração de acordo com o que dispõe o art. 6.º, § 1.º do Decreto-lei número mil novecentos e oitenta e cinco (1.985) de vinte e nove (29) de janeiro de mil novecentos e quarenta (1940) Código de Minas, combinado com o artigo cento e cinquenta e três (153) primeiro (1.º) da Constituição ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.408 — DE 17 DE JANEIRO DE 1952

Concede a Pereira & Cia., autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida a Pereira & Cia., sociedade em comandita simples, com sede na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais, autorização para funcionar como empre-

za de mineração, de acordo com o que dispõe o artigo 6.º, parágrafo 1.º, do Decreto-lei número mil novecentos e oitenta e cinco (n.º 1.985), de vinte e nove (29) de janeiro de mil novecentos e quarenta (1940), ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.409 — DE 17 DE JANEIRO DE 1952

Renova o Decreto n.º 27.277, de 29 de setembro de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), combinado com o Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica renovada de acordo com a letra a, do artigo primeiro, do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida ao cidadão brasileiro Manuel do Bonfim Freire pelo Decreto n.º 27.277, de 29 de setembro de 1949 para pesquisar argila, caulim, feldspato, mica, pedras, semipreciosas e associados, no município de Guaraná, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 480,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.410 — DE 17
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minério de chumbo e associados nos municípios de Cerro Azul e Imbuial, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985 de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minério de chumbo e associados, em terrenos de propriedade de João Francisco dos Reis e outros, no lugar denominado Ribeirão do Rocha, distritos de Cerro Azul e Paraná, municípios de Cerro Azul e Imbuial, Estado do Paraná, numa área de duzentos e setenta e cinco hectares e dez ares (275,10 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência do Arroio Pachequinho no Ribeirão do Rocha e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: novecentos e quarenta e três metros e cinquenta centímetros (943,50m), oitenta e três graus e quatro minutos nordeste (83º 04' NE); novecentos e sessenta metros (960m), três graus e quarenta e dois minutos sudeste (3º 42' SE); mil novecentos e sessenta metros (1.960m), oitenta e três graus e seis minutos sudoeste (83º 6' SW); quinhentos e sessenta e três metros (563m), setenta e sete graus e vinte e três minutos noroeste (77º 23' NV); mil metros (1.000m), quarenta e três graus e seis minutos noroeste (43º 06' NW); mil e vinte e quatro metros (1.024m); quarenta e sete graus e dezessete minutos nordeste (47º 17' NE); quinhentos e noventa e um metros (591m), nove graus e trinta e três minutos sudeste (9º 33' SE); quinhentos metros (500m), quarenta e três graus sudeste (43º SE); seiscentos e quarenta e um metros e cinquenta centímetros (641,50m), quarenta e sete graus nordeste (47º NE). O último lado da poligonal, é o alinhamento retilíneo que, partindo da extremidade do penúltimo lado acima descrito, vai ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil, setecentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 2.760,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.411 — DE 17
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza a Cia. de Estanho S. João del Rei a pesquisar cassiterita e associados no município de São Tiago, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Cia de Estanho São João del Rei a pesquisar cassiterita e associados, em terrenos de sua propriedade, no distrito e município de S. Tiago, Estado de Minas Gerais, numa área de seis hectares e setenta ares (6,70 ha), delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice na confluência do córrego vicente no rio das Mortes e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos metros (500m), cinquenta e oito graus nordeste (58º NE); quatrocentos e vinte e cinco metros (425m), vinte e dois graus noroeste (22º NW); duzentos e dez metros (210m), norte (N); trezentos e vinte metros (320m), oito graus sudeste (8º SE); duzentos e noventa e seis metros (296m), trinta e dois graus sudeste (32º SE), o lado mistilíneo da poligonal é a margem direita do córrego vicente e compreendida entre a extremidade do último lado retilíneo acima descrito e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica

dêste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.412 — DE 17
DE JANEIRO DE 1952

Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário em terrenos de propriedade da Companhia de Tecidos Paulista, situados no imóvel denominado Pedreira — Prazeres no distrito e município de Paulista, Estado de Pernambuco, numa área de onze hectares setenta e cinco ares e trinta centiares (11,7530 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a seiscentos e sessenta e um metros (661m) no rumo magnético trinta e seis graus nordeste (36º NE) da aresta da torre da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e cinquenta e dois metros (252m), trinta graus nordeste (30º NE); trezentos e dezesseis metros (316m), sete graus nordeste (7º NE); duzentos e sete metros (207m), setenta e oito graus noroeste (78º NW); duzentos e setenta e cinco metros (275m), doze graus sudoeste (12º SW); duzentos e dezessete metros (217m), vinte e dois graus sudoeste (22º SW) e o último lado é constituído de um segmento retilíneo que, partindo da extremidade do último lado supra, vai encontrar o vértice do primeiro lado.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica dêste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.413 — DE 17
DE JANEIRO DE 1952

Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário em terrenos de propriedade da Companhia de Tecidos Paulista, situados no imóvel denominado Pedreira Corte Largo no distrito e município de Paulista, Estado de Pernambuco, numa área de trinta e um hectares, dezessete ares e trinta e dois centiares (31,1732 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e trinta e sete metros e cinquenta centímetros (137,50 m), no rumo magnético de trinta e cinco graus e trinta minutos nordeste (35º 30' NE) do marco quilométrico número quatorze (14) da rodovia de Recife a João Pessoa, e os lados a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e noventa metros (290m) dois graus e trinta minutos nordeste (2º 30' NE); seiscentos metros (600m) oitenta e oito graus sudeste (88º SE); cem metros (100m), cinco graus sudeste (5º SE); duzentos e cinquenta metros (250m), cinquenta e quatro graus sudeste (54º SE); trezentos e setenta e cinco metros (375m) quatro graus sudeste (4º SE); cento e

vinte e cinco metros (125m), oitenta e nove graus sudoeste (89° SW); cento e trinta e cinco metros (135m), cinquenta e três graus sudoeste (53° SW); cento e dez metros (110m), vinte e nove graus sudoeste (29° SW) e o último lado é constituído de um segmento retilíneo que vai encontrar o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 320,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.414 — DE 17
DE JANEIRO DE 1952

Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confiere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário em terrenos de sua propriedade no imóvel denominado Pedreira Jaguaribe, no distrito e município de Paulista, Estado de Pernambuco, numa área de nove hectares, oitenta e sete ares e oitenta e sete centiares (9,8787 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a um mil e quarenta e cinco metros (1.045m), no rumo magnético um grau e trinta minutos sudoeste (1º 30' SW), da aresta da torre sul da Igreja de São Bento situada no distrito supra citado, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e oitenta e cinco metros (185m) trinta e sete graus sudoeste (37° SW); quatrocentos e cinquenta metros

(450m), trinta e cinco graus udeste (35° SE); quatrocentos e vinte e cinco metros (425m), vinte e sete graus nordeste (27° NE); cinquenta e seis metros (56m), oitenta e seis graus sudoeste (86° SW); oitenta e oito metros (88m), quarenta graus sudoeste 40° SW); cento e dez metros (110m), quarenta e quatro graus noroeste (44° NW) e o último lado é constituído por um segmento retilíneo que parte da extremidade do último lado supra e vai encontrar o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.415 — DE 17
DE JANEIRO DE 1952

Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confiere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário em terrenos de propriedade da Companhia de Tecidos Paulista situados no imóvel denominado Pedreira Paulista no distrito e município de Paulista, Estado de Pernambuco numa área de onze hectares, oitenta e quatro ares e oitenta e cinco centiares (11,8485 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na passagem de nível do cruzamento das estradas de rodagem de Paulista para a Praia da Conceição com a de ferro de Paulista para Porto Arthur, onde,

também se encontra o marco do quilômetro número seis (6) da ferrovia e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e sete metros (107m), vinte e três graus sudeste (23° SE); duzentos e oitenta e quatro metros (284m), sessenta e seis graus nordeste (66° NE); sessenta e cinco metros (65m), quarenta e três graus nordeste (43° NE); trezentos e trinta e cinco metros (335m), vinte e quatro graus noroeste (24° NW); duzentos e noventa e dois metros (292m), sessenta e cinco graus sudoeste (65° SW) e o último lado é constituído de um segmento retilíneo que parte da extremidade desse último lado e vai encontrar o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.416 — DE 18 DE JANEIRO DE 1952

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 para integralização do capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.412, de 13 de agosto de 1951, e tendo consultado o Tribunal de Contas e ouvido o Ministério da Fazenda, nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) destinado a integralizar a cota da União no capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, na forma do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 1.412, de 13 de agosto de 1951.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.417 — DE 18 DE JANEIRO DE 1952

Concede prerrogativas de equiparação à Universidade Católica de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 29 da regulamentação do art. 3.º do Decreto número 19.851, de 11 de abril de 1931, aprovada pelo Decreto 24.279, de 22 de maio de 1934, decreta:

Artigo único. São concedidas à Universidade Católica de Pernambuco com sede na capital desse Estado, as prerrogativas de equiparação e fica aprovado o seu estatuto, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde.

Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.418 — DE 21 DE JANEIRO DE 1952

Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Parte Permanente, da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções:

3 — Auxiliar Administrativo, referência 24.

- 1 — Escrevente-dactilógrafo, referência 22.
- 2 — Escrevente-dactilógrafo, referência 20.
- 2 — Escrevente-dactilógrafo, referência 18.
- 1 — Armazenista, referência 22.
- 1 — Auxiliar de Biblioteca, referência 22.
- 1 — Laboratorista, referência 19.
- 1 — Servente, referência 19.
- 3 — Servente, referência 18.

Parágrafo único. As funções criadas por este artigo destinam-se ao aproveitamento do pessoal administrativo da Faculdade de Farmácia do Pará, nos termos do art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Os efeitos do aproveitamento a que se refere o artigo anterior vigorarão a partir de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.419 — DE 21
DE JANEIRO DE 1952

Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Parte Permanente, da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções:

- 1 — Auxiliar Administrativo, referência 25.
- 1 — Auxiliar Administrativo, referência 24.
- 1 — Escrevente-dactilógrafo, referência 18.

- 2 — Servente, referência 19.
- 2 — Servente, referência 18.

Parágrafo único. As funções criadas por este artigo destinam-se ao aproveitamento do pessoal administrativo da Faculdade de Direito do Espírito Santo, nos termos do art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Os efeitos do aproveitamento a que se refere o artigo anterior vigorarão a partir de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.420 — DE 21 DE
JANEIRO DE 1952

Outorga à Empresa de Água e Esgotos de Ribeirão Preto S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da corredeira do Quebra Joelho, existente no rio Pardo, distrito de Ribeirão Preto, município de igual nome, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 150 do Código de Aguas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º É outorgada à Empresa de Água e Esgotos de Ribeirão Preto S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da corredeira do Quebra Joelho, no rio Pardo, Distrito de Ribeirão Preto, município de igual nome, Estado de São Paulo.

§ 1.º — Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda a aproveitar, a descarga de derivação e a potência.

§ 2.º — O aproveitamento destina-se ao uso exclusivo da concessionária, que não poderá ceder energia a terceiros, mesmo a título gratuito, exciuidas, todavia, desta proibição, as

vilas operárias das concessionárias, desde que seja gratuito o fornecimento de energia que lhes fôr feito.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação;

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Águas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta;

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de um ano, a contar da data da publicação deste Decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico compreendido:

a) hidrologia da região:

1 — clima e precipitação pluviométrica;

2 — bacia hidrográfica; planta, área e coeficiente de escoamento;

3 — descargas máxima, mínima e média; curva de descarga do curso d'água, correspondente, no mínimo a um ano de observação, obtida por medições;

b) capacidade do aproveitamento:

1 — quedas bruta e útil; potência útil;

2 — necessidades de regularização do curso d'água;

3 — barragem, características, método de cálculo, natureza do terreno para as fundações; volume d'água acumulada; descarga de regularização;

4 — vertedouros, adufas, comportas, tomada d'água, canal adutor ou túnel, escadas para peixe; características gerais, cálculos e desenhos de detalhes;

c) condutos forçados:

1 — características, tipo de assentamento, cálculo, planta e perfil;

2 — chaminé de equilíbrio, cálculo do golpe de ariete

d) turbinas:

1 — tipo adotado, velocidade específica e de disparo, curva de rendimento;

2 — reguladores e aparelhagem de medida; características;

3 — canal de fuga, características e capacidade de vazão;

e) geradores elétricos:

1 — tipo, tensão nominal, frequência, potência, curva de rendimento;

2 — dispositivos de regulação da tensão;

3 — curvas características;

4 — constantes elétricas e mecânicas;

f) sistemas de transmissão:

1 — transformadores; tipo, relação de transformação, curva de rendimento, dispositivos de regulação da tensão; curvas características e constantes;

2 — equipamentos de proteção, de medida e de comando das subestações transformadoras elevadora e abaixadora;

3 — linhas de transmissão; extensão, tensão nominal, parâmetros, tipos de condutores e de disposição dos condutores nos suportes. Isoladores, tipos e características. Cálculo elétrico, queda de tensão e perda admissível. Cálculo mecânico; temperaturas máxima e mínima, tensões mecânicas e flexas dos condutores correspondentes a essas temperaturas; dispositivos de proteção, fio-terra, pára-raios, anéis, chifres e tubos de proteção, relés;

g) sistema de distribuição:

1 — linhas de sub-transmissão, cálculo, queda de tensão e perda admissível;

2 — subestação de distribuição; características dos transformadores e da aparelhagem complementar;

3 — linhas primárias de distribuição; tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível;

4 — transformadores de distribuição; características gerais, espaçamento;

5 — linhas secundárias: tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível;

h) planta e corte dos edifícios da casa de força das subestações e da disposição da aparelhagem de transmissão e de distribuição;

i) diagrama geral do sistema, desde os geradores até a disposição das linhas secundárias, com as suas características gerais;

j) especificações do equipamento elétrico utilizado;

k) orçamento detalhado correspondente a cada um dos itens anteriores.

V — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministério da Agricultura, executando-as de acôrdo com os projetos aprovados e com as modificações que forem autorizadas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinada pela Divisão de Águas as instalações necessárias à observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acôrdo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Governo Federal em conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166 do Código de Águas.

§ 1.º — A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado de São Paulo não se opõe à utilização dos bens objeto de reversão.

§ 2.º — A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 5.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato disciplinar pelo Tribunal de Contas.

Art. 6.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleófas.

DECRETO N.º 30.421 — DE 21
DE JANEIRO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, aprovada pelo Decreto número 24.131, de 27 de novembro de 1947, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Médico Sanitarista, com o respectivo ocupante Armando Pêgo de Amorim, da lotação permanente da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde para igual lotação da Universidade do Brasil.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.422 — DE 21
DE JANEIRO DE 1952

Outorga a Zortéa & Cia. Ltda., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica no Rio do Peixe, distrito e município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 150 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º É outorgada a Zortéa & Companhia Limitada, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica no Rio do Peixe, distrito e Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para serviço público, de utilidade pública, e para comércio de energia na cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Águas, art. 162) dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de um (1) ano, a contar da data da publicação deste decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico, compreendendo:

a) Hidrologia da região:

1 — Clima e precipitação pluviométrica;

2 — Bacia hidrográfica — Planta, área e coeficiente de escoamento;

3 — Descargas máxima, mínima e média — Curva de descarga do curso d'água, correspondente, no mínimo, a um (1) ano de observação, obtida por medições.

b) Capacidade de aproveitamento:

1 — Mercado consumidor. Curvas de cargas prováveis;

2 — Quedas bruta e útil. Potência útil;

3 — Necessidade de regularização do curso d'água;

4 — Barragem — características, método de cálculo, natureza do terreno para as fundações. Volume d'água acumulada. Descarga de regularização;

5 — Vertedouros, adufas, comportas, tomada d'água, canal adutor ou túnel, escadas para peixe — características gerais, cálculos e desenhos de detalhes.

c) Conduitos forçados:

1 — Características, tipo de assentamento — cálculo, planta e perfil;

2 — Chaminé de equilíbrio — cálculo do golpe de ariete;

d) Turbinas:

1 — tipo adotado, velocidade específica e de disparo, curva de rendimento;

2 — reguladores e aparelhagem de medida — características;

3 — canal de fuga — características e capacidade de vazão;

e) geradores elétricos:

1 — tipo, tensão nominal, frequência, potência, curva de rendimento;

2 — dispositivos de regulação da tensão;

3 — curvas características;

4 — constantes elétricas e mecânicas.

f) Sistema de transmissão:

1 — transformadores — tipo, relação de transformação, curva de rendimento, dispositivos de regulação da tensão, curvas características e constantes;

2 — equipamentos de proteção, de medida e de comando das subestações transformadoras elevadora e abaixadora;

3 — linhas de transmissão — extensão, tensão nominal, parâmetros, tipos de condutores e de disposição dos condutores nos suportes. Isoladores — tipos e características. Cálculo elétrico. Queda de tensão e perda admissível. Cálculo mecânico — temperaturas máxima e mínima, tensões mecânicas e flechas dos condutores, correspondentes a essas temperaturas. Dispositivos de proteção — fio-terra, para-raios, anéis, chifres e tubos de proteção, relés

g) Sistema de distribuição:

1 — linhas de subtransmissão; cálculo, queda de tensão e perda admissível;

2 — subestação de distribuição; características dos transformadores e da aparelhagem complementar;

3 — linhas primárias de distribuição — tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível;

4 — transformadores de distribuição — características gerais, espaçamento;

5 — linhas secundárias — tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível.

h) Planta e corte dos edifícios da casa de força, das subestações e da disposição da aparelhagem de transmissão e de distribuição.

i) Diagrama geral do sistema, desde os geradores até a disposição das li-

nhas secundárias, com as suas características gerais.

j) Especificações do equipamento elétrico utilizado.

k) Orçamento detalhado correspondente a cada um dos itens anteriores.

IV) Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministério da Agricultura, executando-as de acordo com os projetos aprovados e com as modificações que forem autorizadas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias a observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5.º As tarifas do fornecimento de energia serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 4.º, será criado um fundo de reserva que proverá as renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará de reserva de renovação, será realizada por cota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta cota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição da energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado de Santa Catarina, em confor-

midade com o estipulado nos artigos 165 e 166 do Código de Águas, mediante indenização, na base do custo histórico, do capital não amortizado, deduzida a reserva de renovação a que se refere o parágrafo único do art. 6.º.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado de Santa Catarina não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 8.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato disciplinar pelo Tribunal de Contas.

Art. 9.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.423 — DE 21
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza a cessão de um terreno da União à Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cessão à Prefeitura do Distrito Federal de terreno da União, sob a jurisdição do Ministério da Guerra, com área aproximada de 3.000 metros quadrados, localizado junto à ponte que confina com as estradas da Barra de Guaratiba e do Exército, na Restinga de Marambaia, Distrito Federal, conforme plantas anexadas ao processo n.º 18.919-51-Gab. M-G.

Art. 2.º A Prefeitura do Distrito Federal fica na obrigação de cons-

truir no citado terreno, por sua conta, uma escola rural, tornando-se nula essa cessão, independente de ato especial, se ao imóvel, no todo ou em parte, fôr dada aplicação diversa da que lhe tenha sido destinada.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 61.º da República.

GETULIO VARGAS.

Newton Estilac Leal.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.424, — DE 22 DE
JANEIRO DE 1952

Declara de utilidade pública a Associação dos Agentes Fiscais do Imposto de Consumo do Brasil, com sede no Distrito Federal.

O Presidente da República, atendendo ao que requereu a Associação dos Agentes Fiscais do Imposto de Consumo do Brasil, com sede nesta Capital, a qual satisfizes as exigências do artigo 1.º da Lei n.º 91, de 28 de agosto de 1935, e, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2.º da citada Lei, declara:

Art. único: É declarada de utilidade pública, nos termos da mencionada Lei, a Associação dos Agentes Fiscais do Imposto de Consumo do Brasil, com sede na Capital Federal.

Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 30.425, — DE 22 DE
JANEIRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000.00, para atender, em 1951, às despesas de pessoal, de estabelecimentos de ensino superior federalizados.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.523, de 26 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000.00 (cem milhões de cruzeiros), para

atender, no exercício de 1951, às despesas com pessoal dos seguintes estabelecimentos de ensino superior, federalizados pela Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, inclusive Reitorias das Universidades do Recife, da Bahia e de Minas Gerais:

I — Pará:

- 1 — Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará.
- 2 — Faculdade de Direito do Pará.
- 3 — Faculdade de Farmácia de Belém do Pará.

II — Maranhão:

- 4 — Faculdade de Direito de São Luís do Maranhão.
- 5 — Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão.

III — Piauí:

- 6 — Faculdade de Direito do Piauí.

IV — Ceará:

- 7 — Faculdade de Farmácia e Odontologia.

V — Pernambuco:

- 8 — Faculdade de Filosofia.
- 9 — Escola de Química.

VI — Bahia:

- 10 — Faculdade de Filosofia.
- 11 — Faculdade de Ciências Econômicas.
- 12 — Faculdade de Belas Artes com curso de arquitetura.

VII — Espírito Santo:

- 13 — Faculdade de Direito.

VIII — Rio de Janeiro:

- 14 — Faculdade Fluminense de Medicina.

IX — Paraná:

- 15 — Reitoria da Universidade.
- 16 — Faculdade de Filosofia.
- 17 — Faculdade de Direito.
- 18 — Faculdade de Medicina.
- 19 — Faculdade de Engenharia.
- 20 — Faculdade de Ciências Econômicas.

X — Rio Grande do Sul:

- 21 — Faculdade de Filosofia.
- 22 — Faculdade de Direito.
- 23 — Escola de Engenharia com cursos de Minas e Metalurgia e de Arquitetura e Urbanismo, e de Química.
- 24 — Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina.
- 25 — Escola de Agronomia e Veterinária.
- 26 — Faculdade de Ciências Econômicas.
- 27 — Cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto de Belas Artes.

28 — Faculdade de Direito de Pelotas.

29 — Faculdade de Odontologia de Pelotas.

30 — Faculdade de Farmácia de Santa Maria.

31 — Reitoria da Universidade, inclusive imprensa universitária.

XI — Goiás:

32 — Faculdade de Direito.

XII — Minas Gerais:

33 — Escola de Enfermagem Carlos Chagas anexa à Faculdade de Medicina.

34 — Conservatório Mineiro de Música:

35 — Escola de Farmácia de Ouro Preto.

36 — Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa.

Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.426 — DE 22 DE
JANEIRO DE 1952

Dá nova denominação ao Ginásio Santo Estanislau, de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.427 — DE 22
DE JANEIRO DE 1952

Concede autorização para funcionamento dos cursos de Filosofia, Letras clássicas, Letras neo-latinas, Letras anglo-germânicas, Pedagogia Matemática, Física, Química, História Natural e Geografia e História da Faculdade de Filosofia da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedida autorização para funcionamento dos cursos de Filosofia, Letras clássicas, Letras neo-latinas, Letras anglo-germânicas, Pedagogia, Matemática, Física, Química, História natural e Geografia e História, da Faculdade Católica de Filosofia da Bahia, com sede na

cidade do Salvador, capital desse Estado, e mantida pela sociedade civil União Norte Brasileira de Educação e Cultura, sediada em Recife, Pernambuco.

Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho,

DECRETO N.º 30.428 — DE 22
DE JANEIRO DE 1952

Concede autorização para funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras clássicas, Letras neo-latinas e Letras anglo-germânicas da Faculdade de Filosofia de Alagoas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedida autorização para funcionamento aos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras clássicas, Letras neo-latinas e Letras anglo-germânicas da Faculdade de Filosofia de Alagoas, mantida pela Sociedade Colégio Quido de Fontgalland e com sede em Maceió.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.429 — DE 22 DE
JANEIRO DE 1952

Concede reconhecimento do curso de engenheiro industrial, modalidade mecânica da Faculdade de Engenharia Industrial, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedido reconhecimento do curso de engenharia industrial modalidade mecânica, da Faculdade de Engenharia Industrial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mantida pela Fundação de

Ciências Aplicadas e com sede na Capital do Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.430 — DE 23 DE
JANEIRO DE 1952

Outorga concessão à Rádio Clube do Brasil S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora, em frequência modulada, nesta Capital.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Rádio Clube do Brasil S. A. e tendo em vista o disposto no artigo 5.º n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Rádio Clube do Brasil S. A. nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, para estabelecer nesta Capital, a título precário nos termos do artigo 4.º parágrafo 2.º do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade, uma estação radiodifusora em frequência modulada, com a potência de 3 kw, e destinada a servir de link entre os estúdios da aludida Sociedade e o seu novo transmissor de 50 kw.

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, e deverá ser assinado dentro de 60 dias, a contar da data da publicação deste decreto no Diário Oficial, sob pena de ser considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.431 — DE 23 DE JA-
NEIRO DE 1952

Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissoras de Piratininga Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora, em ondas curtas, na Capital do Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Sociedade Rádio Emissoras de Piratininga Limitada e tendo em vista o disposto no artigo 5.º n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único — Fica outorgada concessão à Sociedade Rádio Emissoras de Piratininga Limitada, nos termos do artigo 11, do Decreto n.º 24.655, de 11 de junho de 1934, para estabelecer, na Capital do Estado de São Paulo, a título precário, nos termos do artigo 4.º, § 2.º do Decreto número 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade, uma estação radiodifusora em ondas curtas, com a potência mínima de 5 kw.

Parágrafo único — O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas que com esta baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas e deverá ser assinado dentro de 60 dias, a contar da data da publicação deste decreto no Diário Oficial, sob pena de ser considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.432 — DE
23 DE JANEIRO DE 1952

Outorga concessão à Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga para estabelecer uma estação radiodifusora, em frequência modulada, nesta Capital.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga, e tendo em vista o disposto no artigo 5.º n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único — Fica outorgada concessão à Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga, nos termos do artigo 11, do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, para estabelecer, nesta Capital, a título precário, nos termos do artigo 4.º parágrafo 2.º do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade, uma estação radiodifusora em frequência modulada, com a potência de 3kw, a funcionar na frequência de

98,1 mc e destinada a irradiar simultaneamente com a estação de ondas médias de que já é concessionária a referida Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga.

Parágrafo único — O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, e deverá ser assinada dentro de

60 dias, a contar da data da publicação deste decreto no "Diário Oficial", sob pena de ser considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30.433, — DE 23 DE JANEIRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 136.881,20, para atender as despesas com o pagamento de gratificações de magistério.

O Presidente da República: usando da autorização contida na Lei número 1.442, de 25 de setembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único — Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 136.881,20, (cento e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e um cruzeros e vinte centavos), para atender às despesas com o pagamento de gratificações de magistério, a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei número 2.895, de 21 de dezembro de 1940, os seguintes professores do mencionado Ministério:

	Cr\$
1) Maria de Lourdes Filgueira (Guilherme, padrão J, da Escola Industrial de Natal (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	10.419,00
2) Paulo Maurell Moureira, categrático, padrão O, da Faculdade de Medicina de Porto Alegre (Período de 23 de dezembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	9.217,70
3) Alceu Amoroso Lima, catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (período de 23 de outubro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	10.717,80
4) João Freire de Castro, padrão K, do Instituto Benjamin Constant (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	9.690,00
5) Inocêncio de Oliveira, padrão I, do Instituto Benjamin Constant, (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	4.590,60
6) João Emiliano do Lago, padrão J, do Instituto Benjamin Constant (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	1.530,00
7) Antônio Mansur, padrão K, da Escola Técnica de Curitiba (período de 28 de setembro de 1948, a 31 de dezembro de 1949)	12.835,00
8) Mário Bernd, catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina de Porto Alegre (período de 13 de abril a 31 de dezembro de 1949)	6.425,00
9) José Rosa Ribeiro, padrão K, do Instituto Benjamin Constant, (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	4.250,00
10) Maria José Moreira Coutinho, padrão K da Escola Técnica de São Luís (período de 26 de setembro a 31 de dezembro de 1949)	5.605,00

11) José Carlos Fonseca Milano, catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina de Porto Alegre (período de 10 de março a 31 de dezembro de 1949)	7.282,30
12) Alfredo Araújo, padrão K da Escola Técnica do Salvador (período de 19 de agosto a 31 de dezembro de 1949)	7.822,20
13) Maria de Lourdes Bessa de Meireles, padrão K da Escola Técnica de Salvador (período de 19 de agosto a 31 de dezembro de 1949)	7.822,20
14) José Espinola Veiga, padrão K, do Instituto Benjamin Constant (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	9.690,00
15) Rosário Farani Mansur Guerios, padrão K, da Escola Técnica de Curitiba (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	12.835,00
16) Luis de Oliveira Santos, padrão J, da Escola Técnica do Salvador (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
17) Jacinto Manuel dos Anjos, padrão J, da Escola Técnica do Salvador (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
18) Antônio Ferreira, padrão I, do Instituto Benjamin Constant (período de 1 de agosto a 31 de dezembro de 1949)	4.590,00
Total	136.881,20

Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.434 — DE 23 DE JANEIRO DE 1952

Dá nova redação ao artigo 266 e seus parágrafos do Regulamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto número 16.274, de 20 de dezembro de 1923.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º — O artigo 266 e seus parágrafos do Regulamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal aprovado pelo Decreto n.º 16.274, de 20 de dezembro de 1923, passam a ter a seguinte redação:

Art. 266. — Os oficiais e as praças de bom comportamento, terão direito, respectivamente, a trinta e a vinte dias consecutivos de férias anuais, de uma só vez ou parceladamente, sem prejuízo de outras licenças asseguradas por Lei e sem perda

de vencimentos. As férias poderão ser concedidas em qualquer época do ano.

§ 1.º — As praças que durante o período de instrução, anual não tiverem cometido falta alguma, poderão ser concedidos, além das férias, cinco dias de dispensa do serviço, igualmente com todos os vencimentos.

§ 2.º — O Comandante do Corpo poderá conceder até trinta dias de dispensa do serviço a qualquer oficial e vinte dias às praças, com todos os vencimentos descontáveis das férias anuais.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

DECRETO N.º 30.435 — DE 23 DE JANEIRO DE 1952

Aprova instruções para execução da lei que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 773, de 29 de julho de 1949, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as instruções anexas, assinadas pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde e destinadas à execução da Lei n.º 773, de 29 de julho de 1949, que autorizou o Poder Executivo a adquirir, pelo Ministério da Educação e Saúde, mediante concorrência pública, projetores cinematográficos para revenda a estabelecimentos de ensino e outras instituições.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DA LEI N.º 773, DE 29 DE JULHO DE 1949.

Art. 1.º Fica atribuída ao Instituto Nacional de Cinema Educativo (I. N. C. E.), do Ministério da Educação e Saúde, a competência de adquirir e revender os projetores cinematográficos de 16 mm, a que se refere o art. 1.º da Lei n.º 773, de 29 de julho de 1949.

Art. 2.º Anualmente, o Diretor do I. N. C. E. proporá a inclusão, no orçamento, da dotação necessária à aquisição dos mencionados projetores e peças sobressalentes para os mesmos.

Art. 3.º A aquisição dos citados projetores será feita mediante concorrência pública, nos termos do artigo 1.º da aludida Lei n.º 773.

Art. 4.º Os projetores e peças sobressalentes de que se trata poderão ser adquiridos diretamente no exterior, quando for julgado conveniente.

Art. 5.º Anualmente, o I. N. C. E. abrirá inscrição para a revenda de

projetores, cujo número dependerá dos recursos orçamentários disponíveis.

Art. 6.º Poderão ser candidatos à aquisição de projetores, conforme dispõe o art. 1.º da Lei n.º 773, referida, as escolas de todos os graus de ensino, registradas no Ministério da Educação e Saúde e nas Secretarias ou Departamentos de Educação do Distrito Federal e dos Estados, e ainda asilos e orfanatos registrados no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ou sindicatos e associações de classe registrados no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 7.º As inscrições serão feitas mediante requerimento ao I.N.C.E. e acompanhado de documentação que comprove o regular funcionamento da instituição interessada e sua idoneidade.

Parágrafo único. Na petição inicial, os interessados deverão declarar:

I — As medidas da sala (comprimento e largura).

II — Número de cadeiras.

III — Características da corrente elétrica de iluminação local (alternada ou contínua).

IV — Voltagem da corrente elétrica.

Art. 8.º Na seleção dos estabelecimentos educacionais a serem contemplados, ressalvada a capacidade financeira, a preferência atentar-se-á para os seguintes elementos:

I — Localização (tendo em mira a penetração do cinema no interior, principalmente onde não existam cinemas comerciais).

II — Número de alunos.

III — Natureza dos cursos.

Art. 9.º A revenda de projetores aos estabelecimentos e instituições, a que se refere o art. 6.º destas instruções, será feita à vista ou em prestações, até o máximo de dez.

§ 1.º A revenda a prestações será efetuada mediante contrato de compra e venda com reserva de domínio, devendo a primeira prestação ser paga por ocasião da assinatura do contrato.

§ 2.º Enquanto não for liquidada a última prestação pelo comprador, o material que lhe tiver sido entregue ficará sujeito à fiscalização do I. N. C. E. que poderá visitá-lo, quando julgar necessário.

§ 3.º Para conservação dos projetores, o I. N. C. E. contratará os serviços de empresa especializada, pelos processos regulares.

Art. 10. O inadimplemento das obrigações assumidas pelo comprador, importará na recuperação do aparelho pelo I. N. C. E.

Art. 11. Se, por motivo justo, o educandário não quiser ou não puder manter o compromisso do contrato de compra e venda, poderá transferi-lo a outra instituição ou estabelecimento.

Art. 12. Somente os aparelhos integralmente pagos poderão ser alienados pelos educandários.

Art. 13. Para os fins dos artigos 11 e 12 das presentes instruções, deverá ser solicitada a aprovação do I. N. C. E., a quem caberá exigir do novo candidato a satisfação das condições consideradas indispensáveis para a habilitação.

Art. 14. O produto da revenda dos projetores será recolhido ao Tesouro Nacional, mediante guia emitida pelo I. N. C. E., e constituirá receita da União.

Parágrafo único. O recolhimento de que trata este artigo será efetuado, dentro de 48 horas, na conformidade do art. 151 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 15. O Diretor do I. N. C. E. expedirá as instruções complementares que julgar necessárias à execução da Lei n.º 773, inicialmente aludida.

Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1952. — E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.436 — DE 24 DE
JANEIRO DE 1952

Concede permissão à Escola de Rádio Eletricidade Delorenzi para funcionar como escola de radioeletricidade e aprova seu regulamento.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica concedida permissão à Escola de Rádio Eletricidade Delorenzi, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para funcionar como escola de radioeletricidade, sob o regime de fiscalização, de conformidade com o artigo 75 do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 21.111, de 1.º de março de 1932.

Art. 2.º Fica aprovado o regulamento, que com este baixa, assinado

pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, para funcionamento da referida Escola.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30.437 — DE 24 DE
JANEIRO DE 1952

Autoriza a Companhia Minas da Passagem a pesquisar minério de ouro e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Minas da Passagem a pesquisar minério de ouro e associados, numa área de cento e noventa hectares (190 ha), no distrito e município de Mariana, Estado de Minas Gerais, compreendendo leito e margem do ribeirão do Carmo, numa faixa de dezenove mil metros (19.000 m.) de comprimento por cem metros (100m) de largura e localidade a três mil metros (3.000 m.) a jusante da ponte de concreto na cidade de Mariana e a barra do rio do Peixe, a trezentos metros (300 m.) rio abaixo, da estação de Lavras Velhas, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil novecentos cruzeiros, (Cr\$ 1.900,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.438 — DE 25
DE JANEIRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para atender às despesas com o prosseguimento da Campanha Nacional Contra a Tuberculose.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.388-B, de 2 de julho de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para atender às despesas com o prosseguimento da Campanha Nacional contra a Tuberculose.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafér.

DECRETO N.º 30.439 — DE 25 DE
JANEIRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.727.338,10, para o fim que especifica.

O Presidente da República, de acordo com a autorização contida no artigo 3.º da Lei n.º 1.351, de 2 de abril de 1951 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de dois milhões, setecentos e vinte e sete mil, trezentos e trinta e oito cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 2.727.338,10), para atender ao pagamento aos seguintes Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal do aumento concedido na mencionada Lei n.º 1.351:

Antônio Joaquim Pires de Carvalho Albuquerque	Cr\$ 154.625,00
--	-----------------

Ataulpho Nápoles de Paiva	239.000,00
Hermenegildo Rodrigues de Barros	239.000,00
Plínio de Castro Casado.	239.000,00
João Martins de Carva- lho Mourão	239.000,00
Manoel da Costa Manso.	239.000,00
Carlos Maximiliano Pe- reira dos Santos	239.000,00
Armando de Alencar ..	239.000,00
Antônio Bento de Faria.	227.750,00
Eduardo Espinola	227.750,00
José Filadelfo de Barros e Azevedo	227.750,00
Washington Osório de Oliveira	216.463,10
	<hr/> 2.727.338,10

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafér

DECRETO N.º 30.440 — DE 25
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza Valdevino Gomes de Carvalho a comprar pedras preciosas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Valdevino Gomes de Carvalho, cidadão brasileiro e residente nesta Capital, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafér.

DECRETO N.º 30.441 — DE 25
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza João Gomes de Carvalho a comprar pedras preciosas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado João Gomes de Carvalho, cidadão brasileiro e residente em Boa Vista, no Território Federal do Rio Branco, a comprar pedras preciosas, nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

(*) DECRETO N.º 30.442, DE 25 DE
JANEIRO DE 1952

Aprova aumento de capital e autoriza a instalação de agências de banco estrangeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição e de acordo com o Decreto n.º 14.728, de 16 de março de 1921, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o aumento de capital destinado, pelo Banco Italo-Belga S. A., com sede em Antuérpia, Bélgica, às operações de suas sucursais no País, de quarenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 40.000.000,00) para cinquenta milhões de cruzeiros — (Cr\$ 50.000.000,00).

Art. 2.º Fica o referido Banco autorizado a instalar agências nas capitais dos Estados da Bahia e Rio Grande do Sul.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.443 — DE 25 DE
JANEIRO DE 1952

Declara remanescentes, de acordo com o artigo 5.º, letras "a" e "b", do Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas que indica.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas remanescentes, de acordo com o artigo 5.º, itens "a" e "b", do Decreto número 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas e vegetações existentes nas seguintes áreas:

a) Lagôa do Peri, de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, localizada na Lagôa do Peri, Distrito de Ribeirão da Ilha, Município de Florianópolis, desde as margens da mencionada lagôa, até a extremidade sul da Ilha de Santa Catarina, do supramencionado Estado;

b) Vale do Massiambú, de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, localizada no Vale dos rios Massiambú Grande e Massiambú Pequeno, Distrito de Enseada de Brito, Município de Palhoça.

Art. 2.º As demarcações dos limites das áreas que são objeto do presente Decreto serão efetuadas pelo "Acordo Florestal" existente entre o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.444 — DE 25 DE
JANEIRO DE 1952

Declara protetoras, de acordo com o artigo 4.º, letras "a" e "b", do Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas que indica.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas protetoras, de acordo com o artigo 4.º, itens

"a" e "b", do Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas e vegetações existentes nas seguintes áreas:

a) Mata dos Pilões, de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, localizada no Vale do Rio da Vargem do Braço ou Rio dos Pilões, Distrito de Santo Amaro da Imperatriz, Município de Palhoça, medindo, aproximadamente, 40.000.000 m2.;

b) Aparados da Serra do Mar em Rocinha, de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, localizada nos Aparados da Serra do Mar em Rocinha, Distrito de Timbê, Município do Turvo;

c) Itajaí Mirim, de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, localizada no divisor de águas, nos limites dos Distritos de Botuverá e Vidal Ramos, no Município de Brusque e dos Distritos de Agudo e Vargem, no Município de Nova Trento, desde a nascente do Ribeirão de Ouro, até as cabeceiras do Rio Itajaí Mirim.

Art. 2.º A demarcação dos limites das áreas que são objeto do presente Decreto será efetuada pelo "Acórdão Florestal", existente entre o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, e o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.445 — DE 25 DE
JANEIRO DE 1952

Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a ampliar suas instalações.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que, pela Resolução n.º 721, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio

de Janeiro, Limitada, a instalar uma sub-estação abaixadora de 132.000 para 25.000 volts, 5.000 kVA de potência inicial, no local denominado Jacuba, Município de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.446 — DE 25
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza The São Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited, a montar novos grupos geradores hidroelétricos em instalações subterrâneas, nas proximidades da atual usina de Cubatão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que pela Resolução n.º 720 a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica;

Considerando que a ampliação do sistema da The São Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited, foi autorizada pelo Decreto n.º 22.008, de 29 de outubro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a The São Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited a realizar a montagem de 6 novos grupos hidroelétricos, com a potência de 75.000 kVA cada um, bem como dos respectivos acessórios, em instalações subterrâneas, localizadas nas proximidades da atual usina de Cubatão.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.447 — DE 25 DE
JANEIRO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 26.980, de
28 de julho de 1949*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), combinado com o Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica renovado, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da alínea "b", do artigo 1.º,

do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida ao Departamento Autônomo do Carvão Mineral, pelo Decreto número 26.980, de 28 de julho de 1949, para pesquisar carvão mineral no Distrito de Selval, Município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil e sessenta cruzeiros (Cr\$ 3.060,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.448 — DE 25 DE
JANEIRO DE 1952

*Renova o decreto n.º 27.083, de
25 de agosto de 1949*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), combinado com o Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica renovado, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da alínea "b", do artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida a Ramiro Bárbaro Di San Giorgio, pelo Decreto n.º 27.083, de 25 de agosto de 1949, para pesquisar calcário e associados, no lugar denominado Itaperussú, Distrito de Votuverava, Município de Cerro Azul, hoje Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.449 — DE 25 DE
JANEIRO DE 1952

Autoriza a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo, a pesquisar argila e associados, no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição e nos termos dos artigos 152 e 153, do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo a pesquisar argila e associados, em terrenos de sua propriedade, no Distrito de Judiapeba, Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, numa área de quatrocentos hectares (400 ha), delimitada por um quadrado de dois mil metros (2.000 m) de lado e que assim se define: do marco quilométrico quarenta e cinco (Km 45), do ramal rodoviário que liga a estrada de rodagem São Paulo-Mogi das Cruzes, ao Sanatório de Santo Ângelo, parte um raio vetor, com quatrocentos e cinco metros (405 m), acompanhando o dito ramal, no rumo magnético sul (S), que vai ter ao meio de um lado do quadrado, orientado no rumo magnético setenta e dois graus e trinta minutos noroeste (72º 30' NW), os lados perpendiculares a este, são orientados segundo o rumo magnético dezessete graus e trinta minutos sudoeste (17º 30' SW) e a partir das extremidades do lado acima descrito.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil cruzeiros (Cr\$ 4.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.450 — DE 25 DE
JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Hipólito Joaquim Ribeiro, a pesquisar ametistas e associados, no Município de Independência, Estado do Ceará.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Hipólito Joaquim Ribeiro a pesquisar ametistas e associados em terrenos de sua propriedade e de Gonçalo de Melo Lima, situados a margem direita do rio Poti, no lugar denominado Salão, no Distrito de Novo Oriente, Município de Independência, Estado do Ceará, numa área de vinte e um hectares e setenta e seis ares (21-76 ha.) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cinqüenta e três metros e quarenta centímetros (53,40 m), no rumo magnético setenta e cinco graus noroeste (75º NW) de um marco de pedra, situado no local denominado Fim da Meia Légua de Ilhargá do Rio Poti, marco esse que representa a divisa entre os terrenos do imóvel Extrema, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: setecentos e noventa e seis metros (796 m), setenta e cinco graus noroeste (75º NW); duzentos e setenta e seis metros (276 m), dez graus sudoeste (10º SW); quatrocentos e oitenta metros (480 m), setenta graus sudeste (70º SE); trezentos e noventa metros (390 m), sessenta e cinco graus nordeste (65º NE); o quinto lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do quarto lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.451 — DE 25 DE
JANEIRO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Uardat Frayha a lavar água mineral no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Uardat Frayha a lavar água mineral, em terrenos de propriedade de Mansur Frayha, na localidade de Vila Itacurussá, Distrito e Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, numa área de um hectare (1 ha), delimitada por um quadrado de cem metros (100 m) de lado, formado pelas ruas Acre, Pernambuco, Amazonas e Paraíba, naquela localidade. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28, do Código de Minas e dos artigos 32, 33 e 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lava será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lava, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lava terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio, da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.452 — DE 26
DE JANEIRO DE 1952

Cria o distintivo tipo "Caracacha" no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item 1, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado o distintivo tipo "Caracacha" para os oficiais e sargentos que concluírem o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 2.º O distintivo de que trata o artigo anterior, será de metal amarelo para os oficiais e de metal branco para os sargentos, e, com as seguintes características:

a) de um triângulo isóceles, medindo de base oito centímetros e de altura dois centímetros e cinco milímetros, com os bordos externos em forma de corda;

b) o centro do triângulo, em campo vazio, terá o emblema internacional do bombeiro, circundado por um ramo de café e outro de fumo;

c) as áreas compreendidas entre os ramos de café e fumo e os lados e base do triângulo, serão em cheio escamado, conforme desenho que a este acompanha;

d) o verso do distintivo terá um passador para prendê-lo acima do bolso superior da túnica, lado direito.

Art. 3.º O distintivo criado substituirá o anteriormente adotado na Corporação e poderá, também, ser usado pelos oficiais dos Corpos de Bombeiros dos Estados, que concluírem o referido curso ou estagiarem, com aproveitamento, no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 4.º O uso do distintivo de que trata o art. 1.º, por parte dos oficiais dos Corpos de Bombeiros dos Estados, dependerá de alteração dos respectivos planos de uniforme

Art. 5.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negro de Lima.



DECRETO Nº 30.453 — DE 26
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza a Mineração Rio Dôce Limitada a pesquisar mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada Mineração Rio Dôce Ltda., a pesquisar mica em terrenos devolutos ocupados por Gonçalo da Costa Coelho, situados no lugar denominado Córrego Timirim e Nascentes do Ribeirão da Onça, no distrito de Chonin, município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta e cinco hectares (35 ha) delimitada por um quadrilátero irregular que tem um vértice a setecentos e setenta metros (770m) no rumo magnético de quarenta e um graus noroeste (41º NW) da confluência do córrego do Escondido com o ribeirão da Onça, e os lados, a partir do vértice considerado, tem os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos metros (500m), oeste (W); oitocentos metros (800m), norte (N) quinhentos e trinta e oito metros e

cinquenta e dois centímetros (538,52m), sessenta e oito graus e onze minutos sudeste (68º 11' SE); seiscentos metros (600m), sul (S).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$... 350,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO Nº 30.454 — DE 26
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza a Mineração Rio Dôce Limitada a pesquisar mica no município de Peçanha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada Mineração Rio Dôce Ltda., a pesquisar mica em terrenos devolutos, no lugar denominado Córrego Bebedouro, distrito de Ramalheite, município de Peçanha, Estado de Minas Gerais, numa área de cento e setenta e um hectares e vinte ares (171,20 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e sessenta metros (160m), no rumo magnético onze graus e trinta minutos nordeste ... (11º 30' NE) da confluência dos córregos Amavel e Bebedouro e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e vinte metros (220m), sessenta e dois graus sudeste (62º SE), seiscentos e dois metros (602m), dez graus nordeste (10º NE); mil duzentos e cinquenta e cinco metros (1.255m), quatorze graus sudoeste ... (14º SW); duzentos metros (200m),

nove graus e dez minutos sudeste (9° 10' SE); trezentos e vinte e cinco metros (325m), trinta graus e trinta minutos sudoeste (30° 30' SW); duzentos e cinquenta e dois metros e cinquenta centímetros (252,50m), cinquenta e seis graus e trinta minutos sudoeste (56° 30' SW); trezentos metros (300m), trinta e quatro graus e trinta minutos sudoeste (34° 30' SW); mil metros (1.000m), cinquenta e seis graus sudeste (56° SE); quinhentos metros (500m), trinta e quatro graus sudoeste (34° SW); setecentos e setenta e quatro metros (774m), oitenta e nove graus e trinta minutos nordeste (89° 30' NE); mil quatrocentos e quarenta metros (1.440m), vinte e quatro graus nordeste (24° NE); duzentos e cinquenta e dois metros (252m), sessenta e dois graus noroeste (62° NW); mil e duzentos metros (1.200m), vinte e oito graus sudoeste (28° SW); quatrocentos e sessenta metros (460m), cinquenta e três graus noroeste (53° NW); o último lado da poligonal é o alinhamento retilíneo que, partindo da extremidade do último lado acima descrito, vai ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil setecentos e vinte cruzeiros (Cr\$. 1.720,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.455 — DE 26
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Guiomarino Guiello a pesquisar diamantes, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

térmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Alvaro Guiomarino Guiello a pesquisar diamantes, ouro e associados em terrenos de sua propriedade, situados no lugar denominado Pesqueiro, no distrito de Extração, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, numa área de dezessete hectares (17 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice na barra do ribeirão Santa Maria afluente pela margem esquerda do rio Jaquitinhonha, e os lados, divergentes do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos e quarenta metros (340m), oitenta e oito graus nordeste (88° NE), quinhentos metros (500m), dois graus sudeste (2° SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.456 — DE 26 DE
JANEIRO DE 1952

Altera o Regulamento do Serviço de Identificação de Aeronáutica

O Presidente da Aeronáutica, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º — O artigo 3.º do Regulamento do Serviço de Identificação da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 20.499, de 24 de janeiro de 1946, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º — O Serviço de Identificação da Aeronáutica será chefiado por Oficial Superior da Aeronáutica, de Ativa ou da Reserva, ou ainda por funcionário civil em comissão”.

Art. 2.º — O artigo 5.º do mesmo Regulamento será acrescido do seguinte parágrafo único:

“Enquanto o Serviço de Identificação não tiver autonomia administrativa; as funções de Agente Diretor do Serviço serão exercidas pelo Agente Diretor da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica”.

Art. 3.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.457

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO N.º 30.458 — DE 28 DE JANEIRO DE 1952

Outorga à Fiação e Tecelagem “João Lombardi” S. A., concessão para aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Barba de Lobo, na localidade de Coqueiro, distrito de Rio das Mortes, município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição, e nos termos do art. 150 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º E' outorgada à Fiação e Tecelagem “João Lombardi” S. A., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Barba de Lobo, na localidade de Coqueiro distrito de Rio das Mortes, município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altu-

ra da queda a aproveitar, a descarga da derivação e a potência.

§ 2.º O aproveitamento destina-se ao uso exclusivo da concessionária, que não poderá ceder energia a terceiros, mesmo a título gratuito, excluídas, todavia, desta proibição, as villas operárias da concessionária, desde que esse fornecimento seja gratuito.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I. — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Águas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de um ano, a contar da data da publicação deste decreto, o projeto de aproveitamento hidroelétrico, compreendendo:

a) hidrologia da região:

1 — clima e precipitação pluviométrica;

2 — bacia hidrográfica, planta, área e coeficiente de escoamento;

3 — descargas máxima, mínima e média; curva de descarga do curso d'água, correspondente, no mínimo a um ano de observação, obtida por medições.

b) capacidade de aproveitamento:

1 — quedas bruta e útil; potência útil;

2 — necessidades de regularização do curso d'água;

3 — barragem; características, método de cálculo, natureza do terreno para as fundações. Volume d'água acumulada. Descarga de regularização;

4 — vertedouros, adufas, comportas, tomada d'água, canal adutor ou túnel, escadas para peixe, características gerais, cálculos e desenhos de detalhes.

c) condutos forçados:

1 — características, tipo de assentamento, cálculo, planta e perfil;

2 — chaminé de equilíbrio, cálculo do golpe de ariete.

d) turbinas:

1 — tipo adotado, velocidade específica e de disparo, curva de rendimento;

2 — reguladores e aparelhagem de medida; características;

3 — canal de fuga; características e capacidade de vazão.

e) geradores elétricos:

1 — tipo, tensão nominal, frequência, potência, curva de rendimento;

2 — dispositivos de regulação da tensão;

3 — curvas características;

4 — constantes elétricos e mecânicas.

f) sistema de transmissão:

1 — transformadores, tipo, relação de transformação, curva de rendimento, dispositivos de regulação da tensão, curvas características e constantes;

2 — equipamentos de proteção, de medida e de comando das sub-estações transformadoras elevadora e abaixadora;

3 — linhas de transmissão: extensão, tensão nominal, parâmetros, tipos de condutores e de disposição dos condutores nos suportes. Isoladores: tipos e características. Cálculo elétrico. Queda de tensão e perda admissível. Cálculo mecânico — temperaturas máxima e mínima, tensões mecânicas e flexões dos condutores, correspondentes a essas temperaturas. — Dispositivos de proteção, fio-terra, para-raios, anéis, chifres e tubos de proteção, relés.

g) Sistema de distribuição:

1 — linhas de sub-transmissão, cálculo, queda de tensão e perda admissível;

2 — sub-estação de distribuição características dos transformadores e da aparelhagem complementar;

3 — linhas primárias de distribuição: tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível;

4 — transformadores de distribuição: características gerais, espaçamento;

5 — linhas secundárias; tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível;

h) planta e corte dos edifícios da casa de força das sub-estações e da disposição da aparelhagem de transmissão e de distribuição;

i) diagrama geral do sistema desde os geradores até a disposição das linhas secundárias, com as suas características gerais;

j) especificações do equipamento elétrico utilizado;

k) orçamento detalhado correspondente a cada um dos itens anteriores.

IV — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministério da Agricultura, executando-as de acordo com os projetos aprovados e com as modificações que forem autorizadas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias à observações pluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º Findo o prazo de concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado de Minas Gerais, em conformidade com o estipulado nos arts. 165 e 166 do Código de Águas.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado de Minas Gerais não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 5.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato pelo Tribunal de Contas.

Art. 6.º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleófas.

DECRETO N.º 30.459 — DE 23 DE
JANEIRO DE 1952

Revalida o Decreto n.º 19.820, de 18 de outubro de 1945, que outorgou à Prefeitura Municipal de Guaporé concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Guaporé, no distrito da sede do município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.460 — DE 28 DE
JANEIRO DE 1952

Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 5.º item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Parte Permanente, da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções:

- 1 — Auxiliar Administrativo, referência 24.
- 1 — Escrevente Dactilógrafo, referência 19.
- 1 — Escrevente Dactilógrafo, referência 18.
- 1 — Inspetor de Alunos, referência 18.
- 1 — Servente, referência 19.
- 1 — Servente, referência 18.

Parágrafo único. As funções criadas por este artigo destinam-se ao aproveitamento do pessoal administrativo da Faculdade de Direito do Piauí, nos termos do art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Os efeitos do aproveitamento a que se refere o artigo anterior vigorarão a partir de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.461 — DE 28 DE
JANEIRO DE 1952

Autoriza a Companhia Força e Luz do Paraná, Sociedade Anônima, a ampliar suas instalações.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos artigos 1.º e 2.º, do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940, combinados com os artigos 10 e 11, do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940;

Considerando que, pela Resolução n.º 724, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Força e Luz do Paraná, sociedade anônima, a ampliar suas instalações na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, mediante a montagem de três grupos diesel-elétricos, tendo cada um a potência de 1.000 kW, 60 ciclos por segundo e aparelhagem complementar.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os estudos e projetos, relativos ao reforço do seu sistema de produção de energia elétrica.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.462 — DE 28 DE JANEIRO DE 1952

Autoriza a Companhia Luz e Fôrça "Santa Cruz" a aumentar a potência de aproveitamento do Rio Paranapanema.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940;

Considerando que pela sua Resolução n.º 725, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Luz e Fôrça "Santa Cruz", a aumentar a potência de sua usina do Rio Paranapanema, no município de Piraju, Estado de São Paulo, mediante o rebaixamento do canal de fuga e do leito do rio à jusante da mesma usina.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleófas.

DECRETO N.º 30.463 — DE 28 DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Maria da Silva a pesquisar minério de scheelita no município de Itarêta, Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Luiz Maria da Silva a pesquisar minério de scheelita em terrenos de sua propriedade situados na localidade de Carnaúba, ou Calçara, distrito e município de Itarêta, Estado do Rio Grande do Norte, numa área de treze hectares e quatorze ares (13 14 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a trezentos e vinte e cinco metros (325m) no rumo magnético cinquenta e sete graus e quarenta e cinco minutos sudeste (57º45'SE) da quina leste (E) da casa de moradia do cidadão supra citado, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: setecentos e quarenta metros (740m), quarenta e quatro graus e quinze minutos nordeste (44º15'NE); cento e oitenta metros (180m), quarenta e cinco graus e quarenta e cinco minutos sudeste (45º45'SE); setecentos e vinte metros (720m) quarenta e quatro graus e quinze minutos sudoeste (44º15'SW) e o último lado é constituído por um segmento retilíneo que, partindo da extremidade do terceiro (3.º) lado vai encontrar o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleófas

DECRETO N.º 30.464 — DE 28 DE
JANEIRO DE 1952

Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Pedro Luis Correia e Castro, Pedro Jose Werneck Correia e Castro e Luis Felipe Carneiro de Lacerda Filho a pesquisar calcário e associados, no município de Itararé, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Pedro Luis Correia e Castro, Pedro Jose Werneck Correia e Castro e Luis Felipe Carneiro de Lacerda Filho a pesquisar calcário e associados em terrenos de propriedade de Pedro Jose Werneck Correia e Castro, Maria Correia e Castro Lacerda e Luis Felipe Carneiro de Lacerda Filho, situados no local denominado Bom Sucesso e Itambé, no distrito e município de Itararé, Estado de São Paulo, numa área de duzentos e sessenta e quatro hectares (264 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a quatrocentos e sessenta metros (460 m) no rumo magnético de sessenta e seis graus e quarenta e cinco minutos nordeste (66° 45'NE) do centro da soleira do portal da capela de São Roque, e os lados divergentes do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil e cem metros (1.100 m) trinta e dois graus noroeste (32.º NW); dois mil e quatrocentos metros (2.400 m.), cinquenta e oito graus nordeste (58º NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil seiscentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 2.640,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.465 — DE 28 DE
JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Gonçalves Loura Filho a pesquisar calcário e associados no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Francisco Gonçalves Loura Filho a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua propriedade situados no distrito de Capim Branco, município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta hectares (30 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a duzentos e oitenta e quatro metros (284m) no rumo magnético sessenta e três graus nordeste (63.º NE) do marco quilométrico número seiscentos e sessenta e três (663) da E. F. C. B., no trecho entre Belo Horizonte e Sete Lagoas, e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos metros (500m), sessenta e sete graus nordeste (67ºNE); e, seiscentos metros (600m), vinte e três graus sudoeste (23º SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.466 — DE 28 DE
JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Andrade a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Andrade a pesquisar diamantes e associados em terrenos de sua propriedade situados nos imóveis Ponto das Eguas e Santa Clara, no distrito de Inhai, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, numa área de oitenta e três hectares e quarenta ares (83,40 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quinhentos e nove metros (509m) no rumo magnético de oitenta e dois graus sudeste (82º SE) da barra do correio do Estreito, afluente pela margem esquerda do rio Jequitinhonha, e os lados a partir do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: novecentos e vinte e cinco metros (925m), oitenta e nove graus e quarenta e cinco minutos sudeste (89º 45' SE); quinhentos e quarenta e oito metros (548m), quarenta e três graus e trinta minutos nordeste (43º 30' NE); setecentos e trinta e dois metros (732m), doze graus e trinta minutos nordeste (12º 30' NE); trezentos e noventa metros (390m), setenta e sete graus e quinze minutos noroeste (77º 15' NW); setecentos e trinta e dois metros (732m), doze graus e trinta minutos sudoeste (12º 30' SW); novecentos e vinte e cinco metros (925m), oitenta e nove graus e quarenta e cinco minutos noroeste (89º 45' NW); o sétimo lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do sexto lado ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de oitocentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 840,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento

da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.467 — DE 28 DE
JANEIRO DE 1952

Fica autorizado o cidadão brasileiro Joaquim Gomes de Oliveira a pesquisar caolim e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Joaquim Gomes de Oliveira a pesquisar caolim e associados em terrenos de sua propriedade situados na localidade denominada Fazenda Conceição, distrito de Torreões, município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, numa área de dois hectares e cinquenta ares (2,30 ha) delimitada por um quadrilátero irregular que tem um vértice a vinte e quatro metros (24m) no rumo verdadeiro de quinze graus sudoeste (15º SW) da confluência do ribeirão da Conceição com o rio do Peixe pela margem esquerda deste, e os lados a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: duzentos e dezoito metros (218 m), setenta graus sudoeste (70º SW), cento e sessenta e sete metros (167 m.), vinte e nove graus e trinta minutos sudeste (29º 30' SE); sessenta e nove metros e cinquenta centímetros (69,50m), setenta e sete graus e trinta minutos nordeste (77.º 30' NE) e o último lado é constituído por um segmento retilíneo que partindo desse último vértice vai encontrar o de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e

será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.468 — DE 28
DE JANEIRO DE 1952

Fica autorizado o cidadão brasileiro Mário Aguiar a pesquisar berilo e associados no município de São Luiz do Paraitinga, Estado de S. Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Mário Aguiar a pesquisar berilo e associados em terrenos de Abílio Monteiro de Campos, situados no distrito de Cataguá, município de São Luiz do Paraitinga, Estado de São Paulo, numa área de cinco hectares e quarenta e sete ares (5,47 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a vinte e um metros e cinquenta centímetros (21,50m), no rumo magnético de onze graus e trinta minutos sudeste (11º 30' SE), da confluência dos córregos Vargem Grande e Fundão, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e oitenta e dois metros (182m) oitenta e sete graus nordeste (87º NE) cento e quarenta metros (140m) oito graus sudeste (8º SE), cento e vinte metros (120m); sete graus e trinta minutos sudoeste (7º 30' SW); sessenta e oito metros (68m); vinte e dois graus e trinta minutos sudoeste (22º 30' SW); cento e dez metros (110m); oitenta e sete graus e trinta minutos sudoeste (87º 30' SW) cento e vinte metros (120m); vinte e dois graus trinta minutos noroeste (22º 30' NW); cento e vinte metros (120m), trinta minutos noroeste

(0º 30' NW); o oitavo lado, é o segmento retilíneo que une a extremidade do sétimo lado ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.469 — DE 23
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Francelino Gualberto da Silva a pesquisar cristal de rocha no município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Francelino Gualberto da Silva a pesquisar cristal de rocha, em terras devolutas do Estado da Bahia, numa área de cem hectares (100 ha), encravada no lugar denominado Olho D'Água do Ventura, distrito de Bom Sossêgo, município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia, delimitada por um quadrado que tem um vértice a quinhentos e oitenta e cinco metros (585m) no rumo magnético vinte e nove graus e trinta e três minutos nordeste (29º 33' NE), do quilômetro quarenta e dois (km. 42) da Estrada de Buritizinho e os lados, a partir deste vértice têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil metros (1.000m) quatorze graus noroeste (14º NW); mil metros (1.000m), setenta e seis graus sudoeste (76º SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica

dêste Decreto, pagará a taxa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.470 — DE 28
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Gabriel Caúla Soares a pesquisar caulim e associados no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Gabriel Caúla Soares a pesquisar caulim e associados numa área de vinte e sete hectares e vinte e oito ares (27,28 ha), em terrenos de sua propriedade situado no lugar denominado Grota da Pedra Branca, distrito e município de Bicas, do Estado de Minas Gerais e, delimitada por uma linha poligonal que tem um vértice a oitenta e sete metros e quarenta centímetros (87,40m), rumo doze graus e quarenta minutos nordeste (12º 40' NE) da confluência dos córregos dos Bambus e da Pedra Branca e cujos lados, a partir desse vértice, têm os seguintes comprimentos e rumos: cento e sessenta e um metros (161m) e cinquenta e dois graus noroeste (52º NW), duzentos e setenta e sete metros (277m) e dezessete graus e cinco minutos sudoeste (17º 5' SW); duzentos e quarenta e seis metros (246m), e um grau e quarenta e cinco minutos sudeste (1º 45' SE), duzentos e trinta e nove metros (239m) e dezesseis graus e trinta e cinco minutos sudeste (16º 35' SE), quatrocentos e treze metros (413m), e oitenta e três graus e cinquenta e cinco minutos sudeste (83º 55' SE), duzentos e no-

venta metros (290m) e dez minutos nordeste (10º NE), cento e trinta e oito metros e vinte centímetros (138,20m) e dez graus e vinte minutos noroeste (10º 20' NW), duzentos e quarenta e quatro metros e oitenta centímetros (244,80m), e cinquenta e dois graus e trinta minutos noroeste (52º 30' NW), cento e vinte e cinco metros e oitenta centímetros (125,80m) e vinte e sete graus e cinquenta minutos noroeste (27º 50' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica, dêste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.471 — DE 29 DE
JANEIRO DE 1952

Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a construir uma linha de transmissão entre a Usina de Fontes, Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, e a Estação Receptora de Cascadura, no Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a construir mais uma linha de transmissão trifásica, em circuito simples, entre a Usina de Fontes, Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, e a Estação Receptora de Cascadura, no Distrito Federal, com a potência de 200.000 kVA, sob a tensão nominal de 132 kV entre condutores, frequência de 50 ciclos por segundo e destinada ao suprimento de energia à cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato

declaratório, se a concessionaria não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título da Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.472 — DE 29 DE
JANEIRO DE 1952

Outorga à indústria, Comércio e Cultura de Madeiras Sguario S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água no rio Congonhas, nos limites dos municípios de Araiporanga e Congonhinhas, Estado do Paraná.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.473 — DE 29
DE JANEIRO DE 1952

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros, de produção nacional, para o ano de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º Os preços básicos mínimos nos principais centros de consumo

no país, assim considerados, para os efeitos da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, os portos de escoamento de cada Estado, e as especificações dos produtos mencionados no parágrafo único do art. 1.º da referida Lei, são os abaixo discriminados:

Arroz

Duzentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 220,00) por saca de sessenta (60) quilos, beneficiado, polido, do tipo dois da classe de grãos médios e longos; cento e noventa cruzeiros (Cr\$ 190,00) por saca de sessenta (60) quilos, beneficiado polido, do tipo dois da classe de grãos curtos; cento e quarenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 145,00) por saca de sessenta (60) quilos, em casca, dos tipos um e dois da classe de grãos longos e médios; cento e vinte e cinco cruzeiros (Cr\$ 125,00) por saca de sessenta (60) quilos, em casca, dos tipos um e dois da classe de grãos curtos; todos — classes e tipos — de acordo com as especificações baixadas pelo Decreto n.º 28.098, de 10 de maio de 1950. Cento e trinta e seis cruzeiros (Cr\$ 136,00) por saca de sessenta (60) quilos, beneficiado, das melhores qualidades comumente produzidas no norte e nordeste do país; noventa cruzeiros (Cr\$ 90,00) por saca de sessenta (60) quilos em casca, das melhores qualidades comumente produzidas no norte e nordeste do país.

Feijão

Cento e trinta e cinco cruzeiros (Cr\$ 135,00) por saca de sessenta (60) quilos, das variedades branca; cento e vinte e cinco cruzeiros (Cr\$ 125,00) das variedades de cores ou rajadas; cento e vinte cruzeiros (Cr\$ 120,00) das variedades pretas, do tipo três das especificações baixadas pelo Decreto n.º 7.260, de 28 de maio de 1941.

Milho

Setenta e oito cruzeiros (Cr\$ 78,00) por saca de sessenta (60) quilos do grupo "duro" e setenta e quatro cruzeiros (Cr\$ 74,00) dos grupos "mole" e "misto"; "amarelo" ou "mesclado" do tipo três das especificações baixadas pelo Decreto número 7.436, de 25 de junho de 1941.

Amendoim

Setenta cruzeiros (Cr\$ 70,00) por saca de vinte e cinco (25) quilos das

classes "gráuda" ou "miúda", do tipo dois das especificações baixadas pelo Decreto n.º 7.266, de 29 de maio de 1941.

Soja

Noventa cruzeiros (Cr\$ 90,00) por saca de sessenta (60) quilos da variedade comum.

Girassol

Dois cruzeiros (Cr\$ 2,00) por quilo ensacado, do tipo dois, com sementes cheias e percentagem normal de óleo, de acordo com as especificações baixadas pelo Decreto n.º 8.178, de 7 de novembro de 1941.

Trigo em grão

Dois cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 2,60) por quilo para o produto limpo, seco, ensacado e com peso de setenta e oito (78) quilos por hectolitro, variável de acordo com o peso hectolítico do cereal. Havendo fração no peso hectolítico, este deverá ser considerado como um ponto acima, quando igual ou superior a meio, e como um ponto abaixo, no caso contrário.

Farinha de Mandioca

Setenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 75,00) por saca de sessenta (60) quilos, do tipo um da classificação baixada pelo Decreto n.º 7.735, de 3 de setembro de 1941.

Fécula de Mandioca

Dois cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 2,20) por quilo do tipo um das especificações baixadas pelo Decreto n.º 12.278, de 22 de abril de 1943.

Tapioca

Dois cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 2,30) por quilo do tipo um da classificação baixada pelo Decreto numero 12.278, de 22 de abril de 1943.

Mate

Vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00) pelo produto cancheado, dos Estados do Paraná e Santa Catarina, por arroba de quinze (15) quilos, coado em peneira de 1 1/2 m/m., dos tipos CC.1 e CB.1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, posto armazens ou depósitos autorizados em Curitiba e Joinville.

Quatorze cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 14,50) por arroba de dez (10) quilos, pelo produto cancheado do Estado de Mato Grosso, coado em peneira de 2 1/2 m/m., do tipo MB.1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, posto armazens ou depósitos autorizados em Ponta Porã.

Dezesseis cruzeiros (Cr\$ 16,00) por arroba de quinze (15) quilos para o produto cancheado do Estado do Rio Grande do Sul, primeira qualidade, dos tipos GF.1, GF.2, GF.3, GF.4, GC.1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, coado em peneira de 2 1/2 m/m., posto armazens ou depósitos autorizados em Porto Alegre.

Os preços para o produto entregue em outras localidades das regiões produtoras serão oportunamente determinados nos termos do art. 4.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 2.º Os preços de que trata o art. 1.º deste Decreto referem-se à mercadoria nova da safra do corrente ano, embalada em sacaria nova, devidamente marcada com as necessárias indicações, classificada, expurgada e depositada nos armazens indicados neste Decreto e nos mencionados na letra *a* do art. 6.º e no artigo 7.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.474 — DE 29 DE
JANEIRO DE 1952

Concede autorização para funcionamento do curso de Música da Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. E' concedida autorização para funcionamento do curso de música da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, com sede em Curitiba e mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 30.475 — DE 29 DE
JANEIRO DE 1952

Concede autorização para funcionamento do curso de Didática da Faculdade de Filosofia de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. E' concedida autorização para funcionamento do curso de Didática da Faculdade de Filosofia de Goiás, com sede na capital desse Estado e mantida pela "Sociedade de Educação e Ensino de Goiás".

Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 30.476, DE 30 DE
JANEIRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$. 43.607,70, para atender à despesas de gratificação de magistério.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.453, de 9 de outubro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas,

nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único — Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 43.607,70 (quarenta e três mil, seiscentos e sete cruzeiros e setenta centavos), para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, alterado pelo de n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os professores abaixo relacionados, do mencionado Ministério:

Cr\$

1) Paulo de Góis, Professor Catedrático (F. N. F. - U.B.), padrão O, no período de 8 de julho de 1948 a 31 de dezembro de 1949	13.330,70
2) Valdemiro Augusto Teixeira de Freitas, Professor (Matemática — E.T. Curitiba — D.E.I.), padrão K, no período de 23 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	26.727,00
3) José Martinho da Rocha, Professor Catedrático (F. N. M. - U.B.), padrão O, no período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 1949	2.450,00
4) Tito Eréas Leme Lopes, Professor Catedrático (F. N. F. - U.B.), padrão O, no período de 17 de novembro a 31 de dezembro de 1949	1.100,00
Total	43.607,70

Rio de Janeiro, em 30 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho.

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.477, DE 30 DE
JANEIRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 45.654,00, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.449, de 5 de outubro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único — Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 45.654,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro cruzeiros), para atender as despesas com o pagamento de gratificação de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo de n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, aos professores abaixo relacionados, do mencionado Ministério:

	Cr\$
1) Iná Nunes, Professor (Desenho de Tecidos E. T. N. — D.E.I.), padrão K, no período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1948	17.690,00
2) Virgílio Moojeu de Oliveira (Professor Catedrático F.N.O.U.B.), padrão O, no período de 31 de dezembro de 1947 a 31 de dezembro de 1948	9.024,20
3) Maria Penedo (Professor (Orfeônico E. T. Vitória — D. E. I.), padrão J, no período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	10.419,00
4) Cid Braune Filho, Professor Catedrático (E.N. E.F.D. — U.B.), padrão O, no período de 22 de setembro a 31 de dezembro de 1949	2.475,00
5) Alilá Murici Borges Reis, Professor (Desenho Ornamental — E. T. Curitiba — D.E.I.), padrão K, no período de 3 de outubro a 31 de dezembro de 1949	5.195,80

6) Hélio Viana, Professor Catedrático (F. N. F. — U.B.), padrão O, no período de 27 de novembro a 31 de dezembro de 1949	850,00
Total	45.654,00

Rio de Janeiro, em 30 de janeiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho.

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.478, DE 30 DE
JANEIRO, DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 39.779,30, para atender as despesas com o pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.450, de 5 de outubro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único — Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 39.779,30 (trinta e nove mil, setecentos e setenta e nove cruzeiros e trinta centavos), para atender as despesas com o pagamento de gratificação de magistério, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, alterado pelo de n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, aos seguintes professores do mencionado Ministério:

	Cr\$
1) Antônio Veríssimo de Melo, Professor Catedrático (F. M. Porto Alegre), padrão O, no período de 2 de janeiro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	17.975,80
2) Alberto Gomes da Silva, Professor (Chefe do Curso de Serralheria "Forja e Serralheria" E. I. Cuiabá — D. E. I.), padrão J, no período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949	5.780,00

3) Noemi de Sales Pessoa, Professor (S. N. D. M. — D. N. S.), padrão J, no periodo de 17 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949	Cr\$ 5.604,50
4) Luis Gonzaga de Albu- querque Burity, Profes- sor (Português E. I. João Pessoa — D. E. I), padrão J, de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	10.419,00
Total	39.779,30

Rio de Janeiro, em 30 de janeiro
de 1952, 131.º da Independência e
64.º da República.

GETULIO VARGAS
E. Simões Filho
Horacio Lafer

DECRETO N.º 30.479, DE 30
DE JANEIRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e
Saúde, o crédito especial de Cr\$
5.780,00, para atender às despesas
com o pagamento de gratificação
de magistério.

O Presidente da República, usando
da autorização contida na Lei núme-
ro 1.461, de 5 de outubro de 1931,
e tendo ouvido o Tribunal de Con-
tas, nos termos do art. 93 do Regu-
lamento Geral de Contabilidade Pú-
blica, decreta:

Artigo único — Fica aberto, pelo
Ministério da Educação e Saúde, o
crédito especial de Cr\$ 5.780,00 (cin-
co mil e setecentos e oitenta cruzei-
ros), para atender às despesas com
o pagamento de gratificação de ma-
gistério, relativa ao periodo de 1 de
agosto de 1948 a 31 de dezembro de
1949, concedida a João de Moura,
ocupante do cargo de Professor Chefe
do Curso de Mercenaria, padrão J,
do Quadro Permanente do menciona-
do Ministério.

Rio de Janeiro, em 30 de janeiro
de 1952, 131.º da Independência e
64.º da República.

GETULIO VARGAS
E. Simões Filho
Horacio Lafer

DECRETO N.º 30.480 — DE 30 DE
JANEIRO DE 1952

*Declara públicas de uso comum, de
domínio do Estado da Bahia, as
águas do rio Sal.*

Ainda não foi publicado por falta
de pagamento.

DECRETO N.º 30.481 — DE 30 DE
JANEIRO DE 1952

*Declara públicas de uso comum, de
domínio do Estado da Bahia, as
águas do rio Gangorra.*

Ainda não foi publicado por falta
de pagamento.

DECRETO N.º 30.482 — DE 30 DE
JANEIRO DE 1952

*Declara públicas de uso comum, de
domínio do Estado da Bahia, as
águas dos rios Salgado, Baixa do
Mumungu e Baixa do Mulungu.*

Ainda não foi publicado por falta
de pagamento.

DECRETO N.º 30.483, DE 30 DE
JANEIRO DE 1952

*Concede a R.C.A. Victor Radio S. A.
autorização para funcionar como
empresa de mineração.*

O Presidente da República usando
da atribuição que lhe confere o artigo
87, n.º 1, da Constituição e tendo em
vista o que dispõe o art. 6, § 1.º do
Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro
de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único: É concedida à R.C.A.
Victor Radio S. A. sociedade anôni-
ma constituída por assembléa de 19
de novembro de 1942, arquivada sob
n.º 18.608, por despacho de 2-1-43, do
D.N.I.C., com sede nesta Capital,
autorização para funcionar como em-
presa de mineração, ficando a mesma
sociedade obrigada a cumprir integral-

mente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.484 — DE 30
DE JANEIRO DE 1952

*Altera o art. 1.º do Decreto n.º 29.540,
de 9 de maio de 1951*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica alterado o artigo primeiro (1.º) do Decreto número vinte e nove mil quinhentos e quarenta (29.540), de nove (9) de maio de mil novecentos e cinquenta e um (1951), que passará a ter a seguinte redação: Fica autorizado o cidadão brasileiro Sérgio Boldrini a pesquisar quartzo em terrenos de Sebastião Antônio Vieira, Joaquim Antônio Vieira, Benedita Joaquina Vieira, Joana Conceição Vieira, Roque Paulino, João Antônio Vieira e Benedito Antônio Vieira situados no imóvel denominado Lupas, no distrito e município de São Roque, Estado de São Paulo, numa área de oitenta e oito ares e quarenta e três centiares (0,8843 ha), abrangendo duas superfícies distintas, assim definidas: a primeira com sessenta e três ares e noventa e nove centiares (0,6319 ha), e delimitada por um quadrilátero irregular que tem um vértice a treze metros e vinte e oito centímetros (13,28 m), no rumo verdadeiro de um grau sudoeste (1º SW) do canto sul (S) da casa de Maria Camargo Vieira e os lados a partir do vértice considerado, têm: trinta e cinco metros e cinquenta e seis centímetros (35,56 m), quarenta e um graus e doze minutos sudoeste (41º 12' SW); cem metros e vinte centímetros (100,20 m), oitenta e oito graus noroeste (88º NW); cento e um metros e sessenta e dois centímetros (101,62 m), vinte e oito graus e quarenta e quatro minutos nordeste (28º 44' NE); noventa e nove metros (99 m), quarenta e oito graus e quarenta e oito minutos su-

deste (48º 48' SE); a segunda com vinte e cinco ares e vinte e quatro centiares (0,2524 ha), é delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e setenta e cinco metros e vinte e oito centímetros (175,28 m) no rumo verdadeiro de vinte e sete graus nordeste (27º NE) do canto norte (N) da casa de Maria Camargo Vieira, e os lados a partir do vértice considerado, têm: sessenta e um metros e setenta centímetros (61,70 m), vinte e cinco graus e trinta e oito minutos nordeste (25º 38' NE); cinquenta metros e oitenta e cinco e cinco centímetros (50,85 m), cinquenta e um graus e dezoito minutos sudeste (51º 18' SE); sessenta e sete metros e quinze centímetros (67,15 m), quarenta e cinco graus e vinte e oito minutos sudoeste (45º 28' SW); vinte e nove metros e setenta centímetros (29,70 m), trinta e oito graus e quarenta e um minutos noroeste (38º 41' NW).

Art. 2.º A presente alteração de Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.485 — DE 30
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a pesquisar minérios de cromo, no município de Mazagão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Governo do Território Federal do Amapá a pesquisar minérios de cromo em terrenos devolutos deste Território, numa área de trinta e três hectares e quatro ares (33,04 ha), situada no distrito de Mazagão Velho, município de Mazagão, delimitada por um retângulo

que tem um vértice a cento e dez metros (110 m) no rumo magnético de cinquenta e nove graus e trinta minutos sudeste (59° 30' SE) da confluência dos igarapés do Acampamento e Braço do Breu, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: quinhentos e sessenta metros (560 m), e rumo oeste (W), magnético: quinhentos e noventa metros (590 m), e rumo norte (N), magnético.

Art. 2.º A presente autorização não está sujeita ao pagamento da taxa prevista no art. 17 do Código de Minas, "ex-vi" do art. 51 do Decreto-lei n.º 4.655, de 8 de setembro de 1942.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.486 — DE 30
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Ismael Ribeiro Barros a pesquisar água mineral no município de Iacanga, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Ismael Ribeiro Barros a pesquisar água mineral, em terrenos de sua propriedade, na fazenda Pindorama, distrito e município de Iacanga, Estado de São Paulo numa área de trinta hectares (30 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a cento e oitenta e sete metros (187 m), no rumo magnético sessenta e seis graus sudoeste (66° SW) da ponte da rodovia Bauru-Quilombo-Iacanga, sobre o ribeirão Claro, e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos metros (600 m), cinquenta e seis graus e trinta minutos noroeste (56° 30' NW); quinhentos metros (500 m), trinta e três graus e trinta minutos sudoeste (33° 30' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de tre-

zentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.487 — DE 30
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Ermírio de Moraes a pesquisar argila, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Ermírio de Moraes a pesquisar argila em terrenos de propriedade da The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd., situados no distrito de Biritiba-Mirim, município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, numa área de vinte e sete hectares e vinte e seis ares (27,26 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a trezentos e vinte e dois metros e cinquenta centímetros (322,50 m) no rumo magnético de sessenta e três graus nordeste (63° NE) do março do quilômetro oitenta e quatro (Km 84) da rodovia Mogi das Cruzes-Casa Grande, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos e trinta e sete metros (637,50 m), trinta graus nordeste (30° NE); quatrocentos metros (400 m), oeste (W); o quarto e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do terceiro lado retilíneo descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de tre-

zentes cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.488 — DE 30
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Ermirio de Moraes a pesquisar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, e nos termos dos artigos 152 e 153 da Constituição e do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antônio Ermirio de Moraes a pesquisar argila em terrenos de sua propriedade situados no distrito de Birutiba-Mirim, município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, numa área de cento e quarenta e um hectares (141 ha) delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a dois mil cento e vinte e cinco metros (2.125 m) no rumo magnético de sessenta e sete graus e trinta minutos nordeste (67° 30' NE) do marco de quilômetro setenta e nove (Km 79) da estrada Mogi das Cruzes-Casa Grande, e os lados divergentes do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil metros (1.000 m), cinquenta graus nordeste (50° NE); mil quinhentos metros (1.500 m), sessenta graus sudeste (60° SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica, deste Decreto, pagará a taxa de mil quatrocentos e dez cruzeiros (Cr\$ 1.410,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.489 — DE 30
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Batista de Sá Sobrinho a pesquisar mica no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, e nos termos dos arts. 152 e 153, da Constituição e do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Joaquim Batista de Sá Sobrinho a pesquisar mica em terrenos de sua propriedade situado no imóvel denominado Fazenda da Bomba, distrito e município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais, numa área de quatro hectares e vinte e cinco ares (4,25 ha) delimitada por um quadrilátero que tem um vértice a trezentos e cinquenta metros (350 m), no rumo magnético de vinte e seis graus nordeste (26° NE) do pegão noroeste (NW) da ponte de madeira localizada a cinquenta metros (50 m) a jusante das barras dos ribeirões da Bomba e da Curriola e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e setenta e três metros (273 m), doze graus nordeste (12° NE); duzentos e cinquenta e sete metros (257 m), sessenta e sete graus e trinta minutos sudeste (67° 30' SE); cento e oitenta e um metros (181 m), vinte e oito graus sudoeste (28° SW); e o último lado é constituído por um segmento retilíneo que parte da extremidade desse lado e vai encontrar o vértice de origem.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será

transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.490 — DE 30
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Moisés José Martins a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta :

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Moisés José Martins a pesquisar diamantes e associados, em terrenos de propriedade de José Jerônimo Baracho e outros, no lugar denominado Mutuca, distrito de Extração, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta e seis hectares (36 ha); delimitada por um retângulo que tem um vértice a cento e oito metros (108 m), no rumo magnético seis graus nordeste (6º NE) da confluência do córrego Formação no ribeirão do Inferno e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil e oitocentos metros (1.800 m), trinta e três graus sudoeste (33º SW); duzentos metros (200 m), cinquenta e sete graus sudeste (57º SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 360,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.491 — DE 30
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o cidadão José Tristão Riet de Carvalho a pesquisar calcário e associados no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta :

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Tristão Riet de Carvalho a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua propriedade situados na localidade de "Cerro de Bagé", distrito e município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, em duas (2) áreas que perfazem um total de cinquenta e quatro hectares, onze ares e cinquenta centiares (54,1150 ha), assim definidas — a primeira (1.ª) de quarenta e três hectares, oitenta e sete ares e cinquenta centiares (43,8750 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a duzentos e sessenta e sete metros (267 m) no rumo magnético vinte e dois graus trinta e seis minutos nordeste (22º 36' NE) do centro do boeiro existente na rodovia de Bagé-Aceguá, via Cerro de Bagé sobre a sanga do Tristão Maria, e os lados divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos e cinquenta metros (550 m), sessenta e sete graus e trinta e quatro minutos sudoeste (67º 34' SW); seiscentos e setenta e cinco metros (675 m), vinte e dois graus e vinte e seis minutos noroeste (22º 26' NW); a segunda (2.ª) de dez hectares e vinte e quatro ares (10,24 ha) delimitada por um quadrado com trezentos e vinte metros (320 m) de lado que tem um vértice a trezentos e oito metros e vinte centímetros (308,20 m) no rumo magnético sessenta graus sudeste (60º SE) do centro do boeiro da rodovia Bagé-Batalha na sanga dos Eucaliptos, e os rumos magnéticos dos lados que partem desse vértice são os seguintes: vinte e cinco graus e trinta minutos sudeste (25º 30' SE) e sessenta e quatro graus e trinta minutos nordeste (64º 30' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 550,00) e será transcrito no livro pró-

prio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.492 — DE 30
DE JANEIRO DE 1952

Autoriza Indústrias Brasileiras e Artigos Refratários S. A. IBAR a pesquisar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 23 de janeiro de 1949 (Código de Minas), Decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Indústrias Brasileiras e Artigos Refratários S. A. — IBAR, a pesquisar argila em terrenos de propriedade da The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd., situados no lugar denominado Cocuera, no distrito e município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, numa área de noventa hectares e sessenta ares (90,60 ha) delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice no marco do quilômetro sessenta e três (Km 63) da rodovia Mogi das Cruzes-Casa Grande, e os lados a partir do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: setecentos e cinco metros (705 m), quatro graus trinta minutos nordeste (4º 30' NE); mil cento e doze metros (1.112 m), oeste (W), o terceiro lado é o segmento retilíneo que partindo da extremidade do segundo (2.º) lado, com rumo de dezesseis graus e trinta minutos sudoeste (16º 30' SW), magnético, alcança a rodovia supra mencionada; o quarto (4.º) e último lado é representado pela rodovia Mogi das Cruzes-Casa Grande, no trecho compreendido entre a extremidade do terceiro (3.º) lado e o vértice de partida, no marco do quilômetro sessenta e três (Km 63).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de noventa e dez cruzeiros (Cr\$ 910,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.493 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1952

Aprova novo orçamento para reconstrução e ampliação de edifício na linha São Francisco-Joaquim, da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado, em substituição ao que acompanhou o Decreto n.º 22.294, de 17 de dezembro de 1946, o novo orçamento, na importância de Cr\$ 727.455,20 (setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e cinqüenta e cinco cruzeiros e vinte centavos), que com este baixa, para a reconstrução e ampliação do edifício em que se acha instalado o Hotel Bonfim, situado nas proximidades da estação de Senhor do Bonfim, no quilômetro 444 da linha São Francisco-Joaquim, da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

Parágrafo único. A despesa correspondente a diferença entre o orçamento a que se refere o Decreto n.º 22.294, de 17 de dezembro de 1946 e o novo orçamento ora aprovado, correrá à conta da dotação a Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), Anexo 25, Verba 4, Consignação III, Subconsignação 06 — 31 — 16 — 1 do Orçamento da União para o corrente exercício.

Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30.494 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1952

Revoga os Decretos que concederam à Sociedade Anônima "Aluminium Union Limited" autorização para funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.625, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. Ficam revogados os Decretos ns. 18.615, de 26 de fevereiro de 1929, 20.073, de 3 de junho de 1931, 23.699, de 3 de janeiro de 1934, 1.165, de 21 de outubro de 1936, 1.953, de 8 de setembro de 1937, 2.781, de 23 de junho de 1938, 4.532, de 17 de agosto de 1939, e 22.633, de 24 de fevereiro de 1947, pelos quais foi concedida à Sociedade Anônima "Aluminium Union Limited", com sede na cidade de Montreal, Província de Quebec, Dominion do Canadá, autorização para funcionar na República, e cassadas as respectivas Cartas, atendendo ao que consta da resolução aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de seus acionistas, realizada a 5 de outubro de 1951.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.495 — DE 31
DE JANEIRO DE 1952

Concede à sociedade "MAG-Navegação e Comércio Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade "MAG Navegação e Comércio Limitada", com sede e fôro nesta cidade do Rio de Janeiro, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, consoante contrato de constituição social que apresentou, por meio de instrumento público, firmado a 6 de novembro de 1951, ratificado e retificado por escritura pública firmada a 28 de janeiro de 1952, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.496 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da The Yorkshire Insurance Company Limited.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos da The Yorkshire Insurance Company Limited, com sede na cidade de York, Inglaterra, autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto n.º 15.572, de 22 de julho de 1922, conforme deliberação das Assembléias Gerais Extraordinárias de seus acionistas, realizadas a 7 de maio de 1929 e 23 de maio de 1950.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto a que alude o presente Decreto.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.497 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros "Aliança Brasileira".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive o aumento do capital social de Cr\$ 2.000.000,00 para Cr\$ 10.000.000,00, da Companhia de Seguros "Aliança Brasileira", com sede na Capital do Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 15.561, de 12 de maio de 1944, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada a 23 de novembro de 1951.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a

vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude o presente Decreto.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.498 — DE 31
DE JANEIRO DE 1952

Aprova com modificações, alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Aliança Rio Grandense de Seguros Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Aliança Rio Grandense de Seguros Gerais, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 18.332 de 1 de agosto de 1928, inclusive o aumento do capital social de Cr\$ 3.000.000,00 para Cr\$ 6.000.000,00, conforme deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas a 21 de outubro e 11 de dezembro de 1950, e 19 de junho de 1951, mediante as seguintes condições

I — Supressão da letra c do art. 26;

II — Alteração da redação do parágrafo único do art. 45 para

“Os dividendos e bonificações não reclamados, prescritos na forma da lei, serão levados à conta de lucros e perdas”

III — As alterações consignadas nas cláusulas precedentes deverão ser aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude o presente Decreto.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.499, DE 31 DE
JANEIRO DE 1952

Autoriza Armênio Santos a comprar pedras preciosas.

O Presidente da República,

Usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1933, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Armênio Santos, cidadão brasileiro e residente em Boa Vista, Território Federal do Rio Branco, a comprar pedras preciosas, nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1933, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República. — GETULIO VARGAS —
Horácio Lufner.

DECRETO N.º 30.500 — DE 31 DE JA-
NEIRO DE 1952

Revalida o Decreto n.º 28.873, de 16 de novembro de 1950, que outorgou à Empresa Ourobranquense de Eletricidade e Transformação de Produtos S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Veríssimo, Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, e restringe a zona de concessão da Cia. Industrial Ouropretana de Tecidos, Fôrça, Luz e Telefones.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revalidado o Decreto n.º 28.873, de 16 de novembro de 1950, que outorgou à Empresa Ourobranquense de Eletricidade e Transformação de Produtos S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Veríssimo, Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir da sua publicação.

II — Apresentar em três (3) vias, à mesma Divisão, dentro do prazo de um (1) ano, a contar da data da publicação deste Decreto, os estudos, projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.
João Cleófas.

DECRETO N.º 30.501 — DE 31 DE
JANEIRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desfiladeiro no ribeirão do Espírito Santo, distrito de Ibitiquara, município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.502 — DE 1 DE
FEVEREIRO DE 1952

Altera a lotação de repartição do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 27, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica dos Repartições atendidas pelo Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Arquivista, com o respectivo ocupante, Hermengarda Guimarães Vieira, da lotação do Serviço de Comunicações do Departamento de Administração para a lotação do Serviço de Informação Agrícola.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleófas

DECRETO N.º 30.503 — DE 4 DE
FEVEREIRO DE 1952

Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário a serviço do Exército Nacional.

O Presidente da República, tendo em vista o parágrafo 16, do artigo 141, da Constituição Federal e usando das atribuições que lhe confere o item I, do artigo 87, da mesma Constituição, decreta:

Art. 1.º É declarada de utilidade pública, de acordo com os arts. 2.º e 6.º, combinados com as letras "a" e "b", do artigo 5.º, tudo do Decreto-lei n.º 3.385, de 21 de junho de 1941, a desapropriação de uma área de terras, medindo 4.734 m² 7.485 cm² (quatro mil setecentos e vinte e quatro metros quadrados e sete mil quatrocentos e oitenta e cinco centímetros quadrados), e bem assim das benfeitorias existentes na referida área, de propriedade atribuída ao Exmo. Sr. General R/1 Hélio Cotta Gonsales, situada junto ao Quartel General da A. D./6, na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º O imóvel em aprêço destina-se à ampliação do Quartel General da A. D./6 e Guarnição de Cruz Alta.

Art. 3.º A despesa decorrente da desapropriação será custeada pelos recursos constantes da "Verba 4 — Consignação V — Desapropriação e Aquisição de Imóveis — 10 — Prosseguimento e conclusão da desapropriação e aquisição de imóveis — 17 — Diretoria de Intendência" — do Anexo n.º 20 — Ministério da Guerra, do Orçamento Geral da República, aprovado pela Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

Art. 4.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a promover a referida desapropriação.

Art. 5.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Newton Estillac Leal

DECRETO N.º 30.504 — DE 4 DE
FEVEREIRO DE 1952

Abre, ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr. 1.850.589,93, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.463, de 5 de novembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.850.589,00 (um milhão oitocentos e cinquenta mil quinhentos e oitenta e nove cruzeiros), para atender ao pagamento do complemento da cota de contribuição do Brasil, no exercício financeiro de 1950, à Repartição Sanitária Panamericana, à Organização Mundial de Saúde e à Organização de Alimentação e Agricultura.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura
Horácio Lafér.

DECRETO N.º 30.505 — DE 5 DE
FEVEREIRO DE 1952

Outorga ao Estado do Paraná concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um trecho encachoeirado, com início no salto São João, existente no rio Mourão, distrito de Campo Mourão, município de igual nome, Estado do Paraná.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.506 — DE 5 DE
FEVEREIRO DE 1952

Outorga à Companhia Hidro-Elétrica Santa Branca S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Santana, na localidade denominada Santa Branca, no 5.º Distrito do município de Vasouras, Estado do Rio de Janeiro.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.507 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1952

Concede autorização para funcionamento do curso de engenharia civil da Escola Politécnica do Estado do Espírito Santo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. E' concedida autorização para funcionamento do curso de engenharia civil da Escola Politécnica do Espírito Santo, com sede em Vitória, e mantida pelo Governo do Estado do Espírito Santo.

Rio de Janeiro, em 5 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.508 — DE 5 DE
FEVEREIRO DE 1952
Concede reconhecimento à Escola Técnica de Baurú.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.509 — DE 6 DE
FEVEREIRO DE 1952

Manda prestar a Sua Majestade Jorge VI, Rei da Grã-Bretanha, da Irlanda e dos Domínios Britânicos de Além-Mar, as honras de Chefe de Estado.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, tendo recebido

do comunicação oficial do falecimento, ocorrido hoje, de Sua Majestade Jorge VI, Rei da Grã-Bretanha, da Irlanda e dos Domínios Britânicos de Além-Mar, resolve que lhe sejam tributadas as honras fúnebres competentes e decreta luto nacional por três dias, transmitindo-se o texto do presente Decreto telegraficamente aos Governadores dos Estados e Prefeito do Distrito Federal.

Rio de Janeiro, em 6 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.510 — DE 7
DE FEVEREIRO DE 1952

Altera o art. 4.º do Regulamento para o Serviço Consular Honorário do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 4.º do Regulamento para o Serviço Consular Honorário do Brasil, aprovado pelo Decreto número 23.776 de 30 de setembro de 1947, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 4.º Os Consulados e Vice-Consulados honorários, subordinados ao de carreira ou missões diplomáticas brasileiras, terão em geral, jurisdição limitada a cidade de sua sede.

Parágrafo único. Excepcionalmente por conveniência de serviço, essa jurisdição poderá ser estendida a uma ou mais divisões administrativas do território em que estiverem situadas as Repartições consulares honorárias.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.511 — DE 7 DE
FEVEREIRO DE 1952

Concede prerrogativas de equiparação à Universidade Mackenzie e aprova seu estatuto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do artigo 29, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 24.279, de 22 de maio de 1934, decreta:

Artigo único — São concedidas à Universidade Mackenzie, com sede na capital do Estado de São Paulo, as prerrogativas de equiparação e fica aprovado o seu estatuto, que com este baixa, assinado pelo Ministério de Estado da Educação e Saúde.

Rio de Janeiro, em 7 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.512 — DE 7
DE FEVEREIRO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Agrônomo de Plantas Têxteis, com o respectivo ocupante, Esmerino Gomes Parente, da lotação permanente da Seção de Fomento Agrícola da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, em Natal, Estado do Rio Grande do Norte para igual lotação da Seção de Fomento Agrícola da mesma Divisão e Departamento, em Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.513 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1952

Dispõe sobre a majoração dos salários do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A tabela de salários mensais do pessoal marítimo da Companhia Nacional de Navegação Costeira Serviço de Navegação da Amazônia e Administração dos Portos de Pará, Serviço de Navegação da Bacia do Prata e Frota de Petroleiros, passa a ser a estabelecida nos artigos 2.º a 10 do presente Decreto.

Art. 2.º O pessoal marítimo de barra a fora terá seus salários fixados como segue:

	Cr\$
a) Comandante	10.000,00
b) Imediato, 1.º Maquinista, 1.º Comissário e Médico	8.400,00
c) 1.º Piloto, 2.º Maquinista e 1.º Radiotelegrafista	6.600,00
d) 2.º Piloto, 3.º Maquinista, 2.º Comissário, 2.º Radiotelegrafista e Conferente	5.200,00
e) Praticante de Piloto, Praticante de Maquinista e Praticante de Comissário	1.350,00
f) Contramestre, Carpinteiro, Eletricista, Enfermeiro e 1.º Cozinheiro	4.350,00
g) Cabo-Foguista	3.050,00
h) Foguista, Padeiro e 2.º Cozinheiro	2.900,00
i) Marinheiro	2.700,00
j) Carvoeiro, 3.º Cozinheiro, 1.º Copeiro, Lavador, Botequineiro e Patoleiro	2.400,00
k) Moço e Taifeiro	2.300,00
l) Ajudante de Cozinha	2.100,00

Art. 3.º O pessoal de máquinas, compreendido no artigo anterior, terá, quando embarcado, um adicional de insalubridade, como segue:

	Cr\$
1.º Maquinista	800,00
2.º Maquinista	600,00
3.º Maquinista	400,00
Praticante	250,00
Cabo-Foguista	150,00
Foguista	120,00
Carvoeiro	100,00

O Marinheiro fiel de porão e o Patoleiro, quando de câmara frigorífica, terão os adicionais respectivamente de Cr\$ 200,00 e Cr\$ 100,00. O Marinheiro ou Moço, quando taroleiro, terá o adicional de Cr\$ 100,00.

Art. 4.º O pessoal das embarcações empregadas no tráfego do porto terá seus salários fixados como segue:

Bahia de Guanabara:

a) Rebocadores, barcas de água e óleo e outras embarcações, estas quando de 20 ou mais toneladas brutas de registro:

	Cr\$
Mestre	4.600,00
Maquinista	4.500,00

Foguistas, Marinheiros, Carvoeiros e Moços, de acordo com o disposto no art. 2.º.

Os maquinistas terão direito, quando embarcados, ao adicional de insalubridade de Cr\$ 100,00.

b) embarcações de menos de 20 toneladas brutas de registro:

	Cr\$
Mestre	3.650,00
Maquinista	3.600,00

Poguinistas, Marinheiros, Carvoeiros e Moços, de acôrdo com o disposto no art. 2.º.

Os maquinistas terão direito, quando embarcados, ao adicional de insalubridade de Cr\$ 50,00.

Outros locais:

Os salarios atuais serão majorados nas seguintes bases:

— Até Cr\$ 2.500,00	35%
— De Cr\$ 2.501,00 em diante	30%

Art. 5.º O pessoal das embarcações empregadas na navegação interior (fluvial e lacustre) terá seus salários atuais majorados nas seguintes bases:

— Até Cr\$ 2.500,00	35%
— De Cr\$ 2.501,00 em diante	30%

Art. 6.º As guarnições dos navios petroleiros terão um acréscimo de 30% sobre seus salários normais, benefício extensivo às dos navios de grande e pequena cabotagem e embarcações do tráfego do porto, quando carregarem exclusivamente inflamáveis.

Art. 7.º As guarnições das embarcações, quando rebocando pontões, terão um acréscimo de 10% sobre seus salários normais, durante o tempo do reboque. Este acréscimo será de 30% quando o reboque for de embarcações no tráfego do porto empregadas no transporte de inflamáveis.

Art. 8.º O pessoal dos escritórios, agências, armazéns, estaleiros, oficinas e depósitos de carvão e minério, no território nacional, terá seus salários atuais majorados nas seguintes bases:

— Até Cr\$ 2.500,00	35%
— De Cr\$ 2.501,00 a Cr\$ 6.000,00	30%
— De Cr\$ 6.001,00 em diante	20%

O menor salário para o operário qualificado e maior de 18 anos será de Cr\$ 1.440,00.

Art. 9.º A expressão "Maquinista", empregada no presente Decreto, aplica-se genericamente a maquinistas e motoristas.

Art. 10. As empresas a que se refere o presente Decreto organização aplicadas aos salários atuais, as majorações de que trata o artigo 8.º, o quadro de seu pessoal de escritório, de acôrdo com os padrões de vencimentos do funcionalismo civil da União, de C a N, ficando, entretanto, respeitados os salários que excederem aos do padrão N.

Os atuais funcionários, cujos novos salários ficarem entre dois daqueles padrões, serão classificados no mais alto, com o salário correspondente ao mesmo.

Art. 11. A majoração de salários do pessoal a serviço do Lóide Brasileiro, P. N., será feita por ato do seu Diretor, nos termos do Decreto-lei n.º 9.339, de 10 de junho de 1946, e de acôrdo com o estabelecido no presente Decreto.

Art. 12. Ficam revogados o Decreto n.º 26.633, de 6 de maio de 1949, e demais disposições em contrário, assegurados contudo os direitos que aquele Decreto confere aos atuais Radiotelegrafistas.

Art. 13. O presente Decreto entrará em vigor no dia 15 de janeiro de 1952.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30.514 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1952

Concede à sociedade "Comércio, Indústria e Navegação São José Limitada" autorização para funcionar, como empresa de navegação e cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade "Comércio, Indústria e Navegação São José Ltda.", com sede na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, consoante contrato de constituição social e alterações aditivas que apresentou, por meio de instrumentos particulares firmados a 15 de março de 1945, 12 de fevereiro de 1949, 24 de abril e 14 de novembro de 1951, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.515 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive mudança de denominação e aumento de capital, da Atalaia, Companhia de Seguros Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive mudança de denominação para "A Paraná, Companhia de Seguros" e aumento de capital social de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para Cr\$... 2.250.000,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil cruzeiros), da "Atalaia, Companhia de Seguros Gerais", com sede em Curitiba, capital do Estado do Paraná, autorizada a fun-

cionar pelo Decreto n.º 4.787, de 19 de outubro de 1939, conforme deliberação das Assembléias Gerais Extraordinárias de seus acionistas realizadas em 6 de agosto e 19 de novembro de 1951.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.516 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1952

Extingue cargos excedentes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos 8 cargos da classe N da carreira de Fundidor do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Aristeu Barreto, Francisco Scutotto, José Prior, Manuel Alves de Moraes, Olímpio Salatiel da Silva, Osvaldo Vieira da Silva, Ramiro Elpidio de Barros e Walter Fernandes Palha, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições e, ao contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.517 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1952

Extingue cargos excedentes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos ter-

mos do artigo 1.º, alínea *n*, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos 2 cargos da classe H da carreira de Galvanoplasta do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Mário Garcia da Rosa e Ubirajara Pedro Borges, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.518 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1952

Extingue cargos excedentes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea *n*, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos 16 cargos da classe H, da carreira de Mecânico do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Alexandre Maceli, Dalmacio dos Santos Martins, Eduardo Lázaro dos Santos, Efraim Gonçalves Vieira, Henrique Simoni, Herci Ferreira Pinheiro, Jorge de Mendonça, Laurentino Lima Tavares, Manuel Alves Mourão, Manoel Antonio dos Santos, Manoel Gomes Barradas, Manoel Gonçalves Machado, Nestor Teles, Orlando Godinho de Lima, Pedro Confort Rodrigues Silva e da aposentadoria de Francisco Ferreira Madeira, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.519 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1952

Extingue cargos excedentes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea *n*, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos 16 cargos da classe H da carreira de Artífice de Manutenção do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Clodoaldo Martins Dutra, Clodomiro de Sousa Mondago, Floriano dos Santos, Francisco Gonçalves Filho, Francisco Puntar, Geraldo Lopes, Hernani Carneiro de Campos, Jarbas Ferreira Barcelos, João Silva, Joaquim Bezerra de Andrade, Joaquim da Silva Paixão, José Moreira dos Santos, Orlando Batista Teixeira, Raimundo de Oliveira Maia, Veriano de Oliveira e da aposentadoria de Benjamin Rodrigues, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.520 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1952

Extingue cargos excedentes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea *n*, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos 31 cargos da classe H da carreira de Impressor de Valores do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Juvenal Ferraz, Otávio Moreira, Osvaldo Lopes Duarte, Orlando Pertois da Silva, Nicanor Mendes dos Prazeres, Felix Medrado da Silva, Arlindo Simeone, Catarino da Silva, Alberto Vizeu de Sá, Alcides de Barros, Vitorino de

Castro Tavares, Valdemiro Pereira da Silva, Valdemar dos Santos Baradas, Otávio Fernandes de Almeida, Navarrito Ferreira Penasco de Araújo, Juventino dos Santos, Juvenal Nascimento, Justiniano Teixeira Bastos, Julio Estanislau Ferreira, José Rodrigues Grilo Junior, Heitor Couto, Eurico Silva, Claudionor Rodrigues Coelho, Cicero Mendes dos Prazeres, Carlos Benedito Lourenço da Costa, Atilio Henrique Taranto, Antonio Pedro Filho, Alfredo Pinheiro Junior, João Arlindo de Sousa Caldas, do falecimento de Vitorio Ferreira de Carvalho e da aposentadoria de Joaquim José Fernandes da Costa, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.521 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1952

Extingue cargos excedentes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos 5 cargos da classe H da carreira de Eletricista do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Belmiro da Costa Braga, Crispim Mendes Nepomuceno, Jorge Farias, José Pinto Inácio e Mário Lopes, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.522 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1952

Extingue cargos excedentes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos 16 cargos da classe H da carreira de Gravador do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Odemar Cota Pereira, José Ribeiro de Sousa, Adelauto de Faria, Aumério de Faria, Benedito de Araújo Ribeiro, João Leoni, José Bonifácio Borges de Araújo, José Rodrigues Silva, Manoel José de Sousa Filho, Marino Ferreira Pinheiro, Osmar Costa, Rubens Alves da Silva, Valter Borges de Freitas, Valter José Anechini, Antônio Estelita da Cunha Neto e Moacir Roque Pinheiro, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.523 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1952

Extingue cargos excedentes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos 4 cargos da classe K da carreira de Condutor de Serviços Técnicos do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Heitor Fogaça Pereira, Pedro Soragi Junior, Romeu Anechini e Salvador Migliani, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta Corrente do mesmo Quadro do Referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.524 — DE 11 DE
FEVEREIRO DE 1952

*Aprova novo projeto e orçamento para
a construção de um armazém pela
Companhia Docas de Santos*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado, em substituição ao que acompanhou o Decreto n.º 24.979, de 20 de maio de 1948, o novo orçamento na importância de Cr\$ 4.454.800,00 (quatro milhões quatrocentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros), que com este baixa, devidamente rubricado, para a construção pela Companhia Docas de Santos, do armazém n.º XVIII, devendo a despesa respectiva, até esse limite, mediante apuração em tomada de contas regulamentar, correr à conta aos recursos de que trata o Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945, e ser escriturada em conta especial.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Álvaro de Sousa Lima.

DECRETO N.º 30.525 — DE 11
DE FEVEREIRO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 1.º alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe G da carreira de Operário de Rádio, do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha, vago em virtude do falecimento de Sebastião Celestino da Silva, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guilhobel.

DECRETO N.º 30.526 — DE 11
DE FEVEREIRO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 1.º alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe F da carreira de Motorista, do Quadro Suplementar do Ministério da Marinha, vago em virtude da aposentadoria de Vicente Dias de Azevedo, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guilhobel.

DECRETO N.º 30.527 — DE 11
DE FEVEREIRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 1.º alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos seis (6) cargos da classe C da carreira de Servente, do Quadro Suplementar do

Ministério da Marinha, vagos em virtude da promoção de Antonio dos Santos Braga, Alvarino Carvalho, Francisco de Souza Revoredo, Antonio José Antunes, Guilherme Fortkamp e Aureliano Ramos de Souza, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guilhobel.

DECRETO N.º 30.528 — DE 11
DE FEVEREIRO DE 1952

Extingue cargos excedentes

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos três (3) cargos da classe F da carreira de Patrão, do Quadro Permanente do Ministério da Marinha, vagos em virtude da aposentadoria de Manoel Custódio Pereira e da promoção de Manoel Messias do Nascimento e Lourenço Nunes de Paula, devendo as dotações correspondentes ser levadas a crédito da conta corrente do mesmo Quadro e Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guilhobel.

DECRETO N.º 30.529 — DE 12 DE
FEVEREIRO DE 1952

Altera o Decreto n.º 23.863, de 16 de outubro de 1947, que aprovou projeto e orçamento para construção de armazém de segunda linha no porto de Rio Grande.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterado o artigo único do Decreto n.º 23.863, de 16 de outubro de 1947, o qual passa a ter a seguinte redação:

“Ficam aprovados o projeto e o orçamento na importância de Cr\$... 1.564.543,50 (um milhão, quinhentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e três cruzeiros e cinquenta centavos), os quais com este baixam, devidamente rubricados, para a construção de um armazém de segunda linha, defronte ao de n.º A-4, de primeira linha, no porto de Rio Grande, de concessão do Estado do Rio Grande do Sul, devendo a despesa, até o limite indicado, apurada em tomada de contas regulamentar, ser custeada pelos recursos de que trata o Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945, e escriturada na respectiva conta especial”.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.530 — DE 12 DE
FEVEREIRO DE 1952

Aprova projeto e orçamento para construção, no porto de Rio Grande, de armazém anexo ao de que trata o Decreto n.º 23.863, de 16 de outubro de 1947.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados o projeto e o orçamento na importância de Cr\$ 1.551.897,30 (um milhão quinhentos e cinquenta e um mil oitocentos e noventa e sete cruzeiros e trinta centavos), os quais com este baixam, devidamente rubricados, para a construção de um armazém anexo ao de segunda linha a que se refere o Decreto n.º 23.863, de 16 de outubro de 1947, defronte ao armazém n.º A-4, de primeira linha, devendo a despesa, até esse limite, mediante apuração em tomada de contas regulamentar, ser custeada pelos recursos de

que trata o Decreto-lei n.º 8.311, de 6 de dezembro de 1945, e escriturada na respectiva conta especial.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.531 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1952

Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Parte Permanente, da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções:

1 — Auxiliar Administrativo, referência 24;

1 — Escrevente-dactilógrafo, referência 21;

1 — Escrevente-dactilógrafo, referência 18;

1 — Inspetor de alunos, referência 18.

Parágrafo único. As funções criadas por este artigo destinam-se ao aproveitamento do pessoal administrativo da Faculdade de Direito do Pará, nos termos do art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Os efeitos do aproveitamento a que se refere o artigo anterior vigorarão a partir de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.532 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, aprovada pelo Decreto n.º 24.131, de 27 de novembro de 1947, para efeito de ser transferido um cargo vago da carreira de Bibliotecário-auxiliar, da lotação permanente da Universidade do Recife para igual lotação da Escola Técnica de Belo Horizonte, da Diretoria do Ensino Industrial.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Simões Filho.

DECRETO N.º 30.533 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo de Tesoureiro-auxiliar (São Paulo), padrão M, do Quadro III — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da aposentadoria de Alfredo Branco, devendo a dotação correspondente atender ao provimento de cargos vagos criados pelo Decreto-lei número 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.534 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Alípio de Mendonça Chaves a lavar minério de ferro e associados no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antônio Alípio de Mendonça Chaves a lavar minério de ferro e associados numa área de sessenta e cinco hectares (65 ha), situada na Fazenda Vista Alegre, distrito de Itatiaiusu, município de Itaúna, Estado de Minas Gerais e delimitada por um retângulo que tem um vértice na confluência dos córregos dos Pintos e da Serra e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil e trezentos metros (1.300m), trinta e oito graus e trinta minutos nordeste (33º 30' NE); quinhentos metros (500m), cinquenta e um graus e trinta minutos noroeste (51º 30' NW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departa-

mento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de mil e trezentos cruzeiros (Cr\$ 1.300,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.535 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza a Companhia de Mineração Nivalimense a pesquisar ocre no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.536 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1952

Fica autorizado o cidadão brasileiro José Correia Marra a pesquisar sílex e associados, no município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Correia Marra a pesquisar sílex e associados em terrenos de propriedade de Cesário Paulino do Amaral e sua mulher, na localidade denominada Chácara Santo Antônio das Minas Vermelhas, distrito e município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, numa área de quinze hectares quarenta e três ares e dezes-

seis centiares (15ha 43a 16ca), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quarenta e oito metros e setenta centímetros 48,70m), no rumo magnético vinte e três graus e cinquenta minutos nordeste (23° 50' NE), do canto nordeste (NE) da casa de Paulo Amaral, e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e trinta e cinco metros (135 m.), setenta e oito graus e cinquenta minutos sudoeste (78° 50' SW); duzentos e sete metros (207 m.), quatorze graus quarenta e cinco minutos sudoeste (14° 45' SW); trezentos e quarenta e seis metros e cinquenta centímetros (346,50m.), quarenta e um graus e quinze minutos sudeste (41° 15' SE); cento e quarenta e sete metros (147 m.), setenta e dois graus e vinte minutos sudeste (72° 20' SE); cento e setenta e três metros e vinte centímetros (173,20 m.), vinte graus e quinze minutos nordeste (20° 15' NE); cento e cinquenta e nove metros (159 m.), doze graus quinze minutos noroeste (12° 15' NW); cento e nove metros e cinquenta centímetros (109,50m.) treze graus e quarenta e cinco minutos nordeste (13° 45' NE) e o último lado é constituído por um segmento retilíneo que vai encontrar o vértice de origem.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.537 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1952

Renova o Decreto n. 25.079, de 9 de junho de 1948.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 23 de janeiro de 1940 (Código de Minas); decreta:

Art. 1.º — Fica renovado pelo prazo improrrogável de um (1) ano nos termos da letra b, do artigo primeiro (1.º), do Decreto-lei número nove mil seiscentos e cinco (9.605), de dezenove (19) de agosto de mil novecentos e quarenta e seis (1946), a autorização conferida ao cidadão brasileiro Hanri Jafet pelo Decreto número vinte e cinco mil e setenta e nove (25.079), de nove (9) de junho de mil novecentos e quarenta e oito (1948) para pesquisar areia quartzosa e associações no município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa dois mil trezentos cruzeiros (Cr\$ 2.300,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
João Cleofas.

DECRETO N.º 30.538 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro João Lamarca a lavrar água mineral no município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas); decreta:

Art. 1.º: Fica autorizado o cidadão brasileiro João Lamarca a lavar água mineral em terrenos de sua propriedade, no imóvel denominado Bocaina, distrito de Tebas, município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais, numa área de quatro hectares e oitenta e quatro ares (4,84 ha) delimitada por um polígono irregular cujo vértice inicial está localizado na extremidade de uma linha quebrada com origem na sede da fazenda Bocaina e com os comprimentos e rumos de seiscentos e dezoito metros (618m), setenta e cinco graus sudoeste (75°SW) e setecentos e noventa e quatro metros (794m), dezenove graus sudoeste (19°SW); os lados da poligonal envolvente têm, a partir do vértice considerado, os seguintes comprimentos e rumos: trezentos e sessenta e nove metros (369m), doze graus e vinte minutos sudeste (12° 20'SE); duzentos e quatorze metros (214m), sessenta e seis graus e vinte minutos noroeste (66°20'NW); duzentos e quarenta e quatro metros (244m), cinco graus e vinte minutos noroeste (5°20'NW) cento e quarenta metros (140m); setenta e sete graus e quarenta minutos nordeste (77°40'NE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33 e 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º. O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º. Se o concessionária da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º. As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º. O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º. A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.539 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR a pesquisar bauxita e associados no município de Mogi das Cruzes. Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985 de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas); decreta:

Art. 1.º — Fica autorizada — a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR, a pesquisar

bauxita e associados em terrenos de propriedade de The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltd. situados no lugar denominado Sertão, no distrito de Biritiba Mirim, município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, numa área de vinte e nove hectares e setenta ares (29,70 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a oitocentos e sessenta metros (860m) no rumo magnético de oitenta e cinco graus e trinta minutos sudeste (85° 30'SE) do ponto em que a rodovia Mogi das Cruzes-Sertão cruza a adutora do Rio Claro, e os lados, a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos e cinquenta metros (350m), sessenta e sete graus sudeste (67° SE); duzentos e setenta e cinco metros (275m); trinta e seis graus e quinze minutos sudeste (36° 15'SE); duzentos e cinco metros (205m), dezessete graus e trinta minutos sudeste (17° 30'SE); cento e cinquenta e cinco metros (155m), setenta e oito graus sudeste (78° SE); seiscientos e quarenta e dois metros e cinquenta centímetros (642,50m), cinquenta e dois graus e trinta minutos nordeste (52° 30'NE); oitocentos e sessenta e dois metros e cinquenta centímetros (862,50m); oitenta e cinco graus noroeste (85° NW); quatrocentos e setenta e sete metros e cinquenta centímetros (477,50m), setenta e sete graus e quinze minutos sudoeste (77° 15'SW); duzentos e oitenta metros (280m), setenta e sete graus e trinta minutos noroeste (77° 30'NW). O nono e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do oitavo lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º. O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro, próprio da

Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952; 121.º da Independência e 34.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
João Cleofas.

DECRETO N.º 30.540 — DE 14
DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza a Empresa Nacional de Estanho Limitada a lavar cassiterita e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa Nacional de Estanho Limitada a lavar cassiterita e associados em uma área de noventa e seis hectares e sessenta ares (96,60 ha) situada no distrito de São Francisco Xavier, município de Prados, Estado de Minas Gerais e delimitada por uma poligonal que tem um vértice e seiscientos oitenta e cinco metros (685m) no rumo verdadeiro oitenta e quatro graus e trinta minutos sudeste (84° 30' SE) de quilômetro cento e dezessete (km 117) da Rede Mineira de Viação, Ramal de Penedo e os lados, a partir do referido vértice, têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: seiscientos e noventa metros (690m); quarenta e dois graus nordeste (42° NE); duzentos e dezoito metros e oitenta centímetros (218,80m), vinte um graus e trinta minutos noroeste (21° 30' NW); duzentos e quatorze metros (214m), cinquenta e oito graus nordeste (58° NE); oitenta e cinco metros (85m), oitenta e dois graus sudeste (82° SE); duzentos e quarenta metros (240m), quarenta e

dois graus e trinta minutos nordeste ($42^{\circ} 30' NE$); oitocentos e dez metros (810m), trinta e oito graus noroeste ($38^{\circ} NW$); mil duzentos e cinquenta metros (7.250m), quarenta e dois graus sudoeste ($42^{\circ} SW$); oitocentos e dez metros (810m), trinta e oito graus sudeste ($38^{\circ} SE$). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de mil novecentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 1.940,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas.

DECRETO N.º 30.541 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Maria Cândida de Jesus a pesquisar minério de manganês e associados, no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Maria Cândida de Jesus, a pesquisar minério de manganês e associados, em terrenos de sua propriedade, José Marçal dos Santos e outros, no lugar denominado Olho d'Água — Penedo, distrito de Santa Rita do Rio Abaixo, município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, numa área de onze hectares quarenta e oito ares e cinquenta centiares (11, 4850 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a mil cento e sessenta metros (1.160m), no rumo magnético dois graus e trinta minutos noroeste ($2^{\circ} 30' NW$) do marco quilométrico número cento e dezoito (km. 118) do ramal de Penedo, na Rede Mineira de Viação e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e oitenta e oito metros (288m) oitenta e seis graus e trinta minutos sudoeste ($86^{\circ} 30' SW$); quatrocentos e vinte metros (420m), sete graus e trinta minutos nordeste ($7^{\circ} 30' NE$); duzentos e trinta e quatro metros (234m), oitenta e três graus e trinta minutos nordeste ($83^{\circ} 30' NE$); cento e noventa e oito metros (198m), sete graus e quarenta minutos sudeste ($7^{\circ} 40' SE$). O último lado do polígono é o alinhamento retilíneo que, partindo da extremidade do penúltimo lado acima descrito, encontra o ponto de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos vruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.542 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Manuel de Matos Júnior a lavrar calcário e associados no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Manuel de Matos Júnior a lavrar calcário e associados em terrenos de sua propriedade situados no lugar denominado Posse Grande, distrito e município de Arcos, Estado de Minas Gerais, numa área de nove hectares (9 ha) delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a duzentos e trinta e sete metros (237m) no rumo magnético vinte graus e quinze minutos noroeste (20° 15' NW) do canto nordeste (NE) da casa de propriedade de José Jacinto Fernandes Filho e os lados divergentes do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e cinquenta metros (150m), setenta e oito graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (78° 45' SW); seiscientos metros (600m), onze graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (11° 45' SE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33 34 e suas alíneas,

além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, a forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.543 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1952

Aprova projetos e orçamentos para a construção dos 1.º, 4.º e 5.º trechos da linha férrea Oiticica-Foz do Belém.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Artigo único. Ficam aprovados os projetos referentes à construção dos seguintes trechos da linha férrea Oi-

tica-Foz do Berlenga, assim como os respectivos orçamentos, nas importâncias abaixo citadas, os quais a este acompanham, devidamente rubricados:

1.º trecho, com a extensão de 25,000 Km — Cr\$ 15.480.141,10.

4.º trecho, com a extensão de 80,000 Km — Cr\$ 134.894.382,00.

5.º trecho, com a extensão de 48,0635 Km — Cr\$ 59.895.975,60.

Parágrafo único. As respectivas despesas serão custeadas, no exercício de 1952, à conta das dotações constantes da Verba 4, Consignação VI — Subconsignação 16-b-12-b, Anexo 4, da Lei n.º 961, de 8 de dezembro de 1949, e Verba 4, Consignação IX, Subconsignação 22-2-01-2, Anexo 8 da Lei n.º 1.249, de 1.º de dezembro de 1950, nos termos do artigo 19 da Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, e da dotação constante da Verba 4, Consignação VII, Subconsignação 16-31-61-1-3, do Anexo 25, da Lei número 1.487, de 6 de dezembro de 1951, e, nos exercícios vindouros, pelos recursos que forem consignados à construção dos referidos trechos, ficando a execução dos trabalhos dependendo da aprovação, pela Administração Geral do Plano Salte, do programa das obras que deverão ser realizadas ... em 1952.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.544 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1952

Promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá, a 30 de abril de 1948.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo n.º 64, de 7 de dezembro de 1949, a Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá, a 30 de abril de 1948, por ocasião da IX Conferência Internacional Americana, e havendo sido depositado na União Pan-Americana, em Washington, a 13 de março de 1950, o Instrumento bra-

sileiro de ratificação da mencionada Carta, a qual entrou em vigor a 13 de dezembro de 1951:

Decreta que a Carta da Organização dos Estados Americanos, apensa por cópia ao presente Decreto, seja executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.545 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1952

Torna pública a entrada em vigor da Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá, a 30 de abril de 1948.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Torna público que a Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá, a 30 de abril de 1948, por ocasião da IX Conferência Internacional Americana, entrou em vigor, nos termos do seu artigo 109, a 13 de dezembro de 1951, entre os seguintes Estados que depositaram na União Pan-Americana, em Washington, até a referida data, os seus Instrumentos de ratificação: Costa Rica, Mexico, República Dominicana, Honduras, Brasil, Paraguai, Nicaragua, El Salvador, Bolívia, Equador, Panamá, Estados Unidos da América, Haiti e Colômbia, nos termos da comunicação feita pela Organização dos Estados Americanos à Delegação do Brasil junto à mesma, a 14 de dezembro de 1951, apensa, por cópia, ao presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.546 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1952

Suprime o Vice-Consulado honorário do Brasil em Savannah e cria uma Repartição honorária da mesma categoria em Jacksonville.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do artigo 16 do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido o Vice-Consulado honorário do Brasil em Savannah e criado o Vice-Consulado honorário do Brasil em Jacksonville nos Estados Unidos da América, subordinado ao Consulado do Brasil em Miami.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.547 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1952

Cria o Consulado Honorário do Brasil no Pireu, na Grécia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do art. 16, do Decreto-lei número 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Consulado Honorário do Brasil no Pireu, na Grécia, subordinado à Legação em Atenas.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.548, DE 14 FEVEREIRO DE 1952

Autoriza The São Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited, a construir um ramal de linha de transmissão no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940;

Considerando que a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, conforme Resolução n.º 732, de 30 de janeiro de 1952, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada The São Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited, a construir um ramal de linha de transmissão, trifásico, em circuito singelo, entre um ponto de linha de transmissão Cubatão — Aparecida, situado a 47,3 km. da Usina de Cubatão e a Estação Terminal de Mogi das Cruzes, no município deste nome, no Estado de São Paulo, com a potência de 150.000 kw. sob a tensão nominal de 230 kv, entre condutores, frequência de 60 ciclos por segundo, e destinado a alimentar a Estação Terminal de Mogi das Cruzes.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título, na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.549 — DE 14
DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Nova Granada e Palestina, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940:

Considerando que pela Resolução n.º 731, a medida foi julgado conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão trifásica, em circuito singelo, entre os municípios de Nova Granada e Palestina, no Estado de São Paulo, sob a tensão nominal de 11.000 volts, entre condutores, frequência de 60 ciclos e destinada ao fornecimento de energia elétrica no município de Palestina.

Parágrafo único. A referida empresa fica autorizada a construir também o necessário sistema de distribuição de energia elétrica naquela localidade.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.550 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1952

Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 28.712, de 6 de outubro de 1950.

O Presidente da República, usando de atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica retificado o artigo primeiro (1.º) do Decreto número vinte e mil setecentos e doze (28.712), de seis (6) de outubro de mil novecentos e cinquenta (1950), que autoriza o cidadão brasileiro Jurandyr Monteiro Arroxellas a lavar calcário e associados no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro o qual passa a ter a seguinte redação:

— Fica autorizado o cidadão brasileiro Jurandyr Monteiro Arroxellas a lavar calcário e associados em terrenos de propriedade de Rotenal Vieira de Queiroz e Antônio Correia Dias, situados no imóvel denominado Fazenda da Cachoeira, no distrito de Euclides, município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quatrocentos e trinta e quatro hectares, oitenta e quatro ares e setenta centiares (434, 8470 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a duzentos e oitenta e sete metros (287m) no rumo magnético de setenta e um graus e oitenta minutos nordeste (71º. 08' NE) da barra do córrego Maravilha, afluente do Rio Negro, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos:

setecentos e oitenta e cinco metros (785m), quatorze graus e quarenta e cinco minutos noroeste (14° 45' NW); oitocentos e sessenta e sete metros (867m), vinte e um graus e trinta minutos nordeste (21° 30' NE); três mil metros (3.000m), sessenta e oito graus e trinta minutos sudeste (68° 30' SE); mil e quinhentos metros (1.500m), vinte e um graus e trinta minutos oeste (21° 30' SW); dois mil quinhentos e trinta e cinco metros e oitenta e três centímetros (2.535,83m), sessenta e oito graus e trinta minutos noroeste (68° 30' NW).

Art. 2.º Ficam mantidas as demais disposições dos artigos do referido Decreto, que passarão a fazer parte integrante do presente.

Art. 3.º A presente retificação de lavra não fica sujeita ao pagamento da taxa prevista pelo art. 31, parágrafo único, do Código de Minas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 54.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.551 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza a Cerâmica Itaoca Limitada a lavar turfa, caulim, argila e associados, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Cerâmica Itaoca Ltda. a lavar turfa, caulim, argila e associados em terrenos situados no lugar denominado Itaoca, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, numa área de trinta e sete hectares, trinta e sete ares e cinquenta centiares (... 37.3750 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quinhentos e sessenta e cinco metros e vinte e dois centímetros (... 565,22 m) no rumo verdadeiro de cinquenta e um graus e vinte e três minutos noroeste (51°23' NW) do pagão

nordeste da ponte do Rodízio, sobre o rio Imboagu, e os lados a partir do vértice considerado, têm: quatrocentos metros (400 m), norte (N); quinhentos e oitenta e cinco metros (... 585 m), cinquenta e três graus e três minutos noroeste (53° 03' NW); seiscentos e noventa e sete metros e cinquenta centímetros (697,50 m), trinta e dois graus e trinta minutos sudoeste (32° 30' SW); oitocentos e cinquenta e sete metros e noventa e dois centímetros (857,92 m), setenta e nove graus e três minutos sudeste (... 79° 03' SE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68 de Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de setecentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 760,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 54.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
João Cleofas.

DECRETO N.º 30.552 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1952

Concede autorização para funcionamento dos cursos de Filosofia, Pedagogia, Geografia e História, Letras clássicas, Letras neo-latinas e Letras anglo-germânicas da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Art. 1.º É concedida autorização para funcionamento dos cursos de Filosofia, Pedagogia, Geografia e História, Letras clássicas, Letras neo-latinas e Letras anglo-germânicas da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras mantida pela Inspeção Salesiana do Sul do Brasil e com sede em Lorena, Estado de S. Paulo.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 30.553 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1952

Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 41.806,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, em face da autorização contida na Lei número 1.443, de 25 de setembro de 1951 e do parecer do Tribunal de Contas, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Tribunal de Contas o crédito especial de quarenta e um mil, oitocentos e seis cruzeiros (Cr\$ 41.806,00), para pagamento de substituições temporárias de Ministros desse Tribunal, verificadas no exercício de 1950.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.554 — DE 15
DE FEVEREIRO DE 1952

Revoga o Decreto n.º 4.960, de 30 de novembro de 1939.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, número I, da Constituição, decreta:

Artigo único — Fica revogado o Decreto n.º 4.960, de 30 de novembro de 1939, que concede ao cidadão brasileiro Antônio Antunes Bastos autorização para a compra de pedras preciosas, nos termos do Decreto-lei n.º 400, de 4 de junho de 1938.

Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horacio Lafer

DECRETO N.º 30.555, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1952

Declara de utilidade pública diversas áreas de terra e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letras a e b do Código de Aguas, o Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que requereu a interessada, decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas de utilidade pública, nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, as seguintes áreas de terra sujeitas a inundação e necessárias a profilaxia da malária, de acordo com as plantas apresentadas e aprovadas:

1 — área de 747.000 m2 aproximadamente, de propriedade atribuída a

Manuel de Freitas Abreu e herdeiros de Manuel de Jesus, localizada dentro da faixa de protecção de 1 km a partir da cota 430m da represa de Ribeirão das Lajes, no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro;

2 — área de 259.617 m² aproximadamente, de propriedade atribuída a Osvaldo Correia de Sá e Benevides, localizada dentro da faixa de protecção de 1 km., a partir da cota 430m da represa de Ribeirão das Lajes, no município de Itaverá, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º A Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, fica autorizada a promover a desapropriação das referidas áreas de terra, com fundamento no Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941 e Parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.152, de 6 de março de 1942, já citados.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N.º 39.558 — DE 15 DE
FEVREIRO DE 1952

Autoriza o funcionamento da terceira unidade geradora, de 3.000 kVA, na Usina de Pirajá da Companhia Luz e Força "Santa Cruz".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o funcionamento da terceira unidade geradora da Usina de Pirajá pertencente à Companhia Luz e Força "Santa Cruz", sediada no capital do Estado de São Paulo, e com exploração dos serviços de electricidade em vários Municípios desse e do Estado do Paraná.

Art. 2.º Sob pena de multa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) diários, a interessada obriga-se a:

I — Registrar este título na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar a mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, os projetos e argumentos respectivos.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N.º 39.557 — DE 15 DE
FEVREIRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Jequitibá ou empresa que organizar concessão para distribuir energia elétrica na sede do município de Jequitibá, Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 39.553 — DE 15 DE
FEVREIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a lavar quartzo e associados no município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.935, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a lavar quartzo e associados em terrenos devolutos, na localidade Córrego do Marimbá, distrito de Marimbá, município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais, numa área de duzentos e quatro hectares (204 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a trezentos e vinte e cinco metros (325m), no rumo verdadeiro cinquenta e seis graus

e quarenta minutos noroeste (56.º 40' NW) da Cachoeira do Pará, no córrego Marambáia e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: seiscientos metros (600m), setenta e quatro graus e quarenta minutos sudeste (74.º 40' SE); oitocentos metros (800m), quatorze graus e cinquenta minutos sudoeste (14.º 50' SW); oitocentos e cinquenta metros (850m), cinquenta e nove graus e vinte minutos sudoeste (59.º 20' SW), mil e cinco metros (1.005m), setenta e quatro graus e quarenta minutos noroeste (74.º 40' NW); oitocentos e cinquenta metros (850m), vinte e nove graus e quarenta minutos noroeste (29.º 40' NW); mil metros (1.000m), sete graus e vinte minutos nordeste (7.º 20' NE); seiscientos metros (600m), setenta e quatro graus e quarenta minutos sudeste (74.º 40' SE); mil metros (1.000m), sete graus e vinte minutos sudoeste (7.º 20' SW); novecentos e noventa metros (990m), setenta e quatro graus e quarenta minutos sudeste (74.º 40' SE); o último lado da poligonal é o alinhamento retilíneo e compreendido entre a extremidade do lado acima descrito e o vértice de partida. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28, do Código de Minas, e dos artigos 32, 33 e 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado, e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será

transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de quatro mil e oitenta cruziços (Cr\$ 4 080,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cicójas.

DECRETO N.º 30.559 — DE 15 DE
FEVEREIRO DE 1952

Cancela o Decreto n.º 16.966, de 25 de outubro de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que consta do processo protocolado no Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, sob número 7.2.º 44; decreta:

Artigo único. Fica cancelado o Decreto número dezesseis mil novecentos e sessenta e seis (16.966), de vinte e cinco (25), de outubro de mil novecentos e quarenta e quatro (1944), que concedeu a Mineração Arapari-guerra, S. A., autorização para funcionar, em virtude de haver sido dita companhia liquidada por escritura n.º 11.º de 30 de dezembro próximo passado, lavrada às fls. 83v.º, do livro de notas n.º 724, do cartório do 11.º Ofício desta Capital.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cicójas.

DECRETO N.º 30.560 — DE 15 DE
FEVEREIRO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 1.º, alínea n, do De-

ereito-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo de Tesoureiro-Auxiliar (São Paulo), padrão M, do Quadro III — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da aposentadoria de Amberê Zulliani, devendo a dotação correspondente atender ao provimento de cargos vagos criados pelo Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.561 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1952

Dispõe sobre a aplicação do artigo 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista a Lei n.º 1.095, de 3 de maio de 1950, decreta:

Art. 1.º Fica reclassificado, na forma da tabela anexa, o cargo de Tesoureiro Geral, padrão CC-5, do Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Art. 2.º Ficam criados, também, na forma da tabela anexa, 15 cargos de Tesoureiro-auxiliar, no Quadro referido no artigo anterior.

Art. 3.º Ficam suprimidos no Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos 14 cargos de Fiel de Tesoureiro, de provimento em comissão, padrão HC, e uma função gratificada de Ajudante de Tesoureiro, FG-2.

Art. 4.º Os cargos de Tesoureiro-auxiliar serão providos mediante prévia comprovação de idoneidade e satisfação das demais exigências legais e regulamentares.

Art. 5.º O cargo de Tesoureiro será exercido, em comissão, por Tesoureiro-auxiliar.

Art. 6.º Os Tesoureiros-auxiliares de igual padrão de vencimentos poderão ser livremente movimentados para Tesourarias da mesma categoria das diversas Delegacias.

Art. 7.º Fica assegurado, aos atuais ocupantes dos cargos de Fiel de Tesoureiro e da função gratificada de Ajudante de Tesoureiro, o pagamento da diferença entre o que vinham percebendo e os vencimentos dos cargos constantes da tabela anexa, no período compreendido entre a vigência da Lei n.º 1.095, de 3 de maio de 1950, e a deste Decreto.

Art. 8.º Este Decreto entrará em vigor quinze dias após sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

Quadro do Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
N.º de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	N.º de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Obs.
1	Tesoureiro Geral	cc-5	—	—	P-P	1	a) Cargo isolado em Comissão: Tesoureiro . . .	NC	—	1	—
—	—	—	—	—	—	8	b) Cargo isolado efetivo: Tesoureiro auxiliar (Tesouraria Geral)	L	—	8	—
—	—	—	—	—	—	7	Tesoureiro auxiliar (Delegacias) ..	I	—	7	—

DECRETO N.º 30.562 — DE 18 DE
FEVEREIRO DE 1952

Aprova novo orçamento para a construção do cais do Caju, no Pôrto do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição, decreta:

Artigo 1.º Fica aprovado, em substituição ao de que trata o Decreto n.º 23.201, de 17 de junho de 1947, o novo orçamento, na importância de Cr\$ 149.733.167,10 (cento e quarenta e nove milhões setecentos e trinta e três mil cento e sessenta e sete cruzeiros e dez centavos), que com este baixa, e relativo as despesas etuadas com a construção do cais do Caju, no Pôrto do Rio de Janeiro, e autorizada a inclusão do valor do referido orçamento na conta do Capital da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lemos.

DECRETO N.º 30.563 — DE 19 DE
FEVEREIRO DE 1952

Dispõe sobre a doação de terras do domínio da União ao Município de Ibatí, no Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos da Lei n.º 1.536, de 2 de janeiro de 1952, decreta:

Art. 1.º São doadas ao Município de Ibatí, no Estado do Paraná, na forma da lei n.º 1.536, de 2 de janeiro de 1952:

I — as áreas necessárias ao perímetro urbano das sedes do Município e dos seus distritos;

II — as zonas já urbanizadas, ou que façam parte do plano de urbanização, organização e aprovado por lei;

III — as benfeitorias existentes dentro das áreas ou zonas mencionadas.

Parágrafo único. Excluem-se da doação as propriedades particulares

já existentes dentro das áreas ou zonas referidas.

Art. 2.º Os imóveis doados se encontram dentro do próprio da União, denominado Fazenda Barra Bonita, compreendendo no acervo das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e constituirão bens domaniais do Município.

Art. 3.º O Município poderá dispor dos bens doados, na forma da legislação que baixar, salvo os destinados ao uso público.

Art. 4.º O Serviço do Patrimônio da União promoverá dentro de 60 dias a demarcação e discriminação das terras doadas com a presença de um representante do Município interessado e de outro das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

Parágrafo único. Aplicar-se-á, no que couber, o disposto no Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1949 sobre a discriminação de terras da União.

Art. 5.º O Serviço do Patrimônio da União praticará os atos necessários à fiel execução deste Decreto.

Art. 6.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.564 — DE 19 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza De Simone & Cia. Ltda., a ampliar suas instalações hidroelétricas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 3 de março de 1940;

Considerando haver caducado o Decreto n.º 28.101, de 10 de maio de 1950;

Considerando que as medidas foram julgadas convenientes pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, conforme Resolução n.º 735, de 6 de fevereiro de 1952,

Decreta:

Art. 1.º Fica autorizada De Simone & Cia. Ltda., concessionária dos ser-

viços de luz e força da cidade de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso, a manter em serviço na Usina Hidro-elétrica da Cachoeira Itá, no ribeirão São João, afluente do rio Dourados, município de Ponta Porã, a antiga unidade geradora de 90 kW, cuja substituição por outra unidade de 150 kW fora autorizada pelo Decreto n.º 9.957, de 10 de julho de 1942, e a ampliar as suas instalações mediante a execução das seguintes obras:

a) elevação para sete metros da cota da barragem da usina;

b) instalação de aparelhagem necessária ao funcionamento em paralelo dos dois alternadores;

c) instalação na usina de um transformador de 6.000-25.000 volts;

d) modificação, para funcionamento a 25.000 volts, da linha de transmissão da usina à cidade de Ponta Porã;

e) construção de uma subestação abaixadora em Ponta Porã, com um transformador de 25.000-6.000 volts, respectivo prédio e acessórios;

f) reforma do sistema de distribuição urbano.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1952, 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.565 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1952

Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, física, química, história natural, geografia e história, letras clássicas, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas e pedagogia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item 1, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedida autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, física, química, história natural, geografia e história, letras clássicas, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas e pedagogia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba, mantida pela União Brasileira de Educação e com sede em Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1952, 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.566 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1952

Concede reconhecimento à Escola Industrial Antarctica.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.567 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1952

Concede reconhecimento à Escola Industrial Silva Freire.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item 1, da Constituição, e nos termos do art. 59 da Lei Orgânica do Ensino Industrial, decreta:

Art. 1.º É concedido reconhecimento à Escola Industrial Silva Freire, mantida pela Estrada de Ferro Central do Brasil e com sede no Distrito Federal.

Art. 2.º O reconhecimento concedido pelo presente decreto é limita-

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de dois mil quatrocentos e dez cruzeiros (Cr\$ 2.410,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.570 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira, empresa de mineração a lavar minério de ferro e associados no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-Lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Aços Especiais Itabira, empresa de mineração, a lavar minério de ferro e associados nos lugares denominados Peri-Peri, Candelas, Mongals e Poço Redondo no distrito e município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais, numa área de trezentos e sessenta e dois hectares e cinquenta ares (362,50 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no marco quilométrico quinhentos e oito (km 508) da Estrada de Ferro Vitória a Minas, e os lados, a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e quatorze metros e oitenta centímetros (214,80 metros), cinquenta graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (50º 45' SW); trezentos e quarenta e três metros (343 m), cinquenta e quatro graus e vinte e três minutos noroeste (54º 23' NW); oitocentos e sessenta e três metros (863 m), oito graus e vinte e nove minutos noroeste (8º 29' NW); quinhentos e sessenta e qua-

tro metros (564 m), vinte e seis graus e oito minutos nordeste (26º 08' NE); novecentos e quinze metros (915 m), sessenta graus e seis minutos noroeste (60º 06' NW); mil trezentos e sessenta e oito metros (1.368 m), quarenta e cinco graus e quarenta e quatro minutos nordeste (45 44' NE); mil seiscentos e noventa e um metros (1.691 m), um grau e cinqüenta e cinco minutos nordeste (1º 55' NE); setecentos metros (700 m), oitenta e oito graus e cinco minutos sudeste (88º 05' SE); mil e setenta e quatro metros (1.074 m), um grau e cinqüenta e cinco minutos sudoeste (1º 55' SW); setecentos e vinte e sete metros (727 m), quinze graus e quarenta e nove minutos sudoeste (15º 49' SW); mil duzentos e sessenta e cinco metros (1.265 m), (15º 49' SW); mil quatrocentos e sessenta metros (1.460 m), vinte e sete graus e quarenta e um minutos sudoeste (27º 41' SE); quinhentos e noventa e dois metros (592 m), setenta e sete graus e vinte e quatro minutos sudoeste (77º 24' SW); duzentos e trinta e quatro metros (234 m), cinqüenta graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (50º 45' SW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será

transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de sete mil duzentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 7.260,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N. 30.571 -- DE 21 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Bertoldo Hey a lavar água mineral no município de Malé, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Bertoldo Hey a lavar água mineral, numa área de nove hectares, noventa e oito ares e quarenta e cinco centiares (9,9845 ha), situada no imóvel denominado Vera-Guarani, no distrito de Paulo de Frontin, município de Malé, Estado do Paraná, área essa delimitada por quadrilátero que tem um vértice a noventa e oito metros (98m), no rumo magnético oitenta e oito graus noroeste (88º NW) da Capela do Cemitério de Vera Guarany e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos e oitenta e cinco metros e quarenta centímetros (685,40m), trinta e nove graus e quarenta minutos noroeste (39º 40' NW); cento e quarenta e cinco metros (145m), cinquenta graus e vinte e cinco minutos sudoeste (50º 25' SW), seiscentos e cinquenta e um metros (651m), trinta e nove graus sudeste (39º SE); deste último vértice por uma linha reta até o primeiro considerado, fechado o quadrilátero.

Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código,

não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos a União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo, subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento de taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952. — 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.572 — DE 21 DE
FEVEREIRO DE 1952

Renova o Decreto n.º 27.226, de 26 de setembro de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra b do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida ao cidadão brasileiro Alencar Amaral de Souza pelo Decreto número vinte e sete mil duzentos e vinte e seis (27.226), de vinte e seis (26) de se-

tembro de mil novecentos e quarenta e nove (1949), que retificou o Decreto número vinte e cinco mil quatrocentos e trinta e seis (25.436), de dois (2) de setembro de mil novecentos e quarenta e oito (1948) e que o autorizou a pesquisa mica e associados no município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 21 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.573 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Dias do Vale a pesquisar quartzo e pedras semi-preciosas no município de Macarani, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1 e nos termos dos artigos 152 e 153 da Constituição e do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Joaquim Dias Vale a pesquisar quartzo e pedras semipreciosas em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Fazenda Baixão, distrito de Encruzilhada, município de Macarani, Estado da Bahia, numa área de dezanove hectares e trinta e seis ares (19,36 ha) delimitada por um quadrilátero que tem um vértice a oitocentos metros (800m) no rumo magnético nove graus noroeste (9º NW) da confluência dos córregos Seco e Baixão e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e setenta metros (270m) a sessenta e oito graus nordeste (68º NE); quinhentos e cinquenta e cinco metros (555m) trinta e quatro graus nordeste (34º NE); quinhentos e quarenta e oito metros e noventa e cinco centímetros (548,95m) oeste (W); o último lado da poligonal é o alinhamento retifi-

neo e compreendido entre a extremidade do penúltimo lado acima descrito e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.574 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Cavalcanti de Albuquerque a pesquisar calcário e gipsita no município de Barra da Corda, Estado do Maranhão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Francisco Cavalcanti de Albuquerque a pesquisar calcário e gipsita em terrenos de propriedade da Colônia Agrícola Nacional do Maranhão, do Ministério da Agricultura, na localidade de Duas Ilhas, distrito e município de Barra da Corda, Estado do Maranhão, numa área de cento e sessenta e nove hectares e noventa e dois ares (169,92ha) delimitada ao sul pela margem esquerda do rio Mearim numa extensão de quatro mil trezentos e oitenta metros (4.380m), para a montante, a partir da ponte de concreto sobre o mencionado rio situada a cento e vinte metros (120m) da confluência dos rios Mearim e Corda, margem esta que vai interceptar a linha inicial do loteamento da Colônia Agrícola Nacional do Maranhão; a leste, pela linha inicial do loteamento supracitada no trecho compreendido pela margem esquerda do rio Mearim e o alinhamento da estrada de Barra a Grajaú; ao norte e a leste por esta estrada até o ponto de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica dêste Decreto, pagará a taxa de mil e setecentos cruzeiros (Cr\$ 1.700,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.575 — DE 21 DE
FEVEREIRO DE 1952

Concede à Sociedade para a Indústria Extrativa de Mármore (S.I.E.M.A.) Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o art. 6.º § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Sociedade para a Indústria Extrativa de Mármore (SIEMA) Limitada sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída por instrumento particular de 2 de maio de 1950, arquivado no D.N.I.C. sob n.º 36.090, com sede nesta Capital, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.576 — DE 21 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Primo Rafaelli a lavar água-mineral rádio-ativa no município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Primo Rafaelli a lavar água mineral rádioativa em terreno de sua propriedade situado no lugar denominado Chácara São Clemente, no distrito e município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais, numa área de cinco hectares e quinze aréis (5,15 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no alinhamento lado oeste (W) da rua Afonso Pena a sessenta e quatro metros (64m) no rumo verdadeiro de seis graus e dez minutos nordeste (6.º 10' NE) da interseção do referido alinhamento com o alinhamento, lado norte (N), da rua João Amerigo, e os lados a partir do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: cento e setenta e quatro metros (174m), sessenta e um graus e quarenta minutos sudoeste (61.º40'SW); duzentos e dez metros (210m), sessenta e oito graus e vinte minutos noroeste (68.º 20' NW); cento e cinquenta e dois metros (152m), quinze graus e dez minutos nordeste (15.º10'NE); o quarto (4.º) lado e o segmento retilíneo que partindo da extremidade do terceiro (3.º) lado, com rumo de setenta e nove graus e vinte minutos sudeste (79.º20'SE) verdadeiro, alcança o alinhamento mencionado da rua Afonso Pena; o quinto (5.º) e último lado é o alinhamento lado oeste (W) da rua Afonso Pena, no trecho compreendido entre a extremidade do quarto (4.º) lado descrito e o vértice de partida. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33 e 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos a União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada ca-

duca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.577 — DE 21 DE
FEVEREIRO DE 1952

*Autoriza o cidadão brasileiro
Lídio Lunardi a pesquisar calcá-
rio no município de Ouro Preto,
Estado de Minas Gerais.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 37, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Lídio Lunardi a pesquisar calcário dolomítico em terrenos de propriedade de herdeiros de Cândido de Ferreira Pedrosa e outros, constituída em condomínio, encravada no lugar denominado Bom Retiro da Lagoa, Distrito de Santo Antônio do Leite, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e cinco hectares (25 ha), delimitada por um quadrado que tem um vértice a setecentos e cinco metros (705 m) no rumo magnético vinte e dois graus e trinta minutos noroeste (22º 30' NW) da confluência do córrego da coluna com o Ribeirão

Papa-Cobra, e os lados de quinhentos metros (500m), divergentes desse vértice, os seguintes rumos magnéticos: quarenta e sete graus nordeste (47º NE) e quarenta e três graus noroeste (43º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.578 — DE 21 DE
FEVEREIRO DE 1952

*Autoriza o cidadão brasileiro
Manoel Peixoto da Silva a pes-
quisar água mineral no municí-
pio de Teófilo Otoni, Estado de
Minas Gerais.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 37, n.º 1, e nos termos dos artigos 152 e 153 da Constituição e do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Manoel Peixoto da Silva a pesquisar água mineral, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado córrego Gazineli, no distrito e município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, numa área de seis hectares, dezoito ares e cinquenta centiares (6,1950 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a seiscentos e sete metros e cinquenta centímetros (... 607,50 m), no rumo magnético de cinquenta e três graus e trinta minutos sudoeste (53º 30' SW) do marco quilométrico trezentos e setenta e quatro (Km 374) da Estrada de Ferro Bahia a Minas e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: dezoito metros (18 m), vinte e um graus e trinta minutos sudoeste (21º 30' SW);

cinquenta e três metros e cinquenta centímetros (53,50m), quinze graus sudoeste (15° SW); sessenta e sete metros e cinquenta centímetros (67,50m) quarenta e sete graus e quinze minutos noroeste (47° 15' NW); duzentos e vinte e sete metros e cinquenta centímetros (227,50 m), quarenta e oito graus sudoeste (48° SW); noventa e nove metros (99 m), trinta e dois graus e trinta minutos noroeste (32° 30' NW); sessenta metros (60 m), dezanove graus e quinze minutos nordeste (19° 15' NE); cento e noventa e cinco metros (195 m), sessenta e seis graus nordeste (66° NE); cento e vinte e cinco metros (125 m), setenta e quatro graus nordeste (... 74° NE). O último lado da polygonal, é o alinhamento retilíneo compreendido entre a extremidade do penúltimo lado acima descrito e o vértice de partida.

Art. 2.º O Título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'este Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300.00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.579 — DE 21 DE
FEVEREIRO DE 1952

Renova o Decreto n.º 27.080, de 25 de agosto de 1949

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovado, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra b do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida ao ci-

dadão brasileiro Manuel de Sampaio Tórres Neto, pelo Decreto n.º 27.080, de 25 de agosto de 1949, para pesquisar mica, quartzo, pedras coradas e associados no lugar denominado Serra do Palmital, distrito de Penha do Norte, município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica d'este Decreto pagará a taxa de noventa e sessenta cruzeiros (Cr\$ 960,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.580 — DE 21 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Pinheiro Lopes a pesquisar quartzo e associados nos municípios de Cristalina e Ipameri, Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Raimundo Pinheiro Lopes a pesquisar quartzo e associados em terrenos devolutos situados no lugar denominado Moraes, nos distritos de Cristalina, Cavalheiro e Ipameri, municípios de Cristalina e Ipameri, Estado de Goiás, numa área de vinte e dois hectares e sessenta e nove ares (22,69 ha) delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a cento e oitenta e três metros (183m) no rumo magnético de quarenta e sete graus e trinta minutos sudeste (47°30'SE) da confluência dos córregos do Açude e Resfriado, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: quatrocentos metros (400m), e rumos de cinquenta e sete graus e trinta minutos sudeste (57°30'SE), magnético; seis-

centos metros (600m), e rumo de cinquenta e um graus e trinta minutos nordeste (51°30'NE), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica dêste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.531 — DE 21 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel César de Araújo a pesquisar scheelita e associados no município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.935, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Manoel Cezar de Araújo a pesquisar scheelita e associados, em terrenos de propriedade de Joaquim Tomás de Araújo e outros, no lugar denominado Mazagão e Pindoba, no distrito e município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte, numa área de cento e sessenta hectares (160 ha), delimitado por um retângulo que tem um vertice a cento e sessenta metros (160m), no rumo magnético quarenta e cinco graus e trinta minutos sudoeste (45° 30' SW) da casa de Francisco Antônio Baé e os lados, divergentes dêsse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatro mil metros (4.000m), cinquenta e oito graus e quinze minutos nordeste (58° 15' NE); quatrocentos metros (400m), trinta e um graus e quarenta e cinco minutos sudeste (31.º 45' SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica dêste Decreto, pagará a taxa de

mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 1.600,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.532 — DE 21
DE FEVEREIRO DE 1952

Eleva o Vice-Consulado honorário do Brasil em Melbourne à categoria de Consulado honorário.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do artigo 16 do Decreto-Lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º O Vice-Consulado honorário do Brasil em Melbourne fica elevado à categoria de Consulado honorário.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 21 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Neves da Fontoura

DECRETO N.º 30.533 — DE 21
DE FEVEREIRO DE 1952

Cria a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e regulamentando o artigo 4.º da Lei n.º 1.316, de 15 de janeiro de 1951, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Ministério das Relações Exteriores, a Co-

missão de Exportação de Materiais Estratégicos, integrada pelo Ministro das Relações Exteriores na qualidade de Presidente, por um representante do Ministério da Fazenda, um representante do Ministério da Agricultura, um representante do Estado Maior das Forças Armadas, um representante do Conselho Nacional de Pesquisas e um representante da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, designados, por decreto do Presidente da República.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão designará, entre os membros, o seu substituto nos impedimentos temporários e o Secretário Executivo.

Art. 2.º Compete a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos:

a) efetuar as vendas de urânio e tório e seus compostos e minérios, na forma autorizada pelo artigo 4.º da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951;

b) aprovar e modificar os planos de exportação de quaisquer materiais estratégicos, de origem mineral ou vegetal, que tenham sido ou venham a ser como tal qualificados pelo Conselho de Segurança Nacional;

c) dar o seu visto às faturas de exportação de materiais estratégicos, depois de desembaraçadas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral ou pelo Departamento Nacional da Produção Vegetal, conforme sua origem.

Art. 3.º A Comissão atenderá, nas vendas a que se refere a alínea a do artigo precedente, bem como nos atos a que se referem as alíneas b e c, aos interesses superiores da segurança nacional, à necessidade de manutenção de estoques exigidos por aquela segurança e às instruções do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 4.º Os exportadores de materiais estratégicos apresentarão à Comissão, periodicamente, de acordo com as instruções desta, os seus planos de exportação com a indicação precisa dos compradores aos quais elas se destinam, das quantidades, natureza e preço das remessas.

Art. 5.º A Comissão deliberará por maioria de votos dos membros presentes.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão, quando o julgar de interesse nacional, poderá suspender a execução de qualquer deliberação da Comissão, submetendo-a à aprovação ou revisão do Presidente da República.

Art. 6.º A Comissão elaborará o seu regimento interno, o qual será aprovado por Portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 7.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura

Horacio Lafer.

João Cleofas

DECRETO N.º 30.584 — DE 21
DE FEVEREIRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Cajazeiras".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de outubro de 1946, decreta:

Artigo 1.º Fica declarada de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno representada na planta que com este baixa, devidamente rubricada, com 15.910.000 m² (quinze milhões novecentos e dez mil metros quadrados), necessária à construção do açude público denominado "Cajazeiras", no município de Pio IX, no Estado do Piauí, cujos projeto e orçamento foram aprovados pela Portaria n.º 331 de 30 de Março de 1951, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Artigo 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

**DECRETO N.º 30.585 — DE 22 DE
FEVEREIRO DE 1952**

Autoriza a Empresa Força e Luz São José a ampliar suas instalações hidrelétricas.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

**DECRETO N.º 30.586 — DE 22 DE
FEVEREIRO DE 1952**

Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira a proceder aos estudos para o aproveitamento da energia hidráulica de diversos desníveis dos ribeirões Cocais Grande e Cocais Pequeno e outros afluentes da margem esquerda do rio Piracicaba, compreendidos entre as estações de Sá Carvalho e Coronel Fabriciano, da Estrada de Ferro Vitória a Minas, bem assim, do trecho do rio Doce, compreendido entre a barra do Piracicaba e a foz do ribeirão Mombaça, nos municípios de Antônio Dias, S. Domingos do Prata e Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o artigo 9.º do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, e o que requer a interessada, decreta:

Art. 1.º Fica a Companhia Aços Especiais Itabira, com sede na Capital Federal, autorizada a proceder aos estudos, nos termos dos arts. 9.º e 10 do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, para o aproveitamento da energia hidráulica dos desníveis existentes nos ribeirões Cocais Grande e Cocais Pequeno e outros

afluentes da margem esquerda do rio Piracicaba, compreendido entre as estações de Sá Carvalho e Coronel Fabriciano, da Estrada de Ferro Vitória a Minas, município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais, e, bem assim, do trecho do rio Doce, compreendido entre a barra do Piracicaba, no rio Doce e a foz do ribeirão Mombaça, na divisa dos municípios de S. Domingos do Prata e Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a referida empresa não apresentar, dentro do prazo de um ano, contado da data da publicação deste decreto, à Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, os estudos completos a que se refere a presente autorização.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas.

**DECRETO N.º 30.587 — DE 22 DE
FEVEREIRO DE 1952**

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado na Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

**DECRETO N.º 30.588 — DE 22
DE FEVEREIRO DE 1952**

Concede reconhecimento dos cursos de Geografia e História, Letras neolatinas, Letras anglo-germânicas e Pedagogia, da Faculdade de Filosofia de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 87, Item I, da Constituição e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei n.º 421 e de maio de 1938, decreta:

Art. 1.º É concedido reconhecimento dos cursos de Geografia e História, Letras neo-latinas, Letras de língua germânicas e Pedagogia, da Faculdade de Filosofia de Goiás, mantida pela Sociedade de Educação e Ensino e com sede na capital desse Estado.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 30.589 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1952

Declara caduca a concessão outorgada à Rádio Televisão do Brasil S. A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, tendo em vista o que lhe expôs o Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas, o que consta do processo número 33.852-51, do referido Ministério, e o disposto na alínea a, do artigo 6.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, decreta:

Art. 1.º Fica considerada caduca, para todos os efeitos, de acordo com o estatuído no artigo 26, letra a, do Decreto n.º 21.111, de 1.º de março de 1932, e na cláusula oitava, do contrato assinado em 29 de setembro de 1949, a concessão outorgada pelo Decreto n.º 27.168, de 12 de setembro de 1949, à Rádio Televisão do Brasil S. A., para estabelecer, nesta Capital, uma estação de radiotelevisão.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Sousa Lima.

DECRETO N.º 30.590 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1952

Outorga concessão à Rádio Televisão Paulista S. A., para estabelecer uma estação radiotelevisão na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Rádio Televisão Paulista S. A. e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, 1.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Rádio Televisão Paulista S. A., nos termos do § 2.º do artigo 4.º do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para estabelecer, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a título precário, sem direito de exclusividade, uma estação de radiotelevisão, destinada a executar os serviços de radiotelevisão, de acordo com as cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 dias a contar da data da publicação deste Decreto no Diário Oficial, sob pena de ser desde logo considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.591 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis que mencionam, situados no Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal e nos termos do artigo 6.º combinado com as letras "g" e "m" do artigo 5.º do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica declarada a utilidade pública, para desapropriação, dos imóveis constituídos pelos respectivos terrenos e benfeitorias, neles existentes,

situados na rua Washington Luis números 68, 70 e 72-76, que confinam com a parte livre dos fundos do futuro Instituto Central do Câncer, ora em construção, no Distrito Federal.

Art. 2.º A área resultante das desapropriações referidas no artigo anterior é destinada à construção de um anexo ao hospital, onde se localizarão as seções de radioterapia e radon, as quais por sua natureza, precisam ficar bem afastadas do bloco principal.

Rio de Janeiro, em 23 de fevereiro de 1952; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.592 — DE 27 DE
FEVEREIRO DE 1952

Outorga à Companhia Imobiliária América do Sul com sede nesta Capital concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da queda d'água Capitão Mór, no rio de igual nome, distrito de Arapet, Município de Bananal, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando de atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 150 do Código de Águas (Decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º É outorgada à Companhia Imobiliária América do Sul concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da queda d'água Capitão Mór, no rio de igual nome, distrito de Arapet, Município de Bananal, Estado de São Paulo.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura de queda a aproveitar, a descarga da derivação e a potência da etapa inicial, bem como das subseqüentes, à medida que forem sendo aprovadas os projetos correspondentes.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à utilização da energia para consumo exclusivo da concessionária.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório,

se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, no Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Águas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Águas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias a observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva do aproveitamento concedido, reverterão ao Governo da União, em conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166 do Código de Águas.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o mesmo não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o § anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 5.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato pelo Tribunal de Contas.

Art. 6.º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.593 — DE
28 DE FEVEREIRO DE 1952

Aprova alteração introduzida nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Paulista de Seguros.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Paulista de Seguros, com sede na Capital do Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 6.051, de 30 de maio de 1906, referente ao aumento do capital social de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) para Cr\$ 24.000.000,00 — (vinte e quatro milhões de cruzeiros), conforme a alteração das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 23 de agosto e 23 de outubro de 1951.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.594 — DE 28
DE FEVEREIRO DE 1952

Cria Consulado de carreira em Jacarta, Indonésia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do artigo 16 do Decreto n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Consulado de carreira do Brasil em Jacarta, na República dos Estados Unidos da Indonésia.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.595 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza Antenor Flygare Teles a comprar pedras preciosas.

O Presidente da República, usando da atribuição que confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Antenor Flygare Teles, cidadão brasileiro e residente em Castro, no Estado do Paraná, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.596 — DE 28 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza Antônio Lustosa de Brito a comprar pedras preciosas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Antônio Lustosa de Brito, cidadão brasileiro e residente em Marabá, no Estado do Pará, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466,

de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.597 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações, e dá outras providências.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.598 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações termoeleétricas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos artigos 10 e 11 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940,

Considerando que, pela Resolução n.º 730, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações no Município de Pôrto Ferreira, Estado de São Paulo, mediante a instalação na usina já existente de um grupo diesel-elétrico com a potência de 1.100 kVA, e de um transformador de igual potência, com seus acessórios, na subestação daquela localidade.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

1 — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1.º de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.599 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Cangucu a ampliar suas instalações termoeleétricas.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.600 — DE 29 DE FEVEREIRO DE 1952

Fixa os vencimentos dos Dirigentes e Servidores da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 33 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, decreta:

Art. 1.º Os vencimentos do pessoal da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio (C. E. F. E. R.) obedecerão aos padrões e referências constantes dos artigos 3.º e 8.º da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948 observadas as tabelas de conversão anexas, que fazem parte integrante deste decreto.

Parágrafo único. Não haverá na Caixa Econômica Federal do Estado

do Rio (C. E. F. E. R.) cargo de provimento efetivo, isolado ou de carreira, de padrão superior a O.

Art. 2.º São fixados para os cargos de provimento em comissão existentes ou que vierem a ser criados os seguintes símbolos e valores mensais:

<i>Símbolo</i>	<i>Valor mensal</i>
CC-1	15.000,00
CC-2	13.000,00
CC-3	11.000,00
CC-4	10.000,00
CC-5	9.000,00
OC-	8.400,00
NC-	7.250,00
MC-	6.080,00
LC-	5.160,00
KC-	4.310,00
JC-	3.620,00

Art. 3.º São fixados no símbolo CC-3 os vencimentos dos Membros do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio (C. E. F. E. R.).

Art. 4.º Os cargos de Consultor Jurídico, Secretário Geral, Tesoureiro Geral, Contador Geral, Chefe do Serviço Jurídico, Chefe do Serviço de Engenharia, Chefe do Serviço de Saúde, Chefe de Serviço e Inspetor de Agências serão providos em comissão e corresponderão ao símbolo LC; os cargos de Sub-Consultor Jurídico, Contador Geral Adjunto e Contador Seccional serão providos em comissão e corresponderão ao símbolo KC; o cargo de Chefe de Gabinete será provido em comissão e corresponderá ao símbolo JC.

Parágrafo único. E' assegurada a situação pessoal dos atuais ocupantes de cargos de provimento efetivo ora transformados em cargos de provimento em comissão na conformidade deste artigo.

Art. 5.º São fixados, para as funções gratificadas, os seguintes símbolos e valores mensais:

<i>Símbolo</i>	<i>Valor mensal</i>
FG-1	1.500,00
FG-2	1.000,00
FG-3	800,00
FG-4	600,00
FG-5	400,00
FG-6	300,00

Parágrafo único. Ficam reclassificadas, de acôrdo com a escala a que se refere este artigo, as atuais funções gratificadas da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, constantes da relação anexa.

Art. 6.º Os novos valores de vencimentos, salários e funções gratificadas estabelecidos neste decreto começarão a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1951.

Art. 7.º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogada sas disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de fevereiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1.º DO DECRETO N.º 30.600, DE 29 DE FEVEREIRO DE 1952

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Índice	Valor Mensal	Classe ou Padrão	Valor Mensal
	Cr\$		Cr\$
—	—	A	1.200,00
1	900,00	B	1.310,00
—	—	C	1.440,00
2	1.100,00	D	1.580,00
3	1.300,00	E	1.720,00
4	1.500,00	F	1.900,00
5	1.700,00	G	2.170,00
6	2.000,00	H	2.580,00
7	2.300,00	I	2.990,00
8	2.600,00	J	3.620,00
9	2.900,00		
10	3.200,00	K	4.310,00
11	3.600,00	L	5.160,00
12	4.000,00		
13	4.400,00	M	6.080,00
—	—	N	7.230,00
—	—	O	8.400,00

TABELA DE SALÁRIOS

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA
Valor Mensal	Referência	Valor Mensal
Cr\$		Cr\$
500,00	13	750,00
—	14	800,00
600,00	15	900,00
700,00	16	1.100,00
—	17	1.200,00
900,00	18	1.310,00
1.000,00	19	1.440,00
—	20	1.580,00
1.200,00	21	1.720,00
1.500,00	22	1.900,00
—	23	2.170,00
2.000,00	24	2.580,00
—	25	2.990,00
—	26	3.620,00
3.200,00	27	4.310,00

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Função	Símbolo
Gerente de Agências	FG — 4
Substituto do Tesoureiro Geral	FG — 4
Chefe de Seção	FG — 4
Auxiliar de Gabinete	FG — 5
Porteiro	FG — 6

**DECRETO N.º 30.601 — DE 29
DE FEVEREIRO DE 1952**

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional de Trabalho da 1.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 8.960,00 para atender a despesa especificada na Lei n.º 1.443, de 14 de dezembro de 1951.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei n.º 1.443, de 14 de dezembro de 1951, e tendo sido consultado o Tribunal de Contas e ouvido o Ministério da Fazenda, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, resolve abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região o crédito especial de Cr\$ 8.960,00 (oito mil novecentos e sessenta cruzeiros), para atender a pagamento de Suplente de Vogal de Empregados da Sexta Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

*Francisco Negrão de Lima
Horácio Lafer*

**DECRETO N.º 30.602 — DE 1 DE
MARÇO DE 1952**

Outorga a Svezzero & Companhia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Barra Sêca, existente no ribeirão Barra Sêca, distrito de Guaiunã, município de Pederneiras, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

**DECRETO N.º 30.603 — DE 4
DE MARÇO DE 1952**

Suspende, temporariamente, exigências do Regulamento de Promoções.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Artigo 1.º — Ficam suspensas, até 31 de dezembro de 1952, as condições de promoções a que se refere a alínea c) do artigo 84 do Regulamento de Promoções, aprovado pelo Decreto n.º 3.121, de 3 de outubro de 1938.

Artigo 2.º — Os oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais que forem promovidos na agência do presente Decreto, sem as condições de acesso por ele dispensadas, serão obrigatoriamente matriculados no curso dispensado por este Decreto, e serão transferidos para a reserva remunerada, caso desistam da matrícula ou não logrem aprovação no curso, ou já estejam incursos nos artigos 14 e 15 do Regulamento de Promoções.

Rio de Janeiro, em 5 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Renato de Almeida Guillobel

**DECRETO N.º 30.604 — DE 5
DE MARÇO DE 1952**

Declara caduco o Decreto n.º 28.111, de 11 de maio de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único — Fica declarada caduca a autorização conferida pelo Decreto n.º 28.111, de onze (11) de maio de mil novecentos e cinquenta (1950), ao cidadão brasileiro João de Oliveira Freire, para pesquisar diamantes e associados numa área de dez hectares e oitenta e nove ares (10,89 ha), situada na localidade Praiaão, distrito e município de Turmalina, Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Costa

DECRETO N.º 30.605, DE 6 DE MARÇO DE 1952

Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 64.491,70, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei n.º 1.410, de 10 de agosto de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 64.491,70 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e um cruzeiros e setenta centavos), para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério a que tem direito, de acôrdo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de novembro de 1940 — modificado pelo de n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os professores abaixo relacionados, integrantes do Quadro Permanente daquele Ministério:

a) Virgílio Lucas, professor catedrático (F.N. Farm. — U.B.), padrão "O", no período de 20 de maio de 1944 a 31 de dezembro de 1948	Cr\$ 34.754,80
b) Maria de Aguiar Barreto, professor (Geografia e História — D.E.I.), padrão "J", no período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1947	Cr\$ 9.240,00
c) Itaborai Nascimento, professor (Chefe do Curso de Artes do Couro "Sapataria" E.T. Vitória — D.E.I.), padrão "J", no período de 6 de setembro a 31 de dezembro de 1949	Cr\$ 2.645,00
d) Abigail Bonfim Loureiro, professor (Matemática — E.I. Maceló — D.E.I.), padrão "J", no período de 15 de outubro a 31 de dezembro de 1949	Cr\$ 1.758,40
e) Elísário Távora Filho, professor catedrático (F.N.F. — U.B.), padrão "O", no período de 24 de outubro a 31 de dezembro de 1949	Cr\$ 1.693,50
f) Aristides Rocha, professor catedrático (F.-Dir., Amazonas), padrão "M", no período de 24 de novembro de 1949 a 11 de setembro de 1950	Cr\$ 14.400,00
Total	Cr\$ 64.491,70

Rio de Janeiro, em 6 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.606 — DE 6 DE
MARÇO DE 1952

Concede autorização para a constituição da Cooperativa Banco Popular de Nilópolis, com sede no Município de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 37, inciso I, da Constituição e

de acôrdo com a alin. do artigo 12 do Decreto n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, revigorado com alterações, pelo Decreto n.º 581, de 1 de agosto de 1938 e Decreto-lei número 8.401 de 19 de dezembro de 1945, decreta:

Art. 1.º Fica a Cooperativa Banco Popular de Nilópolis autorizada a constituir-se naquele Município, após o que deverá, nos termos da lei, re-

gistrar-se no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.007 — DE 6 DE
MARÇO DE 1952

Outorga à Empresa Elétrica do Itapura S/A concessão para distribuir energia elétrica nos Municípios de Dracena, Gracianópolis, Pacaembu, Junqueirópolis e Flórida Paulista, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938;

Considerando que a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, conforme Resolução n.º 737, de 13 de fevereiro de 1952, decreta:

Art. 1.º É outorgada à Empresa Elétrica do Itapura S. A. concessão para distribuir energia elétrica nos municípios de Dracena, Gracianópolis, Pacaembu, Junqueirópolis e Flórida Paulista, no Estado de São Paulo ficando autorizada para tanto a estender a esses municípios as suas linhas de transmissão e a construir redes de distribuição nos mesmos.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as seguintes condições:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a contar da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, os estudos, projetos e orçamentos relativos às obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos de que trata este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º As tarifas do fornecimento de energia elétrica serão fixadas pelo Ministério da Agricultura, no momento oportuno, e trienalmente revistas, de acordo com o art. 180 do Código de Aguas.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.608 — DE 6 DE
MARÇO DE 1952

Outorga a Belenda & Companhia Limitada concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Centenário do Sul, Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, combinado com os artigos 10 e 11 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, decreta:

Art. 1.º É outorgada concessão a Belenda & Companhia Limitada, com sede nesta Capital, para distribuir energia elétrica destinada aos serviços públicos, serviços de utilidade pública e comércio de energia, no distrito de Centenário do Sul, Município de Jaguapitã, Estado do Paraná.

Art. 2.º Fica autorizada a referida empresa a instalar uma usina termo-elétrica na cidade de Centenário do Sul, Município de Jaguapitã, Estado do Paraná, mediante a montagem de dois grupos Diesel elétricos de 75 kW de potência cada um e do equipamento complementar necessário.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizada a empresa a construir as linhas de transmissão e de distribuição necessárias aos serviços de distribuição acima citados.

Art. 3.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as seguintes condições:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro do prazo de trinta (30) dias, contados após a sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Aguas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, contados da data da publicação do presente Decreto, os projetos e orçamentos respectivos da usina termo elétrica e das linhas de transmissão e de distribuição.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo não serão prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 4.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contados da data do registro do respectivo contrato disciplinar pelo Tribunal de Contas.

Art. 5.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 6.º As tarifas de fornecimento da energia serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 7.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o artigo 5.º do presente Decreto, será criado um fundo de reserva, que proverá às renovações determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quotas especiais, que incidirão sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Essas quotas serão determinadas tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificadas, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 8.º Findo o prazo de concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em posse exclusiva e permanente da produção,

transmissão e distribuição de elétrica, referentes à concessão, reverterão ao Estado do Paraná, em conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166 do Código de Aguas, mediante indenização, na base do custo histórico, do capital não amortizado, deduzida a reserva de renovação a que se refere o parágrafo do artigo 7.º.

Art. 9.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 10.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.609, DE 6 DE MARÇO DE 1952

Autoriza a S. A. Central Elétrica Rio Claro a Construir uma linha de transmissão entre os municípios de Pinhal e Limeira, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1950;

Considerando que pela Resolução n.º 736, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a S. A. Central Elétrica Rio Claro a construir uma linha de transmissão trifásica, em circuito singelo, entre os municípios de Pinhal e Limeira, com a extensão aproximada de 80 km. no Estado de São Paulo, para uma potência de 8.000 kW, sob a tensão nominal de 63 kV entre condutores, frequência de 60 ciclos, e destinada a reforçar o suprimento de energia elétrica aos municípios contidos na área da concessionária.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do

Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.610 — DE 7 DE MARÇO DE 1952

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 42.120,00 para pagamento das quotas de contribuição do Brasil à União Internacional de Química Pura e Aplicada, nos exercícios de 1946 e 1949 e de parte relativa a 1939.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.466, de 30 de outubro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de quarenta e dois mil cento e vinte cruzeiros (Cr\$ 42.120,00), equivalente a US\$ 2.250,00 ao câmbio de Cr\$ 18,72 por US\$ 1,00, para pagamento das quotas de contribuição à União Internacional de Química Pura e Aplicada, nos exercícios financeiros de 1946 e 1949, e de parte da relativa a 1939.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.611 — DE 7 DE MARÇO DE 1952

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 330.222,90 para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.465, de 30 de outubro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de trezentos e trinta mil duzentos e vinte e dois cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 330.222,90) para atender às despesas com consórtos em bens móveis, fornecimento de chapas diplomáticas, aquisição de estantes e prateleiras de aço para a Biblioteca do Itamarati e gastos decorrentes do fornecimento de insignias da Ordem do Cruzeiro do Sul.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.612 — DE 7 DE MARÇO DE 1952

Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em Belgado.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, itens I e VI da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevada à categoria de Embaixada a representação diplo-

mática do Brasil com sede em Belgrado.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.613 — DE 7 DE
MARÇO DE 1952

Renova o Decreto n.º 27.411, de 8 de novembro de 1949

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da alínea b do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida ao cidadão brasileiro Luiz Rodrigues D'Almeida, pelo Decreto n.º 27.411, de 8 de novembro de 1949, para pesquisar areia e associados na Restinga de Jacarepaguá, no Distrito Federal.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil trezentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 3.380,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento e Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.614 — DE 7 DE
MARÇO DE 1952

Renova o Decreto n.º 28.565, de 6 de abril de 1949

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada, parcialmente, pelo prazo de dois (2) anos, nos termos da letra a do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida à Companhia Técnica de Industrialização e Exportação de Minérios do Brasil, pelo Decreto n.º vinte e seis mil quinhentos sessenta e cinco (26.565), de seis (6) de abril de mil novecentos e quarenta e nove (1949) para pesquisar minérios de chumbo, zinco e associados, no lugar denominado Fazenda Vargem Grande, distrito de Itacarambi, município de Januária, Estado de Minas Gerais, na área de duzentos e setenta e sete hectares e vinte e sete ares (277,27 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento setenta e quatro metros (174m) no rumo magnético um grau noroeste (1º NW) da ponte da Estiva, da Estrada que serve a mina Grande, sobre o córrego da Grota do Vê, e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos e dez metros (410m), quarenta e quatro graus nordeste (44º NE); dois mil e oitenta e cinco metros (2.085m), setenta e mil e nove graus sudoeste (79º SW); mil seiscentos sessenta e cinco metros ... (1.665m), sessenta e cinco graus sudeste (65º SE); novecentos e sessenta e cinco metros (965), oitenta graus sudeste (80º SE); quinhentos metros (500m), trinta graus sudeste (30º SE); mil e cinco metros (1005m), cinquenta graus nordeste (50º NE); duzentos e cinquenta metros (250m) sessenta e cinco graus nordeste (65º NE); setecentos e cinquenta metros (750m), quinze graus noroeste (15º NW); mil trezentos e trinta metros (1330m), oitenta graus noroeste (80º NW); sessenta metros (60m), setenta e nove graus sudoeste (79º SW); mil quatrocentos e quarenta metros (1440m), quarenta e seis graus sudeste (46º SE); quinhentos metros (500m), quarenta e quatro graus sudoeste (44º SW); mil e quinhentos metros (1.500m), quarenta e seis graus noroeste (46º NW).

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 2.800,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de

Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.616 — DE 7 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza a Companhia Técnica de Industrialização e Exportação de Minérios do Brasil a lavar minérios de chumbo e zinco no município de Januária, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1. Fica autorizada a Companhia Técnica de Industrialização e Exportação de Minérios do Brasil a lavar minérios de chumbo e zinco, no lugar denominado Fazenda Vargem Grande, distrito de Itacarambi, município de Januária, Estado de Minas Gerais, numa área de setenta e quatro hectares e setenta e três ares (74,73 ha) delimitada por um pentágono irregular que tem um vértice a cento e setenta e quatro metros (174 metros) no rumo magnético um grau noroeste (1º NW) da ponte da Estrada, da Estrada que serve a mina Grande, sobre o córrego da Grota do Vê, e os lados a partir do vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos e dez metros (410 m), quarenta e quatro graus nordeste (44º NE); cento e cinco metros (105 m), setenta e nove graus nordeste (79º NE); mil quatrocentos e quarenta metros (1.440 m), quarenta e seis graus sudeste (46º SE); quinhentos metros (500 m), quarenta e quatro graus sudoeste (44º SW); mil e quinhentos metros (1.500 m), quarenta e seis graus noroeste (46º NW).

Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além dos seguintes e de outras constantes do mesmo

Código, não expressar este mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário fica obrigado a fazer o estudo da jazida em profundidade na área a que se refere o artigo 1.º e apresentar relatório dos trabalhos dentro do prazo de dois (2) anos.

Art. 3.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 38 do Código de Minas.

Art. 4.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 5.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 6.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 7.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 1.500,00).

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1952,
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.616 — DE 7
DE MARÇO DE 1952

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 93.600,00 para pagamento da contribuição do Brasil ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, no exercício de 1950.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei n.º 1.458, de 15 de outubro de 1951, e

tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º — E' aberto, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de noventa e três mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 93.600,00), equivalente a US\$ 5.000,00 ao câmbio de Cr\$ 18,72 por US\$ 1,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, no exercício de 1950.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Neves da Fontoura

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.617, DE 10 DE
MARÇO DE 1952

Outorga à Companhia Brasileira de Alumínio concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de trechos do rio Juquiá-Guassú, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 164, letra b, do Código de Águas (Decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º É outorgada à Companhia Brasileira de Alumínio concessão para realização dos seguintes aproveitamentos progressivos:

1 — Em um trecho do rio Juquiá-Guassú, com a extensão de 45 km a partir da foz do rio do Peixe, para montante, trecho este que atravessa os seguintes municípios: Piedade, Miracatu e Itapeverica da Serra, todos no Estado de São Paulo;

2 — em um trecho do referido curso d'água, a partir do limite do item anterior, para montante, e que for in-

dispensável ao represamento das águas a serem armazenadas, inclusive a cachoeira do França.

§ 1.º Em portaria do Ministério da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas as alturas de quedas a aproveitar, as descargas da derivação e as potências da etapa inicial, bem como das subseqüentes, a medida que forem sendo aprovados os projetos correspondentes.

§ 2.º O aproveitamento destina-se ao uso exclusivo da concessionária, que não poderá ceder energia a terceiros, mesmo a título gratuito, excluídas, todavia, desta proibição, as vilas operárias da concessionária, desde que esse fornecimento seja gratuito.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Apresentar dentro do prazo de um (1) ano, os estudos preliminares indispensáveis à elaboração e julgamento do plano definitivo de aproveitamento, bem como da sequência mais aconselhável a ser observada na execução do mesmo.

III — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Águas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias à observação fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição da energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado de São Paulo, em conformidade com o estí-

pulado nos arts. 165 e 166 do Código de Aguas.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado de São Paulo não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o § anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 5.º A presente concessão vigorará pela prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato disciplinar pelo Tribunal de Contas.

Art. 6.º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.618 — DE 10 DE
MARÇO DE 1952

Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura que com este baixa.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura, que, assinado pelo respectivo Ministro de Estado, com este baixa.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.ª da República.

GETÚLIO VARGAS.

JOÃO CLEOFAS.

Regimento do Departamento de Administração (D.A.) do Ministério da Agricultura.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1.º O Departamento de Administração (D. A.), do Ministério da Agricultura, diretamente subordinado ao Ministério de Estado, é o órgão central de administração geral do Ministério, tendo a finalidade de executar e orientar, promover e superintender a execução das atividades relativas a pessoal, material, orçamento, organização, obras e comunicações, cumprindo e fazendo cumprir as respectivas determinações legais.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2.º O D. A. é constituído dos seguintes órgãos:

Divisão do Pessoal (D. P.)
Divisão do Material (D. M.)
Divisão do Orçamento (D. O.)
Divisão de Obras (D. Ob.)
Serviço de Comunicações (S. C.)

Art. 3.º O D. A. será dirigido por um Diretor de livre nomeação do Presidente da República.

Art. 4.º — Os Diretores das Divisões e o Chefe do Serviço de Comunicações serão nomeados por indicação do Ministro de Estado, mediante proposta do Diretor do D. A.

Art. 5.º — Os chefes das secções que integram os órgãos do D. A. serão designados pelos respectivos Diretores e Chefe.

Art. 6.º — O Diretor do D. A. terá dois assessores, um secretário e um auxiliar, todos de sua livre escolha, dentre os servidores públicos federais.

Art. 7.º — Cada Diretor de Divisão terá um assessor e um secretário e o Chefe do S. C. um secretário, escolhido dentre servidores públicos federais.

Art. 8.º — Os órgãos que integram o D. A., funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do Diretor.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS

SEÇÃO II

Da D. P.

Art. 9.º — A' D. P. Compete:

I — aplicar, orientar e fiscalizar a aplicação da legislação de pessoal em todos os setores do Ministério;

II — estudar a situação dos órgãos do Ministério, para que sejam determinados a espécie e o número de cargos e funções necessários ao desempenho dos respectivos trabalhos, e o nível de remuneração que lhes deva ser atribuído;

III — colaborar no aperfeiçoamento extrafuncional dos servidores;

IV — promover medidas que visem a melhoria do ambiente de trabalho e a um mais alto nível de vida, conforto e bem-estar dos servidores do Ministério.

Art. 10 — A D. P. compreende:

Seção de Movimentação (S.M.P.)

Seção de Direitos e Deveres (S. D. P.)

Seção de Cadastro (S.C.P.)

Seção de Assistência Social (S. S. P)

Art. 11 — A' S. M. P. compete:

I — executar o expediente relativo a: nomeação, admissão, readmissão, reversão, aproveitamento, designação para função gratificada, posse, entrada em exercício, remoção, substituição, exoneração, dispensa, disponibilidade, aposentadoria, transferência, requisição, permuta e readaptação;

II — organizar ou alterar as T. N. D., ouvidos os órgãos interessados;

III — opinar sobre a natureza e espécie das funções a serem exercidas por extranumerário contratado, quando da proposta de admissão, de revogação de contrato ou alteração de cláusula contratual relativa a salário ou função.

Art. 12 — A' S. D. P. compete:

I — aplicar ou, conforme o caso, orientar e fiscalizar a aplicação da legislação de pessoal referente a direitos, vantagens, deveres, responsabilidade e ação disciplinar;

II — expender parecer sobre processos administrativos e relatórios de inspeção submetidos a seu estudo e

sobre as penalidades e providências propostas nos pareceres e relatórios correspondentes;

III — dar parecer sobre solicitação inicial ou não e pedidos de reconsideração e recursos, referentes a ato ou decisão administrativa que verse assunto de sua competência;

IV — opinar sobre pedidos de readmissão em virtude de demissão;

V — coordenar os elementos a serem fornecidos aos órgãos do Poder Judiciário e da Polícia Civil, para efeito de ação criminal ou civil contra servidores do Ministério;

VI — dar execução, no que lhe competir, às sentenças passadas em julgado, relativas a servidores do Ministério, consoante promoção dos órgãos competentes, pela forma que estes solicitarem, na organização de planos de classificação e nível de remuneração de servidores; e promoção e melhoria de salário.

Art. 13 — A' S. C. P. compete:

I — organizar e manter atualizados, com os elementos que coligir e os fornecidos pelos demais órgãos de pessoal do Ministério, registros referente a:

- a) funcionários e extranumerários;
- b) pessoal em disponibilidade;
- c) pessoal integrante dos órgãos de deliberação coletiva;
- d) cargos e funções gratificadas;
- e) funções de extranumerários;
- f) natureza e espécie das atribuições dos cargos e funções, inclusive gratificadas;
- g) responsabilidades inerentes aos cargos e funções, inclusive gratificadas.

II — organizar e manter atualizado, de acordo com os modelos oficialmente adotados, o registro individual dos servidores;

III — organizar e publicar as listas de antiguidade e merecimento dos funcionários e extranumerários-mensalistas;

IV — processar o expediente referente à promoção e melhoria de salário, lotação e relocação;

V — lavar certidões de tempo de serviço, à vista do assentamento individual dos servidores;

VI — publicar e distribuir o boletim de pessoal, no qual serão incluídos, obrigatoriamente, todas as decisões e atos relativos a funcionários e extranumerários;

VII — emitir a “caderneta do funcionário”;

VIII — organizar e publicar, anualmente, o almanaque do pessoal.

Art. 14 — A’ S. F. P. compete:

I — providenciar a matricula dos funcionarios e extranumerarios no I.P.A.S.E.;

II — organizar e manter em dia a folha financeira individual dos servidores;

III — controlar a remessa dos boletins de frequencia, processar folhas de pagamentos, elaborar relacoes dos descontos obrigatorios e autorizados, bem como emitir cheques e bilhetes com o extrato dos lancamentos feitos em folha;

IV — proceder a averbacao e a classificacao dos descontos, exercendo a respeito dessas medidas a fiscalizacao necessaria; conferir os valores averbados, classificados, apurados e descontados, e expedir guias de credito correspondentes aos descontos autorizados;

V — organizar e manter atualizadas as contas correntes dos quadros e carreiras e do custeio do pessoal, por órgão de serviço;

VI — preparar as tabelas de distribuicao e redistribuicao dos creditos destinados a despesas de pessoal e o respectivo expediente de remessa ao Tribunal de Contas e Diretoria da Despesa Publica, encaminhando quas copias dessas tabelas a D. O.;

VII — administrar e escriturar, de acordo com a orientacao e as instrucoes da Contadoria Geral da Republica, os creditos orçamentarios e adicionais destinados a despesas de pessoal e consignados a D. P. ou as repartições do Ministério que não tenham tal atribuicao;

VIII — requisitar adiantamentos a conta dos creditos mencionados no item anterior e fiscalizar, rigorosamente, as respectivas comprovacoes, de acordo com as disposicoes em vigor;

IX — preparar, de acordo com as instrucoes da Contadoria Geral da Republica, o balancete mensal da movimentacao dos creditos mencionados no item VII, remetendo uma copia, devidamente documentada, a D. O. e outra a Contadoria Seccional junto ao Ministério, dentro do prazo preestabelecido;

X — elaborar a proposta orçamentaria da D. P. com os elementos que lhe forem fornecidos pelas Seções;

XI — estudar as propostas orçamentarias parciais, na parte relativa a pessoal, e devolve-las a D. O. rigorosamente dentro do prazo fixado pelo órgão incumbido da elaboracao do Orçamento Geral da Uniao.

Art. 15. A S. S. P. compete:

I — realizar exames de sanidade e capacidade fisica dos servidores do Ministério, para efeito de concessão de licenças, controle de faltas ao serviço, posse e exercicio;

II — verificar, periodicamente, as condições fisicas dos servidores do Ministério;

III — requisitar, ao Serviço de Biometria Médica do Departamento Nacional de Saúde, todos os exames complementares que forem julgados necessários ao esclarecimento de cada caso clinico;

IV — proceder a estudos de typologia, antropometria e psicotecnica, relativos aos funcionarios e extranumerarios.

V — prestar socorros medicos de urgencia aos servidores do Ministério;

VI — colaborar, com os órgãos competentes, na identificacao das causas determinantes da diminuicao do rendimento do trabalho e no estudo de medidas tendentes a racionalizar seus metodos e normas;

VII — estudar os horarios de trabalho e periodos de repouso;

VIII — estudar as condições e regimes de trabalho, investigando as causas determinantes de accidentes, doenças ou intoxicacoes profissionais e propondo medidas de prevencao;

IX — estudar os meios para dotar os locais de trabalho de boas condições de iluminacao, limpeza e seguranca, suficientes instalações sanitarias e conveniente protecao contra ruidos e contra fogo;

X — examinar as máquinas, aparelhos e qualquer material de trabalho, a fim de prevenir accidentes e doenças profissionais;

XI — exercer fiscalizacao permanente sobre as condições de higiene dos bares e restaurantes do Ministério.

SEÇÃO II

DA D. M.

Art. 16. A D. M. compete :

I — executar e orientar, coordenar e fiscalizar a execucao das atividades relativas a material em todos os setores do Ministério;

II — baixar instruções e outros atos relativos à gestão patrimonial e fiscalizar-lhes a aplicação;

III — cumprir e fazer cumprir as instruções, regulamentos e disposições legais sobre o assunto.

Art. 17. A D. M. compreende:

Seção Administrativa (S. A. M.)

Seção de Requisições e Contrôlo (S. R. C. M.)

Seção de Fiscalização e Tombamento (S. F. T. M.)

Seção de Transportes (Garagem-Oficina) (S. T. M.)

Portaria (P. M.)

Art. 18 A S. A. M. compete;

I — preparar as tabelas de distribuição e redistribuição dos créditos destinados a despesas de material e o respectivo expediente de remessa ao Tribunal de Contas, encaminhando duas cópias dessas tabelas à D. O.;

II — administrar e escriturar, de acordo com a orientação e as instruções da Contadoria Geral da República, os créditos orçamentários e adicionais sob seu controle;

III — requisitar adiantamentos à conta dos créditos mencionados no item anterior e fiscalizar, rigorosamente, as respectivas comprovações, de acordo com as disposições em vigor;

IV — preparar, de acordo com as instruções da Contadoria Geral da República, o balancete mensal da movimentação dos créditos controlados pela Divisão, remetendo uma cópia, devidamente documentada, à D. O. e outra à Contadoria Seccional junto ao Ministério, dentro do prazo preestabelecido;

V — organizar a proposta orçamentária da Divisão, com os elementos fornecidos pelas Seções;

V — examinar, sob o ponto de vista legal, as questões relativas à aquisição de material e prestação de serviço;

VII — realizar concorrências e coletas de preços para a aquisição de material, execução de serviços e arrendamento de imóveis, em proveito das dependências do Ministério, no Distrito Federal;

VIII — lavrar ajustes, contratos e quaisquer outros atos relativos à aquisição de material e prestação de serviço;

IX — extrair guias de recolhimento de caução e providenciar o expediente relativo ao levantamento das mesmas;

X — organizar e manter em dia o registro de fornecedores e propor a aplicação de penalidades aos que hajam incorrido em falta;

XI — processar, em articulação com a D. Ob. e a Diretoria do Patrimônio da União, a aquisição, desapropriação, doação e permuta de imóveis destinados aos Serviços do Ministério;

Art. 19. A S. R. C. M. compete:

I — administrar e escriturar, de acordo com a orientação da Contadoria Geral da República e do Departamento Federal de Compras, os créditos orçamentários e adicionais sob seu controle;

II — acompanhar a escrituração dos créditos distribuídos ao Departamento Federal de Compras, anotando os valores das aquisições de material, a fim de se conhecer os saldos existentes nas respectivas subconsignações e cotas;

III — fornecer à S. A. M., para a organização do balancete mensal da movimentação dos créditos controlados pela D. M., os elementos relativos aos créditos que administra;

IV — estudar as propostas orçamentárias parciais, na parte relativa a material, e devolvê-las à D. O. rigorosamente dentro do prazo determinado pelo órgão incumbido da elaboração do Orçamento Geral da União;

V — colligir os elementos necessários à organização da pauta de consumo de material nas repartições do Ministério;

VI — providenciar a aquisição do material necessário ao abastecimento do Gabinete do Ministro, Seção de Segurança Nacional e dependências do D. A., respeitadas as cotas que lhes forem atribuídas;

VII — receber o material adquirido ou requisitado para os órgãos a que se refere o item anterior, verificando previamente se corresponde às especificações do pedido;

VIII — distribuir ou redistribuir o material em estoque, nos almoxarifados, depósitos e armazéns da D. M., de acordo com as autorizações do Diretor;

IX — providenciar no sentido de que os almoxarifados, armazéns e depósitos da D. M. disponham de estoque suficiente de material de maior consumo;

X — controlar a escrita dos almoxarifados, armazéns e depósitos da D. M., propondo ao Diretor as pro-

vidências e medidas que forem julgadas necessárias para seu funcionamento regular;

XI — fornecer, às repartições do Ministério, os elementos de que necessitem para a organização de pedidos de material;

XII — examinar os pedidos de material formulados pelas repartições e serviços do Ministério, e encaminhá-los ao órgão competente, observadas as pautas de consumo estabelecidas;

XIII — escriturar as quantidades de material recebido e distribuído às repartições do Ministério, tendo em vista as pautas de consumo estabelecidas;

XIV — propor ao Diretor providências que permitam a visibilidade dos estoques existentes nos almoxarifados das dependências do Ministério sediadas no Distrito Federal e nos Estados;

XV — fiscalizar os almoxarifados das dependências do Ministério, sediados no Distrito Federal;

XVI — fazer recolher aos almoxarifados centrais, mediante termo de cessão, o material inservível ou que se encontre em estoque nas repartições, além das quantidades estabelecidas, procedendo à sua redistribuição, de acordo com a autorização do Diretor;

XVII — fornecer à S.A.M. as especificações e dados necessários às concorrências e coletas de preços;

XVIII — comunicar à S.A.M. qualquer infração em que hajam incorrido os fornecedores inscritos;

XIX — colaborar na organização da nomenclatura e padronização do material, de acordo com as normas que forem expedidas.

Art. 20 — À S.F.T.M. compete:

I — orientar e fiscalizar as atividades das repartições, na parte referente à organização da escrituração do material e dos inventários anuais e de passagem de responsabilidade;

II — examinar e propor ao Diretor quaisquer modificações e alterações nas instruções e normas concernentes à classificação, escrituração, inventários e registro dos bens patrimoniais administrados pelo Ministério;

III — examinar e submeter à aprovação do Diretor os inventários dos bens móveis, imóveis e semoventes das dependências do Ministério, inclusive os referentes à passagem de responsabilidade;

IV — organizar o registro dos bens móveis, imóveis e semoventes da União sob a administração das repartições do Ministério e manter em dia as contas patrimoniais de cada uma, evidenciando a responsabilidade dos respectivos consignatários e depositários;

V — examinar e submeter à aprovação do Diretor os termos de permuta e cessão de bens e os de morte de animais, extravio e inutilização de material, das dependências do Ministério;

VI — registrar os aumentos, diminuições e transformações que se operarem no valor e consistência dos imóveis sob a administração do Ministério, de acordo com os elementos e informações que lhe forem fornecidos pela D. Ob.;

VII — examinar os processos relativos ao material inutilizado, fora de uso ou inservível, existente nas repartições, propondo ao Diretor seu recolhimento, recuperação e redistribuição;

VIII — propor ao Diretor a permuta, cessão e alienação do material considerado imprestável, fora de uso ou inservível, existente nas repartições, de acordo com as instruções e legislação em vigor;

IX — realizar, quando autorizada pelo Diretor, a venda do material inutilizado, fora de uso ou inservível, mediante concorrência ou hasta pública;

X — examinar os processos de venda de produtos e de material inutilizado, fora de uso ou inservível, realizada pelas repartições, mediante hasta pública ou concorrência;

XI — propor ao Diretor que sejam providenciadas, pela D. Ob., vistas e obras de conservação e reparo nos imóveis sob a administração do Ministério;

XII — submeter à aprovação da Contadoria Geral da República quaisquer substituições ou alterações que se façam necessárias nos livros e modelos de escrituração dos bens patrimoniais, visando sua melhor adaptação às necessidades e natureza dos serviços do Ministério;

XIII — propor ao Diretor a realização de inspeções periódicas às dependências do Ministério com o objetivo de fiscalizar os serviços concernentes aos bens patrimoniais e efetuar a verificação da gestão dos responsáveis;

XIV — examinar os relatórios das inspeções a que se refere o item an-

terior e propor ao Diretor a adoção das medidas julgadas necessárias, em face do que fôr apurado;

XV — organizar, em articulação com a S.T.M., o fichário dos veículos existentes nas dependências do Ministério, no Distrito Federal e nos Estados.

Art. 21 — A S.T.M. compete:

I — facilitar, às repartições do Ministério, meios de transporte adequados e eficientes, dentro das condições de aparelhamento de que dispuser;

II — dar parecer sobre os assuntos que se relacionem com transportes;

III — organizar e manter em dia o registro dos veículos utilizados nos serviços das dependências do Ministério, no Distrito Federal;

IV — providenciar sobre o licenciamento e emplaceamento dos veículos do Ministério no Distrito Federal;

V — providenciar para que sejam cumpridas, pelos motoristas do Ministério, as determinações dos Serviços de Trânsito a autoridades policiais das unidades da Federação;

VI — propor ao Diretor a expedição de instruções para o perfeito funcionamento dos serviços da Garage — Oficina;

VII — fiscalizar os serviços de Garage — Oficina;

VIII — controlar a escrita de entrada e saída de material na Garage — Oficina;

IX — requisitar o material necessário aos trabalhos da Garage — Oficina;

X — examinar e submeter à aprovação do Diretor os orçamentos de material e mão de obra, organizados pela Garage — Oficina, para conserto e reparação de veículos;

XI — fiscalizar a execução dos orçamentos a que se refere o item anterior;

XII — organizar a "êuia de Circulação", na qual serão registradas as ocorrências diárias, e o seguinte:

a) quantidade de combustível recebida;

b) hora de saída e recolhimento do veículo;

c) quilometragem percorrida;

d) número de horas de percurso e de estacionamento;

e) observações sobre irregularidades notadas no funcionamento do veículo;

f) acidentes ocorridos com o veículo.

Art. 22 — A Portaria compete:

I — exercer, permanentemente, a vigilância do Edifício-Sede do Ministério;

II — fiscalizar, rigorosamente, os serviços de asseio e conservação do Edifício-Sede e suas instalações;

III — organizar a escala de serviço do pessoal que lhe estiver subordinado;

IV — controlar o ponto dos servidores sob sua jurisdição;

V — comunicar ao Diretor quaisquer ocorrências e irregularidades observadas na execução dos serviços que lhe competem;

VI — solicitar ao Diretor providências e medidas julgadas necessárias à boa execução dos serviços a seu cargo.

SEÇÃO III

Da D. O.

Art. 23 — A D. O. compete:

I — elaborar a proposta orçamentária do Ministério;

II — coordenar os elementos estatísticos das atividades dos órgãos do Ministério, relacionados com o custo dos serviços;

III — verificar a receita arrecadada e a despesa realizada no Ministério;

IV — administrar e escriturar os créditos orçamentários e adicionais relativos a despesas com Serviços e Encargos e Eventuais;

V — acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária do Ministério;

VI — lavrar contratos, acordos e ajustes e fiscalizar-lhes a execução.

Art. 24 — A D.O. compreende:

Seção de Previsão (S.P.O.)

Seção de Execução (S.E.O.)

Seção de Fiscalização (S.F.O.)

Art. 25 — A S.P.O. compete:

I — coligr dados relativos à receita arrecadada e a arrecadar;

II — confrontar a previsão feita com a receita arrecadada, identificando as causas de variação;

III — elaborar e justificar a proposta de estimativa anual das rendas públicas cujas fontes estejam sob a jurisdição do Ministério;

IV — organizar demonstrações mensais da receita orçamentária, baseadas nos balancetes enviados, obrigatoriamente, pelas repartições do Ministério que, de qualquer forma, arrecadem renda da União;

V — pronunciar-se sobre as questões relativas à criação, alteração ou supressão de taxas, emolumentos e outras contribuições que decorram da prestação de serviços ou do exercício de fiscalização por órgãos do Ministério;

VI — propor ao órgão encarregado da elaboração do Orçamento Geral da União alterações na classificação da receita;

VII — preparar a proposta orçamentária da Divisão, com os elementos que lhe forem fornecidos pelas Seções;

VIII — rever as propostas orçamentárias das unidades administrativas do Ministério, verificando se os serviços e atividades previstos nos pedidos de dotações se incluem, de fato, no programa governamental de prestação de serviços públicos da competência do Ministério, bem como se guardam conformidade com os objetivos das repartições;

IX — preparar e justificar a proposta orçamentária do Ministério, dentro dos programas de trabalho aprovados pelo Ministro de Estado e em perfeita harmonia com as normas e instruções expedidas pelo órgão encarregado da elaboração do Orçamento Geral da União;

X — promover a coordenação de todos os elementos estatísticos das atividades do Ministério, relacionados com o custo dos trabalhos realizados;

XI — promover estudos sistemáticos, do ponto de vista do custo dos serviços, estabelecendo comparações e observações sobre trabalhos análogos realizados em outros órgãos, com a finalidade de determinar coeficientes médios de custo específico que possam servir de base ao estudo orçamentário;

XII — orientar os órgãos do Ministério no preparo das respectivas propostas orçamentárias;

XIII — propor ao órgão encarregado da elaboração do Orçamento Geral da União, nas condições e casos estabelecidos na legislação, modificações nos quadros de discriminação da despesa;

XIV — organizar o cadastro das unidades orçamentárias do Ministério;

XV — opinar sobre a oportunidade da aplicação de dotações em face do desenvolvimento da arrecadação e, quando se tornar necessário, sobre qualquer alteração da política orçamentária do Ministério;

XVI — apreciar os pedidos de créditos adicionais e alterações do orçamento formulados pelos órgãos do Ministério e preparar o expediente para a abertura e registro desses créditos, e o referente às alterações orçamentárias.

Art. 26 — A S.E.O. compete:

I — preparar as tabelas de distribuição e redistribuição dos créditos referentes a Serviços e Encargos e Eventuais e o respectivo expediente de remessa ao Tribunal de Contas;

II — administrar a escrituração, de acordo com a orientação e as instruções da Contadoria-Geral da República, os créditos orçamentários e adicionais controlados pela D.O.;

III — requisitar adiantamentos à conta dos créditos mencionados no item anterior;

IV — preparar, de acordo com as instruções da Contadoria Geral da República, o balancete mensal da movimentação dos créditos controlados pela D. O., enviando uma cópia a S. F. e outra à Contadoria Seccional junto ao Ministério, dentro do prazo preestabelecido;

V — emitir parecer, sob o ponto de vista ilegal, e preparar o respectivo expediente, para a concessão de prêmios, auxílios, contribuições e subvenções e a assinatura de ajustes, acordos, contratos ou quaisquer outros atos cujas despesas corram à conta dos créditos controlados pela D. O.;

VI — opinar a respeito de pedidos de autorização presidencial para a aplicação de dotações sob regime de exceção;

VII — dar parecer sobre os planos de aplicação de dotações globais que devam ser submetidos à aprovação do Presidente da República;

VIII — opinar sobre concessões, quando delas decorrer despesa para o Ministério.

Art. 27. A S. F. O. compete:

I — acompanhar a execução do orçamento do Ministério, na parte referente a despesa, por meio do exame e escrituração dos créditos movimentados pelas dependências do Ministério, feito à vista dos balancetes devidamente documentados, por elas obrigatoriamente remetidos à D. O., dentro da primeira quinzena de cada mês;

II — organizar demonstrações, mensais e de exercício, da situação orçamentária das repartições e do Minis-

tério, baseados na escrituração dos créditos a que se refere o item anterior;

III — fiscalizar, rigorosamente, tendo em vista a respectiva finalidade, as prestações de contas resultantes da aplicação dos créditos destinados aos serviços articulados sob o regime de "acordos" ou quaisquer outros que devam ser submetidos à apreciação do Ministro de Estado, promovendo as diligências que se tornarem necessárias;

IV — fiscalizar, rigorosamente, a aplicação de auxílios, contribuições e subvenções concedidos pelo Ministério, promovendo, para esse fim, as diligências e inspeções que se tornarem necessárias e ouvindo, quando julgar conveniente, outros órgãos;

V — fiscalizar, rigorosamente, as comprovações dos adiantamentos concedidos à conta dos créditos controlados pela Divisão;

VI — baixar normas que disciplinem a concessão e comprovação de adiantamentos no Ministério, e a comprovação de despesas referentes a auxílios, contribuições, subvenções e serviços articulados sob o regime de acordos;

VII — propor ao Diretor a realização de inspeções periódicas às dependências do Ministério, com o objetivo de fiscalizar a arrecadação das rendas que decorram de prestação de serviços ou do exercício de fiscalização por parte desses órgãos, a boa aplicação dos créditos concedidos, a execução de planos de trabalho e economia e a eficiência nos gastos respectivos;

VIII — examinar os relatórios das inspeções a que se refere o item anterior e propor ao Diretor a adoção das medidas julgadas necessárias, em face do que for apurado;

IX — manter atualizado o cadastro das entidades subvencionadas pelo Ministério

SEÇÃO IV

Da D. Ob.

Art. 28. A D. Ob. compete promover, executar e fiscalizar as medidas de ordem técnica, administrativa e econômica concernentes a obras e equipamento, nos imóveis destinados às dependências do Ministério e por ele administrados.

Art. 29. A D. Ob. compreende:

Seção Técnica (S. T. Ob.)
Seção Administrativa (S. A. Ob.)
Seção Financeira (S. F. Ob.)

Art. 30 — A S. T. Ob. compete:

I — projetar, especificar, orçar, executar ou fiscalizar as obras de construção ou de reforma, nos imóveis destinados às dependências do Ministério e por ele administrados, e a instalação ou reforma dos respectivos equipamentos;

II — desenvolver os projetos referidos no item anterior e fazer os cálculos correspondentes, propondo ao Diretor, quando julgada conveniente, a execução desses projetos e cálculos, em escritórios particulares especializados;

III — orçar, especificar e fiscalizar a execução de obras e serviços de reparos e conservação, inclusive instalação de equipamentos, nos imóveis destinados às dependências do Ministério e por ele administrados;

IV — controlar, *a posteriori*, a execução de ligeiros reparos nos imóveis ou respectivos equipamentos, a que se refere o item anterior, quando efetuados sob a orientação de dirigentes de repartições ou administradores de edifícios a que forem delegadas tais atribuições;

V — examinar projetos, especificações e orçamentos e controlar obras de construção e instalação dos respectivos equipamentos, destinados ao Ministério e executadas pelas dependências que disponham de seções, comissões ou outros órgãos de engenharia;

VI — organizar gráficos ou relatórios sobre o andamento das obras e instalação de equipamentos, direta ou indiretamente a seu cargo, bem como contribuir com os demais dados técnicos para relatórios mensais a serem enviados aos órgãos competentes;

VII — proceder às vistorias que forem necessárias, para o recebimento de obras e equipamentos, e, eventualmente, a quaisquer vistorias em próprios sob a jurisdição do Ministério, quando solicitada;

VIII — examinar e informar, sob o ponto de vista técnico, procedendo aos necessários estudos e trabalhos, as questões relativas aos imóveis destinados às dependências do Ministério e por ele administrados;

IX — avaliar imóveis que interessem ao Ministério, para compra, desapropriação, cessão ou permuta, fornecendo à D. M. os elementos de ordem técnica necessários à instrução do processo;

X — proceder a levantamentos, reunir dados estatísticos e organizar

previsões de ordem técnica, referentes aos imóveis que interessem ao Ministério;

XI — realizar estudos econômicos sobre o melhor aproveitamento de terrenos e edifícios que interessem ao Ministério;

XII — remeter à D.M., para efeito de registro, os elementos relativos aos aumentos, diminuições e transformações que se operarem no valor e consistência dos imóveis;

XIII — fornecer à S.A.Ob. os elementos técnicos necessários à preparação de coletas de preços e concorrências;

XIV — prestar ao Diretor informações técnicas necessárias ao julgamento das coletas de preços e concorrências relativas à execução de obras novas ou de reforma e à instalação dos equipamentos correspondentes, quando em regime de empreitadas globais ou parciais;

XV — fornecer à S.A.Ob. os elementos técnicos necessários à preparação de concorrências de projetos;

XVI — participar do julgamento das concorrências de obras e projetos;

XVII — apresentar, anualmente, ao Diretor, o plano de trabalho da seção;

XVIII — conferir e atestar as faturas de obras e serviços feitos nos imóveis e equipamentos destinados às dependências do Ministério e por ele administrados;

XIX — fornecer à S.A.Ob. os dados necessários à preparação da proposta orçamentária do Ministério, relativa a obras e equipamentos sob jurisdição da Divisão;

XX — emitir parecer, quanto aos projetos apresentados, para a concessão de registro de fábricas de laticínios e outros produtos de origem animal, e para a concessão de registros de laboratórios que manipulem produtos de uso veterinário;

XXI — emitir parecer quanto aos projetos relativos à concessão de favores e auxílios para a construção e instalação de depósitos, armazéns e silos para trigo;

XXII — preparar ou providenciar a execução de plantas, gráficos, cópias heliográficas, e fotostáticas, maquetes e outros elementos auxiliares dos trabalhos a seu cargo;

XXIII — manter organizados os arquivos de plantas, gráficos, orçamentos, preços e outros dados técnicos;

XXIV — comunicar, por escrito, ao Diretor, qualquer infração de contrato

ou ajuste, não só dos escritórios de projeto ou de cálculo, como das firmas fornecedoras, construtoras ou instaladoras, e, ainda, qualquer irregularidade funcional dos fiscais de obras;

XXV — coligir dados de interesse para a Seção sobre trabalhos de escritórios técnicos e firmas fornecedoras, construtoras e instaladoras;

XXVI — estudar e organizar o "Plano de Edifícios Públicos do Ministério da Agricultura" a ser enquadrado no "Plano Geral de Edifícios Públicos Federais";

XXVII — cooperar na elaboração do "Código de Obras da União" e na de quaisquer normas de natureza técnica, administrativa ou de organização orçamentária de obras;

Art. 31 — A S.A.Ob. compete:

I — elaborar o expediente da Divisão;

II — examinar, sob o ponto de vista legal, as questões relativas à aquisição de material e prestação de serviços referentes a obras e equipamentos;

III — lavrar contratos, ajustes e demais atos para a execução de obras, instalação de equipamentos ou reparos correspondentes;

IV — realizar concorrências e coletas de preços, com os elementos técnicos fornecidos pela S.T.Ob., para a execução de obras novas ou de reforma e instalação de equipamentos correspondentes, quando em regime de empreitadas globais ou parciais;

V — realizar, com elementos fornecidos pela S.T.Ob., concorrências de projetos relativos a obras de grande vulto a especialização, em que se torne aconselhável uma ampla seleção de profissionais;

VI — extrair guias de recolhimento de caução e providenciar o expediente relativo ao levantamento das mesmas;

VII — elaborar a proposta orçamentária da Divisão com os elementos que lhe forem fornecidos pelas seções;

VIII — estudar as propostas orçamentárias parciais, na parte relativa a obras, equipamentos e aquisição de imóveis e elaborar a proposta geral do Ministério quanto às obras sob sua jurisdição, encaminhando-as à D.O. dentro do prazo determinado pelo órgão incumbido da elaboração do Orçamento Geral da União;

IX — organizar e expedir os boletins de frequência do pessoal da Divisão;

X — requisitar o material necessário à Divisão;

XI — requisitar os materiais cujas cotas estejam sob o controle da Divisão.

Art. 32 — A S.F.Ob. compete:

I — preparar as tabelas de distribuição e redistribuição dos créditos destinados a despesas com obras, equipamentos e aquisição de imóveis e o respectivo expediente de remessa ao Tribunal de Contas, encaminhando duas cópias dessas tabelas à D.O.;

II — administrar e escriturar, de acordo com a orientação e instruções da Contadoria Geral da República, os créditos orçamentários e adicionais destinados a obras, equipamentos e aquisição de imóveis;

III — requisitar adiantamentos à conta dos créditos mencionados no item anterior e fiscalizar, rigorosamente, as respectivas comprovações, de acordo com as disposições em vigor;

IV — preparar, de acordo com as instruções da Contadoria Geral da República, o balancete mensal da movimentação dos créditos mencionados no item II, remetendo uma cópia, devidamente documentada, à D.O. e outra à Contadoria Seccional junto ao Ministério, dentro do prazo pre-estabelecido;

V — organizar as folhas de pagamento de pessoal de obras;

VI — providenciar o expediente de pagamento relativo à prestação de serviços.

SEÇÃO V

Do S.C.

Art. 33 — Ao S. C. compete receber, registrar, distribuir, expedir, arquivar e conservar documentos oficiais das dependências do D. A. e de quaisquer outras procedências que lhe sejam enviados o que com este se relacionem

Art. 34. O S. C. compreende:

Seção de Recebimento e Distribuição (S. R. D.)

Seção de Expedição e Publicação (S. E. P.)

Seção de Arquivamento (S. A.)

Art. 35. A S. R. D. compete:

I — Receber e autuar os papéis, juntá-los, quando for o caso, distribuí-los e controlar-lhes a tramitação;

II — Prestar informações relativas ao andamento e localização de processos;

III — Requirir o material necessário ao S. C.;

IV — Manter sigilo sobre correspondência e atos oficiais de natureza confidencial ou reservada.

Art. 36. A S. E. P. compete:

I — Expedir a correspondência dos órgãos do D. A. e do Gabinete do Ministro;

II — Providenciar para que a entrega da correspondência se processe com rapidez e segurança;

III — Encaminhar, para publicação no *Diário Oficial*, os atos oficiais e as repartições do D. A. e do Gabinete do Ministro, fazendo resumos, quando necessários;

IV — Selecionar, em devida ordem, cópia dos atos expedidos pelo D. A. e pelo Gabinete do Ministro;

V — Coleccionar, em devida ordem, as guias, recibos e relações da correspondência entregue;

VI — Manter sigilo sobre a correspondência e atos oficiais de natureza confidencial ou reservada.

Art. 37. A S. A. compete:

I — Receber, guardar e conservar em ordem os processos, livros e demais papéis que lhe forem entregues para arquivamento, promovendo sua encadernação, quando conveniente;

II — Lavar, ouvida a autoridade competente, certidões de papéis arquivados;

III — Dar, no recinto da Seção, vista de pareceres e despachos exarados em processos arquivados, mediante ordem, por escrito, da autoridade competente;

IV — Providenciar, oportunamente, a remessa ao Arquivo Nacional dos livros, processos e demais documentos que devam ser arquivados naquele órgão.

V — Manter sigilo sobre processos, livros e demais papéis de natureza confidencial ou reservada.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 38. Ao Diretor do D. A. compete:

I — Superintender, de acordo com a legislação, normas e instruções vigentes, as atividades de administração geral do Ministério;

II — Despachar com o Ministro de Estado;

III — Baixar normas gerais de trabalho para os órgãos de administração geral do Ministério;

IV — Baixar portarias, instruções e ordens de serviço;

V — Assegurar estreita colaboração dos órgãos do Departamento nas si e dêste com entidades públicas ou privadas, que exerçam atividades correlatas;

VI — Resolver os assuntos relativos às atividades do Departamento, opinar sobre os que dependerem de decisão superior e propor ao Ministro de Estado providências necessárias ao andamento dos trabalhos, quando não forem de sua competência;

VII — Assinar o expediente próprio do Departamento e o que lhe for atribuído por delegação de competência;

VIII — Solicitar registro, distribuição e transferência de crédito orçamentários e adicionais;

IX — Autorizar despesas e requisitar pagamentos e adiantamentos a conta dos créditos referidos no item anterior;

X — Encaminhar, ao Tribunal de Contas, cópia dos contratos, acordos e ajustes realizados entre o Ministério e os Estados, Municípios e particulares;

XI — Interpor pedidos de reconsideração e recursos ao Tribunal de Contas;

XII — Designar ou autorizar a designação de servidores para a execução de trabalhos de natureza especial, fora da sede;

XIII — Propor, ao Ministro de Estado, a designação de servidores para a execução de inspeções periódicas às dependências do Ministério;

XIV — Conceder vantagens aos servidores, na forma da lei;

XV — Conceder, de acordo com a legislação, prêmios e auxílios pela construção de silos e banheiros carapaticidas e sarnicidas, instalação de aparelhagem de pulverização e outros que venham a ser estabelecidos;

XVI — Requisitar passagens e transportes sob qualquer modalidade, inclusive cadernetas quilométricas e passes individuais ou coletivos;

XVII — Requisitar, às autoridades competentes, o desembaraço, livre de direitos, de mercadorias e materiais importados pelo Ministério;

XVIII — Designar e dispensar seus assessores, secretários e auxiliar;

XIX — Reunir, periodicamente, os diretores e chefes que lhe forem diretamente subordinados, para assentar providências ou discutir assuntos de interesse do serviço e atender aos pedidos de convocação de reuniões por eles formulados;

XX — Movimentar os servidores, conforme a necessidade das Divisões e Serviço, respeitada a lotação;

XXI — Elogiar e aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão, aos servidores do D. A. e representar ao Ministro de Estado, quando a penalidade exceder de sua alçada;

XXII — Decidir, em grau de recurso, sobre atos e despachos das autoridades que lhe forem diretamente subordinadas;

XXIII — Expedir o boletim de reconhecimento dos servidores que lhe forem diretamente subordinados, conceder-lhes férias e decidir sobre escalas de férias que lhe forem propostas;

XXIV — Conceder licença ao Diretor da D. P.;

XXV — designar a Comissão para providenciar a incineração dos papéis arquivados, reconhecidamente sem valor, e examinar a aprovar as normas que pela mesma forem elaboradas para esse fim;

XXVI — apresentar, ao Ministro de Estado, o relatório anual do Departamento.

Art. 39. Aos Diretores de Divisão e ao Chefe do Serviço de Comunicações compete:

I — despachar com o Diretor do D. A.;

II — designar e dispensar seus assessores e secretário, os chefes de seção e respectivos substitutos eventuais e o chefe da Portaria e Encarregado da Gagare-Oficina;

III — baixar portarias, instruções e ordens de serviço;

IV — resolver os assuntos relativos às atividades da divisão ou serviço, opinar sobre os que dependerem de decisão superior e propor ao Diretor do D. A. providências necessárias ao andamento dos trabalhos, quando não forem de sua competência;

V — promover o preenchimento de funções de extranumerário-diarista e tarefeiro, na forma da legislação vigente;

VI — antecipar ou prorrogar o horário normal de expediente dos servidores que lhes são subordinados, de acordo com as necessidades do serviço e nos termos da legislação em vigor;

VII — expedir o boletim de merecimento dos servidores que lhes forem diretamente subordinados;

VIII — conceder férias aos servidores que lhes forem subordinados;

IX — elogiar os servidores em exercício na respectiva divisão ou serviço e aplicar-lhes penas disciplinares, ou propor ao Diretor do D. A. as que excederem de sua competência;

X — organizar, conforme as necessidades do serviço, turmas de trabalho com horário especial;

XI — comparecer às reuniões promovidas pelo Diretor do D. A., propor a realização de reuniões dessa natureza quando necessário, e reunir periodicamente os chefes que lhe forem subordinados, para tratar de assunto de interesse do serviço;

XII — apresentar, anualmente, ao Diretor do D. A., dentro do prazo estabelecido, relatório circunstanciado dos trabalhos da divisão ou serviço.

§ 1.º Os Diretores de Divisão poderão, ainda, mediante portaria, delegar competência aos Chefes de Seção para encaminharem, de ordem do Diretor, aos órgãos do Ministério processos que dependem, exclusivamente, de medidas que não impliquem direta ou indiretamente, em recomendações, determinações e pedidos de informações ou providências.

§ 2.º Ao diretor da D. P. compete:

I — assinar o expediente da Divisão e o que lhe for atribuído por delegação de competência;

II — orientar, em assuntos de sua competência, os demais órgãos de pessoal do Ministério;

III — autorizar despesas e emissão de empenhos e requisitar pagamentos e adiantamentos à conta dos créditos orçamentários e adicionais administrados pela Divisão;

IV — encaminhar, ao Tribunal de Contas, comprovações de adiantamentos concedidos à conta dos créditos a que se refere o item anterior;

V — interpor pedidos de reconsideração e recursos ao Tribunal de Contas;

VI — autorizar a concessão de salário-família;

VII — remeter à repartição pagadora competente, para liquidação, os cheques e fôlhas de pagamento de vencimentos, salários, salário-família, vantagens e indenizações;

VIII — requisitar transportes de pessoal e material, sob qualquer modalidade, para atender aos serviços da Divisão;

IX — dar posse aos funcionários dos quadros sujeitos à jurisdição da D. P., exceto aos diretores de repartições ou serviços diretamente subordinados ao Ministro de Estado;

X — opinar em processo referente à apuração de estágio probatório;

XI — conceder licença aos servidores do Ministério, ressalvadas as exceções legais;

XII — apostilar decretos e portarias;

XIII — emitir parecer sobre propostas de lotação para as dependências do Ministério e submetê-lo ao órgão competente para decidir o assunto;

XIV — emitir parecer sobre proposta de admissão de extranumerário contratado e de admissão, readmissão e melhoria de salário de extranumerário mensalista, para as repartições do Ministério, e submetê-lo ao órgão competente para decidir o assunto;

XV — emitir parecer sobre proposta de alteração da Tabela Única de Mensalistas e submetê-lo ao órgão competente para decidir o assunto;

XVI — aprovar tabelas numéricas de diaristas para as repartições do Ministério, ouvidos os órgãos interessados;

XVII — conceder aposentadoria a extranumerário não amparado pelo artigo 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, depois de autorizado pelo Ministro de Estado;

XVIII — assinar a "Caderneta do Funcionário";

XIX — propor, ao Diretor do D. A., a designação de servidores para a realização de inspeções periódicas às dependências do Ministério, com o objetivo de orientar e fiscalizar a aplicação da legislação referente a pessoal;

XX — tomar as providências que forem julgadas necessárias, em face do resultado das inspeções mencionadas no item anterior e solicitar ao Diretor do D. A. as que escapam à sua alçada;

XXI — providenciar a fim de que servidores do Ministério façam estágio na Divisão, até o prazo de 120 dias, visando a uniformidade dos serviços de administração de pessoal;

XXII — estudar e propor a organização de cursos de adaptação e aperfeiçoamento para o pessoal do Ministério, superintendendo as atividades do treinamento no trabalho.

§ 3.º Ao Diretor da D. M. compete:

I — assinar o expediente da Divisão e o que lhe for atribuído por delegação de competência;

II — orientar, em assuntos de sua competência, os demais órgãos de material do Ministério;

III — autorizar aquisições, fornecimentos, despesas, emissão de empenhos e requisitar pagamentos e adiantamentos à conta dos créditos consignados à D. M. e requisitar pagamentos e adiantamentos à conta dos créditos destinados a despesas de material e prestação de serviços, controlados pela D. M.;

IV — encaminhar, ao Tribunal de Contas, as comprovações dos adiantamentos a que se refere o item anterior;

V — interpor pedidos de reconsideração e recursos ao Tribunal de Contas;

VI — autorizar a realização de concorrências, coletas de preços, ajustes e acordos, aprová-los e remeter ao Tribunal de Contas os respectivos documentos, para anotação e registro;

VII — designar as comissões de concorrências;

VIII — assinar contratos de fornecimento de material resultantes de concorrências realizadas pela D. M., dentro dos limites previstos em lei;

IX — autorizar o levantamento de cauções feitas para garantir a perfeita execução dos acordos, ajustes ou contratos realizados pela Divisão;

X — aplicar penalidades a fornecedores fantasmas;

XI — autorizar as requisições do material solicitado pelas repartições do Ministério, aprovando as alterações que forem julgadas necessárias;

XII — autorizar a aquisição de material diretamente aos produtores ou distribuidores exclusivos, quando devidamente justificada a vantagem dessa operação;

XIII — autorizar o recolhimento, distribuição e redistribuição do material em estoque ou inservível, existente nas repartições do Ministério, de acordo com as normas legais em vigor;

XIV — autorizar a cessão ou permuta de material, de acordo com as normas legais em vigor;

XV — autorizar a venda de material julgado inservível ao serviço público, de acordo com as normas legais em vigor;

XVI — requisitar transporte de pessoal e de material sob qualquer modalidade, armazenagem ou estadia, seguros, carros, estivas e capacidades;

XVII — requisitar o desembarço, na Alfândega, de material e animais importados;

XVIII — propor, ao Diretor do D. A., a designação de servidores para a realização de inspeções periódicas às dependências do Ministério, com o objetivo de fiscalizar os serviços concernentes aos bens patrimoniais e efetuar a verificação da gestão dos responsáveis;

XIX — tomar as providências que forem julgadas necessárias, em face do resultado das inspeções mencionadas no item anterior e solicitar ao Diretor do D.A. as que escapam à sua alçada;

XX — providenciar a fim de que servidores do Ministério façam estágio na Divisão, até o prazo de certo e vinte dias, visando a uniformidade dos serviços relativos à administração de material;

§ 4.º Ao diretor da D. O. compete:

I — assinar o expediente da Divisão e o que lhe for atribuído por delegação de competência;

II — orientar em assuntos de sua competência os demais órgãos de orçamento do Ministério;

III — autorizar despesas e emissão de empenhos e requisitar pagamentos e adiantamentos à conta dos créditos consignados à D.O. e requisitar pagamentos e adiantamentos à conta dos demais créditos orçamentários e adicionais controlados pela Divisão;

IV — encaminhar, ao Tribunal de Contas, as comprovações de adiantamentos concedidos à conta dos créditos a que se refere o item anterior;

V — interpor pedidos de reconsideração e recursos ao Tribunal de Contas;

VI — propor, ao Diretor do D. A. normas que disciplinem a concessão e comprovação de adiantamentos no Ministério, e a comprovação de despesas referentes a auxílios, contribuições, subvenções e serviços articulados sob o regime de "acordos";

VII — autorizar o levantamento de cauções feitas para garantir a perfeita execução de acordos, ajustes ou contratos realizados na Divisão;

VII — requisitar transportes de pessoal e de material, sob qualquer modalidade, para atender aos serviços da Divisão;

IX — propor, ao Diretor do D. A. a designação de servidores para a realização de inspeções com o objetivo de fiscalizar a arrecadação da renda, a boa aplicação dos créditos concedidos, a execução de planos de trabalho e economia e a eficiência em função dos gastos respectivos;

X — tomar as providências que forem julgadas necessárias, em face do resultado das inspeções a que se refere o item anterior e solicitar ao Diretor do D. A. as que escapem à sua alçada;

XI — providenciar a fim de que servidores do Ministério façam estágio na Divisão, até o prazo de cento e vinte dias, visando a uniformidade dos serviços relativos a orçamento.

XII — representar o Ministério da Agricultura junto aos órgãos incumbidos da elaboração da proposta orçamentária apresentada pelo Poder Executivo ao Legislativo.

§ 5.º — Ao Diretor da D. Ob compete:

I — assinar o expediente da Divisão e o que lhe for atribuído por delegação de competência;

II — colaborar com os demais órgãos do Ministério — prestando informações e dando pareceres sobre assuntos que se relacionem com as atividades da Divisão;

III — autorizar despesas e emissão de empenhos e requisitar pagamentos e adiantamentos à conta dos créditos controlados pela Divisão, destinados a obras, equipamentos e aquisição de imóveis;

IV — encaminhar, ao Tribunal de Contas, as comprovações dos adiantamentos a que se refere o item anterior;

V — interpor pedidos de reconsideração e recursos ao Tribunal de Contas;

VI — autorizar a realização de coletas de preços e concorrências relativas a obras, equipamentos e projetos, e remeter ao Tribunal de Contas os respectivos documentos, para anotação e registro;

VII — designar as comissões de concorrências;

VIII — aprovar, dentro dos limites legais, os laudos de julgamento de concorrências ou coletas de preços realizadas pela Divisão e submeter a aprovação da autoridade superior os que excedam tais limites;

IX — assinar contratos de execução de obras e instalação de equipamentos, resultantes de concorrências realizadas pela Divisão, dentro dos limites previstos em lei;

X — autorizar o levantamento de cauções feitas para garantir a perfeita execução dos acordos, ajustes ou contratos realizados pela Divisão;

XI — enviar, periodicamente, ao Diretor do D. A. e aos órgãos competentes, informações referentes ao andamento das obras sob a responsabilidade da Divisão;

XII — designar servidores para a execução de trabalhos e fiscalização de obras fora da sede;

XIII — requisitar transportes de pessoal e de material sob qualquer modalidade, para atender aos serviços da Divisão.

§ 6.º — Ao Chefe do S. C. compete:

I assinar o expediente do Serviço;

II — visar certidões lavradas pela Seção de Arquivamento;

III — propor, ao Diretor do D. A. a designação de comissão para exame e incineração de papéis julgados sem valor;

IV — requisitar à D. M. veículos para a entrega de correspondência;

Art. 40 — Aos Chefes de Seção compete:

I — dirigir e orientar a execução dos serviços da Seção e determinar normas e métodos visando a eficiência dos respectivos trabalhos;

II — emitir parecer sobre os assuntos pertinentes à Seção;

III — despachar com o Diretor de Divisão ou Chefe de Serviço;

IV — propor, ao Diretor da Divisão ou Chefe de Serviço, a organização

de turmas com horário especial e a antecipação ou prorrogação do horário normal de expediente, de acordo com as necessidades do serviço;

V — expedir o boletim de merecimento dos servidores que lhes forem diretamente subordinados;

VI — organizar e submeter a aprovação do Diretor da Divisão ou Chefe de Serviço a escala de férias dos servidores que lhes forem diretamente subordinados;

VII — propor ao Diretor ou Chefe de Serviço o elogio ou a aplicação de penas disciplinares aos servidores que lhes forem subordinados;

VIII — reunir, periodicamente, seus subordinados, para apreciação de sugestões sobre o aperfeiçoamento das normas e métodos de trabalho;

IX — fornecer, anualmente, ao Diretor do Divisão e Chefe de Serviço, dentro do prazo estabelecido, elementos para o relatório dos trabalhos realizados, em andamento e planejados, na Divisão ou Serviço;

X — zelar pela disciplina no recinto da Seção.

Art. 41 — Aos assessores do Diretor do D. A. e Diretores de Divisão compete auxiliar o Diretor no exame dos assuntos que lhe forem submetidos, para estudo e decisão, e no preparo de despachos relativos a expediente de rotina do Departamento ou Divisão.

Art. 42 — Aos secretários do Diretor do D. A. Diretores de Divisão e Chefe do Serviço de Comunicações compete:

I — atender as pessoas que procurarem o Diretor ou Chefe, levando-lhe ao conhecimento o assunto a tratar;

II — redigir a correspondência pessoal do Diretor;

III — representar o Diretor, quando para isso designado.

Art. 43 — Ao auxiliar do Diretor do D. A. compete:

I — registrar a movimentação dos processos submetidos ao Diretor;

II — executar trabalhos de datilografia.

Art. 44 — Ao chefe da Portaria compete:

I — superintender, rigorosamente, os serviços de vigilância, asseio e conservação do Edifício-Sede do Ministério, mantendo entendimentos diretos com os Diretores e Chefes das reparti-

ções nele localizadas, para o fiel cumprimento dessas atribuições;

II — providenciar a imediata execução, pelo pessoal da Portaria, de pequenos consertos nas instalações do Edifício-Sede, solicitando ao Diretor da D. M. as reparações que escapem à sua alçada;

III — atender aos pedidos e reclamações que, sobre serviços de sua competência, lhe forem feitas pelos Diretores e Chefes das repartições localizadas no Edifício-Sede;

IV — fiscalizar, no Edifício-Sede, a entrada e saída de qualquer material do Ministério, exigindo do portador documento hábil que autorize o transporte e indique a procedência e destino do material;

V — providenciar para que seja hasteado o Pavilhão Nacional no Edifício-Sede;

VI — propor, ao Diretor da D. M. o elogio ou a aplicação de penas disciplinares ao pessoal que lhe for subordinado;

VII — organizar e submeter à aprovação do Diretor da D. M. a escala de férias do pessoal que lhe for subordinado;

VIII — organizar escalas de plantão dos servidores da Portaria, sujeitos a esse regime;

IX — zelar pela ordem e disciplina no recinto da Portaria e saguão, solicitando, para esse fim, ao Diretor da D. M. as providências que escapem à sua alçada.

Art. 45 — Ao Encarregado da Garagem-Oficina compete:

I — dirigir e fiscalizar os trabalhos da Garagem-Oficina;

II — zelar pela conservação e perfeito funcionamento dos veículos;

III — organizar e submeter à S. T. M. orçamentos discriminados para o conserto e reparação dos veículos do Ministério;

IV — requisitar o material necessário aos trabalhos da garagem-Oficina e ao abastecimento dos veículos do Ministério;

V — fiscalizar a entrada e saída do material requisitado e manter em dia sua escrituração;

VI — fiscalizar os lançamentos feitos, pelos motoristas nas guias de circulação a que se refere o art. 21, item XII, tomar as providências que decorrem dessa fiscalização, e solicitar à S. T. M. as que não forem de sua competência;

VII — propor, ao Chefe da S. T. M., o elogio ou a aplicação de penas disciplinares ao pessoal que lhe for subordinado;

VIII — organizar e submeter à aprovação do Chefe da S. T. M. a escala de férias do pessoal que lhe for subordinado;

IX — organizar escalas de plantão do pessoal da Garagem-Oficina;

X — zelar pela ordem e disciplina no recinto da Garagem-Edifício.

Art. 46 — Aos servidores em exercício no D. A. compete executar, com zelo e eficiência, os trabalhos normais de que forem incumbidos e os que eventualmente lhes forem determinados.

CAPÍTULO V

DA LOTAÇÃO

Art. 47 — O D. A. terá a lotação aprovada em decreto.

Parágrafo único — Além dos funcionários constantes da lotação, o D. A. terá pessoal extranumerário.

CAPÍTULO VI

DO HORÁRIO

Art. 48 — O horário normal de trabalhos será fixado pelo Diretor do D. A. respeitado o número de horas semanais estabelecido para o Serviço Público Civil.

Parágrafo único — O Diretor do D. A. baixará instruções sobre o registro de ponto para o D. A.

Art. 49 — O horário da Portaria e da Garagem-Oficina será estabelecido pelo Diretor da D. M. obedecidas as seguintes normas:

I — contínuos, serventes, artífices e pessoal operário em geral, oito horas de trabalho diário;

II — vigias e demais trabalhadores sujeitos a regime de plantão, o mínimo de 44 horas de trabalho semanal;

III — cabineiros, seis horas de trabalho diário, em dois turnos de três horas cada um, com o intervalo de uma hora para repouso, perfazendo o mínimo de trinta e seis horas de trabalho semanal.

Art. 50 — Os trabalhos de limpeza deverão ser realizados, sempre que possível, fora das horas de expediente das repartições.

Art. 51 — O Diretor do D. A., os Diretores de Divisão, o Chefe do Serviço de Comunicações e os Chefes de Seção não ficam sujeitos a ponto, devendo, porém, observar o horário fixado.

CAPÍTULO VII

DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 52 — Serão substituídos automaticamente, em seus impedimentos eventuais até 30 dias:

I — O Diretor do D. A. pelo Diretor de Divisão de sua indicação designado pelo Ministro;

II — Os Diretores de Divisão e o Chefe do S. C. por Chefe de Seção designado pelo Diretor do D. A. mediante a indicação do respectivo Diretor ou Chefe;

III — Os Chefes de Seção, por funcionário designado pelos Diretores de Divisão ou Chefe do S. C.

IV — O Chefe da Portaria e o Encarregado da Garagem-Oficina, por servidor de sua indicação, designado pelo Diretor da D. M.

Parágrafo único — Haverá sempre servidores designados para as substituições de que trata este artigo.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 — Os Chefes de Seção, os Assessores, os Secretários, o Auxiliar, o Chefe da Portaria e o Encarregado da Garagem-Oficina perceberão a gratificação de função que for estabelecida em lei.

Art. 54 — As Divisões do D. A. funcionarão em perfeita articulação com os serviços e seções de administração dos demais órgãos do Ministério, cabendo-lhes orientar e fiscalizar em ação direta, os serviços administrativos que se relacionem com suas atividades.

Parágrafo único — A D. Ob. terá ainda, quanto aos demais órgãos do Ministério, a orientação e fiscalização, em ação direta, das atividades técnicas que se relacionem com suas atribuições.

Art. 55 — Cada Seção deverá organizar e manter atualizada uma coleção de leis, regulamentos, circulares, portarias, ordens e instruções de

serviços que digam respeito a suas atividades.

Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1952. — *João Cleofas*.

DECRETO N.º 30.619 — DE 10 DE
MARÇO DE 1952

Transfere ao Banco do Brasil S. A., como Agente Especial do Governo Federal o encargo de liquidar as operações remanescentes da empresa que menciona e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e, atendendo ao disposto no Decreto-Lei número 8.553, de 4 de janeiro de 1946, artigo 2.º, e à proposta da Comissão de Reparações de Guerra, decreta:

Art. 1.º Fica o Banco do Brasil S. A., como Agente Especial do Governo Federal, encarregado de proceder à liquidação das operações remanescentes da firma Stahlunion Limitada, com sede nesta Capital, submetida aos efeitos do Decreto-Lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, pelo Decreto n.º 13.560, de 1 de outubro de 1943, cessando as funções do atual liquidante.

Art. 2.º No exercício do mandato que lhe é outorgado, fica o Banco do Brasil S. A., como Agente Especial do Governo Federal, investido de todos os poderes, inclusive para transigir.

Art. 3.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*João Neves da Fontoura
Horacio Lafer*

DECRETO N.º 30.620, DE 10 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Severino Gomes Procópio a pesquisar água mineral no município de Santa Rita, Estado da Paraíba.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

têrmos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Severino Gomes Procópio a pesquisar água mineral em terrenos de sua propriedade, numa área de oito hectares (8 ha), no imóvel denominado Fazenda Caldeirão, no distrito município e comarca de Santa Rita, no Estado da Paraíba, delimitada por um retângulo que tem um vértice a setecentos metros (700m) no rumo magnético cinquenta e oito graus e trinta minutos noroeste (58º 30' NW) da confluência do riacho Caiçara com o rio Mumbaba, e os lados divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos metros (200m) trinta graus nordeste (30º NE); quatrocentos metros (400m), sessenta graus noroeste (60º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.621, DE 10 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Francisco do Rêgo Barros a pesquisar água mineral no município de Quipapá, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos têrmos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Pedro Francisco do Rêgo Barros a pesquisar água mineral, em terrenos de sua propriedade, situados no lugar denominado Engenho Mangue, no distrito de Iraci, município de Quipapá, Estado de Pernambuco, numa área de quarenta e quatro hec-

tares (44 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a duzentos e dois metros e seis decímetros (206.6 m) no rumo magnético, trinta e seis graus e vinte e nove minutos sudoeste (36° 29' SW) da aresta nordeste (NE) do edifício industrial do Engenho Mangue e os lados divergentes, a partir daí, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos metros (500 m), cinquenta e dois graus nordeste (52° NE); oitocentos e oitenta metros (880 m), trinta e oito graus noroeste (38.° NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 440,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.622, DE 10 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Tallone a pesquisar minério de chumbo e associados no município de Apiaí, Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Roberto Tallone a pesquisar minério de chumbo e associados em terras devolutas e em terrenos de propriedade de Carlos Galli situados nos imóveis Córrego da Lavra e Sítio Santo Antônio, no distrito de Itaoca, município de Apiaí, Estado de São Paulo, numa área de cento e cinquenta e sete hectares e sessenta ares (157,60 ha) delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a mil quinhentos e noventa metros (1590m) no rumo verdadeiro de setenta e sete graus sudeste (77° SE) da confluência do córrego do Paiol com o ribeirão

Santo Antônio, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: oitocentos metros (800m), e rumo de setenta e sete graus nordeste (77° NE); dois mil e quinhentos metros (2.500m), rumo de vinte e cinco graus nordeste (25° NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil quinhentos e oitenta cruzeiros .. (Cr\$ 1.580,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.623, DE 10 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Helman Paula, João Costa e José Vicente Fernandes a pesquisar feldspato no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Helman Paula, João Costa e José Vicente Fernandes a pesquisar feldspato em terrenos de propriedade de José Vicente Fernandes e Norminda Soares Fernandes, no imóvel denominado Sítio do Alto Alegre, no distrito de Chiador, município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais, numa área de três hectares cinquenta e nove ares e sessenta e dois centiares (3.5962 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e sessenta e dois metros (162m) no rumo magnético de vinte e três graus vinte e um minutos e vinte e quatro segundos noroeste (23° 21' 24" NW) do canto noroeste (NW) da sede do Sítio Alto Alegre, os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e noventa

e três metros e quarenta e seis centímetros (193,46m), dez graus vinte e cinco minutos e seis segundos noroeste (10° 25' 06" NW); dezoito metros e três centímetros (18,03m), dezoito graus trinta e quatro minutos e dezoito segundos noroeste (18° 34' 18" NW); trinta e quatro metros e vinte e dois centímetros (34,22m), trinta e seis graus vinte e três minutos e quarenta e oito segundos noroeste (36° 23' 48" NW); cento e setenta e quatro metros (174m), quarenta e três graus onze minutos e trinta segundos sudoeste (43° 11' 30" SW); trinta e sete metros e quarenta e um centímetros (37,41m), trinta e dois graus trinta minutos e trinta segundos sudoeste (32° 30' 30" SW); cento e doze metros e noventa e cinco centímetros (112,95m), vinte e dois graus e onze minutos sudoeste (22° 11' SW), noventa e três metros e onze centímetros (93,11m), oitenta e um graus quarenta e um minutos e quarenta e oito segundos nordeste (81° 41' 48" NE); noventa e sete metros e quatro centímetros (97,04 m), oitenta e nove graus e cinquenta e sete minutos sudeste (89° 57' SE); o nono (9.º) lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do oitavo (8.º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.624, DE 10 DE
MARÇO DE 1952

Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Helman Paula, João Costa e Oliver Rezende a pesquisar feldspato e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

têrmos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Helman Paula, João Costa e Oliver Rezende a pesquisar feldspato e associados em terrenos de propriedade de Oliver Rezende situados no imóvel denominado Santa Rita, no distrito de Chiador, município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais, numa área de três hectares, trinta e nove ares e noventa e três centiares (3.3993 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a seiscentos metros (600m) no rumo magnético de oitenta e dois graus e quatorze minutos noroeste (82° 14' NW) do canto sudoeste (SW) da sede do Sítio Santa Rita, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e oitenta metros e cinquenta centímetros (180,50m), seis graus e quatro minutos nordeste (6° 04' NE); duzentos e três metros e oitenta e três metros e oitenta e três centímetros (203,83m), oitenta graus e vinte e sete minutos sudoeste (80° 27' SW); sessenta e cinco metros e noventa e cinco centímetros (35,90m), oitenta e um graus e vinte minutos noroeste (81° 20' NW); cento e oitenta e cinco metros e quarenta centímetros (185,40m), vinte e oito graus e cinquenta e quatro minutos sudeste (28° 54' SE); noventa e quatro metros e cinquenta centímetros (94,50m), oitenta e dois graus e cinquenta e seis minutos nordeste (82° 56' NE); o último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do quinto (5.º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.625, DE 10 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza Minas Goiás Ltda. a pesquisar quartzo no município de Cristalina, Estado de Goiás.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizada Minas Goiás Ltda; a pesquisar quartzo, em terrenos de propriedade de Caetano Torres Lima e sua mulher, no lugar denominado Fazenda Três Barras, distrito e município de Cristalina, Estado de Goiás, numa área de sessenta e oito hectares e doze ares (68.12 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a duzentos e noventa metros (290m), no rumo magnético cinquenta e cinco graus nordeste (55º NE) da extremidade leste (E) da casa de Caetano Torres Lima e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil e trezentos metros (1.300 m), setenta e oito graus sudeste (78º SE); trezentos e vinte metros (320m), doze graus sudoeste (12º SW); novecentos e oitenta metros (980m), setenta e oito graus noroeste (78º NW); seiscentos e noventa metros (690m), trinta graus sudoeste (30º SW), quatrocentos metros (400m), sessenta graus noroeste (60º NW), oitocentos e oitenta e oito metros (888m), trinta e um graus nordeste (31º NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de seiscentos e noventa cruzeiros (Cr\$ 690,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.626 — DE 10 DE
MARÇO DE 1952

Institui uma comissão especial, para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica do rio Paraíba, no trecho compreendido entre Cachoeira Paulista e São Fidélis e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista a exposição de motivos que a respeito lhe enviou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica instituída, no Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e sob a presidência de representante desse órgão, uma comissão, incumbida de promover os estudos para o aproveitamento da energia hidráulica do Rio Paraíba, no trecho compreendido entre Cachoeira Paulista e São Fidélis, bem assim sugerir as providências adequadas para a solução do problema de energia elétrica na Capital da República, com a utilização dos recursos oriundos daquela fonte e de outras existentes nas proximidades do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Dessa comissão, deverão fazer parte representantes dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, indicados pelos respectivos governos, dos Ministérios da Agricultura e da Viação e Obras Públicas, da Estrada de Ferro Central do Brasil, designados pelos titulares das referidas pastas e pelo diretor daquela autarquia.

Art. 3.º A comissão funcionará na sede do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, e, uma vez ultimados os seus trabalhos, apresentará relatório circunstanciado dos mesmos contendo sugestões, planos, projetos de obras e orçamentos.

Parágrafo Único — O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica encaminhará o relatório e sugestões, com o seu parecer, à deliberação do Presidente da República.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.627 — DE 10 DE
MARÇO DE 1952

Distribui o efetivo do Quadro de Oficiais-Auxiliares da Marinha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e, atendendo ao que lhe expôs o Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, decreta:

Art. 1.º O efetivo do Quadro de Oficiais-Auxiliares da Marinha fixado pela Lei n.º 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951, passa a ter a seguinte distribuição, pelas diversas especialidades:

Trinta e cinco (35) Oficiais-Auxiliares procederão de MR; quinze (15) de ES; vinte (20) de MA; oitenta (80) de EN, AT, TL, MO, EL, CA, RT, DT, (dez de cada); e vinte e oito (28) de TM, SI, CP, EP, TF, FE e CS (quatro de cada).

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guilhobel.

DECRETO N.º 30.628 — DE 11 DE
MARÇO DE 1952

Concede reconhecimento ao curso de enfermagem da Escola de Enfermagem São Francisco de Assis.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 14, combinado com o parágrafo único do art. 19 da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949, decreta:

Artigo único. É concedido reconhecimento ao curso de enfermagem da Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, sediada em São Luiz, capital do Estado do Maranhão.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.629 — DE 11 DE
MARÇO DE 1952

Aprova novo projeto e orçamento da construção do porto de Antonina

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e atendendo ao que consta do processo n.º 39.089-51, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados, em substituição aos que o foram pelo Decreto n.º 28.008, de 18 de abril de 1950, os projeto e orçamento na importância de Cr\$ 33.545.180,00 (trinta e três milhões quinhentos e quarenta e cinco mil cento e oitenta cruzeiros), que com este baixam, devidamente rubricados, para a construção do porto de Antonina, do qual é concessionário o Estado do Paraná, compreendendo 320 (trezentos e vinte) metros de cais acostável.

Parágrafo único. De acordo com a cláusula XXII do contrato de concessão, celebrado nos termos do Decreto n.º 26.398, de 23 de fevereiro de 1949, serão levadas à conta de capital inicial do porto as despesas que forem efetivamente realizadas e apuradas em tomada de contas, até o máximo do orçamento ora aprovado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.630 — DE 13 DE
MARÇO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no art. 1.º da Lei n.º 1.379, de 7 de junho de 1951 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$

53.200,00 (cinquenta e três mil e duzentos cruzeiros), para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1950 e provenientes de substituições ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.
Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.631 — DE 13 DE MARÇO DE 1952

Cria o Consulado Honorário do Brasil em Palma de Mallorca, nas Ilhas Baleares.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do artigo 16 do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica criado um Consulado Honorário do Brasil em Palma de Mallorca, nas Ilhas Baleares.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.632 — DE 13 DE MARÇO DE 1952

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 268.650,00 para pagamento da contribuição do Brasil em favor das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

O Presidente da República usando da autorização contida na Lei número 1.445, de 4 de outubro de 1951, e tendo ouvido o Conselho de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 268.650,00 (duzentos e sessenta e oito mil seiscientos e cinquenta cruzeiros) para atender ao pagamento da contribuição do Brasil aos orçamentos de 1949 e 1950 das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.633, DE 13 DE MARÇO DE 1952

Autoriza a firma Fisher, Kessler, & Cia. Limitada a comprar pedras preciosas.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. — Fica autorizada a firma Fisher, Kessler & Cia Limitada, sucessora de Fisher & Kessler e estabelecida nesta Capital, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 6 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.634 — DE 13 DE MARÇO DE 1952

Autoriza Josephino Ottoni Alves a comprar pedras preciosas.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.635 — DE
17 DE MARÇO DE 1952

Altera artigo do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado e mandado executar pelo Decreto n.º 27.264, de 28 de setembro de 1949:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O artigo 40 e seus parágrafos do Regulamento aprovado e mandado executar pelo Decreto número 27.264, de 28 de setembro de 1949, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 40 — Poderão ser designados para servir em funções da Direção e do Departamento de Estados, até 31 de dezembro de 1953, oficiais que possuam o curso de Estado-Maior do Exército ou equivalente na Marinha e na Aeronáutica.

§ 1.º — Aos civis indicados em comissão para as funções do Gabinete e do Departamento de Estudos será dispensada, até 31 de dezembro de 1953, a exigência constante do artigo 24.

§ 2.º — A exigência de serem diplomados há mais de dois anos, constante da última parte do artigo 18, fica dispensada até 31 de dezembro de 1954.”

Art. 2.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1952; 130.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Renato de Almeida Guillobel

Newton Estilac Leal

Nero Moura

DECRETO N.º 30.636 — DE 17 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de dois terrenos destinados ao Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e de acordo com o artigo 1.165, do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação de dois terrenos que a Prefeitura Municipal de Porto União, no Estado de Santa Catarina, quer fazer à União Federal sendo um, com a área de 24.200 m² (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados) e outro, com de 2.400 m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados) situados no referido Município tudo de conformidade com as Leis Municipais ns. 89, 90, de 7 de junho de 1951, e demais elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Guerra sob o n.º 11.952-51-Gab. M.G.

Art. 2.º Os terrenos a que se refere o artigo anterior destinam-se à ampliação das instalações do 5.º Batalhão de Engenharia.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1. de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Newton Estilac Leal.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.637, DE 17
DE MARÇO DE 1952

Declara de utilidade pública os terrenos da Fazenda Guandú do Sapé.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 inciso I da Constituição, e de acordo com o artigo 5.º letras a e b do Decreto-lei número 3.355 de 31 de junho de 1941, decreta:

Artigo 1.º — São declarados de utilidade pública para efeitos de desapropriação os terrenos que constituem

a denominada Fazenda Guandú do Sapê com a área total de 4.593.667,00m² (quatro milhões quinhentos e noventa e três mil seiscentos e sessenta e sete metros quadrados), dos quais devem ser descontados 55.516,50m² (cinquante e cinco mil quinhentos e dezesseis metros quadrados e cinquenta centímetros) já desapropriados para passagem da adutora do Rio Guandú. Os referidos terrenos limita-se: ao Norte e Nordeste com terras de Braulio Barreira Cravo; a Sueste com terras da Fazenda Pedregoso; ao Sul com terras da Fazenda Pedregoso e do espólio do Comendador Caneia; a Oeste com a reta que faz a Divisa com o Estado do Rio de Janeiro.

Artigo 2.º — Fica o Ministério da Marinha autorizado a providenciar no sentido de serem efetivadas as respectivas desapropriações de conformidade com o disposto no artigo 10 do Decreto-lei acima citado.

Artigo 3.º — A despesa deverá correr à conta dos recursos do Fundo Naval.

Artigo 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Renato de Almeida Guillobel

DECRETO N. 30.638 — DE 17 DE MARÇO DE 1952

Aprova novo orçamento para a construção de um reservatório de água potável na Ilha do Barnabé, no porto de Santos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado, em substituição ao que o foi pelo Decreto número 18.367, de 16 de abril de 1945, o novo orçamento, na importância de Cr\$ 359.412,80 (trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e doze cruzeiros e oitenta centavos), que com este baixa, devidamente rubricado, para a construção de um reservatório de água potável, de concreto armado, na Ilha do Barnabé, no porto

de Santos, concedido à Companhia Docas de Santos, correndo à conta de capital, de acordo com o inciso 3.º, do art. 2.º do Decreto n.º 658-A, de 21 de fevereiro de 1936, a importância que for apurada, como efetivamente despendida até esse limite, pela Junta de Tomada de Contas.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.639 — DE 18 DE MARÇO DE 1952

Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem mantido pela Cruz Vermelha Brasileira, filial no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 14, combinado com o parágrafo único do artigo 19, da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949, decreta:

Artigo único. E' concedido reconhecimento de curso de auxiliar de enfermagem mantido pela Cruz Vermelha Brasileira, filial no Estado de Minas Gerais e com sede na capital desse Estado.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.640, — DE 19 DE MARÇO DE 1952

Assegura ao algodão em pluma do país da safra de 1952 a garantia de preços mínimos.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e de acordo com o disposto na Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º — Fica assegurada ao algodão em pluma no país da safra

de 1952 a garantia de pregos mínimos prevista na Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, nas seguintes modalidades:

a) — aquisição do produto pelo preço de Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) por arroba de 15 quilos para o tipo 5, da padronização oficial do Ministério da Agricultura, com fibra de 28 a 30 milímetros, acondicionado em fardos com a densidade média nunca inferior a 400 quilos por metro cúbico, amarrados com seis ou mais fitas de aço, podendo uma ser emendada, posto armazéns gerais da Capital do Estado de São Paulo, para a produção da região econômica que lhe é convergente e portos do país para as demais regiões;

b) — 80% (oitenta por cento) de financiamento, na base do preço mínimo fixado na letra "a" deste artigo.

§ 1.º — São considerados centros de consumo, para efeito do que dispõe o artigo 4.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, os portos do país, referidos neste artigo.

2.º — Os ágios e desgãos para os diversos tipos do algodão nacional da classe referida no artigo 1.º deste Decreto, serão estabelecidos em instruções a serem baixadas pela Comissão de Financiamento da Produção, com base nas médias de cotação de cada tipo verificadas em 1951.

Art. 2.º — Ficam liberados até 28 de fevereiro de 1953 a produção e o comércio dos subprodutos do algodão (caroço, linter, torta e óleo), destinados ao mercado interno, excetuadas as quotas entregues à pecuária de leite do país.

Art. 3.º — Terão preferência nas operações previstas no artigo 1.º deste Decreto os lavradores de algodão ou suas respectivas cooperativas.

Artigo 4.º — Os favores do presente Decreto só serão concedidos aos compradores, aos maquinistas ou a outras organizações que pagarem aos lavradores preços que, no Estado de São Paulo, não deverão ser inferiores a 85,00 (oitenta e cinco cruzeiros) por arroba de 15 quilos, de algodão em caroço, do tipo médio, da safra mencionada no artigo 1.º deste Decreto, e, nos demais Estados, de conformidade com a localização das respectivas zonas produtoras, nos termos do art. 4.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 5.º — O presente Decreto será posto em execução pela forma estabelecida no artigo 5.º e seu parágrafo único da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 6.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

João Cleofas

DECRETO N.º 30.641 — DE 19
DE MARÇO DE 1952

Dá nova redação ao artigo 2.º do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta: ;

Art. 1.º — O artigo 2.º do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º — O Comando disporá, para exercer sua missão, de um Quartel General (Q. G.) constituído de:

- a) Comandante Geral
- b) Gabinete
- c) Estado Maior
- d) Diretores e pessoal dos Serviços
- e) Diretoria de Instrução (D.I.)
- f) Ajudantes de Ordens.

§ 1.º — O Gabinete será chefiado por oficial superior do Exército ou da Polícia Militar e todos os seus membros serão de livre escolha do Comandante Geral.

§ 2.º — A organização do Gabinete e o seu funcionamento serão regulados por instruções a serem baixadas pelo Comandante Geral.

§ 3.º — Na falta ou impedimento do Comandante Geral, responderá pelo expediente o Chefe do Gabinete ou

o do Estado Maior, conforme a precedência hierárquica. Nos demais casos, a substituição caberá ao oficial mais graduado ou mais antigo em serviço na Polícia Militar do Distrito Federal, de conformidade com as regras da hierarquia.

§ 4.º — Farão parte do Q. G. os Assistentes Militares do Ministério da Justiça, do Prefeito do Distrito Federal e do Chefe de Polícia”.

Art. 2.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1952
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

DECRETO N.º 30.642 — DE 19 DE
MARÇO DE 1952

Dispõe sobre a Comissão Organizadora da V Conferência dos Estados da América Membros da Organização Internacional do Trabalho, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Comissão Organizadora da V Conferência dos Estados da América Membros da Organização Internacional do Trabalho será constituída dos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

Dr. Luiz Augusto do Rêgo Monteiro, Procurador da Justiça do Trabalho e membro da Comissão Permanente de Direito Social, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

Conselheiro Jayme de Barros Gomes, Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais e da Comissão de Organismos Internacionais, do Ministério das Relações Exteriores;

Dr. Oscar Saraiva, Procurador Geral da Prefeitura do Distrito Federal;

Dr. Afonso de Toledo Bandeira de Melo, Representante da Repartição Internacional do Trabalho no Brasil.

Art. 2.º Servirá como Secretário Geral da Comissão Organizadora o Dr. Péricles de Sousa Monteiro, Pro-

curador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e Membro da Comissão Permanente de Direito Social, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 3.º Os órgãos do serviço público relacionados com os assuntos da Conferência prestarão toda a colaboração que se fizer necessária à sua realização.

Art. 4.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.643 — DE 20 DE
MARÇO DE 1952

Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica instituído, na Casa de Rui Barbosa, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa.

Art. 2.º O Centro ora instituído realizará seus estudos e trabalhos no domínio do direito e da filologia, e terá por campo de pesquisa a biblioteca e os arquivos da aludida Casa de Rui Barbosa e novas aquisições necessárias ao desenvolvimento dos seus trabalhos.

Art. 3.º O Centro em referência compreenderá, inicialmente, duas Seções: a de Direito e a de Filologia, dirigidas cada qual por uma Comissão de especialistas convidados pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante parecer do Diretor da Casa de Rui Barbosa.

§ 1.º Cada Comissão de que trata este artigo estabelecerá, anualmente, um plano de trabalho, em cuja elaboração poderão colaborar os professores universitários do Brasil, providos em cátedras de direito e de filologia ou em cadeiras afins.

§ 2.º A Comissão de Direito planejará publicações de bibliografia jurídica, de jurisprudência e de história do direito, organizando catálogos de publicações jurídicas, legislativas, par-

lamentares e jurisprudências do Brasil; boletins de bibliografia brasileira e estrangeira; estudos sistemáticos de bibliografia e hemerografia de jurisprudência federal e das unidades da Federação.

§ 3.º A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa — fonológicas, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas, bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do "Atlas Lingüístico do Brasil".

Art. 4.º O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa promoverá a publicação de seus trabalhos em arquivos e boletins periódicos, visando especialmente aos resultados das pesquisas que terão caráter estritamente objetivo.

Art. 5.º Além da Biblioteca da Casa de Rui Barbosa e das aquisições imprescindíveis para atualizá-la, o Centro em causa disporá de instalações apropriadas, cujo projeto será oportunamente apresentado.

Art. 6.º O Ministério da Educação e Saúde contratará os técnicos em bibliografia, arquivologia e revisão, necessários aos trabalhos em curso.

Art. 7.º Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos por meio de instruções do Ministro da Educação e Saúde.

Art. 8.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GUTULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.644 — DE 20 DE MARÇO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — Tribunal de Justiça o crédito especial de Cr\$. 2.000.000,00, para ocorrer às despesas de pessoal e material necessários à execução da Lei número 1.521, de 26 de dezembro de 1951, no Distrito Federal e nos Territórios.

O Presidente da República, usando da autorização contida na referida Lei e tendo ouvido o Tribunal de Contas,

nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — Tribunal de Justiça o crédito especial de Cr\$. 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas de pessoal e material necessários à execução da mencionada Lei, no Distrito Federal e nos Territórios.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GUTULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.645 — DE 20 DE MARÇO DE 1952

Anula o Decreto n.º 28.917, de 30 de novembro de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que consta do processo número DNPM. 296-43; decreta:

Artigo único. Fica anulado o Decreto número vinte e oito mil novecentos e dezessete (28.917), de trinta (30) de novembro de mil novecentos e cinqüenta (1950), que autorizou o cidadão brasileiro Francisco Xavier Ribeiro a pesquisar cassiterita e associados, em terrenos de propriedade de João Marçal de Abreu, no lugar denominado Fazenda da Barra, distrito de Cassiterita, município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, em 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GUTULIO VARGAS.

João Cleófas.

DECRETO N.º 30.646, DE 20 DE MARÇO DE 1952

Renova o Decreto n. 26.490, de 19 de março de 1949.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), combinado com o Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica renovado, pelo prazo de dois (2) anos nos termos da letra a do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, o Decreto número vinte e seis mil quatrocentos e noventa (26.490), de dezenove (19) de março de mil novecentos e quarenta e nove (1949), que autorizou a cidadã brasileira Helena Garcia Hashigoshi a pesquisar minério de ouro e associados no município de Cavalcante, Estado de Goiás.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil e noventa cruzeiros (Cr\$ 3.090,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.647, DE 20 DE MARÇO DE 1952

Renova o Decreto n. 27.533, de 29 de novembro de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra b, do artigo primeiro (1.º), do Decreto-lei número nove mil seiscentos e cinco (9.605), de dezenove (19) de agosto de mil novecentos e

quarenta e seis (1946), a autorização conferida a Companhia Técnica de Industrialização e Exportação de Minérios do Brasil, pelo Decreto vinte e sete mil quinhentos e trinta e três ... (27.533), de vinte e nove (29) de novembro de mil novecentos e quarenta e nove para pesquisar quartzo, pedras coradas, mica e associados, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de seiscentos e trinta cruzeiros (Cr\$ 630,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.648, DE 20 DE MARÇO DE 1952

Renova o Decreto n. 28.034, de 24 de abril de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovado, pelo prazo improrrogável de um ano, nos termos da letra b do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, o decreto número vinte e oito mil e trinta e quatro (28.034), de vinte e quatro (24), de abril de mil novecentos e cinquenta (1950), que autorizou o cidadão brasileiro Antônio Pires Ferreira Leal a pesquisar minério de ouro, diamantes e associados, no lugar denominado Poção do Moreira, distrito de Fechados, município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.649 — DE 20 DE
MARÇO DE 1952

Concede a Corradi & Companhia Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.650 — DE 20 DE
MARÇO DE 1952

Concede a Sulba, Sociedade Comercial de Minérios Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o § 1.º do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Sulba, Sociedade Comercial de Minérios Limitada, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede nesta Capital, constituída por instrumento particular de 5 de dezembro de 1948, com aditivo de 5 de janeiro de 1951, registrado no DNIC sob o número de ordem 38 485 em 15 de janeiro de 1951 e alterações de contrato de 26 de fevereiro de 1951 e 24 de julho de 1951, a primeira registrada no DNIC sob o número de ordem 45.190, em 7 de fevereiro de 1952, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952, 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.651, DE 20 DE MARÇO
DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Amélia Abel a lavrar areia quartzosa no município de Itanhaen, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Amélia Abel a lavrar areia quartzosa em terrenos de sua propriedade e de outros, situados no distrito e município de Itanhaen, Estado de São Paulo, em duas áreas cuja superfície total é de cento e setenta hectares e quinze ares (170,15 ha) abaixo descritas a primeira (1.ª) de doze hectares e sessenta ares (12,60 ha), delimitada por um trapézio retângulo que tem um vértice a cinquenta metros (50m), no rumo verdadeiro quarenta graus e trinta minutos sudeste (40º30'SE), do antigo marco quilométrico número oitenta e dois (Km. 82) da Estrada de Ferro Sorocabana, no trecho Santos-Jundiá, e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: duzentos e cinquenta metros (250m), quarenta graus e trinta minutos sudeste quatrocentos e setenta e cinco metros (475m), setenta e dois graus e trinta minutos sudoeste (72º30'SW); duzentos e cinquenta e cinco metros (255m), cinquenta e um graus e trinta minutos noroeste (51º30'NW); quinhentos e trinta metros (530m), setenta e dois graus e trinta minutos nordeste (72º30.NE); a segunda (2.ª) de cento e cinquenta e sete hectares e cinquenta e cinco ares (157,55 ha), também delimitada por um trapézio que tem um vértice a cinquenta metros (50m) no rumo verdadeiro quarenta graus e trinta minutos noroeste (40º30' NW), do marco quilométrico número oitenta e dois (Km. 82) acima descrito, e os lados divergentes a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: trezentos metros (300m), quarenta graus e trinta minutos noroeste (40º30'NW) e quatro mil e seiscentos metros (4.600m), setenta e dois

graus e trinta minutos sudeste (72°30'SW). Da extremidade dêste lado parte o terceiro (3.º) lado com trezentos e oitenta e cinco metros (385m) e rumo verdadeiro quarenta graus e trinta minutos sudeste (40°30'SE), o quarto (4.º) e último lado é constituído por um segmento retilíneo que partindo da extremidade do terceiro (3.º) lado vai encontrar a extremidade do primeiro (1.º lado descrito). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além dos seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma de lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de três mil quatrocentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 3.420,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.652, DE 20 DE MARÇO
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Ferreira a lavrar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Juvenal Ferreira a lavrar areia quartzosa em terrenos de sua propriedade situados no distrito e município de São Vicente, Estado de São Paulo numa área de vinte e oito hectares e oitenta e quatro ares (28,84 ha), delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a mil quatrocentos e sessenta metros (1.460m) no rumo magnético quarenta e cinco graus sudeste (45° SE) do marco quilométrico número vinte e dois (Km. 22) do ramal Santos-Juquã da Estrada de Ferro Sorocabana, e os lados divergentes dêsse vértice os seguintes comprimentos a rumos magnéticos: trezentos e vinte metros (320m), quarenta e cinco graus sudeste (45° SE); mil e trinta metros (1.030m), setenta e três graus nordeste (73° NE); Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma de lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departa-

mento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.653, DE 20 DE MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Teodorico Bezerra a pesquisar Scheelita no município de Itaretama, Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Teodorico Bezerra a pesquisar Scheelita em terrenos de propriedade de Manuel Quintiliano Pessoa no lugar denominado Boa Vista, na Serra do Feiticeiro, distrito e município de Itaretama, Estado do Rio Grande do Norte numa área de dez hectares (10 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a duzentos e trinta e dois metros (232 m), no rumo magnético de quarenta e um graus nordeste (41º NE) da casa de propriedade de Manuel Quintiliano Pessoa e os lados, divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos metros (500 m), quarenta e cinco graus sudoeste (45º SW); duzentos metros (200 m), quarenta e cinco graus sudeste (45º SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.654, DE 20 DE MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Joel Americano Lopes a pesquisar galena no município de Santo Inácio, Estado da Bahia.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Joel Americano Lopes a pesquisar galena, em terrenos de propriedade dos herdeiros de João José da Silva Dourado, no lugar denominado Olho D'água dos Batatas, na fazenda Lagoa Grande, distrito de Igatu, município de Santo Inácio, Estado da Bahia, numa área de duzentos e trinta e um hectares (231 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice na confluência do riacho Olho D'água dos Batatas na lagoa do Ezequiel e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil seiscentos e cinquenta metros (1650 m.), sul (S); mil e quatrocentos metros (1.400m), oeste (W).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil trezentos e dez cruzeiros (Cr\$ 2.310,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
João Cleofas.

DECRETO N.º 30.655, DE 20 DE MARÇO
DE 1952

Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87. n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral em terrenos de propriedade de Almiro Augusto Waimarath e outros, situados na localidade de Forninho, distrito de Caçapava do Sul — Zona do Forninho, município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de novecentos e noventa e oito hectares e vinte ares (998,20 ha) delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice no marco quilométrico número cinquenta e quatro (54) da rodovia Federal no trecho de Cachoeira do Sul a Caçapava do Sul, e os lados a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: quatrocentos e setenta e um metros e setenta e um centímetros (471, 71 m), quarenta e sete graus, trinta e quatro minutos e trinta e oito segundos nordeste (47º 34' 38" NE); quatrocentos metros (400m) dezoito graus e quatorze minutos sudoeste (19º 14' SW); trezentos e oitenta e cinco metros (385m), dez graus e quarenta e um minutos sudoeste (10º 41' SW); cuja extremidade intercepta a margem esquerda do arroio Cambará, a qual constitui para a montante, um lado mistilíneo que vai ter sua extremidade na intersecção da cerca divisória de propriedade de Antônio José Lopes Jardim, donde continua a poligonal com trezentos e oitenta metros (380m), seis graus e cinco minutos sudeste (6º 05' SE); trezentos e trinta e quatro metros (334 m) sessenta e um graus quinze minutos sudeste (61º 15' SE); cento e cinquenta e oito metros (158m), setenta graus e nove minutos sudeste (70º 09' SE); noventa e sete metros (97m) oitenta e sete graus vinte e cinco minutos sudeste (87º 25' SE); sessenta e sete metros (67m), quarenta e sete graus quarenta e cinco mi-

nutos sudeste (47º 45' SE); trezentos e sessenta e um metros (361m) sessenta e quatro graus vinte e cinco minutos sudeste (74º 25' SE); trezentos e trinta e cinco metros e trinta centímetros (335,30 m), oitenta e nove graus vinte e cinco minutos sudeste (89º 25' SE); trezentos e sessenta e nove metros (369m), vinte e nove graus dezoito minutos sudeste (29º 18' SE); cento e dez metros e oitenta centímetros (110, 80m), sessenta e cinco graus e onze minutos nordeste (65º 11' NE); cento e quarenta e oito metros (148m), vinte e oito graus quinze minutos nordeste (28º 15' NE); cento e oitenta metros (180m), oitenta e dois graus e cinco minutos nordeste (82º 05' NE); trezentos e quatro metros e dez centímetros (304,10 m), cinquenta e nove graus e cinquenta minutos nordeste (59º 50' NE); mil e setenta metros (1.070 m), nove graus, trinta e sete minutos sudeste (9º 37' SE); cinco mil quinhentos e sessenta e cinco metros (5.565m), oitenta e seis graus cinquenta e nove minutos noroeste (86º 59' NW); mil quinhentos e oitenta metros (1.580m), dezesseis graus vinte e dois minutos noroeste (16º 22' NW); trezentos e quarenta e seis metros e oitenta centímetros (346,80m), cinquenta e nove graus quarenta e oito minutos nordeste (59º 48' NE); trecentos e oitenta e dois metros e dois centímetros (382,02m), sessenta e quatro graus vinte minutos nordeste (64º 20' NE); setecentos e oitenta e dois metros e noventa e oito centímetros (782,98m), oitenta e sete graus e doze minutos nordeste (87º 12' NE); quatrocentos e vinte e nove metros e trinta e um centímetros (429,31m), cinquenta e um graus e trinta e cinco minutos nordeste (51º 35' NE); cento e dezessete metros e setenta centímetros (117,70m), trinta e oito graus e três minutos nordeste (38º 03' NE); duzentos e dezesseis metros e vinte e seis centímetros (216,26m), cinquenta e dois graus dez minutos nordeste (52º 10' NE); quatrocentos e sete metros e oito centímetros (407,08m), sessenta e três graus e dez minutos nordeste (63º 10' NE); cento e cinquenta e um metros e oitenta centímetros (151,80m), sessenta e oito graus e trinta e sete minutos sudeste (68º 37' SE); trezentos e cinquenta e nove metros e vinte e três centímetros (359, 23 m), trinta e nove graus e cinquenta e dois minutos sudeste (39º 52' SE); trezentos e noventa e

oito metros e cinquenta e cinco centímetros (398,55m), quarenta e dois graus e três minutos sudeste (42° 03' SE); quatrocentos e vinte e quatro metros e sessenta e oito centímetros (424,68m), quarenta graus e oito minutos sudeste (40° 08' SE); trezentos e dois metros e oitenta centímetros (302,80m), oitenta e dois graus e cinquenta e um minutos nordeste (82° 31' NE); cento e noventa e um metros e onze centímetros (191,11m), oitenta e cinco graus e doze minutos nordeste (85° 12' NE); trezentos e quarenta e um metros e setenta e três centímetros (341,73m), oitenta e cinco graus e cinquenta e sete minutos nordeste (85° 57' NE); duzentos e seis metros e setenta e nove centímetros (206,79m), setenta e oito graus e quarenta e dois minutos nordeste (78° 42' NE); noventa e um metros e trinta e quatro centímetros (91,34m), cinquenta e dois graus e trinta e seis minutos nordeste (52° 36' NE).

Art. 2.º O título de autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil novecentos e noventa e cinco cruzeiros (Cr\$ 4.995,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1951; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.656, DE 20 DE MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Cristiano Alves a pesquisar quartzo no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Cristiano Alves a pesquisar quartzo em terrenos de sua propriedade e outros, no lugar denominado Serra do Carimbadó, distrito de São Tomé das Letras, município

de Baependi, Estado de Minas Gerais, numa área de cinco hectares, sessenta e nove ares e dez centiares (5.6910 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a dois mil metros (2.000 m) no rumo magnético de dezoito graus e trinta minutos sudeste (19° 30' SE) da casa sede da fazenda Matinha e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos e sessenta e seis metros (566 m), cinco graus e trinta minutos noroeste (5° 30' NW); noventa e sete metros (97 m), oitenta e quatro graus e trinta minutos nordeste (84° 30' NE); vinte e oito metros (28m), setenta e nove graus e trinta e cinco minutos sudeste (79° 35' SE); sessenta e sete metros e cinquenta centímetros (67,50 m), vinte e um graus e cinco minutos sudeste (21° 05' SE); vinte oito metros e cinquenta centímetros (28,50m), sessenta e quatro graus e cinquenta e cinco minutos sudoeste (64° 55' SW); quatrocentos e oito metros (408m), um grau e cinquenta e cinco minutos sudeste (1° 55' SE); noventa e sete metros e cinquenta centímetros (97,50 m), trinta e três graus e trinta minutos sudoeste (33° 30' SW); vinte e seis metros e cinquenta centímetros (26,50 m), oitenta e quatro graus e trinta e cinco minutos sudoeste (84° 35' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1951; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.657, DE 20 DE MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Frederico Zander a pesquisar arenito no município de Palmeira, Estado do Paraná.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos tér-

mos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Carlos Frederico Zander a pesquisar arenito em terrenos de Ricardo Giacomo Buffa e de Estela Marcondes Buffa situados no distrito e município de Palmeira, Estado do Paraná, numa área de dois hectares e setenta e quatro ares (2,74 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e nove metros e cinquenta centímetros (109,50m) no rumo magnético de cinquenta graus e trinta minutos sudoeste (50° 30' SW) do marco do quilômetro duzentos e quarenta e dois (km 242) da linha da Estrada de Ferro Paraná — Santa Catarina, e os lados a partir do vértice considerado, tem os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trinta e sete metros (37m), quarenta e cinco graus e quarenta minutos noroeste (45° 40' NW); cento e quarenta e um metros (141m), trinta e nove graus e cinquenta minutos nordeste (39° 50' NE); cento e setenta e um metros (171m), trinta e dois graus e vinte minutos nordeste (32° 20' NE); noventa e sete metros (97m), nove graus nordeste (9° NE); noventa e dois metros (92m), vinte e cinco graus nordeste (25° NE); cento e um metros e cinquenta centímetros (101,50m), sessenta e dois graus nordeste (62° NE); cinquenta e sete metros (57m), trinta e um graus sudeste (31° SE); cento e vinte sete metros (127m), quarenta e seis graus e quarenta minutos sudoeste (46° 40' SW); cento e trinta e seis metros (136m), vinte e quatro graus e trinta minutos sudoeste (24° 30' SW); cento e onze metros e cinquenta centímetros (111,50m), vinte e oito graus e vinte minutos sudoeste (28° 20' SW); o décimo primeiro lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do décimo lado, descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1951; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.658, DE 20 DE MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro João Chaves Sampaio a pesquisar mica e associados no município de Bom Jesus, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, e nos termos dos arts. 152 e 153 da Constituição e do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro João Chaves Sampaio a pesquisar mica e associados em terrenos de sua propriedade situados nas localidades de Santa Cruz e São Tomé, distrito em Município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais, numa área de duzentos e sete hectares (207 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a setenta metros (70m) no rumo magnético oito graus sudoeste (8° SW) da barra do afluente Decoada pela margem esquerda do rio Sacramento, e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos um mil seiscentos e dez metros (1.610m), oitenta e nove graus sudoeste (89° SW); um mil cento e setenta e cinco metros (1.175m), quatorze graus nordeste (14° NE); novecentos e cinquenta metros (950m), sessenta e dois graus nordeste (62° NE); quinhentos e sessenta e dois metros (562m), sessenta e cinco graus sudeste (65° SE); quinhentos e quinze metros (515m), vinte e cinco graus e trinta minutos sudeste (25° 30' SE); trezentos e sessenta e cinco metros (365m), cinquenta e dois graus e trinta minutos sudoeste (52° 30' SW); e o último lado é constituído por um segmento retilíneo que partindo da extremidade desse lado vai encontrar o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois

mil e setenta cruzeiros (Cr\$ 2.070,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.659, DE 20 DE MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Ciro Palmerston Ribeiro Guimarães a pesquisar água mineral, no município de Caldas Novas, Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Ciro Palmerston Ribeiro Guimarães a pesquisar água mineral, em terrenos de sua propriedade, sitos no local denominado Fazenda Água Quente, distrito e município de Caldas Novas, Estado de Goiás, numa área de vinte e nove hectares, cinco ares e oitenta e sete centiares (29,0597 ha), definida por um polígono mistilíneo, que tem um vértice na confluência dos Ribeirões Água Quente e do Grotão e cujos lados, a partir desse vértice, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos e cinquenta metros (550m), setenta e nove graus nordeste (79º NE); duzentos e cinquenta e cinco metros (255m), nove graus sudeste (9º SE); cento e dez metros (110m), setenta e oito graus nordeste (78º NE); noventa metros (90m), quarenta e cinco graus sudeste (45º SE); cem metros (100m) vinte e dois graus sudoeste (22º SW); cento e setenta metros (170m), oitenta e seis graus e trinta minutos sudoeste (86º 30' SW); cento e quarenta e cinco metros (145m), quarenta e cinco graus sudeste (45º SE); quatrocentos e noventa metros (490m), oitenta e cinco graus sudoeste (85º SW); deste último seguindo pelo Ribeirão

do Grotão, até o ponto de partida, na confluência com o Ribeirão Água Quente.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.660, DE 20 DE MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Agostinho Marotta a pesquisar caulim e associados no município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Agostinho Marotta a pesquisar caulim e associados numa área de cento e sessenta e cinco hectares (165 ha) abrangendo terrenos de sua propriedade, de Mario Monteiro, de Guilhermina Pereira, de Articlino Brito e de João Molica Filho, situados no lugar denominado Bairro da Rocinha, no distrito e município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, área essa delimitada por um retângulo que tem um vértice a setecentos e cinquenta e dois metros e sessenta centímetros (752,60m) no rumo de quinze graus e dois minutos nordeste (15º 02' NE) do canto SE (sudeste) da casa de moradia existente nos terrenos do Sr. Agostinho Marotta, e os lados divergentes do vértice considerado têm: mil e cem metros (1.100m), rumo oeste (W); e mil e quinhentos metros (1.500m), rumo sul (S).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil seiscentos e cinquenta cruzeiros

(Cr\$ 1.650,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.661, DE 20 DE MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Artur de Oliveira Regis a pesquisar quartzo e associados, no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 25 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Artur de Oliveira Regis a pesquisar quartzo e associados, em terrenos devolutos, no lugar denominado Curral Frio, na fazenda Ouricuri, distrito e município de Campo Formoso, Estado da Bahia, numa área de cento e cinquenta hectares (150 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a cem metros (100m), no rumo verdadeiro cinquenta e oito graus sudeste (58º SE), do olho d'água permanente do Curral Frio e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: mil e quinhentos metros (1.500m), oitenta e nove graus e quatro minutos nordeste (89º 04' NE); mil metros (1.000m), cinquenta e seis metros sudoeste (0º 56' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 1.500,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
João Cleofas.

DECRETO N.º 30.662 — DE 21 DE MARÇO DE 1952

Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Parte Permanente da Tabela Única de Mensalistas, do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções:

1. Auxiliar Administrativo, referência 24.
2. Escrevente-dactilógrafo, referência 19.
1. Escrevente-dactilógrafo, referência 18.
1. Servente, referência 18.
2. Servente, referência 17.

Parágrafo único. As funções criadas por este artigo destinam-se ao aproveitamento do pessoal administrativo da Faculdade de Direito de São Luiz, nos termos do art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Os efeitos do aproveitamento a que se refere o artigo anterior vigorarão a partir de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.663 — DE 21 DE MARÇO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Urbania" Companhia Nacional de Seguros.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos da

"Urbania" Companhia Nacional de Seguros, com sede na cidade do Salvador, no Estado da Bahia, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 17.394, de 19 de dezembro de 1945, inclusive o aumento do capital social de Cr\$ 5 000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), conforme deliberação das Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 8 de agosto e 15 de outubro de 1951.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.664 — DE 21 DE
MARÇO DE 1952

Concede permissão a secções da Companhia Industrial Brasileira Extratos Acácia para funcionarem aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 7.º, § 2.º, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 27.048, de 12 de agosto de 1949, decreta:

Art. 1.º Ficam autorizadas a funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos, em caráter permanente, as secções da Companhia Industrial Brasileira Extratos Acácia, com sede em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, observadas as disposições legais vigentes, sobretudo as de proteção ao trabalho, e excetuados os escritórios.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.665 DE 21 DE MARÇO
DE 1952

Baixa novo Regulamento para os Cursos de Administração do DASP, instituídos pelo Decreto-lei número 2.804, de 21 de novembro de 1940.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

Decreta:

CAPÍTULO I

Da finalidade dos Cursos de Administração

Art. 1.º Os Cursos de Administração, instituídos pelo Decreto-Lei número 2.804, de 21 de novembro de 1940, têm por finalidade executar o treinamento dos servidores do Estado, visando a sua preparação, aperfeiçoamento e especialização.

Parágrafo único. Os Cursos de Administração poderão ser franqueados a pessoas estranhas ao Serviço Público, por autorização do Diretor dos Cursos.

CAPÍTULO II

Da organização dos Cursos

Art. 2.º Os Cursos de Administração compreendem seções permanentes, cursos avulsos e cursos extraordinários.

Art. 3.º Seção Permanente é o agrupamento racional de cursos destinados a proporcionar preparação e aperfeiçoamento sistemáticos em determinado setor do Serviço Público Federal.

Art. 4.º São considerados avulsos os cursos tomados isoladamente de uma seção ou os que não tenham sido incluídos em qualquer seção.

Art. 5.º Cursos extraordinários são os que, embora não façam parte integrante do plano ordinário de treinamento, se tornem necessários a solução de casos especiais.

Art. 6.º Os cursos previstos neste Decreto serão lecionados no Distrito Federal, podendo, mediante proposta do Diretor dos Cursos e a juízo do Diretor Geral, estender-se aos Estados e Territórios, a cargo exclusivamente de órgãos regionais do

D.A.S.P. ou em regime de colaboração com as autoridades locais.

Parágrafo único. Poderão, ainda, os Cursos de que trata este Decreto ser ministrados por correspondência e pelo rádio.

CAPÍTULO III

Das seções permanentes

Art. 7.º São seções permanentes dos Cursos de Administração:

a) — I Seção — Administração Geral;

b) — II Seção — Administração Especial;

c) — III Seção — Atividades Auxiliares da Administração;

d) — IV Seção — Preparação de Chefes e de Supervisores de Treinamento.

Art. 8.º A I Seção atende ao preparo de pessoal na área de Administração-Geral, habilitando-o para as funções comuns a todos os órgãos do Serviço Público Federal.

Art. 9.º A II Seção se incumbirá do preparo de pessoal destinado à administração de servidores peculiares a determinados órgãos da administração.

Art. 10. A III Seção tem por finalidade preparar pessoal para o exercício das atividades auxiliares da administração e suprir deficiências no preparo fundamental do servidor do Estado.

Art. 11. A IV Seção tem por finalidade a formação de chefes e supervisores de treinamento.

Art. 12. As seções compõem-se de cursos básicos, obrigatórios, e de cursos de livre escolha.

§ 1.º Curso básico é o considerado requisito para ingresso nos cursos de livre escolha, para os alunos que se matricularem em uma seção.

§ 2.º Os cursos de livre escolha constituem especializações.

Art. 13. O Diretor-Geral, por proposta do Diretor dos Cursos, determinará anualmente quais os cursos básicos e de livre escolha que integrarão as seções permanentes.

Parágrafo único. Igualmente por proposta do Diretor dos Cursos e a critério do Diretor-Geral, poderão ser organizadas subseções, constituídas de um conjunto de cursos básicos e de um ou mais dos de livre escolha de cada seção.

CAPÍTULO IV

Das cursos avulsos e extraordinários

Art. 14. Os cursos avulsos, de matéria não incluída em unidades de seção, bem como os de extraordinários, serão criados por Portaria do Diretor-Geral, mediante proposta do Diretor dos Cursos.

Art. 15. Os cursos extraordinários compreenderão, entre outros:

a) — os planejados e organizados para e em adaptação ou readaptação de servidores do Estado.

b) — os que se fizerem necessários para ministrar instrução de emergência.

CAPÍTULO V

Do regime dos cursos

Art. 16. As inscrições verificar-se-ão em épocas e sob condições fixadas no edital de abertura.

Art. 17. Os candidatos aos cursos básicos serão selecionados mediante prova.

Art. 18. O acesso aos cursos de livre escolha depende de aprovação nos cursos básicos da seção correspondente, ou, para os que os tomarem como avulsos, de prova vestibular.

Art. 19. Os requisitos para admissão nos cursos extraordinários e nos avulsos não integrantes de seção serão fixados, oportunamente, de acordo com a natureza e a finalidade de cada um, pelo Diretor dos Cursos.

Art. 20. A época as normas de realização e o critério de julgamento das provas de seleção e vestibulares, bem como das disciplinas a avaliar o aproveitamento no ensino, serão fixados pelo Diretor dos Cursos.

Art. 21. A juízo do Diretor dos Cursos, a prova exigida para admissão em qualquer dos cursos poderá ser substituída, excepcionalmente, por outra forma de comprovação da posse, pelo candidato, do nível de conhecimentos a ela correspondente.

Art. 22. Ao candidato inscrito em seção caberá preferência na lotação dos cursos de livre escolha da mesma.

Art. 23. A matrícula far-se-á depois de homologada a classificação oriunda do processo de habilitação, pelo Diretor dos Cursos, observada a lotação fixada para cada curso.

Art. 24. Ao aluno que concluir, de acordo com as instruções fixadas, os cursos de uma seção ou subseção, será expedido um diploma que indicará os cursos feitos e os graus com que foi aprovado.

Art. 25. Ao aluno que terminar curso avulso ou extraordinário, com as notas de aprovação previstas, expedir-se-á certificado de conclusão de curso, com indicação das notas finais obtidas.

CAPÍTULO VI

Dos professores

Art. 26. Os cursos serão ministrados por especialistas nacionais ou estrangeiros designados, na forma da legislação em vigor, pelo Diretor-Geral mediante indicação do Diretor dos Cursos.

§ 1.º Poderão também ser designados professores funcionários ou extranumerários.

§ 2.º Em casos especiais e com expressa autorização do Presidente da República, os servidores designados na forma do § 1.º d'este artigo poderão ser dispensados dos trabalhos da repartição em que estiverem lotados.

Art. 27. Excetuada a hipótese do § 2.º do artigo anterior, os professores perceberão, nos termos da legislação vigente, honorários fixados para cada disciplina, pelo Diretor-Geral e que não poderão exceder às seguintes importâncias, salvo autorização expressa em contrário, do Presidente da República:

por hora de aula dada — até Cr\$ 200,00;

por elaboração de súmula de aula — até Cr\$ 100,00.

Parágrafo único. Os professores que forem encarregados da preparação e correção de provas perceberão, ainda, honorários correspondentes a essas funções, de acordo com tabela aprovada pelo Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 28. Os cursos terão professores-chefes de seção, professores-coordenadores, professores e professores-auxiliares.

Art. 29. Terá cada seção, mediante designação do Diretor dos Cursos, um professor-chefe que, além das atividades docentes que lhe forem atribuídas, será encarregado de

manter a coordenação entre os cursos da seção e de velar pela harmonia das normas didáticas que deverão ser observadas nos mesmos.

Art. 30. Havendo várias turmas de uma disciplina, o Diretor dos Cursos designará um professor-coordenador, cujas atribuições especiais serão a organização do programa e das provas do curso, depois de ouvidos os demais professores, e a coordenação do ensino de todas as turmas, durante o ano.

Art. 31. Os professores são responsáveis pelo ensino no curso ou tópico de curso, cuja regência lhes tenha sido confiada.

Art. 32. Aos professores-auxiliares cabem o exercício normal de coadjuvação e a substituição eventual dos professores.

Art. 33. Além das que forem previstas em instruções especiais, são obrigações comuns a todos os professores:

a) — a estreita observância dos horários de trabalho;

b) — a elaboração dos programas, de acordo com as normas e instruções do Diretor dos Cursos;

c) — a responsabilidade pela ordem interna e completa execução dos cursos que regerem;

d) — a elaboração dentro dos processos e modelos aprovados pelo Diretor dos Cursos e sob a orientação do professor-coordenador, do material que deverá ser usado nas provas;

e) — o julgamento das provas;

f) — dar parecer em pedido de revisão de provas;

g) — elaboração de súmulas, salvo determinação expressa em contrário do Diretor;

h) — auxiliar a administração dos Cursos, observando e fazendo observar o presente regulamento e instruções de serviço.

CAPÍTULO VII

Dos alunos

Art. 34. O aluno que se encontrar impossibilitado de cumprir as obrigações deverá requerer trancamento ou cancelamento de matrícula.

Parágrafo único. O aluno que infringir o disposto neste artigo não poderá requerer nova matrícula.

Art. 35. O trancamento de matrícula assegura o direito ao curso em qualquer ano em que ele seja ministrado.

Art. 36. Será automaticamente eliminado o aluno que:

- a) — não se submeter ao regime prescrito pelo presente regulamento ou instruções especiais;
- b) — não se sujeitar ao regime disciplinar estabelecido;
- c) — faltar a mais de 1/3 das aulas do curso em que estiver matriculado.

Art. 37. Não haverá, sob nenhum pretexto, abono de faltas.

Art. 38. O aluno que tiver sua inscrição cancelada perderá todo o direito ao curso.

Art. 39. A critério do Diretor poderão ser admitidos alunos ouvintes, em número nunca superior a 20% dos alunos regulares, em cada turma.

Parágrafo único. Nenhum direito é assegurado ao aluno ouvinte.

Art. 40. Em instruções especiais o Diretor dos C. A. poderá estabelecer outras obrigações para os alunos.

CAPÍTULO VIII

Das disposições gerais

Art. 41. Sempre que se fizer necessário, o Diretor dos Cursos designará servidores para auxiliarem os professores e a Secretaria, na correção e fiscalização das provas.

Parágrafo único. Desde que exercidas fora do período normal ou extraordinário de trabalho a que estiverem sujeitos os servidores, essas funções poderão ser remuneradas de acordo com tabela que, para esse fim o Diretor dos Cursos submeterá à aprovação do Diretor-Geral.

Art. 42. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral à vista do parecer do Diretor dos Cursos.

Art. 43. O presente regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 44. Ficam revogados o Decreto n. 9.294, de 27 de abril de 1942 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de março de 1952; 131. da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 30.663 — LE 24 DE MARÇO DE 1952

Aprova a Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas da Universidade do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas da Universidade do Rio Grande do Sul, na forma do anexo.

Art. 2.º O aproveitamento do pessoal docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino integrados na Universidade do Rio Grande do Sul, de que trata o art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, far-se-á em funções criadas por este decreto.

Parágrafo único. Os efeitos do aproveitamento a que se refere este artigo vigorarão a partir de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3.º Em funções criadas por este Decreto, serão também aproveitados, na data de sua publicação, mantida a situação atual, os servidores da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e Escolas anexas de Farmácia e Odontologia, os quais, presentemente integram a Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

Parágrafo único. Em virtude de sua transferência para a T.N.M. da Universidade do Rio Grande do Sul, são consideradas extintas na T.U.M. do Ministério da Educação e Saúde as funções a seguir discriminadas, pertencentes à lotação dos órgãos a que se refere este artigo:

Parte Permanente da T. U. M. do M. E. S.

Assistente de Ensino — Ref. 27 — 85.
 Escrevente-Dactilógrafo — Ref. 21 — 3.
 Escrevente-Dactilógrafo — Ref. 20 — 4.
 Escrevente-Dactilógrafo Ref. 19 — 4.
 Guarda — Ref. 19 — 2.
 Laboratorista Ref. 22 — 3.
 Laboratorista Ref. 21 — 5.
 Laboratorista Ref. 20 — 9.
 Servente — Ref. 19 — 4.
 Servente — Ref. 17 — 2.

Parte Suplementar da T.U.M. do M.E.S.

Armazenista — Ref. 20 — 1.
 Professor (F. M. P. A. — E. Farmácia) — Ref. 31 — 2.

Art. 4.º O preenchimento das funções, a supressão de funções excedentes que vagarem e a dispensa do pessoal extranumerário-mensalista, serão feitos mediante portaria do Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul.

Art. 5.º Não se aplica à Tabela da Universidade do Rio Grande do Sul o Decreto n.º 29.321, de 2 de março de 1951.

Art. 6.º A Universidade do Rio Grande do Sul poderá contar, sem ônus para a União, com a colaboração dos funcionários estaduais que forem postos à sua disposição pelo Governo Estadual, sem prejuízo dos direitos e vantagens em cujo gozo se encontrem.

Art. 7.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

TABELA NUMÉRICA DE EXTRANUMÉRARIOS-MENSALISTAS

Parte Permanente

SITUAÇÃO NOVA				
Número de Funções	Séries Funcionais	Referência	Exc.	Vagos
	<i>Artífice</i>			
2	20	—	—
2			—	—
	<i>Assistente de Ensino</i>			
229	27	—	42
229			—	42

Número de Funções	Séries Funcionais	Referência	Exc.	Vagos
	<i>Auxiliar Administrativo</i>			
1	27	—	1
1	26	—	—
1	25	—	1
2	24	1	—
5			1	2
	<i>Auxiliar de Biblioteca</i>			
1	25	—	—
1	24	—	1
1	23	—	1
2	22	—	2
2	21	—	2
2	20	—	2
2	19	—	—
11			—	8
	<i>Contabilista</i>			
1	24	—	—
1	21	—	—
2				
	<i>Escrevente-Dactilógrafo</i>			
3	23	—	—
4	22	—	2
5	21	—	3

SITUAÇÃO NOVA

6	20	—	2
7	19	2	—
9	18	—	6
34			2	13
	<i>Guarda</i>			
1	19	—	—
2	18	—	2
3	17	—	2
6				4
	<i>Inspetor de Alunos</i>			
1	22	—	—
1			—	—

Número de Funções	Séries Funcionais	Referência	Exc.	Vagos
70	<i>Instrutor</i>	25	—	65
70				65
	<i>Laboratorista</i>			
2		24	—	2
4		23	—	3
5		22	—	2
7		21	—	1
10		20	—	4
13		19	6	—
41			6	12
	<i>Motorista</i>			
3		19	—	2
3				2
	<i>Servente</i>			
4		19	—	2
13		18	—	2
2		17	—	—
19				4
	<i>Trabalhador</i>			
4		20	—	3
6		19	—	5
10		18	8	—
20			8	8

Parte Suplementar

SITUAÇÃO NOVA

	<i>Armazenista</i>			
1		20	—	—
1				
	<i>Professor</i>			
2		31	—	—
2				

DECRETO N.º 30.667 — DE 24 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão e dá outras providências.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.668 — DE 25 DE
MARÇO DE 1952

Modifica o Regulamento para a Diretoria do Material do Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 5.º do Regulamento para a Diretoria do Material da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto número 22.645, de 25 de fevereiro de 1947, passa a vigorar com a seguinte redação:

A Diretoria do Material exercerá:

a) ação técnica, administrativa e disciplinar sobre os Parques (inclusive os especializados), Fábricas, Depósitos, Subdepósitos, Núcleos de Parques, e demais órgãos e serviços de material, situados em todas as Zonas Aéreas, com exceção dos de Intendência e de Saúde da Aeronáutica;

b) ação técnica, através de cadeia de comando, sobre os órgãos de direção e de execução locais, dos Serviços de sua alçada, especificados nos respectivos regulamentos.

§ 1.º A ação técnica, administrativa e disciplinar, a que se refere a alínea a, deste artigo, abrangerá as Seções Comerciais que, nesta data, ficam criadas, sem nenhum ônus para a União, em todos os estabelecimentos industriais da Aeronáutica sob o controle da Diretoria do Material.

§ 2.º Nas suas atividades especificamente comerciais, os estabelecimentos industriais do Ministério da Aeronáutica se regerão pelas leis, disposições usos e praxes comerciais, inclusive a compra livre do que se fizer necessário para o funcionamento das Seções Comerciais.

§ 3.º As Seções Comerciais deverão funcionar com seus próprios recursos, devendo todas as rendas que auferirem ser empregadas no custeio de

seus serviços e em benefício dos respectivos estabelecimentos e do Fundo Aeronáutico.

§ 4.º O Ministro da Aeronáutica baixará instruções para o funcionamento das Seções Comerciais.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de março de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.669 — DE 25 DE
MARÇO DE 1952

Dispõe sobre a limitação de acesso às rodovias federais bloqueadas, com fundamento no art. 2.º, letra c do Decreto-lei n.º 8.463, de 27 de dezembro de 1945.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º São consideradas rodovias bloqueadas, aquelas cujo valor de velocidade diretriz, seja igual ou superior a oitenta quilômetros por hora, se destinam exclusivamente a veículos motorizados e que contenham dispositivos construtivos capazes de garantir a plena segurança do tráfego em, pelo menos, duas pistas, abolidos os cruzamentos de nível.

Parágrafo único. Nas rodovias bloqueadas o acesso, de veículos motorizados de qualquer natureza, fica limitado a pontos prefixados pelo poder público.

Art. 2.º Do edital de aprovação do respectivo projeto, o Conselho Rodoviário Nacional fará constar expressamente a indicação dos trechos da rodovia considerados bloqueados.

Parágrafo único. O Conselho Rodoviário fará publicar a relação das rodovias ou trechos de rodovia bloqueadas, cujos projetos já aprovou.

Art. 3.º Os pontos de acesso e saída das rodovias ou trechos bloqueados, serão fixados nos projetos, cabendo ao D.N.E.R. a construção das obras necessárias.

Art. 4.º O D.N.E.R. fixará pontos de acesso e saída provisórios, en-

quanto não estiverem concluídas as obras definitivas para esse fim.

Parágrafo único. Os acessos provisórios serão fixados de modo a não prejudicar a segurança do tráfego na rodovia e poderão ser alterados mediante prévia publicação de 15 dias.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.670 — DE 26 DE MARÇO DE 1952

Altera a vigência do Decreto número 30.001-A, de 18 de setembro ... de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, para 20 de setembro de 1951, a vigência do Decreto n.º 30.001-A, de 18 de setembro de 1951, publicado no *Diário Oficial* de 28 do mesmo mês, que suprimiu um (1) cargo de Tesoureiro-auxiliar — (Santa Maria), padrão L, do Quadro III — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da aposentadoria de Lígia Lenz Fontoura.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de março de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.671 — DE 27 DE MARÇO DE 1952

Concede à Companhia Cimento Portland Cauê autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o art. 6.º, § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Companhia Cimento Portland Cauê, socie-

dade anônima constituída por assembléia de 10-2-52, arquivada sob número 55.888, em sessão de 15-2-52, da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Belo Horizonte, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que vierem a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.672 — DE 27 DE MARÇO DE 1952

Concede à Mineração a Santo Antonio Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.673 — DE 27 DE MARÇO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Aroldo Weber e José Vaz a pesquisar mica e associados, no município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Aroldo Weber e José Vaz a pesquisar mica e associados, em terrenos de propriedade do Espólio de Aniceto Antônio da Silva, no lugar denominado Cabuçú, distrito de Cabuçú, município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro, numa área de nove hectares, noventa e nove ares (9,99 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a quatro mil e oitocentos metros (4.800 m) no rumo magnético nove graus e vinte minutos nordeste (9º 20' NE) do entroncamento das estradas de Alcântara e Serrado e os lados, divergen-

tes dêsse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos metros (300 m), oeste (W); trezentos e trinta metros (330 m), norte (N).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.674 — DE 27 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza a "Produção" Sociedade Produção e Comércio de Minério se Matérias Primas Limitada, a pesquisar berilo e associados, no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a "Produção" Sociedade Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Limitada, a pesquisar berilo e associados em terrenos de sua propriedade situados no imóvel denominado Fazenda Lage, no distrito e município de Salinas, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e oito hectares e vinte e quatro ares (28,24 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice mil duzentos e quarenta e cinco metros (1.245 m) no rumo magnético de quarenta e três graus nordeste (43º NE) do marco do quilômetro trinta e seis (km 36) da rodovia para Salinas, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e sete metros (207 metros), dois graus nordeste (2º NE); seiscentos metros (600 m), setenta e três graus nordeste (73º NE); quinhentos e cinquenta metros (550 m), três graus sudeste (3º SE); seiscentos metros (600 m), oitenta e sete

graus sudoeste (87º SW); o quinto e último lado e o segmento retilíneo que une a extremidade do quarto lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.675 — DE 27 DE
MARÇO DE 1952

Renova o Decreto n.º 27.529, de 29 de novembro de 1949

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo de dois (2) anos, nos termos da letra a, do artigo 1º do Decreto-lei número 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida ao cidadão brasileiro José Gregório de Andrade, pelo Decreto número vinte e sete mil quinhentos e vinte e nove (27.529), de vinte e nove (29) de novembro de mil novecentos e quarenta e nove (1949), para pesquisar quartzo e associados no distrito e município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e dez cruzeiros (Cr\$ 310,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.676 — DE 27 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Gregório de Andrade a pesquisar quartzo e associados no município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Gregório de Andrade a pesquisar quartzo e associados em terrenos de sua exclusiva propriedade situados no lugar denominado "Portão", no distrito e município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais, numa área de cento e doze hectares e setenta e cinco ares (112,75 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a setecentos e trinta metros (730 m) no rumo magnético de cinquenta e oito graus nordeste (58º NE) da confluência dos córregos São Gil ou Areia e Portão do Mato, e os lados a partir do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil cento e sessenta e cinco metros (1.165 m), dez graus e quarenta e cinco minutos nordeste (10º 45' NE); duzentos e quarenta e oito metros (248 m), sessenta e quatro graus e quinze minutos noroeste (64º 15' NW); quatrocentos e vinte metros (420 m), setenta e cinco graus e quarenta e cinco minutos noroeste (75º 45' NW); duzentos e cinquenta e cinco metros (255 m), oitenta e cinco graus sudoeste (85º SW); quatrocentos e vinte e seis metros (426 m), setenta e três graus sudoeste (73º SW); seiscentos e cinquenta e cinco metros (655 m), trinta e quatro graus sudoeste (34º SW); novecentos e noventa metros (990 m), oitenta e três graus nordeste (83º NE); setecentos e oitenta e cinco metros (785 m), sete graus e trinta minutos sudeste (7º 30' SE); o nono e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do oitavo (8.º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil cento e trinta cruzeiros (Cr\$ 1.130,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.677 — DE 27 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza a "Produção Sociedade Produção Comércio de Minérios e Matérias Primas Limitada, a pesquisar berilo e associados no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a "Produção" Sociedade Produção Comércio de Minérios Matérias Primas Limitada, a pesquisar berilo e associados em terrenos de José Ferreira Araujo, Antônio Cardoso, Severina dos Santos de Miranda e Filhos situados no imóvel denominado Fazenda Peroba, no distrito e município de Salinas, Estado de Minas Gerais, numa área de noventa hectares e noventa e quatro ares (90,94 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a seiscentos e cinquenta metros (650 m) no rumo magnético de quarenta e nove graus noroeste (49º NW) do canto noroeste (NW) da casa de Florentino Miranda de Souza, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos e sessenta metros (660 m), trinta e três graus sudoeste (33º SW); setecentos e setenta metros (770 m), trinta e três graus noroeste (33º NW); oitocentos metros (800 m), vinte e nove graus nordeste (29º NE); seiscentos e vinte e cinco metros (625 m), oitenta e sete graus sudeste (87º SE); seiscentos e dez metros (610 m), trinta graus e trinta minutos sudeste (30º 30' SE); o sexto (6.º) e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do quinto (5.º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa

de novecentos e de cruzeiros (Cr\$ 910,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.678 — DE 27 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro João Jacob Cheib a pesquisar dolomita, ferro e associados, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.935, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro João Jacob Cheib a pesquisar dolomita, ferro e associados, em terrenos de sua propriedade, na localidade denominada "Acaba Mundo", Serra do Curral, distrito e município de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, numa área de cinco hectares, cinco ares e vinte e um centiares (5,0521 ha), delimitada por um pentágono irregular que tem um vértice a cento e trinta e quatro metros (134 m), no rumo magnético de setenta e seis graus noroeste (76º NW), do marco da Pedra Preta da rede de Triangulação da Capital, e os lados a partir deste vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: oitenta metros (80 m), trinta graus noroeste (30º NW); duzentos e quatorze metros (214 m), dezessete graus nordeste (17º NE); oitenta e dois metros (82 m), sessenta e um graus nordeste (61º NE); duzentos e quatorze metros (214 m), sessenta e cinco graus sudeste (65º SE); trezentos e sessenta e quatro metros (364 m), cinquenta e dois graus e vinte minutos sudoeste (52º 20' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autên-

tica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.679 — DE 27 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Alcindo Fontes Ferreira a pesquisar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.935, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Alcindo Fontes Ferreira a pesquisar calcário e associados, em terrenos de sua propriedade, situados no distrito e município de Itapeva, Estado de São Paulo, numa área medindo sessenta hectares (60 ha) e assim definida: um polígono irregular que tem um vértice a distância de trezentos e noventa metros (390 m) no rumo magnético quarenta graus nordeste (40º NE) do cruzamento das estradas que ligam Itanguá, Itacoca e Fazenda Lara Camp. — casa de Antônio Domingos, e cujos lados, a partir desse vértice, tem os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos metros (300 m), inqüenta e cinco graus sudeste (55º SE); oitocentos e quinze metros (815 m), quarenta graus nordeste (40º NE); setecentos e noventa metros (790 m), cinquenta graus noroeste (50º NW); quatrocentos e cinquenta metros (450 m), quarenta graus sudoeste (40º SW); cento e vinte metros (120 m), quarenta graus sudeste (40º SE); trezentos metros (300 m), quarenta graus sudoeste (40º SW); trezentos e oitenta metros (380 m), quarenta graus sudeste (40º SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via au-

tência dêste Decreto, pagará a taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.680 — DE 27 DE
MARÇO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive mudança de denominação, aumento de capital e extensão das operações aos seguros dos ramos elementares, da ATALAIA COMPANHIA DE SEGUROS CONTRA ACIDENTES DO TRABALHO.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.681 — DE 27 DE
MARÇO DE 1952

Concede à sociedade "Sul Americana, Comércio e Navegação, Ltda.", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade "Sul Americana, Comércio e Navegação Ltda.", com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, e com filiais nas cidades de Santos, Estado de São Paulo, e Buenos Aires, República Argentina, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, consoante contrato de constituição social e respectivas alterações que apresentou, por meio de instrumentos particulares firmados a 23 de julho de 1941, 19 de maio de 1942, 5 de julho de 1944, 15 de janeiro

ro e 6 de fevereiro de 1952, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou quevenham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.682

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO N.º 30.683 — DE 28 DE
MARÇO DE 1952

Concede à Sociedade Comercial Nicolau da Costa & Companhia Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.684 — DE 28 DE
MARÇO DE 1952

Concede à Sociedade Navegação Progresso Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de cabotagem.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.685 — DE 28 DE
MARÇO DE 1952

Concede à Companhia de Navegação São Jorge autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Ainda não foi publicada por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.686 — DE 28 DE MARÇO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 175.471,30, para atender às despesas com o pagamento de gratificações de magistério.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.452, de 9 de outubro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e um cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 175.471,30), para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo de n.º 8.315, de 7 de setembro de 1945, aos seguintes professores:

	Cr\$
1) Idio Ferreira Leal, Professor Catedrático (E. N. E. — U. B.), padrão O, no período de 16 de setembro de 1945 a 31 de dezembro de 1949	37.054,10
2) Iolanda da Vilhena Ferreira, Professor Catedrático (E. N. M. — U. B.), padrão O, no período de 27 de junho de 1946 a 31 de dezembro de 1948	22.600,00
3) José Carlos de Mello Peixoto, Professor Catedrático (E. N. D. — U. B.), padrão O, ao período de 9 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1948	19.300,00
4) Jorge Felipe Kafuri, Professor Catedrático (E. N. E. — U. B.), padrão O, no período de 14 de novembro de 1947 a 31 de dezembro de 1948	10.175,00
5) José Edmo Soares Martins, Professor Catedrático (E. N. O. — U. B.), padrão O, no período de 23 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	9.217,70
6) Urbano Heskett Pinheiro, Professor (Francês) (E.T.S. Luiz — D. E. I.), padrão K, no período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	12.835,00
7) Ester Santos Jacobson, Professor Catedrático (E.N.M. — U. B.), padrão O, no período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	22.650,00
8) Braz Neves do Rêgo, Professor (Chefe do Curso de Alfaiataria — Corte e Costura E. I. de Teresina — D. E. I.), padrão J, no período de 2 de novembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	9.637,00
9) Moacir Gonçalves Liserra Professor Catedrático (E.N.M. — U.B.), padrão O no período de 3 de novembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949	10.450,00
10) Germano Roman Ros, Professor Catedrático (E.M. P. Alegre — Faculdade de Farmácia), padrão O, no período de 23 de fevereiro a 31 de dezembro de 1949 ...	7.660,70
11) Raimundo de Campos Machado, Professor Catedrático (E.N.M.M. — U.B.), padrão O, no período de 4 de abril a 31 de dezembro de 1949	6.675,00
12) João Emiliano do Lago, Professor (Ensino Profissional — Radiotelegrafia — I.B.C.), padrão J, no período de 11 de maio a 31 de dezembro de 1949	7.216,80
	<hr/> 175.471,30

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.687 — DE 28 DE
MARÇO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 21.690,00, para pagamento de gratificação adicional assegurada ao servidor José Cândido de Andrade Muricy.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.459, de 16 de outubro de 1951, e tendo o Tribunal de Contas nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de vinte e um mil, seiscentos e noventa cruzeiros (Cr\$ 21.690,00),

para atender ao pagamento de gratificação adicional de vinte e cinco por cento (25 %), por tempo de serviço, correspondente ao padrão N, no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1950, assegurada por sentença judiciária a Jose Cândido de Andrade Muricy, servidor do mesmo Ministério.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.688 — DE 28 DE MARÇO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 129.299,50, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei n.º 1.454, de 9 de outubro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 129.299,50 (cento e vinte e nove mil, duzentos e noventa e nove cruzeiros e cinquenta centavos), para atender às despesas com o pagamento de gratificações de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores do mencionado Ministério:

	Cr\$
1) Teodomiro Marcelos, instrutor, padrão J, da Escola Técnica de Belo Horizonte (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	10.419,00
2) Jorge Kingston, catedrático, padrão O, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (período de 21 de outubro de 1947 a 31 de dezembro de 1949)	19.766,10
3) Geraldo Maria de Magela Cavalcanti de Albuquerque, padrão K, do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	4.250,00
4) Otávio Alves Ribeiro da Cunha, padrão J, da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, em disponibilidade (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
5) Carlos Alberto Franco, padrão "K", da Escola Técnica Nacional (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	9.690,00
6) José Ernani de Lima, padrão "K" da Escola Técnica Nacional (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	9.690,00
7) Hildebrando de Matos, padrão "J", da Escola Industrial de Cuiabá (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00

8) João Félix Firmino Leite, padrão "J", da Escola Industrial de Cuiabá (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949).....	1.530,00
9) Noélia de Vasconcelos Silva, padrão "K", da Escola Técnica do Salvador (período de 19 de agosto a 31 de dezembro de 1949).....	7.822,20
10) Maria Justa França de Carvalho, padrão "K", da Escola Técnica do Salvador (período de 19 de agosto a 31 de dezembro de 1949).....	7.822,20
11) Presciliana Silva, padrão "K", da Escola Técnica do Salvador (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949).....	9.690,00
12) Antônio Luís Valiati, padrão "K", da Escola Técnica de Vitória (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949).....	4.250,00
13) Humberto Manato, padrão "J", da Escola Técnica de Vitória (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949).....	5.780,00
14) Olavo Cassiano de Medeiros, padrão J, da Escola Técnica de Curitiba (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949).....	5.780,00
15) Urbano de Araújo Franco, padrão K, da Escola Técnica de São Luís (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949).....	9.690,00
16) Eduardo de Sousa Marques, padrão J, da Escola Técnica de São Luís (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949).....	5.780,00
17) Nestor do Espírito Santo, padrão J, da Escola Técnica de São Luís (período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949).....	5.780,00
Total	129.299,50

Rio de Janeiro, 28 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.689

Ainda não, foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO N.º 30.690 -- DE 23 DE MARÇO DE 1952

Outorga concessão à Empresa Hidro Elétrica Jaguari S. A. para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Jaguari, entre os municípios de Campinas e Pedreira, no Estado de São Paulo, e dá outros providências.

Ainda não foi publicado por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.691

Ainda não, foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO N.º 30.692

Ainda não, foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO N.º 30.693

Ainda não, foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO N.º 30.694

Ainda não, foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO N.º 30.695 — DE 31 DE
MARÇO DE 1952

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Corinto, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica autorizada a Comissão do Vale do São Francisco, criada pela Lei n.º 541, de 15 de de-

zembro de 1948, a aceitar, sem nenhum ônus para o Governo Federal, a doação do terreno em que será construída a Hospedaria de Imigrantes, de propriedade da Prefeitura Municipal de Corinto, no Estado de Minas Gerais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal n.º 194, de 3 de março de 1952.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

APENSO

Figuram neste apenso:

- I - os decretos que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados depois do 2.º dia útil do 1.º trimestre de 1952;
- II - as retificações e reproduções publicadas no 1.º trimestre de 1952, referentes a decretos expedidos em mestres anteriores.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1952

DECRETO N.º 27.406 — DE 3 DE
NOVEMBRO DE 1949

Outorga à Prefeitura Municipal de Barbacena, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira da Lavra, situada no Rio das Mortes, município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 168, letra b, do Código de Aguas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º Respeitados os direitos de terceiros, é outorgada à Prefeitura Municipal de Barbacena, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira de Lavra, situada no rio das Mortes, município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda a aproveitar, a descarga da derivação e a potência.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, para serviços públicos, serviços de utilidade pública e para comércio de energia na cidade de Barbacena.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I. Registrá-lo na Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura, dentro

de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II. Assinar o contrato disciplinar da concessão cuja minuta será preparada pela Divisão de Aguas, dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da data em que for publicada a respectiva aprovação pelo Ministério da Agricultura.

III. Requerer à Divisão de Aguas, mediante o arquivamento de certidão comprobatória, a averbação do registro do referido contrato no Tribunal de Contas, dentro de sessenta (60) dias da realização do mesmo.

IV. Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em 3 vias, dentro do prazo de um ano, a contar da data da publicação desse decreto, o projeto do aproveitamento hidroelétrico, compreendendo:

a) Hidrologia da região:

1. Clima e precipitação pluviométrica.
2. Bacia hidrográfica — Planta, área e coeficiente de escoamento.
3. Descargas máxima, mínima e média — Curva de descarga do curso d'água, correspondente, no mínimo a 1 ano de observação, obtida por medições.

b) Capacidade do aproveitamento:

1. Mercado consumidor. Curvas de cargas prováveis.
2. Quedas bruta e útil. Potência útil.
3. Necessidade de regularização do curso d'água.
4. Barragem — características método de cálculo, natureza do terreno

para as fundações. Volume d'água acumulada. Descarga de regularização.

5. Vertedouros, adufas, comportas, tomada d'água, canal adutor ou túnel, escadas para peixe — características gerais, cálculos e desenhos de detalhes.

c) Condutos forçados:

1. Características, tipo de assentamento — cálculo, planta e perfil.

2. Chaminé de equilíbrio — cálculo do golpe de ariete.

d) Turbinas:

1. Tipo adotado, velocidade específica e de disparo, curva de rendimento.

2. Reguladores e aparelhagem de medida — características.

3. Canal de fuga — características e capacidade de vazão.

e) Geradores elétricos:

1. Tipo, tensão nominal, frequência, potência, curva de rendimento.

2. Dispositivos de regulação da tensão.

3. Curvas características.

4. Constantes elétricas e mecânicas.

f) Sistema de transmissão:

1. Transformadores — tipo, relação de transformação, curva de rendimento, dispositivos de regulação da tensão, curvas características e constantes.

2. Equipamentos de proteção, de medida e de comando das subestações transformadoras, elevadora e abaixadora.

3. Linhas de transmissão — extensão, tensão nominal, parâmetros, tipos de condutores e de disposição dos condutores nos suportes. Isoladores — tipos e características. Cálculo elétrico. Queda de tensão e perda admissível. Cálculo mecânico — temperaturas máxima e mínima, tensões mecânicas e flexas dos condutores, correspondentes a essas temperaturas. Dispositivos de proteção — fio-terra, para-raios, anéis, chifres e tubos de proteção, relés.

g) Sistema de distribuição:

1. Linhas de subtransmissão — cálculo, queda de tensão e perda admissível.

2. Subestação de distribuição — características dos transformadores e da aparelhagem complementar.

3. Linhas primárias de distribuição — tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível.

4. Transformadores de distribuição — características gerais, espaçamento.

5. Linhas secundárias — tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível.

h) Planta e corte dos edifícios da casa de força, das subestações e da disposição da aparelhagem de transmissão e de distribuição.

i) Diagrama geral do sistema, desde os geradores até a disposição das linhas secundárias, com as suas características gerais.

j) Especificações do equipamento elétrico utilizado.

k) Orçamento detalhado correspondente a cada um dos itens anteriores.

V — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministério da Agricultura, executando-as de acordo com os projetos aprovados e com as modificações que forem autorizadas, se necessárias.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias a observações pluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5.º As tabelas de preço de energia serão fixadas pela Divisão de Águas, e trienalmente revistas de acordo com o disposto no art. 180 do Código de Águas.

Art. 6.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 4.º, será criado um fundo de reserva que proverá as renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição dêsse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por cota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta cota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.c Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão, e distribuição da energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado de Minas Gerais, em conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166 do Código de Águas, mediante indenização, na base do custo histórico, do capital não amortizado, deduzida a reserva de renovação a que se refere o parágrafo único do art. 6.c

§ 1.c A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado de Minas Gerais não se opõe à utilização dos bens objetos da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 8.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato pelo Tribunal de Contas.

Art. 9.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1949; 128.º da Independência e 61.º da República.

EURICO G. DUTRA

Daniel de Carvalho

DECRETO N.º 27.982, DE 11 DE ABRIL DE 1950

Outorga à Prefeitura Municipal de Três Passos, concessão para distribuir energia elétrica na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, utilizando energia térmica.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos dos arts. 150 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), 5.º do Decreto-lei número 852, de 11 de novembro de 1938, e 3.º do Decreto-lei n.º 3.763, de 25 de outubro de 1941, decreta:

Art. 1.º Respeitados os direitos de terceiros, é outorgada à Prefeitura Municipal de Três Passos, concessão para distribuir energia elétrica, destinada a serviços públicos, a serviços de utilidade pública e ao comércio de energia, na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, utilizando a usina termoeletrica com a potência de 35kw já instalada.

Art. 2.º Caducará o presente título independente de ato declaratório se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I. Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura dentro de trinta (30) dias após a sua publicação.

II. Assinar o contrato disciplinar da concessão cuja minuta será preparada pela Divisão de Águas dentro do prazo de trinta (30) dias, contadas da data em que for publicada a aprovação da respectiva minuta pelo Ministério da Agricultura.

III. Requerer a Divisão de Águas, mediante o arquivamento de certidão comprobatória, a averbação do registro do referido contrato no Tribunal de Contas, dentro de sessenta (60) dias da realização do mesmo.

IV. Apresentar à Divisão de Águas em três (3) vias, dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias contados após a publicação do presente título, o projeto das obras realizadas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações, da concessionária, em função de

sua indústria, concorrendo de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 4.º As tabelas de preço de energia serão fixadas pela Divisão de Águas e, trienalmente revistas de acordo com o disposto no artigo 180 do Código de Águas.

Art. 5.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o artigo 3.º, será criado um fundo de reserva que proverá às renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por cota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta cota será determinada, tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 6.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato pelo Tribunal de Contas.

—
DECRETO N.º 23.146 — DE 23 DE
MAIO DE 1950

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a lavrar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a lavrar carvão mineral em terrenos situados no Distrito de Butiá, município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de oitocentos e oito hectares (808ha), delimitada por um polígono mistilíneo com oitocentos e vinte e cinco hectares, setenta e cinco ares e cinquenta centiares (825,7550 ha) de cuja área foi deduzida uma de dezessete hectares, setenta e cinco ares e cinquenta centiares (17,750 ha), nele

contida, na qual Ricardo de Sousa Porto manifestou a mina de carvão mineral, registrada no livro A, número 1, sob n.º de ordem 681, do Departamento Nacional da Produção Mineral. O polígono delimitante da área tem um de seus vértices a mil metros (1.000m) no rumo magnético oitenta e dois graus e trinta minutos sudeste (82º 30' SE) do poço Venceslau Braz na mina do Leão, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil duzentos e sessenta metros (1.260m), setenta e dois, graus e dez minutos sudoeste (72º 10' SW); seiscentos e vinte metros (620m), dezessete graus noroeste (17º NW); mil cento e trinta metros (1.130m), quarenta e seis graus sudoeste (46º SW); seiscentos e vinte metros (620m), oitenta e dois graus e trinta minutos sudoeste (82º 30' SW); dois mil oitocentos e sessenta metros (2.860m), dezoito graus sudeste (18º SE), de extremidade deste último lado segue um alinhamento de rumo oitenta graus e trinta minutos sudeste (80º 30' SE); até encontrar o arroio Taquara; o último lado é o arroio Taquara no trecho compreendido entre a extremidade do sexto lado e o vértice de partida. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidas à União, ao Estado e ao Município em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 e do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mi-

neral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1950;
129.º da Independência e 62.º da República.

EURICO G. DUTRA

A. de Novais Filho

DECRETO N.º 28.492 — DE 14 DE
AGOSTO DE 1950

Autoriza a Prefeitura Municipal de Irai, Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações termoeletricas.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos artigos 10 e 11 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, combinado com os arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940, e

Considerando que a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica conforme Resolução n.º 585, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Prefeitura Municipal de Irai, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações de produção de energia elétrica, mediante a instalação de um grupo diesel-gerador de 100 KVA 240/120 volts, 50 ciclos.

Art. 2.º Sob pena de multa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00), diários, a interessada fica obrigada a:

I. Registrar o presente título na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II. Apresentar à mesma Divisão no prazo de cento e vinte (120) dias a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

Art. 3.º Este projeto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1950
129.º da Independência e 62.º da República.

EURICO G. DUTRA

A. de Novais Filho

DECRETO N.º 28.524 — DE 18 DE
AGOSTO DE 1950

Promulga a Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Bahia e o Regimento anexo à mesma, assinados em Washington, a 2 de dezembro de 1946.

RETIFICAÇÃO

“Na coluna 2.ª, linha 18.ª, onde se lê de acôrdo; leia-se *do acôrdo*”;

“no Artigo III, 6, 3.ª linha, onde se lê *da baleias*, leia-se *da baleia*”;

“no Artigo IV, 5.ª linha, onde se lê *ou por demente*, leia-se *ou por intermédio dos mesmos, quer independentemente* 2;

“no Artigo IV, alínea b, 6.ª linha, onde se lê *referente sua pesca*, leia-se *referente à sua pesca*”;

“no Artigo V, item 2, alínea c, 5.ª linha, onde se lê *determinada*, leia-se *determinada*”;

“no AN

“na alínea d do mesmo Artigo, onde se lê *consideração*, leia-se *considerarão*”;

“no Artigo VIII, item 3, 6.ª linha, onde se lê *que dispuser*, leia-se *de que dispuser*”

“no Artigo X, item 4, 14. linha, onde se lê *de seus*, leia-se *de seu*”;

“na 1.ª coluna da página 6.275, a ordem dos países signatários é a seguinte:

Pela Argentina:

Pela Austrália:

Pelo Brasil:

Pelo Canadá:

Pelo Chile:

Pela Dinamarca:

Pelos Estados Unidos da América:

Pela França:

Pela Noruega:

Pela Nova Zelândia:

Pelos Países Baixos:

Pelo Peru:

Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte;

Pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas:

Pela União Sul-Africana”;

“no Regimento, página 6.275, item 7, a, 5.ª coluna, onde se lê *fanows*, leia-se *fanons*”;

“no item 8, a, 5.ª linha, onde se lê *fanows*, leia-se *fanons*, e, na 5.ª linha, onde se lê *cul*, leia-se *sul*”

“no item 8, b, 5.ª linha, onde se lê *a baleia azul*, leia-se *uma baleia azul*;

“no item 8, e, depois da palavra *convenção*, o ponto é final, devendo por conseguinte, a palavra *será* ser colocada em parágrafo abaixo, precedida do número 9”;

“na 2.ª coluna da página 6.275, *in fine* (4 linhas a contar do fim da coluna), onde se lê *se entretanto, as baleias azuis*” que não atinjam menos de 50 pés (15,20m) e os “*rorquais de Rudolf*” menores de 35 pés (10,70m) poderão ser capturadas e entregues às estações de terra, se as carnes dessas baleias forem destinadas ao consumo local de homens e de animais, leia-se *Todavia, as “baleias azuis” de menos de 65 pés (19,80m), e os “rorquais comuns” de menos de 50 pés (15,20m) e os “rorquais de Rudolf” menores de 35 pés (10,70m) poderão ser capturados e entregues a estações de terra, desde que a carne dessas baleias for destinada ao consumo local de homens e animais*”;

“no item 11, 6.ª linha, onde se lê *fanows*, leia-se *fanons*”;

“na 3.ª coluna da página 6.275, 10.ª linha, depois do item II, onde se lê a) *Tôdas as baleias*, leia-se 12.ª) *Tôdas as baleias*”;

“no item 12, da mesma página, onde se lê *das baleias*, leia-se *de baleias*”;

“no item 16, da mesma página, 6.ª linha, onde se lê *espécie capturado*, leia-se *espécies capturadas*”;

“no mesmo item 25.ª linha, onde se lê *à respeito*, leia-se *a respeito*”;

“no item 18, 14.ª linha, onde se lê *cafin back*”, leia-se “*finback*”; na 15.ª linha, onde se lê “*cefin whale*”, leia-se “*fin whale*” e na 23.ª linha, onde se lê *coalfisch whale*”, leia-se “*coalfisch whale*”.

“na página 6.276, 1.ª coluna, 10.ª linha, onde se lê “*wsalla*”, leia-se: “*whale*”.

DECRETO N.º 28.872 — DE 16 DE
NOVEMBRO DE 1950

Autotriz a Empresa Sul Brasileira de Electricidade S. A. a ampliar as suas instalações e a modificar a frequência de seu sistema

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decretos-leis ns: 2.059, de 5 de março de 1940 e 4.295, de 13 de maio de 1942, e

Considerando que as medidas foram julgadas convenientes pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, pela Resolução n.º 620, de 9 de outubro de 1950, decreta:

Art. 1.º A Empresa Sul Brasileira de Electricidade S. A., com sede em Joinville, Estado de Santa Catarina, fica autorizada a ampliar a usina hidroelétrica do Bracinho, mediante a instalação de duas unidades geradoras de 10.000 H.P., consistindo, cada unidade, de duas turbinas Pelton de 5.000 H.P., um gerador trifásico de 10.100 KVA e 60 ciclos/segundo, um transformador trifásico de 10.100 KVA, uma tubulação adutora e demais equipamentos necessários.

Art. 2.º Fica igualmente autorizada a mesma Empresa a modificar para 60 ciclos/segundo a frequência de seu sistema de produção de energia elétrica, atualmente de 50 ciclos por segundo.

Parágrafo único. A modificação de frequência referida deverá ser realizada de forma progressiva e mediante entendimentos de ajustes da concessionária com os consumidores quanto à adaptação dos motores e demais equipamentos de utilização às novas características do fornecimento.

Art. 3.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 4.º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogados os Decretos ns. 20.358, de 8 de janeiro de 1946, e 26.686, de 23 de maio de 1949 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1950; 129.º da Independência e 52.º da República.

EURICO G. DUTRA.

A. de Novais Filho.

DECRETO N.º 28.890 — DE 22 DE
NOVEMBRO DE 1950

Outorga à Prefeitura Municipal de Cristalina, concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica na sede do município de Cristalina, Estado de Goiás, e das outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 10 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, decreta:

Art. 1.º E' outorgada à Prefeitura Municipal de Cristalina concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica na sede do município de Cristalina, Estado de Goiás, ficando autorizada para tanto a instalar uma usina termoeletrônica de 30 KW e a estender as linhas de distribuição de energia elétrica em toda a sua zona de concessão.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as seguintes condições:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a contar da data da sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão de Águas, os estudos, projetos e orçamentos respectivos, dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar da data da publicação deste decreto.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos de que trata este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º As tabelas de preços de energia elétrica serão fixadas pela divisão de Águas, no momento oportuno e trienalmente revistas, de acordo com o art. 180 do Código de Águas.

Art. 4.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1950; 129.º da Independência e 62.º da República.

EURICO G. DUTRA.

A. de Novais Filho.

DECRETO N.º 28.895 — DE 22 DE
NOVEMBRO DE 1950

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Fôrça e Luz de Uruçú S. A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere, o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o que requereu a Fôrça e Luz de Uruçú S. A.

Decreta:

Art. 1.º E' concedida à Fôrça e Luz de Uruçú S. A., com sede em Uruçú, Município de igual nome, Estado de Goiás, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, conforme o Decreto-lei número 938, de 8 de dezembro de 1938, ficando a mesma obrigada, para os seus objetivos, a satisfazer, integralmente, as exigências do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subsequentes e seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato.

Art. 2.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1952, 129.º da Independência e 62.º da República.

EURICO G. DUTRA.

A. de Novais Filho.

DECRETO N.º 28.999 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1950

Amplia a zona de fornecimento da usina de Betim, do Governo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos Decretos-leis números 2.059, de 5 de março de 1940, e 5.764, de 19 de agosto de 1943, decreta:

Art. 1.º Fica ampliada a zona de fornecimento de energia elétrica da usina de Petim, do Governo do Estado de Minas Gerais, com a inclusão do município de Esmeraldas, no mesmo Estado, excetuada a cidade-sede do referido município.

Parágrafo único. As tarifas para fornecimento de energia elétrica, na região de que trata este artigo, serão as vigorantes na zona de fornecimento da citada usina.

Art. 2.º Para cumprimento do determinado no artigo anterior fica o Governo do Estado de Minas Gerais autorizado a utilizar a linha de transmissão a que se refere o Decreto número 28.685, de 27 de setembro de 1950.

Art. 3.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir da sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, em três (3) vias, dentro do prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 4.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1950; 129.º da Independência e 62.º da República.

EURICO G. DUTRA.

A. de Novais Filho.

DECRETO N.º 29.106 — DE 8 DE
JANEIRO DE 1951

Autoriza o cidadão brasileiro Antero Leopoldino de Carvalho a pesquisar cassiterita, caulim, ouro, diamante e associados, no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, e nos termos dos artigos 152 e 153 da Constituição, e do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1949 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antero Leopoldino de Carvalho a pesquisar cassiterita, caulim, ouro, diamante e associados, em terrenos de sua propriedade no lugar denominado Fazenda Ouro Grosso, distrito de Itutinga, município de Itumirim, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta hectares e sessenta e quatro ares (30,64 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência dos córregos Vale Ouro Grosso, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos e oitenta e cinco metros (685m), vinte graus sudoeste (20°SW); trezentos e oitenta metros (380 m), oitenta e cinco graus sudoeste (85° SW); noventa metros (90 m), dez graus noroeste (10° NW); duzentos e cinquenta metros (250 m), vinte e cinco graus nordeste (25° NE); trezentos e oitenta e dois metros (382 m), Norte (N); duzentos metros (200m), sessenta e cinco graus sudeste (65° SE); quinhentos metros (500 m), oitenta e cinco graus nordeste (85° NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste decreto, pagará a taxa de trezentos e dez cruzeiros (Cr\$ 310,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1951, 120.º da Independência e 62.º da República.

EURICO G. DUTRA.

A. de Novais Filho.

DECRETO N.º 29.156 — DE 17 DE
JANEIRO DE 1951

Renova o Decreto n.º 23.766, de 29 de setembro de 1947.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), combinado com o Decreto-lei número 9.605, de 19 de agosto de 1946,

DECRETA:

Art. 1.º Fica renovada, pelo prazo de dois (2) anos, nos termos da letra a do art. 1.º do Decreto-lei número nove mil seiscentos e cinco (9.605), de dezenove (19) de agosto de mil novecentos e quarenta e seis (1946), a autorização concedida a Serrana, Sociedade Anônima e Mineração, pelo Decreto número vinte e três mil setecentos e sessenta e seis (23.766), de vinte e nove (29) de setembro de mil novecentos e quarenta e sete (1947) para pesquisar apatita e associados no lugar denominado Jacupiranguinha, distrito e município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil oitocentos e setenta cruzeiros (Cr\$.. 4.870,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA

A. de Novais Filho

DECRETO N.º 29.159 — DE 17 DE
JANEIRO DE 1951

Autoriza o cidadão brasileiro José Eulário de Matos Pimenta a lavar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Eulário de Matos Pimenta a lavar argila e associados em terrenos de propriedade da Cerâmica Sanitária Porcelite S. A., no lugar denominado Parque Suzano, distrito de Suzano, município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, numa área de vinte e seis hectares, quatro ares e vinte e três centiares (26,0423 ha), delimitada por um quadrilátero que tem um vértice a mil cento e noventa metros (1.190m), rumo magnético dezessete graus e quinze minutos sudoeste (17º 15' SW) do marco quilométrico quatrocentos e sessenta e três (km 463), da Estrada de Ferro Central do Brasil, no trecho Rio-São Paulo e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: setecentos e cinquenta e cinco metros e cinquenta centímetros (755,50 m), setenta e um graus e cinquenta e três minutos noroeste (71º 53' NW); trezentos e quarenta e cinco metros (345 m), dezoito graus e cinco minutos sudoeste (18º 05' SW); setecentos e cinquenta e sete metros e dez centímetros (757,10 m), setenta e um graus e cinquenta e cinco minutos sudeste (71º 55' SE); trezentos e quarenta e cinco metros (345m), dezessete graus e cinquenta minutos nordeste (17º 50' NE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 2º do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo código, não expressamente mencionadas neste decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cum-

primento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

A. de Novais Filho.

DECRETO N.º 29.160 — DE 17 DE
JANEIRO DE 1951

Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Vieira a lavar mármore e associados no município de Itabirito, Estado Minas Gerais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Juvenal Vieira a lavar mármore e associados em terrenos situados no lugar denominado Fazenda Rocinha no distrito e município de Itabirito, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta e sete hectares (37 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a duzentos metros (200 m) no rumo magnético quarenta e cinco graus noroeste (45º NW) da confluência do

córrego do Capão do Segredo com o ribeirão do Silva, e os lados a partir do vértice considerado, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos e vinte metros (520 m); dezenove graus nordeste (19º NE); duzentos e trinta metros (230m) oitenta e cinco graus nordeste (85º NE); setecentos e noventa metros (790m), norte (N); quatrocentos metros (400m), oeste (W); mil e trezentos metros (1.300 m), sul (S). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo código, não expressamente mencionadas neste decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de setecentos e quarentas cruzeiros (Cr\$ 740,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

A. de Novais Filho.

DECRETO N.º 29.161 — DE 17 DE
JANEIRO DE 1951

Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a lavrar carvão mineral e associados no município de Orleans, Estado de Santa Catarina

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa Continental de Minérios Ltda. a lavrar carvão mineral e associados numa área de mil hectares (1.000 ha) situada no lugar denominado Rio Minador, distrito e município de Orleans Estado de Santa Catarina, área essa delimitada por um hexágono irregular que tem um vértice a mil quatrocentos e setenta e cinco metros (1.475 m) no rumo verdadeiro setenta e cinco graus sudeste (75° SE) da confluência dos rios Júlio e Hipólito e cujos lados, a partir desse vértice têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: mil e setenta e cinco metros (1.075m), oitenta e nove graus nordeste (89° NE), dez mil metros (10.000 m), um grau noroeste (1° NW); oitocentos e setenta e cinco metros (875 m), oitenta e nove graus sudeste (89° SW); três mil setecentos e vinte e cinco metros (3.725m) sul (S); duzentos metros (200m), oeste (W); seis mil duzentos e setenta e cinco metros (6.275 m), um grau sudeste (1° SE). Essa autorização é outorgada mediante condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos arts. 32, 33 e 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo código, não expressamente mencionadas neste decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

EDRICO G. DUTRA.

A. de Novais Filho.

DECRETO N.º 29.165 — DE 17 DE
JANEIRO DE 1951

Autoriza o cidadão brasileiro Albino Medici, a pesquisar caulim e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, e nos termos dos artigos 152 e 153 da Constituição, e do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Albino Medici a pesquisar caulim e associados, em terrenos de sua propriedade, numa área de oito hectares e sessenta e dois ares (8,62 ha), localizada no lugar denominado Linha Jurubatuba, distrito e município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a duzentos e sete metros (207 m), no rumo magnético, trinta, e seis graus e cinquenta minutos noroeste (36° 50' NW); do meio da soleira da porta da casa do autorizado e cujos lados a partir deste vértice tem os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos e dois metros e cinquenta centímetros (402,50 m), um grau e dez minutos sudoeste (1° 10'

SW); vinte e sete metros (27 m), oitenta e oito graus e cinquenta minutos noroeste (88° 50' NW); daí segue pelo córrego dos Couros num desenvolvimento de setecentos e um metros (701 m), córrego abaixo; e quatrocentos e trinta e sete metros (437 m), oitenta e oito graus e cinquenta minutos sudeste (88° 50' SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica dêste decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

A. de Novais Filho.

DECRETO N.º 29.219 — DE 26 DE
JANEIRO DE 1951

Autoriza o cidadão brasileiro Orestes Giannetti a pesquisar mármore e associados no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Orestes Giannetti a pesquisar mármore e associados em terrenos de propriedade de Esmeraldo Gonçalves Pimenta e Raimundo Gonçalves Pimenta, numa área de três hectares (3 ha), encravada no imóvel Abóboras; distrito de Bação, município de Itabirito, Estado de Minas Gerais, delimitada por um retângulo que tem um vértice que dista quatrocentos metros (400 m) no rumo magnético setenta e cinco graus sudeste (75° SE) na confluência do córrego da Água Brava com o ribeirão das Abóboras ou Mata-Porcos e, a partir dêste vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e cinquenta metros (150 m), quarenta graus nordeste (40° NE); duzentos

metros (200 m), cinquenta graus noroeste (50° NW).

Art. 2.º O título de autorização de pesquisa, que será uma via autêntica dêste decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.

A. de Novais Filho.

DECRETO N.º 29.221 — DE 26 DE
JANEIRO DE 1951

Autotrizo o cidadão brasileiro José Maria dos Santos a pesquisar calcário e associados no município de Arcos, Estado de Minas Gerais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, e nos termos dos artigos 152 e 153 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Maria dos Santos a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua propriedade no imóvel Posse Grande, distrito e município de Arcos, Estado de Minas Gerais, numa área de dezoito hectares (18 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a trezentos e setenta e três metros (373,0m), no rumo magnético dois graus nordeste (2° NE) da esquina nordeste (NE) da casa de telhas, residência do genro de José Jacinto Fernandes Filho, e os lados divergentes dêste vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos metros (300,0 m), setenta e oito graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (78° 45' SW); seiscentos metros (600,0 m), onze graus e quinze minutos sudeste (11° 15' SE).

Art. 2.º O título de autorização de pesquisa, que será uma via autêntica dêste decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.
A. de Novais Filho.

DECRETO N.º 29.222 — DE 26 DE
JANEIRO DE 1951

Autoriza o cidadão brasileiro Caio Monteiro de Barros Filho a pesquisar dolomita no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas),

Decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Caio Monteiro de Barros Filho, a pesquisar dolomita em terrenos pertencentes à The Brazilian Gold Exploring Syndicate Ltd., numa área de sessenta hectares (60 ha), encravada no lugar denominado Paracatu, distrito e município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais, delimitada por um retângulo que tem um vértice que dista cento e quinze metros (115m), no rumo magnético de sessenta e três graus nordeste (63º NE), da confluência dos córregos Paracatu e Capim Gordura e cujos lados divergentes deste vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos metros (400m), trinta e sete graus sudeste (37º SE), mil e quinhentos metros (1.500m), cinquenta e três graus sudeste (53º SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

EURICO G. DUTRA.
A. de Novais Filho.

DECRETO N.º 29.733 — DE
3 DE JULHO DE 1951

Autoriza a Companhia Ferro Brasileiro S. A. a construir uma linha de transmissão no Município de Caeté, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º — Fica autorizada a Companhia Ferro Brasileiro S. A. a construir uma linha de transmissão trifásica, em circuito singelo, no município de Caeté, Estado de Minas Gerais, para o transporte de 60 kva, sob a tensão nominal de 2.300 volts, entre condutores, frequência de 50 ciclos, e extensão aproximada de 6.200 metros.

Parágrafo único — A linha de transmissão destina-se ao fornecimento de energia elétrica para o serviço de extração de minério de ferro na Serra da Piedade, distrito de Penedã, do referido Município.

Art. 2.º — Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º — O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1951: 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.012 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1951

Renova o Decreto n.º 27.008, de 3 de agosto de 1949

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovado, pelo prazo improrrogável de um ano, nos termos da letra "b" do artigo primeiro (1.º), do Decreto-lei número nove mil seiscentos e cinco (n.º 9.605), de dezanove (19) de agosto de mil novecentos e quarenta e seis (1946), a autorização concedida a Francisco Pereira de Oliveira, pelo Decreto número vinte e sete mil e oito (27.008), de três (3) de agosto de mil novecentos e quarenta e nove, para pesquisar caulim, mica e associados, em terrenos de sua propriedade, na fazenda do Aterrado, distrito de Simão Pereira, município de Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais.

A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros — (Cr\$ 300,00) — e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.126 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1951

Autoriza estrangeiro a revigorar o aforamento de terreno de acréscimo de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Angelino Ferreira dos Reis, de nacionalidade portuguesa, autorizado a revigorar o aforamento do terreno de acréscimo de marinha, situado à rua Presidente Barroso n.º 108, freguesia do Espírito

Santo, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda, sob o n.º 204.446, de 1950.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.187 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1951

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Dôce.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938, e o que requereu a interessada, decreta:

Art. 1.º É concedida à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Dôce, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, conforme o Decreto-lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938, ficando a mesma obrigada, para os seus objetivos a satisfazer, integralmente, as exigências do Código de Águas (Decreto número 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subsequentes e seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.188 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1951

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia de Eletricidade do Médio Rio Dôce.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso 1, da Constituição, e

tendo em vista o disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938, e o que requereu a interessada, decreta:

Art. 1.º E concedida à Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, conforme o Decreto-lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938, ficando a mesma obrigada, para os seus objetivos a satisfazer, integralmente, as exigências do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934) leis subsequentes e seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1951; 131.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.189 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1951

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o dispositivo do art. 1.º do Decreto-lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938, e o que requereu a interessada, decreta:

Art. 1.º E' concedida à Cia. de Eletricidade do Alto Rio Grande, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, conforme o Decreto-lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938, ficando a mesma obrigada, para os seus objetivos, a satisfazer, integralmente as exigências do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934) leis subsequentes e seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.197 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1951

Outorga concessão à Rádio Clube do Piauí Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora em ondas intermediárias (frequência tropical) em Teresina, Estado do Piauí.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Rádio Clube do Piauí Limitada e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Rádio Clube do Piauí Limitada, nos termos dos artigos 11, do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934 e 4.º parágrafo 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para estabelecer, a título precário, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, sem direito de exclusividade, uma estação radiodifusora em ondas intermediárias (frequência tropical), com a potência de 1 kw, destinada a executar os serviços de radiodifusão.

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas e deverá ser assinado dentro de 60 dias a contar da data da publicação deste Decreto no *Diário Oficial*, sob pena de ser considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30.219 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1951

Dispõe sobre o uniforme dos Guardas Florestais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, § 1.º, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o plano de uniforme para os guardas florestais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, de acordo com os desenhos que acompanham o presente decreto, alterando-se, assim, parcialmente, o constante do Decreto-lei n.º 6.344, de 15 de março de 1944.

Art. 2.º É vedado a outras corporações civis e de policiamento fiscal o uso de uniformes semelhantes ao plano aprovado por este Decreto.

Art. 3.º As insígnias não poderão ter qualquer semelhança com as das classes armadas.

Art. 4.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 65.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

Plano de uniforme a que se refere o Decreto n.º 30.219, de 29 de novembro de 1951, para Guarda Florestal do Ministério da Agricultura

Em tecido de brim cáqui.

Tipo:

Blusa para serviço de campo — (Figura 1) — gola de jaquetão, abotoando com quatro botões. De cada lado do peito, à altura das axilas, haverá um pequeno bolso, com portinhola, fechado por um botão preto. Os bolsos serão externos cosidos com duas costuras separados 3 cm. na gola esquerda, bordado a linha preta a letra S, na gola direita, e a letra F, na esquerda. Haverá, na manga esquerda, a 10 cm. abaixo da costura do ombro um retângulo de 6 cm. x 4,5 cm. um número para a identificação do guarda.

Blusa para serviço na cidade — (Figura 2) — gola de jaquetão, abotoando com cinco botões. De cada lado do peito, à altura das axilas, haverá um pequeno bolso, com portinhola, fechado por um botão preto. Abaixo do cinto haverá mais dois bolsos, externos, com portinhola, fechados por um botão preto, cosido com duas costuras separadas 3 cm. na gola esquerda, bordado a linha preta a letra S, na direita e a letra F, na esquerda. Haverá na manga esquerda, a 10 cm. abaixo da costura do ombro, um retângulo de 6 cm. x 4,5 cm. com um número para a identificação, do guarda.

Calça — (Figura 3) — A calça será culote, de brim cáqui, um friso vermelho de 3 cm. nos lados externos.

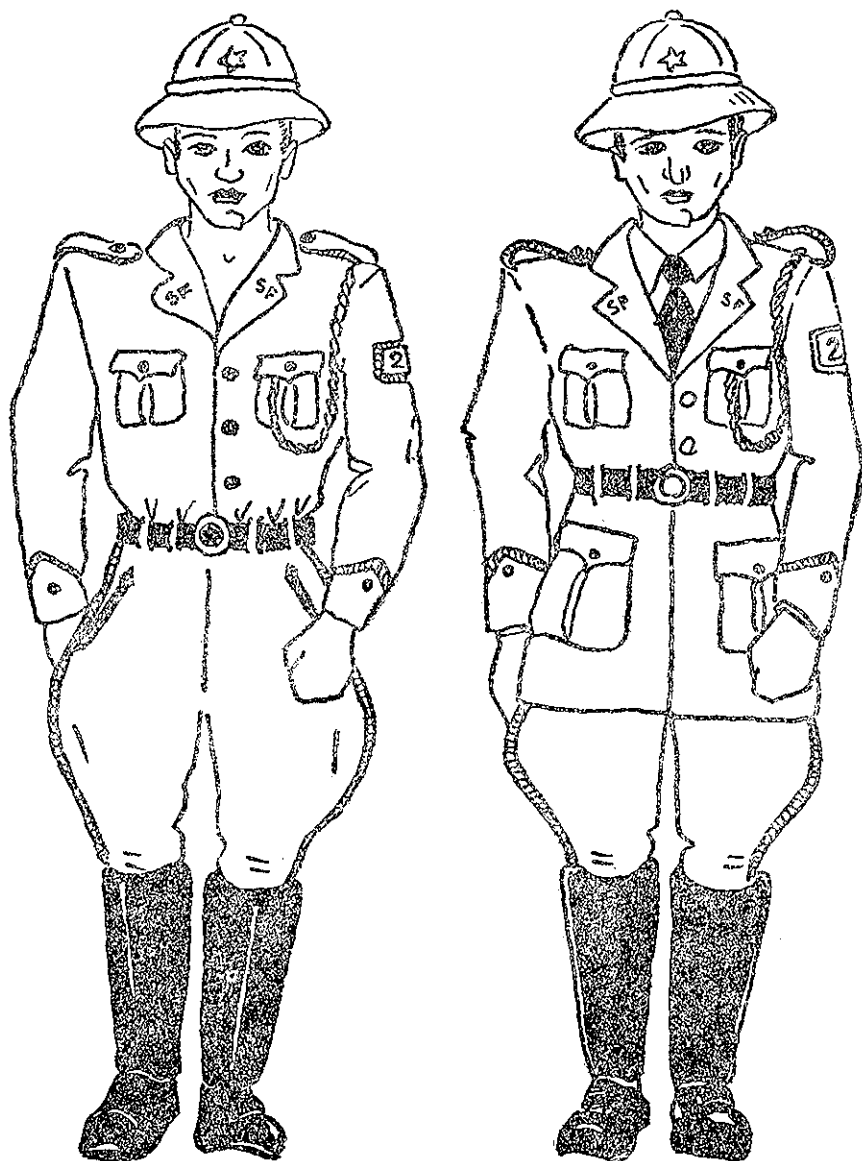
Capacete — (Figura 4) — Colonial, (figura n.º 4), de fibra, revestido de tecido de algodão verde escuro. Na parte dianteira, haverá uma estrela em metal branco.

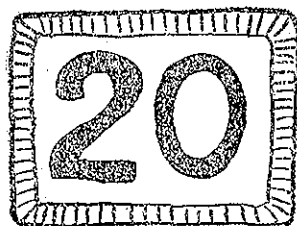
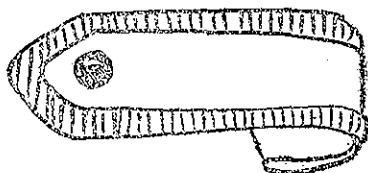
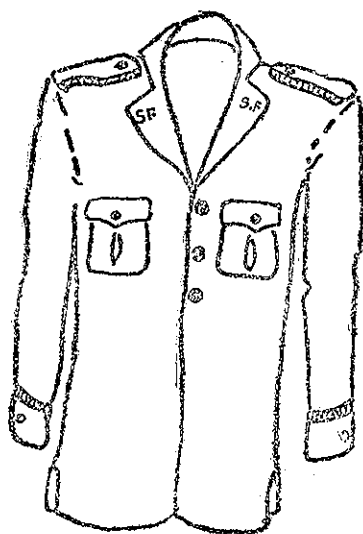
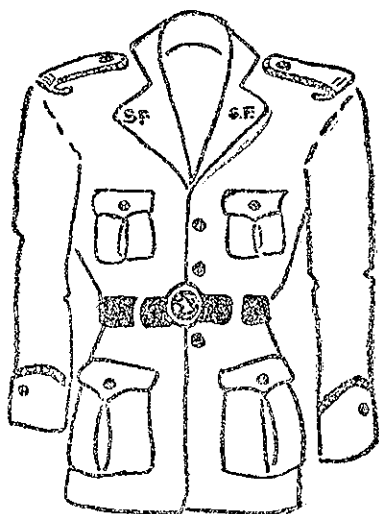
Cinto — (Figura 5) — de couro preto, de polimento, com 5 cm. de

Cinto — (Figura 5) — de couro preto, de polimento, com 5 cms. de largura e fivela metálica, conforme o modelo.


Botinas de couro, pretas.

Polainas de couro, pretas.





CONVENÇÕES

VERMELHO 

CA'QUI 

PRETO 

DECRETO N.º 30.221 — DE 29
DE NOVEMBRO DE 1951

Renova o Decreto n.º 27.172, de 12 de setembro de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), combinado com o Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica renovado, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra b do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida a Melício de Souza Machado Filho, pelo Decreto n.º 27.172, de 12 de setembro de 1949, para pesquisar calcário no lugar denominado Fazenda Castelo, distrito e município de Cotinguiba, Estado de Sergipe.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto pagará a taxa de dois mil trezentos e setenta cruzeiros (Cr\$. 2.370,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.247 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1951

Concede a "Bausch & Lomb do Brasil Ltd." autorização para continuar a funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à "Bausch & Lomb do Brasil Ltd.", com

sede na cidade de Rochester, Estado de New York, Estados Unidos da América, autorizada a funcionar na República pelos Decretos ns. 4.427 de 24 de julho de 1939, 19.559, de 4 de setembro de 1945, e 23.090, de 19 de maio de 1947, autorização para continuar a funcionar no país, com o capital social elevado para US\$ 1.000.000 (um milhão de dólares), dividido em 10.000 ações do valor ao par de US\$ 100 (cem dólares) por ação, correspondente em moeda nacional a Cr\$ 18.380.000,00 (dezoito milhões, trezentos e oitenta mil cruzeiros), que se destinam às suas operações comerciais no Brasil, consoante resolução aprovada em reunião da Diretoria, realizada a 18 de maio de 1951, mediante as cláusulas que este acompanham, assinadas pelo Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio, ficando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.248 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1951

Revoga os Decretos que concederam à "The Caloric Company" autorização para funcionar na República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. Ficam revogados os Decretos ns. 9.512, de 3 de abril de 1912, 10.021, de 22 de janeiro de 1913 14.886, de 21 de junho de 1921, 22.568 de 10 de fevereiro de 1947, 23.421, de 29 de julho de 1947, e 24.778, de 7 de maio de 1948, pelos quais foi concedida à "The Caloric Company" com sede no Estado de New York, Estados Unidos da América, autorização para funcionar na República, e cassadas as respectivas Cartas, atendendo ao que consta da resolução

aprovada em reunião de sua Diretoria, realizada a 29 de maio de 1951.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.263 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1951

Outorga à Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município do mesmo nome e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, decreta.

Art. 1.º É outorgada à Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica e fazer comércio de energia na sede desse Município, ficando autorizada:

a) a montar um grupo termoeletrico de 125 kVA de potência, 50 c/s e 220/380 V.;

b) a construir uma linha de transmissão para a potência de 250 kVA, extensão de 13 km, tensão entre condutores de 33.000 V., entre a cidade de Lagoa Santa e a sub-estação da Companhia Industrial de Belo Horizonte.

Art. 2.º Caducará o presente título, independentemente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as seguintes condições:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a contar da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, os estudos, projetos e orgânicos do sistema de distribuição.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único Os prazos de que trata este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º As tarifas do fornecimento da energia elétrica serão fixadas pelo Ministério da Agricultura no momento oportuno, e trienalmente revistas, de acordo com o art. 180 do Código de Águas.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.273 — DE 13 DE
DEZEMBRO DE 1951

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da S. A. de Seguros Lóide Atlântico

(Publicado no *Diário Oficial*, Seção I, de 18-12-51)

RETIFICAÇÃO

No art. 1.º,

Onde se lê:

"I — Supressão do art. 37 e do item d do art. 33".

Leia-se:

"I — Supressão do art. 37 e do item d do art. 34".

DECRETO N.º 30.291 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1951

Outorga a Irmãos Schlumberger concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Curucaca existente no rio Jordão, município de Guarapuava, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 150 do Código de Águas (dec. 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º É outorgada à Irmãos Schlumberger & Cia, Ltda, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Curucaca, existente no rio Jordão, no limite dos distritos de Guarapuava e Candi, município de Guarapuava, Estado do Paraná.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda a aproveitar, a descarga de derivação e a potência.

§ 2.º O aproveitamento destina-se a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para serviço público, de utilidade pública e para comércio de energia no município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Art. 2.º Caducará o presente título independente de ato declaratório se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, dentro de 30 dias, contados da data de sua publicação.

II — assinar o contrato disciplinar da concessão cuja minuta será preparada pela Divisão de Águas, dentro do prazo de 30 dias, a contar da data em que for publicada a respectiva aprovação pelo Ministério de Agricultura.

III — Requerer à Divisão de Águas, mediante o arquivamento de certidão comprobatória, a averbação do registro do referido contrato no Tribunal de Contas, dentro de 60 dias da realização do mesmo.

IV — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura em 3 vias, dentro do prazo de um ano, a contar da data da publicação deste decreto, o projeto do aproveitamento hidroelétrico, compreendendo;

a) hidrologia da região

1 — clima e precipitação pluviométrica;

2 — bacia hidrográfica, planta, área e coeficiente de escoamento;

3 — descargas máxima, mínima e média, curva de descarga do curso d'água, correspondente no mínimo a um ano de observação, obtida por medições.

b) capacidade de aproveitamento.

1 — mercado consumidor, curvas de cargas prováveis;

2 — queda bruta e útil, potência útil;

3 — necessidades de regularização do curso d'água;

4 — barragem, características, método de cálculo, natureza do terreno das fundações, volume d'água acumulada, descarga de regularização;

5 — vertedouros, adufas, comportas, tomada d'água, canal adutor ou túnel, escadas para peixe, característi-

cas gerais, cálculos e desenhos de detalhes.

c) condutos forçados

1 — características, tipo de assentamento, cálculo, planta e perfil;

2 — chaminé de equilíbrio, cálculo do golpe de ariete.

d) turbinas

1 — tipo adotado, velocidade específica, e de disparo, curva de rendimento;

2 — reguladores e aparelhagem de medida, características;

3 — canal de fuga, características e capacidade de vazão.

e) geradores elétricos

1 — tipo, tensão nominal, frequência, potência, curva de rendimento;

2 — dispositivos de regulação da tensão;

3 — curvas características;

4 — constantes elétricas e mecânicas.

f) sistema de transmissão

1 — transformadores, tipo, relação de transformação, curva de rendimento, dispositivos de regulação da tensão, curvas características e constantes;

2 — equipamentos de proteção de medida e de comando das subestações transformadoras elevadora e abaixadora;

3 — linhas de transmissão, extensão, tensão nominal, parâmetros, tipos de condutores nos suportes, isoladores, tipos e características, cálculo elétrico, queda de tensão e perda admissível, cálculo mecânico, temperaturas máxima e mínima, tensões mecânicas e flexas dos condutores, correspondentes a essas temperaturas, dispositivos de proteção, fio turvo, para-raios, anéis, chifres e tubos de proteção, relés.

g) sistema de distribuição

1 — linhas de sub transmissão, cálculo, queda de tensão e perda admissível;

2 — sub estação de distribuição, característicos dos transformadores e da aparelhagem complementar;

3 — linhas primárias de distribuição, tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível;

4 — transformadores de distribuição, características gerais espaçamento;

5 — linhas secundárias, tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível.

h) planta e corte dos edifícios da casa de força das subestações e da disposição da aparelhagem de transmissão e de distribuição;

i) diagrama geral do sistema desde os geradores até a disposição das linhas secundárias, com as suas características;

j) especificações do equipamento elétrico utilizado;

k) orçamento detalhado correspondente a cada um dos itens anteriores.

V — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministério da Agricultura, executando-as de acordo com os projetos aprovados e com as modificações que forem autorizadas, se necessárias.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Aguas, as instalações necessárias a observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição da energia elétrica.

Art. 5.º As tarifas de energia elétrica serão firmadas pelo Ministério da Agricultura e trienalmente

/Código

Art. 6.º Para a manutenção em integridade do capital a que se refere o artigo 4.º será criado um fundo de reserva que proverá às renovações determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único — A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta quota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que no momento existirem em função exclusiva e permanentemente da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado do Paraná, em conformidade com o estipulado nos arts. 165 e 166 do Código de Aguas, mediante indenização, na base do custo histórico, do capital não amortizado, deduzida a reserva de renovação a que se refere o parágrafo único do artigo 6.º.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado do Paraná não se opõe a utilização dos bens objeto de reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até 6 meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 8.º A presente concessão vigorará pelo prazo de 30 anos, contado da data do registro o respectivo contrato pelo Tribunal de Contas.

Art. 9.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.295 — DE 20
DE DEZEMBRO DE 1951

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Itatiaia", Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos da "Itatiaia", Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho, com sede

nesta Capital, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 836, de 23 de maio de 1936, e Carta Patente número 257, de 30 de junho de 1936, inclusive o aumento do capital social de Cr\$ 1.000.000,00 para Cr\$. 3:000.000,00, conforme deliberação das Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 5 de junho e 1.º de agosto de 1930 e 25 de setembro de 1951.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que vierem a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude o presente Decreto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segundas Viana.

DECRETO N.º 30.304 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Ilha do Governador, na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Antônio Cardoso Lucas, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir, em regime de comunhão de bens com sua esposa Regina Coeli da Fonseca Lucas, o domínio útil do terreno de marinha que constitui os lotes números 31 e 32 da Quadra 6 da Praia do Jequiá, na Ilha do Governador, na Capital da República, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda, sob o n.º 91.428, de 1951.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.305 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal de domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Antônio Alves de Almeida, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir a fração ideal de 1/10 (um décimo) do domínio útil do terreno de marinha correspondente ao apartamento número 401, do Edifício n.º 3.730, situado na Avenida Atlântica, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 72.080, de 1951.

Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.316 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1951

Autoriza o cidadão brasileiro Amaro Ribeiro Coelho a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados no município de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta.

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Amaro Ribeiro Coelho a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Fazenda dos Pintos, distrito e município de Belo Vale, Estado de Minas Gerais, numa área de dez hectares (10 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a cinquenta e três metros (53m), no rumo magnético trinta e cinco graus sudoeste (35º SW) da confluência dos córregos Pinto e Buraco da Lenha e os lados, diver-

gentes dêsse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos metros (500m), trinta graus sudeste (30°SE); duzentos metros (200m), -sessenta graus nordeste ... 60° NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.321 — DE 21
DE DEZEMBRO DE 1951

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, de L'Union, Compagnie D'Assurances Contre L'Incendie, Les Accidents e Risques Divers.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, de L'Union, Compagnie D'Assurances Contre L'Incendie, Les Accidents e Risques Divers, com sede em Paris, na França autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto n.º 2.734, de 4 de janeiro de 1898, conforme deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias de acionistas realizadas em 5 de março e 21 de dezembro de 1948, 28 de dezembro de 1949 e 15 de dezembro de 1950.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude o presente Decreto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.
Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.322 — DE 21 DE
DEZEMBRO DE 1951

Outorga ao Cotonificio José Rufino S. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Pirapema, Município de Cabo, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 164 do Código de Aguas (Decreto número 24.645, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º É outorgada ao Cotonificio José Rufino S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Pirapema, Município de Cabo, Estado de Pernambuco.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura de queda a aproveitar, a descarga de derivação e a potência.

§ 2.º O aproveitamento destina-se ao uso exclusivo do concessionário que não poderá ceder energia a terceiros, mesmo a título gratuito, excluídas, todavia, desta proibição as vilas operárias do concessionário, desde que seja gratuito o fornecimento de energia que lhes for feito.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se o concessionário não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Aguas; artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho de aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, dentro de cento e oitenta (180) dias, a contar da Aguas.

Parágrafo único. Os prazos a que se planta geral das instalações.

Art. 3.º O concessionário fica obrigado a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Aguas, as instalações necessárias à observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado de Pernambuco, de conformidade com o estipulado data da publicação deste decreto, a

Art. 5.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contados da data do respectivo contrato disciplinar pelo Tribunal de Contas, nos artigos 165 e 166 do Código de refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 6.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleófas.

— — —

DECRETO N.º 30.323 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951

Outorga à Prefeitura Municipal de Itueta, concessão para distribuir energia elétrica no município de Itueta, Estado de Minas Gerais, e das outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei número 852, de 11 de novembro de 1938, decreta:

Art. 1.º E' outorgada à Prefeitura Municipal de Itueta concessão para distribuir energia elétrica no município de Itueta, Estado de Minas Gerais, ficando autorizada, para tanto, a instalar uma usina termoeleétrica.

Parágrafo único. Em portaria do Ministro da Agricultura, por ocasião da aprovação dos projetos, será determinada a potência instalada.

Art. 2.º Cárucará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agri-

cultura, dentro de trinta (30) dias a contar da data da sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão de Águas, dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, os estudos, projetos e orçamentos relativos à instalação de uma usina termoeleétrica.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos de que trata este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º As tarifas de fornecimento de energia elétrica serão fixadas pelo Ministério da Agricultura, no momento oportuno, e trienalmente revistas de acordo com o art. 180 do Código de Águas.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleófas.

— — —

(*) DECRETO N.º 30.325 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1951.

Aprova as especificações e tabela para classificação e fiscalização da exportação de madeira serrada de pinho brasileiro.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 234, de 15 de março de 1938, a alínea IX do artigo 3.º, do Decreto-lei n.º 4.812, de 2 de outubro de 1942, e, bem assim, o artigo 94 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 5.739, de 29 de maio de 1949, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as especificações e tabela que com este baixam, assinadas pelo Ministro do Estado dos Negócios da Agricultura e referentes à classificação e fiscalização da exportação de madeira serrada de pinho brasileiro.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Fica revogado o Decreto número 5.714, de 27 de maio de 1940, que aprovou o Regulamento concernente à classificação e fiscalização da exportação de pinho brasileiro.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.326 — DE 21 DE
DEZEMBRO DE 1951

Concede à Imobiliária Parque Santa Rosa de França Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas); decreta:

Artigo único. É concedida à Imobiliária Parque Santa Rosa de França, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na Capital de São Paulo, constituída por instrumento particular de vinte e cinco (25) de junho de mil novecentos e cinquenta e um (1951), registrado na Junta Comercial de São Paulo, sob número de ordem cento e trinta e três mil quinhentos cinquenta e três (número 133.553), em vinte (20) de julho de mil novecentos e cinquenta e um (1951), autorização para funcionar como empresa de mineração, de acordo com o que dispõe o artigo sexto (6.º) do Decreto-lei número mil novecentos e oitenta e cinco (1.985), de vinte e nove (29) de janeiro de mil novecentos e quarenta (1940) (Código de Minas), ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.327 — DE 21 DE
DEZEMBRO DE 1951

Concede à Mineração Falcomar Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas); decreta:

Artigo único. É concedida à Mineração Falcomar Limitada, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede nesta Capital, constituída por contrato particular de vinte e nove (29) de outubro de mil novecentos e cinquenta e um (1951), autorização para funcionar como empresa de mineração de acordo com o que dispõe o artigo sexto (6.º) do Decreto-lei número mil novecentos e oitenta e cinco (1.985), de vinte e nove (29) de janeiro de mil novecentos e quarenta (1940) (Código de Minas, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.338 — DE 24 DE
DEZEMBRO DE 1951

Concede à "Brazilian Hydro Electric Company, Limited" autorização para continuar a funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940 decreta:

Artigo único. É concedida à "Brazilian Hydro Electric Company, Limited", com sede na cidade de Toronto, Província de Ontário, Dominio do Canadá, autorizada a funcionar na República pelos Decretos ns. 15.473, de 10 de maio de 1922 e 25.199, de 12 de julho de 1948, autorização para continuar a funcionar no país, com as alterações estatutárias que apre-

sentou, consoante resoluções aprovadas em assembleias gerais especiais de acionistas, realizadas a 24 de setembro de 1948, a 23 de maio de 1951, mediante as mesmas cláusulas que acompanham o Decreto n.º 25.199, de 12 de julho de 1948, assinadas pelo Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio, ficando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.339 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1951

Concede à "Standard Oil Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à "Standard Oil Company of Brazil", com sede em Fairmont, Estado de West Virginia, Estados Unidos da América, autorizada a funcionar na República pelos decretos ns. 9.335, de 17 de janeiro de 1912; 234, de 17 de julho de 1935; 4.894, de 20 de novembro de 1939 e 21.608, de 12 de agosto de 1946, autorização para continuar a funcionar no país, com as alterações introduzidas nos seus estatutos, consoante resolução aprovada em reunião da diretoria, realizada nesta cidade do Rio de Janeiro, a 19 de dezembro de 1950, mediante as cláusulas que este acompanham, assinadas pelo Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio, ficando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.344, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

Concede reconhecimento aos cursos de filosofia, geografia e história, letras clássicas, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedido reconhecimento aos cursos de filosofia, geografia e história, letras clássicas, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas e pedagogia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, mantida pela Sociedade Educadora da Infância e Juventude e com sede em Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.346 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1951

Concede à "Brazilian Telephone Company" autorização para continuar a funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único: É concedida à "Brazilian Telephone Company", com sede na cidade de Toronto, Província de Ontário, Domínio do Canadá, autorizada a funcionar na República pelos Decretos ns. 11.500, de 23 de fevereiro de 1915; 13.722, de 13 de agosto de 1919; 16.222, de 28 de novembro de 1923; 17.116, de 11 de novembro de 1925 e 25.091, de 14 de junho de 1948, autorização para continuar a funcionar no país, com as alterações estatutárias que apresentou, consoante resoluções aprovadas em

assembléias gerais especiais de acionistas, realizadas a 24 de setembro de 1948 e 25 de junho de 1951, mediante as mesmas cláusulas que acompanham o Decreto n.º 25.091, de 14 de junho de 1948, assinadas pelo Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio, ficando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1951: 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 30.347 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1951

Concede à "São Paulo Electric Company, Limited" autorização para continuar a funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à "São Paulo Electric Company, Limited", com sede na cidade de Toronto, Província de Ontário, Domínio do Canadá, autorizada a funcionar na República pelos Decretos ns. 8.791, de 21 de junho de 1941; 17.206, de 29 de janeiro de 1926; 18.569, de 22 de janeiro de 1929 e 16.654, de 26 de setembro de 1944, autorização para continuar a funcionar no país, com as alterações estatutárias que apresentou, consoante resoluções aprovadas em assembléias gerais especiais de acionistas, realizadas a 24 de setembro de 1948 e 25 de junho de 1951, mediante as cláusulas que este acompanham, assinadas pelo Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1951: 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 30.356 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1951

Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções:

Armazenista

1 — referência 22

Assistente

70 — referência 27.

Atendente

15 — referência 18.

Auxiliar Administrativo

2 — referência 25

4 — referência 24

Dentista

3 — referência 24

Escrevente-dactilógrafo

4 — referência 23

2 — referência 22

2 — referência 18

Laboratorista

1 — referência 20

5 — referência 19

2 — referência 18

Operador de Raio X

1 — referência 22

Servente

1 — referência 20

3 — referência 19

7 — referência 18

Técnico de Laboratório

1 — referência 24

1 — referência 20

Parágrafo único. As funções criadas por este Decreto destinam-se ao aproveitamento do pessoal docente e administrativo da Faculdade Fluminense de Medicina, nos termos do ar-

tigo 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Os efeitos do aproveitamento a que se refere o artigo anterior vigorarão a partir de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.357 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1951

Aprova as tabelas de gratificação, a título de representação, a que se refere o Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no § 2.º do artigo 15 do Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas, para o ano de 1952, as anexas tabelas de gratificação, a título de representação, do pessoal do Ministério das Relações Exteriores em exercício no exterior, em funções diplomáticas, consulares ou administrativas.

Art. 2.º As tabelas de que trata o artigo anterior vigorarão a partir de 1.º de janeiro de 1952.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

TABELA II

Missões diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições consulares

FUNÇÕES	A	B	C	D	E
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Ministros Conselheiros, Consules Gerais e Conselheiros Comerciais	150.000	160.000	180.000	210.000	225.000
	Amsterdã Barcelona Captown Génova Pôrto Roma Valparaíso	Antuérpia Bruxelas Genebra Kobe Lisboa Liverpool Montreal Ottawa	Buenos Aires Hamburgo Londres Montevideu Nova Orleans Paris São Francisco	Nova York (onu) Washington	Nova York (C Geral)

(*) Missões diplomáticas, Delegações junto Organismos Internacionais e Repartições consulares

TABELA III

FUNÇÕES	A		B		C	D
	Cr\$		Cr\$		Cr\$	Cr\$
Conselheiros, Primeiros Secretários, Cônsules de 1. ^a classe	100.000		105.000		120.000	140.000
Segundos Secretários, Vice-Cônsules	90.000		95.000		110.000	125.000
Terceiros Secretários, Vice-Cônsules	80.000		85.000		95.000	105.000
Auxiliar administrativos (*)	50.000		55.000		60.000	65.000

Amsterdã	Lima	Ancara	Kobe	Baltimore	Nova York Washington
Argel	Lisboa	Antuérpia	Liverpool	Boston	
Assunção	Madri	Beirute	Montreal	Buenos Aires	
Atenas	Managuá	Berna	Munique	Calcutá	
B. Blanca	Marselha	Bogotá	Oslo	Caracas	
Barcelona	México	Bonn	Panamá	Chicago	
Belgrado	Milão	Bruxelas	Port of Spain	Filadélfia	
Bordéus	Nápoles	Cairo	Praga	Havana	
Cadiz	Pôrto	Cardiff	Roma	Houston	
Camberra	P. Príncipe	Copenhague	Santiago	Karachi	
Captown	Pretória	Dacar	Southampton	Londres	
Dublin	Quito	Damasco	Taipeh, China	Los Angeles	
Florença	Rosário	Dusseldorf	Teerã	Miami	
Funchal	São José	Estocolmo	Tel-Aviv	Montevideu	
Genova	São Salvador	Francfort	Toronto	Nova Delhi	
Gotemburgo	Tegucigalpa	Genebra	Varsóvia	Nova Orleans	
Guatemala	Trujillo	Glasgow	Viena	Ottawa	
Haia	Valparaíso	Hamburgo	Zurique	Paris	
Havre	Vaticano	Helsinski		São Francisco	
La Paz	Vigo	Icoama		Toquio	
Las Palmas		Istambul			

(*) Servidores da Secretaria de Estado, com designação provisória no Exterior (arquivologistas, bibliotecários, criptógrafos e outros).



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1952 — VOLUME IV

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE ABRIL A JUNHO

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro • Brasil • 1952

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1952

	Pág.		Pág.
30.696. <i>Marinha</i> — Decreto de 1 de abril de 1952. Suspende exigências do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada. Pub. no <i>D.O.</i> de 3 de abril de 1952	3	das pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-4-52	34
30.697. <i>Educação</i> — Decreto de 1 de abril de 1952. Concede autorização para funcionamento do curso de letras neo-latinas da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-4-52	3	30.702. <i>Agricultura</i> — Decreto de 2 de abril de 1952. Concede à Sociedade Industrial de Minérios e Ácidos — S.I.M.A. Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1952	35
30.698. <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 1 de abril de 1952. Aprova o Regulamento da Escola de Aeronáutica. Pub. no <i>D.O.</i> de 23-4-52. Rep. no <i>D.O.</i> de 30-4-52	3	30.703. — Decreto de 2 de abril de 1952. Concede a Rielli, Silveira & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração. Ainda não foi publicado no <i>D.O.</i> por falta de pagamento	35
30.699. <i>Marinha</i> — Decreto de 2 de abril de 1952. Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-4-52	34	30.704. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Declara caduco o Decreto n.º 12.061, de 24 de março de 1943. Publicado no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1952	35
30.700. <i>Justiça</i> — Decreto de 2 de abril de 1952. Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 30.179, de 19 de novembro de 1951. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-4-52	34	30.705. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Declara sem efeito o Decreto número 29.686, de 19 de junho de 1951. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1952	35
30.701. <i>Educação</i> — Decreto de 2 de abril de 1952. Altera a lotação de repartições atendi-		30.706. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Declara	

	Pág.		Pág.
sem efeito o decreto número 29.760, de 12 de julho de 1951. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1951	36	cípio de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D.O.</i> de 5-4-52	38
30.707. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Declara sem efeito o Decreto número 29.764, de 12 de julho de 1951. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1952	36	30.714. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Nicenor Quaresma Vilela a pesquisar pedras coradas e associados no município de Joaima, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1952	39
30.708. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Retifica o art. 1.º do Decreto número 28.288, de 21 de junho de 1950. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1952	36	30.715. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza a cidadã brasileira Leopoldina Gomes Barroso de Oliveira a pesquisar leucita e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D.O.</i> de 5-4-52	39
30.709. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Retifica o Decreto n.º 30.327, de 21 de dezembro de 1951. Publicado no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1952	37	30.716. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro José Schwerber a pesquisar ocre e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1952	40
30.710. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Renova o Decreto n.º 26.972, de 27 de julho de 1949. Publicado no <i>D.O.</i> de 5-7-52	37	30.717. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza a Mitra Arquidiocesana de São Paulo a pesquisar calcário e associados no município de Santana de Parnaíba, Estado de S. Paulo. Pub. no <i>D.O.</i> de 5-4-52	40
30.711. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza os cidadãos brasileiros Bianor Aranha Sobrinho e Severino Sérvulo de Medeiros a pesquisar scheelita e associados no município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte. Pub. no <i>D.O.</i> de 5-4-52	37	30.718. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Roberto de Aquino Lordy a pesquisar minérios de manganês no município de Barbacena, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D.O.</i> de 5 de abril de 1952	40
30.712. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza os cidadãos brasileiros Reinaldo Busato e Ângelo Antoniacomi a pesquisar calcário e associados no município de Timoneira, Estado do Paraná. Pub. no <i>D.O.</i> de 5-4-52 ..	38	30.719. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Ladislau de Paula Martins a pesquisar calcário, calcita e associados no município de Mato-	

	Pág.		Pág.
sinhos, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 5 de abril de 1952	41	30.726. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Batista Coelho a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 7-4-52 ..	44
30.720. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Bassoul a pesquisar água mineral, na Ilha de Paquetá, Distrito Federal. Publicado no D.O. de 5-4-52	41	30.727. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e associados no município Ribeira, Estado de S. Paulo. Pub. no D.O. de 7-4-52	46
30.721. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Gabriel Domingos Abdala a lavrar calcário no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná. Pub. no D.O. de 5 de abril de 1952	42	30.728. <i>Trabalho — Exterior</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Dispõe sobre a Delegação Governamental Brasileira à V Conferência dos Estados da América Membros da Organização Internacional do Trabalho. Pub. no D.O. de 5 de abril de 1952	46
30.722. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro João Vieira de Sousa a pesquisar cassiterita e associados no município de São Del Rei, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 5-4-52	43	30.729. <i>Fazenda</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza Elvecino Barros Cabral a comprar pedras preciosas. Publicado no D.O. de 9 de abril de 1952	46
30.723. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Bianor Silva a pesquisar calcário e associados no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 5-4-52 ..	43	30.730. <i>Exterior — Fazenda</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Abre, ao Ministério das Relações exteriores, o crédito especial de Cr\$ 280.800,00 para o fim que especifica. Pub. no D.O. de 5-4-52	47
30.724. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Moreira de Almeida a pesquisar pedras coradas e associados, no município de Joazeiro, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 7-4-52 ..	44	30.731. <i>Marinha</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Declara de utilidade pública imóveis situados na Ilha do Governador. Publicado no D.O. de 15 de abril de 1952	47
30.725. <i>Agricultura</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Edgard Teixeira Leite a pesquisar crômica e associados, no município de Piuí, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 7 de abril de 1952	44	30.732. <i>Viação</i> — Decreto de 3 de abril de 1952. Aprova novo orçamento relativo às obras complementares para execução dos serviços decorrentes do prolongamento da Avenida Jequitaita, em Salva-	

	Pág.		Pág.
dor, no Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 9 de abril de 1952	47	Paraná. Pub. no D.O. de 12 de abril de 1952	50
30.733. <i>Viação</i> — Decreto de 7 de abril de 1952. Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas curtas nesta Capital. Publicado no D.O. de 29-5-52	48	30.739. <i>Justiça</i> — Decreto de 8 de abril de 1952. Regulamenta os cursos da Escola de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública. Pub. no D.O. de 15-4-52	50
30.734. <i>Viação</i> — Decreto de 7 de abril de 1952. Outorga concessão à Empresa de Transportes Aerovias Brasil S. A. para instalar um transmissor de 400 watts na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 30 de abril de 1952.	48	30.740 — Decreto de 8 de abril de 1952. Autoriza a Prefeitura Municipal de General Vargas, Estado do Rio Grande do Sul, a instalar uma usina termelétrica e dá outras providências. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento.	54
30.735. <i>Viação</i> — Decreto de 7 de abril de 1952. Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos para instalar uma estação radiotelegráfica e de radiofarol na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 4-6-52	49	30.741. <i>Exterior</i> — Decreto de 8 de abril de 1952. Cria uma Legação junto ao Governo da República da Islândia. Publicado no D.O. de 12-4-52 ...	54
30.736. <i>Agricultura</i> — Decreto de 7 de abril de 1952. Autoriza a São Paulo Light and Power Company, Limited, a construir um ramal de transmissão entre a usina térmica flutuante, "Piraquê", a ser ancorada no rio Casqueiro, e a linha tronco Cubatão-Vila Matias, Estado de São Paulo. Publicado no D. O. de 17 de abril de 1952.	49	30.742. <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 8 de abril de 1952. Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de três terrenos destinados ao Ministério da Guerra. Pub. no D.O. de 12 de abril de 1952	54
30.737. <i>Exterior</i> — Decreto de 7 de abril de 1952. Cria um Vice-Consulado honorário do Brasil em Chittagong, no Paquistão Oriental. Pub. no D.O. de 9-4-52. Rep. no D.O. de 14-4-52	49	30.743. <i>Fazenda</i> — Decreto de 8 de abril de 1952. Suprime cargo extinto. Pub. no D.O. de 9 de abril de 1952	55
30.738. <i>Educação</i> — Decreto de 7 de abril de 1952. Aprova o Estatuto da Universidade do		30.744. <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 9 de abril de 1952. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00 para atender às despesas com o monumento a ser oferecido à cidade "Brasil", nos Estados Unidos da América. Publicado no D.O. de 15 de abril de 1952	55
		30.745. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 28.895, de 22 de novembro de 1950. Publicado no D.O. de 18-4-52	55

Pág.	Pág.
30.746. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Retifica o art. 1.º do Decreto número 30.151, de 8 de novembro de 1951. Publicado no D.O. de 18-4-52	58
30.747. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Concede à Sociedade Mineração Suaqui Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no D.O. de 29-5-52	59
30.748. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues de Melo a pesquisar calcário e associados, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 17 de abril de 1952	57
30.749. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês no município de Pacajus, Estado do Ceará. Pub. no D.O. de 17-4-52	57
30.750. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Cândido Felix Martins a pesquisar quartzo no município de Campo Formoso, Estado da Bahia. Pub. no D.O. de 17 de abril de 1952	58
30.751. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês no município de Pacajus, Estado do Ceará. Pub. no D.O. de 17 de abril de 1952	58
30.752. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês no município de Pacajus, Estado do Ceará. Pub. no D.O. de 18-4-52	58
30.753. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no D.O. de 18-4-52	59
30.754. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura. Pub. no D.O. de 18-4-52	59
30.755. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura. Publicado no D.O. de 18-4-52	60
30.756. <i>Fazenda</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terrenos situados no Município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 18-4-52	60
30.757. <i>Trabalho</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Concede à sociedade anônima "Atlas Supply Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República. Publicado no D.O. de 22-4-52	60
30.758. <i>Trabalho</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Concede a "Produtos Farmacêuticos e Biológicos Ayerst do Brasil S. A." autorização para funcionar na República. Pub. no D.O. de 29-4-52.	61
30.759. <i>Trabalho</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Altera a lotação de repartições atendi-	

	Pág.		Pág.
das pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Publicado no <i>D.O.</i> de 18-4-52	61	estrangeiro a adquirir a ocupação de terreno de marinha e acrescido de marinha que menciona, situado em Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>D.O.</i> de 2 de maio de 1952	65
30.760. <i>Guerra</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Suprime cargos extintos. Pub. no <i>D.O.</i> de 17-4-52	62	30.768. <i>Fazenda</i> — Decreto de 17 de abril de 1952. Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República. Pub. no <i>D.O.</i> de 11-6-52	66
30.761. <i>Guerra</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Suprime cargos extintos. Pub. no <i>D.O.</i> de 18-4-52	63	30.769. <i>Fazenda</i> — Decreto de 17 de abril de 1952. Autoriza estrangeiro a revigorar o aforamento do terreno de marinha, que menciona, situado na Capital da República. Pub. no <i>D.O.</i> de 10-5-52	66
30.762. <i>Guerra</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Reduz para 30 meses o intersício para a promoção a Capitão. Pub. no <i>D.O.</i> de 18-4-52	64	30.770. <i>Fazenda</i> — Decreto de 17 de abril de 1952. Autoriza estrangeiros a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República. Pub. no <i>D.O.</i> de 15 de maio de 1952	66
30.763. <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Trabalho</i> — Decreto de 14 de abril de 1952. Institui a Comissão Executiva da Indústria do Material Elétrico. Publicado no <i>D.O.</i> de 15 de abril de 1952	64	30.771. <i>Agricultura</i> — Decreto de 18 de abril de 1952. Retifica o art. 1.º do Decreto número 30.640, de 19 de março de 1952. Pub. no <i>D.O.</i> de 22-4-52	66
30.764 — Decreto de 16 de abril de 1952. Autoriza a Prefeitura Municipal de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações hidrelétricas. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	65	30.772. <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 23 de abril de 1952. Altera o Decreto n.º 18.517, de 30 de abril de 1945, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores civis da União. Pub. no <i>D.O.</i> de 25-4-52	67
30.765. <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 17 de abril de 1952. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 10.785.500,00, para o fim que especifica. Publicado no <i>D.O.</i> de 19 de abril de 1952	65	30.773. <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 23 de abril de 1952. Abre ao Poder Judiciário — <i>Justiça Eleitoral</i> — o crédito especial que especifica. Pub. no <i>D.O.</i> de 25-4-52	67
30.766. <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — Decreto de 17 de abril de 1952. Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município e Cidade de Jataí, Estado de Goiás. Publicado no <i>D.O.</i> de 19 de abril de 1952.	65		
30.767. <i>Fazenda</i> — Decreto de 17 de abril de 1952. Autoriza			

Pág.		Pág.
30.774.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 23 de abril de 1952. Aprova o Regulamento para a XIX Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, a realizar-se na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, no corrente ano. Pub. no D.O. de 29-4-52	68
30.775.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 23 de abril de 1952. Retifica a ementa e o art. 1.º do Decreto n.º 28.051, de 25 de abril de 1950. Pub. no D.O. de 25-4-52	91
30.776.	<i>Aeronáutica</i> — Decreto de 23 de abril de 1952. Aprova o Regulamento para a Reserva da Aeronáutica. Publicado no D.O. de 29-4-52 Ret. no D.O. de 17-5-52	91
30.777.	<i>Viação</i> — Decreto de 24 de abril de 1952. Aprova projeto e orçamento para reforço da ponte metálica sobre o rio Livramento, na Estrada de Ferro de Bragança. Pub. no D.O. de 26-4-52	102
30.778.	<i>Viação</i> — Decreto de 24 de abril de 1952. Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, duas áreas imprescindíveis à construção de obras complementares ao sistema de Oleoduto Santos-São Paulo. Pub. no D.O. de 26-4-52	102
30.779.	<i>Viação</i> — Decreto de 24 de abril de 1952. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, terrenos necessários à construção do açude público "Pataxo", no município de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte. Publicado no D.O. de 26-4-52	193
30.780.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 24 de abril de 1952. Autoriza a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S. A. a ampliar suas instalações ter-	
	moelétricas. Pub. no D.O. de 5-6-52	103
30.781.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 24 de abril de 1952. Declara de utilidade pública diversas áreas de terras situadas nos municípios de Leopoldina, Cataguases e São João Nepomuceno, no Estado de Minas Gerais e autoriza a Companhia Fôrça e Luz Cataguases-Leopoldina a promover as desapropriações necessárias. Pub. no D.O. de 14-5-52	103
30.782.	<i>Trabalho</i> — Decreto de 24 de abril de 1952. Concede à sociedade comercial "Pachá & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Pub. no D.O. de 12 de maio de 1952	104
30.783.	<i>Fazenda</i> — Decreto de 24 de abril de 1952. Revoga o Decreto n.º 17.413, de 22 de dezembro de 1944. Pub. no D.O. de 26-4-52	104
30.784.	<i>Fazenda</i> — Decreto de 24 de abril de 1952. Autoriza Antônio Maia do Amaral a comprar pedras preciosas. Publicado no D.O. de 29 de abril de 1952.	105
30.785.	<i>Fazenda — Viação — Trabalho</i> — Decreto de 25 de abril de 1952. Dá nova redação "in fine" do artigo 4.º do Decreto n.º 30.134, de 5 de novembro de 1951. Publicado no D.O. de 29-4-52	105
30.786.	<i>Justiça — Fazenda</i> — Decreto de 28 de abril de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica. Pub. no D.O. de 30-4-52	105
30.787.	<i>Fazenda</i> — Decreto de 28 de abril de 1952. Suprime cargo extinto. Pub. no D.O. de 30-4-52.	105

	Pág.		Pág.
30.788. <i>Fazenda</i> — Decreto de 28 de abril de 1952. Ratifica decreto do Estado de Goiás sobre exploração do serviço de loteria. Pub. no D.O. de 30 de abril de 1952	106	30.794. <i>Viação</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área necessária à construção ferroviária D. Silvério-São Domingos do Prata-Nova Era, no Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 3-5-52	110
30.789. <i>Trabalho</i> — Decreto de 28 de abril de 1952. Concede à sociedade "H. Dantas & Filho" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem sob a nova denominação e forma social de "H. Dantas, Comércio, Navegação e Indústrias Limitada". Publicado no D.O. de 6-5-52	106	30.795. <i>Justiça</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Altera a redação do artigo 93 do Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública, aprovado pelo Decreto n.º 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Pub. no D.O. de 3-5-52	111
30.790. <i>Marinha</i> — Guerra — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 28 de abril de 1952. Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1952. Pub. no D.O. de 28-4-52. Rep. no D.O. de 29-4-52.	106	30.796. <i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à realização do aproveitamento de energia hidráulica existente no curso d'água denominado Jacaré Guacu, na divisa dos municípios de São Carlos e Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo e autoriza a Companhia Paulista de Eletricidade a promover as desapropriações. Publicado no D.O. de 14 de maio de 1952	111
30.791. <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 29 de abril de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 12.000,00, para atender às despesas com o pagamento das contribuições referentes a 1948, 1949 e 1950, devidas pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico como membro da referida Associação. Publicado no D.O. de 2-5-52 ...	109	30.797. <i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a instalar uma usina elétrica no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, para uso exclusivo. Pub. no D.O. de 14 de maio de 1952	112
30.792. <i>Marinha</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Suspende exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada. Pub. no D.O. de 3 de maio de 1952	110	30.798. <i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Concede à Companhia Vidraria Santa Marina autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no D.O. de 3-5-58	113
30.793. <i>Viação</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Aprova o projeto e o orçamento para a construção do segundo trecho da ligação ferroviária D. Silvério-São Domingos do Prata-Nova Era, no Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 3 de maio de 1952	110	30.799. <i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Auto-	

Pág.		Pág.
	riza o cidadão brasileiro Guilherme Furtado Portugal a pesquisar mica, caulim e associados no Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 6-5-52 ..	113
30.800.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Autoriza a Companhia Brasileira de Mineração de Grafite a lavrar minério de manganês grafitoso no município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 6 de maio de 1952	113
30.801.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro José Raimundo de Melo a pesquisar grafite e associados, no município de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 6 de maio de 1952	114
30.802.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Brasília Rogich a pesquisar calcário, no município de Sorocaba, Estado de São Paulo. Pub. no D.O. de 6-5-52	114
30.803.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Jacyro Faury a pesquisar argila, caulim e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 6-5-52	115
30.804.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Autoriza a Cia. Brasileira de Ligantes Hidráulicos a pesquisar calcário e associados, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no D.O. de 6-5-52	115
30.805.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Autoriza a firma Andréa Salvini & Cia. Ltda. a pesquisar mármore e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de	
	Minas Gerais. Pub. no D. O. de 6-5-52	116
30.806.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Anis Fadul a pesquisar quartzo e associados, no município de Poá, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 6-5-52	117
30.807.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Manuel da Silva Franco a pesquisar talco e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Pub. no D.O. de 6-5-52	117
30.808.	<i>Agricultura</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Anis Fadul a pesquisar argila e associados, no município de Suzano, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 6-5-52..	118
30.809.	<i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 30 de abril de 1952. Classifica as localidades do Território Nacional, nas categorias previstas no art. 122 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. Pub. no D.O. de 2 de maio de 1952	118
30.810.	<i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 2 de maio de 1952. Determina e novamente classifica as localidades do Território Nacional, nas categorias previstas nos artigos 122 e 123 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. Pub. no D.O. de 5-5-52	119
30.811.	<i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 2 de maio de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica. Publicado no D.O. de 6 de maio de 1952.	119
30.812.	<i>Fazenda</i> — Decreto de 2 de maio de 1952. Regula-	

	Pág.		Pág.
menta dispositivos da Lei número 1.474, de 26 de novembro de 1951. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-5-52	120	30.820. <i>Exterior</i> — Decreto de 6 de maio de 1952. Suprime o Consulado honorário do Brasil em Port-Arthur e cria uma Repartição honorária da mesma categoria em Galveston. Publicado no <i>D. O.</i> de 9-5-52	125
30.813. <i>Agricultura</i> — Decreto de 5 de maio de 1952. Autoriza a Companhia Hidrelétrica Parapanema a ampliar suas instalações. Pub. no <i>D.O.</i> de 315-52	123	30.821. <i>Exterior</i> — Decreto de 6 de maio de 1952. Cria o Consulado honorário do Brasil em Basileia, Suíça. Publicado no <i>D. O.</i> de 9-5-52	125
30.814. <i>Viação</i> — Decreto de 5 de maio de 1952. Outorga concessão ao Ministério da Educação e Saúde para estabelecer, nesta Capital, uma estação de radiotelevsão. Pub. no <i>D. O.</i> de 7-5-52	123	30.822. <i>Exterior</i> — Decreto de 6 de maio de 1952. Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 9-5-1952	125
30.815. <i>Viação</i> — Decreto de 5 de maio de 1952. Outorga concessão à Fundação Rádio Mauá para estabelecer uma estação de radiotelevsão nesta Capital. Pub. no <i>D.O.</i> de 7 de maio de 1952	123	30.823. <i>Exterior</i> — Decreto de 7 de maio de 1952. Promulga o Acôrdio sobre Investimentos entre o Brasil e a Itália, concluído por troca de notas, assinadas no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1950. Pub. no <i>D. O.</i> de 10-5-52	125
30.816. <i>Viação</i> — Decreto de 5 de maio de 1952. Outorga concessão à Sociedade Cultura "A Voz do Espaço" para estabelecer uma estação de radiotelevsão na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo. Pub. no <i>D.O.</i> de 16 de maio de 1952	124	30.824. <i>Exterior</i> — Decreto de 7 de maio de 1952. Promulga o Acôrdio de Migração entre o Brasil e a Itália, assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1950. Pub. no <i>D. O.</i> de 16-5-52	126
30.817. <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 6 de maio de 1952. Dá nova redação ao artigo 3.º do Decreto n.º 28.966, de 13 de dezembro de 1950. Pub. no <i>D.O.</i> de 9-5-52	124	30.825. <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 7 de maio de 1952. Especifica novos cargos em organizações militares que dão direito às Gratificações de Técnico Militar prevista no art. 56 e de Serviço Industrial a que se referem os arts. 64 e 66 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. Pub. no <i>D. O.</i> de 10-5-52	126
30.818. <i>Educação</i> — Decreto de 6 de maio de 1952. Altera denominação de curso. Publicado no <i>D.O.</i> de 9-5-52	124	30.826. <i>Educação</i> — Decreto de 8 de maio de 1952. Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente	
30.819. <i>Educação</i> — Decreto de 6 de maio de 1952. Concede autorização para funcionamento do curso médico da Faculdade e Medicina de Ribeirão Preto. Pub. no <i>D. O.</i> de 10 de maio de 1952	124		

	Pág.		Pág.
e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde. Pub. no <i>D. O.</i> de 12-5-52	127	versão. Pub. no <i>D. O.</i> de 14 de maio de 1952	130
30.827. <i>Justiça — Fazenda</i> — Decreto de 8 de maio de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica. Publicado no <i>D. O.</i> de 12-5-52	127	30.834. <i>Viação</i> — Decreto de 10 de maio de 1952. Suprime cargo extinto. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 10-5-52	130
30.828 — <i>Fazenda</i> — decreto de 8 de maio de 1952. Revoga o art. 4.º do Decreto n.º 29.134, de 15 de janeiro de 1951. Pub. no <i>D.O.</i> de 12-5-52 ..	127	30.835. — Decreto de 12 de maio de 1952. Prorroga até 25 de agosto de 1955 o prazo a que se refere o art. 3.º do Decreto n.º 28.549, de 25 de agosto de 1950. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	131
30.829. <i>Agricultura</i> — Decreto de 8 de maio de 1952. Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Materiais de Construção "Cimimar" a lavar calcário no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no <i>D. O.</i> de 12-5-52	128	30.836. <i>Fazenda</i> — Decreto de 12 de maio de 1952. Desincorpora do Patrimônio Nacional os bens e direitos da Companhia Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói S. A., e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 15-5-52	131
30.830. <i>Agricultura</i> — Decreto de 8 de maio de 1952. Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Materiais de Construção "Cimimar" a lavar calcário e associados no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no <i>D. O.</i> de 12-5-52	129	30.837. <i>Agricultura</i> — Decreto de 13 de maio de 1952. Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a pesquisar apatita e associados no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D. O.</i> de 16-5-52	132
30.831. <i>Fazenda</i> — Decreto de 9 de maio de 1952. Suprime cargo extinto. Publicado no <i>D. O.</i> de 10-5-52	129	30.838. <i>Educação</i> — Decreto de 13 de maio de 1952. Declara de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel que menciona, situado na cidade de Recife, Pernambuco. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 15-5-52	132
30.832. <i>Viação</i> — Decreto de 10 de maio de 1952. Outorga concessão à Prefeitura do Distrito Federal para estabelecer, por intermédio da Rádio Emissora Roquette Pinto, uma estação de radiotelevisão. Pub. no <i>D. O.</i> de 14-5-52	130	30.839. <i>Justiça — Fazenda</i> — Decreto de 13 de maio de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica. Publicado no <i>D. O.</i> de 15-5-52 ...	132
30.833. <i>Viação</i> — Decreto de 10 de maio de 1952. Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno situada no pátio da estação de Nova Era, para construção de um triângulo de re-		30.840. <i>Justiça</i> — Decreto de 13 de maio de 1952. Declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico, com sede no Distrito Federal. Pub. no <i>D. O.</i> de 15-5-52	133
		30.841. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de maio de 1952. Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a pesquisar cal-	

	Pág.		Pág.
cário e associados no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo. Publicado no <i>D. O.</i> de 16-5-52 .	133	30.849. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de maio de 1952. Autoriza a Indústria de Mármore Itálva Limitada a pesquisar mármore no município de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>D.O.</i> de 17-5-52 .	138
30.842. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Celestino Nepomuceno da Silva a pesquisar mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 16-5-52 .	134	30.850. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de maio de 1952. Autoriza a Companhia Carbonífera Brasil Ltda., a lavrar carvão mineral no município de Crisiuma, Estado de Santa Catarina. Pub. no <i>D. O.</i> de 17-5-52	138
30.843. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Alyrio Veloso de Almeida a pesquisar mica e associados no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia. Pub. no <i>D. O.</i> de 16-5-52 .	134	30.851. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de maio de 1952. Autoriza Mineração Lobato Ltda. a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, no município de Borba, Estado do Amazonas. Pub. no <i>D. O.</i> de 17 de maio de 1952 .	139
30.844. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Gabriel Nunes Coelho a lavrar mica no município de Santa Maria de Suassuí, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 17-5-52 .	135	30.852. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Teixeira de Alencastro a lavrar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no <i>D. O.</i> de 17-5-52 .	139
30.845. — Decreto de 14 de maio de 1952. Retifica o artigo 1.º do Decreto número 25.116, de 18 de junho de 1948. Publicado no <i>D. O.</i> de 17-5-52 .	136	30.853. <i>Exterior</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Suprime o Consulado Privativo do Brasil, em Castillos, e cria uma Repartição da mesma categoria em Rocha, na República Oriental do Uruguai. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 17-5-52 .	140
30.846. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de maio de 1952. Retifica o art. 1.º do Decreto número 30.651, de 20 de março de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 23-5-52 .	136	30.854. <i>Educação</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde. Pub. no <i>D. O.</i> de 17-5-52 .	141
30.847. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de maio de 1952. Concede a Ahrendt & Cia. Ltda, autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-5-52 .	137	30.855. <i>Trabalho</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Concede à Sociedade "Diaz & Irmão" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem sob a nova razão social de "Diaz,	
30.848. <i>Agricultura</i> — Decreto de 14 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Otto a pesquisar água mineral no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>D. O.</i> de 17-5-52 .	137		

	Pág.		Pág.
Irmão & Companhia". Publica- do no D. O. de 27-5-52	141	riza o cidadão brasileiro Braz Barroso a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 19 de maio de 1952	144
30.856. <i>Fazenda</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. — Aprova aumento de capital do banco estrangeiro. Pub. no D. O. de 28-5-52	141	30.865. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Auto- riza o cidadão brasileiro José de Sousa Fortes a pesquisar minério de manganês, no mu- nicípio de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais. Pu- blicado no D. O. de 19-5-52 ..	144
30.857. <i>Fazenda</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Aprova e manda executar o Regimento da Mesa de Rendas de Macapá, no Território Federal do Amapá. Pub. no D. O. de 17 de maio de 1952	142	30.866. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Auto- riza o cidadão brasileiro Fran- cisco Ribeiro de Andrade a pes- quisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais. Publi- cado no D. O. de 19-5-52 ..	145
30.858. <i>Fazenda</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Autoriza Mojzesz Zimetbaum a comprar pedras preciosas. Pub. no <i>Diá- rio Oficial</i> de 20-5-52	142	30.867. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Auto- riza a Mitra Arquidiocesana de Mariana a pesquisar esteatita no município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Ge- rais. Pub. no D. O. de 19-5-52	145
30.859. <i>Fazenda</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Autoriza Salustiano José de Santana a comprar pedras preciosas. Pu- blicado no D. O. de 20-5-52 ..	142	30.868. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Auto- riza Eletro Química Brasileira S. A. a pesquisar minério de manganês no município de Con- ceição do Mato Dentro, no Es- tado de Minas Gerais. Publi- cado no D. O. de 19-5-52 ..	146
30.860. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. De- clara sem efeito o Decreto nú- mero 27.005, de 3 de agosto de 1949. Pub. no D. O. de 17-5-52	142	30.869. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Auto- riza o cidadão brasileiro José Raimundo de Melo a pesquisar minério de molibdênio e asso- ciados no município de Itape- cerica, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 19-5-52 ..	146
30.861. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Re- nova o Decreto n.º 26.310, de 3 de fevereiro de 1949. Publi- cado no D. O. de 24-5-52	143	30.870. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Auto- riza o cidadão brasileiro Juve- nal Felicíssimo a lavar dolo- mite e calcário no município de Santana do Parnaíba do Estado de São Paulo. Pub. no <i>Diá- rio Oficial</i> de 19-5-52.	147
30.862. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Auto- riza o cidadão brasileiro Eva- risto Lorigi a pesquisar água mineral no município de Carna- panha, Estado de Minas Ge- rais. Pub. no D. O. de 19-5-52	143		
30.863. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Auto- riza os cidadãos brasileiros Má- rio Zucato e Oreste Mantovani a pesquisar água mineral no município de Monte Sião, Es- tado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 19-5-52	143		
30.864. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Auto-			

	Pág.		Pág.
30.871. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Faccini a pesquisar ardósia no município de Guarulhos, Estado de São Paulo. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 19-5-52	147	necessários a serviço do Exército Nacional. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 21-5-52	151
30.872. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro João Carlos de Oliveira a pesquisar calcário e mármore no município de Itapeva, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D. O.</i> de 19-5-52	148	30.879. Decreto de 20 de maio de 1952. Concede reconhecimento à Escola Técnica Eletromecânica da Bahia. Ainda não foi publicado no <i>D. O.</i> por de pagamento	152
30.873. <i>Agricultura</i> — Decreto de 15 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Armando Ramos Filho a lavrar areia quartzosa no município de Itanhaém, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D. O.</i> de 19-5-52 ..	149	30.880. <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 21 de maio de 1952. Cria função na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica. Publicado no <i>D. O.</i> de 24-5-52 ..	152
30.874. <i>Trabalho</i> — <i>Exterior</i> — Decreto de 19 de maio de 1952. Dispõe sobre a Delegação Governamental Brasileira à 35. ^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Publicado no <i>D. O.</i> de 19-5-52	149	30.881. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de maio de 1952. Renova o Decreto n.º 27.389, de 3 de novembro de 1949. Publicado no <i>D. O.</i> de 24-5-52 ..	152
30.875. <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 19 de maio de 1952. Autoriza a cessão de um terreno da União à Prefeitura do Distrito Federal. Publicado no <i>D. O.</i> de 21-5-52	150	30.882. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Ernesto Correa da Silva a lavrar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 24-5-52	152
30.876. <i>Guerra</i> — Decreto de 19 de maio de 1952. Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário a serviço do Exército Nacional. Pub. no <i>D. O.</i> de 21-5-52	150	30.883. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Aurino Gomes da Silva a pesquisar minério de ouro e associados, no Município de Jacobina — Estado da Bahia. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 24-5-52	153
30.877. <i>Guerra</i> — Decreto de 19 de maio de 1952. Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários a serviço do Exército Nacional. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 21-5-52	151	30.884. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Darwin Artese a pesquisar caulim e associados, no Município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 24-5-52	154
30.878. <i>Guerra</i> — Decreto de 19 de maio de 1952. Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis		30.885. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de maio de 1952. Autoriza a cidadã brasileira Augusta Adjuta Botelho a pesquisar cristal de rocha, no Município de Cristalina, Estado de Goiás. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-5-52 ..	154

	Pág.		Pág.
30.886. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Heitor Lopes Varela a pesquisar sche-elita e associados, no município de Itaretama, Estado do Rio Grande do Norte. Pub. no <i>D.O.</i> de 24-5-52	155	o Decreto n.º 26.879, de 12 de julho de 1949. Publicado no <i>D. O.</i> de 24-5-52	166
30.887. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Inácio Raminho a pesquisar mica e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 24-5-52 .	155	30.894 — Decreto de 22 de maio de 1952. Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no <i>D. O.</i> por falta de pagamento .	166
30.888. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de maio de 1952. Autoriza a Mineração Bahiana Limitada a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Miguel Calmon, Estado da Bahia. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 24-5-52	156	30.895. <i>Trabalho</i> — Decreto de 22 de maio de 1952. Concede à sociedade comercial Erazulino Silva & Companhia autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 2-5-52	166
30.889. <i>Agricultura</i> — Decreto de 21 de maio de 1952. Autoriza a Mineração Bahiana Limitada a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Jaguarari, Estado da Bahia. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-5-52	156	30.896 — <i>Trabalho</i> — Decreto de 22 de maio de 1952. Extingue cargos excedentes. Pub. no <i>D.O.</i> de 24-5-52 ..	166
30.890. <i>Agricultura</i> . — Decreto de 21 de maio de 1952. Autoriza a Mineração Atlântica Limitada a pesquisar areia quartzosa e associados no município de Itanhaem, Estado de São Paulo. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 24-5-52	156	30.897 — <i>Trabalho</i> — Decreto de 22 de maio de 1952. Suprime cargos provisórios. Publicado no <i>D.O.</i> de 24 de maio de 1952	167
30.891. <i>Educação</i> — Decreto de 22 de maio de 1952. Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-5-52	157	30.898 — <i>Trabalho</i> — Decreto de 22 de maio de 1952. Suprime cargos extintos. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-5-52 ..	167
30.892. <i>Justiça</i> — Decreto de 22 de maio de 1952. Aprova o Regimento da Colônia Agrícola do Distrito Federal. Publicado no <i>D. O.</i> de 24-5-52 .	157	30.899 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — Decreto de 23 de maio de 1952. Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição da cêra de carnaúba, de produção nacional para a safra de 1951-52. Pub. no <i>D.O.</i> de 24-5-52 ...	167
30.893. <i>Fazenda</i> — Decreto de 22 de maio de 1952. Revoga		30.900 — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 24 de maio de 1952. Dispõe sobre o funcionamento da Comissão de Habilitação de Pensões Vitalícias e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 24-5-51. Ret. no <i>D.O.</i> de 30-5 e 2 e 3 de junho de 1952	168
		30.901 — <i>Fazenda</i> — Decreto de 26 de maio de 1952. Alte-	

Págs.		Págs.
	ra a alínea g do art. 3.º do Decreto n.º 29.829, de 31 de julho de 1951. Pub. no D.O. de 28-5-52	168
30.902	— <i>Trabalho</i> — Decreto de 26 de maio de 1952. Concede ao Automóvel Clube do Brasil a prerrogativa da alínea d do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho. Publicado no D.O. de 28-5-52 ...	169
30.903	— <i>Viação</i> — Decreto de 26 de maio de 1952. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.820.000,00 para pagamento das despesas realizadas pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro com o restabelecimento das linhas danificadas pelas enchentes de 1948. Pub. no D.O. de 28 de maio de 1952	169
30.904	— <i>Agricultura</i> — Decreto de 26 de maio de 1952. Atribui à Comissão do Vale do São Francisco a incumbência de promover o aproveitamento progressivo de várias cachoeiras e trechos de curso d'água na bacia do rio Corrente, Estado da Bahia. Pub. no D.O. de 28 de maio de 1952	169
30.905	— <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 26 de maio de 1952. Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos que menciona necessários às instalações da Base Aérea de Parnamerim, em Natal, Rio Grande do Norte. Publicado no D.O. de 28-5-52	170
30.906	— <i>Marinha</i> — Decreto de 26 de maio de 1952. Restabelece funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Marinha. Publicado no D.O. de 28-5-52	170
30.907	— <i>Marinha</i> — Decreto de 27 de maio de 1952. De-	
	clara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, o imóvel situado à Avenida Dr. Getúlio Vargas n.º 53, na cidade de Neópolis — no Estado de Sergipe. Publicado no D.O. de 29-5-52	170
30.908	— <i>Educação</i> — Decreto de 27 de maio de 1952. Concede reconhecimento ao curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora. Publicado no D. O. de 24 de junho de 1952	171
30.909	— <i>Educação</i> — Decreto de 27 de maio de 1952. Concede autorização para funcionamento dos cursos de Pedagogia, Geografia e História e Letras neo-latinas da Faculdade de Filosofia da Paraíba. Publicado no D.O. de 29-5-52 .	171
30.910	— <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 27 de maio de 1952. Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica. Pub. no D. O. de 29-5-52	171
30.911	— <i>Agricultura</i> — Decreto de 27 de maio de 1952. Autoriza a Cia. Industrial Paraense S. A. a ampliar suas instalações hidrelétricas. Publicado no D.O. de 13-6-52 ..	171
30.912	— <i>Educação</i> — Decreto de 27 de maio de 1952. Suprime cargos provisórios. Publicado no D.O. de 29-5-52 .	172
30.913	— <i>Educação</i> — Decreto de 28 de maio de 1952. Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde. Publicado no D.O. de 30-5-52	172
30.914	— <i>Agricultura</i> — Decreto de 28 de maio de 1952. Autoriza o funcionamento do curso de veterinária da Escola de Medicina Veterinária da	

	Pág.		Pág.
Bahia. Pub. no D. O. de 31 de maio de 1952	173	30.921 — Agricultura — Decreto de 28 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Ulisses Franco a pesquisar mica, caulim, feldspato e associados no município de Santa Branca, Estado de S. Paulo. Pub. no D.O. de 31-5-52 ..	177
30.915 — Agricultura — Decreto de 28 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Teixeira da Costa a lavrar mármore e calcário, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 31-5-52 ..	173	30.922 — Guerra — Decreto de 29 de maio de 1952. Reduz para um (1) ano o interstício para a promoção a Coronel do Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército. Publicado no D.O. de 31-5-52	177
30.916 — Agricultura — Decreto de 28 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Bernini Monaco a lavrar conchas calcárias, no município de Cananéia, Estado de São Paulo. Pub. no D.O. de 31 de maio de 1952	174	30.923 — Fazenda — Decreto de 30 de maio de 1952. Revoga o Decreto n.º 16.737, de 5 de outubro de 1944. Publicado no D.O. de 2-6-52	177
30.917 — Agricultura — Decreto de 28 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Bernini Monaco a lavrar conchas calcárias no município de Cananéia, Estado de S. Paulo. Pub. no D.O. de 31-5-52 ...	174	30.924 — Fazenda — Decreto de 30 de maio de 1952. Autoriza Arnaldo Figueiredo Chagas a comprar pedras preciosas. Pub. no D.O. de 9-6-52. Rep. no D.O. de 10-6-52	178
30.918 — Agricultura — Decreto de 28 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Policarpo Dias Corrêa a pesquisar pedras coradas e minério de berilo no município de Salinas, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 31 de maio de 1952	175	30.925 — Fazenda — Decreto de 30 de maio de 1952. Autoriza Cerico Vieira da Silva a comprar pedras preciosas. Pub. no D.O. de 5-6-52	178
30.919 — Agricultura — Decreto de 28 de maio de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Denisarte Gomes de Campos a pesquisar calcário, no município de Itapeva, Estado de São Paulo. Publicado no D. O. de 31-5-52	176	30.926 — Decreto de 30 de maio de 1952. Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no D. O. por falta de pagamento	178
30.920 — Agricultura — Decreto de 28 de maio de 1952. Autoriza a Sociedade Anônima Mármoreos Brasileiros "Sambra" a pesquisar mármore, no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 31-5-52 ..	176	30.927 — Decreto de 30 de maio de 1952. Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil dos terrenos de marinha que menciona, situados na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Ainda não foi publicado no D.O. por falta de pagamento	178
		30.928 — Educação — Decreto de 2 de junho de 1952. Cria funções na Tabela Única de	

	Pág.		Pág.
Extranumerário-mensalista da Universidade de Recife e dá outras providências. Publicado no D.O. de 4-6-52	179	estação de radiofarol na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Ainda não foi publicado no D. O. por falta de pagamento	182
30.929 — <i>Educação</i> — Decreto de 2 de junho de 1952. Cria funções na Tabela Única de Extranumerário-Mensalista da Universidade da Bahia. Publicado no D.O. de 4-6-52 ..	179	30.936 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 2 de junho de 1952. Autoriza a Companhia Paulista de Energia Elétrica, sociedade anônima, a ampliar suas instalações hidrelétricas. Publicado no D.O. de 13-6-52	182
30.930 — <i>Guerra</i> — Decreto de 2 de junho de 1952. Cria o "Estandarte-Distintivo" para o Batalhão Mauá. Publicado no D.O. de 4-6-52	180	30.937 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 2 de junho de 1952. Outorga a Mendo Sampaio & Companhia Ltda concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Cajueiro, existente no rio de igual nome, Município de Lagoa dos Gatos, Estado de Pernambuco. Pub. no D.O. de 18-6-52 ...	183
30.931 — <i>Guerra</i> — Decreto de 2 de junho de 1952. Cria o Estandarte-Distintivo para a Escola de Sargentos das Armas. Pub. no D.O. de 4-6-52	181	30.938 — <i>Fazenda</i> — Decreto de 2 de junho de 1952. Suprime cargo extinto. Publicado no D.O. de 4-6-52	184
30.932 — <i>Viação</i> — Decreto de 2 de junho de 1952. Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, os terrenos necessários à construção da ferrovia Campina Grande — Patos. Publicado no D. O. de 4-6-52	181	30.939 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 3 de junho de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1. ^a Região — o crédito especial de Cr\$ 90.468,10 (noventa mil quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros e dez centavos), para atender ao pagamento devido por substituições, aos Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 1. ^a Região. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 5-6-52	184
30.933 — <i>Viação</i> — Decreto de 2 de junho de 1952. Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, a Ilha dos Ferreiros, necessária ao prolongamento do cais acostável. Pub. no D. O. de 4 de junho de 1952	182	30.940 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 3 de junho de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, o crédito especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), para atender ao pagamento de aluguéis do prédio em que funciona a referida	
30.934 — <i>Viação</i> — Decreto de 2 de junho de 1952. Outorga concessão à Empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada para instalar uma estação de radiofarol na cidade de Porecatu, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 14-6-52 ...	182		
30.935 — Decreto de 2 de junho de 1952. Outorga concessão à Empresa "St. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense — "Varig" para instalar uma			

	Pág.		Pág.
Junta. Pub. no D.O. de 5 de junho de 1952	184	cessão à Empresa Lóide Aéreo Nacional S. A. para instalar uma estação radiográfica na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	186
30.941 — Educação — Decreto de 3 de junho de 1952. Concede reconhecimento a Escola Técnica de Agrimensura de Araraquara. Publicado no D. O. de 11-6-52	185	30.948 — Agricultura — Decreto de 5 de junho de 1952. Promulga o Tratado de Paz com o Japão. Publicado no D.O. de 23-6-52	186
30.942 — Trabalho — Fazenda — Decreto de 3 de junho de 1952. Abre, pelo Ministério da Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$.. 20.000.000,00, para os fins que especifica. Publicado no D.O. de 5-6-52	185	30.949 — Decreto de 6 de junho de 1952. Autoriza a Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta S.A. a instalar uma usina termoeletrica, na cidade de Manaus, Estado de Amazonas, para uso exclusivo. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	187
30.943 — Decreto de 5 de junho de 1952. Dispõe sobre as Escolas de Farmácia e Odontologia das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul. Pub. no D.O. de 7 de junho de 1952	185	30.950 — Fazenda — Decreto de 6 de junho de 1952. Suprime cargo extinto. Publicado no D.O. de 9-6-52	187
30.944 — Decreto de 5 de junho de 1952. Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos para instalar uma estação radiotelegráfica na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	186	30.951 — Trabalho — Decreto de 6 de junho de 1952. Concede a "S. A. José Fernandes — Comércio e Navegação" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Publicado no D. O. de 26-6-52	187
30.945 — Viação — Decreto de 5 de junho de 1952. Outorga concessão à Rádio Bandeirantes S.A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21-6-52	186	30.952 — Trabalho — Decreto de 6 de junho de 1952. Concede à Sociedade "Pousada & Companhia Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Pub. no D. O. de 25 de junho de 1952	187
30.946 — Decreto de 5 de junho de 1952. Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	186	30.953 — Decreto de 6 de junho de 1952. Concede à sociedade "Dausacker & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	188
30.947 — Decreto de 5 de junho de 1952. Outorga con-			

	Pág.		Pág.
30.954 — <i>Trabalho</i> — Decreto de 6 de junho de 1952. Concede a "Laboratórios Pfizer, S. A." autorização para continuar a funcionar na República. Pub. no D.O. de 24-6-52	188	foi publicado no D. O. por falta de pagamento	191
30.955 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 7 de junho de 1952. Dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar. Publicado no D.O. de 10-6-52	188	30.961 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Autoriza a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, a construir uma linha de transmissão Pub. no D.O. de 16-6-52 ...	191
30.956 — <i>Fazenda</i> — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 7 de junho de 1952. Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos que menciona, necessários às instalações da Guarnição Aeronáutica de Recife, Estado de Pernambuco. Publicado no D.O. de 10-6-52 ...	189	30.962 — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Suprime cargos provisórios. Publicado no D.O. de 11-6-52 .	191
30.957 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 7 de junho de 1952. Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 25.829.809,70, para pagamento à Companhia Ferroviária Este Brasileiro. Publicado no D.O. de 10-6-52 .	189	30.963 — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Extingue cargo excedente. Publicado no D. O. de 11-6-52 .	192
30.958 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Assegura preços mínimos à produção de juta de fibras similares da Bacia Amazônica da safra de 1951-52. Pub. no D.O. de 11-6-52 ...	190	30.964 — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Suprime cargo extinto. Publicado no D.O. de 11-6-52 .	192
30.959 — <i>Guerra</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Mandado adotar formulários para processo e julgamento dos crimes de insubmissão e deserção. Publicado no D.O. de 11-6-52 .	191	30.965 — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Suprime cargos provisórios. Publicado no D.O. de 11-6-52 .	192
30.960 — Decreto de 9 de junho de 1952. Outorga à Companhia Nacional Mineração de Carvão de Barro Branco concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Tubarão, município de Orleans, Estado de Santa Catarina. Ainda não		30.966 — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 11-6-52 .	192
		30.967 — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 11-6-52 .	193
		30.968 — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 11-6-52 .	193
		30.969 — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Suprime cargos extintos. Publicado no D. O. de 11-6-52 .	193
		30.970 — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 11-6-52 .	193
		30.971 — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Suprime cargo extinto. Publicado no D. O. de 11-6-52 .	194

Págs.	Págs.
30.972 — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 9 de junho de 1952. Suprime cargo extinto. Publicado no D.O. de 11-6-52 .	194
30.973 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 10 de junho de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica. Pub. no D.O. de 13-6-52 ..	194
30.974 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 10 de junho de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica. Publicado no D.O. de 13-6-52 .	195
30.975 — <i>Educação</i> — Decreto de 10 de junho de 1952. Concede reconhecimento ao curso de bacharelado da Faculdade Mineira de Direito de Belo Horizonte. Publicado no D. O. de 20-6-52	195
30.976 — <i>Aeronáutica</i> — Decreto de 10 de junho de 1952. Aprova o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar. Pub. no D. O. de 14 de junho de 1952	195
30.977 — <i>Exterior</i> — Decreto de 11 de junho de 1952. Promulga o Ajuste Comercial entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado em Bonn, a 17 de agosto de 1950. Pub. no D. O. de 17 de junho de 1952	210
30.978 — <i>Exterior</i> — Decreto de 13 de junho de 1952. Eleva à categoria de Consulado Geral o Consulado de carreira do Brasil em Marselha. Publicado no D.O. de 16-6-52 .	210
30.979 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 13 de junho de 1952. Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 16-6-52 .	210
30.980 — Decreto de 13 de junho de 1952. Aprova alteração introduzida nos Estatutos da "Legal and General Assurance Society Ltd.". Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	211
30.981 — <i>Trabalho</i> — Decreto de 13 de junho de 1952. Concede a "Pfizer Inter-American S. A." autorização para funcionar na República. Publicado no D.O. de 20-6-52 ..	211
30.982 — Decreto de 13 de junho de 1952. Concede à Empresa de Navegação, Indústria e Comércio Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	211
30.983 — <i>Trabalho</i> — Decreto de 13 de junho de 1952. Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Argos Fluminense. Publicado no D.O. de 18-6-52 .	211
30.984 — <i>Trabalho</i> — Decreto de 13 de junho de 1952. Concede à "Italcable Servizi Cablografici Radiotelegrafici e Radioelettrici Società per Azioni" autorização para continuar a funcionar na República. Publicado no D.O. de 26-6-52 .	211
30.885 — <i>Trabalho</i> — Decreto de 13 de junho de 1952. Concede à Sociedade anônima "Société de Sucreries Brésiliennes" autorização para continuar a funcionar na República. Pub. no D.O. de 28-6-52 ...	212
30.986 — <i>Fazenda</i> — Decreto de 16 de junho de 1952. Revoga o Decreto n.º 28.153, de 26 de maio de 1950, que declarou de utilidade pública, para desapropriação pela União Federal, um terreno situado no Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 18-6-52	212

	Págs.		Págs.
30.987 — Decreto de 16 de junho de 1952. Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Ainda não foi publicado no D.O. por falta de pagamento	212	móvel, na cidade de Londrina, Estado do Paraná. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	214
30.988 — Decreto de 16 de junho de 1952. Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no D.O. por falta de pagamento	213	30.994 — <i>Educação</i> — Decreto de 17 de junho de 1952. Aprova o Estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul. Pub. no D.O. de 19-6-52. Retificado no D.O. de 20-6-52	214
30.989 — <i>Fazenda</i> — Decreto de 16 de junho de 1952. Autoriza sociedade anônima estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situada na Capital da República. Pub. no D.O. de 24-6-52	213	30.995 — <i>Educação</i> — Decreto de 17 de junho de 1952. Suprime cargos provisórios. Pub. no D.O. de 19-6-52	214
30.990 — Decreto de 16 de junho de 1952. Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Jaraguá, no Estado de Goiás. Ainda não foi publicado no D. O. por falta de pagamento	213	30.996 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 17 de junho de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 80.000,00, para atender ao pagamento devido, por substituições, aos Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região. Publicado no D. O. de 19-6-52	215
30.991 — <i>Justiça</i> — Decreto de 16 de junho de 1952. Dispõe sobre o pessoal do Conselho Nacional do Petróleo. Publicado no D.O. de 18-6-52	213	30.997 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 18 de junho de 1952. Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 16.440,00 (dezesseis mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), para o fim que especifica. Publicado no D. O. de 20-6-52	215
30.992 — <i>Viação</i> — Decreto de 17 de junho de 1952. Outorga concessão à Rádio Liberdade de Sergipe Limitada para estabelecer uma estação radio-difusora de ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. Publicado no D. O. de 21-6-52	214	30.998 — <i>Exterior</i> — Decreto de 18 de junho de 1958. Cria o Consulado honorário do Brasil em La Plata, República Argentina. Pub. no D. O. de 20 de junho de 1952	215
30.993 — Decreto de 17 de junho de 1952. Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos, para instalar uma estação de radiofarol,		30.999 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 18 de junho de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Lindolfo Gomes de Almeida a pesquisar mica, no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21-6-52	216
		31.000 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 18 de junho de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro	

	Págs.		Págs.
Othomar Peixoto a pesquisar mica e associados no município de Abre Campo, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 21 de junho de 1952	216	de 1950. Publicado no <i>D. O.</i> de 20.6-52	218
31.001 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 18 de junho de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Lindor Avelino de Barros a pesquisar mica e associados no município de Miradouro, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 21-6-52	216	31.008 — Decreto de 18 de junho de 1952. Autoriza a Prefeitura Municipal de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termoeletricas. Ainda não foi publicado no <i>D. O.</i> por falta de pagamento	219
31.002 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 18 de junho de 1952. Renova o Decreto n.º 27.559, de 7 de dezembro de 1949. Pub. no <i>D.O.</i> de 21-6-52 ..	217	31.009 — Decreto de 18 de junho de 1952. Autoriza a Prefeitura Municipal de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações hidrelétricas. Ainda não foi publicado no <i>D.O.</i> por falta de pagamento	219
31.003 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 18 de junho de 1952. Renova o Decreto n.º 28.109, de 11 de maio de 1950. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-6-52 ..	217	31.010 — <i>Justiça</i> — Decreto de 19 de junho de 1952. Cria função na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Pub. no <i>D. O.</i> de 21-6-52 ..	219
31.004 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 18 de junho de 1952. Concede à Mineração Torelly Importadora e Exportadora Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no <i>D. O.</i> de 30 de junho de 1952	218	31.011 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 19 de junho de 1952. Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-6-52 ..	220
31.005 — Decreto de 18 de junho de 1952. Concede à Lindoiano Hotel — Fontes Radioativas Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração. Ainda não foi publicado no <i>D.O.</i> por falta de pagamento	218	31.012 — <i>Guerra</i> — Decreto de 19 de junho de 1952. Reduz para um (1) ano o interstício para promoção ao posto de 1.º Tenente dos 2.ºs Tenentes pertencentes à Arma de Engenharia. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21-6-52	220
31.006 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 18 de junho de 1952. Torna sem efeito o Decreto n.º 29.511, de 30 de abril de 1951. Pub. no <i>D.O.</i> de 20 de junho de 1952	218	31.013 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Decreto de 19 de junho de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para atender às despesas com a reconstrução do edifício, de propriedade da Universidade do Rio Grande do Sul, em que funcionava o Colégio Júlio de Castilhos, de Porto Alegre. Pub. no <i>D.O.</i> de 21-6-52 ..	220
31.007 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 18 de junho de 1952. Altera o art. 1.º do Decreto n.º 27.776, de 8 de fevereiro			

	Págs.		Págs.
31.014 — <i>Educação — Fazenda</i> — Decreto de 19 de junho de 1952. Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender às despesas com a manutenção da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia. Publicado no D.O. de 21-6-52	220	da não foi publicado no D.O. por falta de pagamento	222
31.015 — <i>Trabalho</i> — Decreto de 19 de junho de 1952. Concede permissão à indústria de óleos vegetais secativos para o trabalho aos domingos e nos feriados civis e religiosos. Publicado no D.O. de 21-6-52 .	221	30.021 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de junho de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Nagib Abés Ganem a pesquisar quartzo e associados, no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 25-6-52 .	222
31.016 — Decreto de 19 de junho de 1952. Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Companhia Antártica de Seguros". Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento /.....	221	31.022 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de junho de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Henry Saxon Fellws a pesquisar calcário, argila, calcita e associados no município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no D.O. de 25-6-52 .	222
31.017 — Decreto de 19 de junho de 1952. Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Aliance Assurance Company Limited". Ainda não foi publicado no D. O. por falta de pagamento	221	31.023 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de junho de 1952. Autoriza a cidadã brasileira Milena Roselli a pesquisar talco e associados no município de Cananéia, Estado de S. Paulo. Pub. no D.O. de 25-6-52 .	223
31.018 — <i>Trabalho</i> — Decreto de 19 de junho de 1952. Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de "Pearl Assurance Co. Ltd.". Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 28-6-52	221	31.024 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de junho de 1952. Autoriza a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR — a pesquisar bauxita e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 25-6-52	223
31.019 — <i>Agricultura — Fazenda</i> — Decreto de 20 de junho de 1952. Homologa a compra de propriedade agrícola sita à margem do rio Salitre, município de Juazeiro, no Estado da Bahia. Pub. no D. O. de 23 de junho de 1952	221	31.025 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de junho de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Roccini a lavrar conchas calcárias no Município de Cananéia, Estado de S. Paulo. Pub. no D.O. de 25-6-52 ..	224
31.020 — Decreto de 20 de junho de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro a pesquisar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Ain-		31.026 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de junho de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e associados, no município de Ribeira, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 25-6-52 ..	225
		31.027 — <i>Agricultura</i> — Decreto de 20 de junho de 1952.	

Págs.		Págs.
	Autoriza o cidadão brasileiro Otávio Alencar de Lima a pesquisar calcário e associados no município de Tomazina, no Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 25-6-52	226
31.028 — Agricultura — Decreto de 20 de junho de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Aurino Gomes da Silva a pesquisar minério de ouro e associados, no município de Jacobina, Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 25-6-52 ...	226	
31.029 — Agricultura — Decreto de 20 de junho de 1952. Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo de Miranda Lobato a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, no município de Borba, Estado do Amazonas. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25-6-52	226	
31.030 — Agricultura — De 20 de junho de 1952 — Autoriza a cidadã brasileira Livinia Soares Ribeiro do Vale a pesquisar argila no município de São Simão, Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 25 de junho de 1952	227	
31.031 — Agricultura — De 20 de junho de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro João Giralda a pesquisar talco, calcário e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Pub. no D. O. de 25 de junho de 1952	227	
31.032 — Guerra — Fazenda — De 21 de junho de 1952 — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Guerra. Pub. no D. O. de 24 de junho de 1952	228	
31.033 — Agricultura — Autoriza o cidadão brasileiro Mitchell Muci a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de Macaé,		
	Estado do Rio de Janeiro. Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952	228
31.034 — Agricultura — De 21 de junho de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Manuel de Miranda Lobato a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, no município de Borba, Estado do Amazonas. Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952	229	
31.035 — Agricultura — De 21 de junho de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Francisco do Rêgo Falcão a pesquisar hidroargilita e associados, no município de Redenção, Estado do Ceará. Pub. no D. O. de 25 de junho de 1952	229	
31.036 — Agricultura — De 21 de junho de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Michel Hannud a pesquisar caulim e associados, no município de Cotia, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 25-6-52 .	230	
	de 1952	230
31.037 — Agricultura — De 21 de junho de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro José Rodrigues Barbosa a pesquisar calcário e associados, no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 25 de junho de 1952	230	
31.038 — Agricultura — De 21 de junho de 1952 — Autoriza os cidadãos brasileiros Jocelyn Vilar de Melo e José Xavier da Cunha a pesquisar scheelita e associados no município de Patu, Estado do Rio Grande do Norte. Pub. no D. O. de 25 de junho de 1952	231	
31.039 — Agricultura — De 21 de junho de 1952 — Autoriza a empresa de mineração Pereira & Cia. a lavrar cromita no município de Piracanjuba, Estado de Goiás. Pub. no D. O. de 25 de junho de 1952	231	

	Págs.		Págs.
31.040 — <i>Agricultura</i> — De 21 de junho de 1952 — Autoriza a Mineração Manuel Nunes Limitada a lavrar caulim no município da Capital do Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 25 de junho de 1952	232	31.047 — <i>Exterior</i> — De 26 de junho de 1952 — Cria o Consulado de carreira do Brasil em Casablanca, Marrocos Francês. Pub. no D. O. de 23 de junho de 1952. Rep. no D. O. de 2 de julho de 1952	234
31.041 — <i>Educação</i> — De 26 de junho de 1952 — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde. Pub. no D. O. de 28 de junho de 1952 .	233	31.048 — <i>Exterior</i> — De 26 de junho de 1952 — Cria o Consulado de carreira do Brasil em Tanger, com jurisdição sobre o Marrocos Espanhol, Ceuta e Melilla. Pub. no D. O. de 28 de junho de 1952. Rep. no D. O. de 2 de julho de 1952	234
31.042 — <i>Educação</i> — De 26 de junho de 1952 — Suprime cargo provisório. Pub. no D. O. de 23 de junho de 1952	233	31.049 — <i>Agricultura</i> — De 26 de junho de 1952 — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura. Pub. no D. O. de 28 de junho de 1952	234
31.043 — <i>Trabalho</i> — De 26 de junho de 1952 — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Pub. no D. O. de 28 de junho de 1952	234	31.050 — De 26 de junho de 1952 — Autoriza a Cia. Industrial Aliança Bondespachense a ampliar suas instalações hidrelétricas. Ainda não foi publicada no D. O. por falta de pagamento.	235
31.044 — De 26 de junho de 1952 — Autoriza estrangeiros a adquirirem fração ideal do domínio útil de marinha que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no D. O. por falta de pagamento	234	31.051 — <i>Trabalho</i> — De 26 de junho de 1952 — Pub. no D. O. de 28 de junho de 1952	235
31.045 — De 26 de junho de 1952 — Autoriza a instalação de um grupo termoeletrico em Vila Cerrito, município de Cangussu, Estado do Rio Grande do Sul. Ainda não foi publicado no D. O. por falta de pagamento.	234	31.052 — <i>Trabalho</i> — De 26 de junho de 1952 — Concede permissão à Indústria de Calcinção Ltda. — ICAL — para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos. Publicado no D. O. de 28 de junho de 1952	235
31.046 — De 26 de junho de 1952 — Outorga a Irmãos Oliveira & Cia. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Fagundes, existente no rio Fundo, distrito de Antônio Carlos, município de igual nome, Estado de Minas Gerais. Ainda não foi publicado no D. O.	234	31.053 — <i>Educação</i> — De 27 de junho de 1952 — Suprime cargos provisórios. Pub. no D. O. de 30 de junho de 1952	235
		31.054 — <i>Educação</i> — De 27 de junho de 1952 — Suprime cargo provisório. Pub. no D. O. de 30 de junho de 1952	236
		31.055 — De 27 de junho de 1952 — Autoriza a Cia. La-	

	Págs.		Págs.
vrense de Eletricidade S. A. a ampliar suas instalações. Ainda não foi publicado no <i>D. O.</i> por falta de pagamento	236	cessão ao Ministério da Educação e Saúde para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas. Pub. no <i>D. O.</i> de 2 de julho de 1952	238
31.056 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — De 30 de junho de 1952 — Cria a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes. Pub. no <i>D. O.</i> de 1 de julho de 1952	236	31.059 — <i>Viação</i> — De 30 de junho de 1952 — Outorga concessão ao Ministério da Agricultura para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas. Pub. no <i>D. O.</i> de 2 de julho de 1952	238
31.057 — De 30 de junho de 1952 — Outorga concessão à Fundação Casper Líbero para instalar um transmissor de rádio-difusão em ondas curtas. Ainda não foi publicado no <i>D. O.</i> por falta de pagamento.	238	31.060 — <i>Viação</i> — De 30 de junho de 1952 — Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, áreas de terreno, necessárias aos seus serviços. Pub. no <i>D. O.</i> de 2 de julho de 1952	238
31.058 — <i>Viação</i> — De 30 de junho de 1952 — Outorga con-			

Índice do Apenso

	Págs.		Págs.
29.560 — <i>Agricultura</i> — De 15 de maio de 1951 — Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a instalar dois grupos termoeletricos na cidade de Torres Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no <i>D.O.</i> de 28-6-52	243	tado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 6 de maio de 1952	244
30.222 — <i>Agricultura</i> — De 29 de novembro de 1951 — Outorga à Prefeitura Municipal de Camboriú concessão para distribuir energia elétrica no Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina. Pub. no <i>D.O.</i> de 24 de abril de 1952	243	30.348 — <i>Agricultura</i> — De 28 de dezembro de 1951 — Dá nova redação ao § 1.º do artigo 7.º do Decreto n.º 29.428, de 3 de abril de 1951, que outorgou concessão a Heráclito de Paula Martins para o aproveitamento de energia hidráulica no rio Cabeluda, Município de Matipó, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 15 de maio de 1952. Ret. no <i>D. O.</i> de 16 de maio de 1952	245
30.300 — <i>Agricultura</i> — De 20 de dezembro de 1951 — Outorga a Maximiano Nunes da Rosa concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água denominado Pouso Alegre, distrito de Durandé, Município de Manhumirim, Es-		30.425 — <i>Educação</i> — De 22 de janeiro de 1952 — Dá nova denominação ao Ginásio Santo Estanislau, de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. Publicado no <i>D. O.</i> de 30 de abril de 1952	245

	Págs.		Págs.
30.472 — <i>Agricultura</i> — De 29 de janeiro de 1952 — Outorga à Indústria Comércio e Cultura de Madeiras Sguário S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água no rio Congonhas, nos limites dos municípios de Araiporanga e Congonhinhas, Estado do Paraná. Pub. no D. O. de 24 de maio de 1952	246	Barra Sêca, existente no ribeirão Barra Sêca, distrito de Guaianás, município de Pederneira, Estado de S. Paulo, e dá outras providências. Publicado no D. O. de 28-6-1952	250
30.535 — <i>Agricultura</i> — De 14 de fevereiro de 1952 — Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pasquisar ouro no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 13 de junho de 1952	247	30.618 — <i>Agricultura</i> — De 10 de março de 1952 — Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura que com este baixa. Retif. no D. O. de 22 de abril de 1952	251
30.566 — <i>Educação</i> — De 20 de fevereiro de 1952 — Concede reconhecimento à Escola Industrial Antártica. Publicado no D. O. de 12 de abril de 1952	248	30.634 — <i>Fazenda</i> — De 13 de março de 1952 — Autoriza Joséfino Ottoni Alves a comprar pedras preciosas. Pub. no D. O. de 4 de abril de 1952	252
30.585 — <i>Agricultura</i> — De 22 de fevereiro de 1952 — Autoriza a Empresa Força e Luz São José a ampliar suas instalações hidrelétricas. Pub. no D. O. de 16 de maio de 1952	248	30.667 — <i>Agricultura</i> — De 24 de março de 1952 — Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão, e dá outras providências. Pub. no D. O. de 5 de abril de 1952	252
30.587 — <i>Fazenda</i> — De 22 de fevereiro de 1952 — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital do Estado do Rio de Janeiro. Pub. no D. O. de 24 de abril de 1952	249	30.672 — <i>Agricultura</i> — De 27 de março de 1952 — Concede à Mineração Santo Antônio Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no D. O. de 12 de abril de 1952	253
30.597 — <i>Agricultura</i> — De 28 de fevereiro de 1952 — Autoriza a Prefeitura Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações e dá outras providências. Pub. no D. O. de 7 de junho de 1952. Rep. no D. O. de 9 de junho de 1952	249	30.680 — <i>Trabalho</i> — De 27 de março de 1952 — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive mudança de denominação, aumento do capital e extensão das operações aos seguros dos ramos elementares, da "Atalaia" Companhia de Seguros contra Acidentes do Trabalho. Pub. no D. O. de 5 de abril de 1952	253
30.602 — <i>Agricultura</i> — De 1 de março de 1952 — Outorga a Svizzera & Companhia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira		30.682 — <i>Trabalho</i> — De 28 de março de 1952 — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos para aumento de capital da Companhia Seguradora Brasileira. Pub. no D. O. de 4 de abril de 1952	254

	Págs.-		Págs.
30.683 — <i>Trabalho</i> — De 28 de março de 1952 — Concede à sociedade comercial "Nicolau da Costa & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Pub. no <i>D. O.</i> de 12 de abril de 1952	254	para o Colégio Naval. Publicado no <i>D. O.</i> de 15 de abril de 1952	255
30.684 — <i>Trabalho</i> — De 28 de março de 1952 — Concede à Sociedade "Navegação Progresso Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de abril de 1952. Ret. no <i>D. O.</i> de 14 de abril de 1952	254	30.692 — <i>Exterior</i> — De 29 de março de 1952 — Promulga o Acôrdo de Imigração e Colonização entre o Brasil e os às empresas produtoras de arte-Baixas, firmado no Rio de Janeiro, a 15 de dezembro de 1950. Pub. no <i>D. O.</i> de 3 de abril de 1952	260
30.685 — <i>Trabalho</i> — De 28 de março de 1952 — Concede à Companhia de Navegação São Jorge autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Pub. no <i>D. O.</i> de 9 de abril de 1952	254	30.693 — <i>Exterior</i> — De 29 de março de 1952 — Promulga o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Turquia, assinado em Ancara a 21 de setembro de 1950. Publicado no <i>D. O.</i> de 3 de abril de 1952	260
30.689 — <i>Marinha</i> — De 28 de março de 1952 — Aprova e manda executar o Regulamento		30.694 — <i>Agricultura</i> — <i>Razenda</i> — De 31 de março de 1952 — Estabelece critério para a distribuição de cotas de borracha nacional ou importada às empresas produtoras de arte-fatos de borracha. Pub. <i>D. O.</i> de 15 de abril de 1952	260

Figuram neste volume os decretos que, expedidos no 2.º trimestre de 1952, foram publicados no "Diário Oficial" até o 2.º dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1952

DECRETO N.º 30.696 — DE 1.º
DE ABRIL DE 1952

Suspende exigências do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam suspensas, a contar de 31 de julho de 1952, até 31 de dezembro de 1953, as exigências da alínea "b" do art. 52, alínea "c" do art. 55, alínea "c" do art. 83 e alínea "c" do art. 93, todas do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada, aprovado pelo Decreto n.º 3.121, de 3 de outubro de 1938.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1.º de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Renato de Almeida Guilobel.

DECRETO N.º 30.697 — DE 1.º DE
ABRIL DE 1952

Concede autorização para funcionamento do curso de letras neo-latinas da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e

nos termos do artigo 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedida autorização para funcionamento do curso de letras neo-latinas da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, mantida pela Sociedade Sergipana de Cultura e com sede em Aracaju, capital do Estado de Sergipe.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.698 — DE 1.º DE
ABRIL DE 1952

Aprova o Regulamento da Escola de Aeronáutica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Ficou aprovado o Regulamento da Escola de Aeronáutica que com este baixa.

Art. 2.º O aludido Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Nero Moura.

REGULAMENTO DA ESCOLA DE AERONÁUTICA

PRIMEIRA PARTE

Generalidades

CAPÍTULO I

MISSÃO E SUBORDINAÇÃO

Art. 1.º A Escola de Aeronáutica é o estabelecimento de ensino superior do Ministério da Aeronáutica, destinado a educar e instruir jovens que aspiram a ser oficiais da Aeronáutica da ativa.

§ 1.º Funcionário, na Escola de Aeronáutica, na forma deste Regulamento, a partir do corrente ano, os seguintes cursos:

a) Curso de Formação de Oficiais Aviadores;

b) Curso de Formação de Oficiais Intendentes;

c) Curso de Formação de Oficiais de Infantaria de Guarda.

§ 2.º Quando o interesse da Aeronáutica aconselhar, serão transferidos para a Escola os demais cursos de formação de oficiais.

Art. 2.º A Escola de Aeronáutica é subordinada, em tudo, à Diretoria do Ensino da Aeronáutica.

CAPÍTULO II

ALUNOS

Art. 3.º Os alunos da Escola de Aeronáutica terão as seguintes designações:

a) Cadete do Ar — os alunos do Curso de Formação de Oficiais Aviadores;

b) Cadete de Intendência — os alunos do Curso de Formação de Oficiais Intendentes;

c) Cadete de Infantaria de Guarda — os alunos do Curso de Formação de Oficiais de Infantaria de Guarda.

Parágrafo único. A medida que forem transferidos para a Escola novos cursos de formação de oficiais, os alunos dos mesmos receberão a designação de Cadete, seguida da denominação específica do respectivo curso.

CAPÍTULO III

CONDIÇÕES DE MATRÍCULA

Art. 4.º Para a matrícula no Curso de Formação de Oficiais Aviadores, o candidato deverá satisfazer às seguintes condições:

a) ser brasileiro nato;

b) não ter atingido o seu 22º aniversário no dia 1.º de março do ano da matrícula;

c) ser solteiro;

d) ter bons antecedentes, comprovados mediante atestado ou fôlha corrida fornecida por autoridade competente;

e) haver concluído, com aproveitamento, o Curso Científico ou o Clássico;

f) estar autorizado pelo pai, mãe viúva ou tutor, se fôr menor de 18 anos;

g) ter sido aprovado em concurso de admissão;

h) ter sido considerado apto em inspeção de saúde.

§ 1.º Os alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, que hajam terminado, com aproveitamento, o último ano do curso e tenham conceito favorável dessa Escola, ficam dispensados do concurso de admissão.

§ 2.º A matrícula far-se-á dentro do número de vagas fixado, obedecendo-se à seguinte ordem:

1 — aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Ar;

2 — candidatos aprovados em concurso de admissão.

Art. 5.º Para matrícula no Curso de Formação de Oficiais Intendentes, o candidato deverá satisfazer às seguintes condições:

a) ser brasileiro nato;

b) não ter atingido o seu 25º aniversário no dia 1.º de março do ano da matrícula;

c) ser solteiro;

d) ter bons antecedentes, comprovados mediante atestado ou fôlha corrida fornecida por autoridade competente;

e) haver concluído, com aproveitamento, o Curso Científico ou o Clássico;

f) estar autorizado pelo pai, mãe viúva ou tutor, se fôr menor de 18 anos;

g) ter sido aprovado em concurso de admissão;

h) ter sido considerado apto em inspecção de saúde.

§ 1.º Os Cadetes do Ar que forem desligados por inaptidão para pilotagem e se candidatarem ao Curso de Formação de Officiais Intendentes ficarão dispensados do concurso de admissão.

§ 2.º A matrícula far-se-á dentro do número de vagas fixado, obedecendo-se à seguinte prioridade:

1 — ex-Cadetes do Ar dos 3.º, 2.º e 1.º anos inaptos para a pilotagem, de acôrdo com a classificação intelectual dentro de cada ano;

2 — Os candidatos aprovados em concurso de admissão.

Art. 6.º Para matrícula no Curso de Formação de Officiais de Infantaria d e Guarda, o candidato deverá satisfazer às seguintes condições:

a) ser suboficial ou sargento da Aeronáutica, com o curso de Formação de Sargento ou C. C. S.;

b) não pertencer a especialidade que permita candidatar-se à matrícula no Curso de Officiais Especialistas;

c) não ter atingido o seu 29.º aniversário no dia 1.º de março do ano da matrícula;

d) ter, no mínimo, 5 anos de serviço como sargento;

e) estar classificado no bom comportamento;

f) possuir idoneidade moral suficiente para ingressar no oficialato, a juízo do respectivo comandante ou chefe;

g) ter sido aprovado em concurso de admissão de nível correspondente ao do curso científico;

h) ter sido considerado apto em inspecção de saúde.

Parágrafo único. A matrícula far-se-á dentro do número de vagas fixado.

Art. 7.º O Ministro da Aeronáutica baixará instruções para o concurso de admissão aos diferentes cursos da Escola.

SEGUNDA PARTE

Ensino

TÍTULO I

Plano Geral do Ensino

CAPÍTULO I

OBJETO

Art. 8.º O Ensino na Escola de Aeronáutica tem por finalidade:

a) aprimorar no Cadete as qualidades morais e outros atributos pessoais indispensáveis ao oficial da Aeronáutica;

b) proporcionar ao Cadete uma cultura fundamental compatível com sua futura situação de oficial e uma educação militar e conhecimentos profissionais, básicos, dêem, mediar, constante aprimoramento, capacidade para o exercício das funções correspondentes aos sucessivos graus da escala hierárquica.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

Art. 9.º Consoante o seu objetivo, o Ensino na Escola de Aeronáutica abrange as seguintes categorias de instrução:

- a) Instrução Fundamental;
- b) Instrução Especializada;
- c) Instrução Militar;
- d) Instrução de Voo.

Art. 10. Os assuntos da Instrução Fundamental estão grupados da seguinte maneira:

a) Grupo de Ciências Matemáticas:

- Geometria Analítica
- Cálculo Diferencial e Integral
- Geometria Descritiva
- Complementos de Matemática e Matemática Financeira
- Estatística Aplicada
- Contabilidade Geral

b) Grupo de Ciências Físicas:

- Física
- Química
- Mecânica
- Aplicações Militares
- Merceologia

c) Grupo de Ciências Sociais:

- Direito

- História Militar
- Línguas Estrangeiras
- Expressão Oral e Escrita
- Geografia Econômica
- Noções de Economia Política e Finanças
- Organização Racional do Trabalho

Art. 11. Os assuntos da Instrução Especializada são grupados da seguinte maneira:

- a) Grupo de Instrução de Aviação;
- Aerotécnica
 - Prática de Oficinas
 - Teoria do Avião
 - Teoria do Motor
 - Tecnologia de Aviação
 - Navegação Estimada
 - Navegação Rádio
 - Navegação Astronômica
 - Meteorologia
 - Eletrônica e Comunicações
 - Reconhecimento Foto e Visual
 - Novos Desenvolvimentos
 - Higiene e Fisiologia do Aviador
 - Tiro e Borbardeio Aéreo

b) Grupo de Instrução de Intendência:

- Contabilidade Militar
- Escrituração Militar
- Noções de Aerotécnica
- Suprimentos
- Administração Pública e Administração Financeira da Aeronáutica
- Organização e Funcionamento do S. I. no Exército e da Marinha
- Prática na Tesouraria e no Almoxarifado
- Prática de Aproveitamento e Reembolsável

c) Grupo de Instrução de Infantaria de Guarda:

- Combate e Serviço em Campanha
- Organização do Terreno
- Topografia
- Tática de Infantaria
- Polícia Militar
- Motomecanização

Art. 12. Os assuntos da Instrução Militar estão grupados da seguinte maneira:

- a) Grupo de Instrução Básica:
- Ordem Unida
 - Maneabilidade
 - Combate e Serviço em Campanha
 - Organização do Terreno
 - Armamento e Tiro das Armas de Infantaria

b) Grupo de Instrução Complementar:

- Educação Física Militar
- Educação Moral
- Instrução Geral
- Topografia de Campanha
- Material, Armamento e Munição das Armas do Exército e da Marinha
- Administração Militar
- Organização Militar
- Logística Aeronáutica
- Direção de Viaturas

c) Grupo de Instrução Tática:

- Organização e Emprego das Forças Aéreas
- Organização e Emprego das Forças Terrestres
- Organização e Emprego das Forças Navais
- Organização e Emprego do Serviço de Intendência de Campanha
- Defesa Aérea

Art. 13. A Instrução de Voo é dividida em estágios, da seguinte maneira:

- Estágio Primário
- Estágio Básico
- Estágio Avançado
- Estágio de Voo por Instrumentos

Art. 14. A proporção que forem transferidos para a Escola de Aeronáutica os outros Cursos de Formação de Oficiais da Aeronáutica, serão incluídos nas diversas categorias de instrução outros Grupos de Matérias ou Matérias a eles correspondentes.

TÍTULO II

Cursos

CAPÍTULO I

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES

Art. 15. O Curso de Formação de Oficiais Aviadores tem a duração de 3 anos, sendo o ensino assim distribuído:

1.º ANO

Instrução Fundamental

- Geometria Analítica
- Cálculo Diferencial e Integral
- Física
- Geometria Descritiva

Instrução Especializada

- Aerotécnica
- Prática de Oficinas
- Tecnologia de Aviação

Instrução Militar

- Ordem Unida
- Maneabilidade
- Combate e Serviço em Campanha
- Organização do Terreno
- Armamento e Tiro das Armas de Infantaria
- Educação Física Militar
- Educação Moral
- Instrução Geral

Instrução de Voo

- Estágio Primário

2.º ANO

Instrução Fundamental

- Estatística Aplicada
- Química
- Mecânica Racional e Aplicada
- Expressão Oral e Escrita

Instrução Especializada

- Aerotécnica
- Teoria do Avião
- Teoria do Motor
- Navegação Estimada
- Meteorologia
- Higiene e Fisiologia do Aviador

Instrução Militar

- Ordem Unida
- Educação Física Militar
- Instrução Geral
- Topografia de Campanha
- Material, Armamento e Munições das Armas do Exército e da Marinha

Instrução de Voo

- Estágio Básico e de Voo por Instrumentos

3.º ANO

Instrução Fundamental

- Aplicações Militares
- Direito
- História Militar
- Línguas Estrangeiras
- Expressão Oral e Escrita

Instrução Especializada

- Navegação Rádio
- Navegação Astronômica
- Eletrônica e Comunicações
- Reconhecimento Foto e Visual
- Novos Desenvolvimentos
- Tiro e Bombardeio Aéreo

Instrução Militar

- Ordem Unida
- Educação Física Militar

- Administração Militar
- Organização Militar
- Logística Aeronáutica
- Direção de Viaturas
- Organização e Emprego das Forças Aéreas
- Organização e Emprego das Forças Terrestres
- Organização e Emprego das Forças Navais
- Defesa Aérea

Instrução de Voo

- Estágio Avançado e de Voo por Instrumentos

CAPÍTULO II

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS INTENDENTES

Art. 16. O Curso de Formação de Oficiais Intendentes tem a duração de 2 anos, sendo o ensino assim distribuído:

1.º ANO

Instrução Fundamental

- Complementos de Matemática e Matemática Financeira
- Contabilidade Geral
- Merceologia
- Expressão Oral e Escrita
- Geografia Econômica
- Noções de Economia Política e Finanças

Instrução Especializada

- Escrituração Militar
- Noções de Aerotécnica
- Suprimentos (Comuns e de Aviação)
- Prática de Aproveitamento Reembolsável

Instrução Militar

- Ordem Unida
- Maneabilidade
- Combate e Serviço em Campanha
- Organização do Terreno
- Armamento e Tiro das Armas de Infantaria
- Educação Física Militar
- Instrução Geral

2.º ANO

Instrução Fundamental

- Estatística Aplicada
- Direito
- História Militar
- Línguas Estrangeiras

- Expressão Oral e Escrita
- Organização Racional do Trabalho

Instrução Especializada

- Contabilidade Militar
- Escrituração Militar
- Administração Pública e Administração Financeira da Aeronáutica
- Organização e Funcionamento dos Serviços de Intendência do Exército e da Marinha
- Prática na Tesouraria e no Almoxarifado

Instrução Militar

- Ordem Unida
- Educação Física Militar
- Instrução Geral
- Topografia de Campanha
- Organização Militar
- Organização e Noções do Emprego das Forças Aéreas
- Organização e Emprego do Serviço de Intendência em Campanha
- Direção de Viaturas

CAPÍTULO III

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE INFANTARIA DE GUARDA

Art. 17. O Curso de Formação de Oficiais de Infantaria de Guarda tem a duração de 2 anos, sendo o ensino assim distribuído:

1.º ANO

Instrução Fundamental

- Complementos de Matemática
- Mecânica
- Línguas Estrangeiras
- Expressão Oral e Escrita

Instrução Especializada

- Topografia
- Tática de Infantaria
- Polícia Militar
- Motomecanização

Instrução Militar

- Ordem Unida
- Maneabilidade
- Combate e Serviço em Campanha
- Organização do Terreno
- Armamento e Tiro das Armas de Infantaria
- Educação Física Militar
- Educação Moral
- Instrução Geral

2.º ANO

Instrução Fundamental

- Aplicações Militares
- Direito
- História Militar
- Expressão Oral e Escrita

Instrução Especializada

- Combate e Serviço em Campanha
- Organização do Terreno
- Topografia
- Tática de Infantaria

Instrução Militar

- Ordem Unida
- Educação Física Militar
- Instrução Geral
- Material, Armamento e Munição das Armas do Exército e da Marinha
- Organização e Noções de Emprego das Forças Aéreas
- Defesa Aérea.

TÍTULO III

Regime Escolar

CAPÍTULO I

ANO LETIVO

Art. 18. O ano letivo tem início no primeiro dia útil de março e término no último dia útil da primeira quinzena de dezembro.

Parágrafo único. O término do ano letivo para os Cadetes do último ano dos diversos cursos tem lugar no último dia útil do mês de novembro.

Art. 19. O início do ano letivo é realizado com solenidade.

Art. 20. A última quinzena de dezembro é reservada para os trabalhos de apuração de graus, exames dos Cadetes do último ano e declaração de aspirantes.

Art. 21. Os meses de janeiro e fevereiro, destinam-se à realização do concurso de admissão, aos exames relativos ao ano letivo anterior e ao preparo da Escola para o ano letivo entrante.

CAPÍTULO II

FREQÜÊNCIA

Art. 22. Tanto a freqüência como a execução de todos os trabalhos escolares são obrigatórios.

Parágrafo único. A justificação das faltas aos trabalhos escolares será feita ao Comandante do Corpo de Cadetes, exclusivamente para efeito disciplinar.

Art. 23. Nenhum professor ou instrutor poderá dispensar o Cadete de qualquer aula ou instrução. O afastamento do Cadete no decurso de aula ou instrução, por motivo de força maior, será objeto de parte ao Chefe da Divisão respectiva e registro no livro competente.

Art. 24. A falta a cada hora ou fração de hora de aula ou instrução acarreta para o Cadete a perda de 0,1 de ponto.

Parágrafo único. O não comparecimento a aula ou instrução, motivado por cumprimento de missão de serviço por ordem expressa do Comandante da Escola, não será computado como falta.

Art. 25. O número total de pontos perdidos pelos Cadetes será publicado mensalmente em boletim.

CAPÍTULO III

APROVEITAMENTO NA INSTRUÇÃO

Art. 26. O aproveitamento dos Cadetes na Instrução Fundamental, Instrução Especializada e Instrução Militar, será verificado por meio de:

- a) provas escritas ou práticas
- b) exames escritos ou práticos.

Art. 27. O julgamento das provas e exames será expresso por graus variáveis de zero a dez, com aproximação até centésimos.

Art. 28. Aos Cadetes que faltarem, sem motivo justificado, às provas marcadas, será computado grau zero.

§ 1.º A justificativa da falta às provas será apresentada ao Chefe do Departamento de Ensino, exclusivamente para marcação de nova prova.

§ 2.º A marcação de nova prova será feita uma única vez.

Art. 29. Será considerado aprovado, em cada matéria, o Cadete que obtiver grau final quatro nessa matéria.

Art. 30. O grau final de cada matéria é a média aritmética entre a média de ano e o grau de exame dessa matéria.

Art. 31. A média de ano em cada matéria é defendida pela média arit-

mética dos graus das provas realizadas durante o ano, nessa matéria.

Art. 32. Nas matérias em que o Cadete obtiver média de ano igual ou superior a quatro, será dispensado do exame se o desejar, sendo, nesse caso, computado como grau final da matéria respectiva a média de ano.

Art. 33. Os exames são realizados no mês de fevereiro, exceto para os Cadetes do último ano que os realizarão na última quinzena de dezembro.

Art. 34. Será considerado reprovado o Cadete que:

- a) tendo-se submetido a exame, qualquer que seja a sua média de ano, obtiver grau final da matéria inferior a quatro;
- b) faltar ao exame sem justificativa.

Art. 35. O Cadete que faltar ao exame e tiver sua justificativa aceita pelo Chefe do Departamento de Ensino será submetido a novo exame, logo que cesse o motivo do impedimento, desde que possa realizá-lo antes do início do ano letivo.

§ 1.º O Cadete do último ano será submetido a novo exame desde que possa realizá-lo antes da data de declaração de aspirantes.

§ 2.º O Cadete que não puder realizar o exame antes do início do ano letivo ou da data de declaração de aspirantes, terá como grau final da matéria respectiva a média de ano.

Art. 36. O progresso do Cadete, na Instrução de Vão, é verificado por meio de conceitos emitidos pelos instrutores.

Art. 37. Tais conceitos são emitidos de acordo com a apreciação que tiverem feito os instrutores nos vôos realizados, pelos Cadetes, durante a instrução.

Art. 38. Os conceitos são expressos da seguinte forma:

S — quando o vôo fôr considerado satisfatório;

D — quando o vôo não fôr considerado satisfatório.

Art. 39. O Cadete que durante a instrução de vôo revelar deficiência para a pilotagem militar, será submetido a julgamento pelo Conselho de Vôo.

Art. 40. O Cadete que não estiver em condições para o vôo solo, ao atin-

gir os limites máximos de duplo comando inicial, nos diferentes tipos de avião de instrução, será considerado inapto para a pilotagem militar.

Art. 41. E' também considerado inapto para a pilotagem militar o Cadete que, a julgamento do Conselho de Vão, revelar:

a) progresso irregular, inconstante ou lento que impossibilite ao Cadete acompanhar a turma a que pertence;

b) falta de adaptação a qualquer tipo de vôo previsto nos programas de instrução;

c) incúria no cumprimento das ordens em vigor para execução da instrução de vôo.

Art. 42. O grau de aproveitamento do Cadete em cada uma das categorias de Instrução, Fundamental, Especializada e Militar, é traduzido em cada ano do curso pela média aritmética dos graus finais obtidos em cada matéria, na respectiva categoria de instrução.

Art. 43. O aproveitamento na Instrução de Vôo é traduzido, em cada ano do curso, por um grau variável de quatro a dez, sendo esse grau dado por uma Junta constituída pelo Chefe da Divisão e pelos Chefes de Estágio, de Classe e Instrutores, de cada Cadete.

Art. 44. O grau final de ano será a média ponderada dos graus obtidos em cada categoria de instrução, observados os seguintes coeficientes:

a) Curso de Formação de Oficiais Aviadores:

	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano
Instrução Fundamental ...	5	3	2
Instrução Especializada ..	1	4	3
Instrução Militar	3	1	2
Instrução de Vôo	1	2	3

b) Curso de Formação de Oficiais Intendentes:

	1.º Ano	2.º Ano
Instrução Fundamental	5	4
Instrução Especializada	2	4

Instrução Militar 3 2

c) Curso de Formação de Oficiais de Infantaria de Guarda:

	1.º Ano	2.º Ano
Instrução Fundamental	4	3
Instrução Especializada	1	4
Instrução Militar	3	3

CAPÍTULO IV

CONCEITO PARA O OFICIALATO

Art. 45. Em cada ano letivo será emitido conceito para oficialato, sobre cada Cadete, por todos os professores e instrutores que tenham tido contato com o Cadete durante o ano.

Art. 46. Esses conceitos serão entregues, pelos professores e instrutores aos seus chefes de divisão de instrução que os reunirão numa re-
ciação média, que será o conceito do Cadete naquela categoria de instrução.

Art. 47. Para maior facilidade, os conceitos serão emitidos em fichas distribuídas pelo Chefe do Departamento de Ensino a todos os professores e instrutores.

Art. 48. O Cadete que tiver qualquer parte do conceito desfavorável, será submetido a julgamento, pelo Conselho de Instrução, que se pronunciará sobre a sua aptidão para o oficialato.

CAPÍTULO V

PROMOÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 49. E' promovido ao ano seguinte o Cadete que:

a) fôr aprovado em tôdas as matérias da Instrução Fundamental, da Instrução Especializada e da Instrução Militar;

b) obtiver grau quatro ou superior na Instrução de Vôo, se pertencente ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores;

c) tiver conceito favorável para o oficialato, como prescrito neste Regulamento.

Parágrafo único. As promoções de ano são efetuadas no dia 1.º de março.

Art. 50. Os Cadetes do 1.º ano serão classificados pelo grau de admissão à Escola.

Art. 51. Os Cadetes do 2.º ano serão classificados pelo grau final obtido no 1.º ano.

Art. 52. Os Cadetes do 3.º ano serão classificados pela média aritmética dos graus finais obtidos nos 1.º e 2.º anos.

Art. 53. Os Aspirantes são classificados pela média aritmética dos graus finais obtidos nos diversos anos do Curso.

TÍTULO IV

Corpo Docente

Art. 54. O ensino é ministrado por:

a) professores, para todos os assuntos da Instrução Fundamental e para os assuntos teóricos da Instrução Especializada, quando julgado necessário;

b) adjuntos de professores, para todos os assuntos da Instrução Fundamental e para os teóricos da Instrução Especializada, quando julgado necessário;

c) instructores-chefes, instructores e auxiliares de instructor, para todos os assuntos das instruções militares de voo e os da instrução especializada não ministrados por professores;

d) laboratoristas, para a instrução prática de laboratório;

e) monitores, para assuntos das instruções especializada e militar.

Art. 55. Os professores civis serão contratados e sua admissão far-se-á de acordo com a legislação em vigor e sempre através de concurso público de títulos e provas.

Parágrafo único. O período inicial do contrato é, no mínimo, de um ano, podendo, uma vez terminado, ser renovado.

Art. 56. A admissão de professores terá, como condição primária, a exigência de prioridade de horário

para a Escola, mesmo em detrimento de funções semelhantes que exerçam em qualquer outro estabelecimento de ensino.

Art. 57. Os instructores-chefes, instructores e auxiliares de instructor serão oficiais dos diferentes quadros da F.A.B.

Art. 58. A Escola poderá dispor de professores e instructores, oficiais de outras Forças Armadas, que hajam sido postos à disposição do Ministério da Aeronáutica, por solicitação deste, desde que seja possível o cumprimento do estabelecido no artigo 56.

Art. 59. A admissão de laboratoristas far-se-á de acordo com a legislação vigente.

Art. 60. Os monitores serão suboficiais e sargentos dos diferentes quadros da F.A.B.

Art. 61. Rigorosa disciplina intelectual é exigida de todos os membros do corpo docente, traduzida pelo fiel cumprimento das disposições regulamentares específicas, bem como da orientação, instruções, ordens e recomendações de ensino do Departamento de Ensino.

Art. 62. Os componentes do corpo docente, no exercício das suas funções, são subordinados ao Departamento de Ensino.

Parágrafo único. No caso de haver incompatibilidade hierárquica, a subordinação referida será de caráter funcional e técnico, e apenas no que se relacionar com o ensino da Escola.

Art. 63. Cada professor ou adjunto de professor que ultrapassar o limite máximo de horas de trabalho semanal previsto na legislação vigente, fará jus a gratificação suplementar a ser fixada pelo Comandante da Escola.

Art. 64. A fim de ter a Escola de Aeronáutica tempo para seleccionar e padronizar o pessoal do Corpo Docente, o Ministro da Aeronáutica fixará, em setembro de cada ano, o efetivo do Corpo Docente para o ano seguinte, mediante proposta do Comandante da Escola, por intermédio do Diretor Geral do Ensino.

Art. 65. O Comandante da Escola poderá contratar pessoas de notório saber, nacionais ou estrangeiras, indicadas pelo Conselho de Ensino, para, dentro de um plano anual,

realizar conferências que visem aumentar a cultura geral e profissional do Cadete.

Parágrafo único. A remuneração das conferências será arbitrada pelo Comandante da Escola, de acordo com a complexidade das mesmas e a legislação dos estabelecimentos federais de ensino superior sobre o assunto, dentro da dotação orçamentária que para tanto lhe será destinada.

Art. 66. Cada disciplina na Instrução Fundamental disporá, no mínimo, de um professor e de um adjunto de professor.

Art. 67. O regime disciplinar a que ficam sujeitos professores, instrutores, monitores e laboratoristas será o prescrito no Regulamento Disciplinar da Aeronáutica ou no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, conforme se trate de militares ou civis.

TERCEIRA PARTE

Organização

TÍTULO I

Constituição Geral

Art. 68. A Escola de Aeronáutica tem a seguinte constituição:

- a) Comando
- b) Departamento de Ensino
- c) Departamento de Administração
- d) Departamento de Pessoal
- e) Corpo de Cadetes da Aeronáutica

TÍTULO II

Comando

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO

Art. 69. O Comando da Escola tem a seguinte constituição:

- a) Comandante
- b) Assistente e Órgãos Auxiliares
- c) Órgãos Consultivos

Art. 70. O Comandante é coadjuvado em suas funções pelos Chefes de Departamento e Comandante do Corpo de Cadetes da Aeronáutica.

CAPÍTULO II

COMANDANTE

Art. 71. O Comandante da Escola de Aeronáutica é um Brigadeiro do ar.

Parágrafo único. O Comandante da Escola de Aeronáutica é nomeado por decreto.

Art. 72. O Comandante da Escola de Aeronáutica como responsável pelo Ensino e Administração da Escola, tem as funções de Diretor do Ensino e Agente Diretor.

Art. 73. Ao Comandante da Escola de Aeronáutica, além das atribuições previstas na legislação vigente, compete:

a) exercer sua ação pessoal sobre todos os escalões subordinados, visando uma perfeita coordenação para o cumprimento da missão da Escola;

b) imprimir ao ensino a orientação doutrinária estabelecida pelos altos escalões da F. A. B.;

c) traçar as diretrizes do Plano de Ensino da Escola para o ano letivo entrante o qual deve ser submetido ao Diretor Geral do Ensino da Aeronáutica antes do início do referido ano;

d) matricular e incluir no estado efetivo da Escola os candidatos que houverem satisfeito às condições para admissão;

e) excluir e desligar Cadetes, consoante os preceitos regulamentares;

f) declarar Aspirante a Oficial os Cadetes que concluírem, com aproveitamento, os respectivos cursos;

g) corresponder-se, diretamente, com as autoridades militares ou civis sobre assuntos que independam da intervenção de autoridade superior;

h) desempenhar, ou delegar ao Chefe do Departamento de Administração, a função de Agente Diretor.

CAPÍTULO III

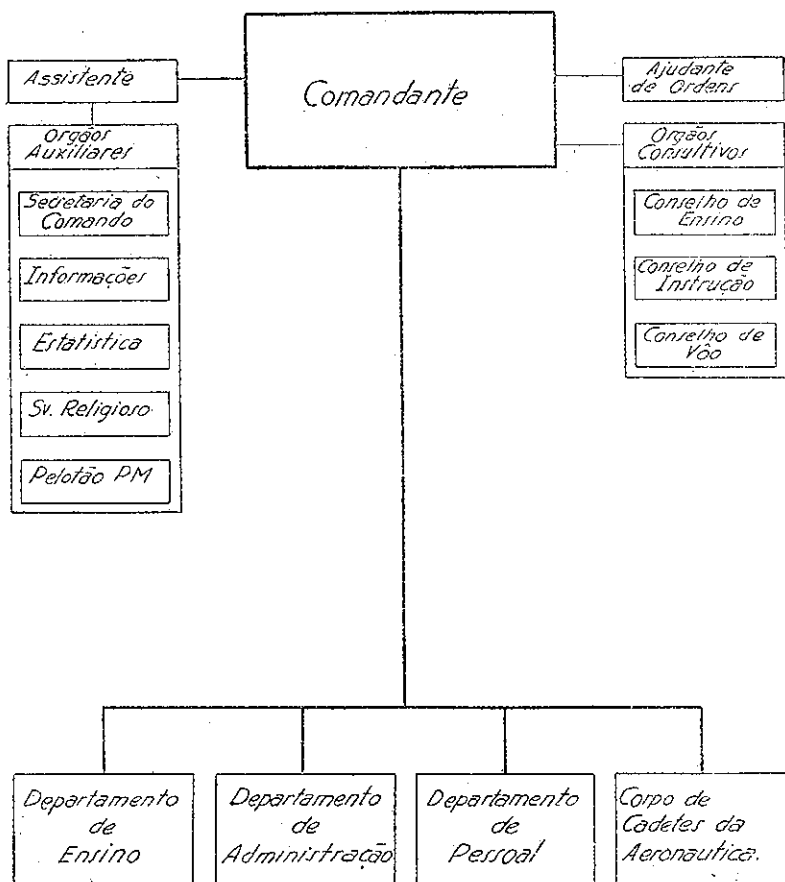
ASSISTENTE E ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 74. O Assistente do Comandante é um Tenente-Coronel Aviador, com o Curso de Estado Maior.

Art. 75. Ao Assistente, auxiliar pessoal do Comandante compete:

a) fornecer ao Comandante dados e informações complementares que se tornem necessárias às suas decisões;

E. Aer.
Comando



b) assistir o Comandante nas relações oficiais que esse deva manter;

c). orientar as atividades do Serviço Religioso;

d) ter a seu cargo a orientação das atividades recreativas da Escola.

Art. 76. Para o desempenho de suas funções, o Assistente dispõe dos seguintes Órgãos Auxiliares:

- a) Secretaria do Comandante;
- b) Seção de Estatística
- c) Seção de Informações
- d) Serviço Religioso
- e) Pelotão de Polícia Militar

SECRETARIA DO COMANDO

Art. 77. O Chefe da Secretaria é o Ajudante de Ordens do Comandante.

Art. 78. Ao Secretário compete:

a) receber, preparar e expedir a correspondência pessoal do Comandante;

b) dirigir os serviços pertinentes à secretaria — protocolo, expedição, arquivo e mecanografia do Comando.

SEÇÃO DE ESTATÍSTICA

Art. 79. O Chefe da Seção de Estatística é um Tenente ou um civil com conhecimentos especializados.

Art. 80. Ao Chefe da Seção de Estatística compete a organização dos mapas e gráficos estatísticos da Escola, baseados nos relatórios dos Departamentos e do Corpo de Cadetes.

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 81. O Chefe da Seção de Informações é um Capitão Aviador.

Art. 82. Ao Chefe da Seção de Informações compete:

a) manter o Comandante informado sobre o moral do pessoal da Escola;

b) organizar as atividades recreativas para o pessoal da Escola;

c) executar os serviços criptográficos e ter sob sua guarda os documentos de natureza sigilosa;

d) dirigir o serviço de relações públicas;

e) ter, sob seu controle, as atividades do Posto Rádio Administrativo.

SERVIÇO RELIGIOSO

Art. 83. O Serviço Religioso, dirigido por um Major Capelão da Aeronáutica, provê assistência religiosa na forma do Decreto n.º 21.495, de 23 de julho de 1946.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS CONSULTIVOS

Art. 84. Para dispôr de elementos mais seguros às suas decisões nos assuntos relacionados com o Ensino dos Cadetes, o Comandante da Escola conta com os seguintes órgãos consultivos:

- a) Conselho de Ensino
- b) Conselho de Instrução
- c) Conselho de Vão

Art. 85. Os Conselhos se reunirão sempre que se torne necessário conseguir elementos para decisões do Comandante, por determinação desse ou por convocação do Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 86. Os Conselhos emitirão pareceres sobre os fatos apreciados, os quais constarão do competente Livro de Atas, e serão apresentados ao Comandante, acompanhados dos votos vencidos, devidamente fundamentados.

Art. 87. Não é lícito, a nenhum membro dos Conselhos, abster-se de votar, nem lhe é permitida a divulgação sobre qualquer forma de assuntos tratados nas reuniões dos Conselhos o que só poderá ser feito pelo Comandante da Escola quando assim julgar conveniente.

Art. 88. No caso de terem os Conselhos de se pronunciar sobre assuntos que digam respeito a um dos seus membros ou parentes destes até 2.º grau, inclusive, o Comandante substituirá, temporariamente, aquele membro.

Art. 89. As reuniões dos Conselhos são presididas pelo Chefe do Departamento de Ensino.

Parágrafo único. Quando julgar conveniente, poderá o Comandante avocar a si a presidência dos Conselhos, passando então o Chefe do Departamento de Ensino a funcionar como membro.

Art. 90. Servirá como Secretário, nas reuniões dos Conselhos, um oficial designado pelo Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 91. Poderá o presidente dos Conselhos convocar, para consultas e esclarecimentos, qualquer militar ou civil da Escola, o qual não terá, porém, direito de voto.

CONSELHO DE ENSINO

Art. 92. O Conselho de Ensino é o órgão encarregado de opinar sobre qualquer questão de natureza geral referente ao Ensino.

Art. 93. O Conselho de Ensino é constituído de 7 membros: o Chefe do Departamento de Ensino, o Chefe da Divisão de Instrução Fundamental e 5 professores designados pelo Comandante, no início de cada ano letivo, para exercício no correr do mesmo ano.

Art. 94. O Conselho de Ensino é especificamente chamado a se pronunciar:

- a) sobre questões de natureza técnica referente a instrução fundamental;
- b) sobre os casos ligados ao concurso de admissão à Escola;
- c) sobre os programas elaborados;
- d) sobre rendimento do ensino da Escola;
- e) sobre métodos de ensino;
- f) sobre obras escolhidas de assuntos didáticos, científicos, militares, técnicos em geral e aprovação de livros texto;
- g) emitindo parecer sobre os professores inscritos em concurso e os documentos apresentados;
- h) emitindo parecer sobre incompatibilidades ou competência de professores, nos casos que lhe forem apresentados pelo seu presidente;
- i) indicando os nomes dos professores que, por se terem distinguido durante o ano, mereçam apreciação destacada do Comando.

CONSELHO DE INSTRUÇÃO

Art. 95. O Conselho de Instrução é o órgão encarregado de opinar sobre qualquer questão de natureza técnica referente à Instrução Militar e à Instrução Especializada, sobre o conceito para o oficialato, e sobre os

casos de ordem moral incompatíveis com a permanência na Escola.

Art. 96. O Conselho de Instrução é constituído de 7 membros: o Chefe do Departamento de Ensino, o Comandante do Corpo de Cadetes da Aeronáutica, o Chefe da Divisão de Instrução Especializada, o Chefe do Grupo de Instrução relacionado com o assunto, e mais 3 oficiais instrutores, designados em cada caso, pelo Comandante da Escola.

Art. 97. O Conselho de Instrução é especificamente chamado a se pronunciar:

- a) sobre a indicação de oficiais para a função de instrutor na Escola;
- b) sobre incompatibilidades ou competência de instrutores, salvo os de voo;
- c) sobre os nomes dos instrutores que por se terem distinguido durante o ano, mereçam referências especiais do Comando;
- d) sobre o conceito para oficialato.

CONSELHO DE VÔO

Art. 98. O Conselho de Voo é o órgão encarregado de opinar sobre qualquer questão referente à Instrução de Voo.

Art. 99. O Conselho de Voo é constituído de 7 membros: o Chefe do Departamento de Ensino, o Chefe da Divisão de Instrução de Voo, o Chefe do Posto Médico, o Chefe do Estágio de Voo a que pertencer o caso em julgamento e 3 instrutores de voo, designados, em cada caso, pelo Comandante.

Art. 100. O Conselho de Voo é especificamente chamado a se pronunciar:

- a) sobre os acidentes e incidentes aeronáuticos ocorridos na instrução;
- b) sobre deficiências e inaptidão para a pilotagem militar reveladas em qualquer dos estágios, pelos Cadetes do Ar;
- c) sobre a indicação de oficiais para as funções de Instrutor de Voo;
- d) sobre incompatibilidades ou competência de Instrutores de Voo;
- e) sobre os nomes dos Instrutores de Voo que por se terem distinguido durante o ano mereçam referências especiais do Comando.

TÍTULO III

Departamento de Ensino

CAPÍTULO I

MISSÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 101. O Departamento de Ensino é o órgão encarregado do estudo de todos os problemas relacionados com o ensino dos Cadetes. E através desse órgão que o Comandante da Escola, como Diretor do Ensino, exerce sua ação orientadora sobre o modo como deve ser conduzido o ensino no Estabelecimento.

Art. 102. O Departamento de Ensino tem a seguinte constituição:

- a) Chefia
- b) Divisão de Instrução Fundamental
- c) Divisão de Instrução Especializada
- d) Divisão de Instrução Militar
- e) Divisão de Instrução de Vôo

CAPÍTULO II

CHEFIA

Art. 103. A Chefia do Departamento de Ensino tem a seguinte constituição:

- a) Chefe do Departamento de Ensino
- b) Adjunto e Órgãos Auxiliares

CHEFE DO DEPARTAMENTO

Art. 104. O Chefe do Departamento de Ensino é um Coronel Aviador com o Curso Superior de Comando.

Art. 105. O Chefe do Departamento de Ensino é diretamente responsável, perante o Comandante, pela direção de todo trabalho escolar dos Cadetes.

Art. 106. O Chefe do Departamento de Ensino, no interesse do ensino pode entender-se diretamente com todos os elementos orgânicos da Escola.

Art. 107. Além das atribuições previstas na legislação vigente, compete ao Chefe do Departamento de Ensino:

- a) elaborar o Plano de Ensino, submetê-lo à aprovação do Comandante;
- b) organizar o calendário do ano letivo, com a indicação dos horários das aulas e demais trabalhos escolares;

c) submeter à aprovação do Comandante da Escola os programas analíticos das diversas matérias;

d) preparar, dentro das limitações estabelecidas no calendário, os programas semanais, em que serão consignadas as partes de cada matéria que deverão ser ministradas nos diversos dias da semana;

e) organizar, no início de cada ano, as turmas de aula e instrução;

f) estudar, ou fazer estudar, tôdas as questões de ensino de interesse para a Escola;

g) manter a coordenação do ensino nos diferentes cursos;

h) organizar os planos de exame e designar as respectivas comissões examinadoras;

i) controlar a realização de exercícios, provas e exames;

j) superintender as provas do concurso para provimento dos cargos de professor;

l) apresentar ao Comandante da Escola relatório sucinto correspondente ao ano anterior, contendo o juízo sobre atividade na Escola, com referência particular sobre os resultados alcançados e estudo crítico sobre a situação do ensino que lhe esteve confiado, apresentando sugestões para melhorá-lo;

m) manter o Comandante da Escola informado sobre a marcha dos trabalhos escolares;

n) promover as sindicâncias para apurar as causas do mau rendimento do ensino propondo ao Comandante medidas ou providências que visem saná-las;

o) intervir junto aos professores ou instrutores, para harmonizar a aplicação dos métodos e processos de ensino;

p) presidir os Conselhos.

ADJUNTO E ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 108. O Adjunto do Chefe do Departamento de Ensino é um Major Aviador.

Art. 109. Ao Adjunto compete coordenar o trabalho dos órgãos auxiliares.

Art. 110. Para o desempenho de suas funções o Adjunto dispõe dos seguintes órgãos auxiliares:

- a) Secretaria do Ensino
- b) Seção de Controle e Estudos
- c) Seção de Serviços Escolares

SECRETARIA DO ENSINO

Art. 111. O Chefe da Secretaria do Ensino é um Capitão Aviador.

Art. 112. Ao Chefe da Secretaria do Ensino compete:

- a) preparar o expediente diário do Departamento;
- b) organizar os diversos fichários e o arquivo do Departamento, mantendo-os em dia;
- c) organizar os processos de matrícula;
- d) dirigir o serviço de protocolo;
- e) organizar os fichários dos candidatos à Escola.

SEÇÃO DE CONTRÔLE E ESTUDOS

Art. 113. O Chefe da Seção de Contrôlo e Estudos é o Adjunto do Departamento de Ensino.

Art. 114. Compete ao Chefe da Seção de Contrôlo e Estudos:

- a) realizar os estudos que lhe forem determinados visando o aprimoramento da instrução;
- b) orientar a coleta de dados referentes aos trabalhos didáticos de modo a permitir ao Chefe do Departamento manter-se a par do desenvolvimento da instrução e inteirar-se constantemente de tudo quanto possa influir no seu rendimento;
- c) controlar a execução dos programas fixados;
- d) controlar e fiscalizar as faltas de professores, instrutores e alunos;
- e) fornecer elementos para a organização de relatórios referentes ao ensino;
- f) organizar mapas e gráficos estatísticos relativos ao ensino;
- g) dirigir os trabalhos de escrituração, registro e fichário de graus de exercícios, provas, exames, testes, trabalhos práticos, etc.

SEÇÃO DE SERVIÇOS ESCOLARES

Art. 115. O Chefe da Seção de Serviços Escolares é um Tenente Aviador.

Art. 116. Ao Chefe da Seção de Serviços Escolares compete a fiscalização e orientação:

- a) do trabalho material de preparo dos programas e horários relativos à instrução;
- b) da confecção de quadros estatísticos relativos à instrução;
- c) da execução de desenhos, quadros murais e diversos auxílios de instrução;

d) das providências materiais que se fizerem necessárias à instrução dos Cadetes, atendendo às solicitações dos professores e instrutores;

e) da impressão e distribuição de súmulas de aula, apostilas, manuais e livros didáticos para o ensino dos Cadetes.

CAPÍTULO III

DIVISÃO DE INSTRUÇÃO FUNDAMENTAL

Art. 117. A Divisão de Instrução Fundamental é o órgão do Departamento de Ensino a cujo cargo e responsabilidade estão o controle direto e as medidas de execução da parte da instrução relativa à cultura científica fundamental dos Cadetes.

Art. 118. A Divisão tem a seguinte constituição:

- a) Chefia
- b) Grupo de Ciências Matemáticas
- c) Grupo de Ciências Físicas
- d) Grupo de Ciências Sociais

Art. 119. O Chefe da Divisão é um Major Aviador.

Parágrafo único. O Chefe da Divisão dispõe dos Chefes dos Grupos de Ciências, como assessores nos assuntos de natureza técnica.

Art. 120. Ao Chefe da Divisão compete:

- a) assistir os professores no desempenho de suas funções, mantendo com os mesmos as relações diretas necessárias ao bom andamento da instrução, bem como servir de elemento de ligação entre esses e o Chefe do Departamento de Ensino;
- b) coordenar a parte relativa aos horários de aula;
- c) estudar e encaminhar ao Chefe do Departamento de Ensino as propostas que visem melhorar a instrução.

Art. 121. Os Grupos de Ciências matemáticas, Físicas e Sociais são os órgãos encarregados da coordenação e controle dos assuntos a eles correspondentes.

§ 1.º Os Chefes desses Grupos são professores militares ou civis, designados pelo Comandante da Escola, aos quais compete a coordenação e controle acima estabelecidos.

§ 2.º O Chefe do Grupo de Ciências Físicas orientará tecnicamente o trabalho dos laboratórios da Escola.

§ 3.º O Chefe dos Laboratórios é um Capitão Farmacêutico de Aeronáutica.

CAPÍTULO IV

DIVISÃO DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA

Art. 122. A Divisão de Instrução Especializada é o órgão do Departamento de Ensino a cujo cargo e responsabilidade estão o controle direto e as medidas de execução da parte de instrução relativa aos conhecimentos especializados necessários aos Cadetes.

Art. 123. A Divisão tem a seguinte constituição:

- a) Chefia
- b) Grupo de Instrução de Aviação
- c) Grupo de Instrução de Intendência
- d) Grupo de Instrução de Infantaria de Guarda

Parágrafo único. Serão criados outros Grupos de Instrução à medida que se tornarem necessários.

Art. 124. O Chefe da Divisão é um Major Aviador.

Parágrafo único. O Chefe da Divisão terá como Adjuntos os Chefes dos Grupos de Instrução de Aviação, de Intendência e de Infantaria de Guarda.

Art. 125. Ao Chefe da Divisão compete:

- a) assistir os instrutores no desempenho de suas funções, mantendo com os mesmos as relações diretas necessárias ao bom andamento da instrução, bem como servir de ligação entre estes e o Chefe do Departamento de Ensino;
- b) coordenar a parte relativa aos horários de aula;
- c) estudar e encaminhar ao Chefe do Departamento de Ensino as propostas que visem melhorar a instrução.

Art. 126. O Grupo de Instrução de Aviação é o órgão encarregado da coordenação e controle dos assuntos a ele correspondentes.

Art. 127. O Chefe do Grupo de Instrução de Aviação é um Capitão Aviador, instrutor de uma das matérias do Grupo, a ele estando subordinadas as seguintes seções:

- a) Seção de Reconhecimento Aéreo
- b) Seção de Tiro e Bombardeio

c) Seção de Navegação e Meteorologia

d) Seção de Aerotécnica

e) Seção de Comunicações

f) Seção de Medicina de Aviação

g) Seção de Treinamento Sintético

Parágrafo único. A Chefia do Grupo será desempenhada pelo Capitão Aviador mais antigo dentre os Chefes das Seções acima.

Art. 128. As Seções do Grupo de Instrução de Aviação são os órgãos encarregados de centralizar o material e aparelhagem técnica destinada à instrução correspondente, dispondo de oficiais subalternos em número julgado suficiente.

Art. 129. As Seções do Grupo de Instrução de Aviação são chefiadas por Capitães Aviadores, exceto a de Medicina de Aviação que é chefiada por um Capitão Médico. Os Chefes de Seção serão, sempre que possível, instrutores do Grupo de Instrução de Aviação.

Art. 130. Os Grupos de Instrução de Intendência e de Infantaria de Guarda são os órgãos encarregados da coordenação e controle dos assuntos a eles correspondentes.

Art. 131. Os Chefes dos Grupos de Instrução de Intendência e de Instrução de Infantaria de Guarda são Capitães, Intendente e de Infantaria de Guarda, respectivamente.

Parágrafo único. O Chefe do Grupo de Instrução de Infantaria de Guarda é um Comandante de Companhia do Batalhão Extra.

CAPÍTULO V

DIVISÃO DE INSTRUÇÃO MILITAR

Art. 132. A Divisão de Instrução Militar é o órgão do Departamento de Ensino a cujo cargo e responsabilidade estão o controle direto e as medidas de execução da parte da instrução relativa aos assuntos de natureza militar.

Art. 133. A Divisão de Instrução Militar tem a seguinte constituição:

- a) Chefia
- b) Grupo de Instrução Básica
- c) Grupo de Instrução Complementar
- d) Grupo de Instrução tática

Art. 134. O Chefe da Divisão de Instrução Militar é o Comandante do Corpo de Cadetes da Aeronáutica.

Parágrafo único. O Chefe da Divisão terá como Adjuntos os Chefes dos Grupos de Instrução.

Art. 135. Ao Chefe da Divisão de Instrução Militar compete:

a) assistir os instrutores no desempenho de suas funções, mantendo com os mesmos as relações diretas necessárias ao bom andamento da instrução, bem como servir de ligação entre esses e o Chefe do Departamento de Ensino;

b) coordenar a parte relativa aos horários de aula;

c) estudar e encaminhar, ao Chefe do Departamento, as propostas que visem melhorar a instrução.

Art. 136. Os Grupos de Instrução Básica, complementar e Tática são os órgãos encarregados da coordenação e controle dos assuntos a eles correspondentes.

Art. 137. Os Chefes dos Grupos de Instrução Básica, Complementar e Tática são Capitães Aviadores, Comandantes de Esquadrilha do Corpo de Cadetes.

CAPÍTULO VI

DIVISÃO DA INSTRUÇÃO DE VÔO

Art. 138. A Divisão da Instrução de Vôo é o órgão do Departamento de Ensino a cujo cargo a responsabilidade está o desenvolvimento do programa relativo a toda instrução de vôo dos Cadetes.

Art. 139. A Divisão da Instrução de Vôo tem a seguinte constituição:

- a) Chefia
- b) Seção de Operações
- c) Estágio Primário
- d) Estágio Básico
- e) Estágio Avançado
- f) Estágio de Vôo por Instrumentos.

Art. 140. O Chefe da Divisão da Instrução de Vôo é um Tenente-Coronel Aviador.

Parágrafo único. O Chefe da Divisão dispõe de um Adjunto, Capitão Aviador, instrutor de vôo.

Art. 141. Ao Chefe da Divisão da Instrução de Vôo compete:

a) conduzir, dentro da orientação fixada pela Chefia do Departamento,

os trabalhos que dizem respeito à formação do piloto militar;

b) dirigir a instrução, no solo e no ar, indispensável aos Cadetes para o desempenho de suas funções de pilotos, como futuros oficiais da Força Aérea;

c) programar o adestramento de vôo do pessoal navegante da Escola, dentro das disponibilidades do material aéreo, especialmente reservado para tal fim.

SEÇÃO DE OPERAÇÕES

Art. 142. A Seção de Operações é o órgão da Divisão responsável pelo controle do tráfego aéreo, pelo adestramento de vôo do pessoal navegante da escola e pelas medidas de segurança ligadas ao vôo.

Art. 143. A Seção de Operações tem a seguinte constituição:

- a) Chefia
- b) Subseção de Tráfego Aéreo
- c) Subseção de Adestramento
- d) Subseção de Estatística de Vôo

Art. 144. O Chefe da Seção de Operações é um Capitão Aviador.

Art. 145. Ao Chefe da Seção de Operações compete:

a) controlar todos os assuntos ligados à utilização dos aeródromos empregados pela Escola e os relativos ao tráfego aéreo;

b) controlar a execução do adestramento de vôo do pessoal navegante da Escola;

c) fornecer, por intermédio da estatística de vôo, os dados necessários ao Chefe da Divisão, para controle da instrução.

SUBSEÇÃO DE TRÁFEGO AÉREO

Art. 146. A Subseção de Tráfego Aéreo é o órgão da Seção de Operações responsável pela centralização, orientação, direção e fiscalização de todo o serviço relacionado com o tráfego das aeronaves e da segurança do vôo em geral. Esta subseção compreende a Torre de Controle, a Sala de Tráfego e os Serviços de Rádio-operações e Meteorologia, operados por pessoal especializado.

Parágrafo único. O Chefe da Subseção é um Tenente Aviador, instrutor de vôo.

SUBSEÇÃO DE ADESTRAMENTO

Art. 147. A Subseção de Adestramento é o órgão através do qual o Chefe de Operações controla o adestramento de vôo do pessoal navegante da Escola.

Parágrafo único. O Chefe da Subseção é um Tenente Aviador.

SUBSEÇÃO DE ESTATÍSTICA DE VÔO

Art. 148. A Subseção de Estatística de Vôo é o órgão encarregado de registrar todo o serviço aéreo realizado pelo pessoal da Escola e de fornecer aos órgãos interessados dados estatísticos referentes à atividade aérea.

Parágrafo único. O Chefe da Subseção é um Tenente Aviador, instrutor de vôo.

ESTÁGIOS DE VÔO

Art. 149. São os seguintes os Estágios de Vôo: Primário, Básico, Avançado e de Vôo por instrumentos, esses estágios se destinam, respectivamente, a execução prática dos programas de vôo primário, básico, avançado e de vôo por instrumentos, estabelecidos para o Curso.

Art. 150. Os Chefs de Estágio são Maiores Aviadores, instrutores-chefes.

Art. 151. Os Estágios são organizados em classes, em número variável, de acordo com o efetivo em Cadetes do Ar a instruir. O Estágio de Vôo por Instrumento disporá, ainda, de uma Seção de "Link Trainer".

Art. 152. Os Chefes de Classe são Capitães Aviadores.

Art. 153. O Chefe da Seção de "Link Trainer" é um Tenente Especialista em Comunicações, responsável pela conservação e manutenção do material da respectiva Seção.

Art. 154. Para efeito de enquadramento disciplinar e melhor rendimento da instrução, o efetivo de cada Classe não deverá exceder de trinta Cadetes e do número correspondente de Tenentes Aviadores, instrutores de pilotagem.

Parágrafo único. Cada instrutor de pilotagem terá, no máximo, cinco alunos.

TÍTULO IV

Departamento de Administração

CAPÍTULO I

MISSÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 155. O Departamento de Administração é o órgão que trata de todos os assuntos relacionados com os serviços provedores, transportadores e mantenedores em toda a Escola.

Art. 156. O Departamento de Administração tem a seguinte constituição:

- a) Chefia
- b) Divisão do Patrimônio
- c) Divisão do Material Aéreo
- d) Divisão de Suprimento e Manutenção
- e) Divisão dos Serviços

CAPÍTULO II

CHEFIA

Art. 157. O Chefe do Departamento de Administração é um Coronel Aviador.

Parágrafo único. O Chefe do Departamento de Administração dispõe de um Adjunto, Capitão Aviador, e de uma Secretaria.

Art. 158. A Secretaria encarregada dos trabalhos de escrituração e controle geral do Departamento, é chefiada pelo Adjunto do Chefe do Departamento.

Art. 159. Ao Chefe do Departamento de Administração compete:

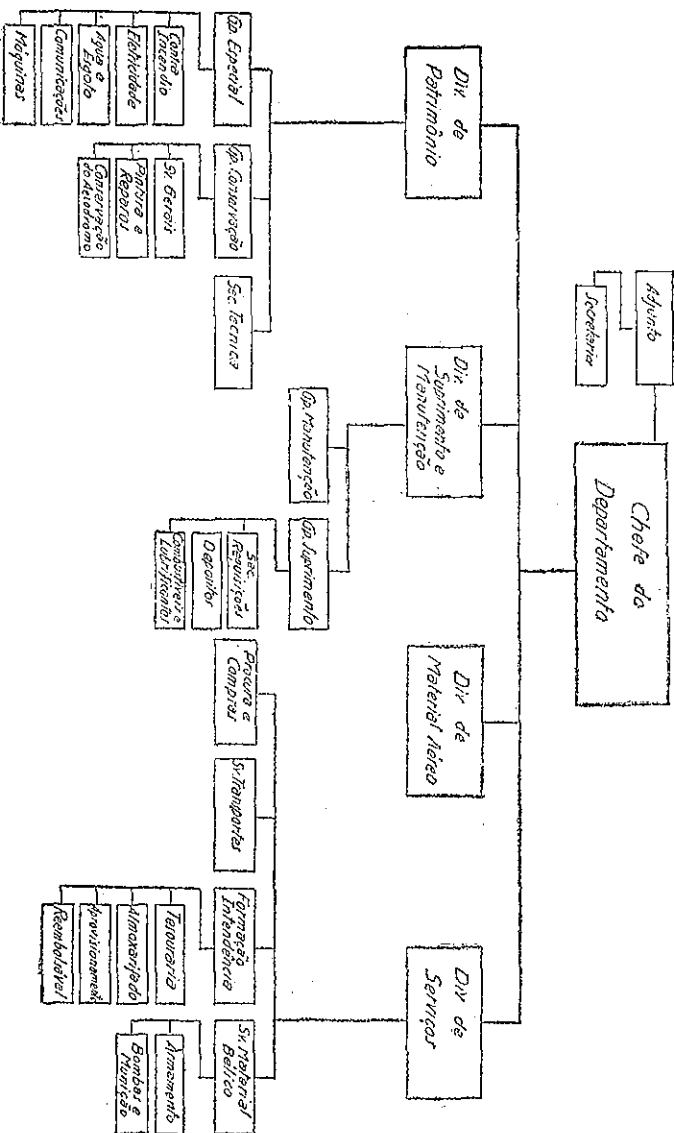
- a) prestar ao Departamento de Ensino, todo o apoio ao seu alcance, tendo em vista a missão específica da Escola;
- b) exercer as funções de Agente Diretor, quando delegadas pelo Comandante;
- d) superintender os serviços especificados no artigo 155 através dos respectivos chefes.

CAPÍTULO III

DIVISÃO DO PATRIMÔNIO

Art. 160. A Divisão do Patrimônio é o órgão encarregado da conservação e reparos das instalações, mobiliário, aeródromo e maquinária da Escola.

E. Aer.
Departamento de Administração



Art. 161. O Divisão de Patrimônio é constituída de:

- a) Chefia
- b) Seção Técnica
- c) Grupo Especial
- d) Grupo de Conservação

CHEFIA

Art. 162. O Chefe da Divisão do Patrimônio é um Major Avião.

SEÇÃO TÉCNICA

Art. 163. A Seção Técnica é o órgão encarregado dos trabalhos relativos ao estudo, planejamento e fiscalização das obras e serviços a serem executados na Escola, a fim de assegurar a conservação das suas instalações.

Art. 164. A Seção Técnica é chefiada por um engenheiro civil do Ministério da Aeronáutica.

GRUPO ESPECIAL

Art. 165 — O Grupo Especial é constituído de:

- a) Seção Contra-Incêndio
- b) Seção de Eletricidade
- c) Seção de Água e Esgoto
- d) Seção de Comunicações
- e) Seção de Máquinas

Art. 166. O Chefe do Grupo Especial é um Tenente Especialista.

Art. 167. A Seção Contra-Incêndio se destina a executar e dirigir todos os trabalhos concernentes ao sistema contra o fogo da Escola, estabelecendo as necessárias medidas de precaução.

Art. 168. A Seção de Eletricidade é a Seção encarregada de todos os trabalhos internos de instalação e conservação da rede elétrica, iluminação da pista, projetores diversos, sistema de refrigeração, etc.

Art. 169. A Seção de Água e Esgoto é a Seção encarregada de manter em perfeitas condições as redes de água e esgoto em toda a área ocupada pela Escola.

Art. 170. A Seção de Comunicações é a Seção encarregada de assegurar o funcionamento das comunicações rádio, teletipo e telefônica da Escola.

Art. 171. A Seção de Máquinas é a Seção encarregada da operação e conservação das máquinas pertencentes à Divisão do Patrimônio.

GRUPO DE CONSERVAÇÃO

Art. 172 — O Grupo de Conservação é constituído de:

- a) Seção de Serviços Gerais
- b) Seção de Pintura e Reparos
- c) Seção de Conservação do Aeródromo.

Art. 173. O Chefe do Grupo de Conservação é um Tenente Especialista.

Art. 174. A Seção de Serviços Gerais se destina a manter em bom estado de aseo as instalações a áreas internas da Escola.

Art. 175. A Seção de Pintura e Reparos se destina a executar os serviços de pintura e reparos necessários à boa manutenção das instalações da Escola.

Art. 176. A Seção de Conservação do Aeródromo de destina a executar o serviço de manutenção das áreas de pouso utilizadas pela Escola.

CAPÍTULO IV

DIVISÃO DE MATERIAL AÉREO

Art. 177. A Divisão de Material Aéreo é o órgão a cujo cargo ficam a guarda e a manutenção e suprimento de primeiro e segundo escalões de todo o material aéreo da Escola.

Art. 178. O Chefe da Divisão de Material Aéreo é um Major Avião ou Major Engenheiro.

Art. 179. A Divisão de Material Aéreo dispõe de um número variável de Capitães e de Tenentes Especialistas, fixado anualmente em função do número e tipo dos aviões a manter.

CAPÍTULO V

DIVISÃO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO

Art. 180. A Divisão de Suprimento e Manutenção é o órgão encarregado de todo o serviço de suprimento e manutenção, de terceiro escalão, da Escola.

Art. 181. A Divisão de Suprimento e Manutenção é constituída de:

- a) Chefia

- b) Grupo de Manutenção
- c) Grupo de Suprimento.

CHEFIA

Art. 182. O Chefe da Divisão de Suprimento e Manutenção é um Major Aviador ou Major Aviador Engenheiro.

Art. 183. O Grupo de Manutenção é o órgão a cujo cargo e responsabilidade ficam as medidas de execução da manutenção de terceiro escalão, de todo o material da Escola.

Art. 184. O Chefe do Grupo de Manutenção é um Capitão Aviador ou Capitão Aviador Engenheiro.

Art. 185. O Grupo de Manutenção dispõe de três Tenentes Especialistas.

Art. 186. Ao Grupo de Manutenção compete a verificação e exame do material acidentado da Escola e a elaboração de relatórios apontando as falhas de material que proventura venha a constatar.

Art. 187. A organização e o funcionamento do Grupo de Manutenção serão baseados nas normas estabelecidas pela Diretoria do Material da Aeronáutica.

GRUPO DE SUPRIMENTO

Art. 188. O Grupo de Suprimento é o órgão ao qual compete estabelecer as medidas necessárias para assegurar o nível de estoque de terceiro escalão de suprimento.

Art. 189. O Chefe do Grupo de Suprimento é um Capitão Intendente.

Art. 190. O Grupo de Suprimento dispõe de:

- a) Seção de Requisições
- b) Depósitos de Material
- c) Seção de Combustíveis, Lubrificantes e Inflamáveis.

Art. 191. A Seção de Requisições é o órgão encarregado de processar as requisições de material destinados a manter os níveis de estoque prescritos.

Art. 192. Os Depósitos de Material, chefiados por Tenentes Intendentes, são destinados a guardar, conservar e distribuir o material correspondente ao terceiro escalão de suprimento.

Art. 193. A Seção de Combustíveis, Lubrificantes e Inflamáveis, chefiada por um Tenente Especialista em Avião, tem a seu cargo o recebimento, a estocagem, o controle, a segurança e a distribuição de combustíveis e lubrificantes de qualquer espécie, entrando na Escola.

CAPÍTULO VI

DIVISÃO DOS SERVIÇOS

Art. 194. A Divisão dos Serviços é o órgão encarregado dos serviços de transporte, material bélico e intendência da Escola.

Art. 195. A Divisão dos Serviços é constituída de:

- a) Chefia
- b) Serviço de Transportes
- c) Serviço de Material Bélico
- d) Formação de Intendência
- e) Seção de Procura e Compras.

CHEFIA

Art. 196. O Chefe da Divisão dos Serviços é um Tenente-Coronel Aviador.

Art. 197. O Chefe da Divisão dos Serviços é o auxiliar imediato do Agente Diretor competindo-lhe como tal:

- a) coordenar, impulsionar e fiscalizar os serviços administrativos da Unidade Administrativa, de conformidade com a legislação em vigor e as instruções do Agente Diretor;
- b) receber todos os documentos referentes às suas atribuições, estudá-los, submetendo-os diretamente à consideração do Agente Diretor;
- c) ter a seu cargo o controle da carga geral da Escola.

SERVIÇO DE TRANSPORTE

Art. 198. O Serviço de Transporte é o órgão que centraliza, dirige e executa os trabalhos referentes ao emprego, manutenção e suprimento de primeiro e segundo escalões de todos os meios de transporte existentes na Escola.

Art. 199. O Chefe do Serviço de Transporte é um Capitão Especialista.

SERVIÇO DE MATERIAL BÉLICO

Art. 200. O Serviço de Material Bélico é o órgão responsável pela guarda, manutenção e distribuição do armamento, assim como pela distribuição de bombas e munições da Escola.

Art. 201. O Serviço de Material Bélico dispõe de:

- a) Seção de Armamento
- b) Seção de Bombas e Munições

Art. 202. O Chefe do Serviço de Material Bélico é um Capitão Especialista em Armamento.

Art. 203. As Seções de Armamento e de Bombas e Munições, são chefiadas por Tenentes Especialistas em Armamento.

FORMAÇÃO DE INTENDÊNCIA

Art. 204. A Formação de Intendência é o órgão que abrange os Serviços Administrativos de Finanças e Provisões.

Art. 205. A Formação de Intendência é constituída de:

- a) Chefia
- b) Tesouraria
- c) Almozarifado
- d) Aprovevisionamento
- e) Reembolsável

Art. 206. O Chefe da Formação de Intendência é um Major Intendente de Aeronáutica.

Art. 207. O Chefe da Formação de Intendência é o responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos e pela observância dos preceitos regulamentares a serem cumpridos pelos diversos órgãos que lhe são diretamente subordinados, competindo-lhe:

- a) coordenar os trabalhos de todos os órgãos de intendência;
- b) conferir e autenticar com o seu "Conferido" e a rubrica, todos os documentos que importem em receita ou despesa, cheques, demonstrações e outros papéis, depois de reconhecer que não houve violação de disposições legais referentes ao assunto.

Art. 208. A Tesouraria é o órgão que trata dos assuntos referentes a requisições, recebimento e pagamento de valores e mgeral, sendo de sua responsabilidade a respectiva contabilidade.

Art. 209. O Chefe da Tesouraria é um Capitão Intendente de Aeronáutica, tendo como auxiliar um Tenente Intendente.

Art. 210. O Almozarifado é o órgão destinado a receber, armazenar, conservar e distribuir o material de Intendência.

Art. 211. O Chefe do Almozarifado é um 1.º Tenente Intendente de Aeronáutica, que terá como auxiliar um Tenente ou Aspirante Intendente de Aeronáutica.

Art. 212. O Aprovevisionamento é o órgão destinado a aquisição, recebimento, armazenamento e preparo de viveres e alimentos destinados a subsistência de todo o pessoal da Escola.

Art. 213. A aquisição dos gêneros alimentícios obedecerá ao estabelecido no artigo 220. 3

Art. 214. O Aprovevisionamento compreende:

- a) Ranchos dos Officiais, de Cadetes, de Suboficiais e Sargentos e de Cabos, Soldados e Taifeiros
- b) Armazem Distribuidor
- c) Padaria

Art. 215. O Chefe do Aprovevisionamento é um 1.º Tenente Intendente, tendo como auxiliares dois Tenentes ou Aspirantes Intendentes de Aeronáutica.

Art. 216. O Reembolsável se destina a proceder a aquisição, recebimento, armazenagem e fornecimento, para reembolso, de viveres, alimentos e produtos diversos destinados ao bem estar e conforto particular do pessoal.

Art. 217. O Reembolsável constitui-se de:

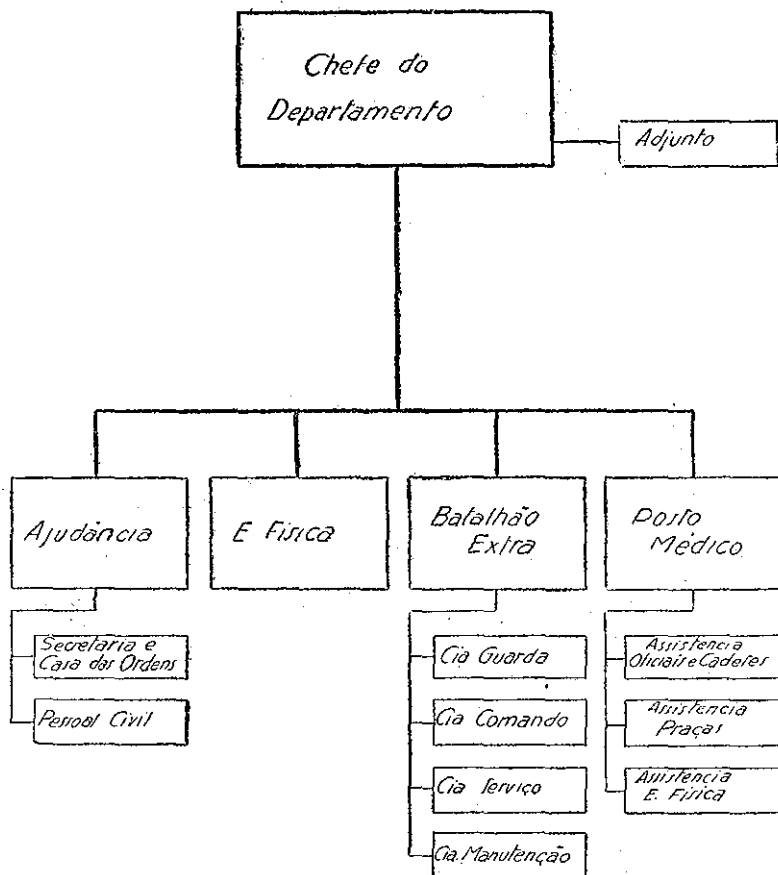
- a) Seção de Vendas
- b) Armazem
- c) Granja

Art. 218. O Chefe do Reembolsável é um 1.º Tenente Intendente de Aeronáutica, tendo como auxiliar um 2.º Tenente ou Aspirante, Intendente de Aeronáutica.

SEÇÃO DE PROCURA E COMPRAS

Art. 219. A Seção de Procura e Compras é encerragada da procura e compra do sartigos a serem adquiridos pela Escola.

E. Aer.
Departamento de Pessoal



Art. 220. A aquisição, inclusive de gêneros alimentícios, será feita mediante concorrência ou tomada de preços realizada por uma Comissão composta de dois membros permanentes, o Chefe da Divisão de Serviços

e o da Formação de Intendência e de um ou mais oficiais, a quem pela função, interesse a aquisição dos artigos.

Art. 221. O Chefe da Seção de Procura e Compras é um 1.º Tenente Intendente de Aeronáutica.

TÍTULO V

Departamento de Pessoal

CAPÍTULO I

MISSÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 222. O Departamento de Pessoal é o órgão encarregado da administração de todo o pessoal militar e civil da Escola, da instrução militar do pessoal não instruído pelo Departamento de Ensino e da segurança imediata da guarnição.

Art. 223. O Departamento de Pessoal tem a seguinte constituição:

- a) Chefia
- b) Ajudância
- c) Seção de Educação Física
- d) Posto Médico
- e) Batalhão Extra

CAPÍTULO II

CHEFIA

Art. 224. O Chefe do Departamento de Pessoal é um Tenente-Coronel Aviador.

Parágrafo único. O Chefe do Departamento de Pessoal dispõe de um Ajudante, Major Aviador.

Art. 225. Além das atribuições previstas na legislação vigente, compete ao Chefe do Departamento:

- a) prestar ao Departamento de Ensino toda a cooperação possível, tendo em vista o cumprimento da missão específica da Escola;
- b) assegurar as transmissões das ordens e instruções do Comandante, relativas ao pessoal;
- c) estudar e preparar o expediente não privativo dos outros órgãos;
- d) assegurar o previsto no artigo 222, de acordo com as diretrizes do Comandante da Escola.

CAPÍTULO III

AJUDÂNCIA

Art. 226. O Ajudante é o Adjunto do Chefe do Departamento.

- Art. 227. A Ajudância dispõe de:
- a) Secretaria e Casa das Ordens;
 - b) Seção do Pessoal Civil

SECRETARIA E CASA DAS ORDENS

Art. 228. O Chefe da Secretaria e Casa das Ordens é um Capitão Aviador.

Parágrafo único. O Chefe da Casa das Ordens e Secretaria, dispõe, como auxiliar, de um Tenente de Infantaria de Guarda.

Art. 229. Ao Chefe da Secretaria e Casa das Ordens compete

- a) organizar o boletim escolar;
- b) organizar, receber e distribuir o expediente;
- c) organizar e dirigir o serviço de protocolo e arquivo geral da Escola;
- d) organizar as escalas de serviço;
- e) ter a seu cargo a escrituração da vida militar de oficiais e praças.

SEÇÃO DO PESSOAL CIVIL

Art. 230. O Chefe da Seção do Pessoal Civil é um funcionário civil, titulado ou mensalista, do Ministério da Aeronáutica.

Art. 231. Ao Chefe da Seção do Pessoal Civil compete:

- a) prestar ao Ajudante todas as informações relativas ao pessoal civil;
- b) organizar o cadastro completo de todo o pessoal civil da Escola.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 232. O Chefe da Seção de Educação Física é um Capitão Aviador, em princípio, com curso especializado de Educação Física.

Art. 233. Ao Chefe da Seção de Educação Física compete centralizar, orientar, dirigir e fiscalizar a prática da Educação Física de todos os elementos da Escola.

CAPÍTULO V

PÓSTO MÉDICO

Art. 234. O Posto Médico da Escola compreende:

- a) Chefia.
- b) Seção de Assistência Médica e Odontológica a oficiais e cadetes.
- c) Seção de Assistência Médica, Fisioterapia e Traumatológica à Educação Física.
- d) Seção de Assistência Médica e Odontológica às praças.

Art. 235. O Chefe do Posto Médico é um Major Médico da Aeronáutica.

Art. 236. Ao Chefe do Posto Médico compete:

- a) assegurar a assistência médica e odontológica a todo o pessoal;

b) assegurar assistência médica especializada ao pessoal aéreo navegante e à instrução de educação física;

c) adotar medidas de higiene e profilaxia em toda área ocupada pela Escola.

Art. 237. As Seções do Posto Médico são chefiadas por Capitães Médicos que disporão de auxiliares, Tenentes Médicos.

CAPÍTULO VI

BATALHÃO EXTRA

Art. 238. O Comandante do Batalhão Extra é um Major de Infantaria de Guarda.

Art. 239. O Batalhão Extra é constituído de:

- a) Seção de Comando.
- b) Companhia de Guarda.
- c) Companhia de Serviços.
- d) Companhia de Comando.
- e) Companhia de Manutenção.

Art. 240. A Seção de Comando compete a execução dos trabalhos de escrituração do Batalhão, mantendo-os em ordem e em dia.

Art. 241. A Companhia de Guarda é a subunidade organizada para manter a ordem e assegurar a defesa militar do Aeródromo.

Art. 242. A Companhia de Serviços é a subunidade destinada a enquadrar as praças em serviço na Divisão do Patrimônio e na Divisão dos Serviços.

Art. 243. A Companhia de Comando é a subunidade destinada a enquadrar a Banda de Música, Corneteiros e Tambores e todas as praças em serviço na Escola, excetuando-se as enquadradas pelas Companhias de Guarda de Serviço e de Manutenção.

Art. 244. A Companhia de Manutenção é a subunidade destinada a enquadrar as praças em serviço na Divisão do Material Aéreo.

Art. 245. Os Comandantes das Companhias do Batalhão Extra são Capitães de Infantaria de Guarda.

TÍTULO VI

Corpo de Cadetes da Aeronáutica

CAPÍTULO I

MISSÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 246. O Corpo de Cadetes da Aeronáutica se destina a receber, enquadrar e disciplinar os Cadetes, pre-

ver e providenciar quanto às suas necessidades materiais.

Parágrafo único. O Corpo de Cadetes da Aeronáutica tem confiado à sua guarda o Estandarte da Escola de Aeronáutica, o qual nas formaturas será postado à esquerda da Bandeira Nacional.

Art. 247. O Corpo de Cadetes da Aeronáutica é constituído de:

- a) Comandante.
- b) Ajudância.
- c) Esquadrilhas (subunidades).

CAPÍTULO II

COMANDANTE DO CORPO DE CADETES DA AERONÁUTICA

Art. 248. O Comandante do Corpo de Cadetes da Aeronáutica é um Tenente-Coronel Aviador, com o Curso de Estado-Maior.

Art. 249. O Comandante do Corpo de Cadetes da Aeronáutica dispõe, como auxiliar imediato, de um Capitão Aviador ajudante.

Art. 250. O Comandante do Corpo de Cadetes da Aeronáutica, em benefício da organização e fiscalização da instrução e dos interesses administrativos correspondentes, pode entender-se diretamente como todos os elementos orgânicos da Escola.

Art. 251. Ao Comandante do Corpo de Cadetes da Aeronáutica, além das atribuições previstas na legislação vigente, compete:

a) exercer sua ação direta sobre a conduta militar do Cadete, imprimindo justa orientação na parte relativa à perfeita formação moral e militar do futuro oficial;

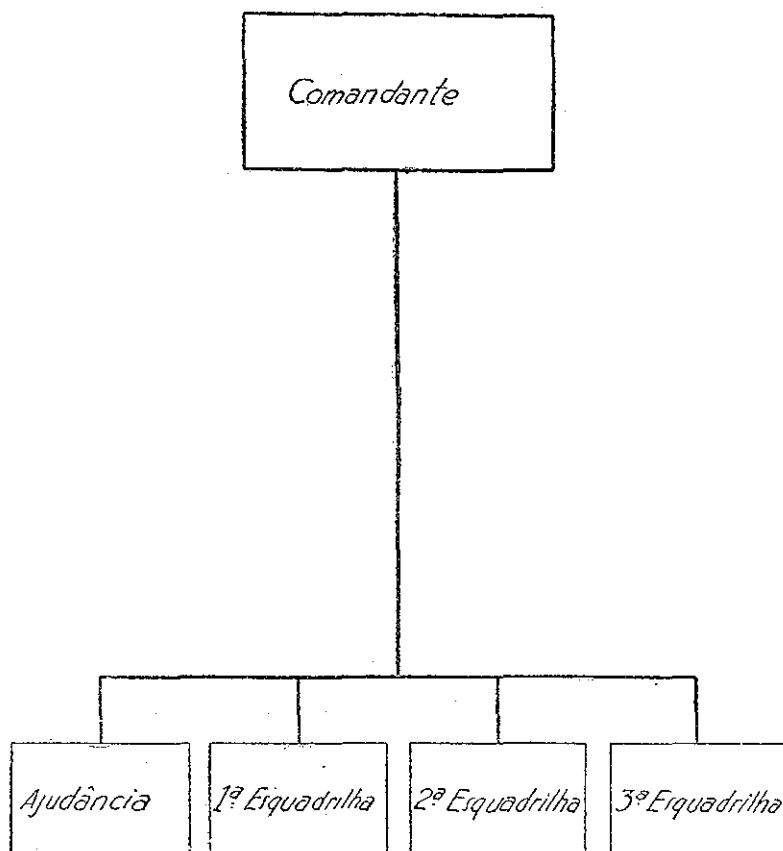
b) assegurar a perfeita execução das medidas necessárias ao funcionamento dos trabalhos escolares em geral.

CAPÍTULO III

AJUDÂNCIA

Art. 252. A Ajudância do Corpo de Cadetes da Aeronáutica é o órgão encarregado da execução de todos os trabalhos de escrita ligados à vida do Corpo e de cada Cadete isoladamente, além dos serviços que dizem respeito diretamente às atribuições do Comandante.

E. Aer.
Corpo de Cadetes da Aeronáutica



Art. 253. Ao Ajudante, além das atribuições previstas na legislação vigente, no que forem aplicáveis ao Corpo de Cadetes da Aeronáutica, compete:

- a) elaborar e defundir tôdas as ordens do Comandante do Corpo;
- b) superintender a elaboração do Aditamento ao Boletim Escolar;
- c) organizar as escalas de serviço;

d) ter a seu cargo os trabalhos de rotina, a correspondência do Comando e a escrituração do Livro Histórico do Corpo de Cadetes da Aeronáutica;

e) manter em dia o assentamento de todos os Cadetes, remetendo, semestralmente à Secretaria da Escola as alterações correspondentes;

f) inspecionar as dependências comuns a todo o Corpo de Cadetes da Aeronáutica, quanto à conservação e higiene;

g) prestar assistência direta a todas as formaturas internas e ter a seu cargo o controle do livro de Partes do serviço diário;

h) coordenar todo o serviço relativo ao Corpo de Cadetes mantendo íntima ligação com os Comandantes de subunidade.

CAPÍTULO IV

ESQUADRILHAS

Art. 254. As Esquadrilhas são as subunidades do Corpo de Cadetes da Aeronáutica destinadas a enquadrar militarmente todos os Cadetes e proporcionar-lhes assistência imediata.

Art. 255. Os alunos de cada ano constituirão uma ou mais esquadrilhas.

Art. 256. O efetivo de cada Esquadrilha, não deve exceder, em princípio, de 200 cadetes.

Art. 257. As esquadrilhas são comandadas por Capitães Aviadores, instrutores de assuntos da Divisão de Instrução Militar.

Art. 258. São subalternos das esquadrilhas, Tenentes Aviadores, auxiliares de instrutor de assuntos da Divisão de Instrução Militar, na razão de um subalterno para cada 50 Cadetes.

CAPÍTULO V

DO CADETE

Art. 259. Os alunos da Escola de Aeronáutica, considerados praças especiais, têm as designações especificadas no artigo 3.º deste Regulamento.

INCLUSÃO NO CORPO DE CADETES DA AERONÁUTICA

Art. 260. Satisfeitas as condições exigidas, será o candidato matricula-

do na Escola de Aeronáutica e incluído, na mesma data, no Corpo de Cadetes da Aeronáutica.

Art. 261. A partir da data da inclusão, o Cadete passará a gozar das prerrogativas e direitos correspondentes, com as responsabilidades e deveres que, paralelamente, lhe dizem respeito, perdendo automaticamente, a situação hierárquica anterior, por tornar-se praça especial.

Art. 262. O Cadete recém-incluído prestará juramento à Bandeira Nacional, na forma do cerimonial militar, no dia 10 de julho, data em que se festeja o aniversário da Escola de Aeronáutica.

Art. 263. No Corpo de Cadetes, a hierarquia será dada pelo ano do curso e dentro de cada ano, pela antiguidade relativa.

FÉRIAS E LICENCIAMENTOS

Art. 264. Os Cadetes estão sujeitos ao regime escolar de internato, tendo em vista a continuidade dos estudos e melhor utilização do tempo.

Art. 265. Haverá licenciamentos semanais com horários prescritos pelo Comandante da Escola.

Art. 266. Os licenciamentos individuais serão concedidos:

a) pelo Comandante da Escola, nos casos de força maior;

b) pelo Comandante do Corpo de Cadetes, depois dos trabalhos escolares diários, por motivo de força maior ou a título de prêmio, aos Cadetes que se destacarem pelas qualidades militares e brilho nos estudos.

Art. 267. Haverá férias de fim de ano nos meses de janeiro a fevereiro e férias juninas de 20 a 30 de junho.

DEVERES DO CADETE

Art. 268. São deveres do Cadete, além dos prescritos na legislação vigente:

a) comparecer, pontualmente, a todos os trabalhos escolares, aos quais deve prestar a máxima atenção, esforçando-se em obter o melhor aproveitamento no ensino que lhe for ministrado; a falta a qualquer trabalho escolar, sem justificativa, constitui transgressão disciplinar;

b) observar rigorosa proibidade na execução de quaisquer provas ou tra-

balhos escolares, considerando os recursos ilícitos como incompatíveis com a dignidade do cadete;

c) obedecer, rigorosamente, a todas as regras, prescrições, instruções, normas e ordens relativas ao vôo, sem transgredir jamais nas questões de disciplina de vôo;

d) procurar elevar, no meio militar e no meio civil, o conceito, o bom nome e o prestígio da Escola de Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira, conduzindo-se, quer na Escola, quer fora dela, da maneira mais correta, mais digna e mais disciplinada;

e) tornar-se um exemplo nas questões de disciplina, de amor ao trabalho, de respeito aos seus superiores e de zelo na utilização do material que lhe é confiado;

f) lembrar-se sempre de que a melhor forma de ser obedecido e respeitado é obedecer e respeitar.

DISCIPLINA DO CADETE

Art. 269. A disciplina adotada na Escola é baseada no princípio do cumprimento do dever. Visa aprimorar as qualidades morais do Cadete, moldando o seu caráter na obediência espontânea às exigências escolares e aos preceitos regulamentares.

Art. 270. O Cadete deve ter sempre em vista que a força da disciplina, necessária a uma escola de formação de oficiais, inspira-se no sentido absoluto do dever e na compreensão nítida das obrigações que assumiu, ao ingressar nessa Escola.

Art. 271. Quando a ação educativa conduzida através dos exemplos e dos conselhos não for suficiente para mostrar ao Cadete qualquer desvio de sua conduta, a ação disciplinar far-se-á sentir na forma indicada pelo Regulamento Disciplinar da Aeronáutica.

Art. 272. Constitui falta disciplinar grave, considerada eliminatória, o desrespeito às regras, normas, instruções ou ordens relativas à instrução de vôo, mesmo que não tenha, a desobediência, provocado qualquer dano pessoal ou material.

DIREITOS DO CADETE

Art. 273. Ao Cadete é assegurado um ano de tolerância que poderá ser gozado uma única vez, no decorrer do curso, nos seguintes casos:

a) quando enquadrado no artigo 34;

b) quando for desligado por perda de pontos, na forma da letra "d" do artigo 277.

Parágrafo único. Ao Cadete amparado pela letra b deste artigo fica assegurada a rematrícula, que será obrigatoriamente efetuada no ano seguinte.

Art. 274. Dentro de elevada postura e na forma disciplinada que sempre devam manter, o Cadete poderá:

a) solicitar esclarecimentos aos professores e instrutores sobre assunto que esteja sendo esplanado em aula ou instrução, desde que não o haja compreendido suficiente, e nas ocasiões a isto destinadas;

b) solicitar ao Chefe do Departamento de Ensino revisão de provas, apresentando para isto razões escritas;

c) organizar, com a necessária permissão do Comando, sociedade de fundo cívico, esportivo e cultural que atenda ao desenvolvimento do espírito de cooperação dos Cadetes.

RECOMPENSAS AOS CADETES

Art. 275. Além das recompensas previstas no Regulamento Disciplinar da Aeronáutica, serão concedidas aos Cadetes, como distinção e reconhecimento de valores, as seguintes recompensas especiais

a) Prêmio "SANTOS DUMONT":

Ao Cadete do Ar colocado em 1.º lugar na classificação final e desde que haja mantido essa classificação em todos os anos do curso, com grau oito ou superior, em todos os assuntos ministrados;

b) Prêmio "SALGADO FILHO":

Aos Cadetes da Aeronáutica dos demais cursos, nas condições estipuladas para o Prêmio "Santos Dumont";

c) Prêmio "ESCOLA DE AERONÁUTICA":

Aos Cadetes colocados em primeiro lugar na classificação final em cada curso;

d) Ao Cadete do Ar, melhor classificado ao ser promovido ao último ano, será concedida a distinção de ser o Porta-Estandarte da Escola;

c) Aos Cadetes melhor classificados em cada ano dos respectivos cursos, exceto no último ano, serão concedidos prêmios constituídos por objetos de utilidade profissional.

Art. 276. Os prêmios citados nos itens a, b e c do artigo anterior, constarão:

a) O Prêmio "Santos Dumont", de uma medalha de ouro, tendo cunhada no anverso a effigie de Santos Dumont e no verso o Estandarte da Escola com a inscrição — Prêmio Santos Dumont, Escola de Aeronáutica.

A medalha terá fita azul celeste com faixa vertical amarela de 3 mm no centro, podendo ser usada pelo oficial em todos os atos de sua vida militar;

b) O Prêmio "Salgado Filho", de uma medalha de ouro, tendo cunhada no anverso a effigie de Salgado Filho e no verso o distintivo do Quadro a que se destinar o Cadete com a inscrição — Prêmio Salgado Filho, Escola de Aeronáutica. A medalha terá fita amarela com faixa vertical azul de 3 mm no centro, podendo ser usada pelo oficial em todos os atos de sua vida militar;

c) O Prêmio "Escola de Aeronáutica", do distintivo especial do Quadro de Officiais a que pertencerá o detentor ou, da espada de oficial da Aeronáutica.

O distintivo, em ouro, terá, no verso, gravado:

"1.º aluno", seguido da abreviatura E. Aer. e do ano em que foi outorgado o prêmio.

A espada terá, na lâmina, gravado: nome do contemplado, seguido da mesma inscrição constante do distintivo.

EXCLUSÃO DO CORPO DE CADETES DA AERONÁUTICA

Art. 277. A exclusão do Cadete do estado efetivo do Corpo de Cadetes da Aeronáutica e da Escola, consoante as disposições da Lei do Serviço Militar, se dará:

a) ao terminar o curso, na mesma data da publicação do ato de declaração de Aspirante a Oficial;

b) a pedido, ao ser deferido o seu requerimento;

c) quando fôr julgado definitivamente incapaz para o serviço da F.

A. B., por Junta de Inspeção de Saúde;

d) quando, por motivo de falta aos trabalhos escolares, haja ultrapassado trinta pontos durante o ano letivo, na forma do parágrafo 24 deste Regulamento;

e) quando não puder concluir o respectivo curso no prazo previsto, acrescido do ano de tolerância;

f) quando cometer qualquer ato que o torne indigno de permanecer no Corpo de Cadetes da Aeronáutica, ou ingressar no mau comportamento, na forma do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica;

g) nos seguintes casos, mediante parecer do respectivo Conselho:

1 — quando fôr julgado inapto para o oficialato;

2 — quando fôr julgado inapto para a pilotagem militar;

3 — quando cometer qualquer indisciplina de vôo;

4 — quando se verificar que utilizou meios ilícitos na realização de qualquer prova ou exame.

Art. 278. O Cadete excluído da Escola de Aeronáutica terá a sua situação militar regulada pela Lei do Serviço Militar.

Art. 279. O Cadete excluído da Escola de Aeronáutica e que, de acordo com a Lei do Serviço Militar, tiver direito a certificado de reservista de 1.ª categoria, terá a graduação de 1.º, 2.º ou 3.º sargento, caso haja completado, com aproveitamento, a instrução militar do 3.º, 2.º ou 1.º ano, respectivamente.

DECLARAÇÃO DE ASPIRANTE

Art. 280. Concluídos os Cursos da Escola de Aeronáutica, os Cadetes serão declarados Aspirantes a Oficial na 2.ª quinzena de dezembro, após a apuração dos resultados dos exames.

Parágrafo único. A classificação dos Aspirantes será feita de acordo com o art. 53.

TÍTULO VII

Substituições e Atribuições Disciplinares

CAPÍTULO I

SUBSTITUIÇÕES

Art. 281. O substituto do Comandante, em seus impedimentos será o

oficial aviador, da ativa, mais graduado do efetivo.

Art. 282. As demais substituições serão realizadas dentro de cada Departamento e Corpo de Cadetes.

CAPÍTULO II

ATRIBUIÇÕES DISCIPLINARES

Art. 283. O pessoal da Escola de Aeronáutica tem as seguintes atribuições disciplinares:

- a) Comandante da Escola: as de Comandante de Zona Aérea;
- b) Chefes de Departamento e Comandante do Corpo de Cadetes: — as de Comandante de Grupo Incorporado;
- c) Chefes de Divisão: — as de Comandante de Subunidade.

QUARTA PARTE

Disposições Finais

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 284. Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro da Aeronáutica.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 285. Os Cadetes que cursarem em 1952 o 1.º ano dos diversos cursos da Escola de Aeronáutica, ficam sujeitos integralmente ao estabelecido neste Regulamento.

Parágrafo único. Os Cadetes do 1.º ano do Curso de Formação de Oficiais Intendentes, referidos neste artigo, ao serem declarados Aspirantes serão colocados logo abaixo dos que cursarem o 2.º ano em 1952, e forem declarados Aspirantes a Oficial em 1953.

Art. 286. Os Cadetes do Curso de Formação de Oficiais Aviadores que cursarem o 2.º ano em 1952, terão, além da instrução estabelecida neste Regulamento, a cadeira de eletricidade.

Art. 287. Os Cadetes do Curso de Formação de Oficiais Intendentes que cursarem o 2.º ano em 1952, concluirão o curso pelo currículo estabele-

cido na Portaria n.º 83, de 19 de abril de 1949.

Parágrafo único. Os referidos Cadetes farão o curso em três anos.

Art. 288. Os Cadetes que cursarem o 3.º ano dos cursos de Formação de Oficiais Aviadores e de Formação de Oficiais Intendentes, em 1952, concluirão o curso pelos currículos estabelecidos pela Portaria n.º 83, de 19 de abril de 1949.

Art. 289. O Curso de Formação de Oficiais de Infantaria de Guarda começará a funcionar em data a ser estabelecida pelo Ministro da Aeronáutica.

Art. 290. Ressalvado o disposto nos arts. 286, 287 e 288, os atuais Cadetes estão sujeitos, integralmente, a este Regulamento.

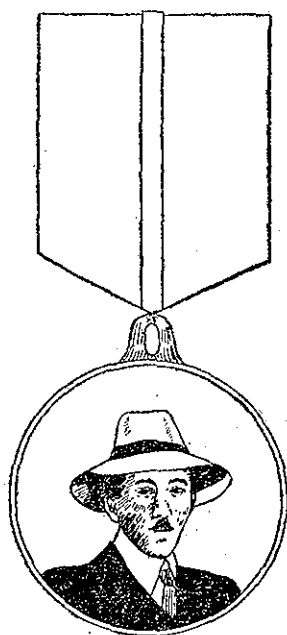
Art. 291. Os alunos que estiverem cursando a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, na data da publicação deste Regulamento, estão isentos do previsto na letra b do art. 4.º, desde que sejam matriculados na Escola de Aeronáutica no ano seguinte ao término do curso da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

Art. 292. Os atuais professores civis terão seus contratos renovados, sem concurso, a critério do Comandante da Escola, ouvido o Conselho de Ensino.

Art. 293. Os Oficiais dos diversos quadros da Aeronáutica, atualmente, designados instrutores de matéria da instrução fundamental, poderão continuar nessas funções, até o fim do ano letivo corrente, a fim de não haver solução de continuidade nos trabalhos escolares.

Art. 294. Este Regulamento entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1952. — *Nero Moura*.



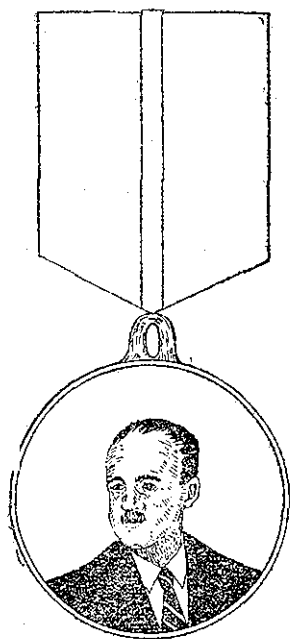
ANVERSO



REVERSO



BARRETA



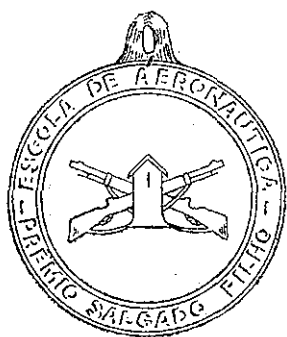
ANVERSO.



REVERSO



BARRETA



REVERSO

DECRETO N.º 30.699 — DE 2 DE ABRIL
DE 1952

Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterado o artigo 26 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado e mandado executar pelo Decreto n.º 28.703, de 2 de outubro de 1950, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 26. “Tempo de efetivo serviço” é o espaço de tempo, contado dia a dia, entre a data inicial de praça e a data do licenciamento, baixa, desincorporação, exclusão ou expulsão do serviço ativo, da transferência para a reserva ou da reforma.

§ 1.º Será considerado como tempo de efetivo serviço aquele prestado pelos atuais taifeiros antes da vigência do Decreto n.º 22.642, de 13 de abril de 1933, e o tempo de curso nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros para os Aprendizes que o hajam concluído com aproveitamento.

§ 2.º Será computado como tempo de efetivo serviço o período em que as atuais praças serviram à Marinha, como marinheiros ou foguistas contratados ou extranumerários”.

Art. 2.º E' suprimida a alínea b) do artigo 29 do citado Regulamento.

Art. 3.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

DECRETO N.º 30.700 — DE 2 DE ABRIL
DE 1952

Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 30.179, de 19 de novembro de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 1.º do Decreto número 30.179, de 19 de novembro de 1951, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º Todos os cinemas existentes no território nacional ficam obrigados a exhibir filmes nacionais de longa metragem e entretos, classificados de boa qualidade, na proporção mínima de um filme nacional por exibição de cada oito programas de filmes estrangeiros de longa metragem.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo será contado como novo programa de filmes estrangeiros a repetição ou prorrogação do mesmo programa além do seu período habitual.

§ 2.º As exibições obrigatórias de filmes nacionais de longa metragem e de entretos far-se-ão pelo prazo de permanência normal dos filmes estrangeiros em cada casa exibidora, e deverão abranger no total, o mínimo de 42 dias por ano, dos quais, obrigatoriamente, dois sábados e dois domingos em cada quadrimestre”.

Art. 2.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 30.701 — DE 2 DE
ABRIL DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, aprovada pelo Decreto número 24.131, de 27 de novembro de 1947, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Médico, com o respectivo ocupante Cristiano Moreira da Rocha, da lotação permanente da Delegacia Federal de Saúde da 4.ª Região, do Departamento Nacional de Saúde, para igual lotação.

da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.702, DE 2 DE ABRIL DE 1952

Concede à Sociedade Industrial de Minérios e ácidos — S.I.M.A. Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do art. 6.º, § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Sociedades Industrial de Minérios e Ácidos — S.I.M.A. Ltda. sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída por instrumento particular de 22 de janeiro do corrente ano, arquivado sob n. 55.518 em sessão de 25-1-52, da Junta Comercial do Estado de Minas com sede na cidade de Ouro Preto, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.703 — DE 2 DE ABRIL DE 1952

Concede a Rielli, Silveira & Cia. Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Ainda não foi publicado no Diário Oficial por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.704 — DE 3 DE ABRIL DE 1952

Declara caduco o Decreto n.º 12.061, de 24 de março de 1943

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. Fica declarado caduco o decreto número doze mil e sessenta e um (12.061), de vinte e quatro (24) de março de mil novecentos e quarenta e três (1943), que autorizou Fausto Machado a lavrar jazida de mica e associados numa área de cinquenta hectares (50 ha) situada no lugar denominado Safirinha ou Chlá, na Serra da Safira, distrito de Poala, município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.705 — DE 3 DE ABRIL DE 1952

Declara sem efeito o Decreto número 29.686, de 19 de junho de 1951

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), e tendo em vista o que consta do processo D.N.P.M. 426-51, do Departamento Nacional da Produção Mineral, decreta:

Artigo único. Fica declarado sem efeito o decreto número vinte e nove mil seiscentos e oitenta e seis (29.686), de dezoito (18) de junho de mil novecentos e cinquenta e um (1951), que autorizou o cidadão brasileiro Donaciano Macedo a pesquisar águas marinhas e associados no município de Macarani, Estado da Bahia.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

**DECRETO N.º 30.706 — DE 3 DE
ABRIL DE 1952**

*Declara sem efeito o decreto número
29.760, de 12 de julho de 1951*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1949 (Código de Minas), e atendendo ao que requereu a interessada no processo D.N.P.M. 428-52 do Ministério da Agricultura, decreta:

Artigo único. Fica declarado sem efeito o Decreto n.º 29.760, de 12 de julho de 1951, que autorizou a Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Agrião, distrito de Barroso, município de Dores do Campo, Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952,
131.º da Independência e 64.º da
República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

**DECRETO N.º 30.707 — DE 3 DE
ABRIL DE 1952**

*Declara sem efeito o Decreto número
29.764, de 12 de julho de 1951*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), e atendendo ao que requereu a interessada, no processo D.N.P.M. 429-52 do Ministério da Agricultura, decreta:

Artigo único. Fica declarado sem efeito o Decreto n.º 29.764, de 12 de julho de 1951, que autorizou a Companhia Brasileira de Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados, em terrenos de sua propriedade, situados na localidade de Pastinho, distrito de Barroso, município de Dores do Campo, Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952,
131.º da Independência e 64.º da
República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

**DECRETO N.º 30.708 — DE 3 DE
ABRIL DE 1952**

*Retifica o art. 1.º do Decreto número
28.288, de 21 de junho de 1950*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica retificado o artigo primeiro (1.º) do Decreto número vinte e oito mil duzentos e oitenta e oito (28.288), de vinte e um (21) de junho de mil novecentos e cinquenta (1950), que passa a ter a seguinte redação: Art. 1.º — Fica autorizado o cidadão brasileiro Otávio S. Rolin a lavrar calcita, em terrenos de propriedade de Jacinto Stroube, no lugar denominado Poço Grande, distrito de Paranai, município de Imbuial, Estado do Paraná, numa área de vinte e cinco hectares (25 ha) delimitada por um retângulo, que tem um vértice a quatrocentos e vinte metros ... (420m), no rumo verdadeiro sessenta e sete graus e quarenta minutos sudoeste (67º 40'SW), do marco quilométrico número três (Km 3), da rodovia São Paulo-Paraná e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: seiscentos metros (600m), quarenta e um graus e quarenta minutos sudoeste (41º 40' SW); quatrocentos e dezesseis metros e seiscentos e sessenta e seis milímetros (416,666m), quarenta e oito graus e vinte minutos sudoeste (48º 20' SE).

Art. 2.º Ficam mantidas os demais disposições dos artigos do referido Decreto, que passarão a fazer parte integrante do presente.

Art. 3.º A presente retificação de lavra não está sujeita ao pagamento da taxa prevista no art. 31 parágrafo único do Código de Minas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952,
131.º da Independência e 64.º da
República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.709 — DE 3 DE ABRIL DE 1952

Retifica o Decreto n.º 30.327, de 21 de dezembro de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único — Fica retificado o Decreto número trinta mil trezentos e vinte e sete (n.º 30.327), de vinte e um (21) de dezembro de mil novecentos e cinquenta e um (1951) que concedeu à Mineração Falconar Limitada a autorização para funcionar como empresa de mineração, que passa ter a seguinte redação: É concedida à Mineração Falconar Limitada, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede nesta Capital, constituída por contrato particular de vinte e nove (29) de outubro de mil novecentos e cinquenta e um (1951), autorização para funcionar como empresa de mineração de acordo com o que dispõe o art. 6.º do Decreto-lei n.º 1.985, de trinta (30) de janeiro de mil novecentos e quarenta (1940) Código de Minas), ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.710 — DE 3 DE ABRIL DE 1952

Renova o Decreto n.º 26.972, de 27 de julho de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovado, pelo prazo de dois (2) anos, nos termos da letra a do art. 1.º do Decreto-lei 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida a Plumbum S. A., Indústria Brasileira de Mineração, pelo decreto número vinte e seis mil no-

vecentos e setenta e dois (26.972), de 27 de julho de 1949, para pesquisar minérios de chumbo e associados no município de Imbuial, Estado do Paraná.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil quatrocentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 3.450,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.711 — DE 3 DE ABRIL DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Bianor Aranha Sobrinho e Severino Servulo de Medeiros a pesquisar scheelita e associados no município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, de Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Bianor Aranha Sobrinho e Severino Servulo de Medeiros a pesquisar scheelita e associados em terrenos do imóvel Papagaio, de propriedade do Sr. Manuel Conrado de Araújo, situados no distrito e município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte, numa área de noventa e oito hectares e setenta e oito ares (98.78 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e oitenta e sete metros (187m) no rumo magnético de setenta e um graus nordeste (71º NE) da confluência dos riachos Carnauba e Papagaio, e os lados, a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: dois mil oitocentos e sessenta metros (2.860m), quarenta e sete graus sudoeste (47ºSW); quatrocentos metros

(400m), quarenta e três graus sudeste (43° SE); dois mil oitocentos e sessenta e cinco metros (2.865m), quarenta e oito graus e cinquenta minutos nordeste (48° 50' NE); o quarto (4.º) e último lado é o segmento retilíneo que use a extremidade do terceiro (3.º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título de autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de novecentos e noventa cruzeiros (Cr\$ 990,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.712 — DE 3 DE ABRIL DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Reinaldo Busato e Angelo Antoniacomi a pesquisar calcário e associados no município de Timoneira, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 37, n.º I, de Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Reinaldo Busato e Angelo Antoniacomi a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua propriedade situados no lugar denominado Tranqueira, no distrito e município de Timoneira, Estado do Paraná, numa área de dois hectares e cinquenta ares (2,50 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quatrocentos e trinta e três metros (433m) no rumo magnético de trinta graus sudeste (30° SE) do canto sudoeste (SW) da igreja da vila de Franqueira e os lados a partir do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e vinte e cinco metros (225 m), oitenta graus sudeste (80° SE);

trinta e sete metros (37m), vinte e dois graus sudeste (22° SE); setenta metros (70m), sul (S); duzentos e sessenta e dois metros (262m), oitenta graus noroeste (80° NW); o último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do quarto (4º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.713 — DE 3 DE ABRIL DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Alves Ribeiro a pesquisar calcário e associados, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 37, n.º I, de Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antônio Alves Ribeiro a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua propriedade, situados no lugar denominado Meloso, no distrito e município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, numa área de nove hectares (9 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a quatrocentos e cinquenta e cinco metros no rumo magnético de sessenta e cinco graus e trinta e quatro minutos nordeste (65° 34' NE) do centro da soleira do portal da igreja da localidade, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: trezentos e sessenta metros (360m) e rumo de oitenta graus e trinta minutos sudeste (80° 30' SE), magnético, duzentos e cinquenta metros (250m), e rumo de nove graus e trinta minutos nordeste (9° 30' NE), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.714 -- DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Nicanor Quaresma Vilela a pesquisar pedras coradas e associados no município de Joaima, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, de Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Nicanor Quaresma Vilela a pesquisar pedras coradas e associados em terrenos de sua propriedade, situados no imóvel denominado Faisca, no distrito e município de Joaima, Estado de Minas Gerais, numa área de cinquenta e seis hectares (56 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice no canto sudoeste (SW) da sede do imóvel, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: setecentos metros (700m) e rumo de quinze graus sudoeste (15 SW), magnético oitocentos metros (800m), setenta e cinco graus noroeste (75º NW) magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de quinhentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 560,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.715 -- DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Leopoldina Gomes Barroso de Oliveira a pesquisar leucita e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Leopoldina Gomes Barroso de Oliveira a pesquisar leucita e associados, em terrenos de sua propriedade, no imóvel denominado Ponte Preta, distrito e município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, numa área de cinco hectares, sessenta e seis ares e quatro centiares (5,6604 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na ponte da rodovia Águas da Prata -- Poços de Caldas, sobre o córrego dos Marques e os lados, a partir d'êsse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos e setenta metros (370m), cinquenta e um graus e trinta minutos sudoeste (51º 30' SW); duzentos e cinquenta e quatro metros (254m), cinquenta e sete graus sudoeste (57º SE); duzentos e cinquenta e quatro metros (254m), trinta graus e quarenta e cinco minutos nordeste (30º 45' NE); setenta e nove metros (79) dezesseis graus e trinta minutos noroeste (16º 30' NW); o último lado da poligonal é o alinhamento retilinear, compreendido entre a extremidade do penúltimo lado acima descrito e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.713 — DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Schwerber, a pesquisar ocres e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Schwerber a pesquisar ocres e associados, em terrenos devolutos, no lugar denominado Taquara, Estado de Minas Gerais, numa área de doze hectares (12 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a quatrocentos metros (400m), no rumo magnético quarenta e seis graus sudoeste (46° SW) da confluência dos córregos Romão e Canela e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos metros (400m), quarenta e quatro graus sudoeste (44° SW); trezentos metros (300m), quarenta e seis graus noroeste (46° NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.717 — DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza a Mitra Arquidiocesana de São Paulo a pesquisar calcáreo e associados no município de Santana de Parnaíba, Estado de S. Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos

termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Mitra Arquidiocesana de São Paulo a pesquisar calcáreo e associados em terrenos de sua propriedade situados no imóvel denominado Pindaré, no distrito de Pirapora do Bom Jesus, município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, numa área de doze hectares e vinte ares (12,20 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no marco que representa o vértice do canto a noroeste (NW) da área da concessão de lavra descrita no decreto 13.098, de 4 de agosto de 1943, e os lados a partir do vértice considerado, tem os seguintes comprimentos e rumos magnéticos, quinhentos e vinte sete metros (527m), sessenta graus noroeste (60°NW); duzentos metros (200m), onze graus e trinta minutos sudoeste (11°30' SW); trezentos e quatro metros (304m), cinquenta e sete graus e trinta minutos sudeste (57°30'SE); trezentos e setenta e três metros (373m), cinquenta e nove graus e trinta minutos sudeste (59°30'SE); o quinto (5.º) e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do quarto (4.º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.718 — DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto de Aquino Lordy a pesquisar minério de manganês no município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos

térmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Roberto de Aquino Lordy a pesquisar minério de manganés em terrenos de José Moraes, situados no lugar denominado Campo Redondo, no distrito de Correia de Almeida, município de Barbacena, Estado de Minas Gerais, numa área de cem hectares (100 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a quatrocentos e cinquenta metros (450m) no rumo verdadeiro de trinta e sete graus sudoeste (37° SW) da confluência do córrego do Mendonça com o rio do Pombal, e os lados divergentes do vértice considerado têm: oitocentos metros (800m), e rumo de oitenta e três graus sudeste (83°SE); mil duzentos e cinquenta metros (1.250m), e rumo de sete graus sudoeste (7°SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.719 — DE 3 DE ABRIL DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Ladislau de Paula Martins a pesquisar calcário, calcita e associados no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Ladislau de Paula Martins a pesquisar calcário, calcita e associados em terrenos de sua propriedade, situados no lugar denominado Serra D'Anta, no distrito e município de Ma-

tosinhos, Estado de Minas Gerais, numa área de quinze hectares (15 ha) delimitado por um retângulo que tem um vértice a mil quatrocentos e vinte e oito metros (1428m) no rumo magnético de oitenta e oito graus sudeste (88° SE) do canto sudeste (SE) da sede da fazenda de propriedade de Ladislau de Paula Martins, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: trezentos metros (300m) e rumo de setenta e sete graus e trinta minutos nordeste (77° 30' NE); magnético quinhentos metros (500m), e rumo de doze graus e trinta minutos sudeste (12° 30' SE) magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.720 — DE 3 DE ABRIL DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Bassoul a pesquisar água mineral, na Ilha de Paquetá, Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Alfredo Bassoul a pesquisar água mineral, em terrenos de sua exclusiva propriedade na quadra compreendida entre as ruas Maria Freire, Manuel Macêdo e Domingos Olímpio, na Ilha de Paquetá, no Distrito Federal, numa área de dois hectares, quarenta e seis ares e vinte e sete centiares (2,4627ha) com testadas respectivas de quarenta e dois metros e setenta e cinco centímetros (42,75m), trinta e seis metros e oitenta centímetros (36,80m) e sessenta e um me-

tros e oitenta e cinco centímetros (61,85m), medindo, na linha de fundos que limita os referidos terrenos com os de terceiros, situados às ruas Maria Freire e Domingos Olímpio, sessenta e três metros e trinta centímetros (63,30m), o alinhamento da rua Maria Freire é contado em dois segmentos, não contínuos, sendo o primeiro, de vinte e dois metros (22m) e o segundo, de vinte metros e setenta e cinco centímetros (20,75m), ficando excluído, assim, o lote da referida rua Maria Freire e compreendido entre os dois segmentos acima definidos.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131ª da Independência e 52ª da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.721 — DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Gabriel Domingos Abdala a lavrar calcário no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985 de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Gabriel Domingos Abdala a lavrar calcário em terrenos de propriedade de Sebastião Budel e outros sítios na localidade denominada Morro Vermelho, no distrito e município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, numa área de dezesseis hectares e quarenta ares (16,40 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e sessenta e seis metros (166m), no rumo magnético vinte e cinco graus e quinze minutos noroeste (25º 15' NW), da foz do córrego Morro Vermelho no ribeirão Santaria e os lados, a partir des-

se vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos e noventa e seis metros (396m), oitenta e um graus noroeste (81º NW); quinhentos e oitenta e dois metros (582 m), sul (S); cento e dez metros (110 m), este (E); cento e dez metros (110m), dezessete graus e trinta minutos nordeste (17º 30' NE); setenta e nove metros (79m), sessenta e oito graus nordeste (68º NE); cento e sete metros (107m), oitenta e dois graus sudeste (82º SE); quatrocentos e seis metros (406m) nove graus e trinta minutos nordeste (9º 30' NE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos na forma da lei os tributos que forem devidos a União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131ª da Independência e 64ª da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.722 — DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro João Vieira de Sousa, a pesquisar cassiterita e associados no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro João Vieira de Sousa na qualidade de administrador dos bens deixados por Ana Cândida de Sousa a pesquisar cassiterita e associados na fazenda da Cachoeirinha, distrito de Santa Rita do Rio Abaixo, município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, numa área de setenta e sete hectares (77 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a mil seiscentos e setenta e cinco metros (1.675m) no rumo magnético cinquenta graus nordeste (50º NE) da torre da Igreja da Matriz de Santa Rita, e os lados, a partir desse vértice, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil quinhentos e cinquenta metros (1.550m), dez graus sudeste (10º SE); cento e sessenta metros (160m), setenta e nove graus e trinta minutos sudeste (79º 30' SE); trezentos e quarenta e cinco metros (345m), dez graus noroeste (10º NW); setecentos e dez metros (710m), setenta graus sudeste (70º SE); trezentos e vinte e cinco metros (325m), vinte e três graus noroeste (23º NW); cento e setenta e oito metros (178m), cinquenta e sete graus nordeste (57º NE); duzentos e oitenta e dois metros (282m), sete graus e trinta minutos nordeste (7º 30' NE); cento e oitenta e seis metros (186m), cinquenta graus noroeste (50º NW); cento e setenta metros (170m), cinquenta e um graus sudoeste (51º SW); mil cento e vinte metros (1.120m), quarenta e seis graus e trinta minutos noroeste (46º 30' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de setecentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 770,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura,

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.723 — DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Bianor Silva a pesquisar calcário e associados no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorização o cidadão brasileiro Bianor Silva a pesquisar calcário e associados em terrenos de Joaquim Francisco Gonçalves, situados no distrito de Embobas, município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, numa área de quarenta e seis hectares nove ares e quarenta e um centiares (46.0941 ha.) delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a setecentos metros (700 m.) no rumo magnético de cinquenta e cinco graus sudoeste (55º SW) da confluência do córrego do Moinho Velho com o ribeirão do Azeite, e os lados divergentes do vértice considerado, tem: seiscentos e cinquenta metros (650m.) e rumo magnético trinta e cinco graus noroeste (35º NW); setecentos e cinquenta metros (750m.) e rumo magnético trinta e seis graus sudoeste (36º SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto pagará a taxa de quatrocentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 470,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.724 — DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Moreira de Almeida a pesquisar pedras coradas e associados, no município de Joazeiro, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Eurico Moreira de Almeida a pesquisar pedras coradas e associados em terrenos de sua propriedade, situados no lugar denominado Palestina, no distrito e município de Joazeiro, Estado de Minas Gerais, numa área de cinquenta e seis hectares (56 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice na confluência dos córregos da Pedreira e da Palestina, e os lados divergentes do vértice considerado têm: setecentos metros (700 m) e rumo de quinze graus nordeste (15º NE) magnético, oitocentos (800m) e rumo de setenta e cinco graus sudeste (75º SE), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 560,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.725 — DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Edgard Teixeira Leite a pesquisar crômita e associados, no município de Pium, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de

janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Edgard Teixeira Leite a pesquisar crômita e associados, em terrenos de propriedade de Pedro Marques Terra, no distrito e município de Pium, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta e nove hectares, quarenta e nove ares e cinquenta centiares (39,4950 ha), que tem um vértice a mil cento e cinquenta metros (1150 m) no rumo magnético sessenta e dois graus e trinta minutos sudeste (62º 30' SE) da sede da fazenda Caxambú e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos e trinta metros (430m), setenta e cinco graus e trinta minutos sudeste (75º 30' SE); setecentos e vinte metros (720m), seis graus e trinta minutos sudeste (6º 30' SE); cento e setenta metros (170m); setenta e sete graus e trinta minutos noroeste (77º 30' NW); oitocentos e sessenta metros (860m), vinte e um graus noroeste (21º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 400,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.726 — DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Batista Coelho a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Paulo Batista Coelho a pes-

quisar mica e associados em terrenos devolutos do Estado, situados na localidade de Serra, distrito e município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, numa área de cento e dezesseis hectares (116ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a seiscentos e sessenta e oito metros (668m) no rumo magnético dois graus e quarenta e cinco minutos sudoeste ($2^{\circ} 45'$ SW) da confluência dos córregos do Mungol e da Serra, e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: novecentos e vinte e dois metros (922 m), setenta e seis graus sudoeste (76° SW); mil trezentos e trinta e sete metros (1.337 m), dez graus e quarenta e cinco minutos noroeste ($10^{\circ} 45'$ NW); setecentos e quarenta e três metros (743 m), sessenta e seis graus e quarenta e cinco minutos nordeste ($66^{\circ} 45'$ NE); mil quatrocentos e sessenta e um metros (1.461m), dezoito graus e quarenta e cinco minutos sudeste ($18^{\circ} 45'$ SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil cento e sessenta cruzellos (Cr\$ 1.160.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.727 — DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e associados no município Ribeira, Estado de S. Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e asso-

ciados em terrenos de propriedade de Antônio Nastale situados no imóvel denominado Fazenda Itapirapuã, no distrito de Itapirapuã, município de Ribeira, Estado de São Paulo, numa área de cento e sessenta e nove hectares e vinte ares (169,20 ha) delimitada por um polígono mixtilíneo que tem um vértice na barra do rio Itapirapuã, afluente pela margem esquerda do rio Ribeira, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos e sessenta e três metros (563m), cinquenta e quatro graus e seis minutos nordeste ($54^{\circ}06'$ NE); quinhentos e vinte e dois metros (522m), dezoito graus e cinquenta e quatro minutos nordeste ($18^{\circ} 54'$ NE); oitocentos e cinquenta e seis metros (856m), setenta e quatro graus e dois minutos noroeste ($74^{\circ}02'$ NW); duzentos e sessenta e nove metros (269m), oitenta e nove graus e dezoito minutos noroeste ($89^{\circ}18'$ NW); duzentos e vinte um metros (221m), trinta e quatro graus e trinta e quatro minutos noroeste ($34^{\circ}34'$ NW); duzentos e vinte e quatro metros (224m), cinquenta e seis graus e cinquenta e oito minutos noroeste ($56^{\circ}58'$ NW); cento e doze metros (112m), um grau e trinta e oito minutos nordeste ($1^{\circ}38'$ NE); quatrocentos e trinta e sete metros (437m), trinta e quatro graus e vinte e seis minutos noroeste ($34^{\circ}26'$ NW); o nono (9.º) lado é um segmento retilíneo que partindo da extremidade do oitavo lado descrito, com rumo de oito graus e vinte minutos sudoeste ($8^{\circ} 20'$ SW) magnético, alcança a margem esquerda do rio Itapirapuã; o décimo e último lado é a margem esquerda do rio Itapirapuã no trecho compreendido entre a extremidade do nono (9.º) lado e sua barra no rio Ribeira.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil setecentos cruzellos (Cr\$ 1.700.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.728 — DE 3 DE
ABRIL DE 1952

Dispõe sobre a Delegação Governamental Brasileira à V Conferência dos Estados da América Membros da Organização Internacional do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Delegação da V Conferência dos Estados da América Membros da Organização Internacional do Trabalho será constituída dos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

Delegados:

José de Sagadas Vianna, Ministro dos Negócios da Pasta do Trabalho, Indústria e Comércio;

Luiz Augusto de Rêgo Monteiro, Procurador da Justiça do Trabalho e Membro da Comissão Permanente de Direito Social;

Conselheiros Técnicos, ficando os dois primeiros como suplentes dos Delegados e os três seguintes com preferência de voto nas Comissões;

Alfredo Ewbank da Rocha Leão, Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

Waldyr Niemeyer, Diretor Geral do Departamento Nacional de Previdência Social;

Geraldo Augusto de Faria Baptista, Procurador da Justiça do Trabalho;

Arnaldo Lopes Sussekund, Procurador da Justiça do Trabalho;

Nério Siegfried Wagner Battendieri, Membro da Comissão Permanente de Direito Social;

Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Membro da Comissão Nacional de Bem Estar Social;

Oswaldo Carijó de Castro, Chefe do Gabinete do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio;

Roque Vicente Ferrer, Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho;

Miguel Reale, professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado de São Paulo;

Péricles de Souza Monteiro, Assistente-Técnico do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio;

Evaristo de Moraes Filho, Procurador da Justiça do Trabalho

Péricles de Mello Carvalho, do Departamento Nacional de Imigração.

Os seguintes membros da Comissão Permanente de Direito Social:

Humberto Grande;

Moacyr Cardozo de Oliveira;

Manoel Cavalcante de Carvalho;

Oswaldo da Costa Miranda; ;

Waldo Carneiro Leão de Vasconcellos.

Art. 2.º O Ministro da Pasta dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio designará, oportunamente os assessores técnicos da Delegação Brasileira e respectivo Secretariado.

Art. 3.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de abril de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

João Neves da Fontoura

DECRETO N.º 30.729 — DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza Elvecino Barros Cabral a comprar pedras preciosas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87 número I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Elvecino Barros Cabral, cidadão brasileiro e residente em Porto Nacional, Estado de Goiás, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.730 — DE 3 DE
ABRIL DE 1952

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de . . . Cr\$ 280.800,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida da Lei número 1.467, de 30 de outubro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 280.800,00 (duzentos e oitenta mil e oitocentos cruzeiros) equivalente a US\$ 15 000,00 (quinze mil dólares) ao câmbio de Cr\$ 18,72 (dezoito cruzeiros e setenta e dois centavos) por US\$ 1,00 (um dólar), para atender ao pagamento do auxílio do Brasil à Comissão de Cartografia do Instituto Pau-Americano de Geografia e História nos exercícios financeiros de 1949 a 1950, de 1950 a 1951, e às Comissões de Geografia e História da mesma entidade no segundo semestre do exercício financeiro de 1950 a 1951.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de abril de 1952. 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Neves da Fontoura
Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.731 — DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Declara de utilidade pública imóveis situados na Ilha do Governador.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e de acordo com o artigo 6.º combinado com o artigo 5.º letras a e b do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º São declarados de utilidade pública para efeitos de desapropriações, os terrenos alodiais, as-

sim como o domínio útil dos terrenos de marinha e respectivas benfeitorias, situados na Ilha do Governador e abrangidos no Decreto número 18.262, de 4 de abril de 1945, cujas desapropriações ainda estejam em vias de processamento ou conclusão.

Art. 2.º Esses imóveis destinam-se à ampliação de instalações navais, no interesse da defesa nacional.

Art. 3.º Fica o Ministério da Marinha autorizado a providenciar no sentido de serem efetivadas desapropriações de conformidade com o disposto no artigo 10 do Decreto-lei acima citado.

Art. 4.º A despesa resultante deverá correr à conta dos recursos do Fundo Naval.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

DECRETO N.º 30.732 — DE 3 DE ABRIL
DE 1952

Aprova novo orçamento relativo às obras complementares para execução dos serviços decorrentes do prolongamento da Avenida Jequitaita, em Salvador, no Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e tendo em vista o que consta do processo protocolado no Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, sob o número 34.768-51, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o novo orçamento, na importância de Cr\$ 22.484.600,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros), relativo às obras complementares aprovadas pelos Decretos ns. 8.563 e 5.249, de 19 de janeiro e 31 de abril de 1942, respectivamente, para a execução dos seguintes serviços decorrentes do prolongamento da Avenida Jequitaita, en-

Salvador, a cargo da Companhia Docas da Bahia:

	Cr\$
Obras	16.959.600,00
Deslocamento das linhas férreas	525.000,00
Desapropriação	5.000.000,00
	<hr/> 22.484.600,00

§ 1.º O orçamento de que trata este artigo será dado à publicidade mediante portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 2.º As despesas respectivas, apuradas em tomada de contas, correrão à conta do produto da taxa adicional de 10% a que se refere o Decreto n.º 18.855, de 25 de julho de 1929.

Art. 2.º O orçamento aprovado é válido a partir de 1 de junho de 1951.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.733 — DE 7
DE ABRIL DE 1952

Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas curtas nesta Capital.

O Presidente da República, usando atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada, nos termos do art. 11 do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, para estabelecer, nesta Capital, a título precário, na forma do art. 4.º, § 2.º do Decreto

n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade, uma estação radiodifusora de ondas curtas, com a potência de 25 kw.

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão obedecerá as cláusulas que com este baixam, rubricadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas e será assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diário Oficial*, sob pena de ser considerada nula a presente concessão.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.734 — DE 7 DE ABRIL
DE 1952

Outorga concessão à Empresa de Transportes Aerovias Brasil S. A. para instalar um transmissor de 400 watts na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição atendendo ao que requereu a Empresa de Transportes Aerovias Brasil S. A., com sede na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo) e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão, a título precário, à Empresa de Transportes Aerovias Brasil S. A., nos termos do artigo 4.º, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para instalar, em sua estação rádio na cidade de Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, um transmissor com a potência de 400 watts, em substituição aos existentes na referida estação.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.735 — DE 7
DE ABRIL DE 1952

Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos para instalar uma estação radiotelegráfica e de radiofarol na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Empresa Real S.A. Transportes Aéreos, com sede na cidade de S. Paulo, Estado de São Paulo, e em vista do disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único — Fica outorgada concessão, a título precário, à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos, nos termos do artigo 4.º parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para instalar, na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais, uma estação radiotelegráfica e de radiofarol, com as potências de 350 e 600 watts, respectivamente, destinadas a facultar melhor eficiência ao serviço de segurança e assistência de voo da aludida Empresa.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30.736 — DE 7 DE
ABRIL DE 1952

Autoriza a São Paulo Light and Power Company, Limited, a construir um ramal de transmissão entre a usina térmica flutuante, "Piraquê", a ser ancorada no rio Casqueiro, e a linha tronco Cubatão-Vila Matias, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940:

Considerando que, mediante a Resolução n.º 739, de 20 de fevereiro de 1952, a medida foi julgada convenient-

te pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a São Paulo Light and Power Company, Limited a construir um ramal de transmissão, de 80kV, trifásico, em circuito singelo, com a extensão de 600 metros, entre a usina térmica, flutuante "Piraquê" a ser ancorada no rio Casqueiro, junto à ponte da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, e a linha tronco Cubatão-Vila Matias, num ponto situado a 8.400 metros da usina Cubatão.

Art. 2.º A transferência da usina Piraquê para São Paulo dependerá de prévia determinação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica desde que o permitam as condições do suprimento de energia elétrica ao Rio de Janeiro.

Art. 3.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não apresentar, em tempo, ao Ministério da Agricultura, os estudos, projetos e orçamentos das obras e não iniciá-las e concluí-las nos prazos estabelecidos.

Art. 4.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1952,
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.737 — DE 7 DE ABRIL
DE 1952

Cria um Vice-Consulado honorário do Brasil em Chittagong, no Paquistão Oriental.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do artigo 16 do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica criado um Vice-Consulado honorário do Brasil em Chittagong, no Paquistão Oriental.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

J. Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.733 — DE 7 DE ABRIL DE 1952

Aprova o Estatuto da Universidade do Paraná.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 20, de 10 de fevereiro de 1947, e do artigo 14 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Estatuto da Universidade do Paraná, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.739 — DE 8 DE ABRIL DE 1952

Regulamenta os cursos da Escola de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 219, parágrafo único, itens III e IV do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, e do artigo 11 do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 19.476, de 21 de agosto de 1946, decreta:

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE DOS CURSOS

Art. 1.º A Escola de Polícia, órgão da Divisão de Polícia Técnica do Departamento Federal de Segurança Pública, manterá cursos de aperfei-

çoamento, para ocupantes de funções e cargos especializados do D. F. S. P. e, de formação, para quaisquer candidatos às mesmas funções e cargos especializados.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA DOS CURSOS

Art. 2.º Os cursos de formação ou de aperfeiçoamento serão regulares ou extraordinários.

§ 1.º Cursos regulares serão os que se repetirem anualmente, como parte do programa letivo ordinário.

§ 2.º Cursos extraordinários serão os organizados para atender às necessidades eventuais de aperfeiçoamento de servidores ou de formação de candidatos a funções ou cargos policiais.

Art. 3.º Os cursos de aperfeiçoamento serão de três espécies:

a) de revisão, quando destinados a recordar ou atualizar conhecimentos necessários ao desempenho de cargos ou funções;

b) de especialização, quando destinados a aprofundar conhecimentos particulares, compreendidos entre os necessários ao desempenho de certos cargos ou funções;

c) de extensão, quando destinados a ministrar conhecimentos relacionados com os necessários ao desempenho de certos cargos ou funções.

Art. 4.º Os cursos terão caráter eminentemente prático e atenderão às necessidades de treinamento, previamente apurados de maneira objetiva.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo, a Escola de Polícia, por iniciativa própria ou solicitação de outros órgãos, procederá a pesquisas e apurações, inclusive mediante provas a que submeterá os servidores, depois de devidamente autorizada pelo Chefe de Polícia.

Art. 5.º Haverá os seguintes cursos regulares:

- 1 — Curso de Comissário de Polícia (C. G. P.)
- 2 — Curso de Detetive (C. D.)
- 3 — Curso de Datiloscopista (C. Da.)
- 4 — Curso de Escrivão de Polícia (C. E. P.)
- 5 — Curso de Guarda Civil (C. G. C.)
- 6 — Curso de Médico Legista (C. M. L.)

- 7 — Curso de Perito Criminal (C. P. C.)
- 8 — Curso de Polícia Especial (C. P. E.)
- 9 — Curso de Polícia Marítima e Aérea (C. P. M.)

Art. 6.º Em virtude da Lei n.º 705, de 16 de maio de 1949, o Curso de Formação de Comissário de Polícia, será regulado por decreto especial.

CAPÍTULO III

DO PLANO DE TREINAMENTO

Art. 7.º Na base das necessidades de treinamento, devidamente apuradas, a Escola de Polícia elaborará, sob a supervisão da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público, o plano de formação e de aperfeiçoamento de pessoal, para ser cumprido no exercício seguinte.

Parágrafo único. Esse plano abrangerá os diversos cursos, assim os regulares como os extraordinários cuja necessidade já esteja verificada, e em relação a cada um deles estabelecerá os limites de idade para ingresso, as matérias, os esquemas das aulas, com indicação da bibliografia pertinente a cada uma, os projetos de estágios e trabalhos práticos e o número de matrículas.

Art. 8.º O plano de treinamento será encaminhado ao Chefe de Polícia até o dia 30 de setembro de cada ano, a fim de ser examinado, e aprovado mediante portaria.

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES DE MATRÍCULA E PERMANÊNCIA NOS CURSOS

Art. 9.º Os servidores públicos estranhos ao D. F. S. P. poderão ser matriculados, *ex-officio*, ou a pedido, em qualquer dos cursos previstos neste decreto, desde que contem idade compreendida nos limites fixados para o ingresso nos mesmos e possuam a necessária capacidade física.

Art. 10. Só se poderão matricular, a pedido ou *ex-officio*, em curso exclusivamente de revisão, de especialização ou de extensão, os servidores da carreira ou série funcional a que se referir o curso.

Art. 11. Para fins de composição e homogeneização das turmas, os candidatos à matrícula, depois de satisfeitas as condições gerais para in-

gresso, serão submetidos a uma prova de seleção, organizada pelo Diretor da Escola de Polícia e aprovada pelo Diretor da Divisão de Polícia Técnica.

Art. 12. Terão preferência para matrícula, nos cursos de formação ou de aperfeiçoamento, os servidores com mais de três anos de exercício no Departamento Federal de Segurança Pública, de conduta exemplar, verificada no assentamento funcional e atestada pelo respectivo chefe.

Art. 13. Durante o primeiro ano escolar será feita, em caráter eliminatório, uma investigação social de cada aluno, para verificar se são mantidos os antecedentes de idoneidade para o exercício da carreira a que se referir o curso.

Art. 14. Se os bolsistas a que se refere o artigo 39 não forem aprovados nas provas de seleção, as vagas aos mesmos reservados, serão distribuídas a outros candidatos.

CAPÍTULO V

DO REGIME DIDÁTICO

Art. 15. A frequência das aulas será obrigatória, sendo desligado o aluno que, em cada ano letivo, tiver cinco (5) faltas consecutivas ou quinze (15) interpoladas, não justificadas a juízo do Diretor da Escola.

Art. 16. Ao término de cada período letivo, os alunos serão submetidos a provas escritas, sobre a matéria cumprida, devendo o exame final de cada disciplina versar todo o programa estabelecido.

Art. 17. As provas e exames serão objetivamente avaliados, em escala centesimal.

Parágrafo único. Considerar-se-á aprovado o aluno que houver obtido média final igual ou superior a sessenta (60) pontos e a nota mínima de quarenta (40) pontos em cada disciplina.

Art. 18. Ao término dos cursos, o Diretor da Escola de Polícia organizará a lista dos alunos aprovados, em rigorosa ordem de classificação, para homologação pelo Diretor da Divisão de Polícia Técnica.

§ 1.º A Escola de Polícia expedirá certificados de aprovação nos cursos por ela ministrados.

§ 2.º O portador de certificado relativo a um dos cursos regulares terá preferência para nomeação, desde

que habilitado em concurso para a respectiva carreira.

Art. 19. Para efeito da classificação dos que terminarem os cursos, tomar-se-á por base a média ponderada dos seguintes valores:

Pêso 3 — média aritmética das notas obtidas nos exames finais de cada ano;

Pêso 2 — média aritmética das notas obtidas nas provas parciais de cada ano;

Pêso 1 — grau de conceito proferido pelo Diretor da Escola de Polícia, mediante audiência de todos os professores do curso, em que serão observadas as seguintes condições:

- a) assiduidade
- b) pontualidade
- c) espírito de cooperação
- d) representação.

CAPÍTULO VI

DOS PERÍODOS DE TREINAMENTO

Art. 20. Os cursos da Escola de Polícia terão a duração necessária ao preenchimento de suas finalidades.

Art. 21. O treinamento em cursos regulares terá início em março e terminará em novembro de cada ano.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos cursos de caráter intensivo, os quais poderão ter a duração de três e quatro meses, com início em março e agosto.

Art. 22. O mês de julho será considerado de descanso para alunos e professores.

Art. 23. Os cursos extraordinários poderão ter início em qualquer época do ano.

Art. 24. Na primeira quinzena de janeiro, serão publicados os editais dos diversos cursos previstos no plano de treinamento para o ano.

Art. 25. Os editais de abertura de cursos extraordinários, não previstos no plano para o ano, deverão ser publicados, no mínimo, trinta dias antes do início desses cursos.

Art. 26. Far-se-á ampla divulgação de cada curso, com informações minuciosas.

Art. 27. Os editais de abertura dos cursos, além de esclarecimentos

outros, julgados úteis, dirão a respeito de cada um:

- I — da denominação;
- II — da natureza do curso, isto é, se regular ou extraordinário, e se de formação, de revisão, especialização ou extensão;
- III — das condições de ingresso;
- IV — do número de matrículas;
- V — das matérias da prova de seleção;
- VI — da organização e dos horários;
- VII — das vantagens decorrentes da conclusão do curso.

Art. 28. A segunda quinzena de janeiro, a primeira de fevereiro e o mês de julho serão destinados a:

- I — inscrições;
- II — publicação das relações dos inscritos;
- III — provas de seleção;
- IV — publicação do resultado das provas de seleção;
- V — homologação dos resultados das provas de seleção;
- VI — publicação das relações de candidatos matriculados.

Art. 29. Para cada aluno será organizado um prontuário que conterá:

- I — ficha de inscrição e documentos apresentados;
- II — trabalhos práticos realizados durante o curso;
- III — provas parciais e finais;
- IV — relatórios;
- V — folha de julgamento das provas realizadas.

CAPÍTULO VII

DOS PROFESSORES

Art. 30. Os professores da Escola Técnica de Polícia serão designados pelo Chefe de Polícia, mediante proposta da Divisão de Polícia Técnica, dentre especialistas nacionais ou estrangeiros, servidores do Estado ou não.

§ 1.º Os servidores públicos designados nos termos deste artigo poderão, em casos especiais e mediante autorização do Presidente da República, ser dispensados dos trabalhos da repartição ou serviço em que estiverem lotados, mas ficarão obrigados, nesta hipótese, a dezoito horas semanais de aulas ou trabalhos escolares, sem direito a honorários previstos no parágrafo seguinte.

§ 2.º Os professores que não forem servidores públicos, perceberão, nos

términos da legislação em vigor: honorários fixados, em cada caso, pelo Chefe de Polícia, e que não poderão exceder a quantia de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) por hora de aula.

§ 3.º Se as atividades de professor da Escola não os obrigarem ao afastamento do exercício de seus cargos ou funções, os servidores públicos designados na forma deste artigo, perceberão os honorários de que trata o parágrafo anterior.

Art. 31. Em casos especiais, com autorização do Presidente da República, poderá o Chefe de Polícia fixar honorários superiores aos previstos no parágrafo anterior.

Art. 32. Cada disciplina terá um professor especializado que poderá indicar, por sua vez, um assistente.

Parágrafo único. O professor será o responsável pelo ensino da matéria e o orientador didático do curso.

Art. 33. O assistente perceberá honorários fixados, em cada caso, pelo Chefe de Polícia, dentro do limite de Cr\$ 75,00 (setenta e cinco cruzeiros) por hora de aula.

Art. 34. Além das que forem previstas em instruções, são obrigações comuns a todos os professores:

I — observar, estritamente, os honorários de trabalho;

II — elaborar os programas de ensino, de acordo com as normas deste decreto e as instruções do Diretor da Escola;

III — estudar, dentro dos processos e modelos oferecidos pelo Diretor da Escola, o material que deverá ser usado nas provas de verificação de aproveitamento ou conhecimento;

IV — responsabilizar-se pela manutenção da ordem e disciplina durante as aulas;

V — oferecer, com antecedência, à Secretaria, súmula de cada aula;

VI — auxiliar a administração da Escola observando e fazendo observar este decreto e as instruções baixadas pelo Diretor;

VII — corrigir as provas para as quais não haja chave de correção.

Art. 35. São deveres e atribuições dos assistentes:

a) auxiliar o professor em todos os serviços de ensino, como lhes for determinado;

b) encarregar-se de lecionar parte do programa da disciplina, quando para isso designado pelo professor;

c) substituir eventualmente o professor;

d) providenciar com antecedência, segundo as indicações do professor, sobre o que for necessário para a realização de trabalhos práticos.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36. Os cursos da Escola de Polícia serão gratuitos.

Art. 37. Todas as repartições policiais prestarão à Escola o concurso necessário à completa eficiência do ensino, facilitando a realização de aulas práticas, em seus laboratórios, gabinetes e dependências, e comunicando qualquer novo processo ou progresso da técnica dos criminosos e da investigação ou prevenção de delitos.

§ 1.º Enquanto não forem instalados os laboratórios da Escola de Polícia, serão utilizadas a aparelhagem e as dependências do Instituto Médico Legal, do Instituto Félix Pacheco e do Gabinete de Exames Periciais.

§ 2.º Enquanto a Escola de Polícia não possuir instalações próprias para a educação física, utilizará para esse fim os campos de instrução da Polícia Especial.

Art. 38. A Escola de Polícia poderá utilizar as instalações e serviços de outros estabelecimentos de ensino, particulares ou oficiais, para suas atividades de treinamento, mediante contratos e convênios, na forma da lei.

Art. 39. Serão concedidas, anualmente, bolsas de estudo para os cursos da Escola, destinadas a candidatos residentes fora do Distrito Federal e da Capital do Estado do Rio de Janeiro, escolhido de preferência entre servidores públicos dos Estados ou dos Territórios com exercício em repartições policiais.

§ 1.º De acordo com os recursos orçamentários, serão expedidas pelo Chefe de Polícia, por proposta do Diretor da Escola, instruções anuais que determinarão o valor e o número total de bolsas, os cursos para os quais serão concedidas, sua distribuição pelos Estados e Territórios e os deveres e obrigações dos beneficiários.

§ 2.º O programa de trabalho dos candidatos bolsistas será fixado, em cada caso, pelo Diretor da Escola.

Art. 40. As faltas às aulas serão comunicadas ao chefe da repartição

em que tiver exercício o servidor, inclusive em se tratando de bolsista, funcionário ou extranumerário de Estado ou Território.

Art. 41. Observadas as condições legais, terão prioridade para transferência de uma para outra carreira do Departamento Federal de Segurança Pública os servidores que, na vigência deste regulamento, tenham concluído o curso de formação ou de aperfeiçoamento referente à carreira para a qual pretendam a transferência.

Art. 42. As disposições deste decreto não impedirão a conclusão dos cursos atuais que com as mesmas estejam em desacôrdo.

Art. 43. No corrente ano, o plano de treinamento a que se refere o artigo 8.º será encaminhado ao Chefe de Polícia dentro de 30 dias contados da publicação deste decreto.

Art. 44. Os casos omissos, quando relativos à administração da Escola, serão decididos pelo Diretor desta.

Art. 45. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 30.740 — DE 8 DE ABRIL DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de General Vargués, Estado do Rio Grande do Sul, a instalar uma usina termoeletrica e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N. 30.741 — DE 8 DE ABRIL DE 1952

Cria uma Legação junto ao Governo da República da Islândia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, itens I e VI da Constituição, decreta

Art. 1.º Fica criada uma Legação na República da Islândia, cuja ação será exercida cumulativamente pela Legação do Brasil em Oslo.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N. 30.742 — DE 8 DE ABRIL DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de três terrenos destinados ao Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e de acôrdo com o artigo 1.165 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação de três terrenos que o Estado de Pernambuco quer fazer à União, situados no Município de Olinda, com a área total de 93.800m² (noventa e três mil e oitocentos metros quadrados), tudo de conformidade com o Decreto-lei n.º 861, de 19 de junho de 1943, do referido Estado, e demais elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Guerra, sob o número 15.363-51 — Gab. M. G.

Art. 2.º Os terrenos a que se refere o artigo anterior destinam-se a ampliar as instalações do 1.º Grupo do 7.º Regimento de Obuzes — 105.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

Horácio Lafer.

DECRETO N. 30.743 — DE 8 DE ABRIL DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n. 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 cargo de Tesoureiro-Auxiliar (Alfândega de Recife), padrão L, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude da demissão de Otacilio Vanderley, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS:

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.744 — DE 9 DE ABRIL DE 1952

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00 para atender às despesas com o monumento a ser oferecido à cidade "Brasil", nos Estados Unidos da América.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.475-A, de 27 de novembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil cruzeiros), para atender as despesas com a execução e transporte até seu destino de um monumento a ser oferecido à cidade "Brasil", no Estado de Indiana, Estados Unidos da América.

Parágrafo único. O monumento referido neste Decreto será uma réplica, em granito, do chafariz denominado da Glória, existente na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.745 — DE 14 DE ABRIL DE 1952

Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 28.895, de 22 de novembro de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e tendo em vista o que propõe a Divisão de Aguas, decreta:

Art. 1.º E' concedida à Força e Luz de Uruaçu, S. A. com sede em Uruaçu, município de igual nome, Estado de Goiás, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, conforme o Decreto-lei número 938, de 8 de dezembro de 1938, ficando a mesma obrigada, para os seus objetivos, a satisfazer, integralmente, as exigências do Código de Aguas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subsequentes e seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.746 — DE 14 DE ABRIL DE 1952

Retifica o art. 1.º do Decreto número 30.151, de 8 de novembro de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de

29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica retificado o artigo primeiro (1.º) do Decreto número trinta mil cento e cinquenta e um (30.151), de oito (8) de novembro de mil novecentos e cinquenta e um (1951), o qual passa a ter a seguinte redação: Fica autorizada a Empresa Mineração Manuel Nunes Ltda., a lavar caulim e associados em terrenos de propriedade de José Caiba, no lugar denominado Parque Bristol, distrito de Saúde, município de São Paulo, Estado de São Paulo, em duas áreas num total de dois hectares, trinta e um ares e vinte centiares (2,3120 ha), a saber: a primeira delas com um hectare, vinte e três ares e vinte centiares (1,2320 ha) é delimitada por um quadrilátero que tem um dos vértices a duzentos e trinta e quatro metros (234m) no rumo verdadeiro setenta e nove graus e cinquenta e sete minutos nordeste (79º 57' NE) do cruzamento dos eixos da avenida Caraguatá e da estrada do Cursino e os lados, a partir desse vértice, têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: sessenta e oito metros (68m), setenta e quatro graus e quinze minutos sudoeste (74º 15' SW); cento e vinte e oito metros e quarenta centímetros (128,40m) quinze graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (15º 45' SW); cento e dez metros (110m), oitenta graus e quinze minutos sudeste (80º 15' SE); cento e sessenta e um metros (161m) três graus noroeste (3º NW); a outra área com um hectare e oito ares (1,0800 ha) é delimitada por um quadrilátero que tem um dos vértices a duzentos e sessenta e sete metros (267m) no rumo verdadeiro sessenta e nove graus e cinquenta e nove minutos sudeste (69º 59' SE) do cruzamento dos eixos da avenida Caraguatá e da estrada do Cursino e os lados, a partir desse vértice, têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: sessenta e nove metros (69m), oitenta e quatro graus nordeste (84º NE); cento e sessenta e dois metros (162m), vinte e nove minutos nordeste (0º 29' NE); oitenta e dois metros e trinta centímetros (82,30m), sessenta e sete graus e quatorze minutos sudoeste (67º 14' SW); cento e trinta e sete metros e quarenta centímetros (137,40m), dois graus e trinta e um minutos sudeste (2º 31' SE).

Art. 2.º Ficam mantidas as demais disposições dos artigos do referido

Decreto, que passarão a fazer parte integrante do presente.

Art. 3.º A presente retificação de Decreto não fica sujeita ao pagamento da taxa prevista pelo parágrafo único do art. 31 do Código de Minas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N. 30.747 — DE 14 DE
ABRIL DE 1952

Concede à Sociedade Mineradora Suaqui Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, n. I, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o artigo 6.º § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas); decreta:

Artigo único — E' concedida à Sociedade Mineradora Suaqui Limitada, sociedade constituída por quotas de responsabilidade limitada, constituída por instrumento particular de vinte e sete (27) de dezembro de mil novecentos e cinquenta e um (1951) arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob número cinquenta e cinco mil cento e noventa e nove (55.199), em Sessão de trinta e um de dezembro de mil novecentos e cinquenta e um (1951), com sede na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.748, DE 14 DE ABRIL DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues de Melo a pesquisar calcário e associados, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues de Melo a pesquisar calcário e associados, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Fazenda da Casa da Pedra, no distrito e município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais, numa área de quarenta e cinco hectares, setenta ares e onze centiares (45,7011 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a novecentos e treze metros (913m) no rumo magnético quatro graus e trinta minutos sudeste (4.º 30' SE) do marco quilométrico número noventa (km. 90) da Rede Mineira de Viação, no ramal de Barbacena e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e sessenta e cinco metros (165 m), trinta e oito graus nordeste (38º NE); trezentos e quarenta metros (340 m), quarenta e seis graus noroeste (46º NW); mil e duzentos metros (120.0 m), cinquenta e cinco graus sudoeste (55º SW); quatrocentos metros (400 m), trinta graus sudeste (30º SE); oitocentos metros (800 m), cinquenta e sete graus nordeste (57º NE); trezentos metros (300 m), trinta e sete graus noroeste (37º NW); trezentos e noventa e cinco metros (395 m), sessenta e oito graus nordeste (68º NE). O último lado da poligonal, e o alinhamento retilíneo e compreendido entre a extremidade do último lado acima descrito e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 460.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.749 — DE 14 DE ABRIL DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês no município de Pacajus, Estado do Ceará.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês em terrenos de José Moreira de Sousa, situados na localidade de Curral Velho, distrito de Chorozinho, município de Pacajus, Estado do Ceará, numa área de cento e cinquenta hectares (150 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a trezentos metros (300m) no rumo magnético cinquenta graus sudeste (50º SE) da confluência do córrego Velho do Meio com o rio Choro e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: um mil metros (1.000m), sessenta e cinco graus sudoeste (65º SW), e um mil e quinhentos metros (1500m), vinte e cinco graus noroeste (25º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto pagará a taxa de mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 1.500.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 39.750 — DE 14 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Cândido Felix Martins a pesquisar quartzo no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Cândido Félix Martins na qualidade de curador de Dalila Martins Esteves, a pesquisar quartzo em terrenos de propriedade de sua curatela, no lugar denominado Curral Frio na Serra dos Cristais, distrito e município do Campo Formoso, Estado da Bahia, numa área de trezentos e trinta e seis hectares (336 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a setecentos e sessenta metros (760m), no rumo magnético setenta graus nordeste (70º NE) do monumento localizado em frente à porta principal da casa de residência do imóvel Curral Frio e os lados divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: dois mil e quatrocentos metros (2400 m), oeste (W); mil e quatrocentos metros (1400m), sul (S).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil trezentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 3.360,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.751 — DE 14 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês no município de Pacajus, Estado do Ceará.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês em terrenos de José Luís dos Santos, na localidade de Lagoa das Pedras, distrito de Chorozinho, município de Pacajus, Estado do Ceará, numa área de quinhentos hectares (500 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a cem metros (100m) no rumo magnético quinze graus noroeste (15º NW) do marco quilométrico número sessenta e seis (km. 66) da rodovia federal de Fortaleza a Recife e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: dois mil metros (2.000 m), cinquenta graus sudeste (50ºSE); dois mil e quinhentos metros (2.500 m), quarenta graus nordeste (40º NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.752 — DE 14 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês no município de Pacajus, Estado do Ceará.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês em terrenos de Luiz Gonzaga Lima, situados na localidade Piuza, distrito de Chorozinho, município de Pacajus,

Estado do Ceará, numa área de quatrocentos e vinte e cinco hectares — (425 ha) delimitada por um losango que tem um vértice no ponto extremo da poligonal que parte da confluência do riacho Salgado com o córrego Salgadinho, com trezentos metros (300m) no rumo magnético oitenta e cinco graus nordeste (85° NE); trezentos e cinquenta metros (350m), no rumo magnético vinte e cinco graus sudoeste (25° SW), e os lados divergentes do vértice considerado os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: um mil e setecentos metros (1.700m), quinze graus sudoeste (15° SW); e, dois mil e quinhentos metros (2500m), sessenta e cinco graus noroeste (65° NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil duzentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 4.250,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.753 — DE 14 DE ABRIL DE 1952

Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1949 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral em terrenos de propriedade de Julio Renner e Aparício Miranda, no distrito de Butiá, município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de trezentos e quinze hectares, quarenta e oito ares e noventa e dois centiares (315,4892 ha.) delimitada por uma poligonal que tem vértice

a mil quinhentos e quarenta e nove metros e setenta e três centímetros (1.549,73m.), no rumo verdadeiro quarenta e um graus e trinta e sete minutos sudeste (41° 37'SE) do marco quilométrico número vinte e quatro (km. 24) da Estrada de Ferro Jacuí e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: dois mil quinhentos e quarenta e seis metros e oito centímetros (2.546,08m), quarenta graus e trinta minutos sudeste (40° 30'SE), até encontrar a Sanga do Joanico, na sua margem esquerda; desce por esta Sanga, até encontrar a rodovia de Butiá — São Jerônimo segue por esta rodovia, na direção de Butiá, com quatro mil e noventa e um metros e noventa e cinco centímetros (4031,95m), até o ponto de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil quinhentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 1.580,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.754 — DE 14 DE ABRIL DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, para efeito de serem transferidos, para a lotação permanente da Divisão de Obras do Departamento de Administração, três cargos de Engenheiro com os respectivos ocupantes, José Fernandes Pereira, Paulo de Castela e Mário Faustino Porto Filho, o primeiro da lo-

tação permanente da Divisão do Material do referido Departamento de Administração e os dois últimos de igual lotação da Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal.

Art. 2.º Este Decreto vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleófas.

DECRETO N.º 30.755 — DE 14 DE ABRIL
DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Agrônomo Silvicultor, com o respectivo ocupante Eduardo Cunha Melo, da lotação permanente do Parque Nacional de Itatiaia do Serviço Florestal para igual lotação da Diretoria do referido Serviço.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleófas.

DECRETO N.º 30.756 — DE 14 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terrenos situados no Município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e de

acôrdo com os artigos 1.165 e 1.180 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação que a Prefeitura do Município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, quer fazer à União Federal de terrenos situados em Água Limpa, final da Rua Tomé Afonso, denominados "Chácara dos Scotts", e de terrenos utilizados por João Batista Fortes, com a área total de sessenta e cinco mil e setecentos metros quadrados (65.700 m²), a que se referem as Leis Municipais números 67 e 68, de 19 de fevereiro de 1951, de acôrdo com os elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda, sob o número 106.036, de 1951.

Art. 2.º Destina-se o imóvel a que se refere o artigo anterior à construção da Escola Técnica de Ouro Preto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 30.757 — DE 14 DE ABRIL
DE 1952

Concede à sociedade anônima "Atlas Supply Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940 decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade anônima "Atlas Supply Company of Brazil", com sede na cidade de Dover, Condado de Kent, Estado de Delaware, Estados Unidos da América, autorizada a funcionar na República pelo Decreto n. 6.573, de 6 de dezembro de 1940, autorização para continuar a funcionar no país com a alteração estatutária que apresentou referente ao capital destinado às suas operações comerciais no Brasil, elevado de Cr\$ 735.200.00 (setecentos e trinta e cinco mil e duzentos cruzeiros) para Cr\$ 5.000.000.00 (cinco milhões de cruzeiros), conso-

ante resolução aprovada em reunião da Diretoria, realizada a 19 de dezembro de 1951, continuando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952, 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 30.758 — DE 14 DE ABRIL DE 1952

Concede a "Produtos Farmacêuticos e Biológicos Ayerst do Brasil S. A." autorização para funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Art. 1.º E' concedida a "Produtos Farmacêuticos e Biológicos Ayerst do Brasil S. A.", com sede na cidade de Dover, Estado de Delaware, Estados Unidos da América, autorização para funcionar na República, com os estatutos sociais que apresentou e com o capital destacado para suas operações comerciais no Brasil de Cr\$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil cruzeiros), consoante resolução aprovada em reunião da Diretoria, realizada a 2 de janeiro de 1952, mediante as cláusulas que este acompanham, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, ficando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da presente autorização.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952; 131º da Independência e 64º da República

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.759 — DE 14 DE ABRIL DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica e nominal de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, da seguinte forma:

I — Ficam transferidos 9 cargos da carreira de Inspetor do Trabalho do Quadro Permanente, sendo 6 da Divisão de Fiscalização, 2 da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho e 1 da Divisão de Organização e Assistência Sindical, todos do Departamento Nacional do Trabalho, para as Delegacias Regionais do Trabalho a seguir mencionadas:

Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina — 3 cargos com os respectivos ocupantes: Tarso Cunha de Abreu, Clementino Arigileu da Silva e João Silveira de Camargo;

Delegacia Regional do Trabalho no Rio Grande do Norte — 2 cargos com os respectivos ocupantes: Orlando Barbosa e João Ferreira dos Santos;

Delegacia Regional do Trabalho em Sergipe — 2 cargos com os respectivos ocupantes: Idílio Pereira de Sousa e Mair Ferreira da Costa;

Delegacia Regional do Trabalho no Espírito Santo — 2 cargos com os respectivos ocupantes: Carlos Alves Moreira e Johann Werner Bleuler.

II — Ficam transferidos 5 cargos da carreira de Fiscal do Trabalho do Quadro Suplementar, sendo 4 da Divisão de Fiscalização e 1 da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho do Departamento Nacional do Trabalho, para a Delegacia Regional do Trabalho no Rio Grande do Sul com os respectivos ocupantes: Emanuel Sarmanho Arraes, José Pires Veríssimo, João Salgado Passeado, Sebastião Bibiano Tôrres e Joaquim Carneiro Ribeiro.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.760 — DE 14 DE
ABRIL DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º — Ficam suprimidos quarrenta e dois (42) cargos da classe E, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, vagos em virtude das promoções de Adolfo Francisco da Silva Filho, Agenor Luís de Azevedo, Aguinaldo Faria de Melo, Alberto Dias Barbosa, Anauelino Silva, Aníbal de Sousa Filho, Anísio Sebastião Correia, Antônio Alfalone, Antônio Bartolet Buffel, Basílio Fernandes de Oliveira, Gabriel José Rodrigues, Gaudêncio José Domingues, João Almeida dos Santos, João Félix da Silva, João de Melo Lopes, João Paulo dos Santos, João Pinto da Silva, Joaquim Maria Leite, Jorge Carlos Ferreira, José Leão de Brito, José da Silva Vieira, Josué Nascimento de Oliveira, Jovelino Correia da Silva, Nestor Manuel Braga, Rosmínio Teodoro, Jurandir Tavares dos Santos, Moacir Antônio Pinto, Moacir Tavares dos Santos, Valdemiro da Costa Batista, Valter Serrão Batista de Oliveira, Viriato Fernandes Gonçalves, das aposentadorias de Amauri da Fonseca Dória, Isaura dos Santos Silva, Antônio Borges de Araújo, Augusto Rodrigues, Concínio da Silva, Gabriel Joaquim do Nascimento, João Fiúza de Lima, João Hipólito da Silva, Moacir dos Santos, Porfirio Lopes da Silva e do falecimento de João Praxedes dos Santos;

Quatro (4) cargos da classe D, vagos em virtude das promoções de Ângelo Carlos de Abreu Teixeira, Antônio Menezes Nunes, Mário Lopes da Costa e Teodoro de Sousa;

Seis (6) cargos da classe G, da carreira de Enfermeiro, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, vagos

em virtude das promoções de Conceição Correia, Manuel Antunes da Silva, Oscar Dias Paes Leme, Rômulo Carlos da Cunha, da aposentadoria de Alcino Delfino da Silva e do falecimento de Valdemar de Sousa Manguera;

Um (1) cargo da classe E, da carreira de Fotógrafo, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, vago em virtude da promoção de Ernesto Carvalho dos Santos;

Cinco (5) cargos da classe E, da carreira de Gráficos, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, vagos em virtude das promoções de Husien Alves de Sousa, Mário da Silva, Moacir de Oliveira Mota, Romeu Carlos da Cunha e Valdemar Rodrigues dos Santos;

Seis (6) cargos da classe F, da carreira de Inspetor de Alunos, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, vagos em virtude das promoções de Amós Cavalcante Pessoa de Melo, Astéro de Oliveira Gomes, João Batista de Holanda, Orlando Soares de Lima, Paulo Ribeiro Silva e do falecimento de Acácio Rodrigues Moreira;

Seis (6) cargos da classe E, da carreira de Marinheiro, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, vagos em virtude das aposentadorias de Joel da Silva Lopes, José Carneiro da Silva, Martinho Francisco da Silva, Teodolindo Manuel Feijó, Valdomiro Cipriano Lima e do falecimento de Francisco de Sousa Ribeiro;

Um (1) cargo da classe D, da carreira de Motorista, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, vago em virtude da promoção de Eugênio Pinheiro; e um (1) cargo da classe E, da mesma carreira, do mesmo Quadro e Ministério, vago em virtude da aposentadoria de Cesário Fernandes de Araújo;

Dois (2) cargos da classe E, da carreira de Patrão, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, vagos em virtude das promoções de Antônio Rodrigues dos Santos e Diógenes de Sousa Macedo;

Três (3) cargos da classe E, da carreira de Prático de Farmácia, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, vagos em virtude das promoções de Antônio Vitorino Vitorio e Manuel Raimundo e do falecimento de Sílvio dos Santos;

Vinte e nove (29) cargos da classe C, da carreira de Servente, do Quadro Suplementar do mesmo Ministério, vagos em virtude das promoções

de Adolfo Moreira de Araújo, Alcides Mendes de Azevedo, Américo Henrique dos Santos, Antenor Monteiro de Barros, Antônio Joaquim Goulart, Bruno Francisco de Sousa, Francisco Luques, Gabriel Pacheco de Medeiros, Genuino Nunes de Lima, Gonçalo Rodrigues, João Dias Magalhães, José Adão, José Alves de Sousa, Luiz Ferreira de Carvalho Sobrinho, Manuel Joaquim dos Santos, Oscar Rodrigues Mathias, Oswaldo Pessoa de Mendonça, Pedro Fêbula, Raimundo José da Silva, Sérgio Magalhães, Taurino Teixeira de Azevedo, Vicente Ferreira da Silva, das aposentadorias de Celso José de Vasconcelos, Ezequiel Antônio do Nascimento, Geraldino Rodrigues dos Santos, da exoneração de Pedro José da Silva, e dos falecimentos de Gonçalves e Francisco de Sousa, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

DECRETO N.º 30.761 — DE 14 DE ABRIL DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos dez (10) cargos da classe E, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, vago em virtude das promoções de Renato Marques de Sousa, Valeriano Nereu de Araújo Filho, Guilherme Soares da Silva, Manuel Braz de Oliveira, João Benedito do Sacramento, Ismar Gonçalves de Lima, Miguel de Freitas, Gonçalo Correia Pimentel, e das aposentadorias de Guilherme Lino do Nascimento e Orlando da Silva Rocha;

Um (1) cargo da classe F, da carreira de Foguista Marítimo, do mesmo Quadro e Ministério, vago em

virtude da aposentadoria de Jacinto Ricardo da Silva;

Um (1) cargo da classe E, da carreira de Gráficos, do mesmo Quadro e Ministério, vago em virtude da promoção de Mário José da Fonseca;

Um (1) cargo da classe E, da carreira de Motorista, do mesmo Quadro e Ministério, vago em virtude da promoção de João Marques de Figueiredo;

Um (1) cargo da classe F, da carreira de Inspetor de Alunos, do mesmo Quadro e Ministério, vago em virtude da promoção de Antônio Adolfo de Medeiros;

Um (1) cargo da classe E, da carreira de Patrão, do mesmo Quadro e Ministério, vago em virtude da promoção de Dagoberto Vilela;

Dois (2) cargos da classe E, da carreira de Prático de Farmácia, do mesmo Quadro e Ministério, vago em virtude das promoções de Cícero Vieira Cavalcante e de José Martiniano de Santana;

Onze (11) cargos da classe C, da carreira de Servente, do mesmo Quadro e Ministério, vago em virtude das promoções de Joaquim Pereira da Costa, Aristides Rosas de Andrade, Antônio Aguiar, Severino Corrêa dos Santos, David Moreira Lima, Severino Pereira da Silva, Francisco Modesto Nogueira, Manoel Pacheco dos Santos, Antônio Gomes de Barros e das aposentadorias de Deolindo Escóssia e Osvaldo João de Barros;

Nove (9) cargos da classe L, da carreira de Oficial Administrativo, do mesmo Quadro e Ministério, vago em virtude do decreto de 29 de junho de 1949, publicado no *Diário Oficial* de 4 de julho de 1949 e que eram ocupados por Aluizio de Melo Matos, Antônio de Melo Cardoso, Cristiano de Lamare Leite, Edgar Faro, Hélio Santos da Fonseca, Hugo Filipinas Fernandes, José Basílio Pyrrho Filho, Oscar Gibson, Osvaldo dos Reis e Sousa, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

DECRETO N.º 30.762 — DE 14 DE ABRIL DE 1952

Reduz para 30 meses o interstício para a promoção a Capitão.

O Presidente da República, resolve, de acordo com o artigo 13 do Decreto-lei número 5.625, de 28 de junho de 1943 (Lei de Promoções dos Oficiais do Exército), reduzir para 30 (trinta) meses o interstício para a promoção de 1.º Tenente a Capitão.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

DECRETO N.º 30.763 — DE 1.º DE ABRIL DE 1952

Institui a Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e

Considerando que os estados realizados pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, atualizando o trabalho da antiga Comissão da Indústria de Material Elétrico (CIME), evidenciaram a necessidade de fabricar-se, no país, material elétrico pesado e turbinas, para atender, em particular, à expansão dos sistemas de eletricidade;

Considerando que a nova indústria preencherá a lacuna existente em nosso parque industrial;

Considerando, finalmente, a necessidade do Governo fomentar e amparar o aparelhamento de indústrias básicas, que exigem grande concentração de capitais, e mesmo concorrer financeiramente na sua constituição, criando o ambiente de confiança indispensável à colaboração de capitais particulares;

Decreta:

Art. 1.º Fica instituída a "Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico" composta de 5 membros nomeados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Dentre esses membros o Presidente da República escolherá o que deverá exercer as funções de presidente.

Art. 2.º A Comissão funcionará sob a dependência direta do Presidente da República, através da Comissão de Desenvolvimento Industrial.

Art. 3.º Incumbe à Comissão:

a) realizar os estudos e entendimentos finais para o desenvolvimento da indústria nacional de produção de material elétrico e de turbinas, tendo em vista o Relatório sobre a "Indústria de Material Elétrico e de Turbinas", a que se refere o despacho do Presidente da República, de 18 de outubro de 1951;

b) fixar um programa mínimo de produção;

c) estabelecer os incentivos que devam ser dados de preferência a empresa ou empresas privadas nacionais existentes e, na falta destas, a empresas estrangeiras que desejem contribuir para esse programa;

d) propor ao Governo a colaboração financeira do Poder Público com estas empresas e, em último caso, a iniciativa governamental, se o capital privado não se interessar pelo programa;

e) estudar nesta última hipótese, a organização de uma companhia nacional, para a construção e exploração da indústria em apêço.

Art. 4.º No desempenho de suas atribuições compete ao presidente da Comissão entender-se diretamente com todas as autoridades administrativas do país, as quais lhe deverão fornecer as informações e os serviços técnicos que forem solicitados.

Art. 5.º A Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico é concedida franquia postal e telegráfica nos termos da legislação em vigor.

Art. 6.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.764 — DE 16 DE ABRIL DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.765 — DE 17 DE ABRIL DE 1952

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 10.785.500,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no artigo 1.º da Lei n.º 1.391, de 6 de julho de 1951, e tendo ouvido o Ministério da Fazenda e o Tribunal de Contas, em cumprimento ao artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 10.785.500,00 (dez milhões setecentos e oitenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros), para atender ao pagamento das despesas suplementares decorrentes da aquisição de embarcações pelo Serviço de Navegação da Baía do Prata, à conta do crédito especial de que tratam a Lei n.º 284, de 27 de maio de 1948, e o Decreto n.º 25.253, de 22 de julho do mesmo ano.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.
Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.766 — DE 17 DE ABRIL DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município e Cidade de Jataí, Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, n.º I, da Constituição e de acordo com os artigos 1.165 e 1.180, do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação que a Prefeitura Municipal de Jataí, no Estado de Goiás, faz à União Federal de um terreno com a área de mil metros quadrados (1.000 m²), situado no centro da Praça Tenente Diomar Menezes, naquele Município, tudo de conformidade com os dados técnicos e demais elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n.º 191.522-51.

Art. 2.º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à construção do novo prédio dos Correios e Telégrafos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.767 — DE 17 DE ABRIL DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir a ocupação de terreno de marinha e acrescido de marinha que menciona, situado em Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Antônio José Ricardo, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir a ocupação de um terreno de marinha e acrescido de marinha situado à rua Coronel Guimarães número 31, em Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro, de que trata o processo protocolado no Ministério da Fazenda, sob o número 129.863, de 1946.

Rio de Janeiro, em 17 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.768 — DE 17 DE ABRIL DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-lei n.º 9.760 de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único — Fica Manoel Pereira Valente, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha beneficiado com o prédio n.º 77 da rua Presidente Barroso, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n.º 210.084, de 1950.

Rio de Janeiro, em 17 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.769 — DE 17 DE ABRIL DE 1952

Autoriza estrangeiro a revigorar o aforamento do terreno de marinha, que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Mario Teixeira Dias da Costa, de nacionalidade portuguesa, autorizado a revigorar o aforamento do terreno de marinha beneficiado com o prédio n.º 955, antigo 305 d Praia da Guanabara, na Ilha do Governador, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 238.046, de 1951.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.770 — DE 17 DE ABRIL DE 1952

Autoriza estrangeiros a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei número 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Ficam Manuel Borges Dias de Menezes e sua esposa Libânia da Natividade Areias Cruzeiro de Menezes, ambos de nacionalidade portuguesa, autorizados a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha beneficiado com o prédio número vinte (20) da Rua Pedro Alves, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 210.700 de 1951.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.771 — DE 18 DE ABRIL DE 1952

Retifica o art. 1.º do Decreto número 30.640, de 19 de março de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição, e de acordo com o disposto na Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º O art. 1.º do Decreto número 30.640, de 19 de março de 1952, fica assim redigido:

“Art. 1.º Fica assegurada ao algodão em pluma do país da safra de 1952 a garantia de preços mínimos prevista na lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, nas seguintes modalidades:

a) aquisição do produto pelo preço de Cr\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros) por arrôba de 15 quilos para o tipo 5, da padronização oficial do Ministério da Agricultura, com fibra de 28 a 30 milímetros, acondicionado em fardos com

a densidade média nunca inferior a 400 quilos por metro cúbico, amarrados com seis ou mais fitas de aço, podendo uma ser emendada, posto armazéns gerais da Capital do Estado de São Paulo, para a produção da região económica que lhe é convergente e portos do país para as demais regiões;

b) 80% (oitenta por cento) de financiamento, na base do preço mínimo fixado na letra a deste artigo.

§ 1.º — São considerados centros de consumo, para efeito do que dispõe o art. 4.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, os portos do país, referidos neste artigo.

§ 2.º — Os ágios e deságios para os diversos tipos do algodão nacional da classe referida no art. 1.º deste Decreto, serão estabelecidos em instruções a serem baixadas pela Comissão de Financiamento da Produção, com base nas médias de cotações de cada tipo verificadas em 1951".

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

João Cleófas.

DECRETO N.º 30.772 — DE 23 DE ABRIL DE 1952

Altera o Decreto n.º 18.517, de 30 de abril de 1945, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores civis da União.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º As alíneas a e b do art. 1.º do Decreto n.º 18.517, de 30 de abril de 1945, passam a ter a seguinte redação:

"a) a diária não será superior ao vencimento ou salário diário do servidor, salvo o disposto na alínea seguinte;

b) a diária não poderá ser inferior a quarenta cruzeiros (Cr\$ 40,00) nem superior a duzentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 270,00)".

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Renato de Almeida Guillobet.

Cyrol Espirito Santo Cardozo.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

Alvaro de Sousa Lima.

João Cleófas.

E. Simões Filho.

Segedias Viana.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.773 — DE 23 DE ABRIL DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no art. 1.º da Lei n.º 1.500, de 15 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 1.169.532,20 (um milhão, cento e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta e dois cruzeiros e vinte centavos), para atender ao pagamento de despesas do exercício de 1950 — Pessoal e Serviços e Encargos — da Justiça Eleitoral, como segue:

Pessoal

Gratificação de representação dos membros dos Tribunais Regionais:

	Cr\$
Maranhão	211.300,00
Piauí	21.500,00
Rio Grande do Norte	164.800,00
Sergipe	77.000,00

Gratificação de Juizes e escrivães eleitorais:

Maranhão	100.000,00
Paraná	525.600,00
São Paulo	65.882,20

Serviços e Encargos

Salário-família:	
Sergipe	3.450,00

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.774 — DE 23 DE
ABRIL DE 1952

Aprova o Regulamento para a XIX Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, a realizar-se na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, no corrente ano.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Artigo 1.º Fica aprovado o Regulamento que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, para a XIX Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, que se realizará na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, no corrente ano.

Artigo 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

REGULAMENTO DO XIX EXPOSIÇÃO NACIONAL DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS

CAPÍTULO I

DA EXPOSIÇÃO E SEUS FINS

Art. 1.º A XIX Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados tem por fim reunir os índices de desenvolvimento da produção animal das diferentes regiões do País, a fim de que se possa avaliar de seu progresso e estabelecer melhor contato entre produtores e criadores dessas regiões como elementos de estímulo, ensinamento e cooperação.

Art. 2.º A Exposição realizar-se-á de 20 a 24 de setembro de 1952.

Art. 3.º Sua inauguração se dará com a presença de altas autoridades e convidados no dia 20 de setembro de 1952.

Art. 4.º A XIX Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, que será levada a efeito em virtude dos acordos estabelecidos entre o Governo da União e os dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, será organizada e dirigida por uma Comissão Executiva Central, da qual fará parte pelo menos um representante do Ministério da Agricultura, e auxiliada por Comissões Regionais.

Parágrafo único. Os membros dessas comissões serão designados pelo Ministro da Agricultura e por proposta do Secretário da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO II

DA DIVISÃO

Art. 5.º A XIX Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados compreenderá as seguintes seções:

- a) Bovinos;
- b) Equinos;
- c) Asininos;
- d) Ovinos;
- e) Caprinos;
- f) Suínos;
- g) Avicultura;
- h) Apicultura;
- i) Cunicultura;
- j) Piscicultura — Caça e Pesca;
- k) Sericicultura;
- l) Produtos de origem animal;
- m) Forragens.

Art. 6.º As seções serão divididas em classes e categorias, conforme a seguinte ordem:

Seção A) Bovinos

Classe I — Raça Holandesa machada de preto. (Animais puros de origem).

1.ª categoria — Machos de 12 a 15 meses.

2.ª categoria — Machos de 15 a 18 meses.

3.ª categoria — Machos de 18 a 24 meses.

4.ª categoria — Machos de 24 a 36 meses.

5.^a categoria — Machos de 36 a 48 meses.

6.^a categoria — Machos de mais de 48 meses.

7.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.

8.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.

9.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.

10.^a categoria — Fêmeas de 24 a 36 meses.

11.^a categoria — Fêmeas de 36 a 48 meses.

12.^a categoria — Fêmeas de mais de 48 meses.

Classe II — Raça Holandesa machada de preto. (Animais puros por cruzamento).

13.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.

14.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.

15.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.

16.^a categoria — Machos de 24 a 36 meses.

17.^a categoria — Machos de 36 a 48 meses.

18.^a categoria — Machos de mais de 48 meses.

19.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.

20.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.

21.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.

22.^a categoria — Fêmeas de 24 a 36 meses.

23.^a categoria — Fêmeas de 36 a 48 meses.

24.^a categoria — Fêmeas de mais de 48 meses.

Classe III — Raça Holandesa machada de vermelho. (Animais puros de origem).

25.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.

26.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.

27.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.

28.^a categoria — Machos de 24 a 36 meses.

29.^a categoria — Machos de 36 a 48 meses.

30.^a categoria — Machos de mais de 48 meses.

31.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.

32.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.

33.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.

34.^a categoria — Fêmeas de 24 a 36 meses.

35.^a categoria — Fêmeas de 36 a 48 meses.

36.^a categoria — Fêmeas de mais de 48 meses.

Classe IV — Raça Holandesa machada de vermelho. (Animais puros por cruzamento).

37.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.

38.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.

39.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.

40.^a categoria — Machos de 24 a 36 meses.

41.^a categoria — Machos de 36 a 48 meses.

42.^a categoria — Machos de mais de 48 meses.

43.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.

44.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.

45.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.

46.^a categoria — Fêmeas de 24 a 36 meses.

47.^a categoria — Fêmeas de 36 a 48 meses.

48.^a categoria — Fêmeas de mais de 48 meses.

Classe V — Raça Guernsey. (Animais puros de origem).

49.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.

50.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.

51.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.

52.^a categoria — Machos de 24 a 36 meses.

53.^a categoria — Machos de 36 a 48 meses.

54.^a categoria — Machos de mais de 48 meses.

55.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.

56.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.

57.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.

58.^a categoria — Fêmeas de 24 a 36 meses.

59.^a categoria — Fêmeas de 36 a 48 meses.

60.^a categoria — Fêmeas de mais de 48 meses.

Classe VI — Raça Guernsey. (Animais puros por cruzamento)

- 61.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.
- 62.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.
- 63.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.
- 64.^a categoria — Machos de 24 a 36 meses.
- 65.^a categoria — Machos de 36 a 48 meses.
- 66.^a categoria — Machos de mais de 48 meses.
- 67.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.
- 68.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.
- 69.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.
- 70.^a categoria — Fêmeas de 24 a 36 meses.
- 71.^a categoria — Fêmeas de 36 a 48 meses.
- 72.^a categoria — Fêmeas de mais de 48 meses.

Classe VII — Raça Jersey. (Animais puros de origem).

- 73.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.
- 74.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.
- 75.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.
- 76.^a categoria — Machos de 24 a 36 meses.
- 77.^a categoria — Machos de 36 a 48 meses.
- 78.^a categoria — Machos de mais de 48 meses.
- 79.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.
- 80.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.
- 81.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.
- 82.^a categoria — Fêmeas de 24 a 36 meses.
- 83.^a categoria — Fêmeas de 36 a 48 meses.
- 84.^a categoria — Fêmeas de mais de 48 meses.

Classe VIII — Raça Jersey. (Animais puros por cruzamento).

- 85.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.
- 86.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.
- 87.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.

- 88.^a categoria — Machos de 24 a 36 meses.
- 89.^a categoria — Machos de 36 a 48 meses.
- 90.^a categoria — Machos de mais de 48 meses.
- 91.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.
- 92.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.
- 93.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.
- 94.^a categoria — Fêmeas de 24 a 36 meses.
- 95.^a categoria — Fêmeas de 36 a 48 meses.
- 96.^a categoria — Fêmeas de mais de 48 meses.

Classe IX — Raça Schwyz. (Animais puros de origem).

- 97.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.
- 98.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.
- 99.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.
- 100.^a categoria — Machos de 24 a 36 meses.
- 101.^a categoria — Machos de 36 a 48 meses.
- 102.^a categoria — Machos de mais de 48 meses.
- 103.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.
- 104.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.
- 105.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.
- 106.^a categoria — Fêmeas de 24 a 36 meses.
- 107.^a categoria — Fêmeas de 36 a 48 meses.
- 108.^a categoria — Fêmeas de mais de 48 meses.

Classe X — Raça Schwyz. (Animais puros por cruzamento).

- 109.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.
- 110.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.
- 111.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.
- 112.^a categoria — Machos de 24 a 36 meses.
- 113.^a categoria — Machos de 36 a 48 meses.
- 114.^a categoria — Machos de mais de 48 meses.
- 115.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.

116.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.
117.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.
118.^a categoria — Fêmeas de 24 a 36 meses.
119.^a categoria — Fêmeas de 36 a 48 meses.
120.^a categoria — Fêmeas de mais de 48 meses.

Classe XI — Raça Caracu. (Animais registrados).

121.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.
122.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.
123.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.
124.^a categoria — Machos de 24 a 36 meses.
125.^a categoria — Machos de 36 a 48 meses.
126.^a categoria — Machos de mais de 48 meses.
127.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.
128.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.
129.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.
130.^a categoria — Fêmeas de 24 a 36 meses.
131.^a categoria — Fêmeas de 36 a 48 meses.
132.^a categoria — Fêmeas de mais de 48 meses.

Classe XII — Raça Môcha Nacional. (Animais registrados).

133.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.
134.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.
135.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.
136.^a categoria — Machos de 24 a 36 meses.
137.^a categoria — Machos de 36 a 48 meses.
138.^a categoria — Machos de mais de 48 meses.
139.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.
140.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.
141.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.
142.^a categoria — Fêmeas de 24 a 36 meses.

143.^a categoria — Fêmeas de 36 a 48 meses.
144.^a categoria — Fêmeas de mais de 48 meses.

Classe XIII — Raça Devon. (Animais puros de origem).

145.^a categoria — Machos de 8 a 13 meses.
146.^a categoria — Machos de 13 a 16 meses.
147.^a categoria — Machos de 16 a 18 meses.
148.^a categoria — Machos de 18 a 20 meses.
149.^a categoria — Machos de 20 a 22 meses.
150.^a categoria — Machos de 22 a 24 meses.
151.^a categoria — Machos de 24 a 27 meses.
152.^a categoria — Machos de 27 a 30 meses.
153.^a categoria — Machos de mais de 30 meses.
154.^a categoria — Fêmeas de 8 a 13 meses.
155.^a categoria — Fêmeas de 13 a 16 meses.
156.^a categoria — Fêmeas de 16 a 18 meses.
157.^a categoria — Fêmeas de 18 a 20 meses.
158.^a categoria — Fêmeas de 20 a 22 meses.
159.^a categoria — Fêmeas de 22 a 24 meses.
160.^a categoria — Fêmeas de 24 a 27 meses.
161.^a categoria — Fêmeas de 27 a 30 meses.
162.^a categoria — Fêmeas de mais de 30 meses.

Classe XIV — Raça Hereford. — (Animais de origem).

163.^a categoria — Machos de 8 a 13 meses.
164.^a categoria — Machos de 13 a 16 meses.
165.^a categoria — Machos de 16 a 18 meses.
166.^a categoria — Machos de 18 a 20 meses.
167.^a categoria — Machos de 20 a 22 meses.
168.^a categoria — Machos de 22 a 24 meses.
169.^a categoria — Machos de 24 a 27 meses.
170.^a categoria — Machos de 27 a 30 meses.

171.^a categoria — Machos de mais de 30 meses.
 172.^a categoria — Fêmeas de 8 a 13 meses.
 173.^a categoria — Fêmeas de 13 a 16 meses.
 174.^a categoria — Fêmeas de 16 a 18 meses.
 175.^a categoria — Fêmeas de 18 a 20 meses.
 176.^a categoria — Fêmeas de 20 a 22 meses.
 177.^a categoria — Fêmeas de 22 a 24 meses.
 178.^a categoria — Fêmeas de 24 a 27 meses.
 179.^a categoria — Fêmeas de 27 a 30 meses.
 180.^a categoria — Fêmeas de mais de 30 meses.

Classe XV — Raça Polled Angus.
 (Animais puros de origem).

181.^a categoria — Machos de 8 a 13 meses.
 182.^a categoria — Machos de 13 a 16 meses.
 183.^a categoria — Machos de 16 a 18 meses.
 184.^a categoria — Machos de 18 a 20 meses.
 185.^a categoria — Machos de 20 a 22 meses.
 186.^a categoria — Machos de 22 a 24 meses.
 187.^a categoria — Machos de 24 a 27 meses.
 188.^a categoria — Machos de 27 a 30 meses.
 189.^a categoria — Machos de mais de 30 meses.
 190.^a categoria — Fêmeas de 8 a 13 meses.
 191.^a categoria — Fêmeas de 13 a 16 meses.
 192.^a categoria — Fêmeas de 16 a 18 meses.
 193.^a categoria — Fêmeas de 18 a 20 meses.
 194.^a categoria — Fêmeas de 20 a 22 meses.
 195.^a categoria — Fêmeas de 22 a 24 meses.
 196.^a categoria — Fêmeas de 24 a 27 meses.
 197.^a categoria — Fêmeas de 27 a 30 meses.
 198.^a categoria — Fêmeas de mais de 30 meses.

Classe XVI — Raça Shorthorn.
 (Animais puros de origem)

199.^a categoria — Machos de 8 a 13 meses.
 200.^a categoria — Machos de 13 a 16 meses.
 201.^a categoria — Machos de 16 a 18 meses.
 202.^a categoria — Machos de 18 a 20 meses.
 203.^a categoria — Machos de 20 a 22 meses.
 204.^a categoria — Machos de 22 a 24 meses.
 205.^a categoria — Machos de 24 a 27 meses.
 206.^a categoria — Machos de 27 a 30 meses.
 207.^a categoria — Machos de mais de 30 meses.
 208.^a categoria — Fêmeas de 8 a 13 meses.
 209.^a categoria — Fêmeas de 13 a 16 meses.
 210.^a categoria — Fêmeas de 16 a 18 meses.
 211.^a categoria — Fêmeas de 18 a 20 meses.
 212.^a categoria — Fêmeas de 20 a 22 meses.
 213.^a categoria — Fêmeas de 22 a 24 meses.
 214.^a categoria — Fêmeas de 24 a 27 meses.
 215.^a categoria — Fêmeas de 27 a 30 meses.
 216.^a categoria — Fêmeas de mais de 30 meses.

Classe XVII — Raça Charolais.
 (Animais puros de origem)

217.^a categoria — Machos de 8 a 13 meses.
 218.^a categoria — Machos de 13 a 16 meses.
 219.^a categoria — Machos de 16 a 18 meses.
 220.^a categoria — Machos de 18 a 20 meses.
 221.^a categoria — Machos de 20 a 22 meses.
 222.^a categoria — Machos de 22 a 24 meses.
 223.^a categoria — Machos de 24 a 27 meses.
 224.^a categoria — Machos de 27 a 30 meses.
 225.^a categoria — Machos de mais de 30 meses.
 226.^a categoria — Fêmeas de 8 a 13 meses.
 227.^a categoria — Fêmeas de 13 a 16 meses.

228.^a categoria — Fêmeas de 16 a 18 meses.

229.^a categoria — Fêmeas de 18 a 20 meses.

230.^a categoria — Fêmeas de 20 a 22 meses.

231.^a categoria — Fêmeas de 22 a 24 meses.

232.^a categoria — Fêmeas de 24 a 27 meses.

233.^a categoria — Fêmeas de 27 a 30 meses.

234.^a categoria — Fêmeas de mais de 30 meses.

Classe XVIII — Raça Gir. (Registro de Bezerras).

235.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.

236.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.

237.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.

238.^a categoria — Machos de 24 a 30 meses.

239.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.

240.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.

241.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.

242.^a categoria — Fêmeas de 24 a 30 meses.

Classe XIX — Raça Gir. (Animais Registrados).

243.^a categoria — Machos de 2 dentes.

244.^a categoria — Machos de 4 dentes.

245.^a categoria — Machos de mais de 4 dentes.

246.^a categoria — Fêmeas de 2 dentes.

247.^a categoria — Fêmeas de 4 dentes.

248.^a categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.

Classe XX — Raça Nelore. (Registro de Bezerras).

249.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.

250.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.

251.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.

252.^a categoria — Machos de 24 a 30 meses.

253.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.

254.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.

255.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.

256.^a categoria — Fêmeas de 24 a 30 meses.

Classe XXI — Raça Nelore. (Animais Registrados).

257.^a categoria — Machos de 2 dentes.

258.^a categoria — Machos de 4 dentes.

259.^a categoria — Machos de mais de 4 dentes.

260.^a categoria — Fêmeas de 2 dentes.

261.^a categoria — Fêmeas de 4 dentes.

262.^a categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.

Classe XXII — Raça Guzerat. (Registro de Bezerras).

263.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.

264.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.

265.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.

266.^a categoria — Machos de 24 a 30 meses.

267.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.

268.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.

269.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.

270.^a categoria — Fêmeas de 24 a 30 meses.

Classe XXIII — Raça Guzerat. (Animais Registrados).

271.^a categoria — Machos de 2 dentes.

272.^a categoria — Machos de 4 dentes.

273.^a categoria — Machos de mais de 4 dentes.

274.^a categoria — Fêmeas de 2 dentes.

275.^a categoria — Fêmeas de 4 dentes.

276.^a categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.

Classe XXIV — Raça Indubrasil. (Registro de Bezerras).

277.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.

278.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.

279.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

- 280.^a categoria — Machos de 24 a 30 meses.
- 281.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.
- 282.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.
- 282.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.
- 283.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.
- 284.^a categoria — Fêmeas de 24 a 30 meses.

Classe XXV — Raça Indusbrasil. (Animais Registrados)

- 285.^a categoria — Machos de 2 dentes.
- 286.^a categoria — Machos de 4 dentes.
- 287.^a categoria — Machos de mais de 4 dentes.
- 288.^a categoria — Fêmeas de 2 dentes.
- 289.^a categoria — Fêmeas de 2 dentes.
- 290.^a categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.

Classe XXVI — Outras raças leiteiras e mistas

- 291.^a categoria — Machos de 12 a 15 meses.
- 292.^a categoria — Machos de 15 a 18 meses.
- 293.^a categoria — Machos de 18 a 24 meses.
- 294.^a categoria — Machos de 24 a 36 meses.
- 295.^a categoria — Machos de 36 a 48 meses.
- 296.^a categoria — Machos de mais de 48 meses.
- 297.^a categoria — Fêmeas de 12 a 15 meses.
- 298.^a categoria — Fêmeas de 15 a 18 meses.
- 299.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.
- 300.^a categoria — Fêmeas de 18 a 24 meses.
- 301.^a categoria — Fêmeas de 36 a 48 meses.
- 302.^a categoria — Fêmeas de mais de 48 meses.

Classe XXVII — Outras raças de corte

- 303.^a categoria — Machos de 8 a 13 meses.
- 304.^a categoria — Machos de 13 a 18 meses.
- 305.^a categoria — Machos de 16 a 18 meses.

- 306.^a categoria — Machos de 18 a 20 meses.
- 307.^a categoria — Machos de 20 a 22 meses.
- 308.^a categoria — Machos de 22 a 24 meses.
- 309.^a categoria — Machos de 24 a 27 meses.
- 310.^a categoria — Machos de 27 a 30 meses.
- 311.^a categoria — Machos de mais de 30 meses.
- 312.^a categoria — Fêmeas de 8 a 13 meses.
- 313.^a categoria — Fêmeas de 13 a 16 meses.
- 314.^a categoria — Fêmeas de 1 a 18 meses.
- 315.^a categoria — Fêmeas de 18 a 20 meses.
- 316.^a categoria — Fêmeas de 20 a 22 meses.
- 317.^a categoria — Fêmeas de 22 a 24 meses.
- 318.^a categoria — Fêmeas de 24 a 27 meses.
- 319.^a categoria — Fêmeas de 27 a 20 meses.
- 320.^a categoria — Fêmeas de mais de 30 meses.

Seção B) Equinos

Classe XXVIII — Equinos da Raça Árabe. (Animais puros de origem).

- 321.^a categoria — Machos nascidos de 1-7-50 a 19-8-50.
- 322.^a categoria — Machos nascidos de 1-1-50 a 30-6-50.
- 323.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1949 a 31 de dezembro de 1949.
- 324.^a categoria — Machos nascidos de 1 de janeiro de 1949 a 30 de junho de 1949.
- 325.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho a 31 de dezembro de 1948.
- 326.^a categoria — Machos nascidos de antes de 1 de julho de 1948.

Classe XXIX — Equinos da Raça Inglesa de Corrida. (Animais puros de origem).

- 327.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1950 a 19 de setembro de 1950.
- 328.^a categoria — Machos nascidos de 1 de janeiro de 1950 a 30 de junho de 1950.
- 329.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1949 a 31 de dezembro de 1949.

330.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1949 a 30 de junho de 1949.

331.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1948 a 31 de dezembro de 1948.

332.^a categoria — Machos nascidos de antes de 1 de julho de 1948.

Classe XXX — Equinos da raça Anglo-Arabe. (Animais puros de origem).

333.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1950 a 19 de setembro de 1950.

334.^a categoria — Machos nascidos de 1 de janeiro de 1950 a 30 de junho de 1950.

335.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1949 a 31 de dezembro de 1949.

336.^a categoria — Machos nascidos de 1 de janeiro de 1949 a 30 de junho de 1949.

337.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1948 a 31 de dezembro de 1948.

338.^a categoria — Machos nascidos de antes de 1 de julho de 1948.

Classe XXXI — Equinos da raça Percheron. (Animais puros de origem).

339.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1950 a 19 de setembro de 1950.

340.^a categoria — Machos nascidos de 1 de janeiro de 1950 a 30 de junho de 1950.

341.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1949 a 31 de dezembro de 1949.

342.^a categoria — Machos nascidos de 1 de janeiro de 1949 a 30 de junho de 1949.

343.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1948 a 31 de dezembro de 1948.

344.^a categoria — Machos nascidos de antes de 1 de julho de 1948.

Classe XXXII — Equinos da raça Standard Breed (Trotadora). (Animais puros de origem).

345.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1950 a 19 de setembro de 1950.

346.^a categoria — Machos nascidos de 1 de janeiro de 1950 a 30 de junho de 1950.

347.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1949 a 31 de dezembro de 1949.

348.^a categoria — Machos nascidos de 1 de janeiro de 1949 a 30 de junho de 1949.

349.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1948 a 31 de dezembro de 1948.

350.^a categoria — Machos nascidos de antes de 1 de julho de 1948.

Classe XXXIII — Equinos da raça Mangalarga. (Animais Registrados).

351.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1950 a 19 de setembro de 1950.

352.^a categoria — Machos nascidos de 1 de janeiro de 1950 a 30 de junho de 1950.

353.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1949 a 31 de dezembro de 1949.

354.^a categoria — Machos nascidos de 1 de janeiro de 1949 a 30 de junho de 1949.

355.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1948 a 31 de dezembro de 1948.

356.^a categoria — Machos nascidos de antes de 1 de julho de 1948.

Classe XXXIV — Equinos da raça Crioula. (Animais registrados).

357.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1950 a 19 de setembro de 1950.

358.^a categoria — Machos nascidos de 1 de janeiro de 1950 a 30 de junho de 1950.

359.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1949 a 31 de dezembro de 1949.

360.^a categoria — Machos nascidos de 1 de janeiro de 1949 a 30 de junho de 1949.

361.^a categoria — Machos nascidos de 1 de julho de 1948 a 31 de dezembro de 1948.

362.^a categoria — Machos nascidos de antes de 1 de julho de 1948.

Classe XXXV — Equinos da raça Campolina. (Animais registrados).

363.^a categoria — Machos de 18 a 30 meses (sem muda).

364.^a categoria — Machos de 30 a 42 meses (2 dentes).

365.^a categoria — Machos de 42 a 54 meses (4 dentes).

366.^a categoria — Machos de mais de 54 meses (mais de 4 dentes).

367.^a categoria — Fêmeas de 18 a 30 meses (sem muda).

368.^a categoria — Fêmeas de 30 a 42 meses (2 dentes).

369.^a categoria — Fêmeas de 42 a 54 meses (4 dentes).

370.^a categoria — Fêmeas de mais de 54 meses (mais de 4 dentes).

Classe XXXVI — Outras raças de equinos. (Animais registrados).

371.^a categoria — Machos de 13 a 30 meses (sem muda).

372.^a categoria — Machos de 30 a 42 meses (2 dentes).

373.^a categoria — Machos de 42 a 54 meses (4 dentes).

374.^a categoria — Machos de mais de 54 meses (mais de 4 dentes).

375.^a categoria — Fêmeas de 18 a 30 meses (sem muda).

376.^a categoria — Fêmeas de 30 a 42 meses (2 dentes).

377.^a categoria — Fêmeas de 42 a 54 meses (4 dentes).

378.^a categoria — Fêmeas de mais de 54 meses (mais de 4 dentes).

Seção C) Asininos

Classe XXXVII — Asininos da raça Catalã. (Animais registrados).

379.^a categoria — Machos de 18 a 30 meses (sem muda).

380.^a categoria — Machos de 30 a 42 meses (2 dentes).

381.^a categoria — Machos de 42 a 54 meses (4 dentes).

382.^a categoria — Machos de mais de 54 meses (mais de 4 dentes).

383.^a categoria — Fêmeas de 18 a 30 meses (sem muda).

384.^a categoria — Fêmeas de 30 a 42 meses (2 dentes).

385.^a categoria — Fêmeas de 42 a 54 meses (4 dentes).

386.^a categoria — Fêmeas de mais de 54 meses (mais de 4 dentes).

Classe XXXVIII — Asininos da raça Italiana. (Animais registrados).

387.^a categoria — Machos de 18 a 30 meses (sem muda).

388.^a categoria — Machos de 30 a 42 meses (2 dentes).

389.^a categoria — Machos de 42 a 54 meses (4 dentes).

390.^a categoria — Machos de mais de 54 meses (mais de 4 dentes).

391.^a categoria — Fêmeas de 18 a 30 meses (sem muda).

392.^a categoria — Fêmeas de 30 a 42 meses (2 dentes).

393.^a categoria — Fêmeas de 42 a 54 meses (4 dentes).

394.^a categoria — Fêmeas de mais de 54 meses (mais de 4 dentes).

Classe XXXIX — Asininos da raça Pêga. (Animais registrados).

395.^a categoria — Machos de 18 a 30 meses (sem muda).

396.^a categoria — Machos de 30 a 42 meses (2 dentes).

397.^a categoria — Machos de 42 a 54 meses (4 dentes).

398.^a categoria — Machos de mais de 54 meses (mais de 4 dentes).

399.^a categoria — Fêmeas de 18 a 30 meses (sem muda).

400.^a categoria — Fêmeas de 30 a 42 meses (2 dentes).

401.^a categoria — Fêmeas de 42 a 54 meses (4 dentes).

402.^a categoria — Fêmeas de mais de 54 meses (mais de 4 dentes).

Classe XL — Asininos da raça Brasileira. (Animais registrados).

403.^a categoria — Machos de 18 a 30 meses (sem muda).

404.^a categoria — Machos de 30 a 42 meses (2 dentes).

405.^a categoria — Machos de 42 a 54 meses (4 dentes).

406.^a categoria — Machos de mais de 54 meses (mais de 4 dentes).

407.^a categoria — Fêmeas de 18 a 30 meses (sem muda).

408.^a categoria — Fêmeas de 30 a 42 meses (2 dentes).

409.^a categoria — Fêmeas de 42 a 54 meses (4 dentes).

410.^a categoria — Fêmeas de mais de 54 meses (mais de 4 dentes).

Seção D) Ovinos

Classe XLI — Ovinos da raça Merina Australiana. (Animais puros de origem).

411.^a categoria — Borregos nascidos a partir de março de 1951.

412.^a categoria — Carneiros nascidos antes de março de 1951.

413.^a categoria — Borregas nascidas a partir de março de 1951.

414.^a categoria — Ovelhas nascidas antes de março de 1951.

Classe XLII — Ovinos da raça Merina Australiana. (Tatuados S. O.).

415.^a categoria — Borregos até 2 dentes inclusive.

- 416.^a categoria — Carneiros de 4 a 6 dentes.
417.^a categoria — Borregas até 2 dentes inclusive.
418.^a categoria — Ovelhas de 4 a 6 dentes.

Classe XLIII — Ovinos da raça Merina Argentina. (Animais puros de origem).

- 419.^a categoria — Borregos nascidos a partir de março de 1951.
420.^a categoria — Carneiros nascidos antes de março de 1951.
421.^a categoria — Borregas nascidas a partir de março de 1951.
422.^a categoria — Ovelhas nascidas antes de março de 1951.

Classe XLIV — Ovinos da raça Merina Argentina. (Tatuados S. O.).

- 423.^a categoria — Borregos até 2 dentes inclusive.
424.^a categoria — Carneiros de 4 a 6 dentes.
425.^a categoria — Borregas até 2 dentes inclusive.
426.^a categoria — Ovelhas de 4 a 6 dentes.

Classe XLV — Ovinos da raça Corriedale. (Animais puros de origem).

- 427.^a categoria — Borregos nascidos a partir de março de 1951.
428.^a categoria — Carneiros nascidos antes de março de 1951.
429.^a categoria — Borregas nascidas a partir de março de 1951.
430.^a categoria — Ovelhas nascidas antes de março de 1951.

Classe XLVI — Ovinos da raça Corriedale. (Tatuados S. O.).

- 431.^a categoria — Borregos até 2 dentes inclusive.
432.^a categoria — Carneiros de 4 a 6 dentes.
433.^a categoria — Borregas até 2 dentes inclusive.
434.^a categoria — Ovelhas de 4 a 6 dentes.

Classe XLVII — Ovinos da raça Romney Marsh. (Animais puros de origem).

- 435.^a categoria — Borregos nascidos a partir de março de 1951.
436.^a categoria — Carneiros nascidos antes de março de 1951.

- 437.^a categoria — Borregas nascidas a partir de março de 1951.
438.^a categoria — Ovelhas nascidas antes de março de 1951.

Classe XLVIII — Ovinos da raça Romney Marsh. (Tatuados S. O.).

- 439.^a categoria — Borregos até 2 dentes inclusive.
440.^a categoria — Carneiros de 4 a 6 dentes.
441.^a categoria — Borregas até 2 dentes inclusive.
442.^a categoria — Ovelhas de 4 a 6 dentes.

Classe XLIX — Ovinos da raça Suffolk. (Animais puros de origem).

- 443.^a categoria — Borregos nascidos a partir de março de 1951.
444.^a categoria — Carneiros nascidos antes de março de 1951.
445.^a categoria — Borregas nascidas a partir de março de 1951.
446.^a categoria — Ovelhas nascidas antes de março de 1951.

Classe L — Ovinos da raça Suffolk. (Tatuados S. O.).

- 447.^a categoria — Borregos até 2 dentes inclusive.
448.^a categoria — Carneiros de 4 a 6 dentes.
449.^a categoria — Borregas até 2 dentes inclusive.
450.^a categoria — Ovelhas de 4 a 6 dentes.

Classe LI — Ovinos da raça Hampshire. (Animais puros de origem).

- 451.^a categoria — Borregos nascidos a partir de março de 1951.
452.^a categoria — Carneiros nascidos antes de março de 1951.
453.^a categoria — Borregas nascidas a partir de março de 1951.
454.^a categoria — Ovelhas nascidas antes de março de 1951.

Classe LII — Ovinos da raça Hampshire. (Tatuados S. O.).

- 455.^a categoria — Borregos até 2 dentes inclusive.
456.^a categoria — Carneiros de 4 a 6 dentes.
457.^a categoria — Borregas até 2 dentes inclusive.
458.^a categoria — Ovelhas de 4 a 6 dentes.

Classe LIII — Ovinos da raça Ideal. (Animais puros de origem).

459.^a categoria — Borregos nascidos a partir de março de 1951.

460.^a categoria — Carneiros nascidos antes de março de 1951.

461.^a categoria — Borregas nascidas a partir de março de 1951.

462.^a categoria — Ovelhas nascidas antes de março de 1951.

Classe LIV — Ovinos da raça Ideal (Tatuados S. O.).

463.^a categoria — Borregos até 2 dentes inclusive.

464.^a categoria — Carneiros de 4 a 6 dentes.

465.^a categoria — Borregas até 2 dentes inclusive.

466.^a categoria — Ovelhas de 4 a 6 dentes.

Classe LV — Outras raças de Ovinos. (Animais puros de origem).

467.^a categoria — Borregos nascidos a partir de março de 1951.

468.^a categoria — Carneiros nascidos antes de março de 1951.

469.^a categoria — Borregas nascidas a partir de março de 1951.

470.^a categoria — Ovelhas nascidas antes de março de 1951.

Seção E) Caprinos

Classe LVI — Raça Nubiana. (Animais puros de origem).

471.^a categoria — Machos sem muda.

472.^a categoria — Machos de 2 a 4 dentes.

473.^a categoria — Machos de mais de 2 dentes.

474.^a categoria — Fêmeas sem muda.

475.^a categoria — Fêmeas de 2 a 4 dentes.

476.^a categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.

Classe LVII — Raça Toggenburg. (Animais puros de origem).

477.^a categoria — Machos sem muda.

478.^a categoria — Machos de 2 a 4 dentes.

479.^a categoria — Machos de mais de 4 dentes.

480.^a categoria — Fêmeas sem muda.

481.^a categoria — Fêmeas de 2 a 4 dentes.

482.^a categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.

Classe LVIII — Outras raças de Caprinos. (Animais puros de origem).

483.^a categoria — Machos sem muda.

484.^a categoria — Machos de 2 a 4 dentes.

485.^a categoria — Machos de mais de 4 dentes.

486.^a categoria — Fêmeas sem muda.

487.^a categoria — Fêmeas de 2 a 4 dentes.

488.^a categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.

Seção F) Suínos

Classe LIX — Suínos de Raças exóticas.

489.^a categoria — Machos de 4 a 7 meses.

490.^a categoria — Machos de 7 a 10 meses.

491.^a categoria — Machos de 10 a 13 meses.

492.^a categoria — Machos de 13 a 16 meses.

493.^a categoria — Machos de mais de 16 meses.

494.^a categoria — Fêmeas de 4 a 7 meses.

495.^a categoria — Fêmeas de 7 a 10 meses.

496.^a categoria — Fêmeas de 10 a 13 meses.

497.^a categoria — Fêmeas de 13 a 16 meses.

498.^a categoria — Fêmeas de mais de 16 meses.

Classe LX — Suínos de Raças Nacionais.

499.^a categoria — Machos de 4 a 7 meses.

500.^a categoria — Machos de 7 a 10 meses.

501.^a categoria — Machos de 10 a 13 meses.

502.^a categoria — Machos de 13 a 16 meses.

503.^a categoria — Machos de mais de 16 meses.

504.^a categoria — Fêmeas de 4 a 7 meses.

505.^a categoria — Fêmeas de 7 a 10 meses.

506.^a categoria — Fêmeas de 10 a 13 meses.

507.^a categoria — Fêmeas de 13 a 16 meses.

508.^a categoria — Fêmeas de mais de 16 meses.

Seção G) Avicultura.

Art. 7.º A Seção de Avicultura compreenderá galináceos, palmípedes colombinos, pássaros, aves ornamentais.

Classe LXI — Galináceos.

- 509.^a categoria — Raças Brasileiras
- Aves isoladas até 1 ano.
- 510.^a categoria — Raças Brasileiras
- Aves isoladas acima de 1 ano.
- 511.^a categoria — Raças Brasileiras
- Ternos de jovens ou adultos.
- 512.^a categoria — Raças Brasileiras
- Quinas de jovens ou adultos.
- 513.^a categoria — Raças Americanas
- Aves isoladas até 1 ano.
- 514.^a categoria — Raças Americanas
- Aves isoladas acima de 1 ano.
- 515.^a categoria — Raças Americanas
- Ternos de jovens ou adultos.
- 516.^a categoria — Raça Americanas
- Quinas de jovens ou adultos.
- 517.^a categoria — Raças Asiáticas
- Aves isoladas até 1 ano.
- 518.^a categoria — Raças Asiáticas
- Aves isoladas acima de 1 ano.
- 519.^a categoria — Raças Asiáticas
- Ternos de jovens ou adultos.
- 520.^a categoria — Raças Asiáticas
- Quinas de jovens ou adultos.
- 521.^a categoria — Raças Mediterrâneas
- Aves isoladas até 1 ano.
- 522.^a categoria — Raças Mediterrâneas
- Aves isoladas acima de 1 ano.
- 523.^a categoria — Raças Mediterrâneas
- Ternos de jovens ou adultos.
- 524.^a categoria — Raças Mediterrâneas
- Quinas de jovens ou adultos.
- 525.^a categoria — Raças Inglesas
- Aves isoladas até 1 ano.
- 526.^a categoria — Raças Inglesas
- Aves isoladas acima de 1 ano.
- 527.^a categoria — Raças Inglesas
- Ternos de jovens ou adultos.
- 528.^a categoria — Raças Inglesas
- Quinas de jovens ou adultos.
- 529.^a categoria — Raças Topetudas
- Aves isoladas até 1 ano.
- 530.^a categoria — Raças Topetudas
- Aves isoladas acima de 1 ano.
- 531.^a categoria — Raças Topetudas
- Ternos de jovens ou adultos.
- 532.^a categoria — Raças Topetudas
- Quinas de jovens ou adultos.
- 533.^a categoria — Raças hamburguêsas
- Aves isoladas até 1 ano.
- 534.^a categoria — Raças hamburguêsas
- Aves isoladas acima de 1 ano.

- 535.^a categoria — Raças hamburguêsas
- Ternos de jovens ou adultos.
- 536.^a categoria — Raças hamburguêsas
- Quinas de jovens ou adultos.
- 537.^a categoria — Raças francesas
- Aves isoladas até 1 ano.
- 538.^a categoria — Raças francesas
- Aves isoladas acima de 1 ano.
- 539.^a categoria — Raças francesas
- Ternos de jovens ou adultos.
- 540.^a categoria — Raças francesas
- Quinas de jovens ou adultos.
- 541.^a categoria — Raças continentais
- Aves isoladas até 1 ano.
- 542.^a categoria — Raças continentais
- Aves isoladas acima de 1 ano.
- 543.^a categoria — Raças continentais
- Ternos de jovens ou adultos.
- 544.^a categoria — Raças continentais
- Quinas de jovens ou adultos.
- 545.^a categoria — Raças combatentes
- Aves isoladas até 1 ano.
- 546.^a categoria — Raças combatentes
- Aves isoladas acima de 1 ano.
- 547.^a categoria — Raças combatentes
- Ternos de jovens ou adultos.
- 548.^a categoria — Raças combatentes
- Quinas de jovens ou adultos.
- 549.^a categoria — Raças Orientais
- Aves isoladas até 1 ano.
- 550.^a categoria — Raças Orientais
- Aves isoladas acima de 1 ano.
- 551.^a categoria — Raças Orientais
- Ternos de jovens ou adultos.
- 552.^a categoria — Raças Orientais
- Quinas de jovens ou adultos.
- 553.^a categoria — Raças de Aves de luxo
- Aves isoladas até 1 ano.
- 554.^a categoria — Raças de aves de luxo
- Aves isoladas acima de 1 ano.
- 555.^a categoria — Raças de Aves de luxo
- Ternos de jovens ou adultos.
- 556.^a categoria — Raças de aves de luxo
- Quinas de jovens ou adultos.

Classe LXII — Meleagrideos.

- 557.^a categoria — Raças de perus industriais
- Aves isoladas jovens.
- 558.^a categoria — Raças de perus industriais
- Aves isoladas adultas.
- 559.^a categoria — Raças de perus industriais
- Ternos de jovens ou adultos.
- 560.^a categoria — Raças de perus industriais
- Aves isoladas, jovens ou adultos.

Classe LXIII — Palmípedes.

561.^a categoria — Raças de Patos industriais — Aves isoladas, jovens ou adultos.

562.^a categoria — Raças de patos industriais — Ternos de jovens ou adultos.

563.^a categoria — Raças de patos industriais — Quinas de jovens ou adultos.

564.^a categoria — Raças de marrecos industriais — Aves isoladas, jovens ou adultas.

565.^a categoria — Raças de marrecos industriais — Ternos de jovens ou adultos.

566.^a categoria — Raças de marrecos industriais — Quinas de jovens ou adultos.

567.^a categoria — Raças de marrecos mistos — Aves isoladas, jovens ou adultas.

568.^a categoria — Raças de marrecos mistos — Ternos de jovens ou adultos.

569.^a categoria — Raças de marrecos mistos — Quinas de jovens ou adultos.

570.^a categoria — Raças de marrecos de luxo — Aves isoladas, jovens ou adultos.

571.^a categoria — Raças de marrecos de luxo — Ternos de jovens ou adultos.

572.^a categoria — Raças de marrecos de luxo — Quinas de jovens ou adultos.

573.^a categoria — Raças de gansos mistos — Aves isoladas, jovens ou adultas.

574.^a categoria — Raças de gansos industriais — Ternos de jovens ou adultos.

575.^a categoria — Raças de gansos industriais — Quinas de jovens ou adultos.

576.^a categoria — Raças de gansos ornamentais — Isoladas, ternos e quinas.

Classe LXIV — Colombinos.

577.^a categoria — Raças de pompos industriais — Casais de jovens ou adultos.

578.^a categoria — Raças de pompos correios — Casais de jovens ou adultos.

579.^a categoria — Raças de pompos de Luxo — Casais de jovens ou adultos.

Classe LXV — Pássaros.

580.^a categoria — Raças de canários — Aves isoladas, jovens ou adultos.

Classe LXVI — Concurso de uniformidade. (Galináceos e melegrideos).

581.^a categoria — Lotes de 10 aves da mesma raça (Fêmeas — Raças leves).

582.^a categoria — Lotes de 10 aves da mesma raça (fêmeas — Raças mistas).

583.^a categoria — Lotes de 10 perus da mesma raça, (machos).

Seção H) Apicultura

Art. 8.º A Seção de Apicultura compreenderá abelhas domésticas criadas no país, produtos de apicultura, material apícola, etc.

Classe LXVII — Abelhas.

584.^a categoria — Abelhas exóticas.

585.^a categoria — Abelhas nacionais, meliponas e trigonas.

Classe LXVIII — Mel.

586.^a categoria — Mel em favos e seções.

587.^a categoria — Mel centrifugado, líquido e granulado.

Classe LXIX — Produtos de mel.

588.^a categoria — Hidromel, enomel, vinagre, licores, doces e pães de mel, etc.

Classe LXX — Cêra.

589.^a categoria — Cêra virgem fundida pelo calor solar ou pelo calor artificial.

590.^a categoria — Cêra alveolada (favos artificiais).

591.^a categoria — Trabalhos em cêra (ceroplastia), velas de cêra, etc.

Classe LXXI — Material apícola.

592.^a categoria — Coimelias, centrifugas, prensas e materiais de fabricação nacional.

593.^a categoria — Herbários, quadros anatômicos, etc., sobre a utilidade das abelhas.

Classe LXXII — Livros sobre Apicultura.

594.^a categoria — Livros nacionais de divulgação, ensino ou trabalho sobre doenças das abelhas.

Seção I) Cunicultura

Art. 9.º A Seção de Cunicultura compreenderá coelhos nacionais e estrangeiros criados no País, pelos, produtos, etc.

Classe LXXIII — Raça de pêlo curto — Castorrex.

595.^a categoria — Chinchila.

596.^a categoria — Castor.

597.^a categoria — Havana.

598.^a categoria — Branco.

599.^a categoria — Alaska.

690.^a categoria — Outras cores.

Classe LXXIV — Raças de pêlo médio.

601.^a categoria — Gigante de Flandres.

602.^a categoria — Gigante de Nor-mândia.

603.^a categoria — Branco de Bous-cat.

604.^a categoria — Branco de Viena.

605.^a categoria — Chinchila.

606.^a categoria — Outras raças.

Classe LXXV — Raças de pêlo comprido.

607.^a categoria — Angorá.

608.^a categoria — Outras raças.

Classe LXXVI — Pelos de coelhas.

609.^a categoria — Peles preparadas e outros produtos.

Seção J) Piscicultura — Caça e Pesca

Art. 10. A Seção de Piscicultura compreenderá peixes ornamentais e de valor industrial, quer de criação de amadores, quer de profissionais e produtos de caça e pesca.

Classe LXXVII — Peixes de criação de valor ornamental.

610.^a categoria — Peixes ornamentais brasileiros, de profissionais.

611.^a categoria — Peixes ornamentais brasileiros, de amadores.

612.^a categoria — Peixes ornamentais estrangeiros, de profissionais.

613.^a categoria — Peixes ornamentais estrangeiros, de amadores.

Classe LXXVIII — Peixes para indústria.

614.^a categoria — Peixes de valor industrial de profissionais.

615.^a categoria — Peixes de valor industrial, de amadores.

Classe LXXIX — Peixes de criação de valor ornamental e industrial.

616.^a categoria — Peixes ornamentais de criação, de amadores.

617.^a categoria — Peixes ornamentais de criação, de profissionais.

618.^a categoria — Peixes de valor industrial, de criação de amadores.

619.^a categoria — Peixes de valor industrial, de criação de profissionais.

Classe LXXX — Plantas aquáticas linófilas.

620.^a categoria — Plantas aquáticas linófilas nacionais, de amadores.

621.^a categoria — Plantas aquáticas linófilas nacionais, de profissionais.

622.^a categoria — Plantas aquáticas linófilas exóticas, de amadores.

623.^a categoria — Plantas aquáticas linófilas exóticas, de profissionais.

Classe LXXXI — Concurso de aquários.

624.^a categoria — Conjunto de aquários, de profissionais.

625.^a categoria — Conjunto de aquários, de amadores.

626.^a categoria — Aquário mais perfeito em conjunto, de profissionais.

627.^a categoria — Aquário mais perfeito em conjunto, de amadores.

Classe LXXXII — Aves silvestres.

628.^a categoria — Aves silvestres de criadores, de amadores.

629.^a categoria — Aves silvestres de criadores, de profissionais.

Classes LXXXIII — Mamíferos silvestres.

630.^a categoria — Mamíferos silvestres de criadores, de amadores.

631.^a categoria — Mamíferos silvestres de criadores de profissionais.

Classe LXXXIV — Caça e pesca. (Produtos).

632.^a categoria — Conservas finas em azeite, tomate e outros condimentos.

633.^a categoria — Conservas em sal enlatadas.

634.^a categoria — Peixes conservados, secos, salgados ou defumados.

635.^a categoria — Couros, peles e artefatos.

636.^a categoria — Penas e artefatos.

637.^a categoria — Chifres e artefatos.

638.^a categoria — Esponjas e artefatos.

639.^a categoria — Corais e artefatos.

640.^a categoria — Madrepérolas e artefatos.

641.^a categoria — Adultos.

642.^a categoria — Óleos.

Seção M) Forragens

Art. 13. A Seção de Forragens compreenderá as seguintes classes e categorias:

Classe XC — Produtos para alimentação animal.

1.^a categoria — Família das gramineas.

2.^a categoria — Família das leguminosas.

Classe XCI — Produtos obtidos nos Estabelecimentos rurais.

3.^a categoria — Outras famílias.

4.^a categoria — Fenos.

5.^a categoria — Silagem.

6.^a categoria — Raízes e tubérculos.

7.^a categoria — Sementes de plantas forrageiras.

8.^a categoria — Farelos e farinhas de plantas diversas.

Classe XCIII — Produtos e subprodutos da indústria.

9.^a categoria — Rações balanceadas.

10.^a categoria — Subprodutos de origem vegetal.

11.^a categoria — Subprodutos de origem animal.

12.^a categoria — Complementos minerais.

13.^a categoria — Complementos vitaminados.

14.^a categoria — Produtos sintéticos para alimentação animal.

Classe XCIII — Mostruário e herbário de plantas de interesse agrológico.

15.^a categoria — Sementes.

16.^a categoria — Hervário — Plantas forrageiras e tóxicas.

643.^a categoria — Produtos químicos.

644.^a categoria — Artes aplicadas.

Seção K) Sericicultura

Art. 11. A Seção de Sericicultura consistirá na apresentação de Bombyx mori nas diferentes fases de sua criação, de fios de seda, mostruários, etc.

Classe LXXXV — Casulos.

645.^a categoria — Forma, como prova de uniformidade, rendimento e fiação — Amostras de 1 quilo no miva de uniformidade, rendimento e fiação — Amostras de 1 quilo no mínimo.

Classe LXXXVI — Fios.

646.^a categoria — Meadas de fio cru, alvejado e tinto.

647.^a categoria — Carretéis de fio cru alvejado e tinto.

Classe LXXXVII — Concurso de mostruários.

648.^a categoria — Estando melhor apresentado.

Seção L) Produtos de origem animal

Art. 12. A Seção de Produtos de Origem Animal compreenderá artigos comestíveis, industriais e de utilidade, fabricados com matéria prima nacional.

Classe LXXXVIII — Leite e derivados.

1.^a categoria — Leites conservados.

2.^a categoria — Leites fermentados.

3.^a categoria — Manteigas e cremes.

4.^a categoria — Queijos e requeijos.

5.^a categoria — Caseína alimentar ou industrial e seus derivados.

6.^a categoria — Outros produtos de leite.

Classe LXXXIX — Carne e derivados, exceto os produtos destinados à alimentação animal.

7.^a categoria — Carnes enlatadas, salgadas, defumadas, etc.

8.^a categoria — Produtos de salsicharia e embutidos.

9.^a categoria — Gorduras em geral, toucinho, banha, sebo, óleos, margarina, etc.

10.^a categoria — Extratos e farinhas de carne.

11.^a categoria — Faneros: lãs, peles, sedas, unhas, chifres, etc.

12.^a categoria — Couros, peles e artefatos.

13.^a categoria — Adubos.

14.^a categoria — Produtos diversos.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 14. A visitação pública à Exposição só será permitida após o ato inaugural.

Parágrafo único. Durante o julgamento será franqueada a entrada no recinto a todos os interessados.

Art. 15. Será cobrada a entrada de Cr\$ 5,00 por pessoa.

§ 1.º Terão entrada franca, em qualquer caso, os expositores e seus representantes, o pessoal de serviço, os corpos docentes e discentes de instituições de ensino que solicitarem permissão para visitar o certame, de menores de 12 anos acompanhados, e todas as pessoas munidas de ingresso permanente fornecido pela Comissão Executiva Central.

§ 2.º Antes da inauguração, só será permitida a entrada às pessoas que tiverem ingressos especiais, exceto nos dias de julgamento.

Art. 16. A Exposição estará franqueada ao público das 9,30 às 19 horas, podendo prolongar-se a julgo da Comissão Executiva Central.

Parágrafo único. Fora desse horário, só terão entrada os expositores, seus propositos e empregados.

Art. 17. Poderão concorrer à Exposição criadores, industriais e comerciantes das classes que constituem as divisões contidas no capítulo II.

§ 1.º Será facultada, aos industriais e comerciantes de artigos relacionados com a pecuária, a montagem de mostruários para exibição de seus produtos, os quais só poderão concorrer a prêmios nos casos previstos no regulamento.

§ 2.º Estes expositores custearão todas as despesas de instalação de seus mostruários, correndo também por sua conta a demolição e remoção destes, após o encerramento do certame.

§ 3.º Nenhum mostruário será construído sem que os respectivos croquis, produtos, material e forma de propaganda sejam previamente submetidos à aprovação da Comissão Executiva Central.

CAPÍTULO IV

DA INSCRIÇÃO

Art. 18. Nenhum animal ou produto será admitido à Exposição sem

ser previamente inscrito pela Comissão Executiva Central, em colaboração, quando o caso, com as Associações de Registro Genealógico.

Parágrafo único. Para efeito de inscrição, deverão os interessados procurar formulários na Diretoria de Indústria Animal, da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul, nas diversas repartições desta Diretoria e das sedes das Comissões regionais.

Art. 19. Os pedidos de inscrição e local serão recebidos, até 30 dias antes da inauguração da Exposição pela Comissão Executiva Central, na Diretoria de Indústria Animal da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Art. 20. Os formulários deverão ser integralmente preenchidos com letra clara e legível, sem o que não serão considerados válidos.

Parágrafo único. Nesses formulários, deverão os interessados declarar se os produtos expostos se destinam ou não à venda a fim de constar do catálogo.

Art. 21. Cada expositor só poderá inscrever, no máximo, 10 animais.

Parágrafo único. Excetua-se a apresentação avícola cuja cota ficará a critério da Comissão Executiva Central.

Art. 22. A Comissão Organizadora providenciará no sentido de evitar a inscrição e embarque de animais sem o conveniente preparo ou sem predicações que os recomendem.

Art. 23. A inscrição é inteiramente gratuita e assegura ao expositor o direito de vender os animais expostos, facultando-lhe ainda a distribuição de informações impressas ou dactilografadas a respeito desses animais.

Art. 24. Nenhum animal das raças Holandesa, Schwyz, Normanda, Jersey, Devon, Red-Polled, Hereford, Polled Angus, Shorthorn, Charoleza, Caracu, Indubrasil, Gir, Guzerat, Nelore, Mocha Nacional, Guernsey, Inglêsa de Corrida, Arabe, Mangalarga, Crioula, Campolina e Ovinas, em geral poderá ser inscrito nas categorias de puro de origem ou de animais registrados sem apresentação do respectivo certificado de registro, emitido pelas associações de registro genealógico que mantêm contrato com o Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. O certificado a que se refere o presente artigo poderá ser substituído por uma declaração feita no verso do boletim da inscrição por uma das entidades já previstas.

Art. 25. Os direitos mencionados no art. 23 são extensivos aos demais expositores, que, entretanto, não poderão, em hipótese alguma, desfalcicar os mostruários em exibição.

Art. 26. A Comissão Executiva Central fará imprimir um catálogo geral da Exposição com todas as indicações referentes aos animais e produtos.

Parágrafo único. O mesmo catálogo conterá a relação total dos expositores e seus produtos, das Comissões e Subcomissões encarregadas dos trabalhos da Exposição e dos juizes.

CAPÍTULO V

TRANSPORTES

Art. 27. Os animais e os produtos serão transportados para o certame (ida e volta) por conta do Governo Federal.

Parágrafo único. Os tratadores e suas bagagens, assim como as forragens que acompanham os animais pertencentes a criadores particulares terão igualmente transporte por conta do Governo da União.

Art. 28. A Comissão Executiva Central promoverá por todos os meios ao seu alcance, facilidade no transporte de modo a que o mesmo se faça com segurança e rapidez, procurando cercar os animais de todas as garantias.

Art. 29. Todos os animais e produtos que se destinarem à Exposição deverão ser consignados à Comissão Executiva Central.

Parágrafo único. Para facilidade do serviço, deve a referida Comissão ser avisada previamente por telegrama dos embarques efetuados.

Art. 30. Os animais destinados à Exposição deverão ser acompanhados de tratadores em número suficiente e munidos do indispensável material de asseio.

CAPÍTULO VI

DA DEFESA SANITÁRIA E ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA

Art. 31. Para inscrição, além de normas outras constantes deste Re-

gulamento, deverão os animais ser previamente examinados por veterinários oficiais devidamente credenciados pela Comissão Executiva Central ou Comissões Regionais, os quais expedirão um certificado sanitário que acompanhará cada animal.

§ 1.º Para embarque e ingresso no recinto da Exposição será exigida a apresentação do certificado em apêço.

§ 2.º Do certificado constará o bom estado sanitário dos animais, bem como a inexistência, no lugar de origem, de doença contagiosa, nos 30 dias anteriores ao embarque.

§ 3.º É obrigatória a vacinação anti-afosa para as espécies bovina, ovina, caprina e suína, bem como a vacinação contra a peste suína para os suínos, no mínimo, trinta (30) dias antes do embarque, devendo constar ao certificado, a data em que foram efetuadas.

§ 4.º Serão exigidas provas biológicas negativas de brucelose, para bovinos, ovinos, caprinos e suínos; de tuberculose, para bovinos e suínos e de pulrose para aves.

§ 5.º Os bovinos vacinados oficialmente, contra brucelose, ficam isentos da exigência de teste negativo para a mencionada enfermidade, devendo, entretanto, o certificado em apêço, consignar essa circunstância, esclarecendo a data em que foi feita a vacinação e a autoridade que a executou.

§ 6.º Tratando-se de animais procedentes do estrangeiro, ficarão sujeitos às exigências do regulamento da Divisão de Defesa Sanitária Animal do D. N. P. A.

Art. 32. O serviço de defesa sanitária e assistência veterinária durante a Exposição será exercida por uma Comissão especial, designada e diretamente subordinada à Comissão Executiva Central, a quem compete expedir as normas a serem adotadas.

§ 1.º Nenhum medicamento poderá ser ministrado a qualquer animal sem o consentimento expresso do profissional encarregado do serviço.

§ 2.º Não se tratando de doença infecto-contagiosa e com prévia autorização da Comissão de Defesa Sanitária e Assistência Veterinária, poderão os animais ser tratados por profissional veterinário de confiança dos proprietários.

Art. 33. Os animais ao ingressarem no recinto da Exposição serão examinados por veterinário da Comissão de

Defesa Sanitária e Assistência Veterinária, que autorizará ou não, de acôrdo com o estado de saúde, a entrada dos mesmos.

Art. 34. Os animais enfermos ou suspeitos de serem portadores de doenças contagiosas não serão admitidos, nem permanecerão no recinto da Exposição, cabendo à Comissão Executiva Central dar o destino conveniente aos mesmos.

Art. 35. A Comissão de Defesa Sanitária e Assistência Veterinária funcionará permanentemente dia e noite, em local devidamente aparelhado, para eficiente assistência sanitária e clínica, gratuitas.

Parágrafo único. Haverá, ainda, à disposição da referida Comissão um local apropriado para isolamento de animais enfermos.

Art. 36. A Comissão Executiva Central não se responsabilizará pelos danos porventura sofridos pelos animais em consequência de accidentes, moléstias ou qualquer outra circunstância, que se verifiquem antes, durante ou depois do certame.

Art. 37. As Comissões Executivas Regionais providenciarão no sentido de ser feita a desinfecção de vagões e boxes que servirem para os transportes de animais destinados à Exposição.

CAPÍTULO VII

DA MANUTENÇÃO E RECEBIMENTO DE ANIMAIS E MOSTRUÁRIOS

Art. 38. Os animais destinados à Exposição serão recebidos desde 8 até 4 dias antes da data inaugural.

§ 1.º Os animais procedentes de pontos distantes poderão, a juízo da Comissão Executiva Central e com prévio consentimento desta, ter esse prazo antecipado até 15 dias.

§ 2.º Os animais que chegarem após o prazo acima estipulado serão recebidos e só concorrerão a prêmios a juízo da Comissão Executiva Central.

§ 3.º Os mostuários serão recebidos e organizados desde 15 dias até 18 horas antes da inauguração do certame.

§ 4.º O recebimento de produtos máquinas, adubos, forragens, etc., só será feito até 3 dias antes da inauguração oficial.

Art. 39. Nenhum animal será admitido ao recinto da Exposição sem que sejam satisfeitas as exigências deste Regulamento, e sem que tenha um responsável direto perante a Comissão Executiva Central.

Art. 40. Os animais sem conveniente preparo ou não amansados serão recolhidos a um local apropriado, sendo o seu proprietário identificado no sentido de providenciar o seu imediato retôrno, por sua conta.

Art. 41. Só serão admitidos os animais que se apresentarem munidos de cabrestos bucal ou elementos que assegurem a sua perfeita contestação.

Art. 42. Uma vez admitidos à Exposição, serão os animais levados ao local que lhes fôr determinado, de onde não poderão ser mudados.

§ 1.º Do local que lhes competir 60 animais só poderão sair para o desfile ou exercício nas horas próprias que forem determinadas pela Comissão Executiva Central.

§ 2.º As aves inscritas receberão, no ato da inscrição, anéis ou marcas invioláveis.

§ 3.º É vedado ao expositor retirar das gaiolas, sem prévia autorização ou sob qualquer pretexto, qualquer ave exposta.

Art. 43. Os ovos colhidos no recinto da Exposição serão de propriedade desta e, finda a mesma, serão doados a uma instituição de caridade, depois de convenientemente inutilizados para incubação.

Art. 44. Desde o instante do recebimento, ficam os animais ou produtos expostos sob a direção da Comissão Executiva Central, não podendo os expositores retirá-los antes do encerramento do certame.

Art. 45. Os tratadores e empregados dos expositores, os empregados de botequins e restaurantes, ficam sob a direção da Comissão Executiva Central, a cujos mandatos deverão todo o respeito, atendendo as ordens relativas ao serviço que lhes estiver afeto.

Parágrafo único. Os tratadores obrigam-se a estar devidamente trajados nas horas de frequência da Exposição, a zelar pela perfeita manutenção dos animais, a conduzi-los aos desfiles e exhibições solicitadas.

Art. 46. A alimentação dos animais ficará a cargo da Comissão Exe-

cutiva Central durante o período da Exposição.

§ 1.º Em horas certas, determinadas pela Comissão Executiva Central, deverão os tratadores apresentar-se ao almoxarifado a fim de receber a ração destinada aos animais sob a sua guarda.

§ 2.º Fora das horas designadas pela Comissão, não será feita entrega de forragens sob qualquer pretexto.

§ 3.º As rações serão determinadas e calculadas pela Comissão Executiva Central.

Art. 47. O tratamento dos animais, que chegarem ao recinto antes do prazo indicado, correrá por conta e responsabilidade do expositor.

CAPITULO VIII

DO JULGAMENTO

Art. 48. Todos os animais e produtos expostos em conformidade com a classificação constante do capítulo II do presente Regulamento serão classificadas por juizes previamente designados pela Comissão Executiva Central.

Parágrafo único. Em todas as categorias de animais, produtos, material apícola, inclusive livros nacionais sobre apicultura, forragens e nos concursos previstos neste regulamento serão conferidos primeiro, segundo e terceiro prêmios.

Art. 49. O julgamento poderá ser feito por um ou mais juizes, de preferência técnicos.

Art. 50. O *verdictum* dos juizes é inapelável.

Art. 51. Os julgamentos serão públicos, exceto para as aves, devendo os assistentes manter-se afastados do local em que se realizarem, a fim de não perturbar os trabalhos dos juizes.

Parágrafo único. Será permitido que os juizes deem publicamente as razões de seu julgamento.

Art. 52. As aves serão julgadas pelo processo comparativo, obedecerem o "standard" americano de perfeição, exceto as brasileiras e outras não mencionadas no mesmo, que serão julgadas de acordo com o critério estabelecido pela Sociedade Brasileira da Avicultura, observando-se, entretanto todos os itens relativos às classificações parciais e gerais.

Art. 53. Não é obrigatória a apresentação de certificado genealógico para as aves de todas as categorias.

Art. 54. Os trabalhos do julgamento terão início três dias antes da inauguração oficial da Exposição.

Parágrafo único. Para isso, deverão os juizes designados pela Comissão Executiva Central apresentar-se à mesma quatro dias antes da data inaugural do certame.

Art. 55. O desacato a qualquer membro das comissões julgadoras por um dos expositores ou seus prepostos implicará na retirada imediata de seus animais, e a proibição de concorrer a qualquer Exposição Nacional de Animais, pelo prazo de três anos.

Art. 56. O resultado do julgamento será afixado junto ao animal ou produto premiado.

Art. 57. Sempre que um animal premiado for conduzido a desfile, deverá levar, em lugar visível, o distintivo do prêmio que lhe foi conferido.

Art. 58. Os animais procedentes do estrangeiro e os de propriedade dos Governos Federal, Estadual ou Municipal não concorrerão aos julgamentos.

Art. 59. O julgamento dos animais será feito pelo processo comparativo.

Art. 60. Ficam fora de concurso todos os produtos nascidos ou criados nos estabelecimentos oficiais, e que forem adquiridos por particulares.

Art. 61. Ficam fora de concurso as fêmeas em gestação muito adiantada, quando a conformação do animal estiver visivelmente prejudicada a ponto de dificultar o julgamento.

Art. 62. As comissões julgadoras tomarão em consideração, tanto quanto possível, as indicações dos boletins de inscrições, porém, se tiverem dúvidas sobre a exatidão das mesmas em relação a qualquer animal ou objeto exposto, poderão deixar de julgar, submetendo a questão à apreciação da Comissão Executiva Central, que resolverá a dúvida.

Art. 63. Os juizes não poderão criar outras categorias nem dividir as estabelecidas neste regulamento.

Art. 64. Os expositores e seus empregados não poderão ser juizes nas

seções em que figurarem quaisquer produtos de sua propriedade ou criação.

Art. 65. Os trabalhos do julgamento encerrar-se-ão com tempo para serem os resultados conhecidos no dia da inauguração.

CAPÍTULO IX

DOS PRÊMIOS

Art. 66. A Comissão Executiva Central conferirá os prêmios constantes deste Regulamento, de acordo com a classificação das comissões de julgamento.

Art. 67. Em cada categoria serão conferidos primeiro, segundo e terceiro prêmio e menções honrosas.

Parágrafo único. O júri poderá a seu critério omitir alguns ou mesmo todos os prêmios, caso os animais expostos não estiverem em condições de merecê-los.

Art. 68. Na espécie bovina haverá em cada raça os seguintes títulos: Campeão Júnior, Campeão de Dois anos, Campeão Sênior, Campeão da Raça, Reservado Campeão da Raça, Campeão e Reservado Campeã da Raça.

§ 1.º Para as Raças de Leite e Mista, o campeão júnior será escolhido entre os primeiros prêmios das categorias 12 a 15 meses e 15 a 18 meses. O campeão de 2 anos entre os primeiros prêmios das categorias 18 a 24 meses e 24 a 36 meses. O campeão sênior será escolhido entre os primeiros prêmios das demais categorias.

§ 2.º Para as raças de corte o campeão júnior será escolhido entre os primeiros prêmios das categorias de 8 a 13 meses, de 13 a 16 meses e de 16 a 18 meses. O campeão de 2 anos entre os primeiros prêmios das categorias de 18 a 20 meses. O campeão sênior será escolhido entre os primeiros prêmios das demais categorias.

§ 3.º Para as raças zebuínas, o campeão será escolhido, entre os primeiros prêmios das categorias de 12 a 15 meses e de 15 a 18 meses. O campeão de 2 anos, será escolhido entre os primeiros prêmios das categorias de 18 a 24 meses, de 24 a 30 meses, e de 2 dentes. O campeão sênior, será escolhido entre os primeiros prêmios das demais categorias. (sênior).

§ 4.º Havendo somente um primeiro prêmio não se disputará o campeonato da classe (júnior, dois anos ou sênior).

§ 5.º Ao título de campeão da raça correrão os campeões: júnior, dois anos e sênior.

§ 6.º Faltando um ou dois dos campeões (júnior, dois anos ou sênior) concorrerão ao título de campeão da raça, o campeão ou campeões existentes e mais os primeiros prêmios das categorias que não deram campeões.

§ 7.º Ao título de reservado campeão da raça concorrerão além dos campeões existentes, o segundo prêmio da categoria da qual saiu o campeão da raça e mais os primeiros prêmios das categorias que não deram campeões.

§ 8.º Ao título de campeã e reservada campeã da raça concorrerão os primeiros prêmios de todas as categorias, podendo ao título reservada campeã concorrer o segundo prêmio da categoria da campeã.

§ 9.º Nas espécies equina, asinina, caprina e suína, será conferido dentro de cada raça os títulos de campeão e reservado campeão da raça e campeã e reservada campeã da raça, que serão escolhidos entre os primeiros prêmios de todas as categorias, podendo ao título de reservado campeão e reservada campeã concorrer o segundo prêmio da categoria de campeão.

§ 10. Na espécie ovina serão conferidos os seguintes títulos para cada raça: campeão da raça pura de "pedigree" e reservado campeão da raça pura de "pedigree" e campeão da raça S. O. e Reservado campeão da raça S. O. Para as fêmeas serão conferidos idênticos títulos.

§ 11. Na espécie ovina haverá ainda os títulos de lote campeão puro de pedigree, lote reservado campeão puro de "pedigree", lote campeão S. O. e lote reservado campeão S. O.

Art. 69. Nas classes de animais "Puros por cruzamento" nas intituladas "Outras Raças", não haverá campeão ou reservado campeão, atribuindo-se somente 1.º 2.º, e 3.º prêmios e menções honrosas.

Art. 70. A Comissão Executiva Central aceitará qualquer objeto ar-

tístico ou importância em dinheiro que os governos, sociedades, institutos ou particulares, queiram conferir a uma determinada classe ou categoria na XLIX Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados.

Art. 71. Serão conferidos prêmios aos conjuntos que constes de 3 indivíduos, sendo 1 macho e 3 fêmeas.

Art. 72. Além dos prêmios referidos nos artigos anteriores a Comissão Executiva Central conferirá os seguintes:

Prêmios em dinheiro instituídos pelo Governo Federal:

A cada um dos reservados Campeões das raças Holandesa malhada de preto, Holandesa malhada de vermelho, Schwyz, Jersey, Guernsey, Polled Angus, Hereford, Charoleza, Shorthorn, Devon, Caracu, Mocha Nacional, Gir, Nelore, Guzerá e Indubrasil	1.500,00
A cada uma das Campeãs das raças Holandesa malhada de preto, Holandesa malhada de vermelho, Schwyz, Jersey, Guernsey, Polled Angus, Hereford, Charoleza, Shorthorn, Devon, Caracu, Mocha Nacional, Gir, Nelore, Guzerá e Indubrasil	1.000,00
A cada uma das Reservadas Campeãs das raças Holandesa malhada de preto, Holandesa malhada de vermelho, Schwyz, Jersey, Guernsey, Polled Angus, Hereford, Charoleza, Shorthorn, Devon, Caracu, Mocha Nacional, Gir, Nelore, Guzerá e Indubrasil	500,00
A cada um dos Campeões das raças Árabe, Anglo Árabe, Inglesa de corridas, Standard Breed, Percheron, Mangalarga, Crioula e Campolina	2.000,00
A cada um dos Reservados Campeões das raças Árabe, Anglo Árabe, Inglesa de corridas, Standard Breed, Percheron, Mangalarga, Crioula e Campolina	1.000,00
A cada uma das Campeãs das raças Árabe, Anglo Árabe, Inglesa de corridas, Standard Breed, Percheron, Mangalarga, Crioula e Campolina	1.000,00
A cada um dos Campeões das raças Pêga, Brasileira, Catalã e Italiana	1.000,00
A cada um dos Reservados Campeões das raças Pêga, Brasileira, Catalã e Italiana	750,00
A cada uma das Campeãs das raças Pêga, Brasileira, Catalã e Italiana	500,00
A cada um dos Campeões das raças Merina Australiana, Merino Argentino, Corriedale, Romney Marsh, Suffolk, Hampshire e Ideal, puros de origem e tatuados S. O.	1.900,00
A cada um dos Reservados Campeões das raças Merina Australiana, Merino Argentino, Corriedale, Romney Marsh, Suffolk, Hampshire e Ideal, puros de origem e tatuados S. O.	500,00
A cada um dos Campeões das raças Toggenburg e Nubiana	1.000,00
A cada um dos Reservados Campeões das raças Toggenburg e Nubiana	500,00
A cada um dos Campeões das raças Duroc-Jersey, Berkshire, Polland China, Hampshire e Piauí	250,00
A cada um dos Reservados Campeões das raças Duroc-Jersey, Berkshire, Polland China, Hampshire e Piauí	150,00
Ao melhor conjunto de reprodutores de "pedigree" de raça de corte Européia	3.000,00

Ao melhor conjunto de reprodutores de raça mista ou leiteira de "pedigree"	3.000,00
Ao melhor conjunto de reprodutores das raças zebuínas	3.000,00
Ao melhor lote de cada uma das raças Leghorn, New-Hampshire, Rhode I. Red, Light Sussex e Plymouth Rock Barrada	200,00
Ao melhor lote de Meleagrideos	200,00

Apicultura:

Ao melhor "stand" apresentado	300,00
Classe LXVII — Abelhas exóticas — 1.º prêmio	150,00
Classe LXVII — Abelhas nacionais — 1.º prêmio	100,00
Classe LXVII — Mel em favas ou seções — 1.º prêmio	100,00
Classe LXVIII — Mel centrifugado, líquido ou granulado — 1.º prêmio	150,00
Classe LXIX — Produtos de mel — 1.º prêmio	100,00
Classe LXX — Cêra virgem — 1.º prêmio	150,00
Classe LXX — Cêra alveolada — 1.º prêmio	150,00
Classe LXXI — Material apícola — 1.º prêmio	200,00
Classe LXXI — Herbários, quadros anatômicos, etc. — 1.º prêmio	100,00
Classe LXXII — Livros nacionais sobre divulgação, ensino ou trabalho sobre doenças das abelhas	100,00

Cunicultura:

Ao melhor coelho de pêlo curto	100,00
Ao melhor coelho de pêlo médio	100,00
Ao melhor coelho de pêlo comprido	100,00
Ao melhor conjunto de pêlo curto	300,00
Ao melhor conjunto de pêlo médio	300,00

Piscicultura:

Ao detentor do 1.º prêmio da categoria 610. ^a	200,00
Ao detentor do 2.º prêmio da categoria 610. ^a	100,00
Ao detentor do 1.º prêmio da categoria 615. ^a	200,00
Ao detentor do 2.º prêmio da categoria 615. ^a	100,00
A mais perfeita e mais completa exposição de peixes, aquários e plantas aquáticas de piscicultores, amadores	300,00
A mais perfeita e mais completa exposição de produtos e subprodutos da industrialização do pescado	300,00

Sericultura:

Ao detentor do 1.º prêmio da categoria 645. ^a	500,00
Ao detentor do 2.º prêmio da categoria 645. ^a	300,00
Ao detentor do 3.º prêmio da categoria 645. ^a	200,00
Ao detentor do 1.º prêmio da categoria 646. ^a	500,00
Ao detentor do 2.º prêmio da categoria 646. ^a	300,00
Ao detentor do 3.º prêmio da categoria 646. ^a	200,00
Ao detentor do 1.º prêmio da categoria 647. ^a	500,00
Ao detentor do 2.º prêmio da categoria 647. ^a	300,00
Ao detentor do 3.º prêmio da categoria 647. ^a	200,00

CAPÍTULO X

Art. 73. A XIX Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados terá caráter de Exposição-Feira.

Art. 74. Durante a Exposição será permitido aos expositores vender particularmente seus animais ou artigos ou submetê-los aos leilões, que se realizarão em horas e dias, previamente anunciados pela Comissão Executiva Central.

Parágrafo único. Os leilões terão início no dia seguinte da inauguração do certame.

Art. 75. Sempre que um expositor efetuar qualquer venda diretamente, deverá comunicá-la por escrito à Comissão Executiva Central, a fim de que esta anote a conseqüente transferência.

Parágrafo único. Para que a venda se torne efetiva, deverá o termo de transferência ser assinado pelo comprador e vendedor ou seus procuradores.

Art. 76. As vendas em leilão serão efetuadas por um ou mais leiloeiros oficiais escolhidos pela Comissão Executiva Central, e que terão direito a uma comissão de 5%.

§ 1.º Dêsses 5%, metade será paga pelo comprador e metade pelo vendedor.

§ 2.º Quando se tratar de animal pertencente ao Governo, a comissão será apenas de 3% e correrá por conta exclusiva do comprador.

Art. 77. Será facultado aos expositores fixar os preços mínimos de seus animais submetidos a leilão.

Art. 78. Os lances máximos nos leilões serão garantidos pelo pagamento imediato de um sinal correspondente a 20% do valor de compra, e que reverterá em benefício do vendedor, descontada a cota do leiloeiro, caso o comprador não efetue o resto do pagamento e desista da compra, dentro de 48 horas.

CAPÍTULO XI

Art. 79. Terminada a Exposição todos os animais e produtos expostos deverão ser retirados dentro do prazo máximo de cinco dias.

Parágrafo único. Decorrido êsse prazo, a Comissão Executiva Central não será responsável pelos atos, nem

pelas despesas referentes aos animais ou produtos que não tiverem sido retirados.

Art. 80. A retirada dos animais ou produtos do recinto só será permitida com autorização escrita da Comissão Executiva Central.

Parágrafo único. No ato do recebimento dessa autorização, deverá o proprietário passar o competente recibo à Comissão.

Art. 81. A Comissão Executiva Central só aceitará para expositores os que façam prévia declaração escrita, e que os artigos dêsses mostruários convenham a tais exposições.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 82. A Comissão Executiva Central poderá permitir a instalação no recinto do certame de restaurantes, botequins, cafés, diversões, mediante condições a estipular.

Art. 83. As despesas das instalações referidas no artigo anterior correrão por conta exclusiva dos concessionários, que se obrigam a aceitar o local que lhes for designado, e a apresentar seus planos à aprovação da Comissão Executiva Central.

Art. 84. Os concessionários das instalações em aprêço só poderão cobrar ao público, pelas mercadorias à venda, preços de tabela previamente aprovados pela Comissão Executiva Central.

Parágrafo único. Será imediatamente cassada a licença aos infratores da tabela referida neste artigo.

Art. 85. Os tratadores e empregados ficam proibidos de fazer barulho e ajuntamentos que prejudiquem a boa ordem da Exposição.

Art. 86. É expressamente proibida a manutenção de inflamáveis ou corrosivos, sem a devida licença da Comissão Executiva Central.

Art. 87. Todas as pessoas que estiverem dentro do recinto da Exposição ficam sujeitas as disposições do presente regulamento, qualquer que seja a sua qualidade ou função.

Art. 88. Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pela Comissão Executiva Central.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1952.
— João Cleofas.

DECRETO N.º 30.775 — DE 23 DE
ABRIL DE 1952

*Retifica a ementa e o art. 1.º do
Decreto n.º 28.051, de 25 de abril
de 1950.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Retifica, na ementa e no art. 1.º do Decreto n.º 28.051, de 25 de abril de 1950, o nome do outorgado, que passa a ser: Aziz Salim Baruqui.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
João Cleofas.

DECRETO N.º 30.776 — DE 23 DE
ABRIL DE 1952

*Aprova o Regulamento para a Reserva
da Aeronáutica*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento para a Reserva da Aeronáutica, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica.

Art. 2.º O aludido regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Nero Moura.

Regulamento para a Reserva da Aeronáutica

TÍTULO I

Composição e fins

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 1.º A Reserva da Aeronáutica é constituída de Oficiais e Pessoal Subalterno da Reserva da Aero-

náutica, combatentes, técnicos e dos serviços, permanentemente à disposição do Governo, de conformidade com a legislação em vigor e compreende:

a) Reserva de 1.ª Linha, constituída de:

— Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica, de 1.ª linha;

— Corpo de Pessoal Subalterno da Reserva da Aeronáutica, de 1.ª linha;

b) Reserva de 2.ª linha, constituída de:

— Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica, de 2.ª linha;

— Corpo de Pessoal Subalterno da Reserva da Aeronáutica, de 2.ª linha.

Art. 2.º A Reserva de 1.ª linha abrange o pessoal combatente, técnico e dos serviços, destinado a:

a) completar, em caso de mobilização, os efetivos das Unidades e Serviços existentes;

b) organizar, em caso de mobilização, novas Unidades e Serviços;

c) preencher, em casos especiais e na forma estabelecida no art. 4.º, § 1.º, da Lei n.º 1.585, de 28 de março de 1952, os claros das Unidades e Serviços.

Art. 3.º A Reserva de 2.ª linha abrange o pessoal incapaz para a Reserva de 1.ª linha, necessário aos órgãos da Aeronáutica, em caso de mobilização.

Art. 4.º O efetivo da Reserva da Aeronáutica é ilimitado, entretanto, a formação de seu pessoal é condicionada às necessidades e possibilidades do Ministério da Aeronáutica.

TÍTULO II

Reserva de 1.ª linha

CAPÍTULO I

DO CORPO DE OFICIAIS DA RESERVA DE 1.ª LINHA

Art. 5.º O Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (C. O. R. Aer.), de 1.ª linha, compreende:

a) Oficiais de 1.ª classe, da Reserva;

b) Oficiais de 2.ª classe, da Reserva.

§ 1.º São oficiais de 1.ª classe, da Reserva:

a) os da ativa transferidos, compulsória ou voluntariamente, para a Reserva de 1.ª linha, de acordo com a legislação em vigor;

b) suboficiais e sargentos transferidos para a Reserva de 1.^a linha, no posto de 2.^o Tenente, de acordo com a legislação em vigor.

§ 2.^o São oficiais de 2.^a classe, da Reserva:

a) os demissionários da ativa da Aeronáutica que optarem pela condição de oficial de 2.^a classe, da Reserva;

b) suboficiais e sargentos licenciados do serviço ativo, no posto de 2.^o Tenente, por contarem mais de 5 anos de serviço sem nota que os desabone;

c) oficiais provenientes dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica.

Art. 6.^o Os oficiais de cada classe são distribuídos pelos diferentes quadros existentes na reserva.

Art. 7.^o Permanecem nos quadros de origem os oficiais que forem transferidos da ativa para a Reserva como oficiais de 1.^a classe.

Art. 8.^o Os oficiais de que tratam as letras a e b do § 2.^o do art. 5.^o, permanecem nos quadros de origem, quando incluídos na Reserva de 2.^a classe de 1.^a linha.

Art. 9.^o Os oficiais referidos na letra c do § 2.^o do art. 5.^o, são incluídos nos quadros criados ou que vierem a ser criados pelo Ministro da Aeronáutica, de acordo com as necessidades, obedecendo-se as suas especialidades.

Art. 10. O oficial de 2.^a classe, da Reserva, poderá mudar de quadro, mediante solicitação, a critério do Ministro da Aeronáutica, desde que sua profissão atual na vida civil seja compatível com as funções previstas no novo quadro e que se submeta a exame da parte militar e especializada, correspondente ao quadro em que vai ingressar.

Art. 11. O oficial da ativa é transferido para a Reserva de 1.^a ou 2.^a linha no posto que lhe for assegurado em lei.

Art. 12. Os oficiais de 2.^a classe, da Reserva, de que tratam as letras b e c do § 2.^o do art. 5.^o, terão, em tempo de paz, os seguintes postos e graduação:

- Capitão de 2.^a classe, da Reserva;
- 1.^o Tenente de 2.^a classe, da Reserva;
- 2.^o Tenente de 2.^a classe, da Reserva;
- Aspirante a Oficial de 2.^a classe, da Reserva.

Parágrafo único. A proporcionalidade entre o número de vagas para os diferentes postos dos oficiais de 2.^a classe, da Reserva de 1.^a linha, é fixados pelo Ministro da Aeronáutica, por proposta do Estado Maior da Aeronáutica.

CAPÍTULO II

DO CORPO DO PESSOAL SUBALTERNO DA RESERVA DE 1.^a LINHA

Art. 13. O Corpo do Pessoal Subalterno da Reserva da Aeronáutica (C. P. S. Aer.), de 1.^a linha, constituído de acordo com a Lei do Serviço Militar, compreende:

- a) reservistas da Aeronáutica, de 1.^a categoria;
- b) reservistas da Aeronáutica, de 2.^a categoria;
- c) reservistas da Aeronáutica, de 3.^a categoria.

§ 1.^o Reservista da Aeronáutica é o cidadão que, não sendo da ativa da Aeronáutica, nem oficial da sua Reserva, está quite com o serviço militar e incluído no C. P. S. R. Aer. numa das três categorias de que trata este artigo.

§ 2.^o São reservistas da Aeronáutica, de 1.^a categoria:

- a) os oficiais demissionários da ativa que não optarem pela condição de oficial da reserva de 2.^a classe;
- b) as praças, com instrução completa, transferidas para a reserva remunerada, de conformidade com lei especial;

c) as praças licenciadas do serviço ativo que, pelo menos, tenham sido consideradas mobilizáveis;

d) os alunos da Escola de Aeronáutica e da Escola Preparatória de Cadetes do Ar que tiverem, no mínimo, um ano de aproveitamento do curso.

§ 3.^o São reservistas da Aeronáutica, de 2.^a categoria:

a) os originários do serviço ativo da Aeronáutica que possuírem instrução insuficiente, contando mais da metade do tempo inicial de serviço;

b) os que tiverem recebido instrução militar com aproveitamento, em Centro de Formação de Reservistas da Aeronáutica;

c) o aluno do C. P. O. R. Aer. que tiver, no mínimo, feito a metade do curso com aproveitamento.

§ 4.^o São reservistas da Aeronáutica, de 3.^a categoria:

a) os convocados que, julgados aptos em inspeção de saúde tenham sido dispensados de incorporação por excederem as necessidades;

b) os convocados que residirem em municípios de incorporação dispensada, após o licenciamento dos incorporados de sua classe;

c) as praças que interromperem ou deixarem o serviço ativo, sem possuírem instrução militar, se não tiverem incidido nos artigos 54 e 85 da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei número 9.500, de 23 de julho de 1946);

d) os convocados que forem aprendizes de Escolas Técnico-Profissionais anexas aos Parques de Aeronáutica, Fábricas de Aviões e Fábricas de Motores ou aqueles que possuírem certificado de conclusão de curso das aludidas Escolas;

e) os pilotos civis, não reservistas, que possuírem carta de piloto expedida pela Diretoria de Aeronáutica Civil (Lei n.º 438, de 18 de outubro de 1948).

Art. 14. As praças reservistas da Aeronáutica, de 1.ª e 2.ª categorias, são incluídas em diferentes quadros, especialidades e subespecialidades existentes no C. P. S. R. Aer.

Art. 15. As praças transferidas da ativa para a reserva, permanecem no C. P. S. R. Aer. nos quadros, especialidades e subespecialidades de origem.

Art. 16. O aluno da E. Aer. de que trata a letra d do § 2.º do art. 13, é incluído em quadro, especialidade e subespecialidade correlata com a instrução que recebeu, e com a graduação correspondente ao seu grau de instrução militar.

Art. 17. O aluno da E. P. C. Ar de que trata a letra d § 2.º do art. 13, é incluído no quadro de Infantaria de Guarda da Reserva da Aeronáutica, e com a graduação correspondente ao seu grau de instrução militar.

Art. 18. Os reservistas de que trata a letra b do § 3.º do art. 13, são incluídos em quadro criado ou que venha a ser criado pelo Ministro da Aeronáutica, de acordo com as necessidades.

Art. 19. As praças do C. P. S. R. Aer. poderão mudar de quadro, especialidade ou subespecialidade, a critério do Ministro da Aeronáutica, desde que sua profissão atual na vida civil seja compatível com as funções previstas no novo quadro, especialidade ou subespecialidade.

Art. 20. A praça da ativa é transferida para a Reserva na graduação

que lhe fôr assegurada em leis e regulamentos.

Art. 21. As praças do C. P. S. R. Aer., reservistas de 1.ª categoria, têm as seguintes graduações:

— Suboficial, reservista de 1.ª categoria;

— Primeiro Sargento, reservista de 1.ª categoria;

— Segundo Sargento, reservista de 1.ª categoria;

— Terceiro Sargento, reservista de 1.ª categoria;

— Cabo, reservista de 1.ª categoria;

— Soldado de 1.ª classe, reservista de 1.ª categoria;

— Soldado de 2.ª classe, reservista de 1.ª categoria;

— Taifeiro mór, reservista de 1.ª categoria;

— Taifeiro de 1.ª classe, reservista de 1.ª categoria;

— Taifeiro de 2.ª classe, reservista de 1.ª categoria.

Art. 22. As praças do C. P. S. R. Aer., reservistas da Aeronáutica, de 2.ª categoria, têm, em tempo de paz, as graduações seguintes:

— Terceiro Sargento, reservista de 2.ª categoria;

— Cabo, reservista de 2.ª categoria;

— Soldado de 1.ª classe, reservista de 2.ª categoria;

— Soldado de 2.ª classe, reservista de 2.ª categoria.

Art. 23. As praças do C. P. S. R. Aer., reservistas da Aeronáutica, de 3.ª categoria, terão, em tempo de paz, a graduação de soldado de 2.ª classe, reservista de 3.ª categoria.

Art. 24. As praças do C. P. S. R. Aer. poderão ser transferidas de categoria desde que satisfaçam as exigências necessárias quanto a instrução militar.

Art. 25. O documento comprovante da prestação do serviço militar do cidadão que fôr incluído no C. P. S. R. Aer., na forma do § 1.º do artigo 13, será o Certificado de Reservista da Aeronáutica, previsto no artigo 108 da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946).

Parágrafo único. Até a aprovação do modelo do referido certificado, continuará em vigor o modelo atualmente em uso na Aeronáutica.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO

Art. 26. O pessoal da Reserva é formado nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (C. P. O. R. Aer.) ou nos Centros de Formação de Reservistas da Aeronáutica (C. F. R. Aer.), exceto os oriundos da ativa e os reservistas de 3.^a categoria.

Art. 27. Os C. P. O. R. Aer. e os C. F. R. Aer. são criados por ato do Ministro da Aeronáutica.

Art. 28. Destinam-se os C. P. O. R. Aer. à formação de oficiais dos diversos quadros, conforme o que estabelecer o ato de sua criação.

Art. 29. Destinam-se os C. F. R. Aer. à formação de soldados e graduados dos diversos quadros, especialidades ou subespecialidades, conforme o que estabelecer o ato de sua criação.

Art. 30. O Ministro da Aeronáutica baixará instruções pormenorizadas para o funcionamento dos C. P. O. R. Aer. e dos C. F. R. Aer., por proposta do Estado Maior da Aeronáutica, fixando as especialidades a ministrar, a subordinação técnica e a disciplinar, tendo em vista o caso particular de cada um deles.

Art. 31. As instruções para o funcionamento dos C. P. O. R. Aer. e dos C. F. R. Aer. regularão a inclusão na reserva, do aluno desligado antes da conclusão do curso.

Parágrafo único. O aluno do C. P. O. R. Aer. ou do C. F. R. Aer. desligado antes da conclusão do curso, será incluído na reserva em quadro correlato com a especialidade ministrada, na graduação e na categoria correspondente ao grau de sua instrução militar.

Art. 32. Os C. P. O. R. Aer. e os C. F. R. Aer. poderão funcionar como unidades autônomas ou incorporadas a Unidades ou Órgãos da Aeronáutica.

Art. 33. As condições de ingresso nos C. P. O. R. Aer. ou C. F. R. Aer. e o número de vagas correspondentes a cada quadro, especialidade ou subespecialidade serão fixadas pelo Ministro da Aeronáutica, por proposta do Estado Maior da Aeronáutica.

Art. 34. O aluno que concluir, com aproveitamento, o curso do C. P. O. R. Aer. ou do C. F. R. Aer. receberá como comprovante o certificado de conclusão do curso respectivo, constante dos modelos anexos.

Art. 35. O aluno formado no C. P. O. R. Aer., é obrigatoriamente incluído no respectivo quadro, na graduação de aspirante a oficial.

Art. 36. O candidato diplomado ou aluno de escola superior, por diploma, em profissão liberal, correlata com a especialidade que existir em quadro do C. O. R. Aer., cursará no C. P. O. R. Aer., somente a parte militar e a especializada, necessária às funções que, possivelmente venha a exercer.

Art. 37. A declaração de aspirante a oficial, do aluno de escola superior a que se refere o artigo anterior, fica condicionada à apresentação do respectivo diploma sem o que, conservará sua condição de reservista ou será incluído na Reserva da Aeronáutica, com a graduação que lhe couber de acordo com o parágrafo único do art. 31.

Art. 38. O candidato que, por solicitação do Ministro da Aeronáutica, for matriculado em cursos de outra Força Armada, correspondente ou correlato ao C. P. O. R. Aer., e o concluir com aproveitamento, ingressará na Reserva da Aeronáutica nas mesmas condições daquele que concluir o curso no C. P. O. R. Aer.

Art. 39. A transferência do militar da Reserva de outra Força Armada para a da Aeronáutica, e vice-versa, poderá ser feita mediante entendimento entre os Ministérios interessados.

Parágrafo único. A transferência do militar da Reserva de outra Força Armada para a da Aeronáutica, far-se-á, somente, quando houver correspondência entre os quadros nas respectivas Reservas.

Art. 40. O piloto civil, de que trata a letra e do § 4.^o do art. 13, é incluído na reserva de 3.^a categoria como soldado de 2.^a classe, desde que:

a) seja alistado de conformidade com os artigos 21 ou 28 da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946);

b) possua carta de piloto civil, comercial, de desporto ou de planador, expedida pela Diretoria de Aeronáutica Civil (D. A. C.).

Parágrafo único. A inclusão de que trata este artigo é feita mediante requerimento do interessado ao Comandante de Zona Aérea.

CAPÍTULO IV

DAS PROMOÇÕES

Art. 41. Não há promoção de oficiais de 1.^a classe da Reserva, em tempo de paz.

Art. 42. Em caso de mobilização o oficial de 1.^a classe da Reserva, que fôr convocado para o serviço ativo, se-ic-á no posto que tiver na reserva.

Art. 43. A promoção do oficial de 1.^a classe da Reserva, mobilizado, é regulada pela lei de promoções em vigor para os oficiais da ativa.

Art. 44. O oficial promovido de conformidade com o artigo anterior, retorna à reserva como se fôsse da ativa, tão logo cessem os motivos que determinaram sua mobilização.

Art. 45. O oficial de 2.^a classe da Reserva, de que tratam as letras b e c do § 2.^o do art. 5.^o, tem acesso, em tempo de paz, até o posto de capitão, desde que satisfaça as condições exigidas no art. 48.

Art. 46. O oficial da ativa, demissionário da Aeronáutica, de que trata a letra a do § 2.^o do art. 5.^o, será incluído na Reserva como oficial de 2.^a classe com o posto que tinha na ativa, sem direito a promoção, em tempo de paz.

Art. 47. A promoção dos oficiais de 2.^a classe da Reserva, de que trata o art. 45, obedece ao princípio de merecimento.

Art. 48. São condições para a promoção dos oficiais de que trata o artigo 45:

a) aptidão comprovada em estágio ou em exame da parte militar para os que exercem profissões técnicas civis, atendendo ao que estabelece o art. 76;

b) interstício mínimo de permanência obrigatória no posto e graduação:

— 1.^o Tenente 4 anos;

— 2.^o Tenente 3 anos;

— Aspirante a Oficial — 2 anos;

c) aptidão física comprovada em inspeção de saúde;

d) boa conduta civil e militar;

e) conceito favorável emitido pelo Comandante da Unidade onde fez o último estágio, sobre caráter, capaci-

dade de ação, grau de instrução e espírito militar.

Parágrafo único. O conceito de que trata a letra e deste artigo é para os oficiais dispensados do estágio de acordo com o art. 76, emitido por dois oficiais superiores da Aeronáutica.

Art. 49. O aspirante a oficial, o 2.^o tenente ou o 1.^o tenente, de 2.^a classe da Reserva, que concluir com aproveitamento o estágio voluntário de que trata o art. 93 e que satisfizer as condições estabelecidas no artigo 48 será promovido ao posto imediato.

Art. 50. As promoções dos oficiais de 2.^a categoria da Reserva, serão feitas, em tempo de paz, pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Aeronáutica, com expedição das respectivas cartas-patentes.

Art. 51. Compete à Diretoria do Pessoal da Aeronáutica a organização e o estudo dos processos de promoção dos oficiais da Reserva de 2.^a classe.

Art. 52. Os oficiais combatentes de 2.^a classe da Reserva, quando mobilizados, têm acesso até o posto de Brigadeiro.

Art. 53. Os oficiais técnicos e dos serviços, de 2.^a classe da Reserva, quando mobilizados, têm acesso até o posto de Coronel.

Art. 54. A promoção do oficial de 2.^a classe da Reserva, mobilizado, é regulada pela Lei de Promoções em vigor para os oficiais da ativa.

Art. 55. O oficial de 2.^a classe da Reserva, mobilizado, promovido de conformidade com o artigo anterior, retorna à Reserva, com o posto que tinha quando mobilizado, tão logo cessem os motivos de sua mobilização.

Art. 56. Não há promoção no C. P. S. R. Aer. em tempo de paz; o reservista uma vez incluído na Reserva em determinado quadro, especialidade ou subespecialidade, como soldado ou graduado, não terá acesso.

Art. 57. As promoções dos reservistas mobilizados obedecem a legislação em vigor para as praças da ativa.

CAPÍTULO V

DA CONVOCAÇÃO

Art. 58. A convocação do militar da Reserva da Aeronáutica será feita na forma da legislação em vigor.

Art. 59. A convocação do militar da Reserva da Aeronáutica para efeito de instrução, é atribuição exclusiva do Ministro da Aeronáutica, por proposta do Estado Maior da Aeronáutica.

Art. 60. O militar da Reserva da Aeronáutica é convocado com o posto ou graduação que tem na Reserva.

Art. 61. A convocação para fins de instrução terá duração previamente determinada não devendo exceder, anualmente, de 90 dias para os oficiais e de 30 para os reservistas.

Parágrafo único. A convocação do reservista, prevista neste artigo, é feita, levando-se em conta o que dispõe do artigo 8.º da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946).

Art. 62. A convocação do pessoal da Reserva considerado em "destino especial" é regulada por instruções do Estado Maior da Aeronáutica.

Art. 63. A convocação de militar da Reserva é sempre precedida de notificação.

§ 1.º A notificação de convocação para estágio de instrução é feita com antecedência mínima de 90 dias.

§ 2.º A notificação de convocação para efeito de mobilização não tem antecedência mínima determinada.

Art. 64. A notificação de convocação será feita por autoridade competente em edital ou notificação pessoal da qual constará a data, o local da apresentação e o tempo de duração de estágio.

Art. 65. São autoridades competentes para efeito de notificação:

- a) Diretor Geral do Pessoal da Aeronáutica;
- b) Comandante de Zona Aérea;
- c) Comandante de Unidade do convocado;
- d) autoridade militar sediada onde se domiciliar o convocado.

Art. 66. O militar convocado que não se apresentar no prazo determinado responderá pelo crime de insubmissão.

Parágrafo único. Compete ao Comandante da Unidade do convocado, determinar a lavratura do respectivo termo de insubmissão.

Art. 67. O militar da reserva, convocado, tem direito ao transporte de ida e volta, por conta do Governo, do seu domicílio à sede da Unidade,

Serviço ou Órgão da Aeronáutica onde vai estagiar ou servir.

Art. 68. As requisições de transporte são feitas por autoridade competente, civil ou militar, mediante a apresentação do comprovante da convocação se outras instruções não houver na notificação.

Art. 69. O reservista convocado por efeito de mobilização deve executar com presteza o que constar do seu certificado, se não houver determinações em contrário.

Art. 70. O militar notificado de convocação será submetido a exame prévio de saúde, na Unidade ou Estabelecimento do Ministério da Aeronáutica mais próximo.

Parágrafo único. O militar julgado incapaz no exame prévio retornará ao seu domicílio onde aguardará a decisão do Comandante da Zona Aérea que decidirá da conveniência de nova inspeção de saúde, da transferência ou anulação da convocação.

Art. 71. O militar julgado apto no exame prévio, referido no artigo anterior, antes de incorporado, será submetido a inspeção de saúde realizada por junta de saúde da Aeronáutica para julgar de sua aptidão física para a convocação.

Art. 72. O militar da reserva, no exercício de mandato eletivo ou residente em país estrangeiro, será convocado, em tempo de paz, somente para estágio voluntário.

Art. 73. A convocação do militar da reserva para estágio voluntário de instrução, sem vencimentos, nos termos do artigo 99, é feita, levando-se em conta seus interesses, sempre que possível.

Art. 74. O militar da reserva, no exercício do magistério ou da justiça, que tiver de ser convocado para estágio de instrução, o será sem prejuízo de suas funções ou em período de férias.

Art. 75. É dispensado de convocação o militar da Reserva que:

- a) completar antes da convocação a idade limite de permanência na reserva;
- b) exercer função pública ou particular de alto interesse para a defesa nacional.

Parágrafo único. A dispensa de convocação referida na letra b deste artigo é concedida, a critério do Ministro da Aeronáutica, mediante

solicitação de autoridade civil ou militar.

Art. 76. E' dispensado de convocação e considerado como tendo realizado o estágio, o militar da Reserva que exercer profissão técnica na vida civil, correspondente ao seu quadro, especialidade ou subespecialidade desde que se submeta a exame de conhecimentos militares correspondente ao seu posto ou graduação.

Art. 77. E' dispensado da convocação o oficial da Reserva que tiver pedido demissão do C. O. R. Aer. de conformidade com o artigo 83, antes da expedição da notificação da convocação, se não pertencer à classe de reservistas convocada.

Art. 78. O estágio voluntário de que trata o artigo 93, dispensa a convocação para o estágio obrigatório.

Art. 79. O Ministro da Aeronáutica poderá anteceder ou adiar a convocação de militares da Reserva, atendendo ao interesse da instrução.

Art. 80. E', obrigatoriamente, adia a convocação do militar que estiver respondendo a inquérito ou processo no fôro civil ou militar.

Art. 81. O militar da reserva será sempre que possível convocado para estágio na Unidade mais próxima de seu domicílio.

Art. 82. A Unidade designada para o estágio de instrução do militar da Reserva poderá no interesse da instrução, ser diferente daquela em que é prevista sua classificação em caso de mobilização.

CAPÍTULO VI DAS DEMISSÕES

Art. 83. E' facultado ao oficial, em tempo de paz, pedir demissão do Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica, desde que tenha mais de 5 anos como Oficial.

Art. 84. O pedido de demissão, de que trata o artigo anterior, é feito mediante requerimento do interessado dirigido ao Ministro da Aeronáutica e entregue na Unidade da Aeronáutica mais próxima de seu domicílio, de onde será encaminhado pelos trâmites legais.

Parágrafo único. O pedido de demissão do oficial notificado de convocação ou convocado para estágio

de instrução, será encaminhado somente ao término deste.

Art. 85. E' demitido do Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica o oficial de 2.^a Classe da Reserva, que se alistar ou engajar como praça ou assemblado, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, de Força Policial, ou aceitar emprego em repartição pública que, pela subordinação, seja incompatível com sua situação de Oficial.

Art. 86. E' demitido do Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica, por incapacidade moral, o oficial de 2.^a classe, da Reserva, que:

a) fôr demitido de cargo ou função a bem do serviço público;

b) fôr declarado falido por sentença judicial;

c) fôr condenado pela justiça, por crime que atente contra princípios de honra militar;

d) fôr condenado à pena de 2 anos ou mais, de prisão, por qualquer crime que cometer;

e) fôr julgado de má conduta civil ou militar por comissão de oficiais nomeada pelo Ministro da Aeronáutica ou Comandante de Zona Aérea.

Art. 87. E' demitido do Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica, o oficial de 2.^a classe da Reserva da Aeronáutica julgado incapaz profissionalmente por comissão nomeada pelo Ministro da Aeronáutica, por proposta do Diretor Geral do Pessoal da Aeronáutica ou Comandante de Zona Aérea, à vista do resultado do estágio que fizer, ou de informação de autoridade competente.

Art. 88. O oficial de 2.^a classe da Reserva, que se demitir do Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica voluntariamente, é incluído no Corpo de Pessoal Subalterno da Reserva da Aeronáutica como reservista de 2.^a categoria, na graduação de 3.^o Sargento.

Art. 89. O oficial de 2.^a classe da Reserva, demitido do Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica, nos termos do artigo 86, é incluído no Corpo de Pessoal Subalterno da Reserva da Aeronáutica como reservista de 2.^a categoria, na graduação de 3.^o Sargento, salvo aquele que, moralmente incapaz, ficar isento do serviço militar.

Art. 90. E' demitido do Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica o oficial de 2.^a classe da Reserva da

Aeronáutica, que professar credo político atentatório à segurança do Estado.

CAPÍTULO VII DA INSTRUÇÃO

Art. 91. A instrução do pessoal da Reserva da Aeronáutica, durante os estágios, visa a atualização de conhecimentos tendo em vista a evolução do material e os novos processos de seu emprego.

Art. 92. Os estágios de instrução do pessoal da Reserva da Aeronáutica serão realizados nas Unidades ou Órgãos da Aeronáutica, de conformidade com o que for determinado nas Diretrizes anuais ou especiais do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 93. O estágio de instrução é obrigatório ou voluntário, podendo um ou outro ser regular ou especial.

§ 1.º Compreende-se por estágio obrigatório aquele a que o pessoal da Reserva da Aeronáutica está sujeito por Lei.

§ 2.º O estágio é voluntário, quando for solicitado pelo interessado.

§ 3.º O estágio de instrução é regular quando previsto nas Diretrizes anuais de instrução da Força Aérea; é especial quando realizado fora da previsão das Diretrizes anuais de instrução.

Art. 94. O Comandante, Diretor ou Chefe não pode empregar, como instrutor, o militar da Reserva, estagiário, de vez que sua função consiste na execução de missões ou comando de tropa já instruída.

Art. 95. A instrução do militar da Reserva deve ter caráter eminentemente prático, visando seu preparo para o exercício de suas funções em campanha.

Art. 96. O militar estagiário concorre ao serviço sem que haja, de forma alguma, prejuízo para a instrução.

CAPÍTULO VIII DOS VENCIMENTOS

Art. 97. O militar da Reserva, quando convocado nos termos do artigo 58, tem direito aos vencimentos e vantagens do seu posto ou graduação, previstos em lei.

Art. 98. O militar da Reserva tem direito à percepção dos vencimen-

tos e vantagens a que se refere o artigo anterior, somente enquanto permanecer convocado nos termos do artigo 58.

Art. 99. O militar da Reserva que requerer o estágio voluntário de que trata o artigo 93, não perceberá vencimentos e vantagens.

Art. 100. O militar da Reserva, convocado nos termos do artigo 58, que, em serviço, se tornar inválido ou incapaz fisicamente, em caráter definitivo, tem direito à reforma remunerada com proventos previstos em lei.

Art. 101. A família do oficial da Reserva morto em serviço ou em consequência de ferimento ou moléstia adquirida em serviço, tem direito à pensão prevista em lei.

CAPÍTULO IX DOS UNIFORMES

Art. 102. O oficial da Reserva da Aeronáutica, usa os uniformes da ativa, com distintivos correspondentes à sua situação militar.

Art. 103. O militar da Reserva quando convocado usa os uniformes da ativa.

Art. 104. O militar da Reserva convocado para estágio de instrução, que se farda por conta própria, deve possuir os uniformes de serviço diário.

Art. 105. Os uniformes que não são os de serviço diário são de uso facultativo para os militares, convocados para estágio de instrução.

Art. 106. O Oficial da Reserva não convocado, chamado por autoridade ou convidado a assistir conferência, exercício ou manobra, poderá atender em traje civil, a critério da aludida autoridade.

Art. 107. O oficial da Reserva, pode comparecer uniformizado às paradas militares ou reuniões, festas e cerimônias de caráter oficial.

Art. 108. O oficial da Reserva pode comparecer uniformizado a reuniões, festas e cerimônias públicas ou particulares desde que tenha autorização do Comandante de Zona Aérea.

Art. 109. O uso de uniforme é proibido ao oficial da Reserva quando:

- a) em reunião de caráter político ou eleitoral;
- b) em exercício de profissão civil.

Art. 110. O Comandante de Zona Aérea pode proibir o uso de uniforme fora do serviço em caso de abusos ou de conduta irregular.

Art. 111. O uso de uniforme em país estrangeiro é permitido ao militar da Reserva convocado, somente em exercício, de funções militares, oficialmente determinadas ou autorizadas pelo Governo.

Art. 112. O uso indevido do uniforme, como o do posto ou graduação, é crime, ficando o transgressor sujeito às penas correspondentes.

Art. 113. Não é permitido sobrepor ao uniforme, insígnia ou distintivo de qualquer natureza.

Art. 114. Não podem usar os uniformes militares:

- a) os Suboficiais, Sargentos e praças licenciados do serviço ativo;
- b) os militares que forem demitidos, licenciados ou excluídos em virtude de sentença, ou ato deprimente, com declarações expressas de proibição de uso do uniforme;
- c) os oficiais da Reserva ou reformados que, pela prática de atos indignos, forem proibidos de usá-los, por ato do Ministro da Aeronáutica.

CAPÍTULO X

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 115. É dever do oficial da Reserva ter documentos de identificação fornecidos pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 116. O militar da Reserva, convocado, tem obrigação de zelar pelo material que lhe for fornecido ou adquirido em condições idênticas ao da ativa.

Art. 117. O reservista tem obrigação de apresentar-se no local designado por autoridade competente no Dia do Reservista.

Art. 118. O militar da Reserva que se diplomar em escola de ensino superior ou científico, ou que passar a exercer ofício ou profissão de caráter técnico ou científico, deve comunicar a ocorrência ao Comandante da Zona Aérea de seu domicílio.

Art. 119. É dever do militar da Reserva comunicar ao Comandante da Zona Aérea de seu domicílio a mudança de residência, antes de realizá-la, mesmo que não importe em mudança de localidade.

Art. 120. O militar da Reserva pode publicar, independentemente de autorização, artigos, conferências, relatórios etc. de natureza científica ou comercial, desde que não faça referência à sua qualidade de militar da Reserva.

Art. 121. O militar da Reserva pode publicar artigos, conferências, relatórios etc., de natureza militar, de conformidade com as prescrições regulamentares a que estão sujeitos os militares da ativa, assumindo inteira responsabilidade da publicação, devendo, para isso, assiná-lo e declarar seu posto e situação na Reserva.

Art. 122. O militar da Reserva pode residir onde lhe convier desde que proceda de conformidade com o artigo 119.

Art. 123. O militar da Reserva convocado, por efeito de mobilização, ficará sujeito às restrições de domicílio impostas pelo estado de guerra.

Art. 124. O militar da Reserva que viajar para país estrangeiro deve comunicar sua viagem ao Comandante de Zona Aérea de seu domicílio antes de embarcar, e ao chegar ao destino comunicar ao representante consular sob cuja jurisdição se achar a localidade onde vai residir, por mais de três meses, solicitando-lhe que cientifique o Ministério da Aeronáutica por via diplomática.

Art. 125. O militar da Reserva de 1.ª linha tem precedência sobre o da 2.ª linha do mesmo posto ou graduação, independentemente de antiguidade.

Art. 126. Entre os oficiais da Reserva de 1.ª linha, os de 1.ª classe têm precedência sobre os de 2.ª classe do mesmo posto, independentemente de antiguidade.

Art. 127. O reservista da Aeronáutica pode verificar praça nas Forças Auxiliares das Forças Armadas ou em outros órgãos que assim sejam ou venham a ser considerados por lei, desde que não altere sua condição de reservista da Aeronáutica.

Parágrafo único. O reservista que verificar praça de conformidade com este artigo é considerado em "destino especial".

Art. 128. O reservista da Aeronáutica que proceder de conformidade com o artigo 127, comunica a ocorrência ao Comandante da Unidade

ou Estabelecimento da Aeronáutica mais próximo que encaminhará a comunicação ao Comandante da Zona Aérea de seu domicílio, para efeito do parágrafo único desse mesmo artigo.

Art. 129. Os alunos dos cursos de Preparação de Oficiais da Reserva, quando fardados, têm precedência sobre os cabos e soldados.

Art. 130. Os militares da Reserva quando convocados, somente poderão contrair matrimônio na forma estabelecida no Estatuto dos Militares, para os militares em serviço ativo.

CAPÍTULO XI

DA INSPEÇÃO DE SAÚDE

Art. 131. O militar da Reserva da Aeronáutica está sujeito a inspeção de saúde por juntas de inspeção de saúde da Aeronáutica, em qualquer tempo, a juízo do Comandante de Zona Aérea de seu domicílio.

Parágrafo único. A inspeção de saúde a que se refere este artigo, independe de convocação e não deve ocasionar transtornos ou prejuízos às atividades civis do militar da Reserva.

Art. 132. O militar da Reserva da Aeronáutica que em inspeção de saúde fôr julgado incapaz para a Reserva de 1.ª linha é transferido para a de 2.ª linha, e se o fôr para a 2.ª linha, será reformado.

Art. 133. O militar da Reserva da Aeronáutica pode requerer, em qualquer tempo, inspeção de saúde para efeito de transferência da 1.ª para a 2.ª linha, ou reforma.

TÍTULO III

Reserva de 2.ª linha

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 134. A Reserva da Aeronáutica, de 2.ª linha, tem a constituição referida no artigo 1.º, letra b.

Art. 135. O Corpo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica, de 2.ª linha, e o Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica, de 2.ª linha, são constituídos do pessoal oriundo da ativa e da Reserva de 1.ª linha que, por condições físicas e idade, não possa

permanecer na situação anterior, de conformidade com os artigos 132, 156 e 157.

Art. 136. O C. O. R. Aer. e o C. P. S. R. Aer., de 2.ª linha, não se subdividem em quadros.

Art. 137. O militar transferido para a Reserva de 2.ª linha, conserva o posto ou graduação que tinha na ativa ou na Reserva de 1.ª linha.

Art. 138. Não há promoções na Reserva de 2.ª linha, em tempo de paz.

Art. 139. As promoções dos militares da Reserva de 2.ª linha mobilizados, são reguladas pela legislação em vigor para o pessoal da ativa.

Art. 140. O militar da Reserva de 2.ª linha, mobilizado, promovido de conformidade com o artigo anterior, retorna à Reserva de 2.ª linha, com o posto que tinha quando mobilizado, tão logo cessem os motivos de sua mobilização.

Art. 141. A convocação do militar da Reserva de 2.ª linha, terá lugar somente em caso de mobilização.

Art. 142. Aplicam-se aos militares da Reserva de 2.ª linha, convocados de conformidade com o artigo anterior, o que estabelece o capítulo V, título II.

Art. 143. É facultado ao oficial pedir demissão do Corpo de Oficiais da Reserva de 2.ª linha, em tempo de paz.

Art. 144. O pedido de demissão, de que trata o artigo anterior, obedece ao estabelecido no artigo 84.

Art. 145. Aplicam-se aos oficiais da Reserva de 2.ª linha o que estabelecem os artigos 85, 86 e 90.

Art. 146. O oficial demitido do Corpo de Oficiais da Reserva de 2.ª linha é incluído no Corpo do Pessoal Subalterno da Reserva da Aeronáutica de 2.ª linha como 3.º Sargento, salvo aquele que, ficar isento do serviço militar, por incapacidade moral.

Art. 147. O militar da Reserva de 2.ª linha, convocado de conformidade com o artigo 141, tem direito aos vencimentos e vantagens de seu posto ou graduação como se fôsse da ativa.

Art. 148. O militar da Reserva de 2.ª linha, tem direito à percepção dos

ANEXO I



MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

.....
Zona Levea ou Directorio

.....
Unidade ou Estabelecimento

Retirado com o
Selo do C.F.O. 2.
Aer e rubrica do
Cmte ou Diretor

CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA
RESERVA DA AERONÁUTICA
CERTIFICADO

Certifico que filho de
..... nascido em de de
concluiu o Curso de Formação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica no ano
de e foi declarado **Aspirante a Oficial** da Reserva
de 2a. classe, em Boletim nº de de
..... de de

.....
Comandante ou Diretor

ANEXO 2



MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Zona Aérea ou Diretoria

Unidade ou Estabelecimento

CENTRO DE FORMAÇÃO DE RESERVISTAS
DA
AERONÁUTICA

CERTIFICADO

Retrato como
símbolo da uni-
dade e rubrica
do Comandante

Certifico, que _____ filho de
_____ nascido em _____ de _____ de _____

concluiu com aproveitamento no Centro de Formação de Reservistas da Aer.,
o CURSO de _____ no ano de _____ e foi incluído no Corpo do Pessoal Subalterno
(quadro especialidade ou sub-especialidade)
da Reserva da Aeronáutica de conformidade com o que estabelece seu certificado de reservista.

_____ de _____ de _____

Comandante ou Director

vencimentos e vantagens a que se refere o artigo anterior somente enquanto permanecer convocado nos termos do artigo 141.

Art. 149. Aplicam-se aos Officiaes da Reserva de 2.^a linha, até onde lhes couber, as disposições dos Capítulos VIII, IX e X do Título II e Título V.

Art. 150. O militar da Reserva de 2.^a linha está sujeito a inspecção de saúde por junta da Aeronáutica, em qualquer tempo, a juízo do Comandante da Zona Aérea.

Parágrafo único. A inspecção de saúde a que se refere este artigo independe de convocação e não deve ocasionar transtornos ou prejuizos às atividades civis do militar da Reserva.

Art. 151. O militar da Reserva de 2.^a linha que, em inspecção de saúde, fôr julgado incapaz, é reformado.

Art. 152. O militar da Reserva de 2.^a linha pode requerer, em qualquer tempo, inspecção de saúde, para efeito de reforma.

Art. 153. O militar da Reserva de 2.^a linha, convocado nos termos do artigo 141, fica sujeito à mesma legislação que rege o militar da ativa, naquilo que não tiver legislação própria.

Art. 154. As funções que se atribuirem aos militares da Reserva de 2.^a linha, mobilizados, deverão ser compatíveis com suas aptidões.

Art. 155. Retorna à Reserva de 2.^a linha o militar reformado que fôr julgado apto em inspecção de saúde por junta superior, desde que não tenha excedido a idade limite, de permanência nessa Reserva.

TÍTULO IV

Permanência na reserva

CAPÍTULO UNICO

Art. 156. Os limites de idade para permanência na Reserva de 1.^a linha, são os seguintes:

a) para officiaes da ativa transferidos para a Reserva de 1.^a classe:

— officiaes-generais, até um ano antes de atingirem a idade limite para a reforma;

— officiaes superiores, até dois anos antes de atingirem a idade limite para a reforma;

— capitães e officiaes subalternos, até 3 anos antes de atingirem a idade limite para a reforma.

b) para officiaes da Reserva de 2.^a classe:

— capitães e officiaes subalternos... 55 anos.

c) para o pessoal subalterno transferidos para a reserva remunerada:

— subofficiaes, até quatro anos antes de atingirem a idade limite para a reforma;

— sargentos, cabos e soldados, até cinco anos antes de atingirem a idade limite para a reforma;

— taifeiros, até cinco anos antes de atingirem a idade limite para a reforma.

Art. 157. E' fixada, de acôrdo com a Lei do Serviço Militar, a idade de 45 anos para a permanência do reservista não remunerado, na reserva de 1.^a linha.

Parágrafo único. A idade de permanência do reservista não remunerado, na reserva de 1.^a linha, pode ser alterada pelo Governo, de acôrdo com os interesses da defesa nacional.

Art. 158. Os officiaes da Reserva de 2.^a linha permanecem nessa situação até atingirem a idade limite para a reforma.

Art. 159. E' fixada de acôrdo com a Lei do Serviço Militar, a idade de 60 anos para a permanência na Reserva de 2.^a linha.

TÍTULO V

Disposições gerais

CAPÍTULO UNICO

Art. 160. O militar da Reserva da Aeronáutica, convocado nos termos do artigo 58, fica sujeito à mesma legislação que rege o militar da ativa, naquilo que não tiver legislação própria.

Art. 161. As funções exercidas pelos militares da Reserva, convocados, são correspondentes às dos da ativa, definidas em leis e regulamentos.

Art. 162. O militar da Reserva, não convocado, é subordinado, militarmente, ao Comandante de Zona Aérea em cujo território residir.

Art. 163. O militar da Reserva, não convocado, responde por sua conduta e atos perante as autoridades civis, de conformidade com a legislação comum. Responde perante o Comandante da Zona Aérea a que estiver subordinado, se a falta fôr de caráter militar.

Art. 164. O militar não previsto para convocação, de conformidade com a letra b do artigo 75, é considerado em "destino especial".

Art. 165. Compete à Diretoria do Pessoal da Aeronáutica, a administração e controle do pessoal da Reserva, em íntima coordenação com as Zonas Aéreas.

Art. 166. Em caso de convocação o militar impossibilitado de locomover-se por motivo de doença deve comunicar essa ocorrência ao Comandante da Unidade ou Estabelecimento da Aeronáutica mais próximo, o qual fará chegar a comunicação à autoridade competente.

Art. 167. A prova de quitação com o serviço militar é feita:

- a) para oficiais da Reserva:
 - carta-patente;
- b) para aspirante a oficial de 2.ª classe, da Reserva;
 - certificado de conclusão do curso, de que trata o artigo 34;
- c) para praças:
 - certificado de reservista, de que trata o artigo 25.

Art. 168. O militar da Reserva, convocado, pode ser chamado a prestar contas da origem e natureza de seus móveis, imóveis e semoventes, de acordo com a legislação em vigor no Ministério da Aeronáutica, atendendo ao interesse de salvaguardar a própria dignidade profissional.

Art. 169. É vedado ao militar da Reserva, convocado, tratar de interesses da indústria ou comércio a que estiver vinculado, nas repartições públicas civis e em qualquer Unidade ou Estabelecimento militar.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1952.
— *Nero Moura*, Ministro da Aeronáutica.

DECRETO N.º 30.777 — DE 24 DE ABRIL DE 1952

Aprova projeto e orçamento para reforço da ponte metálica sobre o rio Livramento, na Estrada de Ferro de Bragança.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados o projeto e orçamento, na importância de Cr\$ 2.970.531,20 (um milhão nove-

centos e setenta mil quinhentos e trinta e um cruzeiros e vinte centavos), que com este baixam, devidamente rubricados, para reforço da ponte metálica sobre o rio Livramento, na Estrada de Ferro de Bragança, correndo as despesas à conta dos recursos provenientes de "Restos a Pagar" da dotação prevista no Anexo 4 — Verba 4 — Consignação VIII — Subconsignação 18-2-1-3, e dos constantes do Anexo 25 — Verba 4 — Consignação VI — Subconsignação 12-31-03-14-1, dos Orçamentos da União para os exercícios de 1951 e 1952, respectivamente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.778 — DE 24 DE ABRIL DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, duas áreas imprescindíveis à construção de obras complementares ao sistema de Oleoduto Santos-São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, as áreas de terrenos com a superfície total de 214.219,00 metros quadrados, pertencentes a Francisco Cunha e sua mulher, ou sucessores, situadas no Município de Cubatão, Estado de São Paulo, representadas na planta que com este baixa, devidamente rubricada, necessárias à construção de casas para alojamento do pessoal encarregado da estação de bombeamento, proteção de mananciais para abastecimento dessas casas e outras obras complementares do sistema de Oleoduto Santos-São Paulo.

Art. 2.º Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelo Decreto-lei n.º 4.152, de 6 de março de 1942, fica declarada a urgência da desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá das áreas referidas no artigo anterior.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.779 — DE 24 DE ABRIL DE 1952

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, terrenos necessários à construção do açude público "Pataxo", no município de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno com 27.984.000,00 m² (vinte sete milhões novecentos e oitenta e quatro mil metros quadrados), representada na planta que com este baixa, devidamente rubricada, necessária à construção do açude público "Pataxo", no município de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte, cujos projeto e orçamento foram aprovados pela Portaria n.º 902, de 15 de outubro de 1951 do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.780 DE 24 DE ABRIL DE 1952

Autoriza a Empresa de Eletricidade Vale Paracapanema S. A. a ampliar suas instalações termoeletricas.

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I da Constituição, e nos termos dos arts. 10 e 11 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940;

Considerando que, pela Resolução n.º 745, de 31 de março de 1952, a medida foi julgada conveniente e necessária pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa de Eletricidade Vale Paracapanema S. A. a ampliar suas instalações no Estado de São Paulo, mediante a montagem de dois novos grupos geradores diesel-elétricos, com a potência de 1.040 kw cada, na usina Santa Lina.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não apresentar os projetos e orçamentos respectivos dentro de cento e vinte dias, e se não iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.781 — DE 24 DE ABRIL DE 1952

Declara de utilidade pública diversas áreas de terras situadas nos municípios de Leopoldina, Cataguazes e São João Nepomuceno, no Estado de Minas Gerais e autoriza a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina a promover as desapropriações necessárias.

O President da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o que requereu a interessada e o disposto no Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas de utilidade pública as seguintes áreas de terras a serem inundadas em virtude da construção de uma barragem no rio Novo, na Usina Mauricio, de propriedade da Companhia Fôrça e Luz Cataguazes-Leopoldina, cuja concessão lhe foi outorgada pelo Decreto número 24.591, de 26 de fevereiro de 1948, constantes das plantas números A-1.105 e A-1.106, aprovadas pelo Ministro da Agricultura e que são as seguintes:

- 1) Área de 29,7500 Ha, de propriedade atribuída a Gustavo Dutra e Irmãos;
- 2) Área de 5,0000 Ha, de propriedade atribuída a Diógenes Alves;
- 3) Área de 17,7500 Ha, de propriedade atribuída a José Alves;
- 4) Área de 9,5000 Ha, de propriedade atribuída a Alencar Filgueiras;
- 5) Área de 15,8750 Ha, de propriedade atribuída a Americo Dutra;
- 6) Área de 0,2500 Ha, de propriedade atribuída a Jôdenes Amorim de Freitas;
- 7) Área de 4,8750 Ha, de propriedade atribuída a Sebastião Neto;
- 8) Área de 9,7500 Ha, de propriedade atribuída a José Alves dos Santos;
- 9) Área de 9,7500 Ha, de propriedade atribuída a José Pimentel;
- 10) Área de 7,5000 Ha, de propriedade atribuída a Sebastião de Sousa Neto;
- 11) Área de 7,0000 Ha, de propriedade atribuída a Murilo Amorim de Freitas e Irmãos;
- 12) Área de 2,1250 Ha, de propriedade atribuída a Sebastião Barbosa;
- 13) Área de 44,5000 Ha, de propriedade atribuída a José Pereira Santiago;
- 14) Área de 27,8750 Ha, de propriedade atribuída a Antônio Barbosa;
- 15) Área de 5,1250 Ha, de propriedade atribuída a Demóstenes Alves;
- 16) Área de 14,2000 Ha, de propriedade atribuída a Manuel Alves;
- 17) Área de 11,2500 Ha, de propriedade atribuída a Sebastião Barbosa;
- 18) Área de 33,0000 Ha, de propriedade atribuída a José de Araújo Porto;
- 19) Área de 4,0000 Ha, de propriedade atribuída a João Dutra;
- 20) Área de 5,1250 Ha, de propriedade atribuída a Aristides Alves;
- 21) Área de 41,0000 Ha, de propriedade atribuída a Eduardo Anselmo de Oliveira.

Art. 2.º A Companhia Fôrça e Luz Cataguazes-Leopoldina fica autorizada a promover a desapropriação das referidas áreas de terra, de conformidade com a legislação vigente.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.ª da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.783 — DE 24 DE ABRIL DE 1952

Concede à sociedade comercial "Pacha & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à firma comercial "Pacha & Companhia Limitada", com sede na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, consoante contrato de constituição social que apresentou, por meio de instrumento particular firmado a 23 de janeiro de 1952, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1952,
131.º da Independência e 64.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.783 — DE 24 DE ABRIL DE 1952

Revoga o Decreto n.º 17.413, de 22 de dezembro de 1944.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica revogado o Decreto n.º 17.413, de 22 de dezembro

de 1944, que concedeu a Rabay & Cia. autorização para a compra de pedras preciosas, nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.784 — DE 24 DE ABRIL DE 1952

Autoriza Antônio Maia do Amaral a comprar pedras preciosas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Antônio Maia do Amaral, cidadão brasileiro e residente em Tiro, no Estado de Minas Gerais, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.785 — DE 25 DE ABRIL DE 1952

Dá nova redação a parte "in fine" do artigo 4.º do Decreto n.º 30.134, de 5 de novembro de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 n.º I da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 4.º do Decreto n.º 30.134, de 5 de novembro de 1951, passa a ter a seguinte redação:

A Comissão de Abastecimento do Nordeste, será composta de três Membros, sendo um Representante da Comissão de Financiamento da Produção do Ministério da Fazenda, outro da Comissão de Marinha Mercante e o terceiro, o Presidente da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, (COFAP) que será também o seu Presidente.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.786 — DE 28 DE ABRIL DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no art. 1.º da Lei n.º 1.545, de 8 de janeiro de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 9 000,00 (nove mil cruzeiros), para atender ao pagamento de diferença de aluguel do prédio sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.
Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.787 — DE 28 DE ABRIL DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea n do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 cargo de Tesoureiro-Auxiliar (Recebedoria, do Distrito Federal), padrão N do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude do falecimento de Delmar Antunes Maciel, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Cor-

rente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.788 — DE 28 DE ABRIL DE 1952

Ratifica decreto do Estado de Goiás sobre exploração do serviço de loteria.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, e o que consta do processo fichado no Ministério da Fazenda, sob n.º 55.996-52, decreta:

Art. 1.º Fica ratificado o Decreto n.º 19, de 4 de março de 1952, do Estado de Goiás, que dispõe sobre a exploração do serviço de loteria, diretamente pelo Governo do mesmo Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.789 — DE 28 DE ABRIL DE 1952

Concede a sociedade "H. Dantas & Filho", autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem sob a nova denominação e forma social de "H. Dantas, Comércio, Navegação e Indústrias Limitada".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida a "H. Dantas & Filho", com sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, autorização a funcionar pelo Decreto número 25.988, de 9 de dezembro de 1949, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova denominação e forma social de "H. Dantas, Comércio, Navegação e Indústrias Limitada", consoante alterações do contrato social, que apresentou, por meio de escrituras públicas firmadas a 31 de dezembro de 1951 e 11 de março de 1952, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.790 — DE 28 DE ABRIL DE 1952

Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1952

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o item I, do art. 87, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a Tabela de fixação dos valores da etapa das Forças Armadas, nas diversas regiões, zonas e localidades do Território Nacional, organizada na conformidade do que preceitua o art. 100, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Parágrafo único. Para execução da referida Tabela, que se acha anexa a este Decreto, serão observadas as instruções que a acompanham.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillóbel.
Cyró Espírito Santo Cardoso.
Nero Moura.

INSTRUÇÕES

1 — A presente Tabela entrará em vigor, na data de sua publicação no *Diário Oficial*.

2 — É mantida em 1952 a mesma Tabela qualitativo-quantitativa de gêneros, que se encontra em vigor.

3 — O valor da etapa suplementar é igual ao fixado para a etapa comum em cada região, zona ou localidade.

4 — As tabelas de rações complementadas e especiais deverão ser organizadas pelos respectivos Ministérios no prazo máximo de 120 dias.

5 — Para os militares hospitalizados e para os alunos, os valores das etapas dos estabelecimentos de ensino e hospitalares serão, provisoriamente, os constantes desta tabela, constituídos pelos quantitativos de subsistência ou paíol, acrescidos da melhoria de rancho de que trata o parágrafo único do art. 96, até que sejam organizadas as tabelas de rações complementadas e especiais (alínea b e c do art. 83).

6 — Enquanto não forem organizadas as tabelas de rações complementadas a que se refere a alínea b do art. 89 do Código vigente, o arraaçamento ou municiamento do Ministério da Marinha continuará a ser feito de acôrdo com as suas tabelas já em vigor.

7 — Para a aplicação que estabelece o § 2.º do art. 92, serão observadas as seguintes prescrições:

a) os militares com direito à alimentação, quando em serviço em organização sem rancho, serão indenizados pelo triplo do valor das etapas que tiverem vencido, se forem obrigados a fazer tôdas as refeições do dia fora da organização ou da residência, por não disporem de meio de transporte oficial que os possa conduzir à mesma;

b) a indenização dessas etapas, isto é, o pagamento em dinheiro, deve constituir uma exceção e somente será realizado quando houver impossibilidade de ser o militar alimentado em organizações vizinhas ou nos restaurantes oficiais ou do SAPS existentes nos Quartéis-Generais, Repartições ou Estabelecimentos ou nas adjacências destes;

c) a despesa com o fornecimento dessa alimentação deverá correr à conta da dotação "ETAPAS" e ser autorizado o arranchamento nestas condições pelo Comandante respectivo, que, quando necessário, fará a solicitação a outras autoridades a que estejam subordinados os restaurantes;

d) a etapa suplementar é sempre paga em seu valor simples, tanto no país como no estrangeiro;

e) os expedientes normais nas Organizações Militares do País e nos Escritórios dos Adidos Militares, em geral, ou Comissões de Compras no Exterior não dão direito à indenização de etapas pelo triplo de valor fixado, por isso que não obrigam o militar a fazer tôdas as refeições do dia fora de sua residência;

f) em escolas, fábricas, unidades, arsenais, depósitos, etc., que pelo horário de trabalho exijam permanência continuada por mais de seis (6) horas, deve ser sempre organizado refectório;

g) as expressões rancho próprio e rancho organizado são equivalentes e não há como distingui-las para efeito do custeio das despesas de alimentação.

8 — Para as localidades de Cucuí, Içá, Japurá, Brasília, Tabatinga e Caselvasco, os valores da etapa são os fixados para os Territórios e Ilhas de Abrolhos e Trindade.

9 — Até que sejam organizadas as Tabelas da ração complementada, a etapa comum do pessoal arranchado do Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas será acrescida de cinco cruzeiros (Cr\$ 5,00) e a do pessoal arranchado ou municiado da Polícia do Exército, da Polícia Militar de Infantaria de Guardas da Aeronáutica e da Companhia de Ser-

Tabela Geral de fixação dos valores da etapa comum para as Forças Armadas, a vigorar da data de sua publicação, organizada de acôrdo com o disposto no art. 100 da Lei n.º 1.316, de 20-1-1951 — Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

ESTADOS, TERRITÓRIOS E ILHAS	ETAPA (ART. 98)			MELHORIAS DE RANCHO	
	QUANTITATIVOS			Art. 96	Parágrafo único do Art. 96
	Subsistência	Rancho	Soma		
	CR\$	CR\$	CR\$	CR\$	CR\$
Amazonas e Pará	14,80	4,90	19,70	7,40	11,10
Maranhão, Piauí e Ceará	12,40	4,10	16,50	6,20	9,30
Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas	13,30	4,40	17,70	6,70	10,10
Sergipe e Bahia	13,20	4,40	17,60	6,60	9,90
Mato Grosso e Goiás	12,00	4,00	16,00	6,00	9,00
São Paulo, Paraná e Santa Catarina	11,00	3,70	14,70	5,50	8,30
Minas Gerais	11,20	3,70	14,90	5,60	8,40
Distrito Federal, Espírito Santo e Rio de Janeiro	11,50	3,80	15,30	5,80	8,70
Rio Grande do Sul	10,10	3,40	13,50	5,10	7,70
Territórios do Acre, Amapá, Fernando de No- ronha, Guaporé, Rio Branco e Ilhas de Abrolhos e Trindade	19,50	6,50	26,00	9,80	14,70

viço de Policiamento do Corpo de Fuzileiros Navais, será acrescida de um cruzeiro (Cr\$ 1,00).

10 — Os alunos dos Centros ou Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva, quando acampados, em jornada completa ou serviço continuado, farão jus à alimentação por conta do Estado e terão a ração comum das localidades em que servirem, com as melhorias previstas no artigo 96 e seu parágrafo. Esses alunos, em hipótese alguma, receberão etapas.

Quando os Centros ou Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva não tiverem rancho próprio, deverão sacar, da Repartição competente, o valor total da ração comum e melhoria de rancho a que fizer jus o aluno para indenização da alimentação fornecida ao mesmo pelas Organizações Militares ou restaurantes do S.A.P.S.

11 — No Exército, a taxa de 3% para o "Fundo de Estocagem e Intercâmbio", de que trata o art. 12 da Portaria n.º 6.054, de 12 de fevereiro de 1944, percentagem que não está integrada no quantitativo de subsistência, para o pessoal arranjado, será calculada sobre o valor do mesmo quantitativo e constituirá crédito "em ser" na Diretoria de Finanças do Exército, a favor da Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes do Exército, a fim de ser requisitado por esta repartição, trimestralmente, depois de conhecido o confronto dos direitos e percepções dos Estabelecimentos de Subsistência, em face dos efetivos arraçados.

12 — O quantitativo de subsistência, além da aquisição dos gêneros substanciais, atenderá às despesas de transporte, armazenagem, conservação e outras inerentes ao funcionamento dos Estabelecimentos de Subsistência, com exceção dos transportes ferroviários, fluviais e marítimos, que correrão por conta da S/C-01 da Verba 3 — Serviços e Encargos do Orçamento do Ministério da Guerra para 1952, ficando autorizado, se necessário, o empenho dessa despesa de acordo com o disposto no art. 46 do Código de Contabilidade da União.

13 — Os Ministérios da Marinha e da Aeronáutica, mediante prévio entendimento com o Ministério da Guerra, poderão ser supridos pelos Estabelecimentos de Subsistência do Exército, desde que os preços e condições de suprimento interessem às respectivas Organizações.

14 — A etapa no estrangeiro terá o triplo do valor da etapa comum fixada para a Capital Federal.

DECRETO N.º 30.791 — DE 29 DE ABRIL
DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 12.000,00, para atender às despesas com o pagamento das contribuições referentes a 1948, 1949 e 1950, devidas pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico como membro da referida Associação.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.511, de 19 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regu-

lamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento das contribuições referentes a 1948, 1949 e 1950, devidas pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico, na qualidade de membro da referida Associação.

Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.792 — DE 30 DE
ABRIL DE 1952

Suspende exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta

Art. 1.º Fica suspensa, a contar de 31 de julho de 1952, até 31 de dezembro de 1953, a exigência da alínea c, do artigo 54 do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada, aprovado pelo Decreto número 3.121, de 3 de outubro de 1938.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guilhobel.

DECRETO N.º 30.793 — DE 30 DE
ABRIL DE 1952

Aprova o projeto e o orçamento para a construção do segundo trecho da ligação ferroviária D. Silvério - São Domingos do Prata - Nova Era, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 n.º I, da Constituição decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados o projeto e o orçamento referentes ao trecho compreendido entre as estacas 1.580 e 3.491, da ligação ferroviária D. Silvério - São Domingos do Prata - Nova Era no Estado de Minas Gerais, na importância de Cr\$ 146.664.870,10 (cento e quarenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil oitocentos e setenta cruzeiros e dez centavos)

§ 1.º O projeto e orçamento de que trata este artigo serão dados à publicidade mediante portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 2.º A despesa com a execução das obras correrá, no atual exercício, à conta da Verba 4 — Consignação III

— Subconsignação 06-31-01-1, do Anexo 25, da Lei de Meios, e, nos exercícios vindouros, à conta dos recursos que, para esse fim, forem concedidos.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.794 — DE 30 DE
ABRIL DE 1952

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área necessária à construção ferroviária D. Silvério - São Domingos do Prata - Nova Era, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis números 4.152, de 6 de março de 1942, e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º São declaradas de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas necessárias à ligação ferroviária D. Silvério - São Domingos do Prata - Nova Era, no Estado de Minas Gerais, compreendidas entre as estacas 1.580 e 3.491, cujo projeto e orçamento foram aprovados pelo Decreto n.º 30.793, de 30 de abril de 1952.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.795 — DE 30 DE ABRIL DE 1952

Altera a redação do artigo 93, do Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública aprovado pelo Decreto número 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O item X do artigo 93 do Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública, aprovado pelo Decreto n.º 20.493, de 24 de janeiro de 1946, passa a vigorar com a seguinte redação:

X — a remeter ao S. C. D. P., nos dez primeiros dias de cada ano, dois ingressos permanentes, para serem exclusivamente distribuídos entre o Chefe do S. C. D. P. e os censores, sendo que, em se tratando de teatros, clubes esportivos e recreativos e circos as localidades assinaladas em tais ingressos devem ser nas três primeiras filas da plateia em posição de visibilidade e audição completas.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952; 131ª da Independência e 64ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 30.796 — DE 30 DE ABRIL DE 1952

Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à realização do aproveitamento de energia hidráulica existente no curso d'água denominado Jacaré Guaçu, na divisa dos municípios de São Carlos e Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo e autoriza a Companhia Paulista de Eletricidade a promover as desapropriações.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e

atendendo ao disposto no art. 151, letras a, b e c do Código de Águas, nos arts. 3.º e 5.º, letras h e 15.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.152, de 6 de março de 1942, e tendo em vista o que requereu a interessada, decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas de utilidade pública, nos termos dos artigos 3.º e 5.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, e do parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei número 4.152, de 6 de março de 1942, diversas áreas de terras e as benfeitorias por acaso, nelas contidas, de acordo com as plantas apresentadas e aprovadas, ns. 2.404-C, 2.405-C, ... 2.406-C, 2.532-C e 2.600-C, anexas ao processo D. Ag. 1.846-51 da Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, cujos proprietários presumíveis estão relacionados adiante, necessárias ao repasseamento, às obras de adução, ao edifício da usina, às casas de moradia, às estradas, aos caminhos de acesso, à posteação e linhas de controle e serviço, para a realização do aproveitamento da energia hidráulica existente no curso d'água denominado Jacaré Guaçu, situada na divisa dos municípios de São Carlos e Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo, cuja concessão foi outorgada à Companhia Paulista de Eletricidade, sediada na cidade de São Paulo, pelo Decreto n.º 24.774, de 7 de abril de 1948, publicado no "Diário Oficial" de 13 de maio de 1948, página n.º 7.341 e cujo projeto já se encontra aprovado pelo Ministro da Agricultura por despacho de 20 de setembro de 1951, publicado no "Diário Oficial" de 28 de setembro de 1951, página 14.433.

a) Três glebas de terra com as áreas de respectivamente, 125.500,00; 480.000,00 e 200.000,00 metros quadrados, perfazendo o total de oitocentos e cinco mil e quinhentos (805.500,00) metros quadrados, do imóvel denominado "Fazenda Santana", situado nos municípios de Brotas, Ribeirão Bonito e São Carlos, do Estado de São Paulo, imóvel esse de propriedade atribuída, em condomínio, da Companhia Paulista de Eletricidade e de Manoel Lopes Ladeira, Waldomiro Leme Ladeira, Dna. Alzêmira Leme Ladeira, Dr. Aquiles Leme Ladeira, Dna. Ma-

ria José Leme Ladeira, Dna. Maria Emília de Moraes Coelho e José Rodrigues Coelho.

b) Duas áreas de terras com a extensão de, respectivamente, 233.560,00 e 613.080,00 metros quadrados, perfazendo o total de oitocentos e quarenta e nove mil e seiscentos e quarenta (849.640,00) metros quadrados, do imóvel denominado "Fazenda Santo Antônio", situado nos municípios de Brotas e São Carlos, do Estado de São Paulo, imóvel esse de propriedade atribuída, em condomínio, de Antônio Carlos de Arruda Botelho, Dna. Elisa de Arruda Botelho, Dna. Ana Carolina de Arruda Botelho, Dna. Maria Amélia Botelho Barbosa de Oliveira, Dna. Helena Botelho Vieira Marcondes e Dna. Antonieta de Arruda Botelho.

c) Uma gleba de terras, com a área de trezentos e quarenta e oito mil e oitocentos (348.800,00) metros quadrados, do imóvel denominado "Fazenda Palmeiras", situado no município de Brotas, do Estado de São Paulo, imóvel esse de propriedade atribuída de Paulo Frágoso Coimbra.

d) Uma gleba de terras, com a área de duzentos e sete mil e seiscentos (207.600,00) metros quadrados, do imóvel denominado "Fazenda Boa Vista", situado no município de São Carlos, do Estado de São Paulo, imóvel esse de propriedade atribuída de Fuad Lutfalla Júnior, Fábio Lutfalla, Lutfalla Felipe, Lutfalla Neto e Eduardo Lutfalla.

e) Uma gleba de terras, com a área de cento e trinta e um mil e quinhentos (131.500,00) metros quadrados, do imóvel denominado "Fazenda Água Branca", situado no município de São Carlos, do Estado de São Paulo, imóvel esse de propriedade atribuída, de Delfino Camargo Penteado, ou seus herdeiros ou sucessores.

Art. 2.º A Companhia Paulista de Eletricidade fica autorizada a promover a desapropriação das referidas áreas de terras, na forma da legislação vigente, usando inclusive da facilidade prevista no art. 15.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelo de n.º 4.152, de 6 de março de 1942.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.797 — DE 30 DE ABRIL DE 1952

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a instalar uma usina elétrica no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, para uso exclusivo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 3.º do Decreto-lei n.º 3.763, de 26 de outubro de 1941, combinado com o art. 10 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia de Cimento Portland Rio Branco, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a instalar uma usina termelétrica em sua fábrica de cimento no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, com a potência de 2.000 KW, e de acordo com os projetos aprovados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida destina-se ao uso particular da interessada.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, após a sua publicação.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.798 — DE 30 DE
ABRIL DE 1952

Concede à Companhia Vidraria Santa Marina autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do artigo 6.º, § 1.º, do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Companhia Vidraria Santa Marina, sociedade anônima constituída por assembleia geral de nove (9) de dezembro de mil novecentos e três (1903), com sede na Capital do Estado de São Paulo, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952.
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.799 — DE 30 DE
ABRIL DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Guilherme Furtado Portugal a pesquisar mica, caulim e associados no Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Guilherme Furtado Portugal a pesquisar mica, caulim e associados, em terrenos de proprie-

dade de Humberto Nacarate, numa área de trinta hectares (30 ha), encravada no imóvel denominado "Três Barras da Serra Negra", no Distrito e Município de Rio Preto, do Estado de Minas Gerais, e delimitada por um retângulo, que tem um vértice a cento e cinquenta metros (150m), no rumo magnético vinte e quatro graus sudoeste (24º SW), a partir da confluência dos córregos "Três Barras" e "Nacarate", e cujos lados adjacentes têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos metros (400 m), trinta e quatro graus noroeste (34º NW); setecentos e cinquenta metros (750m), cinquenta e seis graus nordeste (56º NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952,
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.800 — DE 30 DE
ABRIL DE 1952

Autoriza a Companhia Brasileira de Mineração de Grafite a lavrar minério de manganês grafitoso no município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Brasileira de Mineração de Grafite a lavrar minério de manganês grafitoso, em terrenos de propriedade de Sebastião de Oliveira Rocha, no lugar denominado Sítio do Alto Limoeiro, no distrito e município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro,

numa área de sessenta hectares (60 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a quinhentos metros (500m), no rumo verdadeiro vinte e oito graus e trinta minutos nordeste (28° 30' NE), do canto noroeste (NW) da casa sede do referido sítio e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros; seiscentos metros (600m), sessenta e um graus e trinta minutos noroeste (61° 30' NW); mil metros (1.000m), vinte e oito graus e trinta minutos sudoeste (28° 30' SW).

Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33 e 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 1.200,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.801 — DE 30 DE ABRIL DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Raimundo de Melo a pesquisar grafite e associados, no município de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas); decreta:

Art. 1.º Pica autorizado o cidadão brasileiro José Raimundo de Melo a pesquisar grafite e associados em terrenos de Jacob Francisco de Aquino, situados no lugar denominado Pedra do Umbú, no distrito - município de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais, numa área de quatro hectares e noventa e cinco ares (4,95 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a quarenta e dois metros (42m), no rumo magnético oeste (W) da porteira da cerca que divide os terrenos de Jacob Francisco de Aquino com os de Agostinho Borges, na estrada real Santo Antônio do Monte — Pedra de Indaiá, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: cento e sessenta e cinco metros (165m), e rumo sul (S), magnético; trezentos metros (300m) e rumo oeste (W) magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.802 — DE 30 DE ABRIL DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Brasileiro Rogich a pesquisar calcário, no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas); decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Brasílio Rogich a pesquisar calcário em terrenos de sua propriedade na localidade denominada Bairro do Piraporinha, distrito de Salto do Pirapora, município de Sorocaba, Estado de São Paulo, numa área de quatro hectares trinta e um ares e cinquenta e dois centiares — (4.3152 ha) delimitada por um polígono que tem um vértice a cento e setenta e oito metros (178m), no rumo magnético setenta e três graus sudeste (73º SE) do meio da ponte da estrada das lavras sobre o rio Pirapora, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e sessenta metros (160m), dezessete graus noroeste (17º NW); cento e sessenta e quatro metros (164m), sessenta e dois graus nordeste (62º NE); duzentos e oitenta metros (280m), trinta e oito graus sudeste (38º SE); e o quarto e último lado é constituído de um segmento retilíneo que partindo da extremidade do terceiro lado vai terminar no vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS,

João Cleófas.

DECRETO N.º 30.803 — DE 30 DE ABRIL DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Jacyro Faury a pesquisar argila, caulim e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas); decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Jacyro Faury a pesquisar

argila, caulim e associados em terrenos da The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited, situados no lugar denominado Terceira, no distrito de Biritiba, Mirim, município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, numa área de duzentos e quarenta hectares (240 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a novecentos e quinze metros (915m) no rumo verdadeiro de setenta e nove graus sudoeste (79º SW) do marco do quilômetro trinta e três (km. 33) da rodovia Casa Grande — Mogi das Cruzes, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: mil quinhentos metros (1.500m) e rumo de oitenta e cinco graus e trinta minutos noroeste (85º 30'NW); mil e seiscentos metros (1.600m) e rumo de três graus e trinta minutos sudoeste (3º 30'SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 2.400,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS,

João Cleófas.

DECRETO N.º 30.834 — DE 30 DE ABRIL DE 1952

Autoriza a Cia. Brasileira de Ligantes Hidráulicos a pesquisar calcário e associados, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Brasileira de Ligantes Hidráulicos a pesquisar calcário e associados em terrenos de propriedade dos Senhores Alcides Brito Fernandes, Do-

mingos da Conceição, Aluizio Voebert, José de Oliveira, José Voelbert, José Dias Bastos, Djalma Coube, José Mesquita Bastos, Victor Boquimpani, Manuel Belarmino de Oliveira, Elídio José Rodrigues, Elídio José Coelho, Francisco José Ceeiho e Honório Ismério, no imóvel fazenda Cachoeira, situados no distrito de Euclideslândia, município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quatrocentos e oitenta e cinco hectares (485 ha) delimitada por um polígono mixtilíneo que tem um vértice no canto nordeste (NE), da Ponte dos Esmeris, sobre o rio Negro, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos e quarenta e oito metros (548m), setenta e um graus noroeste (71° NW); mil e quinhentos metros (1.500m), vinte e um graus e trinta minutos noroeste (21° 30' NE); dois mil e cem metros (2.100m); sessenta e oito graus, trinta minutos noroeste (68° 30' NW); dois mil seiscentos e setenta e dois metros (2.672m), cinquenta graus nordeste (50° NE); mil e noventa e dois metros (1.092m), cinquenta e quatro graus, trinta minutos sudeste (54° 30' SE); seiscentos e vinte e seis metros (626m), trinta e sete graus sudoeste (37° SW); o sétimo lado é o segmento retilíneo que partindo da extremidade do sexto lado descrito, com rumo de quarenta e um graus e trinta minutos sudeste (41° 30' SE), alcança a margem esquerda do rio Negro; o oitavo e último lado é a margem esquerda do rio Negro no trecho compreendido entre a extremidade do sétimo lado e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil oitocentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 4.850,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.305 -- DE 30 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza a firma Andréa Salvini & Cia. Ltda. a pesquisar mármore e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 27, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a firma Andréa Salvini & Cia. Ltda. a pesquisar mármore e associados em terrenos de propriedade de Diogo Stambassi situados no lugar denominado Caieira, no distrito e município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais, numa área de quarenta e quatro hectares, sessenta e cinco ares (44,65 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a seiscentos e oitenta e sete metros (687m) no rumo magnético de trinta graus sudoeste (30° SW) do pilar central do estábulo de alvenaria, pertencente ao Sr. Diogo Stambassi, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos metros (400m), quarenta e cinco graus sudeste (45° SE); quinhentos metros (500m), trinta graus sudoeste (30° SW); setecentos e setenta e três metros (773m), sessenta graus noroeste (60° NW); quinhentos metros (500m), trinta graus nordeste (30° NE); quatrocentos metros (400m), setenta e cinco graus sudeste (75° SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 450,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.806 — DE 30 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Anis Fadul a pesquisar quartzo e associados, no município de Poá, Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Anis Fadul a pesquisar quartzo e associados, em terrenos de propriedade de Walter Goneli e sua mulher, no bairro do Cambiri, distrito de Ferraz de Vasconcelos, município de Poá, Estado de São Paulo, numa área de quatro hectares, cinquenta e sete ares e oitenta centiares (45780 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e noventa e nove metros e cinquenta centímetros (199,50m), no rumo magnético cinquenta e nove graus sudoeste (59° SW) do frontal esquerdo da casa de alvenaria, sede da propriedade agrícola de Leonidas Tomazzi e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: sessenta e seis metros e cinquenta centímetros (66,50m), cinquenta e dois graus e dez minutos noroeste (52° 10' NW); cento e setenta e oito metros (178m), trinta e quatro graus e cinco minutos sudoeste (34° 05' SW); trinta e oito metros (38m), quarenta e nove graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (49° 45' SW); cento e cinquenta e dois metros (152m), cinquenta e cinco graus e doze minutos sudeste (55° 12' SE); vinte e nove metros (29m), dezenove graus e trinta e cinco minutos sudoeste (19° 35' SW); noventa e seis metros e cinquenta centímetros (96,50m), sessenta graus e quarenta e cinco minutos sudeste (60° 45' SE); doze metros (12m), setenta e um graus e trinta minutos sudeste (71° 30' SE); trinta metros (30m), dois graus nordeste (2° NE); cento e noventa metros (190m), trinta e quatro graus nordeste (34° NE); cento e setenta e seis metros e cinquenta centímetros (176,50m), sessenta e quatro graus e trinta minutos noroeste (64° 30' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica

deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.807 — DE 30 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Manuel da Silva Franco a pesquisar talco e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Manuel da Silva Franco a pesquisar talco e associados em terrenos devolutos situados no lugar denominado Barra ou Moura, no distrito de Itaipococa, município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, numa área de duzentos e quatorze hectares e vinte e nove ares (214,29 ha) delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice na margem direita do rio Ribeirão a trezentos e setenta e oito metros e sessenta e cinco centímetros (378,65m) no rumo magnético de quarenta e três graus e dez minutos sudeste (43° 10' SE) da barra do correjo do Monjolo Velho, afluente do rio mencionado, e os lados, a partir do vértice considerado, com os seguintes comprimentos e rumos magnéticos a saber: parte retilínea setecentos e vinte metros (720m), trinta e quatro graus e vinte e cinco minutos sudoeste (34° 25' SW); oitocentos metros (800m), quarenta graus e cinquenta minutos sudoeste (40° 50' SW); mil e oitenta e oito metros (1.088m), quarenta e nove graus e dez minutos noroeste (49° 10' NW); oitocentos metros (800m), quarenta graus e cinquenta minutos nordeste (40° 50' NE); oitocentos e noventa metros (890m), trinta e sete

graus nordeste (37° NE); e a parte curvilinear é constituída pela linha que perlonga a margem direita do rio Ribeirão, para jusante no trecho compreendido entre as extremidades do último e do primeiro, lados retilíneos.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil cento e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 2.150,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.868 — DE 30 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Anis Fadul a pesquisar argila e associados, no município de Suzano, Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.935, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Anis Fadul a pesquisar argila e associados, em terrenos de propriedade da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil, no lugar denominado Parque Suzano, distrito e município de Suzano, Estado de São Paulo, numa área de cento e oito hectares (108 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a quatrocentos e sessenta metros (460m), no rumo verdadeiro, setenta e seis graus nordeste (76° NW) do marco quilométrico número quatrocentos e sessenta e quatro (km. 464) da Estrada de Ferro Central do Brasil e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: mil e quinhentos metros (1.500m), trinta e um graus

sudoeste (31° SW); setecentos e setenta metros (770m), cinquenta e nove graus sudeste (59° SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e oitenta cruzeiros (Cr\$ 1.080,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.809 — DE 30 DE ABRIL
DE 1952

Classifica as localidades do Território Nacional, nas categorias previstas no art. 122, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o item I do art. 87, da Constituição, decreta:

Art. 1.º São classificadas, nas categorias abaixo especificadas, as seguintes localidades:

Categoria "A":

Amapá, Barranco Branco, Boa Vista do Rio Branco, Brasília, Casavasco, Clevelandia, Coimbra, Cucui, Fernando de Noronha, Guajará-Mirim, Içá, Macapá, Óbidos, Oiapoque, Porto Velho, Rio Apa, São Luís de Cáceres, Tabatinga, Tecantins e Vila Bittencourt (Japurá).

Categoria "B":

Ilha da República, Ilha da Trindade, Príncipe da Beira e as demais localidades situadas nos Territórios Federais de Rio Branco e Acre.

Categoria "C":

Abrolhos, Bela Vista, Corumbá, El-Runepé, Foz de Iguaçu, Guarapuava, Ilha do Mel, Ladário, Porto Esperança, Teresina, Fazenda Jardim, Guaira, Joazeiro, Pirapora, Iguaçu (Laranjeiras), Palma, Miranda, Petrolina, Porto Murinho, Santa Rosa, Três Lagoas, Campo Grande, Belém do Pará, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador (Bahia), Uaupés e as demais

situadas nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia; Espírito Santo e Mato Grosso.

Categoria "D":

São Luís Gonzaga, Santo Ângelo e Ipameri.

Categoria "E":

Pôrto União, União da Vitória, Lages e Santiago do Boqueirão.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor a partir da data da publicação do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (23 de janeiro de 1951), revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.810 — DE 2 DE MAIO DE 1952

Determina e novamente classifica as localidades do Território Nacional, nas categorias previstas nos artigos 122 e 123 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º São classificadas nas categorias abaixo especificadas, as seguintes localidades:

Categoria "A"

Barranco Branco, Bela Vista do Norte (Município de São Luiz de Cáceres), Brasília, Casalyasco, Corixa, Cruzeiro do Sul, Cucui, Fortuna, Guajará-Mirim, Içá, Ilha da República, Ilha da Trindade, Pôrto Esperidião, Príncipe da Beira, Rio Apa, Tabatinga, Tocantins e Vila Bittencourt (Japurá).

Categoria "B"

Abrolhos, Bôca do Acre, Eirunepé, Forte Pôrto Carrero (Coimbra), Guaiara, Pôrto Murinho, Uaupés e as demais localidades situadas nos Territórios Federais de Fernando de No-

ronha, Rio Branco, Amapá, Acre e Guaporé.

Categoria "C"

Bela Vista, Corumbá, Fôz do Iguaçu, Guarapuava, Ilha do Mel, Ladário, Pôrto Esperança, São Luiz de Cáceres, Terezina e as localidades situadas nos Estados do Amazonas e do Pará.

Categoria "D"

Palmas, São Luiz Gonzaga, Santa Rosa e as demais localidades situadas nos Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás.

Categoria "E"

As demais localidades situadas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais e no Distrito Federal.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.811 — DE 2 DE MAIO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no art. 1.º da Lei n.º 1.534, de 31 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário o crédito especial de setenta e seis mil, setecentos e oitenta e nove cruzeiros e setenta centavos (Cr\$ 66.789,70), destinado ao pagamento de gratificações por serviços eleito-

rais devidas a juizes eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Pará relativamente ao exercício de 1946.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.812 — DE 2 DE MAIO DE 1952

Regulamenta dispositivos da Lei número 1.474, de 26 de novembro de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e

Considerando que a Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, alterou as leis referentes ao Imposto de Renda, consolidadas pelo Decreto número 24.239, de 22 de dezembro de 1947;

Considerando, ainda, que as novas disposições, por sua complexidade e relevância, carecem, para perfeita aplicação, de normas claras e precisas, decreta:

Artigo único. Fica aprovado o Regulamento que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, para a perfeita execução de dispositivos da Lei número 1.474, de 26 de novembro de 1951.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N.º 30.812, DE 2 DE MAIO DE 1952:

Art. 1.º Os aumentos de capital realizados pelas sociedades de qualquer espécie, no ano de 1952, com recursos provenientes de reservas acumuladas até 31 de dezembro de

1951, e já tributadas, ficarão sujeitos, excepcionalmente, ao imposto de 15% (quinze por cento), a ser recolhido na fonte, pela pessoa jurídica.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo, não se computarão as provisões, fundos e reservas não tributados em poder da pessoa jurídica.

§ 2.º O imposto a que se refere este artigo será recolhido por meio de guia à repartição competente, acompanhada da cópia da Ata da Assembléia Geral ou de uma via do instrumento de reforma do contrato social e o seu pagamento será feito em 12 (doze) prestações iguais, mensais e sucessivas, sendo a primeira dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data da Assembléia Geral que aprovar o aumento do capital, no caso das sociedades por ações, ou da reforma do contrato social, no caso das sociedade de pessoas.

§ 3.º O imposto excepcional previsto neste artigo, incidindo sobre os aumentos de capital com a utilização de reservas já tributadas na pessoa jurídica, exclui nova tributação proporcional em poder desta e complementar em poder da pessoa física, recaindo o ônus sobre os sócios ou acionistas, titulares de ações nominativas ou ao portador.

Art. 2.º Os aumentos de capital das sociedades de qualquer tipo, realizados no ano de 1952, mediante a reavaliação do ativo imobilizado, adquirido até 31 de dezembro de 1946, sofrerão, excepcionalmente, a tributação de 10% (dez por cento), a ser recolhida na fonte, pela pessoa jurídica.

§ 1.º A reavaliação a que se refere este artigo deverá, para os efeitos da tributação excepcional, ser examinada e aceita pela Delegacia Regional ou Seccional do Imposto de Renda competente, à vista dos documentos que instruírem a respectiva guia de recolhimento, e não poderá ultrapassar os seguintes coeficientes (multiplicadores):

- | | | |
|----|---|-----|
| a) | para os bens adquiridos antes ou durante o período de 1925 a 1929 | 8,0 |
| b) | para os bens adquiridos no período de 1930 a 1934 | 7,5 |
| c) | Idem, idem de 1935 a 1937 | 6,5 |
| d) | Idem, idem de 1938 a 1939 | 4,0 |
| e) | Idem, idem de 1940 a 1942 | 3,0 |

- f) Idem, idem de 1943 a 1944 2,0
g) Idem, idem de 1945 a 1946 1,5

§ 2.º São abrangidos pela tributação excepcional, de que trata este artigo, os aumentos de capital realizados no ano de 1952, com a utilização de reservas ou fundos constituídos mediante reavaliações do ativo imobilizado, efetuadas antes da Lei número 1.474, de 26 de novembro de 1951, observados os períodos e coeficientes estabelecidos no parágrafo anterior.

§ 3.º Só poderão fazer o aumento de capital mediante reavaliação, com a tributação excepcional de que trata este artigo, as sociedades que tiverem o seu capital integralizado, não sendo admitida a reavaliação para fins de pagamento ou de integralização das ações ou das cotas.

§ 4.º O montante da reavaliação não será, em tempo algum, computado para o cálculo das deduções previstas nas letras d, e e f do art. 37 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947.

§ 5.º O recolhimento do imposto será feito pela pessoa jurídica, por meio de guia, em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data da Assembléia Geral que autorizar o aumento do capital, no caso das sociedades por ações, ou da reforma do contrato social, no caso das sociedades de pessoas.

§ 6.º O imposto excepcional previsto neste artigo, incidindo sobre os aumentos de capital mediante reavaliação do ativo, substitui a taxa prevista no art. 43, § 1.º, alínea h do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, constituindo ônus da pessoa jurídica e excluindo a tributação complementar em poder da pessoa física ou da fonte.

Art. 3.º Nos casos dos arts. 1.º e 2.º, observar-se-ão as seguintes regras:

a) as novas ações resultantes do aumento ou as ações anteriores cujo valor nominal for acrescido serão nominativas e só poderão ser transferidas ou convertidas em ações ao portador, depois do prazo de um ano, no caso do art. 1.º, e de dois anos, no caso do art. 2.º;

b) nenhum sócio das sociedades em nome coletivo, em comandita simples, de capital e indústria e por cotas de responsabilidade limitada poderá ceder a sua cota, ainda que o contrato se refira a diversas cotas para cada sócio, ante sde integralmente pago o imposto;

c) nenhuma sociedade beneficiada pelos arts. 1.º e 2.º poderá, antes de integralmente satisfeito o pagamento do imposto, diminuir o próprio capital, incorporar-se a outra, fundir-se para organizar uma terceira, nem dissolver-se, salvo casos de morte ou falência, a não ser que satisfaçam o imposto nas taxas normais;

d) o não pagamento do imposto ou de suas prestações, nos tempos próprios, ou qualquer infração às limitações constantes deste artigo e dos arts. 1.º e 2.º, fará cessar os favores neles concedidos, sujeitando a sociedade e os sócios ao pagamento do imposto sobre pessoa jurídica e sobre pessoa física, nas taxas normais, computando-se, para esse fim, os recolhimentos efetuados;

e) os aumentos de capital, realizados pelas sociedades, no ano de 1952, com a utilização de ações novas ou cotas, recebidas de outras sociedades de que forem acionistas ou sócias, por força dos arts. 1.º e 2.º, e a conseqüente distribuição de ações ou cotas, não sofrerão nova tributação, proporcional e complementar ou na fonte.

Art. 4.º O imposto de que trata a Lei n.º 154, de 25 de novembro de 1947, e regulamentada pelo Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, com as modificações das Leis números 1.473 e 1.474, de 24 e 26 de novembro de 1951, respectivamente, será cobrado, nos exercícios de 1952 a 1956, inclusive, acrescido de uma taxa adicional restituível.

§ 1.º A taxa adicional a que alude este artigo será:

a) de 15% sobre o montante do imposto a pagar pelos contribuintes;

b) de 3% sobre as reservas e lucros em suspenso ou não distribuídos em poder de pessoas jurídicas, formados a partir do ano base de 1951, inclusive, salvo o fundo de reserva legal e as reservas técnicas das companhias de seguro e de capitalização;

§ 2.º A taxa adicional de 15% (quinze por cento), de que trata a

letra *a* do parágrafo anterior, incidirá, quanto às pessoas físicas referidas na PARTE PRIMEIRA DO TÍTULO I do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, sobre os impostos superiores a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

§ 3.º Os lançamentos relativos à taxa adicional de 15% (quinze por cento), referida na letra *a* do § 1.º deste artigo, a que estão sujeitas as pessoas físicas e jurídicas, terão por base o imposto de renda devido em cada um dos exercícios de 1952 a 1956 (anos base de 1951 a 1955), inclusive.

§ 4.º A taxa adicional de 15% (quinze por cento) referida na letra *a* do § 1.º deste artigo, a que estão sujeitos os contribuintes de que tratam os arts. 92, 96, incisos 3.º a 5.º, 97 e 98 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, com as modificações constantes das Leis ns. 1.473 e 1.474, de 24 e 26 de novembro de 1951, respectivamente, terá por base o imposto de renda a ser recolhido na fonte, em cada um dos exercícios financeiros de 1952 a 1956, inclusive.

§ 5.º A taxa de 3% (três por cento), referida na letra *b* do § 1.º deste artigo, incidirá sobre a importância das reservas e lucros sussepsos ou não distribuídos, formados a partir do ano base de 1951, inclusive, e constantes das respectivas declarações de rendimentos das pessoas jurídicas.

§ 6.º Na hipótese de pagamento do imposto de renda de pessoas físicas ou jurídicas em quatro (4) prestações, a taxa adicional de 15% (quinze por cento), a que se refere a letra *a* do § 1.º deste artigo, será cobrada em separado, como quinta (5.ª) cota.

§ 7.º A multa de mora relativa à prestação a que alude o parágrafo anterior terá a mesma aplicação a que se destina o fundo e não será restituída.

§ 8.º A taxa adicional de 15% (quinze por cento), no caso do § 4.º deste artigo, será recolhida, em separado, por meio de guia, em 4 vias, concomitantemente com o imposto de renda na fonte ou as respectivas prestações, quando permitidas.

§ 9.º No caso da alínea *b* do § 1.º deste artigo, a taxa de 3% (três por cento) será cobrada conjuntamente com a taxa referida no § 6.º.

§ 10. O montante do adicional a que se refere este artigo constituirá fundo especial com personalidade contábil e será aplicado na execução do programa de reaparelhamento de portos e ferrovias, aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias básicas e de agricultura.

§ 11. As importâncias provenientes da cobrança do adicional de que trata este artigo serão, no decurso do sexto exercício e, após o do respectivo recolhimento, com uma bonificação, restituídas em títulos da dívida pública federal, cuja emissão fica o Poder Executivo autorizado a fazer até a importância de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros).

§ 12. Uma lei especial regulará a aplicação do fundo a que se refere este artigo, devendo suspender-se a cobrança dos adicionais referidos, se até 1.º de julho de 1952 não estiverem aprovados os primeiros projetos, com a colaboração expressa das entidades estrangeiras financiadoras.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1952.
— *Horácio Lafer*.

DECRETO N.º 30.813 — DE 5 DE MAIO DE 1952

Autoriza a Companhia Hidro-Elétrica Paranapanema a ampliar suas instalações.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.052, de 5 de março de 1940, combinados com os artigos 10 e 11 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940;

Considerando que pela sua Resolução n.º 748 a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º — Fica autorizada a Companhia Hidro-Elétrica Paranapanema a ampliar suas instalações no Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, mediante a construção de uma usina geradora termoeletrica, compreendendo um grupo

Diesel-elétrico de 1.070 HP, 750 KW, 60 ciclos, 2.400 volts e respectivos acessórios.

Art. 2.º — Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias a partir da sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1952.
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.814 — DE 5 DE
MAIO DE 1952

Outorga concessão ao Ministério da Educação e Saúde para estabelecer, nesta Capital, uma estação de radiotelevisão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que solicitou o Ministério da Educação e Saúde e tendo em vista o disposto no artigo 5.º n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão ao Ministério da Educação e Saúde, para estabelecer, nesta Capital, nos termos do artigo 4.º, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, a título precário, sem direito de exclusividade, uma estação de radiotelevisão, destinada a executar os serviços de radiotelevisão.

Parágrafo único. O Ministério da

Educação e Saúde fica obrigado a cumprir todas as exigências legais e regulamentares existentes ou que vierem a ser adotadas para os serviços de radiotelevisão, devendo submeter à aprovação do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos prazos fixados no artigo 16, letras g e h, do Decreto número 21.111, de 1.º de março de 1932, a documentação a que o mesmo se refere, sob pena de ser cassada a concessão objeto deste Decreto.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30.815 — DE 5 DE
MAIO DE 1952

Outorga concessão à Fundação Rádio Mauá para estabelecer uma estação de radiotelevisão nesta Capital.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que solicitou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e tendo em vista o disposto no artigo 5.º n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Fundação Rádio Mauá, nos termos do parágrafo 2.º, artigo 4.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para estabelecer, nesta Capital, a título precário, sem direito de exclusividade, uma estação de radiotelevisão, destinada a executar os serviços de radiotelevisão.

Parágrafo único. A Fundação Rádio Mauá fica obrigada a cumprir todas as exigências legais e regulamentares existentes ou que vierem a ser adotadas para os serviços de radiotelevisão, devendo submeter à aprovação do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos prazos fixados no artigo 16, letras g e h, do Decreto número 21.111, de 1.º de março de 1932, a documentação a que o mesmo se refere, sob pena de ser cassada a concessão objeto deste Decreto.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30.816 — DE 5 DE
MAIO DE 1952

Outorga concessão à Sociedade Cultura "A Voz do Espaço" para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, atendendo ao que requereu a Sociedade Rádio Cultura "A Voz do Espaço" e em vista do disposto no artigo 3.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Sociedade Rádio Cultura "A Voz do Espaço", nos termos do artigo 4.º, parágrafo 2.º do Decreto número 29.753, de 19 de julho de 1951, para estabelecer, a título precário sem direito de exclusividade, na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, uma estação de radiotelevisão, destinada a executar os serviços de radiotelevisão, de acordo com as cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação deste Decreto no *Diário Oficial*, sob pena de ser desde logo considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.817 — DE 6 DE MAIO
DE 1952

Dá nova redação ao artigo 3.º do Decreto n.º 28.966, de 13 de dezembro de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O artigo 3.º do Decreto n.º 28.966, de 13 de dezembro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3.º As inspeções de saúde serão realizadas, em princípio, nas se-

des das Regiões Militares, Distritos Navais ou Zonas Aéreas, por Juntas constituídas de três médicos militares da ativa, podendo, excepcionalmente, funcionar com dois ou um, apenas".

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillo-
bel.

Cyrol Espirito Santo Car-
doso.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.818 — DE 6 DE MAIO
DE 1952

Altera denominação de curso.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Artigo único. O curso de química industrial, a que se refere o Decreto n.º 6.489, de 5 de novembro de 1940, tendo adquirido autonomia, passa a denominar-se Escola Superior de Química do Paraná.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.819 — DE 6 DE MAIO
DE 1952

Concede autorização para funcionamento do curso médico da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedida autorização para funcionamento do curso médico da Faculdade de Medicina de Ri-

beirão Preto, da Universidade de São Paulo, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.820 — DE 6 DE MAIO
DE 1952

Suprime o Consulado honorário do Brasil em Port-Arthur e cria uma Repartição honorária da mesma categoria em Galveston.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do artigo 16 do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido o Consulado honorário do Brasil em Port-Arthur e criado o Consulado honorário do Brasil em Galveston, Estados Unidos da América, subordinado ao Consulado do Brasil em Houston.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.821 — DE 6 DE MAIO
DE 1952

Cria o Consulado honorário do Brasil em Basileia, Suíça.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do art. 16, do Decreto-lei número 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Consulado honorário do Brasil em Basileia, Suíça, subordinado ao Consulado em Zurique.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.822 — DE 6 DE MAIO
DE 1952

Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo o Congresso Nacional aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 2, de 11 de abril de 1951, a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas; e tendo sido depositado no Secretariado Geral da Organização das Nações Unidas, em Lake Success, Nova York, a 15 de abril de 1952, o Instrumento brasileiro de ratificação:

Decreta que a referida Convenção, apensa por cópia ao presente Decreto, seja executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Rio de Janeiro, em 6 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.823 — DE 7 DE MAIO
DE 1952

Promulga o Acôrdio sobre Investimentos entre o Brasil e a Itália, concluído por troca de notas, assinadas no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1950.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo

n.º 1, de 22 de janeiro de 1952, o Acôrdo sobre Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, concluídos por troca de notas, assinadas no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1950; e havendo sido trocados na mesma cidade, a 28 de abril de 1952, os respectivos Instrumentos de ratificação:

Decreta que o mencionado Acôrdo, apenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nêle se contém.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.824 — DE 7 DE
MAIO DE 1952

Promulga o Acôrdo de Migração entre o Brasil e a Itália, assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1950.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo n.º 28, de 22 de agosto de 1951, o Acôrdo de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, firmado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1950; e havendo sido trocados na mesma cidade, a 28 de abril de 1952, os respectivos Instrumentos de ratificação.

Decreta que o mencionado Acôrdo, apenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nêle se contém.

Rio de Janeiro, em 7 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.825 — DE 7 DE
MAIO DE 1952

Especifica novos cargos em organizações militares que dão direito às Gratificações de Técnico Militar prevista no art. 56 e de Serviço Industrial a que se referem os artigos 64 e 66 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A gratificação de Técnico Militar prevista no artigo 56 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, também será concedida ao engenheiro militar que for designado, em Boletim Interno da Organização, para exercer funções nas dependências abaixo especificadas:

— Na base de 25%:

1 — Diretoria de Transmissões do Exército, nas seguintes dependências:

- a) Serviço Rádio Telegráfico do Exército;
- b) Laboratório Rádio;
- c) Laboratório Químico.

Art. 2.º Fazem jus à Diária Industrial os militares que exercerem funções nas Organizações abaixo especificadas, e que não tenham sido contemplados com a Gratificação Industrial:

1 — Rede Elétrica Piquete-Itajubá; Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias; Estabelecimentos de Material de Intendência; Estabelecimentos de Subsistência Militar; Estabelecimento Central de Transportes do Exército; Bases Navais e Fluviais e Base Almirante Castro e Silva; Centro de Reparo Almirante Moraes Rêgo; Serviços Industriais e de Oficinas dos Departamentos de Hidrografia, Navegação e Sinalização Náutica da Diretoria de Hidrografia e Navegação.

2 — Também farão jus a essa Diária os militares em atividade no Serviço de Tecnologia do Exército e no Instituto Militar de Tecnologia que por designações dos respectivos Chefes, estejam encarregados da execução, em horário industrial, dos trabalhos nos Laboratórios, Oficinas de Manutenção, Seções Especializadas e Comissões Especiais das referidas Organizações.

Art. 3.º Na conformidade do artigo 65 da Lei citada no art. 1.º deste Decreto, também farão jus à Gratificação Industrial os militares que servirem na dependência abaixo especificada:

Categoria C — (20%).

1 — Diretoria de Transmissões do Exército:

a) Laboratório Cine-Fotográfico.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

*Renato de Almeida Guillobel.
Cyro Espírito Santo Cardoso.
Nero Moura.*

DECRETO N.º 30.826 — DE 8 DE
MAIO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, aprovada pelo Decreto número 24.131 de 27 de novembro de 1947, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Oficial Administrativo, com o atual ocupante Mercedes Franco Ramirez, da lotação permanente do Serviço de Biometria Médica do Departamento Nacional de Saúde para igual lotação da Divisão de Organização Sanitária do mesmo Departamento.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.827 — DE 8 DE
MAIO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no artigo 1.º da Lei n.º 1.382-A, de 12 de junho de 1951 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil cruzeiros), para pagamento de gratificações por serviços eleitorais, relativas ao exercício de 1950, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.828 — DE 8 DE
MAIO DE 1952

Revoga o art. 4.º do Decreto número 29.134, de 15 de janeiro de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o item I do art. 87 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o art. 4.º do Decreto n.º 29.134, de 15 de janeiro de 1951.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.829 — DE 8 DE
MAIO DE 1952

Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Materiais de Construção "Cimimar" a lavrar calcário e associados no município de Arróio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1949 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a S. A. de Cimento, Mineração e Materiais de Construção "Cimimar" a lavrar calcário e associados, nos lugares denominados Arróio do Parapó ou Palma e Sanga do Chasqueiro, no distrito e município de Arróio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de duzentos e dois hectares, cinquenta e cinco ares e trinta e três centiares (202,5533 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice localizado na confluência do arróio da Fonte na sanga da Pedreira ou Chasqueiro e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: trezentos e cinquenta e cinco metros (355 m), trinta minutos noroeste (0° 30' NW); duzentos setenta e cinco metros (275 m), trinta e oito graus e cinquenta minutos nordeste (28° 50' NE); trezentos quarenta e cinco metros (345 m), trinta minutos nordeste (0° 30' NE); cento e setenta metros 170 metros quarenta e dois graus e quarenta e cinco minutos noroeste 42° 45' NW); mil e quarenta metros (1.040 m), setenta e nove graus e trinta minutos noroeste (79° 30' NW); cento e cinquenta e cinco metros (155 metros), trinta e cinco graus e dez minutos sudoeste (35° 10' SW); seiscentos e cinquenta e cinco metros (655 m), quatorze graus e trinta minutos sudoeste (14° 30' SW); quinhentos metros (500 m), vinte e quatro graus e trinta minutos sudeste (24° 30' SE); cento e noventa e cinco metros (195 m), trinta e dois graus e trinta minutos sudoeste (32° 30' SW); setecentos e cinco metros (705 metros), vinte e dois graus e trinta minutos sudeste (22° 30' SE); seiscentos oitenta e sete metros e quarenta centímetros (687,40 m), sessenta graus e quarenta e três minutos nor-

deste (60° 43' NE); quatrocentos e vinte metros (420 m), oitenta e quatro graus nordeste (84° NE); quatrocentos e cinquenta e cinco metros (455 m), vinte e dois graus noroeste (22° NW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionados neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos arts. 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de quatro mil e sessenta cruzeiros (Cr\$ 4.060,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.830 — DE 8 DE
MAIO DE 1952

Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Materiais de Construção "Cimimar" a lavrar calcário e associadas no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a S. A. de Cimento, Mineração e Materiais de Construção "Cimimar" a lavrar calcário e associados, nos lugares denominados Arrôio do Parapô ou Palma e Sanga do Chasqueiro, no distrito e município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de cento e cinquenta e quatro hectares cinquenta ares e oitenta centiares (154.5080 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a duzentos e setenta e seis metros e trinta centímetros (276,30 m), no rumo verdadeiro oitenta e quatro graus e cinco minutos noroeste (84º 05' NW); da confluência do Arrôio da Palma ou Parapô na Sanga das Cortiças e os lados, a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: mil e oitenta metros (1.080 m), setenta graus nordeste (70º NE); mil duzentos e quarenta metros (1.240 m), setenta e cinco graus e trinta minutos nordeste (75º 30' NE); duzentos e setenta e quatro metros e vinte centímetros (274,20 m), sete graus e vinte e oito minutos sudoeste (7º 28' SW); trezentos e setenta metros (370 m), sete graus e trinta minutos sudoeste (7º 30' SW); dois mil trezentos e dez metros (2.310 m), setenta graus sudoeste (70º SW); setecentos e cinquenta metros (750 m), três graus nordeste (3º NE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cum-

primento do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de três mil e cem cruzeiros (Cr\$ 3.100,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1952,
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.831 — DE 9 DE
MAIO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do art. 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 cargo de Tesoureiro-Auxiliar (Alfândega do Rio de Janeiro, padrão M, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude da transferência de Maria Cândida Ferreira dos Santos, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da

Conta-Corrente do Quadro Permanentemente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.832 — DE 10 DE
MAIO DE 1952

Outorga concessão à Prefeitura do Distrito Federal para estabelecer, por intermédio da Rádio Emissora Roquette Pinto, uma estação de radiotelevisão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, atendendo ao que solicitou a Prefeitura do Distrito Federal e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Prefeitura do Distrito Federal, nos termos do artigo 4.º, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para estabelecer, a título precário, por intermédio da Rádio Emissora Roquette Pinto, sem direito de exclusividade, uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal), de acordo com as cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta dias), a contar da data da publicação do presente decreto no *Diário Oficial*, sob pena de ser desde logo considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30.833 — DE 10 DE
MAIO DE 1952

Declara de utilidade pública, para de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno situada no pátio da estação de Nova Era, para construção de um triângulo de reversão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de outubro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, a área de terreno, situada no pátio da estação de Nova Era, representada na planta que com este baixa, devidamente rubricada, com mil e setecentos metros quadrados (1.700 m²), para a construção de um triângulo de reversão no local acima mencionado.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30.834 — DE 10
DE MAIO DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo de Tesoureiro-auxiliar (São Paulo), padrão M. do Quadro III — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da demissão de Gilberto de Souza, devendo a dotação correspondente atender ao provimento de cargos vagos criados pelo Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.835 — DE 12 DE MAIO DE 1952

Prorroga até 25 de agosto de 1953 o prazo a que se refere o art. 3.º do Decreto n.º 28.549, de 25 de agosto de 1950.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.836 — DE 12 DE MAIO DE 1952

Desincorpora do Patrimônio Nacional os bens e direitos da Companhia Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói S.A., e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 3.º, "in-fine", e 4.º do Decreto-lei número 9.680, de 30 de agosto de 1946, e

Considerando que os bens e direitos da Companhia Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói S.A. foram incorporados ao Patrimônio Nacional em caráter transitório e até que ficassem plenamente ressarcidos e resguardados todos os direitos das Caixas Econômicas Federais do Rio de Janeiro e dos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, credores daquela Companhia (dispositivos indicados do Decreto-lei número 9.680);

Considerando que, em virtude da escritura pública de 16 de novembro de 1951, lavrada em notas do Tabelião do 13.º Ofício de Niterói, assumiu o Estado do Rio de Janeiro a responsabilidade do pagamento dos créditos que, na Companhia, tinham as referidas Caixas Econômicas, cujos direitos conforme declaração expressa, constante desse contrato (cláu-

sula XXIX), ficaram com o seu ressarcimento resguardado;

Considerando que as Prefeituras Municipais de Niterói e São Gonçalo, poderes concedentes originários, decretaram a rescisão dos contratos de concessão da exploração dos serviços (Decreto e Deliberação Municipais ns. 637 e 168-52, de 26 de dezembro de 1951 e 28 de janeiro de 1952), sendo que esta aquiesceu na entrega à primeira Prefeitura de todas as redes distribuidoras de águas, coletoras de esgotos sanitários e instalações dos serviços correspondentes;

Considerando que ditas Prefeituras de Niterói e São Gonçalo, bem como o Estado do Rio de Janeiro, estão legalmente autorizadas (Resolução da Câmara Municipal de Niterói n.º ... 1.560, de 17 de maio de 1948; Deliberação indicada da Câmara Municipal de São Gonçalo; e Lei estadual número 966, de 14 de setembro de 1950) a celebrar acórdão, para a execução e exploração, pelo Governo estadual, dos serviços de água e esgotos, naqueles Municípios;

Considerando, em face do exposto e dos elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 29.117, de 1952, que foi atingido o fim da lei, e que se verificou o implemento da condição resolutive nela prevista, extintiva das medidas estabelecidas pelo Decreto-lei n.º 9.680, de 30 de agosto de 1946, inclusive a incorporação provisória ao Patrimônio Nacional dos bens e direitos da Companhia Brasileira de Água e Esgotos de Niterói S.A., e a administração especial instituída para essa empresa, decreta:

Art. 1.º Ficam desincorporados do Patrimônio Nacional os bens e direitos da Companhia Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói S.A., para o fim de serem entregues à Prefeitura Municipal de Niterói.

Art. 2.º A Prefeitura Municipal de Niterói, recebendo os bens e direitos a que se refere o artigo anterior, investir-se-á na posse e direção dos serviços, assumirá o ativo e passivo da Companhia Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói S.A. e ficará sub-rogada nos direitos e obrigações dessa empresa, sem qualquer responsabilidade ou obrigação da União Federal, das Caixas Econômicas Federais do Rio de Janeiro e dos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Gran-

de do Sul, e da administração instituída nos termos do Decreto-lei número 9.680, de 30 de agosto de 1946.

Art. 3.º Dentro de sessenta (60) dias contados da vigência do presente Decreto, a administração mencionada no artigo precedente fará, mediante termo, a entrega e transferência à Prefeitura Municipal de Niterói dos bens e direitos de que trata o art. 1.º bem como do ativo e passivo da referida Companhia, transferindo-lhe, também, a administração dos serviços.

Parágrafo único. Ultimadas as providências previstas neste artigo, ficará extinta, automaticamente, a administração estabelecida no Decreto-lei n.º 9.680, de 30 de agosto de 1946.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.837 — DE 13 DE
MAIO DE 1952

Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a pesquisar apatita e associados no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Governo do Estado de São Paulo a pesquisar apatita e associados, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Jacupiranguinha, distrito e município de Jacupiranga, Estado de São Paulo, numa área de duzentos e cinquenta hectares (250 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a mil novecentos e oitenta metros (1.980 m), no rumo magnético dezesseis graus e sete minutos nordeste (16º 07' NE) da confluência dos rios Bananal e Jacupiranguinha e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes

comprimentos e rumos magnéticos: mil e quinhentos metros (1.500 m), leste (E); mil seiscientos e sessenta e seis metros e setenta centímetros (1.166,70 m), norte (N).

Art. 2.º A presente autorização não está sujeita ao pagamento da taxa prevista no artigo 17 do Código de Minas, *ex-vi* do artigo 51 do Decreto-lei n.º 4.655, de 8 de setembro de 1942.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.838 — DE 13 DE
MAIO DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel que mencionamos, situado na cidade de Recife, Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, I, da Constituição Federal e nos termos do artigo 6.º, combinado com as letras g e m do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel constituído pelo prédio e respectivo terreno com as demais benfeitorias nele existentes, situado à Avenida 17 de Agosto n.º 2.187, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º O referido imóvel destina-se à instalação do Instituto Joaquim Nabuco.

Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 30.839 — DE 13 DE
MAIO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no artigo 1.º da Lei n.º 1.473-C, de 24 de novem-

bro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros) para atender ao pagamento de indenização ao Gabinete Português de Leitura, de Salvador, pelos danos materiais sofridos por ocasião das eleições de 3 de outubro de 1950.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima
Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.840 — DE 13 DE MAIO DE 1952

Declara de utilidade pública a "Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico", com sede no Distrito Federal.

O Presidente da República, atendendo ao que requereu a "Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico" com sede na Capital Federal, a qual satisfaz às exigências do artigo 1.º da Lei número 91, de 28 de agosto de 1935, e, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2.º da citada Lei, decreta:

Artigo único. E' declarada de utilidade pública, nos termos da mencionada Lei, a Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico, com sede nesta Capital.

Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 30.841 — DE 14 DE MAIO DE 1952

Autoriza o Governo do Estado do Espirito Santo a pesquisar calcário e associados no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espirito Santo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Governo do Estado do Espirito Santo a pesquisar calcário e associados, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Fazenda Monte Libano, distrito e município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espirito Santo, numa área de quatrocentos e dezenove hectares (419 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência do córrego Salgado no rio Itapemirim e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e quatro metros (204m), quarenta e sete graus e quarenta e cinco minutos noroeste (47º 45' NW); seiscentos e trinta e nove metros (629m), dezesseis graus e cinquenta minutos noroeste (16º 50' NW); dois mil e quinhentos metros (2.500m), trinta e três graus e trinta e seis minutos nordeste (33º 36' NE); dois mil metros (2000m), cinquenta e seis graus e vinte e quatro minutos sudeste (56º 24' SE); mil cento e trinta metros (1.130m), trinta graus e dezesseis minutos sudoeste (30º 16' SW); cento e setenta e oito metros (178m), trinta e nove graus e trinta minutos sudoeste (39º 30' SW); duzentos e trinta e sete metros (237m), cinquenta e um graus noroeste (51º NW); duzentos e doze metros (212 m), oitenta e quatro graus e trinta minutos noroeste (84º 30' NW); cento e trinta metros (130m), vinte e nove graus noroeste (29º NW); duzentos e dois metros (202m), cinquenta e sete graus sudoeste (57º SW); duzentos e quarenta e cinco metros (245m), setenta e oito graus, sudoeste (78º SW); cento e dez metros (110m), oitenta e nove graus e trinta minutos noroeste (89º 30' NW); cento e sessenta metros (160m), cinquenta e seis graus e quarenta e cinco minutos noroeste (56º 45' NW); cento e oitenta e dois metros (182m), setenta graus noroeste (70º NW); duzentos e noventa metros (290m), vinte e cinco graus e trinta minutos sudoeste (25º 30' SW); duzentos e cinco metros (205m), trinta minutos sudoeste (6º 39' SW); oitenta metros (80m), quarenta e quatro graus sudoeste (44º SW); cento e oitenta e sete metros (187m), setenta e sete graus e trinta minutos sudoeste (77º

30' SW); duzentos e quinze metros (215m), trinta e dois graus sudoeste (32° SW); duzentos e sessenta e três metros (263m), setenta e cinco graus e trinta minutos sudoeste (75° 30' SW); cinquenta e cinco metros (55 m), vinte e dois graus e trinta minutos sudoeste (22° 30' SW).

Art. 2.º O título a que alude a presente autorização não fica sujeito ao pagamento da taxa prevista pelo artigo 17 do Código de Minas e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.842 — DE 14 DE
MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Celestino Nepomuceno da Silva a pesquisar mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Celestino Nepomuceno da Silva a pesquisar mica e associados, em terrenos devolutos no lugar denominado Córrego Urucum, distrito de Barra de Queté, município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais, numa área de oitenta hectares (80 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a oitocentos e cinquenta e três metros (853m) no rumo magnético oitenta e três graus e quarenta e cinco minutos sudeste (83° 45' SE) da confluência da vassante do Urucum no córrego do mesmo nome e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil metros (1.000m), este (E); oitocentos metros (800m), (S).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de oitocentos cruzeiros (Cr\$ 800,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.843 — DE 14 DE
MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Alyrio Veloso de Almeida a pesquisar mica e associados no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Alyrio Veloso de Almeida a pesquisar mica e associados em terrenos de Antonio Evangelista de Almeida, situados no distrito de Quaraçu, município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, numa área de treze hectares noventa e dois ares e sessenta e um centiares (13,9261 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a setecentos e oitenta e oito metros e cinquenta centímetros (788,50m) no rumo magnético de trinta e quatro graus e dezoito minutos nordeste (34° 18' NE) da confluência dos córregos Vistoso e Lagoinha e os lados a partir do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e vinte e oito metros e cinquenta centímetros (128,50m), quarenta e quatro graus noroeste (44° 00' NW); trezentos e seis metros e sessenta e nove centímetros (306,69m), oito minutos nordeste (0° 08' NE); trezentos e onze metros e noventa e oito centímetros (311,98m), oitenta e nove graus e quarenta e dois minutos sudeste (89° 42' SE); noventa e um metros e setenta e três centímetros (91,

73m), oitenta e oito graus e cinquenta e cinco minutos sudeste (88° 55' SE); cinquenta e três metros e sete centímetros (53,07m), quatro graus e vinte e nove minutos sudeste (4° 29' SE); cento e setenta metros e sessenta e nove centímetros (170,69m), vinte graus e cinquenta e dois minutos sudoeste (20° 52' SW); oitenta e oito metros e sessenta e nove centímetros (88,69m), dez graus e trinta e oito minutos sudeste (10° 38' SE); sessenta e dois metros e cinquenta e um centímetros (62,51m), sete graus e trinta e três minutos sudoeste (7° 33' SW); cento e setenta e um metros e sessenta e cinco centímetros (171,65 m), oitenta e um graus sudoeste (81° 00' SW); noventa e sete metros e sete centímetros (97,07m), oitenta e quatro graus e vinte e nove minutos sudoeste (84° 29' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.844 — DE 14 DE
MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Gabriel Nunes Coelho a lavar mica no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Geraldo Gabriel Nunes Coelho a lavar mica em terrenos devolutos, no local denominado Lavra do Sergipano, distrito de Poaia, município

de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta e um hectares, oitenta e dois ares e vinte e cinco centiares (31,8225 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência dos córregos Chiá e Campinho e cujos lados a partir desse vértice têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: quatrocentos e sessenta metros (460m), vinte e quatro graus e trinta minutos sudoeste (24° 30' SW); setecentos e vinte metros (720m), dezesseis graus e trinta minutos noroeste (16° 30' NW); seiscentos e dez metros (610m), setenta e três graus e trinta minutos nordeste (73° 30' NE); seiscentos e vinte e cinco metros (625m), dezesseis graus e trinta minutos sudeste (16° 30' SE); quatrocentos metros (400m), sessenta e cinco graus e trinta minutos noroeste (65° 30' NW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33 e 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 640,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.845 — DE 14 DE
MAIO DE 1952

Retifica o art. 1.º do Decreto número 25.116, de 18 de junho de 1948

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica retificado o artigo primeiro (1.º) do decreto número vinte e cinco mil cento e dezesseis (25.116), de dezoito de junho de mil novecentos e quarenta e oito (18-6-1948), que passará a ter a seguinte redação: Fica autorizado o cidadão o brasileiro Alvaro Leonel Vieira a pesquisar calcário em terrenos de propriedade de Abelardo da Costa Vila Nova, no lugar denominado Fundação, distrito de Euclidelândia, município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, numa área de vinte e quatro hectares e quarenta ares (24,40 ha) delimitada por um pentágono irregular que tem um vértice no marco noroeste (NW) da área outorgada à lavra pelo decreto n.º vinte e dois mil novecentos e trinta e seis (22.936), de quatorze (14) de abril de mil novecentos e quarenta e sete (1947), e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos metros (500m), sessenta e nove graus e quarenta e cinco minutos sudeste (69.º 45' SE); cento e quinze metros (115m), leste (E), quatrocentos e cinquenta e um metros (451m), norte (N); quatrocentos e sessenta metros (460m), oeste (W); trezentos e cinco metros (305m), vinte e quatro graus sudoeste (24.º SW).

Art. 2.º A presente retificação do Decreto fica sujeita ao pagamento da taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) na forma do Código de Minas.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.846 — DE 14 DE
MAIO DE 1952

Retifica o art. 1.º do Decreto número 30.651, de 20 de março de 1952.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica retificado o artigo primeiro (1.º) do Decreto número trinta mil seiscentos e cinquenta e um (30.651) de vinte (20) de março de mil novecentos e cinquenta e dois (1952) que autoriza a cidadã brasileira Amélia Abel a lavrar areia quartzosa no Município de Itanhaem, Estado de São Paulo, o que passa a ter a seguinte redação: Fica autorizada a cidadã brasileira Amélia Abel a lavrar areia quartzosa em terrenos de sua propriedade e de outros, situados no Distrito e Município de Itanhaem, Estado de São Paulo, em duas (2) áreas cuja superfície total é de cento e setenta hectares e quinze ares (170,15 ha) abaixo descritas: a primeira (1.ª) de doze hectares e sessenta ares (12,60 ha), delimitada por um trapézio retângulo que tem um vértice a cinquenta metros (50m) no rumo verdadeiro de quarenta graus e trinta minutos sudeste (40.º 30' SE) do antigo marco quilométrico número oitenta e dois (Km. 82) da Estrada de Ferro Sorocabana no trecho de Santos a Juquiá, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: duzentos e cinquenta metros (250m), quarenta graus e trinta minutos sudeste (40.º 30' SE); quatrocentos e setenta e cinco metros (475m), setenta e dois graus e trinta minutos sudoeste (72.º 30' SW); duzentos e cinquenta e cinco metros (255m), cinquenta e um graus e trinta minutos noroeste (51.º 30' NW); quinhentos e trinta metros (530m), setenta e dois graus e trinta minutos nordeste (72.º 30' NE); e a

segunda (2.^a) de cento e cinquenta e sete hectares e cinquenta e cinco ares (157,55 ha); também delimitada por um trapézio que tem um vértice a cinquenta metros (50m) no rumo verdadeiro de quarenta graus e trinta minutos noroeste (40.^o 30' NW) do marco quilométrico número oitenta e dois (Km. 82), acima descrito, e os lados divergentes, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: trezentos metros (300m), quarenta graus e trinta minutos noroeste (40.^o 30' NW); quatro mil e seiscentos metros (4.600m), setenta e dois graus e trinta minutos sudoeste (72.^o 30' SW). Da extremidade deste lado parte o terceiro lado com trezentos e oitenta e cinco metros (335m), quarenta graus e trinta minutos sudoeste (40.^o 30' SE); e, o quarto (4.^o) e último lado é constituído por um segmento retilíneo que partindo da extremidade do terceiro (3.^o) lado vai encontrar a do primeiro lado descrito.

Art. 2.^o Ficam mantidas as demais disposições dos artigos do referido Decreto, que passarão a fazer parte integrante do presente.

Art. 3.^o A presente retificação de Decreto, não fica sujeita ao pagamento da taxa prevista pelo parágrafo único do art. 31 do Código de Minas.

Art. 4.^o Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1952; 131.^o da Independência e 64.^o da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.847 — DE 14 DE
MAIO DE 1952

Concede a Ahrendt & Cia. Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o art. 6.^o, § 1.^o do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. E' concedida a Ahrendt & Cia. Ltda., sociedade por

quotas de responsabilidade limitada, constituída por instrumento particular de 1.^o de março próximo passado, com sede na cidade de Ribeirão Pires, comarca de São Paulo, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1952; 131.^o da Independência e 64.^o da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.848 — DE 14 DE
MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Otto a pesquisar água mineral no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.^o Fica autorizado o cidadão brasileiro Alberto Otto a pesquisar água mineral, em terrenos de sua propriedade, situados no Quarteirão da Castelânia, no perímetro urbano da cidade e município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, numa área de trinta e dois ares e quarenta centiares (0,3240 ha), constituída pelo prazo número 1618-F e confrontando ao norte (N) com a rua Albino Siqueira, a leste (L) com o prazo número 1618, a oeste (W) com o prazo número 1609 e ao sul (S) com o prazo número 1610.

Art. 2.^o O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.^o Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1952; 131.^o da Independência e 64.^o da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.849 — DE 14 DE
MAIO DE 1952

*Autoriza a Indústria de Mármore
Italva Limitada a pesquisar már-
more, no município de Cambuci,
Estado do Rio de Janeiro.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Indústria de Mármore Italva Limitada a pesquisar mármore em terrenos de propriedade de Antônio Pinto Ferreira e outros na localidade denominada Onça, distrito de São João do Paraíso, município de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro, numa área de vinte e sete hectares cinquenta e nove ares e quarenta e cinco centiares (27,5945 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a setecentos e vinte oito metros .. (728m), sessenta e cinco graus quarenta minutos sudeste (65.º 40' SE) da quina leste (E) da sede da Fazenda Santa Maria, e os lados a partir desse vértice, os seguintes cumprimentos e rumos magnéticos: — trezentos e cinquenta e três metros (353m), quarenta e quatro graus nordeste (44.º NE); duzentos e quarenta e dois metros (242m), dois graus cinco minutos sudoeste (2.º 05' SW); duzentos e quarenta e cinco metros (245m), sessenta e seis graus e trinta minutos nordeste (66.º 30' NE); duzentos e cinquenta e cinco metros (255m), cinco graus, trinta minutos noroeste (5.º 30' NW); cento e seis metros (106m), sessenta e seis graus trinta minutos nordeste (66.º 30' NE); cento e noventa e três metros (193m), cinco graus trinta minutos noroeste (5.º 30' NW); trezentos e quarenta e dois metros (342m), oitenta e três graus trinta minutos sudoeste (83.º 30' SW); sessenta metros (60m), doze graus e trinta minutos noroeste (12.º 30' NW); trezentos metros (300m), sessenta e seis graus e trinta minutos sudoeste (66.º 30' SW); e, o décimo e último lado é constituído por um segmento retilíneo que partindo da extremidade do nono (9.º) lado vai ter ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica

dêste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.850 — DE 14 DE
MAIO DE 1952

*Autoriza a Companhia Carbonífera
Brasil Ltda. a lavrar carvão mine-
ral no município de Crisciuma, Es-
tado de Santa Catarina.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Carbonífera Brasil Ltda. a lavrar carvão mineral no distrito e município de Crisciuma, Estado de Santa Catarina, numa área de vinte e nove hectares e noventa e nove ares (29,99 ha), constituída pelo lote número setenta e um (71) da estrada Crisciuma-Cocal e delimitada, ao norte (N), pelo lote número sessenta e nove (69); a leste (E), pela estrada pública Crisciuma-Cocal, na divisa dos lotes números setenta e seis (76), setenta e oito (78) e oitenta (80) e a nordeste (NE), pelo lote número setenta e três (73), todos da mesma linha acima mencionada. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionados neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer

das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.851 — DE 14 DE
MAIO DE 1952

Autoriza Mineração Lobato Ltda. a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, no município de Borba, Estado do Amazonas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada Mineração Lobato Ltda. a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, em terrenos devolutos, no distrito de Canumã, município de Borba, Estado do Amazonas, numa área de duzentos e doze hectares e setenta e cinco ares (212,75 ha.), delimitada por um paralelograma que tem um vértice a mil e oitocentos metros (1.800 m.), no rumo verdadeiro cinquenta e sete graus e trinta minutos nordeste (57º 30' NE) da Cachoeira do Palhal, a margem esquerda do rio Sucunduri e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verda-

deiros: mil e novecentos metros (1.900m), vinte e dois graus e quarenta minutos nordeste (22º 40' NE); dois mil metros (2.000m), cinquenta e sete graus e trinta minutos nordeste (57º 30' NE); mil e novecentos metros (1.900m), vinte e dois graus e quarenta minutos sudoeste (22º 40' SW); dois mil metros (2.000m) cinquenta e sete graus e trinta minutos sudoeste (57º 30' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil cento e trinta cruzeiros (Cr\$ 2.130,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1952; 131.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.852 — DE 14 DE
MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Teixeira de Alencastro a lavrar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Alvaro Teixeira de Alencastro a lavrar carvão mineral em terrenos de Maria Luísa Mereio de Sousa, situados no distrito de Butiá, município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de cinquenta e três hectares e oitenta e nove centiares (53,0089 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a noventa e seis metros (96m) no rumo verdadeiro de setenta e cinco graus e trinta e um minutos nordeste (75º 31' NE) da aresta sudeste (SE) do pilar de alvenaria da ponte da rodovia Minas do Leão — São Jerônimo sobre o arroio Taqua-

ra, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: cento e cinquenta e quatro metros (154m), trinta e seis graus cinquenta e nove minutos sudeste (36° 59' SE); duzentos e setenta e três metros e quarenta centímetros (273,45m), doze graus oito minutos sudeste (12° 8' SE); cento e dois metros e cinco centímetros (102,5m) quarenta e oito graus trinta e seis minutos sudeste (48° 36' SE); duzentos e três metros e cinco centímetros (203,5m), quarenta graus cinquenta e oito minutos nordeste (40° 58' NE); trezentos e sessenta metros e cinquenta centímetros (360,50m), quarenta e um graus quatro minutos nordeste (41° 4' NE); cinquenta e três metros e vinte centímetros (53,20m), vinte e seis graus onze minutos nordeste (26° 11' NE); cinquenta e sete metros (57m), quarenta e seis graus cinquenta e sete minutos nordeste (46° 57' NE); cento e setenta metros e setenta centímetros (170,70m), oitenta e cinco graus trinta e oito minutos nordeste (85° 38' NE); cento e seis metros e noventa centímetros (106,90m), oitenta e seis graus nordeste (86° NE); quarenta e dois metros e noventa centímetros (42,90m), seis graus trinta minutos noroeste (6° 30' NE); setenta metros e setenta centímetros (70,70m), oito graus vinte e cinco minutos noroeste (8° 25' NW); cento e trinta e quatro metros e oitenta centímetros (134,80m), vinte e dois graus quarenta minutos nordeste (22° 40' NE); três metros e noventa centímetros (3,90m), trinta e dois graus cinquenta minutos nordeste (32° 50' NE); cento e noventa e sete metros e cinquenta minutos (197,50m), trinta e oito graus doze minutos noroeste (38° 12' NW); duzentos metros e quarenta centímetros (200,40m), quarenta e três graus trinta e sete minutos noroeste (43° 37' NW); cento e vinte e cinco metros (125m), sessenta e nove graus trinta e sete minutos noroeste (69° 37' NW); cento e setenta metros e sessenta centímetros (170,60 m), oitenta e seis graus cinquenta e três minutos sudoeste (86° 53' SW); duzentos e sessenta e oito metros e noventa e cinco centímetros (268,95 m), quatorze graus cinquenta e seis minutos sudoeste (14° 56' SW); cento e oitenta e um metros e quarenta centímetros (181,40m), trinta e quatro graus vinte e oito minutos sudoeste (34° 28' SW); o vigésimo lado é

o segmento retilíneo que une a extremidade do décimo nono lado descrito ao vértice de partida. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 3.º e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de quinhentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 540,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.853 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Suprime o Consulado Privativo do Brasil, em Castillos, e cria uma Repartição da mesma categoria em Rocha, na República Oriental do Uruguai.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 87, número I, da Constituição, e nos termos do artigo 16, do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido o Consulado Privativo do Brasil em Castillos, na República Oriental do Uruguai, e criado um Consulado do Brasil, da mesma categoria, em Rocha, na mesma República.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Neves da Fontoura

DECRETO N.º 30.854 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Educação e Saúde, aprovada pelo Decreto número 24.131, de 27 de novembro de 1947, para efeito de serem transferidos dois cargos, um da carreira de Oficial Administrativo, da lotação permanente do Serviço Nacional de Teatro, para igual lotação da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração e o outro da carreira de Escriturário, da lotação permanente da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração, para idêntica lotação do Serviço Nacional de Teatro.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho

DECRETO N.º 30.855 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Concede à sociedade "Diaz & Irmão" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem sob a nova razão social de "Diaz, Irmão & Companhia".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. E' concedida à sociedade "Diaz & Irmão", com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 15.703, de 30 de maio de 1944, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem sob a nova razão social de "Diaz, Irmão & Companhia", consoante alterações contratuais que apresentou, por meio de instrumentos particulares firmados a 24 de outubro de 1944, 5 de abril de 1946, 22 de maio de 1946 e 23 de outubro de 1950, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.856 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Aprova aumento de capital de banco estrangeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e de acordo com o art. 12, parágrafo único, 1.ª parte, do Regulamento baixado com o Decreto n.º 14.728, de 16 de março de 1921, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o aumento, de nove milhões de cruzeiros (Cr\$ 9.000.000,00) para quinze milhões de cruzeiros (Cr\$ 15.000.000,00), do capital da Caisse Générale de Prêts Fonciers et Industriels, sediada em Paris (França) reservado às suas operações no Brasil.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.857 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Aprova e manda executar o Regimento da Mesa de Rendas de Macapá, no Território Federal do Amapá.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, resolve aprovar e mandar executar o Regimento da Mesa de Rendas de Macapá, no Território Federal do Amapá, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, e que a este acompanha.

Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.858 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Autoriza Mojzesz Zimetbaum a comprar pedras preciosas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Mojzesz Zimetbaum, brasileiro naturalizado e residente nesta Capital, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Aio de Janeiro, 15 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.859 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Autoriza Salustiano José de Santana a comprar pedras preciosas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Salustiano José de Santana, cidadão brasileiro e residente em Santo Inácio, no Estado da Bahia, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.860 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Declara sem efeito o Decreto n.º 27.005, de 3 de agosto de 1949

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), e tendo em vista o que consta do processo S.C. 19.412-50, do Ministério da Agricultura, decreta:

Artigo único. Fica declarada sem efeito a autorização conferida à Sociedade Mineradora Ponta da Serra Ltda., pelo Decreto número vinte e sete mil e cinco (27.005), de três (3) de agosto de mil novecentos e quarenta e nove (1949) para pesquisar gipsita no distrito e município de Paulistana, Estado do Piauí.

Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.861 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 26.310, de 3 de
fevereiro de 1949.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo de dois (2) anos, nos termos da letra *a* do art. 1.º do Decreto-lei número 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida ao cidadão brasileiro Aldo Rosado Fernandes pelo Decreto número vinte e seis mil trezentos e dez (26.310) de três (3) de fevereiro de mil novecentos e quarenta e nove (1949), para pesquisar gipsita no município de Paulistana do Estado do Piauí.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros ((Cr\$ 300,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952,
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.862 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Evaristo Lorigi a pesquisar água mineral no município de Campanha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Evaristo Lorigi a pesquisar água mineral em terreno de propriedade de João Vicente Anastácio dos Santos e Jorge Ferreira Maciel, situados na localidade de Santa Cruz, distrito e município de Campanha,

Estado de Minas Gerais, numa área de um hectare onze ares e oitenta e seis centiares (1,1186 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quinhentos e oitenta e cinco metros (585m) do marco quilométrico número oitenta e nove (número 89) da R. M. V., no rumo magnético sessenta e sete graus nordeste (67.º NE), e os lados a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e sessenta e dois metros (162m), quatro graus nordeste (4.º NE); setenta metros (70m), oitenta e cinco graus sudeste (85.º SE); cento e cinquenta e quatro metros (154m), quatro graus sudoeste (4.º SW), e, o último lado é constituído por um segmento retilíneo que partindo da extremidade do terceiro (3.º) lado vai encontrar o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.863 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Mário Zucato e Oreste Mantovani a pesquisar água mineral no município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Mário Zucato e Oreste Mantovani a pesquisar água mineral em terrenos de sua propriedade situados no lugar denominado "Bairro das Águas Virtuosas", no distrito e município de Monte Sião, Estado de

Minas Gerais, numa área de dezoito hectares e trinta ares (18,30 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no encontro oeste da ponte da estrada do Coqueiral sobre o córrego das Águas Virtuosas, e os lados a partir do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos e sete metros (607m), quarenta e quatro graus e trinta minutos nordeste (44.º 30' NE); duzentos e cinquenta e sete metros (257m), vinte e seis graus e trinta minutos sudeste (26.º 30' SE); quatrocentos e cinquenta e seis metros (456m), trinta e quatro graus sudoeste (34.º SW); duzentos e noventa e sete metros (297m), setenta e oito graus e trinta minutos sudoeste (78.º 30' SW); e o quinto (5.º) é último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do quarto (4.º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.864 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Braz Barroso a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Braz Barroso a pesquisar diamantes e associados em terrenos de sua propriedade situados na localidade de Pósto de Colônia, distrito de Datas, município de Diamantina,

Estado de Minas Gerais, numa área de trinta hectares (30ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a quatrocentos metros (400m) no rumo magnético trinta e dois graus sudeste (32.º SE) da confluência do córrego de Leandro pela margem esquerda do rio Jequitinhonha, e, os lados divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e cinquenta metros (250m), trinta e quatro graus e trinta minutos nordeste (34.º 30' NE); e, um mil e duzentos metros (1.200m) cinquenta e cinco graus e trinta minutos noroeste (55.º 30' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.865 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José de Sousa Fortes a pesquisar minério de manganês, no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José de Sousa Fortes a pesquisar minério de manganês em terrenos de sua propriedade, no imóvel denominado Garcia, no distrito e município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e seis hectares e cinquenta ares (26,50ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a seiscentos e vinte e cinco metros (625m) no rumo magnético de quatro graus noroeste (4.º NW) do canto direito da

soleira do portal da sede do imóvel supra mencionado, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: duzentos metros (200m) e rumo de quarenta e cinco graus noroeste (45.º NW), magnético; mil trezentos e vinte e cinco metros (1.325m) e rumo de quarenta e cinco graus nordeste (45.º NE), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.866 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Andrade a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Andrade a pesquisar diamantes e associados em terrenos de sua propriedade situados no lugar denominado Chapada da Lagoa Seca, no distrito de Inhai, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, numa área de cinquenta hectares e cinquenta ares (50,50 ha) delimitada por um triângulo que tem um vértice a seiscentos metros (600m) no rumo magnético de vinte graus sudoeste (20.º SW) da barra do córrego do Quilombo, afluente pela margem esquerda do rio Jequitinhonha, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: mil e trezentos metros (1.300 m) e rumo de quinze graus sudoeste (15.º SE), magnético; novecentos e

setenta metros (970m) e rumo de setenta e seis graus sudeste (76.º SE), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.867 — DE 15 DE
MAIO DE 1952

Autoriza a Mitra Arquidiocesana de Mariana a pesquisar esteatita no município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Mitra Arquidiocesana de Mariana a pesquisar esteatita em terreno de sua propriedade, no distrito e município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais, numa área de três hectares (3ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a setenta e sete metros (77m), no rumo magnético sessenta e um graus e trinta minutos sudoeste (61.º 30' SW) da confluência do córrego Grande com o rio Maranhão, pela margem esquerda deste, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — cinquenta e dois metros (52m), trinta graus e vinte minutos sudeste (30.º 20' SE); cento e cinquenta e seis metros (156m), trinta e um graus e trinta minutos sudoeste (31.º 30' SW); cento e oito metros (108m), sessenta e sete graus e quarenta cinco minutos noroeste (67.º 45' NW); duzentos e três metros (203m) dois graus nordeste (2.º NE) e o último lado é constituído por um segmento

retilíneo que partindo da extremidade do último lado vai encontrar o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 39.868 — DE 15 DE MAIO DE 1952

Autoriza Eletro Química Brasileira S. A. a pesquisar minério de manganês no município de Conceição do Mato Dentro, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-Lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada Eletro Química Brasileira S. A. a pesquisar minério de manganês em terrenos de Joaquim Rodrigues Cardoso, numa área de vinte e quatro hectares (24 ha) no lugar denominado Cachoeira dos Inhames, distrito de Fichado, município de Conceição do Mato Dentro, no Estado de Minas Gerais e delimitada por um retângulo que tem um vértice a oitocentos e cinqüenta e quatro metros (854m) no rumo magnético trinta e cinco graus (35º 35'SE) do esteiro direito da casa de residência de Afonso Rocha Pereira e os lados, a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos metros (600m), sessenta e dois graus nordeste (62º NE); quatrocentos metros (400m), vinte e oito graus sudeste (28º SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será

transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 39.869 — DE 15 DE MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Raimundo de Melo, a pesquisar minério de molibdênio e associados no município de Itapeçerica, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-Lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Raimundo de Melo, a pesquisar minério de molibdênio e associados em terrenos de Antônio Pinto Ribeiro, situados no lugar denominado Cachoeira dos Lençóis, no distrito e município de Itapeçerica, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta hectares (30 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a quarenta e cinco metros (45m) no rumo magnético de dez graus noroeste (10º NW) do canto nordeste (NE) da casa de residência do proprietário das terras, mencionado, e os lados divergentes do vértice considerado, têm quinhentos metros (500m) e rumo norte (N), magnético; seiscentos metros (600m) e rumo oeste (W), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.870 — DE 15
DE MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Felicíssimo a lavar dolomita e calcário no município de Santana do Parnaíba do Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Juvenal Felicíssimo a lavar dolomita e calcário em terrenos de propriedade da The São Paulo Tramway Light and Power Co., numa área de trinta hectares (30 ha) no distrito e município de Santana do Parnaíba do Estado de São Paulo, área esta delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice a seiscentos e vinte metros (620m), no rumo verdadeiro trinta e nove graus e vinte minutos noroeste (39º 20' NW) do centro da porta da Igreja de Pirapora e os lados a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: novecentos metros (900m), doze graus e vinte minutos nordeste (12º 20' NE); quinhentos e setenta e cinco metros (575m), setenta e sete graus e quarenta minutos nordeste (77º 40' NE); o lado mistilíneo do polígono é constituído pelo córrego Caracol, até a barra no rio Tietê, da barra acima citada até a intersecção do alinhamento setenta e sete graus e quarenta minutos sudoeste (77º 40' SW) que passa pelo vértice inicial do caminhamento com a margem direita do rio Tietê. Da extremidade desse lado com o comprimento de cento e cinquenta metros (150m) segue o último alinhamento retilíneo no rumo verdadeiro setenta e sete graus e quarenta minutos sudoeste (77º 40' SW) até o ponto de partida. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do § 28 do Código de Minas e dos arts. 32, 33, 34 e suas alíneas, além dos seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município em cumprimento

mento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir quaisquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula na forma dos arts. 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos arts. 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952,
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS,

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.871 — DE 15
DE MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Faccini a pesquisar ardósia no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Carlos Faccini a pesquisar ardósia, em terrenos de sua propriedade no lugar denominado Sítio Boa Vista no bairro Nhangussu, distrito e município de Guarulhos, Estado de São Paulo, numa área de quatorze hectares, trinta e sete ares e doze centiáreas (14.3712 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice junto à cachoeira de pedra, no córrego Boa Vista e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzen-

tos e dezessete metros e quarenta centímetros (217,40m), dois graus e cinqüenta e cinco minutos noroeste (2° 55' NW); cento e trinta metros (130m), quatorze graus e quarenta minutos nordeste (14° 40' NE); duzentos e dois metros e quarenta centímetros (202,40m), quarenta e sete (47° 35' NW); cento e trinta e três metros (133m), cinqüenta e um grau (51° 35' SW); cem metros (100m), setenta graus e cinqüenta e cinco minutos noroeste (70° 55' NW); duzentos e dois metros e oitenta centímetros (202,80m), quatro graus e trinta minutos sudoeste (4° 30' SW); duzentos e setenta e seis metros (276m), quarenta e três graus e quinze minutos sudeste (43° 15' SE); duzentos e quarenta e um metros (241m), vinte e três graus e trinta minutos sudeste (23° 30' SE); cento e vinte e seis metros (126m), sessenta e três graus e dez minutos nordeste (63° 10' NE); cento e cinqüenta metros (150m), vinte graus e vinte e cinco minutos noroeste (20° 25' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzellos (Cr\$ 300,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério de Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952.
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.872 — DE 15
DE MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro João Carlos de Oliveira a pesquisar calcário e mármore no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro João Carlos de Oliveira a pesquisar calcário e mármore, em terrenos de propriedade da Cia. Construtora Titan Ltda., no distrito de

Campina do Veado, município de Itapeva Estado de São Paulo, numa área de um hectare oitenta e dois ares e noventa e cinco centiares (1,8295 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a vinte e quatro metros e sessenta e quatro centímetros (24,64m), no rumo verdadeiro setenta e quatro graus e dez minutos sudeste (74° 10' SE) do marco quilométrico número quinze, mais setecentos e dez metros (Km. 15 + 710m), da estrada de ferro em construção, de Itaguaçu para Engenheiro Bley e os lados, a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: cinqüenta e cinco metros e vinte centímetros (55,20m), treze graus e um minuto nordeste (13° 1' NE); vinte e dois metros e cinqüenta e dois centímetros (22,52m), vinte e cinco graus e cinqüenta e sete minutos nordeste (25° 57' NE); trinta e três metros e sessenta e sete centímetros (33,67m), trinta e seis graus e quatro minutos sudeste (36° 04' SE); cinqüenta e nove metros e vinte e quatro centímetros (59,24m), cinqüenta e dois graus e quatro minutos sudeste (52° 04' SE); sessenta e nove metros e oitenta e seis centímetros (69,86m), quarenta e sete graus e trinta e seis minutos sudeste (47° 36' SE); cento e vinte e dois metros e trinta e quatro centímetros (122,34m), trinta e três graus e quarenta e um minutos sudoeste (33° 41' SW); noventa e quatro metros e doze centímetros (94,12m), sessenta e cinco graus e vinte minutos noroeste (65° 20' NW); quarenta e nove metros e oitenta e seis centímetros (49,86m), sete graus e vinte e sete minutos nordeste (7° 27' NE). O último lado da poligonal, é o alinhamento retilíneo que, partindo do penúltimo lado acima descrito, vai ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzellos (Cr\$ 300,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952.
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.873 — DE 15
DE MAIO DE 1952

*Autoriza o cidadão brasileiro Armin-
do Ramos Filho a lavar areia
quartzosa no município de Ita-
nhaém, Estado de São Paulo.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Armindo Ramos Filho a lavar areia quartzosa em terrenos de propriedade da Sociedade Agrícola e Comercial Fazenda Barigui Limitada, situados no distrito e município de Itanhaém, Estado de São Paulo, numa área de cento e trinta e dois hectares (132 ha) delimitada por um retângulo, que tem um vértice a mil e cinquenta metros (1.050m) no rumo verdadeiro sessenta e quatro graus e trinta e dois minutos noroeste (64º 32' NW) do ponto de referência situado no quilômetro duzentos e trinta e um mais oitocentos metros (Km 231+800,00m) da Estrada de Ferro Sorocabana, correspondendo ao quilômetro quarenta e seis (Km 46) (antigo) da mesma estrada, no trecho Santos-Juqujá, e os lados divergentes, desse vértice os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: quatrocentos e quarenta metros (440m), trinta e oito graus e vinte e oito minutos nordeste (38º 28' NE); três mil metros; (3.000m), cinquenta e um graus e trinta e dois minutos sudeste (51º 32' SE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos arts. 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos arts. 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos arts. 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de dois mil seiscientos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 2.640,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1952,
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.874 — DE 19 DE
MAIO DE 1952

Dispõe sobre a Delegação Governamental Brasileira à 35.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Delegação Governamental Brasileira à 35.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho será constituída dos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

Delegados:

José de Segadas Viana, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio;
Luiz Augusto do Rêgo Monteiro.

Suplente:

Alfredo Ewbank da Rocha Leão.

Conselheiros:

Alzira Vargas do Amaral Peixoto.
Arnaldo Lopes Süsskind.
Francisco Carlos de Castro Neves.
Hermes Lima.

Humberto Grande.

Miguel Reale.

Nério Siegfried Wagner Battendieri.

Péricles de Souza Monteiro.

Waldo Carneiro Leão de Vasconcelos.

Conselheiros sem ônus para os cofres públicos:

Augusto de Ulhoa Reis.
Joaquim Canuto Mendes de Almeida.
José Arthur da Forta Moreira.
José Gonçalves de Andrade Figueira.
Josué de Castro.
Virgílio Pires de Sá.

Art. 2.º O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio designará, oportunamente, os Assessores Técnicos e o Secretariado da Delegação.

Art. 3.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.875 — DE 19 DE
MAIO DE 1952

Autoriza a cessão de um terreno da União à Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1945, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cessão à Prefeitura do Distrito Federal de terreno da União, sob a jurisdição do Ministério da Guerra, com a área de 1.691,20 metros quadrados, localizado em Deodoro, Distrito Federal, conforme planta anexada ao processo número 17.378/51-Gab. M.G.

Art. 2.º A Prefeitura do Distrito Federal fica na obrigação de construir no citado terreno, por sua conta, o Mercado Regional de Deodoro, tornando-se nula essa cessão, independente de ato especial, se ao imóvel, ao todo ou em parte, fôr dada aplicação diversa da que lhe tenha sido destinada.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

Horácio Láfer

DECRETO N.º 30.876 — DE 19 DE
MAIO DE 1952

Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário a serviço do Exército Nacional.

O Presidente da República, tendo em vista o § 16 do art. 141 da Constituição Federal e usando das atribuições que lhe confere o item I do art. 87 da mesma Constituição, decreta:

Art. 1.º É declarada de utilidade pública, de acordo com os artigos 2.º e 6.º, combinados com as letras a e b do art. 5.º, tudo do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, a desapropriação de uma área de terras, medindo 2.293,970 metros quadrados, de propriedade atribuída a Rubens Procoro de Almeida Grillo e outros herdeiros, situada à avenida Guilherme Maxwell n.º 163, em Bonsucesso, Distrito Federal.

Art. 2.º O imóvel em apreço destina-se à melhoria das condições de segurança do aquartelamento do Primeiro Batalhão de Carros de Combate.

Art. 3.º A despesa decorrente da desapropriação será custeada pelos recursos constantes da "Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis — S.º 10 — Prosseguimento e conclusão de desapropriação e aquisição de imóveis — 17 — Diretoria de Intendência — do Anexo n.º 20 — Ministério da Guerra", do Orçamento Geral da República aprovado pela Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

Art. 4.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a promover a referida desapropriação.

Art. 5.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

DECRETO N.º 30.877 — DE 19 DE
MAIO DE 1952

Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários a serviço do Exército Nacional.

O Presidente da República, tendo em vista o § 16 do art. 141 da Constituição Federal e usando das atribuições que lhe confere o item I do art. 87 da mesma Constituição, decreta:

Art. 1.º É declarada de utilidade pública, de acordo com os artigos 2.º e 6.º, combinados com as letras a e b do art. 5.º, tudo do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, a desapropriação de oito casas, de propriedade atribuída a Alexandre Fustilnik, situadas nas proximidades do Hospital de Convalescentes de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Os imóveis em aprêço destinam-se à moradia de funcionários civis e militares do referido Hospital.

Art. 3.º A despesa decorrente da desapropriação será custeada pelos recursos constantes da "Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis — S/c 10 — Prosseguimento e conclusão de desapropriação e aquisição de imóveis — 17 — Diretoria de Intendência — do Anexo n.º 20 — Ministério da Guerra", do Orçamento Geral da República, aprovado pela Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

Art. 4.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a promover a referida desapropriação.

Art. 5.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

DECRETO N.º 30.878 — DE 19 DE
MAIO DE 1952

Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários a serviço do Exército Nacional.

O Presidente da República, tendo em vista o § 16 do art. 141 da Constituição Federal e usando das atribuições que lhe confere o item I do art. 87 da mesma Constituição, decreta:

Art. 1.º É declarada de utilidade pública, de acordo com os artigos 2.º e 6.º, combinados com as letras a e b do art. 5.º, tudo do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, a desapropriação das áreas de terras situadas nas regiões de Mololô (687.90 m2), Itaiocaia (279.00 m2), Criminosa (1.233.60 m2) e Fraia de Itaipu (1.150.000.00 m2), de propriedade atribuída à Companhia Vidreira do Brasil "Covibra" (sediada em São Gonçalo) e da situada na região da Estação de Inohan (190.000,00 m2) — Estrada de Ferro Maricá a Joaquim Martins, tudo no Estado do Rio de Janeiro, num total de 1.342.200,50 metros quadrados.

Art. 2.º Os imóveis em aprêço destinam-se à melhoria das condições de instrução do 1.º Grupo de Artilharia de Costa Ferroviária e as de segurança do litoral.

Art. 3.º A despesa decorrente da desapropriação será custeada pelos recursos constantes da "Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis — S/c 16 — Prosseguimento e conclusão de desapropriação e aquisição de imóveis — 17 — Diretoria de Intendência — do Anexo n.º 20 — Ministério da Guerra", do Orçamento Geral da República, aprovado pela Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

Art. 4.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a promover a referida desapropriação.

Art. 5.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

**DECRETO N.º 30.879 — DE 20 DE
MAIO DE 1952**

*Concede reconhecimento à Escola
Técnica Eletromecânica da Bahia.*

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

**DECRETO N.º 30.880 — DE 21 DE MAIO
DE 1952**

*Cria função na Tabela Única de Ex-
tranumerário-mensalista do Minis-
tério da Aeronáutica.*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica criada, a partir de 26 de novembro de 1949, na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica — Parte Suplementar — uma função de Agente, referência 21.

Parágrafo único. O preenchimento da função ora criada se verificará com a anulação da dispensa de Orlando Doval Nogueira da função de iguais denominação e referência da antiga Tabela Numérica de Mensalista da Diretoria de Aeronáutica Civil do mencionado Ministério.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Nero Moura.

**DECRETO N.º 30.881 — DE 21 DE
MAIO DE 1952**

*Renova o Decreto n.º 27.389, de 3 de
novembro de 1949.*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo improrrogável de um (1) ano nos termos da letra b do artigo primeiro (artigo 1.º) do Decreto-lei número nove mil seiscentos e cinco (9.605), de dezanove (19) de agosto de mil novecentos e quarenta e seis (1946), a autorização conferida ao cidadão brasileiro Luiz de Mello pelo Decreto número vinte e sete mil trezentos e oitenta e nove (27.389) de três (3) de novembro de mil novecentos e quarenta e nove (1949) para pesquisar quartzo e associados no município de Cristalina, Estado de Goiás.

Art. 2.º A presente renovação de Decreto, pagará a taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas.

**DECRETO N.º 30.882 — DE 21 DE
MAIO DE 1952**

*Autoriza o cidadão brasileiro Ernesto
Correa da Silva a lavrar carvão
mineral no município de São Jerô-
nimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da República: usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985 de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Ernesto Correa da Silva a lavrar carvão mineral numa área de seiscentos e sessenta e seis, hectares, dezoito ares e cinquenta e três centiares (666,1853 ha) situada no distrito de Butiá, município de São Jerônimo Estado do Rio Grande do Sul, e delimitada por uma linha poligonal que tem um vértice a novecentos e vinte e oito metros e noventa centímetros (928,90m) rumo vinte e sete graus e cinquenta e dois minu-

tos sudeste (27.º 52' SE) verdadeiro do canto sudeste (CSE) da casa de propriedade de Francisco Carvalho Filhos, e os lados a partir deste vértice têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: oitenta e dois metros (82m) sessenta e seis graus quatorze minutos nordeste 66.º 14' NE) mil trezentos e seis metros (1.306 m) sessenta e cinco graus e quarenta e oito minutos nordeste (65.º 48' NE) cento e oitenta e cinco metros e cinquenta e sete centímetros (185,57m) sessenta e cinco graus e trinta dois minutos nordeste (65.º 32' NE); mil trezentos e quarenta e cinco metros e sete centímetros (1345 07m), sessenta e cinco graus e cinquenta e seis minutos nordeste (65.º 56' NE) mil e cem metros (1100m), vinte graus, e quarenta e um minutos sudeste (20.º 41' SE); setecentos e cinquenta metros (750m), vinte e um graus e vinte e seis minutos sudeste (21.º 26' SE); quinhentos e sessenta e oito metros (568m), vinte e oito graus e trinta e cinco minutos sudeste (28.º 35' SE) três mil cento e setenta e sete metros (3.177m) setenta e três graus e quatorze minutos sudoeste (73.º 14' SW); dois mil e vinte e três metros 2.023m) dezesseis graus e dois minutos noroeste (16º 02' NW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionados neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma de lei os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município em cumprimento do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões do solo e sub-solo para os fins da lavra na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mine-

ral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio de Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seis mil seiscientos e setenta cruzeiros (Cr\$ 6.670,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.883 — DE 21 DE MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Aurino Gomes da Silva a pesquisar minério de ouro e associados, no Município de Jacobina — Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Aurino Gomes da Silva, a pesquisar minério de ouro e associados, em terrenos devolutos do Estado da Bahia, no lugar denominado Pingadeira, Município de Jacobina, naquele Estado, numa área de setenta e dois hectares (72 ha), definida por um retângulo, que tem um vértice a quatrocentos e noventa e cinco metros — (495 m), no rumo magnético trinta graus e trinta minutos nordeste (30º 30' NE), da confluência dos riachos Pingadeira e Gruna dos Antigos no Rio Pingadeira e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — mil e duzentos metros (1.200m), trinta graus sudoeste (30º SW); seiscentos metros (600m), sessenta graus noroeste (60º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de setecentos e vinte cruzeiros — (Cr\$ 720,00) — e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento

da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.884 — DE 21 DE
MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Darwin Artese a pesquisar caulim e associados, no Município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Darwin Artese a pesquisar caulim e associados em terrenos de sua propriedade, no local denominado sítio das Laranjeiras, distrito e município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo, numa área de dezesseis hectares e noventa e quatro ares (16,94 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no marco de pedra cravado na borda do valo, na parte mais meridional da área, dividindo com o sítio Castanho e os lados, a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e quarenta e três metros (143m), cinquenta e um graus nordeste (51º NE); trinta e sete metros (37m), sessenta e dois graus e vinte minutos nordeste (62º 20' NE); vinte e sete metros (27m), quinze graus e quinze minutos nordeste (15º 15' NE); vinte e cinco metros e cinquenta centímetros (25,50m), trinta e nove graus nordeste (39º NE); quarenta metros (40m), quinze graus noroeste (15º NW); duzentos e vinte e cinco metros (225m), setenta e sete graus e trinta minutos noroeste (77º 30' NW); noventa e dois metros e cinquenta centímetros (92,50m), dez graus e vinte e cinco minutos nordeste (10º 25' NE); quatrocentos e cinquenta e sete metros (457m), setenta e cinco graus três minutos noroeste (75º 03' NW); trezentos e cin-

quenta e cinco metros (355m), dez graus sudoeste (10º SW); duzentos e vinte e dois metros (222m), oitenta e sete graus noroeste (87º NW); duzentos e quarenta e dois metros (242m), oitenta e cinco graus noroeste (85º NW); cento e dez metros (110m), cinquenta e cinco graus, quarenta e cinco minutos noroeste (55º 45' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.885 — DE 21 DE
MAIO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Augusta Adjuta Botelho a pesquisar cristal de rocha, no Município de Cristalina, Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Augusta Adjuta Botelho na qualidade de inventariante do espólio de Raul Botelho, a pesquisar cristal de rocha em terrenos de propriedade do mesmo espólio, numa área de trezentos e setenta e sete hectares (377 ha), localizada na fazenda Piscamba, distrito e município de Cristalina, Estado de Goiás, delimitada por um retângulo que tem um vértice a quatorcentos e trinta metros (430m), no rumo magnético sessenta e oito graus e quinze minutos sudeste (68º 15' SE), da confluência do córrego Papagaio no ribeirão do Arrojado e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: dois mil e novecientos metros (2.900 m), cinquenta e cinco graus nordeste (55º NE); mil e trezentos metros —

(1.300m), trinta e cinco graus no-
roeste (35° NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil setecentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 3.770,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.836 — DE 21 DE
MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Heitor Lopes Varela a pesquisar scheelita e associados, no município de Itaretama, Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Heitor Lopes Varela a pesquisar scheelita e associados, em terrenos de sua propriedade, na fazenda Santa Isabel, distrito e município de Itaretama, Estado do Rio Grande do Norte, numa área de cinquenta hectares (50 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a quinhentos e sessenta e quatro metros (564m), no rumo magnético trinta e um graus nordeste (31° NE) do cunhal sudeste (SE) da casa sede da fazenda Santa Isabel e os lados divergentes, desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil metros (1.000m), trinta e um graus e vinte minutos sudeste (31° 20' SE); quinhentos metros (500m), cinquenta e oito graus e quarenta minutos nordeste (58° 40' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) e

será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.887 — DE 21 DE
MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Inácio Raminho a pesquisar mica e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Joaquim Inácio Raminho a pesquisar mica e associados em terrenos de sua exclusiva propriedade situados no distrito e município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e nove hectares e setenta e sete ares — (29,77 ha.), delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a duzentos e trinta e dois metros (232m), no rumo magnético de setenta e cinco graus e trinta minutos nordeste — (75° 30' NE), do marco do quilômetro duzentos e setenta e seis (Km. 276) da linha de Estrada de Ferro Vitória-Minas, e os lados divergentes do vértice considerado têm: quatrocentos e sessenta metros (460m), e rumo de vinte e nove graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (29° 45' SW), magnético; seiscentos e cinquenta metros (650m) e rumo de cinquenta e três graus e quarenta e cinco minutos noroeste (53° 45' NW), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.888 — DE 21 DE
MAIO DE 1952

Autoriza a Mineração Bahiana Limitada a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Mineração Bahiana Limitada a pesquisar minério de manganês e associados em terrenos de propriedade de Djalma Jacobina Vieira, situados no lugar denominado Fazenda Marinheira, no distrito e município de Miguel Calmon, Estado da Bahia, numa área de cinquenta hectares (50 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a quatrocentos e oitenta metros (480m), no rumo magnético de quatorze graus nordeste (14º NE), do cruzamento da estrada Franca-Guaribas com o córrego Guaribas, e os lados divergentes do vértice considerado, têm quinhentos metros (500 ms.) e rumo de sessenta e quatro graus noroeste (64º NW); magnético; mil metros (1.000 ms.) e rumo vinte e seis graus sudoeste (26º SW) magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.889 — DE 21 DE
MAIO DE 1952

Autoriza a Mineração Bahiana Limitada a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Jaguarari, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Mineração Bahiana Limitada a pesquisar minério de manganês e associados em terrenos de propriedade de Ratael de Sousa Cruz, situados no lugar denominado Serra da Baixa Grande, no distrito e município de Jaguarari, Estado da Bahia, numa área de cinquenta hectares (50 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a cento e oitenta metros (180 ms.) no rumo magnético de vinte e quatro graus noroeste (24º NW), do ponto em que a estrada para o Valério encontra a estrada Itumirim-Baixa Grande, e os lados divergentes do vértice considerado têm: quinhentos metros — (500 ms.) e rumo de quarenta e dois graus sudoeste (42º SW), magnético; mil metros (1.000 ms.) e rumo de quarenta e oito graus noroeste — (48º NW), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.890 — DE 21 DE
MAIO DE 1952

Autoriza a Mineração Atlântica Limitada a pesquisar areia quartzosa e associados no município de Itanhaem, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos

términos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Mineração Atlântica Limitada a pesquisar areia quartzosa e associados, em terrenos de propriedade de José Batista Campos, numa área de setenta e cinco hectares e seis ares (75,06 ha), localizada no distrito e município de Itanhaem, Estado de São Paulo, delimitada por um polígono mistilíneo, cujos lados paralelos, com o rumo magnético de cinquenta e um graus e dezenove minutos noroeste (51° 19' NW) partem, respectivamente, dos quilômetros duzentos e sessenta e dois mais quatrocentos e cinquenta e seis metros e treze centímetros (Kms. 262 + 456,13 ms.) e duzentos e sessenta e dois mais seiscentos e oitenta e seis metros e treze centímetros (262 + 686,13 ms.), da linha da Estrada de Ferro Sorocabana, atingindo a margem esquerda do rio Preto de Peruipe; os lados não paralelos da poligonal, são representados por trecho da margem esquerda do rio supra mencionado e o trecho da linha da Estrada de Ferro Sorocabana, respectivamente compreendido entre as paralelas descritas.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de setecentos e sessenta cruzeiros — (Cr\$ 760,00) — e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.891 — DE 22 DE
MAIO DE 1952

Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal e de conformidade com o disposto no art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Parte Permanente da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções:

1 — Auxiliar de Biblioteca, referência 19;

1 — Escrevente-dactilógrafo, referência 21;

2 — Escrevente-dactilógrafo, referência 20;

1 — Inspetor de alunos, referência 21;

1 — Inspetor de alunos, referência 18; e

2 — Servente, referência 18.

Parágrafo único. As funções criadas, por este artigo, destinam-se ao aproveitamento do pessoal administrativo da Faculdade de Direito de Goiás, nos termos do art. 5.º item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Os efeitos do aproveitamento, a que se refere o artigo anterior, vigorarão a partir de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.892 — DE 22 DE
MAIO DE 1952

Aprova o Regimento da Colônia Agrícola do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regimento da Colônia Agrícola do Distrito Federal, que, assinado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, com este baixa.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Regimento da Colônia Agrícola do Distrito Federal

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1.º A Colônia Agrícola do Distrito Federal (C.A.D.F.), órgão integrante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, diretamente subordinado ao Ministério de Estado, tem por finalidade recolher:

a) os condenados à pena de prisão simples, enquanto não existir estabelecimento adequado;

b) os condenados às penas de reclusão e detenção, assegurada a separação entre reclusos e detentos;

c) os reclusos de bom comportamento, transferidos da Penitenciária Central do Distrito Federal, que já houverem cumprido mais de metade da pena, se esta não excede de três anos, e mais de um terço quando superior a esse limite;

d) provisoriamente, os reclusos e detentos transferidos da Penitenciária Central do Distrito Federal e do Presídio do Distrito Federal, em qualquer fase da execução da pena;

e) mediante transferência e observadas as disposições legais e regulamentares, presos condenados por justiça estadual.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2.º A C.A.D.F. constitui-se dos seguintes órgãos:

- Serviço Penitenciário (S.P.).
- Serviço de Administração (S.A.).

Art. 3.º Os Serviços subdividem-se em Seções e estas em turmas.

Parágrafo único. Integram, ainda, o S.A. os seguintes órgãos:

- a) Almoxarifado (A.).
- b) Estação Radiotelegráfica (E.R.).
- c) Usina Hidrelétrica (U.H.).

Art. 4.º Os Chefes de Serviços serão designados pelo Ministro de Estado, mediante proposta do Diretor da C.A.D.F.

Art. 5.º As Seções terão chefes, designados pelo Diretor, por proposta dos Chefes de Serviço.

Art. 6.º O Diretor terá um secretário escolhido dentre os servidores do Ministério.

Art. 7.º Os órgãos que integram a C.A.D.F. funcionarão coordenadamente, em regime de colaboração, sob a orientação do Diretor.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS

SEÇÃO I

Do Serviço Penitenciário

Art. 8.º Ao S.P., órgão de administração específica, compete o desempenho das atividades relativas à execução do regime penitenciário.

Art. 9.º O S.P. compreende:

— Seção de Assistência e Cadastro (S.A.C.).

— Seção de Vigilância (S.V.).

— Seção de Readaptação (S.R.).

— Seção de Saúde (S.S.).

Art. 10. A S.A.C. compete:

I — prestar assistência judiciária aos presos, quer examinando-lhes a situação em face de direitos e benefícios legais, quer redigindo e encaminhando as petições relativas a esses direitos;

II — orientar os presos no cumprimento da pena, ouvida a Inspeção Geral Penitenciária nos casos de dúvida;

III — matricular os presos, de acordo com o documento legal;

IV — registrar em livro especial, nos termos da lei, as cartas de guia;

V — organizar e manter atualizados os assentamentos individuais dos presos, com todos os elementos necessários ao cumprimento das atribuições da própria S.A.C. e da S.R.;

VI — escriturar, em ficha financeira, o pecúlio dos presos, de acordo com a frequência apurada diariamente pela S.R.; remeter a S.A. os dados para a confecção das folhas de pagamento e fornecer, semestralmente, aos presos o extrato de suas contas-correntes;

VII — registrar, em livro próprio, as jóias e outros valores arrecadados aos presos pela S.V. e remeter à S.A., para serem recolhidos aos cofres da C.A.D.F.;

VIII — extrair certidões e fornecer atestados requeridos pelos presos, à vista de despacho do Diretor;

IX — providenciar a apresentação dos presos às autoridades que os requisitarem;

X — providenciar para que se cumpram os alvarás de soltura;

XI — providenciar para que sejam comunicadas, imediatamente, à autoridade judiciária e administrativa competente as penalidades disciplinares impostas a presos, sua soltura, fuga ou falecimento, e remeter, neste caso, a certidão de óbito;

XII — lavrar os termos de óbito dos presos, à vista do atestado fornecido por médico da S.S.;

XIII — promover o sepultamento de presos e tomar as providências preliminares cabíveis, quando a morte não haja sido natural;

XIV — comunicar ao S.P., com antecedência de 15 dias, o término das penas, para que o Juízo competente seja cientificado no prazo legal;

XV — habilitar o Diretor a atender aos pedidos de informações sobre presos, formulados pelas autoridades competentes;

XVI — providenciar para a prestação de assistência religiosa aos presos que a solicitarem;

XVII — providenciar sobre a assistência social à família dos presos, mediante articulação com as entidades públicas, paraestatais ou privadas que tratem do assunto;

XVIII — estudar as possibilidades de colocação de presos em empregos, após o cumprimento das penas;

XIX — observar as instruções expedidas e atender às providências determinadas pelo Inspetor Geral Penitenciário, relativas ao regime penitenciário;

XX — comunicar, diariamente, à S.A. as ocorrências que devam ser incluídas no Boletim de Serviço.

Art. 11. Compete à S.V.:

I — receber os presos no momento em que cheguem à C.A.D.F.;

II — arrecadar joias, valores, armas e objetos proibidos encontrados em poder dos presos, enviá-los relacionados à S.A.C. e comunicar o fato, circunstanciadamente, à S.R.;

III — exercer a vigilância geral, diurna e noturna, sobre os presos, nas diversas dependências da CADF;

IV — capturar presos foragidos, em colaboração, quando necessário, com guardas em exercício noutras seções, os quais serão requisitados ao Diretor;

V — guardar a Portaria;

VI — ter sob sua responsabilidade a guarda das chaves das prisões;

VII — fornecer, diariamente, um mapa do movimento de entradas e saídas de presos;

VIII — dirigir e fiscalizar a movimentação interna e externa dos presos;

IX — pedir à Turma de Rouparia e Lavandaria as roupas regulamentares dos presos, de cama, banho e vestuário, de maneira que os mantenha devidamente uniformizados e limpos;

X — encaminhar à T.R.L. as roupas de propriedade pessoal dos presos e promover sua restituição quando deixarem a C.A.D.F.;

XI — zelar pela higiene pessoal dos presos, atendendo às recomendações da Seção de Saúde;

XII — comunicar, diariamente, à S.A. as ocorrências que devam ser incluídas no Boletim de Serviço.

Art. 12. Compete à S.R.:

I — propôr à chefia de S.P. a distribuição dos presos pelos diferentes setores da C.A.D.F., atendendo às prescrições do regime penitenciário;

II — estudar e propôr à chefia do S.P. o tipo de trabalho adequado a cada preso, tendo em vista suas condições pessoais, sua readaptação à vida social e as possibilidades e necessidades da C.A.D.F.;

III — propôr ao Diretor a organização de turnos de trabalho em cada um dos setores da C.A.D.F., atendido o disposto nos itens anteriores;

IV — executar os planos de ensino técnico-profissional dos presos;

V — administrar, orientar e fiscalizar, com finalidade educativa e produtiva, os trabalhos industriais e agropecuários;

VI — propôr ao Diretor a instituição de novas atividades profissionais, atendendo às necessidades da CADF e à finalidade de readaptação dos presos;

VII — promover o reflorestamento do D.A.D.F.;

VIII — promover o aproveitamento dos recursos naturais da CADF, a fim de abastecer os diferentes serviços a seu cargo;

IX — organizar e propôr planos de produção e de venda, em articulação com a S.A.;

X — fornecer elementos para fixação do pecúlio dos presos pelo Diretor;

XI — orçar os trabalhos e encomendados que devam ser executados pelas oficinas e demais setores de produção;

XII — encaminhar à S. A. boletins informativos da produção nos diferentes serviços;

XIII — entregar ao A., por intermédio do S. A., a produção dos seus serviços;

XIV — treinar guardas nos diversos tipos de atividade profissional existentes no trabalho penitenciário da C.A.D.F., a fim de habilitá-los a orientar e controlar os presos em serviço;

XV — dirigir as visitas aos presos;

XVI — promover a instrução primária de presos;

XVII — promover a educação física dos presos;

XVIII — encaminhar, semanalmente, à V. S. um mapa da distribuição dos presos pelos diversos serviços da C.A.D.F. e comunicar, imediatamente, qualquer alteração efetuada;

XIX — comunicar, diariamente, à S. A. as ocorrências que devam ser incluídas no Boletim de Serviço;

XX — controlar a frequência diária dos presos nos diversos trabalhos e remetê-la à S.A.C.

Art. 13 — Compete à S.S.:

I — proceder ao exame médico e odontológico dos presos recolhidos à C.A.D.F.;

II — ministrar assistência médica e odontológica aos presos durante a permanência dos mesmos na CADF;

III — realizar estudos de biotipologia e outros, que possam servir à S.R. para determinação do tipo de trabalho e das medidas disciplinares aplicáveis a cada preso;

IV — manter enfermarias;

V — realizar observações e exames psiquiátricos;

VI — determinar a internação de presos nas enfermarias e, quando imprescindível, propor transferências para nosocomios especializados;

VII — realizar análises e exames de laboratório;

VIII — realizar as intervenções cirúrgicas de natureza urgente;

IX — organizar o regime alimentar dos presos e fiscalizar a sua execução;

X — proceder, semestralmente, ao exame radiológico dos presos;

XI — organizar e manter atualizadas as fichas necessárias às elípticas;

XII — organizar e manter atualizadas as fichas de saúde dos presos;

XIII — Orientar e fiscalizar a educação física dos presos;

XIV — Manter serviços de ambulatório e farmácia;

XV — Realizar exames de sanidade e capacidade física dos servidores da C. A. D. F. para o efeito de concessão de licenças até 90 dias, controle de faltas ao serviço e exercício;

XVI — Requisitar, por intermédio da S. S. P. da Divisão do Pessoal do D. A. do M. J. N. I., ao Serviço de Biometria Médica do Departamento Nacional de Saúde, os exames complementares julgados necessários ao esclarecimento de cada caso clínico observado nos servidores da C. A. D. F.;

XVII — Prestar socorros médicos de urgência aos servidores da C.A.F.;

XVIII — Verificar periodicamente, as condições de saúde dos servidores da C. A. D. F. e das pessoas de suas famílias;

XIX — Zelar pela salubridade da C. A. D. F.;

XX — Comunicar, diariamente, à S. A. as ocorrências que devam ser incluídas no Boletim de Serviço.

SEÇÃO II

Parágrafo único. O S. A. funcionará articulado com o Departamento de Administração (D. A.) do M. J. N. I., observando as normas e métodos de trabalho prescritos pelo mesmo.

Art. 15. O S. A. compreende:

Seção de Administração (S. Ad.)

Seção de Economia Interna (S. E. I.).

Almoxarifado (A.)

Art. 16. Compete à S. Ad.:

I — De modo geral, executar as providências necessárias ao cumprimento das atribuições relativas à administração de pessoal, material, orçamento e comunicações; e

II — Especialmente:

a) Opinar sobre a lotação numérica da C. A. D. F.;

b) Aplicar, na C. A. D. F., a legislação de pessoal referente a direitos, vantagens, deveres, responsabili-

dade e ação disciplinar e, confere o caso, orientar e fiscalizar a aplicação da mesma;

c) Coligir os elementos de prova solicitados para a instrução policial ou judiciária, nos procedimentos contra servidores da C. A. D. F. acusados de delito ou ação danosa contra bens do Estado;

d) Providenciar para que os assentamentos individuais dos servidores da C. A. D. F. estejam sempre atualizados;

e) Remeter à Divisão do Pessoal do D. A. do M. J. N. I. os boletins de frequência;

f) Escrever a receita e a despesa da C. A. D. F., observando as instruções da Contadoria Geral da República e das Divisões do D. A. do M. J. N. I.;

g) Coletar dados para a proposta orçamentária da C. A. D. F. e organizá-la de acordo com as instruções do órgão elaborador da proposta de orçamento geral da União;

h) Acompanhar a aplicação dos adiantamentos e encaminhar as comprovações de despesa, por intermédio das respectivas Divisões do D. A. do M. J. N. I., aos órgãos julgadores das contas;

i) Aplicar a legislação relativa a material, e conforme o caso, orientar e fiscalizar a aplicação da mesma;

j) Controlar o movimento do A., por meio de registros de estoques e boletins diários de entrada e saída de bens;

k) Verificar, periodicamente, os estoques do A. e a exatidão de seus instrumentos de pesar e medir;

m) Controlar o recebimento de artigos requisitados ao A. pela S. E. I.; verificando, em especial, as pesadas e medidas dos gêneros alimentícios;

n) Comunicar à Divisão do Material do D. A. do M. J. N. I., todas as baixas de material, qualquer que seja a causa;

o) Apurar o custo de internação por dia e por pessoa;

p) Receber, registrar, distribuir e expedir a correspondência da C. A. D. F.;

q) Superintender os serviços de telefonia e radiotelegrafia da C. A. D. F.;

r) Organizar e distribuir, diariamente, o Boletim de Serviço.

Art. 17. Compete ao A.:

I — Conferir, receber, escrever e conservar o material requisitado pela C. A. D. F. e a ela fornecido;

II — Manter armazéns para depósito de material;

III — Atender aos pedidos de material formulados pelos diversos órgãos da Colônia;

IV — Encaminhar diariamente à S. A. um boletim do movimento do material.

Art. 18. Compete à S. E. I. a execução dos serviços de cozinha, refeitório, rouparia, lavandaria, limpeza, reparos, jardinagem, transportes e cantina dos presos da C. A. D. F.

Art. 19. A. S. E. I. compreende: Turma de Alimentação (T. A.) Turma de Copa e Refeitório (T. C. R.)

Turma de Rouparia e Lavandaria (T. R. L.)

— Turma de Limpeza (T. L.)
— Turma de Jardinagem (T. J.)
— Turma de Transportes (T. T.)
— Turma de Barbearia e Cantina (T. B. S.)

Art. 20. A T. A., que compreende a Dispensa, e Cozinha e a Padaria, compete:

I — por intermédio da Dispensa:

a) pesar, medir ou contar os gêneros alimentícios entregues pelo A. e verificar se estão de acordo com o pedido;

b) verificar a qualidade e conservação dos gêneros fornecidos e comunicar ao Chefe da S. E. I. qualquer irregularidade;

c) guardar os gêneros alimentícios destinados ao consumo do dia distribuí-los à cozinha, de acordo com o número de refeições por preparar.

II — por intermédio da Cozinha:

a) preparar a alimentação dos presos, atendendo às recomendações da S. A. e ao horário estabelecido para as refeições;

b) zelar pela segurança e perfeito funcionamento das instalações e comunicar imediatamente ao Chefe da S. E. I. qualquer irregularidade observada;

c) manter em estado de perfeito asseio a cozinha, suas instalações, pertences e utensílios.

III — por intermédio da Padaria:

a) preparar, para o consumo do dia, a quantidade de pão necessária, de acordo com a ração dos presos;

b) zelar pela segurança e perfeito funcionamento das instalações e comunicar imediatamente ao Chefe da S. E. I. qualquer irregularidade observada;

c) manter em estado de perfeito asseio a padaria, suas instalações, pertences e utensílios.

Art. 21. Compete à T.S.R. distribuir as refeições, manter em estado de perfeito asseio a copa, o refeitório, as suas instalações e todo o material de uso e recolher as sobras das refeições, para aplicação na ração dos animais da C.A.D.F.

Art. 22. Compete à T.R.I.:

I — guardar as roupas de propriedade pessoal dos presos;

II — organizar, tendo em vista o efetivo da C.A.D.F., os pedidos internos de roupas regulamentares, encaminhá-los ao chefe da S.E.I., controlar as peças sem uso e promover a respectiva conservação;

III — receber as roupas regulamentares dos presos, que devam ser lavadas, e dar recibo nos róis;

IV — lavar, passar, guardar e distribuir à S.F. as roupas regulamentares dos presos;

V — marcar e numerar toda a roupa;

VI — providenciar a fim de que se encaminhe à S.A., para a devida baixa, a roupa inutilizada.

Art. 23. Compete à T.L. executar os serviços de asseio e higienização em todas as dependências da C.A.D.F., exceto na dispensa, cozinha, padaria, copa, refeitório e residências de servidores.

Art. 24. Compete à T.J. os serviços de jardinagem na A.C.D.F., excluídas as residências de servidores.

Art. 25. Compete à T.T.:

I — guardar, consertar e reparar os veículos marítimos e terrestres da C.A.D.F.;

II — manter pequena oficina eletromecânica;

III — receber as partes diárias dos motoristas e dos mestres e patrões das embarcações, a fim de controlar a distância percorrida; a quantidade de óleo e gasolina recebida e consumida; o tempo de percurso e estacionamento; os acidentes ocorridos com os veículos, com indicação dos locais em que se verificaram, suas causas, providências tomadas e as irregularidades e defeitos notados nos mesmos;

IV — controlar a entrada e saída dos veículos e respectivos condutores;

V — inteirar-se, com antecedência, das necessidades de transportes, a fim

de planejar a execução do serviço diário, de maneira que seja obtido o máximo rendimento do material e do pessoal.

Art. 26. Compete à T.B.C.:

I — cortar o cabelo dos presos e barbeá-los, de acordo com a escala estabelecida pela S.V.;

II — manter pequeno estoque de objetos de tocador, cigarros e artigos semelhantes, a fim de vendê-los aos presos pelo preço do custo.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 27. Ao Diretor incumbe:

I — despachar com o Ministro de Estado;

II — assegurar a coordenação dos órgãos da C.A.D.F. e a colaboração desta com outros órgãos da administração ou com entidades privadas que de qualquer modo concorram para a realização dos fins do estabelecimento;

III — administrar e representar a C.A.D.F.;

IV — corresponder-se diretamente com as autoridades públicas, exceto as do Poder Legislativo, Ministros de Estado, Governadores de Estado e Prefeito do Distrito Federal;

V — resolver os assuntos atinentes às atividades da C.A.D.F., opinar sobre os que dependam de decisão superior e propor ao Ministro de Estado providências necessárias ao andamento dos trabalhos, quando não forem de sua competência;

VI — reunir periodicamente os chefes de serviço e de Seção, para apresentar providências ou discutir assuntos que interessassem ao serviço;

VII — baixar portarias, instruções e ordens de serviço;

VIII — elaborar planos e programas de trabalho anuais para a C.A.D.F. e nêles basear a proposta orçamentária do órgão;

IX — acompanhar a execução dos programas anuais por meio de relatórios mensais dos Serviços;

X — apresentar ao Ministro de Estado, anualmente, relatório da administração da C.A.D.F., baseado na execução dos programas de trabalho estabelecidos a remeter uma via do mesmo ao setor de organização do M.J.N.I. e à Inspeção Geral Penitenciária;

XI — propor servidores para a chefia dos serviços, indicando seus no-

mes, em lista triplíce, ao Ministro de Estado;

XII — designar os Chefes de Seção dentre os indicados, em lista triplíce, pelos Chefes de Serviço;

XIII — designar o seu secretário;

XIV — conceder vantagens, na forma da lei;

XV — distribuir os servidores, conforme as necessidades do serviço, respeitada a lotação;

XVI — promover o preenchimento das funções de extranumerário, na forma da lei;

XVII — elogiar os servidores, aplicar-lhes penalidades, inclusive a de suspensão até 30 dias, e propor ao Ministro de Estado as que excederem de sua alçada;

XVIII — expedir boletins de merecimento aos servidores que lhe forem diretamente subordinados;

XIX — determinar a instauração de processo administrativo;

XX — antecipar ou prorrogar o período normal de trabalho, na forma da legislação vigente;

XXI — conceder férias ao pessoal que lhe fôr imediatamente subordinado a decidir sobre as escalas de férias que lhe forem propostas;

XXII — comunicar, com a devida antecedência, ao Juízo competente o término da pena dos sentenciados;

XXIII — aplicar penalidades disciplinares aos presos, observado o regime penitenciário, e especificar as que podem ser aplicadas pelos Chefes da S.V. e da S.R.;

XXIV — despachar os pedidos de certidões e atestados;

XXV — informar os pedidos de comutação de pena, indulto e livramento condicional;

XXVI — autorizar a execução de encomendas nas unidades industriais da C.A.D.F.;

XXVII — manter a ordem na C. A. D.F., utilizando, se necessário o destacamento militar ali sediado;

XXVIII — cumprir as determinações atinentes ao regime penitenciário;

XXIX — cumprir as requisições das autoridades judiciárias;

XXX — cumprir os alvarás de soltura;

XXXI — franquiar às autoridades judiciárias, ao órgão destacado para fiscalização da C.A.D.F., ao Presidente e Membros do Conselho Penitenciário do Distrito Federal e ao Inspetor Geral Penitenciário a entrada nas prisões, quando forem ao estabelecimento em razão de ofício;

XXXII — permitir, quando julgar oportuno, a visita, ao estabelecimento, de pessoas idôneas, interessadas profissionalmente em assunto penitenciários;

XXXIII — determinar os dias de visitas aos presos, organizá-las e autorizá-las extraordinariamente, quando houver motivo justo;

XXXIV — mandar revistar qualquer visitante, quando julgar necessário;

XXXV — permitir, à vista de parecer da S.S., a visita a presos que tenham baixado à enfermaria;

XXXVI — fixar os salários dos presos, tendo em vista a natureza do trabalho e, tanto quanto possível, a quantidade e a qualidade da produção de cada um;

XXXVII — submeter a tabela de salários e suas alterações à Inspeção Geral Penitenciária;

XXXVIII — remeter, em fins de março, junho, setembro e dezembro, à Inspeção Geral Penitenciária a relação dos presos no trimestre, com indicação dos salários pagos a cada um;

XXXIX — sugerir à Inspeção Geral Penitenciária providências relativas à prática do regime penitenciário;

XL — determinar as deduções de pecúlios de presos, necessárias à indenização de danos por eles causados em bens do estabelecimento, sem prejuízo das demais sanções legais;

XLI — identificar imediatamente, ao Juízo competente a fuga, o óbito ou qualquer interrupção do cumprimento de penas ou medidas de segurança;

XLII — autorizar a publicação de trabalhos de natureza técnica ou científica, elaborados por servidores da C.A.D.F.;

XLIII — examinar o expediente relativo ao Boletim de Serviço, determinar as emendas que julgar necessárias e assiná-lo;

XLIV — distribuir os imóveis destinados a residência, considerando a situação hierárquica dos servidores e as necessidades de suas famílias quanto à habitação;

XLV — prestar ao engenheiro residente a colaboração indispensável, em especial no que disser respeito a pessoal e material para obras.

Art. 28. Compete aos Chefes de Serviço:

I — despachar com o Diretor;

II — orientar a execução dos serviços, expedindo ordens e instruções;

III — tomar as providências necessárias ao andamento dos trabalhos e propor as que excederem de sua competência;

IV — reunir, periodicamente, os Chefes de Seção, para assentar providências ou discutir assuntos que interessem ao serviço;

V — elogiar os servidores em exercício no respectivo Serviço, aplicar-lhes penalidades até a de suspensão por 15 dias, e propor ao Diretor da C.A.D.F. as que excederem de sua competência;

VI — propor a concessão de vantagens aos servidores que lhes forem subordinados;

VII — expedir boletins de merecimentos aos servidores que lhes forem diretamente subordinados;

VIII — propor ao Diretor a instauração de processo administrativo;

IX — antecipar ou prorrogar por uma hora o período normal de trabalho;

X — propor ao Diretor a antecipação ou prorrogação do período normal de trabalho por tempo superior ao indicado no item precedente;

XI — propor ao Diretor conforme as necessidades do serviço, turmas de trabalho com horário especial;

XII — organizar e submeter à aprovação do Diretor a escala de férias do pessoal que lhes for subordinado, bem como as alterações subsequentes;

XIII — distribuir o pessoal de acordo com a conveniência do serviço;

XIV — acompanhar o cumprimento dos programas anuais de trabalho, por meio de relatórios mensais dos Chefes de Seção e verificação direta da execução dos serviços;

XV — designar os substitutos dos Chefes de Seção, de acordo com a indicação destes.

Art. 29. Ao Chefe do S.P. incumbem ainda:

I — assistir ao desembarque dos sentenciados e ao exame de sua documentação, e propor imediatamente ao Diretor as providências que lhe parecerem cabíveis quanto aos que não a tiverem completa;

II — verificar se a documentação dos presos transferidos da C.A.D.F. se encontra regular e completa;

III — orientar o trabalho penitenciário e o treinamento profissional dos guardas-monitores;

IV — selecionar os candidatos e funções de guardas diaristas;

V — promover e orientar a realização de estudos e pesquisas de natureza técnica ou científica, relacionados com as atividades da C.A.D.F.;

VI — providenciar para que a todos os presos, desde que o permitam as suas condições de saúde se atribuam atividades produtivas, regularmente, observadas, tanto quanto possível, as habilitações profissionais.

Art. 30. Aos Chefes de Seção incumbem:

I — dirigir Seção respectiva;

II — despachar com o Chefe de Serviço;

III — orientar a execução dos serviços, determinando normas e métodos de trabalho;

IV — distribuir tarefas aos seus subordinados e coordenar os trabalhos;

V — tomar providências necessárias ao andamento dos trabalhos e propor os que excederem de sua competência;

VI — reunir, periodicamente, os seus subordinados para discutir sugestões sobre o aperfeiçoamento das normas e métodos de trabalho;

VII — aplicar aos seus subordinados as penas de advertência e repressão e propor ao respectivo Chefe de Serviço o elogio dos mesmos e a aplicação de penas aos que excedam de sua competência;

VIII — propor a concessão de vantagens aos servidores que lhes forem subordinados;

IX — expedir boletins de merecimento dos servidores que lhe forem diretamente subordinados;

X — comunicar as irregularidades que observar no serviço e propor, quando necessário, a instauração de processo administrativo;

XI — antecipar ou prorrogar por uma hora o período normal de trabalho;

XII — organizar e submeter à aprovação da autoridade imediata a escala de férias dos servidores que lhes forem subordinados bem como as alterações subsequentes;

XIII — comunicar, imediatamente, por escrito, ao Chefe da S.E. qualquer ocorrência extraordinária verificada no comportamento do preso em atividade na Seção;

XIV — fazer apresentar à S.V., no término dos turnos de trabalho, os presos em serviço.

Art. 31. Ao Chefe da S.S. compete, ainda, remeter, diariamente, ao

Diretor, por intermédio do Chefe do S.P. o boletim do movimento do dia anterior.

Art. 32. Ao Chefe da S.R. compete, ainda:

I — designar, para cada auxiliar de ensino, a classe que deve reger;

II — designar os auxiliares de ensino para fazer preleções e determinar os temas das mesmas;

III — superintender e fiscalizar os trabalhos das classes e orientar os auxiliares de ensino.

Art. 33. Ao Chefe da S.E.I. compete, ainda, comunicar, diariamente, à S.A. as ocorrências que devam ser incluídas no Boletim de Serviço.

Art. 34. Ao Secretário do Diretor incumbe:

I — atender às pessoas que desejarem comunicar-se com o Diretor, encaminhando-as ou dando a este conhecimento do assunto por tratar;

II — representar o Diretor, quando para isso fôr designado;

III — redigir a correspondência pessoal do Diretor.

Art. 35. Aos demais servidores incumbe realizar os trabalhos que lhes forem determinados pelos seus superiores immediatos.

CAPÍTULO V

DA LOTAÇÃO

Art. 36. A C.A.D.F. terá a lotação que fôr aprovada em decreto.

Parágrafo único. Além de funcionários, a C.A.D.F. poderá ter pessoal extranumerário.

CAPÍTULO VI

DO HORÁRIO

Art. 37. O horário normal de trabalho será fixado pelo Diretor, respeitado o número de horas semanais estabelecido para o Serviço Público Civil.

Art. 38. O Diretor organizará as escalas de plantões do pessoal, observado o disposto no artigo anterior.

CAPÍTULO VII

DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 39. Serão substituídos, automaticamente, em suas faltas e impedimentos até 30 dias:

I — o Diretor, pelo Chefe do S. P. e na falta deste, pelo Chefe do S.A.;

II — o Chefe do S.P. pelo Chefe da S.R.;

III — o Chefe do S.A. pelo Chefe da S. Ad.;

IV — os Chefes de Seção pelos servidores previamente designados para seus substitutos pelo Chefe do respectivo serviço.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. Os guardas subordinam-se ao Chefe da Seção em que estiverem servindo e, ainda quando em função de monitor ou qualquer outra, têm como atribuição precípua a vigilância dos presos.

Art. 41. As construções e as obras de reparo e conservação de bons imóveis e seus equipamentos, na C. A. D. F., inclusive as estradas de rodagem, o estaleiro e a usina hidrelétrica, ficam a cargo de engenheiro designado pela Divisão de Obras (D. Ob.) do D.A. do M.J.I.N. repartição a que ficará subordinado, técnica e administrativamente.

§ 1.º Para cumprimento do disposto neste artigo, haverá uma Residência de Obras, que atenderá aos serviços da C.A.D.F. e da Colônia Penal Cândido Mendes.

§ 2.º O engenheiro designado terá exercício numa ou noutra dessas Colônias, de acordo com as necessidades do serviço e as determinações da D. Ob.

§ 3.º Para fins de apuração de frequência, o comparecimento do engenheiro ao serviço será comunicado à D. Ob. pelo Diretor da Colônia em que estiver servindo.

§ 4.º O engenheiro deverá comunicar à D. Ob., quinzenalmente, os serviços realizados e os em realização.

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Art. 42. O presente Regimento será revisto seis meses após ter entrado em execução, a fim de proceder-se aos reajustamentos e emendas indicados por sua aplicação.

Parágrafo único. Somente, após as retificações assim efetuadas, tomar-se-ão providências no sentido de criarem-se as funções gratificadas de chefia e de secretário do Diretor.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1952
— Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 30.893, DE 22 DE MAIO DE 1952

Revoga o Decreto n.º 26.879, de 12 de julho de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Artigo único — Fica revogado o Decreto n.º 26.879, de 12 de julho de 1949, que concedeu ao cidadão brasileiro Clarindo Alves da Silva autorização para a compra de pedras preciosas, nos termos do Decreto-lei número 436, de 4 de junho de 1938.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.894 — DE 22 DE MAIO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.895 — DE 22 DE MAIO DE 1952

Concede à sociedade comercial Brauzulino Silva & Companhia" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade comercial "Brauzulino Silva & Companhia" com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, consoante contrato social que apresentou, por meio de instrumento particular de constituição firmado a 16 de julho de 1951 e respectivo adi-

tamento firmado a 22 de abril de 1952, obrigando-se a aludida sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, em que venham a vigorar sobre o objeto da presente autorização.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Vianna.

DECRETO N.º 30.896 — DE 22 DE MAIO DE 1952

Extingue cargos excedentes.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam extintos no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

1 cargo da classe I, da carreira de Bibliotecário, vago em virtude da promoção de Maria Molina Rondon;

1 cargo da classe H da carreira de Dactiloscopista, vago em virtude da exoneração de Teófilo Lopes da Silva;

6 cargos da classe J da carreira de Economista, vagos em virtude da exoneração de José Francisco Coelho e Mário Soares Pinto Duarte e promoção de Emilio Dias Filho, Joaquim Ferreira Mângia, José Nunes Braz e Reginaldo Lemos Santana;

2 cargos da classe H, da carreira de Inspetor de Indústria e Comércio, vagos em virtude da exoneração de Paulo Roberto de Carvalho e promoção de Pedro Paulo de Figueiredo Moreira, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 30.897 — DE 22 DE
MAIO DE 1952

Suprime cargos provisórios

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 2 cargos da classe E, da carreira de Dactiloscopista Auxiliar do Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, vagos em virtude da exoneração de Celuta Barbosa Neves e promoção de Conrado Porto Siqueira, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.898 — DE 22 DE
MAIO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 1.º, alínea m, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos no Quadro Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

1 cargo da classe D, da carreira de Atendente, vago em virtude da exoneração de Paulo Cavalcanti;

4 cargos da classe G, da carreira de Escriturário, vagos em virtude da promoção de Ana Pietrângelo Talamo, Arminia Amaral Cunha, Branca Marcondes Machado e Daniel Horta O'Leary;

1 cargo da classe F, da carreira de Farmacêutico, vago em virtude da promoção de Davi Eulálio de Sousa;

1 cargo da classe F, da carreira de Maquinista Marítimo, vago em virtude do falecimento de Guilherme Ferreira de Aguiar;

1 cargo da classe D, da carreira de Patrão, vago em virtude da promoção de Sérgio Júlio;

7 cargos da classe D, da carreira de Servente, vagos em virtude da aposentadoria de Oscarino Marques Monteiro, Laura Bernardes e Antônio Alves Taveira, exoneração de Josino Soares Dantas e promoção de Bernardino Gomes, Manuel Felipe da Costa e Antônio Côrtes do Nascimento, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.899 — DE 23 DE
MAIO DE 1952

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição da cêra de carnaúba de produção nacional para a safra de 1951-52.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º Fica assegurada à cêra de carnaúba de produção nacional da safra de 1951-52 a garantia de preços mínimos prevista na Lei número 1.506, de 19 de dezembro de 1951, nas seguintes modalidades:

a) aquisição do produto na base dos preços FOB abaixo indicados para cada tipo, por arroba de 15 quilos, de acordo com as especificações aprovadas pelo Decreto n.º 7.444, de 26 de junho de 1941, acondicionado em sacaria nova ou em boas condições, devidamente marcada quanto à safra e outras indicações necessárias, depositado em armazéns gerais mediante as condições que forem estabelecidas:

Preços:

	Cr\$
Tipo 1	720,00
Tipo 2	760,00
Tipo 3	640,00
Tipo 4	620,00
Tipo 5	560,00

b) 80% (oitenta por cento) de financiamento na base do preço mínimo fixado na letra "a" deste artigo.

Parágrafo único. Entende-se por safra de 1951-52 a que teve início nos diversos Estados produtores de setembro a outubro de 1951.

Art. 2.º A determinação dos preços do produto para os operações previstas neste Decreto, que se efetuem nas diversas localidades, será feita nos termos do art. 4.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

João Cleofas

DECRETO N.º 30.900 — DE 24 DE MAIO DE 1952

Dispõe sobre o funcionamento da Comissão de Habilitação de Pensões Vitalícias e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Comissão de que trata o art. 3.º do Decreto-lei n.º 1.544, de 25 de agosto de 1939, restabelecida pelo art. 1.º da Lei n.º 1.169, de 7 de agosto de 1950, funcionará em dependência do Ministério da Guerra, que fornecerá os recursos materiais e de pessoal necessários ao seu serviço.

§ 1.º O pagamento das pensões será feito pela Diretoria de Finanças do Exército, para onde serão transferidas as pensionistas ainda vinculadas ao Ministério da Marinha.

§ 2.º A Comissão providenciará o levantamento das importâncias devidas aos interessados, pelos exercícios anteriores, a fim de ser pedido o crédito necessário ao pagamento de atrasados.

Art. 2.º Concedida a pensão, será o processo remetido diretamente ao Tri-

bunal de Contas, para exame da legalidade da concessão.

Art. 3.º De acordo com a Lei número 1.031, de 30 de dezembro de 1949, o valor atual da pensão é de Cr\$ 720,00, que deverá ser paga integralmente a cada filha de veterano que a ela tiver direito.

Parágrafo único. A pensão referida no presente artigo não constitui acumulação com o meio soldo, montepio ou qualquer outra pensão em que esteja em gozo a beneficiária, na forma do art. 3.º do Decreto-lei número 8.821, de 24 de janeiro de 1946.

Art. 4.º O Presidente da Comissão declarará dissolvida a mesma, quando não mais houver nenhum processo dependendo de decisão.

Parágrafo único. Dissolvida a Comissão, todo seu acervo será transferido para a Diretoria de Finanças do Exército, sendo que as novas habilitações porventura requeridas continuarão a ser processadas de acordo com as Instruções baixadas pela Comissão, mas apreciadas e julgadas apenas pelo Diretor de Finanças do Exército.

Art. 5.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Renato de Almeida Guillobel.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.901 — DE 26 DE MAIO DE 1952

Altera a alínea g do art. 3.º do Decreto n.º 29.829, de 31 de julho de 1951.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 41 da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º A letra g do art. 3.º do Decreto n.º 29.829, de 31 de julho de 1951, passa a ter a seguinte redação:

"do Presidente da Comissão Federal de Abastecimento e Preços".

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.902 — DE 26 DE
MAIO DE 1952

Concede ao Automóvel Clube do Brasil a prerrogativa da alínea d do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo n.º 233.048-52 e usando da faculdade que lhe confere o art. 559 da Consolidação das Leis do Trabalho, decreta:

Artigo único É concedida ao Automóvel Clube do Brasil a prerrogativa da alínea d do art. 513 da citada Consolidação, para o fim de colaborar com o Poder Público, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com os interesses econômicos e profissionais coordenados por aquela entidade.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.903 — DE 26 DE
MAIO DE 1952

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.820.000,00 para pagamento das despesas realizadas pela Viação Férrea Federal Leite Brasileiro com o restabelecimento das linhas danificadas pelas enchentes de 1948.

O Presidente da República, usando da autorização contida no art. 1.º da Lei n.º 1.525, de 26 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Ministério da Fazenda e o Tribunal de Contas, em cumprimento ao disposto no art. 93 do

Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.820.000,00 (um milhão oitocentos e vinte mil cruzeiros), para atender ao pagamento das despesas efetuadas pela Viação Férrea Federal Leite Brasileiro com os trabalhos enumerados nas letras a) a i) do art. 1.º da mencionada lei e relativos ao restabelecimento das linhas e obras de arte do ramal de Bonfim a Barra de Mundo Novo, danificadas pelas enchentes ocorridas em fins de 1948.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.904 — DE 26 DE
MAIO DE 1952

Atribui à Comissão do Vale do São Francisco a incumbência de promover o aproveitamento progressivo de várias cachoeiras e trechos de curso d'água na bacia do rio Corrente, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 150 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934) e no art. 11 da Lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948, decreta:

Art. 1.º A Comissão do Vale do São Francisco promoverá o aproveitamento progressivo das cachoeiras e trechos de curso d'água situados na bacia do rio Corrente, Estado da Bahia, a saber:

a) cachoeira de Correntina, no rio das Eguas, município de Correntina;

b) trecho do rio Formoso, entre os municípios de Santa Maria e Correntina, onde estão localizadas as cachoeiras de Gatos e Jaborandi, até 20 quilômetros a juzante;

c) trêcho do rio Arrojado, compreendido entre a cidade de Catolê e a foz, no município de Correntina.

Art. 2.º Os aproveitamentos serão realizados com observância dos preceitos e exigências estatuidos na legislação e nos regulamentos vigentes.

Art. 3.º A Comissão do Vale do São Francisco poderá fornecer energia elétrica em alta tensão aos concessionários e municipalidades situados na zona.

Art. 4.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.905 — DE 26 DE
MAIO DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos que mencionam necessários às instalações da Base Aérea de Parnamerim, em Natal, Rio Grande do Norte.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição Federal, e tendo em vista os artigos números 5.º, letras a, b e n, 6.º e 10.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º São declarados de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos de propriedade do Senhor Guglielmo Lettieri, com a área de 938.136,00 metros quadrados, situados dentro dos limites da Base Aérea de Parnamerim, em Natal, Estado do Rio Grande do Norte, tudo conforme consta do processo protocolado sob número 363-51 da Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica, no qual se encontram a respectiva planta e laudo de avaliação.

Art. 2.º Destinam-se êsses imóveis a instalações militares.

Art. 3.º Fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a promover a efetivação da desapropriação de que trata o art. 1.º, na forma do art. 10 do

Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, correndo as despesas à conta dos recursos orçamentários próprios.

Art. 4. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.906 — DE 26 DE
MAIO DE 1952

Restabelece funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Marinha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam restabelecidas, na Parte Permanente da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Marinha, 57 (cinquenta e sete) funções de Escrivente-dactilógrafo, referência 19.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

DECRETO N.º 30.907 — DE 27
DE MAIO DE 1952

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, o imóvel situado à Avenida Dr. Getúlio Vargas n.º 53, na cidade de Neópolis — no Estado de Sergipe.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 6.º, combinado com o art. 5.º, inciso h, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º É declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação pela União Federal, o imóvel situado

à Avenida Dr. Getúlio Vargas n.º 53, na cidade de Neópolis — Estado de Sergipe, de propriedade da Senhora Emília Cruz, já ocupado, por locação, pela Agência da respectiva Capitania dos Portos.

Art. 2.º. A despesa resultante, na importância de sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 60.000,00) — compreendendo prédio, terreno e benfeitorias, correrá por conta do Fundo Naval.

Art. 3.º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Renato de Almeida Guillobel

DECRETO N.º 30.908 — DE 27 DE
MAIO DE 1952

Concede reconhecimento ao curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedido reconhecimento ao curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora, com sede nessa cidade, e mantida pela Sociedade Propagadora Esdeva.

Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.909 — DE 27
DE MAIO DE 1952

Concede autorização para funcionamento dos cursos de Pedagogia, Geografia e História e Letras neo-latinas da Faculdade de Filosofia da Paraíba.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos

termos do art. 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedida autorização para funcionamento dos cursos de Pedagogia, Geografia e História e Letras neo-latinas da Faculdade de Filosofia da Paraíba, mantida pelo Governo desse Estado e com sede em João Pessoa.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 30.910 — DE 27
DE MAIO DE 1952

Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º. Fica transferido, da lotação numérica do Hospital Central da Aeronáutica para a da Policlínica da Aeronáutica de São Paulo, um cargo da carreira de Enfermeiro do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Nero Moura

DECRETO N.º 30.911 — DE 27 DE
MAIO DE 1952

Autoriza a Cia. Industrial Paraense S. A. a ampliar suas instalações hidroelétricas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940;

Considerando que, pela Resolução n.º 757, de 12 de maio de 1952, a medida foi julgada conveniente pelo

Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Industrial Paraense S. A., com sede em Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, a ampliar as instalações da usina hidroelétrica da Cachoeira do Carioca, no rio São João, mediante:

1.º construção de nova barragem, respectiva bacia de acumulação e novo canal, junto ao canal e represamento existente, para um aproveitamento progressivo de 4.500 HP, e sem prejuízo do funcionamento da atual usina;

2.º construção da tubulação forçada, montagem das turbinas e instalações elétricas, correspondentes a três unidades de 1.500 HP, em nova casa de máquinas. Estas obras serão executadas à medida que as necessidades da zona da concessionária o exigirem;

3.º construção de nova linha de transmissão para a potência de 3.300 kw, tensão de 30.000 V, entre condutores, frequência de 50 c/s, comprimento de 19.900 km.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfazer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.912 — DE 27
DE MAIO DE 1952

Suprime cargos provisórios

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 2 (dois) cargos da classe J da carreira de Técnico de Educação, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, vagos em virtude da promoção de Benirah Torrents Pereira Azem e da exoneração de Nice Camargo Pupo, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 30.913 — DE 28 DE
MAIO DE 1952

Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Parte Permanente da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções:

1 — Auxiliar de Biblioteca, referência 19;

1 — Escrevente-Dactilógrafo, referência 19;

7 — Instrutor, referência 25 e

3 — Servente, referência 18.

Parágrafo único — As funções criadas, por este artigo, destinam-se ao aproveitamento de pessoal docente e administrativo dos Cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, nos termos do art. 5.º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Os efeitos do aproveitamento, a que se refere o artigo anterior, vigorarão a partir de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3.º E' extensivo ao Instituto de Belas Artes de Pôrto Alegre o disposto no art. 6.º do Decreto número 30.666, de 24 de março de 1952.

Art. 4.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.914 — DE 28 DE MAIO DE 1952

Autoriza o funcionamento do curso de veterinária da Escola de Medicina Veterinária da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal e nos termos do art. 2.º do Decreto-lei n.º 933, de 7 de dezembro de 1938, combinado com o artigo 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio do mesmo ano, decreta:

Artigo único. — E' concedida autorização para funcionamento do curso de veterinária da Escola de Medicina Veterinária da Bahia, com sede em Salvador e mantida pelo Estado da Bahia.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N. 30.915 — DE 28 DE MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Teixeira da Costa a lavrar mármore e calcário, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Agenor Teixeira da Costa a lavrar mármore e calcário em terras de sua propriedade, na Fazenda do Campinho, distrito e município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, numa área de oito hectares (8 ha) assim definida: um retângulo que tem um vértice a sessenta e quatro metros (64m) no rumo verdadeiro quatorze graus cinquenta e três minutos sudeste (14º 53' SE), do entroncamento da estrada que vem do Gamba, com a rodovia que vai de Pedro Leopoldo à Fazenda do Campinho, e, cujos lados divergentes, a partir desse vértice, têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: quatrocentos metros (400m), trinta e nove graus cinquenta e três minutos sudoeste (39º 53' SW); duzentos metros (200m), cinquenta graus sete minutos sudeste (50º 7' SE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de sólo e sub-sólo para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 30.916 — DE 28 DE MAIO
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Bernini Monaco a lavar conchas calcáreas, no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Bernini Monaco a lavar conchas calcáreas, em terrenos de marinha, localizados na Ilha Comprida, Sítio Boa Vista, distrito e município de Cananéia, Estado de S. Paulo, numa área de setenta e oito ares (0,78 ha), delimitada por um polígono irregular, que tem um vértice a setecentos e noventa e três metros (793 m), no rumo verdadeiro oitenta graus e trinta e oito minutos nordeste (80º 38' NE) da confluência dos rios Variação e Nóbrega e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: sessenta e seis metros e quarenta e nove centímetros (66,49m), trinta e três graus e dois minutos sudoeste (33º 02' SW); vinte e oito metros e dezoito centímetros (28,18m), vinte e seis graus e vinte e dois minutos sudeste (26º 22' SE); trinta e um metros e setenta centímetros (31,70m), setenta e seis graus e cinco minutos nordeste (76º 05' NE); oitenta e um metros (81m), vinte e oito graus e sete minutos nordeste (28º 07' NE); cinquenta e nove metros e trinta centímetros (59,30m), vinte e oito graus e trinta e três minutos nordeste (28º 33' NE); cinquenta e quatro metros e quarenta e nove centímetros (54,49m), cinquenta e cinco graus e trinta e sete minutos noroeste (55º 37' NW); cinquenta e sete metros e dez centímetros (57,10 m), trinta e seis graus e cinquenta e oito minutos sudoeste (36º 58' SW); trinta e cinco metros e trinta centímetros (35,30m), oito graus e quin-

ze minutos sudeste (8º 15' SE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos coíres públicos, na forma da lei os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 30.917 — DE 28 DE MAIO
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Bernini Monaco a lavar conchas calcárias no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição e nos

térmos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Bernini Monaco a lavrar conchas calcárias no distrito e município de Cananeia, Estado de São Paulo, numa área de setenta e seis ares e cinquenta e dois centosares (0,7652ha) localizada em terrenos de marinha e di limitada por um polígono irregular que tem um vértice a trinta metros (30m) no rumo verdadeiro dez graus e quarenta e dois minutos sudeste (10° 42' SE) do eixo do rio Maria Rodrigues a mil cento e setenta metros (1.170m) do cruzamento dêsse com o eixo do canal de Cananeia e os lados, a partir dêsse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: oitenta e nove metros e dez centímetros (89,10m), vinte e quatro graus e cinquenta e três minutos sudoeste (24° 53' SW); setenta e oito metros e cinquenta centímetros (78,50m), treze graus e doze minutos sudeste (13° 12'SE); cento e dezesseis metros sessenta e cinco centímetros (116,65m), quarenta e sete graus e quarenta e oito minutos nordeste (47° 48' NE); cento e dois metros cinquenta e cinco centímetros (102,55m), quarenta graus e treze minutos noroeste (40° 13' NW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário tomará as providências julgadas necessárias, pela repartição competente, à preservação dos elementos úteis dos sambaquis, eventualmente encontrados na área da autorização.

Art. 3.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município em cumprimento do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 4.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 5.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e

sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 6.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 7.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeros (Cr\$ 600,00).

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 30.918 — DE 28 DE MAIO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Policarpo Dias Corrêa a pesquisar pedras coradas e minério de berilo no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Policarpo Dias Corrêa a pesquisar pedras coradas e minério de berilo, em terrenos de sua propriedade, nos lugares Lage, Monte Alto e Prensá distrito e município de Salinas, Estado de Minas Gerais, numa área de duzentos e dez hectares (210 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a duzentos e oito metros (208m), no rumo magnético sessenta e sete graus sudoeste (67° SW) da confluência dos córregos Monte Alto e Lage e os lados, divergentes dêsse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: três mil metros (3.000m), vinte graus e trinta minutos sudeste (20°30'SE); setecentos metros (700m), sessenta e nove graus e trinta minutos sudoeste (69° 30' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de dois mil e cem cruzeiros (Cr\$ 2.100,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N. 30.919 — DE 28 DE MAIO
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Denisarte Gomes de Campos a pesquisar calcário, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Denisarte Gomes de Campos a pesquisar calcário em terrenos de sua propriedade situados na localidade de Taquari-Mirim, distrito e município de Itapeva, Estado de S. Paulo, numa área de cinco hectares trinta e oito ares e vinte e oito centiares (5,3828 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cinquenta metros (50m) no rumo magnético de trinta graus e trinta minutos noroeste (30° 30' NW) da confluência dos córregos do Jamil e do Gretz, e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e sessenta e quatro metros (264,0 m), sessenta e sete graus noroeste (67° NW); cento e sessenta e cinco metros (165 m), trinta e quatro graus sudoeste (34° SW); duzentos e quarenta e quatro metros (244,0 m), quarenta e quatro graus sudeste (44° SE), e o último lado é formado de um segmento retilíneo que partindo da extremidade do terceiro lado vai encontrar o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de tre-

zentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 30.920 — DE 28 DE MAIO
DE 1952

Autoriza a Sociedade Anônima Mármorees Brasileiros "Sambra" a pesquisar mármore, no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Sociedade Anônima Mármorees Brasileiros "Sambra" a pesquisar mármore em terrenos de propriedade de Taciano Pereira da Silva, situados na localidade de Fazenda Vacaria, Cardial Mota, distrito de Riacho Fundo, município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais, numa área de dezasseis hectares e sessenta ares (16,60 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a setecentos e cinquenta metros (750m), no rumo verdadeiro dez graus quinze minutos nordeste (10° 15' NE) do marco quilométrico número cento e treze (Km 113) da autovia de Conceição — Serra do Cipó — Belo Horizonte, e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: cento e cinco metros (105m), oeste (W); trezentos metros (300m), vinte e cinco graus noroeste (25° NW); quatrocentos e setenta e dois metros (472m), dez graus e trinta minutos nordeste (10° 30' NE); cento e setenta e dois metros, norte (172m N); cento e quarenta e seis metros, leste (146m L); novecentos e sete metros, sul (907m S).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será

transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 30.921 — DE 28 DE MAIO
DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Ulisses Franco a pesquisar mica, caulim, feldspato e associados no município de Santa Branca, Estado de S. Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 n.º I da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Ulisses Franco a pesquisar mica, caulim, feldspato e associados em terrenos devolutos situados no bairro de Bom Jesus ou Roseira, município de Santa Branca, Estado de São Paulo, numa área de trezentos hectares (300 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a distância de mil metros (1.000m) no rumo magnético de setenta e um graus e trinta minutos noroeste (71º 30'NW) da capela de Bom Jesus da Roseira e os lados divergentes deste com os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: dois mil metros (2000m), oitenta e quatro graus sudoeste (84º SW); mil e quinhentos metros (1.500m), seis graus noroeste (6.º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto pagara a taxa de três mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.922, DE 29 DE MAIO
DE 1952

Reduz para um (1) ano o interstício para a promoção a Coronel do Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição:

Resolve, de acordo com o art. 13 do Decreto-lei n.º 5.625, de 28 de junho de 1943 (Lei de Promoções dos Oficiais do Exército), reduzir para um (1) ano o interstício do posto de Penente Coronel do Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

DECRETO N. 30.923 — DE 30 DE MAIO
DE 1952

Revoga o Decreto n.º 16.737, de 5 de outubro de 1944

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição decreta:

Artigo único. Fica revogado o Decreto n.º 16.737, de 5 de outubro de 1944, que autorizou Theotônio Gomes de Azevedo a comprar pedras preciosas.

Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1952; 131.ª da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lájer.

DECRETO N.º 30.924 — DE 30 DE
MAIO DE 1952

Autoriza Arnaldo Figueiredo Chagas a comprar pedras preciosas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Arnaldo Figueiredo Chagas, cidadão brasileiro e residente em Gameleira do Assuruá, no Estado da Bahia, a com-

prai pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 406 de 5 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto

Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.925 — DE 30 DE
MAIO DE 1952

Autoriza Cérico Vieira da Silva a comprar pedras preciosas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 37, número 1.º da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Cérico Vieira da Silva, cidadão brasileiro e residente nesta Capital, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.926 — DE 30 DE
MAIO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido da marinha que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.927 — DE 30 DE
MAIO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil dos terrenos de marinha que menciona, situados na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N. 30.928 — DE 2 DE
JUNHO DE 1952

Cria funções na Tabela Única de Extranumerário-mensalista da Universidade de Recife e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal e, de conformidade com o disposto no artigo 5.º, item II, da Lei n. 1.254, de 4-12-50, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas na Tabela Única de Extranumerário-mensalista da Universidade de Recife, e incluídas nas respectivas séries funcionais, as seguintes funções:

1 — Artífice, ref. 23;

1 — Artífice, ref. 18;

25 — Assistente de Ensino, ref. 27;

2 — Auxiliar Administrativo, ref. 28;

1 — Auxiliar Administrativo, referência 26;

3 — Auxiliar Administrativo, referência 25;

1 — Auxiliar Administrativo, referência 24;

2 — Auxiliar de Biblioteca, referência 25;

1 — Auxiliar de Biblioteca, referência 24;

1 — Auxiliar de Biblioteca, referência 23;

1 — Auxiliar de Biblioteca, referência 19;

6 — Escrevente-dactilógrafo, referência 23;

3 — Escrevente-dactilógrafo, referência 22;

3 — Escrevente-dactilógrafo, referência 21;

1 — Escrevente-dactilógrafo, referência 19;

2 — Escrevente-dactilógrafo, referência 18;

1 — Inspetor de alunos, ref. 23;

2 — Inspetor de alunos, ref. 21;

1 — Inspetor de alunos, ref. 20;

4 — Inspetor de alunos, ref. 18;

1 — Laboratorista, ref. 24;

- 1 — Motorista, ref. 20;
- 2 — Servente, ref. 24 (excedentes);
- 1 — Servente, ref. 23 (excedente);
- 2 — Servente, ref. 21;
- 3 — Servente, ref. 18;
- 12 — Servente, ref. 17; e
- 1 — Zelador, ref. 25.

Parágrafo Único — As funções criadas, por este artigo, destinam-se ao aproveitamento do pessoal administrativo e docente das Escolas Superior de Química, Escola de Belas Artes de Pernambuco, Faculdade Estadual de Filosofia e Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Recife, nos termos do artigo 5.º, item II, da Lei n. 1.234, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Os efeitos do enquadramento a que se refere o artigo anterior vigorarão a partir de 8-12-50.

Art. 3.º A série funcional de inspetor, constante da tabela-anexa do Decreto n. 29.004, de 19 de dezembro de 1950, que alterou a Tabela Única de Extranumerário-mensalista da Universidade de Recife, criada pelo Decreto n. 28.734, de 9 de outubro de 1950, passa a denominar-se de Inspetor de Alunos, sendo considerada excedente 1 função pertencente à referência 24 da aludida série funcional.

Art. 4.º O preenchimento das funções, a supressão das funções excedentes que vagarem e a dispensa do pessoal extranumerário-mensalista serão feitos mediante portaria do Reitor da Universidade do Recife.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1952;
131º da Independência e 54º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 30.929 — DE 2 DE
JUNHO DE 1952

*Cria funções na Tabela Única
de Extranumerário-Mensalista da
Universidade da Bahia.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, item II, da Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, na Parte Permanente, da Tabela Única de Extranumerário-Mensalista da Universidade da Bahia, as seguintes funções:

- 1 — Artífice — ref. 20.
- 1 — Artífice — ref. 17.
- 38 — Assistente de Ensino — referência 27.
- 6 — Auxiliar Administrativo — referência 24.
- 1 — Auxiliar de Biblioteca — referência 23.
- 1 — Auxiliar de Biblioteca — referência 19.
- 2 — Auxiliar de Biblioteca — referência 18.
- 4 — Auxiliar de Biblioteca — referência 17.
- 1 — Dentista — ref. 24.
- 4 — Escrevente-Datilógrafo — referência 23.
- 1 — Escrevente-Datilógrafo — referência 22.
- 1 — Escrevente-Datilógrafo — referência 21.
- 5 — Escrevente-Datilógrafo — referência 20.
- 3 — Escrevente-Datilógrafo — referência 19.
- 3 — Escrevente-Datilógrafo — referência 18.
- 1 — Escrevente-Datilógrafo — referência 17.
- 7 — Escrevente-Datilógrafo — referência 16.
- 1 — Guarda — ref. 16.
- 1 — Inspetor — ref. 21.
- 5 — Inspetor — ref. 20.

- 3 — Inspetor — ref. 18.
- 3 — Inspetor — ref. 17.
- 1 — Inspetor — ref. 16.
- 4 — Instrutor — ref. 23.
- 1 — Porteiro — ref. 20.
- 1 — Porteiro — ref. 16.
- 1 — Servente — ref. 23 (excedente).
- 2 — Servente — ref. 19.
- 6 — Servente — ref. 17.
- 7 — Servente — ref. 16.

Art. 2.º O aproveitamento do pessoal docente e administrativo da Faculdade de Ciências Econômicas, da Faculdade de Filosofia e da Escola de Belas Artes, todas da Universidade da Bahia, de que trata o artigo 5.º, item II, da Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950 far-se-á em funções criadas por este Decreto.

Parágrafo Único — Os efeitos de aproveitamento a que se refere este artigo vigorarão a partir de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3.º O preenchimento das funções, a supressão das funções excedentes que vagarem e a dispensa do pessoal extranumerário serão feitos mediante portaria do Reitor da Universidade da Bahia.

Art. 41. O presente Decreto vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
E. Simões Filho

DECRETO N. 30.930 — DE 2 DE
JUNHO DE 1952

*Cria o "Estandarte-Distintivo"
para o Batalhão Mauá.*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado o "Estandarte-Distintivo" para o Batalhão Mauá, de acordo com o modelo que acompanha o presente Decreto e as seguintes características:

a) campo azul-turquesa, enquadrado pela dupla bordadura das cores nacionais;

b) ao centro a silhueta do território brasileiro em amarelo, contendo em seu interior o braço de armas do Visconde de Mauá;

c) encimando a silhueta do território nacional, o distico "Batalhão Mauá", em ouro;

d) estandarte franjado, também, de ouro;

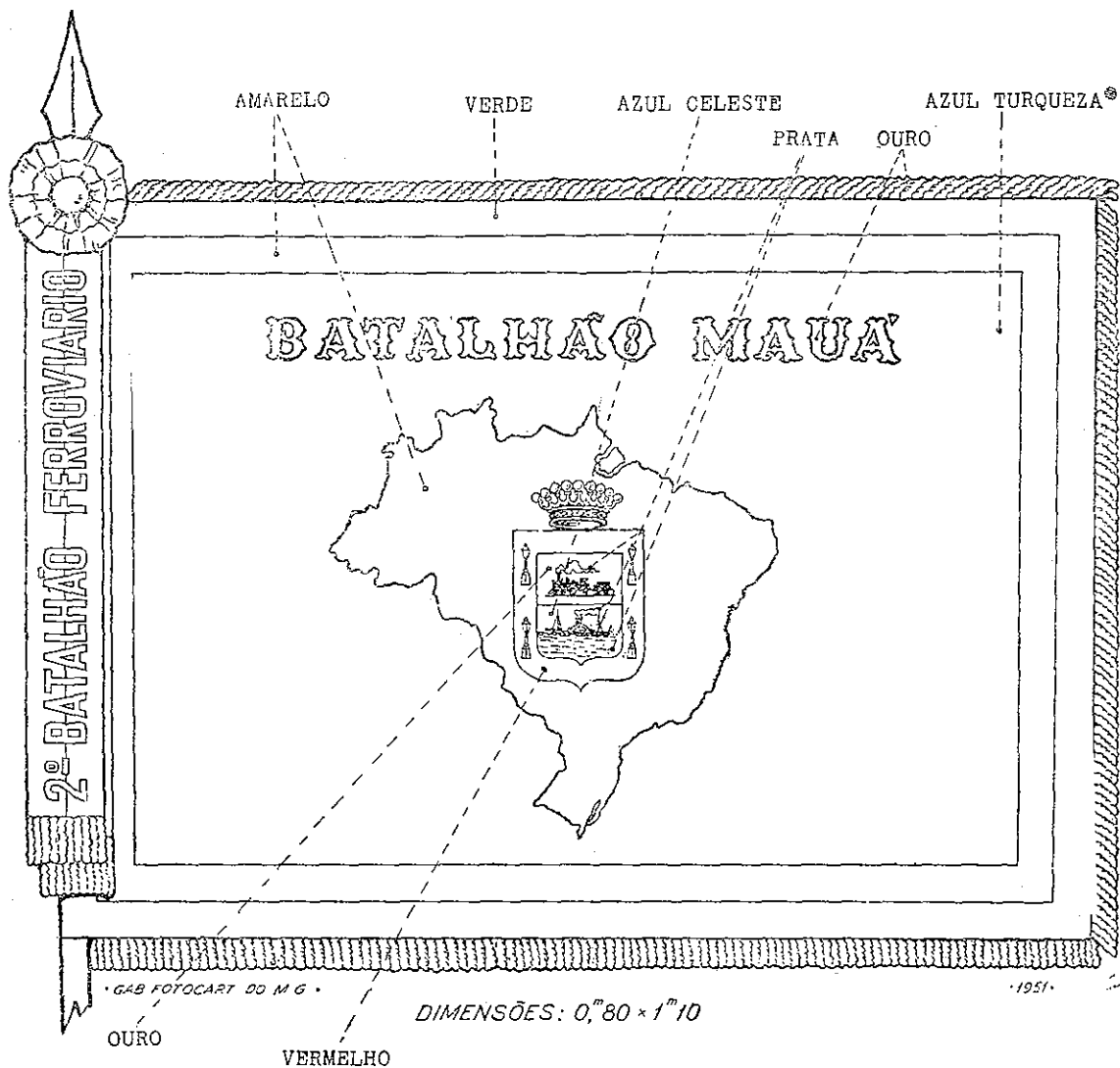
e) laço militar com os dizeres, 2.º Batalhão Ferroviário", em ouro.

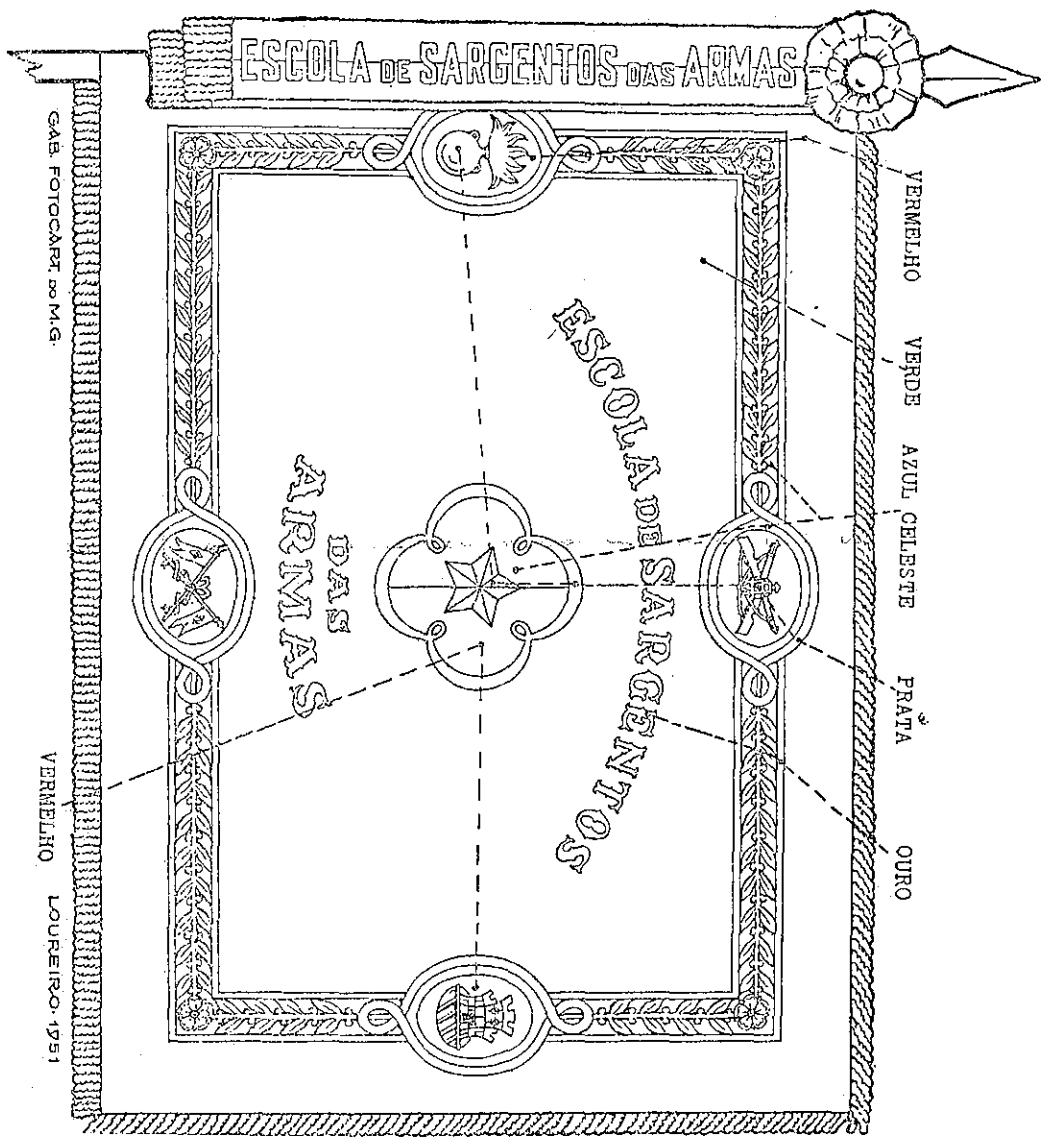
Dimensões: 0,80 x 1,10m.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Cyró Espírito Santo Cardoso





GAB. FOTOCART. DO M.G.

VERMELHO LOUREIRO-1951

DECRETO N. 30.931 — DE 2 DE
JUNHO DE 1952

Cria o Estandarte-Distintivo para a Escola de Sargentos das Armas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado o "Estandarte-Distintivo" para a Escola de Sargentos das Armas, de acôrdo com o modelo que acompanha o presente Decreto e as seguintes características:

a) Campo de verde com bordadura de vermelho;

b) Ao centro o distintivo da escola constituído de uma quaderna de prata em campo partido de azul e vermelho, com uma estrela brocante, de prata;

c) Sobre o traço da bordadura um frizo de azul e ouro carregado de um ramo de folhas de louro e frutos, com uma rosa heráldica em cada ângulo; quatro elipses brocantes de vermelho, contornadas de azul e prata interceptam o frizo sobre os eixos vertical e longitudinal do campo;

d) Em cada elipse os símbolos das Armas, em prata, respectivamente: os da Infantaria e Cavalaria no eixo vertical, o primeiro em cima e em baixo o segundo; no eixo longitudinal os da Artilharia e Engenharia, o primeiro à direita e o segundo à esquerda;

e) Sobre o campo entre o distintivo da escola e o frizo de louros oístico em arco: *Escola de Sargentos*, seguido de *Das Armas*, disposto em correspondência na parte inferior, entre o distintivo e o frizo de louros descritos em caracteres de ouro;

f) Franja de ouro em redor;

g) Laço militar das cores nacionais, com a inscrição: ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS, também em caracteres de ouro;

Dimensões: 0,80 x 1,10m.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

DECRETO N.º 30.932 — DE 2 DE
JUNHO DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, os terrenos necessários à construção da ferrovia Campina Grande — Patos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Artigo 1.º Ficam declaradas de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a área de terreno situada entre as estacas 3.493 + 4 e 3.520 + 17 e mais uma área abrangida na perna do triângulo de reversão da estação de Patos, pertencentes a Sebastião Cesar de Queiroz e sua mulher e representadas na planta que com este baixa, devidamente rubricada, ambas necessárias à construção da linha férrea Campina-Grande-Patos, Estado da Paraíba.

Artigo 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N. 30.933 — DE 2 DE
JUNHO DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, a Ilha dos Ferreiros, necessária ao prolongamento ao cais acostável.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos

Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Artigo 1.º Fica declarada de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, para os trabalhos de prolongamento do cais acostável do porto desta Capital, a Ilha dos Ferreiros, situada no Distrito Federal e pertencente a Brazilian Coal Co., a qual se acha representada na planta que com este baixa, devidamente rubricada.

Artigo 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N. 30.934 — DE 2 DE JUNHO DE 1952

Outorga concessão à Empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada para instalar uma estação de radiofarol na cidade de Porecatu, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I da Constituição, atendendo ao que requer a Empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada, com sede nesta Capital e em vista do disposto no artigo 5.º n. XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão a título precário à Empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada, nos termos do artigo 4.º, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto número 29.783, de 19 de junho de 1951, para instalar na cidade de Porecatu, Estado do Paraná, uma estação de radiofarol com a potência de 300 watts, destinada a facultar melhor eficiência ao serviço de segurança e assistência de vôo da aludida Empresa.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30.935 — DE 2 DE JUNHO DE 1952

Outorga concessão à Empresa "S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense — "Varig" para instalar uma estação de radiofarol na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N. 30.936 — DE 2 DE JUNHO DE 1952

Autoriza a Companhia Paulista de Energia Elétrica, sociedade anônima, a ampliar suas instalações hidroelétricas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n. 2.059, de 5 de março de 1940, combinados com os arts. 10 e 11 do Decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940,

Considerando que, pela Resolução n. 755, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Paulista de Energia Elétrica, sociedade anônima a ampliar suas instalações, mediante a montagem de um grupo Diesel-elétrico, com motor de 285 HP, e gerador de 195 kw, a margem do rio do Peixe, próximo da cidade de Socorro, Estado de S. Paulo, lo.

Art. 2.º Caducará o presente título independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamento respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 30.937 — DE 2 DE JUNHO DE 1952

Outorga a Mendo Sampaio & Companhia Ltda. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Cajueiro, existente no rio de igual nome, Município de Lagôa dos Gatos, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 150 do Código de Aguas (Decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º É outorgada a Mendo Sampaio & Cia. Ltda. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Cajueiro, no rio de igual nome, município de Lagôa dos Gatos, Estado de Pernambuco.

§ 1.º Em portaria do Ministro de Agricultura na ocasião da aprovação dos projetos serão determinadas a altura de queda e aproveitar, bem como a descarga e a potência concedida.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à utilização de energia elétrica para consumo exclusivo dos concessionários.

Art. 2.º Sob pena de caducidade do presente título, os concessionários obrigam-se a:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Aguas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contado da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da

publicação deste decreto, o projeto de aproveitamento hidráulico, observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Aguas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Os concessionários ficam obrigados a construir e manter nas proximidades do local do aproveitamento, onde e desde quando for de terminado pela Divisão de Aguas, as instalações necessárias à observações linimétricas e medições de descarga do curso d'água que vão utilizar de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato disciplinar pela Divisão de Aguas.

Art. 5.º Findo o prazo da concessão, toda a propriedade dos concessionários que, no momento existir em função exclusiva e permanente utilização de energia referente ao aproveitamento concedido, reverterá ao Estado de Pernambuco, em conformidade com estipulado nos arts. 165 e 166 do Código de Aguas.

§ 1.º Os concessionários poderão requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que façam a prova de que o Estado de Pernambuco não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º Os concessionários deverão entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretendem a renovação.

Art. 6.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.938 — DE 2 DE
JUNHO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n. 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 cargo de Tesoureiro (Alfndega de Recife) padrão N do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude da demissão de Joaquim Saback de Moura, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.939 — DE 3 DE
JUNHO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 90.468,10 (noventa mil quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros e dez centavos), para atender ao pagamento devido por substituições, aos Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.568, de 7 de março de 1952 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, o crédito especial de Cr\$... 90.468,10 (noventa mil quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros e dez centavos), para atender ao pagamento de-

vido, por substituições, aos Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região.

Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.
Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.940 — DE 3 DE
JUNHO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, o crédito especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), para atender ao pagamento de aluguéis do prédio em que funciona a referida Junta.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.455-C, de 11 de outubro de 1951 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, o crédito especial de Cr\$... 3.000,00 (três mil cruzeiros), para atender ao pagamento de aluguéis do prédio em que funciona a referida Junta.

Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.
Horácio Lafer.

DECRETO N. 30.941 — DE 3 DE JUNHO
DE 1952

Concede reconhecimento à Escola Técnica de Agrimensura de Araraquara.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I da Constituição, e nos termos do art. 59 da Lei Orgânica do Ensino Industrial, decreta:

Art. 1.º É concedido reconhecimento à Escola Técnica de Agrimensura

de Araraquara, com sede em Araraquara, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º O reconhecimento concedido pelo presente Decreto é limitado ao curso técnico de Agrimensura.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 30.942 — DE 3 DE JUNHO DE 1952

Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para os fins que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para atender as despesas de pessoal e material da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) e órgãos auxiliares, inclusive alugueis de prédio destinados ao seu funcionamento.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Carijó de Castro.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.943 — DE 5 DE JUNHO DE 1952

Dispõe sobre as Escolas de Farmácia e Odontologia das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A direção e administração das Escolas de Farmácia e de Odontologia das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul, a que se refere a Lei n.º 1.021, de 28 de dezembro de 1949, serão exercidas pelos seguintes órgãos, na forma dos Estatutos das respectivas Universidades:

- a) Congregação;
- b) Conselho Técnico-Administrativo ou Departamental;
- c) Diretoria.

Art. 2.º As congregações das referidas faculdades serão constituídas por seus professores catedráticos efetivos.

Parágrafo único. Até que sejam criados e providos os cargos de professores catedráticos das disciplinas mencionadas no parágrafo único do art. 1.º da Lei n.º 1.391, de 1 de julho de 1951, os professores designados para lecioná-las poderão participar da Congregação, com as restrições da lei.

Art. 3.º O Conselho Técnico-Administrativo ou Departamental, órgão deliberativo e consultivo, será presidido pelo Diretor da Escola e integrado por professores catedráticos em exercício, eleitos pela Congregação, nos termos do Estatuto da respectiva Universidade.

Art. 4.º Para a eleição, renovação e extinção do mandato dos membros do Conselho Técnico-Administrativo ou Departamental e as suas respectivas atribuições, deverá ser observado o que a respeito dispuser o Regulamento da Faculdade de Medicina junto à qual funcionem os estabelecimentos de que trata este Decreto.

Art. 5.º Enquanto não dispuserem de regimentos próprios, as Escolas de Farmácia e Odontologia das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul se regerão pelos das citadas Faculdades, no que lhes for aplicável.

Art. 6.º As faculdades de que trata este Decreto terão representação no Conselho Universitário, em termos de igualdade com os demais estabelecimentos de ensino superior da Universidade.

Art. 7.º Até que sejam criadas as funções gratificadas de Diretor para as faculdades de que trata este Decreto, o Reitor da Universidade designará professor catedrático efetivo

para responder pelo expediente da Diretoria.

Art. 8.º As Reitorias das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul promoverão, dentro do prazo de noventa (90) dias, junto aos órgãos de direção dos estabelecimentos a que se refere este Decreto, a elaboração dos respectivos regulamentos e regimentos.

Art. 9.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.944 — DE 5 DE
JUNHO DE 1952

Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos para instalar uma estação radiotelegráfica na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.945 — DE 5 DE JUNHO
DE 1952

Outorga concessão à Rádio Bandeirantes S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República,

Usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição atendendo ao que requereu a Rádio Bandeirantes S.A. e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da Constituição,

Decreta:

Artigo Único — Fica outorgada concessão à Rádio Bandeirantes S.A. nos termos do art. 4.º, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para estabelecer, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a título precário, sem direito de exclusividade, uma estação de radiotelevisão destinada a executar os serviços de

radiotelevisão, de acordo com as cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único — O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 dias a contar da data da publicação deste Decreto no "Diário Oficial", sob pena de ser desde logo considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

ALVARO DE SOUZA LIMA

DECRETO N.º 30.946 — DE 5 DE
JUNHO DE 1952

Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal.

Ainda não foi publicação no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.947 — DE 5 DE
JUNHO DE 1952

Outorga concessão à Empresa Lóide Aéreo Nacional S. A. para instalar uma estação radiográfica na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.948 — DE 5 DE JUNHO
DE 1952

Promulga o Tratado de Paz com o Japão.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo n.º 29, de 5 de maio de 1952, o Tratado de Paz com o Japão, firmado em São Francisco, a oito de setembro de 1951; e tendo sido depositado no Departamento de Estado, em Washington, a 20 de maio de 1952, o Instrumento brasileiro de ratificação:

Decreta que o referido Tratado, apenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura

DECRETO N.º 30.949 — DE 6 DE JUNHO DE 1952

Autoriza a Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta S. A., a instalar uma usina termoeletrica na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para uso exclusivo.

Ainda não foi publicado no "Diário Oficial" por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.950 — DE 6 DE JUNHO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal e, nos termos do artigo 1.º, alínea a do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1951, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 cargo de Adjunto de Procurador Geral da Fazenda Pública, padrão O do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude de falecimento de Jorge de Godoy, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.951 — DE 6 DE JUNHO DE 1952

Concede à "S. A. José Fernandes — Comércio e Navegação" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art.

87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único — É concedida à "S. A. José Fernandes — Comércio e Navegação", com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 20.139, de 6 de dezembro de 1945, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, com as alterações estatutárias, aprovadas em assembleias gerais extraordinárias, realizadas a 20 de fevereiro e 31 de março de 1952, continuando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Carliô de Castro

DECRETO N.º 30.952 — DE 6 DE JUNHO DE 1952

Concede à sociedade "Pousada & Companhia Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade "Pousada & Companhia Limitada", com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelos Decretos ns. 16.785, de 11 de outubro de 1944; 20.262, de 20 de dezembro de 1945; 22.357, de 27 de dezembro de 1946 e 28.926, de 4 de dezembro de 1950, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, consoante alteração contratual que apresentou, por meio de instrumento público firmado a 12 de março de 1952, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, em que ve-

nam a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Carijó de Castro

DECRETO N.º 30.953 — DE 6 DE JUNHO DE 1952

Concede a sociedade "Dausacker & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.954 — DE 6 DE JUNHO DE 1952

Concede à "Laboratórios Pfizer, S.A." autorização para continuar a funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à "Laboratórios Pfizer S. A.", com sede na cidade de Wilmington Condado de New Castle, Estado de Delaware, Estados Unidos da América, autorizada a funcionar na República pelo Decreto n.º 29.694, de 21 de junho de 1951, autorização para continuar a funcionar no país com o capital destinado às suas operações no Brasil de US\$ 100.000,00 (cem mil dólares), correspondendo a Cr\$ 1.838.000,00 (um milhão, oitocentos e trinta e oito mil cruzeiros), consoante resolução aprovada em reunião da Diretoria, realizada a 25 de outubro de 1951, continuando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Carijó de Castro

DECRETO N. 30.955 — DE 7 DE JUNHO DE 1952

Dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º São consideradas de caráter ou de interesse militar, para efeito do disposto nos artigos 24, letra e, e 29, letra i, da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, as seguintes funções:

a) No Exército:

1. Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal e o respectivo Ajudante de Ordens;

2. Comandante e Instrutores do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

3. Comandante da Polícia Militar dos Estados e Territórios Federais;

4. Diretor de Instrução Instrutores Chefes, Instrutores e Auxiliares de Instrução nas Polícias Militares;

5. Instrutor, Auxiliar de Instrutor ou Aluno de cursos em estabelecimentos de ensino pertencentes aos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica, bem como Oficiais postos a disposição de Organizações desses Ministérios;

6. De direção ou orientação técnica em estabelecimentos civis produtores de material de interesse para o Exército, assim considerados pelo Governo Federal, inclusive em departamentos, autarquias ou empresas mistas onde a União for a maior interessada, tendo por objeto a pesquisa, lavra e o refino do petróleo;

7. De pesquisas sobre pólvoras, explosivos, energia atômica e engenhos militares em estabelecimentos civis ou institutos científicos reconhecidos para esse fim pelo Governo Federal.

b) Na Marinha:

1. Instrutor, Auxiliar de Instrutor ou Aluno de curso em estabelecimentos de ensino pertencentes aos Ministérios da Guerra e da Aeronáutica, bem como Oficiais postos a disposição de organizações desses Ministérios;

2. De direção ou orientação técnica em estabelecimentos civis produtores de material de interesse para a Marinha, assim considerados pelo Governo Federal, inclusive em departamentos, autarquias ou empresas mistas onde a União for a maior inte-

ressada, tendo por objeto a pesquisa, lavra e o refino do petróleo;

3. De pesquisas sobre pólvoras, explosivos, energia atômica e engenhos navais em estabelecimentos civis ou institutos científicos, reconhecidos para esse fim pelo Governo Federal.

c) Na Aeronáutica:

1. Instrutor, Auxiliar de Instrutor ou Aluno de cursos em estabelecimentos de ensino pertencentes aos Ministérios da Guerra e da Marinha, bem como Officiais postos à disposição de organizações desses Ministérios;

2. De vôo ou de assistência técnica a material de vôo pertencente ou à disposição de organizações de outros Ministérios, ou de Governos Estaduais;

3. De direção ou de orientação técnica em estabelecimentos civis produtores de material de interesse para a Aeronáutica, assim considerados pelo Governo Federal, inclusive em departamentos, autarquias ou empresas mistas onde a União for a maior interessada, tendo por objeto a pesquisa, lavra e o refino do petróleo.

4. Da pesquisa sobre pólvoras, explosivos, energia atômica e engenhos aeronáuticos em estabelecimentos civis ou institutos científicos, reconhecidos para esse fim pelo Governo Federal.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima
Renato de Almeida Guillobel
Cyro Espírito Santo Cardoso
Nero Moura

tendo em vista os artigos ns. 5.º, letras e, b e n, 6.º e 10.º do Decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º São declarados de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos situados na Praia da Piedade, Recife, Estado de Pernambuco, pertencentes a D. Benedita Addobatti, com a área de 2.912,00 m²; a D. Constance M. Tuckniss, com a área de 1.792,00 m²; ao Sr. George F. Mears, com a área de 896,00 m²; ao Sr. Júlio de Albuquerque Maranhão, com a área de 65.550,78 m²; ao Sr. Antonio Brennand, com a área de 2.669,24 m² e ao Sr. José Pessoa de Queiroz, com a área de 9.465,39 m², terrenos todos que perfazem a área de 83.285,41 m², que foi objeto do Decreto n. 14.607, de 22 de junho de 1941, tudo conforme consta do processo protocolado sob o número 2.116-52, na Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica, no qual se encontram as respectivas plantas e laudos de avaliação.

Art. 2.º Destinam-se esses imóveis a instalações militares.

Art. 3.º Fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a promover a efetivação das desapropriações respectivas, na forma do artigo 10.º do Decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, correndo as despesas à conta dos recursos orçamentários próprios.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Laje
Nero Moura

DECRETO N. 30.956 — DE 7 DE JUNHO DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos que mencionam, necessários às instalações da Guarnição Aeronáutica de Recife, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e

DECRETO N. 30.957 — DE 7 DE JUNHO DE 1952

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 25.829.809,70, para pagamento à Companhia Ferroviária Este Brasileiro.

O Presidente da República, usando da autorização contida no art. 1.º da Lei n. 1.305, de 31 de dezembro de 1950, e tendo ouvido o Tribunal de

Contas nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, oitocentos e nove cruzeiros e setenta centavos (Cr\$ 25.829.809,70), para atender ao pagamento a Companhia Ferroviária Este Brasileiro da diferença apurada a seu favor, no balanço de débitos e créditos da União, inventariados e comprovados nos termos do art. 2.º do Decreto n. 24.321, de 1.º de junho de 1934, que declarou a rescisão do contrato autorizado pelo de número 14.038, de 19 de fevereiro de 1920 e celebrado em 3 de abril do mesmo ano.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.958 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Assegura preços mínimos à produção de juta de fibras similares da Bacia Amazônica da safra de 1951-52.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 37, número 1, da Constituição, e de acordo com o disposto na Lei número 1.506, de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º Fica assegurada à junta e fibras similares extraídas de espécies botânicas da família das Malváceas, da safra da Bacia Amazônica de 1951 e 1952, a garantia de preços mínimos prevista na Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, nas seguintes condições:

a) aquisição do produto, de fibras secas, na base de seis cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 6,50) por quilo, ao produtor, para o tipo 5 das especificações baixadas pelos Decretos números 6.825 e 6.826, de 7 de fevereiro de 1941, pósto portos de Manaus e Belém, assim como nos demais que lhe são intermediários, desde que incluídos na escala dos vapores do

Lloyd Brasileiro e disponham de armazéns que ofereçam condições de perfeita conservação e segurança, acrescida do quanto baste para tornar o produto apto à exportação acondicionado em fardos de, no mínimo, quatrocentos quilos por metro cúbico, livre e desembaraçado de quaisquer ônus;

b) financiamento, na base de oitenta por cento (80%) do preço mínimo estabelecido no presente Decreto.

§ 1.º — O Ministério da Agricultura fornecerá à Comissão de Financiamento da Produção o montante das despesas, por quilo, referidas neste artigo, bem como indicará os armazéns onde o produto poderá ser recebido.

§ 2.º — Entende-se por safra de 1951-52 a que teve início na Bacia Amazônica em agosto de 1951.

§ 3.º — Os ágios e deságios para os diversos tipos de juta e fibras similares da classe referida no artigo 1.º deste Decreto, serão estabelecidos em instruções a serem baixadas pela Comissão de Financiamento da Produção, de acordo com as indicações a serem fornecidas pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Os favores do presente Decreto serão estendidos aos compradores (regatões, barracões e outras entidades) que provarem ter pago, na Bacia Amazônica, aos produtores preços nunca inferiores a seis cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 6,50) por quilo, de fibra seca, do tipo 5, nas condições da letra a, do artigo 1.º deste Decreto.

Art. 3.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a contratar com o Banco do Brasil, nos termos do artigo 5.º e seu parágrafo único, da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, as condições necessárias ao financiamento e aquisição de que trata o artigo 1.º do presente Decreto.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

João Cleófas.

DECRETO N.º 30.959 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Manda adotar formulários para processo e julgamento dos crimes de insubmissão e deserção.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam insubsistentes os Decretos números 17.513, de 5 de novembro de 1926 e 71, de 27 de fevereiro de 1935.

Art. 2.º Em substituição aos formulários mandados observar pelos Decretos revogados, ficam adotados os contidos no volume "Leis Penais Militares e Formulários" edição de 1951, de autoria do Dr. Auditor Orlando Moutinho Ribeiro da Costa, da 2.ª Auditoria da Aeronáutica.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

DECRETO N.º 30.960 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Outorga à Companhia Nacional Mineração de Carvão de Barro Branco concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Tubarão, município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.961 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, a construir uma linha de transmissão.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n. 2.059, de 5 de março de 1940;

Considerando que sóre a medida se manifestou favoravelmente o Conse-

lho Nacional de Águas e Energia Elétrica conforme Resolução número 759,

Decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, a construir uma linha de transmissão trifásica, em circuito simples, entre a subestação da Companhia de Águas Especiais Itabira, naquele município e a sede do mesmo, com a extensão de 2,8 km, potência de 200 kva tensão nominal de 2.300 volts entre condutores, frequência de 60 ciclos e destinada ao suprimento de energia ao município de Coronel Fabriciano.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — registrar o presente título na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, dentro de trinta (30) dias a partir da data de sua publicação

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único — Os prazos a que se referem este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952,
131.º da Independência e 64.º da República

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.962 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Suprime cargos provisórios

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do De-

creto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos (2) cargos provisórios da classe H da carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, vago em virtude da promoção de Apolônio Silva de Oliveira e Floriano da Cunha, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

têrmos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um cargo da classe G, da carreira de Operário de Aviação do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, vago em virtude da promoção de Nicanor de Queiroz Sobrinho, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do Quadro Permanente do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.963 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Extingue cargo excedente.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica extinto um cargo excedente da classe I da carreira de Dentista do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, vago em virtude da promoção de Roberto Tavares Pais, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.965 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Suprime cargos provisórios.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um cargo da classe F da carreira de Artífice do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, vago em virtude da aposentadoria de Francelino Rodrigues Martins, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do Quadro Permanente do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.964 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos

DECRETO N.º 30.966 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Suprime cargos extintos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos

têrmos do artigo 1.º, alínea *n*, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos dois (2) cargos isolados de Estatístico, padrão J, do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, vagos em virtude da exoneração de João Paglialonga e Luiz Rodrigues de Queiroz Filho, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do Quadro Permanente do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.967 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Suprime cargos extintos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos têrmos do artigo 1.º, alínea *n*, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos dois (2) cargos isolados de Arquivologista, padrão J, do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, vagos em virtude da exoneração de Madalena Dulce Smith de Vasconcelos e Narciso dos Anjos Lima, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do Quadro Permanente do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.968 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Suprime cargos extintos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos

têrmos do artigo 1.º, alínea *n*, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos três (3) cargos isolados de Assistente de Orçamento, padrão J, do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, vagos em virtude da exoneração de Ari Peres Marinho, Noemi França Schiller de Souza e Edgard Trindade de Araujo, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do Quadro Permanente do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.969 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Suprime cargos extintos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos têrmos do artigo 1.º, alínea *n*, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos dois (2) cargos isolados de Assistente de Material, padrão J, do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, vagos em virtude da exoneração de Iara Macedo Rabelo e José Tavares Libânio, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do Quadro Permanente do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.970 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Suprime cargos extintos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos

términos do artigo 1.º, alínea *n*, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos dois (2) cargos isolados de Tradutor, padrão J, do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, vagos em virtude da exoneração de Eugénio Miguel Riehl e Itassucê Petri Ramos, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do Quadro Permanente do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.971 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea *n*, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um cargo da classe I, da carreira de Auxiliar de Engenheiro do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, vago em virtude da promoção de José Ubi-jajara Jorge de Melo, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito do Quadro Permanente do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.972 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea *n*, do De-

creto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um cargo da classe J, da carreira de Auxiliar de Engenheiro do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, vago em virtude do falecimento de Heli Corrêa, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do Quadro Permanente do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 30.973 — DE 10 DE JUNHO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no art. 1.º da Lei n.º 1.553, de 8 de fevereiro de 1952 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 9.100,00 (nove mil e cem cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de gratificações por serviços eleitorais, relativos ao exercício de 1948, devidas ao Juiz Dr. Teotônio Martins Coimbra, aos Escrivães Renato Farias de Almeida, Newton Carneiro de Farias e Dimas Teles Rodrigues e ao Auxiliar de Cartório Déa Brasil Teixeira, do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.974 — DE 10 DE JUNHO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no art. 1.º da Lei n.º 1.581, de 21 de março de 1952 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificação de representação devido aos Juizes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, relativamente ao exercício de 1947.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

*Francisco Negrão de Lima
Horácio Lafer*

DECRETO N.º 30.975 — DE 10 DE JUNHO DE 1952

Concede reconhecimento ao curso de bacharelado da Faculdade Mineira de Direito de Belo Horizonte.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único — É concedido reconhecimento ao curso de bacharelado da Faculdade Mineira de Direito, mantida pela Sociedade Mineira de Cultura e com sede em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro em 10 de junho de 1952; 13.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.976 — DE 10 DE JUNHO DE 1952

Aprova o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar que com este baixa.

Art. 2.º O aludido Regulamento entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Nero Moura.

PRIMEIRA PARTE

Generalidades

CAPÍTULO I

MISSÃO E SUBORDINAÇÃO

Art. 1.º A Escola Preparatória de Cadetes do Ar (E. P. C. Ar) é um estabelecimento de ensino secundário do Ministério da Aeronáutica, destinado a preparar alunos para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores da Escola de Aeronáutica.

Art. 2.º A E. P. C. Ar é subordinada diretamente à Diretoria do Ensino da Aeronáutica.

CAPÍTULO II

CONDIÇÕES DE MATRÍCULA

Art. 3.º Para matrícula na E. P. C. Ar, no 1.º ano, o candidato deverá satisfazer às seguintes condições:

- a) ser brasileiro nato;
- b) não ter atingido o seu 18.º aniversário no dia 1.º de março do ano da matrícula;
- c) ser solteiro;
- d) ter bons antecedentes, comprovados mediante atestado ou folha cor-

rida fornecida por autoridade competente;

e) haver concluído, com aproveitamento, o Curso Ginasial;

f) estar autorizado pelo pai, mãe viúva ou tutor;

g) ter sido aprovado no Concurso de Admissão;

h) ter sido considerado apto em inspeção de saúde.

Art. 4.º O Ministro da Aeronáutica, quando julgar oportuno, poderá determinar a abertura de concurso para matrícula nos 2.º e 3.º anos da E. P. C. Ar, devendo os candidatos, neste caso, satisfazer às condições do artigo 3.º, exceto no que se refere às letras b e e.

§ 1.º Para os candidatos à matrícula nos 2.º e 3.º anos, as condições constantes das letras b e e do artigo 3.º serão as seguintes:

1 — não ter atingido o seu 19.º ou 20.º aniversário, no dia 1.º de março do ano da matrícula, conforme se trate de candidato ao 2.º ou 3.º ano, respectivamente;

2 — haver concluído, com aproveitamento, o 1.º ou 2.º ano do Curso Científico, conforme se trate de candidatos ao 2.º ou 3.º ano da Escola, respectivamente.

§ 2.º Os candidatos à matrícula nos 2.º e 3.º anos, maiores de 18 anos, fica dispensados da exigência constante da letra f do artigo 3.º.

Art. 5.º As matrículas far-se-ão dentro do número de vagas fixado, obedecendo-se à ordem de classificação intelectual nos Concursos de Admissão.

Art. 6.º O Ministro da Aeronáutica baixará instruções para os Concursos de Admissão.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO I

OBJETIVO

Art. 7.º O ensino na E. P. C. Ar tem por finalidade:

a) proporcionar uma educação moral e cívica baseada num código de honra inspirado nos mais elevados conceitos de honestidade, espontaneidade e convicção no cumprimento do dever;

b) ministrar a instrução científica preconizada pelo Ministério da Educação, como necessária ao ingresso nas Escolas Superiores do País;

c) ministrar os fundamentos da educação e da instrução militar, que permitam aquilatar a vocação dos alunos para a carreira a que se destinam e lhes sirvam de base para o futuro;

d) proporcionar conhecimentos de aeronáutica correspondentes ao objetivo e ao nível do curso, visando estimular nos alunos o interesse pela carreira e criar a mentalidade e ambientação necessárias ao prosseguimento da vida profissional na Escola de Aeronáutica.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

Art. 8.º Consoante seu objetivo o ensino da E. P. C. Ar abrange as seguintes categorias de instrução:

- a) Instrução Fundamental.
- b) Instrução Militar

Art. 9.º A Instrução Fundamental compreende as matérias estabelecidas pelo Ministério da Educação, no currículo para o Curso Científico.

Parágrafo único. Para efeito de coordenação, as matérias são reunidas nos seguintes grupos:

- a) Grupo de Ciências Físicas;
- b) Grupo de Ciências Matemáticas;
- c) Grupo de Ciências Sociais.

Art. 10. Os programas das diversas matérias da Instrução Fundamental serão os baixados pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. Tendo em vista a situação especial da E. P. C. Ar, o Diretor Geral do Ensino da Aeronáutica baixará instruções que visem dar maior desenvolvimento às matérias que mais interessem à formação do oficial aviador.

Art. 11. A Instrução Militar compreende dois tipos de instrução:

- a) Instrução do Recruta
- b) Instrução do Soldado Pronto

TÍTULO II

Do Curso

Art. 12. O Curso da E. P. C. Ar tem a duração de três anos.

Art. 13. A Instrução Fundamental nos 1.º, 2.º e 3.º anos será a fixada pelo Ministério da Educação para os anos correspondentes do Curso Científico.

Art. 14. A Instrução Militar será a correspondente à de recruta, durante o 1.º ano de permanência na Escola e à do soldado pronto nos anos subsequentes.

Parágrafo único. A Diretoria do Ensino adaptará os programas de instrução do recruta e do soldado pronto, estabelecidos pelo Estado-Maior da Aeronáutica, às condições especiais dos alunos da E. P. C. Ar.

TÍTULO III

Regime Escolar

CAPÍTULO I

ANO LETIVO

Art. 15. O ano letivo tem início no primeiro dia útil de março e término no último dia útil de novembro.

Art. 16. No início do ano letivo, proceder-se-á, com solenidade, a abertura dos trabalhos escolares.

Art. 17. o período de 1 a 15 de dezembro se destina aos exames de 1.ª época.

Art. 18. Os meses de janeiro e fevereiro destinam-se à realização do Concurso de Admissão, exames de 2.ª época e ao preparo da Escola para o ano letivo entrante.

CAPÍTULO II

FREQUÊNCIA

Art. 19. A frequência e a execução dos trabalhos escolares são obrigatórias.

Parágrafo único. A justificação das faltas aos trabalhos escolares far-se-á ao Comandante do Corpo de Alunos, para efeito disciplinar.

Art. 20. Nenhum professor ou instrutor poderá dispensar a aluno de aula ou instrução. O afastamento do aluno no decurso de aula ou instrução por motivo de força maior, será objeto de parte ao Chefe da respectiva Divisão e competente registro.

Art. 21. A falta a cada hora ou fração de hora de aula ou instrução, acarreta para o aluno a perda de 0,1 de ponto.

Parágrafo único. Não se computará como falta a ausência a aula ou instrução motivada por cumprimento de missão de serviço por ordem expressa do Comandante da Escola.

Art. 22. Dar-se-á conhecimento, mensalmente, a cada aluno, do número total de pontos que haja perdido.

CAPÍTULO III

APROVEITAMENTO NA INSTRUÇÃO

Art. 23. Na Instrução Fundamental, a verificação do aproveitamento, o julgamento das provas e exames, as condições de aprovação e o grau final de cada matéria serão os previstos pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. O grau de aproveitamento na categoria de Instrução Fundamental é a média aritmética dos graus finais obtidos pelo aluno nas diversas matérias dessa instrução.

Art. 24. O aproveitamento nos assuntos de Instrução Militar será verificado por meio de:

- a) provas escritas ou práticas;
- b) exames escritos ou práticos.

§ 1.º O julgamento das provas e dos exames será expresso por graus variáveis de 0 (zero) a 10 (dez), com aproximação até centésimos.

§ 2.º Considerar-se-á aprovado, em cada matéria, o aluno que obtiver no mínimo, grau final quatro na matéria.

§ 3.º O grau final de cada matéria é a média aritmética entre a média de ano e o grau de exame dessa matéria.

§ 4.º A média aritmética dos graus das provas realizadas durante o ano em cada matéria constitui a correspondente média de ano.

§ 5.º Dispensar-se-á de exame, se assim o desejar, o aluno que obtiver média de ano igual ou superior a quatro, computando-se, nesse caso, como grau final da respectiva matéria, a média de ano.

§ 6.º E' considerado reprovado o aluno que:

- a) submetido a exame, qualquer que seja a sua média de ano obtiver grau final na matéria inferior a quatro;

b) faltar ao exame sem justificativa.

§ 7.º O grau de aproveitamento na categoria de Instrução Militar é a média aritmética dos graus finais das diversas matérias dessa instrução.

§ 8.º Não haverá exames de segunda época para instrução militar.

Art. 25. Ao aluno que faltar, sem motivo justificado, a prova ou exame computar-se-á grau zero.

§ 1.º A justificativa de falta a prova ou exame far-se-á ao Chefe do Departamento de Ensino, que fixará nova data para sua realização.

§ 2.º A marcação de nova prova ou exame, far-se-á uma única vez.

Art. 26. O aluno que faltar ao exame e tiver sua justificativa aceita pelo Chefe do Departamento de Ensino submeter-se-á a novo exame, logo que cesse o motivo do impedimento, desde que possa realizá-lo antes do início do ano letivo.

Art. 27. O grau final em cada ano é a média ponderada do grau de aproveitamento na Instrução Fundamental e do grau de aproveitamento na Instrução Militar, atribuindo-se ao primeiro o coeficiente oito e ao segundo o coeficiente dois.

CAPÍTULO IV

APTIDÃO MILITAR

Art. 28. Em cada ano do curso, os instrutores emitirão conceito relativo à aptidão militar do aluno.

Parágrafo único. Para que o instrutor possa formular esse conceito é preciso que tenha observado o aluno durante, pelo menos, meio ano letivo.

Art. 29. A Direção de Ensino da Escola organizará a "ficha de conceito de aptidão militar" que entrará em vigor após aprovação do Diretor Geral do Ensino.

Parágrafo único. O conceito abrangerá os diversos aspectos da vida do aluno os quais devam definir seu grau de aptidão para a carreira das armas; a feitura da ficha deve satisfazer essa condição.

Art. 30. Emitidos os conceitos, os instrutores os entregarão ao Chefe da Divisão de Instrução Militar; este tendo por base as observações dos instrutores, completadas pelas suas

pessoais, emitirá, em definitivo, o conceito de aptidão militar do aluno.

Art. 31. O aluno que obtiver conceito desfavorável sob qualquer dos aspectos considerados, será submetido a julgamento do Conselho de Instrução que se pronunciará a respeito.

CAPÍTULO V

PROMOÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 32. É promovido ao ano seguinte o aluno que:

a) for aprovado na Instrução Fundamental na forma do artigo 23;

b) obtiver grau final quatro, no mínimo, em cada matéria da Instrução Militar;

c) obtiver conceito favorável quanto à aptidão militar.

Parágrafo único. As promoções de ano fazem-se no dia 1.º de março.

Art. 33. Os alunos do 1.º ano classificam-se conforme o grau de curso de admissão.

Art. 34. A classificação dos alunos do 2.º ano obedece à seguinte precedência:

a) alunos procedentes do 1.º ano, classificados entre si pelo grau final obtido nesse ano;

b) alunos matriculados diretamente no 2.º ano, classificados entre si pelo grau obtido no concurso de admissão.

Art. 35. A classificação dos alunos do 3.º ano obedece à seguinte precedência:

a) alunos compreendidos na letra a do artigo anterior, classificados entre si pela média aritmética dos graus finais obtidos nos 1.º e 2.º anos;

b) alunos compreendidos na letra b do artigo anterior, classificados entre si pelo grau final obtido no 2.º ano;

c) alunos matriculados diretamente no 3.º ano, classificados entre si pelo grau de concurso de admissão.

Art. 36. Os alunos que terminarem o Curso da E. P. C. Ar. serão classificados entre si pela média aritmética dos graus finais obtidos nos diversos anos cursados, obedecendo-se à precedência estabelecida no artigo anterior.

TÍTULO IV

Corpo Docente

Art. 37. O ensino é ministrado por:

- a) professores para os assuntos da Instrução Fundamental;
- b) adjuntos de professor para os assuntos da Instrução Fundamental, quando julgado necessário;
- c) instrutores-chefes, instrutores e auxiliares de instrutor para os assuntos da Instrução Militar;
- d) monitores, para os assuntos da Instrução Militar.

Art. 38. Os professores civis serão admitidos mediante concurso.

Art. 39. A admissão de professores terá, como condição primária, a exigência de prioridade de horário para a Escola, mesmo em detrimento de atividades que exerçam noutro estabelecimento de ensino.

Art. 40. Os instrutores-chefes, instrutores e auxiliares de instrutor serão oficiais dos diferentes quadros da F.A.B.

Art. 41. A Escola poderá dispor de professores e instrutores, oficiais de outras Forças Armadas, os quais hajam sido postos à disposição do Ministério da Aeronáutica, por solicitação d'este, desde que seja possível o cumprimento do estabelecido no artigo 39.

Art. 42. Os monitores são suboficiais e sargentos dos diferentes quadros da F.A.B., os quais devem possuir certificado de curso de monitor.

Art. 43. Exige-se de todos os membros do corpo docente rigorosa disciplina intelectual, traduzida pelo fiel cumprimento das disposições regulamentares específicas, bem como das ordens e instruções emanadas da Chefia do Departamento de Ensino.

Art. 44. Os componentes do corpo docente, no exercício das suas funções, subordinam-se ao Departamento de Ensino.

Parágrafo único. No caso de incompatibilidade hierárquica, essa subordinação será de caráter funcional e técnico, e apenas no que se relacionar com o ensino da Escola.

Art. 45. O Ministro da Aeronáutica fixará o efetivo do corpo docente

mediante proposta do Comandante da Escola, por intermédio do Diretor Geral do Ensino.

Art. 46. O regime disciplinar a que ficam sujeitos professores, instrutores e monitores é o prescrito no Regulamento Disciplinar da Aeronáutica ou no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, conforme se trate de militares ou de civis.

TERCEIRA PARTE

Organização

TÍTULO I

Organização Geral

Art. 47. A E.P.C. Ar tem a seguinte constituição:

- a) Comando
- b) Departamento de Ensino
- c) Departamento de Administração
- d) Departamento de Pessoal
- e) Corpo de Alunos

TÍTULO II

Comando

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO

Art. 48. O Comando da Escola tem a seguinte constituição:

- a) Comandante
- b) Assistente e Órgãos Auxiliares
- c) Órgãos Consultivos

Art. 49. O Comandante é coadjuvado em suas funções pelos Chefes de Departamento e Comandante do Corpo de Alunos.

CAPÍTULO II

COMANDANTE

Art. 50. O Comandante da E. P. C. Ar. é um Coronel Aviador com o Curso Superior de Comando.

Parágrafo único. O Comandante da Escola é nomeado por Decreto.

Art. 51. O Comandante da E. P. C. Ar. como responsável pelo Ensino e pela Administração da Escola, tem as funções de Diretor do Ensino e Agente Diretor.

Art. 52. Ao Comandante da E. P. C. Ar., além das atribuições gerais

previstas na legislação vigente, compete:

- a) submeter à aprovação do Diretor Geral do Ensino, até 31 de janeiro de cada ano, o programa para o ano letivo entrante;
- b) matricular e incluir no estado efetivo da Escola os candidatos que houverem satisfeito às condições para admissão;
- c) excluir e desligar alunos, consoante os preceitos regulamentares;
- d) corresponder-se, diretamente, com as autoridades militares ou civis sobre assuntos que independam da intervenção de autoridade superior;
- e) superintender o ensino, tendo como objetivo desenvolvê-lo e dar-lhe a eficiência necessária ao elevado rendimento que se exige como produção da Escola.

CAPÍTULO III

ASSISTENTE E ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 53. O Assistente do Comandante é um Major Aviador com o Curso de Estado Maior.

Art. 54. Ao Assistente, auxiliar pessoal do Comandante, compete:

- a) fornecer ao Comandante dados e informações complementares que se tornem necessárias às suas decisões;
- b) assistir o Comandante nas relações oficiais que esse deva manter;
- c) orientar as atividades do Serviço Religioso;
- d) ter a seu cargo a orientação das atividades recreativas da Escola;
- e) orientar as atividades aéreas através da Seção de Aviação.

Art. 55. Para o desempenho de suas funções o Assistente dispõe dos seguintes órgãos auxiliares:

- a) Seção de Informações
- b) Seção de Estatística
- c) Serviço Religioso
- d) Seção de Aviação
- e) Pelotão de P. M.

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 56. O Chefe da Seção de Informações é um Capitão Aviador.

Art. 57. Ao Chefe da Seção de Informações compete:

- a) manter o Comandante informado sobre o moral do pessoal da Escola;
- b) organizar as atividades recreativas para o pessoal da Escola;

c) executar os serviços criptográficos e ter sob sua guarda os documentos de natureza sigilosa;

d) dirigir o serviço de relações públicas;

e) ter sob seu controle as atividades do posto rádio administrativo.

SEÇÃO DE ESTATÍSTICA

Art. 58. O Chefe da Seção de Estatística é servidor civil com conhecimentos especializados.

Art. 59. Ao Chefe da Seção de Estatística compete a organização dos mapas e gráficos estatísticos da Escola, baseados nos relatórios dos Departamentos e do Corpo de Alunos.

SERVIÇO RELIGIOSO

Art. 60. O Serviço Religioso, dirigido por um Capitão Capelão da Aeronáutica, prevê assistência religiosa na forma do Decreto n.º 21.495, de 23 de julho de 1946.

SEÇÃO DE AVIÕES

Art. 61. O Chefe da Seção de Aviação é o Capitão Aviador Chefe da Seção de Informações.

Art. 62. Ao Chefe da Seção de Aviação compete:

- a) ter a seu cargo os aviões e equipamentos de voo distribuídos à
- b) assegurar o suprimento e manutenção de 1.º e 2.º escalões aos referidos aviões;
- c) utilizar os aviões de acordo com a orientação do Assistente do Comandante.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS CONSULTIVOS

Art. 63. Para dispor de elementos mais seguros às suas decisões nos assuntos relacionados com o Ensino, o Comandante da Escola conta com os seguintes órgãos consultivos:

- a) Conselho de Ensino
- b) Conselho de Instrução.

Art. 64. Os Conselhos se reunirão sempre que se torne necessário conseguir elementos para decisões do Comandante por determinação deste ou por convocação do Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 65. Os Conselhos emitirão pareceres sobre os fatos apreciados, os quais constarão do competente Livro

de Atas, e serão apresentados ao Comandante, acompanhados dos votos vencidos, devidamente fundamentados.

Art. 56. Não é lícito a nenhum membro dos Conselhos abster-se de votar, nem lhe é permitida a divulgação sob qualquer forma de assuntos tratados nas reuniões dos Conselhos, o que só poderá ser feito pelo Comandante da Escola quando assim julgar conveniente.

Art. 67. No caso de terem os Conselhos de se pronunciar sobre assuntos que digam respeito a um dos seus membros ou a parentes destes até o 2.º grau, inclusive, o Comandante substituirá, temporariamente, aquele membro.

Art. 58. As reuniões dos Conselhos são presididas pelo Chefe do Departamento de Ensino.

Parágrafo único. Quando o julgar conveniente, poderá o Comandante avocar a si a presidência dos Conselhos, passando então o Chefe do Departamento de Ensino a funcionar como membro.

Art. 69. Servirá como Secretário nas reuniões dos Conselhos um oficial designado pelo Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 70. Poderá o presidente do Conselho convocar, para consultas e esclarecimentos, qualquer militar ou civil da Escola, o qual não terá, porém, direito de voto.

CONSELHO DE ENSINO

Art. 71. O Conselho de Ensino é o órgão encarregado de opinar sobre qualquer questão de natureza geral, referente ao Ensino.

Art. 72. O Conselho de Ensino é constituído de 5 membros: Chefe do Departamento de Ensino, Chefe da Divisão de Instrução Fundamental, Chefe da Divisão de Instrução Militar e 2 professores designados pelo Comandante, no início de cada ano letivo, para exercício no correr do mesmo ano.

Art. 73. O Conselho de Ensino é especificamente chamado a se pronunciar:

a) sobre questões de natureza técnica referentes a Instrução Fundamental;

b) sobre os casos ligados ao concurso de admissão à Escola;

c) sobre os programas elaborados;

d) sobre o rendimento do ensino da Escola;

e) sobre métodos de ensino;

f) sobre obras escolhidas de assuntos didáticos, científicos, militares, técnicos em geral e aprovação de livros texto;

g) para emitir parecer sobre os professores inscritos em concurso e os documentos apresentados;

h) sobre incompatibilidades ou competência de professores, nos casos que lhe forem apresentados pelo seu presidente;

i) sobre os professores que, por se terem distinguido durante o ano, mereçam apreciação destacada do Comando.

CONSELHO DE INSTRUÇÃO

Art. 74. O Conselho de Instrução é o órgão encarregado de opinar sobre questões de natureza técnica relativas à instrução militar; sobre a aptidão militar do aluno na forma do artigo 31; e sobre os casos de ordem moral em que, por conduta irregular do aluno, pareça haver incompatibilidade entre o seu procedimento e a sua condição de aluno da Escola.

Art. 75. O Conselho de Instrução é constituído de 5 membros: Chefe do Departamento de Ensino, Comandante do Corpo de Alunos e 3 oficiais instrutores designados, em cada caso pelo Comandante da Escola.

Art. 76. O Conselho de Instrução é especificamente chamado a se pronunciar:

a) sobre a indicação de oficiais para a função de instrutor na Escola;

b) sobre incompatibilidades ou competência de instrutores;

c) sobre os nomes dos instrutores que, por se terem distinguido durante o ano, mereçam referências especiais do Comando.

TÍTULO III

Departamento de Ensino

CAPÍTULO I

MISSÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 77. O Departamento de Ensino é o órgão encarregado do estudo

de todos os problemas relacionados com o ensino dos alunos. E através desse órgão que o Comandante da Escola, como Diretor de ensino exerce sua ação orientadora sobre o modo como deve ser conduzido o ensino no Estabelecimento.

Art. 78. O Departamento de Ensino tem a seguinte constituição:

- a) Chefia
- b) Divisão de Instrução Fundamental
- c) Divisão de Instrução Militar.

CAPITULO II

CHEFIA

Art. 79. A Chefia do Departamento de Ensino tem a seguinte constituição:

- a) Chefe do Departamento de Ensino;
- b) Adjunto e Órgãos Auxiliares.

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

Art. 80. O Chefe do Departamento de Ensino é um Tenente-Coronel Aviador com o Curso de Estado Maior.

Art. 81. O Chefe do Departamento de Ensino é diretamente responsável, perante o Comandante, pela direção de todo o trabalho escolar dos alunos.

Art. 82. O Chefe do Departamento de Ensino, no interesse do ensino, pode entender-se diretamente com todos os elementos orgânicos da Escola.

Art. 83. Além das atribuições previstas na legislação vigente, compete ao Chefe do Departamento de Ensino:

- a) elaborar os programas de ensino da Escola e submetê-los à consideração do Comandante;
- b) organizar o calendário do ano letivo, com a indicação dos horários das aulas e demais trabalhos escolares;
- c) submeter à aprovação do Comandante da Escola os programas analíticos das diversas matérias;
- d) preparar, dentro das limitações estabelecidas no calendário, os programas semanais, em que serão consignadas as partes de cada matéria que deverão ser ministradas nos diversos dias da semana;

e) organizar, no início de cada ano, as turmas de aula e instrução;

f) estudar, ou mandar estudar, todas as questões de ensino de interesse para a Escola;

g) organizar os planos de exame e designar as respectivas comissões examinadoras;

h) controlar a realização de exercícios, provas e exames;

i) superintender as provas do concurso para provimento dos cargos de professor;

j) apresentar ao Comandante da Escola relatório sucinto correspondente ao ano anterior, contendo o juízo sobre a atividade da Escola, com referência particular sobre os resultados alcançados e estudo crítico sobre a situação do ensino que lhe estiver confiado, apresentando sugestões para melhorá-lo;

l) manter o Comandante da Escola informado sobre a marcha dos trabalhos escolares;

m) promover sindicâncias para apurar as causas de menor rendimento do ensino, quando for o caso, propondo ao Comandante providência que visem a saná-las;

n) intervir junto aos professores ou instrutores, para garantir a homogeneidade na aplicação dos métodos e processos de ensino;

o) presidir aos Conselhos.

ADJUNTO E ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 84. O Adjunto do Chefe do Departamento de Ensino é um Capitão Aviador.

Art. 85. Ao Adjunto compete coordenar o trabalho dos órgãos auxiliares.

Art. 86. Para o desempenho de suas funções, o Adjunto dispõe dos seguintes órgãos auxiliares:

- a) Secretaria do Ensino.
- b) Seção de Controle e Estudos.
- c) Seção de Serviços Escolares.

SECRETARIA DO ENSINO

Art. 87. O Chefe da Secretaria do Ensino é um servidor civil.

Art. 88. Ao Chefe da Secretaria do Ensino compete:

- a) preparar o expediente do Departamento;
- b) organizar os diversos funcionários e o arquivo do Departamento e mantê-los em dia;

- c) organizar os processos de matrícula;
- d) dirigir o serviço de protocolo.

SEÇÃO DE CONTRÔLE E ESTUDOS

Art. 89. O Chefe da Seção de Contrôlo e Estudos é o Adjunto do Departamento de Ensino.

Art. 90. Compete ao Chefe da Seção de Contrôlo e Estudos:

- a) realizar os estudos que lhe forem determinados, visando ao aprimoramento da instrução;
- b) orientar a coleta de dados referentes aos trabalhos didáticos, de modo a permitir ao Chefe do Departamento manter-se a par do desenvolvimento da instrução e inteirar-se constantemente de tudo quanto possa influir no seu rendimento;
- c) controlar a execução dos programas fixados;
- d) controlar e fiscalizar as faltas de professores, instrutores e alunos;
- e) fornecer elementos para a organização de relatório referentes ao ensino;
- f) organizar mapas e gráficos estatísticos relativos ao ensino;
- g) dirigir os trabalhos de escrituração, registro e fichário de graus de exercícios, provas, exames, testes, trabalhos práticos, etc.

SEÇÃO DE SERVIÇOS ESCOLARES

Art. 91. O Chefe da Seção de Serviços Escolares é um servidor civil.

Art. 92. Ao Chefe da Seção de Serviços Escolares compete a fiscalização e orientação:

- a) do trabalho material de preparo dos programas e horários, relação e orientação;
- b) da confecção de quadros estatísticos relativos à instrução;
- c) da execução de desenhos, quadros murais e diversos auxílios de instrução;
- d) das providências materiais que se fizerem necessárias à instrução dos alunos, atendendo às solicitações dos professores e instrutores;
- e) da impressão e distribuição de súmulas de aula, apostilas, manuais e livros didáticos para o ensino.

CAPÍTULO III

DIVISÃO DE INSTRUÇÃO FUNDAMENTAL

Art. 93. A Divisão de Instrução Fundamental é o órgão encarregado do controle direto e das medidas de execução da parte da instrução relativa à cultura científica fundamental dos alunos.

Art. 94. A Divisão tem a seguinte constituição:

- a) Chefia.
- b) Grupo de Ciências Matemáticas.
- c) Grupo de Ciências Físicas.
- d) Grupo de Ciências Sociais.

Art. 95. O Chefe da Divisão é um professor designado pelo Comandante da Escola.

Parágrafo único. O Chefe da Divisão dispõe dos Chefes de Grupos de Ciências como assessores nos assuntos de natureza técnica.

Art. 96. Ao Chefe da Divisão compete:

- a) assistir os professores no desempenho de suas funções, com eles mantendo as relações necessárias à boa marcha da instrução;
- b) servir de elemento de ligação entre os professores e o Chefe do Departamento de Ensino;
- c) coordenar a parte relativa aos horários de aula;
- d) estudar e encaminhar ao Chefe do Departamento de Ensino as propostas que visem a melhorar a instrução.

Art. 97. Os Grupos de Ciências Matemáticas, Físicas e Sociais são os órgãos encarregados da coordenação e controle dos assuntos que lhes correspondem.

§ 1º Os Chefes desses Grupos são professores designados pelo Comandante da Escola, aos quais compete a coordenação e controle acima estabelecidos.

§ 2º O Chefe do Grupo de Ciências Físicas orientará tecnicamente o trabalho dos laboratórios da Escola.

§ 3º O Chefe dos laboratórios é o Oficial Farmacêutico do Posto Médico da Escola.

CAPÍTULO IV

DIVISÃO DE INSTRUÇÃO MILITAR

Art. 98. A Divisão de Instrução Militar é o órgão encarregado do con-

trôle direto das medidas de execução da instrução militar.

Art. 99. O Chefe da Divisão de Instrução Militar é o Comandante do Corpo de Alunos.

Parágrafo único. O Chefe da Divisão terá como Adjunto do Ajudante do Corpo de Alunos.

Art. 100. Ao Chefe da Divisão de Instrução Militar compete:

- a) assistir os instrutores no desempenho de suas funções, com eles mantendo as relações diretas necessárias ao bom andamento da instrução;
- b) servir de ligação entre os instrutores e o Chefe do Departamento de Ensino;
- c) coordenar a parte relativa aos horários de aula;
- d) estudar e encaminhar, ao Chefe do Departamento, as propostas que visem a melhorar a instrução.

Art. 101. O Chefe da Divisão de Instrução Militar é o instrutor-chefe dos assuntos a ela correspondentes cabendo as funções de instrutor aos Comandantes de Esquadrilha e ao Adjunto da Divisão, e as de auxiliar de instrutor aos oficiais subalternos das Esquadrilhas.

TÍTULO IV

Departamento de Administração

CAPÍTULO I

MISSÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 102. O Departamento de Administração é o órgão que trata de todos os assuntos relacionados com os serviços provedores, transportadores e mantenedores em toda a Escola.

Art. 103. O Departamento de Administração tem a seguinte constituição:

- a) Chefia
- b) Grupo do Patrimônio
- c) Serviço de Transporte e Material Bélico
- d) Formação de Intendência
- e) Seção de Procura e Compras

CAPÍTULO II

CHEFIA

Art. 104. O Chefe do Departamento de Administração é um Major Aviador.

Art. 105. Ao Chefe do Departamento de Administração compete:

- a) prestar ao Departamento de Ensino todo o apoio ao seu alcance, tendo em vista a missão específica da Escola;
- b) superintender os serviços especificados no artigo 102, através dos respectivos chefes.

Art. 106. O Chefe do Departamento de Administração é o auxiliar imediato do Agente Diretor, competindo-lhe como tal:

- a) coordenar, impulsionar e fiscalizar os serviços administrativos da Unidade Administrativa, de conformidade com a legislação em vigor e as instruções do Agente Diretor;
- b) receber os documentos e processos dos assuntos de sua alçada, estudá-los, e submetê-los à consideração do Agente Diretor;
- c) ter a seu cargo o controle da carga-geral da Escola.

CAPÍTULO III

GRUPO DO PATRIMÔNIO

Art. 107. O Grupo do Patrimônio é o órgão encarregado da conservação e reparos das instalações, mobiliário e aeródromo da Escola.

Art. 108. O Grupo do Patrimônio é constituído de:

- a) Chefia;
- b) Seção de Eletricidade;
- c) Seção de Água e Esgoto;
- d) Seção de Pinturas e Reparos;
- e) Seção de Serviços Gerais.

Art. 109. O Chefe do Grupo do Patrimônio é um Tenente.

Art. 110. A Seção de Eletricidade é o órgão encarregado de todos os trabalhos internos de instalação e conservação da rede elétrica, projetores diversos e comunicações internas, tendo ainda a seu cargo as medidas de segurança contra o fogo.

Art. 111. A Seção de Água e Esgoto é o órgão encarregado de manter em perfeitas condições as redes de água e esgoto em toda a área ocupada pela Escola.

Art. 112. A Seção de Pinturas e Reparos se destina a executar os serviços de pintura e reparos necessários

à boa manutenção das instalações da Escola, dispondo de uma carpintaria.

Art. 113. A Seção de Serviços Gerais se destina a manter em bom estado de asseio as instalações e áreas internas da Escola, tendo ainda a seu cargo a conservação do aeródromo.

CAPÍTULO IV

SERVIÇO DE TRANSPORTES E MATERIAL BÉLICO

Art. 114. O Serviço de Transportes e Material Bélico é o órgão que centraliza, dirige e executa os trabalhos referentes ao emprego manutenção e suprimento de primeiro e segundo escalões de todos os meios de transporte existentes na Escola e sob cuja responsabilidade ficam a guarda e conservação do material bélico.

Art. 115. O Chefe do Serviço de Transportes e Material Bélico é um Tenente.

CAPÍTULO V

FORMAÇÃO DE INTENDÊNCIA

Art. 116. A Formação de Intendência é o órgão que abrange os Serviços Administrativos de Finanças e Provisões.

Art. 117. A Formação de Intendência é constituída de:

- a) Chefia;
- b) Tesouraria;
- c) Almoxarifado;
- d) Aprovisionamento;
- e) Reembolsável.

Art. 118. O Chefe da Formação de Intendência é um Capitão Intendente de Aeronáutica.

Art. 119. O Chefe da Formação de Intendência é o responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos e pela observância dos preceitos regulamentares a serem cumpridos pelos diversos órgãos que lhe são diretamente subordinados, competindo-lhe:

- a) coordenar os trabalhos de todos os órgãos de intendência;
- b) conferir e autenticar com o seu "Conferido" e a rubrica, todos os documentos que importem em receita ou despesa, cheques, demonstrações e outros papéis, depois de reconhecer que

não houve violação de disposições legais referentes ao assunto.

Art. 120. A Tesouraria é o órgão que trata dos assuntos referentes a requisições, recebimento e pagamento de valores em geral, sendo de sua responsabilidade a respectiva contabilidade.

Art. 121. O Chefe da Tesouraria é um Capitão Intendente de Aeronáutica.

Art. 122. O Almoxarifado é o órgão destinado a receber, armazenar, conservar e distribuir o material de intendência.

Parágrafo único. O Almoxarifado disporá de uma subseção encarregada de receber, armazenar, conservar e distribuir o suprimento técnico destinado aos diversos órgãos da Escola.

Art. 123. O Chefe do Almoxarifado é um Tenente Intendente de Aeronáutica.

Art. 124. O Aprovevisionamento é o órgão destinado à aquisição, recebimento, armazenagem e preparo de viveres e alimentos destinados à subsistência de todo o pessoal da Escola, devendo a aquisição dos gêneros alimentícios obedecer ao estabelecido no artigo 130.

Art. 125. O Chefe do Aprovevisionamento é um Tenente Intendente de Aeronáutica, que será o responsável por todo o pessoal e material distribuído ao rancho e à despesa.

Art. 126. O Reembolsável se destina a proceder a aquisição, recebimento, armazenagem e fornecimento, para reembolso, de viveres, alimentos e produtos diversos destinados ao bem-estar e conforto particular do pessoal.

Art. 127. O Reembolsável constitui-se de:

- a) Seção de Vendas;
- b) Armazem.

Art. 128. O Chefe do Reembolsável é um Primeiro-Tenente Intendente de Aeronáutica.

CAPÍTULO VI

SEÇÃO DE PROCURA E COMPRAS

Art. 129. A Seção de Procura e Compras é encarregada da procura

e compra dos artigos a serem adquiridos pela Escola.

Art. 130. A aquisição, inclusive de gêneros alimentícios será feita mediante concorrência ou tomada de preços, realizada por uma Comissão composta de dois membros permanentes — O Chefe do Departamento d. Administração e o da Formação de Intendência e de um ou mais oficiais a quem, pela função, interesse a aquisição dos artigos.

Art. 131. O Chefe da Seção de Procura e Compras é um Tenente Intendente de Aeronáutica.

TÍTULO V

Departamento de Pessoal

CAPÍTULO I

MISSÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 132. O Departamento de Pessoal é o órgão encarregado da administração de todo o pessoal militar e civil da Escola e da instrução militar do pessoal da administração da Escola.

Art. 133. O Departamento de Pessoal tem a seguinte constituição:

- a) Chefia
- b) Ajudância
- c) Seção de Educação Física
- d) Posto Médico
- e) Companhia Extra

CAPÍTULO II

CHEFIA

Art. 134. O Chefe do Departamento de Pessoal é um Major Aviador.

Art. 135. Além das atribuições previstas na legislação vigente, compete ao Chefe do Departamento:

- a) prestar ao Departamento de Ensino toda a cooperação desejada, tendo em vista o cumprimento da missão específica da Escola;
- b) garantir as transmissões das ordens e instruções do Comandante relativas ao pessoal;
- c) estudar e preparar o expediente não privativo dos outros órgãos;
- d) velar pela execução do previsto no artigo 132, de acordo com as diretrizes do Comandante da Escola.

CAPÍTULO III

AJUDÂNCIA

Art. 136. O Ajudante é um Capitão Aviador ou de Infantaria de Guarda.

Art. 137. A Ajudância dispõe de:

- a) Secretaria e Casa das Ordens;
- b) Seção do Pessoal Civil.

SECRETARIA E CASA DAS ORDENS

Art. 138. O Chefe da Secretaria e Casa das Ordens é o Capitão Ajudante.

Art. 139. Ao Chefe da Secretaria e Casa das Ordens compete:

- a) organizar o boletim escolar;
- b) organizar, receber e distribuir o expediente;
- c) organizar e dirigir o serviço de protocolo e arquivo geral da Escola;
- d) organizar as escalas de serviço;
- e) ter a seu cargo a escrituração da vida militar dos oficiais e praças.

SEÇÃO DO PESSOAL CIVIL

Art. 140. O Chefe da Seção do Pessoal Civil é um servidor civil.

Art. 141. Ao Chefe da Seção do Pessoal Civil compete:

- a) auxiliar o Ajudante nos assuntos relativos a administração do pessoal civil da Escola;
- b) organizar e manter em dia o cadastro completo do pessoal civil da Escola.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 142. O Chefe da Seção de Educação Física é um oficial, Capitão ou Tenente, com o curso especializado de Educação Física.

Art. 143. Ao Chefe da Seção de Educação Física compete centralizar, orientar, dirigir e fiscalizar a prática da educação física de todos os elementos da Escola.

CAPÍTULO V

POSTO MÉDICO

Art. 144. O Posto Médico da Escola tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Gabinete Especializado;

c) Serviço de Assistência e Socorro.

Art. 145. O Chefe do Posto Médico é um Capitão Médico de Aeronáutica.

Art. 146. Ao Chefe do Posto Médico compete:

a) assegurar a assistência médica e odontológica a todo o pessoal;

b) garantir a assistência médica especializada ao pessoal aero-navegante e à instrução de educação física;

c) adotar medidas de higiene e profilaxia em toda área ocupada pela Escola.

Art. 147. O Chefe do Posto Médico disporá de três Capitães ou Tenentes Médicos e de um Oficial Farmacêutico para a execução dos serviços afetos ao Posto Médico.

Art. 148. O Posto Médico dispõe dos meios previstos no Regulamento do Serviço de Saúde da Aeronáutica.

CAPÍTULO VI

COMPANHIA EXTRA

Art. 149. O Comandante da Companhia Extra é o Capitão Ajudante.

Art. 150. A Companhia Extra se destina a enquadrar a Banda de Música e todas as praças em serviço na Escola, com exceção do Pelotão de P. M.

Art. 151. A Companhia Extra dispõe de um oficial subalterno, Tenente de Infantaria de Guarda.

TÍTULO VI

Corpo de Alunos

CAPÍTULO I

MISSÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 152. O Corpo de Alunos se destina a receber, enquadrar e disciplinar os alunos, prever e providenciar quanto às suas necessidades materiais.

Parágrafo único. O Corpo de Alunos tem confiado à sua guarda o Estandarte da E.P.C.Ar. o qual, nas formaturas, postar-se-á à esquerda da Bandeira Nacional.

Art. 153. O Corpo de Alunos é constituído de:

a) Comandante.

b) Ajudância.

c) Esquadrilhas.

CAPÍTULO II

COMANDANTE DO CORPO DE ALUNOS

Art. 154. O Comandante do Corpo de Alunos é um Major Aviador.

Art. 155. Comandante do Corpo de Alunos dispõe como auxiliar imediato, de um Ajudante, Tenente Aviador ou de Infantaria de Guarda.

Art. 156. O Comandante do Corpo de Alunos exerce benefício da organização e fiscalização da instrução e dos interesses administrativos correspondentes, pode entender-se diretamente com todos os elementos orgânicos da Escola.

Art. 157. Ao Comandante do Corpo de Alunos, além das atribuições previstas na legislação vigente, compete:

a) exercer sua ação direta sobre a conduta militar do aluno, imprimindo justa orientação na parte relativa à sua perfeita formação moral e militar;

b) garantir a perfeita execução das medidas necessárias ao funcionamento dos trabalhos escolares em geral.

CAPÍTULO III

AJUDÂNCIA

Art. 158. A Ajudância do Corpo de Alunos é o órgão encarregado da execução de todos os trabalhos de escrita ligados à vida do Corpo e à de cada aluno isoladamente, além dos serviços que dizem respeito diretamente às atribuições do Comandante.

Art. 159. Ao Ajudante, além das atribuições previstas na legislação vigente, no que forem aplicáveis ao Corpo de Alunos, compete:

a) elaborar e difundir todas as ordens do Comandante do Corpo;

b) organizar as escalas de serviço;

c) ter a seu cargo os trabalhos de rotina, e a correspondência do Corpo de Alunos;

d) manter em dia o assentamento de todos os alunos, remetendo, semestralmente, à Secretaria da Escola, as alterações correspondentes;

e) inspecionar as dependências comuns a todo o Corpo de Alunos, quanto à conservação e higiene;

f) prestar assistência direta a todas as formaturas internas e ter a seu cargo o controle do livro de partes do serviço diário;

g) coordenar todo o serviço relativo ao Corpo de Alunos, mantendo íntima ligação com os Comandantes de sub-unidade.

CAPÍTULO IV

ESQUADRILHAS

Art. 160. As Esquadrilhas são sub-unidades destinadas a enquadrar militarmente os alunos e a lhes proporcionar assistência imediata.

Art. 161. O Comandante de Esquadrilha é Capitão Aviador; cada Esquadrilha dispõe de um oficial subalterno, Tenente Aviador.

Art. 162. Os alunos de cada ano constituirão uma Esquadrilha.

CAPÍTULO V

ALUNOS

Art. 163. Os alunos da E.P.C.Ar. são praças especiais.

INCLUSÃO NO CORPO DE ALUNOS

Art. 164. Satisfeitas as condições exigidas, será o candidato matriculado na E.P.C.Ar., e incluído, na mesma data, no Corpo de Alunos.

Art. 165. A partir da data da inclusão, o aluno passará a gozar das prerrogativas e direitos correspondentes, com as responsabilidades e deveres que, paralelamente, lhe dizem respeito, perdendo, automaticamente, a situação hierárquica anterior, por tornar-se praça especial.

Art. 166. O aluno recém-incluído prestará o compromisso à Bandeira Nacional, na forma do cerimonial militar, no dia 23 de outubro.

Art. 167. No Corpo de Alunos, a hierarquia será dada pelo ano do curso e dentro de cada ano, pela antiguidade relativa.

FÉRIAS E LICENCIAMENTO

Art. 168. Os alunos estão sujeitos ao regime escolar de internato.

Art. 169. Haverá licenciamentos semanais com horários prescritos pelo Comandante da Escola.

Art. 170. Os licenciamentos individuais serão concedidos:

a) pelo Comandante da Escola, nos casos de força maior;

b) pelo Comandante do Corpo de Alunos, depois dos trabalhos escolares diários, por motivo de força maior ou a título de prêmio;

c) pelos Comandantes de Esquadrilhas, depois dos trabalhos escolares diários, a título de prêmio.

Art. 171. Haverá férias de fim de ano nos meses de janeiro e fevereiro e férias juninas de 20 a 30 de junho.

DEVERES DO ALUNO

Art. 172. São deveres do aluno, além dos prescritos na legislação vigente:

a) comparecer, pontualmente, a todos os trabalhos escolares, aos quais deve prestar a máxima atenção, esforçando-se por obter o melhor aproveitamento no ensino;

b) observar rigorosa proibidade na execução de quaisquer provas ou trabalhos escolares, considerando os recursos ilícitos como incompatíveis com a dignidade do aluno;

c) procurar elevar, no meio militar e no meio civil, o conceito, o bom nome e o prestígio da E.P.C.Ar. e da Força Aérea Brasileira, conduzindo-se, quer na Escola, quer fora dela, da maneira mais correta, mais digna e mais disciplinada;

d) tornar-se exemplo nas questões de disciplina, de amor ao trabalho, de respeito ao seus superiores e de zelo na utilização do material que lhe é confiado;

e) lembrar-se sempre de que a melhor forma de ser obedecido e respeitado é obedecer e respeitar.

DISCIPLINA DO ALUNO

Art. 173. A disciplina adotada na Escola é baseada no princípio do cumprimento do dever. Visa aprimorar as qualidades morais do aluno moldando o seu caráter na obediência espontânea às exigências escolares e aos preceitos regulamentares.

Art. 174. Quando a ação educativa conduzida através dos exemplos e dos conselhos não for suficiente para mostrar ao aluno qualquer desvio de sua conduta, a ação disciplinar far-se-á sentir na forma indicada pelo Regulamento Disciplinar da Aeronáutica.

DIREITOS DO ALUNO

Art. 175. O aluno tem direito a um ano de tolerância, o qual poderá ser gozado uma única vez, nos seguintes casos:

a) quando não lograr aprovação na Instrução Fundamental;

b) quando for desligado por perda de pontos, na forma da letra d do artigo 177.

Parágrafo único. Ao aluno amparado pela letra b deste artigo garante-se a rematricula, que se efetuará obrigatoriamente no ano seguinte; a desistência, por parte do aluno, da nova matrícula, nessa oportunidade, implica na desistência definitiva do curso da Escola.

Art. 176. Com a devida correção de atitude e disciplina, o aluno poderá:

a) solicitar esclarecimentos aos professores e instrutores sobre assunto que esteja sendo esplanado em aula ou instrução, desde que não o haja compreendido suficientemente, e nas oportunidades para tanto estabelecidas;

b) solicitar ao Chefe do Departamento de ensino revisão de provas, apresentando para isto razões escritas;

c) organizar, com a necessária permissão do Comando, sociedade de fundo cívico, esportivo e cultural a qual atenta ao desenvolvimento do espírito de cooperação dos alunos.

Art. 177. A exclusão do aluno do estado efetivo do Corpo de Alunos e da Escola, consoante as disposições da Lei do Serviço Militar, se dará:

a) ao terminar o Curso da Escola;

b) a pedido, ao ser deferido o seu requerimento;

c) quando for julgado definitivamente incapaz para o serviço da F. A. B., por Junta de Inspeção de Saúde;

d) quando, por motivo de falta aos trabalhos escolares, haja ultrapassado trinta pontos durante o ano letivo, na forma do artigo 21 deste Regulamento;

e) quando não puder concluir o curso em 4, 3 ou 2 anos, caso tenha o aluno se matriculado no 1.º, 2.º ou 3.º ano, respectivamente;

f) quando cometer qualquer ato que o torne indigno de permanecer

no Corpo de Alunos, a juízo do Comandante da Escola ou quando ingressar no mau comportamento na forma do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica;

g) quando não tiver aproveitamento na Instrução Militar;

h) nos seguintes casos, mediante parecer do respectivo Conselho:

1 — quando for julgado inapto para a carreira militar;

2 — quando se verificar que utilizou meios ilícitos na realização de qualquer prova ou exame.

Art. 178. O aluno excluído da E.P. C.Ar tem a sua situação militar regulada pela Lei do Serviço Militar.

Art. 179. O aluno excluído na E.P. C.Ar e que, de acordo com a Lei do Serviço Militar, tiver direito a certificado de reservista de 1.ª categoria, terá a graduação de soldado de primeira classe.

TÍTULO VII

Substituições e atribuições disciplinares

CAPÍTULO I

SUBSTITUIÇÕES

Art. 180. O substituto do Comandante, em seus impedimentos, será o oficial aviador, da ativa, que se lhe seguir na escala hierárquica, na Escola.

Art. 181. As demais substituições serão realizadas dentro de cada Departamento e no Corpo de Alunos; excetua-se a do Chefe do Departamento de Administração que será substituído por oficial designado pelo Comandante o qual exercerá essas funções cumulativamente com as suas normais.

CAPÍTULO II

ATRIBUIÇÕES DISCIPLINARES

Art. 182. Os Chefes de Departamento e o Comandante do Corpo de Alunos têm as atribuições disciplinares de Comandante de Grupo Incorporado.

QUARTA PARTE

Disposições Finais

Art. 183. Os alunos da E. P. C. Ar, que cursarem em 1952 o 3.º e o 2.º ano terminarão o curso de acordo com os currículos pelos quais o iniciaram.

Art. 184. Os alunos da E. P. C. Ar, que estão cursando em 1952 o 1.º ano, terminarão o curso de acordo com os currículos estabelecidos neste Regulamento.

Art. 185. Ressalvado o disposto nos artigos 183 e 184, os atuais alunos estão sujeitos integralmente às disposições deste Regulamento.

Art. 186. Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro da Aeronáutica.

Art. 187. Este Regulamento entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de junho de 1952. — *Nero Moura*.

DECRETO N.º 30.977 — DE 11 DE JUNHO DE 1952

Promulga o Ajuste Comercial entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado em Bonn, a 17 de agosto de 1950.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo n.º 68, de 17 de dezembro de 1951, o Ajuste Comercial entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, e Protocolo referente ao mesmo, firmados em Bonn, a 17 de agosto de 1950; e tendo sido trocados em Bonn, a 10 de maio de 1952, os respectivos instrumentos de ratificação:

Decreta que o referido Ajuste e seu Protocolo, apensos por cópia ao presente Decreto sejam executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República. — *GETÚLIO VARGAS — João Neves da Fontoura*.

DECRETO N. 30.978 — DE 13 DE JUNHO DE 1952

Eleva a categoria de Consulado Geral o Consulado de carreira do Brasil em Marselha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 16 do Decreto-lei 9.121, de 3 de abril de 1946,

Decreta:

Art. 1.º Fica elevado, à categoria de Consulado Geral, o Consulado de carreira do Brasil em Marselha, França.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N. 30.979 — DE 13 DE JUNHO DE 1952

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.550 de 21 de fevereiro de 1952 e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública,

Decreta:

Art. 1.º É aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de seiscentos mil cruzeiros (Cr\$ 600.000,00), para atender as despesas decorrentes da realização do Primeiro Congresso da União Latina, reunido na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 1951.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.980 — DE 13 DE JUNHO DE 1952

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da "Legal And General Assurance Society Ltd."

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.981 — DE 13 DE JUNHO DE 1952

Concede a "Pfizer Inter-American S. A." autorização para funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade "Pfizer Inter-American S. A.", com sede na cidade de Panamá, República do Panamá, autorização para funcionar no país, de acordo com os estatutos sociais e certificado de incorporação que apresentou, e com o capital destacado para as suas operações no Brasil de Cr\$ 459.500,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil e quinhentos cruzeiros), consoante resolução aprovada em assembléia especial de acionistas, realizada a 13 de novembro de 1951, mediante as cláusulas que este acompanham, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, ficando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Carijó de Castro.

DECRETO N.º 30.982 — DE 13 DE JUNHO DE 1952

Concede a "Empresa Paulista de Navegação, Indústria e Comércio Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.983 — DE 13 DE JUNHO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Argos Fluminense.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Argos Fluminense, com sede nesta Capital, autorizada a funcionar pelo Decreto número 4.270, de 10 de dezembro de 1901, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada a 14 de novembro de 1951.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Carijó de Castro

DECRETO N.º 30.984 — DE 13 DE JUNHO DE 1952

Concede a "Italcable Servizi Cablografici Radiotelegrafici e Radioelettrici Società per Azioni" autorização para continuar a funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade anônima "Italcable Servizi Cablografici Radiotelegrafici e Radioelettrici Società per Azioni", com sede

em Roma, Itália, autorizada a funcionar pelos Decretos ns. 16.626, de 1.º de outubro de 1924, 19.622, de 23 de janeiro de 1931, 20.426, de 21 de setembro de 1931, 21.945, de 12 de outubro de 1932, 89, de 10 de outubro de 1934, 23.077, de 15 de maio de 1947, 26.195, de 12 de janeiro de 1949, e 29.075, de 30 de dezembro de 1950, autorização para continuar a funcionar no país com a alteração estatutária que apresentou, consoante resolução aprovada em assembléia ordinária e extraordinária, realizada a 30 de abril de 1951, continuando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Carijó de Castro

DECRETO N.º 30.985 — DE 13 DE JUNHO DE 1952

Concede à sociedade anônima "Société de Sucreries Brésiliennes", autorização para continuar a funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade anônima "Société de Sucreries Brésiliennes", com sede em Paris, França, autorizada a funcionar na República pelos Decretos números 6.699, de 24 de outubro de 1907, 13.693, de 16 de julho de 1919, 18.439, de 23 de outubro de 1928, 1.530 de 29 de março de 1937, 2.738, de 9 de junho de 1938, 21.464, de 18 de julho de 1946, e 24.103, de 24 de novembro de 1947, autorização para continuar a funcionar no país com as alterações introduzidas em seus estatutos e com o capital destinado às suas operações no Brasil aumentado para Cr\$ 139.000.000,00 (cento e trinta e nove milhões de cruzeiros), em virtude de resolução aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada a 20 de dezembro de 1949, con-

tinuando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar sobre o objeto da aludida autorização.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Carijó de Castro

DECRETO N.º 30.986 — DE 16 DE JUNHO DE 1952

Revoga o Decreto n.º 28.153, de 26 de maio de 1950, que declarou de utilidade pública, para desapropriação pela União Federal, um terreno situado no Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Artigo único — Fica revogado o Decreto n.º 28.153, de 26 de maio de 1950, que declarou de utilidade pública para desapropriação pela União Federal a faixa de terreno com a área de jois mil quatrocentos e quarenta e quatro metros quadrados (2.444,00 m²) situada em Salvador, no Estado da Bahia, e que se destinava à construção do prédio da Delegacia Fiscal e demais repartições da Fazenda naquele Estado, tudo de acordo com os elencados no Ministério da Fazenda sob o n.º 25.484, de 1949.

Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.987 — DE 16 DE JUNHO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.988 — DE 16 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acréscido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.989 — DE 16 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza sociedade anônima estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acréscido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 205, do Decreto-lei n.º 9.750, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica a sociedade anônima inglesa Atlantis (Brazil) Limited autorizada a adquirir o domínio útil do terreno acréscido de marinha situado na Rua Prefeito Olímpio de Melo, junto e depois do n.º 246, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 217.388, de 1951.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.990 — DE 16 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Jaraguá, no Estado de Goiás.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.991 — DE 16 DE
JUNHO DE 1952

Dispõe sobre o pessoal do Conselho Nacional do Petróleo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e ten-

do em vista o que dispõem o artigo 5.º do Decreto-lei n.º 1.143, de 9 de março de 1939, o Decreto n.º 30.161, de 12 de novembro de 1951, e o artigo 7.º, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1946, decreta:

Art. 1.º Os serviços a cargo do Conselho Nacional de Petróleo serão executados:

a) por pessoal requisitado, nos termos do art. 4.º do Decreto-lei número 1.143, de 9 de março de 1939;

b) por pessoal extranumerário, admitido na forma da legislação em vigor;

c) por pessoal empregado, que ficará sujeito ao regime previsto no artigo 7.º, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1946.

Art. 2.º O pessoal empregado, a que se refere a alínea c, do artigo anterior, será utilizado exclusivamente nos trabalhos de pesquisa, exploração, transporte e industrialização do petróleo, bem como na realização de outros empreendimentos e encargos de natureza industrial, relacionados com o abastecimento nacional do petróleo e executados diretamente pelo Conselho e órgãos subordinados.

§ 1.º Para os efeitos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 1.143, de 1939, os limites máximos dos salários do pessoal empregado serão aprovados pelo Presidente da República, mediante proposta do Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, tendo em vista a natureza de cada atividade, as condições do mercado de trabalho local e as peculiaridades atinentes ao exercício da função.

§ 2.º A admissão, movimentação, dispensa, e demais atos relativos ao pessoal empregado, serão processados de acordo com as instruções que forem baixadas pelo Presidente do Conselho.

Art. 3.º Os serviços dos órgãos técnicos e administrativos centrais do Conselho continuarão a ser executados por servidores requisitados e pessoal extranumerário.

Parágrafo único — Ressalvado o caso de designação para chefia de caráter técnico, o pessoal empregado não poderá ter exercício nos órgãos centrais a que se refere este artigo, sob pena de responsabilidade funcional e financeira de quem autorizar a irregularidade ou nela consentir.

Art. 4.º São consideradas extintas, à medida que vagarem, as funções de extranumerário de menor referência existentes nos serviços regionais do Conselho.

Parágrafo único — Aos servidores que solicitarem dispensa das funções que ocupam para o fim de ingressarem na categoria de pessoal empregado, será assegurada a contagem do tempo de serviço prestado como extranumerário.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

DECRETO N.º 30.992 — DE 17 DE JUNHO DE 1952

Outorga concessão à Rádio Liberdade de Sergipe Limitada para estabelecer uma estação rádio-difusora de ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Rádio Liberdade de Sergipe Limitada e tendo em vista o disposto no art. 5.º, n.º XII, da mesma Constituição,

decreta:

Artigo único — Fica outorgada concessão à Rádio Liberdade de Sergipe Limitada, nos termos do artigo 11, do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, para estabelecer, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, pelo prazo de 3 (três) anos, na conformidade do artigo 4.º, parágrafo 1.º do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade, uma estação radiodifusora de ondas médias, destinada a executar os serviços de radiodifusão.

Parágrafo único — O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas,

e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste Decreto no "Diário Oficial", sob pena de ser considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.993 — DE 17 DE JUNHO DE 1952

Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos, para instalar uma estação de rádio-farol, movel, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 30.994 — DE 17 DE JUNHO DE 1952

Aprova o Estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 2.º da Lei número 20, de 10 de fevereiro de 1947, e do artigo 14 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950 decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de junho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.995 — DE 17 DE JUNHO DE 1952

Suprime cargos provisórios

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos

têrmos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 5 (cinco) cargos da classe K da carreira de Médico Puericultor, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, vagos em virtude da promoção de Jaime Freire de Vasconcelos, João Alves Correia Nunes, João Mário da Silva Pereira, Léo Ferraz de Carvalho e Nilo Cairo Freyesleben, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 30.996 — DE 17 DE JUNHO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 80.000,00, para atender ao pagamento devido, por substituições, aos Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.544, de 8 de janeiro de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos têrmos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único. Fica aberta ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, o crédito especial de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), para atender ao pagamento devido, por substituições, aos Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima
Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.997 — DE 18 DE JUNHO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 16.440,00 (dezesseis mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.446, de 5 de outubro de 1951, e tendo consultado o Tribunal de Contas e ouvido o Ministério da Fazenda, nos têrmos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 16.440,00 (dezesseis mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), para atender ao pagamento da gratificação de magistério a que faz jus Guilherme Edelberto Hermsdorff, Professor Catedrático da 16.ª cadeira, Zootecnia Especializada, Padrão "L", em disponibilidade, da Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural, no período de 19 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1948.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas
Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.998 — DE 18 DE JUNHO DE 1952

Cria o Consulado honorário do Brasil em La Plata, República Argentina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos têrmos do artigo 15 do Decreto-lei número 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Consulado honorário do Brasil em La Plata, República Argentina.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Neves da Fontoura

DECRETO N. 30.999 — DE 18 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Lindolfo Gomes de Almeida a pesquisar mica, no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Lindolfo Gomes de Almeida a pesquisar mica em terrenos devolutos ocupados por Vitor Gonçalves e Joaquim Modesto, situados no lugar denominado Serra dos Lourenços, no distrito e município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta e três hectares e cinquenta e sete ares (33,57 ha) delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a quatrocentos e quatro metros (404m) no rumo magnético de treze graus nordeste (13º NE) da confluência dos córregos do Zé-Joaquim e do Feijão, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: quinhentos e cinquenta metros (550m) e rumo de setenta e nove graus e trinta minutos noroeste (79º 30' NW), magnético; seiscentos e quinze metros (615m) e rumo de três graus e trinta minutos nordeste (3º 30' NE) magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 340,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas.

DECRETO N. 31.000 — DE 18 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Othomar Peixoto a pesquisar mica e associados no município de Abre Campo, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Othomar Peixoto a pesquisar mica e associados em terrenos de sua propriedade situados no lugar denominado São Manuel, no distrito de Granada, município de Abre Campo, Estado de Minas Gerais, numa área de cinquenta e sete hectares, (57ha) delimitada por um retângulo que têm um vértice a oitenta e cinco metros (85m) no rumo magnético sul (S) da confluência dos córregos da Serra e São Manuel e os lados divergentes do vértice considerado, têm: novecentos e cinquenta metros (950m) e rumo oeste (W) magnético; seiscentos metros (600m) e rumo sul (S), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 570,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas.

DECRETO N. 31.001 — DE 18 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Lindor Avelino de Barros a pesquisar mica e associados no município de Miradouro, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição e nos

términos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Lindor Avelino de Barros a pesquisar mica e associados em terrenos de sua propriedade situados na localidade denominada Fazenda Soledade, distrito e município de Miradouro, Estado de Minas Gerais, em uma área de três hectares sessenta e um ares e vinte centiares (3,6120 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a trezentos e trinta e quatro metros (334m) no rumo magnético vinte e dois graus e vinte e um minutos noroeste (22º 21' NW) da confluência dos córregos do Severino e dos Gomes, e os lados divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e quinze metros (215m), vinte e três graus e vinte e quatro minutos noroeste (23º 24' NW); e, cento e sessenta e oito metros (168m), sessenta e seis graus e trinta e seis minutos sudoeste (66º 36' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N. 31.002 — DE 18 DE JUNHO DE 1952

Renova o Decreto n. 27.559, de 7 de dezembro de 1949.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovado, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra b do art. 1.º do Decreto-lei n. 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida ao cidadão brasileiro José Antônio Moreira, para pesquisar caulim e associados no lugar denominado Fazenda

Califórnia, distrito de Ibitinguaia, município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N. 31.003 — DE 18 DE JUNHO DE 1952

Renova o Decreto n.º 28.109, de 11 de maio de 1950.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovado, pelo prazo de dois (2) anos, nos termos da letra a do art. 1.º do Decreto-lei n. 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida à cidadã brasileira Ignês Lobato de Oliveira, pelo Decreto-lei número vinte e oito mil cento e nove (28.109), de onze (11) de maio de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar minério de manganês, em terrenos devolutos, no distrito de Canumã, município de Borba, Estado do Amazonas.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.004 — DE 18 DE
JUNHO DE 1952

Concede à Mineração Torelly, Importadora e Exportadora Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do art. 6.º § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida a Mineração Torelly, Importadora e Exportadora Ltda. sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede nesta Capital, constituída por instrumento particular de 1 de abril de 1952, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1952.
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.005 — DE 18 DE
JUNHO DE 1952

Concede à Lindoiano Hotel — Fontes Radioativas Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.006 — DE 18 DE
JUNHO DE 1952

Torna sem efeito o Decreto n.º 29.511, de 30 de abril de 1951.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) e tendo em vista o que consta do processo DNPM-4501-45, decreta:

Artigo único. Fica sem efeito o Decreto número vinte e nove mil quinhentos e onze (29.511), de trinta

(30) de abril de mil novecentos e cinquenta e um (1951), que autorizou o cidadão brasileiro Adeodato Vilela a pesquisar caulim, ocre e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.007 — DE 18 DE
JUNHO DE 1952

Altera o art. 1.º do Decreto n.º 27.776, de 8 de fevereiro de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica alterado o artigo primeiro do Decreto número vinte e sete mil setecentos e setenta e seis (27.776), de oito (8) de fevereiro de mil novecentos e cinquenta (1950), que passará a ter a seguinte redação: fica autorizado o cidadão brasileiro Thomaz Marinho de Albuquerque Andrade a lavrar calcário numa área total de duzentos hectares setenta e quatro ares e cinquenta e seis centiares (200,7456 ha), resultante de duas outras parciais contíguas de cento e onze hectares, dezesseis ares e onze centiares (111,1611 ha) e oitenta e nove hectares, cinquenta e oito ares e quarenta e cinco centiares (89,5845 ha), situada na Fazenda de Barra Mansa, distrito e município de Tomazina, Estado do Paraná delimitada por uma linha poligonal que tem um vértice na confluência dos Ribeirões Barra Mansa e Uru, e os lados a partir deste vértice, com as seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil duzentos e dez metros (1210m); quarenta e oito graus e trinta minutos sudeste (48º 30' SE); quinhentos metros (500m); oitenta e dois graus nordeste (82º NE); quinhentos e setenta metros (570m); quarenta e nove graus e trinta minutos nordeste (49º 30' NE); cento e setenta e cinco metros (175m); quinze graus nordeste (15º NE); setecentos e dez metros (710m), trinta graus e trinta mi-

nutos nordeste (30° 30' NE); oitocentos e cinquenta metros (850m), quatorze graus nordeste (14° NE); oitocentos e setenta metros (870m), sessenta e dois graus nordeste (62° NE); quinhentos metros (500m), setenta e cinco graus nordeste (75° NE); trezentos metros (300m), oitenta graus sudoeste (80° SE); duzentos metros (200m), sete graus e quarenta e cinco minutos nordeste (7° 45' NE); mil quinhentos e cinquenta metros (1550 metros), setenta e seis graus e trinta minutos noroeste (76° 30' NW); quatrocentos e vinte metros (420m), cinquenta graus sudoeste (50° SW); seiscentos e quarenta metros (640m), oeste (W), trezentos e setenta metros (370m), quatorze graus sudoeste (14° SW); quatrocentos e dez metros (410m), setenta e cinco graus sudoeste (75° SW); cento e cinquenta metros (150m), sessenta e um graus sudoeste (61° SW); cento e oitenta e cinco metros (185m), vinte e seis graus sudoeste (26° SE); novecentos e vinte metros (920m), sessenta e sete graus nordeste (67° NE); setenta e quatro metros (74m), sessenta e três graus nordeste (63° NE); novecentos e dez metros (910m), sessenta e sete graus nordeste (67° NE); cento e oitenta metros (180m), cinquenta e oito graus sudoeste (58° SE); duzentos metros (200m), trinta e um graus sudoeste (31° SW); novecentos e quarenta metros (940m), cinquenta e um graus sudoeste (51° SW); setecentos e setenta metros (770m), trinta minutos sudeste (0° 30' SE); mil cento e trinta metros (1130m), trinta e seis graus sudoeste (36° SW); mil e quinhentos metros (1500m), setenta e um graus e quinze minutos noroeste (71° 15' NW).

Art. 2.º Ficam mantidas as demais disposições dos artigos do referido Decreto, que passarão a fazer parte integrante do presente.

Art. 3.º A presente alteração do decreto não fica sujeita ao pagamento da taxa prevista pelo parágrafo único do art. 31 do Código de Minas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.008 — DE 18 DE JUNHO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termoeletricas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.009 — DE 18 DE JUNHO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.010 — DE 19 DE JUNHO DE 1952

Cria função na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, na Parte Permanente da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, uma função de Assistente de Administração, referência 26.

Parágrafo Único. A função de que trata este artigo, uma vez preenchida, passará a integrar a Parte Suplementar da referida Tabela.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

DECRETO N.º 31.011 — DE 19 DE
JUNHO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, para efeito de ser transferido um cargo da carreira, de Prático de Laboratório, com o respectivo ocupante Benedito Augusto de Campos Bueno, da lotação suplementar do Instituto de Zootécnica, do Departamento Nacional de Produção Animal para igual lotação do Instituto de Fermentação, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofus

DECRETO N.º 31.012 — DE 19 DE
JUNHO DE 1952

Reduz para um (1) ano o interstício para promoção ao posto de 1.º Tenente dos 2.ºs Tenentes pertencentes à Arma de Engenharia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição,

Resolve, de acôrdo com o artigo 13 do Decreto-lei número 6.548, de 31 de maio de 1944 (Lei de Promoções dos Oficiais do Exército), reduzir para um (1) ano o interstício para promoção ao posto de 1.º Tenente dos 2.ºs Tenentes pertencentes à Arma de Engenharia, no corrente ano.

Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

DECRETO N.º 31.013, — DE 19 DE
JUNHO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para atender às despesas com a reconstrução do edificio, de propriedade da Universidade do Rio Grande do Sul, em que funcionava o Colégio Júlio de Castilhos, de Porto Alegre.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.517, de 24 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de dez milhões de cruzeiros (Cr\$ 10.000.000,00), para atender às despesas com a reconstrução do edificio, de propriedade da Universidade do Rio Grande do Sul em que funcionava o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, o qual foi destruído por incêndio ocorrido a 17 de novembro de 1931.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Laje

DECRETO N.º 31.014 — DE 19 DE
JUNHO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender às despesas com a manutenção da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.391-B, de 10 de julho de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois mi-

lhões e quinhentos mil cruzeiros), como subvenção à Universidade da Bahia, para manutenção da sua Faculdade de Direito, na conformidade do art. 16, § 1.º, da Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.015 — DE 19 DE JUNHO DE 1952

Concede permissão à indústria de óleos vegetais secativos para o trabalho aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 7.º, § 2.º, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 27.048, de 12 de agosto de 1949, decreta:

Art. 1.º É concedida, em caráter permanente, permissão à indústria de óleos vegetais secativos para o trabalho aos domingos e nos feriados civis e religiosos, observadas as disposições legais vigentes, sobretudo as de proteção ao trabalho, e excluídos os serviços de escritório.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Cartijó de Castro

DECRETO N.º 31.016 — DE 19 DE JUNHO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Companhia Antártica de Seguros".

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.017 — DE 19 DE JUNHO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Alliance Assurance Company Limited".

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.018 — DE 19 DE JUNHO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de "Pearl Assurance Co. Ltd.".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos da "Pearl Assurance Co. Ltd.", com sede em Londres, Inglaterra, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de maio de 1949, e dentro dos limites da autorização que lhe foi concedida para operar em seguros e resseguros sobre os riscos terrestres pelo Decreto número 17.720, de 9 de março de 1927.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Cartijó de Castro

DECRETO N.º 31.019 — DE 20 DE JUNHO DE 1952

Homologa a compra de propriedade agrícola sita à margem do rio Salitre, município de Joazeiro, no Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição e, tendo em vista o que consta do processo

n.º 39.025-48, do Ministério da Agricultura, decreta:

Art. 1.º Fica homologado o ato de compra de uma propriedade agrícola, promovida entre a referida Secretaria de Estado e Aprijo Duarte Filho, sita à margem do rio Salitre, município de Joazeiro — Estado da Bahia e efetuada aos 29 dias de dezembro de 1948 pela importância de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), tendo corrido a despesa à conta da Verba 4 — Consignação VII — Disposições constitucionais, Alínea b — para atender ao disposto no artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, item 4 — para campos de irrigação em Januário, Pirapora, Piratinga e Salitre, Anexo n.º 16 da Lei n.º 162, de 2 de dezembro de 1947, que estimou a Receita e fixou a Despesa da União para o exercício financeiro de 1948.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.020 — DE 20 DE JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro a pesquisar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Ainda não foi publicado no Diário Oficial.

DECRETO N.º 31.021 — DE 20 DE JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Nagib Abés Ganem a pesquisar quartzo e associados, no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Nagib Abnés Ganem a pes-

quisar quartzo e associados em terrenos devolutos situados no lugar denominado Ariranha, no distrito de Pavão, município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta e cinco hectares (35 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a quinhentos e setenta metros (570m) no rumo magnético de vinte e dois graus e trinta minutos nordeste (22º 30' NE) da confluência dos córregos Pedro Ramos e Ariranha, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: quinhentos metros (500m) e rumo de cinquenta graus noroeste (50º NW), magnético; setecentos metros (700m) e rumo de quarenta graus nordeste (40º NE), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e cinquenta cruzeiros ... (Cr\$ 350,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.022 — DE 20 DE JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Henry Saxon Fellows a pesquisar calcário, argila, calcita e associados no município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Henry Saxon Fellows a pesquisar calcário, argila, calcita e associados em terrenos de sua propriedade situados na localidade de Santa Helena, distrito de Macuco, município de Cordeiro, Estado do Rio de Ja-

neiro, numa área de trinta hectares, sessenta e dois ares e oitenta e um centiares (30,6281 ha) delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice em um marco de pedra, fora da faixa de domínio, à direita, a duzentos e oitenta e sete metros (287 m) do marco quilométrico da rodovia tronco fluminense de São Fidélio para Macuco, e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos e oitenta e dois metros (482m), trinta e seis graus nordeste (36° NE); setenta metros e cinquenta centímetros (70,50m), sessenta e oito graus sudeste (68° SE); oitocentos e cinquenta e quatro metros e cinquenta centímetros (854,50m), setenta e três graus sudeste (73° SE); oitenta e dois metros (82m), doze graus sudeste (12° SE) até encontrar a faixa de domínio da supra mencionada rodovia, pela sua margem direita, sendo o último lado constituído por um segmento mistilíneo de um mil cento e sessenta e oito metros (1.168m) que começa na extremidade do quarto (4.º) lado, já descrito, e seguindo pela divisa das terras de Henry Saxon Fellows com a faixa de domínio retro vai terminar no ponto de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e dez cruzeiros (Cr\$ 310,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.023 — DE 20 DE JUNHO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Milena Roselli a pesquisar talco e associados no município de Cananeia, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

térmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Milena Roselli a pesquisar talco e associados em terrenos de propriedade de Alfredo Silvestre Maciel e outros, situados nas localidades de Canela Oca e Bairro do Rio Branco, distrito e município de Cananeia, Estado de São Paulo, numa área de quinhentos hectares (500 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a cinco mil e quinhentos metros (5.500m) no rumo verdadeiro setenta e cinco graus e dez minutos noroeste (75° 10' NW) do cruzamento das estradas de rodagem Cananeia, São Paulo e ex-Colônia, e, os lados divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: dois mil metros (2.000m), onze graus e trinta minutos noroeste (11° 30' NW); e, dois mil e quinhentos metros (2.500m), setenta e sete graus e dez minutos sudoeste (77° 10' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.024 — DE 20 DE JUNHO DE 1952

Autoriza a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR — a pesquisar bauxita e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

térmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR — a pesquisar bauxita e associados em terrenos de propriedade de The São Paulo Tramway Light & Power Co. Ltda. situados no lugar denominado Sertão, distrito de Biritiba-Mirim, município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, numa área de setenta e nove hectares e vinte e dois ares (79,22 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a oitocentos e sessenta metros (860) no rumo magnético de oitenta e cinco graus trinta minutos sudeste (85° 30' SE) do ponto em que a rodovia Mogi das Cruzes para Sertão cruza com a Adutora do Rio Claro, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos e cinquenta metros (350m), sessenta e sete graus sudeste (67° SE); mil e quatrocentos metros (1.400m), oitenta e cinco graus sudeste (85° SE); novecentos e cinquenta e cinco metros (955m), quarenta graus noroeste (40° NW); trezentos e quarenta metros (340m), oitenta e dois graus noroeste (82° NW); seiscentos e cinquenta metros (650m), sessenta e três graus quarenta e cinco minutos sudoeste (63° 45' SW); duzentos e três metros (203m), setenta e oito graus trinta minutos sudoeste (78° 30' SW); cento e cinco metros (105m), trinta e dois graus sudeste (32° SE); o oitavo (8.º) e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do sétimo (7.º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de oitocentos cruzeiros (Cr\$ 800,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.025 — DE 20 DE JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Roccini a lavar conchas calcárias no Município de Cananéia, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Domingos Roccini a lavar conchas calcárias em terrenos de marinha no distrito e município de Cananéia, do Estado de São Paulo, numa área de um hectare, sessenta e oito ares e quarenta centiares (1,6840 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a novecentos e sessenta e nove metros (969 ms.), no rumo verdadeiro setenta e quatro graus e vinte e dois minutos sudeste (74° 22' SE), da confluência do ribeirão Leodoro com o rio Boguaguê e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: vinte e nove metros e quarenta e cinco centímetros (29,45 ms.), sessenta e seis graus e cinquenta minutos sudeste (66° 50' SE); setenta e três metros (73 m.), setenta e três graus e quarenta minutos sudeste (73° 40' SE); quarenta e seis metros setenta centímetros (46,70 ms.), oitenta e oito graus e onze minutos nordeste (88° 11' NE); cento e um metros (101 ms.) vinte e sete graus e quarenta e oito minutos nordeste (27° 48' NE); trinta metros e oitenta centímetros (30,80 ms.), vinte e seis graus e trinta e quatro minutos nordeste (26° 34' NE); oitenta e sete metros (87 ms.), quarenta e três graus, quarenta e cinco minutos noroeste (43° 45' NW); oitenta e seis metros trinta e três centímetros (86,33 ms.), trinta graus e vinte e sete minutos sudoeste (30° 27' SW); quarenta e três metros e cinco centímetros (43,05 ms.), trinta e um graus e cinquenta e cinco minutos sudoeste (31° 55' SW); quarenta e sete metros setenta centímetros (47,70 ms.), setenta e cinco graus, vinte e nove minutos sudoeste (75° 29' SW); quarenta e um metros oitenta e sete centímetros (41,87 ms.), quarenta e nove graus vinte e quatro minutos sudoeste (49° 24' SW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28, do Código de Minas e dos ar-

tigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário tomará as providências julgadas necessárias, pela repartição competente à preservação dos elementos científicos úteis dos sambaquis, eventualmente encontrados na área da autorização.

Art. 3.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento ao disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 4.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 5.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo, para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 6.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 7.º A autorização de lavra terá por título, este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros — (Cr\$ 600,00).

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.026 — DE 20 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e associados, no município de Ribeira, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

términos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e associados em terrenos dos herdeiros do Coronel Tude Soares Neiva de Lima, situados no imóvel denominado Fazendas das Criminosas, no distrito de Itapirapuã, município de Ribeira, Estado de São Paulo, numa área de duzentos e vinte e oito hectares (228 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na margem esquerda do rio Ribeira no ponto em que uma reta que, partindo da barra do rio Itapirapuã, com um rumo magnético de trinta e sete graus oito minutos nordeste (37º 08' NE), encontra a referida margem do rio Ribeira, e os lados, a partir do vértice considerado, tem os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: setecentos e cinquenta e cinco metros (755 ms.), sete graus trinta e sete minutos noroeste (7º 37' NW); setecentos e três metros (703 ms.), doze graus trinta e seis minutos nordeste (12º 36' NE); hum mil oitocentos e quarenta e nove metros (1.849 ms.), setenta e três graus dezanove minutos noroeste (73º 19' NW); novecentos e cinquenta metros (950 ms.) quatro graus trinta e dois minutos sudeste (4º 32' SE); quatrocentos e trinta e sete metros (437 ms.) trinta e quatro graus vinte e seis minutos sudeste (34º 26' SE); cento e doze metros (112 ms.), hum grau trinta e oito minutos sudoeste (1º 38' SW); duzentos e vinte e quatro metros (224 ms.), cinquenta e seis graus cinquenta e oito minutos sudeste (56º 58' SE); duzentos e vinte e um metros (221 ms.), trinta e quatro graus trinta e quatro minutos sudeste (34º 34' SE); duzentos e sessenta e nove metros (269 m.s.), oitenta e nove graus dezoito minutos sudeste (89º 18' SE); o décimo lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do nono lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil duzentos e oitenta cruzéis (Cr\$ 2.280,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.027 — DE 20 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Otávio Alencar de Lima a pesquisar calcário e associados no município de Tomazina, no Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Otávio Alencar de Lima a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua propriedade, na fazenda Boa Vista, distrito e município de Tomazina, no Estado do Paraná, numa área de setenta e nove hectares e noventa e cinco ares (79,95 ha), delimitada por um polígono irregular, que tem um vértice a duzentos e setenta metros (270 ms.), no rumo magnético vinte e oito graus sudoeste (28º SW), da confluência do ribeirão Nezinho e Água da Cateira e os lados, a partir desse vértice, os seguintes cumprimentos e rumos magnéticos: dois mil metros (2.000 ms.), oitenta e nove graus sudeste (89º SE); novecentos e dez metros (910 ms.), nove graus sudeste (9º SE); trezentos metros (300 ms.), oitenta graus sudoeste (80º SW); seiscentos e setenta metros (670 ms.), nove graus noroeste (9º NW); mil setecentos e cinquenta metros (1.750 ms.), oitenta e nove graus noroeste (89º NW); trezentos metros (300 ms.), norte (N).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de oitocentos cruzeiros (Cr\$ 800,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.028 — DE 20 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Aurino Gomes da Silva a pesquisar minério de ouro e associados, no município de Jacobina, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Aurino Gomes da Silva a pesquisar minério de ouro e associados em terrenos devolutos situados no lugar denominado Córrego e Serra da Pingadeira, no distrito e município de Jacobina, Estado da Bahia, numa área de setenta e três hectares, oitenta e um ares e cinquenta centiares (73,8150 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a trezentos e oitenta metros (380 ms.) no rumo magnético de vinte e seis graus sudeste (26º SE) da confluência do riacho do Melão com o riacho do Córrego ou rio do Córrego, e os lados divergentes do vértice considerado têm: seiscentos e sessenta e cinco metros (665 ms.), e rumo de oitenta e um graus sudeste (81º SE), magnético: mil cento e dez metros (1.110 ms.), e rumo de nove graus nordeste (9º NE), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de setecentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 740,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.029 — DE 20 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo de Miranda Lobato a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, no município de Borba, Estado do Amazonas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Marcelo de Miranda Lobato a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, em terrenos devolutos, no distrito de Canumã, município de Borba, Estado do Amazonas, numa área de oitenta e cinco hectares (85 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a dois mil e quinhentos metros (2.500 ms.) no rumo verdadeiro sessenta e oito graus e trinta minutos sudoeste 68º 30' SW) da confluência dos igarapés Mantibe e Cabi e os lados, divergentes, desse vértice os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: mil setecentos metros (1.700 ms.), setenta e um graus sudoeste (71º SW); quinhentos metros (500 ms), dezanove graus sudeste (19º SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de oitocentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 850,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.030 — DE 20 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza a cidadão brasileira Lavinia Soares Ribeiro do Vale, a pesquisar argila no município de São Simão, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Lavinia Soares Ribeiro do Vale a pesquisar argila em terrenos de sua propriedade, na Fazenda Aretuzina, distrito de Bento Quirino, município de São Simão, Estado de São

Paulo, numa área de trinta e cinco hectares, setenta e nove ares e cinquenta e nove centiares (35,7959 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e noventa e dois metros (192 ms.), no rumo magnético setenta e cinco graus sudoeste (75º SE), da confluência dos córregos São Simão e Tamanduá da Cachoeira, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos e quarenta e cinco metros (445 ms.), trinta e cinco graus sudoeste (35º SW); seiscentos e trinta e cinco metros e quarenta e oito centímetros (635,48 ms.), sul (S); quatrocentos e trinta e seis metros e quarenta e oito centímetros (436,48 ms.), leste (E); seiscentos e quarenta e três metros e sessenta centímetros (643,60 ms.), norte (N); o último lado da poligonal é o alinhamento retilíneo e compreendido entre a extremidade do último lado acima descrito e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 360,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.031 — DE 20 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro João Giral di a pesquisar talco, calcário e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro João Giral di a pesquisar talco, calcário e associados em terrenos de propriedade de Francisco de Paula, situados no distrito de Itaiacoca município de Ponta Grossa, Esta-

do do Paraná, numa área de cento e onze hectares e quarenta ares (111,40 ha), delimitada por um polígono mistilíneo, o que tem um vértice no ponto de cruzamento da rodovia municipal Ponta Grossa-Anta Moura com o arruário do Moura, e os lados, a partir do vértice considerado são assim descritos: o primeiro (1.º) lado é um segmento retilíneo, com oitocentos e quinze metros (815 ms.), que parte do vértice inicial, acima descrito, com rumo magnético de dez graus nordeste (10º NE); o segundo (2.º) lado é um segmento retilíneo, com oitocentos e dez metros (810 ms.), que parte da extremidade do primeiro (1.º) lado com rumo de quarenta e cinco graus e trinta minutos noroeste (45º 30' NW), magnético; o terceiro lado é um segmento retilíneo, com oitenta e seis metros (86 ms.), que parte da extremidade do segundo (2.º) com rumo magnético de cinquenta e três graus e trinta minutos nordeste (53º 30' NE) o quarto (4.º) lado é um segmento retilíneo com duzentos e setenta metros (270 ms.), que parte da extremidade do terceiro (3.º) lado com rumo de setenta e cinco graus e trinta minutos nordeste (75º 30' NE), magnético; o quinto (5.º) lado é um segmento retilíneo que, partindo da extremidade do quarto (4.º) lado descrito, com rumo magnético de cinquenta e seis graus nordeste (56º NE), alcança a margem direita do ribeirão Grande; o sexto (6.º) lado é a margem direita do ribeirão Grande, no trecho compreendido entre a extremidade do quinto (5.º) lado descrito e a barra do arruário do Moura, seu tributário; o sétimo (7.º) e último lado é a margem esquerda do arruário do Moura, no trecho compreendido entre sua barra e o vértice inicial na travessia da estrada municipal supra mencionada.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil cento e vinte cruzeiros (Cr\$ 1.120,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.032 — DE 21 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e de acordo com o art. 1.165 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação que Gélia Cidade Osório, Alcides Cidade Osório e sua esposa, Teodora Mac Ginity Osório, querem fazer à União Federal, do terreno, com a área de cento e vinte mil metros quadrados (120.000 m²), situado na cidade de General Câmara, no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com os elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Guerra sob o n.º 11.565/51-Gab. M. G.

Art. 2.º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se a um campo de pouso do Arsenal de Guerra General Câmara.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.033 — DE 21 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Mitchel Muci, a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Mitchel Muci a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, em terrenos de marinha, nos

lugares denominados Práia dos Cavaleiros e Pontal, distrito e município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, em duas áreas distintas, num total de oitenta e seis hectares e vinte ares (86,20 ha.) e que assim se definem: a primeira com oitenta e três hectares e vinte ares (83,20 ha) é delimitada por um polígono mixtilíneo que tem um vértice na linha do preamar médio do Oceano Atlântico na barra do sangradouro da Lagôa Imboassica e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: o primeiro é o segmento retilíneo, com oitocentos e oitenta metros (880 ms.), de comprimento que parte do vértice acima descrito, com o rumo verdadeiro vinte graus noroeste (20° NW); o segundo lado é o segmento retilíneo, com mil e quarenta metros (1.040 ms.), que parte da extremidade do primeiro lado, com rumo verdadeiro setenta graus nordeste (70° NE); o terceiro lado, é o segmento retilíneo que parte da extremidade do segundo lado, com rumo verdadeiro vinte graus e trinta minutos sudeste (20° 30' SE) alcançando a linha do preamar médio, no Oceano Atlântico; o quarto e último lado, é a linha do preamar médio e compreendida entre a extremidade do terceiro lado e o vértice de partida. A segunda área, com três hectares (3 ha.) e delimitada por um retângulo que tem um vértice a vinte metros (20 ms.), no rumo verdadeiro setenta graus e quarenta minutos nordeste (70° 40' NE), do cunhal sudeste (SE) da ponte da rodovia Macaé-Campos e os lados, divergentes, desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: cinquenta metros (50 ms.), sessenta graus nordeste (60 NE); sessenta metros (60 ms.), trinta graus sudeste (30 SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de oitocentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 870,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.034 — DE 21 DE JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Manuel de Miranda Lobato a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, no município de Borba, Estado do Amazonas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Manuel de Miranda Lobato a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, em terrenos devolutos, no distrito de Canumã, município de Borba, Estado do Amazonas, numa área de cento e cinquenta hectares (150 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a dois mil quinhentos e cinquenta metros (2.550 ms.), no rumo verdadeiro setenta e oito graus nordeste (78° NE), da confluência dos igarapés Mantibe e Cabi e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: três mil metros (3.000 ms.), setenta e seis graus e vinte minutos nordeste (76° 20' NE); quinhentos metros (500 m.), treze graus e quarenta minutos sudeste (13° 40' SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 1.500,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.035 — DE 21 DE JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco do Rêgo Falcão a pesquisar hidroargila e associados, no município de Redenção, Estado do Ceará.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

térmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Francisco do Rêgo Falcão a pesquisar hidrargilita e associados em terrenos de sua propriedade, no distrito de Antônio Diogo, município de Redenção, Estado do Ceará, numa área de vinte e quatro hectares (24 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a duzentos e oitenta e seis metros (286 ms.), no rumo magnético de treze graus e trinta minutos sudoeste (13° 30' SW), da confluência dos córregos do Brejo e Agua Fria, e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos metros (400 ms.), oitenta e um graus nordeste (81° NE); e seiscentos metros (600), nove graus noroeste (9° NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.036 — DE 21 DE JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Michel Hannud a pesquisar caulim e associados, no município de Cotia, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Michel Hannud a pesquisar caulim e associados, numa área de oito hectares e cinquenta e quatro ares (8,54 ha.), em terrenos de propriedade de Roque Soares da Silva e Paulo Soares da Silva, situada no

bairro Tijuco Preto, no município e comarca de Cotia, do Estado de São Paulo, e delimitada por um trapézio retângulo que tem um vértice a cinquenta e dois metros (52 ms.) no rumo magnético cinquenta e seis graus noroeste (56° NW) do meio da soleira da porta da casa de José Lima e a cinquenta e nove metros (59 ms.) no rumo magnético norte (N), do meio da soleira da porta da casa de Roque Soares da Silva, e os lados a partir desse vértice, têm os comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos metros (400 ms.), vinte e cinco graus sudeste (25° SE); duzentos e cinquenta metros (250 ms.), sessenta e cinco graus nordeste (65° NE); duzentos e oitenta e três metros e quarenta e dois centímetros (283,42 ms.), vinte e cinco graus noroeste (25° NW); duzentos e setenta e cinco metros e oitenta e cinco centímetros (275,85 ms.), oitenta graus noroeste (80° NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.037 — DE 21 DE JUNHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Rodrigues Barbosa a pesquisar calcário e associados, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Rodrigues Barbosa a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua propriedade, situados no lugar denominado Forno de Cal, no

distrito de Capim Branco, município de Matozinhos, comarca de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e um hectares (21 ha.), delimitada por um retângulo, tendo um de seus vértices a trezentos e cinquenta metros (350 ms.) no rumo magnético de oitenta e cinco graus sudoeste (85° SW), a partir do canto noroeste (NW) da casa do requerente e os lados divergentes têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: setecentos metros (700 ms.), trinta graus sudeste (30° SE); trezentos metros (300 ms.), sessenta graus sudoeste (60° SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GERÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.038 — DE 21 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Jocelyn Vilar de Melo e José Xavier da Cunha a pesquisar scheelita e associados no município de Patú, Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.935, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Jocelyn Vilar de Melo e José Xavier da Cunha a pesquisar scheelita e associados em terrenos dos herdeiros de Manoel Patrício da Costa, situados nos lugares denominados Rodeador e Piranhas, no distrito de Almino Afonso, município de Patú, Estado do Rio Grande do Norte, numa área de trinta e nove hectares noventa e oito ares e setenta e sete centiares (39,9877 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a oitocentos e trinta e três metros e dez

centímetros (833,10 ms.), no rumo magnético de um grau e oito minutos sudoeste 1º 08' SW), da barra do riacho do Herculanu, afluente do rio Umari e os lados divergentes do vértice considerado têm: seiscentos e setenta e nove metros e sessenta centímetros (679,60 ms.) e rumo de setenta e um graus e trinta minutos sudoeste (71º 30' SW), magnético; quinhentos e oitenta e oito metros e quarenta centímetros (588,40 ms.) e rumo de oito graus e trinta minutos sudoeste (8º 30' SE), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 400,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GERÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.039 — DE 21 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza a empresa de mineração Pereira & Cia. a lavrar cromita no município de Piracanjuba, Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.935, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a empresa de mineração Pereira & Cia., a lavrar cromita em terrenos de sua propriedade, situados na Fazenda Paraíso, distrito de Mairipotaba, município de Piracanjuba, Estado de Goiás, numa área de trezentos e oitenta e dois hectares e noventa e oito ares (382,98 ha), delimitada por um polígono que tem um vértice a distância de quinhentos e quinze metros (515 ms.) no rumo verdadeiro trinta e três graus noroeste (33º NW) do centro da ponte sobre o córrego Paraíso, no cruzamento da estrada de rodagem que vai da casa de Isaias de Azevedo para Goiânia, e os lados, a partir desse

vértice, têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: trezentos e noventa e dois metros (392 ms.), cinquenta e seis graus e trinta minutos sudoeste (56° 30' SW); mil oitenta e oito metros (1.088 ms.), oitenta graus dezoito minutos noroeste (80° 18' NW); mil novecentos e noventa e dois metros (1.992 ms.), trinta e dois graus e cinco minutos sudeste (32° 05' SE); quatrocentos e vinte e dois metros (422 ms.), quarenta e nove graus e trinta e dois minutos nordeste (49° 32' NE); seiscentos e quarenta e seis metros (646 ms.), oitenta e seis graus sudeste (86° SE); seiscentos e dezoito metros (618 ms.), quarenta e seis graus cinquenta e cinco minutos nordeste (46° 55' NE); trezentos metros (300 ms.), setenta e seis graus e dezoito minutos sudeste (76° 19' SE); quinhentos e quarenta metros (540 ms.), cinquenta e um graus cinquenta e dois minutos sudeste (51° 52' SE); mil quinhentos e quarenta e três metros (1.543 ms.), nove graus e cinquenta minutos noroeste (9° 50' NW); trezentos e trinta e nove metros (339 ms.), oitenta e nove graus e cinco minutos noroeste (89° 05' NW); mil trezentos e sete metros (1.307 ms.), oitenta graus e vinte e cinco minutos sudoeste (80° 25' SW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento ao disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo, para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título, este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, após o pa-

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.040 — DE 21 DE JUNHO DE 1952

Autoriza a Mineração Manuel Nunes Limitada a lavar caulim no município da Capital do Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Decreto de Minas), decretou:

Art. 1.º Fica autorizada a empresa Mineração Manuel Nunes Limitada, a lavar caulim, em terrenos de José Gaiba, situados na Vila Morais, no distrito e município da Capital do Estado de São Paulo, em uma área de vinte e três hectares, sessenta e quatro ares e setenta e um centiares (23,6471 ha.), delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice no ponto de cruzamento dos eixos da rua Paulo Morais e estrada do Cursino e cujos lados, a partir desse vértice, são os seguintes: eixo da estrada do Cursino até encontrar o da rua Iris; reta de trezentos e oitenta e sete metros e cinquenta centímetros (387,50 ms.), e rumo verdadeiro setenta e oito graus sudeste (78° SE), passando pelo divisor das águas do ribeirão dos Moinhos; reta de duzentos e cinco metros (205 ms.), rumo verdadeiro cinco graus noroeste (5° NW); reta no rumo verdadeiro sessenta e cinco graus noroeste (65° NW), até encontrar o ribeirão dos Moinhos, pelo qual segue no sentido de jusante, até alcançar o ponto de cruzamento dos eixos das ruas Centenário e Verdi; do dito cruzamento segue o eixo da rua Verdi até encontrar o eixo da rua Paulo Morais, por cujo eixo segue até o ponto de partida. Esta autorização é outorga-

da mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28, do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento ao disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º O concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo, para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título, este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros — (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.041 — DE 26 DE
JUNHO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, aprovada pelo Decreto n.º 24.131, de 27 de novembro de 1947, para efeito de ser transferido um cargo da carreira

de Oficial Administrativo, da lotação permanente do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, do Departamento Nacional de Educação, para igual lotação da Casa de Rui Barbosa.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.042 — DE 26 DE
JUNHO DE 1952

Suprime cargo provisório.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-Lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 (um) cargo da classe I da carreira de Arquivologista, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude da promoção de Nair Batista, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.043 — DE 26 DE
JUNHO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para efeito de serem transferidos, para lotação Permanente da Delegacia Regional do Trabalho no Estado

do Rio de Janeiro, quatro cargos da carreira de Inspetor do Trabalho, sendo dois da lotação Permanente da Divisão de Fiscalização e dois de igual lotação da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, todas do Departamento Nacional do Trabalho.

Art. 2.º Este Decreto vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Carijó de Castro

DECRETO N.º 31.044 — DE 26 DE JUNHO DE 1952

Autoriza estrangeiros a adquirirem fração ideal do domínio útil de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.045 — DE 26 DE JUNHO DE 1952

Autoriza a instalação de um grupo termoeletrico em Vila Cerrito, município de Cangussú, Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.047 — DE 26 DE JUNHO DE 1952

Outorga a Irmãos Oliveira & Cia., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Fagundes, existente no rio Fundo, distrito de Antonio Carlos, município de igual nome, Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO N.º 31.047 — DE 26 DE JUNHO DE 1952

Cria o Consulado de carreira do Brasil em Casablanca, Marrocos francês.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, ns. I e VI, da Constituição, e ten-

do em vista o disposto no art. 16 do Decreto-lei n.º 8.324, de 8 de dezembro de 1945, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Consulado de carreira em Casablanca, Marrocos Francês.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura

DECRETO N.º 31.048 — DE 26 DE JUNHO DE 1952

Cria o Consulado de carreira do Brasil em Tanger, com jurisdição sobre o Marrocos espanhol, Ceuta e Melilla.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87 ns. I e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 16 do Decreto-lei n.º 8.324, de 8 de dezembro de 1945, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Consulado de carreira em Tanger, com jurisdição sobre Marrocos espanhol, Ceuta e Melilla.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura

DECRETO N.º 31.049 — DE 26 DE JUNHO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplemen-

tar do Ministério da Agricultura, para efeito de ser transferido um cargo das carreiras de Oficial Administrativo e Escriurário da lotação conjunta permanente da Diretoria do Instituto de Fermentação do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas para igual lotação da Rede Vitivinícola do Centro do mesmo Instituto.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.050 — DE 26 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza a Cia. Industrial Aliança Bomdespachense a ampliar suas instalações hidrelétricas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.051 — DE 26 DE
JUNHO DE 1952

Concede permissão a Companhia Swift do Brasil S. A. para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 7.º, § 2.º, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 27.048, de 12 de agosto de 1949, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos, em caráter permanente, a fábrica de óleos vegetais e comestíveis da Companhia Swift do Brasil S. A., com sede em Campinas, no Estado de São Paulo, excetuados os escritórios e observadas as disposições legais vigentes.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1952. 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Oswaldo Carijó de Castro

DECRETO N.º 31.052 — DE 26 DE
JUNHO DE 1952

Concede permissão à Indústria de Calcinação Ltda — ICAL — para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 7.º, § 2.º, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 27.048, de 12 de agosto de 1949, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada, em caráter permanente, a Indústria de Calcinação Ltda. — ICAL — com fábrica em Vespasiano, no Estado de Minas Gerais, a funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos, observadas as disposições legais vigentes e excetuados os seus escritórios.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1952; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Oswaldo Carijó de Castro

DECRETO N.º 31.053 — DE 27 DE
JUNHO DE 1952

Suprime cargos provisórios

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 3 (três) cargos da classe D da carreira de Zelador do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, vagos em virtude da promoção de Ana Arnoni Rodrigues Duarte, João Batista de Oliveira e Joaquim de Freitas Martins, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.054 — DE 27 DE
JUNHO DE 1952

Suprime cargo provisório

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 (um) cargo da classe D da carreira de Zelador do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, vago em virtude da promoção de Mário Guimarães Soares, lotado na Universidade do Brasil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.055 — DE 27 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza a Cia. Lavrense de Eletricidade S. A. a ampliar suas instalações.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.056 — DE 30 DE
JUNHO DE 1952

Cria a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e

Considerando a necessidade de estabelecer a coordenação dos meios de transporte de forma a assegurar o escoamento da produção para os centros consumidores;

Considerando que para essa coordenação se faz indispensável a ação conjunta e imediata dos responsáveis pelos órgãos interessados no problema dos transportes, articulados com os representantes do comércio da indústria e da lavoura, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no Ministério da Viação e Obras Públicas, a

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes, com a finalidade de estudar e propor providências de ordem econômica, financeira e administrativa que se relacionem com os serviços portuários e os transportes marítimos, fluviais e lacustres, ferroviários, rodoviários e aéreos do País e com o escoamento da produção nacional.

Art. 2.º A Comissão compete:

I — Orientar e coordenar todas as atividades de transportes e serviços correlatos, relacionados com os meios de comunicações por terra, mar e ar;

II — propor ao Presidente da República as medidas de ordem econômica, financeira ou administrativa referentes aos transportes;

III — opinar sobre sugestões para reaparelhamento dos nossos portos e serviços marítimos, fluviais, lacustres bem como ferroviários, rodoviários e aéreos;

IV — elaborar planos sobre transportes, armazenamento, carga e descarga, serviços, fretes, taxas e tarifas, enfim tudo o que se relacionar com o rápido escoamento da produção nacional, tendo em vista seu interesse econômico;

V — emitir parecer sobre quaisquer problemas ou sugestões que digam respeito aos transportes e serviços portuários;

VI — estabelecer normas para a boa execução dos serviços de transportes, em conjunto.

Art. 3.º — A comissão será constituída pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, que a presidirá; pelo Presidente da COFAP, que será o vice Presidente; e pelos representantes do Estado Maior das Forças Armadas; do Ministério da Fazenda; do Banco do Brasil; da Comissão de Marinha Mercante; do Comércio, da Indústria e da Lavoura; do Departamento Nacional de Estradas de Ferro; do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; do Departamento de Aeronáutica Civil; do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais; da Contadoria Geral de Transportes; do Departamento Nacional da Produção Animal e do Departamento Nacional da Produção Vegetal.

§ 1.º — Os representantes do comércio, da indústria e da lavoura serão indicados pelas respectivas associações sindicais de grau superior.

§ 2.º A Comissão agrupará os seus membros em sub-comissões das quais poderão fazer parte, por convite do Presidente da Comissão, como assessores técnicos, especialistas de renome em assuntos de transportes.

§ 3.º As subcomissões serão encarregadas, segundo as especializações respectivas, de estudos a estas peculiares, e da elaboração de anteprojetos a serem submetidos à apreciação e decisão do plenário da comissão, a fim de dar cumprimento, quando for o caso, ao que dispõe o artigo 2.º no item II.

Art. 4.º Os interessados no estabelecimento de novos meios de transporte ou na modificação dos existentes e das condições em que estejam sendo realizados, poderão dirigir-se à Comissão, apresentando-lhe reclamações, bem como sugestões no sentido de serem adotadas providências que visem a melhoria dos transportes de finalidades econômicas.

Art. 5.º A fim de pronunciar-se sobre os assuntos submetidos à sua apreciação deverá a Comissão ouvir no que lhes for respeito, os diversos órgãos ou entidades federais, estaduais, municipais ou aqueles nos quais o Governo tenha participação.

Art. 6.º A Comissão entender-se-á diretamente com as empresas transportadoras, no sentido de articular providências que visem a facilitação e a intensificação dos transportes, seja no que diz respeito à maior rapidez, à maior capacidade de carregamento, ao menor tempo de de transbordo, descarga ou desembarço das mercadorias transportadas, seja no que se refere à melhoria dos preços cobrados (pela revisão dos fretes, tarifas, taxas, adicionais e outras parcelas influentes nos preços), seja, enfim, no tocante a medidas de articulação, cooperação ou coordenação dos vários sistemas e meios de transportes.

Art. 7.º A Comissão terá uma Secretaria Técnica, constituída de especialistas em matéria de transportes e de auxiliares, postos à disposição da Comissão, de acordo com a legislação vigente.

Art. 8.º Para coordenar os trabalhos da Secretaria Técnica dirigirá administrativamente e secretariar as reuniões da Comissão, será designa-

do pelo Presidente desta, um Secretário Executivo, escolhido entre os membros da Comissão ou da própria Secretaria Técnica.

Art. 9.º A Comissão e as subcomissões deliberarão tomando por base os relatórios técnicos elaborados pela Secretaria Técnica.

Parágrafo único. Os membros da Comissão e das subcomissões, independentemente de sua participação nos trabalhos destas poderão fornecer indicações e subsídios à Secretaria Técnica e com esta articular-se para cooperação pessoal nos estudos técnicos, que à mesma sejam atribuídos.

Art. 10. As sessões ordinárias da Comissão serão realizadas uma vez por semana e as extraordinárias sempre que o Presidente as convocar, por iniciativa própria, ou quando forem julgadas necessárias em petição escrita a ele dirigida, por dois terços, no mínimo, dos membros da Comissão.

Art. 11. As subcomissões adotarão o regime de trabalho que for necessário ou conveniente, segundo as matérias que tenham sob estudo reunindo-se permanentemente ou em sessões periódicas.

Art. 12. A Comissão, logo que nomeada, elaborará o seu regimento interno, incluindo-se neste as normas a serem adotadas nos serviços técnicos e administrativos da Secretaria Técnica, submetendo esse projeto à aprovação do Presidente da República no prazo de 30 dias.

Art. 13. Os casos omissos neste Decreto e as dúvidas que se suscitarem na aplicação ou interpretação do mesmo, serão resolvidas pelo Presidente da República, mediante parecer da Comissão.

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima
Renato de Almeida Guillobel
Cyrol Espirito Santo Cardoso
Horácio Lafer
Alvaro de Souza Lima
João Cleofas
Oswaldo Carijó de Castro
Nero Moura

DECRETO N.º 31.057 — DE 30 DE
JUNHO DE 1952

Outorga concessão à Fundação Casper Libero para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.058 — DE 30 DE
JUNHO DE 1952

Outorga concessão ao Ministério da Educação e Saúde para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição, atendendo ao que solicitou o Ministério da Educação e Saúde, e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão ao Ministério da Educação e Saúde, nos termos do artigo 11, do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, para estabelecer a título precário, de conformidade com o disposto no artigo 4.º, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade, um transmissor de radiodifusão em ondas curtas, com a potência de, no mínimo, 10 kw, destinado ao Serviço de Radiodifusão Educativa.

Parágrafo único. O Ministério da Educação e Saúde fica obrigado a cumprir todas as exigências legais e regulamentares existentes ou que vierem a ser adotadas para os serviços de radiodifusão, devendo submeter à aprovação do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos prazos fixados no artigo 16, letras *g* e *h* do Decreto número 21.111, de 1 de março de 1932, a documentação a que o mesmo se refere, sob pena de ser cassada a concessão objeto deste Decreto.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.059 — DE 30 DE
JUNHO DE 1952

Outorga concessão ao Ministério da Agricultura para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição, atendendo ao que solicitou o Ministério da Agricultura e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão ao Ministério da Agricultura, nos termos do artigo 11, do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, para estabelecer a título precário, de conformidade com o disposto no artigo 4.º, parágrafo 2.º do Decreto número 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade, um transmissor de radiodifusão em ondas curtas, com a potência de 7,5 kw na Universidade Rural, localizada no quilômetro 47 da rodovia Rio-São Paulo, Estado do Rio de Janeiro, destinada à transmissão de programas agrícolas exclusivamente de caráter educativo e informativo.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura fica obrigado a cumprir todas as exigências legais e regulamentares existentes ou que vierem a ser adotadas para os serviços de radiodifusão, devendo submeter à aprovação do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos prazos fixados no artigo 16, letras *g* e *h* do Decreto n.º 21.111, de 1 de março de 1932, a documentação a que o mesmo se refere, sob pena de ser cassada a concessão objeto deste Decreto.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.060 — DE 30 DE
JUNHO DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, áreas de terreno, necessárias aos seus serviços.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, duas áreas de terreno com as superfícies de 11.385 m2 e 8.185,50 m2, situadas, respectivamente, na Avenida Brasil, esquina da rua Almirante Mariath, e na Avenida Rio de Janeiro, esquina da rua Almirante Mariath, no Distrito Federal e pertencentes, a primeira

à Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e a segunda à Indunidas Brasil S. A. Comercial Industrial, conforme consta da planta que com este baixa, devidamente rubricada, destinando-se as referidas áreas à construção de armazéns para aquela Administração.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

APENSO

Figuram neste apenso:

- I - os decretos que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados depois do 2.º dia útil do 2.º trimestre de 1952;
- II - as retificações e reproduções publicadas no 1.º trimestre de 1952, referentes a decretos expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1952

DECRETO N.º 29.560 — DE 15 DE
MAIO DE 1951

Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a instalar dois grupos termo-elétricos na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10 do Decreto-lei n. 2.281, de 5 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Estado do Rio Grande do Sul a instalar na cidade de Torres dois grupos Diesel elétricos de 75 kW de potência cada um.

§ 1.º A energia produzida se destina à distribuição para serviço público, serviço público, serviço de utilidade pública e para comércio de energia no distrito sede do Município de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

§ 2.º Essa instalação que já se acha concluída fica legalizada pelo presente decreto.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se o concessionário não cumprir as seguintes condições:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, após a sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, dentro do prazo de cento e vinte

(120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamento respectivos.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º As atuais tabelas de preços de energia elétrica continuarão em vigor até serem modificadas pelo Ministro da Agricultura, na conformidade da legislação vigente.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1951;
130.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.222 — DE 29 DE NO-
VEMBRO DE 1951

Outorga à Prefeitura Municipal de Camboriú concessão para distribuir energia elétrica no Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 352, de 11 de novembro de 1938, decreta:

Art. 1.º É outorgada à Prefeitura Municipal de Camboriú, Estado de

Santa Catarina, concessão para distribuir energia elétrica no respectivo município.

Art. 2.º Fica autorizada a Prefeitura de Camboriú a adquirir energia elétrica da Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A.

Art. 3.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as seguintes condições:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de 30 dias a contar da data da sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão de Aguas, dentro do prazo de 180 dias, os estudos, projetos e orçamentos do sistema de distribuição.

III — Iniciar e concluir os serviços nos prazos que forem determinados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos de que trata este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 4.º As tarifas de energia elétrica serão fixadas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 5.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.300 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1951

Outorga a Maximiano Nunes da Rosa concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água denominado Pouso Alegre, distrito de Durandé, Município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 150 do Código

de Aguas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º E' outorgada a Maximiano Nunes da Rosa concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio denominado Pouso Alegre, distrito de Durandé, Município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

§ 1.º A potência do aproveitamento é de 73,5 kW, resultante de uma descarga de derivação de 375 litros por segundo e uma altura de queda de 20 metros.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para serviço público, de utilidade pública e para comércio de energia no distrito de Durandé, município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Sob pena de multa de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) diários, o concessionário obriga-se a:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data da sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Aguas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho de aprovação da respectiva minuta.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O concessionário fica obrigado a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinada pela Divisão de Aguas, as instalações necessárias à observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações do concessionário, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5.º As tarifas do fornecimento de energia elétrica serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o artigo 4.º, será criado um fundo de reserva que proverá as renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta quota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado de Minas Gerais em conformidade com o estipulado nos arts. 165 e 166 do Código de Aguas, mediante indenização, na base do custo histórico, do capital não amortizado, deduzida a reserva de renovação a que se refere o parágrafo único do art. 6.º.

§ 1.º O concessionário poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado de Minas Gerais, não se opõe à utilização dos bens objeto da renovação.

§ 2.º O concessionário deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 8.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contados da data do registro do respectivo contrato disciplinar pelo Tribunal de Contas.

Art. 9.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.348 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1951

Dá nova redação ao § 1.º do art. 7.º do Decreto n.º 29.428, de 3 de abril de 1951, que outorgou concessão a Heráclito de Paula Martins para o aproveitamento de energia hidráulica do rio Cabeluda, Município de Matipó, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 150 do Código de Aguas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º O § 1.º do art. 7.º do Decreto n.º 29.428, de 3 de abril de 1951, passa a ter a seguinte redação:

“§ 1.º O concessionário poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado de Minas Gerais não se opõe à utilização dos bens objeto da renovação”.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1951, 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.426 — DE 22 DE JANEIRO DE 1952

Dá nova denominação ao Ginásio Santo Estanislau, de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o que consta do processo M. E. S. n.º 68.064-41, decreta:

Artigo único. O Colégio Santo Estanislau, com sede em Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, passa a denominar-se Colégio Anchieta.

Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.472 — DE 29 DE
JANEIRO DE 1952

Outorga à Indústria Comércio e Cultura de Madeiras Sguário S.A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água no rio Congonhas, nos limites dos municípios de Araiporanga e Congonhinhas, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do art. 150 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º É outorgada à Indústria Comércio e Cultura de Madeiras Sguário S.A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água no rio Congonhas, nos limites dos municípios de Araiporanga e Congonhinhas, Estado do Paraná.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura de queda a aproveitar, a descarga de derivação e a potência.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à utilização de energia para consumo exclusivo da concessionária, que não poderá ceder energia a terceiros, mesmo a título gratuito, excluídas, todavia, dessa proibição, as vilas operárias da concessionária, desde que seja gratuito esse fornecimento.

Art. 2.º — Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Águas, art. 162) dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho de aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de um (1) ano, a contar da data da publicação deste decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico compreendendo:

a) Hidrologia da região.

1 — clima e precipitação pluviométrica;

2 — bacia hidrográfica — planta, área e coeficiente de escoamento;

3 — descargas máxima, mínima e média; curva de descarga do curso d'água, correspondente, no mínimo a um ano de observação, obtida por medições;

b) Capacidade do aproveitamento.

1 — quedas bruta e útil; potência útil;

2 — necessidades de regularização do curso d'água;

3 — barragem — características, método de cálculo, natureza do terreno para as fundações; volume d'água acumulada; descargas de regularização;

4 — vertedouros, adufas, comportas, tomada d'água, canal adutor ou tunel, escadas para neixe — características gerais, cálculos e desenhos de detalhes;

c) Condutos forçados.

1 — características, tipo de assentamento — cálculo, planta e perfil;

2 — chaminé de equilíbrio — cálculo do golpe de ariete.

d) Turbinas.

1 — tipo adotado, velocidade específica e de disparo, curva de rendimento;

2 — reguladores e aparelhagem de medida — características;

3 — canal de fuga — características e capacidade de vazão;

e) Geradores elétricos.

1 — tipo, tensão nominal, frequência, potência, curva de rendimento;

2 — dispositivos de regulação da tensão;

3 — curvas características.

4 — constantes elétricas e mecânicas;

f) Sistema de transmissão.

1 — transformadores — tipo, relação de transformação, curva de rendimento, dispositivos de regulação da tensão, curvas características e constantes;

2 — equipamentos de proteção de medida e de comando das sub-estações transformadoras elevadora e abaixadora;

3 — linhas de transmissão — extensão, tensão nominal, parâmetros, tipos de condutores e de disposição dos condutores nos suportes; isoladores — tipos e características; cálculo elétrico; queda de tensão e perda admissível; cálculo mecânico; temperaturas máxima e mínima, tensões me-

cânicas e flexas dos condutores, correspondentes a essas temperaturas; dispositivos de proteção — fio terra, para-raios, anéis, chifres e tubos de proteção, relés;

g) Sistema de distribuição.

1 — linhas de sub-transmissão — cálculo, queda de tensão e perda admissível;

2 — sub-estação de distribuição — características dos transformadores e da aparelhagem complementar;

3 — linhas primárias de distribuição — tipo, tensão nominal, queda de tensão e para admissível;

4 — transformadores de distribuição — características gerais, espaçamento;

5 — linhas secundárias — tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível;

h) Planta e corte dos edifícios da casa de força, das sub-estações e da disposição da aparelhagem de transmissão e de distribuição;

i) Diagrama geral do sistema, desde os geradores até a disposição das linhas secundárias, com as suas características gerais;

j) Especificações do equipamento elétrico utilizado;

k) Orçamento detalhado correspondente a cada um dos itens anteriores.

V — Iniciar é concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministério da Agricultura, executando-as de acordo com os projetos aprovados e com as modificações que forem autorizadas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias às observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º — Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção da energia elétrica, referente ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado do Paraná, em conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166 do Código de Águas.

§ 1.º. A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado do Paraná não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º. A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 5.º. A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato pelo Tribunal de Contas.

Art. 6.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 30.535 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar ocre no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar ocre em terrenos de propriedade da St. John Del Rey Mining Co. Ltd., situados na localidade de Vargem da Caveira ou Varginha do Ouro Podre, distrito e município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, numa área de sessenta e sete hectares e vinte e cinco ares (67,25 ha.) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quinhentos e noventa metros (590m) no rumo verdadeiro vinte e cinco graus sudoeste (25º SW) do marco de gra-

nito do Estado, e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: um mil e quarenta metros (1.040 m), cinqüenta graus sudeste (50° SE); um mil cento e sessenta metros (1.160m), setenta e nove graus sudoeste (79° SW); quinhentos e trinta metros (530m), vinte e três graus e trinta minutos noroeste (23° 30'NW); trezentos metros (300m), trinta e oito graus nordeste (38° NE); o quinto (5.º) lado, é constituído por um segmento retilíneo que partindo da extremidade do quarto (4.º) lado encontra o cruzamento das rodovias para Casa Branca-Piedade e para Varginha Lagoa Grande, e, o sexto (6.º) lado, é também constituído por um segmento retilíneo que partindo da extremidade do quinto (5.º) lado encontra o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de seiscentos e oitenta cruzeiros (680,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.566 — DE 20 DE
FEVEREIRO DE 1952

Concede reconhecimento à Escola Industrial Antártica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 59 da Lei Orgânica do Ensino Industrial, decreta:

Art. 1.º É concedido reconhecimento à Escola Industrial Antártica, mantida pela Fundação Antônio e Helena Zerrenner e com sede na cidade de São Paulo.

Art. 2.º O reconhecimento concedido pelo presente decreto é limitado aos cursos industriais de Serralheria, Mecânica de Máquinas, Máquinas e Instalações Elétricas, Pintura, Marce-

naria, e Tipografia e Encadernação, da Escola de que se trata.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 20 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.585 — DE 22 DE
FEVEREIRO DE 1952

Autoriza a Empresa Força e Luz São José a ampliar suas instalações hidroelétricas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940.

Considerando que pela Resolução n.º 734 a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa Força e Luz São José a ampliar suas instalações no Município de Fama, Estado de Minas Gerais, mediante a montagem de um novo gerador de 78 kVa, de corrente alternativa, com 3.000 volts e 50 ciclos, a ser acionado pela turbina já existente.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.587 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital do Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Antônio Miguel Majdalani, de nacionalidade libanesa, autorizado a adquirir o domínio útil do terreno de marinha designado por lote n.º 24, onde se acha construído o prédio n.º 249, da Rua Visconde do Rio Branco, na Cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda, sob o n.º 201.065, de 1951.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.597 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos arts. 10 e 11 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de

1940, combinados com os arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940;

Considerando que pela Resolução número 729, a medida pleiteada pela Prefeitura Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º A Prefeitura Municipal de Prata, do Estado de Minas Gerais, concessionária dos serviços de energia elétrica, na cidade de Prata, fica autorizada a:

I — Modificar e ampliar as instalações da usina hidroelétrica de Poções, existente no rio Tijuco, município de Prata, Estado de Minas Gerais, mediante a montagem de dois grupos hidroelétricos de 400 H. P. cada um;

II — Construir uma nova linha de transmissão, sob a tensão de 22.000 V, entre condutores, entre a Usina de Poções e a sede do município de Prata.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Ficam revogados o Decreto n.º 22.872, de 7 de abril de 1947 e disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.602 — DE 1 DE
MARÇO DE 1952

Outorga a Svizzero & Companhia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Barra Seca, existente no ribeirão Barra Seca, distrito de Guaianás, município de Pederneira, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 150 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º E' outorgada a Svizzero & Companhia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Barra Seca, existente no ribeirão Barra Seca, distrito de Guaianás, município de Pederneiras, Estado de São Paulo.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda a aproveitar, a descarga da derivação e a potência.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para serviços públicos, de utilidade pública e para comércio de energia no distrito de Guaianás, município de Pederneiras, Estado de São Paulo.

Art. 2.º A firma Svizzero & Companhia manterá um grupo técnico de emergência de 12,5 H.P.

Art. 3.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Águas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico, observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Águas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 4.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias à observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 5.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 6.º As tarifas de fornecimento de energia serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 7.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 5.º será criado um fundo de reserva que proverá às renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por cota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta cota será determinada tendo-se em vista a duração do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 8.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado de São Paulo, em conformidade com o estipulado nos arts. 165 e 166 do Código de Águas, mediante indenização, na base do custo histórico, do capital não amortizado, deduzida a reserva de renovação a que se refere o parágrafo único do art. 7.º.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o

Estado de São Paulo não se opõe à utilização dos bens, objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 9.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato no Tribunal de Contas.

Art. 10 O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.618 — DE 10 DE
MARÇO DE 1952

Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura que com este baixa.

(Publicado no D. O. de 13-3-52,
Seção I)

RETIFICAÇÃO

No art. 1.º

Onde se lê:

... diretamente subordinado ao
Ministério de Estado...

Leia-se:

... diretamente subordinado ao
Ministro de Estado...

No Capítulo III

Onde se lê:

... Seção II ...

Leia-se:

... Seção I ...

No art. 10

Onde se lê:

... Seção de Cadastro (S.C.P.)
Seção de Assistência Social (S.S.P.)

Leia-se:

... Seção de Cadastro (S.C.P.)
Seção Financeira (S.F.P.)

Seção de Assistência Social (S.S.P.)
No art. 11, item III

Onde se lê:

... proposta de admissão, de revogação de contrato...

Leia-se:

... proposta de admissão, de renovação de contrato ...

No art. 12

Onde se lê:

... IV — opinar sobre pedidos de readmissão em ...

Leia-se:

... IV — opinar sobre pedidos de readmissão e reintegração, consequentes do afastamento em ...

No art. 12, item VI

Onde se lê:

... consoante promoção dos órgãos competentes...

Leia-se:

... consoante promoção dos órgãos do Poder Judiciário;

VII — colaborar com os órgãos competentes...

No art. 14

Onde se lê:

... — II — Organizar e manter em dia a folha financeira...

Leia-se:

... II — organizar e manter em dia a ficha financeira...

No art. 18

Onde se lê:

... V — examinar, sob o ponto de vista ...

Leia-se:

... VI — examinar, sob o ponto de vista...

No art. 20, item IX

Onde se lê:

... fora de uso ou invérvel ...

Leia-se:

... fora de uso ou inservível...

No art. 20, item XIV

Onde se lê:

... das inspeções a que se refere...

Leia-se:

... das inspeções a que se refere...

No art. 21

Onde se lê:

... XII — organizar a "guia de circulação"...

Leia-se:

... XII — organizar a "Guia de Circulação"...

No art. 21, item XII

Onde se lê:

... d) número de horas de percurso e de estacionamento;

Leia-se:

... d) número de horas de percurso e tempo de estacionamento;

No art. 28

Onde se lê:

... dependências do Ministério e por e administrados.

Leia-se:

... dependências do Ministro e por ele administrados.

No art. 36

Onde se lê:

... IV — Selecionar em devida ordem ...

Leia-se:

... IV — Colecionar em devida ordem ...

No art. 38, item XXV

Onde se lê:

... reconhecidamente sem valor, e examinar a aprovar...

Leia-se:

... reconhecidamente sem valor, e examinar e aprovar...

No art. 39, § 2.º

Onde se lê:

... XI — apostilar decreto ...

Leia-se:

... XII — apostilar decretos ...

No art. 39, § 4.º

Onde se lê:

... VII — requisitar transportes de...

Leia-se:

... VIII — requisitar transportes de ...

No art. 39, item IX, § 4.º

Onde se lê:

... de inspeções com objetivo ...

Leia-se:

... de inspeções periódicas às dependências do Ministério, com o objetivo...

No art. 44

Onde se lê:

... Ao chefe da Portaria compete...

Leia-se:

... Ao Chefe da Portaria compete

DECRETO N.º 30.634 — DE 13 DE MARÇO DE 1952

Autoriza Josephino Ottoni Alves a comprar pedras preciosas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Josephino Ottoni Alves, cidadão brasileiro e residente em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.667 — DE 24 DE MARÇO DE 1952

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 2.059, de 5 de março de 1940:

Considerando que pela Resolução n. 740 a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão trifásica, em circuito primário, entre o km. 4,5 da linha Fazenda Cambará-Guaimbé e a sede do município de Júlio Mesquita, no Estado de São Paulo, com a capacidade de 60 kva, sob a tensão nominal de 13,2 KV entre condutores, frequência de 60 ciclos e extensão aproximada de 8,2 km, destinada ao fornecimento de energia elétrica a cidade de Júlio Mesquita.

Parágrafo único. Fica também autorizada a referida empresa a cons-

truir a rede de distribuição de energia elétrica para servir a citada localidade.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir da data da sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.672 — DE 27 DE
MARÇO DE 1952

Concede à Mineração Santo Antonio Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 37, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o artigo 6, § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único — É concedida à Mineração Santo Antônio Limitada, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, constituída por instrumento particular de 9-10-51, arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o número de ordem quinquenta e quatro mil quinhentos e sessenta e seis (n.º 54.566), em quinze (15) de

outubro de mil novecentos e cinquenta e um (1951), autorização para funcionar como empresa de mineração de acordo com o artigo 6.º § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985, de vinte e nove de janeiro de mil novecentos e cinquenta e um (Código de Minas), ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.680 — DE 27 DE
MARÇO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive mudança de denominação, aumento do capital e extensão das operações aos seguros dos ramos elementares, da "Atalaia" Companhia de Seguros Contra Acidentes do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 37, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive mudança de denominação para "Atalaia" Companhia de Seguros, aumento do capital social de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) e extensão das operações aos seguros dos ramos elementares, da "Atalaia" Companhia de Seguros Contra Acidentes do Trabalho, com sede em Curitiba no Estado do Paraná, autorizada a funcionar pela Decreto n.º 3.349, de 1.º de dezembro de 1938, conforme deliberação das Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 6 de agosto e 12 de novembro de 1951.

Art. 2.º A Sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.682 — DE 28 DE
MARÇO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos para aumento de capital da Companhia Seguradora Brasileira.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos da "Companhia Seguradora Brasileira", com sede na Capital do Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 14.877, de 15 de junho de 1921, para aumento do capital social de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros), conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de maio de 1951.

Art. 2.º A Sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.683 — DE 28 DE
MARÇO DE 1952

Concede à sociedade comercial "Nicolau da Costa & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida a sociedade comercial "Nicolau da Costa & Companhia Limitada", com sede na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, consoante escrituras públicas de recomposição social e alterações contratuais que apresentou, firmadas a 28 de março de 6 de abril e 10 de outubro

de 1951, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 30.684 — DE 28 DE
MARÇO DE 1952

Concede à Sociedade "Navegação Progresso Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida a sociedade "Navegação Progresso Limitada", com sede na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 19.847, de 22 de outubro de 1945, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, consoante alterações do contrato de constituição para recomposição social, que apresentou, por meio de instrumentos particulares firmados a 1.º de setembro de 1946 e 28 de dezembro de 1951, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.685 — DE 28 DE
MARÇO DE 1952

Concede à Companhia de Navegação São Jorge, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e

no termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à "Companhia de Navegação São Jorge", com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 20.253, de 20 de dezembro de 1945, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, consoante alterações estatutárias que apresentou, aprovadas em Assembleias Gerais Extraordinárias de seus acionistas, realizadas a 3 de abril, 18 de maio e 17 de dezembro de 1951, corrigindo-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 30.689 — DE 28 DE
MARÇO DE 1952

Aprova e manda executar o Regulamento para o Colégio Naval

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, resolve aprovar e mandar executar o Regulamento para o Colégio Naval, que a este acompanha, assinado pelo Vice-Almirante Renato de Almeida Guillobel, Ministro de Estado da Marinha.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

REGULAMENTO PARA O COLÉGIO NAVAL

CAPÍTULO I

DO COLÉGIO E SEUS FINS

Art. 1.º O Colégio Naval é um estabelecimento de ensino secundário da Marinha de Guerra, destinado a educar e instruir jovens a fim de habilitá-los a cursar a Escola Naval.

É subordinado à Diretoria de Ensino Naval que exercerá superintendência e controle do ensino ali ministrado.

Art. 2. O recrutamento para o Colégio Naval deve processar-se de forma a se permitir o ingresso de elementos julgados aptos, moral, física e intelectualmente para continuar o curso naquele estabelecimento de formação de oficiais.

Art. 3. Para atingir seus objetivos, o Colégio Naval deverá preparar alunos perfeitamente imbuídos das noções de honra, lealdade, obediência, amor à profissão que irão abraçar ministrando-lhes conhecimentos básicos necessários para fazer o Curso da Escola Naval.

Parágrafo único. Os currículos dos assuntos mencionados serão correspondentes aos do Curso Científico do Ciclo Colegial.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4. A administração e o Ensino do Colégio serão superintendidos e executados pelos seguintes órgãos:

- 1 — Diretoria
- 2 — Vice-Diretoria
- 3 — Departamento de Ensino
- 4 — Departamento Escolar
- 5 — Departamento do Pessoal
- 6 — Departamento do Material
- 7 — Departamento de Saúde
- 8 — Departamento de Intendência
- 9 — Secretaria
- 10 — Conselho de Instrução

§ 1. A articulação e subordinação dos diversos órgãos e a constante do Organograma em anexo.

§ 2. Os serviços atribuídos aos vários Departamentos serão distribuídos por Divisões administrativas.

Art. 5. O Diretor é a primeira autoridade do Colégio e superintende todos os serviços, tendo como objetivo principal, a educação e instrução do Corpo de Alunos.

Art. 6. O Vice-Diretor, substituto eventual do Diretor, coordena todas as atividades do Colégio e no que concerne à Administração, exercerá as funções equivalentes à de imediato.

Art. 7. O Chefe do Departamento de Ensino é incumbido de orientar, fiscalizar a execução do currículo bem como de prover os meios neces-

sários à instrução, mantendo estrita fidelidade ao Plano de Ensino. Exercerá suas funções por intermédio dos professores, coordenando e sistematizando as atividades dos mesmos.

Art. 8. O Conselho de Instrução órgão consultivo do Diretor, é incumbido da organização da parte do Currículo que, em obediência ao Plano de Ensino adotado pela Diretoria do Ensino Naval, cabe ao Colégio elaborar, bem como o estudo dos resultados obtidos, além de outras funções especificadas no Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho de Instrução é presidido pelo Diretor e constituído pelo Vice-Diretor, Chefes dos Departamentos de Ensino Escolar, Professores e Instrutores, como membros. O Secretário do Colégio será o Secretário do Conselho, sem direito a voto.

Art. 9.º A Secretaria, diretamente subordinada ao Vice-Diretor, é incumbida da correspondência oficial, da expedição e do arquivamento de documentos e do registro minucioso da vida escolar no que diz respeito aos corpos docente e discente.

Art. 10. O Departamento Escolar é o órgão que tem por função principal a formação militar-naval dos alunos.

Art. 11. O Departamento do Material é o órgão incumbido de zelar pela conservação dos edifícios, instalações de máquinas, material rodante e flutuante, etc. assim como da execução dos reparos que se fizerem necessários.

Art. 12. O Departamento de Saúde é o órgão incumbido da assistência médica e dentária de todo o pessoal do Colégio.

Art. 13. O Departamento de Intendência é o órgão incumbido de todos os serviços de Intendência do Colégio.

Art. 14. O Departamento do Pessoal é o órgão incumbido de todos os serviços relativos ao Pessoal.

CAPÍTULO III

DA INSTRUÇÃO

Art. 15. A Instrução no Colégio Naval é ministrada de acordo com o Plano de Ensino da Marinha, elaborado pela Diretoria do Ensino Naval e aprovado pelo Ministro da Marinha. Ela tem por objetivo dar aos alunos os conhecimentos correspondentes ao Curso Científico do Ciclo

Colegial e a instrução militar-naval que os habilitem ao prosseguimento de sua formação na Escola Naval.

Art. 16. Os objetivos, diretrizes, técnica de ensino, distribuição de tempos, programa e coordenação com os demais serviços do estabelecimento, são fixados pelo Currículo.

Art. 17. Os assuntos que constituem o Currículo do Colégio Naval serão discriminados no Regimento Interno e são agrupados, segundo sua natureza, nas seguintes categorias:

- a) Ensino Colegial e Complementar
- b) Ensino de Formação Militar-Naval

CAPÍTULO IV

DO REGIME DOS CURSOS

Art. 18. O Curso do Colégio Naval será realizado, sob o regime de internato, em dois (2) anos, segundo um mesmo Currículo, independentemente do curso da Escola Naval a que se destinarem os alunos.

Parágrafo único. Cada turma terá a denominação do ano da matrícula e para cada uma delas o Ministro da Marinha, por proposta da Diretoria do Pessoal, ouvida a Diretoria do Ensino Naval fixará as percentagens com que concorrerão, terminado o curso do Colégio Naval, aos vários cursos da Escola Naval: "Aspirante a Guarda-Marinha", "Aspirante a Guarda-Marinha Fuzileiro Naval" e "Aspirante a Guarda-Marinha Intendente da Marinha".

Art. 19. O ano Escolar compreende dois períodos letivos e duas épocas de férias, intercaladas, a primeira época de férias, entre os períodos letivos, e a segunda época, entre o fim de um ano letivo e o início do seguinte.

Parágrafo único. O Ministro da Marinha, quando se tornar necessário acelerar o ingresso de alunos na Escola Naval, poderá reduzir ou suprimir os intervalos destinados a férias, de qualquer das duas épocas.

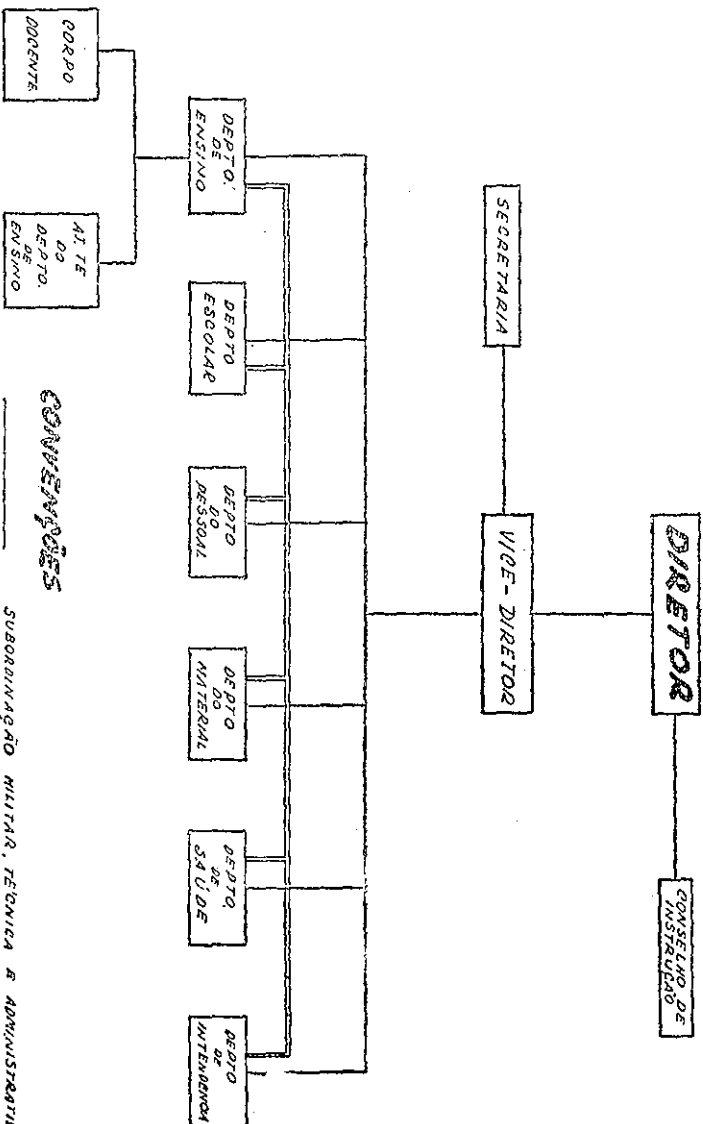
CAPÍTULO V

DO PESSOAL

Art. 20. O Colégio Naval é lotado com o seguinte pessoal:

- a) Um Diretor, Capitão de Mar e Guerra, da ativa, do Corpo da Armada.

ORGANOGRAMA PARA O COLEGIO NAVAL



CONVENIÊNCIAS

SUBORDINAÇÃO MILITAR, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA
ARTICULAÇÃO

b) Um Vice-Diretor, Capitão de Fragata, da ativa, do Corpo da Armada.

c) Um Chefe do Departamento do Ensino, Oficial Superior, da ativa, do Corpo da Armada.

d) Um Chefe do Departamento Escolar, Oficial Superior, da ativa, do Corpo da Armada.

e) Um Chefe do Departamento do Material, Oficial Superior, da ativa, do Corpo da Armada.

f) Um Chefe do Departamento do Pessoal, Oficial Superior, da ativa, do Corpo da Armada.

g) Um Chefe do Departamento de Saúde, Oficial Superior Médico, da ativa, do Corpo de Saúde da Armada.

h) Um Chefe do Departamento de Intendência, Oficial Superior, da ativa, do Corpo de Intendentes da Marinha.

i) Um Secretário, de livre escolha do Governo, funcionário ou servidor civil do Ministério da Marinha, em Comissão.

j) Um Ajudante do Chefe do Departamento do Ensino, Professor civil.

k) Professores civis ou militares para assuntos do Ensino Colegial.

m) Officiaes da activa dos Corpos da Armada, para instructores dos assuntos do Ensino de Formação Militar Naval.

n) Subofficiaes e sargentos, sub-instructores para assuntos do Ensino de Formação Militar Naval.

o) Officiaes, praças e civis necessários aos serviços da administração.

Art. 21. As attribuições do pessoal constam do Regimento Interno e da Organização Interna Administrativa, onde são especificadas.

Parágrafo único. A lotação do Colégio Naval será fixada em Aviso, pelo Ministro da Marinha, por proposta do Comandante do Colégio, ao Estado Maior da Armada, ouvidas a Diretoria do Ensino Naval e a Diretoria do Pessoal.

CAPÍTULO VI

DO PROVIMENTO DOS CARGOS DE ENSINO

Art. 22. Os cargos de ensino serão providos por Officiaes ou professores civis, registrados no Ministério da Educação como professores do Ciclo Colegial, do assunto a lecionar, e por officiaes dos Corpos da Armada, para instructores do Ensino de Formação

Militar Naval, por subofficiaes e sargentos, como sub-instructores.

Parágrafo único. Os professores destinados a prover cargos de ensino, serão admitidos por proposta da Diretoria do Ensino Naval, os officiaes, nomeado sem comissão pelo Ministro da Marinha; por proposta da Diretoria do Ensino e os sub-instructores, pela Diretoria do Pessoal, por proposta da Diretoria do Ensino.

CAPÍTULO VII

DA MATRÍCULA

Art. 23. A matrícula no Colégio Naval será feita, normalmente, no 1.º ano, devendo constar do requerimento de inscrição do candidato qual o curso da Escola Naval de sua preferência.

Art. 24. Nenhum candidato poderá inscrever-se no Concurso de Admissão ao 1.º ano do Colégio Naval sem provar:

a) que é brasileiro nato;

b) que, na data do encerramento das inscrições, tem menos de dezessete (17) anos de idade o candidato a se matricular, de preferência, no Curso da Escola Naval de "Aspirante a Guarda-Marinha"; menos de dezanove (19) nos cursos de "Aspirante a Guarda-Marinha Fuzileiro Naval" e "Aspirante a Guarda Marinha Intendente da Marinha";

c) que tem bons antecedentes;

d) que tem idoneidade moral;

e) que é solteiro;

f) que foi vacinado, com resultado, há menos de seis meses;

g) que concluiu com aproveitamento o Curso Ginasial ou que está matriculado na 4.ª série do referido curso;

h) que está em dia com seus deveres militares.

Art. 25. Nenhum candidato será matriculado no Colégio Naval:

a) sem haver sido aprovado no Concurso de Admissão constante de provas escritas de cada um dos assuntos seguintes:

I — Português

II — Matemática

b) sem provar que concluiu, com aproveitamento, a 4.ª série do curso ginasial;

c) sem ter as condições físicas necessárias, verificadas em inspecção de saúde por uma Junta de Saúde.

§ 1.º Os programas para o Concurso de Admissão serão organizados pelo Conselho de Instrução e aprovados pela Diretoria do Ensino Naval.

§ 2.º Em igualdade de condições terá preferência na matrícula:

- a) os candidatos que obtiverem maior nota em Matemática;
- b) os de maior idade.

Art. 26. Será considerado aprovado o candidato que, em uma escala de zero a dez (0 a 10), obtiver nota igual ou superior a quatro (4) em cada prova.

Art. 27. O número de matrículas será determinado anualmente pelo Ministro da Marinha, por proposta da Diretoria do Pessoal, ouvida a Diretoria do Ensino Naval.

Art. 28. É expressamente proibida:

- a) a admissão de alunos ouvintes;
- b) a nova matrícula de alunos que tenham sido eliminados do Colégio Naval.

Art. 29. Os candidatos que tiverem praça especial de alunos do Colégio Naval, por ato do Ministro da Marinha, serão matriculados.

Parágrafo único. A situação hierárquica dos alunos será a que for definida pelo Estatuto dos Militares.

Art. 30. A matrícula por promoção de ano será feita por ordem do Diretor do Colégio, desde que o aluno seja considerado física, moral e intelectualmente apto em todas as provas estabelecidas no Regimento Interno.

Art. 31. Os alunos executarão os serviços para que forem designados, a título de instrução quer no Colégio, quer a bordo dos navios em que embarcarem; perceberão vencimentos e rações consignadas no orçamento do Ministério da Marinha e usarão os uniformes que lhes forem determinados.

Art. 32. Os alunos do Colégio Naval constituirão o Corpo de Alunos, com a organização militar que for estabelecida no Regimento Interno do Colégio.

Art. 33. Os alunos do Colégio Naval estão sujeitos quanto às contravenções disciplinares que cometerem, ao Regimento Interno, quando no Colégio, e ao Regulamento Disciplinar para a Armada, quando embarcados.

Art. 34. Os uniformes para a primeira praça e os de renovação periódica regulamentar, assim como a roupa de cama, serão fornecidos pelo Ministério da Marinha, ficando obrigados os responsáveis pelos alunos, à aquisição do enxoval complementar necessário.

Parágrafo único. Os responsáveis pelos alunos custearão as despesas de conservação de seus uniformes e indenizarão a Fazenda Nacional dos prejuízos por eles causados.

CAPÍTULO VIII

DO APROVEITAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 35. O aproveitamento dos alunos no decurso de um ano letivo será representado pela média aritmética das notas obtidas em provas parciais, realizadas de acordo com o que estabelece o Regimento Interno e o Currículo.

§ 1.º A última prova do ano letivo será obrigatoriamente oral, exceção feita para determinados assuntos. Estes detalhes serão especificados no Currículo.

§ 2.º As provas parciais versarão sobre a matéria lecionada no intervalo entre cada prova e a anterior, exceto a última, que deverá abranger matéria selecionada entre a que tiver sido ministrada durante o ano letivo.

§ 3.º O aluno que em uma escala de zero a dez (0 a 10), não conseguir, em determinado assunto do Ensino Colegial, média final igual ou superior a quatro (4), ou que, mesmo que tenha obtido essa média, obtiver nota inferior a quatro (4) na última dessas provas, será considerado inabilitado nesses assuntos; para aqueles que tenham média igual ou superior a seis (6), será concedida uma segunda chamada, no mesmo período. Para fins de classificação, será computada a nota obtida na primeira prova oral.

Art. 36. A precedência militar entre os alunos será:

- a) a da antiguidade do ano escolar;
- b) a decorrente da classificação do aluno na turma.

Art. 37. A classificação dos alunos em cada ano letivo é organizada por ordem de mérito, sendo este mérito avaliado pelos resultados obtidos no ano letivo anterior, tomando em consideração a conduta.

§ 1.º A classificação no 1.º ano será feita em obediência à ordem de mé-

rito estabelecida no Concurso de Admissão.

§ 2.º Em igualdade de condições prevalecerão, para classificação, os seguintes critérios, na ordem indicada:

- a) maior nota em matemática;
- b) maior idade.

Art. 38. As notas finais dos exames feitos de acordo com o artigo 44 não serão computadas para a classificação, prevalecendo, para este fim, a média final em virtude da qual tenha sido o aluno inabilitado.

CAPÍTULO IX

DA PROMOÇÃO E TRANSFERÊNCIA

Art. 39. Os alunos do primeiro ano serão promovidos de acordo com o disposto no artigo 30 deste Regulamento.

Art. 40. Os alunos que concluírem com aproveitamento o 2.º ano do Colégio Naval, serão matriculados no 1.º ano da Escola Naval independentemente de Concurso com preferência sobre os demais candidatos, desde que satisfaçam as condições físicas exigidas para o serviço naval.

§ 1.º A matrícula desses alunos será feita nos cursos preferidos na forma do artigo 23, na ordem de classificação pelo mérito estabelecido no § 2.º deste artigo, até o limite das percentagens referidas no parágrafo único do artigo 18.

No caso de excederem, as matrículas restantes serão feitas nos cursos que não tenham atingido os limites, das percentagens estabelecidas, respeitadas as novas opções, por ordem de classificação.

§ 2.º A classificação desses alunos entre si obedecerão o seguinte critério:

- a) maior percentagem no total de notas durante todo o curso;
- b) a classificação do ano anterior.

CAPÍTULO X

DA PERDA E CONSERVAÇÃO DA MATRÍCULA

Art. 41. Nenhum aluno poderá prosseguir seu Curso sem que tenha sido considerada física, intelectual e moralmente apto em todas as provas estabelecidas neste Regulamento e constantes do Regimento Interno e do Currículo, onde estão especificadas.

Art. 42. O aluno julgado inapto em inspeção de saúde poderá recorrer à Junta Superior de Saúde. Se for inabilitado, terá baixa de praça e será eliminado da matrícula.

Art. 43. O aluno ao obter matrícula deverá ter o estado civil de solteiro e assim deverá manter-se aquele que infringir esta disposição, qualquer que seja a razão invocada, terá baixa de praça e será eliminado da matrícula.

Art. 44. Durante o Estágio Escolar, o aluno que, no ano letivo, for inabilitado em assuntos que não sejam de Formação Militar Naval, será submetido, na segunda quinzena do mês de fevereiro seguinte, a exame de toda a matéria lida em que haja sido reprovado. Se for aprovado nesses assuntos, passará para o ano acima; se for reprovado em um ou dois assuntos, repetirá o ano, salvo se já houver repetido qualquer ano do Estágio Escolar, caso em que terá baixa de praça com eliminação da matrícula; se for reprovado em três ou mais assuntos, terá baixa de praça com eliminação da matrícula.

Parágrafo único. Se o aluno houver sido inabilitado em Desenho, o exame será substituído por uma prova gráfica.

Art. 45. Verificar-se-á a perda da matrícula no caso de incidência em pena disciplinar de exclusão prevista no Regimento Interno.

Art. 46. A eliminação da matrícula, por qualquer motivo, será feita por ato do Ministro da Marinha, por proposta do Diretor do Colégio.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. Os alunos ficarão sujeitos a todas as alterações que forem introduzidas neste Regulamento sem que lhes assista direito a reivindicação de qualquer espécie.

Art. 48. O Ministro da Marinha aprovará e mandará executar o Regimento Interno do Colégio Naval, dentro de 60 (sessenta) dias após a entrada em vigor do presente Regulamento.

Art. 49. O Diretor Geral do Ensino Naval aprovará e o Diretor do Colégio Naval mandará executar, a Organização Interna Administrativa, elaborada de acordo com este Regulamento e o Regimento Interno a que se refere o artigo 48.

Art. 40. O responsável pelo aluno que, sem justo motivo, a critério do Ministro da Marinha não termina o curso do Colégio, ou, tendo-o terminado, não ingressar, por conveniência própria, na Escola Naval, indenizará a Fazenda Nacional da quantia despendida em uniformes e alimentação, enquanto tiver cursado o Colégio.

§ 1.º Essa quantia será arbitrada pelo Ministro da Marinha — por ele estabelecida a forma de pagamento.

§ 2.º Aos referidos alunos, bem como aos eliminados da matrícula por qualquer outro motivo, será fornecido o certificado de habilitação nos assuntos em que houverem obtido aproveitamento, assim como o certificado de reservista que tiverem direito.

Art. 51. Na segunda época de férias a que se refere o artigo 19 poderá haver, a critério do Ministro da Marinha, uma viagem de adaptação.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 52. Os alunos do Colégio Naval, matriculados na vigência do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 28 627, de 12 de setembro de 1950, caso assim queiram seus responsáveis, poderão obter baixa de praça especial com eliminação da matrícula, sem a obrigação prevista no artigo 50 deste Regulamento.

Art. 53. O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1952. — *Renato de Almeida Guillobel.*

DECRETO N.º 30.692 — DE 29 DE MARÇO DE 1952

Promulga o Acôrdio de Imigração e Colonização, entre o Brasil e os Países Baixos, firmado no Rio de Janeiro, a 15 de dezembro de 1950.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Congresso Nacional aprovado pelo Decreto Legislativo número 55, de 13 de novembro de 1951, o Acôrdio de Imigração e Colonização, entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino dos Países Baixos, firmado no Rio de Janeiro, a 15 de dezembro de 1951; e havendo sido trocados na Haia,

a 23 de janeiro de 1952, os respectivos Instrumentos de ratificação:

Decreta que o referido Acôrdio, apenso por cópia, ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nêle se contém.

Rio de Janeiro, em 29 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.693 — DE 29 DE MARÇO DE 1952

Promulga o Acôrdio sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Turquia, assinado em Ancara a 21 de setembro de 1950.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo n.º 52, de 8 de novembro de 1951, o Acôrdio sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a Turquia; e havendo sido trocados em Ancara, a 7 de março de 1952, os respectivos Instrumentos de ratificação:

Decreta que o mencionado Acôrdio, apenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nêle se contém.

Rio de Janeiro, em 29 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 30.694 — DE 31 DE MARÇO DE 1952

Estabelece critério para a distribuição de quotas de borracha nacional ou importada às empresas produtoras de artefatos de borracha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis ns. 86, de 8 de setembro de 1947, e 1.184, de 30 de agosto de 1950, decreta:

Art. 1. É condição para a distribuição às empresas produtoras de

artefatos de borracha, a partir de um ano da publicação deste Decreto, de quotas de fornecimento de borracha de todos os tipos, nacional ou importada, bem como para a concessão de licenças prévias de importação e respectivo fornecimento de câmbio, a que se referem as Leis 86, de 8 de setembro de 1947, 1.184, de 30 de agosto de 1950, 842, de 4 de outubro de 1949, 1.389, de 28 de junho de 1951, e Decretos-leis 7.293, de 2 de fevereiro de 1945 e 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, que provêm tais empresas, perante a Comissão Executiva da Defesa da Borracha, haverem invertido vinte por cento (20%) dos seus lucros líquidos anuais no plantio da seringueira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo vigorará até que, pelo Ministério da Agricultura e pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha seja reconhecido que o consumo previsível das indústrias brasileiras de artefatos de borracha esteja assegurado com o contingente oriundo das plantações realizadas em virtude deste Decreto.

Art. 2. A obrigação de plantio estabelecida no art. 1. pode ser cumprida pelas indústrias de artefatos de borracha diretamente, através de organizações suas, pela participação no capital de empresas especializadas, pelo tomada de títulos ou contratos

especiais com pessoas físicas e jurídicas dedicadas à plantação de seringueira, em zonas próprias, de acordo com o Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Incluem-se entre os títulos referidos neste artigo os emitidos pelo Tesouro Nacional, pelos governos dos Estados, ou por entidades autárquicas ou controladas pelo Poder Público, uma vez se destinem os fundos assim obtidos à plantação da seringueira.

Art. 3. O Ministério da Agricultura providenciará toda assistência técnica necessária às empresas dedicadas à cultura da seringueira, e desenvolverá um programa de colonização, particularmente na Amazônia, visando à rápida ampliação das culturas de seringueira, sem prejuízo de outras culturas complementares.

Art. 4. O Presidente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

Horácio Lafer

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1952 — VOLUME VI

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE JULHO A SETEMBRO

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1952

	Págs.		Págs.
31.061 — Guerra — De 2 de julho de 1952. — Revoga disposições do Regulamento das Fortificações Costeiras, aprovado pelo Decreto n.º 26.959, de 27 de julho de 1949. Publicado no D. O. de 4-7-52	3	31.066 — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a lavrar fosforita no município de Olinda, Estado de Pernambuco. Pub. no D. O. de 7-7-52	4
31.062 — Fazenda — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Reserva à União áreas presumidamente petrolíferas nos Estados de São Paulo e Paraná. Pub. no D. O. de 4 de julho de 1952	3	31.067 — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 7-7-52 ..	6
31.063 — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura. Publicado no D. O. de 4-7-52 ..	4	31.068 — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Tito Oliveira Lima a pesquisar mica no município de Santa Maria do Suassuí, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 7 de julho de 1952	6
31.064 — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Declara caduco o Decreto n.º 79.090, de 4 de julho de 1945. Pub. no D. O. de 4-7-52	4	31.069 — Justiça — De 2 de julho de 1952. — Dispõe sobre a realização da XII Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia. Pub. no D. O. de 4 de julho de 1952	7
31.065 — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Declara a caducidade do Decreto de autorização de lavra número 19.872, de 24 de outubro de 1945, retificado pelo de número 20.948, de 9 de abril de 1946. Pub. no D. O. de 4-7-52	4	31.070 — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e associados nos municípios de Cerro	

	Págs.		Págs.
Azul e Bocauva do Sul, no Estado do Paraná. Pub. no D. O. de 7-7-52	7	pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso. Pub. no D. O. de 7-7-52	10
31.071 — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e associados, nos municípios de Cerro Azul e Bocaúva do Sul, Estado do Paraná. Pub. no D.D. de 7-7-52	7	31.077 — Fazenda — De 3 de julho de 1952. — Aprova o Regulamento dos Cursos de Fôrmação, Especialização e Aperfeiçoamento da Casa da Moeda. Pub. no D. O. de 7-7-52	11
31.072 — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Autoriza a Companhia Cimentos Portland Cauê a pesquisar calcário, calcita, argila e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 7 de julho de 1952	8	31.078 — Viação — De 3 de julho de 1952. — Dispõe, em caráter provisório, sobre a administração da Estrada de Ferro Leopoldina. Pub. no D. O. de 5-7-52	14
31.073 — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso. Pub. no D. O. de 7-7-52	9	31.079 — Fazenda — De 3 de julho de 1952. — Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital Federal. Pub. no D. O. de 16-7-52	15
31.074 — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso. Pub. no D. O. de 7-7-52	9	31.080 — Fazenda — De 3 de julho de 1952. — Autoriza Wiskival Guimarães a comprar pedras preciosas. Pub. no D. O. de 11-7-52	15
31.075 — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso. Pub. no D. O. de 7-7-52	10	31.081 — Fazenda — De 3 de julho de 1952. — Autoriza Benjamin Lozinsky a comprar pedras preciosas. Pub. no D. O. de 14-7-52	15
31.076 — Agricultura — De 2 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a		31.082 — Trabalho — De 3 de julho de 1952. — Cassa a autorização concedida à "A Previdência, Caixa Paulista de Pensões S. A.", para funcionar. Pub. no D. O. de 7 de julho de 1952	16
		31.083 — Trabalho — De 3 de julho de 1952. — Concede a "Moraes S. A. — Indústria, Comércio e Navegação" autorização para funcionar como empresa de navegação e cabotagem. Pub. no D. O. de 11-7-52	16
		31.084 — De 3 de julho de 1952. — Concede permissão a	

Págs.		Págs.
	R. S. Clube Ginástico Portu- guês para funcionar aos do- mingos e nos feriados civis e religiosos.	
	Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pa- gamento	16
31.085	— <i>Fazenda</i> — De 4 de julho de 1952. — Suprime cargo extinto. Pub. no <i>D. O.</i> de 5-7-52	16
31.086	— <i>Viação</i> — De 5 de julho de 1952. — Aprova novo orçamento para a construção do cais e respectivo arma- zém no pórtio de Corumbá, Es- tado de Mato Grosso. Pub. no <i>D. O.</i> de 9-7-52	17
31.087	— <i>Fazenda</i> — <i>Agricul- tura</i> — De 7 de julho de de 1952. — Assegura ao café beneficiado do país, da safra de 1951-1952, a garantia de preços mínimos. Pub. no <i>D. O.</i> de 10-7-52	17
31.088	— <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — De 7 de julho de 1952. — Autoriza o Serviço do Pa- trimônio da União a aceitar a doação de um terreno destina- do ao Ministério da Guerra. Pub. no <i>D. O.</i> de 10-7-52 ..	18
31.089	— <i>Exterior</i> — De 7 de julho de 1952. — Cria um Consulado honorário do Brasil, em Oranjestad — Aruba — Antilhas holandesas. Pub. no <i>D. O.</i> de 10-7-52	18
31.090	— <i>Justiça</i> — De 7 de julho de 1952. — Concede à Companhia Acecaruna de Mi- neração autorização para fun- cionar como empresa de mine- ração. Pub. no <i>D. O.</i> de 10 julho de 52	18
31.091	— <i>Agricultura</i> — De 7 de julho de 1952. — Outorga à Companhia Brasileira de Alu- mínio, concessão para o apro- veitamento progressivo da ener- gia hidráulica das cachoeiras da	
	Bandeira e Carmo do Rio Pardo, existentes no rio Pardo, entre os municípios de Poços de Caldas e Campestre, Poços de Caldas e Botelhos, no Es- tado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 18-7-52	19
31.092	— <i>Agricultura</i> — De 7 de julho de 1952. — Altera a lotação de repartições aten- didas pelos Quadros Perma- nente e Suplementar do Minis- tério da Agricultura. Pub. no <i>D. O.</i> de 10-7-52	20
31.093	— <i>Viação</i> — De 7 de julho de 1952. — Outorga con- cessão à Comissão do Vale do São Francisco para instalar dois transmissores e quatro re- ceptores em sua sede, nesta Capital. Pub. no <i>D. O.</i> de 10-7-52	20
31.094	— <i>Viação</i> — De 7 de julho de 1952. — Declara de utilidade pública, para desa- propriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, terre- no e benfeitorias situadas no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-7-52	20
31.095	— <i>Viação</i> — De 7 de julho de 1952. — Outorga con- cessão à Fundação Rádio Mauá para instalar um transmissor de ondas curtas. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-7-52	21
31.096	— <i>Viação</i> — De 7 de julho de 1952. — Outorga con- cessão à Prefeitura do Distrito Federal para estabelecer, por intermédio da Rádio Emissora Roquete Pinto, um transmissor de ondas curtas nesta Capital. Pub. no <i>D. O.</i> de 9-7-52	21
31.097	— <i>Justiça</i> — De 7 de julho de 1952. — Altera a lo- tação de repartições atendidas pelos Quadros Permanentes, da Justiça e Suplementar do Ministério da Justiça e Ne-	

	Págs.		Págs.
gócios Interiores. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 9-7-52	21	31.105 — <i>Agricultura</i> — De 9 de julho de 1952. — Renova o Decreto n.º 27.869, de 10 de março de 1950. Publicado no <i>D. O.</i> de 11-7-52	24
31.098 — <i>Marinha</i> — de 9 de julho de 1952. — Reduz temporariamente o tempo de embarque estabelecido para a concessão da Carta de Capitão de Longo Curso, Capitão de Cabotagem, Primeiro piloto e Primeiro Maquinista-Motorista, da Marinha Mercante. Publicado no <i>D. O.</i> de 11-7-52	22	31.106 — <i>Agricultura</i> — De 9 de julho de 1952. — Renova o Decreto n.º 27.870, de 10 de março de 1950. Publicado no <i>D. O.</i> de 11-7-52	25
31.099 — <i>Educação</i> — De 9 de julho de 1952. — Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Bauru. Pub. no <i>D. O.</i> de 12 de julho de 1952	22	31.107 — <i>Agricultura</i> — De 9 de julho de 1952. — Concede à Águas Radioativas Teresópolis, Sociedade Anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no <i>D. O.</i> de 12-7-52 ...	25
31.100 — <i>Agricultura</i> — De 9 de julho de 1952. — Concede reconhecimento ao curso de veterinária da Escola Superior de Veterinária, da Universidade Rural de Pernambuco. Publicado no <i>D. O.</i> de 3-9-52	22	31.108 — <i>Agricultura</i> — De 9 de julho de 1952. — Concede à Indústria Paulista de Vidro Plano Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no <i>D. O.</i> de 31 de julho de 1952	25
31.101 — <i>Agricultura</i> — De 9 de julho de 1952. — Autoriza a Dragagem de Ouro Limitada a lavrar jazida de ouro aluvionar, nos municípios de Sabará, Sete Lagoas e Santa Luzia, do Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-7-52	22	31.109 — <i>Agricultura</i> — De 9 de julho de 1952. — Concede à Usina Siderúrgica Marumby Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no <i>D. O.</i> de 17 de setembro de 1952	26
31.102 — <i>Agricultura</i> — De 9 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Simões Monteiro a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 11-7-52 ...	23	31.110 — <i>Agricultura</i> — De 9 de julho de 1952. — Concede à Companhia Mineira de Cimento Portland S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no <i>D. O.</i> de 18-7-52	26
31.103 — <i>Agricultura</i> — De 9 de julho de 1952. — Renova o Decreto n.º 27.499, de 24 de novembro de 1949. Publicado no <i>D. O.</i> de 11-7-52	24	31.111 — <i>Agricultura</i> — De 10 de julho de 1952. — Autoriza a empresa de mineração Novas Indústrias Olinda S. A. a pesquisar fosfatos e associados, no município de Olinda, Estado de Pernambuco. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12-7-52	26
31.104 — <i>Agricultura</i> — De 9 de julho de 1952. — Renova o Decreto n.º 27.499, de 24 de fevereiro de 1950. Pub. no <i>D. O.</i> de 11-7-52	24	31.112 — <i>Agricultura</i> — De 10 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Rubens Valladares Vasconcellos a pesquisar quartzo e associados, no	

	Págs.		Págs.
município de Paraopeba, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 12-7-52	27	31.119 — <i>Agricultura</i> — De 10 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro João Giraldo a pesquisar talco, calcário e associados, no município de Castro, Estado do Paraná. Publicado no <i>D. O.</i> de 12-7-52	31
31.113 — <i>Agricultura</i> — De 10 de julho de 1952. — Autoriza os cidadãos brasileiros José Ferraz de Oliveira e Lafaiete Lopes Ferraz a pesquisar berilo e associados, no município de Itambé, Estado da Bahia. Pub. no <i>D. O.</i> de 12-7-52	27	31.120 — <i>Marinha</i> — <i>Fazenda</i> — De 10 de julho de 1952. — Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar a doação de terrenos e benfeitorias em São José dos Campos, no Estado de São Paulo. Publicado no <i>D. O.</i> de 15-7-52. Retificado no <i>D. O.</i> de 16-7-52	31
31.114 — <i>Agricultura</i> — De 10 de julho de 1952. — Autoriza a Sociedade de Mineração Pitangui Ltda. "SOMPIT" a pesquisar minérios de ouro e associados, no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 12-7-52	28	31.121 — <i>Fazenda</i> — De 11 de julho de 1952. — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 34.307,10, para o fim que especifica. Publicado no <i>D.O.</i> de 14 de julho de 1952	32
31.115 — <i>Agricultura</i> — De 10 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Nilo Cotrim e Silva a lavrar ocre e calcário no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 12-7-52	28	31.122 — <i>Fazenda</i> — De 11 de julho de 1952. — Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à regularização de despesas relacionadas com o pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e ao desenvolvimento dos trabalhos da mesma Comissão. Pub. no <i>D.O.</i> de 14 de julho de 1952	32
31.116 — <i>Agricultura</i> — De 10 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro José Celso Lana Santos a lavrar minério de ferro e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 12-7-52	29	31.123 — <i>Fazenda</i> — De 11 de julho de 1952. — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 21.415.680,00 para o fim que especifica. Publicado no <i>D.O.</i> de 14 de julho de 1952	32
31.117 — <i>Agricultura</i> — De 10 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Arnaldo Couto de Magalhães a pesquisar caulim e associados, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Publicado no <i>D. O.</i> de 12-7-52	30	31.124 — <i>Fazenda</i> — De 11 de julho de 1952. — Suprime cargo extinto. Pub. no <i>D.O.</i> de 14-7-52	33
31.118 — <i>Agricultura</i> — De 10 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro José dos Santos a pesquisar ocres, quartzo, minérios de manganês e associados, no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 12-7-52	30	31.125 — <i>Fazenda</i> — De 11 de julho de 1952. — Revoga o Decreto n.º 22.854, de 20 de janeiro de 1947. Pub. no <i>D.O.</i> de 14-7-52	33

	Págs.		Págs.
31.126 — <i>Viação</i> — De 11 de julho de 1952. — Aprova projeto e orçamento referentes à construção do trecho de 112,500 quilômetros, compreendido entre as estacas 2366-7991, do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (Linha Oeste), ligando Serra Talhada a Salgueiro, na Rêde Ferroviária do Nordeste. Publicado no <i>D.O.</i> de 14-7-52	33	n.º 28.166, de 1 de junho de 1952. Publicado no <i>D.O.</i> de 14-7-52	36
31.127 — <i>Viação</i> — De 11 de julho de 1952. — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária à construção ferroviária Serra Talhada-Salgueiro, no Estado de Pernambuco. Pub. no <i>D.O.</i> de 14-7-52	34	31.133 — <i>Marinha</i> — De 14 de julho de 1952. — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Marinha. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-52. Retificado no <i>D.O.</i> de 16-7 e 22 de agosto de 1952	37
31.128 — <i>Agricultura</i> — De 11 de julho de 1952. — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura. Pub. no <i>D.O.</i> de 14-7-52	34	31.134 — <i>Educação</i> — De 15 de julho de 1952. — Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Santos. Pub. no <i>D.O.</i> de 25-8-52	38
31.129 — <i>Agricultura</i> — De 11 de julho de 1952. — Autoriza a Cia. Fôrça e Luz Marianense a ampliar suas instalações hidrelétricas. Pub. no <i>D.O.</i> de 9-8-52	34	31.135 — <i>Viação</i> — De 16 de julho de 1952. — Aprova projetos e orçamentos dos trechos da nova ligação ferroviária — Itararé - Fábio Rêgo - Jaguariáiva - Presidente Castilhos, da Rêde de Viação Paraná - Santa Catarina. Publicado no <i>D.O.</i> de 18-7-52	38
31.130 — <i>Agricultura</i> — De 31 de julho de 1952 — Outorga ao Governo do Estado da Bahia concessão para aproveitamento de energia hidráulica nos rios de Contas e Gongogi, no Estado da Bahia. Publicado no <i>D.O.</i> de 26-7-52	35	31.136 — <i>Viação</i> — De 16 de julho de 1952. — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas necessárias à construção ferroviária de Itararé - Fábio Rêgo - Jaguariáiva - Presidente Castilhos, da Rêde de Viação Paraná - Santa Catarina. Publicado no <i>D.O.</i> de 18-7-52	38
31.131 — <i>Agricultura</i> — De 11 de julho de 1952 — Autoriza a Companhia Fôrça e Luz de Minas Gerais, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão. Pub. no <i>D.O.</i> de 2-8-52	36	31.137 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> De 16 de julho de 1952. — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do Primeiro Centenário de fundação da cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí. Pub. no <i>D.O.</i> de 18 de julho de 1952	39
31.132 — <i>Agricultura</i> — De 11 de julho de 1952 — Complementa disposições do Decreto		31.138 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — De 16 de julho de 1952. — Abre, pelo Ministé-	

	Págs.		Págs.
rio da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 18-7-52	39	Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 22 de julho de 1952	52
31.139 — <i>Justiça</i> — De 17 de julho de 1952. — Dispõe sobre o pessoal do Conselho Nacional do Petróleo. Pub. no D.O. de 19-7-52	39	31.146 — <i>Agricultura</i> — De 18 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Uraquitan Bezerra Leite a lavrar minério de apatita, no município de Monteiro, Estado da Paraíba. Pub. no D.O. de 22 de julho de 1952	53
31.140 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — De 17 de julho de 1952. — Declara de utilidade pública a desapropriação dos imóveis, que menciona, situados em Itajaí, no Estado de Santa Catarina. Pub. no D.O. de 19-7-52	40	31.147 — <i>Agricultura</i> — De 18 de julho de 1952. — Autoriza a cidadã brasileira Romilda Loureiro Pôrto Carreiro a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco. Publicado no D.O. de 22 de julho de 1952	53
31.141 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — De 17 de julho de 1952. — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas com a transladação, para o Rio de Janeiro, dos despojos mortais da Princesa Isabel e do Conde D'Eu. Publicado no D.O. de 19-7-52	41	31.148 — <i>Agricultura</i> — De 18 de julho de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Waldemar Pereira Duarte a pesquisar agalmatolito, no município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 22-7-52	54
31.142 — <i>Fazenda</i> — De 17 de julho de 1952. — Revoga o Decreto n.º 25.440, de 3 de setembro de 1948. Pub. no D.O. de 19-7-52	41	31.149 — <i>Agricultura</i> — De 18 de julho de 1952. — Autoriza a Sociedade Construtora Poty Limitada (SOCOPO) a pesquisar água mineral, no município de Teresina, Estado do Piauí. Pub. no D.O. de 22-7-52	54
31.143 — <i>Marinha</i> — De 18 de julho de 1952. — Aprova e manda executar o Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 23-7-52. Ret. no D.O. de 12-8-52 ..	41	31.150 — <i>Agricultura</i> — De 18 de julho de 1952. — Autoriza a Companhia Química Industrial "CIL" S. A. a pesquisar calcário, baritina e associados, no município de Guapiara, Estado de São Paulo. Pub. no D.O. de 22-7-52	55
31.144 — <i>Agricultura</i> — De 18 de julho de 1952. — Renova o Decreto n.º 27.909, de 23 de março de 1950. Publicado no D.O. de 22-7-52	51	31.151 — <i>Agricultura</i> — De 18 de julho de 1952. — Autoriza a Companhia Química Industrial "CIL" S. A. a pesquisar baritina e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 22-7-52	55
31.145 — <i>Agricultura</i> — De 18 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Saulo Paulo Vilela a lavrar quartzo, mica, caulim e associados, no município de Juiz de Fora,			

	Págs.		Págs.
31.152 — <i>Agricultura</i> — De 18 de julho de 1952. — Autoriza a Companhia de Aços Especiais Itabira a pesquisar minérios de ouro e associados, no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D.O.</i> de 22-7-52	56	31.160 — <i>Educação</i> — De 21 de julho de 1952. — Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde. Pub. no <i>D.O.</i> de 24 de julho de 1952	63
31.153 — <i>Guerra</i> — De 18 de julho de 1952. — Cria a "insignia-distintivo" de Ministro da Guerra. Pub. no <i>D.O.</i> de 19-7-52	56	31.161 — <i>Aeronautica</i> — De 21 de julho de 1952. — Altera a redação da letra "b", do item II, do art. 5.º, do Regulamento para Concessão de Subvenção aos Aeroclubes e Escolas de Aviação Civil. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 24-7-52.	63
31.154 — <i>Viação</i> — De 19 de julho de 1952. — Aprova o Regimento dos Distritos Rodoviários Federais. Pub. no <i>D.O.</i> de 27-7-52	58	31.162 — <i>Justiça</i> — De 21 de julho de 1952. — Altera a Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Departamento Administrativo do Serviço Público. Pub. no <i>D.O.</i> de 24 de julho de 1952	64
31.155 — <i>Marinha</i> — De 21 de julho de 1952. — Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Pub. no <i>D.O.</i> de 24-7-52	60	31.163 — <i>Justiça</i> — De 21 de julho de 1952. — Altera a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 25 de julho de 1952	67
31.156 — <i>Marinha</i> — De 21 de julho de 1952. — Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Marinha. Pub. no <i>D.O.</i> de 24 de julho de 1952	61	31.164 — <i>Viação</i> — De 21 de julho de 1952. — Cria função na Tabela Numérica de Pessoal da Comissão de Marinha Mercante. Pub. no <i>D.O.</i> de 24-7-52	71
31.157 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — De 21 de julho de 1952. — Assegura ao algodão em pluma da região setentrional do país, da safra de 1952-53, a garantia de preços mínimos. Pub. no <i>D.O.</i> de 24 de julho de 1952	61	31.165 — <i>Viação</i> — De 21 de julho de 1952. — Suprime cargo extinto. Pub. no <i>D.O.</i> de 24-7-52	71
31.158 — <i>Fazenda</i> — De 21 de julho de 1952. — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para o fim que especifica. Pub. no <i>D.O.</i> de 24-7-52.	63	31.166 — <i>Viação</i> — De 21 de julho de 1952. — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, terreno e benfeitorias necessários à Estrada de Ferro de Goiás. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-7-52.	71
31.159 — <i>Educação</i> — De 21 de julho de 1952. — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-7-52	63	31.167 — <i>Agricultura</i> — De 21 de julho de 1952. — Altera, sem aumento de despesa, a	

Págs.		Págs.
	série funcional de Farmacêutico da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Agricultura. Pub. no <i>D.O.</i> de 24 de julho de 1951	71
31.168	— <i>Agricultura</i> — De 21 de julho de 1952. — Outorga à Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Goiás concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira do Brumado, no ribeirão de igual nome, município de Santa Cruz de Goiás, Estado de Goiás. Pub. no <i>D.O.</i> de 29 de julho de 1952. Ret. no <i>Diário Oficial</i> de 13-8-52	73
31.169	— <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — De 21 de julho de 1952. — Abre, ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.707.383,60 para atender ao pagamento da contribuição do Brasil em favor da Repartição Sanitária Pan-Americana. Pub. no <i>D.O.</i> de 25-7-52	74
31.170	— De 22 de julho de 1952. — Dá nova denominação ao Ginásio Nossa Senhora de Sion, situado em Campanha, no Estado de Minas Gerais.	
	Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento.	74
31.171	— <i>Agricultura</i> — De 22 de julho de 1952. — Autoriza a São Paulo Light and Power Company Limited a construir uma linha de transmissão entre a Estação Terminal de Anhanguera e a Estação Terminal de Pirituba, na Estado de São Paulo. Pub. no <i>D.O.</i> de 26 de julho de 1952. Ret. no <i>D.O.</i> de 14-8-52	74
31.172	— <i>Agricultura</i> — De 23 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Lemgruber Sertã a pesquisar caulim e associados nos municípios de Sapucaia e Sumidouro, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>D.O.</i> de 23-7-52. ...	75
31.173	— <i>Exterior</i> — De 23 de julho de 1952. — Cria função na Tabela Única de Mensalistas do Ministério das Relações Exteriores. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23-7-52	76
31.174	— <i>Exterior</i> — De 24 de julho de 1952. — Suprime o Consulado de carreira do Brasil em Wellington e restabelece o Consulado honorário do Brasil na referida cidade. Publicado no <i>D.O.</i> de 26-7-52	76
31.175	— <i>Fazenda</i> — De 24 de julho de 1952. — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha e acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República. Pub. no <i>D.O.</i> de 14-8-52	76
31.176	— <i>Trabalho</i> — De 24 de julho de 1952. — Concede à sociedade "D'Amico, Sociedade de Navegação Ltda.", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de Agosto de 1952	76
31.177	— <i>Aeronáutica</i> — De 24 de julho de 1952. — Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel necessário ao Centro Técnico de Aeronáutica, em São José dos Campos, Estado de São Paulo. Publicado no <i>D.O.</i> de 26 de julho de 1952	77
31.178	— <i>Agricultura</i> — De 24 de julho de 1952. — Autoriza a Empresa Luz e Força Itanhandu a construir duas linhas de transmissão entre os municípios de Itanhandu e Pouso Alto e Itanhandu e Passa Quatro, no Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D.O.</i> de 5-8-52.	77

	Págs.		Págs.
31.179 — <i>Fazenda</i> — De 24 de julho de 1952. — Altera o Decreto n.º 28.225, de 12 de junho de 1950. Publicado no D.O. de 24-7-52	78	Decreto n.º 28.703, de 2 de outubro de 1950. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 29-7-52. Retificado no D.O. de 30-7-52	91
31.180 — <i>Fazenda</i> — De 24 de julho de 1952. — Autoriza José Herszkowicz a comprar pedras preciosas. Publicado no D.O. de 31-7-52	78	31.187 — <i>Exterior</i> — De 25 de julho de 1952. — Cria o Consulado de carreira em Palermo, no Itália. Publicado no D.O. de 29-7-52	91
31.181 — <i>Fazenda</i> — De 25 de julho de 1952. — Aprova o Regulamento do serviço de taxis no Distrito Federal. Publicado no D.O. de 31-7-52	78	31.188 — <i>Exterior</i> — De 25 de julho de 1952. — Cria o Consulado de carreira em Veneza, na Itália. Pub. no D.O. de 29 de julho de 1952	92
31.182 — <i>Agricultura</i> — De 25 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Nélson Spinola Teixeira a pesquisar gipsita e associados, no município de Marau, Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 28 de julho de 1952	89	31.189 — <i>Agricultura</i> — De 25 de julho de 1952. — Autoriza a Sociedade de Mineração Pitangui Limitada — Sompit, a pesquisar minério de manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 29 de julho de 1952	92
31.183 — <i>Agricultura</i> — De 25 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a lavrar feldspato no município de São Paulo, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 7-8-52	89	31.190 — <i>Agricultura</i> — De 25 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Sprada a pesquisar areia sílica, no município de Lapa, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 28-7-52	92
31.184 — <i>Agricultura</i> — De 25 de julho de 1952. — Autoriza a S. A. de Cimento Mineração e Cabotagem CIMIMAR, a lavrar argila no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no D.O. de 7-8-52	90	31.191 — <i>Agricultura</i> — De 25 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a lavrar caolim no município de São Paulo, Estado de S. Paulo. Pub. no D.O. de 28-7-52	93
31.185 — <i>Agricultura</i> — De 25 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Jorge Abdala a pesquisar calcário e associados, no município de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 28-7-52	91	31.192 — <i>Agricultura</i> — De 25 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Armando Forattini a pesquisar mica e associados no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 28 de julho de 1952	94
31.186 — <i>Marinha</i> — De 25 de julho de 1952. — Altera a redação do artigo 50 e seus parágrafos, do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo		31.193 — <i>Agricultura</i> — De 25 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Levindo Gonçalves da Silva a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares,	

	Págs.		Págs.
Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D.O.</i> de 28 de julho de 1952	94	cípios de Osvaldo Costa e Cachoeira de Minas, e entre a Usina Santa Terezinha e o município de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D.O.</i> de 2 de agosto de 1952	97
31.194 — <i>Agricultura</i> — De 25 de julho de 1952. — Renova o Decreto n.º 27.561, de 7 de dezembro de 1949. Publicado no <i>D.O.</i> de 28-7-52	95	31.201 — <i>Marinha</i> — De 28 de julho de 1952. — Altera o valor das multas estabelecidas no Regulamento para as Capitâneas de Portos, aprovado e mandado executar pelo Decreto n.º 5.798, de 11 de junho de 1940. Pub. no <i>D.O.</i> de 30 de julho de 1952	97
31.195 — <i>Agricultura</i> — De 25 de julho de 1952. — Renova o Decreto n.º 27.688, de 11 de janeiro de 1950. Pub. no <i>D.O.</i> de 28-7-52	95	31.202 — <i>Marinha</i> — De 29 de julho de 1952. — Aprova e manda executar o Regulamento para o Concurso de Seleção de Candidatos ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais. Pub. no <i>D.O.</i> de 31-7-52 ..	99
31.196 — <i>Guerra</i> — De 26 de julho de 1952. — Autoriza ao Regimento Sampaio o uso da insígnia de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul. Publicado no <i>D.O.</i> de 29 de julho de 1952. Rep. no <i>D.O.</i> de 30-7-52	95	31.203 — <i>Aeronáutica</i> — De 29 de julho de 1952. — Suprime cargos extintos. Publicado no <i>D.O.</i> de 31-7-52	101
31.197 — <i>Viação</i> — De 28 de julho de 1952. — Outorga concessão à Comissão de Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S. A. para instalar um transmissor na refinaria de Mataripe, no Estado da Bahia. Publicado no <i>D.O.</i> de 31-7-52	95	31.204 — <i>Aeronáutica</i> — De 29 de julho de 1952. — Suprime cargo extinto. Publicado no <i>D.O.</i> de 31-7-52	101
31.198 — <i>Viação</i> — De 28 de julho de 1952. — Outorga concessão à Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal. Publicado no <i>D.O.</i> de 18 de agosto de 1952	96	31.205 — <i>Aeronáutica</i> — De 29 de julho de 1952. — Suprime cargo provisório. Pub. no <i>D.O.</i> de 31-7-52	101
31.199 — <i>Viação</i> — De 28 de julho de 1952. — Outorga concessão à Rádio Cultura "A Voz do Espaço" para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas. Pub. no <i>D.O.</i> de 8-8-52	97	31.206 — <i>Aeronáutica</i> — De 29 de julho de 1952. — Suprime cargo provisório. Pub. no <i>D.O.</i> de 31-7-52	101
31.200 — <i>Agricultura</i> — De 28 de julho de 1952. — Autoriza a Cia. Sul Mineira de Eletricidade a construir duas linhas de transmissão, entre os municípios de Osvaldo Costa e Cachoeira de Minas, e entre a Usina Santa Terezinha e o município de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D.O.</i> de 2 de agosto de 1952		31.207 — De 29 de julho de 1952. — Outorga à Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, concessão para aproveitamento de energia hidráulica do ribeirão Paraíso e seu afluente córrego do Pavão, naquele município.	
		Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	102

	Págs.		Págs.
31.208 — <i>Agricultura</i> — De 29 de julho de 1952. — Autoriza o Cotonifício da Torre S. A. a instalar uma usina termoelétrica em sua fábrica de tecidos, situada à rua José Bonifácio n.º 944, Torre, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo. Publicado no D.O. de 10-9-52	102	de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.	
31.209 — <i>Educação</i> — De 29 de julho de 1952. — Concede reconhecimento aos cursos de farmácia e odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal. Publicado no D.O. de 5 de agosto de 1952	102	Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	105
31.210 — <i>Guerra</i> — De 29 de julho de 1952. — Reajusta órgãos do Ministério da Guerra e dá outras providências. Publicado no D.O. de 20-8-52	102	31.215 — <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Cristóvão Moreira da Silva a lavrar argila no município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no D.O. de 2-9-52	105
31.211 — <i>Guerra</i> — De 29 de julho de 1952 — Designa as funções privativas de Oficiais Gerais do Exército em tempo de paz. Pub. no D.O. de 20-8-52	103	31.216 — <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Rebello Silva a lavrar cassiterita e associados no município de S. João del Rei, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 2-8-52	106
31.212 — <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Declara sem efeito o Decreto número 29.823, de 27 de julho de 1951. Pub. no D.O. de 4 de agosto de 1952	104	31.217 — <i>Agricultura</i> — Concede à Social S. A. — Mineração Intercâmbio Comercial e Industrial autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no D.O. de 3-9-52. Ret. no D.O. de 13-9-52. Rep. no D.O. de 23-9-52	106
31.213 — <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues Coelho a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 2 de agosto de 1952.	104	31.218 — <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Concede à Sociedade Comercial e Produtora Agromineira Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no D.O. de 9-8-52	107
31.214 — De 30 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Matos Júnior, a pesquisar calcário, mármore e associados no município		31.219 — <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Renova o Decreto n.º 27.689, de 11 de janeiro de 1950. — Publicado no D.O. de 2-8-52	107
		31.220 — <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Luís Guedes de Amorim a pesquisar quartzo e associados, no município de Barra do Garça, Estado de Mato Grosso. Pub. no D.O. de 4-8-52	107
		31.221 — <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Richard	

Págs.		Págs.
	Paul Júnior a pesquisar minérios de ferro, no município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Pub. no <i>D.O.</i> de 4 de agosto de 1952	108
31.222	— <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Fraim Procópio dos Santos, a pesquisar calcário e associados, no município de Arcos, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-8-52	108
31.223	— <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Autoriza a empresa de mineração Gastão Müller & Cia. S. A. a pesquisar minério de ferro e associados no município de Colombo, Estado do Paraná. Publicado no <i>D.O.</i> de 4 de agosto de 1952.	109
31.224	— <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro João Machado Lobo a pesquisar minério de ouro e associados, no município de Jacobina, Estado da Bahia. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-8-52	110
31.225	— <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Autoriza os cidadãos brasileiros Ulisses da Trindade e Milton da Trindade a pesquisar calcário, no município de Candéias, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 4-8-52	110
31.226	— <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Abílio Conrado a pesquisar caulim e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D.O.</i> de 4 de agosto de 1952.	111
31.227	— <i>Agricultura</i> — De 30 de julho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro José de Campos Melo a pesquisar areia quartzosa e associados, no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-8-52	111
31.228	— <i>Fazenda</i> — De 31 de julho de 1952. — Autoriza a instalação de filial de banco estrangeiro. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-8-52	112
31.229	— <i>Agricultura</i> — De 31 de julho de 1952. — Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-8-52	112
31.230	— <i>Justiça</i> — De 31 de julho de 1952. — Modifica os artigos 9.º, 16, 18, 26 e 185, parágrafo 1.º do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, anexo ao Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 4-8-52	112
31.231	— <i>Fazenda</i> — De 1 de agosto de 1952. — Autoriza Francisco de Araújo Neto a comprar pedras preciosas. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-52	114
31.232	— <i>Aeronáutica</i> — De 1 de agosto de 1952. — Transfere de sede Unidades da Força Aérea Brasileira. Publicado no <i>D.O.</i> de 5-8-52	114
31.233	— <i>Aeronáutica</i> — De 1 de agosto de 1952. — Declara de utilidade pública, para desapropriação, terreno que menciona, necessário às instalações da Guarnição Aeronáutica de Recife, Estado de Pernambuco. Pub. no <i>D.O.</i> de 5 de agosto de 1952.	114
31.234	— <i>Viação</i> — De 1 de agosto de 1952. — Outorga concessão à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco para instalar quatro estações radiotelegráficas. Pub. no <i>D.O.</i> de 22-8-52	114

	Págs.	Págs.
31.235 — <i>Viação — Trabalho</i> — De 6 de agosto de 1952. — Aprova nova tabela de pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro e das outras providências. Pub. no D.O. de 8 de agosto de 1952.	115	ideal de domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Pub. no D.O. de 6 de setembro de 1952.
31.236 — <i>Justiça</i> — De 6 de agosto de 1952. — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a área de terreno, situada no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro e destinada à construção da adutora do Rio Guandu. Pub. no D.O. de 8 de agosto de 1952.	143	31.242 — De 7 de agosto de 1952 — Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia Força e Luz de Morada. Ainda não foi publicado no D. O., por falta de pagamento.
31.237 — <i>Agricultura</i> — De 6 de agosto de 1952. — Declara caduco o Decreto n.º 25.048, de 2 de junho de 1948. Publicado no D.O. de 8 de agosto de 1952.	143	31.243 — <i>Agricultura</i> — De 7 de agosto de 1952 — Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa de Eletricidade Luz e Força de Araranguá S. A. Publicado no D. O. de 22-8-1952.
31.238 — <i>Agricultura</i> — De 6 de agosto de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Hilário Olímpio da Cunha a pesquisar mica e associados no município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 8 de agosto de 1952.	143	31.244 — <i>Agricultura</i> — De 7 de agosto de 1952 — Concede à Cal Fortaleza S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de agosto de 1952.
31.239 — <i>Agricultura</i> — De 6 de agosto de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Conrado Filho a pesquisar caulim e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 8 de agosto de 1952.	144	31.245 — <i>Agricultura</i> — De 7 de agosto de 1952 — Concede à Cia. Agrícola e Industrial Boa Vista autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no D. O. de 18-8-52.
31.240 — <i>Agricultura</i> — De 6 de agosto de 1952. — Autoriza a Companhia Indústrias Reunidas Olinda "Ciro" a lavar fosforita, no município de Olinda, Estado de Pernambuco. Publicado no D.O. de 8 de agosto de 1952.	144	31.246 — <i>Agricultura</i> — De 7 de agosto de 1951 — Concede à Cimento Santa Rita Sociedade Anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no D. O. de 18-8-52.
31.241 — <i>Fazenda</i> — De 7 de agosto de 1952. — Autoriza estrangeiro a adquirir fração		31.247 — <i>Agricultura</i> — De 7 de agosto de 1952 — Concede à Mineração Bonfim Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no D. O. de 14 de agosto de 1952.
		31.248 — <i>Agricultura</i> — De 7 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Pe-

	Págs.		Págs.
dro Marques dos Santos a pesquisar calcário e associados, no município de Prados, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 9-8-52	147	31.256 — De 8 de agosto de 1952. — Concede autorização para a constituição da Cooperativa Banco Comercial de Niterói Limitada, com sede no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	151
31.249 — <i>Agricultura</i> — De 7 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Ferdinando Matarazzo a pesquisar talco, calcário, dolomita e associados, no município de Itararé, Estado de São Paulo. Pub. no D.O. de 9-8-52 ...	147	31.257 — <i>Agricultura</i> — De 8 de agosto de 1952. — Concede autorização para a constituição da Cooperativa de Crédito dos Funcionários do Banco do Brasil S. A., de Responsabilidade Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal. Publicado no D. O. de 2-10-52 ..	151
31.250 — <i>Agricultura</i> — De 7 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Rodrigues de Rezende a pesquisar quartzo, minério de manganês e associados, no município de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 9-8-52	148	31.258 — <i>Viação</i> — De 8 de agosto de 1952. — Substitui o art. 30 e seus parágrafos do Regulamento do Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto n.º 7.847, de 16 de setembro de 1941. Publicado no D. O. de 8-8-52	151
31.251 — <i>Agricultura</i> — De 7 de agosto de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Marques dos Santos a pesquisar calcário e associados, no município de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 9-8-52	149	31.259 — <i>Trabalho</i> — De 11 de agosto de 1952. — Aprova o Regulamento da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo. Publicado no D. O. de 14-8-52 ...	151
31.252 — <i>Agricultura</i> — De 7 de agosto de 1952. — Autoriza a Prefeitura Municipal de Barbacena a ampliar suas instalações e dá outras providências. Pub. no D. O. de 22 de agosto de 1952	149	31.260 — <i>Viação</i> — De 11 de agosto de 1952. — Outorga concessão à Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional, para instalar um transmissor de 500 watts na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Publicado no D.O. de 17-9-52 ...	160
31.253 — <i>Fazenda</i> — De 7 de agosto de 1952. — Suprime cargo extinto. Pub. no D.O. de 8-8-52	150	31.261 — De 11 de agosto de 1952. — Outorga concessão à Rádio Sociedade Gaúcha Sociedade Anônima, para estabelecer quatro transmissores de ondas curtas em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Ainda não foi publicado no D. O. por falta de pagamento	160
31.254 — <i>Fazenda</i> — De 7 de agosto de 1952. — Suprime Cargo extinto. Pub. no D.O. de 8-8-52	150		
31.255 — <i>Trabalho</i> — De 7 de agosto de 1952. — Concede à sociedade "A. Miranda Corrêa & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Publicado no D. O. de 20-8-52	150		

	Págs	Págs.	
31.262 — <i>Viação</i> — De 11 de agosto de 1952. — Declara de utilidade pública, para desapropriação, a faixa de terreno e respectivas benfeitorias, compreendidas entre os quilômetros 0 a 30 da ligação ferroviária Coatiara a Patos de Minas. Pub. no <i>D. O.</i> de 13 de agosto de 1952	160	gipsita, no município de Ara- co. Pub. no <i>D. O.</i> de 18 de agosto de 1952 163	
31.263 — <i>Viação</i> — De 11 de agosto de 1952. — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, terreno necessário à construção do sistema de oleodutos Santos - São Paulo. Publicado no <i>D.O.</i> de 13-8-52	161	31.268 — De 13 de agosto de 1952. — Concede autorização para constituição da Cooperativa de Crédito dos Bancários de Niterói Limitada, com sede na cidade de Niterói, município do mesmo nome, no Estado do Rio de Janeiro. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento 164	
31.264 — <i>Agricultura</i> — De 12 de agosto de 1952. — Outorga a Coutinho & Pena concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira Sumidouro, no rio Sacramento, distrito e município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 5 de setembro de 1952	161	31.269 — <i>Agricultura</i> — De 13 de agosto de 1952. — Autoriza a cidadã brasileira Luzia Batista Hatem a pesquisar mica e associados, nos municípios de Conselheiro Pena e Galiléia, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D.O.</i> de 18 de agosto de 1952 164	
31.265 — <i>Justiça</i> — De 12 de agosto de 1952. — Declara de utilidade pública a Associação dos Ferroviários Sul Rio-Grandenses, com sede em Pôrto Alegre. Publicado no <i>D.O.</i> de 14 de agosto de 1952	162	31.270 — <i>Agricultura</i> — De 13 de agosto de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro José Vieira dos Santos a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Ataléia, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D.O.</i> de 18-8-52 164	
31.266 — <i>Marinha</i> — De 12 de agosto de 1952 — Dá nova redação à alínea "a" do artigo 4.º do Regulamento para a Diretoria de Saúde Naval, aprovado e mandado executar pelo Decreto n.º 18.506, de 27 de abril de 1945. Publicado no <i>D.O.</i> de 14-8-52 ..	163	31.271 — <i>Agricultura</i> — De 13 de agosto de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Ferreira Gomes a pesquisar quartzo e ametista no município de Coripós, Estado de Pernambuco. Pub. no <i>D. O.</i> de 18 de agosto de 1952 165	
31.267 — <i>Agricultura</i> — De 13 de agosto de 1952. — Autoriza a Sociedade Mineradora Ponta da Serra Ltda., a lavrar gipsita, no município de Ara-		31.272 — <i>Agricultura</i> — De 13 de agosto de 1952. — Autoriza a cidadã brasileira Maria Elvira da Silva a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 18 de agosto de 1952 165	
		31.273 — <i>Agricultura</i> — De 13 de agosto de 1952. — Autoriza os cidadãos brasileiros Ti-	

Pags.		Pags.	
	to de Oliveira Lima e Alberto Tórres Filho a lavar mica no município de Santa Maria de Suassuí, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 18 de agosto de 1952	165	
31.274	— <i>Agricultura</i> — De 13 de agosto de 1952. — Autoriza a cidadã brasileira Armin da Bruschini Zelante a lavar águas minerais, termais e gasosas no município de Serra Negra, Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 18-8-52 ..	166	
31.275	— <i>Viação</i> — De 13 de agosto de 1952. — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária para a construção de uma variante na linha Passo Fundo-Guaporé-Barra do Jacaré, no Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no D. O. de 18-8-52 ..	167	
31.276	— <i>Viação</i> — De 13 de agosto de 1952. — Aprova o projeto e orçamento para construção de uma variante na ligação ferroviária Passo Fundo — Guaporé-Barra do Jacaré, no Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no D.O. de 18 de agosto de 1952	168	
31.277	— <i>Viação</i> — De 13 de agosto de 1952. — Aprova novos projetos e orçamentos para obras na Estação de Cruz Alta, da Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 18-8-52 ..	168	
31.278	— <i>Aeronáutica</i> — De 14 de agosto de 1952. — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Aeronáutica. Publicado no D.O. de 18-8-52 ...	169	
31.279	— <i>Viação</i> — De 14 de agosto de 1952. — Aprova projetos e orçamentos para obras a serem executadas na esplanada de Corumbá, Esta-		do de Mato Grosso. Publicado no D.O. de 18-8-52
		169	
31.280	— <i>Fazenda</i> — De 14 de agosto de 1952. — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado na Rua Buarque de Macedo, município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D. O. de 18-8-52 ...	169	
31.281	— <i>Fazenda</i> — De 14 de agosto de 1952. — Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital Federal. Publicado no D. O. de 20-8-52 ..	170	
31.282	— <i>Fazenda</i> — De 14 de agosto de 1952. — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. Pub. no D. O. de 29-8-52 ..	170	
31.283	— <i>Fazenda</i> — De 14 de agosto de 1952. — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Publicado no D.O. de 19-8-52 ..	170	
31.284	— <i>Fazenda</i> — De 14 de agosto de 1952. — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República. Pub. no D. O. de 13 de setembro de 1952	171	
31.285	— <i>Fazenda</i> — De 14 de agosto de 1952. — Autoriza Samuel Wolf Marynowier a comprar pedras preciosas. Pub. no D. O. de 21-8-52 ..	171	
31.286	— <i>Fazenda</i> — De 14 de agosto de 1952. — Autoriza Manoel Ferreira Borges a comprar pedras preciosas. Pub. no D. O. de 28-8-52 ...	171	

	Pags.		Pags.
31.287. — <i>Exterior</i> — De 18 de agosto de 1952. — Cria o Consulado de carreira do Brasil em Hong-Kong. Publicado no D.O. de 20-8-52	171	31.294. — <i>Viação</i> — De 18 de agosto de 1952. — Suprime cargo extinto. Pub. no D. O. de 20-8-52	176
31.288. — <i>Marinha</i> — De 18 de agosto de 1952. — Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto n.º 28.703, de 2 de outubro de 1950. Publicado no D.O. de 20-8-52	171	31.295. — <i>Viação</i> — De 18 de agosto de 1952. — Suprime cargos extintos. Publicado no D. O. de 20-8-52	176
31.289. — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — De 18 de agosto de 1952. — Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 14.400.000,00, para ocorrer à despesa que especifica. Pub. no D.O. de 20-8-52 ..	174	31.296. — <i>Viação</i> — De 18 de agosto de 1952. — Suprime cargos extintos. Publicado no D. O. de 20-8-52	176
31.290. — <i>Justiça</i> — De 18 de agosto de 1952. — Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terrenos de propriedade da Prefeitura Municipal de Monte Azul, no Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 20 de agosto de 1952	174	31.297. — <i>Viação</i> — De 18 de agosto de 1952. — Suprime cargos extintos. Publicado no D. O. de 20-8-52	177
31.291. — <i>Agricultura</i> — De 18 de agosto de 1952. — Autoriza a Empresa Fôrça e Luz de Santa Catarina S. A. a construir uma barragem no lugar denominado Alto Rio Cedros, município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Pub. no D.O. de 29-8-52	175	31.298. — <i>Educação</i> — De 19 de agosto de 1952. — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde. Publicado no D.O. de 21-8-52	177
31.292. — <i>Agricultura</i> — De 18 de agosto de 1952. — Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à passagem de linha de transmissão e autoriza a Sociedade Anônima Central Elétrica Rio Claro a promover a desapropriação. Pub. no D. O. de 28 de agosto de 1952	175	31.299. — <i>Viação</i> — De 19 de agosto de 1952. — Suprime cargo extinto. Publicado no D.O. de 21-8-52	177
31.293. — <i>Viação</i> — De 18 de agosto de 1952. — Suprime cargo extinto. Publicado no D. O. de 20-8-52	175	31.300. — <i>Viação</i> — De 19 de agosto de 1952. — Suprime cargo extinto. Publicado no D. O. de 21-8-52	177
		31.301. — <i>Viação</i> — De 19 de agosto de 1952. — Suprime cargo extinto. Pub. no D.O. de 21-8-52	178
		31.302. — <i>Viação</i> — De 19 de agosto de 1952. — Suprime cargo extinto. — Publicado no D. O. de 21-8-52	178
		31.303. — <i>Viação</i> — De 19 de agosto de 1952. — Suprime cargo extinto. Publicado no D. O. de 21-8-52	178
		31.304. — <i>Viação</i> — De 19 de agosto de 1952. — Suprime cargo extinto. Publicado no O. O. de 21-8-52	178

Págs.	Págs.
31.305 — <i>Viação</i> — De 19 de agosto de 1952. — Suprime cargo extinto. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-8-52 179	ro 29.588, de 28 de maio de 1951. Pub. no <i>D. O.</i> de 22 de agosto de 1952 180
31.306 — <i>Viação</i> — De 19 de agosto de 1952. — Suprime cargos extintos. Publicado no <i>D. O.</i> de 21-8-52 179	31.313 — <i>Agricultura</i> — De 20 de agosto de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro José Mendes de Sousa a lavrar calcário no município de Lavras, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D.O.</i> de 22 de agosto de 1952 181
31.307 — <i>Exterior</i> — De 20 de agosto de 1952. — Promulga o Protocolo de Annecy sobre os Termos de Adesão ao Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, firmado em Annecy, a 10 de outubro de 1949. Pub. no <i>D. O.</i> de 25 de agosto de 1952 179	31.314 — <i>Agricultura</i> — De 20 de agosto de 1952 — Autoriza a Companhia Mineira de Cimento Portland S. A. (Co Minci S. A.) a lavrar calcário no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de agosto de 1952 182
31.308 — <i>Agricultura</i> — De 20 de agosto de 1952. — Concede à União Americana de Mineração Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no <i>D. O.</i> de 25-9-52 179	31.315 — <i>Fazenda</i> — De 21 de agosto de 1952 — Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de setembro de 1952 182
31.309 — <i>Agricultura</i> — De 20 de agosto de 1952. — Concede à Água Platina Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no <i>D. O.</i> de 28-8-52 180	31.316 — <i>Agricultura</i> — De 21 de agosto de 1952 — Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a pesquisar carvão mineral, no Município de Orleans, Estado de Santa Catarina. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952 183
31.310 — <i>Agricultura</i> — De 20 de agosto de 1952. — Concede à Beneficiadora de Minérios Itabirito Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no <i>D. O.</i> de 3-9-52 180	31.317 — <i>Agricultura</i> — De 21 de agosto de 1952 — Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a pesquisar carvão mineral, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952 183
31.311 — <i>Agricultura</i> — De 20 de agosto de 1952. — Concede autorização para constituição do Banco de Crédito da Capital Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com sede no Distrito Federal. Pub. no <i>D. O.</i> de 28 de agosto de 1952 180	31.318 — <i>Agricultura</i> — De 21 de agosto de 1952 — Autoriza a Carbonífera Cocal, Limitada a pesquisar carvão mineral, no município de Urussanga, Estado
31.312 — <i>Agricultura</i> — De 20 de agosto de 1952. — Renova, retificando, o decreto núme-	

	Págs.		Págs.
de Santa Catarina. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952	184	pio de Cristalina, Estado de Goiás. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952	187
31.319 — Agricultura — De 21 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Manuelito Gomes da Silva a pesquisar água mineral, no município de João Pessoa, Estado da Paraíba. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952	184	31.325 — Agricultura — De 21 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro José Raul Alves Nascimento a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952	187
31.320 — Agricultura — De 21 de agosto de 1952 — Autoriza a cidadã brasileira Alda Arruda Carat a pesquisar talco-xisto, quartzito, calcário e associados no município de Santana de Paranaíba, Estado de São Paulo. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952	185	31.326 — Agricultura — De 21 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Egon Fischer a pesquisar minério de manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952	187
31.321 — Agricultura — De 21 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Egon Fischer a pesquisar minério de manganês e associados no Município de Saúde, Estado da Bahia. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952	185	31.327 — Agricultura — De 21 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Cesarino Vitorino da Silva a pesquisar areia quartzosa, no município de São Paulo. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952	188
31.322 — Agricultura — De 21 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro José Raul Alves Nascimento a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952	186	31.328 — Agricultura — De 21 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Antenor Pereira de São Joaquim a pesquisar calcário e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952	188
31.323 — Agricultura — De 21 de agosto de 1952 — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 23 de agosto de 1952 .	186	31.329 — Agricultura — De 22 de agosto de 1952 — Aprova novas especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação de fibras de sisal e piteira. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952	189
31.324 — Agricultura — De 21 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Cândido Trancoso Sobrinho a pesquisar quartzo e associados no município		31.330 — Viação — De 25 de agosto de 1952 — Outorga concessão à Sociedade Rádio Clube de Varginha Limitada para es	

Págs.	Págs.
tabelecer uma estação radiodifusora de frequência tropical. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de setembro de 1952 193	de do Sul, as águas do rio Ackermann. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 27 de agosto de 1952 195
31.331 — <i>Viação</i> — De 25 de agosto de 1952. Outorga concessão à Sociedade Rádio Clube de Varginha Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13 de setembro de 1952 193	31.337 — <i>Agricultura</i> — De 25 de agosto de 1952 — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Rio Grande do Sul, as águas do rio Santa Lúcia. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 27 de agosto de 1952 195
31.332 — <i>Viação</i> — De 25 de agosto de 1952 — Suprime cargo extinto. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 27 de agosto de 1952 194	31.338 — <i>Fazenda</i> — De 26 de agosto de 1952 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 894.319,00, para o fim que especifica. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 28 de agosto de 1952 . 195
31.333 — <i>Viação</i> — De 25 de agosto de 1952 — Suprime cargo extinto. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 27 de agosto de 1952 194	31.339 — <i>Guerra-Fazenda</i> — De 26 de agosto de 1952 — Dá nova redação ao artigo 2.º, do Decreto n.º 30.388, de 12 de janeiro de 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 28 de agosto de 1952 196
31.334 — <i>Trabalho</i> — De 25 de agosto de 1952 — Concede permissão às seções de serragem de mármore da Industrial de Mármore Brasília S. A. para funcionar aos domingos e feriados. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 27 de agosto de 1952 194	31.340 — <i>Viação</i> — De 26 de agosto de 1952 — Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada para estabelecer, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, uma estação radiodifusora de ondas médias. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 29 de setembro de 1952 196
31.335 — <i>Viação</i> — De 25 de agosto de 1952 — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Água Limpa. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 27 de agosto de 1952 194	31.341 — De 26 de agosto de 1952 — Prorroga, por três anos, a concessão outorgada a Companhia Radiotelegráfica Brasileira para executar serviços radiotelefônico público inter-
31.336 — <i>Agricultura</i> — De 25 de agosto de 1952 — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Gran-	

	Pág.		Pág.
nacional e público restrito internacional.		31.347 — <i>Agricultura</i> — De 27 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro José Paulo Alimonda a lavrar apatita e associados no município de Monteiro, Estado da Paraíba. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de agosto de 1952	201
Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	199	31.348 — <i>Agricultura</i> — De 27 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Benedito de Sousa Godói a lavrar água mineral no município de Lindóia, Estado de S. Paulo, Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de agosto de 1952	202
31.342 — <i>Exterior</i> — De 27 de agosto de 1952 — Suprime o Consulado honorário do Brasil em Caracas. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 29 de agosto de 1952	199	31.349 — <i>Fazenda</i> — De 28 de agosto de 1952 — Revoga o Decreto n.º 18.647, de 5 de maio de 1945. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 30 de agosto de 1952	203
31.343 — <i>Exterior</i> — De 27 de agosto de 1952 — Promulga o Acôrdo sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Líbano assinado no Rio de Janeiro, a 11 de janeiro de 1951. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de agosto de 1952	199	31.350 — <i>Fazenda</i> — De 28 de agosto de 1952 — Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de ocupação de terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 3 de setembro de 1952	203
31.344 — <i>Trabalho</i> — De 27 de agosto de 1952 — Altera o quadro de pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 29 de agosto de 1952	200	31.351 — De 28 de agosto de 1952 — Outorga ao Estado do Paraná concessão para aproveitamento de energia hidráulica no Salto da Ilha existente no rio Braço do Potinga, distrito e município de Mallet, Estado do Paraná, e autoriza a instalar uma usina termoeletrica no mesmo município.	
31.345 — <i>Fazenda</i> — De 27 de agosto de 1952 — Suprime cargo extinto. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 29 de agosto de 1952	200	Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	203
31.346 — <i>Agricultura</i> — De 27 de agosto de 1952 — Autoriza a empresa de mineração Porcelana Real Sociedade Anônima a pesquisar caulim, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 29 de agosto de 1952	200		

Págs.	Págs.
31.352 — <i>Agricultura</i> — De 28 de agosto de 1952 — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Araras, Araras-Cavernoso e Cavernoso. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de agosto de 1952 203	o cidadão brasileiro, José Arger a pesquisar quartzo cerítico, no município de Baependi, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de setembro de 1952 205
31.353 — <i>Agricultura</i> — De 28 de agosto de 1952 — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do Rio Correntes. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 30 de agosto de 1952 204	31.358 — <i>Agricultura</i> — De 28 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro João Gabriel Macari a pesquisar carvão mineral, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 3 de setembro de 1952 205
31.354 — <i>Agricultura</i> — De 28 de agosto de 1952 — Autoriza a cidadã brasileira Célia Petralanda de Sousa a pesquisar caulim, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 3 de setembro de 1952 204	31.359 — <i>Trabalho</i> — De 29 de agosto de 1952 — Aprova o Regimento da Comissão do Enquadramento Sindical. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de setembro de 1952 207
31.355 — <i>Agricultura</i> — De 28 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Aminthas de Carvalho Moura a pesquisar quartzo cerítico, no município de Caeté, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 3 de setembro de 1952 205	31.360 — <i>Agricultura</i> — De 29 de agosto de 1952 — Autoriza a Companhia Energia Elétrica da Bahia a construir uma linha de transmissão, ampliar uma subestação e dá outras providências. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 29 de setembro de 1952 208
31.356 — <i>Agricultura</i> — De 28 de agosto de 1952 — Autoriza o cidadão brasileiro José Arger a pesquisar quartzo cerítico, no município de Baependi, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 3 de setembro de 1952 205	31.361 — <i>Exterior-Fazenda</i> — De 1 de setembro de 1952 — Exclui do regime de liquidação a firma que menciona e dá outras providências. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 3 de setembro de 1952 209
31.357 — <i>Agricultura</i> — De 28 de agosto de 1952 — Autoriza	31.362 — <i>Viação</i> — De 1 de setembro de 1952 — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, terreno

	Pags.		Pags.
necessário à construção do açu- de público "Várzea do Boi", município de Tauá, Estado do Ceará. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 3 de setembro de 1952 . . .	209	31.367 — <i>Trabalho-Fazenda</i> — De 2 de setembro de 1952 — Abre, ao Ministério do Traba- lho, Indústria e Comércio, os créditos especiais que especi- fica. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 2 de setembro de 1952	225
31.363 — <i>Viação</i> — De 1, de setembro de 1952 — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, ter- reno situado no trecho de Sau- dade a Ribeirão da Divisa, mu- nicípio de Barra Mansa, Es- tado do Rio. Pub. no <i>Diário</i> <i>Oficial</i> de 3 de setembro de 1952	210	31.368 — <i>Exterior</i> — De 3 de setembro de 1952 — Cria o Consulado honorário do Brasil em Stuttgart. Pub. no <i>Diário</i> <i>Oficial</i> de 5 de setembro de 1952	225
31.364 — <i>Aeronáutica</i> — De 1 de setembro de 1952 — Aprova o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Pub. no <i>Diário</i> <i>Oficial</i> de 2 de setembro de de 1952. Ret. no <i>Diário Ofi- cial</i> de 18 e 26 de setembro de 1952	210	31.369 — <i>Aeronáutica</i> — De 3 de setembro de 1952 — Supri- me cargo extinto. Pub. no <i>Diá- rio Oficial</i> de 5 de setembro de 1952	226
31.365 — <i>Trabalho</i> — De 2 de setembro de 1952 — Exclui o pessoal do S. A. P. S. das dis- posições do Decreto n.º 5.062, de 27 de dezembro de 1939. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 4 de setembro de 1952	224	31.370 — <i>Aeronáutica</i> — De 3 de setembro de 1952 — Supri- me cargo provisório. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de se- tembro de 1952	226
31.366 — <i>Agricultura</i> — De 2 de setembro de 1952 — Auto- riza a Cia. de Carriz, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Ltda. a construir uma linha de trans- missão entre as localidades de Volta Redonda e Saudade, no município de Barra Mansa, Es- tado do Rio de Janeiro. Pu- blicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de setembro de 1952	224	31.371 — <i>Aeronáutica</i> — De 3 de setembro de 1952 — Supri- me cargo extinto. Pub. no <i>Diá- rio Oficial</i> de 5 de setembro de 1952	226
		31.372 — <i>Agricultura</i> — De 3 de setembro de 1952 — Ou- torga à Prefeitura Municipal de Peixe, Estado de Goiás, con- cessão para distribuir energia elétrica ao município de Peixe, e autoriza a mesma Prefeitura a instalar uma usina termoelé- trica. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 17 de setembro de 1952	226
		31.373 — <i>Agricultura</i> — De 3 de setembro de 1952 — Auto- riza o Serviço de Proteção aos Índios do Ministério da Agri- cultura a pesquisar mica no mu-	

	Pags.	Págs.
nício de Resplendor, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 6 de setembro de 1952	227	
31.374 — <i>Agricultura</i> — De 3 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Adeodato Ferreira da Costa a pesquisar mica e associados no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 6-9-52	228	
31.375 — <i>Agricultura</i> — De 3 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suassuí, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 6-9-52	228	
31.376 — <i>Agricultura</i> — De 3 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro Amâncio a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 6-9-52 ..	229	
31.377 — <i>Agricultura</i> — De 3 de setembro de 1952. — Renova o Decreto n.º 27.530, de 29 de novembro de 1949. Pub. no <i>D. O.</i> de 6-9-52	229	
31.378 — <i>Agricultura</i> — De 3 de setembro de 1952. — Renova o Decreto n.º 27.921, de 27 de março de 1950. Publicado no <i>D. O.</i> de 6-9-52 ..	229	
31.379 — <i>Agricultura</i> — De 3 de setembro de 1952. — Renova o Decreto n.º 27.922 de 27 de março de 1950. Publicado no <i>D. O.</i> de 6-9-52 ..	230	
31.380 — <i>Viação — Marinha</i> — De 4 de setembro de 1952. — Revoga o Decreto n.º 28.735, de 9 de outubro de 1950. Publicado no <i>D. O.</i> de 6-9-52 ..	230	
31.381 — <i>Justiça — Fazenda</i> — De 4 de setembro de 1952. — Abre, ao Poder Judiciário, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, crédito especial de Cr\$ 256.751,50, autorizado pela Lei n.º 1.624, de 13 de junho de 1952. — Publicado no <i>D. O.</i> de 6-9-52	230	
31.382 — <i>Fazenda</i> — De 4 de setembro de 1952. — Extingue Coletoria Federal. Publicado no <i>D. O.</i> de 6-9-52	231	
31.383 — <i>Fazenda</i> — De 4 de setembro de 1952. — Revoga o Decreto n.º 21.883, de 27 de setembro de 1946. Publicado no <i>D. O.</i> de 6-9-52	231	
31.384 — <i>Fazenda</i> — De 4 de setembro de 1952. — Autoriza estrangeiros a adquirir direito de ocupação do terreno que menciona, situado na Capital Federal. Pub. no <i>D. O.</i> de 13 de setembro de 1952	231	
31.385 — <i>Fazenda</i> — De 4 de setembro de 1952. — Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital Federal. Publicado no <i>D. O.</i> de 20-9-52	231	
31.386 — De 4 de setembro de 1952. — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Cruzeiro do Sul Capitalização S. A." Ainda não foi publi-		

	Pags.		Pags.
cado no <i>D. O.</i> por falta de pagamento	232	31.392 — <i>Guerra</i> — De 5 de setembro de 1952. — Designa as funções privativas de Generais de Brigada, em tempo de paz. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-9-52	234
31.387 — <i>Trabalho</i> — De 4 de setembro de 1952. — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Nacional de Seguros Ipiranga. Publicado no <i>D. O.</i> de 12-9-52	232	31.393 — <i>Guerra</i> — De 5 de setembro de 1952. — Constitui, no Exército, com a atual Escola de Paraquedistas e a sua tropa, o Núcleo da Divisão Aereo-Terrestre. Publicado no <i>D. O.</i> de 5-9-52	236
31.388 — <i>Agricultura</i> — De 4 de setembro de 1952. — Concede à Petrasil Sociedade Brasileira de Comércio e Indústria e Minerais Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no <i>D. O.</i> de 24-9-52	232	31.394 — <i>Marinha</i> — De 5 de setembro de 1952. — Revoga o Decreto n.º 20.079, de 30 de novembro de 1945 e restabelece os interstícios previstos no Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada. Publicado no <i>D. O.</i> de 5-9-52	236
31.389 — <i>Agricultura</i> — De 4 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Santos Pupin Neto a pesquisar dolomita e associados, no município de Campo de Jordão, Estado de São Paulo. Publicado no <i>D. O.</i> de 8-9-52	232	31.395 — <i>Trabalho</i> — De 5 de setembro de 1952. — Cria funções provisórias na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências. Publicado no <i>D. O.</i> de 8-9-52	236
31.390 — <i>Agricultura</i> — De 4 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacífico Homem Júnior a lavrar minério de ferro nos municípios de Ouro Preto e Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 8-9-52	233	31.396 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — De 5 de setembro de 1952. — Abre, ao Poder Judiciário, Tribunal de Justiça do Distrito Federal — crédito especial de Cr\$ 269.041,00, para atender aos pagamentos autorizados pela Lei n.º 1.622-A, de 9 de junho de 1952. Publicado no <i>D. O.</i> de 8-9-52	237
31.391 — <i>Agricultura</i> — De 4 de setembro de 1952. — Autoriza a cidadã brasileiro Sofia Rodrigues Cipriano a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suassuí, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 8-9-52	234	31.397 — <i>Agricultura</i> — De 5 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Haroldo Cecili Poland a pesquisar	

	Págs.		Pág.
carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D. O. de 8-9-52	237	clara a caducidade da concessão outorgada à Empresa Elétrica de Sarapuá, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 10-9-52	285
31.398 — Agricultura — De 5 de setembro de 1952. — Autoriza a cidadã brasileira D. Filomena Teixeira de Matos a pesquisar calcário e associados no Município de Matozinhos. Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 8-9-52 ..	238	31.404 — Viação — De 8 de setembro de 1952. — Retifica a bela do Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovada pelo Decreto número 31.235, de 6 de agosto de 1952. Pub. no D.O. de 10 de setembro de 1952	285
31.399 — Agricultura — De 5 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Athos Fontes Ferreira a pesquisar calcário e associados no município de Itapeva. Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 8 de setembro de 1952	238	31.405 — Viação — De 8 de setembro de 1952. — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pelo Departamento de Obras Contra as Secas, terreno necessário à construção do açude público "Poço da Cruz", no município de Moxotó, no Estado de Pernambuco. Pub. no D. O. de 10-9-52	287
31.400 — Marinha — Guerra — Aeronáutica — De 8 de setembro de 1952. — Prorroga o prazo de que trata o item 4 das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 30.790, de 28 de abril de 1952. Publicado no D. O. de 10-9-52	239	31.406 — Viação — De 8 de setembro de 1952 — Suprime cargos extintos. Publicado no D. O. de 10-9-52	287
31.401 — Aeronáutica — De 8 de setembro de 1952. — Dispõe sobre os militares da Aeronáutica, que pela natureza de suas funções são funcionalmente obrigados ao voo. Publicado no D.O. de 10-9-52 ..	239	31.407 — Viação — De 8 de setembro de 1952. — Suprime cargo extinto. Publicado no D. O. de 10-9-52	287
31.402 — Aeronáutica — De 8 de setembro de 1952 — Aprova o Regulamento de Administração da Aeronáutica (R. A. D. A.). Publicado no D.O. de 24-9-52 ..	240	31.408 — Viação — De 8 de setembro de 1952. — Suprime cargo extinto. Publicado no D. O. de 10-9-52	287
31.403 — Agricultura — De 8 de setembro de 1952. — De-		31.409 — Viação — De 8 de setembro de 1952. — Suprime cargos provisórios. Publicado no D. O. de 10-9-52	288
		31.410 — Viação — De 8 de setembro de 1952. — Suprime cargo provisório. Publicado no D. O. de 10-9-52	288

	Págs.		Pág.
31.411 — <i>Viação</i> — De 8 de setembro de 1952. — Suprime cargos extintos. Publicado no D. O. de 10-9-52	288	Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado em Roma, a 25 de janeiro de 1951. — Publicado no D. O. de 18-9-52	291
31.412 — <i>Viação</i> — De 8 de setembro de 1952. — Suprime cargos extintos. Publicado no D. O. de 10-9-52	288	31.420 — <i>Viação</i> — De 10 de setembro de 1952. — Aprova novos projetos e orçamentos para construção da variante de Pedras Altas, da <i>Viação Férrea</i> do Rio Grande do Sul. Publicado no D. O. de 12-9-52	291
31.413 — <i>Viação</i> — De 8 de setembro de 1952. — Suprime cargo provisório. Publicado no D. O. de 10-9-52	289	31.421 — <i>Viação</i> — De 10 de setembro de 1952. — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas necessárias à construção ferroviária que menciona. Publicado no D. O. de 12-9-52	292
31.414 — <i>Viação</i> — De 8 de setembro de 1952. — Suprime cargos extintos. Publicado no D. O. de 10-9-52	289	31.422 — <i>Viação</i> — De 10 de setembro de 1952. — Altera a Tabela Numérica de Pessoal da Comissão de Marinha Mercante. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12-9-52	292
31.415 — <i>Viação</i> — De 8 de setembro de 1952. — Suprime cargo extinto. Publicado no D. O. de 10-9-52	289	31.423 — <i>Viação</i> — <i>Trabalho</i> — De 10 de setembro de 1952. — Considera contribuintes obrigatórios do IPASE os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Publicado no D. O. de 12-9-52	292
31.416 — <i>Agricultura</i> — De 9 de setembro de 1952. Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a construir duas linhas de transmissão, no Estado de São Paulo. Publicado no D. O. de 29-9-52	290	31.424 — <i>Educação</i> — De 10 de setembro de 1952. — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanentes e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde. Publicado no D. O. de 12-9-52	293
31.417 — <i>Justiça</i> — De 9 de setembro de 1952. — Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, com sede no Distrito Federal. Publicado no D. O. de 11-9-52	290	31.425 — <i>Agricultura</i> — De 10 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Anibal Ribeiro Zambelli a pesquisar	
31.418 — <i>Aeronáutica</i> — De 10 de setembro de 1952. — Cria Centros de Instrução Militar no Ministério da Aeronáutica. Publicado no D. O. de 10-9-52 ..	290		
31.419 — <i>Exterior</i> — De 10 de setembro de 1952. — Promulga o Acôrdio sôbre Transportes			

Pág.	Págs.
mica e associados, no município de Virgem da Lapa, Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 15-9-52	293
31.426 — <i>Agricultura</i> — De 10 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Dilermando Rodrigues de Melo a pesquisar mica, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15-9-52	294
31.427 — <i>Agricultura</i> — De 10 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro João Angelo de Oliveira a pesquisar mica e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 15 de setembro de 1952	294
31.428 — <i>Agricultura</i> — De 10 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Ubaldo Sales da Franga a pesquisar mica e associados, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 15-9-52	295
31.429 — <i>Agricultura</i> — De 10 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Luís Antero da Silva a pesquisar mica e associados no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 15-9-52	295
31.430 — <i>Agricultura</i> — De 10 de setembro de 1952. — Autoriza a Companhia Catarinense de Cimento Portland a lavar calcário, no município de Camboriu, Estado de Santa Catarina. Pub. no D. O. de 15 de setembro de 1952	295
31.431 — <i>Agricultura</i> — De 10 de setembro de 1952. — Concede à Cabral's Sociedade Anônima Mineração, Indústria, Comércio — Ensaaiadores e Refinadores, autorização para funcionar como empresa de mineração. — Pub. no D. O. de 15 de setembro de 1952	296
31.432 — <i>Agricultura</i> — De 10 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Wenzel Muller a lavar ocra e pigmentos minerais no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 15-9-52	297
31.433 — <i>Agricultura</i> — De 10 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Amaury Moreira de Sousa a pesquisar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo. Publicado no D. O. de 15-9-52	297
31.434 — <i>Agricultura</i> — De 10 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Moreno de Carvalho a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 15-9-52	298
31.435 — <i>Agricultura</i> — De 10 de setembro de 1952. — Autoriza a Empresa de Mineração, Indústria Brasileira de Mármore Itatinga a pesquisar mármore e associados no município de Mar de Espanha. Publicado no D. O. de 15-9-52 .	298

	Págs.		Págs.
31.436 — <i>Agricultura</i> — De 10 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Felisberto a pesquisar minério de manganês e associados no município de Guacuí, Estado do Espírito Santo. Publicado no D. O. de 15-9-52 ..	299	comprar pedras preciosas. Publicado no D. O. de 15-9-52 ..	300
31.437 — <i>Aeronáutica</i> — <i>Fazenda</i> — De 11 de setembro de 1952. — Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 217.644,00 para pagamento de diferença de proventos ao suboficial reformado Luís de Góes. Publicado no D. O. de 13-9-52	299	31.442 — <i>Trabalho</i> — De 11 de setembro de 1952. — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Garantia". Pub. no D. O. de 26-9-52	301
31.438 — <i>Fazenda</i> — De 11 de setembro de 1952. — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D. O. de 13-9-52	300	31.443 — <i>Educação</i> — De 11 de setembro de 1952. — Concede reconhecimento aos cursos de engenheiros civis eletricitas e industriais da Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pub. no D. O. de 18 de maio de 1952	301
31.439 — <i>Fazenda</i> — De 11 de setembro de 1952. — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.500,00, para o fim que especifica. Pub. no D. O. de 13 de setembro de 1952	300	31.444 — <i>Agricultura</i> — de 11 de setembro de 1952. — Outorga à Prefeitura Municipal de Ijuí concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda d'água denominada Passo de Ajuricaba, município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no D. O. de 25-9-52	301
31.440 — De 11 de setembro de 1952. — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno nacional interior que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no D. O. por falta de pagamento	300	31.445 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — De 12 de setembro de 1952. — Abre ao Ministério das Relações exteriores o crédito especial de Cr\$ 412.076,62 ou US\$ 22.012,64, para pagamento da contribuição do Brasil ao Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde. Pub. no D. O. de 15-9-52	302
31.441 — <i>Fazenda</i> — De 11 de setembro de 1952. — Autoriza Vergílio Martins Gomes a		31.446 — <i>Fazenda</i> — De 12 de setembro de 1952. — Dispõe sobre a organização das empre-	

Pág.		Pág.
	sas incorporadas ao patrimônio nacional e dá outras providências. Pub. no <i>D.O.</i> de 15 de setembro de 1952	303
31.447	— De 12 de setembro de 1952. — Autoriza concessão à Rádio Clube Paranaense Limitada para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	304
31.448	— <i>Viação</i> — De 12 de setembro de 1952 — Altera o Decreto n.º 31.057, de 30 de junho de 1952, que outorgou concessão à Fundação Caspar Líbero para estabelecer um transmissor de radiofusão de ondas curtas. Pub. no <i>D.O.</i> de 2-10-52	304
31.449	— <i>Viação</i> — De 12 de setembro de 1952. — Outorga concessão à Rádio Bandeirantes S.A. para estabelecer um transmissor de ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D.O.</i> de 26-9-52	305
31.450	— De 12 de setembro de 1952. — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Mauá, Companhia de Seguros Gerais. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	307
31.451	— <i>Trabalho</i> — De 12 de setembro de 1952. — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da Companhia Roche-	
	do de Seguros. Pub. no <i>D.O.</i> de 23-9-52	307
31.452	— <i>Guerra</i> — De 13 de setembro de 1952. Designa as sedes dos Comandos das Divisões de Infantaria e das Infantarias e Artilharias Divisionárias em tempo de paz. Pub. no <i>D.O.</i> de 17-9-52	307
31.453	— De 13 de setembro de 1952. — Autoriza a Usina Açucarenra Ester S. A. a ampliar suas instalações hidrelétricas. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	308
31.454	— De 13 de setembro de 1952. — Outorga à Prefeitura Municipal de Petrolândia concessão para a distribuição de energia elétrica.	
	Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento.	
31.455	— De 13 de setembro de 1952. — Autoriza a Empresa Fôrça e Luz São Sebastião Ltda. a ampliar suas instalações hidrelétricas. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	308
31.456	— De 13 de setembro de 1952. — Outorga à Companhia de Cimento Portland Maringa concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Salto da Barra, existente no rio Apiaí-Guaçu, distrito e município de Itapeva, Estado de São Paulo. Ainda não foi publicado no <i>Diá-</i>	

	Pág.		Pág.
<i>rio Oficial</i> por falta de pagamento	308	do domínio do Estado do Espírito Santo as águas do Rio Tabocas. Pub. no <i>D.O.</i> de 18-9-52	310
31.457 — <i>Guerra</i> — De 13 de setembro de 1952. — Fixa o prazo de validade dos Decretos 30.762, 30.922 e 31.012, de 14 de abril, 29 de maio e 19 de junho do corrente ano, respectivamente. Pub. no <i>D.O.</i> de 16-9-52	308	31.463 — <i>Agricultura</i> — De 16 de setembro de 1952. — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Santo Antônio, Bonito e Bonito. Pub. no <i>D.O.</i> de 18-9-52	310
31.458 — <i>Agricultura</i> — De 13 de setembro de 1952. — Anula o decreto n.º 27.581, de 14 de dezembro de 1949. Pub. no <i>D.O.</i> de 16-9-52	309	31.464 — De 16 de setembro de 1952. — Autoriza o Estado de Minas Gerais a construir linhas de transmissão entre Marzagânia e Roça Grande e entre Sabará e Caeté, no Estado. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	310
31.459 — <i>Agricultura</i> — De 13 de setembro de 1952. — Anula o decreto n.º 26.202, de 15 de janeiro de 1949. Pub. no <i>D.O.</i> de 16-5-52	309	31.465 — <i>Agricultura</i> — De 17 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Ludovino Nola Machado a pesquisar água mineral no município de Itaverá, Estado do Rio de Janeiro. — Pub. no <i>D.D.</i> de 20-9-52	310
31.460 — <i>Agricultura</i> — De 13 de setembro de 1952. — Renova o Decreto n.º 24.761, de 6 de abril de 1948. Pub. no <i>D.O.</i> de 16-9-52	309	31.466 — <i>Agricultura</i> — De 17 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Lucas Evangelista Rodrigues a pesquisar Ardósia e associados no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D.O.</i> de 20-9-52	311
31.460 — <i>Agricultura</i> — De 13 de setembro de 1952. — Renova o Decreto n.º 24.761, de 6 de abril de 1948. Pub. no <i>D.O.</i> de 16-9-52	309	31.467 — <i>Agricultura</i> — De 17 de setembro de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Roberto Pinheiro Tôres a pesquisar mica, quartzo, pedras coradas e associados, no muni-	
31.461 — <i>Fazenda</i> — De 16 de setembro de 1952. — Abre, ao Poder Judiciário, crédito especial de Cr\$ 54.060,00, para pagamento de despesa a que se refere a Lei n.º 1.630, de 24 de junho de 1952. Pub. no <i>D.O.</i> de 18-9-52	309		
31.462 — <i>Agricultura</i> — De 16 de setembro de 1952. — Declara públicas de uso comum			

Pág.	Pág.
cípio de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 20-9-52	312
31.468 — Agricultura — Fazenda — De 17 de setembro de 1952. — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para o fim que especifica. Pub. no D.O. de 19-9-52	312
31.469 — Educação — De 17 de setembro de 1952. — Modifica o Regimento do Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde. Pub. no D.O. de 19-9-52	313
31.470 — Agricultura — De 17 de setembro de 1952. — Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados, nos municípios de Nova Lima e Brumadinho, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 20-9-52	313
31.471 — De 18 de setembro de 1952. — Concede a "Navunidos Navegação Sociedade Anônima" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	313
31.472 — De 18 de setembro de 1952. — Concede à sociedade anônima "Standard Oil Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	314
31.473 — De 18 de setembro de 1952. — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de "The Home Insurance Company". Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	314
31.414 — Fazenda — De 18 de setembro de 1952. — Extingue Coletoria Federal. Pub. no D.O. de 20-9-52	314
31.475 — De 18 de setembro de 1952. — Aprova alteração introduzida nos Estatutos, referente ao aumento de capital, da Sul América Capitalização S. A. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	314
31.476 — Trabalho — De 18 de setembro de 1952. — Concede à sociedade "MAG — Navegação e Comércio Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Pub. no D.O. de 25-9-52	314
31.477 — Guerra — Exterior — Fazenda — Viação — Agricultura — Educação — Trabalho — De 18 de setembro de 1952. — Regulamenta a Lei número 1.584, de 27 de março de 1952. Pub. no D.O. de 20-9-52	314
31.478 — De 18 de setembro de 1952. — Autoriza estrangeira a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha, que menciona, situado na Capital de República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	316

	Págs.		Págs.
31.479 — <i>Trabalho</i> — De 18 de setembro de 1952. — Dispõe sobre o cumprimento da Lei n.º 1.095, de 3 de maio de 1950, com relação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Pub. no D.O. de 20-9-52	317	Central Elétrica Rio Claro a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Rio Claro de Limeira, no Estado de São Paulo. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	324
31.480 — <i>Trabalho</i> — De 18 de setembro de 1952. — Regula o art. 10, § 3.º, da Lei n.º 1.599, de 9 de maio de 1952. Pub. no D.O. de 20 de setembro de 1952	322	31.485 — <i>Agricultura</i> — De 19 de setembro de 1952. — Declara de utilidade pública uma faixa de terras destinada à passagem da linha tronco de transmissão de energia elétrica de 220 kv da Companhia Hidro-elétrica de São Francisco, de Paulo Afonso e Recife (Linha Norte), e autoriza a referida Companhia a promover a desapropriação. Pub. no D.O. de 25-9-52	324
31.481 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — De 18 de setembro de 1952. — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para custear a instalação de uma usina termoeletrica em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no D.O. de 20-9-52	322	31.486 — De 19 de setembro de 1952. — Outorga concessão à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	331
31.482 — <i>Agricultura</i> — De 19 de setembro de 1952. — Autoriza a Companhia Luz e Força Hulha Branca a construir novo trecho de linha de transmissão no município de Curvelo, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 2-10-52	323	31.487 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — De 19 de setembro de 1952. — Estende à cêra de carnaúba da produção nacional da safra de 1952-1953 os preços mínimos e demais dispositivos do Decreto número 30.899, de 23 de maio de maio de 1952. Pub. no D.O. de 23-9-52	331
31.483 — <i>Agricultura</i> — De 19 de setembro de 1952. — Autoriza a Companhia Luz e Força Hulha Branca a construir uma linha de transmissão entre o município de Curvelo e a localidade de Gustavo da Silveira, no Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 2-10-52 ..	324		
31.484 — De 19 de setembro de 1952. — Autoriza a S. A.			

Pág.	Pág.
31.488 — <i>Aeronáutica</i> — De 19 de setembro de 1952. — Aprova o Regulamento do Curso de Oficiais Especialistas. Pub. no <i>D.O.</i> de 30-9-52 331	no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento 353
31.489 — <i>Fazenda</i> — De 30 de setembro de 1952. — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>D.O.</i> de 2-10-52 353	31.491 — De 30 de setembro de 1952. — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento 353
31.490 — De 30 de setembro de 1952. — Autoriza sociedade anônima estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado	31.492 — <i>Fazenda</i> — De 30 de setembro de 1952. — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$. 6.000.000,00, destinado a auxiliar o Clube de Engenharia na construção do edifício de sua sede. Pub. no <i>D.O.</i> de 1-10-52 353

Índice do Apenso

Pág.	Pág.
28.764 — <i>Agricultura</i> — De 16 de outubro de 1950. — Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar caulim e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais. Rep. no <i>D.O.</i> de 15-7-52 357	ga à Prefeitura Municipal do Rio de Contas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Casa Branca, no rio Brumado, distrito da sede do Município de Rio de Contas, Estado da Bahia. Pub. no <i>D.O.</i> de 14-8-52 358
30.125 — <i>Fazenda</i> — De 1 de novembro de 1951. — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$. 30.705,00 para pagamento de despesas que especifica. Pub. no <i>D.O.</i> de 23-9-52 .. 358	30.506 — <i>Agricultura</i> — De 5 de fevereiro de 1952. — Outorga à Companhia Hidro-Elétrica Santa Branca S.A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no rio Santana, na localidade denominada Santa Branca, no 5.º Distrito

	Pág.		Pág.
do município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>D.O.</i> de 29-9-52	360	tintos. Ret. no <i>D.O.</i> de 25 de agosto de 1952	492
30.508 — <i>Educação</i> — De 5 de fevereiro de 1952. — Concede reconhecimento à Escola Técnica da Bauru. Pub. no <i>D.O.</i> de 11-7-52	362	30.894 — <i>Fazenda</i> — De 22 de maio de 1952. — Autoriza estrangeiro a adquirir e domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Pub. no <i>D.O.</i> de 7-7-52	492
30.557 — <i>Agricultura</i> — De 15 de fevereiro de 1952. — Outorga à Prefeitura Municipal de Jequitibá ou empresa que organizar, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município de Jequitibá, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D.O.</i> de 18-7-52	363	30.926 — <i>Fazenda</i> — De 30 de maio de 1952. — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República. Pub. no <i>D.O.</i> de 19-8-52 ...	492
30.649 — <i>Agricultura</i> — De 20 de março de 1952. — Concede à Corradí & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no <i>D.O.</i> de 3-7-52	363	30.927 — <i>Fazenda</i> — De 30 de maio de 1952. — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil dos terrenos de marinha que menciona, situado na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>D.O.</i> de 7-7-52	492
30.690 — <i>Agricultura</i> — De 28 de março de 1952. — Outorga concessão à Empresa Hidro-Elétrica Jaguari S. A. para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Jaguari, entre os municípios de Campinas e Pedreira, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. Pub. no <i>D.O.</i> de 10-7-52 ...	363	30.935 — <i>Viação</i> — De 2 de junho de 1952. — Outorga concessão à Empresa "S.A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense — "Varig" para instalar uma estação de radiofarol na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no <i>D.O.</i> de 25 de setembro de 1952	493
30.691 — <i>Agricultura</i> — De 29 de março de 1952. — Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Pub. no <i>D.O.</i> de 7-7-52	365	30.944 — <i>Viação</i> — De 5 de junho de 1952. — Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos, para instalar uma estação radiotelegráfica na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná. Pub. no <i>D.O.</i> de 27-8-52	493
30.760 — De 14 de abril de 1952. — Suprime cargos ex-			

Pág.	Pág.
30.946 — <i>Viação</i> — De 5 de junho de 1952. — Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal. Pub. no D.O. de 25-8-52 ..	493
30.949 — <i>Agricultura</i> — De 6 de junho de 1952. — Autoriza a Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem da Juta S. A. a instalar uma usina termoeleétrica na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para uso exclusivo. Pub no D.O. de 22-7-52	494
30.953 — <i>Trabalho</i> — De 6 de junho de 1952. — Concede à sociedade "Dausacker & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Pub. no D.O. de 8-8-52	494
30.960 — <i>Agricultura</i> — De 9 de junho de 1952. — Outorga à Companhia Nacional de Mineração de Carvão de Barro Branco, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Tubarão, município de Orleans, Estado de Santa Catarina. Pub. no D.O. de 18 de julho de 1952	494
30.982 — <i>Trabalho</i> — De 13 de junho de 1952. — Concede à "Empresa Paulista de Navegação, Indústria e Comércio Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Pub. no D.O. de 9-7-52	495
30.987 — <i>Fazenda</i> — De 16 de junho de 1952. — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Pub. no D.O. de 7-7-52	496
30.988 — <i>Fazenda</i> — De 16 de junho de 1952. — Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de acréscido de marinha, que menciona, situado na Capital da República. Pub. no D.O. de 16-7-52	496
30.993 — <i>Viação</i> — De 17 de junho de 1952. — Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos, para instalar uma estação de radiofarol movel, na cidade de Londrina, Estado do Paraná. Pub. no D.O. de 27-8-52	496
31.005 — <i>Agricultura</i> — De 18 de junho de 1952. — Concede à Lindoiano Hotel — Fontes Radioativas Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no D.O. de 3-9-52	497
31.009 — <i>Agricultura</i> — De 18 de junho de 1952. — Autoriza a Prefeitura Municipal de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações hidroelétricas. Pub. no D.O. de 3-9-52	497
31.020 — <i>Agricultura</i> — De 20 de junho de 1952. — Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro	

	Págs.		Págs.
a pesquisar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Pub. no D.O. de 10-7-52 ...	497	za a Companhia Industrial Aliança Bomdespachense a ampliar suas instalações hidroelétricas. Pub. no D.O. de 25 de agosto de 1952	499
31.044 — <i>Fazenda</i> — De 26 de junho de 1952. — Autoriza estrangeiros a adquirirem fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Pub. no D.O. de 2-8-52	498	31.055 — <i>Agricultura</i> — De 27 de junho de 1952. — Autoriza a Cia. Lavrense de Eletricidade S. A. a ampliar suas instalações. Pub. no D.O. de 7-7-52 .	499
31.046 — <i>Agricultura</i> — De 26 de junho de 1952. — Outorga a Irmãos Oliveira & Cia., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Fagundes, existente no rio Fundo, distrito de Antônio Carlos, Município de igual nome, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 7-7-52	498	31.056 — De 30 de junho de 1952. — Cria a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes. Ret. no D.O. de 3-7-52	500
31.050 — <i>Agricultura</i> — De 26 de junho de 1952. — Autori-		31.057 — <i>Viação</i> — De 30 de junho de 1952. — Outorga concessão à Fundação Caspar L'bero para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas. — Pub. no D.O. de 2-10-52	500

Figuram neste volume os decretos que, expedidos no 3.º trimestre de 1952, foram publicados no "Diário Oficial" até o 2.º dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1952

DECRETO N.º 31.061 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Revoga disposições do Regulamento das Fortificações Costeiras, aprovado pelo Decreto n.º 26.959, de 27 de julho de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam revogadas as disposições constantes do art. 35 e respectivos parágrafos do Regulamento das Fortificações Costeiras, aprovado pelo Decreto n.º 26.959, de 27 de julho de 1949.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

DECRETO N.º 31.062 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Reserva à União áreas presumidamente petrolíferas nos Estados de São Paulo e Paraná.

O Presidente da República, tendo em vista o art. 27 do Decreto-lei n.º 3.238, de 7 de maio de 1941, e

usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam reservadas à União, como áreas presumidamente petrolíferas, dentro das quais não se outorgarão autorizações de pesquisa ou lavra duas áreas sedimentares dos Estados de São Paulo e Paraná delimitadas, respectivamente: pelos meridianos de quarenta e sete graus e cinquenta e três minutos e quarenta e oito graus e vinte e quatro minutos, oeste de Greenwich (47º 53' e 48º 24' W. Gr.), e os paralelos de vinte e três graus e vinte e três graus e trinta e três minutos, sul (23º 00' e 23º 33' S); pelos meridianos de quarenta e nove graus e quarenta e cinco minutos e cinquenta graus, oeste de Greenwich (49º 45' e 50º 00' W. Gr.), e os paralelos de vinte e três graus e vinte e três graus e vinte minutos, sul (23º 00' e 23º 20' S).

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.063 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Dactilógrafo da lotação permanente do Serviço de Informação Agrícola para igual lotação da Seção de Segurança Nacional.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.064 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Declara caduco o Decreto n.º 79.090, de 4 de julho de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, nos termos do art. 37, do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) e tendo em vista o que consta do processo da Secretaria de Estado da Agricultura, S.C. número 37.363-41, decreta:

Artigo único — É declarado caduco o Decreto número dezenove mil e noventa (19.090) de quatro (4) de julho de mil novecentos e quarenta e cinco (1945), publicado no *Diário Oficial* de 12 de julho de 1945, que autorizou a Sociedade Salgema e Derivados Ltda. a lavrar a jazida de salgema e associados, no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.065 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Declara a caducidade do Decreto de autorização de lavra número 19.972, de 24 de outubro de 1945, retificado pelo de número 20.948, de 9 de abril de 1946.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único — Fica declarada caduca a autorização de lavra de quartzo, topázio e ametista no município de Castite, Estado da Bahia, outorgada ao cidadão brasileiro Nelson Spinola Teixeira pelo Decreto número dezenove mil oitocentos e setenta e dois (19.872), de vinte e quatro (24) de outubro de mil novecentos e quarenta e cinco (1945) retificado pelo de número vinte mil novecentos e quarenta e oito (20.948) de nove (9) de abril de mil novecentos e quarenta e seis.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.066 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a lavrar fosforita no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada Novas Indústrias Olinda S. A. a lavrar fosforita, em terrenos de sua propriedade no lugar denominado Forno da Cal, distrito e município de Olinda, Estado de Pernambuco, numa área de mil hectares, dezenove ares e cinquenta centiares (1000,1950 ha), delimitada por um polígono irregular, que tem um vértice no marco existente na divisa

da propriedade Forno da Cal com o quartel do sétimo (7.º) Grupo de Artilharia de Dorso e os lados, a partir dêsse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: quatrocentos e vinte metros (420m), cinquenta e sete graus e dezoito minutos sudeste (57º 19' SE); duzentos e quarenta metros (240m), setenta e cinco graus e dezoito minutos sudeste (75º 19' SE); cento e setenta e sete metros e cinquenta centímetros (177,50m), setenta e nove graus e quarenta e nove minutos sudeste (79º 49' SE); quatrocentos e vinte e cinco metros (425m), vinte e três graus e dezoito minutos sudeste (23º 19' SE); cento e quarenta e cinco metros (145m), cinquenta e quatro graus e onze minutos sudoeste (54º 11' SW); mil duzentos e setenta e sete metros (1.277 m), vinte e dois graus e dezoito minutos sudeste (22º 19' SE); cento e quinze metros (115h), sessenta e dois graus e quarenta e um minutos sudoeste (62º 41' SW); mil cento e oitenta e dois metros (1.182m), setenta e seis graus e dezoito minutos noroeste (76º 19' NW); mil novecentos e quarenta e sete metros (1.947m), cinquenta e oito graus e dezoito minutos noroeste (58º 19' NW); trezentos e noventa e sete metros (397m) treze graus e quarenta e nove minutos noroeste (13º 49' NW); cem metros (100m), trinta e três graus e onze minutos nordeste (33º 11' NE); quinhentos e sessenta e cinco metros (565m), trinta e dois graus e dezoito minutos noroeste (32º 19' NW); trezentos e sessenta metros (363m), oitenta e cinco graus e quarenta e um minutos sudoeste (85º 41' SW); quatrocentos e oitenta e cinco metros (485m), trinta e seis graus e onze minutos nordeste (36º 11' NE); trezentos e cinco metros (305m), nove graus e quarenta e nove minutos noroeste (9º 49' NW); setecentos e oitenta metros (780 m) cinquenta e dois graus e dezoito minutos noroeste (52º 19' NW); setecentos metros (703m), vinte e um graus e onze minutos nordeste ... (21º 11' NE); quatrocentos e oitenta e sete metros e cinquenta centímetros (437,50m), dezoito graus e quarenta e um minutos nordeste ... (19º 41' NE); oitocentos e setenta metros (870), sessenta e três graus

e quarenta e nove minutos sudeste (63º 49' SE); cento e cinquenta metros (150m), cinquenta e um graus e quarenta e nove minutos sudeste (51º 49' SE); quinhentos e sessenta e sete metros e cinquenta centímetros (567,50m), sessenta e oito graus e quarenta e nove minutos sudeste (68º 49' SE); quatrocentos e trinta e dois metros e cinquenta centímetros (432,50m), setenta e nove graus e quarenta e nove minutos sudeste (79º 49' SE); setecentos e dois metros e cinquenta centímetros (702,50m), onze graus e quarenta e um minutos nordeste (11º 41' NE); trezentos e trinta e sete metros e cinquenta centímetros (337,50m), sessenta e sete graus e dezoito minutos sudeste (67º 19' SE); seiscentos e cinquenta e cinco metros (655m), quarenta e oito graus e dezoito minutos sudeste (48º 19' SE); trezentos e trinta metros (330m), trinta e seis graus e quarenta e nove minutos sudeste (36º 19' SE); trezentos e trinta e cinco metros (335m), setenta e seis graus e onze minutos nordeste (76º 11' NE); seiscentos e quarenta e cinco metros (645), dez graus e dezoito minutos sudeste (10º 19' SE); cento e noventa metros (190m), oitenta e oito graus e quarenta e um minutos sudoeste (88º 41' SW); setecentos e noventa metros (790m), dezessete graus e onze minutos sudoeste (17º 11' SW); setecentos e dezessete metros (717m), setenta e cinco graus e quarenta e nove minutos noroeste (75º 49' NW); quatrocentos e vinte metros (420m), doze graus e onze minutos sudoeste (12º 11' SW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionados neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que foram devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada ca-

duca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionária da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de vinte mil e vinte cruzeiros (Cr\$ 20.020,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.067 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica, em terrenos devolutos, no lugar denominado Córrego Teodoro, distrito de Sapucaia do Norte, município de Galiléia, Estado de Minas Gerais, numa área de cento e dois hectares (102 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a setecentos metros (700 m.), no rumo magnético cinquenta e oito graus e trinta minutos noroeste (58º 30' NW) da confluência dos córregos Lindolfo Lourenço e Teodoro e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil e duzentos metros (1.200 m.), oitenta

graus nordeste (80º NE); oitocentos e cinquenta metros (850 m.), dez graus noroeste (10º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e vinte cruzeiros (Cr\$ 1.020,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.068 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Tito Oliveira Lima a pesquisar mica no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Tito Oliveira Lima a pesquisar mica, em terrenos devolutos, no lugar denominado Direitos, na região conhecida por Bananal, distrito de Glucínio, município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e cinco hectares (25 ha) delimitada por um paralelogramo, com quinhentos metros (500 m.) de lado, que tem um vértice a duzentos e quarenta e três metros (243 m.) no rumo magnético cinquenta e três graus e trinta minutos sudoeste (53º 30' SW) da confluência dos córregos Bom Jesus e Bananal e os lados divergentes desse vértice os seguintes rumos magnéticos: sessenta e nove graus sudoeste (69º SW) e trinta graus sudeste (30º SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.069 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Dispõe sobre a realização da XII Sessão Ordinária da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 37, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica transferida para 18 de outubro do corrente ano a instalação da XII Sessão Ordinária da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a qual, nos termos do respectivo Regimento deveria verificar-se a 1 de julho.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

DECRETO N.º 31.070 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e associados nos municípios de Cerro Azul e Bocaíuva do Sul, no Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 37, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e associados, em terrenos devolutos, nos distritos de Cerro Azul e Paraná, muni-

cípios de Cerro Azul e Bocaíuva do Sul, Estado do Paraná, numa área de cento e trinta e seis hectares (136 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência do arroio Pacheguinho no ribeirão do Rocha e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos e dezanove metros (519 m.), oitenta e cinco graus sudoeste (85º SW); oitocentos e cinquenta e oito metros e cinquenta centímetros (858,50 m.), quarenta e sete graus nordeste (47º NE); quinhentos metros (500 m.), quarenta e três graus noroeste (43º NW); quatrocentos e quarenta e seis metros e cinquenta centímetros (446,50 m.), quatro graus e vinte e um minutos nordeste (4º 21' NE); mil e cinquenta metros (1.050 m.), oitenta e sete graus e oito minutos sudeste (87º 08' SE); mil cento e oitenta e sete metros (1.187 m.) três graus e quarenta e dois minutos sudeste (3º 42' SE); novecentos e quarenta e três metros e cinquenta centímetros — (943,50 m.), oitenta e três graus e quatro minutos sudoeste (83º 04' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e trezentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 1.360,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.071 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e associados, nos municípios de Cerro Azul e Bocaíuva do Sul, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 37, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a

pesquisar minérios de chumbo e associados, em terrenos devolutos nos distritos de Cerro Azul e Paranaíba, municípios de Cerro Azul e Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, numa área de cento e nove hectares e cinquenta ares (129,50 ha) delimitada por um quadrilátero que tem um vértice a noventa e trinta e quatro metros — (934 m.) — no rumo magnético catorze graus e dez minutos noroeste (14° 10' NW) da confluência do arrôio Pachequinho no Ribeirão do Rocha e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil e quinhentos metros (1.500 m.), quarenta e sete graus sudoeste (47° SW); mil quinhentos e sessenta e três metros e cinquenta centímetros (1.563,50 m.), nove graus e trinta e três minutos noroeste (9° 33' NW); mil quatrocentos e três metros (1.403 m.), oitenta e sete graus sudeste (87° SE); quatrocentos e quarenta e seis metros e cinquenta centímetros — (446,50 m.), quatro graus e vinte e um minutos sudoeste (4° 21' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e trezentos cruzeiros (Cr\$ 1.300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 61.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.072 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Autoriza a Companhia Cimentos Portland Cauê a pesquisar calcário, calcita, argila e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 23 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Cimento Portland Cauê a pesqui-

sar calcário, calcita, argila e associados em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Fazenda Manuel Carlos, distrito e município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, numa área de noventa e um hectares e quarenta ares (91,40 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a trezentos e trinta e oito metros (338 m.) no rumo magnético sessenta e nove graus e trinta e um minutos noroeste (69° 31' NW), do canto oeste (W) da sede da referida fazenda e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos metros (500 m.) oeste (W); quinhentos e catorze metros (514 m.), setenta e seis graus quarenta e três minutos noroeste (76° 43' NW); cento e um metros e oitenta centímetros — (101,80 m.), trinta e seis graus e vinte e oito minutos nordeste (36° 28' NE); cento e nove metros e cinquenta centímetros (109,50 m.), vinte e três graus cinquenta e cinco centímetros nordeste (23° 55' NE); cento e vinte e nove metros (129 m.), trinta e nove graus vinte e um minutos nordeste — (39° 21' NE); trinta e cinco metros (35 m.), setenta e um graus trinta e cinco minutos nordeste (71° 35' NE); cento e quarenta e três metros (143 m.), quarenta e três graus cinquenta e dois minutos nordeste (43° 52' NE); sessenta e um metros (61 m.), catorze graus vinte e um minutos nordeste (14° 21' NE); cento e treze metros (113 m.), quatro graus dez minutos nordeste (4° 10' NE); cento e cinco metros (105 m.), catorze graus vinte e três minutos nordeste (14° 23' NE); cento e oitenta e quatro metros (184 m.), sessenta e sete graus trinta e sete minutos nordeste (67° 37' NE); cento e cinquenta e oito metros (158 m.), cinquenta e dois graus quarenta e dois minutos sudeste (52° 42' SE); quinhentos e catorze metros e sessenta centímetros (514,60 m.), setenta e sete graus quarenta e dois minutos nordeste (77° 42' NE); oitenta e cinco metros (85 m.) vinte e quatro graus sudoeste (24° SW); cento e cinquenta e dois metros (152 m.) trinta e sete graus sudoeste (37° SW); quatrocentos e oitenta e dois metros (482 m.), cinquenta graus cinquenta minutos sudeste (50° 50' SE); quinhentos e cinquenta metros (550 m.), vinte e nove graus nordeste (29° NE); setecentos e setenta e um metros — (771 m.) — treze graus trinta e cinco minutos sudoeste (13° 35' SW); quinhentos e nove metros e oitenta

centímetros (509,80 m.), setenta e oito graus quarenta e quatro minutos sudoeste (73° 44' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de novecentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 920,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.073 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira, a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, em terras devolutas dentro da faixa de sessenta e seis quilômetros (Km. 66), ao longo da fronteira, no lugar denominado Serra de Yacadigo, no distrito de Albuquerque, município de Corumbá, do Estado de Mato Grosso, numa área de quatrocentos e noventa hectares (490 ha) delimitada por um quadrilátero que tem um vértice a mil oitocentos e trinta metros (1.230 m.), no rumo magnético quinze graus sudoeste (15° SW), do marco de triangulação localizado no alto da Serra de Yacadigo e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — dois mil quatrocentos e cinquenta e um metros — (2.451 m.), sessenta e um graus e quarenta e cinco minutos sudoeste — (61° 45' SW); mil e setecentos metros (1.700 m.), sessenta e cinco graus e quarenta e cinco minutos no-

roeste (65° 45' NW); mil metros — (1.000 m.), vinte e quatro graus e quinze minutos nordeste (24° 15' NE); três mil e duzentos metros (3.200 m.), sessenta e cinco graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (65° 45' SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil e novecentos cruzeiros ... Cr\$ 4.900,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.074 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira, a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, em terras devolutas dentro da faixa de sessenta e seis quilômetros (Km. 66), ao longo da fronteira, no lugar denominado Serra de Yacadigo, no distrito de Albuquerque, município de Corumbá, do Estado de Mato Grosso, numa área de quinhentos hectares (500 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a dois mil duzentos e quarenta metros (2.240 m.), no rumo magnético quarenta e cinco graus sudoeste (45° SE) do marco de triangulação localizado no alto da Serra de Yacadigo e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cinco mil metros (5.000 m.), sessenta e cinco graus e quarenta e cinco minutos noroeste (65° 45' NW); mil me-

tro (1.000 m.), vinte e quatro graus e quinze minutos sudoeste — (24° 15' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 1.075 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira, a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Serra de Yacadigo, distrito de Albuquerque, município de Corumbá, Estado de Mato Grosso, numa área de quinhentos hectares (500 ha.) delimitada por um retângulo que tem um vértice a dois mil duzentos e quarenta metros (2.240 m.), no rumo magnético quarenta e cinco graus sudeste (45° SE), do marco de triangulação localizado no alto da Serra de Yacadigo e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cinco mil metros (5.000 m.), sessenta e cinco graus e quarenta e cinco minutos noroeste — (65° 45' NW) mil metros (1.000 m.), vinte e quatro graus e quinze minutos nordeste (24° 15' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica

deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.076 — DE 2 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira, a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Serra de Yacadigo, distrito de Albuquerque, município de Corumbá, Estado de Mato Grosso, numa área de quinhentos hectares (500 ha.) delimitada por um retângulo que tem um vértice a dois mil cento e dez metros (2.110 m.) no rumo magnético setenta e dois graus e quinze minutos sudeste (72° 15' SE) do marco de triangulação localizado no alto da Serra de Yacadigo e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — cinco mil metros (5.000 m.), sessenta e cinco graus e quarenta e cinco minutos noroeste (65° 45' NW); mil metros (1.000 m.), vinte e quatro graus e quinze minutos nordeste (24° 15' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.077 — DE 3 DE JULHO DE 1952

Aprova o Regulamento dos Cursos de Formação, Especialização e Aperfeiçoamento da Casa da Moeda.

O Presidente da República:

Usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição,

decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regulamento que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda e referente aos Cursos de Formação, Especialização e Aperfeiçoamento instituídos na Casa da Moeda em decorrência do Artigo 7.º da Lei n.º 1.216, de 28 de outubro de 1950.

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lâzer.

REGULAMENTO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA CASA DA MOEDA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE DOS CURSOS

Art. 1.º — Os cursos a que se refere o presente Regulamento, instituídos em decorrência do artigo 7.º da Lei n.º 1.216, de 28 de outubro de 1950, têm por finalidade de prover ao treinamento do pessoal técnico da Casa da Moeda, usando à sua preparação, especialização e aperfeiçoamento.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS

Art. 2.º — Os cursos compreendem seções permanentes, cursos avulsos e cursos extraordinários.

Art. 3.º — Seção Permanente é o grupamento racional de cursos destinados a proporcionar preparação e aperfeiçoamento sistemáticos nas diferentes atividades específicas da Casa da Moeda.

Art. 4.º — São considerados avulsos os cursos tomados isoladamente de uma seção ou os que não tenham sido incluídos em qualquer seção.

Art. 5.º — Cursos extraordinários são os que, embora não façam parte integrante do plano ordinário de treinamento, se tornem necessários à solução de casos especiais.

CAPÍTULO III

DAS SEÇÕES PERMANENTES

Art. 6.º — São seções permanentes dos cursos:

- Seção I — Iniciação de artifices;
- Seção II — Artes gráficas;
- Seção III — Tecnologia geral;
- Seção IV — Artes plásticas.

Art. 7.º — A Seção I atende à iniciação profissional de aprendizes, habilitando-os para o exercício das funções específicas da Casa da Moeda.

Art. 8.º — A Seção II se incumba do preparo e especialização do pessoal no setor de artes gráficas em geral.

Art. 9.º — A Seção III tem por finalidade preparar pessoal técnico para os laboratórios e oficinas da Casa da Moeda.

Art. 10 — A Seção IV tem por finalidade ministrar os conhecimentos artísticos exigidos pelos trabalhos afetos à Casa da Moeda.

Art. 11 — As seções compõem-se de cursos básicos, obrigatórios, e de cursos de livre escolha.

§ 1.º — Curso básico é o considerado requisito para ingresso nos cursos de livre escolha, para os alunos que se matricularem numa seção.

§ 2.º — Os cursos de livre escolha constituem especialização.

Art. 12 — O Diretor da Casa da Moeda, por proposta do Chefe do Serviço de Especialização e Aperfeiçoamento (S.E.A.) determinará, anualmente, quais os cursos básicos e de livre escolha que integrarão as seções permanentes.

Parágrafo único — Igualmente por proposta do Chefe do S.E.A., e a critério do Diretor da Casa da Moeda, poderão ser organizadas subseções, constituídas de um conjunto de cursos básicos e de um ou mais dos de livre escolha de cada seção.

CAPÍTULO IV

DOS CURSOS AVULSOS E EXTRAORDINÁRIOS

Art. 13 — Os cursos avulsos, de matéria não incluída em unidades de seção, bem como os extraordinários, serão criados por portaria do Diretor da Casa da Moeda, mediante proposta do Chefe do S.E.A.

Art. 14 — Os cursos extraordinários compreenderão, entre outros:

a) — os planejados e organizados para efeito de adaptação ou readaptação de servidores da Casa da Moeda;

b) — os que se fizerem necessários para ministrar instruções de emergência.

CAPÍTULO V

DO REGIME DOS CURSOS

Art. 15 — As inscrições verificar-se-ão em épocas e sob condições fixadas no edital de abertura.

Art. 16 — Os candidatos aos cursos básicos serão selecionados mediante prova.

Art. 17 — O acesso ao curso de livre escolha depende de aprovação nos cursos básicos da seção correspondente, ou, para os que os amparem como avulsos, de prova vestibular.

Art. 18 — Os requisitos para admissão nos cursos extraordinários e nos avulsos não integrantes de seção serão fixados oportunamente de acordo com a natureza e a finalidade de cada um, pelo Diretor da Casa da Moeda, por proposta do Chefe do S.E.A.

Art. 19 — A época, as normas da realização e o critério de julgamento das provas de seleção e vestibulares,

bem como das destinadas a avaliar o aproveitamento no ensino, serão fixados pelo Chefe do S.E.A.

Art. 20 — A juízo do Chefe do S.E.A., a prova exigida para admissão em qualquer dos cursos poderá ser substituída, excepcionalmente, por outra forma de comprovação da posse, pelo candidato, do nível de conhecimentos a ela correspondente.

Art. 21 — Ao candidato inscrito em seção caberá preferência na lotação dos cursos de livre escolha da mesma.

Art. 22 — A matrícula far-se-á depois de homologada a classificação oriunda do processo de habilitação, pelo Chefe do S.E.A., observada a lotação fixada para cada curso.

Art. 23 — Ao aluno que concluir, de acordo com as instruções fixadas, os cursos de uma seção ou subseção, será expedido um diploma que indicará os cursos feitos e os graus com que foi aprovado.

Art. 24 — Ao aluno que terminar curso avulso ou extraordinário, com as notas de aprovação previstas, expedir-se-á certificado de conclusão de curso sem indicação das notas finais obtidas.

CAPÍTULO VI

DOS PROFESSORES

Art. 25 — Os cursos serão ministrados por especialistas nacionais ou estrangeiros, designados, na forma da legislação em vigor, pelo Diretor da Casa da Moeda, mediante indicação do Chefe do S.E.A.

§ 1.º — Funcionários ou extranumerários poderão também ser designados professores.

§ 2.º — Em casos especiais e com expressa autorização do Presidente da República, os servidores designados na forma do § 1.º deste artigo poderão ser dispensados dos trabalhos da repartição em que estiverem lotados.

Art. 26 — Excetuada a hipótese do § 2.º do artigo anterior, os professores perceberão, nos termos da legislação vigente, honorários fixados, para cada disciplina, pelo Diretor da Casa da Moeda e que não poderão exceder às seguintes importâncias,

salvo autorização expressa do Presidente da República:

	Cr\$
Por hora de aula dada até	150,00
Por elaboração de súmula de aula até	100,00

Parágrafo único — Os professores que forem encarregados da preparação e correção de provas perceberão, ainda, honorários correspondentes a essas funções, de acordo com tabela aprovada pelo Diretor da Casa da Moeda.

Art. 27 — Os cursos terão professores-chefes de seção, professores-coordenadores, professores e professores-auxiliares.

Art. 28 — Terá cada seção, mediante designação do Chefe do S.E.A., um professor-chefe que, além das atividades docentes que lhe forem atribuídas, será encarregado de manter a coordenação entre os cursos da seção e de velar pela harmonia das normas didáticas que deverão ser observadas nos mesmos.

Art. 29 — Havendo várias turmas de uma disciplina, o Chefe do S.E.A. designará um professor coordenador, cujas atribuições especiais serão a organização do programa e das provas de curso, depois de ouvidos os demais professores, e a coordenação do ensino de todas as turmas, durante o ano.

Art. 30 — Os professores são responsáveis pelo ensino na matéria cuja regência lhes tenha sido confiada.

Art. 31 — Aos professores-auxiliares cabem as atividades normais de coadjuvação e a substituição eventual dos professores.

Art. 32 — Além das que forem previstas em instruções especiais, são obrigações comuns a todos os professores:

- a) — a estreita observância dos horários de trabalho;
- b) — a elaboração dos programas, de acordo com as normas e instruções do Chefe do S.E.A.;
- c) — a responsabilidade pela ordem interna e completa execução dos cursos que regerem;
- d) — a elaboração, dentro dos processos e modelos aprovados pelo Chefe do S.E.A. e sob a

orientação do professor-coordenador, do material a ser usado nas provas;

- e) — o julgamento das provas;
- f) — a apresentação de parecer em pedidos de revisão de provas;
- g) — a elaboração de súmulas, salvo determinação expressa em contrário do Chefe do S.E.A.;
- h) — a cooperação com a chefia do S.E.A., observando e fazendo observar o presente regulamento e as instruções de serviço.

CAPÍTULO VII

DOS ALUNOS

Art. 33 — o aluno impossibilitado de cumprir as obrigações deverá requerer trancamento ou cancelamento de matrícula.

Parágrafo único — O aluno que infringir o disposto neste artigo não poderá requerer nova matrícula.

Art. 34 — O trancamento de matrícula assegura o direito ao curso em qualquer ano em que ele seja ministrado.

Art. 35 — Será automaticamente eliminado o aluno que:

- a) — não se submeter ao regime prescrito pelo presente Regulamento ou instruções especiais;
- b) — não se sujeitar ao regime disciplinar estabelecido;
- c) — faltar a mais de 1/3 das aulas do curso em que estiver matriculado.

Art. 36 — Não haverá, sob nenhum pretexto, abono de faltas.

Art. 37 — o aluno que tiver sua inscrição cancelada perderá o direito ao curso.

Art. 38 — A critério do Chefe do S.E.A., poderão ser admitidos alunos ouvintes, em número nunca superior a 20% dos alunos regulares, em cada turma.

Parágrafo único — Nenhum direito é assegurado ao aluno ouvinte.

Art. 39 — Em instruções especiais o Chefe do S.E.A. poderá estabelecer outras obrigações para os alunos.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 — Quando necessário, o chefe do S.E.A. designará servidores

para auxiliar em os professores e a Seção de Especialização e Aperfeiçoamento, na correção e fiscalização das provas.

Parágrafo único — Desde que exercidas fora do período normal ou extraordinário de trabalho a que estiverem sujeitos os servidores, essas funções poderão ser remuneradas, de acordo com tabela que para esse fim o Chefe do S.E.A. submeterá à aprovação do Diretor da Casa da Moeda.

Art. 41 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor da Casa da Moeda à vista do parecer do Chefe do S.E.A.

Art. 42 — O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1952.

Horácio Láfer.

DECRETO N.º 31.078 — DE 3 DE JULHO DE 1952

Dispõe, em caráter provisório, sobre a administração da Estrada de Ferro Leopoldina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 item I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe a Lei número 1.288, de 20 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º O conjunto do sistema ferroviário explorado por "The Leopoldina Railway Company Limited", cuja encampação foi autorizada pela Lei n.º 1.288, de 20 de dezembro de 1950, passa a denominar-se Estrada de Ferro Leopoldina, sob a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, subordinada ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Art. 2.º A Estrada de Ferro Leopoldina será dirigida por um Administrador, designado pelo Presidente da República, cuja remuneração será por este fixada.

Art. 3.º Compete ao Administrador:

a) superintender, orientar e dirigir os serviços da Estrada e representá-la em juízo ou fora dele;

b) autorizar a execução de serviços e obra por administração direta, tarefas ou empreitadas;

c) autorizar a aquisição de material permanente, de consumo e equipamentos, e celebrar contratos de serviços, obras e aquisições;

d) celebrar contratos, convênios e ajustes de tráfego mútuo ou direto, de coordenação de transportes e outros de interesse da Estrada, sujeitos à homologação do Ministro da Viação e Obras Públicas;

e) autorizar o pagamento de despesas da Estrada e movimentar as contas de depósitos bancários;

f) submeter à prévia aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a indicação de quem deva substituí-lo, nos impedimentos que não excederem de 30 dias.

Art. 3.º Continuam em vigor os regulamentos, ora vigentes na Estrada, naquilo que não contrarie disposições de Leis aplicáveis à administração direta do Estado.

Parágrafo único. O Ministro da Viação e Obras Públicas, por proposta do Administrador da Estrada, poderá introduzir, nos regulamentos vigentes, modificações necessárias ao bom funcionamento dos serviços e que se harmonizem com a legislação de caráter geral, existente e aplicável ao caso.

Art. 4.º O regime de compras, vendas, alienação, contratos, convênios da Estrada de Ferro Leopoldina passará a ser regido pelas disposições legais vigentes.

Art. 5.º O pessoal da Estrada de Ferro Leopoldina continuará a reger-se pelos regulamentos ali vigentes, com as modificações julgadas aconselháveis e que forem aprovados pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, respeitadas, porém, os direitos em cujo gozo se encontra.

Art. 6.º Os serviços da Estrada de Ferro Leopoldina serão custeados com a receita arrecadada e com os recursos que o Governo Federal fornecer.

Parágrafo único. Mensalmente, o Administrador da Estrada enviará ao Ministro da Viação e Obras Públicas, através do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, uma demonstração detalhada da receita e despesa do mês anterior.

Art. 7.º O Ministro de Viação e Obras Públicas baixará as instruções que se tornarem necessárias para o bom funcionamento da Estrada de Ferro Leopoldina.

Art. 8.º As normas estabelecidas no presente Decreto vigorarão em caráter provisório, enquanto o Poder Legislativo não dispuser, em definitivo, sobre o assunto.

Art. 9.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.079 — DE 3 DE JULHO DE 1952

Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Arminda Gallotti, de nacionalidade paraguaia, autorizada a adquirir a fração ideal de um dezessete avos (1/17) do domínio útil do terreno de marinha beneficiado com o apartamento n.º 501 do prédio n.º 350 da Avenida Rui Barbosa, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 92.183, de 1952.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1952; 121.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Láfer

DECRETO N.º 31.080 — DE 3 DE JULHO DE 1952

Autoriza Wiskival Guimarães a comprar pedras preciosas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e tendo em vista o Decreto-lei número 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Wiskival Guimarães, cidadão brasileiro e residente em Coromandel, no Estado de Minas Gerais, a comprar pedras preciosas, nos termos do Decreto número 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Láfer

DECRETO N.º 31.081 — DE 3 DE JULHO DE 1952

Autoriza Benjamin Lozinsky a comprar pedras preciosas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Benjamin Lozinsky, cidadão brasileiro e

residente nesta Capital, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1952,
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.082 — DE 3 DE
JULHO DE 1952

Cassa a autorização concedida à "A Previdência, Caixa Paulista de Pensões S. A.", para funcionar.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º É cassada a "A Previdência, Caixa Paulista de Pensões S. A.", com sede na Capital do Estado de São Paulo, a autorização para funcionar, que lhe foi concedida pelo Decreto n.º 6.917, de 9 de abril de 1908, processando-se a sua liquidação de acordo com as disposições do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, e do Decreto n.º 10.722, de 27 de outubro de 1942.

Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Carijó de Castro

DECRETO N.º 31.083 — DE 3 DE
JULHO DE 1952

Concede a "Moraes S. A. — Indústria, Comércio e Navegação" autorização para funcionar como empresa de navegação e cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 26 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida a sociedade "Moraes S. A. — Indústria, Comércio e Navegação", com sede na

cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, autorizada para funcionar como empresa de navegação e cabotagem, de acordo com a escritura pública da transformação, firmada a 23 de novembro de 1947, e com as alterações introduzidas nos estatutos sociais, consoante resoluções aprovadas em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas a 29 de março de 1948, 25 de novembro de 1949, 16 de outubro de 1951, 11 de março, 17 de maio e 17 de junho de 1952, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, cujas tenham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Carijó de Castro.

DECRETO N.º 31.084 — DE 3 DE
JULHO DE 1952

Concede permissão a R. S. Clube Ginástico Português para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N. 31.085 — DE 4 DE
JULHO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 cargo de Tesoureiro-Auxiliar (Recebedoria Federal em São Paulo), padrão M do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude de aposentadoria de José Carlos Laquintinie, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.086 — DE 5 DE
JULHO DE 1952

Aprova novo orçamento para a construção do cais e respectivo armazém, no porto de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado, em substituição ao de que trata o Decreto n.º 24.139, de 29 de novembro de 1947, o novo orçamento para a construção do cais e respectivo armazém, na importância de Cr\$ 22.345.000,00 (vinte e dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil cruzeiros).

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1952; 132.º da Independência e 65.º República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.087 — DE 7 DE
JULHO DE 1952

Assegura ao café beneficiado do país, da safra de 1951-1952, a garantia de preços mínimos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e de acordo com o disposto na Lei número 1.506, de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º Fica assegurado ao café beneficiado do país, da safra de 1951-1952, a garantia de preços mínimos prevista na Lei n.º 1.506, de 19 de

dezembro de 1951, nas seguintes condições:

a) aquisição do produto pelo preço de duzentos e dez cruzeiros (Cr\$ 210,00), por dez (10) quilos, para o tipo 4, da padronização oficial baixada pelo Decreto número 27.173, de 14 de setembro de 1949, bebida mole, cor esverdeada, fava média para boa, seca e torração normais, acondicionado em sacaria nova, tipo exportação, com 60 1/2 quilos brutos, F. O. B., porto de Santos;

b) 80 % (oitenta por cento) de financiamento, na base do preço mínimo fixado na letra a) deste artigo.

§ 1.º Entende-se por safra de 1951-1952, a que teve início, nos diversos Estados produtores, de setembro a outubro de 1951, e a ser embarcada, para os portos nacionais de exportação, a partir de 1.º de julho de 1952.

§ 2.º Os ágios e deságios dos diversos tipos de café da classe prevista na letra a) deste artigo são os fixados pelas tabelas da Bolsa Oficial de Café e Mercadorias de Santos.

Art. 2.º As bases de preços F. O. B., os ágios e deságios e as especificações para os demais tipos e qualidades de café do país serão baixados de acordo com o disposto no artigo 5.º, da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 3.º Fica autorizada a Comissão de Financiamento da Produção, a adquirir, de preferência dos lavradores, nos diversos Estados produtores, café em côco, ensacado, depositado em armazéns idôneos, a preços equivalentes aos fixados para o produto beneficiado, mediante instruções a serem baixadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, fornecidos para esse fim os necessários elementos pela Divisão da Economia Cafeeira, criada pelo Decreto-lei n.º 9.784, de 6 de setembro de 1946.

Art. 4.º O presente Decreto será pôsto em execução pela forma estabelecida no artigo 5.º, e seu parágrafo único, da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, enquanto não estiver em pleno funcionamento novo órgão oficial da economia cafeeira do país.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

João Cleofas

DECRETO N.º 31.088 — DE 7 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e de acordo com o artigo 1.165, do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação que Oay Fonseca, Zilah de Castro Faria Fonseca, Hugo Caire de Castro Faria, Haldée Velho de Castro Faria, Hélio Caire de Castro Faria e Maria da Glória Velho de Castro Faria querem fazer à União Federal, do lote de terreno n.º 64, da quadra 6, do projeto de loteamento aprovado pela Prefeitura do Distrito Federal, sob o n.º 6.301, da rua Taquarembó, em Magalhães Bastos, no Distrito Federal, com trezentos e sessenta e dois metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados (362,50 m²), de acordo com os elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Guerra, sob o n.º 10.778-50 — Gabinete M. G.

Art. 2.º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à ampliação das instalações do Parque Central de Motomecanização.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Ciro Espirito Santo Cardoso

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.089 — DE 7 DE
JULHO DE 1952

Cria um Consulado honorário do Brasil, em Oranjestad — Aruba — Antilhas holandesas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, ns. I e VI, da Constituição, e nos termos do artigo 16, do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Consulado honorário do Brasil, em Oranjestad, com jurisdição sobre a ilha de Aruba, Antilhas holandesas e subordinado diretamente à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura

DECRETO N. 31.090 — DE 7 DE
JULHO DE 1952

Concede à Companhia Acecaruna de Mineração autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos Decretos-leis ns. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), e 3.236, de 7 de maio de 1941, decreta:

Art. 1.º É concedida à Companhia Acecaruna de Mineração, com sede na Capital do Estado de São Paulo, autorização para funcionar como empresa de mineração de petróleo e gases naturais, ficando a mesma Companhia obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que vierem a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

DECRETO N.º 31.091 — DE 7 DE
JULHO DE 1952

Outorga à Companhia Brasileira de Alumínio, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das cachoeiras da Bandeira e Carmo do Rio Pardo, existentes no rio Pardo, entre os municípios de Poços de Caldas e Campestre, Poços de Caldas e Botelhos, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 150 do Código de Águas — (Decreto número 24.643, de 10 de julho de 1934) — decreta:

Art. 1.º E' outorgada à Companhia Brasileira de Alumínio, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das cachoeiras da Bandeira e Carmo do Rio Pardo, existentes no rio Pardo, nas divisas dos municípios de Poços de Caldas, Campestre e Botelhos, no Estado de Minas Gerais.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda a aproveitar, a descarga de derivação e a potência da etapa inicial, bem como das subsequentes, à medida que forem sendo aprovados os projetos correspondentes.

§ 2.º O aproveitamento destina-se ao uso exclusivo da concessionária, que não poderá ceder energia a terceiros, mesmo a título gratuito, excluídas, todavia, desta proibição, as vilas operárias da concessionária, desde que seja gratuito o fornecimento da energia que lhes fôr feito.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, no Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Águas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de cento e vinte

(120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico, observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Águas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento onde e desde quando fôr determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias a observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações referentes ao aproveitamento concedido, reverterão à União, em conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166, do Código de Águas.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que a União não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 5.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 6.º A concessionária obriga-se a reservar 30 % da energia concedida para os serviços públicos e de utilidade pública, podendo, entretanto, dispor dessa reserva, enquanto não fôr solicitada pela administração pública.

Art. 7.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.092 — DE 7 DE
JULHO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Agricultura, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Biologista, um de Veterinário e um de Prático Rural, com os respectivos ocupantes Isaac Moussatché, João Bugija de Sousa Brito e Oscar Freire de Andrade, da lotação permanente do Instituto de Biologia Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, para igual lotação da Divisão de Defesa Sanitária Animal, do mesmo Departamento.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.093 — DE 7 DE
JULHO DE 1952

Outorga concessão à Comissão do Vale do São Francisco para instalar dois transmissores e quatro receptores em sua sede, nesta Capital.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, atendendo ao que solicitou a Comissão do Vale do São Francisco e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, número XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão, a título precário, à Comissão do Vale do São Francisco para, nos termos do artigo 4.º, do Decreto número 29.783, de 19 de julho, instalar dois transmissores de 500 watts cada um e quatro receptores na sede dessa

Comissão, nesta Capital, destinados a operar somente em telegrafia.

Parágrafo único. Dentro dos prazos estabelecidos nas letras g e h, artigo 16, do Decreto n.º 21.111, de 1.º de março de 1932, deve a concessionária submeter à apreciação deste Ministério a documentação a que o mesmo se refere, sob pena de ficar sem efeito a presente concessão.

Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.094 — DE 7 DE
JULHO DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, terreno e benfeitorias situados no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Ficam declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, o terreno e benfeitorias pertencentes a Guilherme Berg Júnior, situados no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, com a área de 890.00 m2, representada na planta que com este baixa, devidamente rubricada, e necessária à construção da Variante do Túnel 23, da referida ferrovia.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.095 — DE 7 DE
JULHO DE 1952

Outorga concessão à Fundação Rádio Mauá para instalar um transmissor de ondas curtas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, atendendo ao que solicitou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Fundação Rádio Mauá, nos termos do parágrafo 2.º, artigo 4.º do Decreto n.º 29.783 de 19 de julho de 1951, para instalar, a título precário, nesta Capital, um transmissor de ondas curtas, com a potência de 10 kw, sem direito de exclusividade, destinado a executar os serviços de radio-difusão.

Parágrafo único. A Fundação Rádio Mauá fica obrigada a cumprir todas as exigências legais e regulamentares existentes ou que vierem a ser adotadas para os serviços de radiodifusão, devendo submeter à aprovação do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos prazos fixados no artigo 16, letras g e h, do Decreto n.º 21.111, de 1.º de março de 1932, a documentação a que o mesmo se refere, sob pena de ser cassada a concessão, objeto d'este Decreto.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N. 31.096 — DE 7 DE
JULHO DE 1952

Outorga concessão à Prefeitura do Distrito Federal para estabelecer, por intermédio da Rádio Emissora Rouquette Pinto, um transmissor de ondas curtas nesta Capital.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que solicitou a Prefeitura do Distrito Federal e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Prefeitura do Distrito Fede-

ral, nos termos do artigo 4.º, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para instalar, a título precário, um transmissor de ondas curtas, com a potência até 10 kw, de acôrdo com as cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta dias), a contar da data da publicação deste Decreto no "Diário Oficial" sob pena de ser considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N. 31.097 — DE 7 DE
JULHO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanentes, da Justiça e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente, da Justiça e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para efeito de serem transferidos, para a lotação permanente do Serviço de Assistência a Menores, três cargos da carreira de Almo-xarife, sendo um da lotação do Departamento de Administração, um da lotação do Ministério Público do Distrito Federal e o último da lotação do Ministério Público Federal, todos da lotação permanente.

Art. 2.º Este Decreto vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 31.098 — DE 9 DE
JULHO DE 1952

Reduz temporariamente, o tempo de embarque estabelecido para a concessão da Carta de Capitão de Longo Curso, Capitão de Cabotagem, Primeiro Piloto e Primeiro Maquinista-Motorista, da Marinha Mercante.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica reduzido, temporariamente, para um (1) ano, o tempo de embarque estabelecido pelos artigos 355, 356, 357 e 373, do Regulamento para as Capitâneas dos Portos, aprovado e mandado executar pelo Decreto n.º 5.798, de 11 de junho de 1940, para a concessão de Carta de Capitão de Longo Curso, Capitão de Cabotagem, Primeiro Piloto e Primeiro Maquinista-Motorista, da Marinha Mercante.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almêida Guillobel

DECRETO N.º 31.099 — DE 9 DE
JULHO DE 1952

Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Bauru.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedida autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Bauru, com sede na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 31.100 — DE 9 DE JULHO
DE 1952

Concede reconhecimento ao curso de veterinária da Escola Superior de Veterinária, da Universidade Rural de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 3.º, parágrafo 1.º, do Decreto-lei n.º 933 de 7 de dezembro de 1938 combinado com o artigo 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio do mesmo ano, decreta:

Artigo único — É concedido reconhecimento ao curso de veterinária da Escola Superior de Veterinária, da Universidade Rural de Pernambuco, mantida pelo Estado de Pernambuco e com sede em Recife.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.101 — DE 9 DE
JULHO DE 1952

Autoriza a Dragagem de Ouro Limitada, a lavrar jazida de ouro aluvionar, nos municípios de Sabará, Sete Lagoas e Santa Luzia, do Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a sociedade de mineração Dragagem de Ouro Ltda., como cessionária do direito de lavra, a título provisório, conferido à Companhia de Mineração Santa Luzia, pelo Decreto número dois mil cento e vinte e dois (2.122), de nove (9) de novembro de mil novecentos e trinta e sete (1937), a lavrar os aluviões auríferos existentes em dois trechos do leito e margens reservadas (de domínio público) do rio das Velhas, nos municípios de Sabará, Santa Luzia e Sete Lagoas, do Estado de Minas Gerais, totalizando a superfície de dois mil novecentos e vinte e cinco hectares (2.925 ha.), a saber: — o pri-

meio trecho de vinte e cinco quilômetros (25 Km.) de extensão contínua, contados a partir de um ponto fronteiro à estação de Honório Bicalho, da Estrada de Ferro Central do Brasil, para jusante, até um ponto do mesmo rio, situado a três e meio quilômetros (3,5 Km.) abaixo da ponte existente na cidade de Sabará, e com a largura média de cento e trinta metros (130 m.), quadrando trezentos e vinte e cinco hectares (325 ha.); o segundo trecho, de duzentos quilômetros (200 Km.) de extensão contínua, contados a partir da ponte existente sobre o referido rio das Velhas, na cidade de Santa Luzia, para jusante, até um ponto do mesmo rio situado a trinta quilômetros (30 Km.) abaixo da fôz do córrego do Calabuço, e também com a largura média de cento e trinta metros (130 m.), quadrando dois mil e seiscentos hectares (2.600 ha.). Esta autorização é outorgada na forma do Código de Minas, mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28, e dos artigos 32, 33 e 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º Fica a concessionária obrigada a montar equipamentos de dragagem com a capacidade total mínima de quatro mil metros cúbicos (4.000 m³), por dia, para a lavra e o tratamento do cascalho aurífero.

Art. 3.º Fica a concessionária obrigada a manter no seu corpo técnico, como estagiários, dois engenheiros de minas recém-formados, de acordo com indicação feita pelo Ministro da Agricultura, anualmente, e com a gratificação mensal mínima de novecentos cruzeiros (Cr\$ 900,00) a cada um.

Art. 4.º Fica a concessionária obrigada a recolher aos cofres públicos, na forma da Lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 5.º Se a concessionária não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 6.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 7.º A concessionária será fiscalizada pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 8.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de cinquenta e oito mil e quinhentos cruzeiros — (Cr\$ 58.500,00).

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.102 — DE 9 DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Simões Monteiro a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, e nos termos dos artigos 152 e 153, da Constituição e do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Geraldo Simões Monteiro a pesquisar mica e associados, em terrenos de sua propriedade, no distrito e município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, numa área de sessenta e quatro hectares (64 ha.), delimitada por um quadrado com oitocentos metros (800 m.), de lado, que tem um vértice a quatrocentos e cinquenta metros (450 m.), no rumo magnético oitenta e dois graus sudoeste (82º SW) da confluência dos córregos Geraldo Simões e Moinho e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes rumos magnéticos: quarenta graus sudeste (40º SE) e cinquenta graus sudoeste (50º SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de seiscentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 640,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.103 — DE 9 DE
JULHO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 27.499,
de 24 de novembro de 1949*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra "b", do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida ao cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior, pelo Decreto número vinte e sete mil quatrocentos e noventa e nove (27.499), de vinte e quatro (24) de novembro de mil novecentos e quarenta e nove (1949), para pesquisar minérios de ferro, manganês, e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil cento e dez cruzeiros (Cr\$ 2.110,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.104 — DE 9 DE
JULHO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 27.823, de
24 de fevereiro de 1950*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, e nos

termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo de dois (2) anos, na forma do item "a", do artigo 1.º do Decreto-lei número 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida a Silvestre Sousa, pelo Decreto número vinte e sete mil oitocentos e vinte e três — (27.823) — de vinte e quatro (24) de fevereiro de mil novecentos e cinquenta (1950) para pesquisar minério de ouro e associados no município de Piatã, Estado da Bahia.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil novecentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 4.980,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.105 — DE 9 DE
JULHO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 27.869,
de 10 de março de 1950*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra "b", do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida a S. A. Mármorees Brasileiros "SAM-BRA", pelo Decreto número vinte e sete mil oitocentos e sessenta e nove (27.869), de dez (10) de março de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar calcário e associados no município de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros, e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.106 — DE 9 DE
JULHO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 27.870,
de 10 de março de 1950*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovado pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra "b", do artigo primeiro (1.º) do Decreto-lei número nove mil seiscentos e cinco (9.605) de dez (10) de agosto de mil novecentos e quarenta e seis (1946), a autorização conferida ao cidadão brasileiro João Paparguerius, pelo Decreto número vinte e sete mil oitocentos e setenta (28.870), de dez (10) de março de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar calcário e associados no lugar denominado Italva, distrito de Italva, município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e noventa cruzeiros (Cr\$ 1.090,00), e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral.

Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.107 — DE 9 DE JULHO DE 1952

Concede à Aguas Radioativas Terezópolis, Sociedade Anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o art. 6.º § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Aguas Radioativas Terezópolis, Sociedade Anônima, constituída por assembléias definitiva de 3-11-51, alterada pelas assembléias gerais extraordinárias de 5-5-52 e 15-5-52, com sede nesta Capital, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
João Cleofas.

DECRETO N.º 31.108 — DE 9 DE JULHO DE 1952

Concede à Indústria Paulista de Vidro Plano Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere, o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o art. 6.º do § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Indústria Paulista de Vidro Plano Limitada, sociedade por cotas de responsabilidade limitada constituída por escritura pública de dezessete (17) de novembro de mil novecentos e quarenta e quatro (1944), lavrada às folhas 27vº do livro de notas n.º 735 do Cartório do 2.º Tabelião da cidade de São Paulo arquivada sob número 23.120, na Junta Comercial do Estado de São Paulo alterada pela escritura pública de 21-12-51, lavrada às fls. 26vº do livro de notas número 454, do cartório do 12.º Tabelionato da cidade de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
João Cleofas.

DECRETO N.º 31.109 — DE 9 DE
JULHO DE 1952

Concede à Usina Siderúrgica Marumby Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o art. 6.º parágrafo 1.º, do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Usina Siderúrgica Marumby Ltda., sociedade por cotas de responsabilidade limitada constituída por instrumento particular de 14 de abril de 1952, arquivado sob n.º 23.067, em sessão de 17 de abril de 1952, da Junta Comercial do Estado do Paraná, com sede na Capital desse Estado, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro 9 de julho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
João Cleophas.

DECRETO N.º 31.110 — DE 9 DE
JULHO DE 1952

Concede à Companhia Mineira de Cimento Portland S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição, e nos termos do artigo 6.º, parágrafo 1.º, do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Companhia Mineira de Cimento Portland S. A., sociedade anônima, constituída por assembleia geral de 27 de março de 1952, com sede na cidade de Matosinhos, Estado de Minas Gerais, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleophas.

DECRETO N.º 31.111 — DE 10 DE
JULHO DE 1952

Autoriza a empresa de mineração Novas Indústrias Olinda S. A., a pesquisar fosfatos e associados, no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizada a empresa de mineração Novas Indústrias Olinda S. A., a pesquisar fosfatos e associados em terrenos de propriedade de Teódulo Pio de Valença, situados no lugar denominado Cahenga do Outeiro, município de Olinda, Estado de Pernambuco, numa área de cento e sessenta e dois hectares (162 ha.), delimitada por uma poligonal fechada que tem um vértice situado à distância de três mil trezentos e sessenta metros (3.360 m.) no rumo magnético vinte graus e vinte minutos noroeste (20º 20' NW) do marco de amarração de outras áreas próximo ao Quartel de Artilharia de Dorso e os lados, a partir desse vértice com os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos e setenta e três metros (573 m.), quarenta e oito graus e trinta minutos noroeste (48º 30' NW); quinhentos e setenta e dois metros (572 m.), cinquenta e quatro graus sudoeste (54º SW); quinhentos e sete metros (507 m.), setenta e cinco graus noroeste (75º NW); duzentos e trinta e oito metros (238 m.), quarenta e sete graus e trinta minutos sudoeste (47º 30' SW); quinhentos e cinquenta e três metros (553 m.), oito graus sudoeste (8º SW); trezentos e cinquenta e três metros (353 m.), vinte e sete graus sudeste (27º SE); duzentos e sessenta metros (260 m.), quatro graus sudoeste (4º SW); trezentos metros (300 m.), vinte e oito graus sudoeste (28º SW); cento e setenta e sete metros (177 m.), leste (E); duzentos e cinquenta e cinco metros (255 m.), sessenta e sete graus nordeste (67º NE); trezentos e vinte e nove metros (329 m.), quarenta e cinco graus e trinta minutos nordeste (45º 30' NE); duzentos e trinta e oito metros (238 m.), trinta e sete graus e trinta minutos nordeste (37º 30' NE); setecentos metros (700 m.), quarenta e três graus e trinta minutos

nordeste (43° 30' NE); quatrocentos e oitenta e sete metros e cinquenta centímetros (487,50 m.), quarenta e dois graus nordeste (42° NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil seiscientos e vinte cruzeiros (Cr\$ 1.620,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.112 — DE 10 DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Rubens Valladares Vasconcellos a pesquisar quartzo e associados, no município de Paraopeba, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Rubens Valladares Vasconcellos a pesquisar quartzo e associados, em terrenos de propriedade de Bernardo Valladares Ribeiro, situados no imóvel Fazenda dos Amarelos, distrito e município de Paraopeba, Estado de Minas Gerais, numa área de duzentos hectares (200 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na foz do córrego Valentim, afluente do rio Paraopeba pela margem direita, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: setecentos metros (700 m.), sul (S); trezentos metros (300 m.), oitenta graus nordeste (80° NE); seiscientos e cinco metros (605 m.), sul (S); um mil seiscientos e cinquenta metros (1.750 m.), oitenta e oito graus sudoeste (88° SW); um mil duzentos e sessenta metros (1.260 m.), norte (N); o sexto e último lado e constituído de um segmento retilíneo que, partindo

da extremidade do quinto lado vai ter ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.113 — DE 10 DE JULHO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros José Ferraz de Oliveira e Lafaiete Lopes Ferraz a pesquisar berilo e associados, no município de Itambé, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros José Ferraz de Oliveira e Lafaiete Lopes Ferraz a pesquisar berilo e associados, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Morro da Glória, distrito e município de Itambé, Estado da Bahia, numa área de noventa e três hectares e sessenta ares (93,60 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a quinhentos e cinquenta metros (550 m.), no rumo magnético vinte e três graus e quinze minutos sudeste (23° 15' SE) da confluência do córrego Brejo no riacho Laranjeira e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil e duzentos metros (1.200 m.), vinte graus noroeste (20° NW); setecentos e oitenta metros (780 m.), setenta graus nordeste (70° NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de novecentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 940,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da

Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.114 — DE 10 DE
JULHO DE 1952

Autoriza a Sociedade de Mineração Pitangui Ltda. "SOMPIT", a pesquisar minérios de ouro e associados, no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Sociedade de Mineração Ltda. "SOMPIT", a pesquisar minérios de ouro e associados, em terrenos de propriedade de Luis Morato e sua mulher Clara Luis de Freitas e filhos, situados na localidade Fazenda Santo Antônio, distrito e município de Pitangui, Estado de Minas Gerais, numa área de sessenta hectares (60 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no boeiro de concreto da rodovia estadual de Pará de Minas-Pitangui, sobre o riacho Santo Antônio, e os lados, a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: duzentos e setenta e cinco metros (275 m.), setenta e quatro graus e vinte minutos sudeste (74º 20' SE); setecentos e oitenta e oito metros (788 m.), oitenta e três graus nordeste (83º NE); duzentos e vinte e três metros (223 m.), um grau noroeste (1º NW); quatrocentos e sessenta metros (460 m.), quarenta e sete graus e vinte minutos noroeste (47º 20' NW); duzentos e sessenta e dois metros (262 m.), quarenta graus e quarenta minutos sudoeste (40º 40' SW); setecentos e cinquenta e cinco metros (755 m.), oitenta e oito graus e cinquenta minutos noroeste (88º 50' NW), e o último lado é um segmento retilíneo que, partindo da extremidade do sexto (6.º) lado, vai encontrar o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.115 — DE 10 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Nilo Cotrim e Silva a lavar ocre e calcário no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Nilo Cotrim e Silva a lavar ocre e calcário em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Ojão, distrito e município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, numa área de dez hectares (10 ha.), delimitada por um triângulo que tem um vértice a cento e quarenta e seis metros (146 m.) no rumo magnético quarenta e oito graus nordeste (48º NE), do marco quilométrico quinhentos e quarenta e quatro (km. 544) da via férrea da Estrada de Ferro Central do Brasil, nas proximidades da estação Vitorino Dias e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos metros (500 m.), norte (N); quatrocentos metros (400 m.), oeste (W); seiscentos e quarenta metros (640 m.), cinquenta graus sudeste (50º SE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos

cofres públicos, na forma da Lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo, para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.116 — DE 10 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Celso Lana Santos a lavrar minério de ferro e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Celso Lana Santos a lavrar minério de ferro e associados, em terrenos de propriedade de Parcus Hermanos, situados no imóvel denominado Fazenda da Vigia, no distrito de São Julião, município de Ouro

Preto, Estado de Minas Gerais, numa área de cento e dezoito hectares e cinquenta ares (118,50 ha.) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a seiscentos e sessenta e dois metros e cinquenta centímetros (662,50 m.) no rumo verdadeiro de setenta e cinco graus e vinte e cinco minutos sudeste (75º 25' SE), da confluência dos córregos do Anú e da Bocaina, e os lados, a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimento e rumos verdadeiros: — oitocentos e setenta e cinco metros (875 m.), sessenta e sete graus e cinco minutos nordeste (67º 05' NE); trezentos e quarenta e cinco metros (345 m.), cinquenta e dois graus e cinquenta e cinco minutos sudeste (52º 55' SE); cento e vinte e sete metros (127 m.), oitenta e três graus e trinta e cinco minutos nordeste (83º 35' NE); seiscentos e quinze metros (615 m.), dois graus e trinta e cinco minutos nordeste (2º 35' NE); mil duzentos e sessenta e seis metros — (1.266 m.), sessenta graus e cinquenta e cinco minutos noroeste — (60º 55' NW); duzentos e cinquenta metros (250 m.), oitenta e oito graus e cinco minutos sudoeste (88º 05' SW); o sétimo (7.º) lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do sexto (6.º) lado descrito ao vértice de partida. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da Lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo, para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mine-

ral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de dois mil trezentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 2.380,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.117 — DE 10 DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Arnaldo Couto de Magalhães a pesquisar caulim e associados, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Arnaldo Couto de Magalhães a pesquisar caulim e associados em terrenos de sua propriedade situados nas localidades de Sítio dos Morros, e Bairro da Cachoeira, distrito e município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, numa área de nove hectares e vinte e três ares — (9,23 ha.), delimitada por um polígono mixtilíneo, que tem um vértice a seiscentos metros (600 m.), no rumo magnético vinte e três graus sudeste (23º SE) do meio da ponte da estrada Galvão Bueno sobre o córrego dos Morros, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e cinquenta metros (250 m.), trinta e sete graus sudeste (37º SE); duzentos metros (200 m.), cinquenta e três graus sudoeste (53º SW); da extremidade deste lado, no rumo sul, parte o terceiro lado, curvilíneo, numa extensão de duzentos e setenta metros (270 m.); desta extremidade parte um lado retilíneo de duzentos e noventa e cinco metros (295 m.), trinta e sete graus

noroeste (37º NW); e, trezentos e setenta e cinco metros (375 m.), cinquenta e três graus nordeste (53º NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.118 — DE 10 DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José dos Santos a pesquisar ocre, quartzo, minérios de manganês e associados, no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José dos Santos a pesquisar ocre, quartzo, minérios de manganês e associados, em terrenos de sua propriedade situados no lugar denominado São José da Serra ou Serra do Cipó, no distrito e município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais, numa área de catorze hectares e setenta e sete ares (14,77 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a seiscentos e quarenta sete metros e setenta centímetros (647,70 m.), no rumo magnético de oitenta e cinco graus trinta minutos nordeste (85º 30' NE) da confluência dos córregos do Capão de João da Costa e da Vargem da Bocaina, e os lados, a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: setecentos e dez metros (710 m.), oitenta e três graus nordeste (83º NE); trezentos e trinta e dois metros e cinquenta centímetros (332,50 m.), sete graus sudeste (7º SE); setecentos e noventa e quatro metros (794 m.), setenta e sete

graus trinta minutos noroeste (77° 30' NW); o quarto e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do terceiro lado, descrito, ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.119 — DE 10 DE
JULHO DE 1952

*Autoriza o cidadão brasileiro João Giral-
dini a pesquisar talco, calcário e
associados, no município de Castro,
Estado do Paraná.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro João Giral-
dini a pesquisar talco, calcário e associados em terrenos de propriedade de Bertoldo Machado Meira, Venceslau Machado da Silva e Mariana Dias da Silva, situados na localidade de Água Quente, distrito de Abapá, município de Castro, Estado do Paraná, numa área de duzentos e dezesseis hectares e cinquenta ares (216,50 ha), delimitada por um retângulo, que tem um vértice a quatrocentos e trinta metros (430 m.), no rumo magnético de trinta e seis graus sudeste (36° SW) da casa de residência de Bertoldo Machado Meira, e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil metros (1.000 m.), sessenta e nove graus e trinta minutos sudeste (69° 30' SE); dois mil cento e sessenta e cinco metros — (2.165 m.), vinte graus trinta minutos nordeste (20° 30' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de

dois mil cento e setenta cruzeiros (Cr\$ 2.170,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.120 — DE 10 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar a doação de terrenos e benfeitorias em São José dos Campos, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, e de acordo com os artigos 1.165, 1.180 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a aceitar as doações que o Estado de São Paulo e a Municipalidade de São José dos Campos, no mesmo Estado, pretendem fazer ao Patrimônio da União, dos imóveis situados no Município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, declarados de utilidade pública pelo Decreto Estadual n.º 17.238, de 22 de maio de 1947, retificado pelo Decreto Estadual n.º 18.125, de 18 de maio de 1948, bem como das benfeitorias resultantes de obras e serviços nêles executados, às expensas do Estado de São Paulo, na forma da Lei Estadual n.º 749, de 8 de agosto de 1950.

Art. 2.º Os imóveis e benfeitorias citados, se destinam à instalação do Centro Técnico de Aeronáutica, do Ministério da Aeronáutica.

Art. 3.º As escrituras de doação servirão como título de propriedade, para efeito de transcrição.

Art. 4.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Renato de Almeida Guillobel
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.121 — DE 11 DE
JULHO DE 1952

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 34.307,10, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.621, de 9 de junho de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de trinta e quatro mil, trezentos e sete cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 34.307,10), destinado à regularização de despesa efetuada, no exercício de 1950, com o estudo de letras hipotecárias e escriturada em conta de ordem pela Contadoria Geral da República.

Art. 2.º O crédito a que se refere o art. 1.º deste Decreto será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesorero Nacional.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.122 — DE 11 DE
JULHO DE 1952

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à regularização de despesas relacionadas com o pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e ao desenvolvimento dos trabalhos da mesma Comissão.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.618, de 4 de junho de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de dois

milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00), destinado à regularização de despesas de qualquer espécie, relacionados com o pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, bem como de outras naturezas julgadas indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos da mencionada Comissão.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.123 — DE 11 DE
JULHO DE 1952

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 21.415.680,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.596, de 30 de abril de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de vinte e um milhões, quatrocentos e quinze mil, seiscentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 21.415.680,00), para classificação da despesa relativa às duas primeiras prestações devidas, nos termos e condições do "Suplemento n. I ao Ajuste de Liquidação de Lend Lease" acordado entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, em 19 de abril de 1950.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.124 — DE 11 DE
JULHO DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. 1, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n. 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 cargo de Motorista (Palácios Presidenciais), padrão H do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude da exoneração de Davis de Mendonça, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.125 — DE 11 DE
JULHO DE 1952

Revoga o Decreto n. 22.854, de 20 de janeiro de 1947.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Artigo único — Fica revogado o Decreto n. 22.854, de 20 de janeiro de 1947, que concedeu a cidadã norte-americana Alice Summer Penha autorização para a compra de pedras preciosas, nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.126 — DE 11 DE
JULHO DE 1952

Aprova projeto e orçamento referentes à construção do trecho de 112,500 quilômetros, compreendido entre as estacas 2366-7991, do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (Linha Oeste), ligando Serra Talhada a Salgueiro, na Rede Ferroviária do Nordeste.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o que consta do processo protocolado no Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, sob número 14.994-52, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados o projeto e o orçamento referentes ao trecho de 112,500 quilômetros, compreendido entre as estacas 2366 e 7991, do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (Linha Oeste), a cargo da Rede Ferroviária do Nordeste, do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, e que lga Serra Talhada a Salgueiro, no Estado de Pernambuco, na importância de Cr\$ 165.391.210,60 (cento e sessenta e cinco milhões, trezentos e noventa e um mil duzentos e dez cruzeiros e sessenta centavos).

§ 1.º O projeto e orçamento de que trata este artigo serão dados a publicidade mediante portaria do Ministério da Viação e Obras Públicas.

§ 2.º A despesa com a execução das obras correrá, no atual exercício, à conta da Verba 4 — Consignação 7 — Plano Salte — Subconsignação 16-31-01-1-12, do Anexo 23, da Lei de Meios, e, nos exercícios vindouros, à conta dos recursos que, para esse fim forem concedidos.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de julho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS
Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 21.127 — DE 11 DE
JULHO DE 1952

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária a construção ferroviária Serra Talhada-Salgueiro, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946,

Decreta:

Art. 1.º São declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas necessárias à construção do prolongamento ferroviário Serra Talhada-Salgueiro, compreendido entre as estacas 2.366-7.991, da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (linha Oeste), da Rede Ferroviária do Nordeste, cujo projeto e orçamento foram aprovados pelo Decreto n.º 31.126, de 11 de julho de 1952.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.128 — DE 11 DE
JULHO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Engenheiro, com o respectivo ocupante Eurico Tavares da

Silva, da lotação permanente da Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal, para igual lotação da Divisão de Obras do Departamento de Administração.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.129 — DE 11 DE
JULHO DE 1952

Autoriza a Cia. Fôrça e Luz Marianense a ampliar suas instalações hidrelétricas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que, pela Resolução n.º 771, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Cia. Fôrça e Luz Marianense a ampliar suas instalações no município de Mariana, Estado de Minas Gerais, mediante a instalação de três unidades de 400 kva, cada uma, e execução das obras complementares necessárias.

Art. 2.º Caducará o presente título independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão no prazo de cento e vinte (120) dias a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.130 — DE 31 DE
JULHO DE 1952

Outorga ao Governo do Estado da Bahia concessão para aproveitamento de energia hidráulica nos rios de Contas e Gongogi, no Estado da Bahia.

A Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do art. 150, do Código de Aguas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º É outorgada ao Governo do Estado da Bahia concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica das cachoeiras Pancada, existente no rio de Contas, municípios de Itacaré e Ubaitaba; Funi, no mesmo rio de Contas, municípios de Ipiau, Camamu e Ubaitaba; e Pancada Alta, no rio Gongogi, município de Ibaitaba, no Estado da Bahia.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas as alturas de queda a aproveitar, as descargas de derivação e a potência da etapa inicial, bem como das subsequentes à medida que forem sendo aprovados os projetos correspondentes.

§ 2.º Os aproveitamentos destinam-se à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para serviços públicos, serviços de utilidade pública, comércio de energia e suprimento a outros concessionários.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se o concessionário não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão, de Aguas, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar a concessão dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação pelo Ministro da Agricultura da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura em três (3) vias, dentro do prazo de um (1) ano, a contar da data da publicação deste Decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Aguas.

IV — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministério da Agricultura, executando-as de acordo com os projetos aprovados e com as modificações que forem autorizadas.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O concessionário fica obrigado a construir e manter nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinando pela Divisão de Aguas, as instalações necessárias a observações fluviométricas e medições de descarga dos cursos d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º O capital a remunerar, será o efetivamente investido nas instalações do concessionário, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente, para a produção e fornecimento de energia elétrica.

Art. 5.º As tarifas do fornecimento de energia serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 4.º será criado um fundo de reserva que proverá às renovações determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único — A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta quota será determinada tendo-se em vista, a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data da publicação deste Decreto.

Art. 8.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.131 — DE 11 DE
JULHO DE 1952

Autoriza a Companhia Força e Luz de Minas Gerais, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 2.059 de 5 de março de 1940,

Considerando que pela Resolução n. 772 a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Força e Luz de Minas Gerais, sociedade anônima a construir uma linha de transmissão trifásica sob a tensão nominal de 66 kv., entre os municípios de Santa Barbara e Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, destinada a prover capacidade adicional de transmissão à cidade de Belo Horizonte.

Parágrafo único. A referida linha de transmissão deverá ser construída dentro da mesma faixa da linha de transmissão de 66 kv existente, entre Petrópolis e Belo Horizonte, cuja construção foi autorizada pelo Decreto n. 10.490, de 29 de fevereiro de 1942.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a

contar da data da publicação deste Decreto, os estudos projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro de Agricultura.

Parágrafo único Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1952; 131.º da República e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.132 — DE 11 DE
JULHO DE 1952

Complementa disposições do Decreto n.º 28.166, de 1 de junho de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 150 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), e

Considerando que, em cumprimento ao disposto no art. 2.º, item IV, do Decreto n.º 28.166, de 1 de junho de 1950 a Companhia Paulista de Força e Luz realizou e apresentou os necessários estudos preliminares para o aproveitamento progressivo do potencial hidráulico de trechos do Rio Grande ali previstos;

Considerando que os levantamentos efetuados e os planos sobre eles estabelecidos permitem identificar mais precisamente o trecho do rio, as características do aproveitamento e a sequência das respectivas etapas;

DECRETA:

Art. 1.º A concessão outorgada pelo Decreto n.º 28.166, de 1 de junho de 1950, à Companhia Paulista de Força e Luz, compreende os seguintes aproveitamentos e etapas de execução:

Primeira Etapa: Aproveitamento de Peixoto situado 24 km. a montante da foz do Rio Canóas, próximo ao

lugar denominado Ponte dos Peixotos, entre o Município de Ibiraci, distrito do mesmo nome e o Município de Sacramento, Distrito de Desemboque, Estado de Minas Gerais;

Segunda Etapa: Aproveitamento de Praia, situado 17km. a montante da foz do Rio Canôas, entre os Municípios e distritos citados;

Terceira Etapa: Aproveitamento de Maribondo, situado nas cachoeiras de Maribondo, entre o Município de Guaraci, Distrito de Icem Estado de São Paulo e o Município de Frutal, Distrito do mesmo nome, Estado de Minas Gerais;

Quarta Etapa: Aproveitamento de Estreito, situado 10 km. a jusante da foz do Rio Canôas, entre o Município de Pedregulho, Distrito do mesmo nome, Estado de São Paulo e o Município de Sacramento Distrito de Desemboque, Estado de Minas Gerais.

§ 1.º Os aproveitamentos descritos incluem a acumulação de águas que fôr necessária, na conformidade dos projetos aprovados pelo Ministro da Agricultura.

§ 2.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato de aprovação dos projetos serão determinadas as alturas de queda a aproveitar, as descargas de derivação e as potências.

Art. 2.º A Companhia Paulista de Força e Luz deverá apresentar dentro de seis meses o projeto definitivo e o orçamento das obras e instalações correspondentes à primeira etapa, iniciando-as e concluindo-as, sob pena de caducidade da concessão, no prazo que lhe fôr marcado pelo Ministro da Agricultura, que poderá outrossim, prorrogar o prazo de apresentação do projeto no caso de força maior, devidamente justificado.

Parágrafo único A apresentação do projeto das etapas subsequentes, assim como a marcha e a ultimação dos trabalhos respectivos, obedecerá ao mesmo regime de prazos, sob igual pena, estabelecidos pelo Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O prazo de vigência da concessão, prescrito no art. 8.º do Decreto n.º 28.166, de 1 de junho de 1950 contar-se-á a partir da publicação do ato que a outorgou, o decreto citado.

Art. 4.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.133 — DE 14 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Marinha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e de acôrdo com o artigo 1.165 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação de um terreno com a área de mil metros quadrados (1.000m2) situado entre a Avenida Dr. Altino Arantes e a faixa de Marinha com frente para a quadra formada pelas ruas General Osório e Almirante Nogueira, na cidade de São Sebastião, no Estado de São Paulo, de conformidade com a Lei n.º 22, de 12 de maio de 1952, da Câmara Municipal de São Sebastião, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º O terreno doado reverterá ao respectivo Patrimônio Municipal, se, por qualquer motivo, não forem realizadas as obras de construção e instalação da Agência da Capitania dos Portos do Estado de São Paulo em São Sebastião, dentro do prazo de dois (2) anos, contados da data da escritura de doação.

Art. 3.º As despesas resultantes da doação em aprêço correrão pelo "Fundo Naval".

Art. 4.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1952,
131.º de Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillebe.
Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.134 — DE 15 DE
JULHO DE 1952

Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Santos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938,

Decreta:

Artigo único. É concedida autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Santos, com sede nessa cidade do Estado de São Paulo e mantida pela Sociedade Visconde de São Leopoldo.

Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.135 — DE 16 DE
JULHO DE 1952

Aprova projetos e orçamentos dos trechos da nova ligação ferroviária — Itararé - Fábio Rêgo - Jaguariava - Presidente Castilhos, da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição. e tendo em vista o que consta dos processos protocolados no Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas sob números 31.749 e 38.866-51, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados os projetos e orçamentos, na importância de Cr\$ 293.461.778,30 (duzentos e noventa e três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, setecentos e setenta e oito cruzeiros e trinta centavos), relativos aos seguintes trechos da nova ligação ferroviária Itararé-Fábio Rêgo - Jaguariava - Presidente Castilhos, na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina:

Itararé - Fábio Rêgo	Cr\$
— (km. 0 ao km. 51 + 752)	129.134.072,09
Fábio Rêgo - Jaguariava (km. 51 + 752 ao km. 73 + 914)	89.289.548,76

Jaguariava - Presidente Castilhos —
(km. 73 + 914 ao km. 96 + 160)

75.038.157,46

293.461.778,31

§ 1.º As discriminações dos projetos e orçamentos de que trata este artigo serão dados à publicidade, mediante portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 2.º A despesa com a execução das obras correrá, no atual exercício, a conta da Verba 3, Consignação 8, subconsignação 74 (2-51-01-3), do Anexo 25 da atual Lei de Meios e, nos exercícios vindouros, à conta dos recursos que para esse fim forem concedidos.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.136 — DE 16 DE
JULHO DE 1952

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas necessárias à construção ferroviária de Itararé-Fábio Rêgo-Jaguariava-Presidente Castilhos, da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos de ns. 4.152, de 6 de março de 1942, e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º São declaradas de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas necessárias à ligação ferroviária Itararé-Fábio Rêgo-Jaguariava-Presidente Castilhos, da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, compreendida entre os kms. 0 e 96 + 160, cujos projetos e orçamentos foram aprovados pelo Decreto n.º 31.135, de 16 de julho de 1952.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.137 — DE 16 DE JULHO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do Primeiro Centenário de fundação da cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.572, de 11 de março de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar as despesas com as comemorações do primeiro centenário da fundação da cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí, a 16 de agosto de 1952, que o Estado e o Município, vão levar a efeito.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Láfer

DECRETO N.º 31.138 — DE 16 DE JULHO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.548, de 5 de fevereiro de 1952, e

tendo consultado o Tribunal de Contas e ouvido o Ministério da Fazenda, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), como auxílio às seguintes entidades, para atenderem às despesas extraordinárias com a Exposição Agro-pecuária:

	Cr\$
Prefeitura Municipal de Uberaba — Estado de Minas Gerais	150.000,00
Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, de Uberaba, Estado de Minas Gerais	150.000,00
	<hr/> 300.000,00 <hr/>

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

Horácio Láfer

DECRETO N.º 31.139 — DE 17 DE JULHO DE 1952

Dispõe sobre o pessoal do Conselho Nacional do Petróleo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o art. 5.º do Decreto-lei n.º 1.143, de 9 de março de 1939, o Decreto n.º 30.161, de 12 de novembro de 1951, e o Decreto-lei número 5.452, de 1 de maio de 1943,

Decreta:

Art. 1.º — Os serviços a cargo do Conselho Nacional do Petróleo serão executados:

a) — por pessoal requisitado, nos termos do art. 4.º do Decreto-lei n.º 1.143, de 9 de março de 1939;

b) — por pessoal extranumerário, admitido na forma da legislação em vigor;

c) — por pessoal empregado, que ficará sujeito ao regime previsto no Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943

Art. 2.º — O pessoal empregado, a que se refere a alínea c, do artigo anterior, será utilizado exclusivamente nos trabalhos de pesquisa, exploração, transporte e industrialização do petróleo, bem como na realização de outros empreendimentos e encargos de natureza industrial, relacionados com o abastecimento nacional do petróleo e executados diretamente pelo Conselho e órgão subordinados.

§ 1.º — Para os efeitos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 1.143, de 1939, os limites máximos dos salários do pessoal empregado serão aprovados pelo Presidente da República, mediante proposta do Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, tendo em vista a natureza de cada atividade, as condições do mercado de trabalho local e as peculiaridades atinentes ao exercício da função.

§ 2.º — A admissão movimentação, dispensa e demais atos relativos ao pessoal empregado serão processados de acordo com as instruções que forem baixadas pelo Presidente do Conselho.

§ 3.º — Os serviços dos órgãos técnicos e administrativos centrais do Conselho continuarão a ser executados por servidores requisitados e pessoal extranumerário.

Parágrafo único — Ressalvado o caso de designação para chefia de caráter técnico, o pessoal empregado não poderá ter exercício nos órgãos centrais a que se refere este artigo, sob pena de responsabilidade funcional e financeira de quem autorizar a irregularidade ou nela consentir.

Art. 4.º — São consideradas extintas, à medida que vagarem, as funções de extranumerário de menor referência existentes nos serviços regional do Conselho.

Parágrafo único — Aos servidores que solicitarem dispensa das funções que ocupam para o fim de ingressarem na categoria de pessoal empregado, será assegurada a contagem do tempo de serviço prestado como extranumerário.

Art. 5.º — Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º — Fica sem efeito o Decreto n.º 30.991, de 16 de junho de 1952.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1952, 131.ª da Independência e 64.ª da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

DECRETO N.º 31.140 — DE 17 DE JULHO DE 1952

Declara de utilidade pública a desapropriação dos imóveis, que mencionam, situados em Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e de acordo com o art. 5.º, letra h, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a desapropriação, com as respectivas benfeitorias, dos terrenos alodiais e do domínio útil de terrenos de marinha, situados na zona abrangida pelo Decreto n.º 28.468, de 5 de agosto de 1950, que aprovou projeto, memória justificativa, composição de preços unitários e orçamento para prolongamento e obras complementares do porto de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, e indicados na planta levantada pelo 17.º Distrito do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas, em setembro de 1947, relativa ao prolongamento do cais acostável do mencionado porto de Itajaí e constante de fls. 222 do processo protocolado no Ministério da Viação e Obras Públicas em 23 de outubro de 1950, sob o n.º 23.666 e, bem assim, a desapropriação das benfeitorias existentes nos terrenos da marinha sob o regime de ocupação também compreendidos na planta antes mencionada.

Art. 2.º A presente desapropriação é declarada de caráter urgente para os fins previstos no artigo 15 do citado Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.141 — DE 17 DE JULHO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a transladação, para o Rio de Janeiro, dos despojos mortais da Princesa Isabel e do Conde D'Eu.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.403, de 6 de agosto de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de um milhão de cruzeiros Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas com a transladação para o Rio de Janeiro e inumação em túmulo especial dos despojos mortais da Princesa Isabel e do Conde D'Eu.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho.

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.142 — DE 17 DE JULHO DE 1952

Revoga o Decreto n.º 25.440, de 3 de setembro de 1948.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica revogado o Decreto n.º 25.440, de 3 de setembro de

1948, que concedeu ao cidadão brasileiro Altamiro de Oliveira Camargo autorização para a compra de pedras preciosas, nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.143 — DE 18 DE JULHO DE 1952

Aprova e manda executar o Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição,

Resolve aprovar e mandar executar o Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, que a este acompanha, assinado pelo Vice-Almirante Renato de Almeida Guillobel, Ministro da Marinha.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Renato de Almeida Guillobel

Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro

CAPÍTULO I

Da Escola e seus fins

Art. 1.º A Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, criada pelo Decreto-lei n.º 1.766, de 10 de novembro de 1939, tem por fim preparar profissionais para a Marinha Mercante em geral, formando Capitães, Pilotos, Maquinistas-Motoristas e Comissários.

Art. 2.º A Escola será dirigida por um Conselho de Instrução presidido pelo Diretor do Lloyd Brasileiro, e ficará subordinada, na parte administrativa diretamente ao Ministro da Marinha, e no que diz respeito ao ensino à Diretoria da Marinha Mercante.

§ 1.º O Conselho de Instrução compõe-se do Diretor do Lloyd Brasileiro e mais três membros nomeados pelo Ministro da Marinha.

§ 2.º Um dos Membros do Conselho de Instrução, designado pelo Ministro da Marinha, exercerá as funções executivas e será o Vice-Diretor da Escola.

Art. 3.º A Escola compreenderá os dois cursos seguintes:

Curso de Especialização — para os candidatos às Cartas de 2.º Piloto, 3.º Maquinista-Motorista e 2.º Comissário, início de carreira.

Curso de Aperfeiçoamento — destinado ao ensino para melhoria das Cartas já adquiridas.

CAPÍTULO II

Do regime dos cursos

Art. 4.º O Curso de Especialização funcionará sob regime de internato em navio ou navios do Lloyd Brasileiro que, tanto quanto possível, deverão estar em plena atividade comercial.

Parágrafo único. Por ocasião dos exames, frequência a oficinas ou em casos excepcionais, os alunos ficarão em regime de externato, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno.

Art. 5.º O Curso de Especialização tem por objetivo a formação de:

- a) Segundos Pilotos;
- b) Terceiros Maquinistas-Motoristas;
- c) Segundos Comissários.

Art. 6.º Os cursos para Segundos Pilotos e para Terceiros Maquinistas-Motoristas, serão dados em dois anos letivos, e o para Segundo Comissário em um ano letivo, tendo cada ano letivo nove meses de duração.

Art. 7.º As matérias que constituem o Curso de Especialização serão distribuídas da seguinte maneira:

- a) Curso para Segundo Piloto.

1.º ano letivo:

1.ª aula — Arte Naval. Organização interna do navio mercante.

2.ª aula — Sinalização em geral. Balizamento. Farolagem. Sondagens. Convenção Internacional para salva-

guarda da vida humana no mar. Cerimonial marítimo.

3.ª aula — Estudo de logaritmos. Trigonometria retilínea. Cosmografia.

Estudo complementar: exercícios práticos sobre as regras para evitar abaloamentos no mar (com a 2.ª aula).

2.º ano letivo:

1.ª aula. Arte Naval. Organização da Marinha Mercante Nacional, sua regulamentação. Noções de meteorologia.

2.ª aula. Noções gerais sobre: geradores de vapor, máquinas marítimas a vapor, motores a combustão interna e eletricidade. Noções sobre sistema de comando do leme e redes dos serviços gerais de bordo.

3.ª aula. Navegação estimada.

Estudo complementar:

1) Preparo de uma derrota estimada completa, com os respectivos cálculos (com a 3.ª aula).

2) Prática de instrumentos usados na navegação (com a 3.ª aula).

3) Prática de sinais.

b) Curso para Terceiro Maquinista-Motorista.

1.º ano letivo:

1.ª aula — Arte Naval (conhecimentos indispensáveis à profissão). Organização da Marinha Mercante Nacional, sua regulamentação e organização interna dos navios mercantes.

2.ª aula — Tecnologia dos geradores de vapor e das máquinas alternativas a vapor e turbinas. Tecnologia dos motores a combustão interna. Noções sobre ferramentas e seu emprego.

3.ª aula — Noções de física e química. Noções sobre combustível e lubrificantes e seu emprego.

Estudo complementar: os alunos frequentarão oficinas a bordo ou em terra, para prática de ofícios e conhecimentos da utilização das máquinas e ferramentas e deverão aperfeiçoar seus conhecimentos sobre desenho geométrico (com a 2.ª aula).

2.º ano letivo:

1.ª aula — Noções de mecânica racional e aplicada.

2.ª aula — Noções de eletricidade e funcionamento de geradores e motores elétricos.

3.^a aula — Geradores a vapor, seu funcionamento. Máquinas alternativas a vapor, turbinas e seu funcionamento.

4.^a aula — Motores a combustão interna e seu funcionamento.

5.^a aula — Máquinas auxiliares e complementares.

Estudo complementar:

1) — os alunos continuarão a prática do ano anterior, com o estudo de rascunho de peças de máquinas (com a 3.^a aula).

2) — prática de sinais.

c) Curso para 2.^o Comissário:

1.^a aula — Arte Naval (conhecimentos indispensáveis à profissão. Organização da Marinha Mercante Nacional, sua regulamentação e organização interna dos navios mercantes.

2.^a aula — Noções de contabilidade mercantil e prática de comércio. Escrituração e prática dos serviços de câmara. Dactilografia. Correspondência.

3.^a aula — Serviço hoteleiro, sua aplicação à Marinha Mercante.

4.^a aula — Ensino prático de Francês e Inglês.

Estudo complementar:

1) — Prática do serviço hoteleiro (com a 3.^a aula).

2) — Prática de sinais.

Art. 8.^o O Curso de Aperfeiçoamento funcionará sob regime de externato, em terra, em dependência do Lloyd Brasileiro, na Capital da República, e o ano letivo terá duração de seis meses.

Art. 9.^o O Curso de Aperfeiçoamento ministrará o ensino para:

a) Capitão de Longo Curso;

b) Primeiro-Maquinista Motorista;

c) Primeiro Comissário;

d) Primeiro Piloto;

e) Segundo-Maquinista Motorista.

Parágrafo único. A formação de Capitães de Cabotagem processar-se-á de acordo com o artigo 30, por meio de apresentação e justificação de uma Derrota, conforme e estabelecido no Regimento Interno.

Art. 10. A matrícula no Curso de Aperfeiçoamento não é obrigatória para melhoria de Carta, podendo os candidatos prestar os respectivos exames de acordo com o estabelecido no Capítulo V, respeitados os artigos 21 e 30.

Art. 11. As matérias que constituem o Curso de Aperfeiçoamento serão distribuídas da seguinte maneira:

a) Curso para Primeiro Piloto:

1.^a aula — Arte Naval. Revisão e desenvolvimento do estudo sobre organização da Marinha Mercante Nacional e sua regulamentação. Constituição de comboios e regras de navegação em comboios. Meteorologia.

2.^a aula — Noções de Direito Constitucional e Direito Marítimo.

3.^a aula — Noções de trigonometria esférica e de astronomia. Navegação astronômica. Instrumentos de navegação, sua utilização e regulação. Utilização do radar e do radiogoniômetro.

Estudo complementar: — preparo de uma Derrota (com a 3.^a aula).

b) Curso para Capitão de Longo Curso:

1.^a aula — Teoria do Navio. Revisão do Curso de Arte Naval no que interessa ao comando. Desenvolvimento dos estudos sobre navegação em comboio. Meteorologia.

2.^a aula — Direito Marítimo.

3.^a aula — Revisão geral do estudo de navegação. Estudo especial de agulhas magnéticas e giroscópicas. Noções sobre sistemas usuais de projeção. Noções de hidrografia e de construção de cartas marítimas.

c) Curso para Segundo Maquinista-Motorista:

1.^a aula — Noções de eletrotécnica. Geradores e motores elétricos de corrente contínua e alternativa.

2.^a aula — Motores a combustão interna.

3.^a aula — Máquinas marítimas a vapor em geral.

4.^a aula — Máquinas auxiliares e complementares. Desenho de Máquinas.

d) Curso para Primeiro Maquinista-Motorista:

1.^a aula — Estudo complementar das instalações elétricas e das máquinas e motores elétricos.

2.^a aula — Noções de Termotécnica. Técnica de condução e conservação dos geradores a vapor. Sistema destilatório.

3.^a aula — Técnica de condução e conservação de máquinas a vapor. Técnica de condução e conservação de motores a combustão interna.

4.^a aula — Estudo elementar de propulsores. Estudo técnico sobre localização de avarias e reparos. Desenho de peças de máquinas a serem executadas ou reparadas.

e) Curso para Primeiro Comissário:

1.ª aula — Noções de contabilidade pública e de Direito Commercial.

2.ª aula — Noções de Direito Constitucional (com a 2.ª aula para 1.º Piloto).

3.ª aula — Escrituração e prática dos serviços da competência do Primeiro Comissário. Geografia econômica. Organização e administração hoteleira. Turismo.

4.ª aula — Prática das linguas Francesa e Inglesa.

Art. 12. Para os alunos do Curso de Especialização, haverá semanalmente, palestras ou conferências educacionais sobre assuntos referentes a conhecimentos elementares de Direito Constitucional e legislação trabalhista, hygiene individual e primeiros socorros médicos.

Parágrafo único. Os alunos do 2.º ano para 2.º Piloto e 3.º Maquinista-Motorista e os do curso para 2.º Comissário, antes dos exames do respectivo ano letivo, prestarão uma prova escrita sobre os assuntos a que se refere este artigo.

Art. 13. Os alunos do Curso de Especialização ficarão obrigados a tomar parte nos exercícios de ginástica, natação e remo que forem determinados, bem como prática da manobra de condução de escaleres e lan-chas e dos trabalhos de caldeiras, máquinas e motores nas embarcações miúdas e em toda faina de bordo, não só relativas aos serviços de leme como de conservação do navio.

§ 1.º Antes dos exames do ano letivo, os alunos prestarão provas orais de habilitação sobre os assuntos a que se refere este artigo.

§ 2.º A Escola expedirá um Certificado de Sinais a todos os alunos, mediante provas de exame, sem o qual os alunos dos últimos anos do Curso de Especialização não poderão prestar as provas orais de exame desse ano.

Art. 14. O horário das aulas e exercícios em cada ano letivo será organizado pelo Conselho de Instrução, que atenderá às circunstâncias ocasionais, conciliando os interesses de instrução com as possibilidades práticas do Lloyd Brasileiro.

Art. 15. Os alunos do Curso para 3.º Maquinista-Motorista para frequentarem oficinas, poderão desembarcar durante o ano letivo, em períodos determinados, ficando em re-

gime de externato, na conformidade da alínea b) do artigo 7.º.

Art. 16. A juízo do Conselho de Instrução, após os exames do ano letivo os alunos do Curso de Especialização, antes de receberem as respectivas Cartas serão embarcados ou distribuídos por oficinas, para estágio, pelo tempo que for julgado necessário.

Art. 17. Durante o ano letivo, quando julgado necessário pelo Conselho de Instrução, sem prejuízo do ensino, poderão ser programadas e lecionadas aulas de revisão de matérias do ensino secundário aos alunos do Curso de Especialização.

Parágrafo único. Na mesma ocasião será fixado o número de candidatos que poderá se inscrever à melhoria de Carta, de acordo com o artigo 10, bem como o número de vagas anuais para Capitão de Cabotagem.

Art. 18. Os programas das matérias constantes do plano de ensino serão organizados pela Escola e submetidos à apreciação e aprovação do Diretor Geral da Marinha Mercante.

Art. 19. Para o desenvolvimento dos programas de ensino das diferentes disciplinas, deverão os instrutores adotar livros-textos, escritos em lingua portuguesa ou fornecer resumos ou apostilas de suas lições.

Parágrafo único. Os livros-textos de autoria dos Instrutores da Escola e que forem aprovados poderão ser petentes, pelos aprovados no 1.º ano e pelos dependentes de uma única matéria do 1.º ano;

CAPÍTULO III

Das matrículas

Art. 20. As inscrições à matrícula serão abertas em Janeiro para o Curso de Especialização e em Março para o de Aperfeiçoamento.

Art. 21. O número de matrículas em cada curso, será fixado anualmente pelo Ministro da Marinha, por proposta da Diretoria de Marinha Mercante.

Art. 22. As matrículas no Curso de Especialização serão preenchidas:

a) No 2.º ano, pelos alunos re-premiados, a critério do Diretor Geral da Marinha Mercante.

b) No 1.º ano, para o Curso de 2.º Piloto e 2.º Comissário, pelos alu-

nos repetentes e pelos candidatos inscritos à matrícula que, submetidos ao concurso de admissão, tiverem obtido melhor classificação.

c) No 1.º ano para o Curso de 3.º Maquinista-Motorista, pelos alunos repetentes e pelos candidatos inscritos na conformidade do estabelecido pelos artigos 23 e 25.

§ 1.º O aluno reprovado em uma única matéria do 1.º ano, será matriculado no 2.º ano, e o reprovado em duas poderá repetir o ano uma única vez.

§ 2.º Nenhum aluno poderá fazer o Curso de Especialização em mais de três anos letivos.

Art. 23. A inscrição dos candidatos à matrícula no Curso de Especialização far-se-á mediante requerimento do próprio, acompanhado de um retrato de 3/4 e dos seguintes documentos:

a) Consentimento dos pais, tutores ou juizes competentes em documento com firma reconhecida por notário público, quando se tratar de candidato de menor idade;

b) Certificado ou diploma especificado nos ns. 1 e 2 da letra d deste artigo;

c) Prova de que está em dia com suas obrigações militares;

d) 1. Para os cursos de 2.º Piloto e de 2.º Comissário, certificado de aprovação no 1.º ciclo do Curso Secundário ou então certificado de aprovação no 1.º ciclo do ensino comercial industrial ou agrícola, desde que satisfaçam as condições estabelecidas pelo artigo 1.º da Lei número 1.076, de 31 de março de 1950.

2. Para o Curso de 3.º Maquinista-Motorista: diploma de Artífice dos Cursos de Ensino Industrial Federal equiparado ou reconhecido das Seções de Trabalho de metal, de indústria mecânica ou eletrotécnica. (Seções I, II ou III, artigo 1.º, do Decreto número 8.673, de 3 de fevereiro de 1942), ou então, dos certificados a que se refere o n.º 1 anterior, acompanhados de atestado de ter frequentado com aproveitamento, por um ano, no mínimo, como operário ou aprendiz, oficinas mecânicas oficiais ou dos Cursos industriais acima referidos.

Parágrafo único. Poderão ainda inscrever-se candidatos ao Curso para 3.º Maquinista-Motorista sem possuírem o certificado constante do número 2 anterior, desde que apresen-

tem atestado de terem frequentado com aproveitamento, por dois anos no mínimo, como operários ou aprendizes nas oficinas mecânicas ou exercido embarcados, por um ano, as funções de 1.º ou de 2.º Condutor da Marinha Mercante sujeitos porém, a exames do ciclo ginasial conforme for programado no Regimento Interno.

Art. 24. Nos requerimentos os candidatos deverão declarar: nome por extenso, nacionalidade, município, data do nascimento, estado civil, nomes dos pais, situação militar, residência e Curso que deseja seguir.

Parágrafo único. Os candidatos residentes fora da sede da Escola, poderão encaminhar seus requerimentos por Intermédio das Capitânicas dos Portos ou de pessoa habilitada para tal fim.

Art. 25. As vagas no 1.º ano do Curso de Especialização para 3.º Maquinista-Motorista serão preenchidas:

a) Metade sem concurso, pelos candidatos possuidores de Diploma a que se refere o número 2 da alínea d) do artigo 23.

b) Metade mediante concurso de admissão, pelos demais candidatos também especificados na letra d), do artigo 23 e seu parágrafo, inclusive os que não tenham obtido matrícula pela alínea precedente.

§ 1.º Para preenchimento das vagas a que se refere a alínea a), os candidatos inscritos terão preferência na seguinte ordem de especialidade de ofício: mecânico de máquinas, mecânico de motores, máquinas elétricas, caldeiraria, serralheria e fundição, e dentro da mesma especialidade terá preferência o mais idoso.

§ 2.º Para o caso de vagas em número ímpar, compete o maior número de vagas aos candidatos da alínea a).

Art. 26. Após o concurso, os candidatos habilitados à matrícula serão submetidos à inspeção de saúde.

Art. 27. Não serão permitidas matrículas nem frequência de alunos ouvintes em quaisquer dos Cursos, nem prestação de exames por candidatos não matriculados, salvo nos casos previstos por este Regulamento.

Artigo 28. O Concurso de admissão a que se referem os artigos 22 e 25 será realizado separadamente, para cada Curso, e constará de provas escritas das seguintes matérias:

- a) para os Cursos de 2.º Piloto e 3.º Maquinista-Motorista:

Português
Aritmética
Álgebra até equações do segundo grau (Inclusivo)
Geometria plana e no espaço

- b) para o Curso de 2.º Comissário:

Português
Francês
Inglês
Matemática (aritmética, álgebra até equação do 2.º grau exclusivo, noções de geometria indispensável ao cálculo de área e volume, áreas e volumes).

§ 1.º A classificação dos candidatos à matrícula, para a respectiva seleção far-se-á em cada um dos Cursos pela soma das notas obtidas em cada uma dessas matérias.

§ 2.º Após a classificação final, os candidatos dentro dos limites das vagas a serem preenchidas, terão o prazo de 15 dias para apresentar na Secretaria da Escola mais os seguintes documentos:

- a) certidão de Registro Civil, provendo ser brasileiro, menor de 25 anos e maior de 16 anos para os cursos de 2.º Piloto e 3.º Maquinista-Motorista e maior de 17 anos para o de 2.º Comissário, sendo que, para os brasileiros naturalizados, a certidão de Registro Civil deverá ser substituída pela carta de naturalização;
b) atestado de conduta passado pela autoridade policial competente com firma reconhecida por notário público;

c) atestado de ter sido vacinado com proveito, há menos de um ano.

Artigo 29. Os alunos matriculados no Curso de Especialização serão matriculados na Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, para fins de embarque, como praticante-aluno, conforme o Curso a que se destinarem.

Artigo 30. As vagas nos Cursos para Primeiro Piloto, 2.º Maquinista-Motorista e 1.º Comissário serão preenchidas mediante requerimento pelos candidatos que apresentarem a Carta e certificado de terem três (3) anos de embarque na categoria de sua Carta ou em categoria superior.

§ 1.º Para as vagas nos demais Cursos de Aperfeiçoamento o tempo de embarque exigido será de dois (2) anos.

§ 2.º Para efeito deste artigo só será computado como tempo de embarque o exercício após o candidato ter obtido o direito à respectiva Carta.

§ 3.º Para os oficiais de náutica e comissários não poderá ser computado como tempo de embarque o exercício em navios em construção ou encostados para reparos.

§ 4.º Os candidatos a Capitão de Cabotagem terão que apresentar ainda mais a Derrota exigida pelo parágrafo único do artigo 9 e alínea b) do artigo 45.

§ 5.º Quando o número de candidatos à Escola ou aos exames na forma do artigo 10 for superior ao fixado, caberá a matrícula ou a chamada aos exames aos candidatos de mais tempo de embarque.

Artigo 31. Só poderá obter melhoria de Carta o Candidato que for julgado apto na inspeção de saúde e as matrículas, no Curso de Aperfeiçoamento, só serão efetivadas após aprovação nessa inspeção.

Artigo 32. Os candidatos indicados à matrícula em qualquer curso, que não se apresentarem à Escola, no dia marcado, nem justificarem suas faltas dentro de oito dias, serão substituídos pelos que se lhe seguirem na classificação.

CAPÍTULO IV

DA PERDA E DA CONSERVAÇÃO DA MATRÍCULA

Artigo 33. A perda da matrícula será motivada por:

a) inaptidão física, julgada em inspeção de saúde ou falta de adaptação à vida do mar;

b) reprovação em qualquer disciplina do Curso de Aperfeiçoamento;

c) reprovação em mais de duas disciplinas nas duas épocas de exames no mesmo ano letivo do Curso de Especialização;

d) reprovação na 2.ª época em matéria que estiver repetindo em qualquer ano do Curso de Especialização;

e) reprovação nas duas épocas de exames do ano letivo em matéria do 2.º ano, se o aluno já tiver repetido o 1.º ano;

f) negar-se ao pagamento de qualquer indenização que lhe for atribuída;

g) cometer em uma mesma disciplina mais de 30 faltas ou mais de 15 não justificadas;

h) cometer mais de 30 faltas não justificadas em diversas disciplinas;

i) incidência na pena disciplinar de exclusão prevista pelo Regimento interno.

§ 1.º Só será concedido trancamento de matrícula a pedido, após ter o aluno indenizado a Escola, de acordo com as disposições do Regimento Interno.

§ 2.º A matrícula trancada poderá ser obtida ainda uma vez, mediante requerimento do interessado ao Conselho de Instrução e em caso de convir à Escola.

a) para a alínea a) e para o § 1.º em anos letivos seguintes, mediante nova inspeção de saúde;

b) para a alínea b) no ano letivo seguinte, quando reprovados em uma única disciplina, e após o intervalo de um ano quando reprovados em mais de uma disciplina;

c) para as alíneas f, g e h no ano letivo seguinte;

d) para a alínea i) só com autorização do Ministro da Marinha.

CAPÍTULO V

DAS PROVAS E DOS RECURSOS

Art. 34. As provas para apuração do aproveitamento dos alunos nas diversas disciplinas serão reguladas pela forma estabelecida no Regimento Interno, e consistirão em exame oral ou prático e em provas parciais durante o ano, sendo quatro provas parciais para o Curso de Especialização e três para o Curso de Aperfeiçoamento.

Parágrafo único. Haverá uma 2.ª época de exames antes da abertura dos Cursos para os alunos e candidatos que tiverem sido reprovados na 1.ª época ou que a ela não tenham podido comparecer.

Art. 35. O grau de aprovação do aluno em cada disciplina será dado pela fórmula:

$$G = \frac{6M + 4E}{10}$$

onde G é o grau de aprovação, M a média anual e E o resultado do exame oral ou prático.

§ 1.º Os alunos enquadrados no parágrafo único do artigo anterior, serão sujeitos à prova escrita e prova

oral na 2.ª época, não se lhes levando mais em conta a média anual, e o grau de aproveitamento será a média aritmética das duas provas.

§ 2.º Nos exames em que só houver uma prova o grau de aproveitamento será o conferido a essa prova.

§ 3.º O grau final de aproveitamento em cada matéria do ano letivo deverá ser igual ou superior a 4 para o aluno ser considerado aprovado nessa matéria.

Art. 36. A média anual será calculada para o Curso de Especialização pela fórmula:

$$M = \frac{A + B + 2C + 2D}{6}$$

e para o Curso de Aperfeiçoamento pela fórmula:

$$M = \frac{A + B + 2C}{4}$$

onde A, B, C e D são as notas obtidas nas provas parciais.

Art. 37. O julgamento das provas parciais será feito pelo Instrutor da disciplina, e o exame oral ou prático será prestado perante bancas examinadoras compostas de três membros, designados pelo Conselho de Instrução dos quais um será o respectivo Instrutor.

§ 1.º Os Instrutores que tiverem parentesco com os examinandos, até o 2.º grau nas linhas ascendentes ou descendentes ou na linha transversal, não poderão julgar os aproveitamentos desses, nem fazer parte de Comissões que os tenham de julgar.

§ 2.º Das decisões do julgamento dos Instrutores nas provas parciais cabe recurso, em primeira instância, para o Conselho de Instrução, e, em última, para o Diretor Geral da Marinha Mercante.

§ 3.º O aluno que obtiver média menor do que dois (M menor do que 2) não será chamado para o exame da 1.ª época e será considerado reprovado.

§ 4.º O aluno que obtiver em prova escrita grau menor do que dois não poderá fazer prova oral, sendo considerado reprovado.

§ 5.º O aluno que obtiver grau menor do que um e meio (1,5) na prova oral ou prática, será considerado reprovado, qualquer que tenha sido a sua nota final.

Art. 38. As notas conferidas pelos examinadores ou pelos Instrutores

serão expressas em números inteiros de 0 a 10.

Art. 39. O aluno que cursar o 2.º ano do Curso de Especialização dependente de uma disciplina do 1.º ano, só poderá fazer os exames do 2.º ano depois de aprovado na disciplina de que depende e, reprovado nela, terá sua matrícula trancada.

Art. 40. O aluno do Curso de Aperfeiçoamento que fôr reprovado em mais de uma disciplina só poderá cursar novamente após o intervalo de um ano letivo, não sendo obrigado a frequência e novas provas das disciplinas em que já tiver sido aprovado.

Art. 41. O julgamento do aproveitamento dos alunos com referência aos art. 12, 13 e 16 competirá ao Conselho de Instrução e será estabelecido pelo Regimento Interno. O aluno, cujo aproveitamento fôr julgado ineficiente, só poderá obter a Carta após novo estágio julgado aproveitável.

Art. 42. Os exames para os candidatos a que se refere o art. 10 serão realizados nas mesmas épocas dos exames para os alunos do Curso de Aperfeiçoamento mediante prova escrita e oral e de acordo com o que estabelece o § 1.º do art. 35.

§ 1.º As inscrições serão feitas de acordo com o estabelecido pelo art. 30.

§ 2.º Não poderão inscrever-se a esses exames, em 1.ª época, os alunos do Curso de Aperfeiçoamento que, nesse ano letivo tenham tido suas matrículas trancadas após a 2.ª prova parcial.

Art. 43. É vedado aos membros do Conselho de Instrução e aos Instrutores lecionarem particularmente aos alunos da Escola e aos candidatos a provas de exames.

CAPÍTULO VI

DAS PENAS

Art. 44. Além da pena de exclusão, que só poderá ser aplicada pelo Ministro da Marinha, os alunos estão sujeitos às penas disciplinares estabelecidas no Regimento Interno.

§ 1.º Os alunos do Curso de Especialização quando embarcados, ficam ainda sujeitos às penas estabelecidas pelo Regulamento das Capitâneas dos Portos.

§ 2.º Nenhuma pena será aplicada antes de ter sido ouvido o transgressor.

CAPÍTULO VII

DAS CARTAS

Artigo 45. Ao aluno que terminar o Curso de Especialização, obedecidas as disposições do parágrafo único do artigo 12 e artigos 13 e 16, será conferida pela Diretoria da Marinha Mercante a respectiva Carta, mediante comunicação do Conselho de Instrução.

a) ao aluno que terminar o Curso de Aperfeiçoamento será conferida pela Diretoria da Marinha Mercante a nova Carta, em substituição à anterior, mediante comunicação do Conselho de Instrução.

b) as Cartas de Capitão de Cabotagem serão conferidas aos 1.ºs. Pilotos que forem considerados habilitados após justificação da Derrota a que se refere o parágrafo único do artigo 9.º.

c) ao candidato à maioria de Carta na forma do artigo 10 que tiver sido aprovado em todas as matérias do respectivo curso e preenchido as demais exigências deste Regulamento, após ter sido considerado apto em inspeção de saúde, será conferida pela Diretoria da Marinha Mercante a nova Carta, em substituição à anterior, mediante comunicação do Conselho de Instrução.

§ 1.º A outorga de Cartas para as três categorias de Maquinista-Motorista obedecerá ainda mais ao estabelecido pelos artigos 66 e 67.

§ 2.º As Cartas a que se refere este artigo deverão ser lançadas em livro próprio da Escola antes de serem expedidas.

Artigo 46. Não serão outorgadas Cartas de 1.º Piloto, 2.º Maquinista-Motorista e 1.º Comissário a menores de 21 anos.

Artigo 47. Para os oficiais da Marinha Mercante do ramo de máquinas só será outorgada Carta-conjunta de Maquinista-Motorista.

CAPÍTULO VIII

DO PESSOAL ADMINISTRATIVO E DO ENSINO

Artigo 48. A Escola de Marinha Mercante deverá ter para sua administração além do Conselho de Instrução, um Secretário e demais pessoal administrativo de acordo com as disposições do Regimento Interno.

Artigo 49. O Pessoal de ensino da Escola compor-se-á de tantos Instru-

tores e Auxiliares quantos forem necessários ao ensino das diversas disciplinas.

Artigo 50. Cabe ao Conselho de Instruções:

- a) dirigir a Escola;
- b) emitir pareceres sobre os assuntos que a seu estudo forem submetidos;
- c) propor medidas que melhorem o ensino e sua fiscalização, organizando o plano correspondente;
- d) julgar as propostas de compêndios a serem adotados como livros textos;
- e) pronunciar-se sobre a perda da matrícula em que incorrem os alunos bem como sua readmissão;
- f) resolver em primeira entrância os recursos interpostos pelos alunos sobre julgamento de provas;
- g) propor as alterações que se fizerem necessárias no Regimento Interno;
- h) designar os componentes das mesas examinadoras para julgamento de provas e para exames orais ou práticos.

Artigo 51. As normas para as reuniões do Conselho de Instrução e as atribuições de seus Membros, do pessoal de ensino e demais pessoal administrativo serão fixados no Regimento Interno.

CAPÍTULO IX

DO PROVIMENTO DOS CARGOS E REMUNERAÇÕES

Artigo 52. Os cargos de Membro do Conselho de Instrução serão preenchidos por livre escolha do Ministro da Marinha, exceto o de Presidente do Conselho que será preenchido pela pessoa nomeada pelo Governo para Diretor-Presidente do Lloyd Brasileiro.

Parágrafo único. O cargo de Vice-Diretor será preenchido por um dos Membros do Conselho de Instrução designado pelo Ministro da Marinha.

Artigo 53. O cargo de Secretário será de nomeação do Ministro da Marinha mediante indicação do Conselho de Instrução.

Artigo 54. Os Instrutores serão propostos pelo Conselho de Instrução e nomeados pelo Ministro da Marinha pelo prazo de dois anos, podendo ser reconduzidos nas mesmas condições e exonerados por conveniência da Escola.

§ 1.º Os do Curso de Especialização serão de preferência Oficiais dos próprios navios onde funcione o Curso.

§ 2.º Os do Curso de Aperfeiçoamento deverão ser Oficiais da Marinha Mercante, Oficiais da Marinha de Guerra da ativa, da reserva ou reformados e poderão ser civis especializados.

Artigo 55. Os Auxiliares de Ensino serão designados pelo Conselho de Instrução, pelo tempo que for necessário.

Artigo 56. Os membros do Conselho, com exceção do Presidente, e demais pessoal da Escola, receberão remuneração e gratificação arbitradas anualmente pelo Ministro da Marinha.

CAPÍTULO X

DA SUBVENÇÃO

Artigo 57. A Escola de Marinha Mercante receberá uma subvenção que constará do orçamento do Ministério da Marinha a qual será recebida por quotas trimestrais pelo Secretário e destina-se:

Manutenção dos alunos internos;

Fornecimento de uniformes;

Remuneração aos funcionários da Escola, e

Gratificação aos Instrutores e aos Membros do Conselho;

Despesas gerais com o material do ensino.

Despesas de conservação da sede da Escola.

Parágrafo único. O saldo de cada exercício orçamentário será levado ao orçamento do ano seguinte como receita.

Art. 58. A prestação de contas das despesas e adiantamentos à Escola será feita de acordo com as disposições legais existentes.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60. O pessoal administrativo ficará sujeito às penas disciplinares previstas no Regimento Interno.

Art. 61. As disposições sobre gratificações, descontos por faltas, licenças, etc., do pessoal da Escola serão reguladas pelo Regimento Interno.

Art. 62. Os alunos do Curso de Especialização usarão os uniformes que

forem estabelecidos pelo Plano de Uniformes para o pessoal da Marinha Mercante.

Art. 63. Os diversos Cursos da Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, serão gratuitos, mas os alunos pagarão anualmente a quantia de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) destinados à renovação de material escolar de uso diário.

Parágrafo único. Os demais candidatos a exames, justificação de Derrota ou provas práticas de habilitação pagarão a quantia de quinze cruzeiros (Cr\$ 15,00), por exame, destinados às despesas com os mesmos.

Art. 64. O Certificado de Sinais a que se refere o § 2.º do art. 13 poderá ser conferido a qualquer marítimo.

Art. 65. Os ex-alunos do Colégio Naval que tenham terminado com aproveitamento o respectivo curso e se candidatarem ao curso para 2.º Piloto, serão matriculados sem a prestação do concurso de admissão até 15% das vagas existentes, desde que satisfaçam as demais exigências.

Art. 66. Os terceiros Maquinistas-Motoristas e os possuidores de Cartas em extinção de 3.º Maquinista e de 3.º Motorista, só poderão receber em substituição, a Carta conjunta de 2.º Maquinista-Motorista, se apresentarem três (3) anos de embarque na categoria de sua carta ou categoria superior, dos quais pelo menos oito (8) meses em navio a vapor e oito meses em navio a motor.

Parágrafo único. Aquêles a que se refere o presente artigo, que, embora tendo três (3) anos de embarque, não possuam oito (8) meses dêse embarque em navio a vapor e oito (8) meses de embarque em navio a motor, poderão também se candidatar à Carta de 2.º Maquinista-Motorista. Para isso depois de aprovado nos exames de que trata a letra c) do art. 11, deverão ser submetidos, mediante requerimento dirigido ao Vice-Diretor da Escola, à uma prova prática de habilitação sobre a especialidade em que lhe falta o tempo de exercício embarcado de acôrdo com as normas a serem organizadas pelo Conselho de Instrução.

Art. 67. Os Segundos Maquinistas-Motoristas e os possuidores de Cartas em extinção de 2.º Maquinista e de 2.º Motorista só poderão receber, em substituição, Carta conjunta de 1.º

Maquinista-Motorista se apresentarem dois (2) anos de embarque na categoria de sua Carta ou categoria superior dos quais pelo menos seis (6) meses em navio a vapor e seis (6) meses em navio a motor. Esses seis (6) meses de embarque podem ser substituídos por oito (8) meses computados pela soma dos embarques nas categorias de Segundo e Terceiro Maquinista ou Motorista.

Parágrafo único. Aquêles a que se refere o presente artigo embora tendo dois (2) anos de embarque, não possuam seis (6) meses de embarque em navio a vapor e seis (6) meses de embarque em navio a motor, poderão também se candidatar à obtenção da Carta de 1.º Maquinista-Motorista. Para isso, depois de aprovado nos exames de que trata a alínea d) do art. 11, deverão ser submetidos, mediante requerimento dirigido ao Vice-Diretor da Escola, à uma prova prática de habilitação, na especialidade em que lhe falta o tempo de exercício embarcado, de acôrdo com as normas a serem organizadas pelo Conselho de Instrução.

Art. 68. Nos casos de deficiência de Terceiros Maquinistas-Motoristas o Ministro da Marinha mandará abrir inscrições para ingresso nessa categoria às quais só poderão concorrer Primeiros Condutores Maquinistas e Primeiros Condutores Motoristas da Marinha Mercante que apresentarem os seguintes requisitos:

a) possuir a Carta de 1.º Condutor da Marinha Mercante e ter um (1) ano de embarque em exercício da respectiva Carta em navios de mais de 200 toneladas brutas, como ajudante dos oficiais de quarto ou de auxiliar dos serviços gerais de máquinas nos navios na grande cabotagem e longo Curso;

b) satisfazer os exames a que se refere o parágrafo único do art. 23.

§ 1.º. Os candidatos prestarão as provas de exames de todas as aulas do Curso para 3.º Maquinista-Motorista na forma do estabelecido pelo art. 10.

§ 2.º. Os candidatos após preencherem a exigência anterior embarcarão para estágio, em navios de propulsão a vapor ou a motor, conforme o caso, pelo espaço de quatro meses, de acôrdo com o estabelecido pelo Regulamento Interno.

§ 3.º. Esses Primeiros Condutores só serão chamados aos exames a que se refere o parágrafo anterior, após

terem sido considerados aptos em inspeção de saúde.

Art. 69. Os casos omissos e não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Ministro da Marinha.

CAPÍTULO XII

Disposições transitórias

Art. 70. Os atuais oficiais de má-à quinas possuidores das Cartas simples em extinção de 1.º Maquinista e 1.º Motorista, 2.º Maquinista e 2.º Motorista e 3.º Maquinista e 3.º Motorista poderão substituir suas Cartas respectivamente pelas Cartas conjuntas de Maquinista-Motorista. Para isso, mediante requerimento de acôrdo com o Regimento Interno prestarão exames (prova escrita e oral) das matérias que lhes faltam, dos diferentes Cursos e preencherão as exigências dos artigos 66 e 67.

Art. 71. Os candidatos à matrícula ao Curso de Aperfeiçoamento para 2.º Maquinista-Motorista e os candidatos à melhoria de Carta para 2.º Maquinista-Motorista na forma do art. 10, que não tiverem passado pelo Curso de Especialização, desta Escola, serão submetidos a um exame de admissão (Parte Geral).

§ 1.º. Esses exames terão lugar duas vezes por ano, por ocasião da 1.ª época dos exames do Curso de Especialização e da 2.ª época do Curso de Aperfeiçoamento e serão realizados de acôrdo com as disposições estabelecidas pelo Regimento Interno.

§ 2.º. Os exames das disciplinas a que se refere esse artigo, já prestados como Parte Geral em ocasião anterior pelos atuais Terceiros Maquinistas, Terceiros Motoristas ou Terceiros Maquinistas-Motoristas são aceitos para as inscrições à matrícula no Curso de Aperfeiçoamento para 2.º Maquinista-Motorista e efeitos deste artigo.

§ 3.º. São também dispensados dos exames de admissão (Parte Geral) os candidatos que apresentarem certificado de conclusão do 1.º ciclo secundário ou comercial.

Art. 72. Somente os possuidores das Cartas em extinção de 1.º Maquinista ou de 1.º Motorista que forem inabilitados na prova prática de habilitação a que se refere o parágrafo único do art. 67, ou que não a tenham requerido receberão um certificado que lhes permitirá embarcar e exercer a bordo as funções de 1.º Maquinista ou

1.º Motorista, de acôrdo com as suas respectivas especialidades.

Art. 73. Os atuais Terceiros Maquinistas-Motoristas, Terceiros Maquinistas (carta em extinção) e Terceiros Motoristas (carta em extinção) que obtiveram suas Cartas pelos regulamentos anteriores ao presente, estão sujeitos à prestação de provas referentes aos assuntos constantes do artigo 12, conforme fór estabelecido pelo Regimento Interno.

Art. 74. Os Praticante de Piloto, Praticante Maquinistas, Praticantes Motoristas e Praticantes Comissários, cujas categorias foram extintas pelo Decreto-lei número 1.766, de 10 de novembro de 1939, poderão obter, respectivamente a Carta de 2.º Piloto, 3.º Maquinista-Motorista ou 2.º Comissário sem se matricular em nem frequentarem os Cursos regulares da Escola, até os exames de 2.ª época do Curso de Especialização em 1953, ocasião em que essas categorias serão definitivamente extintas. Para isso deverão prestar, perante ela, nas épocas regulamentares, até a 2.ª época de exames de 1952, do Curso de Especialização, os mesmos exames com os mesmos exames com os mesmos programas e pontos que os alunos da Escola, na forma do parágrafo único do art. 34.

Parágrafo único. Esses candidatos ficam sujeitos ao estabelecido pelo artigo 71 e seus parágrafos.

Art. 75. Dentro de 30 dias será baixado novo Regimento Interno.

Art. 76. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1952. — *Renato de Almeida Guillobe*, Vice-Almirante, Ministro da Marinha.

DECRETO N.º 31.144 — DE 18 DE JULHO DE 1952

Renova o Decreto n.º 27.909, de 23 de março de 1950

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo improrrogável de um ano, nos termos

da letra "b", do artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida à Empresa de Mineração Timbú Ltda., pelo Decreto número vinte e sete mil novecentos e nove (27.909), de vinte e três (23) de março de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar ocre, caulim e associados no município de Piraquara, Estado do Paraná.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofus

DECRETO N.º 31.145 — DE 18 DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Saulo Paulo Vilela, a lavrar quartzo, mica, caulim e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Saulo Paulo Vilela, a lavrar quartzo, mica, caulim e associados em terrenos de propriedade de Adeodato Vilela, na Fazenda Santa Luzia, distrito e município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, numa área de dezenove hectares (19 ha), delimitada por um trapézio que tem um vértice a mil metros (1.000 m.), no rumo verdadeiro sessenta e cinco graus e trinta e cinco minutos sudeste (65º 35' SE) da ponte de concreto armado da rodovia Bicas-Juiz de Fora, sobre o córrego Floresta e os lados, a partir

dêsse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: quinhentos e vinte metros (520 m.), sessenta e sete graus e cinquenta e cinco minutos sudeste (67º 55' SE); duzentos e cinquenta e quatro metros (254 m.), doze graus sudeste (12º SE); quatrocentos e trinta e dois metros (432 m.), sessenta e seis graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (66º 45' SW); seiscentos e trinta e dois metros (632 m.), doze graus noroeste (12º NW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28, do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofus

DECRETO N.º 31.146 — DE 18 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Uraquitan Bezerra Leite a lavrar minério de apatita, no município de Monteiro, Estado da Paraíba.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Uraquitan Bezerra Leite a lavrar minério de apatita numa área de quatrocentos hectares (400 ha), situada na fazenda Olho d'Água do Oitís, distrito de Sumé, município de Monteiro, Estado da Paraíba, delimitada por um quadrado com dois mil metros (2.000 m.) de lado, tendo um vértice a duzentos e setenta e seis metros (276 m.) no rumo verdadeiro oitenta e seis graus e dezoito minutos sudoeste (86º 18' SW), da confluência do córrego Malhado do Olho d'Água, com o riacho do mesmo nome, e cujos lados divergentes desse vértice, têm os seguintes rumos verdadeiros: cinqüenta graus e doze minutos sudeste (50º 12' SE); trinta e nove graus quarenta e oito minutos nordeste (39º 48' NE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28, do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34, e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Depar-

tamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de oito mil cruzeiros (Cr\$ 8.000,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.147 — DE 18 DE
JULHO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Romilda Loureiro Pôrto Carreiro a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Romilda Loureiro Pôrto Carreiro na qualidade de administradora do imóvel em condomínio denominado Bultrins, distrito de São Salvador da Sé, município de Olinda, Estado de Pernambuco, a pesquisar fosfatos, calcário e associados, no imóvel acima referido, numa área de sessenta e três hectares e oitenta e sete centiares (63,0087 ha), delimitada por um polígono irregular, que tem um vértice a trezentos e sessenta e seis metros (366 m.), no rumo magnético cinco graus e vinte e dois minutos noroeste (5º 22' NW) do ponto correspondente ao vértice posterior direito da Igreja dos Montes e os lados, a partir desse vértice, os seguinte comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e dois metros e cinqüenta centímetros (202,50 m.), quarenta e dois graus e dezessete minutos sudeste (42º 17' SE); quatrocentos e trinta e oito metros (438 m.), trinta e cinco graus e doze minutos sudeste (35º 12' SE); seiscentos e oitenta e oito me-

tros e cinquenta centímetros (688,50 m.), vinte e um graus e quarenta e oito minutos nordeste (21° 48' NE); novecentos e oitenta e oito metros e cinquenta centímetros (988,50 m.), quarenta e oito graus e trinta e sete minutos noroeste (48° 37' NW); trezentos e cinquenta e sete metros (357 m.), vinte e oito minutos sudoeste (0° 28' SW); duzentos e quarenta e seis metros e cinquenta centímetros (246,50 m.), cinquenta e quatro graus e trinta e três minutos sudoeste (54° 33' SW); quatrocentos e oitenta e sete metros e cinquenta centímetros (487,50 m.), vinte e sete graus e dezoito minutos sudoeste (27° 18' SW); o último lado da poligonal, é o alinhamento retilíneo que une a extremidade do último lado acima descrito e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de seiscentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 640,00) e será transcrito no livro próprio da divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.148 — DE 18 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Waldemar Pereira Duarte a pesquisar agalmatolito, no município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Waldemar Pereira Duarte a pesquisar agalmatolito em terrenos de sua propriedade, situados em gleba no local denominado Macacos ou Paciência, no distrito e município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte hectares (20 ha), delimitada por um retângulo que tem

um vértice a duzentos e seis metros (206 m.), no rumo magnético de vinte e oito graus sudeste (28° SE) da confluência dos córregos da Serra e Paciência, e os lados divergentes do vértice considerado têm: duzentos metros (200 m.) e rumo de sessenta e sete graus e trinta minutos nordeste (67° 30' NE), magnético; mil metros (1.000 m.), e rumo de vinte e dois graus e trinta minutos noroeste (22° 30' NW), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.149 — DE 18 DE
JULHO DE 1952

Autoriza a Sociedade Construtora Poty Limitada (SOCOPO) a pesquisar água mineral, no município de Teresina, Estado do Piauí.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Sociedade Construtora Poty Limitada (SOCOPO) a pesquisar água mineral em terrenos de sua propriedade situados na localidade de Socopo, antigo Centro, distrito e município de Teresina, Estado do Piauí, numa área de trinta hectares (30 ha.) delimitada por um retângulo que tem um vértice a trezentos e sessenta metros (360 m.), no rumo magnético de trinta e um graus sudoeste (31° SW) do canto sudoeste (SW) da sede da fazenda do Centro, e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos metros (500 m.), trinta e seis graus cinquenta e cinco minutos sudoeste (36° 55' SW); seiscentos metros (600 m.), cinquenta

e três graus cinco minutos noroeste-
(53° 05' NW)

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.150 — DE 18 DE
JULHO DE 1952

Autoriza a Companhia Química Industrial "CIL" S. A., a pesquisar calcário, baritina e associados, no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Química Industrial "CIL" S. A., a pesquisar calcário, baritina e associados, em terrenos de sua propriedade, situados no distrito e município de Guapiara, Estado de São Paulo, numa área de quarenta e oito hectares (48 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice à distância de cento e noventa e cinco metros (195 m.), e no rumo magnético trinta e três graus e quarenta minutos sudeste (33° 40' SE) do marco quilométrico duzentos e sessenta e quatro mais oitocentos e quarenta metros (Km 264 + 840 m.) da Rodovia São Paulo-Paraná e os lados divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil e quinhentos metros (1.500 m.), cinquenta e seis graus e vinte minutos sudoeste (56° 20' SW); trezentos e vinte metros (320 m.), trinta e três graus e quarenta minutos noroeste (33° 40' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 480,00) e será transcrito no livro próprio da divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.151 — DE 18 DE
JULHO DE 1952

Autoriza a Companhia Química Industrial "CIL" S. A. a pesquisar baritina e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Química Industrial "CIL" S. A., a pesquisar baritina e associados em terrenos de propriedade de Ercília Maria dos Santos, na localidade de Bairro da Roseira, distrito e município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, numa área de dois hectares e noventa e nove ares (2,99 ha), delimitada por um triângulo escaleno, que tem um vértice na extremidade da poligonal que parte da confluência dos córregos do Taboleiro e Pereira, com duzentos e sessenta e oito metros (268 m.), rumo magnético sessenta e dois graus noroeste (62° NW); cento e quinze metros (115 m.), no rumo magnético sessenta e quatro graus nordeste (64° NE); e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos e trinta metros (530 m.), sessenta e quatro graus nordeste (64° NE); cinquenta e sete metros e cinquenta centímetros (57,50 m.), vinte e seis graus noroeste (26° NW); o ter-

ceiro lado é um segmento retilíneo que une as extremidades dos lados divergentes supra mencionados.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'este Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.152 — DE 18 DE
JULHO DE 1952

Autoriza a Companhia de Aços Especiais Itabira a pesquisar minérios de ouro e associados, no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia de Aços Especiais Itabira a pesquisar minério de ouro e associados, no leito e margem do rio Piracicaba, no distrito e município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais, numa área de trezentos e dezenove hectares e vinte ares (319,20 ha.) e compreendida por uma faixa de duzentos e oitenta metros (280 m.) de largura, sendo cento e quarenta metros (140 m.), contados de cada lado do eixo médio do supra citado rio, por onze mil e quatrocentos metros (11.400 m.), de comprimento, o qual inicia na ilha à montante da Cachoeira do Salto, no

alinhamento da barragem projetada e termina na foz do ribeirão do Japão.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'este Decreto, pagará a taxa de três mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 3.200,00) e será transcrito no livro próprio da divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.153 — DE 18 DE
JULHO DE 1952

Cria a "insignia-distintivo" de Ministro da Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada a "insignia-distintivo" de Ministro da Guerra, composta de dois pares de ramos de carvalho com frutos em forma de V e encimados pelo símbolo do Exército, de acôrdo com o modelo que acompanha este Decreto.

Art. 2.º A referida "insignia-distintivo" será usada pelo oficial da ativa, da reserva de 1.ª classe ou reformado do Exército, nomeado para o cargo de Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, quando fardado, em substituição à insignia de seu pôsto.

Art. 3.º A "insignia-distintivo" de Ministro da Guerra obedecerá às mesmas normas e condições de confecção e uso estabelecido no Plano de Uniformes do Pessoal do Exército

para as insígnias de pòsto dos oficiais-generais.

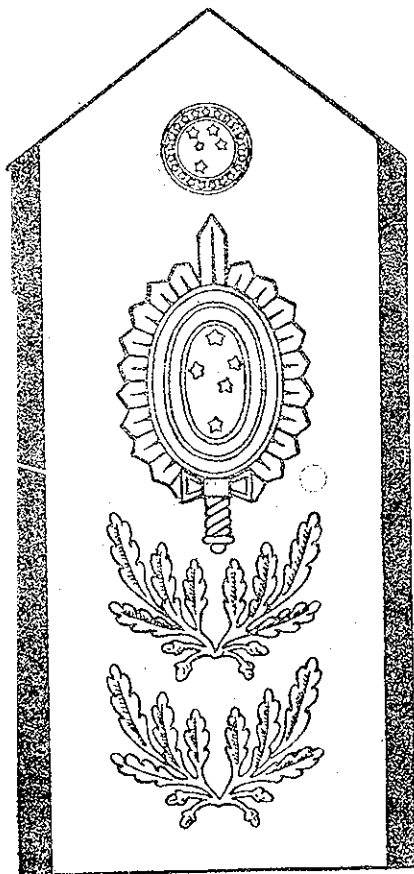
Art. 4.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

INSÍGNIA-DISTINTIVO DE
MINISTRO DA GUERRA



DECRETO N.º 31.154 — DE 19
DE JULHO DE 1952

Aprova o Regimento dos Distritos Rodoviários Federais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regimento dos Distritos Rodoviários Federais, que com este oiaxa, assinado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

REGIMENTO DOS DISTRITOS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

Art. 1.º As atribuições de caráter executivo, nas atividades técnicas e administrativas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D. N. E. R.), descentralizam-se através de Distritos Rodoviários Federais (D. R. F.), na forma do presente regimento.

Art. 2.º A jurisdição de cada R. D. F. poderá compreender uma ou mais unidades federadas da União.

Parágrafo único. Poderá o Diretor-Geral do D. N. E. R., no interesse do serviço e em caráter provisório, estender às atribuições de um D. R. F. parte da jurisdição de outro confiante.

Art. 3.º Os D. R. F. são diretamente subordinados ao Diretor-Geral do D. N. E. R.

Art. 4.º A juízo do Diretor-Geral, atividades dos D. R. F. podem transitoriamente ser executadas por servidores da Administração Central, em diligência, destacados para esse fim.

§ 1.º Os servidores designados na forma do parágrafo anterior continuam subordinados à Administração Central.

§ 2.º A coexistência de missões da Administração Central com funções

de órgãos dos D. R. F. não altera a linha preexistente de subordinação, obrigando missões e órgãos ao indispensável intercâmbio de informações, bem como à articulação necessária.

Art. 5.º O Diretor-Geral proporá, quando convier, o reagrupamento das atividades dos D. R. F.

Art. 6.º O Diretor-Geral poderá alterar a lotação dos Distritos, de acordo com as necessidades dos serviços.

Art. 7.º Os D. R. F., nas suas atividades, ater-se-ão às normas, especificações e instruções em vigor e às ordens e circulares baixadas pelo Diretor-Geral.

Art. 8.º São competentes para se dirigir aos D. R. F., em matéria de simples expediente, o Chefe do Gabinete, os Diretores de Divisão e os Chefes de Serviço diretamente subordinados ao Diretor-Geral.

Art. 9.º A descentralização executiva não exime os órgãos assessores da Administração Central de representar perante o Diretor-Geral sobre as atividades dos D. R. F.

Art. 10. As funções dos D. R. F. serão exercidas pelos seguintes órgãos:

- a) Chefia.
- b) Residências.

Art. 11. Em cada Distrito, como dependência da Chefia, funcionará um Serviço de Administração, ao qual incumbe prover à administração do pessoal, controle, guarda ou processamento da compra de material, expediente, contabilidade, apropriação e custos.

§ 1.º Se as atividades atribuídas ao Serviço de Administração atingirem desenvolvimento que justifique tratamento à parte para atendê-las poderão ser criadas Seções, que continuarão integrando o referido Serviço.

§ 2.º A guarda e movimentação de numerário e valores caberá à Tesouraria Distrital, subordinada ao Serviço de Administração.

Art. 12. O Chefe do Distrito, nos casos em que tal convier, terá assistentes, que o auxiliarão nos encargos de chefia, podendo ser-lhes cometidas atribuições inerentes à função de Chefe do Distrito, mediante delegação expressa deste.

Art. 13. Incumbe às Residências prover à gestão dos programas de trabalho do Distrito na sua jurisdição.

Parágrafo único. As sedes das Residências, bem como dos Depósitos de Materiais, serão localizadas considerando-se a facilidade de transportes em relação aos serviços a que devam atender.

Art. 14. Ao Engenheiro Chefe de Distrito compete:

a) elaborar e submeter ao Diretor-Geral os programas anuais e orçamentos de trabalhos a cargo do Distrito, acompanhados dos estudos técnicos e econômicos;

b) dirigir ou fiscalizar a execução dos programas de trabalho aprovados pelo Conselho Rodoviário Nacional, inclusive os das obras delegadas, na jurisdição do Distrito;

c) admitir pessoal de obras, tendo em vista as dotações orçamentárias disponíveis no exercício e os programas de trabalho.

d) opinar sobre os programas de trabalho a serem executados pelos Estados ou Distrito Federal, incluídos na sua jurisdição, e que recebam auxílio financeiro do D. N. E. R.;

e) representar o Diretor-Geral na jurisdição do Distrito;

f) solicitar suprimentos e adiantamentos e autorizar pagamentos;

g) movimentar depósitos bancários relativos ao Distrito, mediante responsabilidade solidária do Tesoureiro Distrital;

h) antecipar ou prorrogar o período normal de trabalho;

i) assinar os termos de ajuste de serviços, tarefas de obras e aquisições, em obediência às "Normas" atinentes à espécie;

j) prestar contas dos suprimentos e adiantamentos recebidos, na conformidade da legislação em vigor;

l) indicar ao Diretor-Geral as providências necessárias ao aperfeiçoamento do serviço;

m) propor ao Diretor-Geral os nomes dos servidores que devam exercer funções gratificadas, bem como seus substitutos eventuais;

n) expedir boletins de merecimento dos servidores lotados no Distrito;

o) organizar e alterar a escala de férias do pessoal do Distrito;

p) elogiar e aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até 15 dias, aos servidores lotados no Distrito, propondo ao Diretor-Geral a aplicação de penalidades que excederem a esse prazo;

q) submeter, devidamente informados, ao conhecimento e deliberação do

Diretor-Geral ou a quem de direito os assuntos que escapem as suas atribuições e que interessem ao D. N. E. R.;

r) baixar instruções para execução dos serviços do Distrito, obedecendo as Normas, Instruções e Especificações Gerais do D. N. E. R.;

s) apresentar ao Diretor-Geral, anualmente, relatório sobre as atividades do Distrito, inclusive das obras delegadas, bem como, trimestralmente, informações sobre o avanço das obras delegadas e a carga do Distrito.

Art. 15. Ao Engenheiro Assistente compete:

a) auxiliar o Chefe na superintendência dos serviços técnicos e administrativos, do Distrito, na área ou especialidade para a qual for designado pelo Chefe do Distrito;

b) assistir aos Engenheiros Residentes nas suas atividades e funções, visando maior eficiência nos serviços;

c) emitir parecer nas informações dos Engenheiros Residentes;

d) manter, por delegação do Chefe do Distrito, entendimentos com os órgãos Rodoviários Estaduais, com as unidades rodoviárias militares, com as Prefeituras Municipais e com os órgãos em geral do serviço público, no que concerne à fiscalização da legislação rodoviária em vigor e a estudos, projetos e execuções de obras por delegação;

e) tomar parte, a juízo do Chefe do Distrito, nos Conselhos Rodoviários Estaduais, nos casos em que a Lei prevê representação do D. N. E. R.;

f) manter entendimentos com as Alfândegas locais, com o fim de verificar a arrecadação do Fundo Rodoviário Nacional;

g) prestar esclarecimentos sobre a legislação rodoviária no que diz respeito aos Estados e aos Municípios, verificando o recebimento das cotas do Fundo e fornecendo elementos técnicos, tais como desenhos, mapas e instruções padronizadas de modo a facilitar o desenvolvimento rodoviário municipal;

h) controlar, nas rodovias federais, as atividades de polícia, sinalização, vigilância, estatística e transporte coletivo de passageiros devendo ser observadas as Normas e determinações de ordem técnica da administração central;

i) expedir autorização para transporte de cargas indivisíveis;

j) propor a Chefia do Distrito os planos anuais ou a longo prazo de obras do Distrito, sua revisão ou inovação;

l) propor distribuições dos equipamentos das diversas Residências do Distrito conforme a necessidade dos programas de obras ou aquisição de outros novos;

m) rever as medições de obras efetuadas pelas Residências, mantendo um arquivo adequado na sede do Distrito.

n) integrar as comissões de avaliações, medições e classificações dos serviços contratados;

o) manter perfeito controle da execução das obras conforme os termos de contrato e ajustes, opinando sobre a prorrogação de prazos, multas, etc.;

p) elaborar ou rever os orçamentos de obras a executar no Distrito;

q) organizar e manter os gráficos atualizados do andamento das obras;

r) apurar o custo das obras em colaboração com as Residências;

s) controlar o desgaste dos pavimentos e análise de sua correlação com a intensidade real de tráfego nas estradas, em articulação com as Residências;

t) elaborar os planos de arborização, sinalização e segurança do tráfego.

Art. 16. Ao Engenheiro Residente compete:

a) elaborar e submeter ao Chefe do Distrito os programas anuais e orçamentos de trabalhos a cargo da Residência, acompanhados dos estudos técnicos e econômicos;

b) dirigir e fiscalizar a execução dos programas de trabalho aprovados pelo Chefe do Distrito, na jurisdição da Residência;

c) propor ao Chefe do Distrito as providências necessárias ao aperfeiçoamento do serviço;

d) cumprir as determinações do Chefe do Distrito referente a fiscalização das atividades da Polícia de Tráfego, sinalização, vigilância, estatística e transporte coletivo de passageiros;

e) calcular as medições das obras contratadas;

f) integrar as comissões de avaliações, medições e classificações dos serviços contratados;

g) manter perfeito controle da execução das obras conforme os termos

de contratos e ajustes, opinando sobre a prorrogação de prazos;

b) elaborar e manter perfeitamente atualizados, gráficos do andamento dos serviços;

c) fornecer ao Chefe do Distrito todos os dados necessários à elaboração e orçamentos das obras;

d) zelar pelo equipamento distribuído à Residência;

e) manter cadastro atualizado do material permanente e de consumo da Residência;

f) confeccionar e remeter ao Chefe do Distrito o custeio mensal dos serviços da Residência;

g) representar o Chefe do Distrito quando designado;

h) colaborar com os Engenheiros Assistentes, inclusive acatando suas recomendações de natureza técnica.

Art. 17. Ao Chefe do Serviço de Administração, auxiliado pelos Chefes de Seções, quando estas existam, e pelos demais servidores que lhe forem subordinados, compete:

a) organizar o inventário de todo o material do Distrito;

b) receber, registrar, distribuir, expedir e arquivar os papéis oficiais;

c) zelar pela conservação dos utensílios e móveis de escritório;

d) ter sob sua guarda o material de expediente, distribuindo-o pelos servidores;

e) controlar a frequência do pessoal de escritório;

f) assistir ao Chefe do Distrito no estudo de questões relativas à administração, dispensa, direitos, deveres, vantagens e demais assuntos concernentes ao pessoal lotado no Distrito;

g) elaborar folhas de pagamento;

h) manter em dia a contabilidade do Distrito;

i) prover às atividades, não expressamente previstas neste regimento, que se tornem necessárias quanto à administração de pessoal material, expediente, orçamento e contabilidade do Distrito.

Art. 18. Ao Tesoureiro Distrital compete:

a) efetuar todos os pagamentos atinentes ao Distrito, autorizados legalmente pelas autoridades competentes;

b) assinar cheques, sob o regime de responsabilidade solidária com o Chefe do Distrito;

c) manter em dia o livro caixa do movimento da Tesouraria Distrital;

d) manter sob sua responsabilidade os depósitos de cauções;

e) organizar, diariamente, o boletim de caixa, oferecendo cópia ao Chefe do Distrito;

f) expedir as guias de recolhimento;

g) manter em ordem os livros de registro e procurações.

Art. 19. São funções gratificadas as de Engenheiro Chefe, Engenheiro Residente, Engenheiro Assistente, Chefe de Serviço de Administração e Chefe de Seção.

Art. 20. Compete ao Conselho Rodoviário Nacional, por proposta do Diretor-Geral, fixar, cada ano, as alterações de estrutura orgânica dos D. R. F.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1952. — *Alvaro de Souza Lima*.

DECRETO N.º 31.155 — DE 21 DE JULHO DE 1952

Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

O Presidente da República, usando a atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 40, 48, 85, 88 e 149 do Decreto n.º 28.703, de 2 de outubro de 1950, modificado pelo Decreto n.º 29.811, de 23 de agosto de 1951, passam a ter a seguinte redação:

a) Art. 40. As praças que completarem o tempo de compromisso inicial poderão, mediante requerimento ao Diretor-Geral do Pessoal, remetido até 30 dias antes da terminação do referido tempo, e desde que a Diretoria do Pessoal julgar conveniente, tendo em vista os interesses do serviço, ser engajadas, isto é, comprometer-se a servir à Marinha por um novo período, findo o qual poderão ser sucessivamente reengajadas.

§ 1.º O período de engajamento ou de reengajamento será sempre de 3 anos de efetivo serviço.

§ 2.º Não poderá ser engajada a praça:

a) julgada fisicamente incapaz para o serviço ou para a especialidade, em inspeção de saúde a que se submeterá dentro do período de trinta

dias anterior à terminação do tempo de serviço;

b) de mau comportamento, isto é, que estiver enquadrada no disposto no artigo 83 d'este regulamento;

c) que tiver sido condenada, por sentença passada em julgado, por crime de caráter doloso ou a pena superior a 4 meses por crime de caráter culposo;

d) que tiver sido transferida para o Quadro Suplementar pelo disposto no artigo 54 do presente regulamento, bem como aquela que, ainda não especializada e, portanto, já desse Quadro — incidir nas alíneas a ou b do mesmo artigo 54;

b) Art. 48. As praças dos Serviços-Gerais de Convés e Máquinas, habilitadas nos cursos de especialização — serão transferidas do Quadro Suplementar para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada propriamente dito, e incluídas nos respectivos Quadros de especialidade na mesma graduação.

Parágrafo único. Os taifeiros de 3.ª Classe que tiverem concluído os cursos de especialização, serão transferidos do Quadro Suplementar para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada propriamente dito, e incluídos nos respectivos Quadros de especialidade na mesma graduação;

c) Art. 85. Cada mês de condenação por crime de caráter doloso ou culposo em sentença transitada em julgado, será considerado para fins de promoção do Pessoal Subalterno da Armada como correspondente respectivamente a uma punição grave ou leve, sendo lançado, explicativamente, na caderneta e trancado como se fora respectivamente pena de prisão simples ou impedimento.

Parágrafo único. A condenação transformada em multa será considerada como uma ou mais "punições leves" — conforme a multa correspondida, nas leis penais em vigor, a um ou mais meses de condenação — sendo trancada na forma estabelecida neste artigo;

d) Art. 88. É considerada praça de "mau comportamento" para fins de engajamento e de transferência obrigatória para o Quadro Suplementar — artigo 120 do presente regulamento — aquela que não tiver o mínimo de 70% de bom comportamento computados da data do compromisso inicial ou último engajamento até a

data da terminação do tempo de serviço.

e) Art. 149. As condições de trancamento de notas de punições previstas no artigo 84, serão aplicadas às faltas cometidas, tanto na vigência d'este regulamento, como na do anterior.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Renato de Almeida Guillobel

DECRETO N.º 31.156 — DE 21 DE JULHO DE 1952

Cria funções na Tabela Unica de Mensalistas do Ministerio da Marinha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Parte Permanente da Tabela Unica de Mensalistas do Ministerio da Marinha, 8 (oito) funções de Professor de Ensino Primário, referência 23.

Art. 2.º O presente Decreto vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Renato de Almeida Guillobel

DECRETO N.º 31.157 — DE 21 DE JULHO DE 1952

Assegura ao algodão em pluma da região setentrional do país, da safra de 1952-53, a garantia de preços mínimos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e

de acôrdo com o disposto na Lei número 1.506, de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º Fica assegurada ao algodão em pluma da região setentrional do país, da safra de 1952-53, a garantia de preços mínimos prevista na Lei n. 1.506, de 19 de dezembro de 1951, nas seguintes modalidades:

a) aquisição do produto, acondicionado em fardos com a densidade média de 600 quilos por metro cúbico, pôsto armazéns adequados dos portos da região, do tipo 3, das especificações baixadas pelo Decreto número 6.186, de 28 de agosto de 1940, nas seguintes bases de preços, por arroba de 15 quilos:

1. Cr\$ 430,00 (quatrocentos e trinta cruzeiros), para os algodões de comprimento comercial de fibra de 34-36 milímetros para cima;

2. Cr\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco cruzeiros), para os de 32-34 milímetros;

3. Cr\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco cruzeiros), para os de 30-32 milímetros;

4. Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), para os de 26-28 milímetros;

b) 80% (oitenta por cento) de financiamento, na base dos preços mínimos fixados na letra a deste artigo.

§ 1.º Entende-se por safra de 1952-53 da região setentrional do país aquela cuja colheita tem início a partir de julho e agosto de 1952, nos Estados da Bahia ao do Pará.

§ 2.º São considerados centros de consumo, para efeito do que dispõe o art. 4.º da Lei n. 1.506, de 19 de dezembro de 1951, os portos da região setentrional do país referidos neste artigo.

§ 3.º Os ágios e deságios para os tipos de algodão das classes mencionadas na letra a deste artigo serão estabelecidos em instruções a serem baixadas pela Comissão de Financiamento da Produção.

Art. 2.º Terão preferência nas operações previstas no artigo 1.º deste Decreto os lavradores de algodão ou suas respectivas cooperativas.

Art. 3.º O Ministério da Agricultura, por intermédio de seus órgãos especializados nos Estados da região setentrional, onde exercer diretamente a fiscalização das prensas e descaroçadores e a classificação do pro-

duto, e, através dos acordos de serviços firmados com os demais Estados algodoeiros, prestará a colaboração necessária para a boa execução deste Decreto, nos termos do que dispõe o art. 10 da Lei n. 1.506, de 19 de dezembro de 1951, visando, sobretudo, evitar misturas de fibras e tipos, quer no descaroçamento, quer no reenfardamento, bem como a fiel observância dos preços mínimos do produto em carço a serem pagos aos lavradores.

Art. 4.º Os favores do presente Decreto só serão concedidos aos compradores, aos maquinistas, aos reentardadores ou a outras organizações que provarem ter pago aos lavradores pelo algodão em carço dos tipos "Superior" e "Bom" das especificações baixadas pelo Decreto n. 6.186, de 28 de agosto de 1940, preços que não deverão ser inferiores às seguintes bases, por arroba de 15 quilos:

1. Algodão de 34-36 milímetros — Cr\$ 112,00 (cento e doze cruzeiros);

2. Algodão de 32-34 milímetros — Cr\$ 95,00 (noventa e cinco cruzeiros);

3. Algodão de 30-32 milímetros — Cr\$ 87,00 (oitenta e sete cruzeiros);

4. Algodão de 26-28 milímetros — Cr\$ 78,00 (setenta e oito cruzeiros).

Parágrafo único — Para os tipos de algodão em carço inferiores aos mencionados neste artigo serão estabelecidos deságios correspondentes aos que forem adotados para o algodão em pluma, nas instruções referidas no § 3.º do art. 1.º deste Decreto.

Art. 5.º O presente Decreto será pôsto em execução pela forma estabelecida no art. 5.º e seu parágrafo único da Lei n. 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 6.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

João Cleofas

DECRETO N.º 31.158 — DE 21 DE
JULHO DE 1952

Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no art. 29 da Lei n. 1.628, de 20 de junho de 1952 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 20.000.000,00), para o fim especial de constituir o capital com que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico iniciará suas operações.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.159 — DE 21 DE
JULHO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, aprovada pelo Decreto número 24.131, de 27 de novembro de 1947, para efeito de serem transferidos dois cargos da carreira de Técnico de Educação, um da lotação permanente da Diretoria Geral do Departamento Nacional de Educação para igual lotação do Colégio Pedro II — Externato, com o respectivo ocupante Irabenih Gomes Pereira, e o outro da lotação permanente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos para idêntica lotação do Colégio Pedro II — Externato, com o atual ocupante Benirah Torrents Pereira Azem.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
E. Simões Filho.

DECRETO N.º 31.160 — DE 21 DE
JULHO DE 1952

Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas na Parte Permanente da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções:

- 7 Assistente, referência 27.
- 1 Armazenista, referência 22.
- 1 Auxiliar de Biblioteca, referência 19.
- 1 Escrevente-dactilógrafo, referência 18.
- 3 Servente, referência 18.

Parágrafo único. As funções criadas por este Decreto destinam-se a suprir as necessidades de pessoal da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, federalizada pela Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º O presente Decreto vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
E. Simões Filho.

DECRETO N.º 31.161 — DE 21 DE
JULHO DE 1952

Altera a redação da letra "b", do item II, do art. 5.º do Regulamento para Concessão de Subvenção aos Aeroclubes e Escolas de Aviação Civil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A letra "b", do item II, do art. 5.º, do Regulamento para Concessão de Subvenção aos Aero-clubes e Escolas de Aviação Civil, aprovado pelo Decreto n. 11.278, de 8 de janeiro de 1943, passa a ter a seguinte redação:

"b) — ter mais de 19 anos e menos de 30 anos".

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 31.162 — DE 21 DE
JULHO DE 1952

Altera a Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Departamento Administrativo do Serviço Público.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam alteradas, na forma na relação anexa, as Séries Funcionais de Assistente de Administração, Auxiliar Administrativo e Escrevente-dactilógrafo da Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Parágrafo único. As Séries Funcionais de Auxiliar Administrativo e Escrevente-dactilógrafo passarão a integrar a Parte Permanente da Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do referido Departamento.

Art. 2.º A despesa com a execução deste Decreto correrá à conta da dotação própria.

Art. 3.º O presente Decreto vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

TABELA ÚNICA DE EXTRANUMERÁRIO — MENSALISTA

PARTE PERMANENTE

b) *Séries Funcionais*

SITUAÇÃO ANTERIOR					SITUAÇÃO NOVA					
Número de Funções	Séries Funcionais	Referência	Ex.	Vagos	Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Ex.	Vagos	Prov.
	Assistente de Administração					Assistente de Administ.				
10	30	—	2	10	30	—	2	—
10	29	—	—	10	29	—	7	—
21	28	—	—	21	28	—	1	—
25	27	—	—	25	27	—	—	—
35	26	—	—	35	26	—	7	10
101				2	161				17	10

Observação: O total de funções preenchidas, incluindo às provisórias não poderá ser superior a cento e um. As funções provisórias serão suprimidas à medida que forem sendo providas as vagas das referências superiores.

SITUAÇÃO ANTERIOR					SITUAÇÃO NOVA					
Número de Funções	Séries funcionais	Referência	Ex	Vagos	Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Ex.	Vagos	Prov.
	Auxiliar Administrativo					Auxiliar Administrat.				
4	28	—	3	4	28	—	3	—
5	27	—	2	5	27	—	2	—
10	26	—	4	10	26	—	4	—
15	25	—	10	15	25	—	10	—
15	24	—	8	15	24	—	8	—
49				27	49				27	
	Escrevente Datilógrafo					Escrevente Datilógrafo				
20	23	—	—	20	23	—	2	—
20	22	—	—	20	22	—	—	—
58	21	—	—	58	21	—	15	—
16	20	—	—	55	20	—	43	—
—	—	—	—	11	19	—	11	60
114					164				71	60

Observação : O total de funções preenchidas, incluindo às provisórias não poderá ser superior a cento sessenta e quatro. As funções provisórias serão suprimidas, à medida que forem sendo providas as vagas das referências superiores.

DECRETO N.º 31.163 — DE 21 DE
JULHO DE 1952

Altera a Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada na forma da relação anexa, a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º A série funcional de Perito Criminal tem existência transitória, devendo ser suprimida logo que for criada a carreira de idêntica denominação, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

§ 1.º — Das 8 (oito) funções de Perito Criminal criadas, 1 (uma) deve ser preenchida por Engenheiro Civil 2 (duas) por Perito Contador e 2 (duas) por Químicos, Médicos ou Far-

macêuticos, todos devidamente habilitados para o exercício da profissão, na forma da legislação vigente.

§ 2.º — No primeiro preenchimento das funções a ordem das admissões será livre, respeitado porém, no total, o disposto no parágrafo anterior.

§ 3.º — Nas admissões subsequentes, o requisito de especialização a ser exigido do candidato será determinado pela vaga orgânica, de forma que seja mantida sempre, a distribuição fixada no parágrafo 1.º.

Art. 3.º A despesa com a execução do disposto neste decreto correrá a conta da dotação própria.

Art. 4.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
TABELA ÚNICA DE EXTRANUMERARIOS--MENSALISTAS
PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ANTERIOR					SITUAÇÃO NOVA					
Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Exc.	Vagos	Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Exc.	Vagos	Prov.
	<i>Auxiliar de Serviços Médicos</i>					<i>* Auxiliar de Serviços Médicos</i>				
—	26	1	—	—	26	1	—	—
5	25	1	—	5	25	1	—	—
8	24	—	4	8	24	—	4	—
10	23	—	3	10	23	—	3	—
15	22	—	3	15	22	—	3	—
22	21	—	—	22	21	—	—	—
40	20	—	—	40	20	—	—	—
—	19	—	11	7	19	—	11	—
—	18	7	—	—	18	—	—	4
100			9	21	107			2	21	4
	<i>Dentista</i>					<i>** Dentista</i>				
1	29	—	1	1	29	—	1	—
1	28	—	1	1	28	—	1	—
2	27	—	2	2	27	—	2	—
2	26	—	—	2	26	—	—	—
3	25	—	—	3	25	—	1	—
4	24	7	—	7	24	—	—	5
13			7	4	16			—	5	5

* Observação: — O número de funções preenchidas na S. F., incluindo-se as provisórias, não poderão ser superior a cento e sete.

** Observação: — O número de funções preenchidas na S. F., incluindo as provisórias não poderá ser superior a dezessês.

As funções provisórias serão suprimidas à medida que forem sendo preenchidos os vagos das referências superiores.

	<i>Escrevente-dactilógrafo</i>					<i>Escrevente-dactilógrafo</i>				
35	23	—	—	35	23	—	—	—
70	22	—	—	70	22	—	—	—
120	21	—	—	120	21	—	—	—
180	20	—	—	180	20	—	—	—
270	19	—	—	215	19	—	—	—
675			—	—	620			—	—	—
	<i>Guarda</i>					<i>* Guarda</i>				
—	24	1	—	—	24	1	—	—
14	23	—	2	14	23	—	2	—
22	22	—	10	22	22	—	18	—
35	21	—	—	35	21	—	—	—
55	20	—	—	55	20	—	2	—
80	19	9	—	130	19	—	41	21
206			10	12	256			1	63	21
	<i>Médico</i>					<i>** Médico</i>				
3	31	—	2	3	31	—	2	—
5	30	—	5	5	30	—	5	—
8	29	—	—	8	29	—	—	—
11	28	—	—	11	28	—	—	—
14	27	7	—	20	27	—	—	7
41			7	7	49			—	7	7

* Observação: — O número de funções preenchidas na S. F., incluindo as provisórias, não poderá ser superior a duzentos e cinquenta e seis.

* Observação — O número de funções preenchidas na S. F., incluindo as provisórias, não poderá ser superior a quarenta e sete.

As funções provisórias serão suprimidas à medida que forem sendo preenchidos os vagos das referências superiores.

SITUAÇÃO ANTERIOR					SITUAÇÃO NOVA					
Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Ex.	Vagos	Prov.
	<i>Motorista</i>					<i>Motorista</i>				
10	24	—	10	10	24	—	10	—
20	23	—	—	20	23	—	2	—
35	22	—	—	35	22	—	1	—
50	21	—	—	50	21	—	5	—
70	20	—	8	70	20	—	35	—
—	19	11	—	11	19	—	—	33
185			11	18	196			—	53	33
						<i>Perito Criminal</i> (Privativo do D. F. S. P.)				
					8	27	—	8	—
					8				8	

Observação: — O número de de funções preenchidas na S. F., incluindo as provisórias, não poderá ser superior a cento e noventa e seis.

As funções provisórias serão suprimidas à medida que forem sendo preenchidos os vagos das referências superiores.

DECRETO N.º 31.164 — DE 21 DE
JULHO DE 1952

Cria função na Tabela Numérica de Pessoal da Comissão de Marinha Mercante.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e o artigo 33 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, decreta:

Art. 1.º Fica criada, na Tabela Numérica Pessoal da Comissão de Marinha Mercante — Parte permanente — aprovada pelo Decreto n.º 28.506, de 16 de agosto de 1950, uma (1) função de Desenhista, referência 24.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.165 — DE 21 DE
JULHO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º — Fica suprimido um (1) cargo de Tesoureiro-auxiliar (São Paulo), padrão M, do Quadro III — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude do falecimento de Floriano Germano Carlos da Silva, devendo a dotação correspondente atender ao provimento de cargos criados pelo Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.166 — DE 21 DE
JULHO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, terreno e benfeitorias necessárias à Estrada de Ferro de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942, e 1.981, de 9 de setembro de 1942, e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º — Ficam declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro terreno e benfeitorias necessários à construção dos primeiros sessenta quilômetros do prolongamento da Estrada de Ferro Goiás, de Goiânia ao Araguaia, representado na planta que com este caixa, devidamente rubricada.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.167 — DE 21 DE
JULHO DE 1952

Altera, sem aumento de despesa, a série funcional de Farmacêutico da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica alterada sem aumento de despesa, na forma da relação anexa, a série funcional de Farmacêutico da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

MINISTERIO DA AGRICULTURA

Tabela Unica de Mensalistas

PARTE PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL					SITUAÇÃO PROPOSTA				
Funções	Serie funcional	Ref.	Prov.	Vagos	Funções	Serie funcional	Ref.	Prov.	Vagos
	<i>Farmacêutico</i>					<i>Farmacêutico</i>			
1	26	—	1	1	26	—	1
1	25	—	—	1	25	—	—
1	24	—	—	1	24	—	—
1	23	—	—	1	23	—	—
—	22	1	—	—	—	—	—
4			2	1	—			1	1

OBSERVAÇÕES — O número de funções preenchidas na S. F., incluindo a provisória, não poderá ser superior a quatro. A função provisória ficará automaticamente suprimida quando fôr preenchido o vago da referência 26.

DECRETO N.º 31.168 — DE 21 DE
JULHO DE 1962

Outorga à Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Goiás concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira do Brumado, no ribeirão de igual nome, município de Santa Cruz de Goiás, Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 150 do Código de Aguas, Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta :

Art. 1.º — É outorgada à Prefeitura Municipal de Goiás concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da Cachoeira do Brumado, no ribeirão de igual nome, município de Santa Cruz de Goiás, Estado de Goiás, respeitados os direitos de terceiros.

§ 1.º — O aproveitamento total concedido é de 360 H.P., sendo o inicial de 180 H.P., tudo de acordo com o projeto apresentado e aprovado pelo Ministério da Agricultura.

§ 2.º — O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para serviço público, de utilidade pública e para comércio de energia no município de Santa Cruz de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2.º — Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Aguas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura em três (3) vias, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste decreto, o projeto de aproveitamento hidráulico, observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Aguas.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser pror-

rogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º — A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Aguas, as instalações necessárias a observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º — O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5.º — As tarifas do fornecimento de energia serão fixadas pela Divisão de Aguas, e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º — Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o artigo 4.º, será criado um fundo de reserva que proverá as renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único — A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta quota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º — Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição da energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado de Goiás, em conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166 do Código de Aguas, mediante indenização, nas bases do custo histórico do capital não amortizado, deduzida a reserva a que se refere o parágrafo único do artigo 6.º.

§ 1.º — A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado de Goiás não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º — A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 8.º — A presente concessão vigorará pelo prazo de 30 anos, contado da data da publicação deste decreto.

Art. 9.º — O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 10 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.169 — DE 21 DE JULHO DE 1952

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.701.383,60, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil em favor da Repartição Sanitária Pan-Americana.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.437, de 19 de setembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de um milhão setecentos e sete mil trezentos e oitenta e três cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 1.701.383,60) equivalentes a US\$ 91.206,39 (noventa e um mil duzentos e seis dólares e trinta e nove centimos), na base de Cr\$ 18,72 por US\$ 1,00, para atender o pagamento da contribuição do Brasil em favor da Repartição Sanitária Pan-Americana, relativa ao exercício de 1949.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo está automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Delegação do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.170 — DE 22 DE JULHO DE 1952

Dá nova denominação ao Ginásio Nossa Senhora de Sion, situado em Campanha, no Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.171 — DE 22 DE JULHO DE 1952

Autoriza a São Paulo Light and Power Company Limited a construir uma linha de transmissão entre a Estação Terminal de Anhanguera e a Estação Terminal de Pirituba, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 2.059, de 5 de março de 1950, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a São Paulo Light and Power Company Limited a construir uma linha de transmissão em circuito singelo sob a tensão nominal de 230 kv, entre a Estação Terminal de Anhanguera e a Estação Terminal de Pirituba, no Estado de São Paulo, em prolongamento da linha de que trata o Decreto n.º 28.825, de 1.º de novembro de 1950.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, den-

no de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

II — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.172 — DE 23 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Lemgruber Sertã a pesquisar caulim e associados nos municípios de Sapucaia e Sumidouro, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Paulo Lemgruber Sertã a pesquisar caulim e associados, em terrenos de sua propriedade, na fazenda São Lourenço, 3.º Distrito de Sapucaia, município de Sapucaia e fazendas Boa Ventura e Guedes, no distrito e município de Sumidouro, Estado do Rio de Janeiro, numa área de trezentos e nove hectares e dez ares (309,10 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a trezentos e setenta metros (370 m) no rumo magnético norte (N), da extremidade nordeste (NE) da casa-sede da fazenda São Lourenço e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos:

seiscentos e noventa metros (690 m), setenta e oito graus noroeste (78º NW); oitocentos e dez metros (810 m), dezoito graus sudeste (18º SE); setecentos e cinco metros (705 m), quarenta e dois graus e dez minutos sudeste (42º 10' SE); noventa e cinco metros (95 m), dezoito graus sudeste (18º SE); noventa metros (90 m), vinte e oito graus e quinze minutos sudeste (28º 15' SE); noventa metros (90 m), cinquenta e seis graus sudeste (56º SE); cem metros (100 m) oitenta e seis graus sudeste (86º SE); cem metros (100 m), oitenta e um graus e trinta minutos nordeste (81º 30' NE); noventa metros (90 m), quatorze graus e quinze minutos sudoeste (14º 15' SE); oitocentos metros (800 m), vinte e um graus e trinta minutos sudoeste (21º 30' SW); trezentos e dez metros (310 m), cinquenta e oito graus e vinte e cinco minutos sudeste (58º 25' SE); duzentos e quinze metros (215 m), vinte e sete graus sudoeste (27º SW); duzentos e noventa e cinco metros (295 m), cinquenta e nove graus e trinta minutos noroeste (59º 30' NW); quinhentos e trinta e um metros (531 m), vinte e um graus e trinta minutos sudoeste (21º 30' SW); quinhentos e quarenta metros (540 m), trinta e cinco graus trinta minutos sudeste (35º 30' SE); seiscentos e setenta metros (670 m), oitenta e dois graus e trinta minutos sudeste (82º 30' SE); quinhentos e quarenta metros (540 m), doze graus noroeste (12º NW); mil duzentos e quarenta metros (1.240 m), vinte e seis graus e quinze minutos nordeste (26º 15' NE); novecentos e quarenta metros (940 m), seis graus noroeste (6º NW); trezentos e noventa e cinco metros (395 m), setenta e um graus sudoeste (71º SW); mil trezentos e quarenta metros (1.340 metros), setenta e oito graus noroeste (78º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil e cem cruzeiros (Cr\$ 3.100,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.173 — DE 23 DE
JULHO DE 1952

Cria função na Tabela Unica de Mensalistas do Ministério das Relações Exteriores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, na Parte Permanente da Tabela Unica de Mensalistas do Ministério das Relações Exteriores, uma função de Assistente Jurídico, referência 31.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 31.174 — DE 24 DE
JULHO DE 1952

Suprime o Consulado de carreira do Brasil em Wellington e restabelece o Consulado honorário do Brasil na referida cidade.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, incisos I e VI, da Constituição, e nos termos do artigo 16 do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Artigo 1.º — Fica suprimido o Consulado de carreira do Brasil em Wellington, Nova Zelândia, e restabelecido o Consulado honorário do Brasil na referida cidade.

Artigo 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura

DECRETO N.º 31.175 — DE 24 DE
JULHO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha e acrescimo de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.780, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica José Vieira Rodrigues, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir a fração ideal de um trinta e seis avos (1/36) do domínio útil do terreno de marinha e acrescido de marinha beneficiado com o apartamento n.º 32 do prédio n.º 386 da rua Marechal Cantuária, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 145.937 de 1951.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.176 — DE 24 DE
JULHO DE 1952

Concede à sociedade "D'Amico, Sociedade de Navegação Ltda.", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade "D'Amico, Sociedade de Navegação Ltda.", com sede nesta capital, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o contrato social que apresentou, por meio de instrumento particular firmado a 14 de junho de 1952, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham

a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.177, DE 24 DE JULHO DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel necessário ao Centro Técnico de Aeronáutica, em São José dos Campos, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e tendo em vista os arts. 5.º, 6.º e 10, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Artigo 1.º — É declarado de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos com a área total aproximada de 488.000,00 m2, inclusive uma pedreira agrícola denominada "Fazenda São João do Varadouro" ou "Varadouro", situados no Município de Jacarei, Estado de São Paulo, de propriedade atribuída ao Sr. João Justo Pereira, ou seus herdeiros ou sucessores, tudo conforme consta do processo protocolado sob o n.º 2.522, de 1952, na Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica onde se encontra a planta, avaliação e descrição dos terrenos.

Artigo 2.º — Destinam-se esses terrenos às obras do Centro Técnico de Aeronáutica, de São José dos Campos.

Artigo 3.º — Fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a promover a desapropriação em apremio, na forma do art. 10 do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, correndo as despesas à conta dos recursos orçamentários próprios que lhe forem concedidos.

Artigo 4.º — A presente desapropriação é declarada de urgência, para efeito de imediata imissão de posse nos termos do art. 15 do decreto-lei citado.

Artigo 5.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Nero Moura

DECRETO N.º 31.178 — DE 24 DE JULHO DE 1952

Autoriza a Empresa Luz e Força Itanhandu a construir duas linhas de transmissão entre os municípios de Itanhandu e Pouso Alto e Itanhandu e Passa Quatro, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.089, de 5 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa Luz e Força de Itanhandu a construir duas linhas de transmissão sob a tensão nominal de 22.000 V. e, situadas uma entre a usina do rio Coura e o distrito de Sant'Ana do Capivari, no município de Pouso Alto, com a extensão de 4.000 metros destinada a suprir de energia elétrica o município de Pouso Alto, e outra entre a subestação de Itanhandu e a cidade de Passa Quatro, com a extensão de 11.240 metros, destinada a suprir de energia elétrica o município de Passa Quatro.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser pror-

rogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.179 — DE 24 DE
JULHO DE 1952

*Altera o Decreto n.º 28.225, de 12 de
junho de 1950.*

O Presidente da República:

Usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição, e atendendo ao que dispõe o artigo 16 da Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, decreta:

Art. 1.º O art. 2.º do Decreto número 28.225, de 12 de junho de 1950, passa a ter a seguinte redação:

“Além das atribuições que lhe forem especialmente conferidas, mediante instruções baixadas de conformidade com o art. 16 da Lei n.º 1.102, de 18 de maio de 1950, compete ao Administrador Geral do Plano Salte coordenar os diversos programas de trabalho, previstos no mesmo Plano, a fim de estabelecer a ordem de prioridade e a forma por que devam ser executados, assim como assinar contratos, ajustes, acordos e outros atos jurídicos análogos, julgados necessários”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.180 — DE 24 DE
JULHO DE 1952

*Autoriza José Herszkowicz a comprar
pedras preciosas*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e

tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único: Fica autorizado José Herszkowicz, brasileiro naturalizado e residente nesta Capital, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.181 — DE 25 DE
JULHO DE 1952

*Aprova o Regulamento do serviço de
táxis no Distrito Federal*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 7.887, de 21 de agosto de 1945, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento do transporte de passageiros a frete em veículos de aluguel (táxis), no Distrito Federal, que com este baixa assinado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor trinta (30) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Francisco Negrão de Lima.

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE
TAXIS NO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO I

Dos veículos de aluguel a taxímetro

Art. 1.º Com exceção dos licenciados como “Lotação”, todos os veículos leves destinados a servir ao transporte público de passageiros a frete, no Distrito Federal, são obrigados ao emprego de taxímetro, como meio exclusivo de aferição e cobrança, segundo tabela aprovada pela autoridade competente.

Art. 2.º O aparelho taxímetro deve ser colocado sobre um suporte no lado oposto ao lugar do condutor, de forma que fique completamente visível do exterior e os passageiros possam, do interior do veículo, observar o seu funcionamento.

§ 1.º O taxímetro deverá ter uma bandeira metálica com a palavra "Livre" em letras brancas sobre fundo vermelho, disposta de modo que, quando levantada, o aparelho não marque importância alguma.

§ 2.º A bandeira só será abaixada no momento em que o carro iniciar o movimento por conta do alugador, e só será levantada depois que, terminado o serviço, o passageiro tomar conhecimento da quantia a pagar.

§ 3.º O mostrador do taxímetro deve ser resguardado por vidro cristalino que se conservará permanentemente limpo. Os algarismos indicativos dos preços a pagar e das distâncias percorridas devem aparecer com perfeita nitidez.

§ 4.º A noite o mostrador deverá ficar iluminado, quando o veículo circular em serviço.

§ 5.º Os cabos transmissores do taxímetro serão completamente protegidos por tubos metálicos suficientemente rígidos, irremovíveis e selados.

§ 6.º A vistoria para exame da perfeita aferição do taxímetro, seguida da selagem, é normalmente válida por um ano.

§ 7.º Compete ao Serviço de Trânsito executar a vistoria de modo a verificar e a autenticar a inviolabilidade do aparelho, quer quanto ao mecanismo interno e indicações da tarifa, quer quanto às peças de rotação externa.

§ 8.º Sem permissão do Serviço de Trânsito, o taxímetro não pode ser retirado do lugar nem sofrer alteração ou modificação, exceto pintura.

§ 9.º O taxímetro deverá ser compensado para o erro médio decorrente da diferença escalar de sua marcação e de seu sistema de marcação — *a priori* ou *a posteriori*.

§ 10. Se a marcação for *a priori*, deverá ser acrescida ao percurso da bandeirada a metade da distância correspondente à diferença escalar de preço no taxímetro, a qual será subtraída se a marcação for *a posteriori*.

Art. 3.º Os veículos de aluguel a taxímetro ou simplesmente os táxis,

adotarão, obrigatoriamente, um dos sistemas especificados neste artigo, para indicar que estão livres:

a) colocação externa — sobre o teto e centrada segundo o eixo longitudinal do carro, — de uma caixa mostrando a palavra "Táxi", visível para quem estiver de frente para o veículo, com letras de cinco centímetros de altura e oito milímetros de espessura, que se manterá iluminada (cor natural) quando o veículo estiver desocupado;

b) colocação interna — acima do taxímetro e perfeitamente visível de frente, — de uma caixa mostrando a palavra "Livre", com letras de quatro centímetros de altura e cinco milímetros de espessura, que se manterá iluminada (cor natural) quando o veículo estiver desocupado.

Art. 4.º Os táxis devem ter no seu interior, em lugar bem visível, devidamente protegida, uma cópia, autenticada pelo Serviço de Trânsito, da tarifa em vigor, bem como um extrato deste regulamento, com todos os esclarecimentos úteis aos passageiros, no tocante à tabela de preços e à conduta dos motoristas. Também devem ficar permanentemente à mostra a fotografia do motorista de serviço e seu número de prontuário, bem assim a indicação da lotação do veículo.

Art. 5.º A lotação de passageiros é a estabelecida no licenciamento do veículo.

CAPÍTULO II

Do regime de trabalho

Art. 6.º Os veículos de aluguel a taxímetro, quando na via pública, deverão estar permanentemente à disposição do público, não podendo os condutores, nem os proprietários dos táxis recusar a prestação de serviço, nas condições previstas neste regulamento e demais disposições aplicáveis.

Parágrafo único. O motorista que haja de cessar a sua atividade retirará da praça o veículo que dirige, salvo se no local estiver outro motorista que, sem descontinuidade, o substitua.

Art. 7.º Os táxis só podem ser conduzidos por motoristas profissionais, devidamente matriculados e quites com

o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transportes e Cargas e com o imposto sindical.

Parágrafo único. Dirigir sem matrícula acarreta a apreensão do veículo e da carteira do condutor, independentemente de outras sanções cabíveis.

Art. 8.º Os táxis podem ser operados no regime de condutores autônomos e no regime de condutores empregados.

§ 1.º Consideram-se autônomos os motoristas proprietários de táxi, que podem matricular mais um único profissional em seu veículo.

§ 2.º No caso de doença comprovada por atestado médico, pode o Serviço de Trânsito conceder matrícula a mais 1 (um) profissional, em lugar do proprietário, por período não superior a seis meses.

§ 3.º O arrendamento de táxi a condutor profissional, na base de quilômetro percorrido, fica sujeito ao preço teto fixado na tarifa como "custo quilométrico do veículo" (anexo n.º 1), sem qualquer pagamento ou taxa adicional, e compreende o carro abastecido e livre de quaisquer outros ônus.

§ 4.º A partir de janeiro de 1953, os proprietários de mais de um táxi são obrigados a se constituírem em Empresas, com um mínimo de 20 carros, e seus condutores devem, então, ser remunerados na base de salário.

Art. 9.º O Serviço de Trânsito determinará, em locais que não perturbem a circulação dos veículos, os pontos de estacionamento de táxis, tanto no centro da Cidade como nos bairros e subúrbios.

Parágrafo único. No uso dessa atribuição, o Serviço de Trânsito, além de observar as condições do tráfego, levará em conta, sempre que possível, as solicitações dos interessados.

Art. 10. Os pontos de estacionamento de táxis situados nos bairros e subúrbios deverão dispor de telefones.

§ 1.º Os telefones que, na via pública, servem a pontos de táxis, permanecerão em nome da Companhia que explora o Serviço Telefônico no Distrito Federal.

§ 2.º A responsabilidade pelo pagamento da assinatura será assumida pelo Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários do Rio de Janeiro ou por outras entidades interessadas, que promoverão a cobrança

respectiva junto aos beneficiários do telefone.

Art. 11. O Serviço de Trânsito poderá estabelecer pontos especiais para descanso, situados em vias públicas ou fora delas.

Art. 12. A critério do Serviço de Trânsito, poderá ser estabelecida em cada Estação, além da fila normal, uma fila adicional, onde táxis recém-chegados possam receber passageiros ocasionais.

Parágrafo único. Nesta fila é expressamente proibido servir a passageiros com bagagem.

Art. 13. O Serviço de Trânsito delimitará em portaria o perímetro da área central em que é proibido aos táxis estacionarem fora dos limites de seus pontos, bem assim onde é vedada a reserva por qualquer passageiro.

Parágrafo único. Dentro da área a que se refere este artigo, os passageiros, ao saltarem dos veículos que ocupam, são obrigados a pagar, pela tabela, a importância marcada no taxímetro, liberando os táxis para que voltem imediatamente ao serviço do público em geral.

Art. 14. Fora do perímetro definido no artigo anterior, os táxis podem esperar pelos seus passageiros, onde o estacionamento em geral for permitido mas os motoristas, quando interrogados pelos Guardas de Trânsito, são obrigados a indicar com precisão onde se encontram as pessoas a que servem.

§ 1.º A não ser no caso previsto neste artigo, devem os veículos circular ou estacionar nos pontos de táxis onde haja vaga.

§ 2.º É facultado ao Serviço de Trânsito estabelecer área onde os táxis possam estacionar mesmo fora dos pontos.

Art. 15. Ficam proibidas as combinações de preços entre motoristas e passageiros, qualquer que seja a natureza do serviço, dentro dos limites do Distrito Federal.

Art. 16. O táxi é obrigado, segundo as normas da tarifa vigente, a fazer o transporte da bagagem do passageiro desde que, pelas dimensões, natureza ou peso dos objetos, não prejudiquem a conservação do veículo.

Parágrafo único. Quando o veículo for provido de local para malas, ai

deve ser acomodada a bagagem, pelo motorista.

Art. 17. O táxi não é obrigado ao transporte de animais domésticos, como cães, gatos, etc. Sob responsabilidade dos passageiros, ficam os motoristas autorizados a transportá-los, segundo as normas da tarifa vigente.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES DOS MOTORISTAS

Art. 18. Constituem deveres dos motoristas de táxi, além dos estabelecidos em outras disposições legais ou regulamentares:

a) apresentar-se decentemente trajado, sendo facultativo o uso de cobertura. Caso adotado o boné, deverá ser escuro ou branco, com pala rígida;

b) obedecer ao sinal de parada feito por pessoa que deseje utilizar o veículo, sempre que circular com a indicação "Livre";

c) seguir o itinerário mais curto, salvo determinação expressa do passageiro ou da autoridade do trânsito;

d) só indagar o destino do passageiro depois que este se acomodar no interior do veículo;

e) usar da maior correção e urbanidade para com os passageiros;

f) verificar, ao fim de cada corrida, se foi deixado algum objeto no veículo, entregando-se, em caso afirmativo, mediante recibo, dentro de vinte e quatro horas, na Delegacia Policial mais próxima ou na sede do Serviço do Trânsito;

g) só ligar o rádio-receptor a pedido dos passageiros;

h) só estacionar nos lugares permitidos;

i) recusar condução a indivíduos perseguidos pela polícia ou pelo clamor público;

j) apanhar a bagagem dos passageiros na calçada e acomodá-la no interior do veículo, e retirá-la deste colocando-a na calçada;

l) identificar-se, declarando o número do auto de que é motorista, ao

atender o chamado telefônico e, sem indagar o destino, comparecer ao local da chamada;

m) manter o veículo asseado;

n) fazer trôco até cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00).

Art. 19. É vedado aos motoristas de taxis, sem prejuízo das proibições decorrentes de outros dispositivos legais e regulamentares:

a) abandonar o veículo, nos locais de estacionamento ou fora deles sem motivo justificado;

b) reduzir ou suspender, intencionalmente, a marcha permitida pelas condições do tráfego, ou exceder a velocidade acaso indicada pelo passageiro;

c) fazer-se acompanhar de pessoa estranha ao serviço;

d) imporunar os transeuntes, insinuando pela aceitação dos seus serviços;

e) dormir ou fazer refeições no interior do veículo;

f) conduzir transportes com a indicação "Livre";

g) conduzir pessoas manifestamente embriagadas ou em estado precário de limpeza;

h) continuar a serviço de passageiro que deixe o taxi em local onde não seja permitido o estacionamento.

Art. 20. O motorista de taxi deve permanecer sentado ao volante, quando for o primeiro da fila, nos pontos de estacionamento.

§ 1.º Em determinados pontos, o Serviço de Trânsito poderá indicar quantos outros motoristas, além do primeiro da fila, devem permanecer sentados ao volante, prontos a atender ao público.

§ 2.º Em dias quentes, ou nos pontos de taxis batidos pelo sol, o motorista poderá ficar fora do carro, junto ao mesmo, pronto a tomar o assento quando se aproximar um passageiro ou quando ouvir o sinal de "motoristas a postos".

Art. 21. Na hora de tomar refeições ou recolher o veículo, deve o motorista, depois de ficar com o car-

ro vazio afixar no parabrisa o cartão de autorização de descanso, do seguinte modelo:

Motorista n.º	
Taxi n.º	
D E S C A N S O	
Autorizado Almoço de	a
Jantar de	a
Recolhe: entre	e
.....	

§ 1.º O cartão a que se refere este artigo será fornecido pelo Serviço de Trânsito, sem qualquer ônus para os motoristas, observada a conveniência do interesse público, na fixação dos horários.

§ 2.º Afixado o cartão, fica o motorista desobrigado de prestar serviços, nos horários estabelecidos.

Art. 22. Nas proximidades de hotéis, casas de diversões e estações de desembarque, feito o sinal à fila de taxis, os motoristas são obrigados a conduzi-los em coluna até onde se encontram os passageiros, proibida qualquer combinação para escolha de passageiros por intermédio de porteiros, carregadores ou outras pessoas.

Art. 23. É vedado aos passageiros sugerir ou solicitar aos motoristas qualquer ação ou omissão que implique desrespeito às normas estabelecidas neste Regulamento ou em outras disposições concernentes ao trânsito público.

CAPÍTULO IV

DA FORMAÇÃO DA TARIFA

Art. 24. A tarifa será organizada de forma que todo e qualquer serviço possa, de acordo com tabela oficial, ser aferido e remunerado utilizando-se o taxímetro e computando-se taxas adicionais.

Art. 25. A tarifa quilométrica será a resultante das componentes estabelecidas segundo os critérios definidos neste Regulamento.

Art. 26. São considerados componentes da tarifa os custos abaixo indicados:

- a) Juros do capital correspondente à depreciação do veículo novo para a sua vida de operação tomada como referência;
- b) depreciação geral do veículo para a sua vida de operação, segundo as flutuações do mercado nos últimos cinco anos que antecederam à revisão da tarifa;
- c) combustível, segundo o seu preço oficial e em função de rendimento médio do veículo de referência;
- d) pneumáticos e câmaras de ar segundo a sua vida média;
- e) manutenção mecânica, abrangendo peças e acessórios, baterias, pinturas e reparos mecânicos, como valor médio para a vida de operação de veículo tomado como referência;
- f) lubrificação e lubrificantes, segundo as recomendações do fabricante do veículo;
- g) esadia e lavagem;
- h) seguros, taxas e ônus da legislação social;
- i) lucro comercial do negócio;
- j) contingências, não superiores a 10% do custo do serviço, excluída a remuneração dos motoristas;
- l) remuneração do motorista.

Art. 27. Os custos não explicitamente definidos no artigo anterior serão considerados com observância dos seguintes critérios:

- 1 — Veículo padrão — O veículo de referência para o cálculo da tarifa.

será o da marca numericamente mais representativa no serviço de taxis.

2 — *Juros de Capital* — A taxa de juros de capital correspondente ao custo da depreciação do veículo para sua vida de operação será a diferença entre as taxas de empréstimo ou de financiamento e as de depósito usualmente adotadas pelas instituições de crédito.

3 — *Vida de operação do veículo* — A vida de operação do veículo tomada como referência será aquela que, em face das circunstâncias, determina, para maior economia de operação, a substituição do veículo velho por outro novo equivalente. Na falta de dados, que conduzam à determinação dessa vida de operação, será adotado o tempo de cinco anos.

4 — *Depreciação geral* — A depreciação geral do veículo, como expressão monetária de referência, e sobre a qual serão calculados os custos de capital investido, corresponderá à diferença entre o custo do veículo novo e outro equivalente, ao fim da vida de operação tomada como referência.

5 — *Manutenção mecânica* — O custo da manutenção mecânica será o custo médio observado em pelo menos 50 veículos durante a vida de operação tomada como referência.

6 — *Lucro comercial* — O lucro comercial do investimento de capital e operação do veículo deverá ser calculado de modo a exercer atração suficiente de capital e ser justo em relação aos riscos envolvidos no negócio.

7 — *Remuneração do trabalho do motorista* — A remuneração mensal para o trabalho de motorista deverá ser tomada em função do custo da vida e da remuneração paga usualmente a motoristas de outros serviços.

8 — *Percurso mensal de referência* — Para fins de cálculo da tarifa quilométrica, será adotado o percurso médio mensal de pelo menos 100 veículos do serviço de taxi com o mesmo motorista. Em nenhuma hipótese será esse percurso inferior a 6.000 quilômetros.

9 — *Percurso remunerado* — Admitir-se-á, no cálculo da tarifa quilométrica, que parte do percurso mensal de referência não é remunerável, por força das próprias características do serviço. Entretanto, o percurso remunerado em que se baseará o cálculo da tarifa quilométrica normal não será inferior a 85% do percurso mensal de referência.

Art. 28. A tarifa quilométrica será calculada pelo seguinte processo aritmético:

1 — Todos os custos de serviço serão reduzidos ao mês, em função do percurso mensal de referência.

2 — A tarifa quilométrica será o quociente da divisão do custo total mensal de serviço pelo percurso remunerado mensal.

Art. 29. Baseadas no cálculo da tarifa quilométrica normal, serão estabelecidas tarifas adicionais capazes de assegurar, na medida do possível, justa remuneração para os casos de diferenças flagrantes verificadas em algumas das componentes daquela tarifa.

Parágrafo único. São consideradas adicionais as seguintes tarifas:

- a) de bandeirada;
- b) de retorno;
- c) de remuneração por serviço noturno;
- d) de remuneração por serviço em zonas de subidas íngremes e prolongadas;
- e) de bagagem extra.

Art. 30. A fim de compensar a saída dos pontos de taxis para uma corrida inferior a quilômetro, em que o retorno será, em regra, precário, o primeiro quilômetro é considerado indivisível, marcado adiantadamente e pode ainda admitir uma bonificação adicional ao custo da tarifa quilométrica.

Art. 31. A adicional de retorno deve ser paga sempre que o percurso remunerável for nitidamente inferior aos 85% do total percorrido mensalmente, como admitido no cálculo da tarifa quilométrica normal.

§ 1.º Dentro da zona principal da Cidade, ou Zona 1 (anexo 2), a adicional de retorno só é devida entre 23 (vinte e três) horas e 6 (seis) horas do dia imediato, com o valor de 25% da tarifa normal.

§ 2.º Fora da zona principal, ou seja na Zona 2 (anexo 2), a adicional de retorno é igual, em qualquer hora do dia ou da noite, ao "custo quilométrico do veículo".

§ 3.º Não haverá qualquer remuneração de retorno, seja qual for a zona percorrida, quando o taxi retornar ao bairro de onde saiu, ou à zona principal de taxis, com o mesmo pas-

sageiro ou sob responsabilidade de pagamento pela mesma pessoa.

Art. 32. Para os efeitos da tarifa adicional prevista neste Regulamento, entende-se por serviço noturno o trabalho realizado entre 23 (vinte e três) horas e 6 (seis) horas da manhã seguinte.

Parágrafo único. A adicional respectiva será de 25%, computada exclusivamente sobre o montante que, no taxímetro, corresponder, pela tarifa normal, ao percurso realizado, por conta do passageiro, a partir de 23 horas e antes das 6 horas, qualquer que seja a zona.

Art. 33. Pelo serviço em zonas de subidas íngremes e prolongadas será devida uma adicional por quilômetro percorrido (item III do anexo n.º 1).

Parágrafo único. Entram na composição da tarifa adicional a que se refere este artigo:

a) o custo quilométrico dos pneus, considerada reduzida da metade a sua durabilidade média em quilômetros rodados;

b) o custo do combustível por quilômetro, considerado o consumo o dobro do normal;

c) o custo quilométrico da manutenção, na razão do dobro do normal.

Art. 34. Consideram-se bagagem extra, para o fim de cobrança da respectiva tarifa adicional (item IV do anexo n.º 1);

a) volumes com mais de sessenta (60) centímetros na maior dimensão e mais de trinta (30) centímetros na menor;

b) malas não isentas pelo critério definido no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Não se consideram bagagem extra:

a) mala inferior a 60 centímetros na maior dimensão e a 30 centímetros na menor, desde que corresponda a um passageiro vago na lotação do carro;

b) pequenos volumes carregáveis individualmente.

Art. 35. As tarifas serão revistas de dois em dois anos, levando-se em conta os erros de apreciação, de modo a poderem ser compensados na vigência de nova tarifa.

Parágrafo único. Em anexo a este regulamento será publicado o cálculo

minucioso das tarifas, elaborado segundo os critérios estatísticos neste capítulo, em função de dados estimados como justos para a situação atual.

Art. 36. Veículos licenciados como taxis podem ser transformados, temporariamente, em transporte de luxo para noivas, mediante a adaptação de forração especial.

§ 1.º Tais veículos, enquanto permanecerem nessa situação, consideram-se fora da categoria de taxis, deixando, conseqüentemente, de ficar sujeitos às disposições do presente regulamento.

§ 2.º Quando não se lhe tenha adaptado forração especial, o taxi é obrigado a servir pela tabela, por não ter perdido essa categoria, ainda que empregado no transporte de noivas.

Art. 37. Compete ao Serviço de Trânsito definir em portaria os limites das zonas, para os efeitos da aplicação da tarifa normal e das adicionais.

CAPÍTULO V

Das penalidades

Art. 38. A recusa de passageiro, exceto nos casos previstos nos artigos 18, alínea i, e 19, alínea g, deste Regulamento, constitui falta grave punida com multa de Cr\$ 100,00 e, nas reincidências, com a apreensão do documento de habilitação, até 120 (cento e vinte) dias.

Art. 39. O uso indevido do cartão de "Descanso", seja por não pertencer ao carro ou ao motorista em atividade, seja por estar afixado fora do horário permitido, constitui falta grave punida como se segue:

- 1.ª violação — multa de Cr\$ 100,00;
- 2.ª violação — multa cobrada em dobro; e
- 3.ª violação — cassação de matrícula em taxis por um ano.

Art. 40. A cobrança indevida é punida, na primeira infração, com a multa de Cr\$ 100,00 e, nas reincidências, conforme a gravidade da falta, com a apresentação do documento de habilitação, até 120 dias, ou cassação definitiva de matrícula em taxis por um ano.

Art. 41. O automóvel particular que fizer serviço de transporte remunerado de passageiros será apreen-

dido, ficando com a licença caduca. Seu motorista, amador ou profissional, terá a carteira de habilitação apreendida por um ano.

Art. 42. Será punida com advertência ou multa até Cr\$ 150,00 qualquer infração das normas deste regulamento para a qual não tenha sido cominada penalidade específica.

Art. 43. Funcionará na sede do Serviço de Trânsito uma Comissão de Disciplina, composta de três membros, um deles pertencente à classe dos motoristas profissionais, à qual compete conhecer das dúvidas surgidas entre motoristas e passageiros e das infrações aos regulamentos especiais concernentes ao exercício da profissão de motorista.

§ 1.º A Comissão, após ter ouvido as explicações do motorista, promoverá ao Diretor do Serviço de Trânsito, quando for o caso, uma das seguintes sanções: advertência, multa, apreensão do documento de habilitação ou cassação de matrícula em taxi.

§ 2.º Se o motorista faltar à convocação, pode ser punido a revelia. Seu documento de habilitação pode ser apreendido na via pública, por qualquer das infrações previstas nos artigos 7.º, 38, 39, 40 e 41.

§ 3.º A decisão final compete ao Diretor do Serviço de Trânsito.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES FINAIS

Art. 44. Pode o Serviço de Trânsito, ouvido o Departamento de Concessões da Prefeitura e o Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários do Rio de Janeiro, propor a limitação do licenciamento de taxis no Distrito Federal, de modo a ficar assegurado o equilíbrio entre a oferta e a procura desse meio de transporte.

Art. 45. O Diretor do Serviço de Trânsito expedirá instruções para a execução do presente Regulamento e resolverá seus casos omissos.

Art. 46. O presente regulamento, com seus anexos referentes à tarifa a vigorar por dois anos, entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1952. — *Francisco Negrão de Lima.*

ANEXO N.º 1

I — CÁLCULO DA TARIFA QUILOMÉTRICA NORMAL

Carro de referência — o Chevrolet, vida média de referência — 5 anos; Percurso mensal padrão (com dois motoristas por carro) 6.000km;

Custo atual do veículo — Cr\$..... 110.000,00;

Valor médio atual do veículo equivalente, modelo 1946 — Cr\$ 60.000,00;

Expressão monetária da depreciação: Cr\$ 110.000,00 — Cr\$ 60.000,00 = Cr\$ 50.000,00;

Taxas de juros: 12% — 4% = 8%;

Custo dos juros de Capital por ano: Cr\$ 50.000,00 \times 0,08 = Cr\$ 4.000,00;

Custo dos juros de Capital por km:

$$\frac{\text{Cr\$ 4.000,00}}{12 \times 6.000} = \text{Cr\$ 0,0555}$$

Custo da depreciação por ano:

$$\frac{\text{Cr\$ 50.000,00}}{12 \times 56.000} = \text{Cr\$ 10.000,00}$$

Custo da amortização do Capital por km:

$$\frac{\text{Cr\$ 10.000,00}}{12 \times 6.000} = \text{Cr\$ 0,139}$$

Assim, a componente da tarifa correspondente ao investimento de Capital no veículo, por quilômetro, é de: Cr\$ 0,0555 + Cr\$ 0,139 = Cr\$ 0,194

Rendimento médio do veículo no consumo do combustível — 5 km/l;

Custo do combustível por km:

$$\frac{\text{Cr\$ 1,90}}{5} = \text{Cr\$ 0,38}$$

Custo dos pneumáticos e câmaras de ar:

Cr\$ 750,00 \times 4 = Cr\$ 3.000,00
Vida média dos pneus: 30.000 km;
Custo quilométrico dos pneus:

$$\frac{\text{Cr\$ 3.000,00}}{30.000} = \text{Cr\$ 0,10}$$

Custo quilométrico da manutenção — Cr\$ 0,25;

Custo mensal da lubrificação e lubrificantes — Cr\$ 420,00;

Custo quilométrico correspondente a lubrificação e lubrificantes:

$$\frac{\text{Cr\$ 420,00}}{6.000} = \text{Cr\$ 0,07}$$

Custo mensal de estadia e lavagem — Cr\\$ 600,00;

Custo quilométrico correspondente a estadia e lavagem:

$$\frac{\text{Cr\$ 600,00}}{6.000} = \text{Cr\$ 0,10}$$

Custo de serviços e licenças por mês — Cr\\$ 300,00;

Custo quilométrico correspondente a serviços e licenças:

$$\frac{\text{Cr\$ 300,00}}{6.000} = \text{Cr\$ 0,05}$$

Custo quilométrico correspondente às componentes focalizadas até aqui:

$$\text{Cr\$ 0,194} + \text{Cr\$ 0,38} + \text{Cr\$ 0,10} + \text{Cr\$ 0,25} + \text{Cr\$ 0,07} + \text{Cr\$ 0,10} + \text{Cr\$ 0,05} = \text{Cr\$ 1,15}$$

Contingências (10%) — 10% de Cr\\$ 1,15 = Cr\\$ 0,115 por km;

Custo quilométrico incluindo as contingências = Cr\\$ 1,27

Lucro comercial do negócio (15%) — 15% de Cr\\$ 1,27 = Cr\\$ 0,19 por km;

Custo quilométrico do veículo:

$$\text{Cr\$ 1,27} + \text{Cr\$ 0,19} = \text{Cr\$ 1,46}$$

A despesa mensal para o percurso de referência de 6.000 km é, então de:

$$\text{Cr\$ 1,46} \times 6.000 = \text{Cr\$ 8.760,00}$$

Remuneração básica mensal por motorista — Cr\\$ 3.000,00.

Custo mensal do serviço: Cr\\$ 8.760,00

$$+ \text{Cr\$ 3.000,00} \times 2 = \text{Cr\$ 14.760,00}$$

Admitido como percurso remunerado 5.000 km por mês, o custo da tarifa quilométrica a adotar será de:

$$\frac{\text{Cr\$ 14.760,00}}{5.000,00} = \text{Cr\$ 2,95}$$

Arredondando-se:

Tarifa quilométrica normal. = Cr\\$ 3,00

II — BANDEIRADA :

Ocupado um taxi, sairá ele marcando, no taxímetro, a importância de Cr\\$ 5,00.

III — ZONA DE SUBIDAS ÍNGREMES :

Segundo o critério do art. 33 a adicional importa em repetirem-se os valores de Cr\\$ 0,38, Cr\\$ 0,10 e Cr\\$ 0,25, ou seja um total de Cr\\$ 0,73, arredondando-se para Cr\\$ 0,80.

IV — BAGAGEM EXTRA :

A 1.^a unidade é remunerada com Cr\\$ 5,00 e as demais com Cr\\$ 3,00.

V — BASE PARA A REMUNERAÇÃO HORÁRIA :

Sem o veículo estar se deslocando, o taxímetro marcará Cr\\$ 0,50 por minuto ou Cr\\$ 1,00 por 2 minutos, iniciando esta marcação após o 1.^o minuto decorrido.

ANEXO N.º 2

TABELA PARA O SERVIÇO DE TAXIS NO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal, para efeito da aplicação desta Tabela, é dividido em duas zonas e dentro da Zona 1, ou principal, existe uma área onde a reserva de taxis é proibida (ver esquema). Toda a remuneração devida a taxa está prevista nesta Tabela e combinações particulares são proibidas.

BANDEIRADA — Cr\\$ 5,00 marcados ao tomar o taxi.

TARIFA QUILOMÉTRICA NORMAL — Cr\\$ 3,00 por 1.000 metros, cobrados à razão de Cr\\$ 1,00 por 333 metros, iniciando a marcação depois de percorridos 167 metros.

Por dois minutos de espera o taxímetro marcará, a partir do primeiro minuto, Cr\\$ 1,00.

BAGAGEM EXTRA :

a) Não são considerados bagagem extra:

(1) mala inferior a 60 cm na maior dimensão e 30 cm na menor, desde que corresponda a um passageiro vago na lotação do carro.

(2) pequenos volumes carregáveis individualmente.

b) São considerados como bagagem extra:

(1) volume com mais de 60 cm na maior dimensão e mais de 30 cm na menor.

(2) malas não isentas pelo critério definido na letra a.

c) Pagam-se, pelo 1.º volume de bagagem extra, Cr\$ 5,00 e, pelos demais, Cr\$ 3,00.

SERVIÇO NOTURNO — Após 23,00 horas e até 6,00 horas, paga-se um acréscimo igual a um quarto do valor da tarifa normal (ou seja 25%) pelo serviço prestado dentro destes limites de tempo. O motorista deve informar ao passageiro o que marca o taxímetro na tarifa normal quando forem 23,00 horas ou 6,00 horas para permitir o cálculo.

RETORNO :

a) Na 1.ª Zona, e quando partindo desta Zona e a ela voltando, não se paga retorno entre 6,00 horas ou 23,00 horas.

A partir de 23,00 horas e até 6,00 horas paga-se mais 25% (ou seja 1/4) sobre a tarifa quilométrica.

b) Na 2.ª Zona, o retorno devido de dia ou de noite importa em mais 50% sobre a tarifa quilométrica normal.

c) Sempre que o passageiro retornar ao local de onde saiu, não cabe qualquer pagamento de retorno.

ZONAS DE SUBIDAS ÍNGREMES :

Nas vias de parte montanhosa da cidade, cabe a adicional de Cr\$ 0,80 por km. a partir dos seguintes pontos: Igreja São Conrado, na Estrada das Canoas, Bifurcação do Hórto Florestal, na Estrada Dona Castorina, Estação do Corcovado, no Cosme Velho, Túnel do Rio Comprido, Largo dos Guimarães, Usina da Tijuca, Subida

para a Estrada Três Rios (lado da Bôca do Mato ou de Jacarepaguá) e subida da Tijuca pelo lado do Itanhangá Golf Club.

PASSAGEIRO OBSERVE ESTAS NOTAS :

1. (Para novos taxímetros) :

No mostrador à esquerda o passageiro lerá a tarifa normal e à direita a adicional de 50%.

O motorista deve alertar o passageiro sempre que for ocasião de iniciar ou terminar a marcação da tarifa adicional.

2. (Para a cobrança ainda com taxímetros antigos) :

Se o taxímetro instalado ainda não estiver de acordo com as atuais exigências, observe a seguinte conduta :

a) Vindo da Zona 2 para a Zona 1 :

Ao atravessar o limite das Zonas, avisado pelo motorista, verifique a marcação do taxímetro e consulte a tabela numérica abaixo e esta lhe indicará o que deve ser pago a mais no final do percurso sobre o marcado na tarifa normal.

b) Vindo da Zona 1 para a Zona 2 :

Ao atravessar o limite das Zonas, o motorista mostra o quanto marca o taxímetro (primeira parcela a pagar).

Em seguida, a bandeira será levantada e abaixada novamente. Terminada a corrida na Zona 2, observe o marcado e consulte a Tabela numérica que lhe indicará o quanto adicionar à 1.ª parcela para pagar ao motorista.

TABELA A APLICAR QUANDO COUBER ACRÉSCIMO DE 50%

Marcado no Taxímetro	A Pagar	Marcado no Taxímetro	A Pagar	Marcado no Taxímetro	A Pagar	Marcado no Taxímetro	A Pagar
Cr\$		Cr\$		Cr\$		Cr\$	
5,00	6,50	29,00	44,90	53,00	83,30	77,00	121,70
6,00	8,10	30,00	46,50	54,00	84,90	78,00	123,30
7,00	9,70	31,00	48,10	55,00	86,50	79,00	124,90
8,00	11,30	32,00	49,70	56,00	88,10	80,00	126,50
9,00	12,90	33,00	51,30	57,00	89,70	81,00	128,10
10,00	14,50	34,00	52,90	58,00	91,30	82,00	129,70
11,00	16,10	35,00	54,50	59,00	92,90	83,00	131,30
12,00	17,70	36,00	56,10	60,00	94,50	84,00	132,90
13,00	19,30	37,00	57,70	61,00	96,10	85,00	134,50
14,00	20,90	38,00	59,30	62,00	97,70	86,00	136,10
15,00	22,50	39,00	60,90	63,00	99,30	87,00	137,70
16,00	24,10	40,00	62,50	64,00	100,90	88,00	139,30
17,00	25,70	41,00	64,10	65,00	102,50	89,00	140,90
18,00	27,30	42,00	65,70	66,00	104,10	90,00	142,50
19,00	28,90	43,00	67,30	67,00	105,70	91,00	144,10
20,00	30,50	44,00	68,90	68,00	107,30	92,00	145,70
21,00	32,10	45,00	70,50	69,00	108,90	93,00	147,30
22,00	33,70	46,00	72,10	70,00	110,50	94,00	148,90
23,00	35,30	47,00	73,70	71,00	112,10	95,00	150,50
24,00	36,90	48,00	75,30	72,00	113,70	96,00	152,10
25,00	38,50	49,00	76,90	73,00	115,30	97,00	153,70
26,00	40,10	50,00	78,50	74,00	116,90	98,00	155,30
27,00	41,70	51,00	80,10	75,00	118,50	99,00	156,90
28,00	43,30	52,00	81,70	76,00	120,10	100,00	158,50

Exemplo (taxímetro ainda antigo):

Um passageiro tomou o carro na Zona 1 às 22,30 horas, às 22,45 horas passou pelo limite das Zonas, o taxímetro marcava Cr\$ 25,00 (1.^a parcela a pagar), mostrado pelo motorista. Este levanta e novamente abaixa a bandeira. As 23,00 horas o taxímetro marcava Cr\$ 28,00, o motorista avisa novamente ao

passageiro, que anota este valor. As 23,20 horas o passageiro vai saltar e o taxímetro esta marcando Cr\$ 32,00. O que deve pagar:
 Cr\$ 25,00 (1.^a parcela)
 Cr\$ 43,30 (correspondente a Cr\$ 28,00 como se vê acima)
 Cr\$ 1,00 (¼ da diferença Cr\$ 32,00 — Cr\$ 28,00)

Total Cr\$ 69,30.



DECRETO N.º 31.182 — DE 25
DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Nelson Spinola Teixeira a pesquisar gipsita e associados, no município de Marau, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Nelson Spinola Teixeira a pesquisar gipsita e associados no lugar denominado João Branco, distrito e município de Marau, Estado da Bahia, numa área de duzentos e noventa e quatro hectares, noventa e três ares e sessenta e três centiares (294,9363 ha) em terrenos da Companhia Extrativa Mineral Brasileira S. A. delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a mil e seiscentos metros e setenta e oito centímetros (1.600,78m), no rumo verdadeiro trinta e oito graus e trinta e nove minutos e vinte e cinco segundos noroeste (38°39'25" NW), da chaminé existente nas proximidades da confluência dos rios Marau e Arimem-beca e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: mil e quinhentos metros (1.500m), leste (E); quinhentos metros (500m), sul (S); quatrocentos metros (400m), oeste (W); quinhentos metros (500m), sul (S); oitocentos metros (800m), quarenta graus sudeste (40° SE); seiscentos metros (600m), sul (S); setecentos e quarenta metros (740m), oeste (W); seiscentos metros (600m), quarenta e cinco graus noroeste (45° NW); quatrocentos e quarenta e nove metros e noventa e sete centímetros (449,97m), oeste (W); mil setecentos e oitenta e oito metros e cinquenta e sete centímetros (1.788,57m), norte (N).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisas, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil novecentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 2.950,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas

DECRETO N.º 31.183, DE 25 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a lavrar feldspato no município de São Paulo, Estado de São Paulo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a lavrar feldspato, em terrenos de propriedade da Companhia Armour do Brasil S. A., Irmãos Siqueira Alves, Benedito Alves Filho e Tiani Neto, no distrito de Perús, município de São Paulo, Estado de São Paulo, numa área de cento e trinta hectares, quarenta e um ares e trinta e oito centiares (130,4138 ha) delimitada por metros (300m), no rumo verdadeiro sessenta graus noroeste (60°NW) da confluência dos córregos Palmeiras e Cachoeira e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: duzentos metros (200m), trinta graus sudoestes (30°SW); duzentos e trinta metros (230m), dez graus sudoeste (10°SE); mil oitocentos e cinquenta metros (1.850m), cinquenta graus sudoeste (50°SE); setecentos metros (700m), cinquenta e sete graus e trinta minutos nordeste (57.º40'NE); mil metros (1.000m), trinta e dois graus e trinta minutos noroeste (32.º 30'NW); trezentos e noventa e oito metros (398m), quarenta e cinco graus sudoeste (45°SW); mil metros (1.000m), sessenta graus noroeste (60° NW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código,

não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de dois mil seiscientos e vinte cruzeiros (Cr\$ 2.620 00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.184 — DE 25 DE
JULHO DE 1952

Autoriza a S.A. de Cimento Mineração e Cabotagem CIMIMAR, a lavar argila no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

térmos do Decreto-lei n.º 1.985 de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a S.A. de Cimento, Mineração e Cabotagem CIMIMAR, a lavar argila em terrenos de propriedade de Alfredo Renner e sua mulher, situados no distrito de Berto Cirio, município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de quatro hectares, quarenta e três ares e vinte centiares (4,4320hs) delimitada por um retângulo que tem um vértice e quinhentos e dezenove metros (519m) no rumo verdadeiro de dezoito graus e trinta e nove minutos sudeste (18º 39'SE) do marco de triangulação do Serviço Geográfico do Exército em Morretão, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: cento e sessenta metros (160m), setenta e três graus e vinte e nove minutos noroeste (73º 29'NW): duzentos e setenta e sete metros (277m), dezesseis graus e trinta e um minutos sudoeste (16º 31'SW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionados neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura,

após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.185 — DE 25 DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Jorge Abdala a pesquisar calcário e associados, no município de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o cidadão brasileiro Antônio Jorge Abdala a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua propriedade situados na localidade de Sapateiro ou Debaixo da Serra, distrito e município de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais, numa área de onze hectares e vinte e oito ares (11,28ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a duzentos e vinte e dois metros (222m), no rumo magnético de trinta e cinco graus e trinta minutos noroeste (35º 3' NW), e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — trezentos e setenta e seis metros (376,0m), quarenta e um graus e trinta minutos noroeste (41º 30' NW); trezentos metros (300, 0m), quarenta e oito graus e trinta minutos sudoeste (48º 30' SW).

Art. 2.º — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.186 — DE 25 DE JULHO DE 1952

Altera a redação do artigo 50 e seus parágrafos, do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto número 28.703, de 2 de outubro de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, Decreta:

Artigo 1.º — O artigo 50 e seus parágrafos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado e mandado executar pelo Decreto n.º 28.703, de 2 de outubro de 1950, passam avigorar com a seguinte redação:

“Artigo 50 — Os especialistas que forem considerados incapazes, fisicamente, para o exercício de sua especialidade, sem, entretanto, ficarem inválidos para o serviço da Armada, passarão a exercer as funções que a sua habilitação e condições físicas o permitirem.

§ 1.º — Esses especialistas serão transferidos para o Quadro Suplementar, e terão seu acesso regido pelo artigo 77.

§ 2.º — Os especialistas julgados incapazes, fisicamente, para qualquer subespecialidade exercerão unicamente as funções relativas à especialidade.

Artigo 2.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

DECRETO N.º 31.187 DE 25 DE JULHO DE 1952

Cria o Consulado de carreira em Palermo, na Itália.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 16 do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Artigo 1.º — Fica criado o Consulado de carreira do Brasil em Palermo, Itália.

Artigo 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 31.188 — DE 25 DE
JULHO DE 1952

Cria o Consulado de carreira em Veneza, na Itália.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 16 do Decreto-lei n.º 8.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Artigo 1.º — Fica criado o Consulado de carreira do Brasil em Veneza Itália.

Artigo 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 31.189 — DE 25 DE
JULHO DE 1952

Autoriza a Sociedade de Mineração Pitangui Limitada — Sompit, a pesquisar minério de manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizada a Sociedade de Mineração Pitangui Limitada — Sompit — a pesquisar minério de manganês e associados, em terrenos de propriedade de Rosa Linhares Maia e outros na fazenda Pé da Serra, distrito e município de

Saúde, Estado da Bahia, numa área de duzentos e cinqüenta hectares (250 ha.) delimitada por um retângulo que tem um vértice a dois mil quatrocentos e noventa metros (2490m.), no rumo quinze graus e quarenta e cinco minutos noroeste (15º45'NW) do pontilhão existente no quilômetro quinhentos e nove mais trezentos e quarenta metros (Km. 509+340m.) da Estrada de Ferro Leste Brasileiro, no trecho Saúde — Bonfim e os lados, a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos: dois mil e quinhentos metros (2500m.), vinte e oito graus e quarenta e cinco minutos nordeste (28º45'NE) e mil metros (1.000m.) sessenta e um graus e quinze minutos noroeste (61º15'NW).

Art. 2.º — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 2.500,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64 da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.190 — DE 25 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Sprada a pesquisar areia silicosa, no município de Lapa, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Eduardo Sprada a pesquisar areia silicosa em terrenos de sua propriedade na localidade cognominada Agua Amarela, distrito de Antônio Olinto, município de Lapa, Estado do Paraná, numa área de três hectares e vinte e cinco ares (3,25 ha), delimitada por um paralelogramo que

tem um vértice a cento e quarenta metros (140 m), no rumo magnético sessenta e um graus quarenta minutos nordeste (61° 40' NE), do marco quilométrico número cento e vinte e dois (km 122) da rodovia Lapa-Curitiba, e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e cinquenta metros (250 m), oitenta graus nordeste (80° NE), e, cento e trinta metros (130 m), um grau quarenta e oito minutos sudoeste (1° 48' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.191 — DE 25 DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a lavar caolim no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 1.985 de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas).

Decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a lavar caolim, em terrenos de sua propriedade e de outros, no imóvel denominado Tanque, no distrito de Perús, município de São Paulo, Estado de São Paulo, numa área de setenta e dois hectares e setenta ares (72,70 há), delimitada por um polígono irregular que têm um vértice a trezentos e cinquenta e seis metros (356m), no rumo verdadeiro quarenta e seis graus e dezessete minutos nordeste (46° 17' NE), da intersecção dos eixos na bifurcação das estradas São Paulo-Perús e São Paulo-Jundiá e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos

e rumos verdadeiros: quinhentos e quarenta metros (540m), dezesseis graus e cinquenta minutos nordeste (16° 50' NE); cento e setenta e cinco metros (175m), setenta e três graus e dez minutos nordeste (73° 10' NW); duzentos e cinquenta metros (250m), dezesseis graus e cinquenta minutos nordeste (16° 50' NE); novecentos e setenta metros (970m), oitenta e sete graus sudeste (87° SE); seiscentos e trinta metros e sessenta centímetros (630,60m), sete graus sudeste (7° SE); duzentos e sessenta e cinco metros (265m), setenta e três graus sudoeste (73° SW); quatrocentos e quatro metros e setenta centímetros (404,70m), oitenta e três graus noroeste (83° NW); duzentos e quatro metros (204m), sessenta graus sudoeste (60° SW); o último lado sendo o seguimento retilíneo que une a extremidade do oitavo (8.º) lado, descrito, ao vértice de partida. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33 e 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º — O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que fôrem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º — Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º — As propriedades vizinhas estão sujeitas à servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º — O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º — A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério de Agricultura,

após o pagamento da taxa de mil quatrocentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 1.460,00).

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

JOÃO CLEOFAS.

DECRETO N.º 31.192 — DE 25 DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Armando Forattini a pesquisar mica e associados no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Armando Forattini a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos na margem direita do rio Urupuca, no distrito de Agua Boa, município de Capelinha, Estado de Minas Gerais, numa área de cinquenta hectares (50 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a setecentos e oitenta metros (780 m) no rumo magnético de nove graus e quarenta e cinco minutos nordeste (9º 45' NE) da barra do córrego Rasto Grande, afluente pela margem direita do rio Urupuca, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e oitenta e oito metros (288 m); vinte graus nordeste (20º NE); setecentos e cinquenta e quatro metros e quarenta centímetros (754,40 m); setenta graus noroeste (70º NW); quatrocentos e trinta e dois metros (432 m); vinte graus nordeste (30º NE); novecentos e noventa e quatro metros e quarenta centímetros (994,40 m); setenta graus sudeste (70º SE); setecentos e vinte metros (720 m); vinte graus sudoeste (20º SW); duzentos e quarenta metros (240 m); setenta graus noroeste (70º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) e

será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.193 — DE 25 DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Levindo Gonçalves da Silva a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Levindo Gonçalves da Silva a pesquisar mica e associados em terrenos de sua propriedade situados na localidade Jacob, distrito e município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e nove hectares e cinquenta ares (29,50 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quatrocentos e noventa e sete metros (497 m) no rumo verdadeiro de sessenta e cinco graus noroeste (65º NW) da cachoeira do córrego do Ferreirão, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: cento e oitenta e um metros (181 m); dois graus sudoeste (2º SW); duzentos e noventa e cinco metros (295 m); quarenta graus sudoeste (40º SW); quinhentos metros (500 m); cinquenta graus sudeste (50º SE); duzentos e oito metros (208 m); quarenta graus sudoeste (40º SW); seiscentos e trinta e seis metros (636 m); cinquenta graus noroeste (50º NW); quinhentos e cinquenta e dois metros (552 m); cinco graus e dez minutos noroeste (5º 10' NW); cento e cinquenta e seis metros (156 m); cinquenta e um graus nordeste (51º NE); trezentos e noventa e dois metros (392 m); sessenta e cinco graus sudeste (65º SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1952,
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.194 — DE 25 DE
JULHO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 27.561, de 7 de
dezembro de 1949.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo improrrogável de um ano, nos termos da letra b, do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida ao cidadão brasileiro Demétrio de Oliveira Dantas pelo Decreto número vinte e sete mil quinhentos e sessenta e um (27.561), de sete (7) de dezembro de mil novecentos e quarenta e nove (1949), para pesquisar manganês e associados no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 1.400,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.195 — DE 25 DE
JULHO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 27.688, de 11
de janeiro de 1950.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo improrrogável de um ano nos termos da letra "b", do artigo primeiro, do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida ao cidadão brasileiro Demétrio de Oliveira Dantas pelo decreto vinte e sete mil seiscentos e oitenta e oito (27.688), de onze (11) de janeiro de mil novecentos e cinqüenta (1950), para pesquisar manganês e associados no município de Bonfim, Estado da Bahia.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1952,
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.196 — DE 26 DE
JULHO DE 1952

*Autoriza ao Regimento Sampaio o uso
da insígnia de Cavaleiro da Imperial
Ordem do Cruzeiro do Sul.*

O Presidente da República:

Considerando:

Que o Exército é uma das instituições nacionais permanentes destinadas a defender a Pátria, mantendo a sua soberania e integridade, e como tal independente da forma política adotada pelo Estado;

Que cumpra a Nação preservar a continuidade de sua história e tradições;

Que ao Exército, como um dos elementos estáveis da nacionalidade, compete cultivar e manter vivas suas tradições, como exemplo às gerações atuais e futuras;

Que o 1.º Batalhão de Infantaria, principal formador do atual Regimento Sampaio por decreto de 16 janeiro de 1867, foi distinguido e honrado com a insígnia de Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro do Sul, pelos seus brilhantes feitos na Guerra da Triplice Aliança, e que foi aposta à haste de sua Bandeira, no mesmo chão em que se ferira a Batalha de Tuiuti, pelo legendário Duque de Caxias, então Marquês;

Que o Regimento Sampaio honrou na Campanha da Itália as tradições daquela Unidade, conquistando, por seus feitos, a Cruz de Combate de 1.ª Classe.

Resolve:

Art. 1.º — É permitido ao Regimento Sampaio (1.º Regimento de Infantaria) o uso em seu estandarte da insígnia de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul, com que foi condecorado, por decreto de 16 de janeiro de 1867, o 1.º Batalhão de Infantaria, de que é continuador aquele Regimento.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso

DECRETO N.º 31.197 — DE 28 DE
JULHO DE 1952

Outorga concessão à Comissão de Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S. A. para instalar um transmissor na refinaria de Mataripe, no Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que solicitou a Comissão de Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S. A. e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da aludida Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Comissão de Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S. A., nos termos do artigo 4.º do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para instalar, a título precário, na refinaria de Mataripe, Estado da Bahia, um transmissor, com a potência de 400 watts, destinado a comunicações com as cidades de Salvador e Rio de Janeiro.

Parágrafo único. Dentro dos prazos constantes do artigo 16, parágrafo 1.º, letras g e h, do Decreto número 21.111, de 1.º de março de 1932, a Comissão de Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S. A. deve apresentar ao Ministério da Viação e Obras Públicas a documentação a que o mesmo se refere, sob pena de ficar caduca a presente permissão.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.198 — DE 28 DE
JULHO DE 1952

Outorga concessão à Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu na Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga e em vista do disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga, nos termos do artigo 4.º, parágrafo 2.º, do Decreto número 29.783, de 19 de julho de 1951, para estabelecer, a título precário, sem direito de exclusividade, na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, uma estação de radiotelevisão, destinada a executar os serviços de radiotelevisão, de acordo com as cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único — O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diário Oficial*, sob pena de ser desde logo considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.199 — DE 28 DE
JULHO DE 1952

Outorga concessão à Rádio Cultura "A Voz do Espaço" para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição, atendendo ao que requereu a Rádio Cultura "A Voz do Espaço" e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único: Fica outorgada concessão à Rádio Cultura "A Voz do Espaço", nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, para estabelecer a título precário, de conformidade com o disposto no artigo 4.º, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade, um transmissor de radiodifusão em ondas curtas, com a potência de 7,5 kw.

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão obedecerá as cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diário Oficial*, sob pena de ser considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.200 — DE 28 DE
JULHO DE 1952

*Autoriza a Cia. Sul Mineira da Electricidade a construir duas linhas de transmissão, entre os municípios de Oswaldo Costa e Cachoeira de Minas, e entre a Usina Santa Terezi-
nha e o município de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que pela Resolução n.º 774 a medida foi julgada conveni-

ente pelo Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Cia. Sul Mineira de Electricidade a construir as seguintes linhas de transmissão:

a) Entre a usina Oswaldo Costa (ex Poço Mundo) e a cidade de Cachoeira de Minas, passando por Pouso Alegre, com a extensão de 102km, e sob a tensão de 45 kv.

b) Entre a usina de Santa Terezi-
nha e a cidade de Ouro Fino, com a extensão aproximada de 18k e sob a tensão de 15Kw.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Aguas do Departamento Nacional da Produção Mineral dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias a contar da data da publicação deste decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1952; 131.º da República e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.201 — DE 28 DE
JULHO DE 1952

Altera o valor das multas estabelecidas no Regulamento para as Capitânicas de Portos, aprovado e mandado executar pelo Decreto n.º 5.798, de 11 de junho de 1940.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º As multas estipuladas no Regulamento para as Capitânicas de

Portos, aprovado e mandado executar pelo Decreto n.º 5.798, de 11 de junho de 1940, passam a vigorar com os seguintes valores, correspondentes às infrações de que tratam os artigos abaixo especificados:

- Art. 79 — De Cr\$ 50,00 a Cr\$ 500,00.
 Art. 102, § 2.º — Cr\$ 1.000,00.
 Art. 106 — De Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00.
 Art. 107 — Cr\$ 500,00.
 Art. 110, parágrafo único — De Cr\$ 200,00 a Cr\$ 2.000,00.
 Art. 111 — De Cr\$ 200,00 a Cr\$ 1.000,00.
 Art. 112 — De Cr\$ 300,00 a Cr\$ 500,00.
 Art. 113 — Cr\$ 200,00.
 Art. 114 — Cr\$ 500,00.
 Art. 115 — De Cr\$ 100,00 a Cr\$ 500,00.
 Art. 116 — Cr\$ 500,00.
 Art. 117 — Cr\$ 100,00; Cr\$ 500,00.
 Art. 118 — Cr\$ 100,00.
 Art. 119 — De Cr\$ 300,00 a Cr\$ 500,00.
 Art. 120 — Cr\$ 500,00.
 Art. 121 — Cr\$ 500,00.
 Art. 122, § 3.º — Cr\$ 100,00.
 Art. 124 — Cr\$ 500,00.
 Art. 126 — De Cr\$ 300,00 a Cr\$ 500,00.
 Art. 127 — De Cr\$ 200,00 a Cr\$ 1.000,00.
 Art. 128 — Cr\$ 500,00.
 Art. 129 — De Cr\$ 500,00 a Cr\$ 5.000,00.
 Art. 130 — Cr\$ 500,00.
 Art. 131 — Cr\$ 500,00.
 Art. 132 — Cr\$ 1.000,00.
 Parágrafo único — Cr\$ 200,00.
 Art. 134 — Cr\$ 200,00.
 Art. 135 — Cr\$ 300,00.
 Art. 136 — Cr\$ 1.000,00.
 Art. 138, § 4.º — Cr\$ 500,00.
 Art. 141 — De Cr\$ 100,00 a Cr\$ 200,00.
 Art. 142 — De Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 5.000,00.
 Art. 145, parágrafo único — De Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 5.000,00.
 Art. 146 — De Cr\$ 3.000,00 a Cr\$ 5.000,00.
 Art. 147, parágrafo único — De Cr\$ 100,00 a Cr\$ 200,00.
 Art. 148, parágrafo único — Cr\$ 200,00.
 Art. 157, parágrafo único — Cr\$ 500,00.
 Art. 159 — De Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 5.000,00.
 Art. 162, § 4.º — Cr\$ 1.000,00.
 Art. 164 — Cr\$ 1.000,00.
 Art. 165 — Cr\$ 1.000,00.

- Art. 166 — Cr\$ 1.000,00.
 Art. 168 — Cr\$ 200,00.
 Art. 169, § 2.º — De Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00.
 Art. 170 — Cr\$ 500,00; Cr\$ 2.000,00.
 Art. 212 — Cr\$ 2.000,00; Cr\$ 5.000,00.
 Art. 216, § 2.º — De Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00.
 Art. 218, § 2.º — De Cr\$ 200,00 a Cr\$ 1.000,00.
 Art. 227, § 4.º — Cr\$ 100,00; Cr\$ 500,00.
 Art. 228 — De Cr\$ 200,00 a Cr\$ 500,00; de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 2.000,00.
 Art. 235 — De Cr\$ 50,00 a Cr\$ 200,00; de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 500,00.
 Art. 261 — De Cr\$ 100,00 a Cr\$ 500,00.
 Art. 262, § 2.º — De Cr\$ 200,00 a Cr\$ 3.000,00.
 Art. 263, parágrafo único — De Cr\$ 500,00 a Cr\$ 2.000,00.
 Art. 284, parágrafo único — De Cr\$ 500,00 a Cr\$ 3.000,00.
 Art. 285 — De Cr\$ 500,00 a Cr\$ 3.000,00.
 Art. 293, § 1.º — De Cr\$ 300,00 a Cr\$ 2.000,00.
 Art. 297, parágrafo único — Cr\$ 200,00.
 Art. 300 — De Cr\$ 200,00 a Cr\$ 500,00; de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 200,00.
 Art. 302, parágrafo único — Cr\$ 100,00; Cr\$ 200,00.
 Art. 304 — Cr\$ 100,00; Cr\$ 300,00.
 Art. 312 — Cr\$ 2.000,00.
 Art. 333 — Cr\$ 20,00.
 Art. 337 — Cr\$ 50,00.
 Art. 342, § 1.º — Cr\$ 100,00; § 2.º — Cr\$ 100,00.
 Art. 344 — Cr\$ 100,00.
 Art. 411 — De Cr\$ 100,00 a Cr\$ 1.000,00.
 Art. 439 — Cr\$ 500,00.
 Art. 440 — Cr\$ 500,00.
 Art. 452, § 1.º — Cr\$ 200,00.
 Art. 464 — Cr\$ 1.000,00; § 2.º — Cr\$ 200,00.
 Art. 467 — De Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00.
 Art. 468, parágrafo único — Cr\$ 500,00.
 Art. 471, alínea c — Cr\$ 200,00.
 Art. 472, § 6.º — Cr\$ 200,00.
 Art. 485 — Cr\$ 1.000,00.
 Art. 641 — Cr\$ 500,00.
 Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1952;
 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobert.

DECRETO N.º 31.202 — DE 29 DE
JULHO DE 1952

Aprova e manda executar o Regulamento para o Concurso de Seleção de Candidatos ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e, tendo em vista o disposto no parágrafo 2.º do artigo 4.º da Lei n.º 1.531-A, de 29 de dezembro de 1951.

Resolve aprovar e mandar executar o Regulamento que a este acompanha, para o Concurso de Seleção de Candidatos ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

REGULAMENTO PARA O CONCURSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO CORPO DE ENGENHEIROS E TÉCNICOS NAVAIS, A QUE SE REFERE O DECRETO N.º 31.202, DE 29 DE JULHO DE 1952.

Da inscrição

Art. 1.º O Ministro da Marinha, por proposta da Diretoria do Pessoal da Armada, ouvidas as Diretorias interessadas, determinará anualmente a abertura de inscrição ao Concurso para Seleção de Candidatos ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, para as diferentes especialidades.

Art. 2.º São condições normais de inscrição ao Concurso para Seleção de Candidatos ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais para as diferentes especialidades:

- a) Ser Oficial da ativa e pertencer ao Corpo de Oficiais da Armada;
- b) Ser Capitão-Tenente ou Primeiro-Tenente com um (1) ano de embarque, pelo menos, neste último posto;
- c) Ter sido julgado apto em inspeção de saúde, para qualquer comissão.

§ 1.º O Ministro da Marinha poderá, no interesse do serviço, permitir a inscrição de candidatos civis ou militares, detentores de diploma de Engenheiro ou Técnico das especialidades vagas, emitido por escola su-

perior, especial ou técnica, nacional ou estrangeira, reconhecida pelo Governo Federal.

Neste caso, os civis deverão ser brasileiros natos, ter no máximo 28 anos de idade e atender às demais exigências da legislação em vigor para o ingresso no oficialato.

§ 2.º No caso de concorrerem simultaneamente candidatos civis e militares, estes últimos terão, em igualdade de condições, preferência sobre os primeiros.

Art. 3.º Quando o número de candidatos inscritos, dentro do prazo estabelecido, for inferior ao número de vagas, a Diretoria do Pessoal prorrogará o prazo por mais quinze (15) dias. Se, decorrida essa prorrogação não se apresentarem novos candidatos, o Concurso será realizado para os candidatos inscritos.

Art. 4.º A inscrição se fará por meio de requerimento do candidato ao Diretor Geral do Pessoal. Nesse requerimento será declarada a especialidade escolhida e indicadas outras especialidades por ordem de preferência, caso não obtenha classificação na especialidade escolhida.

DO CONCURSO

Art. 5.º O concurso se realizará anualmente perante banca examinadora designada pelo Ministro da Marinha por proposta da Diretoria do Ensino Naval, ouvidas as Diretorias interessadas.

Art. 6.º A banca examinadora será composta de um Presidente e demais membros, dos quais três (3) serão Oficiais pertencentes ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais. Os outros membros serão escolhidos de preferência entre os Professores da Escola Naval, da Escola Nacional de Engenharia e da Escola Técnica do Exército.

Parágrafo único. O Presidente da banca examinadora designará um Secretário, que não tomará parte no julgamento.

Art. 7.º A Diretoria do Ensino Naval organizará instruções detalhadas e o programa das matérias do Concurso. Essas instruções serão dadas ao conhecimento do candidato com a necessária antecedência.

Parágrafo único. A banca examinadora organizará os pontos para as provas escritas e orais, e deles dará conhecimento aos candidatos quinze (15) dias antes do Concurso.

Art. 8.º O Concurso constará de provas escritas parceladas, para cada matéria do programa, e de uma prova oral para todas as matérias. Os pontos para as provas oral e escritas serão os mesmos para todos os candidatos.

Parágrafo único. Sempre que for previsto que o Curso para determinanda especialidade será feito em país estrangeiro, haverá preliminarmente um exame de suficiência da língua falada nesse país perante um ou mais examinadores ou membros da banca examinadora. Quanto a esse exame só será consignada a aprovação ou reprovação, tendo o mesmo caráter eliminatório.

Art. 9.º Os membros da banca examinadora, inclusive o Presidente, atribuirão a cada prova escrita e à prova oral um grau que variará de zero (0) a cem (100).

Art. 10. Será habilitado o candidato que obtiver, pelo menos, quarenta (40) em cada prova escrita e na oral, e pelo menos grau sessenta (60) na média geral.

Art. 11. O Presidente da banca examinadora enviará o resultado dos exames com a ordem de classificação dos candidatos em cada especialidade à Diretoria do Ensino Naval imediatamente após o término das provas.

Parágrafo único. Não será permitida a classificação em chave de dois ou mais candidatos.

Art. 12. Caso o número de candidatos aprovados for maior que o de vagas, os candidatos não classificados poderão ser aproveitados nas vagas de suas especialidades que ocorrerem antes da abertura das inscrições seguintes.

DO ESTÁGIO

Art. 13. Os candidatos habilitados no Concurso e classificados nas vagas existentes farão um estágio de seis (6) meses em estabelecimentos industriais da Marinha.

Parágrafo único. A critério do Ministro da Marinha, este estágio poderá ser dispensado, quando os candidatos já houverem servido com aproveitamento em algum daqueles estabelecimentos, por tempo correspondente ao estabelecido para ele.

Art. 14. O programa e instruções detalhadas do estágio serão organizados pela Diretoria do Ensino Naval, ouvidas as Diretorias interessadas.

Durante o estágio os candidatos ficarão destacados na Divisão Técnica do estabelecimento industrial e sua instrução será orientada pelo respectivo Diretor Industrial.

Art. 15. O aproveitamento dos candidatos em estágio será julgado pelos relatórios que apresentarem mensalmente sobre assuntos que lhes forem determinados.

Parágrafo único. Será inabilitado o candidato que, a juízo da Administração Naval, não demonstrar aproveitamento satisfatório no estágio ou não apresentar qualidades de direção ou natural pendor para a profissão de Engenheiro ou Técnico Naval.

Art. 16. O Diretor Geral do Ensino Naval enviará ao Diretor Geral do Pessoal, ao fim do estágio, o seu resultado. A Diretoria do Pessoal enviará ao Ministro da Marinha a relação dos candidatos que preencherem todos os requisitos.

Art. 17. Os candidatos que houverem terminado satisfatoriamente o estágio, serão mandados matricular, pelo Ministro da Marinha, em estabelecimentos de ensino, nacionais ou estrangeiros, conforme as especialidades, para fazerem os cursos que a Administração Naval indicar e que forem necessários para completar-se seu preparo técnico, de acordo com as necessidades do serviço naval e as funções que lhes serão atribuídas.

Parágrafo único. Durante o Curso nos estabelecimentos de ensino, os candidatos enviarão à Diretoria do Ensino Naval uma ou mais cópias das teses finais ou trabalhos técnicos escolares de real valor que hajam feito.

DO INGRESSO NO CORPO DE ENGENHEIROS E TÉCNICOS NAVAIS

Art. 18. Terminados os cursos de todos os candidatos classificados em um mesmo concurso e de posse dos Diplomas de Engenheiro ou Técnico das especialidades cursadas, terão eles ingresso no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, sendo colocados após o Oficial mais moderno daquele Corpo.

Parágrafo único. Para a colocação desses candidatos no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais, será considerada a antiguidade relativa dos militares e os civis serão considerados como mais modernos que todos os militares, sendo que entre eles, a classificação obedecerá à das notas obtidas no Concurso.

Dos casos omissos

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro da Marinha, respeitadas as disposições das leis em vigor.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1952.
— Renato de Almeida Guillobel —
Vice-Almirante, Ministro da Marinha.

DECRETO N.º 31.203 — DE 29 DE
JULHO DE 1952

Suprime cargos extintos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos quatro (4) cargos da classe G da carreira de Operário de Aviação do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, vagos em virtude da exoneração de Djalma Avilez, Ondino Fernandes de Almeida, Joaquim Ribeiro de Castro e Nilton Martins Bonel, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do Quadro Permanente do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS
Nero Moura

DECRETO N.º 31.204 — DE 29 DE
JULHO DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe F da carreira de Artífice do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, vago em virtude da promoção de Mario Cirino dos Santos devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do Quadro Permanente do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS
Nero Moura

DECRETO N.º 31.205 — DE 29 DE
JULHO DE 1952

Suprime cargo provisório.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo provisório da classe H da carreira de Enfermeiro do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, vago em virtude do preenchimento de um cargo da classe I da referida carreira, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do mesmo Quadro daquele Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS
Nero Moura

DECRETO N.º 31.206 — DE 29 DE
JULHO DE 1952

Suprime cargo provisório.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo provisório da classe H da carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, vago em virtude da transferência de Elida Gianordoli Pinheiro, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta-corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS
Nero Moura

DECRETO N.º 31.207 — DE 29 DE
JULHO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, concessão para aproveitamento de energia hidráulica do ribeirão Paraíso e seu afluente córrego do Pavão, naquele município.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.208 — DE 29
DE JULHO DE 1952

Autoriza o Contonificio da Torre S. A. a instalar uma usina termoeletrica em sua fábrica de tecidos, situada à rua José Bonifácio n.º 944, Torre, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 3.763, de 26 de Outubro de 1941, combinado com o artigo 10 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, decreta:

Art. 1.º. Fica autorizado o Contonificio da Torre S. A., com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, a instalar uma usina termoeletrica em sua fábrica de tecidos situada à rua José Bonifácio n.º 944, Torre, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, constando de 4 conjuntos Diesel elétricos de 1.140 HP/940 KVA, cada um.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida destina-se ao consumo exclusivo do interessado.

Art. 2.º. Caducará o presente título independente de qualquer ato declaratório, se o concessionário não cumprir as seguintes condições:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, após a sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão de Águas os projetos, memoriais e orçamentos respectivos, dentro de cento e oitenta (180) dias, a contar da data da publicação deste Decreto.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.209 — DE 29 DE
JULHO DE 1952

Concede reconhecimento aos cursos de farmácia e odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1932, decreta:

Artigo único. É concedido reconhecimento aos cursos de farmácia e odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal, mantida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte e com sede na capital desse Estado.

Rio de Janeiro 29 de julho de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.210 — DE 29 DE
JULHO DE 1952

Reajusta órgãos do Ministério da Guerra e dá outras providências.

O Presidente da República, usando a atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e de acordo com o artigo 3.º da Lei número 1.632, de 30 de junho de 1952, combinado com o disposto no artigo 20 do Decreto-lei n.º 9.100, de 27 de março de 1946, decreta:

Art. 1.º No Alto Comando do Exército um oficial general será designado Inspeção Geral, em comissão.

Art. 2.º A Diretoria de Ensino do Exército passa a denominar-se Dire-

toria Geral de Ensino, constituída das Diretorias de Instrução e de Armas.

Art. 3.º A Divisão do Pessoal Civil da Secretaria Geral do Ministério da Guerra fica subordinada ao Departamento Geral de Administração, como órgão integrante da Diretoria do Pessoal.

Art. 4.º A atual Diretoria de Recrutamento passa a denominar-se Diretoria Geral do Serviço Militar, desdobrada em duas Diretorias, a de Recrutamento e a de Reserva.

Art. 5.º A atual Diretoria de Material Bélico passa a denominar-se Diretoria de Armamento.

Art. 6.º A Diretoria de Armamento e a atual Diretoria de Motomecanização passam a integrar a Diretoria Geral de Material Bélico.

Art. 7.º A Subdiretoria de Remonta e a Subdiretoria de Veterinária passam a denominar-se respectivamente Diretoria de Provisão Animal e Diretoria de Veterinária.

Art. 8.º A atual Diretoria de Remonta e Veterinária passa a denominar-se Diretoria Geral de Remonta englobando as duas Diretorias a que se refere o artigo anterior.

Art. 9.º A atual Diretoria do Pessoal passa a denominar-se Diretoria Geral do Pessoal, desdobrada em duas Diretorias, a do Pessoal das Armas e a do Pessoal dos Serviços.

Art. 10. A Diretoria e Saúde do Exército passa a denominar-se Diretoria Geral de Saúde.

Parágrafo único — A Subdiretoria Administrativa e a Subdiretoria Técnica passam a denominar-se Diretoria Administrativa e Diretoria Técnica.

Art. 11. A Diretoria de Produção, Suprimentos e Transportes é desdobrada em duas Diretorias, a de Suprimento e a de Transporte.

Art. 12. A atual Diretoria de Engenharia passa a denominar-se Diretoria Geral de Engenharia.

Art. 13. Um oficial general será designado Inspetor de Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea e subordinado diretamente ao Estado Maior do Exército.

Art. 14. O General de Divisão Técnico recentemente criado exercerá a Subchefia do Departamento Técnico e de Produção.

Art. 15. A função de Sub-Comandante de Divisão de Infantaria só existirá quando a Divisão fôr empregada em operações de guerra. Em

tempo de paz, sm substituição, haverá a função de Comandante da Infantaria Divisionária.

Art. 16. Os reajustamentos constantes do presente Decreto serão realizados sem aumento de despesa.

Art. 17. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

DECRETO N.º 31.211 — DE 29 DE JULHO DE 1952

Designa as funções privativas de Oficiais Generais do Exército em tempo de paz.

O Presidente da República, usando a atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição e de acordo com o art. 3.º da Lei n.º 1.632, de 30 de junho de 1952, decreta:

Art. 1.º São funções privativas de Oficiais-Generais, efetivos ou graduados:

I — GENERAIS DAS ARMAS

A — Marechal ou General de Exército.

1 — Inspetor Geral;

2 — Chefe do Estado-Maior do Exército.

B — Generais de Exército:

1 — Chefe do Departamento Geral de Administração.

2 — Chefe do Departamento Técnico e de Produção.

3 — Comandante da Zona Militar Sul.

4 — Comandante da Zona Militar Centro.

5 — Comandante da Zona Militar Leste.

6 — Comandante da Zona Militar Norte.

C — Generais de Divisão:

1 — Comandante da 1.ª Região Militar.

2 — Comandante da 2.ª Região Militar.

3 — Comandante da 3.ª Região Militar.

4 — Comandante da 4.ª Região Militar.

5 — Comandante da 5.ª Região Militar.

6 — Comandante da 7.ª Região Militar.

- 7 — Comandante da 9.^a Região Militar.
- 8 — Comandante da 1.^a Divisão de Infantaria.
- 9 — Comandante da 2.^a Divisão de Infantaria.
- 10 — Comandante da 3.^a Divisão de Infantaria.
- 11 — Comandante da 4.^a Divisão de Infantaria.
- 12 — Comandante da 5.^a Divisão de Infantaria.
- 13 — Comandante da 6.^a Divisão de Infantaria.
- 14 — Comandante da 7.^a Divisão de Infantaria.
- 15 — Diretor Geral do Serviço Militar.
- 16 — Diretor Geral do Material Bélico.
- 17 — Diretor Geral de Ensino.
- 18 — Diretor Geral do Pessoal.
- 19 — Diretor Geral de Engenharia.
- 20 — Subchefe Executivo do Estado-Maior do Exército.
- 21 — Comandante do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo.
- 22 — Inspetor de Artilharia de Costa e Artilharia Antiáerea.
- 23 — Diretor Geral de Remonta.

II — GERAIS DOS SERVIÇOS

- A — Serviço de Saúde:
 - General de Divisão
 - Diretor Geral de Saúde.
- B — Serviço de Intendência:
 - General de Divisão
 - Diretor Geral de Intendência do Exército.

III — GERAIS TÉCNICOS

- General de Divisão:
 - Subchefe do Departamento Técnico e de Produção;
 - § 1.^o No Quadro de Generais das Armas, são funções privativas:
 - de Marechal ou General de Exército efetivo, as de Chefe do Estado-Maior do Exército e Inspetor Geral;
 - de General de Exército efetivo, as de Chefe do Departamento Geral de Administração e do Departamento Técnico e de Produção;
 - de General de Divisão efetivo, as de Comandante das 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a, 7.^a e 9.^a Regiões Militares e a de Diretor Geral de Ensino.
 - § 2.^o São privativas do posto de General de Divisão efetivo, todas as funções atribuídas a General de Divisão Técnico ou dos Serviços.
 - § 3.^o Todas as demais funções enumeradas no presente Decreto, e não especificadas nos §§ 1.^o e 2.^o, poderão

ser exercidas por Oficiais Gerais Graduados.

Art. 2.^o As alterações relativas às funções correspondentes ao posto de General de Brigada do Quadro de Oficiais Gerais serão reguladas oportunamente.

Art. 3.^o Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1952; 131.^o da Independência e 64.^o da República.

GETÚLIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

DECRETO N.º 31.212 — DE 30 DE JULHO DE 1952

Declara sem efeito o Decreto número 29.823, de 27 de julho de 1951.

O Presidente da República, usando do da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), e tendo em vista ao que requereu a interessada no processo DNPM-3.595-52 do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura,

Decreta:

Artigo único — Fica declarado sem efeito o decreto número vinte e nove mil oitocentos e vinte e três (29.823), de vinte e sete (27) de julho de mil novecentos e cinquenta e um (1951), que autorizou a Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados, na localidade Capoeira Grande, distrito de Barroso, município de Dões do Campo, Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1952, 131.^o da Independência e 64.^o da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.213 — DE 30 DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues Coelho a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29

de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues Coelho a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos ao Estado de Minas Gerais situados na localidade de Pedernairas, distrito de Poáia, município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais numa área de cento e vinte hectares (120ha.) delimitada por um retângulo que tem um vértice a oitocentos e setenta metros no rumo magnético de quinze graus nordeste (15º NE), da confluência dos córregos Pedernairas e João Honório, e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: dois mil metros (2.000m) vinte graus sudoeste (20º SW), seiscentos metros (600m) setenta graus sudoeste (70º SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 1.200,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO Nº 31.214 — DE 30 DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Matos Júnior, a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO Nº 31.215 — DE 30 DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Cristóvão Moreira da Silva a lavar argila no município de Barra Mansa Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição e nos

têrmos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Cristóvão Moreira da Silva a lavar argila, no imóvel de propriedade de Francisco Crisostomo Torres Sobrinho, situado na Fazenda Volta Grande, distrito de Volta Redonda, município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, numa área de dois hectares, noventa e sete ares e trinta centiares (2,9730 ha) delimitada por um quadrilátero que tem um vértice e oitocentos e sessenta e cinco metros (865m, no rumo verdadeiro cinquenta e seis graus e vinte e um minutos noroeste (56º 21' NW) do quilômetro cento e quarenta (km 140) da Estrada de Ferro Central do Brasil e cnjos lados, a partir desse vértice, têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: cento e vinte metros (120m) cinquenta e seis graus e vinte e um minuto a noroeste (56º 21' NW); trezentos metros (300m) oitenta e cinco graus e trinta e nove minutos sudoeste (85º 39'SW); cem metros (100m), quatorze graus e vinte e um minutos sudoeste (14º 21' SE); o quarto (4.º) lado sendo a reta que liga este último vértice ao primeiro considerado. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 2º do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outros constantes do mesmo Código, não expressamente mencionados neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário do auto-
rização será fiscalizado pelo Departa-

mento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 72 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título esse Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério de Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.216 — DE 30 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Rebelo Silva a lavrar cassiterita e associados no município de S. João del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Carlos Rebelo Silva a lavrar cassiterita e associados, no lugar denominado Mata Virgem, distrito de Cassiterita, município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais, numa área de quinhentos hectares (500 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a mil metros (1.000m), no rumo magnético leste (E) da ponte da rodovia Cassiterita-Rio do Peixe, sobre o ribeirão Congo Fino e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: dois mil metros (2.000m), oeste (W); dois mil e quinhentos metros (2.500m), norte (N). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário de autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 72 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título esse Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério de Agricultura, após o pagamento da taxa de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.217 — DE 30 DE
JULHO DE 1952

Concede à Social S. A. — Mineração Intercâmbio Comercial e Industrial autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o art. 6.º, do § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único — É concedida à Sociedade S. A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial, so-

cidade anônima constituída por escritura pública de 10-6-46, lavrada às fls. 39v.º, do livro de notas número 513, do cartório do 4.º Ofício de Notas da cidade de São Paulo, alterada pelas assembléias gerais extraordinárias de 20-6-47 e 8-11-51, arquivadas sob ns. 33.619 e 57.631, em sessões de 20-6-47 e 22-2-52, da Junta Comercial do Estado de São Paulo, com sede na capital dêsse Estado, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.218 — DE 30 DE
JULHO DE 1952

Concede à Sociedade Comercial e Produtora Agromineira Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único — É concedida à Sociedade Comercial e Produtora Agromineira Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada constituída por instrumento particular de 4 de julho corrente, com sede nesta Capital, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.219 — DE 30 DE
JULHO DE 1952

Renova o Decreto n.º 27.689, de 11 de janeiro de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo improrrogável de um ano nos termos da letra b, do artigo primeiro do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida ao cidadão brasileiro Demétrio de Oliveira Dantas pelo decreto número vinte e sete mil seiscientos e oitenta e nove (27.689), de onze (11), de janeiro de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar manganês e associados no município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica dêsse Decreto, pagará a taxa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.220 — DE 30 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Luis Guedes de Amorim a pesquisar quartzo e associados, no município de Barra do Garça, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Luis Guedes de Amorim a pesquisar quartzo e associados em terrenos de propriedade de Idalino da

Luz, situados no distrito de Cocalinho, município de Barra do Garça, Estado de Mato Grosso, numa área de cinco hectares e quarenta ares (5,40 ha), delimitada por um quadrilátero que tem um vértice a setecentos e quarenta metros (740 m.), no rumo magnético de quarenta e oito graus noroeste (48° NW), do ponto em que a antiga estrada para o Pósto do Serviço de Proteção aos Índios cruza com o córrego Buriti, distância essa cortada em linha reta pela tangente da referida rodovia: os lados, a partir desse vértice considerado, tem os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e vinte e quatro metros e cinquenta centímetros (224,50m.), vinte e três graus noroeste (23° NW); cento e oitenta metros (180 m.), sessenta e sete graus sudoeste (67° SW); trezentos metros (300 m.), vinte e três graus sudeste (23° SE); cento e oitenta metros (180 m.), sessenta e sete graus nordeste (67° NE); setenta e cinco metros e cinquenta centímetros (75,50 m.), vinte e três graus noroeste (23° NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio, da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.221 — DE 30 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Richard Paul Júnior a pesquisar minérios de ferro, no município de Timbó, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Richard Paul Júnior a pesquisar minérios de ferro em terrenos

de Hermann Demuth e esposa, de Ricardo Henkels e esposa, de Rudolf Lach e esposa, e de Frederico Knop e esposa, situados no lugar denominado Morro Azul, no Traversão de Pomeranos, distrito e município de Timbó, Estado de Santa Catarina, numa área de oitenta hectares oitenta ares e noventa e quatro centiares (80,8094 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a três mil e vinte e três metros (3.023 m.), no rumo verdadeiro de oitenta e três graus sudeste (83° SE) do cruzamento da Estrada de Pomeranos, de Timbó para Pomerade, com o ribeirão Azul, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: quinhentos e cinquenta e um metros e sessenta centímetros (551,60 m.), oitenta e um graus nordeste (81° NE); mil e quatrocentos e sessenta e cinco metros (1.465,00 m.), oito graus cinquenta minutos sudeste (8° 50' SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de oitocentos e dez cruzeiros (Cr\$ 810,00) e será transcrito no livro própria da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.222 — DE 30 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Fraim Procópio dos Santos, a pesquisar calcário e associados, no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Fraim Procópio dos Santos a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Serra dos Varões e Chapadão, no distrito e município de Arcos, Estado de Minas Gerais, numa área de noventa e cinco hectares

(95 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no aterro do açude dos Varões e os lados a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e noventa e cinco metros (295 m.), trinta e quatro graus trinta minutos sudoeste (34° 30' SW); novecentos e cinquenta e cinco metros (955 m.), quatro graus, vinte e cinco minutos sudeste (4° 25' SE); quinhentos e noventa metros (590 m.), vinte e nove graus trinta minutos sudeste (29° 30' SE); trezentos e noventa e cinco metros (395 m.), sessenta e dois graus trinta minutos sudeste (62° 30' SE); cento e trinta metros (130 m.), oitenta e oito graus trinta minutos sudeste (88° 30' SE); oitocentos e noventa e cinco metros (895 m.), quatro graus noroeste (4° NW); quatrocentos e cinquenta metros (450m.), doze graus, quarenta e cinco minutos noroeste (12° 45' NW); trezentos e trinta e cinco metros (335 m.), trinta e quatro graus trinta minutos noroeste (34° 39' NW); trezentos e vinte metros (320 m.), trinta e nove graus noroeste (39° NW); sessenta e quatro metros (64 m.), setenta e nove graus quarenta e cinco minutos noroeste (79° 45' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de novecentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 950,00), e será transcrito no livro própria da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.223 — DE 30 DE JULHO DE 1952

Autoriza a empresa de mineração Gastão Muller & Cia. S. A. a pesquisar minério de ferro e associados no município de Colombo, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a empresa de mineração Gastão Muller & Cia. S. A., a pesquisar minério de ferro e associados em terrenos de propriedade de José Poli e Elpidio Prestes Guimarães, situados no distrito e município de Colombo, Estado do Paraná, compreendendo duas áreas distintas totalizando quarenta e dois hectares e mil duzentos e sessenta centiares (42,1260 ha), a saber: — a primeira área, situada no local denominado Bocaitavas, com a superfície de trinta hectares (30 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice na confluência da primeira (1.ª) e segunda (2.ª) Cabeceira do ribeirão Bocaitavas, que forma com o rio Branco do Sul, rio Capivari ou Bocaitavas, e os lados divergentes desse vértice com os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos metros (300 m.), vinte e seis graus e dez minutos nordeste (26° 10' NE); mil metros (1.000 m.), sessenta e três graus e cinquenta minutos sudeste (63° 50' SE). A segunda área, situada no local denominado Ribeirão das Onças com a superfície de doze hectares e mil duzentos e sessenta centiares (12,1260 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a sessenta metros (60 m.) no rumo magnético oitenta e três graus sudoeste (83° SW), do pontilhão da rodovia Curitiba-Colombo, sobre o ribeirão da Onça, e os lados, a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos magnéticos, sucessivamente: cento e cinquenta metros (150 m.), sessenta graus e dez minutos sudoeste (60° 10' SW); trezentos e noventa metros (390 m.), trinta minutos sudoeste (0° 30' SW); quatrocentos e quinze metros (415 m.), oitenta e nove graus e trinta minutos sudeste (89° 30' SE); quinhentos e quarenta e cinco metros (545 m.), trinta graus e trinta minutos noroeste (30° 30' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos e trinta cruzeiros (Cr\$ 430,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.224 -- DE 30 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro João Machado Lobo a pesquisar minério de ouro e associados, no município de Jacobina, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro João Machado Lobo, administrador do imóvel pró-indiviso Fazenda Canavieiras ou Mundo Novo, a pesquisar minério de ouro, e associados em terreno do referido imóvel situado no distrito e município de Jacobina, Estado da Bahia, numa área de noventa e três hectares, vinte e seis ares e vinte e quatro centiares (93,2624 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cem metros (100 m.), no rumo de sessenta graus noroeste (60° NW), da barra do riacho Canoão, afluente pela margem direita do rio Canavieiras, e os lados, a partir do vértice considerado, têm quatrocentos metros (400 m.), norte (N); mil e duzentos metros (1.200 m.), vinte e dois graus nordeste (22° NE); trezentos e setenta e cinco metros (375 m.) dezesete graus nordeste (17° NE); mil seiscentos e quarenta metros (1.640 m.), sul (S); o quinto e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do quarto (4.º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de novecentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 940,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.225 -- DE 30 DE
JULHO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Ulisses da Trindade e Milton da Trindade a pesquisar calcário, no município de Candéias, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Ulisses da Trindade e Milton da Trindade a pesquisar calcário em terrenos de sua propriedade, situados na localidade de Caiara, distrito e município de Candéias, Estado de Minas Gerais, numa área de cinco hectares e quarenta e um ares e cinquenta centiares (5,4150 ha.), delimitada por um triângulo escaleno que tem um vértice a dezessete metros -- (17,00 m.) -- no rumo magnético setenta e um graus sudeste (71° SE), do forno destinado à calcinação de calcário, que se acha localizado entre as estradas do Pimenta e da Ponte Grande, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos e vinte metros (420 m.), cinquenta e três graus noroeste (53° NW); duzentos e sessenta metros (260 m.), trinta e dois graus sudoeste (32° SW); quatrocentos e setenta e cinco metros (475 m.), oitenta e seis graus sudeste (86° SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio, da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.226 — DE 30 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Abílio Conrado a pesquisar caulim e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Abílio Conrado a pesquisar caulim e associados em terrenos de sua propriedade, da Light and Power Co. Ltd. e outros, situados em Tatuapé, distrito e município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, numa área de oito hectares, cinquenta e quatro ares e treze centiares (8,5413 ha.), delimitada por um trapézio equilátero que tem um vértice a oitocentos e cinquenta metros (850 m.) no rumo magnético quarenta graus sudeste (40º SE) da interseção da represa de São Paulo Light and Power Co. Ltd., com a estrada carroçável que ligava os bairros de Tatetós e Rio Grande, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos e quarenta e dois metros (342 m.), sessenta graus sudeste (60º SE); duzentos e dezessete metros (217 m.), 0º sul (0º S); quinhentos e sessenta e nove metros (569 m.), sessenta graus noroeste (60º NW); e duzentos e dezessete metros (217 m.), sessenta graus nordeste — (60º NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio, da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.227 — DE 30 DE
JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José de Campos Melo a pesquisar areia quartzosa e associados, no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José de Campos Melo a pesquisar areia quartzosa e associados em terrenos de sua propriedade situados na localidade denominada Ponte do Tibagi, distrito e município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, numa área de quinze hectares e noventa e dois ares (15,92 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a vinte metros (20 m.), no rumo magnético quarenta e um graus e trinta minutos sudoeste (41º 30' SW) do meio da entrada da ponte da rodovia de Ponta Grossa para Curitiba, sobre o rio Tibagi, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e sessenta metros (260 m.), Leste (E); quinhentos e vinte e quatro metros (524 m.), cinquenta e três graus e trinta minutos nordeste (53º 30' NE); cento e trinta e sete metros (137 m.), treze graus e trinta minutos sudeste (13º 30' SE); trezentos e quarenta e quatro metros (344 m.), cinquenta e três graus sudoeste (53º SW); trezentos e quarenta metros (340 m.), trinta e três graus e trinta minutos sudoeste (33º 30' SW); duzentos e quarenta e seis metros (246 m.), oitenta e seis graus noroeste (86º NW); e o sétimo (7.º) e último lado é um segmento retilíneo que, partindo da extremidade do sexto (6.º) lado vai encontrar o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio, da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.228 — DE 31 DE
JULHO DE 1952

*Autoriza a instalação de filial de
banco estrangeiro.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e de acordo com o Decreto n.º 14.728, de 16 de março de 1921, decreta:

Art. 1.º Fica o Banco Nacional Ultramarino, sediado em Lisboa, Portugal, autorizado a instalar uma filial na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.229 — DE 31 DE
JULHO DE 1952

*Concede autorização para funcionar
como empresa de energia elétrica a
Centrais Elétricas de Minas Gerais
S. A.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938, e o que requereu a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., decreta:

Art. 1.º É concedida à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, de acordo com o Decreto-lei n.º 938, de 8

de dezembro de 1938, ficando a mesma obrigada para os seus objetivos, a satisfazer integralmente as exigências do Código de Águas (decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subsequentes e seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato.

Art. 2.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.230 — DE 31 DE
JULHO DE 1952

*Modifica os artigos 9.º, 16, 18, 26 e
185, parágrafo 1.º do Regulamento
Geral da Polícia Militar do Distrito
Federal, anexo ao Decreto número
3.273, de 16 de novembro de
1938.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 9.º, 16, 18, 26 e 185, parágrafo 1.º do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, anexo ao Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938 passarão a vigorar, revogadas as disposições em contrário, com as seguintes redações e acréscimos:

Art. 9.º O chefe do Estado Maior, os diretores dos Serviços de Contadoria, Intendência e Saúde e os comandantes de batalhão de infantaria e regimento de cavalaria, terão o posto de tenente-coronel. O sub chefe do Estado Maior, o comandante do Corpo de Serviços Auxiliares e o sub chefe do Serviço de Saúde, terão o posto de major; e os assistentes militares do Ministro da Justiça e do Chefe de Polícia, o de major ou capitão.

Parágrafo único. As funções de sub chefe do Estado Maior, comandante de Corpo de Serviços Auxiliares e sub chefe do Serviço de Saúde, poderão ser desem-

penhadas por tenente coronel quando, por força de graduação ou outro dispositivo legal, houver na Corporação tenente coronel excedente.

Art. 16. A promoção ao posto de 2.º tenente só será feita se o aspirante a oficial, a quem competir a vaga, além de satisfazer os requisitos de idoneidade moral, capacidade física e interesse, tiver irrepreensível conduta civil e militar, e revelar vocação para a carreira;

§ 1.º — Os que, em consequência do disposto neste artigo deixarem de ser promovidos em época própria, serão colocados no respectivo quadro de acôrdo com a data em que nelle, realmente, ingressarem;

§ 2.º — As condições a que se refere este artigo serão apreciadas e julgadas pela respectiva comissão de promoções, de acôrdo com o que a respeito fôr estabelecido pelo Comandante Geral, para preparo e execução das promoções;

§ 3.º As vagas de 2.º tenente músico serão preenchidas pelos sargentos ajudantes músicos mediante concurso de que trata o artigo 13.

Art. 18. A promoção obedece aos princípios de antiguidade e merecimento, cuja base, entretanto, será sempre a aptidão para o comando, a qual por sua vez, visa, principalmente, ao estabelecimento dum escol dirigente selecionado e homogêneo. Opera-se pela seleção de valores morais, profissionais, físicos e intellectuais.

§ 1.º — As propostas de promoção serão organizadas depois de ouvida uma comissão de quatro tenentes coroneis, sob a presidência do Comandante Geral.

§ 2.º Essa comissão examinará os assentamentos dos oficiais e aspirantes a oficial, a fim de classificar, devidamente, os que devam ser indicados à promoção.

§ 3.º Em caso de empate o presidente da comissão terá o voto de qualidade.

§ 4.º — Havendo desacôrdo na classificação, os membros da mi-

noria assinarão ventílos justificando, querendo, os seus votos.

§ 5.º — Em qualquer caso, a proposta do Comandante Geral será acompanhada de uma cópia da ata da comissão, das fês de officio dos oficiais ou certidões de assentamentos dos aspirantes a official propostos e das respectivas fôlhas de promoção.

§ 6.º — Quando se tratar de preenchimento de vagas de officiais do Serviço de Saúde, até o posto de major, o diretor dêsse Serviço fará parte da comissão.

§ 7.º — As atas serão registradas na 1.ª secção do Estado Maior, em livro especial reservado para êsse fim, e assinadas por toda a comissão.

Art. 26. Em tempo de paz o interstício para o acesso de um a outro posto será de dois annos. Entretanto, se não houver o dôbro do número sufficiente de officiais com este interstício para completar a lista de promoção na forma estabelecida no artigo 19, ou se aquêles que possuírem o interstício não satisfizerem, a juízo da Comissão de Promoções as condições de merecimento exigidas para figurarem em lista será ella integrada por aquêles que contarem, pelo menos, o de um anno.

Art. 110

Parágrafo único — Aos cabos e assemelhados e soldados e assemelhados serão concedidos 15 dias de férias annuaes, desde que isto, a juízo do Comandante Geral, não acarrete prejuizo para o serviço.

Art. 185

§ 1.º — As que desejaram continuar alistadas farão previamente os seus pedidos por meio do requerimento dirigido ao Comandante Geral, que decidirá a vista dos documentos officiaes que o habilitem a ajuizar do comportamento, aptidão, utilidade e robustez física dos petiçãoários.

Art. 2.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

DECRETO N.º 31.231 — DE 1 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza Francisco de Araújo Neto a comprar pedras preciosas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único — Fica autorizado Francisco de Araújo Neto, cidadão brasileiro e residente em Patrocínio, no Estado de Minas Gerais, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 1 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.232 — DE 1 DE
AGOSTO DE 1952

Transfere de sede Unidades da Força Aérea Brasileira.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal e de acordo com os artigos 13 e 14 do Decreto-lei n.º 9.889, de 16 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º — Ficam transferidas as sedes dos 1.º e 2.º Grupo de Transporte, do Aeroporto Santos Dumont e Campo dos Afonsos, respectivamente, para a Base Aérea do Galeão.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Nero Moura

DECRETO N.º 31.233 — DE 1 DE
AGOSTO DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação, terreno que mencionava, necessário às instalações da Guarnição Aeronáutica de Recife, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição Federal, e tendo em vista os artigos as. 5.º letra "m", 6.º e 10 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º — É declarado de utilidade pública, para desapropriação, o terreno situado a Avenida Beira Mar, na Praia da Piedade, Recife, Estado de Pernambuco onde se encontra o imóvel n.º 2.388, com a área de 20,00 x 30,00 metros, pertencentes ao Sr. Jaime Queiroz Lacerda de Menezes ou seus sucessores.

Art. 2.º — Destina esse imóvel a instalações militares.

Art. 3.º — Fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a efetivar a desapropriação na forma do artigo 10 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, correndo as despesas a conta dos recursos orçamentários próprios.

Art. 4.º — A desapropriação de que trata o artigo 1.º é declarada de urgência, para efeito de imediata imissão de posse, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei citado.

Art. 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Nero Moura

DECRETO N.º 31.234 — DE 1 DE
AGOSTO DE 1952

Outorga concessão à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco para instalar quatro estações radiotelegráficas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que solicitou a Companhia

Hidro Elétrica do São Francisco e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta :

Artigo único. Fica outorgada concessão à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco para instalar, a título precário, de conformidade com o disposto no artigo 4.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, quatro (4) estações radiotelegráficas, equipadas com transmissores de fabricação RCA, modelo ET-10, potência de 350 watts cada um, nas localidades de Garanhuns, Estado de Pernambuco, Laranjeiras e Itabaiana, Estado de Sergipe, e Rio de Janeiro, Distrito Federal, no escritório de emergência da aludida Companhia.

Parágrafo único. A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco fica obrigada a cumprir todas as exigências legais e regulamentares existentes ou que vierem a ser adotadas para os serviços de radiotelegrafia, devendo submeter à aprovação do Ministério da Viação e Obras Públicas, no prazo fixado no artigo 16, letra g, do Decreto n.º 21.111, de 1 de março de 1932, a documentação a que o mesmo se refere, sob pena de ser cassada a presente concessão.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.235 — DE 6 DE
AGOSTO DE 1952

Aprova nova tabela do pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33 da Lei n.º 483, de 15 de novembro de 1943, decreta :

Art. 1.º Fica aprovada, em substituição às Tabelas Numéricas de Mensalistas e Diaristas que acompanharam o Decreto n.º 17.961, de 5 de março de 1945, a Tabela Numérica de Mensalistas da Administração do Porto do Rio de Janeiro, anexa ao presente decreto.

Art. 2.º Efetuadas as melhorias de salário, as vagas de referência inicial serão preenchidas mediante aproveitamento de pessoal extra-quadro e de emergência, com mais de dois anos de serviço, na base das funções que atualmente desempenham e observada a ordem de antiguidade.

Parágrafo único. O aproveitamento previsto neste artigo produzirá efeito a partir da vigência deste Decreto.

Art. 3.º As melhorias de salário obedecerão, no que couber, ao regime do serviço público civil federal.

Art. 4.º Não havendo candidato habilitado em concurso, as vagas de referência inicial poderão ser providas em caráter interino.

§ 1.º O ocupante interino será suscrito "ex-officio" no primeiro concurso que se realizar para a função.

§ 2.º Homologado o concurso, serão dispensados todos os interinos.

Art. 5.º Observado o disposto no art. 6.º, o pessoal extra-quadro e de emergência beneficiado com o aproveitamento terá computado o tempo de serviço prestado, nessa condição, à Administração do Porto do Rio de Janeiro.

Art. 6.º Para aplicação da Lei n.º 1.278, de 16 de dezembro de 1950 computar-se-á, exclusivamente, o tempo de serviço prestado na condição de mensalista.

Art. 7.º O servidor da Administração do Porto do Rio de Janeiro terá direito, quando licenciado aos termos dos artigos 41, 42 e 43, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 7.847, de 16 de setembro de 1941, ao auxílio pecuniário por motivo de doença, devido pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos cabendo à Administração do Porto do Rio de Janeiro integralizar os salários, mantido o limite de 2/3 aos quinze primeiros dias de licenciamento.

Art. 8.º A partir da vigência deste Decreto, cessará o pagamento do abono a que se refere o Decreto número 29.673, de 15 de junho de 1951.

Parágrafo único. Os servidores que, por efeito da execução da presente Tabela, passaram a perceber salários inferiores aos que tinham anteriormente acrescidos do abono a que se

refere este artigo, terão direito à diferença de salário correspondente até que, por força de melhoria ou outro motivo, vierem a perceber salários iguais ou superiores aos que atualmente lhes correspondem.

Art. 9.º O Superintendente da Administração do Porto do Rio Janeiro expedirá as instruções necessárias à execução deste Decreto

Art. 10. As atuais tarifas do Porto do Rio de Janeiro serão revistas, obedecendo-se ao critério da justa remuneração dos serviços, ficando o Ministro de Estado da Viação e Obras

Públicas autorizado a modificá-las em caráter provisório, até que se processe a referida revisão.

Art. 11. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1952; 131.ª da Independência e 54.ª da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

Segadas Viana.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

TABELA DO PESSOAL

Parte Permanente

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA			
Número de funções	Séries funcionais	Salário mensal	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Salário mensal	Tabela
	<i>a) Função em Comissão:</i>				<i>a) Função em Comissão:</i>		
1	Superintendente ..	15.000,00	—	1	Superintendente ..	15.000,00	—
1	Assistente Técnico ..	12.000,00	—	1	Assistente Técnico ..	12.000,00	—
2	Chefe de Divisão ..	9.400,00	—	2	Chefe de Divisão ..	11.000,00	—
1	Chefe do Serviço Administrativo ..	9.400,00	—	1	Chefe do Serviço Administrativo ..	11.000,00	—
1	Chefe do Serviço de Engenharia ..	8.230,00	—	1	Chefe do Serviço de Engenharia ..	11.000,00	—
1	Secretário ..	7.230,00	—	1	Secretário ..	7.230,00	—
11	Chefe de Seção ..	6.980,00	—	11	Chefe de Seção ..	8.400,00	—
1	Ajudante de Tráfego ..	6.980,00	—	1	Ajudante de Tráfego ..	8.400,00	—
1	Inspetor de Polícia Portuária ..	6.060,00	—	1	Inspetor de Polícia Portuária ..	8.400,00	—
9	Inspetor ..	6.060,00	—	9	Inspetor ..	8.400,00	—
9	Sub-Inspetor ..	5.210,00	—	9	Sub-Inspetor ..	7.230,00	—
1	Sub-Inspetor de Polícia Portuária ..	5.210,00	—	1	Sub-Inspetor de Polícia Portuária ..	7.230,00	—
—	5.210,00	—	1	Administrador de Vila Portuária ..	5.160,00	—
—	—	—	1	Ajudante de Administrador de Vila Portuária ..	3.620,00	—

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Referência	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exced.	Vagos
— —	— —	— —		b) Séries Funcionais Técnicas, Administrativas e Auxiliares Ascensorista			
				1 2 — 3	22 21	— —	1 2 — 3
2 — 2	Assistente Jurídico	29	—	2 — 2	Assistente Jurídico	29	—	—
		—	—	2 — 2	Assistente Social	24	—	2 — 2
1 1 — 2	Prático de Engenharia	26 25	— —	1 1 — 2	Auxiliar de Engenheiro	26 25	— —	— —

1	Consultor Juridico	9.400	—	1	Consultor Juridico	31	—	—
	Desenhista		—		Desenhista			
1	24	—	1	25	—	1
1	23	—	2	24	—	1
2	—	—	3	23	—	2
				3	22	—	3
				9		—	—	7
	Engenheiro		—		Engenheiro			
1	31	—	3	31	—	2
1	30	—	3	30	—	2
1	29	—	3	29	—	2
4	28	—	3	28	1	3
7	27	—	3	27	—	9
				15			1	
	Escriturário		—		Escriturário			
32	24	—		24	32	—
10	23	—	50	23	20	—
38	22	—	60	22	—	22
		—	—	90	21	—	60
140				170			52	82
	Jardineiro		—		Jardineiro			
	—	—	1	17	—	1
				1				1

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de Funções	Séries Funcionais	Referência	Tabela	Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Exced.	Vagos
10 10 20	Mensageiro	17 16	— —	8 8 16	Mensageiro	17 16	2 2 4	— —
11 13 20 30 35 — 109	Of. Administrativo	29 28 27 26 25 —	— — — — —	15 20 25 30 35 35 160	Of. Administrativo	29 28 27 26 25 24	— — — — — —	4 7 5 — 35 51
— — — — —	— — — — —	— — — — —	— — — — —	4 6 8 18	Operador	23 22 21	— — —	4 6 — 18

<i>Porteiro</i>				<i>Porteiro</i>			
—	—	1	—	25	—	1	—
2	23	1	—	24	—	1	—
—	—	1	—	23	1	—	—
2	—	3	—	—	1	—	2
<i>Servente</i>				<i>Servente</i>			
12	22	9	—	22	3	—	—
7	21	9	—	21	—	2	—
6	20	10	—	20	—	4	—
—	—	10	—	19	—	10	—
—	—	10	—	18	—	10	—
25	—	48	—	—	3	—	26
<i>Telefonista</i>				<i>Telefonista</i>			
—	—	1	—	22	—	1	—
—	—	1	—	21	—	1	—
—	—	2	—	—	—	—	2
<i>c) Séries funcionais de Serviços industriais</i>				<i>c) Séries funcionais de Serviços industriais</i>			
<i>Ajudante de Fiel de Armazém</i>				<i>Ajudante de Fiel de Armazém</i>			
—	—	40	—	28	—	40	—
—	—	40	—	—	—	40	—

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries Funcionais	Salário mensal	Tabela	Número de funções	Séries Funcionais	Ref.	Exced.	Vagos
	<i>Aprendiz</i>				<i>Aprendiz</i>			
20	240,00	T.N.D.	—	15	20	—
30	660,00	T.N.D.	40	13	—	10
20	570,00	T.N.D.	40	12	—	20
70				80			20	30
	<i>Bombeiro</i>				<i>Bombeiro</i>			
—	—		3	25	—	3
5	2.202,00	T.N.D.	5	24	—	—
3	2.130,00	T.N.D.					
5	1.920,00	T.N.D.	8	23	—	—
6	1.878,00	T.N.D.					
5	1.839,00	T.N.D.	13	22	—	2
24				29				5

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
N.º de Funções	Séries Funcionais	Salário Mensal	Tabela	N.º de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Observações	
							Exed.	Vagos
	<i>Calceteiro</i>				<i>Calceteiro</i>			
1	2.130,00	} T.N.D.	3	24	—	3
2	2.004,00		3	23	1	—
1	1.962,00		10	22	—	10
5	1.920,00		21		1	13
9								
	<i>Caldeireiro</i>				<i>Caldeireiro</i>			
6	2.202,00	} T.N.D.	6	25	—	6
2	2.130,00		9	24	—	3
2	2.004,00		14	23	—	3
3	1.962,00						
4	1.920,00	} T.N.D.	21	22	—	9
6	1.878,00		50			21
6	1.839,00						
29								

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Salário mensal	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Observações	
							Exced.	Vagos
	<i>Carpinteiro</i>				<i>Carpinteiro</i>			
6	2.280,00	} T.N.D.	7	25	—	7
4	2.202,00		11	24	—	1
1	2.170,00						
1	2.130,00	} mens. T.S.					
4	1.962,00		17	23	—	7
4	1.920,00						
3	1.878,00	} T.N.D.	28	22	—	18
7	1.839,00						
30				63				33

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Referência	Tabela	Número de funções	Série funcionais	Ref. Ref.	Observações	
							Exced.	Vagos
	<i>Conferente</i>				<i>Conferente</i>			
33	26	—	50	27	—	50
45	25	—	80	26	—	47
				110	25	—	65
78				240				162

	<i>Conferente-Auxiliar</i>				<i>Conferente-Auxiliar</i>		
91	24		160	24	69
224	23		210	23	—
143	22		260	22	117
458				630		14	186
	<i>Contra Mestre de Cábrea</i>				<i>Contra Mestre de Lancha</i>		
1	24		1	24	—
1				1			—
					<i>Contramestre de Oficina</i>		
9	Mestre de Oficina	24		48	26	48
3	Contramestre	24		—	24	—
12	Contramestre	23		—	23	—
24				48		24	48
	<i>Cozinheiro</i>				<i>Cozinheiro</i>		
1	22		1	22	—
1				1			—

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Salário mensal	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exced.	Vagos
2	Eletricista	2.424,00	T. N. D.	16	Eletricista	25	—	16
3	Eletricista	2.280,00		27	24	—	14
8	Eletricista	2.202,00		40	23	—	21
1	Ajud. de Eletricista	2.170,00	Mens. — PS	55	22	—	26
3	Eletricista	2.130,00		138			77
2	Eletricista	2.004,00						
5	Eletricista	1.962,00	T. N. D.					
8	Eletricista	1.920,00	T. N. D.					
19	Eletricista	1.878,00						
10	Eletricista	1.839,00						
61								
—	—	—	2	Encarregado de Manobras	25		2
—	—	—	2	24		2
				4				4

6	Guindasteiro	23	—	7	Encarregado-guindasteiro	25	—	7
6				7		24	—	7
				—		23	6	—
				14			6	14
—	Feitor Geral	—	—	14	Feitor Geral	25	—	14
6		24	—	—		24	5	—
6				14			5	14
—	Fiel	—	—	40	Fiel de Armazém	29	—	40
23		28	—	—		28	23	—
16		27	—	—		27	16	—
39				40			39	40
—	Feitor de Linhas Férreas	—	—	3	Feitor de Linhas Férreas	25	—	3
1		2.002,00	T.N.D.	4		24	—	3
5		2.130,00	T.N.D.	7		23	5	—
4		2.004,00		—			—	—
3		1.962,00		14			5	6
13								

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Salário mensal	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Observações	
							Exced..	Vagos
—	<i>Ferreiro</i>	—						
1	2.280,00)	T.N.D.	2	<i>Ferreiro</i>	25	—	2
2	2.262,00)		4	24	—	1
1	2.130,00)						
1	2.004,00)	T.N.D.	6	23	—	2
1	1.962,00)						
1	1.920,00)						
1	1.878,00)	T.N.D.	8	22	—	5
2	1.839,00)						
10				20				10
—	<i>Foguista</i>	—						
3	2.076,00)	T.N.D.	10	<i>Foguista</i>	24	—	10
2	1.962,00)		15	23	—	10
7	1.878,00)						
3	1.839,00)	T.N.D.	25	22	—	15
15				50			35

—	<i>Fundidor</i>	—	—	2	<i>Fundidor</i>	25	—	2
1	2.202,00	T.N.D.	3	24	—	2
3	1.962,00	T.N.D.	4	23	—	1
1	1.878,00)	T.N.D.	5	22	—	1
3	1.839,00)		14				6
8								
4	Feitor minério	2.202,00	T.N.D.	100	<i>Feitor</i>	24	—	96
42	Feitor	23	—	—	23	42	—
46				100			42	96
13	Feitor-minério	2.130,00	T.N.D.	100	<i>Feitor-Ajudante</i>	23	—	87
42	Feitor-auxiliar	22	—	—	22	42	—
55				100			42	87
16	<i>Guindasteiro</i>	2.208,00)	T.N.D.	65	<i>Guindasteiro</i>	24	—	38
11	2.202,00)		98	23	179	—
177	2.076,00)	T.N.D.	145	22	—	45
100	1.962,00)	T.N.D.	232	21	—	232
100	1.839,00		540			179	315
—								
404								
					<i>Guindasteiro (es-</i>			
—		—	—	1	<i>teira)</i>	25	—	1
—		—		2	24	—	2
—		—		4	23	—	4
				7				7

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA					
Número de funções	Séries funcionais	Salário mensal	Tabela	Número de	Series funcionais	Ref.	Observações		
							Exed.	Vagos	
Lunador				Limador					
—		—		6	25	—	6	
1	2.280,00	T.N.D.	9	24	—	1	
7	2.202,00		12	23	—	3	
2	2.130,00	T.N.D.	19	22	2	—	
2	2.004,00		46			2	10	
3	1.962,00	T.N.D.						
2	1.920,00							
9	1.878,00	T.N.D.						
12	1.839,00							
38									
Limpador				Limpador					
3	2.130,00	T.N.D.	4	23	4	—	
1	1.962,00		6	22	—	4	
4	1.920,00	T.N.D.	10			4	4	
2	1.878,00							
10									

Lubrificador				Lubrificador				
—		—		14	24	—	14
1	2.130,00	} T.N.D.	21	23	—	17
2	1.962,00						
1	1.920,00						
11	1.878,00	} T.N.D.	36	22	—	19
6	1.839,00						
21				71			—	50
Manobreiros				Manobreiro				
2	2.280,00	T.N.D.	13	24	—	11
1	2.130,00	} T.N.D.	20	23	14	—
13	1.962,00						
20	1.920,00						
6	1.878,00	} T.N.D.	32	22	—	22
4	1.839,00						
46				65			14	33
Maquinista				Maquinista				
—		—		4	25	—	4
4	2.202,00	} T.N.D.	7	24	9	—
12	2.130,00						
2	2.004,00		} T.N.D.	11	23	—
4	1.962,00						
22			22				9	9

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Referência	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref	Exc.	Vagos
1	Maquinista-motorista	25		1	Maquinista-motorista de câbrea	25	—	—
1	Maquinista-motorista ajudante	24		2		24	—	1
—		—		3		24	—	3
2				6				4
7	Marinheiro	22		—	Marinheiro	22	7	—
4	21		12	21	—	8
11				12			7	8

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Série funcionais	Salário mensal	Tabela	Número de funções	Série funcionais	Ref.	Observações	
							Exced.	Vagos
1	Massamista	2.202,00	T.N.D.	2	Massamista	24	—	1
1	2.170,00	Mens. T.N.	2	23	—	—
1	1.962,00	T.N.D.	4	22	—	2
2	1.639,00	T.N.D.	8				3
5								

Mecânico de Guindastes elétricos			Mecânico de Guindastes elétricos					
—	—	8	25	—	8	
1	2.424,00	}	13	24	—	6
2	2.230,00						
4	2.202,00						
2	2.130,00	}	20	23	—	1
8	1.962,00						
9	1.920,00						
18	1.878,00	}	32	22	—	9
5	1.839,00						
49								
Mecânico de Motor a Explosão			Mecânico de Motor a Explosão					
—	—	3	25	—	3	
—	—	5	24	—	5	
2	2.130,00	}	9	23	—	6
1	1.920,00						
4	1.878,00						
2	1.839,00	}	13	22	—	7
2							
9								

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de Funções	Séries Funcionais	Referência	Tabela	Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
—		—	—	1	Mestre de cabrea	25	—	1
1	Mestre de lancha	24	—	2	25	—	1
2	Mestre de lancha	23	—	—	24	1	—
4				—	23	2	—
—				3			—	—
—	Mestre de Oficina	—	—	16	Mestre de Oficina	27	—	16
5	26	—	—	26	5	—
6	25	—	—	25	5	—
11				16			11	16

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de Funções	Séries Funcionais	Salário Mensal	Tabela	Número de Funções	Séries Funcionais	Ref.	Exced.	Vagos
—	Montador de vagão	—	—	4	Montador de vagão	25	—	4
3	2.130,00	—	7	24	—	7
2	1.962,00	T.N.D.	10	23	—	3
2	1.920,00		17	22	—	9
3	1.878,00	T.N.D.	—				
5	1.839,00		38				23
15								

	<i>Motorista</i>				<i>Motorista</i>			
—	24	mens.-T.O.	17	25	—	17
1			26	24	—	25
6	23	mens.-T.O.					
10	2.170,00	mens.-T.S.					
2	1.962,00	T.N.D.	39	23	—	17
4	1.920,00						
8	1.878,00	T.N.D.	63	22	—	45
10	1.839,00						
41				145				104

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de Funções	Séries Funcionais	Referência	Tabela	Número de Funções	Séries funcionais	Ref.	Exc	Vagos
	<i>Operador de Bordo</i>				<i>Operador de Bordo</i>			
1	25	—	1	25	—	—
2	24	—	2	24	—	—
3				3				

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Salário mensal	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref	Observações	
							Exced.	Vagos
—	—	—	8	Operador de Câmara Frigorífica	25	—	8
—	—	—	8	24	—	8
—	—	—	16	—	—	16
—	Pedreiro	—	—	9	Pedreiro	25	—	9
1	2.280,00	T.N.D.	14	24	—	11
2	2.202,00		21	23	—	14
3	2.130,00	T.N.D.	33	22	—	30
1	2.004,00		77	—	—	64
3	1.962,00	T.N.D.	—	—	—	—	—
1	1.878,00		—	—	—	—	—
2	1.839,00	—	—	—	—	—	—
13	—	—	—	—	—	—	—

Pintor				Pintor				
1	2.202,00	T.N.D.	6	25	—	6
3	2.130,00	T.N.D.	9	24	—	8
1	2.004,00		14	23	—	5
4	1.962,00		T.N.D.	21	22	—
1	1.920,00	50	
2	1.878,00						
6	1.839,00						
18								32

Mecânico de Rádio-Comunicação				Rádio-Técnico				
—	—	—	1	25	—	1
—	—	—	1	24	—	1
1	1.839,00	T.N.D.	1	23	—	1
				—	22	1	—
1				3			1	3

Relojoeiro				Relojoeiro				
1	2.424,00	T.N.D.	2	25	—	2
1	2.280,00		3	24	—	—
1	2.202,00		5	2
3								

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Salário mensal	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exced.	Vagos
	<i>Revistador de vagão</i>				<i>Revistador de vagão</i>			
1	2.130,00	T.N.D.	3	24	—	3
3	1.962,00		8	23	—	1
2	1.920,00						
5	1.878,00	T.N.D.	11	22	—	4
2	1.839,00						
14				22				8
					<i>Serralheiro</i>			
—	—	—	2	25	—	2
—	—	—	2	24	—	2
—	—	—	4	23	—	4
—	—	—	4	22	—	4
				12				12
	<i>Sinaleiro</i>				<i>Sinaleiro</i>			
4	1.962,00	T.N.D.	32	23	—	28
55	1.839,00	T.N.D.	48	22	7	—
59			80			7	28

<i>Soldador</i>				<i>Soldador</i>			
—	—	—	—	3	25	—	3
1	2.280,00	}	T.N.D.	6	24	—	1
4	2.202,00						
3	1.962,00	}	T.N.D.	10	23	—	5
2	1.920,00						
4	1.878,00	}	T.N.D.	13	22	—	4
5	1.839,00						
19				32			13
				<i>Temperador</i>			
—	—	—	—	1	25	—	1
—	—			2	24	—	2
—	—			3			3
<i>Torneiro</i>				<i>Torneiro</i>			
—	—	—	—	4	25	—	4
1	2.280,00	}	T.N.D.	6	24	—	2
3	2.202,00						
1	2.130,00	}	T.N.D.	10	23	—	7
1	2.004,00						
1	1.962,00	}	T.N.D.	13	22	—	4
4	1.878,00						
8	1.839,00						
19				36			17

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Salário mensal	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Observações	
							Exced..	Vagos
—	<i>Vidraceiro</i>	—	T.N.D.	2	<i>Vidraceiro</i>	24	—	2
1	2.004,00		3	23	—	1
1	1.962,00		3	22	—	—
2	1.878,00	T.N.D.	—	—	—	—
1	1.839,00		8	—	—	3
5	—	—	—	—	—	—

d) SÉRIES FUNCIONAIS DO SERVIÇO DE VIGILANCIA

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Referência	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Observações	
							Exced..	Vagos
—	<i>Guarda</i>	—	—	45	<i>Guarda</i>	24	—	45
26	23	—	55	23	—	29
79	22	—	65	22	14	—
—	—	—	115	21	—	115
105	—	—	280	—	14	189

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Salário mensal	Tabela	Número de funções	Series funcionais	Ref.	Observações	
							Exced.	Vagos
16	<i>Trabalhador</i>	2.130,00	T.N.D.	—	<i>Trabalhador</i>	23	1.064	—
20	2.004,00						
620	1.962,00						
408	1.920,00						
13	1.878,00	T.N.D.	—	22	334	—
321	1.839,00						
2	1.720,00						
—	—						
1.400			Mens. T.S.	704		21	—	704
			—	1.200		20	—	1.200
				1.906				1.904
1	<i>Trabalhador de linhas férreas</i>	2.202,00	T.N.D.	—	<i>Trabalhador de linhas férreas</i>	24	1	—
1	2.130,00	T.N.D.	53	23	—	32
1	2.004,00						
2	1.962,00						
17	1.920,00	T.N.D.	80	22	—	48
25	1.878,00						
7	1.839,00						
54				133			1	80

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Observações	
							Exced.	Vagos
	<i>Guarda Fiscal</i>				<i>Guarda Fiscal</i>			
—	—	—	8	26	—	8
—	—	—	12	25	—	12
16	23	—	—	23	16	—
16				20			16	20

PARTE SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Salário mensal	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Observações	
							Exced.	Vagos
	<i>Funções isoladas</i>				<i>Funções isoladas</i>			
2	Chefe de Divisão	8.400,00	—	2	Chefe de Divisão	31	—	—
1	Cf. de Exp. e Contencioso.	8.400,00	—	1	Cf. de Exp. e Contencioso.	31	—	—
1	Ajudante de Tráfego	7.230,00	—	1	Ajudante de Tráfego	30	—	—
1	Armazenista	1.900,00	—	1	Armazenista	22	—	—
—	—	—	1	Encarregado	28	—	—

DECRETO N.º 31.236 — DE 6 DE
AGOSTO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a área de terreno, situada no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro e destinada à construção da adutora do Rio Guandu.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal e de acordo com o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º E' declarada de utilidade pública, para efeito de desapropriação, de acordo com o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, a área de terreno situada na margem da estrada de rodagem Rio-São Paulo, próximo ao Morro do Marapicu, município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade de Augusta Bergel, sucessora de Antenor da Silva Paranhos, Valentim Ferreira Guimarães, José Benedito Martins Guimarães, Altamiro da Mota Ferreira e outros.

Art. 2.º Os terrenos mencionados no artigo anterior destinam-se à construção da adutora do Rio Guandu, para reforço do abastecimento de água da Capital, tudo de acordo com as plantas e projetos aprovados pela Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 3.º Ficam a cargo da mesma Prefeitura o processo e despesa decorrente da presente desapropriação, que se declara de natureza urgente.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Francisco Negrão de
Lima*

DECRETO N.º 31.237 — DE 6 DE
AGOSTO DE 1952

Declara caduco o Decreto n.º 25.048, de 2 de junho de 1948

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos ter-

mos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), e tendo em vista o que consta do processo S. C. 43.628-43, da Secretaria de Estado da Agricultura, decreta:

Artigo único. E' declarado caduco, por inadimplemento das obrigações constantes dos ns. I, VII e XIII, do artigo 34, do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), o Decreto número vinte e cinco mil e quarenta e oito (25.048), de dois (2) de junho de mil novecentos e quarenta e oito (1948), que autorizou o cidadão brasileiro Osvaldo Machado a lavrar areia quartzosa no lugar denominado Bugre, no distrito e município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.238 — DE 6 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Hilário Olímpio da Cunha a pesquisar mica e associados no município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Hilário Olímpio da Cunha, na qualidade de tutor dos menores Antônio e Geraldo Eduardo Rosa e Nair Rosa do Império, a pesquisar mica e associados em terrenos de propriedade de seus tutelados, no lugar denominado Córrego de Santa Maria, distrito e município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais, numa área de dez hectares (10 ha.), definida por um trapézio que tem um vértice a seiscentos e trinta e seis metros (636 m.), no rumo magnético cinquenta e oito graus sudeste (58º SE); do canto oeste (W), da casa onde reside José Mariano e de propriedade daqueles tutelados, e cujos lados, a partir desse vértice, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — trezentos e quinze metros (315 m.), trinta graus nordeste (30º NE); du-

zentos e setenta metros (270 m.), oitenta graus sudeste (80° SE); quatrocentos e cinquenta metros (450 m.), trinta graus sudoeste (30° SW); duzentos e cinquenta metros (250 m.), cinquenta graus noroeste (50° NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.239 — DE 6 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Conrado Filho a pesquisar caulim e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Benedito Conrado Filho a pesquisar caulim e associados em terrenos de propriedade de sucessores de João Klein, Light and Power Co. Limited, e outros, situados na localidade de Tatetos, distrito e município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, numa área de vinte e oito hectares, cinquenta e sete ares e oitenta centiares (28,5780 ha.), delimitada por um losango que tem um vértice a novecentos e cinquenta e seis metros (956 m.), no rumo magnético dezoito graus sudoeste (18° SW) do ponto de interseção da represa da Light and Power Co. Ltd., com a estrada carroçável que ligava os bairros de Tatetos e Rio Grande, e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — seiscentos e sessenta metros (660 m.), dezoito graus sudeste (18° SE); quinhentos metros (500 m.), quarenta e oito graus sudoeste (48° SW)

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.240 — DE 6 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza a Companhia Indústrias Reunidas Olinda "Ciro" a lavrar fosforita, no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Indústrias Reunidas Olinda "Ciro" a lavrar fosforita, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Fragoso, distrito e município de Olinda, Estado de Pernambuco, numa área de trezentos e quatro hectares e cinquenta ares (304,50 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a mil quinhentos e dezoito metros (1.519 m.), no rumo verdadeiro trinta e sete graus e cinquenta e quatro minutos sudoeste (37° 54' SE) do ponto em que o rio Fragoso intercepta a rodovia Olinda-Paulista, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: — mil e cinquenta metros (1.050 m.), quarenta e sete graus e vinte e nove minutos noroeste (47° 29' NW); mil trezentos metros (1.300 m.), vinte e seis graus e oito minutos noroeste (26° 08' NW); quinhentos e trinta metros (530 m.), dois graus e doze minutos sudoeste (2° 12' SW); mil e cinco metros (1.005 m.), sessenta e nove graus e cinquenta e sete minutos noroeste (69° 57' NW); mil e duzentos metros (1.200 m.), vinte e

sete graus e trinta e dois minutos sudoeste (27° 32' SW); setecentos e trinta metros (730 m.); dezessete graus e vinte e um minutos sudeste (17° 21' SE); mil duzentos e dez metros (1.210 m.); sessenta e sete graus e trinta minutos sudeste (67° 30' SE); novecentos e sessenta metros (960 m.); dezesseis graus e vinte minutos nordeste (16° 20' NE); mil e cinquenta e dois metros (1.052 m.); cinquenta e oito graus e cinquenta e quatro minutos sudeste (58° 54' SE); quatrocentos e dez metros (410 m.); sessenta e sete graus e cinquenta e seis minutos nordeste (67° 56' NE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28, do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo, para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seis mil e cem cruzeiros (Cr\$ 6.100,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.241 — DE 7 DE

AGOSTO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal de domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. — Fica Estilene Cury Manoel, de nacionalidade libanesa, autorizada a adquirir a fração ideal de um vinte e quatro avos (1/24) do domínio útil do terreno de marinha situado na Rua Djalma Ulrich n.º 23, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 239.710, de 1951.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.242 — DE 7 DE

AGOSTO DE 1952

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia Força e Luz de Morada.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.243 — DE 7 DE

AGOSTO DE 1952

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa de Eletricidade Luz e Força de Araranguá S. A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1.º do Decreto-lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938, e o que requereu a Empresa de Eletricidade Luz e Força de Araranguá S. A., decreta:

Art. 1.º É concedida à Empresa de Eletricidade Luz e Força de Araranguá S. A., com sede em Araranguá, Santa Catarina, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, de acordo com o Decreto-lei

n.º 932, de 8 de dezembro de 1938, ficando a mesma obrigada para os seus objetivos, a satisfazer integralmente as exigências do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subseqüentes e seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato.

Art. 2.º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.244 — DE 7 DE
AGOSTO DE 1952

Concede à Cal Fortaleza S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Cal Fortaleza S. A., Sociedade Anônima constituída por escritura pública de 23 de junho do corrente ano, lavrada às fls. 100, do livro de notas número 38, do cartório do 2.º Tabelionato da cidade de Itapira, Estado de São Paulo, com sede nessa cidade, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.245 — DE 7 DE
AGOSTO DE 1952

Concede à Cia. Agrícola e Industrial Boa Vista autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Companhia Agrícola e Industrial Boa Vista, sociedade anônima constituída por escritura pública de 23-9-49, lavrada às fls. 19, do livro 72, do cartório do 22.º Ofício de Notas desta Capital, arquivada sob n.º 11.160, por despacho de 16-3-49, do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, com sede nesta Capital, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.246 — DE 7 DE
AGOSTO DE 1952

Concede à Cimento Santa Rita S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Artigo único. É concedida à Cimento Santa Rita S. A., sociedade anônima, constituída por escritura pública de 4-6-1952, lavrada às fls. 1, do livro de notas n.º 1.355, do cartório do 11.º Tabelionato da Cidade de São Paulo, com sede nessa cidade, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.247 — DE 7 DE
AGOSTO DE 1952

Concede à Mineração Bonfim Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o artigo 6.º § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Mineração Bonfim Limitada sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída por instrumento público de 7 de maio deste ano, lavrado às fls. 189 do livro de notas n.º 609, do cartório do 3.º Ofício de Notas da cidade de Manaus registrado sob n.º 52, em sessão de 15-5-52, da Junta Comercial do Estado do Amazonas, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952, 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.248 — DE 7 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Marques dos Santos a pesquisar calcário e associados, no município de Prados, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Pedro Marques dos Santos a pesquisar calcário e associados em terrenos de Antônio Franco do Nascimento e de Clotildes Antunes de Cerqueira situados no imóvel denominado Fazenda Manuel Antônio, no local Pedreira do Elvas, no distrito e município de Prados, Estado de Mi-

nas Gerais, numa área de trinta e oito hectares (38 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quatrocentos e oitenta metros (480m) no rumo magnético de quarenta e seis graus trinta minutos nordeste (46º 30' NE) da barra do córrego Lambari, afluente pela margem esquerda do rio Elvas, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e setenta e um metros (171m), sessenta e nove graus nordeste (69º NE); trezentos e trinta metros (330m), sessenta graus nordeste (60º NE); trezentos metros (300m), cinquenta e quatro graus sudeste (54º SE); duzentos e setenta e dois metros (272m), quarenta e seis graus nordeste (46º NE); trezentos e setenta e cinco metros (375m), dezanove graus noroeste (19º NW); quinhentos e setenta e cinco metros (575m), oitenta e cinco graus sudoeste (85º SW); quinhentos metros (500m), quarenta e dois graus sudoeste (42º SW); o oitavo e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do sétimo lado, descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e oitenta cruzeiros (Cr\$... 380,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.249 — DE 7 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Ferdinando Matarazzo a pesquisar talco, calcário, dolomita e associados, no município de Itararé, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

têrmos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Ferdinando Matarazzo a pesquisar talco, calcareo, dolomita e associados em terrenos de Augusto Cinquini, na fazenda Espigão Grande, distrito e município de Itararé, Estado de São Paulo, numa área de sessenta e um hectares e vinte sete ares (61,27ha.) delimitada por uma poligonal mixtilínea que tem início na confluência dos córregos Pedra de Chapeu e Paiol, e os lados com os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: sessenta metros (60m), sessenta e cinco graus cinquenta e nove minutos sudoeste (65° 59' SW); doze metros e sessenta centímetros (12,60 m), trinta e seis graus trinta e oito minutos noroeste (38° 38' NW); quarenta e cinco metros e dez centímetros (45,10m), cinquenta e sete graus dezoito minutos noroeste (57° 18' NW); vinte e seis metros e dez centímetros (26,10m), quarenta e sete graus quarenta e três minutos noroeste (47° 43' NW); vinte e sete metros e quarenta centímetros (27,40m), quarenta e oito graus noroeste (48° NW); quarenta e dois metros e oitenta centímetros (42,80m), sessenta e oito graus nove minutos noroeste (68° 9' NW); noventa e seis metros e setenta centímetros (96,70m), setenta e três graus dezesseis minutos sudoeste (73° 16' SW); cento e três metros (103m), sessenta e seis graus trinta e seis minutos noroeste (66° 36' NW); cento e noventa e dois metros (192m), quarenta e quatro graus noroeste (44° NW); duzentos e cinquenta e um metros (251m), cinquenta e cinco graus quarenta e quatro minutos sudoeste (55° 44' SW); cento e setenta e um metros (171m), cinquenta e sete graus dezesseis minutos sudeste (57° 16' SE); cento e cinquenta e oito metros (158m), dezoito graus cinco minutos sudeste (18° 5' SE); duzentos e trinta e dois metros (232m), trinta e três graus cinquenta e dois minutos sudeste (33° 52' SE); quinhentos metros (500m), quarenta e quatro graus sudeste (44° SE); mil trezentos e vinte nove metros (1.329m), vinte e oito graus quarenta e três minutos nordeste (28° 43' NE); quatrocentos metros (400m), setenta e oito graus trinta minutos noroeste (78° 30' NW). Do marco de concreto número dezesseis (16) cravado na beira do córrego da Pedra de Cha-

peu segue águas juzantes até o ponto de amarração, início da poligonal com o marco de concreto número um (1).

Art. 2.º O título da autorização da pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de seiscentos e vinte cruzeiros (Cr\$... 620,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.250 — DE 7 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Rodrigues de Rezende a pesquisar quartzo, minério de manganês e associados, no município de Lagoa Dourada, Estado de Minas, Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição e nos têrmos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Afonso Rodrigues de Rezende a pesquisar quartzo, minério de manganês e associados em terrenos de sua propriedade no local denominado Pasto dos Carneiros da Fazenda Campo Alegre, situada no município de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e oito hectares e cento e vinte e cinco ares (28,125 ha), delimitada por um trapézio retângulo, tendo um de seus vértices na confluência dos dois córregos Paciência e Capão da Gente, e os lados com os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e cinquenta metros (250m), sul (S); setecentos e cinquenta metros (750m), Oeste (W); quinhentos metros (500m), norte (N); seiscentos metros (600m), setenta graus sudeste (70° SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica

ca d'êste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.251 — DE 7 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Marques dos Santos a pesquisar calcário e associados, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Pedro Marques dos Santos a pesquisar calcário e associados, em terrenos de propriedade de Lindorfo Moreira da Silva e sua mulher, nos lugares denominados Cabacinho e Helena, no distrito e município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e nove hectares, quatro ares e sessenta e um centiares (29.0561 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência dos córregos Lombão e Divisa, a seiscentos e oitenta e cinco metros (685 m), no rumo magnético vinte e quatro graus sudoeste (24º SW) do marco quilométrico número noventa e quatro (km. 94) da Ferrovia da Rede Mineira de Viação no trecho São João del Rei — Tiradentes e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos e oitenta metros (380 m), setenta e oito graus e trinta minutos noroeste (78º 30' NW); duzentos metros (200 m), sul (S); duzentos e oitenta e dois metros (282 m), oitenta e nove graus e trinta minutos sudeste (89º 30' SE); quatrocentos e cinquenta metros (450m), cinco graus

sudoeste (5.º SW); quinhentos metros (500m), oitenta e oito graus e quarenta minutos sudeste (88º 40' SE); trezentos metros (300m), quinze graus e vinte minutos nordeste (15º 20' NW); duzentos e dois metros (202m), quatorze graus e trinta minutos nordeste (14º 30' NE); cento e oitenta e seis metros (186m), sessenta e três graus nordeste (63º NW); cento e oitenta e dois metros (182 m), oitenta e seis graus noroeste (86º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.252 — DE 7 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Barbacena a ampliar suas instalações e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que, pela Resolução, n.º 777 a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Prefeitura Municipal de Barbacena, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações mediante reforma da usina de Ilheus, existente no rio das Mortes, distrito de Padre Brito, inclusive a instalação de um novo grupo gerador hidroelétrico de 1.000 C.V., 850 KVA, 50 ciclos por segundo; construção de uma nova linha de transmissão entre a usina de Ilheus e a cidade de Barbacena, sob a tensão de 16.500 volts entre fases; reforma da linha de transmissão existente e da rede de distribuição.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
João Cleofas.

DECRETO N.º 31.253 — DE 7 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea n.º do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 cargo de Tesoureiro (Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Alagoas), padrão I, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude da demissão de Sinval de Carvalho Gama, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.254 — DE 7 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea n.º do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 cargo de Tesoureiro-Auxiliar (Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Mato Grosso), padrão I, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude da demissão de Noemia Correia da Costa, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.255 — DE 7 DE
AGOSTO DE 1952

Concede à sociedade "A. Miranda Corrêa & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade "A. Miranda Corrêa & Companhia Limitada", com sede na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o contrato social, firmado a 31 de dezembro de 1951, e alteração contratual, firmada a 22 de abril de 1952, conforme certidões que apresentou, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.256 — DE 8 DE
AGOSTO DE 1952

Concede autorização para a constituição da Cooperativa Banco Comercial de Niterói Limitada, com sede no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.257 — DE 8 DE AGOSTO DE
1952

Concede autorização para a constituição da Cooperativa de Crédito dos Funcionários do Banco do Brasil S. A., de Responsabilidade Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e de acordo com a alínea b do art. 12 do Decreto-lei n.º 22.239 de 19 de dezembro de 1932, alterado pelo Decreto-lei n.º 581, de 1.º de agosto de 1938, ambos revigorados pelo Decreto-lei número 8.401 de 19 de dezembro de 1945, decreta:

Art. 1.º Fica a Cooperativa de Crédito dos Funcionários do Banco do Brasil S. A., de Responsabilidade Limitada, autorizada a constituir-se no Distrito Federal, após o que deverá, nos termos da Lei, registrar-se no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1952;
130.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.258 — DE 8 DE
AGOSTO DE 1952

Substitui o art. 30 e seus parágrafos, do Regulamento do Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto número 7.847, de 16 de setembro de 1941.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O art. 30 e seus parágrafos, do Regulamento do Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro,

aprovado pelo Decreto n.º 7.847, de 16 de setembro de 1941, ficam substituídos pelos seguintes:

Art. 30. Em qualquer hipótese, quando exceder o período normal de seis horas e meia ou de oito, conforme o caso, o trabalho diário será remunerado na base do salário-hora ordinário, acrescido de vinte e cinco por cento, se, com a prorrogação, não passar de nove horas seguidas.

§ 1.º Se, com a prorrogação, o trabalho passar das nove horas mencionadas, até o limite de dez, o aumento será feito na base do salário-hora ordinário, acrescido de cinqüenta por cento.

§ 2.º O trabalho que, com a prorrogação, exceder de dez horas, será remunerado na base do salário-hora ordinário, acrescido de cem por cento.

§ 3.º Os acréscimos a que se refere este artigo serão concedidos tendo em vista a duração do trabalho, independentemente das fases do dia ou da noite, dentro das quais o mesmo se realize.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.259 — DE 11 DE
AGOSTO DE 1952

Aprova o Regulamento da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, anexo ao presente Decreto e assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

REGULAMENTO DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I

Das finalidades

Art. 1.º A Delegacia Regional do Trabalho (D.R.T.), no Estado de São Paulo, restabelecida pela Lei número 1.599, de 9 de maio de 1952, é diretamente subordinada ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e tem por finalidade superintender, no Estado de São Paulo, os serviços atribuídos às diversas repartições do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, excetuado o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização.

Parágrafo único. Sem prejuízo da subordinação direta ao Ministro, a Delegacia obedecerá às ordens que lhes forem transmitidas pelos Departamentos e demais repartições do Ministério, em relação aos serviços atinentes à esfera de ação de cada um deles.

Art. 2.º A D.R.T. cumpre ainda:

a) promover e presidir inquéritos sociais acerca das condições do trabalhador, colhendo sugestões das entidades sindicais e encaminhando os projetos de solução ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio;

b) adotar providências para a coordenação dos interesses econômicos e profissionais, o amparo dos trabalhadores e a harmonia social.

CAPÍTULO II

Da organização

Art. 3.º A D.R.T. será dirigida por um Delegado Regional e constituida dos seguintes órgãos:

Serviço de Administração (S.A.).
Serviço de Fiscalização (S.F.).
Serviço do Interior (S.I.).
Serviço de Identificação Profissional (S.I.P.).
Serviço Sindical (S.S.).
Serviço de Higiene e Segurança do Trabalho (S.H.S.T.).

Art. 4.º O Delegado Regional terá um Secretário e quatro auxiliares, por ele designados, e será assistido pelos Assistentes Jurídicos.

Art. 5.º Os órgãos de que se compõe a Delegacia funcionarão perfeitamente articulados entre si, regime de mútua colaboração, e sob a orientação do Delegado Regional.

CAPÍTULO III

Da competência e organização dos serviços

SECÇÃO I

Do Serviço de Administração

Art. 6.º Ao S.A. compete:

I — Centralizar, orientar, executar e fiscalizar todos os serviços administrativos da Delegacia.

Art. 7.º O S.A. compreende:

Seção de Pessoal (S.P.).

Seção do Material (S.M.).

Seção de Orçamento e Contabilidade (S.O.C.).

Seção de Abono Familiar (S.A.F.).

Seção de Comunicações (S.C.).

Art. 8.º A S.P. compete coordenar os assuntos relativos aos servidores da Delegacia e executar e fiscalizar as medidas de caráter administrativo e social que a seu respeito forem adotadas.

Art. 9.º A S.P. se compõe de:

Turma de Administração (T.A.).

Turma de Contrôlo (T.C.).

Turma Financeira (T.F.).

Turma de Assistência Social (T.A.S.).

Art. 10. A T.A. compete:

I — Estudar os papéis e expedir as comunicações necessárias referentes a direitos, deveres, vantagens e demais assuntos concernentes a funcionários e extranumerários;

II — Lavrar todos os atos relativos a funcionários e extranumerários;

III — Organizar o expediente relativo à posse dos funcionários e admissão dos extranumerários;

IV — Propor a criação e supressão de cargos e funções, tendo em vista a necessidade do serviço; e

V — Manter em dia o assentamento individual do servidor, com indicação dos elementos de identificação civil, encargos de família, natureza profissional, índice de aptidão, tempo de serviço, exercício, elogios e penalidades que se relacionem direta ou indiretamente com o exercício de funções públicas.

Art. 11. A T. C. compete:

I — Organizar e manter em dia a ficha financeira individual;

II — Controlar os boletins de frequência, que lhe devem ser remetidos pelos Serviços;

III — Proceder à averbação e classificação dos descontos, exercendo a fiscalização necessária;

IV — Expedir guias de crédito correspondentes aos descontos autorizados;

V — Encaminhar à T.A., depois de extraídos os elementos que interessam à turma, os boletins de frequência dos funcionários e extranumerários, para efeito do assentamento individual;

VI — Fiscalizar, permanentemente, a distribuição e aplicação das verbas de pessoal; e

VII — Expedir os boletins de alterações, contendo os novos elementos e as modificações de crédito e débito do pessoal.

Art. 12. À T.F. compete:

I — Elaborar as folhas de pagamento, as relações dos descontos obrigatórios e autorizados;

II — Organizar a demonstração mensal da despesa com o pessoal e enviá-la à T.C.; e

III — Fornecer os dados para o orçamento do pessoal da Delegacia.

Art. 13. À T.A.S. compete:

I — Estabelecer medidas para socorros de urgência;

II — Fornecer atestados de sanidade e capacidade física às pessoas propostas para funções extranumerárias;

III — Fornecer atestados e laudos médicos, nos casos de licença para tratamento de saúde, verificação de doença em pessoa da família e de ausência ao serviço, por motivo de doença; e

IV — Participar, por intermédio de um médico da junta designada para efeito de aposentadoria ou licença superior a 90 dias.

Art. 14. À S.M. compete:

I — Coordenar a execução e a fiscalização das medidas de caráter administrativo, econômico e financeiro relativas ao material;

II — Executar os trabalhos de expediente relativos às concorrências, coletas de preços, troca, cessão ou venda de material;

III — Lavrar os contratos e atos de aquisição de material;

IV — Processar as contas apresentadas pelos fornecedores;

V — Propor ao Diretor do S.A. a aplicação de penas aos fornecedores que não tiverem cumprido alguma obrigação contratual;

VI — Organizar o registro dos fornecedores;

VII — Receber o material adquirido de acordo com as normas estabelecidas, opinando sobre a convenien-

cia ou não de sua aceitação, quanto ao preço ou qualidade, tendo em vista o seu emprego;

VIII — Distribuir o material aos diversos Serviços da Delegacia;

IX — Escrever, em fichas próprias, a quantidade de material distribuído e os consumos mensais que lhe forem comunicados;

X — Organizar o mapa mensal do movimento do material entrado e saído, com a discriminação do custo, procedência e destino, e saldo existente, cuja aquisição tenha sido feita diretamente;

XI — Remeter à Divisão do Material do Ministério mapa idêntico ao do item anterior e relativo ao material recebido da referida Divisão;

XII — Apresentar, nas épocas determinadas pelo Diretor do S.A., a estimativa do material de uso corrente a ser utilizado no primeiro e segundo semestres de cada ano;

XIII — Providenciar sobre a regularidade do abastecimento dos Serviços, mantendo sempre, em estoque, quantidade suficiente de material de uso frequente;

XIV — Organizar a nomenclatura do material, de acordo com as normas dadas pelos órgãos competentes;

XV — Fornecer à Seção de Orçamento e Contabilidade os dados necessários à escrituração do inventário do material e à contabilidade de despesa com o mesmo;

XVI — Fazer a estatística do material consumido;

XVII — Propor ao Diretor do S.A. a troca, cessão, ou venda do material considerado em desuso bem como a baixa da responsabilidade do mesmo; e

XVIII — Providenciar sobre o conserto do material em uso na Delegacia.

Art. 15. A Seção de Orçamento e Contabilidade compete preparar a proposta orçamentária, bem como coordenar e fiscalizar as verbas e controlar a sua execução.

Art. 16. A S.O.C. se compõe de:

Turma de Orçamento (T.O.);
Turma de Contabilidade (T.C.).

Art. 17. À T.C. compete:

I — Preparar a proposta orçamentária, de acordo com as normas e instruções expedidas pelo órgão competente;

II — Coligir os dados sobre a receita arrecadada, a despesa realizada e os saldos verificados, mantendo, para

isso contato direto com as órgãos competentes;

III — Manter em dia o registro da legislação relativa à elaboração orçamentária;

IV — Controlar a execução do orçamento, processando despesas, providenciando sobre adiantamentos, preparando as tabelas de distribuição de créditos orçamentários e respectiva escrituração, e fazendo tudo o mais que se fizer necessário para o controle das verbas; e

V — Preparar o expediente relativo à prestação de contas dos adiantamentos feitos aos servidores da Delegacia.

Art. 18. A T.C. compete registrar a renda proveniente dos diversos Serviços da Delegacia, inclusive das multas impostas, preparando o respectivo boletim mensal para ser enviado à Divisão de Orçamento do Departamento de Administração.

Art. 19. A S.C. compete receber, registrar, distribuir, guardar e expedir a correspondência, processos e demais documentos referentes aos serviços da Delegacia localizados na sede desta, bem como orientar e atender aos pedidos de informações do público e dos demais órgãos da Delegacia.

Art. 20. A S.C. se compõe de:
Turma de Protocolo (T.P.);
Turma de Expedição (T.E.);
Turma de Arquivamento (T.A.);
Turma de Queixas e Reclamações (T.Q.R.);
Biblioteca (B).

Art. 21. A T.P. compete:

I — Receber, registrar e distribuir a correspondência e fiscalizar o seu movimento;

II — Informar os papéis avulsos e processos que dependam de solução; e

III — Fornecer aos interessados e aos Serviços da Delegacia as informações relativas ao movimento e localização dos processos e papéis avulsos.

Art. 22. Toda a correspondência dirigida à sede da Delegacia será apresentada diretamente à T.P., quer proceda das partes, quer das repartições postais telegráficas, ou de quaisquer outros órgãos da Administração Pública.

Art. 23. A T.P. fornecerá ao interessado o comprovante da entrega do papel ou processo e passará os recibos que forem exigidos.

Art. 24. A correspondência será aberta na T.P., exceto a que estiver

nas condições das alíneas a, b e c do art. 1.º do Decreto n.º 1.081, de 3 de setembro de 1936, e a de natureza particular, que será encaminhada aos órgãos de destino, ou aos respectivos destinatários, sem ser aberta, desde que apresente na sobrecarta a indicação necessária.

Art. 25. A T.P. verificará se a correspondência está redigida em termos e, quando a natureza do papel o reclame, se está selada conforme as exigências legais e com a firma reconhecida.

Parágrafo único. Na hipótese de falta ou insuficiência de selo, a T.P. poderá receber o papel sujeito ao respectivo imposto, desde que informe a respeito à autoridade a quem é dirigido, para proceder como no caso couber.

Art. 26. A juntada de papéis será feita por indicação da T.P., que os encaminhará diretamente ao servidor em cujo poder se encontre o processo do qual os mesmos devam fazer parte.

Art. 27. A T.P. distribuirá os processos e papéis avulsos diretamente dos Serviços que devam informá-los.

Parágrafo único. A distribuição interna, em cada Serviço, dos processos e papéis avulsos compete aos respectivos Diretores.

Art. 28. A T.P. compete:

I — Expedir a correspondência elaborada pelos Serviços; e

II — Organizar e manter em dia, para informações, um fichário com os nomes e endereços das autoridades e dos órgãos do Ministério, seus diretores e chefes de serviços.

Art. 29. A T.E. verificará a assinatura no original, as rubricas nas cópias, o endereço nas sobrecartas, o número de nexos mencionado e a exatidão da numeração anotada.

Art. 30. Cabe aos Serviços o preparo da correspondência a ser expedida, bem como a feitura das respectivas sobrecartas.

Art. 31. Toda correspondência enviada à T.E., para encaminhamento, será acompanhada do processo a que se refira.

Art. 32. A expedição da correspondência "secreta" "confidencial" ou "reservada" far-se-á através da T.E., que receberá as sobrecartas já fechadas.

Art. 33. Ficará a cargo da T.E. o preparo das guias de remessa.

Art. 34. A T.A. compete:

I — Classificar e dispor em boa ordem, valendo pela respectiva conservação, os papéis em avulso ou em processo, os livros, os impressos em geral, bem como todo o material não incluído nessa especificação, já existente ou que lhe forem enviados pelos diferentes Serviços;

II — Atender, mediante requisições escritas da T.P., aos pedidos de remessa de processo, papéis, livros, documentos ou outro material sob sua guarda, feitos pelos Diretores de Serviços ou Chefes de Seção;

III — Lavrar as certidões requeridas, de acôrdo com os despachos dos Diretores; e

IV — Promover a inutilização de papéis julgados sem valor, mediante proposta do Diretor do S.A., que a respeito resolverá com os Diretores dos demais Serviços.

Art. 35. A T.Q.R. compete receber diretamente as queixas ou reclamações apresentadas à Delegacia, escrita ou verbalmente (neste caso, reduzindo-as a termo) e providenciar da maneira mais expedita sobre a sua imediata solução ou esclarecimento.

Art. 36. A Biblioteca compete:

I — Propor a aquisição, guardar, conservar e classificar os livros e publicações de interesse da Delegacia; e

II — Propor a assinatura de jornais e revistas relacionados com assuntos de especialização da Delegacia.

SEÇÃO II

Do Serviço de Fiscalização

Art. 37. Ao S. F. compete assegurar o exato cumprimento dos preceitos gerais da legislação de proteção ao trabalho e das demais leis e regulamentos vinculados ao Ministério.

Art. 38. O S. F. compreende:

Seção de Inspeção (S. I.);

Seção de Multas (S. M.);

Seção de Recursos (S. R.).

Art. 39. A S. I. compete:

I — Fiscalizar a observância das disposições legais de proteção ao trabalho relativas à identificação profissional; à duração e condições de trabalho; aos acidentes do trabalho; ao salário mínimo; às férias; à nacionalização do trabalho; ao recolhimento do imposto sindical; e demais leis e

regulamentos vinculadas ao Ministério;

II — Organizar o cadastro das empresas, do ponto de vista da inspeção do trabalho;

III — Opinar sobre os problemas relativos à inspeção do trabalho;

IV — Opinar sobre os projetos de regulamentos que disponham sobre condições de trabalho;

V — Instituir os processos de registro dos contratos de trabalho;

VI — Manter o registro dos contratos de trabalho; e

VII — Examinar os contratos de prorrogação de horário de trabalho.

Art. 40. A S. M. compete:

I — Instruir os processos originados dos autos de infração às leis e regulamentos a que se refere o item I do artigo anterior; e

II — Organizar o cadastro dos infratores.

Art. 41. A S. R. compete instruir os processos de recursos das decisões cominatórias de multas nos processos de infração dos preceitos legais a que se refere o art. 37.

SEÇÃO III

Do Serviço do Interior

Art. 42. Ao S. I. compete controlar e orientar a execução dos serviços afetos à Delegacia no interior do Estado.

Art. 43. O S. I. compreende:

Seção de Contrôlo (S. C.);

Seção de Orientação e Fiscalização (S. O. F.);

Divisões Regionais (D. R.);

Postos de Fiscalização (P. F.).

Art. 44. A S. C. compete receber e expedir toda a correspondência oriunda e destinada aos órgãos da Delegacia sediados no interior do Estado, fazendo o respectivo controle.

Art. 45. A S. O. F. compete orientar e fiscalizar, de acôrdo com as instruções do Delegado Regional, os serviços dos órgãos a que alude o artigo anterior.

Art. 46. A cada D. R. compete superintender na respectiva região os serviços afetos à Delegacia, segundo as instruções do Delegado Regional.

Art. 47. Aos P. F. compete fiscalizar a execução das leis a que se refere o art. 37, dentro da sua zona de ação.

SEÇÃO IV

Do Serviço de Identificação Profissional

Art. 48. Ao S. I. P. compete:

I — Realizar a identificação e a qualificação do trabalhador por meio de carteira profissional e proceder ao registro dos livros de empregados e aos dos que exercem profissões regulamentadas;

II — Organizar o cadastro profissional dos trabalhadores; e

III — Proceder ao controle da identificação e dos registros profissionais realizados pelos órgãos regionais da Delegacia.

Art. 49. O S. I. P. compreende:

Seção de Identificação (S. I.);

Seção de Emissão de Carteiras (S. E. C.);

Seção de Registros Profissionais (S. R. P.);

Postos de Identificação.

Art. 50. A S. I. compete:

I — Realizar a identificação física dos candidatos à carteira profissional;

II — Fazer a qualificação civil e profissional dos que pretendem a carteira profissional, preenchendo as respectivas fichas de qualificação;

III — Manter em perfeita ordem o arquivo de fichas dactiloscópicas dos que se habilitam à carteira profissional em todo o Estado;

IV — Organizar o fichário-índice das identificações profissionais realizadas em todo o Estado.

Art. 51. A S. E. C. compete:

I — Emitir a carteira profissional, com base na identificação e na qualificação realizadas pela S. I.;

II — Receber e processar as reclamações relativas ao não cumprimento dos preceitos legais concernentes a carteira profissional;

III — Instruir os recursos das decisões proferidas pelo Diretor do S. I. P. e opinar nos interpostos de decisões emanadas das autoridades regionais da Delegacia.

Art. 52. A S. E. C. compete ainda:

I — Efetuar o controle e o registro da renda resultante das taxas pagas em selo para a obtenção da carteira profissional e os registros de livros de empregados em todo o Estado; e

II — Controlar a expedição do material necessário à emissão da carteira profissional.

Art. 53. A S. R. P. compete:

I — Organizar o cadastro profissional dos trabalhadores;

II — Efetuar o registro dos livros de empregados, organizando-lhes o respectivo cadastro;

III — Proceder ao registro dos que exerçam profissão regulamentada.

Art. 54. Aos Postos de Identificação compete executar, na sua zona de ação, as atribuições previstas nos itens I e II dos arts. 50 e 51.

SEÇÃO V

Do Serviço Sindical

Art. 55. Ao S. S. compete:

I — Promover a organização sindical;

II — Exercer o controle das atividades sindicais; e

III — Orientar a colaboração de trabalhadores.

Art. 56. O S.S. compreende:

Seção de Orientação e Registro Sindical (S.O.R.S.);

Seção de Controle Contábil (S.C.C.);

Seção de Colocação de Trabalhadores (S.C.T.).

Art. 57. A S.O.R.S. compete:

I — Proceder ao registro e organizar o cadastro das associações profissionais em todo o Estado;

II — Organizar o cadastro das associações civis com prerrogativas de órgãos técnicos e consultivos do Governo;

III — Efetuar o controle da organização sindical no Estado;

IV — Instruir os processos de reconhecimento das entidades sindicais;

V — Instruir os processos das eleições sindicais;

VI — Instruir os processos concernentes a atos e relatórios das administrações sindicais;

VII — Instruir os processos de reclamações contra os atos das administrações sindicais;

VIII — Instruir os processos de recursos das decisões em matéria de organização sindical emanadas do Diretor do Serviço; e

IX — Manter em perfeita ordem e atualizado o fichário da organização sindical.

Art. 58. A S.C.C. compete:

I — Examinar e opinar sobre as propostas orçamentárias das entidades sindicais;

II — propor, para cada entidade sindical, a fixação da percentagem do seu orçamento que deve constituir o fundo de reserva destinado a garantir as suas responsabilidades pelas multas e pela execução de contratos coletivos;

III — apreciar, à vista dos orçamentos aprovados, o balanço do exercício financeiro, a arrecadação da receita e aplicação das despesas das entidades sindicais;

IV — controlar a arrecadação e a aplicação do imposto sindical, confrontando as demonstrações apresentadas pelos sindicatos e os extratos de conta-corrente fornecidos pelos estabelecimentos bancários;

V — organizar quadros demonstrativos da situação financeira das entidades sindicais;

VI — providenciar para que sejam remetidas, dentro do prazo legal, as propostas de orçamento e o balanço do exercício financeiro das entidades sindicais;

VII — propor a cassação da carta de reconhecimento do sindicato que, por deficiência da receita, não se achar em condições financeiras que o habilitem a exercer as suas funções;

VIII — promover, quando lhe fôr determinado, inquéritos para apurar atos que importem malversação ou dilapidação do patrimônio das entidades sindicais; e

IX — opinar nos assuntos sindicais que envolvam matéria contábil.

Art. 59. A S.C.T. compete:

I — inscrever as ofertas e as requisições de trabalhadores cujas categorias profissionais não estejam constituídas em sindicatos;

II — coordenar e controlar as agências de colocação mantidas pelos sindicatos;

III — preparar a coordenação de agências de colocação dos sindicatos com as autoridades incumbidas das questões migratórias;

IV — preparar a articulação com as instituições de ensino técnico-profissional;

V — prestar informações nos casos de admissão de técnicos estrangeiros, para a observância da legislação de nacionalização do trabalho; e

VI — promover as necessárias pesquisas sobre os problemas de distribuição e colocação de trabalhadores.

SEÇÃO VI

Do Serviço de Higiene e Segurança do Trabalho

Art. 60. Ao S.H.S.T. compete executar e fiscalizar as medidas legais relativas à higiene e segurança do trabalho e às condições de trabalho das mulheres e menores:

Art. 61. O S.H.S.T. compreende: Seção de Higiene do Trabalho (S.H.T.);

Seção de Assistência a Mulheres e Menores (S.A.M.M.);

Seção de Segurança do Trabalho (S.S.T.).

Art. 62. A S.H.T. compete:

I — proceder a pesquisas e proferir pareceres sobre higiene do trabalho;

II — fiscalizar os métodos e locais de trabalho, verificando-lhes as condições sanitárias, com respeito à proteção pessoal do trabalhador;

III — registrar as notificações de doenças profissionais e organizar o cadastro dessas notificações;

IV — proceder aos exames clínicos dos trabalhadores, na forma da lei;

V — proceder aos exames de capacidade física e mental dos menores candidatos ao trabalho;

VI — controlar o cumprimento das medidas legais de higiene do trabalho; e

VII — instruir os processos de multas e de recursos em matéria de higiene do trabalho.

Art. 63. A S.A.M.M. compete:

I — propor os entendimentos devidos para que, nos estabelecimentos escolares, os menores candidatos a emprego e necessitados de alfabetização possam ter todas as facilidades de matrícula;

II — propor, por intermédio do S.S., entendimentos com os sindicatos, para a colocação de trabalhadores sob sua fiscalização;

III — estudar as reformas relativas ao aperfeiçoamento das condições de trabalho e ao mais adequado emprego das mulheres e dos menores;

IV — emitir a Carteira de Trabalho do Menor, examinando os documentos que condicionam a sua obtenção e verificando o grau de alfabetização dos menores, candidatos a trabalho;

V — organizar o prontuário dos menores que trabalham;

VI — controlar e arquivar as relações de empregados menores;

VII — fiscalizar o cumprimento dos dispositivos legais relativos às condições de trabalho de mulheres e menores, processando as respectivas infrações e informando os recursos; e

VIII — visitar os núcleos residenciais proletários, inquirindo das condições sociais das famílias operárias e orientando as mulheres trabalhadores a respeito dos preceitos legais de proteção ao trabalho.

Art. 64. A S.S.T. compete:

I — proceder a pesquisas e proferir pareceres sobre segurança do trabalho;

II — fiscalizar os métodos e locais de trabalho, verificando-lhes as condições de segurança;

III — controlar o cumprimento das medidas legais de segurança do trabalho; e

IV — instruir os processos de multas e de recursos em matéria de segurança do trabalho.

CAPÍTULO IV

Das atribuições dos funcionários

Art. 65. Ao Delegado Regional incumbe:

I — orientar, coordenar e fiscalizar a execução dos trabalhos afetos à Delegacia;

II — manter estreita colaboração entre todos os órgãos da Delegacia;

III — encaminhar à autoridade competente, com o seu parecer, todos os papéis e processos cuja decisão escape à sua alçada;

IV — impor multas, nos termos da legislação vigente;

V — fixar as sedes e âmbito de ação dos serviços regionais e dos postos de fiscalização e de identificação;

VI — recorrer *ex-officio* de toda decisão que julgar improcedentes os autos lavrados;

VII — despachar diretamente com os Diretores dos Serviços componentes da Delegacia;

VIII — corresponder-se, no interesse do serviço, com as autoridades estaduais e municipais, bem como com as demais autoridades federais sediadas no Estado;

IX — autorizar a publicação dos trabalhos da Delegacia;

X — distribuir o pessoal da Delegacia pelos Serviços e movimentá-lo de acordo com as necessidades;

XI — prover as funções gratificadas e as chefias das Seções;

XII — impor penas disciplinares e representar ao Ministro, quando a penalidade a aplicar exceder a sua alçada;

XIII — aprovar as escalas de férias dos servidores;

XIV — antecipar ou prorrogar o período normal de trabalho;

XV — autorizar a antecipação ou prorrogação remunerada do período de trabalho;

XVI — organizar, conforme a necessidade do serviço, turnos de trabalho com horário especial;

XVII — expedir instruções para execução dos serviços da Delegacia;

XVIII — autorizar despesas e requisitar pagamentos e adiantamentos à conta das dotações distribuídas à Delegacia e dentro de seus limites, nos termos da legislação vigente;

XIX — requisitar passagens e transporte de qualquer natureza, inclusive acomodações especiais, para os servidores que viajarem em objeto de serviço e sua bagagem, bem como para pessoas de sua família, quando for o caso;

XX — autorizar as viagens dos servidores, dentro do território do Estado, em objeto de serviço;

XXI — expedir boletins de merecimento;

XXII — apresentar ao Ministro, nas épocas próprias, o relatório dos trabalhos realizados pela Delegacia.

Art. 66. Aos Assistentes Jurídicos incumbe:

I — desempenhar as atribuições que lhe são conferidas pela Lei número 1.339, de 30 de janeiro de 1951;

II — assistir o Delegado nos dissídios coletivos do trabalho;

III — preparar as informações que ao Tribunal Regional do Trabalho devam ser prestadas pelo Delegado Regional;

IV — preparar as informações que ao Ministério Público devam ser prestadas para a cobrança executiva das multas impostas pela Delegacia;

V — organizar o registro de jurisprudência das decisões administrativas e judiciárias que se relacionem com a legislação do trabalho;

VI — orientar a Turma de Queixas e Reclamações; e

VII — apresentar ao Delegado Regional, nas épocas próprias, o relatório dos trabalhos a seu cargo.

Art. 67 — Aos Diretores dos Serviços incumbem:

I — dirigir coordenar e fiscalizar os trabalhos a cargo do Serviço;

II — apresentar ao Delegado Regional sugestões que visem ao melhor andamento dos trabalhos e aproveitamento do pessoal;

III — opinar em todos os papéis em curso no Serviço e que tenham que ser despachados pelo Delegado Regional;

IV — dar parecer sobre a conveniência da publicação de trabalhos do Serviço;

V — proferir despachos interlocutórios tendentes a esclarecer os processos iniciados por petição dirigidas ao Delegado Regional, e despachos decisórios nos processos de sua competência;

VI — inspecionar periodicamente os trabalhos diretamente subordinados ao Serviço ou por eles controlados;

VII — indicar, para a necessária designação, os Chefes de Seção, o Secretário e o Auxiliar;

VIII — despachar pessoalmente com o Delegado Regional;

IX — movimentar o pessoal do Serviço, de acordo com as necessidades deste;

X — impor penas disciplinares e representar ao Delegado, quando a penalidade a aplicar exceder a sua alçada;

XI — visar os boletins de frequência;

XII — organizar a escala de férias do pessoal do Serviço;

XIII — antecipar ou prorrogar o período normal de trabalho, até uma hora diária;

XIV — propor ao Delegado Regional, conforme a necessidade do serviço, a organização de turnos de trabalho com horário especial;

XV — apresentar ao Delegado Regional, nas épocas próprias, o relatório das atividades do respectivo Serviço.

Art. 68. — Aos Chefes de Seção incumbem:

I — orientar as atividades das seções a seu cargo, informando o respectivo Diretor sobre os trabalhos e as providências que forem necessárias à boa marcha dos mesmos;

II — distribuir pelos servidores os trabalhos que lhes incumbem executar;

III — manter estreita colaboração com as outras Seções do Serviço, bem

como com os demais órgãos da Delegacia;

IV — proferir despachos interlocutórios que visem à melhor elucidação de processo iniciado no respectivo Serviço;

V — organizar a escala de férias do pessoal da Seção, submetendo-a à aprovação do Diretor;

VI — aplicar penas disciplinares de advertência e repreensão e representar ao Diretor, quando a penalidade exceder a sua alçada;

VII — expedir boletins de merecimento;

VIII — controlar os boletins de produção;

IX — apresentar ao Diretor do Serviço relatório das atividades da Seção.

Art. 69. Aos demais servidores compete executar os trabalhos de que forem incumbidos, observar as ordens e instruções superiores e cumprir as prescrições legais e regimentais.

Art. 70. Ao Secretário do Delegado incumbem:

I — receber e encaminhar ao Delegado as pessoas que o procurarem, dando-lhe prévio conhecimento do assunto a tratar;

II — representar o Delegado sempre que para isto fôr designado; e

III — redigir a correspondência pessoal do Delegado.

CAPÍTULO V

Disposições gerais

SEÇÃO I

Da Lotação

Art. 71. A D. R. T. terá a lotação que fôr oportunamente aprovada em Decreto.

SEÇÃO II

Do Horário

Art. 72. O horário de trabalho da D. R. T. será fixado pelo Delegado Regional, observadas as disposições legais em vigor, especialmente o Decreto número 26.299, de 31 de janeiro de 1949.

Art. 73. Não estão sujeitos a ponto o Delegado, os Assistentes Jurídicos, os Diretores de Serviço e os Chefes de Serviço Regional.

§ 1.º A frequência dos servidores incumbidos de função de fiscalização e assistência sindical, pela própria natureza dos seus encargos, será verificada por meio de boletins diários de produção, controlados pelos respectivos chefes imediatos.

§ 3.º Os demais servidores estão sujeitos a ponto.

SEÇÃO III

Das substituições

Art. 74 — Serão substituídos, automaticamente, em suas faltas e impedimentos eventuais até 30 dias.

I — O Delegado Regional, pelo Diretor de Serviço por ele indicado e designado pelo Ministro;

II — os Diretores de Serviço, pelo Chefe de Seção por eles indicado e designado pelo Delegado Regional;

III — os Chefes de Serviço Regional, pelo servidor por eles indicado e designado pelo Delegado Regional; e

IV — Os Chefes de Seção, pelo servidor designado pelo Diretor do Serviço, mediante indicação do respectivo Chefe.

Parágrafo único — Haverá sempre funcionários previamente designados para as substituições a que se refere este artigo.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1952. — *Segadas Vianna*.

DECRETO N.º 31.260 — DE 11 DE AGOSTO DE 1952

Outorga concessão à Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional, para instalar um transmissor de 500 watts na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição Federal, atendendo ao que solicitou a Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional — e tendo em vista o disposto no artigo 5.º número XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo 1.º Fica outorgada concessão, a título precário, à Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional — nos termos do

artigo 4.º, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para instalar na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, uma estação radiotelegráfica de 500 watts de potência, em substituição à de 250 watts; ali existente.

Artigo 2.º Dentro dos prazos fixados no artigo 16, letras *g* e *h*, do Decreto n.º 21.111, de 1.º de março de 1932, a Companhia Nacional de Navegação Costeira deverá apresentar ao Ministério da Viação e Obras Públicas a documentação a que o mesmo se refere, sob pena de ser cassada a concessão, objeto deste decreto.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Sousa Lima.

DECRETO N.º 31.261 — DE 11 DE AGOSTO DE 1952

Outorga concessão à Rádio Sociedade Gaucha S. A. para estabelecer quatro transmissores de ondas curtas em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.262 — DE 11 DE AGOSTO DE 1952

Declara de utilidade pública, para desapropriação, a faixa de terreno e respectivas benfeitorias, compreendidas entre os quilômetros 0 e 30 da ligação ferroviária Coatiara a Patos de Minas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º De acordo com os artigos 2.º, 5.º, alíneas *h*, *i* e *j*, e 6.º do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, são declaradas de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a faixa de terreno e respectivas benfeitorias necessárias à construção do primeiro trecho da ligação ferroviária de Coatiara a Patos de

Minas, no Estado de Minas Gerais, compreendidas entre os quilômetros 0 e 30, cujos projeto e orçamento foram aprovados pelo Decreto número 27.431, de 16 de novembro de 1949.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.263 — DE 11 DE AGOSTO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, terreno necessário à construção do sistema de oleodutos Santos-São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos de ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, o terreno situado na Capital do Estado de São Paulo, com a área aproximada de 2.460m², pertencente à Ford Motor Company Exports, Inc., à Companhia Parque da Mooca ou Sucessores e à Prefeitura Municipal de São Paulo, representada na planta que com este baixa devidamente rubricada, e necessária à construção do sistema de oleodutos Santos-São Paulo.

Art. 2.º Nos termos do art. 15 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos de números 4.152, de 6 de março de 1942, e 9.811, de 9 de setembro de 1946, fica declarada a urgência da desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, da área referida no artigo anterior.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.264 — DE 12 DE AGOSTO DE 1952

Outorga a Coutinho & Pena concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira Sumidouro, no rio Sacramento, distrito e município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do art. 150 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º E' outorgada a Coutinho & Pena, concessionário de energia elétrica no município de Caratinga, concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira Sumidouro, existente no rio Sacramento, distrito e município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais, respeitados os direitos de terceiros.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato de aprovação dos projetos, serão determinadas a altura de queda a aproveitar, a descarga de derivação e a potência da etapa inicial, bem como das subseqüentes, à medida que forem sendo aprovados os projetos correspondentes.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para serviço público de utilidade pública e para comércio de energia na zona de que é concessionário Coutinho & Pena.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar de concessão (Código de Águas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data em que

fôr publicado o despacho de aprovação, pelo Ministro da Agricultura da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura em três (3) vias, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação d'este Decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico, observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Águas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando fôr determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias às observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5.º As tarifas do fornecimento de energia serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 4.º, será criado um fundo de reserva que proverá às renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta quota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição da energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado de Minas Gerais, de conformidade com o estipulado nos arts. 165 e 166 do C6-

digo de Águas, mediante indenização, na base do custo histórico, do capital não amortizado, deduzida a reserva de renovação a que se refere o parágrafo único do art. 6.º.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado de Minas Gerais não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 8.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data da publicação d'este Decreto.

Art. 9.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.ª da República.

GETÚLIO VARGAS.
João Cleofas.

DECRETO N. 31.265 — DE 12 DE
AGOSTO DE 1952

Declara de utilidade pública a Associação dos Ferroviários Sul Rio-Grandenses, com sede em Porto Alegre.

O Presidente da República, atendendo ao que requereu a Associação dos Ferroviários do Sul Rio-grandense, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a qual satisfaz as exigências do art. 1.º da Lei n.º 91, de 28 de agosto de 1933, e, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2.º da citada Lei, decreta:

Artigo único. É declarada de utilidade pública, nos termos da mencionada Lei, a Associação dos Ferroviários Sul Rio Grandense, com sede em Porto Alegre.

Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N. 31.266 — DE 12 DE
AGOSTO DE 1952

Dá nova redação à alínea "a" do artigo 5.º do Regulamento para a Diretoria de Saúde Naval, aprovado e manda executar pelo Decreto número 18.506, de 27 de abril de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Artigo 1.º A alínea a) do artigo 5.º do Regulamento para a Diretoria de Saúde Naval, aprovado e mandado executar pelo Decreto n.º 18.506, de 27 de abril de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) um Oficial-General do Corpo de Saúde da Marinha, com o título de Diretor-Geral de Saúde Naval;"

Artigo 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

DECRETO N.º 31.267 — DE 13 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza a Sociedade Mineradora Ponta da Serra Ltda. a lavar gipsita, no município de Araripina, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Sociedade Mineradora Ponta da Serra Limitada a lavar gipsita, em terrenos de sua propriedade, na Fazenda Ponta da Serra, distrito e município de Araripina, Estado de Pernambuco, numa área de quatrocentos e oitenta e oito hectares e trinta e um ares (488,31 ha.), delimitada por um polígono irregular, que tem um vértice na confluência do riacho Cajazeiras no rio Pageú e os lados, a partir desse vér-

tice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: mil e quinhentos metros (1.500 m.), dezessete graus e vinte minutos sudoeste (17º 20' SW); oitocentos e setenta e cinco metros (875 m.), setenta e dois graus e quarenta minutos noroeste (72º 40' NW); mil novecentos e vinte e cinco metros (1.925 m.), um grau e cinquenta minutos noroeste (1º 50' NW); três mil quinhentos e sessenta e seis metros (3.566 m.), oito graus e cinquenta minutos sudeste (8º 50' SE); mil quinhentos metros (1.500 m.), sessenta e oito graus e vinte minutos sudoeste (68º 20' SW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento ao disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo, para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão do Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de nove mil setecentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 9.780,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.268 — DE 13 DE AGOSTO DE 1952

Concede autorização para constituição da Cooperativa de Crédito dos Bancários de Niterói Limitada, com sede na cidade de Niterói, município do mesmo nome, no Estado do Rio de Janeiro.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.269 — DE 13 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Luzia Batista Hatem a pesquisar mica e associados, nos municípios de Conselheiro Pena e Galiléia, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Luzia Batista Hatem a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos ocupados por Antônio Augusto de Almeida, situados no lugar denominado córrego Urucum, à juzante da confluência dos córregos Vazante do Celestino e Urucum, numa área de cento e vinte e nove hectares, noventa ares e trinta centiares — (129,9030 ha.) — abrangendo ambas as margens do córrego do Urucum, situada nos distritos de Barra do Cuité e Galiléia, municípios de Conselheiro Pena e Galiléia, Estado de Minas Gerais, área essa delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a duzentos e cinquenta metros (250 m.) no rumo verdadeiro de trinta e nove graus e quarenta e cinco minutos noroeste (39º 45' NW) da barra do córrego Vazante da Onça, afluente do córrego Urucum, e os lados divergentes do vértice considerado têm: mil metros (1.000 m.), e rumo verdadeiro de quarenta e três graus e quarenta e cinco minutos nordeste — (43º 45' NE); mil e quinhentos metros (1.500 m.) e rumo verdadeiro de dezesseis graus e quinze minutos sudeste (16º 15' SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de

mil e trezentos cruzeiros (Cr\$ 1.300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.270 — DE 13 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Vieira dos Santos a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Ataléia, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Vieira dos Santos a pesquisar quartzo e pedras coradas, em terrenos devolutos situados no distrito e município de Ataléia, Estado de Minas Gerais, numa área de quarenta e nove hectares (49 ha.) delimitada por um quadrado com setecentos metros (700 m.) de lado, que tem um vértice a cento e noventa metros (190 m.), no rumo magnético de sessenta e dois graus sudeste (62º SE), da confluência dos córregos Terreiro de Pedra e Quarteis e os lados divergentes do vértice considerado têm os seguintes rumos magnéticos: quinze graus sudoeste (15º SW) e setenta e cinco graus noroeste (75º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos e noventa cruzeiros (Cr\$ 490,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.271 — DE 13 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Ferreira Gomes a pesquisar quartzo e ametista no município de Coripós, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Júlio Ferreira Gomes a pesquisar quartzo e ametista, em terrenos de sua propriedade em condomínio com outros, situados nas Fazendas de Formiga e Pontalinho, no distrito Vermelho do município de Coripós, no Estado de Pernambuco, numa área de cento e trinta e cinco hectares (135 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice coincidindo com o quilômetro dezessete (Km. 17) da Rodovia de Lagôa Grande a Coripós e os lados divergentes a partir desse vértice têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — mil metros (1.000 m.), nove graus e trinta minutos sudeste — (9º 30' SE); mil e trezentos e cinqüenta metros (1.350 m.), oitenta graus e trinta minutos nordeste (80º 30' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil trezentos e cinqüenta cruzeiros (Cr\$ 1.350,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.272 — DE 13 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Maria Elvira da Silva a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos

termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Maria Elvira da Silva a pesquisar diamantes e associados no lote diamantífero número cento e cinqüenta e oito (158), situado na localidade de Diamante Vermelho, distrito de Guinda, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e dois hectares (22 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a trezentos metros — (300 m.) — no rumo magnético de vinte e oito graus noroeste (28º NW) do pontilhão da autovia Diamantina-Belo Horizonte, sobre o córrego de Diamante Vermelho, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e oitenta metros (280 m.), treze graus e quinze minutos nordeste — (13º 15' NE); quatrocentos e vinte e quatro metros (424 m.), dois graus e quarenta e cinco minutos nordeste (2º 45' NE); trezentos e vinte metros (320 m.), setenta e oito graus noroeste — (78º NW); oitocentos e quatro metros (804 m.), trinta minutos sudoeste (30º SW); e o quinto (5.º) e último lado é constituído de um segmento retilíneo que, partindo da extremidade do quarto lado vai encontrar o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.273 — DE 13 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Tito de Oliveira Lima e Alberto Tôres Filho a lavrar mica no município de Santa Maria de Suassui, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos

têrmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Tito de Oliveira Lima e Alberto Tôrres Filho a lavrar mica, em terrenos devolutos, na localidade Lavra da Serrinha ou Cabeceiras do Safirinha, distrito de Poaia, município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais, numa área de quarenta e quatro hectares, quinze ares e setenta centiares (44,1570 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência dos córregos do Chiá e do Campinho e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: quatrocentos metros (400 m.), sessenta e cinco graus e trinta minutos noroeste (65° 30' NW); quatrocentos e cinquenta metros (450 m.), dezesseis graus e trinta minutos noroeste (16° 30' NW); trezentos e sessenta metros (360 m.), vinte e quatro graus e trinta minutos nordeste (24° 30' NE); setecentos metros (700 m.), sessenta e cinco graus e trinta minutos sudeste (65° 30' SE); desse vértice, por uma linha reta, até o primeiro considerado. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento ao disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo, para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será

transcrito no livro próprio da Divisão do Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de novecentos cruzeiros (Cr\$ 900,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.274 — DE 13 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Arminda Bruschini Zelante a lavrar águas minerais, termais e gasosas no município de Serra Negra, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos têrmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Arminda Bruschini Zelante a lavrar águas minerais, termais e gasosas no imóvel denominado "Fonte São João", de propriedade do Instituto Radium-Emanoterápico, no distrito e município de Serra Negra, Estado de São Paulo, numa área de um hectare trinta e cinco ares e oito centiares (1,3508 ha.), delimitada por um polígono que tem um vértice no canto noroeste (NW), do portão de entrada do número trezentos e dezenove (319), da rua Coronel Pedro Penteado e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: quarenta e dois metros e oitenta centímetros (42,80 m.), cinquenta e cinco graus nordeste (55° NE); treze metros (13 m.), cinquenta e dois graus e vinte e dois minutos noroeste (52° 22' NW); quarenta e um metros (41 m.), quarenta e nove graus e quarenta e cinco minutos nordeste (49° 45' NE); vinte e um metros e cinquenta e cinco centímetros (21,55 m.), quarenta e cinco graus e trinta minutos nordeste (45° 30' NE); vinte e nove metros e trinta centímetros — (29,30 m.), quarenta e oito graus e trinta minutos nordeste (48° 30' NE); vinte e nove metros e sessenta centímetros (29,60 m.), cinquenta e dois graus nordeste (52° NE); dezoito me-

tros e noventa centímetros (18,90 m.). cinquenta e um graus e quarenta minutos nordeste (51° 40' NE); vinte e nove metros e trinta centímetros — (29,30 m.), quarenta e sete graus e trinta minutos nordeste (47° 30' NE); vinte e quatro metros e trinta centímetros (24,30 m.), quarenta e sete graus nordeste (47° NE); vinte e cinco metros e noventa e cinco centímetros (25,95 m.), cinquenta e um graus e vinte minutos nordeste (51° 20' NE); trinta metros e trinta e dois centímetros (30,32 m.), sessenta e dois graus e trinta minutos sudeste (62° 30' SE); dezesseis metros e setenta centímetros (16,70 m.), sessenta e sete graus e trinta minutos sudeste (67° 30' SE); vinte e oito metros e cinquenta e seis centímetros (28,56 m.), sessenta e sete graus sudeste (67° SE); quarenta e sete metros (47 m.), sessenta e sete graus sudeste (67° SE); sete metros (7 m.), dois graus e vinte e seis minutos sudeste (2° 26' SE); trinta e três metros e cinquenta centímetros (33,50 m.), sessenta e cinco graus e dez minutos noroeste (65° 10' NW); quarenta e seis metros e quarenta centímetros (46,40 m.), sessenta e quatro graus e cinquenta minutos noroeste (64° 50' NW); vinte metros e vinte e sete centímetros (20,27 m.), trinta e seis graus e trinta minutos sudoeste (36° 30' SW); dezesseis metros e setenta centímetros (17,70 m.), trinta graus sudoeste (30° SW); treze metros e trinta centímetros (13,30 m.), trinta e quatro graus e trinta minutos sudoeste (34° 30' SW); onze metros e setenta e cinco centímetros (11,75 m.), vinte e seis graus e trinta minutos sudoeste (26° 30' SW); vinte e um metros e setenta centímetros — (21,70 m.), quarenta e nove graus e trinta minutos sudoeste (49° 30' SW); trinta e cinco metros e trinta e cinco centímetros (35,35 m.), cinquenta graus sudoeste (50° SW); trinta metros e sessenta centímetros (30,60 m.), cinquenta e um graus e trinta minutos sudoeste (51° 30' SW); vinte e oito metros e cinquenta centímetros (28,55 m.), cinquenta e três graus e trinta minutos sudoeste (53° 30' SW); quarenta e cinco metros e quarenta centímetros (45,40 m.), cinquenta e um graus sudoeste (51° SW); quinze metros e sessenta centímetros (15,60 m.), cinquenta e seis graus e quarenta e cinco minutos noroeste (56° 45' NW); vinte e quatro metros e cinquenta centímetros (24,50 m.), cinquenta e um graus e cinquenta e cinco minutos noroeste (51° 55' NW); quarenta e cinco metros (45 m.), cinquenta e cinco

graus sudoeste (55° SW); d'este último, por uma linha reta, até o primeiro (1.º) vértice considerado. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28, do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento ao disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo, para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão do Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.275 — DE 13 DE AGOSTO DE 1952

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária para a construção de uma variante na linha Passo Fundo-Guaaporé-Barra do Jacaré, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o

artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942, e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º São declarados de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas necessárias à construção de uma variante entre os quilômetros 161,485 e 200,600 da linha Passo Fundo-Guaporé-Barra do Jacaré, cujo projeto e orçamento foram aprovados pelo Decreto n.º 31.276 de 13 de agosto de 1952.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.276 — DE 13 DE AGOSTO DE 1952

Aprova o projeto e orçamento para construção de uma variante na ligação ferroviária Passo Fundo — Guaporé-Barra do Jacaré, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o que consta dos processos protocolados no Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas sob números 6 910-52 e 14.959-52, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados o projeto e o orçamento referentes à construção de uma variante entre os quilômetros 161,485 e 200,600 da linha Passo Fundo-Guaporé-Barra do Jacaré, no Estado do Rio Grande do Sul, em substituição aos trechos aprovados pela Portaria do M.V.O.P. n.º 1.052, de 29 de novembro de 1949, e pelo Decreto n.º 27.804, de 22 de fevereiro de 1950, na importância de Cr\$ 332.651.885,90 (trezentos e trinta e dois milhões, seiscentos e cinqüenta e um mil, oitocentos e oitenta e cinco cruzeiros e noventa centavos).

§ 1.º As discriminações do projeto e orçamento de que trata este arti-

go serão dadas à publicidade mediante portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 2.º A despesa com a execução das obras correrá, no atual exercício, à conta da Verba 4 — Consignação VII — Plano S.A.L.T.E. — Subconsignação 16 (31 — 01 — 17), Anexo 25, da Lei Orçamentária vigente e, nos exercícios subsequentes, pelos recursos que forem concedidos à mencionada ligação ferroviária.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.277 — DE 13 DE AGOSTO DE 1952

Aprova novos projetos e orçamentos para obras na Estação de Cruz Alta, da Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n.º 13.427-52, no Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados, em substituição aos de que trata o Decreto n.º 7.999, de 6 de outubro de 1941, os novos projetos e respectivos orçamentos, no total de Cr\$ 16.671.138,00 (dezesseis milhões seiscentos e setenta e um mil cento e trinta e oito cruzeiros), para a execução de diversas obras na Estação de Cruz Alta, km. 161.420 da linha Santa Maria a Marcelino Ramos, da Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul.

§ 1.º As discriminações dos projetos e orçamentos de que trata este artigo serão dadas à publicidade mediante portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 2.º As despesas com as referidas obras correrão à conta dos auxílios financeiros concedidos àquela ferrovia *ex-vi* dos dispositivos legais

abaixo mencionados, devendo ser levadas, até o limite do orçamento, à conta do capital da União:

Cr\$

Nos termos do parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n. 552, de 12 de julho de 1938	6.671.138,00
Na forma do art. 1.º da Lei n. 272, de 10 de abril de 1948 ..	10.000.000,00
	<hr/> 16.671.138,00 <hr/>

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.278 — DE 14 DE AGOSTO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Aeronáutica, para efeito de serem transferidos, para lotação permanente da Diretoria de Rotas Aéreas, quatro cargos da lotação conjunta das carreiras de Oficial Administrativo e Escriturário, sendo dois da lotação permanente da Diretoria do Material e dois de igual lotação da Diretoria de Intendência.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Nero Moura

DECRETO N.º 31.279 — DE 14 DE AGOSTO DE 1952

Aprova projetos e orçamentos para obras a serem executadas na esplanada de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o que consta dos processos protocolados no Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas sob números 2.987-52 e 13.714-42, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados os projetos e os orçamentos para a execução de obras na esplanada de Corumbá, Estado de Mato Grosso, indispensáveis à conclusão do prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil até a referida cidade, na importância de Cr\$ 32.118.539,40 (trinta e dois milhões, cento e dezoto mil, quinhentos e trinta e nove cruzeiros e quarenta centavos).

§ 1.º As discriminações dos projetos e orçamentos de que trata este artigo serão dados à publicidade mediante portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 2.º A despesa com a execução das obras correrá, no atual exercício, à conta da Verba 4 — Consignação III — Subconsignação 06 (31-01-20), do Anexo 25, da vigente Lei de Meios, e, nos exercícios vindouros, à conta dos recursos que, para esse fim, forem concedidos.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.280 — DE 14 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado na Rua Buarque de Macedo, município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 87, número I, da Constituição, e de acordo com os arts. 1.165 e 1.180 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação que faz a Prefeitura Municipal do Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul, à União Federal de um terreno situado na Rua Buarque de Macedo, esquina da Rua Soares Andréia, naquele município, tudo de conformidade com os dados técnicos e demais elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n. 33.739 de 1949.

Art. 2.º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à construção do prédio onde será instalada uma Agência Postal-Telegráfica.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.281 — DE 14 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Florence Gudin, de nacionalidade norte-americana, autorizada a adquirir a fração ideal de um dezoito avos (1/18) do domínio útil do terreno de marinha beneficiado com o apartamento n. 4 do prédio n. 3.210 da Avenida Atlântica, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n. 7.407, de 1952.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.282 — DE 14 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único — Fica João Torrao, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir domínio útil do terreno de marinha designado por lote número 79, beneficiado com parte dos prédios ns. 2.771, 2.773, 2.809 e 2.817 da Rua Dr. Alberto Torres no local denominado Porto Velho no Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n.º 252.752, de 1951.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.283 — DE 14 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único — Fica Libório Esteves, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir a fração ideal de oito — cento e quarenta e cinco avos (8/145) do domínio útil do terreno de marinha beneficiado com o prédio n.º 746 da Avenida Atlântica, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 207.891, de 1951.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.284 — DE 14 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único — Fica Palermo Francisco, de nacionalidade italiana, autorizado a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha beneficiado com o prédio n.º 33 da Travessa Onze de Maio, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob número 263-77-51.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.285 — DE 14 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza Samuel Wolf Marynower a comprar pedras preciosas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Samuel Wolf Marynower, de nacionalidade belga e residente nesta Capital, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.286 — DE 14 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza Manoel Ferreira Borges a comprar pedras preciosas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Manoel Ferreira Borges, cidadão brasileiro e residente em Coromandel, Estado de Minas Gerais, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.287 — DE 18 DE
AGOSTO DE 1952

Cria o Consulado de carreira do Brasil em Hong-Kong.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, incisos I e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 16 do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Artigo 1.º Fica criado o Consulado de carreira do Brasil em Hong-Kong.

Artigo 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Neves da Fontoura

DECRETO N.º 31.288 — DE 18 DE
AGOSTO DE 1952

Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto n.º 28.703, de 2 de outubro de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 2.º, 4.º, 17.º, 46.º, 75.º e 78.º do Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado e mandado executar pelo Decreto n. 28.703, de 2 de outubro de 1950, passarão a ter a seguinte redação:

Art. 2.º O Pessoal Subalterno da Armada, será distribuído no Corpo do Pessoal Subalterno da Armada (C.P. S.A.) propriamente dito, e no Quadro Suplementar do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada (Q.S. — C.P. S.A.).

§ 1.º O Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, propriamente dito será constituído do pessoal de carreira, distribuído pelos diversos quadros de especialidade. O Quadro Suplementar do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada abrangerá:

a) as praças ainda não especializadas;

b) os voluntários admitidos por concurso;

c) Os convocados;

d) As praças que incidirem nas disposições dos Artigos 50 e 54 deste Regulamento;

e) Os suboficiais que forem inabilitados por duas vezes nas provas de admissão ao Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha, bem assim aqueles que tiverem punição disciplinar rigorosa ou penal na graduação de suboficial;

f) As praças atingidas pelas disposições do Artigo 120 e seus parágrafos, deste Regulamento.

§ 2.º As praças a que se refere a alínea a do parágrafo anterior serão transferidas para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, propriamente dito, ao se especializarem.

§ 3.º As praças de que tratam as alíneas b, c, d e e do parágrafo 1.º não poderão deixar o Quadro Suplementar a fim de se transferirem para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, propriamente dito.

Art. 4.º O Pessoal Subalterno da Armada será distribuído por três Serviços-Gerais:

- a) Serviço-Geral de Convés;
- b) Serviço-Geral de Máquinas;
- c) Serviço-Geral de Taifa.

§ 1.º Os Serviços Gerais de Convés e de Máquinas compreenderão, a partir da graduação de Primeira- Classe, especialidades que constituirão quadros independentes, indicados abaixo com os respectivos símbolos:

SERVIÇO-GERAL DE CONVÉS

Quadros	Símbolos
Manobra	MR
Carpintaria	CP
Artilharia	AT
Torpedos, Minas e Bombas ..	TM
Sinais	SI
Telegrafia	TL
Escrita e Fazenda	ES
Enfermagem	EF
Educação Física	EP
Radiotécnica	RT
Direção de Tiro	DT

SERVIÇO-GERAL DE MÁQUINAS

Quadros	Símbolos
Máquinas Principais	MA
Motores e Máquinas Especiais ..	MO
Caldeiras	CA
Elettricidade	EL
Torneiro-Fresador	TF
Ferreiro-Serralheiro	FE
Caldreiro-Soldador	CS

§ 2.º Os candidatos ao Corpo do Pessoal Subalternos da Armada, ao ingressarem no Quadro Suplementar, após a incorporação, já deverão estar classificados, pela Diretoria do Ensino Naval, para um dos Serviços-Gerais de Convés ou de Máquinas, tendo em vista a necessidade dos respectivos serviços e a aptidão de cada um, sendo representados pelos símbolos SC (Serviço de Convés) e SM (Serviço de Máquinas). Nesses Serviços, os MNs atingirão a graduação de Primeira-Classe, quando, mediante curso escolar de especialização, serão transferidos do Quadro Suplementar para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, propriamente dito, e incluídos nos Quadros acima mencionados.

§ 3.º Aos civis e às praças aprovados nos concursos de que tratam a letra c e parágrafo 2.º do Artigo 17 e para os quais haja vagas, será atribuída uma classificação provisória de um dos Serviços-Gerais de Convés ou de Máquinas (SC ou SM), de acordo com a aptidão de cada uma.

Os que terminarem com aproveitamento o Curso de Adaptação à Especialidade, serão definitivamente clas-

sificados na especialidade correspondente. Excetuam-se as praças que concorrerem a vagas de suas próprias especialidades, que ficarão dispensadas desse Curso e que serão classificadas definitivamente logo após a aprovação no concurso.

Art. 17. Para serem incorporados e incluídos no Quadro Suplementar do C. P. S. A., os alistados deverão preencher as seguintes condições:

a) Na qualidade de aprendizes, na graduação inicial de Grumete;

1) Terminar, com aproveitamento, o curso da Escola de Aprendizes-Marinheiros, entendendo-se como tal, a conclusão do curso;

2) Ter 17 anos de idade completos e 21 incompletos, no ano civil em que pretender incorporar-se;

3) Ter aptidão física comprovada em inspeção de saúde;

4) Ter altura não inferior a 1,56 m.

b) na qualidade de voluntário, nas graduações iniciais, de Grumete ou Teifeiro de 3.^a classe:

1) ser brasileiro nato;

2) ter 17 anos de idade completos e 30 incompletos, no ano civil da incorporação;

3) ser alfabetizado e submeter-se a prova de habilitação, na forma das instruções baixadas pela Diretoria do Ensino Naval;

4) ter aptidão física comprovada em inspeção de saúde;

5) ter altura não inferior a 1,56 metros;

6) possuir bons antecedentes;

7) ser vacinado contra varíola há menos de 6 meses;

8) ser solteiro, desde que possua menor idade do que a permitida na legislação em vigor, para contrair matrimônio.

c) na qualidade de voluntário, na graduação de Terceiro Sargento;

1) ser brasileiro nato;

2) ter 17 anos de idade completos e 35 incompletos, no ano civil da incorporação;

3) possuir certificado de terminação, com aproveitamento, do 1.^o ciclo secundário, ou curso técnico-profissional reconhecido pela Diretoria do Ensino Naval;

4) submeter-se a concurso na forma das instruções baixadas pela Diretoria do Ensino Naval;

5) ter aptidão física comprovada em inspeção de saúde;

6) ter altura não inferior a 1,56 metros;

7) possuir bons antecedentes comprovados com documento hábil;

8) estar quites com o serviço militar;

9) ser vacinado contra a varíola há menos de 6 meses;

10) ser solteiro, desde que possua menor idade do que a permitida na legislação em vigor para contrair matrimônio.

d) na qualidade de convocado:

1) terminar, com aproveitamento, o período de instrução nos Centros de Formação de Reservistas Navais (C. F. R. N.) e revelar pendor para a vida do mar;

2) ter 18 anos de idade completos e 30 incompletos, no ano civil da incorporação;

3) ter aptidão física comprovada em inspeção de saúde;

4) ter altura não inferior a 1,56 metros;

5) ser voluntário para ingressar no Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Parágrafo 1.^o — A incorporação de que trata a alínea c se fará toda vez que o número de vagas nas graduações superiores a cabo, assim o aconselhar.

Parágrafo 2.^o — Antes de se proceder à incorporação tratada no parágrafo 1.^o, deverá ser aberto concurso à graduação de 3.^o Sargento, ao qual poderão concorrer todas as praças do C. P. S. A., de graduação inferior àquela, desde que satisfaçam ao item 4 da alínea c e ao item 3 da alínea d do artigo 72 deste Regulamento.

Parágrafo 3.^o — O pessoal civil de que trata a alínea c será incorporado, como 3.^o Sargento SC ou SM, ao ser matriculado no Curso de Adaptação à Especialidade, que deverá fazer. A aprovação nesse Curso será requisito indispensável para o reengajamento e os que nele forem reprovados permanecerão naquela situação até terem baixa ao terminar o tempo do primeiro compromisso.

Parágrafo 4.^o — O pessoal do C. P. S. A. aprovado no concurso de que trata o parágrafo 2.^o, e que ainda não tiver o Curso de Especialização da especialidade para a qual foi aprovado no concurso referido, deverá fazê-lo, e em caso de reprovação pela 2.^a vez perderá o direito a acesso

e a engajamento, sendo-lhe aplicado o disposto no parágrafo 1.º do Artigo 108 e no Artigo 108.

Artigo 46 — Os cursos de especialização ou de adaptação à especialidade constituem condição essencial e indispensável à transferência para os diversos Quadros.

Artigo 75 — As ex-praças e os voluntários incorporados na forma da alínea c e parágrafos do artigo 17 e incluídos no Quadro Suplementar serão, exceto os SOS, promovidos enquanto estiverem convocados ou incorporados, após a permanência mínima de três anos em cada uma das graduações.

Parágrafo 1.º — A promoção será, entretanto, retardada, quando uma praça de igual ou maior tempo de serviço na mesma graduação, pertencente ao C. P. S. A. propriamente dito, ou — no caso de praça não especializada — ao Quadro Suplementar desse Corpo, não tiver sido promovida por falta de vaga.

Parágrafo 2.º — O tempo de serviço no Quadro Suplementar será, para os efeitos deste artigo, adicionado ao tempo de serviço anteriormente prestado na atividade, em uma mesma graduação, se a praça contar mais de dois anos de serviço no referido Quadro Suplementar.

Artigo 78 — Os requisitos de acesso do pessoal a que se referem os artigos 75, 76 e 77, serão:

- a) — Interstício — o período indicado no mesmo artigo 75 e seus parágrafos, 76 e 77;
- b) — Comportamento — a mesma percentagem prevista nos artigos 72 e 73;
- c) — Habilitação Profissional — na conformidade das instruções para o preparo técnico profissional do Pessoal Subalterno da Armada (I. P. T. P.);
- d) — Embarque — o previsto no artigo 72."

Artigo 2.º — O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

DECRETO N.º 31.289 — DE 18 DE
AGOSTO DE 1952

Abre ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 14.400.000,00, para ocorrer à despesa que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.531, de 27 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 14.400.000,00 — (catorze milhões e quatrocentos mil cruzeiros) — para ocorrer às despesas complementares com a construção de edifícios e instalação de maquinaria para uma fábrica de munição destinada ao Exército.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Ciro do Espírito Santo Cardoso

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.290 — DE 18 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terrenos de propriedade da Prefeitura Municipal de Monte Azul, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica autorizada a Comissão do Vale do São Francisco, criada pela Lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948, a aceitar, sem ônus para o Governo Federal, a doação dos terrenos em que será construída a Hospedaria de Migrantes, de propriedade da Prefeitura Municipal de Monte Azul, no Estado de Minas Ge-

rais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal n.º 32, de 18 de julho de 1952.

Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.291 — DE 18 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza a Empresa Força e Luz de Santa Catarina S. A. a construir uma barragem no lugar denominado Alto Rio Cedros, município de Timbó, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica autorizada a Empresa Força e Luz de Santa Catarina S. A. com sede no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, a estabelecer uma bacia de acumulação, para a regularização de vazão do rio Cedros, mediante a construção de uma barragem no lugar denominado Alto Rio Cedros situada entre os rios Diamante e Putinga, no município de Timbó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º — Caducará o presente título, independentemente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação;

II — Apresentar à mesma Divisão os estudos, projetos e orçamentos respectivos, dentro de cento e oitenta (180) dias, contados da sua publicação;

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DECRETO N.º 31.292 — DE 18 DE AGOSTO DE 1952

Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à passagem de linha de transmissão e autoriza a Sociedade Anônima Central Elétrica Rio Claro a promover a desapropriação.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, nos termos do artigo 151, letra "b", do Código de Águas e do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, e tendo em vista o que requereu a interessada, decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública uma área de terra de 3.150 metros quadrados de propriedade atribuída a Rachid Chakur, que se torna necessária à passagem da linha de transmissão entre Americana e Limeira, no Estado de São Paulo, em favor da S. A. Central Elétrica Rio Claro, de acordo com a planta apresentada e aprovada.

Art. 2.º Fica autorizada a S. A. Central Elétrica Rio Claro a promover a desapropriação da referida área de terra, na forma da legislação vigente.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.293 — DE 18 DE AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o ar-

tigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe "H", da carreira de Auxiliar de Engenheiro, do quadro VI — Parte suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da aposentadoria de João da Costa Gadelha, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformidade com o artigo 5.º do Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.294 — DE 18 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe "F" da carreira de Mestre de linha, do Quadro VI — Parte suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da promoção de Luís Fernandes, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformidade com o artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.295 — DE 18 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos dois (2) cargos da classe "E" da carreira de Maquinista de Estrada de Ferro, do Quadro VI — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vagos em virtude da promoção de Ricardo Francisco e da aposentadoria de José Bernardino, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformidade com o artigo 5.º do Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.296 — DE 18 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos dois (2) cargos da classe "D", da carreira de Condutor de trem, do Quadro VI — Parte suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da promoção de Abilio Martins de Medeiros e José Batista de Moraes, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformidade com o artigo 5.º, do Decreto-lei número 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.297 — DE 18 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos dez (10) cargos da classe "D", da carreira de Agente de Estrada de Ferro, do Quadro VI — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas vagos, em virtude da promoção de Boanerges Enéas Paiva, Francisco Albuquerque, Francisco Batista Lourenço, João Damasceno, José de Arimatéa Soares, José Bezerra Lima Filho, Reinaldo Leite Viana, Valdemar Lima e da aposentadoria de Domingos Linhares e João Pedro Franco, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformidade com o artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.298 — DE 19 DE
AGOSTO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica, de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Educação e Saúde, aprovada pelo Decreto número 24.131, de 27 de novembro de 1947, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Técnico de Educação, com o respectivo ocupante, José Francisco Carvalhal, da lotação permanente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos para igual lotação do Colégio Pedro II — Externato.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.299 — DE 19 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe "E" da carreira de Condutor de trem, do Quadro VII — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da promoção de Miguel Anastácio, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformidade com o artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.300 — DE 19 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe "F", da carreira de Mestre de linha, do Quadro VII — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da promoção de João Batista de Jesus, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformi-

dade com o artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.301 — DE 19 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe "E" da carreira de Maquinista de estrada de ferro, do Quadro IX — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da aposentadoria de Juvenal Bezerra de Lima, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformidade com o artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.302 — DE 19 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe "E" da carreira de Agente de estrada de ferro, do Quadro IX — Parte Suplementar, do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da aposentadoria de Antenor Mendes de Castilho Brandão, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformida-

de com o artigo 5.º do Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.303 — DE 19 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe "C", da carreira de Agente de estrada de ferro — do Quadro X — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da demissão de José Rodrigues Soares, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformidade com o artigo 5.º do Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.304 — DE 19 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe "C", da carreira de Maquinista de estrada de ferro, do Quadro X — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da promoção de Artur Paulino, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformidade com o artigo 5.º do De-

creto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.305 — DE 19 DE AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe "D", da carreira de Maquinista de estrada de ferro, do Quadro X — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da promoção de Ulisses Carvalho, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformidade com o artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.306 — DE 19 DE AGOSTO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos dois (2) cargos da classe "D" da carreira de Mestre de Linha, do Quadro X — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vagos em virtude da promoção de Marinho Mendes Barbosa e da aposentadoria de José Ferreira Muniz, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformidade com o artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.307 — DE 20 DE AGOSTO DE 1952

Promulga o Protocolo de Annecy sobre os Termos de Adesão ao Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, firmado em Annecy, a 10 de outubro de 1949.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo n.º 76, de 20 de dezembro de 1951, o Protocolo de Annecy sobre os Termos de Adesão ao Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, firmado em Annecy, a 10 de outubro de 1949; e havendo o Governo brasileiro notificado o Secretário Geral das Nações Unidas da sua intenção de aplicar as concessões tarifárias contidas na Lista III (Brasil), anexo ao referido Ato:

Decreta que o Protocolo de Annecy sobre os Termos de Adesão ao Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, apenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nêle se contém.

Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 31.308 — DE 20 DE AGOSTO DE 1952

Concede à União Americana de Mineração Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o § 1.º, do artigo 6.º, do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único — É concedida à União Americana de Mineração Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída por instrumento particular de 23 de agosto de 1951, com sede na capital do Estado de São Paulo, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.309 — DE 20 DE AGOSTO DE 1952

Concede à Água Platina Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Águas Platina Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída por instrumento particular de 16-2-51, arquivado sob o n.º 130.907, em sessão de 24-4-1951, da Junta Comercial do Estado de São Paulo, com sede na cidade de Águas da Prata, desse Estado, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.310 — DE 20 DE AGOSTO DE 1952

Concede à Beneficiadora de Minérios Itabirito Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de

janeiro de 1940 (Código de Minas); Decreta:

Artigo único: — É concedida à Beneficiadora de Minérios Itabirito Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída por instrumento particular de 1 de março de 1950, arquivado sob n.º 40.003, em sessão de 13 de março de 1950, da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Itabirito, desse Estado, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.311 — DE 20 DE AGOSTO DE 1952

Concede autorização para a constituição do Banco de Crédito da Capital Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com sede no Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e de acordo com a alínea "b", do artigo 12, do Decreto n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, revigorado, com alterações, pelo Decreto n.º 581, de 1.º de agosto de 1938 e Decreto-lei n.º 8.401, de 19 de dezembro de 1945, decreta:

Art. 1.º Fica o Banco de Crédito da Capital Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada autorizado a constituir-se no Distrito Federal, após o que deverá, nos termos da lei, registrar-se no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura.

Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.312 — DE 20 DE AGOSTO DE 1952

Renova, retificando, o decreto número 29.588, de 28 de maio de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87,

n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-Lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica retificado e renovado, pelo prazo de um ano, nos termos da letra b do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, o Decreto n.º vinte e nove mil quinhentos e oitenta e oito (29.588), de vinte e oito (28) de maio de mil novecentos e cinquenta e um (1951), cujo artigo primeiro (1.º) passa a ter a seguinte redação: Fica autorizada a Companhia de Estanho São João del Rey a pesquisar minério de ouro, cassiterita e associados em terrenos de propriedade de Francisco Ribeiro de Carvalho e Francisco Ernesto de Carvalho, numa área de cento e doze hectares, setenta ares e sessenta e dois centiares (112,7062 ha) no distrito de Nazareno, município de São João del Rey, Estado de Minas Gerais, delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a trezentos e três metros (303m) no rumo magnético trinta e quatro graus sudoeste (30°SW) do marco quilométrico cento e sessenta e seis mais trezentos metros (Km. 166+300m) da ferrovia da Rede Mineira de Viação e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos e quarenta e sete metros (647m), trinta e quatro graus sudoeste (34°SW); mil metros (1.000m) oeste (W); trezentos metros (00m), sul (S); mil e seiscentos metros (1.600m), sessenta e dois graus e trinta minutos sudoeste (62° 30'SE); mil quatrocentos e trinta metros (1.430m), dois graus e trinta minutos nordeste (2° 30'NE); cento e dezoito metros (118m), oitenta e cinco graus noroeste (85° NW); cento e quatorze metros (114m), sete graus nordeste (7°NE).

Art. 2.º — A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil cento e trinta cruzeiros (Cr\$ 1.130,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.313 — DE 20 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Mendes de Sousa a lavrar calcário no município de Lavras, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-Lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o cidadão brasileiro José Mendes de Souza a lavrar calcário em terrenos de sua propriedade, situados no distrito de Ijaci, município de Lavras, Estado de Minas Gerais, numa área de cinco hectares, cinco ares e noventa e um centiares (5,0591 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quatrocentos e sessenta metros (460m) no rumo verdadeiro de nove graus sudoeste (9° SW) da bifurcação das estradas para Lavras e para Ijaci, e os lados, a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: duzentos metros (200m), cinquenta e sete graus sudoeste (57° SW); duzentos e setenta metros (270m), vinte e sete graus sudeste (27° SE); cento e noventa e dois metros (192m), quarenta e cinco graus nordeste (45° NE); cento e oitenta metros (180m), quatorze graus e trinta minutos noroeste (14° 30' NW). O último lado é segmento retilíneo que une a extremidade do quarto (4º) lado descrito, ao vértice de partida. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º — Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca, ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na

forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º — O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º — A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão do Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzéis (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.314 — DE 20 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza a Companhia Mineira de Cimento Portland S. A. (Co Minci S. A.) a lavrar calcário no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizada a Companhia Mineira de Cimento Portland S. A. (Cominci S. A.) a lavrar calcário no distrito e município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais, numa área de setenta e oito hectares e cinquenta ares (78.50 ha), delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a noventa e oitenta e nove metros (99m), no rumo magnético de cinquenta e sete graus nordeste (57.º NE) do centro da soleira do portal da Igreja de Matozinhos e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: oitocentos metros (800m), sessenta e três graus sudeste (63.º SE); mil e setenta metros (1.070m) três graus e trinta minutos nordeste (3.º 30' NE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 23 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das

seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º — O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º — Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º — As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º — O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º — A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão do Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de mil quinhentos e oitenta cruzéis. (Cr\$ 1.580,00).

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1952,
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.315 — DE 21 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista do disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único — Fica Sara Roitberg, de nacionalidade argentina, autorizada

a adquirir em regime de comunhão de bens com seu marido Benjamim Roitberg, o domínio útil do terreno acrescido de marinha beneficiado com o prédio n.º 17 da rua Urbano dos Santos, na Urca, na Capital da República, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 46.461, de 1952.

Rio de Janeiro, em 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.316 — DE 21 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a pesquisar carvão mineral, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa Continental de Minérios Limitada a pesquisar carvão mineral, em terrenos de propriedade de Germano Endriksen e outros, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina, numa área de setecentos e oitenta e seis hectares treze ares e vinte centiares (786.1320 ha.), definida por um polígono que tem um vértice a seiscentos e quarenta metros (640m), no rumo verdadeiro cinquenta e oito graus sudoeste (58.º SW), da confluência dos rios Júlio e Hipólito e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: dois mil metros (2.000m), sul (S); três mil e quinhentos metros (3.500m), leste (E); três mil quatrocentos e doze metros (3.412m), norte (N); seiscentos e dez metros (610m), oeste (W), mil quatrocentos e doze metros (1.412m), sul (S); dois mil citocentos e noventa metros (2.890m), oeste (W).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil novecentos e trinta e cinco cruzeiros (Cr\$ 3.935,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 31.317 — DE 21 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a pesquisar carvão mineral, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa Continental de Minérios Ltda. a pesquisar carvão mineral, em terrenos de propriedade de João Maccari e outros, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina, numa área de quinhentos e dezenove hectares dezesete ares e dez centiares (..... 519.1710ha.), delimitada por um retângulo, que tem um vértice a dois mil quinhentos e noventa e dois metros (2.952m), no rumo verdadeiro sessenta e cinco graus trinta minutos nordeste (65º 30º NE) da confluência dos rios Júlio e Hipólito e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos (8.511m), norte (N); seiscentos e dez metros (610m), leste (E).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 2.600,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.318 — DE 21 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza a Carbonífera Cocal Limitada a pesquisar carvão mineral, no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Carbonífera Cocal Ltda., a pesquisar carvão mineral, em terrenos de propriedade de Libero Bortoleto e outros, no lugar denominado Cocal, distrito de Morro da Fumaça, município de Urussanga, Estado de Santa Catarina, numa área de novecentos e trinta e oito hectares noventa e três ares e setenta e cinco centiares (938,9375 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no cruzamento das estradas Sangão e Cocal e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: mil e quinhentos metros (1.500m), oeste (W), pela segunda (2.ª) linha Torrens; mil metros (1.000m), norte (N), pelo limite do lote número sessenta e nove (69) da linha Espanhola; quinhentos metros (500m), oeste (W) pela linha Espanhola; quatro mil metros (4.000m), pelo limite do lote número sessenta e sete (67) da linha Espanhola, no rumo sul (S) até o rio Ronco D'Água; segue pela margem do rio Ronco D'Água, com dois mil cento e cinquenta metros (2.150m), até o limite leste (E) do lote número quarenta e quatro (44) da linha Batista; desse ponto, com quatro mil metros (4.000m), no rumo norte (N), pelo limite norte (N) do lote número quarenta e quatro (44) da linha Batista, até o ponto de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil seiscentos e noventa e cinco cruzeiros (Cr\$ 4.695,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.319 — DE 21 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Manuelito Gomes da Silva a pesquisar água mineral, no município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Manuelito Gomes da Silva a pesquisar água mineral, em terrenos de propriedade do Domínio da União, no lugar denominado São Miguel, distrito e município de João Pessoa, Estado da Paraíba, numa área de quatro hectares oitenta e seis ares e vinte e cinco centiares (4,8625 ha.) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e cinquenta e cinco metros (155m), no rumo verdadeiro nove graus sudeste (9º SE) do pontilhão da Rede Ferroviária do Nordeste sobre o rio Gamboa das Graças e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: cento e sessenta e seis metros (166m), oitenta e sete graus nordeste (87º NE); trezentos e trinta metros (330m), trinta e cinco graus sudeste (35º SE); cento e trinta metros (130m), sessenta e nove graus sudoeste (69º SW); quatrocentos metros (400m), trinta e seis graus noroeste (36º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisas, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 31.320 — DE 21 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Alda Arruda Baccarat a pesquisar talco-xisto, quartzito, calcário e associados município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta :

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Alda Arruda Baccarat a pesquisar talco-xisto, quartzito calcário e associados em terrenos de sua propriedade situados na localidade de Sitio Itaqueri, distrito de Pirapora do Bom Jesus, município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, numa área de cento e trinta e um hectares, noventa e oito ares e cinquenta centiares (131,9850 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a oitenta e sete metros (87m) no rumo verdadeiro de vinte e quatro graus e cinquenta minutos noroeste (24º 50' NW) da confluência dos ribeirões do Pindaré ou da Taipa e das Perobas, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: quinhentos e dois metros (502m), setenta e cinco graus e trinta minutos noroeste (75º 40' NW); seiscentos quarenta e quatro metros (644m), cinco graus e quinze minutos sudeste (5º 15' SE); mil e oitocentos metros (1.800m), dez graus e de minutos sudeste (10º 10' SE); quinhentos e dezoito metros (518m), oitenta graus nordeste (80º NE); duzentos e dois metros (202m), trinta e um graus e trinta minutos nordeste (31º 30' NE); duzentos e setenta metros (270m), quarenta e sete graus noroeste (47º NW); cento e dezanove metros (119m), treze graus noroeste (13º NW); quatrocentos e cinquenta e quatro metros (454m), treze graus nordeste (13º NE); quinhentos e noventa metros (590m), sessenta e oito graus e quinze minutos sudeste (68º 15' SE); seiscentos setenta e oito metros (678m), dez graus e trinta minutos noroeste (10º 30' NW); seiscentos noventa e nove metros (699m) oitenta graus noroeste (80º NW).

Ar. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica

dêste Decreto, pagará a taxa de mil trezentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 1.320,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.321 — DE 21 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Egon Fischer a pesquisar minério de manganês e associados no Município de Saúde, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta :

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Egon Fischer a pesquisar minério de manganês e associados, em terrenos de propriedade de Euclálio da Costa Lima, no lugar denominado Fazenda Rato Branco, Distrito e Município de Saúde, Estado da Bahia, numa área de cem hectares (100 ha) delimitada por um quadrado com mil metros (1000m) de lado, que tem um vértice à distância de dois mil cento e sessenta metros (2160m), no rumo magnético cinquenta e dois graus sudoeste (52º SW) do marco quilométrico número quinhentos e vinte e nove (km. 529) da Estrada de Ferro Leste Brasileiro e os lados, divergentes do vértice considerado, os rumos magnéticos de oitenta e um graus e trinta minutos noroeste (81º 30' NW) e oito graus e trinta minutos sudoeste (8º 30' SW), respectivamente.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica dêste Decreto, pagará a taxa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.322 — DE 21 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Raul Alves Nascimento a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.895, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o cidadão brasileiro José Raul Alves Nascimento a pesquisar quartzo e associados em terrenos de propriedade da Sociedade Civil Fazenda Mimoso, situados no imóvel Fazenda Mimoso, no distrito e município de Cristalina, Estado de Goiás, numa área de quatrocentos e trinta e quatro hectares e cinquenta ares (434,50 ha) delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice a mil seiscentos e vinte e três metros (1.623m) no rumo magnético de vinte dois graus sudoeste (22.º SW) da confluência dos córregos Vereda do Bichinho e Areião, e os lados são assim descritos: o primeiro lado é um segmento trinta metros (2.630m), que parte retilíneo, com dois mil seiscentos e do vértice supra definido com rumo magnético de dezessete graus quarenta minutos sudeste (17.º 40' SE); o segundo lado é um segmento retilíneo, com setecentos e cinquenta metros (750m), que parte da extremidade do primeiro lado com rumo de quarenta e oito graus vinte minutos sudoeste (48.º 20' SW), magnético; o terceiro lado é um segmento retilíneo, com mil setecentos e trinta metros (1.730m), que parte da extremidade do segundo lado com rumo de quarenta e dois graus quarenta minutos noroeste (42.º 40' NW), magnético; o quarto lado é um segmento retilíneo que partindo

da extremidade do terceiro lado com rumo magnético de quarenta e sete graus, vinte minutos sudoeste (47.º 20' SW), alcança a margem direita do córrego dos Bugres; o quinto lado, é um segmento retilíneo que partindo do vértice início do primeiro lado, com rumo magnético de cinquenta e um graus vinte minutos sudoeste (51.º 20' SW), alcança a margem direita do córrego dos Bugres; o sexto e último lado é a margem direita do córrego mencionado no trecho compreendido entre as extremidades do quarto e do quinto lados descritos.

Art. 2.º — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil trezentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 4.350,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.323 — DE 21 DE
AGOSTO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica alterada a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Tecnologista Engenheiro da lotação permanente do Laboratório da Produção Mineral do Departamento Nacional da Produção Mineral, para igual lotação do Instituto de Óleos do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.324 — DE 21 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Cândido Trancoso Sobrinho a pesquisar quartzo e associados no município de Cristalina, Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Cândido Trancoso Sobrinho a pesquisar quartzo e associados em terrenos de propriedade de Minervino Ferraz e Luiz de Melo no lugar denominado Resfriado, na fazenda Fiúza, distrito e município de Cristalina, Estado de Goiás, numa área de trezentos e cinquenta e sete hectares (57 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência da restinga do Azenor no córrego Resfriado e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: mil seiscentos metros (1.600m), três graus noroeste (3.º NW); dois mil duzentos e trinta metros (2.300m), vinte e três graus sudoeste (23.º SW); mil seiscentos metros (1.600m), sul (S); dois mil duzentos e cinquenta metros (2.250m), vinte e três graus nordeste (23.º NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil quinhentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 3.570,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.325, DE 21 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Raul Alves Nascimento a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Raul Alves Nascimento a pesquisar quartzo e associados em terrenos de propriedade da Sociedade Civil Fazenda Mimosa, situados no distrito e município de Cristalina, Estado de Goiás, numa área de cento e cinquenta hectares (150 ha) delimitada por um triângulo que tem um vértice a mil seiscentos e vinte e três metros (1.623m) no rumo magnético de vinte e dois graus nordeste (22º NE) da confluência dos córregos Vereda do Bichinho e Areião, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: mil e quinhentos metros (1.500m) e rumo de trinta e oito graus quarenta minutos sudeste (38º 40' SE), magnético; dois mil metros (2.000m), e rumo de cinquenta e um graus vinte minutos nordeste (51º 20' NE), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 1.500,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.326 — DE 21 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Egon Fischer a pesquisar minério de manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Egon Fischer a pesquisar minério de manganês e associados, em terrenos de propriedade de Eulálio da Costa Lima, no lugar denominado Fazenda Riacho Sêco, distrito e município de Saúde, Estado da Bahia, numa área de cem hectares (100 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a trezentos e vinte metros (320m), no rumo magnético oitenta e nove graus e trinta minutos nordeste (89º 30' NE) do marco quilométrico número quinhentos e trinta e quatro (km. 534) (da ferrovia) da Estrada de Ferro Leste Brasileiro e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: oitocentos metros (800m), oitenta graus noroeste (80º NW); mil duzentos e cinquenta metros (1.250m), dez graus nordeste (10º NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.327 — DE 21 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Cesarino Vitorino da Silva a pesquisar areia quartzosa, no município de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Cesarino Vitorino da Silva a pesquisar areia quartzosa em ter-

renos de Maria da Conceição Silva situados no local denominado Praia Grande, no imóvel Batuva, no distrito e município de São Vicente, Estado de São Paulo, numa área de sete hectares e sessenta ares (7,60 ha) delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a quatrocentos e quatro metros (404m) no rumo magnético de quarenta e quatro graus quarenta minutos noroeste (44º 40' NW) do poste n.º cento e cinco (105) da linha da Cia. Telefônica Brasileira, no trecho Itanhaem-São Vicente, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: oitenta e um metros e cinquenta centímetros (81,50m), e rumo de cinquenta e cinco graus nordeste (55º NE), magnético; novecentos e cinquenta metros (950,00m), e rumo de trinta e nove graus noroeste (39º NW), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.328 — DE 21 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Antenor Pereira de São Joaquim a pesquisar calcário e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antenor Pereira de São Joaquim a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua proprieda-

de, no lugar denominado Beira de Serra, distrito e município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, numa área de sessenta e nove ares e sessenta centiares (0,6960 ha) delimitada por um paralelogramo tendo um vértice a quinhentos e sessenta metros (560m) no rumo magnético seis graus nordeste (6.º NE) do centro da Igreja local, e os lados divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e cinquenta metros (150m), cinquenta e seis graus nordeste (56º NE); cinquenta metros (50m), cinquenta e quatro graus sudeste (54º SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.329 — DE 22 DE
AGOSTO DE 1952

Aprova novas especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação de fibras de sisal e piteira.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 334, de 15 de março de 1938, e o artigo 94 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam aprovadas as novas especificações e tabelas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, e referentes à classificação e fiscalização da exportação de fibras de sisal e piteira.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

Novas especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação de fibras de Sisal e de Piteira, aprovadas pelo Decreto número 31.329, de 22 de agosto de 1952, em virtude de disposições do Decreto-lei n.º 334, de 15 de março de 1938, e do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940.

Art. 1.º A classificação da fibras de sisal e de piteira, extraídas de plantas da família das *Amarillidáceas*, deverá obedecer às disposições constantes das presentes especificações.

Art. 2.º Para o efeito do disposto no artigo anterior, ficam estabelecidos, segundo o comprimento, quatro classes de fibras e para cada uma destas, segundo a qualidade, cinco tipos.

Parágrafo único. Os característicos do tipo serão diferenciados em função da cor, do estado de maturidade, do brilho, do grau de maciez, da resistência, do estado de limpeza, bem como do teor de umidade e do preparo ou beneficiamento.

Art. 3.º As classes de fibra a que se refere o artigo 2.º serão diferenciadas com as seguintes denominações e comprimentos:

- A) *Extra-longa*: fibras com o comprimento mínimo de 111 centímetros.
- B) *Longa*: fibras com o comprimento de 91 a 110 centímetros.
- C) *Média*: fibras com o comprimento de 71 a 90 centímetros.
- D) *Curta*: fibras com o comprimento de 45 a 70 centímetros.

Parágrafo único. Cada classe será caracterizada por um único comprimento, expresso, em centímetros, pelo comprimento total do manejo ou amostra respectiva.

Art. 4.º Os tipos estabelecidos no artigo 2.º serão ordenados com a seguinte ordem de valores:

- Tipo 1.
- Tipo 3.

Tipo 5.
Tipo 7.
Tipo 9.

§ 1.º O tipo 1 será constituído de fibras de cor creme-claro uniforme, em bom estado de maturidade, com brilho, grau de maciez e resistência normais e característicos da espécie, secas, isto é, com teor de umidade que não exceda os limites naturais, convenientemente desembaraçadas ou soltas, isentas de impurezas, de substância pética, de entrançamento, de nós e de fragmentos de folha ou casca.

§ 2.º O tipo 3 será constituído de fibras de cor creme-claro, com ligeira variação de tonalidade amarelada, em bom estado de maturidade, com brilho, grau de maciez e resistência normais e característicos da espécie, secas, isto é, com teor de umidade que não exceda os limites naturais, convenientemente desembaraçadas ou soltas, isentas de impurezas, de substância pética, de entrançamento de nós e de fragmentos de folha ou casca, tolerando-se, além da variação da cor já considerada, raros emaranhados de fibras de pequena extensão e profundidade.

§ 3.º O tipo 5 será constituído de fibras ligeiramente ásperas, de coloração creme-claro ou amarelada, com pequena parte de tonalidade esverdeada, em bom estado de maturidade de resistência normal e caracterizada da espécie, secas, isto é, com teor de umidade que não exceda os limites naturais convenientemente desembaraçadas ou soltas, isentas de impurezas de substância pética, de entrançamento, de nós e de fragmentos de folha ou casca, tolerando-se certa variação na tonalidade das cores consideradas, algumas fibras ou fascículos cortados e alguns emaranhados de fibras, de pequena extensão e profundidade.

§ 4.º O tipo 7 será constituído de fibras ásperas, de coloração creme-claro ou amarelada, com partes de tonalidades esverdeada e pardacenta, em bom estado de maturidade, de resistência normal e característica da espécie, secas, isto é, com teor de umidade que não exceda os limites naturais, convenientemente desembaraçadas ou soltas, isentas de impurezas, de nós e de fragmentos de folhas ou casca, tolerando-se maior variação em relação à cor do que a do tipo 5, algumas fibras ou fascículos cortados, alguns emaran-

nhados de fibras de pequena extensão e profundidade e, bem assim, algumas fibras unidas por pequena quantidade de substâncias da folha não eliminadas durante o beneficiamento.

§ 5.º O tipo 9 será constituído de fibras de acentuada aspereza, de coloração amarelada, com partes de tonalidade esverdeada, pardacenta e avermelhada, em condições favoráveis de maturidade, de resistência normal, secas, isto é, com teor de umidade que não exceda os limites naturais convenientemente desembaraçadas, isentas de impurezas, de nós e de fragmentos de folha ou casca, tolerando-se acentuada variação em relação à cor, algumas fibras ou fascículos cortados, alguns emaranhados de fibras de pouca extensão e profundidade e, bem assim, algumas fibras unidas por pequena quantidade de substâncias da folha, não eliminadas durante o beneficiamento.

Art. 4.º As fibras com menos de 45 centímetros de comprimento ou que não se enquadrarem nos tipos descritos, serão classificadas sob a denominação de "Abaixo do Padrão".

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, as fibras, além de estarem desembaraçadas e em boas condições de conservação, não poderão conter cascas e nós.

Art. 5.º As sobras ou restos da fibra, serão classificados com as seguintes denominações:

A) *Resíduo de Beneficiamento*, quando proveniente de operações de desfibramento, lavagem, secagem, batitura e seleção da fibra.

B) *Apara*, quando proveniente do corte da fibra.

C) *Resíduo de Fiação*, quando proveniente da industrialização da fibra.

Art. 6.º Para a classificação do resíduo de beneficiamento, ficam estabelecidos quatro tipos, sendo os três primeiros com a denominação de "Bucha" e o último com a denominação de Pó de Fibra".

§ 1.º *Bucha tipo 1*, será constituída de fibras de coloração creme-claro uniforme, provenientes de operações de secagem, de batitura e de seleção, em bom estado, secas, isto é, com teor de umidade que não exceda os limites naturais isentas de impurezas, de nós e de fragmentos de folha ou casca.

§ 2.º *Bucha tipo 2*, será constituída de fibras de coloração amarelada, com partes de tonalidade esverdeada e avermelhada, provenientes de operações de secagem, de batadura e de seleção, em bom estado, secas, isto é, com teor de umidade que não exceda os limites naturais isentas de impurezas, de nós e de fragmentos de folha ou casca.

§ 3.º *Bucha tipo 3*, será constituída de fibras de coloração amarelada com partes acentuadamente esverdeadas, pardacenta e avermelhada, provenientes de operações de beneficiamento, em bom estado, tolerando-se algumas fibras com fragmentos de folha e nós.

§ 4.º *Pó de Fibra*, será constituído de partículas de fibras e de outras substâncias retidas entre os fascículos de coloração creme-claro ou acinzentada e provenientes de operações de batadura e de seleção da fibra.

Art. 7.º A *apara* será constituída de fibras de vários tamanhos, porém, curtas e soltas, de coloração creme-claro, amarelada e com partes de tonalidade esverdeada, pardacenta e avermelhada, secas, em bom estado de conservação, isentas de impurezas, de nós e de fragmentos de folha ou casca.

Art. 8.º O *resíduo de fiação* será classificado com as seguintes denominações:

- A) *Resíduo de carda* ou RC.
- B) *Resíduo de Penteadeira* ou RP.
- C) *Massaroca* ou *Anel de Rinck* ou MAR.
- D) *Estopa de Sisal* ou ES.

§ 1.º O *Resíduo de Carda* ou RC, será constituído de fragmentos de fibras e de partículas de outras substâncias não eliminadas durante o beneficiamento, inclusive impurezas e resultantes do trabalho executado no cilindro de carda.

§ 2.º O *Resíduo de Penteadeira* ou RP, será constituído de fragmentos de fibras de partículas de outras substâncias não eliminadas durante o beneficiamento, provenientes de operações executadas na máquina *penteadeira* e contendo até 2% de impurezas e algumas manchas de óleo.

§ 3.º As *Massarocas* ou *anéis de Rinck* ou MAR, serão constituídos de fragmentos de fios, sob a forma de mechas, mais ou menos finas, abertas ou fechadas e provenientes de operações posteriores à cardadura.

§ 4.º A *Estopa de Sisal* ou ES, será constituída de fragmentos de fios, provenientes da última fase do processo de fiação, e para cuja classificação cumpre distinguir, conforme o aspecto ou qualidade, duas categorias, uma sob a denominação de "Estopa de Sisal Creme-claro" e outra sob a denominação de "Estopa de Sisal de Côr".

Art. 9.º As fibras submetidas a tratamentos especiais, isto é, não compreendidas entre as operações usuais de desfibramento, lavagem, secagem e batadura, ou, ainda, beneficiadas por processos biológicos e químicos serão classificadas por equivalência nas classes e tipos a que se referem os artigos 3.º e 4.º, desde que conservem grande parte de sua aparência e demais característicos originais e classificadas tão-somente pela denominação de método empregado no seu tratamento, sempre que haja sensíveis alterações de suas propriedades.

Art. 10. Os característicos inerentes à classificação, ou sejam, o número do lote, o número de ordem, o peso, o comprimento e o tipo ou, ainda, a marca se houver, deverão constar não só do certificado, como ainda da embalagem de cada unidade do lote correspondente.

Parágrafo único. Tratando-se de classificação efetuada de acordo com as disposições do artigo 9.º, deverão constar ainda do certificado e da embalagem as seguintes referências: *Classificação por por equivalência* ou conforme o caso, *nome ou denominação do processo usado no respectivo tratamento*.

Art. 11. Cada amostra de fibra destinada ao serviço de classificação, terá o peso mínimo de 225 gramas e cada amostra de resíduo ou *apara*, o peso mínimo de 135 gramas.

Parágrafo único. O prazo de validade será de 10 meses, contados da data da emissão do certificado de classificação.

Art. 12. A cópia do padrão oficial, observadas as disposições constantes dos artigos 12, 13 e 14 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 5.739, de 29 de maio de 1940, será válida pelo prazo de 10 meses, contados da data de seu fornecimento.

Art. 13. Não será permitido enfardamento e embalagem, conside-

rando-se fraudes puníveis de acôrdo com os artigos 88 e 89 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 5.739, de 29 de maio de 1940, de:

a) fibras de espécies, classes e tipos diferentes, bem como resíduos de espécies e tipos diferentes;

b) fibras e resíduos molhados ou com excesso de umidade;

c) fibras e resíduos com impurezas, isto é, que não foram resultantes do beneficiamento;

d) fibras de coloração defeituosa, isto é, excessivamente pardacentas e esverdeadas ou de côr de lodo;

e) fibras que, pelo contato da água ou outra causa qualquer, tenham sido prejudicadas em sua resistência e demais característicos têxteis;

f) fibras entrançadas ou, ainda, manojos torcidos, com as extremidades dobradas e amarradas;

g) fibras com nós de amarradilho.

Art. 14. Só será permitida dispensa do revestimento total dos fardos, quando solicitada pela parte interessada.

§ 1.º Em caso contrário, os fardos deverão:

a) ser revestidos de tela caroa ou de algodão, ou ainda, de tecido semelhante, em perfeito estado e que permita, com nitidez, as marcações necessárias;

b) ser amarrado de preferência com fita metálica.

§ 2.º Em caso de dispensa de embalagem será ajustada obrigatoriamente no fardo, por ocasião do enfiamento, uma faixa de tecido de dimensões e textura, para as marcações respectivas.

Art. 15. O certificado de classificação, respeitadas as disposições do artigo 36 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940, será válido pelo prazo de 10 meses, contado da data de sua emissão.

Art. 16. As despesas relativas à classificação e, bem assim, aquelas previstas no Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940, para os trabalhos realizados a requerimento ou por solicitação da parte ou partes interessadas, serão cobradas de acôrdo com a seguinte tabela, por quilo:

1 — *Classificação* (art. 80), inclusive emissão de certificados:

	Cr\$
a) — fibra	0,015
b) — apara	0,005
c) — resíduo	0,005

2 — *Reclassificação* (art. 39), inclusive emissão de certificado:

	Cr\$
a) — fibra	0,015
b) — apara	0,006
c) — resíduo	0,006

3 — *Arbitragem* (parágrafo único do artigo 84):

	Cr\$
a) — fibra	0,02
b) — apara	0,01
c) — resíduo	0,01

4 — *Inspecção* (para os fins indicados nas alíneas "c" e "d" do artigo 79):

	Cr\$
a) — fibra	0,005
b) — apara	0,005
c) — resíduo	0,005

5 — *Taxa de fiscalização da exportação* (art. 5.º do Decreto-lei número 334, de 15 de março de 1938, e artigos 81 e 82 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940, inclusive emissão de certificado):

	Cr\$
a) — fibra	0,007
b) — apara	0,005
c) — resíduo	0,005

Art. 17 — O fornecimento de cópias do padrão oficial será feito de acôrdo com a seguinte tabela, por coleção:

a) — <i>Fibra</i> : tipos 1, 3, 5, 7, 9 e abaixo do padrão	200,00
b) — <i>Resíduo de beneficiamento</i> : tipos 1, 2, 3, e 4	100,00
c) — <i>Apara</i>	80,00
d) — <i>Resíduo de fiação</i> RC, RF, MAR e ES	100,00

§ 1.º — Os órgãos encarregados da execução da classificação, na forma dos artigos 27 e 28 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 5.739, de 29 de maio de 1940, ficam isentos do pagamento das importâncias a que se refere este artigo, desde que concorram com a matéria prima, embalagem

e etiquetas apropriadas para organização ou preparo da cópia-padrão.

§ 2.º — O fornecimento de cópia-padrão a repartições federais não mencionadas nestas especificações, ficará dependendo de autorização do Ministério da Agricultura.

Art. 18 — A transferência de cópias do padrão oficial só poderá ser efetuada com audiência do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único — As infrações serão punidas com a apreensão da cópia-padrão e multa de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), elevando-se ao dobro nas reincidências.

Art. 19 — Toda e qualquer infração, que importe a falsificação de certificados, a substituição de unidades de lotes classificados, a alteração de cópias do padrão oficial, bem como a alteração dos característicos de classificação assinalados na embalagem do produto, será punida:

- a) — com a apreensão do certificado e da cópia-padrão;
- b) — com a multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) e o dobro nas reincidências.

Art. 20 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Serviço de Economia Rural, com aprovação do Ministro da Agricultura.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1952.

João Cleofas

DECRETO N.º 31.330 — DE 25 DE AGOSTO DE 1952

Outorga concessão à Sociedade Rádio Clube de Varginha Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de frequência tropical.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Sociedade Rádio Clube de Varginha Limitada e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único — Fica outorgada concessão à Sociedade Rádio Clube de Varginha Limitada, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, para estabelecer,

na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, a título precário, nos termos do artigo 4.º, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade uma estação radiodifusora, em frequência tropical, com a potência de 500 watts, destinada a funcionar conjuntamente com a estação de ondas médias da referida Sociedade.

Parágrafo único — O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas que com este baixam, rubricadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, devendo ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diário Oficial*, sob pena de ser considerada nula a presente concessão.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.331 — DE 25 DE AGOSTO DE 1952

Outorga concessão à Sociedade Rádio Clube de Varginha Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Sociedade Rádio Clube de Varginha Limitada e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único — Fica outorgada concessão à Sociedade Rádio Clube de Varginha Limitada, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, e 4.º do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para estabelecer, na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, sem direito de exclusividade, uma estação radiodifusora de ondas médias, operando o respectivo transmissor com a potência de 1.000 watts durante o período diurno, até às 18 horas, e com a de 500 watts à noite.

Parágrafo único — O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas que com este baixam, ru-

bricadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, devendo ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diário Oficial*, sob pena de ser desde logo considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.332 — DE 25 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n. 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe D da carreira de Agente de estrada de ferro, do Quadro VIII — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da promoção de José dos Reis, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformidade com o artigo 5.º do Decreto-lei n. 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.333 — DE 25 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea n, do Decreto-lei n. 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe E da carreira de Condutor de trem, do Quadro VIII — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude do falecimento de Luís dos Santos Amaral, ficando sem aplicação a dotação correspondente, de conformidade com o artigo 5.º do Decreto-lei n. 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.334 — DE 25 DE
AGOSTO DE 1952

Concede permissão às seções de ser-ragem de mármore da Industrial de Mármore Brasília S. A. para funcionar aos domingos e feriados.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 7.º, § 2.º, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 27.048, de 12 de agosto de 1949, decreta:

Art. 1.º Ficam autorizadas, em caráter permanente, as seções de ser-ragem de mármore da Industrial de Mármore Brasília S. A., com sede nesta Capital, a funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos, observadas as disposições legais vigentes, especialmente as de proteção ao trabalho.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.335 — DE 25 DE
AGOSTO DE 1952

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Água Limpa.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940,

Considerando que a classificação do rio Água Limpa, constante do Edital publicado no *Diário Oficial* de 20 de outubro de 1948, não sofreu qualquer contestação;

Considerando que o Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica no processo n. 1.019-48-CNAEE., opinou favoravelmente à classificação constante do referido Edital;

Decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominada Agua Limpa, que nasce no município de São João del Rei e é tributário pela margem direita do rio Barba de Lobo, são declaradas públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.336 — DE 25 DE
AGOSTO DE 1952

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Ackermann.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei número 2.281, de 5 de junho de 1940;

Considerando que a classificação constante do Edital publicado no *Diário Oficial* de 30 de março de 1949 não sofreu qualquer contestação;

Considerando que o Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica no processo n. 364-49-C.N.A.E.E., opinou favoravelmente pela mencionada classificação;

Decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominada "Ackermann", que nasce no município de Cai, no Estado do Rio Grande do Sul, e é tributário pela margem direita do rio Isabel, são declaradas públicas de uso comum, do domínio do referido Estado.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.337 — DE 25 DE
AGOSTO DE 1952

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Rio Grande do Sul, as águas do rio Santa Lúcia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei número 2.281, de 5 de junho de 1940;

Considerando que a classificação constante do Edital publicado no *Diário Oficial* de 30 de março de 1949 não sofreu qualquer contestação;

Considerando que o Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica no processo n. 364-49-C.N.A.E.E., opinou favoravelmente pela mencionada classificação;

Decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominada Santa Lúcia, que nasce no município de Cai, no Estado do Rio Grande do Sul, e é tributário pela margem direita do rio Cervo, são declaradas públicas de uso comum, do domínio do referido Estado.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.338 — DE 26 DE
AGOSTO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 894.319,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.591, de 17 de abril de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de oitocentos e noventa e quatro mil trezentos e dezenove cruzeiros (Cr\$ 894.319,00), para atender às despesas com o mobiliário destinado aos Gabinetes de dois novos Ministros do Tribunal de Contas e à nova Diretoria

criada pela Lei n.º 886, de 24 de outubro de 1949.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.339 — DE 26 DE
AGOSTO DE 1952

Dá nova redação ao artigo 2.º, do Decreto n.º 30.388, de 12 de janeiro de 1952.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o artigo 2.º, do Decreto número 30.388, de 12 de janeiro de 1952: .

“Art. 2.º O Governo do Estado do Rio Grande do Norte fica na obrigação de instalar no grupo de imóveis a que se refere o presente Decreto, depósitos para armazenamentos de víveres da Comissão de Abastecimento ao Nordeste, tornando-se nula a cessão, independente de ato especial, se ao imóvel, no todo ou em parte, fôr dada aplicação diversa da que lhe tenha sido destinada e a devolver o mesmo à União, tão logo o exigir a Segurança Nacional.”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Ciro Espirito Santo Cardoso
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.340 — DE 26 DE
AGOSTO DE 1952

Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada para estabelecer, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, uma estação radiodifusora de ondas médias.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único — Fica outorgada concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada, nos termos do artigo 11, do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, para estabelecer, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de três (3) anos, de conformidade com o disposto no artigo 4.º, parágrafo 1.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade, uma estação radiodifusora de ondas médias, destinada a executar os serviços de radiodifusão.

Parágrafo único — O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste decreto no “Diário Oficial”, sob pena de ser considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alvaro de Souza Lima

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O
DECRETO N.º 31.340, DESTA DATA

I

Fica assegurado à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada o direito de estabelecer, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, sem exclusividade, uma estação radio-difusora de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intelectual e instrutiva, e subordinação a todas as obrigações e exigências instituídas nesse ato de concessão.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de 3 (três) anos, na forma do artigo 4.º, parágrafo 1.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, sem prejuízo da faculdade que assegura a legislação vigente, ao Governo Federal de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Parágrafo único — O presente contrato entrará em vigor a partir da data de seu registro pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo Federal por indenização alguma se por aquêle Instituto lhe fôr denegado registro.

III

A concessionária é obrigada a:

- a) — constituir sua diretoria exclusivamente de brasileiros natos;
- b) — admitir, exclusivamente, operadores e locutores brasileiros natos e bem assim a empregar, efetivamente nos outros serviços técnicos e administrativos, dois terços, no mínimo, de pessoal brasileiro;
- c) — não transferir, direta ou indiretamente, a concessão;
- d) — suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em

parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (Decretos ns. 21.111, de 1 de março de 1932, e 29.783, de 19 de julho de 1951), ou no que vier a reger a matéria, e obedecer à primeira requisição da autoridade competente, e, havendo urgência, fazer cessar o serviço em ato sucessivo à intimação, sem que, por isso, assista à sociedade direito a qualquer indenização;

e) — submeter-se ao regime de fiscalização que fôr instituído pelo Governo Federal, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a matéria;

f) — fornecer ao Departamento dos Correios e Telégrafos todos os elementos que este venha a exigir para os efeitos de fiscalização e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permitam ao Governo Federal apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) — manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programas e irradiações lidas ao microfone, devidamente autenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) — obedecer às posturas municipais aplicáveis ao serviço de concessão;

i) — irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como receber e transmitir, gratuitamente, nos dias e horas determinados, o programa panamericano e todos os programas da rede nacional;

j) — submeter, no prazo de três (3) meses, a contar da data do registro do contrato pelo Tribunal de Contas, à aprovação do Governo Federal o local escolhido para a montagem da estação;

l) — submeter, no prazo de seis (6) meses, a contar da data da aprovação

do local, à aprovação do Governo Federal as plantas, orçamentos e tôdas as especificações técnicas das instalações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

m) — inaugurar, no prazo de dois (2) anos, a contar da data da aprovação de que trata a alínea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo Federal;

n) — submeter-se à ressalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela;

o) — submeter-se à ressalva de que a frequência distribuída à sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (Decretos números 21.111 e 29.783), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assunto, incidindo sempre sobre essa frequência e direito de posse da União;

p) — submeter-se aos preceitos instituídos nas convenções e regulamentos internacionais, bem como a tôdas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço de concessão.

IV

A concessionária não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos, nem fazer transferência de ações, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a eficiência necessária e de acordo com as prescrições técnicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

V

No regime de fiscalização que fôr instituído, fica assegurado ao Governo Federal, quando julgar conveniente, o

direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escrituração e tudo que se tornar necessário a essa fiscalização.

VI

Pela inobservância de qualquer das presentes cláusulas, em que não esteja prevista a imediata caducidade da concessão, o Governo Federal poderá, pelo órgão fiscalizador, impor à concessionária multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), conforme a gravidade da infração.

Parágrafo único — A importância de qualquer multa será recolhida à Tesouraria do Departamento dos Correios e Telégrafos, dentro do prazo improrrogável de trinta (30) dias a contar da data da notificação feita diretamente à concessionária ou da publicação do ato no *Diário Oficial*.

VII

Em qualquer tempo, são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade pública e requisições militares.

VIII

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indenização;

a) se, em todo o tempo, fôr verificada inobservância das disposições contidas nas alíneas a, b, c, d, e (*in fine*), j, l e m da cláusula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea e da cláusula III, bem como a importância de qualquer multa imposta nos termos da cláusula VI;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprêgo da estação para outros fins que não os determinados na

concessão e admitidos pela legislação que reger a matéria.

Parágrafo primeiro — Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo Federal, sem direito a qualquer indenização;

a) se depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionária para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo Federal;

b) se a concessionária incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa;

Parágrafo segundo — A concessão será considerada perempta se o Governo Federal não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1952. — *Alvaro de Souza Lima.*

DECRETO N.º 31.341 — DE 26 DE AGOSTO DE 1952

Prorroga, por três anos, a concessão outorgada à Companhia Radiotelegráfica Brasileira para executar serviço radiotelefônico público internacional e público restrito internacional.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.342 — DE 27 DE AGOSTO DE 1952

Suprime o Consulado honorário do Brasil em Caracas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, incisos I e VI da Constituição, e nos termos do artigo 16 do Decreto-

lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º — Fica suprimido o Consulado honorário do Brasil em Caracas.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura

DECRETO N.º 31.343 — DE 27 DE AGOSTO DE 1952

Promulga o Acôrdio sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Líbano assinado no Rio de Janeiro, a 11 de janeiro de 1951.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo n.º 61, de 23 de novembro de 1951, o Acôrdio sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Líbano, Anexo o Protocolo de Assinatura, assinados no Rio de Janeiro, a 11 de janeiro de 1951; e havendo sido trocados em Beirute a 19 de julho de 1952, os respectivos Instrumentos de ratificação.

Decreto que o referido Acôrdio, Anexo e Protocolado de Assinatura, apensos, por cópia, ao presente Decreto sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nêles se contém.

Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura

DECRETO N.º 31.344 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1952

Altera o quadro de pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica elevado de 23 para 37 o número de cargos isolados, de provimento em comissão, de Inspetor, padrão OC, criados pelo Decreto n.º 26.047, de 21 de dezembro de 1948, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.345 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º — Fica suprimido 1 cargo de Tesoureiro-Auxiliar (Tesouro Nacional), padrão M, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude do falecimento de Gastão Afonso de Mesquita Barros, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.346 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza a empresa de mineração Porcelana Real Sociedade Anônima a pesquisar caulim, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizada a empresa de mineração Porcelana Real Sociedade Anônima a pesquisar caulim em terrenos de propriedade de Paulino Christie Roschel e da Sociedade supra citada situados nas localidades de Parelheiros e Santo Amaro, distrito de Parelheiros, município e Estado de São Paulo, numa área de dezenove hectares, vinte e sete ares e oitenta e seis centiares (19,2786 ha) delimitada por um triângulo escaleno que tem um vértice e oitocentos e trinta e quatro metros (834,0m), no rumo magnético de setenta e oito graus e cinquenta minutos nordeste (78°50'NE) do marco quilométrico número trinta e sete (km. 37) da rodovia de São Paulo para Parelheiros, e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil e doze (1.012,0m), trinta graus sudeste (30°SE); quinhentos e sessenta metros (560,0m), doze graus quarenta e cinco minutos nordeste (12° 45' NE), e o último lado é um seguimento retilíneo que partindo da extremidade do

segundo lado vai encontrar o vértice de partida.

Art. 2.º — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.347 — DE 27 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Paulo Alimonda a lavrar apatita e associados no município de Monteiro, Estado da Paraíba.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o cidadão brasileiro, José Paulo Alimonda a lavrar apatita e associados em terrenos de propriedade de Inácio de Freitas Mayer, no lugar denominado Riacho do Feijão, distrito de Sumé, município de Monteiro, Estado da Paraíba, numa área de duzentos e trinta e dois hectares (232 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a seiscentos e vinte e cinco metros (625m) no rumo magnético de trinta e dois graus e trinta minutos noroeste (32º 30' NW) da confluência do córrego do Feijão no riacho de Feijão, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes

comprimentos e rumos magnéticos: oitocentos metros (800m), setenta e quatro graus sudoeste (74º SW); quatro mil e cem metros (4.100m), dezesete graus sudoeste (17º SW); cento e quarenta metros (140m), setenta graus sudeste (70º SE); dois mil metros (2.000m.), vinte graus nordeste (20º NE); oitocentos metros (800m.), setenta graus sudeste (70º SE); dois mil e seiscentos metros (2.600m), dezesete graus nordeste (17º NE); quatrocentos metros (400m), setenta graus noroeste (10º NW). Pela autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º — O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município em cumprimento do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º — Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º — As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º — O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º — A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o

pagamento da 'axa de quatro mil seiscentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 640,00).

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.348 — DE 27 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Benedito de Sousa Godoy a lavar água mineral no município de Lindóia, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-Lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o cidadão brasileiro Benedito de Sousa Godoy a lavar água mineral em terrenos de sua propriedade no imóvel denominado Sítio Rio do Peixe, distrito e município de Lindóia, Estado de São Paulo numa área de dois hectares e noventa e cinco ares (2,95 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice à distância de cento e cinquenta e seis metros (156m), no rumo verdadeiro cinquenta e oito graus e trinta minutos sudoeste (58º 30' SW) do marco quilométrico cento e setenta e cinco (km. 175) da rodovia Serra Negra — Lindóia e os lados, a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: oitenta e quatro metros (84m), oitenta e cinco graus e cinquenta e sete minutos sudoeste (85º 57' SW); cento e sessenta e dois metros (162m), oitenta e seis graus e quinze minutos sudoeste (86º 15' SW); mil oitocentos e cinquenta metros (1.850m), um grau e vinte e três minutos sudoeste (1º 23' SW); cento e trinta e um metros (131m), cinquenta e sete minutos sudoeste (0º 57' SW); vinte e cinco metros (25m), oitenta e sete graus e quarenta e oito minutos sudoeste (87º 48' SE); quarenta e cinco metros e cinquenta centímetros (45,50m), oitenta e quatro graus e

vinte e sete minutos nordeste (84º 27' NE); vinte e um metros (21m), sessenta e seis graus e vinte e cinco minutos nordeste (66º 25' NE); vinte e oito metros (28m), quarenta e seis graus e vinte e sete minutos nordeste (46º 27' NE); trinta e seis metros (36m), sessenta e sete graus e três minutos sudoeste (67º 3' SE); vinte metros (20m), setenta e seis graus e vinte e nove minutos nordeste (73º 29' NE); cento e cinquenta e nove metros (159m), trinta e um graus e cinquenta e sete minutos nordeste (31º 57' NE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º — O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º — Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º — As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para fins de lavra, na forma dos artigos 33 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º — O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º — A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 300,00).

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.349 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1952

Revoga o Decreto n.º 18.647, de 5 de maio de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Artigo único — Fica revogado o Decreto n.º 18.647, de 5 de maio de 1945, que autorizou Clementino Zawadzky a comprar pedras preciosas.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.350 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de ocupação de terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único — Ficam Moszek Zelman Listgarten e Liba Listgarten, ambos de nacionalidade polonesa, autorizados a adquirir o direito de ocupação do terreno acrescido de marinha beneficiado com o prédio n.º 65 da rua Pessoa Barros, nesta Capital, a que se refere o processo n.º 63.763, de 1952, do Ministério da Fazenda.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.351 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1952

Outorga ao Estado do Paraná concessão para aproveitamento de energia hidráulica no Salto da Ilha existente no rio Braço do Potinga, distrito e município de Mallet, Estado do Paraná, e autoriza a instalar uma usina termoeétrica no mesmo município.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.352 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1952

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Araras, Araras-Cavernoso e Cavernoso.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.821, de 5 de junho de 1940:

Considerando que a classificação constante do edital publicado no *Diário Oficial* de 5 de abril de 1951 não sofreu qualquer contestação:

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica no processo n.º 338-51 — CNAEE, opinou favoravelmente pela mencionada classificação, decreta:

Art. 1.º — As águas do rio denominado Araras, Araras-Cavernoso e Cavernoso, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior, que nasce no município de Guarapuava e é tributário pela margem direita do rio Iguaçu, são declaradas públicas de uso comum, do domínio do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.353 — DE 23 DE
AGOSTO DE 1952

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do Rio Correntes.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei número 2.281, de 5 de junho de 1940:

Considerando que o edital de classificação do curso d'água publicado no *Diário Oficial* de 22 de maio de 1951, não recebeu contestações;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica no processo n.º 497-51 — C.N.A.E.E., opinou favoravelmente à classificação constante do referido edital, decreta:

Art. 1.º — As águas do rio denominado Correntes, Correntes e Marombas, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior, que nasce no município de Curitiba e é tributário pela margem direita do rio Canoas, são declaradas públicas de uso comum do domínio do Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.354 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Célia Petralanda de Souza a pesquisar cauiim, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de

29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizada a cidadã brasileira Célia Petralanda de Souza a pesquisar cauiim, em terrenos de propriedade de Elvira Oliveira de Souza, no lugar denominado Sítio Vista Alegre, distrito e município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e um hectares, quatro ares e vinte e um centiares (21,0421 ha) delimitada por um polígono irregular — que tem um vértice a oitenta e nove metros e cinquenta e seis centímetros (89,56m) no rumo magnético dois graus cinquenta e cinco minutos nordeste (2º 55' NE) da sede — do Sítio Vista Alegre e os lados, a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: oitenta metros e dezessete centímetros (80,17m), cinquenta e nove graus trinta minutos noroeste (59º 30' NW); cento e quarenta e um metros e sessenta e dois centímetros (141,62 metros), cinquenta e sete graus cinquenta e quatro minutos sudoeste (57º 54' SW); noventa e três metros e quarenta centímetros (93,40m), quarenta e quatro graus trinta e oito minutos sudoeste (44º 38' SW); trezentos e trinta e seis metros (336m), trinta e cinco graus trinta e oito minutos sudoeste (35º 38' SW); setenta e um metros e um centímetro (71,01m), quarenta e seis graus e quarenta e seis minutos sudeste (46º 46' SE); sessenta e cinco metros e vinte e dois centímetros (65,22m), setenta e seis graus quarenta minutos sudeste (76º 40' SE); cinquenta e nove metros e oitenta e seis centímetros (59,86m), oitenta e três graus quatro minutos sudeste (83º 04' SE); noventa e seis metros e sessenta e nove centímetros (96,69m), oitenta e sete graus quarenta e seis minutos sudeste (37º 46' SE); oitenta e oito metros e vinte e dois centímetros (88,22m), oitenta e nove graus trinta e sete minutos sudeste (89º 37' SE); quarenta e quatro metros e três centímetros (44,03m), quarenta e seis graus dois minutos nordeste (46º 02' NE); trinta e oito metros e trinta e oito centímetros (38,38m), sessenta e cinco graus cinquenta minutos nordeste (66º 50' NE); cento e noventa e oito metros e sessenta e seis centímetros (198,66m), sessenta e seis graus cinquenta e sete minutos nordeste (66º 57' NE); duzentos e quarenta metros (240m), vinte e seis graus quarenta minutos nordeste

26° 40' NE); sessenta e oito metros nove centímetros (68,09m), setenta e dois graus vinte e dois minutos noroeste (72° 22' NW); oitenta e oito metros e cinquenta e um centímetros (88,51m), cinquenta e cinco graus doze minutos noroeste (55° 12' NW); cento e vinte e sete metros e cinquenta centímetros (127,50m), setenta e oito graus trinta e dois minutos noroeste (78° 32' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.355 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Aminthas de Carvalho Moura a pesquisar minério de ouro, no município de Caeté, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Francisco Aminthas de Carvalho Moura a pesquisar minério de ouro em terrenos de sua propriedade situados no imóvel denominado Carvalhos, no distrito de Morro Vermelho, município de Caeté, Estado de Minas Gerais, numa área de dezesseis hectares (16ha) delimitada por um quadrado, com quatrocentos metros (400m) de lado, que tem um

vértice a duzentos e oitenta metros (280m) no rumo magnético de quarenta e cinco graus sudeste (45° SE) do canto sudeste (SE) da sede do imóvel acima referido, e os lados divergentes do vértice consideração, têm os seguintes rumos magnéticos: oeste (W) e norte (N).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.356 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Arger a pesquisar quartzo cericítico, no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o cidadão brasileiro José Arger a pesquisar quartzo cericítico em terrenos de sua propriedade no local denominado Toca da Chapada distrito de São Tomé das Letras, município de Baependi, Estado de Minas Gerais, numa área de quatro hectares (4 ha.) delimitada por um quadrado de duzentos metros (200m) de lado que tem um vértice na Porteira do Muro e os respectivos ru-

mos, a partir desse vértice: seis graus noroeste (6° NW) e oitenta e quatro graus sudoeste (84° SW).

Art. 2.º — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.357 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Arger a pesquisar quartzito cericítico no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o cidadão brasileiro José Arger a pesquisar quartzito cericítico em terrenos de sua propriedade situados no local denominado Toca da Figueira, distrito de São Tomé das Letras, município de Baependi, Estado de Minas Gerais, numa área de um hectare e quarenta ares (1,40ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a trinta e seis metros e oitenta e cinco centímetros (36,85m), no rumo magnético de oitenta e seis graus sudeste (86° SE) da boca da Toca da Figueira, e, os lados divergentes desse vértice os respectivos comprimentos e rumos magnéti-

cos: setenta metros (70m), trinta e oito graus noroeste (38° NW), e, duzentos metros (200m, cinquenta e dois graus sudoeste (52° SW).

Art. 2.º — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.358 — DE 28 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro João Gabriel Macari a pesquisar carvão mineral, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.935, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o cidadão brasileiro João Gabriel Macari a pesquisar carvão mineral em terrenos de propriedade de João de Picoli e outros, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina, numa área de novecentos e sessenta hectares (960 ha), definida por um paralelogramo que tem um vértice a seiscentos e setenta metros (670m), no rumo verdadeiro cinquenta e oito graus sudoeste (58° SW), da confluência dos rios Júlio e Hipólito e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: dez mil metros ..

(10.000m), dezesseis graus nordeste (16° NE); mil metros (1.000m), oeste (W).

Art. 2.º — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 4.800,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.359 — DE 29 DE
AGOSTO DE 1952

Aprova o Regimento da Comissão do Enquadramento Sindical.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regimento da Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, anexo ao presente Decreto e assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

Regimento da Comissão de Enquadramento Sindical, anexo ao decreto n.º 31.359, de 29 de agosto de 1952

Art. 1.º — A Comissão de Enquadramento Sindical (C.E.S.), instituída pelo Decreto-Lei n.º 2.381, de 9 de ju-

lho de 1940, e ampliada pela Consolidação das Leis do Trabalho, e diretamente subordinada ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e a ela compete:

a) deliberar sobre a organização de sindicatos de atividades ou profissões que, pelas suas possibilidades de vida associativa regular e de ação sindical, eficiente, queiram dissociar-se do sindicato que as congregue (artigo 571 da C. L. T.);

b) decidir sobre a denominação dos sindicatos que se constituírem segundo as subdivisões das atividades ou profissões (artigo 572 da C. L. T.);

c) definir, de modo genérico e com a aprovação do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, a dimensão e os demais característicos das empresas industriais de tipo artesanal;

d) fazer a revisão bienal do quadro de atividades e profissões, nos termos do artigo 575 da Consolidação das Leis do Trabalho, e submetê-la a aprovação do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio;

e) resolver as dúvidas e controvérsias concernentes ao enquadramento sindical, individual ou coletivo, bem como a organização sindical.

Art. 2.º — A C. E. S. é constituída de um Presidente — o Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho e 10 (dez) membros, sendo:

a) um representante do Instituto Nacional de Tecnologia;

b) um do Serviço Atuarial;

c) um do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho;

d) um do Departamento Nacional de Indústria e Comércio;

e) um da Divisão de Organização e Assistência Sindical, do Departamento Nacional do Trabalho;

f) um do Ministério da Agricultura;

g) dois dos empregadores; e

h) dois dos empregados.

§ 1.º — Excetuado o membro previsto na alínea "f", que será designado pelo Ministro da Agricultura, os demais serão designados pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2.º — Os membros representantes de empregadores e empregados serão escolhidos entre os indicados, em lista de cinco nomes, pelos presidentes das respectivas confederações nacionais.

Art. 3.º — A C. E. S. se reunirá ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocada, sempre com a presença mínima de 8 (oito membros), excluído o Presidente.

§ 1.º — Ao Presidente cabe fixar as datas das reuniões ordinárias e extraordinárias.

§ 2.º — De cada sessão será lavrada ata, que conterá, pelo menos:

- a) data, hora e local da sessão;
- b) indicação nominal dos membros presentes;
- c) indicação dos processos relatados e resumo das resoluções proferidas.

§ 3.º — A marcha processual será regulada por instruções do Presidente, ouvida a Comissão.

Art. 4.º — As resoluções da C. E. S. serão proferidas por maioria de votos, após a leitura e discussão dos pareceres dos membros relatores, cabendo ao Presidente apenas o voto de desempate.

§ 1.º — As resoluções serão publicadas no *Diário Oficial* e delas poderão ser passadas certidões, mediante requerimento do interessado e autorização do Presidente.

§ 2.º — Sempre que se fizer necessário, a C. E. S. converterá o julgamento em diligência e, por seu Presidente, solicitará aos diversos órgãos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio cujas atividades estejam direta ou indiretamente correlacionadas com a organização sindical os esclarecimentos de que necessitar.

§ 3.º — Das resoluções da C. E. S. caberá recurso para o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no prazo improrrogável de 30 dias, a contar de sua publicação.

Art. 5.º — Os membros da C. E. S. terão trinta dias para relatar os processos que lhes forem distribuídos, prazo que poderá ser prorrogado, a juízo da Comissão, pelo mesmo período.

Art. 6.º — Aos membros da C. E. S. assiste o direito de vista nos processos em discussão, sendo-lhes assinado, para enunciação de parecer, o prazo de quinze dias, que poderá ser prorrogado a juízo da Comissão, por igual período.

Art. 7.º — Salvo motivo devidamente justificado, a juízo do Presidente, será dispensado o membro que deixar de comparecer a 4 (quatro) reuniões consecutivas.

Art. 8.º — Os serviços de secretaria da C. E. S. ficarão a cargo de servidores designados pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na forma da lei.

Art. 9.º — As dúvidas suscitadas na aplicação deste regimento e os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1952. — *Segadas Viana*.

DECRETO N.º 31.360 — DE 29 DE AGOSTO DE 1952

Autoriza a Cia. Energia Elétrica da Bahia a construir uma linha de transmissão, ampliar uma subestação e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, de conformidade com a Resolução número 779, de 28 de julho de 1952, decreta:

Art. 1.º — Fica autorizada a Cia. Energia Elétrica da Bahia a construir uma linha de transmissão trifásica, com condutores de cota n.º 2/O AWG, sob a tensão nominal de 33.000 V., 60 c/s, e cerca de 24 km. de comprimento, entre a usina termoeletrica de Cotegipe, da Viação Férrea Leste Brasileira e a subestação de distribuição de Lapinha, situada na cidade de Salvador, e a ampliar essa subestação, com a instalação de um banco de transformadores de 33/11 kv., potência de 7.500 kVA, inclusive o respectivo equipamento de controle e proteção.

Art. 2.º — Fica determinado que a aludida concessionária, no prazo de um ano, procederá à remodelação do sistema de distribuição da cidade de Salvador, de conformidade com o que for prescrito pelo Departamento de Obras Públicas do Estado da Bahia,

órgão auxiliar do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e sob pena de multa de mil cruzeiros diários, após a conclusão desse prazo.

Art. 3.º — Fica obrigada a concessionária, sob pena de multa, a:

I — Registrar o presente título na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 4.º — O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.361 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1952

Exclui do regime de liquidação a firma que menciona e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e, atendendo ao disposto no Decreto-lei n.º 8.553, de 4 de janeiro de 1946, artigo 2.º e a proposta da Comissão de Reparações de Guerra, decreta:

Artigo 1.º — Fica excluída do regime de liquidação a que alude o Decreto n.º 17.636, de 22 de junho de 1945, a Companhia Mecânica Industrial e Comercial Brasileira, com sede em São Paulo, cessando as atribuições do respectivo liquidante.

Artigo 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.362 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1952

Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, terreno necessário à construção do açude público "Varzea do Boi", município de Tauá, Estado do Ceará.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos de ns. 4.152, de 6 de março de 1942, e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Artigo 1.º — Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, terreno com a área de 33.840.00 m² (trinta e três milhões oitocentos e quarenta mil metros quadrados), necessário à construção do açude público "Varzea do Boi", no município de Tauá, Estado do Ceará, representado na planta que com este baixa, devidamente autenticada.

Artigo 2.º — Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.363 — DE 1 DE
SETEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, terreno situado no trecho de Saudade a Ribeirão da Divisa, município de Barra Mansa, Estado do Rio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.363, de 21 de junho de 1941, modificação pelos de ns. 4.125, de 6 de março de 1942, e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, a área de terreno com 12.622,11m² (doze mil seiscentos e vinte e dois metros e onze decímetros quadrados), representada na planta que com este baixa, devidamente rubricada, pertencente a Francisco Vilela de Andrade, situada no trecho de Saudade a Ribeirão da Divisa, município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, necessária a construção do novo traçado do ramal de São Paulo.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.364 — DE 1 DE
SETEMBRO DE 1952

Aprova o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, anexo ao presente Decreto e assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

Regulamento da Escola
de Comando e Estado-Maior
da Aeronáutica

1.ª PARTE

Generalidades

CAPÍTULO I

MISSÃO E SUBORDINAÇÃO

Art. 1.º A Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) é um instituto de ensino superior, diretamente subordinado ao Estado-Maior da Aeronáutica, destinado a preparar oficiais da força Aérea Brasileira para o exercício de funções de Estado-Maior, de Comando de Unidades, e de Grandes Unidades e de Direção de Serviços.

Parágrafo único — Funcionará na ECEMAR, na forma deste Regulamento, os seguintes Cursos:

- a) Curso de Estado-Maior (CEM)
- b) Curso de Direção de Serviços (CDS)
- c) Curso Superior de Comando (CSC)

Art. 2.º Compete à ECEMAR ministrar aos oficiais, dentro da doutrina do Estado-Maior da Aeronáutica, os conhecimentos básicos relativos a:

- a) conduta geral da guerra;
- b) comando e emprego da Força Aérea;
- c) técnica de Estado-Maior;
- d) organização das Forças Armadas;
- e) problemas nacionais;
- f) assuntos de cultura geral.

CAPÍTULO II

MATRÍCULA

Art. 3.º Serão matriculados nos diversos Cursos da ECEMAR os oficiais que satisfizerem às condições estabelecidas neste Regulamento.

Art. 4.º O Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica fixará, anualmente, no mês de outubro, conforme as necessidades da Força Aérea Brasileira e as possibilidades da ECEMAR, o número de vagas para cada Curso.

Art. 5.º O Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica designará, anualmente, em documento confidencial, um oficial-general e quatro oficiais superiores, diplomados no Curso Superior de Comando, para constituírem a Comissão de Sindicância dos candidatos à matrícula na ECEMAR.

Essa Comissão pronunciar-se-á sobre as qualidades morais, a personalidade e o procedimento dos candidatos, opinando quanto à conveniência do seu ingresso na Escola.

Parágrafo único — O Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica baixará instruções regulando os trabalhos da Comissão, os quais terão caráter confidencial.

Art. 6.º Para a matrícula nos diversos Cursos da ECEMAR, obedecer-se-á ao seguinte procedimento:

- a) cogitação de candidatos;
- b) inscrição para exame de admissão;
- c) exame de admissão;
- d) matrícula.

Parágrafo único — Somente os candidatos à matrícula no CEM e CDS serão inscritos para exame de admissão e a eles submetidos.

Art. 7.º A cogitação de oficiais para ingresso na ECEMAR obedecerá ao princípio de antiguidade, atendido o interesse do serviço e respeitadas as disposições dos artigos 8.º, 9.º e 10.º.

Art. 8.º Será cogitado para inscrição no exame de admissão ao Curso de Estado-Maior o oficial que satisfizer as seguintes condições:

- a) ser Capitão ou Major do Quadro de Oficiais Aviadores ou do Quadro Complementar de Aviadores, excetuados os da categoria de Engenheiro;
- b) ter, caso seja capitão, pelo menos três (3) anos de pòsto, referidos a 31 de dezembro do ano da inscrição;
- c) ter menos de quarenta (40) anos de idade, referidos a 31 de dezembro do ano da inscrição;
- d) possuir o Curso de Tática Aérea.

Parágrafo único. Será também cogitado para inscrição no exame de admissão o oficial de pòsto superior aos previstos neste artigo, desde que não haja gozado anteriormente dos direitos assegurados nos artigos 14, 28 e 32 dèste Regulamento.

Art. 9.º Será cogitado para inscrição no exame de admissão ao Curso de Direção de Serviços o oficial que satisfizer as seguintes condições:

- a) ser oficial superior do Quadro de Oficiais Intendentes ou do Quadro de Oficiais Médicos;
- b) ter, caso seja major, pelo menos dois (2) anos de pòsto, referidos a 31 de dezembro do ano da inscrição;
- c) ter menos de cinquenta (50) anos de idade, referidos a 31 de dezembro do ano da inscrição;
- d) possuir o Curso de Aperfeiçoamento do Quadro a que pertence.

Art. 10. Será cogitado para matrícula no Curso Superior de Comando o oficial que satisfizer as seguintes condições:

- a) ter, no mínimo, o pòsto de Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores, excetuados os da categoria de Engenheiro;
- b) ter menos de cinquenta (50) anos de idade, referidos a 31 de dezembro do ano anterior ao da matrícula;
- c) possuir o Curso de Estado-Maior e haver sido julgado apto para o Serviço de Estado-Maior, conforme estabelece o art. 48.

Art. 11. Publicar-se-á em boletim do Estado-Maior da Aeronáutica, na primeira quinzena de julho, a relação dos oficiais cogitados para inscrição em exame de admissão ao CEM ou CDS, e para matrícula no CSC.

Art. 12. Serão inscritos para exame de admissão ao CEM e ao CDS ou previstos para matrícula no CSC, obedecido o princípio de antiguidade e atendidas as necessidades do serviço, os oficiais que hajam obtido parecer favorável da Comissão de Sindicância para matrícula na Escola e tenham sido considerados aptos em inspeção de saúde.

Parágrafo único. Os oficiais sujeitos a regime de inspeção de saúde não necessitarão submeter-se a nova inspeção, caso o prazo de validade da inspeção realizada se prolongue até a data da matrícula.

Art. 13. Publicar-se-á em boletim do Estado-Maior da Aeronáutica, na primeira quinzena de novembro, a relação dos oficiais inscritos para exame de admissão ao CEM ou ao CDS, bem como a dos previstos para matrícula no CSC.

Parágrafo único. Juntamente com essas publicações, será feita a da relação dos oficiais que nelas deixaram de figurar por interesse do serviço.

Art. 14. Desde as publicações iniciais referidas no art. 11 até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao da matrícula, poderá o oficial desistir quer da inscrição em exame de admissão ao CEM ou ao CDS quer da matrícula no CSC, mediante requerimento escrito ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Parágrafo único. A desistência, uma segunda vez, da inscrição em exame de admissão ao CEM ou ao CDS, ou da matrícula no CSC, implica na impossibilidade definitiva de o oficial frequentar o Curso em questão.

Art. 15. Os exames de admissão realizar-se-ão, na ECEMAR, na primeira quinzena de fevereiro.

Parágrafo único. O Comandante da ECEMAR fixará, na segunda quinzena do mês de novembro, as datas dos exames.

Art. 16. Cabe à ECEMAR a organização e a realização dos exames de admissão. As Instruções destinadas a regular a sua execução, bem como os programas das matérias referidas nos artigos 18 e 19, serão publicadas, em boletim do Estado-Maior, com a antecedência mínima de seis (6) meses.

Art. 17. O Comandante da ECEMAR designará, na época oportuna, tantas Comissões de Exame quantas forem necessárias, às quais compete organizar as questões relativas a cada assunto e julgar as provas realizadas nos diferentes exames de admissão.

§ 1.º Essas Comissões serão constituídas de oficiais diplomados com o Curso Superior de Comando e Integridade, quando for o caso, de oficiais diplomados com o Curso de Direção de Serviços; poderão, ainda, ser postos à disposição dessas Comissões oficiais possuidores de determinadas especialidades e professores civis de reconhecido saber.

§ 2.º O Comandante da ECEMAR solicitará ao Chefe do Estado-Maior

da Aeronáutica a designação dos oficiais que se fizerem necessários para comporem as Comissões ou servirem como seus auxiliares.

Art. 18. As provas do exame de admissão ao Curso de Estado-Maior versarão sobre os seguintes assuntos:

a) Conhecimentos profissionais — organização do Ministério da Aeronáutica, da Força Aérea Brasileira e das Unidades; técnica e tática de emprego dos diferentes tipos de Esquadrão, atribuições e trabalhos dos oficiais de Estado-Maior de Unidade.

b) Cultura geral — Geografia Militar e Econômica do Brasil e da América do Sul; História do Brasil e da América do Sul; Direito Aeronáutico.

c) Línguas — Português, Inglês e Espanhol.

Art. 19. As provas do exame de admissão ao Curso de Direção de Serviços versarão sobre os seguintes grupos de assuntos:

a) Conhecimentos profissionais — Organização do Ministério da Aeronáutica, da Força Aérea Brasileira e das Unidades; legislação do Serviço a que o candidato pertence; Atribuições e trabalhos dos oficiais do Serviço a que o candidato pertence, nas Unidades.

b) Cultura geral:

— Para os oficiais do Quadro de Intendentes:

Geografia Militar e Econômica do Brasil e da América do Sul, História do Brasil e da América do Sul, Direito Administrativo.

— Para os oficiais do Quadro de Saúde:

Geografia Militar e Econômica do Brasil e da América do Sul, História do Brasil e da América do Sul e problemas médicos sociais do Brasil.

c) Línguas — Português, Inglês e Espanhol.

Art. 20. São dispensados das provas de conhecimentos profissionais nos concursos de admissão à ECEMAR:

a) ao Curso de Estado-Maior:

1 — os oficiais que tenham concluído o Curso de Tática Aérea com grau igual ou superior a oitenta e cinco (85);

2 — os oficiais que tenham exercido, com proficiência, por dois anos conse-

cutivos, as funções de instrutor no Curso de Tática Aérea;

b) ao Curso de Direcção de Serviços:

1 — os officiaes que tenham concluido o Curso de Aperfeiçoamento do Quadro a que pertencem, com grau igual ou superior a oitenta e cinco (85);

2 — os officiaes que tenham exercido, com proficiência, por dois annos consecutivos, as funções de instrutor no Curso de Aperfeiçoamento do Quadro a que pertencem.

Art. 21. No julgamento dos exames de admissão, os graus serão numericos e variarão de zero (0) a cem (100).

Art. 22. Os graus mínimos de aprovação, para admissão em qualquer dos Cursos, são os seguintes: quarenta (40), em qualquer prova isolada; cinquenta (50), em grupo de assuntos; e sessenta (60), no resultado final, que será o grau de exame.

§ 1.º O grau do grupo de assuntos é a média aritmetica dos graus das provas das matérias que o constituem.

§ 2.º O grau de exame é a média ponderada dos graus do grupo de conhecimentos profissionais, com peso três (3), do grupo de assuntos de cultura geral, com peso dois (2), e do grupo de linguas, com peso um (1).

§ 3.º Na apuração do grau de exame dos officiaes beneficiados pelo artigo 20, o grau do grupo de conhecimentos profissionais será o obtido no fim do Curso, e, computado o de oitenta e cinco (85), para os que exerceram as funções de Instrutor.

Art. 23. Considerar-se-ão inabilitados em exame de admissão os candidatos que:

a) não obtiverem os graus mínimos fixados no art. 22;

b) faltarem a qualquer das provas do exame.

Art. 24. Publicar-se-á em boletim do Estado-Maior da Aeronautica, no primeiro dia útil do mês de março, a relação dos officiaes aprovados em exame de admissão.

Art. 25. No mesmo boletim que fizer a publicação constante do artigo anterior, serão mandados matricular na ECEMAR, obedecida a ordem de antiguidade, os officiaes que satisficam as condições de matricula nos diferentes Cursos e que estejam comprehendidos no numero de vagas fixado.

Parágrafo unico. A matricula na ECEMAR se efetiva no primeiro dia útil do mês de abril de cada anno, por ato do Comandante da ECEMAR publicado em boletim desse Estabelecimento.

Art. 26. Terão a matricula assegurada no CEM ou no CDS, independente de exame, nos dois annos subsequentes ao da realização do exame de admissão, desde que continuem a satisfazer as demais condições, os candidatos nelle aprovados que:

a) hajam deixado de ser matriculados nos annos anteriores por falta de vagas;

b) hajam deixado de ser matriculados nos annos anteriores, por motivo de saúde devidamente comprovado.

Art. 27. Terão a matricula assegurada no CSC, no anno seguinte aqnelle em que foram mandados matricular na Escola, os officiaes que hajam deixado de ser matriculados por motivo de saúde devidamente comprovado.

Art. 28. Os officiaes inabilitados em exame de admissão para matricula no CEM ou no CDS poderão ser inscritos, uma só vez, em novo exame, desde que:

a) continuem satisfazendo as condições para isso exigidas;

b) não tenham, anteriormente, desistido de inscrição, como facultado pelo art. 14.

Art. 29. Nova inabilitação, na forma do art. 22, tornará o official definitivamente inapto para a matricula no CEM ou no CDS.

Art. 30. Os Comandantes ou Chefes desembaraçarão os officiaes mandados matricular no CSC, na ECEMAR, tão logo tenham conhecimento da respectiva ordem de matricula.

CAPITULO III

DESLIGAMENTO E REMATRÍCULA

Art. 31. O desligamento do official-aluno verificar-se-á:

a) por ordem superior, quando o interesse do serviço assim o exigir; a ordem de desligamento mencionará, ostensiva ou reservadamente, o motivo do ato, para fins de registro na folha de alterações do official;

b) no interesse da disciplina, quando houver o official cometido falta cuja natureza e gravidade justifiquem essa medida;

c) por falta de frequência, quando houver o oficial faltado;

1 — à vigésima parte dos tempos de trabalho previstos no currículo do Curso a que pertencer, computados como prescreve o art. 50;

2 — à vigésima parte dos tempos de trabalho previstos para um período de instrução, na hipótese de o Curso compreender mais de um período;

3 — à oitava parte do total dos trabalhos ou exercícios para grau previstos seja para o Curso, seja para um de seus períodos de instrução;

d) por insuficiência de resultados, quando seu aproveitamento, como definido no art. 57, for inferior a cinquenta (50) no fim da primeira metade do Curso, ou quando seu grau no fim do Curso, como definido no citado artigo, for inferior a sessenta (60);

e) por motivo de saúde, quando houver sido julgado incapaz em inspeção de saúde;

f) a pedido, quando houver requerido o oficial; caso alegue motivo de saúde, dependerá o desligamento do resultado da inspeção de saúde;

g) por conclusão de Curso, na data em que lhe for conferido o diploma.

§ 1.º É da competência do Ministro da Aeronáutica o desligamento previsto na alínea a, do Chefe do Estado-Maior ou previsto na alínea b e do Comandante da Escola nos demais casos.

§ 2.º A metade de qualquer Curso corresponderá à metade da soma dos pontos de todas as provas e exercícios para grau previstos para o ano letivo, conforme estabelece o art. 47.

Art. 32. O oficial poderá reingressar na Escola, uma só vez, se desligado:

a) por ordem superior, quando essa exclusão constar do ato que determinou o seu desligamento ou de ato ulterior do Ministro da Aeronáutica;

b) por motivo de saúde, devidamente comprovado;

c) por falta de frequência ou a pedido, por motivo de força maior, assim julgado pelo Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 33. O oficial aluno desligado no interesse da disciplina ou por insuficiência de resultados, não mais poderá reingressar na ECEMAR.

Art. 34. Para que o oficial possa reingressar na ECEMAR como aluno,

é necessário que continue a satisfazer as condições exigidas para inscrição no exame de admissão ao CEM ou CDS ou para matrícula no CSC, conforme o Curso a que se destina.

2.ª PARTE

Ensino

CAPÍTULO I

CURSOS E CURRÍCULOS

Art. 35. O ensino na ECEMAR será orientado objetivamente, no sentido de desenvolver nos oficiais alunos a capacidade de aplicar à solução dos problemas militares um método de raciocínio, permitindo-lhes, ao mesmo tempo, ampliar os conhecimentos profissionais. Visará, ainda, criar-lhes o hábito do estudo constante para se manterem a par da evolução da Força Aérea e dos problemas de interesse da Aeronáutica.

Art. 36. Os Cursos da ECEMAR são os seguintes:

a) Curso de Estado-Maior (CEM) — destinado a preparar oficiais para as funções de Chefe e de Adjunto de seção de Estado-Maior de Grandes Unidades ou de Comandos Territoriais, para as funções de Adjunto de seção do Estado-Maior da Aeronáutica e para o Comando de Unidades;

b) Curso de Direção de Serviços (CDS) — destinado a preparar oficiais para os trabalhos de sua especialidade em Estado-Maior de Grandes Unidades ou de Comandos Territoriais, e no Estado-Maior da Aeronáutica, para a Chefia de Serviços de Grandes Unidades ou de Comandos Territoriais e para a direção de Serviços da Força Aérea Brasileira;

c) Curso Superior de Comando (CSC) — destinado a preparar oficiais para as funções de Chefe de Estado-Maior, para as de Chefe de Seção do Estado-Maior da Aeronáutica e para o comando de Grandes Unidades ou de Comandos Territoriais.

Art. 37. A instrução no Curso de Estado-Maior deverá ser orientada no sentido de:

a) ministrar conhecimentos básicos sobre organização e emprego das Forças Armadas, de maneira que os

oficiais-alunos fiquem preparados para a instrução subsequente;

b) estudar os problemas atinentes ao comando de Unidades, do ponto-de-vista de chefia, administração, instrução e emprego tático;

c) ensinar a organização e a técnica do Serviço de Estado-Maior de Grandes Unidades, salientando o trabalho em conjunto das diferentes seções;

d) ministrar conhecimentos sobre o trabalho de Estado-Maior nos Comandos Territoriais;

e) ministrar conhecimentos sobre problemas básicos do Estado-Maior da Aeronáutica;

f) ministrar conhecimentos sobre assuntos de cultura geral correspondentes aos objetivos e ao nível do curso.

Art. 38. A instrução no Curso de Direção dos Serviços deverá ser orientada no sentido de:

a) ministrar conhecimentos básicos sobre organização e emprego das Forças Armadas, de maneira que os oficiais-alunos fiquem preparados para a instrução subsequente;

b) estudar os problemas atinentes ao comando de Grandes Unidades, de ponto de vista de chefia, administração, instrução e emprego tático e estratégico;

c) ensinar a técnica de trabalho dos oficiais dos Serviços no Estado-Maior de Grandes Unidades e de Comandos Territoriais;

d) estudar os problemas pertinentes à chefia de Serviços de Grandes Unidades e dos Comandos Territoriais;

e) ministrar conhecimentos sobre trabalho dos oficiais de Serviços no Estado Maior;

f) estudar os problemas atinentes à direção dos Serviços da Força Aérea Brasileira;

g) ministrar conhecimentos sobre assuntos de cultura geral correspondentes aos objetivos e ao nível do curso.

Parágrafo único. Os conhecimentos peculiares a cada Quadro dos Serviços deverão ser ministrados, exclusivamente, aos oficiais-alunos a ele pertinentes.

Art. 39. A instrução no Curso Superior de Comando deverá ser orientada no sentido de:

a) ministrar conhecimentos sobre o trabalho do chefe de Estado-Maior

de Grandes Unidades e de Comandos Territoriais;

b) estudar os problemas atinentes do ponto de vista de chefia, administração, instrução e emprego tático e estratégico;

c) ministrar conhecimentos sobre os problemas peculiares aos Comandos Territoriais;

d) estudar a solução de problemas de Alto Comando da Aeronáutica, na paz e na guerra;

e) ministrar conhecimentos sobre assuntos de cultura geral correspondentes aos objetivos e ao nível do curso.

Art. 40. No ensino dos cursos, deve-se também encarar o emprego de materiais modernos e de novos tipos de Unidade, embora ainda inexistentes na organização militar vigente.

Art. 41. Os cursos terão início no primeiro dia útil do mês de abril.

Art. 42. Os cursos da ECEMAR compreenderão tantos períodos de instrução quantos forem necessários para atingir seus objetivos.

Parágrafo único. Os períodos de instrução corresponderão, normalmente, a um ano letivo.

Art. 43. O Estado-Maior da Aeronáutica, dentro do estabelecido nos arts. 35 a 42, inclusive, e levando em conta tanto as necessidades da Força Aérea Brasileira como os ensinamentos colhidos anteriormente na instrução, organizará diretrizes anuais para o ensino na ECEMAR. Essas diretrizes deverão fixar, para os diferentes cursos, os objetivos especiais a atingir, os assuntos a salientar, os problemas específicos a estudar e o número, a duração e o início dos períodos de instrução.

Art. 44. Tomando por base as diretrizes do Estado-Maior da Aeronáutica o Comandante da ECEMAR baixará instruções ao Conselho de Ensino, determinando a organização do currículo dos diferentes cursos, os quais, após aprovação sua, deverão ser remetidos ao Estado-Maior da Aeronáutica, quinze dias antes do início dos trabalhos escolares.

Art. 45. A instrução na ECEMAR será ministrada sob forma de aulas, exercícios, conferências, demonstrações, discussões dirigidas, trabalhos de grupo, exercícios e manobras da carta, e viagens de estado-maior.

Parágrafo único. Os Chefes de Curso, na atribuição de funções aos oficiais-alunos, em qualquer tipo de trabalho em conjunto, obedecerão às conveniências do ensino, antes que a precedência hierárquica.

Art. 46. A ECEMAR deverá remeter, periodicamente, ao Estado-Maior da Aeronáutica, segundo instruções baixadas por esse órgão, relatórios sucintos sobre o progresso da instrução nos diferentes cursos.

Art. 47. O Conselho de Ensino, quando da elaboração dos currículos, selecionará os assuntos sobre os quais versarão os trabalhos e exercícios para grau, a serem realizados em cada curso; fixará, além disso, o seu número e a sua natureza, bem como o peso atribuído a cada um deles.

Art. 48. Como complemento ao CEM e ao CDS, os oficiais que terminarem com aproveitamento esses cursos serão mandados servir em funções de estado-maior, por indicação do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, nas quais permanecerão obrigatoriamente até o final do ano de instrução.

§ 1.º. Findo esse período, serão os oficiais declarados aptos ou não para o Serviço de estado-maior.

§ 2.º. Os oficiais que não forem julgados aptos serão mandados servir, decorrido um ano, no Estado-Maior da Aeronáutica, findo o qual serão eles declarados, em definitivo, aptos ou não para o Serviço de estado-maior.

§ 3.º. Consideram-se para os efeitos deste artigo as funções de instrutor ou auxiliar de instrutor na ECEMAR, como funções de estado-maior.

CAPÍTULO II

FREQÜÊNCIA E APROVEITAMENTO

Art. 49. A freqüência, com pontualidade, dos oficiais-alunos aos trabalhos escolares é ato de serviço militar; sua inobservância é falta passível de sanção prevista na legislação vigente.

Art. 50. Para efeito de cômputo de falta, o tempo de trabalho em sala, qualquer que seja a natureza deste, será de uma hora, incluído o intervalo de descanso obrigatório entre dois tempos; o tempo de trabalho em viagens de estado-maior será de um dia.

Art. 51. O aproveitamento dos oficiais-alunos verificar-se-á através de trabalhos escritos e exercícios práticos. Os graus desses trabalhos e exercícios serão numéricos e variação de zero (0) a cem (100).

Art. 52. As relações dos trabalhos e exercícios para grau serão mantidos em sigilo, até a ocasião oportuna para a sua divulgação.

Parágrafo único. Os Chefes de Curso comunicarão aos oficiais-alunos a realização de trabalhos ou exercícios para grau e peso respectivo, com antecedência nunca inferior a vinte e quatro horas.

Art. 53. O julgamento dos trabalhos ou exercícios para grau de cada Curso será feito por uma comissão de, no mínimo, três membros, normalmente constituída do Chefe do Curso, do Chefe da Divisão e do Instrutor encarregado do trabalho. Os resultados desse julgamento serão submetidos à apreciação do Chefe do Departamento de Ensino que determinará a sua divulgação aos oficiais-alunos, respeitando o que estabelece o art. 55.

Art. 54. Os trabalhos escritos, aos quais houver sido atribuído grau, serão entregues, para conhecimento e estudo; aos oficiais-alunos, que os restituirão ao Departamento de Ensino, dentro de quarenta e oito horas.

Parágrafo único. Em tais trabalhos deverão ser anotados os acertos e incorreções, com os comentários que se fizerem necessários, a fim de permitir aos oficiais-alunos colherem ensinamentos.

Art. 55. Sempre que, em qualquer trabalho ou exercício, mais da metade dos oficiais-alunos obtiver grau inferior a cinquenta (50), ou, mais de três quartos, grau inferior a sessenta (60), o Conselho de Ensino reunir-se-á, a fim de verificar as razões do ocorrido. Essa reunião realizar-se-á dentro de quarenta e oito horas após o chefe do Departamento de Ensino haver recebido os resultados do trabalho ou exercício em questão. Conforme suas conclusões, o Conselho de Ensino recomendará ao Comandante da Escola a anulação, ou não, desse trabalho, assim como outras providências cabíveis no caso. A recomendação do Conselho sobre a validade do trabalho e a decisão do Comandante serão publicadas em boletim escolar, no máximo sete dias após a reunião inicial do Conselho.

Parágrafo único. O Chefe do Departamento de Ensino determinará a ocasião em que será repetido o trabalho anulado.

Art. 56. O trabalho ou exercício para grau, a que um oficial-aluno houver faltado, por motivo justificável, não será considerado na apuração de seu aproveitamento. Quando, entretanto, o oficial-aluno houver faltado sem motivo justificável, ser-lhe-á atribuído grau zero (0) no trabalho ou exercício além das sanções disciplinares que o caso comportar.

Parágrafo único. A justificação das faltas a trabalhos ou exercícios para grau é da alçada do Comandante da Escola.

Art. 57. O aproveitamento do oficial-aluno corresponderá, em qualquer ocasião, à média ponderada dos graus por ele obtidos em todos os trabalhos ou exercícios já realizados. O grau de fim de Curso é definido pelo aproveitamento do oficial-aluno, concluídos os trabalhos escolares.

Art. 58. Os oficiais-alunos que obtiverem grau de fim de Curso igual ou superior a sessenta (60) serão considerados aprovados e inabilitados os que não atingirem esse limite.

Art. 59. Os oficiais-alunos serão classificados, conforme seus graus de fim de curso, em dois grupos, correspondentes às menções "Muito bem" — de cem (100) a oitenta e cinco (85) inclusive — e "Bem" — de oitenta e cinco (85), exclusive, a sessenta (60), inclusive.

Art. 60. Os oficiais-alunos aprovados em um dos Cursos mencionados no art. 36 receberão o diploma correspondente, de modelo aprovado pelo Decreto n.º 27.352, de 6 de março de 1959.

Art. 61. A relação dos graus de fim de Curso e das menções correspondentes, dos oficiais diplomados na forma do artigo anterior, será enviada ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica que a fará publicar em boletim reservado.

Parágrafo único. Com essa relação, remeter-se-á o conceito sobre cada oficial, o qual dirá de suas qualidades para o exercício de funções de estado-maior. Esse conceito será exarado pelo Comandante da ECEMAR, de acordo com as instruções baixadas pelo Chefe do Estado-Maior.

CAPÍTULO III

QUADRO DE INSTRUTORES

Art. 62. O Quadro de Instrutores da Escola compreende:

- a) Diretor de Ensino — o Comandante da Escola;
- b) Subdiretor de Ensino — o Chefe do Departamento de Ensino;
- c) Instrutores-Chefes — Os Chefes de Curso, o Chefe da Seção de Forças Navais e o Chefe da Seção de Forças Terrestres;
- d) Instrutores — Os Chefes de Divisão e os Adjuntos da Seção de Forças Navais e da Seção de Forças Terrestres;
- e) Auxiliares de Instrutor — Os Adjuntos de Divisão.

§ 1.º O Chefe do Departamento de Ensino, os Chefes de Curso, os Chefes e Adjuntos de Divisão do Curso Superior de Comando deverão ser diplomados no Curso Superior de Comando ou no de Direção de Serviços. Os Chefes e Adjuntos de Divisão do Curso de Estado-Maior, o Chefe e o Adjunto da Divisão de Estado-Maior e Administração do Curso de Direção de Serviços, o Assistente e o Secretário, deverão ser diplomados no Curso de Estado-Maior. Os Chefes das demais Divisões do Curso de Direção de Serviços deverão ser diplomados no Curso de Direção de Serviços.

§ 2.º O Chefe e Adjuntos da Seção de Forças Navais deverão possuir diploma da Escola Superior de Guerra Naval e o Chefe e Adjuntos da Seção de Forças Terrestres, o da Escola de Estado Maior do Exército.

§ 3.º Os Adjuntos de Divisão e de Seção serão tantos quantos forem necessários ao ensino. Seu número será fixado, anualmente, pelo Ministro, mediante proposta do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 63. São condições para ser designado instrutor ou auxiliar de instrutor da ECEMAR:

- a) possuir o oficial o Curso Superior de Comando ou Curso de Estado Maior ou o Curso de Direção de Serviços;
- b) haver o oficial merecido bom conceito no curso e demonstrado aptidões para instrutor;
- c) possuir reconhecida capacidade profissional.

Art. 64. O Ministro da Aeronáutica designará os oficiais da Marinha e

do Exército para o Quadro de Instrutores uma vez postos à disposição do Ministério da Aeronáutica, para tal fim, pelos respectivos Ministérios.

Art. 65. Para que o oficial possa ser designado Chefe de Curso ou Chefe do Departamento de Ensino, necessário se faz que tenha exercido as funções de instrutor durante, no mínimo, um ano letivo completo.

Art. 66. A todos os oficiais pertencentes ao Quadro de Instrutores compete ministrar a instrução compatível com a função que desempenha.

Art. 67. Os oficiais da Aeronáutica, designados para o Quadro de Instrutores, exercerão essas funções, para cada designação, no mínimo, por dois (2) e no máximo três (3) anos letivos consecutivos.

§ 1.º Poderá o oficial ser dispensado antes de decorrido o prazo mínimo:

- a) por incompatibilidade de posto, decorrente de promoção;
- b) para satisfação de requisito legal ou regulamentar;
- c) por conveniência da instrução, mediante solicitação do Comandante da Escola;
- d) a pedido, a critério do Chefe do Estado Maior da Aeronáutica.

§ 2.º O ato de dispensa mencionará, ostensiva ou reservadamente, as suas razões para fins de registro na folha de alterações do oficial.

3.ª PARTE

Organização

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO GERAL

Art. 68. A ECEMAR tem a seguinte constituição:

- a) Comando;
- b) Departamento de Ensino;
- c) Departamento de Administração.

• CAPÍTULO II

COMANDO

Art. 69. O Comando da Escola tem a seguinte constituição:

- a) Comandante;
- b) Assistente;
- c) Conselho de Ensino.

Art. 70. O Comandante é coadjuvado em suas funções pelos Chefes dos Departamentos de Ensino e de Administração.

Art. 71. O Comandante da ECEMAR é Brigadeiro-do-Ar, não incluído em categoria especial.

Parágrafo único. O Comandante é nomeado por decreto, mediante proposta do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 72. O Comandante da ECEMAR, como responsável pelo Ensino e pela Administração da Escola, tem as funções de Diretor do Ensino e Agente Diretor.

Art. 73. Ao Comandante da Escola, além das atribuições previstas na legislação vigente, compete:

- a) manter a indispensável concórdia entre o ensino ministrado na Escola e a doutrina firmada pelo Estado-Maior da Aeronáutica;
- b) promover estreita ligação com a Escola Superior de Guerra, a Escola de Guerra Naval, a Escola de Estado-Maior do Exército, o Curso de Tática Aérea e os órgãos de Direção e Alto Comando da Aeronáutica, para um perfeito entendimento no que disser respeito à doutrina de guerra;
- c) propor ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica medidas que julgue conveniente à maior facilidade ou conveniência do ensino;
- d) supervisionar o desenvolvimento do ensino e, especialmente, o seu rendimento e os resultados obtidos pelos oficiais-alunos;
- e) determinar que lhe sejam apresentados pelos instrutores, em caráter confidencial, apreciações pormenorizadas sobre o aproveitamento dos oficiais-alunos, com o conceito a que fizeram jus no momento da informação;
- f) indicar ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, enviado o Conselho de Ensino, os oficiais da Aeronáutica a serem designados instrutores da ECEMAR;
- g) indicar ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica o número de adjuntos de Divisão e de Seção a ser fixado anualmente;

h) remeter, no fim de cada ano de instrução, ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, de acordo com as instruções por ele baixadas, uma apreciação sobre cada oficial do Quadro de Instrutores;

i) desempenhar ou delegar ao Chefe do Departamento de Administração, a função de Agente Diretor;

j) apresentar, ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, o relatório anual da ECEMAR, ou outros relatórios que lhe fôrem exigidos.

Art. 74. O Assistente do Comandante é Tenente-Coronel ou Major-Aviador, com o Curso de Estado-Maior.

Art. 75. Ao Assistente compete :

a) desempenhar o serviço de representação ou cerimonial que lhe fôr determinado;

b) receber da Ajudância da Escola a correspondência sigilosa e encarregar-se de sua guarda e arquivamento;

c) preparar a correspondência sigilosa e encaminhá-la;

d) cifrar e decifrar as mensagens recebidas e expedidas pela ECEMAR;

e) receber, preparar e fazer expedir a correspondência oficial pessoal do Comandante.

Art. 76. O Conselho de Ensino é o órgão encarregado de opinar sobre qualquer questão de natureza geral referente ao Ensino.

Art. 77. O Conselho de Ensino órgão consultivo do Comandante da Escola, é constituído do Chefe do Departamento de Ensino, do Chefe do Curso Superior de Comando, do Chefe do Curso de Estado Maior, do Chefe do Curso de Direção de Serviços e de três instrutores, designados anualmente pelo Comandante.

Art. 78. O Conselho reunir-se-á sempre que se torne necessário conseguir elementos para decisões do Comandante, por determinação dêsse ou por convocação do Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 79. O Conselho emitirá pareceres sobre os fatos apreciados, os quais constarão do competente livro de atas, e serão apresentados ao Comandante, acompanhados dos votos vencidos, devidamente fundamentados.

Art. 80. Não é lícito, a nenhum membro do Conselho, abster-se de votar, nem lhe é permitida a divulgação sobre qualquer forma de assuntos tratados nas reuniões do Conselho, o que só poderá ser feito pelo Comandante da Escola, quando assim julgar conveniente.

Art. 81. As reuniões do Conselho são presididas pelo Chefe do Departamento de Ensino.

Parágrafo único. Quando julgar conveniente, poderá o Comandante avocar a si a presidência do Conselho, passando então o Chefe do Departamento de Ensino a funcionar como membro.

Art. 82. Servirá como secretário nas reuniões do Conselho o Secretário do Ensino.

CAPÍTULO III

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Art. 83. O Departamento de Ensino é o órgão encarregado de dirigir e ministrar o ensino na ECEMAR, realizar análise e pesquisa de assuntos de interesse do ensino, preparar e fornecer os elementos materiais necessários ao desenvolvimento do ensino.

Art. 84. O Departamento de Ensino tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Seção de Forças Navais;
- c) Seção de Forças Terrestres;
- d) Curso de Estado Maior;
- e) Curso de Direção de Serviços;
- f) Curso Superior de Comando.

Art. 85. A Chefia do Departamento de Ensino tem a seguinte constituição:

- a) Chefe do Departamento de Ensino;
- b) Secretaria do Ensino;
- c) Seção de Serviços Escolares.

Art. 86. O Chefe do Departamento de Ensino é Coronel Aviador.

Art. 87. Além das atribuições previstas na legislação vigente, compete ao Chefe do Departamento de Ensino:

- a) estudar, ou fazer estudar, as questões de ensino de interesse para a ECEMAR;
- b) baixar instruções orientadoras do trabalho dos diferentes Cursos e das Seções de Forças Navais e de Forças Terrestres;
- c) manter a coordenação do ensino nos diferentes Cursos;
- d) dirigir e orientar os trabalhos escolares;
- e) convocar as reuniões do Conselho de Ensino e presidi-las;
- f) designar comissões de instrutores para julgamento de trabalho dos

oficiais-alunos, quando esse houver sido realizado por mais de um Curso;

g) orientar e coordenar a instrução dos novos instrutores, previstas no art. 141, bem como apresentar ao Comandante parecer sobre a aptidão desses;

h) baixar instruções para execução dos trabalhos afetos à Secretaria do Ensino e à Seção de Serviços Escolares.

Art. 88. A Secretaria do Ensino é o órgão encarregado do controle da instrução e do expediente relativo ao ensino.

Parágrafo único. A Secretaria do Ensino tem a seu cargo a Biblioteca da Escola.

Art. 89. O Secretário do Ensino é Major Aviador.

Art. 90. Ao Secretário do Ensino, auxiliar direto do Chefe do Departamento de Ensino, compete:

a) dirigir e orientar os trabalhos da Secretaria do Ensino, de acordo com as instruções do Chefe do Departamento de Ensino;

b) secretariar as reuniões do Conselho de Ensino.

Art. 91. A Seção de Serviços Escolares é o órgão encarregado do trabalho material de preparo da instrução; compreenderá tantas subseções quantas forem necessárias à boa marcha dos trabalhos a seu cargo.

Art. 92. O Chefe da Seção de Serviços Escolares é Major Aviador.

Art. 93. Ao Chefe da Seção de Serviços Escolares, auxiliar direto do Chefe do Departamento de Ensino, compete dirigir e orientar os trabalhos da Seção, de acordo com as instruções do Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 94. O Chefe da Seção de Forças Navais é Capitão de Fragata, com Curso correspondente ao CSC.

Parágrafo único. O Chefe da Seção disporá como auxiliares, de adjuntos, oficiais superiores com Curso correspondente ao CEM.

Art. 95. O Chefe da Seção de Forças Terrestres é Tenente Coronel do Exército, com Curso correspondente ao CSC.

Parágrafo único. O Chefe da Seção disporá como auxiliares, de adjuntos, oficiais superiores com Curso correspondente ao CEM.

Art. 96. Ao Chefe da Seção de Forças Navais e ao da Seção de Forças Terrestres, auxiliares imediatos do Chefe do Departamento de Ensino, incumbe:

a) dirigir e orientar o ensino ministrado pela Seção que chefiar;

b) cooperar na instrução dos diferentes Cursos;

c) orientar o trabalho de preparação e a apresentação de aulas e exercícios a cargo de sua Seção;

d) coordenar o trabalho dos instrutores de sua Seção.

Art. 97. O Curso de Estado-Maior (CEM) é constituído de:

a) Chefia;

b) Divisão de Pessoal;

c) Divisão de Informação;

d) Divisão de Operações;

e) Divisão de Logística

Art. 98. O Chefe do Curso de Estado-Maior é Coronel ou Tenente-Coronel Aviador, competindo-lhe o previsto no art. 109.

Art. 99. Os Chefes de Divisão do Curso de Estado-Maior são Tenentes-Coronéis Aviadores ou Majores Aviadores, competindo-lhes o previsto no art. 110.

Art. 100. Os Chefes de Divisão do Curso de Estado-Maior disporão de adjuntos, Majores Aviadores, aos quais competirá o previsto no artigo 111.

Art. 101. O Curso de Direção de Serviços (CDS) é constituído de:

a) Chefia;

b) Divisão de Estado-Maior e Administração;

c) Divisão de Serviço de Intendência;

d) Divisão de Serviço de Saúde.

Art. 102. O Chefe do Curso de Direção de Serviços (CDS) é Coronel ou Tenente-Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores, Quadro de Oficiais Intendentes ou Quadro de Oficiais Médicos.

Art. 103. Os Chefes de Divisão do CDS são:

a) Tenente-Coronel ou Major Aviador — o Chefe da Divisão de Estado-Maior e Administração;

b) Tenente-Coronel Intendente — o Chefe da Divisão de Serviço de Intendência;

c) Tenente-Coronel Médico — o Chefe da Divisão de Serviço de Saúde.

Art. 104. Os Chefes de Divisão do CDS disporão dos seguintes adjuntos:

- a) Majores Aviadores — o Chefe da Divisão de Estado-Maior e Administração;
- b) Majores Intendentes — o Chefe da Divisão de Serviço de Intendência;
- c) Majores Médicos — o Chefe da Divisão de Serviço de Saúde.

Art. 105. O Curso Superior de Comando é constituído de:

- a) Chefia;
- b) Divisão de Comando, Estado-Maior e Administração;
- c) Divisão de Operações Aéreas;
- d) Divisão de Operações Aéreas de Cooperação;
- e) Divisão de Problemas Militares.

Art. 106. O Chefe do Curso Superior de Comando é Coronel Aviador.

Art. 107. Os Chefes de Divisão do Curso Superior de Comando são Tenentes-Coronéis Aviadores.

Art. 108. Os Chefes de Divisão do CSC disporão de adjuntos, Tenentes-Coronéis Aviadores.

Art. 109. Ao Chefe de Curso da ECEMAR auxiliar imediato do Chefe do Departamento de Ensino, incumbe:

- a) dirigir e orientar o ensino do Curso que chefia;
- b) manter a coordenação do ensino entre as Divisões do seu Curso;
- c) designar comissões de instrutores para, sob sua direção, fazer o julgamento de trabalho dos oficiais-alunos do Curso.

Art. 110. Ao Chefe de Divisão, auxiliar imediato do Chefe de Curso, incumbe:

- a) orientar o trabalho de preparação e a apresentação de aulas e exercícios a cargo da sua Divisão;
- b) coordenar o trabalho dos instrutores de sua Divisão.

Art. 111. Aos Adjuntos de Divisão e de Seção incumbe preparar os trabalhos e exercícios que lhes forem atribuídos.

CAPÍTULO IV

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 112. O Departamento de Administração é o órgão encarregado de todos os assuntos relacionados com

a administração de pessoal e material da Escola.

Art. 113. O Departamento de Administração constitui-se de:

- a) Chefia;
- b) Divisão de Serviços;
- c) Divisão de Pessoal.

Art. 114. O Chefe do Departamento de Administração é Tenente-Coronel Aviador.

Art. 115. Ao Chefe do Departamento de Administração, auxiliar direto do Comandante, incumbe:

- a) orientar e fiscalizar as atividades dos órgãos a ele subordinados;
- b) organizar o boletim diário e o sigiloso;
- c) subscrever as certidões passadas por ordem do Comandante, conferindo e autenticando as cópias que delas forem extraídas;
- d) assinar as folhas de alterações dos oficiais de menor antiguidade que a sua e as dos suboficiais e sargentos;
- e) providenciar, em tempo útil, os meios necessários à execução do ensino, mantendo-se, permanentemente, a par das necessidades do Departamento de Ensino;
- f) exercer as funções de Agente-Diretor, quando delegada pelo Comandante.

Art. 116. A Divisão de Serviços é o órgão encarregado dos serviços de intendência, de transporte e de conservação e reparo das instalações da Escola.

Art. 117. A Divisão de Serviços é constituída de:

- a) Chefia;
- b) Formação de Intendência;
- c) Serviço de Transporte;
- d) Seção do Patrimônio;

Art. 118. O Chefe da Divisão de Serviços é Major Aviador.

Art. 119. O Chefe da Divisão de Serviços é o auxiliar imediato do Agente Diretor, competindo-lhe como tal:

- a) coordenar, impulsionar e fiscalizar os serviços administrativos da Unidade Administrativa, de conformidade com a legislação em vigor e as instruções do Agente Diretor;
- b) receber todos os documentos referentes às suas atribuições, estudá-los, submetendo-os diretamente à consideração do Agente Diretor;

c) ter a seu cargo o controle da carga geral da Escola.

Art. 120. A Formação de Intendência é o órgão que abrange os Serviços Administrativos de Finanças e Provisões.

Art. 121. A Formação de Intendência é constituída de:

- a) Chefia;
- b) Tesouraria;
- c) Almojarifado;
- d) Aproveitamento.

Art. 122. O Chefe da Formação de Intendência é o Capitão Intendente Tesoureiro.

Art. 123. O Chefe da Formação de Intendência é o responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos e pela observância dos preceitos regulamentares a serem cumpridos pelos diversos órgãos que lhe são subordinados, competindo-lhe coordenar os trabalhos dos referidos órgãos.

Art. 124. O Chefe da Tesouraria e um Capitão Intendente de Aeronáutica.

Art. 125. Os Chefes do Almojarifado e Aproveitamento são Primeiros ou Segundos Tenentes Intendentes de Aeronáutica.

Art. 126. Aos Chefes da Tesouraria, Almojarifado e Aproveitamento compete as atribuições constantes da legislação vigente.

Art. 127. Ao Serviço de Transporte estão afetos os trabalhos de transporte e manutenção de viaturas.

Art. 128. A Seção do Patrimônio compete a execução dos serviços de conservação e limpeza das instalações internas e externas da Escola.

Art. 129. A Divisão de Pessoal é o órgão encarregado da administração de todo o pessoal militar e civil da Escola.

Art. 130. A Divisão de Pessoal é constituída de:

- a) Chefia;
- b) Ajudância;
- c) Posto Médico;
- d) Contingente.

Art. 131. O Chefe da Divisão de Pessoal é Capitão Aviaador que desempenha cumulativamente a função de Ajudante da Escola.

Art. 132. A Ajudância dispõe de:

- a) Secretaria e Casa das Ordens;
- b) Seção de Pessoal Civil.

Art. 133. O Chefe do Posto Médico e do Contingente são respectivamente Primeiro-Tenente Médico e Primeiro-Tenente de Infantaria de Guarda, competindo-lhes as atribuições previstas na legislação vigente.

CAPÍTULO V

SUBSTITUIÇÕES E ATRIBUIÇÕES DISCIPLINARES

Art. 134. Por necessidade e interesse do serviço, as atribuições temporárias na ECEMAR obedecerão ao seguinte critério:

- a) o Comandante será substituído pelo Chefe do Departamento de Ensino;
- b) o Assistente, por um Adjunto de Divisão, designado pelo Comandante;
- c) o Chefe do Departamento de Ensino, pelo Chefe de Curso mais antigo;
- d) os Chefes de Curso, pelo Chefe de Divisão mais antigo de seu Curso;
- e) os Chefes de Divisão, pelo Adjunto mais antigo de sua Divisão;
- f) o Chefe do Departamento de Administração, pelo Chefe de Divisão de Serviços.

Parágrafo único. Cabe ao Comandante da Escola, nos impedimentos fortuitos de qualquer de seus subordinados, designar substitutos para exercerem as funções daqueles, cumulativamente com as suas normais, tendo em vista limitar ao mínimo as substituições.

Art. 135. O Comandante da ECEMAR tem as atribuições disciplinares equivalentes às de Comandante de Zona Aérea.

Art. 136. Os Chefes de Departamentos da ECEMAR têm sobre o pessoal que lhe é subordinado as atribuições disciplinares de Comandante de Unidade incorporada.

4.ª PARTE

Disposições finais

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 137. O emblema da ECEMAR e os distintivos correspondentes a cada Curso são os aprovados pelo Decreto n.º 27.852, de 6 de março de 1950.

Art. 138. O Ministro da Aeronáutica poderá outorgar, *honoris-causa*, o diploma de um dos Cursos da ECEMAR, e o distintivo correspondente, a

oficial de estado-maior da Força Aérea de país amigo, que tenha prestado serviços relevantes à Escola ou ao Alto Comando da Aeronáutica.

Art. 139. O Comandante da ECEMAR, sempre que julgar necessário, poderá convidar oficiais das Forças Armadas, ou civis de reconhecida competência, para realizarem conferências sobre assuntos especializados ou de cultura geral de interesse para o ensino, ou prestarem serviços técnicos equivalentes.

Parágrafo único. Esses oficiais e civis poderão ser gratificados, a critério do Comandante, até o máximo fixado pelo Ministro da Aeronáutica, por tempo de conferência ou de trabalho técnico realizado.

Art. 140. As funções do Quadro de Instrutores são equiparadas, para todos os efeitos legais, às do Estado-Maior da Aeronáutica, ou a funções equivalentes;

a) as de Chefe do Departamento de Ensino e as de Chefe de Curso, às de Chefe de Seção;

b) as de Chefe de Divisão, às de Chefe de Subseção;

c) as de Adjunto de Divisão, às de Adjunto de Subseção.

Art. 141. Antes do início dos Cursos da ECEMAR, realizar-se-á, anualmente, um curso para novos instrutores, tendo como finalidade:

a) apresentar e discutir objetivos, normas, organização, procedimentos e facilidades da Escola;

b) ensinar princípios e normas pedagógicos mostrando como se aplicam aos métodos de instrução da ECEMAR;

c) estabelecer os objetivos mediatos da instrução e os processos mais eficazes para lançá-los;

d) ensinar como preparar os trabalhos da instrução, de modo que nêles se alcance: clareza, objetividade, adequabilidade, interesse e eficiência;

e) ensinar a técnica e os meios de avaliação dos resultados alcançados no ensino.

Parágrafo único. Este Curso poderá ser frequentado por oficiais instrutores de outros estabelecimentos a critério do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 142. Os assuntos relativos ao ensino são, normalmente, de caráter sigiloso, cabendo ao Comandante classificá-los.

Art. 143. O Comandante da ECEMAR organizará instruções pormenorizadas em que se fixarão normas de trabalho e de funcionamento, definição de atribuições e demais indicações necessárias à boa marcha do serviço.

Art. 144. Serão considerados possuidores de diplomas equivalentes aos dos Cursos da ECEMAR;

a) ao do Curso de Estado-Maior, os oficiais diplomados:

1 — no período Fundamental de Curso de Estado-Maior e Comando da Aeronáutica;

2 — no Curso de Comando da Escola de Guerra Naval, até o ano de 1946, inclusive;

3 — pela Escola de Comando e Estado-Maior de Fort Leavenworth, Estados Unidos, até o ano de 1946, inclusive;

b) ao do Curso Superior de Comando, os oficiais diplomados:

1 — no período superior do curso de Estado-Maior e Comando da Aeronáutica;

2 — no Curso de Estado-Maior da Aeronáutica, criado pelo Decreto número 20.796, de 19 de março de 1946;

3 — no Curso Superior da Escola de Guerra Naval, até o ano de 1940, inclusive;

4 — pela Escola de Estado-Maior do Exército até o ano de 1944, inclusive;

c) ao Curso de Direção de Serviços, os oficiais diplomados:

1 — no período superior do Curso de Estado-Maior e Serviços da Aeronáutica, no ano de 1947;

2 — no período único do Curso de Estado-Maior e Serviços da Aeronáutica nos anos de 1948 e 1949.

Art. 145 — Os direitos e vantagens assegurados pelas Leis e regulamentos em vigor aos oficiais possuidores de Curso de Estado-Maior até 6 de março de 1950, data de publicação do Decreto n.º 27.852, continuarão a ser garantidos, exclusivamente, aos diplomados no CSC.

Art. 146. Será conferido o diploma do Curso Superior de Comando aos oficiais aviadores, com o Curso de Estado-Maior, designados para instrutores ou auxiliares de instrutor da ECEMAR e que permaneçam nessas funções durante um período de dois anos letivos consecutivos.

Art. 147. Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro da Aeronáutica.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 148. Será permitida a inscrição em concurso de admissão aos Cursos de Estado-Maior e de Direção de Serviços, bem como a matrícula no Curso Superior de Comando, até o ano de instrução de 1954, inclusive, uma vez satisfeitas as demais exigências regulamentares, aos oficiais que excedam os limites de idade fixados nos arts. 8.º 9.º, 10.

Art. 149. Os oficiais que não houverem sido cogitados para matrícula no Curso de Tática Aérea, de acordo com as Fortarias que têm regulado o assunto, serão dispensados da condição de o possuírem para inscrição no concurso de admissão ao Curso de Estado-Maior.

Art. 150. Os oficiais que não forem cogitados para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Intendentes e Médicos, por incompatibilidade de posto ou antiguidade, serão dispensados da condição de o possuírem, para inscrição no concurso de admissão ao Curso de Direção de Serviços.

Art. 151. Em 1952, as publicações de que tratam os arts. 11 e 16 serão feitas na primeira quinzena de setembro.

Art. 152. As desistências de inscrição em concurso de admissão, que hajam tido lugar na vigência do Regulamento aprovado pelo Decreto número 27.852, de 6 de março de 1950, serão computadas para os efeitos dos arts. 14 e 28 deste Regulamento.

Art. 153. Os oficiais que estiverem cursando a ECEMAR em 1952, terminarão os respectivos cursos segundo as disposições do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 27.852, de 6 de março de 1950.

Art. 154. Aos oficiais aviadores designados para o Quadro de Instrutores nos anos letivos de 1951 e 1952, aplicar-se-á o disposto no art. 146.

Art. 155. Aos oficiais aviadores diplomados no Curso Superior de Comando até o ano letivo de 1953, inclusive, não se aplicarão as disposições do art. 65.

Rio de Janeiro, em 1 de setembro de 1952. — *Nero Moura.*

DECRETO N.º 31.365 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1952

Exclui o pessoal do S.A.P.S. das disposições do Decreto número 5.062, de 27 de dezembro de 1939.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ao pessoal do Serviço de Alimentação da Previdência Social do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio não se aplicam as disposições do Decreto n.º 5.062, de 27 de dezembro de 1939, que regulamentou os itens III e IV do Capítulo III — Das gratificações — do Título do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.366 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza a Cia. de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Ltda. a construir uma linha de transmissão entre as localidades de Volta Redonda e Saudade, no município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1950,

Considerando que pela Resolução n.º 780 a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. a construir uma linha de transmissão trifásica, em circuito duplo, entre as localidades de Volta Redonda e Saudade, no município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, com a potência de 75.000 KVA cada circuito, sob a tensão nominal de 132 KV entre condutores frequência de 50 ciclos por segundo

e destinada a atender ao desenvolvimento de zona vizinha de Barra Mansa.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.367 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1952

Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os créditos especiais que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização que lhe foi concedida pela Lei n.º 1.599, de 9 de maio de 1952 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de cruzeiros) para atender a todas as despesas de pessoal da Delegacia Regional do Trabalho, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Fica aberto, ao referido Ministério, o crédito especial de Cr\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de

cruzeiros) para atender a todas as despesas de instalação e funcionamento (material, serviços e encargos e eventuais) da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, inclusive aquisição de bens imóveis.

Art. 3.º Fica, ainda, aberto ao citado Ministério, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) para ocorrer ao pagamento de despesa com a movimentação (diária ou ajuda de custo) de servidores de qualquer repartição e Ministério, a fim de atender aos serviços de emergência, da Delegacia Regional, até que se normalize sua lotação.

Art. 4.º Os créditos a que se refere este Decreto serão aplicados por adiantamento na forma do art. 267 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública (art. 7.º da Lei n.º 1.599, de 9-5-52).

Art. 5.º Os créditos a que se referem os artigos anteriores serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo, à disposição do Delegado Regional do Trabalho no aludido Estado (art. 8.º da Lei n.º 1.599, citada).

Art. 6.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Vianna

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.368 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1952

Cria o Consulado honorário do Brasil em Stuttgart.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, incisos I e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 16, do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Artigo 1.º Fica criado o Consulado honorário do Brasil em Stuttgart, subordinado ao Consulado de carreira em Francfort-sobre-o-Meno.

Artigo 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura

DECRETO N.º 31.369 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195 de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido (1) um cargo da classe "F" da carreira de Artífice do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, vago em virtude da promoção de Antônio José Gato, devendo a dotação correspondente ser levado a crédito da conta corrente do Quadro Permanente do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Nero Moura

DECRETO N.º 31.370 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1952

Suprime cargo provisório

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195 de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º — Fica suprimido um (1) cargo provisório da classe "H" da carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, vago em virtude da promoção de Heracles Benzi, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Nero Moura

DECRETO N.º 31.371 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195 de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe "G" da carreira de Operário de Aviação do Quadro Suplementar do Ministério da Aeronáutica, vago em virtude da promoção de Osvaldo Antônio da Silva, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da conta corrente do Quadro Permanente do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Nero Moura

DECRETO N.º 31.372 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal da Peixe, Estado de Goiás, concessão para distribuir energia elétrica ao município de Peixe, e autoriza a mesma Prefeitura a instalar uma usina termoeletrica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I da Constituição e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, combinado com os artigos 10 e 11 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, decreta:

Art. 1.º É outorgada à Prefeitura Municipal de Peixe, Estado de Goiás, concessão para distribuir energia elé-

trica destinada aos serviços públicos de utilidade pública e comércio de energia no município de Peixe, Estado de Goiás.

Art. 2.º Fica autorizada a referida Prefeitura a instalar uma usina termoeletrica no município de Peixe, Estado de Goiás.

§ 1.º — Fica igualmente autorizada a Prefeitura a construir as linhas de transmissão e de distribuição necessárias aos serviços de distribuição acima citados.

§ 2.º — Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, será fixada a potência da instalação.

Art. 3.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as seguintes condições:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas dentro de trinta (30) dias contados após a sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão cuja minuta será preparada pela Divisão de Águas, dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da data em que fôr publicada a respectiva aprovação pelo Ministério da Agricultura.

III — Requerer à Divisão de Águas, mediante o arquivamento de certidão comprobatória, a averbação do registro do referido contrato no Tribunal de Contas, dentro de sessenta (60) dias da realização do mesmo.

IV — Apresentar à referida Divisão, em três vias dentro de cento e vinte (120) dias, contados da data da publicação do presente decreto os projetos e orçamentos respectivos da usina termoeletrica e das linhas de transmissão e distribuição.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 4.º — A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contados da data da publicação do presente decreto.

Art. 5.º — O capital a ser remunerado será o efetivamente invertido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo de forma permanente para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 6.º — As tabelas de preço da energia, serão fixadas pela Divisão de

Águas, no momento oportuno, e trienalmente previstas de acordo com o disposto no artigo 180 do Código de Águas.

Art. 7.º — Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o artigo 5.º do presente decreto será criado um fundo de reserva que proverá as renovações determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único — A constituição deste fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quotas especiais, que incidirão sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Estas quotas serão determinadas tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificadas, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 8.º — Findo o prazo da concessão, deverá a concessionária requerer ao Governo Federal que seja aquela renovada, pela forma, que no respectivo contrato deverá estar prevista.

Art. 9.º — O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 10 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.373 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o Serviço de Proteção aos Índios do Ministério da Agricultura a pesquisar mica no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Serviço de Proteção aos Índios do Ministério da Agricultura a pesquisar mica em terrenos situados no local denominado Crenaque, no distrito de In-

dependência, município de Resplendor, Estado de Minas Gerais, numa área de cinquenta hectares (50 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a mil e cem metros (1.100m), no rumo verdadeiro de oitenta e cinco graus sudoeste (85° SW) da confluência dos córregos Oriente e Jacu, e os lados divergentes do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: mil metros (1.000m), oitenta graus e trinta minutos sudoeste (80° 30' SW); quinhentos metros (500m), nove graus e trinta minutos noroeste (9° 30' NW).

Art. 2.º A presente autorização não está sujeita ao pagamento da taxa prevista no artigo 17 do Código de Minas, *ex-vi* do artigo 51 do Decreto-lei n.º 4.655, de 8 de setembro de 1942.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.374 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Adeodato Ferreira da Costa a pesquisar mica e associados no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Adeodato Ferreira da Costa a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos do Estado de Minas Gerais, situados na localidade denominada córrego de Colônhozinho, distrito de Água Boa, município de Capelinha, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e cinco hectares (25 ha) delimitada por um quadrado que tem quinhentos metros (500m), de lado, com um vértice a quatrocentos e setenta e três metros (473m) no rumo magnético nove graus noroeste (9° NW) da confluência dos córregos Pederneira e Colônhozinho, e os

lados divergentes desse vértice os seguintes rumos magnéticos: quarenta e dois graus nordeste (42° NE) e quarenta e oito graus sudeste (48° SE).

Art. 2.º — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.375 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos situados no distrito de Poaia município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais, numa área de quarenta e dois hectares (42 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice na confluência dos córregos do Joaquim Domingos e de Poaia, e os lados divergentes do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: setecentos metros (700m), dez graus nordeste (10° NE); seiscentos metros (600m), oitenta graus sudeste (80° SE).

Art. 2.º — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 420,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.376 — DE 3 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro Amâncio a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Pedro Amâncio a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos no lugar denominado Ferreira, distrito e município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e cinco hectares (25 ha), delimitada por um quadrado que tem um vértice a duzentos e vinte metros (220 m) da confluência dos córregos do Molinho e Ferreira, no rumo cinco graus noroeste (5º NW), e os lados divergentes, com os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos metros (500m), quarenta e dois graus noroeste (42º NW); quinhentos metros (500m), quarenta e oito graus nordeste (48º NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 3 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.377 — DE 3 DE
SETEMBRO DE 1952

Renova o Decreto n.º 27.530, de 29 de novembro de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada, pelo prazo de dois (2) anos, nos termos da letra a), do artigo 1.º do Decreto-lei número 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida a José Frederico de Sousa Martins, pelo Decreto número vinte e sete mil quinhentos e trinta (27.530), de vinte e nove (29) de novembro de mil novecentos e quarenta e nove (1949), para pesquisar cassiterita, ouro e associados, no município de Prados, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.378 — DE 3 DE
SETEMBRO DE 1952

Renova o Decreto n.º 27.921, de 27 de março de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada, pelo prazo de dois (2) anos, nos termos da letra a) do artigo 1.º do Decreto-lei número 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida a José Frederico de Sousa Martins, pelo Decreto número vinte e sete mil novecentos e vinte e um (27.921), de vinte e sete

(27) de março de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar minério de ouro, cassiterita, diamantes e associados, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º O título da autorização que será uma via autêntica deste Decreto pagará a taxa de quatro mil oitocentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 4.850,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.379 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1952

Renova o Decreto n.º 27.922, de 27 de março de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo de dois (2) anos de acordo com a letra a) do artigo primeiro, do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida ao cidadão brasileiro Alamberto Pasoti, pelo Decreto número vinte e sete mil novecentos e vinte e dois (27.922), de vinte e sete (27) de março de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar amianto e associados no município de Jacuí, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.380 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1952

Revoga o Decreto n.º 28.735, de 9 de outubro de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto n.º 28.735, de 9 de outubro de 1950, que estabeleceu em todos os portos do país, para pedido de socorro em caso de incêndio em navios ou nas instalações dos portos, a emissão repetida de um sinal sonoro, constando de cinco apitos seguidos, com a duração de quatro segundos, cada um, dados pelos aparelhos de alarme: apito sirena, busina, etc., concomitantemente com o içamento das bandeiras empregadas em sinais de fogo a bordo, correspondentes às letras H — M — N — O, do Código Internacional de Sinais.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Renato de Almeida Guillobel

DECRETO N.º 31.381 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1952

Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, crédito especial de Cr\$ 256.751,50, autorizado pela Lei n.º 1.624, de 13 de junho de 1952.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.624, de 13 de junho de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Públicas, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de duzentos e cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta e um cruzeiros

e cinquenta centavos (Cr\$ 256.751,50), para atender ao pagamento de vencimentos atrasados a Paulo Vasconcelos Camon, Escrevente Juramentado em disponibilidade, autorizado pela Lei n.º 1.624, de 13 de junho de 1952.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.382 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1952

Extingue Coletoria Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinta, de acordo com o artigo 70 da Lei n.º 1.293 de 27 de dezembro de 1950, a 2.ª Coletoria Federal em Cabo, no Estado de Pernambuco.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.383 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1952

Revoga o Decreto n.º 21.883, de 27 de setembro de 1946.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica revogado o Decreto n.º 21.883, de 27 de setembro de 1946, que concedeu ao cidadão brasileiro Antenor Ferreira Pina autorização para a compra de pedras

preciosas, nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.384 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiros a adquirir direito de ocupação do terreno que menciona, situado na Capital Federal.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Ficam Jacques Hubert Doluz e Phyllis Grace Doluz, casados, ele de nacionalidade suíça e ela de nacionalidade inglesa, autorizados a adquirir a fração ideal de um dezessete avos (1/17) do direito de ocupação do terreno de marinha beneficiado com o apartamento número 1.601 do prédio n.º 310 da Avenida Rui Barbosa, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 75.688 de 1952.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alberto de Andrade Queiroz.

DECRETO N.º 31.385 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Antônio Ferreira de Faria, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir o direito de ocupação de 1/22 do terreno de marinha beneficiado com o imóvel de n.º 434, antigo 64, da Avenida Atlân-

tica, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 35.379 de 1952.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alberto de Andrade Queiroz.

DECRETO N.º 31.386 — DE 4 DE
SETEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Cruzeiro do Sul Capitalização S. A."

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.387 — DE 4 DE
SETEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Nacional de Seguros Ipiranga.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º. Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), da "Companhia Nacional de Seguros Ipiranga", com sede na Capital do Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelo Decreto número 3.656, de 26 de janeiro de 1939, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada a 27 de março de 1952.

Art. 2.º. A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.388 — DE 4 DE
SETEMBRO DE 1952

Concede à Petrasil Sociedade Brasileira de Comercio e Indústria de Minerais Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.895, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Petrasil — Sociedade de Comercio e Indústria de Minerais Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada constituída por instrumento particular de 1.º de agosto de 1952, com sede nesta Capital, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.389 — DE 4 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Santos Pupin Neto a pesquisar dolomita e associados, no município de Campo do Jordão, Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Santos Pupin Neto a pesquisar dolomita e associados em terrenos de propriedade de Benedito Pinto de Sousa situados no lugar denominado Marmelos, no distrito e município de Campo do Jordão, Estado de São Paulo, numa área de trinta e um ares e sessenta centiares (03160 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a (708m) setecentos e oito metros no rumo magnético de oitenta e cinco

graus e quinze minutos sudoeste (85° 15' NW) da barra do ribeirão dos Marmelos, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: noventa e quatro metros (94m), cinquenta e quatro graus sudoeste (54° SW); cinquenta e dois metros e trinta centímetros (52,30m), sessenta e quatro graus e cinco minutos noroeste (64° 05' NW); cinquenta e oito metros (58m), cinquenta e nove graus e oito minutos nordeste (59° 08' NE); o quarto e último lado é o seguimento retilíneo que une a extremidade do terceiro lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título de autorização de pesquisa, que será uma cópia autêntica deste decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 4 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.390 — DE 4 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior a lavar minério de ferro, nos municípios de Ouro Preto e Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior a lavar minério de ferro, no lugar denominado Fazenda do Pires nos distritos de Miguel Burnier (ex-São Julião) e Congonhas do Campo, municípios de Ouro Preto e Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais, numa área de quatrocentos e setenta e oito hectares e quarenta e dois ares (47842 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência dos córregos Angú Duro e Lagôa dos Por-

cos e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: mil seiscentos e vinte e três metros (1.623m), trinta e sete graus trinta minutos noroeste (37° 30' NW); oitocentos e oitenta metros (880m), setenta e nove graus sudoeste (79° 00' SW); mil e quatrocentos metros (1.400m), setenta e cinco graus trinta minutos sudoeste (75° 30' SW); novecentos e trinta e cinco metros (935m), setenta e nove graus quinze minutos noroeste (79° 15' NW); setecentos e oitenta metros (780m), quarenta graus sudeste (40° 00' SE); quinhentos e trinta e dois metros (532m), cinquenta e quatro graus quinze minutos sudeste (54° 15' SE); trezentos e trinta e seis metros (336m), vinte e quatro graus quarenta e cinco minutos sudeste (24° 45' SE); trezentos e trinta metros (330m), sessenta e nove graus trinta minutos sudeste (60° 30' SE); duzentos e trinta metros (230m), oitenta e dois graus trinta minutos sudeste (82° 30' SE); cento e quarenta e cinco metros (145m), trinta e nove graus quinze minutos sudeste (39° 15' SE); duzentos e cinco metros (205m), leste (E); cento e trinta e cinco metros (135m), sessenta e quatro graus nordeste (64° 00' NE); quatrocentos e quarenta metros (440m), quarenta e três graus trinta minutos sudeste (43° 30' SE); cento e cinco metros (105m), setenta e sete graus trinta minutos sudeste (77° 30' SE); seiscentos metros (600m), trinta e sete graus sudeste (37° 00' SE); quinhentos e quarenta e sete metros (547m); quarenta e um graus vinte minutos nordeste (41° 20' NE); seiscentos e setenta metros (670m), dezenove graus cinquenta e cinco minutos nordeste (19° 55' NE); seiscentos e setenta metros (670m), treze graus quarenta e cinco minutos noroeste (13° 45' NW); novecentos e setenta e cinco metros (975m), sessenta e sete graus quatorze minutos sudeste (67° 14' SE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município em cum-

primeiro do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servides de solo e subsolo para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização da lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de nove mil quinhentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 9.580,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.391 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Sofia Rodrigues Cipriano a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Sofia Rodrigues Cipriano a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos situados no lugar denominado Imposição, no Distrito de Poaia, município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais, numa área de quarenta e cinco hectares oitenta e sete ares e vinte e quatro centiares (45,8724 ha) delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a setenta metros (70m),

no rumo magnético de quinze graus nordeste (15º NE) da confluência dos córregos do Enguiço e da Barrinha e os lados divergentes do vértice considerado têm: setecentos metros (700m) e rumo de cinquenta e cinco graus noroeste (55º NW), magnético; oitocentos metros (800m) e rumo de sul (S), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 460,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.392 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1952

Designa as funções privativas de Generais de Brigada, em tempo de paz.

O Presidente da República, usando a atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição e de acordo com o art. 3.º da Lei n.º 1.632, de 30 de junho de 1952, decreta:

Art. 1.º São funções privativas de Generais de Brigada:

I — Das Armas

1. Comandante da 6.ª Região Militar;
2. Comandante da 8.ª Região Militar;
3. Comandante da 10.ª Região Militar;
4. Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;
5. Diretor de Motomecanização;
6. Diretor de Armas;
7. Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra;
8. Secretário Geral do Ministério da Guerra;
9. Subchefe de Planejamento do Estado-Maior do Exército;
10. Subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas;
11. Comandante do Núcleo da Divisão Blindada;
12. Comandante do Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre;

13. Comandante da Infantaria Divisionária da 1.^a Divisão de Infantaria;
14. Comandante da Infantaria Divisionária da 2.^a Divisão de Infantaria;
15. Comandante da Infantaria Divisionária da 3.^a Divisão de Infantaria;
16. Comandante da Infantaria Divisionária da 4.^a Divisão de Infantaria;
17. Comandante da Infantaria Divisionária da 5.^a Divisão de Infantaria;
18. Comandante da Infantaria Divisionária da 6.^a Divisão de Infantaria;
19. Comandante da Infantaria Divisionária da 7.^a Divisão de Infantaria;
20. Comandante da 1.^a Divisão de Cavalaria;
21. Comandante da 2.^a Divisão de Cavalaria;
22. Comandante da 3.^a Divisão de Cavalaria;
23. Comandante do Escalão Territorial da 2.^a Região Militar;
24. Comandante do Escalão Territorial da 3.^a Região Militar;
25. Comandante da Escola de Estado-Maior;
26. Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras;
27. Comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;
28. Comandante da Artilharia de Costa da 1.^a Região Militar;
29. Comandante do Grupamento de Unidades Escolas;
30. Comandante da Brigada de Corumbá;
31. Chefe do Estado-Maior da Zona Militar Sul;
32. Chefe do Estado-Maior da Zona Militar Centro;
33. Chefe do Estado-Maior da Zona Militar Leste;
34. Chefe do Estado-Maior da Zona Militar Norte;
35. Comandante da Artilharia Divisionária da 1.^a Divisão de Infantaria;
36. Comandante da Artilharia Divisionária da 2.^a Divisão de Infantaria;
37. Comandante da Artilharia Divisionária da 3.^a Divisão de Infantaria;
38. Comandante da Artilharia Divisionária da 4.^a Divisão de Infantaria;
39. Comandante da Artilharia Divisionária da 5.^a Divisão de Infantaria;
40. Comandante da Artilharia Divisionária da 6.^a Divisão de Infantaria;
41. Comandante da Artilharia Divisionária da 7.^a Divisão de Infantaria;
42. Diretor de Instrução;
43. Diretor de Armamento;
44. Diretor de Provisão Animal;
45. Diretor de Recrutamento;
46. Diretor da Reserva;
47. Diretor do Pessoal das Armas;
48. Diretor do Pessoal dos Serviços;
49. 1.^o Subchefe do Departamento Geral de Administração;
50. 2.^o Subchefe do Departamento Geral de Administração;
51. Assistente da Escola Superior de Guerra.

II — Dos Serviços

A) De Saúde

1. Diretor Administrativo;
2. Diretor Técnico;
3. Diretor do Hospital Central.

B) De Intendência

1. Diretor de Finanças;
2. Diretor de Produção e Suprimentos;
3. Diretor de Transporte.

C) De Veterinária

1. Diretor de Veterinária;
2. Diretor da Escola de Veterinária.

III — Técnicos

1. Diretor de Obras e Fortificações;
2. Diretor do Serviço Geográfico;
3. Diretor de Fabricação;
4. Diretor de Estudos e Pesquisas Tecnológicas;
5. Comandante da Escola Técnica;
6. Diretor de Transmissões.

§ 1.^o No Quadro de Generais, são privativos de Generais de Brigada das Armas efetivo todas as funções deste posto, com exclusão das seguintes:

— Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, que será exercido por Oficial-General do Exército (Decreto n.º 29.796, de 1951);

— Comandante da 6.^a e da 8.^a Regiões Militares;

— Comandante das Divisões de Cavalaria;
 — Comandante da Artilharia das Divisões de Infantaria;
 — Comandante da Infantaria das Divisões de Infantaria;

— Comandante da Brigada de Corumbá, as quais poderão ser exercidas por Generais de Brigada Graduados.

§ 2.º As funções constantes dos itens II e III do presente Decreto poderão ser exercidas por Generais Graduados dos Serviços e Técnicos.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

DECRETO N.º 31.393 — DE 5 DE
 SETEMBRO DE 1952

Constitui, no Exército, com a atual Escola de Para-quedistas e a sua tropa, o Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e de acordo com o art. 3.º da Lei número 1.632, de 30 de junho de 1952, combinado com o disposto nos arts. 20 do Decreto-lei n.º 9.100 de 27 de março de 1946, e 18 do Decreto-lei n.º 9.120, de 2 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º A atual Escola de Para-quedistas e a sua tropa passam a constituir o Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre.

Art. 2.º A medida prevista no artigo anterior será realizada sem aumento de Despesa.

Art. 3.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

DECRETO N.º 31.394 — DE 5 DE
 SETEMBRO DE 1952

Revoga o Decreto n.º 20.079, de 30 de novembro de 1945 e restabelece os interstícios previstos no Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto número 20.079, de 30 de novembro de 1945, prevalecendo as disposições do Decreto n.º 3.121, de 3 de outubro de 1938, no que disser respeito a interstício para promoções.

Parágrafo único. O interstício para a promoção de Segundo-Tenente a Primeiro-Tenente de todos os Corpos e Quadros da Marinha será de dezoito meses.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

DECRETO N.º 31.395 — DE 5 DE
 SETEMBRO DE 1952

Cria funções provisórias na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Parte Permanente da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 182 funções provisórias, na referência 21, da Série Funcional de Fiscal.

§ 1.º Ficam transformadas em fixas as atuais 53 funções, referência 21, da referida Série Funcional.

§ 2.º O total de funções preenchidas na aludida Série Funcional, incluindo as provisórias, não poderá ser superior a 343.

§ 3.º As funções provisórias serão suprimidas à medida que forem sendo providos as vagas das referências superiores.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1952; 131.º da Independência 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.396 — DE 5 DE
SETEMBRO DE 1952

Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — crédito especial de Cr\$ 269.041,00, para atender aos pagamentos autorizados pela Lei n.º 1.622-A, de 9 de junho de 1952.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.622-A, de 9 de junho de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único. É aberto ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de duzentos e sessenta e nove mil e quarenta e um cruzeiros (Cr\$ 269.041,00), para atender às despesas com o pagamento da diferença de vencimentos ao Ministro em disponibilidade Antônio Pereira Braga.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.397 — DE 5 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Haroldo Cecil Poland a pesquisar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.895, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Haroldo Cecil Poland a pesquisar carvão mineral, em terrenos de propriedade de Vasco Alves, Leopoldo Bastian e sucessores de Matias Py, nos lugares Estância do Meio e Curral Alto, distrito de Butiá, município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul numa área de mil hectares (1.000 ha) delimitada por um paralelogramo com três mil metros (3.000 m) de base, no rumo verdadeiro leste-oeste (E-W) da qual o centro fica a cinco mil metros ... (5.000 m) no rumo norte (N) do poço Wenceslau Braz, na Mina do Leão e cujos lados, a partir das extremidades desta base, têm os rumos verdadeiros de quarenta e cinco graus nordeste (45º NE) e os comprimentos de quatro mil seiscentos e cinquenta metros (4.650m).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.398 — DE 5 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira D. Filomena Teixeira de Matos a pesquisar calcário e associados no Município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.895, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Filomena Teixeira de Matos a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua propriedade situados no lugar denominado Faustina, distrito e município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais, numa área de dois hectares e setenta ares (2,70 ha) delimitada por um retângulo, tendo um vértice a oitocentos metros (800m), no rumo magnético de sessenta graus nordeste (60° NE) da torre da Igreja Matriz de Matozinhos e os lados divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e oitenta metros (180m), cinquenta graus nordeste (50° NE); cento e cinquenta metros (150m), quarenta graus noroeste (40° NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 5 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.399 — DE 5 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Athos Fontes Ferreira a pesquisar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

termos do Decreto-lei n.º 1.895, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Athos Fontes Ferreira a pesquisar calcário e associados, em terrenos de sua propriedade, no local denominado Borda ou Taquari-Guasú, no distrito e município de Itapeva, Estado de São Paulo, numa área de cinquenta e quatro hectares (54 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a duzentos e vinte e dois metros (222m), no rumo magnético cinquenta e seis graus e trinta e cinco minutos sudoeste (56° 35' SW), do cruzamento das estradas de Itanguá a Itapoca de Baixo e da do Sítio do Borda e cujos lados a partir desse vértice, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e trinta e sete metros (237m), trinta e nove graus e quinze minutos sudoeste (39° 15' SW); cento e dezoito metros (118m), vinte e três graus e dez minutos sudoeste (23° 10' SW); cento e trinta e quatro metros (134m), oitenta e sete graus sudoeste (87° SW); cento e vinte e dois metros (122m), vinte e cinco graus noroeste (25° NW); cento e noventa e dois metros (192m), sessenta e seis graus sudoeste (66° SW); duzentos e vinte e nove metros (229m), setenta e quatro graus noroeste (74° NW); cento e oitenta metros (180m), vinte e seis graus sudoeste (26° SW); cento e quarenta metros (140m), sessenta e cinco graus sudoeste (65° SW); trezentos e vinte e oito metros (328m), oitenta graus noroeste (80° NW); quinhentos e vinte e dois metros (522m), dez graus nordeste (10° NE); cento e noventa e seis metros (196m), setenta e quatro graus nordeste (74° NE); quinhentos e trinta e cinco metros (535m), oitenta e quatro graus sudeste (84° SE); duzentos e oitenta metros (280m), sessenta e três graus sudeste (63° SE); noventa e cinco metros (95m), quarenta e cinco graus e dez minutos nordeste (45° 10' NE); duzentos e noventa metros (290m), seis graus nordeste (6° NE); cento e quarenta e oito metros (148m), oitenta graus e vinte minutos sudeste (80° 20' SE); deste último vértice, por uma reta, no rumo sul (S), até o primeiro vértice do polígono considerado.

Art. 2.º — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de

quinhentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 540,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 5 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.400 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1952

Prorroga o prazo de que trata o item 4 das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 30.790, de 28 de abril de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, resolve prorrogar, por mais sessenta (60) dias o prazo de que trata o item 4 das Instruções aprovadas pelo Decreto número 30.790, de 28 de abril de 1952.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Renato de Almeida Guillo-
bel.

Cyro Espirito Santo Car-
doso.

Nero Moura.

DECRETO N.º 31.401 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1952

Dispõe sobre os militares da Aeronáutica, que pela natureza de suas funções, são funcionalmente obrigados ao voo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Para efeito do disposto no § 1.º do art. 39, da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, são considerados funcionalmente obrigados ao voo os militares pertencentes aos seguintes Quadros do Corpo de Ofi-

ciais da Aeronáutica e do Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica:

a) *Oficiais:*

- Quadro de Oficiais-Generais Avia-
dores;
- Quadro de Oficiais Aviadores;
- Quadro Complementar de Aviado-
res em extinção;
- Quadro de Oficiais-Especialistas em
avião;
- Quadro de Oficiais-Especialistas em
armamento;
- Quadro de Oficiais-Especialistas em
comunicações;
- Quadro de Oficiais-Especialistas em
fotografia;
- Quadro de Oficiais Mecânicos em
extinção.

b) *Praças:*

- Quadro de Pilotos (Q.PL.AV.), em
extinção;
- Quadro de Mecânicos de Aviação
(Q.AV.);
- Quadro de Mecânicos de Arma-
mento (Q.AR);
- Quadro de Fotógrafos (Q.FT);
- Quadro de Mecânicos de Rádio —
Subespecialidade de Voo (Q. RT.
V.O.)

Art. 2.º Para efeito do § 2.º do art. 39, da referida Lei n.º 1.316, são considerados eventualmente obrigados ao voo, os militares pertencentes aos:

- Quadro de Oficiais-Generais Mé-
dicos;
- Quadro de Oficiais-Médicos e os
- Oficiais da Reserva Técnica da
Aeronáutica convocados.

Art. 3.º Os vãos realizados pelos militares não compreendidos nos artigos anteriores, não serão considerados para efeito do citado art. 39 e seus parágrafos.

Art. 4.º Os militares da Reserva da Aeronáutica, quando convocados ou designados para funções da atividade, desempenharão a bordo de aeronaves militares, as funções prescritas para os quadros da ativa que correspondam àqueles a que pertencem.

Art. 5.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 31.402 — DE 8 DE
SETEMBRO DE 1952

Aprova o Regulamento de Administração da Aeronáutica (R. A.D.A.).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regulamento de Administração da Aeronáutica (R.A.D.A.) que com este baixa.

Art. 2.º — O aludido Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Nero Moura

PARTE GERAL

Finalidades e definições gerais

TÍTULO ÚNICO

CAPÍTULO I

FINALIDADES

Art. 1.º Este regulamento estabelece normas para a gestão econômica-financeira das Unidades Administrativas da Aeronáutica, disciplina as atribuições e define as responsabilidades de cada agente de Administração, bem como os de todos os detentores de bens e valores do Estado a cargo do Ministério da Aeronáutica.

CAPÍTULO II

CONCEITUAÇÃO

Art. 2.º A administração das diferentes organizações da Aeronáutica reger-se-á por este regulamento e pelas disposições gerais aplicáveis às Forças Armadas.

Art. 3.º O Ministro da Aeronáutica, como delegado do Presidente da República, exerce a suprema chefia da Aeronáutica e, por conseguinte, é a sua mais alta autoridade adminis-

trativa e principal responsável pelo fiel cumprimento deste regulamento.

Art. 4.º A administração na Aeronáutica tem como objetivo essencial satisfazer as necessidades materiais da Força Aérea Brasileira, a fim de a manter aparelhada e à altura da sua missão constitucional.

Parágrafo único. Para bem cumprir essa finalidade é indispensável que haja *previsão, planejamento e fiscalização* e que seja também observado o sigilo que a situação exigir.

Art. 5.º A determinação das necessidades da Aeronáutica e a satisfação das mesmas resultam de um processo contínuo, compreendendo três fases distintas: a *militar*, a *técnica* e a *econômica*.

§ 1.º. A fase *militar* desse processo é prerrogativa do comando. Tem por objetivo a estimativa das necessidades, a fixação das características a que deve satisfazer o material a adquirir, e a determinação da oportunidade do seu emprego.

§ 2.º. A fase *técnica* é da alçada de órgãos e agentes especializados e compreende:

— a seleção do material que melhor satisfaça as características fixadas;

— a orientação dos detentores quanto ao melhor modo de utilizá-lo;

— a determinação dos meios adicionais à sua conservação, ao seu uso e o seu rendimento.

§ 3.º. A fase *econômica*, atribuída à Alta Administração, diz respeito à obtenção dos recursos financeiros necessários às despesas e à verificação de seu justo emprego nas mais favoráveis condições.

Art. 6.º Tanto a administração como a fiscalização, na Aeronáutica, devem realizar-se de maneira que fiquem asseguradas: a ação do comando, a plena iniciativa de cada chefe na execução das ações recebidas, e as responsabilidades inerentes ao exercício dessa iniciativa.

Art. 7.º A fiscalização será exercida, em todos os escalões da Aeronáutica, de conformidade com as respectivas atribuições conferidas em lei ou em regulamento.

Art. 8.º A ação do administrador manifesta-se por meio de atos e fatos administrativos.

CAPÍTULO III

DEFINIÇÕES GERAIS

Art. 9.º Para efeito d'êste regulamento são adotadas as seguintes definições:

a) *Administração da Aeronáutica* é a gestão económico-financeira do Património do Estado a cargo de todos os órgãos subordinados ao Ministério da Aeronáutica.

b) *Gestor* é todo aquêle que desempenha funções administrativas, compreendendo operações de receita e despesa, carga, descarga e movimentação de material, tais como: tesoureiros, fiéis, pagadores, almoxarifes, aprovisionadores, chefes de serviços e oficinas, comandantes de unidades e subunidades etc.

c) *Património do Estado* é a reunião de todos os valores materiais e morais pertencentes ao Estado, que estão ou não sob a guarda de uma pessoa ou organização.

d) *Atos administrativos* são providências de caráter particular ou geral, necessários à boa marcha da administração e à preservação do Património do Estado.

e) *Cargo* é o conjunto de atribuições definidas por lei ou regulamento, e outorgadas, em caráter permanente a um agente da Administração.

f) *Encargo* é a atribuição de serviço cometida a um militar.

g) *Função* é a execução dentro das normas regulamentares das atribuições estipuladas para os cargos.

h) *Exercício* no sentido restrito e especial, é o período dentro do qual se verifica a aplicação dos recursos de um determinado orçamento.

i) *Organização* é a denominação genérica dada ao corpo, repartição, estabelecimento, base aérea ou qualquer outra unidade tática ou administrativa, que seja subordinada ao Ministério da Aeronáutica.

j) *Dependência* é a denominação dada às subdivisões de uma unidade administrativa que estejam sob a responsabilidade, permanente ou não, de um agente.

k) *Comandante* é a denominação genérica dada ao elemento mais graduado ou mais antigo de cada organização, abrangendo assim seu comandante, diretor, chefe, subdiretor ou outra denominação que tenha ou venha a ter.

PRIMEIRA PARTE

Organização e atribuições

TÍTULO I

Unidades Administrativas

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

Art. 10. Administrativamente, a Aeronáutica constitui-se de organizações autônomas porém harmônicas entre si, denominadas *Unidades Administrativas*.

Art. 11. Dá-se a denominação de *Unidade Administrativa* aos elementos constitutivos da Aeronáutica que, em virtude de circunstâncias particulares e especiais, dispõem de autoridade para gerir bens do Estado, dentro dos limites expressos em lei ou em regulamento.

Art. 12. Satisfazem às condições básicas para serem considerados Unidades Administrativas os quartéis-generais, as diretorias, as subdiretorias, as bases, os parques, as fábricas, as escolas, os depósitos e outras quaisquer organizações que, em face de suas finalidades, de suas instalações e de seus quadros ou efetivos, devam dispor da necessária autonomia para melhor satisfazerem às necessidades do serviço público ou às contingências militares.

Parágrafo único. As Unidades Administrativas, em geral, terão dependências especiais, de gestão de material e de finanças, devidamente organizadas para a aplicação regular dos bens públicos e dinheiros a seu cargo.

CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO

Art. 13. Somente por ato expresso do Ministro, uma organização da Aeronáutica poderá ser elevada à categoria de *Unidade Administrativa*.

§ 1.º. Ao encaminhar a sugestão de autonomia para determinada organização, o escalão imediatamente superior evidenciará que ela preenche as condições básicas previstas no artigo 12.

§ 2.º. O Ministro poderá, também, conceder autonomia administrativa às frações de Unidades Administrativas, destas destacadas temporária-

mente por necessidade do serviço, desde que estas Unidades não possam abastecer de recursos, em dinheiro ou em material, rápida e economicamente, aquelas frações.

Art. 14. Em casos excepcionais poderá o Ministro, temporariamente, destacar de uma Unidade Administrativa ou a ela ligar qualquer fração, desde que a necessidade do serviço assim o exija.

Parágrafo único. Os agentes-diretores das Unidades Administrativas interessadas tomarão as necessárias providências para serem feitas as devidas compensações, tanto em material como em numerário.

Art. 15. Constituída a Unidade Administrativa, o seu Agente-diretor fará as necessárias comunicações, por escrito e diretamente, às organizações provedoras de numerário e de material, solicitando logo as providências, da alçada destas, para o funcionamento normal da nova Unidade Administrativa.

§ 1.º. Quando se tratar de fração, destacada de Unidade Administrativa, que já tenha sido suprida para apreciável período, será ela abastecida por aquela Unidade, até o fim do aludido período, na proporção do que lhe for devido em razão de seu efetivo.

§ 2.º Os vencimentos e as vantagens do pessoal poderão ser, desde logo, sacados pela nova Unidade Administrativa.

Art. 16. O ato da constituição de uma Unidade Administrativa será publicado em seu primeiro boletim interno, com todos os pormenores referentes a pessoal, material, numerário e instalações.

CAPÍTULO III

DISSOLUÇÃO

Art. 17. A dissolução só poderá ser procedida por ato expresso do Ministro.

Art. 18. Uma organização da Aeronáutica, investida de autonomia administrativa perde-a:

- a) quando for fusionada com outra Unidade Administrativa;
- b) quando regressar à sede da Unidade Administrativa a que pertencia;
- c) quando for extinta a organização.

Art. 19. Se a Unidade Administrativa perder a autonomia por motivo

de fusão com outra, a esta serão incorporados o ativo, o passivo e o arquivo daquela.

Art. 20. Tratando-se da perda de autonomia administrativa, decorrente de reincorporação de fração à Unidade Administrativa de origem, o ativo, o passivo e o arquivo daquela passarão a fazer parte da Unidade Administrativa a que for reincorporada.

Art. 21. No caso de alguma Unidade Administrativa sofrer extinção não enquadrada no artigos anteriores, todos os seus saldos serão imediatamente recolhidos à organização provedora de numerário, e à mesma desde logo remetidos:

a) os contratos, os ajustes, os acordos ou as obrigações em fase de execução;

b) os pedidos-empenho até então feitos, devidamente relacionados, para a respectiva liquidação e correspondente pagamento.

§ 1.º. A organização provedora de numerário, serão também recolhidas as importâncias pertencentes a terceiros (depósitos diversos, vencimentos não reclamados, etc.), com todos os esclarecimentos necessários.

§ 2.º. O pessoal, o material e o arquivo terão o destino que o correspondente ato ministerial determinar.

Art. 22. Perdida a autonomia, o Agente-diretor da Unidade Administrativa em causa fará publicar, no seu último boletim, referência minuciosa à situação econômico-financeira em que a mesma se encontre, bem como ao destino dado ao pessoal, ao material, ao numerário, ao arquivo e às instalações.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

Art. 23. Do ponto de vista administrativo, o pessoal das Unidades Administrativas (Agentes da Administração) é assim classificado:

- a) Agente-diretor;
- b) Agente-fiscalizador;
- c) Agentes-executores (Gestores);
- d) Auxiliares da Administração.

Parágrafo único. Estas designações servem para fixar a situação de cada responsável na respectiva Unidade Administrativa.

Art. 24. O *Agente-diretor* é o chefe da Administração da Unidade Administrativa, e o principal responsável pelos serviços administrativos da mesma.

Art. 25: O *Agente-fiscalizador* é o auxiliar imediato do *Agente-diretor* e, perante este, o principal responsável pela normalidade dos serviços administrativos da Unidade Administrativa.

Art. 26. Os *Agentes-executores* (Gestores) são os diferentes elementos que, na Unidade Administrativa, têm função definida em lei, em regulamento ou em outras disposições, ligada intimamente à Administração; por isso cabe-lhes secundar o *Agente-diretor* nas tarefas da Administração.

Art. 27. Os demais elementos, cujas funções não se enquadram nas disposições dos artigos anteriores, constituem os *Auxiliares da Administração*.

Art. 28. Cabe ao *Agente da Administração*:

1) tomar a iniciativa de resolver os casos omissos, quando a solução não depender de outra autoridade;

2) tomar conhecimento das particularidades relativas aos serviços administrativos que lhe estiverem afetos e procurar inteirar-se de tudo, para agir judiciosamente quando a sua autoridade fôr reclamada na solução de qualquer assunto;

3) zelar pela observância rigorosa de todas as prescrições do presente Regulamento e das disposições em vigor, aplicáveis em seu âmbito de ação;

4) auxiliar a Administração da Unidade Administrativa, com a dedicação própria daqueles que têm a noção do dever.

Art. 29. Quando, por efeito de substituição do *Agente-diretor*, ficar um *Agente da Administração* sob a jurisdição de oficial de posto inferior ou mais moderno, deverão ambos, nas suas relações, observar os preceitos compatíveis com o bom desempenho dos respectivos cargos.

§ 1.º. Nessa ocorrência torna-se indispensável que as ordens tenham o caráter de solicitação e, se houver algum mal-entendido, a autoridade mais graduada dará conhecimento disso ao escalão superior, a quem caberá decidir, após ouvir ambas as partes.

§ 2.º. Se, excepcionalmente, ocorrer a circunstância de o *Agente-fiscalizador* ser menos graduado que o *Agente-executor*, este ficará vinculado diretamente ao *Agente-diretor*.

Art. 30. Nas Unidades Administrativas em que não haja todos os *Agentes* especificados, a administração será feita com os existentes.

Parágrafo único. Na atribuição de funções, deve-se ter em vista o princípio de incompatibilidades, evitando-se, sempre que possível, que um mesmo agente seja o executante e o fiscal de seus próprios atos.

CAPÍTULO II

ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

Agente-diretor.

Art. 31. Ao *Agente-diretor*, na qualidade de chefe da Administração da Unidade Administrativa, além de outros deveres, compete especialmente:

1) Quanto à administração em geral:

a) estabelecer normas para a boa execução dos serviços administrativos da Unidade Administrativa;

b) definir nitidamente as atribuições de seus subordinados, quando elas ainda não estiverem especificadas;

c) estimular o espírito de iniciativa e a noção de responsabilidade dos seus subordinados;

d) decidir, no âmbito de suas atribuições, todas as questões administrativas que já tiverem doutrina firmada;

e) dar suas ordens e instruções sobre assuntos administrativos, sempre que possível por intermédio do *Agente-fiscalizador*;

f) instruir, obrigatoriamente, as solicitações de despesa que encaminhar à autoridade competente, discriminando, também, a respectiva dotação orçamentária;

g) mandar fazer as requisições de numerário destinadas à Unidade Administrativa ou ao seu pessoal, quando fôr o caso;

h) fornecer os recursos necessários (em pessoal e em material) para a boa marcha dos serviços administrativos da Unidade Administrativa;

i) exercer constante vigilância sobre a alimentação e o bem estar do pessoal da Unidade Administrativa;

j) verificar a produção individual em todos os setores da Unidade Administrativa;

1) nomear as comissões necessárias para:

- (1) avaliação de preços,
- (2) passagem de carga, transmissão de dinheiro e de outros valores,
- (3) inquérito administrativo,
- (4) retirada de material das embalagens;
- (5) exame de material a receber;
- (6) exame de material em mau estado;
- (7) exame de material disponível a ser alienado ou permutado,
- (8) exame de causas,
- (9) arrolamento de material,
- (10) embalagem de material a remeter;
- (11) inventário,
- (12) outros fins legais;

m) fixar prazos para recolhimentos, pagamentos e prestações de contas, sempre que não estiverem fixados em disposições legais;

n) proibir terminantemente que os militares, funcionários e extranumerários exerçam, dentro da Unidade Administrativa (quartel, repartição, etc.), atividades comerciais privadas;

o) permitir que a banda de música, as orquestras, etc. toquem, mediante ajuste, em festas e atos que não tenham caráter político.

2) Quanto a aquisições:

a) estabelecer as condições para as concorrências e coletas de preços, dentro das normas gerais traçadas por este regulamento, pelo Código de Contabilidade da União e seu Regulamento, e pelas decisões do Ministro da Aeronáutica e das organizações técnicas competentes;

b) estabelecer o justo valor das cauções para garantia de fornecimentos, a execução de obras, etc.;

c) assinar, com as partes, contratos ajustes, acordos ou obrigações, lavrados na forma da legislação em vigor;

d) examinar os orçamentos de despesa referentes à aquisição de material ou à execução de obra custeadas pela Unidade Administrativa;

e) providenciar os pedidos de material destinados à Unidade Administrativa ou ao seu pessoal;

f) autorizar a aquisição de material, nas organizações industriais do Estado bem como a sua recuperação,

de conformidade com as instruções que regulariam as relações das diversas Unidades Administrativas com aquelas organizações;

g) aplicar as devidas penalidades administrativas aos concorrentes, fornecedores, executores de obras e outros contratantes, quando faltosos;

h) intimar os concorrentes, fornecedores, executores de obras e outros contratantes a completarem as cauções diminuídas pela aplicação de penalidades;

i) autorizar o levantamento dos depósitos e das cauções dos fornecedores, executores de obras e outros contratantes, quando desobrigados dos compromissos assumidos e quando isso não depender do Tribunal de Contas.

3) Quanto a descontos:

a) fazer carga aos responsáveis, para desconto, nos respectivos vencimentos, das importâncias que devam indenizar em face da legislação vigente;

b) mandar descontar dos vencimentos de seus subordinados as importâncias destinadas a alimento de família, na forma decretada pelo juiz competente;

c) fornecer fiança para aluguel de casa a ser ocupada pelos seus subordinados, desde que o desconto mensal fique enquadrado nos limites legais;

d) mandar descontar dos vencimentos de seus subordinados, na forma da legislação vigente, as consignações e os descontos legais.

4) Quanto à escrituração:

a) certificar-se, dentro dos primeiros trinta dias de seu comando, do estado da escrituração e do material da Unidade Administrativa, devendo participar ao escalão imediatamente superior, para as providências que se fizerem necessárias, as irregularidades que acaso encontrar na gestão de seu antecessor;

b) autenticar, de próprio punho ou por chancela, os livros e as fichas cuja escrituração seja a alçada do Agente-fiscalizador;

c) inspecionar a escrituração da Unidade Administrativa, para certificar-se do estado em que aquela se encontra;

d) diligenciar para que não haja passagem de cargo ou encargo, sem que a carga dos dinheiros e outros bens esteja certa e em ordem, e a res-

pectiva escrituração *em ordem e em dia*;

e) declarar, em boletim interno, quando tiver de passar o cargo, que o transmite com toda a escrituração *em ordem e em dia*, ou em que estado o fôr, para o que se louvará nas partes ou informações escrita dos respectivos responsáveis.

5) *Quanto ao expediente*:

a) assinar os documentos de natureza administrativa de sua inteira competência;

b) corresponder-se, diretamente, com as autoridades militares que tais assuntos não exijam a intervenção dos escalões superiores;

c) dar fé às assinaturas de seus subordinados, quando tal formalidade fôr exigida, para que os documentos por eles assinados possam produzir os necessários efeitos;

d) despachar ou informar, com presteza, os requerimentos e processos que dependerem de sua decisão ou de seu pronunciamento;

e) prestar as informações e os esclarecimentos que forem de direito;

f) remeter à organização competente, nas épocas próprias, os elementos pertinentes à Unidade Administrativa e necessários à elaboração do anteprojeto do orçamento do Ministério da Aeronáutica;

g) organizar e remeter, nas épocas próprias, os relatórios que devam ser apresentados pela Unidade Administrativa;

h) mandar certificar o que fôr de direito no que tiver sido requerido;

i) dar os atestados que lhe forem pedidos;

j) mandar incluir em fôlha de pagamento os militares e civis que forem incluídos na Unidade Administrativa, por motivo de transferência ou outro qualquer;

l) mandar averbar os contratos de empréstimos, os aluguéis de casa e a aquisição de terreno ou de prédio, de conformidade com a legislação aplicável;

m) ordenar a organização de processos referentes a exercícios finidos;

n) mandar arquivar os processos, documentos e demais papéis já solucionados;

o) mandar arquivar os requerimentos que não estejam em ordem;

p) comunicar, simultânea e imediatamente, às organizações centrais (provedora de numerário, encarregada

da herança militar e da movimentação e registro do pessoal), o falecimento do servidor militar ou civil que deixar pensão paga pelos cofres públicos;

q) mandar publicar em boletim os óbitos verificados entre o seu pessoal.

6) *Quanto à movimentação de bens*:

a) prever as necessidades materiais da Unidade Administrativa e tomar providências sobre o seu provimento;

b) requisitar, das organizações competentes, os recursos necessários à Unidade Administrativa e ao seu pessoal;

c) fixar as quantidades, máximas e mínimas, de material que deva existir em depósito, quando esta providência não constituir atribuição de outra autoridade;

d) dar assistência efetiva às subunidades e às frações da Unidade Administrativa;

e) requisitar das organizações industriais do Estado, pelos trâmites regulamentares, o conserto de qualquer material e o seu reparo, desde que isso não implique em indenização;

f) autorizar, na forma das disposições em vigor, o necessário fornecimento de material;

g) fazer transferência de carga de material entre subunidades ou frações da Unidade Administrativa, de acordo com as necessidades do serviço;

h) autorizar o emprego do material de mobilização, de acordo com as circunstâncias e segundo as ordens especiais emanadas das organizações do Alto Comando;

i) mandar descarregar, do inventário da Unidade Administrativa, o material impréstável, extraviado, inutilizado ou transferido para outra Unidade Administrativa na forma das disposições aplicáveis;

j) autorizar despesas dentro dos recursos postos à disposição da Unidade Administrativa, inclusive os adiantamentos, os quais, de forma alguma, poderão ser excedidos;

l) confirmar imediatamente, a organização provedora de numerário o recebimento, pelo Gestor de Finanças, de importâncias originárias da referida organização;

m) mandar publicar em boletim os recebimentos de numerário, de conformidade com as partes dos responsáveis;

n) fixar, em boletim, a importância máxima que deva ser conservada em cofre da Unidade Administrativa para atender aos pagamentos de urgência;

o) comunicar aos estabelecimentos bancários onde se acham recolhidas as importâncias a cargo da Unidade Administrativa, as alterações relativas ao pessoal que assina os cheques para retirada de dinheiro; no caso da própria substituição, essa comunicação será por ele assinada, remetendo, juntamente com o seu abono, o autógrafo do substitutivo;

p) autorizar nos próprios cheques, a retirada dos fundos da Unidade Administrativa depositados em estabelecimentos bancários;

q) interessar-se para que o pagamento devido a seus subordinados seja efetuado sem atraso;

r) ordenar os pagamentos, publicando suas ordens em boletim, quando for o caso;

s) mandar adiantar, dentro dos limites previstos:

(1) as diárias de alimentação e as de pousada àquelles que tiverem de se afastar da Unidade Administrativa em objeto do serviço;

(2) os vencimentos e as vantagens aos transferidos, aos matriculados em escolas, etc.;

t) resolver os casos de concessão de vencimentos, vantagens e outros, que estejam dentro de sua alçada;

u) providenciar para que o pagamento dos aluguéis seja efetuado precisamente no local e a partir do dia, indicados nas cartas de fiança;

v) mandar publicar em boletim as remessas de dinheiro e tudo mais que for necessário;

x) inspecionar os víveres e o material em depósito, para certificar-se do estado em que se encontram;

z) proceder ao balanço do cofre da Unidade Administrativa por ocasião da Reunião da Administração em que se fizer a prestação de contas mensal, referente a numerário, e sempre que julgar de necessidade.

7) Quanto à responsabilidade:

a) remeter às organizações competentes, nas épocas devidas, as prestações de contas, os inventários, os mapas as relações e outros documentos, necessários a essas organizações;

b) responsabilizar imediatamente o agente que não transmitir *certa e em ordem* a carga dos dinheiros e outros bens, assim como *em ordem e em dia* a respectiva escrituração;

c) comunicar, ao escalão superior imediato, qualquer irregularidade ou falta no serviço e apontar, sempre que as providências de ocasião não sejam de sua alçada, os responsáveis;

d) determinar a abertura de inquerito administrativo ou policial-militar, para os casos previstos neste Regulamento;

e) nomear os encarregados de inquerito policial-militar;

f) imputar, ao Estado, os prejuízos causados por motivo de força maior comprovada, bem assim os que resultarem da exclusão de praças em virtude de moléstias contagiosas, ou de falecimento;

g) dar início ao processo de *divida ativa*, para os prejuízos não ressarcidos em virtude da exclusão ou da expulsão de militares, em face de má conduta, bem como no interesse da ordem pública ou do serviço;

h) solicitar permissão ao escalão superior para excluir as praças cuja permanência nas fileiras, para indenizar danos, lhe pareça contrária aos interesses da Unidade Administrativa, dando início, se concedida a permissão, ao respectivo processo de *divida ativa*;

i) mandar publicar em boletim a necessária declaração que ressalve a responsabilidade dos agentes da Administração que, para esse fim, tenham ponderado na forma deste Regulamento.

SEÇÃO II

Agente-fiscalizador

Art. 32. Ao agente-fiscalizador, além de outros deveres, cabe especialmente:

1) Quanto à administração em geral:

a) coordenar, impulsionar e fiscalizar os serviços administrativos da Unidade Administrativa, de conformidade com a legislação em vigor e as instruções do Agente-diretor;

b) cumprir e fazer cumprir as ordens emanadas do Agente-diretor;

c) formular instruções claras e precisas sobre o serviço administrativo da Unidade Administrativa, dentro das ordens gerais existentes;

d) dirimir as dúvidas ou contestações que houver entre os diferentes Agentes-executores, ressalvado o direito de recurso para o Agente-diretor;

e) diligenciar para que não haja atraso nos recolhimentos, nos pagamentos, nas prestações de contas, na passagem de carga, na entrega de valores e na escrituração de cada gestor;

f) conferir e autenticar com o "Conferido" e a sua rubrica todos os documentos que importem em receita ou despesa, carga ou descarga, cheques, demonstrações e outros papéis, depois de reconhecer que não houve violação de disposições legais referentes ao assunto;

g) propor ao Agente-diretor:

1) o pessoal para constituir as diversas comissões previstas neste Regulamento;

2) o pessoal necessário ao seu serviço.

2) *Quanto à aquisição:*

a) estabelecer as condições para as concorrências ou a coleta de preços, de acordo com as normas gerais traçadas por este regulamento e as determinações do Agente-diretor;

b) promover a publicação dos editais de concorrência, e outros de natureza administrativa, quando for o caso;

c) promover a expedição das coletas de preços, por quem de direito;

d) controlar as entradas de material e de viveres, adquiridos no comércio ou recebidos das organizações provedoras.

3) *Quanto à escrituração:*

a) orientar os serviços de contabilidade da Unidade Administrativa;

b) assinar os termos de abertura, de encerramento e outros, referentes aos livros ou às fichas de escrituração de natureza administrativa, que estiverem a cargo de qualquer Agente-executor ou Auxiliar da Administração;

c) rubricar os livros e as fichas de escrituração, utilizados por outros agentes;

d) exercer uma constante fiscalização para assegurar a boa execução dos serviços administrativos afetos a cada agente;

e) examinar se há exatidão nas operações registradas nos livros e nas fichas a cargo de cada agente;

f) examinar a escrituração dos diversos responsáveis, e verificar se o material e os valores existentes correspondem aos registrados nessa escrituração;

g) esforçar-se para que a escrituração dos agentes esteja sempre *em ordem e em dia*;

h) velar para que os documentos e as prestações de contas que a Unidade Administrativa tenha de enviar às organizações competentes, sejam apresentados em perfeita ordem, observadas as disposições legais aplicáveis;

i) encarregar-se da escrituração analítica de todo o material permanentemente da Unidade Administrativa, e mantê-la *em ordem e em dia*, caso não haja, na Unidade Administrativa, o gestor de Registros de que trata o artigo 37.

4) *Quanto ao expediente:*

a) preparar a correspondência relativa ao seu serviço e que deva ser assinada pelo Agente-diretor;

b) levar a despacho do Agente-diretor o expediente de natureza administrativa que deva ser centralizado;

c) receber os documentos referentes a assuntos da sua competência e, depois de apreciá-los, distribuir os que devam ser estudados e informados, ou cujas providências dependam de outro escalão ou de outra autoridade;

d) estudar e dar parecer sobre os documentos que lhe forem encaminhados pelo Agente-diretor;

e) assinar a correspondência interna que, não envolvendo autorização de despesa ou alteração no serviço, lhe for cometida pelo Agente-diretor;

f) corresponder-se sobre assuntos de serviço com os comandantes de dependências;

g) organizar e assinar os inventários, os mapas e as relações totalizadoras, referentes ao patrimônio a cargo da Unidade Administrativa e que tenham de ser enviadas às organizações competentes;

h) organizar e apresentar, nas épocas próprias, os relatórios de sua alçada;

i) redigir ou coordenar a matéria para publicação em boletim interno, no que se referir a assuntos administrativos.

5) *Quanto à movimentação de bens:*

a) ter conhecimento da nomenclatura do material permanente da Unidade Administrativa, e saber identificá-lo convenientemente;

b) examinar os pedidos de numerário ou de material feitos pelas frações-destacadas da Unidade Adminis-

trativa; propor ao Agente-diretor a fixação de suprimentos necessários àquelas frações;

c) organizar e assinar as relações de artigos distribuídos às diversas dependências da Unidade Administrativa, quando não houver responsável direto e permanente por elles;

d) assistir, sempre que lhe parecer conveniente, à saída, para qualquer fim, de material dos depósitos da Unidade Administrativa;

e) controlar as saídas de material, inclusive víveres, que tiver de ser fornecido ou consumido;

f) promover a publicação do resultado relativo à conferência de carga dos diferentes agentes;

g) fiscalizar a correlação entre a matéria-prima retirada do depósito e o seu emprego;

h) propor ao Agente-diretor:

(1) as quantidades máximas e mínimas dos diversos estoques de material e de víveres;

(2) o limite máximo do dinheiro que deve ser conservado em cofre para os pagamentos de urgência;

i) fiscalizar a aplicação dos dinheiros a cargo da Unidade Administrativa para serem empregados no interesse dela;

j) zelar para que os dinheiros e valores existentes no cofre da Unidade Administrativa estejam certos;

l) providenciar o recolhimento à organização bancária em que a Unidade Administrativa mantiver conta-corrente das importâncias recebidas e cuja aplicação não seja imediata;

m) promover a publicação dos recebimentos e das remessas de dinheiro que interessarem à Unidade Administrativa;

n) regular os pagamentos a serem feitos pela Unidade Administrativa, de modo que facilite este serviço;

o) promover os pagamentos devidos;

p) diligenciar, quando o pagamento estiver a cargo da Unidade Administrativa, para que as contas processadas sejam pagas sem demora, com ordem preferencial obrigatória da mais antiga sobre a mais moderna;

q) exercer rigorosa fiscalização sobre os pagamentos relativos aos descontos a favor de terceiros, de forma que as respectivas importâncias não fiquem em depósito além de quinze dias após efetuado o respectivo desconto;

r) providenciar para que sejam remetidas às organizações competentes

e sem demora, as contas processadas, cujo pagamento esteja a cargo das mesmas;

s) ordenar para que sejam relacionadas as despesas miúdas, de pronto pagamento, realizadas pelos diferentes agentes da Unidade Administrativa;

t) fiscalizar os pagamentos e os fornecimentos efetuados pelos respectivos gestores;

u) assistir, quinzenalmente, ao balanço dos víveres existentes nos depósitos da Unidade Administrativa;

v) controlar o consumo da matéria-prima, em face das obras executadas e dos mapas que lhe devem ser apresentados mensal ou trimestralmente;

z) verificar os balanços mensais de víveres (entradas, saídas e passagens), em confronto com os elementos da sua escrituração;

2) verificar os balanços mensais do "Reembolsável" da Unidade Administrativa, e tomar as providências cabíveis para assegurar-lhe uma gestão eficiente.

6) Quanto à responsabilidade:

a) secundar o Agente-diretor nos exames, nas fiscalizações, nas inspeções e nas verificações que tenha de realizar;

b) verificar, sem prévio aviso, pelo menos uma vez por trimestre, o estado de conservação do material em depósito distribuído para o serviço ou em uso pelo pessoal e fazer chegar ao conhecimento do Agente-diretor qualquer falta ou irregularidade encontrada, com a declaração do nome do responsável direto;

c) examinar periodicamente, a concordância entre o pessoal constante das folhas de pagamento e o existente nas diferentes dependências da Unidade Administrativa, a fim de verificar não somente a correção numérica e de identidade mas, também, os desajustamentos de funções;

d) comunicar ao Agente-diretor as irregularidades ocorridas nos serviços que lhe estejam afetos, sempre que as providências para saná-las escapem às suas atribuições;

e) dar, por escrito, imediato conhecimento ao Agente-diretor, quando algum agente passar a respectiva carga ao substituto e esta não esteja em ordem ou em dia;

f) solicitar do Agente-diretor sempre que se tornar necessário, a tomada de contas dos responsáveis;

g) requisitar do Agente-diretor, sempre que fôr preciso, a presença de técnicos, para a realização de exames especializados.

SEÇÃO III

Agentes-executores

1 — Gestor de Finanças

Art. 33. Ao Gestor de Finanças, na qualidade de agente responsável direto pelos dinheiros e valores a cargo da Unidade Administrativa, além de outros deveres, compete especialmente:

1) Quanto a descontos:

a) averbar as consignações requeridas, de conformidade com a legislação em vigor, respeitando sempre a ordem cronológica de entrada das petições ou dos processos correspondentes;

b) descontar dos vencimentos dos militares e dos civis, na forma da legislação vigente, as importâncias destinadas:

(1) ao montepio militar ou civil;

(2) aos pecúlios de previdência;

(3) às mensalidades de associações de classe;

(4) às consignações para amortizações de empréstimos, aquisição de prédio ou de terreno, aluguel de casa e alimentação familiar;

(5) às pensões judiciais;

(6) às indenizações de danos causados ao Estado, e à aquisição de material para reposição do que fôr extraviado, inutilizado, etc.;

(7) às organizações industriais e semi-industriais governamentais (relativas à aquisição de fardamento, medicamentos, gêneros, etc.);

(8) à amortização de dívidas reputadas legais;

(9) a qualquer outro fim legal ou regular;

c) providenciar sobre a efetivação dos descontos legalmente autorizados.

2) Quanto à escrituração:

a) submeter os livros e mais peças da escrituração à rubrica ou autenticação do Agente-fiscalizador, sem o que não serão considerados legais;

b) ter sob sua responsabilidade toda a escrituração de sua competência, concernente a vencimentos, vantagens, remuneração, salários, etc.;

c) manter a contabilidade dos recursos financeiros a cargo da Unidade

Administrativa fazendo observar, na sua escrituração, os modelos e as normas em vigor;

d) incorporar, aos diferentes títulos do balancete e às respectivas contas-correntes, as receitas que lhes são próprias;

e) manter o registro sistemático das despesas empenhadas à conta das dotações normais da Unidade Administrativa;

f) organizar e manter em dia a conta-corrente dos diversos responsáveis pelo dinheiro que lhes houver sido adiantado;

g) manter o registro dos valores correspondentes a adóles ou a títulos da dívida pública, que tenham de ser recebidos como cauções para garantia de contrato ou de fornecimento;

h) manter em dia as alterações que interessarem aos vencimentos, à remuneração, aos salários e às vantagens de todo o pessoal da Unidade Administrativa;

i) organizar e manter em dia as fichas financeiras individuais, classificadas por ordem alfabética, e separadas pelos postos, graduações ou categorias.

3) Quanto ao expediente:

a) prestar esclarecimentos e dar parecer sobre assuntos referentes às finanças da Unidade Administrativa, tem como vencimentos, vantagens, salários, consignações e outros descontos;

b) preparar a correspondência que interessar ao seu serviço e que deve ser assinada pelo Agente-diretor;

c) examinar atentamente todos os documentos que tiver de assinar, informar, quitar ou pagar, para se certificar de que os mesmos estão perfeitamente em ordem;

d) assinar todos os documentos de receita, despesa e outros que lhe couberem na forma das disposições em vigor;

e) expedir guias de vencimentos ao pessoal que, por motivo de transferência ou outro qualquer, deixe de receber vencimentos e vantagens, pela Unidade Administrativa;

f) apresentar, sempre que lhe fôr pedida, por autoridade competente, demonstração minuciosa dos recursos da Unidade Administrativa e das despesas empenhadas por conta desses recursos;

g) organizar o relatório anual da sua dependência, e qualquer outro que lhe tenha sido pedido;

h) propor ao Agente-fiscalizador o pessoal necessário ao seu serviço.

4) *Quanto à movimentação de bens:*

a) organização as requisições do numerário devido à Unidade Administrativa;

b) arrecadar as receitas da Unidade Administrativa e as rendas que pertencem ao Estado, de conformidade com a legislação vigente;

c) receber toda e qualquer importância destinada, tanto à Unidade Administrativa, como ao seu pessoal, dando-lhe a seguir, o conveniente destino;

d) receber, da organização provedora numerário, as importâncias relativas a vencimentos, vantagens ou salários do pessoal da Unidade Administrativa;

e) dar quitação de todas as importâncias e de todos os valores que lhe forem entregues para qualquer fim;

f) recolher ao cofre os dinheiros e valores que, tenham de ficar na Unidade Administrativa;

g) comunicar ao Agente-fiscalizador, em partes minuciosas e de numerações próprias, todos os recebimentos e pagamentos vinculados à Unidade Administrativa, para publicação em boletim, colecionando, separada e cronologicamente as respectivas cópias autenticadas com a assinatura;

h) ajustar as contas do pessoal militar ou civil que tenha de deixar a Unidade Administrativa com destino a outra, ou que se ausente em comissão;

i) promover a elaboração das folhas de pagamentos, das folhas dos descontos legais, e dos cheques de pagamentos do pessoal da Unidade Administrativa;

j) extrair e assinar os cheques emitidos contra o estabelecimento bancário em que a Unidade Administrativa tiver dinheiro depositado;

l) efetuar o pagamento das contas de material e de serviços, que estiverem revestidas das formalidades legais, e devam ser pagas pela Unidades Administrativa;

m) entregar, mediante recibo, as importâncias que forem mandadas adiantar a qualquer agente, na forma da legislação aplicável;

n) efetuar todos os pagamentos individuais que lhe estejam afetos, referentes a vencimentos, vantagens, salários e descontos;

o) relacionar as despesas miúdas de pronto pagamento, que não excedam de Cr\$ 50 00, submetendo-as à devida legalização;

p) exigir, no ato do pagamento, a respectiva quitação e a comprovação da identidade de quem tiver de subscrevê-la;

q) recolher à organização provedora de numerário as rendas do Estado que tiverem sido arrecadadas pela Unidade Administrativa;

r) recolher à organização provedora de numerário as importâncias que se referirem a vencimentos, vantagens, ou salários não reclamados, depois de decorridos seis meses;

s) remeter, recolher ou pagar a quem de direito, dentro do prazo máximo de quinze dias, após seu recebimento ou desconto, as importâncias que devem ter um daqueles destinos;

t) recolher ao estabelecimento bancário o dinheiro recebido que não deva ser imediatamente empregado, ou não tenha de ficar na Unidade Administrativa.

5) *Quanto à responsabilidade:*

a) organizar os balancetes de prestação de contas da Unidade Administrativa, de acordo com as exigências legais;

b) organizar a demonstração do estado financeiro da Unidade Administrativa, bem como a dos dinheiros e valores a seu cargo, a serem apresentadas no dia da prestação de contas;

c) diligenciar no sentido de que as suas prestações de contas tenham lugar dentro dos prazos estabelecidos, providenciando para que os respectivos balancetes sejam remetidos às organizações competentes nas épocas devidas;

d) apresentar ao Agente-fiscalizador, em tempo, os balancetes de prestação de contas e todos os documentos que por ele devam ser verificados e conferidos;

e) apresentar as prestações de contas e os documentos de sua responsabilidade, em perfeita ordem;

f) solicitar providência ao Agente diretor, a fim de que os agentes, que tiverem recebido adiantamentos da

Unidade Administrativa, prestem suas contas nos prazos regulamentares;

g) arquivar a última via dos balancetes de prestação de contas referentes ao numerário a cargo da Unidade Administrativa;

h) conservar, em cofre, o numerário estipulado pelo Agente-diretor, cujo limite fixado não deva ser excedido;

i) organizar, logo após o encerramento do exercício financeiro, o balanço sintético do dinheiro recebido e despendido pela Unidade Administrativa, a fim de ser remetido aos escalões competentes dentro do prazo determinado;

j) ter em ordem e em dia a escrituração de Gestão de Finanças, senão de sua responsabilidade as irregularidades encontradas em qualquer fiscalização ou inspeção.

2 — Gestor de Material

Art. 34. Ao Gestor de Material, na qualidade de principal responsável pelo material da Unidade Administrativa, além de outros deveres, compete especialmente:

1) Quanto a aquisições:

a) preparar os editais de concorrência, inclusive para alienação do material disponível;

b) preparar e expedir coletas de preços;

c) receber as propostas referentes a concorrências e às coletas de preços e, no dia determinado, abri-las na presença do Agente-fiscalizador, fazendo-as rubricar na forma regulamentar;

d) efetuar as compras, e mandar realizar os consertos e as recuperações que interessem ao seu serviço, quando devidamente autorizado;

e) fazer os pedidos de material ou de prestação de serviço, cuja despesa deve ser conferida pelo Agente-fiscalizador e autorizada pelo Agente-diretor;

f) apresentar ao Gestor de Finanças os pedidos-empenho a fim de ser feita a dedução na dotação à conta da qual tiver de correr a despesa ordenada;

g) guardar, sob sua exclusiva responsabilidade, em lugar seguro, as amostras, os modelos e os tipos, devidamente autenticados pelo Agente-diretor, pelo Agente-fiscalizador e por si;

h) visitar as oficinas particulares onde estejam sendo consertados ou recuperados os bens do Estado a cargo da Unidade Administrativa, procurando verificar se tudo está sendo feito de acordo com as prescrições previamente estabelecidas;

i) certificar-se da execução dos serviços que tenham sido objeto de pedidos da Unidade Administrativa;

j) examinar as contas e outros documentos de despesa, verificar sua concorrência com os pedidos-empenho, efetuar o processamento que lhe competir e submeter, em seguida, tais documentos ao "Conferido" do Agente-fiscalizador.

2) Quanto à escrituração:

a) encarregar-se da escrituração analítica de todos os bens de sua responsabilidade;

b) submeter as fichas e demais peças da escrituração a seu cargo à rubrica ou autenticação do Agente-fiscalizador, sem o que não serão considerados legais;

c) escriturar, nas fichas próprias, o material entrado nos seus depósitos, ou saído deles.

3) Quanto ao expediente:

a) prestar esclarecimentos e dar parecer sobre assuntos de sua inteira competência;

b) informar devidamente, antes de submetidos a despacho, os pedidos de material a ser fornecido;

c) preparar a correspondência de interesse do seu serviço e que deva ser assinada pelo Agente-diretor;

d) propor ao Agente-fiscalizador tudo quanto julgar necessário, no âmbito do seu serviço, para benefício da Unidade Administrativa, como sejam: aquisições, cargas, descargas, recuperações, balanços, arrumações etc.;

e) propor ao Agente-fiscalizador o pessoal necessário ao serviço;

f) organizar o relatório anual da sua dependência, e outros que lhe sejam pedidos.

4) Quanto à movimentação de bens:

a) estar a par da nomenclatura do material empregado na Aeronáutica, e saber identificá-lo convenientemente;

b) manter em ordem os depósitos sob sua responsabilidade;

c) receber, na forma das disposições vigentes, o material destinado à Unidade Administrativa, cuja entrega lhe seja feita diretamente pelas organizações provedoras;

d) receber o material relativo aos pedidos que tenha feito, o qual deva ser entregue na sede da Unidade Administrativa, observando as disposições do presente Regulamento;

e) receber todo o material que lhe for apresentado por ordem superior, conferindo-o com os documentos respectivos;

f) receber o material existente no edifício que a Unidade Administrativa tenha de ocupar cuja entrega lhe será feita por uma comissão;

g) solicitar providências do Agente-fiscalizador, a fim de que todo recebimento de material que exija conhecimento especializado seja assistido por um técnico;

h) dar quitação de todo material recebido;

i) marcar, convenientemente, o material permanente a ser distribuído pela sua dependência;

j) entregar mediante pedido devidamente legalizado e quitado, o material destinado aos diversos agentes;

k) dirigir o acondicionamento do material que deva ser remetido a qualquer fração da Unidade Administrativa ou a outro destino, incluindo, no volume a lista de seu conteúdo;

l) enviar com presteza ao destino, qualquer guia de remessa;

m) exigir quitação do material que sair de sua responsabilidade.

5) Quanto a responsabilidade:

a) apresentar, em perfeita ordem, as suas prestações de contas e os documentos de sua responsabilidade;

b) prestar contas ao Gestor de Finanças no fim de cada mês ou quando lhe for determinado, do dinheiro que houver recebido para atender às necessidades do serviço;

c) levar imediatamente ao conhecimento do Agente-fiscalizador, estrago ou avaria de qualquer material que estiver sob sua guarda, prestando os necessários esclarecimentos.

6) Quanto a serviços:

A Transportes:

Ter a seu cargo os meios de transporte comuns da Unidade Administrativa quando não houver organização própria para esse serviço.

B Suprimentos individuais:

a) encarregar-se da escrituração pertinente a fardamento, equipamento e outros materiais semelhantes, de uso individual;

b) cuidar assiduamente, de todo o serviço relativo a esse provimento, na medida das necessidades do pessoal e observada a regulamentação própria;

c) organizar e manter em dia as fichas individuais de distribuição de material para registro da responsabilidade dos respectivos detentores;

d) prestar informações sobre o serviço relativo a provimentos individuais;

e) prestar contas de fardamento distribuído às praças, de conformidade com as disposições em vigor;

f) remover, para lugar seguro, a roupa de cama, o fardamento, o equipamento e outros objetos deixados pelas praças declaradas ausentes ou desertoras e ainda pelas que falecerem, para destino conveniente após inventariados;

g) solicitar descarga para o material avariado inutilizado ou que deva ser destruído, com esclarecimento das causas.

3 Gestor de Viveres

Art. 35. Ao Gestor de Viveres como encarregado da alimentação do pessoal da Unidade Administrativa, além de outros deveres, cabe especialmente:

1) Quanto à alimentação:

a) dirigir o serviço de alimentação do pessoal da Unidade Administrativa, de acordo com os preceitos vigentes;

b) apresentar ao Agente-fiscalizador os elementos necessários à confecção do cardápio, com o fim de variar a alimentação do pessoal;

c) fiscalizar todos os serviços relacionados com a alimentação do pessoal, bem como zelar pela disciplina, nos refeitórios, nas copas e nas cozinhas;

d) assistir sempre que possível, e no mínimo duas vezes por semana, às refeições das praças;

e) providenciar sobre a venda dos resíduos do rancho, na conformidade das disposições vigentes.

2) Quanto a aquisições:

a) preparar e expedir as coletas de preços relativos a viveres, e a outros artigos de consumo não fornecidos pelo Gestor de Material;

b) receber as propostas relativas às coletas de preços, no dia determinado, abri-las na presença do Agente-fiscalizador, fazendo-as rubricar na forma regulamentar;

c) fazer as aquisições do material peculiar ao seu serviço quando devidamente autorizado;

d) fazer, com a necessária antecedência, os pedidos quinzenais e os de consumo diário (carne verde, pão, leite etc.);

e) apresentar ao Gestor de Finanças os pedidos-empenho referentes à sua dependência para ser feita a dedução no respectivo crédito;

f) examinar quantitativa e qualitativamente os víveres recebidos das organizações provedoras, bem assim os adquiridos pela Unidade Administrativa, observando as disposições do presente regulamento;

g) examinar as contas relativas aos víveres e ao material peculiar ao seu serviço; verificar a sua concordância com os pedidos-empenho; efetuar o processamento que lhe competir, submetendo-se, em seguida, ao Agente-fiscalizador para o necessário "Conferido".

3) Quanto à escrituração:

a) ter sob sua responsabilidade a escrituração da sua competência;

b) submeter as fichas e demais peças da escrituração referentes ao seu serviço, à rubrica ou autenticação do Agente-fiscalizador, sem o que não serão considerados legais.

4) Quanto ao expediente:

a) prestar informações e dar pareceres sobre assuntos referentes ao seu serviço;

b) preparar a correspondência que deva ser assinada pelo Agente-diretor;

c) propor ao Agente-fiscalizador o pessoal necessário ao serviço, bem como o que julgar conveniente para melhorar a alimentação do pessoal da Unidade Administrativa;

d) organizar o relatório anual relativo à sua dependência e outros que lhe sejam pedidos.

5) Quanto à movimentação de bens:

a) receber, guardar e conservar, nas melhores condições, os víveres destinados ao pessoal da Unidade Administrativa;

b) receber todo o material destinado aos refeitórios às copas, às co-

zinhas, etc., zelando pela sua guarda e conservação observadas as disposições aplicáveis;

c) providenciar a distribuição dos víveres para o consumo diário de conformidade com as ordens e tabelas vigentes.

6) Quanto a responsabilidades:

a) apresentar, em perfeita ordem, os documentos de sua responsabilidade;

b) remeter ao Agente-fiscalizador, para legalização e destino convenientes, os documentos relativos ao seu serviço;

c) proceder, no fim de cada quinzena, assistido pelo Agente-fiscalizador, ao balanço dos víveres existentes em depósito;

d) entregar dentro de 24 horas, ao Gestor de Finanças as importâncias recebidas referentes à alimentação fornecida, mediante pagamento *à vista*;

e) prestar contas ao Gestor de Finanças, no fim de cada mês ou quando lhe for determinado, do dinheiro que houver recebido para atender às necessidades do serviço que lhe está afeto;

f) comunicar ao Agente-fiscalizador todas as ocorrências referentes à alimentação do pessoal da Unidade Administrativa prestando-lhe os devidos esclarecimentos.

4 Gestor de Imóveis

Art. 36. Ao Gestor de Imóveis, além de outros deveres, compete especialmente:

1) Quanto à administração:

a) dirigir as atividades de todo o pessoal de manutenção das instalações exceto as de limpeza diária do interior das dependências;

b) solicitar à organização própria do Ministério, através dos canais competentes, todas as instruções e os auxílios técnicos de que necessitar.

2) Quanto à escrituração:

a) manter o cadastro geral das edificações da Unidade Administrativa *em ordem e em dia*;

b) manter *em ordem e em dia* a escrituração das despesas de manutenção, para fins estatísticos;

c) manter *em ordem e em dia* a carga de móveis e utensílios de cada unidade residencial.

3) Quanto ao expediente:

a) preparar o expediente relativo ao seu serviço e que deve ser assinado pelo Agente-diretor;

b) solicitar, ao Agente-fiscalizador, a designação das comissões de avaliação, quando julgar necessário justificando o pedido.

4) Quanto à movimentação de bens:

a) zelar pela conservação dos imóveis e providenciar os reparos que se fizerem necessários;

b) propor ao Agente-fiscalizador, se necessário, a prioridade aconselhável na execução dos trabalhos que lhe estiverem afetos;

c) entregar as unidades residenciais aos locatários designados pelo Agente-diretor, e recebê-las quando cessar a locação.

5 Gestor de Registros

Art. 37. Ao Gestor de Registros, além de outros deveres, compete especialmente:

1) registrar todo o expediente relativo aos assuntos de sua alçada;

2) verificar a exatidão dos documentos que lhe são apresentados;

3) analisar os dados coletados;

4) organizar e apresentar, nas épocas próprias, os relatórios de sua competência;

5) ter sob sua responsabilidade toda a escrituração centralizada, de seu serviço, e referente à Unidade Administrativa.

6 Demais Agentes executores

Art. 38. A qualquer Agente-executor, como coadjuvante da Administração, assiste o dever de se interessar pelo bom andamento dos serviços administrativos da Unidade Administrativa, cabendo-lhe, dentro do âmbito das respectivas atribuições:

1) Quanto à administração em geral:

a) estar em dia com as disposições e as ordens relativas aos diferentes assuntos administrativos;

b) executar com perfeição, todos os serviços que lhe estejam afetos;

c) providenciar para que os serviços da responsabilidade de seus auxiliares imediatos sejam executados com perfeição;

d) zelar pelo asseio e pela conservação do material e das dependências sob sua jurisdição;

e) passar mensalmente revista de mostra, quando for comandante de subunidade, para conhecer o estado de conservação do fardamento (uniforme, calçado, roupa de cama e outros), do equipamento e de outros materiais semelhantes distribuídos individualmente a seus subordinados prestando, assim, uma assistência efetiva a esse material.

2) Quanto à escrituração:

a) ter a seu cargo a escrituração pertinente a sua função legal;

b) apresentar em perfeita ordem, os documentos de sua responsabilidade.

3) Quanto ao expediente:

a) prestar esclarecimentos e dar pareceres sobre assunto administrativo de sua competência;

b) assinar os documentos de natureza administrativa de sua alçada;

c) processar qualquer documento de sua competência;

d) organizar o relatório anual que lhe disser respeito, e outros que lhe forem pedidos.

4) Quanto à movimentação de bens:

a) pedir, pelos trâmites legais, o material necessário ao seu serviço;

b) só entregar os bens confiados à sua guarda, com ordem formal para isso, exigindo, neste caso o competente recibo.

5) Quanto à responsabilidade:

a) comunicar ao Agente-fiscalizador, por escrito, as ocorrências que se relacionarem com o numerário e o material;

b) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as ordens emanadas de autoridades competentes.

Art. 39. Ao Gestor, cujas atividades específicas abrangem mais de uma das modalidades previstas nesta Seção III, competem as atribuições referentes a cada uma dessas modalidades, naquilo que lhe for aplicável.

§ 1.º Quando, em uma Unidade Administrativa, houver mais de um Gestor com alçadas semelhantes o mais graduado ou mais antigo assumirá as responsabilidades inerentes à centralização que se fizer necessária.

§ 2.º No caso do Regulamento de uma organização vir a determinar o desdobramento de funções de um Gestor, deverá constar taxativamente

do mesmo ato a indicação das atribuições que competirão aos gestores interessados.

SEÇÃO IV

Auxiliares de Administração

Art. 40. Os *Auxiliares de Administração*, embora sem função administrativa legalmente definida, participam da responsabilidade correspondente às atribuições que lhes forem especificadas pelas autoridades competentes.

Art. 41. Quaisquer que sejam as suas atribuições, compete-lhes:

- 1) conhecer as atribuições que este Regulamento e mais disposições legais conferem aos seus comandantes diretor, a fim de que possam secundá-los ou cooperar com eles no superior interesse do Estado, executando, normalmente os serviços administrativos que lhes estiverem afetos;
- 2) cumprir, fielmente, as ordens dos comandantes a que estejam diretamente subordinados;
- 3) passar recibo, quando para isso autorizados expressamente, dos artigos, documentos dinheiros ou valores que lhes forem entregues para o conveniente destino;
- 4) primar pela esmerada execução dos trabalhos de escrita que lhes são afetos e pela perfeita observância dos preceitos legais peculiares aos serviços de que estejam encarregados;
- 5) zelar pela ordem de tudo que lhes fôr confiado.

CAPÍTULO III

Delegação de Competência

Art. 42. Quando o comandante fôr oficial-general, poderá delegar atribuições, de Agente-diretor no todo ou em parte, ao seu chefe de gabinete ou de estado-maior conforme o caso, para o desempenho das incumbências a ele outorgadas no presente Regulamento.

§ 1.º. O Agente-diretor delegado responde por seus atos face ao comandante delegante que por sua vez, é responsável perante o escalão superior.

§ 2.º. No caso de delegação de competência, deve-se ter em vista a situação hierárquica dos agentes que irão ficar subordinados ao Agente-diretor delegado.

§ 3.º. Se a organização, cominada por oficial-general, não possuir chefe de estado-maior ou de gabinete, a delegação, poderá ser feita ao oficial mais graduado para o qual não haja impedimento legal ou regulamentar de exercer funções administrativas, caso o respectivo regulamento não preveja a quem possa ser delegada a função.

Art. 43. Os oficiais superiores poderão designar um servidor capaz, militar ou civil, para responder na forma das disposições em vigor, pela carga e escrituração do material permanente em uso na fração ou dependência da Unidade Administrativa de que sejam responsáveis.

Parágrafo único. Essa designação será publicada em boletim interno, caso mereça aprovação do Agente-diretor.

Art. 44. Embora o Agente-fiscalizador tenha responsabilidade própria no exercício de sua função, ele a exercerá, sempre como um delegado do Agente-diretor.

SEGUNDA PARTE

Equipamento e funcionamento

TÍTULO I

RECURSOS MATERIAIS

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

Art. 45. Serão dispensados cuidados especiais à obtenção à estocagem, à conservação, à distribuição e à recuperação do material devendo-se ter em vista o interesse do Estado e a natureza urgente dos serviços da Aeronáutica.

Art. 46. Na Aeronáutica, dá-se a denominação de *suprimentos* a todos os recursos materiais necessários à vida de uma organização.

Art. 47. Os suprimentos, quanto à sua natureza e uso, classificam-se em comuns, de aviação e especiais.

§ 1.º — *Suprimentos comuns* — são aqueles usados indiferentemente nas diversas organizações da Aeronáutica.

§ 2.º — *Suprimentos de aviação* — são os de uso exclusivo nos aviões.

§ 3.º — *Suprimentos especiais* — são os constituídos pelos demais materiais e equipamentos somente destinados a certos órgãos especializados.

Art. 48. O material à disposição da Unidade Administrativa provém;

- a) dos fornecimentos feitos pelas organizações provedoras;
- b) das aquisições processadas pela própria administração dentro dos recursos sob sua gestão;
- c) das confecções e reparações efetuadas por conta da Unidade Administrativa.

Art. 49. Quanto ao modo de fornecimento, os suprimentos de material às Unidades Administrativas poderão ser:

- a) automáticos;
- b) solicitados;
- c) eventuais.

§ 1.º — Os suprimentos *automáticos* serão feitos para atender necessidades previamente conhecidas pelas organizações provedoras, sem interferência da Unidade Administrativa.

§ 2.º — Os suprimentos *solicitados* estão condicionados a pedidos regulares, organizados em virtude de necessidades não conhecidas pelas organizações provedoras.

§ 3.º — Os suprimentos *eventuais*, fugindo as tabelas vigentes, decorrem de ordem expressa da autoridade superior competente.

Art. 50. Quanto à concessão, os suprimentos dividem-se em regulados e controlados;

- a) *regulados* — quanto a distribuição se baseia em tabelas de dotação e a supervisão de fornecimento e de consumo esteja afeta à própria organização provedora;
- b) *controlados* — quando sua distribuição, em virtude de extrema escassez, alto custo, periculosidade no emprego ou outros fatores dependa de ordem expressa do mais alto escalão da Aeronáutica interessada no fornecimento.

Art. 51. Todo material empregado na Aeronáutica será caracterizado por um símbolo que defina a sua composição, sua qualidade, seu emprego, suas dimensões e demais informes que facilitem a obtenção, o armazenamento e a distribuição.

Parágrafo único — O símbolo de que trata este artigo constitui objeto

de instruções aprovadas pelo Ministro.

Art. 52. *Nível de suprimento* é a quantidade de material que deve ser mantida em estoque em determinada organização.

§ 1.º — *Nível mínimo* — é a quantidade mínima de determinado suprimento mantida em estoque; constitui reserva de suprimento para atender às necessidades no caso de qualquer interrupção ocasional de fornecimento.

§ 2.º — *Nível operativo* — é a quantidade autorizada como estoque normal de trabalho, entre as chegadas sucessivas de suprimentos.

§ 3.º — *Nível máximo* — é a soma das quantidades correspondentes aos níveis mínimo e operativo, a qual, em princípio, não deverá ser excedida.

Art. 53. Os níveis de suprimento, constituintes do estoque de cada Unidade Administrativa, são normalmente referidos a *dia de suprimento*, e, no caso particular da alimentação, a *dia de viveres*.

§ 1.º — *Dia de suprimento* — é a quantidade de material necessário ao funcionamento da organização, no desempenho de suas atribuições normais, num período de 24 horas.

§ 2.º — *Dia de viveres* — é a quantidade específica de viveres, necessária à alimentação do efetivo previsto da organização, num período de 24 horas.

Art. 54. Os imóveis a cargo da Aeronáutica dividem-se em:

a) imóveis de natureza exclusivamente militar;

b) imóveis de natureza comum;

§ 1.º — São imóveis de natureza exclusivamente militar:

- a) os quartéis;
- b) os depósitos e paióis;
- c) os hangares e as garagens;
- d) os campos de exercício de tiro e bombardeio;
- e) as instalações de rádio e de controle;
- f) todas as instalações necessárias ao funcionamento das organizações.

§ 2.º São imóveis de natureza comum:

- a) as residências e os conjuntos residenciais destinados ao pessoal e respectivas famílias;
- b) os terrenos situados na parte externa dos quartéis, das bases e outros;
- c) os clubes e as organizações recreativas congêneres.

CAPÍTULO II

AQUISIÇÕES

Art. 55. O empenho, a liquidação e o pagamento da despesa na Aeronáutica regular-se-ão pelas normas gerais aplicáveis a espécie, bem como pelas disposições deste julgamento.

Art. 56. A dispensa de concorrência não impede o contrato, o qual, quando lavrado e interessar à despesa, será submetido ao registro do Tribunal de Contas.

Art. 57. Os fornecimentos, transportes e trabalhos quando não forem os casos de exclusividade, de aquisição nas fontes produtivas ou de pagamento *à vista*, se houver dispensa de concorrência, devem ser precedidos, como regra geral, da necessária *coleta de preços*, disciplinada nesta Secção.

Parágrafo único. Nenhuma aquisição de material ou prestação de serviços poderá ser feita sem a audiência do Gestor do Material. Nos casos de absoluta urgência o Agente Diretor ou quem o estiver substituindo, poderá ordenar a aquisição de material ou execução de serviço, regularizando, porém, o seu ato dentro de um máximo de 48 horas.

Art. 58. Será mantido, nas organizações provedoras, um registro para a inscrição das firmas que se habilitaram a fornecer à Aeronáutica.

Parágrafo único. Deverá prece-der às inscrições o julgamento:

- a) da situação legal da firma;
- b) da idoneidade comercial ou industrial da firma, e da profissional de seus técnicos;
- c) da capacidade de produção ou de comércio da firma.

Art. 59. Até o dia 30 de novembro, cada organização provedora publicará um edital, pelo prazo de quinze dias, convidando à inscrição todas as firmas que quiserem concorrer, durante o ano seguinte, aos fornecimentos (material, obra ou serviço) destinados à organização referida.

Art. 60. Depois de recebidos os pedidos de inscrição e feito o julgamento dos mesmos no prazo de quinze dias, será fornecida pela organização provedora às Unidades Admi-

nistrativas próximas, nos primeiros dias do ano, uma relação especificando:

- a) nomes e endereços das firmas inscritas;
- b) ramo de negócio;
- c) classes e grupos em que foram inscritos.

Art. 61. Serão permitidas novas inscrições no início de cada mês, exceto nos de novembro e dezembro, para vigorarem a partir do bimestre seguinte.

Parágrafo único — Sempre que no registro de inscrição, houver inclusão de firmas, a respectiva organização provedora central dará oportuno conhecimento às Unidades Administrativas.

Art. 62. Nas localidades distantes das sedes das organizações provedoras, e também nos casos em que elas não tenham obtido inscrição adequada, as Unidades Administrativas publicarão seus editais e farão as necessárias inscrições referentes às classes e aos grupos que lhes forem necessários, observadas as prescrições gerais estabelecidas para o caso.

Art. 63. As organizações provedoras não se entenderão com intermediários, salvo no caso de representação legal.

§ 1.º. Sómente os próprios produtores ou antigos comerciantes do artigo ou da utilidade poderão ser aceitos como seus fornecedores.

§ 2.º. Os comissários e consignatários que provarem a existência de estoques à sua disposição, em armazens próximos ou já entregues, por sua conta, à empresa de transportes, poderão transigir com as organizações provedoras.

Art. 64. O regime de coleta de preços é extensivo a quaisquer serviços ou trabalhos semelhantes aos de fornecimentos ordinários de material.

Parágrafo único — Quando se tratar de obras de custo elevado, e não for ulgada preferível pela autoridade competente a concorrência pública ou administrativa, além da expedição das coletas, far-se-á para cada caso, publicação obrigatória de editais, durante dez dias, no mínimo, com os necessários pormenores.

Art. 65. As coletas de preços observarão as seguintes disposições:

a) Serão numeradas seguidamente cada ano, fazendo-se sua expedição em tempo oportuno, sob protocolo ou registro;

b) especificarão minuciosamente o material desejado, e fixarão o dia da apresentação das respectivas propostas, data que não poderá situar-se a menos de cinco nem a mais de dez dias contados da expedição da coleta, ressalvado o caso do parágrafo único do art. anterior;

c) serão enviadas, no mínimo, a cinco firmas do ramo, mesmo que se recorrer a firmas não inscritas.

§ 1.º — Se o número de firmas não atingir, comprovadamente, o número exigido neste artigo, remeter-se-ão as coletas a tantas firmas quantas existirem no ramo, devendo essa ocorrência ser anotada no respectivo mapa comparativo.

§ 2.º — Em qualquer situação, os preços só deverão ser coletados de firmas acreditadas ou reconhecidamente idôneas.

Art. 66. Quanto às propostas decorrentes das coletas de preços, será observado o seguinte:

a) seu recebimento ocorrerá até a hora indicada do dia prefixado, não sendo levadas em consideração aquelas que chegaram depois de abertas as que foram recebidas em tempo;

b) sua apresentação será feita em envelope fechado e lacrado, sendo abertas, publicamente, pelo Gestor de Material, assistido do Agente-Fiscalizador, e rubricadas por ambos logo depois de esgotado o prazo de entrega;

c) abertas as propostas, os nomes dos proponentes e os preços oferecidos serão registrados em um mapa comparativo apropriado, o qual após conferido pelo Agente-Fiscalizador, será submetido, com urgência, à decisão final do Agente-Diretor;

d) aos proponentes será dado conhecimento dos demais preços apresentados;

Art. 67. No julgamento das propostas, será motivo de preferência, conforme o caso:

- a) menor preço;
- b) melhor qualidade;
- c) razão técnica;
- d) menor prazo de entrega.

Parágrafo único — Excetuado o caso de menor preço, a preferência, nos demais casos, obrigará a uma justificação expressas e comprovada das razões que a tenham determinado face à declaração prévia, que deve ter constado das coletas ou dos editais.

Art. 68. Qualquer que seja o motivo da preferência, se a Administração encontrar quem realize o fornecimento ou preste o serviço em igualdade de condições com uma diferença favorável ao Estado de dez por cento ou mais, fará aquele o respectivo pedido ou a respectiva encomenda, independente de qualquer outra formalidade, desde que a firma vencedora se negue a fornecer ou prestar o serviço com as mesmas vantagens.

Art. 69. Os preços propostos só obrigam o proponente aos fornecimentos declarados, durante quinze dias úteis, contados da data da abertura da proposta.

Parágrafo único — Com referência a obras, os preços propostos são válidos desde que a decisão se verifique no prazo máximo de quinze dias, contados igualmente da data da abertura da proposta.

Art. 70. Comprovada a mancomunação dos concorrentes com o fim de elevar os preços em prejuízo do Estado serão suas idoneidades canceladas, pelo Ministro, para qualquer fornecimento, durante dois anos.

Parágrafo único. Dessa ocorrência será dado conhecimento às autoridades judiciárias competentes para os fins legais.

Art. 71. Se os preços propostos excederem aos valores fixados como base, ou quando não houver proposta de preços, a aquisição ou a encomenda que se tinha em vista será feita em qualquer firma onde o preço seja, comprovadamente, o mais vantajoso para o Estado.

Art. 72. Os valores, fixados como base de preços poderão resultar:

- a) das cotações oficiais;
- b) do preço médio tomado em três firmas idôneas do ramo;
- c) das aquisições anteriores;
- d) da avaliação feita por comissões designadas especialmente para esse fim.

Art. 73. — Observadas as normas gerais estabelecidas neste Regulamento, a execução do serviço referente às coletas obedecerá nas organizações provedoras, às próprias peculiaridades.

Art. 74. O adjudicatário de qualquer fornecimento (material, obra ou serviço), que deixar de satisfazê-lo dentro do prazo estabelecido sem justa causa devidamente comprovada, poderá, a juízo da Administração, sofrer uma das seguintes penalidades:

a) ser multado até dez por cento do valor total do pedido ou da encomenda, observando esta multa uma gradação proporcional ao tempo relativo de atraso;

b) ser responsabilizado pela diferença de preço, caso o fornecimento em atraso seja atribuído a outrem, total ou parcialmente;

c) ter anulado o respectivo empenho ou a respectiva encomenda;

d) ser inibido de fornecer às diferentes Unidades Administrativas até o prazo de um ano.

§ 1.º — As mesmas penalidades poderão ser aplicadas no caso de o fornecimento não corresponder à qualidade, às condições ou às especificações do material da obra ou do serviço constantes do pedido ou da encomenda.

§ 2.º — Sómente será aplicada a penalidade da letra d deste artigo, quando o proponente deixar de manter os preços durante os prazos estabelecidos.

Art. 75. Salvo a penalidade de iniciação de fornecimento que é privativa das organizações provedoras competentes as demais poderão ser aplicadas por qualquer Unidade Administrativa interessada no fornecimento.

Art. 76. A importância cobrável em dinheiro referente à penalidade poderá ser deduzida da respectiva caução, ou de qualquer quantia que o fornecedor faltoso tenha a receber dos cofres públicos, recorrendo-se, em último caso, à cobrança judicial.

Art. 77. As organizações provedoras não dependem de autorização para fazer as necessárias aquisições do material destinado aos suprimentos privativos.

Art. 78. É adotado na Aeronáutica o *pedido-empenho* com a fina-

lidade de solicitar o material e assegurar ao fornecedor o empenho da respectiva despesa.

Parágrafo único. — O regime do *pedido-empenho* dispensa as ordens de compra ou de empenho, publicadas em boletim.

Art. 79. No processo de pagamento de despesa, a primeira via do *pedido-empenho*, devidamente quitada, será obrigatoriamente anexada à primeira via da respectiva conta, e as demais seguirão os destinos indicados pela necessidade do serviço.

Art. 80. O empenho da despesa poderá ser:

a) *Formal* — correspondente à parcela exata do fornecimento;

b) *Global* — próprio das despesas relativas aos fornecimentos que devam ser efetuados em parcelas contínuas, ou periódicas (carne verde, obras etc.);

c) *Estimado* — referente à despesa cuja importância exata não é previamente conhecida (transportes, etc.).

Parágrafo único. — Dentro desta classificação, ficam as Unidades Administrativas em geral obrigadas a empenhar no exercício e à conta dos respectivos créditos, todas as despesas que tiverem ordenado, mesmo em forma de simples requisição ou solicitação.

Art. 81. Tratando-se de empenho *global* ou *estimado*, a respectiva despesa poderá ser processada parceladamente.

§ 1.º — Neste caso será feita, no verso, a dedução gradual das parcelas que se forem liquidando, e só na última será feita a juntada a que se refere o Art. 79.

§ 2.º — Em cada conta parcelada serão feitas as anotações do saldo anterior do pedido, da importância da parcela processada e do saldo atual.

Art. 82. Quando, por justa causa, for anulado algum empenho, a respectiva importância será:

a) incorporada ao crédito à conta do qual fora empenhada a despesa, quando dentro do exercício ou

b) recolhida à organização provedora de numerário, com os necessários esclarecimentos, quando encerrado o exercício.

CAPÍTULO III

MOVIMENTAÇÃO

SECÇÃO

Entregas e Recebimentos

Art. 83. Em princípio, o material destinado à Unidade Administrativa deve ser pôsto em local que tenha sido previamente determinado após entendimentos entre as partes interessadas.

§ 1.º — O material entregue deve ser acompanhado de um *documento de entrada*, em três vias (nota de entrega, guia de remessa, relação etc.).

§ 2.º — A Unidade Administrativa recebedora tomará providências para suprir qualquer via que faltar naquele documento.

§ 3.º — No *documento de entrada* constará, obrigatoriamente, a quantidade a especificação regular do material e o seu preço unitário.

Art. 84. O material apresentado fica dependendo, para a sua aceitação, dos exames:

- a) qualitativo;
- b) quantitativo.

§ 1.º — O material, que apenas depender de exames quantitativo, será aceito e recebido pelo respectivo Gestor, assistido, sempre que possível, pelo Agente-Fiscalizador.

§ 2.º — Se o material depender de exame qualitativo na sua aceitação e no seu recebimento tomarão parte os dois agentes constantes do parágrafo precedente, e mais um outro que tenha conhecimento especializado ou seja técnico do material em questão.

Art. 85. Normalmente, o termo ou a quitação referente ao recebimento do material será lavrado, concisamente, no respectivo documento de entrada.

Parágrafo único — Na falta desse documento, ou quando o exigir a conveniência do serviço, será o termo de recebimento ou a quitação correspondente, lavrado separadamente, em três vias, para terem o conveniente destino.

Art. 86. Quando o material se apresentar com faltas ou defeitos, os agentes encarregados da sua acei-

tação e do seu recebimento farão constar essas irregularidades, com precisão, nos respectivos termos ou nas quitações.

Art. 87. O material considerado em bom estado, será logo mandado incluir em carga pelo Agente-Diretor; o que apresentar defeitos ficará à disposição da respectiva organização provedora, caso o mesmo tenha sido fornecido pelo Estado e a Unidade Administrativa não disponha de meios para repará-lo.

Parágrafo único — Tratando-se de material adquirido na praça, cabe ao seu fornecedor completar as faltas ou substituir o que apresentar defeito, dentro do menor prazo possível.

Art. 88. As três vias do respectivo termo de recebimento ou do documento de entrada, devidamente quitado, terão o seguinte destino:

- a) a *primeira*, ao Agente-Fiscalizador, para escrituração de controle;
- b) a *segunda*, ao Gestor de Material, para a escrituração de gestão;
- c) a *terceira*, à organização provedora ou firma fornecedora, destinada a comprovar o recebimento do material.

Art. 89. Os documentos de entrada de material devem ficar arquivados em colecionadores próprios, sob ordem numérica anual, nas dependências encarregadas de escriturá-los (letras a e b), cujos chefes respondem pela sua custódia e conservação durante o prazo mínimo de dois anos, devendo, passá-los *em ordem* no caso de substituição de cargo.

Art. 90. O material entregue, que depender de exame para recebimento será considerado aceito e recebido, para todos os fins de direito conferido à parte fornecedora, se o aludido exame não se efetuar dentro de vinte dias úteis.

§ 1.º — Apesar disso, o exame terá de ser feito antes da utilização do material, cabendo aos culpados pelo seu retardamento a responsabilidade dos prejuízos então verificados e decorrentes do atraso havido.

§ 2.º — Não estão compreendidos nas disposições deste artigo, os casos em que tais exames não possam ser realizados em virtude de condições

atmosféricas e outros motivos relevantes, que devem ser justificados em boletim, cuja cópia será enviada, com urgência, em ofício explicativo, à organização provedora interessada.

Art. 91. As disposições sobre a entrega, o exame e o recebimento, estabelecidas neste Regulamento, são extensivas às obras, aos viveres e demais fornecimentos, no que lhes forem aplicáveis.

SECÇÃO II

Carga e Descarga

Art. 92. O material recebido por uma Unidade Administrativa é desde logo incluído em carga ou relacionado.

Art. 93. O material fabricado pela Unidade Administrativa, encontrado em excesso nas conferências, recuperado ou doado, será incluído na carga da Unidade Administrativa em face da necessária comunicação, firmada pelo gestor que o tenha recebido ou encontrado, procedendo-se, no mais, de conformidade com o artigo 88.

Art. 94. A descarga de material permanente será, em princípio, baseada em processo regular onde constem todos os detalhes indispensáveis (classe, grupo, prefixo, nomenclatura, quantidade e preço unitário).

§ 1.º — Uma via ou cópia desse processo (térmo de exame ou documento correspondente), será imediatamente remetida à organização provedora do material, para os necessários lançamentos.

§ 2.º — Quando houver responsabilidade individual está será efetivada no mesmo ato que determinar a descarga do material.

Art. 95 — As peças acessórias do material permanente não poderão ser descarregadas isoladamente, devendo os responsáveis pelo seu extravio ou a sua inutilização repô-las, espécie por espécie.

Parágrafo único — Só em última instância será a indenização feita em dinheiro e de maneira que compense não só o valor das peças em falta como o dano causado ao conjunto.

Art. 96. Quando se tratar de material cuja unidade, para efeito de

admissão e de carga, seja constituído de jogo ou de coleção, proceder-se-á na forma do artigo anterior.

Art. 97. Havendo transferência de material de uma Unidade Administrativa para outra, a de origem deverá excluí-lo de sua carga logo que receba, da Unidade Administrativa a que o material se destina, o correspondente documento de entrada devidamente quitado.

Art. 98. A descarga de material permanente deve ser precedida de:

1) Exame do material:

a) para o material que tiver completado o tempo mínimo de duração estabelecido nas respectivas tabelas e que não mais esteja em condições de ser utilizado;

b) para aquele que, por motivo de força maior ou de outro se tenha tornado imprestável antes de completar seu tempo mínimo de duração, ou quando não haja tempo de duração fixado;

c) para o que tenha de ser alienado ou permutado por se achar disponível e em probabilidade de aplicação próxima ou remota.

2) Exame de causas:

a) para o material extraviado ou desaparecido;

b) para o material extorquido, roubado, furtado ou saqueado.

Art. 99. Será dispensável qualquer dos exames:

a) para o material cujo valor do dano seja logo apurada e conhecido o responsável pelo seu ressarcimento;

b) para artigo ou grupo de artigos de valor total inferior a cem cruzeros, cuja matéria-prima não seja aproveitável e que se tenha de descartar por justa causa, precedendo parte circunstanciada do respectivo detentor e declaração assentadora do Agente-Fiscalizador.

Art. 100. O documento básico para que seja ordenado o exame do material ou o exame das causas, ou ambos, será a parte circunstanciada do respectivo gestor, acompanhada de uma relação onde constem os seguintes elementos:

a) especificação regular do material;

b) tempo de duração;

c) quantidade;

- d) valor;
- e) razões do exame;
- f) outros esclarecimentos julgados necessários.

Art. 101. Recebidas estas e a relação a que se refere o artigo anterior o Agente-Diretor nomeará uma comissão composta de três membros, dos quais, um, pelo menos, tenha conhecimento especializado ou técnico do material a examinar.

Parágrafo único — Quando se tratar de deterioração ou inutilização de material em depósito, parecendo resultar de incúria ou imprevidência dos responsáveis, a comissão será nomeada logo que o Agente-Diretor tenha conhecimento do fato.

Art. 102. — No caso de o material já ter completado seu tempo mínimo de duração tabelar, o resultado do exame será declarado suscintamente no verso da relação competente.

Art. 103. Se o material não tiver completado o tempo mínimo de duração, ou não tiver duração fixada, se não ou não alegado o caso de força maior, depois dos necessários exames e diligências, lavrará um termo do qual constarão:

- a) o estado em que o material se encontram o dano sofrido e o valor do mesmo;
- b) a causa do dano;
- c) a ocorrência ou não de motivo de força maior;
- d) até que ponto os detentores do material estão isentos de responsabilidade;
- e) outros responsáveis pelo estrago ou pela inutilização;
- f) possibilidade de recuperação, e no caso negativo, se a matéria-prima poderá ser aproveitada.

Art. 104. Para o material disponível que tenha de ser alienado, a comissão de exame evidenciará no respectivo termo:

- a) o estado em que se encontrar o material;
- b) o preço de aquisição;
- c) o valor atual;
- d) a disponibilidade incontestável;
- e) a oportunidade ou conveniência da sua alienação ou permuta.

Art. 105. No termo de *exame de causas*, a comissão evidenciará:

- a) para os casos de extravio e desaparecimento: ocorrência, circunstâncias, justificativas e responsáveis;
- b) para os casos de extorsão, roubo, furto ou saque: ocorrência, circunstância, indiciado e a existência ou não de culpa ou dolo por parte dos detentores do material.

Art. 106. O material será examinado no local em que se achar depositado.

Parágrafo único — Quando fragmentado, deverá ser apresentada a maior quantidade possível das partes componentes, de modo que permita um pronunciamento judicioso da comissão.

Art. 107. Recebendo o termo de exame ou a relação com o resultado do exame, conforme o caso, decidirá o Agente-Diretor:

- a) imputar o prejuízo ao Estado;
- b) responsabilizar o culpado;
- c) mandar descarregar (ou recuperar) o material;
- d) solicitar autorização para aliená-lo ou permutá-lo.

Parágrafo único — A decisão que for dada, deverá constar em todas as vias do respectivo termo.

Art. 108. Os exames de causas e outros não dispensam a abertura de inquérito — policial-militar ou administrativo que a espécie comportar.

SEÇÃO III

Recolhimentos

Art. 109. Ao material recolhido para qualquer fim deve acompanhar uma guia, em três vias, onde constarão, além de outros elementos informativos julgados necessários:

- a) especificação regular do material;
- b) quantidade;
- c) valor;
- d) razões do recolhimento.

Parágrafo único — As vias desta guia, depois de quitadas, terão destino análogo ao previsto no artigo 88.

Art. 110. O material recolhido aos diversos depósitos deverá ser examinado por uma comissão de três membros quando houver necessidade de se conhecer, na ocasião, o seu estado ou a sua qualidade.

Art. 111. Sempre que o material recolhido vier encaixotado ou fechado em involucro, será a abertura dos volumes assistida pela mesma comissão encarregada dos recebimentos de material da Unidade Administrativa.

SEÇÃO IV

Distribuição

Art. 112. As dependências da Unidade Administrativa, inclusive as das organizações provedoras, são abastecidas pelos almoxarifados ou pelos depósitos respectivos, mediante pedidos regulares revestidos de todas as formalidades legais.

Parágrafo único — Os pedidos devem ser despachados imediatamente pelas autoridades competentes, a fim de não retardar ou paralisar o serviço ou a instrução de qualquer natureza.

Art. 113. Antes de organizar os pedidos, devem os agentes entrar em entendimento com o Gestor de Material, a fim de se informar se há ou não em estoque os artigos a serem pedidos.

Parágrafo único — No caso negativo, os referidos agentes comunicarão ao Agente-Fiscalizador, pelos trâmites regulamentares, a necessidade dos artigos inexistentes em depósito.

Art. 114. Antes da distribuição para emprêgo ou para uso individual, os artigos serão, sempre que possível, marcados com as iniciais da Unidade Administrativa, o número de ordem, a data e o número da praça ou do detentor direto.

Art. 115. Aos artigos que estiverem em depósito há mais tempo, mesmo que se trate de provisão de mobilização dar-se-á preferência, obrigatoriamente, nas distribuições, quer nas organizações provedoras, quer nas Unidades Administrativas.

Art. 116. As distribuições normais dos artigos devem sempre obedecer a tabelas estabelecidas pelas organizações provedoras, ou pela Unidade Administrativa, conforme o caso.

SEÇÃO V

Remessas

Art. 117. Toda remessa de material deve ser acompanhada de uma

guia, em três vias, para os fins do disposto no artigo 88.

Parágrafo único — Esta guia será enviada sob protocolo, ou mediante o postal, até três dias depois de o material ter seguido destino.

Art. 118. Além de outros elementos informativos necessários, constará, obrigatoriamente, da

- a) especificação regular do material;
- b) quantidade;
- c) valor;
- d) razões da remessa.

Art. 119. A parte remetente é responsável pela quantidade, pela qualidade, pelo acondicionamento ou embalagem dos remetidos, até que estes sejam recebidos regularmente, ressalvados, porém, os danos que possam ocorrer no transporte.

Art. 120. Para maior garantia das condições de remessa do material, quando este for encaixotado ou fechado em involucro, será esta operação assistida por uma comissão de três membros.

§ 1.º — Esta comissão não lavrará nenhum termo, mas os seus membros assinarão uma lista de material que contém cada volume, como confirmação da existência real do material embalado, nas condições especificadas nos documentos de remessa.

§ 2.º — Essa lista será pregada, internamente, na tampa de cada volume.

Art. 121. A parte remetente tomará as necessárias providências, a fim de que os volumes sejam convenientemente protegidos, cintados ou protegidos contra possíveis danos.

Art. 122. Ao ter conhecimento da remessa, a Unidade Administrativa destinatária tomará providências adequadas, no sentido de:

- a) saber a data exata da chegada do material ao destino;
- b) dispor, com rapidez, do transporte competente;
- c) evitar despesas de armazenagem;
- d) evitar possíveis danos (roubo, furto, extravio etc.), enquanto o material não for recolhido à Unidade;

e) acautelar os interesses do Estado, sob qualquer aspecto.

SEÇÃO VI

Alienação de material disponível

Art. 123. Quando, do material descarregado, só fôr aproveitável a matéria prima, deve ser ela alienada, sempre que não tiver aplicação na Unidade Administrativa.

§ 1.º — Os retalhos e resíduos bem como sacarias e embalagens das organizações industriais, semi-industriais e comerciais serão igualmente alienados desde que não sejam utilizáveis.

§ 2.º — O material dos edificios demolidos pode ser alienado, se não fôr de nenhuma utilidade para a Unidade Administrativa.

Art. 124. Quanto ao material disponível a que se refere o artigo 104, a Unidade Administrativa por intermédio da respectiva organização provedora solicitará, do Ministro, a necessaria autorização para aliená-lo ou permutá-lo, juntando a este pedido uma via do respectivo termo de exame.

Art. 125. A alienação ou a permuta obedecerá às normas administrativas vigentes (concorrência, coleta de preços, contrato ou ajuste)

SEÇÃO VII

Substituições

Art. 126. Os artigos oriundos das organizações provedoras e que forem descarregados na forma deste Regulamento, serão substituídos por outros fornecidos por aquelas mesmas organizações.

§ 1.º — Para os efeitos deste artigo, nos pedidos da Unidade Administrativa devem constar:

a) a data do exame dos artigos a serem substituídos;

b) os membros da comissão que os examinou;

c) o número e a data do boletim que publicou a descarga.

§ 2.º — Para os artigos cujo fornecimento é feito automaticamente na forma das instruções de cada organização provedora, não será dirigido o pedido a que se refere o parágrafo anterior, salvo nos casos excepcionais de substituição, resultante

de necessidade imprevista, do que será feito menção no officio de encaminhamento.

CAPÍTULO IV

MANUTENÇÃO

SEÇÃO I

Conservação

Art. 127. Aos diversos agentes cabe o dever de bem conservar o material sob sua guarda, até sua transmissão a quem dedireito.

Art. 128. O material não usado será transmitido ao substituto pelo de força maior e as causas justas, substituído, no mesmo estado em que foi recebido, ressalvados os casos devidamente comprovadas.

SEÇÃO II

Recuperação

Art. 129. O Agente-Diretor tem o dever dentro dos recursos de que dispõe, de providenciar a recuperação do material, sempre que o mesmo disso carecer, desde que esteja elle sob sua jurisdição.

Art. 130. A recuperação do material, entretanto, só deverá ser levada a effeito, se a despesa decorrente compensar convenientemente ou se razões de ordem económica assim o impuser, face à escassez.

CAPÍTULO V

MATERIAL PARA MOBILIZAÇÃO

Art. 131. As organizações provedoras indicarão as tabelas do material respectivo, que cada Unidade Administrativa deve possuir como reserva, para o caso de mobilização.

§ 1.º — Essas provisões não poderão ser aumentadas ou diminuídas, mesmo temporariamente, sem autorização, por escrito, da organização provedora respectiva.

§ 2.º — É proibido utilizar, aplicar, empregar ou consumir no serviço comum, mesmo temporariamente, artigos de reserva para a mobilização salvo quando se tratar de renovação por troca imediata.

Art. 132. A distribuição de recursos, destinados à manutenção dessas provisões será feita nas épocas

próprias, proporcionalmente às necessidades decorrentes das tabelas, a que se refere o artigo anterior.

Art. 133. Todas as provisões de reserva para a mobilização passarão, para o serviço ordinário e serão distribuídas de acordo com as instruções especiais elaboradas pelas organizações competentes, e aprovadas pelo Ministro.

CAPÍTULO VI

Arrolamento

Art. 134. O arrolamento, para acerto de carga dos responsáveis, na Aeronáutica, constitui medida de exceção, que só o Ministro poderá determinar.

Art. 135. Proceder-se-á a arrolamento nos seguintes casos:

- a) estado caótico da escrituração, sem possibilidade de sua normalização pelos meios regulares;
- b) dano na escrituração, consequente de incêndio, bombardeio etc.;
- c) furto, roubo etc., de peças da escrituração;
- d) regresso da Unidade Administrativa, das operações de guerra.

Art. 136. Quando se tratar de estado caótico da escrituração, o pedido de arrolamento deve ser acompanhado dos nomes dos responsáveis.

TÍTULO II

RECURSOS FINANCEIROS

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

Art. 137. Os recursos financeiros das Unidades Administrativas resultam, principalmente, das dotações em dinheiro que lhes são atribuídas para o custeio de suas despesas ordinárias, de aparelhamento e manutenção.

Art. 138. As Unidades Administrativas poderão dispor, para atender às suas necessidades, de:

- a) créditos;
- b) suprimentos periódicos de numerário;
- c) adiantamentos;
- d) economias.

§ 1.º — Crédito é o limite dentro do qual a Unidade Administrativa poderá empenhar despesas, que serão saldadas, pela organização designada

pela autoridade concessora, mediante a apresentação de documentos devidamente processados.

§ 2.º — Os suprimentos periódicos de numerário resultam:

a) de tabelas de redistribuição, racionalmente organizadas para atender às necessidades ou às despesas ordinárias das Unidades Administrativas;

b) do direito a vencimentos, vantagens e o que for devido, ao pessoal da Aeronáutica, e a quem a ela prestar serviços.

§ 3.º — Os adiantamentos serão concedidos quando ocorrerem circunstâncias previstas na legislação vigente para o emprego deste processo, tais como despesas que devem ser pagas à vista, ou em localidade distante da organização pagadora.

§ 4.º — As economias que as Unidades Administrativas fizerem dentro da redistribuição que lhes for concedida para atender às suas despesas ordinárias (letra "a" do § 2.º deste artigo), apuráveis no fim do exercício, serão obrigatoriamente, empregadas na satisfação das necessidades materiais das mesmas Unidades Administrativas para as quais não existam dotações próprias, ou as existentes sejam insuficientes.

Art. 139. Além dos recursos constantes dos artigos anteriores, as Unidades Administrativas recebem, excepcionalmente importâncias relativas à alienação de material disponível, às indenizações e outras de conformidade com a legislação em vigor.

CAPÍTULO II

Redistribuições

Art. 140. Nas redistribuições de créditos às diferentes Unidades Administrativas será observada a discriminação do orçamento analítico previsto em lei.

Parágrafo único — O Estado Maior da Aeronáutica indicará a prioridade de cada Unidade Administrativa no seu aparelhamento, por conta destes créditos, em face dos planos e programas previamente aprovados.

Art. 141. As organizações provedoras centrais só poderão aplicar os recursos, recebidos em função destas redistribuições, nos suprimentos de sua competência regulamentar.

Art. 142. Os créditos não redistribuídos nem comprometidos legalmente, serão considerados "em ser", na organização competente.

Art. 143. Em princípio, as redistribuições de crédito às Unidades Administrativas ficam limitadas ao indispensável devendo as organizações provedoras fornecer-lhes, em espécie, o que as mesmas necessitarem para os seus diferentes serviços.

CAPÍTULO III

Recebimento e Custódia

Art. 144. Salvo expressa determinação ministerial em contrário, só serão atendidas as requisições de número que:

a) não excedam as importâncias trimestrais a que tiverem direito as Unidades Administrativas interessadas, em face de redistribuição autorizada;

b) não ultrapassem as quantias mensais calculadas para os totais dos respectivos quadros de efetivos militares;

c) não excedam o duodécimo das respectivas tabelas ou dos quadros de pessoal civil.

Art. 145. As requisições de número serão atendidas por meio de cheques ou de ordens de pagamento, extraídos em nome da Unidade Administrativa cujas importâncias serão, inicialmente, depositadas na sua conta bancária para depois serem movimentadas na forma disciplinada por este Regulamento.

§ 1.º — O mesmo princípio aplica-se a qualquer cheque ou ordem de pagamento, cuja importância se destine à Unidade Administrativa.

§ 2.º — A remessa das importâncias, o pagamento e o depósito, ficarão isentos das prescrições deste artigo, quando o Agente-diretor, assumindo inteira responsabilidade, solicitar, em ofício, para cada caso, sejam os respectivos cheques ou os títulos extraídos em nome do Gestor de Finanças.

Art. 146. Os dinheiros a cargo das Unidades Administrativas serão obrigatoriamente, depositados em conta-corrente no Banco do Brasil ou nas Caixas Econômicas Federais, e, só na falta destes, em outros estabelecimentos bancários de notória idoneidade.

Parágrafo único — A conta será aberta em nome da Unidade Adminis-

trativa, com a expressa declaração de que só será movimentada pelos agentes competentes, os quais firmarão os cheques.

Art. 147. As importâncias de adiantamentos recebidos serão depositadas em conta individual do responsável, mas vinculada ao nome da Unidade Administrativa a que interessar a aplicação do dinheiro, revertendo para o Estado quaisquer juros abonados.

Art. 148. A Unidade Administrativa deve dispor de um cofre de garantia reconhecida, para guardar os dinheiros e valores recebidos, até que tenham o conveniente destino.

§ 1.º — O Gestor de Finanças é o responsável direto pela custódia deste cofre, e pelos dinheiros e demais valores nele depositados.

§ 2.º — Quando, por circunstâncias imprevistas, tenha de ficar no cofre importância elevada, o Gestor de Finanças solicitará, da autoridade competente, o pessoal necessário para guardá-lo.

CAPÍTULO IV

Emprego de Quantitativos

Art. 149. É vedado às Unidades Administrativas:

a) constituir qualquer caixa, com receitas irregulares e cujo emprego por sua natureza, não possa ser justificado em face da legislação vigente;

b) fazer liberalidades (subvenções, auxílios, empréstimos e semelhantes) com os bens públicos, salvo expressa determinação em lei.

CAPÍTULO V

Pagamentos e Adiantamentos

Art. 150. As Unidades Administrativas só retirarão qualquer importância de seus depósitos bancários, em cheques nominais.

Art. 151. Nenhum pagamento normal, a título de vencimentos, vantagens ou remuneração será realizado antes do dia marcado pela organização central provedora de numerário, exceto no caso previsto no artigo 152.

Art. 152. Os pagamentos antecipados, decorrentes da movimentação de pessoal, poderão ser atendidos com os recursos da própria Unidade Administrativa.

§ 1.º — Por ocasião do pagamento do pessoal, a Unidade Administrativa deverá sacar o que lhe fôr devido, para reposição das importâncias despendidas com aquela antecipação.

§ 2.º — Quando a Unidade Administrativa não dispuser de meios para efetuar tais pagamentos, fará a requisição que as circunstâncias determinarem.

§ 3.º — No caso de não serem satisfeitas as requisições, por falta de saldo na dotação, os beneficiados as indenizarão, mediante descontos nos respectivos vencimentos requerendos, então, como de direito.

Art. 154. No caso de falecimento, os vencimentos, as vantagens ou os salários, que não tiverem sido recebidos até a data do óbito, serão pagos, logo que reclamados, à esposa, aos filhos, a mãe, à irmã, ou a outro herdeiro, com direito às importâncias correspondentes, bastando para isso que dois oficiais ou dois funcionários atestem a legitimidade do beneficiado ou que seja apresentada documentação hábil.

Art. 155. O processo de liquidação e o pagamento das faturas ou contas têm caráter urgente, com ordem preferencial obrigatória das mais antigas sobre as mais modernas.

Parágrafo único — Quando o atraso no processamento fôr superior a oito dias úteis em relação à apresentação da conta no protocolo da Unidade Administrativa, e no pagamento, superior a quinze em relação à data final da liquidação, os agentes, responsáveis diretos por esses serviços, ficarão obrigados a justificar, no respectivo documento, as razões do referido atraso.

Art. 156. Quando se tratar de pequenas notas sem quitação explícita, passada por estradas de ferro, empréas de transporte, depósitos de combustíveis, correios, telégrafos e outros, o responsável pelo dinheiro relacionará as respectivas despesas fazendo observações ou instruindo tais relações com elementos que as justifiquem perfeitamente.

Parágrafo único — As despesas miúdas e as de pronto pagamento, dentro do limite legal, poderão ser relacionadas, servindo a respectiva relação de documento hábil para a sua comprovação.

Art. 157. Nas localidades distantes onde comprovadamente, por falta de recursos, as transações não sejam acompanhadas de fatura ou conta regular, será permitido o relacionamento das despesas realizadas, desde que constem, também, dessas relações, o nome e a residência bem como a natureza e o número de documento de identificação da pessoa que forneceu o material ou prestou o serviço, para qualquer diligência que se tornar necessária ao exame da despesa.

Art. 158. Em princípio, qualquer despesa relativa a fornecimento superior a cinco mil cruzeiros será paga em cheque, cujo número, série e nome do estabelecimento bancário, constarão do verso do respectivo documento.

§ 1.º — Excetuam-se dessa exigência, os pagamentos feitos *à vista*, inclusive quando relacionadas as despesas.

§ 2.º — Quando o cheque corresponder a mais de uma conta, deve ser feita anotação explicativa em cada um dos documentos em causa.

§ 3.º — A prescrição deste artigo não impede que despesas menores, da mesma natureza, sejam, também pagas em cheque.

Art. 159. O processamento dos documentos de despesa comporta as seguintes formalidades:

1. Carimbos no anverso dos documentos relativos a:

- a) *via e número* dos documentos;
- b) *conferido*;
- c) *pague-se ou de reconheço a legalidade da despesa* (só na 1.ª via);
- d) *pago*, datado e rubricado.

2. Carimbos no verso dos documentos relativos a:

- a) *classificação da despesa*;
- b) *certificado* referente ao processo de realização da despesa;
- c) *certificado* de entrada efetiva do material ou da execução real do serviço ou da obra;
- d) *certificado* de inclusão em carga, quando se tratar de material permanente.

§ 1.º — Os carimbos devem ser aplicados bem legíveis, e só será permitida a sua aplicação em outro lugar quando fôr impossível colocá-los nos lugares indicados.

§ 2.º — Terá cabimento o “Reconheço a legalidade da despesa” nos casos de relacionamentos, ou quando o pagamento da despesa fôr realizado

antes do processamento normal das respectivas contas (pagamento *à vista* e outros).

§ 3.º — Nos documentos de despesas pagas *à vista*, ou nas relações, deverá ser aplicado, no seu verso, um *carimbo de empenho*, onde constará o saldo anterior do crédito, a despesa em causa e o saldo restante, ficando, por isso, dispensada a extração do pedido-empenho.

§ 4.º — Proceder-se-á de modo idêntico com as contas de força, luz e telefone, transportes, despesas portuárias e taxas de serviços públicos, quando cobráveis, bem como nos casos de extração de empenhos globais e estimados.

TÍTULO III REGISTROS

CAPÍTULO I Contabilidade

Art. 60. A contabilidade na Aeronáutica, compreende:

a) *Contabilidade Financeira*, que se destina a manter em evidência a movimentação de todas as quantias (recebimentos e pagamentos), os saldos em caixa, e os elementos necessários à fiscalização dos agentes responsáveis;

b) *Contabilidade Orcamentária*, que tem por fim acompanhar a execução do Orcamento naquilo que interessar à Aeronáutica;

c) *Contabilidade Patrimonial*, que se destina a registrar sinteticamente:

1) as alterações provenientes de obtenção;

2) a transferência de uma Unidade Administrativa ou fração para outra responsável;

3) as descargas em geral;

4) tudo relativo aos bens do Estado, a cargo da Aeronáutica.

d) *Contabilidade Industrial*, que tem por função essencial a estimativa dos diversos elementos de fabricação ou de recuperação, e o custo de cada obra ou serviço.

§ 1.º A contabilidade industrial será objeto de instruções próprias.

§ 2.º As particularidades contábeis, que não estiverem previstas no presente Regulamento, constituirão objeto de instruções baixadas pelo Ministro.

CAPÍTULO II

Escrituração

Art. 161. Na Aeronáutica, a escrituração do dinheiro e dos bens patrimoniais será:

I — Quanto ao método:

a) analítica;

b) sintética.

II — Quanto à movimentação:

a) de gestão;

b) de fiscalização.

§ 1.º — A escrituração analítica destina-se, principalmente, ao registro, de modo cronológico e sistemático, dos atos e fatos administrativos, em seus pormenores.

§ 2.º — A escrituração sintética com base na analítica, permite evidenciar mais facilmente o estado da Administração, por constituir o índice geral da gestão econômico-financeira.

§ 3.º — A escrituração de gestão é relativa ao período administrativo de cada responsável.

§ 4.º — A escrituração de fiscalização verifica-se pelos registros, mantidos nos escalões superiores, dos atos e fatos administrativos ocorridos nos escalões subordinados, cujo conhecimento lhes é dado pelo exame de documentos e pelas inspeções.

Art. 162. Far-se-á a escrituração de fiscalização:

a) nas organizações provedoras centrais, em relação às Unidades Administrativas e outros responsáveis por bens patrimoniais;

b) na organização central provedora de numerário em relação aos diversos responsáveis por dinheiros públicos;

c) nas dependências regionais ou territoriais das organizações provedoras, de conformidade com a regulamentação pertinente;

d) nos órgãos de fiscalização das Unidades Administrativas, em relação aos responsáveis a estas pertencentes.

Art. 163. O estado de uma escrituração é considerado satisfatório quando esta estiver *em ordem* e *em dia*.

§ 1.º — Uma escrituração está em ordem, quando observa os modelos em vigor, e não apresenta falha em relação aos princípios gerais de contabilidade e às disposições legais que regulam a espécie.

§ 2.º — Será considerada em dia quando registra todas as alterações ocorridas até a antevéspera da data da verificação.

Art. 164. Em princípio, será adotado, para a escrituração, o sistema de fichas.

§ 1.º — Quando forem utilizados livros, serão permitidas as folhas soltas.

§ 2.º — Esses livros, folhas e fichas devem ser convenientemente autenticados.

Art. 165. São peças essenciais na escrituração dos dinheiros e dos bens móveis a cargo das diferentes Unidades Administrativas:

a) *Borrador*, para o registro dos fatos administrativos, referentes a movimento de numerário imediatamente após a sua realização;

b) *Caixa*, para o registro sistemático e sintético de todos os recebimentos e pagamentos;

c) *Conta corrente das Dotações Orçamentárias e dos Títulos Gerais*, destinado ao registro sistemático e analítico, segundo o respectivo movimento de débito e crédito;

d) *Conta corrente dos depósitos de terceiros*, onde será registrado, analiticamente, o movimento dos dinheiros considerados em trânsito pela Unidade Administrativa;

e) *Conta corrente de empenhos*, com o fim de manter em evidência a situação dos créditos;

f) *Fichas de movimento de material* (Viveres etc.), para o registro de entradas, saídas e estoques;

g) *Mapas, Demonstrações, Balançetes, Cadastros e Relações*, extraídos periodicamente, das peças constantes das alíneas anteriores, ou organizadas em face de disposições regulamentares ou legais.

Parágrafo único — Nenhum modelo de escrituração será adotado no serviço, sem prévia aprovação do Ministro, ouvidos o Estado Maior da Aeronáutica e a organização provedora respectiva.

Art. 166. Além dos títulos e sub-títulos correspondentes à discriminação analítica da Lei de Meios, as Unidades Administrativas só poderão adotar, na sua escrituração, os títulos: *Economias, Rancho, Reembolsável, Reposição de Estoque, Depósitos de Terceiros, Restos a Pagar, Seção Comercial* e outros que forem expressamente autorizados pelo Ministro.

§ 1.º — Ao título "Economias" serão incorporadas as percentagens atribuídas legalmente, os juros bancários contados sobre o dinheiro da própria

Unidade Administrativa, e outros recursos que lhe forem destinados.

§ 2.º — Sob o título "Rancho" serão arrecadadas todas as receitas relacionadas com a alimentação do pessoal da Unidade Administrativa, cujo serviço será objeto de regulamentação própria.

§ 3.º — Sob o título "Reembolsável", serviço de fundo social, com regulamentação especial na Aeronáutica, levar-se-ão em conta as receitas de caráter meramente comercial.

§ 4.º — No título "Reposição de Estoque" serão incluídas as receitas destinadas a substituir ou repor os artigos que tenham sido indenizados sob qualquer aspecto, devendo as respectivas importâncias ser recolhidas à organização do material indenizado.

§ 5.º — No título "Depósitos de Terceiros" será escriturado o dinheiro considerado em trânsito pela Unidade Administrativa, onde se encontra à disposição de seus donos.

§ 6.º. Sob o título "Restos a Pagar" serão consideradas as importâncias provenientes de despesas empenhadas em exercício e findar ou findo, que dependam de liquidação e pagamento por conta da Unidade Administrativa.

§ 7.º. Ao título "Seção Comercial" serão incorporados os recursos obtidos pelas organizações industriais em virtude da execução de serviços, devicativamente autorizados pelo Ministro, que não prejudiquem a missão precípua dessas organizações.

CAPÍTULO III

Erros e Retificações

Art. 167. As entrelinhas, rasuras, emendas, omissões, espaços em branco e quaisquer outras irregularidades na escrituração acarretam responsabilidade disciplinar ou criminal para aqueles que as tiverem cometido, salvo se forem feitas, em tempo, as correções legais.

Art. 168. Cometido um erro, uma omissão ou um engano na escrituração, a correção será feita, conforme o caso:

- a) a tinta carmin;
- b) por meio de estorno;
- c) com lançamento supletivo;
- d) com declaração em tempo, no fim do documento.

§ 1.º. Nas retificações, feitas a tinta carmin, a parte a corrigir será cancelada com um ou dois traços horizontais, escrevendo-se logo acima o que fôr certo, tudo disposto de maneira que deixe ver as palavras ou os algarismos preexistentes; essas retificações serão acompanhadas de ressalvas, também a tinta carmin, confirmadas com a rubrica de quem as fizer e lançadas à margem ou em lugar que não prejudique a clareza do documento (conta, página de livro etc.).

§ 2.º — As retificações por estôrno deverão ser justificadas com um histórico sucinto dos enganos; em regra essa espécie de retificação tem cabimento no *Caixa*, *Conta-corrente* e em modelos análogos balanceáveis.

§ 3.º — Os lançamentos supletivos, destinados a sanar omissões ou deficiências, serão feitos de maneira que não deixem qualquer dúvida sobre a sua exatidão.

§ 4.º — Quando as retificações forem feitas por meio de “declaro” ou “declaramos em tempo”, deverá essa declaração constar no fim do documento, sendo assinada por todos aqueles que as subscreveram inicialmente.

§ 5.º — Os espaços em branco serão preenchidos ou cancelados por meio de traços, de forma que não se permitam lançamentos posteriores.

Art. 169. Admitida, por exceção, pequena entrelinha em documento de difícil renovação, far-se-á a necessária ressalva da validade da entrelinha com a assinatura do responsável.

Parágrafo único — Qualquer número ou palavra, acidentalmente rasurado, deverá ser revalidado:

a) pela repetição imediata, entre parêntesis, do algarismo ou da palavra;

b) pela ressalva, em local apropriado, devidamente assinada pelo responsável.

Art. 170. As retificações que se tornarem necessárias nos documentos de receita e despesa deverão realizar-se de acôrdo com os princípios gerais de contabilidade, observadas as prescrições deste regulamento.

Art. 171. As ressalvas das corrigendas, que tiverem de ser feitas nas faturas ou nas contas apresentadas para liquidação e pagamento, serão autenticadas pelos signatários dos referidos documentos.

Parágrafo único — Caso sejam necessárias, após o pagamento, retificações não essenciais e que não alterem as quantidades ou os preços unitários e a importância total, as ressalvas serão feitas e assinadas por quem processou inicialmente, e ratificadas pelo Agente-fiscalizador.

Art. 172. Quando forem necessárias corrigendas que importem em alterações de balancetes que já tenha produzido os necessários efeitos, proceder-se-á do seguinte modo:

a) retificação do balancete, devidamente ressalvada e assinada, com novo “Conferido” do Agente-fiscalizador, e “Autorizo” do Agente-Diretor;

b) publicação em boletim interno das corrigendas feitas;

c) anexação de uma cópia do tópico do boletim ao balancete corrigido;

d) lançamento da diferença, resultante das corrigendas feitas, no débito ou no crédito, na data em que ocorrer.

Art. 173. Ocorrendo erro ou engano nos dizeres manuscritos dos carimbos a correção será feita por sua nova aplicação.

Art. 174. Como regra geral, as retificações, ressalvas e autenticações serão feitas pelos agentes responsáveis pelo erro ou engano, ou pelos seus substitutos quando aqueles estiverem afastados dos respectivos cargos, após realizadas as necessárias verificações e feitas as ressalvas cabíveis.

§ 1.º — De igual maneira proceder-se-á para suprir as omissões de termos, de assinaturas, de rubricas e outras.

§ 2.º — Quando as irregularidades forem de origem criminosa, proceder-se-á na forma da legislação aplicável.

TERCEIRA PARTE

Responsabilidades

TÍTULO I

CONCEITUAÇÃO

CAPÍTULO I

Generalidades

Art. 175. O regime administrativo, na Aeronáutica, é dotado da maior flexibilidade exigida pela natureza dos

seus serviços, e da máxima responsabilidade, para corresponder a essa flexibilidade.

Parágrafo único — A gestão de bens públicos não sofre solução de continuidade, quando as circunstâncias determinam a substituição do respectivo gestor.

Art. 176. Não sendo admissível a excusa do não cumprimento da lei por falta de conhecimento da mesma, todo aquele que estiver investido de qualquer cargo ou encargo administrativo terá sua responsabilidade vinculada aos atos ou encargo, prejudiciais ao Estado ou aos interesses do serviço.

Art. 177. A responsabilidade será civil, disciplinar e criminal, conforme o caso.

Art. 178. A responsabilidade será civil (ou pecuniária) sempre que houver prejuízo para o Estado, instituição ou pessoa, em virtude da falta de cuidado, de interesse ou de vigilância do responsável.

Parágrafo único — A responsabilidade civil não exonera o responsável da sanção criminal ou disciplinar e vice-versa, que no caso couber.

Art. 179. Os débitos resultantes de responsabilidade civil só serão anulados, quando ficar suficientemente provado, em última instância a inculpaabilidade do devedor.

Parágrafo único — Os recursos dos devedores para a suspensão de débitos que resultem de apuração de responsabilidade, não interrompem, nem podem sustar os descontos que devam sofrer nos respectivos vencimentos.

Art. 180. Quando algum Agente da Administração desviar dinheiro ou outros valores destinados a terceiros o Estado efetuará os pagamentos devidos, à conta do crédito apropriado, providenciando, a seguir, para o seu reforço se for o caso e para que seja efetivada a responsabilidade do culpado na forma da legislação aplicável.

Parágrafo único — O Agente responsável pelos prejuízos a que se refere este artigo poderá ter ação regressiva contra aqueles que contribuíram para isso.

Art. 181. Apurada a falta de dinheiro ou de outros valores, e não sendo presumível todo o responsável,

o Agente-Diretor fixar-lhe-á o prazo de trinta dias para a reposição da importância devida; se tal não for cumprido, determinará o início do competente processo.

Parágrafo único — O disposto neste artigo não isenta o responsável do Parágrafo único — O disposto neste

Art. 182. Os casos de força maior (art. 212), quando devidamente comprovados, exonerarão os diversos agentes das responsabilidades previstas neste Regulamento

Parágrafo único — Ocorrendo roubo, furto, extorsão, incêndio ou dano material a exoneração da responsabilidade fica subordinada a ausência de culpa do Agente da Administração.

Art. 183. A isenção de culpa, quando for o caso, só aproveitará ao responsável que:

a) não esteja em mora;

b) tenha tomado todas as providências adequadas e de sua alçada, para evitar o prejuízo.

Art. 184. Todo responsável pela execução de ordens que, a seu ver, impliquem em prejuízo para o Estado, ou que contrariem dispositivos legais, deve ponderar verbalmente a respeito, numa exposição franca e sincera, porém reverente, evidenciando as consequências da ordem considerada, se executada.

§ 1.º — Se, apesar da ponderação, a autoridade persistir na ordem, o subordinado cumpri-la-á sem demora, e, a seguir comunicará por escrito, que a ordem em causa foi executada de acordo com o presente artigo, para a necessária publicação em boletim, ficando assim, isento da responsabilidade decorrente.

§ 2.º — Ponderação análoga caberá sempre que se torne necessária a execução de medida ou providência legal que não tenha sido tomada oportunamente.

Art. 185. Além de sanção criminal ou disciplinar cabível os agentes culpados sofrerão as seguintes penalidades:

a) suspensão automática do cargo, ou encargo, pelo prazo necessário à apuração da irregularidade e normalização do serviço, quando deixarem de satisfazer, dentro de oito dias úteis, as exigências feitas para sanar faltas apuradas nas suas prestações de contas (dinheiro e outros bens);

b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, indivisíveis, sobre as quantias pagas, cuja prestação de contas não houver sido efetuada dentro do prazo estabelecido;

c) juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano sobre as quantias retidas ilegalmente em seu poder;

d) carga das importâncias correspondentes às despesas glosadas, por terem sido impugnadas;

e) carga das importâncias recebidas ou pagas indevidamente;

f) carga das importâncias relativas às despesas ou aos pagamentos ordenados, sem o respectivo numerário ou crédito, ressalvado, para a organização central provedora de numerário o disposto no parágrafo 1.º do artigo 43 do Código de Contabilidade da União;

g) carga das importâncias desviadas para constituírem caixas ilegais revertendo ainda o saldo destas ao Erário como renda extraordinária da União;

h) carga das importâncias relativas às liberalidades feitas à conta dos dinheiros públicos;

i) carga da importância relativa a qualquer dano causado ao Estado ou a terceiros;

j) suspensão automática do cargo ou encargo, enquanto estiverem em atraso com a escrituração de sua responsabilidade, e bem assim, com a remessa dentro dos prazos expressamente estabelecidos, dos balanços, dos inventários e das relações de entradas e saídas de material.

Art. 186. Cabe, em princípio, ao Agente-Diretor respectivo, determinar a efetivação dos descontos decorrentes dessas sanções promovendo-as as organizações centrais provedoras e outras competentes, *ex-officio*, quando verificarem, no exame dos processos que os descontos não foram efetivados ou não estão sendo realizados.

Parágrafo único — Na apuração de responsabilidades serão levados em consideração os documentos e as datas (correio, protocolos, despachos e outros), constantes dos respectivos processos.

Art. 187. Salvo prova ou expressa determinação em contrário a sanção civil será aplicada:

a) ao agente, responsável direto pela culpa apurada;

b) aos agentes que tenham negligenciado as providências de sua al-

çada para responsabilizar o agente culpado.

Art. 188. A imputação da responsabilidade, pela falta de remessa da relação dos componentes da Administração, será da alçada do Ministro, tendo em vista o disposto na lei.

Art. 189. Em princípio por todas as faltas supervenientes, serão responsabilizados aqueles cujos atos ou omissões deram causa às faltas antecedentes.

Art. 190. Quando a apuração da responsabilidade não competir ao agente, poderá ele representar, reverentemente, ao escalão superior contra o responsável pelo ato ou pela omissão prejudicial ao Estado ou ao interesse do serviço.

Parágrafo único — A autoridade que receber a representação tomará, desde logo, as providências que couberem ao caso.

Art. 191. Em regra, os auxiliares da Administração respondem perante os respectivos chefes diretos.

Art. 192. A responsabilidade resultante da perda, dano ou extravio, de dinheiros e outros bens entregues aos Auxiliares da Administração, só será imputada a seu chefes, quando ficar provada a culpa destes.

Art. 193. Para efeito deste Regulamento, consideram-se:

a) *prestação de contas*, o processo regular relativo à liquidação de responsabilidade, quando voluntariamente apresentado pelos interessados, dentro dos prazos legais;

b) *tomada de contas*, os demais processos empregados com o fim de se obter aquela liquidação.

§ 1.º — Na Aeronáutica, nenhum responsável está isento de prestar contas que, se necessário, serão tomadas, tendo em vista os superiores interesses do Estado.

§ 2.º — Em princípio esses responsáveis prestam contas às respectivas Unidades Administrativas, e estas às organizações competentes, na forma deste Regulamento, e de outras disposições legais ou regulamentares.

§ 3.º — As organizações centrais provedoras ao apurarem qualquer falta e o responsável pela mesma far-lhe-ão carga e promoverão a respectiva indenização, desde que não haja outras autoridades providenciando a respeito.

§ 4.º — As obrigações comuns às Unidades Administrativas são extensivas a todas as demais organizações, no que lhes forem aplicáveis.

Art. 194. A fiscalização a cargo da Aeronáutica será *direta* e *indireta*.

§ 1.º — A fiscalização direta consiste na verificação frequente, por parte da autoridade, da administração dos que lhe são subordinados, através do exame dos documentos referentes aos atos administrativos, à medida que se forem sucedendo.

§ 2.º — A fiscalização indireta se processa por meio do exame de documentos analíticos de receita e despesa, de carga e descarga e semelhantes, apresentados pelos responsáveis e confrontados com os registros mantidos pelos órgãos de fiscalização.

Art. 195. A fiscalização de que trata o artigo anterior, compete:

a) a direta, à própria Administração da Unidade Administrativa em escalões sucessivos, segundo normas previstas em lei neste regulamento ou em instruções especiais;

b) a indireta, aos órgãos da Alta Administração, segundo as respectivas atribuições constantes de lei ou de regulamento.

Art. 196. A responsabilidade de qualquer agente da Administração só é definitivamente liquidada após a aprovação dos atos de sua gestão pelo Tribunal de Contas.

CAPÍTULO II

Especificação das Responsabilidades

Art. 197. O pessoal da Aeronáutica, em qualquer função administrativa, será responsabilizado essencialmente:

1) pelo emprêgo irregular do dinheiro público de que tiver gestão;

2) pelos compromissos que sem autoridade, assumir, em nome da Unidade Administrativa;

3) pelo desempenho incorreto das obrigações decorrentes de seu cargo ou encargo;

4) pelos atos que praticar no exercício de seu cargo ou encargo, contrários às leis, aos regulamentos e às demais disposições vigentes;

5) pela ineficiência de sua administração em qualquer cargo ou encargo;

6) pelas omissões nos seus deveres funcionais;

7) pelas consequências da inobservância, por maioria de sua parte, de disposições legais ou de ordens emanadas de autoridade competente;

8) pelas despesas ou pelos pagamentos ordenados sem o respectivo numerário ou crédito ressalvada a exceção do parágrafo 1.º do artigo 48 do Código de Contabilidade da União;

9) pela constituição de caixas irregulares e concessão de liberalidades que não estejam previstas na legislação e nem sejam condizentes com a moral administrativa;

10) pelos erros de cálculo e por outros, que resultem pagamentos indevidos;

11) pelo irregular enquadramento das despesas, em relação às formalidades básicas exigidas por este Regulamento e pelas leis de Contabilidade;

12) pela indevida classificação das despesas segundo a discriminação orçamentária;

13) pelo cumprimento de ordem de natureza administrativa ilegal ou prejudicial ao Estado, sem ter feito ponderação verbal e comunicação escrita, previstas neste Regulamento;

14) pelos atos ilegais praticados por agente seu, se, previamente avisado não providenciar em tempo para evitar e corrigir esses atos e punir o responsável pelas irregularidades;

15) pela não efetivação dos descontos ou das indenizações devidas;

16) pelo atraso que causar:

a) às conferências de escrituração, às prestações de contas, às passagens de carga, à transmissão de dinheiro e de outros bens, assim como a remessa de inventários, balancetes, mapas guias, relações e demais documentos;

b) ao andamento dos processos que transitarem por suas mãos;

17) pela falta de:

a) arrecadação da receita pública, nos casos em que tal obrigação lhe competir;

b) escrituração em ordem e em dia dos livros, das fichas, etc. a seu cargo;

c) medidas adequadas para apurar a responsabilidade dos maus gestores de dinheiro e de outros bens confiados a sua guarda, e bem assim a daqueles que não mantiverem a respectiva escrituração em ordem e em dia;

7) iniciativa para resolver casos omissos, cuja solução seja de sua competência;

e) pagamento, recolhimento ou remessa de qualquer quantia que se ache em seu poder dentro do prazo fixado oficialmente;

18) pelas faltas e irregularidades:

a) apuradas nas passagens de carga, transmissão de dinheiro e outros valores; tomadas de contas, conferências de escrituração etc.;

b) no recebimento, na distribuição, na remessa, na descarga ou na saída de material ou víveres;

19) pelas entrelinhas, pelas rasuras, pelas emendas, pelas omissões, pelos espaços em branco e por quaisquer outras irregularidades na escrituração que lhe esteja afeta, com a observância das medidas aplicáveis;

20) pela adoção de modelos de escrituração, básicos, não aprovados pelo Ministro.

CAPÍTULO III

RESPONSABILIDADE COLETIVA

Art. 198. A responsabilidade dos componentes da Administração é solidária, só não participando dela aquele que, após a indispensável ponderação verbal, imediatamente feita, comunique por escrito, dentro de dois dias úteis, redigida em linguagem reverente deixando bem claro não se achar a sua responsabilidade vinculada ao caso considerado.

Art. 199. Serão responsabilizados coletivamente os membros das comissões nomeadas de conformidade com este Regulamento, quando, de comum acôrdo, praticarem qualquer ato lesivo aos interesses do Estado, ou contrários às disposições legais em vigor.

Art. 200. A simulação de fatos de circunstâncias ou de qualquer dado, com o fim de prejudicar ou isentar de culpa alguém, acarretará, também, responsabilidade para os membros da comissão.

Parágrafo único — O membro que votar vencido terá a sua responsabilidade ressalvada ficando, porém como regra geral, obrigado a justificar as razões da sua discordância.

Art. 201. As comissões ou os encarregados de inspeção, de fiscalização, de verificação, de inquérito ou de tomada de contas, quando tenham considerado regular a situação

de qualquer agente ou auxiliar da Administração ficarão solidariamente responsáveis com eles, desde que:

a) sejam estes posteriormente responsabilizados pelas irregularidades cometidas antes da inspeção, fiscalização etc.;

b) fique provado que aqueles encarregados ou aquelas comissões dispunham de elementos para tornar efetiva a responsabilidade dos faltosos;

Art. 202. Será aberto inquérito policial-militar, para apurar até que ponto as comissões observaram a legislação aplicável quando:

a) a embalagem para efeito de remessa, e a sua desembalagem para fins de recebimento, tenham sido assistidas por comissões distintas, e houver discordância entre as quantidades de material remetidas e recebidas.

b) as provas circunstanciais indiquem que os membros da comissão considerada não cumpriram o seu dever.

Art. 203. Quando o Agente-Diretor tomar alguma decisão fundamentada em informação ou parecer de qualquer outro agente, será, com este, solidariamente responsável, ressalvado o disposto no Art. 206.

Art. 204. A responsabilidade será solidária quando agente deixar de responsabilizar, em tempo, seus subordinados pelas faltas e omissões contrárias a este regulamento.

CAPÍTULO IV

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL

Art. 205. Os Agentes da Administração da Aeronáutica terão sua responsabilidade funcional e pessoal vinculada aos respectivos atos ou às omissões, lesivas ao Estado ou aos interesses do serviço.

Art. 206. No caso de o Agente-Diretor decidir fundamentado em informação ou parecer incompleto ou inverídico, a responsabilidade recairá somente no autor de tal informação ou parecer.

Art. 207. Apurada qualquer falta ou diminuição na conferência de bens, na tomada de contas, ou por ocasião da substituição do respectivo

vo gestor, ao mesmo se fará carga para desconto nos vencimentos, na forma deste Regulamento e do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, da importância correspondente ao material em falta, sendo este descarregado da Unidade Administrativa, por ordem do Agente-Diretor.

§ 1.º — Se o responsável não mais se encontrar sob a jurisdição do Agente-Diretor encarregado de fazer a descarga do aludido material, oficiará este ao comandante sob cujas ordens estiver servindo o referido responsável, para que se efetive a carga em lide.

§ 2.º — Na impossibilidade da indenização ser efetuada nos termos do parágrafo precedente, será, então, oficiado à organização central provedora de numerário, que providenciará imediatamente a respeito.

Art. 208. O agente responsável por dinheiro público e de terceiros responderá:

- a) pelas quantias recebidas, até que justifique o seu emprêgo ou destino;
- b) pelos pagamentos irregulares que efetuar;
- c) pelo erros de cálculos;
- d) pelo emprêgo subreptício do dinheiro a seu cargo.

Art. 209. O agente que subscrever fôlhas ou relações de pagamentos é responsável;

- a) pela autenticidade dos nomes e respectivos postos, graduações, cargos e funções, constantes dos referidos documentos;
- b) pela omissão e veracidade das alterações ou observações;
- c) pela exatidão dos cálculos.

Art. 210. A autoridade incumbida de conferir fôlhas ou relações de pagamentos responderá:

- a) pela exatidão de todas as somas das fôlhas ou relações;
- b) pelas importâncias sacadas em desacôrdo com as alterações ou observações respectivas.

Art. 211. Se ficar apurado que um laço ou parecer é gracioso, aquele que o subscrever responderá, civilmente, pelas consequências que ele resultarem, e, criminalmente, segundo a pena cominada para a espécie.

CAPÍTULO V

CASOS DE FÔRÇA MAIOR

Art. 212. Os casos de força maior, para fins de exoneração de responsabilidade compreendem:

- a) incêndio, desmoronamento, inundação, submersão, tormenta, tempestade e sinistros aéreos, fluviais, marítimos e terrestres;
- b) estragos produzidos por animais daninhos;
- c) epidemias e moléstias contagiosas;
- d) saque ou destruição pelo inimigo; destruição ou abandono forçado pela aproximação deste;
- e) estragos produzidos em armas ou em qualquer outro material, explosão ou acontecimento imprevisível;
- f) falência de estabelecimentos bancários de reconhecida idoneidade onde estejam depositados os dinheiros e valores da Unidade Administrativa por autorização legal;
- g) acidentes de serviço ou de instrução;
- h) inutilização em serviço ou em instrução.

Art. 213. Ocorrendo qualquer caso previsto no artigo anterior, o responsável levará imediatamente o fato, em parte escrita, ao conhecimento da autoridade a que estiver subordinado, prestando-lhe tôdas as informações e todos os esclarecimentos necessários à justificação das circunstâncias em que o mesmo se tenha verificado.

§ 1.º — A essa Parte acompanhará uma relação do material, que deverá ser organizada pelo seu detentor, e que será essencial ao exame que couber no caso.

§ 2.º — A relação e o exame observarão as exigências previstas para o caso, na Secção II do Capítulo III do Título I da Segunda Parte deste Regulamento.

CAPÍTULO VI

DANOS E IMPUTAÇÕES

Art. 214. Como regra geral, todos os danos ou prejuízos causados ao Estado deverão ser ressarcidos.

Art. 215. Quando ficar apurado que algum Agente da Administração, por indisciplina, negligência ou

desinteressasse pelo serviço, cooperou para qualquer prejuízo ao Estado, a imputação ser-lhe-á também atribuída na proporção de dez a trinta por cento do montante do mesmo, conforme a gradação da culpa de cada um, sendo o restante (setenta e noventa por cento) imputado ao principal responsável.

Parágrafo único. Se, porém, tiver havido dolo, a imputação será em partes iguais.

Art. 216. O valor do material para efeito de indenização será o constante da escrituração, sem redução alguma em virtude de usura, desgaste ou depreciação.

Parágrafo único. É facultada, ao responsável pelo extravio de material a reposição em espécie, desde que prove claramente a proveniência do mesmo.

Art. 217. Para os objetos escassos, de aquisição difícil e ainda para os que exigem cuidados técnicos especiais, poderão as organizações centrais provedoras estabelecer valores de indenização elevados, que desanimem os simuladores.

Art. 218. No caso de pagamentos indevidos, aqueles que os receberam ficarão obrigados à sua restituição imediata e, na impossibilidade de assim procederem, sofrerão carga p desconto, na forma da lei.

Parágrafo único. Desde que não seja possível alcançar os beneficiados, o disposto neste artigo incidirá sobre os responsáveis pelo erro de serviço do qual resultou o respectivo pagamento indevido.

CAPÍTULO VII

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Art. 219. Desde que os responsáveis não possam recolher aos cofres públicos, integralmente, as importâncias resultantes de alcances, e restituições etc., serão elas, acrescidas do juro de mora de que a alínea c do art. 185, sob a forma de indenização de ~~des~~to, descontadas, em prestações mensais dos respectivos vencimentos, ou das quantias que recebam do Estado com finalidade correspondente.

Art. 220. Os descontos a que se refere o artigo precedente serão fei-

tos de acordo com o disposto no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares e no Estatuto dos Funcionários Civis da União, conforme o caso.

Art. 221. Os descontos atribuídos aos militares que tenham de ser excluídos ou licenciados, serão reajustados, dentro da legislação vigente, de maneira que a indenização se faça, se possível, antes da sua exclusão do serviço ativo.

Art. 222. Se, por uma situação imprevista, a indenização que for devida ao Estado não puder ser feita na forma regular, a autoridade promoverá, imediatamente, a sua cobrança judicial ou executiva, na forma da legislação fiscal referente à Dívida Ativa da União.

TÍTULO II

COMPROVAÇÕES

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

Art. 223. A realização de qualquer despesa, na Aeronáutica, fica na dependência de existir o necessário crédito, à conta do qual se fará o respectivo empenho.

Art. 224. As despesas, comprovadas em documentos serão examinadas sob os seguintes aspectos, apreciados nesta ordem:

a) *moral* compreendendo o juicioso emprego do dinheiro público, observadas as prescrições legais que lhe disserem respeito;

b) *aritmético* que tem em vista a exatidão das operações expressas em algarismos;

c) *formalistico*, abrangendo exigências acessórias de caráter intrínseco, nos documentos de despesas.

Art. 225. A responsabilidade do administrador será caracterizada:

1) na gestão dos dinheiros e valores sob a sua guarda;

a) por uma fiscalização permanente;

b) pela prestação ou tomada de contas;

2) na gestão do material:

a) por uma fiscalização permanente;

b) pela tomada de contas, com base nos balanços e nos inventários.

Parágrafo único. A fiscalização processa-se de escalão para escalão, observadas a precedência funcional e a hierárquica.

Art. 226. As contas dos responsáveis serão apresentadas:

1) ao *Tribunal de Contas*:

a) através dos documentos enviados pela organização central provedora de numerário para instruir os balanços financeiros mensais, organizados pela Contadoria Seccional junto ao Ministério da Aeronáutica;

b) através dos balanços financeiros levantados anualmente, pela organização central provedora de numerário, com base nos lançamentos mensais relativos à prestação de contas de cada Unidade Administrativa responsável;

c) através dos documentos que instruem as comprovações ou a prestação de contas dos responsáveis por adiantamentos, examinados em primeira instância pela organização central provedora de numerário;

d) através da tomada de contas dos bens patrimoniais de natureza comum;

2) à *organização central provedora de numerário*, através dos documentos que instruem os balancetes de prestação de contas, enviados mensalmente pelas Unidades Administrativas;

3) às *organizações centrais provedoras de material*, através da tomada de contas dos bens de natureza exclusivamente militar;

4) às *comissões nomeadas especialmente*, quando ocorrerem as circunstâncias do artigo 227.

CAPÍTULO II

TOMADA DE CONTAS

Art. 227. Haverá *tomada de contas* dos agentes responsáveis por dinheiro ou material, quando:

a) for pelos mesmos solicitada expressamente;

b) a liquidação de sua responsabilidade assim o exigir.

§ 1.º. A tomada de contas, aqui prevista, consistirá no exame no confronto e no julgamento dos balanços e balancetes, dos documentos de receita e despesa ou de carga e descarga, dos mapas, das demonstrações, dos registros e das contas correntes ou de quaisquer outros pa-

péis referentes à situação do responsável perante o Estado, assim como na comparação do dinheiro ou de outros bens, com os resultados constantes da escrituração.

§ 2.º. O prazo máximo para ultimação desta tomada de contas será de noventa dias.

CAPÍTULO III

PRESTAÇÃO DE CONTAS

SEÇÃO I

NUMERÁRIO

Art. 228. A prestação de contas das Unidades Administrativas, consistente de balancetes, demonstrações e comprovantes e relativa a numerário recebido será feita nos seguintes prazos:

a) até 15 de cada mês, a referente aos suprimentos periódicos;

b) na forma da lei, para os adiantamentos recebidos à conta das dotações orçamentárias.

§ 1.º. No caso de mobilização ou de operações de guerra, os prazos de aplicação dos adiantamentos e da sua prestação de contas serão fixados pela autoridade militar competente.

§ 2.º. Quando se tratar de recursos da própria Unidade Administrativa, estes prazos serão determinados pelo respectivo *Agente-Diretor*.

§ 3.º. Recebida e examinada a prestação de contas, o resultado deste exame será publicado em boletim.

Art. 229. Nos balancetes, dentro de cada título ou subtítulo, os documentos de receita precederão os de despesa, observando estes a ordem cronológica das respectivas quitações.

Parágrafo único. Os documentos de despesa pertencem ao balancete do mês correspondente às datas das respectivas quitações.

Art. 230. Aos balancetes de prestação de contas das Unidades Administrativas, referentes a material, obras e serviços e encargos, deverão ser anexadas:

a) uma demonstração do seu estado financeiro;

b) uma demonstração do dinheiro e valores a seu cargo;

c) uma demonstração do movimento bancário

§ 1.º Estas demonstrações devem estar atualizadas se possível, até o dia em que houver a reunião para a prestação de contas, não podendo, em caso algum, ter um atraso superior a três dias úteis.

§ 2.º Figurarão nestas demonstrações, destacadamente, as importâncias recebidas como adiantamento para aplicação no interesse da Unidade Administrativa.

Art. 231. Quando se tratar de balancete de prestação de contas de adiantamento, o responsável juntará, ao mesmo, o extrato da conta-corrente bancária, relativa ao vencimento da respectiva importância.

Art. 232. As demonstrações mensais de prestação de contas das Unidades Administrativas, referentes a 31, obedecerão às mesmas normas estabelecidas para as do material, ressalvados as peculiaridades e os modelos próprios.

Art. 233. A organização central provedora de numerário, ao liquidar as contas mensais das Unidades Administrativas, fará mensalmente, na sua escrituração, os devidos lançamentos que sirvam de base ao levantamento das contas anuais das referidas Unidades.

Art. 234. As Unidades Administrativas remeterão à organização central provedora de numerário, no mês de janeiro, um balanço que será organizado com base nas prestações de contas mensais, e que evidenciará, sinteticamente, e por títulos, as importâncias recebidas e despendidas durante o exercício encerrado.

Art. 235. Em princípio, os processos encaminhados à organização examinadora competente não serão restituídos aos responsáveis para qualquer correção ou diligência julgada necessária.

§ 1.º Se alguma de suas peças necessitar de esclarecimentos, correção etc., desde que não haja dolo e disso não decorra prejuízo para o Estado, a organização examinadora oficiará a respeito, fazendo referência precisa aos respectivos documentos e às medidas a serem tomadas no caso.

§ 2.º Os responsáveis, que deverão manter em ordem a segunda via do processo, farão nela as anotações e corrigendas cabíveis, em caráter de

urgência, esclarecendo, a seguir, no mesmo ofício as providências tomadas em relação às faltas apontadas.

§ 3.º O ofício inicial da organização examinadora e os minuciosos esclarecimentos prestados pelos responsáveis serão anexados ao respectivo processo de prestação de contas, como peças essenciais para o julgamento de direito.

SEÇÃO II

BENS PATRIMONIAIS

1. GENERALIDADES

Art. 236. Todos os bens patrimoniais, que se encontrem sob a gestão das Unidades Administrativas ou de qualquer organização da Aeronáutica, pertencem ao Estado.

§ 1.º Como regra geral, os responsáveis por estes bens deverão manter em evidência a sua contabilidade.

§ 2.º Estes responsáveis prestam suas contas, analiticamente, à respectiva Unidade Administrativa, e esta, às organizações competentes, na forma deste Regulamento.

Art. 237. Os bens patrimoniais do Estado, observado o artigo 54, dividem-se:

1) Quanto à natureza, ao destino ao objeto, em:

a) imóveis;

b) móveis;

2) Quanto à necessidade, em:

a) disponíveis;

b) indisponíveis.

Art. 238. As contas, referentes aos bens patrimoniais, serão examinadas e julgadas normalmente:

a) pelas autoridades militares, quanto aos bens de natureza exclusivamente militar;

b) pelo Tribunal de Contas, quanto aos de natureza comum, através das organizações centrais provedoras, em relação às Unidades Administrativas e referentes ao exercício encerrado;

c) pelas próprias Unidades Administrativas, no caso de substituição de gestores ou em situações semelhantes.

§ 1.º Quando ocorrerem as circunstâncias previstas no artigo 227, será imediatamente nomeada uma comissão para a necessária tomada de contas.

§ 2.º. As organizações centrais provedoras indicarão, expressamente, do seu material, qual deverá ser inscrito na categoria dos bens de natureza exclusivamente militar.

2. BENS IMÓVEIS

Art. 239. Os bens imóveis serão adquiridos de conformidade com as leis gerais que regularem a espécie, devendo seu *tombamento* ser mantido pelas organizações cadastrais da Aeronáutica.

Art. 240. No registro analítico de cada imóvel, constarão as seguintes especificações e pormenores:

- a) situação, denominação, categoria e utilização;
- b) proveniência e título de domínio;
- c) área do terreno;
- d) descrição do terreno, compreendendo dimensões lineares principais, confrontações, configuração, e outras características, quanto à sua natureza e ao seu aspecto;
- e) benfeitorias, custo de aquisição, valor atualizado, e mais esclarecimentos julgados necessários.

Parágrafo único. A reunião dos diversos registros, um após outro, até o último, constituirá o inventário analítico dos bens imóveis a cargo da Aeronáutica.

Art. 241. Os aumentos, as diminuições e as transformações que se operarem no valor e na consistência dos bens imóveis devem ser anotados no registro próprio de cada Unidade Administrativa ou organização.

Parágrafo único. As Unidades Administrativas a que esses bens estiverem confiados, à medida que forem sendo efetivadas aquelas variações, deverão fazer comunicação das mesmas, em todos os seus pormenores, à organização cadastral a que estiverem imediatamente jurisdicionadas.

Art. 242. Sómente depois de aprovado o respectivo projeto pela autoridade competente, ouvida sempre a correspondente organização central técnica, poderão ser executadas obras nos imóveis da Aeronáutica.

Parágrafo único. Independem da exigência deste artigo as simples obras de conservação dos imóveis e de sua limpeza.

Art. 243. A organização central cadastral, que deverá manter em evidência o registro analítico de todos os bens imóveis sob a jurisdição da Aeronáutica, fica obrigada a remeter ao Serviço do Patrimônio da União e pelos trâmites regulamentares:

a) *de cinco em cinco anos*, uma cópia do inventário analítico geral, relativo aos bens imóveis de natureza comum;

b) *anualmente*, uma cópia de cada registro analítico referente aos bens imóveis de natureza comum, adquiridos dentro do ano considerado.

Art. 244. As organizações cadastrais dos comandos territoriais que deverão manter em evidência o registro analítico dos bens imóveis sob sua jurisdição, remeterão à organização central cadastral:

a) *de cinco em cinco anos*, uma cópia do inventário analítico geral, relativo aos bens imóveis de natureza exclusivamente militar e de natureza comum, que lhes estiverem jurisdicionados;

b) *anualmente*, uma cópia de cada registro analítico, referente aos bens imóveis de natureza exclusivamente militar, ou de natureza comum a cargo da Aeronáutica, e adquiridos dentro do ano em causa.

Art. 245. A organização central cadastral enviará, anualmente, à Delegação do Tribunal de Contas, à Contadoria Seccional e à organização central provedora de numerário, pelos trâmites regulamentares, uma via do seu inventário sintético, relativo a todos os bens imóveis a cargo da Aeronáutica.

§ 1.º. As organizações cadastrais dos comandos territoriais enviarão à respectiva organização central, também anualmente, uma via de seu inventário sintético, referente aos bens imóveis a cargo do respectivo comando.

§ 2.º. Os bens imóveis de natureza exclusivamente militar figurarão no inventário sintético sem especificação, salvo quanto ao seu título genérico, e a valor total que os mesmos tiverem (anterior e atualizado).

Art. 246. Os prazos para a remessa desses documentos são:

a) pela organização central cadastral, até o último dia do mês de abril;

b) pelas organizações cadastrais dos comandos territoriais, até o último dia de março.

§ 1.º. Quando se tratar de documento a ser remetido de inco em cinco anos, as datas constantes deste artigo se referirão aos anos, cujo número representativo seja divisível por 5 (1955).

§ 2.º. As obrigações previstas para as organizações cadastrais dos comandos territoriais, em relação aos bens imóveis, são aplicadas às Unidades Administrativas que não estiverem sob a jurisdição dos aludidos comandos.

3. Bens Móveis

Art. 247. Os bens móveis compreendem as seguintes categorias:

I — *Material permanente* — considerado o material autônomo que tiver durabilidade provável superior a dois anos (tornos mecânicos, máquinas de escrever, aviões e outros).

II — *Material de aplicação* — considerado aquele que, constituído, aparentemente um todo, é empregado como acessório do material permanente ou dos imóveis (hélice de avião, manômetros, fechaduras e outros).

III — *Material de transformação* — caso de matéria-prima *in natura* ou semimanufaturada, para o necessário emprego (madeiras, tubos metálicos, barras de ferro e outros).

IV — *Material de consumo* — classificadas as coisas fungíveis, as que têm duração presumida até dois anos e as que se desgastem ou pereçam em pouco tempo (lâpis, lâmpadas, brocas de aço e outros).

Art. 248. Os bens móveis são escriturados analiticamente:

a) nas Unidades Administrativas ou organizações que diretamente os administra;

b) nas organizações centrais provedoras.

§ 1.º. Qualquer material adquirido pela Unidade Administrativa, à conta de seus recursos financeiros, será escriturado na classe própria e considerado para fins contábeis e de controle, como tendo sido fornecido pela organização central provedora que tiver competência regulamentar para o respectivo suprimento.

§ 2.º. Nessas aquisições deve ser observada a padronização prevista no artigo 257.

Art. 249. As Unidades Administrativas tomarão providências no sentido de que:

a) o agente responsável em cada dependência dê, semestralmente, um balanço no seu material, confrontando o resultado com a sua própria escrituração;

b) no balanço do último semestre, o responsável pela dependência, após a conferência do material, confronte a respectiva escrituração com a analítica do Agente-fiscalizador;

c) concluído o confronto, com a responsabilidade solidária do Agente-fiscalizador pela veracidade da mesma, este último diligenciará para que seja feita uma referência do resultado, em boletim.

Parágrafo único. Os agentes culpados serão logo responsabilizados pelas faltas apuradas nessas conferências; faz-se, em seguida, a decorrente descarga do material.

Art. 250. As Unidades Administrativas remeterão a cada organização central provedora:

a) até o dia 15 de cada mês, a relação do material permanente, relativa a cargas e descargas, resultantes de aquisições, danos ou qualquer outro motivo;

b) até o último dia de fevereiro, o inventário analítico do material permanente que existia em carga no último dia de dezembro do ano anterior.

Parágrafo único. Nas relações mensais de cargas e descargas, não deve ser incluído o material constante de termos e outros documentos próprios, já enviados às organizações centrais provedoras.

Art. 251. Com os elementos a que se refere o artigo precedente, as organizações centrais provedoras acompanharão, em fiscalização permanente, as contas de cada Unidade Administrativa, referentes a material; para esse fim farão os lançamentos mensais necessários na sua escrituração.

Parágrafo único. Quando houver justa causa, essas organizações centrais poderão solicitar outros documentos ou o implemento de diligências que julgarem necessárias, referentes ao seu material.

Art. 252. Liquidadas as contas das Unidades Administrativas pelas organizações centrais provedoras, remete-

rão estas à organização central provedora de numerário, até o último dia de março, o balanço da situação de cada uma delas, evidenciando, para as categorias de material existentes (art. 247), o seguinte movimento:

- a) passagem do ano anterior;
- b) entradas durante o ano;
- c) saídas durante o ano;
- d) existente em 31 de dezembro.

§ 1.º. Nêsse balanço, entrará também o material de aplicação, de transformação e de consumo, estocado pelas organizações centrais provedoras, para suprimento das Unidades Administrativas.

§ 2.º. O valor do material de natureza exclusivamente militar figurará apenas sob êsse título genérico.

Art. 253. A organização central provedora de numerário, ao receber os balanços das diferentes organizações centrais provedoras, fará o necessário registro, enviando, pelos trâmites regulamentares, até o último dia de abril:

a) à Delegação do Tribunal de Contas, um balanço geral totalizando os balanços daquelas organizações centrais, os quais serão anexados ao mesmo;

b) à Contadoria Seccional, uma via do Balanço geral remetido à Delegação do Tribunal de Contas.

Art. 254. Nenhum objeto poderá figurar na escrituração, sem o respectivo valor em moeda nacional, por menor que seja este.

Art. 255. Os bens móveis, permanentes ou não, quando perfeitamente iguais, mas de valores diferentes, serão fundidos em um único lançamento, tendo por preço unitário o valor da última aquisição ou avaliação.

Art. 256. Os bens móveis serão escriturados pelo preço de sua aquisição, enquanto se conservarem em bom estado; e pelo preço de avaliação, quando não se conheça o custo exato, ou quando forem depreciados ou valorizados.

§ 1.º. A especificação desses bens, quanto ao peso, dimensão, superfície e volume basear-se-á, em princípio, no sistema métrico em vigor.

§ 2.º. No que diz respeito à nomenclatura será, de modo semelhante, observado o vernáculo na ortografia oficial.

Art. 257. As organizações provedoras centrais providenciarão para que o seu material seja devidamente padronizado, de maneira que facilite a sua contabilidade.

TÍTULO III

SUBSTITUIÇÃO DE GESTORES

Art. 258. A substituição dos diversos agentes, *para efeito de passagem de carga, transmissão de dinheiro e outros valores*, será considerada:

a) *Definitiva* — quando o agente substituído fôr desligado do cargo ou encargo;

b) *Interina* — no caso de substituição, além de dois meses, continuando o agente substituído vinculado ao cargo ou encargo.

c) *Eventual* — em consequência de gala, nójo, dispensa do serviço, férias e situações semelhantes, desde que a substituição não ultrapasse de dois meses.

Art. 259. Na substituição definitiva ou interina (letras "a" e "b" do artigo anterior), o dinheiro e outros bens serão transmitidos ao substituto legal.

Art. 260. Na substituição eventual (letra "c" do aludido artigo) o dinheiro será transmitido ao substituto, se a necessidade do serviço o exigir.

Parágrafo único. Quanto aos demais bens, o substituído poderá designar um de seus auxiliares de confiança para zelar pela carga e fazer a respectiva escrituração, sem necessidade de transmissão.

Art. 261. O substituto interino tem responsabilidade própria, como se efetivo fôsse.

Parágrafo único. Na substituição eventual, o substituto só participará desta responsabilidade quando houver transmissão de dinheiro e de outros bens.

Art. 262. Na transmissão de dinheiro e outros valores, o substituído e o substituto conferirão a exata concordância das importâncias existentes com as da respectiva escrituração.

§ 1.º. Feita a conferência, o substituído comunicará o fato ao Agente-fiscalizador, fazendo com que esta comunicação seja acompanhada da ratificação expressa, integral ou restrita, do substituto.

§ 2.º. A comunicação em causa será obrigatoriamente publicada no boletim.

tim da Unidade Administrativa. ficando com o substituído uma via ou cópia autenticada da mesma.

Art. 263. A partir do momento em que for assinada e ratificada a comunicação, o substituído é considerado, para todos os efeitos, como investido do pleno exercício do cargo.

Art. 264. A escrituração do dinheiro não sofrerá solução de continuidade, prosseguindo os lançamentos na mesma sequência anterior.

Parágrafo único. Só será obrigatório o encerramento da escrituração, no último dia de cada mês, na Reunião da Administração para prestação de contas, na tomada de contas, nas substituições de gestor, e no encerramento do exercício financeiro.

Art. 265. A passagem de carga relativa aos bens móveis obriga a conferência de artigo por artigo, em confronto com as respectivas fichas ou livros referentes à sua escrituração; será, depois, feito o confronto dessas fichas e desses livros com a escrituração controladora e centralizada, da Unidade Administrativa.

§ 1.º. Feita a conferência pelo substituído, em conjunto com o substituto, aquele comunicará o fato ao Agente-fiscalizador, fazendo acompanhar esta comunicação da ratificação expressa, integral ou restrita, do substituído.

§ 2.º. A comunicação em lide será obrigatoriamente publicada no boletim da Unidade Administrativa, ficando com o substituído uma via, ou uma cópia autenticada da mesma.

Art. 266. A escrituração das fichas de material será encerrada com um traço carmin, de extremidade a extremidade, logo abaixo do último lançamento, prosseguindo daí a escrituração do novo gestor.

Art. 267. Os prazos para as passagens de carga, transmissão de dinheiro e outros valores, são de:

a) até trinta dias úteis, para os gestores de material;

b) até dez dias úteis, para o Agente-fiscalizador, o Gestor de Finanças, o Gestor de Viveres e os comandantes de subunidades;

c) até cinco dias úteis, para os demais agentes que tenham material ou dinheiro sob sua responsabilidade.

Art. 268. Os prazos previstos para as passagens de carga, transmissão de

dinheiro ou de valores, poderão ser prorrogados por igual prazo, a juízo do comandante do escalão imediatamente superior, uma vez que se justifique esta medida.

Art. 269. Se houver acúmulo de cargos, os prazos não sofrerão redução, sendo eles contados, separadamente, para cada transmissão de responsabilidade.

Art. 270. Nos casos de extravio, deserção, doença, falecimento, suspensão das funções, desligamento urgente e outras situações semelhantes a passagem de carga, transmissão de dinheiro e de outros valores será feita por uma comissão de três membros, nomeada imediatamente após o conhecimento do ato ou fato, observados os prazos constantes do artigo 267.

Parágrafo único. Em tais casos, os resultados a que a comissão chegar traduzirão a responsabilidade do substituído.

TÍTULO IV

REUNIÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 271. Os responsáveis pelos bens do Estado, confiados à Unidade Administrativa reunir-se-ão, periodicamente, sob a presidência do Agente-diretor, para tomar conhecimento da situação econômico-financeira, da marcha dos serviços administrativos, do andamento dos planos de administração e de todos os assuntos correlatos que afetem a administração da Unidade Administrativa.

Parágrafo único. A reunião de que trata o presente artigo recebe a denominação de *Reunião da Administração*.

Art. 272. Em princípio, estas reuniões serão efetuadas em dias e em horas que não colidam com o máximo de atividades da Unidade Administrativa, a fim de permitir o comparecimento do maior número de agentes-executores, e maior tempo de permanência dos mesmos no local dos trabalhos.

Parágrafo único. Serão determinadas, em boletim da Unidade Administrativa, com uma antecedência mínima de 48 horas, a data e a hora do início da Reunião da Administração, sendo discriminados os assuntos que serão tratados.

Art. 273. Tomarão parte, obrigatoriamente, na Reunião da Administração, em todo seu decurso, o Agente-diretor, o Agente-fiscalizador, o Gestor de Finanças e o Gestor de Material servindo o menos graduado, ou o mais moderno, de secretário.

§ 1.º. Os demais gestores deverão estar presentes no momento de expor de, para o que serão previamente informados pelo Agente-fiscalizador; a retirada dos mesmos da reunião fica a critério do Agente-diretor.

§ 2.º. Os oficiais da Unidade Administrativa, mesmo não sendo gestores, poderão assistir às Reuniões da Administração, com o fim especial de se familiarizarem com os assuntos administrativos, só podendo, entretanto, tomar parte nos trabalhos quando lhes for expressamente determinado pelo Agente-diretor.

Art. 274. As organizações centrais provedoras, em face das exigências legais e regulamentares, estabelecerão *Calendários* para a remessa dos documentos necessários à atividade administrativa da Aeronáutica.

§ 1.º. Em consequência, na Reunião da Administração que anteceder à remessa dos documentos, serão estes objeto de exame pelos agentes e gestores que os devem subscrever e encaminhar, de modo que seja verificada a sua perfeita correção, com a assistência dos demais gestores.

§ 2.º. O Agente-diretor, ouvido o Agente-fiscalizador, escalonará devidamente estas reuniões, de modo que haja, no mínimo, uma por mês, mas procurará evitar que elas se repitam a miude a fim de não prejudicar as atividades normais dos gestores e a importância das reuniões.

Art. 275. Os assuntos que interessarem à Unidade Administrativa poderão ser debatidos na Reunião da Administração, mas sua decisão cabe inteiramente ao Agente-diretor.

Art. 276. Dos trabalhos realizados na Reunião da Administração será lavrada uma ata concisa, cujo resumo será publicado no boletim da Unidade Administrativa do dia seguinte.

TÍTULO V

INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Art. 277. Poderá ser aberto inquérito administrativo, com o fim de apurar se algum agente se tornou incom-

patível com o respectivo cargo, ou encargo, em razão de:

a) falta de dedicação ao serviço, indicada pela negligência habitual na guarda, conservação, preservação, ou gestão de dinheiro e de outros bens que estiverem a seu cargo, assim como na respectiva escrituração;

b) falta de capacidade profissional, evidenciada pela inaptidão para o exercício do cargo ou encargo;

c) falta de qualidades morais indispensáveis ao exercício do cargo ou encargo;

d) cumprimento falho habitual das incumbências que lhe estiverem afeitas, acarretando prejuízo para o Estado ou para o serviço;

e) ordem de pagamento ou de despesa, sem o respectivo crédito, ressalvada a exceção do § 1.º do artigo 48 do Código de Contabilidade da União;

f) emprego diferente dado às dotações confiadas à sua gestão;

g) dano contra o Estado causado presumivelmente com dolo.

§ 1.º. O prazo para a conclusão deste inquérito será de trinta dias, prorrogáveis somente até outros trinta, no caso de diligências comprovadamente demoradas.

§ 2.º. A solução do inquérito será dada dentro de trinta dias após a sua conclusão.

Art. 278. Só por decisão do comandante do escalão superior, precedida ou não de proposta do escalão a que pertencer o agente em causa, poderá ser este submetido a inquérito administrativo.

Art. 279. Uma vez submetido a inquérito, será o agente automaticamente suspenso do cargo, ou encargo, ao qual só poderá voltar por ordem superior, depois de solucionado o referido inquérito.

Art. 280. As organizações provedoras ou as de exame e julgamento de contas, quando verificarem que algum agente está incurso em qualquer um dos casos previstos no artigo 277, solicitarão, da autoridade competente, que o mesmo seja submetido a inquérito administrativo, sempre que não lhes caiba a providência estatuída no artigo 278.

Art. 281. A comissão de inquérito administrativo será constituída de três oficiais, com precedência hierárquica sobre o agente indicado.

Parágrafo único. Qualquer dos elementos da comissão poderá inquirir o agente em questão bem como todas as testemunhas do processo.

Art. 282. O inquerito administrativo observará o formulário do inquerito policial-militar, com as seguintes particularidades:

a) findas as inquirições e concluídas todas as diligências, terá o agente *vistas* do processo, perante a comissão e durante a sessão que for marcada para este fim;

b) depois das *vistas* do processo, a comissão fixará ao agente o prazo máximo de cinco dias para apresentar, por escrito, a sua defesa;

c) apresentada a defesa, far-se-á o relatório, que será assinado por toda a comissão.

Parágrafo único. Após a solução do inquerito, terá o interessado conhecimento do relatório, sempre que o solicite.

Art. 283. Na fase do inquerito administrativo não será permitida a intervenção do advogado.

Art. 284. Apurada a incompatibilidade do agente com o respectivo cargo, ou encargo, proceder-se-á de conformidade com a legislação aplicável.

Art. 285. Fora dos casos indicados no artigo 277, caberá a tomada de contas ou o inquerito policial-militar, conforme as circunstâncias.

QUARTA PARTE

Outras disposições

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 286. Respeitadas as peculiaridades da administração da Aeronáutica, como Força Armada, resultante de imperativos constitucionais, será supletiva deste Regulamento a legislação geral aplicável à espécie.

Art. 287. Quando se tiver de baixar qualquer regulamento na Aeronáutica, deverá ele se harmonizar com as prescrições aqui estabelecidas.

Parágrafo único. Em tais regulamentos será feita referência às atribuições e as denominações específicas dos agentes cujas funções genéricas constam deste Regulamento.

Art. 288. O regulamento de uma organização que de qualquer modo implique o desdobramento do encargo de Agente-fiscalizador, deve discriminar as funções, constantes deste, cometidas a cada um deles, bem como as relações de subordinação ou dependência entre eles.

Parágrafo único. No caso de omissão, essa discriminação será feita por portaria ministerial.

Art. 289. Dentro dos princípios estabelecidos neste Regulamento, o Ministro da Aeronáutica baixará as instruções complementares que forem necessárias à sua boa execução, inclusive os respectivos modelos de escrituração.

Parágrafo único. Os modelos aprovados decorrentes da aplicação deste Regulamento, constituirão uma coleção própria e terão numeração seguida.

Art. 290. O Ministro poderá, *ex-officio*, ou por proposta das organizações centrais provedoras, submeter a tomada de contas ou a inspeção administrativa qualquer organização jurisdicionada à Aeronáutica.

Art. 291. De um modo geral, os documentos assinados pelo Agente-fiscalizador são autenticados pelo Agente-diretor.

Art. 292. Os aspirantes a oficial-intendente só poderão exercer, nas Unidades Administrativas, os encargos de auxiliar da Administração.

Art. 293. Os 1.º ou 2.º tenentes-intendentes ficam obrigados a um estágio mínimo de seis meses, nos órgãos diretamente subordinados à organização central de suprimentos.

Art. 294. Em princípio, os Agentes-executores especializados, ao atingirem dois anos de função no mesmo cargo, serão movimentados, dentro da própria Unidade Administrativa, para que exerçam, durante um período mínimo de seis meses, outras atividades inerentes ao seu quadro, na carreira militar.

TÍTULO II

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Art. 295. Enquanto não forem expedidos os decretos aprovando os regulamentos complementares e as portarias referentes às instruções, aos modelos e ao formulário, necessários à execução integral deste Regulamento, serão aplicáveis as correspondentes disposições até agora vigentes.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1952. — *Nero Moura.*

DECRETO N.º 31.403 — DE 8 de setembro de 1952

Declara a caducidade da concessão outorgada à Empresa Elétrica de Sarapuí, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição e de conformidade com os termos do art. 168 item IV do Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934, e

Considerando que o contrato celebrado entre a Empresa Elétrica de Sarapuí e a Prefeitura Municipal para suprimento de energia elétrica à cidade expirou em 30 de outubro de 1949, não desejando a referida empresa continuar na execução desse empreendimento;

Considerando que o serviço prestado pela Empresa durante a vigência da concessão, foi sempre deficiente e precário, sacrificando o progresso e o bem estar da coletividade a que servia;

Considerando que a aludida empresa suspendeu o fornecimento de energia elétrica à zona de que era concessionária, sem autorização legal, por mais de 72 horas consecutivas;

Considerando que a empresa incidiu no disposto no artigo 168, item III, do Código de Aguas, conforme consta dos processos instaurados pela Divisão de Aguas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura e pelo Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica; decreta:

Art. 1.º É declarada a caducidade da concessão de fornecimento de energia elétrica à cidade de Sarapuí,

Estado de São Paulo, outorgada privativamente, à Sociedade Júlio Holtz e Francisco Bohrer, proprietários da Empresa Elétrica de Sarapuí, depois transferida a Francisco Bohrer, por sucessão "causa mortis" a Maria Imaculada Cerqueira Barros.

Art. 2.º A Prefeitura Municipal de Sarapuí se imitirá, em nome do Governo Federal, na posse dos bens relativos ao aproveitamento concedido e à exploração da energia, nos termos do art. 169, item I, do Código de Aguas, devendo regularizar o fornecimento de energia elétrica à aludida cidade e requerer a concessão, pela forma prescrita na legislação vigente.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.404 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1952

Retifica a Tabela do Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovada pelo Decreto n.º 31.235, de 6 de agosto de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e artigo 33 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, decreta:

Art. 1.º — Fica retificada na forma do anexo, a tabela que acompanhou o Decreto n.º 31.235, de 6 de agosto de 1952, na parte referente às séries funcionais de Feltor de Linhas Férreas e Maquinista.

Art. 2.º — O presente Decreto vigorará a partir de 8 de agosto de 1952.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Sousa Lima.

TABELA DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Parte Permanente

286

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de Funções	Séries funcionais	Salário mensal	Tabela	Número de Funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
	c) Séries funcionais de serviços industriais:							
	<i>Feitor de Linhas Férreas</i>				<i>Feitor de Linhas Férreas</i>			
—	—		3	25	—	3
1	2.202,00	T.N.D.	4	24	—	3
5	2.130,00						
4	2.004,00	T.N.D.	7	23	5	—
3	1.962,00		14			5	6
13								
	<i>Maquinista</i>				<i>Maquinista</i>			
—	—		4	25	—	4
4	2.202,00	T.N.D.	7	24	—	3
12	2.130,00						
2	2.004,00	T.N.D.	11	23	7	—
4	1.962,00		22		23	7	—
22								

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N.º 31.405 — DE 8 DE
SETEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, terreno necessário a construção do açude público "Pôço da Cruz", no município de Moxotó, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos de ns. 4.152, de 6 de março de 1942, e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, terreno com a área de 129.250.000 m2 (cento e vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta mil metros quadrados), necessário à construção do açude público "Pôço da Cruz", no município de Moxotó, no Estado de Pernambuco, representado na planta que com este baixa, devidamente rubricada.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.406 — DE 8 DE
SETEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos sete (7) cargos na classe "F", da carreira de Dactilógrafo, do Quadro I — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vagos em virtude da promoção de Antônio Bento de Paiva, Elizabeth Ruiz Gomes Cardoso e Tereza Barros Lobato, da exonera-

ção de Clementina Garofaldo Monnerat e Maria Helena Belfort Vieira de Andrade e da nomeação para outro cargo de Alcina Pessegueiro do Amaral e Antônio de Sousa Negreiros, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.407 — DE 8 DE
SETEMBRO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo de Chefe de Portaria, padrão "E", do Quadro I — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da aposentadoria de Miguel Peixoto da Silva, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.408 — DE 8 DE
SETEMBRO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo de Tesoureiro (A. P. N.), pa-

drão "L", do Quadro I — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da aposentadoria de Antônio Artur de Barros Cavalcanti, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.409 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1952

Suprime cargos provisórios

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos dois (2) cargos da classe "I" da carreira de Arquivologista, do Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vagos em virtude da promoção de Celeste Pires de Sá e Roberval Belfort dos Santos, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.410 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1952

Suprime cargo provisório

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe "E" da carreira de Arquivista, do Quadro I, — Parte

Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da promoção de Jacira Amaro Correia, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.411 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos três (3) cargos da classe "G", da carreira de Auxiliar de Engenheiro, do Quadro I — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vagos em virtude da promoção de Antônio da Rocha Ramos, Ari Mascarenhas Passos e Edgard Lustosa da Silva, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.412 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos quatro (4) cargos da classe "H", da carrei-

ra de Auxiliar de Engenheiro, do Quadro I — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vagos em virtude da promoção de Ascendino Pessoa Maciel, Obed Rodrigues da Silva, Manuel Marinho de Almeida e do falecimento de Ernesto Manna, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.413 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1952

Suprime cargo provisório

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo da classe "D", da carreira de Continuo, do Quadro I — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da promoção de José Gonçalves Afonso devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro, do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.414 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos

termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos sete (7) cargos da classe "E", da carreira de Continuo, do Quadro I — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vagos em virtude da promoção de Dario Pereira Lopes, Manuel Martins Roubaud e Francisco Rodrigues, da aposentadoria de Osvaldo Roque da Silva, Amaro Cassimiro de Lima e Antônio Angelo, e da transferência para outro Ministério de Joaquim Rizzo, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.415 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo de Assistente Jurídico, padrão "L", do Quadro I — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da exoneração de Celestino Sá Freire Basílio, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do mesmo Quadro do referido Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.416 — DE 9 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a construir duas linhas de transmissão, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940, e

Considerando que pela Resolução n.º 781 a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º — Fica a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. autorizada:

a) A construir uma linha de transmissão de 132.000 volts, em circuito trifásico, 60 ciclos, e com 160 quilômetros de comprimento, entre a usina termo-elétrica de Carioba, no município de Americana, e subestação abaixadora de Araraquara, no município de igual nome.

b) Construir uma linha de transmissão de 132.000 volts, em circuito trifásico, 60 ciclos, e com 45 quilômetros de extensão, entre a usina termo-elétrica de Carioba e a subestação abaixadora de Taubaté, situada nos arredores da cidade de Campinas, município de igual nome.

c) Seccionar a linha de transmissão existente de 66.000 volts ligando a usina hidrelétrica de Americana à subestação abaixadora de Piracicaba, num ponto distante dois quilômetros da usina termo-elétrica da Carioba.

d) Construir dois ramais de 66.000 volts, 60 ciclos, e com 2 quilômetros de extensão, ligando as extremidades seccionadas da linha de transmissão acima referida à usina termo-elétrica de Carioba.

Art. 2.º — Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º — O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.417 — DE 9 DE
SETEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, com sede no Distrito Federal.

O Presidente da República, atendendo ao que requereu a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, sucessora da "Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras", com sede no Distrito Federal, a qual satisfaz às exigências do artigo 1.º da Lei n.º 91, de 28 de agosto de 1935 e, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2.º da citada Lei, decreta:

Artigo único — É declarada de utilidade pública, nos termos da mencionada Lei a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, com sede nesta Capital.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

DECRETO N.º 31.418, DE 10 DE
SETEMBRO DE 1952

Cria Centros de Instrução Militar no Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e, de acordo com o art. 26, do Decreto-lei n.º 9.888, de 16 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica criado no Ministério da Aeronáutica, em cada uma das três regiões geográficas a serem estabelecidas pelo Ministro da Aeronáutica, um Centro de Instrução Militar (CIM).

Art. 2.º Os Centros de Instrução Militar tem como finalidade:

a) ministrar a instrução do recruta aos incorporados na sua região geográfica;

b) ministrar a instrução militar dos alunos destinados as escolas e cursos de formação de Sargentos da FAB;

c) formar sargentos e cabos das especialidades e subespecialidades, cuja formação não esteja afeta a outro órgão da Aeronáutica;

d) ministrar os cursos de revisão e de monitores que lhes forem atribuídos.

§ 1.º A instrução militar de que trata a letra b, somente ficará a cargo dos CIM, quando estes estiverem aparelhados para ministrá-la.

§ 2.º Os soldados formados nos CIM destinam-se em princípio às Unidades, Estabelecimentos, Repartições e demais órgãos da região onde foram recrutados.

Art. 3.º Os CIM são subordinados diretamente a Diretoria do Ensino da Aeronáutica.

Art. 4.º As funções de comandante dos CIM serão exercidas por Coronel ou Tenente-Coronel Aviador.

Art. 5.º A organização dos CIM e seu funcionamento serão fixados em regulamento próprio.

Art. 6.º A ativação de cada CIM será feita por ato do Ministro da Aeronáutica em ocasião julgada oportuna.

Art. 7.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 8.º Ficam revogados o Decreto n.º 24.017, de 10 de novembro de 1947, e as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

DECRETO N.º 31.419, DE 10 DE SETEMBRO DE 1952

Promulga o Acôrdô sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado em Roma, a 25 de janeiro de 1951.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo o Congresso Nacional aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 77, de 20 de dezembro de 1951, o Acôrdô sobre Transportes Aéreos Regulares, concluído entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália e assinado em Roma, a 25 de janeiro de 1951; e havendo sido trocados no Rio de Janeiro, a 4 de setembro de 1952, os respectivos Documentos de ratificação:

Decreto que o referido Acôrdô, apenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nêle se contém.

Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETULIO VARGAS

João Neves da Fontoura

DECRETO N.º 31.420 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1952

Aprova novos projetos e orçamentos para construção da variante de Pedras Altas, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob ns. 6.920-52 e 20.180-52, no Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º — Ficam aprovados os novos projetos e orçamentos, na importância de Cr\$ 372.704.386,40 (trezentos e setenta e dois milhões, setecentos e quatro mil, trezentos e oitenta e seis cruzeiros e quarenta centavos), para construção da variante de Pedras Altas, entre os quilômetros 349,470 e 462,02 (Estação de Herval), da linha Bagé-Rio Grande, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, em substituição aos aprovados pelo Decreto número 19.699 de 1.º de outubro de 1945.

§ 1.º — As discriminações dos projetos e orçamentos de que trata este

artigo serão dadas à publicidade mediante portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 2.º — As despesas com o prosseguimento e conclusão da mencionada obra serão custeadas, no corrente exercício, pela dotação constante do Anexo 25, Verba 3, Consignação VIII, Subconsignação 74-2-31-01-4 do vigente Orçamento Geral da União, e, nos exercícios subsequentes, pelos recursos que lhe forem destinados.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.421 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas necessárias à construção ferroviária que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942, e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º — São declaradas de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas necessárias à construção da variante de Pedras Altas, entre os quilômetros 349,470 e 462,024 (Estação de Herval), da linha Bagé-Rio Grande, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, cujos projetos e orçamentos foram aprovados pelo Decreto n.º 31.420, de 10 de setembro de 1952.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.422 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1952

Altera a Tabela Numérica de Pessoal da Comissão de Marinha Mercante.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e tendo em vista o artigo 33 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948 decreta:

Art. 1.º — Fica transformada uma função, em comissão, de Delegado, referência 26, da Tabela Numérica de Pessoal da Comissão de Marinha Mercante, a que se refere o Decreto n.º 28.506, de 16 de agosto de 1950, na de Delegado especial, referência 29, também em comissão, da mesma Tabela.

Art. 2.º — A referida função será ocupada pelo titular da Delegacia da Comissão de Marinha Mercante no Porto do Rio Grande.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.423 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1952

Considera contribuintes obrigatórios do IPASE os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e atendendo ao que dispõe o artigo 12 do Decreto-lei n.º 3.768, de 28 de outubro de 1941 decreta:

Art. 1.º Os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, erigido em autarquia pelo Decreto-lei n.º 8.463, de 2.º de dezembro de 1945, são considerados contribuintes obrigatórios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servi-

dores do Estado, ficando-lhes assegurados todos os benefícios e vantagens de que gozam os servidores civis da União.

Art. 2.º. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.424 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica alterada a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, para o fim de serem transferidos seis cargos da carreira de Técnico de Educação, com os respectivos ocupantes: Riva Bauzer, Ethel Bauzer, Lúcia Marques Pinheiro, Luzia Contardo da Fonseca, Otávio Augusto Lins Martins e Joaquim Moreira de Sousa, sendo os cinco primeiros da lotação permanente da Diretoria Geral do Departamento Nacional de Educação e o último da lotação permanente do Serviço Nacional de Teatro, todos para igual lotação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.425, DE 10 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Anibal Ribeiro Zambelli a pesquisar mica e associados, no município de Virgem da Lapa, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Anibal Ribeiro Zambelli a pesquisar mica e associados, em terrenos devolutos, numa área de seis hectares e dezessete ares (6,17 ha), no lugar denominado Barra Salina, distrito de Coronel Murta, município de Virgem da Lapa, Estado de Minas Gerais, delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e trinta e cinco metros (135m) no rumo magnético vinte e cinco graus e trinta minutos sudeste (25º 30' SE) da confluência do ribeirão Salmas no rio Jequitinhonha e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e sessenta e sete metros (267), trinta e cinco graus sudoeste (35º SW); duzentos e quarenta metros (240m), quarenta e sete graus sudeste (47º SE); duzentos e dez metros (210m), dezoito graus nordeste (18º NE). O último lado da poligonal é o alinhamento retilíneo, compreendido entre a extremidade do lado acima descrito e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleophas

DECRETO N.º 31.426 — DE 10 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Dilermando Rodrigues de Melo a pesquisar mica, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas),
Decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Dilermando Rodrigues de Melo a pesquisar mica, em terrenos devolutos, no lugar denominado Bosta d'Anta, distrito de Água Boa, município de Capelinha, Estado de Minas Gerais, numa área de cento e quarenta e um hectares e noventa e seis ares (141,96 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e vinte metros (120 m) no rumo magnético quarenta e cinco graus noroeste (45° NW) da confluência dos córregos Duas Bicas e Bosta d'Anta e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: novecentos metros (900 m), setenta e oito graus sudoeste (78° SW); setecentos metros (700 m), dez graus e trinta minutos noroeste (10° 30' NW); mil quatrocentos e dezesseis metros (1.416 m), cinquenta e quatro graus nordeste (54° NE); oitocentos e cinquenta metros (850 m), trinta e oito graus e trinta minutos sudeste (38° 30' SE). O último lado da poligonal, é o alinhamento retilíneo e compreendido entre a extremidade do lado acima descrito e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil quatrocentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 1.420,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleophas

DECRETO N.º 31.427 — DE 10 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro João Angelo de Oliveira a pesquisar mica e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas),
decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro João Angelo de Oliveira a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos, ocupados pelo Sr. Celestino Silva, no lugar denominado São Matias, distrito e município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e sete hectares e trinta ares (27,30 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a duzentos e sessenta metros (260 m) no rumo magnético de vinte e um graus e quinze minutos sudeste (21° 15' SE) da confluência dos córregos do Feijão e dos Modestos e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos e trinta metros (630 m), oitenta e oito graus nordeste (88° NE); duzentos e dez metros (210 m), dez graus nordeste (10° NE); duzentos metros (200 m), oitenta e oito graus nordeste (88° NE); quinhentos e dezesseis metros (517 m), dez graus sudoeste (10° SW); setecentos e sessenta e sete metros (767 m), oitenta e oito graus sudoeste (88° SW); o sexto (6.º) e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do quinto (5.º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleophas

DECRETO N.º 31.428 — DE 10 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Ubaldo Sales da Franga a pesquisar mica e associados, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Ubaldo Sales da Fraga a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos do Estado de Minas Gerais situados na localidade de Santa Malta, distrito de Água Boa, município de Capelinha, Estado de Minas Gerais, numa área de cinquenta e seis hectares e vinte e cinco ares (56,25 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a quatrocentos metros (400,0m) no rumo magnético de quarenta graus quinze minutos sudeste (40º 15' SE) da barra do córrego Santa Malta afluente pela margem direita do rio Urupuca, e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos e vinte e cinco metros (625,0m), quarenta e sete graus sudoeste (47º SW); novecentos metros (900,0m), quarenta e três graus noroeste (43º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 570,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.429 — DE 10 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão Brasileiro Luís Antero da Silva a pesquisar mica e associados no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Luís Antero da Silva a pesquisar mica e associados em terrenos de sua propriedade, situados no imóvel Fazenda São Felipe, no distrito e município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais, numa área de cinquenta hectares e dez ares (50,10 ha) delimitada por um triângulo que tem um vértice a mil metros (1.000m) no rumo magnético de vinte e cinco graus noroeste (25º NW) da barra do ribeirão São Felipe; afluente pela margem direita do rio São João, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: mil e oitenta metros (1.080m) e rumo de trinta e oito graus noroeste (38º NW) magnético; mil trezentos e vinte metros (1.320m) e rumo oeste (W) magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 570,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.430 — DE 10 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza a Companhia Catarinense de Cimento Portland a lavar calcário, no município de Camboriu, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

térmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Catarinense de Cimento Portland a lavar calcário, no município de Camboriu, Estado de Santa Catarina, em duas áreas distintas, assim definidas: a primeira (1.ª), situada no lugar denominado "Alto Macacos" com quatro hectares, vinte e um ares e oito centiares (4,2108 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a quatrocentos metros ... (400m), no rumo verdadeiro oitenta e quatro graus e quarenta e cinco minutos noroeste (84° 45' NW); da confluência dos rios Canoas e Macacos, e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: cento e trinta e dois metros (132m), oitenta e quatro graus e quarenta minutos noroeste (84° 40' NW); trezentos e dezenove metros (319m), cinco graus e vinte minutos sudoeste (5° 20' SW); a segunda (2.ª), situada no lugar denominado "João da Costa", com cinquenta hectares, quatro ares e vinte centiares (50,0420 ha), delimitada por um hexágono irregular, que tem um vértice a trezentos e sessenta metros (360m), no rumo verdadeiro vinte e três graus e quarenta minutos noroeste (23° 40' NW), do ponto denominado Volta do Coqueiro, no Rio Camboriu e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: trezentos e cinco metros (305m), cinqüenta e seis graus e vinte minutos nordeste (56° 20' NE); mil trezentos e trinta metros (1.330m), trinta e três graus e quarenta minutos noroeste (33° 40' NW); quatrocentos e quarenta metros (440m), cinqüenta e seis graus e vinte minutos sudoeste (56° 20' SW); setecentos e dois metros (702m), trinta e três graus e quarenta minutos sudoeste (33° 40' SE); cento e trinta e cinco metros (135m), cinqüenta e seis graus e vinte minutos nordeste (56° 20' NE); deste vértice, por uma linha reta, até o primeiro considerado. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de mil e oitenta cruzeiros (Cr\$ 1.080,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.431 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1952

Concede à Cabrals Sociedade Anônima Mineração, Indústria, Comércio — Ensaiaadores e Refinadores, autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o artigo 6.º, § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985 de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único — É concedida à Cabrals Sociedade Anônima, Indústria-Mineração Comércio — Ensaiaadores e Refinadores, sociedade anônima com

sede nesta Capital, constituída por escritura pública de 28 de maio de 1952, lavrada a fôlhas 61 do livro de notas n.º 490 do cartório do 14.º Ofício de Notas do Rio de Janeiro autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N. 31.432 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Wenzel Muller a lavar ocras e pigmentos minerais no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Carlos Wenzel Muller a lavar ocras e pigmentos minerais numa área de vinte e cinco hectares (25ha), encravada no imóvel denominado Serra Antônio Pereira de sua propriedade, situada no distrito de Antônio Pereira, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, delimitada por um quadrado de quinhentos metros (500m) de lado, tendo um vértice à distância de quinhentos e oitenta e cinco metros (585m) no rumo verdadeiro dez graus e quinze minutos sudoeste (10º 15' SW) da confluência dos córregos Cachoeira e Chafariz e os lados divergentes desse vértice nos seguintes rumos verdadeiros: quinhentos metros (500m), vinte e quatro graus e trinta minutos sudoeste (24º30'SW); quinhentos metros (500m), sessenta e cinco graus e trinta minutos sudeste (65º 30' SE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de ou-

tras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 31.433 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Amaury Moreira de Sousa a pesquisar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Amaury Moreira de Sousa

a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua exclusiva propriedade situados no lugar denominado Bairro das Pedras, no distrito e município de Itapeva, Estado de São Paulo, numa área de dezenove hectares e dez ares (19,10 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência dos córregos Pedrista e da Pedreira, e os lados a partir do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos e setenta e cinco metros (375m), cinquenta e um graus e quarenta e cinco minutos nordeste (51° 45' NE); trezentos metros (300m), sessenta graus sudeste (60° SE); trezentos e setenta e cinco metros (375m) cinquenta e um graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (51° 45' SW); quatrocentos e vinte e seis metros e vinte e seis centímetros (426,26m) quinze graus noroeste (15° 00' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.434 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Moreno de Carvalho a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antônio Moreno de Carvalho a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua propriedade situados em Capão Redondo e Elvas, distrito e município de Prado, Estado de Minas Gerais, numa área de

oito hectares e oitenta e sete ares (8,87 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quinhentos e quarenta e cinco metros (545,0m) no rumo magnético setenta e cinco graus nordeste (75° NE) do pontilhão de cimento da rodovia de São João del Rei para Barbacena sobre o córrego do Capão Redondo, e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos e oitenta e cinco metros (385m), oitenta e um graus e trinta minutos sudeste (81.º 30' SE); cento e setenta metros (170,0m), trinta graus sudeste (30.º SE); cento e noventa metros (190,0m), sessenta e três graus sudoeste (63.º SW); trezentos e vinte metros (320,0m), sessenta graus noroeste (65.º NW); cento e sessenta metros (160,0m), norte

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 31.435 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza a Empresa de Mineração, Indústria Brasileira de Mármore Itatinga a pesquisar mármore e associados no município de Mar de Espanha.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa de Mineração, Indústria Brasileira de Mármore Itatinga a pesquisar mármore e associados em terrenos de sua propriedade situados nas localidades de Cocais e Monte Altíssimo, distrito e município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais, numa área de doze hectares e oitenta ares

(12,80 ha) delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a trezentos e vinte metros (320m), no rumo magnético setenta e dois graus nordeste (72° NE) da confluência do ribeirão São João e córrego da Grota, e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e sessenta metros (260m), sul (S); quinhentos metros (500m), oitenta graus nordeste (80° NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 31.436 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Felisberto a pesquisar minério de manganês e associados no município de Guaçuí, Estado do Espírito Santo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Irineu Felisberto a pesquisar minério de manganês e associados, em terrenos de propriedade de João Adriano Gonçalves e outros, nos lugares denominados São Felipe e São Romão, distrito de Imbui, município de Guaçuí, Estado do Espírito Santo numa área de trezentos e noventa e sete hectares (397 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência do córrego Laje no ribeirão São Felipe e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil trezentos e quarenta metros (1340m), sessenta e seis graus e quarenta e quatro minutos noroeste (66º

44' NW); mil quinhentos e noventa metros (1590m), cinquenta e cinco graus sudoeste (55° SW); mil oitocentos metros (1800m), vinte e oito graus sudeste (28° SE); duzentos e noventa e cinco metros (295m), trinta e três graus e trinta minutos nordeste (33° 30' NE); setecentos e sessenta metros (760m), setenta e seis graus sudeste (76° SE); oitenta e dois metros (82m), vinte e seis graus noroeste (26° NW). O último lado da poligonal é o alinhamento retilíneo que liga a extremidade do lado acima descrito e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil novecentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 3.970,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.437 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 217.644,00 para pagamento de diferença de proventos ao suboficial reformado Luís de Góes.

O Presidente da República usando da autorização contida na Lei número 1.586, de 29 de março de 1952, e, ouvido o Tribunal de Contas nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto pelo Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 217.644,00 (duzentos e dezessete mil seiscentos e quarenta e quatro cruzeiros), para pagamento de diferença de proventos devida ao suboficial reformado, Luís de Góes, da Força Aérea Brasileira, no período de janeiro de 1942 e dezembro de 1949, na conformidade do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 1.264, de 6 de dezembro de 1950.

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Nero Moura

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.438 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, nos termos da autorização contida na Lei n.º 1.644, de 16 de julho de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na conformidade do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública decreta:

Art. 1.º — É aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de quinze milhões de cruzeiros (Cr\$ 15.000.000,00), como auxílio à Fundação Abrigo do Cristo Redentor.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alberto de Andrade

Queiroz

DECRETO N.º 31.439 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.500,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República usando da autorização contida na Lei número 1.656, de 28 de julho de 1952 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regula-

mento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º — É aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de quinze mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 15.500,00), para atender ao pagamento da pensão mensal de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) a Maria de Bastos Medeiros Chagas, no período de 1 de junho de 1949 a 31 de dezembro de 1951.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.440 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno nacional interior que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.441 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza Vergílio Martins Gomes a comprar pedras preciosas.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Vergílio Martins Gomes, cidadão brasileiro e residente em Baliza, no Estado de Goiás, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466 de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.442 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Garantia".

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º — Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Garantia", com sede nesta Capital, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 3.753, de 15 de dezembro de 1936, conforme deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 16 de novembro de 1950, 26 de fevereiro de 1951 e 28 de abril de 1952.

Art. 2.º — A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.443 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1952

Concede reconhecimento aos cursos de engenheiros civis, eletricitistas e industriais da Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único — É concedido reconhecimento aos cursos de engenheiros civis, eletricitistas e industriais da Es-

cola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.444 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Ijuí concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda d'água denominada Passo de Ajuricaba, município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 150 do Código de Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º — É outorgada à Prefeitura Municipal de Ijuí concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da queda d'água denominada Passo de Ajuricaba, existente no Rio Ijuí, Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda a aproveitar, a descarga da derivação e a potência.

§ 2.º — O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para serviço público, de utilidade pública e para comércio de energia no município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º — Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação pelo Ministro da Agricultura, da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da pu-

blicação deste decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico, observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Aguas.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º — A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Aguas, as instalações necessárias às observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º — O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5.º — As tarifas do fornecimento de energia serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º — Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o artigo 4.º, será criado um fundo de reserva que proverá às renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único — A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta quota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º — Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição da energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166 do Código de Aguas, mediante indenização, na base do custo histórico, do capital não amortizado, deduzida a reserva de renovação a que se refere o parágrafo único do artigo 6.º.

§ 1.º — A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a con-

cessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado do Rio Grande do Sul não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º — A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 8.º — A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data da publicação deste decreto.

Art. 9.º — O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.445 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1952

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 412.076,62 ou US\$ 22.012,64, para pagamento da contribuição do Brasil ao Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde.

O Presidente da República usando da autorização contida na Lei número 1.611, de 27 de maio de 1952 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 412.076,62 (quatrocentos e doze mil setenta e seis cruzeiros e sessenta e dois centavos), equivalentes a US\$ 22.012,64 (vinte e dois mil e doze dólares e sessenta e quatro centimos), ao câmbio de Cr\$ 18,72 por US\$ 1,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil em favor do Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde.

Parágrafo único — O crédito especial de que trata este artigo está auto-

maticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 12 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fonotura

Alberto de Andrade
Queiroz

DECRETO N.º 31.446 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1952

*Dispõe sobre a organização das
empresas incorporadas ao patri-
mônio nacional e dá outras pro-
vidências.*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos Decretos-leis ns. 2.073 de 8 de março de 1940 e 2.436 de 22 de julho de 1940, decreta:

Art. 1.º — As empresas incorporadas ao patrimônio nacional em virtude dos Decretos-leis ns. 2.073, de 8 de março de 1940 e 2.436, de 22 de julho de 1940, com os seus bens coisas e direitos permanecerão sob a jurisdição do Ministério da Fazenda e serão administradas por um Superintendente, de livre escolha e nomeação do Presidente da República, que fixará sua remuneração.

Art. 2.º — Cada uma das empresas incorporadas ao patrimônio nacional funcionará como unidade autônoma e em regime semelhante ao de uma empresa privada, cumprindo porém ao Superintendente coordenar, orientar e fiscalizar o funcionamento de todas elas.

Parágrafo único — A fim de obter maior economia de gastos e maior eficiência nos serviços, deverá o Superintendente unificar a administração e a direção de empresas congêneres, podendo ainda reunir atividades semelhantes a cargo de empresas diferentes.

Art. 3.º — O escritório central da Superintendência será mantido com

os recursos financeiros da própria Superintendência e os fornecidos pelas empresas incorporadas e disporá dos serviços técnicos e de administração geral indispensáveis ao controle e à fiscalização das diversas empresas e à coordenação de suas atividades.

§ 1.º — Sem prejuízo da autonomia financeira e contábil de cada uma das empresas, a Superintendência manterá uma contabilidade sintética e um controle orçamentário central, que lhe permitam acompanhar a vida financeira de cada empresa e manter o equilíbrio econômico e financeiro do conjunto.

§ 2.º — Poderá o Superintendente autorizar empréstimos e suprimentos de recursos de uma empresa a outra, a fim de cobrir déficits de exploração e dificuldades transitórias de caixa ou financiar investimentos de caráter reprodutivo.

Art. 4.º — Compete ao Superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional:

a) — superintender, orientar e dirigir as atividades das empresas incorporadas, representá-las em juízo ou fora dele e designar procurador para este fim;

b) — expedir normas, instruções e ordens do serviço para o funcionamento da Superintendência e das empresas incorporadas;

c) — fixar o local da sede de cada uma das empresas incorporadas;

d) — assinar os contratos, convênios, ajustes e acordos que de qualquer forma interessem à receita ou à despesa das empresas incorporadas ou afetem o patrimônio das mesmas;

e) — designar e dispensar os diretores ou gerentes das empresas incorporadas;

f) — designar o seu substituto nos impedimentos eventuais até 30 dias;

g) — admitir e dispensar o pessoal da Superintendência e das empresas incorporadas;

h) — requisitar das empresas o pessoal necessário aos serviços da Superintendência e movimentar o pessoal entre as mesmas, de acordo com as necessidades dos serviços;

i) — aprovar os quadros e tabelas de salário do pessoal da Superintendência e das empresas incorporadas não assemelhado ao pessoal extranumerário da União e, no tocante ao pessoal assemelhado, submeter a res-

pectiva tabela à aprovação do Presidente da República;

j) — requisitar, nos termos da legislação em vigor, funcionários da União que se tornem necessários à execução dos serviços a cargo da Superintendência ou das empresas incorporadas;

l) — aprovar o orçamento, o plano anual de trabalho e o balanço anual de cada uma das empresas incorporadas;

m) — autorizar as empresas incorporadas a adquirir material e realizar obras, quando se tratar de despesa superior a Cr\$ 30.000,00;

n) — movimentar, juntamente com o Tesoureiro as contas e os depósitos bancários em nome da Superintendência das Empresas Incorporadas, podendo delegar sua competência ao seu substituto eventual;

o) — dirigir os serviços a cargo da Comissão prevista no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 2.436, de 22 de julho de 1940, encarregada de proceder ao levantamento e à avaliação de todos os valores e bens pertencentes às empresas incorporadas.

Art. 5.º — O Superintendente das Empresas Incorporadas deverá submeter, até 30 de novembro de cada ano, à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro da Fazenda o plano de trabalho e o orçamento consolidado para o exercício subsequente da Superintendência e das Empresas Incorporadas.

Art. 6.º — O Superintendente das Empresas Incorporadas deverá apresentar, até 31 de janeiro de cada ano, à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro da Fazenda um relatório pormenorizado, acompanhado do balanço consolidado da Superintendência e das empresas incorporadas relativo ao exercício anterior.

Art. 7.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alberto de Andrade
Queiroz

DECRETO N.º 31.447 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza concessão à Rádio Clube Paranaense Limitada para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N. 31.448 DE 12 DE SETEMBRO
DE 1952

Altera o Decreto n. 31.057, de 30 de junho de 1952, que outorgou concessão à Fundação Casper Líbero para estabelecer um transmissor de radiodifusão de ondas curtas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Fundação Casper Líbero, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n. XII da mesma Constituição, decreta:

Art. 1.º O transmissor de radiodifusão, em ondas curtas, que a Fundação Casper Líbero foi autorizada, pelo Decreto n. 31.057, de 30 de junho de 1952, a estabelecer na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, terá a potência mínima de 50 kw, e não a de 20 kw, como se acha declarado no referido decreto.

Parágrafo único — A cláusula 1.ª das que baixaram com o citado Decreto n. 31.057 passa a ter a seguinte redação:

“Fica assegurado à Fundação Casper Líbero o direito de estabelecer, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem exclusividade um transmissor de radiodifusão em ondas curtas, com a potência mínima de 50 kw, destinado a trabalhar em conjunto com as estações de ondas médias e de frequência modulada dessa Fundação e a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intelectual e instrutiva, e subordinação a todas as obrigações e exigências instituídas nesse ato de concessão”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.449 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1952

Outorga concessão à Rádio Bandeirantes S. A. para estabelecer um transmissor de ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 37, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Rádio Bandeirantes S. A. e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único — Fica outorgada concessão a Rádio Bandeirantes S. A. nos termos do artigo 11, do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, para estabelecer na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a título precário, na forma do artigo 4.º, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade, um transmissor de ondas curtas.

Parágrafo único — O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas que com este baixam, rubricadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas e será assinado dentro de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação deste Decreto no "Diário Oficial", sob pena de ser considerada nula a presente concessão.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

CLÁUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N.º 31.449, DESTA DATA

I

Fica assegurado à Rádio Bandeirantes S. A. o direito de estabelecer, na

cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem exclusividade, um transmissor de ondas curtas, destinado a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade de orientação intelectual e instrutiva e com subordinação a todas as obrigações e exigências instituídas neste ato de concessão.

II

A presente concessão é outorgada, a título precário, na forma do artigo 4.º, parágrafo 2.º, do Decreto número 29.783, de 19 de julho de 1951, sem prejuízo da faculdade que assegura a legislação vigente, ao Governo Federal de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Parágrafo único. O presente contrato entrará em vigor a partir da data de seu registro pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo Federal por indenização alguma se por aquele Instituto lhe for denegado registro.

III

A concessionária é obrigada a:

a) constituir sua diretoria exclusivamente de brasileiros natos;

b) admitir, exclusivamente, operadores e locutores brasileiros natos e bem assim a empregar, efetivamente, nos outros serviços técnicos e administrativos, dois terços, no mínimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (Decretos números vinte e um mil cento e onze) (21.111), de um (1) de março de mil novecentos e trinta e dois (1932) e vinte nove mil setecentos e oitenta e três (29.783), de dezenove (19) de julho de mil novecentos e cinquenta e um (1951), ou no que vier a reger a matéria e obedecer à primeira requisição em ato sucessivo à intimação, sem que, por isso, assista à sociedade direito a qualquer indenização;

e) submeter-se ao regime de fiscalização que for instituído pelo Governo Federal, bem como ao pagamento, adiantadamente, da cota mensal

para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a matéria;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telégrafos todos os elementos que este venha a exigir para os efeitos de fiscalização e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permitam ao Governo Federal apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programas e irradiações lidas ao microfone, devidamente autenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer às posturas municipais aplicáveis ao serviço de concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como receber e transmitir, gratuitamente, nos dias e horas determinados, o programa panamericano e todos os programas da rede nacional;

j) submeter, no prazo de três (3) meses, a contar da data do registro do contrato pelo Tribunal de Contas, à aprovação do Governo Federal, o local escolhido para a montagem da estação;

l) submeter, no prazo de seis (6) meses a contar da data da aprovação do local, à aprovação do Governo Federal, as plantas, orçamentos e todas as especificações técnicas das instalações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

m) inaugurar, no prazo de dois (2) anos, a contar da data da aprovação de que trata a alínea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo Federal;

n) submeter-se à ressalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela;

o) Submeter à ressalva de que a frequência distribuída à sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (Decretos número vinte e um mil cento e onze (21.111), vinte e

nove mil setecentos e oitenta e três (29.783), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assunto, incidindo sempre sobre essa frequência o direito de posse da União;

p) submeter-se aos preceitos instituídos nas convenções e regulamentos internacionais, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço da concessão.

IV

A concessionária não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos, nem fazer transferência de ações, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a eficiência necessária e de acordo com as prescrições técnicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

V

No regime de fiscalização que for instituído, fica assegurado ao Governo Federal, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escrituração e tudo que se tornar necessário a essa fiscalização.

VI

Pela inobservância de qualquer das presentes cláusulas, em que não esteja prevista a imediata caducidade da concessão, o Governo Federal, poderá, pelo órgão fiscalizador, impor à concessionária multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), conforme a gravidade da infração.

Parágrafo único. A importância de qualquer multa será recolhida à Tesouraria do Departamento dos Correios e Telégrafos, dentro do prazo improrrogável de trinta (30) dias a contar da data da notificação feita diretamente à concessionária ou da publicação do ato no *Diário Oficial*.

VII

Em qualquer tempo são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriação por neces-

sidade ou utilidade pública e requisições militares.

VIII

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indenização:

a) se, em todo o tempo, fôr verificada inobservância das disposições contidas nas alíneas a, b, c, d, e (*in-fine*), j, l e n, da cláusula terceira (III);

b) se não forem pagas dentro dos prazos estabelecidos, a cota e contribuições a que se refere a alínea e da cláusula terceira (III), bem como a importância de qualquer multa imposta nos termos da cláusula sexta (VI);

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que rege a matéria.

Parágrafo único. Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo Federal, sem direito a qualquer indenização:

a) se, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionária para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo Federal;

b) se a concessionária incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1952. — *Alvaro de Sousa Lima*.

DECRETO N.º 31.450 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Mauá, Companhia de Seguros Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.451 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da Companhia Rochedo de Seguros.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º. Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital de Cr\$. 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) da Companhia Rochedo de Seguros, com sede na Capital do Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 18.885, de 15 de junho de 1945, conforme deliberação das Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 12 de maio e 24 de setembro de 1951 e 9 de maio de 1952.

Art. 2.º. A sociedade continuará integralmente sujeita as leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.452 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1952

Designa as sedes dos Comandos das Divisões de Infantaria e das Infantarias e Artilharias Divisionárias em tempo de paz.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — São fixadas nas seguintes cidades as sedes dos Comandos abaixo:

I — Divisões de Infantaria:

1.ª Divisão de Infantaria — Rio de Janeiro;

2.ª Divisão de Infantaria — Lorena;

3.ª Divisão de Infantaria — Santa Maria;

4.^a Divisão de Infantaria — Belo Horizonte;
 5.^a Divisão de Infantaria — Ponta Grossa;
 6.^a Divisão de Infantaria — Porto Alegre;
 7.^a Divisão de Infantaria — João Pessoa.

II — Infantarias Divisionárias:

Infantaria Divisionária da 1.^a Divisão de Infantaria — Rio de Janeiro;

Infantaria Divisionária da 2.^a Divisão de Infantaria — Caçapava;

Infantaria Divisionária da 3.^a Divisão de Infantaria — Pelotas;

Infantaria Divisionária da 4.^a Divisão de Infantaria — São João d'El-Rei;

Infantaria Divisionária da 5.^a Divisão de Infantaria — Ponta Grossa;

Infantaria Divisionária da 6.^a Divisão de Infantaria — São Leopoldo;

Infantaria Divisionária da 7.^a Divisão de Infantaria — Natal.

III — Artilharias Divisionárias:

Artilharia Divisionária da 1.^a Divisão de Infantaria — Rio de Janeiro;

Artilharia Divisionária da 2.^a Divisão de Infantaria — Jundiá;

Artilharia Divisionária da 3.^a Divisão de Infantaria — Cachoeira do Sul;

Artilharia Divisionária da 4.^a Divisão de Infantaria — Pouso Alegre;

Artilharia Divisionária da 5.^a Divisão de Infantaria — Lapa;

Artilharia Divisionária da 6.^a Divisão de Infantaria — Cruz Alta;

Artilharia Divisionária da 7.^a Divisão de Infantaria — Olinda.

Art. 2.^o — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1952; 131.^o da Independência e 64.^o da República.

GETÚLIO VARGAS

Ciro do Espírito Santo

DECRETO N.^o 31.453 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza a Usina Açucareira Ester S. A. a ampliar suas instalações hidrelétricas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.^o 31.454 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Petrolândia concessão para a distribuição de energia elétrica.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.^o 31.455 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza a Empresa Força e Luz São Sebastião Ltda. a ampliar suas instalações hidrelétricas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.^o 31.456 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1952

Outorga à Companhia de Cimento Portland Maringá concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Saito da Barra, existente no rio Apiaí-Guaçu, distrito e município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.^o 31.457 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1952

Fixa o prazo de validade dos Decretos 30.762, 30.922 e 31.012, de 14 de abril, 29 de maio e 19 de junho do corrente ano, respectivamente.

O Presidente da República, usando a atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.^o É fixado o dia 31 de dezembro de 1952, como prazo máximo de validade dos Decretos números 30.762, 30.922 e 31.012, respectivamente de 14 de abril, 29 de maio e 19 de junho do corrente ano, que reduziram os interstícios dos 1.^{os} Tenentes, Tenentes-Coronéis Farmacêuticos e 2.^{os} Tenentes de Engenharia.

Art. 2.^o Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1952; 131.^o da Independência e 64.^o República.

GETÚLIO VARGAS

Ciro do Espírito Santo Cardoso

DECRETO N. 31.458 — DE 13 DE
SETEMBRO DE 1952

Anula o decreto n. 27.581, de 14 de dezembro de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único — Fica anulado o decreto número vinte e sete mil quinhentos e oitenta e um (27.581), de quatorze (14) de dezembro de mil novecentos e quarenta e nove (1949), que autorizou o cidadão brasileiro João Nepomuceno da Silva a pesquisar mica e associados no lugar denominado Rochedo, distrito de Penha do Norte, município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N. 31.459 — DE 13 DE
SETEMBRO DE 1952

Anula o decreto n. 26.202, de 15 de janeiro de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único — Fica anulado o decreto número vinte e seis mil duzentos e dois (26.202), de quinze (15) de janeiro de mil novecentos e quarenta e nove (1949), que autorizou o cidadão brasileiro Romualdo de Sousa Coelho a pesquisar mica e associados no lugar denominado Rochedo, distrito de Penha do Norte, município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.460 — DE 13 DE
SETEMBRO DE 1952

Renova o Decreto n.º 24.761, de 6 de abril de 1948

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovado pelo prazo de dois (2) anos, nos termos da letra a do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida a Sebastião de Sampaio Torres, pelo Decreto número vinte e quatro mil setecentos e sessenta e um (24.761), de seis (6) de abril de mil novecentos e quarenta e oito (1948), para pesquisar quartzo, mica, pedras coradas e associados, no distrito de Penha do Norte, município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil novecentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 4.960,00), e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
João Cleofas.

DECRETO N.º 31.461 — DE 16 DE
SETEMBRO DE 1952

Abre, ao Poder Judiciário, crédito especial de Cr\$ 54.060,00, para pagamento de despesa a que se refere a Lei n.º 1.630, de 24 de junho de 1952.

O Presidente da República usando da autorização contida na Lei número 1.630, de 24 de junho de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único. — É aberto ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 54.060,00 (cinquenta e quatro mil e sessenta cruzeiros), para atender ao

pagamento de despesas com o pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, relativas ao exercício de 1951.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alberto de Andrade
Queiroz

DECRETO N.º 31.462 — DE 16 DE
SETEMBRO DE 1952

*Declara públicas de uso comum,
do domínio do Estado do Espírito
Santo as águas do Rio Tabocus.*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei número 2.281 de 5 de junho de 1940;

Considerando que o Edital de classificação do curso d'água publicado no *Diário Oficial* de 12 de maio de 1951, não recebeu contestação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no processo n.º 470-51 — C.N.A.E.E. opinou favoravelmente à classificação constante do referido Edital, decreta:

Art. 1.º — As águas do rio denominado Tabocas que nasce no município de Santa Teresa e é tributário pela margem direita do rio Santa Maria do Rio Doce, são declaradas públicas de uso comum do domínio do Estado do Espírito Santo.

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.463 — DE 16 DE
SETEMBRO DE 1952

*Declara públicas de uso comum,
do domínio do Estado do Rio de
Janeiro, as águas do rio Santo
Antônio, Bonito e Bonito.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos

termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940;

Considerando que o Edital de classificação do curso d'água publicado no *Diário Oficial* de 2 de junho de 1951, não recebeu contestações;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica no processo n.º 433-51 — CNAEE, opinou favoravelmente à classificação constante do referido Edital, decreta:

Art. 1.º — As águas do rio denominado Santo Antônio, Bonito e Bonito, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior, que nasce no município de Nova Friburgo e é tributário pela margem direita do rio Macaé são declaradas públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.464 — DE 16 DE
SETEMBRO DE 1952

*Autoriza o Estado de Minas Gerais a
construir linhas de transmissão en-
tre Marzagânia e Roça Grande e
entre Sabará e Caeté, no Estado.*

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.465 DE 17 DE SE-
TEMBRO DE 1952.

*Autoriza o cidadão brasileiro Ludovi-
no Nola Machado a pesquisar água
mineral no município de Itaverá,
Estado do Rio de Janeiro.*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º. Fica autorizado o cidadão brasileiro Ludovino Nola Machado a pesquisar água mineral, em terre-

nos de sua propriedade no imóvel denominado Retiro Santa Cruz, distrito de Passa Três, município de Itaverá, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quatorze hectares e cinquenta ares (14,50 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a duzentos metros (200 m), no rumo magnético de sessenta e seis graus e trinta minutos sudeste ($66^{\circ} 30' SE$) do marco quilométrico número noventa e sete (km.9^o) da rodovia Rio de Janeiro — Passa Três e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: oitenta e quatro metros (84), setenta e três graus sudeste ($73^{\circ} SE$); trinta e quatro metros e cinquenta centímetros (34,50m), oitenta e quatro graus e cinquenta minutos sudeste ($84^{\circ} 50' SE$); oitenta e dois metros (82 m), setenta graus noroeste ($70^{\circ} NE$); dezessete metros e setenta centímetros (17,70m), oitenta e um graus nordeste ($81^{\circ} NE$); dezessete metros e sessenta centímetros (17,60 m), setenta e oito graus e vinte minutos sudeste ($78^{\circ} 20' SE$); vinte e um metros e vinte centímetros (21,20 m), cinquenta e sete graus e cinquenta e cinco minutos sudeste ($57^{\circ} 55' SE$); setenta e sete metros e quarenta centímetros (77,40 m), trinta e seis graus e quarenta e sete minutos sudeste ($36^{\circ} 47' SE$); vinte e um metros e vinte centímetros (21,20 m), cinquenta e um graus e quarenta e cinco minutos sudeste ($51^{\circ} 45' SE$); dezoito metros (18 m), setenta e quatro graus sudeste ($74^{\circ} SE$); oitenta e sete metros (87m), oitenta e três graus e vinte e um minutos sudeste ($83^{\circ} 21' SE$); vinte e dois metros e oitenta centímetros (22,80m), setenta e sete graus e trinta e oito minutos sudeste ($77^{\circ} 38' SE$); trinta e sete metros e trinta minutos sudeste ($53^{\circ} 30' SE$); quatrocentos e sessenta e três metros (463 m), trinta e oito graus e dezesseis minutos nordeste ($38^{\circ} 16' NE$); cento e treze metros e setenta centímetros (113,70 metros), cinquenta e um graus e dois minutos noroeste ($51^{\circ} 02' NW$); sessenta e nove metros e quarenta centímetros (69,40 m), vinte e quatro graus noroeste ($24^{\circ} NW$); oitenta metros (80 m), sessenta e dois graus e trinta e três minutos noroeste ($62^{\circ} 33' NW$); cento e setenta e dois metros e noventa centímetros (172,40m), trinta e sete graus e trinta e seis minutos sudoeste ($37^{\circ} 36' SW$); duze-

tos e cinquenta e seis metros (256 m), cinquenta graus e dez minutos sudoeste ($50^{\circ} 10' SW$); duzentos e sessenta e cinco metros (265m), sessenta e sete graus e quarenta minutos sudoeste ($67^{\circ} 40' SW$); o último lado da poligonal é o alinhamento retilíneo e compreendido entre a extremidade do último lado acima descrito e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica, deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

Getúlio Vargas

João Cleofas

DECRETO N.º 31.466 — DE 17 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Lucas Evangelista Rodrigues a pesquisar ardósia e associados no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-Lei n.º 1.985, de 29 de Janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o cidadão brasileiro Lucas Evangelista Rodrigues a pesquisar ardósia e associados em terrenos de sua propriedade, situados no lugar denominado Quinta, no distrito de Fidalgo, município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, numa área de cinco hectares (5 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a oitocentos metros (800m) no rumo magnético de quarenta e oito graus Noroeste (48º NW) do canto Noroeste (NW) da sede da Fazenda Poço Azul, de propriedade de Ari Feliz Homem Bahia, e os lados divergentes do vértice considerado, tem: duzentos metros (200m) e rumo de sete graus Sudoeste (7º SW), magnético, duzentos e cinquenta metros (250m)

e rumo de oitenta e três graus Noroeste (83° NW), magnético.

Art. 2.º — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.467 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Roberto Pinheiro Tórres a pesquisar mica, quartzo, pedras coradas e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Paulo Roberto Pinheiro Tórres a pesquisar mica, quartzo, pedras coradas e associados em terrenos devolutos ocupados pela viúva José Lemos, situados no lugar denominado Córrego Palmital, no distrito de Penha do Norte, município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais, numa área de quatrocentos e onze hectares e trinta ares (411,30 ha) delimitada por um polígono irregular que tem vértice a trezentos e trinta e um metros (331m) no rumo magnético de oitenta e um graus trinta e cinco minutos sudeste (81º 35' SE) da barra do córrego José Lemos, afluente pela margem direita do córrego do Palmital, e os lados a partir do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: um mil e oitocentos metros (1.800m), oitenta e dois graus trinta minutos sudoeste (82º 30' SW); dois mil e quatrocentos metros (2.400m), vinte e oito graus nordeste (28º NE); um mil e oitocentos me-

tros (1.800m), sessenta e nove graus sudeste (69º SE); dois mil oitocentos e um metros (2.801m), dezenove graus quarenta e dois minutos sudoeste (19º 42' SW); duzentos noventa e oito metros (298m), oitenta graus noroeste (80º NW); um mil trezentos e sessenta e cinco metros (1.365m), oito graus quarenta e cinco minutos nordeste (8º 45' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil cento e vinte cruzeiros (Cr\$ 4.120,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.468 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República usando da autorização contida na Lei número 1.570, de 10 de março de 1952, e tendo consultado o Tribunal de Contas e ouvido o Ministério da Fazenda, nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º — Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para ressarcimento de dispêndios feitos pelo engenheiro Manuel Inácio Basos e por Oscar Salvador Cordeiro, com os primeiros estudos e a localização da zona petrolífera de Lobato, no Estado da Bahia.

Art. 2.º — O referido crédito será dividido em duas partes iguais, a fim de ser feito o pagamento aos mencionados beneficiários ou aos seus sucessores, mediante quitação plena.

Art. 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

Alberto de Andrade
Queiroz

DECRETO N.º 31.469 — DE 17 DE
SETEMBRO DE 1952

Modifica o Regimento do Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ao art. 1.º do Regimento do Serviço Nacional de Malária (S.N.M.), do Departamento Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto número 8.677, de 4 de fevereiro de 1942, fica acrescentada a seguinte alínea:

“e) organizar e realizar, em todo o país, os planos de combate à esquistossomose, à doença de Chagas, à filariose e ao escorpionismo”.

Art. 2.º — Ao Diretor do S.N.M. incumbirá dirigir e orientar os referidos planos, expedindo e fiscalizando as necessárias instruções para sua fiel execução.

Art. 3.º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.470 — DE 17 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados, nos municípios de Nova Lima e Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República

Usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e

nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1943 (Código de Minas),

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizada a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados em terrenos de propriedade da St. John d'el Rey Mining Company Limited, situado no lugar denominado Varadouro do Neto, distrito e município de Nova Lima, e nos lugares do Tutamã e Retiro do Moisés, distrito e Piedade do Paraopeba, município de Piumhi, Estado de Minas Gerais, numa área de trezentos e vinte e seis hectares (326 ha), delimitada por um quadrilátero que tem um vértice no marco geodésico do ponto mais alto do Morro do Moisés, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: quarenta e trinta metros (430m), Este (E); três mil cento e vinte metros (3.120m), onze graus trinta minutos sudeste (11.º 30' SE); mil e dois metros e três decímetros (1.002,3m), sessenta e seis graus vinte e dois minutos sudoeste (66.º 22, SW); três mil quinhentos e trinta metros (3.530m), onze graus trinta minutos noroeste (11.º 30, NW); quinhentos e setenta metros (570m), Este (E).

Art. 2.º — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil duzentos e sessenta cruzzeiros (Cr\$ 3.260,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS,
João Cleofas.

DECRETO N.º 31.471 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952

Concede a “Navunidos Navegação Sociedade Anônima” autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.472 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952

Concede à sociedade anônima "Standard Oil Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.473 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de "The Home Insurance Company".

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.474 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952

Extingue Coletoria Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica extinta, de acordo com o art. 70 da Lei n.º 1.293, de 27 de dezembro de 1950, a 2.ª Coletoria Federal em Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alberto de Andrade Queiroz.

DECRETO N.º 31.475 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952

Aprova alteração introduzida nos Estatutos, referente ao aumento de capital, da Sul América Capitalização S. A.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO N.º 31.476 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952

Concede à sociedade "MAG — Navegação e Comércio Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.734, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade "MAG — Navegação e Comércio Limitada", com sede nesta capital, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 30.495, de 31 de janeiro de 1952, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com a alteração de contrato social que apresentou, por meio de escritura pública firmada a 27 de março do corrente ano, ficando a referida sociedade obrigada a cumprir as leis e regulamentos e vigorar, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.477 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952

Regulamenta a Lei n.º 1.584, de 27 de março de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição, decreta:

Art. 1.º A admissão, a qualquer título, de pessoal nos quadros de qualquer natureza das instituições de previdência social e entidades autárquicas e paraestatais fica sujeita a prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos deste regulamento.

Parágrafo único. A infração do disposto neste artigo importa em nulidade de pleno direito do ato de admissão, bem como na responsabilidade

de funcional e financeira da autoridade administrativa que o praticar.

Art. 2.º Não depende de habilitação em concurso o provimento:

a) do cargo ou função, em comissão de presidente ou equivalente de direção geral da entidade;

b) do cargo ou função, em comissão, de auxiliar de gabinete da autoridade a que se refere o item anterior, em número limitado;

c) dos demais cargos ou funções, em comissão, de chefia ou direção.

Parágrafo único. Os cargos ou funções a que se referem as alíneas b e c do parágrafo anterior serão expressamente discriminados no Regulamento da entidade ou no Decreto que aprovar o respectivo quadro de pessoal.

Art. 3.º Quando não houver candidato habilitado em concurso, a vaga inicial da carreira ou série funcional, bem como a de cargo ou função isolada, poderá ser preenchida, em caráter interino, ou provisório, por candidato que satisfaça as demais exigências legais e regulamentares.

§ 1.º — O candidato que fôr admitido e mcaráter interino ou provisório fica obrigado a solicitar sua inscrição no primeiro concurso que se realizar para o preenchimento do cargo ou da função.

§ 2.º Aprovadas as inscrições, serão dispensados os interinos ou provisórios que tiverem deixado de cumprir o disposto no parágrafo anterior.

§ 3.º Após o encerramento das inscrições, a admissão, em caráter interino ou provisório, só poderá recair em candidato inscrito no respectivo concurso.

§ 4.º Homologado o concurso, serão dispensados todos os interinos ou provisórios.

§ 5.º O interino ou provisório não poderá ser transferido de cargo ou função, requisitado, nem concorrer a promoções ou melhorias de salário.

Art. 4.º A fim de permitir que o servidor venha a desempenhar funções de maior responsabilidade ou especialização, como estímulo ao seu progresso profissional no quadro da entidade a que pertence, os regulamentos indicarão os cargos ou funções de nível mais elevado reservados ao acesso de ocupantes de cargos ou funções de nível imediatamente inferior.

§ 1.º — Os cargos ou funções a que se refere este artigo devem ter atribuições correlatas ou afins.

§ 2.º — O acesso far-se-á pelo critério do merecimento, ou mediante prestação de concurso ou conclusão de curso específico, observada, nos dois últimos casos, a ordem de classificação.

§ 3.º — A juízo do dirigente da entidade e se a eficiência dos serviços o exigir, os lugares normalmente reservados para o acesso de que trata este artigo, poderão ser preenchidos, até a metade das vagas, mediante concurso público.

Art. 5.º Os concursos públicos para o preenchimento de cargos ou funções serão de provas, ou de provas e títulos, conforme estabelecerem as respectivas instruções, observadas as seguintes normas:

I — os concursos poderão ser gerais, quando realizados para o preenchimento das vagas que se verificarem em qualquer região ou localidade, ou regionais, quando realizadas para o preenchimento de vagas de determinada região ou localidade.

II — o mesmo concurso poderá compreender várias classificações dos candidatos, de acordo com as diversas especializações que forem indicadas nas instruções e com a região ou localidade em que fôr realizado. Em tais casos, haverá classificação final distinta para cada região ou localidade, ou secção especializada, de modo que as admissões obedecem às exigências do serviço;

III — o concurso será concluído e homologado dentro do prazo de doze meses, a partir da data em que ocorrer a vaga.

Art. 6.º Na seleção do pessoal ter-se-á em vista a natureza e o grau de instrução exigidos pelo cargo ou função.

§ 1.º — Para efeito deste artigo, os cargos ou função serão considerados:

I — de natureza braçal ou subalterna;

II — de natureza administrativa, fiscal, burocrática ou similares;

III — de natureza industrial ou semelhante, tendo em vista as atividades específicas da entidade;

IV — de natureza técnica ou científica, e de magistério ou ensino.

§ 2.º — Quanto ao grau de instrução, ter-se-á em vista o nível pri-

mário, secundário, técnico--profissional ou superior, dos conhecimentos a serem exigidos nas provas.

Art. 7.º O concurso para seleção de candidatos destinados ao exercício das funções de natureza braçal ou subalterna constará de provas de aptidão física, mediante aplicação de índices previamente estabelecidos, admitindo-se a prova prática de serviço, se o exigir a natureza da função.

Art. 8.º A seleção de candidatos destinados ao exercício de funções administrativas, fiscais, burocráticas ou similares, se fará mediante provas de conhecimentos gerais básicos e, quando a natureza do cargo ou da função o exigir, de prova de conhecimentos especializados.

Art. 9.º A seleção de candidatos destinados ao exercício de cargo ou função de natureza industrial ou assemelhada se fará mediante provas de conhecimentos gerais e especializados, de aptidões específicas e, quando for o caso, de prática de serviço.

Art. 10 A seleção de candidatos destinados ao exercício de cargos ou funções, de natureza técnica ou científica e de magistério, ou ensino se fará mediante concurso de provas e títulos, abrangendo as provas, obrigatoriamente, conhecimentos de questões ligadas à natureza do cargo ou da função.

Art. 11 — A seleção poderá incluir provas psicotécnicas.

Art. 12 — A admissão dos candidatos obedecerá à ordem de classificação obtida no concurso.

Art. 13 Os candidatos habilitados em concurso serão admitidos para estágio probatório, durante o qual será apurada a conveniência ou não da sua confirmação no cargo ou na função.

Parágrafo único — O estágio probatório terá a duração de um ano e será considerado como parte complementar do concurso.

Art. 14 Os concursos serão realizados pela própria entidade ou por delegação.

Parágrafo único — As entidades interessadas na realização de concursos poderão celebrar acordos ou convênios entre si, inclusive para aprovei-

tamento comum de candidatos habilitados, sendo-lhes facultado solicitar a outros órgãos da administração direta ou indireta, bem como a entidades privadas de reconhecida idoneidade, a colaboração que se fizer necessária ao recrutamento e à seleção de pessoal.

Art. 15.º As instruções do concurso serão aprovadas pelo dirigente da entidade ou autoridade delegada.

Art. 16 Para os concursos realizados fora da sede da entidade, haverá notificação pública da abertura de inscrição mediante afixação de aviso em local acessível aos interessados, na agência de correios, ou por outros meios próprios de divulgação, cumprindo ao órgão incumbido do concurso indicar o local em que poderão ser compulsadas as respectivas instruções.

Art. 17 Este regulamento não se aplica ao pessoal de obras definido na legislação em vigor.

Art. 18 Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Ciro do Espírito Santo Cardoso

João Neves da Fontoura

Alberto de Andrade Queiroz

Alvaro de Souza Lima

João Cleofas

E. Simões Filho

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.478 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952.

Autoriza estrangeira a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha, que menciona, situado na Capital de República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.479 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952

Dispõe sobre o cumprimento da Lei n.º 1.095, de 3 de maio de 1950, com relação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

O Presidente da República, usando da atribuição que, lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista a Lei n.º 1.095, de 3 de maio de 1950, decreta:

Art. 1.º Ficam transformados em Tesourarias os atuais Serviços de Caixa, subordinados à Tesouraria Geral e às Delegacias de categoria "A" a "E", do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e criadas Tesourarias nas Agências do mesmo Instituto em Sorocaba e Santo André.

Parágrafo único. Nos demais órgãos locais — Delegacias e Agências — que não comportem a existência de Tesouraria em sua estrutura, os serviços de recebimentos e pagamentos ficarão a cargo de Tesoureiros-Auxiliares, diretamente subordinados à Chefia do órgão.

Art. 2.º Para efeito de fixação dos vencimentos dos Tesoureiros e Tesoureiros-Auxiliares, são classificados, na conformidade do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, os seguintes órgãos do Instituto:

a) — 1.ª categoria — Tesouraria Local da Administração Geral.

b) — 2.ª categoria — Tesourarias das Delegacias em São Paulo e no Distrito Federal.

c) — 3.ª categoria — Tesourarias das Delegacias em Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Agência de Santo André.

d) — 4.ª categoria — Tesourarias da Delegacia no Paraná e Agência em Sorocaba, Barra Mansa, São Caetano do Sul e Petrópolis.

e) — 5.ª categoria — Tesourarias das demais Delegacias e Agências.

Art. 3.º Ficam criados os cargos em comissão de Tesoureiro e os cargos isolados de provimento efetivo de Tesoureiro-Auxiliar, constantes dos quadros anexos, que modificam, em parte, o aprovado pelo Decreto número 27.644, de 28 de dezembro de 1949.

Art. 4.º Ficam suprimidos, no Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, os cargos isolados de provimento em

comissão e as funções gratificadas a seguir discriminados:

Cargos isolados (em comissão)

- 1 Chefe de Serviço na Administração Central, "OC";
- 2 Chefe de Serviço em Delegacias de categoria "A" e "B", "OC";
- 4 Chefe de Serviço em Delegacia de categoria "C", "NC"; e
- 3 Chefe de Serviço em Delegacia de categoria "D", "MC".

Funções gratificadas

- 16 Encarregado de Caixa em Agência de categoria "A" e "B", — "FG-8";
- 5 Chefe de Serviço em Delegacia de categoria "E" — "FG-5";
- 155 Caixa — "FG-9";
- 1 Encarregado de Cheque e Ordens — "FG-9";
- 5 Encarregado de Pagamento de Benefícios no Interior — "FG-9"; e
- 73 Encarregado de Caixa em Delegacias de categoria "F" e "G" e em Agências de categoria "C", "D" e "E" — "FG-9".

Art. 5.º A criação de cargos a que se refere o artigo 3.º, bem como a supressão de cargos e funções gratificadas de que trata o artigo 4.º, somente se efetivarão dez dias após a homologação do concurso previsto no parágrafo único do artigo 6.º, deste Decreto.

Art. 6.º O provimento dos cargos de Tesoureiro-Auxiliar será feito mediante comprovação de idoneidade e satisfação das demais exigências legais e regulamentares.

Parágrafo único. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários realizará o concurso necessário ao cumprimento do disposto neste artigo, o qual deverá ser homologado dentro do prazo de 120 dias, a contar da data da publicação deste Decreto.

Art. 7.º A vista dos princípios fixados pelo Decreto-lei n.º 5.527, de 28 de maio de 1943, e em face das normas de uniformização de vencimentos consubstanciadas nas Leis ns. 403, de 24 de setembro de 1948, e 1.095, de 3 de maio de 1950, os ocupantes dos cargos de Tesoureiro e Tesoureiro-Auxiliar, a que se refere este Decreto, não poderão receber, além do vencimento do cargo, qualquer outra vantagem pecuniária adicional.

Art. 8.º Os cargos de Tesoureiro serão exercidos em comissão, por Tesoureiro-Auxiliar da respectiva Tesouraria.

Parágrafo único. É vedada a nomeação de substituto para a vaga de Tesoureiro-Auxiliar que se afastar, na forma deste artigo, para exercerem, em comissão, o cargo de Tesoureiro.

Art. 9.º A Tesouraria Local da Administração Central do Instituto, prevista no artigo 94, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1.918, de 27 de agosto de 1947, compete a orientação e o controle, em âmbito central, dos serviços específicos a cargo das diversas Tesourarias e dos Tesoueiros-Auxiliares não lotados em Tesouraria.

Art. 10. Os Tesoueiros-Auxiliares de igual padrão de vencimentos poderão ser livremente movimentados para Tesourarias da mesma categoria das diversas Delegacias e Agências.

Art. 11. Fica assegurado, aos atuais ocupantes de cargos em co-

missão e das funções gratificadas, de que trata o artigo 4.º, o pagamento da diferença entre o que vêm percebendo e os vencimentos dos cargos da tabela anexa, no período compreendido entre a vigência da Lei n.º 1.905, de 3 de maio de 1950, e a data em que se tornar efetiva a supressão dos mesmos cargos e funções, na forma do artigo 5.º, deste Decreto.

Art. 12. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1952; 131 da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Segadas Viana

QUADRO DE PESSOAL DO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

PARTE PERMANENTE — I — CARGOS ISOLADOS EM COMISSÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR

SITUAÇÃO NOVA

N.º de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Provi- sórios	Qua- dro	N.º de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Provi- sórios	Obs.
							1	Tesoureiro — (Tesouraria Local da Administração Central)	"OC"	—	1	—	
							2	Tesoureiro — (Tesourarias das Delegacias em São Paulo e no Distrito Federal)	"NC"	—	2	—	
							6	Tesoureiro — (Tesourarias das Delegacias no R. G. do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, e Agência em Santo André)	"MC"	—	6	—	

SITUAÇÃO ANTERIOR							SITUAÇÃO NOVA						
N.º de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Provisórios	Quadro	N.º de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Provisórios	Obs.
							2	Tesoureiro — (Tesorarias da Delegacia no Paraná e da Agência em Sorocaba)	"LC"	—	2	—	
							6	Tesoureiro — (Tesorarias das Delegacias em Alagoas, Ceará, Pará, Paraíba, Sta. Catarina e Sergipe)	"KC"	—	6	—	

IV — CARGOS ISOLADOS EFETIVOS

							12	Tesoureiro — Auxiliar — (Tesoraria Local da Administração Central)	"M"	—	12	—	
--	--	--	--	--	--	--	----	--	-----	---	----	---	--

69	Tesoureiro — Auxiliar (Delegacias em São Paulo e no Distrito Federal)	"L"	—	69	—
64	Tesoureiro — Auxiliar (Delegacias no R. G. do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, e Agência em Santo André)	"K"	—	64	—
14	Tesoureiro — Auxiliar (Delegacia no Paraná e Agência em Barra Mansa, São Caetano do Sul, Petrópolis e Sorocaba)	"J"	—	14	—
113	Tesoureiro — Auxiliar — (demais Agências) ..	"I"	—	113	—

DECRETO N.º 31.480 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952

*Regulamenta o art. 10, § 3.º, da Lei
n.º 1.599, de 9 de maio de 1952.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º A reclassificação dos servidores beneficiados pelo Decreto-lei n.º 8.475, de 27 de dezembro de 1945, na carreira de inspetor do Trabalho do Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a que se refere o art. 10, § 3.º da Lei n.º 1.599, de 9 de maio de 1952, deverá processar-se da seguinte forma:

I — 47 cargos da classe M serão providos:

a) Pelos que, em 9 de maio de 1944, percebiam vencimento ou salário correspondente às classes K, J, I e H;

b) Os cargos restantes serão providos pelos que, na data mencionada, percebiam vencimento ou salário correspondente à classe G, obedecida a ordem de antiguidade;

II — 58 cargos da classe L serão providos:

a) Pelos que, percebendo vencimento ou salário correspondente à classe G, não foram incluídos na alínea b do item anterior e pelos que percebiam vencimento ou salário correspondente à classe F;

b) Os cargos restantes serão providos pelos que percebiam vencimento ou salário correspondente à classe E, obedecida a ordem de antiguidade;

III — 68 cargos da classe K serão providos;

a) Pelos que, percebendo vencimento ou salário correspondente à classe E, não foram incluídos na alínea b do item anterior e pelos que percebiam vencimento ou salário correspondente à classe D;

b) Os cargos restantes serão providos pelos que percebiam vencimento ou salário correspondente à classe C, obedecida a ordem de antiguidade;

IV — 95 cargos da classe J serão providos:

a) Pelos que, percebendo vencimento ou salário correspondente à classe C, não forem incluídos na alínea B, do item anterior;

b) Pelos que percebiam vencimento ou salário correspondente à classe B.

Art. 2.º A Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do citado Ministério apostilará os títulos dos servidores beneficiados na forma do artigo anterior.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de de setembro de 1952; 131.º da Independência, e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.481, DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952

*Abre ao Ministério da Viação e Obras
Públicas o crédito especial de Cr\$. .
150.000.000,00, para custear a insta-
lação de uma usina termoeleétrica
em Candiota, Estado do Rio Grande
do Sul.*

O Presidente da República, usando da autorização contida no artigo 1.º da Lei n.º 1.610, de 27 de maio de 1952, e tendo ouvido o Ministério da Fazenda e o Tribunal de Contas em cumprimento ao artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública,

Decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito

especial de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, relativas à instalação de uma usina termoeleétrica em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, para consumo de carvão aí extraído:

	Cr\$
Fornecimento de máquinas para a usina	70.000.000,00
Montagem	10.000.000,00
Obras de construção civil	25.000.000,00
Abastecimento de água para as caldeiras e instalações para exploração do carvão .	45.000.000,00
Total	150.000.000,00

Art. 2.º A vigência do crédito a que se refere o artigo 1.º estender-se-á do exercício de 1952 ao de 1955.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.482 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza a Companhia Luz e Força Hulha Branca a construir novo trecho de linha de transmissão no município de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos

términos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que pela Resolução n. 788 a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica,

Decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Luz e Força Hulha Branca a construir novo trecho de linha de transmissão, em circuito duplo, sob a tensão de 33 kv. e 50 ciclos, e com a extensão de 3.385 metros, entre a subestação distribuidora de Curvelo e o local denominado Alto Breno, no mesmo município, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 31.483, DE 19 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza a Companhia Luz e Força Hulha Branca a construir uma linha de transmissão entre o município de Curvelo e a localidade de Gustavo da Silveira, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n. 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que pela Resolução n.º 787 a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica,

Decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Luz e Força Hulha Branca a construir uma linha de transmissão trifásica, entre o município de Curvelo e a localidade de Gustavo da Silveira, no mesmo município, no Estado de Minas Gerais, com a potência de 200 kva, sob a tensão nominal de 6,6 kv, frequência de 50 ciclos e extensão de 10.065 metros.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.484 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza a S. A. Central Elétrica Rio Claro a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Rio Claro de Limeira, no Estado de São Paulo

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.485 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública uma faixa de terras destinada à passagem da linha tronco de transmissão de energia elétrica de 220 kv da Companhia Hidrelétrica de São Francisco, de Paulo Afonso e Recife (Linha Norte), e autoriza a referida Companhia a promover a desapropriação.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 157, letras "b" e "c" do Código de Águas e no Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como o requerido pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, concessionária do aproveitamento da energia hidráulica do Rio São Francisco, no trecho compreendido entre Juazeiro e Piranhas, em virtude do Decreto n.º 19.706, de 3 de outubro de 1945, revalidado pelo de n.º 27.723, de 23 de janeiro de 1950, decreta:

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública uma faixa de terras, com a largura de cem (100) metros, destinada à passagem, aérea ou subterrânea, da linha tronco de transmissão de energia elétrica de 220 kv da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, de Paulo Afonso, no km., 0, a Recife, no km. 405-[-250 (Linha Norte).

Art. 2.º — A faixa de terras descrita no artigo anterior compõe-se das áreas constantes da planta aprovada pelo Ministério da Agricultura, situadas nos Estados de Alagoas e Pernambuco, de propriedade atribuída às pessoas abaixo relacionadas na ordem em que se encontram ao longo do traçado da linha:

I — ALAGOAS

Município de Água Branca

- 1 — Parque Nacional de Paulo Afonso.
- 2 — José Correia de Figueiredo e Luiza Vieira Passos.
- 3 — Abel de Siqueira Tôrres.
- 4 — Maria Antônia do Espírito Santo.
- 5 — Cia. Agro-Fábrica Mercantil do Recife.
- 6 — Hortêncio Ramalho de Figueiredo.
- 7 — Abel de Siqueira Tôrres.
- 8 — Mecenas de Siqueira Tôrres e Pancrácio de Siqueira Tôrres.
- 9 — José Fernandes Tôrres.
- 10 — Maria Francisca dos Santos.
- 11 — João Pereira Gonçalves.
- 11 — I — Luiz Pereira Gonçalves.
- 12 — José Vicente Gonçalves e Antônio Vicente Gonçalves.
- 12 — A — Antônio Juvino de Oliveira.
- 12 — B — Otávio Antônio dos Santos.
- 12 — C — Precílio José dos Santos.
- 13 — Lourenço Bezerra de Mello.
- 14 — José Luiz Bezerra.
- 15 — João Bezerra de Melo e Antônia Maria da Conceição.
- 16 — Saturnino Alves Feitosa.
- 17 — José Mariano de Souza.
- 18 — Cícero de Siqueira Tôrres.
- 18-A — Onísio Vieira de Barros.
- 18-B — Deolindo Vieira de Barros.
- 19 — José Antônio da Silva.
- 20 — Manoel Freire da Silva.
- 21 — José Tavares Lima.
- 22 — Francisco Vieira Lima.
- 23 — Francisco Inácio da França.
- 24 — Manoel Freire da Silva.
- 25 — Teófilo de Siqueira Tôrres e Mecenas de Siqueira Tôrres.

Município de Mata Grande

- 26 — Manoel Vieira Braga.
- 27 — Fernandina Machado Gomes.
- 28 — Antônio Florêncio da Silva.
- 29 — Adelino Peixoto de Souza.
- 30 — João Bernardo de Campos.
- 31 — Pedro Xixio da Silva.
- 32 — Luiz Miguel da Silva e Galadino Miguel da Silva.
- 33 — José Francisco Filho.
- 34 — Ramiro José da Silva.
- 35 — Pompílio Ferreira Gomes.
- 35-A — Esdras Januário de Melo.

- 35-B — Manoel Evangelista da Silva.
- 36 — Gustavo de Alcântara Dôres. *Município de Santana do Ipanema*
- 37 — Manoel Benedito Beija.
- 37-I — Otaviano Soares de Melo ou José de Melo Malta.
- 37-II — Gustavo de Alcântara Dôres.
- 37-III — Rafael Dôres.
- 38 — Antônio Avelino Serafim.
- 38-A — Fernando Assunção Deveza.
- 39 — Hercúlo Barreiros da Silva.
- 40 — Josefa Aurelina de Carvalho.
- 41 — Apolônio Vieira de Carvalho.
- 42 — Ademar Gomes de Aguiar.
- 43 — Alexandre Ramalho Alves.
- 43-I — José Florentino Ramalho.
- 44 — José dos Santos Soares.
- 44-I — José Alves Ramalho.
- 45 — Narcolino Cassiano de Menezes.
- 46 — Amélia Martins da Rocha.
- 47 — José Joaquim da Rocha.
- 48 — Manoel Messias de Albuquerque.
- 49 — Alvinho Marques de Araújo.
- 50 — Manoel Messias dos Santos.
- 51 — Pedro Jesuino Gomes.
- 52 — Fernando Rodrigues Alcântara.
- 53 — José Amâncio Ferreira.
- 53-A — Joaquim Galdino de Aguiar.
- 54 — Pedro Rodrigues Cerqueira.
- 54-A — Clarindo Vieira da Rocha.
- 55 — Manoel Alves Ramalho.
- 56 — João Carneiro da Silva.
- 57 — Fausto Araújo da Silva.
- 58 — Delmiro Gerônimo Alves.
- 59 — César Martins de Oliveira.
- 60 — Manoel Vieira da Rocha.
- 61 — Manoel Francisco de Alencar.
- 61-A — Pedro Beija Filho.
- 62 — Clarindo Vieira da Rocha.
- 63 — Jorge Vieira da Rocha.
- 64 — Hilário Vieira da Rocha.
- 65 — Clarindo Vieira da Rocha.
- 66 — Enock Barbosa Limeira.
- 67 — Antônio Gonzaga da Silva.
- 67-I — Manoel Alves da Graça.
- 67-II — José Barbosa da Silva.
- 67-III — José Barbosa Filho.
- 67-IV — João Barbosa da Silva.
- 67-V — Enock Barbosa Limeira.
- 68 — Daniel Rodrigues de Carvalho.
- 69 — Adélia Brandão de Melo e Assis Brandão.
- 70 — Gaspar Wanderley.
- 71 — Antônio Leite da Silva.

II — PERNAMBUCO

Município de Aguas Belas

- 71 — Antônio Leite da Silva.
 71-A — Hilário Leopoldino de Matos.
 72 — Delfino Leite da Silva.
 72-A — João Leite da Silva.
 72-B — José Mariano Leite da Silva.
 72-C — Jorge Gomes da Silva.
 72-D — Alícia Maria da Conceição.
 72-E — Herdeiro de José Ferreira da Silva Gerson Ferreira da Silva.
 72-F — João da Rocha Wanderley.
 73 — Manoel Rodrigues da Rocha.
 73-I — Sizenando Wanderley.
 73-II — Lourenço Loredo Wanderley.
 73-III — Tibúrcio Gomes da Silva.
 73-IV — José Xavier.
 73-V — Ananias Matias de Santana.
 73-VI — Serzedelo Rocha Wanderley.
 74 — Maria Lins da Silva.
 74-I — Francisco Pereira da Silva.
 74-II — Gracino Florentino dos Santos.
 74-III — Benedito Ferreira de Lima.
 74-IV — Antônio Gomes Tavares.
 74-V — Terras devolutas do Estado.
 74-VI — Pedro Barbosa dos Santos.
 74-VII — João Barbosa Maciel.
 74-VIII — Antônio Barbosa da Silva.
 74-IX — José Bento dos Santos.
 74-X — Maria do Carmo Matos Barros.
 74-XI — Firmo Barbosa Maciel.
 74-XII — Euclides Rodrigues da Rocha.
 74-XIII — Apolônio Rodrigues da Rocha.
 74-XIV — Herdeiros de Joaquim José de Matos.
 74-XV — João Bezerra da Silva.
 74-XVI — Luiz Menezes de Santana.
 74-XVII — José Matias de Santana.
 74-XVIII — Maria Lins dos Santos.
 75 — Patrimônio Indígena.
 75-A — João Bezerra de Sá.
 75-B — Manoel Bezerra de Sá.
 76 — Zacarias Fortunato Torres.

- 76-A — Fernandes Bezerra de Sá.
 77 — José Policarpo de Moura Manan.
 77-A — Pedro José Francisco.
 78 — Audálio Tenório de Albuquerque.
 79 — Pedro José Francisco.
 80 — José Rodrigues de Oliveira.
 81 — Audálio Tenório de Albuquerque.
 81-A — José Valério de Oliveira Filho.
 81-B — Júlio Hipólito Rodrigues.
 81-C — Maria Beatriz Leite de Siqueira.
 82 — Lourenço Bezerra de Albuquerque Filho.
 82-A — José Zuza de Albuquerque.
 82-B — João Tenório de Albuquerque.
 83 — Luiz Tenório de Holanda.
 83-A — Evagistro José de Albuquerque.
 83-B — Antônio Soares de Melo.
 84 — Herdeiro de Antônio Jerônimo da Silva.
 85 — José Florentino de Albuquerque.
 85-A — José Soares da Silva.
 86 — Herdeiros de Apolinário Florentino de Albuquerque.
 87 — Antônio Holanda Cavalcanti.
 88 — Rosa Rodrigues Laranjeiras.
 88-I — José Tenório de Melo.
 89 — Herdeiros de Antônio Felipe da Rocha e sua mulher.
 90 — Manoel Agripino dos Santos.
 91 — Francisco Bezerra Paes.

Município de Bom Conselho

- 91 — Francisco Bezerra Paes.
 91-A — Tiburtino Ferreira Paes.
 91-B — Felismina Cordeiro de Araújo.
 91-C — Herdeiros de Roberto Lourenço do Carmo.
 92 — José Abílio de Lucena.
 92-A — Antônio Rezende de Lima.
 93 — José Augusto de Figueiredo Lima.
 93-A — José Mendes da Costa.
 93-B — Amaro Pereira de Sousa.
 94 — Dr. Raimundo Morais.
 95 — Abílio Alapenha.
 95-A — José Gonçalves de Melo.
 95-B — Francisco Cardoso de Oliveira.
 95-C — Antônio Francisco da Silva.
 95-D — Manoel Pereira dos Santos.
 95-E — Ernesto José Guilhermino.
 96 — João Enéas Pereira.

96-A — Herdeiros de José Paulo e sua mulher.

97 — José Elias de Barros.

97-A — José Ferreira Reis.

97-B — Manoel Francisco Leite.

97-C — Pedro Lourenço da Costa.

98 — João Ferreira da Silva.

98-A — Elpidio de Oliveira.

99 — Audálio Donato.

99-A — João Siqueira Cabral.

100 — Laurindo Cabral de Melo.

101 — Manoel Ferreira Lima.

101-A — Manoel Regis dos Santos.

101-B — João Severiano de Oliveira.

102 — José Correia da Silva.

102-A — Amália Donato dos Santos.

102-B — Firmino Gomes da Silva.

102-C — Osana Maria da Conceição.

102-D — Júlia Maria do Carmo.

103 — José Ciriaco de Godoy.

104 — Antônio José da Silva.

105 — Sebastião Miguel da Silva.

105-A — Severiano Félix de Barros.

106 — Manoel Camilo da Silva.

107 — Ana Laura de Barros.

108 — João Camilo da Silva.

Município de Caranhuns

109 — Espólio de João Monteiro.

110 — Artur Dantas de Barros.

111 — Soarino Alfredo de Barros.

112 — José Inácio dos Santos.

112-A — José Lúcio de Barros.

113 — Manoel Dias da Silva.

114 — Maria de Barros Souto.

114-I — Antônio Valentim de Barros Cinto.

115 — Maria de Barros Souto.

116 — Lúcio da Silva Souto.

116-A — Antônio Sinésio da Silva.

116-I — Lindolfo da Silva Souto.

116-II — Antônio Paes Cavalcânti.

117 — Vicente Pereira Conde.

118 — Francisco Moreira Alves.

118-A — Manoel Joaquim dos Santos.

119 — Manoel Ferreira de Melo.

120 — Saturnino Ferreira de Melo.

121 — Tiburtino Ferreira de Melo.

122 — José Rodrigues Alves.

122-A — José Torquato da Costa.

123 — José Quirino dos Santos

123-A — José Quirino dos Santos Irmão.

124 — José Rodrigues Alves.

125 — Abdenego Cavalcânti.

125-A — Verdulina Custódia Conceição.

126 — Antônio Paes Cavalcânti.

127 — Francisco Gomes da Silva.

128 — João Ferreira de Brito.

129 — Marcos Leonardo Siqueira.

130 — Sebastião Rocha Wanderley.

131 — Antônio Xavier dos Santos.

132 — Antônio Roberto Ferreira.

133 — Leopoldina Ferreira da Silva e outros.

134 — José da Silva Sampaio.

135 — Herdeiros de Antônio Bezerra da Silva.

136 — Gerson Teodoro Vieira e Maria Isabel da Conceição.

136-A — Maria de Souza Cavalcânti.

137 — João Francisco do Nascimento.

138 — Vicente Lúcio da Silva.

139 — Abílio Leite Cavalcânti.

140 — Henrique Caetano do Nascimento.

141 — Espólio de José Sebastião.

141-I — Belarmino Francisco de Araújo.

141-A — Tibúrcio Cordeiro da Costa.

142 — Nicolau Pereira de Oliveira.

143 — Espólio de Brasiliano Bezerra de Carvalho Telles.

144 — Afonso Notaro.

145 — Teodorico Bezerra de Melo e Olímpia Firmino de Melo.

146 — Josefa de Abreu Cavalcânti.

147 — Espólio de José Ferreira Luna.

148 — João Caetano de Moraes.

149 — João de Souza Costa.

150 — Luiz Gomes de Araújo.

151 — Iran Ferrão de Gusmão.

152 — José Plínio de Castro.

152-A — José Vespasiano de Carvalho e Antônio Correia de Carvalho.

152-B — Antônio Henrique de Vasconcelos e outros.

152-C — Manoel Tomé dos Santos Pinto.

152-D — Antônio Correia de Carvalho.

152-E — José Vespasiano de Carvalho.

152-F — Joaquim Graciano de Araújo.

153 — Espólio de José Quirino da Silva.

153-A — Antônio Figueiredo de Brito.

154 — José Rosa de Melo.

155 — Veneranda Batista.

156 — Constantino Ferreira da Silva.

157 — Antônio Martins de Gouveia.

157-A — Antônio Caetano de Moraes.

- 158 — Antônio Vicente da Silva
 158-A — Manoel Granja de Oliveira.
 159 — José Gomes de Siqueira.
 160 — José Vasco Leite.
 161 — José Gomes de Siqueira.
 162 — Luiz Bento da Silva.
 163 — Joaquim Fernandes da Silva.
 164 — Antônio Bahia Vilela.
 165 — Elias Lopes de Lima.
 166 — Justo de Sousa Zumba.
 167 — Abdon de Sousa Zumba.
 168 — Augusto Bahia Vilela.
 169 — Ernesto de Sousa Zumba.
 170 — Homem Bom de Sousa Lima.
 171 — Maria Rodrigues da Silva.
 172 — Maria Rodrigues da Silva.
 173 — Marc Gomes da Silva.
 173-A — Pedro Valença de Melo.
 174 — Antônio Pinto da Silva.
 175 — João Vicente Ferreira.
 176 — Antônio Pais da Silva.
 177 — Manuel de Holanda Cavalcanti.
 178 — José Miguel Ferreira.
 179 — Tiburtino Ferreira da Silva.
 180 — José Vicente da Silva.
 181 — Maria Ferreira de Lima.
 182 — João Eloi de Maria.
 183 — Antônio Malaquias.
 184 — Josefa Pinto e Maria Pinto.
 185 — Antônio Pinto da Silva.
 186 — Manuel Rosa.
 187 — Paulino José de Oliveira Dias.
 187-I — Edmundo Rodrigues Porto.
 188 — Eduardo Zeferino de Barros.
 189 — Francisco Alves de Sousa.
 190 — José Inácio da Silva.
 191 — Gervásio de Lira Campos.
 192 — Gabriel Valdevino Correia.
 193 — João Rodrigues da Silva.
 194 — Joaquim José dos Santos.
 194-I — José Paulo.

Município de Angelim

- 195 — Luis Barnabé.
 195-I — Antônio Pedro de Lima.
 196 — Espólio de Antônio Guedes.
 197 — Espólio de Antônio Guedes.
 198 — Espólio de Antônio Guedes.
 199 — Casimiro Gomes da Silva.
 200 — José Roberto Vilaça.
 201 — Leopoldina Francisca do Nascimento.
 202 — Cap. Azarias Salgado.
 202-A — José Roberto Vilaça.
 203 — Espólio de João Bernardo.
 204 — Joaquim Veloso de Lima.
 205 — João Sanguiero.
 206 — João Guilhermino.

- 207 — Alcides Marcelino.
 208 — Helenegildo Sena.
 208-A — Abdias Bezerra de Araújo.
 209 — Osvaldo Cordeiro de Miranda.
 210 — Cap. Azarias Salgado.
 211 — João Salgado da Silva.
 212 — José de Sousa Vilaça.
 213 — José de Sousa Vilaça.
 214 — Prefeitura de Angelim.
 215 — Francisco Bezerra dos Santos.
 216 — Francisco Bezerra dos Santos.
 217 — João Teixeira das Neves.
 218 — Espólio de Justina Cavalcanti.
 219 — Abdon Teixeira.
 220 — Romão Teixeira Xavier.
 221 — Major Miguel Calado Borba.
 222 — Antônio Alves Lins.
 222-A — João Francisco da Silva.
 223 — João Salgado de Vasconcelos.
 224 — João Alves de Araújo.
 225 — Josefa Vieira da Mota.
 225-I — Manuel Deodato de Sousa.
 225-II — Antônio Paulo.
 226 — Antônio Vieira da Mota.
 227 — Antônio Bezerra da Silva.
 228 — Espólio de João Loureiro Batinga de Oliveira.
 229 — Antônio Vieira da Mota.
 230 — Antônio Vieira da Mota.
 231 — Manuel Mendes do Nascimento.
 232 — Antônio Vieira da Mota.
 233 — José Baltazar Alves Feitosa.
 233-A — Rufina Maria de Jesus.
 234 — João Baltazar Alves Feitosa.
 235 — Antônio Miguel Feitosa.
 236 — Manuel Mendes do Nascimento.
 237 — João Baltazar Alves Feitosa.
 237-A — Teresa Alves Feitosa.

Município de Canhotinho

- 238 — Espólio de Pedro Viana dos Passos.
 239 — Francisco Marques Ferreira.
 239-A — Maria Marques Marinho.
 240 — Miguel Gomes de Lima.
 241 — Joaquim Ramundo Calado.
 242 — José Cesariano de Almeida.
 243 — Artur Gomes Cavalcanti.
 244 — Valdemar Barros da Silva.
 245 — Rosa Francisco da Conceição.
 246 — Dr. Otoniel Furtado Gueiros.
 247 — Francisco Tavares da Silva.
 248 — Noé Buargue Lira.
 248-I — Eulálio Medeiros Magalhães.
 248-II — Maria do Carmo Amorim Magalhães.

- 249 — Joaquim Vidente da Silva.
- 250 — António Ferreira Lima.
- 251 — Miguel Moura de Amorim.
- 252 — Francisco Caetano Lopes.
- 253 — João Pedro Alves.
- 253-A — Maria Florinda da Conceição.
- 254 — Herculano José Clemente.
- 255 — Espólio de Severino Tavares da Silva.
- 256 — João Lourenço Correia.
- 256-A — Augusto Lourenço Correia.
- 257 — Manuel Tenório de Melo.
- 258 — Espólio de Severino Tavares da Silva.
- 259 — António Pereira da Silva.
- 260 — José Alves de Moraes.
- 260-A — Apolónio de Moraes Castanha.
- 261 — Usina Água Branca S. A.
- 262 — Manuel de Medeiros Magalhães.
- 262-I — Sebastião Pedro da Silva.
- 262 — II — Manuel Ferreira Cavalcanti.
- 262 — III — Carlos Eugénio Muniz.
- 262 — IV — Odilon Soares da Silva.
- 263 — Manuel Francisco de Sales.
- 264 — João Caetano.
- 264 — I — Manuel Francisco de Sales.
- 264 — II — José Mariano de Oliveira.
- 265 — Usina Água Branca S. A.
- 266 — Espólio de José Emídio Viana.

Município de Quipapá

- 267 — Usina Água Branca S. A.
- 268 — Ercole Santoro Júnior.
- 269 — Cap. José Vicente da Silva Valença.
- 269-A — António Claudino de Albuquerque.
- 269 — I José Vecchioni.
- 270 — Amaro Araújo.
- 271 — João Ferreira do Egito.
- 272 — José Correia dos Santos.
- 273 — Usina Água Branca S. A.
- 274 — Francisco Miguel dos Santos.
- 275 — António Botelho de Melo.
- 276 — Olímpio Barbosa.
- 276-A — Teotónio Correia de Araújo.
- 277 — Espólio de José Ramos dos Santos.
- 278 — Espólio de António Luís Oliveira.

- 279 — Major Elói Malta de Alencar.
- 280 — José Quirino da Silva.
- 281 — José Rotílio Bandeira.
- 282 — Amaro Ferreira de Luna.
- 283 — Odilon José de Lima.
- 284 — Dr. José Braz de Lucena.
- 285 — Luciano Gomes da Silva.
- 286 — Dr. José Braz de Lucena.
- 287 — João do Carmo Vasconcelos.
- 288 — Plácido Geraldo Rodrigues.
- 289 — Dr. José Braz de Lucena.
- 290 — João Barbosa Lima.
- 290-A — Miguel Barbosa Lima.
- 291 — Espólio de Manuel Carlos.
- 292 — Adelina Ferreira de Macedo.
- 292-A — Manuel Ferreira de Macedo.
- 293 — Francisco Leite de Moraes.
- 293-A — José Soares Mesquita.
- 294 — Luís Jerónimo Pereira de Melo.
- 295 — Espólio de Maximino Uchôa de Gusmão.
- 296 — Dr. Eutiquio de Barros Correia Filho.
- 297 — Usina Água Branca S. A.
- 298 — Major Elói Malta de Alencar.
- 299 — Espólio de Maximino Uchôa de Gusmão.
- 300 — Usina Água Branca S. A.

Município de Maratá

- 301 — João de Barros Campelo.
- 302 — João Estevão de Azevedo.
- 302-A — José Maria Cavalcanti Azevedo.
- 302-B — Espólio de Manuel Vieira de Sousa.
- 303 — António Estevão de Azevedo Filho.
- 304 — Dr. Orlando Correia de Oliveira Andrade.
- 305 — Enock de Castro.
- 306 — Severino José Vitor Ferreira.
- 307 — Luís Queiroga Cavalcanti.
- 308 — Usina Catende S. A.

Município de Catende

- 309 Usina Catende S. A.

Município de Palmares

- 310 — Dr. Severino Tavares Prangana.
- 311 — Usina Catende S. A.
- 312 — Macrina Enedina Cavalcanti e outros.
- 313 — Usina Catende S. A.
- 313-A — Usina Pirangi S. A.
- 314 — Usina Pirangi S. A.

315 — Dr. Pedro Luís Paranhos
Ferreira Filho e outros.

316 — Usina 13 de Maio S. A.

317 — Samuel de Barors Wander-
ley.

318 — Usina Pumati S. A.

319 — Lúcio Jorge Alves da Silva
e outros.

320 — Usina Pumati S. A.

321 — Usina Estreliana S. A.

Município de Agua Preta

322 — Júlio Actoli Pereira Bastos.

323 — Usina Estreliana S. A.

Município de Ribeirão

324 — Ismael Coelho de Araújo.

325 — Usina Estreliana S. A.

326 — Joaquim Manuel de Melo.

327 — Usina Estreliana S. A.

328 — Pedro Demétrio de Melo.

329 — Usina Estreliana S. A.

330 — Usina Caxangá S. A.

331 — Usina Aripibu S. A.

Município de Amaragi

331 — Usina Aripibú S. A.

332 — Frederico Davino Pontual.

333 — Município de Escada.

332 — Frederico Davino Pontual.

333 — Indústrias Luís Dubeux S.

A. 334 — André Cavalcanti Neto.

335 — Indústrias Luís Dubeux S.

A. 336 — João Buarque Gusmão Fi-

lho.

337 — Indústrias Luís Dubeux S.

A. 338 — Usina Barão de Suassuna

S. A.

339 — Joaquim do Rêgo Barros.

340 — Usina Massauassú S. A.

341 — Sebastião de Arruda Falcão

e outros.

Município de Cabo

341 — Sebastião de Arruda Falcão
e outros.

342 — Usina Massauassú S. A.

343 — Usina Maria das Mercês S.

A. 344 — Usina Bom Jesus S. A.

Município de Moreno

345 — Adalgisa de Sousa Leão e
outros.

Município de Cabo

346 — Manuel do Nascimento de
Sousa Leão.

Município de Moreno

347 — Maria dos Anjos de Sousa
Leão e outros.

Município de Cabo

348 — Dr. João Manuel Carneiro
Leão e outros.

349 — Usina Bom Jesus S. A.

Município de Moreno

350 — Indústria Açucareira Antô-
nio Martins de Albuquerque Ltda.

Município de Jaboatão

351 — Dr. Luís Gonzaga de Albu-
querque Maranhão.

352 — Indústria Açucareira Antô-
nio Martins de Albuquerque Ltda.

352-A — Alberto Marinho Falcão e
outros.

353 — Usina Bulhões S. A.

354 — Laura Magalhães e outros.

355 — Roberto de Araújo.

356 — Viúva Dilermando Pimentel.

357 — Abrigo Cristo Redentor (Go-
vêrno do Estado de Pernambuco).

Município de Recife

358 — Cia. Agrícola e Industrial
S. João.

358-A — Joana Batista da Fonseca
Lima.

359 — Estação Experimental de
Curado (Serviço Nacional de Pesqui-
sas Agrônômicas).

360 — Luís Gonzaga Soares.

360-A — Quintino Máximo da Pai-
xão e outros.

361 — Dr. João Marques de San-
tana.

361-A — Companhia Pernambuca-
na de Terrenos S. A.

Art. 3.º Fica autorizada a Compa-
nhia Hidro Elétrica de São Francisco
a promover a desapropriação dos re-
feridos terrenos, na forma da legis-
lação vigente.

Art. 4.º O presente Decreto entra
em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições
em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de
1952, 131.º da Independência e 64.º
da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleophas.

DECRETO N.º 31.486 — DE 19 DE
SETEMBRO DE 1952

Outorga concessão à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.487 — DE 19 DE
SETEMBRO DE 1952

Estende à cêra de carnaúba da produção nacional da safra de 1952-1953 os preços mínimos e demais dispositivos do Decreto n.º 30.899, de 23 de maio de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87; n.º I, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º — Ficam estendidos à cêra de carnaúba de produção nacional da safra de 1952-1953 os preços mínimos, o regime e demais dispositivos constantes do Decreto n.º 30.899, de 23 de maio de 1952.

Parágrafo único — Entende-se por safra de 1952-1953 a que se inicia nos diversos Estados produtores de setembro a outubro de 1952.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alberto de Andrade

Queiroz

João Cleofas

DECRETO N.º 31.488, DE 19 DE
SETEMBRO DE 1952

Aprova o Regulamento do Curso de Oficiais Especialistas.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento do Curso de Oficiais Espe-

cialistas, Instituto de Ensino do Ministério da Aeronáutica, criado pela Lei n.º 1.185, de 31 de agosto de 1950.

Art. 2.º O aludido Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Nero Moura

REGULAMENTO PARA O CURSO DE OFICIAIS ESPECIALIZADOS

PRIMEIRA PARTE

GENERALIDADES

CAPÍTULO I

MISSÃO E SUBORDINAÇÃO

Art. 1.º O Curso de Oficiais Especialistas (C.O.E.) é um estabelecimento de ensino superior do Ministério da Aeronáutica, destinado à formação de oficiais especialistas da ativa, dos diferentes quadros da Aeronáutica.

§ 1.º Funcionará no C.O.E., na forma deste Regulamento, a partir do corrente ano, os seguintes cursos:

- a) Curso de Oficiais Especialistas em Aviação;
- b) Curso de Oficiais Especialistas em Comunicações;
- c) Curso de Oficiais Especialistas em Armamento;
- d) Curso de Oficiais Especialistas em Fotografia;
- e) Curso de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo;
- f) Curso de Oficiais Especialistas em Meteorologia.

§ 2.º O Ministro da Aeronáutica poderá criar novos cursos sempre que o interesse e as necessidades da Aeronáutica o exigirem.

Art. 2.º O Curso de Oficiais Especialistas é subordinado diretamente à Diretoria do Ensino da Aeronáutica.

CAPÍTULO II

MATRÍCULA

Art. 3.º Para matrícula no C.O.E. o candidato deverá satisfazer as seguintes condições:

- a) ser brasileiro nato;

b) ser suboficial ou sargento de uma das especialidades ou subespecialidades constantes do art. 10 do presente Regulamento;

c) ter mais de 5 (cinco) anos de serviço na especialidade ou subespecialidade, como suboficial ou sargento, em unidades ou estabelecimentos da F.A.B., computado esse tempo até 30 de junho do ano anterior ao da matrícula;

d) estar classificado no "Bom Comportamento";

e) possuir idoneidade moral necessária para o ingresso no oficialato declarada pelo respectivo Comandante ou Chefe;

f) não ter atingido o seu 32.º aniversário no dia 1.º de março do ano da matrícula;

g) ter sido aprovado em Concurso de Admissão;

h) ter sido julgado apto em inspeção de saúde.

Art. 4.º O Concurso de Admissão ao C.O.E. visa a verificar se os candidatos possuem os conhecimentos básicos, tanto gerais como profissionais, necessários ao curso que tenham de realizar.

Art. 5.º A verificação dos conhecimentos profissionais far-se-á por meio de provas que abranjam os assuntos referentes à especialidade que deva cursar o candidato, provas que serão uniformes para todos os candidatos a determinada especialidade.

Art. 6.º O Ministro da Aeronáutica fixará, no 1.º semestre do ano anterior ao da matrícula, por proposta do Estado Maior da Aeronáutica e tendo em consideração as necessidades da F.A.B. e as possibilidades do C.O.E., o número de vagas para cada especialidade.

Art. 7.º Os candidatos aprovados no Concurso de Admissão e considerados aptos em inspeção de saúde serão matriculados no 1.º período do 1.º ano, obedecendo-se à classificação intelectual e dentro do número de vagas de suas especialidades.

Parágrafo único. É vedada a matrícula em especialidade diferente da para que se haja habilitado o candidato.

Art. 8.º A matrícula dos candidatos aos diversos cursos do C.O.E. se

realiza no início do ano letivo, vedado, em definitivo, qualquer ingresso ao curso fora da época regulamentar.

Art. 9.º O candidato matriculado que não se apresentar ao Curso, por qualquer motivo, até o dia 1.º de março do ano da matrícula, terá sua matrícula cancelada, só podendo obter nova matrícula na época própria e após a realização de novo concurso de admissão, satisfeitas todas as condições regulamentares.

Art. 10. Poderão se candidatar ao C.O.E. os suboficiais e sargentos das seguintes especialidades e subespecialidades:

A — Curso de Oficiais Especialistas em Avião:

1 — Especialistas:

— Mecânico de Avião — Q. AV.

2 — Artífices:

a) Manutenção de Motor e Avião — Q. AT. MAV.

b) Manutenção e Reparação de Avião — Q. AT. AV.

c) Manutenção e Reparação de Hélice — Q. AT. HE.

d) Manutenção e Reparação de Sistemas Hidráulicos — Q. AT. SH.

e) Manutenção de Sistemas Elétricos — Q. AT. SE.

f) Manutenção e Reparação do Motor — Q. AT. MO.

g) Instrumentos de Avião — Q. AT. IT.

h) Montador Ajustador de Motor — Q. AT. AM.

B — Curso de Especialistas em Armamento:

1 — Especialistas:

— Mecânico de Armamento — Q. AR.

2 — Artífices:

— Operações e Manutenção de Aparelhos de Treinamento Simulado — Q. AT. TS.

C — Curso de Especialistas em Comunicações:

1 — Especialistas:

a) Mecânicos de Rádio — Subespecialidade de Voo — Q. RT. VO.

b) Mecânicos de Rádio — Subespecialidade de Terra — Q. RT. TE.

2 — Artífices:

a) Manutenção e Reparação de Aparelhos de Rádio — Q. AT. RA. MR.

b) Operação e Manutenção de Teletipo — Q. AT. TP.

c) Eletricista — Q. AT. EL.

D — *Curso de Especialistas em Fotografia:*

1 — Especialistas:
— Fotógrafos — Q. FT.

2 — Artífices:
— Operador de Laboratório Fotográfico — Q. AT. LF.

E — *Curso de Especialistas em Meteorologia:*

1 — Artífices:
— Observador Meteorologista — Q. AT. MT.

F — *Curso de Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo:*

1 — Artífices:
a) — Controlador de Voo — Q. AT. CV.

b) — Operação e Manutenção de Link-Trainer — Q. AT. LT.

Art. 11. O Ministro da Aeronáutica poderá alterar, tendo em vista o interesse da F. A. B., as especialidades e subespecialidades do Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica as quais devam fornecer candidatos a determinadas especialidades dos quadros de oficiais especialistas.

Art. 12. O Ministro da Aeronáutica baixará, sempre que oportuno, instruções para o Concurso de Admissão.

SEGUNDA PARTE

ENSINO

TÍTULO I

Plano Geral do Ensino

CAPÍTULO I

OBJETIVO

Art. 13. O ensino no C. O. E. tem por finalidade tornar o oficial especialista apto:

a) para prestar assistência, na respectiva especialidade, em tudo que disser respeito ao material de voo e de terra, seus acessórios e equipamentos;

b) para dirigir e executar, na respectiva especialidade, os serviços de manutenção, revisão, reparação e recuperação do material aéreo e terrestre, seus acessórios e equipamentos;

c) para cooperar com os oficiais aviadores e engenheiros nos assuntos referentes à sua especialidade.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

Art. 14 — O ensino, limitando-se a conhecimentos de natureza técnico-científica e militar indispensáveis ao desempenho das funções que os oficiais especialistas devem exercer na tropa, nos parques e nos estabelecimentos industriais, orientará seu esforço principal para a técnica teórica e prática, peculiar a cada especialidade.

Art. 15 — Para consecução dos seus objetivos, o ensino deve ser ministrado de maneira que a instrução seja contínua, gradual e progressiva, no âmbito de cada um dos seus ramos, e de modo a:

a) aumentar a capacidade intelectual e a precisão do raciocínio, tendo-se em vista que os oficiais especialistas constituem elementos de ligação entre os subalternos especialistas e os demais oficiais;

b) estimular a iniciativa, a observação e a capacidade de compreensão para enfrentar situações novas e resolvê-las com êxito;

c) aprimorar as qualidades pessoais de responsabilidade funcional;

d) com um ensino teórico-especializado amplo, seguido de aplicações práticas numerosas, permitir aos alunos sentir, desde cedo, as situações reais e concretas, com perfeita compreensão dos fenômenos;

e) estabelecer íntima correlação entre os assuntos teóricos e os práticos de aplicação.

Art. 16 — De cada matéria, o C.O.E. organizará seus próprios livros textos, quando não fixados pela Diretoria do Ensino.

Art. 17 — O ensino no C.O.E. abrange as seguintes categorias de instrução:

1 — Instrução Básica, compreendendo:

— Instrução Fundamental;
— Instrução Teórica Especializada;

da;
— Instrução Militar.

2 — Instrução Técnica;

3 — Instrução Aplicada.

Art. 18 — A Instrução Fundamental, comum a todas as especialidades, compreende as seguintes disciplinas:

1 — Matemática (Geometria Analítica e Cálculo Diferencial e Integral);

- 2 — Física;
- 3 — Química;
- 4 — Desenho Técnico Industrial;
- 5 — Administração;
- 6 — Inglês;
- 7 — Português (Expressão oral e escrita).

Art. 19 — A Instrução Teórica Especializada, de conformidade com os requisitos de cada especialidade, compreenderá uma ou mais das seguintes disciplinas:

- 1 — Navegação aérea;
- 2 — Inglês técnico especializado;
- 3 — Eletricidade;
- 4 — Ótica aplicada;
- 5 — Resistência dos materiais;
- 6 — Gases e Explosivos;
- 7 — Geografia;
- 8 — Hidrodinâmica;
- 9 — Oceanografia;
- 10 — Termodinâmica;
- 11 — Aerodinâmica;
- 12 — Geometria descritiva;
- 13 — Introdução à meteorologia;
- 14 — Mecânica racional e aplicada;
- 15 — Química orgânica;
- 16 — Direito Aeronáutico;
- 17 — Regulamento do Tráfego aéreo.

Art. 20. A Instrução Militar, comum a todas as especialidades, compreende os seguintes assuntos:

- 1 — Ordem Unida;
- 2 — Maneabilidade;
- 3 — Combate e Serviço em Campanha;
- 4 — Organização do terreno;
- 5 — Armamento e Tiro das armas portáteis;
- 6 — Educação Física;
- 7 — Direção de viaturas.

Art. 21. A Instrução Técnica, de conformidade com os requisitos de cada especialidade, compreenderá uma ou mais das seguintes disciplinas:

- 1 — Instrumentos de medidas elétricas;
- 2 — Sistemas elétricos dos aviões;
- 3 — Motores a combustão interna e a reação;
- 4 — Sistemas eletrônicos;
- 5 — Equipamentos e sistemas diversos dos aviões;
- 6 — Grupo Moto-propulsor;
- 7 — Provas no solo e em voo;
- 8 — Inspeção, verificação e instalação de motores;
- 9 — Cálculo de canos e projetéis;
- 10 — Armas Aéreas;

- 11 — Visores de bombardeio;
- 12 — Balística;
- 13 — Sistemas elétricos para armamento;
- 14 — Bombardeio teórico;
- 15 — Bombardeio sintético;
- 16 — Tiro Aéreo;
- 17 — Torpedos e minas;
- 18 — Bombas aéreas;
- 19 — Torres;
- 20 — Química de guerra;
- 21 — Válvulas eletrônicas;
- 22 — Instrumentos de medidas elétricas;
- 23 — Antenas e linhas de transmissão;
- 24 — Rádio transmissão;
- 25 — Rádio goniometria;
- 26 — Rádio recepção;
- 27 — Equipamento rádio dos aviões;
- 28 — Radar;
- 29 — Comunicações;
- 30 — Sistemas elétricos para fotografias;
- 31 — Fotografia geral;
- 32 — Equipamento fotográfico;
- 33 — Cinematografia;
- 34 — Cartografia;
- 35 — Aerofotogrametria;
- 36 — Vectografia;
- 37 — Instrumentos de controle do tráfego;
- 38 — Telefones e teletipos;
- 39 — Fundamentos de rádio;
- 40 — Atribuições do serviço de tráfego aéreo;
- 41 — Link-Trainer;
- 42 — Infra-estrutura;
- 43 — Organização do serviço de tráfego aéreo;
- 44 — Meteorologia sinótica;
- 45 — Meteorologia física;
- 46 — Instrumentos meteorológicos;
- 47 — Instrumento aerológicos;
- 48 — Física da atmosfera superior;
- 49 — Climatologia;
- 50 — Função do meteorologista a bordo dos aviões.

Art. 22 — A Instrução Aplicada se ministra nos Estágios Práticos de Instrução, de conformidade com os requisitos técnicos de cada especialidade, compreenderá uma ou mais das seguintes disciplinas:

- 1 — Tecnologia;
- 2 — Estruturas e reparos estruturais;
- 3 — Organização da manutenção e do suprimento do material aéreo;
- 4 — Pesagem e balanceamento;

5 — Organização da manutenção e do suprimento do armamento aéreo e munição;

6 — Navegação;

7 — Bombardeio;

8 — Tiro aéreo;

9 — Conhecimentos gerais de aviação;

10 — Equipamento elétrico dos aviões;

11 — Equipamento elétrico terrestre;

12 — Telefones e teletipos;

13 — Equipamentos rádio terrestres;

14 — Organização da manutenção e do suprimento do material rádio;

15 — Organização da manutenção e do suprimento do material fotográfico;

16 — Cartografia;

17 — Aerofotogrametria;

18 — Função do meteorologista;

19 — Link-Trainer.

Art. 23 — A Instrução Aplicada será essencialmente prática; os alunos terão, como campo de observação e trabalho, os Parques de Aeronáutica, Centros Industriais, Esquadrões, Centros de Controle de Tráfego, Centros meteorológicos e demais órgãos técnicos capazes de, em cada especialidade, facilitar o cabal e completo coroamento da instrução técnica aplicada.

Art. 24 — O C. O. E. na organização dos programas de cada especialidade, fará a necessária dosagem dos assuntos pelos diferentes períodos do Curso.

Art. 25 — O Ministério da Aeronáutica, mediante proposta do Diretor Geral do Ensino, poderá alterar as disciplinas previstas, em qualidade e quantidade, conforme a evolução do ensino.

Art. 26 — Além das aulas previstas para o Curso, poderão realizar-se conferências ou estudos dirigidos sobre assunto de cultura geral e de interesse nacional.

Art. 27 — As turmas de alunos não devem exceder de quarenta nas aulas teóricas e de vinte nas práticas.

TÍTULO II

CURSOS

Art. 28 — A formação dos oficiais especialistas terá a duração de dois anos letivos, compreendendo cada um dois períodos, os quais abrangem as seguintes disciplinas:

1 — Especialistas em Aviação:

1.º Ano — 1.º período:

a) Matemática;

b) Física;

c) Química;

d) Desenho industrial;

e) Inglês;

f) Administração;

g) Português (expressão oral e escrita);

h) Instrução Militar.

2.º período:

a) Tecnologia;

b) Mecânica;

c) Inglês técnico;

d) Sistemas elétricos dos aviões;

e) Motores a combustão interna e a reação;

f) Instrução Militar.

2.º Ano — 1.º período:

a) Estruturas e reparos estruturais;

b) Sistemas eletrônicos;

c) Equipamentos e sistemas diversos dos aviões;

d) Organização da manutenção e do suprimento do material aéreo;

e) Instrução Militar.

2.º período:

a) Grupo moto propulsor;

b) Provas no solo e em vôo;

c) Inspeção, verificação e instalação de motores;

d) Pesagem e balanceamento;

e) Estágios de instrução;

f) Instrução Militar.

2 — Especialistas em Comunicações:

1.º Ano — 1.º período:

a) Matemática;

b) Física;

c) Química;

d) Desenho industrial técnico;

e) Inglês;

f) Administração;

g) Português (expressão oral e escrita);

h) Instrução Militar.

2.º período:

a) Mecânica racional;

b) Eletricidade;

c) Navegação aérea;

d) Válvulas eletrônicas;

e) Instrumentos de medidas elétricas;

- f) Inglês técnico especializado;
- g) Conhecimentos gerais de aviação;
- h) Instrução Militar.

2.º Ano — 1.º período:

- a) Antenas e linhas de transmissão;
- b) Rádio transmissão;
- c) Equipamento elétrico dos aviões;
- d) Radiogoniometria;
- e) Telefones e teletipos;
- f) Equipamento elétrico terrestre;
- g) Instrução Militar.

2.º período:

- a) Rádio recepção (teoria);
- b) Rádio recepção (prática);
- c) Equipamento rádio dos aviões;
- d) Equipamento rádio terrestre;
- e) Radar;
- f) Comunicações;
- g) Organização da manutenção e do suprimento do material rádio;
- h) Instrução Militar;
- i) Estágios de Instrução.

3 — Especialistas de Armamento:

1.º Ano — 1.º período:

- a) Matemática;
- b) Física;
- c) Química;
- d) Desenho industrial técnico;
- e) Administração;
- f) Inglês;
- g) Português (expressão oral e escrita);
- h) Instrução Militar.

2.º período:

- a) Inglês;
- b) Conhecimentos gerais de aviação;
- c) Química orgânica;
- d) Gases e explosivos;
- e) Tecnologia;
- f) Cálculos de canos e projetis;
- g) Resistência dos materiais;
- h) Instrução Militar.

2.º Ano — 1.º período:

- a) Navegação aérea;
- b) Organização da manutenção e do suprimento do armamento aéreo e munição;
- c) Armas aéreas;
- d) Visores de bombardeio;
- e) Balística;
- f) Sistemas elétricos para armamentos;
- g) Mecânica racional;
- h) Instrução Militar.

2.º período:

- a) Bombardeio;
- b) Bombardeio sintético;
- c) Bombardeio no ar;
- d) Tiro aéreo (teoria);
- e) Tiro aéreo (prática);
- f) Bombas aéreas;
- g) Torpedos e Minas;
- h) Química de Guerra;
- i) Instrução Militar;
- j) Estágios de Instrução.

4 — Especialistas em Fotografia.

1.º Ano — 1.º período:

- a) Matemática;
- b) Física;
- c) Química;
- d) Desenho Industrial Técnico;
- e) Inglês;
- f) Administração;
- g) Português (expressão oral e escrita);
- h) Instrução Militar.

2.º período:

- a) Inglês técnico;
- b) Navegação aérea;
- c) Ótica aplicada;
- d) Sistemas elétricos especializados;
- e) Organização da manutenção e do suprimento e do material fotográfico;
- f) Instrução Militar.

2.º Ano — 1.º período:

- a) Fotografia geral;
- b) Equipamento fotográfico;
- c) Cinematografia;
- d) Instrução Militar.

2.º período:

- a) Cartografia;
- b) Aerofotogrametria;
- c) Vectografia;
- d) Instrução Militar;
- e) Estágios de Instrução.

5 — Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo

1.º Ano — 1.º período:

- a) Matemática;
- b) Física;
- c) Química;
- d) Desenho;
- e) Administração;
- f) Inglês;
- g) Português;
- h) Instrução Militar;

2.º período:

- a) Inglês técnico;
- b) Aeronáutica;

- c) Navegação aérea;
- d) Introdução à Meteorologia;
- e) Direito aeronáutico;
- f) Regulamento do tráfego aéreo;
- g) Português (expressão oral e escrita);
- h) Instrução Militar.

2.º Ano — 1.º período:

- a) Inglês técnico especializado;
- b) Instrumentos;
- c) Navegação aérea;
- d) Regulamento do tráfego aéreo;
- e) Direito aeronáutico;
- f) Telefones;
- g) Radiogoniometria;
- h) Fundamentos de rádio;
- i) Instrução Militar.

2.º período:

- a) Comunicações;
- b) Equipamento rádio;
- c) Atribuições do serviço de tráfego aéreo;
- d) Link-Trainer;
- e) Infra-estrutura;
- f) Organização do serviço de tráfego aéreo;
- g) Navegação;
- h) Direito Aeronáutico;
- i) Instrução Militar;
- j) Estágios de Instrução.

6 — *Especialistas em Meteorologias*

1.º Ano — 1.º período:

- a) Matemática;
- b) Física;
- c) Química;
- d) Desenho;
- e) Administração;
- f) Inglês;
- g) Português;
- h) Eletricidade;
- i) Instrução Militar.

2.º período:

- a) Inglês técnico especializado;
- b) Física;
- c) Química;
- d) Mecânica racional;
- e) Termodinâmica;
- f) Aerodinâmica;
- g) Hidrodinâmica;
- h) Navegação aérea;
- i) Oceanografia;
- j) Introdução à Meteorologia;
- k) Geografia;
- m) Instrução Militar.

2.º Ano — 1.º período:

- a) Meteorologia sinótica;
- b) Meteorologia física;

- c) Trabalhos práticos;
- d) Instrumentos meteorológicos;
- e) Instrumentos aerológicos;
- f) Instrução Militar.

2.º período:

- a) Meteorologia sinótica;
- b) Meteorologia física;
- c) Trabalhos práticos;
- d) Física da atmosfera superior;
- e) Climatologia;
- f) Função do meteorologista a bordo de aeronaves (teoria);
- g) Função do meteorologista a bordo de aeronaves e navegação (prática);
- h) Instrução Militar;
- i) Estágios de Instrução.

TÍTULO III

Regime do "Curso"

CAPÍTULO I

ANO LETIVO

Art. 29. O ano letivo se inicia no primeiro dia útil de março e termina no último dia útil de novembro.

Art. 30. O ano letivo se compõe de dois períodos:

- 1.º período, do primeiro dia útil de março ao último dia útil de junho;
- 2.º período, do primeiro dia útil da 2.ª quinzena de julho ao último dia útil de novembro.

Art. 31. O início e o término do Curso se realizarão com solenidade.

Art. 32. O mês de dezembro se destina aos trabalhos de apuração de graus, revisão de provas, exames do 2.º período e declaração de Aspirantes.

Parágrafo único. Os exames do 1.º período se realizarão na última quinzena de junho.

Art. 33. Os meses de janeiro e fevereiro destinam-se ao trabalho de matrículas de novos alunos e ao preparo do Curso de Officiais Especialistas para o ano letivo entrante.

CAPÍTULO II

FREQÜÊNCIA

Art. 34. A freqüência aos trabalhos escolares e sua execução são obrigatórias.

Parágrafo único. A justificação das faltas aos trabalhos escolares far-se-á

ao Comandante da Companhia de Alunos, para efeito disciplinar.

Art. 35. Nenhum professor ou instrutor poderá dispensar o aluno de qualquer aula ou instrução. O afastamento do aluno no decurso da aula ou instrução, por motivos de força maior, será objeto de comunicação ao Chefe do Departamento do Ensino, com registro no livro competente.

Art. 36. A falta a cada hora ou fração de hora de aula ou instrução acarreta para o aluno a perda de um décimo de ponto.

Parágrafo único. não se computará como falta a ausência a aula ou instrução motivada por cumprimento de missão de serviço determinada pelo Diretor do Curso.

Art. 37. Dar-se-á conhecimento, mensalmente, a cada aluno, do número total de pontos que haja perdido.

CAPÍTULO III

APROVEITAMENTO NA INSTRUÇÃO

Art. 38. O aproveitamento dos alunos será verificado por meio de:

- a) provas escritas ou práticas;
- b) exames que poderão ser:
 - escritos;
 - orais;
 - práticos.

Art. 39. O julgamento das provas e exames será expresso em graus variáveis de zero (0) a dez (10), com aproximação até centésimos.

Art. 40. Os trabalhos escritos depois de corrigidos, serão entregues aos alunos para conhecimento e estudo devendo ser restituídos ao Departamento do Ensino, dentro de 48 horas.

Art. 41. Com a devida correção de atitude e disciplina, o aluno poderá:

- a) solicitar ao Chefe do Departamento do Ensino revisão de provas, apresentando, para isto, razões escritas;
- b) solicitar esclarecimentos aos professores e instrutores sobre assunto que esteja sendo esplanado em aula ou instrução, desde que não o haja compreendido suficientemente, e nas oportunidades para tanto estabelecidas.

Art. 42. Ao aluno que faltar a qualquer prova sem motivo justificado, será computado grau zero (0).

§ 1.º A justificativa de falta às provas será apresentada ao Chefe do Departamento do Ensino, exclusivamente para marcação de nova prova, que deverá se realizar antes da prova seguinte da mesma disciplina, ou quando fôr o caso, antes do encerramento do período.

§ 2.º Verificada a impossibilidade do comparecimento à 2.ª prova, nas condições estabelecidas no parágrafo anterior, atribuir-se-á ao aluno grau zero (0).

Art. 3. O grau final de cada matéria é a média aritmética entre a média do período e o grau de exame dessa matéria.

Parágrafo único. — A média do período de cada matéria é a média aritmética dos graus das provas realizadas durante o período.

Art. 44. O grau final do período é a média aritmética dos graus finais de cada matéria.

Art. 45. Será considerado aprovado o aluno que obtiver, no mínimo, grau final quatro (4) nas matérias da Instrução Básica e grau final cinco (5) nas matérias da Instrução Técnica e Aplicada.

Art. 46. Dispensar-se-á do exame se assim o desejar, o aluno que obtiver no mínimo média do período quatro (4) nas matérias da Instrução Básica e a média do período cinco (5) nas matérias da Instrução Técnica e Aplicada, computando-se nesses casos, como grau final das respectivas matérias, a média do período.

Art. 47. Sempre que em qualquer prova ou exame mais de 50% dos alunos obtiverem grau inferior a quatro (4), ou superior a oito (8), o Conselho do Ensino reunir-se-á, a fim de verificar as razões do ocorrido. Essa reunião realizar-se-á dentro de 48 horas, após o Chefe do Departamento do Ensino haver recebido os resultados do trabalho ou exercício em questão. Conforme suas conclusões, o Conselho do Ensino recomendará ao Diretor do C. O. E. a anulação, ou não, desse trabalho, assim como outras providências cabíveis no caso. A recomendação do Conselho do Ensino sobre a validade do trabalho e a decisão do Diretor do C. O. E. serão publicadas em Boletim, no máximo sete dias após a reunião inicial do Conselho.

Parágrafo único. — O Chefe do Departamento do Ensino determinará a data em que será repetido o trabalho anulado.

Art. 48. Será reprovado o aluno que:

a) tendo-se submetido a exame, não atingir os graus mínimos estabelecidos no artigo 45;

b) faltar ao exame sem justificativa.

Art. 49. O aluno que faltar aos exames justificadamente será submetido a novo exame, logo que cesse o motivo do impedimento, desde que possa realizá-lo antes do início do período seguinte:

§ 1.º O aluno do 2.º período do 2.º ano será submetido a novo exame desde que possa realizá-lo cinco dias antes da data da declaração de aspirante.

§ 2.º O aluno que não puder realizar o exame antes do início do período ou da data da declaração de aspirante, terá como grau final da matéria a respectiva média do período.

Art. 50. Aos alunos é assegurado um período de tolerância que poderá ser gozado uma única vez, no ano letivo seguinte, quando:

a) fôr considerado reprovado na forma do artigo 48;

b) fôr desligado por perda de pontos na forma do artigo 57, alínea c;

c) fôr excluído pelo motivo do artigo 57, alínea e.

CAPÍTULO IV

PROMOÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 51. É considerado promovido de período o aluno que satisfaça as condições abaixo:

a) aprovação em todas as matérias do período cursado;

b) obtenção de conceito favorável para o oficialato, como prescrito neste Regulamento.

Parágrafo único — A promoção ao 2.º ano se efetua no primeiro dia útil de março.

Art. 52. Os aspirantes serão classificados pela média aritmética dos graus finais dos períodos dos 1.º e 2.º anos, calculada a fração até centésimos.

Parágrafo único — Em caso de empate, levar-se-á em conta, para classificação, a precedência hierárquica.

CAPÍTULO V

CONCEITO PARA O OFICIALATO

Art. 53. Em cada período letivo se emitirá conceito para o oficialato, sobre cada aluno, manifestando-se todos os instrutores que tenham tido contacto com o aluno.

Parágrafo único — Para que o instrutor possa formular esse conceito é preciso que tenha observado o aluno durante o período completo.

Art. 54. A Direção do Ensino organizará a "Ficha de conceito para o oficialato", a qual entrará em vigor após aprovação do Diretor Geral do Ensino.

Parágrafo único — O conceito abrange os diversos aspectos da vida do aluno, os quais definem seu grau de aptidão para o oficialato; a feitura da ficha deve satisfazer essa condição.

Art. 55. Esses conceitos serão entregues pelos instrutores ao Chefe do Departamento do Ensino; este, tendo por base a observação dos instrutores, completadas pelas suas pessoais, emitirá, em definitivo, o conceito de aptidão para o oficialato do aluno.

Art. 56. O aluno que obtiver conceito desfavorável sob qualquer dos aspectos considerados, será submetido a julgamento pelo Conselho de Instrução que se pronunciará a respeito.

CAPÍTULO VI

EXCLUSÃO DO ALUNO

Art. 57. A exclusão do aluno dar-se-á:

a) ao terminar o Curso, na mesma data da publicação do ato da declaração de aspirante a oficial;

b) a pedido, ao ser deferido o seu requerimento;

c) quando, por motivo de faltas aos trabalhos escolares, haja ultrapassado quinze pontos por período, conforme previsto no art. 36, deste Regulamento;

d) quando não puder concluir o respectivo curso nos prazos previstos neste regulamento;

e) por motivo de moléstia, cuja a duração o incapacite para prosseguir no curso, mediante parecer da Junta de Saúde;

f) nos seguintes casos, mediante parecer do Conselho de Instrução:

1 — quando fôr julgado inapto para o oficialato;

2 — quando se verificar que utilizou meios ilícitos para realização de qualquer trabalho escolar;

3 — quando cometer qualquer ato que o torne indigno de permanecer no Curso;

4 — quando ingressar no mau comportamento, na forma do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica.

Parágrafo único — Não poderão ser rematriculados os alunos excluídos pelos motivos expressos nas alíneas b, d, e f

CAPÍTULO VII

DECLARAÇÃO DE ASPIRANTE

Art. 58 — O aluno que concluir o curso com aproveitamento, e satisfizer às demais condições estabelecidas no presente Regulamento, receberá o respectivo diploma e será declarado Aspirante a Oficial Especialistas da especialidade em que se houver graduado.

Art. 59 — A declaração de aspirante é ato do Diretor do C.O.E., publicado em boletim da Unidade.

TÍTULO IV

Corpo Docente

Art. 60 — O ensino é ministrado por:

a) professores, para os assuntos da Instrução Fundamental e para assuntos da Instrução Teórica Especializada, quando julgado necessário;

b) adjuntos de professor, para os assuntos da Instrução Fundamental e para assuntos da Instrução Teórica Especializada, quando julgado necessário;

c) instrutores chefes, instrutoras e auxiliares de instrutor, para todos os assuntos da instrução militar e para assuntos das Instruções Teórica Especializada, Técnica e Aplicada;

d) laboratorista, para a instrução prática de laboratório;

e) monitores, para todos os assuntos da Instrução Militar, Instrução Teórica Especializada, Técnica e Aplicada.

Art. 61 — Os professores, adjuntos de professores e laboratoristas serão servidores extranumerários e sua admissão far-se-á de acôrdo com a legislação em vigor e sempre através de concurso de títulos e de provas.

Art. 62 — A admissão de professores terá, como condição essencial, a exigência de prioridade de horário para o C.O.E. mesmo em detrimento de atividade que exerçam em outro estabelecimento de ensino.

Art. 63) — Os instrutores-chefes, instrutores e auxiliares de instrutor serão oficiais dos diferentes quadros da F.A.B.

Art. 64. Os monitores serão sub-oficiais e sargentos dos diferentes quadros da F.A.B.

Art. 65. O C.O.E. poderá dispôr de professores e instrutores, oficiais de outras Forças Armadas, aqueles quando do magistério militar, uma vez hajam sido postos à disposição do Ministério da Aeronáutica, por solicitação deste, e desde que seja possível o cumprimento do estabelecido no Art. 62.

Art. 66. Exige-se de todos os membros do Corpo Docente rigorosa disciplina intelectual, traduzida pelo fiel cumprimento das disposições regulamentares específicas bem como das ordens e instruções emanadas da Chefia do Departamento do Ensino.

Art. 67. Os componentes do Corpo Docente, no exercício de suas funções, subordinam-se ao Departamento do Ensino.

Parágrafo único. No caso de incompatibilidade hierárquica, essa subordinação será de caráter funcional e técnico, e apenas no que se relacionar com o ensino do C.O.E.

Art. 68. O Ministro da Aeronáutica fixará, até 31 de agosto de cada ano, se houver motivo para alteração, o efetivo do Corpo Docente para o ano seguinte, mediante proposta do Diretor do C.O.E., por intermédio do Diretor Geral do Ensino.

Art. 69. O Diretor do C.O.E., sempre que julgar necessário, poderá convidar oficiais das Forças Armadas ou civis de reconhecida competência para realizarem conferências sobre assuntos especializados ou de cultura geral de interesse para o ensino, ou prestarem serviços técnicos equivalentes.

Parágrafo único. Esses oficiais e civis poderão ser gratificados a critério do Diretor, até o máximo fixado pelo Ministro da Aeronáutica, por tempo de conferência ou de trabalho técnico realizado.

Art. 70. O regime disciplinar a que ficam sujeitos os componentes do Corpo Docente é o prescrito no Regulamento Disciplinar da Aeronáutica ou no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, conforme se trate de militares ou civis.

TERCEIRA PARTE

ORGANIZAÇÃO

TÍTULO I

Constituição Geral

Art. 71. O Curso de Oficiais Especialistas tem a seguinte constituição:

- a) Direção;
- b) Departamento de Ensino;
- c) Departamento de Administração.

TÍTULO II

Direção

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO

Art. 72. A Direção do Curso tem a seguinte constituição:

- a) Diretor;
- b) Assistente e Órgãos Auxiliares;
- c) Órgãos consultivos.

Art. 73. O Diretor é coadjuvado em suas funções pelos Chefes de Departamento.

CAPÍTULO II

DIRETOR

Art. 74. O Diretor do Curso de Oficiais Especialistas, nomeado por decreto, é um Coronel Aviador, Engenheiro ou Coronel Aviador com o Curso Superior de Comando.

Art. 75. O Diretor do C. O. E., responsável pelo Ensino e Administração do Curso, tem as funções de Diretor de Ensino e de Agente Diretor.

Art. 76. Ao Diretor do C. O. E., além das atribuições previstas na legislação vigente, compete:

a) superintender o ensino, tendo como objetivo desenvolvê-lo e dar-lhe a eficiência necessária ao elevado rendimento que se exige como produção do Curso;

b) exercer sua ação pessoal sobre todos os escalões subordinados, visan-

do a uma perfeita coordenação para o cumprimento da missão do Curso:

c) imprimir ao ensino a orientação doutrinária estabelecida pelos altos escalões da F. A. B.;

d) submeter à aprovação do Diretor Geral do Ensino, até 31 de janeiro de cada ano, o programa para o ano letivo entrante;

e) matricular e incluir no estado efetivo do curso os candidatos que houverem satisfeito as condições para admissão, dentro do número de vagas fixado;

f) excluir e desligar alunos, consoantes os preceitos regulamentares;

g) declarar Aspirante a Oficial os alunos que concluírem, com aproveitamento, os respectivos cursos;

h) corresponder-se diretamente com as autoridades militares ou civis sobre assuntos que independam da intervenção da autoridade superior;

i) designar as comissões examinadoras;

j) superintender as provas dos cursos para provimento dos cargos de professor e de adjunto de professor.

CAPÍTULO III

ASSISTENTE E ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 77. O Assistente do Diretor é um Capitão Aviador que exerce também as funções de Secretário.

Art. 78. Ao Assistente do Diretor compete:

a) dirigir os serviços da Secretaria do Diretor;

b) dirigir o serviço de Relações Públicas;

c) orientar as atividades do Serviço Religioso;

d) dirigir os serviços da Seção de Informações e Estatística;

e) receber, preparar e expedir a correspondência pessoal do Diretor;

f) dirigir os serviços pertinentes à Secretaria, Protocolo, Expedição e Arquivo, do Diretor.

Art. 79. Para o desempenho das suas funções, o Assistente dispõe dos seguintes órgãos:

- a) Secretaria do Diretor;
- b) Seção de Informação e Estatística;
- c) Serviço Religioso;
- d) Pelotão de Polícia Militar.

Seção de Informações e Estatística

Art. 80. O Chefe da Seção de Informações e Estatística é o Assisten-

te do Diretor e tem como auxiliares um Tenente Aviador ou Especialista e um civil com conhecimentos especializados em estatística.

Art. 81. Ao Chefe da Seção de Informações e Estatística compete:

- a) manter o Diretor informado sobre o moral do pessoal do Curso;
- b) organizar as atividades recreativas para o pessoal do Curso;
- c) executar os serviços criptográficos e ter sob sua guarda os documentos de natureza sigilosa;
- d) dirigir o serviço de relações públicas;
- e) ter sob seu controle as atividades do Posto Rádio Administrativo;
- f) orientar e dirigir a parte referente a Estatística;
- g) organizar mapas e gráficos estatísticos do Curso, baseados nos relatórios dos Departamentos.

Serviço religioso

Art. 82. Dirige o Serviço Religioso um Capitão Capelão da Aeronáutica, na forma do Decreto n.º 21.495, de 23 de julho de 1946.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS CONSULTIVOS

Art. 83. Para dispôr de elementos mais seguros às suas decisões nos assuntos relacionados com o Ensino, o Diretor do Curso conta com os seguintes órgãos consultivos:

- a) Conselho de Ensino;
- b) Conselho de Instrução.

Art. 84. Os Conselhos se reunirão sempre que se torne necessário conseguir elementos para decisão do Diretor, por determinação deste ou por convocação do Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 85. Os Conselhos emitirão pareceres sobre os fatos apreciados, os quais constarão do competente Livro de Atas e serão apresentados ao Diretor acompanhados dos votos vencidos, devidamente fundamentados.

Art. 86. Não é lícito a nenhum membro dos Conselhos abster-se de votar, nem lhe é permitida a divulgação, sob qualquer forma, de assuntos tratados nas reuniões dos Conselhos, o que só poderá ser feito pelo Diretor do Curso quando assim julgar conveniente.

Art. 87. No caso de terem os Conselhos de se pronunciar sobre assuntos que digam respeito a um dos seus membros ou a parentes destes até o 2.º grau, inclusive, o Diretor substituirá temporariamente aquele membro.

Art. 88. As reuniões dos Conselhos são presididas pelo Chefe do Departamento de Ensino.

Parágrafo único. Quando julgar conveniente, poderá o Diretor avocar a si a presidência dos Conselhos, passando então o Chefe do Departamento de Ensino a funcionar como membro.

Art. 89. Servirá como Secretário, nas reuniões dos Conselhos, um oficial designado pelo Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 90. Poderá o presidente dos Conselhos convocar, para consultas e esclarecimentos, qualquer militar ou civil do C. O. E., o qual não terá direito a voto.

Conselho de Ensino

Art. 91. O Conselho de Ensino é o órgão encarregado de opinar sobre qualquer questão de natureza geral referente ao Ensino.

Art. 92 — O Conselho de Ensino é constituído de sete membros; O Chefe do Departamento de Ensino, os 3 Chefes de Divisão de Instrução e 3 Professores designados pelo Diretor no início de cada ano letivo para exercício no correr do mesmo ano.

Art. 93 — O Conselho de Ensino é especificamente chamado a se pronunciar:

- a) sobre questões de natureza técnica referentes à Instrução Fundamental e Instrução Teórica Especializada;
- b) sobre casos ligados ao concurso de admissão ao curso;
- c) sobre programas elaborados;
- d) sobre o rendimento do ensino do curso;
- e) sobre métodos de ensino;
- f) sobre obras escolhidas de assuntos didáticos científicos, militares, técnicos em geral e aprovação de livros textos;
- g) para emitir parecer sobre os professores inscritos em concurso e os documentos apresentados;
- h) para emitir parecer sobre incompatibilidade ou deficiência de

professores, nos casos aventados pelo presidente;

i) para indicar os nomes dos professores que, por se terem distinguido durante o ano, mereçam apreciação destacada do Diretor.

Conselho de Instrução

Art. 94 — O Conselho de Instrução é o órgão encarregado de opinar sobre qualquer questão de natureza técnica relativa à instrução militar, à Instrução Técnica e Instrução Aplicada, sobre conceito para o oficialato e sobre os casos de ordem moral em que, por conduta irregular do aluno, pareça haver incompatibilidade entre o seu procedimento e a sua condição de aluno.

Art. 95 — O Conselho de Instrução é constituído de sete membros: O Chefe do Departamento do Ensino, os 3 Chefes de Divisão de Instrução, 2 oficiais instrutores designados anualmente pelo Diretor do Curso e um oficial instrutor, Chefe do Grupo ou do Estágio que for indicado pelo Chefe do Departamento do Ensino.

Art. 96 — O Conselho de Instrução é especificamente chamado a se pronunciar:

- a) sobre a indicação de oficiais para a função de instrutor do Curso;
- b) sobre incompatibilidade ou deficiência de instrutor;
- c) sobre os nomes dos instrutores que, por terem se distinguido durante o ano, mereçam referência especial do Diretor;
- d) sobre conceito para o oficialato.

TÍTULO III

Departamento do Ensino

CAPÍTULO I

MISSÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 97 — O Departamento do Ensino é o órgão encarregado do estudo de todos os problemas relacionados com o ensino.

E' através dêsse órgão que o Diretor do C. O. E., como Diretor do Ensino, exerce sua ação orientadora sobre o modo como deve ser conduzido o ensino no C. O. E.

Art. 98. O Departamento do Ensino tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Divisão de Instrução Básica;
- c) Divisão de Instrução Técnica;
- d) Divisão de Instrução Aplicada.

CAPÍTULO II

CHEFIA

Art. 99. A Chefia do Departamento do Ensino tem a seguinte constituição:

- a) Chefe do Departamento do Ensino;
 - b) Adjunto e Órgãos Auxiliares.
- Chefe do Departamento do Ensino*

Art. 100. O Chefe do Departamento do Ensino é um Tenente Coronel Aviador ou Engenheiro; será obrigatoriamente Engenheiro de Aeronáutica quando o Diretor do Curso não o for.

Art. 101. O Chefe do Departamento do Ensino é diretamente responsável, perante o Diretor do C.O.E., pela direção de todo o trabalho escolar.

Art. 102. O Chefe do Departamento do Ensino no interesse do ensino, pode entender-se diretamente com todos os elementos orgânicos do C.O.E.

Art. 103. Além das atribuições previstas na legislação vigente, compete ao Chefe do Departamento do Ensino:

- a) assistir ao Diretor do C.O.E. em todas as questões referentes ao Ensino, mantendo-o informado sobre a marcha do trabalho do Curso;
- b) elaborar os programas de ensino e submetê-los à consideração do Diretor;
- c) organizar o calendário do ano letivo, com a indicação dos horários das aulas e demais trabalhos escolares;
- d) submeter à aprovação do Diretor os programas analíticos das diversas matérias;
- e) preparar, dentro das limitações estabelecidas no calendário, os programas semanais;
- f) organizar, no início de cada ano, as turmas de ensino;
- g) estudar ou fazer estudar todas as questões de ensino de interesse para o C.O.E.;
- h) manter a coordenação do ensino nos diferentes cursos;
- i) controlar a realização dos exercícios, provas e exames;
- j) apresentar ao Diretor o relatório sucinto correspondente ao ano anterior.

terior, relativo a atividade do C.O.E. com referência particular sobre os resultados alcançados e estudos críticos sobre a situação do Departamento;

b) promover sindicâncias para apurar as causas do menor rendimento do ensino, quando for o caso, propondo ao Diretor providências que visem a saná-las;

m) intervir junto aos professores e instrutores para harmonizar a aplicação dos métodos e processos de ensino;

n) presidir aos Conselhos;

o) dar normas para o aperfeiçoamento da educação militar, moral e cívica dos alunos;

p) coordenar, por delegação do Diretor, nos diversos setores da Aeronáutica e indústrias correlatas, os meios necessários à realização dos estágios da Instrução Aplicada.

Adjunto e órgãos auxiliares

Art. 104. O adjunto do Chefe do Departamento do Ensino é um Capitão Aviador.

Art. 105. Ao adjunto compete coordenar o trabalho dos órgãos auxiliares.

Art. 106. Para o desempenho de suas funções, o adjunto dispõe dos seguintes órgãos auxiliares:

- a) Secretaria do Ensino;
- b) Seção de Controle e Estudos;
- c) Seção de Serviços Escolares.

Secretaria do Ensino

Art. 107. O Chefe da Secretaria poderá ser Tenente Aviador Tenente Especialista ou servidor civil do Ministério.

Art. 108. Compete ao Chefe da Secretaria do Ensino:

- a) preparar o expediente diário do Departamento;
- b) organizar os arquivos do Departamento, mantendo-os em dia;
- c) organizar os processos de matrícula;
- d) dirigir o serviço de protocolo;
- e) organizar os fichários dos alunos e candidatos ao C. O. E.;
- f) preparar os diplomas dos alunos

Seção de Controle e Estudos

Art. 109. O Chefe da Seção de Controle e Estudos é o Adjunto do Chefe do Departamento do Ensino.

Art. 110. Ao Chefe da Seção de Controle e Estudos compete:

- a) realizar os estudos que lhe forem determinados visando ao aprimoramento da instrução;

b) orientar a coleta de dados referentes aos trabalhos didáticos de modo a permitir ao Chefe do Departamento manter-se a par do desenvolvimento da instrução e inteirar-se constantemente de tudo quanto possa influir no seu rendimento;

c) controlar a execução dos programas fixados;

d) controlar, através das Divisões do Ensino, as faltas do pessoal do corpo docente e dos alunos;

e) fornecer elementos para a organização dos relatórios referentes ao ensino;

f) organizar mapas e gráficos estatísticos relativos ao ensino;

g) dirigir os trabalhos de escrituração, registro e fichário de graus de exercício, provas, exames, testes e trabalhos práticos.

Seção de Serviços Escolares

Art. 111. O Chefe da Seção de Serviços Escolares é um servidor civil do Ministério da Aeronáutica.

Art. 112. Compete ao Chefe da Seção de Serviços Escolares orientar e fiscalizar:

a) O trabalho material de preparo dos programas e horários relativos à instrução;

b) A confecção de quadros estatísticos relativos à instrução;

c) A execução de desenhos, quadros murais e diversos auxílios de instrução;

d) As providências materiais que se fizerem necessárias à instrução dos alunos, atendendo às solicitações dos professores e instrutores;

e) A impressão e distribuição de súmulas de aulas, apostilas, manuais e livros didáticos para o ensino.

CAPÍTULO III

DIVISÃO DE INSTRUÇÃO BÁSICA

Art. 113. A Divisão de Instrução Básica é o órgão do Departamento do Ensino a cujo cargo e responsabilidade estão o controle direto e as medidas de execução da parte da instrução relativa à cultura básica científica, à teórica especializada e à militar dos alunos.

Art. 114. A Divisão tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Grupo de Instrução Fundamental;

c) Grupo de Instrução Teórica Especializada;

d) Grupo de Instrução Militar.

Art. 115. O Chefe da Divisão é um Major ou Capitão Aviador.

Parágrafo único. O Chefe da Divisão dispõe dos Chefes dos Grupos como assessores nos assuntos de natureza técnica.

Art. 116. Ao Chefe da Divisão compete:

a) Assistir aos professores no desempenho de suas funções, mantendo com estes as relações de serviço necessárias ao bom andamento da instrução; cabe-lhe, igualmente, servir de elementos de ligação entre este e o Chefe do Departamento do Ensino;

b) Encaregar-se da parte relativa aos horários de aula;

c) Estudar e encaminhar ao Chefe do Departamento do Ensino as propostas que visem melhorar a Instrução.

Art. 117. Os Grupos de Instrução Fundamental, Teórica Especializada e de Instrução Militar são os órgãos encarregados da coordenação e controle de assuntos a eles correspondentes.

§ 1.º O Grupo de Instrução Fundamental é chefiado por instrutor ou professor civil designado pelo Diretor do C. O. E.

§ 2.º O Grupo de Instrução Teórica Especializada é chefiado por Capitão ou Tenente, Aviador ou Especialista, instrutor de uma das matérias do Grupo.

§ 3.º O Grupo de Instrução Militar é chefiado pelo Comandante da Companhia de Alunos.

Art. 118. Compete aos Chefes dos Grupos da Divisão de Instrução Básica:

a) assistir aos professores e instrutores no desempenho de suas funções, mantendo com eles as relações diretas necessárias ao bom andamento da instrução bem como servir de ligação entre estes e o Chefe da Divisão;

b) registrar as faltas de professores, instrutores e alunos e comunicá-las ao Chefe da Divisão;

c) ter a seu cargo as providências materiais que se fizerem necessárias para a instrução, atendendo as solicitações dos professores e instrutores quanto a apostilas, manuais e livros didáticos.

CAPÍTULO IV

DIVISÃO DE INSTRUÇÃO TÉCNICA

Art. 119. A Divisão de Instrução Técnica é o órgão do Departamento do Ensino que tem a seu cargo o controle direto da parte de instrução relativa aos conhecimentos técnico-especializados necessários aos alunos.

Art. 120. A Divisão tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Grupo de Aviação;
- c) Grupo de Comunicações;
- d) Grupo de Armamento;
- e) Grupo de Fotografia;
- f) Grupo de Meteorologia;
- g) Grupo de Controle de Tráfego Aéreo.

Parágrafo único — As exigências do ensino poderão determinar a criação, como a extinção temporária, de um ou mais grupos de Instrução.

Art. 121 — O Chefe da Divisão de Instrução Técnica é um Major ou Capitão Aviador ou Especialista.

Parágrafo único — O Chefe da Divisão terá como adjuntos os Chefes dos diversos Grupos da Divisão.

Art. 122 — Ao Chefe da Divisão compete:

a) assistir aos chefes dos Grupos no desempenho de suas funções, mantendo com eles as relações necessárias ao bom andamento da instrução; cabe-lhe ainda servir de ligação entre estes e o chefe do Departamento do Ensino;

b) coordenar a parte relativa aos horários das aulas;

c) estudar e encaminhar ao Chefe do Departamento do Ensino as propostas que visem melhorar a instrução.

Art. 123 — Os Grupos de Instrução são os órgãos encarregados da execução do ensino nas especialidades correspondentes; disporão de 1.ºs e 2.ºs tenentes em número variável, de acordo com as necessidades da instrução.

Art. 124 — Os Chefes de Grupo são Capitães ou 1.ºs Tenentes Especialistas, instrutores de matéria do seu Grupo.

Art. 125 — Compete aos Chefes dos Grupos de Instrução Técnica:

a) ministrar a instrução dos assuntos que lhes estão afetos;

b) opinar sobre as características e especificações técnicas dos diversos equipamentos para a instrução;

c) auxiliar o Chefe da Divisão em todos os setores de instrução que lhe diz respeito;

d) assistir aos instrutores e monitores no desempenho de suas funções, mantendo com eles as relações necessárias ao bom andamento da instrução técnico-prática, cabendo-lhe ainda servir de ligação entre estes e o Chefe da Divisão;

e) ter sob sua guarda o material e aparelhagem técnica de demonstração, cuidando de sua manutenção;

f) registrar as faltas dos instrutores, monitores e alunos e comunicá-las ao Chefe da Divisão;

g) providenciar para que os materiais necessários à disposição nos locais indicados;

h) atender às solicitações dos professores e instrutores, no que disser respeito a apostilas, manuais e livros didáticos.

CAPÍTULO V

DIVISÃO DE INSTRUÇÃO APLICADA

Art. 126. A Divisão de Instrução Aplicada é o órgão do Departamento do Ensino a cujo cargo estão o controle direto e as medidas de execução referentes à Instrução Aplicada e a seus Estágios Práticos de Instrução.

Art. 127. A Divisão tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Grupo de Avião;
- c) Grupo de Comunicações;
- d) Grupo de Armamento;
- e) Grupo de Fotografia;
- f) Grupo de Meteorologia;
- g) Grupo de Controle de Tráfego Aéreo.

Parágrafo único. As necessidades do ensino poderão determinar a criação, como a extinção temporária de um ou mais grupos de instrução.

Art. 128. O Chefe da Divisão de Instrução Aplicada é um Capitão ou 1.º Tenente Aviador ou Especialista.

Parágrafo único. O Chefe da Divisão terá como Adjuntos os Chefes dos diversos Grupos de que se compõe a Divisão de Instrução Aplicada.

Art. 129. Ao Chefe da Divisão compete:

a) assistir aos Chefes dos Grupos no desempenho de suas funções, mantendo com eles as relações de serviço necessárias ao bom andamento da instrução; cabe-lhe ainda servir de ligação entre estes e o Chefe do Departamento do Ensino;

b) coordenar a parte relativa aos horários das aulas;

c) estudar e encaminhar ao Chefe do Departamento do Ensino, as propostas que visem melhorar a Instrução.

Art. 130. Os Grupos de Instrução são os órgãos encarregados da execução do ensino nas especialidades correspondentes; disporão de primeiros e segundos tenentes em número variável, conforme as necessidades da instrução.

Art. 131. Os Chefes de Grupo são Capitães ou Primeiros Tenentes Especialistas, Instrutores de matérias do seu Grupo.

Art. 132. Compete aos Chefes de Grupo da Instrução Aplicada:

a) ministrar a instrução dos assuntos que lhes estão afeitos;

b) opinar, junto ao Chefe da Divisão, sobre as características e especificações técnicas dos equipamentos de instrução necessários aos diversos estágios práticos;

c) auxiliar o Chefe da Divisão em todos os setores de instrução que lhe diz respeito;

d) assistir aos instrutores e monitores no desempenho de suas funções, mantendo com eles as relações necessárias ao bom andamento da instrução aplicada, cabendo-lhe ainda servir de ligação entre estes e o Chefe da Divisão;

e) ter sob sua guarda o material e aparelhagem técnica de demonstração, cuidando de sua manutenção;

f) registrar as faltas do pessoal dos corpos docente e discente e comunicá-las ao Chefe da Divisão;

g) ter a seu cargo as providências materiais que se fizerem necessárias para a instrução, atendendo as solicitações de professores e instrutores, no que disser respeito a apostilas, manuais e livros didáticos;

h) sugerir medidas que visem aumentar a eficiência dos estágios práticos;

- i) elaborar os pormenores da execução dos planos dos diversos estágios práticos;
- j) ter a seu cargo a responsabilidade da execução dos estágios práticos.

TÍTULO IV

Departamento de Administração

CAPÍTULO I

MISSÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 133. O Departamento de Administração é o órgão que trata das questões pertinentes ao pessoal e de todos os assuntos relacionados com os serviços provedores, transportadores e mantenedores em todo o Curso.

Art. 134. O Departamento de Administração tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Divisão do Pessoal;
- c) Divisão de Serviços;
- d) Divisão de Operações;
- e) Formação de Intendência;
- f) Seção de Procura e Compras.

CAPÍTULO II

CHEFIA

Art. 135. O Chefe do Departamento de Administração é um Tenente Coronel Aviador.

Parágrafo único. O Chefe do Departamento de Administração dispõe de um Adjunto, Capitão Aviador e de uma Secretaria.

Art. 136. A Secretaria, encarregada dos trabalhos de escrituração e controle geral do Departamento, é chefiada pelo Adjunto do Chefe do Departamento.

Art. 137. Ao Chefe do Departamento e Administração compete:

- a) prestar ao Departamento de Ensino todo o apoio ao seu alcance, tendo em vista a missão específica do C. O. E.;
- b) superintender os serviços especificados no Art. 133, através dos respectivos chefes.
- Art. 138. O Chefe do Departamento de Administração é o auxiliar imediato do Agente Diretor, competindo-lhe como tal:
- a) coordenar, impulsionar e fiscalizar os serviços administrativos da Uni-

dade Administrativa, de conformidade com a legislação em vigor e as instruções do Agente Diretor;

b) receber os documentos e processos dos assuntos de sua alçada, estudá-los e submetê-los à consideração do Agente Diretor;

c) ter a seu cargo o controle da carga geral do C.O.E.

CAPÍTULO III

DIVISÃO DO PESSOAL

Art. 139. A Divisão do Pessoal é o órgão encarregado da administração de todo o pessoal militar e civil do Curso e da instrução militar do pessoal da Administração.

Art. 140. A Divisão do Pessoal tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Ajudância;
- c) Companhia de Alunos;
- d) Companhia de Guardas;
- e) Companhia de Comando;
- f) Seção de Educação Física;
- g) Posto Médico.

Chefia

Art. 141. O Chefe da Divisão do Pessoal é um Major Aviador.

Art. 142. Além das atribuições previstas na legislação vigente, compete ao Chefe da Divisão do Pessoal:

- a) assegurar as transmissões das ordens e instruções do Diretor, relativas ao pessoal;
- b) estudar e preparar o expediente não privativo dos outros órgãos;
- c) velar pela execução do previsto no artigo 139, de acordo com as diretrizes do Diretor do Curso;
- d) velar pela ordem e disciplina da Companhia de alunos, de acordo com as diretrizes do Diretor do Curso na parte relativa aos alunos.

Ajudância

Art. 143. O Ajudante é um Capitão Aviador ou I. G.; exerce as funções de Chefe da Secretaria e Casa das Ordens.

Art. 144. A Ajudância dispõe de:

- a) Secretaria e Casa das Ordens;
- b) Seção do Pessoal Civil.

Art. 145. Ao Ajudante compete:

- a) organizar o boletim do Curso de Oficiais Especialistas;
- b) organizar, receber e distribuir o expediente;

- c) organizar e dirigir o serviço de arquivo geral do Curso;
- d) organizar as escalas de serviço;
- e) ter a seu cargo a escrituração da vida militar de oficiais e praças, inclusive alunos.

Seção do Pessoal Civil

Art. 146. O Chefe da Seção do Pessoal Civil é um servidor civil do Ministério da Aeronáutica.

Art. 147 — Ao Chefe da Seção do Pessoal Civil compete:

- a) auxiliar o Ajudante nos assuntos relativos à administração do pessoal civil do Curso;
- b) organizar e manter em dia o cadastro completo de todo o pessoal civil do Curso.

Companhia de Alunos

Art. 148. A Companhia de Alunos do C.O.E. se destina a receber e enquadrar os alunos, provendo-os quanto às suas necessidades.

Art. 149. O Comandante da Companhia de Alunos é um Capitão Aviador.

Art. 150 — Compete ao Comandante da Companhia de Alunos:

- a) exercer ação direta sobre a conduta militar do sargento-aluno, imprimindo justa orientação na parte relativa à perfeita formação moral e militar do futuro oficial;
- b) garantir a perfeita execução das medidas necessárias ao funcionamento dos trabalhos escolares em geral;

Art. 151. O Comandante da Companhia de Alunos possui como auxiliar um Tenente Aviador.

Inclusão na Companhia de Alunos

Art. 152. Satisfeitas as condições exigidas, será o candidato matriculado no C.O.E., e incluído na mesma data, na Companhia de Alunos.

Art. 153. O candidato matriculado no C.O.E., ingressará como aluno apenas para os fins escolares, mantido em toda a plenitude seu grau hierárquico como subalterno da F.A.B.

Art. 154. Os alunos têm garantido seu direito a promoção no decorrer do curso, de acordo com a legislação que rege o assunto.

Férias e licenciamentos

Art. 155. Os alunos estão sujeitos ao regime de externato.

Art. 156. Haverá férias na 1.^a quinzena de julho e quando terminados os trabalhos escolares do ano.

Deveres dos alunos

Art. 157. São deveres dos alunos além dos prescritos na legislação vigente:

- a) comparecer pontualmente a todos os trabalhos escolares aos quais deve prestar a máxima atenção, esforçando-se para obter o melhor aproveitamento no ensino;
- b) observar rigorosa proibidade, na execução de qualquer provas ou trabalhos escolares, considerados os recursos ilícitos como incompetíveis com a dignidade do aluno;
- c) procurar elevar, no meio militar, e no meio civil o conceito e o prestígio do C.O.E. e da F.A.B., conduzindo-se quer no Curso, quer fora dele da maneira a mais correta, digna e disciplinada;
- d) tornar-se exemplo nas questões de disciplina, de amor ao trabalho, de respeito aos seus superiores e de zelo na utilização do material que lhe é confiado;
- e) lembrar-se sempre de que a melhor forma de ser obedecido e respeitado é obedecer e respeitar.

Companhia de Guardas

Art. 158. A Companhia de Guardas é a Subunidade organizada para manter a ordem e assegurar a defesa militar do Aeródromo e suas instalações.

Art. 159. O Comandante da Companhia de Guardas é um Capitão de Infantaria de Guarda.

Art. 160. O Comandante da Companhia de Guardas é o responsável perante o Chefe do Departamento do Pessoal pela Escola de Base.

Companhia de Comando

Art. 161. A Companhia de Comando é a subunidade destinada a enquadrar todas as praças em serviço na administração do C.O.E.

Art. 162. O Comandante da Companhia de Comando é um Capitão de Infantaria de Guarda.

Seção de Educação Física

Art. 163. O Chefe da Seção de Educação Física é um Tenente com curso especializado de Educação Física, do efetivo do C.O.E., sendo sua designação feita pelo Diretor do Curso, sem prejuízo de suas funções normais.

Art. 164. Ao Chefe da Seção de Educação Física compete orientar, dirigir e fiscalizar a prática da Educação Física de todos os elementos do Curso.

Pôsto Médico

Art. 165. O Pôsto Médico do Curso é constituído de:

- a) Chefia;
- b) Gabinete Especializado;
- c) Serviço de Assistência e Socorro.

Art. 166. O Chefe do Pôsto Médico é um Capitão Médico da Aeronáutica.

Art. 167. Ao Chefe do Pôsto Médico compete:

- a) assegurar assistência médica e odontológica a todo o pessoal;
- b) assegurar assistência médica especializada ao pessoal aeronavegante e à instrução de Educação Física;
- c) adotar medidas de higiene e profilaxia em toda a área ocupada pelo Curso.

Art. 168. O Chefe do Pôsto Médico disporá de 3 Tenentes Médicos e de servidores civis dentistas para execução dos serviços afetos ao Pôsto Médico.

CAPÍTULO IV

DIVISÃO DE SERVIÇOS

Art. 169. A Divisão de Serviços é o órgão encarregado dos serviços de transportes, material bélico, contra incêndio, conservação e reparos das instalações, mobiliário, aeródromo, maquinária, suprimentos e manutenção do 3.º escalão do Curso.

Art. 170. — A Divisão de Serviços é constituída de:

- a) Chefia;
- b) Serviço de Transportes;
- c) Serviço de Material Bélico;
- d) Grupo de Patrimônio;
- e) Serviço de Suprimento;
- f) Serviço de Manutenção;

Chefia

Art. 171. — O Chefe da Divisão de Serviços é um Major ou Capitão Aviador.

Parágrafo único — O Chefe da Divisão de Serviços dispõe de um auxiliar, Engenheiro Civil do Ministério da Aeronáutica, encarregado de estudar, planejar e fiscalizar as obras e serviços a serem executados no Curso afim de assegurar a conservação das suas instalações.

Serviço de Transporte

Art. 172. — O Serviço de Transporte é o órgão que centraliza, dirige e executa os trabalhos referentes ao emprego e manutenção de primeiro e segundo escalões de todos os meios de transporte existentes no curso.

Art. 173. — O Chefe do Serviço de Transporte é um Tenente Especialista.

Serviço de Material Bélico

Art. 174. — O Serviço de Material Bélico é o órgão responsável pela guarda, manutenção e distribuição do armamento assim como pela distribuição conservação armazenagem e segurança dos depósitos de bombas e de munições do Curso.

Art. 175. — O Chefe do Serviço de Material Bélico é um 1.º Tenente Especialista de Armamento.

Grupo de Patrimônio

Art. 176. — O grupo de Patrimônio é o órgão encarregado da conservação e dos reparos das instalações, mobiliário aeródromo, maquinárias do curso e medidas de segurança contra fogo.

Art. 177. — O Chefe do Grupo de Patrimônio é um Tenente Aviador ou Especialista.

Art. 178. — O Grupo de Patrimônio compreende as seguintes seções:

- a) Seção Contra-Incêndio;
- b) Seção de Eletricidade;
- c) Seção de Água e Esgoto;
- d) Seção de Serviços Gerais;
- e) Seção de Pintura e Reparos.

Art. 179. — A Seção Contra Incêndio se destina a executar todos os

trabalhos concernentes ao sistema contra o fogo no Curso, e a estabelecer as necessárias medidas de precaução.

Art. 180. — O Chefe da Seção Contra Incêndio é um Tenente.

Art. 181. — O Chefe da Seção Contra Incêndio tem à sua disposição um pelotão de bombeiros.

Art. 182. — A Seção de Eletricidade é encarregada de todos os trabalhos internos de instalação e conservação da rede elétrica, iluminação da pista, projetores diversos, sistemas de refrigeração e comunicações.

Art. 183. — A Seção de Água e Esgoto é encarregada de manter em perfeitas condições as redes de água e esgoto em toda a área ocupada pelo Curso.

Art. 184. — A Seção de Serviços Gerais se destina a manter em bom estado de asseio as instalações e áreas internas do Curso, tendo ainda a seu cargo a conservação do aeródromo.

Art. 185. — A Seção de Pintura e Reparos se destina a executar os serviços de pintura e reparos necessários a manutenção das instalações do Curso.

Serviço de Suprimento

Art. 186. — O Serviço de Suprimento é o órgão encarregado de estabelecer as medidas necessárias para assegurar o nível de estoque de 3.º escalão de Suprimento.

Art. 187. — O Chefe do Serviço de Suprimento é um Tenente Especialista em Avião ou Intendente de Aeronáutica com o Curso de Suprimento.

Art. 188. — O Serviço de Suprimento dispõe de:

- a) Seção de Requisições;
- b) Depósitos de Material;
- c) Seção de Inflamáveis, Combustíveis e Lubrificantes.

Art. 189. — A Seção de Requisições é o órgão encarregado de processar as requisições de material destinadas a manter os níveis de estoque prescritos.

Art. 190. — Os Depósitos de Material, chefiados por Tenente Especialista em Avião ou Intendente de Aeronáutica com o Curso de Suprimento, são destinados a guardar conservar e distribuir o material correspondente ao 3º escalão de Suprimento.

Art. 191. — A Seção de Combustíveis e Lubrificantes e Inflamáveis, chefiada por um Tenente Especialista, em Avião, tem a seu cargo o recebimento, a estocagem, o controle, a segurança e a distribuição de combustíveis, lubrificantes e inflamáveis de qualquer espécie, entrados no Curso.

Serviço de Manutenção

Art. 192. — O Serviço de Manutenção é o órgão encarregado de executar todos os serviços de 3.º escalão da Manutenção do Curso e disporá do pessoal e do material julgado necessário.

Art. 193. — O Chefe do Serviço de Manutenção é um Tenente Especialista em Avião.

CAPÍTULO V

Divisão de operações

Art. 194. — O Divisão de Operações é o órgão do Departamento de Administração responsável pelo Controle do Tráfego Aéreo, pelo adestramento e a instrução de voo do pessoal navegante do Curso e pelas medidas de segurança ligadas ao voo.

Art. 195. — A Divisão de Operações tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Seção de Tráfego Aéreo;
- c) Esquadrilha de Adestramento;
- d) Seção de Equipamento.

Art. 196. — O Chefe da Divisão de Operações é um Capitão Aviador.

Art. 197. — Ao Chefe da Divisão de Operações compete:

- a) Controlar todos os assuntos ligados à utilização do aeródromo, campos de pouso e campos de tiro e bombardeio ligados ao Curso e os assuntos relativos ao tráfego aéreo;
- b) controlar a execução do adestramento e instrução de voo do pessoal navegante do Curso;
- c) fornecer, por intermédio da Seção de Estatística, de Voo, os dados necessários ao Chefe do Departamento para controle da instrução.

Seção de Tráfego Aéreo

Art. 198. — A Seção de Tráfego Aéreo é o órgão da Divisão de Operações responsável pela centralização, orientação, direção e fiscalização de todo o serviço relacionado com o tráfego das aeronaves e da segurança de

vão em geral. Esta Seção compreende a Torre de Contrôlo, a Sala de Tráfego, o Serviço de Rádio Operação e Meteorologia, operados por pessoal especializado.

Parágrafo único — O Chefe da Seção de Tráfego Aéreo é um 1.º Tenente Aviador.

Esquadrilha de Adestramento

Art. 199 — A Esquadrilha de Adestramento é o órgão através do qual é controlado o adestramento e a instrução de vôo do pessoal navegante do curso.

Art. 200 — A Esquadrilha de Adestramento tem a seguinte constituição:

- a) Seção de Aviação;
- b) Seção de Link-Trainee;
- c) Seção de Estatística de vôo.

Parágrafo único — O Comandante da Esquadrilha de Adestramento é o Capitão Aviador Chefe da Divisão de Operações.

Art. 201. — A Seção de Aviação é a Seção encarregada da conservação, manutenção e segurança dos aviões e do material especializado de que é dotada.

Art. 202 — O Chefe da Seção de Aviação é um Tenente Especialista em Aviação.

Art. 203 — A Seção de Link-Trainee é encarregada de proporcionar ao aluno a instrução relativa ao vôo por instrumentos aos oficiais aviadores, por meio de aparelhos a isso destinados.

Art. 204 — A Seção de Estatística de Vôo é encarregada de registrar todo o serviço aéreo realizado pelo pessoal do Curso e de fornecer aos órgãos interessados dados estatísticos referentes à atividade aérea.

Seção de Equipamentos

Art. 205. — A Seção de Equipamentos é encarregada de centralizar todo o equipamento utilizado nos aviões para o desempenho de suas várias missões mantendo-o em perfeitas condições de utilização.

Art. 206 — O Chefe da Seção de Equipamentos é um Tenente e dispõe de um auxiliar sub-oficial ou sargento de especialista em paraquedas.

CAPÍTULO VI

Formação de Intendência

Art. 207 — A Formação de Intendência é o órgão que abrange os serviços administrativos de Finanças e Provisões.

Art. 208 — A Formação de Intendência constitui-se de:

- a) Chefia;
- b) Tesouraria;
- c) Almoxarifado;
- d) Aproveitamento;
- e) Reembolsável.

Art. 209 — O Chefe da Formação de Intendência é um Major ou Capitão Intendente de Aeronáutica.

Art. 210 — O Chefe da Formação de Intendência é o responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos e pela observância dos preceitos regulamentares a serem cumpridos pelos diversos órgãos que lhe são diretamente subordinados, competindo-lhe;

- a) coordenar os trabalhos de todos os órgãos de Intendência;
- b) conferir e autenticar com o seu "Conferido" e rubricar todos os documentos que importem em receita ou despesa, cheques, demonstração e outros papéis depois de reconhecer que não houve violação de disposições legais referentes ao assunto.

Art. 211 — A Tesouraria é o órgão que trata dos assuntos referentes a requisições recebimento e pagamento de valores em geral sendo de sua responsabilidade a respectiva contabilidade.

Art. 212 — O Chefe da Tesouraria é um Capitão Intendente de Aeronáutica.

Art. 213 — O Almoxarifado é o órgão destinado a receber, armazenar, conservar e distribuir o material de Intendência.

Art. 214 — O Chefe do Almoxarifado é um Tenente Intendente de Aeronáutica.

Art. 215 — O Aproveitamento é o órgão destinado a aquisição, recebimento, armazenamento e preparo de víveres e alimentos destinados à subsistência de todo o pessoal do Curso.

Art. 216 — O Chefe do Aproveitamento é um Tenente Intendente de Aeronáutica.

Art. 217 — O Reembolsável se destina a proceder a aquisição recebimento armazenamento e fornecimento, para reembolso, de víveres alimentos e produtos diversos destinados ao bem estar e conforto particular do pessoal.

Art. 218. — O Reembolsável constituir-se de:

- a) Seção de vendas;
- b) Armazem;
- c) Granja.

Art. 219 — O Chefe do Reembolsável é um Tenente Intendente de Aeronáutica.

CAPÍTULO VII

Seção de Procura e Compras

Art. 220 — A Seção de Procura e Compras é encarregada da procura e compra dos artigos a serem adquiridos pelo Curso.

Art. 221 — A aquisição, inclusive de gêneros alimentícios far-se-á mediante concorrência ou tomada de preço realizada por uma comissão composta de dois membros permanentes, o Chefe do Departamento de Administração e o da Formação de Intendência e de um ou mais oficiais, a quem, pela função, interesse a aquisição dos artigos.

Art. 222 — O Chefe da Seção de Procura e Compras é um Tenente Intendente de Aeronáutica, do efetivo do Curso designado pelo Diretor.

TÍTULO V

Substituições e atribuições disciplinares

CAPÍTULO I

Substituições

Art. 223 — O substituto do Diretor do Curso de Oficiais Especialistas em seus impedimentos, será o Oficial Aviador, da ativa que se lhe seguir na escala hierrárquica no Curso.

Art. 224 — As demais substituições serão realizadas dentro dos respectivos departamentos e divisões.

CAPÍTULO II

Atribuições Disciplinares

Art. 225 — O pessoal do Curso de Oficiais Especialistas tem as seguintes atribuições disciplinares:

- a) Diretor do Curso — as de Comandante de Base;
- b) Chefes de Departamento — as de Comandante de Grupo Incorporado;
- c) Chefes de Divisão — as de Comandante de Sub-unidade.

QUARTA PARTE

Disposições Gerais

Art. 226 — Enquanto permanecer em Curitiba, e na ausência de disposições em contrário o Curso de Oficiais Especialistas ficará com as atribuições do extinto Destacamento de Base, conforme estabelece o artigo 1.º do Decreto n. 27.663 de 30 de dezembro de 1949.

Art. 227 — O presente Regulamento se aplicará aos alunos que forem matriculados ou rematriculados no Curso de Oficiais Especialistas após a data de sua publicação e aos matriculados no 2.º semestre de 1952.

Parágrafo único — Os alunos que estiverem cursando o Curso de Oficiais Especialistas na data da publicação deste Regulamento ressalvado o final deste artigo reger-se-ão pelas disposições anteriores à publicação do presente Regulamento.

Art. 228 — Os atuais professores civis terão seus contratos renovados sem concurso a critério do Diretor do Curso de Oficiais Especialistas ouvido o Conselho de Ensino.

Art. 229 — A data de início dos Cursos do C. O. E. em 1953, será fixada pelo Ministro da Aeronáutica.

Art. 230 — Fica o Ministro da Aeronáutica autorizado a alterar o efetivo de oficiais do Curso inclusive pela redução de postos nas diversas funções dos Departamentos conforme o maior ou menor desenvolvimento do Curso.

Art. 231 — Fica o Ministro da Aeronáutica autorizado a reunir em um só elemento dois ou mais órgãos ou serviços do C. O. E. sempre que o interesse do ensino ou da administração o indique.

Art. 232 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro da Aeronáutica.

Rio de Janeiro em 19 de outubro de 1952 —

DECRETO N.º 31.489 — DE 30 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e de acordo com os artigos 1.165 e 1.180 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação que o Estado do Rio de Janeiro quer fazer à União Federal do domínio útil do terreno de acrescidos de marinha, por ser desmembrado do próprio estadual denominado "P. E. 1-4", terreno esse que compreende parte da quadra indicada na planta do porto de Angra dos Reis, pela letra "C" ou número "5", delimitada pelas letras A B D E e tracejada de vermelho, com três frentes para vias públicas e área de 1.892,00 m² (um mil oitocentos e noventa e dois metros quadrados), em forma de retângulo, situada na cidade de Angra dos Reis e que confronta: ao Norte, com a rua indicada na aludida planta pelas letras minúsculas m n o p, por onde passa um desvio da Rede Mineira de Viação, na extensão de 44,00 m (quarenta e quatro metros); ao Sul, indicado na mesma planta como fazenda do frente para o cais de empedramento, na extensão de 44,00 m (quarenta e quatro metros); a Leste, com a parte restante da quadra "C" ou "5", na extensão de 43,00m (quarenta e três metros); e, finalmente, a Oeste, ainda com terrenos do Estado, na extensão de 43,00 m (quarenta e três metros), tudo de acordo com o Decreto Estadual n.º 3.653, de 18 de maio de 1950, e demais elementos técnicos constantes do processo protocolado no

Ministério da Fazenda sob o número 15.789 de 1952.

Art. 2.º O terreno a que se refere o artigo anterior destina-se à construção do prédio onde deverá ser instalada a Mesa de Rendas de Angra dos Reis.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.490 — DE 30 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza sociedade anônima estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.491 — DE 30 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.492 — DE 30 DE
SETEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, destinado a auxiliar o Clube de Engenharia na construção do edifício de sua sede.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.623, de 10 de junho de 1952 e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do art. 93 do Regulamento

to Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de seis milhões de cruzeiros (Cr\$ 6.000.000,00), destinado a auxiliar o Clube de Engenharia, no corrente exercício, nas obras de edificio que está construindo na Avenida Rio Branco, no Distrito Federal, e onde será obrigatoriamente sua sede.

Art. 2.º O Ministério da Fazenda fiscalizará a utilização do auxilio de que trata o artigo anterior por intermédio do Serviço do Patrimônio da União.

Art. 3.º Será o Tesouro Nacional reembolsado da quantia mencionada no art. 1.º e, preferentemente a qualquer outro credor, pelo saldo que se verificar em execução porventura movida contra o Clube de Engenha-

ria para a cobrança de dívida garantida por hipoteca.

Parágrafo único. Na hipótese da dissolução do Clube de Engenharia sem a transmissão integral do seu patrimônio à União, terá preferência o Tesouro Nacional a qualquer outro credor, a fim de ser reembolsado imediatamente da quantia entregue por força da citada Lei n.º 1.623.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer

APENSO

Figuram neste apenso:

- I - os decretos que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" depois do 2.º dia útil do 3.º trimestre de 1952;
- II - as retificações e reproduções publicadas no 3.º trimestre de 1952, referentes a decretos expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1952

DECRETO N.º 28.764 — DE 16 DE
OUTUBRO DE 1950

Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar caulim e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar caulim e associados em terrenos de propriedade de José Piochi no imóvel denominado Fazenda Limoeiro, distrito de Saudade, município e comarca de Mar de Espanha, no Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e seis hectares e oitenta e quatro ares (26,84 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um dos vértices da poligonal no meio do pontilhão de madeira da estrada para Saudade sobre o córrego Água Limpa, e os lados a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e trinta metros e quinze centímetros (130,15m), setenta e seis graus e doze minutos noroeste (76° 12' NW), sessenta metros e dez centímetros (60,10m), oitenta e nove graus sudoeste (89° SW); sessenta metros e dez centímetros (60,10m), setenta e nove graus e quatorze minutos sudoeste (79° 14' SW); cento e dez metros e dez centímetros (110,10m),

e sessenta e cinco graus e doze minutos sudoeste (65° 12' SW); oitenta e quatro metros (84m), cinquenta e um graus e cinquenta minutos noroeste (51° 50' NW); setenta e seis metros e dezesseis centímetros (76,16m), trinta e cinco graus e quarenta minutos noroeste (35° 40' NW), trinta e nove metros e noventa e cinco centímetros (39,95m), cinquenta e seis graus e trinta minutos noroeste (56° 30' NW); trinta e sete metros e dez centímetros (37,10m) sessenta e um graus e trinta e dois minutos noroeste (61° 32' NW); dezoito metros e oitenta e cinco centímetros (18,85m), onze graus e cinquenta e sete minutos nordeste (11° 57' NE); sessenta e três metros e noventa e quatro centímetros (63,94m), quinze graus e vinte e um minutos nordeste (15° 21' NE); vinte e cinco metros e noventa centímetros (25,90m), vinte graus e quatro minutos nordeste (20° 04' NE); sessenta e cinco metros e sessenta e sete centímetros (65,67m), vinte e dois graus e cinquenta minutos nordeste (22° 50' NE); cento e onze metros e sete centímetros (111,07m), dezoito graus e cinquenta minutos nordeste (18° 50' NE); noventa metros e dezessete centímetros (90,17m), setenta e quatro graus nordeste ... (74° NE); cento e sessenta e quatro metros (164m), trinta e um graus e quarenta e dois minutos nordeste (31° 42' NE); cento e sessenta e seis metros e trinta e quatro centímetros (166,34m), trinta e um graus e cinquenta e oito minutos nordeste (31° 58' NE); noventa e dois

metros e vinte e quatro centímetros (92,24m), setenta e sete graus e cinquenta e dois minutos sudeste (77° 52' SE); cinquenta e dois metros e quatro centímetros (52,04m), sessenta e cinco graus e quarenta e seis minutos sudeste (65° 46' SE); setenta metros (70m), vinte e um graus e cinquenta e nove minutos sudeste (21° 59' SE); setenta e nove metros e quarenta e sete centímetros (79,47), sete graus e quatro minutos sudoeste (7° 04' SW); vinte metros e noventa centímetros (20,90m), quatorze graus e dez minutos sudeste (14° 10' SE); quarenta e quatro metros e treze centímetros (44,13m), trinta e três graus e vinte e sete minutos sudeste (33° 27' SE); quatorze metros e dez centímetros (14,10m), sessenta e três graus e cinco minutos nordeste (63° 05' NE); cento e trinta e sete metros ... (137m), sessenta e dois graus e quarenta e oito minutos nordeste ... (62° 48' NE); cento e trinta e nove metros e sessenta centímetros ... (139,60m), vinte e cinco graus e quarenta e nove minutos sudoeste (25° 49' SW); setenta e cinco metros (75m), cinco graus e trinta e quatro minutos sudeste (5° 34' SE); vinte e sete metros e setenta centímetros (27,70m), sete graus e cinco minutos sudeste (7° 05' SE); quarenta e nove metros e noventa e cinco centímetros (49,95m), vinte e um graus e doze minutos sudoeste (21° 12' SW); onze metros (11m), treze graus e quarenta e um minutos sudoeste (13° 41' SW); vinte e cinco metros e quarenta centímetros (25,40m), quatorze graus e cinquenta e dois minutos sudoeste (14° 52' SW); cento e vinte e seis metros e vinte centímetros ... (126,20m), cinquenta graus e trinta e seis minutos sudoeste (50° 36' SW); trinta e cinco metros e quinze centímetros (35,15m), cinquenta e dois graus e quatro minutos sudoeste ... (52° 04' SW); quarenta metros e vinte centímetros (40,20m), vinte e três graus e quarenta e seis minutos sudeste (23° 46' SE); setenta e nove metros e sessenta centímetros ... (79,60m), vinte e cinco graus e quatro minutos sudeste (25° 04' SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão

de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1950; 129.º da Independência e 62.º da República.

EURICO G. DUTRA
A. de Novaes, Filho

DECRETO N.º 30.125 — DE 1 DE
NOVEMBRO DE 1951

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.705,00 para pagamento de despesas que especifica.

(Publicado na Seção I, do D. O., de 6-11-51).

Retificação

No art. 1.º,

Onde se lê:

... gratificação adicional a Zaira Lião Eiras e...

Leia-se:

... gratificação adicional a Zaira Lião Eiras e...

DECRETO N.º 30.401 — DE 16 DE
JANEIRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal do Rio de Contas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Casa Branca, no rio Brumado, distrito da sede do Município de Rio de Contas, Estado da Bahia.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 150 do Código de Aguas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934, decreta:

Art. 1.º É outorgada à Prefeitura Municipal de Rio de Contas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Casa Branca, no rio Brumado, distrito da sede do Município de Rio de Contas, Estado da Bahia.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura de queda a aproveitar, a descarga de derivação e a potência.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para serviço público, de utilidade pública e para

comércio de energia no distrito da sede do município de Rio de Contas, Estado da Bahia.

Art. 2.º Caducará o presente título independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data da sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Aguas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de um (1) ano, a contar da data da publicação deste decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico, compreendendo:

a) hidrologia da região:

1 — clima e precipitação pluviométrica;

2 — bacia hidrográfica, planta área e coeficiente de escoamento;

3 — descargas máxima mínima e média, curva de descarga do curso d'água correspondente no mínimo a um (1) ano de observação, obtida por medições;

b) capacidade do aproveitamento:

1 — mercado consumidor, curvas de cargas prováveis;

2 — quedas bruta e útil, potência útil;

3 — necessidade de regularização do curso d'água;

4 — barragem; características, método de cálculo, natureza do terreno para as fundações; volume d'água acumulada, descarga de regularização;

5 — vertedouros, adufas, comportas, tomada d'água, canal adutor ou tunel, escadas para peixe, características gerais, cálculos e desenhos de detalhes;

c) condutos forçados:

1 — características, tipo de assentamento; cálculo, planta e perfil;

2 — chaminé de equilíbrio, cálculo do golpe de aríete;

d) turbinas:

1 — tipo adotado, velocidade específica e de disparo, curva de rendimento;

2 — reguladores e aparelhagem de medida; características;

3 — canal de fuga, características e capacidade de vazão;

e) geradores elétricos:

1 — tipo, tensão nominal frequência, potência, curva de rendimento;

2 — dispositivos de regulação da tensão;

3 — curvas características;

4 — constantes elétricas e mecânicas;

f) sistema de transmissão:

1 — transformadores tipo, relação de transformação, curva de rendimento dispositivos de regulação da tensão, curvas características e constantes;

2 — equipamentos de proteção de medida e de comanço das subestações transformadoras elevadora e abaixadora;

3 — linhas de transmissão; extensão, tensão nominal, parâmetros, tipos de condutores e de disposição dos condutores nos suportes; isoladores e de disposição dos condutores nos suportes; isoladores, tipos e características; cálculo elétrico; queda de tensão e perda admissível; cálculo mecânico; temperatura máxima e mínima, tensões mecânicas e flexas dos condutores, correspondentes a essas temperaturas; dispositivos de proteção; fio-terra, para-raios, chifres, anéis e tubos de proteção, relés;

g) sistema de distribuição:

1 — linhas de subtransmissão; cálculo, queda de tensão e perda admissível;

2 — subestação de distribuição; características dos transformadores e da aparelhagem complementar;

3 — linhas primárias de distribuição; tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível;

4 — transformadores de distribuição; características gerais, espaçamento;

5 — linhas secundárias; tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível.

h) planta e corte dos edificios da casa de força, das subestações e da disposição da aparelhagem de transmissão e de distribuição;

i) diagrama geral do sistema, desde os geradores, até a disposição das linhas secundárias, com as suas características gerais;

j) especificações do equipamento elétrico utilizado;

k) orçamento detalhado correspondente a cada um dos itens anteriores.

IV — iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministério da Agricultura, executando-as de acordo com os projetos aprovados e com as modificações que forem autorizadas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e a manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Aguas, as instalações necessárias à observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5.º As tarifas do fornecimento de energia serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 4.º, será criado um fundo de reserva que proverá às renovações, determinadas pela depreciação ou impostos por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta quota será determinada, tendo-se em vista, a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado da Bahia, em conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166 do Código de Aguas, mediante indenização na base do custo histórico, do capital não amortizado, deduzida a reserva de renovação a que se refere o parágrafo único do art. 6.º.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado da Bahia não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o

parágrafo anterior até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 8.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato pelo Tribunal de Contas.

Art. 9.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 30.506 — DE 5 DE
FEVEREIRO DE 1952

Outorga à Companhia Hidro-Elétrica Santa Branca S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no rio Santana, na localidade denominada Santa Branca, no 5.º Distrito do município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 150 do Código de Aguas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta :

Art. 1.º — É outorgada à Companhia Hidro-Elétrica Santa Branca S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no rio Santana, na localidade denominada Santa Branca, situada no 5.º Distrito do município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.

§ 1.º — Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda, a descarga de derivação e a potência.

§ 2.º — O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para serviço público, de utilidade pública e para comércio de energia no 5.º Distrito do município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Aguas, art. 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de um ano, a contar da data da publicação deste decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico, compreendendo:

a) Hidrologia da região.

1 — Clima e precipitação pluviométrica.

2 — Bacia hidrográfica — planta, área e coeficiente de escoamento.

3 — Descargas máxima, mínima e média — curva de descarga do curso d'água, correspondente, no mínimo, a 1 ano de observação, obtida por medições.

b) Capacidade de aproveitamento.

1 — Mercado consumidor. Curvas de cargas prováveis.

2 — Quedas bruta e útil. Potência útil.

3 — Necessidade de regularização do curso d'água.

4 — Barragem — características, método de cálculo, natureza do terreno para as fundações.

Volume d'água acumulada. Descarga de regularização.

5 — Vertedouros, adufas, comportas, tomada d'água, canal adutor ou túnel, escadas para peixe — características gerais, cálculos e desenhos de detalhes.

c) Condutos forçados.

1 — Característica, tipo de assentamento — cálculo, planta e perfil.

2 — Chaminé de equilíbrio — cálculo do golpe de ariete.

d) Turbinas

1 — Tipo adotado, velocidade específica e de disparo, curva de rendimento.

2 — Reguladores e aparelhagem de medida — características.

3 — Canal de fuga — características e capacidade de vazão.

e) Geradores elétricos.

1 — Tipo, tensão nominal, frequência, potência, curva de rendimento.

2 — Dispositivo de regulação da tensão.

3 — Curvas características.

4 — Constantes elétricas e mecânicas

f) Sistema de transmissão.

1 — Transformadores — tipo, relação de transformação, curva de rendimento, dispositivos de regulação da tensão, curvas características e constantes.

2 — Equipamentos de proteção, de medida e de comando das subestações transformadoras elevadora e abaixadora.

3 — Linhas de transmissão — extensão, tensão nominal, parâmetros, tipos de condutores e de disposição dos condutores nos suportes, isoladores — tipos e características. Cálculo elétrico. Queda de tensão e perda admissível. Cálculo mecânico — temperaturas máxima e mínima, tensões mecânicas e flechas dos condutores, correspondentes a essas temperaturas. Dispositivos de proteção — fio-terra, pára-raios, anéis, chifres e tubos de proteção, relés.

g) Sistema de distribuição.

1 — Linhas de sub-transmissão, cálculo, queda de tensão e perda admissível.

2 — Subestação de distribuição — características dos transformadores e da aparelhagem complementar.

3 — Linhas primárias de distribuição — tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível.

4 — Transformadores de distribuição — características gerais, espaçamento.

5 — Linhas secundárias — tipo, tensão nominal, queda de tensão e perda admissível.

h) Planta e corte dos edifícios da casa de força, das subestações e da disposição da aparelhagem da transmissão e distribuição.

i) Diagrama geral do sistema, desde os geradores até a disposição das linhas secundárias, com as suas características gerais.

j) Especificações do equipamento elétrico utilizado.

k) Orçamento detalhado correspondente a cada um dos itens anteriores.

IV — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministério da Agricultura, executando-as de acordo com os projetos aprovados e com as modificações que forem autorizadas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º — A concessionária fica obrigada a construir e manter nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias às observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º — O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5.º — As tarifas do fornecimento de energia serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º — Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o artigo 4.º, será criado um fundo de reserva que proverá às renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por cota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta cota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º — Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição da energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166 do Código de Águas, mediante a indenização, na base do custo histórico, do

capital não amortizado, deduzida a reserva de renovação a que se refere o parágrafo único do artigo 6.º.

§ 1.º — A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado do Rio de Janeiro não opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º — A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 8.º — A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato no Tribunal de Contas.

Art. 9.º — O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.508 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1952

Concede reconhecimento à Escola Técnica da Bauru.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 59 da Lei Orgânica do Ensino Industrial, decreta:

Art. 1.º É concedido reconhecimento à Escola Técnica de Bauru, com sede em Bauru, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º O reconhecimento concedido pelo presente decreto é limitado aos cursos técnicos de Pontes e Estradas e Química Industrial.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 5 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 30.557 — DE 15 DE
FEVEREIRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Jequitibá ou empresa que organizar, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município de Jequitibá, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, decreta:

Art. 1.º E' outorgada à Prefeitura Municipal de Jequitibá ou empresa que organizar, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município de Jequitibá, Estado de Minas Gerais, ficando autorizada para tanto, a construir uma linha de transmissão de 22 KVA, com cerca de 7 km. e a rede de distribuição respectiva.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a contar da data de sua publicação.

II — Apresentar à referida Divisão de Águas, dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem estabelecidos pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º As tarifas do fornecimento da energia elétrica serão fixadas e trienalmente revistas, pelo Ministério da Agricultura.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.649 — DE 20 DE
MARÇO DE 1952

Concede à Corradi & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o § 1.º, do art. 6, do Decreto-lei n.º 1.985 de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. E' concedida à Corradi & Cia. Ltda., sociedade por cotas de responsabilidade limitada, constituída por instrumento particular de 2-4-45, arquivado sob n.º 26.451, em sessão de 9-4-45, da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, alterado pelos contratos particulares datados de 20-5-46; 4-4-49; 10-12-49 e 27-9-51, arquivados respectivamente sob números 29.323; 37.536; 39.188 e 55.062, na referida Junta, com sede na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N. 30.690, DE 23 DE
MARÇO DE 1952

Outorga concessão à Empresa Hidro Elétrica Jaguarí S. A. para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Jaguarí, entre os municípios de Campinas e Pedreira, no Estado de São Paulo, e das outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 150 do Código de Águas (Decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º E' outorgada à Empresa Hidro Elétrica Jaguarí S. A. concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica no trecho do rio Jaguarí, que abrange as cachoei-

raes de Socó, Ponte Velha e Macaco Branco, entre os municípios de Campinas e Pedreira, no Estado de São Paulo.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura de queda a aproveitar, a descarga de derivação e a potência da etapa inicial, bem como das subsequentes, à medida que forem sendo aprovados os projetos correspondentes.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribuição de energia, para os serviços públicos federais, estaduais e municipais, para serviços de utilidade pública e comércio de energia na zona já servida pela concessionária.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Aguas, artigo 162), dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) dias, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico, observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Aguas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Aguas, as instalações necessárias a observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5.º As tarifas do fornecimento de energia serão fixadas trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 4.º será criado um fundo de reserva que proverá às renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta quota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Governo Federal, na forma dos arts. 165 e 166 do Código de Aguas, mediante indenização, na base do custo histórico, do capital não amortizado.

§ 1.º Se o Governo Federal não fizer uso do seu direito a essa reversão, caberá à concessionária a alternativa de requerer seja a concessão renovada pela forma que, no respectivo contrato, deverá estar prevista, ou de restabelecer, no curso d'água, as suas expensas, a situação anterior ao aproveitamento concedido.

§ 2.º Para os efeitos do § 1.º deste artigo, fica a concessionária obrigada a entrar com o requerimento de prorrogação da concessão ou o de desistência desta, até seis (6) meses antes do término do respectivo prazo.

Art. 8.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato disciplinar pelo Tribunal de Contas.

Art. 9.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se o Decreto número 19.786, de 11 de outubro de 1945 e as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1952; 131.º da Independência e 84.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.691, DE 29 DE MARÇO DE 1952

Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o artigo 14 da Lei n.º 1.283, de 18 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o novo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal que com este baixa assinado pelo Ministro de Estados dos Negócios da Agricultura, a ser aplicado nos estabelecimentos que realizem comércio interestadual ou internacional, nos termos do artigo 4.º, alínea "a", da Lei n.º 1.283, de 18 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

TÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 1.º O presente Regulamento estatui as normas que regulam, em todo o território nacional, a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

Art. 2.º Ficam sujeitos a inspeção e reinspeção previstas neste Regulamento os animais de açougue, a caça, o pescado, o leite, o ovo, o mel e a cera de abelhas e seus produtos e subprodutos derivados.

§ 1.º A inspeção a que se refere o presente artigo abrange, sob o ponto de vista industrial e sanitário, a inspeção "ante" e "post-mortem" dos animais, o recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito rotulagem, trânsito

e consumo de quaisquer produtos e subprodutos, adicionados ou não de vegetais, destinados ou não à alimentação humana.

§ 2.º A inspeção abrange também os produtos afins tais como: coagulantes, condimentos, corantes, conservadores, antioxidantes, fermentos e outros usados na indústria de produtos de origem animal.

Art. 3.º A inspeção a que se refere o artigo anterior é privativa da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal D.I.P.O.A. do Departamento Nacional da Produção Animal (D.N.P.A.), do Ministério da Agricultura (M.A.), sempre que se tratar de produtos destinados ao comércio interestadual ou internacional.

Art. 4.º A inspeção de que trata o artigo anterior pode ainda ser realizada pela Divisão de Defesa Sanitária Animal (D.D.S.A.), do mesmo Departamento, nos casos previstos neste Regulamento ou em instruções especiais.

Art. 5.º A inspeção de que trata o presente Regulamento será realizada.

1 — nas propriedades rurais fornecedoras de matérias primas, destinadas ao preparo de produtos de origem animal;

2 — nos estabelecimentos que recebem abatem ou industrializam as diferentes espécies de açougue, entendidas como tais as fixadas neste Regulamento;

3 — nos estabelecimentos que recebem o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;

4 — nos estabelecimentos que recebem o pescado para distribuição ou industrialização;

5 — nos estabelecimentos que recebem e distribuem para consumo público animais considerados de caça;

6 — nos estabelecimentos que produzem ou recebem mel e cera de abelhas, para beneficiamento e distribuição;

7 — nos estabelecimentos que produzem e recebem ovos, para distribuição em natureza ou para industrialização;

8 — nos estabelecimentos localizados nos centros de consumo que recebem, beneficiam, industrializam e distribuem, no todo ou em parte, matérias primas e produtos de origem animal procedentes de outros Estados, diretamente de estabelecimentos re-

gistrados ou relacionados ou de propriedades rurais;

9 — nos portos marítimos e fluviais e nos postos de fronteira.

Art. 6.º A concessão de inspeção pela D.I.P.O.A., isenta o estabelecimento de qualquer outra fiscalização industrial ou sanitário federal, estadual ou municipal.

Art. 7.º Os produtos de origem animal, fabricados em estabelecimentos sujeitos a inspeção da D.I.P.O.A., ficam desobrigados de análises ou aprovações prévias a que estiverem sujeitos por força de legislação federal, estadual ou municipal.

Parágrafo único — Na rotulagem desses produtos ficam dispensadas todas as exigências relativas a indicações de análises ou aprovações prévias.

Art. 8.º Entende-se por estabelecimento de produtos de origem animal, para efeito do presente Regulamento, qualquer instalação ou local nos quais são abatidos ou industrializados animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados com finalidade industrial ou comercial, a carne e seus derivados, a caça e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, o mel e a cera de abelhas e seus derivados e produtos utilizados em sua industrialização.

Art. 9.º A inspeção da D.I.P.O.A., se estende às casas atacadistas e varejistas, em caráter supletivo, sem prejuízo da fiscalização sanitária local, e terá por objetivo:

1 — reinspecionar produtos de origem animal, destinados aos comércios interestadual ou internacional;

2 — verificar se existem produtos de origem animal procedentes de outros Estados ou Territórios, que não foram inspecionados nos postos de origem ou, quando o tenham sido, infringem dispositivos deste Regulamento.

Art. 10. O presente Regulamento e atos complementares, que venham a ser baixados, serão executados em todo o território nacional, podendo os Estados, os Territórios e o Distrito Federal expedir legislação própria, desde que não colida com esta regulamentação.

Parágrafo único — A inspeção industrial e sanitária em estabelecimentos de produtos de origem animal, que fazem comércio municipal ou intermunicipal, se regerá pelo presente Regulamento, desde que os Estados, Territórios ou Municípios não disponham de legislação própria.

Art. 11. A Inspeção Federal será instalada em caráter permanente ou periódico.

Parágrafo único — Terão inspeção federal permanente:

1 — os estabelecimentos de carnes e derivados que abatem e industrializam as diferentes espécies de açougue e de caça;

2 — os estabelecimentos onde são preparados produtos gordurosos.

3 — os estabelecimentos que recebem e beneficiam leite e o destinam, no todo ou em parte, ao consumo público;

4 — os estabelecimentos que recebem, armazenam e distribuem o pescado;

5 — os estabelecimentos que recebem e distribuem ovos;

6 — os estabelecimentos que recebem carnes em natureza de estabelecimentos situados em outros Estados.

Art. 12. A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, a cargo da D.I.P.O.A., abrange:

1 — a higiene geral dos estabelecimentos registrados ou relacionados;

2 — a captação, canalização, depósito, tratamento e distribuição da água de abastecimento, bem como a captação, distribuição e escoamento das águas residuais;

3 — o funcionamento dos estabelecimentos;

4 — o exame “ante e port-mortem” dos animais de açougue;

5 — as fases de recebimento, elaboração, manipulação, preparo, acondicionamento, conservação, transporte e depósito, de todos os produtos e subprodutos de origem animal e suas matérias primas, adicionadas ou não de vegetais;

6 — a embalagem e rotulagem de produtos e subprodutos;

7 — a classificação de produtos e subprodutos, de acordo com os tipos e padrões previstos neste Regulamento ou fórmulas aprovadas;

8 — os exames tecnológicos, microbiológicos, histológicos e químicos das

matérias primas e produtos, quando fôr o caso :

9 — os produtos e subprodutos existentes nos mercados de consumo, para efeito de verificação do cumprimento de medidas estabelecidas no presente Regulamento;

10 — as matérias primas nas fontes produtoras e intermediárias, bem como em trânsito nos portos marítimos e fluviais e nos postos de fronteira;

11 — os meios de transporte de animais vivos e produtos derivados e suas matérias primas, destinados à alimentação humana.

Art. 13. Só podem realizar comércio internacional os estabelecimentos que funcionam sob inspeção federal permanente.

Art. 14. Nos estabelecimentos de carnes e derivados sob inspeção da D.I.P.O.A., a entrada de matérias primas procedentes de outros sob fiscalização estadual ou municipal, só é permitida, a juízo da mesma Divisão.

Art. 15. Os estabelecimentos registrados, que preparam subprodutos não destinados à alimentação humana, só podem receber matérias primas de locais não fiscalizados, quando acompanhados de certificados sanitários da Divisão de Defesa Sanitária Animal da região.

Art. 16. Os servidores incumbidos da execução do presente Regulamento terão carteira de identidade pessoal e funcional, fornecida pela D.I.P.O.A. ou pela D.D.S.A., da qual constarão, além da denominação do órgão, o número de ordem, nome, fotografia, impressão digital, cargo e data de expedição.

Parágrafo único — Os servidores a que se refere o presente artigo, no exercício de suas funções, ficam obrigados a exibir a carteira funcional, quando convidados a se identificarem.

Art. 17. Por “carne de açougue” entendem-se as massas musculares maturadas e demais tecidos que as acompanham, incluindo ou não a base óssea correspondente, procedentes de animais abatidos sob inspeção veterinária;

§ 1.º Quando destinada à elaboração de conservas em geral, por “carne” (matéria prima) devem-se entender as massas musculares, despojadas

da gordura, aponevroses, vasos, gânglios, tendões e ossos.

§ 2.º Consideram-se “miúdos” os órgãos e vísceras dos animais de açougue, usados na alimentação humana (miolos, língua, coração, fígado, rins, rumem, retículo), além dos mocotós e rabada.

Art. 18. O animal abatido, formado das massas musculares e ossos, desprovido da cabeça, mocotós, cauda, couro, órgãos e vísceras torácicas e abdominais, tecnicamente preparado, constitui a “carcaça”.

§ 1.º Nos suínos a “carcaça” pode ou não incluir o couro, cabeça e pés.

§ 2.º A “carcaça” dividida ao longo da coluna vertebral dá as “meias carcaças” que, subdivididos por um corte entre duas costelas, variável segundo hábitos regionais, dão os “quartos” anteriores ou dianteiros e posteriores ou trazeiros.

§ 3.º Quando as carcaças, meias carcaças ou quartos se destinam ao comércio internacional, podem ser atendidas as exigências do país importador.

Art. 19 A simples designação “produto”, “subproduto”, “mercadoria” ou “gênero” significa, para efeito do presente Regulamento, que se trata de “produto de origem animal ou suas matérias primas”.

TÍTULO II

Classificação dos estabelecimentos

Art. 20 A classificação dos estabelecimentos de produtos de origem animal abrange:

- 1 — os de carnes e derivados;
- 2 — os de leite e derivados;
- 3 — os de pescado e derivados;
- 4 — os de ovos e derivados;
- 5 — os de mel e cera de abelhas e seus derivados;
- 6 — as casas atacadistas ou exportadores de produtos de origem animal.

Parágrafo único — A simples designação “estabelecimento” abrange todos os tipos e modalidades de estabelecimentos previstos na classificação do presente Regulamento.

CAPÍTULO I

ESTABELECIMENTOS DE CARNES E
DERIVADOS

Art. 21. Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em:

- 1 — matadouros-frigoríficos;
- 2 — matadouros;
- 3 — matadouros de aves e pequenos animais;
- 4 — charqueadas;
- 5 — fábricas de conservas;
- 6 — fábricas de produtos suínos;
- 7 — fábricas de produtos gordurosos;
- 8 — entrepostos de carnes e derivados;
- 9 — fábricas de produtos não comestíveis.

§ 1.º Entende-se por “matadouro-frigorífico” o estabelecimento dotado de instalações completas e equipamento adequado para o abate, manipulação, elaboração, preparo e conservação das espécies de açougue sob variadas formas, com aproveitamento completo, racional e perfeito de subprodutos não comestíveis; possuirá instalações de frio industrial.

§ 2.º Entende-se por “matadouro” o estabelecimento dotado de instalações adequadas para a matança de quaisquer das espécies de açougue, visando o fornecimento de carne em natureza ao comércio de carne em sem dependências para industrialização; disporá obrigatoriamente de instalações e aparelhagem para o aproveitamento completo e perfeito de todas as matérias primas e preparo de subprodutos não comestíveis.

§ 3.º Entende-se por “matadouro de aves e pequenos animais” o estabelecimento dotado de instalações para o abate e industrialização de: a) aves; b) caça; c) suínos, com peso máximo de sessenta (60) quilos; d) coelhos; e) ovinos; f) caprinos, dispondo de frio industrial e, a juízo da D. I. P. O. A., de instalações para o aproveitamento de subprodutos não comestíveis.

§ 4.º Entende-se por “charqueadas” o estabelecimento que realiza matança com o objetivo principal de produzir charque, dispondo obrigatoriamente de instalações próprias para o apro-

veitamento integral e perfeito de todas as matérias primas e preparo de subprodutos não comestíveis.

§ 5.º Entende-se por “fábrica de produtos suínos” o estabelecimento que dispõe de sala de matança e demais dependências, industrialize animais da espécie suína e, em escala estritamente necessária aos seus trabalhos, animais de outras espécies; disponha de instalações de frio industrial e aparelhagem adequada ao aproveitamento completo de subprodutos não comestíveis.

§ 6.º Entende-se por “fábrica de conservas” o estabelecimento que industrialize a carne de variadas espécies de açougue, com ou sem sala de matança anexa, em qualquer dos casos seja dotado, de instalações de frio industrial e aparelhagem adequada para o preparo de subprodutos não comestíveis.

§ 7.º Entende-se por “fábrica de produtos gordurosos” o estabelecimento destinado exclusivamente ao preparo de gorduras, excluída a manteiga, adicionadas ou não de matérias primas de origem vegetal.

§ 8.º Entende-se por “entrepôsto de carnes e derivados” o estabelecimento destinado ao recebimento, guarda, conservação, acondicionamento e distribuição de carnes frescas ou frigorificadas das diversas espécies de açougue e outros produtos animais, disposto ou não de dependências anexas para industrialização, atendidas as exigências necessárias, a juízo da D. I. P. O. A.

§ 9.º Entende-se por “fábrica de produtos não comestíveis” o estabelecimento que manipula matérias primas e resíduos de animais de várias procedências para o preparo exclusivo de produtos não utilizados na alimentação humana.

Art. 22. As fábricas de conserva, as charqueadas e as fábricas de produtos suínos, registradas na D. I. P. O. A., poderão fornecer carnes frescas ou frigorificadas aos mercados de consumo da localidade onde estiverem localizadas, desde que a medida atenda aos interesses da Municipalidade.

Art. 23. Na construção de razões sociais ou denominação de estabelecimentos que industrializam produtos de origem animal, a designação “frigorífico” só pode ser incluída quando plenamente justificada pela exploração do frio industrial.



MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DO ENSINO

CURSO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS
C.O.E.

CERTIFICADO DE CURSO

Certifico que concluiu o Curso de Formação de
Oficiais Especialistas, no ano de, com aproveitamento
classificado em lugar, tendo sido declarado Aspirante a Oficial
Especialista de em Boletim nº de de
..... de de

DIRETOR DO C.O.E.

CAPÍTULO II

ESTABELECIMENTOS DE LEITE E DERIVADOS

Art. 24. Os estabelecimentos de leite e derivados são classificados em:

1 — propriedades rurais, compreendendo:

- a) fazendas leiteiras;
- b) estábulos leiteiros;
- c) granjas leiteiras.

2 — postos de leite e derivados, compreendendo:

- a) abrigos rústicos;
- b) postos de recebimento;
- c) postos de refrigeração;
- d) postos de desnatação;
- e) postos de coagulação;
- f) queijarias.

3 — estabelecimentos industriais, compreendendo:

- a) usinas de beneficiamento;
- b) fábrica de laticínios;
- c) entrepostos-usina;
- d) entrepostos de laticínios.

Art. 25. Entende-se por “propriedades rurais” os estabelecimentos produtores de leite para qualquer finalidade comercial, a saber:

1 — “fazenda leiteira”, assim denominado o estabelecimento localizado, via de regra, em zona rural, destinado à produção de leite para consumo em natureza, do tipo “C” e para fins industriais”;

2 — “estábulo leiteiro”, assim denominado o estabelecimento localizado em zona rural ou suburbana, de preferência destinado à produção e refrigeração de leite para consumo em natureza, do tipo “B”;

3 — “granja leiteira”, assim denominado o estabelecimento destinado à produção, refrigeração, pasteurização e engarrafamento para consumo em natureza, de leite tipo “A”.

Parágrafo único — As fazendas leiteiras, conforme sua localização em relação aos mercados consumidores e de acordo com os meios de transporte, podem fornecer para o consumo em natureza leite do tipo “B”, desde que satisfaçam as demais exigências previstas para os estábulos leiteiros.

Art. 26. Entende-se por “postos de leite e derivados” estabelecimentos intermediários entre as fazendas leiteiras e as usinas de beneficiamento ou fábricas de laticínios, destinados

ao recebimento de leite, de creme e outras matérias primas, para depósito por curto tempo, transvase, refrigeração, desnatação ou coagulação e transporte imediato aos estabelecimentos registrados, a saber:

1 — “abrigo rústico”, assim denominada instalação simples à margem das estradas, onde os latões de leite ou creme são depositados, enquanto aguardam a passagem de veículo coletor;

2 — “pôsto de recebimento”, assim denominado o estabelecimento destinado ao recebimento de creme ou de leite de consumo ou industrial, onde podem ser realizadas operações de medida, pesagem ou transvase para acondicionamento ou atesto;

3 — “pôsto de refrigeração”, assim denominado o estabelecimento destinado ao tratamento pelo frio de leite reservado ao consumo ou à industrialização;

4 — “pôsto de desnatação”, assim denominado o estabelecimento destinado à desnatação de leite, bem como a pré-fabricação de caseína;

5 — “pôsto de coagulação”, assim denominado o estabelecimento destinado à coagulação de leite e sua parcial manipulação, até obtenção de massa dessorada, enformada ou não, destinada à fabricação de queijos de massa semi-cozida ou filada, de requieijos ou de caseína;

6 — “queijaria”, assim denominado o simples estabelecimento situado em fazenda leiteira e destinado à fabricação de queijo Minas.

Art. 27. Entende-se por “estabelecimentos industriais” os destinados ao recebimento de leite e seus derivados para beneficiamento, manipulação, conservação, fabricação, maturação, embalagem, acondicionamento, rotulagem e expedição, a saber:

1 — “usina de beneficiamento”, assim denominado o estabelecimento que tem por fim principal receber, filtrar, beneficiar e acondicionar higienicamente o leite destinado diretamente ao consumo público ou a entrepostos-usina;

2 — “fábrica de laticínios”, assim denominado o estabelecimento destinado ao recebimento de leite e de creme para o preparo de quaisquer produtos de laticínios;

3 — “entrepósito-usina”, assim denominado o estabelecimento localizado em centros de consumo, dotado de aparelhagem moderna e mantido em nível técnico elevado para recebimento de leite e creme, e dotado de dependências para industrialização que satisfaçam às exigências deste Regulamento, previstas para a fábrica de laticínios.

4 — “entrepósito de laticínios” assim denominado o estabelecimento destinado ao recebimento, maturação, classificação e acondicionamento de produtos lácteos, excluído o leite em natureza.

CAPÍTULO III

ESTABELECIMENTOS DE PESCADO E DERIVADOS

Art. 28. Os estabelecimentos destinados ao pescado e seus derivados são classificados em:

- 1 — entrepostos de pescado;
- 2 — fábricas de conservas de pescado.

§ 1.º — Entende-se por “entrepósito de pescado” o estabelecimento dotado de dependências e instalações adequadas ao recebimento, manipulação, frigorificação, distribuição e comércio do pescado, podendo ter anexas dependências para industrialização e, nesse caso, satisfazendo às exigências fixadas para as fábricas de conservas de pescado, dispondo de equipamento para aproveitamento integral de subprodutos não comestíveis.

§ 2.º — Entende-se por “fábrica de conservas de pescado” o estabelecimento dotado de dependências, instalações e equipamento adequados ao recebimento e industrialização do pescado por qualquer forma, com aproveitamento integral de subprodutos não comestíveis.

CAPÍTULO IV

ESTABELECIMENTO DE OVOS E DERIVADOS

Art. 29. Os estabelecimentos de ovos e derivados são classificados em:

- 1 — entrepostos de ovos;
- 2 — fábricas de conservas de ovos.

§ 1.º Entende-se por “entrepósito de ovos” o estabelecimento destinado ao

recebimento, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição de ovos em natureza, dispondo ou não de instalações para sua industrialização.

§ 2.º — Entende-se por “fábrica de conservas de ovos” o estabelecimento destinado ao recebimento e à industrialização de ovos.

CAPÍTULO V

ESTABELECIMENTOS DE MEL E CÉRA DE ABELHAS

Art. 30. Os estabelecimentos destinados ao mel e cera de abelhas são classificados em:

- 1 — apiários;
- 2 — entrepostos de mel e cera de abelhas.

§ 1.º — Estende-se por “apiário” o estabelecimento destinado à produção, industrialização e classificação do mel e seus derivados.

§ 2.º — Entende-se por “entrepósito de mel e cera de abelhas” o estabelecimento destinado ao recebimento, classificação e industrialização do mel e da cera de abelhas.

CAPÍTULO VI

CASAS ATACADISTAS

Art. 31. Entende-se por “casas atacadistas” o estabelecimento que receba produtos de origem animal prontos para consumo, devidamente acondicionados e rotulados, e os destine aos mercados interestadual ou internacional.

Parágrafo único — As casas atacadistas não podem realizar quaisquer trabalhos de manipulação e devem satisfazer às seguintes condições:

1 — dispor de dependências apropriadas para a guarda e depósito de produtos que não possam ser estocados com outros;

2 — dispor, quando for o caso, de câmaras frigoríficas apropriadas para guarda e conservação de produtos perecíveis principalmente frescos, gorduras em geral e laticínios;

3 — reunir requisitos que permitam sua manutenção em condições de higiene.

TÍTULO III

Funcionamento dos estabelecimentos

Art. 32. Não será autorizado o funcionamento de estabelecimento de produtos de origem animal, para exploração dos comércios interestadual ou internacional, sem que esteja completamente instalado e equipado para a finalidade a que se destine.

Parágrafo único — As instalações e o equipamento de que tratam este artigo compreendem as dependências mínimas, maquinaria e utensílios diversos, em face da capacidade de produção de cada estabelecimento.

Art. 33. Os estabelecimentos de produtos de origem animal devem satisfazer às seguintes condições básicas e comuns:

1 — dispor de área suficiente para construção do edifício ou edifícios principais e demais dependências;

2 — dispor de luz natural e artificial abundantes, bem como de ventilação suficiente em todas as dependências, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológica cabíveis;

3 — possuir pisos convenientemente impermeabilizados com material adequado, exigindo-se, conforme a natureza do estabelecimento e condições fixadas pela D. I. P. O. A., o cimento comum ou colorido com vermelhão, ladrilhos hidráulicos ou de ferro, lajes de pedra reconhecidamente impermeável e de fácil junção ou outro material previamente aprovado; os pisos devem ser construídos de modo a facilitar a coleta das águas residuais e sua drenagem para a rede de esgoto;

4 — ter paredes e separações revestidas ou impermeabilizadas, como regra geral, até 2 m (dois metros) de altura no mínimo e, total ou parcialmente quando necessário, com azulejos brancos vitrificados e, em casos especiais, a juízo do D. I. P. O. A., com outro material adequado; a parte restante será convenientemente rebocada, calada ou pintada;

5 — possuir fôrro de material adequado em todas as dependências onde se realizem trabalhos de recebimento, manipulação e preparo de matérias primas e produto comestíveis;

6 — dispor de dependências e instalações mínimas para industrializa-

ção, conservação, embalagem e depósito de produtos comestíveis, separadas por meio de paredes totais das destinadas ao preparo de produtos não comestíveis;

7 — dispor de mesas de aço inoxidável para os trabalhos de manipulação e preparo de matérias primas e produtos comestíveis, montadas em estrutura de ferro, tolerando-se, em casos especiais, a construção em alvenaria revestida de azulejo branco ou mármore, proibindo-se mesas de madeira, mesmo quando revestidas de chapas metálicas;

8 — dispor de caixas, bandejas, gamelas, tabuleiros e quaisquer outros recipientes, em aço inoxidável; os tanques, segundo sua finalidade, podem ser em alvenaria, convenientemente revestidos de azulejo branco;

9 — dispor de rede de abastecimento de água para atender suficientemente às necessidades do trabalho industrial e às dependências sanitárias e, quando for o caso, de instalações para tratamento da água;

10 — dispor de água fria e quente abundantes, em todas as dependências de manipulação e preparo, não só de produtos, como de subprodutos não comestíveis;

11 — dispor de rede de esgoto em todas as dependências, ligada a tubos coletores e estes ao sistema geral de escoamento, dotada de canalizações amplas e de instalações para retenção e aproveitamento de gorduras, resíduos e corpos flutuantes, bem como para depuração artificial, se for necessário, com desaguardo final em curso de água caudaloso e perene ou em fossa séptica;

12 — dispor de rouparia, vestiários, banheiros, privadas, mictórios e demais dependências necessárias, em número proporcional ao pessoal, instaladas separadamente para cada sexo completamente isolados e afastados das dependências onde são beneficiados produtos destinados à alimentação humana;

13 — possuir pátios e ruas pavimentados, bem como as áreas destinadas à secagem de produtos;

14 — dispor de sede para a Inspeção Federal, que, a juízo da D. I. P. O. A., compreenderá salas de trabalho, laboratórios, arquivo, vestiários, banheiros e instalações sanitárias;

15 — possuir janelas basculantes e portas de fácil abertura, de

modo a ficarem livres os corredores e passagens, providas de telas móveis à prova de moscas, quando fôr o caso;

16 — possuir instalações de frio com câmaras e antecâmaras que se fizerem necessárias, em número e área suficientes segundo a capacidade do estabelecimento;

17 — possuir jiraus, quando permitidos, com pé direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), desde que não dificultem a iluminação e arejamento das salas contíguas;

18 — possuir escadas que apresentem condições de solidez e segurança, construídas de concreto armado, de alvenaria ou metal, providas de corrimão e patamares após cada lance de 20 (vinte) degraus e inclinação de 50 (cinquenta) graus em qualquer dos seus pontos; as escadas em caracol só serão toleradas como escadas de emergência;

19 — possuir elevadores, guindastes ou qualquer outro aparelhamento mecânico, que ofereçam garantias de resistência, segurança e estabilidade;

20 — dispor de equipamento necessário e adequado aos trabalhos, obedecidos os princípios da técnica industrial, inclusive para aproveitamento e preparo de subprodutos não comestíveis.

21 — serão evitadas as transmissões, porém quando isso não fôr possível, devem ser instaladas de forma a não prejudicarem os trabalhos da dependência, exigindo-se, conforme o caso, que sejam embutidas;

22 — possuir refeitórios convenientemente instalados nos estabelecimentos onde trabalhem mais de 300 (trezentas) pessoas;

23 — possuir canalização em tubos próprios para a água destinada exclusivamente a serviços de lavagem de paredes e pisos, e a ser utilizada por meio de mangueiras de cor vermelha; a água destinada à limpeza do equipamento empregado na manipulação de matérias primas e produtos comestíveis, será usado por meio de mangueiras de cor branca ou preta;

24 — só possuir telhados de meias águas quando puder ser mantido o pé direito à altura mínima da dependência ou dependências correspondentes;

25 — dispor de dependências para armazenamento do combustível usado na produção de vapor;

26 — dispor de dependências para administração, oficinas, depósitos diversos, embalagem, rotulagem, expedição e outras necessárias.

Art. 34. Tratando-se de estabelecimento de carnes e derivados devem satisfazer mais às seguintes condições:

1 — ser construído em centro le terreno, afastado dos limites das vias públicas preferentemente 5m. (cinco metros) na frente, e com entradas laterais que permitam a movimentação de veículos de transporte;

2 — os seguintes pés-direitos: sala de matança de bovinos 7m. (sete metros) da sangria à linha do matambre e daí por diante no mínimo 4m. (quatro metros); nas demais dependências e pé direito será fixado por ocasião do exame dos projetos apresentados à D. I. P. O. A.;

3 — dispor de currais cobertos, de bretes, banheiros, chuveiros, pedilúvios e demais instalações para recebimento, estacionamento e circulação de animais, convenientemente pavimentados ou impermeabilizados, com declive para a rede de esgoto, providos de bebedouros e comedouros;

4 — dispor de dependência e instalações adequadas para necrópsias, com forno crematório anexo designada, para efeito deste Regulamento, "Departamento de Necrópsias";

5 — dispor de locais apropriados para separação e isolamento de animais doentes;

6 — dispor, no caso de matadouros-frigoríficos, de instalações e aparelhagem para desinfecção de vagões e outros veículos utilizados no transporte de animais;

7 — localizar os currais de recebimento de animais, cocheiras, pocilgas, apriscos e outras dependências, que por sua natureza produzam mau cheiro, o mais distante possível dos locais onde são recebidos, manipulados ou preparados produtos utilizados na alimentação humana;

8 — dispor, de acordo com a classificação do estabelecimento e sua capacidade, de dependências de matança, conforme o caso separadas para as várias espécies, de tripária, graxaria para o preparo de produtos gordurosos comestíveis e não comestíveis, salsicharia, em geral, conserva, depósito e salga de couros, salga, resalga e secagem de carnes, seção de

subprodutos não comestíveis e de depósitos diversos, bem como de câmaras frias, proporcionais à capacidade do estabelecimento;

9 — dispor de aparelhagem industrial completa e adequada, como sejam máquinas, aparelhos, caminhões, vagonetas, carros, caixas, mesas, truques, tabuleiros e outros utilizados em quaisquer das fases do recebimento e industrialização da matéria prima e do preparo de produtos, em número e qualidade que satisfaçam à finalidade da indústria;

10 — dispor de carros metálicos apropriados, pintados de vermelho e que possam ser totalmente fechados, destinados unicamente ao transporte de matérias primas e produtos condenados, dos quais constem, em caracteres bem visíveis, a palavra "condenados";

11 — possuir instalações adequadas para o preparo de suprodutos não comestíveis;

12 — possuir, de acordo com a natureza do estabelecimento, depósito para chifres, cascos, ossos, adubos, crinas, alimentos para animais e outros produtos e subprodutos não comestíveis, localizados em ponto afastado dos edifícios onde são manipulados ou preparados produtos destinados à alimentação humana;

13 — possuir digestores em número e capacidade suficientes, de acordo com as possibilidades diárias de matança;

14 — dispor, conforme o caso, de instalações e aparelhagem adequadas para o aproveitamento de glândulas de secreção interna e preparo de extratos glandulares;

15 — dispor de caldeiras com capacidade suficiente para as necessidades do estabelecimento;

16 — dispor de instalações de vapor e água em todas as dependências de manipulação e industrialização.

§ 1.º Em casos especiais, a D. I. P. O. A. pode permitir a utilização de maquinário destinado ao fabrico de produtos de origem animal, no preparo de conservas vegetais, nas quais, entretanto, não podem constar impressos ou gravados, os carimbos oficiais de inspeção previstos neste Regulamento.

§ 2.º Mediante delegação do órgão competente, a D. I. P. O. A. pode inspecionar produtos vegetais nos estabelecimentos sob Inspeção Federal e nesse caso, será cumprido o presente Regulamento no que lhes fôr aplicável.

Art. 35. Trantando-se de estabelecimento de leite e derivados, devem satisfazer mais às seguintes condições.

A — comuns a todos os estabelecimentos:

1 — estar localizado em pontos distantes de fontes produtoras de mau cheiro;

2 — construir as dependências de maneira a se observar, se fôr o caso, desníveis na sequência dos trabalhos de recebimento, manipulação, fabricação e maturação dos produtos;

3 — ter as dependências principais do estabelecimento, como as de recebimento de matéria prima, desnatagem, beneficiamento, salga, cura, engarrafamento e depósitos de produtos utilizados na alimentação humana, separadas por paredes inteiras das que se destinam à lavagem e esterilização do vasilhame ou ao preparo de produtos não comestíveis;

4 — ser construído em centro de terreno, afastado dos limites das vias públicas, preferentemente 5m (cinco metros) na frente e dispondo de entradas laterais que permitam a movimentação dos veículos de transporte;

5 — ter pé-direito mínimo de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) nas dependências de trabalho; 3m (três metros) nas plataformas laboratórios e lavagem do vasilhame; 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros) nos vestiários e instalações sanitárias;

6 — ter as dependências orientadas de tal modo que os raios solares não prejudiquem os trabalhos de fabricação ou maturação dos produtos;

7 — dispor de aparelhagem industrial completa e adequada para a realização de trabalhos de beneficiamento e industrialização, utilizando maquinária preferentemente conjugada;

8 — dispor de dependência ou local apropriado e convenientemente aparelhado, a juízo do D. I. P. O. A. para lavagem e esterilização do vasilhame, carros-tanques e frascos. As fazendas leiteiras e os abrigos rústicos, os postos de recebimento, os postos de desnatagem e as queijarias podem ter instalações simples para água quente e vapor;

9 — dispor de depósitos para vasilhame e frascos;

10 — dispor, conforme o caso, de garage, para guarda de carros-tanques;

B — condições específicas aos diversos estabelecimentos, a saber:

a) fazenda leiteira:

1 — ter boas aguadas e pastagens devidamente tratadas, com área proporcional ao rebanho existente;

2 — manter o gado leiteiro em boas condições sanitárias;

3 — dispor de instalações rústicas indispensáveis à permanência do gado durante o trato e o preparo da ordenha;

4 — manter currais limpos, com cercas caídas, providos de depósitos para a guarda de rações e de local para limpeza do gado, inclusive para emprego de carrapaticidas;

5 — instalar dependência para ordenha que pode ser de construção rústica, porém sólida e higiênica, com piso impermeabilizado, tanque cimentado com água corrente, estrados de madeira para o vasilhame, dispositivos de contenção durante a limpeza e a ordenha; pode ser simplesmente cercado, dispor ou não de paredes inteiras, possuir cobertura simples de telha ou mesmo de sapé e ter no mínimo 3m. (três metros) de pé-direito.

§ 1.º Os “retiros leiteiros” devem atender aos mesmos requisitos previstos neste artigo, quanto às dependências da ordenha.

b) estábulo leiteiro:

1 — ter boas pastagens, com área proporcional ao gado existente e, quando necessário, bosques de proteção contra ventos;

2 — manter o rebanho leiteiro em boas condições sanitárias e em regime compatível com a produção do leite;

3 — dispor de currais de bom acabamento, com área proporcional ao gado existente;

4 — dispor de estábulo, preferentemente retangular, com corredores e passagens indispensáveis, com área correspondente ao número de animais a estabular, sendo aconselhável um para cada grupo de 80 (oitenta) vacas; ter pé-direito mínimo de 3m (três metros); ter piso impermeável revestido de cimento áspero, paralelepípedo ou outro material aceitável, com declive não inferior a 2% (dois por cento) provido de canaletas de largura, profundidade e inclinação suficientes; ter ou não muros ou paredes, os quais quando existentes; serão impermeabilizados com material aceitável até a altura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros); ter mangedou-

ras de fácil limpeza, de preferência cimentadas; possuir abastecimento de água potável, rede de esgoto e instalações adequadas para o recebimento e tratamento de resíduos orgânicos;

5 — dispor de posto de refrigeração, a juízo da D. I. P. O. A. para resfriar o leite no mínimo a 10º G (dez graus centígrados). quando não existir usina de beneficiamento própria;

6 — para produção de leite tipo “B”, deve dispor de sala de ordenha, nas condições já fixadas.

§ 2.º Quando houver ordenha mecânica e estábulo perfeitamente higienizado, a D. I. P. O. A. poderá dispensar a exigência de sala própria para ordenha.

§ 3.º Quando a refrigeração do leite for feita no estabelecimento, deve existir anexa ao estábulo uma dependência adequada, devidamente construída, instalada e aparelhada.

§ 4.º Os “estábulo leiteiros” devem ainda, dispor de instalações complementares a saber: silos ou fenis; banheiro ou pulverizador de carrapaticidas; depósito de forragens com local próprio para preparo de rações, piquete ou compartimento para bezerros, estrumeira distante da sala de ordenha no mínimo 50m (cinquenta metros).

c) granja leiteira:

1 — estar situada em zona suburbana ou rural, inclusive de municípios próximos e preferentemente nas redondezas dos grandes centros consumidores;

2 — dispor de terreno suficiente, com área proporcional ao rebanho existente, ficando a critério da D. I. P. O. A. a determinação das extensões mínimas destinadas à cultura de forrageiras e área das pastagens e instalações;

3 — dispor de edificações localizadas no mínimo a 50m (cinquenta metros) das vias públicas e de habitações;

4 — dispor de “sala de ordenha”, destinada exclusivamente a esta finalidade, provida de aparelhagem indispensável em número proporcional ao de vacas, instalada como se segue: área, iluminação e aeração suficientes, pé-direito mínimo de 3m (três metros); fôrro convenientemente caído ou pintado; piso impermeabilizado com ladrilhos hidráulicos, de ferro ou cimento em cores claras, com declive que facilite rápida limpeza;

paredes revestidas de azulejos claros cerâmicos até 2m (dois metros) de altura, sendo a parte restante rebocada, caiada ou pintada a óleo, telas móveis à prova de moscas; abastecimento de água potável em abundância, quente e fria e ampla rede de esgoto, com declive que permita o rápido escoamento;

5 — dispor de usina de beneficiamento, instalada de acordo com as exigências deste Regulamento;

6 — dispor de aparelhamento todo em aço inoxidável, nos casos em que for indicado;

7 — dispor de campo ou piquetes com área mínima de 100m² (cem metros quadrados) por animal em lactação;

8 — dispor de dependências para isolamento e tratamento de animais doentes;

9 — reunir os demais detalhes previstos para os estábulos leiteiros.

d) abrigo rústico:

1 — ser de construção simples e possuir cobertura de material mau condutor de calor;

2 — ter piso firme, preferentemente empedrado e rejuntado.

e) posto de recebimento:

1 — ter dependência de recebimento e laboratório para análises rápidas de leite ou de creme e tanque com água corrente para refrigeração;

2 — ter depósito de vasilhame;

3 — sempre que o posto realize transvase de leite, será dotado de instalações para produção de vapor.

§ 5.º — Os “postos de recebimento” devem receber o leite destinado ao consumo em natureza com tempo suficiente à chegada do produto às usinas de beneficiamento ou entrepostos dentro dos prazos previstos neste Regulamento.

f) posto de refrigeração:—

1 — ter dependência de recebimento de piso cimentado ou preferentemente com ladrilhos de ferro;

2 — ter laboratório para análises rápidas;

3 — ter dependência de refrigeração, dotada da aparelhagem necessária;

4 — ter dependência própria para as máquinas de produção de frio, quando for o caso;

5 — ter dependência para caldeira;

c — ter câmara frigorífica e sala de expedição, quando houver necessidade;

§ 6.º — Quando se trata de leite destinado ao consumo em natureza, as operações permitidas nos postos de refrigeração são: a filtração, a refrigeração e o acondicionamento do leite cru.

g) posto de desnatação:

1 — ter dependência de recebimento que pode ser em plataforma alta ou alpendre, tendo ao lado local para análises rápidas;

2 — ter dependência de desnatação e refrigeração do creme;

3 — sempre que o posto realize transvase de leite, será dotado de instalações para produção de vapor.

§ 7.º — O aproveitamento de leite desnato para o preparo de caseína ou de outros produtos não comestíveis implica na existência de salas separadas para tal fim.

§ 8.º — Quando houver desnatação de leite produzido unicamente da fazenda onde os “postos de desnatação” estiverem instalados, bastará a dependência da desnatação, tendo ao lado alpendre com instalações de água fervente ou vapor, qualquer que seja o volume do leite recebido.

h) posto de coagulação:

1 — ter dependência de recebimento de leite, que pode ser uma plataforma alta, coberta;

2 — ter laboratório para análises rápidas de leite;

3 — ter dependência de manipulação provida de aparelhagem necessária, para tratamento do leite e manipulação parcial do produto;

4 — ter dependência de prensagem e salga inicial, quando se trate de massa de queijos a que se aplique essa operação;

5 — ter dependência de acondicionamento e expedição.

§ 9.º — Os “postos de coagulação” só podem funcionar quando filiados à fábricas de laticínios registradas, nas quais será completada a elaboração dos produtos, inclusive salga e maturação dos queijos. Seu funcionamento só é permitido em regiões que estejam fora da zona de alcance de usina de beneficiamento ou fábrica de laticínios.

i) queijaria:

1 — ter dependência de recebimento do leite provida de água quente;

2 — ter dependência de manipulação;

3 — ter depósito.

§ 10 — As "queijarias" só podem funcionar quando filiadas a entrepostos de leite e derivados registrados, nos quais será complementado o preparo do produto com sua maturação, embalagem e rotulagem. Seu funcionamento só é permitido, para a manipulação de leite da própria fazenda e quando não possa ser enviado para postos de refrigeração, postos de recebimento, postos de desnatação, postos de coagulação, usinas de beneficiamento, fábrica de laticínios, entre-postos-usina e entrepostos de leite e derivados.

§ 11 — As "queijarias", de acordo com sua capacidade de produção, devem orientar a instalação por plantas padrões da D. I. P. O. A.

j) usina de beneficiamento:

1 — ter dependência para recebimento da matéria prima;

2 — ter dependência de beneficiamento para a realização das operações de filtração, pasteurização, refrigeração, enlatamento, engarrafamento e capsulamento;

3 — ter dependências de manipulação e fabricação de produtos derivados, inclusive salga e maturação, quando for o caso;

4 — ter câmaras frigoríficas, permitindo-se tanques para congelação quando esta prática for autorizada;

5 — ter dependência própria para as máquinas de produção de frio;

6 — ter depósito para vasilhame e utensílios diversos.

k) fábrica de laticínios:

1 — ter dependência para recebimento da matéria prima;

2 — ter dependência única para manipulação e fabricação de mais de um produto, quando não houver contra-indicação;

3 — ter dependências de salga e de maturação, em câmara subterrânea ou semi-subterrânea, de acordo com tipos de queijos fabricados, dotadas, conforme o caso, de divisões para diferentes temperaturas;

4 — ter dependências de acondicionamento, embalagem, rotulagem e expedição;

5 — ter dependência para depósito de produtos;

6 — ter câmaras frigoríficas, obrigatoriamente, nas fábricas que pre-

parem manteiga "extra" ou de "1.^a qualidade";

1) entreposto-usina:

1 — dispor de dependência ampla para recebimento e classificação do leite procedente, conforme o caso, de fazenda leiteira, posto de recebimento, posto de refrigeração, usina de beneficiamento ou fábricas de laticínios;

2 — dispor de dependências necessárias ao beneficiamento do leite a fim de realizar operações de filtração, pasteurização, refrigeração, engarrafamento e capsulamento;

3 — dispor de dependência apropriada para enchimento de carros-tanque;

4 — possuir câmaras frigoríficas para leite engarrafado e em latões;

5 — possuir dependências adequadas para desnatação e fabricação de manteiga;

6 — possuir, facultativamente, dependências para o preparo de outros produtos lácteos;

7 — possuir dependências para o preparo de subprodutos não comestíveis.

m) entreposto de laticínios;

1 — ter dependência de recebimento e classificação das matérias primas e produtos semi-fabricados;

2 — ter ainda, quando for o caso, dependências próprias para enlatamento e empacotamento de manteiga, preparo de queijo fundido, limpeza, maturação, secagem, embalagem de queijos e câmaras frigoríficas.

§ 12 — Tratando-se de entreposto-usina, deve ter instalações mínimas para recebimento, tratamento e distribuição diária de 100.000 (cem mil) litros de leite, em cidades de população superior a 1.000.000 (um milhão) de habitantes, ressalvados os já existentes, que terão de se aparelhar convenientemente, de acordo com este Regulamento.

Art. 36. A juízo da D. I. P. O. A., onde não existam usinas de beneficiamento, pode ser permitido aos postos de recebimento, desnatação e refrigeração, o fornecimento de leite em natureza engarrafado, exclusivamente para o consumo da localidade, no limite máximo de 2.000 (dois mil) litros diários.

Parágrafo único — Nos casos do presente artigo serão feitas as adapta-

ções adequadas, nos termos deste Regulamento.

Art. 37. Tratando-se de estabelecimentos destinados ao recebimento e industrialização do pescado, devem satisfazer mais o seguinte:

1 — dispor, nos entrepostos de pescado, de câmaras frigoríficas para estocagem de peixe em temperatura de — 15°C (menos quinze graus centígrados) a — 25° C (menos vinte e cinco graus centígrados);

2 — dispor de dependências para inspeção sanitária, recebimento, manipulação, classificação e distribuição do pescado;

3 — dispor de veículos apropriados e isotérmicos;

4 — dispor, quando for o caso, de dependências apropriadas para industrialização.

Parágrafo único — As fábricas de conservas do pescado obedecerão, ainda, no que lhes for aplicável, as exigências fixadas para os estabelecimentos de carnes e derivados.

Art. 38. Tratando-se de estabelecimentos de ovos e derivados, devem satisfazer mais o seguinte:

1 — dispor de sala ou de área coberta para tiragem dos ovos;

2 — dispor de dependência de recebimento dos ovos;

3 — dispor de dependência para ovoscopia, exame de fluorescência, limpeza e verificação do estado de conservação dos ovos;

4 — dispor de dependência para classificação comercial;

5 — dispor de câmaras frigoríficas;

6 — dispor de dependências para industrialização, quando for o caso.

Art. 39. As fábricas de conservas de ovos terão dependências apropriadas para recebimento, manipulação, elaboração, preparo e embalagem dos produtos.

Art. 40. Os estabelecimentos destinados ao mel e cera de abelhas devem:

1 — dispor de dependência de recebimento;

2 — dispor de dependências de manipulação, preparo, classificação e embalagem do produto.

Art. 41. Os ângulos entre paredes e pisos serão arredondados com o mesmo material de impermeabilização.

Parágrafo único — É proibido o emprego de utensílios em geral (gamelas, bandejas, mesas, carros tanque e outros) com angulosidades ou frestas.

Art. 42. A D. I. P. O. A., quando julgar necessário, pode exigir dispositivos especiais para regulação da temperatura e ventilação nas salas de trabalho industrial, depósitos ou câmaras.

Art. 43. Os fumeiros serão de material incombustível, com portas de ferro e providos de laternins.

Art. 44 — Nos entrepostos que recebem tripas, bem como nos estabelecimentos industriais, as seções destinadas à salga, maceração ou fermentação desse produto, só podem ser instaladas em lugares afastados das dependências onde forem manipuladas matérias primas ou fabricados produtos utilizados na alimentação humana.

Art. 45. por solicitação das autoridades de Saúde Pública, será exigida a instalação de aspiradores para remoção das exalações viciadas nas dependências de trabalho.

Art. 46. Nenhum estabelecimento de produtos de origem animal pode ultrapassar a capacidade de suas instalações e equipamento.

Art. 48. O funcionamento de estabelecimentos deve obedecer a outras exigências que estejam previstas em Códigos de Obras, estaduais ou municipais, bem como as previstas em legislação ordinária da União, dos Estados, Territórios e Municípios, desde que não colidam com as exigências de ordem sanitária ou industrial previstas neste Regulamento ou atos complementares expedidos pelo D. I. P. O. A.

Art. 48 — O funcionamento de estabelecimentos de carnes e derivados só podem ser autorizados dentro do perímetro urbano ou suburbano, depois de ouvida a autoridade de Saúde Pública e a Prefeitura Municipal locais.

Parágrafo único — Os estabelecimentos registrados ou relacionados que não satisfaçam às exigências do presente artigo terão mantidos seus números, porém, ficam obrigados a realizar os melhoramentos e obras necessárias que lhes forem indicados pela D. I. P. O. A., levando-se em

conta sua finalidade, área disponível e possibilidade industrial.

Art. 49. Quaisquer outros detalhes serão previstos em cada caso, por ocasião do exame dos projetos de construção, ampliação ou reforma de estabelecimentos ou em instruções expedidas pela D.I.P.O.A.

Art. 50. Qualquer estabelecimento que interrompa seu funcionamento por espaço superior a um ano, só pode reiniciar os trabalhos mediante inspeção prévia de todas as dependências, instalações e equipamentos. Parágrafo único. Quando a interrupção de funcionamento durar mais de cinco (5) anos, o registro será automaticamente cancelado.

TÍTULO IV

Registro e relacionamento de estabelecimentos

Art. 51. Nenhum estabelecimento pode realizar comércio interestadual ou internacional com produtos de origem animal, sem estar registrado na D.I.P.O.A.

Art. 52. Os estabelecimentos situados nos mercados consumidores, que recebem matérias primas ou produtos de estabelecimentos localizados em outros Estados ou Territórios, ficam igualmente sujeitos à Inspeção Federal prevista neste Regulamento, devendo ser registrados ou relacionados na D.I.P.O.A.

Parágrafo único. Nos casos do presente artigo, a D.I.P.O.A. pode delegar competência para fiscalização a autoridades estaduais ou municipais.

CAPÍTULO I

REGISTRO E RELACIONAMENTO

Art. 53. Estão sujeitos a registro os seguintes estabelecimentos:

1) matadouros-frigoríficos, matadouros, matadouros de aves e pequenos animais, charqueadas, fábricas de produtos suínos, fábricas de conservas, fábricas de produtos gordurosos, entrepostos de carnes e derivados e fábricas de produtos não comestíveis;

2) granjas leiteiras, estábulos leiteiros, usinas de beneficiamento, fábricas de laticínios, entrepostos-usina, entrepostos de laticínios, postos de refrigeração e postos de coagulação;

3) entrepostos de pescado e fábricas de conservas de pescado;

4) entrepostos de ovos e fábricas de conservas de ovos.

§ 1.º Só podem ser registrados entrepostos de ovos que tenham movimento mínimo de 500 (quinhentas) dúzias por dia.

§ 2.º Os demais estabelecimentos previstos neste Regulamento serão relacionados.

Art. 54. O registro será requerido ao Diretor do D.I.P.O.A., instruindo-se o processo com os seguintes documentos:

1) memorial descritivo, contendo informes de interesse econômico-sanitário, de acordo com modelo organizado pela D.I.P.O.A.;

2) plantas do estabelecimento, compreendendo: planta baixa de cada pavimento na escala de 1:100 (um por cem); planta de situação, contendo detalhes sobre rede de esgoto e abastecimento de água na escala de 1:500 (um por quinhentos); planta da fachada e cortes longitudinal e transversal na escala mínima de 1:50 (um por cinquenta); quando exigidos, detalhes de aparelhagem e instalações, na escala de 1:10 (um por dez), obedecendo as seguintes convenções:

a) nos estabelecimentos novos, cor preta;

b) nos estabelecimentos a reconstruir, ampliar ou remodelar:

1) Cor preta, para as partes a serem conservadas;

2) cor vermelha, para as partes a serem construídas;

3 — cor amarela, para as partes a serem demolidas;

4 — cor azul, para os elementos construídos em ferro ou aço;

5 — cor cinza, pontuada de nanquim, para as partes de concreto;

6 — cor "terra de siene", para as partes em madeira.

Art. 55. As plantas ou projetos devem conter mais:

1 — posição da construção em relação às vias públicas e alinhamento dos terrenos;

2 — orientação;

3 — localização das partes dos prédios vizinhos, construídos sobre as divisas dos terrenos;

4 — perfis longitudinal e transversal do terreno em posição média, sempre que este não for de nível.

Art. 56. Os projetos de que trata o artigo anterior devem ser apresen-

tados em 3 (três) vias, a primeira em tela, devidamente datadas, assinadas e assinadas por profissional habilitado, de acordo com a legislação vigente, trazendo a indicação do título do número da carteira e órgão que a expediu.

Art. 57. Desde que se trate de pequenos estabelecimentos, a juízo do Inspector Chefe da I. R. P. O. A. respectiva, podem ser aceitos, para estudo preliminar, simples "croquis" ou desenhos.

Art. 58. Serão rejeitados projetos grosseiramente desenhados, com rasuras e indicações imprecisas, quando apresentados para efeito de registro ou relacionamento.

Art. 59. Para a construção de estabelecimentos novos é obrigatório:

1 — o exame prévio do terreno, cujo pedido deve ser instruído com a planta do local, especificando a área disponível, acidentes existentes, detalhes sobre a água de abastecimento e sobre a rede de esgoto e indicação do local do escoamento dos resíduos;

2 — apresentação dos projetos das respectivas construções, nas escalas e cores previstas neste Regulamento, acompanhados dos memoriais descritivos das obras a realizar, material a empregar e equipamento a instalar.

§ 1.º — O pedido de aprovação prévia do terreno deve ser instruído com o laudo de inspeção fornecido por servidor da D. I. P. O. A., exigindo-se, conforme o caso, planta detalhada de toda a área.

§ 2.º — Tratando-se de registro de estabelecimento que se encontra sob inspeção estadual ou municipal, será realizada uma inspeção prévia de todas as dependências, situação em relação ao terreno, instalações, equipamento, natureza e estado de conservação das paredes, pisos e tetos, pé-direito, bem como das redes de esgoto e de abastecimento de água, descrevendo-se detalhadamente a procedência, captação, distribuição, canalização e escoadouro.

Art. 60. As firmas construtoras não darão início à construção de estabelecimentos sujeitos à Inspeção Federal, sem que os projetos tenham sido previamente aprovados pela D. I. P. O. A.

Art. 61. As autoridades municipais não permitirão o início da construção de qualquer estabelecimento de produtos de origem animal, para

comércio interestadual ou internacional, sem que os projetos tenham sido aprovados pela D. I. P. O. A.

Parágrafo único — A aprovação prévia de local para construção de estabelecimentos pela D. I. P. O. A. não significa que as autoridades estaduais ou municipais competentes não impeçam a realização das obras por motivo de interesse de saúde pública local.

Art. 62. Nos estabelecimentos de produtos de origem animal destinados à alimentação humana, é considerada básica, para efeito de registro ou relacionamento, a apresentação prévia de boletim oficial de exame da água de abastecimento, que deve se enquadrar nos padrões microbiológico e químico seguintes:

a) — não demonstrar, na contagem global, mais de 500 (quinhentos) germes por mililitro;

b) — não demonstrar, no teste presumitivo para pesquisa de coliformes, fermentação de qualquer dos 5 (cinco) tubos semeados com 1ml (um mililitro) e com 0,1 (um décimo) de mililitro da amostra, tolerando-se fermentação na série com 10 ml (dez mililitros);

c) — a água deve ser límpida, incolor, sem cheiro e de sabor próprio, agradável;

d) — não conter mais de 500 (quinhentas) partes por milhão de sólidos totais;

e) — conter no máximo 0,005mg (cinco miligramas), por litro, de nitrogênio amoniacal;

f) — ausência de nitrogênio nitroso e de sulfídrico;

g) — no máximo 0,002 mg (dois miligramas) de nitrogênio nítrico, por litro;

h) — no máximo 0,002 mg (dois miligramas) de matéria orgânica, por litro;

i) — grau de dureza inferior a 20 (vinte);

j) — chumbo, menos de 0,1 (um décimo) de parte por milhão;

k) — cobre, menos de 3 (três) partes por milhão;

l) — zinco, menos de 15 (quinze) partes por milhão;

m) — cloro livre, máximo de 1 (uma) parte por milhão quando se tratar de águas cloradas e cloro residual mínimo de 0,05 (cinco centésimas) partes por milhão;

n) — arsênico, menos de 0,05 (cinco centésimas) partes por milhão;

o) — fluoretos, máximo de 1 (uma) parte por milhão;

p) — selênio, máximo de 0,05 (cinco centésimas) partes por milhões;

q) — magnésio, máximo de 0,03 (três centésimas) partes por milhão;

r) — sulfatos, no máximo 0,010 mg (dez miligramas) por litro;

s) — componentes fenólicos, no máximo 0,001 (uma milionésima) parte por milhão.

§ 1.º — Quando as águas revelarem mais de 500 (quinhentos) germes por mililitro, impõe-se novo exame de confirmação, antes de condená-la.

§ 2.º Mesmo que o resultado da análise seja favorável, a D.I.P.O.A. pode exigir, de acordo com as circunstâncias locais, o tratamento da água.

Art. 63. Qualquer ampliação, remodelação ou construção nos estabelecimentos registrados ou relacionados, tanto de suas dependências como instalações, só pode ser feita após aprovação prévia dos projetos.

Art. 64. Não será registrado o estabelecimento destinado à produção de alimentos para consumo humano, quando situado nas proximidades de outro que, por sua natureza, possa prejudicá-lo.

Art. 65. As autoridades municipais não permitirão a construção de estabelecimentos que por sua natureza possa prejudicar outros que elaborem produtos utilizados na alimentação humana.

Art. 66. Apresentados os documentos exigidos neste Regulamento, o Inspetor-chefe da I.R.P.O.A. mandará vistoriar o estabelecimento, para apresentação do competente laudo, a ser organizado de acordo com instruções aprovadas pela D.I.P.O.A.

Art. 67. Autorizado o registro, uma das vias das plantas e dos memoriais descritivos é arquivada na Diretoria da D.I.P.O.A.; outra, na I.R.P.O.A. a que esteja subordinado o estabelecimento e as terceiras entregues ao interessado.

Art. 68. Satisfeitas a exigências fixadas no presente Regulamento, o Diretor da D.I.P.O.A. autorizará a expedição do "TÍTULO DE REGISTRO", constando do mesmo o número do registro, nome da firma, classificação do estabelecimento, locali-

zação (estado, município, cidade, vila e povoado) e outros detalhes necessários.

Art. 69. A D.I.P.O.A. determinará a inspeção periódica das obras em andamento nos estabelecimentos em construção ou remodelação, tendo-se em vista o plano aprovado.

Art. 70. A D.I.P.O.A. divulgará projetos de orientação para construção dos diversos tipos de estabelecimentos de produtos de origem animal, bem como planos, orçamentos e outros detalhes.

Art. 71. Em instruções expedidas pela D.I.P.O.A. serão baixadas as normas próprias ao processamento de registro dos estabelecimentos, bem como as de transferência de propriedade.

Art. 72. O relacionamento é requerido ao Inspetor-chefe da I.R.O.P.A. e o processo respectivo deve obedecer ao mesmo critério estabelecido para o registro de estabelecimentos no que lhes for aplicável.

Art. 73. São relacionadas as fazendas-leiteiras, os postos de recebimento, as queijeiras, os apiários, os entrepostos de mel e cera de abelhas e as casas atacadistas, fixando-se conforme o caso, as mesmas exigências para os demais estabelecimentos.

CAPÍTULO II

TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO E RELACIONAMENTO

Art. 74. Nenhum estabelecimento registrado ou relacionado pode ser vendido ou arrendado, sem que concomitantemente seja feita a competente transferência de responsabilidade do registro ou do relacionamento para a nova firma.

§ 1.º No caso do comprador ou arrendatário se negar a promover a transferência, deve ser feita, pelo vendedor ou locador, imediata comunicação escrita à D.I.P.O.A., esclarecendo os motivos da recusa.

§ 2.º As firmas responsáveis por estabelecimentos registrados ou relacionados durante as fases do processamento da transação comercial, devem notificar aos interessados na compra ou arrendamento a situação em que se encontram, em face das exigências deste Regulamento.

§ 3.º Enquanto a transferência não se efetuar, continua responsável pe-

las irregularidades que se verifiquem no estabelecimento, a firma em nome da qual esteja registrado ou relacionado.

§ 4.º No caso do vendedor ou locador ter feito a comunicação a que se refere o parágrafo 1.º, e o comprador ou locatário não apresentar, dentro do prazo máximo de trinta dias, os documentos necessários à transferência respectiva, é cassado o registro ou relacionamento do estabelecimento, o qual só será restabelecido depois de cumprida a exigência legal.

§ 5.º Adquirido o estabelecimento, por compra ou arrendamento dos imóveis respectivos e realizada a transferência do registro ou relacionamento, a nova firma é obrigada a cumprir todas as exigências formuladas ao anterior responsável, sem prejuízo de outras que venham a ser determinadas.

Art. 75. O processo de transferência deve obedecer, no que lhe for aplicável, ao mesmo critério estabelecido para o registro ou relacionamento.

Art. 76. Tratando-se de estabelecimentos reunidos em grupo e pertencentes à mesma firma, é respeitada, para cada um, a classificação que lhe couber, dispensando-se apenas a construção isolada de dependências que possam ser comuns.

TÍTULO V

Higiene dos estabelecimentos

Art. 77. Todas as dependências e equipamento dos estabelecimentos devem ser mantidos em condições de higiene, antes, durante e após a realização dos trabalhos industriais; as águas servidas e residuais terão destino conveniente, podendo a D.I. P.O.A. determinar o tratamento artificial.

Art. 78. O maquinário, carros, tanques, vagonetas, caixas, mesas e demais material e utensílios serão convenientemente marcados de modo a evitar qualquer confusão entre os destinados a produtos comestíveis e os usados no transporte ou depósito de produtos não comestíveis ou ainda utilizados na alimentação de animais usando-se denominações "COMESTÍVEIS e NÃO COMESTÍVEIS".

Art. 79. Os pisos e paredes, assim como o equipamento e utensílios usados na indústria devem ser lavados diariamente e convenientemente desinfetados, neste caso, pelo emprego de substâncias previamente aprovada pela D.I.P.O.A.

Art. 80. Os estabelecimentos devem ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, comundongos quaisquer outros animais, agindo-se cautelosamente quanto ao emprego de venenos, cujo uso só é permitido nas dependências não destinadas à manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante conhecimento da Inspeção Federal. Não é permitido para os fins deste artigo o emprego de produtos biológicos.

Parágrafo único — É proibida a permanência de cães, gatos e de outros animais estranhos no recinto dos estabelecimentos.

Art. 81. Todo o pessoal que trabalha com produtos comestíveis, desde o recebimento até a embalagem, deve usar uniformes próprios e limpos, inclusive gorros, aprovados pela D.I. P.O.A.

Art. 82. O pessoal que manipula produtos condenados ou trabalha em necrópsias, fica obrigado a desinfetar as mãos, instrumentos e vestuários com antissépticos apropriados.

Art. 83. É proibido fazer refeições nos locais onde se realizem trabalhos industriais, bem como depositar produtos, objetos e material estranho à finalidade da dependência ou ainda guardar roupas de qualquer natureza.

Art. 84. É proibido cuspir ou escarrar em qualquer dependência de trabalho.

Art. 85. É proibido fumar em qualquer dependência dos estabelecimentos.

Art. 86. Todas as vezes que for necessário, a Inspeção Federal deve determinar a substituição, raspagem, pintura e reforma, em pisos, paredes, tetos e equipamento.

Parágrafo único. — A critério da D.I.P.O.A. pode ser dispensada a impermeabilização de paredes em dependências onde se trabalhe com equipamento fechado.

Art. 87. Os pisos e paredes de currais, bretes, mangueiras e outras

instalações próprias para guarda, pouso e contensão de animais vivos ou depósito de resíduos industriais, devem ser lavados e desinfetados tantas vezes quantas necessárias com água de cal ou outro desinfetante apropriado, autorizado pela D. I. P. O. A.

Art. 88. As caixas de sedimentação de substâncias residuais devem ser frequentemente inspecionadas e convenientemente limpas.

Art. 89. Durante a fabricação, no embarque ou nos transportes, os produtos devem ser conservados ao abrigo de contaminações de qualquer natureza.

Art. 90. É proibido empregar na coleta, embalagem, transporte ou conservação de matérias primas e produtos usados na alimentação humana, vasilhame de cobre, latão, zinco, barro, ferro estanhado, com liga que contenha mais de 2% (dois por cento) de chumbo ou apresente estanhagem defeituosa ou de qualquer utensílio que, pela sua forma e composição, possa prejudicar as matérias primas ou produtos.

Parágrafo único — É permitido, a critério da D.I.P.O.A., o emprego de continentes de madeira no acondicionamento de matérias primas que se destinam à embalagem em entrepostos, exigindo-se, conforme o caso, envoltório intermediário, adequado e impermeável.

Art. 91. Na indústria de laticínios é permitido o uso de tanques de madeira na fabricação de determinados produtos, a juízo da D.I.P.O.A.

Art. 92. Os operários que trabalham na indústria de produtos de origem animal serão portadores de carteira de saúde fornecida por autoridade sanitária oficial, devem apresentar condições de saúde e ter hábitos higiênicos; anualmente serão submetidos à exame em repartição de Saúde Pública, apresentando à Inspeção Federal as anotações competentes em sua carteira, pelas quais se verifique que não sofrem de doenças que os incompatibilizem com os trabalhos de fabricação de gêneros alimentícios.

§ 1.º Na localidade onde não haja serviço oficial de Saúde Pública podem ser aceitos, a juízo da D. I. P. O. A., atestados passados por médico particular.

§ 2.º A inspeção médica é exigida, tantas vezes quantas necessárias, para qualquer empregado do estabelecimento, inclusive seus proprietários se exercerem atividade industrial.

§ 3.º Sempre que fique comprovada a existência de dermatoses, de doenças infecto-contagiosas ou repugnantes e de portadores indiferentes de salmonelas, em qualquer pessoa que exerça atividade industrial no estabelecimento, é ela imediatamente afastada do trabalho, cabendo à Inspeção Federal comunicar o fato a autoridade de Saúde Pública.

Art. 93. Os detalhes sobre a rede de abastecimento de água em cada estabelecimento, no tocante a quantidade, qualidade, canalização, captação, filtração, tratamento e distribuição devem ser fixados pela D. I. P. O. A. por ocasião da aprovação dos projetos.

Art. 94. A distribuição da rede de esgoto, compreendendo canaletas, raios sifonados, declives, canalização, distribuição, depuração, tratamento e escoadouros, é fixada pela D. I. P. O. A. em cada estabelecimento.

Art. 95. Os continentes já usados, quando destinados ao acondicionamento de produtos utilizados na alimentação humana, devem ser previamente inspecionados, condenando-se os que, após terem sido limpos e desinfetados por meio de vapor e substância permitida, não forem julgados em condições de aproveitamento.

Parágrafo único — Em caso algum é permitido o acondicionamento de matérias primas e produtos destinados à alimentação humana em carros, recipientes ou continentes que tenham servido a produtos não comestíveis.

Art. 96. É proibido manter em estoque, nos depósitos de produtos, nas salas de recebimento, de manipulação, de fabricação e nas câmaras frias ou de cura, material estranho aos trabalhos de dependência.

Art. 97. Não é permitido residir no corpo dos edifícios onde são realizados trabalhos industriais de produtos de origem animal.

Art. 98. Serão diariamente limpos e convenientemente desinfetados os instrumentos de trabalho.

Parágrafo único — Os estabelecimentos devem ter em estoque desin-

fetantes aprovados, para uso nos trabalhos de higienização de dependências e equipamento.

Art. 99. As câmaras frias devem corresponder as mais rigorosas condições de higiene, iluminação e ventilação e deverão ser limpas e desinfetadas pelo menos uma vez por ano.

Art. 100. Nos estabelecimentos de leite e derivados é obrigatória a rigorosa lavagem e esterilização do vasilhame, antes de seu retorno aos postos de origem.

Art. 101. Nas salas de manança e em outras dependências, a juízo da D. I. P. O. A., é obrigatória a existência de vários depósitos de água com descarga de vapor, para esterilização de facas, ganchos e outros utensílios.

TÍTULO VI

Obrigações das firmas

Art. 102. Ficam os proprietários de estabelecimentos obrigados a:

1 — Observar e fazer observar todas as exigências contidas no presente Regulamento;

2 — Fornecer pessoal necessário e habilitado, bem como material adequado julgado indispensável aos trabalhos de inspeção, inclusive acondicionamento e autenticidade de amostras para exames de laboratório;

3 — Fornecer até o décimo dia útil de cada mês, subsequente ao vencido, os dados estatísticos de interesse na avaliação da produção industrialização, transporte e comércio de produtos de origem animal, bem como as guias de recolhimento da taxa de inspeção sanitária, devidamente quitadas pela repartição arrecadadora;

4 — Dar aviso antecipado de 12 (doze) horas, no mínimo, sobre a realização de quaisquer trabalhos nos estabelecimentos sob inspeção federal permanente, mencionando sua natureza e hora de início e de provável conclusão;

5 — Avisar, com antecedência, da chegada de gado e fornecer todos os dados que sejam solicitados pela Inspeção Federal;

6 — Quando o estabelecimento funciona em regime de inspeção permanente e está afastado do perímetro urbano, deve fornecer gratuitamente habitação adequada aos servidores ou condução, no caso de não haver meio

de transporte público fácil e acessível, condições que serão julgadas pela D. I. P. O. A.;

7 — Sempre que haja dificuldade, a juízo da D. I. P. O. A., para que o servidor encontre moradia adequada, os proprietários de estabelecimentos sob regime de inspeção permanente ficam obrigados a fornecer a residência, cobrando aluguel de acordo com a lei;

8 — Fornecer gratuitamente alimentação ao pessoal da Inspeção, quando os horários para as refeições não permitam que os servidores as façam em suas residências, a juízo do Inspetor Federal, junto ao estabelecimento;

9 — Fornecer material próprio e utensílios para guarda, conservação e transporte de matérias primas e produtos normais e peças patológicas, que devem ser remetidos às dependências da D. I. P. O. A.;

10 — Fornecer armários, mesas, arquivos, mapas, livros e outro material destinado à Inspeção Federal, para seu uso exclusivo;

11 — Fornecer material próprio, utensílios e substâncias adequadas para os trabalhos de coleta e transporte de amostras para laboratório, bem como para limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentos, aparelhos ou instalações;

12 — Manter locais apropriados, a juízo da Inspeção Federal, para recebimento e guarda de matérias primas procedentes de outros estabelecimentos sob Inspeção Federal ou de retorno de centros de consumo, para serem reinspecionados, bem como para sequestro de carcaças ou partes de carcaça, matérias primas e produtos suspeitos;

13 — Fornecer substâncias apropriadas para desnaturação de produtos condenados, quando não haja instalações para sua transformação imediata;

14 — Fornecer instalações, aparelhos e reativos necessários, a juízo da Inspeção Federal, para análises de matérias primas ou produtos no laboratório do estabelecimento;

15 — Manter em dia o registro do recebimento de animais e matérias primas, especificando procedência e qualidade, produtos fabricados, saída e destino dos mesmos;

16 — Manter pessoal habilitado na direção dos trabalhos técnicos do estabelecimento;

17 — Recolher as taxas de inspeção sanitária previstas na legislação vigente;

18 — Efetuar o pagamento de serviços extraordinários executados por servidores da Inspeção Federal, de acordo com a legislação vigente;

19 — Dar aviso com antecedência sobre a chegada ou recebimento de barcos pesqueiros ou de pescado;

§ 1.º — O pessoal fornecido pelos estabelecimentos fica sob ordens diretas do Inspetor Federal;

§ 2.º — O material fornecido pelas empresas, porém fica à disposição e sob responsabilidade da Inspeção Federal;

§ 3.º — Cancelado o registro ou o relacionamento, o material pertencente ao Governo inclusive de natureza científica, o arquivo e os carimbos oficiais de Inspeção Federal são recolhidos à D. I. P. O. A. que superintende os serviços na região;

§ 4.º — Os proprietários de estabelecimentos registrados ou relacionados são obrigados a manter livros para escrituração de matérias primas oriundas de outros pontos, para serem utilizadas, no todo ou em parte na fabricação de produtos e subprodutos não comestíveis.

Art. 103. Correm por conta dos interessados as despesas de transporte do servidor que, a pedido, for designado para proceder inspeção prévia de terrenos ou estabelecimentos, para fins de registro ou relacionamento.

Art. 104. Os estabelecimentos de leite e derivados, com volume de matéria prima para beneficiamento ou industrialização igual ou superior a 10.000 (dez mil) litros diários devem ter, na direção dos trabalhos, especialistas em indústria de laticínios, diplomados em escola nacional ou estrangeira.

Parágrafo único — Os estabelecimentos de laticínios de menor produção admitirão empregados habilitados em fábrica-escola de laticínios do país ou do estrangeiro.

Art. 105. Todos os estabelecimentos devem registrar diariamente em livros próprios e mapas, cujos modelos devem ser fornecidos pela D. I. P. O. A. as entradas e saídas de matérias primas e produtos de laticínios, especificando quantidade, qualidade e destino.

§ 1.º — Tratando-se de matéria prima ou produtos de laticínios procedentes de outros estabelecimentos sob Inspeção Federal, deve ainda a firma anotar, nos livros e mapas indicados, a data de entrada, o número da

guia de embarque ou do certificado sanitário, a qualidade, quantidade e número do registro ou relacionamento do estabelecimento remetente.

§ 2.º — Os estabelecimentos de leite e derivados ficam obrigados a fornecer, a juízo da D. I. P. O. A., uma relação atualizada de fornecedores de matéria prima, com os respectivos endereços, quantidades médias dos fornecimentos e nome da propriedade rural.

TÍTULO VII

Inspeção Industrial e Sanitária de Carnes e Derivados

CAPÍTULO I

INSPEÇÃO "ANTE-MORTEM"

Art. 106. Nos estabelecimentos subordinados à Inspeção Federal e permitida a matança de bovídeos, equídeos, suínos, ovínos, caprinos e coelhos, bem como das diferentes aves domésticas e de caça, usadas na alimentação humana.

§ 1.º — A matança de equídeos e realizada em estabelecimentos especiais, dotados de condições, instalações e aparelhagem satisfatórias, a juízo da D. I. P. O. A.

§ 2.º A matança de aves silvestres, consideradas "Caça" só pode ser feita quando elas procedem de criadouros.

Art. 107. É proibida a entrada de animais em qualquer dependência do estabelecimento, sem prévio conhecimento da Inspeção Federal.

§ 1.º Por ocasião da chegada de animais, a Inspeção Federal deve verificar os documentos de procedência e julgar das condições de saúde do lote.

§ 2.º Qualquer caso suspeito implica no exame clínico do animal ou animais incriminados, procedendo-se, quando necessário, ao isolamento de todo o lote e aplicando-se medidas próprias de polícia sanitária animal, que cada caso exigir.

§ 3.º Todas as vezes que, pelo adiantado da hora, ou ausência de funcionário responsável por tal serviço, houver animais para ingressar nos estabelecimentos, este ingresso só é permitido em um depósito à parte, exclusivamente destinado a essa finalidade, designado "depósito de chegada". Os animais aí introduzidos

só podem ser retirados depois de inspecionados.

Art. 108. Quando houver suspeita de carbúnculo hemático, além das medidas já estabelecidas, a Inspeção Federal cabe proceder como se segue:

1 — observar o lote por 48 (quarenta e oito) horas; se no fim desse período não ocorrerem novos casos, permitir o sacrificio de todo o lote, no final da matança;

2 — ocorrendo novos casos determinar o isolamento de todo o lote e aplicar soro anticarbunculozo, permanecendo os animais em observação pelo tempo que a Inspeção Federal julgar conveniente sendo que no mínimo devem decorrer 21 (vinte e um) dias, depois da última morte ou da aplicação do soro, para sacrificio de qualquer animal do lote;

3 — determinar a limpeza e desinfecção das dependências e locais onde estiveram em qualquer momento esses animais, compreendendo a remoção, a queima de toda a palha, esterco e demais detritos e imediata aplicação, em larga escala, de uma solução de soda a 5% cinco por cento) ou de outro desinfetante especificamente aprovado pela D. I. P. O. A.

Art. 109. A administração dos estabelecimentos fica obrigada a tomar as medidas mais adequadas, no sentido de serem evitados maus tratos aos animais, pelos quais é responsável desde o momento de seu desembarque.

Parágrafo único E' proibido, no desembarque ou movimentação de animais o uso de instrumentos pontiagudos ou de quaisquer outros que possam lesar o couro ou a musculatura.

Art. 110. E' proibida a matança de qualquer animal que não tenha permanecido pelo menos 24 (vinte e quatro) horas em descanso, jejum e dieta hídrica nos depósitos do estabelecimento.

§ 1.º O período de repouso pode ser reduzido, quando o tempo de viagem não for superior a 2 (duas) horas e os animais procedam de campos próximos, mercados ou feiras, sob controle sanitário permanente. O repouso, porém, em hipótese alguma, deve ser inferior a 6 (seis) horas.

§ 2.º Em tais casos a autoridade sanitária do ponto de partida deve

fornecer um documento, mencionando claramente as condições anteriores de saúde dos animais.

§ 3.º O tempo de repouso, de que trata este artigo, pode ser ampliado, todas as vezes que a Inspeção Federal julgar necessário.

Art. 111. Apesar do exame por ocasião da chegada ao estabelecimento, os lotes são ainda examinados no dia do abate.

§ 1.º O exame de que trata este artigo será realizado pelo mesmo veterinário encarregado da inspeção final na sala de matança.

§ 2.º Qualquer caso suspeito implica no exame clínico do animal ou animais incriminados procedendo-se de acordo com as medidas estabelecidas neste Regulamento.

Art. 112. Nenhum animal, lote ou tropa pode ser abatido sem autorização da Inspeção Federal.

Art. 113. Deve ser evitada, a juízo da Inspeção Federal, a matança de:

1 — fêmeas em estado adiantado de gestação (mais de dois terços do tempo normal da gravidez);

2 — animais caquéticos;

3 — animais com menos de 30 (trinta) dias de vida extra-uterina;

4 — animais que padeçam de qualquer enfermidade, que torne a carne imprópria para o consumo.

Art. 114. As fêmeas em gestação adiantada ou de parto recente, não portadoras de doença infecto-contagiosa, podem ser retiradas do estabelecimento, para melhor aproveitamento.

§ 1.º As fêmeas de parto recente só podem ser abatidas no mínimo 10 (dez) dias depois do parto, desde que não sejam portadoras de doença infecto-contagiosa, caso em que são julgadas de acordo com o que prescreve o presente Regulamento.

§ 2.º As fêmeas que abortarem só podem ser abatidas no mínimo 10 (dez) dias depois de aborto, desde que não sejam portadoras de doença infecto-contagiosa, caso em que são julgadas de acordo com o que prescreve o presente Regulamento.

Art. 115. Animais com sintomas de paralisia "post-partum" e de "doença de transporte" são condenados.

Parágrafo único — E' permitido reter animais nas condições deste artigo, para tratamento.

Art. 116. É proibida a matança em comum de animais que no ato da inspeção "ante-mortem", sejam suspeitos das seguintes zoonoses:

- 1 — Artrite infecciosa;
- 2 — Babesioses;
- 3 — Bruceloses;
- 4 — Carbúnculo hemático;
- 5 — Carbúnculo sintomático;
- 6 — Coriza gangrenosa;
- 7 — Encefalo — mielites infecciosas;
- 8 — Enterites septicêmicas;
- 9 — Febre aftosa;
- 10 — Gangrena gasosa;
- 11 — Linfagite ulcerosa;
- 12 — Metro-peritonite;
- 13 — Mormo;
- 14 — Pasteurelloses;
- 15 — Pneumo-enterite;
- 16 — Peripneumonia contagiosa (não constatada no país);
- 17 — Peste aviária (não constatada no país);
- 18 — Peste bovina (não existente no país);
- 19 — Peste suína;
- 20 — Raiva e pseudo-raiva (doença de Aujeszky);
- 21 — Ruiva (não existente no país);
- 22 — Tétano;
- 23 — Tularemia (não existente no país);
- 24 — Tripanosomiasis;
- 25 — Tuberculose.

§ 1.º Nos casos comprovados de peste bovina, peripneumonia contagiosa, carbúnculo hemático, gangrena gasosa, ruiva e mormo, os animais são imediatamente sacrificados no "Departamento de Necrópsias", os cadáveres devem ser incinerados ou transformados em aparelhagem apropriada aplicando-se as medidas de defesa sanitária animal em vigor. Cabe à Inspeção Federal levar a ocorrência ao conhecimento da autoridade regional atraindo a procedência dos animais e a zona percorrida pelos mesmos de modo a serem prontamente tomadas medidas sanitárias aconselháveis.

§ 2.º Não existindo no país peste bovina, peripneumonia contagiosa, ruiva, peste aviária, tularemia e nem a triquinose, compete à Inspeção Federal cooperar em que se evite a eventual introdução e propagação dessas doenças o território nacional.

§ 3.º No caso de qualquer outra doença contagiosa não prevista no

presente artigo, o sacrifício é também feito em separado, para melhor estudo das lesões e verificações complementares para diagnóstico.

Art. 117. No caso das doenças referidas no artigo anterior, os animais do respectivo lote ou tropa devem ficar em observação por prazo variável, a juízo da Inspeção Federal, tendo-se em vista a doença e seu período normal de incubação.

Art. 118. São condenados os bovinos atingidos de anasarca, quando apresentem edema extenso e generalizado.

§ 1.º Quando o anasarca não for generalizado, o animal é abatido em separado.

§ 2.º Bovinos nas condições do parágrafo anterior podem ser separados para tratamento.

Art. 119. Os animais levados ao abate, para controle de provas de tuberculinização, são sacrificados em separado, no fim da matança.

Art. 120. Suínos hiperimunizados para preparo de soro contra a peste suína, só podem entrar em estabelecimento sob Inspeção Federal, quando acompanhados de documento oficial da D. D. S. A., no qual se ateste que a hiperimunização ficou concluída pelo menos há 15 (quinze) dias.

Art. 121. É proibida a matança de suínos não castrados ou de animais que mostrem sinais de castração recente.

Art. 122. Quando o exame "ante-mortem" constatar casos isolados de doenças não contagiosas, que por este Regulamento permitam o aproveitamento total do animal, é ele abatido no "Departamento de Necrópsias".

Art. 123. Quando o exame "ante-mortem" constatar casos isolados de doenças contagiosas, que por este Regulamento permitam o aproveitamento condicional do animal, é ele abatido no fim da matança.

Art. 124. São condenados os bovinos, ovinos e caprinos que no exame "ante-mortem" revelem temperatura retal igual ou superior a 40,5°C (quarenta e meio graus centígrados); são também condenados os suínos com temperatura igual ou superior a 41°C (quarenta e um graus centígrados), bem como as aves com temperatura

igual ou superior a 43° C (quarenta e três graus centígrados).

Parágrafo único. São condenados os animais em hipotermia.

Art. 125. A existência de animais mortos ou caídos em vagões, currais ou em qualquer dependência da fábrica, deve ser imediatamente levada ao conhecimento da Inspeção Federal, para providenciar a necrópsia ou sacrifício, bem como determinar as medidas que se fizerem necessárias.

Parágrafo único. As necrópsias são realizadas em local apropriado, previsto neste Regulamento.

Art. 126. Quando a Inspeção Federal autorizar o transporte de animais mortos ou moribundos para o "Departamento de Necrópsias", deve usar veículo especial, apropriado, impermeável, que permita desinfecção logo após sua utilização.

§ 1.º Havendo suspeitas de doença infecto-contagiosa, é feito o tampoamento das aberturas naturais antes do transporte de modo a ser evitada a disseminação das secreções e escreções.

§ 2.º Confirmada a suspeita, é o cadáver incinerado ou esterilizado pelo calor em aparelhagem própria.

§ 3.º Findos os trabalhos de necrópsia, devem ser rigorosamente desinfetados além do veículo utilizado no transporte o piso da sala, todos os instrumentos e objetos que entraram em contato com o cadáver.

Art. 127. A Inspeção Federal levará ao conhecimento superior, o resultado de necrópsias que evidenciarem doenças infecto-contagiosas, remetendo material para controle de diagnóstico aos L. R. A. ou aos laboratórios da D. D. S. A. reservando, porém, elementos de contra-prova.

Art. 128. O lote ou tropa, no qual se verifique qualquer caso de morte natural, só será abatido depois do resultado da necrópsia.

Art. 129. A direção do estabelecimento é obrigada a fornecer diariamente à Inspeção Federal dados referentes aos animais entrados, detalhando a procedência, espécie, número, meios de condução utilizados e hora de chegada. Para tal fim, existirá um impresso designando "mapa do movimento de animais", onde constará também o estoque existente nos currais, campos de repouso e outros locais.

CAPÍTULO II

MATANÇA

SEÇÃO I

Matança de emergência

Art. 130. Matança de emergência é o sacrifício imediato de animais apresentando condições que indiquem essa providência.

Parágrafo único — Devem ser abatidos de emergência animais doentes, agonizantes, com fraturas, contusão generalizada, hemorragia, hipo ou hipertemia, decúbito forçado, sintomas nervosos e outros estados, a juízo da Inspeção Federal.

Art. 131. Sempre que haja suspeita de processo septicêmico, a Inspeção Federal lançará mão do exame bacteriológico, principalmente quando houver inflamação dos intestinos, mamas, útero, articulações, pulmões, pleura, peritônio ou lesões supuradas e gangrenosas.

Art. 132. É proibida a matança de emergência na ausência de funcionário da Inspeção Federal.

Art. 133. São considerados impróprios para consumo os animais que, sacrificados de emergência, se enquadrem nos casos de condenação previstos neste Regulamento ou por outras razões justificadas pela Inspeção Federal.

Parágrafo único — Sempre que os animais abatidos de emergência apresentem logo após a morte carne com reação francamente ácida, as carcaças serão consideradas impróprias para consumo.

Art. 134. Animais que tenham morte accidental nas dependências do estabelecimento, desde que imediatamente sangrados a juízo da Inspeção Federal podem ser aproveitados.

Parágrafo único — Nesses casos, a Inspeção se louvará na riqueza em sangue da musculatura e na coloração vermelho-escura de todos os órgãos; considerará os fenômenos congestivos das vísceras, sobretudo fígado e tecido subcutâneo; verificará se a face interna do couro ou pele está normalmente úmida, louvando-se ainda na verificação da congestão hipostática; verificará se a ferida de sangria tem ou não seus bordos infiltrados de sangue; levará em conta a coloração da parede abdominal e o odor que se exa-

la no momento da evisceração, além de outros sinais e informes que venha a obter, para julgar se a sangria foi ou não realizada a tempo.

SEÇÃO II

Matança Normal

Art. 135. Só é permitido o sacrifício de bovídeos por insensibilização (processo da marrêta), seguida de imediata sangria.

§ 1.º A D. I. P. O. A. pode tolerar o sacrifício por picada do bulbo (choupa) nos estabelecimentos já registrados que não apresentem condições de construção que permitam adaptação para emprêgo da marrêta.

§ 2.º É facultado o sacrifício de bovinos de acôrdo com preceitos religiosos (jugulação cruenta), desde que as carcaças se destinem ao consumo local ou ao comércio internacional com países que façam essa exigência.

§ 3.º Os estabelecimentos que venham a abater equídeos usarão o mesmo processo indicado para bovídeos.

Art. 136. Os suínos podem ser sacrificados por incisão dos grandes vasos sanguíneos do pescoço ou por punção direta no coração, após insensibilização ou não.

Parágrafo único. Permite-se para os animais desta espécie a insensibilização pelo processo elétrico, seguida de imediata sangria.

Art. 137. Os ovinos, caprinos e coelhos serão sacrificados por incisão dos grandes vasos do pescoço (jugulação cruenta).

Art. 138. As aves podem ser sacrificadas por qualquer dos seguintes processos:

1. Incisão das jugulares, através a boca, seguida de destruição da medula alongada, quando se pretende realizar a depenação a seco;

2. Incisão das jugulares, externamente;

3. Provocando-se uma ferida de sangria de cada lado do pescoço, pela inserção de um instrumento perfuro-cortante nessa região.

Parágrafo único — É proibido o sacrifício de aves por deslocamento da cabeça ou por qualquer processo que não provoque efusão de sangue.

Art. 139. O emprêgo de qualquer outro processo de matança depende de autorização da D. I. P. O. A.

Art. 140. A sangria deve ser completa e de preferência realizada com o animal suspenso pelos membros trazeiros.

Parágrafo único — Nenhuma manipulação pode ser iniciada antes que o sangue se tenha escoado ao máximo possível.

Art. 141. As aves podem ser depenadas por qualquer dos seguintes processos:

1 — a seco;

2 — após escaldagem na água, em temperatura entre 82º-90º C (oitenta e dois-noventa graus centígrados), pelo tempo necessário;

3 — após escaldagem na água, em temperatura entre 53-55º C (cinquenta e três-cinquenta e cinco graus centígrados), pelo tempo necessário, seguida ou não de imersão das aves em substâncias adesivas (cêra, parafina, betume ou misturas prontas, destinadas a essa finalidade).

Parágrafo único. Qualquer outro processo depende de autorização da D. I. P. O. A.

Art. 142. É obrigatória a pelagem e raspagem de toda carcaça de suíno pelo prévio escaldamento em água quente, sempre que deva ser entregue ao consumo com o couro; a operação depilatória será completada a mão e as carcaças serão lavadas convenientemente antes de evisceradas.

Parágrafo único. É proibido o chamuscamento de suínos.

Art. 143. A evisceração deve ser realizada sob as vistas de funcionário da Inspeção Federal, em local que permita pronto exame das vísceras, com identificação perfeita entre estas e as carcaças.

§ 1.º Sob pretexto algum pode ser retardada a evisceração.

§ 2.º A Inspeção Federal agirá com rigor no caso de carcaças contaminadas por feses no momento da evisceração, aplicando as medidas preconizadas no capítulo "Inspeção post-mortem".

Art. 144. A cabeça, antes de destacada do corpo, deve ser marcada para permitir fácil identificação com a respectiva carcaça, procedendo-se do mesmo modo relativamente às vísceras.

Art. 145. E' proibida a inflação de animais ou de qualquer órgão parenquimatoso.

Parágrafo único — A D.I.P.O.A. pode permitir, excepcionalmente, nos casos de consumo imediato, a insuflação de vitelos, ovinos e caprinos, desde que empregado ar convenientemente purificado.

Art. 146. Antes de atingir a sala de matança os animais devem passar por um pedilúvio e por um tanque de lavagem, provido de chuveiros superiores e laterais.

CAPÍTULO III

INSPEÇÃO "POST-MORTEM"

SEÇÃO I

Generalidades-Bovideos

Art. 147. A inspeção *post-mortem* consiste no exame de todos os órgãos e tecidos, abrangendo a observação e apreciação de seus caracteres externos, sua palpação e abertura dos ganglios linfáticos correspondentes, além de cortes sobre o parênquima dos órgãos, quando necessário.

Art. 148. A inspeção *post-mortem* de rotina deve obedecer à seguinte seção:

1 — observação dos caracteres organolepticos e físicos do sangue por ocasião da sangria e durante o exame de todos os órgãos;

2 — exame da cabeça, músculos mastigadores, linguas, glândulas salivares e ganglios linfáticos correspondentes;

3 — exame da cavidade abdominal, órgãos e ganglios linfáticos correspondentes;

4 — exame da cavidade torácica, órgãos e ganglios linfáticos correspondentes;

5 — exame geral da carcaça, serosas e ganglios linfáticos cavitários, intra-musculares, superficiais e profundos acessíveis, além da avaliação das condições de nutrição e engorda do animal.

Art. 149. Sempre que a Inspeção Federal julgar conveniente as carcaças de suínos serão reexaminadas por outro funcionário, antes de darem entrada nas câmaras frigoríficas ou serem destinadas ao tendal.

Art. 150. Devem ser sempre examinados, após incisão, os ganglios li-

guinais ou retro-mamários, os ilíacos, os pré-cruais, os pré-escapulares e os pré-peitorais.

§ 1.º Nas espécies ovina e caprina, a simples palpação dos pré-escapulares e pré-cruais constitui a norma geral, praticando incisões sempre que necessário, para esclarecimento da anormalidade percebida na palpação.

§ 2.º Nas aves, cujo sistema linfático apresenta formações ganglionares (palmípedes em geral) estas, devem ser examinadas.

Art. 151. Todos os órgãos, inclusive os rins, serão examinados na sala de matança, imediatamente depois de removidos das carcaças, assegurada sempre a identificação entre órgãos e carcaças.

Parágrafo único — Os rins só podem permanecer aderentes à carcaça por exigência de país importador. Nesses casos sua inspeção será realizada após incisão da gordura que os envolve, expondo-os de modo a tornar possível sua apreciação, sem desligá-los completamente da posição natural. Após o exame serão recolocados em sua posição normal.

Art. 152. Toda carcaça, partes de carcaça e respectivos órgãos com lesões ou anormalidades que possam torná-los impróprios para o consumo, devem ser convenientemente assinalados pela Inspeção Federal e diretamente conduzidos ao "Departamento de Inspeção Final", onde serão julgados após exame completo.

§ 1.º Tais carcaças ou partes de carcaça não podem ser subdivididas ou removidas para outro local, sem autorização expressa da Inspeção Federal.

§ 2.º As carcaças, partes e órgãos condenados, ficam sob custódia da Inspeção Federal e serão conduzidos à graxaria, em carros especiais, acompanhados por um de seus funcionários.

§ 3.º Todo material condenado fica também sob custódia da Inspeção Federal no "Departamento de Sequestro" quando não possa ser inutilizado no próprio dia da matança.

Art. 153. As carcaças julgadas em condições de consumo são assinaladas com os carimbos previstos neste Regulamento, por funcionário da Inspeção Federal.

Art. 154. Em hipótese alguma é permitida a remoção, raspagem ou qualquer prática que possa mascarar

lesões, antes do exame da Inspeção Federal.

Art. 155. Depois de aberta a carcaça ao meio, serão examinados o externo, costelas, vértebras e medula espinhal.

Art. 156. O couro de animais condenados por qualquer doença contagiosa, bem como os couros que eventualmente tenham tido contato com eles, serão desinfetados por processos previamente aprovados pela D.I.P.O.A. e sob as vistas da Inspeção Federal.

Art. 157. *Abcessos e lesões supuradas* — Carcaças, partes de carcaça ou órgãos atingidos de abcesso ou de lesões supuradas, devem ser julgados pelo seguinte critério:

1 — quando a lesão é extensa, múltipla ou disseminada, de modo a atingir grande parte da carcaça, esta deve ser condenada;

2 — carcaças ou partes de carcaça que se contaminarem acidentalmente com pús serão também condenadas;

3 — abcessos ou lesões separadas localizadas podem ser removidos, condenados apenas os órgãos e partes atingidos;

4 — serão ainda condenadas as carcaças com alterações gerais (emagrecimento, anemia, icterícia) decorrentes de processo purulento.

Art. 158. *Actinomicose e actinobacilose* — Devem ser condenadas as carcaças que apresentem lesões generalizadas de actinomicose ou actinobacilose.

Parágrafo único — Faz-se rejeição parcial nos seguintes casos:

1 — quando as lesões são localizadas, sem complicações secundárias e o animal se encontra em boas condições de nutrição. Neste caso a carcaça deve ser aproveitada, depois de removidas e condenadas as partes atingidas;

2 — são condenadas as cabeças com lesões de actinomicose, exceto quando a lesão maxilar é discreta, estritamente localizada, sem supuração ou trajetos fistulosos;

3 — quando a actinobacilose é discreta e limitada à língua, interessando ou não os gânglios linfáticos correspondentes, a cabeça pode ser aproveitada, depois da remoção e condenação da língua e seus gânglios.

Art. 159. *Adenite* — As adenites localizadas implicam em rejeição da re-

gião que drena a linfa para o gânglio ou gânglios atingidos.

Art. 160. *Anasarca* — Devem ser condenadas as carcaças que no exame "post-mortem" demonstrem edema generalizado.

Parágrafo único — Nos casos discretos e localizados, basta que se removam e se condenem as partes atingidas.

Art. 161. *Animais novos* — Serão condenados animais novos nos seguintes casos:

1 — quando a carne tem aparência aquosa, flácida, dilacerando-se facilmente, podendo ser perfurada sem dificuldade;

2 — quando a carne se apresenta vermelho-acinzentada;

3 — quando o desenvolvimento muscular, considerado em conjunto, é incompleto e as massas musculares apresentam ligeira infiltração serosa ou pequenas áreas edematosas;

4 — quando a gordura peri-renal é edematosa, de cor amarelo-sujo ou de um vermelho-acinzentado, mostrando apenas algumas ilhotas de gordura.

Art. 162. *Bronco pneumonia verminótica, enfisema pulmonar e outras afecções ou alterações* — Devem ser condenados os pulmões que apresentam localizações parasitárias (bronco-pneumonia verminótica), bem como os que apresentem enfisema, aspirações de sangue ou alimentos, alterações pré-agônicas ou outras lesões localizadas, sem reflexo sobre a musculatura.

Art. 163. *Brucelose* — Devem ser condenadas as carcaças com lesões extensas de brucelose.

Parágrafo único — Nos casos de lesões localizadas, encaminham-se as carcaças à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.

Art. 164. *Carbúnculo sitomático, anaplasmoses, hemoglobinúria bacilar dos bovinos, septicemia hemorrágica, catarro maligno epizootico, piroplasmoses, piôemia, septicemia e vacina* — São condenadas as carcaças e órgãos de animais atacados dessas doenças.

Art. 165. *Carcaças contaminadas* — As carcaças ou partes de carcaça que se contaminarem por fezes durante a evisceração ou em qualquer outra

fase dos trabalhos devem ser condenadas.

§ 1.º Serão também condenadas as carcaças, partes de carcaça, órgãos ou qualquer outro produto comestível que se contamine por contato com os pisos ou de qualquer outra forma, desde que não seja possível uma limpeza completa.

§ 2.º Nos casos do parágrafo anterior, o material contaminado pode ser destinado à esterilização pelo calor, a juízo da Inspeção Federal, tendo-se em vista a limpeza praticada.

Art. 166. *Carbúnculo hemático* — Devem ser condenadas as carcaças portadoras de carbúnculo hemático, inclusive couro, chifres, cascos, pêlos, vísceras, conteúdo intestinal, sangue e gordura, impondo-se a imediata execução das seguintes medidas:

1 — não podem ser evisceradas as carcaças reconhecidas portadoras de carbúnculo hemático;

2 — quando o reconhecimento ocorrer depois da evisceração, impõe-se imediatamente limpeza e desinfecção de todos os locais que possam ter tido contato com resíduos do animal, tais como: área de sangria, pisos, paredes, plataformas, facas, machados, serras, ganchos, equipamento em geral, bem como a indumentária dos operários e qualquer outro material que possa ter sido contaminado;

3 — uma vez constatada a presença de carbúnculo, a matança é automaticamente interrompida e imediatamente se inicia a desinfecção;

4 — recomenda-se para a desinfecção o emprego de uma solução a 5% (cinco por cento) de hidróxido de sódio (contendo no mínimo, noventa e quatro por cento deste sal). A solução deverá ser recente e empregada imediatamente, tão quente quanto possível, tomadas medidas de precaução, tendo em vista sua natureza extremamente cáustica; deve-se ainda fazer proteger os olhos e as mãos dos que se encarregarem dos trabalhos de desinfecção, sendo prudente ter pronta uma solução ácida fraca de ácido acético, por exemplo, para ser utilizada em caso de queimaduras pela solução desinfetante;

5 — pode-se empregar também uma solução recente de hipoclorito de sódio, em diluição a 1% (um por cento);

6 — a aplicação de qualquer desinfetante exige a seguir abundante lavagem com água corrente e largo emprego de vapor;

7 — o pessoal que manipulou material carbunculozo, depois de acurada lavagem das mãos e braços, usará como desinfetante uma solução de bicloreto de mercúrio a 1:1.000 (um por mil), por contato no mínimo durante um minuto;

8 — a Inspeção Federal terá sempre sob sua guarda quantidade suficiente de hidróxido de sódio e de bicloreto de mercúrio;

9 — como medida final de precaução, todas as pessoas que tiveram contato com material infeccioso, serão mandadas ao serviço médico do estabelecimento ou ao serviço de Saúde Pública mais próximo;

10 — todas as carcaças ou partes de carcaça, inclusive couros, cascos, chifres, vísceras e seu conteúdo, que entraram em contato com animais ou material infecciosos, devem ser condenados;

11 — a água do tanque de escaldagem de suínos, por onde tenha passado animal carbunculozo, também receberá o desinfetante e será imediatamente removida para o esgoto; o tanque será por fim convenientemente lavado e desinfetado.

Art. 167. *Carnes cansadas* — (febre de fadiga) — Em todos os casos em que se comprovem alterações por febre de fadiga, faz-se a rejeição total.

Parágrafo único — No caso de alterações localizadas e bem circunscritas a um só grupo muscular e depois de negativo o exame microscópico direto, a carcaça será destinada à esterilização pelo calor após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 168. *Carnes caquéticas* — São condenadas as carcaças em estado de caquexia.

Art. 169. *Carnes magras* — Animais magros, livres de qualquer processo patológico, podem ser destinados a aproveitamento condicional (conserva ou salsicharia).

Art. 170. *Carnes hidroêmicas* — São condenadas as carcaças de animais que apresentem infiltração edematosa dos parênquimas ou do tecido conjuntivo.

Art. 171. *Carnes fermentadas* — (carnes febris) — Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem alterações musculares acentuadas e difusas, bem como quando exista degenerescência do miocárdio, figado, rins ou reação do siste-

ma linfático, acompanhada de alterações musculares.

§ 1.º Também são condenadas as carcaças em início de processo putrefativo, ainda que em áreas muito limitadas.

§ 2.º A rejeição será também total, quando o processo coexista com lesões inflamatórias de origem gástrica ou intestinal e, principalmente, quando se tratar de vitelos, suínos e equídeos.

§ 3.º Faz-se rejeição parcial quando a alteração é limitada a um grupo muscular e as modificações musculares são pouco acentuadas, com negatividade do exame microscópico direto, destinando-se a carcaça à esterilização pelo calor, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 172. *Carnes repugnantes* — São assim consideradas e condenadas as carcaças que apresentem mau aspeto, coloração anormal ou que exalem odores medicamentosos, excrementiciais, sexuais e outros considerados anormais.

Art. 173. *Carnes sanguinolentas* — Serão condenadas as carcaças, desde que a alteração seja consequência de doenças do aparelho digestivo.

Parágrafo único — Quando as lesões hemorrágicas ou congestivas decorrem de contusões, traumatismo ou fratura, a rejeição deve ser limitada às regiões atingidas.

Art. 174. *Carnes responsáveis por toxi-infeções* — Todas as carcaças de animais doentes, cujo consumo possa ser causa de toxi-infeção alimentar, devem ser condenadas. Consideram-se como tais as que procederem de animais que apresentem:

1 — inflamação aguda dos pulmões, pleura, peritônio, pericárdio e meninges;

2 — gangrena, gastrite e enterite hemorrágica ou crônica;

3 — septicemia ou pioemia de origem puerperal, traumática ou sem causa evidenciada;

4 — metrite ou mastite aguda difusa;

5 — poliartrite;

6 — flebite umbelical;

7 — pericardite traumática ou purulenta;

8 — qualquer inflamação aguda, abscesso ou lesão supurada associada a nefrite aguda, degenerescência gordurosa do fígado, hipertrofia do baço, hiperemia pulmonar, hipertrofia ge-

neraliada dos gânglios linfáticos e rubefação difusa do couro.

Art. 175. *Cirrose hepática* — Os fígados com cirrose atrofica ou hipertrofica devem ser condenados, exigindo-se neste caso rigoroso exame do animal, no intuito de se eliminar a hipótese de doenças infecto-contagiosas.

Parágrafo único — São também condenados os fígados com cirrose decorrente de localização parasitária.

Art. 176. *Cisticercose* — (*Cysticercus bovis*) — Serão condenadas as carcaças com infestação intensa pelo "*Cysticercus bovis*" ou quando a carne é aguosa ou descorada.

§ 1.º Entende-se por infestação intensa a comprovação de um ou mais cistos em incisões praticadas em várias partes da musculatura e numa área correspondente, aproximadamente, à palma da mão.

§ 2.º Faz-se rejeição parcial nos seguintes casos:

1 — quando se verifique infestação discreta ou moderada, após cuidadoso exame sobre o coração, músculos seus pilares, bem como sobre músculos damatigação, língua, diafragma e facilmente acessíveis. Nestes casos devem ser removidas e condenadas todas as partes com cistos, inclusive os tecidos circunvizinhos, as carcaças são recolhidas às câmaras frigoríficas ou desossadas e a carne tratada por salmoura, pelo prazo mínimo de 21 (vinte e um) dias, em condições que permitam, a qualquer momento, sua identificação e reconhecimento. Esse período, pode ser reduzido para 10 (dez) dias, desde que a temperatura nas câmaras frigoríficas seja mantida sem oscilação e no máximo a 1.ºC (um grau centígrado);

2 — quando o número de cistos for maior do que o mencionado no item anterior, mas a infestação não alcance a generalização, a carcaça será destinada à esterilização pelo calor;

3 — podem ser aproveitadas para consumo as carcaças que apresentem um único cisto já calcificado, após remoção e condenação dessa parte.

§ 3.º As vísceras, com exceção dos pulmões, coração e porção carnosa do esôfago e a gordura das carcaças destinadas ao consumo ou à refrigeração, não sofrerão qualquer restrição, desde que consideradas isentas de infestação. Os intestinos podem ser aproveitados para envoltório, depois, de trabalhados como normalmente

§ 4.º Quando se tratar de bovinos com menos de 6 (seis) meses de idade, a pesquisa do "Cysticercus bovis" pôde ficar limitada a um cuidadoso exame da superfície do coração e de outras superfícies musculares normalmente visíveis.

§ 5.º Na rotina de inspecção obedecem-se as seguintes normas:

1 — *cabeça* — observam-se e incisam-se os masséteres e pterigoideos internos e externos;

2 — *língua* — o órgão deve ser observado externamente, palpado e praticados cortes quando surgir suspeita quanto à existência de cistos ou quando já foram encontrados cistos nos músculos da cabeça;

3 — *Coração* — examina-se a superfície externa do órgão e faz-se uma incisão longitudinal, da base à ponta, através da parede do ventrículo esquerdo e do septo inter-ventricular, examinando-se as superfícies de corte, bem como as superfícies mais internas dos ventrículos. A seguir praticam-se largas incisões em toda a musculatura do órgão, tão numerosas quanto possível, desde que a tenha sido verificada a presença do "Cysticercus ovis", na cabeça ou na língua;

4 — *Inspeção final* — na inspecção final identifica-se a lesão parasitária inicialmente observada e examinam-se sistematicamente os músculos mastigadores, coração, porção muscular do diafragma, inclusive seus pilares, bem como os músculos do pescoço, estendendo-se o exame aos intercostais e a outros músculos, sempre que necessário, devendo-se evitar tanto quanto possível cortes desnecessários que possam acarretar maior depreciação à carcaça.

Art. 177. *Contusão* — Os animais que apresentem contusão generalizada devem ser condenados.

Parágrafo único — Nos casos de contusão localizada, o aproveitamento deve ser condicional (salga, salsicharia ou conserva) a juízo da Inspeção Federal, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.

Art. 178. *Cisticercose (C. tenuicollis), estrongilose, teníase e ascariídeos* — Estas parasitoses, bem como outras não transmissíveis ao homem, permitem o aproveitamento do animal desde que não sejam secundadas por alterações da carne; apenas os órgãos e partes afetadas devem ser condenados.

Art. 179. *Distomatose* — As carcaças de animais portadores de distomatose hepática devem ser condenadas quando houver caquexia consecutiva.

Parágrafo único — Os fígados infestados com *dístoma* são sempre condenados.

Art. 180. *Equinococose* — Podem ser condenadas as carcaças de animais portadores de equinococose, desde que concomitantemente haja caquexia.

§ 1.º Os órgãos e as partes atingidas serão sempre condenados.

§ 2.º Fígados portadores de uma ou outra lesão de equinococose periférica, calcificada e bem circunscrita, podem ter aproveitamento condicional, a juízo da Inspeção Federal e após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 181. *Esofagostomose* — As carcaças de animais portadores de esofagostomose, sempre que haja caquexia consecutiva, devem ser condenadas.

Parágrafo único — Os intestinos ou partes de intestinos podem ser aproveitados, sempre que os nódulos sejam em pequeno número e possam ser extirpados.

Art. 182. *Gestação adiantada, parto recente e fêtos* — As carcaças de animais em gestação adiantada ou que apresentem sinais de parto recente devem ser destinadas à esterilização, desde que não haja evidência de infecção.

§ 1.º Os fêtos serão condenados.

§ 2.º A fim de atender hábitos regionais, a Inspeção Federal pode autorizar a venda de fêtos bovinos, desde que demonstrem desenvolvimento superior a sete (7) meses, procedam de vacas sãs e apresentem bom estado sanitário.

§ 3.º É proibida a estocagem de fêtos, bem como o emprego de sua carne na elaboração de embutidos e enlatados.

§ 4.º Quando houver aproveitamento de couros de fêtos, sua retirada deve ser feita na graxaria.

Art. 183. *Glândulas mamárias* — As glândulas mamárias devem ser removidas intactas.

§ 1.º A presença de pus nas mamas, entrando em contacto com a carcaça ou partes de carcaça, determina a remoção e condenação das partes contaminadas.

§ 2.º O aproveitamento da glândula mamária para fins alimentícios pode ser permitido depois de rigoroso exa-

me do órgão; sua retirada da carcaça deve ser feita com o cuidado de manter a identificação de sua procedência.

§ 3.º As glândulas mamárias portadoras de mastite, bem como as de animais reagentes à brucelose, são sempre condenadas.

Art. 184. *Glossites* — Condenam-se todas as línguas portadoras de glossites.

§ 1.º Nos casos de lesões já completamente cicatrizadas, as línguas podem ser destinadas à salsicharia, para aproveitamento após cozimento e retirada do epitélio.

§ 2.º É proibido o enlatamento dessas línguas, mesmo quando apresentem lesões cicatrizadas.

Art. 185. *Hepatitis nodular necrosante* — São condenados os fígados com necrose nodular.

Parágrafo único — Quando a lesão coexiste com outras alterações, a carcaça também deve ser condenada.

Art. 186. *Icterícia* — Devem ser condenadas as carcaças que apresentem coloração amarela intensa ou amarelo-esverdeada, não só na gordura, mas também no tecido conjuntivo, aponevroses, ossos, túnica interna dos vasos, ao lado de caracteres de afecção do fígado ou quando o animal não tenha sido sangrado bem e mostre numerosas manchas sanguíneas, musculatura avermelhada e gelatinosa ou ainda quando revele sinais de caquexia ou anemia, decorrentes de intoxicação ou infecção.

§ 1.º Quando tais carcaças não revelarem caracteres de infecção ou intoxicação e venham a perder a cor anormal após a refrigeração, podem ser dadas ao consumo.

§ 2.º Quando, no caso do parágrafo anterior, as carcaças conservarem sua coloração depois resfriadas, podem ser destinadas ao aproveitamento condicional, a juízo da Inspeção Federal.

§ 3.º Nos casos de coloração amarela somente na gordura de cobertura, quando a musculatura e vísceras são normais e o animal se encontra em bom estado de engorda, com gordura muscular brilhante, firme e de odor agradável, a carcaça pode ser dada ao consumo.

§ 4.º O julgamento de carcaças com tonalidade amarela ou amarelo-esverdeada será sempre realizado com luz natural.

§ 5.º Sempre que houver necessidade, a Inspeção Federal lançará mão

de provas de laboratório, tais como a reação de Diazo para a gordura e sangue e a reação de Grimbirt para a urina.

Art. 187. *Ingestão de produtos tóxicos* — As carcaças provenientes de animais sacrificados, após a ingestão de produtos tóxicos, acidentalmente ou em virtude de tratamento terapêutico, incidem em rejeição total.

Art. 188. *Lesões do coração* — (miocardite, endocardite, linfangiectasia). — Devem ser condenados os corações com lesões de miocardite e endocardite.

Parágrafo único. Os corações com linfangiectasia podem ter aproveitamento condicional, na salsicharia.

Art. 189. *Lesões renais* — (nefrites, nefroses, pielo-nefrites ou outras). — A presença de lesões renais implica em estabelecer se estão ou não ligadas a doenças infecto-contagiosas.

Parágrafo único — Em todos os casos os rins lesados devem ser condenados.

Art. 190. *Miases* — São condenadas as regiões ou órgãos invadidos por larvas.

Parágrafo único — Quando a infestação já determinou alterações musculares, com mau cheiro nas regiões atingidas, a carcaça deve ser julgada de acordo com a extensão da alteração, removendo-se e condenando-se em todos os casos as partes atingidas.

Art. 191. *Órgãos de coloração anormal ou outras afecções* — Devem ser condenados os órgãos com coloração anormal, os que apresentem aderências, congestão, bem como os hemorrágicos.

Art. 192. *Pâncreas com Enritrema celomaticum* — São condenados os pâncreas infestados pelo Enritrema celomaticum.

Art. 193. *Rins císticos* — Devem ser condenados os rins císticos.

Art. 194. *Sarnas* — As carcaças de animais portadores de sarnas em estado avançado, acompanhadas de caquexia ou de reflexo sobre a musculatura, devem ser condenadas.

Parágrafo único — Quando a sarna é discreta e ainda limitada, a carcaça pode ser dada ao consumo, depois de remoção e condenação das partes afetadas.

Art. 195. *Teleangiectasia maculosa do fígado* (angiomatose) — Nos casos desta afecção obedecem-se às seguintes normas:

- 1 — condenação total, quando a lesão atingir metade ou mais do órgão;
- 2 — aproveitamento condicional no caso de lesões discretas, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 196. *Tuberculose* — A condenação total deve ser feita nos seguintes casos:

- 1 — quando no exame "ante-mortem" o animal estava febril;
- 2 — quando a tuberculose é acompanhada de anemia ou caquexia;
- 3 — quando pelo staturaem alterações tuberculosas nos músculos, nos tecidos intra-musculares, nos ossos (vértebras) ou nas articulações ou, ainda, nos gânglios linfáticos que drenam a linfa dessas partes;
- 4 — quando ocorrerem lesões caseosas concomitantemente em órgãos torácicos e abdominais, com alteração de suas serosas;
- 5 — quando houver lesões miliares de parênquimas ou serosas;
- 6 — quando as lesões forem múltiplas, agudas e ativamente progressivas, considerando-se o processo nestas condições quando há inflamação aguda nas proximidades das lesões, necrose de liquefação ou presença de tubérculos jovens;
- 7 — quando existir tuberculose generalizada.

§ 1.º A tuberculose é considerada generalizada quando além das lesões dos aparelhos respiratórios, digestivo e seus gânglios linfáticos, são encontradas lesões em um dos seguintes órgãos: baco, rins, útero, ovários, testículos, cápsulas supra-renais, cérebro e medula espinhal ou suas membranas. Tubérculos numerosos uniformemente distribuídos em ambos os pulmões, também evidenciam generalização.

§ 2.º A rejeição parcial é feita nos seguintes casos:

- 1 — quando partes de carcaça ou órgãos apresentam lesões de tuberculose;
- 2 — quando se trate de tuberculose localizada em tecidos imediatamente sob a musculatura, como a tuberculose da pleura e peritônio parietais, neste caso a condenação incidirá não apenas sobre a membrana ou parte atingida, mas também sobre a parede torácica ou abdominal correspondente;
- 3 — quando partes de carcaça ou órgãos se contaminaram com material

tuberculoso, por contato accidental de qualquer natureza;

4 — as cabeças com lesões tuberculosas devem ser condenadas, exceto quando correspondam a carcaças julgadas em condições de consumo e desde que na cabeça as lesões sejam discretas, calcificadas ou encapsuladas, limitadas no máximo a dois gânglios, caso em que serão consideradas em condições de esterilização pelo calor, após remoção e condenação dos tecidos lesados;

5 — devem ser condenados os órgãos cujos gânglios linfáticos correspondentes apresentem lesões tuberculosas;

6 — intestino e mesentério com lesões de tuberculose são também condenados, a menos que as lesões sejam discretas, confinadas a gânglios linfáticos e a respectiva carcaça não tenha sofrido qualquer restrição; neste caso os intestinos podem — ser aproveitados como envoltório e a gordura para fusão, depois de remoção e condenação dos gânglios atingidos.

§ 3.º Após esterilização pelo calor podem ser aproveitadas as carcaças com alterações de origem tuberculosa, desde que as lesões sejam discretas, localizadas, calcificadas ou encapsuladas e estejam limitadas a gânglios ou gânglios e órgãos, não havendo evidência de uma invasão recente do bacilo tuberculoso, através do sistema circulatório e feita sempre remoção e condenação das partes atingidas. Enquadram-se neste parágrafo os seguintes casos:

1 — quando houver lesão de um gânglio linfático cervical e de dois grupos ganglionares viscerais de uma só cavidade orgânica, tais como: gânglios cervicais, brônquicos e mediastinais ou então gânglios cervicais e hepáticos e mesentéricos;

2 — nos gânglios cervicais, um único grupo de gânglios viscerais e num órgão de uma só cavidade orgânica, tais como: gânglios cervicais e brônquicos e no pulmão ou então nos gânglios cervicais e hepáticos e no fígado;

3 — em dois grupos de gânglios viscerais e num órgão de uma única cavidade orgânica, tais como: nos gânglios brônquicos e mediastinais e nos pulmões ou nos gânglios hepáticos e mesentéricos e no fígado;

4 — em dois grupos de gânglios viscerais da cavidade torácica e num único grupo da cavidade abdominal

ou então num só grupo de gânglios linfáticos viscerais da cavidade torácica e em dois grupos de cavidade abdominal, tais como: gânglios brônquicos, mediastinais e hepáticos ou então nos brônquicos, hepáticos e mesentéricos;

5 — nos gânglios linfáticos cervicais, num grupo de gânglios viscerais em cada cavidade orgânica, tais como: cervicais, brônquicos e hepáticos;

6 — nos gânglios servicais e num só grupo de gânglios viscerais em cada cavidade orgânica, com focos discretos e perfeitamente limitados no fígado, especialmente quando se trata de suínos, pois as lesões tuberculosas do fígado são nesta espécie consideradas primárias e de origem alimentar.

§ 4.º Carcaças que apresentem lesões de caráter mais grave e em maior número do que as assinaladas no parágrafo anterior, não se enquadrando, porém, nos casos enumerados para condenação total, a juízo da Inspeção Federal poderão ser utilizadas para preparo de gorduras comestíveis, desde que seja possível remover as partes lesadas.

§ 5.º O aproveitamento condicional, por esterilização pelo calor, pode ser permitido, depois de removidas e condenadas as partes ou órgãos alterados, em todos os demais casos. Quando não houver no estabelecimento industrial instalações apropriadas para a esterilização pelo calor, tais casos são considerados de rejeição total.

§ 6.º Em nenhuma hipótese e seja qual for a natureza da lesão tuberculosa, as carcaças correspondentes poderão servir para comércio internacional.

Art. 197. *Tumores malignos* — São condenadas as carcaças, partes de carcaça ou órgão que apresentem tumores malignos, com ou sem metástase.

Parágrafo único. Quando o tumor maligno de um órgão interno tenha repercussão, por qualquer modo, sobre o estado geral do animal, a carcaça deve ser condenada, mesmo que não se tenha verificado metástase.

Art. 198. *Uronefrose* — Condenam-se os rins com uronefrose.

SEÇÃO II

Equídeos

Art. 199. O comércio internacional ou interestadual de carnes e produtos derivados de equídeos depende de prévio consentimento das autoridades sanitárias dos Países ou Estados para os quais forem eles destinados.

Art. 200. O sacrifício de equídeos só pode ser realizados em matadouros especiais, com as mesmas condições exigidas para os de outras espécies.

Art. 201. Além das enfermidades já mencionadas no Capítulo-Generalidades-Bovídeos — comuns ou específicas aos equídeos e que determinam condenação total das carcaças e vísceras, são consideradas também doenças que acarretam rejeição total: meningite cérebro-espinal, encefalo-mielite infecciosa, febre tifoide, durina, mal de cadeiras, azotúria, hemoglobinúria paroxística, anemia infecciosa, gargotilha e quaisquer outras doenças e alterações com lesões inflamatórias ou tumores malignos.

Art. 202. A carne de equídeo e produtos com ela elaborados, parcial ou totalmente, exigem declaração nos rótulos: "*Carne de Equídeo*, ou preparado com carne de Equídeo ou *Contem carne de equídeos*".

Art. 203. Os estabelecimentos destinados à matança e manipulação de carnes de equídeos exhibirão letreiros visíveis, cujas dimensões jamais poderão ser menores que qualquer outro existente, esclarecendo: "*Aqui se abatem equídeos*" ou "*Aqui se prepara produto com carne de equídeo*".

SEÇÃO III

Suínos

Art. 204. Na inspeção de suínos aplicam-se os dispositivos cabíveis, estabelecidos na Seção I — Generalidades-Bovídeos, além dos que se consignam nesta seção.

Art. 205. *Afecções da pele* — Os suínos atingidos de urticária, "*Dermatex folliculorum*" ou eritema podem ser aproveitados para consumo, depois de removidas e condenadas as partes afetadas e desde que a musculatura se apresente normal.

Art. 206. *Cysticercose* — É permitido o aproveitamento de carcaças

com infestação intensa por "*Cysticercus cellulosae*" para o fabrico de banha.

Art. 207. *Enfisema cutâneo* — Deve ser condenada a carcaça sempre que o enfisema cutâneo resulte de doenças orgânicas ou infecciosas.

Parágrafo único. Nos casos limitados, basta condenar as regiões atingidas, inclusive a musculatura adjacente.

Art. 208. *Estefanurose* — As lesões de gordura peri-renal, provocadas pelo "*Stephanurus dentatus*", implicam na eliminação das partes atingidas, devendo-se, entretanto, todas as vezes que é possível, conservar os rins aderentes à carcaça.

Art. 209. *Hipotricose cística* — A verificação de numerosas vesículas na pele, implica na remoção e condenação da mesma.

Art. 210. *Icterícia* — Devem ser condenadas todas as carcaças que apresentem coloração amarelo-intensa ou amarelo-esverdeada.

Art. 211. *Peste suína* — São condenadas as carcaças de suínos atingidos de peste suína.

§ 1.º Quando rins e gânglios linfáticos revelem lesões duvidosas, mas se comprove lesão característica de peste em qualquer outro órgão ou tecido, a condenação também é total.

§ 2.º Lesões discretas, mas acompanhadas de caquexia ou de qualquer foco de supuração, implicarão igualmente em condenação total.

§ 3.º Quando as lesões são de modo geral discretas e circunscritas, a um órgão ou tecido, inclusive nos rins e gânglios linfáticos, a carcaça será destinada à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes atingidas. No estabelecimento onde não for possível esta providência, as carcaças devem ser condenadas.

Art. 212. *Porcos asfixiados ou escaudados vivos* — Todos os porcos que morrerem asfixiados, seja qual for a causa, bem como os que caírem vivos no tanque de escaldagem são condenados.

Art. 213. *Sarcosporidiose* — É condenada toda a carcaça com infestação intensa, quando existem alterações aparentes da carne, em virtude de degenerescência caseosa ou calcária.

Art. 214. *Triquinose* — A inspeção fará retirar fragmentos dos seguintes músculos: pilar do diafragma, base da língua e laríngeos, para pesquisa microscópica da "*Trichinella spiralis*".

§ 1.º A Inspeção Federal pode também lançar mão do processo biológico para essa verificação.

§ 2.º Será condenada a carcaça que acuse presença de triquina, cabendo à Inspeção Federal tomar as medidas previstas no art. 116.

Art. 215. Quando a infestação por parasitas não transmissíveis ao homem é discreta e possível a retirada das partes atingidas, os órgãos ou carcaças poderão ser aproveitados para consumo.

216. Lesões tais como: congestão, infartos, degenerescência gordurosa, angiectasia e outras, quando não ligadas a processo patológico geral, só determinam rejeição do órgão, quando não possam ser retiradas as partes lesadas.

Art. 217. Em caso algum podem servir para comércio internacional órgãos defeituosos ou que sofreram retirada de partes lesadas.

Art. 218. É permitido o aproveitamento para fabrico de banha, a juízo da Inspeção Federal, além das carcaças infestadas por "*Cysticercus cellulosae*" também das que apresentem tuberculose localizada, abscessos e lesões interessando porções musculares que possam ser isoladas, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.

Art. 219. A Inspeção Federal deve examinar cuidadosamente as válvulas cardíacas e intestinais (delgado e grosso) com o objetivo de pesquisar lesões imputáveis à ruína.

SEÇÃO IV

Ovinos e Caprinos

Art. 220. Na inspeção de ovinos e caprinos aplicam-se também os dispositivos cabíveis estabelecidos nas seções anteriores.

Art. 221. *Brucelose* — Não tendo sido constatada no país a brucelose em caprinos, a Inspeção Federal procederá como se segue:

1 — condenação das carcaças que mostrem lesões imputáveis à brucelose;

2 — coleta de material para diagnóstico e sua remessa à Seção de Tecnologia;

3 — coleta, na medida do possível, de sangue nos vasos internos, para imediata prova de aglutinação (aglutinação rápida) no laboratório mais próximo;

4 — imediata interdição do lote outras verificações;

5 — aplicação de medidas de polícia sanitária animal cabíveis.

Art. 222. *Cenurose* — São condenados unicamente os órgãos atingidos (cérebro ou medula espinhal).

Art. 223. *Cysticercos* — Dever ser condenadas as carcaças com infestação intensa pelo "*Cysticercus ovis*".

§ 1.º Entende-se por infestação intensa a presença de cinco ou mais cistos na superfície muscular de cortes ou nos tecidos circunvizinhas, inclusive o coração;

§ 2.º Quando o número de cistos for menor, após inspeção final, a carcaça será destinada à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes infestadas.

Art. 224. *Icterícia* — Devem ser condenadas as carcaças que apresentem coloração amarelo-intensa ou amarelo-esverdeada.

Art. 225. *Linfadenite caseosa* — Nos casos de linfadenite caseosa obedece-se ao seguinte critério:

1 — condenam-se as carcaças de animais magros, mostrando lesões extensas de qualquer região;

2 — são condenadas também carcaças de animais gordos, quando as lesões são numerosas e extensas;

3 — podem ser aproveitadas, para consumo, mesmo as carcaças de animais magros com lesões discretas dos gânglios e das vísceras, após remoção e condenação das partes atingidas;

4 — podem igualmente ser aproveitadas para consumo carcaças de animais gordos, revelando lesões pronunciadas das vísceras, desde que só existem lesões discretas noutras partes, como também aquelas com lesões pronunciadas, confinadas aos gânglios, associadas a lesões discretas de outra localização;

5 — carcaças de animais magros, mostrando lesões bem pronunciadas das vísceras, acompanhadas de lesões discretas de outras partes, como

também as que mostram lesões pronunciadas dos gânglios, ao lado de outras lesões discretas, podem ser esterilizadas pelo calor, após remoção e condenação das partes atingidas;

6 — carcaças de animais gordos, com lesões pronunciadas das vísceras e dos gânglios, são também esterilizadas pelo calor, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 226. *Sarcosporidiose* — Observa-se o mesmo critério adotado para os suínos.

SEÇÃO V

Aves e pequenos animais

Art. 227. É permitido o preparo de aves com as respectivas vísceras, desde que o estabelecimento esteja convenientemente aparelhado para tanto, a juízo da Inspeção Federal.

Parágrafo único. Neste caso, as aves devem ser purgadas na véspera do abate.

Art. 228. Quando os países importadores exigirem a presença de vísceras torácicas aderentes à carcaça, a inspeção "ante-mortem" deverá ser executada individualmente e a "post-mortem" limitada aos caracteres externos da carcaça e exame das vísceras abdominais.

Art. 229. Todas as aves que no exame "ante ou post-mortem" apresentem sintomas ou forem suspeitas de tuberculose, pseudo-tuberculose, difteria, cólera, varíola, tífóse aviária, diarreia branca, paratifóse, leucoses, peste, septicemia em geral, psitacose e infecções estafilocócicas em geral, devem ser condenadas.

Art. 230. As enfermidades tais como coccidiose, entero-hepatite, espiroquetose, corisa infectuosa, epitélioma contagioso, neuro-linfomatose, laringo-traqueíte, aspergilose, determinam rejeição total quando em período agudo ou quando os animais estejam em estado de magreza pronunciada.

Art. 231. As endo e ecto parasitoses, quando não acompanhadas de magreza, determinar a condenação das vísceras ou das partes alteradas.

Art. 232. Os animais caquéticos devem ser rejeitados, sejam quais forem as causas a que esteja ligado o processo de desnutrição.

Art. 233. Os abcessos e lesões supuradas, quando não influírem sobre o estado geral, occasionam rejeição da parte alterada.

Art. 234. A presença de neoplasias acarretará rejeição total, exceto no caso de angioma cutâneo circumscrito, que determina a retirada da parte lesada.

Art. 235. As lesões traumáticas quando limitadas, implicam apenas na rejeição da parte atingida.

Art. 236. Devem ser condenadas as aves, inclusive de caça, que apresentem alterações putrefativas, exalando odor sulfídrico-amoniaco, revelando crepitação gasosa à palpação ou modificações de coloração da musculatura.

Art. 237. Quando as aves forem submetidas à ação do frio industrial, a Inspeção Federal controlará cuidadosamente o estado, tempo de permanência e funcionamento das câmaras, a fim de prevenir dessecação excessiva e desenvolvimento da rançificação.

Art. 238. Na inspeção de coelhos, o exame deve visar especialmente a septicemia hemorrágica, tuberculose, pseudo-tuberculose, picemia, piosepticemia e mixomatose, rejeitando-se só animais portadores dessas doenças.

Art. 239. Incidem em rejeição parcial os coelhos portadores de necrobacilose, aspergilose e herpes tonsurans, desde que apresentem bom estado de nutrição e tenham sido sacrificados no início da doença.

Art. 240. Nos casos de *tingha favosa*, os coelhos podem ser aproveitados, desde que apresentem bom estado de nutrição, removendo-se e condenando-se as partes lesadas.

Parágrafo único. Os operários encarregados da manipulação desses animais devem tomar a devida cautela, à vista da possibilidade de transmissão da doença ao homem.

Art. 241. Devem ser condenados os animais portadores de cisticercose (*Cysticercus pisiformis*), cenurose e de coccidioso, tendo-se em vista a profilaxia dessas parasitoses.

Art. 242. Fica a critério da Inspeção Federal resolver sobre os casos não previstos para a inspeção "post-mortem", levando-os sempre ao conhecimento da autoridade superior.

SEÇÃO VI

Disposições diversas

Art. 243. Nos casos de aproveitamento condicional, a que se refere este Regulamento, os produtos deverão ser submetidos, a critério da Inspeção Federal, a uma das seguintes operações de beneficiamento:

- 1 — esterilização ou fusão pelo calor;
- 2 — tratamento pelo frio;
- 3 — salgamento;
- 4 — rebeneficiamento.

Art. 244. Todas as carnes, inclusive as de ave, bem como órgãos e vísceras, antes de serem recolhidos às câmaras frias onde já se encontrem outras matérias primas armazenadas, devem permanecer por espaço de tempo suficiente na ante-câmara.

Art. 245. A Inspeção Federal exigirá que as carcaças ou partes de carcaças sejam penduradas nas câmaras com espaço suficiente entre cada peça e entre elas e as paredes.

Parágrafo único. — A carne estivada deve ser depositada sobre estrados gradeados, proibindo-se depositá-la diretamente sobre o piso.

Art. 246. É proibido recolher novamente as câmaras produtos de origem animal que delas tenham sido retirados e que passaram algum tempo, em temperatura ambiente, a juízo da Inspeção Federal.

Art. 247. As dependência onde as matérias primas são manipuladas por qualquer forma devem estar providas de recipientes para recolhimento de restos ou recortes que venham a ter contato com o piso, material esse que será condenado e destinado ao preparo de sub-produtos não comestíveis.

Art. 248. A Inspeção Federal deve providenciar, sempre que necessário, a desinfecção de salas e equipamentos bem como determinar os cuidados a serem dispensados aos operários que tenham manipulado animais atingidos de doenças infecciosas transmissíveis ao homem.

CAPÍTULO IV

TRIPARIA

Art. 249. A triparia é o departamento destinado à manipulação, limpeza e preparo para melhor apresen-

tação ou subsequente tratamento dos órgãos e vísceras retirados dos animais abatidos.

§ 1.º A Inspeção Federal providenciará para que a abertura dos órgãos abdominais se faça tão distante quanto possível do local das demais manipulações, preferentemente em compartimentos separados.

§ 2.º É proibida qualquer manipulação de couros e peles na triparia.

Art. 250. São considerados produtos de triparia as cabeças, miolos, linguas, mocotós, esôfagos e tôdas as vísceras e órgãos, torácicos e abdominais, não rejeitados pela Inspeção Federal.

Art. 251. Os intestinos, não podem ser empregados na composição de produtos alimentícios; os de bovinos, suínos, ovinos e caprinos podem ser utilizados como envoltório para embutidos.

§ 1.º Para seu aproveitamento, é necessário que sejam convenientemente lavados, e raspados, considerando-se como processos usuais de conservação a dessecação e o salgamento.

§ 2.º Permite-se o tratamento dos intestinos de suínos e ovinos com soluções de papaína ou por extrato pancreático, para que a ação enzimática desses produtos torne as tripas mais maleáveis. Depois do tratamento, as tripas, devem ser sempre lavadas com água para remoção total do produto empregado.

Art. 252. As manipulações realizadas sobre tripas, que exijam prévio preparo (fermentação, tratamento por soda ou bicarbonatos alcalinos), só podem ser realizadas em locais apropriados, completamente isolados, exclusivamente destinados a essa finalidade.

Art. 253. As tripas destinadas a embutidos serão cuidadosamente inspecionadas, principalmente quanto à sua integridade e limpeza.

§ 1.º Tripas, porções de tripas e esôfagos infestados por parasitas que produzem nódulos devem ser condenados, exceto nos casos de infestação discreta e quando os nódulos possam ser facilmente removidos.

§ 2.º Devem ser também condenados quando a limpeza deixe a desejar ou seu estado de conservação não seja perfeito.

Art. 254. Podem servir ainda como continentes para produtos cárneos as

bexigas, o epíplon, o estômago de porco desprovido de sua mucosa e a pele de porco devidamente depilada.

Art. 255. Os estômagos de bovinos, quando destinados ao preparo de produtos comestíveis, devem ser rigorosamente lavados, imediatamente depois de esvaziamento, permitindo-se o emprego de solução de soda a 2% (dois por cento) com o objetivo de branqueá-los.

Parágrafo único — Os estômagos assim tratados serão a seguir lavados com água quente, para retirada de todo o alcalino empregado.

Art. 256. As cabeças destinadas ao preparo de produtos para consumo devem ser previamente abertas, retirados os olhos, cartuchos, estímoides e as partes cartilaginosas internas do conduto auditivo externo.

§ 1.º Essas operações devem ser realizadas tão longe quanto possível do local onde são abertos e lavados os estômagos e intestinos.

§ 2.º A Inspeção Federal deve determinar medidas especiais quanto às condições de retirada e subseqüentes cuidados para aproveitamento dos miolos.

Art. 257. A medula espinhal pode ser destinada à fusão, dessecada ou congelada.

Art. 258. Os miúdos (coração, pulmão, fígado, rins, miólos, timos, mocotós, língua) são submetidos a manipulações e limpeza adequadas, antes de serem entregues ao consumo ou de entrarem para as câmaras frias.

§ 1.º Os rins destinados ao preparo de produtos cárneos devem ser previamente retalhados e a seguir abundantemente lavados.

§ 2.º No coração dos suínos deve-se verificar a existência de coágulos sanguíneos, os quais serão sempre retirados.

§ 3.º As linguas mutiladas, portadoras de cicatrizes ou lesões superficiais, podem ser destinadas à salsicharia, depois de removida e condenada a parte lesada.

Art. 259. É proibido o emprego de testículos no preparo de produtos comestíveis.

Parágrafo único — Quando destinados ao consumo em estado fresco ou após tratamento pelo frio, os testículos só podem sair do estabelecimen-

to em peças, inteiras devidamente embaladas.

Art. 260. As amígdalas, glândulas salivares, ovários, baço, outras glândulas, gânglios linfáticos e hemolinfáticos, não se prestam, sob qualquer forma, ao preparo de produtos alimentícios.

Art. 261 A Inspeção Federal indicará a melhor maneira de retirar e conservar glândulas de secreção interna ou órgãos destinados à elaboração de produtos opoterápicos.

CAPÍTULO V

GRAXARIA

SEÇÃO I

Generalidades

Art. 262. Graxaria é a seção destinada ao aproveitamento de matérias primas gordurosas e de sub-produtos não comestíveis;

Parágrafo único — A graxaria compreende:

1 — seção de produtos gordurosos comestíveis.

2 — seção de produtos gordurosos não comestíveis;

3 — seção de sub-produtos não comestíveis.

Art. 263. As dependências e equipamentos destinados a produtos gordurosos comestíveis são privativos para esses produtos, sendo proibida sua utilização para manipulação de produtos ou sub-produtos não comestíveis.

Art. 264. Ficam em poder da Inspeção Federal plantas e diagramas com a descrição e percurso dos condutos, torneiras, válvulas, uniões e outros detalhes referentes à instalação.

§ 1.º Todos os encanamentos torneiras, válvulas e recipientes que servem à condução e depósito de gorduras comestíveis, devem ser pintados, em branco; os reservados a gorduras não comestíveis, em azul.

§ 2.º Nenhuma modificação nessas instalações pode ser feita sem prévia autorização da Inspeção Federal.

Art. 265. Entende-se por produtos gordurosos os que resultam do aproveitamento de tecidos animais, por fusão ou por outros processos que venham a ser aprovados pela D. I. P. O. A.

§ 1.º Os produtos gordurosos, segundo a espécie animal de que procedam, se distinguem em produtos gordurosos de bovino, de ovino, de caprino, de suíno, de aves, de ovos e de pescado.

§ 2.º Os produtos gordurosos segundo o emprego a que se destinem e suas características, compreendem:

- 1 — comestíveis;
- 2 — não comestíveis.

SEÇÃO II

Produtos gordurosos comestíveis

Art. 266. Os produtos gordurosos comestíveis são genericamente denominados "gorduras", com exceção da "banha" e da "manteiga".

Art. 267. Quando os produtos gordurosos são apresentados em estado líquido serão denominados "óleos".

Art. 268. É proibido o emprego de corantes ou conservadores nas gorduras comestíveis.

Parágrafo único — A D. I. P. O. A. poderá tolerar o uso de corantes vegetais na gordura especial de bovinos.

Art. 269. É permitido o emprego de anti-oxidantes nos produtos gordurosos comestíveis, desde que aprovados pela D. I. P. O. A. e mediante declaração nos respectivos rótulos.

Art. 270. Os produtos gordurosos comestíveis obtidos de matéria prima de outras espécies animais não especificados neste Regulamento, serão regulamentados, quando houver sua industrialização no país.

A) — Gorduras de bovinos

Art. 271. Entende-se por "gordura especial de bovino", o produto obtido pela fusão de tecidos adiposos cavi-tários de bovino, previamente lavados e triturados.

§ 1.º A fusão deve ser realizada em tachos abertos, providos de serpentina interna ou de paredes duplas por onde circule vapor em temperatura não superior a 70° C (setenta graus centígrados) sob agitação mecânica lenta durante toda a operação, seguindo-se sua purificação, filtração e eliminação da umidade.

§ 2.º A "gordura especial de bovino" deve obedecer às seguintes especificações:

1 — ponto de fusão final não superior a 40°C (quarenta graus centígrados);

2 — acidez no estabelecimento: 2 (dois) mililitros de soluto alcalino normal em 100 g. (cem) grammas de gordura;

3 — ausência de ranço ao sair do estabelecimento produtor;

4 — umidade e resíduos: 1% (um por cento) no máximo;

5 — presença de revelador.

§ 3.º E' considerada fraude a adição de gorduras estranhas ou de óleos vegetais, salvo os previstos neste Regulamento como reveladores.

Art. 272. Entende-se por "gordura Caracú", o produto obtido pela fusão da medula dos ossos longos, serrados, de bovinos.

§ 1.º A "gordura Caracú" deve ter propriedades organolepticas agradáveis e ponto de fusão final no máximo de 42°C (quarenta e dois graus centígrados) não se apresentar rancificada ao sair do estabelecimento produtor, conter no máximo 1% (um por cento) de umidade e acidez máxima de 2ml (dois mililitros) em soluto alcalino normal em 100g (cem grammas).

§ 2.º E' considerada fraude a adição de gorduras estranhas à matéria prima própria ao produto e aos ossos.

Art. 273. Entende-se por "gordura bovina" o produto comestível obtido pela fusão de tecidos adiposos cavitários e outros de bovinos, em autoclave sob pressão e submetido a subsequente beneficiamento. Deve enquadrar-se nas seguintes especificações:

1 — ponto de fusão final não superior a 45°C (quarenta e cinco graus centígrados).

2 — acidez na fábrica até 2ml (dois mililitros) de soluto alcalino normal em 100g (cem grammas) de gordura;

3 — ausência de ranço ao sair do estabelecimento produtor;

4 — umidade e resíduos até 1% (um por cento) no máximo;

5 — presença de revelador.

Art. 274. O produto obtido por fusão de tecidos adiposos em geral, de ossos e de outras matérias primas, será designado "gordura comum de bovino" devendo apresentar as seguintes características:

-1 — ponto de fusão final não superior a 49°C (quarenta e nove graus centígrados);

2 — Acidez na fábrica até 2ml (dois mililitros) de soluto alcalino normal em 100g (cem grammas) de gordura;

3 — Ausência de ranço ao sair do estabelecimento produtor;

4 — Umidade e resíduos até 1% (um por cento) no máximo;

5 — Presença de revelador.

Art. 275. Entende-se por "oleína" o produto gorduroso comestível resultante da prensagem de gorduras em temperatura adequada, de modo a se extrair o máximo possível de estearina.

§ 1.º A "oleína" deve satisfazer às seguintes especificações:

1 — ponto de fusão final não superior a 35°C (trinta e cinco graus centígrados);

2 — acidez no estabelecimento 2ml (dois mililitros) de soluto alcalino normal em 100g (cem grammas) de produto;

3 — ausência de ranço ao sair do estabelecimento produtor;

4 — isenta de substancias estranhas;

5 — umidade: no máximo de 0,5% (meio por cento);

6 — odor e sabor agradáveis;

7 — presença de revelador.

§ 2.º Considera-se fraude a adição de óleos estranhos.

Art. 276. Entende-se por "estearina" e resíduo que resulta da extração da oleína por prensagem das gorduras, devendo satisfazer às seguintes especificações:

1 — ponto de fusão final: no máximo 54°C (cinquenta e quatro graus centígrados);

2 — acidez no estabelecimento produtor 2ml (dois mililitros) em soluto alcalino normal em 100g (cem grammas) de gordura;

3 — ausência de ranço ao sair do estabelecimento produtor.

Art. 277. São reveladores permitidos o óleo de caroço de algodão cru e o de gergelim, na proporção de 5% (cinco por cento) ou outros aprovados pela D. I. P. O. A.

B) Gordura de suínos

Art. 278. Entende-se genericamente por "banha" o produto obtido pela fusão das partes e tecidos adiposos dos suínos.

§ 1.º E' proibido no fabrico da banha o emprego de restos das diversas seções de sub-produtos não comesti-

veis de órgãos da cavidade torácica e abdominal, de couros e de outros tecidos que possam prejudicar a qualidade do produto final, a juízo da D. I. P. O. A..

§ 2.º Quando a Inspeção Federal destinar suínos ao aproveitamento condicional por fusão devem ser retiradas as orelhas, os rins, rabo e todos os tecidos que possam prejudicar a qualidade do produto final a juízo da D. I. P. O. A.

Art. 279. A banha se classifica em:

- a) banha;
- b) banha refinada.

Art. 280. Entende-se por "banha" o produto obtido pela fusão de tecidos adiposos dos suínos, em autoclaves, sob pressão ou em tachos abertos de dupla parede, sob temperatura moderada e sem qualquer beneficiamento posterior, a não ser a sedimentação, filtração e eliminação da umidade.

Parágrafo único — Tolerase para o produto desta qualidade a cristalização da gordura em batedores abertos de dupla parede, com circulação de água fria.

Art. 281. A "banha" deve satisfazer às seguintes especificações:

- 1 — cor branca ou branco creme;
- 2 — odor a torresmo;
- 3 — textura homogênea ou ligeiramente granulada;
- 4 — umidade e resíduos — 1% (um por cento) no máximo;
- 5 — acidez no estabelecimento produtor: 2ml (dois mililitros) em coluto alcalino normal por cento no máximo.
- 6 — ranço: (Kreis) ausência ao sair do estabelecimento produtor.

Art. 282. Entende-se por "banha refinada" o produto obtido pela fusão dos tecidos adiposos de suínos, em autoclaves sob pressão ou em tachos abertos de dupla parede, sob temperatura moderada, submetida a um beneficiamento subsequente, compreendendo clarificação, desodorização parcial, filtração e eliminação da umidade, além da cristalização sob ação de rôlo frigorífico ou por outro processo adequado.

Parágrafo único — A banha refinada deve satisfazer às seguintes especificações:

- 1 — cor branca;
- 2 — textura pasta homogênea;
- 3 — odor e sabor levemente a torresmo;

4 — Umidade e resíduos 0,0% (meio por cento) no máximo;

5 — acidez no estabelecimento produtor: 1ml (um mililitro) de máximo.

Art. 283. É permitido o beneficiamento da "banha" es estabelecimento sob Inspeção Federal, desde que procedente de outras fábricas registradas na D. I. P. O. A.

§ 1.º Nestes casos a Inspeção Federal submeterá o produto a um exame preliminar e só autorizará o beneficiamento quando considerado em boas condições.

§ 2.º Sempre que o produto a beneficiar se encontre em más condições a Inspetoria Federal providenciará sua inutilização como produto comestíveis.

§ 3.º A juízo da D. I. P. O. A., o produto poderá retornar ao estabelecimento de origem, para fins de rebeneficiamento.

§ 3.º A juízo da D. I. P. O. A., o

§ 4.º No caso do parágrafo anterior, a Inspeção Federal submeterá o produto a novos exames, antes de autorizar o rebeneficiamento.

Art. 284. É proibido o fabrico de banha em tachos simples, a fogo direto.

Art. 285. A banha que não se enquadrar nas especificações deste Regulamento será considerada imprópria para o consumo e tratada como nele se dispõe para os produtos gordurosos não comestíveis.

Art. 286. Quando conservadas em câmara frigoríficas, a banha pode trazer a designação complementar "frigorificada".

Art. 287. É permitida a adição de estearina de banha, obtida por prensagem, em quantidade estritamente necessária para homogenização e dar ao produto consistência e emprastamento que permitam a embalagem em papel apergaminhado e sua exposição à venda nas condições ambientes.

Art. 288. Para clarificação da "banha refinada", permite-se o emprêgo da terra crê (terra fuller) terra de diatomáceas, carvão ativado ou ainda demisturas dessas substâncias empregadas em condições tecnológicas de tempo, temperatura e quantidade estritamente necessárias.

Parágrafo único — Esses produtos devem ser completamente eliminados no decorrer do beneficiamento.

Art. 289. É proibido o emprêgo de substâncias químicas para neutralizar, branquear ou conservar a banha.

Art. 290. A matéria prima destinada ao preparo de banha quando não trabalhada no mesmo dia do abate dos animais, deve ser mantida em câmaras frias até sua fusão.

Parágrafo único — Em todos os casos, a matéria prima será previamente lavada.

Art. 291. É proibida a hidrogenação da banha.

Art. 292. A banha que ainda se encontra no estabelecimento produtor e que por qualquer circunstância não mais se enquadre nas especificações fixadas neste Regulamento, a juízo da Inspeção Federal, pode ser rebeneficiada pelas técnicas aqui previstas.

Art. 293. Entende-se por “unto fresco” ou “banha em rama fresca” a gordura cavitária dos suínos, tais como as porções adiposas do mesentério visceral, do envoltório dos rins e de outras vísceras, devidamente prensadas.

§ 1.º Quando submetida à frigorificação, será especificada esta particularidade.

§ 2.º Após o tratamento pelo frio e prensagem em blocos, o produto pode ser embalado em papel impermeável caixa ou outro continente permitido pela D. I. P. O. A.

Art. 294. O “unto” ou “banha em rama” deve satisfazer às seguintes especificações:

1 — ausência de ranço ao sair do estabelecimento produtor;

2 — isento de manchas e coágulos sanguíneos e de tecido muscular;

3 — não apresentar defeitos de manipulação ou de higiene;

4 — boa apresentação comercial, em embalagem que proteja o produto de contato com substâncias estranhas e de contaminações;

Art. 295. Entende-se por “toucinho fresco” o parículo adiposo dos suínos ainda com a pele.

§ 1.º Quando submetido à frigorificação, será designado “toucinho frigorificado”.

§ 2.º Quando tratado pelo sal (cloreto de sódio) apresentando incisões mais ou menos profundas na sua camada gordurosa, será designado “toucinho salgado”.

§ 3.º Esses produtos devem satisfazer às seguintes especificações:

1 — ausência de ranço ao sair do estabelecimento produtor;

2 — isentos de manchas amareladas ou coágulos sanguíneos;

3 — apresentação comercial em embalagem que os proteja do contato com substâncias estranhas e de contaminações.

C) — Compostos

Art. 296. Entende-se por “composto”, o produto obtido pela mistura de gorduras e óleos comestíveis, de origem animal ou vegetal.

Art. 297. Os estabelecimentos registrados na D. I. P. O. A., que se dediquem a fabricação de compostos e não produzam a matéria prima de origem animal necessária a fabricação só poderão recebe-la quando procedente de outros estabelecimentos também sob Inspeção Federal.

§ 1.º Neste caso a Inspeção Federal submeterá a matéria prima a um exame preliminar e autorizará seu emprêgo, se considerada em boas condições.

§ 2.º Quando julgada em más condições providenciará sua inutilização como produto comestível podendo entretanto autorizar seu retorno ao estabelecimento de origem.

Art. 298. Distingem-se os seguintes compostos:

a) — compostos de gordura bovina — quando óleos vegetais forem associados a qualquer das gorduras de bovino e estas entrem na composição do composto na proporção mínima de 25% (vinte e cinco por cento).

b) — compostos de gordura de porco — quando a banha entre em quantidade não inferior a 30% (trinta por cento);

c) — composto vegetal — quando aos óleos vegetais se adicione estearina, na proporção estritamente necessária para dar consistência ao produto.

Parágrafo único — Distingue-se, ainda, o “composto para confeitaria” que é a mistura de gorduras e óleos comestíveis cujo ponto de fusão pode alcançar até 47º C (quarenta e sete graus centígrados), com um teor de umidade máximo de 10% (dez por cento) e característicos físico-químicos de acordo com a fórmula previamente aprovada.

Art. 299 É proibido o emprêgo de corantes nos compostos, ainda mesmo que para uniformizar a tonalidade de coloração.

Art. 300. Permite-se o emprêgo de componentes vegetais hidrogenados no preparo dos compostos, mediante declaração nos rótulos.

Parágrafo único — Nos casos deste artigo, o composto pronto para consumo não pode conter catalizador (níquel) em proporção superior a que se permite para as matérias primas isoladamente, isto é, 1:250.000 (um para duzentos e cinquenta mil); a quantidade do catalizador no produto pronto para consumo será proporcional a quantidade de matéria prima hidrogenada empregada.

Art. 301. Nos compostos é obrigatório o emprêgo de reveladores como o óleo de gergelin na proporção de 5% (cinco por cento) ou outros aprovados pela D. I. P. O. A.

Art. 302. Os compostos devem satisfazer às seguintes especificações:

- 1 — pasta homogênea;
- 2 — acidez máxima no estabelecimento produtor, de 1ml (um mililitro) em 100g (cem gramas) de matéria gorda;
- 3 — umidade e resíduos, no máximo 1% (um por cento).
- 4 — ausência de ranço ao sair do estabelecimento produtor, bem como de odor ou sabor indicando decomposição hidrolítica dos ácidos gordos de baixos peso molecular.
- 5 — ponto de fusão final não superior a 42°C (quarenta e dois graus centígrados) exceção feita para o "composto para confeitaria".

Parágrafo único — Os compostos que não se enquadrarem nas especificações deste Regulamento devem ser considerados impróprios para o consumo e tratados como os previstos para os produtos gordurosos não comestíveis.

Art. 303. Os compostos devem sair das fábricas em embalagem original inviolável, indicando nos rótulos sua composição qualitativa e quantitativa.

Art. 304. Só é permitida a embalagem de compostos em envases de 20kg (vinte quilograma) no máximo, para o comércio atacadista e varejista permitindo-se para fins industriais embalagens até 200kg (duzentos quilogramas).

Art. 305. Podem ser toleradas variações nos componentes vegetais dos compostos e, conseqüentemente na proporção das gorduras.

Parágrafo único — Em tais casos a firma interessada solicitará prévia autorização à D. I. P. O. A esclarecendo as modificações que pretende adotar e a quantidade total modificada a fabricar.

Art. 306. As gorduras comestíveis só serão embaladas depois de autorização concedida pela Inspetoria Federal que se louvará nos resultados de controle imediato, realizado no laboratório da Inspeção Federal junto ao estabelecimento.

SEÇÃO III

Produtos gordurosos não comestíveis

Art. 307. Entende-se por "produtos gordurosos não comestíveis", todos aqueles obtidos pela fusão de partes e tecidos não empregados na alimentação humana, bem como de carcaças, partes de carcaça, órgão e vísceras, que forem rejeitados pela Inspeção Federal.

Parágrafo único — São também considerados produtos gordurosos não comestíveis, os obtidos em estabelecimentos que não dispõe de instalações e equipamento para elaboração de gorduras comestíveis.

Art. 308. Os produtos gordurosos não comestíveis são genericamente denominados "Sebo", seguindo-se a especificação da espécie animal de que procedem: quando precedentes de suínos serão designados "Graxa Branca".

Art. 309. O sebo bovino terá dois tipos:

- a) sebo bovino n.º 1.
- b) sebo bovino n.º 2.

§ 1.º São características do sebo bovino n.º 1;

- 1 — acidez inferior a 10ml (dez mililitros) em s. n. %;
- 2 — textura homogênea;
- 3 — tonalidade creme, quando fundido;
- 4 — no máximo 1% (um por cento) de umidade;
- 5 — odor característico;

§ 2.º São características do sebo bovino n.º 2:

- 1 — Acidez superior a 10 ml (dez mililitros) em s. n. %;
- 2 — Aspecto granuloso e com partes ainda fluidas;
- 3 — Tonalidade amarelo-escura ou alaranjada, com áreas de intensidade variável; — coloração avermelhada quando fundido;

4 — Máximo 1% (um percento) de umidade;

5 — Odor característico e bastante pronunciado.

Art. 310. Os produtos gordurosos não comestíveis serão desnaturados pelo emprêgo da fluoresceína, brucina e óleos minerais, de acôrdo com instruções da D. I. P. O. A.

Art. 311. Todos os produtos condenados devem ser conduzidos diretamente à seção dos digestores, evitando-se sua passagem por salas onde sejam elaborados ou manipulados produtos comestíveis.

Art. 312. As carnes e produtos condenados serão inutilizados sob vigilância de funcionário da Inspeção Federal, em cuja presença deve ser fechada a abertura inferior do digestor e efetuado seu carregamento. Em seguida presenciará o fechamento da abertura superior e verificará o funcionamento do aparelho, que deve trabalhar sempre com quarenta (40) libras de pressão mínima.

§ 1.º A duração do tratamento deve obedecer ao critério da Inspeção Federal, de acôrdo com a quantidade e espécie do produto a esterilizar ou destruir.

§ 2.º Quando a inutilização exigir largo espaço de tempo, não sendo possível a permanência do funcionário encarregado da Inspeção Federal, os digestores serão fechados, quer na abertura do carregamento, quer na saída dos resíduos, com selos que só poderão ser colocados e retirados em presença do funcionário.

Art. 313. É obrigatório o aproveitamento de carcaças, partes de carcaça e órgãos de animais condenados, varredura em geral, restos e recortes de todas as seções do estabelecimento, para o preparo de subprodutos não comestíveis.

§ 1.º Quando o estabelecimento não dispõe de aparelhagem para a conveniente secagem da tancage, ela será pelo menos prensada antes de deixar a fábrica.

§ 2.º É permitida a cessão de peças condenadas, a juízo da Inspeção Federal, às Escolas e Institutos Científicos, mediante pedido expresso da autoridade interessada, que declarará na solicitação a finalidade do material, assumindo ainda inteira responsabilidade sobre outro destino que possa ser dado a ele.

Art. 314. O envasamento das gorduras comestíveis só pode ser feito

em presença de funcionário da Inspeção Federal que coletará amostra de cada partida para contróle imediato no laboratório junto ao estabelecimento.

Parágrafo único. Verificado que o produto está de acôrdo com o padrão legal, são os recipientes assinalados, sob vistas da Inspeção Federal, com a marca oficial.

Art. 315. Só podem ser usados para acondicionamento e transporte de gorduras recipientes aprovados pela D. I. P. O. A.

§ 1.º Para as gorduras comestíveis, os recipientes devem ser preferentemente novos; quando já usados, devem estar em perfeito estado de conservação e não ter sido utilizados anteriormente para acondicionamento de substâncias repugnantes ou que, impregnando a madeira, possam transmitir às gorduras propriedades nocivas, cores, cheiro ou sabor estranhos.

§ 2.º A limpeza dos recipientes já usados deve ser feita a fundo, lavando-os com escova e água quente, por dentro e por fora, e submetendo-os depois a uma esterilização com jato de vapor.

§ 3.º Para produtos gordurosos não comestíveis, os recipientes devem igualmente ser perfeitamente limpos, em bom estado de conservação e não estar impregnados por substâncias capazes de transmitir às gorduras cor ou odor estranhos.

§ 4.º É proibido o uso de recipientes que tenham contido anteriormente alcatrão ou seus derivados, azeite de peixe ou tinta, bem como aqueles que não se fechem hermeticamente.

SEÇÃO IV

Subprodutos não comestíveis

Art. 316. Entende-se por "subproduto não comestível" todo e qualquer resíduo devidamente elaborado, que se enquadre nas denominações e especificações deste Regulamento.

Parágrafo único. Permitem-se denominações de fantasia, mediante declaração nos rótulos, dos componentes do produto, qualitativa e quantitativamente.

Art. 317. Entende-se por "alimento para animais" todo e qualquer

subproduto industrial usado na alimentação de animais, tais como:

- 1 — Farinha de carne;
- 2 — Farinha de sangue;
- 3 — Farinha de fígado;
- 4 — Farinha de ossos;
- 5 — Mistura de dois ou mais dos subprodutos enumerados nos itens anteriores;
- 6 — Rações preparadas.

Art. 318. Entende-se por "farinha de carne" o subproduto obtido pelo cozimento em autoclaves ou em digestores a seco, de restos de carne de todas as secções, de recortes e aparas diversas que não se prestem a outro aproveitamento, bem como de carcaças, partes de carcaça e órgãos rejeitados pela Inspeção Federal e a seguir convenientemente secado e triturado.

§ 1.º O subproduto de que trata este artigo deve conter no mínimo 60% (sessenta por cento) de proteína; no máximo 10% (dez por cento) de umidade; no máximo 8% (oito por cento) de gordura e no máximo 22% (vinte e dois por cento) de sais minerais.

§ 2.º É proibida a mistura de pêlos, cerdas, cascos, chifres e conteúdo do aparelho digestivo à matéria prima destinada ao preparo de farinha de carne.

Art. 319. A "farinha de carne com osso", produto da mistura das duas farinhas, deve conter no mínimo 40% (quarenta por cento) de proteína, no máximo 10% (dez por cento) de umidade, no máximo 10% (dez por cento) de gordura e no máximo 40% (quarenta por cento) de sais minerais.

Art. 320. Entende-se por "farinha de sangue" o subproduto industrial obtido pela coagulação mediante emprêgo de vapor, do sangue isento de resíduos, seguido de retirada da parte líquida que se separa, prensado, secado e triturado.

§ 1.º Permite-se também o tratamento do sangue integral por cozimento e secagem sob vácuo ou por qualquer outro processo adequado.

§ 2.º A farinha de sangue deve conter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de proteína e no máximo 10% (dez por cento) de umidade.

§ 3.º É proibido seu preparo pela simples evaporação, sob ação de fogo direto.

Art. 321. Entende-se por "farinha de fígado" o subproduto obtido pelo cozimento de fígados em temperatura no máximo de 100° C (cem graus centígrados), secado e triturado.

Parágrafo único. O subproduto de que trata este artigo deve conter no mínimo 64% (sessenta e quatro por cento) de proteína, no máximo 10% (dez por cento) de umidade e no mínimo 0,054 g (cinquenta e quatro miligramas) de riboflavina por quilo.

Art. 322. Entende-se por "farinha de ossos" o subproduto resultante do cozimento de ossos, em tanques abertos ou em digestores sob pressão, secado e submetido nesta fase pelo menos por 30 (trinta) minutos a 105° C (cento e cinco graus centígrados) e afinal triturado.

§ 1.º O subproduto obtido de ossos cozidos em tanques abertos será designado "farinha de ossos crus".

§ 2.º A "farinha de ossos crus" deve conter no mínimo 23% (vinte e três por cento) de proteína e no máximo 44% (quarenta e quatro por cento) entre fosfatos tricálcico e de magnésio.

Art. 323. Considera-se "ração preparada" toda e qualquer mistura em proporções adequadas, de produtos diversos destinados à alimentação de animais, que tenha também em sua composição subprodutos designados neste Regulamento como "alimento para animais".

Art. 324. Quando a composição do "alimento para animais" não se enquadrar nas especificações ou fórmulas aprovadas, permite-se sua correção pela mistura com outras partículas e após homogenização perfeita.

Art. 325. Entende-se por "adubo" todo e qualquer subproduto que se preste como fertilizante, depois de cozido, secado e triturado.

Parágrafo único. Estes subprodutos devem ser sempre submetidos a uma temperatura de 150° C (cento e cinquenta graus centígrados) por 30 (trinta) minutos, durante a secagem ou depois dela.

Art. 326. O subproduto obtido de ossos cozidos em digestores sob pressão será designado "farinha de ossos degelatinizados".

Parágrafo único. O valor deste produto como fertilizante será determinado em fósforo orgânico total.

Art. 327. Entende-se por "adubo de sangue com superfosfato" o subproduto resultante do aproveitamento do sangue, integral ou não, por adição de superfosfato em quantidade conveniente.

Parágrafo único. Este subproduto deve ter declarada no rótulo sua composição qualitativa e quantitativa.

Art. 328. Entende-se por "cinza de ossos" o subproduto resultante da queima de ossos em recipiente aberto, devidamente triturados. Deve conter, no mínimo, 15% (quinze por cento) de fósforo.

Art. 329. Permite-se o aproveitamento de matéria fecal oriunda da limpeza dos currais e dos veículos de transporte, desde que o estabelecimento disponha de instalações adequadas para esse aproveitamento.

Parágrafo único. Em tal caso o conteúdo do aparelho digestivo dos animais abatidos deve receber o mesmo tratamento.

Art. 330. Entende-se por "tancage" o resíduo do cozimento de matérias primas em digestores sob pressão, seco e triturado.

Parágrafo único. É proibido retardar, por qualquer razão, a secagem de tais resíduos.

Art. 331. Entende-se por "crackling" o resíduo das matérias primas trabalhadas em digestores a seco, antes de sua passagem pelo moinho.

Art. 332. Entende-se por "água residual dos digestores" a parte líquida obtida pelo tratamento de matérias primas em digestores sob pressão.

§ 1.º Permite-se seu aproveitamento depois de escoado da gordura, evaporado e concentrado, secado ou não, como matéria prima a ser incorporada a alimentos para animais ou para fins industriais.

§ 2.º Este subproduto deve conter no máximo 3% (três por cento) de gordura, no máximo 10% (dez por cento) de umidade e no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de proteína.

Art. 333. É permitida a secagem de qualquer subproduto por simples exposição ao sol, desde que essa prática não acarrete maiores inconvenientes.

Art. 334. Permite-se a adição de conservadores à bile, depois de filtra-

da, quando o estabelecimento não tenha interesse de concentrá-la.

§ 1.º Entende-se por "bile concentrada" o subproduto resultante da evaporação parcial da bile fresca.

§ 2.º A bile concentrada deve conter no máximo 25% (vinte e cinco por cento) de umidade e no mínimo 40% (quarenta por cento) de ácidos biliares totais.

Art. 335. Entende-se por "óleo de mocotó" o subproduto extraído das extremidades ósseas dos membros de bovinos, depois de retirados os cascos, após cozimento em tanques abertos e em água fervente por 6 a 8 (seis a oito) horas, separado por decantação e filtração.

Parágrafo único. O óleo de mocotó deve satisfazer às seguintes características:

- 1 — cor amarelo claro ou amarelo âmbar;
- 2 — menos de 1% (um por cento) entre impurezas e umidade;
- 3 — acidez em s.n. de 5 ml (cinco mililitros) no máximo;
- 4 — ausência de ranço;
- 5 — ligeira turvação;
- 6 — não conter substâncias estranhas, outros óleos animais ou óleos vegetais.

Art. 336. As cerdas, crinas e pêlos, serão lavados em água corrente, submetidos a tratamento em água quente e a seguir devidamente secados.

Art. 337. Entende-se por "chifre" a camada córnea dos chifres dos bovinos.

§ 1.º Os chifres devem ser descolados de sua base de inserção depois de previamente mergulhados em água quente pelo tempo necessário (em média trinta minutos a setenta graus centígrados), para melhor facilidade de sua retirada.

§ 2.º Os chifres devem ser mantidos em depósitos não muito quentes, secos e bem ventilados.

§ 3.º A base de inserção da camada córnea, será designada "sabugo de chifre".

§ 4.º Os sabugos de chifre constituem matéria prima para fabrico de cola e de outros produtos.

Art. 338. Entende-se por "casco" a camada córnea que recobre a extremidade dos membros.

Parágrafo único — Os chifres e cascos depois de torrados e triturados

constituem a "farinha de chifres e de cascos".

Art. 339. Os "tendões" devem ser secados tão prontamente quanto possível, após sua retirada do animal.

Art. 340. As "vergas" devem ser convenientemente secadas, em local bem arejado.

CAPÍTULO V

MARGARINA

Art. 341. Margarina é o produto gorduroso, em emulsão estável com o leite, destinado à alimentação humana, com cheiro e sabor agradáveis, próprios ao produto, como consequência da fermentação por fermentos lácticos selecionados, do leite empregado no seu preparo.

Parágrafo único — Todas as matérias primas usadas devem estar em condições tais, como se fossem ser dadas a consumo em natureza.

Art. 342. E' permitido o emprêgo das seguintes matérias primas:

1 — gorduras e óleos animais de bovino, suíno, ovino ou caprino, isoladamente ou em qualquer combinação de dois ou mais dêles;

2 — gorduras e óleos vegetais comestíveis ou qualquer combinação de dois ou mais dêles;

3 — qualquer combinação dos óleos e gorduras mencionados nos itens 1 e 2.

Parágrafo único. E' permitida a hidrogenação de uma ou mais das matérias primas citadas neste artigo exigindo-se, porém, declaração no rótulo.

Art. 343. De acôrdo com as matérias primas empregadas, as margarinas são classificadas:

a) margarina animal, quando só forem usadas gorduras e óleos animais;

b) margarina vegetal, quando só forem utilizadas gorduras e óleos vegetais;

c) margarina mista, quando forem usadas misturas de gorduras óleos animais e vegetais.

Art. 344. E' obrigatório o emprêgo de qualquer dos seguintes produtos lácteos, de qualidade que satisfaça às exigências do presente Regulamento, depois de submetidos à ação de fermentos lácticos selecionados:

1 — leite pasteurizado, integral ou desnatado;

2 — leite integral, concentrado ou evaporado;

3 — creme de leite pasteurizado;

4 — leite integral magro ou desnatado em pó, devidamente reconstituído;

5 — qualquer combinação de dois ou mais dos produtos mencionados nos itens anteriores.

Parágrafo único — Todos os produtos permitidos neste artigo, em qualquer de suas formas de apresentação, referem-se ao leite de vaca.

Art. 345. E' permitido no preparo da margarina o emprêgo de manteiga, na proporção máxima de 10% (dez por cento).

Art. 346. A juízo da D.I.P.O.A. pode ser permitido o emprêgo do diacetil e outros aromatizantes, mediante declaração no rótulo "artificialmente aromatizada".

Art. 347. Permite-se o emprêgo de corantes vegetais tais como: o açafrão (crocus sativa), o urucu (bixa orellana), a cúrcuma (curtuma longa e tinctoria) ou outros aprovados pela D.I.P.O.A.

Parágrafo único. E' proibido o emprêgo de corantes de qualquer outra natureza.

Art. 348. E' permitido o emprêgo de benzoato de sódio como conservador numa quantidade que não exceda 0,1% (um décimo por cento) do peso da margarina pronta para o consumo.

Art. 349. E' permitido o emprêgo de emulsionantes, tais como:

1 — lecitina (de soja, de ovo ou de outras que venham a ser aprovadas pela D.P.O.A.);

2 — monoglicéridos ou diglicéridos;

3 — mistura de qualquer dos emulsionantes enumerados nos itens 1 e 2 ou de outros que venham a ser aprovados pela D.I.P.O.A.

Parágrafo único. — Isoladamente ou associadas, as substâncias permitidas neste artigo não poderão ultrapassar 0,5% (meio por cento) do peso da margarina pronta para consumo.

Art. 350. E' obrigatória a adição de vitamina "A", num mínimo de 15.000 U. I. (quinze mil unidades internacionais) e no máximo de 50.000 U. I. (cinquenta mil unidades internacionais), por quilograma.

Parágrafo único. E' facultada a adição de vitamina "D"; em tal caso deverá conter o mínimo de 500 U.I. (quinhentas unidades internacionais) e no máximo de 2.000 U. I. (duas unidades internacionais), por quilograma.

Art. 351. A margarina deve satisfazer às seguintes especificações:

1 — teor em matéria gorda, não inferior a 82% (oitenta e dois por cento);

2 — acidez correspondente a 1,5 (um milímetro) de s. n. % no máximo, no estabelecimento produtor;

3 — acidez correspondente a 3 ml (mililitro) de s. n. % no máximo, no ximo, quando no consumo;

4 — no máximo 3% (três por cento) de cloreto de sódio;

5 — ponto de fusão final, no máximo 40°C (quarenta graus centígrados);

6 — presença de revelador (óleo de caroço de algodão, óleo de gergelin) na proporção mínima de 5% (cinco por cento). E' proibido o emprego de amido como revelador. Os reveladores usados devem apresentar suas reações de caracterização. A D.I.P.O.A. exigirá o emprego de outros reveladores quando julgar necessário;

7 — no máximo 16% (dezesseis por cento) de umidade;

8 — catalizador (níquel) na proporção máxima de 1:250.000 (um para duzentos e cinquenta mil) nas matérias primas hidrogenadas empregadas e, proporcionalmente, na margarina pronta para consumo;

9 — revelar a presença de germes de fermentação láctica, ainda que inviáveis no produto pronto, porém, em condições de viabilidade em amostra do leite fermentado em exame bacteriológico pela Inspeção Federal junto à fábrica.

Art. 352. No exame organoléptico a margarina deve apresentar as seguintes características:

1 — cheiro e sabor agradáveis, próprios ao produto;

2 — não estar rancificada;

3 — aspecto homogêneo, brilhante, untoso ao tato, sem granulação;

4 — textura firme;

5 — não apresentar mofo, nem mesmo na superfície;

6 — não apresentar disseminados na massa insetos, detritos ou sujidades.

Parágrafo único. — E' facultativo o uso de corante.

Art. 353. Permite-se o emprego de substâncias anti-oxidantes, desde que aprovadas pela D. I. P. O. A. e mediante declaração no rótulo.

Art. 354. A margarina só pode sair das fábricas, em embalagem original inviolável.

§ 1.º A venda de margarina no consumo só pode ser feita na embalagem original da fábrica.

§ 2.º A embalagem da margarina será feita em unidades de 18kg (dezoito quilogramas) no máximo.

§ 3.º O comércio varejista só pode expor ao consumo margarina em embalagem não superior a 500g (quinhentas gramas).

§ 4.º E' proibido o empacotamento ou reempacotamento da margarina, sob qualquer modalidade, a não ser no estabelecimento produtor.

§ 4.º A D. I. P. O. A. julgará em caso, a modalidade de embalagem original que cada estabelecimento registrado pretenda empregar.

Art. 355. Seja qual for a embalagem da margarina, os estabelecimentos produtores ficam obrigados a armazená-la em temperatura não inferior a 10°C (dez graus centígrados).

Art. 356. A margarina deve ser considerada imprópria para o consumo;

1 — sempre que esteja em desacôrdo com qualquer dos dispositivos deste Regulamento;

2 — quando contenha germes patogênicos, germes do grupo coliforme, leveduras, ou germes que determinem sua alteração ou indiquem manipulação defeituosa;

3 — quando os dados analíticos não correspondam aos verificados por ocasião da aprovação da fórmula, respeitadas as variações estabelecidas para cada um dos componentes;

4 — quando a embalagem original tenha sido danificada ou quando fiquem prejudicados os dizeres do rótulo;

5 — quando tenha sofrido fusão total, com separação dos elementos de sua composição.

Art. 357. A margarina considerada imprópria para o consumo ou condenada será desnaturada, como prevê este Regulamento para os produtos gordurosos não comestíveis.

Art. 358. A margarina será condenada por fraude:

- 1 — quando fôr preparada com matérias primas diferentes das declaradas na fórmula apresentada e aprovada pela D. I. P. O. A., acrescentando ou omitindo uma ou mais delas;
- 2 — quando contenha substâncias proibidas ou não previstas neste Regulamento;
- 3 — quando não contenha revelador;
- 4 — quando fôr adicionada de corante não permitido.

Art. 359. Quando não houver disponibilidade das matérias primas previstas na fórmula aprovada, a firma interessada pode requerer aprovação para substituí-las declarando o produto ou produtos que pretende usar, e, taxativamente, o total a fabricar nessas condições.

Art. 360. Para margarina destinada ao comércio internacional, fica estabelecido o seguinte critério:

- 1 — o interessado requer à D. I. P. O. A. autorização para fabrico de margarina de acôrdo com as exigências do país importador;
- 2 — junta prova de que o país importador permite o produto de acôrdo com a fórmula apresentada.

Parágrafo único — Toda a produção fabricada será armazenada separadamente da que se destina aos mercados internos, não podendo, de modo algum ser entregue ao consumo.

Art. 361. Nenhum estabelecimento registrado ou relacionado na D.I.P. O. A. que prepare, embale, manipule ou armazene manteiga, sob qualquer forma, pode fabricar, receber, empacotar ou estocar margarina.

§ 1.º Excetuam-se os armazéns frigoríficos, quando a estocagem da margarina seja feita em câmaras separadas das de outros produtos.

§ 2.º E' proibida a venda de margarina, mesmo nas embalagens originaes, por estabelecimentos que se produtos laticínios.

Art. 362. As casas comerciais que empregarem margarina por manteiga ficam obrigadas a colocar em local bem visível um letreiro com os dizeres: "Esta casa utiliza margarina em substituição à manteiga".

Art. 363. A "margarina para confeitaria" obedecerá as exigências deste Regulamento, não pode ser corada,

não necessita de adição de vitamina, seu ponto de fusão pode ser, no máximo, de 43°C (quarenta e três graus centígrados), permitindo-se sua embalagem original, na fábrica, em envases até 200kg (duzentos quilogramas).

CAPÍTULO VI

Conservas

Art. 364. E' proibido o emprêgo de valor nutritivo das conservas, ser prejudiciais ou nocivas ao consumidor.

Parágrafo único — E' proibido o emprêgo de antissépticos, corantes, produtos químicos, extratos e infusões de plantas ou tinturas a menos que constem dêste Regulamento ou que venham a ser aprovados pela D. I. P. O. A.

Art. 365 — Só podem ser adicionados aos produtos cárneos o sal (cloreto de sódio) açúcar (sacarose), glicose (açúcar de milho), vinagre de vinho, condimentos puros de origem vegetal, nitrato e nitrito de sódio, nitrato de potássio (salitre) e nitrito de potássio.

Parágrafo único — Permitem-se misturas de dois ou mais dos produtos mencionados neste artigo.

Art. 366. E' permitido o emprêgo de substâncias farináceas alimentícias com as restrições previstas neste Regulamento.

Art. 367. Entende-se por "condimento" substâncias aromáticas, sápidas, com ou sem valor alimentício, empregadas com a finalidade de temperar as conservas.

Parágrafo único — São condimentos que podem ser utilizados:

- 1 — alpo (Celeri graveolens e Apium graveolens);
- 2 — alho (Allium sativum);
- 3 — aneto (Anethum graveolens);
- 4 — aniz (Pimpinella anizum);
- 5 — baunilha (Vanilla planifolia Andrews);
- 6 — canela (Cinamonum ceylanicum Breyre);
- 7 — cardomomo (Elleteria cardamomum.);
- 8 — cebola (Allium cepa)
- 9 — cravo (Caryophyllus aromaticus L.);
- 10 — cominho (Cuminum cymimum, L.);

- 11 — coentro (*Coriandrum sativum*, L.);
- 12 — gengibre (*Zingiber officinalis* Roscoe);
- 13 — louro (*Laurus nobilis* L.);
- 14 — macis (o envoltório da noz moscada);
- 15 — maiorana (*Majorana hortensis*);
- 16 — mangerona (*Origanum majorana*, L.);
- 17 — menta (*Menta viridis*, *Menta rotundifolia* e *Menta pipérata*);
- 18 — mostarda (*Brassica nigra*, Koen, *Brassica junca*, Hooker e *Sinapis alba*, L.);
- 19 — noz moscada (*Myristica fragrans* Mant);
- 20 — pimentas;
 - preta (*Piper nigrum*, L.)
 - branca, é o mesmo fruto, porém descorticado).
 - vermelha ou p. de Caiena (*Capsicum baccatum*, L.)
 - malagueta (*Capsicum pendulum*, Velloso).
- 21 — pimento (*Pimenta officinalis* Lindl.)
 - sinon.: allspice, pimenta de Jamaica, pimenta ingleza ou condimento de quatro espécies).
- 22 — pimentão (*Paprika*) — (*Capsicum annum*, L.);
- 23 — salva (*Salvia*) — (*Salvia officinalis*, L.);
- 24 — tomilho (*Thymes vulgaris*, L.);

Art. 368. Entende-se por "corante" as substâncias que dêem um melhor e mais sugestivo aspecto às conservas, ao mesmo tempo que se prestem à uniformidade de sua coloração.

§ 1.º São corantes permitidos os de origem vegetal, como o açafrão (*Crocus sativus* L.) a curcuma (*Curcuma longa* L. e *Curcuma tinctoria*), a cenoura (*Daucus carota* L.) o urucum (*Bixa orellana*).

§ 2.º É proibido o emprego de qualquer corante derivado da hulha, em qualquer produto de origem animal, mesmo para colorir externamente produtos cárneos.

Art. 369. O emprego de corantes e condimentos não especificados neste Regulamento depende de prévia autorização da D. I. P. O. A., bem como o emprego de misturas ou de produtos prontos, contendo condimentos e corantes.

Art. 370. Nos estabelecimentos sob Inspeção Federal é proibida a entrada de produtos que não constem deste

Regulamento ou que não tenham sido aprovados pela D. I. P. O. A.

Art. 371. É permitido o emprego de produtos que realcem o sabor das conservas, desde que aprovados, pela D. I. P. O. A. e mediante declaração nos rótulos.

Art. 372. O emprego dos nitratos e nitritos, de sódio ou de potássio ou de qualquer combinação entre eles, só pode ser feito em quantidades tais, que, no produto pronto para consumo, o teor em nitrito não ultrapasse duzentas partes por milhão.

Art. 373. Os nitritos de sódio ou de potássio só podem ser empregados isoladamente ou combinadamente, nas seguintes proporções máximas:

1 — 240g (duzentas e quarenta grammas) para cada 100 (cem litros) de salmoura;

2 — 60g (sessenta grammas) para cada 100kg (cem quilogramas) de carne, na cura a seco, de mistura com o sal (cloreto de sódio).

3 — 15g (quinze grammas) para cada 100kg (cem quilogramas) de carne picada ou triturada, de mistura com o sal (cloreto de sódio);

§ 1.º Os estoques de nitritos, bem como de misturas prontas que os contenham ficarão sob guarda e responsabilidade da administração do estabelecimento.

§ 2.º A Inspeção Federal fará verificar, sempre que julgar necessário, o teor em nitrito de produtos ou misturas prontas, bem como das produzidas no próprio estabelecimento.

§ 3.º É permitido o emprego de produtos ou misturas prontas para cura desde que aprovados pela D. I. P. O. A.

Art. 374. O sal (cloreto de sódio) empregado no preparo de produtos cárneos comestíveis deve se enquadrar nas especificações previstas neste Regulamento.

Art. 375. Não é permitido o emprego de salmouras, turvas, sujas, alcalinas, com cheiro amoniacal, fermentadas ou inadequadas por qualquer outra razão.

Parágrafo único — Permite-se todavia, a recuperação de salmouras por fervura e filtração, para subsequente aproveitamento, a juízo da Inspeção Federal.

Art. 376. No preparo de embutidos não submetidos à cozimento, é permi-

tida a adição de água ou gelo na proporção máxima de 3% (três por cento), calculados sobre o total dos componentes e com a finalidade de facilitar a trituração e homogeneização da massa.

§ 1.º — No caso de embutidos cozidos (salsichas tipo Viena, Francfort e outras) a percentagem de água ou gelo não deve ultrapassar 10% (dez por cento).

§ 2.º — O cálculo será feito sobre o produto pronto pela relação três e meio de água para um de proteína (fator 6,25).

§ 3.º — Só é permitido o emprêgo de gelo quando produzido com água potável.

Art. 377. O preparo de conservas destinadas ao comércio internacional, para países que permitam a adição de conservadores, corantes e outros produtos não permitidos neste Regulamento, ou ainda em quantidades aqui não permitidas, poderá ser feito em operações especiais, mediante prévia autorização da D. I. P. O. A.

Art. 378. Entende-se por "conserva enlatada" todo produto em que a matéria prima foi ou não curada, condimentada, embalada em recipiente metálico hermeticamente fechado, submetido à vácuo direto ou indireto e afinal convenientemente esterilizado pelo calor úmido e imediatamente esfriado, respeitada a peculiaridade do produto.

Parágrafo único — A esterilização dos enlatados obedecerá a diferentes graduações de temperatura, segundo a capacidade da lata e a natureza do produto.

Art. 379. O recipiente metálico destinado ao preparo de conservas deve ser de chapa estanhada (fôlha de Flandres), novo e isento de falhas.

§ 1.º — Não pode conter mais de 0,5% (meio por cento) de chumbo, nem mais de 1:10.000 (um por dez mil) de arsênico e nem menos de 97% (noventa e sete por cento) de estanho, dosado em ácido metastátnico.

§ 2.º — As soldas podem ser de estanho e chumbo, desde que não entrem em contacto com o interior do recipiente.

Art. 380. É permitido o emprêgo de continentes devidamente revestidos por verniz ou outro material que venha a ser aprovado pela D. I. P. O. A., bem como de continentes de vidro.

Art. 381. Os recipientes, de qualquer natureza devem ser lavados externa e internamente com água em temperatura não inferior a 80°C (oitenta graus centígrados) e sempre submetidos a um jato de vapor antes de sua utilização.

Parágrafo único — O equipamento de lavagem será provido de termômetro para controle da temperatura da água.

Art. 382. Todas as conservas que exijam esterilização devem ser submetidas a essa operação imediatamente após o envase.

§ 1.º — As latas verificadas mal fechadas ou defeituosas depois da esterilização não podem ser reparadas, nem seu conteúdo aproveitado, a não ser nas seguintes condições:

1. — quando a reparação fôr efetuada dentro das primeiras 6 (seis) horas que se seguirem a verificação do defeito, submetendo-as então a nova esterilização;

2. — quando o defeito fôr verificado no fim dos trabalhos e forem as latas conservadas em câmaras frias, em temperatura não superior a 1°C (um grau centígrado), devendo-se no dia imediato fazer novo envase ou reparação, seguido da esterilização.

§ 2.º — O conteúdo das latas não reparadas, de acordo com os itens 1 e 2 do parágrafo anterior, será considerado impróprio para o consumo.

Art. 383. A esterilização só se considera completa quando as latas já estejam frias e possam ser manipuladas para efeito de inspeção.

Art. 384. O equipamento destinado à esterilização deve ser provido de manômetro para controle da pressão e termógrafo para registro gráfico da operação.

Parágrafo único — A curva gráfica das operações de esterilização será entregue à Inspeção Federal todas as vezes que esta a solicitar, com a devida identificação da partida.

Art. 385. Todos os enlatados devem ser submetidos a um teste de esterilização, no mínimo por 10 (dez) dias, em sala estufa a 37°C (trinta e sete graus centígrados) antes de sua liberação.

Parágrafo único — Esse período pode ser ampliado, sempre que a Inspeção Federal julgar necessário.

Art. 386. A Inspeção Federal levará em conta no exame dos enlatados:

1. — o estado e condições do recipiente, não deve apresentar fa-

lhas de estanhagem, estar isento de ferrugem ou outros defeitos, não estar amassado, nem apresentar orifícios;

2. — não se mostrar bombeado;

3. — submetido à prova de percussão deve revelar som correspondente à natureza do enlatado;

4. — à perfuração, não deve ocorrer desprendimento de gases, nem projeção de líquido, ao mesmo tempo que a entrada do ar nos continentes submetidos à vácuo produzirá um ruído característico, diminuindo consideravelmente a concavidade da tampa oposta;

5. — nas conservas que tomam a forma da lata, é recomendável retirá-las num só bloco, para exame das superfícies;

6. — a conserva deve revelar cheiro, sabor e coloração próprios ao tipo;

7. — a fragmentação não deve demonstrar a presença de tecidos inferiores ou de outros que não constem da fórmula aprovada;

8. — no exame microbiológico e químico serão realizadas as provas que couberem em cada caso e de acordo com as técnicas de laboratório aprovadas pela D. I. P. O. A.

9. — as conservas enlatadas não devem apresentar reação de amônia e apenas ligeiros vestígios de hidrogênio sulfurado ao saírem do estabelecimento produtor.

Art. 387. O comércio internacional de conservas enlatadas depende em todos os casos de exame bacteriológico da partida, sobre um número variável de amostras, consoante as informações prestadas pela Inspeção Federal local, não só quanto às condições de elaboração da partida, como também quanto ao seu comportamento na prova de estufa.

Art. 388. As conservas enlatadas se classificam:

a) tipo "A";

b) tipo "B".

§ 1.º — São consideradas conservas enlatadas do tipo "A", as elaboradas com carnes de primeira qualidade.

§ 2.º — São consideradas conservas enlatadas do tipo "B" as elaboradas com carnes chamadas de segunda qualidade, de mistura com vísceras.

Art. 389. É permitida a adição, nas conservas enlatadas, de gelatina comestível ou de agar-agar, em proporções definidas e de acordo com a fórmula aprovada.

Art. 390. É permitida a elaboração de conservas enlatadas, contendo carne e produtos vegetais.

Parágrafo único — Os produtos previstos neste artigo trarão nos rótulos sua percentagem em carne e em vegetais.

Art. 391. As conservas enlatadas são consideradas fraudadas:

1. — quando contenham carnes de espécies diferentes das declaradas nos rótulos;

2. — quando contenham substâncias estranhas à sua composição normal;

3. — quando apresentem proporção de determinadas substâncias, acima do que se permite neste Regulamento;

4. — quando forem adicionadas, com intuito doloso, aponevroses, cartilagens, intestinos, tendões e outros tecidos inferiores.

Art. 392. As conservas enlatadas são consideradas impróprias para consumo quando revelem germes vivos, em aerobiose ou em anaerobiose, bem como quando revelem, às provas de inoculação, presença de produtos do metabolismo bacteriano.

Art. 393. Entende-se por "carne bovina em conserva" (corned beef) o produto obtido da carne desossada de bovino, curada fragmentada parcialmente, cozida, enlatada em vácuo, esterilizada e esfriada imediatamente.

§ 1.º — A "carne bovina em conserva" pode também ser elaborada pelo cozimento parcial após a fragmentação, adicionada a seguir dos agentes de cura necessários, enlatada, submetida a vácuo, esterilizada e rapidamente resfriada.

§ 2.º — Entende-se por "carne bovina picada em conserva" (corned beef hash) o produto obtido como previsto neste artigo, no qual porém a carne é finamente picada e adicionada de batatas cortadas e de condimentos.

Art. 394. O produto elaborado nas condições do artigo anterior com carne de suíno ou ovino será respectivamente designado "carne de porco em conserva" (corned pork) e "carne de ovino em conserva" (corned mutton).

Art. 395. Entende-se por "peito bovino" (brisket beef) o produto elaborado como previsto para a carne bovina em conserva, tendo como matéria prima a carne da região do peito dos bovinos, curada e cortada em blocos das dimensões da lata a usar.

Art. 396. Entende-se por "língua enlatada", seguido de denominação da espécie animal de procedência, o produto obtido exclusivamente com linguas, adicionado de gelatina ou de agar-agar.

§ 1.º — As linguas a enlatar serão previamente lavadas e raspadas a quente, removida a camada epitelial, bem como tecidos vizinhos de sua inserção (ossos, cartilagens, glândulas).

§ 2.º — As linguas serão previamente curadas e a seguir cozidas em água.

§ 3.º — As linguas a enlatar não devem apresentar qualquer lesão.

§ 4.º — Permite-se completar a embalagem de latas com pedaços de língua.

Art. 397. Como "rabada enlatada", entende-se a conserva elaborada com as vértebras coccigeanas maiores dos bovinos, curadas, condimentadas, adicionadas ou não de gelatina ou de agar-agar, cozidas, enlatadas e esterilizadas.

Art. 398. É permitido o preparo de outras conservas enlatadas, desde que sua composição e tecnologia tenham sido aprovadas pela D. I. P. O. A.

Art. 399. Entende-se por "presunto", seguido das especificações que couberem, exclusivamente o produto obtido com o pernil dos suínos.

§ 1.º — Nenhum produto, elaborado com matéria prima de suínos que não o pernil, pode ser designado presunto.

§ 2.º — Os presuntos podem ser designados: *crú*, *defumado*, *tipo Westfalia*, *tipo Bayone* ou outros, *enlatado*, *com osso* ou *sem osso* ou de qualquer forma que caracterize sua peculiaridade.

Art. 400. Entende-se por "paleta", seguido das especificações que couberem, o produto obtido com o membro dianteiro dos suínos.

Art. 401. A designação "apresuntado" só pode ser dada a produtos elaborados com recortes de presunto ou paleta de suínos, transformados em massa, condimentados, enlatados ou não e esterilizados.

Art. 402. O lombo, as costeletas ou outras partes do porco, podem servir para o preparo de conservas, que serão designadas pelas respectivas regiões empregadas, seguidas de peculiaridades de caracterização.

Art. 403. Entende-se por "caldo de carne" o produto líquido que resulta do cozimento de carnes, isento de gor-

dura, tendões, cartilagens e ossos, filtrado, envasado e esterilizado.

Parágrafo único — O "caldo de carne" adicionado de vegetais ou de massas será designado "Sopa", produto este que trará nos rótulos seus componentes.

Art. 404. O caldo de carne concentrado, mas ainda fluido, será designado "Extrato fluido de carne".

Parágrafo único — O "extrato fluido de carne" deve satisfazer aos requisitos exigidos para o extrato de carne, exceto quanto à menor concentração, devendo ter mais de 50% (cinquenta por cento) e menos de 75% (setenta e cinco por cento) de sólidos totais e ser esterilizado depois de envasado.

Art. 405. O caldo de carne, concentrado até consistência pastosa, será designado "Extrato de Carne"; quando condimentado, será designado "Extrato de carne com temperos".

Art. 406. O "Extrato de carne" deve apresentar as seguintes características:

1. — perfeita solubilidade em água-fria, excetuando o depósito normal de albumina coagulada;
2. — ausência de substâncias estranhas, embora inócuas, tais como caseína, dextrina;
3. — ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de sólidos totais;
4. — ter no máximo 27% (vinte e sete por cento) de resíduo mineral, calculado sobre os sólidos totais;
5. — ter, no máximo, 12% (doze por cento) de sal, calculado sobre os sólidos totais;
6. — ter, no máximo 0,6% (seis decigramas por cento) de gordura;
7. — ter no máximo 8% (oito por cento) de nitrogênio, calculado em N, dos quais 40% (quarenta por cento) no mínimo de bases cárneas e 10% (dez por cento) de creatina e creatinina.

Art. 407. Entende-se por "pasta" o produto elaborado com carne ou órgão, reduzido a massa, condimentado, adicionado ou não de farináceos e gordura, enlatado e esterilizado.

Art. 408. É proibida a embalagem de pastas em envoltórios ou recipientes que não permitam esterilização.

Art. 409. As pastas de fígado, de língua, de presunto, de galinha ou outras, devem conter no mínimo 30%

(trinta por cento) da matéria prima que lhes dá denominação.

Parágrafo único — As pastas não podem conter mais de 10% (dez por cento) de amido ou fécula, nem mais de 55% (cinquenta e cinco por cento) de umidade.

Art. 410. É proibido o enlatamento de produtos crus, salgados, defumados, embutidos ou de outra forma preparados, em banha ou outra gordura, a menos que convenientemente esterilizados, depois do enlatamento.

Art. 411. É permitido o preparo de produtos devidamente esterilizados e destinados à alimentação de animais (cães).

§ 1.º — A elaboração desses produtos não interferirá de modo algum com a manipulação e preparo de produtos alimentícios de uso humano.

§ 2.º — A elaboração de tais produtos será feita em equipamento exclusivamente destinado a essa finalidade.

§ 3.º — Esses produtos e equipamento estão sujeitos aos mesmos cuidados fixados neste Regulamento.

Art. 412. Entende-se por “embutido” todo produto elaborado com carne ou órgãos comestíveis, curado ou não, condimentado, cozido ou não, defumado e dessecado ou não, tendo como envoltório tripa, bexiga ou outra membrana animal.

§ 1.º — É permitido o emprego de películas artificiais no preparo de embutidos, desde que aprovadas pela D. I. P. O. A.

§ 2.º — Quando coradas pelo Laranja I ou outro aprovado pela D. I. P. O. A., o emprego só pode ser autorizado se o corante não se transmitir à massa do produto e se as partículas de películas estiverem acompanhadas de certificados relativo à identidade e pureza do corante, expedido por instituição idônea.

Art. 413. As tripas e membranas animais empregadas como envoltórios devem estar rigorosamente limpas e sofrer outra lavagem, imediatamente antes de seu uso.

Art. 414. Os embutidos não podem conter mais de 5% (cinco por cento) de amido ou fécula, adicionados para dar melhor liga à massa.

Parágrafo único — As salsichas só poderão conter amido ou fécula na proporção máxima de 2% (dois por cento).

Art. 415. Segundo o tipo do embutido e suas peculiaridades, podem entrar em sua composição tendões e cartilagens.

Art. 416. Entende-se por “morcela” o embutido contendo principalmente sangue, adicionado de toucinho moído ou não, condimentado e convenientemente cozido.

Art. 417. A Inspeção Federal só permitirá o preparo de embutidos de sangue, quando a matéria prima seja colhida isoladamente de cada animal e em recipiente separado, rejeitando o sangue procedente dos que venham a ser considerados impróprios para o consumo.

Parágrafo único — É proibido desfibrinar o sangue a mão, quando destinado à alimentação humana.

Art. 418. Permite-se o aproveitamento do plasma sanguíneo no preparo de embutidos, desde que obtidos em condições adequadas.

Art. 419. Os embutidos preparados em óleo devem ser cozidos em temperatura não inferior a 72°C (setenta e dois graus centígrados) no mínimo por 30 (trinta) minutos.

Art. 420. É permitido dar um banho de parafina purificada e isenta de odores, na membrana que envolve os embutidos; permite-se, com a mesma finalidade, o emprego de cera ou de misturas, desde que não prejudiquem o produto, a juízo da Inspeção Federal.

Parágrafo único — O emprego de vernizes na proteção de embutidos depende de aprovação prévia da D. I. P. O. A.

Art. 421. Os embutidos são considerados fraudulentos:

1. — quando forem empregadas carnes e matérias primas de qualidade ou em proporção diferentes das constantes da fórmula aprovada;

2. — quando forem empregados conservadores e corantes não permitidos neste Regulamento;

3. — quando houver adição de água ou de gelo, com intuito de aumentar o volume e o peso do produto e em proporção superior à permitida neste Regulamento;

4. — quando forem adicionados tecidos inferiores.

Art. 422. Devem ser considerados alterados e impróprios para consumo:

1. — quando a superfície é úmida, pegajosa, exudando líquido;

2. — quando a palpação se verificarem partes ou áreas flácidas ou consistência anormal;

3. — quando há indícios de fermentação pútrida;

4. — quando a massa apresenta manchas esverdeadas ou pardacentas ou coloração sem uniformidade;

5. — quando a gordura está rançosa;

6. — quando o envoltório está perfurado por parasitos que atingiram também a massa;

7. — nos casos de odor e sabor estranhos, anormais;

8. — quando se constatarem germes patogênicos;

9. — quando manipulados em más condições de higiene, traduzidas pela presença da *E. coli* típica.

Art. 423. Entendem-se por “salgados” produtos preparados com carnes ou órgãos comestíveis, tratados pelo sal (cloreto de sódio) ou misturas de sal, açúcar, nitratos, nitritos e condimentos, como agentes de conservação e caracterização organolépticas.

Art. 424. Entendem-se por “defumados” os produtos que após o processo de cura são submetidos à defumação, para lhes dar cheiro e sabor característicos, além de um maior prazo de vida comercial por desidratação parcial.

§ 1.º — Permite-se a defumação a quente ou a frio.

§ 2.º — A defumação deve ser feita em estufas construídas para essa finalidade e realizada com a queima de madeiras não resinosas, secas e duras.

Art. 425. Entende-se por “bacon” e por “barriga defumada” o corte da parte torácico-abdominal do porco, que vai do externo ao pubis, com ou sem costelas, com seus músculos, tecido adiposo e pele, convenientemente curado e defumado.

Parágrafo único — O “bacon” e a “barriga defumada” podem ser preparados em fatias, acondicionados em latas ou papel impermeável.

Art. 426. Entende-se por “língua defumada” a língua de bovino curada, cozida ou não e defumada.

Art. 427. Entende-se por “lombo”, seguido de designação da técnica de preparo (salgado, curado, defumado) o produto obtido com o corte da região lombar dos suínos.

Art. 428. Cortes de variadas regiões, salgados, curados ou defumados são considerados especialidades industriais.

Parágrafo único — Nesses casos a D. I. P. O. A. exige perfeita identificação da região adotada, para efeito de designação do produto.

Art. 429. Os órgãos comestíveis conservados pela salga, serão genericamente designados “miudos salgados”, seguindo-se a denominação da espécie animal de procedência.

Art. 430. Entendem-se por “dessecados” produtos preparados com carnes ou órgãos comestíveis, curados ou não e submetidos à desidratação mais ou menos profunda.

Art. 431. Entende-se por “charque”, sem qualquer outra especificação, a carne bovina salgada e dessecada.

Parágrafo único — Quando a carne empregada não for de bovino, depois da designação “charque” deve-se esclarecer a espécie de procedência.

Art. 432. O charque não deve conter mais de 35% (trinta e cinco por cento) de umidade nem mais de 15% (quinze por cento) de resíduo mineral fixo total.

Parágrafo único — O charque deve ser considerado alterado:

1. — quando tem odor e sabor desagradáveis, anormais;

2. — quando a gordura está rançosa;

3. — quando amolecido, úmido e pegajoso;

4. — quando com áreas de coloração anormal;

5. — quando é “seboso”;

6. — quando apresenta larvas ou parasitos;

7. — por alterações outras, a juízo da Inspeção Federal.

Art. 433. Entende-se por “gelatina comestível” o produto da hidrólise em água fervente de tecidos ricos em substâncias colagênicas, (cartilagens, tendões, ossos, aparas de couro), concentrado e secado.

§ 1.º — No preparo deste produto a Inspeção Federal só permitirá o emprego de matérias primas procedentes de animais que não tenham sofrido qualquer restrição.

§ 2.º — A gelatina em folhas pode ser colorida pelo emprego de corante previamente aprovado pela D. I. P. O. A.

§ 3.º — A gelatina comestível deve ser purificada e dessecada, ser inodora e transparente quando em fôlhas, colorida ou não.

§ 4.º — A gelatina comestível deve obedecer às seguintes especificações:

1. — não conter mais de 2% (dois por cento) de cinzas;
2. — não conter menos de 15% (quinze por cento) de nitrogênio;
3. — pH 6,8 — 7,0 (seis e oito décimos a sete) numa solução a 12,5% (doze e cinco décimos por cento);
4. — em solução de 1% (um por cento) em água quente, deixada esfriar, deve formar uma geléia sem cheiro e praticamente sem sabor;
5. — arsênico: máximo, uma parte em um milhão.

Art. 434. Entende-se por "carne desidratada de bovino" o produto obtido pela desidratação da carne bovina fragmentada convenientemente, cozida, adicionada ou não de caldo concentrado ou de gordura fundida, dessecada em aparelhagem e sob temperatura adequada.

Parágrafo único — As características e teor microbiano do produto previsto neste artigo serão oportunamente fixadas pela D. I. P. O. A.

Art. 435. É permitido o preparo de conservas vegetais em estabelecimentos sob Inspeção Federal, de acordo com o que prevê este Regulamento.

Art. 436. Os estabelecimentos industriais podem preparar extratos e concentrados de órgãos para fins terapêuticos, desde que disponham de instalações adequadas e de técnico especializado responsável.

Art. 437. Permitem-se nomes de fantasia nas conservas de carne, desde que se trate de produto com fórmula previamente aprovada.

CAPÍTULO VII

PESCADO E DERIVADOS

SEÇÃO I

Pescado

Art. 438. A denominação genérica "pescado" compreende peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, quelônios e mamíferos, de água doce ou salgada, usados na alimentação humana.

Art. 439. Só pode ser dado ao consumo o pescado fresco ou conservado, depois de inspecionado.

Parágrafo único — O pescado capturado e mantido convenientemente em frio nos próprios barcos de pesca e logo a seguir distribuído para consumo, é também considerado "pescado fresco".

Art. 440. O "peixe" fresco deve estar inteiro e ser julgado em face das seguintes características:

1. — superfície do corpo com relativo brilho metálico;
2. — superfície externa não pegajosa;
3. — olhos transparentes, brilhantes e salientes, ocupando completamente as órbitas;
4. — guelras róseas ou vermelhas, úmidas e brilhantes, com odor próprio à espécie em exame;
5. — ventre roliço, em quilha ou de acordo com a forma própria da espécie, não deixando impressão duradoura ou deformação quando comprimido;
6. — escamas brilhantes, aderentes, firmes e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados;
7. — carne firme, consistente, elástica, de cor branca, ligeiramente rósea ou de cor própria à espécie;
8. — vísceras normais e integras;
9. — ânus fechado;
10. — cheiro "sui generis".

Parágrafo único — A juízo da D. I. P. O. A. pode ser tornada obrigatória a evisceração prévia de certos pescados, para sua venda como pescado fresco.

Art. 441. O "crustáceo" fresco deve estar inteiro, com coloração própria e será julgado ainda em face das seguintes características:

A) Camarões:

1. — corpo curvo, não deixando escapar facilmente as pernas e o cefalo-torax (cabeça) e, nos de carapaça transparente, permitindo distinguir a coloração dos músculos;
2. — ausência de qualquer pigmentação rósea, estranha à espécie;
3. — carapaça aderente ao corpo, libertando-se sem aderências musculares, quando forçada;
4. — músculos consistentes;
5. — olhos de cor negra e bem destacados;
6. — cheiro "sui generis".

B) Lagosta e lagostins:

1. — corpo em curvatura natural, rígido, não deixando escapar fácil-

mente as pernas que se devem manter relativamente tesas;

2 — coloração própria à espécie em exame, apresentando a face inferior dos músculos tonalidade branco-acinzentada;

3 — músculos consistentes;

4 — cheiro "sui generis".

C) Siris, carangueijos, guaiamúns e outros do mesmo tipo:

1 — coloração característica à espécie, sem qualquer pigmentação estranha, especialmente na face inferior do corpo;

2 — pinças e pernas relativamente resistentes à separação do corpo, mantendo-se mais ou menos rígidas;

3 — cheiro "sui generis".

Art. 442. O "molusco" fresco deve ser julgado em face das seguintes características:

A) Bivalvos (ostras, mexilhões e mariscos):

1 — devem ser expostos à venda, vivos, com válvulas fechadas e com retenção de grande quantidade de água, incolor e límpida, nas conchas;

2 — cheiro agradável e pronunciado;

3 — carne bem aderente à concha, úmida, de aspecto esponjoso e com mais as seguintes particularidades:

a) nas "ostras", de cor cinzenta clara;

b) nos "mexilhões", de cor amarelada.

B) Cefalópodos (polvo, calamar ou lula):

1 — pele lisa e úmida;

2 — olhos transparentes;

3 — carne consistente e elástica;

4 — ausência de pigmentação estranha à espécie, especialmente de tonalidade avermelhada;

5 — cheiro "sui generis".

Art. 443. As determinações físicas e químicas para caracterização do pescado fresco obedecerão aos seguintes índices:

1 — reação negativa de gás sulfídrico e de indol, com exceção do camarão, no qual o limite máximo do indol será de 4g por 100g (quatro gramas por cem gramas);

2 — PH de carne externa, inferior a 6,8 (seis e oito décimos) e da interna, inferior, a 6,5 (seis e cinco décimos) nos peixes;

3 — bases voláteis totais inferiores a 0,030g (trinta miligramas) de ni-

trogênio (processo de difusão) por 100g (cem gramas) de carne;

4 — bases voláteis terciárias inferiores, 0,004g% (quatro miligramas por cento) de nitrogênio em 100g (cem gramas) de carne.

Art. 444. Considera-se refrigerado o pescado submetido previamente à limpeza e mantido em temperatura que oscile entre 0°C (zero graus centígrados) e - 6°C (menos seis graus centígrados).

Art. 445. Considera-se congelado o pescado submetido previamente à limpeza e tratado pela congelação rápida, em temperatura adequada, de acordo com o processo adotado.

§ 1.º Depois de ter sofrido a congelação, o pescado será mantido em câmaras a - 15°C (menos quinze graus centígrados).

§ 2.º O pescado uma vez descongelado não pode ser novamente recolhido às câmaras frias.

Art. 446. Considera-se impróprio para consumo o pescado:

1 — de aspecto repugnante, mutilado, traumatizado ou deformado, a juízo da Inspeção Federal;

2 — que apresenta cheiro e sabor anormais;

3 — portador de lesões, doenças microbianas ou infestado por parasitos, que possam prejudicar a saúde do homem;

4 — tratado por antisépticos ou conservadores não previstos neste Regulamento;

5 — proveniente de água contaminada ou poluída;

6 — procedente de pesca realizada em desacordo com a legislação vigente ou recolhida já morto, salvo quando capturado em operações de pesca;

7 — em mau estado de conservação;

8 — quando não satisfaça os índices físicos e químicos determinados para o pescado fresco.

Art. 447. O pescado nas condições do artigo anterior deve ser condenado e transformado em supprodutos comestíveis.

Art. 448. O pescado recebido nas fábricas de conservas só pode ser utilizado na elaboração de produtos comestíveis, depois de submetido à inspeção sanitária.

§ 1.º Deve-se evitar ao máximo a exposição do pescado ao sol, mes-

me antes de sua entrada no estabelecimento.

§ 2.º Será também examinada ao entrar no estabelecimento, qualquer matéria prima a ser utilizada na elaboração de conservas do pescado.

§ 3.º A Inspeção Federal verificará ainda o estado da salmoura, massas, vinagres, óleos e outros produtos empregados na fabricação de conservas, impedindo o emprego dos que não estiverem em condições satisfatórias por qualquer razão.

§ 4.º A lenha empregada na defumação deve ser seca, dura e não desprender odor resinoso.

Art. 449. O pescado destinado ao preparo de conservas deve ser mantido refrigerado, em temperatura não superior a — 2°C (menos dois graus centígrados).

SEÇÃO II

Conservas

Art. 450. As conservas só podem ser preparadas com pescado fresco, convenientemente limpo, e se classificam em:

- a) Conservas finas;
- b) Conservas comuns.

Art. 451. "Conservas finas" são as preparadas com pescado especial, limpo e eviscerado, cozido ou frito em banha ou em óleos vegetais (óleo de caroço de algodão, de amendoim ou girasol), adicionado de óleos comestíveis, massa de tomate ou outro ingrediente, condimentadas, enlatadas e esterilizadas, compreendendo os seguintes tipos:

- 1 — em azeite ou óleo comestível;
- 2 — em massa de tomate;
- 3 — em conserva de vinagre;
- 4 — em conserva de vinho;
- 5 — defumadas;
- 6 — pastas de pescado;

Art. 452. Entende-se por conserva de pescado em azeite ou em outro óleo comestível a que tenha como conservador o óleo de oliva ou óleos comestíveis previstos neste Regulamento.

Art. 453. Entende-se por conserva de pescado em massa de tomate a que tenha como conservador a massa de tomate.

Parágrafo único. É proibido neste tipo de conserva o emprego de co-

morau, isoladamente ou associado à massa de tomate.

Art. 454. Entende-se por conserva de pescado em vinagre a que tenha por conservador principal o vinagre.

Art. 455. Entende-se por conserva de pescado em vinho a que tenha por conservador principalmente o vinagre de vinho branco.

Art. 446. Entende-se por conserva de pescado defumado a elaborada com pescado curado em salmoura no mínimo a 24° (vinte e quatro graus) Baume, por espaço de 48 a 72 (quarenta e oito a setenta e duas) horas, lavado e submetido sucessivamente à secagem e à defumação.

Art. 457. Entende-se por "pasta de pescado" a conserva elaborada com pescado que depois de cozido, sem ossos ou espinhas, é reduzido a massa, condimentada, adicionada ou não de farináceos, embalada e esterilizada.

§ 1.º A pasta de pescado é permitido adicionar farináceos até 10% (dez por cento) e sal (cloreto de sódio) até 18% (dezoito por cento).

§ 2.º Quando a quantidade a adicionar deva exceder às fixadas no parágrafo anterior, é obrigatória a autorização prévia da D.I.P.O.A. e expressão declaratória no rótulo.

Art. 458. As conservas finas podem ser envasadas em recipientes de vidro ou de outro material aprovado pela D.I.P.O.A.

Art. 459. Conservas comuns são as preparadas por processos físicos e químicos previstos neste Regulamento, embaladas ou não em recipientes apropriados e adicionadas de condimentos, compreendendo os seguintes tipos:

- 1 — pescado em salmoura;
- 2 — pescado seco — salgado;
- 3 — pescado dessecado;
- 4 — pescado prensado;
- 5 — pescado salgado;
- 6 — camarão seco

Art. 460. Entende-se por "pescado em salmoura" o produto resultante da conservação por salmoura do pescado fresco, eviscerado e limpo.

Art. 461. Entende-se por "pescado seco-salgado" o produto obtido pela dessecação do pescado fresco, convenientemente limpo, eviscerado, com ou sem ossos ou espinhas, curado em

salmoura ou pela salga a seco, prensado ou não.

Art. 462. Entende-se por "pescado dessecado" o produto obtido pela dessecação do pescado fresco, inteiro, limpo, eviscerado, com ou sem ossos ou espinhas, curado em salmoura ou pela salga a seco prensado ou não.

§ 1.º O pescado dessecado não deve conter mais de 12% (doze por cento) de umidade, no máximo, 5,5% (cinco e meio por cento) de resíduo mineral fixo e 6% (seis por cento) de gordura.

§ 2.º Quando o produto não é dessecado a fundo, seu teor em umidade não deve exceder de 35% (trinta e cinco por cento).

§ 3.º No caso do parágrafo anterior o produto deve ser completamente salgado ou defumado.

§ 4.º O pescado dessecado deve enquadrar-se, ainda, nas seguintes especificações:

- 1 — aspecto próprio, com tonalidade branco amarelo da carne;
- 2 — secagem perfeita;
- 3 — cheiro e sabor característicos, sem ardido ou ranço;
- 4 — apresentar ou não cristalização superficial;
- 5 — resíduo mineral fixo total inclusive o sal (cloreto de sódio), não superior a 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 463. Entende-se por "pescado prensado" aquele que, depois de eviscerado e decapitado, é submetido a cura em salmoura, secagem e prensagem.

Art. 464. Entende-se por "pescado salgado" o que depois de eviscerado e de receber cortes profundos nos músculos, é salgado a seco ou em salmoura.

Art. 465. Entende-se por "camarão seco" o produto obtido pela dessecação do camarão fresco que, após limpeza e fervura em salmoura, é dessecado, retiradas ou não a casca, cabeça e cauda (telson).

Art. 466. Outros tipos de conservas de pescado podem ser fabricados desde que previamente aprovados pela D.I.P.O.A.

Art. 467. A conserva "tipo caviar" preparada com óvulos de várias espécies de pescado, além das proprieda-

des organolépticas próprias, deve enquadrar-se nas seguintes especificações:

- 1 — não conter mais de 10% (dez por cento) de sal (cloreto de sódio);
- 2 — não conter menos de 4,5% (quatro e meio por cento) de gordura;
- 3 — nitrogênio titulável pelo formol (Sorensen) não excedendo de 0,05g% (cinco centigramas por cento);
- 4 — não dar reação de gás sulfídrico livre.

Art. 468. Entende-se por "geléia de pescado" o produto resultante de cozimento do pescado em caldo aromatizado e adicionado de gelatina comestível.

Art. 469. As conservas de pescado só serão liberadas para consumo depois de submetidas à observação no mínimo por 15 (quinze) dias após o envasamento, em condições determinadas pela Inspeção Federal.

Art. 470. Os estabelecimentos sob Inspeção Federal podem preparar extratos e concentrados de órgão para fins opoterápicos, desde que disponham de equipamento apropriados e técnicos especializado responsável.

Art. 471. A inspeção do pescado e de suas conservas está sujeita aos demais dispositivos deste Regulamento, naquilo que lhes for aplicável.

SEÇÃO III

Subprodutos não comestíveis

Art. 472. Os resíduos resultantes de manipulações sobre o pescado, bem como o pescado condenado pela Inspeção Federal, devem ser destinados ao preparo de subprodutos não comestíveis.

Art. 473. Os subprodutos não comestíveis devem ser rotulados de acordo com o que determina o presente Regulamento, declarando-se na embalagem sua composição.

Art. 474. São considerados subprodutos não comestíveis do pescado: as farinhas destinadas à alimentação de animais, resíduos destinados a fertilizantes, o óleo de fígado de peixe, cola de peixe e outros que venham a ser elaborados nos estabelecimentos registrados pela D. I. P. O. A.

TÍTULO VIII

Inspeção Industrial e Sanitária do Leite e Derivados

CAPÍTULO I,

Leite em natureza

Art. 475. Denomina-se leite, sem outra especificação, o produto normal, fresco, integral oriundo da ordenha completa e ininterrupta de vacas saudáveis.

Art. 476. Considera-se leite normal o produto que apresente:

- 1 — caracteres normais;
- 2 — teor de gordura mínimo de 3% (três por cento);
- 3 — acidez em graus Dornic entre 15 e 20 (quinze e vinte);
- 4 — densidade a 15°C (quinze graus centígrados) entre 1.028 e 1.032 (mil e vinte e oito e mil e trinta e dois);
- 5 — Lactose — mínimo de 4,3% (quatro e três décimos por cento);
- 6 — extrato seco desengordurado — mínimo 8,5% (oito e cinco décimos por cento);
- 7 — extrato seco total — mínimo 11,5% (onze e cinco décimos por cento);
- 8 — índice crioscópico mínimo — 0,55° C (menos cinquenta e cinco centésimos de grau centígrado).
- 9 — índice refratométrico no soro cáprico a 20°C (vinte graus centígrados) não inferior a 37° (trinta e sete graus) Zeiss.

§ 1.º Enquanto não forem determinados os padrões regionais de leite, não podem ser adotados índices em desacordo com os previstos neste Regulamento.

§ 2.º O leite individual com teor de gordura inferior a 3% (três por cento), para efeito de sua aceitação nos estabelecimentos, será considerado normal e se classifica como prevê este Regulamento.

§ 3.º Sempre que haja insistência na produção de leite com teor de gordura inferior a 3% (três por cento), a propriedade será visitada por servidor da D. I. P. O. A. que se encarregará das verificações e provas necessárias.

Art. 477. As Inspetorias Regionais de Produtos de Origem Animal e de Fomento da Produção Animal, sem como os órgãos estaduais e municipais congêneres devem promover os estudos necessários para que em prazo

determinado pelo D. N. F. A. sejam estabelecidos os padrões regionais de leite e produtos laticínios.

Art. 478. Entende-se por "leite de retenção" o produto da ordenha, a partir do 30º (trigésimo) dia antes da parição.

Art. 479. Entende-se por "coloostro" o produto da ordenha obtido após o parto e enquanto estiverem presentes os elementos que o caracterizam.

Parágrafo único. É proibido o aproveitamento para fins de alimentação humana, do leite de retenção e do coloostro.

Art. 480. A produção de leite das espécies caprina, ovina e outras, fica sujeita às mesmas determinações do presente Regulamento, satisfeitas as exigências para sua identificação.

Art. 481. A composição média do leite das espécies caprina, ovina e outras, bem como as condições de sua obtenção, serão determinadas quando houver produção intensiva desse produto.

Art. 482. É obrigatória a produção de leite em condições higiênicas, desde a fonte de origem, seja qual for a quantidade produzida e seu aproveitamento.

Parágrafo único. Esta obrigatoriedade se estende ao trato do gado leiteiro, à ordenha, ao vasilhame e ao transporte.

Art. 483. Denomina-se "gado leiteiro" todo rebanho explorado com a finalidade de produzir leite.

Parágrafo único. O gado leiteiro será mantido sob controle veterinário permanente nos estabelecimentos produtores de leite dos tipos "A" e "B" e periódico nos demais, tendo em vista essencialmente:

- 1 — o regime de criação e permanência nos pastos ou piquetes;
- 2 — a área mínima das pastagens por animal;
- 3 — horário das rações e organização de tabelas de alimentação para as granjas leiteiras;
- 4 — alimentação produzida ou adquirida, inclusive instalações para o preparo de alimentos;
- 5 — condições higiênicas em geral, especialmente dos currais, estábulos locais da ordenha e demais dependências que tenham relação com a produção do leite;

6 — água destinada aos animais e utilizada na lavagem de locais e equipamento;

7 — estado sanitário dos animais, especialmente dos currais, estábulos, e adoção de medidas de caráter permanente contra a tuberculose, brucelose, mamite e outras doenças que possam contaminar o leite;

8 — controle dos documentos de sanidade dos ordenhadores;

9 — higiene da ordenha, do vasilhame e da manipulação do leite;

10 — exame do leite de mistura, resultante da quantidade total produzida diariamente ou, quando for aconselhável, do leite individual;

11 — condições do transporte.

Parágrafo único. É proibido ministrar alimentos que possam prejudicar a fêmea lactante ou a qualidade do leite, incluindo-se nesta proibição substâncias estimulantes de qualquer natureza, capazes de provocar aumento da secreção láctea, com prejuízo da saúde do animal.

Art. 484. O controle a que se refere o artigo anterior será feito pela D. I. P. O. A. em colaboração com a D. D. S. A., mediante plano estabelecido entre esses dois órgãos.

Parágrafo único. Os veterinários e auxiliares dos demais órgãos do D. N. P. A., quando em serviço nas propriedades rurais produtoras de leite, colaboração na execução desse plano.

Art. 485. A D. I. P. O. A. e a D. D. S. A. entrarão em entendimento para erradicação da tuberculose, mentos a fim de pôr em execução um da brucelose ou de quaisquer outras doenças dos animais produtores de leite.

Parágrafo único. Os animais suspeitos ou atacados de tuberculose ou brucelose, devem ser sumariamente afastados da produção leiteira.

Art. 486. Só se permite o aproveitamento de leite de vaca, de cabra, de ovelha e de outras espécies, quando;

1 — as fêmeas se apresentem clinicamente sãs e em bom estado de nutrição.

2 — não estejam no período final de gestação, nem na fase colostrai;

3 — não reajam à prova de tuberculina, nem apresentem reação da brucelose, obedecidos os dispositivos da legislação em vigor.

Parágrafo único. Qualquer alteração no estado de saúde dos animais, capaz de modificar a qualidade do leite, justifica a condenação do produto para fins alimentícios e de toda a quantidade a que tenha sido misturada. As fêmeas em tais condições devem ser afastadas do rebanho, em caráter provisório ou definitivo.

Art. 487. Será interditada a propriedade rural, para efeito de aproveitamento do leite destinado a alimentação humana, quando se verifique qualquer surto de doença infecto-contagiosa que justifique a medida.

Parágrafo único. A suspensão da interdição será determinada pela D. I. P. O. A. ou por órgão oficial da Defesa Sanitária Animal, depois do restabelecimento completo do gado.

Art. 488. É obrigatório o afastamento da produção leiteira das fêmeas que:

1 — se apresentem em estado de magreza extrema ou caquéticas;

2 — sejam suspeitas ou atacadas de doenças infecto-contagiosas;

3 — se apresentem febris, com mamite, diarreia, corrimento vaginal ou qualquer manifestação patológica, a juízo da autoridade sanitária.

Parágrafo único — O animal afastado da produção só pode voltar à ordenha após novo exame procedido por veterinário oficial.

Art. 489. São obrigatórias as provas biológicas para diagnóstico de tuberculose e brucelose, praticadas tantas vezes quantas necessárias nos estabelecimentos que produzem leite tipo "A" e "B" e, conforme o caso, naqueles que produzem outros tipos de leite. Essas provas só podem ser feitas por veterinário oficial ou por veterinário particular habilitado que obedeça integralmente aos planos oficialmente adotados.

Art. 490. Para o leite tipo "A" ou "B" a ordenha deve ser feita em sala ou dependência apropriada.

Parágrafo único. Para os demais tipos de leite a ordenha pode ser feita no próprio estábulo ou em instalações simples, porém, higiênicas, de acordo com o que estabelece o presente Regulamento.

Art. 491. A ordenha deve ser feita com regularidade e diariamente ado-

tando-se o espaço mínimo de 10 (dez) horas no regime de duas ordenhas e de 8 (oito) horas no de três ordenhas.

Parágrafo único. A ordenha deve ser feita observando-se:

1 — horário que permita a entrada do leite no estabelecimento de destino, dentro dos prazos previstos neste Regulamento;

2 — vacas limpas, descansadas, com úberes lavados e enxutos e a cauda presa;

3 — ordenhador ou retireiro asseado, com roupas limpas, mãos e braços lavados e unhas cortadas, de preferência uniformizado, de macacão e gorro limpos

4 — rejeição dos primeiros jatos de leite, fazendo-se a mungidura total e ininterrupta com esgotamento das 4 (quatro) tetas;

§ 1.º E' permitida a ordenha mecânica; em tal caso é obrigatória e rigorosa lavagem e esterilização de todas as peças da ordenheira, as quais serão mantidas em condições adequadas.

§ 2.º Na ordenha manual é obrigatório o uso de baldes com abertura lateral, inclinada, previamente higienizados.

Art. 492. Logo após a ordenha o leite deve ser passado para vasilhame próprio, previamente higienizado, através de tela milimétrica inoxidável esterilizada no próprio estabelecimento momentos antes do uso.

Art. 493. O vasilhame com leite deve ser mantido em tanque com água corrente ou preferentemente sob refrigeração a 10°C (dez graus centígrados).

Art. 494. O leite da segunda ordenha, quando destinado a fins industriais, pode ser mantido no estabelecimento produtor até o dia seguinte, mas não poderá ser misturado ao leite da primeira ordenha do dia imediato, devendo ser entregue em vasilhame separado e convenientemente refrigerado.

Art. 495. É proibida, nas propriedades rurais, a desnatagem do leite destinado ao consumo ou para fins industriais;

Art. 496. Todo vasilhame empregado no acondicionamento do leite, na ordenha, na coleta ou para man-

tê-lo em depósito deve atender ao seguinte:

1 — ser de aço inoxidável, alumínio ou ferro estanhado, de perfeito acabamento e sem falhas, com formato que facilite sua lavagem e esterilização;

2 — estar esterilizado no momento da ordenha e ser devidamente lavado após utilização;

3 — possuir tampa de modo a evitar vasamento ou contaminação e, à juízo da Inspeção Federal, reforço apropriado.

4 — ser destinado exclusivamente ao transporte ou ao depósito de leite, não podendo ser utilizado no acondicionamento de soro ou de leite impróprio para consumo;

5 — trazer identificação de procedência por meio de marca, numeração, etiqueta ou selo de chumbo.

6 — dispor, de preferência, de fecho metálico inviolável.

Art. 497. E' proibido misturar leite, sem a retirada de amostra de cada produtor, devidamente identificada, para fins de análise.

Art. 498. O vasilhame contendo leite deve ser resguardado da poeira, dos raios solares e das chuvas.

Art. 499. Os latões com leite, colocados à margem de estradas, à espera de veículo-coletor, devem ser protegidos pelo menos em abrigos rústicos.

Parágrafo único. Durante o transporte o leite será protegido dos raios solares por meio prático e eficiente, usando-se pelo menos lona ou toldo sobre a armação.

Art. 500. Não se permite medir ou transvasar leite em ambiente que o exponha a contaminações.

Art. 501. No transporte do leite das propriedades rurais aos postos de leite e derivados e destes as usinas de beneficiamento, entrepostos-usina, fábricas de laticínios ou entrepostos de laticínios, será observado o seguinte:

1 — os veículos devem ser providos de molas e ter proteção contra o sol e a chuva;

2 — com os latões de leite não pode ser transportado qualquer produto ou mercadoria que lhe seja prejudicial.

Art. 502. E' permitida a coleta de leite em carro-tanque, diretamente

em fazendas leiteiras, desde que se trate de leite mantido no máximo a 18°C (dezoito graus centígrados).

Art. 503. O leite deve ser enviado ao estabelecimento de destino, o tamente após a ordenha.

§ 1.º O leite só pode ser retido na fazenda quando refrigerado e pelo tempo estritamente necessário à remessa.

§ 2.º Permite-se, como máximo entre o início da ordenha e a chegada ao estabelecimento de destino, o prazo

6 — dispor, de preferência, de fe- sem refrigeração;

§ 3.º A Inspeção Federal de cada estabelecimento organizará, ouvidos os interessados, horário de chegada, do leite, tendo em vista a distância, os meios de transporte e a organização do trabalho, o qual será aprovado pelo Inspetor Chefe do IRFOA, respeitados os limites máximos previstos neste Regulamento.

§ 4.º São passíveis de penalidade os estabelecimentos que receberem leite fora do horário fixado, salvo quando por motivo imprevisto e devidamente justificado.

Art. 504. Para efeito deste Regulamento fica estabelecida a seguinte classificação do leite quanto à finalidade, à espécie produtora, ao teor de gordura e ao tratamento;

a) quanto à finalidade, o leite se classifica em:

1) — leite de consumo em espécie ou "in-natura", que é o exposto à venda em seu estado natural;

2) — leite para fins industriais, que é o destinado à industrialização considerando-se como tal a fabricação de produtos lácteos dietéticos, leites desidratados, leites fermentados, queijos, manteiga e de outros produtos lácteos;

3) — leite destinado a sorveterias, confeitarias, padarias e estabelecimentos congêneres.

b) quanto à espécie produtora, o leite pode ser de vaca, de cabra, de ovelha, de búfala e de outras espécies domésticas.

§ 1.º A produção e beneficiamento do leite de outras espécies animais subordinam-se às mesmas exigências previstas neste Regulamento para o leite de vaca, consideradas as modificações do regime criatório e do padrão físico-químico do leite, segundo a espécie produtora.

c) quanto ao teor de gordura o leite se classifica em:

- 1 — leite integral;
- 2 — leite padronizado;
- 3 — leite magro;
- 4 — leite desnatado.

§ 2.º Leite integral é o que apresenta o teor de gordura original, incluindo-se nesta classificação os leites dos tipos "A" e "B".

§ 3.º Leite padronizado é o que apresenta teor de gordura ajustado a 3% (três por cento) mediante aplicação de técnica industrial permitida pela D.I.P.O.A., incluindo-se nesta classificação o leite do tipo "C".

§ 4.º Leite magro é o que apresenta teor de gordura inferior a 3% (três por cento) mas, no mínimo, de 2% (dois por cento) de gordura.

§ 5.º Leite desnatado é aquele quase completamente isento de gordura.

d) quanto ao tratamento o leite se classifica em:

- 1 — cru;
- 2 — pasteurizado;
- 3 — reconstituído.

§ 6.º Leite cru é aquele que foi ou não submetido no todo ou em parte, às operações de filtração, refrigeração, congelamento ou pré-aquecimento.

§ 7.º Leite pasteurizado é o submetido às operações de filtração, aquecimento, refrigeração e outras técnicas necessárias ao seu preparo, para transporte e distribuição ao consumo, permitindo-se sua homogeneização.

§ 8.º Leite reconstituído é o produto resultante da dissolução em água, do leite em pó, total ou parcialmente desnatado, adicionado exclusivamente de gordura láctea, homogenizado e pasteurizado.

Art. 505. São leites de consumo "in natura": o "integral", o "padronizado" e o "magro", desde que devidamente identificados.

§ 1.º Considera-se fraude a venda de um tipo de leite por outro de tipo superior.

§ 2.º O leite desnatado se destina exclusivamente às fábricas de sorvetes, de doces ou congêneres.

Art. 506. Os órgãos competentes devem estabelecer gradações de preço para leite pasteurizado, magro e desnatado tendo em vista principalmente seu teor em gordura.

Art. 507. É permitida a produção e venda dos seguintes tipos de leite de consumo em espécie:

- 1 — leite tipo "A" ou de granja;
- 2 — leite tipo "B" ou de estábulo.
- 3 — leite tipo "C" ou padronizado;
- 4 — leite magro.

Art. 508. Qualquer destes tipos só pode ser dado ao consumo devidamente pasteurizado em estabelecimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo único. Fábricas de laticínios ou outros estabelecimentos localizados no interior, em cidade desprovida de usina de beneficiamento, podem pasteurizar leite para consumo local, desde que devidamente aparelhadas.

Art. 509. Só é permitida a venda de leite cru em localidades em que se reconheça a impossibilidade de funcionamento de estabelecimento de leite e derivados, aparelhado para a pasteurização.

§ 1.º O leite cru deve ser produzido e distribuído com observância das seguintes exigências:

- 1 — proceder de fazenda leiteira devidamente instalada;
- 2 — ser distribuído ao consumo dentro das 3 (três) horas posteriores ao término da ordenha;
- 3 — ser integral e satisfazer às características do padrão normal;
- 4 — ser distribuído engarrafado.

§ 2.º A distribuição desse leite a granel só é permitida excepcionalmente e pelo tempo necessário à substituição da obrigatoriedade do engarrafamento.

Art. 510. Os diversos tipos de leite devem satisfazer às seguintes condições:

a) leite tipo "A":

- 1 — ser produzido em granja leiteira;
- 2 — ser produzido de maneira a satisfazer a todos os requisitos técnicos para obtenção higiênica do leite;
- 3 — ser procedente de gado mantido sob controle veterinário permanente;
- 4 — ser procedente de vacas identificadas e fichadas, submetidas a exame individual;
- 5 — ser submetido periodicamente a exames;
- 6 — ser integral e atender às características físico-químicas e bacteriológicas do padrão;

7 — ser pasteurizado imediatamente no local, logo após o término da ordenha e engarrafado mecanicamente com aplicação de fecho de comprovada inviolabilidade;

8 — ser mantido e transportado em temperatura de 10º C (dez graus centígrados) no máximo e distribuído ao consumo até 12 (doze) horas depois do término da ordenha; este prazo pode ser dilatado para 18 (dezoito) horas, desde que o leite seja mantido em temperatura inferior a 5º C (cinco graus centígrados).

9 — o leite tipo "A" pode ser produzido em um município e dado ao consumo em outro, desde que devidamente engarrafado e transportado em veículo próprio, obedecendo as condições de temperatura e prazos previstos neste Regulamento.

§ 1.º O leite da primeira ou da segunda ordenha, pode ser pasteurizado e engarrafado e assim mantido em câmara frigorífica pelos prazos anteriormente previstos.

§ 2.º Para o leite tipo "A" é proibida a padronização, bem como o pré-aquecimento e a congelação.

§ 3.º Desde a produção até a distribuição ao consumo, o leite tipo "A" só pode ser mantido em recipientes de aço inoxidável, alumínio ou vidro. Permite-se a embalagem final em recipientes de papel, desde que aprovados pela D.I.P.O.A.

b) leite tipo "B":

1 — ser produzido em estábulo ou em instalações apropriadas;

2 — ser procedente de vacas mantidas sob controle veterinário permanente;

3 — ser integral e atender às características físico-químicas e bacteriológicas do padrão;

4 — ser pasteurizado e logo após engarrafado em estábulo leiteiro ou em usinas de beneficiamento ou entreposto-usina.

§ 4.º Quando o leite tipo "B" não for pasteurizado e engarrafado no local de produção, deverão ser obedecidas as seguintes condições:

1 — as prioridades que o produzem podem remetê-lo para posto de refrigeração ou entreposto-usina até as 9 (nove) horas (hora legal), podendo este prazo ser dilatado por mais 2 (duas) horas caso o leite tenha sido resfriado a temperatura inferior a 15º C (quinze graus centígrados).

2 — quando mantido em temperatura conveniente, o leite da ordenha

da noite pode aguardar a ordenha da manhã para remessa ao pósto de refrigeração ou entreposto-usina;

3 — o leite resfriado só pode ser transportado em carros isotérmicos para o estabelecimento que o vai pasteurizar, devendo aí chegar no mesmo dia da ordenha;

4 — no pósto de refrigeração ou entreposto-usina, o leite será conservado a temperatura inferior a 5° C (cinco graus centígrados) até ser pasteurizado;

5 — seu beneficiamento e distribuição ao consumo devem ser feitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a chegada à usina.

§ 5.º O leite tipo "B" pode ser produzido numa localidade para venda em outra, desde que devidamente engarrafado e transportado em veículo próprio, obedecidas as condições de temperatura e prazos previstos neste artigo.

§ 6.º Desde a ordenha até a entrega ao consumo o leite tipo "B" só pode ser mantido em recipientes de aço inoxidável, alumínio ou vidro. Permite-se a embalagem final em recipientes de papel, desde que aprovados pela D.I.P.O.A.

§ 7.º Não se permite para o leite tipo "B" a padronização, o pré-aquecimento e a congelação.

§ 8.º Para o beneficiamento do leite tipo "B" a Inspeção Federal organizará um horário, durante o qual fica proibido o beneficiamento de leite de outros tipos.

c) o leite tipo "C", padronizado, deve satisfazer às seguintes condições:

1 — ser produzido em fazendas leiteiras com inspeção sanitária periódica de seus rebanhos;

2 — dar entrada nos estabelecimentos de beneficiamento no interior, em horas marcadas pela Inspeção Federal, tomando-se por base a distância e os meios de transporte, devendo, em qualquer hipótese, chegar aos estabelecimentos até às 12 horas (meio-dia, hora legal) se o leite não tiver sido previamente resfriado. Este prazo pode ser dilatado quando se trate de leite resfriado e conservado no máximo a 15°C (quinze graus centígrados), na própria fazenda ou em postos de refrigeração;

3 — ser pasteurizado e engarrafado mecanicamente no próprio local de consumo, permitindo-se a distribuição

em carro tanque, nas condições previstas neste Regulamento;

4 — ser distribuído nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes à chegada aos entrepostos-usina;

5 — estar o estabelecimento devidamente autorizado a fazer a padronização, a qual deverá ser realizada por meio de máquina padronizadora;

6 — os produtos de leite tipo "C" que efetuarem mais de uma ordenha, poderão remeter o leite da ordenha da noite ao mesmo tempo que o da ordenha da manhã, desde que resfriado.

§ 9.º Antes da remessa do leite das zonas de produção para as usinas de beneficiamento ou entrepostos-usina, permitem-se operações preliminares de pré-aquecimento e de congelação parcial, a juízo da D.I.P.O.A., atendidas as determinações do presente Regulamento.

§ 10.º É fixado o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, como limite entre o término da ordenha e a chegada do leite aos estabelecimentos referidos no parágrafo anterior, podendo ser dilatado este prazo tão somente em casos especiais.

§ 11.º permite-se a pasteurização do leite tipo "C" em uma localidade para venda em outra, desde que engarrafado e transportado em veículo próprio, obedecidas as condições de temperatura e prazos previstos neste Regulamento.

§ 12.º A D. I. P. O. A. julgará, em cada caso, da possibilidade do transporte desse leite em carros tanques para sua venda a granel.

d) os tipos de leite "magro" e o "desnatado" devem:

1 — ser produzidos em condições higiênicas, realizando-se seu beneficiamento em estabelecimentos, que obtiverem a devida permissão da D.I.P.O.A.;

2 — satisfazer ao padrão regulamentar estabelecido para o tipo "C", exceto, quanto ao teor de gordura e aos índices que se alteram por efeito de redução da matéria gorda;

3 — ser pasteurizados pelos processos indicados no presente Regulamento.

§ 13.º Estes tipos de leite podem ser objeto de comércio interestadual, submetidos a operações de pré-aquecimento, refrigeração e congelação. O leite do tipo magro pode ser distribuído a granel.

§ 14.º Vigoram para o leite "magro" as mesmas exigências previstas para o

leite tipo "C", quanto a horários de beneficiamento e distribuição, bem como para o caso de pasteurização em uma localidade para venda em outra.

§ 13. O leite "desnatado" não pode ser entregue ao consumo "in natura", devendo ser utilizado na fabricação de margarina ou destinado a sorvetarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres.

e) leite "reconstituído"

§ 16. A reconstituição do leite para fins de abastecimento público fica a critério das autoridades locais competentes, que estabelecerão as condições para seu preparo e entrega ao consumo.

Art. 511. Para os diversos tipos de leite são fixados os seguintes limites superiores de temperatura:

1 — refrigeração no pôsto, para ser transportado à usina ou entreposto-usina: 5°C (cinco graus centígrados)

2 — Conservação no entreposto-usina antes da pasteurização, em tanques com agitador mecânico; 5° C (cinco graus centígrados);

3 — Refrigeração após a pausteurização; 5° C (cinco graus centígrados);

4 — Conservação engarrafado, em câmara frigorífica que deve ser mantida a 5°C (cinco graus centígrados);

5 — Entrega ao consumo, leite engarrafado: 10°C (dez graus centígrados);

6 — Entrega ao consumo, leite em veículos-tanque: 10°C (dez graus centígrados).

Art. 512. Em localidades de consumo reduzido, onde o estabelecimento industrial que beneficia o leite não comporte a instalação de equipamento mecânico, permite-se o engarrafamento manual.

Art. 513. É permitida a produção e beneficiamento de leite para consumo, de tipos diversos dos previstos no presente Regulamento, tais como leite fervido, leite esterilizado e outros, mediante prévia aprovação da D. I. P. O. A.

Art. 514. Entende-se por beneficiamento do leite, seu tratamento desde a seleção, por ocasião da entrada em qualquer estabelecimento, até o acondicionamento final, compreendendo uma ou mais das seguintes operações: filtração, pré-aquecimento, pasteurização, refrigeração, congelação,

acondicionamento e outras práticas, tecnicamente aceitáveis.

Parágrafo único. É proibido o emprego de substâncias químicas na conservação do leite.

Art. 515. Entende-se por filtração a retirada por processo mecânico das impurezas do leite, mediante centrifugação ou passagem em tecido filtrante próprio, sob pressão.

§ 1.º Todo leite destinado ao consumo deve ser filtrado, antes de qualquer outra operação de beneficiamento.

§ 2.º O leite pré-aquecido deve ser de fácil desmontagem, preferindo-se os isolados com tecido filtrante de textura frouxa e penugem longa, utilizáveis uma única vez.

Art. 516. Entende-se por pré-aquecimento a aplicação do calor ao leite, em aparelhagem própria, com a finalidade de reduzir sua carga microbiana, sem alteração das características próprias do leite cru.

§ 1.º Considera-se aparelhagem própria, aquela provida de dispositivo de controle automático de temperatura, de tempo e volume do leite, de modo que o produto tratado satisfaça às exigências deste Regulamento.

§ 2.º O leite pré-aquecido deve dar refrigerado imediatamente após o aquecimento.

§ 3.º O leite pré-aquecido deve dar as reações enzimáticas do leite cru, podendo dêsse modo ser destinado à pausterização, para serem obtidos os tipos "C", "magro" e "desnatado" ou ser destinado à industrialização.

Art. 517. Entende-se por pasteurização o emprêgo conveniente do calor, com o fim de destruir totalmente a flora microbiana patogênica, sem alteração sensível da constituição física e do equilíbrio químico do leite, sem prejuízo dos seus elementos bioquímicos, assim como de suas propriedades organolépticas normais.

§ 1.º Permitem-se os seguintes processos de pasteurização:

1 — pasteurização lenta, que consiste no aquecimento do leite a 62 — 65°C (sessenta e dois a sessenta e cinco graus centígrados) por 30 (trinta) minutos, mantendo-se o leite em grande volume sob agitação mecânica lenta, em aparelhagem própria;

2 — pasteurização de curta duração, que consiste no aquecimento do leite em camada laminar a 72 — 75°C (setenta e dois a setenta e cinco graus

centígrados) por 15 — 20 (quinze a vinte) segundos, em aparelhagem própria.

§ 2.º Imediatamente após o aquecimento, o leite será refrigerado entre 2°C e 5°C (dois e cinco graus centígrados) e em seguida engarrafado.

§ 3.º Só se permite utilização de aparelhagem convenientemente instalada e em perfeito funcionamento, provida de dispositivos de controle automático, de termo-regulador, de registradores de temperatura (termógrafos de calor e de frio) e outros que venham a ser considerados necessários para o controle técnico-sanitário da operação.

§ 4.º A pasteurização alta ou dinamarguesa a 91°C (noventa e um graus centígrados) por 1 a 3 (um a três) minutos será tolerada somente no beneficiamento do leite "magro" e "desnatado".

§ 5.º Logo após a pasteurização o leite deve ser engarrafado e, a seguir, distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica a 5°C (cinco graus centígrados), no máximo.

§ 6.º É permitido o armazenamento do leite pasteurizado em tanques isotérmicos providos de mexedores automáticos, à temperatura de 2 a 5°C (dois a cinco graus centígrados), desde que, após o engarraframento, o leite seja dado ao consumo dentro do prazo fixado por este Regulamento.

§ 7.º É proibida a respasteurização do leite.

Art. 513. Entende-se por refrigeração, a aplicação do frio industrial ao leite cru, pré-aquecido ou pasteurizado, baixando-se a temperatura a graus que inibam temporariamente o desenvolvimento microbiano.

Art. 519. Entende-se por congelação a aplicação intensa do frio ao leite, de modo a solidificá-lo perifericamente e parcialmente.

§ 1.º A congelação só pode ser realizada mediante as seguintes condições:

1 — Ser aplicada apenas ao leite que se destina aos tipos "C" magro e desnatado ou para fins industriais.

2 — Ser reconhecida pela D. I. P. O. A. a necessidade de sua aplicação, à vista das dificuldades de transportes.

3 — Estar o leite devidamente filtrado, pré-aquecido ou não e refri-

gerado a 5.º C (cinco graus centígrados).

4 — Estar o leite acondicionado nos próprios latões de transporte.

5 — Não ultrapassar de 30% (trinta por cento) a quantidade de leite congelado sobre o volume de leite no latão, sendo a congelação realizada o mais rapidamente possível. Esta percentagem poderá ser aumentada a juízo da D. I. P. O. A.

6 — Ser mantido congelado somente pelo tempo necessário ao transporte.

§ 2.º As usinas do interior que obtiverem permissão para congelar o leite, devem estar aparelhadas para realizar esse tratamento, tão prontamente quanto possível.

§ 3.º As usinas de beneficiamento e entrepostos-usina localizados em centros de consumo, disporão de dispositivos especiais para descongelar o leite.

§ 4.º O leite descongelado deve ser recebido em tanque próprio, de aço inoxidável, provido de agitador mecânico, sendo que as demais operações de beneficiamento só podem ser executadas depois de verificada a distribuição homogênea da gordura.

Art. 520. Entende-se por engarraframento a operação pela qual o leite é envasado higiênicamente, de modo a evitar a contaminação, facilitar sua distribuição e excluir a possibilidade de fraude.

§ 1.º O leite só pode ser exposto à venda engarrafado em vasilhame esterilizado, fechado mecanicamente e com fecho de reconhecida inviolabilidade, aprovado pela D. I. P. O. A. Toleram-se engarraframento e fecho manuais em estabelecimentos que produzam leite dos tipos C e magro, em quantidade inferior a 500 (quinhentos) litros diários.

§ 2.º O engarraframento só pode ser realizado em granjas leiteiras, estábulos leiteiros, usinas de beneficiamento de leite, entrepostos-usina e ainda nos casos previstos neste Regulamento.

§ 3.º O engarraframento deve obedecer ao seguinte:

1 — Ser realizado em unidades de 1/4, 1/2 e 1 (um quarto, meio e um) litros de capacidade.

2 — A forma desse vasilhame deve permitir fácil higienização, ter boca pelo menos com 38 mm (trinta e oito milímetros) de diâmetro interno, com bordos e superfícies interna lisos.

3 — A boca será adaptável fecho que proteja as bordas do gargalo e seja inviolável, isto é, impossível de ser usado novamente depois de retirado;

4 — Ser o vidro incolor e transparente, de paredes lisas internamente, de fundo chato e com ângulos arredondados.

5 — Ser executado mecanicamente e de modo a não expor o leite à contaminações.

Art. 521. A lavagem e a esterilização dos frascos devem ser feitas em sala separada, contigua à do engarrafamento; os frascos imediatamente após a esterilização devem ser enchidos, efetuando-se logo a seguir o remate com o fecho inviolável.

Art. 522. Será permitido o acondicionamento de leite em recipientes de cartolina ou de papel parafinado e congêneres, fechados a máquina, desde que se trate de embalagem eficiente e esteril, aprovada pela D. I. P. O. A.

Art. 523. Os fechos, cápsulas ou tampas devem ser:

1 — Metálicos ou de papel parafinado, tolerando-se o papelão onde houver impossibilidade comprovada para uso de outro material.

2 — Adaptados de maneira inviolável.

3 — Impressos nas cores: azul para o tipo "A"; verde para o tipo "B"; natural para tipo "C"; vermelho para o "magro".

Art. 524. Os frascos de leite devem ser acondicionados em cestas higiênicas, metálicas, leves e de fácil limpeza, devendo as usinas de beneficiamento e entrepostos-usina dispor de instalações para a lavagem das mesmas.

Art. 525. O transporte do leite engarrafado deve ser feito em veículos higiênicos e adequados, que mantenham o leite ao abrigo do sol, da poeira, da chuva e do calor.

Parágrafo único — É proibido o transporte do leite pronto para o consumo no dorso de animais ou em cangueiros.

Art. 526. As usinas e entrepostos-usina que beneficiam mais de um tipo de leite, podem adotar frascos de formato diferente, desde que aprovados pela D. I. P. O. A.

Parágrafo único. Nas pequenas cidades do interior pode ser permitido

o uso de frascos de outros formatos, desde que previamente aprovados.

Art. 527. Por solicitação das autoridades de Saúde Pública, pode ser permitido o acondicionamento de leite pasteurizado em latões ou outro vasilhame higiênico de metal próprio e com fechos invioláveis, para entrega a hospitais, colégios, creches, estabelecimentos militares e outros, para consumação direta. Esse vasilhame deve satisfazer às exigências previstas neste Regulamento.

Art. 528. As autoridades de Saúde Pública determinarão as condições de manutenção do leite nos estabelecimentos varejistas.

Art. 529. É permitido o transporte de leite em veículo-tanque, para distribuição ao consumo:

1 — Só para o leite do tipo "magro", pasteurizado, com tolerância para o tipo C, enquanto não existirem instalações suficientes nos centros de consumo para engarrafamento total;

2 — Os veículos devem ser providos de molas e o tanque de paredes duplas, isotérmicas, de modo a manter o produto durante todo o percurso em temperatura máxima de 10°C (dez graus centígrados);

3 — O tanque deve ser do tipo móvel, de alumínio ou de aço inoxidável internamente, de estrutura sem ângulos vivos, paredes lisas, de fácil limpeza, providos de mexedor automático que poderá ser dispensado quando o leite for homogenizado;

4 — As torneiras devem ser de metal inoxidável, sem juntas, sem soldas, de fácil desmontagem, em conexão com o aparelho de medição automática e providas de dispositivos especiais para sua proteção;

5 — O enchimento do tanque será feito por meio de canalização própria, a partir do depósito isotérmico do estabelecimento, passando ou não por medidor automático, proibindo-se o uso de equipamento que possa contaminar o leite, a juízo da D. I. P. O. A.;

6 — O enchimento do tanque e a fixação do selo de chumbo serão realizados com a assistência da Inspeção Federal;

7 — O selo de chumbo será passado por etiqueta com data, assinatura e cargo do analista;

8 — O distribuidor de leite em carro tanque deve trazer permanente-

mente um certificado de análise, do qual constarão: tipo do leite, temperatura, hora de saída da usina de beneficiamento ou entreposto-usina e a composição do produto contido no tanque;

9 — Externamente os carros-tanques trarão em caracteres visíveis o tipo de leite nêlo contido, bem como a relação dos preços de venda no varejo, por litro ou fração.

Art. 530. A violação dos techos dos carros-tanque, entre a saída e o retorno à usina de beneficiamento ou ao entreposto-usina, implicará na apreensão sumária do veículo; os infratores serão autuados para efeito de aplicação da penalidade que couber e apresentados à autoridade policial, para o competente processo criminal.

Art. 531. A critério da D. P. O. A. pode ser permitida a homogeneização do leite distribuído em carros-tanque, satisfeitas as condições que forem estabelecidas.

Art. 532. Para efeito de aplicação deste Regulamento considera-se "leite individual" o produto resultante da ordenha de uma só fêmea; "leite de conjunto", o resultante da mistura de leites individuais.

Parágrafo único. Não se permite para fins de consumo em natureza, a mistura de leite de espécies animais diferentes.

Art. 533. Até que sejam determinados os padrões regionais de leite, será considerado "integral" o leite de conjunto que, sem tratamento ou modificação em sua composição, apresente as características previstas neste Regulamento para o padrão de leite normal.

Art. 534. É obrigatória a análise do leite destinado ao consumo ou à industrialização.

Parágrafo único. Os estabelecimentos são obrigados a controlar as condições do leite que recebem, mediante instruções fornecidas pela D. I. P. O. A.

Art. 535. A análise do leite, seja qual for o fim a que se destine, abrangerá os caracteres organolépticos e as provas de rotina, assim consideradas:

1 — Caracteres organolépticos (cor, cheiro, sabor e aspecto), temperatura e lacto-filtração.

2 — Densidade pelo termo-lactodensímetro a 15°C (quinze graus centígrados).

3 — Acidez pelo acidímetro Dornic, considerando-se prova complementar a da cocção, do álcool ou do alizanol.

4 — Gordura pelo método de Gerber.

5 — Extrato seco e desengordurado, por discos, cálculos ou tabelas.

Art. 536. Dada a imprecisão das provas de rotina só poderá ser considerado anormal, e desse modo condenado por fraude, o leite que se apresente fora do padrão no mínimo em 3 (três) provas de rotina ou em 1 (uma) de rotina e 1 (uma) de precisão.

Parágrafo único. Consideram-se provas de precisão:

1 — Determinação do índice de refração no soro cúprico;

2 — Determinação do índice crítico.

Art. 537. Só pode ser beneficiado leite considerado normal, proibindo-se beneficiamento do leite que:

1 — Provenha de propriedade interdita nos termos do artigo número 487.

2 — Revele presença de germes patogênicos;

3 — Esteja adulterado ou fraudado, revele presença de colostro ou leite de retenção;

4 — Apresente modificações em suas propriedades organolépticas, inclusive impurezas de qualquer natureza;

5 — Revele, na prova de redutase, contaminação excessiva, com decoloramento em tempo inferior a 5 (cinco) horas para o tipo A, 3,30 (três horas e meia) para o tipo B e 2,30 (duas horas e meia) para os demais tipos.

§ 1.º O leite pasteurizado para ser exposto ao consumo como integral, deve apresentar:

1 — Caracteres organolépticos normais do leite cru;

2 — Teor de gordura original, isto é, sem acréscimo e sem diminuição;

3 — Acidez não inferior a 15° D (quinze graus Dornic) nem superior a 20° D (vinte graus Dornic).

4 — Extrato seco desengordurado não inferior a 8,5 % (oito e cinco décimos por cento);

5 — Extrato seco total não inferior a 12,2 % (doze e dois décimos por cento);

6 — Densidade a 15° C (quinze graus centígrados) entre 1.028 (mil e vinte e oito) e 1.032 (mil e trinta e dois);

7 — Ponto crioscópico — 0,55 (menos cinquenta e cinco centésimos);

8 — Índice refratométrico no soro cúprico a 20° C (vinte graus centígrados) não inferior a 37° (trinta e sete graus) Zeiss.

§ 2.º As provas de precisão só podem ser realizadas por laboratórios credenciados.

Art. 538. O leite tipo C ou padronizado, para ser exposto ao consumo, deve satisfazer às exigências do leite integral, menos nos seguintes pontos:

1 — Teor de gordura, que será de 3 % (três por cento), no mínimo;

2 — Extrato seco total, 11,7% (onze e sete décimos por cento);

3 — Extrato seco desengordurado, 8,7% (oito e sete décimos por cento);

4 — Densidade a 15° C (quinze graus centígrados) entre 1.031 (mil e trinta e um) e 1.034 (mil e trinta e quatro);

Art. 539. O leite do tipo "magro" só pode ser exposto ao consumo quando:

1 — Satisfizer ao padrão físico-químico previsto para o leite padronizado, com as alterações decorrentes da redução do teor de gordura;

2 — Apresentar teor de gordura não inferior a 2% (dois por cento).

Parágrafo único. Serão determinados pela D. I. P. O. A. os padrões físico-químicos deste tipo de leite.

Art. 540. Para a determinação do padrão bacteriológico e dos enzimas do leite, adotam-se a prova da reductase para o leite cru; fosfatase, peroxidase, contagem microbiana e teste de presença de coliformes, para o pasteurizado.

§ 1.º Para o leite pasteurizado, a prova de fosfatase deve ser negativa, a de peroxidase positiva.

§ 2.º O número de germes por mililitro não deve ser superior a:

1 — 10.000 (dez mil) antes da pasteurização e 500 (quinhentos) depois da pasteurização, para o leite tipo "A";

2 — 500.000 (quinhentos mil) antes e 50.000 (cinquenta mil) depois da pasteurização, para o leite tipo "B";

3 — para os demais tipos de leite, 300.000 (trezentos mil) depois da pasteurização.

Art. 541. O teor em coliformes será julgado como se segue:

1 — tipo "A" — ausência em 1 ml. (um mililitro);

2 — tipo "B" — tolerância em 0,5 ml (meio mililitro);

3 — tipo "C" e "magro" — tolerância em 0,2 ml (dois décimos de mililitros);

Art. 542. Considera-se leite impróprio para consumo em natureza, o que não satisfaça às exigências previstas para sua produção e que:

1 — revele acidez inferior a 15°D (quinze graus Dornic) e superior a 20°D (vinte graus Dornic);

2 — contenha colostro ou elementos figurados em excesso;

3 — não satisfaça ao padrão bacteriológico previsto;

4 — revele presença de nitratos e nitratos;

5 — apresente modificações de suas propriedades organolépticas normais;

6 — apresente elementos estranhos a sua composição normal;

7 — revele quaisquer alterações que o tornem impróprio ao consumo, inclusive corpos estranhos de qualquer natureza

Art. 543. Considera-se fraudado, adulterado ou falsificado, o leite que:

1 — fôr adicionado de água;

2 — tiver sofrido subtração de qualquer dos seus componentes exclusiva a gordura nos tipos "C" e "magro";

3 — fôr adicionado de substâncias conservadoras ou de quaisquer elementos estranhos a sua composição;

4 — fôr de um tipo e se apresentar rotulado como de outro, de categoria superior;

5 — estiver cru e fôr vendido como pasteurizado;

6 — fôr exposto ao consumo sem as devidas garantias de inviolabilidade.

§ 1.º Só pode ser inutilizado leite considerado impróprio para consumo ou fraudado, que a juízo da Inspeção Federal não possa ter aproveitamento condicional.

§ 2.º Considera-se aproveitamento condicional:

1 — a desnaturação do leite e sua aplicação na alimentação animal;

2 — a desnatação do leite para obtenção de creme para manteiga e leite desnatado para fabricação de caseína industrial ou alimento para animais.

Art. 544. Quando as condições de produção, conservação e transporte, composição química ou carga bacteriológica não permitem que o leite satisfaga ao padrão a que se destina, pode ser aproveitado na obtenção de tipo inferior, desde que se enquadre no respectivo padrão.

Parágrafo único. Não sendo possível o aproveitamento a que se refere este artigo, a juízo da Inspeção Federal, será destinado a aproveitamento condicional.

Art. 545. Qualquer tipo de leite terá cassada sua classificação quando os seus padrões bacteriológicos e físico-químicos não correspondem ao do respectivo tipo:

1 — em 3 (três) análises sucessivas, persistindo o defeito apesar de notificação ao estabelecimento produtor;

2 — em 5 (cinco) análises interpostas no período de 1 (um) mês.

§ 1.º A desclassificação persistirá enquanto o estabelecimento não se aparelhar devidamente para correção dos defeitos verificados.

§ 2.º Enquanto perdurar a desclassificação, o estabelecimento só poderá entregar leite ao consumo na categoria que o produto alcançar.

§ 3.º Quando se tratar de leite de tipo "C", deve se replicada a multa prevista neste Regulamento.

§ 4.º Nos casos de pericia o interessado ou seu preposto pode acompanhar as análises que devam ser realizadas em laboratórios oficiais.

CAPÍTULO II

CREME

Art. 546. Entende-se por creme o produto rico em gordura, resultante da desnatagem do leite.

Art. 547. Para efeito deste Regulamento, são permitidas as seguintes variedades de creme:

- a) creme de mesa;
- b) creme de indústria.

Art. 548. Considera-se "creme de mesa" o produto obtido em condições especiais, destinado ao consumo direto ou à aplicação em culinária.

Art. 549. O creme de mesa pode ser classificado em:

- 1 — creme de mesa pasteurizado ou creme doce — quando submetido à

pasteurização e de acidez não superior a 20ºD (vinte graus Dornic);

2 — creme de mesa ácido: quando pasteurizado, adicionado de fermentos lácticos próprios e de acidez não superior a 50ºD (cinquenta graus Dornic);

3 — creme de mesa esterilizado: quando esterilizado adicionado ou não de estabilizador aprovado pela D. I. P. O. A. e de acidez não superior a 20ºD (vinte graus Dornic).

Art. 550. O creme de mesa deve ser:

1 — oriundo de leite considerado próprio para consumo, desnatado em instalações adequadas;

2 — beneficiado dentro das 18 (dezoito) horas posteriores à desnatagem, em estabelecimento sob Inspeção Federal, aparelhado para pasteurização, refrigeração e envasamento do creme em vasilhame esterilizado e com depósito frigorífico.

Parágrafo único. O creme esterilizado deve ser previamente homogenizado e acondicionado em garrafas ou em latas apropriadas.

Art. 551. O creme de mesa deve apresentar:

1 — caracteres organolépticos normais;

2 — acidez máxima de 20ºD (vinte graus Dornic) nas variedades "doce" e "esterilizado" e de 50ºD (cinquenta graus Dornic) na variedade "ácida";

3 — no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de gordura.

Art. 552. É proibida a exposição ao consumo de creme cru.

Art. 553. A produção e o transporte de creme de mesa devem obedecer, no mínimo, ao que prevê este Regulamento para o leite tipo "C".

§ 1.º Nos estabelecimentos sob Inspeção Federal é permitido acondicionar o creme pasteurizado desde que o vasilhame atenda a todas as exigências previstas para o leite de consumo.

§ 2.º Este vasilhame deve ser provido de fecho inviolável e trazer uma etiqueta indicando a natureza e variedade do produto bem como indicação sobre os estabelecimentos de procedência e de destino.

§ 3.º O engarrafamento do creme deve atender às mesmas exigências fixadas para o leite tipo "C", inclusive no que diz respeito aos dizeres da tampa.

§ 4.º E' proibido o emprêgo de substâncias químicas, com a finalidade de reduzir a acidez do creme de mesa.

Art. 554. Considera-se "creme de indústria", o produto obtido e tratado para fins de fabricação de manteiga e outros produtos.

Art. 555. Enquadra-se na categoria de creme de indústria o "creme de sôro", que é o produto resultante da desnatação do sôro de queijo.

Parágrafo Único. Estendem-se ao creme de sôro as mesmas determinações constantes deste Regulamento para creme de indústria.

Art. 556. Em fazenda leiteira reconhecidamente distante de estabelecimentos industriais, é permitida a desnatação em dependência provisória, especialmente destinada a esse fim, que será considerada "pôsto de desnatação".

Parágrafo único. Nas zonas de fornecimento a estabelecimentos industriais, não se permite desnatação em instalações provisórias.

Art. 557. O creme sem tratamento, só pode permanecer no pôsto de desnatação até 72 (setenta e duas) horas após sua produção.

§ 1.º Durante a permanência, será mantido em vasilhame próprio, colocado em tanque com água corrente até a altura correspondente ao creme.

§ 2.º Este creme deve chegar ao estabelecimento industrial dentro das 24 (vinte e quatro) horas posteriores à saída do pôsto de desnatação, incluindo-se nesse prazo o tempo de permanência em postos intermediários. Só é permitida a prorrogação desse prazo, mediante tratamento especial do creme, para sua conservação, no próprio posto de desnatação.

Art. 558. Enquanto perdurar o estado incipiente da produção de creme, permitem-se os seguintes tratamentos, próprio pôsto de desnatação.

1 — aquecimento do creme recém-obtido, sob agitação, no próprio latão de transporte, em banho-maria a 80°C (oitenta graus centígrados) aproximadamente, por 10 a 15 (dez a quinze) minutos, contados a partir do momento em que foi atingida essa temperatura, seguindo-se a refrigeração, quando em tanque com água corrente te até a expedição;

2 — adição ao creme fresco, de cloreto de sódio (sal de cozinha) refinado, até 4% (quatro por cento) de seu peso.

Parágrafo único. Pode ser permitido o emprêgo de conservadores em creme destinado à fabricação de manteiga, desde que aprovados pela D. I. P. O. A.

Art. 559. Nos estabelecimentos industriais o creme deve ser:

1 — analisado na recepção, quanto aos seus caracteres organolépticos, teor de gordura e índice de acidez Dornic;

2 — classificado por categoria, conforme a qualidade de manteiga a que se destine.

§ 1.º Os cremes da mesma categoria podem ser misturados para a seguinte tratamento: filtração, padronização do teor de gordura, redução da acidez, pasteurização, refrigeração, adição de fermento láctico selecionado, maturação e refrigeração final entre 10 e 12º C (dez e doze graus centígrados), no mínimo 2 (duas) horas antes da batidura.

§ 2.º Na fabricação de manteiga "extra" ou de "1.ª qualidade" é obrigatório o tratamento referido no parágrafo anterior; na fabricação de manteigas comum ou de cozinha, só é exigida a filtração e a refrigeração do creme.

§ 3.º O creme destinado à manteiga a ser frigorificada por tempo superior a 30 (trinta) dias, deve ter sua acidez reduzida a 20º D (vinte graus Dornic), ser pasteurizado e não ter mais de 60ºD (sessenta graus Dornic) por ocasião da batidura.

§ 4.º E' obrigatória a pasteurização do creme que foi submetido à redução de sua acidez.

Art. 560. Fica estabelecida a seguinte redação para a escala de pontos destinada à classificação de cremes:

- 1 — aspecto: 10 (dez) pontos;
- 2 — aroma: 30 (trinta) pontos;
- 3 — sabor: 30 (trinta) pontos;
- 4 — percentagem de gordura: limites de 20 a 50% (vinte a cinquenta por cento) 10 (dez) pontos;
- 5 — acidez Dornic: limites de 20 e 40º D (vinte a quarenta graus Dornic) 15 (quinze) pontos, respectivamente para creme doce e de indústria;
- 6 — apresentação 5 (cinco) pontos.

Art. 561. Será considerado "extra" o creme que:

- 1 — alcance no mínimo 85 (oitenta e cinco) pontos na escala prevista neste Regulamento e não tenha sido adicionado de conservador;
- 2 — foi produzido no máximo 48 (quarenta e oito) horas antes;
- 3 — apresente acidez máxima de 35° D (trinta e cinco graus Dornic) sem ter sido submetido a qualquer tratamento (redução).

Art. 562. Deve ser considerado de "primeira qualidade" o creme que:

- 1 — alcance no mínimo 75 (setenta e cinco) pontos na escala prevista neste Regulamento;
- 2 — foi produzido no máximo a 72 (setenta e duas) horas, quando não tratado no estabelecimento de desnatção;
- 3 — apresente acidez máxima de 50° D (cinquenta graus Dornic), sem ter sido submetido a qualquer tratamento (redução).

Art. 563. Na fabricação da manteiga "extra" e de "primeira qualidade" só se permite a aplicação de cremes "extra" e "primeira qualidade", respectivamente.

Art. 564. O creme destinado à fabricação de requeijão deve satisfazer, no mínimo, aos requisitos de creme de 1.ª qualidade.

Art. 565. Será considerado de "segunda qualidade" o creme que:

- 1 — não alcance 75 (setenta e cinco) pontos na escala de pontos;
- 2 — foi produzido no máximo a 84 (oitenta e quatro) horas e apresente no máximo acidez de 65° D (sessenta e cinco graus Dornic).

§ 1.º Este creme só pode ser empregado na fabricação de manteiga comum.

§ 2.º Creme com acidez superior a 65° D (sessenta e cinco graus Dornic) sem tratamento, só pode ser empregado na fabricação de manteiga de cozinha.

Art. 566. É proibida a aplicação direta de gelo, ao creme destinado à fabricação de manteiga extra ou de 1.ª qualidade.

Parágrafo único. O gelo aplicado na refrigeração de creme destinado à fabricação de manteiga comum, deve ser obtido de água potável.

Art. 567. Consideram-se impróprios para consumo ou para fabricação de manteiga os cremes:

- 1 — oriundos de leite proveniente de gado atacado de doenças contagiosas ou de propriedades interditas pela autoridade sanitária;
- 2 — que revelem a presença de germes patogênicos;
- 3 — que apresentem corpos estranhos de qualquer natureza;
- 4 — que apresentem caracteres organolépticos anormais, principalmente quanto a cheiro e sabor.

CAPÍTULO III

MANTEIGA

Art. 568. Entende-se por "manteiga" o produto resultante da batadura do creme de leite, fresco ou fermentado pela adição de fermento láctico selecionado, ao qual se incorpore ou não sal (cloreto de sódio).

Parágrafo único. A redução da acidez do creme destinado à fabricação de manteiga impõe não só a subsequente pasteurização, como está previsto neste Regulamento, como também a adição de fermentos lácticos selecionados.

Art. 569. A designação "manteiga" é reservada, exclusivamente, ao produto obtido do leite de vaca, que reúna as condições estabelecidas neste Regulamento.

Parágrafo único. Quando a matéria prima for procedente de outra espécie animal, o produto será designado com o nome de "manteiga", acrescido da designação da espécie que lhe deu origem.

Art. 570. As manteigas podem ser de duas variedades: sem sal e com sal, isto é, adicionadas ou não de cloreto de sódio.

Art. 571. Para efeito de distinção comercial são adotados os seguintes tipos de manteiga:

1 — manteiga de mesa: a que obtenha classificação "extra", "primeira qualidade" ou "comum", segundo as especificações deste Regulamento;

2 — manteiga de cozinha: a que não satisfaça aos padrões previstos para o tipo de mesa e possa ter aproveitamento em culinária, incluindo-se nesta categoria a manteiga fundida.

Art. 572. Quanto à qualidade serão as manteigas de mesa classificadas em:

- a) manteiga extra;
- b) manteiga de primeira qualidade;
- c) manteiga comum.

Art. 573. Entende-se por "manteiga extra" o produto que alcance 92 (noventa e dois) pontos ou mais na escala estabelecida neste Regulamento e ainda satisfaça às seguintes exigências:

1 — ser obtida em estabelecimento instalado para a finalidade, dispondo de toda a aparelhagem para tratamento do creme (pasteurização, adição de fermentos lácticos selecionados), além de câmaras frigoríficas para depósito do produto;

2 — ser obtida de creme classificada "extra", devidamente tratado, não adicionado de corante;

3 — ser elaborada com creme e água refrigerados, sem aplicação direta de gelo;

4 — apresentar, no máximo 2 ml (dois mililitros) de soluto alcalino normal em 100 g (cem gramas) de matéria gorda na fábrica, tolerando-se até 3 ml (três mililitros) no consumo; 1% (um por cento) de insolúveis e 2% (dois por cento) de cloreto de sódio;

5 — ser devidamente embalada na própria fábrica ou em estabelecimento registrado;

6 — ser mantida em frio e só ser estocada à temperatura de 10°C (menos dez graus centígrados).

Art. 574. Entende-se por "manteiga de primeira qualidade" o produto que alcançar 82 a 91 (oitenta e dois a noventa e um) pontos na escala estabelecida neste Regulamento e satisfaça às exigências seguintes:

1 — ser obtida em estabelecimento instalado para a finalidade, dispondo de toda a aparelhagem para tratamento de creme, além de câmaras frigoríficas para depósito do produto;

2 — ser obtida de creme de primeira qualidade, devidamente tratado, adicionado ou não de corante vegetal próprio, até tonalidade levemente amarelada;

3 — ser elaborada com creme refrigerado, sem aplicação direta de gelo;

4 — apresentar no máximo 3 ml (três mililitros) de soluto alcalino normal em 100 g (cem gramas) de matéria gorda na fábrica, tolerando-se 5

ml (cinco mililitros) no consumo; 1,5% (um e meio por cento) de insolúveis e 2,5% (dois e meio por cento) de cloreto de sódio;

5 — Ser devidamente embalada na própria fábrica ou em estabelecimento registrado;

6 — Ser mantida em frio.

Art. 575. Entende-se por "manteiga comum" o produto que obtenha de 70 a 81 (setenta a oitenta e um) pontos na escala estabelecida neste Regulamento e satisfaça às seguintes exigências:

1 — Ser obtida de creme próprio à finalidade, com acidez não superior a 65° D (sessenta e cinco graus Dornic), adicionado ou não de corante vegetal, na quantidade estritamente necessária à obtenção de uma tonalidade amarelada;

2 — Apresentar, no máximo: 5 ml (cinco mililitros) de soluto alcalino normal em 100 g (cem gramas) de matéria gorda na fábrica, tolerando-se 8 ml (oito mililitros) no consumo; 2% (dois por cento) de insolúveis e 3% (três por cento) de cloreto de sódio;

3 — Ser enlatada na própria fábrica, imediatamente após a fabricação.

Art. 576. Na fabricação de manteiga de mesa só se permite aplicação de sal (cloreto de sódio) refinado e preferentemente esterilizado.

Art. 577. Só pode ser dado ao consumo como manteiga "extra" ou de "primeira qualidade" o produto que, além de elaborado em estabelecimento nas condições fixadas neste Regulamento, seja mantido em depósito ou armazém frigorífico no mercado consumidor.

Parágrafo único. Enquanto não houver transporte frigorífico, estas manteigas devem ser mantidas em temperatura nunca superior a 5° C (cinco graus centígrados), até o momento do embarque.

Art. 578. As manteigas estocadas por mais de 6 (seis) meses a partir da data de fabricação, só podem ser lançadas ao consumo após nova análise.

Art. 579. A juízo da D. I. P. O. A., nos Estados do Norte e Nordeste poderão ser toleradas, já no consumo, acidez até 10 ml (dez mililitros), em soluto alcalino normal em 100 g (cem gramas) de matéria gorda para man-

teiga comum e até 8 mil (oito mililitros) para a de primeira qualidade, com o teor de cloreto de sódio até 3% (três por cento).

Art. 580. Entende-se por "manteiga de cozinha" o produto que satisfaça às exigências legais, alcance no mínimo 60 (sessenta) pontos na escala prevista neste Regulamento, e apresente acidez até 10 mil (dez mililitros) em soluto alcalino normal em 100g (cem grammas) de manteiga gorda, tolerando-se até 12 mil (doze mililitros) nos Estados do Norte e Nordeste.

Art. 581. Para servir de base à classificação das manteigas, fica estabelecida a seguinte escala de pontos:

- 1 — Sabor e aroma, máximo 55 (cinquenta e cinco) pontos;
- 2 — Textura e consistência 30 (trinta) pontos;
- 3 — Salga, 5 (cinco) pontos;
- 4 — Coloração, 5 (cinco) pontos;
- 5 — Apresentação, 5 (cinco) pontos.

Parágrafo único. Os pontos mínimos referidos na escala de julgamento da manteiga são os seguintes:

- 1 — Paladar: 35 (trinta e cinco) pontos para a de cozinha; 40 (quarenta) para a comum; 45 (quarenta e cinco) para a de primeira qualidade e 50 (cinquenta) para a extra;
- 2 — Textura e consistência: 17 (dezesete) para a de cozinha; 22 (vinte e dois) para a comum; 26 (vinte e seis) para a de primeira qualidade e 28 (vinte e oito) para a extra;
- 3 — Salga: 2,5 (dois e meio) para a de cozinha; 2,5 (dois e meio) para a comum; 3,5 (três e meio) para a de primeira qualidade e 4,5 (quatro e meio) para a extra;
- 4 — Coloração: pontos idênticos aos conferidos para a salga;
- 5 — Apresentação: 3 (três) para a de cozinha; 3 (três) para a comum; 4 (quatro) para a de primeira qualidade e 5 (cinco) para a extra.

Art. 582. A classificação será controlada pela Inspeção Federal.

Art. 583. As manteigas de qualquer tipo ou qualidade, devem satisfazer às seguintes exigências:

- 1 — Apresentar no mínimo 82% (oitenta e dois por cento) de matéria gorda na variedade "extra sem sal" e, no mínimo, 80% (oitenta por

cento) nas demais qualidades; tolerar-se uma variação de 2% (dois por cento) na de cozinha;

2 — Não apresentar teor de água superior a 16% (dezesseis por cento) tolerando-se até 18% (dezoito por cento) nas variedades não salgadas e nas de cozinha.

Art. 584. As manteigas devem apresentar na matéria gorda, índices físicos e químicos dentro dos seguintes limites:

- 1 — Acidez em soluto normal por cento: variável, de acordo com as qualidades;
- 2 — Índice de oxidabilidade (número de Isgoglio): máximo de 15 (quinze);
- 3 — Índice de refração absoluta a 40°C (quarenta graus centígrados): 1,4528 a 1,4558;
- 4 — Índice de todo: de 26 a 38 (vinte e seis a trinta e oito);
- 5 — Índice de Reichert-Meissel: de 20 a 32 (vinte a trinta e dois);
- 6 — Índice de Polenske: de 13 (um e três décimos) a 3,6 (três e seis décimos);
- 7 — Ponto de fusão final em tubo capilar de 28 a 37° C (vinte e oito a trinta e sete graus centígrados);
- 8 — Índice de saponificação: de 219 a 234 (duzentos e dezenove a duzentos e trinta e quatro).

Art. 585. É proibido adicionar à manteiga substâncias conservadoras, aromatizantes, essências, antioxidantes ou regeneradoras, bem como gorduras estranhas de qualquer natureza.

Art. 586. As manteigas só podem ser artificialmente coradas por substâncias vegetais permitidas neste Regulamento.

Art. 587. As manteigas de mesa ou de cozinha devem ser consideradas impróprias para o consumo, além de sujeitas às demais restrições deste Regulamento:

- 1 — Quando apresentem caracteres organolépticos anormais de qualquer natureza;
- 2 — Quando o teor em matéria gorda for inferior a 80% (oitenta por cento) tolerando-se até 78% (setenta e oito por cento), na de cozinha;
- 3 — Quando em análises fique demonstrada a adição de substâncias nocivas, conservadores, produtos estranhos à sua composição, ou matéria corante não permitida neste Regulamento;

4 — Quando contenham detritos, sujidades, insetos ou corpos estranhos de qualquer natureza;

5 — Quando contenham microorganismos, em número que indique defeitos de matéria prima ou de elaboração;

6 — Quando revelem, em exame bacteriológico, coliformes, levedos e cogumelos em número superior ao previsto nas técnicas padrões da D. I. P. O. A. ou apresentem germes patogênicos.

Art. 588. Para a embalagem da manteiga, qualquer que seja o tipo ou qualidade, devem ser observados os seguintes requisitos:

1 — Ser exposta ao consumo na embalagem original, devidamente fechada, com pesos de 125 g (cento e vinte e cinco grammas), 250 g (duzentos e cinquenta grammas), 500 g (quinhentas grammas) e de 1 a 25 kg (um a vinte e cinco quilogramas);

2 — Apresentar-se em embalagens especiais (latões, barricas ou caixas de madeira) a juízo da D. I. P. O. A., quando das fábricas se destinem diretamente a entrepostos; neste caso o recipiente deve exibir rótulos, etiquetas ou carimbos com identificação da natureza e qualidade do produto, bem como do estabelecimento de origem e de destino;

3 — emprego de recipientes de inviolabilidade garantida, qualquer que seja a sua natureza, a juízo da D. I. P. O. A.;

4 — não ser embalada em palhas, folhas de vegetais ou papel permeável às gorduras ou outro qualquer material considerado impróprio.

Art. 589. O reempacotamento não prescinde de embalagem inviolável e só é permitido nos centros de consumo para manteiga de mesa, praticado em estabelecimentos que disponham de aparelhagem mecânica própria, câmara fria e material de laboratório para análise rápida do produto.

Art. 590. Consideram-se fraudes:

1 — A mistura de manteiga de qualidades diferentes;

2 — a venda de manteiga de uma qualidade por outra superior à classificação;

3 — A rotulagem de manteiga em desacordo com a classificação real.

Art. 591. As disposições relativas à fabricação e classificação de mantei-

ga, são igualmente aplicáveis ao produto oriundo de outras espécies, com as alterações que a tecnologia indicar.

Art. 592. Entende-se por armazenamento frigorífico de manteiga o depósito deste produto por tempo não superior a 3 (três) meses, nas seguintes condições:

1 — Ser procedido em câmara frigorífica, a temperatura não superior a 5°C (cinco graus centígrados) e com grau higrométrico não superior a 75 % (setenta e cinco por cento);

2 — não ser mantida em comum com outros produtos que possam contaminar a manteiga ou lhe transmitir cheiro e sabor estranhos;

3 — estar acondicionada em recipientes ou envoltórios que evitem contaminações ou sujidades e, quando em latões, sem que haja espaço entre o produto e o continente.

Art. 593. Entende-se por estocagem de manteiga, a manutenção do produto em frigorífico, nas seguintes condições:

1 — ser procedida em câmara frigorífica mantida em temperatura inferior a 10°C (dez graus centígrados) e durante todo o período de estocagem, com grau higrométrico não superior a 75 % (setenta e cinco por cento);

2 — ser previamente envolvida em papel impermeável apropriado, quando acondicionada em recipientes de madeira;

3 — atender às demais condições previstas no artigo anterior.

Parágrafo único. A manteiga, ao ser retirada do armazenamento ou da estocagem, será examinada e reclassificada se for o caso.

Art. 594. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de fabricação, as firmas estocadoras ou armazenadoras serão responsáveis pelos defeitos de acidez e ranço se as manteigas não tiverem sido mantidas nas condições dos artigos 592 e 593.

Art. 595. Considera-se data de fabricação da manteiga o dia de sua embalagem provisória ou definitiva. Esta data deve constar da embalagem da manteiga a ser conservada.

Art. 596. Permitem-se, como aproveitamento condicional, a fabricação e comércio de manteiga fundida, desti-

nando-se o produto a fins culinários.

Art. 597. Entende-se por "manteiga fundida" o produto cuja umidade foi eliminada pela fusão e em seguida filtrado para separar a manteiga derretida da caseína e da albumina.

Parágrafo único. No preparo da manteiga fundida, devem ser atendidas as condições mínimas previstas para a manteiga de cozinha.

CAPÍTULO IV

QUEIJOS

Art. 598. Entende-se por "queijo" o produto obtido do leite integral padronizado, magro ou desnatado, coagulado natural ou artificialmente adicionado ou não de substâncias permitidas neste Regulamento e submetido às manipulações necessárias para formação das características próprias.

Art. 599. Para fins de padronização, os queijos devem ser classificados em 3 (três) categorias, tendo por base:

- a) consistência;
- b) percentagem de gordura no extrato seco total;
- c) qualidade e processo de fabricação.

Art. 600. Quanto à consistência, os queijos podem ser classificados em "moles", "semi-duros" e "duros".

Parágrafo único. Os queijos moles e semi-duros podem ser:

- 1 — "frescos" quando não sofrerem processo de cura, inclusive os de massa filada;
- 2 — "maturados" quando forem submetidos a processo de cura, segundo a técnica própria do tipo.

Art. 601. Quanto à percentagem de gorduras no extrato seco total, os queijos se classificam em:

- 1 — gordo: quando alcance no mínimo 40% (quarenta por cento);
- 2 — meio gordo: quando esta percentagem é superior a 25% (vinte e cinco por cento);
- 3 — magro: quando esta percentagem é igual ou superior a 15% (quinze por cento);
- 4 — desnatado: quando esta percentagem não atinge 15% (quinze por cento).

Art. 602. Quanto à qualidade, serão os queijos classificados em: extra,

de primeira qualidade e de segunda qualidade.

§ 1.º O queijo "extra" deve satisfazer às seguintes exigências:

- 1 — apresentar integralmente as características estabelecidas para o padrão respectivo;
- 2 — ser preparado com leite pasteurizado ou cru, conforme sua tecnologia o exija;
- 3 — ser tecnicamente fabricado utilizando-se fermento láctico especial para o tipo;
- 4 — apresentar revestimento e embalagem característicos;
- 5 — alcançar na escala de classificação no mínimo 90 (noventa) pontos.

§ 2.º O queijo de "primeira qualidade" deve satisfazer às seguintes exigências:

- 1 — apresentar as características estabelecidas para o tipo;
- 2 — apresentar revestimento apropriado;
- 3 — alcançar na escala de classificação no mínimo 85 (oitenta e cinco) pontos).

§ 3.º O queijo de "segunda qualidade" deve satisfazer às seguintes exigências:

- 1 — manter as características estabelecidas para o tipo, embora com defeitos que os afastem do padrão;
- 2 — apresentar ou não revestimento apropriado;
- 3 — alcançar na escala de classificação no mínimo 80 (oitenta) pontos.

Art. 603. Fica estabelecida a seguinte escala de pontos para a classificação:

- 1 — paladar: compreendendo degustação, sabor e aroma: máximo de 50 (cinquenta) pontos;
- 2 — consistência, compreendendo dureza e untura: máximo de 20 (vinte) pontos;
- 3 — textura, compreendendo olhada e granulação: máximo de 15 (quinze) pontos.
- 4 — cor: máximo de 10 (dez) pontos;
- 5 — apresentação, compreendendo formato, embalagem e acabamento: máximo de 5 (cinco) pontos.

Art. 604. Os queijos que não se enquadrem em qualquer das qualidades previstas no artigo anterior, podem ser aproveitados na elaboração de queijos fundidos, desde que não

tenham sido considerados impróprios para o consumo.

Art. 605. O queijo sem a maturação exigida para o seu tipo não pode obter classificação superior a 84 (oitenta e quatro) pontos.

Art. 606. Para efeito de padronização dos queijos, fica estabelecida a seguinte nomenclatura, de acordo com a consistência do produto:

1 — moles: Minas frescal, Queijo fundido, Ricota fresca, Requeijão e os tipos Roquefort, Gorgonzola, Limburgo e outros;

2 — semiduros: Minas (padrão), Prato, tipo Edam ou Reno, tipos: "Gouda", "Gruyère", "Emmental", "Tilsit", "Estepe", "Mussarela", "Siciliano", "Fontinha" e outros;

3 — duros: Minas duro e os tipos "Parmesão", "Cheddar", "Provolone", "Cacio-cavalo", "Ricota defumada" e outros.

Art. 607. O queijo tipo "Roquefort" é obtido de leite cru ou pasteurizado, de massa crua, não prensado, devidamente maturado pelo espaço mínimo de 3 (três) meses. Deve apresentar:

1 — formato cilíndrico, faces planas e bordos retos, formando ângulos vivos;

2 — peso: entre 2 e 2,200 kg (dois e dois quilos e duzentas grammas);

3 — crosta: fina, úmida, pegajosa, de cor amarelada;

4 — consistência: mole, esfarelante, com untura manteigosa;

5 — texturas: fechada ou com poucos e pequenos buracos mecânicos;

6 — cor: branco-creme apresentando as formações características verdes azuladas, bem distribuídas, devidas ao *Penicillium roqueforti*;

7 — odor e sabor: próprios, sendo o sabor salgado e picante.

Parágrafo único. Este queijo deve ser exposto à venda convenientemente envolvido em papel metálico.

Art. 608. O queijo tipo "Gorgonzola" é de fabricação idêntica a do tipo "Roquefort", diferenciando-se deste apenas por ser fabricado exclusivamente com leite de vaca.

Art. 609. O queijo tipo "Limburgo" é o produto obtido de leite cru ou pasteurizado, não prensado e devidamente maturado. Deve apresentar:

1 — formato: paralelepípedo;

2 — peso: entre 250 e 300 g (duzentas e cinquenta a trezentas grammas);

3 — crosta: fina, lisa, amarelo-parda, úmida, pegajosa;

4 — consistência: pastosa, tendente a mole e de untura manteigosa;

5 — textura: fechada ou com poucos buracos mecânicos;

6 — cor: branco-creme, podendo apresentar leve tonalidade rósea;

7 — odor e sabor: próprios, gosto salgado, tendente ao picante e odor amoniacal.

Parágrafo único. Este queijo deve ser exposto à venda envolvido em papel metálico ou parafinado.

Art. 610. "Ricota fresca" é o produto obtido da albumina de soro de queijos, adicionado de leite até 20% (vinte por cento) do seu volume, tratado convenientemente e tendo o máximo de 3 (três) dias de fabricação. Deve apresentar:

1 — formato: cilíndrico;

2 — peso: 0,300 kg a 1,000 kg (trezentas grammas a um quilograma);

3 — crosta: rugosa, não formada ou pouco nítida;

4 — consistência: mole, não pastosa e friável;

5 — textura: fechada ou com alguns buracos mecânicos;

6 — cor: branca ou branco-creme;

7 — odor e sabor: próprios.

Art. 611. O queijo "fundido" é o produto obtido da fusão, em condições apropriadas, de massa de queijos maturados, adicionada ou não de condimentos. Deve apresentar:

1 — formato: variável;

2 — peso: 250 g (duzentos e cinquenta grammas) a 5 kg (cinco quilogramas);

3 — crosta: fina, não formada;

4 — consistência: mole, homogênea, de untura manteigosa;

5 — textura: fechada, compacta, sem aspecto granuloso;

6 — cor: amarelo-palha, podendo apresentar tonalidade rósea, homogênea e translúcida;

7 — odor e sabor: lembrando os de queijo empregado e dos condimentos adicionados.

§ 1.º A denominação do queijo principal que entrou na composição do fundido, pode ser incluída na sua rotulagem.

§ 2.º No fabrico de queijos fundidos é permitido o emprêgo de fos-

fato dissódico, do citrato ou tartarato de sódio, misturados ou não, em quantidade estritamente necessária.

§ 3.º Outro emulsionante só pode ser empregado após prévia aprovação pela D.I.P.O.A.

§ 4.º O queijo fundido não deve conter mais de 45% (quarenta e cinco por cento) de água e nem menos de 40% (quarenta por cento) de gordura de leite.

Art. 612. "Requeijão" é o produto obtido pela fusão de misturas de creme com massa de coalhada, des-sorada e lavada. Deve apresentar:

- 1 — formato: cilíndrico ou retangular;
- 2 — peso: 250 (duzentos e cinqüenta) a 1.000 g (mil grammas);
- 3 — crosta: nitida, fina, de cor branco-creme;
- 4 — consistência: mole e homogênea;
- 5 — textura: fechada ou com olhos em cabeça de alfinete;
- 6 — cor: branco-creme, homogênea.

Art. 613. "Requeijão do Norte" é o produto resultante da fusão, em condições próprias, de manteiga derretida com a massa de coalhada de leite integral ou desnatado, filada e salgada. Deve apresentar:

- 1 — formato: quadrangular, de faces planas e ângulos vivos;
- 2 — peso: 2 a 12 kg (dois a doze quilogramas);
- 3 — crosta: firme de superfície rugosa ou lisa de preferência untada com manteiga;
- 4 — consistência: semi-dura, de untura tendente a seco, semiquebradiço;
- 5 — textura: fechada ou com pequenos e numerosos buracos mecânicos;
- 6 — cor: amarelo-palha, homogênea;
- 7 — odor e sabor: próprios, tendentes ao adocicado, não picante.

§ 1.º Permite-se a adição de gorduras de origem vegetal ou animal, misturadas ou não à manteiga, em proporções aprovadas pela D. I. P. O. A., o produto final assim preparado não pode obter classificação superior à de segunda qualidade. A rotulagem do produto indicará a natureza e percentagem das gorduras estranhas adicionadas.

§ 2.º Os requeijões podem ser embalados em caixas de madeira, papelão ou em papel impermeável tratado por substâncias antimófo, tais como o ácido benzoico ou seu sal

de sódio, na base de 1 g (uma grama) por metro quadrado ou por outras permitidas pela D.I.P.O.A.

Art. 614. O queijo Minas (padrão) é o produto obtido de leite integral ou padronizado, pasteurizado, de massa crua, prensado mecanicamente e devidamente maturado durante 20 (vinte) dias. Deve apresentar:

- 1 — formato: cilíndrico, de faces planas e bordos retos, formando ângulo vivo;
- 2 — peso: 1 kg a 1,200 kg (um quilograma a um quilo e duzentas grammas);
- 3 — crosta: fina amarelada, preferentemente revestida de parafina;
- 4 — consistência: semidura, tendente a macio, de untura manteigosa;
- 5 — textura: buracos mecânicos e em cabeça de alfinete, pouco numerosos;
- 6 — cor: branco-creme, homogênea;
- 7 — odor e sabor: próprios, ácidos agradáveis e não picantes.

Art. 615. Queijo "Prato" é o produto obtido do leite pasteurizado, de massa semi-cozida, prensado e maturado por 20 (vinte) dias no mínimo. Deve apresentar:

- 1 — formato: cilíndrico baixo, de faces planas e bordos de ângulos arredondados, permitindo-se as variedades: cilíndrico baixo em diâmetro menor (Cobocó); paralelepípedo, pequeno ou grande (Lancere); esférico (Bola).
- 2 — peso: 2 a 6 kg (dois a seis quilogramas) no padrão; nas variedades Cobocó, Lanche e Bola, de 1 a 4 kg (um a quatro quilogramas).
- 3 — crosta: lisa, fina, bem formada, de cor amarelada, preferentemente revestida de parafina;
- 4 — consistência: compacta, semi-dura, elástica, de untura manteigosa;
- 5 — textura: olhos redondos ou ovalares, regularmente distribuídos pouco numerosos, bem formados, de contorno nítido de 3 a 5 mm (três a cinco milímetros) de diâmetro, de fundo raso e brilhante;
- 6 — cor: amarelo-palha, tolerando-se a tonalidade ligeiramente rósea, homogênea e translúcida;
- 7 — odor e sabor: próprios, suaves, não picantes, este último tendendo ao adocicado.

Parágrafo único. Este queijo, quaisquer que sejam seu formato e peso,

será denominado "Prato", com especificação na rotulagem de sua variedade;

Art. 616. O tipo "Gouda" é semelhante ao Prato padrão, apresentando a textura mais firme e paladar mais picante.

Art. 617. O queijo tipo "Edam" ou pasteurizado, de massa semi-cozida, "Reno" é o produto obtido de leite prensado e devidamente maturado por 2 (dois) meses no mínimo. Deve apresentar:

- 1 — formato: esférico;
- 2 — peso: 1,800 a 2,200 (mil oitocentos gramas e dois quilos e duzentos gramas);
- 3 — crosta: lisa, fina, colorida de vermelho ou róseo, preferentemente revestida de parafina;
- 4 — consistência: massa semi-dura, pouco elástica, de untura tendente a seca;
- 5 — textura: aberta, com poucos olhos arredondados, de contorno nítido, de fundo brilhante e aproximadamente com 3 mm (três milímetros) de diâmetro;
- 6 — cor: amarelo-palha ou amarelada, homogênea, podendo ter tonalidade rósea;
- 7 — odor e sabor: próprios e picantes, suaves, sendo este último tendente ao adocicado.

Art. 618. O queijo tipo "Gruyère", é o produto obtido do leite cru ou pasteurizado, de massa cozida, prensado e devidamente maturado pelo espaço mínimo de 4 (quatro) meses. Deve apresentar:

- 1 — formato: cilíndrico, de faces planas e bordos ligeiramente convexos, formando ângulo vivo.
- 2 — peso: 20 a 45 kg. (vinte a quarenta e cinco quilogramas).
- 3 — crosta: firme, grossa, lisa, de cor amarelo-parda.
- 4 — consistência: massa semi-dura elástica, de untura semi-manteigosa.
- 5 — textura: aberta, apresentando a olhadura característica, com olhos ovais, de 5 a 10 mm. (cinco a dez milímetros) de diâmetro, regularmente distribuídos.
- 6 — cor: amarelo-clara, homogênea e translúcida.
- 7 — odor e sabor: próprios, agradáveis, sendo o último adocicado ou tendente ao picante suave.

Art. 619. O queijo tipo "Emmental" é o produto obtido do leite cru

ou pasteurizado, de massa cozida, prensado e devidamente maturado pelo espaço mínimo de 4 (quatro) meses. Deve apresentar as características do "Gruyère", com as seguintes particularidades:

- 1 — formato: dimensões maiores.
- 2 — peso: entre 60 e 120 kg. (sessenta e cento e vinte quilogramas).
- 3 — textura: olhadura bem formada, com olhos de 10 mm a 25 mm (dez a vinte e cinco milímetros) de diâmetro.

Art. 620. O queijo tipo "Estepe" é o produto obtido de leite pasteurizado, de massa semi-cozida, prensado e maturado, pelo espaço de 2 a 3 (dois a três) meses. Deve apresentar:

- 1 — formato: retangular, com ângulos vivos.
- 2 — peso: 5,500 a 6,500 kg. (cinco mil e quinhentas a seis mil e quinhentas gramas).
- 3 — crosta: grossa, bem formada, lisa, amarelada, preferentemente revestida de parafina.
- 4 — consistência, textura, cor e odor semelhantes aos do queijo Prato, com sabor mais pronunciado.

Art. 621. O queijo tipo "Mussarela" é o produto obtido de leite cru ou pasteurizado, não prensado, entregue ao consumo até 3 (cinco) dias depois da fabricação. Deve apresentar:

- 1 — formato: cilíndrico ou chato.
- 2 — peso de 15 a 30 g. (quinze a trinta gramas).
- 3 — crosta: fina, de cor amarelada.
- 4 — consistência: massa semi-dura.
- 5 — textura: compacta, fechada.
- 6 — cor: branco-creme, homogênea.
- 7 — odor e sabor: respectivamente suave e salgado.

Art. 622. O queijo tipo "Provone Fresco" é o produto de massa filada, obtido de leite cru ou pasteurizado, não prensado, dado ao consumo até 20 (vinte) dias de fabricação. Deve apresentar:

- 1 — formato: variável, tendente ao esférico.
- 2 — peso: de 500 g a 2 kg. (quinhentas gramas a dois quilogramas).

3 — crosta, consistência, textura, cor, odor e sabor idênticos aos do tipo "Mussarela".

Parágrafo único. Este tipo pode apresentar pequena quantidade de manteiga na sua massa, dando lugar à variedade denominada "Butir-ro".

Art. 623. Queijo tipo "Siciliano" é o produto de massa filada, enformada e prensada, obtido de leite cru ou pasteurizado, devidamente maturado pelo espaço mínimo de 30 (trinta) dias. Deve apresentar:

1 — formato: paralelepípedo, de tamanhos pequeno e grande.

2 — peso: 1.800 g a 2 kg. (de mil e oitocentas gramas a dois quilogramas) no tamanho pequeno; 3.800 a 4.000 g (três mil e oitocentas a quatro mil gramas) no tamanho grande.

3 — crosta: grossa, lisa, de cor amarelada, preferentemente revestida de parafina.

4 — consistência: massa semi-dura, elástica e untura semi-manteigosa.

5 — textura: fechada ou com poucos olhos redondos, semelhantes aos do Prato.

6 — cor: branco-creme ou amarelo-palha, homogênea.

7 — odor e sabor: próprios, picantes.

Art. 624. O queijo tipo "Fontina" é o produto de massa filada, enformado e prensado, obtido de leite cru ou pasteurizado, devidamente maturado pelo espaço mínimo de 30 (trinta) dias. Deve apresentar:

1 — formato: cilíndrico, de tamanhos pequeno e grande.

2 — peso: de 900 g a 1 kg. (novecentas gramas a um quilograma) no tamanho menor; de 4 kg. a 5 kg. (quatro a cinco quilogramas) do tamanho maior.

3 — crosta, consistência, textura, cor, sabor e odor idênticos aos do tipo "Siciliano".

Art. 625. Queijo tipo "Parmesão", é o produto obtido de leite cru ou pasteurizado, de massa cozida, prensado e maturado no mínimo por 6 (seis) meses. Deve apresentar:

1 — formato: cilíndrico, com faces e bordos retos, formando ângulo vivo, apresentando-se em tamanhos pequeno, médio e grande.

2 — peso: 6.000 a 6.500 (seis mil a seis mil e quinhentas gramas) no tamanho médio; e 10 a 40 kg. (dez

a quarenta quilogramas) no tamanho grande;

3 — crosta: firme, lisa, não pegajosa, untada com óleo secativo ou verniz próprio, de preferência de cor preta;

4 — consistência: dura, maciça, de untura seca, própria para ralar;

5 — textura: fechada, compacta com poucos olhos mecânicos, pequenos ou em formato de cabeça de alfinete; superfície de fratura granulosa, de grânulos pequenos e homogêneos;

6 — cor: amarelo-palha, homogênea;

7 — odor e sabor: próprios, picantes e fortes.

Art. 626. Queijo tipo "Cheddar" é o produto obtido do leite pasteurizado, de massa semi-cozida, prensada e devidamente maturado pelo espaço mínimo de 3 (três) meses. Deve apresentar:

1 — formato: cilíndrico, bordos retos e faces planas, formando ângulo vivo;

2 — peso: 7 a 8 kg. (sete a oito quilogramas);

3 — crosta: fina, firme, meio rugosa, de cor amarelo-parda, untada de óleo vegetal, preferentemente revestida de parafina;

4 — consistência: dura, meio friável, de untura seca;

5 — textura: fechada ou com olhos mecânicos, pouco numerosos;

6 — cor: amarelo-palha, homogênea, translúcida;

7 — odor e sabor: próprios, suaves, sendo o sabor tendente a picante adocicado.

Art. 627. Queijo tipo "Provolone curado" é o produto obtido de leite cru ou pasteurizado, enformado ou não, não prensado e devidamente maturado pelo espaço mínimo de 2 (dois) meses. Deve apresentar:

1 — formato: tendente ao esférico;

2 — peso: 2 a 8 kg. (dois a oito quilogramas);

3 — crosta: firme, lisa resistente, destacável, cor amarelo-parda, preferentemente revestida de parafina;

4 — consistência: dura, não elástica, quebradiça, untura semi-seca;

5 — textura: fechada ou apresentando poucos olhos em formato de cabeça de alfinete;

6 — cor: branco-creme, homogênea;

7 — odor e sabor: próprios, fortes e picantes.

Art. 628. O queijo tipo "Caccio-cavallo" é o produto idêntico ao tipo Provolone, com formato ovalar ou cilíndrico alongado.

Art. 629. Queijo "Tilsit" é o produto obtido do leite pasteurizado, prensado, massa semi-cozida e devidamente maturado pelo espaço mínimo de 30 (trinta) dias. Deve apresentar:

1 — formato: cilíndrico, de faces planas e bordos arredondados;

2 — peso: 3 a 5 kg. (três a cinco quilogramas);

3 — crosta: lisa, tendente a rugosa, de cor amarelada, fina e bem formada;

4 — consistência: compacta, semi-dura e de untura manteigosa;

5 — textura: olhos pequenos, arredondados, numerosos, podendo apresentar buracos mecânicos;

6 — cor: amarelada, tolerando-se tonalidade ligeiramente rósea, homogênea e translúcida;

7 — odor e sabor: próprios, não amoniacal e sabor salgado, levemente picante.

Art. 630. "Ricota defumada", é o produto obtido de albumina do soro de queijo, adicionado de leite até 20% (vinte por cento) do seu volume, defumado durante a 10 a 15 (dez a quinze) dias. Deve apresentar:

1 — formato cilíndrico;

2 — peso 300 g. a 1 kg. (trezentas grammas a um quilograma);

3 — crosta: rugosa, de cor acastanhada, com aspecto característico;

4 — consistência: dura;

5 — textura, fechada ou com poucos olhos mecânicos;

6 — cor: creme-parda, homogênea;

7 — odor e sabor: próprios, meio picantes.

Art. 631. Outros tipos de queijo podem ser fabricados, com aprovação prévia dos respectivos padrões pela D. I. P. O. A., após definição das características tecnológicas, organolépticas e químicas.

Art. 632. A classificação dos queijos será realizada pelos industriais, nos próprios estabelecimentos e controlada pela D. I. P. O. A.

Art. 633. É permitido o emprego de nitrato de sódio até o limite de 0,05g (cinco centigramas) por cento do leite; de cloreto de sódio cloreto de cálcio, fermentos ou culturas de mofo próprias, bem como de especia-

rias e de substâncias vegetais inócuas, que tenham sido aprovadas pela D. I. P. O. A.

§ 1.º Os sais e suas soluções devem estar devidamente esterilizados ao serem aplicados ao leite.

§ 2.º Todos os preparados químicos expostos à venda para fabricação de queijos, de procedência nacional ou estrangeira, só podem ter aplicação na indústria queijeira depois de aprovados pela D. I. P. O. A.

Art. 634. São corantes permitidos, além de outros aprovados pela D. I. P. O. A.:

1 — Urucu (Bixa orellana) e cúrcuma (*Curcuma Longa L*) para massa;

2 — Carmim (*Coccus cacti L*), em solução amoniacal, tornassol, nova cocina e outras, para a crosta.

Art. 635. Considera-se data da fabricação dos "queijos frescos", "fundidos" e "requeijões" o dia de sua elaboração; para "queijos maturados" o dia do término da prensagem ou retirada da forma.

Parágrafo único. Os queijos terão inscrita na própria crosta ou em etiqueta aderente, a data do término da prensagem ou da retirada da forma.

Art. 636. No transporte a no consumo o queijo deve apresentar-se envolvido em papel impermeável, celofane, apergaminhado, parafinado ou metálico.

§ 1.º Desde que convenientemente identificados e atendendo as condições higiênicas exigíveis, a juízo da D. I. P. O. A., queijos frescos ou moles podem ser envolvidos em panos próprios, como embalagem provisória, durante o transporte para entrepostos ou casas atacadistas.

§ 2.º É proibido, para qualquer tipo de queijo, a embalagem em palha de milho, folhas de vegetais, papel permeável e outras julgadas impróprias.

§ 3.º Queijos duros podem ser expostos à venda sem embalagem, desde que apresentem a crosta devidamente revestida e estejam rotulados.

§ 4.º No transporte, os queijos devem ser acondicionados em caixas ou canudos de madeira ou similares, que ofereçam proteção quanto à deformação e contaminação do produto; para os queijos Minas, a juízo da D. I. P. O. A., poderá ser permitido seu acondicionamento em jacá, desde

que o produto seja previamente envolvido em pano próprio.

Art. 637. É considerado impróprio para o consumo o queijo que:

1 — contenha substâncias conservadoras não permitidas ou nocivas à saúde;

2 — apresente, disseminados na massa e na crosta, parasitos, detritos ou sujidades;

3 — esteja contaminado por germes patogênicos;

4 — apresente caracteres organolépticos anormais, de qualquer natureza, que o tornem desagradável.

638. Considera-se fraudado o queijo quando nos rótulos constarem marcas, dizeres, desenhos ou outras informações que possam induzir o consumidor a uma falsa indicação de origem e qualidade.

Art. 639. O queijo é considerado falsificado quando:

1 — apresentar substâncias estranhas à sua composição normal, mesmo de valor alimentício;

2 — os característicos próprios do tipo constante do rótulo e sua composição química não correspondam aos exigidos para o padrão respectivo.

Art. 640. Os queijos defeituosos não considerados impróprios para consumo, podem ter aproveitamento condicional, a juízo da D. I. P. Q. A.

Parágrafo único. Considera-se aproveitamento condicional a filmagem da massa de queijo fresco, obtendo-se queijo de massa filada e a fusão de queijos maturados para o preparo de "queijo fundido".

Art. 641. Os queijos impróprios para o consumo podem ser aproveitados no preparo de alimento para animais, depois de convenientemente tratados, de acordo com instruções da Inspeção Federal.

CAPÍTULO V

LEITES DESIDRATADOS

Art. 642. Entende-se por "leite desidratado" o produto resultante da desidratação parcial ou total, em condições adequadas do leite adicionado ou não de substâncias permitidas pela D. I. P. Q. A.

§ 1.º Consideram-se produtos resultantes da desidratação parcial: o leite concentrado, evaporado, condensado e o doce de leite.

§ 2.º Consideram-se produtos resultantes da desidratação total: o leite em pó e as farinhas lácteas.

Art. 643. Permite-se a desidratação do leite integral, do padronizado e do magro.

Art. 644. Só pode ser empregado na fabricação de leite desidratado para consumo direto, o leite fluido que satisfaça, no mínimo, às condições previstas neste Regulamento para o leite de consumo tipo "C", exclusive quanto ao teor de gordura e de sólidos totais.

Art. 645. O leite desidratado só pode ser exposto ao consumo em embalagem devidamente rotulada, trazendo, além das demais especificações, as seguintes: teor de gordura ou indicação da categoria neste particular (exemplo — "leite evaporado magro"), composição base do produto, quantidade de água a ser adicionada para a reconstituição, bem como instruções sobre esta operação.

Art. 646. No estabelecimento em que sejam fabricados leite em pó, modificado ou não, para alimentação infantil e farinhas lácteas, haverá sempre laboratório de bacteriologia e, na direção dos trabalhos um técnico responsável.

Art. 647. Quando por deficiência de matéria prima ou erro de fabricação o produto não apresente condições que permitam seu aproveitamento, será destinado a fins industriais, devendo o continente trazer de modo bem visível, a indicação "leite desidratado para uso industrial" (confeitaria, padaria ou estabelecimentos congêneres).

§ 1.º Considera-se deficiência de matéria prima, a acidez anormal do leite original ou defeito dos ingredientes adicionados.

§ 2.º Considera-se erro de fabricação tudo que der causa a defeito nas características químicas, organolépticas ou microbiológicas do produto.

Art. 648. O leite desidratado deve estar isento de impurezas que conter germes patogênicos ou que causem a deterioração do produto, nem revelar presença de germes coliformes.

Art. 649. Entende-se por "leite concentrado" o produto resultante da desidratação parcial em vácuo do leite fluido seguida de refrigeração.

§ 1.º Consideram-se fases da fabricação deste produto: seleção do leite, filtração, padronização dos teores de gordura e de sólidos totais, pre-aquecimento, condensação, refrigeração e embalagem.

§ 2.º Quando necessário será permitida a adição de estabilizador da caseína, bem como a congelação.

Art. 650. O leite concentrado deve atender às seguintes condições:

1 — ser obtido de matéria prima que satisfaça às exigências deste Regulamento e preparado em estabelecimento devidamente aparelhado;

2 — apresentar características organolépticas próprias;

3 — apresentar, depois de reconstituído, composição química dentro do padrão do leite de consumo a que corresponda;

4 — ter no máximo 0,1% (um decigrama por cento) de fosfato ou citrato de sódio, como estabilizador da caseína.

Art. 651. O produto será acondicionado de modo a evitar contaminação, permitindo-se o emprego de lações comuns de transporte de leite desde que devidamente esterilizados.

Art. 652. Só é permitida a congelação do leite concentrado no próprio vasilhame em que vai ser transportado.

Art. 653. O transporte do leite concentrado congelado, dos estabelecimentos de concentração ao ponto de destino (usina de beneficiamento ou fábrica de laticínios) não deve ultrapassar de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo único. Permite-se a distribuição do leite concentrado devidamente acondicionado, desde que obedea pelo menos às determinações previstas neste Regulamento para o leite tipo "C".

Art. 654. Entende-se por "leite evaporado" ou "leite condensado sem açúcar", o produto resultante da desidratação parcial, em vácuo de leite próprio para o consumo, seguido de homogeneização, enlatamento e esterilização.

Parágrafo único. São fases da fabricação do leite evaporado: seleção do leite, filtração, padronização dos teores de gordura e de sólidos totais, condensação, homogeneização, refrigeração, enlatamento, esterilização, agitação e manutenção em temperatura

ambiente pelo tempo necessário à verificação de suas condições de conservação.

Art. 655. É permitida a irradiação ou adição de produto vitaminado ao leite evaporado visando-se aumentar seu teor em vitamina D.

Art. 656. O leite evaporado deve atender às seguintes condições:

1 — ser obtido de matéria prima que satisfaça às exigências previstas neste Regulamento;

2 — apresentar características organolépticas normais ao produto;

3 — apresentar, quando reconstituído, composição química do tipo de leite de consumo a que corresponder;

— ter no máximo 0,1% (um decigrama por cento) de bicarbonato ou citrato de sódio ou de ambos na totalidade, a fim de assegurar o equilíbrio coloidal.

Art. 657. Entende-se por "leite condensado" ou "leite condensado com açúcar" o produto resultante da desidratação em condições próprias, do leite adicionado de açúcar.

Parágrafo único. São fases de fabricação do leite condensado: seleção do leite, padronização dos teores de gordura e de sólidos totais, pre-aquecimento, adição de xarope (solução de sacarose ou glicose), condensação, refrigeração, cristalização e enlatamento.

Art. 658. O leite condensado deve satisfazer às seguintes especificações:

1 — apresentar características organolépticas próprias;

2 — apresentar acidez, em ácido láctico, entre 0,10 g e 0,16% (dez e dezesseis centigramas por cento), quando na diluição de uma parte do produto para duas e meia de água;

3 — apresentar na reconstituição indicada na rotulagem, teor de gordura que atinja o limite do padrão do leite de consumo correspondente, tendo 28% (vinte e oito por cento) de extrato seco total do leite e no máximo 45% (quarenta e cinco por cento) de açúcar, excluída a lactose.

Art. 659. Entende-se por "doce de leite" o produto resultante da cocção da mistura de leite e açúcar (sacarose ou glicose) adicionada ou não de aromatizante, até concentração conveniente e parcial caramelização.

Parágrafo único. Admitem-se duas variedades de doce de leite:

- 1 — doce de leite em pasta;
- 2 — doce de leite em tabletes.

Art. 660. O doce de leite deve atender às seguintes especificações:

- 1 — apresentar características normais ao produto;
- 2 — apresentar no máximo 25% (vinte e cinco por cento) de água e 45% (quarenta e cinco por cento) de açúcar, excluída a lactose;
- 3 — apresentar teor de gordura de modo que na diluição de 1 (uma) parte do produto para 3 (três) de água, alcance o limite previsto para o leite de consumo a que corresponder o doce de leite, tolerando-se variações até 0,5% (meio por cento);
- 4 — apresentar no máximo 2% (dois por cento) de resíduo mineral fixo;
- 5 — apresentar no máximo acidez igual a 5 ml (cinco mililitros) de sultu alcalino normal por cento.

Art. 661. O doce de leite pode ser adicionado de cacáu, amendoim, coco, castanha do Pará ou outras substâncias aprovadas pela D.I.P.O.A.

Art. 662. É proibido adionar ao doce de leite gorduras estranhas, gelificantes ou substâncias impróprias de qualquer natureza, embora inócuas, exceto o bicarbonato de sódio em quantidade estritamente necessária para redução parcial da acidez do leite e estabilizadores da caseína (ros-tato ou citrato de sódio) no quantilidade máxima de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o volume do leite empregado.

Art. 663. Leite desidratado que não possa ser aproveitado por defeito que não o torne impróprio para consumo, pode ter aproveitamento condicional, na fabricação de doce de leite, a juízo da D.I.P.O.A.

Art. 664. Considera-se leite totalmente desidratado:

- 1 — o leite em pó simples;
- 2 — o leite em pó modificado ou "leite em pó acidificado" e o "leite em pó maltado";
- 3 — farinhas lácteas.

Art. 665. Entende-se por "leite em pó simples" o produto resultante da retirada, em condições apropriadas,

da quase totalidade da água contida no leite em natureza, integral ou parcialmente desnatado.

Parágrafo único. admitem-se duas variedades do leite em pó sim-plices: a destinada ao consumo hu-mano direto e a destinada a fins in-dustriais.

Art. 666. Consideram-se fases da fabricação do leite em pó para con-sumo humano direto: seleção do lei-te, padronização dos teores de gor-dura e de sólidos totais, pré-aqueci-mento, pré-concentração, homogeni-zação, secagem (por atomização ou em vácuo quando no processo de pe-lícula) e embalagem.

Parágrafo único. Permite-se quan-do necessária, a adição de esta-bilizador da caseína, em quantidade estritamente necessária.

Art. 667. O leite em pó, para con-sumo humano direto, deve atender às seguintes especificações:

- 1 — ser fabricado com matéria pri-ma que satisfaça às exigências deste Regulamento;
- 2 — apresentar características nor-mais ao produto, inclusive solubilidade mínima de 98% (noventa e oito por cento) na reconstituição, determinada gravimetricamente;
- 3 — apresentar composição tal que o produto reconstituído, conforme in-dicação na rotulagem, satisfaça ao padrão do leite de consumo a que cor-responder;
- 4 — não apresentar mais de 3% (três por cento) de umidade, toleran-do-se até 5% (cinco por cento) para o leite em pó destinado à indústria;
- 5 — não revelar presença de con-servadores, nem de anti-oxidantes;
- 6 — ser acondicionado de maneira a ficar ao abrigo do ar e de qualquer causa de deterioração, preferindo-se embalagem que tenha sido submeti-da a tratamento por gás inerte, apro-vado pela D.I.P.O.A.

Art. 668. Quanto ao teor de gor-dura, fica estabelecida a seguinte classificação do leite em pó:

- 1 — leite em pó integral ou gordo o que apresentar no mínimo 26% (vinte e seis por cento) de gordura;
- 2 — leite em pó magro: o que apre-sentar no mínimo 16% (dezesseis por cento) de gordura;

3 — leite em pó desnatado: o que apresentar menos de 16% (dezesseis por cento) de gordura.

Art. 669. Entende-se por "leite em pó modificado" o produto resultante de dessecação de leite previamente preparado, considerando-se como tal o acerto do teor de gordura, a acidificação por adição de fermento láctico ou de ácido láctico, o enriquecimento com açúcares (glicose, sacarose, maltose ou outros) com suco de frutas, com vitaminas ou com outras substâncias permitidas.

Art. 670. O leite em pó modificado deve atender às seguintes especificações:

- 1 — ser obtido de matéria prima e de ingredientes que satisfaçam a regulamentação vigente;
- 2 — apresentar teor de umidade máximo de 8% (seis por cento);
- 3 — estar isento de amido não dextrinizado, salvo se constar do rótulo a declaração desta adição;
- 4 — ser acondicionado de modo a evitar alteração do produto.

Art. 671. Entende-se por "leite em pó maltado" o produto resultante da secagem e moagem em condições próprias, de mistura de leite de teor de gordura ajustado com extrato de malte previamente germinado, devidamente preparado.

Parágrafo único. A acidez da mistura pode ser reduzida parcialmente, com a quantidade estritamente necessária de bicarbonato de sódio, adicionada ou não de citrato de sódio ou fosfato dissódico, como emulsificantes.

Art. 672. O leite maltado deve atender às seguintes especificações:

- 1 — ser obtido de matéria prima e de substâncias que satisfaçam a legislação vigente;
- 2 — apresentar caracteres organolépticos normais, inclusive boa solubilidade;
- 3 — umidade máxima de 3% (três por cento);
- 4 — gordura máxima de 9% (nove por cento);
- 5 — resíduo mineral fixo entre 2,8 e 4% (dois e oito décimos e quatro por cento);
- 6 — caseína entre 6 e 10% (seis e dez por cento);
- 7 — protídios totais: entre 12 e 15% (doze e quinze por cento);

8 — lactose: entre 10 e 16% (dez e dezesseis por cento);

9 — maltose: entre 38 e 48% (trinta e oito e quarenta e oito por cento).

Parágrafo único. O acondicionamento do leite maltado em pó deve ser a prova de ar e umidade, com ou sem vácuo.

Art. 673. Entende-se por "farinha láctea" o produto resultante da dessecação, em condições próprias, da mistura de leite com farinha de cereais e leguminosas, cujo amido tenha sido tornado solúvel por técnica apropriada.

Parágrafo único. É permitida a adição de cacáu ou chocolate em pó, de malte, de cevada ou de outras substâncias à farinha láctea, desde que tenham aplicação em dietética e sejam permitidas pela D.I.P.O.A.

Art. 674. A farinha láctea deve atender às seguintes especificações:

- 1 — ser obtida de matéria prima e de substâncias que satisfaçam a regulamentação vigente;
- 2 — apresentar caracteres normais, inclusive boa solubilidade em água;
- 3 — ter no mínimo 20% (vinte por cento) de extrato seco total de leite;
- 4 — ter no mínimo 5% (cinco por cento) de gordura láctea;
- 5 — não ter mais de 6% (seis por cento) de umidade;
- 6 — ter no mínimo 30% (trinta por cento) de farinha de cereais ou de leguminosas;
- 7 — não ter mais de 1% (um por cento) de celulose;
- 8 — não conter substâncias conservadoras.

Parágrafo único. O acondicionamento da farinha láctea deve ser feito de modo que o produto fique ao abrigo do ar ou de qualquer fator de deterioração.

Art. 675. Incluem-se entre os alimentos lácteos os produtos oriundos de misturas de leite em natureza ou evaporados, com farináceos, ovos, açúcares, sais minerais, vitaminas naturais ou sintéticas e outros permitidos, com denominação ou não de fantasia.

Parágrafo único. Os produtos a que se refere o presente artigo só podem ser preparados depois de aprovadas as fórmulas e processos de fa-

bricação pela D.I.P.O.A., ouvido o órgão competente de Saúde Pública.

Art. 676. A adição de gordura estranha à composição normal do leite, como gordura bovina, óleo de fígado de bacalhau, gordura de côco, óleo de soja, margarina ou outras, a produtos que se destinem à alimentação humana ou à dietética infantil, só é permitida mediante aprovação da fórmula pelo órgão competente de Saúde Pública.

Parágrafo único. Não se permite dar a este produto denominação que indique ou dê impressão de se tratar de leite especialmente destinado a dietética infantil como: "leite maternizado", "leite humanizado" ou outros congêneres.

Art. 677. Considera-se impróprio para o consumo o leite desidratado que apresentar:

- 1 — cheiro e sabor estranhos, de ranço, de mofa e outros;
- 2 — defeito de consistência como coagulação com ou sem dessoro no leite parcialmente desidratado, arenosidade ou granulação excessiva no leite condensado e insolubilidade no leite em pó e nas farinhas lácteas;
- 3 — estufamento de latas em leite parcialmente desidratado;
- 4 — presença de corpos estranhos e de parasitas de qualquer natureza;
- 5 — embalagem defeituosa, expondo o produto à contaminação e à deterioração.

Art. 678. O aproveitamento condicional de produtos com defeito de fabricação ou de embalagem pode ser autorizado pela D.I.P.O.A. para fins industriais (preparo de doce de leite, de confeitos e outros) ou para a alimentação animal.

CAPÍTULO VII

OUTROS PRODUTOS LÁCTEOS

Art. 679. Além dos produtos indicados nos capítulos anteriores são considerados derivados do leite, o leite fermentado, o refresco de leite, a caseína; a lactose, o soro de leite seco e a lacto-albumina.

Art. 680. Para preparo de "leite fermentado" os estabelecimentos terão, além de laboratório próprio de bacteriologia, um técnico especializado na fabricação.

Art. 681. Entende-se por "leite fermentado" o produto resultante da fermentação do leite integral, padronizado ou desnatado, pasteurizado, fervido ou esterilizado, submetido à ação de fermentos lácteos próprios. Compreende vários tipos: o "quefir", o "iogurte", o "leite acidófilo", o "leitelho" e a "coalhada", os quais podem ser obtidos de matéria prima procedente de qualquer espécie leiteira.

§ 1.º Denomina-se "quefir" o produto resultante da fermentação do leite integral, padronizado ou desnatado, pelos fermentos contidos nos grãos de quefir ou por adição de levedura de cerveja e fermentos lácteos próprios. Deve apresentar:

- 1 — homogeneidade e consistência cremosa;
- 2 — sabor acidulado, picante e ligeiramente alcoólico;
- 3 — teor em ácido láctico entre 0,30 e 0,50% (trinta e cinquenta centésimos por cento) para o quefir fraco e até 1% (um por cento) para o quefir forte;
- 4 — teor alcoólico no máximo de 1,5% (um e meio por cento) no quefir fraco e até 3% (três por cento) no quefir forte;
- 5 — germes da flora normal com vitalidade;
- 6 — ausência de impurezas, de germes patogênicos, de coliformes e de quaisquer elementos estranhos à sua composição;
- 7 — acondicionamento em frascos com fêcho inviolável.

Art. 682. Denomina-se "iogurte" o produto resultante da ação do *Lactobacillus bulgaricus* e do *Streptococcus lacticus* sobre o leite integral, padronizado ou desnatado, preferentemente reduzido por fervura a 2/3 (dois terços) do seu volume. Deve apresentar:

- 1 — consistência pastosa;
- 2 — sabor e odor acidulados;
- 3 — ácido láctico, no mínimo 0,30% (trinta centésimos por cento) e no máximo 1% (um por cento);
- 4 — álcool, menos de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);
- 5 — germes da flora normal com vitalidade;
- 6 — ausência de impurezas, de germes patogênicos, de coliformes e de quaisquer elementos estranhos à sua composição;

7 — acondicionamento em recipientes de vidro ou porcelana apropriados com fechos invioláveis.

Art. 683. Denomina-se "leite acidófilo" o produto resultante da ação do *Lactobacillus acidophilus* sobre o leite integral, padronizado ou desnatado, pasteurizado ou fervido. Deve apresentar além de suas características próprias, as condições específicas para o iogurte com acondicionamento em frascos de fecho inviolável e declaração nos rótulos dos teores em ácido láctico e gordura.

Art. 684. O leite fermentado deve ser conservado em temperatura inferior a 10°C (dez graus centígrados).

Art. 685. Considera-se fraudado ou falsificado o leite fermentado que:

- 1 — contiver fermentos estranhos aos permitidos;
- 2 — for preparado com leite adulterado, fraudado ou impróprio para o consumo;
- 3 — não corresponder às indicações dos rótulos.

Art. 686. Considera-se impróprio para o consumo e como tal imediatamente condenado o leite fermentado que:

- 1 — apresentar fermentação anormal;
- 2 — contiver germes patogênicos, coliformes ou outros que ocasionem deterioração ou indiquem defeito de manipulação;
- 3 — contiver mais ácido láctico do que o permitido.

Art. 687. Denomina-se "leitelho" o líquido resultante da batida do creme para fabricação de manteiga, adicionado ou não de leite desnatado e solidificado biologicamente por fermentos selecionados, com desdobramento parcial da lactose e rico em ácido láctico, proteína e sais minerais. Pode ser exposto ao consumo em estado fresco ou em pó apresentando:

a) leitelho fresco:

- 1 — máximo de 2% (dois por cento) de gordura de leite;
- 2 — máximo de 3% (três por cento) de proteídeos;
- 3 — acidez no máximo de 0,63% (sessenta e três centésimos por cento) em ácido láctico;
- 4 — ausência de impurezas, leveduras, germes patogênicos, coliformes ou que ocasionem deterioração ou indiquem defeitos de manipulação;

5 — acondicionamento em frascos apropriados com fecho inviolável.

b) leitelho em pó:

- 1 — Acidez em ácido láctico que, na diluição de 1 (uma) parte do leitelho em pó para 10 (dez) de água não seja superior a 0,63% (sessenta e três centésimos por cento);
- 2 — umidade máxima de 6% (seis por cento);
- 3 — odor e sabor típicos do ácido láctico;
- 4 — ausência de ranço, de substâncias conservadoras e de antissépticos;
- 5 — solubilidade superior a 80% (oitenta por cento);
- 6 — reprodução do leitelho fresco quando a diluição for de 1 (uma) parte para 10 (dez) de água;
- 7 — acondicionamento em latas ou em frascos, conservados em temperatura adequada;
- 8 — ausência de impurezas, leveduras, germes patogênicos, coliformes e outros que ocasionem deterioração ou indiquem defeitos de manipulação.

Parágrafo único. O leitelho fresco só pode ser exposto ao consumo quando proveniente de creme pasteurizado.

Art. 688. Entende-se por "coalhada" o produto resultante da ação de fermentos lácticos selecionados sobre o leite, integral, padronizado ou desnatado, pasteurizado fervido ou esterilizado.

§ 1.º A coalhada deve ser isenta de impurezas, de leveduras de germes patogênicos, coliforme ou outros que alterem o produto ou indiquem manipulação defeituosa.

§ 2.º Quando proveniente de leite desnatado o produto será designado "coalhada de leite desnatado".

§ 3.º É obrigatória sua conservação em temperatura inferior a 10°C (dez graus centígrados).

§ 4.º O acondicionamento será em frascos ou recipientes de vidro ou de porcelana, aprovados pela D. I. P. O. A. com fechos invioláveis.

Art. 689. Entende-se pela designação genérica de "refrescos de leite" a mistura de leite pasteurizado gelado com cacau em pó, frutas moídas e suco de frutas.

§ 1.º No preparo de "refresco de leite" será permitido o emprego de leite

integral padronizado ou desnatado bem como leite desidratado e farinhas láteas, sacarose e gelatina, nas quantidades necessárias.

§ 2.º O refresco de leite deve ser homogenizado de maneira a impedir que a gordura do leite ou da substância gordurosa dos produtos empregados em seu preparo (cacau, côco e outras) possa sobrenadar quando em repouso durante 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3.º C refresco de leite não pode conter leveduras, germes patogênicos, coliformes ou que causem deterioração ou indiquem manipulação defeituosa. Não pode conter mais de ... 50.000 (cinquenta mil) germes por mililitro.

§ 4.º Permite-se, para o refresco de leite, nomes defantasia desde que previamente aprovados pela D. I. P. O. A.

§ 5.º O refresco de leite deve ser acondicionado em vasilhame próprio idêntico ao do leite em natureza e com as mesmas garantias de inviolabilidade.

Art. 690. Entende-se por "caseína" o produto resultante da precipitação espontânea do leite desnatado ou provocada pelo coagulo ou por ácidos minerais e orgânicos. Compreende a "caseína alimentar" e a "caseína industrial".

Art. 691. Denomina-se "caseína alimentar" o produto obtido por precipitação do leite desnatado pelo coagulo ou pela adição dos ácidos láctico ou clorídrico, posteriormente separados por centrifugação ou prensagem e lavado até a desacidificação completa, seguida de secagem. Deve apresentar:

- 1 — aspecto granuloso ou pulverizado;
- 2 — cor branca ou branco-creme pouco acentuada;
- 3 — odor característico, pouco pronunciado;
- 4 — acidez em ácido láctico, no máxima 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento);
- 5 — água 8% (oito por cento) no máximo;
- 6 — gordura 1% (um por cento) no máximo;
- 7 — resíduo mineral fixo 4% (quatro por cento) no máximo.

Parágrafo único. No preparo de caseína alimentar não é permitido o emprego de soro azêdo.

Art. 692. Denomina-se "caseína industrial" o produto obtido pela precipitação do leite desnatado, mediante a aplicação do soro azêdo, de coagulo ou de ácido láctico, sulfúrico ou clorídrico. Deve apresentar:

- 1 — aspecto granuloso ou pulverizado;
- 2 — cor branca ou amarelada;
- 3 — odor levemente de soro azêdo;
- 4 — gordura não superior a 1% (um por cento);
- 5 — água não superior a 10% (dez por cento).

Parágrafo único. É permitido o uso de conservadores na elaboração da caseína industrial, desde que aprovados pelo D. I. P. O. A.

Art. 693. Entende-se por "lactose" o produto obtido pela cristalização e separação do açúcar do leite. Compreende a "lactose alimentar" e a "lactose industrial".

§ 1.º Na lactose alimentar distinguem-se 2 (dois) tipos: "lactose bruta" e "lactose refinada". A lactose refinada deve apresentar os característicos exigidos pela Farmacopéia Brasileira. A lactose bruta deve ter:

- 1 — lactose 60% (sessenta por cento), no mínimo;
- 2 — água 15% (quinze por cento) no máximo;
- 3 — protídeos 8% (oito por cento) no máximo.

§ 2.º A lactose industrial pode ser apresentada em solução concentrada, em cristalização bruta ou purificada, de acordo com o fim a que se destina.

Art. 694. Entende-se por "soro de leite em pó" o produto destinado à alimentação de animais, resultante da evaporação e secagem do soro proveniente da fabricação de queijos ou de caseína. Deve apresentar:

- 1 — aspecto granuloso ou pulverizado;
- 2 — cor amarelada;
- 3 — água não superior a 8% (oito por cento).

Art. 695. Entende-se por "lactoalbumina" o produto destinado à alimentação de animais, resultante da precipitação pelo calor das albuminas solúveis do soro oriundo da fabricação de queijos ou de caseína. Pode se apresentar em suspensão concentrada, devidamente conservada ou dessecada.

CAPÍTULO VII

INSPEÇÃO DE LEITE E SEUS DERIVADOS

Art. 696. A inspeção de leite e seus derivados abrange:

1 — o estado sanitário do rebanho, o local da ordenha, o ordenhador, o material empregado, o acondicionamento, a conservação e o transporte do leite;

2 — as matérias primas e seu beneficiamento até a expedição, nos postos de leite e derivados e nos estabelecimentos industriais.

Parágrafo único. Nos casos de leite e derivados e nos estabelecimentos industriais o leite será obrigatoriamente analisado:

1 — na recepção, para verificar se há anormalidade e proceder a seleção que couber;

2 — no conjunto, antes das operações de beneficiamento, para verificação dos caracteres organolépticos, realização das provas de lacto-filtração, densidade, teor de gordura, acidez, exames bacteriológico e outros que se fizerem necessários;

3 — durante as diferentes fases do beneficiamento para verificação das operações de filtração, padronização e pasteurização;

4 — após o beneficiamento total ou parcial, para verificação da eficiência das operações;

5 — Depois do acondicionamento, para verificar observância aos padrões dos tipos a que pertencerem, se engarrafado ou acondicionado em carios-tanque.

Art. 697. A inspeção de leite nas granjas abrange, além das condições higiênicas locais, estado sanitário dos animais, higiene e esterelização do vasilhame, exame do leite produzido, realizando entre outras, as seguintes provas:

1 — Lacto-filtração;

2 — Caracteres organolépticos;

3 — Densidade a mais 15°C (quinze graus centígrados) e temperatura do leite;

4 — Verificação do teor gorduroso pelo método de Gerber;

5 — Prova de catalase e presença de pus ou de elementos figurados no exame do leite individual;

6 — Acidez pelo acidímetro Dornic e pelas provas de cocção, do álcool e do alizarol;

7 — Extratos seco e desgordurado.

§ 1.º Nos postos de leite e derivados, serão feitos no mínimo o exame organoléptico e as provas de densidade, gordura e acidez.

§ 2.º Nas usinas de beneficiamento e nos entrepostos-usina, a Inspeção Federal verificará:

1 — As condições higiênicas do estabelecimento;

2 — Contróle de documentos de sanidade dos operários;

3 — A higiene e limpeza de todos os aparelhos, instalações e vasilhame;

4 — O estado de conservação e funcionamento de todos os aparelhos;

5 — Os livros de registro e diagramas termo-registradores;

6 — As condições do leite recebido, por procedência;

7 — O produto final beneficiado.

Art. 698. Para melhor elucidação da qualidade e sanidade do leite antes de sua aceitação pelas usinas de beneficiamento ou entrepostos, o exame de que trata o item 6 (seis) do parágrafo 2.º do artigo anterior constará, além de outras quando necessárias, das seguintes provas:

1 — Caracteres organolépticos;

2 — Lacto-filtração;

3 — Densidade a 15°C (quinze graus centígrados) e temperatura;

4 — Acidez;

5 — Matéria gorda;

6 — Extrato seco;

7 — Prova de redutase.

Parágrafo único. Quando o leite for considerado alterado, adulterado ou fraudado, o servidor responsável pela Inspeção Federal fornecerá ao industrial o resultado do exame e respectivas conclusões, para conhecimento dos fornecedores.

Art. 699. Em cumprimento ao disposto no item 7 do parágrafo 2.º do artigo 697, serão feitas as mesmas provas determinadas no artigo anterior, acrescidas das de peroxidase e fosfatase.

Art. 700. Nas fábricas de laticínios será integralmente obedecido o mesmo critério de inspeção adotado nas usinas de beneficiamento e entrepostos usina, realizando-se para o creme, no mínimo os seguintes exames:

1 — Caracteres organolépticos;

2 — Acidez;

3 — Matéria gorda.

§ 1.º Nos exames de leite serão feitas ainda as seguintes provas:

1 — De reductase e lacto-fermentação, quando houver fabricação de queijos;

2 — De reductase, lacto-fermentação e bacteriológica, quando houver fabricação de leite condensado, em pó ou produtos dietéticos.

§ 2.º O exame dos queijos será feito também durante a cura, visando especialmente os caracteres organolépticos e o tipo fabricado.

§ 3.º O exame de manteiga será precedido de verificações sobre o leite e o creme, realizando-se para o produto final as seguintes provas mínimas:

- 1 — Caracteres organolépticos;
- 2 — Acidez;
- 3 — Umidade, sal e insolúveis;
- 4 — Matéria gorda.

Art. 701. Nas provas de laboratório são adotados os métodos e técnicas aprovadas pela D. I. P. O. A.

Art. 702. O servidor da D. I. P. O. A. realizará obrigatoriamente nos estabelecimentos sob sua inspeção, os exames previstos nos artigos anteriores.

Art. 703. Quando houver dúvida sobre as condições industriais e sanitárias de qualquer produto, ficará a partida sequestrada, sob a guarda e conservação do interessado, até esclarecimento final pelos exames tecnológicos, químicos e bacteriológicos que forem realizados.

Art. 704. Os exames exigidos na inspeção do leite e seus derivados, consignados nos artigos anteriores devem ser realizados diariamente por servidores das próprias empresas nos estabelecimentos sujeitos à inspeção periódica e constarão de boletins que serão exibidos ao funcionário responsável pela Inspeção Federal.

Art. 705. Os industriais ou seus prepostos podem assistir aos exames de rotina, com o objetivo de aprendizagem, devendo o servidor da D. I. P. O. A. prestar os esclarecimentos que forem solicitados.

TÍTULO IX

Inspeção Industrial e Sanitária dos Ovos e Derivados

CAPÍTULO I

OVOS EM NATUREZA

Art. 706. Só podem ser expostos ao consumo público ovos frescos ou conservados, quando previamente submetidos a exame e classificação previstos neste Regulamento.

Art. 707. Consideram-se ovos frescos os que não forem conservados por qualquer processo e se enquadrem na classificação estabelecida neste Regulamento.

Art. 708. Tratando-se de granjas sob controle sanitário oficial, filiadas a Cooperativas ou Associações de classe, a D. I. P. O. A. poderá permitir a inspeção e classificação dos ovos na própria granja, desde que existam locais apropriados.

§ 1.º Estas granjas ficam sujeitas a inspeções periódicas e serão relacionadas na D. I. P. O. A., recebendo o número correspondentes ao relacionamento.

§ 2.º Quando as Cooperativas ou as Associações de classe disponham de entreposto próprio, o carimbo a usar pode ser o mesmo, fazendo-se constar dele, na parte externa, a esquerda e em sentido horizontal, o número correspondente ao relacionamento.

§ 3.º A classificação e carimbagem realizadas nas granjas não isentam os ovos de reinspeção, quando a D. I. P. O. A. julgar conveniente.

Art. 709. Pela simples designação "Ovos" entendem-se os ovos de galinha.

Parágrafo único. Os demais serão acompanhados de designação da espécie de que procedam.

Art. 710. Os ovos para consumo interno ou para comércio internacional devem ser inspecionados e classificados em estabelecimentos oficiais ou particulares, designados "Entrepósitos".

Parágrafo único. Estes entrepostos devem ser, de preferência, instalados junto aos estabelecimentos produtores, às estradas de ferro ou de quaisquer outros pontos de desembarque de ovos.

Art. 711. Nas localidades onde não se tenha instalado a inspeção de ovos, ne-

nhuma empresa de transporte ferroviário, rodoviário, marítimo, fluvial ou aéreo, pode desembarcar esse produto sem que o destinatário exiba documento fornecido por servidor da D. I. P. O. A., no qual estará indicado o entreposto para onde se destinam, a fim de serem examinados e classificados.

Parágrafo único. As pequenas partidas de ovos, não excedendo de 40 (quarenta) dúzias, destinadas exclusivamente a consumo particular, podem ser desembarçadas independentemente da exigência fixada neste artigo e da passagem por entrepostos.

Art. 712. A Inspeção Federal adotará o sistema de identificação das partidas, agrupando-as em lotes convenientemente numerados, de modo a ser possível o reconhecimento da procedência, logo após a conclusão dos trabalhos de classificação.

Art. 713. A Inspeção dos ovos incidirá sobre as seguintes características:

1 — verificação das condições de embalagem, tendo em vista sua limpeza, mau cheiro por ovos anteriormente quebrados ou por qualquer outra causa;

2 — apreciação geral do estado de limpeza e integridade da casca, da partida em conjunto;

3 — exame pela ovoscopia.

Art. 714. Todos os recipientes destinados à embalagem de ovos, julgados em mau estado ou impróprios, devem ser apreendidos e inutilizados.

Art. 715. A ovoscopia deve ser realizada em câmara destinada exclusivamente a essa finalidade.

Art. 716. Os ovos destinados ao mercado interno serão classificados em:

- a) Especial;
- b) Comum;
- c) Fabrico.

Art. 717. São característicos do ovo "Especial":

1 — ter no mínimo 48g (quarenta e oito gramas) de peso;

2 — apresentar câmara de ar fixa, no máximo com 6 mil (seis milímetros) de altura;

3 — apresentar casca forte, sem deformação, homogênea, íntegra e limpa;

4 — apresentar gema translúcida, firme, consistente, ocupando a parte

central do ovo e sem germedesenvolvido;

5 — apresentar clara transparente, consistente, límpida, sem mancha ou turvação e com as chalazas íntactas.

Art. 718. São características do ovo "Comum":

1 — ter no mínimo 35 g (trinta e cinco gramas) de peso;

2 — apresentar casca forte, homogênea, íntegra e limpa;

3 — apresentar câmara de ar fixa, tolerando-se até 10 mil (dez milímetros) de altura;

4 — apresentar gema translúcida relativamente consistente e sem germen desenvolvido;

5 — apresentar clara transparente, relativamente consistente, sem mancha ou turvação e com chalazas íntactas.

Art. 719. Só os ovos de galinha podem ser classificados "Especial" e "Comum".

Art. 720. São considerados "Fabrico" os ovos que não se enquadrem nas características fixadas nos artigos anteriores, mas forem considerados ainda em boas condições, devendo ser aproveitados em confeitarias, padarias e estabelecimentos similares.

§ 1.º Os ovos que apresentem pequenas e poucas numerosas manúchas sanguíneas na clara e na gema devem ser também classificados "Fabrico".

§ 2.º Os ovos assim classificados só podem sair dos entrepostos acompanhados de documento oficial, em 2 (duas) vias, mencionando sua quantidade, nome e endereço do estabelecimento a que se destinam e o prazo para seu aproveitamento.

§ 3.º A 2.ª (segunda) via desse documento será devolvida à Inspeção Federal para arquivamento no dia imediato à remessa dos ovos ao destinatário, devidamente assinada e carimbada.

Art. 721. A administração dos entrepostos comunicará obrigatoriamente aos fornecedores ou proprietários de ovos, a classificação obtida pelas partidas que remeterem ou fizerem examinar no estabelecimento, comunicação esta devidamente autenticada pela Inspeção Federal.

Art. 722. Os ovos partidos ou trincados, quando considerados em boas condições podem também ser destinados a confeitarias, pastelarias e estabelecimentos similares ou transformados em conserva, desde que o esta-

belecimento disponha de instalações e equipamento adequados para tanto.

Parágrafo único. Quando o estabelecimento não se dedicar ao preparo dessas conservas, os ovos partidos ou trincados podem ser encaminhados a outros, satisfeitos as exigências previstas para os classificados "Fábrica".

Art. 723. Os ovos classificados "Especial" não podem ser vendidos de mistura com os classificados "Comum" ou vice-versa.

Art. 724. É permitido conservar ovos pelo frio industrial ou por outros processos aprovados pela D.I.P.O.A.

Art. 725. A conservação pelo frio deve ser feita por circulação de ar frio impellido por ventiladores, à temperatura não inferior a — 1.º C (menos um grau centígrado) e em ambiente com grau higrométrico conveniente ou, de preferência, em atmosfera de gás inerte, em temperatura entre 0.º e 1.º C (zero e um grau centígrado).

Parágrafo único. As câmaras destinadas à conservação de ovos serão utilizadas unicamente com essa finalidade; contudo, será tolerada a estocagem de outros produtos, a juízo da Inspeção Federal.

Art. 726. As câmaras, depósitos ou porões de quaisquer veículos, terrestres, fluviais ou marítimos que recebam ovos e derivados para exportação, devem estar completamente limpos, livres de carnes, frutas, legumes ou quaisquer produtos que, por sua natureza, possam transmitir-lhes odor ou sabor estranhos.

Art. 727. A saída das câmaras frias para exportação, os ovos devem ser reinspecionados.

Art. 728. O ovo a conservar pelo frio recebe um carimbo com a palavra "Frigorificado"; quando for adotado outro processo de conservação a D. I. P. O. A. determinará o sistema de sua identificação.

Art. 729. As entradas e saídas de ovos nas câmaras frigoríficas, dependem de autorização da Inspeção Federal.

Art. 730. A reinspeção dos ovos que foram conservados pelo frio, incidirá, no mínimo, sobre 10% (dez por cento) da partida ou lote. Baseada nos resultados, poderá ser estendida a reinspeção a toda partida ou lote.

Art. 731. Só é permitido conservar ovos de classificação "Especial" ou "Comum".

Art. 732. Os ovos serão reinspecionados tantas vezes quantas a Inspeção Federal julgar necessário.

Art. 733. São considerados impróprios para consumo os ovos que apresentem:

- 1 — alterações da gema e da clara (gema aderente à casca, gema arrebatada, com manchas escuras, presença de sangue alcançando também a clara, presença de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento);
- 2 — mumificação (ovo seco);
- 3 — podridão (vermelho, negro ou branca);
- 4 — presença de fungos, externa ou internamente
- 5 — cor, odor ou sabor anormais;
- 6 — ovos sujos externamente por matérias estercoais ou que tenham estado em contato com substâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos, que possam infectá-los ou infestá-los;
- 7 — rompimento da casca e da membrana testácea, desde que seu conteúdo tenha entrado em contacto com material de embalagem;
- 8 — quando contenham substâncias tóxicas;
- 9 — por outras razões a juízo da Inspeção Federal.

Art. 734. Sempre que a Inspeção Federal julgar necessário, remeterá amostras de ovos e conservas de ovos à Seção de Tecnologia do D. I. P. O. A., para exames bacteriológicos e químicos.

Parágrafo único. O ovo em pó ou qualquer produto em que o ovo seja a principal matéria prima, só poderá ser dado ao consumo após exame bacteriológico da partida.

Art. 735. Os aviários, granjas e outras propriedades onde se faça avicultura e nos quais estejam grassando zoonoses que possam ser veiculadas pelos ovos e sejam prejudiciais à saúde humana, não poderão destinar ao consumo sua produção; ficam interditados até que provem com documentação fornecida por autoridades de defesa sanitária animal, que cessou e está livre da zoonose que grassava.

Parágrafo único. Se forem muitos os estabelecimentos que se encon-

trem nessas condições, toda a região ficará interditada, cabendo às autoridades sanitárias dar conhecimento aos entrepostos e fábricas de conservas de ovos da interdição determinada; os entrepostos e fábricas ficam proibidos de receber ovos dessa região enquanto não houver liberação definitiva.

Art. 736. Os ovos considerados impróprios para consumo são condenados, podendo ser aproveitados para uso não ocumestível, desde que a industrialização seja realizada em instalações adequadas a juízo da D. I. P. O. A.

Art. 737. Para efeito de comércio internacional fica estabelecida a classificação dos ovos, baseada em seu peso e coloração:

- a) Quanto ao peso:
 - 1 — seletos;
 - 2 — extra;
 - 3 — especial.

§ 1.º São considerados “seletos” os ovos que acusarem 60g (sessenta grammas) ou mais de peso, por unidade.

§ 2.º São ovos “extra” aqueles cujo peso oscila entre 55 e 60g (cinquenta e cinco e sessenta grammas).

§ 3.º Ovos da categoria “especial” são os de peso entre 48 e 55 g (quarenta e oito e cinquenta e cinco grammas).

§ 4.º Os ovos cujo peso seja inferior a 48g (quarenta e oito grammas) não podem ser objeto do comércio internacional.

- b) Quanto à coloração da casca:
 - 1 — branco (B)
 - 2 — corado (C)

Art. 738. O acondicionamento em conjunto, dos dois tipos acima, numa única embalagem, constitui um terceiro tipo de produto comercial, denominado “mescado” (M).

Parágrafo único. Para melhor apresentação do tipo mescado é recomendável que os ovos brancos e corados sejam acondicionados em camadas diferentes, superpostas alternadamente na mesma divisão da caixa ou separadamente em cada um dos dois compartimentos.

Art. 739. Os ovos devem ser acondicionados em caixas padrões, indicando nas testeirolas os tipos contidos.

Art. 740. Os ovos devem ser embalados em lâminas de papelão forte,

branco, inodoro, seco e refratário à umidade, em caxilhos ou divisões celulares para 36 (trinta e seis) unidades, em camadas perfeitamente isoladas uma das outras, ou noutra embalagem permitida pela DIPOA.

§ 1.º Os ovos devem ser acondicionados com o polo mais arredondado para cima, evitando-se colocar ovos grandes em células pequenas ou pouco profundas.

§ 2.º O fundo e a parte superior da caixa devem conter proteção do mesmo papelão, palha ou fitas de madeira branca, não resinosa, sem creio, bem limpas e perfeitamente secas.

Art. 741. A caixa padrão para exportação terá dois compartimentos separados por uma divisão de madeira com capacidade para receber 5 (cinco) camadas de 36 (trinta e seis) unidades em cada compartimento ou sejam 30 (trinta) dúzias por caixa.

§ 1.º As dimensões internas da caixa serão as seguintes: comprimento — 0,61m (sessenta e um centímetros); largura — 0,30 (trinta centímetros) e altura — 0,31 (trinta e um centímetros). A separação interna dos dois compartimentos será constituída por uma tabua de 0,01m (um centímetro) de espessura. Essas dimensões poderão ser modificadas segundo as exigências do país importador.

§ 2.º A D.I.P.O.A. permitirá outros tipos de caixa desde que obedçam aos padrões determinados pelo país importador.

§ 3.º Em qualquer caso a caixa só pode ser confeccionada com madeira branca, perfeitamente seca, que não transmita aos ovos qualquer cheiro ou sabor.

Art. 742. Na embalagem de ovos, com ou sem casca, é proibido acondicionar em um mesmo envase, caixa ou volume:

- 1 — ovos oriundos de espécies diferentes;
- 2 — ovos frescos e conservados;
- 3 — ovos de classe ou categorias diferentes.

Parágrafo único. É permitido o comércio internacional de ovos sem casca em embalagem adotada pelo país importador.

CAPÍTULO II

CONSERVAS DE OVOS

Art. 743. Entende-se por "conserva de ovos" o produto resultante do tratamento de ovos sem casca ou de partes de ovos que tenham sido congelados, salgados ou desidratados.

Art. 744. Os ovos destinados à fabricação de pasta ou à desidratação devem ser previamente lavados em água corrente.

Art. 745. Consideram-se conservas de ovos:

- 1 — clara desidratada;
- 2 — pasta de ovo.

Art. 746. Entende-se por "ovo desidratado" o produto resultante da desidratação parcial ou total do ovo, em condições adequadas. Compreende:

- 1 — clara desidratada;
- 2 — gema desidratada;
- 3 — ovo integral desidratado (clara e gema).

Parágrafo único. Designam-se "clara desidratada", "gema desidratada" ou "ovo integral desidratado", sem qualquer outro qualificativo, a clara, a gema ou o ovo de galinha submetido à desidratação.

Art. 747. Para a "clara de ovo" ou "albumina de ovo" desidratada, em pó, admitem-se 3 (três) tipos:

a) tipo 1 — cristais claros, limpidos, sem defeito, com 20% (vinte por cento) de partículas não peneiradas, sem cheiro desagradável, dando batida de suspiro na proporção mínima de 80% (oitenta por cento) com boa consistência e ótimo crescimento. Esse produto deve ser preparado com claras irreprensíveis;

b) tipo 2 — cristais claros, bens, com 20% (vinte por cento) de partículas não peneiradas de cheiro não desagradável, dando batida de suspiro na proporção mínima de 70% (setenta por cento), com boa consistência e bom crescimento. Esse produto deve ser preparado com boas claras de ovo (ovos especiais);

c) tipo 3 — cristais de qualquer aparência, com 20% (vinte por cento) de partículas não peneiradas, de cheiro aceitável, dando batida de suspiro na proporção mínima de

50% (cinquenta por cento) com consistência e crescimento regulares. Esse produto pode ser preparado com claras velhas, defeituosas, mas organolepticamente aceitáveis.

Parágrafo único. Claras que não dêem batida de suspiro com 20% (vinte por cento) de partículas não peneiradas devem ser consideradas "REFUGO".

Art. 748. As claras de ovos de outras aves devem obedecer às mesmas especificações.

Art. 749. A prova de batida para suspiro será realizada segundo a técnica adotada oficialmente.

Art. 750. Para a "gema desidratada" admitem-se 3 (três) tipos a saber:

a) tipo 1 — proveniente de gemas perfeitas, obtido por nebulização, de cor uniforme, amarelo claro ou amarelo meio carregado, macio e aveludado ao tato, de sabor agradável e adocicado, e boa solubilidade;

b) tipo 2 — granulado ou pulverizado, de cor amarelo-clara com tonalidade mais carregada, uniforme, de sabor agradável e adocicado, com relativa solubilidade;

c) tipo 3 — granulado, de qualquer tonalidade amarela, irregular, de sabor agradável e adocicado, sem garantia de solubilidade.

Art. 751. Para o "ovo integral desidratado", em pó, admitem-se 2 (dois) tipos, a saber:

a) tipo 1 — obtido por nebulização, de boa coloração, de sabor adocicado, agradável, de textura aveludada e macia, contendo cerca de 33% (trinta e três por cento) de clara de ovo calculados sobre a substância seca;

b) tipo 2 — obtido por nebulização de qualquer tonalidade de cor amarela, de sabor agradável e adocicado, de textura macia e aveludada, contendo cerca de 33% (trinta e três por cento) de clara de ovo calculados sobre a substância seca.

Art. 752. A prova de solubilidade dos produtos referidos no artigo anterior, será realizada segundo a técnica adotada oficialmente.

Art. 753. Os ovos desidratados devem satisfazer às seguintes condições:

- 1 — não conter mais de 300.000 (trezentos mil) germes por grama,

não conter germes patogênicos, leveduras ou outros que indiquem deteriorização ou manipulação defeituosa;

2 — Não conter mais de 6% (seis por cento) de umidade;

3 — revelar resíduo seco tendo aproximadamente a mesma composição que o deixado pelos ovos inteiros, ou pela clara ou pela gema;

4 — não conter conservadores, exceção feita para o sal (cloreto de sódio) ou açúcar na proporção máxima de 10% (dez por cento), isoladamente ou quando associados, calculados, sobre a resíduo seco;

5 — satisfazer outras exigências deste Regulamento na parte que lhes for aplicável.

Art. 754. É proibido corar ovos mediante injeção de soluções corantes na gema.

Art. 755. Denomina-se "pasta de ovo" o produto semi-sólido que tenha ovo na sua composição, adicionado de farináceos que lhe deem consistência.

Parágrafo único. A pasta de ovo só pode ser fabricada com ovo integral, apresentando a mesma proporção da clara e gema existente.

Art. 756. A "pasta de ovo" deve satisfazer às seguintes condições:

1 — não conter mais de 2% (dois por cento) de sal (cloreto de sódio);

2 — não ser adicionada de gorduras estranhas;

3 — apresentar teor de água não superior a 13% (treze por cento);

4 — apresentar acidez não superior a 10 ml (dez mililitros) de solução alcalina normal por 100 g (cem grammas);

5 — ser vendida em embalagem original;

6 — atender a outras exigências deste Regulamento, na parte que lhe for aplicável.

TÍTULO X

Inspecção Industrial e Sanitária do Mel e Cera de Abelhas

CAPÍTULO I

MEL

Art. 757. Entende-se por "Mel" o produto açucarado natural, elabora-

do pelas abelhas domésticas com o nectar das flores e por elas acumulado em favos, extraído por um dos processos constantes deste Regulamento.

Art. 756. Segundo sua tonalidade o mel será classificado em cinco tipos:

- a) branco d'água;
- b) âmbar;
- c) dourado;
- d) vermelho;
- e) pardo.

Parágrafo único — Só podem ser objeto de comércio internacional os tipos "branco d'água", "âmbar" e "dourado".

Art. 759. É permitido o comércio do mel em favos, apresentado envolvido em papel impermeável, de preferência celofane ou similar.

Art. 760. Segundo o processo empregado na extração, o mel se distingue em dois tipos:

1 — centrifugado, quando extraído por processo mecânico de centrifugação;

2 — prensado, quando a prensa-gem for o processo empregado.

Parágrafo único. Em ambos os casos deverá resultar um produto perfeitamente translúcido, cristalizando ou não com o tempo.

Art. 761. De acôrdo com a sua qualidade o mel pode ser classificado em:

a) mel de mesa, quando extraído por um dos processos indicados, trabalhado em condições de perfeita higiene, sem pólen e apresentando a seguinte composição analítica:

1 — umidade: inferior a 18% (dezoito por cento) a 105°C (cento e cinco graus centígrados) por 12 (doze) horas;

2 — acidez em ácido fórmico: não superior a 0,1% (um décimo por cento);

3 — açúcar invertido: de 72 a 80% (setenta e dois a oitenta por cento);

4 — sacarose: de 2 a 7% (dois a sete por cento);

5 — substâncias voláteis: menos de 20% (vinte por cento) a 105°C (cento e cinco graus centígrados);

6 — dextrina: no máximo 5% (cinco por cento);

7 — resíduo mineral fixo (cinzas): no máximo 0,2% (dois décimos por cento).

b) mel de cozinha, quando extraído por qualquer dos processos indicados, mas de menor valor nutritivo, com falhas na sua obtenção, resultando num produto de composição diferente do mel de mesa, a saber:

1 — umidade: até 20% (vinte por cento);

2 — acidez em ácido fórmico: até 0,2% (dois décimos por cento);

3 — açúcar invertido: no mínimo 64% (sessenta e quatro por cento);

4 — sacarose: de 3 a 7% (três a sete por cento);

5 — substâncias voláteis: máximo 20% (vinte por cento);

6 — dextrina: no máximo 8% (toto por cento);

7 — resíduo mineral fixo (cinzas): no máximo 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento).

Art. 762. O acondicionamento do mel para consumo deve ser feito em vasilhame metálico, de madeira, de vidro, de matéria plástica ou outros aceitos pela D. I. P. O. A., todos de primeiro uso e perfeitamente limpos, esterilizados e secos.

Art. 763. São considerados defeitos para desclassificação do produto como "mel de mesa":

1 — apresentar composição centesimal fora dos limites previstos;

2 — conter pólen, cera ou outras substâncias insolúveis na água em proporção superior a 1% (um por cento), calculada sobre a matéria seca;

3 — apresentar reação de Fiehe positiva dentro de 24 (vinte e quatro) horas;

4 — conter resíduos de insetos, ovos e outras impurezas estranhas a sua composição normal;

5 — apresentar-se ligeiramente caramelizado;

6 — ter sido submetido a aquecimento em temperatura superior a 60°C (sessenta graus centígrados), perdendo total ou parcialmente seu valor diastático, com alteração do gosto e sabor.

Parágrafo único. O produto que apresente tais falhas, dentro de limites que apenas traduzam falta de técnica em sua extração ou elaboração, deve ser classificado como tipo "mel de cozinha".

Art. 764. O mel é considerado impróprio para o consumo quando apresentar:

1 — resíduos estranhos que traduzam falta de escrupulo na extração e embalagem;

2 — alteração ou fermentação com formação de espuma superficial;

3 — presença de germes patogênicos ou flora microbiana capaz de alterá-lo com o tempo;

4 — acidez elevada, odor ou sabor acre desagradáveis;

5 — correção prejudicial à saúde artificiais;

Art. 765. Será considerado fraudado o mel que revelar a presença de:

1 — edulcorantes naturais ou artificiais;

2 — substâncias aromatizantes;

3 — amido, gelatina ou antissépticos;

4 — corantes de qualquer natureza;

5 — quaisquer outras substâncias que hajam sido anexadas com propósito excuso.

Art. 766. O mel proveniente de abelhas indígenas deve trazer no rótulo indicação clara de sua procedência.

Art. 767. Produtos artificiais, não elaborados pelas abelhas, não podem ser apresentados ao consumo, devendo constar claramente no rótulo a sua procedência, admitindo-se nomes de fantasia (xarope de glucose ou outros).

Art. 768. É permitida a fabricação de produtos derivados de mel, como o "Hidromel", "Vinho de mel", "Vinagre de mel" e outros, desde que a fórmula seja previamente aprovada pela D. I. P. O. A., ouvidas as autoridades da Saúde Pública.

CAPÍTULO II

CERA DE ABELHA

Art. 769. Entende-se por "cera de abelha" o produto de consistência plástica, de cor amarelada, muito fússível, segregado pelas abelhas para formação dos favos nas colmeias.

Art. 770. A cera de abelhas será classificada em:

1 — cera bruta — quando não tiver sofrido qualquer processo de pu-

rificação, apresentar cor desde o amarelado até o pardo, untuosa ao tato, mole e plástica ao calor da mão, fratura granulosa, cheiro especial lembrando o do mel, sabor levemente balsâmico e ainda com traços de mel;

2 — cêra branca — quando tiver sido descolorida pela ação da luz, do ar ou por processos químicos, isenta de restos de mel, apresentando-se de cor branca ou creme, frágil, pouco untuosa e de odor pouco acentuado.

Art. 771. A cêra de abelha, seja qual foi sua qualidade deve ser quase insolúvel no álcool frio, parcialmente solúvel no álcool fervente, solúvel no éter fervente, pouco solúvel no éter frio, solúvel no clorofórmio e no benzol, apresentando os seguintes caracteres físico-químicos:

1 — peso específico de 0,963 a 0,966, a 15°C (noventa e sessenta e três milésimos a noventa e sessenta e seis milésimos, a quinze graus centígrados);

2 — ponto de fusão — 62 a 63,5°C (sessenta e dois a sessenta e três e cinco décimos de graus centígrados);

3 — índice de acidez — 18 a 21 (dezoito e vinte e um);

4 — índice de éteres — 73 a 77 (setenta e três a setenta e sete);

5 — índice de relação éteres e acidez — 3,6 a 3,8 (três e seis décimos a três e oito décimos);

6 — índice de iodo — 8 a 11 (oito a onze).

Art. 772. É considerada fraudada a cêra na qual haja sido verificada presença de estearina, resinas, parafina, cêra de carnaúba, cêra do Japão, sebo ou outras gorduras animais ou vegetais e corantes artificiais vegetais ou minerais.

TÍTULO XI

Coagulantes, Conservadores, Agentes de Cura e Outros

Art. 773. Entende-se por coagulantes, conservadores, agentes de cura e outros, substâncias empregadas na indústria de produtos de origem animal, tendo em vista sua tecnologia e valor bromatológico, conservação e apresentação.

CAPÍTULO I

COAGULANTES

Art. 774. Entende-se por "coalho" o extrato aquoso, concentrado a baixa temperatura, dessecado ou não, preparado com o estomago de bezerros. Distinguem-se os coalhos: líquido, em pó, em pastilhas e natural seco.

Art. 775. São características do coalho:

a) coalho líquido:

- 1 — limpidez ou ligeira opalescência;
- 2 — ausência de depósito;
- 3 — cheiro característico que não denuncie fermentação;
- 4 — poder coagulante mínimo de 1:10 000 (um por dez mil) à temperatura de 35°C (trinta e cinco graus centígrados) e em tempo inferior a 40 (quarenta) minutos.

b) coalho em pó:

- 1 — aspecto homogêneo;
- 2 — cor branca, ligeiramente amarelada;
- 3 — odor característico que não denuncie fermentação;
- 4 — poder coagulante mínimo de 1:80 000 (um por oitenta mil) à temperatura de 35°C (trinta e cinco graus centígrados) e em tempo inferior a 40 (quarenta) minutos.

c) coalho em pastilhas:

- 1 — aspecto homogêneo;
- 2 — desagregação fácil na água;
- 3 — cor branca, ligeiramente amarelada;
- 4 — ausência de conservadores;
- 5 — poder coagulante nunca inferior a 1:50 000 (um por cinquenta mil) à temperatura de 35°C (trinta e cinco graus centígrados) e em tempo inferior a 40 (quarenta) minutos.

Art. 776. Entende-se por "coalho natural seco" o produto obtido por desidratação do coagulador de nonato, de bezerro, de cabrito ou de cordeiro alimentados exclusivamente com leite.

Parágrafo único. O "coalho natural seco" só pode ser usado após maturação em soro lácteo ou por culturas puras de fermentos lácticos, 12 a 24 (doze a vinte e quatro) horas, antes de ser empregado como coagulante, coando-o previamente para separar os sólidos não utilizáveis.

Art. 777. E' permitido adicionar aos coelhos liquidos sal (cloreto de sódio), álcool etílico e glicerina e aos coelhos em pó ou em pastilhas, sal (cloreto de sódio) e lactose.

Parágrafo único. E' também permitida a adição de ácido bórico em quantidade tal que não seja revelável nos queijos.

Art. 778. Só é permitido o uso de coelhos aprovados pela D. I. P. O. A. e os laboratórios que os fabricam ficam sujeitos a sua fiscalização, abrangendo a instalação, o equipamento, a elaboração, o acondicionamento e a rotulagem dos coelhos.

CAPÍTULO II

CONSERVADORES, CORANTES, CONDIMENTOS E OUTROS

Art. 779. Entende-se por "sal", para uso na indústria animal, o cloreto de sódio obtido de jazidas, fontes naturais ou de águas do mar.

Art. 780. Para emprêgo geral em produtos de origem animal, o sal deve preencher as seguintes especificações:

- 1 — teor em cloreto de sódio: no mínimo 96,5% (noventa e seis e meio por cento);
- 2 — ausência de substâncias orgânicas e minerais estranhas à composição normal do sal;
- 3 — insolúveis totais na água: no máximo 0,3% (três décimos por cento);
- 4 — grau de turbidez: máxima de 50 (cinquenta).

Art. 781. Para o emprêgo na indústria de laticínios e nas salgas finas, o sal deve ser refinado e esterilizado, devendo preencher as seguintes especificações:

- 1 — teor mínimo em cloreto de sódio — 98,5% (noventa e oito e meio por cento);
- 2 — ausência de substâncias orgânicas e minerais estranhas à composição normal do sal;
- 3 — insolúveis totais na água — máximo de 0,2% (dois décimos por cento);
- 4 — grau de turbidez — máximo de 25 (vinte e cinco).

Art. 782. Nos estabelecimentos de produtos de origem animal deve exis-

tir depósito apropriado para guarda e conservação do sal.

Art. 783. E' proibido o emprêgo de salmouras turvas, sujas, alcalinas, com cheiro amoniacal, fermentadas ou inadequadas por qualquer outra razão.

Parágrafo único. E' permitida a recuperação dessas salmouras, após fervura e filtração, a juízo da Inspeção Federal.

Art. 784. A Inspeção Federal deve verificar a espaços regulares a qualidade do sal (cloreto de sódio) empregado na fabricação dos produtos.

Art. 785. Entende-se por "condimento" o produto contendo substâncias aromáticas, sápidas, com ou sem valor alimentício, empregado com o fim de temperar alimentos, dando-lhes melhor aroma e sabor.

Art. 786. Entende-se por "corante" substância que confere um melhor e mais sugestivo aspecto aos produtos alimentícios, dando-lhes tonalidades de cor mais atraente.

Art. 787. E' permitido o emprêgo dos seguintes corantes e condimentos:

- 1 — açafrão (*Crocus sativus*, L.);
- 2 — alipo (*Apium graveolens* e *Celeri graveolens*);
- 3 — alho (*Allium sativum*);
- 4 — aneto (*Anethum graveolens*);
- 5 — aniz (*Pimpinella anizum*, L.);
- 6 — baunilha (*Vanilla planifolia*, Andrews);
- 7 — canela (*Cinnamomum ceylanicum*, Breure);
- 8 — cardamomo (*Elleteria cardamomum*);
- 9 — cebola (*Allium cepa*);
- 10 — cenoura (*Daucus carota*);
- 11 — coentro (*Coriandrum sativum*, L.);
- 12 — cominho (*Cuminum cyminum*);
- 13 — cravo da Índia (*Caryophyllus aromaticus*, L.);
- 14 — curcuma (*Curcuma longa*, L.);
- 15 — gengibre (*Zinziber officinalis*, Roscoe);
- 16 — louro (*Laurus nobilis*, L.);
- 17 — macis (envoltório da *Myristica Fragans*, Maute);
- 18 — maiorana (*Anethum graveolens*);

19 — mangenona (*Origanum majorana*, L.);

20 — mento (*M. viridis*, *M. rotundifolia* e *M. piperita*, L.);

21 — mostarda:

negra (*Brassica nigra*, Koen);

parda (*Brassica juncea*, Hocker);

branca (*Sinapis Alba*, L.); e

misturas.

22 — noz moscada (*Myristica fragans*, Maute) desprovida completamente de envoltório;

23 — pimenta:

negra (*Piper nigrum*, L.);

branca (mesmo fruto, porém descorticado);

vermelha ou pimenta de Caiena (*Capsicum baccatum*, L.);

malagueta (*Capsicum pendulum*, Velloso);

24 — pimentão (*Paprika*) (*Capsicum annuum*, L.);

25 — pimento ou pimenta da Jamaica ou pimenta inglesa (*Pimenta officinalis*, Lindl);

26 — salvia (*salvia officinalis*, L.);

27 — tomilho (*Thymes vulgaris*, L.);

28 — Urucu (*Bixa orellana*).

Parágrafo único. Além desses corantes e condimentos pode ser permitido o emprego de outros, desde que aprovados pela D. I. O. P. A.

Art. 788. É proibido o uso ou emprego de substâncias químicas conservadoras, nocivas à saúde do homem, nos produtos de origem animal.

Art. 789. Os nitratos e nitritos, de sódio e de potássio, usados na elaboração de produtos de origem animal não devem conter metais pesados, nem substâncias tóxicas ou não permitidas neste Regulamento.

TÍTULO XII

Embalagem e Rotulagem

CAPÍTULO I

EMBALAGEM

Art. 790. Os produtos de origem animal destinados à alimentação humana só podem ser acondicionados ou embalados em recipientes ou contêineres previstos neste Regulamento ou que venham a ser aprovados pela D. I. P. O. A.

Parágrafo único. Quando houver interesse comercial, industrial ou sanitário, de acordo com a natureza

do produto, poderá ser exigida embalagem ou acondicionamento estandarizado em formato, dimensão e peso.

Art. 791. Tratando-se de comércio internacional é permitida a embalagem exigida pelo país importador, desde que devidamente comprovado pelos interessados.

Art. 792. Recipientes anteriormente usados só podem ser aproveitados para o envasamento de produtos e matérias primas utilizadas na alimentação humana, quando absolutamente íntegros, perfeitos e rigorosamente higienizados.

Parágrafo único. Em hipótese alguma podem ser utilizados, se anteriormente tenham sido empregados no acondicionamento de produtos e matérias primas de uso não comestível.

Art. 793. São permitidos como acondicionamento, envoltório e embalagem de matérias primas e produtos de origem animal, de acordo com a sua natureza:

1 — estoquinate internamente e sacos de anagem ou juta externamente, como envoltório de carnes frigoríficas destinadas ao consumo em natureza, bem como órgãos e vísceras;

2 — sacaria própria para carnes dessecadas;

3 — sacaria de anagem, juta ou outros para produtos destinados à lavoura, à indústria e à alimentação de animais;

4 — panos próprios devidamente higienizados, conforme a natureza do produto;

5 — tripas, bexigas e outras membranas animais para produtos embutidos;

6 — películas artificiais aprovadas pela D. I. P. O. A.;

7 — latas de folha de Flandres para produtos em geral, de acordo com as especificações previstas neste Regulamento;

8 — vasilhame de ácido inoxidável, permitindo-se, conforme o caso, os de ferro galvanizado ou estanhado;

9 — recipientes de madeira ou de papelão;

10 — papel metálico, papel impermeável ou similar, papel apergaminhado e outros aprovados;

11 — recipientes de vidro;

12 — caixas de madeira ou engradados de madeira, conforme o caso;

13 - barricas, quartolas, bordalezas e similares;

14 - outros recipientes, vasilhames, continentes ou embalagens autorizados pela D. I. P. O. A.

Parágrafo único. O transporte de produtos em jacá será tolerado por prazo marcado pela D. I. P. O. A., devendo ser gradativamente substituído por engradados de madeira apropriada.

CAPÍTULO II

ROTULAGEM

SEÇÃO I

Rotulagem em geral

Art. 794. Todos os produtos de origem animal entregues ao comércio devem estar identificados por meio de rótulos registrados, aplicados sobre as matérias primas, produtos, vasilhames ou continentes, quer quando diretamente destinados ao consumo público, quer quando se destinem a outros estabelecimentos que os vão beneficiar.

Parágrafo único. Os produtos de origem animal que devam ser fracionados devem conservar a rotulagem sempre que possível ou manter identificação do estabelecimento de origem.

Art. 795. Considera-se rótulo para efeito do art. anterior qualquer identificação impressa ou litografada, além de dizeres pintados ou gravados a fogo, por pressão ou decalcação, aplicados sobre matérias primas, produtos ou continentes.

§ 1.º Fica a critério da D.I.P.O.A. permitir, para certos produtos, o emprêgo de rótulo sob a forma de etiqueta ou uso exclusivo do carimbo de inspeção.

§ 2.º Os embutidos não enlatados para a venda a granel serão identificados por meio de uma etiqueta apenas a cada amarrado.

Art. 796. Além de outras exigências previstas neste Regulamento e em legislação ordinária, os rótulos devem obrigatoriamente conter as seguintes indicações:

1 - nome verdadeiro do produto em caracteres destacados, uniformes em corpo e cor, sem intercalação de desenhos e outros dizeres, obedecendo às discriminações estabelecidas neste

Regulamento, ou nome aceito por ocasião da aprovação das fórmulas;

2 - nome da firma responsável;

3 - nome da firma que tenha completado operações de acondicionamento, quando for o caso;

4 - carimbo oficial de Inspeção Federal;

5 - natureza do estabelecimento, de acordo com a classificação oficial prevista neste Regulamento;

6 - localização do estabelecimento, especificando Município e Estado, facultando-se declaração de rua e número;

7 - marca comercial do produto;

8 - data da fabricação, em sentido horizontal ou vertical;

9 - pesos: bruto e líquido;

10 - fórmula de composição ou outros dizeres, quando previstos neste Regulamento;

11 - a especificação "Indústria Brasileira".

Art. 797. A data da fabricação, conforme a natureza do continente ou envoltório, será impressa, gravada ou declarada por meio de carimbo, detalhando dia, mês e ano, podendo este ser representado pelos dois últimos algarismos.

Parágrafo único. Faculta-se o emprêgo de código em que o ano será representado por seus dois últimos algarismos, tendo à direita aquele que corresponder ao mês e à esquerda o referente ao dia de fabricação.

Art. 798. Quando os produtos são acondicionados em recipientes metálicos, de madeira ou vidro, serão designados nos rótulos ou continentes os pesos bruto e líquidos e nos demais casos constará apenas o peso líquido, médio ou base.

Parágrafo único. De acordo com a natureza da rotulagem, os pesos devem ser impressos nos rótulos, litografados, gravados ou colados por meio de carimbo.

Art. 799. Nos rótulos podem figurar referências a prêmios obtidos em exposições oficiais, desde que devidamente confirmada sua concessão, bem como prêmios de estímulo e menções honrosas conferidas pela D.I.P.O.A.

Art. 800. Na composição de marcas é permitido o emprêgo de desenhos a elas alusivos.

§ 1.º No caso de marcas com nome de pessoas vivas ou mortas, de relevo no País, será exigida a autorização do homenageado ou do herdeiro.

que tenha autoridade legal para conceder a permissão, caso o interessado não faça prova de anterior registro no Departamento Nacional de Propriedade Industrial.

§ 2.º E' proibido o uso de marcas, dizeres ou desenhos alusivos à Bandeira Nacional, símbolos ou quaisquer indicações referentes a atos, fatos, estabelecimentos etc., da União, dos Estados, dos Territórios, dos Municípios e do Distrito Federal, a menos que haja autorização expressa da autoridade competente.

Art. 801. E' proibida qualquer denominação, declaração, palavra, desenho ou inscrição que transmita falsa impressão, forneça indicação errônea de origem e de qualidade dos produtos, podendo essa proibição estender-se, a juízo da D.I.P.O.A., às denominações impróprias.

§ 1.º As marcas que infringirem o presente artigo, embora registradas no Departamento Nacional de Propriedade Industrial, não poderão, a juízo da D.I.P.O.A., ser usadas.

§ 2.º O Departamento Nacional de Propriedade Industrial, antes de registrar qualquer marca a ser usada na rotulagem de produtos de origem animal, solicitará parecer da D.I.P.O.A. a fim de ser atendido o disposto no presente artigo.

§ 3.º A designação de Países, Estados, Territórios e localidades estrangeiras que indiquem origem, processos de preparação, apresentação comercial ou classificação de certos produtos fabricados no exterior, só pode ser usada quando precedida do esclarecimento "Tipo", "Estilo", "Marca", "Corte" ou equivalentes, isentando-se dessa designação produtos de denominação originária em território nacional.

Art. 802. Um mesmo rótulo pode ser usado para produtos idênticos, fabricados em vários estabelecimentos da mesma firma, desde que sejam da mesma qualidade, denominação e marca.

Parágrafo único. Tais rótulos devem declarar obrigatoriamente a classificação e localização de todos os estabelecimentos da firma, seguida dos números de registro, fazendo-se a identificação de origem pelo carimbo de inspeção federal gravado ou impresso sobre o continente ou rótulo.

Art. 803. Os rótulos serão impressos, litografados, gravados ou pintados

respeitando obrigatoriamente a ortografia oficial e o sistema legal de unidades e medidas.

Parágrafo único. E' proibido usar em produtos destinados ao consumo em território nacional, rotulagem impressa, gravada, litografada ou pintada em língua estrangeira, mesmo com a tradução em vernáculo.

Art. 804. A rotulagem aplicada em produtos destinados ao comércio internacional pode ser impressa em uma ou mais línguas estrangeiras, porém em uma das faces do continente ou envoltório deve haver o mesmo rótulo, exatamente reproduzido em todos os seus detalhes, com a tradução em vernáculo.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a juízo da D. I. P. O. A., pode ser permitido o uso de rotulagem impressa exclusivamente em língua estrangeira, desde que contenha o carimbo da Inspeção Federal, além da indicação de que se trata de produto de procedência brasileira, impressa em caracteres destacados e uniformes em tipo de letra.

Art. 805. Os rótulos ou carimbos de Inspeção Federal devem sempre referir-se ao estabelecimento produtor, mesmo quando excepcionalmente, a Juízo da D. I. P. O. A., sejam aplicados nos entrepostos ou outros estabelecimentos fiscalizados.

Art. 806. No caso de cassação de registro ou relacionamento ou ainda de fechamento do estabelecimento, fica a firma responsável obrigada a inutilizar a rotulagem existente em estoque, sob as vistas da Inspeção Federal, à qual, entregará todos os carimbos e matrizes que tenha em seu poder.

Art. 807. Produtos com denominação estrangeira reconhecidamente generalizada no território nacional, quando destinados ao mercado interno, podem manter a mesma denominação no rótulo e logo abaixo, entre parêntesis, a designação em vernáculo.

Art. 808. As etiquetas usadas como rótulos devem conter de um lado os esclarecimentos determinados neste Regulamento e do outro exclusivamente o carimbo da Inspeção Federal.

Art. 809. No caso de certos produtos normalmente expostos ao consumo sem qualquer proteção, além de seu envoltório próprio ou casca, a rotulagem será feita por meio de rótulo

impresso em papel ou chapa litografada, que possa se manter presa ao produto.

Parágrafo único. Em se tratando de queijos ou produtos semelhantes, além do rótulo regulamentar o carimbo da Inspeção Federal deve ser aplicado a fogo, tinta ou simplesmente decalcado sobre o produto, se ficar bem nítido.

Art. 810. Os produtos perecíveis, principalmente produtos gordurosos embarcados em estradas de ferro ou companhias de navegação devem trazer nos continentes, em caracteres bem visíveis, a expressão "Teme o Calor".

SEÇÃO II

Rotulagem em particular

Art. 811. O uso de matérias corantes artificiais em conservas de carne obriga a declaração expressa no rótulo "artificialmente colorido".

Art. 812. No caso de presunto "bacon", queijos maturados e outros, conforme o caso, cada unidade recebe obrigatória e diretamente o carimbo da Inspeção Federal, além do rótulo aplicado externamente sobre o envoltório, quando a rotulagem não for feita na fábrica.

Parágrafo único. Quando a obrigatoriedade assinalada neste artigo não caiba, dada a natureza do produto, tais como queijos não maturados, creme, gorduras empacotadas e outros, o carimbo da Inspeção Federal deve constar do papel em direto contacto com o produto, independente da rotulagem de acordo com o presente Regulamento.

Art. 813. Os produtos destinados ao comércio internacional que contenham corantes, conservadores ou outras substâncias permitidas pelo país importador, mas em desacordo com o que determina este Regulamento, farão constar expressamente nos rótulos as substâncias contidas e respectivas percentagens.

Art. 814. Os rótulos dos continentes de produtos não destinados à alimentação humana devem conter, além do carimbo da Inspeção Federal competente, a declaração "não comestível", obrigatória também nos continentes, a fogo ou por gravação, e em qualquer dos casos, em caracteres bem destacados.

Art. 815. Os rótulos destinados a continentes de produtos próprios à alimentação dos animais conterão, além do carimbo de Inspeção Federal próprio, a declaração "alimento para animais".

Art. 816. Os continentes empregados no transporte de matérias primas e produtos destinados à alimentação humana, que não são acondicionados ou transformados em outros estabelecimentos, receberão um rótulo de acordo com o presente Regulamento e o competente carimbo da Inspeção Federal.

Art. 817. Carcaças ou partes de carcaças destinadas ao comércio em natureza recebem obrigatoriamente o carimbo da Inspeção Federal.

Art. 818. Na rotulagem de produtos gordurosos será observado mais o seguinte:

1 — os rótulos de banha, compostos, margarina e outras gorduras comestíveis de origem animal, simples ou misturadas e das gorduras vegetais, são obrigatoriamente em fundo verde, proibindo-se que nesse mesmo fundo dizeres, desenhos, impressos ou litografados nas cores amarelo ou vermelho possam mascarar-lo ou encobri-lo;

2 — os rótulos dos "compostos" devem indicar sua composição qualitativa e quantitativa;

3 — os rótulos para "margarina" devem conter a classificação de acordo com a matéria prima empregada (animal, vegetal ou mista), em caracteres bem visíveis entre parêntesis logo abaixo da palavra "margarina" e respectiva marca do produto; declaração e percentagem de benzoato de sódio permitido como conservador e o antioxidante que for permitido; quando contiver diacetil, trarão em caracteres bem visíveis a declaração "artificialmente aromatizado".

Art. 819. Na rotulagem de carnes e derivados deve-se observar mais o seguinte:

1 — Substâncias que acentuam o sabor obrigam a declaração nos rótulos: "contêm substâncias que estimulam o sabor";

2 — As conservas mistas devem mencionar a percentagem de carne que for tomada como matéria prima.

Art. 820. Na rotulagem do leite em natureza será observado mais o seguinte:

1 — Indicar o tipo do leite nos fechos, capsulas ou tampas do recipiente

o dia de semana do engarrafamento e o nome do estabelecimento de origem com a respectiva localidade:

2 — Respeitar nos fechos, capsulas ou tampas as cores fixadas para os diversos tipos de leite;

3 — Indicar, em caracteres bem visíveis e uniformes, a designação da espécie animal quando não for bovina, tais como: "leite de cabra", "leite de ovelha e outros.

Art. 821. A rotulagem de subprodutos industriais empregados na alimentação animal ou como fertilizante orgânico, indicará a composição qualitativa e quantitativa de cada um.

Art. 822. Na rotulagem de manteiga deve-se observar mais o seguinte:

1 — Os rótulos devem ser impressos em fundo amarelo ou vermelho e trazer a especificação "com sal" ou "sem sal".

Quando a manteiga é envolvida em papel impermeável ou similar, o fundo pode ser da tonalidade do material envolvente, enquanto todos os dizeres e desenhos serão nas respectivas cores determinadas neste artigo;

2 — A manteiga comum pode ser designada no rótulo pelo nome simples de "manteiga";

3 — A manteiga fabricada com leite que não seja o de vaca, trará a designação da espécie que lhe deu origem, em caracteres de igual tamanho e cor aos usados para a palavra "manteiga".

Art. 823. Na rotulagem de leites desidratados e leites diversos, devem ainda ser observadas as seguintes exigências:

1 — Especificar a variedade a que pertencem, de acordo com o teor de gordura, a composição base do produto e, quando for o caso, a quantidade de água a ser adicionada para reconstituição;

2 — Indicar, no "leite condensado", a base da reconstituição e a natureza do açúcar empregado.

3 — Indicar, na denominação do "doce de leite", as misturas que forem feitas;

4 — Indicar o modo de preparo e uso;

5 — Indicar, no "leite em pó modificado", preparado especialmente para alimentação infantil, a modificação efetivada no leite, bem como seu uso, tal como: "leite em pó acidificado e adicionado de açúcares", "leite em pó para lactentes", "parcialmente

desnatado e adicionado de "açúcares" e outros que couberem;

6 — Indicar, nos "leites fermentados", a percentagem de ácido láctico, o teor alcoólico e a espécie produtora do leite empregado;

7 — Indicar, nas "farinhas lácteas", as misturas que forem feitas;

8 — Indicar, no "leite modificado", a adição de amido dextrinizado, quando tiver sido feita;

9 — Indicar, nos "refrescos de leite", o nome de fantasia que houver sido aprovado.

Art. 824. A rotulagem de subprodutos de laticínios indicará ainda:

1 — Na "caseína", a substância coagulante empregada;

2 — Na "lactose", a percentagem deste açúcar;

3 — No "soro de leite" em pó, e na "lactose-albumina" que se trata de "alimentos para animais";

4 — Na "lacto albumina" sua composição básica;

5 — Na "caseína para uso industrial", em ponto bem visível e caracteres destacados: "produto impróprio para alimentação humana".

Art. 825. Na rotulagem de queijos deve ser observado mais o seguinte:

1 — Tratando-se de queijo fundido pode ser indicado o tipo de queijo empregado na fusão; quando houver mistura de queijos de diferentes tipos pode ser feita a simples declaração de "queijo fundido";

2 — Deve trazer indicações sobre a percentagem de gordura no extrato seco;

3 — Os canudos de madeira ou similares e os jacás devem ter etiqueta de cartolina e ser fechados com selo de chumbo onde, por compressão, figure o carimbo oficial da Inspeção Federal;

4 — A adição de gorduras estranhas de qualquer natureza (óleos vegetais, gorduras animais ou outras permitidas) misturadas ou não à manteiga, quando se tratar de Requeijão do Norte;

5 — No queijo Prato, quando em formato diferente do padrão, as denominações de "Cobocó", "Lanche", "Esférico", ou "Bola" entre parentesis, logo abaixo das palavras "Queijo Prato".

Parágrafo único. A saída de queijos sem rótulos dos estabelecimentos, para serem rotulados nos centros de consumo, só pode ser permitida em casos especiais, mediante prévia autorização

da D. I. P. O. A., desde que levem o carimbo da Inspeção Federal a fogo, decalcado ou colocado por meio de chapa metálica.

Art. 826. Na rotulagem de ovos e derivados deve ser observado o seguinte:

a) ovos destinados ao mercado interno:

1 — No polo mais arredondado, onde está a câmara de ar, aposição do carimbo da Inspeção Federal;

2 — Quando conservados pelo frio, devem ser assinalados com a palavra "Frigorificado";

3 — Quando procedentes de estabelecimentos avícolas registrados no Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, é facultado trazerem lateralmente, em verde, um carimbo exclusivamente com o nome do estabelecimento.

§ 1.º O carimbo a que se refere o número 1 pode ser dispensado, desde que as caixas ou outros continentes tragam, além do carimbo da Inspeção Federal, uma etiqueta modelo 8, de acordo com o artigo 833.

§ 2.º Quando não carimbados individualmente, os ovos só podem ser expostos à venda tendo, em local bem visível, a etiqueta a que se refere o parágrafo anterior, consignando sua classificação comercial.

b) ovos destinados ao comércio internacional:

1 — Individualmente os ovos devem ser marcados de acordo com as exigências do país importador; na tseteira da caixa conterão ainda:

2 — A palavra "Brasil" em caracteres destacados, carimbo da Inspeção Federal, qualidade e classe dos ovos;

3 — A letra correspondente à coloração da casca;

4 — O processo de conservação a que tenham sido submetidos;

5 — A espécie de que provém quando se tratar de ovos de pato, peru, galinha da Angola ou outra;

6 — Impressão obrigatória do peso bruto e líquido, permitindo-se a tradução para o idioma do país importador.

c) conserva de ovos:

1 — Quando desidratados total ou parcialmente, o rótulo deve indicar a quantidade de água a empregar para ser reconstituído o produto original, bem como o processo e tempo normais para essa reconstituição;

2 — As pastas de ovo devem declarar os elementos que entram em suas composições;

3 — As claras de ovos desidratadas de outras espécies terão na rotulagem a indicação da espécie de que procedem.

Art. 827. Tratando-se de pescado e seus derivados deve ser observado mais o seguinte:

1 — As caixas ou outros continentes para pescado levam obrigatoriamente o carimbo da Inspeção Federal gravado a fogo, o nome da firma e as condições de conservação do produto;

2 — Os subprodutos não destinados à alimentação humana devem consignar a expressão "Não comestível".

Art. 828. Na rotulagem do mel de abelha e seus derivados será observado mais o seguinte:

1 — "Mel centrifugado" ou "mel espremido", conforme o produto tenha sido submetido a qualquer dessas operações;

2 — "Mel amargo", quando procedente de flora que lhe transmita esse sabor;

3 — "Mel aquecido", quando fôr aquecido a temperatura superior a 60°C (sessenta graus centígrados);

4 — "Mel de abelhas indígenas", quando fôr dessa procedência;

5 — A classificação segundo a tonalidade.

Parágrafo único. É permitido figurar no rótulo o nome do apicultor quando se tratar de mel procedente exclusivamente do apiário por ele explorado, mesmo que se trate de produto vendido por entreposto.

Art. 829. Os coelhos devem indicar na rotulagem seu poder coagulante, a quantidade de ácido bórico quando tiver sido juntada e a data de validade.

SEÇÃO IV

Carimbo de Inspeção e seu uso

Art. 830. O número de registro do estabelecimento, as iniciais "S. I. F." e, conforme o caso, as palavras "Inspeccionado" ou "Reinspeccionado", tendo na parte superior a palavra "Brasil", representam os elementos básicos do carimbo oficial de Inspeção Federal, cujos formatos, dimensões e emprêgo são fixados neste Regulamento.

§ 1.º As iniciais "S. I. F." traduzem "Serviço de Inspeção Federal".

§ 2.º O carimbo de Inspeção Federal representa a marca oficial usada unicamente em estabelecimentos sujeitos à fiscalização da D. I. P. O. A. e constitui o sinal de garantia de que o produto foi inspecionado pela autoridade competente.

Art. 831. Os estabelecimentos sujeitos a relacionamento usarão, quando for o caso, um carimbo com a designação abreviada "E. R.", significando "Estabelecimento Relacionado" seguida do número que lhe couber na I. R. P. O. A.

Art. 832. Os carimbos de Inspeção Federal devem obedecer exatamente à descrição e aos modelos anexos, respeitadas dimensões, forma, dizeres, tipo e corpo de letra; devem ser colocados em destaque nas testeiças das caixas e outros continentes, nos rótulos ou produtos, numa cor única, preferentemente preto, quando impressos, gravados ou litografados.

Art. 833. Os diferentes modelos de carimbo de Inspeção Federal, a serem usados nos estabelecimentos fiscalizados pela D. I. P. O. A., obedecerão às seguintes especificações:

A) Modelo 1:

1 — Dimensões: 0,07 m x 0,05 m (sete por cinco centímetros);

2 — Forma: elíptica no sentido horizontal;

3 — Dizeres: número de registro do estabelecimento, isolado e encimado da palavra "Inspeccionado" colocada horizontalmente e "Brasil" que acompanha a curva superior da elipse; logo abaixo daquele número as iniciais "S. I. F.", acompanhando a curva inferior;

4 — Uso: para carcaças ou quartos de bovinos em condições de consumo em natureza, aplicado externamente sobre as massas musculares de cada quarto;

B) Modelo 2:

1 — Dimensões: 0,05 m x 0,03 m (cinco por três centímetros) para suínos, ovinos e caprinos; 0,025 m x 0,015 m (cinco e cinco por quinze milímetros), para aves;

2 — Forma e dizeres: idênticos ao modelo 1;

3 — Uso: para carcaças de suínos, ovinos e caprinos em condições de consumo em natureza, aplicado externamente em cada quarto; de cada lado da carcaça de aves; sobre cortes de carnes frescas ou firgorificadas de qualquer espécie de açougue.

C) Modelo 3:

1 — Dimensões: 0,04 m (quatro centímetros) de diâmetro quando aplicado em recipiente de peso superior a um quilograma; 0,02 m ou ... 0,03 m (dois ou três centímetros), nos recipientes de peso até um quilograma, em geral, nos rótulos impressos em papel;

2 — Forma: circular;

3 — Dizeres: número de registro do estabelecimento, isolado e encimado das palavras "Inspeccionado", colocada horizontalmente, e "Brasil", que acompanha a curva superior do círculo; logo abaixo daqueles números as iniciais "S. I. F.", que acompanham a curva inferior do círculo;

4 — Uso: para rótulos de produtos utilizados na alimentação humana, acondicionados em recipiente metálicos, de madeira ou vidro e em encapados ou produtos envolvidos em papel, facultando-se neste caso, sua reprodução no corpo do rótulo:

a) em alto relevo, no tampo das latas ou sobre o tampo metálico dos vidros;

b) a fogo ou gravado sob pressão nos recipientes de madeira;

c) impresso no corpo do rótulo quando litografado, ou gravado em alto relevo, no tampo das latas;

d) impresso em todos os rótulos de papel quando os produtos não estão acondicionados nos recipientes indicados nas alíneas anteriores.

D) Modelo 4:

1 — Dimensões: 0,06 m (seis centímetros) de lado quando em recipientes de madeira; 0,15 (quinze centímetros) de lado nos produtos ensacados e 0,03 m (três centímetros) de lado em recipientes metálicos ou em rótulos de papel;

2 — Forma: quadrada, permitindo-se ângulos arredondados quando gravados em recipientes metálicos;

3 — Dizeres: idênticos e na mesma ordem que aqueles adotados nos carimbos precedentes e dispostos todos no sentido horizontal;

4 — Uso: para produtos não comestíveis ou destinados à alimentação de animais, nas condições que se seguem;

a) a fogo, gravado ou por meio de chapa devidamente afixada por solda, quando se trate de recipientes de madeira ou metálico;

b) pintado, por meio de chapa, em encapados, sacos ou similares;

c) pintado ou gravado em caixas, caixotes e outros continentes que acondicionem produtos a granel.

E) Modelo 5:

1 — Dimensões: 0,07 m x 0,06 (sete por seis centímetros);

2 — Forma: elítica, no sentido vertical;

3 — Dizeres: número de registro do estabelecimento, isolado e encimado das iniciais "S. I. F." e da palavra "Brasil" colocadas em sentido horizontal; logo abaixo a palavra "Condenado", que acompanha a curva inferior da elipse;

4 — Uso: para carcaças ou partes condenadas de carcaças, aplicado com tinta de cor verde.

F) Modelo 6:

1 — Dimensões: como no modelo 3;

2 — Forma: circular;

3 — Dizeres: número de registro de estabelecimento, isoladamente e encimado das iniciais "S. I. F." colocadas horizontalmente, e da palavra "Brasil" acompanhando a curva superior do círculo; logo abaixo do número a palavra "Reinspeccionado", acompanhando a curva inferior do círculo;

4 — Uso: destinado a produtos comestíveis e a ser empregado pelos entrepostos, observadas as mesmas condições estabelecidas para o modelo 3 e que lhes digam respeito, podendo ser aplicado, conforme o caso, sob a forma de selo adesivo.

G) Modelo 7:

1 — Dimensões: 0,05 m (cinco centímetros) de diâmetro;

2 — Forma: circular;

3 — Dizeres: número de registro do estabelecimento, isolado e encimado das palavras "Inspeccionado", colocada horizontalmente, e "Brasil" que acompanha a parte superior do círculo; logo abaixo do número as iniciais "S. I. F.", acompanhando a curva inferior do círculo;

4 — Uso: para caixas, caixotes, engradados e outros que transportem produtos comestíveis inspeccionados, inclusive ovos, pescado, mel e cera de abelhas;

H) Modelo 8:

1 — Dimensões: 0,07 m 0,04 m (sete por quatro centímetros);

2 — Forma: retangular no sentido horizontal;

3 — Dizeres: número de registro do estabelecimento, isolado e encima-

do da palavra "Brasil" colocado horizontalmente e na mesma direção, seguida das iniciais "S. I. F."; logo abaixo do número a palavra "Inspeccionado", também em sentido horizontal.

4 — Uso: para produtos em que o rótulo é substituído por uma etiqueta e a ser aplicada isoladamente sobre uma de suas faces. Para ovos a referida etiqueta deve mencionar, na parte superior, a classificação do produto e na inferior a data respectiva, indicando dia, mês e ano.

I) Modelo 9:

1 — Dimensões: 0,065 m x 0,045 m sessenta e cinco por quarenta e cinco milímetros quando aplicado a volumes pequenos ou 0,15 m x 0,13 m (quinze por treze centímetros) nos fardos do charque;

2 — Forma: retangular no sentido horizontal;

3 — Dizeres: número de registro do estabelecimento, isolado e encimado das palavras "Inspeccionado" e "Brasil", ambas colocadas horizontalmente; logo abaixo do número as iniciais "S. I. F." no mesmo sentido;

4 — Uso: para produtos comestíveis acondicionados em fardos, sacos ou similares, expostos ao consumo em peças ou a granel, pintado ou impresso no próprio envoltório;

J) Modelo 10:

1 — Dimensões: 0,07 m x 0,05 m (sete por cinco centímetros);

2 — Forma: retangular no sentido horizontal;

3 — Dizeres: número de registro do estabelecimento, isoladamente e encimado da palavra "Brasil", colocada horizontalmente, e na mesma direção às iniciais "S. I. F."; logo abaixo do número a designação "Conserva", também em sentido horizontal;

4 — Uso: para carcaças ou partes de carcaças destinadas ao preparo de charque ou carnes enlatadas, no próprio estabelecimento de origem ou em outro.

K) Modelo 11:

1 — Dimensões, formas e dizeres: idênticos ao modelo 10, substituída a palavra "conserva" por "salga".

2 — Uso: para carcaças ou parte de carcaças destinadas ao preparo de charque ou carnes salgadas, no próprio estabelecimento de origem ou em outro;

L) Modelo 12:

1 — Dimensões, forma e dizeres: idêntico ao modelo 10, substituída a palavra "conserva" por "salsicharia";

2 — Uso: para carcaças ou partes de carcaça destinadas ao preparo de produtos de salsicharia, no próprio estabelecimento de origem ou outro;

M) Modelo 13:

1 — Dimensões: 0,016m (dezesseis milímetros) de diâmetro;

2 — Forma: circular;

3 — Dizeres: número de registro do estabelecimento, isolado e encimado das iniciais "S. I. F." colocados horizontalmente e da palavra "Brasil" acompanhando a parte superior do círculo; logo abaixo do número a palavra "Inspeccionado", seguindo a parte inferior do círculo;

4 — Uso: para identificação de recipientes que transportem matérias primas ou produtos comestíveis a serem manipulados, beneficiados, re-beneficiados ou acondicionados em outros estabelecimentos:

a) no fechamento de latões, digestores, vagões, carros-tanque e outro equipamento e veículos;

b) este carimbo será aplicado por meio de pinça sobre selo de chumbo;

(N) Modelo 13-A:

Idêntico ao modelo 13 com a palavra "reinspeccionado" para utilização nos entrepostos e entrepostos-usina.

O) Modelo 14:

1 — Dimensões: 0,015m (quinze milímetros) de diâmetro;

2 — Forma: circular;

3 — Dizeres: internamente, no centro, a data da inspeção consignando dia e mês no sentido vertical e usando uma linha para cada um desses esclarecimentos; externamente, sobre a parte superior do círculo, as iniciais "S. I. F.", seguidas do número de registro do estabelecimento que também acompanha o círculo; inferiormente, acompanhando a parte externa do círculo, a palavra "Especial";

4 — Uso: para identificação de ovos tipo especial a ser aplicado no polo mais arredondado com tinta de cor verde.

P) Modelo 14-A:

1 — Dimensões, forma e dizeres: idênticos ao modelo 14, substituída

a palavra "especial" por comum";

2 — Uso: para identificação de ovos tipo comum, a ser aplicado no polo mais arredondado com tinta de cor roxa;

Q) Modelo 14-B:

1 — Dimensões, forma e dizeres: idênticos ao modelo 14, substituída a palavra "especial" por "comum";

2 — Uso: para identificação de ovos tipo fabrico, a ser aplicado no polo mais arredondado com tinta de cor preta;

R) Modelo 15:

1 — Dimensões: 0,015m (quinze milímetros) de diâmetro;

2 — Forma: circular;

3 — Dizeres: a palavra "Brasil" em sentido horizontal no centro do carimbo;

4 — Uso: para identificação de ovos destinados ao mercado internacional, a ser aplicado no polo mais arredondado com tinta de cor verde.

Parágrafo único. O número de registro do estabelecimento constante do carimbo de inspeção não será precedido de designação "número" ou de sua abreviatura (n.º) e será aplicado no lugar correspondente, equidistante dos dizeres ou letras e das linhas que representam a forma.

SEÇÃO V

Registro de rótulos

Art. 834. Os estabelecimentos só podem utilizar rótulos em matérias primas e produtos de origem animal, quando devidamente aprovados e registrados pela D. I. P. O. A.

§ 1.º Para efeito de registro a D. I. P. O. A. manterá livro próprio, especialmente destinado a este fim.

§ 2.º Quando os rótulos forem impressos exclusivamente em língua estrangeira não devem ser registrados; sua utilização, entretanto, só pode ser feita após autorização da D. I. P. O. A., mediante plena satisfação de todas as exigências para registro.

Art. 835. A aprovação e registro de rótulos devem ser requeridos pelo interessado que instruirá a petição com os seguintes documentos:

1 — exemplares, em três vias, dos rótulos a registrar ou usar em seus diferentes tamanhos;

2 — memorial descritivo do processo de fabricação do produto, em três vias, detalhando sua composição e respectivas percentagens.

Parágrafo único. Quando o pês e data de fabricação só possam ser colocados após acondicionamento e rotulagem do produto, a petição deve consignar essa ocorrência.

Art. 836. Para efeito de registro os rótulos devem ser sempre apresentados em papel; mesmo dos que devam ser litografados, pintados ou gravados, será feita exata reprodução em papel.

Art. 837. E' aconselhável, para evitar despesas e simplificar o registro, que os interessados, antes de solicitarem o registro, peçam exame e verificação de "croquis" dos rótulos que pretendam utilizar, fazendo-os acompanhar de clara indicação das cores a empregar.

Art. 838. Ao encaminhar o processo de registro, a Inspeção Federal junto ao estabelecimento informará sobre a exatidão dos esclarecimentos prestados, especialmente quanto ao memorial descritivo do processo de fabricação, justificando convenientemente qualquer divergência.

Art. 839. Registrado o rótulo, a D. I. P. O. A. devolverá à Inspeção Regional respectiva as 2as. (segundas) e 3as. (terceiras) vias do processo, devidamente autenticadas, devendo a 3.^a (terceira) via ser arquivada na I. R. e a 2.^a (segunda) restituída à firma interessada.

Art. 840. Os rótulos registrados trarão impressa a declaração de seu registro na D. I. P. O. A. seguida do número respectivo.

Art. 841. Os rótulos só podem ser usados para os produtos a que tenham sido destinados e nenhuma modificação em seus dizeres, cores ou desenhos pode ser feita sem prévia aprovação da D. I. P. O. A.

Art. 842. Nenhum rótulo, etiqueta ou selo pode ser aplicado escondendo ou encobrindo, total ou parcialmente, dizeres da rotulagem ou o carimbo da Inspeção Federal.

Art. 843. Nenhum estabelecimento de produtos de origem animal pode ter ultimado o seu registro, sem que os rótulos dos principais produtos e subprodutos a serem fabricados estejam previamente aprovados e registrados na D. I. P. O. A.

Art. 844. Os carimbos oficiais em qualquer estabelecimento devem reproduzir fiel e exatamente os modelos determinados pelo art. 833, sob

pena de responsabilidade da Inspeção Federal e da Inspeção Regional sob jurisdição das quais esteja o estabelecimento faltoso.

TÍTULO XIII

Reinspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal

Art. 845. Os produtos de origem animal devem ser reinspecionados tantas vezes quantas necessárias, antes de serem expedidos pela fábrica para consumo, comércio interestadual ou internacional.

§ 1.^o Os produtos que nessa reinspeção forem julgados impróprios para consumo devem ser destinados o aproveitamento como subprodutos industriais, depois de retiradas as marcas oficiais e submetidos à desnaturação se fôr o caso.

§ 2.^o Quando ainda permitam aproveitamento condicional ou rebeneficiamento, a Inspeção Federal deve autorizar sejam submetidos aos processos apropriados, reinspecionando-os antes da liberação.

Art. 846. Nenhum produto de origem animal pode ter entrada em fábricas sob Inspeção Federal, sem que seja claramente identificado como oriundo de outro estabelecimento também registrado na D. I. P. O. A.

Parágrafo único. E' proibido o retorno ao estabelecimento de origem de produtos que, na reinspeção, sejam considerados impróprios para o consumo devendo-se promover sua transformação ou aproveitamento condicional.

Art. 847. Na reinspeção da carne em natureza ou conservada pelo frio, deve ser condenada a que apresente qualquer alteração que faça suspeitar processo de putrefação.

§ 1.^o Sempre que necessário a Inspeção verificará o pH sobre o extrato aquoso da carne.

§ 2.^o Sem prejuízo da apreciação dos caracteres organolépticos e de outras provas, a Inspeção adotará o pH entre 6,0 e 6,4 (seis e seis e quatro décimos) para considerar a carne ainda em condições de consumo.

Art. 848. Nos entrepostos, armazéns ou casas comerciais, onde se encontrem depositados produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos sob Inspeção Federal, bem

como nos portos e postos de fronteira, a reinspeção deve especialmente visar:

1 — sempre que possível, conferir o certificado de sanidade que acompanha o produto;

2 — identificar os rótulos e marcas oficiais dos produtos, bem como a data de fabricação;

3 — verificar as condições de integridade dos envoltórios e recipientes;

4 — verificar os caracteres organolépticos sobre uma ou mais amostras, conforme o caso;

5 — coletar amostras para exame químico e microbiológico.

§ 1.º A amostra deve receber uma cinta envoltório aprovada pela D. I. P. O. A., claramente preenchida em todos os seus itens e assinada pelo interessado e pelo funcionário que coleta a amostra.

§ 2.º Sempre que o interessado desejar, a amostra pode ser coletada em duplicata, com os mesmos cuidados de identificação assinalados no parágrafo anterior, representando uma delas a contra prova que permanecerá em poder do interessado, lavrando-se um termo de coleta em duas vias, uma das quais será entregue ao interessado.

§ 3.º Tanto a amostra como a contra prova devem ser colocadas em envelopes apropriados aprovados pela D. I. P. O. A., a seguir fechados, lacrados e rubricados pelo interessado e pelo funcionário.

§ 4.º Em todos os casos de reinspeção, as amostras terão preferência para exame.

§ 5.º Quando o interessado divergir do resultado do exame pode requerer, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a análise de contra prova.

§ 6.º O requerimento será dirigido ao Inspetor Chefe que superintender a região onde está localizado o estabelecimento em que foi coletada a amostra.

§ 7.º O exame da contra prova pode ser realizado em qualquer laboratório oficial com a presença de um representante da respectiva Inspetoria Regional.

§ 8.º Além de escolher o laboratório oficial para exame da contra prova o interessado pode fazer-se representar por um técnico de sua preferência e confiança.

§ 9.º Confirmada a condenação do produto ou partida a Inspetoria Federal determinará o aproveitamento condicional ou a transformação em produto não comestível.

§ 10. As amostras para prova ou contra prova coletadas pela D. I. P. O. A. para exames de rotina ou análises periciais serão inteiramente gratuitas.

Art. 849. A Inspeção deve fiscalizar o embarque de quaisquer produtos de origem animal, bem como as condições higiênicas e instalações dos carros, vagões e de todos os meios de transporte utilizados.

Art. 850. A juízo da D. I. P. O. A. pode ser determinado o retorno ao estabelecimento de origem de produtos apreendidos nos mercados de consumo ou em trânsito pelos portos marítimos ou fluviais e postos de fronteira, para efeito de rebeneficiamento ou aproveitamento para fins não comestíveis.

§ 1.º No caso do responsável pela fabricação ou despacho do produto recusar a devolução, será a mercadoria, após inutilização pela Inspeção Federal, aproveitada para fins não comestíveis em estabelecimentos dotados de instalações apropriadas.

§ 2.º A firma proprietária ou arrendatária do estabelecimento de origem deve ser responsabilizada e punida no caso de não comunicar a chegada ao produto devolvido ao servidor da D. I. P. O. A.

TÍTULO XIV

Trânsito de Produtos de Origem Animal

Art. 851. Os produtos e matérias primas de origem animal procedentes de estabelecimentos sob Inspeção Federal, satisfeitas as exigências do presente Regulamento, têm livre curso no país, podem ser expostos ao consumo em qualquer parte do território nacional e constituir objeto de comércio internacional.

Art. 852. As autoridades de Saúde Pública, em sua função de policiamento da alimentação nos centros de consumo, devem comunicar a qualquer dependência da D. I. P. O. A. os resultados das análises fiscais que realizarem, se das mesmas resultar apreensão ou condenação dos

produtos subprodutos e matérias primas.

Art. 853. Os produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos do país, em trânsito por portos marítimos e fluviais ou postos de fronteira, mesmo que se destinem ao comércio interestadual devem ser reinspecionados tanto na entrada como na saída dos postos alfandegários.

§ 1.º Em se tratando de produtos oriundos do estrangeiro, obrigatoriedade e privativamente devem ser reinspecionados pela D. I. P. O. A. no ponto de vista industrial e sanitário, antes de serem liberados pelas autoridades aduaneiras.

§ 2.º Nos portos e postos de fronteira onde não haja dependência da D. I. P. O. A., a inspeção a que se refere este artigo será feita por colaboração da D. D. S. A. ou de servidores de outros órgãos do D. N. P. A. designados pelo Diretor Geral.

Art. 854. A importação de produtos de origem animal ou suas matérias primas só será autorizada quando:

1 — procederem de países cujos Regulamentos sanitários tenham sido aprovados pelo Ministério da Agricultura do Brasil;

2 — vierem acompanhados de certificado sanitário expedido por autoridade competente do país de origem e devidamente visados por autoridade consular do Brasil;

3 — estiverem identificados com rótulos ou marcas oficiais.

Parágrafo único. Se os Regulamentos a que se refere o item 1 (um) deste artigo não detalharem os modelos dos certificados sanitários e carimbos de inspeção, será solicitada sua aprovação em separado, ficando estabelecidas desde logo a seguintes exigências:

1 — o carimbo oficial deve trazer o nome do país a inscrição da palavra "inspecionado", o número do estabelecimento e as iniciais do serviço competente ou outras que indiquem a quem cabe a responsabilidade da Inspeção Sanitária;

2 — os certificados sanitários devem conter os elementos constantes dos modelos oficiais adotados no Brasil para seu comércio interno e mais a declaração expressa de que no país de origem do produto não grassa

qualquer doença infecto-contagiosa, de acordo com as exigências estabelecidas no Regulamento de Defesa Sanitária Animal.

Art. 855. É proibida a importação de produtos de origem animal quando procedentes de países onde grassem doenças consideradas perigosas à segurança sanitária animal do Brasil, de acordo com o que determina a legislação brasileira específica.

Art. 856. Os certificados sanitários procedentes do estrangeiro, depois de visados pelo servidor da D. I. P. O. A. ou de outro órgão do D. N. P. A. nos casos permitidos neste Regulamento, serão arquivados na Inspeção Federal ou na I. R. P. O. A. a que estiver subordinada.

Parágrafo único. A circulação de tais produtos no território nacional far-se-á após reinspeção, fornecendo-se certificado sanitário próprio à vista dos elementos constantes no documento expedido no país de origem.

Art. 857. A D. I. P. O. A., conforme o caso, pode determinar o retorno, ao país de procedência, de quaisquer produtos de origem animal, quando houver infração ao que dispõe este Regulamento.

Art. 858. Os produtos de origem animal saídos dos estabelecimentos e em trânsito por portos ou postos de fronteira, só terão livre curso quando estiverem devidamente rotulados e, conforme o caso, acompanhados de certificado sanitário expedido em modelo próprio, firmado por servidor autorizado.

Art. 859. A juízo da D. I. P. O. A., pode ser permitido o comércio interestadual de produtos de origem animal, sem apresentação de certificado sanitário, quando convenientemente identificados por meio de rótulo registrado na D. I. P. O. A.

Parágrafo único. Não está sujeito a apresentação de certificado sanitário o leite despachado como matéria prima e acondicionado em latões, desde que destinado a estabelecimentos situados em outros Estados ou Territórios para beneficiamento ou industrialização.

Art. 860. Tratando-se de comércio internacional, os certificados sanitários podem ser redigidos em língua estrangeira, se houver exigência dos países importadores, mas sempre com a tradução em vernáculo.

Art. 861. Quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais que

exercerem funções de natureza fiscal em portos ou postos de fronteira e em postos ou barreiras interestaduais, são obrigadas a exigir a apresentação do certificado sanitário para produtos de origem animal, destinados aos comércios interestadual ou internacional, salvo quando se tratar de leite ou creme para fins de beneficiamento e consignados a estabelecimentos industriais ou nos casos permitidos pela D. I. P. O. A., quando se tratar de mercadorias com rótulos registrados.

Art. 862. No caso de vir a ser dispensada a exigência do certificado sanitário para produtos identificados por meio de rótulos registrados, a D. I. P. O. A. providenciará para que a resolução expedida seja levada ao conhecimento das autoridades federais e municipais, com exercício em portos marítimos e fluviais, nos postos de fronteiras e nos postos fiscais situados em barreiras interestaduais.

Art. 863. Os certificados sanitários para produtos de origem animal destinados ao comércio internacional são obrigatoriamente assinados pelo técnico da D. I. P. O. A. diplomado em veterinária, responsável pela Inspeção Federal.

Art. 864. Os certificados sanitários que acompanhar produtos de origem animal procedentes do país, depois de visados pelo servidor da D. I. P. O. A., ou, conforme o caso, da D. D. S. A. são entregues aos interessados para que os exibam às autoridades competentes de Saúde Pública, quando solicitados.

Art. 865. Os produtos não destinados à alimentação humana, como couros, lãs, chifres, subprodutos industriais e outros, procedentes de estabelecimentos não inspecionados pela D. I. P. O. A., só podem ter livre trânsito se procedentes de zonas onde não grassem doenças contagiosas, atendidas também outras medidas determinadas pelas autoridades oficiais de Defesa Sanitária Animal.

Parágrafo único. Quando tais produtos se destinem ao comércio internacional é obrigatória, conforme o caso a desinfecção por processo aprovado pela D.I.P.O.A. ou exigido país importador.

Art. 866. As autoridades federais, estaduais ou municipais, inclusive policiais, que desempenharem funções de fiscalização nos portos marítimos e fluviais, barreiras ou quaisquer postos de fronteira, não permitirão, sob pena de responsabilidade, o trânsito inte-

restadual ou internacional de produtos de origem animal sem que o transportador exiba o certificado sanitário, expedido ou visado de acordo com o presente Regulamento.

Parágrafo único. Verificada a ausência do documento a que se refere este artigo a mercadoria será apreendida e posta à disposição da autoridade da D.I.P.O.A. ou da D.D.S.A., para que lhe dê o destino conveniente, devendo ser lavrado o respectivo auto de infração contra o transportador.

Art. 867. Os produtos de origem animal destinados à alimentação humana, sendo gêneros de primeira necessidade e perecíveis, devem ter prioridade de embarque (transporte marítimo, fluvial, lacustre, ferroviário, rodoviário ou aéreo).

Parágrafo único. Nos depósitos e armazéns de empresas de transporte e de quaisquer portos, bem como nos próprios veículos e navios, os produtos de origem animal devem ser arrumados em ambientes apropriados e longe de locais com temperatura elevada, a fim de não sofrerem alterações em suas características físico-químicas.

Art. 868. A D.I.P.O.A. adotará modelos oficiais de certificado sanitário, tanto para o mercado interno como para o comércio internacional.

Art. 869. O fornecimento de produtos de origem animal a navios mercantes surtos nos portos nacionais, que façam linha internacional, depende em todos os casos de prévia inspeção pela D.I.P.O.A. e subsequente expedição do competente certificado sanitário.

TÍTULO XV

Exames de Laboratório

Art. 870. Os produtos de origem animal prontos para consumo, bem como toda e qualquer substância que entre em sua elaboração, estão sujeitos a exames tecnológicos, químicos e microbiológicos.

Art. 871. As técnicas de exame e a orientação analítica serão padronizadas pela Seção de Tecnologia e aprovadas pelo Diretor da D.I.P.O.A.

Parágrafo único. Essas técnicas estarão sempre atualizadas pela Seção de Tecnologia, aceitando a D.I.P.O.A. sugestões de laboratórios oficiais ou particulares para alterá-las, desde que a Seção de Tecnologia verifique e confirme as vantagens e a nova técnica.

Art. 872. Os exames de carácter tecnológico visarão a técnica de elaboração dos produtos de origem animal em qualquer de suas fases.

Parágrafo único. Sempre que houver necessidade o laboratório pedirá informações à Inspeção Federal junto ao estabelecimento produtor.

Art. 873. O exame químico compreende:

- 1 — os caracteres organolépticos;
- 2 — composição centesimal;
- 3 — índices físicos e químicos;
- 4 — corantes e conservadores;
- 5 — provas especiais de caracterização e verificação de qualidade;
- 6 — exame químico da água que abastece os estabelecimentos sob Inspeção Federal.

§ 1.º Os caracteres organolépticos, a composição centesimal e os índices físicos-químicos serão enquadrados nos padrões normais, aprovados ou que venham a ser aprovados pela D.I.P.O.A.

§ 2.º A orientação analítica obedecerá a seguinte seriação:

- 1 — caracteres organolépticos;
- 2 — pesquisa de corante e conservadores;
- 3 — determinação de fraudes, falsificação e alterações;
- 4 — verificação dos mínimos e máximos constantes deste Regulamento, louvando-se no conjunto de provas e nos elementos que constam das técnicas analíticas que acompanham este Regulamento.

§ 3.º A variação anormal de qualquer índice (tudo, refração, saponificação e outros), será convenientemente pesquisada, para apuração das causas.

Art. 874. O exame microbiológico deve verificar:

- 1 — presença de germes, quando se trate de conservas submetidas à esterelização;
- 2 — presença de produtos do metabolismo bacteriano, quando necessário;
- 3 — contagem global de germes sobre produtos de origem animal;
- 4 — pesquisa e contagem da flora de contaminação;
- 5 — pesquisas da flora patogénica;
- 6 — exame bacteriológico de água que abastece os estabelecimentos sob Inspeção Federal;

7 — exame bacteriológico de matérias primas e produtos afins empregados na elaboração de produtos de origem animal.

Art. 875. Quando necessário, os laboratórios podem recorrer a outros laboratórios podem recorrer a outras técnicas de exame, além das adotadas oficialmente pela D.I.P.O.A., mencionando-as obrigatoriamente nos respectivos laudos.

TÍTULO XVI

Infrações e Penalidades

Art. 876. As infrações ao presente Regulamento são punidas administrativamente e, quando fôr o caso, mediante responsabilidade criminal.

Parágrafo único. Incluem-se entre as infrações previstas neste Regulamento, atos que procurem embarçar a ação dos servidores da D.I.P.O.A. ou de outros órgãos no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de fiscalização; desacato, suborno ou simples tentativa; informações inexatas sobre dados estatísticos referentes a quantidade, qualidade e procedência dos produtos e, de modo geral, qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse à Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Art. 877. As penas administrativas a serem aplicadas por servidores da D.I.P.O.A., da D.D.S.A. ou de outros órgãos do D.N.P.A., quando houver delegação de competência para realizar as inspeções previstas neste Regulamento, constarão de apreensão ou condenação das matérias primas e produtos, multas, suspensão temporária da Inspeção Federal e cassação do registro ou relacionamento de estabelecimento.

Art. 878. Para efeito de apreensão ou condenação, além dos casos específicos previstos neste Regulamento consideram-se impróprios para o consumo, no todo ou em parte, os produtos de origem animal:

- 1 — que se apresentem danificados por unidade ou fermentação, ranços, mofados ou bolorentos, de caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento;

2 — que forem adulterados, fraudados ou falsificados;

3 — que contiverem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde;

4 — que forem prejudiciais ou imprestáveis à alimentação por qualquer motivo;

5 — que não estiverem de acordo com o previsto no presente Regulamento.

Parágrafo único. Nos casos do presente artigo, independentemente de quaisquer outras penalidades que couberem, tais como multas, suspensão da Inspeção Federal ou cassação do registro ou relacionamento, será adotado o seguinte critério:

1 — nos casos de apreensão, após reinspeção completa será autorizado o aproveitamento condicional que couber para alimentação humana, após o rebeneficiamento determinado pela Inspeção Federal;

2 — nos casos de condenação, permite-se sempre o aproveitamento das matérias primas e produtos para fins não comestíveis ou alimentação de animais, em ambos os casos mediante assistência da Inspeção Federal.

Art. 879. Além dos casos específicos previstos neste Regulamento são consideradas adulterações, fraudes ou falsificações, como regra geral:

a) adulterações:

1 — quando os produtos tenham sido elaborados em condições, que contrariam as especificações e determinações fixadas;

2 — quando no preparo dos produtos haja sido empregada matéria prima alterada ou impura;

3 — quando tenham sido empregadas substâncias de qualidade, tipo e espécie diferentes das da composição normal do produto, sem prévia autorização da D.I.P.O.A.

4 — quando os produtos tenham sido coloridos ou aromatizados sem prévia autorização e não constante declaração nos rótulos;

5 — intenção dolosa em mascarar a data de fabricação.

b) fraudes:

1 — alteração ou modificação total ou parcial de um ou mais elementos normais do produto, de acordo com os padrões estabelecidos ou fórmulas aprovadas pela D.I.P.O.A.;

2 — quando as operações de manipulação e elaboração forem executadas com a intenção deliberada de estabelecer falsa impressão aos produtos fabricados;

3 — supressão de um ou mais elementos e substituição por outros visando aumento de volume ou de peso, em detrimento da sua composição normal ou do valor nutritivo intrínseco;

4 — conservação com substâncias proibidas;

5 — especificação total, ou parcial na rotulagem de um determinado produto que não seja o contido na embalagem ou recipiente.

c) falsificações:

1 — quando os produtos forem elaborados, preparados e expostos ao consumo com forma, caracteres e rotulagem que constituem processos especiais de privilégio ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham dado autorização;

2 — quando forem usadas denominações diferentes das previstas neste Regulamento ou em fórmulas aprovadas.

Art. 880. Aos infratores de dispositivos do presente Regulamento e de ato complementares e instruções que forem expedidas podem ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros):

1 — aos que desobedecerem a qualquer exigência sanitária, sobretudo no tocante ao funcionamento do estabelecimento e à higiene das dependências do equipamento e dos trabalhos de manipulação e preparo de matérias primas e produtos;

2 — aos responsáveis pela permanência em trabalho, de pessoas que não possuam carteira de saúde ou documento equivalente expedido por autoridade competente de Saúde Pública;

3 — aos que acondicionarem ou embalsamarem produtos em continentes ou recipientes não permitidos;

4 — aos responsáveis por estabelecimentos que não coloquem em destaque o carimbo da Inspeção Federal nas testeiras dos continentes, nos rótulos ou em produtos;

5 — aos responsáveis pelos produtos que não contenham data de fabricação;

2 — que forem adulterados, fraudados ou falsificados;

3 — que contiverem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde;

4 — que forem prejudiciais ou imprestáveis à alimentação por qualquer motivo;

5 — que não estiverem de acordo com o previsto no presente Regulamento.

Parágrafo único. Nos casos do presente artigo, independentemente de quaisquer outras penalidades que couberem, tais como multas, suspensão da Inspeção Federal ou cassação do registro ou relacionamento, será adotado o seguinte critério:

1 — nos casos de apreensão, após reinspeção completa será autorizado o aproveitamento condicional que couber para alimentação humana, após o rebeneficiamento determinado pela Inspeção Federal;

2 — nos casos de condenação, permita-se sempre o aproveitamento das matérias primas e produtos para fins não comestíveis ou alimentação de animais, em ambos os casos mediante assistência da Inspeção Federal.

Art. 379. Além dos casos específicos previstos neste Regulamento são consideradas adulterações, fraudes ou falsificações, como regra geral:

a) adulterações:

1 — quando os produtos tenham sido elaborados em condições, que contrariam as especificações e determinações fixadas;

2 — quando no preparo dos produtos haja sido empregada matéria prima alterada ou impura;

3 — quando tenham sido empregadas substâncias de qualidade, tipo e espécie diferentes das da composição normal do produto, sem prévia autorização da D.I.P.O.A.

4 — quando os produtos tenham sido coloridos ou aromatizados sem prévia autorização e não constante declaração nos rótulos;

5 — intenção dolosa em mascarar a data de fabricação.

b) fraudes:

1 — alteração ou modificação total ou parcial de um ou mais elementos normais do produto, de acordo com os padrões estabelecidos ou fórmulas aprovadas pela D.I.P.O.A.;

2 — quando as operações de manipulação e elaboração forem executadas com a intenção deliberada de estabelecer falsa impressão aos produtos fabricados;

3 — supressão de um ou mais elementos e substituição por outros visando aumento de volume ou de peso, em detrimento da sua composição normal ou do valor nutritivo intrínseco;

4 — conservação com substâncias proibidas;

5 — especificação total, ou parcial na rotulagem de um determinado produto que não seja o contido na embalagem ou recipiente.

c) falsificações:

1 — quando os produtos forem elaborados, preparados e expostos ao consumo com forma, caracteres e rotulagem que constituem processos especiais de privilégio ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham dado autorização;

2 — quando forem usadas denominações diferentes das previstas neste Regulamento ou em fórmulas aprovadas.

Art. 380. Aos infratores de dispositivos do presente Regulamento e de atos complementares e instruções que forem expedidas podem ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros):

1 — aos que desobedecerem a qualquer exigências sanitárias, sobretudo no tocante ao funcionamento do estabelecimento e à higiene das dependências do equipamento e dos trabalhos de manipulação e preparo de matérias primas e produtos;

2 — aos responsáveis pela permanência em trabalho, de pessoas que não possuam carteira de saúde ou documento equivalente expedido por autoridade competente de Saúde Pública;

3 — aos que acondicionarem ou embalsamarem produtos em continentes ou recipientes não permitidos;

4 — aos responsáveis por estabelecimentos que não coloquem em destaque o carimbo da Inspeção Federal nas testeiças dos continentes, nos rótulos ou em produtos;

5 — aos responsáveis pelos produtos que não contenham data de fabricação;

6 — aos que forneçam produtos de origem animal a navios mercantes que façam linhas internacionais, sem prévia obtenção do certificado sanitário expedido por servidor da D. I. P. O. A.;

7 — aos que infringirem quaisquer outras exigências sobre rotulagem dos produtos de origem animal para as quais não tenham sido especificadas outras penalidades.

b) multas de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros); a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros):

1 — às pessoas que despacharem ou conduzirem produtos de origem animal para consumo privado, nos casos previstos neste Regulamento, e os destinarem a fins comerciais;

2 — aos que lançarem mão de rótulos e carimbos oficiais da Inspeção Federal, para facilitar a saída de produtos e subprodutos industriais de estabelecimentos que não estejam registrados ou relacionados na D. I. P. O. A.;

3 — aos que receberem e mantiverem guardados em estabelecimentos registrados ou relacionados, ingredientes ou matérias primas proibidas que possam ser utilizados na fabricação de produtos;

4 — aos responsáveis por misturas de matérias primas em percentagens divergentes das previstas neste Regulamento;

5 — aos que adquirirem, manipularem, expuserem à venda ou distribuírem produtos de origem animal oriundos de outros Estados, procedentes de estabelecimentos não registrados ou relacionado na D. I. P. O. A.;

6 — as pessoas físicas ou jurídicas que expuserem à venda produtos a granel, que de acordo com o presente Regulamento devem ser entregues ao consumo em embalagem original;

7 — às pessoas físicas ou jurídicas que embarçarem ou burlarem a ação dos servidores da D. I. P. O. A. no exercício das suas funções;

8 — aos responsáveis por estabelecimentos de leite e derivados que não realizarem a lavagem e higienização do vasilhame, carros tanques e frascos;

9 — aos responsáveis por estabelecimentos que após o término dos trabalhos industriais e durante as fases de manipulação e preparo, quando for o caso, não procederem à limpeza e higienização rigorosas das dependências e equipamento diversos destinados aos trabalhos de matérias primas e pro-

ductos destinados à alimentação humana;

10 — aos responsáveis por estabelecimentos que ultrapassarem a capacidade máxima de abate ou de industrialização;

11 — aos que deixarem de apresentar os documentos expedidos por servidor da D. I. P. O. A., junto às empresas de transportes, para classificação de ovos nos entrepostos;

12 — aos que venderem, em mistura, ovos de diversos tipos;

13 — aos que infringirem os dispositivos deste Regulamento referentes a documentos de classificação de ovos nos entrepostos, referentes ao aproveitamento condicional;

14 — aos responsáveis por estabelecimentos registrados ou relacionados que não promoverem na D. I. P. O. A. as transferências de responsabilidade, previstas neste Regulamento ou deixarem de fazer a notificação necessária ao comprador ou locatário sobre essa exigência legal, por ocasião do processamento da venda ou locação;

15 — aos que lançarem no mercado produtos cujos rótulos não tenham sido aprovados pela D. I. F. O. A.;

16 — aos responsáveis pela confecção, impressão, litografia ou gravação de carimbos de Inspeção Federal a serem usados, isoladamente ou em rótulos, por estabelecimentos que não estejam registrados ou em processo de registro na D. I. P. O. A.;

17 — aos que lançarem no consumo produtos de origem animal sem a passagem pelo entreposto respectivo, nos casos exigidos, para serem submetidos à Inspeção Sanitária;

18 — aos responsáveis pela expedição de produtos de origem animal para o comércio interestadual ou internacional, sem apresentação do certificado sanitário, nos casos exigidos pelo presente Regulamento;

19 — às firmas responsáveis por estabelecimentos que preparem, com finalidade comercial, produtos de origem animal novos e não padronizados, cujas fórmulas não tenham sido previamente aprovadas pela D. I. P. O. A.;

c) multa de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros):

1 — aos que lançarem mão de certificados sanitários, rotulagem e carimbos de inspeção, para facilitar o escoamento de produtos de origem

animal, que não tenham sido inspecionados pela D. I. P. O. A.;

2 — aos responsáveis por estabelecimentos de produtos de origem animal que realizarem construções novas, remodelações ou ampliações, sem que os projetos tenham sido previamente aprovados pela D. I. P. O. A.;

3 — aos que expuserem à venda produtos oriundos de um estabelecimento como se fôsse de outro;

4 — aos que usarem indevidamente os carimbos de Inspeção Federal;

5 — aos que despacharem produtos de origem animal para o comércio interestadual ou internacional, em desacordo com as determinações da Inspeção Federal;

6 — aos responsáveis por estabelecimentos sob Inspeção Federal que enviarem para o consumo produtos sem rotulagem;

7 — aos responsáveis por estabelecimentos não registrados que enviarem para o comércio interestadual produtos não inspecionados pela D. I. P. O. A.;

d) multa de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros);

1 — aos responsáveis por quaisquer adulterações, fraudes ou falsificações de produtos de origem animal;

2 — aos que aproveitarem matérias primas e produtos condenados ou procedentes de animais não inspecionados, no preparo de produtos usados na alimentação humana;

3 — aos que, embora notificados, mantiverem na produção de leite vacas em estado de magreza extrema, atacadas de tuberculose, brucelose, afecções do úbere, diarreias e corrimentos vaginais, que tenham sido afastadas do rebanho pela D. I. P. O. A. ou D. D. S. A.;

4 — às pessoas físicas ou jurídicas que retiveram, para fins especulativos, produtos que a critério da D. I. P. O. A. possam ficar prejudicados em suas condições de consumo;

5 — aos que subornarem, tentarem subornar ou usarem de violência contra servidores da D. I. P. O. A. ou de outros órgãos do D. N. P. A. no exercício de suas atribuições;

6 — aos que burlarem a determinação quanto ao retorno de produtos destinados ao aproveitamento condicional no estabelecimento de origem;

7 — aos que derem aproveitamento condicional diferente do que for determinado pela Inspeção Federal;

8 — aos responsáveis por estabelecimentos que fabriquem produtos de origem animal, em desacordo com os padrões fixados neste Regulamento ou nas fórmulas aprovadas ou, ainda, sonegarem elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

9 — aos responsáveis por estabelecimentos que fizerem comércio interestadual sem que os seus estabelecimentos tenham sido previamente registrados na D. I. P. O. A.;

10 — às pessoas físicas ou jurídicas que utilizarem rótulos de produtos elaborados em estabelecimentos registrados ou relacionados na D. I. P. O. A., em produtos oriundos de estabelecimentos que não estejam sob Inspeção Federal;

11 — aos responsáveis por estabelecimentos que abaterem animais em desacordo com a legislação vigente, principalmente vacas, tendo-se em mira a defesa da produção animal do País;

12 — aos que venderem ou tentarem vender gordura para pastelaria como margarina, aos que venderem ou tentarem vender margarina industrial como margarina de mesa, aos que venderem ou tentarem vender margarina por manteiga e aos que infringirem o disposto no § 3.º do art. 354.

e) multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), fixada de acordo com a gravidade da falta, a critério da D. I. P. O. A., aos que cometerem outras infrações ao presente Regulamento.

Art. 881. Quando as infrações forem constatadas nos mercados consumidores, em produtos procedentes de estabelecimentos que devem estar sujeitos a Inspeção Federal, nos termos do presente Regulamento, as multas a que se refere o artigo anterior, poderão ser aplicadas por servidores da D. I. P. O. A. aos proprietários e responsáveis por casas comerciais, que os tiveram adquirido, armazenado ou exposto à venda, tanto no atacado como no varejo.

Parágrafo único. Serão aplicadas ainda a quaisquer firmas proprietárias ou responsáveis por casas comerciais que receberem, armazenarem ou expuserem à venda produtos oriundos de outros Estados que não procedam de estabelecimentos sujeitos a Inspeção Federal, cabendo aos servidores da D. I. P. O. A. que constatarem as

infrações lavar os competentes autos.

Art. 882. Todo produto de origem animal exposto à venda em determinado Estado, Território ou no Distrito Federal, sem qualquer identificação que permita verificar sua verdadeira procedência quanto ao estabelecimento de origem, localização e firma responsável, será considerado procedente doutro Estado e como tal sujeito as penalidades previstas neste Regulamento.

Art. 883. As penalidades a que se refere o presente Regulamento serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais.

Art. 884. As multas a que se refere o presente Regulamento serão dobradas na reincidência e, em caso algum, isentam o infrator da inutilização do produto, quando essa medida couber, nem tampouco de ação criminal.

§ 1.º A ação criminal cabe, não só pela natureza da infração, mas em todos os casos que se seguirem a reincidência.

§ 2.º A ação criminal não exime o infrator de outras penalidades a serem aplicadas, a juízo da D. I. P. O. A., que poderá determinar a suspensão da Inspeção Federal, cassação do registro ou do relacionamento, ficando o estabelecimento impedido de realizar comércio interestadual ou internacional.

§ 3.º A suspensão da Inspeção Federal e a cassação do relacionamento são aplicadas pelo Inspetor Chefe da I. R. P. O. A., a qual está subordinado o estabelecimento; a cassação do registro é da alçada do Diretor da D. I. P. O. A.

Art. 885. Não pode ser aplicada multa, sem que previamente seja lavrado o auto de infração, detalhando a falta cometida, o artigo infringido, a natureza do estabelecimento com a respectiva localização e a firma responsável.

Art. 886. O auto de infração deve ser assinado pelo servidor que constatar infração, pelo proprietário do estabelecimento ou representante da firma e por duas testemunhas.

Parágrafo único. Sempre que o infrator ou as testemunhas se neguem a assinar o auto, será feita declaração a respeito no próprio auto, remetendo-se uma das vias do auto de infração ao proprietário da firma res-

pensável pelo estabelecimento, por correspondência registrada e mediante recibo.

Art. 887. A autoridade que lavrar o auto de infração deve extrair-lo em 3 (três) vias: a primeira será entregue ao infrator, a segunda remetida ao Inspetor Chefe da I. R. P. O. A. e a terceira constituirá o próprio talão de infrações.

Art. 888. O auto de multa será lavrado na I. R. P. O. A., assinado pelo Inspetor Chefe e contera os elementos que deram lugar à infração.

Art. 889. Nos casos em que fique evidenciado não ter havido dolo ou má-fé, e tratando-se de primeira infração, o Inspetor Chefe da I. R. P. O. A. deixará de aplicar a multa, cabendo ao servidor que lavrou o auto de infração advertir o infrator e orientá-lo convenientemente.

Art. 890. O infrator uma vez multado terá 72 (setenta e duas) horas para efetuar o pagamento da multa e exhibir ao servidor da D. I. P. O. A. o competente comprovante de recolhimento à repartição arrecadadora federal.

§ 1.º Quando a repartição federal arrecadadora estiver afastada da localidade onde se verificou a infração, de maneira a não ser possível o recolhimento da multa dentro do prazo previsto neste artigo, deverá ser concedido novo prazo, a juízo do servidor que lavrou o auto de infração.

§ 2.º O prazo de 72 (setenta e duas) horas a que se refere o presente artigo é contado a partir do dia e hora em que o infrator tenha sido notificado na lavratura do auto de multa.

Art. 891. O não recolhimento da multa no prazo legal, implica na cobrança executiva, promovida pela I. R. P. O. A. mediante a documentação existente.

Parágrafo único. Neste caso pode ser suspensa a Inspeção Federal junto ao estabelecimento.

Art. 892. Depois de aplicada a multa, somente o Diretor da D. I. P. O. A. pode relevá-la, mediante pedido fundamentado da firma responsável.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração da multa deve ser sempre acompanhado do comprovante de seu recolhimento à repartição arrecadadora federal competente.

Art. 893. A responsabilidade dos servidores da D. I. P. O. A., no que diz respeito à falta de punição das infrações do presente Regulamento, será

apurada pelos Inspetores Chefes da I. R. P. O. A.

Art. 894. A convivência le servidores da D. I. P. O. A. ou de outro órgão do D. N. P. A., em irregularidades passíveis de punição, é regulada pelo que dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 895. A D. I. P. O. A. pode divulgar pela imprensa as penalidades aplicadas, declarando nome do infrator, natureza e sede do estabelecimento.

Art. 896. São responsáveis pelas infrações às disposições do presente Regulamento, para efeito de aplicação das penalidades nele previstas, as pessoas físicas ou jurídicas:

1 — produtores de matéria prima de qualquer natureza, aplicável à indústria animal desde a fonte de origem até o recebimento nos estabelecimentos registrados ou relacionados na D. I. P. O. A.;

2 — proprietárias ou arrendatárias de estabelecimentos registrados ou relacionados onde forem recebidos, manipulados, transformados, elaborados, preparados, conservados, acondicionados, armazenados, distribuídos ou despachados produtos de origem animal;

3 — proprietárias, arrendatárias ou responsáveis por casas comerciais atacadistas, exportadoras ou varejistas que receberem, armazenarem, venderem ou despacharem produtos de origem animal;

4 — que expuserem à venda, em qualquer parte, produtos de origem animal;

5 — que despacharem ou transportarem produtos de origem animal.

Parágrafo único. A responsabilidade a que se refere o presente artigo abrange as infrações cometidas por quaisquer empregados ou prepostos das pessoas físicas ou jurídicas que explorarem a indústria dos produtos de origem animal.

Art. 897. A aplicação da multa não isenta o infrator do cumprimento das exigências que a tenham motivado, marcando-se-lhe, quando for o caso, novo prazo para o cumprimento, findo o qual poderá, de acordo com a gravidade da falta e a juízo da D. I. P. O. A., ser novamente multado no dobro da multa anterior, suspensa a Inspeção Federal ou cassado o registro ou relacionamento do estabelecimento.

Art. 898. Os servidores da D. I. P. O. A., ou de outros órgãos do D. N. P. A. com delegação de competência, quando em serviço de fiscalização ou

de inspeção industrial e sanitária, têm livre entrada, em qualquer dia ou hora, em qualquer estabelecimento, que manipule, armazene ou transacione por qualquer forma com produtos de origem animal.

TÍTULO XVII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 899. É proibido conceder Inspeção Federal, mesmo a título precário, a qualquer estabelecimento que não tenha sido previamente registrado ou relacionado na D. I. P. O. A.

§ 1.º Excetuam-se desta proibição os estabelecimentos que estejam com obras concluídas, que podem funcionar enquanto se processa a últimação do registro, desde que autorizada pela Inspeção Regional, "ad-referendum" da D. I. P. O. A.

§ 2.º Excetuam-se ainda os entrepostos de carnes e derivados e entrepostos-usina que estejam sob fiscalização estadual ou municipal e em virtude deste Regulamento tenham de passar a jurisdição da Inspeção Federal. Em tais casos cabe à D. I. P. O. A. fixar o prazo para adaptação e registro.

Art. 900. Os estabelecimentos que à data da expedição do presente Regulamento estejam funcionando com inspeção a título precário, devem efetivar o registro ou relacionamento na D. I. P. O. A. no prazo máximo de 1 (um) ano.

§ 1.º Findo o prazo a que se refere este artigo, os estabelecimentos que não tiverem sido registrados ou relacionados terão suspensa a Inspeção Federal, que só será restabelecida depois de legalizada a situação.

§ 2.º Suspensa a Inspeção Federal deve ser feita imediata comunicação à autoridade estadual ou municipal competente, ficando o estabelecimento impossibilitado de realizar comércio interestadual ou internacional.

§ 3.º A transgressão do disposto no parágrafo anterior implicará na apreensão de todos os produtos onde quer que se encontrem, desde que tenham sido despachados após a suspensão da Inspeção Federal, sem prejuízo de outras penalidades que couberem.

§ 4.º Durante o funcionamento do estabelecimento com Inspeção Federal a título precário, seus proprietários ou arrendatários ficam sujeitos às disposições do presente Regulamento.

§ 5.º Nos casos de cancelamento de registro ou do relacionamento a pe-

dido dos interessados, bem como nos de cassação como penalidade, devem ser inutilizados os carimbos oficiais nos rótulos e as matrizes entregues a Inspeção Federal mediante recibo.

Art. 901. Nos estabelecimentos sob Inspeção Federal a fabricação de produtos não padronizados só será permitida depois de previamente aprovada a respectiva fórmula pela D. I. F. O. A.

§ 1.º A aprovação de fórmulas e processos de fabricação de quaisquer produtos de origem animal, inclui os que estiverem sendo fabricados antes de entrar em vigor e presente Regulamento.

§ 2.º Entende-se por padrão e por fórmula, para os fins deste Regulamento:

1 — matérias primas, condimentos, corantes e quaisquer outras substâncias que entrem na fabricação;

2 — composição centesimal do produto;

3 — tecnologia do produto.

Art. 902. A D. I. P. O. A. publicará todas as resoluções que expedir, para conhecimento das autoridades estaduais e municipais e, conforme os casos, fará uma comunicação direta aos órgãos competentes federais, estaduais ou municipais.

Art. 903. A Inspeção Federal Permanente organizará com antecedência, escalas de serviço com a distribuição dos servidores, inclusive para os plantões, a fim de atender ao exame dos animais, das matérias primas e dos produtos entrados.

Art. 904. O transporte de produtos de origem animal deve ser feito em vagões, carros ou outros veículos apropriados, construídos expressamente para esse fim e dotados de instalações frigoríficas.

§ 1.º As empresas de transportes ficam obrigadas a dar preferência aos embarques de animais e produtos de origem animal destinados à alimentação humana.

§ 2.º Tratando-se de leite e carne para consumo em natureza, e quando o volume desses produtos comportar, as empresas ferroviárias devem organizar trens especiais, com horário preferencial sobre qualquer comboio, de maneira que entre a conclusão dos trabalhos de preparo da carne ou do beneficiamento do leite e a entrega na localidade de consumo, não se verifiquem intervalos superiores aos permitidos neste Regulamento ou em

atos complementares que venham a ser baixados.

§ 3.º As empresas de transporte tomarão as necessárias providências para que, logo após o desembarque dos produtos a que se refere o parágrafo anterior, sejam os veículos convenientemente higienizados, antes de receberem carga de retorno.

§ 4.º Nenhuma empresa de transporte pode receber vasilhame para acondicionamento de leite se não estiver convenientemente higienizado.

§ 5.º Nenhuma empresa de transporte pode permitir o embarque de animais vivos destinados ao abate, em número superior à capacidade normal do veículo.

Art. 905. Os Governos Federal, Estaduais e dos Territórios, por intermédio do Ministério da Viação e Obras Públicas ou correspondentes Secretarias dos Estados, promoverão o melhoramento do material rodante das estradas de ferro, destinado ao transporte de animais e de produtos de origem animal de consumo imediato e facilmente perecíveis.

Art. 906. As estradas de ferro oficiais ou particulares, podem exigir a construção de vagões apropriados às expensas dos interessados e para seu uso exclusivo.

Art. 907. Em instruções especiais aprovada pela D. I. P. O. A., serão fixados e uniformizados os processos de análises para julgamento de produtos de origem animal e as técnicas de laboratório.

Parágrafo único. Até que seja possível fazer-se o mestudo e adoção de aparelhamento para tratamento de água para as pequenas indústrias, poderá ser tolerado maior teor microbiano na contagem global a que se refere a alínea a do art. 62.

Art. 908. Será instituída, no Ministério da Agricultura, uma Comissão composta de 10 (dez) membros dos quais 5 (cinco) representantes da D. I. P. O. A., 1 (um) representante da D. D. S. A., todos do D. N. . . A., 3 (três) representantes de Secretarias de Agricultura dos Estados e 1 (um) do Departamento Nacional de Saúde Pública, os quais, sob a presidência do Diretor da D. I. P. O. A., que será membro nato, se reunirá no Distrito Federal, no mínimo, de dois em dois anos, no mês de outubro, para examinar a execução do presente Regulamento e indicar as modificações que couberem, tendo em vista as difi-

culdades surgidas em sua aplicação prática.

§ 1.º A Comissão a que se refere o presente artigo será designado pelo Ministro da Agricultura e se incumbirá, também, de recomendar práticas de ordem tecnológica, sanitária, econômica e técnicas de laboratórios, de interesse na inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

§ 2.º O Diretor da D. I. P. O. A. convidará, sempre que necessário, outros técnicos, bem como representantes das indústrias de produtos de origem animal, para prestarem colaboração e esclarecimentos à Comissão instituída neste artigo.

Art. 909. Os servidores da D. D. S. A., especialmente os técnicos em suas visitas às propriedades rurais, indicadas neste Regulamento, devem realizar o exame do gado leiteiro, fornecendo à D. I. P. O. A. boletins sobre o estado sanitário.

Parágrafo único. Além dessas verificações devem ser feitas observações sobre a ordenha, acondicionamento, conservação e transporte de leite, instruindo os produtos sobre higiene da produção leiteira.

Art. 910. Nas exposições de animais promovidas ou subvencionadas pelo Ministério da Agricultura, sempre que possível, deve-se instituir concursos de ordenhadores, conferindo-se prêmios aos que obtiverem leite nas melhores condições higiênicas.

Art. 911. Os serviços estaduais e municipais deverão apresentar a D. I. P. O. A. sugestões sobre ampliações ou alterações a serem introduzidas no presente Regulamento, resultantes de observações ou exigências técnicas, juntando sempre detalhada justificativa de ordem tecnológica, sanitária ou econômica, a fim de serem submetidas à Comissão instituída pelo artigo 908.

Art. 912. Mediante acôrdo celebrado entre o Ministério da Agricultura e os Estados, os Territórios e o Distrito Federal, a D. I. P. O. A. pode incumbir-se da inspeção industrial e sanitária dos estabelecimentos cuja produção se destine unicamente ao comércio municipal ou intermunicipal.

Art. 913. Sempre que possível a D. I. P. O. A. deve facilitar a seus técnicos a realização de estágios e cursos em laboratórios, estabelecimentos ou escolas, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo único — Anualmente as Inspetorias Regionais organizarão, na época mais oportuna, cursos rápidos ou estágios de revisão para seus servidores, com programas previamente aprovados pela D. I. P. O. A.

Art. 914. Em instruções aprovadas pelo Ministro da Agricultura serão fixadas as atribuições dos servidores da D. I. P. O. A. junto aos estabelecimentos industriais, bem como seus deveres e responsabilidades nos serviços que lhes forem confiados.

Art. 915. A D. I. P. O. A. promoverá a mais estreita cooperação com os órgãos congêneres estaduais e municipais, comunicando-se com os respectivos Diretores ou Chefes de Serviço no sentido de conseguir o máximo de eficiência nos trabalhos de inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, a fim de que desta colaboração recíproca sejam beneficiadas a indústria, a saúde pública e a economia nacional.

Art. 916. Os Poderes Executivos dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal expedirão o Regulamento e demais atos complementares para a inspeção e reinspeção sanitária dos estabelecimentos que façam apenas comércio municipal e intermunicipal, bem como das propriedades rurais fornecedoras de matérias primas para os mesmos estabelecimentos, os quais, entretanto, não poderão colidir com a presente regulamentação.

Art. 917. Na expedição do Regulamento a que se refere o artigo anterior será previamente cumprido, onde fôr o caso, o disposto na alínea "b" do artigo 4.º da Lei n.º 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

Art. 918. Os países que se interessem pela exportação de produtos de origem animal para o Brasil deverão submeter seus regulamentos sanitários, inclusive carimbos de inspeção e modelos de certificados oficiais, à aprovação do Ministério da Agricultura brasileiro.

§ 1.º Enquanto não fôr tomada essa providência, qualquer produto de origem animal importado só pode ser desembaraçado pelas repartições aduaneiras, quando acompanhado de certificado sanitário expedido por autoridade competente do país de origem, visado pelo consulado brasileiro e após rigorosa reinspeção por funcionário da D. I. P. O. A.

§ 2.º Para os produtos embarcados antes da vigência do presente Regulamento e caso venham desacompanhados de certificado sanitário, a D. I. P. O. A., após rigorosa reinspeção, poderá autorizar a liberação mediante termo de responsabilidade, assinado pelo importador ou seu representante legal, para entrega do certificado sanitário dentro de prazo marcado, sob pena de lhe ser aplicada a penalidade que couber de acordo com o presente Regulamento.

Art. 919. Aos estabelecimentos registrados ou com Inspeção Federal a título precário que estejam em desacordo com as prescrições do presente Regulamento, a D. I. P. O. A. fará as exigências de adaptação concedendo-lhes um prazo razoável para cumprimento dessas exigências.

Parágrafo único. Esgotado o prazo sem que tenham sido realizados os melhoramentos exigidos, será cassado o registro ou retirada a Inspeção Federal, ficando o estabelecimento impedido de fazer comércio interestadual ou internacional.

Art. 920. O disposto no artigo anterior aplica-se igualmente aos estabelecimentos sob inspeção estadual ou municipal que, por efeito da Lei n.º 1.283, de 13 de dezembro de 1950, passaram à alçada da Inspeção Federal.

Art. 921. Em estabelecimentos situados no interior do país, em regiões onde haja dificuldades de transporte e deficiência de matéria prima, as exigências relativas à sua instalação e aparelhamento podem ser reduzidas a juízo da D. I. P. O. A., desde que não haja prejuízo para a saúde pública.

Art. 922. Enquanto se mantiver anormal o abastecimento de gêneros de primeira necessidade aos grandes centros populosos do país, a D. I. P. O. A. adotará o seguinte critério:

1 — não permitir a instalação de novas charqueadas ou outros estabelecimentos que não façam aproveitamento integral da matéria prima, em toda a região geoeconômica que abastece de carne verde os grandes centros populosos do Brasil Central;

2 — incentivar por todos os modos o aproveitamento integral do boi nas charqueadas e matadouros já existentes e em funcionamento nessa região, fazendo-os instalar novos equipamentos para a elaboração de subprodutos e os ajudando a evoluir para matadouros frigoríficos.

3 — permitir que estabelecimentos sujeitos à Inspeção Federal recebam banha de origem colonial, mediante rigorosa reinspeção no ato do recebimento e desde que a banha provenha de região onde não grassa doença infecto-contagiosa e o estabelecimento que a recebe não faça comércio internacional com esse produto.

Art. 923. O atual equipamento de pasteurização de usinas de beneficiamento de leite localizadas no interior do país, a critério da D. I. P. O. A. pode ser aceito como pré-aquecedor, desde que funcione com eficiência e esteja provido de dispositivo de registro da temperatura do pré-aquecimento.

Art. 924. Enquanto perduraram as dificuldades de transporte ora existentes em certas regiões, a D. I. P. O. A. poderá permitir:

1 — pasteurização do leite tipo "C" em usinas do interior e sua remessa a granel para os centros de consumo;

2 — pré-aquecimento e congelação desse tipo de leite e do tipo "magro";

3 — distribuição no consumo com temperatura até 15°C (quinze graus centígrados).

Art. 925. Para cumprimento do que determina o item 5 da letra "c" do artigo 510, fica determinado o prazo máximo de 1 (um) ano.

Art. 926. A vista da atual situação da indústria manteigueira, pelo prazo de 2 (dois) anos pode ser tolerada a fabricação de manteiga de primeira qualidade sem pasteurização do creme.

Art. 927. Em estabelecimento sob Inspeção Federal, a critério da D. I. P. O. A. pode ser permitida a mistura de qualidades diferentes de manteiga, desde que prevaleça para classificação e rotulagem a do tipo inferior entrado na mistura.

Art. 928. Enquanto perdurar o estado incipiente da indústria do queijo "Minas" toleram-se as seguintes variedades deste produto:

a) variedades frescas:

1) — queijo Minas comum;
2) — queijo Minas pasteurizado (de leite pasteurizado);

b) queijo curado:

1) — queijo Minas semi-duro (tipo Sêro);

2) — queijo Minas duro (tipo Araxá);

3) — queijo de coalho (tipo Nordeste brasileiro).

§ 1.º Todos estes queijos podem ser rotulados "Queijo Minas" sem necessidade de especificação de variedade.

§ 2.º — Podem ser fabricados com leite integral ou desnatado, cru ou pasteurizado; massa crua, prensada ou não, suficientemente dessorada, salgada e maturada, conforme o caso. Tais queijos devem apresentar as seguintes características:

1 — formato: idêntico ao do queijo Minas (padrão), permitindo-se, para queijo de coalho, formato quadrangular;

2 — peso: idêntico ao do padrão, podendo atingir até 1.500 kg. (um quilo e quinhentas gramas) no pasteurizado;

3 — crosta idêntica à do padrão, podendo ser fina, rugosa ou não formada nos frescais; espessa ou resistente, nos curados;

4 — consistência: idêntica à do padrão, podendo ser macia, não esfarelante nas variedades frescais; firme, própria para ralar, nas variedades duras;

5 — textura: idêntica à do padrão;

6 — cor: idêntica à do padrão, permitindo-se o branco-claro nas variedades frescais e branco-amarelado nas variedades curadas;

7 — odor e sabor: característicos, ácido agradável e salgado, nas variedades frescais e semi-curadas; tendente ao picante nas curadas.

§ 3.º Estes queijos devem ser expostos ao consumo devidamente dessorados, quando se trate das variedades frescais, as quais não podem obter mais de 84 (oitenta e quatro) pontos no julgamento;

§ 4.º Nas fontes de produção, todos devem ser identificados, com indicação de origem (iniciais de proprietários da queijaria ou seu número de relacionamento), em rótulo, placa metálica ou declaração.

§ 5.º No transporte, devem estar embalados de maneira apropriada, e protegido o produto de contaminações e deformações.

§ 6.º O queijo Minas fresco, de leite pasteurizado e de massa prensada, só pode ser enviado aos atacadistas a partir do terceiro dia de fabricação, desde que em embalagem especial; as demais variedades só podem ser ex-

pedidas para o consumo após oito dias.

Art. 929. Os rótulos e carimbos que não satisfaçam as exigências do presente Regulamento, só podem ser utilizados dentro do período fixado pela L. I. P. O. A. para cada caso.

Art. 930. Em colaboração com a D. F. P. A., a D. I. P. O. A. deve realizar inquéritos econômicos sobre a produção leiteira, estudar minuciosamente as consequências econômicas da padronização do leite tipo "C", a fim de orientar a melhor forma de pagamento do leite aos produtores e fornecedor contribuição efetiva ao órgão encarregado da fixação de preços.

Art. 931. É permitida a inoculação de vírus aftoso em bovinos destinados à matança, para obtenção do epitélio para a produção de vacina contra a febre aftosa.

Art. 932. As inoculações só podem ser realizadas em estabelecimentos que não façam comércio internacional, utilizando-se de preferência os estabelecimentos classificados como matadouros e charqueadas.

Art. 933. Para que sejam permitidas as inoculações é indispensável que o estabelecimento possua pelo menos as seguintes instalações:

1 — tronco apropriado para contenção de bovinos;

2 — curral exclusivamente destinado ao isolamento e permanência dos animais inoculados, convenientemente pavimentado e de fácil limpeza;

3 — dependência para coleta e manipulação do material virulento, além de rouparia, vestiário, pias, banheiros, lavanderia e instalações sanitárias para uso do pessoal encarregado de tais trabalhos.

Art. 934. É proibida a entrada de pessoas estranhas aos trabalhos no curral onde se encontram bovinos inoculados, a menos que se trate de quem vai tangê-los para a matança.

Art. 935. Ao pessoal que trabalha na manipulação de vírus ou na limpeza do curral de isolamento, é proibida a entrada ou mesmo a aproximação dos depósitos onde se encontram animais vivos.

Art. 936. Todas as precauções aconselháveis devem ser tomadas visando evitar a disseminação da virose entre os animais em estoque no estabelecimento ou em propriedades vizinhas.

Art. 937. O curral de inoculação será desinfetado tantas vezes quantas a autoridade sanitária julgar necessário, pelo emprego de hidróxido de sódio a 2% (dois por cento) misturado ao leite de cal a 5% (cinco por cento).

Art. 938. Os animais inoculados serão abatidos em lotes separados, no fim da matança do dia.

Art. 939. As linguas dos animais que reagirem a inoculação são condenadas.

§ 1.º Quando não houver reação visível, estas linguas podem ter aproveitamento condicional na salsicharia ou no preparo de pastas, depois de cosidas e raspada a camada epitelial.

§ 2.º Nos estabelecimentos onde não haja aproveitamento condicional para essas linguas, serão elas condenadas.

Art. 940. O sangue e os demais resíduos devem ser destinados ao preparo de subprodutos industriais.

Art. 941. Os couros e fâneros serão submetidos à desinfecção, por processo adequado, à juízo da autoridade sanitária.

Art. 942. O pessoal encarregado das inoculações trabalhará com roupa e calçado só utilizados nos recintos considerados contaminados, devendo mudá-los quando deles se retirar.

Parágrafo único. Tanto a roupa como o calçado devem ser convenientemente desinfetados, à juízo da autoridade sanitária.

Art. 943. Os entendimentos entre as partes interessadas, firmas ou proprietários de animais e os laboratórios produtores de vacina, dependem de aprovação da Inspeção Federal.

Art. 944. O aspecto comercial das inoculações é da exclusiva alçada das partes interessadas.

Art. 945. Os servidores da D. I. P. O. A. ficam proibidos de desviar sua atenção das obrigações de inspeção propriamente dita, para atender a trabalhos de inoculação, coleta de material ou qualquer outro ligado ao assunto.

Parágrafo único. Na medida do possível, mas sem prejuízo para seus serviços próprios, devem cooperar nesses trabalhos, desde que se trate de epitélio destinado a laboratórios oficiais.

Art. 946. Os laboratórios particulares que se dediquem à produção de vacina contra a febre aftosa só podem fazer inoculações e outras manipulações sobre epitélio quando realizadas pessoalmente por veterinário responsável.

Parágrafo único. A Inspeção Federal não permite que esses trabalhos sejam realizados por quaisquer outras pessoas e sim apenas por profissional em veterinária credenciado pelo laboratório interessado.

Art. 947. As inoculações podem ser suspensas a qualquer momento, à juízo da D. I. P. O. A. sempre que perturbem ou tragam prejuízo ao andamento econômico dos animais abatidos.

Art. 948. A desinfecção dos meios de transporte nos casos previstos neste Regulamento será realizada de acordo com instruções expedidas pela D. D. S. A.

Art. 949. A inspeção sanitária e classificação dos ovos em entrepostos será instalada inicialmente no Distrito Federal, estendendo-se aos demais mercados consumidores dos Estados tão rapidamente quanto possível, à juízo da D. I. P. O. A.

Art. 950. Ficam revogados todos os atos oficiais sobre inspeção industrial e sanitária federal de quaisquer produtos de origem animal, a qual passará a reger-se pelo presente Regulamento em todo o território nacional.

Art. 951. Os casos omissos ou de dúvida que se suscitarem na execução do presente Regulamento serão resolvidos por decisão do Diretor da D. I. P. O. A.

Parágrafo único. As resoluções a que se refere o presente artigo terão validade a partir da data da publicação.

Art. 952. Este Regulamento entrará em vigor em todo o território nacional a partir da data da sua publicação, com as restrições nele contidas.

Parágrafo único. Dentro de 180 (cento e oitenta) dias serão baixadas as instruções nele previstas.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1952.

JOÃO CLEOFAS

Modelos de Carimbos para uso nos estabelecimentos sob fiscalização da D.I.P.O.A.

MODELO Nº 1



0,07 x 0,05 m

MODELO Nº 2



0,05 x 0,03 m



0,025 x 0,015 m

MODELO Nº 3



0,09 m



0,03 m



0,02 m

MODÉLO Nº 4



0,03m



0,05m
MODÉLO Nº 4



0,03m



MODELO N.º 5



0,07 x 0,06 m

MODELO N.º 6



0,03 m



0,04 m



MODELO N.º 7



0,05 m

MODELO N.º 8



0,07 x 0,04 m

MODELO N.º 9



0,065 x 0,045 m

MODELO N.º 10



0,07 x 0,05 m

MODELO N.º 11



0,07 x 0,05 m

MODELO N.º 12



0,07 x 0,05 m

MODELO N.º 9

BRASIL
INSPECIONADO

S.I.F.

0,10 x 0,15 m

MODÉLO-13



0,016 m

MODÉLO Nº 13 A



0,016 m

MODELO-14



0,015 m

MODÉLO-14 A



0,015 m

MODÉLO-14 B



0,015 m

MODÉLO-15



0,015 m

DECRETO N.º 30.760 — DE 14 DE
ABRIL DE 1952

Suprime cargos extintos

Retificação

No art. 1.º (final).

Onde se lê:

... dos falecimentos de Gonçalves
e Francisco de Sousa, devendo a ...

Leia-se:

... dos falecimentos de Dorivaldo
Nunes da Silva, Euclides Gonçalves e
Francisco de Sousa, devendo a...

DECRETO N. 30.894 — DE 22 DE
MAIO DE 1952

*Autoriza estrangeiro a adquirir
o domínio útil de terreno de mar-
rinha que menciona, situado na
Capital da República.*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, número I, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único — Fica Miguel Amaro Pereira, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir a fração ideal de um vinte e oito avos (1/28) do domínio útil do terreno de marinha, beneficiado com o apartamento n.º 28 do edifício situado na Praia do Flamengo n.º 314, na Capital da República, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 36.258, de 1952.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 30.926 — DE 30 DE
MAIO DE 1952

*Autoriza estrangeiro a adquirir o do-
mínio útil do terreno acrescido de
marinha que menciona, situado na
Capital da República.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Antônio Soares Nunes, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha beneficiado com o prédio n.º 169 da rua Laura de Araújo, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 221.969, de 1951.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.927 — DE 30 DE
MAIO DE 1952

*Autoriza estrangeiro a adquirir o do-
mínio útil dos terrenos de marinha
que menciona, situado na cidade de
Niterói, no Estado do Rio de Ja-
neiro.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205, do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Autoriza Cipriano Maria Braz, de nacionalidade portuguesa, a adquirir o domínio útil dos terrenos de marinha, designados por lotes ns. 990 e 937, beneficiados com os prédios ns. 4, 6 e 8, da rua Miguel de Lemos, na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda, sob o n.º 95.075, de 1951.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1952;
1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.935 — DE 2 DE JUNHO DE 1952

Outorga concessão à Empresa "S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense — "Varig" para instalar uma estação de radiofarol na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a "S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense" — "Varig", com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e em vista do disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único — Fica outorgada concessão, a título precário, à "S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense" — "Varig", nos termos do artigo 4.º, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para instalar, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, uma estação radiofarol, com a potência de 400 watts, destinada a facultar melhor eficiência no serviço de segurança e assistência de vôo da aludida Empresa.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30.944 — DE 5 DE JUNHO DE 1952

Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos, para instalar uma estação radiotelegráfica na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Empresa Real S. A. Transportes Aéreos, com sede em São Paulo (na Capital) e tendo em vista o disposto no artigo 5.º n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão, a título precário, à Empresa

Real S. A. Transportes Aéreos, nos termos do artigo 4.º, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para instalar, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, uma estação radiotelegráfica com a potência de 340 watts, destinada a facultar melhor eficiência no serviço de segurança e assistência de vôo da aludida Empresa.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30.946 — DE 5 DE JUNHO DE 1952

Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada e em vista do disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único — Fica outorgada concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada, nos termos do artigo 4.º, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para estabelecer, a título precário, sem direito de exclusividade, na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, uma estação de radiotelevisão, destinada a executar os serviços de radiotelevisão, de acordo com as cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único — O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste decreto no "Diário Oficial", sob pena de ser desde logo considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 30.949 — DE 6 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza a Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta S. A., a instalar uma usina termoeletrica na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para uso exclusivo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 3.º, do Decreto-lei n.º 3.762, de 26 de outubro de 1941, combinado com o artigo 10, do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta S. A., com sede em Manaus, Estado do Amazonas, a instalar uma usina termoeletrica em sua fábrica, situada na Estrada do Paredão, em Manaus, Estado do Amazonas, constando de três (3) conjuntos Diesel-elétricos de 258 kw cada um, de acordo com os projetos a serem aprovados pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida, destina-se ao uso particular da interessada.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, após a sua publicação.

II — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura em três (3) vias, dentro do prazo de dois (2) meses a conta da data da publicação deste Decreto, os projetos relativos à usina térmica autorizada.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.953 — DE 6 DE
JUNHO DE 1952

Concede à sociedade "Dausacker & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade "Dausacker & Companhia Limitada", com sede na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o contrato social e alteração contratual que apresentou, por meio de instrumentos particulares firmados a 31 de dezembro de 1949 e 16 de abril de 1952, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Carijó de Castro

DECRETO N.º 30.960 — DE 9 DE
JUNHO DE 1952

Outorga à Companhia Nacional de Mineração de Carvão de Barro Branco, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Tubarão, município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 150, do Código de Águas — (Decreto número 24.643, de 10 de julho de 1934) — decreta:

Art. 1.º É outorgada à Companhia Nacional Mineração de Carvão, de Barro Branco, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Tubarão, município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda a aproveitar, a descarga de derivação e a potência.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, dentro de 30 dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão, dentro de 30 dias, contados da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, dentro de 180 dias, a contar da data da publicação deste Decreto, a planta geral das instalações.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias a observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5.º As tabelas de preço de energia serão fixadas pela Divisão de Águas, e trienalmente revistas, de acordo com o disposto no artigo 180, do Código de Águas.

Art. 6.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o artigo 4.º, será criado um fundo de reserva que proverá às renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por cota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta cota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, tri-

nalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição da energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado de Santa Catarina, de conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166, do Código de Águas, mediante indenização, na base do custo histórico, do capital não amortizado, deduzida a reserva de renovação, a que se refere o parágrafo único do artigo 6.º.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado de Santa Catarina não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 8.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contados da data do registro do respectivo contrato disciplinar pelo Tribunal de Contas.

Art. 9.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.382 -- DE 13 DE JUNHO DE 1952

Concede à "Empresa Paulista de Navegação, Indústria e Comércio Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n. 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à "Empresa Paulista de Navegação, Indústria e Comércio Limitada", com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelo Decreto n. 29.143, de 16 de janeiro de 1951, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, consoante alterações contratuais apresentadas por meio de escrituras particulares, firmadas a 4 de junho a 30 de outubro de 1951, continuando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Carijó de Castro

DECRETO N.º 30.987 — DE 16 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista, o disposto no artigo 205, do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Antero Ribeiro da Silva, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir o domínio útil do terreno de marinha, lote n.º 2.603, situado na Avenida Alexandre Moura n.º 13, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 239.338, de 1951.

Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 30.988 — DE 16 DE
JUNHO DE 1952

Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Trotta Carmela, de nacionalidade italiana, autorizada a adquirir a fração de 4/60 avos do domínio útil do terreno acrescido de marinha designado por lote n.º 5 da quadra 6 da Esplanada do Castelo, beneficiado com o "Edifício Imbitiba", situado na Avenida Presidente Wilson n.º 307, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob número 253.799 de 1951.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Láfer

DECRETO N. 30.993, DE 17 DE JUNHO
DE 1952

Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos, para instalar uma estação de radiofarol móvel, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Empresa Real S. A. Transportes Aéreos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e em vista do disposto no artigo 5.º, n. XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão, a título precário, à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos, nos termos do artigo 4.º, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n. 29.783, de 19 de julho de 1951, para instalar, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, uma estação de radiofarol móvel, com a potência de 500 watts, destinada a facultar melhor eficiência ao serviço de segurança e assistência de voo da aludida Empresa.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.005 — DE 18 DE
JUNHO DE 1952

*Concede à Lindoiano Hotel —
Fontes Radioativas Ltda. auto-
rização para funcionar como em-
presa de mineração.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o art. 6, do § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta :

Artigo único. — É concedida à Lindoiano Hotel — Fontes Radioativas Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída por instrumento particular de vinte e oito (28) de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e um (1951), com sede na cidade de Lindoia, Estado de São Paulo, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.009 — DE 18 DE JUNHO
DE 1952

*Autoriza a Prefeitura Municipal
de Dom Joaquim, Estado de Mi-
nas Gerais, a ampliar suas ins-
tações hidroelétricas.*

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940; Considerando que, pela Resolução n.º 755, de 9 de maio de 1952, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho

Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º. Fica autorizada a Prefeitura Municipal de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações hidroelétricas, mediante:

1.º — elevação da crista da atual barragem do rio Folheta, até um (1) metro;

2.º — substituição da turbina e gerador, atualmente existentes, por outros de potência de 100 HP;

3.º — substituição e ampliação dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica existentes.

Art. 2.º. Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar a mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (20) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.020 — DE 20 DE
JUNHO DE 1952

*Autoriza o cidadão brasileiro José Pe-
dro a pesquisar argila e associados
no município de Mogi das Cruzes,
Estado de São Paulo.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Pedro a pesquisar ar-

gila e associados em terrenos de sua propriedade situados no lugar denominado Bairro Aracaré, no distrito de Itaguaquecetuba, município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, numa área de dois hectares trinta e cinco ares e quarenta centiares — (2.3540 ha) — delimitada por um retângulo, à margem esquerda da estrada da Pedreira, na direção de quem se dirige para o rio Tietê, que tem um vértice a cento e cinquenta e sete metros (157 m) no rumo magnético de um grau noroeste (1° NW) do cruzamento lado noroeste (NW) da referida estrada da Pedreira com a linha da E. F. C. B. e os lados divergentes do vértice considerado têm: duzentos e vinte metros (220 m.), e rumo oitenta e nove graus sudoeste (89° SW), magnético; cento e sete metros (107 m) e rumo um grau noroeste (1° NW), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 31.044 — DE 26 JUNHO DE 1952

Autoriza estrangeiros a adquirirem fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e tendo em vista o art. 205 do Decreto-lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Ficam Enrique Wenceslão Valverde e Ilve Fernandez Blanco de Valverde, ambos de nacionalidade argentina, autorizados a adquirir a razão ideal de 1/54 (um cinquenta e quatro avos) do domínio útil do terreno de marinha, correspondente ao apartamento número 301, do prédio situado na Praia do Flamengo 164, nesta Capital, a que se refe-

re o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n. 139.115 de 1951.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1952; 131.º da República e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N. 31.046 — DE 26 DE JUNHO DE 1952

Outorga a Irmãos Oliveira & Cia., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Fagundes, existente no rio Fundo, distrito de Antônio Carlos, município de igual nome, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 150 do Código de Aguas (Decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934),

Decreta:

Art. 1.º É outorgada a Irmãos Oliveira & Cia., concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira do Fagundes, existente no rio Fundo, distrito de Antônio Carlos, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais, respeitados os direitos de terceiros.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda a aproveitar, a descarga de derivação e a potência.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para uso exclusivo da concessionária.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Aguas, art. 162) dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta.

III — Submeter a aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias a contar da data da publicação deste decreto, o projeto do

aproveitamento hidráulico, observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Aguas.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Aguas, as instalações necessárias à observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição da energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado de Minas Gerais, em conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166 do Código de Aguas.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado de Minas Gerais não se opõe a utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 5.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato pelo Tribunal de Contas.

Art. 6.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
João Cleofas.

DECRETO N.º 31.050 — DE 26 DE JUNHO DE 1952

Autoriza a Companhia Industrial Aliança Bomdespachense a ampliar suas instalações hidroelétricas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos

têrmos dos artigos 1.º e 2.º, do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que, pela Resolução n.º 766, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Industrial Aliança Bomdespachense a ampliar suas instalações no município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais, mediante a montagem de um novo grupo constituído por uma turbina com 1.100 CV, acoplada a um alternador trifásico de 1.050 KVA e 460 volts, e execução das obras complementares necessárias.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

“DECRETO N.º 31.055 — DE 27 DE JUNHO DE 1952

Autoriza a Cia. Lavrense de Eletricidade S. A. a ampliar suas instalações.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos têrmos dos artigos 1.º e 2.º, do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940, combinados com os artigos 10 e 11,

do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que, pela Resolução de n.º 767, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Cia. Lavrense de Eletricidade S. A. a ampliar suas instalações no Município de Lavras, Estado de Minas Gerais, mediante a montagem de um grupo diesel-elétrico, de 300 KVA, trifásico, com 220 volts e 50 ciclos.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

- I — Registrá-lo, na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.
- II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.
- III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.056 — DE 30 DE JUNHO DE 1952

Cria a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes

RETIFICAÇÃO

No *Diário Oficial*, Seção I, de 1 de julho de 1952, à pág. 10.538, na 1.ª coluna, faz-se a seguinte retificação:

Na referenda,

Onde se lê:

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima
Renato de Almeida Guillobel
Cyrol Espirito Santo Cardoso
Horácio Lafer
Alvaro de Souza Lima
João Cleofas
Oswaldo Carijó de Castro
Nero Moura

Leia-se:

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima
Renato de Almeida Guillobel
Cyrol Espirito Santo Cardoso
Horácio Lafer
Alvaro de Souza Lima
João Cleofas
Nero Moura
Oswaldo Carijó de Castro

DECRETO N.º 31.057 — DE 30 DE JUNHO DE 1952

Outorga concessão à Fundação Gaspar Libero para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Fundação Casper Libano, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n. XII da mesma Constituição, decreta:

Artigo único — Fica outorgada concessão à Fundação Casper Libero, nos termos do artigo 11, do Decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, para estabelecer, a título precário, de conformidade com o disposto no artigo 4.º, parágrafo 2.º, do Decreto n. 29.783, de 19 de julho de 1951,

sem direito de exclusividade, um transmissor de radiodifusão em ondas curtas, com a potência de 20 kw destinado a trabalhar em conjunto com as estações de ondas médias e de frequência modulada da mesma Fundação.

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diário Oficial*, sob pena de ser considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 31.057, DESTA DATA

I

Fica assegurado à Fundação Casper Líbero o direito de estabelecer, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem exclusividade, um transmissor de radiodifusão, em ondas curtas, com a potência de 20 kw, destinado a trabalhar em conjunto com as estações de ondas médias e de frequência modulada dessa Fundação e a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intelectual e instrutiva, e subordinação a todas as obrigações e exigências instituídas nesse ato de concessão.

II

A presente concessão é outorgada a título precário, de conformidade com o artigo 4.º, parágrafo 2.º, do Decreto n. 29.783, de 19 de julho de 1951, a contar da data do registro deste contrato pelo Tribunal de Contas, sem prejuízo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente, de, em qualquer tempo desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Parágrafo único — O Governo Federal não se responsabiliza por inde-

nização alguma se o Tribunal de Contas denegar o registro do contrato de que trata esta cláusula.

III.

A concessionária é obrigada a:

a) constituir sua diretoria exclusivamente de brasileiros natos;

b) admitir exclusivamente, operadores e locutores brasileiros natos e bem assim a empregar, efetivamente, nos outros serviços técnicos e administrativos dois terços, no mínimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (Decreto número vinte e um mil cento e onze (21.111), de um (1) de março de mil novecentos e trinta e dois (1932) ou no que vier a reger a matéria e obedecer à primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgência, fazer cessar o serviço em ato sucessivo à intimação em que, por isso, assista à sociedade direito a qualquer indenização;

e) submeter-se ao regime de fiscalização que for instituído pelo Governo Federal, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamentos sobre a matéria;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telégrafos todos os elementos que este venha a exigir para os efeitos de fiscalização e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permitam ao Governo Federal apreciar o modo como está sendo executada a concessão.

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programas e irradiações lidas ao microfone, devidamente autenticadas e, em o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer às posturas municipais aplicáveis ao serviço de concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como receber e transmitir gratuitamente, nos dias e horas determinados o programa pan-americano e todos os programas da rede nacional;

f) submeter, no prazo de três (3) meses, a contar da data do registro do contrato pelo Tribunal de Contas, à aprovação do Governo Federal e local escolhido para a montagem da estação;

l) submeter, no prazo de seis (6) meses a contar da data da aprovação do local, à aprovação do Governo Federal, as plantas, orçamentos e todas as especificações técnicas das instalações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

m) inaugurar, no prazo de dois anos, a contar da data da aprovação de que trata a alínea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo Federal;

n) submeter-se à ressalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela;

o) submeter à ressalva de que a frequência distribuída à sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (Decreto número vinte e um mil cento e onze (21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assunto, incluindo sempre sobre essa frequência o direito de posse da União;

p) submeter-se aos preceitos instituídos nas convenções e regulamentos internacionais, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço da concessão.

IV

A concessionária não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos, nem fazer transferência de ações, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal, assim co-

mo se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a eficiência necessária e de acordo com as prescrições técnicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

V

No regime de fiscalização que fôr instituído, fica assegurado ao Governo Federal, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escrituração e tudo que se tornar necessário a essa fiscalização.

VI

Pela inobservância de qualquer das presentes cláusulas, em que não esteja revista a imediata caducidade da concessão, o Governo Federal poderá pelo órgão fiscalizador, impor a concessionária multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), conforme a gravidade da infração.

Parágrafo único — A importância de qualquer multa será recolhida à Tesouraria do Departamento dos Correios e Telégrafos, dentro do prazo improrrogável de trinta (30) dias a contar da data da notificação feita diretamente à concessionária ou da publicação do ato do *Diário Oficial*.

VII

Em qualquer tempo são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade pública e requisições militares.

VIII

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indenização;

a) se, em todo o tempo, fôr verificada inobservância das disposições contidas nas alíneas a, b, c, d, e (in-fine), i, l e m da cláusula terceira (III);

b) se não forem pagas dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea e da cláusula terceira (III) bem como a importância de qualquer multa im-

posta nos termos da cláusula sexta (VI);

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprêgo da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a matéria.

Parágrafo único — Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo Federal, sem direito a qualquer indenização;

a) se depois de estabelecida, fôr o serviço interrompido por mais de

trinta (30) dias consecutivos, ou se verificar a incapacidade da concessionária para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo Federal;

b) se a concessionária incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1952.

Alvaro de Souza Lima



24
AZUL

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1952 — VOLUME VIII

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil — 1953

02-03-2004

750,00

20/9/71 DIN - 71/1804

INDICE

DOS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1952

	Págs.		Págs.
31.494 — Decreto de 1 de outubro de 1952 — <i>Exterior</i> — Torna público o depósito dos Instrumentos de Ratificação por parte do Governo de Cuba da Carta da Organização dos Estados Americanos. Publicado no D.O. de 4-10-52	3	31.498 — Decreto de 1 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à sociedade "Antônio Gomes da Silva Navegação Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Publicado no D.O. de 9-10-52	4
31.495 — Decreto de 1 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$.. Cr\$ 200.000,00, para pagamento de auxílio. Publicado no D.O. de 4-10-52	3	31.499 — Decreto de 1 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura. Publicado no D.O. de 4 de outubro de 1952	4
31.496 — Decreto de 1 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — Dá nova denominação ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes, com sede em Franca, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 4-10-52	3	31.500 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Publicado no D.O. de 15 de outubro de 1952	5
31.497 — Decreto de 1 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Revoga os Decretos que concederam à sociedade "The Dunlop Pneumatic Tyre Company (South America) Limited" autorização para funcionar na República. Publicado no D.O. de 15-12-52	4	31.501 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento.	5

	Págs.		Págs.
31.502 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de terreno acrescido de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 30 de outubro de 1952	5	pio de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	8
31.503 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Quixabinha", no município de Mauriti, Estado do Ceará. Publicado no D. O. de 9-10-52.	5	31.509 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza os cidadãos brasileiros Gabriel Caúla Soares e Sebastião Cardoso da Silva a pesquisar caulim, mica e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 11-10-52. Retificado no D.O. de 18-10-52	8
31.504 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Retifica e ratifica o art. 1.º do Decreto n.º 18.019, de 7 de março de 1945. Publicado no D.O. de 9-10-52	6	31.510 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à firma Aredes Coelho. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	9
31.505 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara sem efeito o Decreto n.º 30.253, de 6 de dezembro de 1951. Publicado no D. O. de 9-10-52	6	31.511 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede à Minebra — Minérios Brasileiros S. A. — Mineração e Industrialização, autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	9
31.506 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 20.747, de 14 de março de 1946. Publicado no D.O. de 9 de outubro de 1952	6	31.512 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara caduca a concessão outorgada à Cia. de Mineração e Metalurgia Brasil, pelo Decreto n.º 237, de 17 de julho de 1935. Publicado no D.O. de 8-10-52	9
31.507 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro José Carlos Pereira, a lavrar mica, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 11-10-52	7	31.513 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara de utilidade pública áreas de terra necessárias para as obras de ampliação da usina da Companhia Luz e Força Santa Cruz, no Rio Parapanema, e autoriza a mesma empresa a promover a sua desapropriação. Publicado no D.O. de 9-10-52	10
31.508 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro José Carlos Pereira a lavrar mica e associados no municí-			

	Págs.		Págs.
31.514 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Empresa Penedense de Luz e Água S. A. a ampliar suas instalações termoeletricas. Publicado no D.O. de 22-10-52	10	dade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 11-10-52	13
31.515 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Empresa Elétrica de Londrina S. A. a instalar um grupo gerador em sua usina. Publicado no D.O. de 30-10-52	10	31.520 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza Orquima — Indústrias Químicas Reunidas S. A., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	14
31.516 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a firma Irmãos Schlumberger a ampliar as instalações de sua usina de eletricidade. Publicado no D.O. de 16-10-52	11	31.521 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Nelson Alvarenga Viglioni e os herdeiros de Martiniano José da Mata a lavrar calcário no município de Candeias, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	14
31.517 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à execução das obras do aproveitamento de energia hidráulica de vários saltos situados no Rio Mogi Guaçu, Município de Pinhal, Estado de São Paulo, cuja concessão foi outorgada à S. A. Central Elétrica Rio Claro, pelo Decreto n.º 26.434, de 9 de março de 1949. Publicado no D.O. de 9-10-52	11	31.522 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Cia. Brasileira Carburato de Cálcio a pesquisar calcário e associados, no município de Dorcas do Campos, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	15
31.518 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Outorga ao Estado do Espírito Santo concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Rio Bonito, existente no rio Santa Maria, distrito de Santa Leopoldina, município do mesmo nome, Estado do Espírito Santo. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	12	31.523 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza "Suiba" — Sociedade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	15
31.519 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza "Suiba" — Socie-		31.524 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Roberto de Sousa Dantas, a pesquisar diamantes, ouro e as-	

	Págs.		Págs.
sociados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	16	cal Ltda., a pesquisar carvão mineral, no município de Urusanga, Estado de Santa Catarina. Publicado no D.O. de 11-10-52	19
31.525 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Severino Pereira da Silva, a pesquisar calcário no município de Goiás, Estado de Goiás. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	17	31.531 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Faria Braga a pesquisar feldspato e associados, no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 11-10-52	20
31.526 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Osório José Pereira a pesquisar calcário no município de Dolores do Campo, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 11-10-52	17	31.532 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral nos municípios de Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 4-12-52	20
31.527 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Pessoa de Siqueira Campos Filho a pesquisar minério de cobre e mármore, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	18	31.533 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Transforma em Escola Agrícola a Escola de Iniciação Agrícola "Benjamin Constant", a que se refere o artigo 3.º do Decreto n.º 22.506, de 22 de janeiro de 1947. Publicado no D.O. de 8-10-52	21
31.528 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Cia. de Pesquisa e Mineração do Vale do Paraíba S. A., a pesquisar ardósia no município de Guarulhos, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	18	31.534 — Decreto de 3 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — Assegura à agave ou sisal de produção nacional, da safra de 1952-53, a garantia dos preços mínimos prevista na Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951. Publicado no D.O. de 8 de outubro de 1952	22
31.529 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza Minas Serrinha Ltda. a pesquisar diamantes, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 11-10-52	19	31.535 — Decreto de 3 de outubro de 1952 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Dá nova redação ao artigo 1.º do Decreto número 25.442, de 3 de setembro de 1948. Publicado no D.O. de 10-10-52	22
31.530 — Decreto de 2 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Carbonífera Co-		31.536 — Decreto de 3 de outubro de 1952 — <i>Exterior</i> —	

	Págs.		Págs.
Promulga os seguintes Atos celebrados entre o Brasil e o Chile, firmados no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947: Convênio de Cooperação Econômica; Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação, de 1.º de março de 1943; Acôrdio sobre Transportes Aéreos, e Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo. Publicado no D.O. de 10 de outubro de 1952	23	Aprova a Tabela Numérica de Extranumerários - mensalistas da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e dá outras providências. Publicado no D.O. de 14 de outubro de 1952	25
31.537 — Decreto de 3 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — Cria funções na Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Educação e Saúde. Publicado no D.O. de 9-10-52	23	31.543 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Aprova projetos e orçamentos para obras na esplanada de Cafelândia, da variante Mirante-Guaçara, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Publicado no D.O. de 9-10-52	36
31.538 — Decreto de 4 de outubro de 1952 — <i>Guerre</i> — Altera o Decreto n.º 31.452, de 13 de setembro de 1952. Publicado no D.O. de 4-10-52	24	31.544 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, terreno necessário à construção da Variante Malheiros, da Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	36
31.539 — Decreto de 4 de outubro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 1.744,00 para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 7-10-52	24	31.545 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Latão", no município de Santanópolis, Estado do Ceará. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	36
31.540 — Decreto de 4 de outubro de 1952 — <i>Justiça</i> — Declara de utilidade pública a Associação "Museu de Arte", com sede na Capital do Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 7-10-52	24	31.546 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Dispõe sobre o conceito de empregado aprendiz. Publicado no D.O. de 11-10-52	37
31.541 — Decreto de 4 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde. Publicado no D.O. de 7 de outubro de 1952	24	31.547 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Institui para os segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a aposentadoria por velhice e o auxílio-maternidade, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	33
31.542 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> —			

	Págs.		Págs.
31.548 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Cria a Carteira de Acidentes do Trabalho do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dá outras providências. Publicado no D.O. de 9-10-52	39	blicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	49
31.549 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Determina aproveitamento de servidores de Caixas de Aposentadoria e Pensões em outros órgãos da Previdência Social. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	41	31.555 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Cia. Elétrica Caiuá a construir linhas de transmissão, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 3-11-52	49
31.550 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Justiça</i> — Altera o Regimento do D. A. S. P. Publicado no D.O. de 11-10-52	42	31.556 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargo extinto. Publicado no D.O. de 7 de outubro de 1952	50
31.551 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Trabalho</i> — Estende à Comarca de Nova Lima a competência das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	44	31.557 — Decreto de 7 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à "Empresa de Navegação do Parnaíba Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Publicado no D.O. de 15-10-52	50
31.552 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Altera o Regimento do Instituto do Açúcar e do Alcool, aprovado pelo Decreto número 29.118, de 10 de janeiro de 1951, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11 de Outubro de 1952.	44	31.558 — Decreto de 7 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Suprime cargo extinto. Publicado no D.O. de 8-10-52 ...	50
31.553 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Guerra</i> — Acrescenta dispositivos ao Regulamento de uniformes do Pessoal do Exército. Publicado no D.O. de 11-10-52	44	31.559 — Decreto de 8 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Regulamenta a transferência de Escrivão de Coletoria do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, para a carreira de Coletor dos mesmos Quadro e Ministério. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	50
31.554 — Decreto de 6 de outubro de 1952 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza a permuta de imóveis entre a União e o Município de Aracajú, capital do Estado de Sergipe. Pu-		31.560 — Decreto de 8 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00, em reforço da verba que especifica. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	51
		31.561 — Decreto de 8 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 79.657.946,00, para o fim	

	Págs.		Págs.
que especifica. Publicado no D.O. de 11-10-52	52	os seus Estatutos. Publicado no D. O. de 14-10-52. Retificado no D.O. de 20-10-52	54
31.562 — Decreto de 8 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alteração introduzida nos Estatutos da “Mauá Capitalização Sociedade Anônima”. Pub. no D. O. de 10-10-52 ..	52	31.568 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à “Empresa de Navegação Cricaré Limitada”, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Publicado no D.O. de 9-12-52	54
31.563 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 9-10-52	52	31.569 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas dos rios “Claro”, “Quinze de Novembro” e “Quinze de Novembro”, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento.	55
31.564 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeira a adquirir, em revigoração, o domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República. Publicado no D.O. de 10-11-52 ..	53	31.570 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza instalação de um grupo diesel-elétrico. Publicado no D.O. de 17-10-52	55
31.565 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 19.658.635,60, para pagamento de indenização à Companhia Mate Laranjeiras S. A. Pub. no D.O. de 13-10-52 ..	53	31.571 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede à Berco — Indústria Química Mineral S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no D.O. de 3-11-52 .	55
31.566 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração do Estado de Minas Gerais, a ser incorporada ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências. Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952	54	31.572 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 28.222, de 9 de junho de 1950. Publicado no D.O. de 13-10-52	56
31.567 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à Companhia Humaitá de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova		31.573 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Ribeiro Filho a pesquisar mica e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 13 de outubro de 1952	56

	Págs.		Págs.
31.574 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Pinto da Veiga a lavar mica no município de Governador Valadares do Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 17-10-52. Retificado no D.O. de 21-10-52	55	sociados no município de João Pessoa, Estado da Paraíba. Publicado no D.O. de 17 de outubro de 1952	60
31.575 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> Autoriza os cidadãos brasileiros, Luiz Gonzaga da Cunha e Sinval Pereira Fagundes a pesquisar mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 17-10-52 .	57	31.580 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro, Paulo Duarte a pesquisar diamantes no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. da 17-10-52	60
31.576 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro, José Elmiro de Moraes a lavar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 17-10-52	58	31.581 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro, Vitorio Bizeto a pesquisar ocre e associados, no município de Castro, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 17 de outubro de 1952	61
31.577 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza Gastão Müller & Cia. S. A. a pesquisar minérios de ferro e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 17-10-52	59	31.582 — Decreto de 10 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde. Publicado no D.O. de 15-10-52. Retificado no D.O. de 21-10-52 .	61
31.578 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro, Carlos dos Reis a pesquisar diamantes e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 17-10-52	59	31.583 — Decreto de 10 de outubro de 1952 — Outorga à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará, no Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	62
31.579 — Decreto de 9 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza os cidadãos brasileiros José Albino Pimentel Filho, Hilton de Lima Pimentel, Wilson Albino Pimentel, Geraldo Albino Pimentel e Sebastião de Vasconcelos Cardim a pesquisar calcário, fosfato e as-		31.584 — Decreto de 13 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Aprova projeto e orçamento para ampliação da estação de Pedro Celestino, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Publicado no D. O. de 16-10-52 .	62
		31.585 — Decreto de 13 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, terreno necessário à construção do sistema de Oleodutos Santos-São Paulo.	

	Págs.		Págs.
Publicado no D.O. de 16 de outubro de 1952	62	Ministério da Fazenda. Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952	56
31.586 — Decreto de 13 de outubro de 1952 — <i>Viação — Guerra</i> — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, faixa de terreno, necessária à construção de trecho ferroviário, localizado entre "Última Garganta" e "Rio das Antas". Publicado no D. O. de 16-10-52	63	31.592 — Decreto de 14 de outubro de 1952 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1. ^a Região, o crédito especial de Cr\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos cruzeiros), para atender ao pagamento do salário família devido ao Auxiliar Judiciário Clemente Martins. Publicado no D.O. de 17-10-52	68
31.587 — Decreto de 13 de outubro de 1952. — <i>Guerra</i> — Retifica as Instruções baixadas pelo Decreto n.º 2.774, de 20 de junho de 1938 e o art. 55, n.º 53 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 6.031, de 26 de julho de 1940, na parte em que regula a inspeção de saúde dos asilados. Publicado no D.O. de 16 de outubro de 1952	63	31.593 — Decreto de 14 de outubro de 1952 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1. ^a Região, o crédito especial de Cr\$ 7.568 00 (sete mil quinhentos e sessenta e oito cruzeiros), para atender ao pagamento de salários devidos ao Chefe de Secretaria da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal. Publicado no D.O. de 17-10-52	68
31.590 — Decreto de 14 de outubro de 1952 — <i>Viação — Fazenda</i> — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 40.000.000,00, para despesas com a ligação Itajaí-Blumenau, da Estrada de Ferro Santa Catarina. Publicado no D.O. de 14-10-52	63	31.594 — Decreto de 14 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — Concede reconhecimento aos cursos de ciências econômicas, de ciências contábeis e de ciências atuariais, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952	68
31.589 — Decreto de 14 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Aprova projeto e orçamento para o prolongamento do cais do Porto Novo, na cidade do Rio Grande. Publicado no D. O. de 17-10-52	64	31.595 — Decreto de 14 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — Concede reconhecimento ao curso superior de educação física da Escola de Educação Física de São Carlos, da Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo. Publicado no D. O. de 22-12-52	68
31.590 — Decreto de 14 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — Altera a Tabela Única de Extranumerários mensaístas da Universidade do Recife. Publicado no D.O. de 17 de outubro de 1952	64	31.596 — Decreto de 15 de outubro de 1952 — <i>Justiça</i> — Suspende o funcionamento da	
31.591 — Decreto de 14 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Altera a lotação das repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do			

	Págs.		Págs.
"Casa do Sargento do Brasil", com sede e fóro no Distrito Federal. Publicado no D.O. de 18-10-52	59	31.602 — Decreto de 15 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede à Sociedade Extrativa Macapá Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no D.O. de 20-11-52	72
31.597 — Decreto de 15 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Paranaense Limitada para estabelecer na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, uma estação radiodifusora de ondas médias. Publicado no D. O. de 31-10-52	69	31.603 — Decreto de 15 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para o fim que especifica. Publicado no D. O. de 18-10-52	72
31.598 — Decreto de 15 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Companhia de Cimento Portland Poty a pesquisar fosforita no município de Igarapu. Estado de Pernambuco. Publicado no D. O. de 18-10-52	69	31.604 — Decreto de 16 de outubro de 1952 — <i>Guerra</i> — Permite aos Oficiais do Q A O o ingresso nos Cursos da Escola de Saúde do Exército. Publicado no D.O. de 16 de outubro de 1952	73
31.599 — Decreto de 15 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Seraphim da Silva Gomes a lavrar minérios de ferro e de manganês e calcáreo dolomítico no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 18 de outubro de 1952	70	31.605 — Decreto de 16 de outubro de 1952 — <i>Guerra</i> — Modifica a redação da letra "b" do art. 98 do Regulamento para as Escolas Preparatórias, aprovado pelo Decreto número 18.732, de 28 de maio de 1945, e alterado pelo Decreto n.º 28.409, de 20 de julho de 1950. Publicado no D.O. de 16-10-52	73
31.600 — Decreto de 15 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza os cidadãos brasileiros Lacerdino de Oliveira Campos, Cordes Serra Machado e João Serra Machado Filho a pesquisar quartzo e associados, no município de Pompeu, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 18 de outubro de 1952	71	31.606 — Decreto de 16 de outubro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial de Cr\$ 11.994.394,80, para pagamento de despesa a que se refere a Lei n.º 1.507, de 19 de dezembro de 1951. Publicado no D.O. de 20-10-52	73
31.601 — Decreto de 15 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar ferro e associados, nos municípios de Brumadinho e Nova Lima, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 18-10-52	71	31.607 — Decreto de 16 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Considera extensivo ao pessoal do Serviço de Navegação da Bacia do Prata o aumento de salários previsto no art. 2.º do Decreto n.º 26.633, de 6 de maio de 1949. Publicado no D. O. de 20-10-52	74

Págs.	Págs.
31.608 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — <i>Fazenda — Agricultura</i> — Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros, de produção nacional, para o ano de 1953. Publicado no D.O. de 17-10-52	74
31.609 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — <i>Fazenda — Agricultura</i> — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel situado no município de Campo Largo, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 20 de outubro de 1952	75
31.610 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Publicado no D. O. de 30-10-52	76
31.611 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República. Publicado no D.O. de 3 11-52	71
31.612 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital Federal. Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952	76
31.613 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Fixa o preço do carvão "lavador" e dá outras providências. Publicado no D.O. de 17 de outubro de 1952	52
31.614 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — <i>Fazenda — Agricultura</i> — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a	
aceitar doação de terrenos situados em Jundiá, no Estado de São Paulo. Publicado no D. O. de 20-10-52	77
31.615 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Extingue Coletoria Federal. Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952	77
31.616 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — <i>Justiça</i> — Suprime cargo provisório. Publicado no D.O. de 20 de outubro de 1952	78
31.617 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — Outorga à Prefeitura Municipal de Bapendi concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no ribeirão das Furnas, distrito e município de Bapendi, Estado de Minas Gerais. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	78
31.618 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a empresa Fôrça e Luz de Manhuaçu Ltda., a construir duas linhas de transmissão. Publicado no D.O. de 12-11-52	78
31.619 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à "SUNNEY S. A." "Sociedad Uruguaya Negocios, Exportacion, Importacion Sociedad Anonima", autorização para funcionar na República. Publicado no D.O. de 10 de dezembro de 1952	79
31.620 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Revoga o Decreto que concedeu à sociedade anônima "Air France" autorização para funcionar na República. Publicado no D.O. de 20-10-52	79
31.621 — Decreto de 17 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — Cria função na Tabela Única	

	Págs.		Págs.
de Extranumerários-Mensalis- tas do Ministério da Educação e Saúde. Publicado no D.O. de 20-10-52	79	— Autoriza a Companhia Ele- tricidade Muqui do Sul a construir uma linha de trans- missão naquele município, no Estado do Espírito Santo. Pu- blicado no D. O. de 6 de no- vembro de 1952	81
31.622 — Decreto de 17 de ou- tubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à Sociedade "Comér- cio e Navegação Guaíba Limi- tada" autorização para funcio- nar como empresa de navega- ção de cabotagem. Publicado no D. O. de 22-11-52	80	31.629 — Decreto de 17 de ou- tubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, de domínio da União as águas do rio Brecajuvava- Curralinho-Irai, Iguaçu e Igu- çu, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e in- ferior. Publicado no D.O. de 20-10-52	82
31.623 — Decreto de 17 de ou- tubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à Sociedade "Navega- ção Iguapense Limitada" auto- rização para funcionar como empresa de navegação de ca- botagem. Publicado no D. O. de 3-11-52	80	31.630 — Decreto de 21 de ou- tubro de 1952 — <i>Aeronáutica</i> — Dispõe sobre o limite de idade para matrícula, em 1953, no Curso de Oficiais de In- fantaria de Guarda, da Escola de Aeronáutica. Publicado no D. O. de 30-10-52.	82
31.624 — Decreto de 17 de ou- tubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Revoga o decreto que concedeu à sociedade anônima "R. G. Dun & Bradstreet Company" autorização para funcionar na República. Publicado no D. O. de 29-10-52	80	31.631 — Decreto de 22 de ou- tubro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, ao Poder Ju- diciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito es- pecial de Cr\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta cruzei- ros) para o fim que especifi- ca. Publicado no D.O. de 30 de outubro de 1952	82
31.625 — Decreto de 17 de ou- tubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à "Compagnie Na- tionale Air France" autoriza- ção para funcionar no país. Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952	80	31.632 — Decreto de 22 de ou- tubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a acei- tar a doação de um terreno si- tuado no Município de Ribeir- ão Claro, no Estado do Para- ná. Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952	83
31.626 — Decreto de 17 de ou- tubro de 1952 — Autoriza a Prefeitura Municipal de Bam- bui, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações. Ain- da não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento.	81	31.633 — Decreto de 22 de ou- tubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — Autoriza o Ser- viço do Patrimônio da União a aceitar doação de terras si- tuadas no município de São João do Piauí, no Estado do Piauí. Publicado no D.O. de 30-10-52	83
31.627 — Decreto de 17 de ou- tubro de 1952 — Autoriza a Prefeitura Municipal de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termoelétricas. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento.	81		
31.628 — Decreto de 17 de ou- tubro de 1952 — <i>Agricultura</i>			

Págs.	Págs.
31.634 — Decreto de 22 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Aprova convênio entre o Ministério da Agricultura e a Fundação da Casa Popular, para os fins que especifica. Publicado no D.O. de 30-10-52	83
31.635 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — Inclui funções na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Educação e Saúde. Publicado no D.O. de 30-10-52	84
31.626 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Dispõe sobre a Tabela Numérica de Pessoal do Instituto Nacional do Mate. Publicado no D.O. de 30 de outubro de 1952	84
31.637 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara de utilidade pública as áreas de terra compreendidas no planalto de ampliação do aproveitamento do rio Tijuco e autoriza a Empresa Luz e Fôrça Ituiutabana S. A. a promover a respectiva desapropriação. Publicado no D. O. de 30-10-52.	85
31.638 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Outorga à Cia. de Fiação e Tecidos Cometa concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das cachieiras Baixo Caioaba, Alto Caioaba e Cortiço, existente nos rios Caioaba e Cortiço, distrito de Meio da Serra, município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 29-11-52	86
31.639 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Guerra</i> — Aprova o Regulamento para o Alto Comando do Exército, (1. ^a parte). Publicado no D.O. de 31-10-52	87
31.640 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial de Cr\$. . . Cr\$ 3.000.000,00, para pagamento de despesas realizadas com diligências, investigações e serviços de caráter secreto ou reservado. Publicado no D.O. de 30-10-52	88
31.641 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 40.716,40 para atender ao pagamento de despesas com a Justiça do Trabalho. Publicado no D.O. de 30-10-52	89
31.642 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Justiça</i> — Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Odontologia, com sede no Distrito Federal. Publicado no D.O. de 30-10-52	89
31.643 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Exterior</i> — Promulga a Convenção inter-americana sobre a concessão dos direitos civis da mulher, assinado em Bogotá, a 2 de maio de 1948. Publicado no D. O. de 31-10-52	89
31.644 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situada na Capital da República. Publicado no D.O. de 13 de dezembro de 1952	91
31.645 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Altera a redação do artigo 4.º, do Decreto n.º 31.548, de 6 de outubro de 1952. Publicado no D.O. de 30-10-52	92
31.646 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzidas dos Estatutos, inclusive aumen-	

	Págs.		Págs.
to de capital, da "A Protetora", Companhia de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho. Publicado no D.O. de 7-11-52	92	31.653 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro Limitada, a construir uma linha de transmissão. Publicado no D.O. de 6 de novembro de 1952	98
31.647 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à sociedade "Gillette Safety Razor Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República. Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1952	92	31.654 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio São Simão. Publicado no D. O. de 30-10-52	99
31.648 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, áreas necessárias às construções que menciona. Publicado no D. O. de 30-10-52	93	31.655 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo as águas do Rio "Brejinho", "Rincão" e "Rincão", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior. Publicado no D.O. de 30-10-52	99
31.649 — Decreto de 28 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Aprova projeto e orçamento para construção da variante "Campinas", na linha Goiânia-Araguaaia, da Estrada de Ferro Goiás. Publicado no D.O. de 30-10-52	93	31.656 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio denominado Malacacheta e Encoberto, respectivamente no seu trecho superior e médio e no trecho inferior. Publicado no D.O. de 30-10-52	99
31.650 — Decreto de 23 de outubro de 1952 — <i>Guerra</i> — Aprova o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra. Publicado no D.O. de 31 de outubro de 1952	93	31.657 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Exterior</i> — Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em Viena. Publicado no D.O. de 30 de outubro de 1952	100
31.651 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro Limitada, a construir uma linha de transmissão. Publicado no D.O. de 6-11-52	97	31.658 — Decreto de 4 de outubro de 1952 — <i>Exterior</i> — Eleva à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil na Haia. Publicado no D.O. de 30-10-52	100
31.652 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a instalar grupos termoeletrônicos de emergência, na cidade de Ouro Fino, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 10 de novembro de 1952	98	31.659 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de	

	Págs.		Págs.
Cr\$ 178.500,00, para o fim que especifica. Publicado no D. O. de 30-10-52	100	31.666 — Decreto de 27 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Estende a Jurisdição da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no Estado do Piauí à cidade de Timon, no Estado do Maranhão, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30-10-52	103
31.660 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza Albino Coelho Romeiro a comprar pedras preciosas. Publicado no D.O. de 29 de novembro de 1952	101	31.667 — Decreto de 27 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 16.511.040,00, para o fim que especifica. Publicado no D O de 30-10-52	103
31.661 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terreno situado em Araraquara, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 30-10-52	101	31.668 — Decreto de 29 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 20.000.000,00 para atender às despesas com estabelecimentos de ensino superior federalizados. Publicado no D.O. de 3-11-52	103
31.662 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, do domínio da União, as águas do rio "Capitão-Mor Barreiro", "Barreiro de Baixo" e "Barreiros", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior. Publicado no D. O. de 30-10-52	101	31.669 — Decreto de 29 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — Autoriza o Ministério da Educação e Saúde a aceitar legado. Publicado no D.O. de 3 de novembro de 1952	104
31.663 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais as águas do rio Lages. Publicado no D.O. de 30-10-52	102	31.670 — Decreto de 29 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — Revoga o Decreto n.º 11.194, de 4 de janeiro de 1943, que autorizou o Colégio Santo Antônio, com sede em São João Del-Rei, no Estado de Minas Gerais, a funcionar como Colégio. Publicado no D.O. de 3 de novembro de 1952	104
31.664 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio "Perequê Mirim". Publicado no D. O. de 30-10-52	102	31.671 — Decreto de 29 de outubro de 1952 — <i>Aeronáutica</i> — Cria a Comissão de Construção da Escola de Aeronáutica em Pirassununga, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. Publicado no D. O. de 3-11-52	104
31.665 — Decreto de 24 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio denominado Veado, Cachoeirão e Posses, nos seus trechos superior, médio e inferior. Publicado no D.O. de 30 de outubro de 1952	102		

Págs.	Págs.
31.672 — Decreto de 29 de outubro de 1952 — <i>Justiça — Guerra — Exterior — Fazenda — Viação — Agricultura — Educação — Trabalho — Aeronáutica</i> — Cria o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, nos termos do art. 13, da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Publicado no <i>D.O.</i> de 3-11-52 105	Companhia de Seguros Minas-Brasil. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-11-52 107
31.673 — Decreto de 29 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Clímério Vieira a pesquisar mica e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D.O.</i> de 3-11-52 106	31.679 — Decreto de 30 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à “Empresa Paulista de Navegação, Indústria e Comércio Limitada”, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Publicado no <i>D.O.</i> de 17-11-52 108
31.674 — Decreto de 29 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Verdí de Carvalho, a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suassuí, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D.O.</i> de 3 de novembro de 1952 106	31.680 — Decreto de 30 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeira a adquirir o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Publicado no <i>D.O.</i> de 12 de novembro de 1952 108
31.675 — Decreto de 29 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Jo Manoel de Sousa, a pesquisar mica e associados, no município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D.O.</i> de 3 de novembro de 1952 107	31.681 — Decreto de 30 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Publicado no <i>D.O.</i> de 23 de dezembro de 1952 108
31.676 — Decreto — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> 107	31.682 — Decreto de 30 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Altera o artigo 51 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 54, de 12 de setembro de 1934. Publicado no <i>D.O.</i> de 1-11-52 109
31.677 — Decreto de 30 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos para aumento de capital da Companhia Seguradora Brasileira S. A. Publicado no <i>D.O.</i> de 6 de novembro de 1952 107	31.683 — Decreto de 30 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Retifica o artigo 1.º do Decreto n.º 30.844, de 14 de maio de 1952. Publicado no <i>D.O.</i> de 3-11-52 109
31.678 — Decreto de 30 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova, com modificações introduzidas nos Estatutos da	31.684 — Decreto de 31 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Educação</i> — Dispõe sobre a cobrança do selo da taxa adicional de dez centavos, a que se refere a Lei n.º 909, de 8 de novembro de 1949, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 31 de outubro de 1952 110

	Págs.		Págs.
31.685 — Decreto de 31 de outubro de 1952 — <i>Exterior</i> — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para atender às despesas realizadas com o VIII Congresso da Comissão interamericana de Mulheres, reunido nesta capital em julho de 1952. Publicado no D.O. de 4-11-52. Retificado no D.O. de 5-11-52	111	leiros Belmiro Finazzi e Raul Finazzi a lavar feldspato e argila nos municípios de Itapira e Mogi Mirim, no Estado de São Paulo. Publicado no D. O. de 6-11-52	113
31.686 — Decreto de 31 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Paraná as águas do rio Socavão. Publicado no D.O. de 4 de novembro de 1952	111	31.692 — Decreto de 1 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Organização Brasileira de Minérios Ltda. — OBRAMIL a funcionar como empresa de mineração. Publicado no D.O. de 22-11-52 .	114
31.687 — Decreto de 31 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede à Mineração Sul Americana Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração. Publicado no D.O. de 12-11-52	111	31.693 — Decreto de 1 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Umberto Batelli a pesquisar feldspato e associados, no município de Santa Branca, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 17-10-52	114
31.688 — Decreto de 31 de outubro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 28.204, de 7 de junho de 1950. Publicado no D.O. de 4-11-52	112	31.694 — Decreto de 1 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Teódulo Pereira a pesquisar pirita, minério de manganês e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 6 de novembro de 1952	114
31.689 — Decreto de 1 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Mineração Geral do Brasil Ltda. a pesquisar cassiterita e associados, no município de São João Del Rei, no Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 6 de novembro de 1952	112	31.695 — Decreto de 1 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais — Copelmi — a pesquisar carvão mineral, no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 6 de novembro de 1952	115
31.690 — Decreto de 1 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Giraldi a pesquisar talco e associados, no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 6-11-52	113	31.696 — Decreto de 1 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — autoriza o cidadão brasileiro Álvaro Guimarinno Guieiro a pesquisar diamantes e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 6 de novembro de 1952	115
31.691 — Decreto de 1 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza os cidadãos brasi-		31.697 — Decreto de 1 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasi-	

	Págs.		Págs.
ro Mariano Rivero Filho a pes- quisar conchas calcáreas no município de Iguape, Estado de São Paulo. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-11-52	116	31.704 — Decreto de 3 de no- vembro de 1952 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Aceita a doação do imóvel que menciona, situado no município de Corumbá, Es- tado de Mato Grosso. Publi- cado no <i>D. O.</i> de 6-11-52	119
31.698 — Decreto de 1 de no- vembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasilei- ra Antônio Manuel de Oliveira a pesquisar argila e associados, no município de Mogi das Cru- zes, Estado de São Paulo. Pu- blicado no <i>D.O.</i> de 6-11-52	116	31.705 — Decreto de 3 de no- vembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — Estabelece equivalência de cruzeiros a dó- lares, para o preço mínimo do café do país da safra de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 6-11-52	119
31.699 — Decreto de 1 de no- vembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Elpidio de Moraes a pesquisar água mineral no município de Alegre, Estado do Espírito San- to. Pub. no <i>D. O.</i> de 6-11-52 .	117	31.706 — Decreto de 3 de no- vembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fa- zenda, o crédito especial de .. Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica. Pub. no <i>Diário</i> <i>Oficial</i> de 6-11-52	120
31.700 — Decreto de 1 de no- vembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza os cidadãos brasi- leiros Antônio Custódio dos Reis e Sebastião Luís Pinheiro a pesquisar quartzo e associa- dos no Município de Cristais, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 6-11-52	117	31.707 — Decreto de 3 de no- vembro de 1952. — <i>Guerra</i> — Declara de utilidade pública e autoriza desapropriação de imó- vel necessário ao Ministério da Guerra. Pub. no <i>D. O.</i> de 6 de novembro de 1952	120
31.701 — Decreto de 1 de no- vembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais — Copelmi — a pesquisar carvão mineral, no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no <i>D. O.</i> de 6-11-52	118	31.708 — Decreto de 3 de no- vembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Dá nova redação ao pará- grafo único do artigo 11, do Regulamento aprovado pelo De- creto n.º 1.749, de 28 de junho de 1937. Pub. no <i>Diário Ofi-</i> <i>cial</i> de 6-11-1952	120
31.702 — Decreto de 1 de no- vembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Plínio de Carvalho Simões a pesquisar calcário, argila e asso- ciados, no município de Gua- piara, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D. O.</i> de 6-11-52	118	31.709 — Decreto de 3 de no- vembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzi- das nos Estatutos, inclusive au- mento de capital, da Compa- nhia Paulista de Seguros. Pu- blicado no <i>D. O.</i> de 25-11-52 ..	121
31.703 — Decreto de 3 de no- vembro de 1952 — <i>Viação</i> — Aprova projeto e orçamento para construção de uma subvá- riante na ligação ferroviária Te- resina-Piripiri. Pub. no <i>Diário</i> <i>Oficial</i> de 3-11-52	119	31.710 — Decreto de 3 de no- vembro de 1952 — <i>Viação</i> — Aprova projetos e orçamentos para conclusão do trecho do km 57 + 253 ao quilômetro 81 + 404,59, da variante Mi- rante-Guaicara, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Pu- blicado no <i>D. O.</i> de 6-11-52 ..	121

Págs.		Págs.
31.711	— Decreto de 4 de novembro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para atender às despesas com auxílio à Prefeitura de Blumenau. Publicado no <i>D. O.</i> de 7-11-52 121	— Autoriza o cidadão brasileiro Simplicio Antunes Armondes a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 7-11-52 123
31.712	— Decreto de 4 de novembro de 1952 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 7.934.075,70, para pagamento à Companhia Serviços de Engenharia. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 7-11-52 122	31.718 — Decreto de 5 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Antônio de Faria a pesquisar mica, quartzo, berilo e associados, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 7 de novembro de 1952 124
31.713	— Decreto de 4 de novembro de 1952 — <i>Aeronáutica</i> — Renova a declaração de utilidade pública, para desapropriação, de terrenos que mencionam, situados na "Fazenda da Posse", município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>D. O.</i> de 7 de novembro de 1952 122	31.719 — Decreto de 5 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado da Bahia, as águas do Rio Prazeres ou Boqueirão. Publicado no <i>D. O.</i> de 7-11-52 124
31.714	— Decreto de 5 de novembro de 1952 — Outorga concessão à Empresa Panair do Brasil S. A. para instalar uma estação de radiofarol na cidade de Santarém, Estado do Pará. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento 123	31.720 — Decreto de 5 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Sucuri. Pub. no <i>D. O.</i> de 7 de novembro de 1952 125
31.715	— Decreto de 5 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede à Empresa de Águas Pádua Sociedade Anônima autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no <i>D. O.</i> de 18 de novembro de 1952 123	31.721 — Decreto de 5 de novembro de 1952 — Autoriza a Prefeitura Municipal de Capivárí, Estado de São Paulo, a instalar uma usina geradora diesel-elétrica. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento 125
31.716	— Decreto de 5 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 28.131, de 16 de maio de 1950. Pub. no <i>D. O.</i> de 7-11-52 ... 123	31.722 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 189.760,00, para o fim que especifica. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de novembro de 1952 125
31.717	— Decreto de 5 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i>	31.723 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica no rio Tietê, e dá outras providên-

	Págs.		Págs.
cias. Pub. no <i>D. O.</i> de 18 de novembro de 1952	126	São Tomé, Sapucaizinho e Sapucaizinho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior. Pub. no <i>D. O.</i> de 8-11-52	129
31.724 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a construção da linha de transmissão e o melhoramento da rede de distribuição de Ituiutaba. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 12-11-1952	127	31.731 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Espírito Santo, as águas do rio São José. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de novembro de 1952	129
31.725 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Cubatão. Pub. no <i>D. O.</i> de 8-11-52	127	31.732 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Cruzes. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de novembro de 1952	130
31.726 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Júlio. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de novembro de 1952	127	31.733 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Andradas-Pedras-Samambáia", "Macaúbas" e "Macaúbas", respectivamente, nos trechos superior, médio e inferior. Publicado no <i>D. O.</i> de 8-11-1952 ..	130
31.727 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do rio Amambai. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de novembro de 1952	128	31.734 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a lavar areia quartzosa no município de Itanhaem. Estado de São Paulo. Pub. no <i>D. O.</i> de 10 de novembro de 1952	130
31.728 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio São Mateus. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de novembro de 1952	128	31.735 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião da Silveira Carvalho a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Guacuí, Estado do Espírito Santo. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 10-11-1952	131
31.729 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio "Macaé de Cima", "Macaé" e "Macaé", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de novembro de 1952	128	31.736 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Richard Paul Werner a pesquisar ferro no município de Gaspar, Estado de Santa Cata-	
31.730 — Decreto de 6 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas dos rios Santo Antônio,			

	Págs.		Págs.
rina. Pub. no D. O. de 10 de novembro de 1952	131	leiro Mieczyslaw Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no D. O. de 12-11-1952	136
31.737 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Educação, e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para atender às despesas de obras do Asilo Filhas de Ana, no Estado da Bahia. Pub. no D. O. de 7 de novembro de 1952	132	31.744 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Mieczyslaw Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no D. O. de 12 de novembro de 1952	136
31.738 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Fixa os vencimentos dos servidores da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina. Publicado no D. O. de 10-11-1952	132	31.745 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Mieczyslaw Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 12-11-1952	137
31.739 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Cruzeiros do Sul. Pub. no D. O. de 29 de dezembro de 1952	134	31.746 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Mieczyslaw Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 12-11-52	137
31.740 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Jami! Leão Brasileiro a pesquisar talco e associados, no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 12-11-1952	135	31.747 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Mineração Bonfim Limitada a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Manicoré, Estado do Amazonas. Pub. no D. O. de 12-11-52	138
31.741 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Luis Landim Cassal, a pesquisar feldspato e associados, no município de Ribeirão Branco, tado de São Paulo. Pub. no D. O. de 12-11-52	135	31.748 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Mariano de Oliveira Wendel a pesquisar minérios de fósforo, ferro, manganês, cromo, níquel, cálcio, magnésio, alumínio e associados, no município de Registro, Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 12 de novembro de 1952	138
31.742 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Mieczyslaw Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 12 de novembro de 1952	135	31.749 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Sales Lopes	
31.743 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasi-			

	Págs.		Págs.
a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 12-11-1952 ..	139	tado e as Missões Diplomáticas, no período de 1945 a 1949. Pub. no D. O. de 14-11-52 ...	143
31.750 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Cláudio de Sousa Novais a pesquisar água mineral no município e Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 12 de novembro de 1952	139	31.755 — Decreto de 11 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Modifica a potência do aproveitamento concedido à S. A. Empresa Elétrica do Itapura, pelo Decreto número 20.453, de 23-1-1946, e autoriza o funcionamento da usina de reserva. Pub. no D. O. de 22-11-52 ...	143
31.751 — Decreto de 7 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro José Moreira Lopes a pesquisar ouro e associados, no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 12-11-52	139	31.756 — Decreto de 11 de novembro de 1952 — Outorga à Prefeitura Municipal de Unai concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Escola, no rio Roncador, distrito da sede do município de Unai, Estado de Minas Gerais. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	144
31.751-A — Decreto de 9 de novembro de 1952 — <i>Justiça</i> — Exterior — Manda prestar a Sua Excelência o Senhor Chaim Weizmann, Presidente do Estado de Israel as honras de Chefe de Estado. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 10-11-52	140	31.757 — Decreto de 11 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica existente no rio Pardo, entre os municípios de São José do Rio Pardo e Mococa, no Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 20 de novembro de 1952	144
31.752 — Decreto de 10 de novembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Dá nova redação ao art. 4.º do Decreto n.º 27.664, de 30 de dezembro de 1949. Pub. no D. O. de 10 de novembro de 1952	140	31.758 — Decreto de 11 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Outorga à Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru Limitada concessão para o fornecimento de energia elétrica. Publicado no D. O. de 4-12-52 ..	145
31.753 — Decreto de 10 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara de utilidade pública a faixa necessária à construção da linha de transmissão Anhanguera-Jundiá e do ramal de Perus, e autoriza a respectiva desapropriação. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 14-11-1952	140	31.759 — Decreto de 11 de novembro de 1952 — Outorga à Prefeitura Municipal, de Conquistista concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira dos Dourados, no rio de igual nome, município de Conquista, Estado de Minas Gerais. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	146
31.754 — Decreto de 11 de novembro de 1952 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.614.877,10, destinado a atender às despesas de transporte aéreo de malas diplomáticas entre a Secretaria de Es-			

	Págs.		Págs.
31.760 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — <i>Aeronáutica</i> — Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica. Publicado no D. O. de 14-11-52	146	31.766 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 17-11-1952	148
31.761 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — Autoriza o funcionamento dos cursos superiores de educação física, educação física infantil, técnica desportiva, medicina especializada e massagem especializada da Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	146	31.767 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 17-11-52	148
31.762 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terreno necessária à instalação de um Observatório Meteorológico na Capital do Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 17 de novembro de 1952	146	31.768 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 17-11-52	148
31.763 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — Concede à Empresa de Melhoramentos do Vale do Utinga Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	146	31.769 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 17-11-52	149
31.764 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Aureliano Antunes França a pesquisar mica e associados, no município de Capelinha. Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 17-11-52	147	31.770 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 17-11-52	149
31.765 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro João Evangelista Pereira a pesquisar caulim, quartzo e mica, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 17-11-52 ..	147	31.771 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 28.281, de 21 de junho de 1950. Pub. no D. O. de 17 de novembro de 1952	150
		31.772 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 28.283, de 21 de junho de 1950. Pub. no D. O. de 17 de novembro de 1952	150

	Págs.		Págs.
31.773 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 28.285, de 21 de junho de 1950. Pub. no <i>D. O.</i> de 17 de novembro de 1952	150	31.781 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Formiga, no Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 17-11-52 ..	155
31.774 — Decreto de 12 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 27.818, de 24 de fevereiro de 1950. Pub. no <i>D. O.</i> de 17 de novembro de 1952	151	31.782 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Barros Mota a pesquisar talco e associados, no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo. Publicado no <i>D. O.</i> de 18-11-52 ..	156
31.775 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — <i>Justiça</i> — Aprova o novo Regulamento da Frota Nacional de Petroleiros. Pub. no <i>D. O.</i> de 19 de novembro de 1952	151	31.783 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Luís de Sousa a pesquisar minério de chumbo e associados, no município de Simonésia, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 18 de novembro de 1952	156
31.776 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Continental de Seguros. Pub. no <i>D. O.</i> de 20-11-52 ..	154	31.784 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Eugênio Lefèvre Júnior a pesquisar areia e conchas calcárias no Distrito Federal. Publicado no <i>D. O.</i> de 18-11-52 ..	157
31.777 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Agricultura. Publicado no <i>D. O.</i> de 17-11-52 ..	154	31.785 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro José Adamian a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás. Publicado no <i>D. O.</i> de 18-11-52 ..	157
31.778 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Agricultura. Publicado no <i>D. O.</i> de 17-11-52 ..	155	31.786 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — Declara públicas de uso comum de domínio do Estado de Minas Gerais as águas do Rio Gravatá. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	158
31.779 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza Samuel Amaral Brito a comprar pedras preciosas. Pub. no <i>D. O.</i> de 22 de novembro de 1952	155	31.787 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — Declara públicas, de uso comum, do do-	
31.780 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza Ecy Guerra Lemos a comprar pedras preciosas. Pub. no <i>D. O.</i> de 20-11-52	155		

	Págs.		Págs.
mínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Bonsucesso. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	158	31.794 — Decreto de 17 de novembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Profissão de Economista, regida pela Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951, e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 21-11-52	160
31.788 — Decreto de 13 de novembro de 1952 — <i>Viação</i> — Dispõe sobre a aprovação de tabelas de preços para execução de obras a cargo do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências. Publicado no <i>D. O.</i> de 17-11-52	158	31.795 — Decreto de 17 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Transfere a Alcides de Oliveira a concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica na sede do município de Fernandópolis, Estado de São Paulo, outorgada a Miguel Murari, pelo Decreto número 29.880, de 13 de agosto de 1951. Pub. no <i>D. O.</i> de 2-1-53	166
31.789 — Decreto de 14 de novembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alteração introduzida nos Estatutos, referente ao aumento de capital, da Sul Améri- ca Capitalização S. A. Publicado no <i>D. O.</i> de 19-11-52 ..	159	31.796 — Decreto de 17 de novembro de 1952 — <i>Viação</i> — Declara de utilidade pública a desapropriação dos imóveis que menciona, situados em Itajaí, no Estado de Santa Catarina. Pub. no <i>D. O.</i> de 20 de novembro de 1952	167
31.790 — Decreto de 14 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pela Presidência da República, o crédito de Cr\$ 20.000.000,00, para o fim que especifica. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 18-11-52	159	31.797 — Decreto de 18 de novembro de 1952 — <i>Guerra</i> — Organiza no Colégio Militar um Curso de Preparação. Publicado no <i>D. O.</i> de 21-11-52 ..	167
31.791 — Decreto de 14 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Geriza. Pub. no <i>D. O.</i> de 18 de novembro de 1952	159	31.798 — Decreto de 19 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 27.817, de 24 de fevereiro de 1950. Pub. no <i>D. O.</i> de 22 de novembro de 1952	168
31.792 — Decreto de 14 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Tamanduá, Tamanduá e Pintado respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior. Pub. no <i>D. O.</i> de 18-11-52 ..	159	31.799 — Decreto de 19 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 27.993, de 12 de abril de 1950. Pub. no <i>D. O.</i> de 22-11-52 ..	169
31.793 — Decreto de 14 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Liso, Liso e Pôço Grande, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior. Publicado no <i>D. O.</i> de 19-11-52 ..	160	31.800 — Decreto de 19 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 28.521, de 17 de agosto de 1950. Pub. no <i>D. O.</i> de 22 de novembro de 1952	169
		31.801 — Decreto de 19 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasi-	

	Págs.		Págs.
leiro. Vivaldi Junqueira Passos a pesquisar mica e associados, no município de Muriaé, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 22-11-52 ...	169	rais. Publicado no <i>D. O.</i> de 25 de novembro de 1952	172
31.802 — Decreto de 19 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro José Adamian a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás. Pub. no <i>D. O.</i> de 22 de novembro de 1952	170	31.808 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a "Serrana Sociedade Anônima de Mineração" a pesquisar argila, no município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo. Publicado no <i>D. O.</i> de 25-11-52 .	172
31.803 — Decreto de 19 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Vitorio Bertin a pesquisar água mineral, no município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>D. O.</i> de 22 de novembro de 1952	170	31.809 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Carvalho a pesquisar cassiterita e associados, no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D. O.</i> de 25-11-52	173
31.804 — Decreto de 19 de novembro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 711.800.00. para atender às despesas que especifica. Publicado no <i>D. O.</i> de 22 de novembro de 1952	171	31.810 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo de Azevedo Lage, a pesquisar conchas, no município de Iguape, Estado de São Paulo. Pub. no <i>D. O.</i> de 25 de novembro de 1952	174
31.805 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — Autoriza a Prefeitura Municipal de Quaraí a ampliar suas instalações termoeletricas. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	171	31.811 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à "Standard Oil Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República. Publicado no <i>D. O.</i> de 26-11-52	174
31.806 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Masahiro Tango a pesquisar argila e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Publicado no <i>D. O.</i> de 25-11-52 ...	171	31.812 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à Sociedade "Serviços Marítimos Federal Limitada", autorização para funcionar com empresa de navegação de cabotagem. Publicado no <i>D. O.</i> de 2-1-53	175
31.807 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Gabriel de Sousa a pesquisar calcário e associados, no município de Dolores de Campos, Estado de Minas Ge-		31.813 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno de mangue (extinto) que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	175

	Págs.		Págs.
31.814 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Pub. no D. O. de 13 de dezembro de 1952 ...	175	31.823 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	177
31.815 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República. Publicado no D.O. de 29-11-52	175	31.824 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	178
31.816 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — Autoriza Hans Helmut Huber a comprar pedras preciosas. Ainda não foi publicado por falta de pagamento	175	31.825 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	178
31.817 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	176	31.826 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	178
31.818 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	176	31.827 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	178
31.819 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	176	31.828 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargo extinto. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	179
31.820 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	176	31.829 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	179
31.821 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	177	31.830 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargo extinto. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	179
31.822 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	177	31.831 — Decreto de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	179
		31.832 — Decreto de 21 de novembro de 1952 — <i>Aeronáutica</i> — Dispõe sobre interstício para promoção de Primeiros-Tenentes ao posto de Capitão. Pub. no D.O. de 24-11-52 ..	180

	Págs.		Págs.
31.833 — Decreto de 21 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Toropi. Publicado no <i>D.O.</i> de 3-12-52	180	31.839 — Decreto de 25 de novembro de 1952 — Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves a ampliar suas instalações. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	193
31.834 — Decreto de 21 de novembro de 1952 — Autoriza a Cia. Industrial de Papel Pirahy a instalar dois grupos termo-elétricos no distrito de Santanésia, município de Pirahy, Estado do Rio de Janeiro, para uso exclusivo. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	181	31.840 — Decreto de 25 de novembro de 1952 — Outorga à Prefeitura Municipal de Muriçá concessão para produção e distribuição de energia elétrica. Ainda não foi publicado no <i>D.O.</i> por falta de pagamento	193
31.835 — Decreto de 21 de novembro de 1952 — <i>Viação</i> — Aprova as normas e o plano de atribuição e distribuição de canais para o serviço de televisão no Brasil. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-11-52	181	31.841 — Decreto de 26 de novembro de 1952 — <i>Aeronáutica</i> — Altera a denominação do Curso de Tática Aérea e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 28 de novembro de 1952	194
31.836 — Decreto de 24 de novembro de 1952 — Outorga concessão à Empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada para instalar um transmissor de 1 kw em seu radiofarol de Forte Príncipe da Beira, Estado de Mato Grosso, em substituição ao transmissor de 200 watts ali existente. Ainda não foi publicado no <i>D.O.</i> por falta de pagamento	193	31.842 — Decreto de 26 de novembro de 1952 — <i>Aeronáutica</i> — Permite a matrícula, na Escola de Aeronáutica, em 1953, independentemente de concurso de admissão, aos candidatos oriundos do Colégio Militar. Publicado no <i>D.O.</i> de 28-11-52	194
31.837 — Decreto de 24 de novembro de 1952 — <i>Marinha</i> — Altera a distribuição do efetivo do Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha, a que se refere o Decreto n.º 30.627, de 10 de março de 1952. Publicado no <i>D.O.</i> de 26-11-52 ..	193	31.843 — Decreto de 26 de novembro de 1952 — <i>Justiça</i> — Declara a utilidade pública da desapropriação dos imóveis que menciona, necessários a instalações industriais a cargo do Conselho Nacional de Petróleo. Pub. no <i>D.O.</i> de 28 de novembro de 1952. Retif. no <i>D.O.</i> de 29 de novembro de 1952	194
31.838 — Decreto de 25 de novembro de 1952 — <i>Educação</i> — Altera o Regimento do Serviço de Saúde dos Portos, aprovado pelo Decreto n.º 9.302, de 28 de abril de 1942. Publicado no <i>D.O.</i> de 26-11-52 ..	193	31.844 — Decreto de 26 de novembro de 1952 — <i>Educação</i> — Concede reconhecimento ao curso de odontologia da Faculdade de Odontologia de Campinas. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-12-52	195
		31.845 — Decreto de 26 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede autorização para constituição da Sociedade Cooperativa de Crédito Popular	

	Págs.		Págs.
Metropolitana de São Paulo com sede em São Paulo. Publicado no D.O. de 10-12-52	195	município de Caldas, no Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 3-12-52	198
31.846 — Decreto de 26 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Ari Freitas Mércio, a lavar carvão mineral no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 29-11-52	195	31.853 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à "Serviços Marítimos Camuyrano S. A.", autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Publicado no D.O. de 4-12-52	199
31.847 — Decreto de 26 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Jaime Gonzaga da Cunha a pesquisar mica, pedras coradas e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 29-11-52	196	31.854 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "União dos Proprietários". Publicado no D. O. de 18-12-52	199
31.848 — Decreto de 26 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Jafet a lavar carvão mineral, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina. Publicado no D.O. de 29-11-52	197	31.855 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Central Elétrica do Piauí S. A. Publicado no D.O. de 4-12-52	199
31.849 — Decreto de 26 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura. Pub. no D.O. de 28 de novembro de 1952	197	31.856 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a ICOMINAS S. A. — Empresa de Mineração — a pesquisar minérios de ferro, de manganês e associados, no município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 3-12-52	200
31.850 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargo extinto. Publicado no D.O. de 29-11-52	198	31.857 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza os cidadãos brasileiros Godofredo Pinto, Oscar de Luna Freire, Heller Redo Barroso e Valter Lemos Batista, a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Nossa Senhora das Dóres, Estado de Sergipe. Publicado no D.O. de 3-12-52	200
31.851 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República. Publicado no D.O. de 10-12-52	198	31.858 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Diamantino Nery, a pesquisar minério de cobre, vanádio, titânio, ouro e	
31.852 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União aceitar doação de imóvel situado no			

	Págs.		Págs.
associados, no município de Faz do Iguacu, Estado do Paraná. Pub. no D.O. de 3-12-52 ...	201	31.865 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede à Mineração Chiá S. A., autorização para funcionar com empresa de mineração. Publicado no D. O. de 3-12-52	205
31.859 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Carneiro Sobrinho a pesquisar calcário e associados, no município de João Pessoa, Estado da Paraíba. Pub. no D.O. de 3 de dezembro de 1952	201	31.866 — Decreto de 28 de novembro de 1952 — <i>Educação</i> — Concede reconhecimento ao curso de odontologia da Faculdade de Odontologia do Espírito Santo. Publicado no D.O. de 16-12-52	205
31.860 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar xisto argiloso e associados, no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo. Publicado no D. O. de 3-12-52	202	31.867 — Decreto de 29 de novembro de 1952 — <i>Viação</i> — Outorga concessão ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para instalar uma rede de radiocomunicações. Publicado no D.O. de 3-12-52 ..	205
31.861 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Sociedade de Mineração Pitangui Ltda., — "SOMPIT" — a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Saúde, Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 3-12-52	203	31.868 — Decreto de 1 de dezembro de 1952 — <i>Guerra</i> — Cria a 6. ^a Companhia de Guardas, com sede no território da 6. ^a Região Militar. Publicado no D.O. de 3-12-52	206
31.862 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Magnezita S.A. a pesquisar magnesita, talco e associados, no município de Brumado, Estado da Bahia. Pub. no D. O. de 3-12-52 ...	203	31.869 — Decreto de 1 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 180.200.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 3-12-52	206
31.863 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a cidadã brasileira Jamila Jacob Curi a pesquisar quartzo e associados, no município de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 3 de dezembro de 1952	204	31.870 — Decreto de 3 de dezembro de 1952 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 3-12-52	206
31.864 — Decreto de 27 de novembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 28.215, de 7 de junho de 1950. Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952	204	31.871 — Decreto de 3 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — assegura ao algodão da zona meridional do país, da safra de 1952-1953, a garantia de preços mínimos. Pub. no D. O. de 5-12-52 ...	207
		31.872 — Decreto de 3 de dezembro de 1952 — <i>Aeronáutica</i> — Altera a lotação numé-	

	Págs.		Págs.
rica de repartições do Ministério da Aeronáutica. Publicado no D.O. de 5-12-52	208	à firma Fôrça e Luz Chapecó S. A. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	210
31.873 — Decreto de 3 de dezembro de 1952 — <i>Aeronáutica</i> — Declara caduco o Decreto n.º 17.746, de 2 de fevereiro de 1945, retificado pelo de n.º 22.936, de 14 de abril de 1947. — Publicado no D.O. de 5-12-52	208	31.880 — Decreto de 3 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Cia. Geral de Minas S. A., a lavrar minério de zircônio, no município de Parreiras, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 5 de dezembro de 1952.	211
31.874 — Decreto de 3 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara sem efeito o Decreto n.º 30.750, de 14 de abril de 1952. Publicado no D.O. de 5-12-52	208	31.881 — Decreto de 3 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro José Martins de Serpa a lavrar cassiterita e associados no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais. Pub. no D.O. de 5-12-52 ...	212
31.875 — Decreto de 3 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Retifica o Decreto número 29.620, de 31 de maio de 1951. Publicado no D. O. de 5-12-52	209	31.882 — Decreto de 4 de dezembro de 1952 — <i>Educação</i> — Concede contribuições a entidades desportistas. Publicado no D.O. de 4-12-52	213
31.876 — Decreto de 3 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro José Jorge Cardoso a pesquisar mica e associados, no município de Raul Soares, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 5-12-52 ...	209	31.883 — Decreto de 4 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 17.854,60, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 4-12-52	213
31.877 — Decreto de 3 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Complementa disposições do Decreto de n.º 30.617, de 10 de março de 1952. Publicado no D.O. de 22-12-52	209	31.884 — Decreto de 4 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a efetuar a reversão à Prefeitura Municipal de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, do imóvel doado que menciona. Publicado no D.O. de 6-12-52	214
31.878 — Decreto de 3 de dezembro de 1952 — Outorga à Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Gravatá, distrito da sede do município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais. Ainda não foi publicado no D.O. por falta de pagamento	210	31.885 — Decreto de 4 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 6-12-52 .	214
31.879 — Decreto de 3 de dezembro de 1952 — Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade		31.886 — Decreto de 4 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 6-12-52 .	214
		31.887 — Decreto de 4 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Suprime cargos extintos. Publicado no D.O. de 6-12-52 .	215

	Págs.		Págs.
31.888 — Decreto de 4 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital Federal. Publicado no D.O. de 10 de dezembro de 1952	215	31.895 — Decreto de 5 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à sociedade anônima "Pan American World Airways, Inc.", autorização para continuar a funcionar na República. Publicado no D. O. de 16-12-52	217
31.889 — Decreto de 4 de dezembro de 1952 — <i>Exterior</i> — Cria o Consulado honorário do Brasil em Colônia. Publicado no D.O. de 6-12-52	215	31.896 — Decreto de 5 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR — a pesquisar argila, caulim e associações, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 11-12-52 ...	218
31.890 — Decreto de 4 de dezembro de 1952 — <i>Exterior</i> — Cria o Consulado honorário do Brasil em Hannover. Publicado no D.O. de 6 de dezembro de 1952	216	31.897 — Decreto de 5 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Severino Pereira da Silva a pesquisar calcário, no município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. Publicado no D.O. de 11-12-52 .	218
31.891 — Decreto de 4 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, da Seguradora Industrial e Mercantil S. A. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13-12-52	216	31.898 — Decreto de 5 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro José Adamian a pesquisar quartzo e associados no município de Cristalina, Estado de Goiás. Publicado no D. O. de 11-12-52	219
31.892 — Decreto de 4 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos para aumento do capital social da Seguradora Indústria e Comércio S. A. Publicado no D.O. de 10 de dezembro de 1952	216	31.899 — Decreto de 5 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza Andrea Salvini & Cia. Limitada a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 11-12-52	220
31.893 — Decreto de 5 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 5-12-52	217	31.900 — Decreto de 5 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza Andrea Salvini & Cia. Limitada a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 11-12-52	220
31.894 — Decreto de 5 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, para os fins que especifica. Publicado no D.O. de 5-12-52 ...	217	31.901 — Decreto de 6 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> —	

Págs.	Págs.
<i>Agricultura</i> — Introduz modificações nos Decretos números 31.087 e 31.705, de 7 de julho de 1952 e 6 de novembro de 1952, respectivamente. Publicado no D.O. de 8-12-52 221	truir uma linha de transmissão. Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952 222
31.902 — Decreto de 8 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — Dispõe sobre a constituição e funcionamento da Comissão de Técnicos, prevista no artigo 259, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952. Publicado no D.O. de 10-12-52 221	31.903 — Decreto de 11 de dezembro de 1952 — <i>Educação</i> — Altera a Tabela Numérica de Extranumerários-Mensalistas da Universidade do Rio Grande do Sul. Publicado no D. O. de 13-12-52 223
31.903 — Decreto de 8 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona. Pub. no D. O. de 10 de dezembro de 1952 221	31.909 — Decreto de 11 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Dispõe sobre o custeio dos serviços médico-hospitalares do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários. Pub. no D.O. de 15-12-52 229
31.904 — Decreto de 9 de dezembro de 1952 — Outorga à Prefeitura Municipal de Balisa, concessão para distribuição de energia elétrica no distrito de Ihotim. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento 222	31.910 — Decreto de 11 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 155.167,70, para o fim que especifica. Publicado no D. O. de 15-12-52 229
31.905 — Decreto de 9 de dezembro de 1952 — Outorga à Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica naquele município. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento 222	31.911 — Decreto de 11 de dezembro de 1952 — Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal do domínio útil e direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento 229
31.906 — Decreto de 9 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Empresa Força e Luz Alegre Veado S. A., a modificar suas instalações. Publicado no D.O. de 22-12-52 222	31.912 — Decreto de 11 de dezembro de 1952 — Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento. 230
31.907 — Decreto de 9 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Companhia Industrial Belo Horizonte a cons-	31.913 — Decreto de 11 de dezembro de 1952 — Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil de terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento 230

	Págs.		Págs.
31.914 — Decreto de 12 de dezembro de 1952 — <i>Aeronáutica</i> — Aprova o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica. Pub. no D.O. de 20 de dezembro de 1952	230	lações termo-elétricas. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	242
31.915 — Decreto de 12 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à firma Empresa Luz e Força Itabapoana Ltda. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de dezembro de 1952	241	31.921 — Decreto de 13 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 14.000.000,00, em reforço de verba que especifica. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de dezembro de 1952	248
31.916 — Decreto de 12 de dezembro de 1952 — <i>Exterior</i> — Cria o Consulado honorário do Brasil em Georgetown, na Guiana britânica. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 15 de dezembro de 1952	242	31.922 — Decreto de 15 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Aeronáutica</i> — Regulamenta a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos artigos 145, item XI, e 146, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de dezembro de 1952	243
31.917 — Decreto de 12 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de dezembro de 1952	242	31.923 — Decreto de 15 de dezembro de 1952 — <i>Educação</i> — Altera, com redução de despesa, a Tabela Numérica Ordinária da Universidade do Brasil. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de dezembro de 1952	247
31.918 — Decreto de 12 de dezembro de 1952 — Autoriza a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil a ampliar suas instalações termoeletricas. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	242	31.924 — Decreto de 15 de dezembro de 1952 — <i>Viação</i> — Aprova projeto e orçamento para a execução do 2.º grupo de obras na esplanada de Ponta Porã, situada no ramal de Campo Grande a Ponta Porã, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de dezembro de 1952	247
31.919 — Decreto de 12 de dezembro de 1952. — Autoriza a Cia. e Luz S. João do Matipó S. A. a ampliar suas instalações, no Estado de Minas Gerais. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	242	31.925 — Decreto de 15 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Altera os artigos 8.º e 10 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 22.016, de 26 de outubro de 1932. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de dezembro de 1952	247
31.920 — Decreto de 12 de dezembro de 1952 — Autoriza a Prefeitura Municipal de Camaquã a ampliar suas instala-			

Págs.	Págs.
31.926 — Decreto de 15 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Trabalho</i> — Estabelece medidas de incentivo às indústrias de material elétrico pesado e turbinas no País. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de dezembro de 1952 248	rural, do Núcleo Colonial "São Bento", no Estado do Rio de Janeiro. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de dezembro de 1952 253
31.927 — Decreto 15 de dezembro de 1952 — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Imperial. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento 249	31.932 — Decreto de 17 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de dezembro de 1952 250
31.928 — Decreto de 15 de dezembro de 1952 — <i>Viação</i> — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno e respectivas benfeitorias, necessárias à construção da ligação ferroviária Ubaitaba-Jequié-Contendas, no Estado da Bahia. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de dezembro de 1952 249	31.933 — Decreto de 17 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro José Batista Pereira a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suassuí, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de dezembro de 1952 251
31.929 — Decreto de 16 de dezembro de 1952 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 27.000.000,00, para o fim que especifica. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de dezembro de 1952 249	31.934 — Decreto de 17 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de dezembro de 1952 251
31.930 — Decreto de 16 de dezembro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas do Quadro Centenário da Fundação da Cidade de Vitória, Espírito Santo. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de dezembro de 1952 250	31.935 — Decreto de 17 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Jair Marques Jorge a pesquisar mica e associados no município de Espera Feliz Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de dezembro de 1952 252
31.931 — Decreto de 17 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Desincorpora e emancipa lote	31.936 — Decreto de 17 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Sincero Olário do Nascimento a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de dezembro de 1952 252

	Págs.		Págs.
31.937 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — Autoriza a Prefeitura Municipal de Caipônia a ampliar suas instalações hidro-elétricas, e dá outras providências. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	253	res dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e demais autarquias da Previdência Social. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de dezembro de 1952	253
31.938 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — Autoriza a construção de uma barragem no rio Pará. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	253	31.944 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Viação</i> — Dispõe sobre o preço do carvão do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 18 de dezembro de 1952	254
31.939 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Cachoeira. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 22 de dezembro de 1952	253	31.945 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Viação</i> — Aprova projeto e orçamento para construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Jacuí, na linha ferroviária Pelotas-Ganguçu-Barreto, no Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D. O. de 22-12-52	254
31.940 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — Declara de utilidade pública as áreas de terras que discrimina, destinadas à passagem de linhas de transmissão da Companhia Paulista de Fôrça e Luz S. A., e constitui sobre elas as necessárias servidões. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	253	31.946 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Viação</i> — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária para a construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Jacuí, na linha Pelotas-Ganguçu-Barretos, no Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no D. O. de 22-12-52 ..	255
31.941 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Trepte & Hieckmann Ltda. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	253	31.947 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 58.480.856,50, para o fim que especifica. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 19-12-52	255
31.942 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — Concede à Sociedade Brasileira de Siderurgia S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	253	31.948 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de ocupação de terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	255
31.943 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Dispõe sobre o pagamento de gratificação anual aos servido-		31.949 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel situado no Mu-	

	Págs.		Págs.
nício de Guarapuava, no Estado do Paraná. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 22-12-52	255	Minas Gerais, as águas do rio Marques, Grande e Grande, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior. Publicado no D. O. de 22-12-52 ..	280
31.950 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — Declara de utilidade Pública, o Instituto Paulista de Pesquisas sobre o Câncer, com sede na cidade de São Paulo. Pub. no D. O. de 22-12-52	256	31.957 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Babilônia, São José, São João do Sóca e São João do Sóca respectivamente, nos seus trechos, superior, médio e inferior. Pub. no D. O. de 22-12-52 ..	280
31.951 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Aeronáutica</i> — Aprova o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica. Pub. no D. O. de 31 de dezembro de 1952	256	31.958 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Papa Cobra-Burnier, Soledade e Soledade, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior. Pub. no D. O. de 22 de dezembro de 1952	281
31.952 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — Revoga os Decretos que concederam à sociedade anônima "United States Nubber Export Company Limited" autorização para funcionar na República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	279	31.959 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede à Cristal do Brasil S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no D. O. de 23 de dezembro de 1952	281
31.953 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Seguros Phoenix Pernambucana. Pub. no D. O. de 26 de dezembro de 1952	279	31.960 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito Brasil Limitada", com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	281
31.954 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "A Marítima" — Companhia de Seguros Gerais. Pub. no D. O. de 24 de dezembro de 1952	279	31.961 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito e da Casa Própria Limitada", com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	282
31.955 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Bernardes. Pub. no D. O. de 22 de dezembro de 1952	280	31.962 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — Concede au-	
31.956 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de			

- | | Págs. | | Págs. |
|---|-------|--|-------|
| torização para constituição da Cooperativa de Crédito dos Servidores do Sesi no Rio Grande do Sul Limitada, com sede em Pôrto Alegre. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento | 282 | leiro Thomaz Marinho de Albuquerque Andrade a pesquisar calcáreo e argila no município de Tomazina, Estado do Paraná. Pub. no D. O. de 29 de dezembro de 1952 | 284 |
| 31.963 — Decreto de 18 de dezembro de 1952 — Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito Belo Horizonte Limitada", com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento | 282 | 31.969 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Santos Pupin Neto a pesquisar dolomita e associados no município de Campos do Jordão, Estado de São Paulo. Publicado no D. O. de 29-12-52 | 285 |
| 31.964 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Lauro Morandi a pesquisar conchas calcáreas no município de Iguape, Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 29 de dezembro de 1952 | 282 | 31.970 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a cidadã brasileira Geraldina Menicucci Tortoriso a pesquisar cassiterita, monazita, minério de ouro e associados, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 22-12-52 | 286 |
| 31.965 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar caulim e associados, no município de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro. Publicado no D. O. de 29-12-52 | 282 | 31.971 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Marcolino Ribeiro a pesquisar quartzo e associados, no município de Santa Sé, Estado da Bahia. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 29-12-52 | 286 |
| 31.966 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Congregação Rentorista a pesquisar talco e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 29 de dezembro de 1952 | 283 | 31.972 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês no município de Aracoiaba, Estado do Ceará. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 29-12-52 | 286 |
| 31.967 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Haroldo Cecil Poland a pesquisar carvão mineral no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no D. O. de 29 de dezembro de 1952 | 283 | 31.973 — Decreto de 13 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza os cidadãos brasileiros Jorge Silveira Melo Filho e Joaquim Carlos Lara Pereira Pinto a pesquisar xisto, quartzito, granito e associados, no município de Guarulhos, Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 29-12-52 | 287 |
| 31.968 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro | | 31.974 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro | |

Págs.	Págs.
leiro Joaquim Gonçalves de Sousa a pesquisar cassiterita no município de Conselheiro Lafayette, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 29 de dezembro de 1952 288	de Extranumerário Mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências. Pub. no D. O. de 23-12-52 290
31.975 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza os cidadãos brasileiros Luís Furtado e João Batista Furtado a pesquisar calcário e associados, no município de Dôres do Campo, Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 29-12-52 .. 288	31.981 — Decreto de 20 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, para o fim que especifica. Pub. no D. O. de 20-12-52 290
31.976 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Augustinho Bertezine a pesquisar calcário e associados no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 29-12-52 ... 288	31.982 — Decreto de 22 de dezembro de 1952 — <i>Viação</i> — Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno e respectivas benfeitorias necessárias à construção da ligação ferroviária D. Silverio-São Domingos do Prata — Nova Era, no Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 23 de dezembro de 1952 291
31.977 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Barbuda. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 23-12-52 289	31.983 — Decreto de 22 de dezembro de 1952 — <i>Guerra</i> — Transfere a sede do Comando da Infantaria Divisionária da 5.ª Região de Infantaria. Publicado no D. O. de 23-12-52 . 291
31.978 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 para integralização de capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Pub. no D. O. de 20-12-52 289	31.984 — Decreto de 23 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Dispõe sobre os seguros de acidente do trabalho nas instituições de Previdência Social. Pub. no D. O. de 24-12-52 .. 291
31.979 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Cede, a título precário, os armazéns do extinto Departamento Nacional do Café à Comissão de Financiamento da Produção. Pub. no D. O. de 23 de dezembro de 1952 290	31.985 — Decreto de 23 de dezembro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.387.400,00, para cumprimento do que dispõe o artigo 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que organizou o sistema federal do ensino superior. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 24-12-52 292
31.980 — Decreto de 19 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — Cria funções na Tabela Única	31.986 — Decreto de 23 de dezembro de 1952 — Transfere à Prefeitura Municipal de Pa-

	Págs.		Págs.
trocínio concessão para aproveitamento e distribuir energia elétrica. Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	293	zenda, o crédito especial de Cr\$ 86.000.000,00, para o fim que especifica. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 26-12-52	294
31.987 — Decreto de 23 de dezembro de 1952 — Autoriza a Cia. Paulista de Fôrça e Luz a construir uma usina geradora Diessel-elétrica em Franca, no Estado de São Paulo, e uma linha de transmissão de Franca a Peixoto, no Estado de Minas Gerais. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	293	31.993 — Decreto de 26 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.150.000,00, para o fim que especifica. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 26-12-52	295
31.988 — Decreto de 24 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Dispõe sôbre o valor do auxílio para funeral no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 26-12-52	293	31.994 — Decreto de 26 de dezembro de 1952 — Aprova aumento do capital do Instituto Hipotecário e Financeiro S. A. — Banco de Crédito Real. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	295
31.989 — Decreto de 24 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Dá nova redação aos itens II e III do artigo 1.º do Decreto n.º 31.480, de 18 de setembro de 1952. Publicado no <i>D. O.</i> de 26-12-52	293	31.995 — Decreto de 26 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede permissão a Bakol S. A. Indústria e Comércio para funcionar nos domingos e feriados civis e religiosos. Publicado no <i>D. O.</i> de 29-12-52	295
31.990 — Decreto de 26 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Aliança da Bahia. Pub. no <i>D. O.</i> de 29 de dezembro de 1952	294	31.996 — Decreto de 26 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede permissão, em caráter permanente, à Seção de Penicilina da Companhia Química Rhodia Brasileira, com sede em Santo André, no Estado de São Paulo, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos. Publicado no <i>D. O.</i> de 29-12-52	295
31.991 — Decreto de 26 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 252.440.000,00, em reforço de Verba 3 — Serviços e Encargos, do Orçamento de 1952 — Auxílio aos Municípios. Pub. no <i>D. O.</i> de 26-12-52	294	31.997 — Decreto de 26 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede permissão à Companhia União dos Refinadores — Açúcar e Café para funcionar nos domingos e feriados civis e religiosos. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 29-12-52	296
31.992 — Decreto de 26 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre, pelo Ministério da Fa-		31.998 — Decreto de 26 de dezembro de 1952 — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos inclusive aumento de capital, da "Miramar Companhia	

	Págs.		Págs.
Nacional de Seguros Gerais". Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pa- gamento	296	publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	297
31.999 — Decreto de 26 de de- zembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alteração introduzi- da nos Estatutos, referente ao aumento de capital da Sul América Capitalização S. A. Pub. no D. O. de 29-12-52	296	32.005 — Decreto de 26 de de- zembro de 1952 — Aprova al- terações introduzidas nos Esta- tutos inclusive aumento de ca- pital, da Companhia de Se- guros Gerais Corcovado. Ainda não foi publicado no <i>Diário</i> <i>Oficial</i> por falta de pagamento	297
32.000 — Decreto de 26 de de- zembro de 1952 — Aprova al- terações introduzidas nos Esta- tutos inclusive aumento de ca- pital, da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Con- fiança. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	296	32.006 — Decreto de 26 de de- zembro de 1952 — Concede au- torização para funcionamento do curso médico da Faculdade de Medicina de Juiz de Fora. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pa- gamento	298
32.001 — Decreto de 26 de de- zembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzi- das nos Estatutos, inclusive au- mento de capital da Colonial, Companhia Nacional de Seguros Gerais. Pub. no D. O. de 29-12-52	297	32.007 — Decreto de 26 de de- zembro de 1952 — Autoriza estrangeiro a adquirir domí- nio útil de terreno acrescido de marinha que menciona, si- tuado na Capital da República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pa- gamento	298
32.002 — Decreto de 26 de de- zembro de 1952 — Aprova al- terações introduzidas nos Esta- tutos inclusive aumento de ca- pital, da Companhia União de Seguros Gerais. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	297	32.008 — Decreto de 26 de de- zembro de 1952 — Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno de ma- rinha que menciona, situado no município de São Vicente, no Estado de São Paulo. Ainda não foi publicado no <i>Diário</i> <i>Oficial</i> por falta de pagamento	298
32.003 — Decreto de 26 de de- zembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introdu- zidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da Compa- nhia Boavista de Seguros. Pu- blicado no D. O. de 31-12-52 . . .	297	32.009 — Decreto de 26 de de- zembro de 1952 — Autoriza estrangeiro a adquirir o domí- nio útil dos terrenos acrescidos de marinha que menciona, si- tuados na Capital da Repú- blica. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	298
32.004 — Decreto de 26 de de- zembro de 1952 — Aprova al- terações introduzidas nos Esta- tutos inclusive aumento de ca- pital da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Phenix de Porto Alegre. Ainda não foi		32.010 — Decreto de 26 de de- zembro de 1952 — Autoriza estrangeiro a adquirir o domí- nio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Ca-	

	Págs.		Págs.
pital da República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	298	32.017 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Viação</i> — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Rêde Ferroviária do Nordeste, o domínio útil de faixa de terreno de marinha, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Pub. no D. O. de 2 de janeiro de 1953	303
32.011 — Decreto de 26 de dezembro de 1952 — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	298	32.018 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — Altera a lotação de repartição atendida pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 2-1-53	303
32.012 — Decreto de 26 de dezembro de 1952 — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha e acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	298	32.019 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Retifica o artigo 1.º, do Decreto n.º 26.681, de 19 de maio de 1949. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 2-1-53	305
32.013 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — Dispõe sobre os Planos de Indenizações de Guerra e dá outras providências. Pub. no D. O. de 29-12-52	298	32.020 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Força e Luz de Pagaio. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	306
32.014 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Fixa os vencimentos dos servidores da Caixa Econômica Federal de Pernambuco. Publicado no D. O. de 29-12-52	300	32.021 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 26.543, de 31 de março de 1949. Pub. no D. O. de 2 de janeiro de 1953	306
32.015 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — Dispõe sobre o Regulamento de Promoção dos Funcionários Públicos Civis da União. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	302	31.022 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 26.544, de 31 de março de 1949. Pub. no D. O. de 2 de janeiro de 1953	306
32.016 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Guerra</i> — Estende a General de Divisão, funções previstas pelo Decreto n.º 31.392, de 5 de setembro de 1952, como privativas de General de Brigada. Pub. no D. O. de 2-1-53	302	32.023 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Renova o Decreto número 26.545, de 31 de março de 1949. Pub. no D. O. de 2-1-53	306
		32.024 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i>	

Págs.	Págs.
— Autoriza o cidadão brasileiro Ulisses Franco a pesquisar feldspato e associados, no município de Salesópolis, Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 2-1-53	blicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento 309
32.025 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Rogério Rodrigues Meireles* a pesquisar talco e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 2-1-53	32.031 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede autorização para constituição da "Cooperativa Mista dos Associados do Sindicato da Indústria de Construção Civil do Recife", com sede em Recife, capital do Estado de Pernambuco. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 2-1-53
307	309
32.026 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a cidadã brasileira Henriqueta dos Anjos Maia a pesquisar quartzo, no município de Cristais, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 2-1-53	32.032 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Viação</i> — Declara sem efeito a desapropriação de terreno de propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 2-1-53
308	310
32.027 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Lourival Pinheiro Ferreira a pesquisar minério de ouro, no município de Turiaçu, do Estado do Maranhão. Pub. no D. O. de 2-1-53	32.033 — Decreto de 30 de dezembro de 1952 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 30-12-52
308	310
32.028 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo dos Santos Patry a lavar depósitos conchíferos no município de Salvador, Estado da Bahia. Pub. no D. O. de 2-1-53	32.034 — Decreto de 30 de dezembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Altera a carreira de Procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e dá outras providências. Pub. no D. O. de 30-12-52 ...
308	310
32.029 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Autoriza</i> a Companhia Melhoramentos de Mossoró S. A. a ampliar suas instalações termo-elétricas. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	32.035 — Decreto de 30 de dezembro de 1952 — <i>Marinha</i> — Eleva à categoria de Delegacia de 2.ª classe a Agência da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina, em Laguna. Pub. no D. O. de 2-1-53
309	311
32.030 — Decreto de 29 de dezembro de 1952 — <i>Autoriza</i> à Prefeitura Municipal de Prata a ampliar suas instalações hidroelétricas. Ainda não foi pu-	32.036 — Decreto de 30 de dezembro de 1952 — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Cooperative For American Remittances to Europe Inc., — C. A. R. E.". Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento
	311

	Págs.		Págs.
32.037 — Decreto de 30 de dezembro de 1952 — Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	311	32.040 — Decreto de 31 de dezembro de 1952 — Dispõe sobre a lista de passageiros de aeronaves em serviço internacional. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	312
32.038 — Decreto de 30 de dezembro de 1952 — Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, geografia e história e letras neolatinas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	311	32.041 — Decreto de 31 de dezembro de 1952 — Outorga à Força e Luz do Pará, Sociedade Anônima, concessão para distribuir energia elétrica no município de Belém, Estado do Pará. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	312
32.039 — Decreto de 30 de dezembro de 1952 — Concede reconhecimento ao curso de história natural da Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette. Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i> por falta de pagamento	311	32.042 — Decreto de 31 de dezembro de 1952 — Outorga à Companhia Nacional de Energia Elétrica concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira da Água Vermelha, existente no rio Grande, entre os municípios de Fernandópolis, Estado de São Paulo e Campina Verde, Estado de Minas Gerais .	312

Índice do Apenso

FIGURAM NESTE APENSO:

	Págs.
I — Os decretos que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" depois do 2.º dia útil do 3.º trimestre de 1952;	
II — As retificações e reproduções publicadas no 3.º trimestre de 1952, referentes a decretos expedidos em trimestres anteriores.	
28.498 — Decreto de 14 de agosto de 1951 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Joubert Santos a lavar areia silicosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo. Repr. no D. O. de 16-10-52 .	315
29.878 — Decreto de 13 de agosto de 1951 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do curso denominado "Águas Verdes". Pub. no D. O. de 10 de novembro de 1952	316
29.881 — Decreto de 13 de agosto de 1951 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do curso denominado "Areias" ou "Floriano". Pub. no D. O. de 10 de novembro de 1952	316

	Págs.		Págs.
29.970 — Decreto de 10 de setembro de 1951 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Alberto Dias, Loures ou Freire, e Loures ou Freire, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior. Publicado no D. O. de 10-11-52	316	— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas dos rios Salgado, Baixa do Mulungu e Baixa do Mulungu. Pub. no D. O. de 26-11-52	319
30.023 — Decreto de 29 de outubro de 1951 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Aterrado". Pub. no D. O. de 26-11-52	317	30.511 — Decreto de 7 de fevereiro de 1952 — Concede prerrogativas de equiparação à Universidade Mackenzie e aprova seu estatuto. Retif. no D. O. de 18-11-52	319
30.349 — Decreto de 28 de dezembro de 1951 — <i>Agricultura</i> — Outorga à Prefeitura Municipal de Inhaúma concessão para distribuir energia elétrica, no município de Inhaúma, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 22-12-52	317	30.703 — Decreto de 2 de abril de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede a Rielli, Silveira & Cia. Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração. Pub. no D. O. de 17 de outubro de 1952	320
30.450 — Decreto de 28 de janeiro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Revalida o Decreto número 19.820, de 18 de outubro de 1945, que outorgou à Prefeitura Municipal de Guaporé concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Guaporé, no distrito da sede do município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no Diário Oficial de 4-10-52 .	318	30.879 — Decreto de 20 de maio de 1952 — <i>Educação</i> — Concede reconhecimento à Escola Técnica Eletromecânica da Bahia. Pub. no D. O. de 12 de novembro de 1952	320
30.480 — Decreto de 30 de janeiro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Sal. Publicado no D. O. de 26-11-52 ..	318	30.947 — Decreto de 5 de junho de 1952 — <i>Viação</i> — Outorga concessão à Empresa Lóide Aéreo Nacional S. A. para instalar uma estação radiotelegráfica na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Pub. no D. O. de 22-10-52	320
30.481 — Decreto de 30 de janeiro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Gangorra. Pub. no D. O. de 26 de novembro de 1952	319	30.980 — Decreto de 13 de junho de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alteração introduzida nos Estatutos da "Legal And General Assurance Society Ltd.". Publicado no D. O. de 5-11-52 ..	321
30.482 — Decreto de 30 de janeiro de 1952 — <i>Agricultura</i>		31.132 — Decreto de 11 de julho de 1952 — Complementa disposições do Decreto n.º 28.166, de 1.º de junho de 1950. Publicado no D. O. de 12-11-52 .	321
		31.200 — Decreto de 28 de julho de 1952 — Autoriza a Cia. Sul Mineira de Eletricidade a construir duas linhas de transmissão, entre os municípios de Osvaldo Costa e Cachoeira de Minas, e entre a Usina Santa Terezinha e o município de Ouro	

	Págs.		Págs.
Fino, no Estado de Minas Gerais. Retif. no D. O. de 30 de outubro de 1952 — Retif. no D. O. de 6-12-52	321	público internacional e público restrito internacional. Publicação no D. O. de 22-10-52	328
31.214 — Decreto de 30 de julho de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Matos Júnior a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 3-11-52	321	31.386 — Decreto de 4 de setembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Cruzeiro do Sul Capitalização Sociedade Anônima". Pub. no D. O. de 3-10-52	324
31.242 — Decreto de 7 de agosto de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Fôrça e Luz de Morada. Publicado no D. O. de 10-12-52 ..	322	31.402 — Decreto de 8 de setembro de 1952 — <i>Aeronáutica</i> — Aprova o Regulamento de Administração da Aeronáutica (R. A. D. A.) Retif. no <i>Diário Oficial</i> de 22-10-52	324
31.256 — Decreto de 8 de agosto de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede autorização para a constituição da Cooperativa Banco Comercial de Niterói Limitada, como sede no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 15-10-52	322	31.419 — Decreto de 10 de setembro de 1952 — Promulga o Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado em Roma a 25 de janeiro de 1952. Retif. no D. O. de 14-11-52	328
31.261 — Decreto de 11 de agosto de 1952 — <i>Viação</i> — Outorga concessão à Rádio Sociedade Gaúcha S. A. para estabelecer quatro transmissores de ondas curtas em Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no D. O. de 22 de outubro de 1952	322	31.440 — Decreto de 11 de setembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno nacional interior que menciona, situado na Capital da República. Pub. no D. O. de 16 de outubro de 1952	328
31.268 — Decreto de 13 de agosto de 1952 — <i>Agricultura</i> — Concede autorização para constituição da Cooperativa de Crédito dos Bancários de Niterói Limitada, com sede na cidade de Niterói, município do mesmo nome, no Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 9-10-52	323	31.447 — Decreto de 12 de setembro de 1952 — <i>Viação</i> — Outorga concessão à Rádio Clube Paranaense Limitada para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas. Pub. no D. O. de 22-10-52 ..	328
31.341 — Decreto de 26 de agosto de 1952 — <i>Viação</i> — Prorroga, por três anos a concessão outorgada à Companhia Radiotelegráfica Brasileira para executar serviço radiotelefônico		31.450 — Decreto de 12 de setembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Mauá, Companhia de Seguros Gerais. Pub. no D. O. de 4-10-52 ...	329
		31.453 — Decreto de 13 de setembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Usina Acucareira Ester S. A. a ampliar suas instalações hidrelétricas. Publicado no D. O. de 17-10-52 ...	329

	Págs.		Págs.
31.455 — Decreto de 13 de setembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a Empresa Fôrça e Luz São Sebastião Ltda. a ampliar suas instalações hidrelétricas. Pub. no D. O. de 4 de outubro de 1952	329	útil do terreno de marinha, que menciona, situado na Capital da República. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 22-10-52	332
31.456 — Decreto de 13 de setembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Outorga à Companhia de Cimento Portland Maringá concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Salto da Barra, existente no rio Apiaí-Guaçu, distrito e município de Itapeva, Estado de São Paulo. Publicado no D. O. de 4-10-52	330	31.484 — Decreto de 19 de setembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza a S. A. Central Elétrica Rio Claro a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Rio Claro e Limeira, no Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 4 de outubro de 1952	332
31.464 — Decreto de 16 de setembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — Autoriza o Estado de Minas Gerais a construir linhas de transmissão entre Marzagânia e Roça Grande e entre Sabará e Caeté, no Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 9 de outubro de 1952	331	31.486 — Decreto de 19 de setembro de 1952 — <i>Viação</i> — Outorga concessão à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Publicado no D. O. de 4-10-52	333
31.471 — Decreto de 18 de setembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede a "Navunidos Navegação Sociedade Anônima" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem. Publicado no D. O. de 9-10-52	331	31.489 — Decreto de 30 de setembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Estado do Rio de Janeiro. Retif. no D. O. de 3-10-52	334
31.472 — Decreto de 18 de setembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Concede à sociedade anônima "Standard Oil Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República. Pub. no D. O. de 15 de outubro de 1952	332	31.490 — Decreto de 30 de setembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza sociedade anônima estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Publicado no D. O. de 18-10-52	334
31.473 — Decreto de 18 de setembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de "The Home Insurance Company". Pub. no D. O. de 17-10-52	332	31.491 — Decreto de 30 de setembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República. Publicado no D. O. de 9-10-52 ..	334
31.478 — Decreto de 18 de setembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza estrangeira a adquirir fração ideal do domínio		31.493 — Decreto de 30 de setembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado em Varginha, no Estado de Minas Gerais. Pub. no D. O. de 4 de outubro de 1952	334

Figuram neste volume os decretos que, expedidos no 4.º trimestre de 1952, foram publicados no "Diário Oficial" até o 2.º dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1952

DECRETO N.º 31.494 — DE 1 DE
OUTUBRO DE 1952

Torna público o depósito dos Instrumentos de Ratificação por parte do Governo de Cuba da Carta da Organização dos Estados Americanos.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil torna público que foi depositado na União Pan-Americana, em Washington, a 16 de julho de 1952 o instrumento de ratificação, por parte do Governo de Cuba, da Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá a 30 de abril de 1948, nos termos da comunicação feita pela organização dos Estados Americanos à Delegação do Brasil junto à mesma a 18 de julho de 1952, apenas, por cópia, ao presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1952 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 31.495 — DE 1 DE
OUTUBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para pagamento de auxílio.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei n.º 1.479, de 1 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas,

nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento de auxílio à Associação Pernambucana de Imprensa pela realização do IV Congresso Nacional de Jornalistas, na Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, em fevereiro de 1951.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Laje.

DECRETO N.º 31.496 — DE 1
DE OUTUBRO DE 1952

Dá nova denominação ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes, com sede em Franca, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e de acordo com os Decretos-leis ns. 4.244, de 9 de abril de 1942 e 8.347, de 10 de dezembro de 1945, decreta:

Art. 1.º O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, com sede em Franca,

no Estado de São Paulo, passa a denominar-se Ginásio Nossa Senhora de Lourdes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 31.497 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1952

Revoga os Decretos que concederam à sociedade "The Dunlop Pneumatic Tyre Company (South America) Limited" autorização para funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. Ficam revogados os Decretos números 10.242, de 28 de maio de 1913, e 20.378, de 10 de janeiro de 1946, pelos quais foi concedida à "The Dunlop Pneumatic Tyre Company (South America) Limited", com sede em Londres, Inglaterra, autorização para funcionar na República, e cassadas as respectivas Cartas, de acordo com a resolução aprovada em reunião do seu Conselho de Administração, realizada a 29 de fevereiro de 1952.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.498 DE 1 DE OUTUBRO DE 1952

Concede a sociedade "Antônio Gomes da Silva Navegação Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e

nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida a sociedade "Antônio Gomes da Silva Navegação Limitada" com sede nesta capital, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem de acordo com o contrato social que apresentou por meio de escritura particular firmada a 8 de agosto de 1952, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.498 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Químico Agrícola, com o respectivo ocupante Maria Emília Costa Lima, da lotação Permanente do Instituto de Química Agrícola do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino de Pesquisas Agronômicas, para igual lotação do Instituto Agronômico do Nordeste do mesmo Serviço e Centro.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N. 31.500 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica João José Antunes, de nacionalidade portuguesa autorizado a adquirir o domínio útil do terreno de marinha beneficiado com o prédio n.º 273 da rua Santo Cristo, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 41.369, de 1951.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.501 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.502 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de terreno acrescido de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Custódio dos Santos, de nacionalidade portuguesa,

autorizado a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha situado na Rua Doutor Benjamin Constant n.º 297, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 47.838, de 1952.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.503 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a área de terreno necessária à construção do aqueduto público "Quixabinha", no município de Mauriti Estado do Ceará.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.335 de 21 de junho de 1941 modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 3 de março de 1942 e 3.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a área de terreno com 3 148.000 m2 (três milhões cento e quarenta e oito mil metros quadrados), necessária à construção do aqueduto público, "Quixabinha" no município de Mauriti Estado do Ceará, representado na planta que com este baixa, devidamente autenticada

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.504 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Ratifica e ratifica o art. 1.º do Decreto n. 18.019, de 7 de março de 1945.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Retifica e ratifica o artigo primeiro do decreto número dezoito mil e dezenove (18.019) de sete (7) de março de mil novecentos e quarenta e cinco (1945) de autorização de lavra de argila refrataria e associados outorgado a Brasílio Vieira Barbosa, cedidos os direitos de pesquisa e lavra a Companhia Paulista de Mineração, averbada a f. 257 do Livro C n.º 1 e que passará a ter a seguinte redação: Fica autorizada a Companhia Paulista de Mineração a lavrar argila refrataria e associados em terrenos situados em Butantan, zona do distrito e município de São Paulo, Estado de São Paulo, numa área de três hectares e quarenta e dois ares (3,42 Ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a distância de duzentos e quarenta e três metros (243m) no rumo verdadeiro setenta e nove graus onze minutos sudoeste (79º 11' SW) do centro do pontilhão da estrada das Cachoeiras sobre o ribeirão Jaguaré e os lados, a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: cento e cinquenta e dois metros (152m), trinta e três graus nove minutos noroeste (33º 9' NW); cento e oitenta e quatro metros (184m), setenta e seis graus vinte e quatro minutos noroeste (76º 24' NW); cento e quinze metros (115m), trinta e três graus trinta e seis minutos sudoeste (33º 36' SW); cento e oitenta metros (180m), sessenta e quatro graus cinquenta e nove minutos sudoeste (64º 59' SE); doze metros e trinta e oito centímetros (12,38m), oitenta e seis graus trinta e sete minutos nordeste (86º 37' NE); cento e seis metros e quarenta centímetros (106,40m), oitenta e nove graus vinte e quatro minutos nordeste (89º 24' NE); quarenta e dois metros (42m), oitenta e seis graus vinte e um minutos nordeste (86º 21' NE)

Art. 2.º Ficam mantidas as demais disposições dos artigos do referido Decreto, que passarão a fazer parte integrante do presente.

Art. 3.º A presente retificação do Decreto não fica sujeita ao pagamento da taxa prevista pelo parágrafo único do art. 31 do Código de Minas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.505 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara sem efeito o Decreto numero 30.253, de 6 de dezembro de 1951.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) e tendo em vista o que foi requerido no processo D.N.P.M. 3.719-51, do Departamento Nacional da Produção Mineral, decreta:

Artigo único — É declarado sem efeito o Decreto n. 30.253, de 6 de dezembro de 1951, que autorizou o cidadão brasileiro Anís Fadul a pesquisar argila e associados no distrito e município de Suzano, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.506 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Renova o Decreto n. 20.747 de 14 de março de 1946.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n. I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de

janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta :

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo de um (1) ano nos termos da letra b do art. 1.º do Decreto-lei n. 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida a cidadão brasileira Ivone Pupo Felicíssimo, pelo Decreto número vinte mil setecentos e quarenta e sete (20.747), de quatorze (14) de março de mil novecentos e quarenta e seis (1946), para pesquisar axinita, minérios de arsênico, bismuto, estanho, flúor, tungstênio, minérios de ferro e associados, no município de Sorocabana, Estado de São Paulo.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de oitocentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 860,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.507 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Carlos Pereira, a lavrar mica, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1 da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta :

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Carlos Pereira a lavrar mica em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Boa Vista, distrito de Barra do Cuieté município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta e um hectares, cinquenta e três ares (31,53 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a oitocentos e noventa metros (890 m.), no rumo verdadeiro quarenta e quatro graus e cinquenta minutos nordeste (44º 50' NE) da confluência do córrego Boa

Vista com o rio Doce e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: — trezentos metros (300 m.), setenta e dois graus e vinte minutos nordeste (72º 20' NE); mil e duzentos metros (1.200 m.) vinte e sete graus e quarenta minutos sudeste (27º 40' SE); quatrocentos e cinquenta metros (450 m.), setenta e dois graus sudoeste — (72º SW); quatrocentos e cinquenta metros (450 m.), um grau e cinquenta minutos nordeste (1º 50' NE); duzentos metros (200 m.) doze graus e dez minutos noroeste (12º 10' NW); seiscentos metros (600 m.), trinta e nove graus e quarenta minutos noroeste (39º 40' NW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionados neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 640,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.508 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Jose Carlos Pereira a lavar mica e associados no municipio de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta :

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Jose Carlos Pereira a lavar mica em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Segredo, distrito de Cuité municipio de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais, numa área de quarenta e oito hectares — (48 ha.), delimitada por um polígono que tem um vértice a quatrocentos e noventa e quatro metros (494 m.), no rumo verdadeiro cinquenta e sete graus e quarenta minutos sudeste — (57º 40' SE) da confluência dos córregos José Camilo e Segredo e os lados divergentes desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: oitocentos metros (800 m.), quarenta e três graus e quarenta minutos noroeste (43º 40' NW); seiscientos metros (600 m.), quarenta e sete graus e vinte minutos nordeste (47º 20' NE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Municipio, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento

Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de novecentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 960 00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.509 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Gabriel Caíla Soares e Sebastião Cardoso da Silva a pesquisar caulim, mica e associados, no municipio de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta :

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Gabriel Caíla Soares e Sebastião Cardoso da Silva a pesquisar caulim, mica e associados em terrenos de propriedade deste último, no lugar denominado Matinha, distrito e municipio de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais, numa área de dezoito hectares e trinta ares (18,30 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e sessenta metros (160 m.), no rumo magnético sessenta e seis graus nordeste (66º NE) da confluência dos córregos Indaiá e Matinha e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — duzentos e setenta metros (270 m.), quarenta e cinco graus e trinta minutos sudeste (45º 30' SE); trezentos e cinquenta e dois metros (352 m.), quarenta e oito graus sudoeste (48º SW); quinhentos e dez metros (510 m.), cinquenta e cinco graus noroeste (55º NW); duzentos e setenta metros (270 m.), quarenta e dois graus e trinta minutos nordeste — (42º 30'

NE); trezentos e oito metros — (308 m.), setenta e sete graus sudeste — (77° SE).

Art. 2.º O titulo da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'este Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.510 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à firma Aredes Coelho.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.511 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Concede à Minebra — Minérios Brasileiros S. A. — Mineração e Industrialização, autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Minebra — Minérios Brasileiros S. A. — Mineração e Industrialização, sociedade anônima constituída por escritura pública de 25-7-52, lavrada às fls. 62 do livro de notas n.º 838, do cartório do 2.º Ofício de Notas da cidade de São Paulo, com sede nessa cidade, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando

a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952, 13.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.512 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Declara caduca a concessão outorgada à Cia. de Mineração e Metalurgia Brasil, pelo Decreto n.º 237, de 17 de julho de 1935.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e

Considerando que a Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil não realizou até a presente data o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira existente no Rio São José de Guapiara, distante seiscentos metros da localidade de Guapiara, hoje município do mesmo nome, Estado de São Paulo, que lhe foi concedido pelo Decreto n.º 237, de 17 de julho de 1935;

Considerando que extinta e de nenhum efeito se tornou aquela outorga, dado o longo tempo decorrido sem efetivar-se o negócio e promover-se a utilização da fonte de energia, decreta:

Art. 1.º É declarada caduca a concessão outorgada à Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil pelo Decreto n.º 237, de 17 de julho de 1935.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.513 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara de utilidade pública áreas de terra necessárias para as obras de ampliação da usina da Companhia Luz e Fôrça Santa Cruz, no Rio Paranapanema, e autoriza a mesma empresa a promover a sua desapropriação.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, tendo em vista o que requereu a interessada, e o disposto no Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas de utilidade pública as seguintes áreas de terra, necessárias para as obras de ampliação da usina da Companhia Luz e Fôrça Santa Cruz, no Rio Paranapanema, Município de Pirajá, Estado de São Paulo, e que foram autorizadas pelo Decreto n.º 30.462, de 28 de janeiro de 1952, em favor da referida empresa, de acordo com a planta aprovada pelo Ministro da Agricultura:

Área de 22.071,90 m2 (vinte e dois mil e setenta e um metros e noventa decímetros quadrados), de propriedade atribuída a Benjamim Napolitano;

Área de 112.569 m2 (cento e doze mil quinhentos e sessenta e nove metros quadrados), de propriedade atribuída a Dionísio Fernandes.

Art. 2.º A Companhia Luz e Fôrça Santa Cruz fica autorizada a promover a desapropriação das referidas áreas de terra, na forma da legislação vigente.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.514 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Empresa Penedense de Luz e Água S. A. a ampliar suas instalações termoeletricas.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos artigos 10 e 11 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940.

Considerando que pela Resolução n.º 790 a medida foi julgada conveniente e necessária pelo Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º. Fica autorizada a Empresa Penedense de Luz e Água S. A., concessionária do serviço de energia elétrica no município de Penedo, Estado de Alagoas, a ampliar suas instalações, mediante a montagem de dois grupos termoeletricos de 180-HP e 135 kVA, cada.

Art. 2.º. Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não apresentar dentro de cento e vinte (120) dias ao Ministério da Agricultura, para a devida aprovação o projeto e orçamento das instalações, e se não conclui-las no prazo marcado.

Art. 3.º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.515 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Empresa Elétrica de Londrina S.A. a instalar um grupo gerador em sua usina.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e tendo em vista o que requereu a interessada, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa Elétrica de Londrina S.A. a instalar

um grupo gerador em sua usina de Apucarantina, município de Londrina, Estado do Paraná, com a potência de 2.167 KW, junto ao grupo existente.

Parágrafo único. Este grupo gerador se destina a reforçar o sistema de produção da interessada.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registra-lo na Divisão de Aguas dentro de trinta (30) dias a partir da sua publicação.

II — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem estabelecidos pelo Ministro da Agricultura.

III — Apresentar a Divisão de Aguas as características do novo grupo gerador.

Parágrafo único. Os prazos a que se referem este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.516 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza a firma Irmãos Schlumberger a ampliar as instalações de sua usina de eletricidade.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos arts. 10 e 11 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940

Considerando que, pela Resolução n.º 739, de 5 de setembro de 1952, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Ficam os Irmãos Schlumberger, concessionários dos serviços de

energia elétrica no município de Guaparuva, Estado do Paraná, autorizados a ampliar suas instalações mediante a montagem de um grupo turbo-gerador de 1.000 KW, com a frequência de 50 ciclos.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se o interessado não executar e concluir as instalações no prazo marcado pelo Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.517 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à execução das obras do aproveitamento de energia hidráulica de vários saltos situados no Rio Mogi Guaçu, Município de Pinhal, Estado de São Paulo, cuja concessão foi outorgada à S. A. Central Elétrica Rio Claro pelo Decreto 26.434, de 9 de março de 1949.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, tendo em vista o que requereu a interessada, e o disposto no Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas de utilidade pública as seguintes áreas de terra necessárias à execução das obras de consolidação e proteção das cabeceiras de barragem e alocadas: a tubulação de alimentação do aproveitamento da energia hidráulica de vários saltos situados no Rio Mogi Guaçu, Município de Pinhal, Estado de São Paulo, cuja concessão foi outorgada à S. A. Central Elétrica Rio Claro pelo Decreto 26.434, de 9 de março de 1949 e constantes das plantas aprovadas pelo Ministro da Agricultura:

I — Área de 20.000 m2 de propriedade atribuída a Joaquim Agneio Ri-

beiro, Francisco Agnelo Ribeiro e viúva Ulisses de Almeida Vergueiro e Filhos

II — Área de 19 840 m2 de propriedade atribuída a Delmira Oliveira Ribeiro.

III — Área de 3.058 m2 de propriedade atribuída a Delmira Oliveira Ribeiro.

IV — Área de 2.450 m2 de propriedade atribuída a Manuel e Moacir de Almeida Vergueiro.

Art. 2.º A S. A. Central Elétrica Rio Claro fica autorizada a promover a desapropriação das referidas áreas de terra, na forma da legislação vigente.

Art. 3.º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.518 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Outorga ao Estado do Espírito Santo concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Rio Bonito, existente no rio Santa Maria, distrito de Santa Leopoldina, município do mesmo nome, Estado do Espírito Santo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e nos termos do artigo 150, do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º É outorgado ao Estado do Espírito Santo concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira do Rio Bonito, existente no rio Santa Maria, distrito de Santa Leopoldina, município de igual nome, Estado do Espírito Santo, respeitados os direitos de terceiros.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura, da queda a aproveitar, a descarga da derivação e a potência.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribui-

ção, para suprimento às empresas concessionárias existentes e eventual fornecimento aos consumidores.

Art. 2.º Caducará o presente título independente de ato declaratório, se o concessionário não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação, do despacho da aprovação, pelo Ministro da Agricultura, da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico, observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Águas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O concessionário fica obrigado a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias às observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5.º As tarifas do fornecimento de energia serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o artigo 4.º, será criado um fundo de reserva que proverá às renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quota especial, que incidirá sobre as

tarifas, sob forma de percentagem. Esta quota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição da energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido reverterão ao Estado do Espírito Santo, em conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166, do Código de Águas, mediante indenização, na base do custo histórico, do capital não amortizado deduzida a reserva de renovação a que se refere o parágrafo único do artigo 6.º.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado do Espírito Santo, não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 8.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data da publicação deste Decreto.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas

DECRETO N.º 31.519 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza "Sulba" — Sociedade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos ter-

mos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada "Sulba" — Sociedade Comercial de Minérios Limitada, a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados em terrenos de sua propriedade, no 3.º distrito do município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, em duas áreas distintas, num total de vinte e seis hectares quarenta ares (26 40 ha) e que assim se definem: — a primeira, com dezessete hectares e dez ares (17,10 ha) é delimitada por um retângulo que tem um vértice a duzentos e cinquenta metros (250 m.), no rumo magnético oitenta e oito graus trinta minutos noroeste (88º 30' NW), da pirâmide de concreto existente no promontório Ponta do Retiro e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos e setenta metros (570 m.) trinta e oito graus, trinta minutos sudoeste (38º 30' SW); trezentos metros (300 m.), cinquenta e um graus trinta minutos noroeste — (51º 30' NW). A segunda área, com nove hectares trinta ares (9,30 ha), é delimitada por um retângulo que tem um vértice a novecentos e dez metros (910 m.), no rumo magnético cinquenta e um graus sudoeste (51º SW) da mesma pirâmide de concreto acima mencionada e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — trezentos e dez metros (310 m.), trinta e oito graus trinta minutos sudoeste (38º 30' SW); trezentos metros (300 m.), cinquenta e um graus trinta minutos noroeste — (51º 30' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.520 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza Orquima — Indústrias Químicas Reunidas S. A., a pesquisar monazita, ilmenita, zircônia e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta :

Art. 1.º Fica autorizada Orquima — Indústrias Químicas Reunidas S.A., a pesquisar monazita, ilmenita, zircônia e associados em terrenos de propriedade de Domingos Rangel dos Santos, Josefino Alves Barreto e outros, no 3.º distrito do município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, em duas áreas distintas, perfazendo um total de quatrocentos e oitenta e sete hectares e setenta e cinco ares (487 75 ha), e que assim se definem: — a primeira, com cento e cinquenta hectares (150 ha), situada na restinga de Manguinhos é delimitada por um retângulo que tem um vértice a oitocentos metros (800 m.), no rumo magnético quarenta e oito graus trinta minutos nordeste (48º 30' NE) do ponto terminal da estrada de Manguinhos, no povoado de igual nome, na linha de prea-mar máxima da praia atlântica e os lados, a partir do vértice considerado, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — três mil metros (3.000 m.), cinquenta graus nordeste (50º NE); quinhentos metros (500 m.), quarenta graus noroeste (40º NW). A segunda área, com trezentos e trinta e sete hectares e setenta e cinco ares (337,75 ha), situada na restinga de Guaxindiba, é delimitada por um polígono irregular, que tem um vértice no centro da ponte de concreto sobre o rio Guaxindiba, perto da sua foz no Oceano Atlântico e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — quatro mil metros — (4.000 m.), setenta graus nordeste — (70º NE); quinhentos metros — (500 m.), vinte graus noroeste (20º NW); quatro mil metros (4.000 m.), setenta graus sudoeste (70º SW); dois mil e setecentos e sessenta metros — (2.760 m.), sessenta e sete graus noroeste (67º NW); quinhentos metros (500 m.), vinte três graus sudeste (23º SE); dois mil setecentos e cinquenta metros (2.750 m.), sessenta e sete graus nordeste (67º NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa quatro mil oitocentos e oitenta cruzéis (Cr\$ 4.880,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.521 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Nélson Alvarenga Vighioni e os herdeiros de Martiniano José da Mata a lavrar calcário no município de Candeias, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta :

Art. 1.º Ficam autorizados o cidadão brasileiro Nélson Alvarenga Vighioni e os herdeiros de Martiniano José da Mata a lavrar calcário, em terrenos de sua propriedade no imóvel denominado Ponte Grande ou Veado, no distrito e município de Candeias, Estado de Minas Gerais, numa área de dezesseis hectares e setenta e um ares (16,71 ha), delimitada por um polígono que tem um vértice a seiscentos e cinquenta e cinco metros (655 m.) no rumo magnético cinquenta e quatro graus e quinze minutos noroeste (54º 15' NW), da intersecção dos eixos da rodovia Campo Belo-Cristais e do Córrego do Veado, e cujos lados, a partir desse vértice, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — cento e oitenta e cinco metros e cinquenta centímetros (185,50 m.), quarenta e dois graus e trinta minutos nordeste (42º 30' NE); trezentos e trinta e cinco metros — (335 m.), vinte e seis graus e cinquenta minutos nordeste (26º 50' NE); duzentos e cinquenta e nove metros (259 m.), quarenta e sete graus e cinquenta minutos noroeste (47º 50' NW); duzentos e trinta e um metros e cinquenta centímetros (231,50 m.), sessenta e sete graus e trinta minutos

sudoeste (67° 30' SW); trezentos e trinta e quatro metros (334 m.). quatro graus e trinta minutos sudoeste (4° 30' SW); duzentos e cinquenta e um metros (251 m.), trinta e nove graus e trinta minutos sudeste (39° 30' SE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28, do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes, e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização da lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.522 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Cia. Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados, no município de Dolores de Campos, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo

87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua propriedade no lugar denominado João Gomes, distrito do Barroso, município de Dolores de Campos, comarca de Prados, no Estado de Minas Gerais; numa área de dezesseis hectares setenta e cinco ares e sessenta e três centiares (16,7563 ha), delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a quatrocentos e oitenta e cinco metros (485 m.) no rumo magnético oitenta graus sudoeste (80° SW) do pontilhão da estrada de rodagem Barroso-Dolores de Campos, sobre o córrego da Venda e os lados, divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — quinhentos e cinquenta metros — 550 m.), cinquenta e cinco graus noroeste (55° NW); e trezentos e setenta e dois metros (372 m.), setenta graus sudoeste (70° SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.523 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza "Sulba" — Sociedade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada "Sulba" — Sociedade Comercial de Minérios Li-

mitada, a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados em terrenos de sua propriedade, no 3.º distrito do município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, em duas áreas distintas, num total de sessenta e nove hectares oitenta e seis ares noventa e cinco centiares (69,8695 ha) e que assim se definem: — a primeira, com sessenta e seis hectares trinta ares cinquenta e seis centiares (66,3056 ha) é delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e oitenta metros (180 m.), no rumo magnético sete graus trinta minutos sudoeste (7º 30' SW) do Templo Batista, da Vila de Barra de Itabapoana e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — mil e setenta e cinco metros (1.075 m.) vinte e oito graus sudeste (28º SE); novecentos e cinquenta e cinco metros (955 m.), trinta e quatro graus trinta minutos sudoeste (34º 30' SW); duzentos e sessenta e dois metros (262 m.), sessenta e um graus noroeste (61º NW); seiscentos e noventa e cinco metros (695 m.), dezesseis graus nordeste (16º NE); duzentos e noventa e cinco metros — (295 m.), vinte e oito graus noroeste (28º NW); seiscentos e sessenta e cinco metros (665 m.), doze graus nordeste (12º NE); oitenta e cinco metros (85 m.) oitenta e dois graus nordeste (82º NE); a segunda área, com três hectares cinquenta e seis ares e quarenta centiares (3,5640 ha), é delimitada por um quadrilátero que tem um vértice a duzentos e cinquenta metros (250 m.), no rumo magnético vinte e sete graus trinta minutos nordeste (27º 30' NE) da sede da fazenda Arcanjo Ribeiro e os lados, a partir desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — duzentos metros (200 m.), dezenove graus nordeste (19º NE); duzentos metros (200 m.), sessenta graus trinta minutos sudeste (60º 30' SE); cento e noventa e oito metros (198 m.), trinta e um graus, trinta minutos sudoeste (31º 30' SW); cento e sessenta metros (160 m.), sessenta graus trinta minutos noroeste (60º 30' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de setecentos cruzeiros (Cr\$ 700,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.524 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto de Sousa Dantas a pesquisar diamantes, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Roberto de Sousa Dantas a pesquisar diamantes, ouro e associados no leito e margens do Domínio Público do rio Jequitinhonha, nos distritos de Inhai e Felisberto Caldeira, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, numa área de cento e dezesseis hectares (116 ha), delimitada por uma faixa de cinco mil e oitocentos metros (5.800 m.), de comprimento e duzentos metros (200 m.) de largura sendo o comprimento contado pelo eixo médio do rio Jequitinhonha, a juzante a partir da barra do córrego Cachoeira até à barra do córrego do Estreito e a largura é computada com cem metros (100 m.) para cada lado do eixo médio do citado curso d'água.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil cento e sessenta cruzeiros (Cr\$ 1.160,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

**DECRETO N.º 31.525 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952**

Autoriza o cidadão brasileiro Severino Pereira da Silva, a pesquisar calcário no município de Goiás, Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Severino Pereira da Silva a pesquisar calcário em terras de propriedade de José Celiak e sua mulher e Jonas Turonis e sua mulher, situadas na localidade de Boa Vista, distrito de Palmeira de Goiás, município de Goiás, Estado de Goiás numa área de trinta e cinco hectares e quarenta e um ares (35,41 ha), delimitada por um polígono irregular de quatro lados, tendo um dos vértices situado no rumo magnético de oitenta e sete graus nordeste (87º NE) e a cento e cinquenta e três metros (153 m.), do cruzamento da estrada que vai para a residência do Sr. José Celiak e a que passa perto de um forno situado a cento e cinquenta e um metros (151 m.) do referido cruzamento os lados do polígono têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos a partir do vértice considerado: — mil duzentos e trinta e sete metros (1.237 m.) oito graus sudeste (8º SE); trezentos e vinte e seis metros (326 m.) setenta e dois graus sudoeste (72º SW); mil trezentos e dezessete metros (1.317 m.), três graus noroeste (3º NW); duzentos e trinta e um metros (231 m.), oitenta e sete graus nordeste (87º NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 360,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

**DECRETO N.º 31.526 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952**

Autoriza o cidadão brasileiro Osório José Pereira a pesquisar calcário no município de Dorcas do Campo, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Osório José Pereira a pesquisar calcário em terrenos de sua propriedade situados na localidade de Pasto do Açude, distrito de Barroso, município de Dorcas do Campo, Estado de Minas Gerais, em uma área de trinta e cinco hectares (35 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e noventa metros (190 m.) no rumo magnético oitenta graus sudeste (80º SE) da confluência dos córregos do Açude e Veludos, e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — setecentos e setenta e sete metros (777 m.), vinte e dois graus noroeste (22º NW); trezentos metros (300 m.), sessenta e oito graus nordeste (68º NE); mil metros (1.000 m.), vinte e dois graus sudeste (22º SE); quinhentos e cinquenta e cinco metros (555 m.) sessenta e oito graus sudoeste (68º SW); cento e sessenta e cinco metros (165 m.) vinte e dois graus noroeste (22º NW); duzentos e sessenta metros (260 m.), cinquenta e cinco graus e trinta minutos nordeste (55º 30' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 350,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.527 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Pessoa de Siqueira Campos Filho a pesquisar minério de cobre e mármore, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta :

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Raimundo Pessoa de Siqueira Campos Filho a pesquisar minério de cobre e mármore, em terrenos de propriedade de Adelina Ribeiro Gomes e outros, no lugar denominado Ribeirão do Eixo, distrito de Barão, município de Itabirito, Estado de Minas Gerais numa área de dezenove hectares, doze ares e vinte e nove centiares (19,1229 ha), compreendida entre duas poligonais, que assim se definem: — a primeira, com o vértice inicial a cento e noventa e três metros (193 m.) no rumo magnético setenta e um graus sudeste (71º SE) do marco de divisa dos terrenos de propriedade da Companhia Siderúrgica Nacional e Usina Wigg, sobre o córrego do Eixo e, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — cento e sessenta e cinco metros (165 m.), dezessete graus e trinta minutos sudoeste — (17º 30' SW); duzentos e sessenta e três metros (263 m.), um grau e trinta minutos sudeste (1º 30' SE); setenta metros (70 m.), dezenove graus sudoeste (19º SW); cento e vinte e seis metros (126 m.), cinquenta e sete graus sudeste (57º SE); cinquenta e oito metros (58 m.), sul (S); cento e dezesseis metros (116 m.), oeste — (W), até o córrego do Varela. A segunda poligonal, com o vértice inicial também localizado no ponto de partida da primeira poligonal acima descrita assim se define segundo seus comprimentos e rumos magnéticos: — trezentos e quarenta e sete metros — (347 m.), oitenta e um graus e trinta minutos sudeste (81º 30' SE); duzentos e catorze metros (214 m.), dois graus e trinta minutos sudeste (2º 30' SE); duzentos metros (200 m.), dezessete graus sudeste (17º SE); seiscentos e cinquenta metros (650 m.), oeste (W); trezentos e vinte e cinco metros (325 m.), norte (N) até o córrego do Varela. O lado mistilíneo da pogonal envolvente da área descri-

ta é compreendido pelo trecho do córrego do Varela e localizado entre as extremidades das poligonais acima mencionadas.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.528 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Cia. de Pesquisa e Mineração do Vale do Paraíba S. A., a pesquisar ardósia no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta :

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia de Pesquisas e Mineração do Vale do Paraíba S. A. a pesquisar ardósia em terrenos de propriedade de Domingos Zuffo, situados nos imóveis Anhangüçu e Cipriana, no bairro Tomé Gonçalves, no distrito e município de Guarulhos, Estado de São Paulo, numa área de vinte e três hectares e cinquenta e dois ares (23,52 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a dezessete metros e quarenta centímetros (17 40 m.), no rumo magnético de oitenta e quatro graus e vinte e sete minutos noroeste (84º 27' NW), do ponto em que a divisa do Sítio Anhangüçu corta o córrego do mesmo nome, ponto esse situado a juzante da cachoeira nas proximidades das nascentes do referido córrego, e os lados a partir do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — trezentos e setenta e nove metros e sessenta centímetros (379,60 m.), cinquenta e cinco graus e doze minutos sudoeste (55º 12' SW); sessenta e

dois metros (62 m.), cinquenta e dois graus sudoeste (52° SW); noventa e seis metros (96 m.), setenta e oito graus e trinta minutos noroeste — (78° 30' NW); cento e sessenta e três metros (163 m.), vinte e um graus e cinquenta minutos noroeste (21° 50' NW); cento e vinte e oito metros — (128 m.), trinta e dois graus nordeste (32° NE); duzentos e quarenta metros (240 m.), trinta e quatro graus e trinta minutos noroeste (34° 30' NW); trezentos e vinte e cinco metros e oitenta centímetros (325,80 m.), cinquenta e cinco graus e trinta minutos nordeste (55° 30' NE); duzentos e quarenta metros (240 m.), trinta e quatro graus e trinta minutos sudeste (34° 30' SE); cento e noventa e dois metros (192 m.), este (E); noventa e dois metros e sessenta centímetros (92,60 m.), sessenta e dois graus sudeste (62° SE); o décimo primeiro (11.º) lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do décimo (10.º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.529 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza Minas Serrinha Ltda. a pesquisar diamantes, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Minas Serrinha Ltda., a pesquisar diamantes, ouro e associados em área abrangendo leito e margens do Domínio Público do rio Jequitinhonha, situa-

da nos distritos de Inhaí e de Felisberto Caldeira, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, área essa com cento e sessenta e quatro hectares — (164 ha.), delimitada por uma faixa de oito mil duzentos metros (8.200 m.) de comprimento por duzentos metros (200 m.), de largura, sendo o comprimento medido pelo eixo médio do citado rio a juzante, a partir da barra do córrego da Porteira, até o local conhecido por Empredado Cascudo, e a largura é computada com cem metros (100 m.), para cada lado do eixo médio, no trecho considerado.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa mil seiscientos e quarenta cruzeiros .. (Cr\$ 1.640,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas

DECRETO N.º 31.530 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Carbonífera Cocal Ltda., a pesquisar carvão mineral, no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Carbonífera Cocal Ltda., a pesquisar carvão mineral, em terrenos de propriedade de Libero Bortoleto e outros, no lugar denominado Cocal, distrito de Morro da Fumaça, município de Urussanga, Estado de Santa Catarina, numa área de novecentos e noventa e oito hectares e cinquenta ares (998,50 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no cruzamento rio Ronco D'Água com a linha Cabral, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: — três mil e seiscientos metros (3.600 m.), rumo norte

(N), atingindo o rio cocal; desce pelo rio Cocal até quatro mil metros — (4.000 m.), na direção leste (E), atingindo o limite oeste (W) do lote número sessenta e sete (67) da linha Espanhola; da extremidade desse vértice, com dois mil oitocentos e cinquenta metros (2.850 m.), no rumo sul (S) até o rio Ronco D'Água e, desse ponto pela margem do mesmo rio, até ao vértice de partida, excluindo esse caminharmento, a área de setenta e cinco hectares (75 ha.), correspondente aos lotes números um, três e cinco (1 3 e 5) da linha Cabral e já autorizada à mesma empresa, pelo Decreto número dezesseis mil trezentos e vinte (16.320), de oito (8) de agosto de mil novecentos e quarenta e quatro (1944).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil novecentos e noventa e cinco cruzeiros (Cr\$ 4.995,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.531 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Faria Braga a pesquisar feldspato e associados, no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Francisco Faria Braga a pesquisar feldspato e associados, em terrenos de propriedade de Moacir José dos Santos, no lugar denominado Silvado, distrito de Itapetê, município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro, numa área de cinquenta hectares (50 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a setecentos e treze metros (713 m.), no rumo

magnético quarenta e um graus trinta minutos sudeste (41º 30' SE) da confluência do córrego Caboclo no rio do mesmo nome, e os lados, divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — mil metros (1.000 m.), um grau, trinta minutos noroeste (1º 30' NW); quinhentos metros (500 m.), oitenta e oito graus trinta minutos sudoeste — (88º 30' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.532 — DE 2
DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral nos municípios de Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral, nos distritos e municípios de Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, em terrenos de propriedade de Antônio Lopes Jardim, numa área de trezentos e cinquenta e três hectares, setenta e dois ares e trinta centiares (353.7230 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quatrocentos e setenta e um metros e setenta e um centímetros (471,71 m.), no rumo verdadeiro quarenta e sete graus e trinta e quatro minutos nordeste (47º 34' NE), do marco quilométrico número cinquenta e quatro (Km. 54) da rodovia Cachoeira do Sul-Caçapava do Sul, e os lados, a partir desse vértice,

os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: — quatrocentos metros (400 m.), dezenove graus e quatorze minutos sudoeste (19° 14' SW); trezentos e oitenta e cinco metros — (385 m.), dez graus e quarenta e um minutos sudoeste (10° 41' SW); segue pela margem esquerda do arrôio Gambará numa extensão de novecentos e oitenta metros (980 m.), até encontrar a cerca divisória da propriedade de Antônio José Lopes Jardim; desse ponto, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: — trezentos e oitenta metros (380 m.), seis graus e cinco minutos sudeste — (6° 05' SE); trezentos e trinta e quatro metros (334 m.), sessenta e um graus e quinze minutos sudeste — (61° 15' SE); cento e cinquenta e oito metros (158 m.), setenta graus e nove minutos sudeste — (70° 09' SE); noventa e sete metros — (97 m.), — oitenta e sete graus e vinte e cinco minutos sudeste — (87° 25' SE); sessenta e sete metros — (67 m.) — quarenta e sete graus e quarenta e cinco minutos sudeste — (47° 45' SE); — trezentos e sessenta e um metros — (361 m.) — setenta e quatro graus e vinte e cinco minutos sudeste — (74° 25' SE); trezentos e trinta e cinco metros — (335 m.) — oitenta e nove graus e vinte e cinco minutos sudeste — (89° 25' SE); trezentos e sessenta e nove metros — (369 m.) — vinte e nove graus e dezoito minutos sudeste — (29° 18' SE); cento e dez metros e oitenta centímetros — (110,80 m.) — sessenta e cinco graus e onze minutos nordeste — (65° 11' NE); cento e quarenta e oito metros — (148 m.) — vinte e oito graus e quinze minutos nordeste — (28° 15' NE); cento e oitenta metros — (180 m.) — oitenta e dois graus e cinco minutos nordeste — (82° 05' NE); trezentos e quatro metros e dez centímetros — (304,10 m.) — cinquenta e nove graus e trinta minutos nordeste — (59° 30' NE); trezentos e doze metros — (312 m.) — nove graus e trinta e sete minutos noroeste — (9° 37' NW); quatrocentos e setenta e quatro metros e trinta centímetros — (474,30 m.) — dois graus e sete minutos nordeste — (2° 07' NE); trezentos e quinze metros e dez centímetros — (315,10 m.) — oito graus e quatorze minutos nordeste — (8° 14' NE); quinhentos metros — (500 m.) — quarenta e sete graus e dezessete minutos nordeste — (47° 17' NE); seiscentos e quarenta metros — (640 m.) — sete graus e

quinze minutos nordeste — (7° 15' NE); cento e setenta e cinco metros — (175 m.) — onze graus e cinquenta e um minutos nordeste — (11° 51' NE); duzentos e oitenta e sete metros e sessenta centímetros — (287,60 m.) — vinte e três graus noroeste — (23° NW); quinhentos e dois metros — (502 m.) — setenta e oito graus e quinze minutos sudoeste — (78° 15' SW); duzentos e quatorze metros — (214 m.) — cinquenta graus e dezessete minutos sudoeste — (50° 17' SW); duzentos e setenta e sete metros — (277 m.) — quarenta e oito graus e sete minutos sudoeste — (48° 07' SW); trezentos e noventa e dois metros e trinta centímetros — (392,30 m.) — cinquenta e dois graus e quinze minutos sudoeste — (52° 15' SW); trezentos e setenta metros e dez centímetros — (370,10 m.) — trinta e seis graus e quarenta e um minutos sudoeste — (36° 41' SW).

Art. 2.º A presente autorização não está sujeita ao pagamento da taxa prevista no artigo 17 do Código de Minas, *ex-vz* do artigo 51 do Decreto-lei n.º 4.655, de 8 de setembro de 1942.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.533 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Transforma em Escola Agrícola a Escola de Iniciação Agrícola "Benjamim Constant", a que se refere o artigo 3.º do Decreto n.º 22.506, de 22 de janeiro de 1947.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1 da Constituição e, de acordo com o artigo 12, § 2.º do Decreto-lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946, decreta:

Art. 1.º — Fica transformada em Escola Agrícola a Escola de iniciação Agrícola "Benjamim Constant" a que se refere o artigo 3.º do Decreto n.º 22.506, de 22 de janeiro de 1947.

Art. 2.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.534 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1952

Assegura à agave ou sisal de produção nacional, da safra de 1952-53, a garantia dos preços mínimos prevista na Lei n. 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e de acordo com o disposto na Lei número 1.506 de 19 de dezembro de 1951 decreta:

Art. 1.º Fica assegurada à agave ou sisal de produção nacional, de safra de 1952-53, a garantia dos preços mínimos prevista na Lei n. 1.506 de 19 de dezembro de 1951, nas seguintes condições:

a) aquisição do produto de fibras secas, acondicionado em sacos de trezentos quilos de densidade por metro cúbico posto em armazéns que ofereçam condições de perfeita conservação e segurança, ao preço básico de Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros) por quilo, ao produtor para o tipo 3 das especificações baixadas pelo Decreto n.º 31.329, de 22 de agosto de 1952, FOB portos do país livre e desembaraçado de quaisquer ônus;

b) finalmente na base de obtenção por cento do preço mínimo estabelecido neste artigo.

Art. 2.º O preço ao produtor, no local de produção será determinado de acordo com o art. 4.º da Lei número 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 3.º O Ministério da Agricultura indicará a Comissão de Financiamento da Produção:

a) o total das despesas que acrescido do frete correspondente servirá para a determinação estipulada no art. 2.º deste Decreto;

b) os armazéns onde o produto poderá ser recebido nas condições indicadas no art. 1.º deste Decreto e os ágio e deságio dos diversos tipos

de agave, que deverão ser adotados nas operações decorrentes do mesmo Decreto.

Art. 4.º O Ministério da Agricultura, por intermédio de seus órgãos especializados nos Estados da região setentrional onde exercer diretamente a fiscalização das prensas e desfibradoras e a classificação do produto, e através dos acordos de serviços firmados com os demais Estados agaveiros, prestará a colaboração necessária para a boa execução deste Decreto nos termos do que dispõe o artigo 10 da Lei n. 1.506, de 19 de dezembro de 1951, visando, sobretudo, evitar misturas de fibras e tipos que no desfibramento, quer no enfardamento, bem como a fiel observância dos preços mínimos do produto a serem pagos aos lavradores.

Art. 5.º Os favores do presente Decreto serão também estendidos a compradores que provarem ter pago, aos produtores preço nunca inferior ao previsto no art. 2.º deste Decreto.

Art. 6.º Entende-se por safra de 1952-53 a que se tiver iniciado em 1.º de julho de 1952 e vai terminar a 30 de junho de 1953.

Art. 7.º O presente Decreto será posto em execução pela forma estabelecida no artigo 5.º e seu parágrafo único da Lei n. 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 8.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

João Cleofas

DECRETO N.º 31.535 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1952

Dá nova redação ao artigo 1.º do Decreto n. 25.442, de 3 de setembro de 1948.

Artigo 1.º O artigo 1.º do Decreto n. 25.442, de 3 de setembro de 1948 passa a ter a seguinte redação:

“Ficam excluídas do regime de licença prévia de que trata a Lei número 262, de 23 de fevereiro de 1948,

regulamentada pelo Decreto número 24.697-A, de 23 de março de 1948, as importações de livros, jornais, revistas e publicações similares, de natureza técnica, científica, didática ou literária redigidos em línguas estrangeiras, assim como as obras impressas em Portugal, em português, quando escritas por autores portugueses, e as publicações em português impressas em outros países, quando editadas por organismos internacionais de que o Brasil faça parte".

Artigo 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura

Horácio Lafer

DECRETO N. 31.536 — DE 3 DE
OUTUBRO DE 1952

Promulga os seguintes Atos celebrados entre o Brasil e o Chile, firmados no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947: Convênio de Cooperação Econômica; Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação, de 1.º de março de 1943; Acôrdio sobre Transportes Aéreos, e Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo o Congresso Nacional aprovado pelo Decreto Legislativo n. 20, de 25 de março de 1952, os seguintes Atos celebrados entre os Estados Unidos do Brasil e o Chile, firmados no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947, Convênio de Cooperação Econômica; Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação, de 1.º de março de 1943; Acôrdio sobre Transportes Aéreos, e o Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo; e, havendo sido trocados em Santiago, a 28 de agosto de 1952, os respectivos Instrumentos de ratificação:

Decreta que os referidos Atos Internacionais, apensos por cópia ao presente Decreto, sejam executados e

cumpridos tão inteiramente como nêles se contém.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura

DECRETO N.º 31.537 — DE 3 DE
OUTUBRO DE 1952

Cria funções na Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 5.º, item II, da Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Parte Permanente, da Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções:

- 1 — Artífice, referência 20.
- 1 — Auxiliar Administrativo, referência 24.
- 1 — Auxiliar de Biblioteca, referência 19.
- 1 — Escrevente-datilógrafo, referência 20.
- 2 — Servente, referência 20.
- 5 — Servente, referência 19.

Parágrafo único. As funções criadas por este artigo destinam-se ao aproveitamento do pessoal administrativo da Escola de Farmácia de Ouro Preto nos termos do artigo 5.º, item II, da Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Os efeitos do aproveitamento a que se refere o artigo anterior vigorarão a partir de 2 de dezembro de 1950.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.538 — DE 4 DE
OUTUBRO DE 1952

*Altera o Decreto n.º 31.452, de 13 de
setembro de 1952*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' fixada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, a sede do Comando da 6.ª Divisão de Infantaria.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

DECRETO N.º 31.539 — DE 4 DE
OUTUBRO DE 1952

*Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal
Federal de Recursos — o crédito es-
pecial de Cr\$ 1.744,00 para o fim
que especifica.*

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.629, de 24 de junho de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de mil setecentos e quarenta e quatro cruzeiros — (Cr\$ 1.744,00) — para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951, a saber:

Verba 1 — Pessoal

Consignação III — Vantagens

S/c. 15 — Gratificação adicional	Cr\$
02 — Tribunal Federal de Recursos	1.744,00

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Francisco Negrão de
Lima*

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.540 — DE 4 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara de utilidade pública a Associação "Museu de Arte", com sede na Capital do Estado de São Paulo.

O Presidente da República, atendendo ao que requereu a Associação "Museu de Arte", com sede na Capital do Estado de São Paulo a qual satisfaz as exigências do artigo 1.º da Lei número 91, de 28 de agosto de 1935, e, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2.º, da citada Lei, decreta:

Artigo único. E' declarada de utilidade pública, nos termos da mencionada Lei, a Associação "Museu de Arte", com sede na Capital do Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, em 4 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Francisco Negrão de
Lima*

DECRETO N.º 31.541 — DE 4 DE
OUTUBRO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, aprovada pelo Decreto n.º 24.131, de 27 de novembro de 1947, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Técnico de Educação da lotação permanente da Diretoria do Ensino Secundário, para igual lotação do Colégio Pedro II — Internato, com o respectivo ocupante, Teófilo Moisés.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.542 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1952

Aprova a Tabela Numérica de Extranumerários mensalistas da Estrada de Ferro Madeira-Mamore e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 4.º da Lei n.º 1.167, de 29 de julho de 1950, decreta:

Art. 1.º. Fica aprovada, na forma da relação anexa, a Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas da Estrada de Ferro Madeira-Mamore.

Parágrafo único. A "situação anterior", constante das Tabelas anexas, e a referente aos direitos assegurados aos servidores da referida Estrada pelo artigo 4.º da Lei n.º 1.167, de 29 de julho de 1950.

Art. 2.º. A fim de permitir que servidores da Estrada venham a desempenhar funções de maior responsabilidade ou especialização, como estímulo ao seu progresso profissional, funções de nível mais elevado da Tabela Numérica poderão ser preenchidas mediante acesso dos ocupantes de funções de nível imediatamente inferior.

§ 1.º. As funções a que se refere este artigo devem ter atribuições correlatas ou afins.

§ 2.º. Ficam estabelecidas as seguintes linhas de acesso para as séries funcionais abaixo, discriminadas.

I — Mestre Geral — Mestre — Artífice — Auxiliar de Artífice.

II — Agente de Estrada de Ferro — Auxiliar Ferroviário.

III — Condutor de Trem — Conduitor Auxiliar.

IV — Maquinista de Estrada de Ferro — Foguista.

V — Auxiliar Administrativo — Escrevente-datiilógrafo.

§ 2.º. O acesso à referência inicial da série funcional de nível mais

elevado far-se-á pelo ocupante da referência final da série funcional imediatamente inferior.

§ 4.º. O acesso far-se-á pelo critério do merecimento, ou mediante prestação de prova ou conclusão de curso específico, observada, nos dois últimos casos, a ordem de classificação, observada, nos dois últimos casos, a ordem de classificação obtida pelos candidatos.

§ 5.º. A juízo do Diretor da Estrada e se a eficiência dos serviços o exigir, os lugares normalmente reservados para o acesso de que trata este artigo, poderão ser preenchidos, até a metade das vagas, mediante prova pública.

§ 6.º. O preenchimento das funções vagas da referência inicial da série de Auxiliar Administrativo será feito de acordo com o seguinte critério:

I — A metade das vagas será preenchida na forma do § 4.º.

II — A outra metade, mediante prova de habilitação, na forma da legislação em vigor.

Art. 3.º. O enquadramento do pessoal na nova Tabela será feito mediante portaria do Diretor da Estrada de Ferro Madeira-Mamore, com base no artigo 4.º da Lei n.º 1.167, de 29 de julho de 1950, observadas as normas legais vigentes.

Art. 4.º. O preenchimento das funções, a supressão de funções excessantes e a dispensa do pessoal da Tabela a que se refere este decreto serão da competência do Diretor da Estrada.

Art. 5.º. Não se aplica à Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista da Estrada de Ferro Madeira-Mamore o disposto no Decreto número 29.321, de 2 de março de 1951.

Art. 6.º. A despesa com a execução do presente decreto será atendida pela dotação própria.

Art. 7.º. O presente decreto vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 8.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

D N E.F. — Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

TABELA NUMÉRICA DE EXTRANUMERÁRIO MENSALISTA

26

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Referência	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
	<i>Agente de Estrada de Ferro</i>				<i>Agente de Estrada de Ferro</i>			
2	26	—	2	26	—	—
2	25	—	3	25	—	1
2	24	—	3	24	—	1
3	23	—	5	23	—	2
<u>9</u>				<u>13</u>			<u>—</u>	<u>4</u>
	<i>Almoxarife</i>				<i>Almoxarife</i>			
1	28	—	—	28	1	—
—	—	—	1	27	—	1
<u>1</u>				<u>1</u>			<u>1</u>	<u>1</u>

OBS.: — A função referência 27 só será preenchida quando for extinta a função excedente.

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Referência	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
1	Operador	22	—	13	<i>Artifice</i>	22	—	12
26	Artifice	1.720,00	—	20	21	7	—
1	Foguista	21	—	45	20	5	—
7	Foguista	20	—	78			12	12
43	Artifice	1.580,00	—					
78								
1	<i>Enfermeiro</i>	1.375,00	—	1	<i>Atendente</i>	19	—	—
1				1			—	—

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Referência	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref	Exc.	Vagos
	<i>Auxiliar Administrativo</i>				<i>Auxiliar Administrativo</i>			
1	Oficial Administrativo	28	—	2	28	—	1
1	Oficial Administrativo	27	—	3	27	—	1
1	Contador - Auxiliar	27	—	3	26	—	1
1	Oficial Administrativo	26	—	4	25	—	—
1	Contador - Auxiliar	26	—	5	24	—	3
1	Desenhista	25	—	17			—	6
3	Oficial Administrativo	25	—					
2	Oficial Administrativo	24	—					
11								
	<i>Auxiliar de Artífice</i>				<i>Auxiliar de Artífice</i>			
4	18	—	4	19	—	4
6	17	—	6	18	—	2
15	16	—	15	17	—	9
25				—	16	15	—
				25			15	15

<i>Conferente</i>				<i>Auxiliar-Ferroviário</i>			
3	22	—	4	22	—
4	21	—	5	21	—
5	20	—	6	20	—
12				15			3
<i>Chefe de Divisão</i>				<i>Chefe de Divisão</i>			
4	31	—	4	31	—
4				4			—
<i>Condutor de trem</i>				<i>Condutor de trem</i>			
1	25	—	2	25	—
1	24	—	2	24	—
2	23	—	3	23	—
3	22	—	5	22	—
7				12			5
<i>Bagageiro</i>				<i>Condutor-Auxiliar</i>			
4	22	—	—	22	4
—	—	—	2	21	—
—	—	—	4	20	—
4				6			4
<i>Contador</i>				<i>Contabilista</i>			
2	30	—	—	30	2
—	—	—	1	27	—
2				1			2

OBS.: — A função referência 27 só será preenchida quando fôr extinta a função excedente.

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Referência	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
<i>Engenheiro</i>				<i>Engenheiro</i>				
—	—	—	2	30	—	2
2	29	—	—	—	—	—
2				2			—	2
				<i>Escrevente Datilógrafo</i>				
3	Escriturário	23	—	4	23	—	1
5	Escriturário	22	—	5	22	—	—
5	Escriturário	21	—	9	21	—	—
4	Datilógrafo	21	—					
4	Datilógrafo	20	—	16	20	—	9
3	Armazenista	20	—					
11	Auxiliar de Estação	1.440,00	—	—	19	11	—
35				34			11	10
<i>Feitor</i>				<i>Feitor</i>				
5	22	—	5	22	—	—
10	21	—	10	21	—	—
15	20	—	14	20	1	—
30				29			1	—

				<i>Fiscal Geral</i>			
—	Inspetor de Tráfego	—	—	1	28	—	1
1	Encarregado do Serviço do Porto	27	—	1	27	—	—
1		26	—	1	26	—	—
2				3		—	1
				<i>Foguista</i>			
—	—	—	3	20	—	3
3	19	—	5	19	—	2
5	18	—	10	18	—	5
10	17	—	—	17	10	—
18				18		10	10
				<i>Guarda</i>			
1	22	—	4	22	—	3
2	21	—	6	21	—	4
20	20	—	10	20	10	—
23				20		10	7
				<i>Guarda-fios</i>			
—	—	—	2	22	—	2
2	21	—	2	21	—	—
2	20	—	3	20	—	1
5	19	—	—	19	5	—
9				7		5	3
				<i>Guarda-freios</i>			
—	—	—	2	22	—	2
2	21	—	3	21	—	1
4	20	—	3	20	1	—
4	19	—	4	19	—	—
10				12		1	3

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Numero de funções	Séries funcionais	Referência	Tabela	Numero de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
					<i>Maquinista de Estrada de Ferro</i>			
1	Maquinista	24	—	2	24	—	1
2	Maquinista	23	—	3	23	—	1
3	Maquinista	22	—	5	22	—	1
1	Operador	22	—	13	21	—	3
3	Maquinista	1.720,00	—	—	20	6	—
7	Foguista	21	—	23		6	6
5	Foguista	20	—					
1	Foguista	1.580,00	—					
23								
—	—	—	1	<i>Médico</i>	30	—	1
—				1		—	1
—	—	—	2	<i>Mestre Geral</i>	28	—	2
—				2		—	2

—	—	—	2	Mestre	27	—	2
4	Auxiliar Técnico	26	—	3	26	2	—
1	Mestre especializado	26	—	4	25	—	2
1	Mestre especializado	25	—	6	24	—	3
1	Maquinista	25	—	11	23	—	5
3	Mestre	24	—	—	22	12	—
5	Mestre	23	—	26	14	—	12
1	Eletricista	23	—	1	Mestre de linha	26	—	1
5	Mestre	22	—	1	25	—	—
7	Mestre	1.900,00	—	1	24	—	—
28				—	23	1	—
				3			1	1
—	Mestre de linha	—	—	3	Motorista	23	—	3
1	25	—	6	22	—	1
1	24	—	7	21	—	2
1	23	—	—	20	5	—
3				16	5	5	6
—	Motorista	—	—	1	22	—	1
3	22	—	1	—	—	—
2	1.900,00	—					
3	21	—					
2	1.720,00	—					
3	20	—					
2	1.580,00	—					
15	—	—					
—	—	—					
—	—	—					

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA				
Número de funções	Séries funcionais	Referência	Tabela	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos
				1	Porteiro	22	—	1
				1			—	1
5	Servente	19	—	5	Servente	20	—	5
11		1.440,00	—	9		19	7	—
16				14			7	5
—		—	—	3	Telefonista	22	—	3
2	Telefonista	21	—	5		21	2	—
5	Telegrafista	1.720,00	—	7		20	—	4
3	Telefonista	20	—	—		19	6	—
3	Telefonista	19	—	15			8	7
3	Telefonista	1.440,00	—					
16								
1	Tesoureiro	29	—	—	Tesoureiro	29	1	—
—		—	—	1		28	—	1
1				1			1	1

OBS.: — A função referência 28 só poderá ser preenchida quando for extinta a função excedente.

					<i>Tesoureiro</i> <i>... Auxiliar</i>			
1	Ajudante de Te- soureiro	26	—	2	26	—	1
—				2			—	1
1								

OBS.: — A função vaga de Tesoureiro Auxiliar só poderá ser por transferência da S. F. de Auxiliar Administrativo.

					<i>Topógrafo</i>			
2	Auxiliar-Técnico ..	29	—	—	29	2	—
—	—	—	2	27	—	2
2				2			2	2

Observações: — As funções de referência 27 só poderão ser preenchidas quando forem extintas as funções excedentes.

	<i>Trabalhador</i>				<i>Trabalhador</i>			
18	1.250,00	—	23	18	—	5
5	1.100,00	—	—	16	5	—
23				23			5	5

DECRETO N. 31.543, DE 6 DE OUTUBRO DE 1952

Aprova projetos e orçamentos para obras na esplanada de Cafelândia, da variante Mirante-Guaicara, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 8.º do Decreto-lei n. 4.176 de 13 de março de 1942, decreta:

Artigo 1.º Ficam aprovados os projetos e orçamentos, na importância total de Cr\$ 8.350.878,40 (oito milhões trezentos e cinquenta mil oitocentos e setenta e oito cruzeiros e quarenta centavos), que com este baixam, devidamente rubricados, para obras a serem executados na esplanada de Cafelândia, da variante Mirante-Guaicara, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil devendo a despesa respectiva, até o limite do orçamento, correr à conta dos recursos que lhes forem destinados, no exercício de 1953, pelo Plano Salte.

Artigo 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.544 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, terreno necessário à construção da Variante Malheiros, da Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pela Estrada de Ferro Central do Brasil, terreno pertencente aos senho-

res Nilson Campos de Paiva, Plauto Silva Araújo, Agenor Ribeiro de Paiva e suas respectivas esposas, com a área aproximada de 9.334 m² (nove mil trezentos e trinta e quatro metros quadrados), situado ao longo do eixo da variante de Malheiros, entre o Horto Florestal e a estação de General Carneiro, da Linha do Centro, daquela estrada, representado na planta que com este baixa, devidamente rubricada e necessário à construção da referida variante.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.545 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Latão", no município de Santanópolis, Estado do Ceará.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a área de terreno com 17.356.000 m² (dezessete milhões, trezentos e cinquenta e seis mil metros quadrados), necessária à construção do açude público "Latão", no município de Santanópolis, Estado do Ceará, representada na planta que com este baixa, devidamente autenticada.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.546 — DE 6 DE
OUTUBRO DE 1952

Dispõe sobre o conceito de empregado aprendiz

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e considerando que, em face da legislação em vigor, pode o contrato de trabalho assumir a forma de contrato de aprendizagem, desde que o empregado, menor de 18 e maior de 14 anos, esteja "sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho" (Parágrafo único do art. 80 da Consolidação das Leis do Trabalho);

Considerando que, por força da legislação vigente, algumas obrigações decorrentes do contrato de aprendizagem são diversas das que advêm do contrato de trabalho comum, impondo-se, portanto, a conveniência de ser regulamentado o conceito de empregado aprendiz, decreta:

Art. 1.º Considera-se de aprendizagem o contrato individual de trabalho realizado entre um empregador e um trabalhador maior de 14 e menor de 18 anos, pelo qual, além das características mencionadas no artigo 3.º da Consolidação das Leis do Trabalho, aquele se obriga a submeter o empregado à formação profissional metódica do ofício ou ocupação para cujo exercício foi admitido e o menor assume o compromisso de seguir o respectivo regime de aprendizagem.

Art. 2.º Entende-se como sujeito à formação profissional metódica de ofício ou ocupação, o trabalhador menor matriculado em curso do SENAI ou SENAC ou em curso por eles reconhecido nos termos da legislação que lhes for pertinente.

§ 1.º Entende-se, igualmente, como sujeito aquela formação, o trabalhador menor, submetido, no próprio emprego, à aprendizagem metódica:

a) de ofício ou ocupação para as quais não existam cursos em funcionamento no SENAI ou SENAC;

b) de ofício ou ocupação para cujo preparo existam cursos do SENAI ou SENAC quando não possam estes aceitar a inscrição do menor, por falta de vaga, ou não mantiverem cursos na respectiva localidade.

§ 2.º Na hipótese de falta de vaga, a que se refere a alínea b do parágrafo anterior, será fornecido aos interessados, pelo SENAI ou SENAC,

documento comprobatório dessa circunstância.

§ 3.º Considera-se, ainda aprendiz, no concernente às atividades do grupo de comércio, o trabalhador menor matriculado, por conta do empregador, em curso de formação comercial a que se refere o Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, desde que lhe seja assegurada redução da jornada do trabalho, nos termos do estabelecido nos artigos 1.º, § 2.º e 6.º do Decreto-lei n.º 8.622, de 10 de janeiro de 1946, sem prejuízo do salário correspondente à duração normal do trabalho.

Art. 3.º Cabe ao SENAI e ao SENAC, respectivamente, estabelecer os ofícios e ocupações objetos de aprendizagem metódica nos seus cursos, bem como as condições de seu funcionamento e duração, nos limites da legislação vigente.

Parágrafo único. O SENAI e o SENAC encaminharão, no prazo de sessenta dias, contados da publicação deste Decreto, a relação completa de tais ofícios ou ocupações ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que, para os efeitos do presente Decreto, a publicará no *Diário Oficial* da União, assim se procedendo para qualquer alteração na relação referida, a qual deverá ser enviada ao mencionado Ministério dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da modificação.

Art. 4.º Dentro de sessenta dias, a partir da publicação deste Decreto, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio aprovará, após pronunciamento do SENAI e do SENAC:

a) os limites máximos de tempo, necessários à aprendizagem metódica no próprio emprego, de que cogita o § 1.º do art. 2.º.

b) a relação dos ofícios e ocupações para os quais não se torna necessária a aprendizagem metódica.

§ 1.º O tempo máximo de aprendizagem a que alude a alínea a deste artigo não será, em caso algum, superior a três anos;

§ 2.º O SENAI e o SENAC enviarão ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, até 30 de outubro de cada ano, os estudos procedidos sobre a matéria tratada neste artigo. As alterações decorrentes desses estudos, aprovadas pela pré-citada autoridade, só vigorarão a partir de 1.º de janeiro do ano subsequente.

§ 3.º É facultado aos Sindicatos de empregadores e aos de trabalha-

dores requerer ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio a alteração ou revisão dos limites e relações a que aludem as alíneas a e b desse artigo, sendo que a decisão a respeito proferida, após audiência do SENAI ou SENAC, terá aplicação imediata.

Art. 5.º Nenhum contrato de aprendizagem terá validade se o tempo estabelecido para duração do aprendizado ultrapassar o limite determinado na forma dos artigos 3.º e 4.º, bem como se tal condição não for previamente anotada na Carteira do Menor.

Art. 6.º É lícito ao menor submetido à aprendizagem metódica no próprio emprego, nos termos do § 1.º do artigo 2.º, requerer, em qualquer tempo, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por si ou seus responsáveis, exame de habilitação, para o respectivo ofício ou ocupação.

§ 1.º O requerimento será dirigido ao Diretor da Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal e aos Delegados Regionais do Trabalho, nos Estados, cabendo a essas autoridades, encaminhar o menor à escola mais próxima do SENAI ou do SENAC, onde será submetido ao correspondente exame.

§ 2.º Se o menor for considerado habilitado a exercer o respectivo ofício ou ocupação, ser-lhe-á fornecido, pelo Serviço a que foi encaminhado, certificado ou carta de ofício, cessando imediatamente a aprendizagem a que estava ele submetido no próprio emprego.

Art. 7.º Mediante ajuste com as empresas que lhes estão vinculadas, o SENAI e o SENAC poderão organizar cursos intensivos de aprendizagem, com duração diária correspondente à jornada normal de trabalho, percebendo o menor aprendiz, independentemente de bolsa de estudo que lhe tenha sido concedida pelo órgão mantenedor do respectivo curso, o salário a que tem direito, por conta do empregador.

Art. 8.º O presente Decreto entrará em vigor noventa dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1952, 131.ª da Independência e 64.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.547 — DE 6 DE
OUTUBRO DE 1952

Institui para os segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a aposentadoria por velhice e o auxílio-maternidade, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários passará a conceder a seus segurados obrigatórios, independentemente de qualquer contribuição suplementar, aposentadoria por velhice e auxílio-maternidade.

Art. 2.º Terão direito à aposentadoria por velhice os segurados que houverem prestado 60 (sessenta) contribuições mensais e já tiverem completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

§ 1.º A aposentadoria por velhice consistirá numa importância mensal correspondente a 66 % do salário médio mensal do associado, verificado dentro dos doze meses anteriores ao da última contribuição prestada ou ao mês do recebimento do pedido, se este for anterior.

§ 2.º Quando necessário à efetiva apuração do salário médio ou à mais pronta concessão do benefício, o período base de verificação poderá ser recuado de até 6 meses.

§ 3.º A aposentadoria por velhice, processada a pedido do associado, será devida a partir da data da entrada do requerimento ou da do afastamento do trabalho, se este for posterior.

§ 4.º A importância mensal da aposentadoria por velhice de segurado que a requerer estando na percepção de auxílio-pecuniário ou aposentadoria por invalidez será igual à que lhe cabia por um destes benefícios.

Art. 3.º O auxílio-maternidade consistirá numa importância igual ao salário mínimo do local de trabalho do segurado, a qual será paga de uma só vez à segurada gestante, ou ao segurado, pelo parto de sua esposa, que contarem pelo menos 12 contribuições mensais por ocasião do parto.

§ 1.º No caso de cônjuges segurados do Instituto, haverá somente a concessão de um auxílio.

§ 2.º Sempre que o Instituto dispuser de serviço de assistência mé-

dica a gestante, a importância do auxílio será reduzida à metade.

Art. 4.º Ficam revogados o art. 76 e seus parágrafos do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1.918, de 27 de agosto de 1937.

Art. 5.º O presente Decreto entrará em vigor 60 dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.543 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1952

Cria a Carteira de Acidentes do Trabalho do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dá outras providências.

O Presidente da República, tendo em vista o disposto no art. 112 do Decreto-lei número 7.036, de 10 de novembro de 1944, e usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada, entre os Órgãos Centrais do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, a Carteira de Acidentes do Trabalho (CAT), destinada a operar em seguros de acidentes do trabalho, de acôrdo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. A organização e as atribuições da Carteira de Acidentes do Trabalho serão fixados em ato do Presidente do Instituto.

Art. 2.º Ficam criados, nos quadros e tabelas que acompanham o Decreto n.º 27.644, de 29 de dezembro de 1949, os cargos e funções constantes da relação anexa.

Art. 3.º Fica revogado o parágrafo único do art. 4.º do Decreto número 27.644, de 29 de dezembro de 1949.

Art. 4.º As alterações numericas dos quadros e tabelas do pessoal do Instituto, conseqüentes das necessidades do serviço, serão feitas por ato do Presidente do Instituto, na forma do art. 103 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1.918, de 27 de agosto de 1937, observada a respectiva dotação orçamentária, suscetível, se necessário, de refôrço previamente concedido.

Art. 5.º Nas localidades onde não seja conveniente a instalação de órgão próprio do Instituto, poderá a CAT, quando necessário, credenciar representantes, mediante condições fixadas em ato do Presidente do Instituto.

Art. 6.º A CAT promoverá, em tempo oportuno, os estudos e providências necessários à sua reorganização e ao estabelecimento das normas que a deverão reger a partir de 1 de janeiro de 1954.

Art. 7.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

RELAÇÃO ANEXA AO DECRETO N.º 31.543

I — Cargos Isolados de Provimento em Comissão.

Número de Cargos	C A R G O	Padrão
1	Diretor de Carteira	CC-2
1	Assistente de Carteira	CC-4
1	Assistente Médico	CC-4
1	Assistente Técnico	CC-5
5	Chefe de Serviço na Administração Central e em Delegacia de categorias "A" e "B"	OC
4	Chefe de Serviço em Delegacia de categoria "C"	NC
3	Chefe de Serviço em Delegacia de categoria "D"	MC
16		

II — Cargos de Carreira

Número de Cargos	C A R R E I R A	Classe
1	Estatístico	J
1	Estatístico	I
1	Estatístico	H
3		
1	Estenógrafo	H
5	Contador	H
10	Fiscal	M
10	Fiscal	L
10	Fiscal	K
10	Fiscal	J
10	Fiscal	I
17	Fiscal	H
73		
5	Oficial Administrativo	M
5	Oficial Administrativo	L
5	Oficial Administrativo	K
5	Oficial Administrativo	J
15	Oficial Administrativo	I
15	Oficial Administrativo	H
50		

II — Cargos de Carreira

Número de Cargos	C A R R E I R A	Classe
327	Escrivão	E
155	Escrivão-Datilógrafo	E
608		

III — Funções Gratificadas

Número de Cargos	FUNÇÕES	Símbolo
6	Assistente de Serviço	FG-4
5	Chefe de Serviço em Delegacia de categoria "E"	FG-5
21	Chefe de Seção na Administração Central e em Delegacia de categorias "A" e "B"	FG-5
16	Encarregado de Serviço em Agência	FG-8
7	Chefe de Serviço em Delegacia de categorias "F" e "G"	FG-9
6	Chefe de Seção em Delegacia de categoria "D"	FG-9
8	Chefe de Subseção	FG-9
1	Secretário de Diretor de Carteira	FG-9
11	Caixa	FG-9
50	Encarregado	FG-11
5	Auxiliar de Gabinete	FG-11
1	Encarregado de Máquina de Contabilidade	FG-11
137		

Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas

Número	SÉRIE FUNCIONAL	Referência
6	Contínuo	20
30	Mensageiro	15
2	Motorista	21
33		

DECRETO N.º 31.549 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1952

Determina aproveitamento de servidores de Caixas de Aposentadoria e Pensões em outros órgãos da Previdência Social.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição decreta:

Art. 1.º Os servidores das Caixas de Aposentadorias e Pensões de Ser-

viços Públicos dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, e Ferroviários da Great Western, que excederem o quadro da nova entidade em que se transformam — Caixa de Aposentadoria e Pensões do Nordeste Brasileiro — serão aproveitados nos quadros das demais instituições de Previdência Social.

§ 1.º O aproveitamento será realizado em relação aos vencimentos e, quanto possível, ao cargo e região em que servem.

§ 2.º Os presidentes das Caixas fusionadas poderão ser aproveitados até que terminem os prazos dos mandatos que se extinguem por força da fusão, como dirigentes, em comissão, das Delegacias e Agências da nova instituição.

Art. 2.º O Conselho Deliberativo da Caixa de Aposentadoria e Pensões do Nordeste terá a sua constituição fixada em seis membros, três representantes de empregadores e três representantes de segurados.

§ 1.º O aproveitamento será feito dentre os atuais membros dos Conselhos Deliberativos das Caixas fundidas, adotado, para classificação, o critério de representação por estado, com preferência para aquele, do seu grupo, que contar maior número de contribuições na sua instituição.

§ 2.º Será adotado o mesmo critério para a suplência, incluindo-se no grupo de suplentes os atuais membros dos Conselhos Deliberativos das Caixas constantes do plano, que não foram aproveitados na nova entidade.

Art. 3.º Atendida a legislação que regula a aplicação de reservas da Previdência Social e a proporcionalidade da quota de despesas administrativas, os saldos econômico-financeiros apurados nos estados serão aplicados no próprio estado que originar a receita.

Art. 4.º O Departamento Nacional da Previdência Social baixará instruções para execução deste Decreto.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.550 — DE 6 DE
OUTUBRO DE 1952.

Altera o Regimento do D. A. S. P.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os artigos 22 a 26 do Regimento aprovado pelo Decreto número 20.489, de 24 de janeiro de 1946, ficam substituídos pelos seguintes:

“Art. 22 — A D. P., que compreende as Seções de Cadastro

(DP-1), Orientação (DP-2), Regime Disciplinar (DP-3), Estudos do Plano de Classificação (DP-4), Estudos do Plano de Remuneração (DP-5), Execução dos Planos de Classificação e Remuneração (DP-6) e Estudos Gerais (DP-7), compete:

I — estudar, propor e administrar os planos de classificação das funções e cargos públicos;

II — estudar, propor e administrar os planos de remuneração das funções e cargos públicos;

III — estudar e rever, continuamente, os quadros e tabelas numéricas do pessoal, em colaboração com a D. D.;

IV — estudar sistemas de promoção e normas para melhoria de salário;

V — estudar os problemas de psicologia do trabalho e de assistência aos servidores públicos;

VI — colaborar, quando solicitada, com os Estados, Municípios e entidades autárquicas no estudo de questões de pessoal, relativas ao seu campo de ação;

VII — colaborar na elaboração orçamentária, na parte relativa a pessoal;

VIII — elaborar e propor a expedição de normas que facilitem a uniforme aplicação da legislação ou solucionem questões de caráter geral relativas ao seu campo de ação;

IX — apreciar, quando solicitada, questões relativas aos servidores públicos;

X — zelar pela observância da legislação de pessoal e dos modelos oficialmente adotados para os atos relativos aos servidores públicos;

XI — propor à D. S. A. a abertura de concursos e provas de habilitação; e

XII — estudar os assuntos de administração de pessoal que não se compreendam nas atribuições específicas de outros setores do Departamento.

Art. 23. Compete às Seções:

I — A Seção de Cadastro (DP-1):

a) manter registros numéricos atualizados referentes aos cargos e funções com as especificações que se tornarem necessárias;

b) prestar todas as informações e fornecer os elementos que se tornarem necessários à elaboração orçamentária;

c) coligir e interpretar dados estatísticos que interessem ao desempenho de suas funções;

d) promover a observância dos modelos oficialmente adotados para os atos relativos aos servidores públicos;

e) organizar e manter atualizados, além de outros, registros relativos a:

1) cargos, e funções gratificadas;

2) funções de extranumerários, contratados e mensaisistas;

3) vagas existentes nas carreiras e séries funcionais; e

4) lotação dos órgãos de serviço.

f) organizar e manter atualizadas as contas correntes dos quadros e tabelas dos diferentes ministérios;

g) propor a nomeação de candidatos aprovados em concursos;

h) propor a admissão de candidatos habilitados em provas para extranumerários mensaisistas;

i) organizar e manter atualizados registros de candidatos habilitados em concursos e provas;

j) propor a abertura de concursos e provas de habilitação.

II — A Seção de Orientação (DP-2):

a) elaborar e propor a expedição de normas que facilitem a uniforme aplicação da legislação ou solucionem questões de caráter geral, relativas ao provimento e vacância de cargos e funções e aos direitos e vantagens dos servidores públicos;

b) apreciar os casos, compreendidos no seu campo de ação, que forem submetidos ao exame da Divisão.

III — A Seção de Regime Disciplinar (DP-3):

a) elaborar e propor a expedição de normas que facilitem a uniforme aplicação da legislação ou solucionem questões de caráter geral relativas ao regime disciplinar dos servidores públicos;

b) apreciar os casos, compreendidos no seu campo de ação, que forem submetidos ao exame da Divisão.

IV — A Seção de Estudos do Plano de Classificação (DP-4):

a) estudar o plano de classificação dos cargos e funções;

b) coligir e manter atualizada documentação sobre sistemas de

classificação de cargos e funções no estrangeiro e no país.

V — A Seção de Estudos do Plano de Remuneração (DP-5):

a) estudar o plano de remuneração dos cargos e funções;

b) estudar o mercado de trabalho e os fatores que nêle influam;

c) coligir e manter atualizada documentação sobre sistemas de remuneração de cargos e funções no estrangeiro e no país.

VI — A Seção de Execução dos Planos de Classificação e Remuneração (DP-6):

a) executar o plano de classificação de cargos e funções em vigor;

b) executar o plano de remuneração de cargos e funções em vigor;

c) rever continuamente os quadros e tabelas de pessoal;

d) estudar a lotação e re lotação de órgãos do serviço público.

VII — A Seção de Estudos Gerais (DP-7):

a) estudar as questões de administração de pessoal que não se compreendem nas atribuições das demais Seções da Divisão;

b) coligir e manter atualizada documentação sobre questões de administração de pessoal, excetuadas as relativas ao plano de classificação de cargos e de remuneração de cargos e funções.

Art. 24. O Diretor da Divisão de Pessoal (DP) terá três Assessores Técnicos, a êle diretamente subordinados.

Art. 25. A Divisão de Pessoal manterá permanente articulação com as Divisões de Pessoal dos Ministérios e órgãos autárquicos, promovendo as reuniões que se fizerem necessárias para articulação de medidas de interesse geral ou informação e esclarecimento de questões ou problemas de administração de pessoal.

Art. 26. As Seções organizarão os fichários de documentação necessários à execução dos trabalhos que lhes competem.

Parágrafo único. Haverá fichário comum de legislação e jurisprudência para as Seções de Orientação (DP-2) e de Regime Disciplinar (DP-3).

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 31.551 — DE 6 DE
OUTUBRO DE 1952

Estende à Comarca de Nova Lima a competência das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal e de acordo com o artigo 650 da Consolidação das Leis do Trabalho,

Resolve estender à Comarca de Nova Lima a competência das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.552 — DE 6 DE
OUTUBRO DE 1952

Altera o Regimento do Instituto do Açúcar e do Alcool, aprovado pelo Decreto n.º 29.118, de 10 de janeiro de 1951, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ao artigo 10 do Regimento do Instituto do Açúcar e do Alcool (I. A. A.), aprovado pelo Decreto n.º 29.118, de 10 de janeiro de 1951, fica acrescentada a seguinte alínea:

“XV — criar, mediante proposta do Presidente, Delegacias e demais órgãos regionais nos Estados ou grupos de Estados com

quota de produção superior a 200.000 sacos”.

Art. 2.º As modificações que, em virtude da aplicação do que faculta o artigo anterior, se tornarem necessárias nos quadros de pessoal do I. A. A. constarão de decreto, em conformidade com o artigo 33 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.553 — DE 6 DE
OUTUBRO DE 1952

Acrescenta dispositivos ao Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' restabelecido o uso da banda de seda, com as cores nacionais, sob o cinto dourado do 1.º e 2.º uniformes dos oficiais-generais.

Parágrafo único — A banda será usada com o laço do lado esquerdo.

Art. 2.º E' restabelecido o uso do colarinho de ponta virada e da gravata preta de laço horizontal, com o 3.º e 4.º uniformes, em atos oficiais ou sociais internos, quando for marcado para os civis o “smoking”, “dinner” ou “summer-jacket”.

Art. 3.º E' extensivo aos oficiais do Exército postos à disposição de autoridades civis nacionais, em caráter de assistentes ou ajudantes de ordens, o uso de alamares, nas condições estabelecidas no n.º 3, letra “a”, do artigo 10, do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército (1.ª Parte).

Parágrafo único — E' extensivo aos oficiais da Reserva de 1.ª Classe ou reformados o uso de alamares nas condições e nos casos especificados no Regulamento de Uniformes do Pes-

soal do Exército para os oficiais da ativa ou convocados.

Art. 4.º Fica estabelecida a etiqueta de identificação a ser usada por oficiais e sargentos com o uniforme de serviço ou de instrução, no interior dos quartéis das respectivas unidades ou estabelecimentos e quando participantes de manobras e exercícios de campo.

§ 1.º O modelo e detalhes de confecção e uso da etiqueta de identificação serão estabelecidos na 2.ª Parte do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército.

§ 2.º É proibido o uso de etiqueta de identificação em solenidades militares, cívicas e atos sociais, mesmo que sejam de caráter interno.

Art. 5.º É permitido o uso, em caráter facultativo, de passadeiras de metal em cores esmaltadas.

Art. 6.º Os oficiais professores, membros efetivos do magistério militar, usarão o uniforme previsto para os oficiais da ativa do respectivo quadro de origem com o distintivo do magistério nas condições de confecção e uso estabelecidas no atual Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército para os distintivos constantes da letra "c" do artigo 21 do citado Regulamento.

Parágrafo único — O distintivo de magistério militar, a ser criado por ato do Ministro da Guerra, substituirá outro qualquer distintivo usado nas mesmas condições para ele estabelecidas neste Decreto.

Art. 7.º No atual Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército, quando se tratar do 4.º uniforme, fica substituída, onde houver, a expressão "sua combinação" ou "combinação do 4.º uniforme" por "4.º uniforme-tolerância".

Art. 8.º É extensivo aos oficiais possuidores do curso de motomecânica

o uso do respectivo distintivo, constante do n.º 5, letra "c" do artigo 22 do atual Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército (1.ª Parte).

Art. 9.º Devem ser substituídos por dourados os botões e a fivela do cinto do uniforme de gabardine verde-oliva, constante do Decreto n.º 21.590, de 7 de agosto de 1946, enquanto for o mesmo usado em caráter facultativo, de acordo com a letra "b" do artigo 118, do atual Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército. (1.ª Parte).

Art. 10. Suprima-se o cinto verde-oliva constante da especificação feita para o 2.º uniforme da Escola de Sargentos das Armas, no artigo 58 do atual Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército.

Art. 11. O n.º 2, letra "b" do artigo 60 do atual Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército passa a ter a seguinte redação:

"2) 2.º período e Curso de Aperfeiçoamento — uma estrela prateada no terço superior de ambas as mangas".

Art. 12.º Fica aprovado o quadro sinótico que acompanha o presente Decreto, em substituição ao quadro sinótico I publicado com o Regulamento de Uniformes baixado com o Decreto n.º 30.163, de 13 de novembro de 1951.

Art. 13. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

QUADRO SINÓTICO — I
OFICIAIS E ASPIRANTES A OFICIAL

46

Peças	Uniformes			
	1.º	2.º	3.º	4.º
Cobertura	Boné azul	Boné azul	Boné cinza	Boné cinza
Túnica	Azul	Brim lona	Cinza	Branca
Platinas	Azuis (1)	Azuis	—	—
Condecorações	Medalhas e condecora- ções (2)	Medalhas e condecora- ções (2)	Medalhas e condecora- ções ou passadeiras. (2)	Medalhas e condecora- ções ou passadeiras. (2)
Blusa	—	—	—	—
Sunga	—	—	—	—
Camisa	Branca	Branca	Branca	Branca
Colarinho	Simplex	Simplex	Duplo	Duplo
Gravata	—	—	Preta	Preta
Cinto	Azul (3)	Azul	—	—
Luvas	Branca	Branca	—	—
Calça	Preta	Preta	Cinza	Cinza
Calção	—	—	—	—
Meias	Pretas	Pretas	Pretas	Pretas
Calçados	Sapatos pretos	Sapatos pretos	Sapatos pretos	Sapatos pretos
Esporas	—	—	—	—
Agasalho	Pelerine	Pelerine	Pelerine ou capa de matéria plástica	Pelerine ou capa de matéria plástica
Alamares	Dourados	Dourados	Dourados	Dourados
Espada	(4)	(4)	(4)	(4)
Fiador	Dourado	Dourado	Verde-cinza ou dou- rado (5)	Verde-cinza ou dou- rado (5)
Guia	Azul (6)	Azul (6)	Cinza	Cinza

ANOS DO PODER EXECUTIVO

Peças	Uniformes			
	Tolerância 4.º	5.º	6.º	7.º
Cobertura	Boné branco	Boné V.O.	Boné V.O.	Capacete aço-fibra
Túnica	Branca	Gabardine V.O.	Brim V.O.	—
Platinas	—	—	—	—
Condecorações	Medalhas e condecorações ou passadeiras (2)	Medalhas e condecorações ou passadeiras (2)	Medalhas e condecorações ou passadeiras (2)	—
Blusa	—	—	—	Instrução
Sunga	—	—	—	—
Camisa	Branca	Bége	—	—
Colarinho	Duplo	Duplo	V.O. simples	—
Gravata	Preta	Bege	—	—
Cinto	—	Lona V.O.	Verde-oliva	Lona V.O.
Luvas	—	—	—	—
Calça	Branca	Gabardine V.O.	Gabardine V.O.	Instrução
Calção	—	—	—	—
Meias	Branças	Pretas	Pretas	—
Calçados	Sapatos brancos	Sapatos pretos	Sapatos pretos	Coturnos
Esporas	—	—	—	—
Agasalho	—	Capote, japona ou capa de matéria plástica Verde-cinza	Capote, japona ou capa de matéria plástica Verde-cinza	Capote, capa Ideal ou japona
Alamares	—	—	—	—
Espada	(4)	(4)	(4)	(4)
Fidior	Verde-cinza	Verde-cinza	Verde-cinza	—
Guia	Cinza	Verde-oliva	Verde-oliva	—

Peças	Uniformes			
	8.º	9.º	10.º	11.º
Cobertura	Capacete aço-fibra	—	Gorro branco	Gorro gabardine V.O.
Túnica	—	—	Vésua	Vestia
Platinas	—	—	—	—
Condecorações	—	—	—	—
Blusa	—	—	—	—
Sunga	Verde-oliva	—	—	—
Camisa	—	Camiseta de Educação Física	—	—
Colarinho	—	—	—	—
Gravata	—	—	—	—
Cinto	—	—	—	—
Luvas	—	—	—	—
Calça	—	—	Branca	Gabardine ou instru.
Calção	—	Educação Física	—	Montaria de brim V.O.
Meias	—	—	Branças	Pretas
Calçados	Cortunos ou porzequins	Tipo desportos	Sapatos brancos	Sapatos, boturnos, bota ou cano de bota Metal branco
Esporas	—	—	—	—
Agasalho	Capote ou capa Ideal	—	—	—
Alamares	—	—	—	—
Espada	—	—	—	—
Fiador	—	—	—	—
Guia	—	—	—	—

OBSERVAÇÕES

- (1) Douradas para oficiais-generais.
- (2) Ver artigos 23 a 33 do R.U.P.E.
- (3) Dourado, com banda para oficiais-generais.
- (4) a) Para oficiais-generais:
 - com bainha dourada nos 1.º e 2.º uniformes;
 - com bainha de couro nos demais uniformes.
- b) De metal piqueado para oficiais e aspirantes a oficial do 1.º ao 7.º uniformes.
- (5) O fiador será dourado quando o oficial usar alamares.
- (6) Dourada para oficiais-generais.

DECRETO N.º 31.554 — DE 6 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza a permuta de imóveis entre a União e o Município de Aracaju, capital do Estado de Sergipe.

O Presidente da República, usando de acôrdo com o disposto no artigo 87, inciso I, da Constituição e de acôrdo com o disposto no artigo 125, do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço de Patrimônio da União autorizado a permutar os terrenos e edifícios que integram a Capitania dos Portos do Estado de Sergipe, na cidade de Aracaju, capital do Estado, pelo sítio do Patrimônio Municipal, localizado na Barra dos Coqueiros, da mesma cidade, de conformidade com a Lei número 37, de 30 de junho de 1952, da Câmara Municipal de Aracaju.

Art. 2.º O Ministério da Marinha providenciará para que tenham fiel cumprimento as disposições contidas na citada Lei n.º 37, de 30 de junho de 1952, correndo as despesas resultantes à conta do "Fundo Naval".

Art. 3.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.555 — DE 6
DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Cia. Elétrica Caiuá a construir linhas de transmissão, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que, pela Resolução n.º 792, de 15 de setembro de 1952, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Elétrica Caiuá a construir as li-

nhas de transmissão, no Estado de São Paulo:

- I — Entre as localidades de Santo Anastácio e Presidente Wenceslau, com 30 km. de extensão, tensão entre fases de 33 kV, potência de 4.750 kVA, em circuito trifásico, frequência de 60 ciclos;
- II — Entre as localidades de Pique-robi e Presidente Wenceslau, sobre a mesma postação da linha anterior com a extensão de 15 km., tensão entre fases de 11 kV, potência de 500 kVA, em circuito trifásico, frequência de 60 ciclos.

Parágrafo único. Essas linhas se destinam a melhorar as condições de suprimento de energia elétrica da zona da concessionária, permitindo interligar a Central termo-elétrica, em construção, em Presidente Wenceslau, e de propriedade da aludida empresa, com o seu atual sistema de energia elétrica.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

- I — Registrar o presente título na Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.
- II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os estudos projetos e orçamentos das obras.
- III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.556 — DE 6 DE
OUTUBRO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do art. 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um cargo de Tesoureiro (Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul), padrão N, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude da aposentadoria de Waldemar Daudt, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta Corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.557 — DE 7 DE
OUTUBRO DE 1952

Concede à "Empresa de Navegação do Rio Parnaíba Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à "Empresa de Navegação do Rio Parnaíba Limitada", sociedade comercial com sede em Parnaíba, Estado do Piauí, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o contrato social, firmado a 20 de março de 1944, e alterações contratuais firmadas a 30 de dezembro de 1944 e 20 de dezembro de 1949, conforme certidões que apresentou, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham

a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N. 31.558, DE 7 DE OUTUBRO
DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido um (1) cargo de Tesoureiro-auxiliar (Parnaíba), padrão J, do Quadro III — Parte Suplementar — do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da aposentadoria de Nilda Dantas Coutinho, devendo a dotação correspondente atender ao provimento de cargos vagos, criados pelo Decreto-lei n.º 9.616, de 21 de agosto de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.559 — DE 8 DE
OUTUBRO DE 1952

Regulamenta a transferência de Escrição de Coletoria do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, para a carreira de Coletor dos mesmos Quadro e Ministério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, número I, da Constituição e tendo em vista a Lei n.º 1.293, de 27 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º — A transferência de Escrição de Coletoria do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, para a carreira de Coletor dos mesmos Quadro e Ministério, obedecerá às normas constantes deste decreto.

Art. 2.º. A transferência somente poderá ser feita para cargo da mesma classe do ocupado pelo Escrivão de Coletoria e observado o interstício de setecentos e trinta dias de efetivo exercício, no cargo, salvo quando se tratar de transferência para cargo de classe inicial de carreira.

Art. 3.º. A transferência de que trata o artigo anterior não depende de provas de habilitação.

Art. 4.º. Em cada classe não inicial da carreira de Coletor, do Quadro Suplementar, a partir da data da vigência deste decreto, as duas primeiras vagas serão providas por promoção e a terceira destinada à transferência de Escrivão.

§ 1.º. Os pedidos de transferência devem ser formulados no prazo de 60 dias, a contar da data da abertura da vaga.

§ 2.º. Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que haja pedido de transferência, a vaga respectiva passará ao regime da promoção e o claro será preenchido mediante remoção.

§ 3.º. Efetuado o pedido de transferência, dentro do prazo legal, fica assegurada ao Escrivão que à mesma fizer jus a lotação na mesma Coletoria onde se der o claro.

§ 4.º. Para esse fim serão computadas todas as vagas ocorridas, inclusive as decorrentes de falecimento.

Art. 5.º. Os claros de vagas de Coletor destinados à transferência, nos termos do artigo anterior, não podem ser preenchidos mediante remoção, salvo o disposto no § 2.º do artigo anterior.

Art. 6.º. As vagas verificadas na carreira de Coletor do Quadro Suplementar e destinadas à transferência, não podem ser consideradas para promoção senão depois de 60 dias da sua verificação e se não houver solicitação de transferência para a mesma.

Art. 7.º. O Serviço do Pessoal comunicará por telegrama, às Delegacias Fiscais, a existência de vagas de Coletor do Quadro Suplementar, destinadas às transferências, indicando a localidade, Estado, padrão do cargo e classe da Coletoria, cabendo às Delegacias Fiscais, imediatamente, comunicar o fato aos Escrivães do

mesmo padrão de vencimento do cargo vago.

Art. 8.º. O requerimento de transferência deverá ser dirigido ao Ministro da Fazenda, e encaminhado por intermédio da Delegacia Fiscal no Estado onde serve o interessado, devendo ser indicada a vaga respectiva.

Parágrafo único — O pedido não poderá indicar mais de uma exatária.

Art. 9.º. As Delegacias Fiscais nos Estados darão conhecimento, por telegrama, ao Serviço do Pessoal, dos pedidos de transferência.

Art. 10. Quando houver mais de um candidato para uma vaga terá preferência, sucessivamente:

- a) o mais antigo na classe;
- b) o de maior tempo de serviço;
- c) o casado, com maior número de filhos.

Art. 11. Na lotação resultante da transferência de que se trata, não deve ser levada em conta a classe da Coletoria, mas apenas, a do cargo vago.

Art. 12. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.560 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00, em reforço da verba que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no artigo 47 da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 92 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de oitocentos mil cruzeiros

(Cr\$ 800.000.00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos Consignação III — Serviços em Regime Especial de Financiamento, subconsignação 25 — Desenvolvimento da produção, item 03 — Comissão de Financiamento da Produção, do Anexo n.º 19 do vigente Orçamento Geral da União (Lei número 1.487, de 6 de dezembro de 1951).

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.561 — DE 8 DE
OUTUBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 79.657.946,30, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.641, de 14 de julho de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 95 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de setenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta e seis cruzeiros (Cr\$ 79.657.946,00), para completar o pagamento devido aos Municípios pela cota do imposto de renda, que lhes é atribuída pelo art. 15, § 4.º da Constituição, e referente ao exercício de 1951.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.562 — DE 8 DE
OUTUBRO DE 1952

Aprova alteração, introduzida nos Estatutos da "Mauá Capitalização Sociedade Anônima".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto n. 22.456, de 10 de fevereiro de 1933, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a alteração introduzida nos Estatutos da "Mauá Capitalização S.A.", autorizada a funcionar pelo Decreto n. 24.139, de 20 de dezembro de 1947, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de maio de 1952, e relativa à transferência da sede social de Porto Alegre para esta Capital.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.563 — DE 9 DE
OUTUBRO DE 1952

Abre, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$... 7.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.490-A, de 11 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do art. 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto, pela Presidência da República, o crédito especial de sete milhões de cruzeiros (Cr\$ 7.000.000,00), como auxílio ao Estado do Amazonas, para atender às obras e instalações necessárias ao bom andamento dos serviços de luz e força da cidade de Manaus, pertencentes ao Patrimônio do Estado.

Art. 2.º A importância de que trata o artigo anterior será deposita-

da no Banco do Brasil S. A., Agência de Manaus, em conta cativa, pelo Conselho de Águas e Energia Elétrica, e sua aplicação será exclusiva ao fim a que se destina, retirada em somas parceladas, mediante autorização do representante daquele Conselho, designado especialmente para este fim e assistido por um representante do Estado do Amazonas, de acordo com os projetos e planos de obras para a reforma e melhoria desses serviços de luz, força e transportes elétricos, aprovados pelo referido Conselho de Águas e Energia Elétrica.

Art. 3.º. A operação de crédito de que trata este Decreto, por seu destino especial, não rende juros, devendo a sua amortização ser percentual, calculada dentro do prazo de 20 (vinte) anos, em proporção à renda líquida dos ditos serviços públicos, recolhida anualmente ao Banco do Brasil S. A., correndo todas as despesas de transporte bancário e fiscalização por conta do crédito ora aberto.

Art. 4.º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.564 — DE 9
DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza estrangeira a adquirir, em revigoração, o domínio útil do terreno acrecido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205, do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Giovanna Spagno, de nacionalidade italiana, autorizada a adquirir, em revigoração, o domínio útil do terreno acrecido de marinha designado por lote n.º 372, da quadra 15, onde se acha construído

o prédio n.º 21, da Praça Tenente Gil Guilherme, na Capital da República, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda, sob o número 47.660, de 1952.

Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.565 — DE 9 DE
OUTUBRO DE 1952

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 19.658.635,60, para pagamento de indenização à Companhia Mate Laranjeiras S.A.

O Presidente da República, usando da autorização contida no artigo 1.º da Lei n.º 1.482-A, de 4 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Ministério da Fazenda e o Tribunal de Contas em cumprimento ao artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 19.658.635,60 (dezenove milhões seiscentos e cinquenta e oito mil seiscentos e trinta e cinco cruzeiros e sessenta centavos), para atender, mediante plena e geral quitação e as formalidades necessárias à transferência de todos os bens, ao pagamento da indenização à Companhia Mate Laranjeiras S. A. pela incorporação, ao Patrimônio da União, da Estrada de Ferro Guaira-Pôrto Mendes e demais bens avaliados pela Comissão a que se referem os artigos 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 6.428, de 17 de abril de 1944.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952. 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Horacio Lafer

DECRETO N.º 31.566 — DE 9 DE
OUTUBRO DE 1952

Dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração do Estado de Minas Gerais, a ser incorporada ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os servidores da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração do Estado de Minas Gerais, que será incorporada ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, que excederem o quadro de pessoal da Delegacia a ser instalada em Nova Lima, serão aproveitados nos quadros de pessoal do próprio Instituto ou das demais Instituições de Previdência Social.

Parágrafo único. O aproveitamento será realizado em relação aos vencimentos e, quanto possível, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Atendida a legislação que regula a aplicação de reservas da Previdência Social e a proporcionalidade da cota de despesas administrativas, os saldos econômico-financeiros, apurados com relação aos segurados da Caixa, serão aplicados na região de sua atual jurisdição.

Art. 3.º O Departamento Nacional da Previdência Social expedirá as instruções que se fizerem precisas para a execução deste Decreto.

Art. 4.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.567 — DE 9 DE
OUTUBRO DE 1952

Concede à Companhia Humaitá de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a funcionar em operações de seguros e resseguros dos ramos elementares, a que se refere o art. 40, n.º 1, do citado Decreto-lei n.º 2.063, a Companhia Humaitá de Seguros Gerais, com sede nesta Capital, constituída por escritura pública de 18 de junho do ano corrente, lavrada em notas do Tabelião do 24.º Ofício, desta Capital, com os Estatutos adotados pelos subscritores do seu capital e constantes do referido instrumento.

Art. 2.º A sociedade ficará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da presente autorização.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.568 — DE 9
DE OUTUBRO DE 1952

Concede à "Empresa de Navegação Cricaré Limitada", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à "Empresa de Navegação Cricaré Limitada", com sede na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, consoante contrato de constituição que apresentou, por meio de instrumento particular firmado a 24 de outubro de

1950, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da presente autorização.

Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1952; 131.º da Independência; e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.569 — DE 9 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas dos rios "Claro", "Quinze de Novembro" e "Quinze de Novembro", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.570 — DE 9 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza instalação de um grupo diesel-elétrico

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos arts. 10 e 11 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940,

Considerando que, pela Resolução n.º 795, a medida foi julgada conveniente e oportuna pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Paulista de Eletricidade a instalar um grupo diesel elétrico de ... 1.290 kVA na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, destinado a reforçar a capacidade geradora do sistema enquanto não se concluírem os trabalhos relativos ao aproveitamento do potencial hidráulico do rio Jacaré-Guaçu, concedido pelo Decreto número 24.774, de 7 de abril de 1948.

Parágrafo único. Logo que ultimadas aquelas obras, no prazo máximo de dois anos, e inaugurada a

nova usina hidrelétrica ali prevista, passar ao grupo diesel a funcionar como instalação de reserva.

Art. 2.º Incorrerá a Companhia Paulista de Eletricidade nas cominações do art. 189 do Código de Águas se não apresentar ao Ministério da Agricultura, dentro de noventa (90) dias, o projeto e orçamento das instalações, assim como se deixar de concluí-las no prazo marcado.

Parágrafo único. A cominação do mesmo artigo será imposta no caso de não se terminarem no período máximo de dois anos os trabalhos de aproveitamento do potencial hidráulico do rio Jacaré-Guaçu.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.571 — DE 9
DE OUTUBRO DE 1952

Concede à Berco — Indústria Química Mineral S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Artigo único. É concedida à Berco — Indústria Química Mineral S. A., sociedade anônima constituída por assembleia geral realizada em 17-5-51, arquivada sob o n.º 19.280, por despacho de 25-6-51, do D. N. I. C., cujo artigo 2.º foi alterado pela assembleia geral extraordinária de 26-8-52, com sede nesta Capital, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que

venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.572 — DE 9 DE
OUTUBRO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 28.222, de 9 de
junho de 1950*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovado, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra b do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida a Pompílio Araújo Sampaio, pelo Decreto número vinte e oito mil duzentos e vinte e dois (28.222), de nove (9) de junho de mil novecentos e cinquenta (1950), que o autorizou a pesquisar quartzo no distrito de Baixão, município de Jequié, Estado da Bahia.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.573 — DE 9 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Ribeiro Filho a pesquisar mica e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Manoel Ribeiro Filho a pesquisar mica e associados, em terrenos devolutos, numa área de vinte e cinco hectares (25 ha), no distrito de Ferruginha, município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais, delimitada por um quadrado, com quinhentos metros (500m) de lado, que tem um vértice a duzentos e quinze metros (215m) no rumo magnético oitenta e oito graus nordeste (88º NE) do cruzamento da rodovia de Vila Ferruginha à Vila São Geraldo do Baixo, sobre o córrego Ferruginha e os lados, divergentes desse vértice, os rumos magnéticos de quarenta e oito graus noroeste (48º NW) e quarenta e dois graus sudoeste (42º SW), respectivamente.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.574 — DE 9 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Pinto da Silva a lavar mica no município de Governador Valadares do Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Manoel Pinto da Silva a lavar mica, em terrenos situados no distrito e município de Governador

Valadares, Estado de Minas Gerais, numa área de sessenta e cinco hectares (65ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a setecentos e setenta metros (770m) no rumo verdadeiro cinquenta e sete graus e trinta e quatro minutos noroeste (57°34'NW) da confluência dos córregos da Onça e Escondido e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: seiscentos metros (600m), dezesseis graus e trinta e quatro minutos noroeste (16°34'NW); cento e oitenta e cinco metros (185m), oitenta e quatro graus e trinta e quatro minutos noroeste (84°34'NW); noventa metros e vinte e cinco centímetros (90,25m), oito graus e vinte e quatro minutos noroeste (8°24'NW); trezentos e quinze metros (315m), setenta e três graus e vinte e seis minutos nordeste (73°26'NE); quinhentos e noventa e quatro metros (594m), vinte e sete graus e trinta e quatro minutos sudeste (27°34'SE); seiscentos e oitenta e oito metros (688m), sessenta e dois graus e vinte e seis minutos nordeste (62°26'NE); setecentos e sessenta metros (760m), dezesseis graus trinta e quatro minutos sudeste (16°34'SE); mil trezentos e vinte e cinco metros (1.325m), oitenta e seis graus trinta e quatro minutos noroeste (86°34'NW); trezentos metros (300m), setenta e três graus vinte e seis minutos nordeste (73°26'NE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do art. 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes no mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei os tributos que forem devidos à União ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 36 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de mil e trezentos cruzeiros (Cr\$ 1.300,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.575 — DE 9 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros, Luiz Gonzaga da Cunha e Sinval Pereira Fagundes a pesquisar mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º. Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Luiz Gonzaga da Cunha e Sinval Pereira Fagundes a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos, no lugar denominado Afluente do Córrego Ferruginha, distrito de Ferruginha, município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta hectares e quinze ares (30,15 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a duzentos e quarenta metros (240m), no rumo magnético sessenta e dois graus sudeste (62º SE) do esteio direito da casa de residência de Idejandes Ferreira da Cunha e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos e setenta metros

(670m), quarenta e dois graus noroeste (42° NW); quatrocentos e cinquenta metros (450m), quarenta e oito graus sudoeste (48° SW).

Art. 2.º. O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto pagará a taxa de trezentos e dez cruzeiros (Cr\$ 310,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.576 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro, José Ermirio de Moraes a lavar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º. Fica autorizado o cidadão brasileiro, José Ermirio de Moraes a lavar argila, em terrenos de propriedade da Indústria Brasileira de Artigos Refratários S. A. e outros, no distrito de Susano, município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, numa área de quatrocentos e noventa e três hectares e cinquenta ares (493,50 ha), definida por uma poligonal mistilínea que, partindo do ponto de intersecção dos eixos da rodovia Rio-São Paulo e ribeirão Itaim, tem os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: a margem direita deste ribeirão até a intersecção do mesmo com a margem esquerda do rio Tietê; a margem esquerda deste rio até o ponto em que ela intercede com a estrada velha da Capela; reta de setecentos e sessenta metros (760m) e nove graus e trinta minutos sudoeste (9° 30' SW); mil e quarenta metros (1.040m) e vinte e três graus e trinta minutos sudoeste (23° 30' SW); dois mil novecentos e trinta me-

tros (2.930m), cinquenta e quatro graus e trinta minutos noroeste (54° 30' NW); seiscentos e oitenta metros (680m), nove graus e vinte minutos noroeste (9° 20' NW); o trecho da margem direita do ribeirão Itaim, compreendido entre a extremidade deste último lado e o ponto de partida. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º. O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º. Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º. As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º. O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º. A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de nove mil oitocentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 9.880,00).

Art. 7.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.577 — DE 9 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza Gastão Müller & Cia. S. A. a pesquisar minério de ferro e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º. Fica autorizada Gastão Müller & Cia. S. A. a pesquisar minérios de ferro e associados em terrenos situados no lugar denominado Campina do Cabral e Queimadinha, nas proximidades da Estação de Itaperuçu, no distrito e município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, em duas (2) diferentes áreas perfazendo um total de cinquenta e três hectares (53 ha), assim definidas: a primeira (1.ª) com vinte e cinco hectares (25ha) se enclava em terrenos de Benedito Vieira Guimarães e é delimitada por um quadrado, com quinhentos metros (500m) de lado, que tem um vértice a trezentos metros (300m) no rumo magnético de dezessete graus nordeste (17º NE) do centro da soleira do portal da Capela situada na bifurcação da rodovia de Curitiba para Pombas e para Itaperuçu, e os lados divergentes do vértice considerado, têm os seguintes rumos magnéticos: oitenta graus e trinta minutos sudoeste (80º 30' SW) e nove graus e trinta minutos noroeste (9º 30' NW); a segunda (2.ª) com vinte e oito hectares (28 ha) está situada em terrenos de Luiz Wotkoski e sua mulher e é delimitada por um retângulo que tem um vértice a seiscentos e vinte metros (620m) no rumo magnético cinquenta graus e vinte minutos nordeste (50º 20' NE) da Capela acima mencionada, tendo os lados divergentes do vértice considerado, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos metros (400m), setenta graus e trinta minutos nordeste (70º 30' NE); setecentos metros (700m), dezenove graus e trinta minutos noroeste (19º 30' NW).

Art. 2.º. O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos e trinta cruzeiros (Cr\$ 530,00) e será transcrito no livro

próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.578 — DE 9 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos dos Reis a pesquisar diamantes e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º. Fica autorizado o cidadão brasileiro Carlos dos Reis a pesquisar diamantes e associados em terrenos devolutos, situados no lugar denominado Valo, distrito de Guinda, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, numa área de quarenta e oito hectares, sessenta ares e quarenta e nove centiares (48,6049 ha), delimitada por um polígono irregular, tendo um vértice à distância de duzentos e noventa e dois metros (292m) no rumo magnético trinta e sete graus sudoeste (37º SW) da confluência dos córregos do Valo e do Guinda e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos e noventa e cinco metros (595m), trinta e seis graus noroeste (36º NW); duzentos e quarenta metros (240m), oitenta graus e trinta minutos nordeste (80º 30' NE); duzentos e setenta e quatro metros (274m), doze graus nordeste (12º NE); quatrocentos e quarenta e sete metros (447m), um grau e trinta minutos noroeste (1º 30' NW); quatrocentos e quarenta metros (440m), oitenta e sete graus sudeste (87º SE); trezentos e noventa e dois metros (392m), sessenta e sete graus e trinta minutos sudeste (67º 30' SE); setecentos e quarenta e dois metros (742m), quarenta e dois metros (742m), quarenta e nove graus sudeste (49º SW); seiscentos

metros (600m), dezesseis graus sudoeste (16° SW).

Art. 2.º. O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos e noventa e cruzeiros (Cr\$ 490,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 54.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.579 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros José Albino Pimentel Filho, Hilton de mentel, Nilson Albino Pimentel, Gelima Pimentel, Wilson Albino Piraldio Albino Pimentel e Sebastião de Vasconcelos Cardim a pesquisar Calcário, fosfato e associados no município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizados os cidadãos brasileiros, José Albino Pimentel Filho, Hilton de Lima Pimentel, Nilson Albino Pimentel, Nilson Albino Pimentel, Geraldo Albino Pimentel e Sebastião de Vasconcelos Cardim a pesquisar calcário, fosfato e associados em terrenos de propriedade de José Albino Pimentel Filho, no imóvel denominado Árvore Alta, no distrito de Alhandra, município de João Pessoa, Estado da Paraíba, numa área de quatrocentos hectares (400 ha) delimitada por um quadrado, com dois mil metros (2.000m), de lado, que tem um vértice a oitocentos metros (800m) no rumo magnético de vinte graus e dez minutos noroeste (20° 10' NW) de um marco de concreto existente no canto sudeste (SE) do prédio do antigo engenho do imóvel mencionado, e os lados divergentes do vértice considerado, têm os

seguintes rumos magnéticos: sessenta e seis graus nordeste (66° NE) e vinte e quatro graus sudeste (24° SE).

Art. 2.º. O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil cruzeiros (Cr\$ 4.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.580 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro, Paulo Duarte a pesquisar diamantes no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º. Fica autorizado o cidadão brasileiro, Paulo Duarte a pesquisar diamantes em terrenos de propriedade da firma Irmãos Duarte S. A. Têxtil e Comercial, situados no lugar denominado Brumadinho, no distrito de Guinda, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, numa área de cento e treze hectares (113 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência do rio das Pedras de Sôpa com o ribeirão de Guinda, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: oitocentos metros (800m), vinte e sete graus e trinta minutos noroeste (27° 30' NW); mil e cem metros ... (1.100m), setenta graus e trinta minutos sudoeste (70° 30' SW); oitocentos e sessenta metros (860m), sessenta e dois graus sudeste (62° SE); mil seiscientos e vinte metros (1.620m), dezesseis graus sudeste (16° SE); mil duzentos e cinquenta metros (1.250m), nove graus nordeste (9° NE); o sexto e último lado é o segmento retilíneo

que une a extremidade do quinto lado, descrito, ao vértice de partida.

Art. 2.º. O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'este Decreto, pagará a taxa de mil cento e trinta cruzeiros (Cr\$ 1.130,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.581 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Vitório Bizeto a pesquisar ocre e associados, no município de Castro, Estado do Paraná.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º. Fica autorizado o cidadão brasileiro, Vitório Bizeto a pesquisar ocre e associados em terrenos de Manoel José Carneiro situados no lugar denominado Catanduvas de Foras e Atérro Novo do Jutuva, no distrito e município de Castro, Estado do Paraná, numa área de seis hectares (6 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a cento e dezessete metros e cinquenta centímetros (117,50m) no rumo magnético de vinte graus trinta minutos sudeste (20º 30' SE) do centro da ponte de madeira da estrada de Castro para a Fazenda Jutuva, sobre o rio Jutuva, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: trezentos metros ... (300m) e rumo de trinta e três graus trinta minutos nordeste (33º 30' NE), magnético; duzentos metros (200m) e rumo de cinquenta e seis graus trinta minutos sudeste (56º 30' SE), magnético.

Art. 2.º. O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'este Decreto, pagará a taxa de

trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.582 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1952

Cria funções na Tabela Única de Mensalistas no Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 5º, item II, da Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde, as seguintes funções:

I — PARTE PERMANENTE

I — Afinador de Instrumentos Musicais, referência 22.

1 — Auxiliar Administrativo, referência 24.

1 — Escrevente Datilógrafo, referência 19.

4 — Inspetor de Alunos, referência 19.

1 — Músico, referência 23.

2 — Servente, referência 18.

II — PARTE SUPLEMENTAR

1 — Porteiro, referência 21.

Parágrafo único. As funções criadas por este artigo destinam-se ao aproveitamento do pessoal administrativo ao Conservatório Mineiro de Música de Belo Horizonte, nos termos do art. 5º, item II, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Os efeitos do aproveitamento a que se refere o artigo anterior vigorarão a partir de 8 de dezembro de 1950.

Art. 3.º Para efeito de completar a lotação de mensalistas daquele órgão ficam criadas igualmente, na Parte Permanente da citada Tabela, mais as seguintes funções:

2 — Auxiliar de Biblioteca, referência 19.

2 — Escrevente-dactilógrafo, referência 18.

6 — Servente, referência 18.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.583 — DE 10 DE
OUTUBRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará, no Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.584 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1952

Aprova projeto e orçamento para ampliação da estação de Pedro Celestino, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados o projeto e orçamento na importância de Cr\$ 70.028,90 (setenta mil e vinte e oito cruzeiros e noventa centavos), os quais com este baixam, devidamente rubricados, para obras de ampliação da Estação de Pedro Celestino, Estado de Mato Grosso, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, correndo a despesa respectiva, até o limite do orçamento, à conta do Orçamento de Inversões daquela Estrada, para o exercício de 1953.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, fi-

cando revogadas as disposições em contrário.

GETÚLIO VARGAS
Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.585 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, terreno necessário à construção do sistema de Oleodutos Santos-São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos de ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, o terreno situado na Capital do Estado de São Paulo, com a área aproximada de 2.760,50 ms.2 (dois mil setecentos e sessenta metros e cinquenta decímetros quadrados) que consta pertencer à Companhia Parque da Moóca ou sucessores, representada na planta que com este baixa devidamente rubricada, e necessária à construção do sistema de Oleodutos Santos-São Paulo.

Art. 2.º Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos de números 4.152, de 6 de março de 1942, e 9.811, de 9 de setembro de 1946, fica declarada a urgência da desapropriação pela Estrada de Ferro Santos e Jundiá, da área referida no artigo anterior.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.586 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, faixa de terreno, necessária à construção de trecho ferroviário, localizado entre "Última Garganta" e "Rio das Antas".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pelo 1.º Batalhão Ferroviário, a faixa de terreno representada na planta que com este baixa, devidamente rubricada, necessária à construção do trecho ferroviário, localizado entre "Última Garganta" e "Rio das Antas", parte integrante da linha Engenheiro Bley-Rio Negro-Barreto, a cargo do citado Batalhão.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Cyrol Espirito Santo Cardoso

DECRETO N.º 31.587 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1952

Retifica as Instruções baixadas pela Decreto n.º 2.774, de 20-6-1938 e o art. 55, n.º 53 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 6.031, de 26 de julho de 1940, na parte em que regula a inspeção de saúde dos asilados.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º As atuais praças asiladas, que residirem fora do Asilo, bem como as que vierem a ficar nesta situação,

são obrigadas a se apresentar à autoridade a que estiverem diretamente subordinadas, de dois em dois anos, na primeira quinzena de janeiro, para serem inspecionadas de saúde, na forma da Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950.

Art. 2.º Os asilados que, em inspeção de saúde, forem julgados incapazes definitivamente para o serviço militar, podendo, porém, prover os meios de subsistência, continuarão a ser considerados inválidos, não podendo ser excluídos do Asilo de Inválidos da Pátria.

Art. 3.º Ficam assim retificados os art. 44 e seu § 1.º, das Instruções baixadas pelo Decreto n.º 2.774, de 20 de junho de 1938, e o art. 55 n.º 53, do baixado pelo n.º 6.031, de 26 de julho de 1940.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

DECRETO N.º 31.588 — DE 14 DE
OUTUBRO DE 1952

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para despesas com a ligação Itajaí-Blumenau, da Estrada de Ferro Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da autorização contida no artigo 1.º da Lei n.º 1.643, de 16 de julho de 1952, e tendo ouvido o Ministério da Fazenda e o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública,

Decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), destinado a custear as despesas com a conclusão das obras de ligação Itajaí-Blumenau, da Estrada de Ferro Santa Catarina.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.589 — DE 14 DE
OUTUBRO DE 1952

Aprova projeto e orçamento para o prolongamento do cais do Porto Novo, na cidade do Rio Grande.

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o que consta do processo protocolado no Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas sob o número 23.876-52, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovado o projeto e o orçamento, na importância de Cr\$ 13.776.029,50 (treze milhões setecentos e setenta e seis mil e vinte e nove cruzeiros e cinquenta centavos) relativos à construção, no Porto Novo da cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, o trecho destinado a estabelecer ligação com o denominado Cais Swift, naquele porto.

§ 1.º A respectiva despesa deverá ser custeada, até o limite do orçamento, pelos recursos de que trata o Decreto n.º 30.334, de 21 de dezembro de 1951.

§ 2.º As discriminações dos projetos e orçamentos de que trata este

artigo deverão ser tornadas públicas mediante portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.590 — DE 14 DE
OUTUBRO DE 1952

Altera a Tabela Única de Extranumerários - mensalistas da Universidade do Recife.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma do anexo, a Tabela Única de Extranumerários-Mensalistas da Universidade do Recife.

Art. 2.º A despesa com a execução deste Decreto correrá a conta da dotação própria.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

UNIVERSIDADE DE RECIFE
TABELA ÚNICA DE EXTRANUMERÁRIO-MENSALISTA

SITUAÇÃO ANTERIOR					SITUAÇÃO NOVA					
Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos	Numero de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos	Prov.
160	Assistente	27	—	—	185	Assistente	27	—	25	—
	<i>Auxiliar de</i>					<i>Auxiliar de</i>				
	<i>Biblioteca</i>					<i>Biblioteca</i>				
2	25	—	—	2	25	—	—	—
1	24	—	—	2	24	—	1	—
1	23	—	—	2	23	—	1	—
—	22	—	—	2	22	—	2	—
—	21	—	—	3	21	—	3	—
—	20	—	—	3	20	—	3	—
1	19	—	—	3	19	—	2	10
5					17				12	10

DECRETO N.º 31.591 — DE 14 DE
OUTUBRO DE 1952

*Altera a lotação das repartições
atendidas pelos Quadros Perma-
nente e Suplementar do Ministério
da Fazenda.*

O Presidente da República usando
da atribuição que lhe confere o artigo
87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Fica alterada, de acôrdo
com a Tabela anexa, a lotação numé-
rica de repartições atendidas pelos
Quadros Permanente e Suplementar

do Ministério da Fazenda a fim de
dar nova distribuição aos cargos da
carreira de Fiscal Aduaneiro.

Art. 2.º. Este Decreto vigorará a
partir de 9 de outubro de 1952.

Art. 3.º. Revogam-se as disposi-
ções em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de
1952; 131.º da Independência e 64.º da
República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 1.º DO DECRETO N.º 31.591 DE 14 DE OUTUBRO DE 1952

Cargo ou Carreira	LOTAÇÃO PERMANENTE							
	II — Alfândegas						XVI — Mesas de Rendas	XVII — Postos Fiscais
	Manáus	Belém	Fort..	Recife	Vitória	Santos	Bela Vista	Oiapoque
Fiscal Aduaneiro	30	53	40	97	16	238	12	2

DECRETO N.º 31.592 — DE 14 DE
OUTUBRO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos cruzeiros), para atender ao pagamento do salário-família devido ao Auxiliar Judiciário Clemente Martins.

O Presidente da República usando da atribuição contida na Lei número 1.633, de 1.º de julho de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, o crédito especial de Cr\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos cruzeiros), para atender ao pagamento do salário-família devido ao Auxiliar Judiciário, Clemente Martins, do Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Francisco Negrão de
Lima
Horácio Lafer*

DECRETO N.º 31.593 — DE 14 DE
OUTUBRO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 7.568,00 (sete mil quinhentos e sessenta e oito cruzeiros), para atender ao pagamento de salários devidos ao Chefe de Secretaria da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição contida na Lei n.º 1.633, de 1.º de julho de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da

Primeira Região, o crédito especial de Cr\$ 7.568,00 (sete mil quinhentos e sessenta e oito cruzeiros), para atender ao pagamento de salários devidos ao Chefe da Secretaria da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal, Marina de Freitas Faria.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Francisco Negrão de Lima
Horácio Lafer*

DECRETO N.º 31.594 — DE 14 DE
OUTUBRO DE 1952

Concede reconhecimento aos cursos ciências econômicas, de ciências contábeis e de ciências atuariais, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938, combinado com o art. 10 do Decreto-lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945, decreta:

Artigo único. É concedido reconhecimento aos cursos de ciências econômicas, de ciências contábeis e de ciências atuariais, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, com sede nesta capital e mantida pela Sociedade Brasileira de Instrução.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.595 — DE 14
DE OUTUBRO DE 1952

Concede reconhecimento ao curso superior de educação física da Escola de Educação Física de São Carlos, da Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 9.º, do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, combinado com o disposto no Decreto-lei n.º 2.076, de 8 de março de 1940, decreta:

Artigo único. E' concedido reconhecimento ao Curso Superior de Educação Física, da Escola de Educação Física de São Carlos, da Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, em 14 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.596 -- DE 15 DE
OUTUBRO DE 1952

Suspende o funcionamento da "Casa do Sargento do Brasil", com sede e fóro no Distrito Federal.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal e de acordo com o art. 6.º do Decreto-lei n.º 9.035, de 25 de março de 1946,

Considerando que a "Casa do Sargento do Brasil", conforme se verifica dos autos do inquérito instaurado pela Divisão de Ordem Política e Social do Departamento Federal de Segurança Pública, está exercendo atividades ilícitas nocivas à ordem pública e à segurança do Estado, decreta:

Art. 1.º Fica suspenso, pelo prazo de seis meses, o funcionamento da "Casa do Sargento do Brasil", com sede e fóro no Distrito Federal.

Art. 2.º O Ministério Público Federal promoverá nos termos do artigo 6.º, parágrafo único do Decreto-lei n.º 9.035, de 25 de março de 1946, a competente ação de dissolução da sociedade referida no artigo primeiro.

Art. 3.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Francisco Negrão de Lima

DECRETO N.º 31.597 -- DE 15
DE OUTUBRO DE 1952

Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Paranaense Limitada para estabelecer na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, uma estação radiodifusora de ondas médias.

O Presidente da República:

Usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Sociedade Rádio Emissora Paranaense Limitada e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º II, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único — Fica outorgada concessão à Sociedade Rádio Emissora Paranaense Limitada, nos termos do artigo 11, do Decreto número 24.653, de 11 de julho de 1934, para estabelecer, na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, pelo prazo de três (3) anos, de conformidade com o disposto no artigo 4.º, parágrafo 1.º do Decreto n.º 25.783, de 19 de julho de 1961, sem direito de exclusividade, uma estação radiodifusora de ondas médias, destinada a executar os serviços de radiodifusão.

Parágrafo único — O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste decreto no "Diário Oficial" sob pena de ser considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.598 -- DE 15 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Poty a pesquisar fosforita no município de Igarapu, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

térmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a companhia de Cimento Portland Poty a pesquisar fosforita em terrenos de sua propriedade, situados no imóvel denominado Engenho Congaçarí, no município de Igarapé, Estado de Pernambuco, numa área de trezentos e sete hectares e setenta e sete ares (307,77 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no cruzamento da torre da Igreja de Congaçarí e os lados a partir do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: duzentos e dez metros (210m), quarenta e quatro graus sudeste (44º SE); seiscentos e oitenta e cinco metros (685m); sessenta e cinco graus e trinta minutos nordeste (65º 30' NE); dois mil e oitenta e cinco metros .. (2.085m), quatorze graus e trinta minutos noroeste (14º 30' NW); quatrocentos e setenta metros (470m), cinquenta e dois graus noroeste (52º NW); duzentos e trinta e cinco metros (235m), sessenta e cinco graus e dez minutos noroeste (65º 10' NW); quatrocentos e setenta metros (470m), cinquenta e quatro graus e cinquenta minutos sudoeste (54º 50' SW); dois mil e cinquenta e cinco metros (2.055m), sete graus e cinquenta minutos sudoeste (7º 50' SW); o oitavo (8.º) e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do sétimo (7.º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil e oitenta cruzeiros (Cr\$ 3.080.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.599 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Seraphim da Silva Gomes a lavrar minérios de ferro e de manganês e calcário dolomítico no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Seraphim da Silva Gomes a lavrar minérios de ferro e de manganês e calcário dolomítico, em terrenos de sua propriedade, da Companhia Cobrasil, José Maria dos Santos e outros, nos imóveis denominados Manda Chuva e Campestre, no distrito de Miguel Burnier (ex-São Julião), município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, numa área de oitenta e três hectares e setenta e seis ares (83,76 ha), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quatrocentos e oitenta e sete metros e cinquenta centímetros (487,50m), no rumo verdadeiro vinte e seis graus e cinquenta e cinco minutos noroeste (26º 55' NW), da confluência dos córregos Campestre e Vargem da Chácara e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: trezentos e cinquenta e dois metros ... (352m), dez graus e cinquenta e cinco minutos sudoeste (10º 55' SW); mil seiscentos e vinte e um metros (1.621m), setenta e sete graus e cinquenta e cinco minutos noroeste (77º 55' NW); duzentos e trinta metros (230m), dezoito graus e cinquenta e cinco minutos noroeste (18º 55' NW); seiscentos e vinte metros (620m), setenta e dois graus e cinquenta e cinco minutos nordeste (72º 55' NE); oitocentos e vinte e cinco metros (825m), um grau e cinquenta e cinco minutos nordeste (1º 55' NE); quinhentos metros (500m), trinta e seis graus e cinquenta e cinco minutos sudeste (36º 55' SE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes

do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no art. 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no art. 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de mil seiscentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 1.680,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.600 — DE 15 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Lacerdino de Oliveira Campos, Cordes Serra Machado e João Serra Machado Filho a pesquisar quartzo e associados, no município de Pompeu, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Lacerdino de Oli-

veira Campos, Cordes Serra Machado e João Serra Machado Filho a pesquisar quartzo e associados em terrenos de propriedade de João Serra Machado, situados no imóvel denominado Fazenda Retiro, no distrito e município de Pompeu, Estado de Minas Gerais numa área de trinta e nove hectares e cinquenta ares (39,50 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a seiscentos e trinta e cinco metros ... (635m) no rumo magnético de oitenta e um graus trinta minutos sudoeste (81° 30' SW) do sangradouro da lagoa Bonita, desaguando no córrego do Retiro, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: setecentos metros (700m), sul (S); oitocentos metros (800m), oitenta e um graus trinta minutos sudoeste ... (81° 30' SW); oitocentos e sessenta metros (860m), vinte e oito graus nordeste (28° NE); o quarto e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do terceiro lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 400 00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.601 — DE 15 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar ferro e associados, nos municípios de Brumadinho e Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia de Mineração Novalimense a

pesquisar minério de ferro e associados em terrenos de propriedade da St. John d'el Rey Mining Company Limited, sitiados nos lugares denominados Retiro do Moisés, Fazenda do Morro Velho e Pedro Paulo, distrito de Piedade de Paraopeba, município de Brumadinho e Retiro do Moisés. Terreno da Varginha do Ouro, podre e Fazenda da Varginha do Neto, distrito e município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, numa área de trezentos e trinta e quatro hectares (334 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no marco geodésico do ponto mais alto do Morro do Moisés e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: quatrocentos e trinta metros (430m), este (E) dois mil quatrocentos e trinta metros (2.430m), vinte e dois graus noroeste (22° NW); mil duzentos e dez metros (1.210m), onze graus nordeste (11° NE); mil metros (1.000m), setenta e quatro graus sudoeste (74° SW); oitocentos e sessenta e cinco metros (865m), vinte e quatro graus sudoeste (24° SW); dois mil quinhentos e setenta e cinco metros (2.575m), vinte e dois graus quarenta e quatro minutos sudeste (22°44' SE); quinhentos e setenta metros (570m) Este (E).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil trezentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 3.240,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.602 — DE 15
DE OUTUBRO DE 1952

Concede à Sociedade Extrativa Macapá Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

têrmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas), — decreta:

Artigo único. É concedida à Sociedade Extrativa Macapá Limitada, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída por instrumento particular de cinco (5) de setembro de 1952, com sede na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.603 — DE 15 DE
OUTUBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.470, de 17 de novembro de 1951, e tendo consultado o Tribunal de Contas e ouvido o Ministério da Fazenda, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para atender às despesas com a "Festa Nacional do Trigo", a realizar-se em Bage, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

Horácio Lafer

DECRETO N.º 21.604 — DE 16 DE
OUTUBRO DE 1952

Permite aos Oficiais do Q A O o ingresso nos Cursos da Escola de Saúde do Exército.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os Oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais (Q A O) do Exército, diplomados em Medicina, Farmácia e Odontologia, por escola oficial ou reconhecida, poderão ingressar nos cursos de formação de oficiais da Escola de Saúde do Exército, até a idade de 38 anos incompletos, referida a data de encerramento das inscrições, desde que satisfaçam às demais condições.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

DECRETO N.º 31.605 — DE 16 DE
OUTUBRO DE 1952

Modifica a redação da letra b do art. 98 do Regulamento para as Escolas Preparatórias, aprovado pelo Decreto n.º 18.732, de 28 de maio de 1945, e alterado pelo Decreto número 28.409, de 20 de julho de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A letra b do art. 98 do atual Regulamento para as Escolas Preparatórias, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 98.

b) ter mais de 15 anos e menos de: 18 para o 1.º ano, 19 para o 2.º, e 20 para o 3.º, referidos esses limites de idade ao dia 1 de março do ano da matrícula.

— Esses limites máximos serão acrescidos de dois (2) anos para as praças do Exército, Marinha e Aero-náutica.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

DECRETO N.º 31.606 — DE 16 DE
OUTUBRO DE 1952

Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial de Cr\$ 11.994.394,80, para pagamento de despesa a que se refere a Lei n.º 1.507, de 19 de dezembro de 1951.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei n.º 1.507, de 19 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º — É aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 11.994.394,80 (onze milhões, novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e quatro cruzeiros e oitenta centavos), para custear o pagamento dos proventos de disponibilidade, relativos ao período de 16 de dezembro de 1947 a 31 de dezembro de 1949, dos ex-servidores dos extintos Territórios de Iguaçú e Ponta Porã, beneficiados pela Lei n.º 125, de 24 de outubro de 1947.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.607 — DE 16 DE
OUTUBRO DE 1952

Considera extensivo ao pessoal do Serviço de Navegação da Bacia do Prata o aumento de salários previsto no artigo 2.º do Decreto n.º 26.633, de 6 de maio de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 33 da Lei n.º 483, de 15 de novembro de 1948, decreta:

Art. 1.º — É considerada extensiva ao pessoal do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, no período de 7 de maio de 1949 a 14 de janeiro de 1952, a majoração de salários prevista no artigo 2.º do Decreto n.º 26.633, de 6 de maio de 1949.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.608 — DE 17 DE
OUTUBRO DE 1952

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros, de produção nacional, para o ano de 1953.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º Os preços básicos mínimos nos principais centros de consumo do País, assim considerados, para os efeitos da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, os portos de escoamento de cada Estado, e as especificações dos produtos mencionados no parágrafo único do art. 1.º da referida Lei, são os abaixo discriminados:

ARROZ

Beneficiado, polido, do tipo dois, por saca de sessenta quilos para a

classe de grãos longos, duzentos e sessenta e quatro cruzeiros (Cr\$ 264,00); para a de grãos médios, duzentos e trinta e um cruzeiros (Cr\$ 231,00), e para a de grãos curtos, duzentos e nove cruzeiros (Cr\$ 209,00); em casca, dos tipos um e dois, por saca de sessenta quilos para a classe de grãos longos, cento e setenta e seis cruzeiros (Cr\$ 176,00); para a de grãos médios, cento e cinquenta e quatro cruzeiros (Cr\$ 154,00), e para a de grãos curtos, cento e trinta e nove cruzeiros (Cr\$ 139,00); todos — classes e tipos — de acordo com as especificações baixadas pelo Decreto número 28.093, de 10 de maio de 1950. Arroz das melhores qualidades comumente produzidos no Norte e Nordeste do País, por saca de sessenta quilos, beneficiado, polido, cento e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 150,00), e nas mesmas condições, por saca de sessenta quilos, em casca, cem cruzeiros (Cr\$ 100,00). Todos de bom rendimento.

FELJÃO

Cento e quarenta e nove cruzeiros (Cr\$ 149,00) por saca de sessenta (60) quilos, da variedade branca; cento e trinta e oito cruzeiros (Cr\$ 138,00), das variedades de côres ou rajadas; cento e trinta e dois cruzeiros (Cr\$ 132,00), das variedades pretas, do tipo três das especificações baixadas pelo Decreto n.º 7.260, de 28 de maio de 1941.

MILHO

Noventa cruzeiros (Cr\$ 90,00) por saca de sessenta (60) quilos, do grupo "duro", e oitenta e dois cruzeiros (Cr\$ 82,00) dos grupos "mole" e "misto", "amarelo" ou "mesclado", do tipo três das especificações baixadas pelo Decreto n.º 7.436, de 25 de junho de 1941.

AMENDOIM

Setenta e sete cruzeiros (Cr\$ 77,00) por saca de vinte e cinco (25) quilos, das classes "graúda" ou "miúda", do tipo dois das especificações baixadas pelo Decreto n.º 7.266, de 29 de maio de 1941.

SOJA

Cento e sessenta cruzeiros (Cr\$ 160,00) por saca de sessenta (60) quilos, da variedade comum.

GIRASSOL

Dois cruzeiros (Cr\$ 2,00) por quilo ensacado, do tipo dois, com sementes

cheias e percentagem normal de óleo, de acordo com as especificações baixadas pelo Decreto n.º 8.178, de 7 de novembro de 1941.

TRIGO EM GRÃO

Dois cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 2,60) por quilo, para o produto limpo, seco, ensacado e com peso de setenta e oito (78) quilos por hectolitro, variável de acordo com o peso hectolítico do cereal. Havendo fração no peso hectolítico, este deverá ser considerado como um ponto acima, quando igual ou superior a meio, e como um ponto abaixo, no caso contrário.

FARINHA DE MANDIOCA

Setenta e cinco cruzeiros (Cr\$ 75,00) por saca de cinquenta (50) quilos, do tipo um da classificação baixada pelo Decreto n.º 7.785, de 3 de setembro de 1941.

FÉCULA DE MANDIOCA

Dois cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 2,20) por quilo, do tipo um das especificações baixadas pelo Decreto número 12.278, de 22 de abril de 1943.

TAPIOCA

Dois cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 2,30) por quilo, do tipo um da classificação baixada pelo Decreto número 12.278, de 22 de abril de 1943.

MATE

Vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00) pelo produto cancheado, dos Estados do Paraná e Santa Catarina, por arroba de quinze (15) quilos, coado em peneira de 11/2mm, dos tipos CC 1 e CB.1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, pôsto em armazéns ou depósitos autorizados em Curitiba e Joinville.

Quatorze cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 14,50) por arroba de dez (10) quilos, pelo produto cancheado do Estado de Mato Grosso, coado em peneira de 2-1/2 mm, do tipo MB.1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, pôsto armazéns ou depósitos autorizados em Ponta Porã.

Dezesseis cruzeiros (Cr\$ 16,00) por arroba de quinze (15) quilos, para o produto cancheado do Estado do Rio Grande do Sul, primeira qualidade, dos tipos GF.1, GF.2, GF.3, GF.4, GC.1, da padronização baixada pelo Instituto Nacional do Mate, coado em peneira de 21/2 mm, pôsto armazéns

ou depósitos autorizados em Pôrto Alegre.

Os preços para o produto entregue em outras localidades das regiões produtoras serão oportunamente determinados nos termos do art. 4.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 2.º Os preços de que trata o art. 1.º d'este Decreto referem-se à mercadoria nova da safra de 1953, embalada em sacaria nova, devidamente marcada com as necessárias indicações, classificada, expurgada e depositada nos armazéns indicados neste Decreto e nos mencionados na letra a do art. 6.º, e no art. 7.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.609 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel situado no município de Campo Largo, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e de acordo com os artigos 1.165 e 1.180 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º — Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar, para todos os efeitos, a doação que o Governo do Estado do Paraná quer fazer à União Federal de um terreno, com as respectivas benfeitorias, situado no quarteirão de "Nossa Senhora do Pilar", no município de Campo Largo, naquele Estado, tudo de conformidade com a Lei Estadual número 304, de 1.º de dezembro de 1949 e demais elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 41.502, de 1950.

Art. 2.º — O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à instalação de uma Subestação de Enologia, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

João Cleofas

DECRETO N.º 31.610. — DE 17 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 265 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Ficam Antônio Xavier Ferreira de Sampaio e Adelfino Xavier Ferreira e respectivas esposas Cacilda Xavier Ferreira de Sampaio e Alzira Rodrigues Ferreira Sampaio, todos de nacionalidade portuguesa, autorizados a adquirirem o direito de ocupação de um vinte e dois avos (1/22) do terreno de marinha beneficiado com o imóvel de n.º 434, antigo 64 da Avenida Atlântica nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 35.381 de 1952.

Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.611 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e

tendo em vista o disposto no artigo 205, do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica José Gomes Leite Martins, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha situado na praia do Jequiá número 25, antigo n.º 6, na Ilha do Governador, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 204.746, de 1951.

Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.612. — DE 17 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Armando Ribeiro Pereira de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir, em condomínio, o domínio útil do terreno acrescido de marinha beneficiado com os prédios ns. 1.244 e 1.252 da rua Prefeito Olímpio de Melo nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 85.422 de 1952.

Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.613 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1952

Fixa o preço do carvão "lavador" e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos

têrmos do art. 1.º, parágrafo único, combinado com o art. 2.º, n.º II, da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, atendendo ao que propõe a Companhia Siderúrgica Nacional, decreta:

Art. 1.º o preço do carvão "lavador" de Santa Catarina, e do carvão beneficiado pela Companhia Siderúrgica Nacional, a que se refere o art. 9.º do Decreto-lei n.º 9.826, de 10 de setembro de 1946, e fixado na tabela constante do anexo n.º 2 desse mesmo Decreto-lei, observadas as mesmas características nela previstas, passará a ser o seguinte, por tonelada métrica:

Tipo "lavador" da camada "Barro Branco", minerado em profundidade, Cr\$ 180,00;

Tipo "metalúrgico" Cr\$ 390,00;

Tipo de "vapor grosso" Cr\$ 380,00,

Parágrafo único Para as entregas de carvão de qualquer camada a céu aberto ou de camada "Irapuá" minerado em profundidade, limitadas às médias das quantidades recebidas pela Companhia Siderúrgica Nacional nos últimos 12 meses, a contar desta data, prevalecerá também o preço de Cr\$ 180,00 por tonelada. Qualquer acréscimo de entrega de carvão desses dois tipos ficará na dependência de novo entendimento entre as partes interessadas, no que se refere à fixação do preço.

Art. 2.º. As cotas do carvão "lavador" a serem entregues à Usina de Beneficiamento de Capivari serão fixadas anualmente pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, de acordo com as necessidades da Companhia Siderúrgica Nacional.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.614 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terrenos situados em Jundiá, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo

87, inciso I, da Constituição, e de acordo com os artigos 1.165, e 1.180 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º — Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar, para todos os efeitos, a doação que a Prefeitura Municipal de Jundiá, no Estado de São Paulo, quer fazer à União Federal dos lotes ns. 543, 544, 545, 546, 547 e 548 situados no bairro de Anhangabaú, naquele município, tudo de conformidade com a Lei Municipal n.º 85, de 23 de junho de 1950, e demais elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 132.056, de 1950.

Art. 2.º — Destinam-se os terrenos à construção do prédio e instalações da Estação de Enologia do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

João Cleofas

DECRETO N.º 31.615 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1952

Extingue Coletoria Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica extinta, de acordo com o artigo 70 da Lei n.º 1.293, de 27 de dezembro de 1950, a 3.ª Coletoria Federal em Maceió, no Estado de Alagoas.

Art. 2.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.616 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1952.

Suprime cargo provisório.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item 1, da Constituição e nos termos do artigo 1.º, alínea "n" do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º. Fica suprimido um cargo provisório da classe H da carreira de Oficial Administrativo do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público, vago em virtude da promoção de Adnar Salgado, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta Corrente do mesmo Quadro do referido Departamento.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

DECRETO N.º 31.617 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Baependi concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no ribeirão das Furnas, distrito e município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.618 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza a empresa Força e Luz de Manhuaçu Ltda. a construir duas linhas de transmissão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940;

Considerando que, pela Resolução n.º 797, a medida foi julgada conve-

niente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a empresa Força e Luz de Manhuaçu Limitada, a construir duas linhas de transmissão:

a) Entre Manhuaçu e Realeza, no município de Manhuaçu, com a potência de 72 kVA, sob a tensão nominal de 6.300 volts, entre condutores, frequência de 60 ciclos, e extensão de 12,5 km.

b) Entre a Usina Jequitibá e a Vila Martins Soares, no município de Manhumirim, com a potência de 70 kVA, sob tensão nominal de 6.300 volts, entre condutores, frequência de 60 ciclos e extensão de 9,5 km.

Parágrafo único. As duas linhas de transmissão se destinam ao fornecimento de energia elétrica, respectivamente, as localidades de Realeza, no município de Manhuaçu, e de Martins Soares, no município de Manhumirim, ambos no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.

II — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.619 — DE 17
DE OUTUBRO DE 1952

Concede à "SUNEX S. A." (Sociedad Uruguaya Negocios, Exportacion, Importacion Sociedad Anonima), autorização para funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à "SUNEX S. A." (Sociedade Uruguaya Negocios, Exportacion, Importacion Sociedad Anonima), sociedade comercial com sede na cidade de Montevideu, capital da República Oriental do Uruguai, autorização para funcionar no país, de acordo com os estatutos sociais e certificado de incorporação que apresentou, com o capital destacado para as operações no Brasil, de Cr\$ 500.000,00 — (quinhentos mil cruzeiros) e mediante as cláusulas que este acompanham, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.620 — DE 17 DE
OUTUBRO DE 1952

Revoga o Decreto que concedeu à sociedade anônima "Air France" autorização para funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. Fica revogado o Decreto número 24.030, de 22 de março de 1934, pelo qual foi concedida à sociedade anônima "Air France", com sede em Paris, França, autorização

para funcionar na República, e casada a respectiva Carta, tendo em vista o disposto na Lei n.º 48.976, de 16 de junho de 1948, e no Decreto número 50-1.545, de 13 de dezembro de 1950, do Governo da França.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.621 — DE 17 DE
OUTUBRO DE 1952

Cria função na Tabela Unica de Extranumerário-Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Ficam criados, na Parte Permanente, da Tabela Unica de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde as seguintes funções:

1 — Armazenista, referência 19.

16 — Assistente, referência 27.

1 — Escrevente-Datilógrafo, referência 18.

6 — Servente, referência 18.

Art. 2.º. As funções criadas por este Decreto destinam-se a completar a lotação de mensalistas da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís, federalizada pela Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 3.º. A despesa resultante da execução deste Decreto será atendida pela dotação própria.

Art. 4.º. O presente Decreto vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 5.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.622 — DE 17
DE OUTUBRO DE 1952

Concede à Sociedade "Comércio e Navegação Guaiaba Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade "Comércio e Navegação Guaiaba Limitada" com sede na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o contrato social e alteração contratual que apresentou, por meio de escrituras particulares firmadas, respectivamente, a 9 de abril e 12 de setembro do corrente ano, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.623 — DE 17
DE OUTUBRO DE 1952

Concede à Sociedade "Navegação Iguapense Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade comercial "Navegação Iguapense Limitada", com sede na cidade de Iguape, Estado de São Paulo, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o contrato social que apresentou por meio de escritura particular firmada a 28 de agosto do corrente ano, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as

leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.624 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1952

Revoga o Decreto que concedeu à sociedade anônima "R. G. Dun & Bradstreet Company" autorização para funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. Fica revogado o Decreto número 109, de 3 de abril de 1935, pelo qual foi concedida à sociedade anônima "R. G. Dun & Bradstreet Company", com sede na cidade de Wilmington, Estado de Delaware, Estados Unidos da América, autorização para funcionar na República e casada a respectiva Carta, consoante a resolução aprovada pela sua Diretoria, em Assembléia realizada a 7 de maio deste ano.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.625 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1952

Concede à "Compagnie Nationale Air France" autorização para funcionar no país.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade "Compagnie Nationale Air France", com sede em Paris, França, autorização para funcionar no país, con-

soante foi constituída pela Lei número 48.976, de 16 de junho de 1948, e pelo Decreto n.º 50-1545, de 13 de dezembro de 1950, do Governo de França, e com o capital de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) destinado às suas operações no Brasil, mediante as cláusulas que este acompanham, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, ficando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da aludida autorização.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.626 — DE 17 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Bambuí, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.627 — DE 17 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termoeletricas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.628 — DE 17
DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Companhia Eletricidade Muqui do Sul a construir uma linha de transmissão naquele município no Estado do Espírito Santo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e

nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que, pela Resolução n.º 796, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Eletricidade Muqui do Sul a construir uma linha de transmissão trifásica, em circuito simples entre a usina Aparecida e a sede do município de Muqui, no Estado do Espírito Santo, com a potência de 400 kVA, sob a tensão nominal de 6.600 volts, entre condutores, e extensão de doze quilômetros.

Parágrafo único. A linha de transmissão destina-se ao fornecimento de energia elétrica ao município de Muqui do Sul.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

- I — Registrar o presente título na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação.
- II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.
- III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência; e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.629 — DE 17 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara públicas de uso comum, de domínio da União as águas do rio Brecajuvava-Curralinho-Irai, Iguaçú e Iguaçú, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940;

Considerando que a classificação constante do Edital publicado no "Diário Oficial" de 18 de julho de 1951, não recebeu contestação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou favoravelmente pela mencionada classificação, decreta:

Art. 1.º — As Águas do rio denominado Brecajuvava-Curralinho-Irai, Iguaçú e Iguaçú, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior, que nasce no município de Piraquara e é tributário pela margem esquerda do rio Paraná, são declaradas públicas de uso comum, do domínio da União.

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.630 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1952

Dispõe sobre o limite de idade para matrícula, em 1953, no Curso de Oficiais de Infantaria de Guarda, da Escola de Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Para a matrícula no Curso de Formação de Oficiais de Infantaria de Guarda, a que se refere o artigo 6.º, do Regulamento da Escola de Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nú-

mero 30.698, de 1.º de abril de 1952, poderão concorrer, em 1952, excepcionalmente, candidatos de idade superior à fixada na alínea c do mesmo artigo e que não hajam atingido o 33.º aniversário no dia 1.º de março do mesmo ano.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Nero Moura

DECRETO N.º 31.631 — DE 22 DE
OUTUBRO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta cruzeiros) para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.664, de 27 de agosto de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta cruzeiros) destinado ao reforço do pagamento de salário-família relativo ao exercício de 1951, como segue:

Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação I — Diversos.

Subconsignação 41 — Salário-família.

02 — Tribunal Federal de Recursos — Cr\$ 3.150,00.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.632 — DE 22 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Ribeirão Claro, no Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e de acordo com os arts. 1.165 e 1.180 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação que a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, no Estado do Paraná, quer fazer à União Federal de um terreno situado na rua Coronel Emilio Gomes, naquele Município, tudo de conformidade com os dados técnicos e demais elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 34.656 de 1952.

Art. 2.º O terreno a que se refere o artigo anterior destina-se à construção de uma Agência Postal-Telegráfica.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.633 — DE 22 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terras situadas no município de São João do Piauí, no Estado do Piauí.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e de acordo com os arts. 1.165 e 1.180 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar,

para todos os efeitos, a doação que a Prefeitura Municipal de São João do Piauí, no Estado do Piauí, quer fazer a União Federal de uma gleba de terras com a área de cento e um hectares e cinquenta e três ares, situada no lugar denominado "Mangueira" naquele município, tudo de conformidade com a Lei Municipal n.º 42, de 22 de setembro de 1950 e demais elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 92.497, de 1951.

Art. 2.º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à instalação de um Posto Agropecuário.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

João Celso

DECRETO N.º 31.634 — DE 22 DE
OUTUBRO DE 1952

Aprova convênio entre o Ministério da Agricultura e a Fundação da Casa Popular, para os fins que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 125 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o acordo celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Fundação da Casa Popular para cessão a esta de uma área aproximada de 200.000 m2 (duzentos mil metros quadrados), contígua ao Núcleo residencial da mesma Fundação, localizado na Estação do Deodoro.

Art. 2.º A área referida no artigo anterior tem as seguintes confrontações: Norte — Avenida das Bandeiras; Oeste — Rodovia Camboatá; Sul — Terrenos da Estrada de Ferro Central do Brasil; Leste — Glebas pertencentes à Fundação da Casa Popular, e a terceiros.

Art. 3.º O imóvel a que se refere o artigo anterior se destina à construção de casas do tipo popular.

Art. 4.º A Fundação da Casa Popular ficará obrigada a construir, compensando a cessão do terreno, no quilômetro 47 da rodovia Rio-São Paulo, um núcleo residencial, destinado a servidores que ali exerçam suas funções, no valor das terras que lhe foram cedidas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.635. — DE 23 DE OUTUBRO DE 1952

Inclui funções na Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam incluídas na Parte Permanente da Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Educação e Saúde 31 (trinta e uma) funções de Assistente de Ensino referência 27, e 15 (quinze) funções de Servente, referência 18 correspondentes às 31 (trinta e uma) funções de Assistente referência XVIII, e 15 (quinze) de Servente referência V, previstas no artigo 4.º parágrafo único, da Lei n.º 1.049, de 3 de janeiro de 1950, para aproveitamento do pessoal da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará.

Art. 2.º Os efeitos decorrentes do aproveitamento dos servidores da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará nas funções ora incluídas na Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Educação e Saúde vigorarão a partir de 23 de janeiro de 1950.

Parágrafo único — Os ocupantes das funções de assistente de ensino só perceberão salários correspondentes à referência 27 a partir de 1.º de

dezembro de 1950, cabendo-lhes, durante o período de 23 de janeiro de 1950 a 8 de dezembro de 1950, a percepção de salários equivalentes à referência 23.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 31.636 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1952

Dispõe sobre a Tabela Numérica de Pessoal do Instituto Nacional do Mate:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam extintas as seguintes funções na Tabela Numérica do Pessoal do Instituto Nacional do Mate:

Parte Permanente:

- d) Séries Funcionais
- | | |
|---|----|
| 1 (uma) de Assessor Técnico, referência | 28 |
| 1 (uma) de Desenhista referência | 24 |
| 18 (dezoito) de Escriurário, referência | 21 |
| 1 (uma) de Fiscal, referência .. | 23 |
| 1 (uma) de Médico, referência .. | 23 |
| 1 (uma) de Motorista, referência | 23 |
| 3 (três) de Servente, referência .. | 19 |
- Parágrafo único — São consideradas excedentes as seguintes funções da Tabela a que se refere este artigo:

Parte Permanente:

- b) Funções Isoladas:
- | | |
|--|----|
| 1 (uma) de Assistente Jurídico, referência | 28 |
| 1 (uma) de Procurador, referência | 30 |
- d) Séries Funcionais:
- | | |
|---|----|
| 1 (uma) de Almojarife, referência | 24 |
| 5 (cinco) de Assessor Técnico, referência | 28 |
| 7 (sete) de Escriurário, referência | 21 |
| 7 (sete) de Fiscal, referência .. | 23 |

1 (uma) de Motorista, referên- cia	23
1 (uma) de Porteiro, referên- cia	20
2 (duas) de Taquígrafo, refe- rência	26
1 (uma) de Tesoureiro, refe- rência	27

Art. 2.º. O presente Decreto vi-
gorará a partir da data de sua publi-
cação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições
em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de
1952; 131.º da Independência e 64.º da
República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.637 — DE 23 DE
OUTUBRO DE 1952

*Declara de utilidade pública as áreas
de terra compreendidas no planalto
de ampliação do aproveitamento do
rio Tijuco e autoriza a Empresa Luz
e Força Itaipubana S. A. a promo-
ver a respectiva desapropriação.*

O Presidente da República usando
da atribuição que lhe confere o artigo
87, inciso I, da Constituição, e aten-
dendo ao que dispõe o Decreto-lei n.º
3.365, de 21 de junho de 1948, decreta:

Art. 1.º. São declaradas de uti-
lidade pública as áreas de terra adi-
ante relacionadas e necessárias a rea-
lização das obras de ampliação do
aproveitamento da energia hidráulica
do rio Tijuco, município de Itaipuba,
Estado de Minas Gerais, que o De-
creto n.º 25.632, de 6 de outubro de
1948, autorizou a Empresa Luz e For-
ça Itaipubana S. A. a executar:

Gleba n.º 1 — área de 15.600,00 me-
tros quadrados, de propriedade atri-
buida a Saul de Oliveira Carvalho, si-
tuada à margem direita do rio Ti-
juco.

Gleba n.º 2 — área de 120.000,00
metros quadrados, de propriedade
atribuída a Saul de Oliveira Carva-
lho, situada à margem direita do rio
Tijuco.

Gleba n.º 3 — área de 23.480,00 me-
tros quadrados, de propriedade atri-
buida a José Guimarães Coelho, si-

tuada à margem direita do rio Ti-
juco.

Gleba n.º 4 — área de 4.000,00 me-
tros quadrados, de propriedade atri-
buida a Omar Domingues da Silva, si-
tuada à margem direita do rio Ti-
juco.

Gleba n.º 5 — área de 800,00 me-
tros quadrados, de propriedade atri-
buida a Hildebrando Alves Pereira, si-
tuada à margem direita do rio Ti-
juco.

Gleba n.º 6 — área de 3.000,00 me-
tros quadrados, de propriedade atri-
buida a Antônio Francisco de Assis,
situada à margem direita do rio Ti-
juco.

Gleba n.º 7 — área de 18.440,00 me-
tros quadrados, de propriedade atri-
buida a Aureliano de Freitas Franco,
situada à margem esquerda do rio Ti-
juco.

Gleba n.º 8 — área de 91.480,00 me-
tros quadrados, de propriedade atri-
buida a Antônio de Souza, situada à
margem esquerda do rio Tijuco.

Gleba n.º 9 — área de 15.680,00 me-
tros quadrados, de propriedade atri-
buida a Hildebrando Alves Pereira,
situada à margem esquerda do rio
Tijuco.

Gleba n.º 10 — área de 48.560,00
atribuída a Afonso Vilela Junqueira,
situada à margem esquerda do Rio Ti-
juco.

Gleba n.º 11 — área de 10.160,00
metros quadrados, de propriedade
atribuída a Antônio Matias Guima-
rães e João Guimarães, situada à
margem esquerda do rio Tijuco.

Parágrafo único — Perfazem essas
glebas a superfície total de 351.200,00
metros quadrados e estão representa-
dos nas plantas aprovadas pelo Minis-
terio da Agricultura.

Art. 2.º. A Empresa Luz e Força
Itaipubana S. A. fica autorizada a
promover na forma da legislação vi-
gente, a desapropriação das áreas in-
dicadas, com as benfeitorias que nelas
se acharem.

Art. 3.º. Este Decreto entra em
vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições
côns em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de
1952; 131.º da Independência e 64.º da
República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.638 — DE 23

DE OUTUBRO DE 1952

Outorga à Cia. de Fiação e Tecidos Cometa concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das cachoeiras Baixo Caioaba, Alto Caioaba e Cortiço, existente nos rios Caioaba e Cortiço, distrito de Meio da Serra, município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 150, do Código de Aguas — (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), decreta:

Art. 1.º E' outorgada à Cia. de Fiação e Tecidos Cometa, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das cachoeiras de Baixo Caioaba, Alto Caioaba e Cortiço, existentes nos rios Caioaba e Cortiço, distrito de Meio da Serra, município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, respeitados os direitos de terceiros.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda a aproveitar a descarga de derivação e a potência da etapa inicial, bem como das subsequentes, à medida que forem sendo aprovados os projetos correspondentes.

§ 2.º O aproveitamento destina-se ao uso exclusivo da concessionária, que não poderá ceder energia a terceiros, mesmo a título gratuito, excluídas, todavia, desta proibição, as vilas operárias da concessionária, desde que seja gratuito o fornecimento da energia que lhes fôr feito.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação, pelo Ministro da Agricultura, da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico, observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Aguas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando fôr determinada pela Divisão de Aguas, as instalações necessárias à observação fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição da energia elétrica referente ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o estipulado nos artigos 165 e 166, do Código de Aguas.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado do Rio de Janeiro não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se o não fizer, que não pretende a renovação.

Art. 5.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data da publicação deste Decreto.

Art. 6.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.639 — DE 23
DE OUTUBRO DE 1952

*Aprova o Regulamento para o Alto
Comando do Exército. (1.ª parte)*
O Presidente da República:

Usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Artigo 1.º Fica aprovado o Regulamento para o Alto Comando do Exército, que com este baixa, assinado pelo General de Divisão Ciro Espirito Santo Cardoso, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

Artigo 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

REGULAMENTO PARA O ALTO COMANDO DO EXÉRCITO (RACE)
PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

Dos Fins e Constituição

Artigo 1.º O Alto Comando do Exército (ACE) é um organismo destinado a possibilitar, ao Ministro da Guerra, o exercício de suas funções de Comandante do Exército em tempo de paz, por delegação permanente do Presidente da República.

Parágrafo único. O Alto Comando do Exército, como órgão de planejamento e execução, sugere ao Ministro da Guerra soluções para os problemas vitais do Exército.

Artigo 2.º O Alto Comando do Exército é constituído dos seguintes órgãos:

- Estado Maior do Exército
- Departamento Geral de Administração
- Departamento Técnico e de Produção
- Comandos de Zonas Militares.

CAPÍTULO II

Do funcionamento

Artigo 3.º O Ministro da Guerra reunirá o Alto Comando do Exército,

na sua totalidade ou apenas alguns de seus órgãos, pelos seus Chefes, constituindo o Conselho Superior de Administração (C.S.A.) e o Conselho Superior de Comando (CSC).

Artigo 4.º O Conselho Superior de Administração é constituído dos seguintes membros:

- Chefe do Estado Maior do Exército
- Chefe do Departamento Geral de Administração
- Chefe do Departamento Técnico e de Produção.

Parágrafo único. São órgãos consultivos do Conselho Superior de Administração:

- Conselho de Economia da Guerra
- Comissão de Orçamento do Ministério da Guerra
- Consultoria Jurídica do Ministério da Guerra e outros, o critério do Ministro da Guerra.

Artigo 5.º O Conselho Superior de Comando é constituído dos seguintes membros:

- Chefe do Estado Maior do Exército
- Comandantes de Zonas Militares

Artigo 6.º O Inspetor Geral integrará o Alto Comando, o Conselho Superior de Administração e o Conselho Superior de Comando.

Artigo 7.º O Alto Comando do Exército reunir-se-á, no todo, ou em parte, sob a presidência do Ministro da Guerra.

Parágrafo único. Na ausência do Ministro da Guerra presidirá a reunião o mais graduado dos oficiais gerais presentes.

Artigo 8.º O Alto Comando do Exército e o Conselho Superior de Comando reunir-se-ão quando for julgado necessário e somente por convocação do Ministro da Guerra.

Artigo 9.º As reuniões do Conselho Superior de Administração serão quinzenais. Em caso de necessidade, e por convocação do Ministro da Guerra, o Conselho reunir-se-á extraordinariamente.

Artigo 10. O Alto Comando do Exército, ou um de seus Conselhos, só se reunirá presente a maioria de seus membros.

Artigo 11. Nas reuniões do Alto Comando do Exército, ou de seus

Conselhos, só depois de tratados os assuntos em "pauta" poderão ser focalizadas outras questões.

Artigo 12. Cada assunto pendente de estudo será previamente submetido a parecer de um relator designado pelo Ministro da Guerra.

§ 1.º Os pareceres serão escritos e distribuídos aos membros do Alto Comando do Exército, ou do Conselho interessado, no mínimo, quarenta e oito horas antes da reunião e justificados verbalmente pelo autor no decorrer da sessão.

§ 2.º Os conselheiros poderão ter vista dos processos mas não devem, com isto, retardar o prazo marcado para a reunião seguinte.

§ 3.º Os pareceres serão submetidos à discussão e votação em plenário do Alto Comando do Exército ou do Conselho interessado. As conclusões finais servirão de base à decisão do Ministro da Guerra.

§ 4.º Sempre que o assunto tratado exigir conhecimentos especializados, poderá o Ministro da Guerra convocar os técnicos necessários ao esclarecimento do plenário. Esses técnicos não terão voto.

§ 5.º Os membros do Alto Comando do Exército poderão, sempre que julgarem necessário, e mediante autorização do Ministro da Guerra, se fazer acompanhar de assessores técnicos.

Artigo 13. Os trabalhos do Alto Comando do Exército, e de seus Conselhos, serão sempre de caráter secreto.

Artigo 14. Os assuntos estritamente de ordem jurídica, de elaboração de projetos de lei ou de interpretação de diplomas legais vigentes poderão, a critério do Ministro da Guerra, receber prévio parecer escrito do Consultor Jurídico do Ministério da Guerra.

Artigo 15. Todos os assuntos orçamentários, inclusive a proposta anual, serão previamente estudados pela Comissão de Orçamento e submetidos à consideração do Conselho Superior de Administração.

Artigo 16. As atas das reuniões do Alto Comando do Exército e dos seus Conselhos consignarão sucintamente os debates. Essas atas serão assinadas pelos presentes.

Artigo 17. A votação das sugestões se fará sempre pela ordem inversa

da precedência hierárquica, não podendo haver abstenção.

Artigo 1.º Somente mediante autorização do Ministro da Guerra poderão ser fornecidas notas à imprensa sobre os assuntos tratados nas reuniões.

CAPÍTULO III

Da Secretaria

Artigo 19. O Secretário Geral do Ministério da Guerra funcionará como Secretário do Alto Comando do Exército, competindo-lhe redigir as atas das reuniões.

Parágrafo único. O Secretário do Alto Comando do Exército disporá dos serviços burocráticos da Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

Artigo 20. O livro de ata das reuniões gerais e dos Conselhos, será aberto, rubricado e encerrado pelo Secretário do Alto Comando do Exército.

Artigo 21. Anualmente, até 20 de janeiro, o Secretário organizará e apresentará ao Ministro da Guerra relatório circunstanciado dos trabalhos realizados no ano anterior.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1952. — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

DECRETO N.º 31.640 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1952

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para pagamento de despesas realizadas com diligências, investigações e serviços de caráter secreto ou reservado.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.613, de 29 de maio de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00) para atender, no Departamento Federal de Segurança Pública, ao pagamento das despesas realizadas, no exercício de 1951, com diligências, investigações e

serviços de caráter secreto ou reservado.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.641 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 40.716,40 para atender ao pagamento de despesas com a Justiça do Trabalho.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.589, de 8 de abril de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 40.716,40 (quarenta mil setecentos e dezesseis cruzeiros e quarenta centavos), para atender ao pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1946 a 1950 na Justiça do Trabalho, como segue:

PESSOAL

Substituições

Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 5.ª Região.

Cr\$

Bahia 40.716,40

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.642 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1952

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Odontologia, com sede no Distrito Federal.

O Presidente da República:

Atendendo ao que requereu a Associação Brasileira de Odontologia, com sede nesta Capital, a qual satisfaz as exigências do art. 1.º da Lei n.º 91, de 28 de agosto de 1935, e usando da atribuição que lhe confere o art. 2.º da citada Lei, decreta:

Artigo único. E' declarada de utilidade pública, nos termos da mencionada Lei, a Associação Brasileira de Odontologia, com sede no Distrito Federal.

Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO N.º 31.643 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1952

Promulga a Convenção Interamericana sobre a concessão dos direitos civis da mulher, assinado em Bogotá, a 2 de maio de 1948.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo número 74, de 19 de dezembro de 1951, a Convenção Interamericana sobre a concessão dos direitos civis da mulher, assinada em Bogotá, a 2 de maio de 1948, por ocasião da IX Conferência Internacional Americana; e havendo sido depositado na Organização dos Estados Americanos, em Washington, 19 de março de 1952, o Instrumento brasileiro de ratificação:

Decreta que a mencionada Convenção, apensa por cópia ao presente Decreto, seja executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA
SOBRE A CONCESSÃO DOS
DIREITOS CIVIS À MULHER

*Assinada na Nona Conferência Inter-
nacional Americana.*

Bogotá, 30 de março a 2 de maio
de 1948.

Os Governos Representados na IX
Conferência Interamericana.

Considerando:

Que a maioria das Repúblicas Amé-
ricanas, inspirada em elevados prin-
cípios de justiça, tem concedido os
direitos civis à mulher;

Que tem sido uma inspiração da
comunidade americana equiparar ho-
mens e mulheres no gozo e exercício
dos direitos civis;

Que a Resolução XX da VIII Con-
ferência Internacional Americana ex-
pressamente declara:

"Que a mulher tem direito igual
ao do homem na ordem civil";

Que a mulher da América, muito
antes de reclamar os seus direitos,
tinha sabido cumprir nobremente tô-
das as suas responsabilidades como
companheira do homem;

Que o princípio da igualdade de
direitos humanos entre homens e
mulheres está contido na Carta das
Nações Unidas;
Resolveram:

Autorizar os seus respectivos Re-
presentantes, cujos plenos poderes se
verificaram estar em boa e devida
forma, para assinar os seguintes ar-
tigos:

Artigo 1. Os Estados Americanos
convêm em outorgar à mulher os
mesmos direitos civis de que goza o
homem.

Artigo 2. A presente Convenção
fica aberta à assinatura dos Estados
Americanos e será ratificada de con-
formidade com seus respectivos pro-
cessos constitucionais. O instrumen-
to original, cujos textos em espanhol,
francês, inglês e português são igual-
mente autênticos, será depositado na
Secretaria Geral da Organização dos
Estados Americanos, a qual enviará
cópias autenticadas aos Governos pa-
ra os fins de sua ratificação. Os in-
strumentos de ratificação serão depo-
sitados na Secretaria Geral da Orga-
nização dos Estados Americanos, que
notificará do referido depósito os Go-
vernos signatários. Tal notificação
terá o valor de troca de ratificações.

Por Honduras:

M. A. Batres.
Ramón E. Cruz.
Virgílio R. Gálvez.
2 de maio de 1948.

Pela Guatemala:

L. Cardoza Y Aragón.
J. L. Mendoza.
Virgílio Rodríguez Beteta.
M. Noriega M.
José Saravia.

2 de maio de 1948.

Por Chile:

Júlio Barrenechea.
2 de maio de 1948.

Pelo Uruguai:

Dardo Regules.
Nilo Berchesi.
Blanca Mieres de Botto.
Gen. Pedro Sico.
Ariosto D. Gonzalez.
R. Piriz Coelho.

2 de maio de 1948.

Por Cuba:

Ernesto Dihigo.
Carlos Tabernilla.
E. Pando.

2 de maio de 1948.

Pela República Dominicana:

Arturo Despradel.
Temistocles Messina.
Minerva Bernardino.
Joaquim Balaguer.
E. Rodriguez Demorizi.
Héctor Incháustegui C.

2 de maio de 1948.

Pela Bolívia:

J. Paz Campero.
A. Alexander.
H. Palza.
E. Montes Y M.
Humberto Linares.

2 de maio de 1948.

Pelo Peru:

A. Revoredo I.
V. A. Belaúnde.
Luis Fernán Cisneros.
Juan Bautista de Lavalle.
G. N. de Arámburu.
E. Rebagliati.
Luis Echecopar García.

2 de maio de 1948.

Por Nicarágua:

Luis Manuel Debayle.
Guillermo Sevilla Sacasa.
Modesto Valle.
Jesus Sanchez.
Diego M. Chamorro.

2 de maio de 1948.

Pelo México:

J. Torres Bodet.
R. Córdova.
Luis Quintanilla.
P. Campos Ortiz.
José Gorostiza.
Eduardo Villaseñor.
M. Sánchez Cuén.
José M. Ortiz.
F. A. Ursua.

Pelo México:

Mário de La Cueva.
José Lopez B.
E. Enriquez.

2 de maio de 1948.

Pelo Panamá:

Mário de Diego.
Roberto Jimenez.
Eduardo A. Chiari.

2 de maio de 1948.

Por El Salvador:

Héctor David Castro.
H. Escobar Serrano.
Joaquin Guillén Rivas.
Roberto E. Canessa.

2 de maio de 1948.

Pelo Paraguai:

César A. Vasconcellos.

2 de maio de 1948.

Por Costa Rica:

Emilio Valverde.
Rolando Blaco.
José Miranda.

2 de maio de 1948.

Pelo Equador:

A. Parra V.
Homero Viteri L.
P. Jaramillo A.
H. Garcia O.

2 de maio de 1948.

Pelo Brasil:

João Neves da Fontoura.
A. Camillo de Oliveira.
Elmano Gomes Cardim.

Arthur Ferreira dos Santos.
Gabriel de R. Passos.
Jorge Felipe Kafuri.
Salvador Cesar Obino.

2 de maio de 1948.

Por Haiti:

Gustave Laraque.

2 de maio de 1948.

Pela Venezuela:

Mariano Picón Salas.

2 de maio de 1948.

Pela República Argentina:

Pedro Juan Vignale.

2 de maio de 1948.

Pela Colômbia:

Carlós Lozano Y Lozano.
Roberto Urdaneta Arbeláez.
Antônio Rocha.
Cipriano Restrepo Jaramillo.
Domingo Esguerra.
Silvio Villegas.
Jorge Soto del Corral.

2 de maio de 1948.

DECRETO N.º 31.644 — DE 23
DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205, do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Acácio Francisco Reimão, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir o domínio útil do terreno de marinha beneficiado com o prédio n.º 1.371, da Praia Guanabara, na ilha do Governador, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda, sob o n.º 214.579, de 1950.

Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Láfer

DECRETO N.º 31.645 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1952

Altera a redação do artigo 4.º, do Decreto n.º 31.548, de 6 de outubro de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, Decreta:

Art. 1.º. O artigo 4.º, do Decreto n.º 31.548, de 6 de outubro de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4.º. As modificações que, em virtude das necessidades do serviço, se tornarem necessárias nos quadros e tabelas de pessoal do Instituto, serão efetivadas mediante decreto, em conformidade com o art. 33, da Lei número 438, de 15 de novembro de 1948”.

Art. 2.º. Este Decreto entrará em vigor a partir de 9 de outubro de 1952.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.646 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da “A Protetora”, Companhia de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º. Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), para Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), da “A Protetora” Companhia de Seguros Gerais

e Acidentes do Trabalho, com sede na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 1.292, de 23 de dezembro de 1936, conforme deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas a 3 de julho de 1951 e 29 de abril de 1952.

Art. 2.º. A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.647 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1952

Concede à sociedade “Gillette Safety Razor Company of Brazil” autorização para continuar a funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade anônima “Gillette Safety Razor Company of Brazil”, com sede em Wilmington, Condado de New Castle, Estado de Delaware, Estados Unidos da América, autorizada a funcionar na República pelos Decretos números 17.259, de 24 de março de 1926, 19.836, de 8 de abril de 1931, 10.008, de 16 de julho de 1942, 15.631, de 23 de maio de 1944 e 19.352, de 6 de agosto de 1945, autorização para continuar a funcionar no país com a alteração introduzida em seus Estatutos, conforme certificado de incorporação que apresentou, e com o capital destinado às operações no Brasil aumentado de Cr\$ 7.675.000,00 (sete milhões, seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros) para Cr\$ 50.704.227,00 (cinquenta milhões setecentos e quatro mil, duzentos e vinte e sete cruzeiros), consoante resolução aprovada em assembleia da Diretoria, realizada a 21 de abril do corrente ano, ficando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos

em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da aludida autorização.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.648 — DE 23 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas necessárias às construções que menciona.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.365, de 21 de Junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis n.º 4.152, de 6 de Março de 1942 e 9.841, de 9 de Setembro de 1946, Decreta:

Art. 1.º. São declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas necessárias à construção da variante "Campinas", entre as estações O — 4.289 + 13,15 (Leopoldo Bulhões — Goiânia) e 197 + 3,51 — 190 + 14,00, do prolongamento da Estrada de Ferro Goiás, e cujos projetos e orçamentos foram aprovados pelo Decreto.

Art. 2.º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1952; 130.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.649 — DE 23
DE OUTUBRO DE 1952

Aprova projeto e orçamento para construção da variante "Campinas", na linha Goiânia-Araguaia, da Estrada de Ferro Goiás.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e ten-

do em vista o que consta dos processos protocolados no Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas sob número 22.363-52 e 28 378-52, decreta:

Art. 1.º. Ficam aprovados o projeto e orçamento, na importância total de Cr\$ 16.518.176,30 (dezesseis milhões quinhentos e dezoito mil cento e setenta e seis cruzeiros e trinta centavos), referentes à construção da variante "Campinas" entre as estações O = 4.289 + 13,15 (Leopoldo Bulhões-Goiânia) e 197 + 3,51 = 190 + 14,00, do prolongamento da Estrada de Ferro de Goiás, aprovado pelo Decreto n.º 29.255, de 30 de Janeiro de 1951.

§ 1.º. As discriminações do projeto e orçamento de que tratar este artigo serão dadas à publicidade mediante portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 2.º. A despesa com a execução das obras correrá, no atual exercício, à conta da Verba 4 — Consignação 7 — Subconsignação 16 — 31 — 01 — 1 — 20, do Anexo 25 da Lei Orçamentária vigente e, nos exercícios vindouros, pelos recursos que forem destinados àquêle fim.

Art. 2.º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 23 de Outubro de 1952; 130.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.650 — DE 23 DE
OUTUBRO DE 1952

Aprova o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Fica aprovado o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra, que com este baixa, assinado pelo General de Divisão Cyro Espirito Santo Cardoso, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

Art. 2.º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

*Cyrol Espirito Santo
Cardoso*

*Regulamento para o Gabinete do
Ministro da Guerra*

CAPÍTULO I

FINALIDADE

Art. 1.º. O Gabinete do Ministro da Guerra, com as atribuições que lhe confere a Lei de Organização do Ministério da Guerra, tem por finalidade auxiliar o Ministro no estudo dos assuntos de sua competência funcional, estabelecendo as ligações e tomando as providências necessárias às suas decisões.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2.º. O Gabinete se compõe de:

- Chefia;
- Divisões;
- Consultoria Jurídica.

Art. 3.º — Para atender à finalidade que lhe está afeta e cumprir as missões que lhe sejam determinadas pelo Ministro o Gabinete terá:

- Chefe do Gabinete;
- Oficiais de Gabinete;
- Funcionários Cívicos;
- Contingente.

Art. 4.º. O Chefe do Gabinete será um General de Brigada.

Art. 5.º. Os oficiais nomeados para as funções de Oficial de Gabinete integrarão as Divisões de acordo com as atribuições que lhes forem conferidas.

Art. 6.º. Integrarão, ainda, o Gabinete os Ajudantes de Ordens do Ministro e do Chefe do Gabinete, e o Assistente-Secretário do Ministro.

Art. 7.º. As Divisões, em número de cinco (5), serão as seguintes:

1.ª Divisão

1) — Pessoal:

— Promoções — Contagem de antiguidade — Almanaque do Exército — Retificações de nomes e datas;
— Movimentação — Nomeações — Agregações — Adições — Licenças — Dispensas do serviço — Trânsito — Férias — Prorrogações — Transporte;
— Mobilização — Inatividade — Serviço Militar;
— Disciplina e Justiça;
— Uniformes — Símbolos e distintivos — Condecorações;
— Previdência e Assistência Social e Religiosa — Asilamento — Assuntos relativos ao SS e SV;
— Assuntos relativos ao pessoal civil.

2) — Administração, Economia e Finanças:

— Subsistência e material de Intendência — Assuntos econômicos e financeiros do Ministério da Guerra — Questões orçamentárias;
— Vencimentos e vantagens — Pensões e Montepios;
— Requisições militares — Transporte — Créditos especiais.

2.ª Divisão

1) — Informações e Assuntos Sigilosos:

— Assuntos relativos à política interna e externa — Serviço de criptografia — Informações;
— Preparo do expediente do Presidente da República — Comissões no estrangeiro;
— Arquivo da documentação sigilosa do Gabinete.

2) — Relações Públicas:

— Ligações: com o Congresso Nacional — Ministérios — Governos Estaduais — órgãos da administração estranhos ao Ministério da Guerra;
— Publicidade e propaganda — Noticiário militar — Cerimonial e atos sociais — Desportos — Recepções e visitas de autoridades ou representações nacionais e estrangeiras — Ordens do Dia.
— Audiência pública — Correspondência oficial do Ministro — Serviço fotográfico do Gabinete.

3) — Organização, Ensino e Instrução:

— Organização geral do Exército — Efectivos em pessoal e animais — Doação de material;

— Cursos de preparação e formação — Cursos de Especialização e Aperfeiçoamentos — Cursos de estrangeiro — Documentação de instrução;

— Magistério Militar.

3.ª Divisão

Técnica:

— Fabricação — Aquisição de material de guerra — Recebimento de material do estrangeiro — Assuntos tecnico-económicos — Importação e exportação de produtos controlados; — Inventos e sugestões — Normas técnicas;

— Serviço geográfico — Questões de limites;

— Obras — Património — Aforamentos — Assuntos técnicos ligados ao Ministério da Viação e à Prefeitura do Distrito Federal — Comunicações e Vias de Transporte.

4.ª Divisão

Expediente:

- 1) — Seção de Expediente;
- 2) — Protocolo e Fichário;
- 3) — Arquivo;
- 4) — Correio;
- 5) — Seção de Comunicações (Estação Radiotelegráfica).

5.ª Divisão

Administrativa:

- 1) — Fiscalização Administrativa;
- 2) — Tesouraria;
- 3) — Almoxarifado;
- 4) — Portaria;
- 5) — Contingente;
- 6) — Seção de Transportes do Gabinete.

Art. 8.º. Cada Divisão será chefiada por um Oficial de Gabinete do posto de Coronel ou Tenente Coronel.

Art. 9.º. Os Chefes da 1.ª e da 2.ª Divisões serão oficiais do QENA e o da 3.ª Divisão do QTA.

Parágrafo único. Os demais oficiais de Gabinete pertencerão aos diversos Quadros do Exército, de acordo com as necessidades e atribuições que lhes forem conferidas.

Art. 10. O Chefe do Gabinete organizará o quadro de distribuição

dos assuntos pelos oficiais de Gabinete integrantes das Divisões.

Art. 11. O Chefe da 5.ª Divisão exercerá as funções de Fiscal Administrativo do Gabinete.

Art. 12. Um oficial de Gabinete, Capitão I. E., exercerá as funções de Tesoureiro-Almoxarife.

Art. 13. A Consultoria Jurídica será constituída de um Consultor e um Assistente.

Art. 14. Um funcionário civil, na qualidade de oficial de Gabinete, será o encarregado dos assuntos referentes ao funcionalismo civil do Ministério.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES

A) Do Chefe do Gabinete:

Art. 15. Ao Chefe do Gabinete compete:

- a) dirigir e coordenar os trabalhos do Gabinete;
- b) regular a distribuição dos serviços e tarefas;
- c) receber e encaminhar ao Ministro as altas autoridades;
- d) decidir, em nome do Ministro, quando a isso autorizado e desde que a decisão não contrarie interesses de terceiros;
- e) estabelecer normas para os despachos;
- f) assegurar as ligações do Ministro com os Poderes Legislativo e Judiciário e com os órgãos ou entidades da alta administração do País;
- g) organizar o serviço de representação do Ministro executado pelos Ajudantes de Ordens e completado pelos Officiais de Gabinete;
- h) estudar os assuntos e cumprir as decisões que lhe sejam atribuídas pelo Ministro.

§ 1.º. O Chefe do Gabinete será o Agente Diretor do Gabinete.

§ 2.º. O Chefe do Gabinete, para efeito de disciplina e justiça, tem atribuições de Comandante de Unidade e Chefe de repartição para com o pessoal do Gabinete.

B) Dos Officiais de Gabinete:

Art. 16. Aos Officiais de Gabinete compete:

- a) o estudo dos assuntos que lhes forem atribuídos nas respectivas Divisões;

b) cumprir outras missões que lhes forem atribuídas pelo Ministro e pelo Chefe do Gabinete.

Art. 17. Aos Chefes das 1.^a, 2.^a e 3.^a Divisões compete, além dos encargos que lhes sejam conferidos como Officiais de Gabinete e, quando julgarem necessário, fiscalizar e coordenar os trabalhos das respectivas Divisões.

Art. 18. Aos Chefe da 4.^a Divisão compete:

— dirigir e coordenar os serviços da Seção de Expediente, do Protocolo, do Fichário, do Correio e da Seção de Comunicações.

Art. 19. Ao Chefe da 5.^a Divisão compete:

a) a realização dos encargos próprios da Fiscalização Administrativa, de acordo com as prescrições regulamentares e as normas em vigor;

b) coordenar os serviços da Tesouraria, do Almoxarifado, da Seção de Transportes, da Portaria e do Contingente;

c) fiscalizar a carga das residências Ministeriais e de outros órgãos ou dependências subordinados diretamente ao Gabinete.

C) Dos órgãos da 4.^a Divisão:

Art. 20. Aos órgãos da 4.^a Divisão compete:

1) Seção de Expediente:

— executar os serviços de secretaria do Gabinete;

— distribuir a correspondência oficial ostensiva do Gabinete, destinada às Divisões e demais Serviços;

— confeccionar os Avisos, Portarias, Decretos, Exposições de Motivos e demais atos oficiais;

— confeccionar o Boletim Interno do Gabinete;

— confeccionar as alterações dos oficiais de Gabinete;

— organizar a escala de férias do pessoal do Gabinete;

— manter em dia a coleção dos atos oficiais expedidos, com os respectivos índices e todos os elementos que lhes facilitem a busca;

— organizar o expediente para publicação no "Diário Oficial";

— organizar os Boletins de Merecimento dos funcionários civis do Gabinete.

2) — Protocolo e Fichário:

— protocolar a correspondência, dando-lhe imediatamente o destino indicado;

— enviar ao Correio a correspondência a ser expedida;

— fichar a correspondência ostensiva, recebida ou a ser expedida, mantendo as fichas devidamente alteradas.

3) Arquivo:

— arquivar todos os documentos que lhe forem remetidos, pelo menos durante um quinquênio;

— manter completa coletânea de leis, regulamentos e demais atos oficiais em vigor;

— organizar o fichário da legislação;

— arquivar, pelo prazo mínimo de 10 anos, as coleções do "Diário Oficial";

— manter em dia uma coleção completa do Boletim do Exército;

— fazer recolher ao Arquivo do Exército os documentos que forem sendo julgados dispensáveis ao trabalho do Gabinete.

4) Correio:

— receber e registrar a correspondência oficial destinada ao Gabinete, encaminhando imediatamente a ostensiva à Seção de Expediente e a sigilosa à 2.^a Divisão;

— registrar e expedir, sem demora, a correspondência do Gabinete;

— receber e entregar aos destinatários a correspondência particular endereçada ao pessoal do Gabinete.

5) Seção de Comunicações (Estação Radiotelegráfica):

— direção e execução do serviço de comunicações radiotelegráficas e telegráficas do Gabinete.

D) Dos órgãos da 5.^a Divisão:

Art. 21 — Aos órgãos da 5.^a Divisão compete:

1) Fiscalização Administrativa, Tesouraria e Almoxarifado:

— execução dos serviços que lhes são próprios, de acordo com as prescrições regulamentares em vigor.

2) Seção de Transportes:

— atender às necessidades de locomoção e transporte e manter os serviços de garagens e manutenção das viaturas pertencentes ao Gabinete.

3) *Contingente*:

— execução dos serviços que lhe são peculiares.

4) *Portaria*:

— dirigir e executar os serviços de limpeza e conservação do Gabinete e órgãos anexos;

— organizar e dirigir os serviços peculiares aos contínuos e serventes do Gabinete;

— encaminhar ao destino conveniente, de acordo com as ordens estabelecidas, as pessoas que tenham assuntos a tratar no Gabinete.

CAPÍTULO IV

PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Art. 22. O Chefe do Gabinete, quando necessário, organizará instruções para execução deste Regulamento pelos diferentes órgãos.

Art. 23. O Comando do Contingente do Gabinete, as Chefias da Seção de Comunicações e da Seção de Transporte serão exercidos por oficiais do Q.A.O.

Art. 24. Diretamente subordinada ao Chefe do Gabinete funcionará uma Comissão de Redação, que se regerá por Regulamento próprio, e que será integrada por três oficiais sendo, pelo menos, um membro do Magistério do Exército e um do Q. E. M. A

Parágrafo único. Os membros da Comissão de Redação poderão exercer suas funções sem prejuízo das que normalmente exerçam no Gabinete ou fora dele.

Art. 25. Funcionará, anexa ao Gabinete, uma Sala de Imprensa integrada por jornalistas devidamente acreditados.

Art. 26. O Ministro da Guerra fixará, anualmente, o efetivo do pessoal militar de seu Gabinete, de acordo com as necessidades do serviço.

Art. 27. O número de funcionários civis do Gabinete será fixado na lotação numérica aprovada pelo Presidente da República.

Art. 28. Os extranumerários serão os constantes da respectiva tabela.

Art. 29. O pessoal militar e civil do Gabinete é de livre escolha do Ministro que poderá substituí-lo ou mantê-lo em parte ou totalmente.

Art. 30. O pessoal civil lotado no Gabinete fará jus a uma "Gratificação de Representação de Gabinete" que será arbitrada pelo Ministro e variável segundo as categorias funcionais.

CAPÍTULO V

DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 31. As substituições temporárias e nos impedimentos serão feitas:

a) a do Chefe do Gabinete e a do Chefe de Divisão, de acordo com as disposições em vigor para as substituições temporárias;

b) a do Chefe da 4.^a Divisão e a do Chefe da 5.^a Divisão por um oficial de Gabinete designado pelo Chefe do Gabinete.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1952. — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

DECRETO N.º 31.651 — DE 24

DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Limitada, a construir uma linha de transmissão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a construir uma linha de transmissão entre as localidades de Governador Portela e Arcádia no município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, com a extensão de 4.420 metros, em circuito simples e a potência de 1.200 kVA, sob a tensão de 600 volts.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de ato declaratório, se não forem apresentados, dentro de noventa (90) dias, os estudos, projetos e orçamentos das obras e se não forem elas iniciadas e concluídas nos prazos marcados pelo Ministério da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência; e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.652 — DE 24
DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a instalar grupos termoeletrônicos de emergência, na cidade de Ouro Fino, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 3.º, do Decreto-lei n.º 3.763, de 26 de outubro de 1941, combinado com o artigo 10 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940,

Considerando que a medida pleiteada foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, pela Resolução número 799, de 29 de setembro de 1952, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Sul Mineira de Eletricidade, a instalar inicialmente um grupo termoeletrônico de emergência, na cidade de Ouro Fino, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais, com a potência de 90 H. P., gerador de 60 kVA, 220 V, 50 c/s, trifásico e, oportunamente, quando o exigirem as condições locais, um segundo grupo de características iguais às do primeiro.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida destina-se a suprir as deficiências de abastecimento em Ouro Fino zona de concessão da Companhia Sul Mineira de Eletricidade.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

- I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, após à sua publicação.
- II — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em 3 vias, dentro do prazo de no-

venta (90) dias, a contar da data de publicação do presente decreto, o projeto da referida usina.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.653 — DE 24
DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Limitada, a construir uma linha de transmissão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que, pela Resolução n.º 800, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a construir uma linha de transmissão entre Morro Azul e Governador Portela, município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, com a extensão provável de 9.350 metros e a potência de 8.500 kVA, sob a tensão de 25.000 volts.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de ato declaratório, se não forem apresentados, dentro de noventa (90) dias, os estudos, projetos e orçamentos das obras e se não forem elas iniciadas e concluídas nos prazos marcados pelo Ministério da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência; e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.654 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio São Simão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940:

Considerando que a classificação constante do Edital publicado no "Diário Oficial" de 25 de abril de 1951, não recebeu contestação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no processo n.º 403/51, opinou favoravelmente pela mencionada classificação, decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado São Simão, que se acha incluído no município de São Simão e é tributário pela margem direita do rio Tamandua, são declaradas públicas de uso comum no domínio do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.655 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo as águas do Rio "Brejinho", "Rincão" e "Rincão", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940:

Considerando que a classificação constante do Edital publicado no "Diário Oficial" de 26 de abril de 1951, não recebeu contestação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no processo n.º 416/51, opinou favoravelmente pela mencionada classificação, decreta:

Art. 1.º As águas dos rios denominados "Brejinho", "Rincão" e "Rincão", respectivamente nos seus trechos superior médio e inferior, que nasce no município de Araraquara, e é tributário pela margem esquerda do rio Rancho Queimado, são declaradas de uso comum do domínio do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.656 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio denominado Malacacheta e Encoberto, respectivamente no seu trecho superior e médio e no trecho inferior

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940,

Considerando que o edital de classificação do curso d'água, publicado no Diário Oficial de 9 de agosto de 1951, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou pela inscrição resultante no registro público devido; Decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado Malacacheta e Encoberto, respectivamente no trecho superior e médio e no trecho inferior, tributário pela margem direita do rio Piranga, com as cabeceiras no município de Senador Firmino, são declaradas públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.657 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1952

Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em Viena.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, itens I e VI da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevada à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil com sede em Viena.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 31.658 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1952

Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil na Haia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo n.º 87, itens I e VI da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica elevada à categoria de Embaixada a representação do Brasil com sede na Haia.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

DECRETO N.º 31.659 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 178.500,00, para o fim que especifica. ..

O Presidente da República, de acordo com a autorização contida no artigo 3.º da Lei n.º 1.351, de 2 de abril de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de cento e setenta e oito mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 178.500,00) para atender a diferença de pagamento de porventos aos seguintes Ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal do aumento concedido na mencionada Lei n.º 1.351 (conforme consta do processo protocolado no Tesouro Nacional sob n.º 188.640 de 1952):

	Cr\$
Antônio Joaquim Pires de Carvalho Albuquerque	14.700,00
Ataulfo Nápoles de Paiva	16.200,00
Hermenegildo Rodrigues de Barros	16.200,00
Plínio de Castro Casado	16.200,00
João Martins de Carvalho Mourão	16.200,00
Manuel da Costa Manso	16.200,00
Carlos Maximiliano Pereira dos Santos ..	16.200,00
Armando de Alencar ..	16.200,00
Antônio Bento de Faria	11.400,00
Eduardo Espinola ..	11.400,00
José Filadelfo de Barros e Azevedo	11.400,00
Washington Osório de Oliveira	16.200,00
	<hr/> 178.500 00

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.660 — DE 24
DE OUTUBRO DE 1952

*Autoriza Albino Coelho Romeiro a
comprar pedras preciosas.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Albino Coelho Romeiro, cidadão brasileiro e residente em Monte Alegre, no Estado do Paraná, a comprar pedras preciosas, nos termos do Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.661 — DE 24
DE OUTUBRO DE 1952

*Autoriza o Serviço do Patrimônio da
União a aceitar doação de terreno
situado em Araraquara, no Estado
de São Paulo*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e de acordo com os arts. 1.165 e 1.180 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar, para todos os efeitos, a doação que faz a Prefeitura Municipal de Araraquara, no Estado de São Paulo, à União Federal do terreno situado na Rua Padre Duarte, esquina com a Avenida Brasil, naquele município, tudo de conformidade com a Lei Municipal n.º 67, de 14 de outubro de 1949, e demais elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 57.000 de 1952.

Art. 2.º Destina-se o terreno à construção de um prédio para a Agência Postal-Telegráfica local.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Horácio Lafer.
Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.662 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1952

*Declara públicas de uso comum, do
domínio da União, as águas do rio
"Capitão-Mor Barreiro", "Barreiro
de Baixo" e "Barreiros" respectiva-
mente nos seus trechos superior,
médio e inferior.*

O Presidente da República:

Usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940;

Considerando que o edital de classificação publicado no *Diário Oficial* de 12 de julho de 1951, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica no processo n.º 700-51-CNAEE, se manifestou favorável a essa classificação, decreta

Art. 1.º As águas do rio denominado "Capitão-Mor Barreiro", "Barreiro de Baixo" e "Barreiros", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior, que nasce no município de Bananal e percorre o de Resende e é tributário pela margem esquerda do rio Paraíba, são declaradas públicas de uso comum do domínio da União.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.668 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara públicas de uso comum do domínio do Estado de Minas Gerais as águas do rio Lages.

O Presidente da República:

Usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso 1, da Constituição, e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940;

Considerando que a classificação constante no *Diário Oficial* de 12 de setembro de 1951 não recebeu contestação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, pela mencionada classificação, opinou favoravelmente, decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado Lages, que nasce no município de Paracatú e é tributário pela margem esquerda do rio Teixeira, são declaradas públicas de uso comum do domínio do Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.664 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio "Perequê Mirim".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei número 2.281, de 5 de junho de 1940;

Considerando que a classificação constante no *Diário Oficial* de 30 de março de 1949, não recebeu contestação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, pela mencionada classificação, opinou favoravelmente,

Decreta:

Art. 1.º As águas do rio denomi-

nado Perequê Mirim, em toda sua extensão, que nasce no município de São Sebastião e se lança no Oceano Atlântico, são declaradas públicas de uso comum do domínio da União na parte marítima e, na parte restante, do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.665 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio denominado Veado, Cachoeirão e Posses, nos seus trechos superior, médio e inferior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso 1, da Constituição, e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940;

Considerando que o edital de classificação do curso d'água, publicado no *Diário Oficial* de 19 de março de 1949, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou pela inscrição resultante no registro público devido;

Decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado Veado, Cachoeirão e Posses, respectivamente nos trechos superior médio e inferior, tributário pela margem esquerda do rio Grande e com as cabeceiras no município de Boa Esperança, são declaradas públicas, de uso comum do domínio do Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.666 — DE 27 DE
OUTUBRO DE 1952

Estende a Jurisdição da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no Estado do Piauí à cidade de Timon, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição decreta:

Art. 1.º. Fica estendida, pelo período de cinco anos, a jurisdição da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no Estado do Piauí à cidade de Timon, no Estado do Maranhão.

Art. 2.º. As atribuições, responsabilidades e representação da Delegacia Regional do Trabalho no Piauí se exercerão sobre a cidade de Timon no Maranhão, sem quaisquer ônus para os cofres públicos.

Art. 3.º. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, por conveniência de serviço, poderá conceder prorrogação do prazo referido no artigo 1.º deste Decreto, desde que perdurem as causas que justificam este ato.

Art. 4.º. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segada Viana

DECRETO N.º 31.667 — DE 27 DE
OUTUBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 16.511.040,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República usando da autorização contida na Lei número 1.669, de 3 de setembro de 1952 e tendo consultado o Tribunal de Contas e ouvido o Ministério da Fazenda, nos termos do artigo 93 do Regulamento

Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 16.511.040,00 (dezesseis milhões, quinhentos e onze mil e quarenta cruzeiros), correspondente a £ 300.000-00-00 (trezentas mil libras esterlinas), para pagamento ao Tesouro Britânico, como liquidação de todas as reivindicações pendentes, constantes do Memorando entregue ao Embaixador Brasileiro em Londres, a 1.º de março de 1947, excetuada a referente à Brazil Railway Company and Port of Pará.

Parágrafo único. No pagamento a que se refere este artigo serão utilizados os fundos congelados em esterlinos.

Art. 2.º O crédito especial a que alude o presente Decreto, depois de registrado pelo Tribunal de Contas, será distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.668 — DE 29
DE OUTUBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para atender às despesas com estabelecimentos de ensino superior federalizados.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.523, de 26 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para atender, no exercício de 1951 às despesas com pessoal de estabelecimentos de ensino superior federalizados e enumerados

no artigo 21 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.669 — DE 29
DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Ministério da Educação e Saúde a aceitar legado.

O Presidente da República, tendo em vista o que consta do processo de n.º 88.600-52, do Ministério da Educação e Saúde, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Educação e Saúde autorizado a aceitar os legados feitos, em inventário por Tobias do Rêgo Monteiro, à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ao Museu Imperial de Petrópolis e ao Museu Histórico Nacional e constantes do referido processo n.º 88.600-52.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.670 — DE 29
DE OUTUBRO DE 1952

Revoga o Decreto n.º 11.194, de 4 de janeiro de 1943, que autorizou o Colégio Santo Antônio, com sede em São João Del-Rei, no Estado de Minas Gerais, a funcionar como Colégio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos

términos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto n.º 11.194, de 4 de janeiro de 1943, que autorizou o Colégio Santo Antônio, com sede em São João Del-Rei, no Estado de Minas Gerais, a funcionar como Colégio.

Art. 2.º A denominação do estabelecimento de que trata o artigo anterior passa a ser Ginásio Santo Antônio.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.671 — DE 29
DE OUTUBRO DE 1952

Cria a Comissão de Construção da Escola de Aeronáutica em Pirassununga, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal e considerando a necessidade de intensificar a construção da futura Escola de Aeronáutica em Pirassununga, Estado de São Paulo, decreta:

Art. 1.º Fica criada a Comissão de Construção da Escola de Aeronáutica em Pirassununga, a qual será diretamente subordinada ao Ministro da Aeronáutica.

Art. 2.º A Comissão de Construção da Escola de Aeronáutica em Pirassununga competirá:

a) submeter à aprovação do Ministro da Aeronáutica a proposta de atualização do projeto de construção da futura Escola de Aeronáutica;

b) providenciar e fiscalizar a construção dos edifícios aeródromo e demais instalações da futura Escola.

Art. 3.º A Comissão de Construção da Escola de Aeronáutica será chefiada por um oficial geral da Aeronáutica e terá como membros, no mínimo, um oficial superior da Aeronáutica e um engenheiro civil do

Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica.

Parágrafo único. O Chefe da Comissão será nomeado por Decreto; os demais membros da Comissão serão designados pelo Ministro da Aeronáutica, mediante proposta do Chefe da Comissão.

Art. 4.º A Comissão disporá, para os seus trabalhos, de auxiliares civis ou militares, admitidos, transferidos ou classificados na forma da lei.

Art. 5.º O Ministro da Aeronáutica baixará as instruções que se fizerem necessárias aos trabalhos da Comissão.

Art. 6.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Nero Moura

DECRETO N.º 31.672 — DE 29
DE OUTUBRO DE 1952

Cria o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, nos termos do artigo 13, da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e tendo em vista a proposta do Conselho Nacional de Pesquisas, com fundamento no artigo 13, da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, decreta:

Art. 1.º Fica criado, nos termos do artigo 13, da Lei n.º 1.310 de 15 de janeiro de 1951, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, subordinado ao Conselho Nacional de Pesquisas, o qual terá como finalidade, o estudo científico do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional.

Parágrafo único. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia promoverá a colaboração com organizações semelhantes mantidas pelas nações vizinhas, e poderá prestar assistência aos governos ou instituições desses países, no tocante ao estudo de problemas da região amazônica.

Art. 2.º O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia terá regulamento elaborado pelo Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas e aprovado por decreto do Presidente da República.

§ 1.º O Regulamento disporá sobre a organização do Instituto, o regime de seus trabalhos, sua articulação com outros órgãos federais, estaduais ou municipais, de finalidades conexas, principalmente com o órgão que for estabelecido por lei para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a que se refere o artigo 199, da Constituição, bem como sobre a forma de admissão, atribuições, deveres e direitos de seu pessoal.

§ 2.º Quando se fizer necessário, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia poderá promover, por intermédio do Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, a requisição de servidores públicos, nos termos do artigo 35, do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, ou das demais disposições legais em vigor.

Art. 3.º O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia poderá receber doações, com ou sem finalidades especificadas.

Parágrafo único. Os bens e direitos pertencentes ao Instituto de Pesquisas da Amazônia somente poderão ser utilizados para a realização de objetivos próprios à sua finalidade, permitida, porém, a sua inversão para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

Art. 4.º Fica instituído, sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Pesquisas, e de acordo com o Capítulo VI, da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, o Fundo de Pesquisas da Amazônia, a que serão incorporadas as respectivas dotações orçamentárias e os recursos de outra natureza destinados à manutenção e desenvolvimento dos trabalhos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Parágrafo único. A administração e aplicação do Fundo de Pesquisas da Amazônia serão estabelecidas no Regulamento a que se refere o artigo 2.º.

Art. 5.º A utilização dos recursos financeiros atribuídos ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia será, em cada ano, objeto de prestação de contas ao Conselho Nacional de Pesquisas, até o dia 15 de fevereiro do ano subsequente, devendo este incorporar tais contas ao seu movimento

próprio, para os fins previstos no artigo 21 e seus parágrafos, da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

Art. 6.º Ficam asseguradas ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, como órgão do Conselho Nacional de Pesquisas, as prerrogativas e vantagens que a este competem, nos termos da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, e de seu Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 23.433, de 4 de abril de 1951.

Art. 7.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de

Lima

Cyrol Espirito Santo

Cardoso

João Neves da Fontoura

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

João Cleofas

E. Simões Filho

Segadas Viana

Nero Moura

**DECRETO N.º 31.673 — DE 29
DE OUTUBRO DE 1952**

Autoriza o cidadão brasileiro Climério Vieira a pesquisar mica e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Climério Vieira a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos, situados no lugar denominado Taperão no distrito e município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais, numa área de noventa e nove hectares e cinquenta ares (99,50 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência dos córregos Latorre e do Bananal e os lados, a partir do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — oitocentos e trinta metros (830 m.); quatro graus noroeste (4º NW); mil quatrocentos e

noventa e cinco metros (1.495 m.), oitenta e oito graus sudeste (88º SE); quinhentos metros (500 m.); quatro graus sudeste (4º SE); o quarto (4º) e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do terceiro (3º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de um mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

**DECRETO N.º 31.674 — DE 29
DE OUTUBRO DE 1952**

Autoriza o cidadão brasileiro Verdi de Carvalho, a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Verdi de Carvalho, a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos do Estado, na localidade do córrego de Toá, distrito de Poáia, município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais, numa área de cem hectares (100 ha.), delimitada por um quadrado de mil metros (1.000 m.), de lado que tem um vértice a oitocentos e dez metros (810 m.), no rumo magnético de quarenta e seis graus noroeste (46º NW) da confluência dos córregos Jesuino e do Toá, e, os lados divergentes desse vértice têm os seguintes rumos magnéticos: — leste (E) e sul (S).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de um mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00), e será transcrito no livro próprio da

Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.675 — DE 29
DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro João Manoel de Sousa, a pesquisar mica e associados, no município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro João Manoel de Sousa, a pesquisar mica e associados, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Córrego do Espirado, distrito de Martins Soares, município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais, numa área de oito hectares (8 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a oitenta e dois metros (82 m.), no rumo magnético dez graus nordeste (10º NE) da confluência do Córrego Espirado, no riacho dos Rodrigues e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — quatrocentos metros (400 m.), oitenta e três graus trinta minutos sudoeste (83º 30' SW); duzentos metros (200 m.), seis graus trinta minutos sudoeste (6º 30' SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.676

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO N.º 31.677 — DE 30
DE OUTUBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos para aumento de capital da Companhia Seguradora Brasileira S. A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Seguradora Brasileira SA., com sede na Capital do Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 14.877, de 15 de junho de 1921, para aumento do capital social, de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) para Cr\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 21 de julho de 1952.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.678 — DE 30 DE
OUTUBRO DE 1952

Aprova, com modificação, alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Minas-Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos da "Companhia de Seguros Minas-Brasil", com sede na Capital do Estado de Minas Gerais, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 3.297, de 24 de novembro de 1938, conforme deliberação da Assembléa Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 1952, mediante as seguintes condições:

I — Supressão da expressão "e suplentes" do artigo 36.º;

II — A alteração consignada na cláusula precedente deverá ser aprovada em Assembléa Geral Extraordinária, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação deste Decreto, continuando a referida sociedade integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquêlê Decreto.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.679 — DE 30
DE OUTUBRO DE 1952

Concede à "Empresa Paulista de Navegação, Indústria e Comércio Limitada", autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à "Empresa Paulista de Navegação, Indústria e Comércio Limitada", com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelos Decretos números 29.143, de 16 de janeiro de 1951 e 30.982, de 13 de junho do corrente ano, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, consoante alteração contratual apre-

sentada, por meio de instrumento particular, firmado a 22 de setembro último, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.680 — DE 30
DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza estrangeira a adquirir o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205, do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Ofélia Xavier Guimarães Ferreira, de nacionalidade portuguesa, autorizada a adquirir o direito de ocupação de 1/22 avos do terreno de marinha situado na Avenida Atlântica, onde existiu o prédio n.º 434, na Capital da República, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 35.380, de 1952.

Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.681 — DE 30 DE
OUTUBRO DE 1952

Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Mercedes Del Castilho Villas, de nacionalidade por-

tuguêsa, autorizada a adquirir o domínio útil do terreno de marinha, beneficiado com o prédio n.º 11, da Rua do Ouvidor, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 37.030 de 1952.

Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.682 — DE 30
DE OUTUBRO DE 1952

Altera o artigo 51 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 54, de 12 de setembro de 1934.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 67, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 51 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 54, de 12 de setembro de 1934, passa a ter a seguinte redação:

Art. 51. Além das aplicações previstas em ei especial, o patrimônio do Instituto deverá ser empregado, de modo que dêle se obtenha o melhor rendimento:

- a) em títulos de renda federal;
- b) no arrendamento ou venda de habitações em conjuntos residenciais, adquiridas ou construídas por iniciativa do Instituto; em empréstimos para aquisição ou construção de habitações, por iniciativa dos associados; e em imóveis para instalação de seus serviços ou locação a terceiros, observadas em todos os casos as instruções expedidas pelo Departamento Nacional da Previdência Social;
- c) em empréstimos aos associados, mediante consignação em folha;
- d) em empréstimos aos sindicatos de empregados em estabelecimentos bancários e às cooperativas de consumo de câncários, mediante garantia hipotecária, para aquisição ou construção de sua sede social, de acôrdo com as instruções expedidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.683 — DE 30
DE OUTUBRO DE 1952

Retifica o artigo 1.º, do Decreto n.º 30.844, de 14 de maio de 1952

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica retificado o artigo primeiro do Decreto número trinta mil oitocentos e quarenta e quatro — (30.844) — de catorze — (14) — de maio de mil novecentos e cinquenta e dois — (1952) — que passará a ter a seguinte redação: — Fica autorizado o cidadão brasileiro Geraldo Gabriel Nunes Coelho a lavrar mica, em terrenos devolutos no lugar denominado Lavra do Sergipano, distrito de Poáia, município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta e um hectares oitenta e dois ares e vinte e cinco centiares — (31,8225 ha) — delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na confluência dos córregos Chiá e Campinho e cujos lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: quatrocentos e sessenta metros (460 m.), vinte e quatro graus vinte e sete minutos nordeste (24º 27' NE); setecentos e vinte metro (720 m.), dezesseis graus trinta minutos sudeste (16º 30' SE); seiscentos e dez metros (610 m.), setenta e três graus e trinta minutos, sudoeste (73º 30' SW); seiscentos e vinte e cinco metros (625 m.) dezesseis graus trinta minutos noroeste (16º 30' NW); quatrocentos metros (400 m.), sessenta e cinco graus trinta minutos sudeste (65º 30' SE).

Art. 2.º Ficam mantidas as demais disposições dos artigos do referido Decreto, que passarão a fazer parte integrante do presente.

Art. 3.º A presente retificação de Decreto não fica sujeita ao pagamento de taxa prevista pelo parágrafo único do artigo 31, do Código de Minas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.684 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1952.

Dispõe sobre a cobrança do selo da taxa adicional de dez centavos, a que se refere a Lei n.º 909, de 8 de novembro de 1949, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei 909, de 8 de novembro de 1949,

Decreta:

Art. 1.º Anualmente, durante uma semana, que se denominará "Semana do Combate à Lepra", o Departamento dos Correios e Telégrafos fará uma emissão de selos da taxa adicional de dez centavos (Cr\$ 0,10), os quais serão aplicados à correspondência postal que transitar pelo território nacional durante a referida semana.

Art. 2.º A "Semana do Combate à Lepra", a que se refere o artigo anterior, será a última do mês de novembro de cada ano.

Art. 3.º O selo de taxa adicional de que trata o Art. 1.º deste Decreto será aplicado, obrigatoriamente, nas cartas, encomendas, reembolsos e valores declarados, bem como em amostras, manuscritos e livros, que forem postados nos correios de todo o território nacional, durante a "Semana de Combate à Lepra".

§ 1.º Ficam excluídos do pagamento do selo adicional os objetos de correspondência que, embora incluídos na enumeração constante deste artigo e transitando pelo cor-

reio durante a "Semana do Combate à Lepra", houverem sido postados anteriormente ao início da referida semana.

§ 2.º O uso desse selo será facultativo na correspondência destinada ao exterior do país.

Art. 4.º A correspondência sujeita, por este Decreto, ao pagamento do selo adicional e que não o contiver, será considerada insuficientemente franquiada, cabendo ao Departamento dos Correios e Telégrafos cobrar do destinatário, em dobro, a importância correspondente ao valor do selo adicional, nos termos do art. 5.º, § 2.º, da Tarifa Postal.

Art. 5.º Fora do período da "Semana do Combate à Lepra", somente será permitida a venda dos selos de que trata o art. 1.º, deste Decreto, quanto destinado a coleções.

Art. 6.º Sem prejuízo das instruções que enviar às Diretorias Regionais, o Departamento dos Correios e Telégrafos fará publicar no *Diário Oficial*, com a antecedência conveniente, edital que mencione as características do selo e contenha esclarecimentos para orientação do público.

Art. 7.º O produto da venda do selo de que trata este Decreto terá escrituração especial e será entregue à Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros, integrada na Campanha Nacional contra a Lepra, em virtude do Decreto-lei, n.º 4.827, de 12 de outubro de 1942, para ser aplicado em benefício dos filhos saudáveis dos Lázaros.

Parágrafo único. A Contadoria Geral da República, dentro de 30 dias, expedirá instruções regulando o modo de escrituração e recolhimento do produto obtido com a venda do referido selo, de forma a possibilitar a entrega do mesmo, no menor prazo possível, à Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros.

Art. 8.º Anualmente, a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros comprovará, perante o Ministro da Educação e Saúde, a aplicação da importância recebida no ano anterior, em consequência da arrecadação da taxa adicional correspondente ao selo a que se refere este Decreto.

Art. 9.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima.

Horácio Lafer.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 31.685 — DE 31 DE
OUTUBRO DE 1952

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para atender às despesas realizadas com o VIII Congresso da Comissão Interamericana de Mulheres, reunido nesta capital em julho de 1952.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.634, de 3 de julho de 1952 e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para atender às despesas realizadas com o VIII Congresso da Comissão Interamericana de Mulheres, reunido nesta capital em julho de 1952.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.686 — DE 31 DE
OUTUBRO DE 1952

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Paraná as águas do rio Socavão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940,

Considerando que a classificação constante no *Diário Oficial* de 2 de julho de 1951, não recebeu contestação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, pela mencionada classificação opinou favoravelmente, decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado "Socavão" que nasce no município de Castro e é tributário pela margem esquerda do rio Ribeirinha, são declaradas, em toda a sua extensão, públicas de uso comum e do domínio do Estado do Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.687 — DE 31
DE OUTUBRO DE 1952

Concede à Mineração Sul Americana Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do artigo 1.º, parágrafo 6.º, do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Artigo único. É concedida à Mineração Sul Americana Limitada, sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída por instrumento particular de 29-9-1952, arquivado sob n.º 58.657, em sessão de 10-10-1952,

da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Belo Horizonte, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.688 — DE 31 DE
OUTUBRO DE 1952

Renova o Decreto n.º 28.204, de 7 de junho de 1950.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovado, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos do letra "b" do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida a Nicolau Prioli, pelo Decreto número vinte e oito mil duzentos e quatro .. (28.204), de sete (7) de junho de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar tripoli e associados, no bairro de Agua Branca, distrito e município de Iatui, Estado de São Paulo.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.689 — DE 1

DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a Mineração Geral do Brasil Ltda., a pesquisar cassiterita e associados, no município de São João Del Rei, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Mineração Geral do Brasil Ltda., a pesquisar cassiterita e associados em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Volta Grande, distrito de Nazareno município de São João Del Rei, no Estado de Minas Gerais, numa área de quarenta e cinco hectares e dezesseis ares (45,16 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice situado no marco quilométrico cento e sessenta e seis mais trezentos metros (166 + 300 m.) da ferrovia da Rede Mineira de Viação e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — duzentos e oitenta metros (280 m.), trinta e quatro graus sudoeste (34 SW); cento e trinta metros (130 m.), sete graus sudoeste (7° SW); oitenta metros (80 m.), trinta e cinco graus sudeste (35° SE); cento e dez metros — (110 m.), oitenta e cinco graus sudeste (85° SE); quatrocentos e quarenta metros (440 m.), dois graus, trinta minutos nordeste (2° 30' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 460,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.690 — DE 1
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Giraldi a pesquisar talco e associados, no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.935, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Gilberto Giraldi a pesquisar talco e associados, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Anta Moura, distrito de Itaiacóca, município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, numa área de vinte e quatro hectares e vinte ares (24,20 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a noventa metros (90 m.) no rumo magnético sessenta e sete graus trinta minutos sudoeste (67º 30' SW) da confluência do arroio do Nabosny no ribeirão do Moura e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — mil duzentos e noventa e cinco metros (1.295 m.), três graus trinta minutos sudoeste (3º 30' SW); trezentos metros (300 m.), sessenta e seis graus trinta minutos sudoeste (66º 30' SW); mil e quatrocentos e cinco metros (1.405 m.), dez graus nordeste (10º NE); cento e cinco metros (105 m.), setenta e dois graus nordeste (72º NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.691 — DE 1
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Belmiro Finazzi e Raul Finazzi a lavar feldspato e argila nos municípios de Itapira e Mogi Mirim, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.935, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Belmiro Finazzi e Raul Finazzi a lavar feldspato e argila, em terrenos de sua propriedade, situados na Fazenda São João do Cercado, bairro do Brumado, distritos e municípios de Itapira e Mogi Mirim, Estado de São Paulo, numa área de trinta hectares (30 ha.), delimitada por um paralelogramo, que tem um vértice a duzentos e dezesseis metros (216 m.), no rumo verdadeiro de quarenta graus e vinte e cinco minutos nordeste (40º 25' NE), do marco colocado à margem da estrada de rodagem Mogi Mirim-Amparo (divisa entre os municípios de Mogi Mirim e Itapira), na sua interseção com as divisas entre as Fazendas São João do Cercado e Santa Teresa e cujos lados, a partir desse vértice, têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: seiscentos metros (600 m.), catorze graus e trinta e cinco minutos sudoeste (14º 35' SW); quinhentos e quatro metros (504 m.), oitenta e dois graus e trinta minutos sudeste (82º 30' SE); seiscentos metros (600 m.), catorze graus e trinta e cinco minutos nordeste (14º 35' NE); quinhentos e quatro metros (504 m.), oitenta e dois graus e trinta minutos noroeste (82º 30' NW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28, do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das

obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula na forma dos artigos 37 e 38, do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71, do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.692 — DE 1
DE NOVENO DE 1952

Autoriza a Organização Brasileira de Minérios Ltda. — OBRAMIL, a funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Artigo único. Fica autorizada a Organização Brasileira de Minérios Limitada — OBRAMIL, constituída por escritura particular no Rio de Janeiro, em 11 de julho de 1952 e com sede à rua Sete de Março n.º 163, Bonsucesso, Distrito Federal a funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.693 — DE 1
DE NOVENO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Umberto Batelli a pesquisar feldspato e associados, no município de Santa Branca, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Umberto Batelli a pesquisar feldspato e associados em terrenos de Antônio de Moraes e Silvino Siqueira, situado no lugar denominado Bairro da Boa Vista, no distrito e município de Santa Branca, Estado de São Paulo, numa área de trinta hectares (30 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a duzentos e cinquenta e três metros (253 m.), no rumo verdadeiro de sessenta e dois graus e vinte minutos sudeste (62º 20' SE), do canto sudeste (SE) da Capela São João Batista e os lados divergentes, do vértice considerado, têm: — quatorcentos metros (400 m.), setenta e três graus e dez minutos (73º 10') sudoeste (SW); setecentos e cinquenta metros (750 m.), dezesseis graus e cinquenta minutos sudeste (16º 50' SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.694 — DE 1
DE NOVENO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Teófilo Pereira a pesquisar pirita, minério de manganês e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos

têrmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Teódulo Pereira a pesquisar pirita, minérios de manganês e associados, em terrenos de propriedade da Companhia Industrial Ouropretana de Tecidos, Fôrça, Luz e Telefones, no imóvel denominado Bom Sucesso, no distrito de Antônio Dias, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais numa área de sessenta hectares (60 ha.), delimitada por um polígono irregular, que tem um vértice a cento e vinte metros (120 m.), no rumo magnético cinquenta graus sudeste (50º SE), da confluência do córrego Tombadouro no rio Funil e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — novecentos e sessenta e sete metros (967 m.), vinte e dois graus e trinta minutos sudeste (22º 30' SE); novecentos e setenta e dois metros (972 m.), setenta e três graus sudoeste (73º SW); seiscentos e quarenta e seis metros (646 m.), quatorze graus e trinta minutos nordeste (14º 30' NE); cento e oitenta e oito metros (188 m.) sessenta e sete graus e trinta minutos noroeste (67º 30' NW); setecentos e cinquenta metros (750 m.), quarenta e nove graus nordeste (49º NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.695 — DE 1
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais — Copelmi — a pesquisar carvão mineral, no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos

têrmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais (Copelmi) a pesquisar carvão mineral, em terrenos de propriedade de Vespúcio Pôrto, João Correia da Silva, Umbelino Martins de Campos e outros, à margem esquerda do rio Jacui, distrito e município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de mil hectares (1.000 ha.), delimitada por um triângulo que tem um vértice a quatro mil oitocentos e setenta metros (4.870 m.), no rumo magnético setenta e sete graus trinta e seis minutos nordeste (77º 36' NE) da chaminé da Usina de Charqueadas e os lados, divergente desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — oito mil metros (8.000 m.) norte (N); oito mil trezentos e oitenta e um metros (8.381 m.), dezessete graus e vinte e um minutos noroeste (17º 21' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.696 — DE 1
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Guiomarino Guieiro a pesquisar diamantes e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos têrmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Alvaro Guiomarino Guieiro a pesquisar diamantes e associados, em terrenos de sua propriedade e de

domínio público, no lugar denominado Angú Duro, distrito de Extração, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais numa área de vinte e quatro hectares (24 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a oitenta e cinco metros (85 m.), no rumo magnético oitenta e sete graus e trinta minutos sudeste (87° 30' SE) da confluência do córrego do Mel no rio Jequitinhonha e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos metros (200 m.), oitenta e sete graus e trinta minutos noroeste (87° 30' NW); mil duzentos metros (1.200 m.), dois graus trinta minutos sudoeste (2° 30' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.697 — DE 1
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Mariano Rivero Filho a pesquisar conchas calcáreas no município de Iguape, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985 de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Mariano Rivero Filho a pesquisar conchas calcáreas, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Sítio Estirão Comprido, distrito e município de Iguape Estado de São Paulo, numa área de cinquenta hectares (50 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a mil e quinze metros (1.015 m.), no rumo magnético setenta e dois graus noroeste (72° NW) da confluência do córrego Rivero no rio Comprido ou

Uma do Frelado e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil metros (1.000 m.) este (E); quinhentos metros (500 m.), norte (N).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.698 — DE 1
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Manuel de Oliveira a pesquisar argila e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985 de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antônio Manuel de Oliveira, a pesquisar argila e associados, em terrenos de sua propriedade, na estrada das Aroeiras, situadas no distrito de Jundiapéba, município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, numa área de quinze hectares trinta e sete ares e cinquenta centiares — (15.3750 ha.) delimitada por um retângulo que tem um vértice a novecentos e cinquenta e cinco metros (955 m.), no rumo magnético de dezoito graus quinze minutos noroeste (18° 15' NW) do canto noroeste do prédio Capela das Aroeiras, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: — duzentos e cinco metros (205 m.) e rumo de trinta e cinco graus trinta e um minutos noroeste (35° 31' NW) magnético; setecentos e cinquenta metros (750 m.), e rumo de cinquenta e quatro graus vinte e nove minutos nordeste (54° 29' NE), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.699 — DE 1
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Elpidio de Moraes a pesquisar água mineral no município de Alegre, Estado do Espírito Santo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985 de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Elpidio de Moraes a pesquisar água mineral em terras de sua propriedade situadas no distrito de Vala do Sousa, município de Alegre, Estado do Espírito Santo, numa área de sete hectares e vinte e cinco ares (7,25 ha.), delimitada por um polígono irregular de quatro lados que tem um vértice situado a quinhentos e dezessete metros (517 m.) e no rumo magnético de trinta graus nordeste (30º NE), contados a partir da sede da Fazenda Santa Cruz e cujos lados têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos e sete metros (407 m.), trinta e seis graus sudeste (36º SE); duzentos e vinte e cinco metros (225 m.), trinta e três graus quarenta minutos nordeste (33º 40' NE); trezentos e quarenta metros (340 m.), quarenta e três graus trinta minutos noroeste (43º 30' NW); cento e setenta metros (170 m.), cinquenta graus sudoeste. (50º SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão

de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.700 — DE 1
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Antônio Custódio dos Reis e Sebastião Luis Pinheiro a pesquisar quartzo e associados no Município de Cristais, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985 de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Antônio Custódio dos Reis e Sebastião Luis Pinheiro a pesquisar quartzo e associados em terras de sua propriedade, situadas no distrito e município de Cristais, Estado de Minas Gerais, numa área de cinquenta e quatro hectares e cinquenta ares (54,50 ha.) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e sessenta e dois metros e cinquenta centímetros (162,50 m.), no rumo magnético de setenta e oito graus e trinta minutos sudeste (78º 30' SE), da confluência dos córregos do Nico Pires e das Tabocas, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — quatrocentos metros (400 m.), vinte e um graus sudoeste (21º SW); mil cento e cinquenta metros (1.150 m.), sessenta e nove graus sudeste (69º SE); quinhentos metros (500 m.), vinte e um graus nordeste (21º NE); quinhentos e cinquenta metros (550 m.), sessenta e nove graus noroeste (69º NW); o quinto e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do quarto lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos e cinquenta cruzeiros

(Cr\$ 550,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.701 — DE 1
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais — Copelmi — a pesquisar carvão mineral, no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais (Copelmi) a pesquisar carvão mineral em terrenos de propriedade de Vespúcio Porto, Manoel Aires da Silva, João Aires da Silva e outros, à margem esquerda do rio Jacuí, distrito e município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de mil hectares (1.000 ha.), delimitada por um triângulo que tem um vértice a quatro mil oitocentos e setenta metros (4.870 m.) no rumo magnético setenta e sete graus e trinta e seis minutos nordeste (77º 36' NE) da chaminé da Usina de Charqueadas e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: oito mil trezentos e oitenta e um metros (8.381 m.), dezessete graus e vinte e um minutos noroeste (17º 21' NW); dois mil e quinhentos metros (2.500 m.), oeste (W).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.702 — DE 1
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Plínio de Carvalho Simões a pesquisar calcário, argila e associados, no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Plínio de Carvalho Simões a pesquisar calcário, argila e associados em terrenos de propriedade de Oscar Júlio Icken, situados no imóvel denominado Fazenda Agua Fria, no distrito e município de Guapiara, Estado de São Paulo, numa área de quinhentos hectares (500 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a duzentos e vinte metros (220 m.), no rumo magnético de vinte e nove graus sudeste (29º SE) do canto sudeste (SE) da Capela do Araçaeiro, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: dois mil metros (2.000 m.), e rumo este (E), magnético; dois mil e quinhentos metros (2.500 m.), e rumo sul (S), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.703 — DE 3 DE
NOVEMBRO DE 1952

Aprova projeto e orçamento para construção de uma subvariante na ligação ferroviária Teresina-Piripiri.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o que consta do processo n.º 33.390-52, do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados o projeto e o orçamento na importância de Cr\$ 5.594.185,50 (cinco milhões quinhentos e noventa e quatro mil cento e oitenta e cinco cruzeiros e cinquenta centavos), os quais com este baixam, devidamente rubricados, para a construção de uma subvariante entre as estacas 2.138 + 7,65 = 0 e 230 + 18,15 = 2.352 + 18,40, da variante entre as estacas 490 = 0 e 3.335 + 5, na ligação ferroviária Teresina-Piripiri.

Parágrafo único. As respectivas despesas correrão, no vigente exercício, à conta da Verba 4 — Consignação VII — Plano Salte — Subconsignação 16-31-01-1-2) do Orçamento Geral da República, e, nos exercícios subsequentes, pelos recursos que lhes forem atribuídos em lei.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.704 — DE 3
DE NOVEMBRO DE 1952

Accepta a doação do imóvel que menciona, situado no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e de acordo com os artigos 1.165 e 1.180, do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica aceita pela União a doação gratuita que lhe foi feita pela Prefeitura Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso, de uma área de terreno situado entre as ruas Pôr-

to Carreiro, Oriental, Duque de Caxias e 15 de Novembro, na cidade de Corumbá, com 632.815,25 m² (seiscentos e trinta e dois mil oitocentos e quinze metros e vinte e cinco decímetros quadrados), destinado à construção da estação da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, e demais dependências necessárias à sua finalidade.

Art. 2.º Fica aprovada a escritura pública de doação do imóvel citado no artigo 1.º, lavrada e assinada a 28 de abril de 1951, e registrada no Registro de Títulos e Documentos e outros papéis, da Comarca de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Rio de Janeiro, em 3 de novembro de 1952; 131.º da Independência; e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.705 — DE 3
DE NOVEMBRO DE 1952

Estabelece equivalência de cruzeiros a dólares, para o preço mínimo do café do país da safra de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e de acordo com o disposto na Lei número 1.506, de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º O preço mínimo estabelecido para o café da classe descrita na letra "a" do artigo 1.º, do Decreto n.º 31.087, de 7 de julho de 1952, é o equivalente, em moeda nacional, de US\$ 0,5193 por libra-peso (453 g 6), adotada na conversão a taxa oficial de compra do dólar do dia.

Art. 2.º A partir de 1.º de março de 1953 e de 1.º de maio de 1953, esse preço será o equivalente, em moeda nacional, de US\$ 0,5223 e US\$ 0,5253, respectivamente para a mesma unidade de peso referida no artigo 1.º, e adotada na conversão a taxa oficial de compra do dólar do dia.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de novembro de 1952; 131.º da Independência; e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

João Cleofas

DECRETO N.º 31.706 — DE 3
DE NOVEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no artigo 2.º, da Lei n.º 1.491, de 12 de dezembro de 1951 e tendo consultado o Tribunal de Contas e ouvido o Ministério da Fazenda, nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a ocorrer, no corrente exercício, às despesas com a subscrição, pelo Tesouro Nacional, do aumento de capital da Companhia Nacional de Alcahis e com a aquisição das ações da referida Companhia tomadas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, dos Industriários, dos Bancários e dos Empregados em Transportes e Cargas, de conformidade com o disposto na Lei n.º 1.491, de 12 de dezembro de 1951.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de novembro de 1952; 131.º da Independência; e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.707 — DE 3
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública e autoriza desapropriação de imóvel necessário ao Ministério da Guerra.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, e de acordo com o parágrafo 16 do artigo 141, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º São declarados de utilidade pública, de acordo com o disposto no Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, o terreno de 1.234,20 m² de área e suas benfeitorias, situados na Avenida Afonso

Pena ns. 523 e 539, em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, pertencentes a Kachik Arakelian.

Art. 2.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a promover a necessária desapropriação.

Art. 3.º O imóvel em aprêço destina-se à ampliação das instalações do Quartel General da 9.ª Região Militar.

Art. 4.º A despesa decorrente da desapropriação será custeada pelos recursos constantes da "Verba 4 — Obras — Consignação V — Desapropriação e Aquisição de Imóveis — S/c. 10 — Prosseguimento e conclusão de desapropriação e aquisição de imóveis — 17 — Diretoria de Intendência — do Anexo n.º 20 — Ministério da Guerra", do Orçamento Geral da República, aprovado pela Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

Art. 5.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de novembro de 1952; 131.º da Independência; e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

DECRETO N.º 31.708 — DE 3
DE NOVEMBRO DE 1952

Da nova redação ao parágrafo único do artigo 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1.749, de 28 de junho de 1937.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição decreta:

Art. 1.º O parágrafo único do artigo 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1.749, de 28 de junho de 1937, alterado pelo Decreto número 25.175-A, de 3 de julho de 1948, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Concorrendo diversos pedidos, só poderá ser atendido um pretendente a financiamento superior a Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), para cada grupo de cinco pretendentes a financiamento desse valor ou inferior."

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de novembro de 1952; 131.º da Independência; e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.709 — DE 3 DE
NOVEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Paulista de Seguros.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social de Cr\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de cruzeiros), para Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), da Companhia Paulista de Seguros, com sede na Capital do Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 6.054, de 30 de maio de 1906, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de agosto de 1952.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.710 — DE 3
DE NOVEMBRO DE 1952

Aprova projetos e orçamentos para conclusão do trecho do km. 57 + 253 ao km. 81 + 404,59, da variante Mirante-Guaicara, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e

tendo em vista o disposto no artigo 8.º, do Decreto-lei n.º 4.176, de 13 de março de 1942, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados os projetos e orçamentos na importância total de Cr\$ 28.337.475,60 (vinte e oito milhões trezentos e trinta e sete mil quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros e sessenta centavos), que com este baixam, devidamente rubricados, para a conclusão do trecho do quilômetro 57 + 253 ao km. 81 + 404,59, da variante Mirante-Guaicara, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, correndo a despesa à conta do Plano Salte, sendo:

Cr\$

18.240.806,80 — à conta da dotação de Cr\$ 27.000.000,00 consignada no vigente Orçamento Geral da República, Anexo 25, Verba 3 — Consignação VIII — Sub-consignação 74-2-31-01-2) - "Para melhoramentos da via permanentemente abrangendo variantes, etc."; e

10.096.668,80 — à conta das dotações que forem concedidas nos exercícios seguintes.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de novembro de 1952; 131.º da Independência; e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.711 — DE 4
DE NOVEMBRO DE 1952

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para atender às despesas com auxílio à Prefeitura de Blumenau.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.487-A de 7 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito espe-

cial de Cr\$ 200.000,00 — (duzentos mil cruzeiros) — destinado a auxiliar a Prefeitura Municipal de Blumenau, na comemoração do primeiro centenário da fundação do núcleo colonial, hoje cidade de Blumenau, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.712 — DE 4
DE NOVEMBRO DE 1952

Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 7.934.075,70, para pagamento à Companhia Serviços de Engenharia.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.399, de 16 de julho de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de sete milhões, novecentos e trinta e quatro mil, setenta e cinco cruzeiros e setenta centavos — (Cr\$ 7.934.075,70) — para atender ao pagamento devido à Companhia Serviços de Engenharia, por serviços realizados na rodovia Anápolis-São José do Tocantins, no Estado de Goiás.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alvaro de Souza Lima
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.713 — DE 4
DE NOVEMBRO DE 1952

Renova a declaração de utilidade pública, para desapropriação, de terrenos que menciona, situados na "Fazenda da Posse", município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal e tendo em vista os artigos 5.º, letra "n", 6.º e 10, do Decreto-lei número 3.365, de 1 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º São declarados de utilidade pública, para desapropriação os lotes de terrenos, inclusive benfeitorias nêles existentes, situados na localidade denominada "Fazenda da Posse", município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade atribuída a José da Silva Faria, Estandislau da Silva Guimarães e outros, tudo de acordo com os elementos constantes do processo protocolado na Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica, sob o número DO-S-105-46.

Art. 2.º Destinam-se esses terrenos a instalações militares.

Art. 3.º Fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a promover a efetivação respectiva, na forma do artigo 10, do Decreto-lei n.º 3.365 de 21-6-1941, correndo a despesa à conta dos recursos próprios, para esse fim já empenhados.

Art. 4.º A desapropriação de que trata o artigo 1.º é declarada de urgência, para efeito de imediata imissão de posse, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei citado.

Art. 5.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Nero Moura

DECRETO N.º 31.714 — DE 5 DE
NOVEMBRO DE 1952

Outorga concessão à Empresa Panair do Brasil S. A. para instalar uma estação de radiofarol na cidade de Santarém, Estado do Pará.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.715 — DE 5
DE NOVEMBRO DE 1952

Concede à Empresa de Águas Pádua Sociedade Anônima autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 6.º parágrafo 1.º, do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Artigo único. E' concedida à Empresa de Águas Pádua Sociedade Anônima, constituída por instrumento público de 5-12-1951 retificado e ratificado pelo de 18-9-1952, do cartório do 1.º Ofício da Cidade de Santo Antônio de Pádua, arquivado sob o número 103, no Registro de Comércio da Comarca de Santo Antônio de Pádua, com sede na cidade do mesmo nome, Estado do Rio de Janeiro, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.716 — DE 5
DE NOVEMBRO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 28.131,
de 16 de maio de 1950*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

térmos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica renovada, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra "b" do artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida ao cidadão brasileiro Alfredo Dilly, pelo Decreto número vinte e oito mil cento e trinta e um (28.131), de dezesseis (16) de maio de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar minério de ouro, no distrito de Mainart, município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 560 00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.717 — DE 5
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Simplício Antunes Armondes a pesquisar mica, quartzo e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Simplício Antunes Armondes a pesquisar mica, quartzo e associados, em terrenos devolutos ocupados por Firmino José do Nascimento, no lugar denominado Córrego da Turmalina, distrito de Vila Moscovita, município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais, numa área de cento e dezenove hectares e oitenta e nove ares (119,89 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a trezentos metros (300 m.), no rumo magnético leste (E) da confluência do Córrego da

Turmalina no riacho Fundo e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil e trinta metros (1.030 m.), setenta e dois graus sudeste (72° SE); seiscentos e vinte e dois metros (622 m.), vinte e um graus nordeste (21° NE); trezentos e vinte metros (320 m.), setenta e nove graus sudeste (79° SE); quinhentos e setenta metros (570 m.), norte (N); mil quinhentos e vinte metros (1.520 m.), oeste (W); setecentos e setenta metros (770 m.), sul (S).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e duzentos cruzeiros (Cr\$ 1.200,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.718 — DE 5
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Antônio de Faria a pesquisar mica, quartzo, berilo e associados, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Agenor Antônio de Faria a pesquisar mica, quartzo, berilo e associados em terrenos devolutos por ele ocupados no distrito e município de Galiléia, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta e seis hectares, e doze ares (36,12 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a novecentos e dois metros (902 m.), no rumo magnético de setenta e um graus, trinta minutos sudeste (71° 30' SE), da barra do ribeirão São Tomé, no Rio Doce, e os lados a partir do vértice considerado

têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos e trinta e sete metros (637 m.), cinco graus e trinta minutos nordeste (5° 30' NE); trezentos e noventa e seis metros (396 m.), oitenta e cinco graus sudeste (85° SE); duzentos e vinte e oito metros (228 m.), cinquenta graus e trinta minutos sudeste (50° 30' SE); duzentos e quarenta e três metros (243 m.), dois graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (2° 45' SW); cento e vinte e oito metros (128 m.), trinta e dois graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (32° 45' SW); duzentos e três metros (203 m.) vinte graus e quinze minutos sudoeste (20° 15' SW); o sétimo e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do sexto lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 370,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.719 — DE 5
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado da Bahia, as águas do Rio Prazeres ou Boqueirão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940;

Considerando que o edital de classificação, publicado no "Diário Oficial" de 12 de setembro de 1951, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no processo n.º 998-51-CNAEE, se

manifestou favorável a essa classificação, decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado Prazeres ou Boqueirão que nasce no Município de Jequiçá e é tributário, pela margem esquerda do rio Jequiçá, são declaradas públicas, de uso comum do domínio do Estado da Bahia.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.720 — DE 5
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Sucuri.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940:

Considerando que o edital de classificação, publicado no "Diário Oficial", de 9 de agosto de 1951, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, opinou pela inscrição resultante no registro público devido decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado Sucuri, em toda sua extensão, que nasce no município de Abaete, e é tributário, pela margem esquerda, do rio São Francisco são declaradas públicas de uso comum do domínio do Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.721 — DE 5 DE
NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Capivari, Estado de São Paulo, a instalar uma usina geradora diesel-elétrica.

Ainda não foi publicado no Diário Oficial por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.722 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 189.760,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.552, de 8 de fevereiro de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de cento e oitenta e nove mil setecentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 189.760,00), destinado ao pagamento da diferença de proventos de inatividade, no período compreendido entre junho de 1948 e dezembro de 1950 ao taquígrafo, aposentado, da Secretaria da Câmara dos Deputados — Salomão de Vasconcelos, na conformidade da Resolução n.º 20, de 13 de dezembro de 1950, da mesma Câmara, e das Leis ns. 238 de 8 de junho de 1948 e 616, de 2 de fevereiro de 1949.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.723 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica no rio Tietê e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 150, do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934),

Considerando haver a Empresa Força e Luz Pedernheiras Ltda., desistido da concessão que lhe foi outorgada pelo Decreto n.º 28.574, de 30 de agosto de 1950, decreta:

Art. 1.º É outorgada ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo concessão para aproveitamento progressivo da energia hidráulica existente:

a) rio Tietê, trecho da cidade de Anhembi até a corredeira de Lages, situada a cerca de 15 km. a montante do Salto de Avanhandava, no município de Avanhandava;

b) rio Piracicaba, trecho da localidade de Artemis antiga Pôrto João Alfredo, município de Piracicaba, até sua confluência com o Tietê.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos serão determinadas a altura da queda a aproveitar, a descarga da derivação e a potência da etapa inicial, bem como das subsequentes, à medida que forem sendo aprovados os projetos correspondentes.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à produção transmissão e distribuição de energia elétrica para serviços industriais do Estado e suprimento a outros concessionários.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão dentro do prazo

de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação, pelo Ministro da Agricultura, da respectiva minuta.

III — Sumeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico, observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Águas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias às observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo de forma permanente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5.º As tarifas do fornecimento de energia serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o artigo 4.º será criado um fundo de reserva, que proverá às renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta quota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 8.º Fica revogado o Decreto n.º 28.574, de 30 de agosto de 1950.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.724 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a construção da linha de transmissão e o melhoramento da rede de distribuição de Ituiutaba.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa Luz e Força Itaiutabana S. A., concessionária do serviço de energia elétrica no município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, a realizar as seguintes obras e melhoramentos:

a) construção da linha de transmissão entre a usina hidroelétrica do rio Tijuco e a cidade de Ituiutaba, com a extensão provável de 9.000 metros e a potência de 3.400 kW, sob a tensão de 33.000 volts;

b) montagem na mesma cidade de uma sub-estação abaixadora de 33.000/220 volts;

c) ampliação e reforço da rede de distribuição local.

Art. 2.º Caducará a presente autorização independente de ato declaratório, se a concessionária não apresentar, dentro de cento e vinte (120) dias, os estudos, projetos e orçamento das obras, e se não iniciá-las e concluí-las nos prazos marcados pelo Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.725 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Cubatão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação do curso d'água, publicado no "Diário Oficial", de 3 de maio de 1951, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital; decreta:

Art. 1.º São declaradas públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio denominado Cubatão, em todo o seu curso, com as cabeceiras no município de Joinville e foz no Oceano Atlântico.

Parágrafo único. No trecho marítimo, as águas do mesmo rio recaem sob o domínio da União.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.726 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Júlio.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação do curso d'água, publicado no "Diário Oficial", de 3 de maio de 1951, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital; decreta:

Art. 1.º São declaradas públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio denominado Júlio, em todo o seu curso com as nascentes no município de Joinville e tributário do rio Itapocuzinho.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.727 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do rio Amambai.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940 e

Considerando que o edital de classificação do curso d'água, publicado no "Diário Oficial" de 11-10-1950, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital; decreta:

Art. 1.º São declaradas públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do rio denominado Amambai, que nasce no município de Ponta Porã e é tributário, pela margem direita do rio Paraná.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.728 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio São Mateus.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação do curso d'água, publicado no "Diário Oficial" de 25 de março de 1949, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital; decreta:

Art. 1.º São declaradas públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio denominado São Mateus, em toda a sua extensão, que nasce no município de Piracanjuba e é tributário pela margem direita do rio Piracanjuba.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.729 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio "Macaé de Cima", "Macaé" e "Macaé", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que a classificação constante no "Diário Oficial" de 2 de junho de 1951, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica no processo n.º 434-51-CNAEE, opinou pela inscrição resultante no registro público devido decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado Macaé de Cima, Macaé e Macaé, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior, que nasce no município de Nova Friburgo e percorre o de Macaé e deságua no Oceano Atlântico são declaradas públicas de uso comum do domínio da União, na parte marítima do domínio do Estado do Rio de Janeiro, no restante do seu curso.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.730 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas dos rios Santo Antônio, São Tomé, Sapucaizinho e Sapucaizinho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação do curso d'água, publicado no "Diário Oficial" de 25 de abril de 1951, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital; decreta:

Art. 1.º São declaradas públicas, de uso comum do domínio da União, as águas do rio denominado Santo Antônio, São Tomé, Sapucaizinho e

Sapucaizinho, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior, que nasce no município de Ibiraci no Estado de São Paulo e percorre o de Patrocínio, no Estado de Minas Gerais, e é tributário pela margem direita do rio Santa Bárbara.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.731 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Espírito Santo, as águas do rio São José.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940 e

Considerando que o edital de classificação publicado no "Diário Oficial" de 28 de maio de 1951, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica no processo n.º 480-51-CNAEE, se manifestou favorável a essa classificação; decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado São José, que nasce no município de Colatina e deságua na lagoa Juparanã, são declaradas públicas, de uso comum do domínio do Estado do Espírito Santo.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.732 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Cruzes.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação publicado no "Diário Oficial" de 24 de agosto de 1951, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica no processo n.º 913-51-CNAEE, se manifestou favorável a essa classificação, decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado Cruzes, que nasce no município de Araraquara, e é tributário pela margem direita do rio Jacaré-Guaçu, são declaradas de uso comum do domínio do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.733 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Andradas-Pedras-Samambáia", "Macaúbas" e "Macaúbas", respectivamente, nos trechos superior, médio e inferior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação publicado no "Diário Oficial", de 11 de abril de 1951, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica no processo n.º 361-51-CNAEE, se manifestou favorável a essa classificação, decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado Andradas-Pedras-Samambáia, Macaúbas e Macaúbas, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior, que nasce no município de João Ribeiro e é tributário pela margem esquerda do rio Paraopeba, são declaradas públicas de uso comum do domínio do Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.734 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a lavrar areia quartzosa no município de Itanhaem, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Paulista de Mineração a lavrar areia quartzosa em terrenos de propriedade de Clóvis Botelho Vieira e outros, situados no bairro Peruibé, distrito e município de Itanhaem, Estado de São Paulo, numa área de cento e cinquenta hectares (150 ha.) delimitada por um polígono que tem um vértice a quatrocentos e oitenta metros (480 m.) no rumo verdadeiro nove graus e cinquenta e três minutos sudeste (9º 53' SE), do marco quilométrico número setenta e nove (Km. 79), da Estrada de Ferro Sorocabana e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: dois mil e quinhentos metros (2.500 m.), setenta e um graus e treze minutos sudoeste —

(71° 13' SW); trezentos metros. — (300 m.) quinze graus e vinte e dois minutos sudeste (15° 22' SE); dois mil e quinhentos metros (2.500 m.), setenta e um graus e treze minutos nordeste (71° 13' NE); dois mil e quinhentos metros (2.500, setenta e quatro graus e trinta e oito minutos nordeste (74° 38' NE); trezentos metros (300 m.), quinze graus e vinte e dois minutos noroeste (15° 22' NW); dois mil e quinhentos metros (2.500 m.), setenta e quatro graus e trinta e oito minutos sudoeste (74° 38' SW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas além das seguintes e de outros constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo, para os fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto que será transcrito no livro próprio, da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de três mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.735 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião da Silveira Carvalho a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Guaçu, Estado do Espírito Santo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Sebastião da Silveira Carvalho a pesquisar minério de manganês e associados, em terrenos de João Indalécio de Paula e outros no distrito de São Pedro de Rates, município de Guaçu, Estado do Espírito Santo, numa área de cento e oitenta e oito hectares e sessenta ares — (188,80 ha.), definida por um triângulo que tem um vértice na confluência dos córregos Aldeamento e Júlio Janjão e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: dois mil metros (2.000 m.), setenta graus noroeste — (70° NW); dois mil e trezentos metros (2.300 m.), cinquenta e cinco graus nordeste (55° NE); dois mil metros (2.000 m.), sul (S).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil oitocentos e noventa cruzeiros (Cr\$ 1.890,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.736 — DE 6
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Richard Paul Werner a pesquisar ferro no município de Gaspar, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Richard Paul Werner, a pesquisar minérios de ferro, em terrenos de propriedade de Simão Oechsler João Theiss e outros, situados no lugar denominado Ribeirão Belchior Alto, distrito e município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, numa área de quinhentos hectares (500 ha.), delimitada por um paralelogramo que tem um vértice a distância de mil metros (1.000 m.), no rumo verdadeiro vinte e oito graus noroeste — (28º NW) da confluência do Ribeirão Belchior com o seu braço leste e os lados com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: dois mil novecentos e quarenta e oito metros — (2.948 m.) trinta e dois graus nordeste (32º NE); dois mil metros — (2.000 m.), noventa graus este — (90º E); dois mil novecentos e quarenta e oito metros (2.948 m.), trinta e dois graus sudoeste (32º SW); dois mil metros (2.000 m.), noventa graus oeste (90º W).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.737 — DE 7 DE
NOVEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para atender às despesas de obras do Asilo Filhas de Ana, no Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.335, de 28 de janeiro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), para atender às despesas com a conclusão das obras do Asilo Filhas de Ana, da cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.738, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1952

Fixa os vencimentos dos servidores da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 33 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, decreta:

Art. 1.º Os padrões alfabéticos dos vencimentos do pessoal da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina (C.E.F.S.C.) obedecerão aos valores fixados nos artigos 3.º e 8.º da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, observada a tabela de conversão anexa, que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único — Não haverá na Caixa Econômica Federal de Santa Catarina cargo de provimento efetivo, isolado ou de carreira, de padrão superior a O.

Art. 2.º São fixados para os cargos de provimento em comissão existentes ou que vierem a ser criados, os seguintes símbolos e valores mensais:

Símbolo	Valor mensal
CC 1	Cr\$ 15.000,00
CC 2	Cr\$ 13.000,00
CC 3	Cr\$ 11.000,00
CC 4	Cr\$ 10.000,00
CC 5	Cr\$ 9.000,00
JC	Cr\$ 3.620,00
IC	Cr\$ 2.990,00
HC	Cr\$ 2.580,00
GC	Cr\$ 2.170,00
FC	Cr\$ 1.900,00

Art. 3.º Serão providos em comissão e corresponderão aos símbolos abaixo, os seguintes cargos:

Cargos	Símbolo
Secretário Geral	JC
Contador Geral	JC
Tesoureiro Geral	JC
Consultor Jurídico	JC
Gerente de Agência Especial	JC
Gerente de Agência 1.ª classe	IC
Gerente de Agência 2.ª classe	HC
Gerente de Agência 3.ª classe	GC
Gerente de Agência 4.ª classe	FC

Parágrafo único — E' assegurada a situação pessoal dos atuais ocupantes de cargos de provimento efetivo que ora são transformados em cargos de provimento em comissão.

Art. 4.º São fixados para as funções gratificadas os seguintes símbolos e valores mensais:

Símbolo	Valor mensal
FG 4	Cr\$ 600,00
FG 5	Cr\$ 400,00
FG 6	Cr\$ 300,00
FG 7	Cr\$ 200,00
FG 8	Cr\$ 100,00
FG 9	Cr\$ 50,00

Parágrafo único — Ficam reclassificadas, de acôrdo com a tabela anexa, as atuais funções gratificadas da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina.

Art. 5.º Os novos valores de vencimentos e funções gratificadas estabelecidas neste Decreto consideram-se efetivadas a partir de 1 de janeiro de 1952.

Art. 6.º Os vencimentos fixados no presente Decreto serão reduzidos caso a Caixa Econômica Federal de Santa Catarina apresente *deficit* nos três exercícios futuros.

Art. 7.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1.º DO DECRETO N.º 31.738, DE 7 DE
NOVEMBRO DE 1952

Situação atual Valor mensal Cr\$	Padrão ou Referência	Situação nova Valor mensal Cr\$
600,00	15	900,00
850,00	A	1.200,00
—	B	1.310,00
—	C	1.440,00
1.100,00	D	1.580,00
1.150,00		
1.250,00	E	1.720,00
1.300,00		
1.500,00	F	1.900,00
—	G	2.170,00
—	H	2.580,00
—	I	2.990,00
2.500,00	J	3.620,00
—	K	4.310,00
—	L	5.160,00
—	M	6.080,00
—	N	7.230,00
—	O	8.400,00

TABELA DE FUNÇÕES GRATIFICADAS A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO ÚNICO
DO ART. 5.º DO DECRETO N.º 31.738, DE 7 DE NOVEMBRO DE 1952

Função	Símbolo
Inspetor de Agências	FG — 4
Sub-Contador	FG — 4
Ajudante de Tesoureiro	FG — 4
Caixa de Agência Especial	FG — 4
Chefe de Carteira	FG — 5
Caixa de Agência de 1.ª classe	FG — 5
Agente Postal Especial	FG — 5
Caixa de Agência de 2.ª classe	FG — 7
Agente Postal 1.ª	FG — 7
Caixa Agência 3.ª classe	FG — 8
Agente Postal 2.ª classe	FG — 8
Caixa Agência 4.ª classe	FG — 9
Agente Postal 3.ª classe	FG — 9

DECRETO N.º 31.739 — DE 7
DE NOVEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Cruzeiros do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Cruzeiro do Sul, com sede nesta Capital, autori-

zada a funcionar pelo Decreto número 9.139, de 30 de março de 1942, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1.º de fevereiro de 1952.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.740 — DE 7
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Jamil Leão Brasileiro a pesquisar talco e associados, no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Jamil Leão Brasileiro a pesquisar talco e associados em terrenos de sua propriedade situados no lugar denominado Jorge e Aleixo, no distrito e município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo, numa área de trinta e dois hectares (32 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a trezentos metros (300 m.), no rumo sul (S) da confluência do córrego do Calixto com o ribeirão Lageado e os lados divergentes do vértice considerado, têm: quatrocentos metros (400 m.), sul (S); oitocentos metros (800 m.), oeste (W).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 320,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.741 — DE 7
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Luis Landim Cassal, a pesquisar feldspato e associados, no município de Santa Branca, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Luis Landim Cassal a pes-

quisar feldspato e associados em terrenos de propriedade de João Martins de Oliveira, situados no lugar denominado Bairro do Caetano, no distrito e município de Santa Branca, Estado de São Paulo, numa área de dezoito hectares (18 ha.) delimitada por um retângulo que tem um vértice a cinquenta e oito metros (58 m.) no rumo verdadeiro de sessenta e sete graus e dez minutos nordeste (67º 10' NE), do canto este (E) da casa de residência do Sr. João Martins de Oliveira, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: trezentos metros (300 m.), quinze graus e cinquenta minutos sudeste (15º 50' SE); seiscentos metros (600 m.), setenta e quatro graus e dez minutos nordeste (74º 10' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.742 — DE 7
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Mieczyslaw Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Mieczyslaw Fularski a pesquisar concha calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quinhentos hectares (500 ha.) delimitada por um polígono mistilíneo, cujas bases, com os comprimentos de três mil e trezentos e cinquenta metros (3.350 m.), e três mil quinhentos e cinquenta metros (3.550 m.), no rumo verdadeiro trinta minutos noroeste (0º 30'

NW), distam três mil trezentos e cinquenta metros (3.390 m.) e quatro mil oitocentos e cinquenta metros (4.850 m.), respectivamente, no rumo verdadeiro setenta e seis graus e quatro minutos nordeste (76° 04' NE), da ponta da Acaera. O lado mistilíneo da poligonal e a margem da Lagoa de Araruama e compreendida entre as extremidades dos alinhamentos retilíneos acima descritos.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.743 — DE 7
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Mieczysław Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Mieczysław Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quinhentos hectares (500 ha.) delimitada por um polígono mistilíneo, cujas bases, com os comprimentos de três mil e setecentos metros (3.700 m.), e três mil e quatrocentos e cinquenta metros — (3.450 m.), no rumo verdadeiro trinta minutos noroeste (0° 30' NW) distam seis mil duzentos e trinta metros (6.230 m.), e sete mil e seiscentos metros (7.600 m.), respectivamente, no rumo verdadeiro setenta e seis graus e quatro minutos nordeste — (76° 04' NE), da ponta da Acaera. O lado mistilíneo da poligonal é a margem da Lagoa de Araruama, e com

preendida entre as extremidades dos alinhamentos retilíneos acima descritos.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.744 — DE 7
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Mieczysław Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Mieczysław Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quinhentos hectares (500 ha.) delimitada por um polígono mistilíneo, cujas bases, com os comprimentos de três mil e quatrocentos e cinquenta metros (3.450 m.), e três mil e duzentos metros — (3.200 m.), no rumo verdadeiro trinta minutos noroeste (0° 30' NW), distam sete mil e seiscentos metros (7.600 m.), e nove mil e cem metros (9.100 m.), respectivamente no rumo verdadeiro setenta e seis graus e quatro minutos nordeste (76° 04' NE), da ponta da Acaera. O lado mistilíneo da poligonal, é a margem da Lagoa de Araruama e compreendida entre as extremidades dos alinhamentos retilíneos acima descritos.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.745 — DE 7
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Mieczyslaw Fularski a pesquisar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Mieczyslaw Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quinhentos hectares (500 ha.) delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice a dez mil e trezentos metros — (10.300 m.), no rumo verdadeiro setenta e seis graus e quatro minutos nordeste (76° 04' NE) da ponta da Acaéra e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: mil e duzentos metros (1.200 m.), setenta e seis graus e quatro minutos sudoeste — (76° 04' SW); três mil e duzentos metros — (3.200 m.), trinta minutos noroeste (0° 30' NW); mil metros (1.000 m.), vinte e quatro graus sudeste (24° SE); três mil metros (3.000), trinta e oito graus nordeste (38° NE); novecentos metros (900 m.), cinquenta e dois graus sudeste (52° SE); três mil e setecentos metros (3.700 m.), trinta e oito graus sudoeste (38° SW); quatrocentos e cinquenta metros (450 m.), vinte e quatro graus sudeste — (24° SE). O lado mistilíneo da poligonal, é a margem da Lagoa de Araruama e compreendida entre a extremidade do último alinhamento retilíneo acima citado e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.746 — DE 7
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Mieczyslaw Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Mieczyslaw Fularski a pesquisar concha calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quinhentos hectares (500 ha.) delimitada por um polígono mistilíneo, cujas bases, com os comprimentos de três mil quinhentos e cinquenta metros (3.550 m.), e três mil e setecentos metros — (3.700 m.), no rumo verdadeiro trinta minutos noroeste (0° 30' NW), distam quatro mil oitocentos e cinquenta metros (4.850 m.), e seis mil duzentos e trinta metros (6.230 m.), respectivamente, no rumo verdadeiro setenta e seis graus e quatro minutos nordeste (76° 04' NE), da ponta da Acaéra. O lado mistilíneo da poligonal, é a margem da Lagoa de Araruama e compreendida entre as extremidades dos alinhamentos retilíneos acima descritos.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.747 — DE 7
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a Mineração Bonfim Limitada a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Manicoré, Estado do Amazonas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Mineração Bonfim Ltda., a pesquisar minério de manganês e associados, em terrenos de sua propriedade no lugar denominado Seringal Beneficente, distrito e município de Manicoré, Estado do Amazonas, numa área de vinte e oito hectares um are trinta centiares (28,0130 ha.), delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice a margem esquerda do rio Aripuanã, a quarenta metros (40 m.), no rumo magnético trinta graus nordeste (30° NE), da casa sede do Seringal Beneficente e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos e cinquenta metros (250 m.), oeste (W); quinhentos e oitenta e dois metros (582 m.), trinta e um graus trinta minutos sudoeste (31° 30' SW); cento e noventa metros (190 m.), sul (S); quinhentos e cinquenta metros (550 m.), leste (E). O lado mistilíneo da poligonal, é o trecho da margem esquerda do rio Aripuanã e compreendido entre a extremidade do último lado e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.748 — DE 7
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Mariano de Oliveira Wendel a pesquisar minérios de fósforo, ferro, manganês, cromo, níquel, cálcio, magnésio, alumínio e associados, no município de Registro, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Mariano de Oliveira Wendel a pesquisar minérios de fósforo, ferro, manganês, cromo, níquel, cálcio, magnésio, alumínio e associados em terras de sua propriedade situadas na localidade Fazenda Serrote ou Cabeceiras do Biguá e Guaviruvá distrito e município de Registro, Estado de São Paulo, numa área de quatrocentos e sessenta hectares (460 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice situado a mil e quinhentos metros (1.500 m.), no rumo magnético vinte e cinco graus nordeste (25° NW), do cume do morro do Serrote e os lados, a partir do vértice considerado os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: dois mil e quinhentos metros (2.500 m.), sul (S); mil metros (1.000 m.), leste (E); quatrocentos metros (400 m.), norte (N); mil metros (1.000 m.), leste (E); dois mil e cem metros — (2.100 m.) norte (N); dois mil metros (2.000 m.), oeste (W).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 4.600,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.749 — DE 7
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Sales Lopes a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Francisco de Sales Lopes a pesquisar calcário e associados em terrenos de sua propriedade no local denominado Mata do Ribeirão e Pasto do Beco da Fazenda da Invernada, distrito e município de Prados, Estado de Minas Gerais numa área de treze hectares e vinte ares (13,20 ha.), delimitada por um trapézio retângulo tendo um vértice à distância de noventa e sete metros (970 m.), no rumo magnético setenta e um graus noroeste (71º NW), do pontilhão sobre o córrego da Lagoa na rodovia que liga as cidades de São João del Rei e Barbacena, e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos metros (600 m.) oeste (W); cento e quarenta metros (140 m.), sul (S); seiscentos e vinte metros — (620 m.), setenta e cinco graus sudeste (75º SE); trezentos metros — (300 m.), norte (N).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.750 — DE 7
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Cláudio de Sousa Novais a pesquisar água mineral no município e Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Cláudio de Sousa Novais a pesquisar água mineral, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Lausanne Paulista, em Tremembé, distrito, município e Estado de São Paulo numa área de seis hectares (6 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a cento e setenta e nove metros (179 m.), no rumo verdadeiro dois graus dez minutos sudoeste (2º 10' SW) do meio da soleira do portão de entrada do edifício da fonte Lausanne Paulista e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: trezentos metros (300 m.), trinta e quatro graus trinta minutos nordeste (34º 30' NE); duzentos metros (200 m.), cinquenta e cinco graus trinta minutos noroeste (55º 30' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.751 — DE 7
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Moreira Lopes a pesquisar ouro e associados, no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Moreira Lopes a pesquisar ouro e associados em terrenos de sua propriedade, situados no lugar denominado Pontal, no distrito de Conceição do Pará, município de Pi-

tangui Estado de Minas Gerais, numa área de trinta hectares (30 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a cento e vinte metros — (120 m.), no rumo magnético de catorze graus sudeste (14° SE); da confluência dos rios São João e Pará, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: quinhentos metros — (500 m.) e rumo de trinta e quatro graus sudeste (34° SE), magnético: seiscientos metros (600 m.), e rumo de cinquenta e seis graus nordeste — (56° NE), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto. pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.751-A — DE 9
DE NOVEMBRO DE 1952

Manda prestar a Sua Excelência o Senhor Chaim Weizmann, Presidente do Estado de Israel as honras de Chefe de Estado.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, tendo recebido comunicação oficial do falecimento hoje, de Sua Excelência o Senhor Chaim Weizmann, Presidente do Estado de Israel, resolve que lhe sejam tributadas as honras fúnebres competentes e decreta luto nacional por três dias, transmitindo-se o texto do presente decreto telegraficamente aos Governadores dos Estados e Prefeito do Distrito Federal.

Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Francisco Negrão de Lima.
Mario de Pimentel Brandão.

DECRETO N.º 31.752 — DE 10 DE
NOVEMBRO DE 1952

Dá nova redação ao art. 4.º do Decreto n.º 27.664, de 30 de dezembro de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 4.º do Decreto número 27.664, de 30 de dezembro de 1949, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4.º O SAMDU será administrado por um Diretor, designado em comissão e escolhido dentre médicos que, sob qualquer forma, prestem serviços profissionais a qualquer dos Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões.

§ 1.º O SAMDU terá um tesoureiro, igualmente designado em comissão.

§ 2.º Os atos que envolverem responsabilidade financeira do SANDU, inclusive cheques e ordens de pagamento, serão assinados pelo Diretor e pelo Tesoureiro, conjuntamente.

§ 3.º O Diretor e o Tesoureiro do SAMDU serão designados pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio”.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.753 — DE 10
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública a faixa necessária à construção da linha de transmissão Anhanguera-Jundiá e do ramal de Perus, e autoriza a respectiva desapropriação.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 inciso I, da Constituição, e nos termos do disposto no Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, atendendo ao que requereu The São Paulo Light and Power Company Limited, concessionária do serviço de energia elétrica na capital paulista, decreta:

Art. 1.º São declaradas de utilidade pública as seguintes áreas de

terra compreendidas na faixa da linha de transmissão Anhanguera-Jundiá e ramal de Perus, que o Decreto número 24.562 de 15 de maio de 1951, autorizou a construir:

1) Área de duzentos e trinta e dois mil — (232.000) metros quadrados, de propriedade atribuída ao Dr. Artur Ramos e Silva;

2) Área de noventa e um mil e quinhentos (91.500) metros quadrados, de propriedade atribuída à Fazenda Jaraguá (Governo do Estado de São Paulo);

3) Área de treze mil setecentos e sessenta e dois (13.762) metros quadrados, de propriedade atribuída a Ana Felix ou seus sucessores;

4) Área de quinze mil (15.000) metros quadrados, de propriedade atribuída a João Alves Reis;

5) Área de dezessete mil quinhentos e cinquenta (17.550) metros quadrados, de propriedade atribuída a José Sousa;

6) Área de treze mil e seiscentos (13.600) metros quadrados, de propriedade atribuída a Luis Grassi;

7) Área de dois mil e novecentos (2.900) metros quadrados, de propriedade atribuída a Vicente José da Rocha e Maria Bernardo Felix;

8) Área de vinte e oito mil trezentos e cinquenta (28.350) metros quadrados, de propriedade atribuída a Veldomiro Falco;

9) Área de vinte e três mil e oitocentos (23.800) metros quadrados, de propriedade atribuída a Artur de Brito;

10) Área de quarenta e nove mil e trezentos (49.300) metros quadrados, de propriedade atribuída a Akito Okawa;

11) Área de sete mil e duzentos (7.200) metros quadrados, de propriedade atribuída a Amaral Júnior;

12) Área de noventa e seis mil e setenta e cinco (96.075) metros quadrados, de propriedade atribuída a Joaquim Timoteo (Sítio Buracão);

13) Área de cinquenta e dois mil e oitocentos (52.800) metros quadrados, de propriedade atribuída a herdeiros do Dr. Corinto de Toledo;

14) Área de dezesseis mil trezentos e vinte e um (16.321) metros quadrados, de propriedade atribuída a Manoel Pedro Pereira;

15) Área de trinta e sete mil e oitocentos (37.800) metros quadrados, de propriedade atribuída a João Alves de Oliveira e Suzana da Silveira Brito;

16) Área de cento e onze mil e quzentos (111.200) metros quadrados, de propriedade atribuída a Joaquim José de Brito e Maria Pereira de Brito e filhos;

17) Área de setenta e um mil e seiscentos (71.600) metros quadrados, de propriedade atribuída a Cia. Industrial e da Estrada de Ferro Perus-Pirapora e Brasília de Brito;

18) Área de trinta e oito mil e trezentos (38.300) metros quadrados, de propriedade atribuída a Antônio da Cunha Brito ou sucessores;

19) Área de sessenta e sete mil e setecentos (67.700) metros quadrados, de propriedade atribuída a Cia. Industrial de Estrada de Ferro Perus-Pirapora e Brasília de Brito.

20) Área de três mil (3.000) metros quadrados, de propriedade atribuída a Manoel Afonso Pereira;

21) Área de quatro mil (4.000) metros quadrados, de propriedade atribuída à Cia. Industrial e de Estrada de Ferro Perus-Pirapora;

22) Área de três mil e duzentos — (3.200) metros quadrados, de propriedade atribuída à Cia. Industrial e de Estrada de Ferro Perus-Pirapora e Brasília de Brito;

23) Área de seiscentos e vinte e nove mil duzentos e dez (629.210) metros quadrados, de propriedade atribuída a Cia. Melhoramentos de São Paulo;

24) Área de cem mil e duzentos — (100.200) metros quadrados, de propriedade atribuída a João Manoel de Abreu e outros;

25) Área de cento e noventa e cinco mil e trezentos (195.300) metros quadrados, de propriedade atribuída a J. Luis Leme Maciel;

26) Área de cinquenta e seis mil e quinhentos (56.500) metros quadrados, de propriedade atribuída a Cândida Joly da Silva e Herdeiros de Mauz da Silva;

27) Área de cento e quarenta e um mil e duzentos (141.200) metros quadrados, de propriedade atribuída a Sebastião Bernardo;

28) Área de cento e quinze mil e novecentos (115.900) metros quadrados, de propriedade atribuída a Vicente Zanoni;

29) Área de setenta e três mil e seiscentos (73.600) metros quadrados, de propriedade atribuída a Cândida Joly da Silva e Herdeiros de Antônio Mauz da Silva;

30) Área de dezessete mil e quatrocentos (17.400) metros quadrados de propriedade atribuída a Ornêlio Teani;

31) Área de sessenta e cinco mil e seiscentos (65.600) metros quadrados, de propriedade atribuída a Antônio Barbosa;

32) Área de oitenta e um mil e trezentos (81.300) metros quadrados, de propriedade atribuída a Joaquim Tavares;

33) Área de noventa e um mil e oitocentos (91.800) metros quadrados, de propriedade atribuída a José Biazzi;

34) Área de cento e vinte e três mil e quatrocentos (123.400) metros quadrados, de propriedade atribuída a Ferreira & Cia., (sucessores de Braz Lopes);

35) Área de vinte e quatro mil e trezentos (24.300) metros quadrados, de propriedade atribuída a Joaquim Rodrigues de Camargo;

36) Área de dois mil e duzentos — (2.200) metros quadrados de propriedade atribuída a Honorato da Costa;

37) Área de vinte e cinco mil e trezentos e vinte (25.320) metros quadrados de propriedade atribuída a José Evaristo;

38) Área de sete mil e quarenta — (7.040) metros quadrados de propriedade atribuída a Pedro Alves;

39) Área de vinte e dois mil duzentos e setenta e sete (22.277) metros quadrados, de propriedade atribuída a Antônio Rodrigues;

40) Área de quarenta e oito mil quatrocentos e noventa e seis — (48.496) metros quadrados, de propriedade atribuída a Camilo Silvestre Barbosa;

41) Área de vinte e cinco mil e duzentos (25.200) metros quadrados, de propriedade atribuída a Benedito Modesto da Silva.

42) Área de nove mil oitocentos e dezesseis (9.816) metros quadrados, de propriedade atribuída a Francisco Alves;

43) Área de setenta e sete mil e oitocentos (77.800) metros quadrados, de propriedade atribuída a Augusto Fagundes;

44) Área de quarenta e nove mil cento e cinquenta (49.150) metros quadrados, de propriedade atribuída a Floriano de Castro Fagundes;

45) Área de cento e trinta e três mil e cem (133.100) metros quadrados, de propriedade atribuída a Augusto Fagundes;

46) Área de cinquenta e oito mil setecentos e vinte e nove (58.729) metros quadrados, de propriedade atribuída a Antônio Cardias Júnior;

47) Área de trinta e oito mil e duzentos (38.200) metros quadrados, de propriedade atribuída a Mosteiro de São Bento;

48) Área de sessenta e oito mil trezentos e vinte e cinco (68.325) metros quadrados, de propriedade atribuída a Paulo Pracatú;

49) Área de vinte mil seiscentos e cinquenta (20.650) metros quadrados, de propriedade atribuída a Adolfo Barcavo;

50) Área de vinte e seis mil e oitenta e sete (26.087) metros quadrados de propriedade atribuída a Ferrúcio Siqueira;

51) Área de seis mil setecentos e cinquenta (6.750) metros quadrados, de propriedade atribuída a Manoel Lopes;

52) Área de mil e oitocentos — (1.800) metros quadrados, de propriedade atribuída a Manoel Lessa;

53) Área de mil e novecentos — (1.900) metros quadrados de propriedade atribuída a Luís Aiello;

54) Área de dez mil (10.000) metros quadrados, de propriedade atribuída a João Mendes;

55) Área de trinta e sete mil oitocentos e cinquenta (37.850) metros quadrados, de propriedade atribuída a Luís Bocchini;

56) Área de vinte mil e seiscentos (20.600) metros quadrados, de propriedade atribuída a Vitor Carlos de Camargo;

57) Área de seis mil novecentos e oitenta e um (6.981) metros quadrados, de propriedade atribuída à Companhia Estrada de Ferro Perus-Pirapora;

58) Área de oitocentos e oitenta e quatro (884) metros quadrados, de propriedade atribuída aos Irmãos Isola;

59) Área de dezessete mil duzentos e noventa (17.290) metros quadrados, de propriedade atribuída a Manquinho e Companhia Melhoramentos;

60) Área de catorze mil duzentos e sessenta e um (14.261) metros quadrados, de propriedade atribuída à Cia. Brasileira de Cimento Portland Sociedade Anônima;

61) Área de cinco mil (5.000) metros quadrados, de propriedade atribuída à Cia. Brasileira de Cimento Portland S. A.

62) Área de seis mil e quinhentos (6.500) metros quadrados, de propriedade atribuída à Empresa Luz e Força de Jundiá S. A.;

63) Área de doze mil e oitocentos (12.800) metros quadrados, de propriedade atribuída aos sucessores de Núncio Rubbo e Empresa Luz e Força Jundiá S. A.;

64) Área de cinco mil (5.000) metros quadrados de propriedade atribuída aos sucessores de Jacob Eichem-berg e outros e Empresa Luz e Força Jundiá S. A.;

65) Área de oito mil e duzentos — (8.200) metros quadrados de propriedade atribuída aos sucessores de Núncio Rubbo e outros e Empresa Luz e Força Jundiá S. A.

Parágrafo único. No projeto das duas ligações, aprovado pelo Ministro da Agricultura, estão figuradas e indicadas, com as respectivas posições sobre o eixo do traçado, as áreas que se enumeraram.

Art. 2.º Fica autorizada The São Paulo Light and Power Company, Limited a promover, na forma da legislação vigente, a desapropriação dos referidos terrenos, com as benfeitorias que possuam.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.754 — DE 11
DE NOVEMBRO DE 1952

Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.614.877,10 destinado a atender às despesas de transporte aéreo de malas diplomáticas entre a Secretaria de Estado e as Missões Diplomáticas, no período de 1945 a 1949.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.662, de 21 de agosto de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93, do Regula-

mento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 2.614.877,10 — (dois milhões seiscentos e catorze mil oitocentos e setenta e sete cruzeiros e dez centavos), para atender ao pagamento das despesas de transporte, por via aérea de malas diplomáticas trocadas entre a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e as Missões diplomáticas brasileiras, no período de 1945 a 1949.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

M. de Pimentel Brandão

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.755 — DE 11
DE NOVEMBRO DE 1952

Modifica a potência do aproveitamento concedido à S. A. Empresa Elétrica do Itapura, pelo Decreto número 20.453, de 23-1-1946 e autoriza o funcionamento da usina de reserva.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e,

Considerando que a usina de reserva, instalada no Salto de Itapura, sofreu diversas modificações em sua potência, passando de 250 a 400 kW;

Considerando que o Decreto número 29.873, de 10 de agosto de 1951, por falta do cumprimento das exigências contidas no item II do artigo 3.º, automaticamente caducou, decreta:

Art. 1.º Fica modificada para 4.000 kW., correspondente à altura de queda de 12 m. e a descarga de derivação de 34 m³/s., a potência da primeira etapa do aproveitamento progressivo da energia hidráulica do salto do Itapura, no rio Tieté, entre

os municípios de Andradina e Pereira Barreto, Estado de São Paulo, cuja concessão outorgada a Eloy de Miranda Chaves, pelo Decreto número 16.014, de 6 de julho de 1944, foi transferida à Sociedade Anônima Empresa Elétrica do Itapura, pelo Decreto n.º 20.453, de 23 de janeiro de 1946.

Art. 2.º Fica, pelo presente Decreto autorizado o funcionamento da usina de reserva construída pela Sociedade Anônima Empresa Elétrica do Itapura, no mesmo local, com a potência de 400 kW.

Art. 3.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as seguintes condições:

- I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro do prazo de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.
- II — Apresentar à referida Divisão, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, contados da data da publicação do presente Decreto, a planta geral da usina de reserva.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 4.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.756 — DE 11 DE
NOVEMBRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Unai concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Escola, no rio Roncador, distrito da sede do município de Unai, Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.757 — DE 11
DE NOVEMBRO DE 1952

Outorga ao Departamento de Aguas e Energia Elétrica, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica existente no rio Pardo, entre os municípios de São José do Rio Pardo e Moccoca, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 150, do Código de Aguas — (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934) — decreta:

Art. 1.º É outorgada ao Departamento de Aguas e Energia Elétrica, do Estado de São Paulo, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica existente no rio Pardo, entre o canal de fuga da usina da Cia. Paulista de Energia Elétrica, no município de São José do Rio Pardo, e um ponto situado a 2 quilômetros a montante da barra do córrego do Limoeiro, no município de Moccoca, Estado de São Paulo.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda a aproveitar, a descarga da derivação e a potência da etapa inicial, bem como das subsequentes, à medida que forem sendo aprovados os projetos correspondentes.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e suprimento de energia elétrica, às empresas concessionárias dos serviços de distribuição e aos serviços industriais do Estado.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se o concessionário não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Aguas, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II Assinar o contrato disciplinar da concessão dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação, pelo Ministro da Agricultura, da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura, em três (3) vias, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, o projeto do aproveitamento hidráulico, observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Aguas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas, as instalações necessárias às observações fluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, em função de sua indústria, concorrendo, de forma permanente para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 5.º As tarifas do fornecimento de energia serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o artigo 4.º, será criado um fundo de reserva que proverá às renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, será realizada por quota especial, que incidirá sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Esta quota será determinada tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá de atender, podendo ser modificada, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 7.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, "revertem à União".

Art. 8.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.758 — DE 11
DE NOVEMBRO DE 1952

Outorga à Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru Ltda., concessão para o fornecimento de energia elétrica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 150, do Código de Águas e dos artigos 10 e 11, do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, decreta:

Art. 1.º É outorgada à Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru Ltda., concessão para produção, distribuição e comércio de energia elétrica na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Fica autorizada a instalação da usina térmica existente, com a potência de 690 kw.

Art. 3.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru Ltda., não assinar no prazo que for marcado o contrato disciplinar da concessão.

Art. 4.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contados da publicação deste Decreto.

Art. 5.º O capital a remunerar será o efetivamente investido nas instalações da concessionária, concorrendo de forma permanente para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 6.º As tarifas de energia serão fixadas pelo Ministério da Agricultura e trienalmente revistas.

Art. 7.º Para manter a integridade do capital, será instituído um fundo de reserva que proverá às renovações determinadas pela usura ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição dessa reserva que se denominará "reserva de renovação", será realizada por quotas especiais que incidirão sobre as tarifas, na forma de percentagens, e calculadas na base da duração média do material.

Art. 8.º Findo o prazo da concessão e se não for ela prorrogada por decisão do Governo Federal, reverterão para este as instalações pela forma que o contrato deverá prever.

Art. 9.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.759 — DE 11 DE
NOVEMBRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Conquista concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira dos Dourados, no rio de igual nome, município de Conquista, Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.760 — DE 12 DE
NOVEMBRO DE 1952

Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º — Ficam transferidos, da lotação numérica do Hospital Central da Aeronáutica para a do Hospital da Aeronáutica de Recife, três cargos da carreira de Enfermeiro do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º — Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Nero Moura

DECRETO N.º 31.761 — DE 12 DE
NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o funcionamento dos cursos superior de educação física, educação física infantil, técnica desportiva, medicina especializada e massagem especializada da Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.762 — DE 12
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terreno necessária à instalação de um Observatório Meteorológico, na Capital do Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e de acordo com o artigo 6.º, combinado com o artigo 5.º, letras "h" e "m", do Decreto-lei n.º 3.365 de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, pela União Federal, uma área de terreno medindo aproximadamente quatro mil e oitocentos metros quadrados, figurada e determinada na planta que com este baixa, devidamente autenticada, situada no local denominado Mirante de Santana, no bairro do Carandirú, na Capital do Estado de São Paulo, pertencente a Júlia Macsuda Senise, Pascoa; Nigro Sobrinho, Virginia Orsi herdeiros do Conde Siciliano, ou quem de direito.

Art. 2.º Para os efeitos do artigo 15, do citado Decreto-lei n.º 3.365 de 21 de junho de 1941, é declarada urgente a desapropriação prevista no artigo anterior.

Art. 3.º A área a ser desapropriada destinar-se-á à instalação, pelo Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, de um Observatório Meteorológico, na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.763 — DE 12 DE
NOVEMBRO DE 1952

Concede à Empresa de Melhoramentos do Vale do Utinga Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.764 — DE 12
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Aureliano Antunes França a pesquisar mica e associados, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Aureliano Antunes França a pesquisar mica e associados, em terras devolutas no local conhecido por Santa Rita, no distrito e município de Capelinha, Estado de Minas Gerais, numa área de sessenta e três hectares e cinquenta ares (63.50 ha), delimitada por um polígono irregular de quatro lados, tendo um dos vértices a quatrocentos metros (400 m.) e no rumo magnético de cinquenta e oito graus nordeste (58º NE) da confluência do córrego do Mendes e o córrego de Santa Rita, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — quinhentos e quarenta e dois metros (542,00 m.), quarenta e seis graus e trinta minutos sudeste (46º 30' SE); oitocentos e setenta e um metros — (871,00 m.), quarenta e dois graus e trinta minutos sudoeste (42º 30' SW); novecentos e dezessete metros (917,00 m.), quarenta e seis graus e quarenta e cinco minutos noroeste — (46º 45' NW); novecentos e quarenta e quatro metros (944,00 m.), sessenta e seis graus e trinta minutos nordeste (66º 30' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto pagará a taxa de seiscentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 640,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.765 — DE 12
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro João Evangelista Pereira a pesquisar caulim, quartzo e mica, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro João Evangelista Pereira a pesquisar caulim quartzo e mica, em terrenos de propriedade de Laudelino Délio Fernandes, situados no imóvel denominado Fazenda São Miguel, no distrito de Chácara, município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais numa área de dezenove hectares (19 ha.) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a noventa e sete metros e cinquenta centímetros (97,50 m.), no rumo magnético de dezessete graus e trinta minutos nordeste (17º 30' NE) da confluência dos córregos das Bananeiras e dos Pinheiros, pertencentes à bacia do rio Kágado, e os lados, a partir do vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos e sessenta e sete metros e cinquenta centímetros (567,50 m.) onze graus trinta minutos nordeste (11º 30' NE); trezentos e setenta e seis metros e vinte e cinco centímetros (376,25 m.), setenta e oito graus trinta minutos sudeste — (78º 30' SE); quatrocentos e quarenta e cinco metros (445,00 m.), onze graus trinta minutos sudoeste (11º 30' SW); trezentos e noventa e cinco metros e setenta centímetros (395,70 m.), oitenta e três graus e vinte e oito minutos sudoeste (83º 28' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 12 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

**DECRETO N.º 31.766 — DE 12
DE NOVEMBRO DE 1952**

Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quinhentos hectares (500 ha.) delimitada por uma poligonal mistilínea cujas extremidades das bases com os comprimentos de quatro mil e oitocentos metros (4.800 m.), e três mil trezentos e cinquenta metros (3.350 m.), no rumo verdadeiro trinta minutos noroeste — (0º 30' NW) distam dois mil cento e trinta metros (2.130 m.), e três mil trezentos e noventa metros (3.390 m.), respectivamente, no rumo verdadeiro setenta e seis graus e quatro minutos nordeste (76º 04' NE), da ponta da Acaera. O lado mistilíneo da poligonal e a margem da Lagoa de Araruama e compreendida entre as extremidades dos alinhamentos retilíneos acima descritos.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 12 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

**DECRETO N.º 31.767 — DE 12
DE NOVEMBRO DE 1952**

Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quinhentos hectares (500 ha.) delimitada por uma poligonal mistilínea cuja extremidade da base menor distam mil e cem metros (1.100 m.), e dois mil cento e trinta metros (2.130 m.) no rumo verdadeiro setenta e seis graus e quatro minutos nordeste (76º 04' NE) da ponta da Acaera. Dessas extremidades partem os alinhamentos retilíneos com quatro mil novecentos e cinquenta metros (4.950 m.) e quatro mil e oitocentos metros (4.800 m.), no rumo verdadeiro trinta minutos noroeste — (0º 30' NW), até à margem da Lagoa de Araruama. O lado mistilíneo da poligonal e a mesma margem, no trecho compreendido entre as extremidades dos alinhamentos retilíneos acima descritos.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

**DECRETO N.º 31.768 — DE 12
DE NOVEMBRO DE 1952**

Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesqui-

sar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quinhentos hectares (500 ha.), delimitada por um polígono mistilíneo cujas extremidades das bases, com mil setecentos e cinquenta metros (1.750 m.), e três mil e quatrocentos metros (3.400 m.), no rumo verdadeiro doze graus noroeste (12° NW), distam mil e duzentos metros (1.200 m.), e três mil e duzentos e cinquenta metros (3.250 m.), respectivamente, no rumo verdadeiro oitenta e sete graus e sete minutos sudoeste (87° 07' SW) da ponta da Acaera. O lado mistilíneo da poligonal é a margem da Lagoa de Araruama e compreendida entre as extremidades das poligonais acima descritas.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.769 — DE 12
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quinhentos hectares (500 ha.), delimitada por uma poligonal mistilínea cujas extremidades da menor base, uma está localizada na ponta da Acaera e a outra a mil e duzentos metros (1.200 m.), no rumo verdadeiro oitenta e sete graus

e sete minutos sudoeste (87° 07' SW) da mesma ponta. Dessas extremidades, partem os alinhamentos retilíneos, com os comprimentos de três mil e quatrocentos metros (3.400 m.) e três mil e quinhentos metros (3.500 m.), com os rumos verdadeiros de doze graus noroeste (12° NW) e trinta minutos noroeste (0° 30' NW), respectivamente, até à margem da Lagoa de Araruama. O lado mistilíneo da poligonal, é essa mesma margem no trecho compreendido entre as extremidades dos alinhamentos retilíneos acima descritos.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.770 — DE 12
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann, a pesquisar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, numa área de quinhentos hectares (500 ha.), delimitada por uma poligonal mistilínea cujas extremidades da menor base, uma está localizada na ponta da Acaera e a outra a mil e cem metros (1.100 m.), no rumo verdadeiro setenta e seis graus e quatro minutos nordeste (76° 04' NE) da referida ponta. Dessas extremidades, partem os alinhamentos retilíneos de três mil e quinhentos metros (3.500 m.), e quatro mil e novecentos

e cinquenta metros (4.950 m.), respectivamente, com os rumos verdadeiros de trinta minutos noroeste — (0° 30' NW), até à margem da Lagoa de Araruama. O lado mistilíneo da poligonal, é a mesma margem, no trecho compreendido entre as extremidades dos alinhamentos retilíneos acima descritos.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.771 — DE 12
DE NOVEMBRO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 28.281, de
21 de junho de 1950*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica renovada, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra "b", do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida à S. A. de Cimento, Mineração e Materiais de Construção "Cimimar", pelo Decreto número vinte e oito mil duzentos e oitenta e um (28.281), de vinte e um (21) de junho de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar quartzo, no município e distrito de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil duzentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 2.250,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.772 — DE 12
DE NOVEMBRO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 28.283, de
21 de junho de 1950*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica renovada, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra "b", do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida à S. A. de Cimento, Mineração e Materiais de Construção "Cimimar", pelo Decreto número vinte e oito mil duzentos e oitenta e três (28.283), de vinte e um (21) de junho de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar quartzo, no município e distrito de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil duzentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 2.250,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.773 — DE 12
DE NOVEMBRO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 28.285, de
21 de junho de 1950*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos

térmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica renovada, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra "b" do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida à S. A. de Cimento, Mineração e Materiais de Construção "Cimimar", pelo Decreto número vinte e oito mil duzentos e oitenta e cinco (28.285), de vinte e um (21) de junho de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar quartzo, no município e distrito de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil duzentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 2.250,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.774 — DE 12
DE NOVEMBRO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 27.818, de
24 de fevereiro de 1950*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica renovada, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra "b", do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida ao cidadão brasileiro Francisco Mata-razzo Júnior, pelo Decreto número vinte e sete mil oitocentos e dezoito (27.818), de vinte e quatro (24) de fevereiro de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar quartzo, no distrito e município de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto,

pagará a taxa de dois mil duzentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 2.250,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 12 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.775 — DE 13
DE NOVEMBRO DE 1952

*Aprova o novo Regulamento da
Frota Nacional de
Petroleiros*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o novo Regulamento da Frota Nacional de Petroleiros, que acompanha o presente Decreto.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Francisco Badaró Júnior

REGULAMENTO DA FROTA NACIONAL DE PETROLEIROS. A QUE SE REFERE O DECRETO DE N.º 31.775, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1952.

TÍTULO I
Finalidade

Art. 1.º A Frota Nacional de Petroleiros de que trata o Decreto de n.º 28.050, de 25 de abril de 1950, funcionará sob a jurisdição do Conselho Nacional do Petróleo e terá por finalidade o transporte de petróleo e derivados, no país e no exterior, podendo ainda realizar a armazenagem e o comércio respectivos.

Art. 2.º A Frota Nacional de Petroleiros terá sede em território nacional podendo manter agências, sucursais ou escritórios, no país e no exterior.

TÍTULO II

Organização

Art. 3.º Respeitadas as limitações legais e regulamentares e observada a orientação geral e o controle superior exercidos pelo Conselho Nacional do Petróleo, a Frota disporá da autonomia de ação necessária ao bom desempenho dos encargos que lhe competem.

Art. 4.º A Frota será dirigida por um Administrador, designado pelo Presidente da República e subordinado ao Presidente do Conselho Nacional do Petróleo.

Parágrafo único. Ao Administrador da Frota corresponderá a remuneração ou gratificação mensal fixada pelo Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, com prévia aprovação do Presidente da República.

Art. 5.º A organização da Frota compreende:

- I — Gabinete do Administrador
- II — Departamento de Serviços Gerais
- III — Departamento Comercial
- IV — Departamento Técnico
- V — Departamento do Pessoal
- VI — Departamento de Controle

Art. 6.º O Gabinete do Administrador será constituído:

- a) — de uma assessoria, composta dos especialistas que se tornarem necessários à eficiente solução — (técnica, comercial, jurídica, econômica e de organização) — dos problemas que lhe forem cometidos pelo Administrador; e
- b) — de um secretário.

Art. 7.º O Departamento de Serviços Gerais compreende os Serviços de Expediente; Financeiro e do Material; e o setor de Portaria e Limpeza.

Art. 8.º O Departamento Comercial compreende os Serviços de Fretamento e Seguros, e de Compra.

Art. 9.º O Departamento Técnico compreende os Serviços de Engenharia e de Operações.

Art. 10. O Departamento do Pessoal compreende os Serviços de Recrutamento Seleção e Aperfeiçoamento; de Registro, Movimentação e Controle do Pessoal; e de Assistência.

Art. 11. O Departamento de Controle compreende os Serviços de Contadoria e de Estatística.

Art. 12. A composição e as atribuições dos órgãos referidos nos artigos 5.º a 11, serão fixadas no Regimento Interno da Frota.

TÍTULO III

Atribuições do Administrador

Art. 13. Ao Administrador compete:

- I — Dirigir, orientar, coordenar e fiscalizar todas as atividades da Frota.
- II — Representá-la em suas relações com o Presidente do Conselho e com terceiros.
- III — Elaborar ou fazer elaborar, e submeter à aprovação do Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, observadas as instruções por este expedidas, o projeto do Regimento Interno, a proposta orçamentária, o Balanço Geral, o Relatório e as demais medidas, atos e indicações previstas no artigo 20.
- IV — Autorizar as despesas, celebrar os contratos e realizar as aplicações de capital que forem necessárias à manutenção e desenvolvimento dos serviços da Frota respeitadas rigorosamente as dotações orçamentárias e as disposições legais e regulamentares.
- V — Observar e fazer observar o Regimento Interno da Frota.
- VI — Propor à Comissão de Marinha Mercante, ouvido o Conselho Nacional do Petróleo, os fretes que deverão vigorar para os transportes de cabotagem do petróleo e seus derivados.
- VII — Observadas as condições fixadas neste Regimento e no Regimento Interno, admitir e dispensar, conceder melhorias de salários, férias e licenças, readaptar, remover contratar, aplicar penalidades e, em geral, praticar todos os atos relativos aos servidores da Frota, visando sempre à conveniência e necessidade do serviço e ao estabelecimento de normas que se fundamentem no sistema do mérito.

VIII — Propor ao Presidente do Conselho Nacional do Petróleo a requisição de servidores federais, civis ou militares, para encargos de confiança ou chefia ou para o exercício de atribuições de natureza técnico-especializada e, ainda, o retorno dos mesmos servidores às repartições de origem.

IX — Expedir as instruções e praticar os demais atos que se tornarem necessários ao bom funcionamento da Frota.

TÍTULO IV

Pessoal, Aquisições e Contratos

Art. 14. Os serviços a cargo da Frota Nacional de Petroleiros serão executados por pessoal administrativo e técnico, e pelos oficiais e tripulantes de navios, admitidos ou requisitados.

Art. 15. A admissão dos servidores necessários aos serviços da Frota se fará mediante seleção prévia, na forma indicada pelo Regimento Interno, podendo o Administrador dispensar essa exigência para as funções de confiança.

Art. 16. A lotação de cada navio será fixada pelas autoridades competentes, por proposta do Administrador, objetivando sempre assegurar a exploração eficiente da Frota.

Art. 17. Os tripulantes dos navios e embarcações da Frota terão os direitos e deveres que constam do Regulamento Geral da Marinha Mercante, e os demais servidores estão sujeitos ao disposto na alínea "c" do artigo 1.º, do Decreto n.º 31.139, de 17 de julho de 1952, observadas, no primeiro caso, as adaptações ao caso particular dos navios petroleiros e de propriedade da União, em ambos os casos, a regulamentação instituída no Regimento Interno da Frota, que obriga a todos os seus servidores, admitidos ou requisitados.

Art. 18. Excetuado o caso de artigos não sujeitos a competição, as aquisições de material far-se-ão mediante concorrência ou tomada de preços.

Art. 19. A realização de serviços e obras far-se-á por execução direta ou indireta, neste último caso mediante concorrência.

TÍTULO V

Contrôle a Cargo do Conselho Nacional do Petróleo

Art. 20. Estão sujeitos a exame e aprovação do Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, observadas as instruções que expedir:

- I — A proposta orçamentária elaborada anualmente pela Frota instruída obrigatoriamente com o plano de trabalho para o exercício a que se refere, do qual constarão as necessidades, devidamente estimadas, de pessoal, material, serviços, equipamentos, instalações e demais encargos, inclusive o programa de aquisição de novas unidades para a Frota.
- II — O Balanço Geral e a Demonstração dos Resultados, acompanhados do Relatório Anual, relativos a cada exercício encerrado.
- III — O Regimento Interno da Frota e subseqüentes alterações.
- IV — A criação de Agências, cursos ou escritórios da Frota, no país ou no exterior.
- V — As propostas de aquisição de navios, material flutuante e instalações terrestres, devidamente instruídas e justificadas.
- VI — A tabela básica de salários, gratificações e vantagens do pessoal da Frota, abrangendo, separadamente, o pessoal de Chefia e confiança, o pessoal administrativo e o pessoal marítimo.
- VII — O limite global dentro do qual se deverão manter, em cada exercício as despesas com o pessoal da Frota.
- VIII — A indicação do servidor da Frota que deva substituir o Administrador em seus impedimentos eventuais.
- IX — A indicação de quaisquer servidores que devam exercer funções, transitórias ou não fora do território nacional excetuado o pessoal marítimo em operações normais.
- X — As delegações específicas de competência que o Ad-

ministrador julgue conveniente efetuar, no interesse do serviço.

XI — Outras medidas cujo exame, decisão ou regulamentação resolva o Presidente do Conselho avocar.

TÍTULO VI

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 21. As despesas com a movimentação, manutenção, reparação e administração da Frota serão atendidas por verba própria do Conselho Nacional do Petróleo e obedecerão ao regime de adiantamento previsto no parágrafo 2.º do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 1.143, de 9 de março de 1939.

Art. 22. A Receita da Frota será recolhida ao Tesouro Nacional, como Receita da União, na forma da legislação em vigor.

Art. 23. O Administrador da Frota submeterá ao Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o projeto de Regimento Interno a que se refere este Regulamento.

DECRETO N.º 31.776 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Continental de Seguros.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º. Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), para Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), da Companhia Continental de Seguros, com sede nesta Capital, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 16.672, de 17 de novembro de 1924, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de abril de 1952, mediante as seguintes condições:

I — Supressão do parágrafo único do artigo 27;

II — Acréscimo no final do artigo 5.º da expressão “e só poderão pertencer a pessoas físicas de nacionalidade brasileira”;

III — As alterações consignadas nas cláusulas precedentes deverão ser aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária dentro do prazo de sessenta (60) dias contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 2.º. A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.777 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Fica alterada a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Agricultura, para o fim de serem transferidos quatro cargos, sendo um da carreira de Agrônomo Ecologista, da lotação permanente do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, um da carreira de Agrônomo Economista, da lotação permanente do Serviço de Economia Rural, um da carreira de Agrônomo, da lotação permanente da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Departamento Nacional da Produção Vegetal e o último da carreira de Revisor, da lotação suplementar da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, todos com os respectivos ocupantes. Admar Lopes da Cruz, José Soares Brandão Filho, João Henrique Raeder e José Guimarães Barçante, para igual lotação do Serviço de Expansão do Trigo.

Art. 2.º Este Decreto vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.778 — DE 13

DE NOVEMBRO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Agricultura, para o fim de serem transferidos três cargos, sendo dois da carreira de Técnico de Educação Rural, com os respectivos ocupantes, Carlos Martins Bastos e Pedro Estácio de Queiroz, o primeiro da lotação permanente da Escola Agrícola "Ildefonso Simões Lopes", para igual lotação da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, e o outro da lotação permanente da Escola Agrícola "Nilo Peçanha" para igual lotação da Escola Agrícola "Ildefonso Simões Lopes", e um da carreira de Auxiliar de Ensino, com o respectivo ocupante, Aracy Bezerra Duarte, da lotação suplementar da Escola Agrícola "Ildefonso Simões Lopes", para igual lotação da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Art. 2.º Este Decreto vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.779 — DE 13

DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza Samuel Amaral Brito, a comprar pedras preciosas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Samuel Amaral Brito, cidadão brasileiro e residente na cidade de Florianópolis, Estado do Piauí, a comprar pedras preciosas, nos termos do Decreto-lei número 466, de 4 de junho de 1938 constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.780 — DE 13

DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza Ecy Guerra Lemos a comprar pedras preciosas

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei n.º 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único. Fica autorizado Ecy Guerra Lemos cidadão brasileiro e residente em Gilbués, Estado do Piauí, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n.º 466 de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente Decreto.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.781 — DE 13

DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Formiga, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, inciso I, da Constituição, e de acordo com os artigos 1.165 e 1.180, do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação que a Prefeitura Municipal de Formiga, no Estado de Minas Gerais, quer fazer à União Federal, de um terreno com a área de 549 m², situado na esquina da rua Floriano Peixoto com a Praça Ferreira Pires, no município de Formiga, no Estado de Minas Gerais, tudo de conformidade com os dados técnicos e demais elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob número 198.805, de 1951.

Art. 2.º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à construção do prédio da Agência Postal-Telegráfica daquele Município.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.782 — DE 13
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Barros Mota a pesquisar talco e associados, no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antônio de Barros Mota, a pesquisar talco e associados, em terrenos de propriedade de Egidio Rodrigues de Oliveira, situados no lugar denominado Bairro da Passoca, no distrito e município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo, numa área de trinta hectares (30 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a cento e setenta e dois metros e cinco centímetros (172,05 m.), no rumo magnético de trinta e cinco graus e trinta e dois minutos nordeste — (35º 32' NE), do marco do quilômetro vinte e nove (Km. 29) da rodovia Itapeva-Ribeirão Branco, e os

lados divergentes do vértice considerado, têm: quinhentos metros — (500 m.) e rumo oeste (W), magnético; seiscentos metros (600 m.), e rumo norte (N), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros Cr\$ 300,00 e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.783 — DE 13
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Luís de Sousa a pesquisar minério de chumbo e associados, no município de Simonésia, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antônio Luís de Sousa a pesquisar minério de chumbo e associados, em terras de propriedade de Quirino Ferreira de Sales, na localidade Fazenda Três Irmãos, município de Simonésia, distrito Alegria, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta e dois hectares e cinquenta ares (32,50 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice situado no canto nordeste (NE) da casa de Quirino Ferreira de Sales e os lados, a partir deste vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e cinquenta e dois metros (152 m.), sessenta e seis graus e trinta minutos nordeste — (66º 30' NE); trezentos e trinta e sete metros (337 m.), trinta e nove graus e trinta minutos nordeste (39º 30' NE); setecentos e setenta metros (770 m.), quarenta e dois graus noroeste — (42º NW); quatrocentos e sessenta e dois metros (462 m.), vinte e quatro graus sudoeste (24º SW); sessenta

metros (60 m.), sete graus sudeste — (7° SE); trezentos e noventa metros (390 m.), trinta e oito graus sudeste (38° SE); cento e cinquenta metros (150 m.), quarenta e quatro graus sudeste (44° SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de trezentos e trinta cruzeiros (Cr\$ 330,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.784 — DE 13

DE NOVEMBRO DE 1952-

Autoriza o cidadão brasileiro Eugênio Lefèvre Júnior a pesquisar areia e conchas calcárias no Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Eugênio Lefèvre Júnior, na qualidade de administrador do imóvel em condomínio Fazenda da Restinga, na Freguezia de Jacarepaguá, no Distrito Federal, a pesquisar areia e conchas calcárias, no referido imóvel, numa área de quarenta e nove hectares, trinta e sete ares e trinta centiares (49,3730 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na extremidade noroeste (NW) do lugar denominado Saquinho, na Lagoa da Tijuca e os lados, a partir dêsse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e trinta metros (130 m.), oitenta e nove graus e quarenta minutos sudoeste (89° 40' SW); quinhentos e cinquenta e dois metros e cinquenta centímetros (552,50 m.), seis graus e cinquenta minutos sudeste — (6° 50' SE); sessenta e cinco metros e noventa centímetros (65,90 m.), setenta

e nove graus e quarenta e cinco minutos sudeste (79° 45' SE); setecentos e um metros e quarenta centímetros (701,40 m.), quarenta e oito graus e quarenta minutos sudeste — (48° 40' SE); quatrocentos e sessenta e oito metros (468 m.), setenta e três graus e quarenta minutos nordeste (73° 40' NE); trezentos e sessenta e seis metros e setenta centímetros (366,70 m.), vinte e três graus e vinte minutos noroeste (23° 20' NW); cento e vinte e cinco metros (125 m.), setenta e três graus e quarenta minutos noroeste (73° 40' NW); setecentos e cinquenta e cinco metros (755 m.), trinta e um graus e trinta e dois minutos noroeste (31° 32' NW); oitenta e um metros e sessenta centímetros (81,60 m.), vinte e quatro graus e cinquenta minutos nordeste — (24° 50' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.785 — DE 13

DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Adamian a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Adamian a pesquisar quartzo e associados em terrenos de sua propriedade, situados no local denominado Fazenda Alto Horizonte, no distrito e município de Cristalina, Estado de Goiás, numa área de quatrocentos e noventa e um hectares — (491 ha.), delimitada por um poli-

gono mixtilíneo que tem um vértice na margem direita do ribeirão da Embira a mil e trinta e cinco metros (1.035 m.), no rumo magnético de catorze graus e quinze minutos noroeste (14° 15' NW), da barra do córrego dos Três Capões e os lados, a partir do vértice considerado, são assim descritos: o primeiro lado é um segmento retilíneo, com mil e cem metros de comprimento (1.100 m.), que parte do vértice supra descrito com rumo magnético de cinquenta e um graus sudoeste (51° SW); o segundo lado é um segmento retilíneo, com três mil metros de comprimento (3.000 m.), que parte da extremidade do primeiro lado com rumo magnético de vinte e nove graus noroeste — (29° NW); o terceiro lado é um segmento retilíneo que, partindo da extremidade do segundo lado com cinquenta e um graus nordeste (51° NE) magnético, alcança a margem direita do ribeirão da Embira; o quarto e último lado é a margem direita do citado ribeirão, no trecho compreendido entre a extremidade do terceiro lado e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil novecentos e dez cruzeros (Cr\$ 4.910,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.786 — DE 13 DE
NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas de uso comum de domínio do Estado de Minas Gerais as águas do Rio Gravatã.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.787 — DE 13 DE
NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Bonsucesso.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.788 — DE 13
DE NOVEMBRO DE 1952

Dispõe sobre a aprovação de tabelas de preços para execução de obras, a cargo do Ministério da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam revogados os dispositivos de Regulamentos e Regimentos de repartições e serviços do Ministério da Viação e Obras Públicas, que atribuíam a qualquer outra autoridade, que não seja o Ministro de Estado, a aprovação de tabelas de preços para execução de obras públicas.

Art. 2.º O Ministro da Viação e Obras Públicas designará uma comissão sob sua presidência constituída dos Diretores-Gerais dos Departamentos subordinados ou jurisdicionados ao seu Ministério, para estudar tabelas de preços, correspondentes às diversas regiões do país, para execução de obras públicas.

Art. 3.º As tabelas de preços aprovadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, serão revistas anualmente, mediante proposta da comissão, referida no artigo anterior, que se reunirá, obrigatoriamente, para este fim, na primeira quinzena do mês de janeiro de cada ano.

Art. 4.º As tabelas de preços aprovadas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas serão observadas e aplicadas por todos os órgãos do Ministério que tiverem obras a realizar na região a que as mesmas corresponderem.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.789 — DE 14
NOVEMBRO DE 1952

Aprova alteração introduzida nos Estatutos, referente ao aumento de capital, da Sul America Capitalização S. A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e no. termos do Decreto n.º 22.456, de 10 de fevereiro de 1933, e tendo em vista a decisão do Tribunal Federal de Recursos proferida no Mandado de Segurança n.º 1.659, do Distrito Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a alteração introduzida nos Estatutos, referente ao aumento do capital social de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), da Sul America Capitalização S. A., com sede nesta Capital, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 18.891, de 4 de setembro de 1929, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de novembro de 1951.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Serrada Vianna.

DECRETO N.º 31.790 — DE 14
DE NOVEMBRO DE 1952

Abre, pela Presidência da República, o crédito de Cr\$ 20.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.604, de 16 de maio de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 — (vinte milhões de cruzeiros) — destinado à aquisição de um sincrociclotron e seus aparelhos complementares.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.791 — DE 14
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Geriza.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940 e considerando que o edital de classificação do curso d'água publicado no "Diário Oficial" n.º 78, de 4 de abril de 1949, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional da Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital, decreta:

Art. 1.º São declaradas públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio denominado Geriza em toda sua extensão, que nasce no município de Porto União e é tributário pela margem esquerda do rio Iguauçu.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.792 — DE 14
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Tamanduá, Tamanduá e Pintado, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação do curso d'água publicado no "Diário Oficial" n.º 78, de 4 de abril de 1949, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional da Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital, decreta:

Art 1.º São declaradas públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio denominado Tamanduá, Tamanduá e Pin-tado, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior, e é tributário pela margem esquerda do rio Iguaquê.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

**DECRETO N.º 31.793 — DE 14
DE NOVEMBRO DE 1952**

Declara de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Liso, Liso e Pôço Grande, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação do curso, d'água publicado no "Diário Oficial" n.º 18, de 4 de abril de 1949, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional da Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital, decreta:

Art 1.º São declaradas públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio denominado Liso, Liso e Pôço Grande, res-

pectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior, que nasce no município de Pôrto União e é tributário pela margem direita do rio Tamanduá.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

**DECRETO N.º 31.794 — DE 17
DE NOVEMBRO DE 1952**

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Profissão de Economista, regida pela Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento que dispõe sobre o exercício da profissão de Economista, anexo ao presente Decreto e assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

**REGULAMENTO A QUE SE REFE-
RE O DECRETO N.º 31.794, DE 17
DE NOVEMBRO DE 1952.**

TÍTULO I

DA PROFISSÃO DE ECONOMISTA

CAPÍTULO I

Do Economista

Art. 1.º A designação profissional de economista, na conformidade do

quadro de atividades e profissões apenso à Consolidação das Leis do Trabalho, é privativa:

a) dos bacharéis em Ciências Econômicas, diplomados no Brasil, de conformidade com as leis em vigor;

b) dos que possuem cursos regulares no estrangeiro, após a devida revalidação do respectivo diploma no Ministério da Educação e Saúde; e

c) dos que, embora não diplomados, forem habilitados na forma deste Regulamento.

CAPÍTULO II

Do Campo Profissional

Art. 2.º A profissão de economista, observadas as condições previstas neste Regulamento, se exerce na órbita pública e na órbita privada:

a) nas entidades que se ocupem das questões atinentes à economia nacional e às economias regionais, ou a quaisquer de seus setores específicos, e dos meios de orientá-las ou resolvê-las através das políticas monetária, fiscal, comercial e social;

b) nas unidades econômicas públicas, privadas ou mistas, cujas atividades não se relacionem com as questões de que trata a alínea anterior, mas envolvam matéria de economia profissional sob aspectos de organização e racionalização do trabalho.

CAPÍTULO III

Da Atividade Profissional

Art. 3.º A atividade profissional privativa do economista exercita-se, liberalmente ou não por estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, perícias, arbitragens, laudos, esboços ou certificados sobre os assuntos compreendidos no seu campo profissional, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação supervisão ou assistência dos trabalhos relativos às atividades econômicas ou financeiras, em empreendimentos públicos privados ou mistos ou por quaisquer outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico.

Art. 4.º Os documentos referentes à ação profissional de que trata o artigo anterior, só terão valor jurídico quando assinados por economista devidamente registrado na forma deste Regulamento.

Art. 5.º O Conselho Federal de Economistas Profissionais — (C. F. E. P.) — mediante denúncia das autoridades judiciais ou administrativas, promoverá a responsabilidade dos economistas, nos casos de dolo, fraude ou má fé adotando as providências indispensáveis à manutenção de um sadio ambiente profissional, sem prejuízo da ação administrativa ou criminal que couber.

Art. 6.º Os documentos mencionados no artigo 4.º poderão ser registrados nos Conselhos Regionais de Economistas Profissionais — (C. R. E. P.) — na forma do artigo 11, letra "c", da Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951, quando houver manifesta conveniência das partes nêles interessadas resguardado o sigilo profissional.

Art. 7.º É obrigatória a citação do número de registro do economista, no competente CREP após a assinatura de qualquer trabalho mencionado neste Capítulo.

CAPÍTULO IV

Da Sociedade entre Profissionais

Art. 8.º As sociedades que se organizarem para a prestação de serviços profissionais, mencionados no Capítulo anterior, só poderão ser constituídas por economistas devidamente registrados no competente CREP e no pleno gozo dos seus direitos.

Art. 9.º Os economistas que constituírem as sociedades de que trata este Capítulo responderão, individualmente, perante o CREP, pelos atos praticados pelas sociedades.

Art. 10. As sociedades a que alude o artigo 8.º promoverão o registro prévio de que trata o parágrafo único do artigo 14, da Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951, ficando obrigadas a comunicar ao CREP competente, quaisquer alterações ocorridas posteriormente.

Art. 11. O economista que participar de sociedade prevista neste Capítulo uma vez suspenso do exercício da profissão, por decisão do CREP, não poderá praticar ato profissional a serviço da entidade, enquanto perdurar a sua punição.

CAPÍTULO V

Do Exercício Profissional

Art. 12. Para o exercício de cargos técnicos de economia e finanças,

na administração pública, autárquica, paraestatal e de economia mista inclusive bancos de que forem acionistas os Governos Federal e Estadual, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviço público, é obrigatória a apresentação da carteira profissional a que se refere o artigo 15 da Lei número 1.411, de 13 de agosto de 1951.

§ 1.º O disposto neste artigo não prejudica direitos já adquiridos pelos atuais ocupantes efetivos dos referidos cargos.

§ 2.º O provimento dos cargos técnicos de que trata este artigo só poderá ser feito mediante prévia apresentação do diploma de Bacharel em Ciências Econômicas ou título de habilitação, mesmo quando dependa de concurso.

Art. 13. Consideram-se para os efeitos do artigo anterior, como cargos técnicos de economia e finanças, aqueles que se enquadram em quaisquer das formas de atividades previstas no artigo 3.º deste Regulamento.

Art. 14. É facultado aos bacharéis em Ciências Econômicas a inscrição nos concursos para provimento das cadeiras de Estatística de Economia e de Finanças, existentes em qualquer ramo de ensino técnico ou superior.

Art. 15. O exercício dos cargos e funções de que trata este Capítulo, será fiscalizado pelos competentes C. R. E. P., sob a supervisão do CREP, que orientará e disciplinará o exercício da profissão de economista, em todo o território nacional.

Art. 16. O CFEP, por intermédio dos competentes CREP, promoverá, em íntima colaboração com os órgãos de que trata o artigo 3.º da Lei número 1.411, de 13 de agosto de 1951 os estudos e os projetos necessários à classificação e reestruturação dos seus respectivos quadros de pessoal, atendidos os interesses desses órgãos e o melhor aproveitamento profissional dos economistas.

TÍTULO II

DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMISTAS PROFISSIONAIS

CAPÍTULO I

Constituição, fins, sede e fóro

Art. 17. O Conselho Federal de Economistas Profissionais — (CFEP)

— é constituído de 9 (nove) membros, que serão substituídos, em suas faltas e impedimentos por suplentes, em igual número, todos eleitos pelos representantes dos Sindicatos e das Associações Profissionais de Economistas existentes no Brasil.

Art. 18. O CFEP tem por finalidade orientar, supervisionar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de economista em todo o território nacional, na forma deste Regulamento e contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

Parágrafo único. Em matéria de economia profissional, o CFEP servirá de órgão de consulta do governo.

Art. 19. O CFEP tem sede e fóro no Distrito Federal.

CAPÍTULO II

Do Mandato dos Membros do CFEP Das Eleições para Renovação do Térço e das Substituições dos Conselheiros

Art. 20. O mandato dos membros do CFEP será de três anos, podendo ser renovado.

Art. 21. As eleições para a renovação do térço dos membros do CFEP serão realizadas, anualmente a partir do quarto ano da primeira gestão, pelos representantes dos Sindicatos e das Associações Profissionais de Economistas existentes no Brasil devidamente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio reunidos no Rio de Janeiro para esse fim.

Parágrafo único. A convocação para as eleições, a que se refere este artigo será feita pelo CFEP, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, antes do término do respectivo mandato.

Art. 22. As assembleias de Representantes Eleitores serão realizadas em primeira convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) e em segunda, com qualquer número de representantes, sendo instaladas pelo presidente do CFEP e presididas por um dos seus membros.

Parágrafo único. O CFEP baixará e publicará normas para as eleições.

Art. 23. As entidades que não credenciarem seus representantes para o fim previsto no artigo 21, dentro do prazo fixado pelo CFEP perderão o direito de se fazerem representar.

Art. 24. A cada entidade de que trata o artigo 21, corresponderá o di-

reito a um voto por grupo de 50 (cinquenta) ou fração maior de 25 (vinte e cinco) associados do seu quadro no pleno gozo de seus direitos estatutários; o direito de voto será exercido diretamente por um ou mais representantes-eleitores, até o limite de votos a que tenha direito a entidade representada.

§ 1º Os representantes-eleitores terão direito de exercer o número de votos que lhes corresponder proporcionalmente na representação da entidade, cabendo à assembléa geral, que os elege atribuir os votos indivisíveis aos representantes-eleitores que designar.

§ 2º Em caso de impedimento ocasional de qualquer representante-eleitor cabe à assembléa geral eletiva do CREP decidir sobre o exercício dos votos ou voto, correspondentes àquele representante.

Art. 25. A verificação do número de votos de que trata o artigo 24 far-se-á mediante a apresentação, à assembléa de representantes-eleitores do CFEP, de cópia autenticada da lista de sócios em condições de votar, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e fornecida pela respectiva entidade juntamente com a ata da assembléa por ela realizada, revestidos ambos esses documentos das indispensáveis formalidades legais.

Art. 26. Os membros do CFEP serão substituídos nos casos de faltas, impedimentos ou vacância, pelos suplentes, na ordem de votos por estes obtidos, e em caso de número igual de votos, por aquele que for escolhido em escrutínio secreto do plenário.

Art. 27. O membro do CFEP que faltar, sem prévia licença, a três sessões ordinárias consecutivas ou a cinco sessões intercaladas no período de um ano, perderá automaticamente o mandato, que passará a ser exercido na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. O membro do Conselho que tiver necessidade de se ausentar da sede por prazo superior a trinta dias, poderá ser licenciado a pedido, por deliberação do plenário.

CAPÍTULO III

Da Organização

Art. 28. O CFEP terá como órgão deliberativo o plenário e como órgãos executivos a presidência e os que forem criados para a execução dos serviços técnicos ou especializados, indis-

pensáveis ao cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. Os serviços administrativos serão executados por uma secretaria, com atribuições e dependências definidas no Regimento Interno.

Art. 29. O CFEP poderá organizar comissões, inclusive compostas de elementos estranhos, para execução de determinadas tarefas ou para atingir fins que não justifiquem a criação de serviço permanente.

CAPÍTULO IV

Das Atribuições

Art. 30. São atribuições do CFEP:

- a) organizar o seu regimento interno;

- b) promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do país;

- c) elaborar anualmente um programa das atividades definidas neste Regulamento programa que servirá também de base para todos os Conselhos Regionais;

- d) aprovar o orçamento e suas alterações, bem como os créditos adicionais;

- e) autorizar operações referentes às mutações patrimoniais;

- f) criar cargos, funções, fixar vencimentos, gratificações, e, bem assim aprovar o regulamento de promoções e suas alterações, quando julgadas necessárias;

- g) julgar as obras ou trabalhos previstos na alínea "b" do artigo 47, do Capítulo — da Habilitação — após o pronunciamento da Comissão de Professores, especialmente designada;

- h) organizar os C. R. E. P. fixando-lhes a composição, a jurisdição e a forma de eleição de seus membros;

- i) examinar e aprovar os regimentos internos dos CREP, podendo modificá-los no que se tornar necessário, a fim de manter-se a respectiva unidade de ação;

- j) julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos CREP e promover a responsabilidade dos economistas nos casos previstos no artigo 5º;

- k) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;

- l) tomar todas as providências que julgar necessárias para (como responsável que é pela orientação e disciplina dos Conselhos Regionais) man-

ter uniformemente, em todo o país a necessária e devida orientação dos referidos Conselhos;

m) homologar ou não a expedição dos títulos de habilitação profissional, concedidos pelos CREP; e

n) servir de órgão de consulta do Governo, em assuntos de natureza econômica.

CAPÍTULO V

Das Rendas

Art. 31. Constituem rendas do CFEP:

a) 1/5 da renda bruta arrecadada pelos Conselhos Regionais com exceção das doações, legados e subvenções;

b) doações e legados;

c) subvenções do Governo;

d) rendimento patrimonial.

CAPÍTULO VI

Do Presidente

Art. 32. O Presidente será eleito pelo Conselho dentre os seus membros com o mandato por um ano, podendo ser reeleito condicionando-se sempre a duração do período presidencial à do respectivo mandato como Conselheiro.

Parágrafo único. A eleição, a que se refere este artigo, far-se-á na primeira sessão após a posse do terço renovado.

Art. 33. Compete ao Presidente:

a) administrar e representar legalmente o CFEP;

b) dar posse aos conselheiros;

c) convocar e presidir as sessões do Conselho;

d) distribuir os conselheiros, para relatar os processos que devam ser submetidos à deliberação do plenário;

e) constituir comissões;

f) admitir, promover, remover e dispensar servidores;

g) delegar poderes especiais, mediante autorização do plenário do Conselho;

h) movimentar as contas bancárias, assinar cheques e passar recibos, juntamente com o responsável pela tesouraria e autorizar o pagamento das despesas;

i) apresentar ao Conselho a proposta orçamentária;

j) apresentar ao Conselho relatório anual das atividades; e

k) acautelar os interesses do CFEP, adotando as providências que se fizerem necessárias.

Art. 34. Haverá um Vice-Presidente, eleito simultaneamente e nas condições do Presidente, ao qual compete substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

TÍTULO III

DOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMISTAS PROFISSIONAIS

CAPÍTULO I

Da Organização e da Jurisdição

Art. 35. Os CREP serão organizados pelo CFEP fixando-lhes, inclusive, a composição e a forma de eleição dos seus membros, que deverão quando possível, ser semelhantes à sua e promoverá a instalação, nos Estados e no Distrito Federal, de tantos desses órgãos quantos forem julgados necessários para melhor execução deste Regulamento, podendo estender-se a mais de um Estado a ação de qualquer deles.

CAPÍTULO II

Das Atribuições

Art. 36. São atribuições dos Conselhos Regionais:

a) organizar e manter o registro profissional do economista;

b) fiscalizar o exercício da profissão de economista, dentro das normas baixadas pelo CFEP;

c) expedir a carteira de identidade profissional;

d) realizar o programa de atividades elaboradas pelo CFEP no sentido de disseminação da técnica econômica nos diversos setores da economia nacional promovendo estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do país;

e) elaborar o seu regimento interno para exames e aprovação do CFEP;

f) aplicar penalidades;

g) arrecadar as multas, anuidades, taxas e demais rendimentos, bem como promover a distribuição das cotas previstas nos artigos 31 e 37.

CAPÍTULO III

Das Rendas

Art. 37. Constituem rendas dos Conselhos Regionais:

a) 4/5 das multas aplicadas;

b) 4/5 das anuidades previstas no artigo 17, da Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951;

- c) 4/5 da taxa de registro facultativo de qualquer contrato, parecer ou documento profissional a ser fixado pelo regimento do CFEP;
- d) doações e legados;
- e) subvenções dos Governos;
- f) rendimento patrimonial.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

Dos Conselheiros — Atribuição e Competência

Art. 38. Aos membros do CFEP e dos CREP, incumbe:

- a) participar das sessões;
- b) relatar processos;
- c) integrar comissões para que forem designados;
- d) representar especialmente o Conselho, quando designados;
- e) cumprir a lei, o regulamento, o regimento interno e as resoluções do Conselho.

Art. 39. Salvo o disposto no artigo 27, o conselheiro tem todas as prerrogativas que a lei, o regulamento e o regimento interno lhe conferem asseguradas as imunidades inerentes ao cargo.

CAPÍTULO II

Do Registro e da Carteira de Identidade Profissional

Art. 40. Os profissionais a que se refere este Regulamento só poderão exercer legalmente a profissão, após prévio registro de seus títulos, diplomas ou certificados no órgão próprio do Ministério da Educação e Saúde, e ser portador da carteira de identidade profissional expedida pelo respectivo CREP, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 41. A todo profissional devidamente registrado será fornecida uma carteira de identidade profissional, numerada e visada no Conselho Regional, respectivo, na qual constarão:

- a) nome por extenso do profissional;
- b) filiação;
- c) nacionalidade e naturalidade;
- d) data do nascimento;
- e) denominação da Faculdade em que se diplomou ou declaração de habilitação na forma deste Regulamento e respectivas datas;

- f) natureza do título ou dos títulos de habilitação;
- g) número de registro do CREP respectivo;
- h) fotografia de frente e impressão dactiloscópica; e
- i) assinatura.

Parágrafo único. A expedição da carteira de identidade profissional é sujeita ao pagamento da taxa de Cr\$ 50,00 — (cinquenta cruzeiros) — ao respectivo CREP.

Art. 42. A carteira de identidade profissional servirá de prova para o exercício da profissão, de carteira de identidade e terá fé pública.

Art. 43. O profissional referido neste Regulamento é obrigado a pagar, ao respectivo CREP, uma anuidade de Cr\$ 60,00 — (sessenta cruzeiros).

Art. 44. As empresas, entidades, institutos e escritórios de que trata este Regulamento são sujeitos ao pagamento de uma anuidade de Cr\$ 200,00 — (duzentos cruzeiros).

Art. 45. As anuidades de que trata este Capítulo deverão ser pagas na sede dos Conselhos Regionais a que estiverem sujeitos os respectivos interessados, até 31 de março de cada ano, salvo a primeira, que será paga no ato da inscrição ou do registro.

Art. 46. A carteira de identidade profissional concede ao respectivo portador o direito de exercer a profissão de economista no território nacional, pagos os emolumentos devidos ao CREP.

CAPÍTULO III

Da Habilitação

Art. 47. Será habilitado para o exercício da profissão de economista, segundo o que dispõe o artigo 1º, alínea "c" o profissional não diplomado que satisfizer a qualquer um dos seguintes requisitos:

- a) ter exercido, continuamente, por prazo não inferior a cinco anos, atividades próprias do campo profissional de economista;
- b) ser autor de obras ou trabalhos científicos técnicos ou didáticos, considerados de real valor pelo CFEP, e que versem sobre economia, finanças ou organização racional do trabalho;
- c) ter exercido o magistério durante mais de cinco anos, em cadeira técnica de economia, finanças ou de organização racional do trabalho, em

estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos, bem como nos extintos cursos superiores, regulados e inspecionados pelo Governo Federal, na forma do Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931; e

d) ter sido aprovado em concurso de provas para o magistério das cadeiras e dos cursos a que se refere a alínea anterior.

§ 1.º A comprovação dos requisitos dispostos nas alíneas "a", "c" e "d", far-se-á mediante documentos expedidos sob a responsabilidade da direção dos órgãos próprios, especificando detalhadamente, a natureza dos trabalhos a fim de possibilitar ao CFEF julgar a caracterização da atividade específica em cada caso.

§ 2.º O prazo para a habilitação de que trata este Capítulo será de um ano, a contar da publicação do presente Regulamento, devendo a mesma ser devidamente instruída e encaminhada pelos Conselhos Regionais ao CFEF.

CAPÍTULO IV

Das Penalidades

Art. 48. A falta do competente registro torna ilegal o exercício da profissão de economista e punível o infrator.

Art. 49. O CREP aplicará as seguintes penalidades aos infratores dos dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951, e do presente Regulamento:

a) multa de Cr\$ 200 00 — (duzentos cruzeiros) — a Cr\$ 3.000 00 — (três mil cruzeiros) — aos infratores dos dispositivos legais em vigor;

b) suspensão de um a dois anos do exercício da profissão ao economista que, no âmbito da sua atuação, fôr responsável, na parte técnica, por falsidade de documentos ou pareceres dolosos que assinar;

c) suspensão de seis meses a um ano ao profissional que demonstrar incapacidade técnica no exercício da profissão, sendo-lhe facultada ampla defesa; e

d) suspensão, até um ano, do exercício da profissão ao economista que agir sem decôro ou ferir a ética profissional.

§ 1.º Provada a conivência das empresas, entidades ou firmas individuais nas infrações da Lei n.º 1.411 de 13 de agosto de 1951, e dos dispositivos deste Regulamento pelos profissionais delas dependentes, serão estas passíveis das sanções previstas.

§ 2.º No caso de reincidência da mesma infração, praticada dentro do prazo de dois anos, a multa será elevada ao dobro.

Art. 50. O CREP estabelecerá normas reguladoras para os processos de infração, prazos e interposições de recursos.

CAPÍTULO V

Da Cooperação dos Órgãos Públicos

Art. 51. As entidades sindicais e as autarquias cooperarão com os CREP e CREP, na divulgação da técnica e dos processos de racionalização econômica do país.

Art. 52. Para os efeitos do disposto no artigo anterior, os órgãos citados celebrarão acordos ou convênios de assistência técnica e financeira, tendo em vista, sobretudo, no interesse nacional a ampliação e a intensificação dos estudos e pesquisas econômicas, com melhor aproveitamento dos economistas.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1952. — *Segadas Viana*.

DECRETO N. 31 795 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1952

Transfere a Alcides de Oliveira a concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica na sede do município de Fernandópolis, Estado de São Paulo, outorgada a Miguel Murari, pelo Decreto número 29.880, de 13 de agosto de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n. 7.062, de 22 de novembro de 1944, decreta:

Art. 1.º Fica transferida a Alcides de Oliveira a concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica na sede do município de Fernandópolis, Estado de São Paulo, outorgada a Miguel Murari, pelo Decreto n.º 29 880, de 13 de agosto de 1951, na forma e sob as mesmas condições estipuladas no referido Decreto.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.796 — DE 17

DE NOVEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública a desapropriação dos imóveis que mencionna, situados em Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 n.º 1, da Constituição, e de acordo com o artigo 5.º letra "h", do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941 decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a desapropriação, com as respectivas benfeitorias, dos terrenos alodiais e do domínio útil de terrenos de marinha uns e outros compreendidos nas áreas indicadas na planta que com este baixa, devidamente rubricada, situados na zona abrangida pelo Decreto n.º 28.468, de 5 de agosto de 1950 e necessários à execução de obras complementares ao prolongamento do porto de Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Também fica declarada de utilidade pública a desapropriação das benfeitorias existentes nos terrenos de marinha sob o regime de ocupação, compreendidos na planta a que se refere o artigo 1.º.

Art. 3.º A desapropriação de que trata o presente Decreto é declarada de caráter urgente, para os fins previstos no artigo 15 do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.797 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1952

Organiza no Colégio Militar um Curso de Preparação.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º É organizado no Colégio Militar um Curso de Preparação (C. P. C. M.), que funcionará paralelamente ao atual Curso Científico, destinado, exclusivamente, aos alunos do Colégio Militar, candidatos à matrícula na Academia Militar das Agulhas Negras.

Art. 2.º O Curso de Preparação adotará o regime de internato e os currículos das Escolas Preparatorias, devendo o seu funcionamento reger-se por instruções baixadas pelo Ministro da Guerra, até que seja revisto o Regulamento do Colégio Militar.

Art. 3.º O Curso de Preparação funcionará com os professores em exercício no Colégio Militar, designados anualmente a critério do Comandante do Estabelecimento e previamente consultados a respeito.

Parágrafo único. Os professores designados para o Curso de Preparação, nas condições do presente artigo poderão, se necessário, acumular serviço nos outros cursos do Colégio para completar o número de horas de obrigação, tudo de acordo com o regime de trabalho regulado pela legislação em vigor.

Art. 4.º As matrículas no Curso de Preparação só poderão ser efetuadas no primeiro ano desse Curso.

§ 1.º As vagas do Curso de Preparação serão preenchidas com os alunos que hajam terminado o curso ginasial no Colégio, só sendo efetuadas as matrículas por transferência do que trata o Decreto n.º 20.679, de 28 de fevereiro de 1946, em caso de não serem as referidas vagas totalmente preenchidas com os alunos do Colégio.

§ 2.º Para o ano letivo de 1953, as matrículas serão feitas no 1.º, 2.º e 3.º ano, por transferência dos atuais alunos do Colégio Militar, que concluírem o curso ginasial, a primeira e a segunda série do curso científico, respectivamente.

Art. 5.º Não haverá matrículas por transferência do Curso de Preparação do Colégio Militar para as Escolas Preparatórias e destas para aquele.

Art. 6.º Os alunos do Curso de Preparação se dividirão em duas categorias: gratuitos e contribuintes.

§ 1.º Gratuitos são os órfãos dos militares da carreira do Exército Marinha e Aeronáutica e os filhos dos militares incapacitados em virtude de operações de guerra.

§ 2.º Os contribuintes pagarão mensalidade correspondente aos alunos internos do Colégio.

§ 3.º Do montante da contribuição dos alunos do Curso de Preparação, serão reservados 50% que se destinarão a constituir pecúlios individuais e lhes serem entregues por ocasião da matrícula na Academia Militar das Agulhas Negras.

§ 4.º O restante da contribuição dos alunos, e mais os juros obtidos com o depósito do total de contribuições, reverterá para o Colégio Militar, sob a forma de "contribuição de alunos".

§ 5.º O Colégio Militar pagará com os recursos próprios, a cada aluno gratuito do Curso de Preparação que se matricular na Academia Militar das Agulhas Negras, um pecúlio de igual valor ao que for pago ao aluno contribuinte.

Art. 7.º Os alunos contribuintes do Curso de Preparação receberão gratuitamente: instrução, alimentação, abrigo e assistência médica e dentária.

Art. 8.º Os alunos do Curso de Preparação que não se matricularem na Academia Militar das Agulhas Negras e bem assim os que forem desligados, por qualquer motivo, antes da conclusão do Curso (salvo o caso de incapacidade física comprovada em inspeção de saúde regular), perdem o direito ao pecúlio referido nos parágrafos 3.º e 5.º do artigo 6.º do presente Decreto, o qual reverterá para o Colégio sob a forma de "contribuição de alunos".

Art. 9.º Os alunos do Curso de Preparação terão as vantagens previstas para os alunos das atuais Escolas Preparatórias do Exército, exceto quanto a vencimentos e fardamento.

Parágrafo único. Aos alunos do Curso de Preparação que efetuarem matrícula na Academia Militar das Agulhas Negras será contado como tempo de serviço militar, para todos os efeitos, menos baixa ou demissão, o período em que frequentarem com aproveitamento o referido Curso.

Art. 10. A organização militar do Colégio continuará a contar com as armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

§ 1.º Os alunos do Curso de Preparação serão distribuídos, desde o primeiro ano do Curso, pelas armas de Infantaria e Cavalaria e os alunos do Curso Científico pela Artilharia.

§ 2.º Aos alunos matriculados no Curso de Preparação, quando odesligados do Colégio antes de concluírem o Curso, aplicam-se as disposições da Lei n.º 439, de 18 de outubro de 1948.

Art. 11. Os uniformes usados pelos alunos do Curso de Preparação serão os constantes do plano de uniformes do Colégio Militar, com os distintivos mandados adotar pelo Ministro da Guerra.

Art. 12. Até que seja aprovado o novo Regulamento para o Colégio Militar nenhuma alteração será feita nos órgãos de direção e de subdireção do ensino e da instrução, dêse Estabelecimento.

Art. 13. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1952. 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo
Cardoso

DECRETO N.º 31.798 — DE 19
DE NOVEMBRO DE 1952

Renova o Decreto n.º 27.817, de
24 de fevereiro de 1950

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos tér-

mos da letra "b", do artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida a Francisco Matarazzo Júnior pelo Decreto número vinte e sete mil oitocentos e dezessete (27.817), de vinte e quatro (24) de fevereiro de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar quartzo, no distrito e município de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil trezentos e dez cruzeiros (Cr\$ 2.310,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.799 — DE 19
DE NOVEMBRO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 27.993, de
12 de abril de 1950*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — combinado com o Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra "b", do artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida ao cidadão brasileiro João Belo Nascimento pelo Decreto número vinte e sete mil novecentos e noventa e três — (27.993) — de doze (12) de abril de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar minério de ouro, no município de Jacobina, Estado da Bahia.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fo-

mento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.800 — DE 19
DE NOVEMBRO DE 1952
*Renova o Decreto n.º 28.521, de
17 de agosto de 1950*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica renovada pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra "b", do artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida à Companhia Paulista de Mineração, pelo Decreto número vinte e oito mil quinhentos e vinte e um (28.521), de dezessete (17) de agosto de mil novecentos e cinquenta (1950), para pesquisar quartzo e associados no distrito de Taiacupeba, município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.801 — DE 19
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Vivaldi Junqueira Passos a pesquisar mica e associados, no município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Vivaldi Junqueira Passos a pesquisar mica e associados em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Caetano e Jacaré, distrito de Rosário da Limeira, município de Muriae Estado de Minas Gerais, em uma área de dezessete hectares e cinquenta e dois ares (17,52 ha.), delimitada por um paralelogramo que tem um vértice à distância de cento e trinta e quatro metros (134 m.), e rumo magnético de oitenta e um graus noroeste (81° NW) da confluência dos córregos Palmeira e Jacaré e os lados divergentes do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quatrocentos e oitenta metros (480 m.), sessenta e um graus e doze minutos nordeste (61° 12' NE); trezentos e sessenta e cinco metros (365 m.), vinte e oito graus e quarenta e oito minutos noroeste — (28° 48' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.802 — DE 19
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Adamian a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Adamian a pesquisar

quartzo e associados em terrenos de sua propriedade na divisa da Fazenda da Covaal, encravados no imóvel denominado Fazenda Alto Horizonte, no distrito e município de Cristalina, Estado de Goiás, numa área de quatrocentos e oitenta e seis hectares — (486 ha), delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice na confluência dos córregos Vereda do Canastra e Vereda do Mosquito, sendo os seus lados assim definidos: o primeiro lado é um segmento retilíneo, com dois mil metros (2.000 m.) de comprimento, que coincide com a linha de divisão judicial da Fazenda das Lages e que parte do vértice inicial com rumo magnético de quarenta e nove graus sudeste (49° SE); o segundo lado é um segmento retilíneo, com três mil e seiscentos metros — (3.600 m.), de comprimento, que parte da extremidade do primeiro lado com rumo magnético de um grau e quinze minutos noroeste (1° 15' NW); o terceiro lado é um segmento retilíneo que, partindo da extremidade do segundo lado, com rumo magnético de oitenta e oito graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (88° 45' SW) alcança o córrego Vereda do Mosquito; o quarto e último lado é o córrego Vereda do Mosquito, no trecho compreendido entre a extremidade do terceiro lado e a barra do córrego Vereda do Canastra.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto pagará a taxa de quatro mil oitocentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 4.860,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.803 — DE 19
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Vitório Bertin a pesquisar água mineral, no município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Vitorio Bertin a pesquisar água mineral, em terrenos de propriedade de Matilde Reis e outros no lugar denominado Santa Helena, distrito de Pureza, município de São Fidelis, Estado do Rio de Janeiro, numa área de um (1) hectare, delimitada por um retângulo que tem um vértice a cento e trinta e sete metros (137 m.) no rumo magnético vinte e nove graus e quinze minutos sudoeste (29º 15' SW) da confluência do valão Timbó, no córrego Gruta d'Água e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: duzentos metros (200 m.), sessenta e seis graus e trinta minutos sudoeste (66º 30' SW); cinquenta metros — (50 m.), vinte e três graus e trinta minutos sudeste (23º 30' SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.804 — DE 19

DE NOVEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 711.800,00, para atender às despesas que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.597 de 2 de maio de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 711.800,00 (setecenta

e onze mil e oitocentos cruzeiros), para atender a pagamento à firma Microfilme Técnica Limitada, por fornecimento e instalação de equipamento de laboratório para microfilmagem feito a mencionado Ministério, em 1950.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.805 — DE 20 DE
NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Quaraí a ampliar suas instalações termoeletricas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.806 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Masahiro Tango a pesquisar argila e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Masahiro Tango a pesquisar argila e associados em terrenos de Etsunari Adachi e de Seicke Segawa, situados no lugar denominado "Bairro do Caputera", no distrito e município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, numa área de vinte hectares sessenta e seis ares e oitenta centiares (20,6680 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no alinhamento da esquerda da rodovia de acesso aos referidos terrenos, na direção de quem se dirige

para Mogi das Cruzes, a cinquenta e cinco metros (55 m.), no rumo vinte e nove graus e quarenta e cinco minutos noroeste (29° 45' NW) do centro da soleira do portal da Capela de São Pedro, e os lados a partir do vértice considerado têm: trezentos e cinco metros (305 m.), doze graus nordeste (12° NE); duzentos e setenta metros (270 m.), sessenta e cinco graus nordeste (65° NE); cento e oitenta metros (180 m.), trinta e dois graus nordeste (32° NE); duzentos e dezessete metros e setenta centímetros (217,70 m.), setenta e três graus e trinta minutos sudeste (73° 30' SE); cento e noventa e cinco metros (195 m.), vinte e cinco graus sudoeste — (25° SW); duzentos e vinte e cinco metros (225 m.), treze graus sudoeste (13° SW); cento e cinquenta e cinco metros (155 m.), cinco graus sudoeste (5° SW); duzentos e quinze metros (215 m.), oitenta e dois graus sudoeste (82° SW). O nono lado é um segmento retilíneo que, partindo da extremidade do oitavo lado descrito com rumo de dois graus (2°) nordeste (NE), alcança o alinhamento esquerdo da estrada supra mencionada; o décimo e último lado é o alinhamento da estrada para Mogi das Cruzes, no trecho compreendido entre a extremidade do nono lado e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

**DECRETO N.º 31.807 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952**

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Gabriel de Sousa a pesquisar calcário e associados, no município de Dolores de Campos, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos

términos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Sebastião Gabriel de Sousa a pesquisar calcário e associados em terras de Joaquim Gabriel de Sousa, no local conhecido por Caeté, município de Dolores de Campos, distrito de Barroso, Estado de Minas Gerais, numa área de dezesseis hectares e sessenta e sete ares (16,67 ha.) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice situado no marco quatro da área do Decreto de lavra, 21.768, de 2-8-1946, de propriedade de José Pio de Sousa, e os lados, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos, a partir do vértice considerado: duzentos e sessenta metros — (260 m.), vinte graus noroeste — (20° NW); quatrocentos metros (400 m.), quarenta e cinco graus nordeste — (45° NE); trezentos e cinquenta metros (350 m.), setenta e quatro graus sudeste (74° SE); cento e oitenta metros (180 m.), vinte e cinco graus sudoeste (25° SW); quinhentos e vinte metros (520 m.), sessenta e dois graus sudoeste (62° SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

**DECRETO N.º 31.808 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952**

Autoriza a "Serrana Sociedade Anônima de Mineração" a pesquisar argila, no município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada "Serrana Sociedade Anônima de Mineração" a pesquisar argila em terras de propriedade da "Quimbrasil — Química Industrial Brasileira S. A.", na localidade de Monte Alegre, distrito e município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, numa área de dezesseis mil duzentos e quarenta e quatro metros quadrados (16.244 m2.) assim definida: — a partir da interseção dos alinhamentos lado esquerdo da rua Purus, quem vai para a Rua Amazonas e lado direito da rua Amazonas quem vai para a Rua Purus, trinta e seis metros (36 m.) sobre o alinhamento da rua Amazonas, daí em ângulo reto com este, quarenta e três metros (43 m.), daí, paralelo ao alinhamento da rua Amazonas, vinte e quatro metros (24 m.); daí, quarenta e três metros (43 m.), perpendicular ao mesmo; daí, sessenta e oito metros (68 m.), contados sobre o mesmo; daí, cento e trinta e oito metros (138 m.), perpendicular ao referido alinhamento, até encontrar a rua Osvaldo Cruz; daí, cento e quinze metros (115 m.), sobre o alinhamento, lado esquerdo de quem para a rua Purus; daí, quarenta metros (40 m.) perpendicular a este alinhamento; daí, onze metros (11 m.), paralelos a este; daí, noventa e quatro metros (94 m.), contados sobre o alinhamento, lado esquerdo da Rua Purus, quem vai para a rua Amazonas; ou sejam lotes um (1), dois (2), três (3), da escritura cento e sete (107), e lotes seis (6), sete (7), oito (8), nove (9), dez (10), onze (11), doze (12), vinte e oito (28), vinte e nove (29), trinta (30), trinta e um (31), trinta e dois (32), trinta e três (33), trinta e quatro (34), trinta e cinco (35), trinta e seis (36), trinta e sete (37), trinta e oito (38), quarenta (40), quarenta e um (41), quarenta e dois (42), quarenta e três (43), quarenta e quatro (44), de escritura cem (100).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.809 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Carvalho a pesquisar cassiterita e associados, no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.385, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Carvalho a pesquisar cassiterita e associados em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Chã, distrito de Nazareno, município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e três hectares e trinta e três ares (23,33 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a setecentos e vinte metros (720 m.), no rumo magnético trinta e seis graus sudeste (36º SE), do marco quilométrico cento e setenta e dois (Km. 172), da ferrovia da Rede Mineira de Viação e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — trezentos e sessenta metros (360 m.), quarenta e seis graus sudeste — (46º SE); — seiscientos e noventa metros (690 m.), vinte e seis graus sudoeste (26º SW); — duzentos e dez metros — (210 m.), oitenta e cinco graus noroeste (85º NW); — duzentos e quarenta metros (240 m.), cinco graus nordeste (5º NE); — seiscientos e cinquenta e oito metros (658 m.), vinte e nove graus e quarenta minutos nordeste (20º 40' NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.810 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo de Azevedo Lage, a pesquisar conchas, no município de Iguape, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Osvaldo de Azevedo Lage a pesquisar conchas em terras de propriedade de Almeida & Lage Ltda., no local conhecido por Fazenda Morrotes, distrito e município de Iguape, Estado de São Paulo, numa área de cinquenta e oito hectares e sete ares (58,07 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice situado na confluência do Rio Comprido ou Una com o Ribeirão da Casqueira, vertice este representado por um marco de concreto à direita do Rio Comprido e os lados da poligonal têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros a partir do vértice considerado: — setecentos metros (700 m.), oitenta e nove graus e doze minutos sudeste (89° 12' SE); setecentos e quarenta e quatro metros (744 m.), cinquenta graus sudeste (50° SE); quinhentos e dezesseis metros — (516 m.), quarenta graus sudoeste — (40° SW); quinhentos e quarenta e sete metros e cinquenta centímetros — (547,50 m.) oitenta e dois graus e trinta e cinco minutos noroeste — (82° 35' NW); cento e trinta e nove metros e cinquenta centímetros (139,50 m.), treze graus e quarenta e dois minutos noroeste (13° 42' NW); cento e setenta e três metros (173 m.), quarenta e um graus e vinte e oito minutos noroeste (41° 28' NW); cento e trinta e um metros (131 m.) trinta e cinco graus e quarenta e três minutos noroeste (35° 43' NW); cento e trinta e dois metros e cinquenta centímetros (132,50 m.), cinquenta e oito graus e dezessete minutos noroeste (58° 17' NW); duzentos e vinte e um metros (221 m.), cinco graus e cinquenta e nove minutos noroeste (5° 59' NW); cento e sessenta e um metros e cinquenta centímetros — (161,50 m.), dezesseis graus e quarenta e cinco minutos noroeste (16° 45' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos e noventa cruzeiros (Cr\$ 590,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.811 — DE 20 DE
NOVEMBRO DE 1952

Concede Y "Standard Oil Company of Brasil" autorização para continuar a funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à "Standard Oil Company of Brazil", sociedade anônima com sede em Fairmont, Estado de West Virginia, Estados Unidos da América, autorizada a funcionar na República pelos Decretos números 9 335, de 17 de janeiro de 1912, 234, de 17 de julho de 1935, 4.894, de 20 de novembro de 1939, 21.608, de 12 de agosto de 1946, 30.339, de 24 de dezembro de 1951, e 31.472, de 18 de setembro de 1952, autorização para continuar a funcionar no país, sob a nova denominação de "Esso Standard do Brasil Inc.", consoante acordo celebrado entre os seus acionistas a 19 de agosto de 1952, mediante as mesmas cláusulas que acompanham o Decreto n.º 30.339, de 24 de dezembro de 1951, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, continuando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.812 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Concede à Sociedade "Serviços Marítimos Federal Limitada", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à Sociedade "Serviços Marítimos Federal Limitada", com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, consoante contrato social que apresentou, por meio de instrumento particular firmado a 4 de outubro de 1952, ficando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da presente autorização.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.813 — DE 20 DE
NOVEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno de mangue (extinto) que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.814 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiros a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205, do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Ficam Karl Valdemar Andersen e sua esposa Elisabeth Andersen, ambos de nacionalidade dinamarquesa, autorizados a adquirir a fração ideal de duzentos e cinquenta e três décimo milésimos (253/10.000) do domínio útil do terreno de marinha beneficiado com o apartamento número 1.003, do prédio n.º 2.376, da Avenida Atlântica, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 58.385, de 1952.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.815 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Ficam Maurício da Silva Lima e sua mulher Maria da Conceição Pereira de Carvalho Lima, ambos de nacionalidade portuguesa, autorizados a adquirirem o domínio útil do terreno acrescido de marinha, situado na rua Otávio Correia n.º 30, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 176.415, de 1952.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.816 — DE 20 DE
NOVEMBRO DE 1952

Autoriza Hans Helmut Huber a comprar pedras preciosas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.817 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 8 cargos da classe D, da carreira de Operário de Artes Gráficas, do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Alcyr Braga — Antônio Monteiro — Arquimedes Bibiano Lázaro Ferreira — Carlindo Teixeira Bastos — Felipe Xavier de Campos — Francisco Ferreira Duarte — Guilherme Nelson Guimarães — Perseus Pereira Pala, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.818 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 7 cargos da classe C, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Abdon Santos — Antônio Elias de Sá — Bráulio Bezerra de Andrade — Donato Amenta — Fernandes Vicente Capp — Jose Gomes dos Santos e Mário Carnaval, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.819 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 6 cargos da classe B, da carreira de Trabalhador, do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Ataliba Goulart — Lauro Ferreira da Silva Machado — Manoel Justino dos Passos — Pulqueria Costa — Paulo Clemita dos Anjos e Severino Gomes da Silva, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.820 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 16 cargos da classe E, da carreira de Patrão, do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da aposentadoria de Enéas Germano Ferreira e João Faria de Melo; do falecimento de Alfredo Machado da Silva — Francisco Jorge Canindé e Raimundo Ribeiro dos Santos; e da promoção de Alberto Francisco Jovita — Anísio Luis dos Prazeres — Flávio Falcão Cafezeiro Filho — Francisco Mendes da Silva — Graciliano Andre da Costa — Itamar Silva — Jacinto Madureira — Jorge Hering — José Antônio de Castro — José Norberto dos Santos e Mário Fagundes, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

**DECRETO N.º 31.821 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952**

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 17 cargos da classe C, da carreira de Trabalhador, do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da aposentadoria de Antônio Pereira dos Santos — Ataliba Goulart — Camilo Alves da Silva Primo — Cornélio Gonçalves Soares — Francisco Firmino de Lima — João Ferreira da Silva — João Vivaldino Tavares — José Lopes e Sizinio Pereira Guimarães; do falecimento de Henrique Boaventura Viêira — Joaquim Silveira Sobrinho — Luís Pinheiro Dantas — Napoleão Moacir de Carvalho e Olímpio de Avila Rodrigues; e da promoção de Antônio João Catapó — Ascendino Pereira e Leopoldo Jerônimo Casanovas, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

**DECRETO N.º 31.822 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952**

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º,

alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 20 cargos da classe E, da carreira de Marinheiro do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da aposentadoria de Antônio Ferreira dos Santos — Domingos Nunes da Silva — Egidio Simplicio Vieira — Eneás Araújo de Andrade — Francisco Rodrigues da Silva — João Alves da Silva — João Batista Sales — Joaquim Bravo — José de Sousa Sampaio — Luis de Sousa — Manoel Francisco de Azevedo e Tarquinio de Almeida Pinto; do falecimento de Alexandre Pedro de Alcântara — Francisco Gonçalves de Oliveira — Jarbas de Sousa — José Antônio de Carvalho e Manoel Amaro Fernandes; e da promoção de Abimael de Oliveira Trindade — Carlos Otaviano Blera e Francisco José Machado, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

**DECRETO N.º 31.823 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952**

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 9 cargos da classe D, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Alfredo Silva — Beirão da Costa Braga — Claudionor Vitor de Sousa — Djalma Dávila Carauta — Durval Brito Pinheiro — Hugo Schmidt — João Amaro Rodrigues Filho — Renato Francisco Lessa e Wilson Monsiores França, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.824 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 3 cargos da classe C, da carreira de Capataz do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Anísio Freitas Costa — Lúcio Domingues de Carvalho e Pelágio Nerício Pessoa, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.825 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 3 cargos da classe D, da carreira de Fogueiro, do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da aposentadoria de Francisco Alves dos Santos; do falecimento de Raimundo Nonato Ferreira; e da promoção de José Lucas da Costa, ficando

sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.826 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 3 cargos da classe E, da carreira de Fogueiro, do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Flávio Figueiredo dos Santos — José Lucas da Costa e Lindomar Pereira Ramos, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.827 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 9 cargos da classe F, da carreira de Maquinista Marítimo, do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da exoneração de

Valdemiro Bruno dos Santos; do falecimento de Francisco Alves — Jorge Antônio Pinto de Miranda; e da promoção de João Cosme da França — João Paulino da Rocha — Nilo Teles de Oliveira — Porfírio Machado dos Santos e Váiter Brito, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.828 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1. cargo da classe D, da carreira de Marinheiro, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude da promoção de Manoel Nelson Fagundes, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.829 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 6 cargos da classe C, da carreira de Ope-

rário de Artes Gráficas do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da promoção de Lourival dos Santos — Luis de Paiva — Miguel Bruno — Nelson Raimundo Nogueira — Roberto Mário Alves e Sebastião Antônio Moreira, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.830 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Suprime cargo extinto

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 cargo da classe F, da carreira de Motorista, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude da promoção de Lourival Barbosa da Silva, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.831 — DE 20
DE NOVEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos 59 cargos da classe D, da carreira de Mari-

nheiro, do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da aposentadoria de João Campos Nogueira; e da promoção de Alexandre Pedro de Alcântara — Alfredo Ferreira de Araújo — Antônio Batista da Silva — Antônio Costa Ferreira — Antônio Ferreira dos Santos — Antônio José da Silva — Antônio Lisboa — Antônio Pereira Lima — Arnaldo Leite Pereira — Artur Francisco Leite — Balduino Nunes Pinto — Caetano Carlos da Silva — Cosme José Alves — Darci Ribeiro — Domingos Tunhe — Dorval Rodrigues — Elpidio Cavalcanti de Araújo — Francisco Gonçalves de Oliveira — Francisco Gurgel — Francisco Pessoa de Carvalho — Gabriel Azambuja de Sousa — Heleno Justino Pessoa — Hermão Rojas Cortez — Honorato Amondo — Horácio Carvalho — Isidoro Maciel — João Afonso Moreno — João Alves da Silva — João Feliciano da Paixão — João Gomes da Silva — João Miguel dos Santos — João Rodrigues dos Santos — Joaquim Camargo Pereira — José de Araújo Pessoa — Júlio Norato — Júlio Roque Araújo — Justiniano da Luz — Juvenal Barbosa Galvão — Leonidas Vieira Nunes — Lourival de Araújo — Luis Gonzaga Pinheiro — Manoel Cantídio Smith — Manoel Nelson Fagundes — Manuel Procópio Braga — Manoel Soares da Paixão — Marcos Durvalino Gonçalves — Miguel Anzategui — Misael José dos Santos — Narciso dos Santos Molina — Oscar Alfredo Franco — Osmídio Brigido dos Santos — Otávio Seabra de Melo — Paulo Venâncio do Nascimento — Peri José Campelo — Silvio Firmino de Sousa — Valdemar Duarte — Valentim Bernardo do Nascimento e Vicente Alves Mendes, ficando sem aplicação a dotação correspondente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.832 — DE 21
DE NOVEMBRO DE 1952

Dispõe sobre interstício para promoção de Primeiros-Tenentes ao posto de Capitão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o arti-

go 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam dispensados do restante do interstício para promoção ao posto de Capitão, os atuais Primeiros-Tenentes dos diferentes quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, que tenham mais de 5 anos como oficial subalterno.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Nero Moura

DECRETO N.º 31.833 — DE 21
DE NOVEMBRO DE 1952

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Toropi.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação do curso d'água publicado no "Diário Oficial", de 24 de setembro de 1951, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no processo n.º 997-51-CNAEE, opinou pela mencionada classificação, decreta:

Art. 1.º São declaradas públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio denominado Toropi, que nasce no município de Júlio de Castilhos e é tributário pela margem direita do rio Ibicuí.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 1952; 131.º da Independência; e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.834 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a Cia. Industrial de Papel Piraby a instalar dois grupos termo-elétricos no distrito de Santanésia, município de Piraby, Estado do Rio de Janeiro, para uso exclusivo.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.835 — DE 21 DE
NOVEMBRO DE 1952

Aprova as normas e o plano de atribuição e distribuição de canais para o serviço de televisão no Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 67, n.º I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados as normas e o plano de atribuição e distribuição e canais para o serviço de televisão no Brasil, que com este baixam, assinados pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Serviço de Televisão do Brasil

NORMAS E PLANO DE ATRIBUIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CANAIS

Disposições preliminares

I — De acôrdo com o parecer aprovado pela Comissão Técnica de Rádio, o serviço de televisão no Brasil será executado da seguinte forma:

1) — haverá um único padrão de televisão no Brasil;

2) — este padrão será não síncrono, isto é, independente das frequências de distribuição de energia elétrica;

3) — este padrão terá como base:

a) frequência de campos por segundo — 60;

b) frequência de quadros por segundo — 30;

c) número de linhas de exploração por quadro — 525;

d) nos demais detalhes será idêntico ao chamado padrão americano adotado pela Federal Communications Commission.

II — A partir da data de publicação destas normas, os receptores de televisão importados deverão estar adaptados para a operação não síncrona e os que forem fabricados no país deverão ser preparados para a referida operação.

CAPÍTULO I

NORMAS PARA O SERVIÇO DE TELEVISÃO

1. — O serviço de televisão no Brasil será executado de acôrdo com as normas de boa engenharia, referentes às estações radiodifusoras de televisão, da Federal Communications Commission (Standards of Good Engineering Practice Concerning Television Broadcasting Stations). Serão também obedecidas, em tudo que for aplicável, as regras propostas pela mesma Comissão, em 21 de março de 1951, referentes aos padrões e à atribuição e distribuição de canais de VHF e UHF nos EE. UU. (Proposed VHF-UHF Rules, Standards and Allocations).

2. — Estas normas são a seguir detalhadas nos pontos que merecem maior divulgação.

1. — DEFINIÇÕES

a) — Generalidades

1. — Estação Radiodifusora de Televisão:

Os termos "estação radiodifusora de televisão" designam uma estação na faixa de radiodifusão de televisão, transmitindo simultaneamente sinais de imagens e de som, destinados a serem recebidos pelo público em geral.

2. — Faixa de radiodifusão para Televisão:

Os termos "faixa de radiodifusão para televisão" se referem às frequências que se estendem na faixa de VHF de 54 a 216 megaciclos e na faixa de UHF de 470 a 890 megaciclos, que são atribuídas às estações radiodifusoras de televisão. Estas frequências são as seguintes: 54 a 60 megaciclos (canal n.º 2), 60 a 72 (canais 3 e 4), 76 a 83

megaciclos (canais 5 e 6), 174 e 216 megaciclos (canais 7 a 13), 470 a 890 megaciclos (canais 14 a 83).

3. — Canal de televisão:

Os termos "canal de televisão" designam uma faixa de frequência de 6 megaciclos de largura, na faixa de radiodifusão de televisão. É designado por um número ou pelas frequências inferior e superior.

4. — Padrões de transmissão de Televisão:

Os termos "padrões de transmissão de televisão" se referem aos padrões que determinam as características dos sinais de televisão, quando irradiados por uma estação radiodifusora de televisão.

5. — Sinal padrão de televisão:

Os termos "sinal padrão de televisão" se referem a um sinal que esteja de acordo com os padrões de transmissão de televisão.

6. — Transmissor de televisão:

Os termos "transmissor de televisão" se referem a um rádio transmissor ou a transmissores, destinados a transmissão de ambos os sinais, de imagem e de som.

7. — Ganho de campo de uma antena:

Os termos "ganho de campo de uma antena" designam a relação entre a intensidade de campo efetiva, livre de interferências, expressa em millivolts por metro, produzida a 1 milha (1,6 km.) no plano horizontal, por uma potência de entrada na antena de 1 kilowatts e a intensidade de 137,6 MV/m.

8. — Intensidade de campo livre de interferências:

Os termos "intensidade de campo livre de interferências" se referem à intensidade de campo que deveria existir em um ponto na ausência de ondas refletidas da terra ou de outros objetos.

9. — Polarização:

O termo "polarização" designa a direção do vetor elétrico, quando irradiado de uma antena transmissora.

10. — Potência efetiva irradiada:

Os termos "potência efetiva irradiada" designam o produto da potência na antena (potência de saída do transmissor menos as perdas na linha de transmissão) pelo fator de ganho de potência da antena, ou pelo quadro do "ganho de campo".

11. — Área de serviço:

Os termos "área de serviço", quando aplicados à radiodifusão de televisão, designam a área resultante de uma determinada potência efetiva irradiada e da altura de antena, acima do terreno médio.

12. — Altura de antena acima do terreno médio:

Os termos "altura de antena acima do terreno médio" se referem à média das alturas da antena acima do terreno distante de 2 a 10 milhas (3,2 a 16 km) da antena. (Em geral), uma altura de antena diferente será determinada para cada direção em torno da antena. A média destas várias alturas é considerada como altura da antena acima do terreno médio).

b) — Transmissor de imagem

1. — Transmissor de imagem:

Os termos "transmissor de imagem" designam o equipamento de rádio para a transmissão dos sinais de imagem somente.

2. — Modulação de amplitude:

Os termos "modulação de amplitude" (AM) designam um sistema de modulação em que a envolvente da onda transmitida contém uma componente similar à forma de onda do sinal a ser transmitido.

3. — Relação de aspecto:

Os termos "relação de aspecto" designam a relação numérica entre a largura e a altura do quadro, quando transmitido.

4. — Nível preto:

Os termos "nível preto" designam a amplitude do sinal modulado correspondente à exploração de uma área preta na imagem transmitida.

5. — Transmissão em cores:

Os termos "transmissão em cores" designam a transmissão de sinais de

televisão que podem ser reproduzidos com diferentes valores de cor.

6. — *Frequência de campos:*

Os termos "frequência de campos" designam o número de vezes por segundo em que a área do quadro é fracionalmente explorada com o processo de exploração entrelaçada.

7. — *Quadro:*

O termo "quadro" designa uma imagem completa.

8. — *Frequência de quadros:*

Os termos "frequência de quadros" designam o número de vezes por segundo que a área da imagem é completamente explorada.

9. — *Exploração entrelaçada:*

Os termos "exploração entrelaçada" designam um processo de análise de imagem em que as linhas exploradas, sucessivamente, são espaçadas de um número inteiro de larguras de linha, e no qual as linhas adjacentes são exploradas durante os ciclos sucessivos de frequência de exploração de campos.

10. — *Transmissão monocromática:*

Os termos "transmissão monocromática" se referem à transmissão de sinais de televisão que podem ser reproduzidos em gradações de uma única cor.

11. — *Transmissão negativa:*

Os termos "transmissão negativa" significam que uma redução na intensidade inicial de luz causa um aumento na potência transmitida.

12. — *Transmissão positiva:*

Os termos "transmissão positiva" significam que um aumento na intensidade inicial de luz causa um aumento na potência transmitida.

13. — *Exploração progressiva:*

Os termos "exploração progressiva" designam um processo de análise da imagem em que as linhas de exploração tragam uma dimensão substancialmente paralela a um lado do quadro e no qual as linhas traçadas sucessivamente são adjacentes.

14. — *Exploração:*

O termo "exploração" designa o processo de analisar sucessivamente,

de acordo com um método predeterminado, os valores de luz dos elementos constitutivos da área total da imagem.

15. — *Linha de exploração:*

Os termos "linha de exploração" designam uma linha única, estreita e contínua, contendo luzes fortes, sombras a meios tons a qual é determinada pelo processo de exploração.

16. — *Sincronização:*

O termo "sincronização" designa a manutenção de uma operação em conjugação ou entrosamento com outra.

17. — *Transmissão com faixa lateral residual:*

Os termos "transmissão com faixa lateral residual" designam um sistema de transmissão onde grande parte das frequências componentes de um lado da faixa são parcialmente atenuadas no transmissor e irradiadas somente em parte. (Ver Anexo II).

18. — *Frequências de imagem (ou de vídeo):*

Os termos "frequências de imagem" designam o conjunto de frequências resultantes da exploração da cena.

19. — *Potência de transmissão de imagem:*

Os termos "potência de transmissão de imagem" designam a potência máxima de saída, quando se transmite um sinal padrão de televisão.

20. — *Pico de potência:*

Os termos "pico de potência" designam a potência relativa a um ciclo de rádio frequência correspondente em amplitude aos picos de sincronismo.

c) — *Transmissor de som*

1. — *Transmissor de som:*

Os termos "transmissor de som" designam o equipamento rádio para a transmissão somente dos sinais de som.

2. — *Frequência central:*

Os termos "frequência central", designam:

a) a frequência média da onda emitida, quando modulada por um sinal senoidal;

b) a frequência da onda emitida sem modulação.

3. — Modulação de frequência:

Os termos "modulação de frequência" designam um sistema de modulação onde a frequência instantânea de rádio varia proporcionalmente à amplitude instantânea do sinal de modulação (amplitude do sinal de modulação a ser medida depois da operação pre-ênfase, quando usada), e a rádio frequência instantânea é independente da frequência do sinal de modulação.

4. — Variação de frequência:

Os termos "variação de frequência" designam a variação (ou afastamento) instantânea, devida à modulação da frequência da onda emitida, em relação à frequência central.

5. — Percentagem de modulação:

Os termos "percentagem de modulação", quando aplicados à modulação de frequência, designam a relação entre a variação real de frequência e a variação de frequência definida como 100% de modulação. Para a transmissão de som das estações radiodifusoras de televisão, a variação de frequência de ± 25 quilociclos é definida como 100% de modulação.

2. — PADRÕES DE TRANSMISSÃO

a) — Padrões de transmissão

1. — A largura do canal de radiodifusão para televisão será de 6 megaciclos por segundo.

2. — A onda portadora de imagem será localizada 4,5 megaciclos abaixo da frequência central de transmissão de som.

3. — A frequência de som será localizada 0,25 megaciclos abaixo da frequência limite superior do canal.

4. — As características de amplitude da transmissão de vídeo deverão ser como as mostradas no desenho do Anexo II.

5. — O número de linhas de exploração por quadro será de 525, entre-laçadas na razão de 2 para 1.

6. — A frequência de quadros será 30 por segundo e a frequência de campos 60 por segundo.

7. — A relação de aspecto do quadro transmitido será na razão de 4

unidades horizontalmente para 3 unidades verticalmente.

8. — Durante o intervalo de tempo de uma exploração, a imagem será explorada da esquerda para a direita horizontalmente e de cima para baixo verticalmente, com velocidades uniformes.

9. — A onda suporte será modulada dentro de um canal de televisão, tanto pela imagem como pelos sinais de sincronização, ambos com modulação de amplitude de diferente profundidade (ver Anexos I e II).

10. — Uma redução na intensidade inicial de luz deverá causar um aumento na potência irradiada (transmissão negativa).

11. O nível preto será representado por um nível definido de onda suporte, independente de luz ou sombra da imagem.

12. — O nível pedestal (nível preto normal) deverá ser transmitido com 75% da amplitude máxima da onda suporte (com a tolerância de $\pm 2,5\%$).

13. — O nível branco máximo deverá ser de 15% ou menos da amplitude máxima da onda suporte.

14. — Os sinais irradiados deverão ter polarização horizontal.

15. — A potência irradiada para a transmissão de som não deverá ser inferior a 50% nem superior a 150% da potência máxima de transmissão de imagem.

16. — A transmissão dos sinais de imagem será feita com o sistema de operação *não síncrona*, isto é, independente da frequência das redes de energia elétrica.

17. — Nos transmissores, a componente residual alternada deverá ser mantida a um nível de 45 DB abaixo da componente DC a fim de assegurar uma operação não síncrona satisfatória.

b) — Mudança ou modificação dos padrões de transmissão

1. — Qualquer modificação futura nos padrões de televisão, conseqüente do aperfeiçoamento dos métodos atualmente em uso e do desenvolvimento da técnica de televisão, será devidamente examinada pela Comissão Técnica de Rádio, que a proporrá ao

Governo, se achar que a mesma se traduz numa real melhoria do serviço de televisão e não prejudica os interesses da radiodifusão.

2. — Serão sempre considerados, antes da adoção de qualquer modificação, os seguintes pontos em ordem de importância:

a) o interesse nacional da mudança ou modificação para a melhoria do serviço de televisão;

b) o efeito da mesma sobre a operação dos receptores em uso, e a possibilidade de ficarem obsoletos;

c) a alteração exigida nos equipamento de transmissão das estações radiodifusoras de televisão do país, para incorporar a mudança ou modificação nos padrões em uso.

3. — NORMAS GERAIS

1. — Serão seguidas pela C.T.R., sempre que a seu juízo sejam aplicáveis ao caso brasileiro, as exigências e especificações minuciosas e longamente explanadas, nas normas de boa engenharia da Federal Communications Commission, sobre televisão. Estas especificações versam sobre os seguintes pontos:

a) normas para atribuição e distribuição de canais;

b) requisitos de ordem topográfica;

c) padrões de interferências;

d) medidas de intensidade de campo na atribuição de canais;

e) localização do transmissor;

f) sistemas de antenas;

g) equipamento de transmissão e acessório;

b) instrumentos de medidas;

i) potência de operação. Sua determinação e manutenção;

j) transmissores auxiliares.

CAPÍTULO II

PLANO NACIONAL DE ATRIBUIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CANAIS DE TELEVISÃO

a) — Número de canais

1. — Em adição aos 12 canais de televisão em VHF (Very High Frequency) com largura de faixa de 6

megaciclos, numerados de 2 a 13, presentemente em uso, são adotados na faixa de 470 a 890 Mc/s, mais 70 canais de televisão em UHF (Ultra High Frequency) com largura de faixa, também de 6 megaciclos, e numerados de 14 a 83.

2. — Esta resolução é tomada tendo em vista as recentes decisões da F.C.C. nos EE. UU. relativamente ao uso de faixa de UHF para resolver o problema da exiguidade de canais da faixa de VHF. (F. C. C. Report 51-244, Proposed VHF-UHF Rules, Standards and Allocations, adopted March 21, 1951).

b) — Atribuição de canais

1. — Os canais de televisão em VHF serão de preferência atribuídos aos serviços de radiocomunicação que se destinam a ser diretamente recebidos pelo público em geral. (Radiodifusão pela televisão — art. 1.º do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951).

2. — Os canais de UHF serão atribuídos aos órgãos encarregados da defesa nacional, aos centros científicos e de pesquisas do governo, ao serviço público governamental, aos órgãos educacionais e à radiodifusão pela televisão.

3. — Essas atribuições serão feitas de acordo com o quadro abaixo:

Tipo — Cobertura de frequências — Números de canais — Atribuições.

VHF — 54-216 Mc — 2 a 13 — Televisão comercial, não comercial, educacional.

UHF — 470-890 Mc — 14 a 83 — Defesa nacional, órgãos de pesquisa e serviços do governo, televisão educacional, comercial e não comercial.

c) — Distribuição de canais

1. — Os canais de VHF serão distribuídos por todo território nacional de acordo com os seguintes critérios:

a) cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo: 7 canais;

b) demais capitais: mínimo 3 canais;

c) cidades distribuídas de modo a permitir a cobertura de zonas densamente povoadas: 1 ou 2 canais;

d) cidades não compreendidas no item anterior e de importância relativa na região: 1 canal, quando possível.

2. — Os canais de UHF serão distribuídos de acordo com um plano que atenda aos interesses governamentais, o qual deverá ser apresentado pela C. T.R. em tempo oportuno.

d) — *Plano de distribuição de canais de V.H.F.*

1. — A distribuição dos canais de televisão em VHF pelos Estados e cidades do Brasil será a especificada no Quadro do Anexo III e no mapa do Anexo IV.

2. — As distâncias adotadas para a separação dos transmissores serão

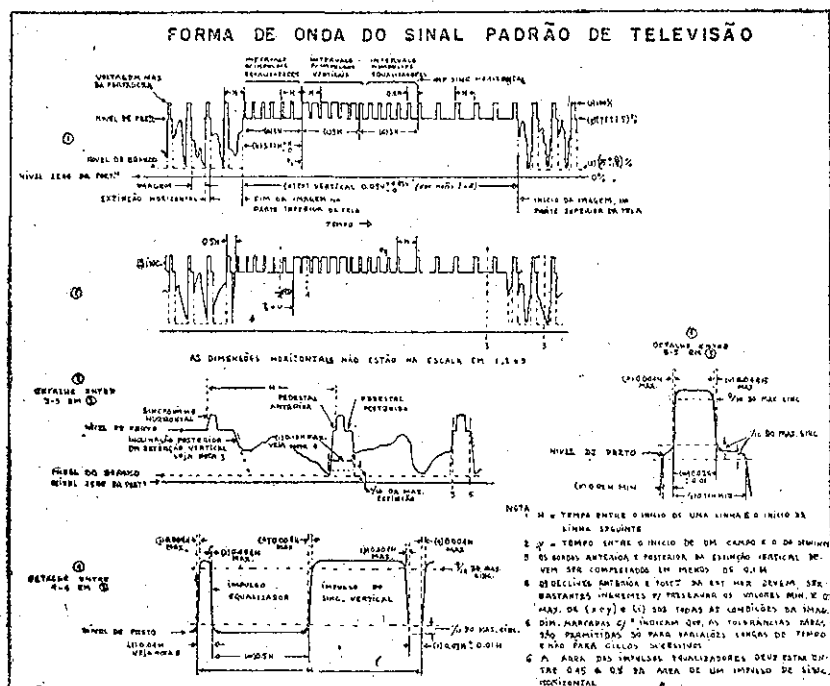
as especificadas nas observações do Anexo III.

Disposições transitórias

1. — A Sociedade Rádio Tupi do Rio de Janeiro deverá providenciar a mudança do seu transmissor para o padrão adotado, sendo-lhe concedido, como limite máximo de prazo, a data da instalação no Rio de Janeiro do primeiro transmissor de outra sociedade, que opere no sistema de 60 campos, 30 quadros, 525 linhas.

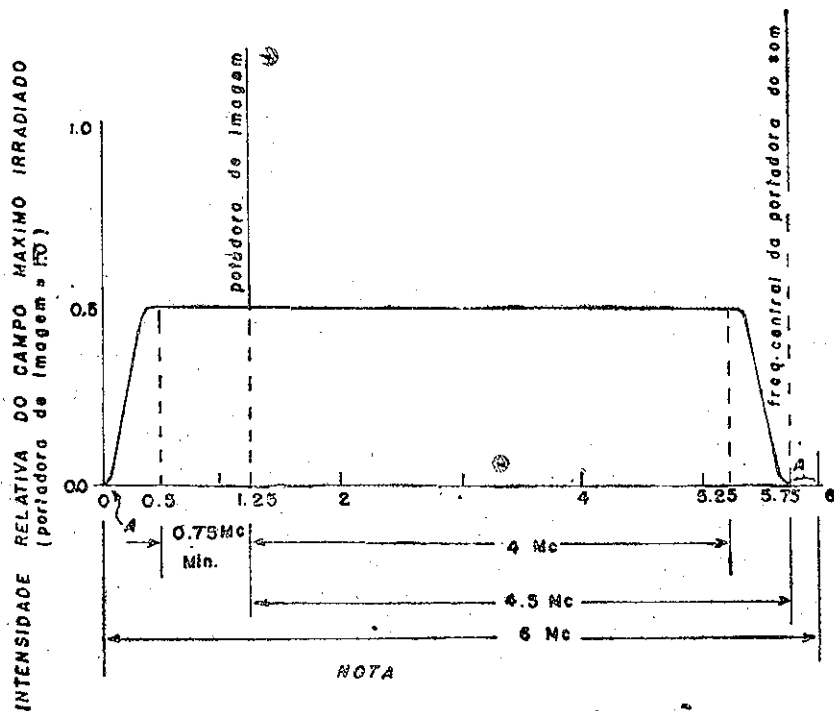
2. — Serão concedidas, até 31 de dezembro de 1953, às firmas que importaram receptores de televisão, no período de dualidade de padrões, facilidades para a importação das peças necessárias à adaptação dos referidos receptores à operação não síncrona.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1952. — *Alvaro de Souza Lima.*



TRANSMISSÃO IDEAL DA IMAGEM

CARACTERISTICA DE AMPLITUDE



A) - A intensidade de campo no ponto A não deve exceder 20 Db abaixo da portadora de imagem

O DESENHO NÃO ESTA EM ESCALA

ANEXO III

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE CANAIS DE VHF

Distribuição dos canais de televisão em VHF (Very High Frequency)
pelos Estados e Cidades do Brasil:

Cidades	Canais
<i>Rio Grande do Sul</i>	
Alegrete	6, 9,
Bagé	3, 5,
Caçapava	13,
Cachoeira	9,
Camaquã	7,
Caxias do Sul	3, 8,
Cruz Alta	3,
Encruzilhada	11,
Erechim	2, 13,
Guaporé	6,
Jaguarão	7, 10,
Livramento	11,
Palmeira	5, 11,
Passo Fundo	4, 7,
Pelotas	4, 6,
Pôrto Alegre	2, 5, 10, 12,
Rio Grande	2, 8,
Rosário	4,
Santa Maria	2, 8,
Santa Rosa	6,
Santiago	7,
Santo Angelo	10,
São Borja	5, 11,
São Gabriel	12,
São Luís Gonzaga	13,
Uruguaiana	2, 8,
Vacaria	11,
<i>Santa Catarina</i>	
Blumenau	3,
Caçador	9,
Chapecó	12,
Criciúma	10,
Florianópolis	2, 6, 9, 11,
Joinville	10,
Lajes	5, 12,
Maíra	8,
Pôrto União (em chave com União da Vitória - Paraná)	11,
Rio do Sul	7,
Santa Cecília	13,
Tubarão	4,
<i>Paraná</i>	
Apucarana	11,
Campo Mourão	6,
Curitiba	2, 4, 6, 12,
Poz do Iguaçu	5,
Guarapuava	10,
Jacarezinho (em chave com Ourinhos, SP)	4,
Laranjeiras do Sul	3,
Londrina	3, 5,
Palmas	6,

Cidades	Canais
Ponta Grossa	7,
Pôrto Mendes	4, 9
Tibagi	9,
União da Vitória (em chave com Pôrto União, S.C.)	11,
<i>São Paulo</i>	
Andradina	5, 13,
Araçatuba	9,
Araraquara	9,
Avare	13,
Barretos	10,
Baurú	2, 5,
Bebedouro	13,
Birigui	3,
Campinas	6, 10,
Campos do Jordão	3,
Catanduva (em chave com São José do Rio Preto)	4, 8,
Franca	6, 12,
Guaratinguetá	12,
Itapetininga	3,
Itararé	8,
Lins	11,
Marília	6, 7,
Ourinho (em chave com Jacarézinho)	4,
Piracicaba	12,
Presidente Prudente	2, 10,
Ribeirão Preto	3, 7,
Santos	8,
São Paulo	2, 4, 5, 7, 9, 11, 13,
São José do Rio Preto (em chave com Catan- duva)	4, 8,
Tupã	12,
<i>Distrito Federal</i>	
Rio de Janeiro (em chave com Niterói)	2, 4, 6, 7, 9, 11, 13,
<i>Rio de Janeiro</i>	
Barra Mansa (em chave com Volta Redonda)	8,
Campos	8, 12,
Fluminense	3,
Niterói (em chave com Rio de Janeiro, D. F.)	2, 4, 6, 7, 9, 11, 13
Volta Redonda (em chave com Barra Mansa)	8,
<i>Minas Gerais</i>	
Aimorés	6,
Alfenas (em chave com Três Corações no canal 2)	2, 5,
Araçuaí	3,
Araxá	9,
Bambuí	10,
Belo Horizonte	2, 4, 7, 12,
Carangola	9,
Caratinga	3,
Conselheiro Lafaiete	6,
Curvelo	5,
Diamantina	6,
Divinópolis	3,
Governador Valadares	5,
Ituiutaba	3,
Januária	2,

Cidades	Canais
Juiz de Fora	5, 10,
Lavras (em chave com Três Corações no canal 9)	9,
Minas Novas	2,
Montes Claros	4,
Paracatu	5,
Passos	4,
Patos	7,
Pedra Azul	6,
Pirapora	3,
Poços de Caldas	8,
Ponte Nova	11,
Rio Pardo	5,
Teófilo Otoni	4,
Três Corações (em chave com Alfenas no canal 2 e com Lavras no canal 9)	2, 9,
Uberaba	2, 5,
Uberlândia	4, 8,
<i>Espírito Santo</i>	
Cachoeiro do Itapemirim	5,
São Mateus	3,
Vitória	2, 4, 11, 13
<i>Bahia</i>	
Barragem	2,
Canavieiras	4,
Caravelas	2,
Feira de Santana	3,
Ilhéus	6,
Itaberaba (em chave com Paraguaçu)	9, 11,
Itabuna	3,
Jacobina	2,
Jequié	8,
Juazeiro (em chave com Petrolina)	4, 6,
Lengóes	3,
Paraguaçu (em chave com Itaberaba)	9, 11,
Paulo Afonso	5,
Poções	7,
Remanso	3,
Salvador	2, 4, 5, 7,
Serrinha	6,
Vitória da Conquista	2,
Xique-Xique	4,
<i>Sergipe</i>	
Aracaju	2, 10, 13,
Estância	8,
Propriá (em chave com Penedo-Alagoas)	6, 11,
<i>Alagoas</i>	
Maceio	3, 9, 12,
Penedo (em chave com Propriá-Sergipe)	6, 11,
<i>Pernambuco</i>	
Caruaru	5,
Catende	10,
Garanhuns	7,
Petrolina (em chave com Juazeiro)	4, 6,
Pesqueira	4,
Recife	2, 6, 11, 13,

Cidades	Canais
<i>Paraíba</i>	
Campina Grande	3, 9,
João Pessoa	4, 8, 12,
Patos	6,
<i>Rio Grande do Norte</i>	
Caicó	2,
Mossoró	3,
Natal	5, 10, 13,
Santa Cruz	7,
<i>Ceará</i>	
Aracati	4,
Camocim	5,
Cratêus	3,
Fortaleza	2, 5, 10, 12,
Iguatu	5,
Juazeiro do Norte	3,
Quixadá	6,
Sobral	4,
<i>Piauí</i>	
Campo Maior	5,
Floriano	3,
Parnaíba	6,
Teresina	2, 4, 7,
<i>Maranhão</i>	
Bacabal	5,
Caxias	6,
Codó	3,
São Luís	2, 4, 6,
<i>Pará</i>	
Belém	2, 4, 5,
Bragança	3,
Santarém	2, 4,
<i>Amazonas</i>	
Manaus	2, 4, 5,
<i>Goiás</i>	
Catalão	6,
Formosa	2,
Goiânia	3, 5, 7,
Goiás	2, 4,
Ipameri	9,

<i>Mato Grosso</i>	
Campo Grande	4, 6,
Corumbá	2, 5,
Cuiabá	2, 4,
<i>Território do Amapá</i>	
Macapá	2, 4,
<i>Território do Rio Branco</i>	
Bôa Vista	2, 4,
<i>Território do Guaporé</i>	
Pôrto Velho	2, 4,
<i>Território do Acre</i>	
Rio Branco	2, 4,

Observações:

1. — As distâncias adotadas para a separação dos transmissôres foram as recomendadas pela F. C. C.

2. — Para as capitais, esta separação é de 274Km. (170 milhas) entre transmissôres do mesmo canal e de 96 Km. (60 milhas) entre transmissôres de canais adjacentes, tendo-se em conta que a máxima potência efetiva irradiada (E. R. P. — effective radiated power), a ser autorizada, será de 100 Kws. para os canais de 2 a 6, e de 200 Kws. para os canais de 7 a 13, ambas, para uma altura de antena acima do terreno médio de 165 metros (500 pés).

3. — Para as localidades do interior, a fim de contemplar um maior número de cidades admitiu-se uma redução de 4 DB, na máxima potência (40 e 80 Kw. E. R. P.) a ser autorizada, o que permitiu reduzir a separação entre transmissôres no mesmo canal a 240 Km., e em canais adjacentes a 84 Km.

4. — Em alguns casos admitiu-se, ainda, uma tolerância da ordem de 5 % para acomodar a situação de cidades importantes situadas em municípios ou zonas populosas.

5. — A menor potência (E. R. P.) permissível será de 1 Kw. para uma altura de antena acima do terreno médio de 100 metros (300 pés).

6. — Se uma altura de antena maior que 165 metros (500 pés) fôr usada, a potência efetiva irradiada poderá ser limitada a um valor que evite interferência com outras estações situadas além de sua zona de ação.

7. — Nos casos em que a experiência adquirida com a instalação de novas estações aconselhar, poderá ser determinado pela C.T.R. o ajuste da potência (E. R. P.), a fim de serem evitadas as interferências prejudiciais.

8. — Os canais 6 e 10 de Campinas, 8 de Santos e 5 de São Paulo terão suas potências efetivas de irradiação limitadas a um máximo de 40 Kw. (E. R. P.), e os canais 9 e 11 de São Paulo terão igualmente suas potências limitadas a um máximo de 80 Kw. (E. R. P.), com o fim de ser obtida a necessária proteção entre os respectivos canais adjacentes.

9. — O canal 8 de Santos utilizará antena direcional e o transmissor deverá ser colocado de preferência entre a cidade e a serra.

10. — Os pedidos de consignação de canais de V. H. F., para localidades situadas em regiões não previstas no atual Plano de distribuição (Anexos III e IV), só poderão ser levados em conta, se forem satisfeitos os requisitos legais e só poderão ser atendidos, se houver possibilidade técnica, sem alteração do referido Plano.



DECRETO N.º 31.836 — DE 24 DE
NOVEMBRO DE 1952

Outorga concessão à Empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada para instalar um transmissor de w kw em seu radiôfarol de Forte Príncipe da Beira, Estado de Mato Grosso, em substituição ao transmissor de 333 watts ali existente.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.837 — DE 24 DE
NOVEMBRO DE 1952

Altera a distribuição do efetivo do Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha, a que se refere o Decreto n.º 30.627, de 10 de março de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a distribuição de oficiais do Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha, a que se refere o Decreto n.º 30.627, de 10 de março de 1952, na parte relativa às especialidades MR e MO:

Trinta (30) oficiais auxiliares procederão da especialidade MR e quinze (15) da de MO.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Renato de Almeida Guillobel

DECRETO N.º 31.838 — DE 25 DE
NOVEMBRO DE 1952

Altera o Regimento do Serviço de Saúde dos Portos, aprovado pelo Decreto n.º 9.302, de 28 de abril de 1942.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — O parágrafo único do artigo 3.º do Regimento do Serviço de

Saúde dos Portos, do Departamento Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto n.º 9.302, de 28 de abril de 1942, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3.º

Parágrafo único — Mediante proposta do Diretor do Serviço de Saúde dos Portos e aprovação do Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde, os serviços de uma inspetoria poderão estender-se:

a) — a portos e aeroportos de Estados vizinhos em que não haja serviço federal da mesma natureza; e

b) — à jurisdição de outra Inspeção, quando ficar vaga a chefia respectiva ou no impedimento do chefe, se não houver substituto previamente designado, nos termos do artigo 22, b, deste Regimento.

Art. 2.º — Ficam revogados o artigo 4.º e o parágrafo único do artigo 13 do mesmo Regimento.

Art. 3.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.839 — DE 25 DE
NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves a ampliar suas instalações.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.840 — DE 25 DE
NOVEMBRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Murici concessão para produção e distribuição de energia elétrica.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.841 — DE 26 DE
NOVEMBRO DE 1952

*Altera a denominação do Curso de
Tática Aérea e dá outras providên-
cias.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e de acôrdo com o artigo 26 do Decreto-lei n.º 9.888, de 16 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º O Curso de Tática Aérea, criado pelo Decreto n.º 23.598, de 1.º de setembro de 1947, passa a se denominar "Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (E. A. O. A. R.)".

Art. 2.º O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica submeterá à aprovação do Presidente da República, dentro de trinta dias após a publicação deste decreto, o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1953, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Nero Moura

DECRETO N.º 31.842 — DE 26 DE
NOVEMBRO DE 1952

*Permite a matrícula, na Escola de
Aeronáutica, em 1953, independenten-
temente de concurso de admissão,
aos candidatos oriundos do Colégio
Militar.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º É facultada a matrícula na Escola de Aeronáutica em 1953, nas vagas que deixarem de ser preenchidas por candidatos aprovados em concurso de admissão, e independentemente deste aos alunos do Colégio Militar que concluíam em 1952 o curso científico desse Estabelecimento com média 6 (seis) ou superior e que satisfaçam às demais condições do ar-

tigo 4.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 30.698, de 1.º de abril de 1952.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Nero Moura

DECRETO N.º 31.843 — DE 26 DE
NOVEMBRO DE 1952

Declara a utilidade pública da desapropriação dos imóveis que menciona, necessários a instalações industriais a cargo do Conselho Nacional do Petróleo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, letra "h", do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, combinado com o artigo 1.º do Decreto-lei n.º 395, de 29 de abril de 1938, decreta:

Art. 1.º Fica declarada a utilidade pública da desapropriação dos imóveis abaixo discriminados, com as construções e benfeitorias nêles existentes, situados no município de Cubatão, Estado de São Paulo:

a) Uma área limitada ao Norte pelo Rio Cubatão; ao Sul pela Rua Joaquim Miguel Couto pela faixa do ramal ferroviário da Light & Power; a Este pelos terrenos presumíveis de Francisco Cunha, cuja desapropriação foi tornada de utilidade pública pelo Decreto n.º 29.577, de 23 de maio de 1951; e a Oeste por terrenos pertencentes à Light & Power.

Esta área tem uma superfície de cerca de 744.000 m² de propriedade presumível de Francisco Cunha e D. Ursula Couto.

b) Uma área limitada ao Norte pelo Rio Cubatão; ao Sul pela Vila Couto; a Este, por terreno pertencente a quem de direito, e a Oeste pelo terreno presumível de Francisco Cunha, cuja desapropriação foi considerada de utilidade pública pelo Decreto número 29.577 citado.

Esta área tem a superfície de cerca de 78.000 metros quadrados, de propriedade presumível de Francisco Cunha; e

c) Uma área limitada ao Norte pela faixa da linha de transmissão da Light and Power, e linha de vertentes do Morro existente; ao Sul pelo Rio Cubatão; a Este pelo Córrego Limite; e ao Oeste por uma grota do mesmo morro.

Esta área tem a superfície de cerca de 130.000 metros quadrados de propriedade presumível da Light and Power.

Art. 2.º Destinam-se os referidos imóveis às instalações da refinaria de Cubatão, de indústrias petroquímicas, a cargo do Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 3.º É declarada a urgência da desapropriação nos termos do artigo 15 do citado Decreto-lei número 3 365, ficando o Conselho Nacional do Petróleo autorizado a efetivá-la na forma do artigo 10 do mesmo Decreto-lei n.º 3.365.

Art. 4.º O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

DECRETO N.º 31.844 — DE 26
DE NOVEMBRO DE 1952

Concede reconhecimento ao curso de odontologia da Faculdade de Odontologia de Campinas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 23, do Decreto-Lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedido reconhecimento ao curso de odontologia da Faculdade de Odontologia de Campinas, com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo e mantida pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.845 — DE 26
DE NOVEMBRO DE 1952

Concede autorização para constituição da Sociedade Cooperativa de Crédito Popular Metropolitana de São Paulo, com sede em São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e de acordo com a alínea b do artigo 12 do Decreto n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, modificado pelo Decreto-lei n.º 581, de 1.º de agosto de 1938, ambos revigorados pelo Decreto-lei n.º 8.401, de 19 de dezembro de 1945, decreta:

Art. 1.º Fica a Sociedade Cooperativa de Crédito Popular Metropolitana de São Paulo, com sede em São Paulo, autorizada a constituir-se, após o que deverá, nos termos da Lei, registrar-se no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.846 — DE 26
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Ari Freitas Mércio, a lavrar carvão mineral no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Ari Freitas Mércio a lavrar carvão mineral em terrenos de sua propriedade e de Libório Sicca, no lugar denominado Dario Lassance, distrito de Seival, município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de trinta e sete hectares sessenta ares e sessenta e oito centiares — (37.6068 ha.), delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice no marco quilométrico trezentos e setenta e dois mais quarenta e cinco metros (Km. 372 + 45 m.), da linha Santa Maria-Bagé-Rio Grande, da

Viação Férrea do Rio Grande do Sul, nas proximidades da estação de Dario Lassance, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: — setenta e quatro metros (74 m.), setenta e oito graus e vinte e sete minutos sudoeste (78° 27' SW); cinquenta e cinco metros (55 m.), quinze graus e vinte e sete minutos sudoeste (15° 27' SW); oitenta e três metros e cinquenta centímetros (83,50 m.), oitenta e quatro graus e trinta e três minutos noroeste (84° 33' NW); oitenta e dois metros e trinta centímetros (82,30 m.), sete graus e vinte e sete minutos nordeste (7° 27' NE); duzentos e trinta e cinco metros (235 m.), sessenta e oito graus e cinquenta e sete minutos sudoeste (68° 57' SW); trezentos e quarenta metros (340 m.), seis graus e três minutos sudeste (6° 03' SE); quinhentos e oitenta e dois metros (582 m.), cinquenta e quatro graus e sete minutos sudoeste (54° 07' SW); seiscentos e sessenta e sete metros (667 m.), sessenta e cinco graus e trinta e três minutos sudeste (65° 33' SE); o lado mistilíneo da poligonal sendo a margem da linha supra mencionada e compreendida entre o último vértice e o ponto de partida. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município em cumprimento do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.847 — DE 26
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Jaime Gonzaga da Cunha a pesquisar mica, pedras coradas e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Jaime Gonzaga da Cunha a pesquisar mica pedras coradas e associados em terrenos devolutos, no lugar denominado Córrego Vermelho ou Ferruginha, distrito de Ferruginha, município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e cinco hectares (25 ha.), delimitada por um quadrado de quinhentos metros (500 m.) de lado, que tem um vértice a setecentos e sessenta e três metros (763 m.) no rumo magnético trinta e dois graus e quarenta e cinco minutos noroeste — (32° 45' NW) do esteio direito da casa de residência de Jaime Gonzaga da Cunha, e os lados, a partir desse vértice, os rumos magnéticos Norte (N) e Leste (E), respectivamente.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.848 — DE 26
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Jafet a lavrar carvão mineral, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Ricardo Jafet a lavrar carvão mineral em terrenos da antiga sesmaria de João da Costa Brito, conhecida por Urussanga Velha, no distrito de Içara, município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, numa área de oitocentos e noventa hectares — (890-ha.), constituída pelo lote número três (3) da referida sesmaria, área essa que assim se define topograficamente: um paralelogramo que tem um vértice a mil quinhentos e vinte e quatro metros (1.524 m.) no rumo verdadeiro de sessenta e quatro graus e trinta minutos nordeste (64º 30' NE), do canto nordeste (NE), da estação de Içara, da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, e os lados, divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: oito mil e quinhentos metros (8.500 m.), quarenta e dois graus e trinta e dois minutos sudeste (42º 32' SE); mil e cinquenta metros (1.050 m.), quarenta e nove graus e quarenta e três minutos nordeste (49º 43' NE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionados neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União,

ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de oito mil e novecentos cruzeiros (Cr\$ 8.900,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.849 — DE 26 DE
NOVEMBRO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Químico, da lotação permanente da Seção de Fomento Agrícola da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, em Belo Horizonte, do Departamento Nacional da Produção Vegetal para igual lotação do Instituto Agrônomico do Nordeste do Ser-

viço Nacional de Pesquisas Agrônomicas do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.850 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Suprime cargo extinto.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do art. 1.º, alínea n, do Decreto-lei n.º 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º Fica suprimido 1 cargo de Tesoureiro (Alfândega de Salvador), padrão M do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vago em virtude do falecimento de José Daltro Azevedo, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta-Corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.851 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 265 do Decreto-Lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Antônio Tavares Ferreira, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha, beneficiado com o prédio número 113, da rua Néri Pinheiro, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda, sob o n.º 239.055, de 1951.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.852 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União aceitar doação de imóvel situado no município de Caldas, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e de acordo com os artigos 1.163 e 1.180 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar, para todos os efeitos, a doação que a Prefeitura Municipal de Caldas, no Estado de Minas Gerais, quer fazer à União Federal de um imóvel situado na praça Dr. Paulino Figueiredo, naquele município, tudo de conformidade com a Lei Municipal n.º 87, de 10 de julho de 1950, e demais elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 201.664, de 1952.

Art. 2.º Destina-se o imóvel à instalação de uma Agência Postal-Telegráfica.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.853 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Concede à "Serviços Marítimos Camuyrano S. A.", autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à "Serviços Marítimos Camuyrano S. A.", com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 23.746, de 27 de setembro de 1947, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, com as alterações estatutárias que apresentou, consoante resoluções aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada a 30 de setembro de 1952, ficando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.854 — DE 27 DE
NOVEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "União dos Proprietários".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º. Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "União dos Proprietários", com sede nesta Capital, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 13.321, de 11 de dezembro de 1918, conforme deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 14 de

novembro de 1951 e 4 de setembro de 1952.

Art. 2.º. A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar sobre o objeto do autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.855 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Central Elétrica do Piauí S. A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938 e o que requereu a Central Elétrica do Piauí S. A., decreta:

Art. 1.º. É concedida à Central Elétrica do Piauí S. A., com sede em Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, de acordo com o Decreto-lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938, ficando a mesma obrigada para os seus objetivos, a satisfazer integralmente as exigências do Código de Águas — (Decreto número 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subsequentes e seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato.

Art. 2.º. O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.856 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a ICOMINAS S. A. — Empresa de Mineração — a pesquisar minérios de ferro, de manganês e associados, no município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a ICOMINAS S. A. — Empresa de Mineração — a pesquisar minérios de ferro, de manganês e associados, em terrenos de Parcos Hermanos situados no imóvel denominado Fazenda Vigia, no distrito e município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta e três hectares (33 ha.) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quatrocentos e vinte e dois metros e cinquenta centímetros (422,50 m.), no rumo magnético de seis graus nordeste (6º NE), de um marco na confluência dos córregos da Bocaina e do Anú, e os lados, a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e cinquenta metros — (150 m.), oeste (W); seiscentos metros (600 m.), norte (N); novecentos e cinquenta e cinco metros — (955 m.), este (E); mil e onze metros e noventa centímetros (1.011,90 m.), oito graus e quarenta e nove minutos sudoeste (8º 49' SW); setecentos e cinquenta metros (750 m.), norte (N); seiscentos e cinquenta metros (650 m.) oeste (W); trezentos e cinquenta metros (350 m.), sul (S).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos e trinta cruzeiros (Cr\$ 330,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GERÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.857 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Godofredo Pinto, Oscar de Luna Freire, Heller Redo Barroso e Walter Lemos Batista, a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Nossa Senhora das Dôres, Estado de Sergipe.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Godofredo Pinto, Oscar de Luna Freire, Heller Redo Barroso e Walter Lemos Batista, a pesquisar minério de manganês e associados, em terrenos de propriedade de Alvaro de Oliveira e José Joaquim de Santana, no lugar denominado Serra do Besouro, distrito e município de Nossa Senhora das Dôres, Estado de Sergipe, numa área de catorze hectares setenta e nove ares e sessenta e sete centiares — (14,7967 ha) — delimitada por um polígono irregular, que tem um vértice em um marco de concreto, com as iniciais J. A., cravado à margem da Estrada Nossa Senhora das Dôres-Itabaiana e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — cinquenta e três metros e noventa e um centímetros — (53,91 m.) — sessenta e quatro graus e trinta minutos noroeste — (64º 30' NW); cento e quarenta e seis metros e sessenta e três centímetros — (146,63 m.), setenta e quatro graus e três minutos noroeste — (74º 03' NW); sessenta e um metros e dezenove centímetros — (61,19 m.), quarenta e oito graus e quarenta minutos noroeste — (48º 40' NW); cinquenta e um metros e setenta e três centímetros — (51,73 m.), quarenta graus e vinte e um minutos noroeste — (40º 21' NW); noventa e um metros e setenta e nove centímetros — (91,79 m.), quarenta e quatro graus e nove minutos noroeste — (44º 09' NW); cinquenta e três metros e trinta centímetros — (53,30 m.), quarenta e três graus e quatro minutos noroeste — (43º 04' NW); quarenta metros e quarenta e quatro centímetros — (40,44 m.), quarenta e seis graus e cinco minutos noroeste — (46º 05' NW); setenta e três metros e oitenta e nove centímetros — (73,89

m.), cinquenta e três graus e dezoito minutos noroeste — (53° 18' NW); cinquenta e sete metros e noventa e oito centímetros — (57,98 m.), dezoito graus e cinquenta minutos sudoeste — (19° 50' SW); noventa metros e cinco centímetros — (90,05 m.), cinquenta e nove graus e cinquenta e seis minutos sudoeste — (59° 56' SW); quarenta metros e oitenta e sete centímetros — (40,87 m.), cinquenta e nove graus e quarenta e dois minutos sudoeste — (59° 42' SW); quarenta metros e trinta e sete centímetros — (40,37 m.), dezoito graus e cinquenta e dois minutos sudoeste (18° 52' SW); cento e onze metros e vinte e cinco centímetros — (111,25 m.), dezoito graus e seis minutos sudoeste — (18° 06' SW); cento e oito metros e vinte e nove centímetros — (103,29 m.), cinquenta e dois graus e cinco minutos sudeste — (52° 05' SE); cento e vinte e dois metros e setenta e dois centímetros — (122,72 m.), setenta e cinco graus e cinquenta e quatro minutos sudeste — (75° 54' SE); oitenta e cinco metros e cinquenta e sete centímetros — (85,57 m.), cinquenta e três graus e nove minutos sudeste — (53° 09' SE); cento e noventa e três metros e quarenta e nove centímetros — (193,49 m.), cinquenta e três graus e dezoito minutos sudeste — (53° 19' SE); cento e cinquenta e um metros e setenta e um centímetros — (151,71 m.), quarenta e nove graus e quarenta minutos nordeste — (49° 40' NE); setenta e um metros e trinta e oito centímetros — (71,38 m.), quarenta graus e três minutos nordeste — (40° 03' NE). O último lado da poligonal é o alinhamento retilíneo que une a extremidade do penúltimo lado acima descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.858 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Diamantino Nery, a pesquisar minério de cobre, vanádio, titânio, ouro e associados, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antônio Diamantino Nery, a pesquisar minério de cobre, vanádio, titânio, ouro e associados, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Córrego Barreiro, distrito de Cascavel, município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, numa área de cem hectares (100 ha.), delimitada por um quadrado que tem um vértice a cinquenta metros (50 m.), no rumo sul (S) da confluência do córrego Barreiro no arroio Porvenir e os lados, divergentes do vértice considerado, com mil metros (1.000 m.) de comprimento, os rumos norte (N), e oeste (W), respectivamente.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.859 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Carneiro Sobrinho a pesquisar calcário e associados, no município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos

têrmos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Francisco Carneiro Sobrinho a pesquisar calcário e associados, em terrenos de propriedade de Cornélia Gouveia Regis e outros, situados nas localidades de Santa Alexandrina e Firmeza, no distrito e município de João Pessoa, Estado da Paraíba, numa área de cento e vinte e um hectares noventa e sete ares e cinquenta centiares (121,9750 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a duzentos e vinte metros — (220 m.), no rumo magnético oitenta e cinco graus noroeste (85° NW) do canto sudoeste (SW) do prédio do engenho e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — oitocentos e cinquenta metros (850 m.), sessenta e oito graus e quinze minutos sudoeste (68° 15' SW); dois mil e noventa metros (2.090 m.), quarenta e nove graus e quarenta e cinco minutos sudoeste — (49° 45' SW); quatrocentos e vinte e cinco metros (425 m.), quarenta graus e quinze minutos sudeste (40° 15' SE); dois mil e vinte metros (2.020 m.), quarenta e nove graus e quarenta e cinco minutos nordeste (49° 45' NE); setecentos e oitenta metros (780 m.), sessenta e oito graus e quinze minutos nordeste (68° 15' NE); quatrocentos e vinte e cinco metros (425 m.), quarenta graus e quinze minutos noroeste (40° 15' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e duzentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 1.220,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.860 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar xisto argiloso e associados, no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos têrmos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar xisto argiloso e associados, em terrenos da Cerâmica São Caetano S. A., situados no distrito de Pirapora do Bom Jesus, município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, numa área de dezessete hectares e cinquenta ares (17,50 ha.), delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice coincidindo com o marco do quilômetro cinquenta e um (km. 51) da rodovia São Paulo-Itu, e os lados são assim definidos: o primeiro lado é um segmento retilíneo, com duzentos e trinta e quatro metros (234 m.), que parte do marco do quilômetro cinquenta e um (km. 51) com rumo magnético de oitenta e quatro graus e trinta e cinco minutos nordeste — (84° 35' NE); o segundo lado é um segmento retilíneo que, partindo da extremidade do primeiro lado, com rumo magnético de treze graus e quarenta e um minutos noroeste (13° 41' NW), alcança o limite sul da faixa de servidão da linha de transmissão da "The São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd."; o terceiro lado é o limite sul (S) da referida faixa, com extensão de setecentos e dez metros (710 m.), e é representado por um segmento retilíneo que parte da extremidade do segundo lado, com rumo magnético de oitenta e quatro graus e cinquenta minutos noroeste (84° 50' NW); o quarto lado é um segmento retilíneo que, partindo da extremidade do terceiro lado, com rumo de vinte e oito graus trinta minutos sudoeste — (28° 30' SW), magnético, alcança a margem da rodovia supra referida; o quinto e último lado é a margem da rodovia São Paulo-Itu no trecho compreendido entre a extremidade do quarto lado descrito e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autên-

tica d'este Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.861 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a Sociedade de Mineração Pitangui Ltda., — "SOMPIT" — a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Saúde, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Sociedade de Mineração Pitangui Ltda. — "SOMPIT" — a pesquisar minérios de manganês e associados em terrenos de propriedade de João Roque da Silva e sua mulher, situados nas localidades denominadas Fazenda Cajueiro e Banguê, no distrito e município de Saúde, Estado da Bahia, numa área de duzentos e sessenta hectares (260 ha.) delimitada por um retângulo que tem um vértice a dois mil quatrocentos e cinquenta e cinco metros (2.455 m.), no rumo magnético setenta e quatro graus e quinze minutos sudoeste (74º 15' SW) do boeiro de concreto armado situado no marco quilométrico número quinhentos e nove mais trezentos e quarenta metros (Km. 509 + 340 m.), da ferrovia Leste Brasileira, no trecho compreendido entre Bonfim e Saúde, e os lados divergentes desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — dois mil e seiscentos metros (2.600 m.), vinte e oito graus e quarenta e cinco minutos sudoeste — (28º 45' SW); mil metros (1.000 m.), sessenta e um graus quinze minutos noroeste (61: 15' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'este Decreto, pagará a taxa de dois mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 2.600,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.862 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a Magnezita S. A. a pesquisar magnetita, talco e associados, no município de Brumado, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Magnezita S. A. a pesquisar magnetita, talco e associados em terrenos de sua propriedade, situados no imóvel Fazenda Teodósio, na serra das Águas, distrito e município de Brumado, Estado da Bahia, numa área de cento e noventa hectares e oitenta ares — (190,80 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no cruzamento do riacho Boa Vista, com o caminho de Brumado para o local Pirajá, e os lados, a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — cento e cinquenta metros (150 m.), norte (N); mil duzentos e cinquenta e um metros e sessenta centímetros (1.251,60 m.), sessenta e um graus e vinte e quatro minutos noroeste — (61º 24' NW); mil oitocentos e cinquenta metros (1.850 m.), quarenta e seis graus noroeste (46º NW); novecentos e cinquenta metros (950 m.), quarenta e quatro graus sudoeste — (44º SW); mil oitocentos e cinquenta metros (1.850 m.), quarenta e seis graus sudeste (46º SE); novecentos e cinquenta metros (950 m.), quarenta

e quatro graus nordeste (44° NE); no-vecientos e sessenta metros (960 m.), quarenta e seis graus sudeste — (46° SE); o oitavo e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do sétimo lado, descrito, ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil novecentos e dez cruzeiros (Cr\$ 1.910,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.863 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Jamila Jacob Curi a pesquisar quartzo e associados, no município de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Jamila Jacob Curi a pesquisar quartzo e associados, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Grotinha, na fazenda Rio Preto, distrito de Vargem Mimosa, município de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais, numa área de cento e oitenta e seis hectares (186 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quinhentos e cinquenta e cinco metros (555 m.), no rumo magnético oitenta e dois graus e quarenta e cinco minutos noroeste (82° 45' NW), da confluência dos córregos Arrancador e Grotinha ou São Felix e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: oitocentos e noventa metros (890 m.), vinte e um graus e quinze minutos sudeste (21° 15' SE); mil seiscientos e sessenta metros —

(1.660 m.), setenta e nove graus e trinta minutos sudeste (79° 30' SE); quatrocentos metros (400 m.), vinte e sete graus e trinta minutos nordeste (27° 30' NE); mil quinhentos e dez metros (1.510 m.), sessenta e nove graus e trinta minutos noroeste — (69° 30' NW); seiscientos e trinta metros (630 m.), nove graus e trinta minutos nordeste (09° 30' NE); mil metros (1.000 m.), quarenta e dois graus nordeste (42° NE); quatrocentos metros (400 m.), quarenta e sete graus noroeste (47° NW); mil e oitocentos e cinquenta metros (1.850 m.), quarenta e dois graus e trinta minutos sudeste (42° 30' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e oitocentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 1.860,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.864 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Renova o Decreto n.º 28.215, de 7 de junho de 1950

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica renovado pelo prazo de dois (2) anos, nos termos da letra "a" do artigo 1.º, do Decreto-lei número 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização concedida ao cidadão brasileiro Gabriel Caíla Soares pelo Decreto número vinte e oito mil duzentos e quinze (28.215), de sete (7) de junho de mil novecentos e cinquenta (1950) para pesquisar minério de ferro e associados, no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto,

pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00), e será transcrita no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.865 — DE 27
DE NOVEMBRO DE 1952

Concede à Mineração Chidá S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Artigo único. É concedida à Mineração Chidá S. A., sociedade Anônima, constituída por escritura pública, de nove (9) de outubro do corrente ano, lavrada no cartório do 11.º Ofício de Notas desta Capital, com sede na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.866 — DE 28
DE NOVEMBRO DE 1952

Concede reconhecimento ao curso de odontologia da Faculdade de Odontologia do Espírito Santo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos

termos do artigo 23 do Decreto-Lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedido reconhecimento ao curso de odontologia da Faculdade de Odontologia do Espírito Santo, mantida pelo Governo do Estado do Espírito Santo e com sede em Vitória.

Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.867 — DE 29
DE NOVEMBRO DE 1952

Outorga concessão ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para instalar uma rede de radiocomunicações.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que solicitou o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para instalar, a título precário, de conformidade com o artigo 4.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, uma rede de radiocomunicação, fazendo uso somente da radiotelegrafia, entre a sede do referido Departamento e seus Distritos Rodoviários e entre estes e as respectivas residências, utilizando as seguintes frequências:

Rede — Sede Geral — Distritos Rodoviários:

4.057,5 — 5.122,5 — 6.917,5 — 10.340 e 13.960 kc. — em estações de até 500 watts de potência.

Rede — Distritos Rodoviários — Residências:

No Estado do Ceará	3.818 kc
No Estado de Pernambuco .	3.785 kc
No Estado da Bahia	3.170 kc
No Estado de Minas Gerais.	3.785 kc
No Distrito Federal	3.170 kc
No Estado de São Paulo ...	3.818 kc

No Estado do Paraná 3.785 kc
 No Estado do Rio G. do Sul 3.170 kc
 em estações de até 100 watts de po-
 tência.

Rio de Janeiro, em 29 de novembro
 de 1952; 131.º da Independência e
 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.868 — DE 1
 DE DEZEMBRO DE 1952

*Cria a 6.ª Companhia de Guardas,
 com sede no território da 6.ª Região
 Militar.*

O Presidente da República, usando
 da atribuição que lhe confere o ar-
 tigo 87, inciso I, da Constituição, de-
 creta:

Artigo 1.º E' criada, para instala-
 ção imediata, no território da 6.ª Re-
 gião Militar, a 6.ª Companhia de
 Guardas, com organização e efetivos
 idênticos as subunidades congêneres
 já existentes no Exército.

Art. 2.º A sede da referida sub-
 unidade será a cidade de Salvador,
 Estado da Bahia.

Art. 3.º A criação da 6.ª Compa-
 nhia de Guardas será realizada com
 o aproveitamento dos recursos em
 pessoal, material e verbas já existen-
 tes na organização e no orçamento
 do Ministério da Guerra.

Art. 4.º Este Decreto entrará em
 vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 1 de dezembro
 de 1952; 131.º da Independência e 64.º
 da República.

GETÚLIO VARGAS

*Cyro Espirito Santo
 Cardoso*

DECRETO N.º 31.869 — DE 1
 DE DEZEMBRO DE 1952

*Abre, pelo Ministério da Fazenda, o
 crédito especial de Cr\$ 180.200.000,00,
 para o fim que especifica.*

O Presidente da República, usando
 da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 1.º da Lei n.º 1.705, de 22 de ou-
 tubro de 1952, e tendo ouvido o Tri-
 bunal de Contas, nos termos do arti-
 go 93 do Regulamento Geral de Con-
 tabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto, pelo Ministério
 da Fazenda, o crédito especial de
 cento e oitenta milhões e duzentos mil
 cruzeiros (Cr\$ 180.200.000,00) corres-
 pondente às dotações de cento e um
 milhões de cruzeiros
 (Cr\$ 101.000.000,00) e setenta e nove
 milhões e duzentos mil cruzeiros
 (Cr\$ 79.200.000,00) consignadas, res-
 pectivamente, nas Leis ns. 3, de 2
 de dezembro de 1946 (Orçamento de
 1947), e 162, de 2 de dezembro de
 1947 (Orçamento de 1948), para os
 fins previstos no parágrafo 1.º do ar-
 tigo 198 da Constituição Federal e
 que não tiveram aplicação.

Art. 2.º Este Decreto entrará em
 vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições
 em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de dezembro
 de 1952; 131.º da Independência e 64.º
 da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.870 — DE 3 DE
 DEZEMBRO DE 1952

*Abre ao Ministério da Viação e Obras
 Públicas o crédito especial de Cr\$
 5.000.000,00, para o fim que espe-
 cifica.*

O Presidente da República, usando
 da autorização contida no artigo 1.º
 da Lei n.º 1.683, de 1.º de outubro
 de 1952, e tendo ouvido o Ministério
 da Fazenda e o Tribunal de Contas,
 em cumprimento ao artigo 93 do
 Regulamento Geral de Contabilidade
 Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério
 da Viação e Obras Públicas o cré-
 dito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco
 milhões de cruzeiros), para regula-
 rizar as despesas de pessoal na Estrada
 de Ferro de Goiás.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor
 na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.871 — DE 3
DE DEZEMBRO DE 1952

Assegura ao algodão da zona meridional do país, da safra de 1952-1953, a garantia de preços mínimos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e de acordo com o disposto na Lei número 1.506, de 19 de dezembro de 1951, decreta:

Art. 1.º Fica assegurada ao algodão da zona meridional do país, da safra de 1952-1953, a garantia de preços mínimos prevista na Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, nas seguintes modalidades:

a) aquisição do algodão em pluma, por arroba de 15 quilos, com fibra de 28 a 30 milímetros, acondicionado em fardos de densidade média nunca inferior a 400 quilos, amarrados com seis ou mais fitas de aço, podendo uma ser emendada, pósto armazéns gerais da Capital do Estado de São Paulo, para a produção da região econômica que lhe é convergente e portos do país para as demais regiões, de acordo com a padronização oficial do Ministério da Agricultura, e nas seguintes bases:

T i p o s	Cruzeiros
3	285,00
3/4	265,00
4	262,00
4/5	258,00
5	230,00
5/6	220,00
6	205,00
6/7	190,00
7	185,00
8	180,00
9	170,00

b) 80 % (oitenta por cento) de financiamento, na base de preço mínimo fixado na letra "a" deste artigo;

c) aquisição de algodão em caroço, por arroba de 15 quilos, ensacado, seco, pósto armazéns do Estado de São Paulo, e para os demais Estados da região meridional do país, de conformidade com o disposto no artigo 4.º, da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, de acordo com a padronização baixada pelo Decreto número 6.186, de 28 de agosto de 1940, e nas seguintes bases:

T i p o s	Cruzeiros
Superior	95,00
Bom	90,00
Regular	80,00
Sufrível	68,00
Inferior	60,00

d) aquisição de caroço de algodão, seco, da classe e tipos mencionados nos artigos 18, letra a e 19, do Decreto n.º 6.186, de 28 de agosto de 1940, pelo preço de Cr\$ 26,00 — (vinte e seis cruzeiros) — pósto armazéns da Capital do Estado de São Paulo e nos demais Estados, de conformidade com o artigo 4.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

§ 1.º São considerados centros de consumo, para efeito do que dispõe o artigo 4.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, os portos do país, referidos neste artigo.

§ 2.º Os ágios para os tipos de algodão em pluma não mencionados na letra "a" do artigo 1.º deste Decreto, serão estabelecidos em instruções a serem baixadas pela Comissão de Financiamento da Produção.

§ 3.º Entende-se por safra de 1952-1953 da zona meridional do país, aquela cujos trabalhos de semeadura tiveram início a partir de outubro de 1952.

Art. 2.º Terão preferência nas operações previstas no artigo 1.º deste Decreto, os lavradores de algodão ou suas cooperativas.

Art. 3.º Os favores do presente Decreto, para aquisição e financiamento do algodão em pluma, só serão concedidos aos compradores, aos ma-

quinistas ou a outras organizações que pagarem aos lavradores preços que no Estado de São Paulo não deverão ser inferiores aos fixados na letra "c" do artigo 1.º deste Decreto e, nos demais Estados, de conformidade com o disposto no artigo 4.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 4.º O presente Decreto será pôsto em execução pela forma estabelecida no artigo 5.º e seu parágrafo único, da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer
João Cleofas

DECRETO N.º 31.872 — DE 3
DE DEZEMBRO DE 1952

Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Ficam transferidos para a lotação numérica da Diretoria de Engenharia três cargos da carreira de Artífice do Quadro Suplementar, do Ministério da Aeronáutica, pertencentes um à lotação do Parque Especializado Central de Viaturas e Maquinarias e outros dois à da Diretoria do Material.

Parágrafo único. Os cargos a que se refere este artigo continuam ocupados por Salvador Turco, Carlos dos Santos Pedrosa e Francisco Clemente Costa.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Nero Moura

DECRETO N.º 31.873 — DE 3
DE DEZEMBRO DE 1952

Declara caduco o Decreto n.º 17.746, de 2 de fevereiro de 1945, retificado pelo de n.º 22.936, de 14 de abril de 1947.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — e tendo em vista o que consta do processo S. C. 37.091-41, da Secretaria de Estado da Agricultura, decreta:

Artigo único. É declarado caduco o Decreto número dezessete mil setecentos e quarenta e seis (17.746), de dois (2) de fevereiro de mil novecentos e quarenta e cinco (1945), retificado pelo de número vinte e dois mil novecentos e trinta e seis (22.936), de catorze (14) de abril de mil novecentos e quarenta e sete (1947) que autorizou o cidadão brasileiro Efraim Fernando Benjakir a lavrar calcário e associados no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.874 — DE 3
DE DEZEMBRO DE 1952

Declara sem efeito o Decreto n.º 30.750, de 14 de abril de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.507-52, no Departamento Nacional da Produção Mineral, decreta:

Artigo único. É declarado sem efeito o Decreto número trinta mil setecentos e cinquenta (30.750), de quatorze (14) de abril de mil novecentos e cinquenta e dois (1952), que autorizou o cidadão brasileiro Cândido Felix Martins, na qualidade de

curador de Dalila Martins Esteves, a pesquisador quartzto no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.875 — DE 3
DE DEZEMBRO DE 1952

Retifica o Decreto n.º 29.620, de 31 de maio de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Artigo único. Fica retificado o Decreto número vinte e nove mil seiscientos e vinte (29.620), de trinta e um (31) de maio de mil novecentos e cinquenta e um (1951), que passa a ter a seguinte redação: "Artigo único — Concede à Sociedade de Mineração Ceramite Limitada, sociedade por quotas de responsabilidade limitada com sede na cidade de São Paulo, constituída por escritura pública de 27 de setembro de 1950, lavrada a fls. 81 v. do livro n.º 816, do cartório do 2.º Tabelião da Capital do Estado de São Paulo; autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.876 — DE 3
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Jorge Cardoso a pesquisar mica e associados, no município de Raul Soares, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Jorge Cardoso a pesquisar mica e associados em terrenos de propriedade de Virgílio Gonçalves, encravados no imóvel denominado Córrego da Ventania, distrito e município de Raul Soares, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta hectares (30 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a distância de trezentos e cinquenta metros (350 m.), no rumo magnético oitenta e cinco graus sudeste (85° SE) da confluência dos córregos da Ventania e da Cachoeira, e os lados divergentes desse vértice com os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — seiscientos metros (600 m.), cinquenta graus nordeste (50° NE); quinhentos metros (500 m.), quarenta graus noroeste (40° NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.877 — DE 3
DE DEZEMBRO DE 1952

Complementa disposições do Decreto de número 30.617, de 10 de março de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 150 do Código de Águas (Decreto n.º 24.443, de 10 de julho de 1934) e

Considerando que, em cumprimento ao disposto no artigo 1.º, item IV, do Decreto n.º 30.617, de 10 de março de 1952, a Companhia Brasileira de Alumínio realizou e apresentou os necessários estudos preliminares para o

aproveitamento progressivo do potencial hidráulico do rio Juquiá-Guassu;

Considerando que os levantamentos efetuados e os planos estabelecidos permitem identificar mais precisamente o trecho do rio, as características do aproveitamento e a sequência das respectivas etapas; decreta:

Art. 1.º A concessão outorgada pelo Decreto n.º 30.617, de 10 de março de 1952, à Companhia Brasileira de Alumínio, fica ampliada com a inclusão do trecho do rio do Peixe, compreendido entre a Central Elétrica de Jurupará, da Sociedade Anônima Indústrias Votorantim e a sua foz. O aproveitamento progressivo a ser realizado abrangerá as seguintes etapas de execução:

Primeira Etapa — Aproveitamento do França, situado no rio Juquiá-Guassu, aproximadamente 40 km. a montante da foz do rio do Peixe, entre o município de Ibiuna, distrito do mesmo nome e o município de Itapeçerica da Serra, distrito de Juiquitiba, Estado de São Paulo.

Segunda Etapa — Aproveitamento no rio Juquiá-Guassu, aproximadamente 23 km. a montante da foz do rio do Peixe, entre o município de Ibiuna, distrito do mesmo nome, e os municípios de Itapeçerica da Serra, distrito de Juiquitiba e município de Miracatu, distrito de Tupiniquins, Estado de São Paulo.

Terceira Etapa — Aproveitamento da cachoeira da Fumaça, situada no rio Juquiá-Guassu, aproximadamente 15 km. a montante da foz do rio do Peixe, situado entre os municípios de Ibiuna, distrito do mesmo nome, e município de Miracatu, distrito de Tupiniquins, Estado de São Paulo.

Quarta Etapa — Aproveitamento no rio Juquiá-Guassu, aproximadamente 5 km., a montante da foz do rio do Peixe, entre os municípios de Ibiuna, distrito do mesmo nome e município de Miracatu, distrito do mesmo nome, aproveitando também as águas do rio do Peixe no trecho referido no artigo 1.º, situado entre os municípios de Ibiuna, distrito do mesmo nome e município de Piedade, distrito de Tapirai, no Estado de São Paulo.

Parágrafo único. Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato de aprovação dos projetos, serão determinadas as alturas de queda a aproveitar, as descargas de derivação e as potências.

Art. 2.º A Companhia Brasileira de Alumínio deverá apresentar, dentro de seis meses, o projeto definitivo e o orçamento das obras e instalações correspondentes à primeira etapa, iniciando-as e concluindo-as, sob pena de caducidade de concessão, no prazo que lhe for determinado pelo Ministro da Agricultura, que poderá, outrossim, prorrogar o prazo de apresentação do projeto, no caso de força maior devidamente justificado.

Parágrafo único. A apresentação do projeto das etapas subsequentes assim como a marcha e a ultimate dos trabalhos respectivos, obedecerá ao mesmo regime de prazos, sob igual pena estabelecida pelo Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas

DECRETO N.º 31.878 — DE 3 DE
DEZEMBRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Gravata, distrito da sede do município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.879 — DE 3 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à firma Força e Luz Chapecó S. A.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.880 — DE 3
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a Cia. Geral de Minas S. A. a lavrar minério de zircônio, no município de Parreiras, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Geral de Minas S. A. a lavrar minério de zircônio, em terrenos situados nos lugares denominados Soborbo, Pocinhos do Rio Verde e Rio Verde, no distrito e município de Parreiras, Estado de Minas Gerais, numa área de cento e noventa e cinco hectares e trinta ares (195,30 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no centro da ponte de concreto, sobre o rio Verde, da rodovia Pocinhos do Rio Verde-Parreiras, e os lados, a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: — trezentos e trinta metros (330 m.), sessenta e seis graus e nove minutos sudoeste (66º 09' SW); seiscentos metros (600 m.), oitenta e nove graus e cinquenta e um minutos noroeste (89º 51' NW); cem metros (100 m.), trinta e quatro graus e nove minutos nordeste (34º 09' NE); duzentos e noventa metros (290 m.), sessenta e um graus e cinquenta e um minutos noroeste (61º 51' NW); quatrocentos e cinquenta metros (450 m.), oitenta e sete graus e cinquenta e um minutos noroeste (87º 51' NW); cem metros (100 m.), três graus e nove minutos sudoeste (3º 09' SW); quinhentos metros (500 m.), sessenta e um graus e cinquenta e um minutos noroeste (61º 51' NW); cento e sessenta metros (160 m.), setenta e oito graus e nove minutos nordeste (78º 09' NE); trezentos e cinquenta metros (350 m.), sessenta e um graus e cinquenta e um minutos noroeste — (61º 51' NW); cento e sessenta metros (160 m.), dezoito graus e cinquenta e um minutos sudeste (18º 51' SE); duzentos e oitenta metros — (280 m.), setenta e dois graus e nove minutos sudoeste (72º 09' SW); duzentos metros (200 m.), trinta e três graus e nove minutos nordeste (33º 09' NE); trezentos metros (300 m.), setenta e oito graus e nove minutos su-

doeste (78º 09' SW); cento e vinte metros (120 m.), três graus e cinquenta e um minutos noroeste (3º 51' NW); cento e setenta metros (170 m.), setenta e dois graus e nove minutos nordeste (72º 09' NE); cinquenta metros (50 m.), vinte e oito graus e cinquenta e um minutos noroeste (28º 51' NW); cento e sessenta metros (160 m.), oitenta e seis graus e nove minutos sudoeste — (86º 09' SW); duzentos e quarenta metros (240 m.), cinquenta e seis graus e cinquenta e um minutos noroeste (56º 51' NW); duzentos e oitenta e cinco metros (285 m.), setenta e um graus e cinquenta e um minutos noroeste (71º 51' NW); cem metros (100 m.), cinquenta e quatro graus e nove minutos sudoeste (54º 09' SW); quatrocentos e cinquenta metros (450 m.), oitenta e seis graus e cinquenta e um minutos noroeste (86º 51' NW); mil e cinquenta metros (1.050 m.), dezoito graus e nove minutos sudoeste (18º 09' SW); duzentos e setenta metros (270 m.), oitenta e oito graus e nove minutos sudoeste (88º 09' SW); cento e oitenta metros (180 m.), catorze graus e nove minutos sudoeste (14º 09' SW); oitocentos e sessenta metros (860 m.), quarenta e seis graus e nove minutos sudoeste (46º 09' SW); oitocentos e cinquenta metros (850 m.), seis graus e nove minutos sudoeste (6º 09' SW); trezentos metros (300 m.), oitenta e nove graus e nove minutos sudoeste (89º 09' SW); novecentos e cinquenta metros (950 m.), dez graus e nove minutos nordeste (10º 09' NE); mil cento e cinquenta metros (1.150 m.), quarenta e quatro graus e trinta e nove minutos nordeste (44º 39' NE); mil e vinte metros (1.020 m.), trinta graus e trinta e nove minutos nordeste (30º 39' NE); cinquenta metros (50 m.), trinta e seis graus e cinquenta e um minutos sudeste (36º 51' SE); cento e quarenta metros — (140 m.), trinta graus e nove minutos nordeste (30º 09' NE); cem metros (100 m.), quarenta e nove graus e cinquenta e um minutos noroeste — (49º 51' NW); trezentos e vinte metros (320 m.), trinta e oito graus e nove minutos nordeste (38º 09' NE); trezentos e sessenta metros (360 m.), setenta graus e nove minutos nordeste (70º 09' NE); mil novecentos e cinco metros (1.905 m.), sessenta graus e cinquenta e um minutos sudeste (60º 51' SE); oitocentos e noventa metros (890 m.), setenta e

cinco graus e vinte e um minutos sudoeste (75° 21' SE); cento e dez metros (110 m.), catorze graus e nove minutos sudoeste (14° 09' SW); trezentos e vinte metros (320 m.), oitenta e oito graus e nove minutos nordeste (88° 09' NE); cento e sessenta metros (160 m.), vinte e oito graus e cinquenta e um minutos noroeste (28° 51' NW); trezentos e setenta metros (370 m.), doze graus e cinquenta e um minutos noroeste — (12° 51' NW); setecentos e vinte e cinco metros (725 m.), quarenta e cinco graus e cinquenta e um minutos sudeste (45° 51' SE). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e sub-solo para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de três mil novecentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 3.920,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.881 — DE 3
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Martins de Serpa a lavar cassiterita e associados no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Martins Serpa a lavar cassiterita e associados, em terrenos de sua propriedade e de João Batista de Rezende, situados no distrito de Santa Rita do Rio Abaixo, município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte hectares e trinta e cinco ares — (20,35 ha.), delimitada por um quadrilátero irregular que tem um vértice no quilômetro cento e dezoito — (km. 118) da linha Rêde Mineira de Viação e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: — novecentos e cinquenta e quatro metros (954 m.), cinco graus nordeste (5° NE); trezentos e cinco metros (305 m.), quarenta e um graus sudeste (41° SE); quatrocentos e trinta metros (430 m.), vinte e cinco graus sudeste (25° SE); quatrocentos e setenta e cinco metros (475 m.), cinquenta e um graus e trinta minutos sudoeste (51° 30' SW). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68, do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e

sub-solo para fins de lavra, na forma dos artigos 39 e 40, do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de seiscentos cruzeiros (Cr\$ 600,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Cleofas

DECRETO N.º 31.882 — DE 4 DE
DEZEMBRO DE 1952

*Concede contribuições a entidades
desportivas*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1 da Constituição e nos termos dos Decretos-leis ns. 3.199, de 14 de abril de 1941 e 7.332, de 20 de fevereiro de 1945, decreta:

Art. 1.º Ficam concedidas, no corrente ano, às entidades desportivas adiante indicadas, as seguintes contribuições:

	Cr\$
Comité Olímpico Brasileiro	80.000,00
<i>Confederações:</i>	
Confederação Brasileira de Basket-ball	285.000,00
Confederação Brasileira de Vela e Motor	50.000,00
Confederação Brasileira de Xadrez	25.000,00
Confederação Brasileira de Esgrima	50.000,00
Confederação Brasileira de Pugilismo	100.000,00
<i>Federações:</i>	
Federação Pernambucana de Desportos	150.000,00

	Cr\$
Federação Metropolitana de Natação	50.000,00
Federação Paulista de Atletismo	60.000,00
Federação Metropolitana de Atletismo	40.000,00
Federação Atlética de Estudantes	20.000,00
<i>Ligas:</i>	
Liga Olindense de Desportos	250.000,00
<i>Clubes:</i>	
Esporte Clube Internacional (S. Borja)	200.000,00
Esporte Clube de Vitória (Salvador)	100.000,00
Trem Esporte Clube (Macapá)	40.000,00
Total	1.500.000,00

Art. 2.º A despesa será atendida pela Verba 3 — Serviços e Encargos, consignação II — Auxílios, contribuições e subvenções, subconsignação 19 — Contribuições, item 64 — Conselho Nacional de Desportos, alínea j — Entidades desportivas nos termos do art. 38 do Decreto-lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941, anexo 18 — Ministério da Educação e Saúde, artigo 3.º da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

Art. 3.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

DECRETO N.º 31.883 — DE 4 DE
DEZEMBRO DE 1952

Abre, pelo Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 17.854,60, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.682, de 1 de outubro de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Tribunal de Contas, o crédito especial de dezessete mil, oitocentos e cinquenta e

quatro cruzeiros e sessenta centavos (Cr\$ 17.854,60), a fim de atender ao pagamento de vencimentos, acréscimo e diferença de vencimentos, salários e salários-família dos servidores do mesmo Tribunal, relativos ao exercício de 1951.

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.884 — DE 4
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a efetuar a reversão à Prefeitura Municipal de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, do imóvel doado que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e

Considerando que o imóvel situado na cidade de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, doado à União Federal pela Prefeitura Municipal daquela cidade, para construção e sede de serviços a cargo do Ministério da Agricultura, em conformidade com o Decreto n.º 27.377, de 28 de outubro de 1949, não mais interessa àquele Ministério;

Considerando que a Prefeitura Municipal doadora pleiteia, dada a manifesta inexecução do encargo a que ficara subordinada a doação mencionada, a devolução do imóvel, decreta:

Artigo único. Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a promover a reversão à Prefeitura Municipal de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, do terreno com vinte e seis metros e quarenta centímetros de frente, ao Sul, por vinte e três metros e quarenta e cinco centímetros de fundo, ao Norte, situado na Quadra n.º quarenta e cinco, da mesma cidade, doado à

União Federal *ex-vi* da Lei Municipal n.º 113, de 1 de julho de 1949.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.885 — DE 4
DE DEZEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei número 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º — Ficam suprimidos 3 cargos da classe "G", da carreira de Arquivista, do Quadro Suplementar, do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da exoneração de Iolanda Vitória de Barros Falcão de Lacerda; da promoção de Marcos Alves de Sousa; e da transferência de Amarilis Pereira de Sousa, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta Corrente do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.886 — DE 4
DE DEZEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea "n", do Decreto-lei número 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º — Ficam suprimidos 6 cargos da classe "D", da carreira de Dactilógrafo, do Quadro Suplementar,

do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da nomeação de Iara da Silva Atem, para outro cargo e da promoção de Emilia Pereira Lopes da Silva, Ester Cassales Hoffmeister, Ivete Góis Prado, Lúcia Petrarchi e Maria de Lourdes Pinheiro da Fonseca, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta Corrente, do Quadro Permanente, do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.887 — DE 4
DE DEZEMBRO DE 1952

Suprime cargos extintos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e nos termos do artigo 1.º, alínea “n”, do Decreto-lei número 3.195, de 14 de abril de 1941, decreta:

Art. 1.º — Ficam suprimidos 31 cargos da classe “G”, da carreira de Fiscal Aduaneiro, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, vagos em virtude da aposentadoria de João Batista de Sales, Valdemar Gonçalves Goulart, Efreim José Ribeiro, da demissão de Paulino Ferreira, do falecimento de Antônio Cavalheiro Silveira, Antônio de Pinho Filho, José Coelho Ramos, Juvenal Vieira de Matos, da promoção de Alcides Pereira Bueno, Antônio de Oliveira e Silva, Artur Teodoro da Luz, Cíntio Cláudio Ribeiro, Felix Pessoa de Figueiredo, Francisco Alves Ferreira, Francisco Ferri, Herodiano da Silva Brasinha, Ibanez Cechelero, Italo Paladino, Ito Schmidt, Jorge de Sousa Moura, João Batista Coelho, José Sales Dantas, Manuel Barcelos, Manoel Clotilde da Costa, Manoel Machado, Mário Pessoa da Costa, Miguel Epifânio Rodrigues, Nelson Veiga, Leonel José de Almeida, Olinto Monteiro Rodrigues e Sílvio Torres Acosta, devendo a dotação correspondente ser levada a crédito da Conta Corrente

do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.888 — DE 4
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205, do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de dezembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Maria Emilia Sousa Coelho, de nacionalidade portuguesa, autorizada a adquirir a fração ideal de um quarenta avos (1/40) do domínio útil do terreno de marinha correspondente ao apartamento número 301, da Praia de Botafogo n.º 22, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda, sob o n.º 60.682, de 1952.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.889 — DE 4
DE DEZEMBRO DE 1952

Cria o Consulado honorário do Brasil em Colônia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, incisos I e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 16, do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º — Fica criado o Consulado honorário do Brasil em Colônia, subordinado ao Consulado de carreira em Düsseldorf.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
M. de Pimentel Brandão

DECRETO N.º 31.890 — DE 4
DE DEZEMBRO DE 1952

*Cria o Consulado honorário
do Brasil em Hannover*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, incisos I e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 16, do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Consulado honorário do Brasil em Hannover, subordinado ao Consulado Geral de carreira em Hamburgo.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
M. de Pimentel Brandão

DECRETO N.º 31.891 — DE 4 DE
DEZEMBRO DE 1952

*Aprova alterações introduzidas nos
Estatutos, inclusive aumento do capital
social, da Seguradora Indústria
e Comércio S. A.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros) da Segura-

dora Industrial e Mercantil S. A., com sede no Recife, Estado de Pernambuco, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 5.400, de 28 de março de 1940, conforme deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas a 4 de setembro e a 29 de outubro de 1952.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.892 — DE 4 DE
DEZEMBRO DE 1952

*Aprova alterações introduzidas nos
Estatutos para aumento do capital
social da Seguradora Indústria e
Comércio S. A.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-Lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos para aumento do capital social de Cr\$ 2.500.000,00 — (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) — para Cr\$ 7.500.000,00 — (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros) — da Seguradora Indústria e Comércio S. A., com sede no Recife, Estado de Pernambuco, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 382, de 16 de outubro de 1935, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada a 4 de setembro de 1952.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.893 — DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1952

Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.730, de 11 de novembro de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 92 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de cem milhões de cruzeiros (Cr\$ 100.000.000,00), em refêrço da seguinte dotação do Anexo 26 — Poder Judiciário — do Orçamento vigente (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951):

Verba 3 — Serviços e Encargos.
Consignação X — Diversos.
Subconsignação 93 — Sentenças Judiciárias.

02 — Tribunal Federal de Recursos — Cr\$ 100.000.000,00.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 31.894 — DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, para os fins que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos da Lei n.º 1.672, de 18 de setembro de 1952, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de duzentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 200.000.000,00), para

atender ao pagamento da contribuição devida, no corrente exercício, à Fundação da Casa Popular, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 1.473, de 24 de novembro de 1951.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

Horacio Lafer.

DECRETO N.º 31.895 — DE 5
DE DEZEMBRO DE 1952

Concede à sociedade anônima "Pan American World Airways, Inc." autorização para continuar a funcionar na República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. E' concedida à "Pan American World Airways, Inc.", sociedade anônima com sede na cidade de New York, Condado e Estado de New York, Estados Unidos da América, autorizada a funcionar na República, pelos Decretos ns. 18.768, de 28 de maio de 1929; 20.498, de 7 de outubro de 1931; 23.843, de 15 de outubro de 1947; 26.711, de 27 de maio de 1949; 27.403, de 8 de novembro de 1949; e 28.071, de 2 de maio de 1950, autorização para continuar a funcionar no país, com as alterações estatutárias que apresentou, consoante resoluções aprovadas em reuniões da Diretoria, realizadas a 6 de maio e a 3 de julho de 1952, mediante as mesmas cláusulas que acompanham o Decreto n.º 23.843, citado, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, continuando a referida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.896 — DE 5
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR — a pesquisar argila, caulim e associados, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR — a pesquisar argila, caulim e associados, em terrenos de propriedade de Pedro Borges de Araújo e sua mulher, no lugar denominado Fazenda Buriti, distrito e município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, numa área de oitenta e três hectares e oitenta e quatro ares — (83,84 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a mil e quatrocentos e sessenta metros (1.460 m.), no rumo magnético setenta e oito graus sudoeste (78° SW), do centro da ponte da estrada Buriti-Leãozinho do Geraldo Júlio sobre o ribeirão Machado e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos e setenta metros (670 m.), quatro graus sudeste (4° SE); mil e quinhentos e noventa metros (1.590 m.), quarenta e quatro graus e trinta minutos sudoeste (44° 30' SW); duzentos e trinta e dois metros e cinquenta centímetros (232,50 m.), quarenta e cinco graus e trinta minutos noroeste (45° 30' NW); quinhentos e oitenta metros (580 m.), trinta e oito graus nordeste (38° NE); trezentos e noventa e sete metros e cinquenta centímetros (397,50 m.), quinze graus nordeste (15° NE); quatrocentos e quarenta metros (440 m.), vinte e seis graus nordeste (26° NE); trezentos e oitenta e cinco metros (385 m.), quarenta e quatro graus e quinze minutos nordeste (44° 15' NE); trezentos e quarenta metros (340 m.), sessenta e oito graus nordeste (68° NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de oitocentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 840,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.897 — DE 5
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Severino Pereira da Silva a pesquisar calcário, no município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Severino Pereira da Silva a pesquisar calcário em terras de sua propriedade, no local conhecido por Canto do Junco, Canto do Feliciano e Cajazeiras, distrito e município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, numa área de duzentos e cinquenta e quatro hectares e um are — (254,01 ha.), delimitada por uma poligonal irregular que tem um vértice situado a trinta e quatro metros — (34 m.) do boeiro da Estrada de Ferro Mossoró-Porto Franco sobre o riacho Canto do Junco, contados sobre o eixo da referida estrada, rumo trinta e cinco graus e quinze minutos nordeste (35° 15' NE) e os lados, a partir do vértice considerado os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — quinhentos e setenta e cinco minutos (575 m.), trinta e seis graus e quarenta e cinco minutos sudeste — (36° 45' SE); cento e quarenta e oito metros (148 m.), trinta e três graus e quinze minutos nordeste — (33° 15' NE); setecentos e noventa e quatro metros (794 m.), trinta e seis graus e quarenta e cinco minutos noroeste (36° 45' NW); cento e setenta e oito metros (178 m.), trinta e três graus e quinze minutos nordeste (33° 15' NE); oitocentos e vinte e cinco metros (825 m.), trinta e seis graus e quarenta e cinco minutos noroeste — (36° 45' NW); quinhentos e oitenta metros (580 m.), sessenta e sete graus e quarenta e cinco minutos noroeste (67° 45' NW); cinquenta e seis me-

tros (56 m.), sessenta e seis graus e quinze minutos sudoeste (68° 15' SW); duzentos e cinco metros (205 m.), sessenta e oito graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (68° 45' SW); cento e vinte e três metros (123 m.), sessenta e nove graus e quinze minutos noroeste (69° 15' NW); trezentos e dezenove metros (319 m.), trinta e sete graus sudoeste (37° SW); dois mil cento e sessenta e três metros — (2.163 m.), trinta e seis graus e quarenta e cinco minutos sudeste (36° 45' SE); seiscentos e oitenta metros — (680 m.), dez grau e quinze minutos sudoeste (10° 15' SW); mil cento e setenta metros (1.170 m.), trinta e seis graus e quarenta e cinco minutos sudeste (36° 45' SE); quinhentos e seis metros (508 m.), cinquenta e três graus e quinze minutos nordeste — (53° 15' NE); mil cento e dois metros (1.102 m.), trinta e seis graus e quarenta e cinco minutos noroeste — (36° 45' NW); duzentos e noventa e cinco metros (295 m.), vinte graus e quarenta e cinco minutos nordeste — (20-45° NE); quinhentos e setenta e dois metros (572 m.), trinta e seis graus e quarenta e cinco minutos noroeste (36° 45' NW). O último lado é o trecho da Estrada de Ferro Mosoró-Porto Franco compreendido entre o último vértice acima descrito e o ponto de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de dois mil quinhentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 2.550,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.898 — DE 5
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Adamian a pesquisar quartzo e associados no município de Cristalina, Estado de Goiás.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 37, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Adamian a pesquisar quartzo e associados em terrenos de sua propriedade situados à margem direita do ribeirão da Embira, no imóvel denominado Fazenda Alto Horizonte no distrito e município de Cristalina, Estado de Goiás, numa área de trezentos e setenta e oito hectares (378 ha.), delimitada por um polígono mixtilíneo que tem um vértice na margem direita do ribeirão da Embira a mil quinhentos e quinze metros (1.515 m.), no rumo magnético de sete graus e quinze minutos nordeste (7° 15' NE); da barra do córrego do Cabeça Branca, e os lados, a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — mil cento e sessenta metros (1.160 m.), trinta e oito graus sudoeste (38° SW); dois mil quinhentos e vinte metros (2.520 m.), setenta e seis graus noroeste (76° NW); cento e quarenta metros (140 m.), oito graus e trinta minutos noroeste — (8° 30' NW); o quarto (4.º) lado é o segmento retilíneo que, partindo da extremidade do terceiro (3.º) lado, com rumo magnético de quarenta e sete graus e quinze minutos nordeste — (7° 15' NE), alcança a margem direita do ribeirão da Embira; o quinto (5.º) e último lado é a margem direita do ribeirão da Embira, no trecho compreendido entre a extremidade do quarto (4.º) lado e o início do primeiro (1.º), descritos.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de três mil setecentos e oitenta cruzeiros (Cr\$ 3.780,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.899 — DE 5
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza Andrea Salvini & Cia. Limitada a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada Andrea Salvini & Cia. Ltda., a pesquisar calcário, mármore e associados, em terrenos de José Cassiano Rodrigues, Lourenço José Rodrigues e Rita Carolina de Oliveira, situados no imóvel denominado Fazenda dos Inhames, no distrito de Fechados, município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais, numa área de quatrocentos e cinquenta hectares (450 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a mil metros (1.000 m.), no rumo magnético de sessenta e cinco graus sudoeste (65° SW), da cachoeira dos Inhames, no ribeirão do mesmo nome e os lados divergentes do vértice considerado, têm: — mil e quinhentos metros (1.500 m.), e rumo de sessenta e cinco graus sudoeste — (65° SW), magnético; três mil metros (3.000 m.) e rumo de vinte e cinco graus noroeste (25° NW), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 4.500,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.900 — DE 5
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza Andrea Salvini & Cia. Limitada a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada Andrea Salvini & Cia. Ltda., a pesquisar calcário, mármore e associados, em terrenos de José Cassiano Rodrigues, Lourenço José Rodrigues e Rita Carolina de Oliveira, situados no imóvel denominado Fazenda dos Inhames, no distrito de Fechados, município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais, numa área de quatrocentos e cinquenta hectares (450 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice a quinhentos metros (500 m.), no rumo magnético de sessenta e cinco graus nordeste (65° NW), da Cachoeira dos Inhames, no ribeirão do mesmo nome e os lados divergentes do vértice considerado, têm: — mil e quinhentos metros (1.500 m.), e rumo de sessenta e cinco graus sudoeste — (65° SW), magnético; três mil metros (3.000 m.) e rumo de vinte e cinco graus noroeste (25° NW), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 4.500,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.901 — DE 6
DE DEZEMBRO DE 1952

Introduz modificações nos Decretos números 31.087 e 31.705, de 7 de julho de 1952 e 6 de novembro de 1952, respectivamente.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica substituída pela especificação "estilo Santos" a de "bebida mole", a que alude a letra *a* do artigo 1.º do Decreto n.º 31.087, de 7 de julho de 1952, modificado pelo Decreto n.º 31.705, de 6 de novembro de 1952.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.902 — DE 8 DE
DEZEMBRO DE 1952

Dispõe sobre a constituição e funcionamento da Comissão de Técnicos, prevista no artigo 259 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os trabalhos de organização dos Planos de Classificação de Cargos e de Revisão de Níveis de Remuneração do Serviço Público Civil Federal serão executados por uma Comissão de Técnicos, nos termos do artigo 259 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Parágrafo único. A Comissão de Técnicos será composta de sete especialistas, designados pelo Presidente da República, que indicará, dentre eles, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário Executivo.

Art. 2.º A Comissão de Estudos dos Planos de Classificação de Cargos e

Revisão dos Níveis de Remuneração funcionará junto ao Departamento Administrativo do Serviço Público, que adotará todas as providências necessárias à sua instalação e ao seu funcionamento.

Art. 3.º Os órgãos do serviço público prestarão toda a cooperação que se fizer necessária aos trabalhos da Comissão de que trata este Decreto.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Renato de Almeida Guillobel

Ciro Espirito Santo Cardoso

M. de Pimentel Brandão

Horácio Lafer

Alvaro de Sousa Lima

João Cleofas

E. Simões Filho

Segadas Viana

Nero Moura

DECRETO N.º 31.903 — DE 8 DE
DEZEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e de acordo com os artigos 5.º, letra *h*, e 6.º, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1.º São declaradas de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as terras e respectivas benfeitorias pertencentes aos herdeiros de Pedro Rodrigues e a sua viúva Luíza Acosta Rodrigues, com a área de 4,34 hectares (quatro hectares e trinta e quatro ares), situados no município de Pelotas, 4.º distrito, Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o que consta do processo protocolado com o n.º S. C. 213.267-52, no Ministério da Fazenda.

Art. 2.º As terras são destinadas à ampliação da área da Estação Experimental de Pelotas, subordinada ao Instituto Agronômico do Sul, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Art. 3.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Láfer
João Cleofas

DECRETO N.º 31.904 — DE 9 DE
DEZEMBRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Balisa concessão para distribuição de energia elétrica no distrito de Ibotim.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.905 — DE 9 DE
DEZEMBRO DE 1952

Outorga à Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica naquele município.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.906 — DE 9
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a Empresa Força e Luz Alegre Veado S. A. a modificar suas instalações.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940;

Considerando que a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Na-

cional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa Força e Luz Alegre Veado S. A., concessionária dos serviços de energia elétrica, no município de Alegre, Estado do Espírito Santo, a modificar suas instalações, elevando, de 6.600 volts para 11.400 volts, a tensão da linha de transmissão Alegre-Guaçu, que liga essas duas localidades.

Art. 2.º Deverá a interessada apresentar ao Ministério da Agricultura, dentro de cento e vinte (120) dias, para a devida aprovação, o projeto e orçamento correspondentes, e concluir os trabalhos no prazo que for marcado.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.907 — DE 9 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a Companhia Industrial Belo Horizonte a construir uma linha de transmissão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 352, de 11 de novembro de 1938, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Industrial Belo Horizonte a construir uma linha de transmissão trifásica entre a sub-estação de Pedro Leopoldo, situada no município de igual nome, e a usina do Onça no município de Belo Horizonte, com a extensão de 31,6 km, potência de kVA, frequência de 60 ciclos, sob a tensão nominal de 33.000 volts entre condutores, e a duplicar elevando para 13.200 volts, o circuito da linha de

transmissão existente entre a usina do Onça e a fábrica de Cachoeirinha, no município de Belo Horizonte.

Parágrafo único. A linha de transmissão destina-se ao transporte de energia para consumo próprio da Companhia Industrial Belo Horizonte.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório se não forem iniciadas e concluídas as obras nos prazos marcados pelo Ministro da Agricultura por ocasião da aprovação dos respectivos projetos, ou nas prorrogações que acaso venham a ser concedidas.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.908 - DE 11
DE DEZEMBRO DE 1952

Altera a Tabela Numérica de Extranumerários-Mensalistas da Universidade do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, na forma da relação anexa, a Tabela Numérica de Extranumerários-Mensalistas da Universidade do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º A despesa com a execução deste Decreto será atendida pela dotação própria.

Art. 3.º O presente Decreto vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

TABELA NUMÉRICA DE EXTRANUMERÁRIOS-MENSALISTAS

Parte Permanente

SITUAÇÃO ANTERIOR						SITUAÇÃO NOVA					
Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos	Parte	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos	Prov.
	<i>Armazenista</i>						<i>Armazenista</i>				
—	—	—	—	—	1	21	—	1	—
1	20	—	—	P.S.	1	20	—	—	—
						1	19	—	1	1
1						3				2	1
							<p>O total de funções providas nesta Série Funcional, incluindo a provisória, não poderá ser superior a 3.</p> <p>A função provisória será suprimida quando fôr provido o vago da referência superior.</p>				

229	Assistente	27	—	42	—	259	Assistente	27	—	72	—
229					259			72	
—	Auxiliar Administrativo	—	—	—	—	1	Auxiliar Administrativo	28	—	1	—
1	27	—	1	—	2	27	—	2	—
1	26	—	—	—	3	26	—	2	—
1	25	—	1	—	5	25	—	5	—
2	24	1	—	—	8	24	—	5	—
5			1	2		19				15	
1	Auxiliar de Biblioteca	25	—	—	—	2	Auxiliar de Biblioteca	25	—	1	—
1	24	—	1	—	2	24	—	2	—
1	23	—	1	—	2	23	—	2	—
2	22	—	2	—	2	22	—	2	—
2	21	—	2	—	3	21	—	3	—
2	20	—	2	—	3	20	—	3	—
2	19	—	—	—	3	19	—	1	6
11				8		17				14	6
						<p>O total de funções providas nesta Série Funcional, incluindo as provisórias não poderá ser superior a 17. As funções provisórias serão suprimidas quando forem providos os vagos das referências superiores.</p>					

SITUAÇÃO ANTERIOR						SITUAÇÃO NOVA					
Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos	Prov.	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos	Prov.
	<i>Contabilista</i>						<i>Contabilista</i>				
—	—	—	—	—	1	28	—	1	—
—	—	—	—	—	1	27	—	1	—
—	—	—	—	—	1	26	—	1	—
—	—	—	—	—	1	25	—	1	—
1	24	—	—	—	1	24	—	—	—
—	—	—	—	—	1	23	—	1	—
—	—	—	—	—	1	22	—	1	—
1	21	—	—	—	1	21	—	—	6
2						8				6	6
							<p>O total de funções providas nesta Série Funcional, incluindo as provisórias não poderá ser superior a 8.</p> <p>As funções provisórias serão suprimidas quando forem providos os vagos das referências superiores.</p>				

<i>Instrutor</i>						<i>Instrutor</i>					
70	25	—	65	—	95	25	—	90	—
70				65		95				90	
						<i>Operador</i>					
						1	23	—	1	—
						1	22	—	1	—
						1	21	—	1	2
						3				3	2
						O total de funções providas nesta Série Funcional, incluindo as provisórias não poderá ser superior a 3. As funções provisórias serão suprimidas quando forem providos os vagos das referências superiores.					
<i>Servente</i>						<i>Servente</i>					
—	—	—	—	—	2	20	—	2	—
4	19	—	2	—	4	19	—	2	—
13	18	—	2	—	6	18	5	—	—
2	17	—	—	—	8	17	—	6	—
19				4		20			5	10	

SITUAÇÃO ANTERIOR						SITUAÇÃO NOVA					
Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos	Prov.	Número de funções	Séries funcionais	Ref.	Exc.	Vagos	Prov.
							<i>Tesoureiro</i>				
						1	28	—	1	—
						1				1	
							<i>Tesoureiro-Au- liar</i>				
						1	26	—	1	—
						1				1	

DECRETO N.º 31.909 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1952

Dispõe sobre o custeio dos serviços médico-hospitalares do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º. As despesas totais com a manutenção dos serviços médico-hospitalares do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, inclusive os "deficits" porventura ocorridos nos serviços de sanatórios, em cada exercício financeiro ficarão limitadas às somas das seguintes parcelas, calculadas com base no balanço do exercício anterior:

a) 55% das contribuições dos associados não abrangidos pela Lei n.º 1.162, de 22 de julho de 1950;

b) 150% das contribuições destinadas aos benefícios do Decreto n.º 54, de 12 de setembro de 1934, dos associados abrangidos pela Lei n.º 1.162, aludida;

c) 80% da diferença entre:

I — o montante do rendimento líquido obtido pelo Instituto nos investimentos de capital e

II — 5% do total das reservas matemáticas dos benefícios em vigor e dos benefícios a conceder; e

d) 50% do saldo líquido verificado nas operações de Acidente do Trabalho.

Art. 2.º. Quando a limitação de que trata o artigo anterior não permitir a concessão das dotações necessárias para o custeio dos serviços de assistência médica, o Departamento Nacional da Previdência Social do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ouvido o Conselho Técnico, poderá permitir a utilização dos saldos ocorridos no custeio do referido Serviço nos exercícios anteriores.

Parágrafo único. Esgotados os saldos de que trata o presente artigo, ficará o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários obrigado a apresentar no prazo que for fixado pelo Departamento Nacional da Previdência Social, o plano de compressão das despesas do serviço de assistência médica.

Art. 3.º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.910 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 155.167,70, para o fim que especifica.

O Presidente da República usando da autorização contida na Lei n.º 1.729, de 11 de novembro de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de cento e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e sete cruzeiros e setenta centavos (Cr\$ 155.167,70), para atender à despesa com o pagamento de indenização, à Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico, de duas faixas de terrenos, situadas a partir da cota oitenta (80) e desmembradas dos imóveis n.º 26 da Rua Gustavo Sampaio e n.º 12 da Rua Suzano, no Distrito Federal.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafet.

DECRETO N.º 31.911 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal do domínio útil e direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.912 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.913 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil de terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.914 — DE 12 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, anexo ao presente Decreto e assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica.

Art. 2.º — O Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica entrará em vigor a 1 de janeiro de 1953, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Nero Moura

Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica

PRIMEIRA PARTE

GENERALIDADES

CAPÍTULO I

Missão e Subordinação

Art. 1.º — A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica

(EAOAR) é um instituto de ensino superior diretamente subordinado à Diretoria do Ensino da Aeronáutica, destinado a preparar oficiais da Força Aérea Brasileira para o exercício de funções de comando, de chefia e de administração, compatíveis com o posto de major.

Parágrafo único — Funcionará na EAOAR, na forma deste Regulamento, os seguintes cursos:

- a) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Aviadores — (CAPOA);
- b) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Serviços — (CAPOS).

Art. 2.º — Compete à EAOAR ministrar aos oficiais, dentro da doutrina do Estado Maior da Aeronáutica, os conhecimentos básicos relativos a:

- a) princípios gerais que regem as operações aéreas, terrestres e navais;
- b) técnica e tática de emprego dos diferentes tipos de unidades de combate de apoio, e do material que as equipa;
- c) trabalho de Estado Maior e de chefia de serviço de unidade;
- d) princípios gerais de administração;
- e) organização das Forças Armadas;
- f) assuntos de cultura geral.

CAPÍTULO II

Matricula

Art. 3.º — Serão matriculados nos diversos cursos da EAOAR os oficiais que satisfizerem as condições estabelecidas neste Regulamento.

Art. 4.º — O Chefe do Estado Maior da Aeronáutica fixará anualmente, conforme as necessidades da Força Aérea Brasileira e as possibilidades da Escola, o número de vagas para as turmas de cada curso.

Art. 5.º — Para a matrícula nos diversos cursos da EAOAR obedecer-se-á ao seguinte procedimento:

- a) designação de candidatos;
- b) matrícula.

Art. 6.º — A designação de oficiais para ingresso na EAOAR obedecerá ao princípio de antiguidade, uma vez atendido o interesse do serviço e respeitado o disposto no artigo 7.º.

Art. 7.º — Será designado para matricular nos diversos cursos da E. A. O. A. R., o oficial que satisfizer as seguintes condições:

- a) no CAPOA: — ser Capitão do Quadro de Oficiais Aviadores, exceptuados os da categoria de Engenheiro;
- b) no CAPOS: — ser Capitão, do Quadro de Oficiais Intendentes, ou do Quadro de Oficiais Médicos.

Art. 8.º — Publicar-se-a, em boletim do Estado Maior da Aeronautica, até os dias 20 de novembro e 20 de abril, a relação dos oficiais cogitados para matricula nas 1.ªs e 2.ªs turmas, respectivamente, dos cursos da E. A. O. A. R.

Parágrafo único — O número de oficiais a serem incluídos na relação de que trata o presente artigo deverá ser igual ao número de vagas previstas para cada turma, mais vinte e cinco por cento (25%) desse número, em relação suplementar.

Art. 9.º — Desde a publicação referida no artigo anterior, até 30 dias após, poderá o oficial desistir da matrícula na EAOAR, mediante requerimento escrito ao Chefe do Estado Maior da Aeronáutica.

Parágrafo único — A desistência de matrícula, uma segunda vez, implica a impossibilidade definitiva de o oficial frequentar o referido curso.

Art. 10 — Publicar-se-á, em boletim do Estado Maior da Aeronautica, na primeira quinzena de fevereiro, a relação dos oficiais mandados matricular na 1.ª turma, e na primeira quinzena de julho, a dos mandados matricular na 2.ª turma.

CAPÍTULO III

Desligamento e Rematricula

Art. 11 — O desligamento do oficial-aluno verificar-se-á:

- a) por ordem superior, quando o interesse do serviço assim o exigir; a ordem de desligamento mencionará, ostensiva ou reservadamente, o motivo do ato, para fins de registro na folha de alterações do oficial;
- b) no interesse da disciplina, quando houver o oficial cometido falta cuja natureza e gravidade justifiquem essa medida;
- c) por falta de frequência, quando houver o oficial faltado:

1 — à vigésima parte dos tempos de trabalho previstos no currículo do curso a que pertencer, computados como prescreve o artigo 24;

2 — à oitava parte dos trabalhos ou exercícios previstos para grau;

3 — ao trabalho final de encerramento do curso.

d) por insuficiência de resultados, quando seu grau de fim do curso, como definido no artigo 32, for inferior a seis (6);

e) por motivo de saúde, quando houver sido julgado incapaz em inspeção de saúde;

f) a pedido, quando houver o oficial requerido. Caso alegue motivo de saúde, dependerá o desligamento do resultado da inspeção de saúde;

g) por conclusão de Curso, na data em que lhe for conferido o certificado de que cogita o artigo 35.

Parágrafo único — É da competência do Ministro da Aeronáutica o desligamento previsto na alínea "a"; do Diretor Geral do Ensino o previsto na alínea "b" e do Comandante da Escola nos demais casos.

Art. 12 — O oficial poderá ser re-matriculado na Escola uma só vez, se desligado:

a) por ordem superior, quando essa concessão constar do ato que determinou o seu desligamento, ou de ato ulterior do Ministro da Aeronautica;

b) por motivo de saúde, devidamente comprovado;

c) por falta de frequência;

d) a pedido, a critério do Chefe do Estado Maior da Aeronáutica.

SEGUNDA PARTE

ENSINO

CAPÍTULO I

Cursos e Currículos

Art. 13 — O ensino na EAOAR será orientado objetivamente, no sentido de desenvolver nos oficiais-alunos a capacidade de aplicar à solução dos problemas militares um método de raciocínio, permitindo-lhes, ao mesmo tempo, ampliar e atualizar os conhecimentos profissionais. Visará, ainda, a criar-lhes o hábito do estudo constante para se manterem a par da evolução da Força Aérea e dos problemas de interesse da Aeronautica.

Art. 14 — Os cursos da EAOAR são os seguintes:

a) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Aviadores (CAPOA) — destinado a preparar oficiais-aviadores para as funções de comandante de esquadrão ou de unidade equivalente, e de oficiais de estado maior de unidade;

b) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais dos Serviços (CAPOS) — destinado a preparar oficiais-intendentes e oficiais-médicos para os trabalhos de suas especialidades até chefia dos respectivos serviços, do âmbito de unidade.

Art. 15 — A instrução no CAPOA deverá orientar-se no sentido de:

a) ministrar conhecimentos básicos sobre organização e emprego das Forças Armadas, de maneira que os oficiais-alunos fiquem preparados para a instrução subsequente;

b) estudar os problemas atinentes ao comando de esquadrão, ou unidade equivalente, do ponto de vista de chefia, instrução e emprego tático;

c) estudar os problemas atinentes à administração nas Unidades da Força Aérea Brasileira;

d) ministrar conhecimentos básicos sobre a técnica de utilização e emprego do material que equipa as unidades de combate;

e) ensinar a organização e a técnica do serviço de estado maior de unidade, salientando o trabalho em conjunto;

f) ministrar conhecimentos gerais sobre os novos desenvolvimentos da Aeronáutica;

g) ministrar conhecimentos sobre assuntos de cultura geral correspondentes aos objetivos e ao nível do Curso.

Art. 16 — A instrução na CAPOS deverá ser orientada no sentido de:

a) ministrar conhecimentos básicos sobre organização e emprego das Forças Armadas, de maneira que os oficiais-alunos fiquem preparados para a instrução subsequente;

b) ministrar conhecimentos sobre o emprego em campanha dos serviços de intendência e de saúde, e estudar a técnica de utilização e de emprego do material que equipa esses serviços;

c) ensinar a organização e a técnica

do trabalho dos oficiais dos serviços nas Bases Aéreas, unidades de combate ou unidades equivalentes;

d) estudar a Legislação de Administração da Força Aérea Brasileira;

e) ministrar conhecimentos sobre assuntos de cultura geral correspondentes aos objetivos e ao nível do curso.

Art. 17 — No ensino dos cursos, deve-se também encargar o emprego de material moderno e de novos tipos de unidade, embora ainda inexistentes na organização militar vigente.

Art. 18 — Funcionário, anualmente, duas turmas de alunos em cada curso, e o período letivo, que será de quatro (4) meses, terá início no primeiro dia útil de março e no primeiro dia útil de agosto, para a 1.^a e 2.^a turmas, respectivamente.

Art. 19 — O Estado Maior da Aeronáutica, dentro do estabelecido nos artigos 15 a 18 (inclusive) e levando em conta tanto as necessidades da Força Aérea Brasileira, como os ensinamentos colhidos anteriormente na instrução, organizará diretrizes anuais para o ensino na EAOAR. Essas diretrizes deverão fixar, para os diferentes Cursos, os objetivos especiais a atingir, os assuntos a salientar e os problemas específicos a estudar.

Art. 20 — Tomando por base as diretrizes do Estado Maior da Aeronáutica, o Comandante da EAOAR baixará instruções ao Conselho de Ensino, determinando a organização dos currículos dos diferentes cursos, os quais deverão ser remetidos à Diretoria do Ensino da Aeronáutica, para a necessária aprovação, trinta (30) dias antes do início dos trabalhos escolares.

Art. 21 — A instrução na EAOAR será ministrada sob forma de aulas, exercícios, conferências, demonstrações, discussões dirigidas, trabalhos de grupo, exercícios na carta e manobras.

Parágrafo único — O Chefe do Departamento de Ensino na atribuição de funções aos oficiais-alunos, em qualquer tipo de trabalho em conjunto, obedecerá às conveniências do ensino, antes que à precedência hierárquica.

Art. 22 — O Conselho de Ensino, quando da elaboração dos currículos,

selecionará os assuntos sobre os quais versarão os trabalhos e exercícios para grau, a serem realizados em cada Curso; fixará, além disso, o seu número e a sua natureza, bem como o peso atribuído a cada um deles.

CAPÍTULO II

Frequência e Aproveitamento

Art. 23 — A frequência, com pontualidade, dos oficiais-alunos aos trabalhos escolares é ato de serviço militar; sua inobservância é falta passível de sanção disciplinar prevista na legislação vigente.

Art. 24 — Para efeito de cômputo de falta, o tempo de trabalho em sala, qualquer que seja a natureza desse, com exceção da manobra, será de uma hora, incluído o intervalo de descanso obrigatório entre dois tempos; o tempo de trabalho em manobra será de um dia.

Art. 25 — O aproveitamento dos oficiais-alunos verificar-se-á através de trabalhos escritos e exercícios práticos. Os graus desses trabalhos e exercícios serão numéricos e variarão de zero (0) a dez (10).

Art. 26 — As relações dos trabalhos e exercícios para grau serão mantidas em sigilo, até a ocasião oportuna para sua divulgação.

Parágrafo único — O Chefe do Departamento de Ensino comunicará aos oficiais-alunos a realização de trabalhos ou exercícios para grau e peso respectivo, com antecedência nunca inferior a quarenta e oito horas.

Art. 27 — O julgamento de trabalho ou exercício para grau, será feito pelo instrutor dele encarregado. O julgamento de trabalho em conjunto será feito pelos instrutores designados para esse trabalho. Os resultados desses julgamentos serão submetidos à apreciação do Chefe do Departamento de Ensino que determinará a sua divulgação aos oficiais-alunos, respeitado o que estabelece o artigo 30.

Art. 28 — Os trabalhos escritos aos quais houver sido atribuído grau, serão entregues, para conhecimento e estudo, aos oficiais-alunos que os restituirão ao Chefe do Departamento de Ensino dentro de quarenta e oito horas.

§ 1.º — Em tais trabalhos deverão ser anotados os acertos e incorreções, com os comentários que se fizerem necessários, a fim de permitir aos oficiais-alunos colherem ensinamentos.

§ 2.º — Aos oficiais-alunos é permitido, dentro do prazo de devolução, solicitar por escrito, ao Chefe do Departamento de Ensino, revisão de julgamento, fundamentando suas razões.

Art. 29 — Os graus dos trabalhos em conjunto serão divulgados aos oficiais-alunos pelo Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 30 — Sempre que, em qualquer trabalho ou exercício, mais da metade dos oficiais-alunos obtiver grau inferior a cinco (5), ou mais de três quartos (3/4) grau inferior a seis (6), o Conselho de Ensino reunir-se-á, a fim de verificar as razões do ocorrido. Essa reunião realizar-se-á dentro de quarenta e oito horas após o Chefe do Departamento de Ensino haver recebido o resultado do trabalho ou exercício em questão. Conforme suas conclusões, o Chefe do Departamento de Ensino recomendará ao Comandante da EAOAR a anulação, ou não, desse trabalho, assim como outras providências cabíveis no caso.

§ 1.º — A recomendação do Chefe do Departamento de Ensino e a decisão do Comandante serão tornadas públicas, no máximo sete dias após a reunião inicial do Conselho.

§ 2.º — O Chefe do Departamento de Ensino fixará, se for o caso, a data em que se deve refazer o trabalho anulado.

Art. 31 — O trabalho ou exercício para grau, a que um oficial-aluno houver faltado, não será considerado na apuração do seu aproveitamento, desde que essa falta tenha sido justificada. Quando, no entanto, o oficial-aluno houver faltado a esse trabalho ou exercício sem motivo justificado, ser-lhe-á atribuído grau zero (0).

Parágrafo único — A justificação da falta a trabalho ou exercício para grau é da alçada do Comandante da EAOAR.

Art. 32 — O aproveitamento do oficial-aluno corresponderá, em qualquer ocasião, à média ponderada dos graus

por êle obtidos em todos os trabalhos ou exercicios realizados. O grau de fim de curso é definido pelo aproveitamento do official-aluno, concluidos os trabalhos escolares.

Art. 33 — Os officiaes-alunos que obtiverem grau de fim de curso igual ou superior a seis (6), serão considerados aprovados e inabilitados os que não atingirem esse limite.

Art. 34 — Os officiaes-alunos serão classificados, conforme seus graus de fim de curso e das menções correspondentes ás menções "muito bem" — de dez (10) a oito e meio (8,5) inclusive — e "Bem" — de oito e meio (8,5) exclusive, a seis (6) inclusive.

Art. 35 — Os officiaes-alunos aprovados nos diferentes Cursos receberão o certificado correspondente, de acôrdo com o modelo constante do anexo I.

Art. 36 — A relação dos graus de fim de curso e das menções correspondentes dos officiaes aprovados será enviada ao Diretor Geral do Ensino da Aeronáutica, para fins de publicação em boletim sigiloso.

Parágrafo único — Com essa relação, remeter-se-á o conceito sobre cada official-aluno, o qual dirá de suas qualidades para o exercicio de funções previstas no artigo 1º. Esse conceito será exarado pelo Comandante da EAOAR, de acôrdo com instruções baixadas pelo Chefe do Estado Maior.

CAPÍTULO III

Quadro de Instrutores

Art. 37 — O Quadro de Instrutores da Escola compreende:

a) Diretor de Ensino — o Comandante da Escola;

b) Subdiretor de Ensino — O Chefe do Departamento de Ensino;

c) Instrutores-Chefes — os Chefes de Curso, o Chefe da Seção de Forças Terrestres e o Chefe da Seção de Forças Navais;

d) Instrutores — os Chefes de Divisão e os Adjuntos da Seção de Forças Navais e da Seção de Forças Terrestres.

e) Auxiliares de Instrutor — os Adjuntos de Divisão.

§ 1º — O Comandante da EAOAR e a Chefe do Departamento de Ensino deverão ser diplomados no Curso Superior de Comando da ECEMAR. O Chefe do Curso de Aperfeiçoamento de Officiaes Aviadores e o do Curso de Aperfeiçoamento de Officiaes dos Serviços deverão ser diplomados no Curso de Estado Maior da ECEMAR.

§ 2º — Os officiaes da Marinha e do Exército instrutores da EAOAR, deverão possuir diploma correspondente ao do Curso do Estado Maior da ECEMAR, se exercerem funções de Chefe de Seção; e equivalente ao da EAOAR, se exercerem funções de Adjunto de Seção.

§ 3º — Os Adjuntos de Divisão e de Seção serão tantos quantos forem necessários ao Ensino. Seu número será fixado, anualmente, pelo Ministro, mediante proposta da Diretoria do Ensino da Aeronáutica.

Art. 38 — São condições para ser designado instrutor, ou auxiliar de instrutor da EAOAR:

a) ter o official o curso da Escola e haver obtido grau final igual ou superior a sete e meio (7,5);

b) haver o official obtido bom conceito no curso;

c) haver demonstrado aptidão para instrutor;

d) possuir reconhecida capacidade profissional;

e) ter sido incluído na relação de que cogita a letra "e" do artigo 47.

Art. 39 — Por proposta do Diretor Geral do Ensino da Aeronáutica, é o Comandante da EAOAR, nomeado por decreto e os demais officiaes do Quadro de Instrutores designados por ato do Ministro.

Art. 40 — O Ministro da Aeronáutica designará os officiaes da Marinha e do Exército para o Quadro de Instrutores, uma vez postos à disposição do Ministério da Aeronáutica, para tal fim, pelos seus respectivos Ministérios.

Art. 41 — Os officiaes da Aeronáutica, designados para o Quadro de Instrutores, exercerão essas funções, para cada designação, por um prazo de dois (2) anos letivos consecutivos.

§ 1.º — Poderá o oficial ser dispensado antes de decorrido esse prazo:

a) por incompatibilidade de posto, decorrente de promoção;

b) para satisfação de requisito legal ou regulamentar;

c) por conveniência da instrução, mediante solicitação do Comandante da EAOAR.

§ 2.º — O ato de dispensa mencionará, ostensiva ou sigilosamente, as suas razões, para fins de registro na folha de alterações do oficial.

§ 3.º — O prazo de que trata este artigo poderá ser dilatado por mais um (1) ano, uma vez consultados os interesses do oficial, do serviço e da instrução.

Art. 42 — Os Chefes de Curso e de Divisão serão designados entre os instrutores, sem ferir os princípios hierárquicos, pelo Comandante da (EAOAR).

TERCEIRA PARTE

ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Constituição Geral

Art. 43 — A EAOAR, tem a seguinte constituição:

- a) Comando;
- b) Departamento de Ensino;
- c) Conselho de Ensino.

CAPÍTULO II

Comando

Art. 44 — O Comando da EAOAR compreende:

- a) Comandante;
- b) Seção Administrativa.

Art. 45 — O Comandante é coadjuvado em suas funções pelo Chefe do Departamento de Ensino e pelo Chefe da Seção Administrativa.

Art. 46 — O Comandante da E. A. O. A. R. é Coronel Aviador, não incluído em categoria especial.

Art. 47 — Ao Comandante da E. A. O. A. R. compete, além de atribuições outras, previstas na legislação vigente:

a) manter a indispensável concordância entre o ensino ministrado na Escola e a doutrina firmada pelo Estado Maior da Aeronáutica;

b) promover estreita ligação com a Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica, com a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército e com o Curso de Tática Anti-submarino Aero-Naval da Marinha, para um perfeito entendimento no que disser respeito ao emprego técnico e tático das unidades de combate e de apoio;

c) propôr ao Diretor Geral do Ensino da Aeronáutica medidas que julgue necessárias à maior facilidade ou conveniência do ensino;

d) supervisionar o desenvolvimento do ensino e, especialmente, o seu rendimento e resultados obtidos pelos oficiais-alunos;

e) remeter ao Diretor Geral do Ensino da Aeronáutica, ouvido o Conselho de Ensino da Escola, a relação dos oficiais da Aeronáutica que preencham as condições para Instrutor da EAOAR, até dez (10) dias após o término de cada turma;

f) indicar ao Diretor Geral do Ensino da Aeronáutica o número de Adjuntos de Divisão e de Seção a ser fixado anualmente;

g) apresentar ao Diretor Geral do Ensino da Aeronáutica o relatório anual da Escola, e outros relatórios que lhe forem exigidos;

h) designar os Chefes de Curso e de Divisão, de conformidade com o artigo 42.

Art. 48 — A Seção Administrativa é o órgão encarregado de todos os assuntos relacionados com a administração do pessoal e do material da EAOAR.

Art. 49 — O Chefe da Seção Administrativa é Capitão ou 1.º Tenente do Quadro de Oficiais Aviadores, ou do Quadro de Infantaria de Guardas.

Art. 50 — Ao Chefe da Seção Administrativa compete:

a) receber e manter em ordem e em dia a carga da Escola;

b) providenciar, em tempo útil, os meios necessários à execução dos serviços da Escola;

c) zelar pela conservação dos bens móveis da Escola;

d) manter em ordem e em dia o serviço de controle do pessoal civil e militar da Escola.

CAPÍTULO III

Departamento de Ensino

Art. 51. O Departamento de Ensino é o órgão encarregado de dirigir e ministrar o ensino na EAOAR, de realizar análises e pesquisas de assuntos de interesse do ensino, e de preparar e fornecer os elementos materiais necessários ao seu desenvolvimento.

Art. 52. O Departamento de Ensino compreende:

a) *Chefia*;

b) *Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Aviadores*;

c) *Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais dos Serviços*;

d) *Seção de Forças Navais*;

e) *Seção de Forças Terrestres*.

Art. 53. A Chefia do Departamento de Ensino tem a seguinte constituição:

a) *Chefia do Departamento de Ensino*;

b) *Secretaria do Ensino*;

c) *Seção de Serviços Escolares*.

Art. 54. O Chefe do Departamento de Ensino é Tenente Coronel Avia-

Art. 55. Além das atribuições previstas na legislação vigente, compete ao Chefe do Departamento de Ensino:

a) estudar ou fazer estudar, as questões de ensino de interesse para a EAOAR;

b) dirigir e orientar os trabalhos escolares;

c) baixar instruções orientações do trabalho dos Cursos, da Seção de Forças Navais e da Seção de Forças Terrestres;

d) manter a coordenação de ensino nos diferentes Cursos;

e) convocar as reuniões do Conselho de Ensino e presidir-las;

f) orientar e coordenar a instrução dos novos instrutores, bem como apresentar ao Comandante da Escola parecer sobre a aptidão dos mesmos;

g) baixar instruções para execução dos trabalhos afetos à Secretaria do Ensino e à Secretaria de Serviços Escolares.

Art. 56. A Secretaria do Ensino é o órgão encarregado do controle da instrução, e do expediente relativo ao ensino.

Parágrafo único. A Secretaria do Ensino tem a seu cargo a Biblioteca da EAOAR.

Art. 57. O Secretário do Ensino é um oficial-instrutor, da escolha do Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 58. — Ao Secretário do Ensino, auxiliar direto do Chefe do Departamento de Ensino, compete:

a) dirigir e orientar os trabalhos da Secretaria do Ensino, de acordo com as instruções do Chefe do Departamento de Ensino;

b) secretariar as reuniões do Conselho de Ensino.

Art. 59. A Seção de Serviços Escolares é o órgão encarregado do trabalho material de preparo da instrução; compreenderá tantas subseções quantas forem necessárias à boa marcha dos trabalhos a seu cargo.

Art. 60. O Chefe da Seção de Serviços Escolares é um oficial-instrutor, da escolha do Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 61. Ao Chefe da Seção de Serviços Escolares compete dirigir e orientar os trabalhos da Seção, de acordo com as instruções do Chefe do Departamento de Ensino, do qual é auxiliar direto.

Art. 62. O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Aviadores é constituído de:

a) *Chefia*;

b) *Divisão de Organização e Administração do Pessoal*;

c) *Divisão de Tática, Informações e Comunicações*;

d) *Divisão de Operações Aéreas*;

e) *Divisão de Logística*.

Art. 63 — O Chefe do CAPOA é Tenente Coronel ou Major Aviador.

Art. 64 — Os Chefes de Divisão do CAPOA são Majores ou Capitães Aviadores.

Parágrafo único — Os Chefes de Divisão do CAPOA disporão de Adjuntos, Capitães Aviadores.

Art. 65 — O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais dos Serviços é constituído de:

- a) Chefia;
- b) Divisão de Serviço de Intendência;
- c) Divisão de Serviço de Saúde.

Art. 66 — O Chefe do CAPOS é Tenente Coronel ou Major Aviador.

Art. 67 — Os Chefes de Divisão do (CAPOS) são:

- a) Capitão ou Major Intendente — o Chefe da Divisão de Serviço de Intendência;
- b) Capitão ou Major Médico — o Chefe da Divisão de Serviço de Saúde.

Parágrafo único — Os Chefes de Divisão do CAPOS disporão dos seguintes Adjuntos:

- a) Capitães Intendentes — o Chefe da Divisão de Serviço de Intendência;
- b) Capitães Médicos — o Chefe da Divisão de Serviço de Saúde.

Art. 68 — O Chefe da Seção de Forças Navais e o da Seção de Forças Terrestres são, respectivamente, Capitão de Corveta e Major do Exército.

Parágrafo único — Os Chefes dessas Seções disporão de Adjuntos, Capitães-Tenentes e Capitães do Exército, respectivamente.

Art. 69 — Ao Chefe de Curso da PACAR, auxiliar imediato do Chefe do Departamento de Ensino, incumbe:

- a) dirigir e orientar o ensino do Curso que Chefia;
- b) cooperar na instrução do outro Curso;
- c) manter a coordenação do ensino entre as Divisões de seu Curso.

Art. 70 — Ao Chefe de Divisão, auxiliar imediato do Chefe do Curso, incumbe:

- a) orientar o trabalho de preparação e a apresentação das aulas e exercícios a cargo de sua Divisão;
- b) coordenar o trabalho dos instrutores de sua Divisão.

Art. 71 — Ao Chefe da Seção de Forças Navais e ao de Seção de Forças Terrestres, auxiliares imediatos do Chefe do Departamento de Ensino, incumbe:

- a) dirigir e orientar o ensino ministrado pela Seção que chefia;
- b) cooperar na instrução dos diferentes Cursos;
- c) orientar o trabalho de preparação e a apresentação das aulas e exercícios a cargo de sua Seção;
- d) coordenar o trabalho dos instrutores de sua Seção.

Art. 72 — Aos Adjuntos de Divisão e de Seção incumbe preparar os trabalhos ou exercícios que lhes forem atribuídos.

CAPÍTULO IV

Conselho de Ensino

Art. 73 — O Conselho de Ensino é o órgão encarregado de opinar sobre qualquer questão de natureza geral referente ao Ensino.

Art. 74 — O Conselho de Ensino, órgão consultivo do Comandante da Escola, é constituído do Chefe do Departamento de Ensino, dos Chefes de Curso e de dois (2) instrutores designados anualmente pelo Comandante.

Art. 75 — O Conselho de Ensino reunir-se-á sempre que se torne necessário coletar elementos para decisões do Comandante, por determinação deste, ou por convocação do Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 76 — O Conselho de Ensino emitirá pareceres sobre os fatos apreciados, os quais constarão do competente Livro de Atas, e serão apresentados ao Comandante da EAOAR, acompanhados dos votos vencidos, devidamente fundamentados.

Art. 77 — Não é lícito, a nenhum membro do Conselho, abster-se de

votar, nem lhe é permitido a divulgação, sobre qualquer forma, de assuntos tratados nas reuniões do Conselho, o que só poderá ser feito pelo Comandante da EAOAR, quando o julgar conveniente.

Art. 78 — As reuniões do Conselho de Ensino são presididas pelo Chefe do Departamento de Ensino.

Parágrafo único — Quando o julgar conveniente, poderá o Comandante da EAOAR, avocar a si a presidência do Conselho, passando então o Chefe do Departamento de Ensino a funcionar como membro.

Art. 79 — Servirá como secretário, nas reuniões do Conselho, o Secretário do Ensino.

CAPÍTULO V

Substituições e Atribuições Disciplinares

Art. 80 — Por necessidade e interesse do serviço, as substituições temporárias na EAOAR, obedecerão ao seguinte critério:

a) o Comandante será substituído pelo Chefe do Departamento de Ensino;

b) o Chefe do Departamento de Ensino, pelo Chefe de Curso mais antigo;

c) os Chefes de Curso, pelo Chefe de Divisão mais antigo de seu Curso;

d) os Chefes de Divisão, pelo Adjunto mais antigo da sua Divisão.

Parágrafo único — Cabe ao Comandante da EAOAR, nos impedimentos fortuitos de qualquer de seus subordinados, designar substitutos substitutos para exercerem as funções daqueles, cumulativamente com as suas normais, tendo em vista limitar ao mínimo as substituições.

Art. 81 — O Comandante da EAOAR tem atribuições disciplinares equivalente às do Comandante de Base Aérea e o Chefe de Departamento de Ensino às de Comandante de grupo incorporado.

QUARTA PARTE

DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 82 — O emblema da EAOAR é o constante do Anexo II a este Regulamento.

Art. 83 — O Comandante da EAOAR, sempre que julgar necessário, poderá convidar oficiais das Forças Armadas, ou civis de reconhecida competência, para realizarem conferências sobre assuntos especializados, ou de cultura geral de interesse para o Ensino, ou prestarem serviços técnicos equivalentes.

Art. 84 — Antes do início dos cursos da EAOAR, realizar-se-á um curso para novos instrutores, tendo como finalidade:

a) apresentar e discutir objetivos, normas, organização, procedimentos e facilidades da Escola;

b) ensinar normas e princípios pedagógicos, mostrando como se aplicam aos métodos de instrução da Escola;

c) estabelecer os objetivos mediatos de instrução e os processos mais eficazes para alcançá-los;

d) ensinar como preparar os trabalhos da instrução, de modo que neles se alcance clareza, objetividade, adequabilidade, interesse e eficiência;

e) ensinar a técnica e os meios de avaliação dos resultados alcançados no ensino.

Art. 85 — Os assuntos relativos ao ensino são, normalmente, de caráter sigiloso, cabendo ao Comandante da EAOAR classificá-los.

Art. 86 — Os Instrutores transferidos da EAOAR, ou classificados em outras unidades, só poderão ser desligados, a fim de seguir destino, após

a passagem de funções ao seu substituto, e após o término do período letivo da turma durante a qual se tiver verificado o ato de transferência ou de classificação.

Art. 87. O total de substituições simultâneas de Instrutores da EAOAR não poderá exceder a um terço (1/3) do efetivo previsto para cada Curso.

Art. 88. Serão considerados possuidores de certificados equivalentes aos dos cursos da EAOAR:

a) ao do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Aviadores — os oficiais diplomados pelo Curso de Tática Aérea, até o ano de 1952, inclusive;

b) ao do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais dos Serviços (Intendentes) — os oficiais-intendentes diplomados pelo Curso de Tática Aérea no ano de 1952.

Art. 89. A Escola assegurará alojamento e alimentação para os oficiais nela matriculados.

Art. 90. A matrícula na EAOAR não aplica em mudança de sede, com obrigação de transferir residência.

Parágrafo único. Os oficiais matriculados na EAOAR passarão a situação de adidos à Escola, continuando, porém, vinculados às Unidades ou Estabelecimentos a que pertencem.

Art. 91. A juízo do Ministro da Aeronáutica e de acordo com as necessidades da Força Aérea Brasileira e as possibilidades da Escola, cursos de aperfeiçoamento de oficiais de outros quadros, que não os previstos neste Regulamento, poderão, oportunamente, vir a ser realizados na EAOAR.

Art. 92. Eventualmente, a critério do Ministro da Aeronáutica, será permitida a matrícula na Escola, de oficiais dos postos de Major e 1.º Tenente.

Art. 93. O comandante da EAOAR organizará instruções por-

menorizadas em que se fixarão normas de trabalho e de funcionamento, definição de atribuição e demais indicações necessárias à boa marcha do serviço.

Art. 94. Enquanto a EAOAR for sediada em qualquer das Bases Aéreas existentes, as funções de Comandante da Escola serão exercidas, cumulativamente, pelo Comandante da Base em que estiver sediada.

§ 1.º. A Base Aérea em que estiver sediada a Escola competirá o fornecimento do necessário apoio administrativo.

§ 2.º. Para que não haja interferência no bom andamento e na continuidade dos trabalhos escolares, ficam os oficiais-instrutores dispensados de:

a) concorrer às substituições na Base em que estiver sediada a Escola, exceto o Chefe do Departamento de Ensino, que substituirá o Comandante da Base, quando for o oficial que se lhe seguir em antiguidade.

b) tomar parte no Conselho de Justiça da referida Base;

c) proceder a Inquéritos Policiais Militares, Sindicâncias e outros serviços correlatos, exceto os do âmbito da Escola;

d) concorrer a qualquer tipo de escola de serviço, à execução das de situação de emergência.

Art. 95. Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro da Aeronáutica.

CAPÍTULO II

Disposições Transitórias

Art. 96. A menção de fim de curso, obtida pelos oficiais anteriormente diplomados pelo Curso de Tática Aérea, será, pelo Estado-Maior da Aeronáutica, modificada de maneira a enquadrar-se nos limites estabelecidos no presente Regulamento.

Art. 97. Aos oficiais-intendentes e oficiais-médicos, que tiverem exercido a função de instrutor do CAPOS por um período de um (1) ano letivo completo, em 1953 ou 1954, será conferido o diploma dos referidos cursos, de acôrdo com o modelo constante do Anexo I.

Art. 98. Os instrutores designados para o Curso de Tática Aérea, que estiverem exercendo essa função na data de publicação dêste Regulamento, só poderão ser desligados, salvo casos previstos no § 1.º do art. 41, após o término do período letivo da turma, durante a qual tiverem

completado dois (2) anos no exercício das funções.

Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1952. — *Nero Moura*, Ministro da Aeronáutica.

ANEXO N.º I

CERTIFICADO DA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA

Especificações:

- a) Cercadura e dizeres em cor preta.
- b) Emblema da EAOAR em cor azul claro.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO
DE
OFICIAIS DA AERONÁUTICA
CERTIFICADO

O presente Certificado é conferido ao

por haver concluído em *, com a*
menção *, o Curso de*

de conformidade com o Regulamento aprovado pelo Decreto
n.º *de*

Chefe do Departamento de Ensino

Comandante da Escola

ANEXO N.º II

EMBLEMA DA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO
DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA

Especificações:

a) Emblema da Força Aérea Brasileira, em amarelo ouro;

b) Lâmpada antiga em cor purpurina prata, sobreposta ao emblema da FAB, com seus centros geométricos coincidentes;

c) Chama em cor vermelha e azul;

d) Sigla da Escola em cor preta.



DECRETO N.º 31.915 — DE 12 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à firma Empresa Luz e Força Itabapoana Ltda.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e tendo em vista o que requereu a firma Empresa Luz e Força Itabapoana Ltda., decreta:

Art. 1.º — É concedida à firma Empresa Luz e Força Itabapoana Ltda., com sede na cidade de Bom Jesus do Norte, Estado do Espírito Santo, autorização para funcionar como empresa de eletricidade, de acôr-

do com o Decreto-lei n.º 938, de 3 de dezembro de 1938, ficando a mesma obrigada a satisfazer, integralmente, as exigências do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subsequentes e seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato.

Art. 2.º — O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

**DECRETO N.º 31.916 — DE 12
DE DEZEMBRO DE 1952**

Cria o Consulado honorário do Brasil em Georgetown, na Guiana britânica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, incisos I e VI, da Constituição e nos termos do art. 13 do Decreto-lei n.º 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Consulado honorário do Brasil em Georgetown, na Guiana britânica, subordinado ao Consulado de carreira em Port-of-Spain.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

M. de Pimentel Brandão.

**DECRETO N. 31.917 DE 12 DE
DEZEMBRO DE 1952**

Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos dos arts. 10 e 11 do Decreto-lei n. 2.281, de 5 de junho de 1940, combinados com os arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei 2.059, de 5 de março de 1940, considerando que a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações de produção de energia elétrica no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, mediante a montagem de um grupo diesel-elétrico, com a potência de 1040 kw.

Parágrafo único. — A montagem deste grupo se fará sem prejuízo da realização das obras de aproveitamento hidroelétrico do rio Iapé, con-

cedidas pelo Decreto n. 26.472 de 16 de março de 1949 nos prazos fixados.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas dentro de 30 dias, a partir da sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de 120 dias, a contar da data da publicação do presente Decreto os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem estabelecidos pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. — Os prazos a que se refere este artigo, poderão ser prorrogados pelo Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

**DECRETO N.º 31.918 — DE 12 DE
DEZEMBRO DE 1952**

Autoriza a Companhia Fôrça e Luz Nordeste do Brasil a ampliar suas instalações termoeletricas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

**DECRETO N.º 31.919 — DE 12 DE
DEZEMBRO DE 1952**

Autoriza a Cia. e Luz S. João do Maripó S. A. a ampliar suas instalações, no Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.920 — DE 12 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Camuquã a ampliar suas instalações termo-elétricas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.921 — DE 13
DE DEZEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 14.000.000,00, em reforço de verba que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.751, de 4 de dezembro de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos art. 92 do Regulamento

Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de quatorze milhões de cruzeiros (Cr\$ 14.000.000,00), em reforço da Verba 2 Material — Consignação II — Material de Consumo, subconsignação 25 — Matérias-primas e produtos manufaturados ou semi-manufaturados destinados a qualquer transformação, 14 — Direção Geral da Fazenda Nacional, 13 — Casa da Moeda, do Orçamento vigente (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951).

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

DECRETO N.º 31.922 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1952

Regulamenta a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos artigos 145, item XI, e 146, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos artigos 145, item XI, e 146, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, obedecerá ao disposto neste regulamento.

§ 1.º O presente regulamento não se aplica a funcionário que, em virtude de lei especial, tenha direito a gratificação adicional por tempo de serviço.

§ 2.º O funcionário que exercer cumulativamente mais de um cargo terá direito à gratificação adicional por tempo de serviço em relação a cada um deles, mas os períodos anteriores à acumulação, quando computados para efeito de uma concessão, não serão considerados para nova concessão em outro cargo.

Art. 2.º A gratificação adicional por tempo de serviço é devida a partir do dia imediato àquele em que o funcionário completar 20 ou 25 anos de serviço público efetivo, na razão de 15 % ou 25 % do respectivo vencimento.

Parágrafo único. Ao funcionário que, à data da vigência da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, já houver completado os períodos de tempo de serviço constante deste artigo, a gratificação somente será paga a partir de 1.º de novembro de 1952.

Art. 3.º A gratificação adicional por tempo de serviço do funcionário sujeito ao regime de remuneração será calculada na base do padrão de vencimento do cargo efetivo que ocupar.

Art. 4.º O funcionário investido em cargo em comissão ou função gratificada, no serviço público federal, continuará a perceber a gratificação adicional por tempo de serviço na base do vencimento do cargo efetivo.

Art. 5.º A gratificação adicional por tempo de serviço é devida ao funcionário efetivo.

§ 1.º O funcionário efetivo continuará a perceber, na aposentadoria, a gratificação adicional por tempo de serviço em cujo gozo se encontrava na atividade.

§ 2.º O funcionário efetivo já aposentado em 1.º de novembro de 1952 terá direito à gratificação adicional, desde que tenha completado, em atividade, o respectivo tempo de serviço.

§ 3.º O *quantum* da gratificação adicional, prevista no parágrafo anterior, será calculado com base no valor, em 1.º de novembro de 1952, do padrão do vencimento do cargo efetivo que o funcionário aposentado ocupava ao passar à inatividade.

Art. 6.º A gratificação adicional por tempo de serviço não será paga enquanto o funcionário deixar de perceber o vencimento do cargo, em virtude de licença ou outro afastamento ressalvado o disposto no art. 4.º.

Art. 7.º No cômputo do tempo de serviço público efetivo serão observadas as seguintes normas:

I — entende-se como tempo de serviço público efetivo o que tenha prestado à União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, em cargo ou função civil ou militar, ininterruptamente ou não, em órgãos de administração direta ou autárquica, apurado à vista dos registros de frequência, folhas de pagamento ou dos elementos regularmente averbados no assentamento individual do funcionário;

II — a contagem do tempo de serviço será feita em dias e o total apurado convertido em anos, sem arredondamento, considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- a) — férias;
- b) — casamento;
- c) — luto;
- d) — exercício de outro cargo federal de provimento em comissão;
- e) — convocação para serviço militar;
- f) — júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- g) — exercício de função ou cargo de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República;
- h) — desempenho de função legislativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- i) — licença especial;

- j) — licença à funcionária gestante, ao funcionário acidentado em serviço ou atacado de doença profissional;
 - l) — missão ou estudo no estrangeiro, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Presidente da República; e
 - m) — exercício, em comissão, de cargos de chefia nos serviços dos Estados, Distrito Federal, Municípios ou Territórios;
- III — o tempo de serviço a que se refere o artigo 268, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, será computado somente para o que era funcionário da União em 1.º de novembro de 1952;
- IV — são igualmente considerados de serviço público efetivo os dias que, na vigência da legislação anterior ao Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939, foram considerados como faltas justificadas;
- V — é vedada a acumulação de tempo de serviço prestado concorrentemente em dois ou mais cargos ou funções da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, Autarquias e Sociedades de Economia Mista.

Art. 8.º São competentes para conceder a gratificação adicional por tempo de serviço as mesmas autoridades que, na forma da legislação vigente, concedem o salário-família.

Parágrafo único. As autoridades a que se refere este artigo poderão delegar essa competência a chefes de repartição ou serviço.

Art. 9.º A gratificação adicional por tempo de serviço poderá ser requerida pelo funcionário que a ela tiver direito, mediante comprovação do tempo de serviço público prestado, ou, na impossibilidade da prova, mediante indicação pormenorizada dos órgãos habilitados a certifi-cá-lo.

Art. 10. A vista dos elementos comprobatórios do tempo de serviço, ou do resultado das diligências que promover para obtê-los, a autoridade competente despachará o pedido, mediante preenchimento do modelo n.º 1, encaminhando-o, no caso de deferimento, ao órgão encarregado de processar o respectivo pagamento.

Parágrafo único. Após a inclusão em folha de pagamento ou o indeferimento do pedido, cabe ao órgão de pessoal rever o despacho proferido.

Art. 11. Caberá ao órgão de pessoal apostilar a concessão no título do funcionário, obedecido o modelo n.º 2, e promover, em seguida, a publicação do ato no órgão oficial.

Parágrafo único. A apostila será renovada sempre que se alterar o padrão de vencimento do funcionário.

Art. 12. No caso do § 2.º, do artigo 5.º, a Diretoria da Despesa Pública exercerá a atribuição prevista no parágrafo único do artigo 10 e no artigo 11, deste regulamento.

Art. 13. A gratificação adicional por tempo de serviço poderá ser concedida *ex-officio*, mediante preenchimento do modelo n.º 1, à vista de certidões de tempo de serviço, ou de registro, no assentamento individual do funcionário, do tempo de serviço público, averbado em virtude de elementos hábeis.

Art. 14. As disposições do presente regulamento aplicam-se aos funcionários dos Territórios e aos extranumerários da União e dos Territórios, amparados pelo artigo 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 15. As despesas decorrentes do pagamento da vantagem a que se refere o presente regulamento serão atendidas pela dotação orçamentária própria.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Renato de Almeida Guillobel

Cyrol Espirito Santo Cardoso

M. de Pimentel Brandão

Horácio Láfer

Alvaro de Souza Lima

João Cleofas

E. Simões Filho

Segadas Viana

Nero Moura

MODELO N.º 2

APOSTILA

Ao funcionário a quem se refere o presente Decreto foi concedida, de acôrdo com os artigos 145, item XI, e 146, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, gratificação adicional por tempo de serviço, a partir de de de 19...., correspondente a % sobre o respectivo padrão de vencimento, por haver completado em de de 19, anos de serviço público efetivo.

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100
 101
 102
 103
 104
 105
 106
 107
 108
 109
 110
 111
 112
 113
 114
 115
 116
 117
 118
 119
 120
 121
 122
 123
 124
 125
 126
 127
 128
 129
 130
 131
 132
 133
 134
 135
 136
 137
 138
 139
 140
 141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150
 151
 152
 153
 154
 155
 156
 157
 158
 159
 160
 161
 162
 163
 164
 165
 166
 167
 168
 169
 170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525

[illegible]

NOME.

carreira

classe

mensal

Quadro.

Ministério.

[illegible]

III — Despacho

Tendo em vista o tempo de serviço apurado:

1) Concedo a gratificação adicional de correspondente
(15 ou 25%)
..... anos de serviço e autorizo o pagamento da importância mensal de
(20 ou 25)
Cr\$....., a partir de de de 19.....

2) Indefiro o pedido, tendo em vista.....

Em / / 19.....

(assin. e Cargo da autoridade competente)

Incluído em fôlha.

Visto,

Em / / 19.....

Em / / 19.....

(Funcionário)

(Chefe)

IV — Revisão

Informação:

Em / / 19.....

Visto Em / / 19.....

(Funcionário)

(Chefe)

Despacho:

Em / / 19.....

(Dirigente do órgão do pessoal)

Publicação:

Apostilado em / / 19.....

Publicada a apostila:

(Funcionário)

(Funcionário)

V — Observações

DECRETO N.º 31.923 — DE 16 DE
DEZEMBRO DE 1952

*Altera, com redução de despesa,
a Tabela Numérica Ordinária da
Universidade do Brasil.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Ficam extintas sete funções de Monitor, referência 18, na Série Funcional correspondente da Tabela Numérica Ordinária da Universidade do Brasil.

Art. 2.º — Ficam criadas três funções de Instrutor, referência 23, na Série Funcional correspondente da Tabela a que se refere este artigo.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 31.924 — DE 15 DE
DEZEMBRO DE 1952

*Aprova projeto e orçamento
para a execução do 2.º grupo de
obras na esplanada de Ponta Porã,
situada no ramal de Campo
Grande a Ponta Porã, da Estrada
de Ferro Noroeste do Brasil.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 8.º do Decreto-lei n.º 4.176, de 13 de março de 1942, decreta:

Art. 1.º — Ficam aprovados os projetos e orçamentos na importância total de Cr\$ 1.541.362,60 (um milhão quinhentos e quarenta e um mil trezentos e sessenta e dois cruzeiros e sessenta centavos) os quais com este baixam, devidamente rubricados, para a execução, na esplanada de Ponta Porã, situada no ramal de Campo

Grande a Ponta Porã, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, do seguinte

	Cr\$
2.º grupo de obras:	
a) Abrigo para carros.	718.377,30
b) Pôrto médico	304.779,60
c) Casa para médico..	136.340,10
d) Duas Casas para enfermeiro	186.365,60
	<hr/>
	1.346.362,60
Transportes ferroviários de pessoal e materiais para obras	130.000,00
Administração	65.000,00
	<hr/>
Total	1.541.362,60

Art. 2.º — As despesas, até o limite dos orçamentos ora aprovados, correrão à conta dos recursos que, para esse fim, forem consignados no orçamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Art. 3.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.925 — DE 15 DE
DEZEMBRO DE 1952

Altera os artigos 8.º e 10 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 22.016, de 26 de outubro de 1932.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º. Os artigos 8.º e 10 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 22.016, de 26 de outubro de 1932, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 8.º. A assistência hospitalar ocorre somente no caso de intervenções cirúrgicas que, pela sua natureza, não possam ser praticadas nos postos médicos das Caixas, assim como nos casos de partos, ainda que normais”.

"Art. 10. O associado que necessitar de internação hospitalar, para si ou seu beneficiário, na forma do disposto no artigo 8.º, deverá dirigir-se, por meio de requerimento, à autoridade competente da Caixa a que se achar filiado, juntando a requisição do seu médico assistente indicando a internação".

Art. 2.º O Departamento Nacional da Previdência Social expedirá as instruções que julgar necessárias ao cumprimento do disposto no artigo 8.º *in fine*, do citado Decreto n.º 22.016, na redação que lhe é dada por este Decreto.

Art. 3.º Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 54.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.926 — DE 15 DE
DEZEMBRO DE 1952

Estabelece medidas de incentivo às indústrias de material elétrico pesado e turbinas no País.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto na letra "c" do artigo 3.º do Decreto n.º 30.763, de 14 de abril de 1952, decreta:

Art. 1.º A instalação ou expansão, no País, das indústrias de material elétrico pesado e de turbinas será incentivada pelas providências previstas no presente Decreto.

Art. 2.º É estabelecida para as indústrias de material elétrico pesado e de turbinas prioridade equivalente à da indústria de energia elétrica:

I — Na utilização dos fundos à disposição do Governo, como os decorrentes dos bonus do desenvolvimento econômico e outros suscetíveis de emprêgo no incremento industrial do País.

II — Na concessão de empréstimos por bancos da União ou organizados sob seu controle, como sociedades de economia mista.

Parágrafo único — As autoridades encarregadas do controle cambial considerarão as indústrias referidas neste Decreto como essenciais para efeitos de prioridade na remessa de rendimentos e retorno de capital.

Art. 3.º A medida que fôr sendo criada ou ampliada, no País, a fabricação de diferentes linhas de material elétrico pesado e de turbinas, serão restringidas ou proibidas as importações de produtos similares, conforme o atendimento parcial ou total das necessidades nacionais, observadas as normas técnicas e preços justos de amparo à indústria nacional.

Art. 4.º As encomendas de turbinas e de material elétrico pesado oriundas de repartições públicas federais, de autarquias, de sociedades de economia mista e outras organizações de controle federal, bem como de entidades públicas ou particulares que gozem de favores da União ou de financiamentos desta ou de entidades sob sua dependência, deverão ser encaminhadas às indústrias nacionais, dentro das disponibilidades destas.

Art. 5.º Os bancos da União e os organizados sob seu controle, como sociedades de economia mista, esaudarão os financiamentos, dentro de suas normas, das compras a longo prazo de material elétrico pesado e de turbinas de produção nacional.

Art. 6.º Todas as facilidades serão concedidas pelas autoridades competentes para o encaminhamento, entrada e permanência no País de técnicos especializados estrangeiros que se destinem a trabalhos de instalação e operação das indústrias de material elétrico pesado e de turbinas.

Art. 7.º No caso do estabelecimento de restrições e prioridades na utilização de meios de transportes, energia elétrica, matérias primas ou produtos semimanufaturados, as indústrias de material elétrico pesado e de turbinas gozarão das prioridades concedidas às indústrias de interesse nacional.

Art. 8.º As indústrias de material elétrico pesado e de turbinas gozarão da mesma preferência concedida às

indústrias de interesse nacional nos financiamentos de conjuntos residenciais para industriários, feitos através do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, das Caixas Econômicas e de instituições similares.

Art. 9.º Dentro das disponibilidades de cambiais, é assegurada prioridade às indústrias de material elétrico pesado e de turbinas para:

I — Importação de equipamentos e de materiais para construção e instalação, quando inexistentes ou escassos no mercado nacional.

II — Pagamento de Serviços técnicos especializados.

III — Importação de matéria prima e produtos semimanufaturados necessários à indústria, quando inexistentes ou escassos no mercado nacional.

Art. 10 É permitida a importação de equipamentos para instalação das indústrias de material elétrico pesado e de turbinas, quando a mesma se fizer sem cobertura cambial e se destinar à constituição de capital nacional no País.

Art. 11 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.927 — DE 15 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Imperial.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.928 — DE 15 DE
DEZEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno e respectivas benfeitorias, necessárias à construção da ligação ferroviária Ubaitaba-Jequie-Contendas, no Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 3.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º — Ficam declaradas de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno e respectivas benfeitorias, necessárias à construção do traçado da ligação ferroviária Ubaitaba-Jequie-Contendas, no Estado da Bahia, cujos projetos e orçamentos foram aprovados pelos Decretos ns. 27.911, de 24 de março de 1950 (1.º, 2.º e 3.º trechos), 28.956, de 2 de setembro de 1950 (4.º, 4.º e 6.º trechos) e 29.355, de 13 de março de 1951, (7.º e 8.º trechos).

Art. 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.929 — DE 16 DE
DEZEMBRO DE 1952

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 27.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no artigo 1.º da Lei n.º 1.603, de 16 de maio de 1952, e tendo ouvido o Ministério da Fazenda e o Tribunal de Contas, em cumprimento ao artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de cruzeiros), para atender às despesas com o transporte de malas postais por via aérea, realizadas em 1951, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.930 — DE 16 DE
DEZEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas do Quarto Centenário da Fundação da Cidade de Vitória, Espírito Santo.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.422, de 3 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas com os festejos comemorativos do Quarto Centenário da Fundação da Cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, a 8 de setembro de 1951.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.931 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1952

Desincorpora e emancipa lote rural, do Núcleo Colonial "São Bento", no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 6.117, de 16 de dezembro de 1943, decreta:

Art. 1.º Fica desincorporado do Núcleo Colonial "São Bento", e declarado emancipado o lote rural número 6, da Seção "Aurora", situado no 4.º Distrito de Belfort Roxo no Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º O lote rural emancipado, nos termos deste Decreto, fica integrado na vida autônoma do respectivo Município, de acordo com o artigo 38 do Decreto-lei n.º 6.117, de 16 de dezembro de 1943.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.932 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1952

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada a lotação numérica de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, para efeito de ser transferido um cargo da carreira de Agrônomo Biologista, com o respectivo ocupante, Raul Edgard Kalockmann, da lotação permanente do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Centro Nacional de Ensino e Pes-

quisas Agronômicas, para igual lotação do Instituto Agrônômico do Sul, do mesmo Serviço e Centro.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.933 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Batista Pereira a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Batista Pereira a pesquisar mica e associados, em terrenos devolutos do Estado de Minas Gerais, no lugar denominado Safirinha, distrito de Poaia, município de Santa Maria do Suassui, naquele Estado, numa área de cinquenta hectares — (50 ha.) — delimitado por um retângulo que tem um vértice num marco cravado na beira do caminho e a setenta e cinco metros (75 m.), no rumo magnético setenta e cinco graus e trinta minutos sudoeste — (75º 30' SW), da confluência do pequeno galho da Safirinha no ribeirão Safirinha, e os lados divergentes deste vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: setecentos e dez metros — (710 m.), sessenta e nove graus sudoeste (69º SE); setecentos e cinco metros (705 m.), trinta e um graus nordeste (31º NE).

Art. 2.º O título de autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.934 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos, ocupados pelos herdeiros de Germano Afonso Botelho, situados no lugar denominado Córrego Brejauba, no distrito de Poaia, município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e seis hectares e vinte e cinco ares (26,25 ha.), delimitada por um quadrado, com setecentos e cinquenta metros (750 m.), de lado, que tem um vértice a trezentos metros — (300 m.) no rumo magnético de quinze graus noroeste (15º NW) do canto nordeste (NE) da casa de residência dos herdeiros de Germano Afonso Botelho e os lados divergentes do vértice considerado, tem os seguintes rumos magnéticos: trinta graus nordeste — (30º NE) e sessenta graus noroeste — (60º NW).

Art. 2.º O título de autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.935 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Jair Marques Jorge a pesquisar mica e associados, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Jair Marques Jorge a pesquisar mica e associados em terrenos de sua propriedade situados no imóvel Boa Vista, no lugar denominado Santa Rita do Aventureiro, no distrito de Caparaó, município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais, numa área de catorze hectares (14 ha.), delimitada por um polígono irregular, que tem um vértice a duzentos e cinco metros (205 m.), no rumo magnético oitenta e seis graus e trinta minutos nordeste (86º 30' NE) do marco do quilômetro quinhentos e dezoito — (Km. 518) da linha da Estrada de Ferro Leopoldina no trecho Caparaó-Taquaruna, e os lados, a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: — cem metros (100 m.), sessenta graus nordeste (60º NE); cento e quinze metros (115 m.), cinquenta e sete graus e quinze minutos nordeste — (57º 15' NE); cento e quinze metros (115 m.), oitenta e nove graus e seis minutos sudeste (89º 06' SE); trezentos e cinquenta metros (350 m.), trinta e seis graus sudeste (36º SE); cento e trinta metros (130 m.), quarenta e cinco graus sudoeste — (45º SW); trezentos e dez metros — (310 m.), oitenta e um graus noroeste — (81º NW); cento e trinta e cinco metros (135 m.), oitenta graus sudoeste (80º SW); o oitavo e último lado, é o segmento retilíneo que une a extremidade do sétimo lado, descrito, ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS

João Cléofas

DECRETO N.º 31.936 — DE 17
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Sincero Olário do Nascimento a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei número 1.985, de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Sincero Olário do Nascimento a pesquisar mica e associados em terrenos devolutos situados no lugar denominado Cabeceiras do São Domingos, no distrito e município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, numa área de cento e sessenta hectares e cinquenta ares — (160,50 ha.), delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a oitenta e dois metros (82 m.), no rumo magnético trinta e sete graus sudoeste (37º SW) de um marco de madeira de lei implantado à margem direita do córrego São Domingos onde existe uma pequena corredeira, e os lados, a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil e setenta e dois metros (1.072 m.), oitenta e dois graus noroeste (82º NW); mil quinhentos e dez metros (1510 m.), sul (S); mil cento e quarenta e seis metros (1.146 m.), oitenta e oito graus quinze minutos sudeste (88º 15' SE); o quarto e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do terceiro lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil seiscentos e dez cruzeiros (Cr\$ 1.610,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento

da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.937 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Caiaponia a ampliar suas instalações hidro-elétricas, e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.938 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a construção de uma barragem no rio Pará.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.939 — DE 18
DE DEZEMBRO DE 1952

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Cachoeira.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º, do Decreto-to-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação do curso d'água publicado no "Diário Oficial", de 20 de maio de 1948, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital; decreta:

Art. 1.º São declaradas públicas, de uso comum, do domínio do Estado

de Minas Gerais, as águas do rio denominado Cachoeira, que nasce no município de Conselheiro Lafaiete e é tributário, pela margem esquerda, do rio Guarará.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.940 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública as áreas de terras que discrimina, destinadas à passagem de linhas de transmissão da Companhia Paulista de Força e Luz S. A., e constitui sobre elas as necessárias servidões.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.941 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Trepe etc. Hickmann Ltda.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.942 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede à Sociedade Brasileira de Siderurgia S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.943 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Dispõe sobre o pagamento de gratificação anual aos servidores dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e demais autarquias de Previdência Social.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, n.º I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e demais autarquias de previdência social, de acordo com suas disponibilidades econômicas e normas gerais expedidas pelo Departamento Nacional da Previdência Social, poderão conceder aos seus servidores, no fim de cada ano, uma gratificação especial, não excedente a um mês dos respectivos vencimentos ou salários.

Art. 2.º Indepe de existência de verba orçamentária própria o pagamento da gratificação prevista neste Decreto.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

DECRETO N.º 31.944 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Dispõe sobre o preço do carvão do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos da letra d do art. 2.º, do Decreto-lei n.º 2.666, do art. 10, do Decreto-lei n.º 2.687, ambos de 3 de outubro de 1940, e do art. 17, do Decreto-lei n.º 9.826, de 10 de setembro de 1946, e

Considerando que os preços do carvão do Rio Grande do Sul, fixados pelo Decreto-lei n.º 9.826, de 10 de setembro de 1946, foram acrescidos de várias taxas, a fim de atender a aumento de salários e a pagamento de repouso semanal remunerado (Decreto-lei n.º 8.263, de 30 de novembro de 1945, Decreto-lei n.º 9.244, de 9 de maio de 1946, Decreto n.º 22.385, de 31 de dezembro de 1946, Acórdão de 2 de julho de 1947, do Tribunal Regional do Trabalho de Porto Alegre, Decreto n.º 27.322, de 18 de outubro de 1949), sendo necessário ainda fazer face ao aumento dos fretes ferroviários e à majoração dos salários

do pessoal marítimo e dos estivadores, decreta:

Art. 1.º As sobretaxas aos preços de venda do carvão do Rio Grande do Sul, de que trata o Anexo 2 do Decreto-lei n.º 9.826, de 10 de setembro de 1946, observadas as mesmas características nele previstas, serão consolidadas na taxa única de Cr\$ 110,79 (cento e dez cruzeiros e setenta e nove centavos), por tonelada.

Parágrafo único. Aos preços acima poderá ser aplicada a sobrecota de Cr\$ 4,13 (quatro cruzeiros e dezoito centavos) por tonelada, para o carvão fornecido nos porões e carvoeiras dos navios.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Sousa Lima.

DECRETO N.º 31.945 — DE 18
DE DEZEMBRO DE 1952

Aprova projeto e orçamento para construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Jacuí, na linha ferroviária Pelotas-Canguçu-Barreto, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e tendo em vista o que consta do processo protocolado no Departamento de Administração do M. V. O. P., sob números 4.811 e 14.995-52, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados os projeto e orçamento referentes à construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Jacuí, na linha Pelotas-Canguçu-Barreto, no Estado do Rio Grande do Sul, na importância de Cr\$ 121.485.945,00 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco cruzeiros).

§ 1.º O projeto e orçamento de que trata este artigo serão dados à publicidade mediante portaria do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 2.º A despesa com a execução das obras correrá, no atual exercício, à conta da Verba 4 — Consignação VII — Plano SALTE — Sub-consignação 16-31-01-1-13 — Anexo 25, da Lei Orçamentária vigente, e, nos exercícios vindouros, à conta dos recursos destinados àquele fim.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.946 — DE 18
DE DEZEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária para a construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Jacuí, na linha Pelotas-Ganguçu-Barretos, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de julho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942, e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º São declaradas de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as áreas necessárias à construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Jacuí na linha, Pelotas-Ganguçu-Barretos, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo projeto e orçamento foram aprovados pelo Decreto n.º 31.945, de 18 de dezembro de 1952.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima

DECRETO N.º 31.947 — DE 18
DE DEZEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 58.480.856,50, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.418, de 28 de agosto de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 53, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de cinquenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta mil, oitocentos e cinquenta e seis cruzeiros e cinquenta centavos — (Cr\$ 58.480.856,50) — para completar a distribuição, aos Municípios, da cota-parte a que tinham direito, no exercício de 1950, de conformidade com o artigo 1.º, da Lei n.º 305, de 18 de julho de 1948, combinado com o artigo 2.º, do Decreto n.º 25.252, de 22 de julho de 1948.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Láfer

DECRETO N.º 31.948 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de ocupação de terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.949 — DE 18
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel situado no Município de Guarapuaça, no Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e

de acôrdo com os artigos 1.165 e 1.180, do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar, para todos os efeitos, a doação que a Prefeitura Municipal de Guarapuava, no Estado do Paraná, faz à União Federal, de um terreno com as respectivas benfeitorias, situado naquele município, tudo de conformidade com a Lei Municipal n.º 31, de 28 de setembro de 1948, e demais elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda, sob o n.º 124.792, de 1952.

Art. 2.º O imóvel a que se refere o artigo anterior, destina-se à construção e instalação de uma Agência Postal-Telegráfica.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS

Horácio Láfer

DECRETO N.º 31.950 — DE 18
DE DEZEMBRO DE 1952

Declara de utilidade Pública, o Instituto Paulista de Pesquisas sobre o Câncer, com sede na cidade de São Paulo.

O Presidente da República, atendo ao que requereu o Instituto Paulista de Pesquisas sobre o Câncer, com sede na Capital do Estado de São Paulo, o qual satisfaz as exigências do artigo 1.º, da Lei n.º 91, de 28 de agosto de 1935, e usando da atribuição que lhe confere o artigo 2.º, da citada Lei, declara:

Artigo único. É declarada de utilidade pública, nos termos da mencionada Lei, o Instituto Paulista de Pesquisas sobre o Câncer, sediado em São Paulo, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de
Lima

DECRETO N.º 31.951 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º — É aprovado o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica, criada por Decreto-lei n.º 3.141, de 25 de março de 1941.

Art. 2.º — Esse regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Nero Moura

PRIMEIRA PARTE

Generalidades

CAPÍTULO I

MISSÃO E SUBORDINAÇÃO

Art. 1.º A Escola de Especialistas de Aeronáutica (E. E. Aer.) é um estabelecimento de ensino secundário do Ministério da Aeronáutica, destinado a formar especialistas e artifices para os quadros da ativa do Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica e a lhes aperfeiçoar os conhecimentos.

Parágrafo único — Funcionará na E. E. Aer. os seguintes cursos:

a) Cursos de Formação de Sargentos para as especialidades e subespecialidades necessárias à F.A.B., ressalvada a previsão do artigo 2.º alínea "c" do Decreto n.º 31.418, de 10 de setembro de 1952.

b) Cursos Especiais, destinados a formação de monitores e ao aperfeiçoamento do pessoal subalterno da Aeronáutica.

Art. 2.º A E. E. Aer. é subordinada diretamente à Diretoria do Ensino da Aeronáutica.

CAPÍTULO II

CONDIÇÕES DE MATRÍCULA

Art. 3.º Para matrícula no Curso de Formação de Sargentos, o candidato deverá satisfazer às seguintes condições:

- a) ser brasileiro nato;
- b) ter completado seu 17.º aniversário e não ter atingido seu 23.º aniversário no dia 1.º de junho do ano da matrícula;
- c) estar autorizado pelo pai, mãe viúva ou tutor, se fôr menor de 18 anos e não fôr reservista;
- d) ter sua situação militar regulada, se maior de 18 anos;
- e) ter bons antecedentes, comprovados mediante atestado ou ídôia corrida fornecida por autoridade competente;
- f) ser solteiro ou viúvo sem filhos e não servir de arrimo de família, comprovado mediante atestado passado por autoridade competente do local onde o candidato resida;
- g) ter sido aprovado no concurso de admissão;
- h) ter sido considerado apto em inspeção de saúde.

§ 1.º — Ao candidato militar serão exigidas, apenas, as seguintes condições:

- a) não ter atingido seu 25.º aniversário no dia 1.º de junho do ano da matrícula;
- b) estar classificado no "Bom Comportamento";
- c) ser solteiro;
- d) ter sido aprovado no concurso de admissão;
- e) ter sido considerado apto em inspeção de saúde.

§ 2.º — Aos cabos e soldados de 1.ª classe da FAB., pertencentes a uma das subespecialidades dos Quadros de Manobra ou pertencentes a uma das Manobra ou de Escreventes-Almoxarifes, para as quais haja correspondência nos quadros de especialistas ou de artífices, se exigirão as seguintes condições:

- a) não ter atingido o seu 25.º aniversário no dia 1.º de junho do ano da matrícula;
- b) estar classificado no "Bom Comportamento";

c) ter sido aprovado em exame de suficiência destinado a verificar seus conhecimentos para o curso a que se destina;

d) ter sido considerado apto em inspeção de saúde;

e) obter conceito favorável de seu Comandante ou Chefe quanto à eficiência de seu trabalho na especialidade;

f) declarar desejar ingressar na especialidade ou subespecialidade correlata à que já possui;

g) ser solteiro.

§ 3.º — As matrículas far-se-ão dentro do número de vagas fixado, obedecendo-se a ordem de classificação intelectual no concurso de admissão, ou no exame de suficiência, quando fôr o caso.

Art. 4.º A matrícula nos Cursos Especiais, que venham a funcionar na E. E. Aer., será regulada por instruções baixadas pelo Ministro da Aeronáutica, mediante proposta do Diretor Geral do Ensino.

Art. 5.º O Ministro da Aeronáutica fixará em setembro do ano anterior ao da matrícula, por proposta do Chefe do Estado Maior da Aeronáutica, e tendo em consideração as necessidades da FAB e as possibilidades da Escola, os cursos que deverão funcionar e o número de vagas para as diversas especialidades e subespecialidades.

Parágrafo único — Reservar-se-ão 20 % de vagas fixadas para o Curso de Formação de Sargentos para os candidatos de que trata o § 2.º do art. 3.º.

Art. 6.º A matrícula dos candidatos aos diversos cursos da Escola se realiza na 1.ª série desses cursos, vedado em definitivo qualquer ingresso fora da época regulamentar.

Art. 7.º O candidato matriculado que não se apresentar na Escola por qualquer motivo, na data fixada para início do curso terá sua matrícula cancelada, só podendo obter nova matrícula na época própria e após a realização de novo concurso de admissão, satisfeitas todas as condições regulamentares.

Art. 8.º O Ministro da Aeronáutica baixará, sempre que oportuno, instruções para o concurso de admissão aos diversos cursos da Escola.

SEGUNDA PARTE

Ensino

TÍTULO I

Plano Geral do Ensino

CAPÍTULO I

OBJETIVO

Art. 9.º O Ensino na E. E. Aer., tem por finalidade:

a) proporcionar ao aluno conhecimentos de natureza técnico-militar necessários ao desempenho das atribuições dos sargentos nas unidades e estabelecimentos da Aeronáutica e orientar o seu esforço principal na técnica peculiar de cada especialidade ou subespecialidade;

b) imprimir e aperfeiçoar no aluno as qualidades morais e os atributos pessoais indispensáveis ao Sargento da FAB.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

Art. 10 Consoante o seu objetivo, o ensino na E. E. Aer. abrange as seguintes categorias de instrução:

- a) Instrução Fundamental;
- b) Instrução Especializada;
- c) Instrução Militar.

Art. 11 A Instrução Fundamental compreende as seguintes disciplinas:

- a) Matemática;
- b) Física;
- c) Química;
- d) Desenho Técnico;
- e) Português;
- f) Segurança;
- g) Línguas estrangeiras;
- h) Higiene.

Art. 12 A Instrução Especializada compreende todos os assuntos necessários a proporcionar os conhecimentos profissionais peculiares a cada especialidade e subespecialidade, e os conhecimentos para o aperfeiçoamento do C. P. S. Aer.

Art. 13 A Instrução Militar compreende a instrução condizente com os padrões de eficiência baixados pelo Estado Maior da Aeronáutica para o soldado, o cabo e o sargento.

TÍTULO II

Cursos

CAPÍTULO I

CURSOS DE FORMAÇÃO DE SERGENTOS

Art. 14 Os Cursos de Formação de Sargentos, normalmente, têm o ensino assim distribuído:

1.º Período:

1.ª série — Instrução Fundamental e Militar.

2.ª série — Instrução Fundamental, Especializada e Militar.

2.º Período:

3.ª série — Instrução Especializada e Militar.

4.ª série — Instrução Especializada e Militar.

Parágrafo único — Para determinadas especialidades e subespecialidades definidas pelo Diretor Geral do Ensino, o 2.º período constará apenas da 3.ª série.

Art. 15 A E. E. Aer., na organização dos programas de cada especialidade ou subespecialidade, fará a necessária dosagem dos assuntos de cada categoria de instrução pelas diferentes séries, e submeterá os programas à aprovação do Diretor Geral do Ensino.

CAPÍTULO II

CURSOS ESPECIAIS

Art. 16 Os Cursos Especiais se destinam a formação de monitores e ao aperfeiçoamento do pessoal subalterno da FAB, e funcionarão de conformidade com as instruções baixadas pelo Ministro da Aeronáutica, mediante proposta do Diretor Geral do Ensino.

TÍTULO III

Regime Escolar

CAPÍTULO I

PERÍODOS LETIVOS

Art. 17 Os períodos letivos têm início no 1.º dia útil de março e término no último dia útil da 1.ª quinzena de dezembro.

Art. 18 As séries letivas têm início no 1.º dia útil de março e 1.º dia

útil de agosto, e término no último dia útil da 1.^a quinzena de julho e no último da 1.^a quinzena de dezembro.

Art. 19 A 2.^a quinzena de julho e de dezembro são reservadas para os trabalhos de apuração de graus, exames dos alunos, promoção dos novos sargentos e admissão dos novos alunos.

Parágrafo único — Serão atos solenes a abertura como o encerramento dos cursos na E. E. Aer.

Art. 20 Os exames de admissão serão realizados nos meses de dezembro e maio.

CAPÍTULO II

FREQÜÊNCIA

Art. 21 A freqüência aos trabalhos escolares e sua execução são obrigatórias.

Parágrafo único — A justificação das faltas aos trabalhos escolares far-se-ão ao Comandante do Corpo de Alunos para efeito disciplinar.

Art. 22 Nenhum professor, instrutor ou monitor poderá dispensar o aluno de qualquer aula ou instrução. O afastamento do aluno no decurso da aula ou instrução, por motivo de força maior, será objeto de parte ao Chefe da Divisão respectiva e registro no livro competente.

Art. 23. A falta de cada hora ou fração de hora de aula ou instrução, acarreta para o aluno a perda de um décimo de ponto (0,1).

Parágrafo único — Não se computará como falta a ausência a aula ou instrução motivada por cumprimento de missão de serviço determinada pelo Comandante da Escola.

Art. 24 Dar-se-á conhecimento, mensalmente, a cada aluno, do número total de pontos que haja perdido.

CAPÍTULO III

APROVEITAMENTO NA INSTRUÇÃO

Art. 25 O aproveitamento do aluno em cada série letiva será verificado por meio de:

- a) provas escritas ou práticas;
- b) exames escritos ou práticos.

Art. 26 O julgamento das provas e exames será expresso por graus variáveis de zero (0) a dez (10), com aproximação até centésimos.

Art. 27 Ao aluno que faltar, sem motivo justificado, às provas, será computado grau zero.

§ 1.^o A justificativa da falta às provas será apresentada ao Chefe do Departamento de Ensino, exclusivamente para marcação de nova prova; a nova prova deverá se realizar antes da prova seguinte da mesma disciplina ou, quando for o caso, dez dias antes do início da série letiva seguinte.

§ 2.^o — Verificada a impossibilidade do comparecimento à 2.^a prova, nas condições estabelecidas no parágrafo anterior, atribuir-se-á ao aluno grau zero (0).

Art. 28 A média de série de cada matéria é a média aritmética dos graus das provas realizadas durante a série, em cada matéria.

Art. 29 O grau final de cada matéria é a média aritmética entre a média de série e o grau de exame dessa matéria.

Art. 30 O grau final de série é a média aritmética dos graus finais de cada matéria.

Art. 31 O grau final de curso é a média aritmética dos graus finais das séries letivas, calculada a fração até centésimos.

Art. 32 Será considerado aprovado o aluno que obtiver no mínimo, grau final quatro (4) em cada matéria.

Art. 33 Dispensar-se-á do exame da matéria se assim o desejar, o aluno que obtiver no mínimo, média de série quatro (4) nessa matéria, computando-se nesse caso, como grau final da respectiva matéria, a média de série.

Art. 34 Sempre que em qualquer prova ou exame, mais de 50 % dos alunos obtiver grau inferior a quatro (4), ou superior a oito (8), o Conselho de Ensino reunir-se-á, a fim de verificar as razões do ocorrido. Essa reunião realizar-se-á dentro de 48 horas, após o Chefe do Departamento de Ensino haver recebido os resultados do trabalho ou exercício em questão. Conforme suas conclusões, o Conselho de Ensino recomendará ao Comandante da Escola a anulação ou não, desse trabalho, assim como outras providências cabíveis no caso. A

recomendação do Conselho de Ensino sobre a validade do trabalho e a decisão do Comandante da Escola serão publicadas em Boletim, no máximo sete dias após a reunião inicial do Conselho.

Parágrafo único — O Chefe do Departamento de Ensino determinará a data em que se repetirá o trabalho anulado.

Art. 35 Será reprovado o aluno que:

- a) não atingir os graus mínimos estabelecidos para aprovação;
- b) faltar ao exame sem justificativa.

Art. 36 O aluno que faltar a exame justificadamente será submetido a novo exame, logo que cesse o motivo do impedimento, desde que possa realizá-lo até dez dias antes do início da série letiva seguinte.

§ 1º — O aluno da última série será submetido a novo exame desde que possa realizá-lo até dez dias da data prevista para promoção.

§ 2º — O aluno que não puder realizar o exame dentro dos prazos previstos neste artigo, terá como grau final da matéria a respectiva média da série.

CAPÍTULO IV

CONCEITO PARA A PROMOÇÃO A SARGENTO

Art. 37. Em cada série letiva se emitirá conceito para promoção a sargento, sobre cada aluno, manifestando-se todos os instrutores que tenham tido contato com o mesmo durante a série letiva.

Parágrafo único — Para que o instrutor possa formular esse conceito é preciso que tenha observado o aluno durante, pelo menos, uma série letiva completa.

Art. 38 A Direção do Ensino da Escola organizará a "Ficha de conceito para promoção a sargento" a qual entrará em vigor após aprovação do Diretor Geral do Ensino.

Parágrafo único — O conceito abrange os diversos aspectos da vida do aluno, os quais definem seu grau de aptidão para a promoção a sargento; a feitura da ficha deve satisfazer essa condição.

Art. 39 Os conceitos serão entregues pelos instrutores ao Chefe do Departamento de Ensino; este tendo por base a observação dos instrutores,

completadas das pelas suas pessoais, emitirá, em definitivo, o conceito para promoção a sargento.

Art. 4º O aluno que obtiver conceito desfavorável sob qualquer dos aspectos considerados, será submetido a julgamento pelo Conselho de Instrução, que se pronunciará a respeito.

CAPÍTULO V

PROMOÇÃO DE SÉRIE E CLASSIFICAÇÃO

Art. 41 É considerado promovido de série o aluno que satisfaça as seguintes condições:

- a) aprovação em todas as matérias da série cursada;
- b) obtenção de conceito favorável para a promoção a sargento como prescrito neste Regulamento.

Parágrafo único As promoções de série se efetuarão na segunda quinzena de julho e de dezembro de cada ano.

Art. 42 Os alunos da 1.ª série procedentes do meio civil serão classificados pelo grau do concurso de admissão à Escola e os militares das diversas procedências pelas suas antiguidades relativas, tendo estes precedência hierárquica sobre aqueles.

Art. 43 Os alunos das 2.ª, 3.ª e 4.ª séries serão classificados pela média aritmética dos graus finais das séries anteriores, calculada a fração até centésimos.

Art. 44 Terminada a 1.ª série com aproveitamento, o aluno será encaminhado à Seção de Seleção Profissional, onde, de acordo com o grau final daquela série, o resultado obtido nos testes de seleção e o resultado da inspeção de saúde se lhes facultará a escolha da especialidade ou subespecialidade dentro das que lhe forem apresentadas.

§ 1º — É relativa a faculdade de escolha de especialidade ou subespecialidade pelo aluno, predominando sobre ela as necessidades da FAB no preenchimento de seus claros.

§ 2º — Os alunos admitidos de conformidade com o § 2º do art. 3º terão suas especialidades definidas de acordo com os quadros de origem.

Art. 45 Os graduandos serão classificados pela média aritmética dos graus finais das séries, calculada a fração até centésimos.

TÍTULO IV

Corpo Docente

Art. 46 O Ensino é ministrado por:

a) professores e adjuntos de professor para os assuntos da Instrução Fundamental e para assuntos teóricos e práticos da Instrução Especializada, quando necessário;

b) instrutores-chefes, instrutores, auxiliares de instrutor e monitores para assuntos da Instrução Especializada e Militar;

c) laboratoristas, para instrução prática de laboratórios.

Art. 47 Os professores, adjuntos de professor e laboratoristas serão servidores extranumerários e sua admissão far-se-á de acôrdo com a legislação em vigor e sempre através de concurso de títulos e de provas.

Art. 48 A admissão de professores terá, como condição essencial, a exigência de prioridade de horário para a Escola mesmo em detrimento de atividade que exerçam em outro estabelecimento de ensino.

Art. 49 Os instrutores-chefes, instrutores e auxiliares de instrutor serão oficiais dos diferentes quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica.

Art. 50 Os monitores serão suboficiais e sargentos dos diferentes quadros do Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica.

Art. 51 A Escola poderá dispôr de professores e instrutores, oficiais de outras Forças Armadas, aquêles quando do magistério militar, uma vez não já terem sido postos à disposição do Ministério da Aeronáutica por solicitação dêste, e desde que seja possível o cumprimento do estabelecido no artigo 48.

Art. 52 Exige-se de todos os membros do Corpo Docente rigorosa disciplina intelectual, traduzida pelo fiel cumprimento das disposições regulamentares específicas bem como das ordens e instruções emanadas da Chefia do Departamento de Ensino.

Art. 53 Os componentes do Corpo Docente, no exercício de suas funções, subordinam-se ao Chefe do Departamento de Ensino.

Parágrafo único — No caso de incompatibilidade hierárquica essa subordinação será de caráter funcional

e técnico, e apenas no que se relacionar com o ensino da Escola.

Art. 54 O Ministro da Aeronáutica fixará em setembro de cada ano, se houver motivo para alteração, o efetivo do Corpo Docente para o ano seguinte mediante proposta do Comandante da Escola, por intermédio do Diretor Geral do Ensino.

Art. 55 Cada professor ou adjunto de professor que ultrapassar o limite máximo de horas de trabalho semanal previsto na legislação vigente, fará jus à gratificação suplementar até o máximo fixado pelo Ministro da Aeronáutica, mediante proposta do Diretor Geral do Ensino.

Art. 56 O regime disciplinar a que ficam sujeitos os componentes do Corpo Docente é o prescrito no Regulamento Disciplinar da Aeronáutica ou no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, conforme se trate de militares ou civis.

TERCEIRA PARTE

Organização

TÍTULO I

Constituição Geral

Art. 57 A Escola de Especialistas de Aeronáutica tem a seguinte constituição:

- a) Comando;
- b) Departamento de Ensino;
- c) Departamento de Administração;
- d) Departamento de Pessoal;
- e) Corpo de Alunos.

TÍTULO II

Comando

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO

Art. 58 O Comando da Escola tem a seguinte constituição:

- a) Comandante;
- b) Assistente e Órgãos Auxiliares;
- c) Órgãos Consultivos.

Art. 59 O Comandante é coadjuvado em suas funções pelos Chefes de Departamento e Comandante do Corpo de Alunos.

CAPÍTULO II

COMANDANTE

Art. 60 O Comandante da E. E. Aer., nomeado por decreto, é um Brigadeiro do Ar ou Coronel Aviador com o Curso Superior de Comando ou de Engenharia Aeronáutica.

Art. 61 O Comandante da E. E. Aer., responsável pelo ensino e pela administração da Escola, tem as funções de Diretor de Ensino e de Agente Diretor.

Art. 62 Ao Comandante da E. E. Aer., além das atribuições previstas na legislação vigente, compete:

a) superintender o ensino, sendo como objetivo desenvolvê-lo e dar-lhe a eficiência necessária ao elevado rendimento que se exige como produção da Escola;

b) exercer sua ação pessoal sobre todos os escalões subordinados, visando a uma perfeita coordenação para o cumprimento da missão da Escola;

c) imprimir, ao ensino a orientação doutrinária estabelecida pelos altos escalões da FAB;

d) submeter à aprovação do Diretor Geral do Ensino, até 31 de dezembro de cada ano, o programa geral para o período letivo entrante;

e) matricular e incluir no estado efetivo da Escola os candidatos que houverem satisfeito as condições para a admissão dentro do número de vagas fixado;

f) excluir e desligar alunos, consoante os preceitos regulamentares;

g) promover a 3.º sargento os alunos que concluírem, com aproveitamento, os respectivos cursos;

h) corresponder-se diretamente com as autoridades militares ou civis sobre assuntos que independam da intervenção de autoridade superior;

i) designar as comissões examinadoras e fiscalizadoras de provas e de exames;

j) superintender as provas dos concursos para provimento dos cargos de professor e de adjunto de professor;

l) promover a realização dos concursos de admissão à Escola.

CAPÍTULO III

ASSISTENTE E ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 63 O Assistente do Comandante é um Major Aviador, com o curso de Estado Maior.

Art. 64 Ao Assistente, auxiliar pessoal do Comandante, compete:

a) fornecer ao Comandante dados e informações complementares que se tornem necessários às suas decisões;

b) assistir ao Comandante nas relações oficiais que esse deva manter;

c) dirigir o Serviço de relações públicas;

d) orientar as atividades do Serviço Religioso;

e) organizar e dirigir as atividades recreativas da Escola.

Art. 65 Para o desempenho das suas funções, o Assistente dispõe dos seguintes órgãos auxiliares:

a) Secretaria do Comando;

b) Seção de Estatística;

c) Seção de Informações;

d) Serviço Religioso;

e) Pelotão de Polícia Militar — (P. M.).

Secretaria do Comando

Art. 66 O Chefe da Secretaria é um Primeiro Tenente Aviador ou IG.

Art. 67 Ao Secretário compete:

a) receber, preparar e expedir a correspondência pessoal do Comandante;

b) dirigir os serviços pertinentes à Secretaria, Protocolo, Expedição Arquivo e Mecanografia do Comando.

Seção de Estatística

Art. 68 O Chefe da Seção de Estatística é um Tenente ou um Civil com conhecimentos especializados em Estatística.

Art. 69 Ao Chefe da Seção de Estatística compete a organização dos mapas e gráficos estatísticos da Escola baseados nos relatórios dos Departamentos e do Corpo de Alunos, e realizar as análises estatísticas que lhe forem determinadas.

Seção de informações

Art. 70 O Chefe da Seção de Informações é um Capitão Aviador.

Art. 71 Ao Chefe da Seção de Informações compete:

a) manter o Comandante informado sobre o moral do pessoal da Escola;

b) executar os serviços criptográficos e ter sob sua guarda os documentos de natureza sigilosa;

c) ter, sob seu controle, as atividades do Pósto Rádio Administrativo.

Serviço Religioso

Art. 72 O Serviço Religioso, dirigido por um Capitão Capelão da Aeronáutica, prevê assistência religiosa na forma do decreto n.º 21.495 de 23 de julho de 1946.

Pelotão de Polícia Militar

Art. 73 O Pelotão de Polícia Militar atenderá a todos os serviços inerentes à Polícia Militar da Aeronáutica.

Parágrafo único — O Comandante da P. M. é um Primeiro Tenente IG.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS CONSULTIVOS

Art. 74 Para dispôr de elementos mais seguros às suas decisões nos assuntos relacionados com o Ensino, o Comandante da Escola conta com os seguintes órgãos consultivos:

- a) Conselho de Ensino;
- b) Conselho de Instrução.

Art. 75 Os Conselhos se reunirão sempre que se torne necessário conseguir elementos para decisões do Comandante, por determinação deste ou por convocação do Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 76 Os Conselhos emitirão pareceres sobre os fatos apreciados, os quais constarão do competente Livro de Atas, e serão apresentados ao Comandante, acompanhados dos votos vencidos, devidamente fundamentados.

Art. 77 Não é lícito a qualquer membro dos Conselhos abster-se de votar nem lhe é permitida a divulgação, sob qualquer forma, de assuntos tratados nas reuniões dos Conselhos, o que só poderá ser feito pelo Comandante da Escola quando assim julgar conveniente.

Art. 78 No caso de terem os Conselhos de se pronunciar sobre assuntos que digam respeito a um de seus membros ou a parentes deste até o 2.º grau, inclusive, o Comandante substituirá, temporariamente, aquele membro.

Art. 79 As reuniões dos Conselhos são presididas pelo Chefe do Departamento de Ensino.

Parágrafo único — Quando o julgar conveniente, poderá o Comandante avocar a si a presidência dos Conselhos, passando então o Chefe do Departamento de Ensino a funcionar como membro.

Art. 80 Servirá como Secretário, nas reuniões dos Conselhos, o oficial Chefe da Secretaria do Departamento de Ensino; no seu impedimento, o Chefe do Departamento de Ensino designará outro oficial.

Art. 81 Poderá o presidente dos Conselhos convocar, para consultas e esclarecimentos, qualquer militar ou civil da Escola, o qual não terá direito a voto.

Conselho de Ensino

Art. 82 O Conselho de Ensino é o órgão encarregado de opinar sobre qualquer questão de natureza geral referente ao Ensino.

Art. 83 O Conselho de Ensino é constituído de 7 membros: Chefe do Departamento de Ensino, Chefe da Divisão de Instrução Fundamental, Chefe da Divisão de Instrução Especializada, 2 professores e 2 instrutores designados pelo Comandante, no início de cada período letivo para exercício no correr do mesmo período.

Art. 84 O Conselho de Ensino é especificamente chamado a se pronunciar:

- a) sobre questões referentes à Instrução Fundamental;
- b) sobre casos ligados ao Concurso de Admissão à Escola;
- c) sobre programas elaborados;
- d) sobre o rendimento do ensino na Escola;
- e) sobre métodos de ensino;
- f) sobre as obras escolhidas de assuntos didáticos militares, técnicos em geral e aprovação de livros texto;
- g) para emitir parecer sobre a incompatibilidade ou deficiência de professores, nos casos aventados pelo Presidente;
- h) para emitir parecer sobre os professores inscritos em concurso e os documentos apresentados;
- i) para indicar os nomes dos professores que, por se terem distinguido durante o ano, mereçam apreciação destacada do Comandante.

Conselho de Instrução

Art. 85. O Conselho de Instrução é o órgão encarregado de opinar sobre qualquer questão de natureza técnica relativa a Instrução Militar e à Instrução Especializada, sobre aptidão militar e sobre os casos de ordem moral, em que, por conduta irregular do aluno, pareça haver incompatibilidade entre o seu procedimento e a sua condição de aluno.

Art. 86. O Conselho de Instrução é constituído de 7 membros: Chefe do Departamento de Ensino, Chefe da Divisão de Instrução Militar e o Chefe da Divisão de Instrução Especializada, Comandante do Corpo de Alunos e 3 oficiais instrutores designados pelo Comandante da Escola no início de cada período letivo, para exercício no correr do mesmo período.

Art. 87. O Conselho de Instrução é especificamente chamado a se pronunciar:

- a) sobre a indicação de oficiais e sargentos para as funções de instrutor e de monitor na Escola;
- b) sobre a incompatibilidade ou deficiência de instrutores e monitores;
- c) sobre o conceito para promoção a sargento;
- d) sobre os nomes dos instrutores e monitores que, por terem se distinguido durante o ano, mereçam apreciação destacada do Comando.

TÍTULO III**Departamento de Ensino****CAPÍTULO I****MISSÃO E CONSTITUIÇÃO**

Art. 88. O Departamento de Ensino é o órgão encarregado de todos os problemas relacionados com o ensino. É através desse órgão que o Comandante da Escola, como Diretor de Ensino, exerce sua ação orientadora sobre o modo como deve ser conduzido o ensino no estabelecimento.

Art. 89. O Departamento de Ensino tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Divisão de Instrução Fundamental;
- c) Divisão de Instrução Especializada;
- d) Divisão de Instrução Militar;
- e) Divisão de Operações.

CAPÍTULO II**CHEFIA**

Art. 90. A Chefia do Departamento de Ensino tem a seguinte constituição:

- a) Chefe do Departamento de Ensino;
- b) Adjunto e Órgãos Auxiliares.

Chefe do Departamento de Ensino

Art. 91. O Chefe do Departamento de Ensino é um Coronel ou Tenente Coronel Aviador com Curso Superior de Comando ou Engenheiro; será obrigatoriamente Engenheiro de Aeronáutica, quando o Comandante não o for.

Art. 92. O Chefe do Departamento de Ensino é diretamente responsável, perante o Comandante, pela direção de todo o trabalho escolar.

Art. 93. O Chefe do Departamento de Ensino no interesse do ensino, pode entender-se diretamente com todos os elementos orgânicos da Escola.

Art. 94. Além das atribuições previstas na legislação vigente, compete ao Chefe do Departamento de Ensino:

- a) assistir o Comandante da E. E. Aer. em todas as questões referentes ao Ensino, mantendo-o informado sobre a marcha dos trabalhos;
- b) elaborar os programas do ensino e submetê-los à consideração do Comandante;
- c) organizar os calendários das séries letivas com a indicação dos horários de aulas e demais trabalhos escolares;
- d) submeter à aprovação do Comandante os programas analíticos das diversas matérias;
- e) preparar dentro das limitações estabelecidas no calendário, os programas semanais;
- f) organizar no início de cada série letiva as turmas de ensino;
- g) estudar ou fazer estudar todas as questões do ensino de interesse para o Estabelecimento;
- h) manter a coordenação do ensino nos diferentes cursos;
- i) controlar a realização dos exercícios, provas e exames;
- j) apresentar ao Comandante o relatório sucinto correspondente ao ano anterior, relativo à atividade da Escola com referência particular sobre

os resultados alcançados e estudos críticos sobre a situação do Departamento;

b) promover sindicância para apurar as causas do menor rendimento do ensino, quando fôr o caso, propondo ao Comandante providências que visem a saná-las;

m) intervir junto aos professores e instrutores para harmonizar a aplicação dos métodos e processos do ensino;

n) presidir aos Conselhos;

o) zelar pelo aperfeiçoamento da educação militar, moral e cívica dos alunos;

p) indicar os instrutores chefes à direção do Ensino, e propôr a designação e a exoneração dos instrutores, professores e monitores da Escola.

Adjunto e Órgãos Auxiliares

Art. 95 O adjunto do Chefe do Departamento de Ensino é um Major Aviador, em princípio com o curso de Estado Maior.

Art. 96 Ao Adjunto compete coordenar os trabalhos dos órgãos auxiliares do Departamento.

Art. 97 Para desempenho de suas funções, o adjunto dispõe dos seguintes órgãos auxiliares:

a) Secretaria do Ensino;

b) Seção de Controle e Estudos;

c) Seção de Serviços Escolares.

Secretaria do Ensino

Art. 98 O Chefe da Secretaria do Ensino é um Primeiro Tenente Aviador ou Especialista.

Art. 99 Ao Chefe da Secretaria do Ensino compete:

a) preparar o expediente diário do Departamento;

b) organizar os diversos fichários e arquivos do Departamento, mantendo-os em dia;

c) organizar os processos de matrícula;

d) dirigir os serviços de protocolo.

Seção de Controle e Estudos

Art. 100 O Chefe da Seção de Controle e Estudos é o Adjunto do Chefe do Departamento de Ensino.

Art. 101 Ao Chefe da Seção de Controle e Estudos compete:

a) realizar os estudos que lhe forem determinados visando ao aprimoramento da instrução;

b) inspecionar as aulas nos diferentes cursos e orientar a coíeta de dados referentes aos trabalhos didáticos, de modo que permita ao Chefe do Departamento de Ensino manter-se a par do desenvolvimento da instrução, bem como inteirar-se constantemente de tudo quanto possa influir no seu rendimento;

c) auxiliar ao Chefe do Ensino na elaboração dos programas e controlar a sua execução nos diferentes cursos;

d) registrar e fiscalizar as faltas do corpo docente e discente, através das Divisões de Ensino;

e) fornecer elementos para organização dos relatórios referentes ao ensino;

f) organizar e interpretar mapas e gráficos estatísticos relativos ao ensino;

g) dirigir os trabalhos de escrituração, registro e fichário de graus de exercícios testes, trabalhos práticos, provas e exames;

h) realizar a seleção profissional dos alunos que terminarem a 1.ª série;

i) reunir, organizar e manter para consultas, os livros, revistas e publicações.

Seção de Serviços Escolares

Art. 102 O Chefe da Seção de Serviços Escolares é um Servidor Civil do Ministério da Aeronáutica.

Art. 103 Ao Chefe da Seção de Serviços Escolares compete orientar e fiscalizar:

a) o trabalho material de preparo dos programas e horários relativos à instrução;

b) a confecção de quadros estatísticos relativos à instrução;

c) a execução de desenhos, quadros murais e diversos auxílios da instrução;

d) as providências materiais que se fizerem necessárias à instrução atendendo às solicitações dos professores e instrutores;

e) a impressão e a distribuição de súmulas de aulas, apostilas, manuais e livros didáticos para o ensino, e para a vida administrativa da Escola.

CAPÍTULO III

DIVISÃO DE INSTRUÇÃO FUNDAMENTAL

Art. 104 A Divisão de Instrução Fundamental é o órgão do Departamento

de Ensino a cujo cargo e responsabilidade estão o controle e as medidas de execução da parte da instrução relativa à cultura fundamental dos alunos.

Art. 105. A Divisão tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Grupos de Instrução;
- c) Laboratórios.

Art. 106. O Chefe da Divisão é um Major ou Capitão Aviador.

Parágrafo único — O Chefe da Divisão dispõe dos Chefes dos diversos Grupos como assessores nos assuntos da Instrução Fundamental.

Art. 107. Ao Chefe da Divisão compete:

- a) assistir aos professores, instrutores e monitores no desempenho de suas funções, mantendo com eles as relações de serviço necessárias ao bom andamento da instrução;
- b) servir de elemento de ligação entre os professores, instrutores e monitores e o Chefe do Departamento de Ensino;
- c) encarregar-se da parte relativa aos horários de aulas;
- d) estudar e encaminhar ao Chefe do Departamento de Ensino as propostas que visem a melhorar a instrução;
- e) remeter ao Chefe do Departamento a relação de graus;
- f) organizar e manter em dia o arquivo da Divisão.

Art. 108. Os grupos de instrução da Divisão de Instrução Fundamental são os órgãos encarregados da coordenação e do controle direto dos assuntos a eles correspondentes; disporão de Tenentes em número variável, conforme as necessidades da instrução.

Art. 109. Os grupos de instrução são chefiados por Capitães ou Primeiros Tenentes Aviadores ou Especialistas.

Parágrafo único. O Chefe dos Laboratórios é um Primeiro Tenente Farmacêutico ou servidor civil do Ministério da Aeronáutica.

CAPÍTULO IV

DIVISÃO DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA

Art. 110. A Divisão de Instrução Especializada é o órgão do Departa-

mento de Ensino a cujo cargo e responsabilidade estão o controle e as medidas de execução da parte da instrução relativa aos conhecimentos especializados necessários aos alunos.

Art. 111. A Divisão de Instrução Especializada tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Grupos de Instrução.

Art. 112. Ao Chefe da Divisão compete:

- a) assistir aos instrutores e monitores no desempenho de suas funções, mantendo com eles as relações de serviço necessárias ao bom andamento da instrução;
- b) servir de elemento de ligação entre os instrutores e monitores e o Chefe do Departamento de Ensino;
- c) encarregar-se da parte relativa ao horário de aulas;
- d) estudar e encaminhar ao Chefe do Departamento de Ensino as propostas que visem a melhorar a instrução;
- e) remeter as relações de graus ao Chefe do Departamento;
- f) organizar e manter em dia o arquivo da Divisão.

Art. 113. O Chefe da Divisão é um Major ou Capitão Aviador ou Especialista em Avião.

Parágrafo único. O Chefe da Divisão terá como adjuntos os Chefes dos diversos Grupos de que se compõe a Divisão de Instrução Especializada.

Art. 114. A Divisão de Instrução Especializada compõe-se dos seguintes Grupos de Instrução:

- a) Aviação e Motores;
- b) Comunicações e Eletrônica;
- c) Fotografia;
- d) Armamento;
- e) Operações;
- f) Administração;
- g) Produção (oficinas);
- h) Complementar.

Art. 115. Os Grupos de Instrução da Divisão de Instrução Especializada são os órgãos encarregados da coordenação e do controle direto da instrução, da centralização do material e da aparelhagem técnica destinada à instrução a eles atribuídas; disporão de Tenentes em número variável, conforme as necessidades da instrução.

Parágrafo único. O Grupo de Instrução Complementar, além das atribuições previstas neste artigo, tem a seu cargo os assuntos correspondentes aos Cursos Especiais e à Escola Regimental.

Art. 116. São chefiadas por Capitães ou 1.º Tenentes Especialistas os seguintes Grupos de Instrução:

- a) Aviões e Motores;
- b) Comunicações e Eletrônica;
- c) Fotografia;
- d) Armamento;
- e) Operações;
- f) Produção (oficinas).

Art. 117. O Grupo de Instrução Complementar é chefiado por Capitão ou 1.º Tenente Aviador.

Art. 118. O Grupo de Administração é chefiado por Capitão ou 1.º Tenente Intendente de Aeronáutica.

Art. 119. Aos Grupos de Instrução se subordinam as seções de instrução que são os órgãos encarregados de ministrar a instrução especializada, teórica e prática, que lhe fôr atribuída.

Parágrafo único. As necessidades do ensino poderão determinar a criação como a extinção temporária de uma ou mais seções, de conformidade com a evolução do material e as necessidades do ensino.

Art. 120. As Seções são chefiadas por Tenentes, auxiliares dos Grupos de Instrução.

CAPÍTULO V

DIVISÃO DE INSTRUÇÃO MILITAR

Art. 121. A Divisão de Instrução Militar é o órgão do Departamento de Ensino encarregado do controle e das medidas de execução da Instrução Militar.

Art. 122. A Divisão de Instrução Militar tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Grupo de Instrução do Soldado;
- c) Grupo de Instrução do Cabo;
- d) Grupo de Instrução do Sargento.

Art. 123. O Chefe da Divisão de Instrução Militar é o Comandante do Corpo de Alunos.

Parágrafo único. O Chefe da Divisão terá como adjuntos os Chefes dos Grupos de Instrução.

Art. 124. Ao Chefe da Divisão de Instrução Militar compete:

- a) assistir aos instrutores e monitores no desempenho de suas funções, mantendo com eles as relações de serviço necessárias ao bom andamento da instrução;
- b) servir de elemento de ligação entre os instrutores e monitores e o Chefe do Departamento de Ensino;
- c) encarregar-se da parte relativa aos horários de aulas;
- d) estudar e encaminhar ao Chefe do Departamento de Ensino as propostas que visem a melhorar a instrução;
- e) remeter as relações de graus ao Chefe do Departamento de Ensino;
- f) organizar e manter em dia o arquivo da Divisão.

Art. 125. Os Grupos de Instrução do Soldado, do Cabo e do Sargento são os órgãos encarregados da coordenação e do controle direto dos assuntos a eles correspondentes; disporão, como auxiliares, de Tenentes de Infantaria de Guarda em número variável, conforme as necessidades da instrução.

Art. 126. A Divisão de Operações é Instrução do Soldado, do Cabo e do Sargento, são os comandantes das Companhias do Corpo de Alunos.

CAPÍTULO VI

DIVISÃO DE OPERAÇÕES

Art. 127. A Divisão de Operações é o Órgão do Departamento de Ensino a cujo cargo estão o controle e as medidas de execução referentes ao tráfego aéreo, ao adestramento de voo do pessoal navegante da Escola, às medidas de segurança ligadas ao voo e ao desenvolvimento do programa relativo a toda a instrução de voo dos alunos.

Art. 128. A Divisão de Operações têm a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Seção de Instrução Aérea;
- c) Seção de Adestramento;
- d) Seção de Tráfego Aéreo;
- e) Seção de Estatística de Voo.

Art. 129. O Chefe da Divisão de Operações é um Major ou Capitão Aviador.

Art. 130 Ao Chefe da Divisão de Operações compete:

- a) conduzir, dentro da orientação fixada pela Chefia do Departamento, os trabalhos que dizem respeito ao material aéreo para a formação dos especialistas e artifices;
- b) programar e controlar a execução do adestramento de voo do pessoal navegante da Escola;
- c) zelar pelo controle do tráfego aéreo;
- d) controlar todos os assuntos ligados à utilização dos aeródromos empregados pela Escola e os relativos ao tráfego aéreo;
- e) fornecer, por intermédio da estatística de voo, os dados necessários ao Chefe do Departamento de Ensino para o controle da instrução.

Seção de Instrução Aérea

Art. 131. A Seção de Instrução Aérea é o órgão da Divisão de Operações responsável pela execução da Instrução Aérea dos alunos.

Parágrafo único. O Chefe da Seção é um Capitão ou 1.º Tenente Aviador.

Seção de Adestramento

Art. 132. A Seção de Adestramento é o órgão encarregado do adestramento do pessoal navegante da Escola e da manutenção dos 1.º e 2.º escalões.

Art. 133. O Chefe da Seção é um Capitão ou 1.º Tenente Aviador.

Art. 134. A manutenção será chefiada por um Tenente Especialista em Avião.

Seção de Tráfego Aéreo

Art. 135. A Seção de Tráfego Aéreo é o órgão da Divisão de Operações responsável pela centralização, orientação, direção e fiscalização de todo serviço relacionado com o tráfego das aeronaves e com a segurança de voo em geral. Esta seção compreende a Torre de Controle, Sala de Tráfego e os Serviços de Rádio - Operações e Meteorologia, operados por pessoal especializado.

Art. 136. O Chefe da Seção é um 1.º Tenente Aviador.

Seção de Estatística de Voo

Art. 137. A Seção de Estatística de Voo é o órgão encarregado de regis-

trar todo serviço aéreo realizado pelo pessoal da Escola e de fornecer aos órgãos interessados dados estatísticos referentes à atividade aérea.

Art. 138. O Chefe da Seção é um Tenente Aviador.

TÍTULO IV

Departamento de Administração

CAPÍTULO I

MISSÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 139. O Departamento de Administração é o órgão que trata das questões pertinentes aos serviços provedores, transportadores e mantenedores da Escola.

Art. 140. O Departamento de Administração tem a seguinte constituição:

- a) Chefia;
- b) Divisão de Serviços;
- c) Formação de Intendência;
- d) Divisão do Patrimônio;

CAPÍTULO II

CHEFIA

Art. 141. A Chefia do Departamento de Administração tem a seguinte constituição:

- a) Chefe do Departamento de Administração;
- b) Adjunto e Órgãos Auxiliares;
- c) Seção de Procura e Compras.

Chefe do Departamento de Administração

Art. 142. O Chefe do Departamento de Administração é um Tenente Coronel Aviador.

Art. 143. Ao Chefe do Departamento de Administração compete:

- a) prestar ao Departamento de Ensino todo o apoio ao seu alcance em vista a missão específica da Escola;
- b) superintender os serviços especificados no artigo 152, através dos respectivos chefes.

Art. 144. O Chefe do Departamento de Administração é o auxiliar imediato do Agente Diretor, competindo-lhe como tal:

- a) exercer as funções de Agente Fiscalizador;

b) receber os documentos e processos dos assuntos de sua alçada, estudá-los e submetê-los à consideração do Agente Diretor;

c) ter a seu cargo o controle da Contabilidade Patrimonial da Escola.

Adjunto e Órgãos Auxiliares

Art. 145. O adjunto do Chefe do Departamento de Administração é um Capitão Aviador.

Art. 146. Para o desempenho de suas funções o Adjunto dispõe dos seguintes órgãos auxiliares:

a) Secretaria;

b) Seção de Contabilidade Patrimonial.

Art. 147. A Secretaria, encarregada dos trabalhos de escrituração e controle geral do Departamento, é chefiada pelo Adjunto do Chefe do Departamento.

Art. 148. — A Seção de Contabilidade Patrimonial é encarregada do controle e da escrituração de todo o material permanente da Unidade; é chefiada por um Primeiro Tenente Aviador ou Intendente de Aeronáutica.

Seção de Procura e Compras

Art. 149. A Seção de Procura e Compras é encarregada da procura e compra dos artigos a serem adquiridos pela Escola.

Art. 150. O Chefe da Seção de Procura e Compras, é um Capitão ou Primeiro Tenente Intendente de Aeronáutica designado pelo Agente Diretor.

CAPÍTULO III

DIVISÃO DE SERVIÇOS

Art. 151. A Divisão de Serviços é o órgão encarregado dos Serviços de Manutenção, de Transporte e de Material Bélico, assegurando-lhes manutenção e suprimento de 3.º escalão.

Art. 152. A Divisão de Serviços é constituída de:

a) Chefia;

b) Serviço de Material Bélico.

c) Serviço de Suprimento;

d) Serviço de Manutenção;

e) Serviço de Transporte;

Chefia

Art. 153. O Chefe da Divisão de Serviços é um Major ou Capitão, Aviador ou Engenheiro.

Art. 154. O Chefe da Divisão de Serviços dispõe de uma Secretaria e de uma Seção de Controle do material técnico.

Art. 155. Ao Chefe da Divisão compete:

a) baixar diretrizes para o funcionamento dos seus serviços;

b) fazer a previsão do material, trimestralmente;

c) controlar e encaminhar todas as informações a serem remetidas à Chefia do Departamento de Administração;

d) sugerir medidas que permitam melhor aplicação do material da sua Divisão.

Art. 156. A Seção de Controle do Material Técnico é encarregada de controlar todo o material técnico da Escola e de fiscalizar os mapas de material a serem remetidos aos órgãos superiores.

Serviço de Suprimento

Art. 157. O Serviço de Suprimento é o órgão encarregado de estabelecer as medidas necessárias para assegurar os níveis de estoque de 3.º escalão de suprimento.

Art. 158. O Chefe do Serviço de Suprimento é um Capitão ou Primeiro Tenente, Especialista ou Intendente com o Curso de Suprimento.

Art. 159. O Serviço de Suprimento dispõe de:

a) Seção de Requisições;

b) Armazéns.

Art. 160. A Seção de Requisições é o órgão que trata do processamento das requisições, do registro e do controle dos níveis dos estoques prescritos.

Art. 161. A Seção de Requisições é chefiada por um 2.º Tenente Intendente.

Art. 162. Os armazéns se destinam a guardar, conservar e distribuir o material correspondente ao 3.º Escalão de Suprimento.

Art. 163. Os armazéns são chefiados por Tenentes Intendentes.

Serviço de Manutenção

Art. 164 — O Serviço de Manutenção é o órgão encarregado de executar todos os serviços de 3.º Escalão de manutenção da Escola e disporá do pessoal e do material julgados necessários.

Art. 165 — O Chefe do Serviço de Manutenção é um Tenente Especialista em Avião.

Art. 166 — A organização e o funcionamento do Serviço de Manutenção se baseiam nas normas em vigor no Serviço do Material da Aeronáutica.

Serviço de Transporte

Art. 167 — O Serviço de Transporte é o órgão que centraliza, dirige e executa os trabalhos referentes ao emprêgo, manutenção e suprimento do primeiro, segundo e terceiro escalão de todos os meios de transporte terrestres da Escola.

Art. 168 — O Chefe do Serviço de Transporte é um 1.º Tenente Especialista.

Art. 169 — O Serviço de Transporte compreende:

- a) Viaturas;
- b) Oficinas;
- c) Suprimento;
- d) Contrôlê de Viaturas.

Serviço de Material Bélico

Art. 170 — O Serviço de Material Bélico é o órgão responsável pela guarda, contrôlê, manutenção e suprimento de terceiro escalão do material bélico da Escola.

Art. 171 — O Chefe do Serviço de Material Bélico é um 1.º Tenente Especialista em Armamento.

Art. 172 — O Serviço de Material Bélico compreende:

- a) Seção do Material Terrestre;
- b) Seção do Material Aéreo.

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO DE INTENDÊNCIA

Art. 173 — A Formação de Intendência é o órgão que abrange os serviços administrativos de Finanças e Provisões.

Art. 174 — A Formação de Intendência constitui-se de:

- a) Chefia;
- b) Tesouraria;
- c) Almoxarifado;
- d) Subsistência;
- e) Reembolsável.

Art. 175 — O Chefe da Formação de Intendência é um Major Intendente de Aeronáutica.

Art. 176 — O Chefe da Formação de Intendência é o responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos e pela observância dos preceitos regulamentares a serem cumpridos pelos diversos órgãos que lhe são diretamente subordinados, competindo-lhe coordenar os trabalhos destes órgãos.

Tesouraria

Art. 177 — A Tesouraria é o órgão que trata dos assuntos referentes a requisições, recebimento e pagamento de valores em geral, sendo de sua responsabilidade a respectiva contabilidade.

Art. 178 — O Chefe da Tesouraria é um Capitão Intendente de Aeronáutica.

Almoxarifado

Art. 179 — O Almoxarifado é o órgão destinado a receber, armazenar, conservar e distribuir o material de Intendência.

Art. 180 — O Chefe do Almoxarifado é um 1.º Tenente Intendente de Aeronáutica.

Subsistência

Art. 181 — A Subsistência é o órgão destinado à aquisição, ao recebimento, à armazenagem e ao preparo de víveres e alimentos destinados à subsistência de todo o pessoal da Escola.

Art. 182 — O Chefe da Subsistência é um 1.º Tenente Intendente de Aeronáutica.

Reembolsável

Art. 183 — O Reembolsável é o órgão destinado a proceder à aquisição, ao recebimento, à armazenagem e ao fornecimento, para reembolso de víveres, alimentos e produtos diversos destinados ao bem-estar e conforto particular do pessoal.

Art. 184. O Chefe do Reembolsável é um 1.º Tenente Intendente de Aeronáutica e disporá de um auxiliar, 2.º Tenente Intendente de Aeronáutica.

Art. 185. O Reembolsável disporá de órgãos acessórios que se destinam à prestação de serviços reembolsáveis de suas especialidades a todo o pessoal da Escola.

CAPÍTULO V

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

Art. 186. A Divisão do Patrimônio é o órgão encarregado de administrar os bens patrimoniais, de providenciar a conservação e o reparo das instalações, mobiliário, rede de água e esgoto, hotel de trânsito, conservação de aeródromos e setor de áreas verdes.

Art. 187. A Divisão do Patrimônio é constituída de:

- a) Chefia;
- b) Seção Técnica;
- c) Grupo Especial;
- d) Grupo de Conservação.

Chefia

Art. 188. A Divisão do Patrimônio é chefiada por um Major Aviaador, que é o Gestor de Imóveis, de natureza comum.

Art. 189. O Chefe da Divisão do Patrimônio dispõe de uma Seção de Controle para os serviços de Contabilidade Patrimonial.

Seção Técnica

Art. 190. A Seção Técnica é o órgão encarregado dos trabalhos relativos ao estudo, planejamento e fiscalização das obras e serviços a serem executados na Escola a fim de assegurar a conservação das suas instalações.

Art. 191. A Seção Técnica é chefiada por um Engenheiro civil do Ministério da Aeronáutica.

Grupo Especial

Art. 192. O Grupo Especial é constituído de:

- a) Seção de Produção Agro-Pecuária;
- b) Seção Contra Incêndio;
- c) Conservação de Aeródromos;

- d) Hotel de Trânsito;
- e) Setor de Áreas Verdes;
- f) Seção de Captação e Tratamento d'água.

Art. 193. O Chefe do Grupo Especial é um Capitão Especialista.

Art. 194. A Seção de Produção Agropecuária, chefiada por um Tenente, tem por finalidade cuidar da criação animal, da lavoura, da horta e dos pomares, visando abastecer a Escola com os seus produtos.

Art. 195. A Seção Contra Incêndio é encarregada de executar todos os trabalhos concernentes ao sistema contra o fogo e a estabelecer as necessárias medidas de precaução.

Art. 196. A Seção de Conservação de Aeródromos se destina à conservação geral do aeródromo.

Art. 197. O Hotel de Trânsito se destina a proporcionar facilidades de acomodação ao pessoal militar ou civil em trânsito.

Grupo de Conservação

Art. 198. O Grupo de Conservação compreende:

- a) Seção de Carpintaria;
- b) Seção de Eletricidade;
- c) Seção de Pintura e Reparo;
- d) Seção de Água e Esgotos;
- e) Seção de Máquinas;
- f) Seção de Comunicações;
- g) Seção de Limpeza e Conservação.

Art. 199. O Chefe do Grupo de Conservação é um 1.º Tenente Especialista.

Art. 200. A Seção de Carpintaria se destina à reparação, manutenção e confecção geral de artefatos de madeira.

Art. 201. A Seção de Eletricidade é encarregada da manutenção e dos reparos das instalações elétricas e dos aparelhos de refrigeração.

Art. 202. A Seção de Pintura e Reparos se destina a executar os serviços de pintura e reparos necessários à manutenção das instalações da Escola.

Art. 203. A Seção de Água e Esgotos é encarregada de manter em perfeitas condições as redes de água e de esgoto em toda a área ocupada pela Escola.

Art. 204. A Seção de Máquinas é encarregada de executar todos os serviços de manutenção de 1.º e 2.º escalões da Escola.

Art. 205. A Seção de Comunicações é encarregada de fazer a manutenção da rede geral telefônica da Escola e de outros meios de comunicações que vierem a ser utilizados.

Art. 206. A Seção de Limpeza e Conservação é encarregada de todos os serviços de limpeza e conservação da área externa e da interna da Escola.

Art. 207. O Grupo de Conservação e o Grupo Especial possuirão um Almoxarifado, em comum, destinado a suprir as suas necessidades em material.

Art. 208. O Setor de Áreas Verdes se destina a executar os serviços de conservação de arruamentos, arborização e ajardinamento da Escola.

Art. 209. A Seção de Captação e Tratamento d'água se destina a captação, purificação e tratamento da água utilizada na Escola.

TÍTULO V

Departamento de Pessoal

CAPÍTULO I

MISSÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 210. O Departamento de Pessoal é o órgão encarregado da administração de todo o pessoal militar e civil, da segurança imediata da guarnição e da instrução militar do pessoal da administração.

Art. 211. O Departamento de Pessoal está assim constituído:

- a) Chefia;
- b) Ajudância;
- c) Seção de Educação Física;
- d) Posto Médico;
- e) Batalhão Extra.

CAPÍTULO II

CHEFIA

Art. 212. O Chefe do Departamento de Pessoal é um Tenente Avião.

Parágrafo único. O Chefe do Departamento de Pessoal dispõe de um aljuto, Major Avião.

Art. 213. Além das atribuições previstas na legislação vigente, compete ao Chefe do Departamento:

- a) prestar ao Departamento de Ensino toda a cooperação possível, tendo em vista o cumprimento da missão específica da Escola;
- b) assegurar as transmissões das ordens e instruções do Comandante, relativas ao pessoal;
- c) assegurar o previsto no artigo 210, de acordo com as diretrizes do Comandante da Escola.

CAPÍTULO III

AJUDÂNCIA

Art. 214. O Ajudante é o Adjunto do Chefe do Departamento.

Art. 215. Ao Ajudante compete a direção e o controle dos órgãos que lhe estão subordinados.

Art. 216. A Ajudante dispõe de:

- a) Secretaria e Casa das Ordens;
- b) Seção do Pessoal Civil.

Secretaria e Casa das Ordens

Art. 217. O Chefe da Secretaria e Casa das Ordens é um Capitão Aviador.

Parágrafo único. A Chefe da Secretaria e Casa das Ordens dispõe de um auxiliar, Tenente de Infantaria de Guarda.

Art. 218. Ao Chefe da Secretaria e Casa das Ordens compete:

- a) Organizar o boletim escolar;
- b) organizar, receber e distribuir o expediente;
- c) organizar e dirigir o serviço de protocolo e arquivo geral;
- d) organizar as escalas de serviço;
- e) ter a seu cargo a escrituração da vida militar de oficiais e praças.

Seção do Pessoal Civil

Art. 219. O Chefe da Seção do Pessoal Civil é um servidor civil do Ministério da Aeronáutica.

Art. 220. Ao Chefe da Seção do Pessoal Civil compete:

- a) auxiliar o Ajudante nos assuntos relativos à administração do pessoal civil da Escola;
- b) organizar e manter em dia o cadastro completo do pessoal civil da Escola.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 221. O Chefe da Seção de Educação Física é um Capitão com o curso especializado de educação física.

Art. 222. Ao Chefe da Seção de Educação Física compete: centralizar, orientar, dirigir e fiscalizar a prática da educação física de todo o pessoal da Escola.

CAPÍTULO V

PÔSTO MÉDICO

Art. 223. O Posto Médico compreende:

- a) Chefia;
- b) Gabinete Especializado;
- c) Serviço de Assistência e Socorro.

Art. 224. A Chefia do Posto Médico tem a seguinte constituição:

- a) Chefe do Posto Médico;
- b) Adjunto e Órgãos Auxiliares.

Art. 225. O Chefe do Posto Médico é um Major Médico.

Art. 226. Ao Chefe do Posto Médico compete:

- a) prover a assistência médica, a cirúrgica, a odontológica, a farmacológica e a hospitalar, por prazo dilatado, a todo pessoal militar e civil da Escola;
- b) garantir assistência médica especializada ao pessoal aeronavegante e exercer o controle médico da instrução de educação física;
- c) estabelecer e controlar as medidas de assistência ao trabalho especializado em toda a área de educação física;
- d) adotar medidas de higiene e profilaxia em toda a área ocupada pela Escola;
- e) realizar a seleção e controle médicos do pessoal da Escola;
- f) cooperar com o Departamento de Ensino para tornar mais amplas e eficientes as providências para conservação da aptidão física e mental dos alunos.

Art. 227. O Adjunto do Chefe do Posto Médico é um Capitão Médico.

Art. 228. Para o desempenho das suas funções, o Adjunto dispõe dos seguintes órgãos auxiliares:

- a) Secretaria;
- b) Biblioteca;
- c) Arquivo Geral;
- d) Manutenção e suprimento.

Gabinete Especializado

Art. 229. O Gabinete Especializado, destina-se a realizar os exames do pessoal de voo, os referentes à educação física e o controle das medidas de assistência da medicina industrial.

Art. 230. O Chefe do Gabinete Especializado é um Capitão Médico.

Art. 231. O Gabinete Especializado compõe-se de:

- a) Seção de Controle Médico;
- b) Seção de Educação Física;
- c) Seção de Medicina Industrial.

Serviço de Assistência e Socorro

Art. 232. O Serviço de Assistência e Socorro destina-se a realizar a assistência médica e cirúrgica do pessoal da Escola, através das suas diversas seções.

Art. 233. O Chefe do Serviço de Assistência e Socorro é um Capitão Médico.

Art. 234. O Serviço de Assistência e Socorro compõe-se de:

- a) Seção de Ambulatório;
- b) Seção de Hospitalização;
- c) Seção de Radiologia;
- d) Laboratório;
- e) Farmácia.

Art. 235. Os Chefes das Seções de Ambulatório, e Hospitalização são Capitães ou 1.ºs. Tenentes Médicos.

Art. 236. Os Chefes da Seção de Radiologia e Laboratórios são 1.ºs. Tenentes Médicos.

Art. 237. O Chefe da Farmácia é um 1.º Tenente Farmacêutico.

Art. 238. A Seção de Ambulatório compõe-se de:

- a) Sub-seção de Clínica Médica;
- b) Sub-seção de Clínica Cirúrgica;
- c) Sub-seção de Clínica Otorrinolaringológica - (O.R.L.);
- e) Sub-seção de Clínica Dentário.

Art. 239. O Chefe da Clínica Oftalmológica é um 1.º Tenente Médico que atende, também, à Clínica Otorrinolaringológica.

Art. 240. A Seção de Hospitalização compõe-se de:

- a) Sub-seção de Medicina;
- b) Sub-seção de Cirurgia;
- c) Isolamento.

Art. 241 — A Seção de Radiologia compõe-se de:

- a) Sub-seção de Radiodiagnóstico;
- b) Sub-seção de Fisioterapia.

Art. 242 — A Farmácia compõe-se de:

- a) Laboratório de Manipulação;
- b) Reembolsável de Medicamentos.

CAPÍTULO VI

BATALHÃO EXTRA

Art. 243 — O Comandante do Batalhão Extra é um Major Aviaador ou IG.

Art. 244 — O Batalhão Extra é constituído de:

- a) Seção de Comando;
- b) Companhia de Guarda;
- c) Companhia de Serviços;
- d) Companhia de Comando.

Art. 245 — A Seção de Comando é encarregada da execução dos trabalhos da escrituração do Batalhão, mantendo-os em ordem e em dia.

Parágrafo único — A Seção de Comando é chefiada por um 1.º Tenente IG.

Art. 246 — A Companhia de Guarda é a Sub-unidade organizada para manter a ordem, ministrar a instrução militar dos soldados de infantaria e assegurar a vigilância e guarda das instalações da Escola.

Art. 247 — A Companhia de Serviços é a Sub-unidade destinada a enquadrar as praças em serviço na Divisão do Patrimônio e na Divisão de Serviços.

Art. 248 — A Companhia de Comando é a Sub-unidade destinada a enquadrar a Banda de Música, Corneteiros e Tambores, e todas as praças em serviço na Escola, excetuando-se as enquadradas pelas Companhias de Guarda e de Serviço.

Art. 249 — Os Comandantes das Companhias do Batalhão Extra são Capitães IG.

§ 1.º — A Companhia de Serviço e a de Comando dispõem de um auxiliar, Tenente IG.

§ 2.º — A Companhia de Guarda dispõe de três auxiliares, Tenentes IG.

TÍTULO VI

Corpo de Alunos

CAPÍTULO I

MISSÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 250 — O Corpo de Alunos da E. E. Aer. se destina a receber e enquadrar os alunos, provendo-os quanto às suas necessidades materiais.

Parágrafo único — O Corpo de Alunos tem confiado à sua guarda o Estandarte da Escola, o qual nas formaturas postar-se-á à esquerda da Bandeira Nacional.

Art. 251 — O Corpo de Alunos é constituído de:

- a) Comandante;
- b) Ajudância;
- c) Companhia de Alunos;
- d) Companhia de Alunos Graduados.

CAPÍTULO II

COMANDANTE DO CORPO DE ALUNOS

Art. 252 — O Comandante do Corpo de Alunos é um Major Aviaador.

Art. 253 — O Comandante do Corpo de Alunos, em benefício da instrução e dos interesses administrativos da Unidade, pode entender-se diretamente com todos os alunos orgânicos da Escola.

Art. 254 — Ao Comandante do Corpo de Alunos, além das atribuições previstas na legislação vigente, compete:

- a) exercer sua ação direta sobre a conduta militar do aluno, imprimindo justa orientação na parte relativa à perfeita formação moral e militar do futuro sargento;
- b) garantir a execução das medidas necessárias ao funcionamento dos trabalhos escolares em geral.

CAPÍTULO III

AJUDÂNCIA

Art. 255 — A Ajudância do Corpo de Alunos é o órgão encarregado da execução de todos os trabalhos de escrita ligados à vida do Corpo e à de cada aluno isoladamente, além dos serviços de escrituração que di-

zem respeito diretamente às atribuições do Comando do Corpo de Alunos.

Art. 256 — O Ajudante, Capitão Aviador, será o Comandante da Companhia de Alunos Graduados.

Art. 257 — Ao Ajudante, além das atribuições previstas na legislação vigente no que forem aplicáveis ao Corpo de Alunos, compete:

- a) difundir tôdas as ordens do Comandante do Corpo de Alunos;
- b) fiscalizar as escalas de serviço elaboradas pelas Companhias de Alunos;
- c) ter a seu cargo os trabalhos de rotina e a correspondência do Corpo de Alunos;
- d) manter em dia os assentamentos de todos os alunos;
- e) inspecionar as dependências do Corpo de Alunos quanto à conservação e higiene;
- f) prestar assistência direta às formaturas internas e ter a seu cargo o controle do livro de parte do serviço diário;
- g) coordenar todo o serviço relativo ao Corpo de Alunos mantendo íntima ligação com os Comandantes de sub-unidades.

CAPÍTULO IV

COMPANHIAS DE ALUNOS

Art. 258 — As Companhias de Alunos são sub-unidades destinadas a enquadrar os alunos e a lhes proporcionar assistência imediata.

Art. 259 — O efetivo de alunos de cada companhia não deverá exceder de cem (100).

Art. 260 — As companhias de alunos serão comandadas por Capitães de Infantaria de Guarda, instrutores de assuntos da Divisão de Instrução Militar.

Art. 261 — Os auxiliares das companhias, são Tenentes de Infantaria de Guarda, instrutores de assuntos da Divisão de Instrução Militar, na razão de um oficial para cada 50 alunos.

CAPÍTULO V

ALUNOS

Art. 262 — Os alunos do Curso de Formação de Sargentos da E. E. Aer. são praças da FAB, cuja situa-

ção hierárquica tem a seguinte equivalência:

- a) os alunos da 1.^a série do 1.^o período — a soldados de 2.^a classe (S-2);
- b) os alunos da 2.^a série do 1.^o período — a soldados de 1.^a classe (S-1);
- c) os alunos do 2.^o período — a cabos.

Art. 263 — Os alunos dos Cursos Especiais estão sujeitos ao mesmo regime escolar estabelecido para os demais alunos, no que lhes fôr aplicável.

Art. 264 — Os alunos dos Cursos Especiais manterão em toda a sua plenitude o seu grau hierárquico como subalternos da FAB, sendo-lhes assegurada a promoção no decorrer do curso, de acordo com a legislação que rege o assunto.

Inclusão no Corpo de Alunos

Art. 265 — Satisfeitas as condições exigidas, será o candidato matriculado na E. E. Aer. de acordo com os artigos 6.^o e 18.^o deste Regulamento e incluído no Corpo de Alunos.

Art. 266 — A partir da data da inclusão, os alunos do Curso de Formação de Sargentos que forem soldados de 1.^a classe ou praças graduadas das Forças Armadas perderão automaticamente, a situação hierárquica anterior.

Art. 267 — O aluno recém-incluído que não o tenha feito anteriormente, prestará compromisso à Bandeira Nacional, na forma do cerimonial militar.

Art. 268 — No Corpo de Alunos a hierarquia será dada pela série do Curso, e dentro de cada série, pela classificação obtida consoante os artigos 42 e 43 deste Regulamento.

Férias e Licenciamentos

Art. 269 — Os alunos estão sujeitos ao regime escolar de internato.

Parágrafo único — Aos alunos dos Cursos Especiais é facultado o regime de externato.

Art. 270 — Haverá licenciamentos semanais, na sede, com horários prescritos pelo Comandante da Escola.

Art. 271 — No decorrer da 2.^a quinzena de julho haverá um licen-

ciamento fora da sede, a critério do Comandante.

Art. 272 — Os licenciamentos individuais serão concedidos:

a) pelo Comandante da Escola, nos casos de força maior;

b) na sede, pelo Comandante do Corpo de Alunos, depois dos trabalhos escolares diários, por motivos de força maior ou a título de prêmio.

Art. 273 — Haverá férias escolares nos meses de janeiro e fevereiro.

Deveres do Aluno

Art. 274 — São deveres do aluno, além dos previstos na legislação vigente:

a) comparecer, pontualmente, a todos os trabalhos escolares, aos quais deve prestar a máxima atenção, esforçando-se por obter o melhor aproveitamento no ensino;

b) observar rigorosa probidade na execução de quaisquer provas ou trabalhos escolares, considerados os recursos ilícitos como incompatíveis com a dignidade do aluno;

c) procurar elevar, no meio militar e no meio civil, o conceito, o bom nome e o prestígio da E. E. Aer. e da Força Aérea Brasileira, conduzindo-se quer na Escola, quer fora dela, da maneira a mais correta, a mais digna e a mais disciplinada.

Direitos do Aluno

Art. 275 — O aluno tem direito a uma série letiva de tolerância a qual poderá ser gozada uma única vez na série letiva seguinte a do seu desligamento, quando:

a) fôr considerado reprovado na forma do artigo 35;

b) fôr desligado por perda de pontos na forma do artigo 277, alínea "c";

c) fôr excluído por motivo do artigo 277, alínea "b".

Art. 276 — Com a devida correção de atitude e disciplina o aluno poderá:

a) solicitar esclarecimentos aos professores, instrutores e monitores sobre assunto que estejam sendo esplanados em aula ou instrução, des-

de que não o haja compreendido suficientemente, e nas oportunidades para tanto estabelecidas;

b) solicitar ao Chefe do Departamento de Ensino revisão de provas, apresentando para isto razões escritas;

c) organizar, com a necessária permissão do Comando, sociedade de fundo cívico, esportivo e cultural a qual atenda ao desenvolvimento do espírito de cooperação dos alunos.

Exclusão do Corpo de Alunos

Art. 277 — A exclusão do aluno do estado efetivo do Corpo de Alunos e da Escola, consoante as disposições da Lei do Serviço Militar, dar-se-á:

a) ao terminar o curso, na mesma data da publicação do ato da promoção a 3.^o sargento;

b) por motivo de moléstia, cuja duração o incapacite para prosseguir no curso, mediante parecer de Junta de Saúde;

c) quando, por motivo de faltas aos trabalhos escolares, haja ultrapassado três pontos na série letiva na forma do art. 23, deste Regulamento;

d) quando não puder concluir o respectivo curso nos prazos previstos neste Regulamento;

e) a pedido, ao ser deferido o seu requerimento;

f) nos seguintes casos mediante parecer do Conselho de Instrução;

1 — quando se verificar que usou meios ilícitos para a realização de qualquer trabalho escolar;

2 — quando cometer qualquer ato que o torne indigno de permanecer no Corpo de Alunos;

3 — quando ingressar no "Grau Comportamento", na forma do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica;

4 — quando aceitas pelo Comando razões apresentadas para tal fim pelo Conselho de Instrução.

Parágrafo único — Não poderão ser rematriculados os alunos excluídos pelos motivos expressos nas alíneas d, e e f.

Art. 278 — O aluno excluído da E. E. Aer. sem haver concluído o

respectivo curso terá sua situação militar regulada pela Lei do Serviço Militar.

§ 1.º — O aluno excluído nas condições das alíneas *c, d, e e f* do art. 277 deste Regulamento, deverá completar um ano de serviço, a contar da data de sua inclusão na Escola, se já não o tiver, em unidade da FAB; aguardará, neste caso, na E. E. Aer. o destino que lhe for dado pela Diretoria do Pessoal da Aeronáutica.

§ 2.º — O aluno excluído nas condições da alínea *b* do artigo 277 deste Regulamento e que de acordo com a Lei do Serviço Militar tiver direito ao certificado de reservista de 1.ª categoria, terá a graduação de soldado da 2.ª classe, 1.ª classe ou cabo, caso haja completado com aproveitamento, a instrução militar correspondente à Escola do soldado, do cabo ou do sargento; respectivamente.

§ 3.º — O aluno matriculado na forma dos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 3.º deste Regulamento e que for excluído por outro motivo que não o de conclusão de curso, poderá ser licenciado do serviço ativo, mediante requerimento ao seu Comandante; caso deseje continuar em serviço ativo, regressará à especialidade de origem, se for o caso, com todas as vantagens decorrentes da situação anterior a do seu ingresso na Escola.

Promoção à Sargento

Art. 279 — O aluno que concluir o curso com aproveitamento e satisfizer às demais condições estabelecidas no presente Regulamento, será promovido a 3.º sargento recebendo o respectivo certificado da especialidade que houver cursado de conformidade com o modelo anexo.

Art. 280 — A promoção é ato do Comandante da Escola publicado em Boletim da Unidade.

TÍTULO VII

Substituições e Atribuições

CAPÍTULO I

SUBSTITUIÇÕES

Art. 281 — O substituto do Comandante, em seus impedimentos será o oficial aviador, da ativa, que se lhe seguir na escala hierárquica, na Escola.

Art. 282 — As demais substituições serão realizadas dentro de cada Departamento, Divisão e do Corpo de Alunos.

CAPÍTULO II

ATRIBUIÇÕES DISCIPLINARES

Art. 283 — O pessoal da Escola de Especialistas de Aeronáutica tem as seguintes atribuições disciplinares:

a) Comandante da Escola: as de Comandante de Zona Aérea, se Brigadeiro do Ar; as de Comandante de Unidade, se Coronel;

b) Chefes de Departamento e Comandante de Corpo de Alunos: as de Comandante de Grupo Incorporado;

c) Chefes de Divisões: as de Comandante de sub-unidade.

QUARTA PARTE

DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 284 — Aos alunos dos 1.º e 2.º períodos da Escola serão assegurados os vencimentos de que trata a tabela constante do artigo 11 da Lei n.º 488 de 15-11-948, nas referências 7 e 10, respectivamente.

Art. 285 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro da Aeronáutica.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 286 — O presente Regulamento se aplicará aos alunos que forem matriculados ou rematriculados na Escola após a data de sua publicação e aos que ainda nesta data não tenham iniciado a instrução Especializada.

Art. 287 — Os alunos que estiverem cursado a Instrução Especializada na data da publicação deste Regulamento terminarão o curso pelas dis-

posições previstas na Portaria n.º 232 de 2-10-1950.

Art. 288 — Os atuais professores civis terão seus contratos renovados sem concurso a critério do Comandante da Escola ouvido o Conselho de Ensino.

Art. 289 — O Ministro da Aeronáutica fixará até 31 de janeiro de 1953 os cursos que devem funcionar, nesse ano, na Escola.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952. — *Nero Moura*. Ministro da Aeronáutica.



MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DIRETORIA DO ENSINO

ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA

E. E. AER.

CERTIFICADO DE CURSO

Certifico que concluiu
o Curso de Formação de Sargentos no ano de com grau final de curso classifi-
cado em lugar, tendo sido promovido a 3º Sargento na
especialidade de , em
boletim nº de de

_____ de _____ de _____

COMANDANTE DA E. E. AER.

DECRETO Nº 31.952 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Renova os Decretos que concederam à sociedade anônima "United States Nubber Export Company Limited" autorização para funcionar na República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO Nº 31.953 — DE 18
DE DEZEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos inclusive aumento de capital da Companhia Seguros Phoenix Pernambucana.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei nº 2.063 de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), da Companhia de Seguros Phoenix Pernambucana, com sede na Capital do Estado de Pernambuco, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 4.432, de 30 de outubro de 1949, conforme deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 14 de agosto e 25 de setembro de 1952, mediante a seguinte condição:

I — Substituição da redação da parte final do artigo 5º que diz: "ser transferidas a pessoas que satisficam às exigências legais" pela seguinte:

"pertencer a pessoas físicas de nacionalidade brasileira"

II — A alteração consignada na cláusula precedente deverá ser aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, dentro do prazo de sessenta (60) dias contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 2º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vi-

gorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952. 121º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO Nº 31.954 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital do "A Marítima" — Companhia de Seguros Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei nº 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos inclusive aumento do capital social de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), da "A Marítima" Companhia de Seguros Gerais, com sede na Capital do Estado de São Paulo autorizada a funcionar pelo Decreto nº 15.704, de 30 de maio de 1944 conforme deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 28 de junho e 20 de outubro de 1952, mediante a seguinte condição:

I — Substituição da redação da parte final do art. 5º que diz: "as quais só poderão pertencer a pessoas não impedidas por lei — pela seguinte:

"as quais só poderão pertencer a pessoas físicas de nacionalidade brasileira".

II — A alteração consignada na cláusula precedente deverá ser aprovada em Assembleia Geral Extraordinária dentro do prazo de sessenta (60) dias contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 2º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a

vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas / Viana

**DECRETO N.º 31.955 — DE 18
DE DEZEMBRO DE 1952**

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Bernardes.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º, do Decreto-to-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação do curso d'água publicado no "Diário Oficial", de 28 de maio de 1949, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital; decreta:

Art. 1.º São declaradas públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio denominado Bernardes, em toda sua extensão, que nasce no município de Conceição das Alagoas e é tributário, pela margem direita do rio Uberaba.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

**DECRETO N.º 31.956 — DE 18
DE DEZEMBRO DE 1952**

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Marques, Grande e Grande, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e

nos termos do artigo 5.º, do Decreto-to-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação do curso d'água publicado no "Diário Oficial", de 28 de maio de 1949, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital; decreta:

Art. 1.º São declaradas públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio denominado Marques, Grande e Grande, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior, que nasce no município de Patrocínio e é tributário, pela margem direita, do rio Grande.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

**DECRETO N.º 31.957 — DE 18
DE DEZEMBRO DE 1952**

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Babilônia, São José, São João do Sóca e São João do Sóca, respectivamente, nos seus trechos, superior, médio e inferior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º, do Decreto-to-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação do curso d'água publicado no "Diário Oficial", de 28 de maio de 1949, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital; decreta:

Art. 1.º São declaradas públicas, de uso comum, do domínio do Estado

de Minas Gerais, as águas do rio denominado Babilônia, São José, São João do Sóca, e São João do Sóca, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior, que nasce no município de Tombos e é tributário, pela margem direita, do rio Carangola.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.958 — DE 18
DE DEZEMBRO DE 1952

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Papa Cobra/Burnier, Soledade e Soledade, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1949, e

Considerando que o edital de classificação do curso d'água publicado no "Diário Oficial" de 28 de maio de 1949, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital; decreta:

Art. 1.º São declaradas públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio denominado Papa Cobra/Burnier, Soledade, e Soledade, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior, que nasce no município de Ouro Preto e é tributário, pela margem direita, do rio Maranhão.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.959 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede à Cristal do Brasil S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida à Cristal do Brasil S. A., sociedade anônima constituída por escritura pública de 12-11-52, lavrada as fls. 46 do livro de notas n.º 1.647, do cartório do 3.º Ofício de Notas desta Capital, com sede nesta cidade, autorização para funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.960 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito Brasil, Limitada", com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.961 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito e da Casa Própria Limitada", com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.962 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede autorização para constituição da Cooperativa de Crédito dos Servidores do Sesi no Rio Grande do Sul Limitada, com sede em Porto Alegre.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.963 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito Belo Horizonte Limitada" com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N. 31.964 DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Lauro Morandi a pesquisar conchas calcáreas no município de Iguape, Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Lauro Morandi a pesquisar conchas calcáreas em terras de sua propriedade, no local denominado "Sabauna", distrito e município de Iguape, Estado de São Paulo numa área de cento e sessenta e um hecta-

res e quarenta e seis ares (161,46 ha) delimitada por uma poligonal, mistilínea que tem um vértice situado a noventa e oito metros (908m) e no rumo verdadeiro oeste (W) da confluência do Rio Cordeiro e Ribeirão Bagaçu e os lados os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros a partir do referido vértice: mil e cem metros (1100m) dezesseis graus trinta minutos noroeste (16º30'NW); mil trezentos e vinte metros (1320m) setenta e três graus trinta minutos sudoeste (73º30' SW); mil quatrocentos e setenta e um metros (1471m), dezesseis graus trinta minutos sudeste (16º30' SE). O quarto e último lado é a margem esquerda do Rio Cordeiro compreendida entre o vértice inicial e o último vértice acima descrito.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil seiscentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 1.620,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N. 31.965 DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar caulim e associados no município de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar caulim e associados em terrenos de Menelick de Oliveira, situados no imóvel denominado Vera Cruz, no distrito e município de Barra do Pi-

raí, Estado do Rio de Janeiro numa área de cinco hectares e cinquenta e dois ares (5,52ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice na margem direita da rodovia de Pirai para Barra do Pirai, a quatrocentos e sessenta e seis metros (486m) no rumo verdadeiro de doze graus vinte minutos noroeste (12° 20' NW) do pilar norte (N) do portão de entrada para a sede do sítio Vera Cruz, e os lados a partir do vértice considerado, têm: cento e vinte metros (120m), oitenta e um graus e quarenta minutos nordeste (81° 40' NE); cento e quatro metros (104m), cinquenta e quatro graus e dez minutos noroeste (54° 10' NE); cento e quarenta metros (140 m), oito graus e vinte minutos nordeste (8° 20' NW); trinta e quatro metros (34m), trinta e quatro graus e vinte minutos noroeste (34° 20' NW); o quinto lado é o segmento retilíneo que partindo da extremidade do quarto lado descrito, com rumo verdadeiro de cinquenta e dois graus cinquenta minutos noroeste (52° 50' NW), alcança a margem direita da rodovia citada no sertido de Pirai para Barra do Pirai; o sexto e último lado é a margem direita da rodovia mencionada no trecho compreendido entre a extremidade do quinto lado e o vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.966 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a Congregação Redentorista a pesquisar talco e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Congregação Redentorista a pesquisar talco e associados em terrenos de sua propriedade, no local conhecido por "Vila S. Geraldo", situado no distrito de Miguel Bunier, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e um hectares (21ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice situado a duzentos e noventa e cinco metros e quarenta centímetros (295 40m) e no rumo magnético de quarenta e nove graus quarenta e cinco minutos sudeste (49° 45' SE) do marco quilométrico cento e nove (109) da Rodovia Rio-Belo Horizonte e os lados que formam este vértice têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos a partir do vértice considerado: quinhentos e vinte e três metros, sessenta centímetros (523,60m), sessenta e seis graus trinta minutos sudoeste (66° 30' SW); quatrocentos metros (400m), vinte e três graus e trinta minutos sudeste (23° 30' SE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.967 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Haroldo Cecil Poland a pesquisar carvão mineral no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

términos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Haroldo Cecil Poland a pesquisar carvão mineral, em terrenos de propriedade de Vespúcio Porto, Umbelino Martins de Campos, herdeiros de Leopoldo Vieira de Carvalho e outros, à margem esquerda do rio Jacui, distrito e município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de mil hectares (1000 ha) delimitada por um triângulo com um vértice a quatro mil citocentos e setenta metros (4870m) no rumo magnético setenta e sete graus trinta e seis minutos nordeste (77° 36' NE) da chaminé da usina de Charqueadas e os lados, divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: dois mil e quinhentos metros este (2500m E); oito mil trezentos e oitenta e um metros (8381m), dezessete graus vinte e um minutos nordeste (17°21'NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleotus

DECRETO N.º 31.968 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Thomaz Marinho de Albuquerque Andrade a pesquisar calcário e argila no município de Tomazina, Estado do Paraná.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Thomaz Marinho de Albu-

querque Andrade a pesquisar calcário e argila em terrenos dos herdeiros de Justino Xavier e de José Joaquim dos Santos, situados no lugar denominado Barra Sêca, no distrito e município de Tomazina, Estado do Paraná, numa área de quatrocentos e setenta e cinco hectares e trinta e oito ares (475,38ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a quinhentos e cinquenta e oito metros (558m), no rumo magnético sul (S) da confluência do córrego Água do Nestor com o ribeirão Paroba, e os lados a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: novecentos metros (900m), sessenta e quatro graus sudoeste (64° SW); setecentos e trinta e cinco metros (735m), cinquenta e seis graus e trinta minutos noroeste (56° 30' NW); mil e quarenta metros (1.040m), oitenta e oito graus e trinta minutos noroeste (88° 30' NW); oitocentos e dez metros (810m), quatro graus e trinta minutos sudeste (4° 40' SE); trezentos e sessenta metros (360m) trinta e sete graus e trinta minutos sudoeste (37° 30' SW); seiscentos e noventa metros (690m), setenta e seis graus e trinta minutos noroeste (76° 30' NW); seiscentos e cinquenta e cinco metros (655), cinquenta e cinco graus e dez minutos sudoeste (55° 10' SW); duzentos e noventa metros (290m), dezessete graus e cinqüenta minutos noroeste (17° 50' NW); quinhentos metros (500m), setenta e dois graus e trinta minutos sudoeste (72° 30' SW); novecentos e setenta metros (90m), dezessete graus e cinqüenta minutos sudeste (12° 50' SE); mil e cem metros (1.100m) cinqüenta e cinco graus e quarenta minutos nordeste (55° 40' NE); setecentos e noventa metros (790m), setenta e cinco graus e cinqüenta minutos sudeste (75° 50' SE); oitocentos e oitenta e cinco metros (885), trinta e oito graus e vinte e cinco minutos nordeste (38° 25' NE); quatrocentos e quarenta metros (440m) três graus e cinqüenta minutos noroeste (3° 50' NEW); trezentos e sessenta metros (360m) oitenta e sete graus e cinco minutos nordeste (87° 05' NE); oitocentos e cinqüenta metros (850m), cinqüenta e nove graus e quarenta minutos sudeste (59° 40' SE); setecentos metros (700m), cinqüenta e nove graus e cinco minutos nordeste ... (59° 05' NE); duzentos e sessenta

metros (260m), vinte e nove graus e dez minutos sudeste (28° 10' SE); mil cento e setenta metros (1.170m) dezesseis graus e vinte minutos sudoeste (16° 20' SW); mil cento e sessenta metros (1.160m), setenta e oito graus e vinte e cinco minutos sudeste (78° 25' SE); mil e quarenta metros (1.040m), trinta e oito graus e trinta e cinco minutos nordeste (38° 35' NE); seiscentos e noventa metros (690m), sete graus e vinte e cinco minutos noroeste (7° 25' NW); quinhentos metros (500m), oitenta e dois graus e trinta e cinco minutos sudoeste (82° 35' SW); quatrocentos e setenta metros (470m), sete graus e vinte e cinco minutos sudeste (7° 25' SE); quinhentos e vinte metros (520m), trinta e oito graus cinquenta minutos sudoeste (38° 50' SW); duzentos e oitenta metros (280m) setenta e seis graus e dez minutos noroeste (76° 10' NW); setecentos e quinze metros (715m), dezanove graus e vinte minutos nordeste (19° 20' NE); novecentos e noventa metros (990m), vinte e seis graus e vinte minutos noroeste (26° 20' NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatro mil setecentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 4.760.00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 19 de dezembro de 1952 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N. 31.969, DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Santos Pupin Neto a pesquisar dolomita e associados no município de Campos do Jordão, Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 37.º n. I. da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de

janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Santos Pupin Neto a pesquisar dolomita e associados em terrenos de propriedade de Benedito Rodrigues da Costa, situados no lugar denominado Corgão, no distrito e município de Campos do Jordão Estado de São Paulo, numa área de três hectares e sessenta e quatro ares (3,64 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice no ponto em que o caminho de Campos do Jordão para Rosetinha cruza com o córrego Corgão, e os lados a partir do vértice considerado, tem os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e quatorze metros (114 m), trinta graus trinta minutos noroeste (30° 30' NW); cento e setenta e sete metros (177 m), cinquenta e oito graus quinze minutos sudoeste (58° 15' SW); cento e cinquenta e um metros e cinquenta centímetros (151,50m), setenta e nove graus trinta minutos sudoeste (79° 30' SW); cento e vinte e cinco metros e cinquenta centímetros (125,50m) dezoito graus trinta minutos sudeste (18° 30' SE); duzentos e dez metros (210m) sessenta e oito graus quarenta e cinco minutos nordeste (68° 45' NE); o sexto e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do quinto lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.970 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Geraldina Menicucci Tortoreio a pesquisar cassiterita, monazita, minério de ouro, e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.385, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Geraldina Menicucci Tortoreio a pesquisar cassiterita, monazita, minério de ouro e associados em terrenos da fazenda Vargem Grande, distrito de Santa Rita do Rio Apaiço, município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais, numa área de cento e doze hectares e cinquenta ares (112,50 ha) de propriedade do Cortume Tortoreio Ltda. e delimitada por um retângulo que tem um vertice a quatrocentos metros (400m) no rumo magnético setenta e um graus sudoeste (71° SW) da intersecção das estradas estaduais Santa Rita — São Ilago — São João del Rei e os lados convergentes desse vertice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil e quarenta metros (1.400m), oitenta e cinco graus noroeste (85° NW); setenta e cinquenta metros (750m), cinco graus nordeste (5° NE).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil cento e trinta cruzeiros (Cr\$ 1.130,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.971 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Marco-ano Ribeiro a pesquisar quartzo e associados, no município de Sento Se, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, n.º 1, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.385, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Marcolino Ribeiro a pesquisar quartzo e associados, em terrenos de sua propriedade, no imóvel denominado Fazenda das Almas, distrito de Amanuá, município de Sento Se, Estado da Bahia, numa área de vinte e cinco hectares (25 ha) delimitada por um quadrado de quinhentos metros (500m) de lado, que tem um vertice a novecentos e setenta e três metros (973m), no rumo quarenta e cinco graus sudoeste (45° SW) da casa sede da fazenda das Almas, residência de Manuel Emídio e os lados, divergentes desse vertice, os rumos de sessenta e dois graus trinta minutos noroeste (62° 30' NW) e vinte e sete graus trinta minutos sudoeste (27° 30' SW), respectivamente.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.972 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês no município de Aracoiaba, Estado do Ceará.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, n.º 1, da Constituição e nos

térmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês em terrenos devolutos situados no local Panelas, no município de Aracoiaba, Estado do Ceará, numa área de quinhentos hectares (500ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a oitocentos metros (800m) no rumo magnético de sessenta graus nordeste (60°NE) da confluência do córrego da Estrada com o riacho Serrote, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: dois mil metros (2.000m) e rumo de cinquenta graus sudoeste (50° SEW), magnético; dois mil e quinhentos metros (2.500m) e rumo de quarenta graus noroeste (40°NW), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.973 — DE 13 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Jorge Silveira Melo Filho e Joaquim Carlos Lara Pereira Pinto a pesquisar xisto, quartzo, granito e associados, no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Jorge Silveira Melo Filho e Joaquim Carlos Lara Pereira Pinto a pesquisar xisto, quartzo, gra-

nito e associados em terrenos de propriedade de ambos, situados no imóvel Caxambu, no distrito e município de Guarulhos, Estado de São Paulo, numa área de cento e cinquenta e nove hectares e vinte e cinco ares (159,25 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a cento e oitenta e nove metros (189m) no rumo verdadeiro de doze graus trinta minutos noroeste (12° 30' NW) do meio da ponta da estrada de rodagem Guarulhos-Nazaré Paulista sobre o córrego Caxambu, e os lados, a partir do vértice considerado, têm: quatrocentos e doze metros (412m), cinco graus nordeste (5° NE); quatrocentos e quarenta e cinco metros (445m), trinta e três graus trinta minutos noroeste (33° 30' NW); duzentos e trinta e sete metros (237 m), oitenta e um graus quarenta minutos sudeste (81° 40' SE); seiscentos e quarenta e sete metros (647m), vinte e sete graus trinta minutos sudeste (27° 30' SE); duzentos e noventa metros (290m), onze graus trinta e cinco minutos sudeste (11° 35' SE); oitocentos e noventa e três metros (893m), oitenta e nove graus sudeste (89° SE); seiscentos e trinta metros (630m), quarenta e quatro graus trinta minutos sudoeste (44° 30' SW); mil quatrocentos e quarenta metros (1.440m), oitenta e um graus sudoeste (81° SW); novecentos e sessenta e sete metros (967m), oito graus trinta minutos noroeste (8° 30' NW); trezentos e vinte e cinco metros (325m), trinta e sete graus trinta minutos nordeste (37° 30' NE); quatrocentos e sessenta metros (460m), quarenta e dois graus quinze minutos sudeste (42° 15' SE); o décimo segundo lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do décimo primeiro lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 1.600,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.974 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Gonçalves de Sousa a pesquisar cassiterita no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada o cidadão brasileiro Joaquim Gonçalves de Souza a pesquisar cassiterita, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Fazenda Retiro das Goia-beiras, distrito de Cristiano Ottoni, município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, numa área de quarenta e dois hectares e setenta e cinco ares (42,75ha.) delimitada por um quadrilátero que tem um vértice a seiscentos e trinta metros (630m) no rumo magnético de sessenta e seis graus quarenta minutos nordeste (16º 40' NE) da sede do Retiro das Goia-beiras e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos e dez metros (510m), cinquenta e sete graus sudoeste (57º SW); setecentos metros (700m), trinta e três graus sudeste (33º SE); mil e seis metros e vinte centímetros (1006,20m), trinta graus vinte e seis minutos nordeste (30º 26' NE); duzentos e cinquenta metros (250m), trinta e cinco graus noroeste (35º NW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de quatrocentos e trinta cruzeiros (Cr\$ 430,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 37.975 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza os cidadãos brasileiros Luis Furtado e João Batista Furtado a pesquisar calcário e associados, no município de Dóres do Campo, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Luis Furtado e João Batista Furtado a pesquisar calcário e associados em terras de sua propriedade situadas no local denominado Caieiro, distrito de Barroso, município de Dóres do Campo, Estado de Minas Gerais, numa área de trinta hectares (30 ha) delimitada por um retângulo que tem um dos vértices situado a trezentos e dez metros (310 m) e no rumo magnético de vinte e cinco graus nordeste (25º NE) contados a partir do centro da ponte da Rodovia São João del Rei a Barbacena, sobre o ribeirão Caieiro e os lados que formam o vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos a partir dele: seiscentos metros (600m), norte (N); quinhentos metros (500m), oeste (W).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.976 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Augustinho Bertezine a pesquisar calcário e associados no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos

têrmos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Augustinho Bertezina a pesquisar calcário e associados em terrenos da Sociedade Cadeiras do Itapeva Ltda situados no lugar denominado Boa Vista e Capuava, no distrito e município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo, numa área de três hectares e quarenta e nove ares (3,49 ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a certo e noventa e cinco metros e cinquenta centímetros (195,50m) no rumo magnético de oitenta e cinco graus sudeste (85º SE) de um marco de cimento situado nas nascentes do córrego Capuava, e os lados, a partir do vértice considerado, têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: seiscentos e dez metros (610m), três graus nordeste (3º NE); cento e oitenta e sete metros (187m), oitenta e quatro graus sudeste (84º SE); noventa e oito metros (98m), sessenta e nove graus sudeste (69º SE); noventa e cinco metros (95m), trinta e três graus sudoeste (33º SW); duzentos e sessenta e nove metros (269 m), oitenta e oito graus e trinta minutos noroeste (88º 30' NW); o sexto (6.º) e último lado é o segmento retilíneo que une a extremidade do quinto (5.º) lado descrito ao vértice de partida.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.977 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Barbuda.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87 inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, e

Considerando que o edital de classificação do curso d'água publicado no Diário Oficial de 30 de março de 1949, não suscitou qualquer contestação ou reclamação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica opinou pela classificação constante do mesmo edital, decreta:

Art. 1.º São declaradas públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio denominado Barbuda, em toda sua extensão que nasce no município de São Lourenço e é tributário pela margem esquerda do rio Fortunato.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 31.978 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 para integralização de capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.412 de 13 de agosto de 1951 e tendo consultado o Tribunal de Contas e ouvido o Ministério da Fazenda nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) destinado a integralizar a cota da União no capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, na forma do disposto no artigo 4.º, da Lei n.º 1.412, de 13 de agosto de 1951.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleophas

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.979 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Cede, a título precário, os armazéns do extinto Departamento Nacional do Café à Comissão de Financiamento da Produção.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam cedidos, a título precário, à Comissão de Financiamento da Produção, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 1.506, de 19 de dezembro de 1951, os armazéns pertencentes ao extinto Departamento Nacional do Café, que forem julgados necessários à armazenagem dos produtos recebidos em decorrência da garantia de preços mínimos.

Parágrafo único. A Comissão de Financiamento da Produção poderá entrar em entendimento, na conformidade do art. 6.º da referida Lei, com as Secretarias de Agricultura, autarquias ou entidades de classe agrícolas dos Estados onde estiverem localizados os ditos imóveis, visando à sua adaptação e funcionamento aos serviços de expurgo, armazenagem, classificação e distribuição dos produtos por ela adquiridos.

Art. 2.º As despesas de adaptação dos citados imóveis, sua conservação e funcionamento, e outras, correrão por conta dos fundos previstos no § 2.º do art. 15 da referida Lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.980 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Cria funções na Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 500 (quinhentas) funções de Guarda Civil, referência 22.

Art. 2.º As funções ora criadas têm existência transitória, devendo ser suprimidas logo que for ampliada a carreira de igual denominação do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 3.º A despesa com a execução deste Decreto correrá à conta da dotação própria.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

DECRETO N.º 31.931 — DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no art. 24 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, e tendo em vista o Tribunal de Contas nos termos do art. 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de duzentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 200.000.000,00), para atender, no exercício de 1952, às despesas decorrentes da execução da citada Lei n.º 1.765, a qual concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Exe-

cutivo da União e dos Territórios e dá outras providências.

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Laje.

DECRETO N.º 31.982 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno e respectivas benfeitorias necessárias à construção da ligação ferroviária D. Silvério-São Domingos do Prata — Nova Era, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos Decretos-leis ns. 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Ficam declaradas de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno e respectivas benfeitorias necessárias à construção da ligação ferroviária D. Silvério-São Domingos do Prata — Nova Era, no Estado de Minas Gerais, compreendida entre as estacas 0 (zero) a 1.530, representada na planta que com este baixa, devidamente rubricada.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.983 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1952

Transfere a sede do Comando da Infantaria Divisionária da 5.ª Região de Infantaria.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferida, da cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, para a cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a sede do Comando da Infantaria Divisionária da 5.ª Região de Infantaria.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

DECRETO N.º 31.984 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1952

Dispõe sobre os seguros de acidente do trabalho nas instituições de Previdência Social.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A partir de 1 de janeiro de 1953 serão realizados obrigatoriamente nas Instituições de Previdência Social a que se encontram filiados os respectivos empregadores, os seguros de acidentes do trabalho:

- a) do pessoal de obras da União;
- b) dos empregados das autarquias;
- c) dos empregados das sociedades de economia mista;
- d) dos empregados das empresas concessionárias dos serviços públicos;
- e) dos presidiários.

Art. 2.º As apólices de seguro que se vencerem a partir de 1 de janeiro de 1953 serão renovadas nas Instituições de Previdência Social a que estiverem filiados os respectivos empregadores.

§ 1.º Os empregadores que desejarem continuar como segurados das sociedades de seguros ou caixas de acidentes poderão, de acordo com as seguradoras, prorrogar o prazo de vigência dos contratos de seguro até 31 de dezembro de 1953, quando se encerrarão as operações daquelas seguradoras.

§ 2.º Essa prorrogação será feita por um aditivo à apólice vigente, sendo devidos os impostos e prêmios proporcionais ao prazo restante de duração dos contratos.

§ 3.º Ficam abolidas as sobre-taxas de adicionais locais; os prêmios-mínimos, os prêmios-máximos e a cobrança de adicionais *per capita* em todo o seguro de acidente do trabalho realizado pelas Instituições de Previdência Social.

Art. 3.º Ficam autorizadas as Instituições de Previdência Social a operar em quaisquer seguros de acidentes do trabalho de empregadores não filiados a qualquer delas.

Parágrafo único. Na agricultura e na pecuária o seguro deverá observar a forma grupal prevista nos artigos 84 a 91 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 18.809, de 5 de junho de 1945.

Art. 4.º As sociedades que quiserem cessar as operações de seguros de acidentes do trabalho, antes de 31 de dezembro de 1953, deverão requerer ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio a cessação do ato que lhes concedeu autorização para funcionar, aplicando-se-lhes o disposto nos arts. 38 a 44 do Regulamento da Lei de Acidentes do Trabalho aprovado pelo Decreto n.º 18.809, acima citado.

§ 1.º O Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização promoverá o levantamento de todos os empregados das sociedades de seguros amparados pelo art. 113 do Decreto n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944, encaminhando a respectiva relação, da qual constarão o salário percebido e tempo de serviço na Carteira de Acidentes do Trabalho, ao Departamento Nacional de Previdência Social, o qual fará a sua distribuição pelas diversas instituições de Previdência Social.

§ 2.º Ao pessoal assim admitido será aplicada a legislação do trabalho.

Art. 5.º As Caixas de Aposentadoria e Pensões que ainda não tenham instaladas Carteiras de Seguros de Acidentes do Trabalho, deverão instalá-las, se, a critério do Departamento Nacional da Previdência Social, estiverem em condições de fazê-lo.

Parágrafo único. Os seguros de empregadores filiados às demais Caixas serão realizados nas Carteiras dos Institutos de Aposentadoria e Pensões de acordo com distribuição a ser feita por aquele Departamento.

Art. 6.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.985 — DE 23 DE
DEZEMBRO DE 1952

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 15.387.400,00, para cumprimento do que dispõe o art. 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que organizou o sistema federal do ensino superior.

O Presidente da República, usando do autorização contida na Lei número 1.494, de 13 de dezembro de 1951, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.387.400,00 (quinze milhões, trezentos e oitenta e sete mil e quatrocentos cruzeros), para pagamento dos seguintes subsídios, em cumprimento do que dispõe o artigo 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, e relativas ao exercício de 1951:

Cr\$

- a) Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás 2.500.000,00
- b) Faculdade de Filosofia de Goiás 2.500.000,00

- c) Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás 2.500.000,00
- d) Escola de Engenharia de Juiz de Fora 5.387.400,00
- e) Faculdade de Direito de Santa Catarina 2.500.000,00

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.986 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1952

Transfere à Prefeitura Municipal de Patrocínio concessão para aproveitar e distribuir energia elétrica.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.987 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a Cia. Paulista de Força e Luz a construir uma usina geradora Diesel-elétrica em Franca, no Estado de São Paulo, e uma linha de transmissão de Franca a Peixoto, no Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.988 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1952

Dispõe sobre o valor do auxílio para funeral no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º O limite máximo do valor do auxílio para funeral no Instituto

de Aposentadoria e Pensões dos Industriários passa a ser igual a um salário de adulto, vigente na localidade onde se realizar o enterramento.

Parágrafo único. Nas localidades onde o salário mínimo for inferior a quinhentos cruzeiros, o limite máximo será igual a essa importância.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Vianna.

DECRETO N.º 31.989 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1952

Dá nova redação aos itens II e III do artigo 1.º do Decreto n.º 31.480, de 18 de setembro de 1952.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os itens II e III do artigo 1.º do Decreto n.º 31.480, de 18 de setembro de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II — 50 cargos da classe L serão providos:

a) Pelos que, percebendo vencimento ou salário correspondente à classe G, não foram incluídos na alínea b do item anterior e pelos que percebiam vencimento ou salário correspondente à classe F;

b) os cargos restantes serão providos pelos que percebiam vencimento ou salário correspondente à classe E, obedecida a ordem de antiguidade;

III — 59 cargos da classe K serão providos:

a) Pelos que, percebendo vencimento ou salário correspondente à classe E, não foram incluídos na alínea b do item anterior e pelos que percebiam vencimentos ou salários correspondente à classe D;

b) Os cargos restantes serão providos pelos que percebiam vencimento ou salário correspondente à classe C, obedecida a ordem de antiguidade".

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Vianna.

DECRETO N.º 31.990 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Aliança da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital social de Cr\$ 18 000 000,00 (dezoito milhões de cruzeiros) para Cr\$ 54 000 000,00 (cinquenta e quatro milhões de cruzeiros), da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, com sede na Capital do Estado da Bahia, autorizada a funcionar pelo Decreto número 4 529, de 30 de maio de 1873, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 1952, mediante a seguinte condição:

I — supressão das palavras “no mínimo” da alínea a do art. 40;

II — a alteração consignada na cláusula precedente deverá ser aprovada em Assembléia Geral Extraordinária dentro do prazo de sessenta (60) dias, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Vianna.

DECRETO N.º 31.991 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 252.440.000,00, em reforço da Verba 2 — Serviços e Encargos do Orçamento de 1952 — Auxílio aos Municípios.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei n.º 1.733, de 14 de novembro de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 92, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de duzentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta mil cruzeiros (Cr\$ 252.440.000,00), em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação VII — Dispositivos Constitucionais, 71 — Dotações para atender ao disposto no art. 15, § 4.º da Constituição (Auxílio aos Municípios), 14 — Direção Geral da Fazenda Nacional, 16 — Diretoria da Despesa Pública, do Anexo 19 do vigente orçamento (Lei n.º 1.427, de 6 de dezembro de 1951).

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.992 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 86.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.694, de 3 de outubro de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 92 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º E' aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de oi-

tenta e seis milhões de cruzeiros (Cr\$ 86.000.000,00), destinado à construção, na Capital do Estado de São Paulo, do edifício para a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e demais repartições federais.

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior terá a vigência de quatro (4) anos, e somente será utilizado de conformidade com o que prescreve o art. 2.º da citada Lei n.º 1.694.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.993 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.150.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida na Lei número 1.715, de 29 de outubro de 1952, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º É aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de oito milhões, cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 8.150.000,00), para regularização de despesa efetuada, no exercício de 1951, em favor da Casa da Moeda, com a aquisição de trezentas toneladas de cobre e oitenta toneladas de alumínio, destinadas à produção de moedas divisionárias.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

DECRETO N.º 31.994 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova aumento do capital do Instituto Hipotecário e Financeiro S. A. — Banco de Crédito Real.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.995 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede permissão a Bakol S. A. Indústria e Comércio para funcionar nos domingos e feriados civis e religiosos.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 7.º, § 2.º, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 27.043, de 12 de agosto de 1949, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada, em caráter permanente, a funcionar nos domingos e feriados civis e religiosos a Bakol S. A. Indústria e Comércio, de São Paulo, observadas as disposições legais vigentes, sobretudo as de proteção do trabalho, e excetuados os serviços de escritórios.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.996 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede permissão, em caráter permanente, a Seção de Penicilina da Companhia Química Rhodia Brasileira com sede em Santo André no Estado de São Paulo, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos

têrmos do art. 7.º, § 2.º, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 27 048, de 12 de agosto de 1949, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada, em caráter permanente, a Seção de Penicilina da Companhia Quimica Rhodia Brasileira, com sede em Santo André, no Estado de São Paulo, a funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos, observadas as disposições legais vigentes, sobretudo as de proteção ao trabalho, e excetuado o pessoal de escritório.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.997 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede permissão a Companhia União dos Refinadores — Açúcar e Café para funcionar nos domingos e feriados civis e religiosos.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item 1, da Constituição e nos têrmos do art. 7.º, § 2.º, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 27 048, de 12 de agosto de 1949, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada, em caráter permanente, a funcionar nos domingos e feriados civis e religiosos a seção de fornos contínuos de fabricação e de regeneração de carvão animal e vegetal da Companhia União dos Refinadores — Açúcar e Café, de São Paulo, observadas as disposições legais vigentes, sobretudo as de proteção do trabalho e excetuados os serviços de escritório.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.998 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Miramar Companhia Nacional de Seguros Gerais".

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.999 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova alteração introduzida nos Estatutos, referente ao aumento de capital, da Sul America Capitalização S. A.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos têrmos do Decreto n.º 22.456, de 10 de fevereiro de 1933 decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a alteração introduzida nos Estatutos, referente ao aumento do capital social de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), da Sul America Capitalização S. A., com sede nesta Capital, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 18.891, de 4 de setembro de 1929, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de novembro de 1952.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 32.000 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Confiança.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.001 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Colonial, Companhia Nacional de Seguros Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), da Colonial Companhia Nacional de Seguros Gerais, com sede nesta Capital, autorizada a funcionar pelo Decreto número 14.499, de 11 de janeiro de 1944, conforme deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias realizada em 28 de maio e 14 de agosto de 1952, mediante a seguinte condição:

I — substituição da redação proposta do art. 5.º, pela seguinte:

“o capital social é de Cr\$ 6.000.000,00, dividido em 12.000 ações nominativas, do valor nominal de Cr\$ 500,00 cada uma”.

II — a alteração consignada na cláusula precedente deverá ser aprovada em Assembleia Geral Extraordinária dentro do prazo de sessenta (60) dias, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Vianna.

DECRETO N.º 32.002 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia União de Seguros Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.003 — DE 26
DE DEZEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Boavista de Seguros.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social de Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros) para Cr\$.. 14.000.000,00 (quatroze milhões de cruzeiros), da Companhia Boavista de Seguros, com sede nesta Capital, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 1.914, de 25 de agosto de 1937, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de novembro de 1952.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Vianna.

DECRETO N.º 32.004 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres Phenix de Porto Alegre.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.005 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Gerais Corcovado.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.006 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede autorização para funcionamento do curso médico da Faculdade de Medicina de Juiz de Fora.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.007 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.008 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno de marinha, que menciona, situado no município de São Vicente, no Estado de São Paulo.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.009 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil dos terrenos acrescidos de marinha, que menciona, situados na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 31.010 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha, que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.011 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.012 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha e acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.013 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

Dispõe sobre os Planos de Indenizações de Guerra e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e em face da proposta formulada pela Comissão de Reparações de Guerra, nos termos do Decreto-lei n.º 8.553, de 4 de janeiro de 1946, art. 2.º, e

Considerando que o Decreto-lei número 8.553, de 4 de janeiro de 1946, que criou a Comissão de Reparações de Guerra, deu-lhe atribuições não só para propor ao Governo os atos necessários para especificação dos bens dos súditos do Eixo que devem responder pelos atos de agressão contra a pessoa e bens dos brasileiros residentes ou domiciliados no país, como para elaborar o plano de pagamento das indenizações a que se refere o art. 3.º parágrafo único, do Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942;

Considerando que, no exercício dessas atribuições, a Comissão de Reparações de Guerra propôs, em tempo oportuno, ao Governo, a especificação desses bens, que passaram a constituir a conta "Fundo de Indenizações", e o respectivo plano de pagamento das indenizações (1.º plano) que foi aprovado pelo Decreto número 25.147, de 29 de junho de 1948;

Considerando que, por esse plano, foram mandados pagar Cr\$ 469.993.346,20 de indenizações, tendo sido já efetuados pagamentos, pelo Banco do Brasil e à conta do "Fundo de Indenizações" no valor de Cr\$... 333.324.325,20, restando a pagar um saldo de Cr\$ 136.669.021,00;

Considerando que, segundo informa a Contadoria Geral da República e se verifica dos dados fornecidos pela Agência Especial de Defesa Econômica (Banco do Brasil S. A.), as importâncias em dinheiro atualmente existentes no Fundo de Indenizações totalizam Cr\$ 192.349.159,60, além dos valores estimados em Cr\$ 270.000.000,00, a realizar, importâncias suficientes para atender, com prioridade e imediatamente, ao pagamento do saldo das indenizações a liquidar, sem prejuízo das eventuais devoluções futuras;

Considerando que, já na previsão desse saldo favorável, a Comissão de Reparações de Guerra, pela Resolução n.º 23, de 17 de maio de 1949, admitiu a processo e julgamento as reclamações tardiamente apresentadas por danos à saúde ou à vida e que passaram a constituir o chamado Plano Suplementar, a cujo estudo e elaboração se refere a Mensagem enviada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional em 16 de março do corrente ano;

Considerando que o saldo favorável existente dá para cobrir integralmente, também, o pagamento dessas indenizações no montante aproximado de Cr\$ 18.000.000,00, mediante a aprovação desse Plano Suplementar pelo presente Decreto; e

Considerando que o Governo, atendendo a reclamações de interessados, determinou por despacho de 31 de julho de 1951 (*Diário Oficial* de 2 de agosto de 1951) que se admitisse a um novo plano de reparações os pedidos de indenizações devidamente justificados, recebidos posteriormente aos prazos assinados para a habilitação, decreta:

Art. 1.º E' o Banco do Brasil S. A., AGEDE (Decreto-lei n.º 5.661, de 12 de julho de 1943), autorizada a liquidar, imediatamente, não só o saldo do 1.º Plano de Indenizações de Guerra, aprovado pelo Decreto número 25.147, de 29 de junho de 1948, como também, concomitantemente, o

valor integral das indenizações por perdas de vida e danos à saúde incluídas no Plano Suplementar ora aprovado.

Art. 2.º Para os fins previstos no artigo anterior, a Comissão de Reparações de Guerra e a Agência Especial de Defesa Econômica do Banco do Brasil S. A., no exercício de suas respectivas atribuições, usarão não só do produto dos bens e haveres especificados nas alíneas a, b e c do art. 3.º do Decreto n.º 25.147, de 29 de junho de 1948, como de quaisquer importâncias em dinheiro que façam parte integrante do "Fundo de Indenizações", nos termos do citado art. 3.º, à proporção que sejam necessárias e sem prejuízo da devolução do que tenha sido liberado, que se fará em títulos (Lei n.º 1.224, de 4 de novembro de 1950, art. 1.º, § 2.º) ou com outras verbas do "Fundo de Indenizações", dando-se apenas a natural prioridade ao pagamento das indenizações devidas e já deferidas que integram os dois planos a que se refere o citado artigo anterior.

Art. 3.º Fica marcado o prazo improrrogável de 120 dias para a apresentação, pelos interessados, à Comissão de Reparações de Guerra, de quaisquer reclamações, com fundamento nos danos ou prejuízos por atos de agressão das potências do Eixo a que se refere o Decreto-lei n.º 4.166, de 11 de março de 1942, que constituirão o 3.º e último plano de Indenizações de Guerra a ser pago nos termos do referido Decreto-lei.

Art. 4.º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Renato de Almeida Guillobel

Cyro Espirito Santo Cardoso

João Neves da Fontoura

Horácio Laje

Alvaro de Souza Lima

João Cleophas

E. Simões Filho

Segadas Viana

Nero Moura

DECRETO N.º 32.014 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

Fixa os vencimentos dos servidores da Caixa Econômica Federal de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 33 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, decreta:

Art. 1.º Os padrões salariais dos vencimentos e as referências de salário do pessoal da Caixa Econômica Federal de Pernambuco (C.E.F.P.) obedecerão aos valores fixados nos artigos 3.º e 8.º da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, observada a tabela de conversão anexa que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. Não haverá na Caixa Econômica Federal de Pernambuco o cargo de provimento efetivo, isolado ou de carreira, de padrão superior à "O".

Art. 2.º São fixados, para os cargos de provimento em comissão existentes ou que vierem a ser criados, os seguintes símbolos e valores mensais:

Símbolo	Valor mensal
CC-1	15.000,00
CC-2	13.000,00
CC-3	11.000,00
CC-4	10.000,00
CC-5	9.000,00
OC	8.400,00
NC	7.230,00
MC	6.080,00
LC	5.160,00

Art. 3.º Os cargos de Secretário Geral, Contador Geral, Consultor Téc-

nico, Consultor Jurídico e Tescureiro Geral serão providos em comissão e corresponderão ao símbolo LC.

Parágrafo único. É assegurada a situação pessoal dos atuais ocupantes de cargos de provimento efetivo ora transformados em cargos de provimento em comissão na conformidade deste artigo, bem como dos funcionários ou empregados providos em cargo efetivo extinto e que passaram a figurar no Quadro Suplementar.

Art. 4.º São fixados para as funções gratificadas os seguintes símbolos e valores mensais:

Símbolo	Valor mensal
FG-1	1.500,00
FG-2	1.000,00
FG-3	800,00
FG-4	600,00
FG-5	400,00
FG-6	300,00

Parágrafo único. Ficam reclassificadas, de acordo com a tabela anexa, as atuais funções gratificadas da Caixa Econômica Federal de Pernambuco.

Art. 5.º Os novos valores dos vencimentos, salários e funções gratificadas, estabelecidos neste Decreto, começam a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1952.

Art. 6.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Tabela de conversão a que se refere o art. 1.º do Decreto n.º 32.014, de 29 de dezembro de 1952

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Índice	Valor mensal	Referência ou Padrão	Valor mensal
1	Cr\$ 500,00	13	Cr\$ 750,00
2	600,00	15	900,00
3	750,00	16	1.100,00
—	—	A	1.200,00
4	900,00	B	1.310,00
—	—	C	1.440,00
6	1.100,00	D	1.580,00
7	1.150,00		
8	1.200,00	E	1.720,00
9	1.400,00	F	1.900,00
10	1.500,00		
11	1.650,00	G	2.170,00
12	1.900,00	H	2.580,00
13	2.000,00		
14	2.100,00	I	2.990,00
15	2.200,00		
16	2.600,00	J	3.620,00
—	3.000,00	K	4.310,00
18	4.000,00	L	5.160,00
—	—	M	6.080,00
—	—	N	7.230,00
—	—	O	8.400,00

Relação a que se refere o parágrafo único do Decreto n.º 32.014, de 29 de dezembro de 1952

Função	Símbolo	Valor mensal
		Cr\$
Secretário do Presidente	FG-1	1.500,00
Gerente Agência Especial	FG-2	1.000,00
Gerente Filial 1.ª Classe	FG-2	1.000,00
Chefe de Seção	FG-3	800,00
Ajudante de Contador Geral	FG-3	800,00
Fiscal de Agências e Filiais	FG-3	800,00
Gerente Filial 2.ª Classe	FG-3	800,00
Contador Seccional	FG-4	600,00
Gerente Agência 2.ª Classe	FG-4	600,00
Gerente Filial 3.ª Classe	FG-4	600,00
Porteiro da Matriz	FG-4	600,00
Fiscal de Penhores	FG-4	600,00
Conferente de Firmas	FG-5	400,00
Ajudante de Tesoureiro	FG-5	400,00
Gerente Agência 3.ª Classe	FG-5	400,00
Auxiliar Gabinete Presidente	FG-6	300,00
Auxiliar Gabinete Diretor	FG-6	300,00
Porteiro Agências e Filiais	FG-6	300,00
Artífice	FG-6	300,00

DECRETO N.º 32.015 — DE 29 DE
DEZEMBRO DE 1952

Dispõe sobre o Regulamento de Promoção dos Funcionários Públicos Civis da União.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.016 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

Estende a General de Divisão, funções previstas pelo Decreto n.º 31.392, de 5 de setembro de 1952, como privativas de General de Brigada.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e de

acôrdo com o artigo 3.º, da Lei número 1.632, de 30 de junho de 1952, decreta:

Art. 1.º A função de Comandante da 10.ª Região Militar, prevista pelo Decreto n.º 31.392, de 5 de setembro de 1952 (Título I e § 1.º, do artigo 1.º), como privativas de General de Brigada efetivo, passa a ser exercida também por General de Divisão, efetivo ou graduado.

Art. 2.º As funções constantes das letras A e B, do item II, e do item III, do artigo 1.º, do citado Decreto, como privativas de General de Brigada, efetivo ou graduado, também poderão ser exercidas por General de Divisão, efetivo ou graduado, da respectiva categoria.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GERÚLIO VARGAS
Cyrro Espirito Santo
Cardoso

DECRETO N.º 32.017 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Rede Ferroviária do Nordeste, o domínio útil de faixa de terreno de marinha, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos números 4.152, de 6 de março de 1942 e 9.811, de 9 de setembro de 1946, decreta:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Rede Ferroviária do Nordeste, o domínio útil da faixa de terreno de marinha, representada na planta que com este baixa, devidamente autenticada, com a área de 63.835,56 m² — (sessenta e três mil oitocentos e trinta e cinco metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), situada na Freguesia de São José, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, a qual

está aforada ao Dr. Adalberto Eugênio Mações, necessária às obras de construção da nova estação de cargas de Cinco Pontas, da Linha Sul, assim como às ligações dessa Linha com a Linha Oeste, da mencionada Rede Ferroviária do Nordeste.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GERÚLIO VARGAS
Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 32.018 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

Altera a lotação de repartição atendida pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica alterada, como se segue, a lotação numérica do Serviço de Assistência a Menores.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES

S e d e	LOTAÇÃO	
	Perm.	Supl.
<i>Cargo isolado de provimento em comissão</i>		
Diretor (S. A. M.) ..	1	
<i>Cargo isolado de Provimento efetivo</i>		
Professor de Ensino Primário	2	
<i>Cargos de carreira</i>		
Almoxarife (1 I. G. M. S. — 1 H. C.) ..	4	
Atendente		2
Auxiliar de Ensino — (1 I. G. M. S.) ...		2

Dactilógrafo	4	
Dentista	1	
Escrivário (1 I. G. M. S.)	11	
Farmacêutico	3	
Inspetor de Alunos — 24 I. G. M. S. — 6 H. C.)	85	
Médico (1 H. C.)	4	1
Motorista		
Oficial Administrativo	2	
Servente (1 I. G. M. S.)		5
Trabalhador (2 I. G. M. S.)		12
Total	117	22

ESCOLA AGRÍCOLA ARTUR BERNARDES

S e d e	LOTAÇÃO	
	Perm.	Supl.
<i>Cargo isolado, em comissão</i>		
Diretor (E. A. A. B. — S. A. M.)		1
<i>Cargo isolado, efetivo</i>		
Professor de Ensino Primário	3	
<i>Cargos de carreira</i>		
Almoxarife	1	2
Artífice		1
Auxiliar de Ensino		
Dactilógrafo	1	
Dentista	1	
Escrivário	1	
Inspetor de Alunos	24	
Médico	1	
Servente		1
Total	32	5

ESCOLA JOÃO LUÍS ALVES

S e d e	LOTAÇÃO	
	Perm.	Supl.
<i>Cargos isolados, efetivos</i>		
Diretor (E. J. L. A. — S. A. M.)		1
Secretário		1
<i>Cargos de carreira</i>		
Almoxarife	1	
Artífice		1
Atendente		1
Escrivário	1	
Inspetor de Alunos	24	
Motorista		1
Servente		1
Trabalhador		5
Total	26	11

ESCOLA VENCESLAU BRÁS

S e d e	LOTAÇÃO	
	Perm.	Supl.
<i>Cargo isolado, em comissão</i>		
Diretor (E. V. B. — S. A. M.)		1
<i>Cargo isolado, efetivo</i>		
Professor de Ensino Primário	1	
<i>Cargos de carreira</i>		
Almoxarife	1	
Artífice		2
Auxiliar de Ensino		1
Dentista	1	
Inspetor de Alunos	24	
Médico	1	
Servente		1
Total	28	5

INSTITUTO PROFISSIONAL QUINZE
DE NOVEMBRO

DECRETO N.º 32.019 — DE 29

DE DEZEMBRO DE 1952

S e d e	LOTAÇÃO	
	Perm.	Supl.
<i>Cargo isolado, em comissão</i>		
Diretor (I. P. Q. N. — S. A. M.)	1	
<i>Cargo isolado, efetivo</i>		
Professor de Ensino Primário	4	
<i>Cargos de carreira</i>		
Almoxarife	1	
Artífice		4
Auxiliar de Ensino ...		2
Dactilógrafo	1	3
Dentista	1	
Escrivário	2	
Inspetor de Alunos ...	81	
Médico	1	
Oficial Administrativo.	1	
Servente		1
Trabalhador		11
Total	93	21

Art. 2.º Fica aprovada, nos termos da relação anexa, a distribuição nominal dos ocupantes dos cargos constantes do artigo anterior.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de
Lima

Retifica o artigo 1.º, do Decreto número 26 681, de 19 de maio de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica retificado o artigo primeiro (1.º), do Decreto número vinte e seis mil seiscentos e oitenta e um (26.681), de dezenove (19) de maio de mil novecentos e quarenta e nove (1949), que autoriza o cidadão brasileiro José Schwerber a lavrar minério de ferro e associados no município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais, o qual passa a ter a seguinte redação: Fica autorizado o cidadão brasileiro José Schwerber a lavrar jazida de minério de ferro e associados no imóvel denominado Fazenda Vigia, no distrito e município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais, numa área de vinte e dois hectares e setenta e cinco ares (22,75 ha), delimitada por um retângulo que tem um vértice a quatrocentos e quarenta e dois metros e cinquenta centímetros (442,50) no rumo magnético de seis graus nordeste (6º NE), da confluência dos córregos Ana e Bocaina e os lados divergentes do vértice considerado, têm: seiscentos e cinquenta metros (650m) e rumo este (E) magnético; trezentos e cinquenta metros (350 m.), e rumo norte (N) magnético.

Art. 2.º Ficam mantidas as demais disposições dos artigos do referido Decreto, que passarão a fazer parte integrante do presente.

Art. 3.º A presente retificação de Decreto não fica sujeita ao pagamento da taxa prevista pelo parágrafo único do artigo 31 do Código de Minas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 32.020 — DE 29 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Força e Luz de Papagaio.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.021 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 26.543,
de 31 de março de 1949*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica renovada, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra "b", do artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida ao cidadão brasileiro Lourival Pinheiro Ferreira, pelo Decreto número vinte e seis mil quinhentos e quarenta e três (26.543), de trinta e um (31), de março de mil novecentos e quarenta e nove (1949), para pesquisar minério de ouro, no município de Turiaçu, Estado do Maranhão.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 32.022 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 26.544,
de 31 de março de 1949*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos

termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica renovada, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra "b", do artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida ao cidadão brasileiro Lourival Pinheiro Ferreira, pelo Decreto número vinte e seis mil quinhentos e quarenta e quatro (26.544), de trinta e um (31), de março de mil novecentos e quarenta e nove (1949), para pesquisar minério de ouro, no município de Turiaçu, Estado do Maranhão.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 32.023 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

*Renova o Decreto n.º 26.545,
de 31 de março de 1949*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica renovada, pelo prazo improrrogável de um (1) ano, nos termos da letra "b", do artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 9.605, de 19 de agosto de 1946, a autorização conferida ao cidadão brasileiro Lourival Pinheiro Ferreira, pelo Decreto número vinte e seis mil quinhentos e quarenta e cinco (26.545), de trinta e um (31), de março de mil novecentos e quarenta e nove (1949), para pesquisar minério de ouro, no município de Turiaçu, Estado do Maranhão.

Art. 2.º A presente renovação, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 32.024 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão Brasileiro Ulisses Franco a pesquisar feldspato e associados, no município de Salesópolis, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Ulisses Franco a pesquisar feldspato e associados, em terras de propriedade de João Lindolfo, João Costa, João Felício, Francisco Rodrigues de Moraes, Isabel de Prado e Rosália de Mgrais, no local conhecido por Bairro de Padre José, município e distrito de Salesópolis, Estado de São Paulo, numa área de quatrocentos e noventa e seis hectares (496 ha.), delimitada por um retângulo que tem um vértice situado a mil seiscentos e dez metros (1.610 m.) e no rumo magnético de setenta e dois graus sudeste (72º SE), da torre da Igreja Nossa Senhora do Carmo e os lados que formam o vértice considerado têm os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: a partir do referido vértice: três mil e duzentos metros (3.200 m.) cinquenta e um graus e trinta minutos noroeste (51º 30' NW); mil quinhentos e cinquenta metros (1.550 m.), trinta e oito graus e trinta minutos sudoeste (38º 30' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de

quatro mil novecentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 4.960,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 32.025 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Rogério Rodrigues Meireles a pesquisar talco e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Rogério Rodrigues Meireles a pesquisar talco e associados, em terrenos de sua propriedade, no local denominado Rodeio de Baixo, distrito de Miguel Burnier, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, numa área de dez hectares e noventa e quatro ares (10,94 ha), delimitada por um polígono mistilíneo que tem um vértice na confluência do córrego Ponta da Serra no ribeirão da Colônia, e os lados, a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: cento e sessenta metros (160 m), sessenta e um graus e trinta minutos sudeste (61º 30' SE); trezentos e trinta metros (330 m), trinta e dois graus e trinta minutos sudoeste (32º 30' SW); duzentos e trinta e oito metros (238 m), oeste (W); duzentos e noventa e dois metros — (292 m), norte (N); d'êste vértice, seguindo pelo ribeirão da Colônia, no sentido de montante, até o primeiro (1.º) considerado.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica d'êste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 32.026 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a cidadã brasileira Henriqueta dos Anjos Maia a pesquisar quartzo, no município de Cristais, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Henriqueta dos Anjos Maia a pesquisar quartzo em terrenos de sua propriedade, situados no lugar denominado Serra, distrito e município de Cristais, Estado de Minas Gerais, numa área de setenta hectares (70 ha), delimitada por um retângulo, tendo um vértice à distância de duzentos e noventa e sete metros (297 m), no rumo magnético oitenta e seis graus e quarenta minutos nordeste (86º 40' NE) da confluência do córrego do Pasto dos Bois com o córrego do Café, e os lados divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil metros (1.000 m), setenta e sete graus e quarenta e cinco minutos sudeste (77º 45' SE); setecentos metros (700 m), doze graus e quinze minutos sudoeste (12º 15' SW).

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de setecentos cruzeiros (Cr\$ 700,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 32.027 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Lourival Pinheiro Ferreira a pesquisar minério de ouro, no município de Turiaçu, do Estado do Maranhão.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Lourival Pinheiro Ferreira, a pesquisar minério de ouro, em terrenos devolutos, a oeste (W) do povoado de Aurizona, distrito de Cândido Mendes, município de Turiaçu, do Estado do Maranhão, numa área de quinhentos hectares (500 ha.) delimitada por uma faixa, tendo como eixo o igarapé Piabas, afluente esquerdo do rio do Itaíba, o comprimento de quinhentos metros (500m), medidos a partir da confluência e a largura de mil metros (1.000 m), sendo quinhentos metros (500 m), a contar do dito eixo para cada margem.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 32.028 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo dos Santos Patury a lavar depósitos conchilíferos no município de Salvador, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de

29 de janeiro de 1940 (Código de Minas) decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Raimundo dos Santos Patury a lavrar depósitos conchilíferos, em duas diferentes áreas, perfazendo o total de trezentos e noventa hectares (390 ha.), situadas na Baía de Todos os Santos, distrito e município de Salvador, Estado da Bahia, e assim definidas: a primeira (1.ª), com duzentos e cinquenta e cinco hectares (255 ha), e uma faixa marítima da enseada de Aratu, com cento e vinte metros (120 m) de largura, a contar para dentro da baía, da linha de preamar médio, faixa esta que contorna a enseada, dirigindo-se inicialmente para o norte (N), e medindo vinte e um mil duzentos e cinquenta metros (21.250 m) de comprimento, a partir do ponto em que uma reta, com rumo verdadeiro trinta e nove graus noroeste (39º NW), que parte do canto noroeste (NW), do prédio da estação ferroviária de Aratu da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, intercepta a margem mais próxima, lado sudeste (SE), da referida enseada; a segunda (2.ª), com cento e trinta e cinco hectares (135 ha) e uma faixa com cento e vinte metros (120 m), de largura, a contar para dentro da baía, a partir da linha de preamar médio, contornando a mesma enseada, e tendo o comprimento de onze mil duzentos e cinquenta metros (11.250 m), a partir do mesmo ponto em que começa a área anterior, mas dirigindo-se inicialmente para o sul (S). Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28, do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionadas neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos à União, ao Estado e ao Município, em cumprimento do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbem, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e

subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de sete mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 7.800,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 32.029 — DE 29 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a Companhia Melhoramentos de Mossoró S. A. a ampliar suas instalações termo-elétricas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.030 — DE 29 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a Prefeitura Municipal de Prata a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.031 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

Concede autorização para constituição da "Cooperativa Mista dos Associados do Sindicato da Indústria de Construção Civil do Recife", com sede em Recife, capital do Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e de

acôrdo com a alínea "b", do artigo 12, do Decreto-lei n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, modificado pelo Decreto-lei n.º 581, de 1.º de agosto de 1938, ambos revigorados pelo Decreto-lei n.º 3.401, de 19 de dezembro de 1945, decreta:

Art. 1.º Fica a "Cooperativa Mista dos Associados do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Recife" autorizada a constituir-se na cidade do Recife, após o que deverá, nos termos da lei, registrar-se no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 32.032 — DE 29
DE DEZEMBRO DE 1952

Declara sem efeito a desapropriação de terreno de propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e, considerando ao que expôs o Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto n.º 31.060, de 30 de junho de 1952, na parte que declarou de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, área de terreno com a superfície de 11.385 m² (onze mil trezentos e oitenta e cinco metros quadrados) situada na Avenida Brasil, esquina da rua Almirante Mariath, de propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 32.033 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1952

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, usando da autorização contida no art. 1.º da Lei n.º 1.336, de 28 de janeiro de 1951, e tendo ouvido o Ministério da Fazenda e o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) para atender às despesas de construção e pavimentação da rodovia de que trata o Decreto n.º 26.069, de 22 de dezembro de 1948, inclusive a sua continuação até a cidade de Nova Friburgo.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima
Horácio Lafer

DECRETO N.º 32.034 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1952

Altera a carreira de Procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A carreira de Procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, constante dos quadros que acompanham o Decreto n.º 24.799, de 13 de abril de 1948, passa a ser constituída dos seguintes cargos:

- 20 Procuradores classe O
- 24 Procuradores classe N
- 26 Procuradores classe M
- 28 Procuradores classe L
- 32 Procuradores classe K

Art. 2.º Para a lotação dos órgãos Jurídicos do Instituto ficam estabelecidas, na carreira de Procurador, as cotas máximas a saber: Administração Central — 30; Distrito Federal e São Paulo — 15 em cada um; Minas Gerais — 12; Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul — 5 em cada um; Ceará — 4; Amazonas e demais Estados, 2 em cada um.

Art. 3.º O ingresso, a qualquer título, na carreira de Procurador fica condicionado à obrigação do exercício da função em uma das Delegacias do Instituto, nos Estados, cuja lotação não esteja completa.

Art. 4.º Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Decreto, deverá ser aberto concurso público, na forma da legislação em vigor, para o preenchimento de vagas na classe inicial da carreira.

Art. 5.º O exercício do cargo ou função de chefia ou direção da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Territórios ou Autarquias Federais pelo Procurador, só será permitido se não houver ônus para o Instituto, inclusive de vencimentos, e dependerá de prévia e expressa autorização do Presidente da República.

Art. 6.º O funcionário interino só poderá ter exercício no cargo para o qual tenha sido nomeado.

Art. 7.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952. 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N. 32.035 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1952

Eleva à categoria de Delegacia de 2.ª classe, a Agência da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina, em Laguna.

O Presidente da República, atendendo ao que lhe expôs o Ministro de Estado dos Negócios da Marinha e

usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Artigo 1.º É elevada à categoria de Delegacia de 2.ª classe, a Agência da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina, em Laguna.

Artigo 2.º O presente Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Renato de Almeida Guillobel

DECRETO N.º 32.036 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Cooperative For American Remittances to Europe Inc., — C. A. R. E."

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.037 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelato da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.038 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, geografia e história e letras neo-latinas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.039 — DE 30 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede reconhecimento ao curso de história natural da Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.040 — DE 31 DE
DEZEMBRO DE 1952

Dispõe sobre a lista de passageiros de aeronaves em serviço internacional.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.041 — DE 31 DE
DEZEMBRO DE 1952

Outorga à Fôrça e Luz do Pará, Sociedade Anônima, concessão para distribuir energia elétrica no município de Belém, Estado do Pará.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial* por falta de pagamento.

DECRETO N.º 32.042 — DE 31 DE
DEZEMBRO DE 1952

Outorga à Companhia Nacional de Energia Elétrica concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira da Água Vermelha, existente no rio Grande, entre os municípios de Fernandópolis, Estado de São Paulo, e Campina Verde, Estado de Minas Gerais.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*, por falta de pagamento.

APENSO

Figuram neste apenso:

- I - os decretos que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no "Diário Oficial" depois do 2.º dia útil do 4.º trimestre de 1952;
- II - as retificações e reproduções publicadas no 4.º trimestre de 1952, referentes a decretos expedidos em trimestres anteriores.;

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1952

DECRETO N.º 28.498 — DE 14
DE AGOSTO DE 1950

Autoriza o cidadão brasileiro Joubert Santos a lavar areia silicosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Joubert Santos a lavar areia silicosa numa área de oitenta e dois hectares (82 ha) situada no distrito e município de São Vicente, Estado de São Paulo e contida entre duas retas paralelas com rumo comum de cinquenta e dois graus e quinze minutos noroeste (52º 15' NW) partindo, respectivamente, dos quilômetros dezessete e quinhentos e seis mais duzentos e noventa metros (km. 16-1-290m.) do ramal Santos-Juquía, da Estrada de Ferro Sorocabana, compreendida entre esta ferrovia e a margem direita do rio Branco de São Vicente. Esta autorização é outorgada mediante as condições constantes do parágrafo único do artigo 28 do Código de Minas e dos artigos 32, 33, 34 e suas alíneas, além das seguintes e de outras constantes do mesmo Código, não expressamente mencionados neste Decreto.

Art. 2.º O concessionário da autorização fica obrigado a recolher aos cofres públicos, na forma da lei, os tributos que forem devidos a União, ao Estado e ao Município, e cumprimento do disposto no artigo 68 do Código de Minas.

Art. 3.º Se o concessionário da autorização não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbe, a autorização de lavra será declarada caduca ou nula, na forma dos artigos 37 e 38 do Código de Minas.

Art. 4.º As propriedades vizinhas estão sujeitas às servidões de solo e subsolo para os fins da lavra, na forma dos artigos 39 e 40 do Código de Minas.

Art. 5.º O concessionário da autorização será fiscalizado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e gozará dos favores discriminados no artigo 71 do mesmo Código.

Art. 6.º A autorização de lavra terá por título este Decreto, que será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, após o pagamento da taxa de mil e seiscentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 1.640,00).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1950; 129.º da Independência e 82.º da República.

EURICO G. DUTRA
A. de Novaes Filho

DECRETO N.º 29.878 — DE 13
DE AGOSTO DE 1951

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do curso denominado "Águas Verdes".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 inciso I, da Constituição, e

Considerando que, nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, a inscrição no "Registro de Águas Públicas", da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, será feita mediante a expedição de decreto;

Considerando que o Edital publicado no "Diário Oficial", de 10 de novembro de 1949 não recebeu contestações dos interessados;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no processo n.º 1.157-49-CNAEE, opinou favoravelmente à classificação do referido Edital, decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado "Águas Verdes", que nasce no município de Boa Esperança, serve de limite deste com o município de Campos Gerais é tributário pela margem direita do rio Sapucaí, são declaradas públicas de uso comum do domínio do Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 29.881 — DE 13
DE AGOSTO DE 1951

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do curso denominado "Areias" ou "Floriano".

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e

Considerando que, nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de

5 de junho de 1940, a inscrição no "Registro de Águas Públicas", da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, será feita mediante a expedição de decreto;

Considerando que o Edital publicado no "Diário Oficial" de 6 de julho de 1949, não recebeu contestações dos interessados;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no processo n.º 700-1949-CNAEE, opinou favoravelmente à classificação constante do referido Edital, decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado "Areias" ou "Floriano", que está incluído no município de Porxoréu e é tributário pela margem esquerda, do rio São João são declaradas públicas de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 29.970 — DE 10
DE SETEMBRO DE 1951

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Alberto Dias, Loures ou Freire e Loures ou Freire, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 inciso I, da Constituição, e

Considerando que, nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, a inscrição no "Registro de Águas Públicas", da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, será feita mediante a expedição de decreto;

Considerando que o Edital publicado no "Diário Oficial", de 2 de dezembro de 1949, não recebeu contestações dos interessados;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no processo n.º 1.233-49-CNAEE, opi-

nou favoravelmente à classificação constante do referido Edital, decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado Alberto Dias, Loures ou Freire e Loures ou Freire, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior são declaradas públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.023 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1951

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Aterrado".

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e

Considerando que nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, a inscrição no "Registro de Águas Públicas" da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura será feita mediante a expedição de decreto;

Considerando que o Edital publicado no *Diário Oficial*, de 20 de setembro de 1949, não recebeu contestação;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no processo n.º 877-49 — C. N. A. E. E. opinou favoravelmente a classificação constante do referido Edital, decreta:

Art. 1.º — As águas do rio denominado "Aterrado", que nasce no município de Matias Barbosa, está todo incluído nele e é tributário pela margem do Paraibuna, são declaradas públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.349 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1951

Outorga à Prefeitura Municipal de Inhaúma, concessão para distribuir energia elétrica, no município de Inhaúma, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 852, de 11 de novembro de 1938, decreta:

Art. 1.º E' outorgada à Prefeitura Municipal de Inhaúma, concessão para distribuir energia elétrica no município de Inhaúma, Estado de Minas Gerais, ficando autorizada para tanto a construir uma linha de transmissão, sub-estação distribuidora e a respectiva rede de distribuição.

Parágrafo único. Em Portaria do Ministro da Agricultura, por ocasião da aprovação dos projetos, será determinada a potência instalada.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as seguintes condições:

- I — Registrá-lo na Divisão de Águas, dentro de trinta (30) dias, a contar da data de sua publicação.
- II — Apresentar à referida Divisão de Águas, dentro do prazo de 180 dias, os estudos, projetos e orçamentos relativos à construção da linha de transmissão, sub-estação distribuidora e a respectiva rede de distribuição, citadas no artigo 1.º.
- III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos de que trata este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º As tarifas de fornecimento da energia elétrica serão fixadas e trienalmente revistas pelo Ministério da Agricultura, de acordo com o artigo 180, do Código de Águas.

Art. 4.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.459 — DE 28 DE
JANEIRO DE 1952

Revalida o Decreto n.º 19.820, de 18 de outubro de 1945, que outorgou a Prefeitura Municipal de Guaporé concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Guaporé, no distrito da sede do município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o que requereu a Prefeitura Municipal de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul, decreta:

Art. 1.º Fica revalidado o Decreto n.º 19.820, de 18 de outubro de 1945, que outorgou à Prefeitura Municipal de Guaporé concessão para aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água denominado Guaporé, no distrito da sede do Município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I. Registrá-lo na Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir da sua publicação.

II. Apresentar, em três (3) vias, à Divisão citada, dentro do prazo de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os estudos, projetos e orçamentos respectivos.

III. Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem determinados pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
João Cleofas.

DECRETO N.º 30.480 — DE 30 DE
JANEIRO DE 1952

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Sal.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição, e considerando que nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, a inscrição no "Registro de Águas Públicas" da Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, será feita mediante a expedição de decreto;

Considerando que o Edital publicado no *Diário Oficial* n.º 162, de 17 de julho de 1951, não recebeu contestação dos interessados;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no processo n.º 746-51 — C. N. A. E. E., opinou favoravelmente à classificação constante do referido Edital, decreta:

Art. 1.º As águas do rio denominado Sal, que se acha incluído no município de Glória, e é tributário pela margem direita do rio São Francisco, são declaradas públicas de uso comum, do domínio do Estado da Bahia.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N.º 30.481 — DE 30 DE
JANEIRO DE 1952

*Declara públicas de uso comum,
de domínio do Estado da Bahia,
as águas do rio Gangorra.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e

Considerando que nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940, a inscrição no "Registro de Águas Públicas" da Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, será feita mediante a expedição de decreto;

Considerando que o Edital publicado no "Diário Oficial" n.º 162, de 17 de julho de 1951, não recebeu contestações dos interessados;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no processo n.º 746-51 — C. N. A. E. E., opinou favoravelmente à classificação constante do referido Edital, decreta:

Art. 1.º. As águas do rio Gangorra, que se acha incluído ao município de Glória, e é tributário pela margem direita do rio São Francisco, são declaradas de uso comum, do domínio do Estado da Bahia.

Art. 2.º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.482 — DE 30 DE
JANEIRO DE 1952

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas dos rios Salgado, Baixa do Mulungu e Baixa do Mulungu.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e

Considerando que nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 2.281, de

5 de junho de 1940, a inscrição no "Registro de Águas Públicas", da Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, será feita mediante a expedição de decreto;

Considerando que o Edital publicado no "Diário Oficial" n.º 162, dt 17 de julho de 1951, não recebeu contestações dos interessados;

Considerando que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica no processo n.º 746-51 — C. N. A. E. E., opinou favoravelmente à classificação constante do referido Edital, decreta:

Art. 1.º. As águas do rio denominado Salgado, Baixa do Mulungu e Baixa do Mulungu, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior, que se acha incluído no município de Glória e é tributário pela margem direita do rio São Francisco, são declaradas públicas de uso comum, do domínio do Estado da Bahia.

Art. 2.º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.511 — DE 7
DE FEVEREIRO DE 1952

Conceder prerrogativas de equiparação à Universidade Mackenzie e aprova seu estatuto.

RETIFICAÇÕES

No artigo único, onde se lê:

.. — Ministério ...

Leia-se:

... Ministro ...

No Estatuto, após o art. 2.º, acrescente-se:

TÍTULO II

Da Constituição

No art. 3.º, c) onde se lê:

.. Decreto n.º 27.111 ...

Leia-se:

... Decreto n.º 27.515 ...

No art 9.º, onde se lê:
 ... Administrando-se ...
 Leia-se:
 ... administrando-a ...
 No art. 11, b), onde se lê:
 ... art. 1.º ...
 Leia-se:
 ... art. 10. ...
 No art 14, a), onde se lê:
 ... ser brasileiro nato ...
 Leia-se:
 ... ser brasileiro ...
 No art. 27, s), onde se lê:
 ... de reconhecimento e idoneida-
 de ...
 Leia-se:
 ... de reconhecida idoneidade ...
 No art. 27, t), onde se lê:
 ... a sua deliberação do Ministé-
 rio da Educação e Saúde; ...
 Leia-se:
 ... a sua deliberação à ratificação
 de entidade mantenedora e a aprova-
 ção do Ministério da Educação e Saú-
 de ...
 No art. 31, a), onde se lê:
 ... pelo Reitor ...
 Leia-se:
 ... pelo Diretor ...
 No art. 43, onde se lê:
 ... como representante um seus
 professores ...
 Leia-se:
 ... indicará para fazer parte do
 Conselho Universitário como repre-
 sentante, um de seus professores ...

DECRETO N.º 30.703 — DE 2 DE
 ABRIL DE 1952

*Concede a Rielli, Silveira & Cia. Li-
 mitada, autorização para funcionar
 como empresa de mineração.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo n.º 87, n.º I, da Constituição e tendo em vista o que dispõe o artigo 6.º § 1.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Artigo único. É concedida a Rielli, Silveira & Cia. Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Serra Negra, Estado de São Paulo, constituída por contrato particular de 6 de maio de mil novecentos e quarenta e seis (1946) alterado a primeiro (1.º) de agosto de mil novecentos e cinquenta e um (1951), autorização para

funcionar como empresa de mineração, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1952,
 131.º da Independência e 64.º da
 República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 30.879 — DE 20
 DE MAIO DE 1952

*Concede reconhecimento à Escola
 Técnica Eletromecânica da Bahia.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos do artigo 59, da Lei Orgânica do Ensino Industrial, decreta:

Art. 1.º É concedido reconheci-
 mento à Escola Técnica Eletromecâ-
 nica da Bahia, com sede em Salvador,
 no Estado da Bahia.

Art. 2.º O reconhecimento conce-
 dido pelo presente Decreto é limitado
 aos cursos técnicos de Construção de
 Máquinas e Motores e de Eletro-
 técnica.

Art. 3.º Este Decreto entrará em
 vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 20 de maio
 de 1952; 131.º da Independência e
 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

DECRETO N.º 30.947 — DE 5 DE
 JUNHO DE 1952

*Outorga concessão à Empresa
 Lóide Aéreo Nacional S. A. para
 Instalar uma estação radiotele-
 gráfica na cidade de Manaus, Es-
 tado do Amazonas.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Empresa Lóide Aéreo Nacional S. A., com sede nesta

Capital e em vista do disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo Único — Fica outorgada concessão, a título precário, à Empresa Lóide Aéreo Nacional S. A., nos termos do artigo 4.º, parágrafo 1.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, para instalar, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, uma estação radiotelegráfica, equipada com dois transmissores com as potências de 75 e 300 watts, respectivamente, destinada a facultar melhor eficiência ao serviço de segurança e assistência ao vôo da aludida Empresa.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Álvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 30 980 — DE 13 DE
JUNHO DE 1952

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da "Legal And General Assurance Society Ltd."

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a alteração introduzida nos Estatutos da "Legal And General Assurance Society Ltd." com sede em Londres, Inglaterra autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto n.º 21.085 de 24 de fevereiro de 1932, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária realizada a 4 de junho de 1940.

Art. 2.º A Sociedade continuará integralmente sujeita as leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que se refere aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Carijó de Castro.

DECRETO N.º 31.132 — DE 11
DE JULHO DE 1952

Complementa disposições do Decreto n.º 28.166, de 1.º de junho de 1950.

RETIFICAÇÃO

No artigo 1.º, onde se lê:

Segunda Etapa: Aproveitamento de Praia, situado 17 km. a montante...

Leia-se:

Segunda Etapa: Aproveitamento de Praia, situado a 7 km. a montante...

DECRETO N.º 31.200 — DE 28
DE JULHO DE 1952

Autoriza a Cia. Sul Mineira de Electricidade a construir duas linhas de transmissão, entre os municípios de Osmundo Costa e Cachoeira de Minas, e entre a Usina Santa Terezinha e o município de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais.

RETIFICAÇÃO

No artigo 1.º, onde se lê:

b) ... sob a tensão de 15 kW.

Leia-se:

b) ... sob a tensão de 15 kV.

DECRETO N.º 31.214 — DE 30
DE JULHO DE 1952

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Matos Júnior a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 1.935 de 29 de janeiro de 1940 — (Código de Minas) — decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Manoel de Matos Júnior a pesquisar calcário, mármore e associados em terrenos de José Rufino Vilas Boas, Lourival Vilas Boas e ou-

tros, situados no lugar denominado Catas, no distrito de Macaia, município de Bom Sucesso Estado de Minas Gerais, numa área de dez hectares (10 ha.) delimitada por um retângulo que tem um vértice a duzentos e cinquenta metros (250 m.) no rumo, magnético de trinta e cinco graus sudoeste (35° SW), do quilômetro duzentos e vinte e dois mais trezentos metros (km. 222 + 300 m.) da linha da Rede Mineira de Viação, no trecho Macaia-Lavras, e os lados divergentes do vértice considerado, têm: duzentos e cinquenta metros (250 m.) e rumo de setenta graus noroeste (70° NW), magnético; quatrocentos metros (400 m.), e rumo de vinte graus sudoeste (20° SW), magnético.

Art. 2.º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300 00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.242 — DE 7
DE AGOSTO DE 1952

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Força e Luz de Morada.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 1.º do Decreto-lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938, e o que requereu a Companhia Força e Luz de Morada, decreta:

Art. 1.º E' concedida à Companhia Força e Luz de Morada, com sede em Moravânia, Estado de Minas Gerais, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, de acordo com o Decreto-lei n.º 938, de 8 de dezembro de 1938, ficando a mesma obrigada para os seus objetivos, a satisfazer integralmente as exigências do Código de Águas — (Decreto nu-

mero 24.643, de 10 de julho de 1934) — leis subsequentes e seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato.

Art. 2.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.256 — DE 8 DE
AGOSTO DE 1952

Concede autorização para a constituição da Cooperativa Banco Comercial de Niterói, Limitada, com sede no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e de acordo com a alínea b) do art. 12 do Decreto-lei n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, alterado pelo Decreto-lei n.º 581, de 1.º de agosto de 1938, ambos revigorados pelo Decreto-lei número 8.401, de 19 de dezembro de 1945, decreta:

Art. 1.º Fica a Cooperativa Banco Comercial de Niterói Limitada autorizada a constituir-se no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, após o que deverá, nos termos da lei, registrar-se no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1952, 130.º da Independência, e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.261 — DE 11 DE
AGOSTO DE 1952

Outorga concessão à Rádio Sociedade Gaúcha S. A. para estabelecer quatro transmissores de ondas curtas em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Rádio Sociedade Gaúcha S. A. e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Rádio Sociedade Gaúcha S. A., nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, para estabelecer em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a título precário, na forma do artigo 4.º parágrafo 2.º, do Decreto número 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade, quatro (4) transmissores de ondas curtas, com a potência de 7,5 kw cada um.

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas que com este baixam, rubricadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas e será assinado dentro de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação deste decreto no Diário Oficial, sob pena de ser considerada nula a presente concessão.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.268 — DE 13 DE AGOSTO DE 1952

Concede autorização para constituição da Cooperativa de Crédito dos Bancários de Niterói Limitada, com sede na cidade de Niterói, município do mesmo nome, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e de acordo com a alínea b) do art. 12 do Decreto n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932, modificado pelo Decreto-lei n.º 581 de 1 de agosto de 1938, ambos revigorados pelo Decreto-lei n.º 8.401, de 19 de dezembro de 1945, decreta:

Art. 1.º Fica a Cooperativa de Crédito dos Bancários de Niterói Limitada autorizada a constituir-se na cidade de Niterói, após o que deverá, nos termos da lei, registrar-se no Serviço

de Economia Rural, do Ministério da Agricultura.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1952, 130.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleojas

DECRETO N.º 31.341 — DE 26 DE AGOSTO DE 1952

Prorroga, por três anos, a concessão outorgada à Companhia Radiotelegráfica Brasileira para executar serviço radiotelefônico público internacional e público restrito internacional.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Companhia Radiotelegráfica Brasileira, denominada abreviadamente "Radiobras", e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado, por três (3) anos, com fundamento nos artigos 16, letra "c", do Regulamento baixado com o Decreto n.º 21.11, de 1 de março de 1932 e 4.º do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, o prazo do contrato assinado em 29 de novembro de 1941, entre o Governo Federal e a Companhia Radiotelegráfica Brasileira (Radiobras), para, sem monopólio ou privilégio de espécie alguma, executar os serviços radiotelefônico público internacional e público restrito internacional, a que se refere o Decreto n.º 19.246, de 13 de junho de 1930, ratificado pelo de n.º 20.057, de 29 de maio de 1931, e Decreto-lei n.º 3.733, de 20 de outubro de 1941, e os termos de contrato de 22 de junho de 1931 e o acima citado, de 29 de novembro de 1941, registrados pelo Tribunal de Contas em Sessões de 10 de julho de 1931 e de 15 de janeiro de 1942, respectivamente.

Parágrafo único. O termo de contrato decorrente da presente prorrogação obedecerá às cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas e será assinado dentro de sessenta (60) dias, a contar da

data da publicação deste Decreto no *Diário Oficial*, sob pena de ficar nula esta prorrogação.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

DECRETO N.º 31.386 — DE 4 DE
SETEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Cruzeiro do Sul Capitalização S. A."

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n. 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º. Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros), da "Cruzeiro do Sul Capitalização S. A.", com sede nesta Capital, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 20.537, de 26 de janeiro de 1946, conforme deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 1.º de outubro de 1951 e 7 de janeiro de 1952, mediante as seguintes condições:

I — Modificação da redação do § 2.º do artigo 5.º dos Estatutos, que passará a ser:

"§ 2.º. A realização do aumento de capital será feita mediante entradas em dinheiro, sendo 40% no ato da subscrição e 60% dentro de 10 dias após a publicação do Decreto que autorizar a elevação do capital social para Cr\$ 12.000.000,00".

II — A alteração consignada na cláusula precedente deverá ser aprovada em Assembleia Geral Extraordinária dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação do presente Decreto.

Art. 2.º. A Sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a

vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N. 31.402 — DE 8
DE SETEMBRO DE 1952

Aprova o Regulamento de Administração da Aeronáutica (R. A. D. A.)

RETIFICAÇÃO

1) Acrescente-se, após o Título II da Primeira Parte:

Agentes da Administração.

2) Onde se lê, na letra "b" do item 5 do artigo 31:

b) corresponder-se, diretamente, com as autoridades militares que tais assuntos não exija ma intervenção dos escalões superiores.

Leia-se:

b) corresponder-se, diretamente, com as autoridades militares e civis sobre assuntos de natureza administrativa, desde que tais assuntos não exijam a intervenção dos escalões superiores;

3) Onde se lê, no item 6 do artigo 31:

6) Quanto ao movimento de bens:

Da Unidade Administrativa e tomar:
a) prever as necessárias matérias providências sobre o seu provimento;

Leia-se:

6) Quanto à movimentação de bens:

a) prever as necessidades materiais da Unidade Administrativa e tomar providências sobre o seu provimento;

4) Onde se lê, na letra "i" do item 5 do artigo 32:

i) fiscalizar a aplicação dos dinheiros a cargo da Unidade Administrativa para serem empregados no interesse dela;

Leia-se:

i) fiscalizar a aplicação dos dinheiros a cargo da Unidade Administrativa e dos adiantamentos recebidos para serem empregados no interesse dela;

5) Onde se lê, na letra "b" do item 3 do artigo 33:

b) preparar a correspondência que interessar ao seu serviço e que deve ser assinada pelo Agente-diretor;

Leia-se:

b) preparar a correspondência que interessar ao seu serviço e que deva ser assinada pelo Agente-diretor.

6) 'Onde se lê, na letra "a" do item 4 do artigo 33:

a) organização as requisições do número devido à Unidade Administrativa.

Leia-se:

a) organizar as requisições do número devido à Unidade Administrativa.

7) Onde se lê, na letra "j" do item 1 do artigo 34:

j) examinar as contas e outros documentos de despesa, verificar sua concorrência com os pedidos-empenho, efetuar o processamento que lhe competir e submeter, em seguida, tais documentos ao "Conferido" do Agente-fiscalizador;

Leia-se:

j) examinar as contas e outros documentos de despesa, verificar sua concorrência com os pedidos-empenho, efetuar o processamento que lhe competir e submeter, em seguida, tais documentos ao "Conferido" do Agente-fiscalizador;

8) Onde se lê, na letra "a" do item 3 do artigo 36:

a) preparar o expediente relativo ao seu serviço e que deve ser assinado pelo Agente-diretor;

Leia-se:

a) preparar o expediente relativo ao seu serviço e que deva ser assinado pelo Agente-diretor;

9) Onde se lê, no § 3.º do artigo 42:

§ 3.º Se a organização cominada por oficial-general, não possuir chefe de estado-maior ou de gabinete, a delegação poderá ser feita ao oficial mais graduado para o qual não haja impedimento legal ou regulamentar de exercer funções administrativas, caso o respectivo regulamento não preveja a quem possa ser delegada a função.

Leia-se:

§ 3.º Se a organização cominada por oficial-general, não possuir chefe de estado-maior ou de gabinete, a de-

legação poderá ser feita ao oficial mais graduado para o qual não haja impedimento legal ou regulamentar de exercer funções administrativas, caso o respectivo regulamento não preveja a quem possa ser delegada a função.

10) Onde se lê, no artigo 55:

Art. 55. O empenho, a liquidação e o pagamento da despesa na Aeronáutica regular-se-ão pelas normas gerais aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições deste julgamento.

Leia-se:

Art. 55. O empenho, a liquidação e o pagamento da despesa na Aeronáutica regular-se-ão pelas normas gerais aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições deste regulamento.

11) Onde se lê, no parágrafo único do artigo 57:

Parágrafo único. Nenhuma aquisição de material ou prestação de serviços poderá ser feita sem a audiência do Gestor do Material. Nos casos de absoluta urgência o Agente Diretor ou quem o estiver substituindo, poderá ordenar a aquisição de material ou execução de serviço, regularizando, porém, o seu ato dentro de um máximo de 48 horas.

Leia-se:

Parágrafo único. Nenhuma aquisição de material ou prestação de serviços poderá ser feita sem a audiência do Gestor do Material. Nos casos de absoluta urgência o Agente-diretor ou quem o estiver substituindo, poderá ordenar a aquisição de material ou execução de serviço, regularizando, porém, o seu ato dentro de um prazo máximo de 48 horas.

12) Onde se lê, no parágrafo único do artigo 61:

Parágrafo único. Sempre que no registro de inscrição, houver inclusão de firmas, a respectiva organização provedora central dará oportuno conhecimento às Unidades Administrativas.

Leia-se:

Parágrafo único. Sempre que no registro de inscrição, houver inclusão ou exclusão de firmas, a respectiva organização provedora central dará oportuno conhecimento às Unidades Administrativas.

13) Onde se lê, na letra "a" do artigo 66:

a) seu recebimento ocorrerá até a hora indicada do dia prefixado, não sendo levadas em consideração aquelas que chegaram depois de abertas as que foram recebidas em tempo;

Leia-se:

a) seu recebimento ocorrerá até a hora indicada do dia prefixado, não sendo levadas em consideração aquelas que chegarem depois de abertas as que foram recebidas em tempo;

14). Na Segunda Parte, Título I, Capítulo III, após a palavra Seção, acrescentar:

I

15) Onde se lê, no artigo 96:

Art. 96. Quando se tratar de material cuja unidade, para efeito de aquisição e de carga, seja constituído de jôgo ou de coleção, proceder-se-á na forma do artigo anterior.

Leia-se:

Art. 96. Quando se tratar de material cuja unidade, para efeito de aquisição e de carga, seja constituído de jôgo ou de coleção, proceder-se-á na forma do artigo anterior.

16) Onde se lê, no artigo 193:

Art. 103. Se o material não tiver completado o tempo mínimo de duração, ou não tiver duração fixada, se ou não alegado o caso de força maior depois dos necessários exames e diligências, lavrará um termo do qual constarão:

Leia-se:

Art. 103. Se o material não tiver completado o tempo mínimo de duração, ou não tiver duração fixada, seja ou não alegado o caso de força maior, a comissão, depois dos necessários exames e diligências, lavrará um termo do qual constarão:

17) Onde se lê, na letra "a" do artigo 103:

a) o estado em que o material se encontram o dano sofrido e o valor do mesmo;

Leia-se:

a) o estado em que o material se encontrar, o dano sofrido e o valor do do mesmo;

18) Onde se lê, no artigo 128:

Art. 128. O material não usado será transmitido ao substituto pelo de força maior e as causas justas, substituído, no mesmo estado em que foi

recebido, ressalvados os casos devidamente comprovadas.

Leia-se:

Art. 128. O material não usado será transmitido ao substituto pelo substituído, no mesmo estado em que foi recebido, ressalvados os casos de força maior e as causas justas, devidamente comprovadas.

19) Onde se lê, no artigo 133:

Art. 133. Todas as provisões de reserva para mobilização passarão, para o serviço ordinário e serão distribuídos de acordo com as instruções especiais elaboradas pelas organizações competentes, e aprovadas pelo Ministro.

Leia-se:

Art. 133. Todas as provisões de reserva para mobilização passarão a partir do primeiro dia de mobilização da Unidade Administrativa, para o serviço ordinário e serão distribuídas de acordo com as instruções especiais elaboradas pelas organizações competentes, e aprovadas pelo Ministro.

20) No Título III da Segunda Parte, Capítulo I, onde se lê:

Artigo 60...

Leia-se:

Artigo 160.

21) Na Terceira parte, Título I, Capítulo I, onde se lê:

Generalidades...

Leia-se:

Generalidades.

22) Onde se lê, no artigo 176:

Art. 176. Não sendo admissível a escusa do não cumprimento da lei por falta de conhecimento da mesma, todo aquele que estiver investido de qualquer cargo ou encargo administrativo terá sua responsabilidade vinculada aos atos ou encargos, prejudiciais ao Estado ou aos interesses do serviço.

Leia-se:

Art. 176. Não sendo admissível a excusa do não cumprimento da lei por falta de conhecimento da mesma, todo aquele que estiver investido de qualquer cargo ou encargo administrativo terá sua responsabilidade vinculada aos atos ou às omissões que praticar ou incorrer no exercício do cargo ou encargo, prejudiciais ao Estado ou aos interesses do serviço.

23) Onde se lê, no item 7 do artigo 197:

7) pelas consequências da inobservância, por maioria de sua parte, de disposições legais ou de ordens emanadas de autoridade competente;

Leia-se:

7) pelas consequências da inobservância, por incúria de sua parte, de disposições legais ou de ordens emanadas de autoridade competente;

24) Onde se lê, no artigo 204:

Art. 204. A responsabilidade será solidária quando agente deixar de responsabilizar, em tempo, seus subordinados pelas faltas e omissões contrárias a este Regulamento.

Leia-se:

Art. 204. A responsabilidade será solidária quando agente deixar de responsabilizar, em tempo, seus subordinados pelas faltas e omissões contrárias a este Regulamento.

25) Onde se lê, no artigo 206:

Art. 206. No caso de o Agente-diretor decidir andamento em informação ou parecer incompleto ou inverídico, a responsabilidade recairá somente no autor de tal informação ou parecer.

Leia-se:

Art. 206. No caso de o Agente-diretor decidir fundamento em informação ou parecer incompleto ou inverídico, a responsabilidade recairá somente no autor de tal informação ou parecer.

2') Onde se lê, na letra "c" do artigo 208:

c) pelos erro de cálculos;

Leia-se:

c) pelos erros de cálculos;

27) Onde se lê, no artigo 21:

Art. 211. Se ficar apurado que um laudo ou parecer é gracioso, aquêle que o subscrever responderá, civilmente, pelas consequências que êle resultarem, e, criminalmente, segundo a pena cominada para a espécie.

Leia-se:

Art. 211. Se ficar apurado que um laudo ou parecer é gracioso, aquêle que o subscrever responderá, civilmen-

te, pelas consequências que dêa resultarem, e, criminalmente, segundo a pena cominada para a espécie.

28) Acrescente-se, após a letra "d" do artigo 212:

e) roubo, furto ou extorsão;

29) Onde se lê, no artigo 219:

Art. 219. Desde que os responsáveis não possam recolher aos cofres públicos, integralmente, as importâncias resultantes de alcances, cargas, restituições, etc., serão elas acrescidas do juro de mora de que trata a alínea "c" do artigo 185, sob a forma de indenização de débito, descontadas, em prestações mensais dos respectivos vencimentos, ou das quantias que recebam do Estado com finalidade correspondente.

Leia-se:

Art. 219. Desde que os responsáveis não possam recolher aos cofres públicos, integralmente, as importâncias resultantes de alcances, multas, cargas, restituições, etc., serão elas, acrescidas do juro de mora de que trata a alínea "c" do artigo 185, sob a forma de indenização de débito, descontadas, em prestações mensais dos respectivos vencimentos, ou das quantias que recebam do Estado com finalidade correspondente.

30) Onde se lê, no item I do artigo 237:

1) Quanto à natureza, ao destino ao objeto, em:

Leia-se:

1) Quanto à natureza, ao destino ou ao objeto, em.

31) Onde se lê, no parágrafo 1.º do artigo 273:

§ 1.º Os demais gestores deverão estar presentes no momento de expôr de, para o que serão previamente informados pelo Agente-fiscalizador: a retirada dos mesmos da reunião fica a critério do Agente-diretor.

Leia-se:

é 1.º. Os demais gestores deverão estar presente no momento de expôr a parte relativa à sua responsabilidade, para o que serão previamente informados pelo Agente-fiscalizador; a retirada dos mesmos da reunião fica a critério do Agente-diretor.

DECRETO N.º 31.419 — DE 10
DE SETEMBRO DE 1952

Promulga o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado em Roma a 25 de janeiro de 1952.

RETIFICAÇÃO

Na quarta coluna da página 14.635, onde se lê:

"A — Quadro de Rotas Italianas.

1 — Da Itália para Lisboa, Dacar ou Ilha do Sal, Recife, Rio de Janeiro ou São Paulo, em ambos os sentidos.

2 — Da Itália para Madrid e ou Lisboa, Dacar, ou Ilha do Sal, Recife, Rio de Janeiro, Montevideu, Buenos Aires, em ambos os sentidos".

Leia-se:

"A — Quadro de Rotas Italianas:

1 — Da Itália para Lisboa Dacar ou Ilha do Sal, Recife, Rio de Janeiro e ou São Paulo, em ambos os sentidos.

2 — Da Itália para Madrid e ou Lisboa, Dacar, ou Ilha do Sal, Recife, Rio de Janeiro, e ou São Paulo, Buenos Aires, em ambos os sentidos."

3 — Da Itália para Madrid e ou Lisboa Dacar ou Ilha do Sul, Recife, Rio de Janeiro, Montevideu, Buenos Aires, em ambos os sentidos".

DECRETO N.º 31.440 — DE 11 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno nacional interior que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Henrique Rodrigues de Almeida, de nacionalidade portuguesa, autorizado a adquirir o domínio útil do terreno nacional interior lote n.º 95-A, desmembrado do

de n.º 94-A, beneficiado com o prédio n.º 38 da Rua Felipe Cardoso, em Santa Cruz, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n.º 80.524 de 1952.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.447 — DE 12
DE SETEMBRO DE 1952

Outorga concessão à Rádio Clube Paranaense Limitada para instalar um transmissor de rádiodifusão em ondas curtas.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, atendendo ao que requereu a Rádio Clube Paranaense Limitada, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e tendo em vista o disposto no artigo 5.º, n.º XVII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão à Rádio Clube Paranaense Limitada, nos termos do art. 11, do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, para estabelecer, a título precário, de conformidade com o disposto no art. 4.º, § 2.º, do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade, um transmissor de rádiodifusão em ondas curtas, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão obedecerá as cláusulas que com este baixam, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste Decreto no *Diário Oficial*, sob pena de ser considerada nula a concessão.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

DECRETO N.º 31.450 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1952

*Aprova alterações introduzidas
nos Estatutos da Mauá, Compa-
nhia de Seguros Gerais.*

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063 de 7 de março de 1940 decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos da Mauá Companhia de Seguros Gerais, com sede na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 21.708, de 26 de agosto de 1946, conforme deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 3 de outubro de 1951 e 19 de março de 1952.

Art. 2.º A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segadas Viana

DECRETO N.º 31.453 — DE 13 DE
SETEMBRO DE 1952

*Autoriza a Usina Açucareira Ester
S. A. a ampliar suas instalações
hidrelétricas.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos arts. 1.º e 2.º do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940,

Considerando que pela Resolução n.º 782, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Usina Açucareira Ester S. A. a ampliar suas instalações no município de Cosmópolis, Estado de São Paulo, mediante:

a) Execução de obras de alvenaria no canal adutor.

b) Substituição da tubulação forçada e execução de obras complementares.

c) Instalação de um guincho para regulação da comporta da represa.

d) Montagem de um grupo turbo-gerador de 600 H.P.

e) Remodelação da subestação transformadora.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Cleofas

DECRETO N. 31.455, DE 13 DE SETEMBRO
DE 1952

*Autoriza a Empresa Força e Luz São
Sebastião Ltda. a ampliar suas ins-
talações hidrelétricas.*

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos dos arts. 10 e 11 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de julho de 1940,

Considerando que pela Resolução n. 785 a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Empresa Força e Luz São Sebastião Li-

mitada a ampliar suas instalações hidrelétricas no município de Raul Soares, Estado de Minas Gerais, mediante a montagem de um grupo hidrelétrico de 1.000 H.P. e execução das obras complementares necessárias.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório, se a interessada não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, a partir de sua publicação.

II — Apresentar à mesma Divisão, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, os projetos e orçamentos respectivos.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.456 — DE 13
SETEMBRO DE 1952

Outorga à Companhia de Cimento Portland Maringá concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Salto da Barra, existente no Rio Apiai-Guaçu, distrito e município de Itapeva, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 150 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1943), decreta:

Art. 1.º É outorgada à Companhia de Cimento Portland Maringá

concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do Salto da Barra, existente no rio Apiai-Guaçu, distrito de Itapeva, município de igual nome, Estado de São Paulo, respeitados os direitos de terceiros.

§ 1.º Em portaria do Ministro da Agricultura, no ato da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura de queda a aproveitar, a descarga de derivação e a potência.

§ 2.º O aproveitamento destina-se à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para uso exclusivo da concessionária que não poderá ceder energia a terceiros, excluídos desta proibição os suprimentos autorizados na forma da legislação em vigor e o fornecimento a título gratuito às vilas operárias da concessionária.

Art. 2.º Caducará o presente título, independente de ato declaratório se a concessionária não satisfizer as condições seguintes:

I — Registrá-lo na Divisão de Águas do Ministério da Agricultura dentro de trinta (30) dias, contados da data de sua publicação.

II — Assinar o contrato disciplinar da concessão (Código de Águas, art. 162), dentro do prazo de trinta (30) dias contados da data em que for publicado o despacho de aprovação, pelo Ministro da Agricultura, da respectiva minuta.

III — Submeter à aprovação do Ministério da Agricultura em três (3) vias, dentro do prazo de um (1) ano, a contar da data da publicação deste decreto, o projeto de aproveitamento hidráulico, observadas as prescrições estabelecidas pela Divisão de Águas.

Art. 3.º A concessionária fica obrigada a construir e manter, nas proximidades do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Águas as instalações necessárias a observações pluviométricas e medições de descarga do curso d'água que vai utilizar, de acordo com as instruções da mesma Divisão.

Art. 4.º Findo o prazo da concessão, todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, referentes ao aproveitamento concedido, reverterão ao Estado de São Paulo, em conformi-

dade com o estipulado nos arts. 165 e 166 do Código de Aguas, mediante indenização, na base do custo histórico, deduzida a depreciação.

§ 1.º A concessionária poderá requerer ao Governo Federal que a concessão seja renovada, mediante as condições que tiverem a ser estipuladas, desde que faça a prova de que o Estado de São Paulo não se opõe à utilização dos bens objeto da reversão.

§ 2.º A concessionária deverá entrar com o pedido a que se refere o parágrafo anterior, até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se não o fizer, que não pretende a renovação.

Art. 5.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contados da data da publicação deste decreto.

Art. 6.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N. 31.464, DE 16 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o Estado de Minas Gerais a construir linhas de transmissão entre Marzagânia e Roça Grande e entre Sabará e Caeté, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.749, de 5 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º Fica o Estado de Minas Gerais autorizado a construir os trechos de linhas de transmissão entre Marzagânia e Roça Grande e entre Sabará e Caeté, destinadas ao suprimento da energia elétrica, pela usina de Gafanhoto, às cidades de Sabará e Caeté.

O primeiro trecho se destinará ao transporte de potência de 420 kVA, sob uma tensão de 13.200 V., entre condutores, frequência de 50 c/s e extensão de 4.500 m. e o segundo para a potência de 210 kVA sob a mesma tensão e frequência, terá um comprimento de 15.360 m.

Art. 2.º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Cleofas

DECRETO N.º 31.471 DE 18 DE SETEMBRO DE 1952

Concede a "Novunidos Navegação Sociedade Anônima" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

O Presidente da República,

Usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei número 2.784, de 20 de novembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida a "Novunidos Navegação Sociedade Anônima", com sede nesta Capital, autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 30.246, de 6 de dezembro de 1951, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, com a modificação introduzida em seus Estatutos, conforme deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas a 8 de julho e 11 de agosto de 1952, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da referida autorização.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Vianna.

DECRETO N.º 31.472 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952

Concede à sociedade anônima "Standard Oil Company Of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República,

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, decreta:

Artigo único. É concedida à sociedade anônima "Standard Oil Company Of Brazil", com sede em Fairmont, Estado de West Virginia, Estados Unidos da América, autorizada a funcionar na República pelos Decretos ns. 9.335, de 17 de janeiro de 1912; 234, de 17 de julho de 1935; 4.894, de 20 de novembro de 1939; 21.608, de 12 de agosto de 1946, e 30.339, de 24 de dezembro de 1951, autorização para continuar a funcionar no país, com as modificações introduzidas em seus Estatutos, conforme acôrdo entre os acionistas, celebrado a 19 de dezembro de 1951, e sob as mesmas cláusulas que acompanham o citado Decreto n.º 30.339, ficando a referida sociedade obrigada a comunicar ao Governo as emissões sucessivas de capital até o limite autorizado pelo aludido acôrdo, e, ainda, a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da mencionada autorização.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Vianna

DECRETO N.º 31.473 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de "The Home Insurance Company".

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 2.063, de 7 de março de 1940, decreta:

Art. 1.º. Ficam aprovadas as alterações introduzidas nos Estatutos de "The Home Insurance Company", com sede em New York, Estados Unidos da América do Norte, autorizada

a funcionar no Brasil em seguros e resseguros terrestres e marítimos pelo Decreto n.º 14.549, de 16 de dezembro de 1920, conforme deliberação da Diretoria em reunião realizada a 10 de outubro de 1949.

Art. 2.º. A sociedade continuará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes, ou que venham a vigorar, sobre o objeto da autorização a que alude aquele Decreto.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

DECRETO N.º 31.478 — DE 18 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza estrangeira a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha, que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número 1, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica Laura Batti Martins, de nacionalidade portuguesa, autorizada a adquirir a fração ideal de 1/24 avos do domínio útil do terreno de marinha beneficiado com o apartamento n.º 808 do "Edifício Elmar", situado na Avenida Atlântica n.º 178, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob n.º 11.465, de 1952.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alberto de Andrade Queiroz

DECRETO N.º 31.484 — DE 19 DE
SETEMBRO DE 1952

Autoriza a S.A. Central Elétrica Rio Claro a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Rio Claro e Limeira, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando de atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos

térmos do Decreto-lei n.º 2.059, de 5 de março de 1940, e

Considerando que pela Resolução n.º 786, a medida foi julgada conveniente pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a S.A. Central Elétrica Rio Claro a construir uma linha de transmissão trifásica, em circuito singelo, entre os municípios de Rio Claro e Limeira, no Estado de São Paulo, com a potência de 10.000 kVA, sob a tensão nominal de 44.000 volts, frequência de 50 ciclos, e destinada a substituir a linha de transmissão que abastece de energia elétrica a cidade de Limeira.

Art. 2.º Caducará a presente autorização, independente de qualquer ato declaratório, se a concessionária não cumprir as seguintes condições:

I — Registrar o presente título na Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, dentro de trinta (30) dias, a partir da data de sua publicação

II — Apresentar à referida Divisão, dentro de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste decreto, os estudos, projetos e orçamentos das obras.

III — Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem fixados pelo Ministro da Agricultura.

Parágrafo único — Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro da Agricultura.

Art. 3.º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Cleofas.

DECRETO N.º 31.486 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1952

Outorga concessão à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição, aten-

dendo ao que solicitou a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, com sede nesta Capital, e tendo em vista o disposto no art. 5.º, n.º XII, da mesma Constituição, decreta:

Artigo único. Fica outorgada concessão, nos termos do art. 11, do Decreto n.º 24.655, de 11 de julho de 1934, à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional para estabelecer, por intermédio da Rádio Nacional, pertencente a essa Superintendência, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, pelo prazo de 3 (três) anos, na conformidade do art. 4.º, § 1.º do Decreto n.º 29.783, de 19 de julho de 1951, sem direito de exclusividade, uma estação radiodifusora de ondas médias, com a potência de 10 kw. destinada a executar os serviços de radiodifusão.

§ 1.º A Rádio Nacional utilizará, na referida estação, um sistema irradiante com um refletor cuja separação da antena será de 1/4 da onda, de sorte que a maior parte da energia irradiada se produza em direção da linha imaginária que une o dito refletor à antena, de modo a reduzir as irradiações prejudiciais à estação radiodifusora de Posadas, no Território das Missões, na República Argentina.

§ 2.º A Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional fica obrigada a cumprir todas as exigências legais e regulamentares existentes ou que vierem a ser adotadas para os serviços de radiodifusão, devendo submeter à aprovação do Ministério da Viação e Obras Públicas nos prazos fixados no art. 16, letras g e h do Decreto número 21.111, de 1 de março de 1932, a documentação a que o mesmo se refere, bem como os diagramas de irradiação do referido sistema irradiante, mencionado no 1.º, sob pena de ser cassada a concessão objeto deste decreto.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

**DECRETO N.º 31.489 — DE 30
DE SETEMBRO DE 1952**

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Estado do Rio de Janeiro.

RETIFICAÇÃO

Publicado no *Diário Oficial*, Seção I, de 2 do corrente, página 15.371.

Onde se lê:

Decreto n.º 31.289 — De 30 de se-

leia-se:

Decreto n.º 31.489 — De 30 de setembro de 1952.

**DECRETO N.º 31.490 — DE 30 DE
SETEMBRO DE 1952**

Autoriza sociedade anônima estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único. Fica a sociedade anônima inglesa The Rio de Janeiro Flour Mills And Granaries Limited, autorizada a adquirir o domínio útil do terreno de marinha situado na rua da Gamboa n.º 43, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 52.534, de 1952.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

**DECRETO N.º 31.491 — DE 30
SETEMBRO DE 1952**

Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o ar-

tigo 87, número I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 205 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, decreta:

Artigo único — Fica Virgínia Males Sanctos de nacionalidade norte-americana, autorizada a adquirir a fração ideal de dezenove quarentos e oitenta e seis avos (19/486) do domínio útil do terreno de marinha beneficiado com o apartamento n.º 1192 do prédio n.º 734 da Avenida Atlântica, nesta Capital, a que se refere o processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 182.976 de 1951.

Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

**DECRETO N.º 31.493 — DE 30
DE SETEMBRO DE 1952**

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado em Varginha, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, número I, da Constituição e de acordo com os arts. 1.165 e 1.180 do Código Civil, decreta:

Art. 1.º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação que a Prefeitura Municipal de Varginha, no Estado de Minas Gerais, quer fazer à União Federal de um terreno situado na Praça Quintino Bocaiuva, naquele Município, de acordo com a Lei municipal n.º 58, de 18 de novembro de 1949, tudo em conformidade com os dados técnicos e demais elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 206.063, de 1950.

Art. 2.º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à construção e instalação de uma Agência Postal-Telegráfica.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horacio Lafer